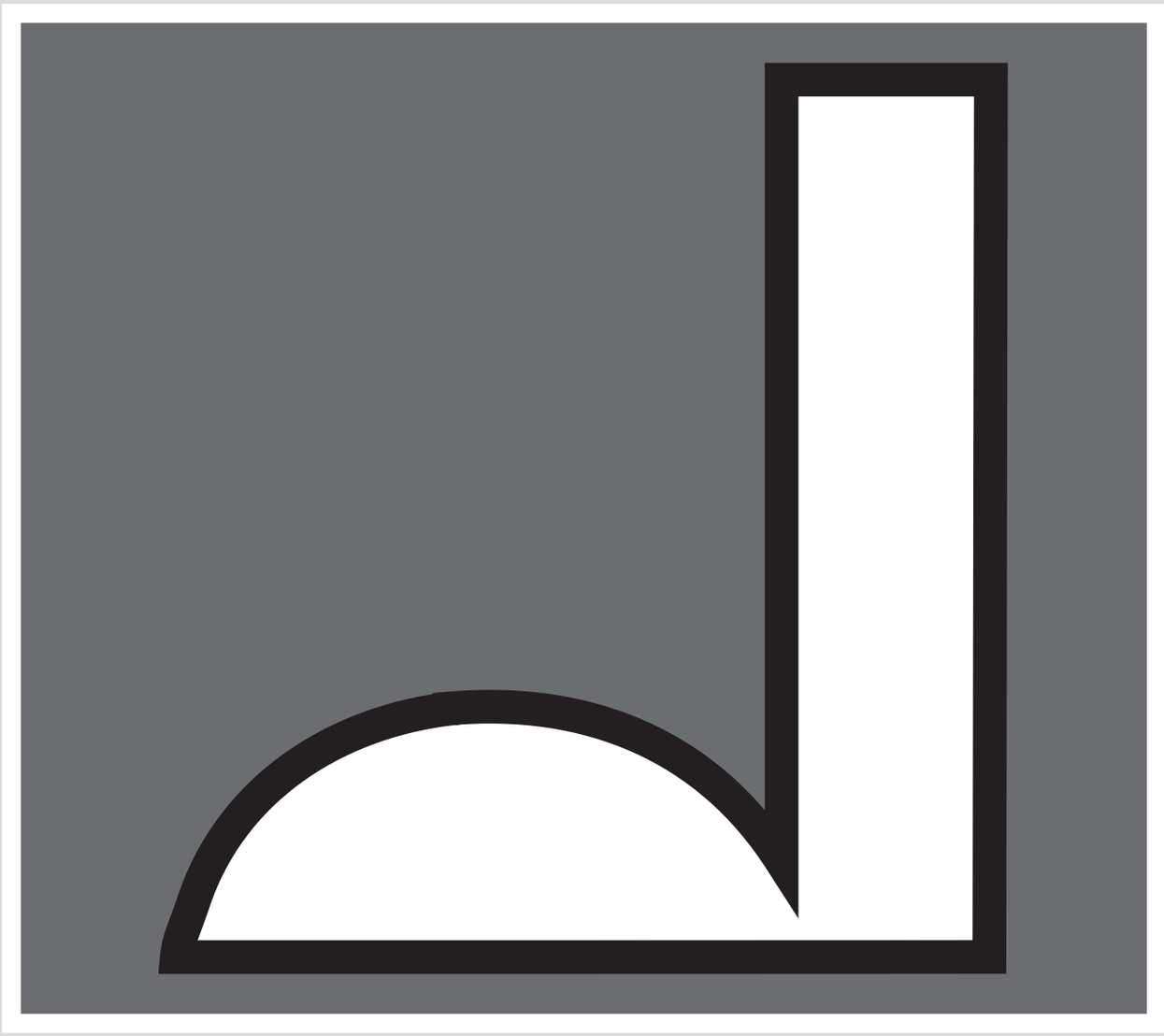
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - SUP AO Nº 048 - QUINTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**
Renan Calheiros – PMDB-AL
**1º Vice-Presidente**
Tião Viana – PT-AC
**2º Vice-Presidente**
Antero Paes de Barros – PSDB-MT
**1º Secretário**
Efraim Morais – PFL-PB
**2º Secretário**
João Alberto Souza – PMDB-MA
**3º Secretário**
Paulo Octávio – PFL-DF
**4º Secretário**
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

**Suplentes de Secretário**
**1ª** - Serys Slhessarenko – PT-MT
**2º** - Papaléo Paes – PSDB-AP
**3º** - Alvaro Dias – PSDB-PR
**4º** - Aelton Freitas – PL-MG

## LIDERANÇAS

**MAIORIA (PMDB) – 21**

**LÍDER**
**Ney Suassuna**

VICE-LÍDERES
Garibaldi Alves Filho
(vago)
Gilberto Mestrinho
(vago)
Amir Lando
(vago) (5)

.....

**LÍDER DO PMDB – 21**
**Ney Suassuna**

VICE-LÍDERES DO PMDB
Maguito Vilela
(vago)
Luiz Otávio
Gerson Camata
(vago) (6)
Wellington Salgado de Oliveira
Valdir Raupp

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17**

**LÍDER**
**Delcídio Amaral – PT**

VICE-LÍDERES
Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB

.....

**LÍDER DO PT – 12**
**Delcídio Amaral**

VICE-LÍDERES DO PT
Roberto Saturnino
Ana Júlia Carepa
Flávio Arns
Fátima Cleide

**LÍDER DO PL – 3**
**João Ribeiro**

VICE-LÍDER DO PL
Aelton Freitas

**LÍDER DO PSB – 2**
**Antônio Carlos Valadares**

VICE-LÍDER DO PSB
(vago)

**LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31**

**LÍDER**
**José Jorge – PFL**

VICE-LÍDERES
Alvaro Dias – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB
César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB
Rodolpho Tourinho – PFL
Demóstenes Torres – PFL

.....

**LÍDER DO PFL – 16**
**José Agripino**

VICE-LÍDERES DO PFL
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
Maria do Carmo Alves
Romeu Tuma
Jonas Pinheiro (2)

**LÍDER DO PSDB – 15**
**Arthur Virgílio**

VICE-LÍDERES DO PSDB
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Flexa Ribeiro
Papaléo Paes
João Batista Motta

**LÍDER DO PDT – 4**
**Osmar Dias**

VICE-LÍDER DO PDT
(vago)

**LÍDER DO PMR– 1**
**Marcelo Crivella**

**LÍDER DO PTB – 4**
**Mozarildo Cavalcanti**

VICE-LÍDER DO PTB
Sérgio Zambiasi

**LÍDER DO P-SOL – 1**
**Heloísa Helena**

**LÍDER DO GOVERNO**
**Aloizio Mercadante – PT**

VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Romero Jucá – PMDB
Ideli Salvatti – PT
Garibaldi Alves Filho - PMDB
(vago)
Fernando Bezerra – PTB
Patrícia Saboya Gomes –PSB(1)


EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

**Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005**


(1) A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
(2) O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005
(5) O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005
(6) O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
(7) O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO


**1 – ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPI DOS BINGOS**

**VOLUME I**

1ª Reunião (Instalação), realizada em 29 de junho de 2005..... 0005
2ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2005..... 0013
3ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2005..... 0017
4ª Reunião, realizada em 13 de julho de 2005..... 0025
5ª Reunião, realizada em 19 de julho de 2005..... 0091
6ª Reunião, realizada em 21 de julho de 2005..... 0131
7ª Reunião, realizada em 2 de agosto de 2005..... 0171
8ª Reunião, realizada em 4 de agosto de 2005..... 0259
9ª Reunião, realizada em 9 de agosto de 2005..... 0326
10ª Reunião, realizada em 10 de agosto de 2005..... 0389
11ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 2005..... 0459
12ª Reunião, realizada em 16 de agosto de 2005..... 0533
13ª Reunião, realizada em 17 de agosto de 2005..... 0534
14ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2005..... 0555
15ª Reunião, realizada em 23 de agosto de 2005..... 0620
16ª Reunião, realizada em 25 de agosto de 2005..... 0664
17ª Reunião, realizada em 30 e 31 de agosto de 2005..... 0730
18ª Reunião, realizada em 1º de setembro de 2005..... 0853
19ª Reunião, realizada em 13 de setembro de 2005..... 0916
20ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 2005..... 0958
21ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2005..... 0995
22ª Reunião, realizada em 20 de setembro de 2005..... 0997
23ª Reunião, realizada em 21 de setembro de 2005..... 1068
24ª Reunião, realizada em 27 de setembro de 2005..... 1123
25ª Reunião, realizada em 29 de setembro de 2005..... 1168

**VOLUME II**

26ª Reunião, realizada em 4 de outubro de 2005..... 1197
27ª Reunião, realizada em 5 de outubro de 2005..... 1254
28ª Reunião, realizada em 6 de outubro de 2005..... 1335
29ª Reunião, realizada em 19 de outubro de 2005..... 1366
30ª Reunião, realizada em 25 de outubro de 2005..... 1385
31ª Reunião, realizada em 26 de outubro de 2005..... 1430
32ª Reunião, realizada em 27 de outubro de 2005..... 1502
33ª Reunião, realizada em 8 de novembro de 2005..... 1547
34ª Reunião, realizada em 9 de novembro de 2005..... 1602
35ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2005..... 1615
36ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2005..... 1707
37ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 2005..... 1857

38ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2005..... 1900
39ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2005..... 1930
40ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2005..... 1951
41ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2005..... 1974
42ª Reunião, realizada em 1º de dezembro de 2005..... 2034
43ª Reunião, realizada em 6 de dezembro de 2005..... 2071
44ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2005..... 2090
45ª Reunião, realizada em 13 de dezembro de 2005..... 2120
46ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2005..... 2133
47ª Reunião, realizada em 17 de janeiro de 2006..... 2143
48ª Reunião, realizada em 18 de janeiro de 2006..... 2191
49ª Reunião, realizada em 19 de janeiro de 2006..... 2199
50ª Reunião, realizada em 24 de janeiro de 2006..... 2258

**Ata da 26ª Reunião, Realizada em 4 de outubro de 2005.**

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e vinte minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Aelton Freitas, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior, Artur Virgílio, Siba Machado, Ideli Salvatti e Augusto Botelho, membros, e o Senador José Agripino Maia, não membro, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se a reunião administrativa com votação de requerimentos e oitiva dos Senhores Deputado Luiz Eduardo Greenhalg e Hélcio Cambraia Júnior e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir, submete à votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 223/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita Junior, requer que se proceda a acareação dos Sr. Bruno Daniel e João Francisco Daniel, irmãos do ex-Prefeito de Santo André com o Sr. Gilberto Carvalho. Usam da palavra para discutir, os Senhores Senadores Tião Viana, Garibaldi Alves Filho, Antônio Carlos Magalhães, Siba Machado, Romeu Tuma e José Agripino Maia. A presidência submete a votação nominal. É aprovado por (08) oito votos favoráveis com (07) votos contrários. **Requerimento nº 186/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer seja convocado o Sr. Bruno Daniel Filho, para prestar depoimento à CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 185/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer seja convidado a comparecer perante a CPI o Promotor de Justiça Roberto Wider Filho, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO. Em votação, é aprovado. Ficam **sobrestados os requerimentos nºs. 187/05, 188/05, 189/05, 190/05, 191/05, 192/05, 193/05, 194/05, 195/05, 196/05, 197/05, 198/05, 199/05, 200/05, 201/05, 202/05, 203/05, 204/05, 205/05, 206/05, 207/05, 208/05, 209/05, 210/05, 211/05, 212/05 e 226. Requerimento nº 164/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja solicitado ao Tribunal de Contas da União, a emissão de um laudo conclusivo, respondendo as indagações contidas no requerimento. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 213/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer seja convidado a comparecer perante a CPI o Delegado Maurício Correali, da Divisão de Inteligência da Polícia Civil de São Paulo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 214/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer seja convidado a comparecer perante a CPI a Delegada Elisabete Sato, Titular do 78º DP-Jardins, em São Paulo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 217/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer seja convocado o Sr. Sílvio Pereira, para prestar depoimento à CPI. Usam da palavra para discutir os Senadores Romeu Tuma e Tião Viana. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 215/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer seja convidado a comparecer perante a CPI o Médico-Legista Carlos Delmonte Printes, que autopsiou o corpo do ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 224/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a a Polícia Federal o envio de cópia do processo aberto com o intuito de apurar manipulações de jogos de futebol, visando garantir o sucesso em apostas realizadas pela internet, conhecida como Operação Atenas. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 238/05,** de autoria do Senador Arthur Virgílio, requer a convocação do Juiz Rocha Mattos, perante esta CPI, para prestar esclarecimentos sobre o assassinato do Sr. Celso Daniel, ex-Prefeito de Santo André/SP. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 219/05,** de autoria do Senador Tião Viana e Senadora Ideli Salvatti, requerem seja convocado o Sr. Edílson Pereira de Carvalho, Árbitro de Futebol, para prestar depoimento à CPI. Usam da palavra para discutir os Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Tião Viana, Siba Machado, José Agripino Maia, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy e Garibaldi Alves Filho. Em votação, é **rejeitado**. **Requerimento nº 220/05,** de autoria do Senador Tião Viana e Senadora Ideli Salvatti, requerem seja convocado o Sr. Nagib Fayad, proprietário de casas de bingo, para prestar depoimento à CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 229/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, requer seja convocado a comparecer perante esta CPI o Sr. César Olivier Dalston, Auditor Fiscal da Receita Federal, para prestar depoimento sobre o Processo Administrativo Disciplinar nº 10167.000230/2004-61, em curso na Secretaria da Receita Federal. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 230/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, requer seja convocado a comparecer perante esta CPI, o Sr. José Ângelo Beghini de Carvalho, Consultor da IGT – International Gaming Tech-

nology do Brasil Ltda. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 231/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, requer seja convocado a comparecer perante esta CPI, o Sr. Paulo Leonel Michielon, sócio de casas lotéricas e do Sindicato dos Comissionários e Consignatários do Estado do Rio Grande do Sul. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 232/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, requer seja convocado a comparecer perante esta CPI, o Sr. Inhaúma Neves Ferraz, Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 233/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, requer seja convocado a comparecer perante esta CPI, o Sr. Helder Silva Chaves, Auditor Fiscal da Receita Federal. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 234/05,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, requer seja convocado a comparecer perante esta CPI, o Sr. Marcos Olivier Dalston, Professor da Universidade Federal Fluminense. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 235/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer em aditamento ao Requerimento 120/05, que os Srs. Rogério Tadeu Buratti, Waldomiro Diniz, Carlos Augusto Ramos, Marcelo Rovai e Enrico Gianelli, apresentem a esta Comissão, todos seus passaportes, quando da realização da acareação entre eles. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 236/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que a Polícia Federal com assistência da assessoria desta Comissão, tome depoimento que constará dos autos desta CPI dos Srs. Maurílio de Assis Vieira Filho, Romualdo Wilson Cançado, Orlei Claro de Lima, Luiz Otávio Mourão, Zildo José Heleodoro dos Santos, Ruy Barquete Santos, marcos Tadeu de Oliveira Andrade, Carlos Eduardo Fernandes da Silveira, Magda Kiekl e Egton de Oliveira Pajaro Júnior. Em votação, é aprovado.**Requerimento nº 237/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que o Sr. Ruy Barquete Santos, seja convocado a prestar depoimento perante esta CPI. O requerimento fica **prejudicado** devido à aprovação do Requerimento nº 236/05. **Requerimento nº 227/05,** de autoria do Senador Heráclito Fortes, requer que o Tribunal de Contas da União inicie procedimento de análise da regularidade do Aviso de Inegibilidade de Licitação, Processo 2005/0292 (8616) Gerência de Compras e Alienações de Brasília, publicado no Diário Oficial da União em 13 de setembro de 2005. Em votação, é aprovado. Ficam sobrestados os **requerimentos nº 113 e 222**, de autoria do Senador Geraldo Mesquita. Usam da palavra pela os senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Arthur Virgílio, Geraldo Mesquita Júnior, José Agripino Maia, Luiz Otávio, Romeu Tuma, Valdir Raupp e Sibá Machado. A seguir a presidência convida o Deputado Luiz Eduardo Greenhalg, para tomar assento à Mesa. Após breve explanação passa-se a fase interpelatória quando usa da palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, seguido, de acordo com a lista de inscrição pelos Senadores José Jorge, Tião Viana, Antônio Carlos Magalhães, Arthur Virgílio, José Agripino Maia, Eduardo Suplicy e Augusto Botelho. Ao final, a presidência agradece a presença de todos em especial ao Deputado Luiz Eduardo Greenhalg. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática do crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se a: 1) reunião administrativa para apreciação de requerimentos; 2) depoimento de S. Exª o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh e do Dr. Hélcio Cambraia Júnior, advogado da MM Consultoria.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco em votação a dispensa da sua leitura.

Em votação.

As Srªs e os Srs Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quero registrar aos Srs. Parlamentares que, com muita alegria, comunicamos que o Senador Romeu Tuma é o aniversariante do dia. Parabenizamos o Senador Romeu Tuma.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Está mais jovem hoje, né, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É verdade. Porém, mais experiente.

Srªs e Srs. Senadores, temos vários requerimentos. São de informação e de convocação, bem como requerimentos de transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico. Passaremos a discutir e votar, inicialmente, os requerimentos de informação e os requerimentos de convocação.

Conforme recebi do Sr. Augusto, o nosso Secretário da CPI, vamos votar os requerimentos. Tentaremos votar todos.

Requerimento de autoria do Senador Geraldo Mesquita: "Nos termos do disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Senado Federal, requeiro que esta Comissão Parlamentar de Inquérito proceda à acareação entre os Srs. Bruno Daniel e João Francisco Daniel, irmãos do ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel, e o Sr. Gilberto Carvalho".

Em discussão. (Pausa.)

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, Senador Tião.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, tenho acompanhado essa situação que envolve a chamada "crise de Santo André", o episódio de Santo André, que está sendo reaberto pela Polícia de São Paulo, pelo Ministério Público, com todos os enfoques necessários para que essa matéria seja revista, para que esse episódio seja revisto, seja devidamente apurado e para que não paire qualquer dúvida perante a sociedade sobre o que significou a situação em Santo André.

Não tenho divergência com relação a isso. Quando houve a vinda do Sr. João Francisco Daniel, deixei muito claro a ele que o meu entendimento é de que deveria ser tratada como sagrada a dor de uma família e de que se pudesse investigar tantas vezes quanto se julgar necessário aquela situação de Santo André.

Agora, mesmo manifestando a minha visão contrária e a de muitos membros da CPI, penso que esse não é um caso para a CPI dos Bingos. Mas já é um assunto superado, como V. Exª muito bem disse aqui.

Quanto à acareação, tivemos a vinda do Dr. Gilberto Carvalho, que ocupa a Chefia de Gabinete da Presidência da República; tivemos um amplo debate com ele aqui. Houve um tratamento respeitoso de todos os Srs. Senadores que participaram. Houve a exposição dele diante de uma reunião reservada – e não me compete aqui tratar do que foi dito.

A única consideração que faço é que, não tendo qualquer restrição ao fato de a investigação do caso ser reaberta, ser apurada, como e quantas vezes se queira, a acareação possa ter um indicativo da própria CPI para ocorrer no âmbito da Polícia Federal e do Ministério Público, que estão apurando com absoluta isenção esse caso – e, se julgarem necessário, até a Polícia de São Paulo.

Penso, Sr. Presidente, que temos a figura de um Chefe de Gabinete de um Presidente da República. A exposição política pode ser evitada, e o caso, que é um caso de polícia, o de Santo André, pode ser tratado na sua devida esfera é que acho que deveria ocorrer como um gesto de plena serenidade e sobriedade da nossa CPI. Então, o apelo que eu faço aos Srs. Senadores é que possamos considerar esse requerimento,transferindo-o como indicativo para que a Polícia Federal faça a acareação, o Ministério Público e a própria Polícia de São Paulo. Quanto a isso, não teríamos qualquer divergência. É a consideração que eu deixaria aos nobres Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, agradeço a participação de V. Exª e vou ouvir os demais Senadores.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho) – Sr. Presidente, a respeito do requerimento do Senador Geraldo Mesquita, eu queria fazer uma ponderação. Antes de se fazer essa acareação, esta CPI poderia ouvir o Sr. Bruno Daniel, que é irmão, que é irmão do Sr. Celso Daniel, para então completar as inquirições. Porque já foram ouvidos o Sr. Gilberto Carvalho, o Sr. João Francisco Daniel. E seria ouvido agora o Sr. Bruno Daniel. Eu não estou, em absoluto, invalidando a importância da acareação. Pelo contrário, estou prestigiando a acareação. A acareação deve ser cercada de certas cautelas. Daí por que, sobre o caso GTech já temos uma acareação que vai ser realizada finalmente amanhã, ouvindo 5 participantes, 5 depoentes. Mas há quanto tempo estamos preparando essa acareação, quebrando o sigilo bancário e fiscal das pessoas nela envolvidas. Acredito que seria de bom alvitre, uma boa medida de cautela, primeiro ouvir o Sr. Bruno Daniel, para depois ser realizada a acareação. É o que eu proponho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu divirjo do eminente Relator, porque acho que pode-se votar o requerimento e o calendário é que vai marcar a data,e, conseqüentemente, até aí estará atendido o Relator, até porque, publicamente o Sr. Bruno já falou, inclusive na TV, no programa de Jô Soares, com o seu irmão, ratificando a tese. De modo que, com todo o apreço que tenho ao eminente Relator, um dos melhores Parlamentares da República, quero dizer que divirjo de seu ponto de vista. Acho que deveremos votar o requerimento, e V. Exª, depois, marcará a data da acareação de acordo com a sua conveniência.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra V. Exª.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Em primeiro lugar, eu gostaria de dar os parabéns ao nosso ani-

versariante, Senador Romeu Tuma, que completa hoje mais um ano de jovialidade. Parabéns, Senador.

Sobre o tema, Sr. Presidente, eu acredito que poderíamos aguardar a votação do requerimento, reforçando aqui o parecer do Relator. A medida em que se vota o requerimento, tem-se uma situação determinada. Ainda acredito que podemos ouvir, como diz o Relator, a complementação das informações. E nada pode obstar, no nosso entendimento, o requerimento votar a apreciação no seu momento adequado. Até mais, porque, acredito que as pessoas que vieram depois, vieram no afã de contribuir, de ajudar e esclarecer esse episódio. Portanto, se na 3ª oitiva ficar irremediavelmente necessária a acareação, não vejo por que a Comissão não tomar tal decisão.

Neste caso, eu gostaria de colaborar com o entendimento do Relator, que pudéssemos, nesse momento, ouvir a terceira pessoa, conforme S. Exª sugeriu.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Trinta segundos apenas, Sr. Presidente, para esclarecer o posicionamento. Tenho o mesmo entendimento do Senador Antonio Carlos Magalhães. Que fique bem claro. Acho que devemos votar o requerimento. Defendo que seja feito uma acareação na Polícia Federal, no Ministério Público, por se tratar de um caso de polícia. Se for esse o entendimento, podemos votar aqui o requerimento. O meu entendimento é de que deve ser nesses termos.

Agora, vejam bem, se o entendimento do Relator é de que também se impõe a vinda do Sr. Bruno Daniel, não me oponho, desde que haja entendimento de que a acareação se dê na esfera policial – Ministério Público e Polícia Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, vamos ouvir os outros Senadores para que a Presidência decida qual vai ser o posicionamento e o entendimento com o Sr. Relator.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, que apresentou requerimento convocando o Sr. Bruno Daniel.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Esse seria o quarto, porque o Deputado Greenhalgh se dispôs a vir falar sobre a investigação, sobre o inquérito, e o Bruno terá de vir de qualquer jeito, porque ele confirma o irmão, sem prejuízo desse requerimento. O andamento é como o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador Tião Viana falaram: vai definir, posteriormente, a oitiva dos dois. Não se pode prejudicar a CPI.

Há um detalhe que me deixa muito amargurado, Sr. Presidente: todas as leituras que fiz hoje são para desmoralizar as CPIs, principalmente esta. Falam em "denuncismo"; temos denúncias a serem apuradas. Não é uma questão de semântica, não. São denúncias que estão sendo apuradas. Pode-se chegar à verdade, que é contrária àquilo que...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Senador Romeu Tuma, peço um aparte.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Uma pessoa vai à televisão, faz uma declaração e ainda precisa ser ouvido?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Para configurar o processo, precisa, sim, a não ser que se requeira da televisão o depoimento dele, para anexá-lo ao processo. Aí, é outra coisa. Fica a critério da investigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Exª e comunico aos Srs. Senadores que vou colocar o requerimento em votação. Depois, votaremos o requerimento do Bruno. Mas devo deixar claro que não podemos transferir responsabilidades. A tendência desta Presidência – sei que é a do Relator – é de que as acareações ocorram aqui no plenário, e não na Polícia Federal. A Polícia Federal já ouviu o Sr. Gilberto Carvalho, já ouviu o Sr. Bruno, ou a Promotoria. Então, entendemos que essa decisão é nossa. Foi aqui onde se encontraram posições contrárias.

Vou colocar os dois requerimentos em votação: primeiro, o da acareação; depois, o do Bruno. Convocaremos imediatamente o Sr. Bruno, ainda para esta semana, se for possível, e aguardaremos o momento exato para fazermos a acareação que está sendo proposta.

Em votação.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Gostaria de fazer um encaminhamento desse assunto.

Sr. Presidente, eu quero concordar com o Senador Tião Viana que o caso do ex-Prefeito Celso Daniel é um caso de polícia. Só há um detalhe: o Sr. Toninho da Barcelona, com todos os depoimentos que fez, que aqui veio, que está preso, que foi ouvido na Polícia Federal, esteve aqui porque pode dar uma contribuição ao assunto que está sendo investigado. O caso é de polícia, mas é um caso de política também, com interesse público envolvido, porque há recurso público envolvido. Então, o Toninho da Barcelona, que foi ouvido várias vezes na Polícia Federal, veio aqui, como o Sr. João Francisco Daniel veio aqui, como o Sr. Gilberto Carvalho, em audiência reservada, veio aqui, independentemente de presença ou não na Polícia Federal.

O que estamos investigando? Estamos investigando uma clara contradição que foi levantada aqui, na nossa frente: o Dr. Gilberto Carvalho, em audiência reservada, respondendo, inclusive, à indagação minha, negou frontalmente o que o irmão do morto, o Celso Daniel, disse. Ele negou que tivesse transportado dinheiro para São Paulo para ser entregue ao PT Nacional, ao Sr. José Dirceu. O Sr. João Francisco disse que o Sr. Gilberto Carvalho havia procurado ele e o irmão para comunicar que, da Prefeitura de Santo André, ou dos prestadores de serviço da Prefeitura de Santo André, claro que com o conhecimento do Prefeito – talvez para constranger os irmãos, foi mencionado que era do conhecimento do Prefeito –, era feito um esquema de coleta de dinheiro, envolvendo, possivelmente, prestadores de serviço em transportes coletivos ou em limpeza pública e que esse dinheiro era transportado por ele, Gilberto Carvalho. Dizia Gilberto Carvalho aos irmãos: para São Paulo, para ser entregue ao PT nacional e, depois, ao Sr. Toninho Barcelona.

O Sr. Toninho Barcelona aqui esteve e aqui disse que eu trocava dinheiro miudinho. Dinheiro miudinho é dinheiro com origem de transporte coletivo, pago pelo usuário, e que esse seria transportado ou era transferido para o exterior, para o Merchant Bank, para conta Barret,que tem que ser investigada nesta e outra Comissão Parlamentar de Inquérito, estabelecendo um claríssimo caso de dúvida sobre os Parlamentares que têm obrigação de investigar e apontar culpados. Em caso, aí está evasão de divisas, tráfico de influências, envolvimento direto de autoridades da República e autoridades do Partido dos Trabalhadores, em depoimentos que foram prestados a esta Comissão, com claro envolvimento do interesse público.

Sr. Presidente, eu sei que V. Exª vai submeter à apreciação requerimento de convocação do Juiz Rocha Matos, que deu uma entrevista à revista **Veja** e ao jornal **Correio Braziliense,** recentemente, colocando mais suspeita sobre o comportamento do Dr. Gilberto Carvalho, como que coonestando a versão dos dois irmãos e negando a versão do Dr. Gilberto Carvalho. Impõe-se, portanto, a convocação do Juiz Rocha Matos, que tem que informar coisas a esta Comissão. Até concordo em que se chame o Dr. Bruno Daniel.

Mas a acareação tem que ser posta aqui, e o cronograma das convocações após a aprovação, se a comissão assim entender, ficará a cargo desta Presidência. Que fique claro que tem que vir em todos eles, porque em causa está um problema de ordem política com envolvimento de recurso público. Como disse o Presidente Lula "doa em quem doer". Doa em que doer. Se está envolvido o Secretário particular do Presidente da República, que está com o Presidente Lula dez, vinte vezes por dia, que ele se justifique.

Eu pedi a ele que tomasse a iniciativa, que eu confiava na palavra dele, de propor acareação. Já se vão três semanas, não tomou nenhuma iniciativa. Eu não tenho o direito de fazer cara de paisagem diante das evidências que estão postas.

Eu venho aqui para pedir o esclarecimento dos fatos. A rua nos cobra o esclarecimento dos fatos. Se nós não votarmos com responsabilidade, a rua vai nos cobrar. Eu quero colocar isso de forma muito clara e apelar para a consciência dos Srs. Senadores, para que votem de acordo com a nossa obrigação, que é esclarecer, denunciar e punir quem for culpado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com o voto contrário do Bloco.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Eu gostaria que V. Exª fizesse a verificação nominal dos votos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Faremos a verificação por solicitação de V. Exª, Senador Tião Viana.

Senador Romeu Tuma?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leonel Pavan?

Senador Flavio Arns?

Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Voto de acordo com o parecer do Senador Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Senador Tião Viana não deu o parecer. Está nulo o voto de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele argumentou pelo voto "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Como vota V. Exª?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

Senador Tião Viana?

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Aelton Freitas?

**O SR. AELTON FREITAS** (PL – MG) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Valdir Raupp?

Senador Luiz Otávio?

**O SR. LUIZ OCTÁVIO (**PMDB – PA) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Leomar Quintanilha?

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Juvêncio da Fonseca?

Senador Mozarildo Cavalcanti?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Suplentes do Bloco PFL e PSDB.

Senador Geraldo Mesquita?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Completou os votos.

Não, mas o Senador Arthur Virgílio nós já temos quatro votos. Romeu Tuma, Antonio Carlos, José Jorge e o Senador Mesquita; o quinto sou eu.

Nós ainda temos Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em substituição ao Senador Flávio Arns.

Senador Augusto Botelho?

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Sim

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sete votos sim; sete votos não.

O Senador Senador Efraim Morais, de acordo com o voto de Minerva, vota pelo requerimento. Então, está aprovado o requerimento.

Passamos ao próximo requerimento.

Atendendo o entendimento, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, como do art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Sr. Bruno Daniel Filho seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra V. Exª para discutir.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, penso que o Sr. Bruno Daniel, como o Senador Antonio Carlos já falou, ele já deu entrevista no programa, confirmando as palavras do irmão dele. Não sei se seria necessário convocá-lo aqui, quando poderíamos requisitar as fitas do programa que ele participou. Eu acho que isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O requerimento é de autoria do Senador Romeu Tuma. Caberá a ele manter ou não, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, quando fiz o requerimento, ainda não havia a entrevista do Bruno, que se deu logo em seguida ao depoimento do João Daniel. Eu achei que, como ele dizia que o irmão estava presente, seria um clareamento do que realmente...

Como havia uma idéia de desmoralização do João Daniel, da sua incompetência, da sua fraqueza mental, e o irmão era considerado uma pessoa mais equilibrada, por isso, Senador Antonio Carlos, eu achei que ele teria que ser ouvido, para desmistificar que o João não era uma pessoa capaz de estar falando a verdade. Eu deixo a critério...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então eu sugeriria, Senador, que V. Exª mudasse o teor de seu requerimento, solicitando a cópia da entrevista e não a presença dele aqui.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Eu não tenho nada em contrário. Fica a critério...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vou ouvir o Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a coerência dos membros da comissão, porque há Senadores que dizem que, mesmo tendo prestado depoimento na Polícia Federal, o investigado deve vir a esta comissão. Como é que um dos convocados, porque deu uma entrevista na televisão, vai ser impedido, dispensado, de vir à comissão?

Penso que é uma falta de coerência, Sr. Presidente. Daí por que eu mantenho...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL –BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Numa homenagem ao Relator, que está trabalhando tanto, vamos votar com o Relator.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Está bom. Se o Relator acha que...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu agradeço a V. Exª, mas acho que é uma questão de coerência.

**O SR PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi.

O Senador Romeu Tuma mantém o requerimento.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a convocação do Sr. Bruno Daniel Filho.

Requerimento de autoria do Senador Romeu Tuma. Requer, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja convidado a comparecer perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito o Promotor de Justiça Roberto Wider Filho, do Grupo de Atuação Especial do Combate ao Crime Organizado.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor.

Nós estamos requerendo quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico de várias empresas. Há outros requerimentos também pedindo apenas a abertura de contrato. Eu queria propor ao Senador Romeu Tuma, acho que não seria prudente, num primeiro momento, pedir a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico de onze empresas; que pedíssemos apenas a abertura de contrato e, depois, de acordo com a análise desses contratos...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL –BA. Fora do microfone.) – De todas?

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – De todas; a abertura de contrato. E, de acordo com a análise, que pudéssemos pedir a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico.

Queria propor ao Senador Romeu Tuma que se votasse em globo apenas a abertura dos contratos e não a quebra de imediato...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu acho que não, Sr. Presidente. Podemos é aguardar, mas está intercalado porque nós falamos – inclusive comuniquei ao meu Líder – que poderia haver uma suspensão temporária disso. Agora, retirar parte não pode porque já foi aprovada parte dos meus requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, foi prejudicada aquela votação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, prejudicada a votação, o requerimento não pode ser votado pela metade. Concordamos em suspender temporariamente, sem retirar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, esta Presidência solicitaria e sugeriria a V. Exªs, que são autores dessas solicitações, que retirássemos temporariamente de pauta. V. Exªs iriam discutir essa matéria e ela voltaria para apreciação deste Plenário. É essa a sugestão que faço.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, só **ad cautelam***, porque conversei com o Senador José Agripino sobre isso, preocupo-me com informes de corredor de que pode estar havendo um jogo financeiro por trás disso. Só por cautela. Suspende sem retirar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, é uma decisão da CPI, não é uma decisão dos dois Parlamentares. Quero deixar claro que é decisão unânime da CPI, de...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas suspender sem retirar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ... suspender temporariamente para entendimento. Sobrestamos, então, os requerimentos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, só um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Acho que o entendimento está feito para evitar perda de foco das investigações. Na hora em que começarmos a abrir o leque... A capacidade, essa energia dos membros da Comissão tem um limite. Então, não hora em que abrimos o leque para investigar e quebrar sigilo bancário e telefônico de empresas de Ribeirão Preto, de São Paulo, de Curitiba, de Porto Alegre, perde-se o foco das investigações nesta CPI.

Então, acho que é de bom alvitre o Senador Valdir Raupp e o Senador Romeu Tuma suspenderem temporariamente até que se imponha a investigação. Se se impuser, com absoluta certeza os membros da Comissão vão votar o que é preciso votar.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador, eu só queria esclarecer ao Senador José Agripino a razão desses requerimentos. Temos comunicação de vários membros do Ministério Público de vários Municípios de que foi montado um esquema nos Municípios para... Não quero falar em PT, mas não tem jeito. Onde as Prefeituras foram assumidas pelo PT, montou-se um esquema de arrecadação de fundos experimental, e uma das razões, transporte e lixo, estão sendo confirmadas em vários Municípios. Então o fundo de campanha foi por meio desses órgãos, por isso requeri. E

por isso compreendo a preocupação do Senador José Agripino, de imediato concordei com S. Exª, mas não posso retirar porque as informações se aprofundam. E está aqui o Senador Antonio Carlos Magalhães, que diz que inclusive na Bahia.

Então, são coisas sérias. Pode ser que não seja esta a Comissão própria, mas não se pode afastar a investigação sobre os fundos de caixa dois que foram manipulados nas Prefeituras.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho.

Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, S. Exª requer que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a emissão de um laudo conclusivo respondendo conclusivamente as seguintes indagações.

São quatro indagações que dizem respeito ao contrato da GTech* com a Caixa Econômica Federal, solicitando o Sr. Relator ao Tribunal de Contas da União.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Romeu Tuma, que requer, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer ao plenário desta CPI o Delegado Maurício Correali, da Divisão de Inteligência da Polícia Civil de São Paulo.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda de autoria do Senador Romeu Tuma, com fundamento no §3º do art. 58, bem como nos termos regimentais, seja convocada a comparecer ao plenário desta Comissão a Delegada de Polícia Elizabete Sato, titular da DP em Jardins.

Em discussão.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Senador Romeu Tuma, requerimento: nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que o Sr. Sílvio Pereira seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, ex Secretário-Geral do PT.

Em discussão. (Pausa)

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar a importância da vinda dele, em função da contradição apresentada através dos jornais. Ele alega que todos os membros da Executiva sabiam do caixa 2 e, hoje, ele procura, talvez por pressão que recebeu, desmentir. Como ele já fez depoimento nas outras CPIs, ele tem que esclarecer qual é a verdade. Acredito que na entrevista da **Folha** ele foi sincero e, depois, bloqueado na continuidade da sua denúncia.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em discussão. (Pausa)

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Quero discordar dessa subjetividade, como se afirma. Ele foi sincero porque falou mal do PT e da Executiva e foi insincero quando falou bem da inocência das pessoas.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu não falei insincero.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Eu, por exemplo, era membro da Executiva e jamais participei de duas reuniões da Executiva do PT: discussão disciplinar e política, ouvir qualquer discussão de ordem administrativa. Então, não consigo conceber que seja tão fácil essa propagação da desonra das pessoas.

O Partido dos Trabalhadores tem uma história.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele é que tem que esclarecer isso. Não é uma acusação contra o senhor. Ele é que tem que vir aqui.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Não, mas a denúncia generalizou toda a Executiva.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, é ele, é ele.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Não posso imaginar que haja tanta facilidade em desonrar os outros.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele, ele é que tem que vir aqui.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Não é possível. Onde nós vamos chegar? Onde nós vamos chegar desse jeito?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A moral é dele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas não é bom que ele venha esclarecer?

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Claro, não sou contra que venha. Agora, não aceito que se diga: "Não,

ele foi correto quando denunciou a honra de todo mundo."

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Será que ele foi sincero?

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – "E ele foi manipulado quando..."

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Será que ele foi sincero?

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Aí, vamos chegar ao fim do mundo, mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Inclusive, devo adiantar que a imprensa...

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – O Senador Romeu Tuma apenas falou que houve contradição, não é? Contradição.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A imprensa, talvez por sugestão de alguns companheiros da base aliada, sugeriu o nome da nossa CPI de "CPI do fim do mundo". Isso tem sido publicado na imprensa. Nós agradecemos e esperamos que o fim seja o esclarecimento da verdade à sociedade brasileira. Isso é o que esta CPI está desejando: que o fim do mundo seja a verdade para a sociedade brasileira.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Romeu Tuma. Requer, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja convocado a comparecer perante esta CPI o médico legista Carlos Delmonte Printes.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves: nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento interno do Senado Federal, requer à Polícia Federal o envio de cópia de processo aberto com o intuito de apurar manipulação de jogos de futebol, visando a garantir sucesso em apostas realizadas pela Internet, conhecida como operação Atenas.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, é em relação ao Juiz Edilson?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estamos solicitando o depoimento à Polícia Federal.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – À Polícia Federal?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O requerimento para convocação ainda será discutido.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Porque esse já não tem mais sentido. O Tribunal de Justiça já anulou todos os jogos e a polícia está tomando conta do resto. Mas esse que ele pediu, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – BA) – Mas nós vamos, sim, colocar em discussão e votação. O Plenário discutirá, a não ser que o Senador Tião Viana deseje retirar o apito. (Risos)

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sobre a máfia do apito, eu faço questão de manter o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Máfia do apito.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sobre a máfia do apito, eu faço questão de manter o requerimento. Lamento discordar do meu amigo, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho.

Sr. Presidente, nos termos regimentais, requeiro a convocação do juiz Rocha Mattos, perante esta CPI, para prestar esclarecimentos. Autoria do Senador Arthur Virgílio.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Tião Viana e da Senadora Ideli Salvatti: requeiro, de acordo com o disposto no §3º do art. 8º da Constituição Federal e do art. 148 do Regimento Interno, seja convocado o Sr. Edilson Pereira de Carvalho, árbitro de futebol, para que este preste depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão. (Pausa)

Senador Antonio Carlos Magalhães e, em seguida, Senador José Jorge.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu quero dizer que voto contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, V. Exª se posiciona contra na hora da votação, mas já antecipo o voto de V. Exª.

Senador José Jorge.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, essa questão do árbitro de futebol já está sendo investigada, ele já confessou, os jogos já foram anulados e a Câmara dos Deputados, inclusive, está pensando em fazer uma CPI. Então, acho que esse requerimento, no mínimo, deveria ser adiado para vermos se em determinado momento será necessário ou não. Por enquanto, eu vou-me pronunciar contrariamente a esse requerimento. Acho que é uma manobra diversionista.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele podia ser sobrestado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Caro Senador Efraim, a justificativa que apresento para essa convocação é que foi amplamente divulgado pela imprensa que há um elo claro entre o juiz citado e donos de casas de bingo – com o Sr. Nagib, de modo distinto.

Então, se a CPI tem o propósito de apurar jogos de bingo no Brasil, a contravenção, lavagem de dinheiro, e há um esquema claro que pode ser muito maior do que se pensa nessa atividade, entendo perfeitamente coerente a convocação e, aí, discordo do meu amigo, Senador José Jorge, de que seria de outra natureza a convocação.

Faço-o com absoluta tranqüilidade, porque esse, sim, é um requerimento que deve ser pautado pela CPI dos Bingos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, peço à nossa Comissão que, a respeito de qualquer requerimento, primeiro veja o foco, se está dentro do objeto; segundo, se há ou não outra instituição fazendo investigação parecida com a nossa, ou até mais avançada.

Nesse caso, em qualquer situação como essa cabe uma análise do funcionamento e da relação do problema com o que esta CPI se propõe a trabalhar. Vejam o caso que acabamos de votar, de Celso Daniel, que, a princípio, não tinha nada a ver com o foco desta CPI.

Então, nesse caso, eu gostaria, em cada requerimento desses, antes de sermos favoráveis ou contrários sumariamente, que analisássemos se há, ainda, algum viés de ligação com algo que venha a ser bastante importante para a apuração.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª queria passar o mandato discutindo requerimentos, Senador. Se quiséssemos saber se todo requerimento tem sentido ou não, não teríamos prazo suficiente.

Vale salientar a V. Exª que estamos comunicando todos esses requerimentos antecipadamente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele está pedindo o adiamento, Presidente, para que seja melhor discutido.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço o aparte de V. Exª.

Em discussão, ainda. (Pausa.)

Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, quero respeitar todos os argumentos aqui colocados, inclusive o do Senador Tião Viana que coloca a preocupação quanto aos recursos que circulam em torno do futebol, que é uma paixão nacional que tem que ser preservada como atividade onde a honestidade, em todos os segmentos, seja uma verdade, seja um preceito.

Na cabeça de nenhum dos Srs. Senadores passa qualquer descuido com a honestidade na prática do esporte, principalmente do futebol, que é uma paixão nacional. Acho que é o que levou o Senador Tião Viana a apresentar o requerimento.

Eu insisto no argumento que coloquei. Na CPMI dos Correios, na CPMI do Mensalão, na CPI dos Bingos, há cobrança por parte da sociedade, por parte de todo mundo, de conclusões, de resultados, e estamos assoberbados de assuntos a investigar. Esse é mais um assunto a investigar. Então, a hora é de priorizar, ordenar prioridades. Acho que quem tem responsabilidades nestas Comissões tem a obrigação de, pragmaticamente, começar a priorizar as investigações, sob pena de cairmos no descrédito diante da opinião pública.

O critério nº 1 a presidir a definição de prioridades é: há ou não há envolvimento de recurso público, de imposto pago pelo cidadão? Há ou não há? No objeto do requerimento, na ação a investigar, há ou não há recurso público? Interesse público existe. Agora, recurso público, o cidadão está sendo lesado? Está ou não está? Se não está, esse assunto pode até ser aprovado, mas ele entra numa escala de prioridade inferior aos assuntos que envolvam recurso público, imposto do cidadão pago e que esteja sendo lesado.

Por essa razão, eu gostaria de ponderar ao Senador Tião Viana, não para que deixássemos, esquecêssemos esse assunto. Esse assunto é importante,

está sendo investigado pelo Ministério Público e pela polícia, que têm a obrigação de fazê-lo, agora, não é um assunto que envolva imposto pago pelo cidadão, recurso público. É mais recurso privado. E vamos desviar o foco e as atenções da investigação de assuntos que envolvem diretamente recurso público para gastarmos energia com investigação de um assunto que envolve recurso privado.

Com essa ponderação, solicito e apresento, aqui, a sugestão de não votarmos essa matéria, sustarmos a sua apreciação, darmos um tempo ao Ministério Público e à Polícia Federal, e ao bom andamento das investigações que estão em curso e que são a grande curiosidade e a grande cobrança da sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, concordo com o Senador José Agripino, mas eu queria levantar uma questão para o nosso Relator, porque a memória dele é melhor do que a minha e ele está presente aqui em tempo integral, enquanto estamos correndo para outras Comissões.

Quando houve o depoimento do diretor da GTech – se eu conseguir me lembrar bem, e V. Exª confirmar, eu agradeceria –, foi dito que ofereceram mais dois sistemas de jogo, que seriam apostas eletrônicas. Não foi isso? Durante o acordo entre a GTech e a Caixa, que proporia... Eu não sabia que existia, já, a jogatina eletrônica, porque isso que foi feito em São Paulo, com esse juiz, era o cassino eletrônico, porque eles estavam jogando por meio do computador. Então, é clandestino, mas já tem alguma coisa ligada ao aspecto que foi levantado aqui, se o nosso Relator lembrar se estou certo ou não. Não sei.

Agora, aqui, talvez possa ser sobrestado, porque há em andamento, na Assembléia Legislativa de São Paulo, assinada por 52 Deputados, praticamente a grande maioria, abertura de uma CPI, além do inquérito que está sendo feito na polícia. Acho que poderíamos aguardar, sem perder de vista, para sabermos se há a relação da GTech. O senhor poderia me responder, Relator, se estou bem lembrado?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romeu Tuma, parece que a minha memória está igual à do senhor, mas o assessor da CPI, Leonardo, está me dizendo que quem fez referência...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu lembro que alguém fez, mas...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fez. Foi o Sr. Carlos Cachoeira.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Carlos Cachoeira. Obrigado, Sr. Presidente. Só para não perdermos o eixo, conforme a proposta do Senador José Agripino.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Suplicy, V. Exª tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu ouvi com atenção os argumentos do Senador Agripino Maia, Líder do PFL, com respeito à possibilidade de examinarmos apenas aquilo que se refere a desvio de recursos públicos.

Será que aquilo que esteve relacionado à prática do juiz Edilson Pereira de Carvalho e do Sr. Nagib Fayad, que se relacionou a essa prática que tanto prejudicou o futebol brasileiro, será que não estaria relacionado, eventualmente, a recursos públicos? Na medida em que o Sr. Nagib Fayad seria proprietário de casas de jogos e, relacionados a isso, na medida em que essas casas de jogos, inclusive dos bingos, têm mantido relação com políticos, com campanhas políticas, parece-me que os argumentos apresentados pelo Senador Tião Viana fazem sentido. Ademais, os recursos que o povo brasileiro gasta para ir aos jogos de futebol são recursos do povo. Então, avalio que faz sentido a proposição do Senador Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, acho que seriam suficientes apenas as informações que já foram obtidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público sobre o caso, mas tendo em vista que o Senador Tião Viana, posteriormente, quer aprofundar o caso, se for necessário, penso que se haveria de examinar essa necessidade e voto favoravelmente ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Peço verificação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou colocar em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadores Antonio Carlos Magalhães, José Jorge. (Pausa.)

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Senador Tião Viana. Requer, de acordo com o disposto no §3º do art. 8º da Constituição Federal, seja convocado o Sr. Nagib Fayad, proprietário de casas de bingo, para que este preste depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento: nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado a comparecer perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito o Sr. César Olivier Dalston, auditor fiscal da Receita Federal, para prestar depoimento nesta CPI. Senador Geraldo Mesquita.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento. Eu posso ler a justificativa do Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, é que eu queria....

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, mas S. Exª deseja dar um esclarecimento.

V. Exª pode esclarecer.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Solicito ao Senador Geraldo Mesquita que esclareça qual é o objeto dessa proposição.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Pois, não, Senador Garibaldi, Srs. Senadores, trata-se de um caso que envolveu a tentativa de introdução, no País, de máquinas caça-níqueis, como se fossem equipamentos de informática.

Há um processo administrativo-disciplinar correndo no âmbito da Receita Federal que aponta pessoas de dentro e de fora da Receita na construção de uma solução administrativa que permitisse, através da mudança de códigos, simplesmente, desbloquear o ingresso de tais equipamentos nas alfândegas por onde se tentasse introduzi-los.

Então, como se trata de um esquema envolvendo a máfia do jogo, com ramificações administrativas e políticas, achamos por bem trazer o fato à apreciação desta Casa, portanto requerendo a presença de várias pessoas que têm ligações públicas e privadas para que esclareçam definitivamente essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Satisfeitos?

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ainda de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que requer, nos termos do Regimento Interno do Senado, seja convocado a comparecer o Sr. José Ângelo Beghini de Carvalho, Consultor da IGT – International Gaming Technology do Brasil Ltdª –, para prestar depoimento.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que solicita seja convocado para comparecer a esta CPI o Sr. Paulo Leonel Michielon, sócio das casas lotéricas e Presidente da Febralot – Federação Brasileira de Empresas Lotéricas.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requer, também o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, que o Sr. Inhaúma Neves Ferraz, professor-adjunto da Universidade Federal Fluminense, compareça para prestar depoimento sobre o laudo pericial de sua autoria no processo de consulta relativo à guia de importação de máquinas junto à Secretaria da Receita Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que requer, nos termos do Regimento Interno, que seja convocado, para comparecer perante esta CPI, o Sr. Hélder Silva Chaves, auditor fiscal da Receita Federal, para prestar depoimento sobre parecer de sua autoria referente à análise de classificação fiscal do aparelho denominado Terminal de Captação de Apostas.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento: nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado a comparecer perante esta CPI o Sr. Marcos Olivier Dalston, para prestar depoimento sobre o laudo pericial emitido pelo professor Inhaúma.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento: nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art.148 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que os Srs. Rogério Tadeu Buratti, Waldomiro Diniz, Carlos Augusto Ramos, Marcelo Rovai e Enrico Gianelli apresentem a esta CPI todos os seus passaportes, quando da realização da acareação entre eles.

Em discussão.

Com a palavra, o Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, trata-se de uma providência acauteladora a ser tomada pela CPI, se contar com a aprovação do Plenário, tendo em vista as investigações que estão sendo realizadas. Como eles vão participar de uma acareação amanhã, nós faríamos a solicitação no dia de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que nos termos do disposto no §3º do artigo, requer, pela Polícia Federal, com assistência da assessoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito, tome depoimento, que constará dos autos desta CPI, dos seguintes senhores. E requer que a Polícia Federal tome essas providências. Aqui tem: Maurílio de Assis Vieira Filho; Romualdo Wilson Cançado; Luiz Otávio Mourão; Orlei Claro de Lima; Zildo José Heleodoro dos Santos; Ruy Barquete Santos; Marcos Tadeu de Oliveira Andrade; Carlos Eduardo Fernandes da Silveira; Magda Kiehl e Egton de Oliveira Pajaro Júnior.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Esse se encontra prejudicado, que era a convocação do senhor Ruy Barquete Santos, que já foi incluído neste outro, para ser ouvido pela Federal. P

Prejudicado o Requerimento nº 237, de autoria do Senador Garibaldi Alves.

E requer, nos termos legais, em atendimento de função às minhas prerrogativas constitucionais como Senador da República, que o Tribunal de Contas da União inicie procedimentos de análise de irregularidades de aviso de inegibilidade de licitação. Processo nº 2005-292, Gerência de Compra de alienações de Brasília, publicado no **Diário Oficial**. Senador Heráclito Fortes.

Ao Relator, para analisar o requerimento.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Heráclito Fortes apresenta um requerimento a respeito de uma aquisição que foi feita pelo Governo Federal junto à IBM – Empresa do Brasil Indústria de Máquinas e Serviço –, no valor de 400 mil, referente à contratação e... Aqui, são os suportes de *softwares:* 90.391 referentes à contratação de serviço de manutenção e 227.400 referentes a aquisição e atualização de equipamentos.

A imprensa noticiou uma suspeita que foi lançada sobre a aquisição desses equipamentos, daí o requerimento do Senador Heráclito Fortes para que o Tribunal de Contas da União inicie procedimento de análise da regularidade do aviso de inelegibilidade da licitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PE) **–** Eu solicitaria que esse Relator fizesse uma análise mais profunda do requerimento e, na próxima sessão...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encaminha ao TCU.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PE) **–** É um pedido de informação, então?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É um pedido de informação ao TCU para que apure a regularidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PE) **–** Em discussão, então. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento: nos termos do disposto §3º do artigo 58 da Constituição Federal, de autoria do Senador Geraldo Mesquita, requer que o Sr. Ademar Palocci seja convocado a prestar depoimento a esta CPI.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PE) **–** Pela ordem, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Eu peço o adiamento não só desse requerimento, como do relativo ao Ministro Palocci, para data bem posterior. Que não fique marcada nenhuma data, levando-se em conta, sobretudo, os problemas econômicos do País, no momento em que estamos em uma situação razoável graças à atuação do Ministro Palocci.

A vinda, mesmo, do seu irmão e dele só pode prejudicar o País. Conseqüentemente, eu peço a V. Exª

que faça o adiamento – sobrestar esses requerimentos para outra época, se for oportuno.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) **–** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PE) **–** Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) **–** Sr. Presidente, levando em conta que a pauta da CPI está cheia de temas momentosos, eu endosso as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães e sugiro o sobrestamento da matéria, imaginando que ela permaneça na mesa, mas sobrestada, aguardando uma ocasião mais propícia para votação e deliberação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PE) **–** Senador Geraldo Mesquita, autor do requerimento.

**O SR. GERALDO MESQUITA** (P-SOL – AC) **–** Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que o requerimento se justifica. Como eu coloco na justificativa, há indícios fortes e fatos que, colocados nesta Comissão, sinalizam a pré-existência de utilização de recursos públicos para a formação de caixa dois de campanhas em algumas cidades do País. E, por último, agora, há indícios fortes de que o senhor Ademar Palocci patrocinaria o mesmo esquema quando Secretário de Finanças na cidade de Goiânia.

Mantenho o requerimento e, democraticamente, acho que esta Comissão deve deliberar sobre o seu destino.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, eu pediria a compreensão do Senador Geraldo Mesquita. Por hipótese alguma eu recomendaria aos meus companheiros que votassem pela retirada desse requerimento. Por hipótese alguma. Agora eu acho – e concordo com a opinião dada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães – que o sobrestamento temporário desses requerimentos, do Ministro Palocci e do Sr. Ademar Palocci, nesse momento são prudentes, apenas prudentes, nada mais do que prudentes, e pediria o consentimento do Senador Geraldo Mesquita para essa palavra de prudência que coloco aqui em nome dos companheiros do PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Continua em discussão a proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, acompanho o Senador Antonio Carlos Magalhães na proposta que faz.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª, Senador Luiz Otávio, apóia a proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu acho que com as Lideranças aqui se manifestando, Senador Antonio Carlos Magalhães, nós aprovamos uma série de requerimentos, inclusive as acareações e tudo, e deveria realmente ser sobrestado até que V. Exª e o Relator achem conveniente voltar ou não à pauta.

Somos favoráveis ao sobrestamento pela situação que já foi esclarecida pelos Srs. Líderes e pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Acompanho também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Sibá.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Concordamos também perfeitamente com o encaminhamento dado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Sr. Presidente, também acompanho a proposta apresentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Em votação a proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães pelo sobrestamento dos Requerimentos nºs 113 e 222, de 2005, da convocação do Sr. Ademar Palocci e do Sr. Antonio Palocci.

Em discussão.

Não tendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Encontram-se sobrestados os Requerimentos.

Inicialmente, pediria desculpa ao Deputado Greenhalgh. Há ainda um requerimento de quebra de sigilo bancário que ficará para amanhã.

Convido V. Exª, Deputado Greenhalgh, pedindo desculpa pelo atraso, para que V. Exª faça o seu depoimento, já agradecendo antecipado a presença de V. Exª.

Deputado Greenhalgh, V. Exª tem a palavra pelo tempo que desejar.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador Efraim Morais, Presidente da CPI; Senador Garibaldi, Relator; e Srs. Senadores, coloqueime à disposição da CPI para prestar esclarecimentos acerca da minha participação no acompanhamento da investigação da morte do Prefeito Celso Daniel. Não me considero constrangido na CPI. Considero que um homem público tem a obrigação e o dever de dar explicações daquilo que souber.

Há poucos dias, a CPI ouviu o depoimento do Dr. João Francisco Daniel. Não é que ele tenha feito nenhuma crítica afrontosa à minha pessoa, mas ele revelou alguns fatos que, embora verdadeiros, podem ter uma explicação diferenciada, fatos que participei, fatos que eu estive.

Coloquei-me à disposição da CPI para prestar esses esclarecimentos. Algumas perguntas e alguns comentários que foram feitos pelos Srs. Senadores não expressavam, na minha opinião, o que realmente tinha acontecido na investigação. Por isso, tomei a iniciativa de me colocar à disposição da CPI para prestar esses esclarecimentos.

Sr. Presidente, se V. Exª permitir posso fazer um relato.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Até onde alcança a minha memória, distante dos fatos já há algum um tempo, quero, em primeiro lugar, dizer que acompanhei a investigação do assassinato do Prefeito Celso Daniel de janeiro de 2002 até de setembro de 2002. Digo de janeiro até setembro porque em setembro foi preso o último integrante de quadrilha, e eu acompanhei o depoimento dessa pessoa. Depois disso, saí do caso e não acompanhei, quer a investigação complementar que foi feita, quer as novas investigações, quer aquela que foi feita pelo Ministério Público, em Santo André – dela não tenho conhecimento, Senador, não tive acesso a esta nova coleta de provas.

Mas, vou dizer a V. Exªs o seguinte: fiquei sabendo do seqüestro de Celso Daniel no sábado pela manhã. Ele foi seqüestrado na noite de sexta-feira, dia 18 de janeiro. No sábado de manhã fui a uma reunião do partido e lá nessa reunião do partido, que tinha por objetivo discutir o programa de governo, do então candidato José Genoíno Neto, ficamos sabendo dessa situação e decidimos parar a reunião e ir todos para Santo André para nos informarmos daquela situação. E fomos. Devo ter chegado em Santo André às 10h, 10h30min da manhã do sábado. Prefeitura Municipal, paço municipal, átrio da câmara municipal – uma confusão. Gente chegando, gente saindo, políticos, Deputados, prefeitos da região, Senadores, pessoas do Governo. Sobre o que tinha acontecido? Celso Daniel tinha sido seqüestrado na noite anterior, após sair de um restaurante com Sérgio Gomes da Silva.

Tenho vivência de advogado criminal, sou um criminalista. Em alguns momentos participei de investigações de seqüestros. Havia já delegados de Santo André, delegados da Polícia Federal, no próprio sábado, durante a manhã, orientando as pessoas da família, orientando as pessoas do Governo sobre como se devia proceder na eventualidade de um telefonema do seqüestrador, pedindo resgate. Eu mesmo fui consultado por várias pessoas ali, dei as minhas opiniões: numa situação dessa deve-se manter a pessoa que se comunica pelo telefone o maior tempo possível no telefone. Não se deve dizer a palavra "não". Deve-se sempre estabelecer o diálogo para poder aumentar a possibilidade de a polícia localizar de onde vem, de onde provinham os telefonemas.

Lembro-me, Sr. Presidente, de que fiquei a tarde inteira em Santo André, nessa confusão. Nós estávamos traumatizados. Há seis meses tínhamos perdido o companheiro Toninho, também assassinado. Diversos prefeitos do PT, naquela oportunidade, estavam recebendo cartas de ameaça. Uma dessas cartas era de uma entidade chamada FARB – Forças Armadas Revolucionárias Brasileiras. Diversos, diversos prefeitos estavam recebendo ameaças.

Então, à noite, voltei à minha casa.

Domingo de manhã, acordei para ver televisão. Continuava o seqüestro de Celso Daniel. Quando deu 10h30min, recebi, na minha casa, um telefonema do Ministro Aloysio Nunes Ferreira, que era Ministro da Justiça naquela oportunidade: "Greenhalgh, estou querendo o telefone celular do Genoíno, do José Dirceu e do Lula, porque eu acabo de ser informado, pela Polícia Federal, que, em Juquitiba, se encontrou um corpo e a polícia acha que é do Celso Daniel". Eu imediatamente entreguei os telefones que eu tinha e liguei a televisão. Lembro-me de que, quinze minutos depois, a televisão já mostrava, de um helicóptero, as imagens aéreas do encontro do cadáver lá embaixo. Às 13 horas já havia a confirmação de que o corpo era do Celso Daniel.

Sou separado. Em alguns domingos fico com os meus filhos. Esse era um desses domingos. Eu havia programado almoçar com os meus filhos e recebi novamente um telefonema do Genoíno, deveria ser 13hs, 13h15, dizendo que havia sido confirmada a morte do Celso Daniel e ele, Presidente, candidato a Governador, e o então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, haviam me pedido que eu fosse acompanhar a autópsia, a perícia e a necropsia. Rapidamente suspendi o que eu tinha para fazer e fui ao IML descentralizado, ali perto do Ceagesp. Devo ter chegado lá, Senador Garibaldi, 14h, ou um pouco mais. Não havia médico-legista, só havia funcionários; era um domingo. Diversas pessoas estavam esperando a autópsia de seus parentes. Entro numa sala, vejo diversos corpos enfileirados, verifico que o Celso Daniel não está lá; volto para fora e fico esperando. De repente, vejo duas pessoas entrarem com o cadáver do Celso

Daniel. Eu fico olhando o cadáver e, se é que os senhores me permitem dizer, fico conversando com ele – Celso, o que é que te fizeram, companheiro? – e fico acompanhando. Vi o olho aberto num sentido de terror. Vi as mãos crispadas, tesas, retesadas, fui contando – sou advogado criminalista –, fui contando orifício de entrada, orifício de saída, tentando ver.

Dali a pouco começam a chegar autoridades: o diretor do IML; o diretor do DHPP, Dr. Domingos; Dr. Jarjura; Dr. Celso Perioli; Dr. Armando, que veio depor nesta CPI; Dr. Carlos Delmonte, médico-legista. Estava comigo, e por isso eu pedi que viesse aqui o deputado Jamil Murad, que era Deputado Estadual e é médico, hoje é Deputado Federal. Depois chegou o deputado Renato Simões, que era o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. E nós então ficamos ali, ao lado, naquela sala. Os cadáveres em volta, e a mesa com Celso Daniel ali, para iniciar a sua perícia. A perícia começa, em determinado momento, o médico legista disse que tinha muita gente, que isso poderia atrapalhar a perícia, começa a retirar pessoas da sala. Isso é o que eu me lembro. Começa a retirar pessoas da sala. Quando chegou na minha vez, eu falei, eu não vou sair. Aqui eu vou ficar. Não, não pode, isso é contra o procedimento. O senhor não é médico. Não sou médico, mas sou advogado. E a pessoa que está aí morta é meu companheiro. Quis ficar. No fim o Dr. Jarjura veio conversar comigo, disse-me: "Grenhalgh, vamos sair, vamos deixar o Jamil Murad ficar. Vamos fazer um acordo aqui. Fica o Jamil que é médico, acompanha." Eu então saí com outras pessoas. E a autópsia começou a ser feita. Ficamos numa sala. Eu me lembro que vários delegados estavam ali, Diretor do IML, de uma série de pessoas, o Deputado Renato Simões sentado comigo, de vez em quando saía o deputado Jamil Murad e dava uma informação de como estavam lá os procedimentos. Assim fomos ficando, 4, 5, 6, 7, 8, 9 da noite. Alguém, que não me lembro quem, saiu da sala uma hora e me perguntou se queria que... já estava no final, o que que a família queria, se a família queria preparar o corpo ali, ou se queria levar para Santo André e preparar lá. Eu liguei para Santo André, falei com o Gilberto Carvalho, verifique com a família...estávamos todos traumatizados, nervosos. Aí o Gilberto Carvalho falou com a família, foram buscar um terno, trouxeram o terno, e eu o entreguei para as pessoas que iam fazer a preparação do corpo. Prepararam o corpo, puseram-no no caixão, fizeram maquiagem no Celso Daniel. Às 10 horas da noite, o carro do Corpo de Bombeiros já estava lá fora. Houve uma reza em torno do corpo, puxada por servidores do IML de lá. Nós rezamos. E, nesse momento, pusemos o corpo do Celso Daniel em cima do carro do Corpo de Bombeiros e fomos a Santo André. O velório iria ser feito no átrio da Câmara Municipal de Santo André. O corpo chegou. Eu cansado. Dou condolências à família. Quando eu chego para dar condolências ao Dr. João Francisco Daniel, ele agradece o fato de eu ter ficado o dia inteiro lá e me pergunta: "Dr. Greenhalgh, o meu irmão foi torturado?" E eu disse a ele: "Não. Não foi." Ele falou: "Graças a Deus." Foi isso. Eu não vou a enterros. Só espero ir ao meu. Não gosto de cemitérios. Porque a minha trajetória, neste País, é fato público e notório, de ir atrás de desaparecidos políticos, desenterrando pessoas. Eu não gosto de cemitérios. O corpo foi velado. Voltei para a casa. No dia seguinte, velado o dia inteiro. Já uma terça-feira, foi enterrado. Quando foi quarta-feira ou quinta, acho que quarta-feira, dia 22: 18 o seqüestro, 19 sábado, 20 domingo, 21 segunda, 22 terça – foi o enterro, na quarta-feira, dia 23, recebo um telefonema, Senador Antonio Carlos, 10h30min da manhã, da Dona Marisa Letícia, esposa do Presidente Lula, pedindo que eu fosse a uma reunião na casa deles em São Bernardo. E eu fui. Cheguei nessa reunião, subi no prédio, apartamento, ali estavam o hoje Presidente Lula, sua esposa, João Avamileno, que era vice-Prefeito de Santo André, que depois assumiu o cargo com a morte de Celso Daniel, e foi reeleito agora, estava o Professor Luizinho, que era Deputado, estava o José Dirceu, Presidente do Partido, estava José Genoíno. Eu, então, fiz uma exposição sobre a necropsia. E o Presidente Lula me pediu que eu acompanhasse esse caso.

Não é a primeira vez que acompanho casos de morte no PT: acompanhei Chico Mendes; acompanhei os dois canavieiros de Leme; Margarida Maria Alves; acompanhei os diversos casos de militantes do PT assassinados. Eu disse ao hoje Presidente da República: Lula, é para acompanhar isso até o fim? Ele me respondeu: "É para acompanhar até o fim"; Doa a quem doer? Doa a quem doer. Porque, eu disse, então, vou começar a investigar Sérgio Gomes, que era o motorista da perua que não foi arrebatado no momento do seqüestro. Despedi-me. No caminho de volta para o meu escritório em São Paulo, telefonei para os meus assessores e mandei cancelarem todas as minhas agendas. E comecei a me dedicar a este caso, Senador Agripino.

Eu tenho duas fases neste caso: a primeira, a da polícia me achando um intruso, me achando uma pessoa que ia orientar a investigação, e, uma outra, a da polícia me aceitando como tendo sinceramente contribuído na investigação. Muito bem.

A polícia de São Paulo brigando entre si. O delegado de Santo André queria que o inquérito fosse feito lá, porque o Prefeito, afinal de contas, era daquela Ci-

dade. O DHPP querendo que a investigação fosse feita por ele, porque, afinal de contas, é o departamento de homicídios, e o Prefeito Celso Daniel foi morto por homicídio. A Polícia Federal querendo investigar porque o Presidente Lula e o Presidente José Dirceu tinham pedido ao Presidente Fernando Henrique o concurso da Polícia Federal. O DEIC querendo investigar, porque, afinal de contas, se tratava de um seqüestro, com formação de bando e quadrilha. O delegado de Itapecerica da Serra querendo investigar porque, afinal de contas, o corpo do Prefeito foi encontrado na região de Itapecerica da Serra.

Fui falar com o delegado geral, junto com o Deputado Renato Simões. O delegado geral disse que, naquele mesmo dia, determinaria o presidente do inquérito. E determinou o DHPP.

Srs. Senadores, eu não conhecia nenhum dos delegados que de qualquer forma concorreram, direta ou indiretamente, para a investigação deste caso, à exceção do Dr. Romeu Tuma Júnior, filho do Senador Romeu Tuma, que hoje é Deputado por São Paulo e era o delegado seccional de Itapecerica da Serra.

Este caso foi investigado por três delegados da Polícia Federal: Dr. Marcelo, Dr. Luna e Dr. Hermes. Este caso foi investigado por dois delegados do DHPP – eu não conhecia nenhum dos três – da Polícia Federal. Do DHPP: Dr. Armando Costa e o Dr. José Mazzi, que eu também não conhecia. Este caso foi investigado por dois delegados do DEIC: Dr. Edson Santi e Dr. Arli Antonio Reginaldo. São três da Polícia Federal, dois do DHPP – cinco –, dois do DEIC – sete –, um de São Bernardo, Dr. Dejar Gomes Neto, que eu também não conhecia – oito – e nove, o Delegado Romeu Tuma Júnior.

Este caso foi investigado por mais cinco promotores de Justiça: três de Santo André, um da capital e um de Itapecerica da Serra. E nós começamos a investigação.

Em alguns momentos, a polícia tentou me desviar do assunto. Vou contar-lhes isso. Quando foi para se fazer a reconstituição do delito, o Delegado Armando, que aqui esteve, me disse: Deputado, vamos começar a reconstituição pelo restaurante Rubayat, na Alameda Santos. De lá, vamos chegar à Rua dos Três Tombos. Desci do DEIC, entrei no carro e falei para o meu motorista: vamos para a Rua dos Três Tombos, porque eu acho que a reconstituição se fará de lá, onde aconteceu o seqüestro, até o restaurante.

Quando eu cheguei lá, Senador Agripino, estavam lá os delegados que tinham me mandado ir para o Rubayat. E eu lhes disse: eu vim para ajudar. Eu vim para acompanhar e gostaria de ter a reciprocidade dos senhores. O delegado que esteve aqui disse: Deputado, nós resolvemos mudar o local, mas eu não tinha o seu celular. Por isso eu não pude desfazer. Eu, imediatamente, dei o meu celular a todos os delegados que estavam ali, aos próprios promotores e disse que tinha vindo para acompanhar, que tinha sido destacado para acompanhar este caso.

Assim foi feito. O caso foi investigado nas suas múltiplas dimensões. Houve uma força tarefa. A Polícia Federal investigava a possibilidade de crime político. O DEIC investigava a formação de quadrilha e a favela Pantanal. O DHPP investigava prefeitura, parentes, amigos, localização do corpo, etc. Cada um foi fazendo o seu serviço, muitas vezes com dificuldades.

Este caso começou a ser esclarecido quando o Delegado Edson Santi, do DEIC, recebeu um telefonema de um diretor de uma rádio de São Paulo, a Jovem Pan, em que esse senhor dizia que a empregada dele tinha uma informação sobre a favela Pantanal. Rapidamente, o Delegado Edson Santi foi à casa desse diretor, conversou com a pessoa, obteve da pessoa informações e foi à favela Pantanal. Na favela Pantanal, descobriu o local de uma garagem, e, fazendo diligências, acabou encontrando um cartão de identificação de uma empresa seguradora de saúde em nome de Celso Augusto Daniel, SulAmérica de Saúde. Esse problema, esse encontro, em vez de ser uma coisa positiva, estabeleceu atrito novamente entre a polícia, porque o DHPP tinha estado, dias antes, nesse mesmo local, feito a mesma vistoria, e não encontrou nada. E, quando o Deic encontrou, o DHPP ficou na dúvida se aquele documento estava ou não estava com o Prefeito Celso Daniel. Nós, então, chamamos, do Departamento de Homicídios de São Paulo, a companheira do Celso Daniel, D. Ivone Santana. A D. Ivone, olhando o cartão SulÁmerica, falou: "este é do Celso Daniel". De lá, do DHPP, telefonou para a secretária do Celso Daniel lá na prefeitura, chamada D. Hortênsia (inaudível), se não me falha a memória, e perguntou a ela se ele andava com isso na carteira? "Andava com isso na carteira". Então, abriu-se a investigação sobre a favela Pantanal nesse momento. Foi preso um homem chamado Cabeção – o Monza tinha ficado estacionado na sua casa. Esse homem abre a possibilidade da participação de um menor chamado Kit (inaudível), que é detido e acaba contando que, de fato, sabia da Blazer e sabia do caso. Começou-se a falar em nome de pessoas, que começaram a ser presas. A quadrilha que fez o seqüestro e o assassinato de Celso Daniel, depois do ocorrido, cada um tomou um lugar e um destino. Esse Ivan, que era o chefe da quadrilha, pegou um outro rapaz, chamado Elcide, que era o motorista da Blazer, e foram para Maringá. E olha o que vou dizer aos senhores: lá, em Maringá, essas

duas pessoas foram presas pela polícia. A polícia do Paraná sabia quem eram essas pessoas e, no entanto, soltaram-nas mediante pagamento de propina. Os dois presos deram uma Blazer...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas eles foram presos por que razão? Pela questão Celso Daniel ou por outro motivo?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Eles foram presos por uma outra questão. Quando chegaram à delegacia, identificaram-se essas duas pessoas como sendo aquelas procuradas pelo Celso Daniel. No entanto, eles foram soltos, Senador José Jorge, mediante a entrega de uma Blazer, uma casa e um cheque. Isso retardou a investigação e retardou a prisão desses dois indivíduos. Eles saíram de Maringá, vieram para São Paulo e depois foram para a Bahia. Os presos, os praticantes do seqüestro e da morte, eram baianos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Deve haver um equívoco, Excelência. (Risos.)

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador Antonio Carlos, infelizmente, eram de Itabuna, alguns, e de Vitória da Conquista, outros. Eles foram para lá e foram presos em Itabuna, em Vitória da Conquista, praticando assaltos. Esse José Edson da Silva, que acompanhou o menor na morte do Celso Daniel, foi preso na tentativa de assalto a uma joalheria em Itabuna, ou um banco ou um posto policial, resistindo à prisão com metralhadora e com uma granada de mão, que jogou contra os policiais. Foram presos, voltaram a São Paulo. Aqui, novamente, tentaram me enganar. Quando fiquei sabendo que esse José Edson da Silva tinha sido preso na Bahia, estavam vindo para São Paulo, eu liguei ao delegado. O senhor prendeu? "Prendi". Parabéns. O senhor vai para onde? "Para Brasília, Deputado". Eu estava aqui em Brasília no meu gabinete. Então, a que horas o senhor vai chegar? "Umas sete e meia; o preso já confessou a participação, deu entrevista à televisão".

É bom buscar essas entrevistas, porque elas evitam a idéia de coação. Foi logo depois da prisão. Eu desliguei o telefone, Senador Efraim, e falei ao meu chefe de gabinete: compra uma passagem para mim para São Paulo, no primeiro vôo que houver. E fui para São Paulo; desci no Aeroporto de São Paulo e fui direto à sala da Polícia Federal. Entrei e fiquei esperando. De fato, eles não vinham para Brasília; eles foram para São Paulo. Quando o delegado me viu, ficou meio encabulado, desenxabido, e aí fomos juntos à Polícia Federal, com José Edson da Silva. Isso era meia noite, uma hora da manhã.

Bem, e assim foi feito. As pessoas foram presas em momentos diferentes, contaram sempre a mesma versão, deram detalhes do seqüestro. E o inquérito foi encerado; os dois inquéritos: da Polícia Federal, cujo relatório afirma que não houve crime político; e o da Polícia Civil, cujo relatório afirma que foi um crime comum.

A minha relação com a família do Celso Daniel sempre foi boa. Sempre foi boa. Logo que eu fui designado para acompanhar esse caso, eu chamei a família na minha casa. Eu conhecia o Bruno Daniel e sua esposa, Marilena Nakano; eram militantes do PT. Eu os conhecia de Santo André. João Francisco e sua esposa eu não conhecia. Conheci no dia em que ele me perguntou sobre a questão da tortura. Eles foram à minha casa, sentaram-se, e eu os atendi com muita educação; conversei com eles, disse que havia sido destacado para acompanhar, mas queria também fazê-lo em nome da família. Eles disseram: "não tem problema, nós vamos acompanhando, e o senhor nos informa". Foi isso o que aconteceu.

Quando terminou o inquérito, Senador José Jorge, eu os chamei na minha casa de novo – novamente as quatro pessoas –, e fiz uma longa exposição. Olha, começou com isso, as pessoas foram presas; esse aqui disse isso, esse aqui disse aquilo. Fui mostrando as coisas. Nessa reunião, compareceu Gilberto Carvalho. Ele chegou atrasado a essa reunião e eu, pacientemente, recomecei a explicação. Já tinha gastado uns 20, 25 minutos. Voltei a explicar na frente do Gilberto Carvalho e concluí dizendo que as investigações estavam concluídas, que estava faltando duas ou três pessoas serem presas, mas que eu tinha adesão a essa conclusão de que havia sido crime comum.

Quando terminei de explicar, o Dr. João Francisco reconheceu o meu empenho, a minha dedicação, mas dizia que achava que a família não entendia essa conclusão. Pelo menos ele não estava de acordo com essas conclusões, e perguntou o que ele deveria fazer. E eu, com a mesma educação, disse: eu acho que os senhores, a partir de agora, devem contratar um advogado, em nome da família, para acompanhar o restante dessa investigação e levantar as dúvidas, porque eu considero meu trabalho terminado. Eu considero que o caso está esclarecido. Eu não vejo crime de mando. Eu não vejo, pelo menos, até aquele momento, não via mesmo.

Muito bem. Ele agradeceu. Saíram. Houve uma altercação entre eles e o Gilberto Carvalho. Eles reclamaram que o Gilberto Carvalho não lhes dava informações sobre o andamento do inquérito. E eu disse: esse é um problema de vocês, porque eu falo com Gilberto Carvalho dia sim, dia não, dizendo como está o inquérito. Eu passava as informações do andamento do inquérito para o Gilberto: as prisões, o que as pes-

soas tinham feito, o que tinham dito – eu municiava-o de informações. Bom, eles saíram e foram embora.

Bem, depois disso, eu acompanhei a prisão. O último preso foi o Elcide, vulgo John, preso em setembro de 2002. E eu fui lá no Deic e acompanhei o seu interrogatório. A partir daí, eu não mais acompanhei.

Sobre o inquérito. Houve um inquérito que terminou em abril. Depois, em maio, o Dr. João Francisco vai ao ministério público e diz que não está de acordo com o resultado daquelas investigações. Faz-se um aditamento no DHPP, agora comandado pelo Dr. Luiz Fernando, que investiga o fato novo, que seria a morte de um preso chamado Dionísio de Aquino Severo, e a eventual relação dele com o caso. Eu não acompanhei esse aditamento.

Depois disso, há o episódio Waldomiro Diniz e, novamente, a família do Celso Daniel vem a público, pela imprensa, pedir a reabertura do caso. E agora, neste ano, com essa crise, novamente, a família do Celso Daniel pede a reabertura. E, dessa vez, o Secretário de Segurança Pública manda reabrir.

Esse caso está sendo reinvestigado. Eu não acompanho a reinvestigação. Sei que a Drª Elisabete Sato e o Dr. Maurício Correali são os dois delegados encarregados dessa investigação.

Lembro aos senhores que o Dr. Maurício Correali era o delegado auxiliar do Delegado Tuma, em Itapecerica, na época da investigação original. E foi esse senhor quem tomou o depoimento do preso, Dionísio de Aquino Severo, aquele que fugiu de helicóptero e depois foi recapturado em Maceió, se não me falha a memória.

São essas as considerações iniciais.

Agradeço a tolerância de V. Exª e de todos os Senadores pelo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, em nenhum momento, depois do momento inicial da apuração do crime que vitimou o Prefeito Celso Daniel, V. Exª considerou a hipótese do crime político? Ou já foi levado pela conclusão de que era um crime comum?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Eu fui levado, Senador, à conclusão de que era um crime comum no andar das investigações. Se V. Exª quiser, posso mostrar diversas entrevistas minhas dizendo que o crime era político – várias; que nenhuma das hipóteses podia estar descartada; que havia essa possibilidade.

E a Polícia Federal iniciou imediatamente a apurar essa situação, essa vertente, esse leito, esse direcionamento. O que foi afastando a investigação da hipótese de crime político foi o aparecimento da favela Pantanal, a prisão dos elementos que participaram do seqüestro e da morte, o esclarecimento da investigação. Tanto que, depois de esclarecida a investigação, a própria Polícia Federal, que investigava a tese do crime político, relatou o inquérito pela tese de crime comum.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E como V. Exª vê essa série de mortes das testemunhas do crime? Como V. Exª vê isso? Inclusive dos dois garçons que atenderam o Dr. Celso Daniel, o ex-prefeito, e o Sr. Sérgio.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador, eu não acompanho a investigação. Isso foi posterior a setembro de 2002. Mas, sempre que há uma notícia sobre o caso do Celso Daniel na imprensa, sinto-me, digamos assim, na obrigação de tomar informações, de saber das coisas. Quando esse Dionísio foi morto no presídio, fui até o delegado Armando, e perguntei a ele: o que aconteceu neste caso? Porque esse Dionísio é aquele que o Dr. Romeu Tuma recapturou e que, no depoimento dele, diz que sobre esse assunto Celso Daniel só falaria em juízo. Esse senhor fazia parte de uma organização criminosa chamada Comando Brasileiro Revolucionário do Crime ou Comando Revolucionário Brasileiro do Crime, que é antagônico ao PCC. E ele, quando foi preso e recapturado, foi colocado no centro de detenção provisória do Belém, em São Paulo, que está sob o comando do PCC. E aí um cidadão chamado Cesinha mandou matá-lo. Fui ao Dr. Ruy Ferraz, delegado titular de assaltos a banco, que é considerado em São Paulo uma das pessoas especializadas na questão do PCC. E ele falou para mim: "Deputado, nós grampeamos telefonemas desse Cesinha; temos todas as fitas que dizem como é que esse Dionísio e por que esse Dionísio foi morto". Senador Garibaldi, esse Dionísio sai do presídio Parada Neto, controlado pela sua organização, num helicóptero. Ele planeja a fuga junto com um rapaz chamado Dentinho. Na hora em que o helicóptero baixa, ele se joga dentro do helicóptero, e o helicóptero levanta. Era hora do almoço – meio-dia, meio-dia e meia – quando havia troca de guarda na guarita do presídio; quando ele se levanta, vê dentro do helicóptero que esse Dentinho não está; ele manda abaixar o helicóptero e chama o Dentinho, e o Dentinho amarelou; ficou, preferiu não sair. Veio um cidadão chamado Feitosa, correndo e fala: "me leva, me leva" e se joga no helicóptero. Eles saem no helicóptero e vão parar no Embu. Tempos depois, esse Dionísio é preso, Senador Garibaldi Alves, e diz no seu

depoimento que, sobre o Celso Daniel, ele ia falar em juízo. E ele era para voltar para o Parada Neto, onde a sua organização tem maioria, mas mandam ele para o CDP do Belém, onde o PCC, os seus inimigos... E ele é mandado executar pelo fato de ele não ter esperado esse Dentinho; ter planejado a fuga em dois e não ter esperado o seu comparsa. É isso.

Se os senhores me permitem, eu trouxe aqui alguns apontamentos meus sobre esse caso. (Pausa.)

Não, é o caso do Celso Daniel, que é uma coisa importante.

As fitas... Eu fui atrás disso. Já não era mais o meu tempo de investigar o caso, mas me sinto moralmente obrigado e vou-lhes dizer mais uma coisa: se houver provas novas, se houver uma nova conclusão, se essas provas forem lícitas, se a conclusão mudar o rumo do caso, eu não tenho compromisso com o erro, mas com a verdade. Era um companheiro meu que estava morto, que vi morto, que jurei que eu ia me dedicar para saber quem o matou. Eu não brinco com isso.

Então, telefone, dia 10 de abril, Senador: grampo da Polícia, de 17h30min até às 21h10min. Cesinha versus Sandro. Sandro liga para contar que, em companhia de Globo e outros presos, matou Dionísio. "Globo" vem ao telefone para conversar com Cesinha. Cesinha diz que Dionísio é do CDL, uma outra organização, portanto, tem de morrer mesmo. Cesinha liga para um tal de Gulu para contar que Dionísio foi morto. Cesinha diz que Dionísio foi preso no Nordeste para morrer em São Paulo. Eles falam de uma nova caminhada – provavelmente, referem-se ao assassinato de outra pessoa, porém não revelam. Cesinha e Fátima, Cesinha e Aurinete, Cesinha e Nenê Coqueirão, Cesinha e Aurinete, tudo isso falando sobre como ele mandou matar o tal do Dionísio.

Depois disso, em 24 de maio de 2002, Senador, perante o Dr. Ruy Ferraz, esse Cesinha estabeleceu um depoimento em que diz por que mandou matar o Dionísio. Tenho a cópia do depoimento aqui. Depois disso, aos 24 dias do mês de maio, também no Deic, ele fala sobre essa história. E, quando é ouvido em juízo, nega que mandou matar, mas há depoimentos.

Se os senhores me permitem, se o Presidente Efraim Morais me permite, uma sugestão: tragam para serem ouvidos o Delegado Ruy Ferraz Fontes; o Delegado Arli Antonio Reginaldo, do Deic; e o Dr. Edson Santi, do Deic, que foram as pessoas que prenderam os acusados nesse caso.

Senador, expliquei ao senhor naquilo que podia. Por favor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Greenhalgh, foi ventilada aqui a existência de um dossiê encontrado no apartamento do ex-Prefeito Celso Daniel, que conteria denúncias envolvendo a administração, ao mesmo tempo em que o Dr. João Francisco Daniel denunciou aqui que, por umas duas vezes, se teria dirigido ao irmão denunciando problemas na Prefeitura, envolvendo Secretários do então Prefeito. V. Exª sabe alguma coisa disso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Não investiguei corrupção em Santo André, mas ainda assim, penso que tenho condições de contribuir. Na campanha de 2000, Senador Garibaldi Alves, houve uma denúncia ao Ministério Público do Estado por um Deputado Estadual, requerendo providências e visando à abertura de inquérito policial para apurar fatos de suposto favorecimento de empresa que presta serviços de limpeza e o atual Prefeito de Santo André, Celso Daniel.

Aqui está. Essa investigação, o Ministério Público e o Tribunal abriram inquérito, e a investigação foi concluída, dizendo que em nenhum dos casos se estabeleciam irregularidades administrativas. Isso foi feito na época da campanha.

Antes disso, também um outro Deputado que foi concorrente do Celso Daniel, Celso Russomanno, que hoje é Deputado Federal, também fez. Encaminha expediente referente à ocorrência de atos ilícitos envolvendo a Prefeitura Municipal de Santo André. Foi feita a investigação, e ela foi arquivada por falta de provas, de consistência.

Muito bem. A informação que eu tenho – eu não vi esse dossiê, esse dossiê é recente – e dita pelo Gilberto Carvalho, porque, na capa do dossiê ou na capa do envelope do dossiê tem uma frase assim: "De Gilberto para Celso Daniel". Gilberto recebeu e entregou ao Prefeito, e o Prefeito colocou isso no seu apartamento. E, recentemente, a família descobriu esse documento. A informação que eu tenho é de que esse dossiê achado no apartamento é mais ou menos, tem mais ou menos o mesmo conteúdo desses dossiês em que foram abertas investigações e que foram concluídas.

Segundo me disse o Dr. Gilberto, não há nesse dossiê que ele entregou, ao que ele se lembra, nenhum fato depois de 2000. Lembro a V. Exª que Celso Daniel morreu em janeiro de 2002. Houve duas investigações pelo Ministério Público com base nesses dossiês. Então, eu acho... Eu não vi o dossiê, Senador. Eu não vou faltar com a realidade dos fatos: eu não vi. Esse é um assunto recente. Mas o Gilberto me falou que esse dossiê é uma variante dos dossiês em que o Celso Russomanno, Deputado Celso Russomanno, e outro Deputado em São Paulo, pediram providências e foram arquivados por falta de provas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Uma contestação feita ao inquérito é que ele

teria sido realizado rapidamente, ao longo de dois meses e oito dias. V. Exª considera isso também um prazo? Tem alguma coisa a dizer sobre o prazo desse inquérito?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador, houve uma força-tarefa, gente da Polícia Federal, da Polícia Civil. Esse caso teve repercussão nacional. Se o senhor me permite, mais de 300 denúncias foram feitas para a Polícia.

Senadores, nesse caso do Celso Daniel teve gente que confessou o crime em Rondônia. Confessou o crime. "Eu participei, eu estive lá, eu sei quem foi..." Confessou. E era confissão falsa.

Teve uma pessoa em São Paulo que confessou o crime, prometeu levar a Polícia ao cativeiro onde estava o dinheiro. A Polícia foi para Sorocaba com essa pessoa e foi recebida à bala em Sorocaba. Foi uma estratégia, um álibi para a pessoa tentar fugir de um cerco, já que ela estava presa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Presa.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Presa. Entendeu?

Senador Suplicy! Eu queria travar um diálogo com o Senador Suplicy sobre este assunto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – (Inaudível. Fora do microfone)

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Mas antes que ele pergunte, porque eu tenho uma diferença com o Senador Suplicy nessa questão e quero falar aqui. Porque Senador Suplicy também ajudou na investigação. Várias pessoas procuraram o Senador Eduardo Suplicy. Uma delas, um pastor protestante.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É, um pastor. Ele já relatou aqui.

**O SR. EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Mas eu vou relatar o acontecido, se o senhor me permite.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Trata-se de um pastor chamado Paulo Mansur Haddad ou Paulo Haddad Mansur. Um belo dia, o Senador Eduardo Suplicy fala que foi procurado por esse pastor – Senador, eu estou falando sobre o assunto do pastor. Um belo dia, o Senador Eduardo Suplicy me disse que foi procurado por um pastor protestante. Disse-me que esse pastor protestante tinha procurado alguém do SBT, e esse alguém do SBT recomendou que o pastor fosse falar com o Senador Eduardo Suplicy, e o Senador Eduardo Suplicy recebeu esse homem em casa.

O que disse esse pastor, Senador? Ele disse que estava no local do crime no momento em que ele aconteceu, estava num apartamento filmando o aniversário de sua neta e, quando escutou o barulho na rua, tiros, foi à janela com a máquina de filmar e acabou filmando a cena do crime, do seqüestro. Eu disse ao Senador: "Esse homem é muito importante. Dê-me o telefone dele que eu gostaria de levá-lo ao DHPP". O Senador disse que não estava autorizado pelo pastor a me dar o telefone, mas que iria consultar o pastor para ver se o pastor poderia me dar o telefone.

Tempos depois, uma semana depois, o Senador me põe esse senhor na linha. E eu converso com esse homem: "Sr. Paulo, é o Deputado Greenhalgh. Como vai o senhor?" "Bem. E o senhor, como está?" "Tudo bem". "Então, eu contei para o Senador Suplicy que eu estava filmando, eu filmei a cena. A filmagem é muito esclarecedora da conduta do Sérgio Gomes". E eu disse a ele: "Pastor, por favor, eu gostaria que o senhor fosse ao DHPP prestar depoimento. Pastor, por favor, eu gostaria que o senhor apresentasse essa fita". "Ah, mas eu tenho medo do que pode acontecer com a minha família". "Pastor, não vai acontecer nada com a sua família, pastor. Nós temos condições de dar segurança ao senhor". "Ah, me dá um tempo. Eu vou pensar e depois eu volto a falar com o senhor."

Senador Garibaldi Alves Filho, esse homem disse que tem uma fita em que está registrada a cena do seqüestro e ficou com esse lero-lero. Eu falo pela segunda vez com esse senhor, de novo a pedido do Senador Eduardo Suplicy – "Senador, eu quero falar com esse homem."

Olhe, isso foi em junho. A última fala que eu tive com ele foi no dia 28 de junho – eu anoto: 28 de junho. Ele volta de novo com a história de que estava no aniversário da neta, ouviu um barulho, corrida de carros e filmou. Deu conta ao Senador do que filmou. Depois, esse pastor protestante foi para Praia Grande superpreocupado, com dificuldade na escola do filho, dificuldade de saúde – ele tem câncer no fígado.

Falou com Walter, Diretor do SBT, que indicou o Suplicy, e foi à casa dele. E ele vem falando.

No segundo telefonema, eu falo para ele assim: "Seu Paulo, o senhor não pode ficar com uma fita dessas, que é corpo de delito, querendo saber se pode ou se não pode entregar. O senhor filmou uma cena de homicídio, de seqüestro que culminou num homicídio, senhor! Eu lhe dou garantias. O senhor precisa apresentar..." Sabe o que ele me disse? "Já fui a Santo André, já prestei depoimento aos promotores, já entreguei a fita aos promotores, e os promotores falaram pra eu não falar mais com o senhor nem com o Senador Suplicy". Eu, então falo: "O senhor já entregou a fita aos

promotores?" "Já. Já entreguei a fita". "Então, tá bom". Desliguei. Depois verifiquei que não tinha entregue fita nenhuma aos promotores. Aí, voltei a querer falar com esse homem, e ele fez queixa da minha conduta ao Senador Suplicy. Disse que comigo ele não falava mais, porque eu tinha sido grosseiro. E até hoje esse homem perambula em volta do Senador Suplicy.

Cadê essa fita? Onde está a fita que pode resolver um monte de problemas nesse caso? Onde está a fita que pode mostrar como é que agiu Sérgio Gomes da Silva?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Exª acredita na existência dessa fita?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Acredito porque em todas as vezes ele falou sobre ela, todas as vezes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Exª, como advogado, não podia pedir para detê-lo e pegar a fita?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Eu não sei onde ele mora, Senador. Senador José Jorge, eu acompanhei a investigação. Eu não sou delegado, eu não sou promotor. A última vez em que eu falei com o Senador Suplicy sobre esse assunto foi no dia em que veio aqui o irmão de Celso Daniel, o Dr. João Francisco, nesta CPI, agora.

O Senador me disse que tinha ido ao aeroporto esperar esse Sr. Paulo Mansur Haddad ou Paulo Haddad Mansur, que viria entregar a fita, para que ele pudesse, então, mostrá-la ao Gilberto Carvalho, ao Presidente Lula e entregar à CPI.

Então, pergunto o seguinte: esse homem tem a fita ou não tem a fita? Segundo: por que é que ele disse a mim que entregou a fita aos promotores? Terceiro: por que os promotores tomaram o depoimento dele e não têm fita? Quarto: por que ele não quis mais falar comigo? Porque achou que eu fui grosseiro com ele? Porque eu disse a ele que ele não podia ficar com um corpo de delito de um crime nacional e internacional em mãos?

Falei com o Senador Suplicy: até hoje esse homem pode elucidar... Agora eu fiquei sabendo pela imprensa que tem uma testemunha, Senador ACM, que viu o Sérgio Gomes chutar o Celso Daniel para fora do carro; tem outra testemunha que diz que viu esse Sérgio Gomes dirigir o seqüestro, conversando com as pessoas; tem outra testemunha que disse que viu o Sérgio Gomes em atitude suspeita no momento do seqüestro. Pois há uma pessoa que diz que tem uma fita sobre esse assunto e nós não temos condição de ir atrás desse homem!

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Senador Suplicy não está muito bem nesse caso.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – É, o Senador Suplicy está bem nesse caso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É, nós queremos a fita.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu também.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Acho que a fita... Tem que mandar prender esse cara com fita e tudo. Pô, se filmou, acho que tem que pegar esse cara e levar com fita e tudo...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não. Haverá o momento para poder esclarecer.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Eu vou voltar, se os senhores me permitem. Teve gente que confessou o crime em Rondônia: não era autor do crime; teve gente que confessou o crime em São Paulo, atraiu a Polícia para Sorocaba, onde foi recebida à bala: não era autor do crime; teve mais de trezentas denúncias. O crime é um crime famoso, Senador. É um crime de repercussão nacional. As pessoas ligam e falam: "Eu sei quem fez". E você é obrigado a ir atrás. Todas as pistas foram estabelecidas.

Quando se chegou na favela Pantanal e começou-se a prender as pessoas, realmente o caso foi esclarecido.

Eu quero a verdade nesse caso, mas quero a verdade com licitude, licitamente. As coisas mudam. Eu não acredito muito nessa história de delação premiada, porque a pessoa fica dentro de um presídio dois anos e meio e, depois, aparecem lá promotores, delegados, ficam seduzindo a pessoa, e a pessoa vai chegando naquilo que se quer. Em todos os momentos dessa investigação, eu disse: eu só aceito o resultado daquilo que for investigado. Eu não aceito resultado colocado na investigação de trás para diante – o senhor tem uma tese e faz caber a tese na investigação. Eu não aceito isso.

Vou contar mais para vocês se os senhores me permitem. A primeira versão que surgiu foi a de que o Celso Daniel tinha um caso de homossexualismo com Sérgio Gomes. Quando isso começou a ser discutido no DHPP, eu falei: "Não. Tem papel nisso? Tem alguém que assuma isso por escrito e assine?" Não. Então, isso é futrica, não é investigação.

Quinze dias depois, Senador Antonio Carlos, volta de novo a tese de que tinha sido um crime passional, de que o Celso Daniel tinha dado em cima de uma professora e que o marido da professora o estava ameaçando de morte. Eu volto, de novo, Senador, e digo: "Tem papel?" Não tem papel. Então, isso não serve.

Eu aceito qualquer solução para a investigação, desde que ela seja feita com pessoas assinando o que escrevem, responsáveis pelos seus atos. Inclusive, a Constituição Federal diz que as pessoas podem ser condenadas em processo com provas lícitas. Futrica na investigação do Celso Daniel eu não aceito. Calúnia pós-morte eu não aceito.

Foi assim. Não foi fácil a minha vida nessa investigação. Não foi fácil! Não foi fácil, porque muitas vezes se queria precipitar as coisas. Ora ele é homossexual ora é o garanhão de Santo André. Estão matando pela segunda vez o Celso Daniel.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A última pergunta. O senhor tem alguma suspeita sobre o Sombra, o Sr. Sérgio?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já teve? Não tem mais?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador, vou responder ao senhor com toda lealdade, com toda a verdade do que eu sinto. Sou um advogado, e o Senador Arthur Virgílio, que aqui me honra com a sua presença, conhecendo-me há muitos anos, sabe que eu sou um advogado dos direitos humanos. Me orgulho disso. Combati a tortura neste País e, hoje, há sobre a minha pessoa a suspeita de ter dito "não" à tortura no caso Celso Daniel, de ter acobertado o fato de uma pessoa estar sob tortura e também a pressão que houve sobre um preso – o Bozinho –, que, quando foi depor em Itapecirica da Serra, quis desdizer a confissão policial que tinha feito, dizendo que havia sido torturado nas dependências do DHPP, Senador Antonio Carlos Magalhães, inclusive por mim, inclusive por mim. Esse depoimento do preso foi distribuído à imprensa – era um processo que corria em segredo de justiça – e, no dia seguinte, a **Folha de S.Paulo** estampou a manchete: "Greenhalgh acusado de tortura no caso Celso Daniel". Por azar, comprei sanduíche para esse preso quando ele estava depondo – os depoimentos levavam de seis a sete horas, Senador Efraim.

Tenho 176 horas de depoimentos nesse caso do Celso Daniel para ser acusado de torturador por um meliante e para ser acusado de omissão no caso de tortura de um companheiro meu. Alguém no Brasil acredita que eu possa torturar uma pessoa? Alguém no Brasil acredita que eu, vendo um companheiro meu morto, se ele tivesse sido torturado, eu iria dizer que não foi para a família?

Sérgio Sombra. Senador Garibaldi, o Celso Daniel foi prefeito de Santo André três vezes. Eu não fui à prefeitura nesses anos todos. Eu tinha 500, 600 votos em Santo André. Eu não conhecia a sua mulher, Ivone de Santana, eu não conhecia os seus secretários. Em Santo André, eu conhecia o Celso Daniel, que tinha sido deputado comigo. Quando ele foi eleito, eu era suplente e entrei na cadeira dele – olhem o destino! Eu conhecia o Gilberto Carvalho, conhecia o Vander e conhecia o Maurici. Eram as três pessoas que eu conhecia na Prefeitura de Santo André. Não conhecia Sérgio Sombra, não conhecia Klinger, não conhecia Ivone. Não conhecia essas pessoas.

Quando esse Sérgio Sombra chegou para depor – ele fez três depoimentos, Senador –, no primeiro depoimento, logo depois do crime, fez um depoimento muito detalhista, meio arrogante, sabia de tudo o que tinha acontecido no momento do crime. "Destravei, travei, o câmbio ficou bobo, eu dei marcha à ré no carro, eu tentei fugir, eu não..." Numa ação de seqüestro em que você é tomado pelo pavor e pela surpresa do atacante em relação a você, em geral, isso não acontece, em geral isso não acontece.

Fui assaltado no meu escritório de advocacia. Abri a porta e duas pessoas puseram uma arma em cada lugar. Sou um advogado criminalista. Modéstia à parte, considero-me razoável. Vi as duas pessoas. Com elas, fiquei mais de meia hora. Depois, consegui sair, e eles foram embora. Três dias depois, a polícia os prende. Eu vou reconhecer as pessoas que me apontaram o revólver. Um deles é colocado no meio de três investigadores, e eu reconheço o investigador; o outro, no meio de três investigadores, e eu reconheço o investigador. Eu saí com uma baixa estima muito grande, mas não tive a noção de que, num momento de nervosismo, muita vezes, não se fixa uma imagem. E eu tinha a obrigação de fixar.

A mesma coisa aconteceu com o Sérgio Gomes da Silva. Eu acho que ele amarelou no momento do seqüestro. Amarelou! Foi tomado de pânico! Depois que o Celso foi resgatado, ficou andando de um lado para o outro com o telefone, recebeu água na porta de uma senhora, gritava para saber qual era o local onde estava. Acho que atirou. Acho que deu tiro para o alto. Aliás, a perícia da pistola demonstra isso, embora ele tenha negado. Mas ele foi muito detalhista: "Vieram dois por um lado, um terceiro...". Eu achei que estava errado. Achei que estava errado.

Depois disso, a polícia verificou o câmbio: o câmbio estava em ordem. Depois disso, a polícia verificou as travas: as travas estavam em ordem. Aí ele volta para um segundo depoimento, Senador Garibaldi, mais humilde, mais modesto, mais humilde e mais modesto. O que ele lembrava ele lembrava, o que ele não lembrava não lembrava. Esse segundo depoimento, na minha opinião, foi mais verdadeiro. Lembro-me de que, no primeiro depoimento também, ele não men-

cionou a ida à casa da Dona Ivone de Santana. No dia dos acontecimentos, ele teria chegado às 19 horas no apartamento do Celso Daniel. Anunciado pela portaria, esperou embaixo, dentro da Pajero, para irem jantar. E o Celso Daniel pediu a ele que passasse na casa da mulher dele, passasse onde trabalhava a namorada – chamam de namorada a Dona Ivone de Santana; quero falar sobre isso. O Celso queria que a Dona Ivone de Santana fosse junto para jantar. E ela acabou não indo porque o filho estava com ela, um menino. Ela, então, cumprimentou o Sérgio, cumprimentou o Celso. Ficaram no portão do lugar onde ela trabalhava – uma escola chamada Escola de Governo – e eles foram então. Eu sabia desse episódio. No primeiro depoimento, o Sérgio Gomes não levanta essa questão, Senador Garibaldi. Depois, ele complementa e, depois, a Dona Ivone fala.

Se o senhor me permite falar da Dona Ivone: a Dona Ivone é a mulher do Celso Daniel, não é namorada, não é amante.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – É a segunda mulher dele.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – É a segunda mulher do Celso Daniel. E mais do que isso: a Dona Ivone tem uma filha com o Celso Daniel.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas, na época, já se sabia?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Não, senhor. Eu fiquei sabendo depois da morte do Celso Daniel. No dia da posse do Prefeito Celso Daniel, pela segunda vez à frente da Prefeitura, ele disse, no discurso de posse, que ele vivia o melhor momento da vida dele depois de boas realizações no primeiro governo e que tinha reencontrado o seu amor. Essa senhora foi namorada do Celso Daniel, mas depois casou-se com uma outra pessoa – Celso Daniel casou-se com a Dona Miriam Belchior –, de quem ela se separou. Teve uma filha com o Celso, separou-se do marido, foi para o Norte, voltou, reencontrou o Celso Daniel. Eu quero dizer que eu estranho que essa senhora jamais tenha sido ouvida pelo Ministério Público. Eu estranho que essa senhora jamais tenha sido ouvida pelo Ministério Público. É a mulher da pessoa!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na polícia, não foi.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Na polícia, ela foi. Eu estranho que ela não tenha sido ouvida. Há ressentimentos na família, Senador José Jorge, em relação à circunstância de ela ter essa filha com Celso Daniel. Ela está em juízo, litigando para obter o reconhecimento da paternidade dessa filha, que hoje tem vinte anos de idade. Muitas vezes ela é tratada como se ela não fizesse parte da família, como se ela não fosse a mãe da filha de Celso Daniel. Quando João Francisco foi ouvido, o Senador Tuma fez uma pergunta a ele sobre a informação de um delegado ou de uma pessoa da Polícia Federal dizendo que eu havia impedido, Senador Garibaldi, de a Polícia Federal fazer uma busca e apreensão no apartamento de Celso Daniel. Isso foi dito aqui. Esse foi um dos motivos que fez com que eu me colocasse à disposição. Eu não impedi a busca. Eu não impedi a busca, mas eu achei que a conduta do delegado foi errada. Você só faz busca e apreensão quando você tem óbice para fazer a investigação ou a diligência. A dona Ivone de Santana, Senador Garibaldi Alves, no primeiro dia em que foi depor, se colocou à disposição dos delegados de polícia – dos federais, dos estaduais e dos promotores. A chave do apartamento do Celso Daniel era com o Celso Daniel, com a Dona Ivone e com a Dona Rita, que era a empregada e que a pegava na portaria. Se a minha mulher diz à polícia "se os senhores quiserem ir, basta me chamar", e um delegado, à sorrelfa, vai buscar um mandado de busca e apreensão, sai correndo da Praça da República, onde era a Polícia Federal, com cinco carros da Polícia Federal com sirene aberta, avisando dois *links*, um da Globo e outro da Record, puxa um chaveiro, entra numa operação cinematográfica, entra, invade, troca uma chave não sei das quantas... Eu sou informado disso pelo Gilberto Carvalho.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas essa prática, infelizmente, o Governo de V. Exª está adotando.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – E eu sou contra, Senador. Quero também dizer ao senhor que eu sou contra. Comigo não tem problema, sou contra esses métodos. E sou contra não de hoje, faz muito tempo. Na época em que Fernando Henrique era Presidente e o Chefe da Casa Civil era Eduardo Jorge, o Ministério Público mandou quebrar o sigilo bancário da esposa do Eduardo Jorge através de um manuseio do CPF – os senhores se lembram disso. Pois eu quero dizer que eu fui à tribuna dizer que eu não aceitava esse tipo de de conduta, de substituir CPF para alcançar aquilo que o Poder Judiciário não dava. Podem perguntar ao Dr. Eduardo Jorge se isso é verdade ou mentira.

Aqui também houve diversos momentos em que a Polícia Federal enganou o Juiz do Dipo, mandando quebrar sigilo telefônico – essas fitas que estão sendo faladas agora –, dizendo que se tratava de uma investigação por bando, quadrilha de narcotráfico. E quebraram o sigilo telefônico do João Avamileno, do Gilberto Carvalho, do Klinger, do Sérgio Gomes e de

outras pessoas e o Juiz do Dipo autorizou a quebra pensando que era para narcotráfico, e era para a investigação do caso de Santo André.

Da mesma forma, esta investigação que foi feita no apartamento. Eles entraram, Senador Efraim, ficaram mais de duas horas lá dentro. Ah, Greenhalgh, você telefonou para o Ministro da Justiça? Telefonei. Ah, o senhor telefonou para o Dr. Agílio Monteiro, que era diretor da Polícia Federal? Telefonei. E ele mandou a Polícia Federal sair de lá, porque não carecia fazer esse espalhafato todo. E o delegado reconheceu para mim que tinha errado, pediu desculpas, foi a minha casa, e o Gilberto Carvalho é testemunha porque foi com ele pedindo desculpas.

Então, não tenho nenhuma coisa. Eu participei acompanhando a investigação, Senador, com toda sinceridade. É um caso de repercussão. Eu me vejo nessas situações: ah, não falou que tinha tortura, tinha tortura. Se o senhor também quiser perguntar disso. Eu queria também fazer um comentário sobre o laudo, sobre a questão da tortura.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª, mas quero dar oportunidade aos Senadores que estão inscritos. Eu queria só fazer um comentário. Esse "amarelou" não pode significar também que ele tenha participado do crime?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Eu acho que não. Acho que ele amarelou. Ele era segurança, começou a trabalhar com o Celso Daniel como segurança, motorista. No momento da ocorrência do seqüestro ele ficou intimidado, paralisado, e depois quis dizer que nada disso podia acontecer com que tinha sido um segurança. Mas de qualquer forma há ainda a fita que pode elucidar isso. Há ainda a fita deste pastor Paulo Mansur, que ainda tenho a esperança de que todo o Brasil veja.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Presidente Efraim Morais, tendo sido citado pelo Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, vamos dar seqüência. V. Exª sabe que vai ter o momento...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas veja que o Senador Antonio Carlos Magalhães fez um comentário.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra por ter sido citado, art. 14.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Acho que é importante esclarecer este episódio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Embora V. Exª já tenha contado a história da fita aqui.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Acho que o Senador Antonio Carlos não estava presente quando o fiz.

Cerca de um mês após o seqüestro e assassinato do Prefeito Celso Daniel eu recebi na minha residência uma pessoa que se disse Pastor Paulo Mansur Haddad, que informou que no dia do seqüestro, na rua assim chamada, ele estava numa comemoração familiar, acho que era aniversário da neta, ele costumava fazer filmes para vídeo caseiro, diversos episódios, estava filmando quando viu, segundo ele, os carros andarem em grande velocidade e viu que tinha ocorrido inclusive numa batida e passou a filmar a cena que, depois, ele percebeu, era a cena do seqüestro. E ele veio a mim, dizendo que confiava na minha pessoa e, por essa razão, ele, se algum dia fosse entregar essa fita, ele entregaria a mim. Ele descreveu a cena. Segundo ele, há uma diferença em relação ao que o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh mencionou, que eu não lembro de ele ter falado de apartamento. Eu me lembro de ele ter falado possivelmente de uma residência naquela rua, provavelmente uma casa. Mas isso é um detalhe que pode ser uma coisa ou outra.

Segundo ele, a impressão que ele teve da cena é que o Sr. Sérgio Gomes da Silva estaria tendo um comportamento mais de quem estaria orientando os seqüestradores do que de quem estaria sendo vítima, o que representava um dado muito importante, se verdade for. E eu, obviamente, disse a ele o quão importante era que ele entregasse essa fita ou então, além disso, fizesse o depoimento.

Nessa ocasião e em inúmeras outras, ele relatou que tinha muito receio de se envolver com isso, de entregar a fita e gradualmente, tendo ficado sabendo que outras pessoas que, de alguma forma, estavam relacionadas a conhecer algo sobre os fatos haviam sido mortas. Isso foi em 2002. E até hoje ele diz que tem enorme receio a respeito.

Eu, sabendo que o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que, no meu entender, sempre agiu de muita boa-fé neste episódio, havia inclusive sido designado pela Direção do Partido dos Trabalhadores para acompanhar os fatos, relatei a ele todos os passos então referentes a esse senhor até hoje. Inclusive, na última ocasião, Senador Antonio Carlos Magalhães, peço a atenção de V. Exª, porque fez uma observação de que eu estaria mal nessa história, por que razão? Porque, quando da vinda de João Francisco Daniel aqui a esta Comissão, depois de muito tempo – eu não vou relatar todas vezes que eu tentei persuadir esse senhor a

entregar a fita e tal, porque seriam detalhes –, mas a última vez, depois de muitos meses ele desaparecido, voltou a me telefonar – e ele sempre liga de telefone público –, dizendo que estava finalmente persuadido de que era o momento de entregar essa fita. E ele que, conforme o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, sempre teve alguma conversa com jornalistas, uma delas foi naquele tempo com o Sr. Valter, que era o responsável pelo Jornalismo do SBT, dialogou com pessoas da Record, dialogou com pessoas de outras emissoras, inclusive o Jornalista da TV Globo, Rodrigo Bocardi, às vésperas do depoimento do Sr. João Francisco.

Ali, em frente à sede do PT, na Rua... Qual o nome da rua?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em frente à sede.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em frente à sede do PT em São Paulo, ele se encontrou com o Sr. Rodrigo Bocardi, dizendo que iria entregar a fita a mim. Ele disse a mim, Sr. Presidente, que ele tinha deixado a fita num local, por todas essas razões de segurança, muito distante e precisaria buscar a fita em Maceió. Eu providenciei a passagem, e ele viria a São Paulo/ Maceió, Maceió/Brasília/ São Paulo, e chegaria às 9 horas da manhã, coincidindo com o horário que chegou João Francisco. Mandei a passagem para o que ele disse ser

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então V. Exª conhece o cidadão?

O – Conheço o cidadão. Ele veio à minha residência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sabe onde ele reside?

O – Não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas tem o nome dele completo, senão ele...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sabe onde ele reside?

O – Não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas tem o nome dele completo. Então está fácil de a Polícia localizá-lo.

O – Tem um nome que eu não sei se é o verdadeiro, Paulo Mansur Haddad, sem "H", eu não sei se é verdadeiro. Quero aqui, publicamente, fazer, mais uma vez...

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Sr. Senador, V. Exª me permite, é o verdadeiro, porque ele prestou depoimento ao Ministério Público em junho, se não me falha a memória, em 2002 e não relatou essa história da fita.

O – Pois bem. Em todas estas ocasiões, tenho feito apelo, e aqui, Sr. Presidente, faço mais uma vez o apelo, porque se for verdadeira essa história, conforme o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh mencionou, ele tem um documento que é de extraordinária relevância, que poderá dirimir todas as dúvidas. E como ele não veio, eu aqui quero entregar a carta...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos, por favor, use o microfone.

O – Sr. Presidente, já que o Senador Antonio Carlos Magalhães quer muito saber como age esta pessoa, ele acabou enviando-me um e-mail, depois deste episódio. Ele mandou para o jornalista da Globo, que mandou para mim a cópia do que ele lhe tinha enviado, e eu enviei para ele, depois de ele não ter vindo para cá, a seguinte mensagem:

Prezado Dr. Paulo Mansur Haddad, confiei no senhor quando disse-me que iria me trazer um documento de grande importância, de relevante interesse público. Eis porque providenciei a passagem de São Paulo/Maceió,Brasília/São Paulo, como seu irmão, ou o senhor mesmo – porque ele disse que era o irmão que iria viajar, como eu havia reconhecido por sua voz, com timbre característico, não apareceu no dia marcada, nem no dia seguinte, muito embora eu estivesse no Aeroporto de Brasília, na chegada do avião, conforme havia combinado, aguardei por uma semana a sua comunicação. Como não houve resposta alguma, resolvi cancelar a passagem Maceió/Brasília/São Paulo. Não vou solicitar o ressarcimento do que já foi utilizado, na expectativa de que o senhor mantenha a sua palavra, e o mais breve possível, apareça com o documento, ou seja, a fita com a gravação. Creio que está no momento certo de trazê-lo a público. Espero a sua resposta urgente.

Resposta:

Senador Eduardo Suplicy, devo primeiro pedir humildemente desculpas pela falta de respeito que tive pelo senhor. Mas a ocasião vivida hoje no País é, sem dúvida, de muita preocupação. Eu, como qualquer ser humano, povo sujeito a toda espécie de provações, desprovido de segurança, me sinto refém dos próprios documentos, que, sem dúvida, muda e muito, a nossa história. Já se passaram alguns anos em que nós conversamos sempre a respeito de tais documentos. Devo deixado aqui registrado que nunca recebi qualquer ajuda para que eu pudesse usufruir de qualquer benefício, salvo uma passagem paga São Paulo/Maceió e outras que foram canceladas. (Porque eu cancelei então.) De São Paulo/Maceió, eu restituirei ao senhor, como lhe é direito, porque já sou refém de minha própria consciência, que é muito. Não usei de nenhum outro tipo de recurso, a não ser de recursos próprios para

hospedagem, alimentação, etc. Portanto, eu me sinto tranqüilo, sabendo hoje o quanto é difícil tais histórias, é de seu direito não acreditar afinal o que é a verdade. Digo porém que por esses dias estaremos juntos. Saudações. Um beijo no seu coração, Dr. Paulo.

OBS.: Mande o valor a restituir.

Sr. Presidente, eu entrego a V. Exª este e-mail =- não sei quem é José Maria no sistema da Internet – mas quero apenas registrar o seguinte. Em cada momento, eu sempre agi, e considero agindo, com a convicção de que o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh tem agido de boa-fé para esclarecer.

E sempre acreditei na palavra dele quando ele me disse que, perante o próprio corpo de Celso Daniel, falou: Eu tenho o compromisso de ir até o fim para desvendar essa história. Então, quando eu relatei esses episódios, inclusive ao Presidente José Dirceu, então do Partido, ao Presidente Lula, ao Gilberto Carvalho, eu sempre disse: Se chegar esse documento, eu vou lhes mostrar de pronto.

Inclusive falei com Gilberto Carvalho, que sabe, sempre soube dessa história: Gilberto, se eu receber esse documento, antes mesmo de encaminhar ao Presidente da CPI, eu vou lhe mostrar, eu vou aí ao Palácio para que você possa mostrar ao Presidente Lula.

E assumi compromisso com o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh de que também ele conheceria esse documento de pronto.

E, portanto, reitero aqui, publicamente, ao Dr. Paulo Mansur Haddad, a importância de ele trazer isso a público. E ele, com certeza, terá o resguardo, importante para qualquer cidadão brasileiro que sabe de fato relevante, para que a sua vida e de sua família seja resguardada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Pela ordem, Presidente Efraim.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Exª não pode falar pela ordem. Lamento, porque a nossa CPI é de Senadores.

Mas V. Exª, tenho certeza, em breve estará aqui falando, não pela ordem. É o que desejamos. Lamento, mas é o Regimento.

Senador José Jorge, V. Exª tem a palavra.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu caro depoente, Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Em primeiro lugar, quero elogiar a postura de V. Exª, Deputado Greenhalgh, de se oferecer para vir aqui prestar esses esclarecimentos.

Sem dúvida, V. Exª, não só pelo tamanho dos documentos, mas principalmente pela memória, mostrou que sabe muito desse caso. Então, sua colaboração, seus documentos vão ser muito importantes.

Em segundo lugar, também quero elogiar a postura de V. Exª quando diz que, se aparecer algum fato novo, V. Exª está disposto a levar em conta e novamente refazer as suas opiniões, desde que haja fatos efetivos que façam com que V. Exª possa mudar a opinião que tem até hoje.

Eu gostaria de começar. Esse caso – para nós, é um caso sobre o qual é muito mais difícil de falar do que para V. Exª, que o acompanhou de perto –, a meu ver, tem diversos aspectos. Tem o aspecto da morte do Prefeito Celso Daniel e suas motivações, tem a questão da possível corrupção que existia na Prefeitura de Santo André, com o encaminhamento de recursos, no caso, para o PT e, particularmente, entregues ao Ministro José Dirceu, como foi aqui denunciado pelos irmãos de Celso Daniel. Evidentemente, V. Exª acompanhou mais de perto a questão da morte do Prefeito Celso Daniel e, portanto, essa questão da corrupção, da retirada de recursos, etc.

V. Exª nem de Santo André era, é uma situação sobre a qual temos muito que perguntar, mas vou perguntar mais sobre o outro lado da questão, que foi o que V. Exª acompanhou de perto.

Em primeiro lugar, em relação ao momento do seqüestro, propriamente dito. Uma coisa que deixa dúvida em todos nós, leigos, talvez não em V. Exª, que é um advogado criminalista, é o seguinte: o Prefeito Celso Daniel... Eram dois homens num carro, um Pajero blindado, que estava sendo assaltado por uma Blazer. Ora, uma Blazer é um carro muito mais frágil e de qualidade técnica muito pior do que um Pajero blindado. E, mesmo assim, eles conseguiram seqüestrar o Prefeito Celso Daniel com relativa facilidade, sem ferir ninguém, sem machucar ninguém.

Em segundo lugar, o Pajero poderia fugir muito mais rapidamente, em segundo, por ser blindado, bastava que ele ficasse com o carro fechado para que os seqüestradores não pudessem seqüestrá-lo. Para isso, existe carro blindado. No entanto, o Sr. Sombra, que estava junto, dirigindo o carro, que era um segurança, um motorista, não fez nada disso, amarelou, como V. Exª disse.

Então, na verdade, há uma nenhuma dúvida sobre a operação desse processo. Na realidade, fica difícil se acreditar que, com tanta facilidade, esses bandidos pudessem realizar esse seqüestro.

A segunda questão é que o Prefeito Celso Daniel foi seqüestrado e o Sombra só levou um susto. Como V. Exª disse, foi um susto grande, e evidente que foi, mas só ficou nisso, ele não ficou machucado, não houve nenhuma ameaça, etc..

Bom, então essa é a primeira dúvida.

A segunda dúvida é em relação à questão do seqüestro em si, porque se passaram dois dias, desde o dia em que o Prefeito foi seqüestrado até o dia em que apareceu assassinado. E não houve, pelo que sei – V. Exª poderá confirmar –, nenhum contato dos seqüestradores com a família. Quer dizer, era um seqüestro sem finalidade. Porque, em todo seqüestro, a pessoa seqüestra e liga para pedir dinheiro, sei lá, documento, o que seja. Nesse caso, não. Nesse caso, os seqüestradores simplesmente não tiveram nenhum contato com a família, nem com ninguém, nem com a Prefeitura. Simplesmente, depois, mataram o Prefeito, colocaram seu corpo em um lugar e acabou-se o seqüestro. Quer dizer, também é uma coisa de se estranhar, tendo em vista não haver uma finalidade ainda específica para esse seqüestro. Mesmo porque, se fosse para matar, era muito mais fácil e mais barato se tivesse matado logo na hora do seqüestro, matava logo os dois, ele e o Sombra. Acabava toda essa questão.

Em terceiro lugar, a questão da tortura, como V. Exª sabe, é uma questão de dúvida. V. Exª afirma, inclusive esteve no IML, já viu muitos casos parecidos, que não houve tortura, mas o médico que examinou o corpo garante que houve tortura. Então, em relação às questões específicas do momento do crime, do seqüestro, acho que essas são dúvidas importantes que eu gostaria de colocar aqui.

Em relação à participação de V. Exª como acompanhante desse crime, primeiro, V. Exª disse que foi indicado pelo Presidente Lula para acompanhar, mas aqui sempre se disse que V. Exª foi indicado pela Câmara, pelo Presidente Aécio Neves. Provavelmente deve ter sido os dois, quer dizer, foi o Presidente Lula e a própria família que V. Exª disse que depois se ofereceu para também acompanhar em nome da família.

Então, gostaria de perguntar o seguinte: durante esse período em que V. Exª acompanhou o processo, V. Exª manteve contatos, além do Sr. Gilberto Carvalho e da D. Ivone, que era a esposa do Prefeito Celso Daniel, em algum momento, com esses chamados três mosqueteiros, Ronan, Klinger e o Sombra, ou orientou algum depoimento deles ou de outras pessoas à Polícia e ao Ministério Público? Quer dizer, V. Exª mantinha contato com essas pessoas ou para orientar depoimento, ou para informar sobre o crime, ou V. Exª mantinha relacionamento apenas com o Sr. Gilberto Carvalho?

Sobre os mortos, V. Exª falou dos mortos. Sempre se diz que seis pessoas que eram ligadas à questão do Celso Daniel morreram. Uns eram bandidos, mas houve outros que não eram bandidos, tipo o garçom e outros assim. Quero saber o que V. Exª sabe disso.

Outra questão é em relação ao período da investigação. O Dr. Gilberto Carvalho, quando esteve aqui, falou que inclusive a Prefeitura colocou um placar lá em Santo André, mostrando quantos dias já se passaram de investigação, e esse placar vai aumentando sem se descobrir o assassino do Prefeito Celso Daniel. Ele contou isso como uma coisa positiva. Mas eu aqui na minha santa ignorância, vamos dizer, achei que isso era negativo, porque na realidade, termina havendo uma pressão grande em cima da polícia para que se dê logo a primeira solução, quando, na verdade, a solução tem que ser dada no tempo correto, não no menor tempo. Quer dizer, quando se coloca uma estrutura na frente da prefeitura para dizer quantos dias se passaram sem que a investigação tenha terminado pode-se forçar uma pressão sobre a polícia que está investigando para que ela encontre a primeira solução.

A outra pergunta: na realidade, sabemos que essas pessoas que foram presas participaram do crime efetivo, quer dizer, foram os autores do crime. As investigações até agora, de certa maneira, confirmam isso de forma cabal. O que se precisa saber é o que aconteceu por trás desse crime, ou seja, quem foi o mandante do crime.

No depoimento do irmão do prefeito Celso Daniel, o Sr. João Francisco, ele contou também esse fato de que esteve na casa de V. Sª, juntamente com o Dr. Gilberto Carvalho, quando V. Sª explicou à família o encerramento da investigação, o fim da investigação e que V. Sª concordada com os resultados do que tinha sido apurado até aquele momento. Portanto, V. Sª os aconselhou a procurar um outro advogado, etc, e eles na hora protestaram contra o resultado.

Na realidade, desde o início, não acreditaram nessa solução. Desde o momento em que a polícia disse que tinha encerrado a investigação eles não concordaram. Eles também disseram que o Dr. Gilberto Carvalho ficou muito aborrecido com essa colocação deles e que, inclusive, se retirou antes de terminar a reunião, e V. Sª confirmou realmente que ele ficou aborrecido porque não acreditava nisso.

Mas há outras coisas. Ele disse aqui que, antes do depoimento deles na polícia, V. Sª os chamou para uma reunião, na qual pediu que tomassem cuidado com o que iriam dizer na delegacia de homicídios e disse também que eles estavam correndo risco de vida.

Os irmãos do Prefeito Celso Daniel declararam, pouco antes de deporem na polícia, que V. Sª os chamou para uma reunião na qual pediu que eles tomas-

sem cuidado com o que iriam dizer na delegacia de homicídios e disse que eles estavam correndo risco de vida.

Tem uma outra conversa gravada em que V. Sª conversa com o Dr. Gilberto Carvalho e diz o seguinte: olha, deixa eu te falar, está chegando a hora de João Francisco ir depor e antes do depoimento quero conversar com você para ele não destilar ressentimento lá. Gilberto: pelo amor de Deus, isso vai ser fundamental, tem que preparar bem isso aí, cara, porque esse cara vai... Tudo bem.

Essa questão do médico legista eu já falei. Mas tenho outra pergunta em relação às conversas do Gilberto Carvalho com o Sombra. Gilberto: eu já falei com o Fernandinho agora de manhã. O Deputado Luiz Eduardo quer conversar com os três antes do depoimento. Nós estamos marcando à uma hora. Ontem falei com o Tiãozinho também, marcamos uma hora na casa do Luiz Eduardo. Eu vou estar lá também. Sérgio: como é que vai fazer? Porque o Donizete vai estar junto também. Então, vou ligar...

Esse Tiãozinho, imagino não é o Deputado... É o Tiãozinho da novela.

Então vou ligar para o Donizete, eu quero ver se o Luiz Eduardo acompanha, além do Rui, outro advogado. Gilberto: isso para mim é um diagnóstico claro. Os caras estão querendo jogar todo o desgaste que estão sofrendo em cima de nós, em cima do PT. O que vamos fazer é falar com o Alckmin* direto, falar publicamente.

Tinha outra ligação, também dessas, entre o Klinger e Gilberto Carvalho. Gilberto: voltei agora da casa do Luiz Eduardo porque os meninos foram depor hoje. Klinger: estou sabendo, eu conversei com eles hoje de manhã e eles estavam preocupados. Gilberto: nós fomos prepará-los lá um pouco. Lá era, no caso, na sua casa. Klinger: está certo, mas acho que é tranqüilo, é aquela história dos caras quererem mostrar serviço, agora ficam ampliando demais esse negócio. É uma coisa maluca. Gilberto: ontem tive uma conversa com o José Dirceu, levei até o João Avamileno comigo, que é o Prefeito, para discutirmos um pouco a nossa tática. O Partido vai entrar meio pesado agora. Klinger: é, eu ouvi as últimas declarações de Zé, no Cidade Alerta – deve ser um programa de rádio. Ele fez uma entrevista lá, já bastante contundente. Eu li a reportagem dele também no **Diário** na segunda-feira. Acho que essa é uma linha importante, até porque já está chegando quase um mês e a imprensa já está esfriando um pouco. Então se a gente não tiver um tipo de ação política, as coisas vão cair no esquecimento. Enquanto isso, a política fica tripudiando, fazendo inquirições que são super laterais ao caso. Gilberto: que dão mais para um monte de bobagem. Klinger: então, acho legal essa postura de ir para cima, de ameaçar mesmo com investigação paralela.

Na realidade, o que eu gostaria de saber, em resumo, é se além da participação de V. Sª no acompanhamento específico do trabalho da polícia, se também participou do lado do Sr. Gilberto Carvalho e desses, porque, no fundo, esse trio – o Ronan, o Klinger e o Sombra –, ao mesmo tempo eram amigos do Celso Daniel, eles tinham essa postura. E, por outro lado, eram acusados, pelo menos pela versão do Sr. João Francisco. Quer dizer, era uma situação dupla que eles tinham, como acusados e como amigos do Prefeito Celso Daniel.

Então, gostaria que V. Sª detalhasse esse lado da investigação. Se V. Sª só falava com Gilberto Carvalho, porque já disse que com a família, quem dava as informações era Gilberto Carvalho. A família, inclusive, ressentiu-se, como eles já disseram, o próprio Gilberto Carvalho já confirmou, dessas informações, mas se V. Sª tinha também contato com esses outros membros.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Sª tem a palavra...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu queria fazer só uma última pergunta. O Sombra, antes de ser... Ele era motorista ou segurança do Celso Daniel...

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Segurança.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Depois virou empresário, um empresário de sucesso. V. Sª sabe alguma coisa sobre isso? Como foi que progrediu assim tão rápido de segurança para empresário?

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador José Jorge, de trás para adiante. Não sei das atividades empresariais de Sérgio Gomes da Silva. Sei que ele foi assessor parlamentar do companheiro Celso Daniel quando ele foi Deputado Federal. Sei que ele trabalhou na primeira campanha como segurança, quando dele foi candidato a Prefeito, mas não sei a vinculação dele em relação à carreira empresarial. O que os depoimentos dizem e a investigação diz é que, a partir de 1996, deixou de prestar serviços ao Celso Daniel e passou a ser empresário e foi sócio do Ronan, etc. Isso eu sei porque os depoimentos dizem.

Essas gravações. Sobre essas gravações eu queria fazer um apanhado porque elas são importantes. Logo depois do assassinato, a Polícia Federal estabeleceu uma operação chamada Távola Redonda, se não me falha a memória.

Operação Távola Redonda. No dia 23 de janeiro. Então recordo ao senhor: dia 18, o seqüestro; 19, o sábado; 20, a morte; o encontro do corpo, 21; 22 e 23 de janeiro. Então foi quando o delegado da Polícia Federal pede ao delegado Dipo, ao Juiz do Dipo, Juiz estadual, no afã de descobrir uma quadrilha de narcotráfico, a quebra do sigilo telefônico dessas pessoas.

Esses diálogos que V. Exª relatou fazem parte desse conjunto. A informação que tenho é que foram gravadas 42 fitas de diálogos diversos, envolvendo Klinger, envolvendo Sérgio Gomes da Silva, envolvendo Ronan, envolvendo uma advogada do Ronan, envolvendo Gilberto Carvalho etc.

Quando o PT percebeu que os telefones dos seus... que estávamos sendo investigados em Santo André por esse subterfúgio de crime de narcotráfico e tal, o PT protestou. O hoje Porta-voz da Presidência da República, jornalista André Singer, na época, porta-voz da campanha, fez diversos pronunciamentos públicos e tal. A Polícia Federal recuou sobre isso.

Então, sobre essas frases que o senhor leu, quanto aos diálogos entre as pessoas, eu não sou responsável. São as pessoas que têm de responder. Eu sou responsável por um diálogo que aparece o meu nome, eu sou um dos interlocutores. E eu quero explicar.

Com Gilberto Carvalho: "Gilberto, está chegando a hora do João Francisco depor. Precisa de conversar com ele, para que ele não vá lá destilar ressentimentos". Ele falou: "Não, pelo amor de Deus" etc e tal. Isso eu falei. Eu tenho motivos para falar isso.

Na primeira vez que a família foi à minha casa, quando eu disse que eu estava sendo designado para acompanhar o caso, que eu tinha sido designado pelo PT e que queria também representar a família, eu já vi, na conversa do Dr. João Francisco, críticas severas à pessoa de Klinger Luiz de Oliveira e à pessoa de Sérgio Gomes da Silva. Críticas severas. Que havia uma empresa de transportes em Santo André, chamada Expresso Guarará, que era da Família Gabrilli, que esses Grabrilli tinham sido amigos do pai do Dr. João Francisco e, portanto, do pai do Celso Daniel, e que eles estavam tendo problemas na Prefeitura e que esse Klinger não resolvia os problemas. Então, fiquei quieto.

Depois disso, a Dona Ivone Santana, uma semana depois do enterro do Celso Daniel, deu uma entrevista no jornal **Folha de S.Paulo**, dizendo que o Sérgio Gomes da Silva era amigo do Celso Daniel e, portanto, não podia ser tratado como suspeito. Eu ouvi críticas a essa senhora pelo conteúdo da entrevista. Depois, fiquei sabendo, Senador José Jorge, que a Dona Ivone Santana tinha tido uma filha com Celso Daniel e que já tinha tido uma briga com a família no dia do velório, quando o irmão queria que ela entregasse a chave do apartamento do Celso Daniel. Eles eram marido e mulher, mas cada um morava na sua casa, e a chave do apartamento do Celso Daniel era a Dona Ivone, o Celso e a empregada, que pegava na recepção no andar térreo, com o porteiro. Fiquei sabendo que houve uma discussão sobre a questão de que a família queria a chave do apartamento e a Dona Ivone disse: "Não vou entregar". Então, tinham ressentimentos. Eu queria que ele fosse lá depor sobre o crime e que não destilasse ressentimentos. Então, está explicada a minha participação nisso.

Segundo assunto: as perguntas que o senhor fez, Senador, são pertinentes, são apropriadas.

Segunda questão que eu queria lhe dizer: por exemplo, quando se iniciou a investigação do caso Celso Daniel – vou usar uma linguagem policial –, a Polícia caiu para dentro da Prefeitura de Santo André. Era investigação no primeiro andar, no segundo andar, no terceiro andar. Era agente falando, tomando, não sei das quantas, tal... Havia um clima de pânico entre os funcionários, porque as Polícias, tanto a federal, a estadual, como as diversas, a de Santo André, foram para dentro da Prefeitura.

O que eu fiz? Reuni-me com os Promotores e Delegados e disse ao Dr. Armando de Oliveira Costa, que era o presidente do inquérito: qualquer funcionário da Prefeitura que vocês queiram chamar falem comigo. Eu peço lá e eles vêm aqui depor sem nenhum problema, mas larguem o prédio da Prefeitura, pois está causando um mal-estar lá dentro. Gente subindo, investigando, não sei das quantas.

Assim foi feito. Em alguns casos, quando os funcionários eram subalternos, vinham para a minha casa, e eu os levava ao DHPP e dizia a eles não o que eles iam falar, mas o que ia acontecer: vai ter um delegado, vai ter os promotores, você vai ser perguntado, responda. Era para ambientá-los à situação.

Então, essa fita que diz "acabei de vir da casa" foi isso. O Dr. João Francisco, quando foi depor, também foi à minha casa e eu o levei. Quero que o senhor pergunte a ele se, em algum momento, eu disse o que ele devia falar. Não, eu disse como ele encontraria a delegacia.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Entre esses estavam os que eu citei: o Ronan...

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O Ronan não era funcionário, nem o Klinger nem o Sombra...

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – Nem o Klinger, nem o...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE ) – Sombra.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – Sérgio Gomes da Silva. O Sérgio Gomes chegou com o Dr. Jarjura para depor, Delegado de Santo André. O Klinger chegou com os seus advogados para depor, e o Ronan acho que nem assisti ao depoimento. Não tenho relações próximas com essas pessoas.

Bem, deixa eu ir para frente. O resultado dos advogados. É verdade essa reunião. O Gilberto Carvalho, depois quando eu expliquei os resultados das investigações, houve... Mas o debate, se o senhor me permite, até onde alcança a minha memória, o debate entre o Gilberto Carvalho e a família, nesse dia em que apresentei as conclusões do inquérito para ambos, não foi sobre se a versão que a Polícia havia dado era certa ou era errada. Foi sobre uma reclamação que o João Francisco fazia de que ele não tinha sido informado do andamento das investigações.

Eu disse: "Nesse assunto, eu não tenho nada a ver com isso", porque eu, dia sim, dia não, telefono para o Gilberto e passava essas informações. E o Gilberto reclamou: "Como não informou? Eu passei informando, uma dedicação incrível e tal... E você vem dizer isso?".

Houve esse atrito, não era sobre a conclusão do inquérito, era sobre o nível de informação recíproca.

Que mais que o senhor perguntou? Sobre os presos. O senhor está de acordo que os presos são os autores do seqüestro e da morte.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE ) – É imagino que sim.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – O que o senhor não está de acordo é se há ou não há mandantes.

A investigação de que eu participei, Senador José Jorge, não levou a mandantes, com toda a sinceridade. O que eu acho é que houve um seqüestro. Eles iam pedir resgate. Ficou uma parte no cativeiro, outra parte na favela Pantanal. A Polícia rapidamente situou a Favela Pantanal. Tanto que há depoimentos de um dos presos telefonando a José Edison da Silva mandando soltar o prefeito. Eles não sabiam quem tinha sido seqüestrado. A dinâmica dos acontecimentos é esta: eles seqüestraram; levaram para Favela Pantanal; colocaram os carros de marcha à ré um com o outro; fizeram o transbordo de Celso Daniel para o porta-malas do Monza.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Usaram máscaras ou não?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – Não. Não usaram máscaras.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, quer dizer que o Sombra viu todos eles?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – Viu.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E deixaram assim mesmo ele lá?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – E foram lá. Não. Eles tentaram atirar. Deixe-me falar uma coisa ao senhor. Se o senhor quiser ler sob uma determinada ótica, o senhor pode ler. Esse caso, sabe o que acho...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não. Quero ouvir a ótica de V. Sª. Não a minha.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – Sabe o que eu acho, Senador, vou explicar ao senhor. Sinceramente. Este caso não vai ter solução. Ele é o mesmo tipo daquele crime famoso que tem duas versões. Como morreram PC Farias e Suzana Marcolino? Foi um homicídio seguido de um suicídio ou foi um duplo homicídio? Até hoje esse assunto está em debate. Tem laudo de perito de um lado; tem laudo de perito de outro. Essa é a situação. Cada um de nós tem uma opinião sobre isso. Eu tenho uma opinião. Não conheço – e digo ao senhor – as provas, depois de setembro. Não conheço a investigação complementar, Senador José Jorge, não conheço a investigação particular do Ministério Público, não conheço a reabertura do caso, as novas oitivas. Não conheço. Mas, digo-lhe com toda a sinceridade, se um dia eu ler e verificar que a nova versão dos fatos é a mais consentânea com a verdade, em memória ao companheiro Celso Daniel vou dizer "é isso aqui". Sem pensar em PT, sem pensar em família, sem pensar em ninguém, pensando nele, pois foi a ele que prometi que iria ajudar nesse assunto.

Bandidos e não bandidos. As mortes. Fui atrás. O Dionísio, já expliquei ao senhor. Tem um garçom. Fui atrás para saber. A informação que recebi do Dr. Armando de Oliveira Costa foi a de que o garçom estava sendo assaltado, escorregou na moto, bateu com a cabeça no poste e morreu. E tinha outro nome. Dias depois, morreu uma pessoa que passava por ali e que era vigilante da Febem. A investigação da polícia está levando à conclusão de que deve ter sido assas-

sinado pelas circunstâncias de ter tido algum tipo de atrito dentro da Febem, dos menores, e não em função de ter sido testemunha na morte desse aí. Tem várias circunstâncias. Tem um policial que morreu. O policial foi assaltado, Senador, reagiu, saiu correndo atrás, atirando, e foi morto. Qual é a relação desse assunto com o caso Celso Daniel? Também não conheço em detalhes, não vou omitir.

A Prefeitura, se houve pressão. Houve pressão. Houve pressão não para ter determinado resultado, teve pressão para esclarecer o crime. A imprensa pressionou para esclarecer o crime. Quando deu um mês da morte de Celso Daniel vieram editoriais, noticiários da imprensa: "Faz um mês e até agora não se resolveu o problema". Houve pressão nossa para que a investigação andasse rápido. É evidente que houve. Não para determinado resultado, mas pressão para esclarecimento.

Tínhamos perdido o Toninho, de Campinas. Estávamos recebendo cartas das Farbs – tenho aqui as cartas das Farbs – ameaçando prefeitos e parlamentares do PT. Perdemos o Celso Daniel! Perdemos o Celso Daniel, Senador José Jorge, no momento em que o Celso Daniel foi escolhido como coordenador do programa de ação do candidato Lula. Entendeu? Ele ia-se afastar da Prefeitura para vir para a sede da campanha. Se ele estivesse vivo, ele era hoje Ministro. Era Ministro do Planejamento....

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Do Planejamento ou da Fazenda.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Não, acho que Planejamento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Porque foi o Palocci quem o substituiu.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Não, mas o Palocci, se o senhor quiser, eu posso....

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Só para lembrar que o tempo do Senador José Jorge já se esgotou, mas V. Exª tem mais tempo para concluir a sua explanação.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – O Palocci foi uma circunstância, Senador Antonio Carlos. Porque acho que, durante a campanha, o Presidente Lula pediu a ele que fosse fazer alguns debates sobre a área econômica, e esses debates foram muito bem aceitos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Esses debates seriam feitos pelo Celso Daniel, provavelmente.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Não, talvez não. Talvez tivessem sido outras pessoas. O Celso Daniel era mais um coordenador. O Celso Daniel era um estudioso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu, logo mais, falarei.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Estou de acordo com o senhor, Senador José Jorge, quanto à característica do momento do seqüestro. Pelo nível de blindagem da Pajero, se podia ter ficado ali e resistido cinco minutos, dentro. Estou de acordo com o senhor.

Quem abriu a porta? Há depoimentos dizendo que foi o próprio Celso Daniel que abriu a porta, pedindo "calma, calma, calma". Mas, se não tivesse aberto a porta, tinha....

Outra coisa, tem um fato que foi o tiro no pneu traseiro, por um dos bandidos, o que impediu essa movimentação. A trajetória: ele desce a rua, o primeiro tombo, bate num Tempra branco, volta, é fechado, sobe, desce, pára, até o momento em que eles atiram, e o Bozinho, se não me falha a memória, atira no pneu, e o pneu fica. Então ali tinha sirene que era ligada, dava para fazer essa situação.

Por que levaram só um, não levaram dois? Também tem explicação. O Ivan, que era o chefe do grupo, quando viu que um já estava dentro da Blazer, e os outros estavam puxando, pelo lado do passageiro, o motorista, ele falou: "Não, já chega um, vamos embora, vamos embora!". E foi embora. Então tem explicação.

Estou de acordo com o senhor: se fosse exclusivamente homicídio, podia ter feito naquela hora. Agora, eu posso fazer o inverso também do raciocínio: se esse Sérgio Sombra é partícipe como mandante nesse crime, contratou uma quadrilha, contratou o Dionísio, pagou para as pessoas, por que ele se colocaria no meio da cena do crime? Se eu sou mandante de um crime, vou querer me colocar dentro da cena, no núcleo central da cena?

Corrupção. Deixa eu falar outra coisa para o senhor: em nenhum momento nessa investigação, o Sr. João Francisco Daniel me falou dessa acusação que faz ao Gilberto Carvalho. Em nenhum momento.

Segundo, quando ele foi depor ao Ministério Público, em maio de 2002, e falou esta frase que entregava um milhão e duzentos mil reais para ele entregar para o José Dirceu, eu fui falar com o Gilberto Carvalho, e o Gilberto Carvalho negou e disse que isso não era absolutamente verdade.

Tortura. Posso falar, Senador?

Senador, essa questão da tortura, se o senhor.... Eu prometo ser...

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Tem V. Exª a palavra para concluir.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – ...digamos assim, comedido, daqui por diante.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas não precisa afastar o microfone.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Não, é que estou procurando aqui, Senador, eu não vi tortura. E por isso eu disse isso ao irmão. Não foi só eu que não vi tortura.

Dia 23 de janeiro, portanto três dias depois... Eu vou precisar disso aqui. Eu vou pedir um minuto para achar. Quando a gente quer, não acha. É assim. (Pausa.) Eu já achei, o senhor me ajudou a achar, Senador.

Olha, IML. Então, veja só. Eu passei lá de dia, vi o corpo e não vi marcas de tortura – tortura do jeito que eu entendo: marcas, queimaduras. Qual é a minha habitualidade em relação à tortura, durante o meu tempo de exercício da advocacia? É a queimadura de cigarro, o pau-de-arara, o choque elétrico, são os lóbulos, as orelhas, a parte escrotal. Eu não vi. Eu vi um marca na região lombar direita que me chamou a atenção, como se fosse uma espécie de marca de uma pistola. Mas eu, à noite, disse à família, ao João Francisco. "Meu irmão foi torturado?" "Não, não foi."

Primeiro assunto, ninguém falou de tortura naquele dia lá. O Deputado Jamil Murad não me falou, nenhum dos médicos falou, nenhum delegado falou. Então, eu fui e disse à família.

No dia 23 de janeiro de 2002, uma quarta-feira, o IML nega que Celso Daniel tenha sido torturado, Senador José Jorge. O Diretor do Instituto Médico Legal, José Jorge Jarjura Júnior, disse nessa quarta-feira, que os exames dos médicos legistas não constataram sinais de tortura no corpo do Prefeito de Santo André, Celso Daniel. Ele "não foi torturado pelos seqüestrados". "Os ferimentos encontrados pelos médicos legistas no corpo foram de natureza leve. Jarjura acrescentou que só havia ferimentos graves provocados pelos tiros. Um que fraturou a mandíbula e os outros que acertaram diversas partes do corpo."

Depois disso o Secretário de Segurança, que ainda é Secretário de Segurança do Governador Geraldo Alckmin, o Dr. Saulo Abreu, disse assim: "É subjetivismo. O que eu tenho é o que diz o laudo, nem cabe a perícia determinar isso". Eu acho que cabe à perícia determinar isso. "Orientei os legistas para não terem pressa porque é preciso determinar todas as dúvidas. Não sei de onde eles tiraram essa versão". E desmentiu.

**Folha de S.Paulo**, de novo: "Daniel apresentava algumas lesões, um ferimento na cabeça, parece ter sido provocado por uma coronhada de revólver. Hematomas na região lombar teriam sido causados por batidas de uma ponta de arma". É o que estou dizendo aos senhores. "O diretor do IML de São Paulo, José Jorge Jarjura Júnior, afirmou que as agressões não provam a ocorrência de tortura. As lesões mostram que o Prefeito foi agredido pelos seqüestradores" etc. e tal. E assim sucessivamente.

Isso foi logo depois, na primeira semana depois. Aí vem o laudo. O Dr. Celso Delmonte, que é o médico perito, deu uma entrevista à Televisão Globo dizendo que o Celso tinha sido torturado.

Eu, imediatamente, vou falar com o Dr. Armando, Presidente do Inquérito.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Isso na época, não é?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – Na época.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na época.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – E o Dr. Armando, aquele que veio aqui depor, falou: "Deputado, eu vou ver o que é isso." Ligou para o Dr. Celso Delmonte, que disse que ele entendia que o Celso tinha sido torturado, porque uma pessoa que é presa em um cativeiro, num seqüestro, recebe tortura psicológica, e o jeito dos oito tiros, que foram dados a queima roupa etc. e tal, significa sofrimento físico. Mas eu fiquei esperando o laudo. Quando veio o laudo, aliás esse laudo tem uma história, Senador, porque tem o laudo e os seus anexos. Os anexos extraviaram. O Dr. João Francisco disse aqui que só depois de seis a oito meses ele recebeu esses anexos. É verdade. Eu não recebi esses anexos. Bem, deixa eu falar com o senhor. Olha o que o laudo diz sobre tortura. Faz a análise, aquilo que hoje é chamado de queimadura – essa queimadura com a marca de impressão do cano de revólver –, é uma queimadura, no dia do laudo foi chamada de "marca circular completa e outra incompleta, medindo onze milímetros no contorno externo, no interno e região infraescapular direita lombar". Não dizia que era queimadura.

E aí vão responder como foi, como não foi etc. e tal, chega no quarto quesito: Houve tortura? O perito responde: sim.

Por que houve tortura? Quanto ao número, localização e tipos de disparos, além dos sinais cadavéricos como face de terror – ele estava com face de

terror, eu vi –, espasmo cadavérico de mãos – ele tinha espasmos cadavéricos de mãos, eu vi – e fezes liquefeitas –- eu não vi.

Mas veja só por que o perito diz que ele foi torturado: pelo número, a quantidade de tiros; pela localização desses tiros, a queima roupa, na face etc, e o tipo de disparo, além dos sinais cadavéricos, como face de terror, espasmo cadavérico de mãos e fezes liquefeitas.

Eu vou dizer: uma pessoa que é executada, no momento em que sabe que vai ser executada, ela vai ficar com espasmo, com face de terror, mas isso não é a tortura como eu entendo que seja, a infringência de sofrimento quer por ação mecânica ou não, para infligir dor à vítima e fazer com que a vítima tenha determinada conduta. Eu não vi essa situação.

Senador José Jorge, esses anexos – porque o Dr. João Francisco* falou: "O mais importante são os anexos" –, vieram depois de eu já ter completado minha tarefa nesse caso e foram, segundo me disse o Delegado, direto para Itapecerica da Serra.

Agora, veja só: este aqui é o laudo, Senador José Agripino, o laudo necroscópico. Uma folha, duas folhas, três folhas, a quarta folha. Duas linhas sobre as circunstâncias da tortura. Mas o laudo necroscópico foi feito no dia 13 de janeiro de 2002. Treze de janeiro, Senador ACM, está escrito aqui.

"Ah, Deputado Greenhalgh, mas isso aqui pode ser um erro de datilografia". Pode ser. Mas vamos ler o laudo. Aí vem o laudo e diz assim: "Exame necroscópico realizado no dia 13 de janeiro de 2002". De novo. É o segundo erro de datilografia. Depois vem: "Pesquisas iniciais concluídas em 15 de janeiro de 2002". É o terceiro erro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, V. Exª acha que eles fizeram de outra pessoa?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Não, senhor. Acho que é do Celso Daniel.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas, no dia 13, ele estava vivo.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Mas é. Não quero, veja só, deixa-me dizer-lhe uma coisa: há erro na formalidade do laudo, mas não quero colocar em dúvida o laudo. Conheço o trabalho do Dr. Carlos Delmonte. É uma boa pessoa, é um homem renomado. Agora, se eu quisesse ser cricri nesse laudo eu diria: o senhor examinou um homem vivo. Isso aqui é a pressa de ter sido feito. E essa pressa fez com que os anexos tivessem sido retardados. Mas eu não vi.

Então, o senhor me perguntou: "O senhor viu?". Eu não vi. Mas houve tortura? Eu até hoje tenho meu subjetivismo do que entendo de tortura. Mas eu não li – não li, Senador – até hoje os anexos desse laudo.

Desculpe.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Já que o tempo do Senador José Jorge foi superado em muito, mas foi esclarecedor também, vamos conceder a palavra ao Senador Tião Viana, solicitando que nos limitemos dentro do tempo dos dez minutos para que todos possam inquirir o Deputado.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo inicialmente agradecer ao Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh por ter aceitado o convite, trazendo sua colaboração e seu testemunho profissional e de pessoa humana para um episódio tão dramático para a vida do Partido dos Trabalhadores e para todos nós.

Quero deixar muito claro que o que acompanho na vida de V. Exª é merecedor única e exclusivamente de admiração, respeito e reconhecimento de todos nós, que acompanhamos ao longo dessas décadas sua vida profissional e pessoal na defesa especialmente dos direitos humanos.

Lembro que não é qualquer um que se desloca – isso duas, três décadas atrás – para um longínquo Estado do Acre para fazer a defesa de direitos humanos de pessoas que eram oriundas do coração da Amazônia, inocentes num confronto ideológico e num processo de ocupação da Amazônia, vítimas de crimes, de violências, e V. Exª foi lá, dar seu apoio, sua solidariedade, enfrentou quantos dias e quantas horas de viagem para chegar àquele canto do Brasil e testemunhar a defesa dos direitos humanos.

No mais, sua biografia pelo Brasil inteiro é a favor dos direitos humanos. Então, um depoimento precioso, que tem densidade intelectual e moral é o de V. Exª aqui.

O que me chama a atenção, Sr. Presidente, neste processo de CPI todo que estamos vivendo, e a preocupação que faço questão de externar aqui é exatamente o fato de que nós, em alguns momentos, estamos confundindo o que é a exata responsabilidade desta CPI, porque quando estamos numa investigação política, na denúncia, no processo fiscalizatório, apurando supostas irregularidades de toda a natureza com dinheiro público, com a honra da função pública, com desvios de conduta, estamos num campo adequado. Mas, ao mesmo tempo, esta CPI vai buscar num canto do processo penal brasileiro criminal um caso de assassinato, que é merecedor de todo o respeito do Brasil inteiro, e nós do PT dissemos com mais autori-

dade isso, pela convivência e pela divisão de vida que tivemos com Celso Daniel, traz um caso traumático e doloroso para todos nós.

Devemos respeitar sempre a dor da família, na dúvida que tenha sobre a elucidação do crime, e esse crime é transportado para a esfera política, ao invés de ser o contrário. A esfera política investigando todo e qualquer tipo de desvio, delito, praticado com dinheiro público, transferindo para a esfera criminal, depois de suas conclusões, mas aqui estão se invertendo as coisas. Pega-se um assassinato brutal e covarde, ao qual está-se dando um encaminhamento político. Aí, fico com medo porque vejo adversários leais, como o Senador Antonio Carlos Magalhães, que sabe que tem a dimensão da crítica, do desgaste político no campo político, como o Senador Arthur Virgílio. Vejo alguns aqui que, quando é alguém que vai fazer um depoimento a favor de algo que se julga correto também, porque é contrário à denúncia, sai daqui e não quer nem ouvir o depoimento de ninguém. Isso está reiterado dentro desta CPMI e não me parece uma conduta madura.

Acho que a responsabilidade política do Senado impõe que sejamos equilibrados e serenos numa investigação dessa natureza, e fico preocupado com isso. É muito fácil condenar, é muito fácil manchar a honra das pessoas. Quando vejo o caso do Gilberto Carvalho, que não desconheço e não me distancio um minuto de todo o legítimo direito da investigação policial, pegar toda e qualquer contradição que ele possa ter apresentado em alguma gravação, isso é um direito. Sou testemunha, acompanho a vida dele ao longo dos anos e sei da grandeza humana, sei que é um exemplo de ser humano neste País. Vejo com que facilidade se põe a dúvida para destruir a honra dele completamente.

Será que não poderíamos dizer que aqui vamos, com toda a força, para a esfera policial, para a área de inteligência, para a área investigação, a fim de apurar tudo. Vamos tentar o limite para preservar a honra, até onde for possível, de uma pessoa, no campo político, e não separamos. É isso que me traz um desconforto dentro desta CPI. Lamento, mas a impressão que tenho é que vou ficar com uma imagem muito negativa do trabalho desta CPI quando ela poderia ter um dos mais belos trabalhos, porque aqui a isenção envolve a maioria. A maioria quer um envolvimento de ter liberdade de não ser patrulhado, blindado, manipulado, por quem quer que seja, mas, ao mesmo tempo em que temos esse recurso político nas mãos, temos uma influência de querer às vezes incriminar algumas pessoas. É esse o lamento que faço diante desta CPI. E acho que o mais forte no caso do Sr. Celso Daniel é termos a oportunidade de ver o laudo, o estudo técnico e científico para dizer se houve ou não isso que se está apontando como argumento da família. O que o Deputado Greenhalgh diz é muito sólido, fruto de um estudo científico, profissional e dedicado a favor de elucidar um crime e não de proteger A ou B.

Lamento que possamos estar caminhando para um risco em relação a um papel tão importante, que é a Constituição e o que mandato de Senador da República nos dá.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Vejo que V. Exª não fez nenhuma pergunta. Quero, como Presidente, neste momento, fazer algumas ponderações.

Esta CPI foi instalada com um ano de atraso porque houve deliberada ação do Governo de não permitir a sua instalação, o que foi um grande equívoco. Outro equívoco maior foi tentar imputar a esta CPI predisposição para isso ou para aquilo. Tudo o que é decidido aqui, qualquer requerimento de V. Exª ou de outro Senador, é feito por voto e aqui todos têm direito de ter opiniões. Não podemos ser analisados como um tribunal. Não temos o ritual de um tribunal, nem mesmo o de uma delegacia. Somos um modo realmente diferente de investigar. Daí, por que acho que temos de entender que estamos fazendo um papel sério, sim. Podemos aqui ou acolá desviar um pouquinho o foco. Mas qual é o foco da investigação desta CPI? É corrupção, é lavagem de dinheiro. Não temos a obrigação só de investigar, embora tenhamos o apelido de CPI dos Bingos, os bingos. Acho que V. Exª tem até o direito emocionalmente de estar falando isso aí, mas acho que não ajuda a construir a imagem que esta CPI tem inclusive contra a vontade do Governo, que não a deixou ser implantada no momento certo. Então, poderíamos dizer que, hoje, esta é a CPI do Supremo Tribunal Federal.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agora é minha vez.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Certo, depois pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pela inscrição, é o Senador Antonio Carlos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Mozarildo Cavalcanti, Sr. Re-

lator Garibaldi Alves Filho, prezado Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, achei da maior importância as palavras do Presidente Mozarildo Cavalcanti neste instante. Gostaria eu de proferi-las. Não se apurou este caso porque o Governo não deixou, não deixou que se fizesse uma CPI sobre Santo André. E quem mais sabe disso é o Senador Tião Viana. O Senador Tião Viana é realmente uma das melhores figuras da Casa, mas, neste momento, ele se apaixonou, e não chegou a denegrir porque ninguém conseguirá denegrir a CPI dos Bingos, por mais vontade que tenha, mas fez restrições injustas, sobretudo em relação às duas outras CPIs que estão se realizando e que estão sendo obstaculizadas pelo Governo, como a CPI dos Correios e a do Mensalão. Todas as dificuldades são criadas e por ordem do Senhor Presidente da República, que aparentemente diz que é favorável, mas que, na realidade, sempre cria os maiores problemas com os seus líderes aqui nesta Casa.

De modo que esta sua fala representa, eu acredito, a maioria pelo menos do pensamento da Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero felicitar V. Exª.

Agora passo ao Dr. Greenhalgh. O Dr. Greenhalgh sabe do apreço, respeito e amizade que tenho por ele. Uma amizade realmente muito grande a ponto de ter desejado que ele trabalhasse comigo quando fui Presidente desta Casa e ele não foi eleito. Havia três pessoas que queria ao meu lado: ele, Sérgio Miranda e Paulo Bernardo. Hoje, Paulo Bernardo está muito diferente do que era. De maneira que já não gostaria que ele trabalhasse comigo. De modo que o Dr. Greenhalgh demonstrou qualidades excepcionais de criminalista. Realmente, em sua exposição, foi um criminalista em que qualquer júri absolveria o seu réu. Mostrou suas qualidades profissionais de uma maneira, evidentemente, completa. Espero em Deus não precisar de seus préstimos. Mas, se um dia precisar, já sei a quem recorrer.

Ora, uma coisa está certa, e aí V. Exª, por mais amizade que tenha, não vai tirar da minha cabeça, e até os irmãos e todos que vieram aqui demonstraram que o Sr. Celso Daniel não comandava a Prefeitura de Santo André. Comandavam, sim, o Sombra, o Klinger e outros tantos. E, em Santo André, infelizmente, havia corrupção. Isso ficou evidente até para a família dele. Se a família também fazia, também não posso dizer que não nem que sim, mas é o que ficou evidente aqui nos debates. Queria dizer que também nem V. Exª, com sua inteligência brilhante, conseguiu melhorar a posição de Sombra do Sérgio aqui nesta Casa. Ninguém consegue evitar que ele seja partícipe do crime. V. Exª usou a palavra amarelou, que significa acovardou-se. Não foi covardia. Na minha inteligência, por tudo que já se disse aqui, inclusive pelo Senador José Jorge, não foi. Foi conivência. Entretanto, é algo que vai ser provado nos inquéritos, enfim, e talvez, como V. Exª disse, nunca seja provado, mas, na realidade, o Sombra não tem a consciência tranqüila nem jamais dormirá tranqüilo quando pensar que existe Santo André e que morreu Celso Daniel.

Há uma coisa que deve ficar bem clara, que achei até mais uma prova de grandeza de V. Exª. V. Exª está convencido de que acompanhou corretamente e que fez tudo que deveria fazer não só por delegação do Presidente da República, do Presidente do Congresso, da família. Não tenho dúvida disso. Agora, acho que V. Exª cresceu mais quando colocou a expressão de que, se ficar claro que a versão é outra, V. Exª terá a coragem de vir aqui dizer que se enganou neste ou naquele fato. Isso é uma demonstração a mais do seu caráter, de que eu nunca tive dúvida. Quero também dizer que, nos argumentos que V. Exª apresentou e a que deu pouca importância, talvez por inteligência, por sabedoria, foi esse problema das datas do laudo. Essas datas do laudo, realmente, são a coisa mais grave que apareceram aí contra aqueles que estão... o pensamento de V. Exª. De modo que acho que V. Exª cumpriu muito bem o seu mandato de advogado. V. Exª fez muito bem em querer vir a esta CPI. V. Exª esclareceu muitos pontos, mas o caso não está resolvido. Recebi um bilhete do meu amigo Eduardo Suplicy, com quem fiz até uma (Inaudível), mas que ele sempre leva a sério, até isso, no que faz muito bem. "Senador Antonio Carlos, está esclarecido? Ainda tem alguma dúvida? Alguma sugestão do que eu possa fazer? Eduardo Suplicy". Isso é uma prova da grandeza do nosso colega e da sua demonstração. Entretanto, tenho a dizer que há uma falha do Ministério Público, da Polícia do Estado e da Polícia Federal em, com esses dados, esse homem que tem essa fita ou que diz que tem essa fita com as ligações que fez, estando em Maceió, e o Senador Suplicy sabendo tudo isso, de não se ir atrás desse homem, evidentemente é uma falta grave da Polícia Federal e da polícia estadual e também até mesmo do Ministério Público, porque se sabe que tem uma fita que esclarece tudo ou que seria possível – se existisse – de esclarecer tudo, e não se vai atrás dessa pessoa, este é que o crime do caso. O Senador Suplicy não tem nada com esse assunto. V. Exª muito menos. Agora, que teriam de esclarecer quem é esta figura, e até hoje ela não apareceu, isso é gravíssimo para as autoridades policiais do Estado de São Paulo

e do Governo Federal. Isso eu queria dizer a V. Exª e felicitá-lo mais uma vez não só pela minha amizade, mas sobretudo pelo brilho da sua inteligência.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra V. Exª.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, sou eu que nutro por V. Exª estima e admiração. Sou seu amigo, porque V. Exª é pai de um dos meus melhores amigos. Eu tenho muito respeito por V. Exª. Qualquer coisa que V. Exª precisar na sua vida que eu puder fazer, seja como pessoa, seja como advogado, seja como Parlamentar, pode me chamar. Eu tive um grande amigo na figura do Luiz Eduardo Magalhães e quis o destino que a última festa em que ele estivesse vivo tenha sido a do meu aniversário. Eu não quero misturar Santo André com isso, mas quero dizer que tenho respeito por V. Exª. E V. Exª pode contar comigo em qualquer circunstância.

Vou mais adiante. Quando eu não fui reeleito, V. Exª me fez um convite, para que eu viesse trabalhar como assessor na Presidência do Senado. E eu disse a V. Exª que eu estava voltando para o meu Estado e que eu iria voltar a advogar. No início dessa legislatura, eu era Presidente da Comissão de Justiça. E eu vi chegar na Comissão de Justiça um jovem que levava e leva o seu nome, franzino, magrinho, que foi conversar comigo na Presidência da CCJ, dizendo que queria que eu soubesse que ele era de primeiro mandato, que eu desse a ele a relatoria de projetos fáceis, para que ele pudesse ir subindo, porque ele queria ter brilho próprio. Não acabou esse mandato de quatro anos, e todo o Brasil é testemunha do brilho próprio.

Estou falando isso do fundo do meu coração. Eu não vim aqui, Senador Antonio Carlos, para melhorar a posição do Sérgio Gomes da Silva. Eu vim para dizer o que eu penso dele e da investigação. Mas, na investigação de que eu participei, ele não é mandante, com toda a sinceridade a V. Exª. Acho que ele teve dificuldades na cena do crime. Acho que ele amarelou. E acho que ele caiu em si no seu segundo depoimento. Tenho a mais absoluta consciência e tranqüilidade de consciência de que eu dei tudo de mim, Senador Antonio Carlos Magalhães, nessa investigação. Como eu disse ao senhor, eu não investiguei. Eu acompanhei a investigação que era feita por uma força-tarefa, que chegou a essa conclusão.

Sobre o Celso Daniel, Senador, ele comandava a Prefeitura de Santo André. Vou dizer isso para o senhor. Ele era um bom prefeito. Ele era um homem honesto. Ele não estava metido em falcatruas. Uma das coisas que me dói mais nessa sensação e nesse sensacionalismo é que nós estamos jogando por terra a memória de uma pessoa que não tem condições de estar aqui para se defender. Essa é a situação.

Primeiro, a versão foi a seguinte: houve mandantes. Na hora em que o Celso Daniel descobriu que havia corrupção em Santo André, os mandantes mandaram matá-lo. Isso foi o início. Agora, a versão é a seguinte: houve mandantes. Ele sabia. Participava enquanto era para o Partido. Mas depois, ficou sabendo que foi para enriquecimento ilícito e os mandantes mandaram matar. A honra de Celso Daniel está na lama, Senador Antonio Carlos Magalhães. Ele não está vivo entre nós para se defender. Versões vão sendo criadas.

Eu não tenho nada contra o Dr. João Francisco Daniel, mas eu não aceito o depoimento que ele deu ao Ministério Público, dizendo que há três ou quatro anos, antes da morte, Celso Daniel, de mês em mês, tinha duas, três horas de conversa com ele, que virou confidente. Não é verdade! As informações que eu tenho são diferentes. Eu acredito até que eles estavam em processo de reaproximação. Sua mulher com ele foram viajar para a Europa, juntamente com a Ivone e com o Celso Daniel. Mas eram diferentes, distantes.

O Bruno Daniel, que vem aqui depor, não falava com o irmão há mais de doze anos. Doze anos! Não são doze dias. Não são doze meses, são doze anos!

A pessoa que era mais próxima dele, que convivia dia e noite com ele chama-se Ivone Santana. Essa senhora, estranhamente, Senador, não foi ouvida ainda na investigação do Ministério Público. Tem uma filha com ele, que será herdeira do apartamento e dos dois carros.

O Celso Daniel era um homem pobre, Senador Antonio Carlos Magalhães. É um apartamentinho pequeno; dois Volkswagen Gol desses velhos, entendeu? Não tinha dinheiro, não tinha nada. Tinha sonhos, idéias, projetos. Fez um grande Governo, com toda essa crise, Senador. Todos dizendo que o Sérgio Gomes participou; que o Klinger participou; que o Ronan participou; que tinha corrupção não sei das quantas. Ele morto! O Prefeito de Santo André é o João Avamileno. A população está lá. Hoje, eu não sei, porque a mídia tem um poder muito grande em formar a opinião das pessoas. A mídia tem.

Eu queria dizer para o senhor que eu espero em Deus que o senhor não precise do advogado. Mas eu espero em Deus que o senhor creia que eu sou um seu amigo. Tenho admiração. Nos momentos mais aflitos da minha vida, o senhor esteve junto: quando eu perdi a eleição; quando eu fui candidato à Presi-

dência da Câmara. E eu tenho orgulho de dizer que recebi apoio seu.

Eu disse que não vi tortura, Senador. Depois, eu fiquei sabendo que foi feito um laudo no estrangeiro. Eu não vi esse laudo. Depois, eu fiquei sabendo do depoimento do Dr. Carlos Delmonte ao Ministério Público, dizendo que o Celso Daniel foi uma das pessoas mais atrozmente torturadas que ele já periciou. Não tenho por que duvidar. Se eu tiver conhecimento disso, posso voltar atrás. Eu não tenho compromisso com o erro. O que não aceito é a insinuação de que no "diiia" em que a pessoa foi morta, em que seu corpo foi encontrado, eu já comecei a querer adulterar as coisas. Eu não faço isso, Senador. Não faço isso, porque o Celso Daniel é meu amigo, meu companheiro, está certo? Embora não fosse muito meu amigo, meu companheiro, de Partido. Mas eu não faria isso diante de um corpo de um companheiro de Partido. Então, o que eu quero, Senador Antonio Carlos Magalhães? Quero que a investigação seja feita com licitude! Dentro da legalidade! Dentro da Constituição! Essa história de ir visitar preso, um ano depois de a pessoa estar presa; oferecer delação premiada e ajustando os depoimentos a determinada versão, isso não me satisfaz! Até porque eu sei o que vivi. Porque um desses ajustes de versão disse que eu torturei a pessoa. E eu sei que não torturei! Eu sei que não torturei! Eu sei que eu seria incapaz de fazer uma situação dessa. Pegar um preso a que dei um sanduíche e uma coca-cola... Fizeram mudar, depois de várias visitas: delação premiada... E o preso vai lá e diz que foi torturado por mim... Sei que não fiz isso! Eu sei que esses ajustes de delação premiada podem distorcer a investigação. Pode! Acho que nós devemos fazer um... Acho que, hoje, só essa fita resolve o problema do Sérgio Gomes. Por isso falei, Senador Suplicy, desta fita. Porque, veja só, se é verdade o que o Pastor disse a mim no telefone, que ele entregou ao Ministério Público, por que essa fita não apareceu? Se é verdade que ele não entregou, porque tem medo, mas ainda tem a fita, o Brasil espera isso! Porque é esta fita que tem condições de resolver qual foi o real comportamento do Sérgio Gomes da Silva no episódio seqüestro. E nós estamos há dois anos e meio, Senador Antônio Carlos Magalhães, com esse tal de Pastor, subindo e descendo, falando e telefonando e conversando, e não vem essa fita. O senhor tem razão, quando diz que essa é uma falta grave na investigação. Porque arrumar testemunha para dizer que viu o Sérgio chutando, que ele estava colaborando, hoje, dois anos e meio, com a opinião pública sendo feita em sentido contrário, é fácil! A investigação de que participei não foi essa. Mas acho que tem condições de a gente achar esse pastor. Se esse pastor for evangélico, o evangelho busca a verdade, e ele pode nos salvar a todos. Porque, se tiver uma fita, Senador Agripino, mostrando a dinâmica, nós temos condições de analisar, definitivamente, a conduta do Sérgio Gomes no momento. Eu acho que ele amarelou; o Senador acha que ele foi conivente. E, assim, são duas opiniões. Mas essa fita dirime isso, porque basta a gente olhar para saber.

Agradeço ao senhor, Senador Mozarildo, a tolerância e o respeito que o senhor... Eu vou ser, daqui por diante, mais lacônico. Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O próximo orador inscrito é o Senador Arthur Virgílio, a quem concedo a palavra.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) **–** Deputado Greenhalgh, V. Exª terminou por fazer algo que eu gostaria de ter feito, que era apresentá-lo à Casa. E, antes de tecer algumas considerações sobre o episódio de Santo André, ressalto que V. Exª foi, por quatro vezes, entre eleições, como Suplente, assumindo em eleições... Eleito, propriamente dito, nelas, V. Exª foi quatro vezes Deputado Federal, foi advogado de defesa, sempre ligado a direitos humanos, no caso – V. Exª citou muito bem – dos desaparecidos políticos da ditadura. Dou o exemplo do Presidente Lula, do processo a que ele respondeu na Auditoria Militar de Manaus, com Chico Mendes, mais José Augusto e tantos outros, acusado de algo que não cabia. Lamento ver hoje muito mais cabimento no que dizem do Presidente Lula – hoje lamento muito isso – e com a mesma convicção com que eu via descabimento na idéia de que Sua Excelência merecia aquela condenação, que só se podia dar mesmo no tribunal de exceção. Nem ele condenou o líder sindical Lula da Silva naquele momento.

V. Exª foi um brilhante advogado ao lado de Heleno Fragoso, e aquilo marcou muito, foi um ponto que marcou muito a nossa relação. V. Exª foi fundador do Comitê Brasileiro pela Anistia, coordenador do projeto Brasil: Tortura Nunca Mais – são fatos muito relevantes –, advogado corajoso de jornais como **O Movimento**; **em Tempo**; **Versus**; **Brasil Mulher**; **Nós, Mulheres**; **Resistência**. Foi advogado do MST, de cujos métodos divirjo completamente, de cuja eficácia quanto à ocupação da terra e aos resultados daí econômicos daí advindos divirjo também – enfim, não vamos discutir MST. V. Exª pertenceu ao MDB, fundou o PT e foi Vice-Prefeito de Luíza Erundina, além de ser um dileto e querido amigo meu. Mas, dizendo isso, Deputado

Greenhalgh, remarco alguns pontos. Vi aqui, claro, o homem de sentimentos, o Parlamentar competente e o advogado criminalista brilhante.

Antes de tudo, lamento vê-lo nisso tudo, eu, que aprendi a prezá-lo e não consigo mesmo supô-lo envolvido em tortura ou nada subalterno a esse ponto. Eu tinha um monte de perguntas a fazer, e não vou fazê-las. Vou dizer que mantenho a convicção de que havia corrupção em Santo André, não sei se com a participação de Celso Daniel ou sem a participação dele; de qualquer maneira, ele não merecia aquela condenação à morte num país que não admite a condenação à morte.

Vejo um dado, Deputado Greenhalgh, que é o seu Partido, o PT, que sempre tem tanta gana, tanta garra. Às vezes, até quando visivelmente por baixo, sempre digo que não pode melhorar um pouquinho, que retorna algo que se parece até com certa demonstração de arrogância. Vejo o PT tão pouco interessado nisso; vejo o Governo Lula tão pouco interessado – ele, que tem toda a mão na massa para esclarecer essa questão até o final –, que isso me deixa com as duas orelhas em pé, sem nenhuma dúvida. Vejo, e com dor, esse PT, que nasceu contra o meu desejo. Eu pensava, àquela altura, numa frente amplíssima de oposição à ditadura e imaginava que era primeiro para se derrubar a ditadura e depois para nascerem os partidos que significassem o mosaico da sociedade brasileira no período de democracia. Mas nasceu o PT, não sem o meu respeito. E V. Exª sabe da ligação pessoal que sempre tive com o Presidente Lula nos tempos passados; não com o Presidente Lula, com o Lula que lutava e sofria a meu lado e a seu lado por liberdade no País. Lamento muito ver como figura importante nesse quadro todo isso tudo diminui o PT, o Presidente Lula. Essa história de Rocha Mattos – hoje eu o convoquei aqui. De repente, Rocha Mattos vira figura importante. Eu percebo que descaminhos houve; houve descaminhos claros. V. Exª falou, discorreu sobre a teoria da tortura, e acredito que tecnicamente V. Exª tenha razão. V. Exª, com honestidade, disse que, por outro lado, sabia que, na parte não-técnica, houve, sim, tortura terrível: a tortura dos vários tiros, a tortura da ameaça, a tortura da coação, a tortura do seqüestro. Houve tudo isso. Eu, pessoalmente, não acredito muito nessa história de ter "amarelado" o Sr. Sombra; ele me parece mesmo um bandido. "Amarelado", não, ele era treinado para não "amarelar", era dito como segurança no começo do processo. Segurança não "amarela": faz o que tem que fazer. E um carro blindado teria passado por cima de um gol; literalmente passaria por cima de um gol, justamente por ser um carro blindado com o peso da blindagem acrescido ao que já representa de força e de potência uma Pajero. Mantenho toda a convicção de que pode ter havido ali uma motivação motivação político-financeira. E essa motivação financeira, para ter dado em morte, é claro que envolvia alguns fatos que têm vindo à tona hoje e que estão apreciados por esta CPI; por exemplo, as licitações irregulares, as doações a empresas de lixo, tudo isso que temos visto com desagrado.

Mas eu gostaria de dizer que a convicção pessoal que tenho é de que V. Exª não é capaz de participar de nada parecido com tortura. Ao contrário, eu sempre o vi lutando contra a tortura no País. Tenho de V. Exª a imagem de um democrata, de alguém que sempre soube respeitar a opinião dos seus adversários, e por isso nós sempre nos demos tão bem, e fomos durante tanto tempo adversários depois de termos sidos por tanto tempo aliados em algumas lutas que nos uniam. A bandeira era justamente a bandeira de defesa dos direitos humanos, do fim da tortura no País, de assembléia nacional constituinte, eleições diretas e tudo aquilo que podia significar termos um País melhor. Não retiro a idéia de que seja esse o seu ponto de vista e seja essa sua destinação.

Portanto, achando ótimo que V. Exª ter vindo aqui e, de maneira aberta, ter colocado o seu ponto de vista, eu lhe digo – embora brilhante como sempre – que não foi esse o melhor momento de debate entre nós, porque é a figura da CPI num caso baixo, mas um caso baixo não apenas porque possa haver um ou outro excesso aqui, mas um caso baixo porque me parece que se montou ali sim uma tecnologia de corrupção, se montou ali, sim, uma tecnologia que envolvia pessoas de um certo baixo mundo, que não mediam esforços para chegar a objetivos; e se esses objetivos exigissem o sacrifício, a condenação à morte por aquele meio brutal e formal em que se deu neste país – sem condenação à morte – a morte de Celso Daniel, certas pessoas tipo sombra, a meu ver, não hesitariam. Não sou juiz, não sou Tribunal Federal, não sou juiz de última instância, não jurisprudencio nada. Só estou dando a minha convicção, a mesma que tenho de que V. Exª é um homem de bem e a mesma que me faz manter o orgulho da sua amizade, a mesma que diz para mim que este caso é um caso que merece ser investigado até o fim.

Registro, vou usar o pouco tempo que tenho para relatar uma conversa que tive com o ex-Ministro José Dirceu, que nunca foi meu amigo como V. Exª é, que

era um interlocutor bom que eu tinha: eu como líder do Governo e ele como Presidente do PT.

Eu estava no Canadá quando soube do assassinato. Liguei para todo mundo no Palácio, era Ministro àquela altura, para saber o que se passava. Fiquei eu próprio atônito, porque eu próprio, sem intimidades, era amigo de Celso Daniel. Depois de falar com o Presidente, liguei para o Ministro José Dirceu, e ele me recebeu assim: – Arthur, estão matando os nossos companheiros. Primeiro foi o Toninho; agora são os nossos companheiros.

Eu disse a ele: – Zé, pelo amor de Deus, não entre nessa de dar a entender que tem a polarização entre vocês e nós nessa eleição. Não entre nessa de dizer que pode estar havendo alguma motivação política a nos mover na direção de algo que não faz parte da nossa personalidade, do Presidente Fernando Henrique, da minha, de qualquer pessoa que integre o meu partido.

> "Não, não estou dizendo isso. Mas é terrível, o assassinato é político".

Enfim, tentou ir por aí. Pedi a ele ponderação.

Depois fui de Otawa para Toronto; de Toronto para São Paulo, de São Paulo fui para Brasília. Demorei dois dias para fazer esse percurso. Recebi essa notícia de noite, naquela questão do fuso horário. Quando cheguei aqui, depois de conversar com o Presidente Fernando Henrique, depois de conversar com o General Cardoso certos detalhes do crime, já tinham moderado e muito o linguajar do PT e tinha moderado e muito o linguajar do próprio Ministro, o então Deputado José Dirceu. Não virou um tema nobre de campanha, não virou nada. Não houve aquela tentativa, e olhe que eles vinham de *impeachment*, "Fora FHC", daí para baixo. Isso tudo me faz hoje ter uma pulga atrás da orelha, sim, porque o primeiro movimento foi no sentido da leviandade, da acusação fácil. O segundo movimento foi no sentido do silêncio. Eu não acho bonita a reação pela leviandade e às vezes deploro, quando a reação se dá indevidamente pelo silêncio. Mas, de qualquer maneira, esse caso tem de ser deslindado até o final. Creio que será um alívio para pessoas que, como V. Exª, tenho certeza de que são de bem.

Não caberia a mim fazer perguntas a V. Exª: "Conhece fulano? Não conhece beltrano?". A minha assessoria não sabia o que nos une. Então, não tenho mesmo o que perguntar a V. Exª.

Eu tinha de dizer isso que eu lhe diria, se estivesse em um restaurante, comendo alguma coisa junto com V. Exª. Não nos faltaria intimidade, para dizer o que lhe digo, com a sinceridade agora do homem público, que tem de falar em público o que pensa. Ao me despedir e ao me preparar para ouvir V. Exª, digo apenas que quero V. Exª como aliado – quem sabe? – em algum momento, como adversário, em outros.

Não foi esse o melhor momento para nos encontrarmos. Creio piamente que V. Exª não se ligaria a qualquer equívoco político. Considero um equívoco o MST. É um direito seu acertar ou errar nele. É direito meu achar que V. Exª se equivoca, estando ligado ao MST, mas sempre acreditarei que V. Exª agirá com boa fé, com tortura jamais, V. Exª que lutou tanto pelo Tortura Nunca Mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) **–** Com a palavra, o Deputado Luiz Eduardo.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, agradeço penhorado os elogios que V. Exª me estendeu. Credito-os à generosidade de V. Exª.

Nós nos conhecemos há muitos anos. Ainda me lembro de quando eu era advogado, na Auditoria Militar de Manaus, defendendo o Presidente Lula, Chico Mendes, Jacó Bittar, José Francisco e João Maia, e V. Exª, sentado na platéia, ouvindo tudo. Temos esta característica de sermos democratas.

V. Exª é hoje um dos mais renhidos opositores do Governo, mas sei que V. Exª combate o combate da lealdade, na adversidade das idéias, mas jamais do comportamento. Então, agradeço a V. Exª inclusive o fato de não ter feito perguntas.

É evidente que ninguém está satisfeito. Eu, pessoalmente, estou com a minha consciência tranqüila, explicando o que fiz, mas é evidente que é uma situação constrangedora. Mesmo que não tenha, Senador, sido convocado, mesmo que me tenha oferecido e sido convidado, a maioria da população brasileira acha que esse fato, esse caso, tem outro resultado, que não aquele que ajudei a investigar, a que estive junto e que acompanhei.

As questões administrativas de Santo André, Senador, eu não investiguei. Foram feitas as investigações pela Polícia Federal. O que disse é que a informação que recebi do Dr. Gilberto Carvalho é a de que esse dossiê que a família encontrou no apartamento tinha sido semelhante aos dossiês que embasaram, no ano de 2000, representações de um deputado estadual e de um Deputado Federal contra a Prefeitura de Santo André. Durante a pressão de investigação, desculpe-me, mas não vi leviandade; ao contrário, vi um esforço sobre-humano da direção do PT para resolver esse assunto. Era um ano eleitoral, podia interferir no pro-

cesso eleitoral, tínhamos perdido o Toninho, estávamos perdendo o Celso Daniel, havia as FARBs – Forças Armadas Revolucionárias Brasileiras – mandando cartas de ameaça para diversos Prefeitos, havia uma situação de preocupação com essa questão.

Esses telefonemas que o Senador José Jorge mencionou, que foram fitas que foram degravadas, em um desses diálogos há essa preocupação. Se a Polícia não resolve, se já se passou um mês e esse assunto não se resolve, vamos fazer uma investigação paralela, independente, autônoma, isso foi o que vi.

Quero fazer um elogio ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando o Presidente Lula e o Presidente do Partido, José Dirceu, pediram a ele o ingresso da Polícia Federal, imediatamente ele autorizou. Colocou o Dr. Luna, o Dr. Marcelo, que são duas pessoas que acho que a Comissão devia ouvir. Aliás, Senador, hoje vi aqui requerimentos para ouvir o Dr. Maurício Correale, o Promotor Roberto Wilder, a Delegada Elizabeth Sato, o perito Carlos Delmonte e o Juiz Rocha Mattos, mas acho que deveríamos ouvir a Ivone Santana, o Delegado Edson Santi, o Delegado Arli Antônio Reginaldo, o Delegado Luna, o Delegado Marcelo, o Dr. José Jorge Jarjoura, que era Diretor do IML, o Dr. Celso Periolli, que era Diretor do IC, o Dr. Domingos, que era Diretor do DHPP, para que possamos ter um equilíbrio. As pessoas que participaram dessa investigação, como eu, chegaram a uma conclusão: hoje a investigação caminha em outro rumo. Então, acho que temos que balançar essa questão.

De qualquer forma, quero agradecer a generosidade, quero-lhe dizer que sou seu amigo, que vou continuar a ser, o senhor é um militante da democracia no Brasil, como eu. A gente pode estar em situação constrangedora, mas não se vende; o que a gente faz é de boa fé. Dediquei-me a esse caso; se tiver outro rumo, não há problema, dou a minha mão a palmatória, mas queria que fosse feita uma boa investigação.

Obrigado, Senador Arthur Virgílio, pode contar comigo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, V. Exª acabou de mencionar que estaria, talvez, passando por uma situação constrangedora. Quero dizer a V. Exª que o tenho na conta de um quadro do PT dos mais qualificados – é minha opinião pessoal. Conheço pouco V. Exª, mas conheço um pouco da sua história. Um quadro que chega à condição de candidato do seu partido à Presidência da Câmara não pode deixar de ser um quadro qualificado. V. Exª não está metido em "mensalão". Parece que V. Exª tem uma vida limpa; nunca houve nenhuma acusação frontal a V. Exª, e talvez não houvesse nenhuma razão especial para V. Exª estar aqui. Mas V. Exª foi objeto de um requerimento que foi aprovado, para que viesse aqui para contribuir para as investigações.

Gostaria que V. Exª tivesse absoluta consciência do que é mais ou menos o pensamento, se não majoritário, de boa parcela desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Aqui, Deputado Greenhalgh, investiga-se um fato que, se for constatado, significará a súmula do que se investiga nas três CPIs, porque aqui se supõe que dinheiro era extorquido de empresas de transportes coletivos com o conhecimento do Prefeito Celso Daniel; que esse dinheiro era transportado por altos próceres do PT, no caso, o Secretário particular do Presidente, Dr. Gilberto Carvalho, entregue em São Paulo ao Presidente Nacional do PT, Deputado José Dirceu, e, de lá, transferido para o exterior para um banco que tem nome e para uma conta que tem nome. Isso é o que se supõe. Se isso for verdade, os culpados têm de ser apontados e punidos exemplarmente, e é o que estamos buscando com o depoimento de pessoas seguidas. Não quero fazer nenhuma pergunta a V. Exª. Tenho dúvidas sobre o Sombra, que foi segurança do Prefeito e que, na hora em que o Prefeito foi seqüestrado, era o dono e motorista do carro blindado. Não entendo como a porta do carro abriu, como também ele não foi levado, por que não foi preso depois, por que não se pediu resgate pelo seqüestro ou pela prisão ou pelo desaparecimento do Sr. Celso Daniel, mas isso não é o mais importante. O mais importante para esta Comissão e para mim é o começo, o meio e o fim dessa história de Santo André, que resume, na nossa opinião, um fato que tem de ser esclarecido, removido da vida pública no Brasil. Porque, a se confirmar que Santo André foi o começo do que Ribeirão Preto teria sido depois e do que o Governo do Presidente Lula é hoje, a coisa vem errada de muito tempo. Se V. Exª é daqueles que não estão no mensalão, V. Exª é um homem, como muitos do PT, que querem ver-se livres da acusação de partícipes de esquema de corrupção sobre os quais não têm comprometimento nem compromisso.

Eu gostaria que V. Exª nos desse uma ajuda no esclarecimento de um fato que me preocupa: a origem de tudo é o dinheiro – se o dinheiro existiu, se foi cole-

tado, se era transportado para São Paulo e, de lá, para Nova Iorque, para a conta do Merchant Bank, para a conta Barret, como foi dito pelo Toninho da Barcelona, que é um preso, mas que ofereceu indícios que poderão ser comprovados.

V. Sª falou em defender a memória... Se o morto não estivesse morto, teria condições de defender-se. E, aqui, o que mais o constrange é que se está condenando a memória de um morto. E vêm o meu grande questionamento, a minha grande preocupação, a minha grande dúvida: quem está procurando recuperar a memória do morto são os dois irmãos. Um deles, o Dr. João Francisco, até se mudou de São Paulo para Salvador; essa foi a pena que ele se impôs pelo embrulho em que se meteu, para defender a memória do irmão. Ele terminou tendo de deixar, por razões diversas – ele confessou aqui –, a sua residência em São Paulo e hoje mora meio recluso, meio escondido, não sei como, em Salvador. Então, já está pagando um preço pessoal pesado, para resgatar a memória do irmão. Vi, tenho gravado o programa de televisão em que o Bruno, irmão de João Francisco, contesta a versão apresentada aqui por João Francisco, de que foi procurado pelo Dr. Gilberto Carvalho, que lhe teria dito que sabia do esquema de coleta de dinheiro, operado na Prefeitura de Santo André. E João Francisco deve imaginar que, se Gilberto Carvalho disse-lhe aquilo, é para dizer: olhe, fique você sabendo que seu irmão era cúmplice desse processo, era responsável; fique sabendo que eu transportava o dinheiro, mas fique calado. É uma suposição que tenho o direito de ter, porque quem tem um irmão que diz a uma pessoa.. ou se há uma pessoa que diz ao irmão de um morto que transportava dinheiro coletado na Prefeitura dirigida pelo morto está confessando um fato delituoso. É como se estivesse mais ou menos estabelecendo cumplicidade com ele, dizendo: olhe, eu transportava esse dinheiro, seu irmão sabia, e você fique quieto, porque seu irmão sabia. Se você mexer nesse assunto, vai prejudicar a memória do seu irmão. O Dr. João Francisco veio aqui e denunciou tudo, com o objetivo não de contaminar a memória, mas de recuperá-la. Ele quer o esclarecimento dos fatos. Ele quer que a morte do irmão seja esclarecida. Foi de origem política? Foi de origem passional? Foi de que origem? Eu me lembro... Posso estar enganado, Deputado Greenhalgh, mas, em 2002, acho que ouvi uma entrevista, se não me engano para a **TV Globo**, dada por V. Exª, quando uma pergunta lhe foi feita de chofre sobre se o crime era político ou um crime normal, por outras razões. V. Exª disse: por hipótese alguma, não se trata de crime político. Lembra-se dessa entrevista? V. Exª teria dito isso de plano, naquela época, na hora do assassinato. Não se lembra dessa entrevista?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Não. Lembro e garanto a V. Exª que não disse.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Não entendi. Não lembra?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Não me lembro da entrevista, mas garanto a V. Exª que não a dei no momento em que está dizendo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Estou supondo.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Está bem. Veja, Senador, logo que houve a morte e que comecei a acompanhar as investigações, eu era cobrado diariamente pela imprensa e dizia que a minha primeira ênfase era no crime político, porque estávamos recebendo ameaça das FARBs. Nós tínhamos perdido o Toninho seis meses antes; portanto, eu cravava a suposição do crime político. Dizia: não está afastada nenhuma outra hipótese.

Eu me lembro de uma entrevista em que eu disse praticamente que o crime era político. Aliás, repeti isso aqui ao Senador Garibaldi, hoje. Disse: o que foi me afastando do crime político foi, ao mesmo tempo, o esclarecimento dos fatos, com a prisão das pessoas, que não falavam de mandantes, que não davam versão política, que não tinham conexão com Santo André.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Perfeito.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – A partir daí, nas últimas vezes, dei uma entrevista, dizendo: estou de acordo com o resultado da investigação, o caso foi crime comum.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Eu inverti.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Eu migrei...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – V. Exª tem toda a razão. Na entrevista a que me refiro, V. Exª teria dito, naquela oportunidade – lembro-me bem –, que tinha a convicção de que se havia tratado de crime político. Como V. Exª hoje já muda sua opinião, está justificado que mudou pelas razões que acabou de citar.

A minha preocupação, Deputado Greenhalgh, é com o fato de os dois irmãos, que se comprometeram, que estão penalizados, que estão crucificados... Um deles teve de se mudar de São Paulo para Salvador, para resgatar a memória do irmão, que não tem como se defender, comprometendo até mesmo o comportamento político do irmão; ele dá uma versão que Gilberto Carvalho contradiz de plano, 180 graus. Os irmãos

dizem que Gilberto Carvalho os procurou e disse-lhes que transportava dinheiro para São Paulo. Toninho da Barcelona diz que dinheiro miudinho, como sendo de origem de transporte coletivo, era trocado e remetido para o exterior, e Gilberto Carvalho diz que numa transportou R$1,00 sequer para canto nenhum.

A minha pergunta para V. Exª... Gostaria que desse uma contribuição nesse sentido... Não quero que V. Exª diga quem está certo ou quem está com a razão. Por que razão o Dr. João Francisco inventaria uma versão que levaria esta Comissão toda a formar um juízo de valor sobre esse quadro? Sendo ele irmão, a versão dele comprometendo a imagem do irmão, ele pagando o preço de certa de forma de destruir sua vida profissional em São Paulo... O que o estaria levando... Não é o caso João Francisco: ele e o irmão, o irmão coonesta a versão dele. O que estaria por trás disso? Qual é a explicação que V. Exª encontraria para essa auto-imolação do Dr. João Francisco?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Deixe-me orientar com relação às questões.

Agradeço a intervenção de V. Exª no sentido de dizer que sou um quadro qualificado do PT, que cheguei a ser candidato...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Disse isso sinceramente.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – ... à Presidência da Câmara, mas acho que não sou esse quadro de que se fala, porque a Câmara preferiu me trocar e vimos tudo que aconteceu. Senador Agripino, faço política com a razão, com a ideologia, mas faço política com o coração. Ainda guardo, nas minhas costas, no meu coração, as mágoas dessa eleição à presidência da Câmara, porque não me conformo de o processo ter corrido daquele jeito. Tanto que agora, diante da renúncia do Presidente da Câmara, novamente meu nome foi cogitado e eu disse: estou fora. Sou uma fera ferida no corpo, na alma e no coração nesse assunto. A Câmara teve um momento para ter o Luiz Eduardo Greenhalgh presidente. Foi no dia 17 de fevereiro. Dali por diante não vai ter mais. Penso, inclusive, estou revendo a minha participação na política, como parlamentar.

A segunda questão é que conheço o Gilberto Carvalho, Senador Agripino. Ele é um padre, um seminarista, uma pessoa incapaz de praticar o mal a alguma pessoa, ele é uma pessoa que não mente. Conheço o Gilberto Carvalho. O Gilberto Carvalho foi uma das pessoas mais doloridas e sofridas com a morte do Celso Daniel. O Celso Daniel saiu do comitê do Lula, da Direção do Partido, para passar... O Gilberto ia tirar férias de uma semana e depois, ambos, iam para o comando de campanha. O Gilberto, até hoje, me conta como foi a saída dos dois, conversando abertamente. O Gilberto, quando o Celso foi seqüestrado, estava de férias, se não me falha a memória, em Angra dos Reis. Foi chamado às pressas. As pessoas que conhecem o Gilberto Carvalho no nosso Partido, Senador Agripino, não consideram que o Gilberto Carvalho tivesse a coragem pessoal de levar uma mala de dinheiro, para ser sincero com o senhor. Mas, não sei, não sei ... Outra coisa: durante o período em que fiquei na investigação, nem um nem outro me falou sobre esse episódio. Nem os irmãos me falaram nem o Gilberto falou. Fiquei sabendo disso quando o Dr. João Francisco foi ao Ministério Público de Santo André e prestou um depoimento falando dessa história de ter levado dinheiro ao Gilberto e o Gilberto ter entregado o dinheiro para o presidente do Partido, o José Dirceu. Como eu já não tinha mais contato com a família, fui conversar com o Gilberto Carvalho: escuta, e essa situação? E ele me disse: isso é uma absoluta inverdade. Acho que a investigação vai provar essa situação e acho que o requerimento que se aprovou aqui, de uma acareação, vai demonstrar essa situação. Por que não teve resgate? A seqüência, eu queria que o senhor me desse o beneplácito de acompanhar o meu raciocínio. Houve um seqüestro, que era por dinheiro. Seqüestraram uma pessoa, fizeram o transbordo, levaram para o cativeiro em Juquitiba. Imediatamente, a televisão brasileira começou a noticiar o assunto, de cinco em cinco minutos, todas as tevês falando: Celso Daniel, Celso Daniel, Celso Daniel. Há depoimentos nos autos dos presos falando: o cara que a gente pegou é o prefeito de Santo André. E há depoimentos nos autos de que, no sábado, uma parte do grupo, o Ivan, telefonou para o José Édson e falou: solta o homem. Esse homem é uma bomba. Dispensa ele, e esse José Édson disse: vou dispensar para cima. E pegou o moleque, levou lá e matou. Eu tenho dúvida se foi o menino que deu todos os tiros. Estou sendo sincero com o senhor. Essa mesma dupla, José Édson e o menor chamado Laércio, um mês e pouco antes tinha feito o mesmo crime de seqüestro de uns travestis.

Permita-me, Senador Agripino, fazer uma digressão sobre isso. Era costume dessa quadrilha fazer isso. Um mês e meio antes eles viram no olho, como diziam lá: nos olho, duas mulheres em um Audi, eles foram em cima, renderam as mulheres, levaram o Audi, uma delas teve uma crise histérica, eles pegaram a outra, levaram para o sítio em Juquitiba e começaram pedindo 10 mil, 30 mil, 5 mil, quando chegou com 3 mil

a pessoa disse que não tinha, esse José Édson falou: bom, se você não tem 3 mil, então você não merece viver. A pessoa, desesperada, começou a mudar a voz. Começou a falar grosso e esse José Édson disse assim: filho da puta, é traveco, tem que matar. E o puseram no porta-malas, desceram pela BR-116, foram lá e executaram. Só que esse José Édson deu tiro e o menino deu tiro.

No caso do Celso Daniel, só o menino que deu tiro, porque ele confessou, mas eu tenho a íntima convicção de que esse José Édson também participou dos tiros, porque eles fizeram isso com os travestis.

Quando entramos no cativeiro se achou um par de sapatos, um pé de sapatos altos desse travesti que foi assassinado. Então, veja só, outra coisa, Senador, se houve a contratação, se teve mandante, se era um milhão de resgate para fazer o crime do Celso Daniel, eu pergunto a V. Exª: por que todos os presos da quadrilha foram presos assaltando, roubando? Esse pessoal não tem advogado. Esse pessoal não fez nenhum **habeas corpus**. Se eles estavam nadando em dinheiro com o recebimento de um crime de mando, que história é essa? Ah não, quando o Celso Daniel foi resgatado, no banco de trás da Pajero, tinha uma mala com dinheiro.

Senador Agripino, os dois entraram no restaurante e ninguém falou que eles levavam mala. Então, a mala teria ficado no carro. Esse Sérgio Gomes iria deixar uma mala com 30, 40, mil reais dentro do carro para depois ser pego no seqüestro?

Então, existem dúvidas nesse caso.

Conversei com o Senador ACM e ele falou assim: ah, o senhor diz que ele amarelou, eu digo que ele é conivente. Eu conversei com o Senador Arthur Virgilio e ele falou: o senhor diz que ele amarelou, eu acho que ele é um bandido. Eu converso com o senhor e o senhor mostra essa dificuldade. Agora, tem que investigar essa situação.

Eu, da investigação que participei, Senador Agripino, cheguei à conclusão, junto com a Polícia, de que não foi um crime de mando.

Vou mais à frente, se o senhor me permite. É lícito o senhor supor? É licita a suposição, certo? Fico muito chateado, porque eu realmente acho que não estão recuperando a memória de Celso Daniel. Eu acho isso. E não acho que dizer que ele era corrupto, que sabia da corrupção seja a forma de recuperar. Para ser sincero com o senhor, eu acho que é uma injustiça que se faz com ele, que não está mais vivo, que não pode se defender, que não tem condições de explicar. Ah, fizeram o que fizeram para pegar um dossiê. Dossiê é igual ao dossiê de 2000, que foi investigado pelo Tribunal e que foi arquivado por falta de provas. Que história que é essa? Eu garanto aos senhores que, pela relação que tinha o Celso Daniel com o Sérgio Gomes da Silva, não precisava fazer o seqüestro se eles quisessem pegar esse dossiê. Era só pedir cópia. O dossiê tão secreto foi passado pelo Gilberto: de Gilberto Carvalho para Celso Daniel.

Então, se o negócio fosse uma bomba, que fizeram tortura para matar uma pessoa por causa daquele dossiê, por que o Gilberto Carvalho pôs: de Gilberto Carvalho para Celso Daniel? Se o dossiê era igual aquele do Celso Russomanno, se o dossiê era igual àquele do Campos Machado, se essas investigações tinham sido feitas e arquivadas por falta de provas?

Se aparecer fato novo, se o resultado mudar, se eu me convencer e se as provas forem corretamente estabelecidas, eu não tenho dúvidas de vir a público, como disse o Senador Arthur Virgílio, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, para dizer: eu errei. Agora, eu participei de boa-fé.

Eu dei tudo de mim nessa investigação, Senador. Cento e setenta e seis horas de depoimento. De manhã, de tarde e de noite. De manhã o preso era ouvido no DHPP; à tarde, no DEIC; à noite, na Polícia Federal. E eu ouvia três o mesmo depoimento de cada uma das pessoas. Ia mexendo nas coisas.

Eu não sei, eu não vou falar mal da família, para ser sincero com o senhor. Eu não vou falar mal. Acho que o Bruno Daniel tem direito de saber, tem direito de opor-se à versão que se chegou à conclusão. Eu acho que o Dr. João Francisco tem esse direito.

Quando eles falaram para mim que não concordaram com o resultado, eu disse para eles: olha, considero a minha participação encerrada. Eu estou convencido que foi um caso comum. A partir de agora, os senhores contratem um advogado. Sempre tive boa relação com eles. Está certo?

Agora, que o Celso Daniel não era confidente deles, não era. Que o João Francisco não era confidente do Celso Daniel não era. Não era mesmo. Que havia uma relação de intimidade entre os irmãos, não havia – não havia. A relação de intimidade, Senador Agripino, se V. Exª me permite, é com aquela senhora que está lá trás, atrás de uma câmera de televisão ali, que eu acabei reconhecendo agora, a Dona Ivone Santana. Está ali, mulher do Celso Daniel, mãe da sua filha e que estava, inclusive, havendo disputa no reconhecimento da paternidade póstuma. Esse é um outro assunto.

Por que não se reconhece a paternidade dessa criança, de 20 anos? Por que não se deixa, não se chama a Dona Ivone para depor na investigação do Ministério Público? Por que a família do Celso Daniel reduziu-se apenas aos dois irmãos? Por que a sua filha não aparece? Então, eu acho que todos os caminhos podem levar a Roma, mas desde que tenha equilíbrio.

Vamos ter, nesse caso, Senador Agripino, duas versões, se senhor me permite dizer. Eu disse aqui ao Senador José Jorge que achava que esse caso era um caso do tipo PC Farias e Suzana Marcolino, que tem a dupla versão. Ah, mas o perito disse... Senador Agripino, eu convivo com peritos. O perito Harry Shibata disse que o Vladimir Herzog foi morto, enforcado na cela do Doi-Codi. Isaac Abramovitch disse várias vezes várias coisas.

Então, a mim, mesmo que a opinião pública esteja contra, eu sou cobrado, Senador Agripino, por Deus do céu. Eu vou hoje à militância do PT, fala: Greenhalgh... Vou contar para o senhor uma, sábado agora eu fui a um encontro nacional dos bancários na quadra dos bancários, na rua Tabatinguera, em São Paulo. Quando saí para pegar o meu carro, tinha um senhor com a camiseta dos bancários falando: e aí Greenhalgh**,** quem matou o Celso Daniel? Eu voltei e falei: companheiro, a investigação que fiz chegou nisso. É mais essa situação está mal contada. A opinião pública formou...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Deputado Greenhalgh, gostaria de dizer que, da minha parte – e esse é o comportamento do Senador José Agripino – acredito muito numa Comissão Parlamentar de Inquérito equilibrada e que ouça os dois lados, já contam com o meu voto e do meu partido, para ouvirmos a Srª Ivone, enfim, o PT, seus aliados julguem necessários para assim oferecer uma visão equilibrada das coisas. Mas eu lhe faço todo apelo a uma sinceridade que acho desnecessário fazer, não lhe parece estranho que naquelas contas do valerioduto tenha aparecido, se não me engano, R$500 mil para pagamento de um advogado, o Sr. Aristides Junqueira, para intervir sobre esse caso. Algo demonstrando a preocupação com o jurídico-penal, já que houve pouca ênfase no político e, ainda por cima, recorrendo a dinheiro daquela... No mais estou completamente... Trouxe algum requerimento para mim? Aliás, eu próprio,agora, posso tomar a iniciativa de convocar a Srª Ivone e sei que seria apoiado por todos os demais. Gostaria de ouvir.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT **–** SP) – Senador Agripino, me perdoe, eu queria ...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Tenho só uma intervenção depois.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT **–** SP) – Ninguém me perguntou mas vou responder. Não recebi um tostão pelo tempo e dedicação profissional em que estive, janeiro, fevereiro, março, abril, dia e noite. Depois maio um pouco menos, junho um pouco menos, até setembro, nove meses de trabalho. Não recebi um tostão, nem da família, nem do PT, nem do governo de Santo André, nem de ninguém.

Quando reabriu o caso, o Presidente Genoíno veio falar comigo. Você é a pessoa que conhece, devia voltar para lá. Falei: não vou. Não vou, porque estou aqui em Brasília. Estou na CCJ, vou ser candidato à Presidência da Câmara, contratem outro. E eles contrataram o Dr. Aristides Junqueira.

Senador Arthur Virgílio, sentei-me com o Dr. Aristides Junqueira, e dei a minha impressão sobre os fatos. Ele agradeceu e foi embora. Nunca mais falei com ele sobre esse assunto. Voltei a vê-lo, desgraçadamente o seu nome nessa situação do Marcos Valério. Mas não é só esse assunto que atinge o Marcos Valério. Um dos depoimentos, Marcos Valério à Procuradoria-Geral da República fala de um senhor chamado Armando Costa, que teria sido Deputado Federal, teria sido tesoureiro do PMDB ou do PSDB, de Minas. Ele inclusive já deu declarações, e o Marcos Valério fala sobre ele. Pois lá em São Paulo, começou-se a dizer na futrica da polícia que esse Armando Costa era o mesmo Armando lCosta que investigou o caso de Santo André, Dr. Armando de Oliveira Costa. Porque o delegado que veio aqui chama-se Armando de Oliveira Costa Filho. Não era. Era o tesoureiro do PMDB de Minas Gerais. Mas a futrica corrói essa situação, entendeu?

Então, Senador Agripino, o senhor disse que tinha mais uma pergunta, o senhor me desculpa.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Deputado Greenhalgh, V. Exª contou uma história, deixe-me contar a minha também. Há três anos, num final de ano, estava indo pegar um caro que tinha comprado, tinha acabado de adquirir no Rio de Janeiro e estava com a minha esposa, o meu filho e a minha nora, minha nora é inglesa e o filho mora nos Estados Unidos e não conhece aquela situação de insegurança do Rio de Janeiro. Perguntei como é que se pegava a Avenida Brasil, me ensinaram e parei em frente à Central Leopoldina, estrada de ferro, não sabia que aquele era um ponto perigoso, estava num carro normal. O assaltante, em três segundos que parei no sinal, ele chegou em cima do carro, o meu filho que ia atrás disse: Papai, cuidado que ele está armado. Ele encostou e imediatamente

colocou a bocarra no vidro do carro e começou a falar alto, com a mão encostada na cintura. Percebi que eu estava na iminência de ser alvejado. A minha reação foi abrir o vidro do carro. Abri o vidro do carro, Deputado Greenhalgh, porque meu carro não era blindado. Um carro blindado... Eu já estive em situação semelhante em São Paulo, não de ser assaltado, mas de imaginar o que iria acontecer comigo se alguém me abordasse num carro blindado, a não ser que ele viesse com uma metralhadora calibre 150, eu iria olhar para a cara dele e iria abrir um sorriso, porque eu estava protegido. Eu não entendo a circunstância que ocorreu com o Prefeito Celso Daniel e com o motorista o Sombra, que era um ex-segurança, um homem treinado em segurança. Barrados ou parado, o Sombra ficou e o prefeito foi arrancado fora do carro. Para abrir aquela porta só alguém destravando. Será que o prefeito, que sabia que estava num carro blindado – carro blindado você sabe, quando abre a porta, é uma porta pesada – ele entrou e saiu do carro. Por que é que, danado, ele abriu aquela porta. Então, são coisas dessa natureza que nos complicam a vida, que nos trazem preocupações. A origem de tudo. Se bem que a minha preocupação é com a conseqüência, com tudo que veio depois, com as denúncias de corrupção, as denúncias que trouxeram seus irmãos para a cena, comprometendo a própria imagem do irmão. Eu coloco em mim, o meu irmão é diplomata, mora longe, vejo-o de ano em ano, às vezes passo um ano e meio sem vê-lo. Ah! Se acontecesse algum crime que o envolvesse! Família é família, Dr. Greenhalgh. Quando se deixa de contar com todo mundo, conta-se ainda com a família. Então, por mais afastados que os irmãos estivessem do prefeito Celso Daniel, são pessoas que são da própria família e jamais teriam qualquer tipo de interesse em denegrir a sua imagem e a sua memória. Daí a minha pergunta e a minha preocupação, e aproveitar a sua presença aqui, como um homem decente, que reafirmo que é a imagem que guardo de V. Exª: V. Exª disse que o Dr. Gilberto Carvalho era um padre, já foi dito aqui, e os irmãos, será que são mentirosos?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Será que são mentirosos? Então é a palavra de um padre com a palavra de uma pessoa que não fala mentira. A nossa obrigação é fazer acareação. Infelizmente, a menos que V. Exª tenha algo a acrescentar, não foi possível a V. Exª somar alguma coisa no rumo do que a gente precisa esclarecer que é origem de tudo. Tudo nasce naquele dinheiro, um dinheiro maldito que, por denúncias existiu, foi transportado para São Paulo, de São Paulo para o exterior, envolvendo, repito, altos próceres do PT e altas figuras da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes que o Deputado Greenhalgh fale, quero lhe lembrar que o tempo do Senador José Agripino já ultrapassou em muito, então pediria que fosse conciso, até porque temos ainda dois oradores inscritos.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** – Senador José Agripino, tenho respeito pelos irmãos João Francisco e Bruno, tenho respeito e acho que eles estão em desconformidade, eles estão contrariados com a questão do que foi apurado e têm outras linhas de raciocínio. E é por isso, pela sua luta, que o caso está reaberto. Acho justo. O que não aceito, do ponto de vista do advogado, é esta relação de que o João Francisco era próximo ao Celso Daniel, o Bruno era próximo ao Celso Daniel. Não eram. O Bruno, fazia doze anos que não falava com o irmão, Senador. O Celso Daniel foi Prefeito três vezes, em nenhuma das posses o seu irmão João Francisco compareceu. O que eu contesto é essa possibilidade de querer se dizer... No dia 28 de junho de 2005, na Promotoria, o Dr. João Francisco afirmou que "a partir de 1996 ou 97, Celso manteve o hábito de visitar o declarante ao menos uma vez por mês, conversando por duas ou três horas sobre diversos assuntos". Em nenhum momento, a investigação chegou a essa situação. Ninguém nunca me falou disso. Essa intimidade vinda de 1996, portanto quatro anos de 96 até 2000, dois anos há seis anos não é... Ainda hoje perguntei a Dona Ivone se havia essa intimidade. Ela disse que não. Então, eu acho que é legítimo o direito da família em estar insatisfeita com a apuração, ponto. Eu não vi as novas provas, ponto. Eu não acompanhei a investigação no Ministério Público, a reabertura do caso, eu não conversei com mais ninguém. Aliás, Senador, eu quero sair deste caso, porque eu me dediquei nove meses e até hoje eu vejo, vai num programa de televisão e fala assim: Ah, o Greenhalgh não falou que foi torturado! É, o Greenhalgh... Dando a idéia que eu fui blindar uma investigação. Ora, Senador Agripino, nove Delegados, cinco Promotores, que eu não conhecia ninguém. Que capacidade tem esse advogado de dirigir a investigação para onde quer? As primeiras conversas com a Polícia eu fui hostilizado. Levou tempo para eles entenderem que eu estava ali com o mesmo propósito deles: de levar adiante, até o fim, essas investigações.

Então, eu queria dizer para V. Exª. Este assunto entre o João Francisco e o Bruno e o Dr. Gilberto Car-

valho a eles se refere, acho que a Comissão aprovou o requerimento. Tem forma de ver. Não tem problema.

Agora, acho que a família não é só os dois irmãos. Acho que a Dona Ivone. Uma parte dessa situação diz respeito aos ressentimentos em relação à Dona Ivone, a filha Liora, que tem 20 anos hoje, o reconhecimento póstumo da paternidade. Tudo isso agita a família, o núcleo familiar. A família sempre preferiu a Miriam Belchior à Dona Ivone. Nem Dona Miriam Belchior fala de irregularidades em Santo André, neste caso. Então, é isso que eu tenho.

Agora, V. Exª. me fez uma pergunta sobre a abertura da porta. Há depoimentos, Senador Agripino, dizendo que quem abriu a porta do Celso Daniel foi o próprio Celso Daniel. E eu acho que isso é verdade. Porque o carro era blindado, a sirene estava tocando. Blindagem nº 7, Senador. Dava para ficar resistindo ali cinco minutos, seis minutos com a sirene ligada. Hum! Mesmo com o pneu furado podia-se andar. Ficou-se estarrecido, estático diante da surpresa, gente atirando. Porque do lado direito do motorista, atiraram do lado esquerdo do passageiro, e o Celso Daniel falou: "Calma, calma!". E tem depoimento dizendo que ele abriu e saiu: "Calma, calma!".

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Aí não foi o outro que amarelou. Eu já fico mais satisfeito com isso.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Disse: "Calma, calma!". Entendeu?

Então, eu digo isso para o senhor. Agora, esse assunto pode ser resolvido facilmente com a tal da fita. Se o senhor quiser que eu diga para o senhor – como criminalista – o que está faltando nessa investigação, digo que é essa fita, porque, se ela existe, Senador Agripino, basta que a gente olhe a fita para vermos a conduta do Sérgio Gomes, a conduta dos seqüestradores. É claro que, se eu estou mancomunado com os seqüestradores, a minha conduta será uma; se eu estou estupefato diante do ataque de surpresa, a minha conduta é outra.

Então, eu acho que, se a gente pudesse fazer um esforço para ver essa fita desse Pastor, se Deus quiser ele contribuirá muito para o esclarecimento da verdade desses fatos.

Muito obrigado, Senador Agripino. Eu quero dizer também que lhe devoto respeito e admiração. Sei que o senhor é Presidente do Partido que nos faz oposição, mas eu também tenho muita admiração pelo senhor e lhe agradeço a fidalguia com que me interrogou.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Obrigado, Deputado Greenhalgh. Sinceramente, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra por 15 minutos, prorrogáveis dentro da necessidade de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Senador Relator Garibaldi Alves Filho, prezado Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, quero, aqui, reiterar a minha confiança em V. Exª e, sobretudo, dizer sobre quantas vezes, na nossa história comum de batalha, eu tive a oportunidade de testemunhar a seriedade de propósitos de suas ações. Quero, aqui, fazer o registro de que considero que a sua presença hoje nesta CPMI envolve uma contribuição de enorme validade para que avancemos no desvendar das causas do seqüestro e do assassinato do Prefeito Celso Daniel.

V. Exª estudou a fundo esse caso, e eu, que muitas vezes tive a oportunidade de conversar com V. Exª a respeito, acho que nunca tinha ouvido um relato tão completo como o que, hoje, teve oportunidade de fazer, de maneira pública, para todos os amigos de Celso Daniel, para toda a população de Santo André, para a população brasileira, para não apenas as pessoas do PT, mas para todos os que aprenderam a respeitá-lo.

Fui colega, como professor na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, de Celso Daniel. Muitas vezes, eu o acompanhei em debates e em ações no Instituto de Cidadania. Estivemos ali, muitas vezes, com o Presidente Lula e com outros economistas, a debater os problemas da economia brasileira. Eu, então, sabia do valor de Celso Daniel e de quanto ele, de fato, foi uma pessoa muito bem escolhida pelo Presidente Lula para coordenar as ações de seu Governo de transição.

Sr. Presidente, quero fazer aqui uma observação importante, porque acontece que o depoimento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, Presidente Efraim Morais, iniciou-se entre 12 horas e 30 minutos e 13 horas, no momento em que outras Comissões estavam em andamento. Depois, das 14 horas em diante, coincidiu de estar o plenário em funcionamento. Portanto, não está a TV Senado transmitindo a reunião ao vivo. Mas considero tão importante esse depoimento, que eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer uma sugestão. Sr. Presidente Efraim Morais, estou fazendo uma sugestão a V. Exª. A sugestão é que pondere à TV Senado, dada a relevância do que aqui hoje ouvimos, que escolha um horário nobre – se não hoje, amanhã – para a retransmissão gravada desse depoimento, inclusive com respeito ao episódio do Sr. Paulo Mansur Haddad, porque, de algum lugar do Brasil, de onde ele estiver, ele terá oportunidade de ouvir o apelo do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, o do Senador Antonio Carlos Magalhães, o de V. Exª – tenho a certeza –, bem

como o do Relator, o meu, o de todos nós, para que ele apareça com essa fita gravada, se é que realmente ela existe. Do contrário, qual teria sido a razão de ele vir à minha residência e falar com os responsáveis pelo jornalismo do SBT, da Record, da Globo, assim por diante, para dizer que tem um documento que poderia contribuir extraordinariamente para o esclarecimento desse assunto?

Também considero muito importante a contribuição do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh para o próprio trabalho dos promotores de Santo André. Quero recomendar a eles que assistam ao depoimento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, aqui feito de maneira completa. Recomendo aos Drs. Roberto Wider Filho e Amaro José Tomé Filho e a outros, como o Dr. José Reinaldo, salvo engano, enfim, a todos aqueles que têm contribuído para se ir a fundo nisso, que ouçam a sua contribuição, as suas dúvidas e, inclusive, o seu protesto, mais do que justo, em defesa da sua dignidade.

Quando surgiu aquele relato de que poderia ter havido uma ação inadequada de V. Exª naquele depoimento de um dos prisioneiros, então...

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Não é ação inadequada. É tortura. Vamos dar ao português o que a linguagem diz: é tortura. Eu fui acusado de torturar um preso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª teria sido acusado de torturar um preso, e eu, de pronto, no meu íntimo, por conhecer V. Exª, percebi que aquilo era algo impossível. Eu, conhecendo V. Exª, percebi que aquilo era algo totalmente inaceitável e inadequado, o que, inclusive, enfraquece muito o trabalho dos que ali estão fazendo esse tipo de procedimento.

Com respeito às dúvidas que V. Exª apresentou sobre a delação premiada, pergunto o seguinte: quantos dos seqüestradores de Celso Daniel efetivamente, do seu conhecimento, estão vivos e detidos? Que sugestão...

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Dos seqüestradores?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quantos dos seqüestradores estariam vivos e detidos? Há, pelo que V. Exª conhece, algum da quadrilha de que porventura não se tenha conhecimento ou que estaria...

*(Falha na gravação.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...para dirimir qualquer dúvida diante daquilo que V. Exª colocou como hipótese, será que esses detidos, depois de um ano ou mais prisioneiros, tendo-lhes sido prometido um prêmio caso revelassem fatos que porventura até não verdadeiros fossem... Como poderia esta CPMI contribuir para esclarecer isso?

Seria o caso – pergunto a V. Exª – de esta CPMI ouvir essas pessoas, inclusive, conforme o que V. Exª mencionou, por exemplo, Laércio José Edison, que era menor de 17 anos de idade e que agora tem vinte e poucos anos. Qual deles é o Laércio? Será que eles – estou pensando alto –, eventualmente, sendo ouvidos neste ambiente da CPMI, poderiam até esclarecer se foram instados a dizer aquilo que foi verdadeiro ou não? Ou recomendaria V. Exª que esse trabalho fosse feito simplesmente pela delegada responsável pelo inquérito?

Tendo em conta que esse inquérito que se abriu, que o processo de averiguação que se abriu está sendo feito, em cooperação, pela Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo e os Promotores, esta CPMI teria, na sua avaliação, independência suficiente para, inclusive, ouvi-los e tentar dirimir isso, já que é o nosso propósito?

Temos, no conjunto das três CPMIs – e aqui não é apenas o caso de Santo André, de Celso Daniel –, uma preocupação com a questão do mecanismo da delação premiada. Recentemente, o Professor Renato Janine Ribeiro escreveu um artigo que achei muito interessante, recomendando a nós brasileiros que seguíssemos o exemplo do Presidente Nelson Mandela, que, em 1995, criou a Comissão para a Verdade e a Reconciliação, presidida pelo Bispo Desmond Tutu. Em vez de se propor a delação premiada, propunha-se que toda pessoa que revelasse os fatos, toda pessoa que revelasse crimes contra a pessoa humana, crimes de morte, crimes de tortura, crimes de corrupção e assim por diante, desde que o revelasse inteiramente, teria a sua pena atenuada. Esse procedimento contribuiu muito para que houvesse o processo de democratização de maneira pacífica. Tamanha foi a repercussão desse procedimento, que ele foi prorrogado. Salvo engano, de 1995 a 1998, funcionou esse procedimento, em que cerca de 20 mil pessoas foram ouvidas, com resultados muito significativos.

Então, quem sabe possamos pensar, não apenas para o episódio Celso Daniel, mas para o episódio que leva o Brasil a uma situação tão difícil hoje, em ter algum mecanismo dessa ordem?

Enfim, quero simplesmente reiterar o apelo ao Sr. Paulo Mansur Haddad, para dirimir essas dúvidas que, inclusive, levaram o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, por vezes, a ter certas dúvidas. Puxa! Mas aonde o Senador Suplicy quer nos levar? Quero transmitir à Srª Ivone Santana – que não tive oportunidade de conhecer, mas que, certo dia, fez um comentário como se eu não estivesse procedendo de forma a elucidar

inteiramente esse episódio – que sou inteiramente favorável à sugestão de ouvi-la. Será ótimo que ela contribua com tudo aquilo que sabe sobre o episódio do seqüestro e da morte de Celso Daniel e nos fale a respeito da extraordinária contribuição dele, que, para mim, foi exemplo como Prefeito, como professor e como economista e que dignificou o Partido dos Trabalhadores e o Brasil.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) **–** Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª vai me desculpar. Já que estou aqui há tanto tempo, queria ter um diálogo com o Senador Suplicy, meu companheiro.

Tenho por você, permita-me chamá-lo assim, uma admiração profunda, que vem de antes do PT, que vem dos idos de 1974, quando o senhor ainda não era sequer Parlamentar. Sempre venho acompanhando, Senador Suplicy, o senhor como um paradigma da transparência, da lealdade, da honestidade.

Nesse caso, Senador Suplicy, tenho uma restrição que diz respeito a esse Pastor e a essa fita, porque o senhor não me confiou o telefone da pessoa. Quando a pessoa reclamou de mim para o senhor, o senhor não ponderou a ela que ela tinha uma prova de corpo de delito. O senhor justificou para mim que a pessoa não queria mais falar comigo, mas ela tendo a prova do crime na mão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** O telefone dela, eu dei para você.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) **–** Mas ele não atendia mais, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Ah, mas eu dei o telefone!

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) **–** Mas ele não atendia mais. Disse que estava proibido de falar comigo e com o senhor também. Comigo ele cumpriu a proibição; com o senhor, não.

Toda vez que o caso era revirado, Senador Suplicy, a sensação que eu tenho era de que o senhor acreditava mais em uma versão do que em mim. Eu vou falar isso publicamente, porque é publicamente que eu estou fazendo. Várias vezes conversei com o senhor, várias vezes eu disse para o senhor o que eu sentia desse caso, várias vezes eu dei detalhes para o senhor.

Eu me lembro, Senador, em 2003, de uma conversa no plenário da Câmara, na lateral, onde ficam os jornalistas – ali na lateral. Ficamos mais de duas horas conversando sobre esse caso, e o senhor sempre pondo em dúvida a investigação de que eu tinha participado. Mas eu acho que é justo. O senhor tem indulgência plenária e absolvição total, mas eu queria pelo menos disputar com o senhor a mesma credibilidade que o senhor dá às pessoas que acham que o resultado do inquérito não é o correto. Acho que tenho tempo de Casa com o senhor, tempo de amizade com o senhor, tempo de convivência com o senhor mais do que os promotores que estão investigando.

Eu não estudei o caso a fundo, Senador Suplicy, eu participei da investigação, eu acompanhei a investigação e o fiz de janeiro até setembro, quando o último foi preso.

Se o senhor me pergunta se há pessoas da quadrilha soltas, eu digo para o senhor que há e que são pessoas que não foram identificadas. Por exemplo, dos dois indivíduos que estavam no cativeiro, no sítio de Juquitiba, um tal de Baianinho e outro, desses não recebemos sequer informações de onde estão e de como foi. Mas há suposição de que um dos irmãos do José Edson da Silva tenha participado também da cena do crime. Também não foi. Mas, fora essas três pessoas, os demais estão presos e identificados, confessaram seus crimes e, agora, mercê de uma série de visitas aos presídios, começam a mudar suas orientações anteriores. Daqui a pouco, quem fez o seqüestro vai dizer que não o fez, tamanha é a mudança.

Senador Suplicy, esqueci-me de falar, mas vou falar com o senhor de um tal de Geleião. Corria o sábado, dia 19 de janeiro. Uma delegação de petistas, de autoridades e de parlamentares vai ao Palácio do Morumbi, ao Palácio dos Bandeirantes, exigir do Governador do Estado, Dr. Geraldo Alckmin, providências urgentes, rápidas, eficazes, eficientes da Polícia de São Paulo. Alguém telefona para o senhor, no seu celular, no momento da reunião...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A caminho do Palácio.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – E, depois, lá não falou de novo?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Depois, sim. Inclusive, chamei o Governador...

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – O senhor pegou o telefone fixo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...para que pudesse ele falar com o Governador, quando ainda pouco sabíamos de qualquer coisa.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Isso. Quem era o interlocutor? Um tal de Geleião.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A pessoa não se identificava. Só recentemente, soubemos que era o Geleião e que foi identificada sua voz.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Não, não, Senador. Fique tranqüilo! Ele não se identificou como Geleião naquela época. Hoje, o senhor sabe que é o Geleião?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Então, é isso aí. Quem era do outro lado? O Geleião.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não sabemos.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – O senhor não sabe, ainda hoje, se é o Geleião?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foi identificada sua voz.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Agora. Então, a pessoa que falou com o senhor...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª sabe que…

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Isso. Eu sei, Senador. Não estou desconfiando do senhor nem estou querendo colocar o senhor como réu nisso. Fique tranqüilo! O senhor é um paladino da verdade, da moralidade e da ética em nosso País. Eu comungo disso. Sou seu amigo, seu irmão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu também.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Mas eu quero falar sobre essa questão do Geleião.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois não.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Eu posso dizer à Comissão que a pessoa que telefonou para o senhor, no dia 19, é o Geleião?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Há cerca de dois meses – eu tenho aqui –, os Promotores Roberto Wider Filho e Amaro José Tomé Filho pediram que eu prestasse um depoimento a respeito desse telefone. Esse depoimento foi prestado. E, na ocasião, eles me perguntaram, inclusive, se eu teria guardada ainda a voz que ficou no meu celular da época. E tive o cuidado de, ao chegar aqui, ao Senado, pedir que o sistema da Rádio Senado gravasse. Essa fita, eu dei a eles. E, segundo o depoimento dessa pessoa detida, de nome...

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – De apelido.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – De apelido Geleião, cujo nome está aqui.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Vulgo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Vulgo Geleião. Essa pessoa disse que, de fato, tinha me telefonado. Essa pessoa detida havia tanto conversado comigo como – com o próprio Governador, acho que chegou a conversar – com pessoa da segurança do Governador que ali estava. Isso, sim, aconteceu. Essa pessoa se dizia de ligação com o grupo que tinha seqüestrado Celso Daniel. Não sabíamos, então, que ele estava para ser morto. Provavelmente, ele estava vivo naquele horário ainda. E eu perguntei...

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Ele continua vivo, Senador, o Geleião.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, o Celso Daniel.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Está bem, está bem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pelo que soubemos, o Celso Daniel veio a falecer naquela madrugada do dia 19 para o dia 20.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Está bem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, naquele momento do telefonema, eu perguntei a ele se teria meios de provar que o Celso Daniel estava de fato sob o controle deles, se ele poderia colocar o Celso Daniel na linha, para saber se a voz... Eu poderia conversar, se porventura isso ocorresse, para que, então, soubéssemos se era verdadeira a expressão. Pois bem, sobre esse fato, eu prestei depoimento aos promotores, dizendo que foi verdadeiro esse telefonema, que foi seguido de outro, lá no Palácio dos Bandeirantes, com uma pessoa relacionada ao Governador, que também pediu qualquer prova ou indício de que, de fato, ele estava em contato com as pessoas que haviam seqüestrado. E essa pessoa, em verdade, estava numa das dependências do sistema penitenciário paulista, estava detida, portanto, e isso está contido no meu depoimento, conforme V. Exª, acredito, tenha tido acesso, porque eu encaminhei todo esse dossiê para V. Exª.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Então, voltamos ao Geleião, com toda essa explicação do Senador Suplicy.

Esse Geleião – o Celso Daniel ainda vivo – telefona para o Senador, e ele quis "pegar uma carona no seqüestro". Tem gente que "pega carona em seqüestro": fica sabendo, telefona para a família, começa a cobrar paralelamente resgate, se interfere nesse assunto. Muito bem. Mas esse Geleião, esse Geleião que está preso em Araraquara, recentemente foi visitado pelos promotores do caso de Santo André, três vezes.

Vou pegar V. Exª como testemunha. Não é verdade que eu telefonei ao senhor dizendo que tinha tido essas visitas?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Que os promotores foram a Araraquara V. Exª me contou.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – E não é verdade que eu disse ao senhor, antes da audiência desse Elcide, que a função era mudar o depoimento?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª tinha dito que essa era uma hipótese...

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – E, no dia em que estava aqui o João Francisco...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – … que V. Exª acreditava que tinha ocorrido.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – É. E, no dia em que estava aqui o Sr. João Francisco Daniel, em determinado momento um dos promotores liga para o Senador Tuma, dizendo que tinha um preso que estava colaborando com a investigação. Quem era o preso? O mesmo que eu disse que tinha sido antes da investigação. Deste fato é conhecedor o Ministro da Justiça; deste fato é conhecedor o Dr. Paulo Lacerda; deste fato é conhecedor o Senador Eduardo Suplicy.

Por que falo isso? Porque oito vezes os promotores foram atrás do José Edson da Silva. Várias vezes atrás do Laércio, tantas vezes atrás do Itamar, tantas vezes em relação ao Bozinho. E as coisas vão mudando, Deputada Sandra Starling, e os depoimentos vão mudando, e as pessoas começam a falar de mandantes, de que não falavam na época da investigação. E é neste tipo de procedimento que pegaram um preso chamado Rodolfo, vulgo Bozinho, e disse que eu torturei, depois da delação premiada, depois das visitas aos presídios. Se houver provas que levem a mandantes; se houver provas de que o crime é um crime político-administrativo; se houver provas de que Ronam, Klinger, Sérgio Gomes ou quem mais esteja por trás deste crime, eu assumirei perante a Nação. Mas eu não posso aceitar que as mudanças dos depoimentos sejam feitas mediante este tipo de conduta.

Há um preso chamado Feitosa. Sabe quem é Senador? É um que saiu junto com o Dionísio no helicóptero. Esse preso é vivo. Os promotores foram lá e conversaram com ele. E ele é chamado para ir ao DHPP. Na carceragem do DHPP, um policial pergunta: "mas você vai fazer o quê?" Ele disse: "Eu vou falar o que eles querem". E, ao que eu saiba, Senador Suplicy, há uma fita gravada deste diálogo.

Então, tem mandante? Apareçam os mandantes. Foi crime político? Apareça o motivo. Há circunstâncias novas? Há. Agora, que este tipo de mecanismo não se faça às custas da minha honra. Um dos maiores lutadores contra a tortura neste País chega ao final da sua vida acusado de torturar um dos presos ou de subtrair à família a informação do corpo de um companheiro que tinha sido torturado. Não!

Vamos lá. Eu tenho restrições à delação premiada feita no presídio, sem a participação de juiz, sem a participação de advogado, diretamente ao preso. E falo isso abertamente, Senador. Assisti aqui, no depoimento do Dr. João Francisco: agora que a polícia séria de São Paulo está investigando; a parte séria da polícia de São Paulo. Mas a parte séria da polícia de São Paulo foram três delegados da polícia federal, dois do DHPP, dois do Deic etc. Eu não posso pressupor, Senador Suplicy, que a presença do Dr. Maurício Correali na investigação significa reforçar a tese da participação do Dionísio no crime? Posso ou não posso? Posso. Porque foi ele que interrogou, quando era sub do Dr. Romeu Tuma Júnior, lá em Itapecerica, este assunto do Dionísio. Eu não posso? Eu não posso achar que a parte séria que está investigando agora siga na direção contrária do que se investigou?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Nós temos o mesmo Secretário de Segurança Pública, conforme V. Exª examinou.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – O mesmo Secretário de Segurança Pública que deu entrevista, dizendo que o caso era crime comum, resolveu agora mandar reabrir o caso para ser investigado de acordo com o desejo da família. Qual é o desejo da família?

Eu não tenho nada – repito – contra o Dr. Maurício Correali. Não tenho nada contra ninguém. E a maior testemunha que eu tenho da minha lisura é o filho do Senador Romeu Tuma, Dr. Romeu Tuma Júnior, que era delegado seccional de Taboão da Serra, Senador, que acompanhou este caso. Ele é minha testemunha! Perguntem a ele se, alguma vez, eu quis induzir, obstruir, desviar qualquer tipo de investigação. Ao contrário: mesmo quando as diligências dele não eram consideradas necessárias pelo DHPP, eu dava força – e a imprensa está aí. Eu tenho um arquivo das notícias de jornais mostrando a força que foi dada à investigação feita pelo Dr. Romeu Tuma Júnior.

Muita gente quer pegar carona, Senador, no caso. Muita gente! A CPI é uma janela aberta, televisionada. Muitas pessoas, hoje, querem disputar, prestar depoimento na CPI. E a CPI forma juízo de valor. A CPI cria verdades. A CPI constrói ou destrói reputações. O senhor pensa que foi fácil, para mim, ouvir determinadas referências ao meu trabalho? O senhor pensa que é fácil, para mim, Senador Eduardo Suplicy, ouvir o depoimento de um perito que dizia que eu quis interferir na perícia, que eu estava nervoso? "O senhor estava nervoso, Senador. Eu nem sei onde o senhor estava naquele dia. Mas o senhor estava nervoso pela morte do Celso Daniel". Eu estava nervoso pela morte do Celso Daniel.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Estávamos todos preocupados.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Que culpa tenho eu de ninguém ter falado de tortu-

ra? Que culpa tenho eu de não ter visto? Que culpa tenho eu se o IML, dois dias depois, diz publicamente que não houve tortura? E eu, hoje, sou posto em dúvida sobre se eu agi correta ou incorretamente com a família. Uma família que vem mudando de tratamento em relação a mim, que agradeceu o que fiz, que eu tive um tratamento lhano. E disse corretamente a eles: "Eu considero o caso concluído, a minha participação concluída. Eu estou de acordo com esse resultado. Se os senhores têm dúvida, contratem um advogado, da família, para levantar essas dúvidas, para ouvir aqui o Senador Pedro Simon, fazendo críticas à minha pessoa: ou se eu era competente como advogado criminalista, ou se eu estava usando de má-fé; para ouvir o Senador Romeu Tuma chegar aqui e dizer: "Ele teve acesso às fotos antes". Eu não tive acesso até hoje a essas fotos. Eu não recebi os anexos, Senador Eduardo Suplicy - e o senhor perguntou isso ao Dr. João Francisco. Eu recebi aquelas cinco folhinhas de um laudo que começava no dia 13 de janeiro, quando o crime aconteceu no dia 18, dia 20.

Então, eu queria dizer o seguinte...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me assinalar que, como V. Exª, na semana passada, esteve aqui, mas eu, por exemplo, estava preparado para a quarta-feira, que era a data marcada.

Na quinta, precisei atender ao convite do ex-presidente Ernesto Samper, da Colômbia, para estar lá, num simpósio.

V. Exª, aqui, na quinta-feira, disse que gostaria de fazer o depoimento com a minha presença e a do Senador Romeu Tuma. Bom; como é aniversário dele, talvez ele tenha motivos. Mas eu fiz questão de avisar o Presidente Efraim Morais que V. Exª tinha dito isso e, se possível, que ele avisasse o Senador Romeu Tuma que o depoimento de V. Exª tinha começado.

Fiz questão de estar aqui.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – O Senador Romeu Tuma esteve aqui, Senador Suplicy.

Eu queria que ele estivesse presente, primeiro, porque ele me conhece desde 1974. Dos que estão aqui nesta sala, ele é o que mais me conhece. Conheceu-me num tempo difícil, em que ele era Diretor do DOPS e eu era advogado de presos políticos. Ele sabe como eu ajo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então...

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Espere um pouquinho, Senador.

Sabe como eu ajo, me conhece profundamente, e não poderia supor que eu pudesse ter tido acesso às fotografias primeiro e não ter informado a família.

O que eu queria dizer a ele que as minhas maiores testemunhas são, primeiro, ele próprio, que me conhece há muitos anos; segundo, o filho, que, neste caso concreto, trabalhou no caso. Que ele fizesse um telefonema ao filho, que perguntasse ao filho se, em algum momento dessa investigação, eu quis distorcer os rumos, cerceei o trabalho da Polícia, orientei, etc e tal.

Mas as coisas são assim, Senador Suplicy, vamos andando, cada um com a sua cruz.

Agradeço ao senhor pelo menos a indulgência de me atribuir boa fé neste caso. Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Com toda certeza. Nunca coloquei isso em dúvida.

Sr. Presidente, permita-me ainda, até porque o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh mencionou há pouco o Dr. Carlos Delmonte Printes e o seu primeiro diagnóstico.

A respeito do segundo diagnóstico, gostaria de saber se V. Exª teve oportunidade de lê-lo, pois ele já está disponível na CPI. Se, porventura, pôde ter acesso a ele, quem sabe auxiliado pelo médico Jamil Murad, porque, salvo engano meu, recebi apenas a cópia do laudo, sem as fotos – mas também não sou especialista, para ver as fotos.

A minha questão é a seguinte: no pressuposto de que possa ter o Dr. Carlos Delmonte Printes realizado um exame de maior profundidade e, salvo engano meu, o próprio João Francisco Daniel teve o cuidado de procurar levar a laboratórios no exterior, nos Estados Unidos, por exemplo, para que fosse feito um exame de maior cuidado e profundidade. Se, porventura, teve V. Exª oportunidade de ver as radiografias e fotos, etc., e ler, na íntegra, esse diagnóstico, que é datado de 16 de agosto de 2005, portanto, é bem recente, que descreve algo de forma bem mais completa do que o que está nas cinco folhas que V. Exª há pouco mostrou. E se, porventura, teve oportunidade de fazer alguma avaliação.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Do dia 16 de agosto, Senador?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foi.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Isso não é um diagnóstico; é um depoimento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É um termo de declaração. É um depoimento, mas é um termo de depoimento que, salvo engano meu, refere-se a um diagnóstico mais recente e completo.

Quero apenas transmitir a V. Exª que, por acaso, até em função de ter assistido ao filme "Vlado Herzog",

de João Batista de Andrade, que recomendo a todos os brasileiros, e de estar lendo aqui a nova edição do **Dossiê Herzog – Prisão, Tortura e Morte no Brasil**, de Fernando Pacheco Jordão, tendo visto o filme e lendo esse livro, estou preparando um pronunciamento sobre os 30 anos da trágica morte de Vlado Herzog. Naquele tempo, tivemos situações gravíssimas, em que médicos legistas distorceram inteiramente, como o mais famoso de todos foi o caso Vlado Herzog. Obviamente, todos nós queremos que qualquer laudo relativo ao Prefeito Celso Daniel seja o mais sério e isento possível. Por essa razão, faço a pergunta se teve a oportunidade de ler esse novo laudo e, esse termo de declaração, em que medida ele difere daquele primeiro que V. Exª teve a oportunidade de ler e que mencionou no seu depoimento – mas não esse termo de declaração.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador Suplicy, eu li o depoimento do Dr. Carlos Delmonte no dia 16 de agosto deste ano, do corrente ano. Durante o início da investigação, houve essa polêmica sobre a tortura e a não tortura. Ele deu entrevista à TV Globo, dizendo que tinha sido torturado, deu entrevista a um jornal, dizendo que tinha sido torturado, e eu disse que eu não tinha visto tortura. Não fui só eu. O IML disse que não tinha havido tortura. O Diretor do IML disse que não tinha havido tortura. O Dr. Celso Perioli disse que não tinha havido tortura. O Dr. Jarjura disse que não tinha havido, e até o Secretário de Segurança. Muito bem. Nunca mais conversei com o Dr. Carlos Delmonte. Surpreendi-me com o depoimento dele no dia 16 de agosto. Acho um depoimento prevenido e hostil, porque toca fatos com os quais não concordo. Por exemplo: "a conduta do Deputado Greenhalgh durante o exame estava prejudicando o andamento da perícia". Senador Suplicy, o senhor acredita nisso?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tenho certeza que V. Exª foi lá, inclusive com o Deputado Jamil Murad, para que tudo pudesse ser esclarecido da melhor forma possível, no interesse de todos, do Brasil, da família e seu compromisso pessoal com sua história.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Não; a pergunta que faço ao senhor é a seguinte: o senhor acredita que eu possa...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Estar prejudicando, não.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – (...) querer prejudicar uma perícia de um companheiro que está morto?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tenho certeza que não.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Está bom, muito obrigado pelo seu juízo de valor sobre a minha pessoa.

Aí continua: "o declarante estava constrangido com a postura daquele parlamentar, que estava emocionalmente alterado" – alguém estava tranqüilo com a morte do Celso Daniel? – "a ponto de ter sido retirado da sala pelo Deputado Murad". Eu pedi ao Deputado Jamil Murad que viesse aqui. Ele esteve aqui hoje. Porque isso não aconteceu; não foi ele que me tirou da sala. Foi o Dr. Jarjura, que pediu para que ele ficasse e os demais saíssem, e a gente entrava e saía ali.

Continua: "(...) que Greenhalgh quis interferir inclusive na conduta do declarante, quando na mudança de posição para 'decúbito ventral'. Mas a perícia foi feita, graças a Deus, com o padrão ouro". Segundo o Dr. Delmonte, que ele fez "padrão ouro". Padrão ouro é a perícia feita com todos os cuidados; é uma perícia conclusiva. Muito bem!

Aí ele vem detalhando o que ele pensa três anos depois, porque a morte ocorreu no dia 20 de janeiro de 2002, 20 de janeiro de 2003, 20 de janeiro de 2004, 20 de janeiro de 2005, setembro, outubro de 2005, três anos e meio depois vem o perito dizer que eu quis interferir na sua conduta? E mais do que isso, Senador, que ele nunca tinha visto um caso em que houvesse um ritual de tortura, de crueldade e desproporcionalidade como ele verificou no caso do prefeito Celso Daniel. Desculpem-me, mas eu não vi! Se fosse um caso que pudesse dar ao perito a sensação de que o caso que ele examinava era o mais cruel que ele tinha visto, eu, que sou um leigo, embora advogado e criminalista, teria visto. Não vi.

E aí, Senador, comecei a ler e vi: "todas essas questões poderão ser melhor esclarecidas em parecer complementar emitido pelo declarante mediante requisição do Ministério Público". Segue o Dr. Carlos Delmonte: "todas essas questões poderão ser melhor explicitadas em parecer complementar".

Duas ou três vezes ele mesmo diz ser necessário parecer complementar a partir da requisição no Ministério Público. Então, alguma coisa tem com esse laudo. Um laudo que é assinado no dia 13 de janeiro, que diz que o exame foi feito na tarde do dia 13, que estabelece que as últimas análises foram no dia 15. Esse laudo precisa ser complementado.

Quero informar aos Srs. Senadores: primeiro, eu não vi os anexos; segundo, eu não vi a perícia que foi mandada fazer no exterior pela família. Gostaria de ver. Vou ver se eu puder, Senador; se eu puder, em outro momento, quando esse assunto estiver mais refluído. Se eu puder, gostaria de analisar, porque quero ver as fotos, que não vi; não vi os exames de Raio-X. Até por-

que o Dr. Calos Delmonte disse que "os anexos foram extraviados e, por isso, não foram juntados ao autos naquela oportunidade". Então, o que recebi foram as cinco primeiras folhas que foi que fiz o comentário. Mas isso não significa que tenha qualquer animosidade quanto à conduta médica do Dr. Carlos Delmonte. Reconheço nele um perito de valor. O que acho é que esse tipo de depoimento é hostil a minha pessoa. Talvez se eu achasse que a conclusão do inquérito fosse diferente, eu não estaria recebendo essas críticas.

V. Exª pensa que é fácil, Senador Suplicy, V. Exª assistir ao jornal, ao programa Jô Soares e ver críticas a V. Exª na televisão? Pensa? E quando quis ir lá para responder, a polícia de São Paulo não deixou o Dr. Édson Santi ir nem o Deputado Jamil Murad foi convidado a ir.

A testemunha que tenho é o Deputado Jamil Murad, que é médico, que acompanhou, que ficou o dia inteiro lá. Eu, de vez em quando, entrava e saía, Senador Tião Viana, V. Exª acha que se eu tivesse visto tortura eu não ia dizer à noite para a família? Não tinha nem começado a investigação. Que interesse eu tinha numa situação dessa? Que interesse eu tenho de ocultar tortura a uma pessoa, em especial a um companheiro? Que história é essa? Que brincadeira é essa? Eu tenho direito de ter reservas com essas mudanças de depoimentos, porque foram essas delações premiadas que permitiram ao preso Rodolfo não sei das quantas, vulgo Bozinho, dizer que eu torturei.

São essas coisas que, três anos e meio depois, vem o perito dizer que a minha conduta não foi correta. A perícia foi "padrão ouro", mas a minha conduta... Eu estava nervos. Ora, nervosos estávamos todos nós.

Senador Eduardo Suplicy, agradeço a V. Exª. Nós ainda vamos chegar à conclusão deste caso. Tenho...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O que pudermos fazer para desvendar, pode contar comigo. Eu tenho certeza que posso contar com V. Exª. Atendendo ao apelo da família de Celso Daniel. Tenho certeza, eu ouvi diversas vezes da parte do Luiz Eduardo assim como do Gilberto Carvalho o respeito que eles têm pelo anseio dos irmãos de Celso Daniel, da Srª Ivone de Santana e de todos os amigos de Celso Daniel de quererem desvendar inteiramente as razões dessa tragédia que se abateu sobre ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB - RR) – Vamos ouvir, então, o último orador inscrito, Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, eu já ouvi bastante o seu depoimento, estou... Sei que V. Exª conhece de medicina legal, sim, tem experiência. Quando V. Exª diz que não conhece, está usando de modéstia. Conhece.

V. Exª viu o corpo do Sr. Celso Daniel despido, sem nenhuma roupa em cima. Não foi? Viu as duas faces, anterior e posterior, ventral e dorsal?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Vi. Eu o vi em decúbito ventral. Vi quando ele chegou, foi posto... Porque ficaram os dois acho que enfermeiros.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Maqueiros.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Maqueiros. Quando não tinha ninguém, Senador...

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Estava de roupa ou já sem roupa? V. Exª se lembra?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Estava já sem roupa.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Eu sei que a emoção na hora...

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Eu me lembro, Senador, do olhar - ele estava com os olhos abertos – de pavor.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Isso.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – As mãos retesadas. Eu fui ridicularizado porque vi um "galo" na cabeça dele e disse que era um "galo". E depois as pessoas disseram que era uma hematoma, uma contusão...

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Hematoma é galo.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Eu vi um galo. Eu vi uma marca na região lombar; era uma espécie de marca de cano de revólver...

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Linear?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – De mais ou menos isso aqui. Como se fosse uma pistola. Eu achei que era uma queimadura. Fiz a contagem. Eu tive uma crise, Senador. Não tenho medo de dizer isso. Eu conversei com ele. Ele morto, eu conversando com ele. Acho que era uma forma de eu ter coragem de ficar ali naquele momento. Eu tive um diálogo com ele: "Celso, o que te fizeram, companheiro? O que aconteceu com você? Isso não vai ficar assim". Eu fui falando... E fui vendo. Fiquei ali uns dez ou quinze minutos. Tinha aquele cheiro de cadáver, que eu não suporto. Andei muito em IML na minha vida. Era um dia de sol, abafado. Aquele cheiro que eu senti com você, Senador Eduardo Suplicy, em Eldorados dos Carajás – diversos cadáveres, Sr. Presidente, em volta, e eu, conversando. Aí, começaram a chegar as

pessoas. Eu contei seis a sete tiros – orifício de entrada e tal. Tinha o maxilar...

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Desviado.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Desligado da... Mais um olhar pânico.

Depois, chegaram os médicos, as autoridades, os políticos. Tinha penetra, tinha de tudo, jornalista, entrou tudo. Eu me lembro de que chegou uma hora em que os médicos legistas quiseram evacuar a sala, porque tinha muita gente, porque estava atrapalhando. Quando chegou na minha vez, eu falei: "Eu não vou sair. Eu vou ficar". Aí, eu criei uma certa confusão. Ficou o Deputado Jamil Murad. O Dr. Jarjura falou: "Não. É só médico que pode. Colabore com a gente". Acabei saindo e ficou o Deputado Jamil Murad lá dentro. De vez em quando, eu entrava, via e tal. Foi isso que eu vi.

Vou lhe dar um detalhe – a sua pergunta é boa. Nos interrogatórios dos presos da quadrilha: saíram na Blazer o John, dirigindo – Elcide de Oliveira Brito, o John. E mais: Ivan, o Monstro, chefe da quadrilha, do lado; o Itamar; o Celso Daniel; e o Bozinho. Nos depoimentos deles, no trajeto da Blazer, indo para a Favela Pantanal, tem que eles cutucaram o Prefeito com a arma. Como eles tinham atirado no carro, na Pajero, várias vezes, acho que os tiros na Pajero esquentaram o cano do revólver e, quando eles entraram e cutucaram uma pessoa na região lombar, deve ter ficado essa marca. Acho que é uma queimadura. Foi isso que eu vi.

Agora, ninguém mencionou tortura naquele dia.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Nem o senhor viu nenhum sinal de tortura no corpo do...

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador, deixa eu falar uma coisa: tem tortura que não deixa marca. Defendi muitos presos políticos que tinham sido barbaramente torturados e não tinham marcas. Há torturas que deixam marcas. A tortura, como eu entendo, é um mecanismo de infligência de dor sobre a pessoa para obter dela determinado tipo de conduta, ou por instrumento mecânico... Eu não vi. Eu não vi queimaduras de cigarros. Isso eu não vi. Agora, eu também estava ali naquela situação...

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Estava emocionado. Isso eu entendo.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – O Senador José Jorge falou assim: "O senhor disse que não viu tortura, mas teve tortura". Está bem. Eu não vi tortura e pode ter tido tortura. Não tenho por que duvidar. O que quero dizer é que, quando eu falei para a família, ninguém tinha...

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Comentado sobre tortura.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – ... comentado sobre isso. Ninguém. Nem os Delegados, nem os peritos, ninguém falou comigo sobre isso. Então, eu dei a resposta de boa-fé. Depois disso, o IML deu declarações à imprensa, dizendo que não tinha. É isso, Senador. Desculpa...

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – V. Exª também disse, durante a sua fala, que o laudo da necropsia de um crime ocorrido no dia 18 foi começado a preencher no dia 13. Eu não entendi bem isso aí que o V. Exª falou. Cinco dias antes do crime? Eu não entendi bem.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador, é evidente que é um erro. É evidente. (Pausa.)

Houve um erro de digitação, um erro de datilografia. Agora, o erro foi repetido várias vezes. Começa assim: "Aos treze dias do mês de janeiro de 2002, atendendo à requisição de fulano, sicrano e beltrano".

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Certo.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – O laudo é do dia?

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Dezoito.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Vinte.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Vinte.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Aí, vai andando: qualificação, a realidade, as vestes, o exame externo, o exame interno, exames subsidiários, conclusão: resposta aos quesitos, informações gerais em aí, volta de novo:

> "Exame necroscópico realizado no dia 13 de janeiro de 2002, com duração de 210 minutos, temperatura da sala 22º, presentes Fulano e Sicrano, Deputado Jamil Murad, além de autoridades policiais e legislativas e políticos em geral".

Depois tem:

> "pesquisas iniciais concluídas em 15 de janeiro de 2002".

Está certo? Então, por quatro vezes nesse laudo, se mencionam datas antes mesmo do falecimento do Celso Daniel.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – V. Exª percebeu isso logo que viu esse laudo ou foi depois que o senhor percebeu essa falha?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – Não. Eu percebi rápido, está certo? Mas achei que a descrição, digamos assim, o formal está errado, mas

o material está certo. Eu fui vendo o exame interno, o exame externo. Fui falando de fraturas, as feridas. Eu verifiquei que se tratava...

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Coincidia com o que o senhor tinha visto?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – Coincidia. Eu não estou pondo em dúvida o laudo. Não me compreendam mal. Eu não estou pondo em dúvida o laudo, mas estou dizendo que o laudo contém erros de data. Mais do que isso, estou dizendo que, na questão das respostas ao crime, sobre a tortura... Por que houve tortura? Por causa do número, da localização e dos tipos de disparos. Além dos sinais cadavéricos como face de terror, espasmo cadavérico de mãos, e fezes liquefeitas. Nem toda pessoa que tem face de terror, espasmo cadavérico de mãos e fezes liquefeitas em um homicídio foi torturado.

É uma interpretação. Eu tenho uma outra... Eu vi. Eu tenho uma outra interpretação. Mas eu tenho medo de ficar batendo boca, porque vou ser esculhambado por isso. Toda pessoa que, como eu, acha que não foi crime político, está esculhambado no Brasil.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Mais uma perguntinha: algum desses promotores é seu inimigo? Está querendo sujar a sua honra? Porque eles estão insistindo. Existe alguma possibilidade disso, de algum ter alguma mágoa com o senhor, alguma coisa?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – Posso fugir da pergunta?

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Pode. Tem direito de fugir da pergunta.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG** (PT – SP) – Fujo da pergunta.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª usou o triplo do tempo normal.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tudo bem, é pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra, V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Conforme V. Exª pôde observar, dadas as palavras do Deputado Luiz Eduardo Greenhaulg, ao mencionar o depoimento do Dr. Carlos Delmonte Printes, mencionou um episódio em que o Deputado Jamil Murad é citado.

Eu acredito que seria de extraordinário valor se pudéssemos aqui ouvir o Parlamentar como convidado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Exª, então, requeira que ele seja convidado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu faço então o requerimento aos presentes. Se tivermos quórum hoje...

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Isso está fora do Regimento. V. Exª tem que requerer, e o Deputado será convidado, como convidado aprovado. Extra-regimentalmente, não.

Indefiro o pedido de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Compreendo o alcance. Mas isso não está regimental. Se V. Exª quer que o Deputado seja ouvido, para complementar...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Peço à assessoria, que tem o Regimento Comum...

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Não temos como.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eles podem imediatamente esclarecer a V. Exª. Em qualquer...

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Eduardo Suplicy...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não pode?

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – É uma Comissão do Senado...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu apenas quero transmitir a V. Exª que, em algumas ocasiões, eu, Senador, participei e fui convidado a falar. Por exemplo, como autor de projetos de lei, já compareci a Comissões técnicas da Câmara dos Deputados, onde fui convidado a falar como Senador, embora não seja membro daquela Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador, esta questão inclusive já foi decidida pelo Presidente, quando o Deputado pediu a palavra e o Presidente Efraim disse ao Deputado, cordialmente, que regimentalmente não era possível.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu pretendia falar pela ordem. Mas eu entendia que depois daria...

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Só há uma forma de ele falar aqui: se ele for convidado, como for convidado o Deputado Greenhalgh. Se V. Exª convidá-lo, se requerer, votaremos, e ele virá.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Eu queria ressaltar que o Deputado Luiz Eduardo

Greenhalgh compareceu à nossa Comissão por sua iniciativa de se dispor a falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – S. Exª se dispôs, e nós o convidamos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Daí nós o convidamos. Então, o Deputado Jamil Murad está se dispondo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Então, podemos convidá-lo para uma nova reunião, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Então, vamos fazer um requerimento para convidá-lo. Assim, Srª Ivone, a senhora se disporia também?

Ela se dispõe também. Então, vamos fazer-lhe um convite. Peço ao Senador Tião Viana. Também convidaremos a Srª Ivone para esclarecer. Já fica aqui manifesta...

Ele veio correndo da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu sei, Senador. Entenda duas coisas. Primeiro, o Presidente Efraim já havia deferido; segundo, regimentalmente não pode mesmo. Então, V. Exª há de compreender que não há, pelo contrário, até como colega, médico, do Deputado, também gostaria de ouvi-lo, mas temos que cumprir o Regimento. Se V. Exª não tem mais nada a aduzir, gostaria de conceder a palavra...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Quero apenas dar a informação a V. Exª e aos membros da CPMI que a TV Senado acaba de informar que retransmitirá a gravação do depoimento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh a partir das 22 horas de hoje. Não é ao vivo, mas é quase ao vivo. No mesmo dia.

Quero transmitir ao Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh que irei telefonar aos Srs. Amaro e Vider para que eles assistam. Porque eu acho que V. Exª dá uma contribuição com respeito às suas dúvidas, questionamentos, a um trabalho que, tenho a convicção, que também da parte deles é sério, mas V. Exª coloca questões importantes que irão aprimorar aquilo que é o desejo de todos: apurar as causas do seqüestro e da morte de Celso Daniel. O Brasil precisa e merece saber isso de forma completa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Deputado Greenhalgh para suas considerações finais.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador Mozarildo Cavalcanti, tudo isso aqui poderia ter sido encerrado se a gente pudesse perguntar ao Deputado Jamil Murad se o que falei aqui é a expressão da verdade. Ele baixou a cabeça dizendo que sim. Então, é o quanto me basta.

Segundo, Senador, ao invés de o senhor só telefonar aos promotores pedindo para que assistam, telefone também à delegada Elizabeth Sato, que está investigando o caso. Senão fica pendente ou pensa a investigação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Vou fazê-lo, de pronto.

Ao Secretário de Segurança também? A quem mais?

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Senador, estou falando sério, está bem?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Quero dizer, especialmente, que já encaminhei aquele e-mail, José Maria da Silva, que provavelmente é um e-mail fictício, mas que chega ao Sr. Haddad informando que hoje, às 22 horas, haverá a retransmissão do seu depoimento.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Nisso o senhor acertou. O senhor é um vidente. Vê à frente. Isso é que é vidente. Acho que o senhor devia ligar aos promotores, ao delegado e também ao Dr. Paulo Mansur Haddad, que é portador de uma fita segundo a qual ele, há três anos e meio, vem dizendo que filmou a cena do seqüestro. E que, nessa cena, há conduta comprometedora do Sr. Sérgio Gomes da Silva. Queremos ver essa fita para que tiremos dúvida sobre isso. Posso entender em sentido contrário. Se a fita até hoje não apareceu é porque a conduta também não foi aquela que foi falada.

Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero agradecer a tolerância, a generosidade, a compreensão e lhaneza de trato que recebi aqui dos senhores e dizer que estou à disposição. Sei que este depoimento será bombardeado, porque as pessoas... Eu sei, mas gostaria que os senhores ouvissem.

Senador Suplicy

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Vai ser seriamente considerado, pode ter certeza. É a nossa convicção aqui.

**O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH** (PT – SP) – Gostaria que fossem ouvidos o Dr. Arli Antônio Reginaldo, o Dr. Edson Santi, o Dr. Marcelo, da Polícia Federal, o Dr. Luna, todos os delegados que participaram desse episódio, para que pudéssemos ter o equilíbrio. Gostaria que fosse ouvida a Drª Ivone Santana, que aqui está, o Deputado Jamil, que ali está, para que pudéssemos equilibrar as coisas, para que tivéssemos racionalidade e deixássemos as paixões de lado, neste caso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de encerrar a reunião, gostaria de comu-

nicar que o depoimento do Sr. Hélcio Cambraia Júnior fica transferido para a reunião de quinta-feira.

Portanto, está encerrada a presente reunião.

*(Encerra-se a reunião às horas e minutos.)*

**Ata da 27ª Reunião, Realizada em 5 de outubro de 2005.**

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às quinze horas e dez minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior, Ideli Salvatti, Membros, Senador José Agripino Maia e Tasso Jereissati, não Membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à acareação com Senhores Waldomiro da Silva Diniz, Carlos Augusto de Almeida Ramos, Marcelo José Rovai, Rogério Tadeu Buratti e Enrico Gianelli e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir, convida os depoentes a tomarem assento a Mesa. Com a palavra, pela ordem, o Senador José Jorge tece considerações sobre as declarações prestadas pelo Senhor Presidente da República na data de ontem. A presidência concede a palavra ao Sr. Enrico Gianelli, seguido pelos Srs. Rogério Buratti, Waldomiro Diniz, Carlos Ramos e Marcelo Rovai, alternando entre perguntas e respostas dos senhores Senadores. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para os questionamentos iniciais seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores José Jorge, Efraim Morais, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Ideli Salvatti, José Jorge, Tião Viana, Heráclito Fortes, Flávio Arns e o Relator para os questionamentos finais.Assume a presidência o Senador Augusto Botelho e agradece os esclarecimentos prestados pelo Dr. Lucas Furtado e suspende a Sessão até às quatorze horas e quinze minutos. Reaberta a Sessão, convida o Deputado Luiz Eduardo Greenhalg, para tomar assento à Mesa. Com a palavra o Deputado Greenhalg tece considerações sobre o depoimento prestado pelo Sr. João Francisco Danial a esta Comissão. Com a palavra pela ordem, o Senador Tião Viana informa que o Deputado Greenhalg esta na qualidade de convidado. Com a palavra o Senador José Agripino Maia consulta a Mesa poderia adiar o depoimento do Deputado para a próxima semana. A presidência acata a sugestão e consulta o Deputado Greenhalg se poderá retornar na próxima semana. Com a palavra o depoente acata aceita a sugestão. A presidência agradece a presença do Deputado Luiz Eduardo Greenhalg e convida-o para a reunião a realizar-se na próxima terça-feira,dia 4 de outubro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingos para a prática de crimes de lavagem e/ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à acareação dos Srs. Waldomiro Diniz, Carlos Augusto de Almeida Ramos, Marcelo José Rovai, Rogério Tadeu Buratti e Enrico Giannelli.Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovada.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Gostaria, Sr. Presidente, antes que a reunião fosse formalmente iniciada, de dar a minha solidariedade a V. Exª, ao Relator e a todos os membros desta CPI, devido às palavras que foram proferidas ontem pelo Presidente Lula em relação a esta CPI e às demais CPIs.

Na verdade, o Presidente Lula ficou aborrecido, porque a CPI aprovou a convocação do seu chefe de gabinete, mas essa convocação não foi feita por culpa da CPI. O Presidente deveria ter ficado aborrecido com os irmãos do Prefeito Celso Daniel e não conosco, por-

que temos de cumprir a nossa obrigação democraticamente. Foi uma votação nominal. Estavam aqui todas as lideranças do Governo, que votaram e perderam democraticamente. Então, vai ser feita a acareação.

Só tenho de elogiar a postura de V. Exª, do Relator e dos demais membros desta CPI. Com toda essa pressão que está havendo por parte do Governo, estamos cumprindo nossa obrigação.Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.Quero parabenizar todos os membros desta Comissão pela forma democrática com que estamos, juntos, construindo este nosso trabalho.

Pedimos a Deus que nos proteja, para que, ao final desta CPI, o Senador Garibaldi Alves Filho, nosso Relator, possa construir uma peça, que é o nosso relatório, que seja concluída com a verdade e com o esclarecimento dos fatos.É isso que – tenho certeza – este Presidente, o nosso Vice-Presidente, o Relator e todos os membros da Comissão desejamos.

Srªs e Srs. Senadores, devo adiantar a V. Exªs que o nosso trabalho vai-se iniciar – vamos batizar de organograma o documento que recebemos ontem, a informação da Polícia Federal – com a análise do organograma. Assim, iniciaremos o nosso trabalho.

Pedimos à nossa assessoria que projete esse organograma, essa agenda, seja como for chamado, para que possamos ter os esclarecimentos. A palavra será passada imediatamente, após esses esclarecimentos – todos os Srs. Senadores poderão tirar dúvidas em relação ao organograma –, ao Sr. Relator, que iniciará a condução da acareação. Evidentemente, a agenda será aberta em relação ao horário. Vamos trabalhar pela ordem, para que possamos, então, aproveitar o raciocínio de cada um dos Srs. Senadores.

Solicito que a luz seja apagada e que os senhores virem um pouquinho.Agradecemos a presença de todos os senhores presentes e dos senhores advogados.

Ainda há um pequeno problema que deverá ser solucionado em um ou dois minutos.

Devo informar, ainda, aos Srs. Senadores que, no dia de amanhã, haverá uma audiência para ouvirmos o Sr. Bruno Daniel, que já confirmou presença, fez questão de estar presente já no dia de amanhã. As providências já foram tomadas. O Sr. Bruno Daniel estará aqui às 10 horas. Iniciaremos a reunião de amanhã às 10 horas, já que há disponibilidade de sala.

Agradeço ao Dr. Nilton Souza Siqueira, Delegado da Polícia Federal, que encaminhou, na manhã de hoje, o auto de acareação que foi feito ontem na Polícia Federal e que já está disponível.

Pedimos que apaguem as luzes, para que possamos visualizar o organograma.

Quero adiantar aos Srs. Senadores que esse organograma foi-nos entregue pela Polícia Federal – ontem, chegou às mãos da Polícia Federal.

O outro estava melhor. Peço que apaguem aquela luz. Aí está bem.

Aproveito para dizer que esse documento, se não me engano, foi entregue ontem pelo Sr. Enrico Gianelli. É verdade? (Pausa.)

O senhor fez a entrega desse documento.Esse documento que V. Sª entregou, acho que chegou às mãos de V. Sª e de outras pessoas no dia 13 de fevereiro – aqui há uma data –, enviado pelo Sr. Marcelo Rovai. É verdade que o senhor enviou esse documento? (Pausa.)

É verdade. Então, no dia 13 de fevereiro, o senhor o enviou para o Sr. Antonio Carlos Lino da Rocha, ex-Presidente da GTech, e para o Sr. Marcos Andrade?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O Sr. Antonio Carlos é o ex-Presidente da GTech.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – À época, Presidente.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – À época, Presidente. O Marcos Andrade, Diretor da Empresa...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vice-Presidente.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Isso. Foi feito esse mapeamento. Eu o traduzi para o inglês e devolvi a eles. É o mapeamento da agenda política do Governo à época, do novo Governo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Qual é o objetivo?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos explicar, quero confirmar com as pessoas que fizeram a entrega e os que distribuíram documento.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, tem a origem? Ele poderia explicar depois a origem de quem elaborou?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – BA) – Se eu concluir aqui, vamos tentar esclarecer.

Primeiro, esse documento foi entregue ontem à Polícia Federal pelo Sr. Enrico Giannelli. Esse documento que o senhor confirma, perfeito? Perfeito, confirma. Esse documento foi um *fax* feito do Sr. Marcelo Rovai para os diretores da GTech nos Estados Unidos...*e-mail*...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Isso, confirmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Confirma.

Quero exatamente que V. Sª, que é autor desse documento explique o que significa cada abreviação dele, qual o objetivo e o que significam as cores que aí estão desenhadas.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Perfeito.

Primeiro, este é um documento interno da empresa feito pela Presidência e eu recebi a incumbência de traduzi-lo para o inglês para enviá-lo à diretoria. É o mapeamento político do novo Governo, quem eram os Ministros, quem eram as pessoas importantes. Basicamente, o que está em amarelo, por exemplo, são pessoas do novo Governo que poderiam ser formadores de opinião, por exemplo, o Ministro Francisco Grazziano, o Ministro Gilberto Gil, o Ministro Luiz Furlan, etc.

As pessoas, membros do Governo, que estão em verde são pessoas que teriam uma função mais direta com a Caixa Econômica: o Ministro do Planejamento, esse tipo de coisa, o Congresso – que tinham a ver com a Caixa e com o contrato.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Verde?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Verde, por exemplo, José Dirceu, Antonio Palloci, Lula, ou seja, onde a loteria, onde a Caixa, loteria tinha ver. Porque, por exemplo, com o Ministro Gilberto Gil, Ministro Francisco Grazziano, com o Ministro Luiz Furlan não tinham ma ligação direta.

Em azul eram os principais executivos da Caixa.

Em vermelho são pessoas externas à empresa que de alguma maneira podiam levar algum tipo de informação para esses membros. É importante o seguinte: isso é uma agenda política, estamos no início do novo Governo, a GTech estava naquele momento procurando de todas as maneiras entregar informações sobre como as loterias do Brasil poderiam ser melhoradas. Foi feito um documento, que foi entregue ao então Ministro Francisco Graziano, ao Sr. Waldomiro, na reunião que tivemos em fevereiro, e assim por diante. O Sr. Afrânio entregou semelhante documento, por exemplo, ao Senador José Sarney.

Então, essa era a idéia, as pessoas externas da empresa que tinham contato....senhor?

Porque, nesse momento do mapeamento, imagino que nós não tínhamos nenhum conhecimento naquele momento. Eram pessoas que...Acho que é importante o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitaria de V. Exª que ligasse o microfone, por favor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O que estranhei é ter o nome do Presidente José Sarney, que é um homem de bem, sério e não ter o nome do Presidente da Câmara dos Deputados. Se fosse uma coisa normal, teria também o nome do Presidente da Câmara, a não ser que V. Sª achasse que ele não tinha nenhuma importância.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, absolutamente. O que acontece e o senhor pode ver, nesse mapeamento, Senador, naquele momento, eram as pessoas que nós conhecíamos que estavam, independente... mais do novo Governo e que tinham algum contato. Era mais nesse sentido. Eu imagino, porque quem elaborou foi Antonio Carlos Lima Rocha, que talvez ele não conhecesse o senhor ou que tinha alguém que conhecesse o senhor e que ele pudesse entregar a informação. Não sei. Acho que deve ser perguntado ao Sr. Antonio Carlos. Não, não...o senhor entende?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quer dizer que eu poderia estar aí nesse negócio?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Poderia, Senador. Todos que estão aqui são homens de bem, como o senhor também. O que imagino – veja bem – o que falei ontem na Polícia Federal, o Sr. Delegado...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Essas são pessoas que vocês queriam subornar com...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, senhor, absolutamente. São pessoas influentes no País, naquele momento, que podiam receber informação. Não há absolutamente nada de errado. O documento foi elaborado pelo Sr. Antonio Carlos, para enviar à corporação, para ver quem eram as pessoas que poderiam ajudar...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – É bom o senhor completar o nome desse Antônio Carlos, para não parecer...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Desculpe-me, Antônio Carlos Lino Rocha, Senador, ex-Presidente da GTech.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pessoas que poderiam ajudar na loteria?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Pessoas, Senador, a GTech...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Na formação da GTech com a Caixa Econômica?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Como eu falei na outra CPI, em todos os depoimentos, a relação da GTech com a Caixa era uma relação conflituosa, difícil, o que se tentava nesse momento era informar ao novo Governo que a GTech não era o monstro que se falava e que era uma empresa séria que podia ajudar o País, ajudar o País com loteria.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Seria um testemunho a favor da GTech?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Exatamente. Nós entregamos documento para isso, Senador. Essa idéia, esse é o ponto, ou seja...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era para testemunhar a favor da licitude da GTech?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Exatamente. Da mesma maneira que, quando o Sr. Waldomiro nos procurou, como está ali, por exemplo, nós não tínhamos contato com ele, mas o Sr. Carlos Ramos, com que estávamos conversando, foi a pessoa, por exemplo, que indicou o Sr. Waldomiro, através dele tivemos a primeira reunião, e assim foi, como está todo mundo ali, ou seja, não tem nada absolutamente de errado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem, Sr. Rovai. Eu agradeço, mas queria respostas objetivas para que ficasse bem clara a questão do organograma. O senhor utilizou, evidentemente, abreviações.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem é PH?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Paulo Heise.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Paulo Heise.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Posso explicar quem é? Por exemplo, Paulo Heise, não, não, espera aí – é importante – é o Presidente da ONG contra as drogas, e o Ministro Furlan é o vice-Presidente da parceria contra drogas. Então, Paulo Heise eu conhecia, então ele poderia...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Influenciar. Aqui está a palavra *influence*, lobista, em outras palavras.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Se o senhor quiser disser assim, mas não é influência, é influenciar positivamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou só dizendo, porque nós traduzimos do inglês...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Está bom, influenciar positivamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. MA?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Marcos Andrade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Marcos Andrade. O Sr. TBD?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Seria do inglês "*to be defined*", ou seja, uma pessoa a ser definida, porque não conhecíamos ninguém que tivesse...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem foi definido no lugar do TBD?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ninguém. Muito bem. A Srª Kelly?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Pertence a uma consultoria que presta serviços à GTech nos Estados Unidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Magda Kelly, não?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Kelly Neumann.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não é Magda Kelly, não?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não era assessora jurídica da GTech, não?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, não, Magda Kiehl era ex-gerente da GTech. Essa pessoa é externa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É externa?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – É.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E ela já conhecia, já tinha influência sobre o Sr. Graziano?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, ela conhecia...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor está fugindo do que o senhor acabou de dizer. O senhor disse que eram as pessoas que tinham influência: a Srª Kelly está ligada direto ao Sr. Graziano. Então, o senhor tem que esclarecer bem essa situação. O senhor acabou de dizer que eram pessoas que influenciavam. Então, o Sr. Graziano já tinha um contato lá no exterior com pessoas ligadas à GTech. É isso o que o senhor está dizendo?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o que é que a Srª Kelly... Qual o conhecimento?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – A Srª Kelly tinha conhecimento de pessoas do Ministério, por exemplo, eu estive junto com a Srª Kelly com o assessor do Ministro Graziano, falando sobre o Fome Zero no início do Governo, entregando para ele, por exemplo, um documento feito pela GTech...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Fome Zero?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Em janeiro de 2003. A GTech foi a primeira empresa do País a desenvolver uma transação onde qualquer brasileiro poderia, através das loterias, através de qualquer casa

lotérica, fazer uma doação. A GTech não recebia nada por essa transação. Foi feito um documento, foi desenvolvida essa transação para a Caixa...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Se não tinha nenhum documento, o Fome Zero ainda indefinido, só o discurso, a proposta.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Senador, foi o primeiro documento, o 001, que posso enviar à Comissão, o documento do Governo, não sei só dizer se era um decreto, que seja, um documento que entregamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao senhor, não convence, mas agradeço.

O Sr. Leo e Cesnik?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O Sr. Leonardo Brant é diretor do Instituto GTech. Junto com o Leonardo, ele conhece o Ministro da Cultura, estivemos juntos entregando um quadro dos alunos do Instituto GTech. Temos um sistema de auxílio a crianças pobres, aproveitando a oportunidade, falando de loteria, falando como a GTech podia ajudar o País. Estive com o Leo, Leonardo Brant, em reunião, e o Sr. Cesnik também, que é sócio do Sr. Leo Brant, no Ministério da Cultura, eu, pessoalmente. Pode ver se está meu nome, MJR, que é Marcelo José Rovai, porque eu era Presidente do Instituto GTech, então, eu era a pessoa que deveria chegar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Essa cor alaranjada em cima dessa cor mais escura é exatamente...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Funcionários da GTech. O laranja é funcionário da GTech.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Que mostrava a esses outros lobistas – como eu chamei e V. Sª não quer – que interferiam diretamente, pelo conhecimento, nas autoridades brasileiras. Os senhores, então, da GTech diziam que a GTech realmente era a coisa melhor que tinha para o País, para a Caixa Econômica, que o Brasil seria salvo por ela.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – As pessoas informavam, Senador, não interferiam absolutamente. Uma pessoa tinha que se deixar interferir.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas qual era o objetivo do Sr. MJR?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Marcelo José Rovai.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Que é o senhor.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Sim, sou eu. E o meu objetivo era chegar ao Ministro da Cultura, falar com ele das loterias, para que ele tivesse uma imagem da GTech. Essa era a idéia. Procuramos fazer isso com as pessoas.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E, certamente, dizer quanto a GTech podia dar para o Ministério, para aquelas obras sociais...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem, eu peço desculpas, porque eu queria esclarecer o mapa, como funcionava, e vou pedir, como recebi uma orientação de um membro da Polícia Federal me mostrando como funcionava, eu fiz questão de esclarecer exatamente que isso é o que pensa a Polícia Federal em relação aos senhores, em relação a esse mapa.

Engraçado, V. Sª aqui: Furlan, Meirelles, Matoso, aí vem Waldomiro, José Dirceu, entre outras pessoas que se consideravam importantíssimas para resolver... Coincidentemente, as pessoas que estão envolvidas na renovação do contrato da GTech com a Caixa Econômica.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Isso só significa que fizemos um ótimo mapeamento. É óbvio que o Ministro da Fazenda, que é o Ministro que está ligado à Caixa, tem uma relação...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Imaginávamos que o Banco Central é algo ligado ao Ministério...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Furlan o que tem a ver com a Caixa?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, absolutamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Ministro Furlan.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, absolutamente, mas o Furlan, por ser o Ministro do Desenvolvimento, era importante ele conhecer uma empresa multinacional que fez investimentos de mais de US$250 milhões para o País e gostaria de continuar estando no Brasil investindo. Acho que isso é importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E esse mapa do lado de cá, que tem escrito ali *new beed*?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Isso. Não, ali é o seguinte, porque nós imaginávamos que a Caixa, no futuro, ia fazer uma nova licitação, certo? Então, quais eram as pessoas...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, V. Sª estava preocupado com a nova concorrência? *New beed*, se traduzirmos, significa "nova concorrência" ou, talvez, "novo oferecimento" ou, talvez, "novo negócio". Ao pé da letra, pode ser traduzido como qualquer coisa.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Era importante, quando...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não fui eu que traduzi, não sou muito bom no inglês, foi a assessoria.

V. Exª...

**O SR. (Orador não identificado)** – O Palocci, que é o Ministro da Fazenda, a Caixa Econômica tem a ver com ele, o Furlan, porque era o Ministro... Mas por que o Sr. Waldomiro está aí? Ele não era nada disso.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, mas o Sr. Waldomiro, inclusive, se apresentou para nós... Era ex-Presidente da Loterj, tinha conhecimento do mercado lotérico, era um membro influente do Governo, era o assessor do Ministro-Chefe da Casa Civil, Ministro mais importante do novo Governo. Para nós, era uma pessoa que, inclusive, conseguiria traduzir o quanto a GTech podia fazer para o País. Uma pessoa, inclusive, que tinha esse conhecimento. Era o que imaginávamos. Aliás, conversamos sobre isso na primeira reunião do dia 13 de janeiro. Era a nossa expectativa, que levasse informações para o Governo, informações importantes do quanto a GTech poderia ajudar, porque o modelo de loteria que temos hoje no País é um modelo de dez anos atrás. Numa nova licitação, se tivesse ocorrido um modelo moderno, o Brasil estaria à frente de outras loterias. Hoje, infelizmente, a Caixa fez uma emulação, uma *beed* de um sistema antigo. Não tivemos sucesso nisso.

**O SR. (Orador não identificado)** – Aparentemente, porque todos têm alguma ligação direta com a Caixa. O Sr. Palocci tem uma relação direta com a Caixa...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – É chefe do Presidente da Caixa.

**O SR. (Orador não identificado)** – O Matoso, porque é Presidente da Caixa.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Isso.

**O SR. (Orador não identificado)** – O Bretas, porque era diretor da Caixa.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Porque era Vice-Presidente.

**O SR. (Orador não identificado)** – O Borges, porque era o Diretor...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Porque era o Diretor de Loterias.

**O SR. (Orador não identificado)** – O José Dirceu, porque era Ministro.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Porque era Ministro influente do Governo.

**O SR. (Orador não identificado)** – O Waldomiro não era Ministro nem diretor da Caixa.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, mas ele era da Casa Civil.

**O SR. (Orador não identificado)** – Mas da Casa Civil tem quinhentos.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Mas ele era a única pessoa que a gente tinha, que conhecia o Carlos Ramos, que o conhecia. Só isso. Isso é o mapeamento feito no começo do Governo. Nenhuma segunda intenção, a não ser conhecer bem o Governo. Vocês podem ver que eu acho que está bem feito. Estamos falando do início do Governo Lula e estão bem posicionadas as coisas.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quais são os "laranjas" aí?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Concordo com o Senador Antonio Carlos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quais são os "laranjas"? Eles têm uns "laranjas" aí. Quais são os "laranjas"?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Os "laranjas" que o senhor chama...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Senador, os de cor laranja são os funcionários da GTech.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas são os "laranjas" do negócio ou da cor laranja para identificar? O senhor falou "os laranjas" e eu fiquei assustado.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Senador, são funcionários da GTech: MJR, Marcelo José Rovai, ACR, Antonio Carlos Lino Rocha, MA, Marcos Andrade, e PH, Paulo Heise. E o TBD não seria funcionário, mas uma pessoa que não tínhamos idéia naquele momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Seria o Buratti, que vocês não contrataram e não chegaram a fechar?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não sei. Com o Mattoso?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos saber daqui a pouco. Passou na cabeça. Esse *new beed* fica como nova concorrência, novo oferecimento ou novo negócio?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Uma nova loteria, no futuro, que deveria ter...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem, a avaliação faremos depois. É a opinião de V. Sª.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não é a minha opinião, é a nova loteria.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Afrânio Nabuco que aparece... É Afrânio Nabuco, não é?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – É Afrânio Nabuco sim, ele era consultor da GTech, contratado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por que a cor dele era diferente?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Ele não é diferente, ele é vermelho, igual à Kely.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. O pessoal da GTech é laranja; ele está em vermelho ali.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Ele não é da GTech, ele é externo à GTech, como a Kely é externa. Ele não é funcionário da GTech.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele é externo, não é?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – É externo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Engraçado, esse TBD está errado aqui, deveria ter sido colocado em vermelho, porque, se ia contratar, era externo também. Então, esse TBD tem um nome, no meu entender, porque se ele está aqui em laranja, V. Sª cai mais uma vez em contradição, antes de começar, porque V. Sª...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Deixa eu tentar concluir o meu raciocínio. O senhor disse que TBD é uma pessoa que poderia vir a ser contratada. Conseqüentemente, era externo. Então, devia estar no vermelho, não é?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Deveria, sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Erraram na cor do lápis?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Imagino que sim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Deve ser o Sr. Buratti.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Bom, antes de iniciarmos, quero, então, conceder a palavra ao Sr. Enrico Gianelli, que foi quem levou esse documento à Polícia Federal, para que ele esclareça por que fez isso.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Excelências, queria esclarecer que levei não só esse documento, como mais dezessete documentos, ontem para a Polícia Federal, porque assim fui liberado pela minha cliente, até então. Peço perdão da última vez. Na verdade, não tenho de pedir perdão, só desculpas. Eu vim, eticamente, prestar depoimento aqui, não havia sido liberado para poder falar. A minha ex-cliente diz que poderia apresentar os documentos que eu tinha, não tinha nada, absolutamente, a esconder. Disse-me que, na medida em que fosse para a minha defesa... Ou seja, a minha defesa é no seguinte sentido: o Sr. Marcelo José Rovai e o Sr. Antonio Carlos Rocha, várias vezes, afirmaram, nesta CPI e na Polícia Federal, que eu teria criado, de alguma forma, algumas dificuldades, teria aproximado, estaria envolvido num processo de achaque. Isso demonstra exatamente o contrário e é por essa razão, apenas por essa razão...

Aliás, gostaria de mandar um recado para o Jean Teper, que fez um dossiê furado a meu respeito, que custou o meu emprego. Enfim, queria fazer esse aparte para que todos soubessem como da última vez aconteceu, para mostrar qual é a verdade. A verdade é exatamente essa. Ou seja...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por favor, quem fez o dossiê?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – O dossiê de que falo é o dossiê interno na minha empresa, como se fosse desabonador eu vir prestar depoimento nesta CPI, o que não acho, pelo contrário, porque agora estou tendo, na verdade, a oportunidade de mostrar qual é a verdade e mostrar que agi sempre dentro de uma ética da advocacia e "apanhei calado" até que a minha cliente me liberasse.

Qual é a verdade? O Sr. Marcelo José Rovai caiu numa... Ontem, ele disse: "Olha, na verdade, o esquema era o Enrico e o Buratti". Só que ele afirmou ontem – e V. Exª tem aí – que, na verdade, o Afrânio Nabuco, que está em vermelho aqui, foi quem conseguiu, depois de tanta dificuldade, coisa e tal, a reunião com o Presidente da Caixa, com o Sr. Mattoso. Ou seja, não foi o Enrico, não foi o Rogério Buratti, não foi o Ministro Palocci, foi o Sr. Afrânio Nabuco que, segundo palavras, logrou sucesso com a reunião, com o Presidente da CEF.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual é a folha? Qual é o número?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Isso está na folha sete.

Então, a grande verdade está exposta na documentação que eu vou apresentar aos senhores. Isso serve um pouco até como um desagravo. Eu vou pedir só um pouquinho de paciência, porque, como eu não consegui falar até hoje, eu gostaria de falar absolutamente todas as mentiras que foram ditas a meu respeito pelo Sr. Marcelo José Rovai, para os senhores verem a exata cronologia; é preciso ver do que essas pessoas são capazes e o que elas podem fazer com um profissional que é reto. Vou demonstrar que sempre fui reto e eu nunca me curvei a qualquer tipo de tramóia, falcatrua e nem faria isso.

Na verdade, a minha atuação está comprovada no documento 1, aqui, desde 20 de março eu estava envolvido apenas na elaboração de petições. São petições, trabalhos jurídicos, trocas de petições, uma de sobrestamento e outra de transação, elaboração de

peças processuais que serviriam, dentro da negociação de aditivo contratual, para sobrestar ou transacionar nos processos em curso. Atividade meramente de advogado.

Este é o *e-mail* do Rovai para mim, dizendo exatamente: olha, o Enrico escreve a minuta de petição de sobrestamento, e nós vamos fazer a proposta da extensão contratual definida com a corporação. Ou seja, era a corporação que decidia qual o contrato, qual o prazo, qual isso e qual aquilo.

Corroborando isso, no dia 24 de março de 2003, eu mandei para o Sr. Marcelo Rovai, com cópia para o Antônio Carlos Rocha, as duas minutas de petição. São petições, estão aqui – são documentos 2 e 2a –, do trabalho de advogado.

Agora, quem fazia a minuta de contrato, que é mais uma mentira do Sr. Marcelo Rovai à Polícia Federal, que disse que eu estava... que eu era o grande mentor, aliás, o Senador Antonio Carlos Magalhães, outro dia, disse assim: "Puxa vida, mas quando veio você, eu olhei para você e achava que era o grande Janene e coisa e tal". E realmente eu não sou ou nada mais sou do que uma pessoa que foi usada para uma tentativa de defesa de algo que só a GTech pode explicar.

Quem fez a minuta do contrato? Foi a Drª Magda Kiehl, que nos mandou, na verdade, para o escritório, copiando o Sr. Marcelo José Rovai, o aditivo de contrato da Caixa; a minuta de contrato da Caixa foi feita pela própria Drª Magda Kiehl, ente jurídico da GTech. Então, não é o Enrico que estava... isso no dia 28. É bom lembrar que é o dia 28 de março de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Elaborou o aditivo?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Elaborou a minuta de aditivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A minuta foi feita pela Drª Magda?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Pela Drª Magda, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não foi pelo...

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não foi pelo Enrico.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem pela Caixa?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, não, não. É a minuta feita pela Drª Magda, está aqui. Dia 28, e foi encaminhada para a revisão do escritório externo.

O Sr. Marcelo Rovai alega ainda que foi surpreendido por um telefonema que caiu do céu, dizendo assim: puxa, me ligou o Bretãs, dizendo... Porque o relacionamento dele era o tempo inteiro com o pessoal da Caixa, era o Afrânio com o Matoso, segundo ele disse. E o relacionamento dele era com o tal do Borges, que tem que explicar o tanto que conversava com o Rovai, e com o Bretas, de vez em quando.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Borges era vice-presidente de loterias?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – É. Ele dizia: olha, tentei telefonar para o Enrico, cadê o Enrico? O Enrico tinha fugido. Ou seja, parecia que o Enrico estava de alguma forma se esquivando de cumprir o seu dever. O Enrico, na verdade, no dia 31, estava reunido com ele, aqui em Brasília. E, pasmem os senhores, a minuta de contrato ainda estava sendo revisada em São Paulo. Ou seja, dia 31, a minuta que a Drª Magda tinha preparado, ainda não havia... Estou falando do dia 31 de março. Por que essas datas são importantes? Porque foi nessa data, dia 31, que o Sr. Marcelo José Rovai e o Sr. Antonio Carlos Rocha me comunicaram: "Olha, Enrico: me ligaram e me disseram que tem um problema lá no jurídico da Caixa". Aliás, foi isso. Não foi: olha, mandaram contratar Buratti, Palocci disse que não sei o que... Nada disso. Eles falaram: "Tem um problema. Você pode verificar?" Eu falei: pois não. Trabalho jurídico: advogado fala com advogado.

No dia 2 de abril, mandei um *e-mail* para o Sr. Marcelo José Rovai, com cópia para Antonio Carlos e para a Drª Magda, dizendo: entrei em contato com o Sr. Altair, da Caixa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem é o Sr. Altair? Cita-se apenas o nome Altair. Altair de quê?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Altair das Neves. Ele, na verdade, trabalha como suporte ao Jurídico dentro da Caixa Econômica.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não com concorda? Microfone, por favor.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** O Sr. Altair era assessor do Sr. Paulo Bretas. Ele trabalhava no departamento de logística da Caixa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor acha que ele era o quê?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – De suporte, porque, inclusive, tenho os *e-mails* aqui dele, e vou mostrar. Talvez...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Altair Neves.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Altair Neves

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele é funcionário da Caixa?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – É funcionário da Caixa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Servia de suporte para quê?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Então, o que ele disse para mim...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Suporte para facilitar o quê?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, não foi para facilitar nada. Ele via o processo interno, burocrático. Ele me informou e disse assim: olha... Eu disse para o Rovai, no dia 2: realmente, telefonei e tomei conhecimento de que estava sendo procedida a instrução processual relativa às petições e à minuta contratual. E, somente na segunda-feira – estamos no dia 2; segunda-feira seria dia 7 –, ele teria como discutir comigo, pessoalmente, por telefone ou por *e-mail*, eventuais alterações a serem introduzidas nas petições de suspensão e transação já submetidas à Caixa. Ou seja, estamos falando de petição – isso no dia 2. E eu disse: olha, se o Sr. Altair marcar uma reunião para discutir isso, eu quero que alguém da GTech vá comigo. Isso está documentado. O Sr. Antonio Carlos Rocha, no dia 3, disse: "Ok, Enrico, se isso ocorrer, acompanharemos".

Agora, eles já sabiam que antes dos dias 7 ou 8 não seria assinado. E o problema estava realmente lá. Por que estava realmente lá? Evidentemente, a GTech estava com pressa de assinar o contrato, porque estava para ser publicado o balanço de final de ano nos Estados Unidos. E isso faria, evidentemente, com que a empresa tivesse um resultado melhor ou pior, podendo levantar ou abaixar as ações, fazendo com que os executivos também ganhassem os seus bônus. A pressão está aqui. O documento 6, inclusive, veio da corporação cobrando: "Afinal, podemos mandar esse *press release*?" E a nossa recomendação, do escritório, era: não mande nada, porque não foi assinado. Então, é uma pressão lógica.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Sr. Marcelo quer apartear. Se é acareação, devem interromper, porque senão vai falar, falar, e não vai dar em nada. Tem que ser um contra o outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Outro microfone, por favor. A assessoria coloca outro microfone lá. Sei que os outros três agradecem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Porque senão vai ficar um falatório para cá e para lá e não vai dar em nada.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Não, eu vou ser bem curto.

Primeiro, o Sr. Afrânio Nabuco, consultor pago pela GTech, que passou por todo um processo de veto, levantamos toda a ficha dele, tanto aqui como nos Estados Unidos. Foi ele que conseguiu a reunião com a Caixa, quando nós não conseguimos. Como está em todas as declarações que fiz à Polícia Federal anteriormente e em outras CPIs, ou seja, não tem nenhuma novidade.

Segundo, com o resultado da GTech, em março, abril, nós estávamos muito preocupados com o fechamento fiscal. A GTech é uma empresa que o ano fiscal dela se inicia em 1º de março e termina dia 28 de fevereiro, todos os anos. Ou seja, o ano fiscal já havia acabado em fevereiro do ano anterior. Terceiro, só para aproveitar, toda essa troca de documentação entre o Sr. Enrico e a Caixa é verdadeira – já atesto de antemão para os senhores –, exatamente parte do trabalho dele. Só acho uma leviandade incrível, põe de uma maneira onde toda a diretoria da Caixa, neste caso, então, era corrupta ou idiota – não sei. Porque eles marcaram uma assinatura de um contrato para o dia 1° de abril. Estava marcado, comprovado pela Polícia Federal, confirmado pela Caixa, adiado oficialmente para o dia 2. As pendências existiam, eram verdadeiras, talvez num primeiro momento; não eram importantes para a Caixa e depois resolveram ser importantes.

É só isso. Ou seja, não tem novidade alguma. É uma coisa criada para a CPI.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Sr. Enrico pode apartear.

O SR. ENRICO GIANELLI – É mais uma mentira e mais uma tentativa, e agora mais uma outra tentativa. Antes era a tentativa de jogar o Enrico, o Ministro Palocci, todos aos leões, agora ele quer jogar a Caixa contra o Enrico. Nunca duvidei da Caixa. Pelo contrário. O que estou dizendo é que o Sr. Marcelo José Rovai sempre soube, através dos e-mails – e quanto a documento não tem argumento – que só na segunda-feira próxima futura, significa segunda-feira próxima futura em português, próxima futura, estamos no dia 2, seria dia 7 ou 8. Aliás dia 08...e o Altair ... ele não nega essa negociação...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos ouvir o Sr. Buratti.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É que alguns aspectos que estão sendo tratados envolvem somente um processo interno da GTech. No que isso, no meu entendimento, serve, no meu caso específico, como acareado? Ontem o Sr. Marcelo Rovai disse que o Sr. Afrânio foi contratado, e naquele quadro o Sr. Afrânio está como consultor contratado, ele foi contratado para fazer um contato com o Presidente da Caixa. Com muito respeito à GTech, agora, uma empresa que tem um contrato de 650 milhões com a Caixa Econômica Federal de um País como o Brasil, da importância que é o serviço, não consegue uma reunião com o Presidente da Caixa, precisa contratar um lobista para fazer isso. Essa é a primeira dúvida que coloco em relação ao senhor.

A segunda coisa que acho importante dizer é que o Sr. Marcelo Rovai tem afirmado, desde o ano passado, no dia em que eles resolveram acabar com a minha vida, tem afirmado que o contrato da Caixa não foi assinado por minha causa, os e-mails mostram que é mentira. O contrato não foi assinado porque não estava pronto! Os senhores estão mentindo há mais de um ano!

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Reitero tudo que falei, graças a Deus, graças a Deus. Sou uma pessoa honrada, de história...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A sua história agora está no Chile. O senhor não deu certo aqui e foi para o Chile trabalhar para a GTech.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** A minha história colocou o nome...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acho que tem que ter uma CPI para avaliar a GTech. Por que a Racimec ficou oito anos? Por que os senhores ganharam os bônus? Por que um alto executivo da GTech agora tem franquia dos Correios?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Buratti, solicitaria que o senhor repetisse essa história lentamente, para que a CPI pudesse...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Franquia dos Correios, é bom esclarecer isso aí, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O negócio do Chile e...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É que, na verdade, na primeira vez que eu estive aqui – estamos ficando íntimos –, o Senador Arns, do Paraná, achou que eu não tinha ficado indignado; e, na verdade, eu não tinha ficado indignado porque eu não tinha como provar o que estava falando. Ontem, na Polícia Federal, quando começou o depoimento do Sr. Marcelo Rovai, na parte dele do depoimento, com todo o respeito, achei que ele estava diante do Papa Bento XVI, no processo de canonização da GTech, porque a GTech era tudo, era perfeita, era maravilhosa, etc...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Leão Leão que é canonizada...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª terá a palavra, um minuto.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Depois, ele passou do processo de canonização para o de arrogância, onde dizia: a GTech ia assinar o contrato de qualquer jeito, não precisava de ninguém para assinar para o contrato. Enfim, a única coisa nova que ele trouxe no depoimento, ontem... Ele disse que a Caixa assinaria de qualquer jeito...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor ouviu isso alguma vez, Sr. Enrico?

**O SR. ENRICO GIANNELLI** – Ouvi ontem.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Todos nós aqui ouvimos. Todo mundo ouviu.

**O SR. ENRICO GIANELLI –** O delegado disse isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É verdade que o senhor disse que assinaria de todo jeito?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Não. O contrato continuaria de qualquer maneira, como foi provado. Não tenho dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por que de qualquer maneira?

**O SR. ENRICO GIANNELLI** – Porque a Caixa dependia da GTech. Naquele momento a Caixa não tinha, como não tem condições hoje, de assumir a loteria.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Isso é uma vergonha universal, você falar isso dessa forma! É uma vergonha universal. Tem lei neste País! A Caixa não pode contestar a sua empresa? A sua empresa é toda poderosa do mundo? Ela pode tudo? Sempre está certa, sempre pode tudo, é sempre bonita?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Gostaria de explicar o que disse anteriormente...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu não terminei, posso terminar, só voltar a relatar o que estava dizendo...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Termina para que eu poder falar...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Pois não. Posso terminar então?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Não sei se termina e começa de novo. É igual ao seu depoimento: muda a cada vez.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O meu, não é?

A outra coisa que o Sr. Marcelo Rovai falou ontem...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós temos tempo suficiente, o dia todo...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Outra coisa que o Sr. Marcelo Rovai falou ontem que achei interessante... Ele que sempre diz

**O SR. ENRICO GIANELLI –** Deixa só eu fazer um aparte, é importante.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Deixe-me terminar o raciocínio. A GTech – o Marcelo, sempre disse... E eu fui indiciado no primeiro processo da Polícia Federal por co-autoria num crime do Waldomiro Diniz, que era um crime de concussão, acredito, porque o Waldomiro teria ajudado a GTech a renovar o contrato. E, como a GTech disse que quem me indicou foi o Waldomiro, logo sou co-autor.

Ontem, o Sr. Marcelo Rovai afirmou que nunca ouviu do Sr. Waldomiro o meu nome. Ele afirmou isso, que ele nunca ouviu do Waldomiro o meu nome.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, poderia pedir para o Waldomiro esclarecer se isso tem fundamento?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A terceira coisa que acho importante no que ele falou ontem, a cronologia dele é perfeita...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Buratti, vamos por etapas.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É só rapidamente, e concluo essas três coisas que foram as mais importantes em relação a mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Ele colocou uma cronologia onde ele fala: no dia 27, às 10 horas da manhã, houve uma reunião na sala 4 do Blue Tree; no dia 28, às 10 da manhã...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Foi no dia 2, foi no dia 2, meu amigo.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu estou falando.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Você erra até agora? Você não aprendeu ainda?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Rovai, mantenha a tranqüilidade.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Aí no dia 1º, ele teve uma reunião com o Buratti. E o Buratti foi lá extorqui-lo. O delegado perguntou para ele: "Quanto o Buratti pediu?" "Não me recordo". Ele se lembra de tudo, só não se lembra de quanto pedi para ele. Eu me lembro de quanto você me falou e sempre disse.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quanto foi?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Agora, você não lembra, quanto eu te pedi você não lembra.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Quanto foi?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Você lembra a hora, você não lembra quanto te pedi.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Quanto foi?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quanto ele lhe ofereceu?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Ele me ofereceu de 500 mil a 16 milhões e fechou por 6 milhões. E depois a M&M recebeu 6 milhões.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Quer dizer, Sr. Buratti, que o senhor, com a sua biografia, recusou 16 milhões? O senhor podia ter comprado ônibus para caramba e botar laranja para tomar conta! O senhor recusou 16 milhões?! O senhor é tolinho, não?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não sou tolinho, não sou bobo igual você.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, o respeito aqui...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O senhor acha que esta CPI, eu e o Brasil somos bobos.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – E a outra coisa, a questão dos Correios, para finalizar, é que depois... O Presidente da GTech agora tem franquias dos Correios. Fiquei sabendo também ontem. Não estou fazendo nenhuma denúncia, só sei que ele tem franquias dos Correios, como eu tenho empresa de ônibus.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Deixe-me tentar passar essa coisa a limpo.

O senhor disse que, com 16 milhões, ele poderia comprar ônibus?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu imagino porque ele recusou; eu não ofereci nada disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E ele disse que o senhor tem franquia dos Correios?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Eu, não. Eu não tenho franquia dos Correios!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, a GTech.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** A GTech também não, absolutamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não tem?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, senhor.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador.

**O SR. (Orador não identificado)** – Foi informada aqui uma coisa importantíssima.

**O SR. (Orador não identificado)** – O Dr. Buratti disse que foi paga propina por eles à M&M. Isso aqui para nós... Seis milhões de propina à M&M.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Acho que ele devia provar. Acho que é importantíssimo, sim. Aliás, concordo, ele tem que provar isso. Eu não sei, eu desconheço.

**O SR. (Orador não identificado) –** Bom, é outra discussão, mas a GTech pagou 6 milhões à M&M?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** A GTech pagou 5 milhões ao Sr. Walter Santos por trabalhos executados judicialmente em 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas Walter Santos é dono da M&M.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Dono da M&M.

Senador, acho uma ótima oportunidade. Esse é um detalhe jurídico, não passava por mim. Eu, na

verdade, nem conheço Walter Santos. Acho que essa é uma grande oportunidade. Foi o Sr. Gianelli que o apresentou à GTech; ele foi responsável pelos contatos e pode até explicar isso mais tarde aqui. Eu queria só responder...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A Assessoria está-me sinalizando que, quando ele esteve aqui, disse que conhecia o senhor.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o Sr. Walter Santos mentiu?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O Sr. Walter Santos não me conhecia e falou nesta CPI que não me conhecia. Se o senhor me permite, Senador, eu vi o depoimento; o Senador do Espírito Santo até fez uma brincadeira com o Sr. Walter Santos e disse assim: "Você não conhece o Marcelo Rovai? Ele é grande, gordo e barbudo?"

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador do Espírito Santo, Senador Magno Malta.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Sim, S. Exª, o Senador Magno Malta até fez uma brincadeira: "Mas o senhor não conhece? O Marcelo Rovai é grande, gordo e careca". Ele falou: "Não, nunca o vi". "Até quando eu era gordo, era parecido com ele; eu o vi na revista."

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Magno Malta?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Não, senhor. O Walter Santos disse nesta CPI, aqui nesta Casa. Isso eu lembro. Ele não me conhecia.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Excelência, gostaria de fazer um aparte.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Eu queria terminar a minha parte.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Enrico, um minutinho só; deixe-o concluir. O senhor tem alguma coisa para concluir?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Tenho. Queria só reforçar, porque acho que é importante. O Sr. Buratti disse que estou mentindo. Queria reforçar que, desde o meu primeiro depoimento... Eu reforço que o Sr. Buratti achacou a minha empresa. Orgulho-me de ter tido a coragem de fazer essa denúncia, porque, se não fizesse isso, esse homem hoje continuava na Leão Leão e simplesmente extorquindo o País.

Segundo, a Caixa Econômica oficialmente marcou a assinatura do contrato para o dia 1º, oficialmente marcou para o dia 2. A GTech e eu não somos idiotas, nem a Caixa Econômica. Foi marcada uma assinatura de contrato. E houve uma alteração de datas, coincidentemente com o achaque do Sr. Rogério. Eu nunca declarei que foi ele o influenciador, mas tomei sempre o cuidado de informar à Polícia Federal e esta Casa de todos os fatos, para que os fatos fossem apurados, porque isso era importante.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Dr. Enrico, que dia foi feito o aditamento do contrato? Qual foi a data?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Você disse que eu te liguei! Você mentiu, então? Lá você mentiu? Ou está mentindo agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicitaria ao senhor...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Você está mentindo agora ou mentiu antes, meu senhor? O senhor falou várias vezes que eu liguei para o senhor não sei que hora da tarde para dizer: "O senhor está indo lá à toa, o contrato não vai ser assinado".

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** O senhor ligou!

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Você agora que não fui eu que disse, que foi a Caixa. Quem disse: eu ou a Caixa?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Os dois. O senhor ligou!

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Ah, os dois! Agora é a nova versão: são os dois.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Não, senhor, é a mesma versão em todas...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** GTech, terceira versão.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** É a mesma versão todas as vezes. O senhor me ligou no final do dia 2. Eu estava a caminho da Caixa, junto com o Sr. Marcos Andrade – está no depoimento dele, que é testemunha. O senhor me ligou e avisou...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** E o Sr. Afrânio recebeu quanto para agenciar uma reunião com o Presidente da Caixa?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Você me ligou...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Ele só recebeu para agenciar a reunião ou para renovar o contrato?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Você me ligou informando o seguinte: "Marcelo, você não vai assinar o contrato com a Caixa". Eu não dei atenção e continuei. Em seguida recebi uma ligação do Vice-Presidente...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** O Sr. Afrânio recebeu só para marcar uma reunião ou para renovar o contrato? Estou fazendo uma pergunta.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Primeiro, o Sr. Afrânio é consultor contratado com contrato, recebia mensalmente pela GTech...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Não importa. Para fazer *lobby*, para fazer lobby. Não importa.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Coisa que o senhor tentou e não conseguiu, meu amigo!

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** É contratado para fazer *lobby*. Ele recebeu só para marcar a reunião ou ele recebeu para renovar o contrato?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Porque o senhor é corrupto e não conseguiu. Só gente descente trabalha para a GTech!

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Ele recebeu só para marcar a reunião ou para renovar o contrato?

**O SR. (Orador não identificado)** – Presidente...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Eu estou fazendo uma pergunta. Ele tem que responder!

**O SR. (Orador não identificado)** – Só uma pergunta que eu não entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Espere, Senador. Senador, uma pergunta que foi feita. V. Sª responde.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Ele só responde ao que interessa para ele.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Qual é a pergunta?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A pergunta que foi feita.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Sr. Afrânio Nabuco...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Já respondi. O Sr. Afrânio...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** ...ele recebeu só para intermediar uma reunião de vocês que não tinham competência para marcar uma reunião com o Presidente da Caixa, apesar do grande contrato, apesar da eficiência do senhor, que é inquestionável, até porque por isso o senhor foi transferido...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor disse que ele foi contratado para quê?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Ele foi contratado só para intermediar. Ele está ali, ele está naquele mapa. Ele foi contratado – e falou isso textualmente ontem – para intermediar uma reunião da GTech com o Sr. Jorge Matoso. Ele recebeu só para intermediar, para fazer o *lobby* de marcar a reunião – porque isso é *lobby;* no Brasil isso é *lobby*, é intermediação. Se é por contrato assinado ou se recebe todo mês, é *lobby*. Ou ele também interferiu na renovação do contrato? Se interferiu, recebeu quanto?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** O Sr. Afrânio Nabuco foi um consultor contratado pela GTech, trabalhou, eu não tenho... Podemos verificar... por mais de um ano e meio recebendo salário definido no...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quanto é que ele recebia?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto era?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Não sei. Não era eu... Não fui que fiz o contrato. Não sei.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Ele foi contratado em fevereiro de 2003. Ele falou isso ontem, lá. Ouviu?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** O Sr. Afrânio é contratado. Agora, é muito importante isso, ele sim... Agora, o ato mais importante do Sr. Afrânio Nabuco foi realmente ter conseguido a reunião com a Caixa. E digo mais, é o único ponto em que eu concordo com o Sr. Buratti. Eu acho uma vergonha uma empresa do tamanho da GTech não conseguir falar com o Presidente da Caixa.

Eu entrei em 2002 na GTech, o Sr. Antônio Carlos tentava falar na época... Aliás, perdão, o Sr. Joaquim Cavacama, que na época era o Presidente, tentava falar com o Sr. Carrazzai, que não o recebia. Posteriormente, o Presidente seguinte recebeu uma vez o Sr. Antônio Carlos. E a primeira vez que eu, apesar de ter entrado desde 2002 na GTech para trabalhar com a Caixa, somente a primeira reunião consegui com o Sr. Matoso, através do Sr. Afrânio Nabuco...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Antônio Carlos Rocha, para não ficar a dúvida.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** O Sr. Antônio Carlos Lino Rocha. Perdão. Perdão, Senador.

Senador, eu digo para o senhor... Eu concordo, isso é uma vergonha...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas isso acontece...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Agora, eu acho que é culpa também...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – ...pelo mau nome da GTech de subornar.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, senhor

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Senão todos seriam recebidos.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – E, Senador Antonio Carlos, ainda mais a Kelly, a outra pessoa que está lá...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer uma dúvida agora.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A pessoa que está lá também foi contratada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos ouvir o Senador. Sr. Buratti, vamos ouvir.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Ficou uma dúvida.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Pois não, Senador.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor disse que foi feito um contrato da GTech para cuidar da negociação com Caixa, da renovação com a MM, e o senhor desconhecia.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não. É o seguinte: a MM, eu vim conhecer inclusive depois que saiu, porque é um detalhe jurídico, não passava pela minha área comercial.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas detalhe? Um contrato de cinco milhões é um detalhe jurídico?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não. Não passava por mim.

Senador, o Presidente Antonio Carlos Lino Rocha é o responsável por isso, junto com o Sr. Enrico, que trabalhava na área jurídica, e a Magna Kiehl, que era Gerente Jurídica. Isso não passa a pela área comercial. Eu não assinei contrato, não tive nenhuma reunião com eles. Não tem nada demais, simplesmente não era da minha alçada. Minha alçada é comercial, marketing, não tinha nada a ver com a parte jurídica de contratação de advogados externos. Nenhum advogado externo contratado pela GTech passou por mim. Esse é o ponto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, uma pergunta: por que o Presidente da Caixa não recebia a GTech? Qual a explicação que o senhor dá para isso?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu, eu acredito que é exatamente por todo o embate...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É para criar dificuldade para...?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, não, Senador. O problema foi todo o embate jurídico entre a Caixa e a GTech. E o senhor quer que eu dê a minha opinião? A culpa não foi só da Caixa, é da GTech também.

Senador Antonio Carlos, não era por corrupção. A GTech nunca corrompeu ninguém e não é uma empresa corrupta, mas houve toda uma briga jurídica – uma briga – inclusive em jornais, pelo que a Caixa se ressentiu – e eu acho que ela tinha o direito de se ressentir.

A GTech tinha os seus direitos, mas a Caixa também tinha. Houve um embate aí, e esse era o motivo de as duas empresas conversarem muito mal. Daí, em fevereiro – inclusive até aproveitando um novo Governo, uma nova administração – tentar ter uma relação melhor com a Caixa. Senhores, não somos esses banidos ou gente dura que os senhores pensam que nós somos. Este é o ponto, pode concordar ou não, mas é a empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Rovai, o Senador Garibaldi tem uma pergunta.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu queria saber do Sr. Marcelo Rovai por que o Tribunal de Contas da União fez uma auditoria e chegou à conclusão de que a Caixa teve um prejuízo de 433 milhões ao longo desse contrato com a GTech. O que V. Sª diz disto?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Primeiro, não conheço os detalhes do relatório, Senador, mas posso dizer ao senhor o seguinte: pelo que eu vi, esse relatório preliminar, que não é o definitivo – e a GTech ainda vai se defender – versa sobre reajustes que tiveram de tarifa. Eu só queria lembrá-lo que a Caixa recebe isto das concessionárias e os valores das concessionárias também aumentaram. Da mesma maneira que os lotéricos também recebem um valor que nesse tempo também aumentaram. Não foi só a GTech. A Caixa não perdeu esse valor.

O que o TCU... Posso terminar? Então, o que tenho a dizer é que, na minha opinião, a Caixa, absolutamente, não perdeu, mas eu acho que o TCU está fazendo o trabalho dele e acho que a GTech tem que se defender e chegar a um acordo. Mas acho que este é um embate entre duas empresas. Acho que isto é normal em qualquer empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem.

Sr. Enrico Gianelli, o senhor queria um aparte?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Na verdade, eu vou explicar porque a administração da Caixa não recebia a GTech? Por um motivo muito simples. E por que a arrogância do Sr. Rovai, inclusive tentando me arrastar o tempo inteiro? Agora é com a MM, como se já não tivesse ficado claro, aqui inclusive, que a negociação e o pagamento foram feitos pela Drª Magda Kiehl com dois advogados americanos e os representantes da MM. Ou seja, eu não estava lá nem por ocasião do pagamento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Sª recebeu da MM, não é?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Eu não recebi absolutamente nada da MM. Tem uma saída e uma entrada.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Está aqui: 205 mil.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, não. Então, o senhor tem que ver antes, porque o senhor só vê a entrada. O senhor tem que ver a saída. Eu, na verdade, emprestei o dinheiro. Deixei isso claro na última....

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor repassou o dinheiro?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Agora complicou.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor emprestou dinheiro para a MM?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não para a MM, mas para o Walter Santos, pessoa física.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E saiu pela MM?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, não saiu pela MM; voltou para mim do próprio Walter Santos. Mas isto eu mencionei na última... E não tem absolutamente nada. É exatamente o mesmo valor. É o valor que saiu e entrou. Por quê? Porque um colega me pediu. Não tem problema algum.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Emprestado?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Emprestado. E o mesmo valor que saiu, entrou. O senhor pode verificar que não tem esse problema.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Só vi aqui a saída...

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Eu queria deixar claro. Por qual razão que isto não acontecia? Por um motivo simples: a Caixa não tinha, como não tem até hoje, a tecnologia – a transferência da tecnologia. A inteligência do negócio não estava sendo... Por isto que o Sr. Rovai tem tanta certeza assim, de que o contrato, evidentemente, não vai ser rescindido, ou vai continuar. Aliás, já foi renovado sem nenhum tipo de lobby.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL-PB) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Sr. Buratti fez referência ao Dr. Waldomiro por mais de uma vez. Eu queria que ele confirmasse o que o Buratti falou sobre a apresentação ou sobre o encaminhamento na fase do contrato porque ele está se defendendo de acusações e citou – estou certo? – o Sr. Waldomiro. Então, eu gostaria que o Sr. Waldomiro esclarecesse o que realmente aconteceu.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Vou até formular uma afirmação que o Dr. Marcelo fez ontem para entendermos as explicações. Ele colocou que, naquele quadro, aquela pessoa de nome Kelly – se estou lendo direito – foi contratada para marcar uma reunião da GTech com o Sr. Graziano. Ele falou que o Sr. Afrânio foi contratado para marcar uma reunião da GTech com o Sr. Jorge Mattoso.

Ali está mostrando que a relação que chega ao Ministro Palocci é uma pessoa que eles vão ainda identificar; e ele me relatou ontem – eu não sabia também – que a conversa que eu tive com o Sr. Marcos Andrade, em fevereiro, tinha sido uma sondagem, porque eu teria sido indicado para ser contratado pela GTech para fazer esse trabalho em fevereiro. Só que eu teria sido preterido internamente pelo Sr. Afrânio. São palavras dele. Eu não sabia disso, fiquei sabendo ontem também.

Aí ele coloca do lado de cá o Sr. Carlos Ramos, que acredito que não tenha sido contratado para agenciar nada, mas, ontem, ele explicou que o Sr. Waldomiro Diniz teria ligado cinco vezes para GTtech, e a GTech não teria respondido. Depois foi uma confusão, porque ele não sabia quem era Waldomiro. Eu imagino que o Waldomiro devia ligar – já exerci cargo público –, a secretária devia ligar, dizendo que era o Sr. Waldomiro Diniz, da Casa Civil do Governo Federal. Aí precisou do Sr. Carlos Ramos para chegar ao seu Waldomiro. Acho que o Carlos Ramos não foi contratado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas o Waldomiro aparece no mapa no dia 13 de janeiro com o mesmo status do Presidente Lula, do Ministro Palocci, de José Dirceu. Ele está aqui no mapa com a mesma cor: azulzinho. Igual a ele só tem estrela; e ele, na realidade, não conhecia o Waldomiro. E ele está aqui, na linha de frente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O azul é o mais importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor pode esclarecer a questão que foi solicitada, que o senhor não conhecia o Sr. Waldomiro?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Absolutamente. Fisicamente eu conhecia o Sr. Waldomiro Diniz...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, fisicamente não. Eu quero saber se conhecia, se tinha telefonado ou conversado com ele.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Nunca. Nunca telefonei, não conversei com o Sr. Waldomiro Diniz. Eu o conheci no dia 13 de fevereiro.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor estava dizendo, em determinado momento, que ele se apresentou como... Quando eu perguntei por que estava o Waldomiro, "foi uma pessoa que se nos apresentou..."

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O Sr. Waldomiro Diniz?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – É.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Na reunião do dia 3 de janeiro, uma reunião marcada por ele, que nos procurou e se apresentou como membro do Governo, conhecedor de loterias, por ter sido Presidente da Loterj, e estaria ali como membro do Governo para

entender o relacionamento da GTech com a Caixa. Como eu disse nos meus depoimentos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Será que o Sr. Waldomiro poderia esclarecer, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Waldomiro, por favor.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, primeiramente eu queria dizer aos senhores que a acareação na Polícia Federal, ontem, foi um dos fatos mais esclarecedores do episódio GTech até hoje. Eu lá estava presente, e nós tivemos lá dois momentos: um, até o seu Marcelo Rovai falar e, depois, quando Dr. Henrique falou e desnudou a mentira – a mentira – desse Sr. Marcelo Rovai, que aqui está, a meu lado; as mentiras que ele vem contando até hoje. Por quê? Eu fui indiciado por concussão, junto com o Sr. Rogério Buratti, por ter apresentado o seu Rogério Buratti. E nunca vi o seu Rogério Buratti, ou seja, eu cometi um crime, estou respondendo por um crime, uma pessoa que não conheço. Conheci ontem o Sr. Rogério Buratti. A primeira vez que eu estive com seu Rogério Buratti foi ontem. E esse senhor que está aqui ao meu lado afirma categoricamente. Mente.

Sr. Marcelo Rovai, o senhor precisa dizer para a opinião pública, para o Brasil qual é o papel da sua empresa, o que é que vocês queriam.

Eu fui levado para uma reunião com o Sr. Marcelo Rovai e o Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha, Sr. Presidente, pelo Sr. Carlos Cachoeira. É fato, é notório. E, nessa reunião...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – E como é que o senhor já aparecia nessa lista antes dessa reunião? Essa lista é anterior. Foi dito pelo Sr. Rovai que essa lista é anterior.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Nobre Senador!

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Era início do governo. No entanto, só conheceu quando se apresentou a essa reunião, mas o senhor está na lista em azulzinho antes.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Por volta de fevereiro, início de fevereiro.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Nobre Senador, é uma excelente pergunta que o senhor me faz. Essa é uma lista preparada pela empresa. Essa é uma lista preparada pela empresa sobre pessoas que deveriam ser abordadas. Ou seja, eu não posso dizer para a empresa se ela deve ou não colocar o meu nome na lista.

O que eu tenho a afirmar perante essa esta CPI é que eu fui convidado, estive presente numa reunião do Blue Tree, no dia 13 de fevereiro, na presença deste senhor que aqui está, do Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha, do Sr. Carlos Cachoeira, que aqui está, e, nesta reunião, não se tratou uma linha de renovação sobre contrato da Caixa Econômica. Essa foi a condição que eu coloquei para estar presente nessa conversa. Eu não trato deste assunto, eu não sou responsável por este assunto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Qual foi o assunto?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Estes senhores, através do Sr. Carlos Cachoeira, me convidaram para uma reunião. Eu disse: "Quero saber qual é o assunto". Liguei para o Presidente da GTech: "O senhor está querendo me conhecer? Eu quero saber..."

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Waldomiro!

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Pois não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No seu depoimento anterior aqui, nesta CPI, V. Sª afirmou que Carlos Cachoeira, o Sr. Carlos Cachoeira havia lhe informado que alguém muito influente estaria tentando ajudar na renovação do contrato da Caixa Econômica e que seu nome estaria sendo citado. Quem era essa pessoa muito influente?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Desculpe, Senador...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando ocorreu essa sua conversa com...

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Desculpe, Sr Senador. Se o senhor me permitir, Sr. Presidente, para completar o raciocínio, esclarecer, porque é uma dúvida, é uma dúvida que paira e que as pessoas me cobram, não só a imprensa, os senhores, sobre qual foi o meu papel nesse episódio.

Essa foi uma segunda reunião, que pedi com os funcionários da GTech, mas, na primeira conversa que tive com eles, no dia 13 de fevereiro, no Blue Tree, não tratamos absolutamente nada de Caixa Econômica. Eu coloquei: "Eu..."

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Trataram de quê?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Nessa reunião, eles fizeram a apresentação da empresa, me entregaram um documento da empresa, como ele relatou, e o Sr. Carlos Cachoeira foi quem agendou a reunião e pediu que eu desse um testemunho do relacionamento comercial que ele tinha da Loterj. A conversa encerrou assim – afirmei peremptoriamente: "Eu não sou pessoa do Governo para tratar do interesse de vocês perante a Caixa Econômica". E nenhum deles pode dizer o contrário, porque se disserem é mentira. Não há prova. Não podem. Havia mais três pessoas.

Mais, Sr. Senador, quero afirmar: a conversa terminou... Eles dizem isso em depoimento desde o primeiro dia, ou seja, nunca pedi um centavo a esses senhores. Nunca indiquei ninguém, porque eles dizem:

"Waldomiro esteve comigo e indicou uma pessoa". Que pessoa que indiquei? Qual é o nome dessa pessoa? Vou concluir o meu raciocínio.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sr. Waldomiro, essa conversa que o senhor admite que teve, o senhor relatou para o Ministro José Dirceu?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Não, Sr. Senador. Não relatei. Eu era funcionário da Casa Civil, não relatei, cometi um erro, ou seja, traí a confiança do meu chefe.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sr. Carlos Cachoeira, o senhor confirma...

**O SR. (Orador não identificado) –** *(Interferência fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Não, é porque ele mencionou o Sr. Carlos Ramos, era necessário que ele se manifestasse.

Pois não, Sr. Carlos. É porque o Sr. Waldomiro relatou como se deu a coisa. O senhor confirma ou tem algum aspecto aí que o senhor não...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não. Na verdade é o seguinte: eu cheguei de manhã, passei na GTech, e o Presidente Antônio Carlos me disse que o Sr. Waldomiro, da Casa Civil, havia ligado, da Casa Civil, quatro vezes para ele. E isso tem que quebrar o sigilo telefônico.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Então, o senhor está negando a versão do Sr. Waldomiro? Então, o senhor está negando?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Não, claro. Claro. Peremptoriamente. Ele disse isso para mim em janeiro. Aí eu cheguei em Brasília, encontrei com o Sr. Waldomiro, e ele me disse que... Eu falei assim: "O senhor ligou na GTech?" Ele falou assim: "Liguei, liguei na GTech, mas não me receberam. Você consegue marcar para mim?" Marcamos a reunião no dia 13.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Carlos Ramos... Permita, Sr. Presidente, posso? Sr. Presidente, posso...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode, por favor!

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Mande brasa!

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Srs. Senadores, pedi uma reunião com a GTech para fazer um elogio ao Sr. Carlos Ramos. Tem cabimento? Não estou perguntando aos senhores, não. Eu estou afirmando. Eu peço uma reunião com uma multinacional, para falar bem dele. Fui lá para elogiar. É fato. É mentira isso, Sr. Marcelo Rovai?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Posso falar?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Claro!

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Bom, acho que são dois pontos: a reunião, ela foi trazida... Na verdade, a confirmação da reunião foi pelo Sr. Carlos Ramos, só que, na abertura da reunião, o Sr. Antônio Carlos Lino Rocha pediu desculpas ao Sr. Waldomiro por não tê-lo atendido ao telefone porque ele se identificou como Waldomiro e não sabíamos quem era Waldomiro e nem que era o Waldomiro Diniz, que havia sido Presidente da Loterj. Ele disse "tudo bem", não sei se polidamente ou não.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ –** Mas estava no organograma deles como homem mais influente do Governo, e eles não sabiam quem eu era. Então, é uma grande mentira, Sr. Marcelo Rovai. Fale a verdade! Eu era influente, e o senhor não retornou a minha ligação! O senhor está mentindo! Fale a verdade.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** A ligação foi feita para o senhor Antônio...

**O SR. WALDOMIRO DINIZ –** Sr. Marcelo Rovai...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Posso terminar?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ –** Não. Por favor. Pode terminar falando a verdade. Eu era uma das pessoas influenciáveis. A pessoa encarregada de me contatar chamava-se Carlos Ramos. Está aqui no organograma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Menosprezando o senhor, ele está cometendo uma indignidade.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ –** Exatamente.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Sr. Presidente...

**O SR. WALDOMIRO DINIZ –** Por favor, só um minuto. Não retornou a minha ligação porque não me conhecia.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Senador, o senhor poderia dizer para mim qual a data que está no e-mail desse documento, por favor? Vocês vão ver que a data lá está 13 de fevereiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Treze de fevereiro.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** O mesmo dia da reunião. Esse documento foi feito alguns dias antes. Quando foi feito o documento, o Sr. Carlos Ramos já tinha entrado em contato e já tinha falado. O documento é do mesmo dia, então não há nenhuma incoerência nisso. Isso é bobeira.

Segundo ponto...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse documento foi feito em janeiro ou em fevereiro?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Esse documento foi feito em fevereiro. Como falei aqui, foi feito

em fevereiro. No início de fevereiro. Foi antes do dia treze, alguns dias.

O segundo ponto acho que é importante. Na segunda reunião que aconteceu com o Sr. Waldomiro, em que ele veio a alertar que alguém ia procurar – como falei todas as vezes –, ele não disse o nome do Sr. Rogério Buratti. Ele se recusou a dizer quem era a pessoa. Na terceira reunião que fizemos, exatamente para fechar o processo, quando o Sr. Antônio Carlos Lino Rocha disse-lhe que fomos procurados por uma pessoa chamada Rogério Buratti, que tentou tirar dinheiro da empresa, e nós recusamos, fizemos um processo de veto que, polidamente, era a maneira de empurrar de barriga os bandidos para não sermos prejudicados no futuro, o Sr. Waldomiro demonstrou que conhecia o Sr. Buratti e se a pessoa poderia ser trocada. Então, ele conhecia o Sr. Buratti.

Essa foi a tônica de todos os meus depoimentos; durante todos os sete depoimentos que fiz, relatei todos os fatos. Cabe à Polícia Federal e à CPI verificar a ligação entre os dois. Senhores, esse é o ponto. Se o senhor me pergunta se existia relação, eu não tenho dúvida de que o Sr. Waldomiro o conhecia, sem dúvida nenhuma. Agora, se eram duas turmas querendo se aproveitar do contrato, cabe a esta Casa continuar o trabalho excelente que está fazendo e chegar à conclusão.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Esclareça mais um pouco, por favor.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Pois não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL **–** SP) – O senhor está falando em dois grupos. Poderia dar um quadro, empurrando os bandidos com a barriga.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor poderia dividir exatamente esses dois grupos? Qual era o primeiro grupo?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** O Sr. Waldomiro Diniz.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Chefiava um grupo?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Não. Imagino que ele e alguém que ele ia trocar, pedir para colocar lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Trocar o quê?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Você extorquiu ele?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Buratti, um minuto por favor.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Uma vez que o Sr. Waldomiro Diniz, na segunda vez que teve uma reunião conosco, pedida por ele – quando ele pediu que o Sr. Antônio Carlos Lino Rocha fosse sozinho na reunião, e o Sr. Antônio Carlos se recusou a ir sozinho na reunião e me chamou –, o Sr. Waldomiro disse "uma pessoa vai procurar vocês. Essa pessoa vai ter que ser contratada para o contrato ser, ser..." E ele disse "essa pessoa não é do meu conhecimento. Eu não tenho nada a ver com isso. Só estou trazendo um recado". Deixou claro, como está em todos os meus depoimentos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Recado de quem?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Ele não falou de quem. Cabe perguntar ao Sr. Waldomiro quem foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que no primeiro grupo estava o Sr. Waldomiro.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Que teve quantas reuniões com o senhor?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Três reuniões.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Dizendo que traria um consultor.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Que um consultor iria procurar a GTech na segunda reunião, no dia 1º de abril.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em nenhum momento o Sr. Waldomiro citou o nome desse consultor?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Na segunda reunião, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem na primeira, nem na terceira?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Na terceira vez, ele confirmou que era o Rogério Buratti.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Confirmou que era...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Que Rogério Buratti era o consultor e, como foi reprovado, pediu para trocar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Waldomiro, voltarei em breve para o senhor.

Segundo grupo.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** O Sr. Buratti.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Buratti marcou alguma reunião com o senhor?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** O Sr. Buratti, no dia da assinatura do contrato, que era dia 1º, mas o contrato foi alterado... No dia 2, tive duas reuniões com o Sr. Buratti em que o Sr. Buratti deixou claramente que, para assinar o contrato, de maneira arrogante, teríamos que pagá-lo. Começou na reunião pela manhã que ele falou que podíamos pagar uma porcentagem do contrato, que era coisa de R$15 milhões a

R$20 milhões, e depois em um ato magnânimo ele reduziu para R$6 milhões. E digo mais: eu não estava sozinho nessa reunião. Marcos Andrade, Diretor da GTech, estava na reunião, e, na Polícia Federal, declarou: "O Sr. Rogério Buratti expôs a Marcelo Rovai que seus serviços custariam, salvo engano, cinco a seis milhões de reais".

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Que é o valor que a MM recebeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem. Então, um grupo que era o Sr. Waldomiro, um outro grupo, o Sr. Buratti.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era só substituição, Presidente, porque o Waldomiro recomendou o Buratti.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, mas há uma informação. Eu pergunto: o Sr. Waldomiro conhecia o Sr. Buratti?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhecia o Sr. Buratti?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Não conhecia, nunca o vi, conheci ontem; nunca falei com o Sr. Buratti pessoalmente, por telefone, por e-mail, de forma alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Buratti conhecia o Sr. Waldomiro?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, conheci ontem também.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Conheceram-se ontem, antes era só de ouvi falar. Tudo bem, deixe-me concluir.

E o senhor procurou, Sr. Waldomiro, a GTech a mando de quem? Ou da cabeça do senhor?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Sr. Presidente, eu afirmei aqui quando do meu primeiro depoimento, e reafirmo: eu não procurei esses senhores. Eu acho que eles estão...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então ele está mentindo? O senhor nunca esteve com ele?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Não, não, Sr. Presidente, eu quero concluir o raciocínio se o senhor me permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, por favor.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Quero reafirmar o meu depoimento quando aqui estive. Pedi uma reunião com os dois, o Sr. Marcelo Rovai e Antônio Carlos Lino da Rocha, na data que eles confirmam – e eles confirmam a conversa, eles só distorcem. Eu disse para o presidente vir só. Ele não está lembrando desse detalhe, mas ele afirma. Ele afirmou ontem lá na acareação. Vir só por quê? Porque o Sr. Marcelo Rovai foi a pessoa que passou a informação adiante de que estava contatando pessoas para poder influenciar no contrato e que meu nome estaria sendo usado. Eu chamei o presidente e disse a ele: "Presidente, tenho informações de que pessoas, usando influência, se deixando passar por gente influente, estão usando o meu nome. Só estou alertando. Não é da minha competência, não tenho nada com isso". Não pedi valores, ou seja, Sr. Presidente, Srs. Senadores...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Waldomiro, o presidente a que V. Sª se refere é o Presidente da Caixa?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – O Presidente da GTech.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Ah, o da GTech.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Só um minuto para concluir, um minuto para concluir.

Eu me sento com dois empresários que vão renovar um contrato da ordem de 650 milhões. Aí eu digo: alguém vai procurar vocês. "Alguém quem?" Não sei. Não tenho o nome... Eu deveria estar a mando de alguém. "Quem é?" Não digo. Não sei. Marquei alguma audiência para eles na Caixa? Não. Discuti algum valor? Nunca. Ou seja, é má-fé, é mentira, estão fazendo uma cortina de fumaça para encobrir alguma coisa que vocês não podem revelar nessa renovação do contrato. O depoimento do Dr. Enrico ontem foi esclarecedor, o Dr. Enrico ontem fez um divisor de águas...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não respondeu a minha pergunta ainda.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Pois não. Desculpa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor procurou a GTech?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Procurei e alertei, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E a Rovai? (Pausa).

O senhor era subordinado ao Ministro José Dirceu, que tinha como objetivo, como assessor parlamentar, cuidar do que acontecia dentro do Congresso, mais na Câmara. E o que é que o senhor foi ver lá com isso? Lá não tinha Parlamentar, lá não tinha missão parlamentar, qual era o objetivo? O senhor foi a mando de José Dirceu?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Absolutamente. Em hipótese nenhuma, já disse. Em hipótese nenhuma. Está aqui no depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor foi por quê? Qual foi o motivo?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Está aqui, Sr. Presidente. Está aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas diga, diga.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Fazer um alerta de que meu nome não deveria ser usado, eu não estava participando de...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas quem estava usando o nome do senhor?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – A GTech.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A GTech, e o senhor foi falar com o presidente... alertar o presidente da GTech?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Que eu soube que meu nome estaria sendo usado como um possível facilitador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas quem estava usando seu nome na GTech?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, se o senhor disse que foi avisar que o nome do senhor estava sendo usado, o senhor sabia quem estava usando o seu nome.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Se eu fui informado de que meu nome estava sendo usado, possivelmente só os executivos da GTech poderiam estar usando meu nome. Se eu não discuti valores, se eu nunca disse para eles que eu tinha interesse, se eu nunca me dirigi à Caixa para tratar de nenhum assunto relativo à GTech...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Mas quem foi que avisou?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – O Sr. Carlos Ramos, que está aqui na minha frente.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Foi, Sr. Carlos Ramos?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Avisei o quê? Nossa Senhora. Que é que foi agora, Waldomiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Disse que o senhor avisou que estava usando o nome dele lá para resolver o problema da GTech.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Vou tirar os óculos para você olhar nos meus olhos. Como é que é?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Eu estou olhando. O senhor, numa conversa comigo, disse: "Tem uma pessoa influente tentando renovar o contrato da Caixa e seu nome está lá como facilitador".

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Que desfaçatez de novo, heim?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Do senhor.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Meu Deus do céu!

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Do senhor.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Ele caiu em contradição três vezes aqui, três vezes. Essa foi a segunda reunião, Waldomiro? Essa foi a segunda reunião e você foi avisá-los.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Fui.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Você participou da terceira reunião sem reavisar?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Participei, a convite deles.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – De novo, a convite deles? E você avisou a todo mundo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Resumindo, Sr. Carlos, o senhor nunca comunicou a ele que estava sendo usado o nome dele?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Nunca comuniquei, Presidente. E só fui falar com ele, que pediu que eu marcasse uma reunião com a GTech... Participei da primeira reunião e nunca mais participei de reunião nenhuma. É ou não é, Rovai?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Você não estava na reunião.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Nunca participou de nenhuma reunião, só da primeira.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Aí, na segunda vez, ele chamou a GTech para falar que estava sendo usado o nome e, na terceira vez, ele foi reavisar a GTech. É brincadeira!

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Na terceira, ele foi tentar trocar o Rogério Buratti por uma outra pessoa para receber o dinheiro, que ele imaginou podia receber.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Como é? O senhor disse que o segundo grupo foi do Buratti. E o Buratti, quando apareceu para falar com o senhor, fez alguma proposta?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Fez, categoricamente. E tem outra: não só fez proposta, mas arrogantemente disse assim: "Vocês não me contrataram lá atrás, lá no começo do ano, e agora vocês deram 15% para a Caixa."

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O que o Sr. Waldomiro foi dizer ao senhor lá?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Que eu seria procurado, que a GTech seria procurada por uma pessoa que deveria ser contratada, senão o contrato não sairia. Na segunda reunião ele foi categórico.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor acha que essa pessoa era o Sr. Buratti?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Acho, sem dúvida. Confirmado na terceira reunião, quando ele confirmou que foi essa pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, o que estou observando, a conclusão lógica que procuramos tirar nos próprios depoimentos antes desta acareação é a de que o Sr. Waldomiro tinha uma missão junto da GTech e existiria um consultor, que era o Sr. Buratti, que o senhor não conhecia e o seu chefe não lhe disse que era o Sr. Buratti. O senhor, ao falar com a GTech, não sabia quem era o consultor, não é verdade? O senhor sabia quem era o consultor? Não sabia.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Quem era o meu chefe? Que chefe? Desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não era subordinado ao José Dirceu?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ –** O senhor está afirmando?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu estou desconfiando.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – O senhor está desconfiando, é só isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, o senhor tem de deixar bem claro aqui hoje o que o senhor foi falar lá na GTech, porque o Rovai diz que o senhor está mentindo, o Sr. Carlos Cachoeira diz que o senhor está mentindo. Então, o senhor não pode estar falando a verdade sozinho aqui. O senhor não conhecia o consultor ou conhecia o consultor que ia conversar com a GTech? Sabia quem era?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Sr. Presidente, claro que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o raciocínio que estamos construindo é verdadeiro.

Quando o mandaram conversar com a GTech, o senhor não foi por conta própria. Quando o mandaram conversar coma GTech, o senhor não sabia quem era o consultor, não sabia que era o Sr. Buratti. O Sr. Buratti não sabia que o senhor tinha conversado com a GTech. E quem mandou o Sr. Buratti conversar com a GTech foi a mesma pessoa que mandou o senhor também, só que nenhum dos dois sabia.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sr. Presidente, quando a GTech me procurou, o Dr. Enrico disse ontem, o Marcelo Rovai pediu a ele para me procurar.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Total mentira!

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Foi o Enrico que disse.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Mais uma mentira do Sr. Buratti, senhores!

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Foi o Enrico que disse. Você está errando. Você tem que prestar atenção na acareação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Enrico, o senhor confirma isso?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Confirmo, sim.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – E a outra coisa é que a cronologia de assinatura, existe um engano do Sr. Marcelo Rovai quando ele diz que a assinatura do contrato não foi efetivada porque eu não deixei. E o Sr. Enrico prova, pelos e-mails, que não é verdade, que o contrato não estava pronto para ser assinado. Não é, Enrico?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – É verdade.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O Sr. Enrico deveria ser advogado do Sr. Buratti, porque economizaria um dinheiro aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu queria que o Enrico confirmasse e depois, se pudesse, deixasse os documentos que ele traz, praticamente com todo o processo de ligações que estão sendo levantadas aqui. Pela descrição que faz, ele confirma vários atos com data e hora.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Vou deixar sim, Senador. Eu já deixei na Polícia Federal e esta cópia é para V. Exªs.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O Sr. Rovai declarou que, na última reunião, o Sr. Waldomiro pediu para trocar a pessoa que ia receber o dinheiro?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O que acontece é o seguinte: quando fomos achacados pelo Sr. Rogério Buratti, a empresa tomou a decisão de empurrar os bandidos de barriga, e dissemos a ele que nós íamos fazer um processo de veto das suas empresas, para que, se viesse a ser consultor no futuro. Foi uma maneira elegante de dizer "não", porque não sabíamos qual era a extensão: se ele era um aproveitador que caiu de pára-quedas com algum conhecimento na Caixa para levar vantagem ou se ele tinha ligações mais acima. Isso nós não sabíamos, está certo? Então, o que fizemos? Quando nós o avisamos que ele foi reprovado e que não seria contratado, houve a terceira reunião. O Sr. Antônio Carlos Lino Rocha, Presidente da GTech, solicitou uma reunião com o Sr. Waldomiro e informou: "Olha, o senhor nos informou, no dia 1º de abril, que seríamos procurados por uma pessoa". Fomos procurados por Rogério Buratti.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Logo no dia 1º de abril?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Senhor?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Logo no dia 1º de abril?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – No dia 1º de abril, às 7 horas da manhã, Senador, num café da manhã, como eu disse em todos os depoimentos. Aí, na terceira reunião, que ocorreu no final de abril, já com o contrato assinado – foi para fechar o processo –, o Sr. Antônio Carlos Lino Rocha disse: "Sr. Waldomiro, o senhor disse que nós seríamos procurados por uma pessoa. Fomos procurados, o nome da pessoa é Rogério Buratti, só que ele foi reprovado no processo de veto". Ele, inclusive, chegou tranqüilo à reunião porque não sabia qual era o motivo da reunião; achou que era algo positivo, que ia conversar de futuro. Ficou lívido e perguntou: "Mas eu posso trocar? Posso indicar outra pessoa para ser consultor?" Ele disse: "É claro que não!". Fechou a reunião e foi embora.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – E não chegou a indicar outra pessoa?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não. Não existia uma indicação. Nós não o permitiríamos. Já estava o contrato fechado. O que queríamos é que ele soubesse que fomos achacados, empurramos de barriga e demos uma banana para os bandidos. Isso que nós queríamos que ele soubesse.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Chegaram a ser achacados, então, ou...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Totalmente. Não, pelo Sr. Waldomiro, diretamente, não. Pelo Sr. Buratti, sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Achacados em que condições e como?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Dinheiro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele já disse: de R$15 milhões a R$16 milhões.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – A GTech tinha de pagar para que o contrato se realizasse.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas chegou a pagar? É isso que eu quero saber.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não. Nunca pagamos.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Mas quanto? Você não lembra?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Em relação ao pagamento da MM...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Lembro, sim, senhor. Chegou a R$6 milhões depois que o senhor regateou, meu amigo. Está aqui: Marcos Andrade, presente na reunião de novo.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Gozado que, perante o delegado, você não disse isso.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – É o mesmo Marcos Andrade que contratou o senhor.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Na frente do delegado, você disse outra coisa. Você não lembrou. O delegado precisou perguntar para você quatro vezes: "Mas, doutor, o senhor não lembra quanto ele pediu?" "Não, bem, olha, 8%, 15%". Interessante.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Oh, nossa! Que coisa! Meu Deus!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Deixem-me fazer uma pergunta.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Desculpe a minha memória. O senhor é bom para caramba, hein?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Deixem-me fazer uma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge, um minuto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu queria fazer apenas uma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não. Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quero falar sobre essa questão da MM. A GTech sempre diz que não pagou essa tal propina. Então, há dois pontos: quem cobrou e quem não cobrou. Na verdade, ela pagou R$5 milhões à MM Consultoria, do Sr. Valter Santos. Essa MM sacou o dinheiro em *cash*. Esse dado está aqui, porque abrimos a conta da MM. Estão aqui R$2 milhões, R$2,5 milhões e ainda mais: de outro dinheiro que ela tinha, tirou cerca de R$5 milhões.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu sei que pagou, porque eu fui perguntar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A GTech pagou R$5 milhões.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Cinco milhões para a MM. Pagou porque eu vi. Eu queria saber. Quando cheguei aqui, saiu na revista, e fui saber. Aí me explicaram que...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E não é dinheiro demais para pagar? Não foi para pagar propina, não?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Senador, vou dizer uma coisa para o senhor: primeiro, foi feito em 2002, antes do novo Governo e tudo. Foi pago, segundo me explicaram...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – No ano de 2002, não.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Perdão, perdão. 2002, Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Há dois pagamentos em 2002.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O contrato foi em 2002.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Dois pagamentos de R$1 milhão, mas depois há outros pagamentos no dia 3 de janeiro, 20 de fevereiro e 26 de junho. No dia 26 de junho, foi R$1,920 milhão. Quer dizer, dos R$5 milhões, foram pagos R$1 milhão em 2002 e R$4 milhões em 2003.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O contrato é de 2002.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Foi pago depois.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Foi pago em parcelas mediante...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Esses números não estão coincidindo demais, não?

O senhor diz que se chegou a um acordo ao redor de R$6 milhões e houve todas essas tratativas. O senhor foi abordado por um, foi abordado por outro. Mas o senhor confirma, todos concordam que havia um número ao redor de R$6 milhões. De repente, aparece um pagamento de R$6 milhões, apresentado a uma empresa que não tem credencial para receber esse volume, que recebeu *cash* e soltou o dinheiro novamente em *cash*. O senhor não desconfia de que esse dinheiro tenha sido a propina?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O senhor quer que eu diga sinceramente?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Quero.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Olha, hoje eu tenho dúvida e digo mais: acho que tem de olhar, porque a GTech...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Tem dúvida para "sim" ou dúvida para "não"?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O Senador tem razão. Porque é o seguinte: eu assisti ao depoimento do advogado na CPI. A GTech contratou essa pessoa, até onde eu sei, de boa fé, indicada pelo Sr. Enrico Gianelli, que pertencia ao escritório externo. E foi pago para a pessoa. A GTech não ia verificar qual era o outro advogado, etc.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Mas ele não fez nada para ganhar cinco milhões.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – E digo mais, o Sr. Buratti alegou aqui que sabe que esse dinheiro foi pago. Eu acho que devia colocar o Buratti junto com o Gianelli e essa pessoa.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A imprensa noticiou, meu filho.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu acho que tem que ser verificado...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Agora o que o Sr. Gianelli diz disso? Porque ele é amigo do Walter Santos, recebeu dinheiro também. O senhor recebeu 200 mil. Disse que emprestou, mas na entrada não tem o seu dinheiro. Só tem a saída. Claro que não tem. Eu estou com o papel aqui. Eu sei ler. Ele está aqui. Não, não digo na sua conta. Eu digo na conta dele.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor precisa explicar, Sr. Gianelli, por que emprestou 250 mil a pessoa física!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Duzentos e cinco.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – De pessoa física para pessoa física, o Sr. Walter Santos.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – De pessoa física para pessoa física, porque ele me pediu. É um colega, amigo; ele precisava...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor costuma emprestar aos seus colegas...

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Ah, eu costumo.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – ...R$200 mil assim?

O SR. ENRICO GIANELLI – Eu costumo emprestar. Eu tenho um amigo meu...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sem juros?

**O SR. ENRICO GIANELLI –** Sem juro nenhum. Isso é absolutamente...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor faz isso normalmente?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não faço normalmente, só para os amigos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Então, V. Sª devia abrir um banco, pois se empresta R$ 200 mil?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, sem juros, eu vou falir.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – V. Sª viu também, nas contas do Sr. Walter Santos e da MM, que ele sacou mais de cinco milhões em *cash*? Está aqui escrito...

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, em absoluto. Aliás...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – ..."entrega de numerário pelo carro-forte ao sócio Walter Santos Neto". E V. Sª acha que esse dinheiro foi para quê? Ele disse aqui que tomou vinho, gastou com mulheres. Não é muito dinheiro?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Eu não faço a menor idéia. Aliás...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Não, mas V. Sª está acusando a GTech. Então, V. Sª tem que dizer...

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Se o senhor me deixar falar, eu explico.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Eu vou falar, depois V. Sª fala. Só para encerrar o que eu quero dizer. V. Sª está dizendo aqui que a GTech fez isso, fez

aquilo errado. A coisa mais importante para acusar a GTech é mostrar que ela pagou a propina. Ela pagou cinco milhões a essa empresa que foram sacados em dinheiro. V. Sª é amigo do dono da empresa, tão amigo que emprestou R$200 mil a ele sem juros. E V. Sª sabe ou não sabe se ele pagou propina? Porque, se V. Sª não souber, suas afirmações ficam vazias.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não só não sei, como não fiz o pagamento. E o Sr. Marcelo José Rovai, que disse que é um homem honrado – repetiu aqui várias vezes –, pode confirmar que vieram dois advogados dos Estados Unidos. Portanto, não fui eu que intermediei qualquer pagamento à MM ou ao Walter Santos. Dois advogados americanos, junto com a Drª Magda, se reuniram com o fulano, fizeram o *veting process*. Aliás, deixe-me fazer um aparte com relação ao *veting process*, porque ele acabou de dizer que o *veting process* era para afastar bandido e...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Levantar ficha, viu, Senador. Esse *veting process* de que o rapaz fala aí.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Mas confirma isto: que era para afastar bandido?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu apenas fiz uma tradução do termo que você usa aí.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, mas era para afastar bandido. Só que era para afastar bandido, mas também confirmou que o *veting process* foi feito para contratar Afrânio Nabuco, que foi contratado, para contratar a MM, que foi contratada. Eu não participei em absoluto, ou seja, não sei se ele sacou com carro-forte, sem carro-forte. Esse não é um problema meu, jurídico.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – É, sim, Sr. Enrico. No momento em que uma saída de uma empresa que recebeu da GTech cinco milhões e há uma saída de 205 mil para o senhor, é um problema do senhor, e sério. É um problema muito sério que o senhor vai ter que explicar muito direito, até porque não tem explicação emprestar R$205 mil a uma empresa que diz que gastou... a um empresário ou advogado que diz que gastou esses R$5 milhões em vinhos e mulheres. Foi essa a razão de não apresentar nenhum tipo de saída para o seu dinheiro. Então, é inteiramente descabido emprestar R$200 mil a uma pessoa, sem juros, sem mais nem menos, a uma pessoa que costuma gastar o seu dinheiro dessa maneira. E há uma saída de R$205 mil contra V. Sª.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Não, e o cara era cheio de dinheiro.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – E a empresa era inativa e não pagava Imposto de Renda. O senhor sabia disso?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – E tinha muito dinheiro, Senador. Tinha muito dinheiro.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, eu não... Não conheço absolutamente a vida dele. Saiu, sim.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor não conhece e apresentou a GTech a essa empresa?!

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, a vida particular dele, não.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não, e da empresa?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Tem a saída e tem a entrada. Essa aí é a explicação. O valor é exatamente o mesmo.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas a empresa é inativa no imposto de renda! O senhor disse que não conhece a empresa.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, não conhecia o Walter.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas o senhor não sabia que a empresa dele era inativa, que não existia?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, não.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor não sabia?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – E apresentou mesmo assim a sua cliente?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Para o meu advogado, Walter Santos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Mas ele pediu dinheiro emprestado para quê? Qual a alegação que ele deu? Porque, geralmente, quem pede...

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Pagar os impostos, mesmo porque a saída, o empréstimo meu foi antes do recebimento. O senhor vai poder constatar isso. Isso é facilmente...

Agora, eu acho que está mais do que explicado. O meu extrato bancário está aí, quer dizer, todas as minhas entradas, todas as minhas origens estão abertas, e o dinheiro saiu antes do pagamento ter sido efetuado pela GTech, repito. A GTech que fez isso, não saiu por mim, e mais, vieram dois advogados americanos para conversar com o Sr. Walter Santos. Não foi... Sequer presenciei esse pagamento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora eu queria perguntar ao Waldomiro Diniz...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, só para fechar essa questão da MM, dentro desse raciocínio de 5 milhões, a GTech... O senhor tinha conhecimento do contrato que foi feito com a MM Consultoria?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Sim, sim, eu não participei, mas, depois que saiu na mídia, me mostraram o contrato, foi feito, é legal...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Deixe-me só...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) –...relembrar ao senhor e aos Srs. Senadores.

A MM Consultoria Jurídica, de propriedade do Sr. Walter Santos Neto, evidentemente, assumiu um contrato com a GTech no dia 09/10/2002, para a interposição de uma única medida cautelar.

O contrato foi só com esse objetivo. A liminar foi concedida no dia 14/10/2002. Porém, em 05/12/2002, quer dizer, nove dias... Ou melhor, dois meses depois, já tinha voto do relator e do próprio ministro, que deu a liminar pela sua revogação.

Então, significa dizer que a GTech gastou 5 milhões de reais só por isso. Verdade?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Os detalhes eu não sei, Excelência, e digo mais...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o contrato era só para isso; R$5 milhões!

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, os detalhes eu não sei. Agora, são 5 milhões, e se foram mal utilizados...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, para que o senhor tenha idéia, esse dinheiro entrou na conta da MM e foi sacado de uma única vez, jogado dentro de um carro-forte e até hoje ninguém sabe onde se encontra.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – É um absurdo!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Walter Santos disse aqui que pagou um milhão a não sei quem, deu outro milhão a um advogado, deu outro, e a parte dele foi insignificante. Foi de dois milhões a parte dele.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu concordo que isso tem que ser investigado, sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, veja bem, o senhor não acha que é muita irresponsabilidade de uma empresa pagar 5 milhões por um contrato, uma petição cautelar? O senhor não acha?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – A minha opinião não como GTech, como profissional?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Acho. Concordo, sinceramente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então se o senhor acha como profissional, acha pela empresa que o senhor representa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu agradeceria se pudesse fazer uma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes de ouvir V. Exª, o Sr. Waldomiro queria fazer um esclarecimento, e eu pediria...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Com toda certeza. Eu gostaria de me inscrever.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, V. Exª é o próximo, não precisa se inscrever.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Agradeço.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Após o Senador Suplicy, eu acho que seria bom para os trabalhos que o Relator fizesse as perguntas que ele acha que deve fazer, porque por aí vamos ter a acareação verdadeira. Mas dando a palavra ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos seguir, então, essa orientação.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Se não for assim não vai dar certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu acho, inclusive, que o Senador pode fazer a pergunta dele. É uma pergunta?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É uma consideração e pergunta, porque esse diálogo – inclusive as contribuições dos Senadores José Jorge, Tasso Jereissati e o que V. Exª acaba de formular – resulta numa indagação de natureza óbvia.

Se me permite, então, até antes do Sr. Waldomiro falar, V. Exª mesmo ressaltou que foram feitos pagamentos à MM por volta de outubro de 2002. Ora, qual é a pergunta que eu, naturalmente, formulo? Teria o Sr. Marcelo Rovai a informação de que a GTech, tal como preparou no início do Governo do Presidente Lula, esse... Como é que V. Sª chamou? Organograma?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O mapa político do País.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O mapa político do novo Governo. Também a GTech tinha o mapa político do Governo anterior?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Tínhamos, é claro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E será que poderia também encaminhar à CPI o mapa político do Governo anterior e quais eram, inclusive, as pessoas, tal como nesse mapa, que ajudariam no acesso às pessoas-chave do Governo?

Essa é a primeira indagação. Agradeço se puder nos enviar o mapa político correspondente. E, se possível, solicitar à empresa que, ainda durante esta reunião, nos encaminhe, para colocar aqui no quadro, para ilustrar.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não sei se existia um quadro. Eu não fiz um quadro, mas a idéia do mapa político nós tínhamos... A empresa...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, seria interessante encaminhá-lo para cá ainda hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª quer fazer uma acareação entre os organogramas?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, só para saber...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Saber quem era o Waldomiro Diniz de lá? Saber quem era o Buratti da época? É isso que V. Exª quer saber? É interessante.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Graças à sua observação e dos Senadores José Jorge e Tasso Jereissati, veio-me à mente a pergunta óbvia. Os pagamentos foram feitos no valor de R$5 milhões, durante o período em que...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – *(Intervenção fora do microfone)* Não senhor, não senhor!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em 2002. Parte em 2002.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Cinco milhões, não. Parte em 2002. Em dezembro, quando o Presidente Lula já estava eleito.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, mas parte em 2002. O Senador José Jorge tem todo o fluxo de pagamentos, mas o Sr. Marcelo Rovai é quem vai esclarecer. Essa é a pergunta que, obviamente, interessa a V. Exªs e a mim.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – É apenas porque V. Exª falou erradamente. Estou apenas corrigindo, porque os pagamentos foram feitos em... Um pagamento foi feito em outubro de 2002. Apenas para lhe esclarecer.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então eu pergunto...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati, quero interferir apenas quanto a essa questão de 2002 e 2003. É que o Sr. Buratti, quando esteve aqui, se não me engano na segunda vez, disse que a GTech – nesse período aí bate o mesmo valor – deu dinheiro para a campanha do Presidente Lula.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, eu disse que eu tinha notícias seguras de que havia tido uma contribuição do grupo de empresários vinculados ao jogo de São Paulo de R$1 milhão, e que também tinha notícias de que tinha havido uma contribuição semelhante do Rio de Janeiro, mas eu não tinha detalhes dela.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Primeiro, quero previamente dizer como acredito na seriedade do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de praticamente todos os membros do seu Governo. Mas assim como numa organização constituída de seres humanos tão grande quanto todo um organismo governamental pode de repente haver pessoas que cometam procedimentos irregulares, isso pode ocorrer em qualquer Governo, e cabe a nós indagarmos. Então, é nesse sentido e pressupondo a seriedade de todos, é que me sinto na responsabilidade de fazer a pergunta.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – E nós concordamos em fazer esse aprofundamento. Apenas para lhe dar a informação correta.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois não.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Apenas um pagamento foi feito em 17 de outubro de 2002, um pagamento de R$980 mil. No dia 27 de dezembro, foi feito outro pagamento de R$167 mil. O restante dos pagamentos, um de R$1.920.246,00 e um de R$1.674.000,00, foi feito em 2003. Apenas para seu esclarecimento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois bem. Então, levando em conta inclusive essas informações, pergunto: pode V. Sª especificar com maior clareza qual a natureza do serviço prestado para que esses pagamentos tenham sido realizados? Segundo: eles se referem a um contrato? Quando foi assinado esse contrato? Dependia de decisões do novo Governo que estava por assumir, ou de decisões do Governo anterior?

Acho que são as perguntas que, naturalmente, deviam ser feitas.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O contrato foi assinado em outubro de 2002, como o Senador mesmo...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Que data?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Outubro de 2002.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Exato, mas a eleição...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, não, não. É que o contrato...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo. Mas, no início de outubro de 2002, onde...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não sei, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, pelo...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não tenho detalhes do contrato. Posso dizer... Eu queria só ser claro...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Por que isso é importante?

Porque, no início de outubro de 2002, não se sabia ainda quem seria o novo Presidente.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Não, e digo mais: o contrato assinado em outubro foi negociado em setembro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Este é o primeiro ponto importante: negociado em setembro.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Gente, uma coisa importante...

**EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...não se sabendo ainda qual seria o próximo governo.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Senador, isso não tem nada a ver com o governo!

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senador Suplicy, em outubro, só V. Exª não sabia quem era o Presidente do Brasil eleito ainda.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – As multinacionais sabiam.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – As multinacionais já sabiam, todas; elas já tinham essas informações.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Elas fazem pesquisa.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Infelizmente, eles estão à nossa frente, porque têm pesquisa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, é que eu só acredito nas urnas depois de abertas.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Senador, as informações que eu tenho sobre o contrato são importantes.

Esse é um contrato jurídico, não tem nada a ver com política, não dependia de governo. Como o Senador perguntou, existia um contrato, os pagamentos eram contra eventos jurídicos...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sr. Rovai, por favor, então por que vocês denominam o "criminograma" aqui como *political agenda*?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** *Political* o quê?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Está aqui. Eu não sei falar inglês. Aqui tem *political agenda*, ou seja, uma agenda...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** É um termo americano. O pessoal americano usa agenda política para o mapeamento da política no país. Esse é um ponto.

Eu acho, como o Senador perguntou, que é um contrato temerário e tem que ser analisado; dois, se ele foi temerário, ele foi mal colocado para a GTech pelo seu corpo jurídico externo. Isso é muito importante. Três, se, na minha opinião, esse dinheiro seria para pagar propina. Não acredito, porque ele foi assinado no ano anterior, sendo não tinha nem idéia de para quem seria isso. Então não acredito... Se foi para alguém, nesse caso específico, não era para nenhum...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Qual foi o objeto do contrato?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Serviços jurídicos...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Serviços de que natureza?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Jurídicos, para atuar em medidas nas cortes superiores.

Outra coisa importante sobre esse mapeamento: a GTech, como qualquer empresa decente em qualquer lugar do mundo, faz o mapeamento político, seja para trabalhar com o governo, seja para trabalhar para empresas.

Eu trabalhei, por exemplo, em várias multinacionais, em várias empresas nacionais, como o Grupo Chaibe, NCR... Por exemplo: trabalhei com grandes bancos como o Bradesco e Unibanco. Sempre se fazia o mapeamento de quem eram as pessoas que influenciavam ou que bloqueavam, para conhecer, fornecer informações e obter...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Rovai, eu agradeço, está esclarecido.

Queria ouvir o Sr. Waldomiro para que o nosso Relator use a palavra.

Sr. Waldomiro terá um minuto, depois voltaremos, Senador Geraldo, para atender à solicitação dos companheiros.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Já que o Dr. Waldomiro vai falar, eu queria que ele também explicasse por que ontem se recusou a falar na Polícia Federal. Todos os outros falaram, e ele se recusou.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ –** Falo, com prazer, Senador.

Eu só queria deixar claro para esta Comissão qual foi realmente a minha participação nesse episódio. E, ao responder aos Senadores, durante as indagações, terei oportunidade...

Quero deixar bem claro, Sr. Marcelo Rovai, que o senhor mentiu o tempo todo. Mentiu ontem, na Polícia, foi desmascarado, perante o Delegado, pelo ex-advogado, não por mim, que não falei. O senhor foi desmascarado, as contradições do senhor estão aqui. Se o senhor se referiu à minha pessoa como um dos bandidos que queria afastar da empresa, o senhor não tem moral para falar isso a meu respeito, porque o meu nome está aqui como pessoa a ser influenciada pelo Sr. Carlos Ramos. Eu quero que o senhor retire o que disse a meu respeito, porque o senhor não tem moral para falar de mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) O senhor retira?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Retirar...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor atende a essa solicitação do Sr. Waldomiro?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Que o Sr. Waldomiro não tentou trocar uma pessoa para pegar dinheiro...

**O SR. WALDOMIRO DINIZ –** O senhor me chamou de bandido. O senhor se referiu a mim.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ –** Aos dois: ao senhor, ao Sr. Buratti e a quem estava envolvido! Vocês tentaram tirar dinheiro. Se isso não é ser bandido...

E agora, com sinceridade, também quero deixar uma coisa clara: uma coisa cósmica também muito estranha, porque, ouvindo os depoimentos, nunca batem, é a relação do Sr. Buratti com o Sr. Enrico.

Permitam-me, Srs. Senadores, porque talvez eu tenha que plagiar o S. Exª, o Senador Magno Malta. Quando eu estava aqui, da outra vez, ele falou: "Sr. Rovai, o seu advogado lhe deu uma bolada nas costas".

Na época, eu não sabia, mas hoje, olhando as relações dos 50 mil telefonemas que os dois trocam, é impressionante a relação dos dois. Levamos uma "bolada nas costas", como disse o Senador mesmo. É impressionante! Por esse bando de bandidos aí que tentou tirar dinheiro da empresa, mas dançaram. Dançaram, porque a GTech não pagou. E tem mais: pegaram um idiota, um brasileiro aqui que não dá propina para guarda e não corta pelo acostamento. E denunciei, sim. Denunciei na Polícia Federal, contei tudo que aconteceu. Graças a isso, esta CPI foi instituída; a Leão Leão, está todo mundo preso; foi descoberto um monte de coisas. Graças a Deus...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Por que o senhor não...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Tem Polícia Federal, tem Senado, tem gente decente neste País que acreditou e foi atrás. Tenho orgulho.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Por que o senhor não denunciou em tempo real?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu denunciei, sim, senhor.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Não...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Falamos na Caixa. Olha, Senador, deixa eu dizer uma coisa para o senhor: nenhum brasileiro tem o dever de ser herói. Se o senhor é assaltado na rua, o senhor não tem de ir e falar isso. Não sabíamos quem estava envolvido...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Não, um ano e pouco depois é tempo demais.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, senhor. Nós falamos. Senador, o melhor era não ter falado? Perdoe-me. Eu tenho orgulho de ter falado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor fez essas denúncias por escrito?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – O senhor falou, porque o senhor foi levado a falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor fez essas denúncias por escrito?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Por escrito e entreguei para a Polícia Federal e, depois, para o Ministério Público. Antes...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A bola nas costas? O que foi?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – A bola nas costas... Hoje, olhando a relação do Sr. Enrico Gianelli com o Sr. Buratti... Ele está reunido... Várias reuniões em Brasília. Um ponto importantíssimo: tenho aqui documentos, que foram anexados para os senhores, em que eu peço a presença dele em Brasília para a assinatura do contrato no dia 1º e ele me disse que estava em Minas Gerais e que não poderia estar. A Polícia Federal comprova a mentira e mostra os extratos do Blue Tree, onde ele estava hospedado, juntamente com o Sr. Buratti. Aí, ele volta, ontem, com uma versão fantasiosa: "Não, eu estava reunido com vocês". Mas que reunido comigo!!! Tentei localizar o cara e não consegui. É um absurdo!

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta, com a aquiescência do Relator, ao Sr. Rovai.

Sr. Rovai, até para o senhor, amanhã, não dizer que não foi lhe oferecida esta oportunidade, eu queria lhe oferecer uma oportunidade de o senhor fazer um depoimento reservado a esta Comissão. O senhor não acha que seria o caso?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Senador, não. Agradeço bastante...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Então, está certo.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, agradeço...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Pronto. Já respondeu.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Nunca mudei nenhuma vírgula de nenhum depoimento que fiz, Senador. Não tenho mais nada que acrescentar ao que já foi dito.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Por favor, já respondeu.

Sr. Buratti, por gentileza, há registros aqui de várias ligações suas com o Sr. Ralf Barquete, não é isso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É verdade.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Em algum momento, nessas ligações ou em contatos mantidos com o Sr. Ralf Barquete, ele fez menção à presença do Sr. Waldomiro Diniz na Caixa Econômica Federal, atuando na defesa de alguns interesses?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. No período de ligações que envolvem a assinatura do contrato, os meus contatos com Ralf – boa parte deles, pelo menos, que são vários – foram para falar ao Ministro Palocci que a GTech ofereceu propina para ele, para entregar ao PT, para renovar o contrato, como o mapa político deles mostra. Só que depois eles pagaram para a MM e pagaram para o Afrânio. Eles não falam quanto pagaram, mas pagaram para o Afrânio também. Então, os meus contatos nesse período foram exatamente para isso. E o Ministro Palocci mandou dizer à GTech – e eu disse, eu disse ao Sr. Marcelo Rovai – que ele não iria interferir no contrato...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Mentira! Mais uma mentira!

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Que ele não iria interferir no contrato...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O senhor nunca falou nada para mim, meu amigo. O senhor só pediu dinheiro. Tenha vergonha na cara! O senhor já fez uma delação lá. O senhor vai ter aumento...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sr. Marcelo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª…

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Olhe o respeito aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pedimos...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Se ele continuar desse jeito, eu vou pedir para me retirar, porque eu não vou me sujeitar ao descontrole desse senhor.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – O senhor não está na GTech aqui, não, viu? Olhe o respeito.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Desculpe-me. É a coisa da verdade...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Exª tem de respeitar os outros, inclusive para ser respeitado.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sr. Buratti, no mesmo período, há intensas ligações também entre Ralf Barquete...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, eu queria passar a palavra ao Relator.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Isso é importante, para matarmos uma questão aqui, Sr. Presidente.

No mesmo período em que o senhor se comunicava com o Ralf, o Ralf se comunicava com o Ademirson. Quanto aos recados que o senhor mandava ao Ministro Palocci, o senhor atribui essas ligações como sendo o veículo desse recado?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acho que pode ser.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Pode ter sido, não é?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Pode ser.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Foram 21 ligações em dois dias, não é?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Não. Ralf e Ademirson, 59 ligações.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Cinqüenta e uma ligações.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Buratti e Ralf, 43 ligações.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Buratti e Ralf, 21 ligações.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Rovai.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Pois não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª já disse da sua estranheza pela contratação da MM Consultores – estranheza em termos de que tachou de uma irresponsabilidade da empresa.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto a V. Sª como é que uma empresa como a GTech, que V. Sª já já falou sobre ela aqui, para defender os seus interesses, tem a Fisher & Foster e ainda tem o departamento jurídica da própria empre-

sa, e se vale de um escritório sem renome como esse escritório da MM Consultores?

Eu gostaria que V. Sª justificasse isso. Na verdade, nós aqui não conhecemos o Walter Santos Neto nem ele deu conhecimento aqui dos seus dotes jurídicos.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Senador, hoje vendo, eu acho de novo uma irresponsabilidade. A GTech contratou a Fisher & Foster, um dos maiores escritórios de advocacia do Brasil. Eles eram os nossos advogados e eles nos disseram que tínhamos de contratar o Sr. Walter Santos. Mais especificamente o Sr. Enrico Gianelli, um dos advogados, provou que nós éramos obrigados a contratar o Sr. Walter Santos. Foi isso o que foi explicado.

De novo, foi contratado sim. Agora, olhando o currículo desse senhor e da empresa, foi temerário sim. O erro da GTech foi acreditar no seu escritório. É isso o que eu posso intuir. Mas, melhor do que isso, é chamar o Presidente da GTech, que foi quem fez todo... que fez a contratação final.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Veja bem: para a contratação de um, como é, esse contrato que em inglês se chama *vetting process*...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Mas eu acho que isso não tem nada a ver com esse processo aí.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas a GTech, para contratar um profissional dessa natureza, recorre aos seus serviços no exterior. E como é que uma empresa como essa, que tem esse cuidado de recorrer a esse serviço para pagar um escritório de advocacia, paga assim sem a menor precaução, sem o menor cuidado?

Daí por que estamos acreditando que esse pagamento tenha sido o pagamento de um... que o senhor tenha transformado... O senhor não, a GTech tenha transformado a MM Consultoria em uma "laranja".

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Olha, eu, de novo, até como funcionário da empresa e por não ter participado de assinatura, de escolha etc., eu acho que tem de ser avaliado. O ex-presidente da GTech, que é responsável por isso junto com o escritório de advocacia, têm de explicar sim porque foram contratados, porque foram pagos. Isso tem de fazer com aprovação.

Acho que tem toda a razão.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Inclusive para ganhar dinheiro da Caixa Econômica a GTech revelou-se muito eficaz.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – A GTech tem um contrato muito bom com a Caixa, sem dúvida nenhuma. Nunca negamos isso, isso eu posso dizer. O contrato era bom para a Caixa e bom para a GTech. O País saiu ganhando com a GTech.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quanto foi pago ao Sr. Nabuco?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu não sei. Imagino que seja algo em torno de R$15 a R$20 mil por mês, que é o salário de um consultor.

Mas eu acho que isso tem contrato na GTech e, perguntando à GTech, eles enviam à Comissão o contrato, inclusive o processo de veto. Acho que é importante para a Comissão entender como é feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria... Pois não, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães tem a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu confesso que, não sei se o Relator vai fazer isso, mas eu gostaria de ouvir o Sr. Carlos Cachoeira. Tenho a impressão de que ele tem conhecimento de muitas coisas e está muito calado. Mas sinto que ele tem vontade de falar, e ele falando vai esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem razão, até porque todos os outros já falaram, e ele só fez uma negativa.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ele não falou...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, vamos conceder a palavra ao Sr. Carlos Augusto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu peço a V. Sª que ajude, que fale tudo...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Antonio Carlos, eu poderia deixar uma pergunta no ar?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Senador Antonio Carlos, ninguém neste último ano ajudou mais o Brasil do que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos ouvir. Depois faremos as perguntas.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só sobre o que foi falado ontem sobre o jogo por intermédio da informática, que teria sido proposto para compensar o que seria prejuízo com o desconto da GTech, parece que V. Sª declarou que estavam propondo mais dois jogos.

E surgiu agora o negócio do apito e que houve... Se o senhor pudesse ajudar, eu gostaria...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Veja bem, de fevereiro para cá, depois que gravei o Sr. Waldomiro Diniz me pedindo propina, ninguém ajudou este País mais do que eu. Isso é verdade, é a pura verdade, se não, não teria esta CPI, não teria a

CPI dos Correios, porque uma coisa veio atrás da outra. E é verdade. E isso ainda não foi notado. Agora, veja bem, a participação que eu tive nesse caso específico que estamos discutindo aqui, isso que relatei aqui, nada mais, nada menos do que isso, nesse caso específico, não tenho mais nada para falar, porque tive um encontro só com o Sr. Waldomiro Diniz, Marcelo Rovai e o Presidente Antônio Carlos Lino da Rocha, somente isso, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sobre outros assuntos, inclusive os que foram tratados na Polícia Federal, por que V. Sª não faz uma dissertação? V. Sª é brilhante, faça isso.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Obrigado pelo elogio, mas, veja bem, tudo o que eu tinha para falar eu já falei no Ministério Público; toda a documentação que eu tinha com a GTech entreguei ao Ministério Público...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas nós não vimos.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Mas tudo isso já entreguei lá e qualquer pergunta que vier eu respondo com o maior carinho. Então, não tenho mais nada, Senador.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Qual é o papel do Sr. Waldomiro Diniz, na sua avaliação e na sua participação? Aqui existem versões diferentes sobre as reuniões, uma das quais o senhor participou. Qual é a sua versão e o papel do Sr. Waldomiro Diniz nessa negociação com a GTech?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Achacar. Posteriormente, ele teve mais duas reuniões com o pessoal da GTech. Acredito que é o achaque.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Carlos Cachoeira...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Diretamente ou seguindo ordens?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, eu estou falando de achaque, porque isso aconteceu comigo e foi gravado. Estou dizendo uma relação, veja bem, não estou nem conjecturando, mas seguindo a linha normal da personalidade do Sr. Waldomiro Diniz, acredito que, posteriormente, foi achaque, tanto é que nem eu participei da reunião; nem ele me chamou nem me convidaram.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E você acha que a GTech pagou ou não pagou o achaque?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Aí eu vou estar adivinhando, eu não...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Carlos Cachoeira, também quero ajudar V. Sª relembrando o que o Sr. Waldomiro disse: que foi feita uma leitura labial pela Polícia Federal. Eu vou ler aqui o que foi apurado por essa leitura labial. Dizia: "Eu mantenho contato, a maior parte é do Governo do Estado, e o meu medo é que se faça uma vistoria. E, aí, como é que eu vou explicar isso? Dinheiro não se esconde, precisamos disfarçar. Isso, a gente precisa lavar".

O senhor se recorda o que ele queria dizer quando falou "é um documento em sigilo que ninguém pode saber"?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Veja bem, todas as reuniões que eu tive com o Sr. Waldomiro Diniz, logicamente depois da assinatura do contrato, quem chegou primeiro foi o falecido...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – "A polícia não pode saber", ele disse, "é um documento em sigilo que ninguém pode saber". "A polícia não pode saber".

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Eu sou justo, Sr. Senador. Ele pedia propina, mas nesse tom aí, eu não acredito, não; nesse tom aí, não. Mas que ele pedia sempre propina para um, para outro, ele pedia. E é bom falar que eu não dava.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor se recorda o que ele queria dizer quando falou: "Nós temos duas opções: ou nós pegamos e acabamos com ele ou tentamos negociar. Mas, no fim, eu vou sair ganhando. Ele não me serve mais, vamos queimar".

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – É difícil falar isso, porque eu, eu... O tempo passa, e a gente não lembra de um assunto de tamanha...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – "Eu sei que ele pode fazer isso, mas tem que ser confidencial. Não se preocupe que ninguém vai tocar em você, eu te dou total cobertura".

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Ele falava muita coisa, mas quem deve responder isso aí é ele, eu não...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu queria que o Sr. Waldomiro dissesse alguma coisa sobre isso.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Eu quero esclarecer, Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que nunca tive conversa nesse tom. Isso foi um processo de leitura labial. Obviamente, eu não estou aqui contestando o trabalho da Polícia Federal, mas eu nunca tive esse tipo de conversa com o Sr. Carlos. Nunca, jamais tive esse tipo de conversa nesse tom, e ele mesmo admite.

Obviamente, ele está aqui fazendo jogo de cena perante os Senadores, dizendo que era achacado cons-

tantemente. Obviamente, eu vou ter condições aqui, ao longo do meu depoimento, de mostrar as mentiras que ele está contando aqui. O que ele estava fazendo era tentando obter vantagens num contrato que foi assinado na minha gestão, e eu não dei as vantagens a ele, tanto é que, por duas vezes – na primeira vez, na revista **IstoÉ** –, na segunda divulgou uma fita contra mim. Obviamente, esse homem não gosta de mim. Eu não satisfiz as vontades dele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Sª foi filmado achacando-o.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Só um minuto. Waldomiro, no contrato que eu assinei, eu estava querendo vantagem no contrato que eu assinei com você, que a minha empresa assinou com a Loterj institucionalmente? Ou foi uma licitação...

Só um minuto, por gentileza. Isso é bom deixar claro, porque distorce demais a imprensa também.

Aquela conversa em que você me pede propina para mudar o edital... Foi um edital da Ebara. Eu até falo que a Ebara é que ia ganhar o edital.

Só um minutinho.

Aí eu falo para você que colide com o meu objeto que eu havia ganho no ano anterior. Lembra bem disso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, acredito seja importante especificar em que data aproximadamente esses episódios ocorreram e a que exatamente eles se referem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – No Governo Sarney.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Isso foi no ano de 2002, em meados do ano de 2002, acredito que antes um pouco ou um pouco depois.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quando o Sr. Waldomiro Diniz era Presidente da Loterj? Foi isso?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Foi essa gravação. Exatamente. Ele era Presidente da Loterj. Quero deixar isso claro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Era no Governo de Benedita da Silva.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – É, de Benedita. Porque ele conseguiu...

**O SR. WALDOMIRO DINIZ –** Sr. Presidente...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Só um minutinho, por favor. Eu te dou a palavra, aí eu me calo também.

Porque ele conseguiu uma façanha incrível: ele conseguiu ficar no PT e ficar também em outro partido, no outro governo. Ele foi o único que continuou, na mudança. Aí ele me pediu, e eu resolvi gravar, porque havia um investimento em andamento, e esse investimento não teria condições de ser parado mais. E, no final do ano, eu entrei contra a licitação no Tribunal de Contas e perdi. E, no final do ano, foi assinado esse contrato com a empresa Ebara, tanto é que ele é amigo da dona da Ebara – não é, Waldomiro? –, a Karina. Na sua agenda, estava aqui que você a recebeu no Palácio.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ –** Termine a sua indagação.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Ah?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Pode terminar a indagação.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, não. Eu estou lhe dizendo isso. Então, eu quero deixar clara essa situação. Pode falar Waldomiro.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Primeiro, Sr. Carlos Cachoeira...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Vire em direção à sua boca esse microfone.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Primeiro, Sr. Carlos Cachoeira...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É uma aula técnica.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Para o benefício de todos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Primeiro, Sr. Carlos Cachoeira, ter sido funcionário do Governo Garotinho e ter permanecido no Governo da Governadora Benedita não é assunto da sua competência, primeiro.

Sr. Senador, queria concluir o meu raciocínio.

E, segundo, é praxe do Sr. Carlos Cachoeira, toda vez que vem a público, além de mentir e de me detratar, ficar reiterando essa história de que ele estava sendo prejudicado no edital. É mentira! O edital não ia prejudicá-lo em nada. O contrato dele estava assinado há muito tempo. Ele não tinha instalado um terminal e queria fazer outra coisa. Eu já tive oportunidade de explicar.

Tenho aqui em mão um documento que corrobora o que eu estou dizendo. É mentira, é mentira o que o senhor acabou de dizer. O senhor mentiu perante esta Comissão, e eu vou provar aqui e agora.

Isto aqui, Srs. Senadores, é o recurso que ele faz do prejuízo que ele estava tendo. Ele estava sendo prejudicado por mim, Sr. Presidente, numa licitação. Eu vou passar para exame do Sr. Relator. Ele coloca aqui vários itens, menos o item que prejudicava, que

era loteria que ele tinha sido contratado. Então, ele não estava sendo prejudicado.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Desculpa...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor pode falar.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Esse item.. Esses outros itens são os mesmos do edital. O item principal eu não coloquei, Waldomiro, para não bater de frente com você porque eu já tinha... Eu não tinha condições, você era o todo-poderoso do Estado do Rio de Janeiro, e eu não tinha condições de brigar com você hora nenhuma, e tinha um investimento em andamento, Sr. Waldomiro, e eu queria paralisar essa licitação. E agora, tecnicamente, eu quero discutir com o senhor. Eu ganhei *on line* e *real time*, não é isso?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – É verdade.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – É verdade? Os outros jogos que a Ebara tinha qual era o objeto, Sr. Waldomiro Diniz?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Não tinha *on line* e *real time*.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Mas qual era o objeto, por favor?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Não tinha, eram jogos *off line.* O senhor sabe disso.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Jogo de quê?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – *Off line*, o senhor sabe, só tinha internet.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – *Off line*?Só um minutinho. Internet, televisão é *off line*? Internet, televisão é *off line*? Se for, eu paro. Porque estamos aqui *on line* e *real time* para todo o Brasil vendo. Agora, internet e televisão é *off line*? Agora, se for, nós estamos no tempo antigo, Sr. Waldomiro Diniz, porque agora está todo mundo me vendo, te vendo, em tempo real.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª pode falar.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Sr. Carlos Cachoeira, o senhor é useiro e vezeiro dessa prática, e eu fui vítima da sua chantagem, tanto é que o senhor gravou essa fita. O senhor gravou essa fita, trouxe para Brasília, engavetou e deu para o seu preposto, Mino Pedrosa, botar na imprensa.

Se o senhor estava sendo prejudicado no Rio de Janeiro, se eu estava-lhe prejudicando, causando-lhe prejuízo contra seu interesse, o senhor teria que ter ido ao Ministério Público e ter feito a denúncia. O senhor não fez a denúncia porque o senhor não foi prejudicado. O senhor não foi prejudicado por mim. O senhor não foi; o senhor está mentindo perante esta Comissão. O senhor trouxe essa fita para Brasília, o senhor engavetou essa fita, o senhor ficou me chantageando com a imprensa...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Quando, Waldomiro, que eu te chantageei?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Leia o depoimento do jornalista Mário Simas; está nos autos.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, mas quando? Fala a época, por favor.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Foi em 7 de julho, na edição. O senhor foi autor, o senhor entregou a fita para ser publicada.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – E por que o senhor não foi na polícia, não procurou...?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Todos os órgãos do Governo foram comunicados. Todos, sem exceção.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Da fita?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Eu não conhecia a fita. Eu não vi a fita.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Você tem algum documento que diz isso?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Claro que eu tenho. Já entreguei à Comissão.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Mas de que...

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Que eu vi a fita não.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Que eu tinha feito uma fita contra o senhor?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – O jornalista Mário Simas...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Sr. Waldomiro Diniz...

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – O jornalista Mário Simas disse...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Ninguém é bobo, apesar...

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Ninguém é bobo. Ninguém é bobo. O senhor é chantagista.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Veja bem, Sr. Waldomiro Diniz...

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – O senhor é um chantagista.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Ninguém...

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – O senhor é um chantagista. O senhor me prejudicou.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Veja bem, o senhor está saindo fora do...

Veja bem, ninguém vai ao Ministério Público em março denunciá-lo, igual eu fui e falei com o Dr. José Roberto Santoro, ninguém vai e depois, com uma fita na mão, chantagear. Porque eu estive num órgão público federal, o Ministério Público Federal, falei com o Subprocurador da República, Dr. José Roberto Santoro, e isso foi em março, Sr. Waldomiro Diniz.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, por favor, há uma dúvida aqui porque o que se está buscando é se houve ou não achaque; discute-se, se não está sendo prejudicado, não podia apresentar a fita. A fita, afinal, o que representava nessa hora, Cachoeira? O que ela queria dizer, essa fita, se ele não estava prejudicando o senhor? Houve achaque? Tentativa? Não houve? Essa fita está no ar, não deu para entender bem pela exposição que ele está falando ali. O senhor gravou para mostrar que ele estava...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, veja bem...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...extorquindo?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Exatamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Isso.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Exatamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Foi o que entendi por tudo que se expôs.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Exato.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agora, ele está colocando...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Isso foi no meio do ano e...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – E por que guardou?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, veja bem...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não é o problema com que estou preocupado.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Havia, Senadora...

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Engavetou a fita, não usou a fita.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Carlos Cachoeira...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Havia, Senadora...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O que me preocupa é que ele diz que o senhor o chantageou. Então, não sei quem chantageou quem.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Pois é, mas chantageou; aí já não está falando que chantageou nesse ano da gravação, né?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Chantageou, sim, senhor.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Mas espera aí: acabou de falar que foi no ano posterior, foi no dia que saiu na **Istoé**.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Chantageou, sim, senhor.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Agora está falando que foi um ano antes?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Eu provo.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Agora, está gravado aqui, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Ele falou que foi um ano depois, quando saiu na revista **Istoé** com o Mário Simas, ele falou que começou a chantagem.

Tinha, Senadora, um investimento em andamento de R$25 milhões, num *datacenter*, porque nós tínhamos ganhado uma licitação no Governo no ano anterior, em 2001. Em andamento. Apareceu esse edital para confundir. O objeto, Senadora, é *on line* e *real time*, em tempo real. E ele lançou um edital, ele ia lançar o edital – e lançou, posteriormente – com um sistema de televisão e jogos pela internet; jogos pela televisão, pela internet e pelo telefone, em tempo real. Tinha esse objeto e não poderia brigar com ele, porque, no final do ano, eu não tinha a mínima condição, Senadora...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Deixe-me entender. O senhor gravou, havia um procedimento em andamento do seu interesse, que não foi contrariado, e o senhor só usou esta fita quando teve algo contrariado?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não tive algo contrariado. O que eu tive contrariado posteriormente?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Não sei, estou perguntando nessa hipótese. Alguém que grava algo tão grave...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Correto.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) –...tão grave, como é um pedido de propina, etc. e tal, e não o usa, guarda para usar num outro momento, se não usou naquele momento, é porque não precisou usar; ou seja, o instrumento da pressão, que é a gravação, neste momento não me interessa usar, mas guardo para usar quando me convier, numa outra oportunidade, quando

o meu interesse envolvendo aquela pessoa tiver sido contrariado. Quero dizer...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Claro, exatamente, mas eu...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) –...que essa é uma hipótese absolutamente adequada para alguém que grava um pedido de propina, não o usa no momento, mas o faz posteriormente.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Mas eu não usei essa forma de pressão, tanto é que acabou de falar...ele diz agora que foi achacado um ano depois, quando saiu a reportagem da **IstoÉ**. Então, não usei como pressão para ele.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas o senhor guardou para usar no momento que lhe conviesse.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Se viesse o sistema para a rua, e não veio, o sistema que havia ganhado, a empresa que havia ganhado.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Então, eu não prejudiquei o senhor.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Então, exatamente. O senhor tinha o instrumento, a prova do pedido de propina.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Correto.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O senhor não usou porque não teve interesse contrariado naquele momento, mas guardou para usar na primeira contrariedade.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Mas sabe quando foi assinado o contrato?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pediria que esclarecesse se houve ou não achaque. Isso é o que eu queria que o senhor registrasse.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre o quê?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Se houve ou não o achaque.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Só um minuto. Eu queria responder...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Aliás, gostaria de perguntar se a questão que estou levantando aqui tem, realmente, procedência nos fatos, porque não tenho todos os detalhes – se houve chantagem, achaque ou não...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Exato, seria...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – ...se houve contrariedade ou não dos interesses do Sr. Cachoeira. Pelo que entendi, na época em que foi feita a gravação, não houve contrariedade e, por isso, ela não foi usada. Posteriormente, parece que houve, porque aí ela foi usada.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Deixe-me explicar para a senhora: o contrato com a ebara foi assinado no final do mês de outubro, no final do governo; esse em que, posteriormente, eu iria sair prejudicado, e o Sr. Waldomiro Diniz posteriormente saiu da Loterj, no finalzinho do governo. Ele saiu antes. Agora, no começo do ano, quando fiquei sabendo que o Wal...a fita veio para o Ministério Público, que apresentei e falei para o Dr. José Roberto Santoro foi em março...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Gostaria de perguntar ao Sr. Waldomiro se o que estou levantando como hipótese – por que a fita foi gravada e não usada – se realmente no período em que foi gravada não houve contrariedade nos interesses do Sr. Cachoeira, nos processos que estavam em andamento, pelo que entendi no Estado do Rio de Janeiro – era 2001/2002; se esse achaque, ou chantagem, como o senhor diz, efetivamente se processou, e se a publicidade da fita se deu quando algum interesse do Sr. Cachoeira foi contrariado.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Senadora, é lúcido o seu raciocínio. Ele não foi prejudicado, tanto é que continuou com o contrato dele. Continuou com o contrato dele. O edital dizia: "exclui-se desse edital a loteria *on line real time"*, ou seja, o interesse dele estava totalmente preservado. O que ele queria, na realidade, era gravar para chantagear. No momento em que ele sentiu que eu não estava mais...o organograma diz tudo, está aqui. Ele era o homem encarregado de me influenciar para levar para a GTech. Está claro. No momento em que ele se sentiu contrariado, porque disse "não atendo mais a sua ligação"...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O senhor está dizendo que, na hora em que o senhor não cumpriu ou não fez aquilo que era do interesse do Sr. Carlos Cachoeira, ele usou a fita, dois anos depois da gravação, porque o senhor não fez aquilo que ele queria que o senhor fizesse. É isso?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Claro, absolutamente. Está correto.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Poucos meses após a assinatura do contrato dele com a Ebara.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – A fita foi gravada quando, Sr. Cachoeira?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – A fita foi gravada em meados de 2002.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – E quando a fita veio a público, Sr. Cachoeira?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, ele assinou o contrato com a Ebara...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Não, quando a fita veio a público?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Em março eu dei conta da fita.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Quando é que a fita veio a público?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Ah, mas, aí, veio depois, posteriormente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Quando? Quando?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Veio em fevereiro.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – De que ano?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – 2003.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – 2004.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – 2004, desculpe.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Dois anos depois. O senhor guardou a fita por dois anos. Quando o seu interesse foi contrariado, o senhor usou o instrumento da fita para tentar...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Bom, a senhora...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O senhor está dizendo...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Quero saber se o Waldomiro confirma quee houve achaque, chantagem, pressão utilizando a fita.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra, o Relator.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Porque a fita, indiscutivelmente, guardada durante dois anos...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A fita foi de fevereiro de 2004 e o senhor pediu propina ou não pediu, Sr. Waldomiro?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Vou esclarecer esta Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pediu, estava na fita. Era o senhor mesmo que estava na fita, não é?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Senador, o senhor permite que eu responda?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, estou só querendo tirar a dúvida da fita, para ver se realmente a fita é essa que estão falando. Então, a fita é aquela. Era o senhor mesmo que estava falando?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Eu, lá, não estava pedindo para (?)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E era o Sr. Carlos também que estava falando. Então, a fita todos nós conhecemos.

Ele não tem o que responder. Eu quero saber se ele pediu ou não pediu propina ali.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Eu estava na gravação pedindo que ele pagasse um salário de um amigo, ou seja, pedindo para que ele desse...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Um por cento o seu amigo ganhava?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Para funcionário dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor pode pedir salário de amigo para que ele... seja dinheiro público?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Sr. Senador, não podia, não devia...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Dinheiro de concorrência. O senhor pode pedir para pagar salário?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Não podia, não devia, mas o fiz e por isso estou aqui, nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu acho que devia...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª não disse isto: e fez porque se achava poderoso.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Não, senhor, em nenhum momento me julguei poderoso. Absolutamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, eu acredito. O senhor, hoje, não teria coragem de fazer, teria? Na situação em que está?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Teria coragem de fazer a mesma proposta?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Claro que não! Claro que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Claro que não.

Senador Garibaldi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto porque há uma controvérsia em torno do pagamento desse 1%, porque o senhor disse aqui na CPI, no depoimento anterior, que o dinheiro, 1%, iria para pagamento do Sr. Armando Dile. Isso é verdade?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Sim, senhor, é verdade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Carlos Cachoeira confirma isso?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Confirmo o que está na fita, porque hoje... ele pediu... Se ele pediu 1% para o Armando Dile? Não! Pediu 1% para ele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para ele?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Para ele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para ele, não para o Armando?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Para ele, esquece o Armando.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Carlos Cachoeira, a GTech entrou com ações contra contratação do consórcio Combralog pela Loterj. Contudo, no início de 2003, ela retirou as ações. Pergunto: isso fazia parte do acordo para a renovação do contrato da GTech com a Caixa?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – De maneira alguma. Eu sempre tive contratos, não com a GTech, mas a antecessora da GTech. Antes de a GTech chegar no Brasil, era a Racimec, do Sr. Simon Brayer. Desde aquela época eu tinha contratos com eles. Sucessivamente, foi a GTech. Encerrou-se esse contrato, acredito, em 2000, 2001 – em 2001. Eu retomei as relações comerciais com eles em 2002, em meados de 2002, com minutas de contrato...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas houve um destrato, depois, entre a GTech e a sua empresa?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Ah, sim, sim, mas em Goiás, porque ele prestava assessoria para a gente no sistema *on line real time.* Eles colocavam os terminais lá.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que o senhor acha que a GTech o vetou em 2003 se, em 2000, o Sr. Zildo Eleodoro... Conhece o Sr. Zildo Eleodoro?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Trabalha também, trabalhava para... Zildo?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Zildo Eleodoro.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não conheço.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não conhece?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não. Eu... Dr. Zildo, não é? Não sei o sobrenome, mas Zildo trabalhava, acredito, para a GTech.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, a partir de 2002, quando eu entrei, não. Talvez antes.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – É, talvez antes. Exatamente. Eu lembro dele...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É que há um delegado de polícia com esse nome. Quando vi a relação, na discussão, eu me assustei. Mas ele tem... É Zildo José Eleodoro e mais um nome. Eu não estou encontrando aqui.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Eu acredito que seja ele.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele é delegado...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Ele é da Polícia Civil?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era da Civil de São Paulo.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Ele trabalhava na GTech.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Ele é delegado, como o senhor afirma.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Eu acredito que sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu estou com o coração partido, porque era um delegado que fez curso nos Estados Unidos.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Mas eu não estou entendendo. É se eu o conhecia?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Sim. Se o senhor o conhecia.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Muito ligado aos Estados Unidos.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – É. Exatamente. Era ligado à GTech, não a mim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Sr. Rovai, em junho de 2003 V. Sª ligou dos Estados Unidos para Rogério Buratti.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Ligou.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, senhor. Não liguei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Sim, senhor. Ligou.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Ele está mentindo, eu não liguei.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Está registrado, Marcelo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Não. Agora sou eu, e o senhor está me chamando de mentiroso.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não. Perdoe-me, Excelência. Não. Não liguei.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Só ele fala a verdade no mundo.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não. Eu reafirmo a esta Comissão que não liguei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Ele afirmou, nesta CPI, que o senhor o procurou para mais uma vez pedir a ele para interferir junto à Caixa Econômica, porque o contrato teria ficado com uma cláusula e poderia ser rescindido após dezoito meses. Qual foi o motivo real de sua ligação para Buratti, já que a GTech teria vetado o seu nome?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Excelência, a última vez que eu vi o Sr. Rogério Buratti foi no dia 11 de abril, no seu escritório, quando ele entregou os documentos dele. Nunca mais... Nunca tive nenhum contato, nem...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Mas foi um telefonema. Não precisava o senhor ver, não.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não. Nem por telefonema, nem ao vivo. Eu não liguei para o senhor Rogério Buratti nem ele me ligou. Nós não nos falamos em junho, absolutamente. Não falamos.

Mais do que isso, eu não estava nos Estados Unidos em junho, como diz o meu passaporte que foi entregue hoje aqui. E, inclusive, cópia onde a Polícia Federal copiou e analisou, para comprovar que era mentira. É relatório da Polícia Federal. A informação do Sr. Buratti de que eu liguei dos Estados Unidos é uma outra mentira comprovada pela Polícia Federal. Não sou eu que estou dizendo, Excelência. É a Polícia Federal que está dizendo. É o próprio Dr. Nunes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O Sr. Buratti quer falar?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Só quero dizer que ele me ligou dos Estados Unidos. Eu não precisaria falar isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Mas ligou para dizer o quê?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Ele me ligou para falar que o contrato tinha sido assinado; que o contrato não foi assinado nas condições... Dos Estados Unidos ele me disse que estava. Ele que me disse. Eu não sei se ele estava nos Estados Unidos. Apareceu o tom zero.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Mudou agora. Mudou, mudou. Está certo.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Aí ele ligou e disse isso. Disse que ele sentia que eu poderia ser uma pessoa que faria a relação com a Caixa. Ora, ele pode negar isso a vida inteira. Eu vou afirmar a vida inteira. Paciência!

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Mas o contrato já tinha sido assinado.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Já, porque depois que o contrato foi assinado, Senador, vários fatos aconteceram. Ontem, por exemplo, o Sr. Enrico relatou que dias depois da assinatura do contrato o Presidente da GTech mandou, para o escritório da Fisher & Foster, documentado pelo relatório, minutas de contrato onde a GTech transferia a operação da loteria estadual de Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro para outra empresa. Quando foi no final do ano, a GTech abriu mão de um mandato de segurança, no qual ela estava com parecer favorável, estranhamente, onde ela era contra a Loterj. Então, depois da assinatura do contrato se o Marcelo Rovai afirma que nada aconteceu, eu digo que ele está... ele não está querendo falar a verdade. Eu não estou dizendo que ele mentiu. Até porque ele é executivo de uma empresa e como executivo da empresa ele não vai falar... Ele não precisa falar tudo. Ele fala somente o que quer.

É engraçado que tem coisas que ele não lembra. Um contrato de cinco milhões ele não lembra, mas outras coisas ele lembra. Então, depois da assinatura... depois da assinatura...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu não lembro, não... eu não participei da MM, meu amigo.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Depois da assinatura do contrato vários fatos aconteceram que estão nesse dossiê.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O senhor não participou mas pode ter acontecido.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O da MM?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Não. O contrato com o Sr. Walter Santos, da MM, aconteceu. Eu vi o contrato agora este ano. Eu não participei na época, em 2002, quando foi firmado. Só isso. Lembro-me muito bem dos fatos, Excelência. Em todos os sete depoimentos que fiz, fui preciso com datas, horas, locais. E, graças a isso, a Polícia Federal pôde comprovar...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu fiquei agora intrigado com uma coisa: por que o senhor deu satisfação ao Sr. Buratti, em junho de 2003, muito tempo depois de o contrato ter sido assinado?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Excelência, o senhor me perdoe, nunca liguei para o Sr. Buratti em junho. Digo aqui que essa é a pura verdade. Todos os meus telefonemas foram abertos. Não existe essa

ligação, Excelência. Não existe, absolutamente. Eu não ia chamar um bandido para me ajudar na Caixa, quando eu já tinha um contrato firmado, as relações com a Caixa estavam melhorando dia a dia.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Senador, eu queria me retirar. Não vou tolerar que ele... Vou me retirar. Se ele não retirar isso... Ele me chamou de bandido.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não pode se retirar.

O senhor está fazendo a acusação. Bandido em que sentido?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Uma pessoa que pede dinheiro para mim... Para mim, isso é ser bandido.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Há vários. Quero saber aqui, para que ele se explique e deixe registrado, porque isso tudo aqui está sendo gravado. V. Sªs vão ter de responder, porque, neste País, há bandidos de muitos tipos. Então, é preciso que se esclareça o que o senhor quer dizer.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O que o senhor está dizendo aqui... Não se esqueçam de que os senhores estão envolvidos na Justiça, no Ministério Público e na Polícia Federal. Essa é uma contribuição muito forte para isso.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Não tenho a menor dúvida, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E vamos fazer com que ele chegue. Então, quando V. Sª usa a palavra "bandido" com qualquer um deles aqui, V. Sª tem de esclarecer.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Porque bandido não queremos aqui generalizar.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Não, de maneira alguma. Para mim, bandido é uma pessoa que pede dinheiro para outra e tenta extorquir para obter vantagem. Para mim, foi o que ele fez. Não tenho a menor dúvida de que ele fez. Não é o que acho. Ele fez.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem o senhor acha que é bandido aqui, desses cinco?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Aí é quadrilha, Sr. Presidente.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Bandido aqui? O Sr. Buratti e o Sr. Waldomiro. Não tenho a menor dúvida.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) **–** Sr. Presidente, acho que essa linguagem...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Isso é um desacato. Cerque-se de provas!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou pedir a V. Sª...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Cerque-se de provas, porque vou apresentar uma queixa-crime contra você! Você vai provar essa extorsão que você fala para encobrir as irregularidades da sua empresa no mundo todo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Rovai, vou solicitar a V. Sª que, por favor, não utilize mais essa palavra, com acusação a nenhum dos senhores. Tenha respeito a todos eles!

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Pois não, Excelência. Atenderei ao pedido do senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª está passando do ponto em relação a esse tipo de acusação. Queria que V. Sª se controlasse, porque temos de respeitar todos que aqui estão. Estão convocados, estão cooperando. E, se o senhor não tiver argumentos, não tente apelar. É isso que estamos aqui solicitando a V. Sª.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Peço desculpas a esta Comissão. E não repetirei.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, gostaria que se alertasse também que V. Exª pode mandar prender em flagrante se houver desacato aqui. Não é o caso, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É, mas estamos pedindo tranqüilidade e vamos concluir.

Continua a palavra com o Relator.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, se V. Exª apelar para cada um descrever o fato, em vez de adjetivar as pessoas, será melhor e mais produtivo para todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, pediria a V. Exª que assumisse a Presidência por alguns minutos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, enquanto V. Exª se afasta, eu só queria observar...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, eu volto, é rápido. Vou só dar uma entrevista.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – …eu queria observar que, ainda que tenha havido protestos, na verdade, a CPI dos Bingos, hoje, atendeu ao apelo do Presidente Lula, ao convocar para esta reunião pessoas que lidam com...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Não, nada disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concordo com V. Exª e discordo totalmente da declaração do Presidente da República. Eu acho que ele

perdeu uma boa oportunidade de ficar calado. Tem que respeitar o trabalho dos Senadores.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas acontece que…

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele não tem nada a ver com esta CPI. Ele não está cuidando do Governo dele e não tem que se meter aqui, nesta CPI. Eu lamento dizer a V. Exª que não concordo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – E esta reunião estava marcada muito antes...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Ele é o rei do trambique hoje, então ele é quem tem que parar de fazer apelo e nós temos que parar de fazer isso. Nós não aceitamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu queria que o Relator voltasse a usar da palavra, para acalmarmos o ambiente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Sr. Rovai, no dia 1º de abril – já foi comentado este fato aqui –, estava prevista a assinatura do contrato...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Estava.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – ...o que não chegou a ocorrer, tendo em vista que houve uma pendência. E essa informação foi passada ao senhor pelo Sr. Paulo Bretas.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** O Paulo Bretas, no dia 31, à noite, informou que existia uma pendência para a assinatura do contrato e que quem conhecia essa pendência era o Dr. Enrico Gianelli, advogado da GTech. No dia 31 à noite, ele não chegou a cancelar a assinatura do contrato do dia 1º.

Durante a manhã do dia 1º, houve um adiamento do dia 1º para o dia 2, e a informação é de que o Presidente Matoso, Presidente da Caixa, a princípio, ia participar da assinatura do contrato, mas ficou impossibilitado, porque estaria em São Paulo, fato que eu, inclusive, confirmei pela Internet.

Então foi transferida do dia 1º para o dia 2. No dia 2, à tarde, por volta das cinco ou seis horas da tarde, quando estávamos chegando ao prédio da Caixa, recebi uma ligação da assistente do Vice-Presidente Paulo Bretas, informando que seria de novo postergada a assinatura do contrato.

Nesse momento, ele não disse os motivos, mas nos próximos dias me informaria.

Voltando a São Paulo, no dia 3, recebi informações da Vice-Presidência, de que teria que haver algumas alterações na minuta, etc., como está nos documentos do Dr. Enrico, que são verídicos e reais. Então ela foi remarcada para o dia 8. Essa foi a seqüência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Mas o Sr. Enrico Gianelli, em depoimento aqui também, negou essa versão de V. Sª e disse mais: que, de fato, o contrato não foi assinado no dia 1º de abril, e V. Sª ficou ameaçando-o.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Ameaçando? Nunca ameacei Enrico Gianelli.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O senhor disse aqui.

**O SR. ENRICO GIANELLI –** Não nessa ocasião.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Em nenhuma ocasião ameacei Enrico Gianelli.

**O SR. ENRICO GIANELLI –** Eu queria fazer um aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Fale, Gianelli.

**O SR. ENRICO GIANELLI –** Eu queria fazer uma colocação.

Primeiro, não sei usar uma palavra gentil; é mentira! Ainda bem que o Sr. Rovai acabou de dizer que os documentos que tenho aqui são verdadeiros, e eles mostram exatamente o contrário do que ele está dizendo.

Como contra documento não há argumento, o Sr. Rovai está mentindo.

Eu já relatei, deve estar gravado, não vou tomar o tempo dos senhores, mas ele está mentindo.

Com relação à "bolada nas costas", que é um negócio que ficou engasgado, isso é complicado porque é uma afronta, mais uma, aos advogados, especialmente a mim, que, no exercício da profissão, prestei serviços para eles, e prestei bons serviços. Tão bons serviços e sempre de forma reta e...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O senhor recebeu quanto?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Eu tinha um contrato com a GTech que era pago, como em toda multinacional, por hora. Eu recebia à medida que trabalhava.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Mas não chegou a receber 5 milhões?

**O SR. ENRICO GIANELLI –** Não. Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Mas não sabe quanto?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não. Eu recebia todo mês. Era por hora. Você faz o riport, trabalha 5, 6 horas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Taxímetro?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Taxímetro. Isso é comum em escritórios grandes.

O Sr. Antônio Carlos Rocha quando precisa de mim, do advogado que estava extorquindo, junto com

o Sr. Rogério, quando precisa de um advogado particular para ele, ele Antônio Carlos Rocha, recorreu a mim. Isso em setembro, Exª. A mesma empresa que estava sendo extorquida com a minha ajuda, e eu maquinando com os advogados Walter Santos, com Rogério Buratti, continua utilizando o meu serviço até dezembro. Eu quero deixar claro. Até 17 dezembro a GTech continuou utilizando normalmente os meus serviços, quando eu, Enrico Gianelli, renunciei às procurações por não concordar com a forma, com a qual, a GTech estava – vim a descobrir – conduzindo os seus negócios. Esse é o limite da minha explicação. Isso está consubstanciado aqui. Tem a minha carta do dia 17 renunciando, ou seja, a afirmação que inclusive o Sr. Rovai fez aqui, de que ele..

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Falou que eu mandara embora, na última CPI que ele veio.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – É mentira!

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Eu só quero ler sobre esse assunto do dia 1º, as declarações do Sr. Marcelo Rovai ontem, até colabora com o Enrico, porque o Marcelo Rovai, na acareação, ontem, ele falou antes do Enrico, não é?

Então ele falou assim: Aquela reunião fechada. No mesmo dia, pela manhã, dia 1º, o Sr. Enrico Gianelli retornando às ligações efetuadas pelo acareado no dia anterior, informa não conhecer pendência de caráter jurídico em relação á negociação do contrato com a CEF, mas que a não-contratação do Sr. Rogério Burati anteriormente poderia ser esse impedimento. Pelo fato dom acareado desconhecer Rogério Burati, quando informado do fato, o Sr. Antônio Carlos Rocha passou a explicar ao acareado que era Rogério Burati. Que o Sr. Antônio Carlos Rocha informou que o Sr. Rogério Burati tratava-se de um possível consultor, indicado pelo Sr. Enrico Gianelli ao Sr. Marcos Andrade, por volta de janeiro ou fevereiro daquele ano. Que no final de janeiro ou início de fevereiro havia necessidade de um consultor para obter contato com a nova alta direção da Caixa. E uma vez que o Sr. Afrânio logrou sucesso com a reunião com o Presidente da Caixa, o Sr. Antônio Carlos solicitou ao Sr. Marcos Andrade ao Sr. Enrico que abortassem as conversas com o Sr. Rogério Burati referente à sua possível contratação. Quando o advogado Enrico apresentou a cronologia da assinatura do contrato, essa versão não é mais verdadeira. Ele hoje falou a mesma versão, que é a versão verdadeira. Por que o contrato não foi assinado? Não foi porque o Rogério Buratti impediu, mas porque haviam pendências jurídicas comprovadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL–SP) – Essa Kelly que está no mapa político era do escritório do Kissinger mesmo?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – É, sim, senhor. Presta serviço para a GTech.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ainda presta?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Presta, no mundo inteiro.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu gostaria de, em determinado momento, aqui, em função de uma colocação feita pelo Senador Eduardo Suplicy, que, infelizmente, foi levantada, já que em cima de uma declaração dada pelo Presidente Lula, feita ontem, e que irritou, com certeza, todos os membros desta CPI, não só pelo desrespeito como foi feito, como pela inadequação como foi colocada. E como isso era uma coisa que está um pouco na garganta de todos nós, no momento em que o Senador Suplicy apoiou e procurou defender essa colocação feita pelo Presidente Lula, eu, na verdade, acho que usei uma expressão talvez inadequada e queria pedir aqui, publicamente, desculpas em função de ter feito essa referência ao Presidente.

Agora, faço isso com toda tranqüilidade, como com toda tranqüilidade reafirmo que esta acareação de hoje prova e comprova que neste momento e na negociação da GTech com a Caixa Econômica, com a intermediação, houve uma série de irregularidades graves, com conhecimento de parte importante do Governo e com jogo de influências e com pagamento de propina. Parece-me, hoje, absolutamente inacreditável a colocação feita pelo Sr. Gianelli de que emprestou 250 mil e tirou 250 mil de uma empresa que não prestou serviços à GTech e que foram pagos cinco milhões. Isso, para mim, claramente, demonstra o pagamento de um favor feito por um serviço, por um contrato que foi desvantajoso e usado em função de influências externas à técnica da Caixa Econômica. E isso tem se repetido.

O Presidente Lula, cujo Governo, cuja pessoa física está inteiramente rodeada, Senador Suplicy – isso ninguém pode negar, isso não é acusação, é um fato – o seu Chefe da Casa Civil, o Sr. Ministro ligado à Casa Civil, que tem um filme aqui do senhor recebendo propina, não há o que negar existe um filme.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Pedindo propina.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Pedindo propina, desculpa. É diferente de receber. O senhor pedindo propina, de uma maneira absolutamente

inadequada, representando o Ministro da Casa Civil, que era um homem forte do Governo.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – A fita é de 2002.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – De que época de 2002?

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Meados de 2002. Agosto.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Representando a Governadora Benedita?

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO –** Não estava representando ninguém ali.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor estava pedindo propina por si só?

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – V. Exª está me fazendo uma pergunta. Já expliquei aqui que eu...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu quero que explique agora.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – ... eu estava ali a pedido de um amigo, tentando resolver uma questão salarial dele.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas aqui há uma parte que era para campanha do PT?

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Não, senhor.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Tudo era só para o amigo?

Sr. Cachoeira, se não me engano havia alguma parte para a campanha ou era só para o amigo dele?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Ele pediu 1% para ele. Ele não falou de amigo dele.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Ele não falou de amigo dele. Ele pediu para ele. Mas havia uma parcela que era para a campanha eleitoral?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Ele pediu para ajudar campanhas eleitorais também.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Da Erundina, do PT.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Está dito na fita.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – É do PT.

Então, uma parte vai para o PT, que é do Presidente Lula, e uma parte para o senhor, pessoalmente. Foi o que aconteceu, é o que está na fita. O fato é esse. Isso é propina, isso é achaque. Disso não tem dúvida. Está gravado e regravado. O senhor estava muito próximo do Ministro José Dirceu. O Ministro José Dirceu mais próximo ainda do Presidente Lula, que estava próximo do Delúbio, que era Secretário-Geral do Partido; que estava próximo do Marcelo Sereno; que estava próximo do Silvio, Silvinho, que recebeu uma L*and Rover*, que tem negócio escuso com a Petrobras; que estava próximo a seu Ivan Guimarães, que tinha negócio escuso no Banco do Brasil. Então, essa é a teia que hoje é absolutamente clara.

O Presidente Lula não tem o direito, não tem condições de ficar pedindo, exigindo nada da CPI. O Presidente Lula hoje só tem uma condição: fazer aquele discurso de alguns meses atrás, pedir desculpa ao País e ficar de cabeça baixa, baixinha, aguardando o desenrolar desses acontecimentos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, tendo sido citado...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. V. Exª é independente. Pode usar a palavra. Não precisa citar o art. 14. Pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Primeiro, quero ressaltar que acho importante o pedido de consideração por parte do Senador Tasso Jereissati, que havia se excedido na sua manifestação. Também quero aqui manifestar o meu respeito a esta CPI, até porque, quando fiz a observação... Aqui muitas vezes fazemos observações levando em conta o bom humor, para que possamos desanuviar, às vezes, o verdadeiro tiroteio que estamos hoje sendo convidados a assistir, mas positivo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª achou que ontem o Presidente da República também estava com piadas?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois bem. O que eu quero aqui registrar é que eu deveria ter levado em conta que esta acareação, que está trazendo resultados positivos para o País, para o Congresso, para esta CPI, foi previamente planejada, muito antes das observações ontem feitas pelo Presidente. Então, também corrijo a minha observação, feita aqui de bom humor.

Quero ressaltar também o seguinte: há pouco, estávamos observando que esses pagamentos da GTech para a MM, o primeiro deles foi realizado dia 17 de outubro, dez dias antes do segundo turno. Isso naturalmente vai implicar que... No momento adequado, estou-me inscrevendo, sinto-me na responsabilidade de saber quando é que começaram esses procedimentos.

Para o momento é só, porque eu quero acompanhar agora a continuidade da argüição do Senador Garibaldi Alves. Inscrevi-me para, no momento adequado, formular as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Garibaldi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Waldomiro, acho que V. Sª ficou devendo um esclarecimento a esta CPI quando aqui esteve, durante o seu último depoimento. V. Sª disse que, no dia 25 de março de 2003, esteve na Caixa Econômica, mas deixou de informar do que V. Sª foi tratar lá, na Caixa Econômica, às vésperas da assinatura do contrato entre a Caixa e a GTech.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Sr. Senador, na oportunidade, respondi com clareza. Talvez não tenha sido...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com quem V. Sª falou?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Foi... Constou...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dia 25 de março de 2003.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Exatamente. Constou da minha agenda uma reunião na Caixa Econômica Federal. E eu compareci a esta reunião. Só que essa reunião não aconteceu, porque as pessoas que estavam pautadas para estar nessa reunião comigo não tinham a informação. Essa reunião não existiu, tanto é que todas essas pessoas que...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Exª foi à Caixa?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Fui. Fui e entrei, tanto que tem registro na portaria da Caixa. Entrei e subi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não entregou, inclusive, o crachá de visitante, não é?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Não. Aí é um problema administrativo, porque eu entrei no dia 25 e o crachá só voltou a ser registrado ou dado baixa dia 4. Aí já é um problema administrativo, porque eu não poderia ter ficado dentro da Caixa do dia 25 até o dia 4. Foi um problema administrativo. A reunião não aconteceu; as pessoas que estariam na reunião absolutamente não tinham nenhum envolvimento com o procedimento de renovação de contrato. Essa reunião não aconteceu. Todos já deram esse depoimento.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa reunião seria com quem?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Essa reunião seria com o Sr. Carlos Borges e com mais dois ou três subordinados dele. Essa reunião não aconteceu, tanto é que todos já prestaram esclarecimentos de que essa reunião não aconteceu.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E não era para tratar sobre o contrato da GTech?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Não, porque nenhuma dessas pessoas tinha envolvimento direto com a tratativa de renovação do contrato. Quero deixar isso bem claro.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Polícia Federal identificou que V. Sª é sócio de uma faculdade em São Paulo e da empresa TBA-WD. Isso está correto? O senhor é sócio de alguma outra empresa?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Essa empresa não existe mais. Essa empresa foi constituída no ano 2000, 2001, não existe mais. Ela fechou até por absoluta falta de aluno. Isso foi declarado no Imposto de Renda, mas essa empresa não existe mais. As atividades dela foram encerradas. Ela tentou reabrir, mas não existe. Faz tempo já que está fechada.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Carlos Cachoeira, no Coaf consta uma ocorrência de saque no valor superior a R$100 mil efetuado por V. Sª, na condição de procurador, em conta bancária pertencente ao Sr. Henrique Alves da Silva. Quem é esse senhor? É seu parente?

**O SR. CARLOS CACHOEIRA** – Ele é parente de um irmão meu. Ele é de Anápolis. Ele não é do meio.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Marcelo Rovai, vou fazer referência ao seu depoimento anterior a esta CPI, quando V. Sª disse que a empresa Dreamport, pertencente à GTech do Brasil, fechou há alguns anos.

O jornal **Correio Braziliense**, em março de 2004, denunciou que a Dreamport explorou irregularmente, de 1997 a 2000, os jogos de vídeo-loteria interativa *on-line*, conhecidos pelo nome fantasia de *Slots*, no Estado de Minas Gerais. O que o senhor tem a dizer a esse respeito?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Nada, eu nem estava na GTech, não tenho conhecimento desse assunto, entrei em 2002 na GTech.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Nunca ouviu falar nisso? Não ouviu falar nisso?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Na Dreamport? O nome já ouvi falar que era uma empresa que foi fechada, ou algo assim, mas não tenho informação alguma sobre isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, prossiga e voltarei depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria, na realidade, de iniciar fazendo uma pergunta ao Dr. Rogério Buratti.

Na verdade, V. Sª diz que foi convidado pela GTech para fazer um trabalho de aproximação com a Caixa Econômica Federal e que teriam lhe oferecido um valor entre R$500 mil e R$16 milhões para que V. Sª atuasse como – vamos dizer assim – lobbista, no sentido de utilizar suas influências junto, no caso, ao Ministério da Fazenda e à Caixa Econômica Federal e, assim, ajudar na renovação desse contrato.

Esse recurso era oferecido para V. Sª ou era oferecido ao PT?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – São dois momentos distintos: ontem, o Sr. Marcelo Rovai informou que o Dr. Marcos Andrade havia me sondado em fevereiro para fazer essa aproximação, onde acredito que, no organograma deles, eu ocuparia aquele espaço de pessoa que poderia aproximar ao Ministro da Fazenda, mas que não logrei êxito. Como diz ele, eles contrataram o Sr. Afrânio Nabuco. Esse foi um momento.

O segundo momento já foi em abril, quando a GTech me procurou, especificamente, para oferecer dinheiro para o PT.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Para o PT?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Para o PT.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Entre 500 e 16 milhões?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Exato.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E, na realidade, esses valores eram de acordo com o tamanho do contrato, com o desconto etc.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Exato. Se o contrato permanecesse como estava negociado na Caixa, R$15 milhões, 15% de desconto, perdão, eles contribuiriam com 500 mil, se conseguissem obter benefícios de redução de prazo, de aumento de prazo e redução de desconto, poderia chegar até 16 milhões essa contribuição ao Partido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E o que V. Sª fez com essa proposta? Chegou a falar no Ministério da Fazenda?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu levei ao Ralf, que era a pessoa que tinha me dito que a GTech dentro da Caixa havia procurado um contato com o Ministro Palocci, e, no mesmo dia, deve ter conversado com o Ministro Palocci, me retornou dizendo que o Palocci não iria interferir nessa negociação com a Caixa.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E todas essas ligações que, a partir daí V. Sª fez, não só para o Sr. Enrico Gianelli, mas para o Sr. Ralf Barquete, para outras pessoas, esse Secretário particular do Ministro Palocci, chamado Ademias, para o Dourado, todas essas ligações que o senhor fez, na época, não dão assim uma idéia de que V. Sª continuou, de certa maneira, tentando ajudar a GTech ou V. Sª simplesmente parou?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Apesar de a GTech ter continuado mantendo contato comigo ao longo daquela semana, que, nas palavras da GTech, do Marcelo Rovai, era para empurrar o bandido, como ele explicou, era para fazer um teatro, eles continuaram conversando comigo, e eu reportava as conversas ao Ralf. Se ele levava essas informações ao Ministro, eu não tenho conhecimento, porque a mensagem foi muito definitiva, do Ministro, inicialmente, de que ele não iria interferir.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, o senhor continuou conversando em nível do Ralf? E ele é que...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Ele é que levava ou não essas mensagens à frente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas, no final, a GTech não pagou nada a V. Sª por esse trabalho?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, a mim, não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele também confirma que não pagou nada a ele?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu não procurei o Sr. Buratti para oferecer dinheiro a ele nem a PT nem a ninguém nem pedi.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas V. Sª diz que ele o procurou e pediu dinheiro, é a sua versão.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Ele procurou e pediu dinheiro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, então, nas duas versões, tem dinheiro no meio, na sua e na dele, varia o valor.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – A minha não é versão, a minha é verdadeira e não pagamos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Verdadeira para o senhor, cada um conta a sua versão. Nós é que vamos dizer o que é verdade.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Perfeito, não pagamos nada.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Cada um diz o que quer e acreditamos no que quiser.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Perfeito, do valor que ele nos acertou não pagamos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Assim, não tem verdade nem mentira, cada um vê o mundo do ponto de vista onde está, V. Exª vê de um jeito, ele vê de outro, eu vejo de outro, o Presidente vê de outro, o Senador ACM, que é o nosso grande Líder, também vê melhor que nós, porque é mais antigo, mais expe-

riente. Então, na realidade, temos essa situação. V. Sª diz que não pagou para ele.

Pergunto ao Sr. Gianelli: V. Sª que acompanhou de perto todo esse processo, teve esse contrato da MM, que é interessante, porque foi assinado em 2002, já no final do período, foi pago já em 2003, mas uma coisa interessante nas datas é que, nos dias 16, 17 e 22/6/03, pouco depois da renovação do contrato, essa empresa MM sacou em dinheiro, através de um carro-forte, R$2 milhões, R$2,5 milhões e R$1,2 milhão, em *cash*. Então, Sr. Gianelli, que participou disso, havia outro grupo, no caso o do Waldomiro, que, pelas afirmações do Sr. Carlos Cachoeira e pela própria afirmação do Sr. Marcelo Rovai, também tentou influenciar nesse processo e, na realidade, se encontrou com a GTech três vezes.

A primeira vez, tudo bem, foi só uma apresentação, mas da segunda e da terceira vez, pelas ligações e tudo isso, é difícil acreditarmos que não havia negociação em termos dessa influência.

Então, eu perguntaria ao Sr. Gianelli: esse recurso da MM Consultoria, V. Sª que acompanhou tão de perto, não acha que isso foi uma forma antecipada de reservar recursos para pagamento dessas propinas?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, não acho.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que V. Sª também acha que a GTech entrou nesse problema todo, negociou com um lado...porque que negociou com o Sr. Rogério Buratti, negociou, ele oferecendo ou o Sr. Rogério Buratti, pedindo, a negociação existiu. Tanto é que o Sr. Rogério Buratti falou com o Sr. Ralf, levou até o Ministro da Fazenda. Que negociou com o Sr. Waldomiro também negociou, porque o Sr. Waldomiro, o Sr. Carlos Cachoeira levou lá, lá, ele ficou em duas reuniões. Então, na realidade, houve toda uma negociação. E o senhor acha que, no final, o contrato foi assinado, foi adiado por uma semana, na hora de assinar o contrato houve telefonema de lá e de cá. E o senhor acha que não foi pago nenhum tostão de propina a ninguém?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Exª, o próprio Rovai e o próprio Rogério e o próprio Sr. Waldomiro confirmam que, na verdade, eu não participei de nenhum tipo...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não, não digo que V. Sª tenha participado...

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Agora, eu não acho.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Você acha que não houve nenhum pagamento de propina?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, seria até leviano de minha parte.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Seria o quê?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Leviano de minha parte. O que eu estou afirmando, eu estou comprovando, aí eu estaria conjeturando.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, então quer dizer que ninguém está errado nisso?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Eu não acho. Não acho que houve pagamento de propina.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu gostaria também de fazer uma pergunta que eu fiz ao Sr. Waldomiro Diniz e que ele não respondeu.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Pois não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Por que V. Sª se recusou a responder as perguntas na Polícia Federal? Todos os outros responderam e V. Sª não respondeu.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Sr. Senador, esqueci de responder a pergunta de V. Exª. Tem sido uma orientação dos meus advogados que, no depoimento perante a Polícia Federal – eu já respondi isso ao Senador Romeu Tuma em outra oportunidade em que aqui estive –, não é por falta de respeito ao delegado nem à instituição, é a orientação dos meus advogados que eu cumpro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Sª não responde nada à Polícia? Quando é convocado na Polícia V. Sª não responde nada, em nenhuma situação?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Tenho-me reservado ao direito constitucional de me manter em silêncio.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Perguntaria ao Sr. Gianelli, em relação a essa questão dessa advogada americana, o que V. Sª sabe sobre isso? Qual a relação entre a GTech e essa advogada? Qual foi a influência dela aqui? Diz que V. Sª tem uns *e-mails* que comprovam a influência dessa advogada nos contratos da GTech.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Na verdade, eu não sei se ela é advogada, sei que ela trabalha num escritório chamado Kissinger McCarter, que é um escritório renomado nos Estados Unidos, conhecido como lobista.

Não tenho nenhuma referência outra, o que eu sei é que ela esteve, junto com o Sr. Marcelo Rovai, em algumas reuniões com o Ministro Graziano, se não me engano, como está no mapa aqui, no Political Agenda.

Agora, não tenho nenhum outro detalhe. Mas são escritórios de *lobby*. E o *lobby* nos Estados Unidos não tem absolutamente nada de ilegal, é uma atividade perfeitamente lícita e sem nenhum problema. Mas essa moça estava aqui fazendo algumas reuniões, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor disse que tem uns *e-mails* aí....

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não com relação à Kelly. A única coisa que eu tenho com relação à Kelly... Os *e-mails* são de outra coisa, que não tem nada a ver com esse caso. Os *e-mails* são toda a minha relação para demonstrar que, na verdade, entre o dia 31 de março e dia 8 de fevereiro, o problema que existia não era um problema de interferência de Ministro da Fazenda, interferência de Rogério, interferência de ninguém, era um problema jurídico que existia, que me foi comunicado e o tratei juridicamente, com troca de e-mails, sempre informando o Sr. Marcelo Rovai.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Em relação a essa questão do Buratti, que V. Sª foi intermediário. No que V. Sª acompanhou, foi a GTech que convidou o Sr. Buratti, que fez uma oferta de dinheiro, ou foi o Sr. Buratti que procurou a GTech e cobrou um determinado valor para interferir no processo? Quem está com a verdade, o Sr. Buratti ou o Sr. Marcelo?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Exª, eu não participei dessa reunião. Portanto, eu não posso esclarecer isso, seria leviano de minha parte.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas quem procurou o Sr. Buratti foi V. Sª?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Ah! Sim, a pedido...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A pedido da GTech?

**O SR. ENRICO GIANELLI** –...do Sr. Marcelo Rovai, que recebeu uma indicação de dentro da Caixa.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – De dentro da Caixa ou do Sr. Waldomiro?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, o que ele me disse é que era de dentro da Caixa. Isso está consignado inclusive no meu depoimento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, Sr. Marcelo, quem indicou o Sr. Buratti a V. Sª?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Ninguém, o nome do Rogério Burati nunca foi vinculado dentro da Caixa Econômica Federal.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Como ele disse que foi dentro da Caixa?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Porque é mentira, Exª! Não solicitei a ele que procurasse o Sr. Rogério Buratti, nunca.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quem procurou o Sr. Rogério Buratti foi você? Foi o Gianelli?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Fui.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Você procurou por iniciativa própria?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, a pedido do Sr. Marcelo Rovai.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, há uma discordância entre os dois. V. Sª diz que não pediu e ele diz que pediu.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Encontraram-se num negócio de moto ou no banheiro, não lembro, mas eles se encontraram antes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, o Sr. Buratti, quando o Sr. Gianelli...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Diga o que o senhor sabe para a gente esclarecer. O senhor sabe de tudo isso aí, o senhor fique à vontade.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Acho que o senhor não está dizendo tudo que sabe.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Essas alusões a banheiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Se o senhor falar a verdade aqui nós saberemos quem está falando a verdade ou não. O senhor sabe de muita coisa, conviveu nessa relação de advogado da GTech. Então, o senhor sabe muito. Abra o jogo.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – O Sr. Marcelo Rovai, dentro da estratégia macro da GTech de tentar uma reaproximação, isso é fato, dito por ele mesmo, estava com problemas para ter contato com a Caixa, a relação estava deteriorada, etc, etc.

Então, o Sr. Marcelo Rovai recebeu uma indicação de que o Sr. Rogério Buratti poderia ser um dos – que isto fique bem claro –, consultores para essa reaproximação. Essa reaproximação era um trabalho maior, dentro do qual também passava, evidentemente, a renovação do contrato. Agora, a renovação do contrato não terminava na renovação do contrato. Obviamente, a relação continuava. Por isso, uma preocupação, até legítima, da GTech, em querer restabelecer esse relacionamento que estava deteriorado.

Por essa razão é que o Sr. Marcelo Rovai me pediu para fazer esse contato. Fiz, o apresentei, não participei da reunião. Por isso que não posso esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor apresentou o Sr. Buratti ao Sr. Rovai.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Sim, sem dúvida alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor falou um dos consultores. E os outros, de que o senhor tinha conhecimento?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Tem o próprio Kissinger, o escritório do... É aquele Henry Kissinger, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Lá dos Estados Unidos, o todo-poderoso?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Aquele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O que ele tem a ver com o Sr. Buratti?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não tem nada, absolutamente nada, a ver com o Sr. Rogério Buratti.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a GTech, então?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Com a GTech, sem dúvida alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É o quê? Um dos braços da GTech?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Um dos braços da GTech Corporation, que atua mundialmente. Gente extremamente poderosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mesmo assim, teve de contratar o Valter dos Santos Neto?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, teve de contratar o Afrânio para marcar uma reunião.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Talvez o Henry Kissinger tenha indicado o Valter Santos Neto. Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Carlinhos Cachoeira. Acho que V. Sª está dizendo menos do que sabe, V. Sª é do mercado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª traz aqui o Henry Kissinger...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não fui eu, foi o Sr. Enrico Gianelli.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu gostaria realmente de saber, realmente, um pouco mais. Será?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, pediria que V. Sª me garantisse a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, só quero pedir ao Senador José Jorge que o Sr. Enrico Gianelli entre mais um pouco em detalhes sobre o Sr. Henry Kissinger.

Senador Suplicy, ele vai falar sobre a solicitação de V. Exª.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – O escritório do Kissinger, na verdade, tem mais de um sócio. É Kissinger & McCarter. O Kissinger dispensa qualquer tipo de apresentação, é o Henry Kissinger, que é um dos titulares, e o outro, que é o tal de McCarter, desculpem-me, o meu inglês não é lá essas coisas, é o ex-Secretário do Governo Bill Clinton. Eles são os lobistas contratados pela GTech Corporation para todas as relações, digamos assim, vamos chamar institucionais. E, dentre o corpo deles, tem essa tal de Kelly, que veio ao Brasil várias vezes.

Queria também dizer que, dentro da própria GTech, não tem só o Sr. Kissinger & McCarter, que faz esse tipo de coisas, tem um corpo de investigação próprio, com ex-agentes do FBI que vêm e voltam ao Brasil para fazer levantamento de pessoas. Eles atuam quase que como uma polícia aqui dentro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A Srª Kelly vinha fazer o quê aqui?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Vinha aqui para, como mostra no Political Agenda, para tentar um contato, que eu saiba, junto ao Governo, para apresentar a GTech, para ver se melhorava a imagem da GTech junto ao Governo; para fazer, enfim, o trabalho que ela faz, talvez, nos Estados Unidos e em outros países. Eu acho que esse *lobby* quem pode explicar melhor é o Sr. Marcelo Rovai, que teve as reuniões com a Srª Kelly aqui no Brasil e o que ele conhece lá dos Estados Unidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que a Srª Kelly era ou é uma lobista da GTech, que veio ao Brasil para influenciar junto a figuras do Governo, vamos dizer assim?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – É o que inclusive o Sr. Marcelo Rovai acabou de confirmar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conheceu a Srª Kelly?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Conhece.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Ela é funcionária do escritório de Kissinger, McCarty, que é um escritório que trabalha para a GTech no mundo todo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem.

O senhor confirma o que ele disse?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI**– Que é um escritório que trabalha para a GThec.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas que ela veio aqui para influenciar a decisão?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, de novo: essas pessoas, como um todo, não existe nada de mal, nada de ilegal, não existe propina, nada. São pessoas que têm algum tipo de conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu sei que, lá nos Estados Unidos, ser lobista é uma profissão. Aqui no Brasil, não. Não há nada que regulamente. O senhor sabe disso, não é?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, não senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois fique sabendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu gostaria de perguntar ao Sr. Carlinhos Cachoeira o seguinte:

na realidade, o senhor é do mercado. Então, o senhor acompanhou e eu imagino que, com muita atenção, toda essa renovação do contrato da Caixa Econômica Federal. Quer dizer, na realidade, era um assunto importante. Naquela época, o Governo tinha um projeto para regularização do jogo, inclusive dos bingos, no Brasil. Esse projeto estava sendo discutido na Casa Civil; outras pessoas já estiveram aqui e participaram da regulamentação; na mensagem anual que o Ministro José Dirceu trouxe aqui para o Congresso, no início do ano legislativo, estava incluído que o Governo iria enviar um projeto de regularização dos bingos. Com aquela questão da divulgação das fitas e do escândalo que houve com o Sr. Waldomiro Diniz etc., o Governo, em 48 horas, baixou uma medida provisória extinguindo os bingos, e deu todo aquele problema que eu não vou citar aqui.

Então, pergunto o seguinte: nesse acompanhamento que V. Sª fez disso tudo – inclusive lhe interessava diretamente, porque o efeito em relação à questão do Waldomiro Diniz com a medida provisória é devastador para todo tipo de jogo no Brasil –, eu queria saber se V. Sª, como acompanhou essa renovação, qual era a notícia do mercado quando isso foi renovado? Havia esses grupos lutando para interferir junto ao Governo para fazer um contrato melhor com a GTech? Se tinha conseguido? Se esses acordos foram feitos, como esse em que V. Sª apresentou o Sr. Waldomiro Diniz? Na época, V. Sª ainda era amigo do Sr. Waldomiro. Quer dizer, amigo entre aspas, quer dizer, conhecia.

**O SR. CARLINHOS CACHOEIRA** – Exato.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não tinha havido ainda o rompimento entre os dois.

O que V. Sª soube na época? O que V. Sª poderia nos dizer aqui do que o mercado dizia? Não precisa ser a verdade; precisa ser aquela notícia, porque o mercado sempre sabe das coisas, não é, independente de ser uma verdade comprovada. V. Sª não vai precisar comprovar nada do que disse aqui. Só queria que V. Sª dissesse qual a opinião do mercado? Quando estava para ser renovado? Quando foi renovado? O que aconteceu? Se pagou ou não pagou, etc.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Como o nobre Senador Antonio Carlos me inquiriu antes, eu não posso conjecturar, mas a transformação para 25 meses foi aquém do esperado, acredito até pela GTech – essa foi a noção que a gente teve do mercado. Só.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que, na realidade ...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Acima do esperado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E o desconto de 15%? Era maior ou menor?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Aí, eu já não entro na linha do juízo de valor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – No detalhe, mas na realidade o mercado achava que seria uma renovação por um prazo mais curto.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Mais curto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E em relação à questão desses grupos? Depois que V. Sª apresentou o Waldomiro a GTech?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Correto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E que eles tiveram essas duas reuniões, ele nunca lhe falou do que estava acontecendo, dos entendimentos, do que ocorria na relação com a GTech?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, não nunca foi dito mais nada, nem que estava se encontrando com o pessoal da GTech.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mesmo V. Exª também era parte do processo?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Eu só fiz a primeira apresentação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Era o segredo do negócio, vamos dizer assim, por isso que não lhe falavam.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Eu acredito que sim, porque eu não fui...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – V. Sª se julga prejudicado pelo atual Governo na sua atividade?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Prejudicado por tudo isso que aconteceu, não pelo governo, mas pela imprensa ter me colocado dessa forma, de bicheiro. Preconceito, eu mexo com loteria e não sou bicheiro.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – E nos seus negócios pessoais de loteria?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Acabaram-se todos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) –Todos.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Todos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – V. Sª não tem mais ligação nenhuma?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, nesse ramo não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu quero encerrar a minha participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu esperava assim dizer logo algumas coisas mais claras aqui, porque tudo isso está acontecendo, evidentemente, está acontecendo por culpa do Governo Federal. E todos estão aqui querendo poupar. A GTech querendo poupar porque, evidentemente, tem um contrato com a Caixa e quer manter a vida toda. O Sr. Waldomiro porque pertenceu ao Governo Federal. O Sr. Gianelli porque também participou de tudo. O Sr. Carlos Cachoeira mudo, como qualquer pessoa que ignore qualquer atividade disso tudo. Ele está apenas muito simpático, mostrando que é muito bonzinho, mas não diz nada que diga respeito ao que se quer fazer.

Então, temos que levar em conta o depoimento da Polícia Federal, pegar esse depoimento e esmiuçar com o Relator, com a Polícia Federal, para que possamos tirar as coisas que devemos tirar.

O Sr. Buratti já sabe, já foi xingado aqui como bandido ou coisa que o valha, e também nós sabemos dos pecados dele. Então, é uma situação muito difícil. Devíamos estar aqui forçando a que eles falassem. Agora, ficar um falando do outro e tal e não sair nada de concreto, tem que sair alguma coisa de concreto desta reunião, para que possamos mostrar o quanto foi útil, inclusive com relação aos bingos. A opinião deles em relação aos bingos, quem levou dinheiro ou não nos bingos. Evidentemente, que essa é uma atividade que foi toda ela de propina e propina no atual Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, para mim é isso, fica um quadro muito triste de que houve toda uma série de interferências, propinas ao redor dessas questões. E que, evidente e infelizmente, há o envolvimento profundo de pessoas ligadas ao Governo Federal, e o Governo Federal neste triste quadro.

Diria que aqui a sensação que dá é que todos mentiram e todos disseram parcialmente a verdade. E algumas coisas começam a fazer algum nexo, na minha opinião, Senador Antonio Carlos. Uma, de que havia dois grupos trabalhando, dois grupos ligados ao Governo, isso para mim está claro. A outra me parece que, cada vez mais claro com a questão da empresa e dessa ligação com essa empresa de advocacia, houve pagamento de propina. E foi um péssimo negócio para a Caixa Econômica, é o quarto ponto. Houve péssimo negócio para a Caixa Econômica. Houve pagamento de propina e aconteceram dois grupos trabalhando, alegando influência no governo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Queria completar, se V. Exª permitir, do jeito que está a GTech vai ficar sempre com a Caixa como refém, porque não passa técnica e, evidentemente, vai ficar sempre ela comandando os processos. Quer dizer, isso está provado, fora de dúvida. Acho que ninguém contesta isso. O Governo está refém da GTech.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, vi aqui com um pouquinho de tristeza, o Senador José Jorge disse que tinha que moderar o português quando as agressões foram feitas entre os participantes da acareação; mas, são coisas que acontecem.

O Senador Antonio Carlos tem razão, a grande preocupação nossa é essa posição escravagista que a GTech impunha à Caixa. Quando foi discutida aqui uma série de depoimentos, ficou claro, dentro dos depoimentos da GTech, Sr. Relator, que eles sabiam que a Caixa não teria condições de assumir a parte técnica. Não sei se é isso que o Buratti quis falar também aqui e o nosso advogado também. E isso traz uma intranqüilidade, porque esse tipo de ação de uma empresa, não por ser estrangeira, porque o nosso mercado é aberto mesmo, não é, Sr. Deputado? Mas, é uma coisa difícil. O Brasil avançou tanto em tecnologia, como não consegue na Caixa Econômica criar condições de poder explorar por si mesmo os instrumentos necessários para os jogos conduzidos por ela.

Fiz aqui uma pergunta ao Sr. Carlos Cachoeira – desculpa não falar o nome completo do senhor, o senhor me desculpe, mas acho que não se ofende, gosto de cachoeira, banho de cachoeira de vez em quando vai bem. Mas, perguntei, não sei se o senhor poderia me ajudar, quando o senhor depôs aqui... Porque fiz uma confusão num questionário ao Relator ontem, e a assessoria disse que foi o senhor que explicou, que como a GTech deu o desconto, para compensar esse desconto, propôs a criação de dois novos jogos, que seria *on-line*, pela televisão. O senhor explicou aqui, mas não me deu uma idéia real de que tipo de jogo ele falava e que o senhor rebateu aqui.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Hoje, aqui?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Aqui é. Mas estou dizendo por causa do grupo do apito, não é, Moroni?, que eles estavam fazendo jogo clandestino através da televisão. Então o juiz vendia o resultado do jogo e havia as apostas através da internet. Eu queria

saber se esse jogo existe realmente, se é clandestino, se a GTech propôs realmente estabelecer esse sistema através da Caixa?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Eu não disse isso aqui, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Hoje não, no seu depoimento outro dia.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não entrei nesse detalhe.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então houve confusão aqui. Sei que alguém depôs. O senhor teria condições de me ajudar? Alguém teria condições de me ajudar, para esclarecer a vinculação da máfia do apito com o problema do bingo, do jogo?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não necessariamente há essa vinculação. Na verdade, o que afirmei aqui, e é verdadeiro, porque está no e-mail do próprio Rovai, é que nunca foi transferida a inteligência do sistema para a Caixa Econômica, como determinava o contrato.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E há condições disso? O contrato exige isso?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** O contrato exige isso, a transferência da...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E por que o senhor acha que a inteligência não é passada ou não é exigida?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – **Olha, isso é uma decisão da GTech, quer me parecer...**

O SR. ROMEU TUMA **(PFL – SP) – A GTech ou a Caixa tem o direito?**

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS **– Desculpe, é a GTech que não está passando. O contrato exige que a Caixa...**

O SR. ROMEU TUMA **(PFL – SP) – E por que a Caixa não exige?**

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS **– É uma pergunta que tem que ser feita à Caixa também.**

O SR. PRESIDENTE **(Efraim Morais. PFL – PB) – Existe...**

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS **– Existe uma obrigação contratual.**

O SR. PRESIDENTE **(Efraim Morais. PFL – PB) – Existe isso no contrato, Sr. Rovai?**

O SR. ROMEU TUMA **(PFL – SP) – Ele foi advogado da GTech.**

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI **– Todas as condições estão previstas no contrato da GTech com a Caixa...**

O SR. PRESIDENTE **(Efraim Morais. PFL – PB) – Passar a inteligência, tem?**

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS **– Tem, passar as informações operacionais...**

O SR. PRESIDENTE **(Efraim Morais. PFL – PB) – Se não tiver, vamos ser obrigados a trazer amanhã, convocar amanhã o Presidente da Caixa, que já está convocado, e o da GTech, porque os dois estão sendo criminosos desde o tempo em que foi assinado, não é de hoje, não, da época em que foi assinado.**

O SR. ROMEU TUMA **(PFL – SP) – Deve ter uma multa no contrato. Não conheço contrato que não tenha multa.**

O SR. PRESIDENTE **(Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tem certeza...?**

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS **– Aliás, o Rovai acabou de confirmar aqui. O contrato determina que a inteligência, ele fala em inteligência, e aí há um embate entre a GTech e a Caixa do que seria essa inteligência**

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Buratti sabe alguma coisa disso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Apenas eu soube, primeiro, só um dado. Concordo com o Senador Antonio Carlos Magalhães que de fato existem dois grupos nesse processo, não tenho dúvida disso. Independente da minha polêmica com o Marcelo Rovai, se eu pedi ou se ele ofereceu, efetivamente, na minha modesta opinião, a GTech, ao procurar um outro caminho, teria tido algum tipo de problema no primeiro caminho. Então, acho que é razoável pensar que existe terço, é razoável pensar que existe algum caminho. Por quê? Porque em seguida à assinatura do contrato houve um reajuste de preços, que compensou em parte o desconto. Então, quanto a isso penso que é necessário avaliar essa relação. Na época, nesse curto período em que tratei desse assunto, ouvi várias coisas em relação a isso, mas fundamentalmente passam pela escravidão que a Caixa tem do contrato da GTech, com os códigos "fonte", uma série de coisas que não entendo, mas acho que merecem serem investigados.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – É a escravidão tecnológica.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – Escravidão tecnológica. Gostei da expressão, Sr. Presidente.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Posso falar, Senador?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – Pois não, o senhor vai falar sobre esse assunto?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Só para falar... Realmente, o contrato da Caixa com a GTech prevê a transferência de tecnologia, isso é feito, a Caixa exige sim, e a GTech passa... Existe toda uma equipe da Cai-

xa Econômica Federal dentro da GTech trabalhando na absorção dessa tecnologia, tanto que a Caixa está montando o seu sistema, tudo dentro do contrato.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – Há quanto tempo?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Que ela faz isso? Pelo menos de 2003, quando assinei o contrato com a Caixa..

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – O contrato prevê um prazo?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, senhor. Senador, não tem prazo. Foi assinado em 2003. E aí é um cronograma da Caixa. Não posso interferir no cronograma da Caixa. É a informação que tenho de lá.

**O SR. ROGÉRIO TASDEU BURATI** – E nesse aspecto, em sendo verdade o que o Marcelo falou, acredito que seja, a Caixa não é eficiente ao não conseguir absorver a tecnologia e se ver independente. Se a GTech fornece, se ele fala que fornece, acredito que fornece todos os dados necessários. Então acho que é necessário que a Caixa consiga buscar uma independência tecnológica, até para fazer uma licitação onde outras pessoas possam participar.

**A SRA. IDELI SALVATI** (PT-SC) – Senador Romeu Tuma, o senhor me permite um pequeno aparte? A gente que acompanha essa questão toda da GTech já há bastante tempo aqui no Senado, porque esse assunto veio várias vezes à pauta, além da escravidão tecnológica, que é gravíssima, porque realmente a Caixa não tinha, não teve, e teve que construir uma nova tecnologia para poder.... Tivemos ainda uma outra situação, que foram as decisões judiciais, obrigando, mantendo o contrato por decisão judicial. Que inclusive esta CPI acabou pedindo a quebra do sigilo da juíza e, infelizmente, por uma deliberação do Supremo, não conseguimos quebrar. E há fortes indícios ou pelo menos suspeita, senão eu acredito que a CPI não teria votado a quebra do sigilo de uma juíza se não tivesse fortes indícios de que as liminares para obrigar a Caixa a continuar mantendo o contrato com a GTech não podia ter algum vício, alguma suspeita de que isso podia ser algo armado para manter essa escravidão tecnológica e judicial de um contrato que indiscutivelmente é pernicioso aos interesses da Caixa e do próprio país.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – Aliás, Senadora, já requeri aqui nesta Comissão que venham para cá todas as liminares dadas pelo Judiciário, para o funcionamento dos bingos e também de tudo que se refira... Até agora não sei se chegou ou não, se o Judiciário já mandou ou não.

**A SRA. IDELI SALVATI** (PT-SC) – E essa questão tecnológica, todo um esforço da Caixa, e a informação que a gente tem é que para o ano que vem, provavelmente, parece que vai definitivamente se libertar da dependência tecnológica da GTech.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – Sr. Buratti, aqui diz assim: Que o Marcos Andrade era diretor da GTech?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Era.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – Ele foi com o senhor na Leão Leão e lá tiveram uma conversa. Qual foi o objetivo dessa visita que ele fez com o senhor à Leão Leão?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Nesse processo do dia 1º de abril...

**O SR. ROMEU TUMA** (PT-SP) – Porque ele era diretor de tecnologia. Estamos falando muito em tecnologia e me lembrei desse fato.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O Sr. Marcos Andrade, em fevereiro, me procurou, junto com uma reunião, o Enrico o trouxe a uma reunião, e ontem eu soube que ele na verdade estava me sondando para ser eu eventualmente ou não o contratado da GTech. Em março, em abril, a GTech manteve contatos comigo, do dia 1º até o dia 8.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – O senhor acha que levou um tombo por quê? Aliás, um ganho e um tombo. Não sei como o senhor quer considerar.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acho que a GTech tinha interesse em manter informações chegando ao Ministério da Fazenda. Eu acho isso.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor seria um instrumento impróprio... Sua ligação com...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acho que sim. Até isso reforça um pouco a teoria do Marcelo de que eles me empurraram com barriga independente se eu sou bandido ou não, para assinar o contrato. Agora, depois que se assinou o contrato, eu acho que é um período onde era interessante, se olhasse: o que aconteceu depois que assinou o contrato? Não é? Como é que foram as relações da Caixa, da GTech, enfim, qual foi o papel do Afrânio? Eu acho que nós não estamos falando do Afrânio, mas no mapa da GTech...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É o mais importante. Ele teve educação com meio mundo aqui.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A GTech se apresenta aqui.... Eu não estou criticando, não. Acho que é uma empresa articulada. Ela tem como um dos seus principais consultores uma pessoa importante.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Sr. tem o nome completo desse Afrânio? Ou só...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Afrânio Nabuco.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não sei. O Sr. tem o nome?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Afrânio Nabuco.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Afrânio Nabuco.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Afrânio Nabuco, mas a gente pode...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Qual era a atividade dele antes....?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O Sr. Afrânio Nabuco foi contratado como consultor da empresa. Ele foi consultor durante, assim, um ano mais ou menos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E antes? Antes. Antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador. Senador Romeu Tuma.

Dentro do raciocínio, por que foi que o Sr. se desentendeu com o Marcelo Rovai?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu me desentendo com o Marcelo Rovai pela essência. Porque Marcelo Rovai me acusa de ter achacado, e eu não achaquei. Eu fui, eu fui... Inclusive eu não me considerei ofendido por ele, quando ele me procurou para ser intermediário de uma conversa. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª foi rejeitado então por ele?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Ele disse que sim. Ele disse que sim. Mas ontem ele disse que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o Sr. disse que ele ofereceu...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Ele ofereceu. Ele ofereceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – SP) – Muito bem.

Por que o Sr. Afrânio? Como o senhor chegou ao Sr. Afrânio?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não. Não fui eu que cheguei ao Sr. Afrânio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem foi?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O Sr. Marcos Andrade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas por quê? O senhor deve saber. O senhor era quem fazia essas consultas.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI**– Não. Primeiro, eu não era, Sr. Senador, Presidente da empresa. Eu era Diretor da empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Mas o senhor conhecia o Sr....

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Sr. Afrânio?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...Afrânio?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Conheci, claro!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Conheceu?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Conheci. Ele mora em Brasília, aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, mas quem indicou ao Sr. Andrade?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não. Quem indicou ao Mário...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor sabia.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, Senhor. Mas ele é uma pessoa, uma pessoa conhecida em Brasília, uma pessoa correta. Todas as informações que nós tivemos dele: é uma pessoa corretíssima. Foi feito todo um... um processamento...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Gianelli conhecia?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Eu o conheci através da GE. Mas também confirmo com ele, é uma pessoa que me pareceu correta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Pessoa correta, eu não estou discutindo que ele não é uma pessoa correta. Eu estou sabendo como ele chegou a ser consultor.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Aí o senhor tem que perguntar ao Sr. Marcos Andrade ou ao Sr. Antonio Carlos Rocha.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Mas, só uma questão. É que a gente tem que precisar que as pessoas de fato são corretas, mas objetivamente o Sr. Afrânio...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que o senhor acha que o Sr. Buratti não foi contratado porque ele não é correto?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Foi contratado para interme...

O Sr. Afrânio foi contratado pela GTech para organizar uma reunião com o Sr. Jorge Matoso. É lógico que ele é uma pessoa correta. Não estou dizendo que ele não seja.

Agora, ele foi contratado para intermediar os negócios da GTech com a Caixa. Acho que isso merece investigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso é verdade, Sr. Gianelli?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Isso é verdade. Isso está no depoimento do próprio Rovai. Isso está no depoimento da Polícia Federal. Aliás, eu compartilho com o entendimento do Senador Antonio Carlos Magalhães. Acho que tem que dar uma esmiuçada até essa documentação, que vou apresentar a V. Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu quero... Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só pedir aqui para o Dr. Rovai se esse aqui é o mapa do tráfico de influência?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não é tráfico de influência, Senador. É o mapa da visão da GTech. Não é que ela esteja correta em nada.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas para usar se houvesse necessidade de tráfico de influência.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não. Não é necessidade de usar. É quem é quem no Governo, como nós fazíamos. Sempre foi feito. No Governo anterior, por exemplo, acho que vale a pena citar. Eu quero deixar claro. Não tem nada de errado. Essas pessoas que estão aí são todas.... Não essa a intenção.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não. Pelo amor de Deus, se o Sr. dissesse que tinha eu ia...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não. Olha, entrei na...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ... ia reagir como reagiu Antonio Carlos.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Senador, eu entrei, eu entrei em 2002 na GTech. Por exemplo, um consultor que nós tínhamos, que eu tive muito orgulho de conhecer, o Senador Richa. Uma pessoa, uma pessoa honestíssima, corretíssima. Eu tive orgulho de conversar com ele. Ele era consultor. Ele... Nunca ele fez tráfico de influência ou influenciou alguém, mas era uma pessoa importante para nós para dizer, puxa, como funcionava o Governo. Esse tipo de coisa. Ou abrir porta de uma reunião.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não. Mas aí... Tudo... O depoimento que foi feito aqui, as acareações mostraram que vocês buscaram o tráfico de influência para renovar contrato e tudo. Está muito bem claro isso aqui. Então... Tudo Bem. Eu queria só... Dr., por favor, o Sr. disse que tinha recebido e-mails sobre contratos e datas, esses e-mails eu não guardei bem, me desculpa se fizer o Sr. repetir. Esses e-mails se referem a quê? Que a GTech mandou para o Sr. sobre contratos que estavam sendo elaborados, minutas e outras coisas que o Sr. disse tem aí alguns...

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Contratos de...?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não. Eu queria saber que contratos são?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Ah, os e-mails, os e-mails comprovam a troca de, de, de e-mails...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eles estavam comunicando ao Sr. posições diferenciadas.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, na verdade, o que comprova é a minha atuação como advogado, fazendo minutas de petições, e comprovam, também, que a minuta do contrato da Caixa Econômica foi elaborada pelo próprio gerente jurídico da GTech. E no dia 31, ao contrário do que afirma o Sr. Rovai, no dia 31 ela ainda estava sob análise, portanto sequer estava na Caixa para ser analisada.

Então, essa documentação toda....

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor vai deixar com a gente?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Eu vou deixar com V. Exªs. Já está juntada na Polícia Federal e eu vou deixar uma cópia para análise de V. Exªs.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Rovai, com todo respeito.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Pois não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) –O senhor disse que a GTech não tem agência dos Correios, como nos informou Buratti.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Imagina. A GTech não tem agência nenhuma dos Correios.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu pergunto ao senhor: Antônio Carlos Rocha tem?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Ele é ex-funcionário da empresa. Ele não é funcionário da empresa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas ele tem agência dos Correios?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu não tenho contato com ele hoje. Hoje ele tem? Não sei.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas o senhor poderia saber, me dizer ou não?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, ele... Eu acredito que sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele foi presidente da GTech?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Foi presidente da GTech. Agora, se ele tem, hoje, ou não, Dr. Romeu, eu não sei. Eu moro no Chile e não sei quais as atividades profissionais do Sr. Antônio Carlos. Acho que deve perguntar a ele.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu gostaria, Relator, que pudéssemos levantar se o Antônio Carlos Rocha tem, realmente, uma agência dos Correios, talvez em benefício, com todo o respeito, do que ele fez entre a GTech e a Caixa.

O relatório da transferência, o contrato, acho que já veio para cá, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu tenho a informação – não sei se o Sr. Rovai tem essa informação –, a Assessoria acaba de me informar, de que o contrato com a GTech, a inteligência teria que ser passada em 24 meses.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O senhor diz nesse atual contrato, de 2003, ou agora esse último? Eu não sei. Tem um novo contrato, agora, de 2005, que eu não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Bom. Então, não cumpriram no outro, não é? Como sempre, não cumpriram em nenhum.

Eu acho que o Senador está colocando o requerimento, no final, nós colocaremos em votação, solicitando esse contrato – o oficial, não o oficioso – para que nós possamos ver e responsabilizar quem de direito.

Sr. Rovai, o senhor conheceu Carlos Silveira, Assessor da Caixa?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Conheci.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Conheceu?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Ele participou de todas as reuniões de negociação com a Caixa. As negociações de 2003, da renovação do contrato, eram feitas pelo Sr. Carlos Silveira, pelo Sr. Paulo Borges, pelo lado da Caixa, e por mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu tive a informação de que ele tomou conta desse processo todo. Ele era o homem... Não, o senhor sabe. Não faça assim que... O Sr. Carlos Silveira, o senhor o conheceu, era assessor ....

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Do Presidente Mattoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mattoso.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Era genro ou sogro dele?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Genro?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, não sei. Ele era funcionário da Caixa, assessor da Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas era genro. E por que foi que, depois dessa história da GTech, ele desapareceu da Caixa? O senhor sabe? O senhor não encontrou mais ele lá, não é?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, é que eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois, foi denunciado isso aí?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Olha, durante todo o ano de 2001....

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quantas vezes o senhor se reuniu com o Carlos Silveira?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Umas três ou quatro vezes, durante as negociações contratuais.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E depois?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Talvez mais umas três ou quatro vezes, durante o ano, em todas as reuniões que havia, em geral. Em toda reunião com a Vice-Presidência ele aparecia.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL-PB) – O senhor conheceu o Sr. Carlos Silveira?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL-PB) – Não. O senhor confirma que ele era o homem que comandava esse processo? Era o homem mais...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não me parecia.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Bom, você é assessor do...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, não, mas eu diria que quem conduzia era o Sr. Paulo Bretas, que era o Vice-Presidente de Tecnologia e Vice-Presidente de Logística.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E quem?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eram o Paulo Bretas e o Carlos Silveira, os dois juntos. Em todas as reuniões eles estavam juntos, Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não sabe por que o Sr. Carlos Silveira deixou de se assessor?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, eu nem sabia que ele deixou de ser assessor. Enquanto eu trabalhei...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não sabia que ele deixou de ser assessor?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, não sabia que ele deixou...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele tinha contrato com a GTech também?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora Ideli, V. Exª tem a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, agradeço.

A primeira pergunta que eu queria fazer é ao Sr. Gianelli, a respeito do contato da MM com a GTech. Quando é que isso foi feito? Como é que foram os contatos que, posteriormente, culminaram com a assinatura do contrato de prestação de serviços?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Na verdade, não é a MM, é um advogado chamado Walter Santos, que foi contratado pela GTech para, na verdade, dois casos específicos. Um era o ajuizamento de uma medida cautelar no STJ e o outro era a defesa da GTech contra um pedido de revogação das sentenças que existiam naquela época, que também estavam em curso no STJ. Um relator era o Ministro Fux, se eu não me engano, que era da cautelar, que ele acabou ajuizando, elaborou, ajuizou, e o outro era o que chamam de petição, não me lembro o número, que estava com o então Presidente do STJ.

Ele foi contratado na qualidade de advogado, o Walter Santos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Então, deixe-me entender: na realidade, não houve uma contratação da MM?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, não. Não.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Houve uma contratação do Sr. Walter Santos?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Do advogado Walter Santos. Aliás, ele...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Para prestar esses dois serviços específicos?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Esses dois tipos de serviço.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – E quando se iniciaram os contatos e quando foi feito o contrato?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Olha, Excelência, isso... quem estava capitaneando isso... porque, na verdade, quem fez isso foi a Drª Magda, que é a diretora jurídica. A única coisa que eu fiz foi exatamente o contato, através de um colega que eu tenho em Minas, que é o Hélcio Cambraia. Disse: "Hélcio, ó, preciso de um advogado que tenha ..."

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sim, mas quando foi esse contato?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Foi em 2002.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Que época?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Puxa vida! Final de 2002, talvez outubro de 2002. Realmente, não... Acho que outubro de 2002, por aí.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O contato, em outubro de 2002?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – O contato em...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Porque eu estou fazendo duas perguntas: contato e contrato. São duas coisas diferentes.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – É, eu não sei quando foi feito o contrato. Isso eu não sei, porque o contrato foi elaborado pelo jurídico.

**O SR.** – Em outubro, não é?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Mas é outubro. Acredito que em outubro de 2002.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O contrato? E o contato o senhor não lembra?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Eu acho que em outubro de 2002.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Tudo no mesmo mês? Tudo...

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Acredito que sim.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Não, é porque eu não tenho aqui em mãos...até queria perguntar ao Presidente e ao Relator, porque eu recebi uma informação de que há um depoimento do Walter Santos na Polícia Federal, onde, nesse depoimento da Polícia Federal, segundo a informação, ele fala de metade do ano, não final do ano. Aí eu não sei se é o contato ou se é o contrato. Por isso que eu acho importante...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A informação que temos, Senadora, é que o contrato foi assinado no dia 09 de julho pela Srª Magda Kyo.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – É, exatamente. A Drª Magda...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Então, o contrato...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É de 09 de outubro.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – De outubro?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Outubro, desculpe.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – E os contatos...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Aí, não é comigo.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Porque aí, no depoimento... essa informação, não sei... é óbvio, Sr. Presidente, que eu espero que o senhor não tenha participado desses contatos, nem desses contratos, mas a informação que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – A informação que nos chega, como eu não estou com o depoimento em mão... acho que seria importante para fazer a confrontação desse depoimento, até porque talvez até o Walter Santos devesse estar nesta acareação, porque ele é a pessoa-chave nessa questão, porque foi ...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem sabe, Senadora, se daqui a gente não pesca um ou dois, em função do confronto dos depoimentos que foram dados, e poderemos aí... Eu diria a V. Exª

que o Walter Santos está na reserva, reserva técnica da CPI.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Parece-me que foi por ali que saíram os tais dos 5 milhões, foi no pagamento desse tal serviço que saíram os 5 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Para conhecimento, a GTech pagou 5 milhões por uma simples cautelar. Foi todo serviço que ele prestou, uma medida cautelar – 5 milhões. Esse dinheiro foi depositado na sua conta e foi retirado de uma vez só.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Em dinheiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi um TED, se não me engano. Daí, feito isso, esse dinheiro foi retirado de uma vez só, posto num carro-forte e a CPI e a Polícia Federal estão rastreando qual a empresa desse carro-forte, para onde ele saiu, tal, etc. Essa parte a Polícia Federal e a CPI estão fazendo.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Porque era "prestação de serviço jurídico" e nós já temos, inclusive, que esta CPI acabou quebrando o sigilo de uma juíza, o que acabou não se concretizando, eu quero dizer, Sr. Presidente, que nós precisaríamos fazer uma boa investigação, porque esses 5 milhões por uma assessoria que resulta numa decisão judicial, quando a gente já tem indícios de outras coisas, abrem, obviamente uma, digamos assim, como hipótese, que, na realidade, não se estava pagando o serviço jurídico, mas poderia ser pagamento, inclusive, por serviços jurídicos de outra magnitude, como aqui já está desenhado.

Então, eu queria apenas...E o carro-forte e tal... A data dessa movimentação financeira, Sr. Gianelli?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não faço a menor idéia.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas a CPI já tem isso, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Já.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O senhor sabe que eu sou meio novata aqui, então eu tenho que me...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Para que V. Exª tenha conhecimento, a primeira parcela foi paga no dia 17/10/2002.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – No valor de R$985 mil. A segunda, no dia 27/12/2002, no valor de R$177.300,00. A terceira foi no dia 03/01/2003, de R$1.920.750,00. A segunda, no dia 20/02/2003, de R$246.250,00, e a última, no dia 26/06/2003, no valor de R$1.674.500,00, totalizando R$5.003.800,00.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – É, a assessoria, inclusive, está-me dando um mapinha dos depósitos e dos saques, da entrega de numerário pelo carro-forte, os valores e as datas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Da ida e saída.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas, então, Sr. Presidente, eu acho que é de fundamental importância a gente poder checar e verificar essa linha de poder o pagamento da assessoria jurídica ser algo, inclusive, muito mais grave, como já há suspeitas sobre outra situação, o que levou, inclusive, à quebra, à aprovação de quebra de sigilo de uma juíza.

Agora, eu queria perguntar ao Sr. Carlos Ramos, conhecido mais popularmente como Cachoeira, em que Estados o senhor, as suas empresas possuem ou já possuíram concessão de exploração de loteria estadual.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – No Rio Grande do Sul...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – No Rio Grande do Sul.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – No Paraná.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Rio Grande do Sul, que período?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Foi no final do... O contrato foi assinado na transição do Governo do PT para o PMDB, mas foi assinado no Governo PT, no final.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – No final do Olívio Dutra, é isso?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – É, 2002, né?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – 2002, final? E ainda o senhor...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – 2000 ou 2002?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – 2002, né?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – É.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Governo?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – É.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Acabou o Governo.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Em 2002, foi a eleição de 2003.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Isso.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – É 2002, não é?

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Aí, foi eleito Germano Rigotto.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Isso.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Isso. E, aí, ainda mantém lá no Rio Grande do Sul?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, não, não, foi encerrado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Foi até quando?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Foi encerrado durante essa exposição toda. Foi encerrado o contrato, unilateralmente, pelo Estado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – 2004? Até 2004?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – 2004.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Até 2004. Qual é o outro Estado?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – O Paraná.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O Paraná.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – E Goiás.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Paraná, de que período a que período?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Rio de Janeiro e Goiás.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Paraná, de que período a que período?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Ah, eu não tenho o contrato em mãos, mas a CPI acho que já possui esse contrato. Foi antes... Foi no Governo Jaime Lerner. Foi em 2001.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – 2001, até?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Eram quatro ou cinco anos. Quatro anos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Foram quatro anos?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – É, mas ele foi rompido.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Também foi rompido, agora?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Foi. Todos os contratos foram rompidos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Todos foram rompidos agora, nessa confusão?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Todos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Rio de Janeiro? Esse deve ser mais antigo, não é?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, Rio de Janeiro foi em 2001.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – 2001? E o outro é Goiás?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Goiás.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Goiás, que período?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Aquele é mais antigo, é de 95.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – De noventa...?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – De 95 para cá.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – 95 para cá?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – É.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Goiás também foi rompido?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Foi rompido.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Também rompeu.

O senhor teve alguma relação comercial, de atividade, com a Racimec?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Racimec? Tive.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Qual?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Tive pela... A Lei dos Bingos facultou colocar o sistema... Era Esporte Bingo na época, e colocamos em Goiás, juntamente com a Federação de Futebol de Salão.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Nesse processo que o senhor tinha lá ou não?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS**(?)**–** Sem esse contrato.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Então, era uma outra coisa ainda.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Era uma outra coisa, era outra coisa.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Em que época aconteceu isso?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Isso foi, acredito, quando saiu a Lei dos Bingos, em 1994, 1995, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Em 1994, 1995. Aí o senhor teve o quê? Sociedade?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Parceria.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Parceria?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** É. Era uma relação comercial.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Uma relação comercial. Com a Racimec.

Quanto tempo durou essa parceria em Goiás?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Dois, três anos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Dois, três anos?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** É, uns dois, três anos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Dois, três anos.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Depois, eles começaram a fazer serviços para a gente até 1997.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Então, foi até 1997, 1998?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** É, mais ou menos 1997. Aí, passou para a loteria estadual; fazer os jogos também.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – 1997, 1998. Então, o senhor era parceiro da Racimec, em Goiás. Qual era o ...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Era Esporte Bingo. No começo, no início.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Esporte Bingo.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Depois, transformamos para Pimba a modalidade do jogo, e foi até 2001, acredito eu.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Pimba. Aí a Racimec não estava mais?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Não, houve a compra – não sei, o Marcelo pode falar melhor ou o Gianelli – da Racimec pela GTech. A Racimec era do Dr. Simão Brayer.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – A GTech, então, passou a ...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Comprou a Racimec.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Então, a GTech passou a ser sua sócia em Goiás.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Exatamente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Então, o senhor já tinha uma relação antiga com a GTech.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** É. Começamos com a Racimec e, depois, com a GTech.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Isso desde 1994.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Desde 1994, 1995, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Acho importante colocar essas questões porque tudo o que estamos investigando aqui, em termos de contratos da GTech com a Caixa, vem exatamente desse processo. A Racimec foi quem ganhou a licitação dos contratos na Caixa Econômica.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Certo.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Depois, logo que a Racimec ganha a licitação, a GTech compra o contrato, sem, portanto, ter sido submetida à licitação, o que é, obviamente, algo com fortes indícios de ilegalidade.

Os advogados da Caixa deram inúmeros pareceres contra essa aquisição, porque havia necessidade de novo processo licitatório. Mas a Caixa, no final das contas, acabou aceitando.

Quando foi iniciado o contrato com a GTech, o preço por operação era de R$0,5. Ao final do Governo Fernando Henrique, o preço, por operação, era de R$0,15.

Portanto, ao longo do período em que a GTech entrou no contrato sem ter participado de licitação, inclusive sem apoio do setor jurídico da Caixa – houve uma decisão política de manter, porque todos os pareceres eram contrários –, houve um reajuste de 200%. E, posteriormente – isso já foi confirmado –, houve uma dependência tecnológica que ainda não foi superada e que, com muito esforço, talvez, venhamos a superar em 2006.

Há uma escravidão judicial pelas decisões, pelas liminares, pela suspeita inclusive de corrupção de obtenção de medidas, em que há pagamentos de serviços judiciais absurdos de R$5 milhões, saindo em carro-forte, entre 2002 e meados de 2003, com um prejuízo para a Caixa da ordem de R$400 milhões nesse período. E aparece uma fita, não sei quê e tal, por coincidência, provocada pelo Sr. Carlos Ramos Cachoeira, que é um antigo parceiro da Racimec e da GTech. Isso tudo é mera coincidência?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não estou entendendo a relação aí.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Não tem relação?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, eu não estou entendendo. Não era parceira dele...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Não tem nada a ver?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não. Não estou entendendo a relação.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Essa sua parceria com a GTech, com a Racimec, que, exatamente no Governo atual, começou a se tentar eliminar dependência tecnológica, se buscar eliminar a dependência jurídica, que, inclusive, um dos atrasos, aqueles dias que atrasou era exatamente para obrigar a GTech a dar a liberação dos... como é que é... dos negócios bancários... como é que é o nome? Alguém me socorre...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Correspondentes bancários.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Dos correspondentes bancários, que era exatamente a GTech abrir mão da ação judicial. Isso tudo aconteceu com o senhor sendo um antigo parceiro, obviamente perdendo nesta relação.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, Senadora, tanto é que eu fui com a fita ao Ministério Público Federal em março, um mês antes da assinatura do contrato. Eu acho que a GTech perdeu com a exposição da fita.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas isso foi em 2003, quando começou o enfrentamento.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Mas eu fui numa instituição séria, que é o Ministério Público Federal, e denunciei.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Em 2003, quando o senhor começou a perder na relação. Ou quando há uma suspeita de tentar fazer achaque, chantagem ou obter vantagem no processo da...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – É o achaque que o Sr. Waldomiro fala?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – ... de tentar intermediar em seu benefício, ou em benefício da GTech, porque o senhor é parceiro antigo.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Senadora, acho que as datas a senhora está confundindo. Em março de 2003, eu fui ao Ministério Público Federal, falei com o Subprocurador da República José Roberto Santoro e relatei todo o fato acontecido na gestão da Loterj. A partir daquele momento, o fato se tornou público, e nenhum empresário iria fazer chantagem com uma fita dessa na mão sendo que o Ministério Público Federal já sabia do ocorrido.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas foi em março de 2004, Sr. Cachoeira, não foi em 2003.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Mas, Senadora...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Começou o enfrentamento com relação à GTech, porque houve apenas uma prorrogação de 90 dias, preliminarmente no contrato, aí depois as decisões judiciais obrigavam a Caixa a manter o contrato com a GTech, a dependência tecnológica obrigava a Caixa. Então, veja bem, o senhor perdeu o interesse, o senhor perdeu a oportunidade, o senhor, que é antigo parceiro da Gtech, desde Goiás, desde Racimec, em 1994, o senhor teve prejuízo...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Eles prestavam serviços...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – ... no seu parceiro GTech, junto com o seu parceiro GTech, a sua longa atividade comercial com a GTech. É isso o que eu quero deixar aqui bem claro.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Mas eu posso deixar...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Esse vínculo antigo, unha e carne, que tem entre o senhor, os seus interesses, os seus negócios, feitos há mais de uma década com a GTech e que foram afrontados, diminuídos até que nós tenhamos capacidade de eliminar definitivamente, através da superação da dependência tecnológica da GTech.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Eliminado foi a partir do momento que fui... Antes da assinatura desse último... desses 25 meses, Senadora, que foi 8 de abril de 2003, eu fui, um mês antes, e falei tudo, denunciei tudo para o Subprocurador que havia, que eu tinha estado com o Waldomiro...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Em 2003?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Em 2003, não, 2004.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Em 2003, Waldomiro? Foi isso, foi 2003?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Foi em 2004, foi o ano passado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Em 2004!

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Está certo, desculpa!

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O enfrentamento começou em 2003. Foi em 2003 que o senhor tentou intermediar, que o senhor tentou fazer algum tipo de benefício, de intermediação para trazer, ou manutenção dos interesses da GTech, que é sua parceira desde 1995, 1996.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Eu prejudiquei eles, Senadora, denunciando isso para o Subprocurador da República um mês antes da assinatura de um contrato de 25 meses, em que falei que o Sr. Waldomiro Diniz poderia estar no negócio...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O contrato de 25 meses, em que falei com o Sr. Waldomiro Diniz, poderia estar no negócio...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O contrato de 25 meses foi fruto de decisão judicial.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Deixa eu continuar, Senadora, por favor!

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Foi fruto de decisão judicial.

Aliás, o que eu queria aqui – nem quero mesmo que o senhor responda – era deixar configurado que os interesses do senhor com a GTech são muito antigos e foram afrontados.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Calma, calma, Senadora! Se V. Exª...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas eu queria ainda perguntar. É a última pergunta que vou fazer, Sr. Presidente, a não ser que o Sr. Waldomiro queira expressar a sua opinião.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas eu queria que V. Exª concluísse.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – E vou fazer mais uma pergunta ao Waldomiro e quero fazer uma pergunta ao Sr. Rovai.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Senadora, quero saber se a senhora quer fazer uma pergunta para mim.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Depois de tudo isso que coloquei, dos interesses contrariados da GTech, da parceria já há muito tempo do Sr. Carlinhos Cachoeira com a GTech, desde Goiás etc., se esses interesses contrariados da GTech tinham na pessoa do Sr. Carlinhos Cachoeira todo o interesse de manter os interesses e os benefícios da GTech na Caixa. Por isso que ele operou de diversas formas, tentando manter os benefícios para a GTech, que, por tabela, também o beneficiava, já que a GTech era sócia dele em Goiás.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Qual foi o papel dele na operação em si, eu desconheço, mas posso relatar no que tange a minha pessoa. Acho que é uma grande contribuição que posso dar a esta CPI. Eu relatei, da vez anterior que aqui estive, que, no início do Governo, no início de fevereiro, recebi uma ligação na Casa Civil do jornalista Mino Pedrosa – isso não é novidade, vou repetir essa história. O jornalista Mino Pedrosa me relatava que estava de posse de uma fita que um bicheiro – desculpe-me a expressão, foi o jornalista que disse isso – do Estado de Goiás tinha me gravado pedindo propina a ele.

Isso foi no início de fevereiro de 2003, primeiro ano do Governo.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Em 2003?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Em 2003, no início de fevereiro de 2003, primeiro ano do Governo. Eu estava recém-empossado; um mês e alguns dias de governo.

Eu, obviamente, disse ao jornalista: "Se você tem a fita me mostre, porque, obviamente, quero me defender, quero saber o que era". De imediato, ligo para o Sr. Carlos Cachoeira: "Quero explicação dessa história. Que história é essa que o senhor tem uma fita contra mim?"

Marquei com ele. Encontramo-nos no Hotel Kubitschek, na sobreloja – ali tem num bar. Sentamo-nos ali, e ele disse o seguinte: "Estou usando esse argumento, Waldomiro, porque você não atende às minhas ligações. Você, agora, é um homem que está numa posição de destaque, não me dá mais atenção. Então, quero que você me ajude, eu preciso da sua ajuda". Eu disse: "Eu, agora, não sou mais presidente de loteria, não tenho mais nada a ver com loteria, não tenho nada a ver com o senhor, a minha relação com loteria se encerrou na Loterj".

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É quando o senhor já estava no gabinete do Ministro? O senhor já estava ocupando um lugar no gabinete do Ministro José Dirceu?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Já, há mais de um mês.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E ele procurou o senhor no gabinete do Ministro?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Quem me ligou foi o jornalista Mino Pedrosa, dando conta de uma fita.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas no telefone do gabinete?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Olha, Senador, desculpe; pode ser no telefone do gabinete ou no celular. Mas a ligação existiu.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Existiu.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Fui ao encontro dele e ele me relatou isto: "Como você é um homem que está em posição de destaque, não retorna mais as minhas ligações, eu quero que você me ajude". Eu disse: "Ajudar em quê? Eu não tenho mais relação". "Não, sabe o que é? É que eu quero que você conheça uns amigos meus da GTech, eu quero lhe apresentar a essas pessoas. Essas pessoas querem lhe conhecer. Eu preciso que você conheça".

Senadora, posso responder à senhora como já respondi na CPI do Rio de Janeiro: eu me acovardei naquele momento. Eu não sabia o conteúdo, porque, o que ele disse na fita? O que esse senhor diz na fita? Ele diz o seguinte: "Não, o Mino Pedrosa é meu empregado, ele trabalha para mim. Eu pago R$20 mil por mês, e ele faz o que eu quiser". "Essa história da fita é balela, esquece isso. Eu só quero que você me ajude. Eu quero te levar numa reunião com os empresários

da GTech. Eu quero que você vá lá, eu quero te apresentar a essas pessoas".

Essa é a mais absoluta expressão da verdade. A minha entrada nesse processo se deu desta forma.

Eu liguei para... Se existe o interesse da GTech de conversar comigo, eu tenho de saber o que é. Liguei para o Presidente. É verdade. Eu liguei para o Presidente da GTech. É verdade. Eu liguei para ele e disse: "O senhor quer me conhecer? Qual é o assunto? Qual é a pauta?" Não tive nenhum retorno. É verdade quando eles dizem que eu não tive retorno. Eles não me retornaram. É verdade, embora eu esteja aqui como uma pessoa influente. Eles não me retornaram, porque o contato se dava pelo Sr. Carlos Ramos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E o Presidente já era o Sr. Marcelo Rovai?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Ele nunca foi Presidente. O Presidente era o Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era Diretor de Marketing.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Diretor de Marketing.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Diretor de Marketing.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – A reunião aconteceu no dia 13 de fevereiro, no Hotel Blue Tree, no final do dia. Não foi tratado... Tudo que eles dizem é verdade. Tudo que eles dizem é verdade. A partir daí, tudo... A reunião aconteceu, foi agendada pelos... Senador, desculpe-me. A reunião foi marcada por interesse do Sr. Carlos Ramos. Ele era, de fato, uma pessoa que estava querendo ajudar a GTech, querendo influenciar a...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Ele era sócio da GTech.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Estou dizendo, Senadora, do meu papel nessa reunião.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Ele mesmo disse.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Eu estou relatando, quero deixar bem claro e registrado nesta CPI qual foi o meu papel. Fui à reunião. Não foi tratado de renovação de contrato. Ninguém pediu para que eu agendasse reunião – isso nunca foi feito. Eu nunca fui à Caixa, eu nunca liguei para Presidente da Caixa nem para nenhum negociador para tratar disso. Não se tratou de dinheiro. No final da reunião, eu tinha de fazer um elogio ao Sr. Carlos Ramos, e foi feito. Ou seja, o que ele me pediu eu fiz. Chantageado que estava, com a ameaça de haver uma fita – fita verdadeira, que foi divulgada. A fita é verdadeira, foi divulgada.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Um ano depois.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Ele tentou em julho, mas não foi bem- sucedido. Tentou em 2004, e foi bem-sucedido. Ou seja, de fato, ele tinha uma fita contra mim. Ele estava, obviamente, advogando os interesses da GTech. No final da reunião, eu disse: "Olha, o Sr. Carlos tem um contrato no Rio de Janeiro. Eu não tenho nenhum interesse na relação comercial entre vocês, mas ele está cumprindo o contrato dele. Até logo, muito obrigado." Não se tratou de contrato, não se tratou de outro assunto. Essa reunião é verdadeira, e o que eu estou dizendo aqui é a mais absoluta verdade.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, só para concluir. Eu ainda tenho uma pergunta a fazer ao Sr. Rovai.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora, V. Exª fará a pergunta, mas o Sr. Cachoeira está pedindo a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Ele quer contraditar?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois, V. Exª poderá fazer a sua pergunta para concluir.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Até acho interessante mesmo ele contraditar, porque já vieram me trazer as declarações de quando ele prestou depoimento pela primeira vez aqui. Vai ficar até bem interessante comparar o que ele vai falar agora com o que falou antes. Vai ficar bem interessante para nós.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Primeiro, Senadora, eu não sou sócio da GTech. Eu tive uma relação comercial com a GTech. Segundo, deve ficar consignado – agora ele voltou a repetir – que ele sofreu extorsão, em janeiro, do Mino Pedrosa. Antes, ele havia dito que tinha sofrido extorsão depois da reportagem da revista **IstoÉ**, em julho. Já voltou atrás. Terceiro, uma pessoa que não vai ao Ministério Público...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas a extorsão era para que ele chegasse à GTech?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, não, não. A extorsão, diz ele que tem a ver com o Mino Pedrosa. Eu nunca o extorqui, tanto é que o jornalista Mino Pedrosa disse, no **Correio Braziliense** – vocês podem puxar aí quando estourou o negócio logo em seguida –, que ele foi, com o Presidente da Associação Brasileira de Bingos, ao escritório do jornalista Mino Pedrosa. Ele que tem de confirmar isto: se ele foi ou não ao escritório do jornalista Mino Pedrosa. Isso o Mino disse no jornal **Correio Braziliense**.

Segundo o que eu falei, ele cai em contradição toda hora. Ele falou que a primeira extorsão foi em julho. Agora, já está dizendo que foi em janeiro antes, em fevereiro, quando ele entrou no Governo. Quando

eu vou ao Ministério Público, Sr. Waldomiro Diniz, eu deponho. Quando eu vou à Polícia Federal, eu deponho. Quando eu venho aqui, eu falo. E o senhor não depõe na Polícia, não fala no Ministério Público e só fala na CPI.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – (Intervenção fora do microfone.)

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Como?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Senador, use o microfone, do contrário não grava o que V. Exª está perguntando.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – **(falha na gravação)** que a Senadora lhe fez.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – De sócio, eu não sou sócio da GTech, relação comercial. Eu fui ao ilustríssimo Subprocurador da República dias antes da assinatura do contrato com a GTech, para denunciar o Sr. Waldomiro Diniz, mas falei que ele poderia estar por trás de uma renovação contratual. Poderia estar. Quem tem que investigar é o Ministério Público. Isso quem pode falar é o próprio Subprocurador, José Roberto Santoro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Agradeço. Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Eu acho que as contradições são visíveis entre o que fala agora e o que falou no depoimento. Eu acho que a gente pode complementar, inclusive com as informações junto ao Jornalista Mino Pedrosa e inclusive junto ao Subprocurador, Dr. Santoro. Mas a pergunta que queria fazer ao Sr. Rovai é a seguinte. Eu fiquei muito surpreendida aqui com este...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Mapeamento.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – ...este mapeamento aqui. Quem é quem, quem é chave em cada uma das áreas de esferas de Poder no Governo atual. E me foi informado que algo assemelhado tem também esse mesmo mapeamento das pessoas-chave, dos contatos do período em que o contrato com a GTech se deu sem licitação, dentro da ilegalidade, com reajuste de 200% no preço por operação. Eu queria saber. O senhor disse que vai nos passar isso?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Senadora, deixa-me te explicar direitinho. Primeiro...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Porque eu imagino que este tenha sido bem mais detalhado e talvez até mais eficiente, porque permitiu contratar sem licitação, permitiu reajustar 200%. Talvez a eficiência tenha sido maior.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Bom, eu posso... eu posso... eu posso atestar para a senhora que as pessoas que estão aí são Ministros de Estado e eu acho que são pessoas muito corretas. Não é nenhuma essa intenção. Não concordo. O que eu disse para até o Senador Eduardo Suplicy... Ele me perguntou se era feito anteriormente. Eu disse que sim. Eu entrei na GTech em 2002. Então, não sei dizer para a senhora nas renovações de contrato. Os contratos da GTech iniciaram com a Caixa em 97, depois foi destratado. Foi feito um novo contrato em 2000. Então, eu não tenho informação. Não estava na GTech. Eu entrei em 2002. Durante o ano de 2002, nós tínhamos uma idéia de quem estava no Governo, como eu tive oportunidade de comentar aqui. Nós tínhamos consultores. Um dos consultores...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Quem eram as pessoas-chave e quem eram os canais para chegar nas pessoas-chave também?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Quem são as pessoas importantes...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Porque, neste aqui têm as pessoas importantes e têm os canais para chegar até elas. Então, isso tinha também...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós esperamos, Sr. Rovai, que o senhor envie o outro cronograma para a gente fazer a acareação dos cronogramas.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Bom, eu não sei se tem um papel. Tem que perguntar para as pessoas que estavam na GTech no Governo anterior. Eu falei que existia o mesmo raciocínio e eu também completei, Senadora, que inclusive isso é feito em todas as empresas. Eu trabalhei em outras empresas e mapeava inclusive bancos, com quem trabalha. Isto é uma prática comercial: quem é o seu cliente, quem são as pessoas do cliente, quem influencia, quem pode bloquear. É sempre assim. Quem te apóia. Isso é uma prática de mercado, uma prática de qualquer empresa séria e que está no mercado comercial.

Talvez para ilustrar também – não sei se é possível –, talvez eu acho que vale a pena: eu não conheço a história do Sr. Carlos Ramos com a GTech até 2001, porque eu não estava na GTech. Mas, a partir de 2002, quando eu entrei, nós não tínhamos nenhuma relação com ele, pelo menos no início do ano, em janeiro. A partir de meados de 2002, voltamos a conversar da possibilidade de fazermos algum negócio juntos, em âmbito de loteria estadual. Foram firmadas cartas e intenções. Não chegaram a firmar nenhum contrato comercial. O Sr. Carlos Ramos nunca ganhou nenhum tostão da GTech. Essas conversas se deram até por volta de maio de 2003, onde a GTech, por decisão da GTech, encerrou essas negociações. Então, durante o tempo em que eu estou na GTech – 2002, 2003, 2004

e 2005 –, nós não temos nenhuma relação com o Sr. Carlos Ramos. Comercial. E as anteriores, até onde eu sei, sempre foram relações comerciais.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Eu concluí, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, algumas perguntas. Primeiro, ao Sr. Enrico Gianelli. Há um trecho do seu depoimento ontem, na Polícia Federal, que menciona que, no dia nove de abril de 2003, a Drª Magda Kiehl, a pedido de Marcelo Rovai, encaminhou ao escritório Fischer & Foster duas minutas de contrato elaboradas pelo Sr. Carlos Ramos, dizendo que Antonio Carlos Lima da Rocha queria assinar tais contratos na sexta-feira, 11 de abril de 2003. Um desses contratos consistia em prestação de serviços e processamento de transações eletrônicas; e o outro, fornecimento de terminais em rolls, que o primeiro era para a Empresa BGP, Brazilian Game Partners , Capital Construtora & Limpeza e GTech. E o segundo entre as empresas de tecnologia eletrônica, GTech do Brasil, e assim por diante.

Se V. Sª confirma essa declaração.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Eu confirmo e eles estão aqui à disposição, inclusive, de V. Exª. Eu estou apresentando como Documento 14 do meu arrazoado, que vai ficar à disposição de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Suplicy, ele está nos cedendo toda essa documentação, para o Relator fazer um exame e dar conhecimento...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem, eu agradeço.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Mas confirmo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quando é que o senhor fez o contato da GTech com a MM Consultoria?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Eu não fiz o contato com a MM, eu fiz o contato com um Walter Santos, que é um advogado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Para o propósito de...

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Eram dois trabalhos jurídicos, na verdade...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – De que natureza?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Um era uma medida cautelar, no STJ...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – No Supremo, não é, porque o senhor...

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, no STJ.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – No Superior Tribunal de Justiça.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – No Superior Tribunal de Justiça. E a outra era a defesa da GTech numa que eles chamam de petição, que, na verdade, visava a declaração de nulidade das duas sentenças que estavam em fase de apelação no Tribunal Regional Federal. Então eram dois trabalhos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E isso foi em 2002?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Isso foi em 2002.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Provavelmente referente a essa petição, então, e a esse outro propósito é que teria havido um pagamento da GTech à MM Consultoria?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Eu não conheço os detalhes disso porque, como eu disse, eu era um advogado externo, essa parte toda foi cuidada pela Drª Magda Kiu, que era gerente jurídica, e por mais dois advogados americanos da GTech. Então esse é um esclarecimento que a Drª Magda e os advogados americanos podem dar para V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Para realizar essa petição... V. Sª é advogado?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Sim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E o trabalho de solicitar uma petição junto ao Superior Tribunal de Justiça custaria aproximadamente quanto para um advogado de bom nível, aqui em Brasília?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Olha, é difícil avaliar, e seria até anti-ético de minha parte eu dar...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas seria uma quantia da ordem de quanto?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – É difícil. Quer dizer, seria só especular.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quem sabe os advogados aqui...

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Cada profissional tem um preço.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permite, Senador Romeu Tuma? Como há aqui 5, 7, 8 advogados presentes...

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Eu sou engenheiro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, mas os que estão atrás de V. Sª. Eu imagino...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ele está fazendo referência aos protetores dos acareados, aos anjos da guarda dos acareados.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quem sabe... Não, mas o senhor poderia informar... Eu agradeço. O que, para uma petição?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Espere um pouquinho, Senador. O senhor está perguntando para o advogado?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Para o advogado. Porque é uma informação relevante para o propósito da indagação. Eu pediria ao...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Perfeitamente. Então o senhor pode prestar a informação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...senhor se o senhor poderia se identificar e daí informar. Por favor.

**O SR. WALTER BELTRAMI** – Eu sou advogado do Dr. Enrico Gianelli, meu nome é Walter Beltrami, e o advogado pode cobrar quanto ele quiser. Ele pode cobrar um percentual sobre o valor da causa, ele pode cobrar por hora, como no caso o Dr. Enrico Gianelli cobrava, era um escritório multinacional, e, no meu caso, que sou advogado criminalista, a gente trabalha por atividade. A liberdade de uma pessoa, por exemplo, pode custar R$10 milhões.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo.

**O SR. WALTER BELTRAMI** – Certo? Que eu acredito que o Dr. Maluf deve estar pagando para o advogado dele, hoje. Que é pouco até, não é? Mas...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas depende de...

**O SR. WALTER BELTRAMI** – Depende da causa e do cliente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Do que aconteceu?

**O SR. WALTER BELTRAMI** – Isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois bem, mas V. Sª conhecia o teor dessa petição? V. Sª poderia informar qual o teor dessa petição? Referia-se a quê?

**O SR. WALTER BELTRAMI** – Na verdade, são duas defesas. Na verdade é uma medida cautelar e uma defesa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – São duas defesas?

**O SR. WALTER BELTRAMI** – É uma medida cautelar visando suspender uma decisão que tinha sido dada pelo Tribunal Regional Federal. E a outra era uma defesa contra uma tentativa da Caixa Econômica, não me lembro se era diretamente da Caixa Econômica ou do Ministério Público Federal, para impedir os efeitos, ou suspender os efeitos dessas decisões que estavam em fase de apelação no Tribunal Regional Federal. Eram dois trabalhos jurídicos distintos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Sr. Marcelo Rovai sabe o conteúdo dessas ações? Vou chegar logo ao ponto. Como alguns Senadores aqui expressaram: bom, houve pagamento de R$5 milhões. Primeiro, não ressaltaram muito que R$985 mil foram pagos em 17 de outubro de 2002, dez dias antes do segundo turno das eleições de 2002, não sabia, portanto, salvo o Senador Tasso Jereissati aqui afirmou que empresas multinacionais já sabiam do resultado. Mas, até fecharem as urnas, todos nós nos empenhamos para que o candidato, de um lado e de outro, vença. Então, dia 17 de outubro, não sabia que...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, peço um pouquinho de objetividade para podermos agilizar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em 27 de dezembro de 2002, R$177 mil, portanto, R$1,1 milhão ou mais já pagos, e depois mais cerca de R$3 milhões, pagos em 2003. Poderia, como diretor da GTech, informar por que foram pagos esses recursos a MM e se teria, por acaso, havido qualquer situação de se pagar, como aqui se aventou – V. Sª observou que aqui se aventou que esses pagamentos poderiam ser destinados a uma certa propina a quem quer que fosse –, teria sido no Poder Judiciário, no Superior Tribunal de Justiça, no âmbito do Executivo?

É nossa responsabilidade aqui apurar e minha responsabilidade de perguntar. Então, pode V. Sª esclarecer a respeito?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Apesar de não ter participado do processo, eu, como diretor da empresa, agora, recentemente, depois que conheci, perguntei, foram-me mostrados os contratos, eram contratos legais feitos entre a GTech e o Sr. Walter Santos, o qual utilizou a empresa MM para receber os pagamentos. Isso foi feito, o contrato, em outubro do ano anterior. Eram vários pagamentos, todos os pagamentos vinculados a acontecimentos no setor judiciário, não tinha absolutamente nada a ver com o Executivo ou com o Governo, absolutamente nada a ver. O valor pago de R$5 milhões, em termos de valor em si, o valor em si não me assusta, estamos falando de menos de 1% do valor do contrato, o contrato é de R$600 milhões. Estamos falando de ações que ajudavam ao contrato ir caminhando, ou seja, era um valor significativo, então, nada demais.

O que acho importante, Senador, é o seguinte: a GTech tinha um contrato, a GTech pagou segundo eventos, eventos que ocorreram de fato, eventos judiciais, aprovação de medidas cautelares, etc.. A intenção, segundo me foi explicado, era exatamente conseguir andar de tal maneira a se ganhar tempo para que não ocorresse a licitação anterior no ano de 2002 – essa é que foi a intenção, acho que de qualquer maneira é lícito qualquer empresa usar todas as suas ferramentas legais e corretas para o que ela entenda ser bom. A

Caixa pode não gostar dos embates jurídicos, mas eles foram feitos de maneira leal, são as regras do jogo.

Agora, me perguntou o Senador, que me perguntou o Presidente. É o seguinte: levantado por esta CPI, essa pessoa, o Sr. Walter Santos, que era dono da MM, que ele levou, que saiu caminhão de dinheiro e não tem pagamento de Imposto de Renda, isso acho muito estranho e acho que tem que ser investigado sim. Agora, a GTech pagou de boa-fé. Se a pessoa utilizou o dinheiro de má-fé, tem que ser investigado sim. Agora, eu não...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Você há pouco havia dito, quando você se referiu a esse contrato você falou outra coisa. Você falou que achava estranho, que você não conhecia, que você sabia que o contrato era legal, mas que achava um valor estranho. Vale aquela, ou vale essa?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – É a mesma.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não é. Você acha o que você falou agora, não o que tinha falado antes?

**O SR. JOSÉ MARCELO JOSÉ ROVAI** – Meu amigo, o que estou falando é o seguinte: o Senador perguntou de percentuais... como engenheiro...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Gastou R$5 milhões corretos, é isso? Você não tinha falado isso. Você falou...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, não vou retificar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Dr. Buratti, o senhor tinha que ficar satisfeito de ele estar chamando o senhor de "meu amigo".

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, em decorrência até dessa divergência...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, Senador Eduardo Suplicy, só para lembrá-lo que, quando o Dr. Walter veio depor aqui, ele mostrou que estava tentando colocar em dia o problema dele com a Receita. E contou uma *big* de uma vantagem que todo dinheiro que ele ganhou gastou com mulheres, vinhos caríssimos e viagens, e em charutos, também.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim, mas o importante...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas ele está sendo fiscalizado pela Receita.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu gostaria de perguntar ao Senador Garibaldi Alves Filho, nosso Relator, especialmente relacionado a isso, se foi solicitado, na oportunidade, ao Sr. Walter Santos e à MM a demonstração do que foi feito como retribuição, como contrapartida desse pagamento de R$5 milhões e pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ele só se refere aos dois trabalhos que...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Exato. Mas eu avalio, Sr. Presidente, que se trata...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Para o senhor ter idéia, ele ganhou mais de R$30 milhões em algumas empresas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, se trata, até para dirimir algumas dúvidas do Sr. Rogério Buratti ao Sr. Marcelo Rovai, então vamos objetivar. Primeiro, a GTech pode, e eu peço a gentileza, Sr. Relator, que isso seja formalizado, que a GTech informe à CPI, por escrito, o teor dos contratos...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Já o fez.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sobre quais documentos, o que foi contratado, e que possa o Sr. Walter Santos ou a MM informar exatamente o que fez, qual foi o serviço prestado. Não estou tão interessado como ele gastou.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria à Assessoria que formalizasse o requerimento para o Senador Eduardo Suplicy assinar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Porque uma coisa é se ele porventura destinou o valor do contrato de serviços... Se ele bebeu vinho ou comeu em restaurantes e saiu com amigas etc., é uma coisa. Mas se porventura utilizou desses recursos para pagar propina indevidamente, então é caso para que a CPI averigúe em profundidade. E esse é o nosso propósito e a nossa responsabilidade.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Eu até acho prudente. Não tenho o direito de dizer isso, mas fico feliz se a CPI fizer isso, porque o Sr. Marcelo Rovai, quando estava mais nervoso, ele insinuou que, eventualmente, o Sr. Enrico, que tinha indicado esse advogado, pudesse ter sido beneficiado desse dinheiro. Então fico feliz agora que ele desdisse isso. Então é interessante saber para onde foi esse dinheiro para que essa insinuação que o Sr. Marcelo Rovai fez aqui ao longo desta acareação seja dirimida definitivamente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu agradeceria ao Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Dr. Rovai, acho que isso já passou, já falou. Acho que já...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – No final, o senhor terá oportunidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Se houver necessidade, terá liberdade, mas acho que fica repetitivo. Não sei se vale a pena.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Acho que, ao final, o Presidente dará oportunidade a todos para esclarecimentos finais...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, não, isso eu não vou fazer.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Carlos Cachoeira, V. Sª tem mas de uma empresa. São diversas empresas, não é isso? Quais são? Qual o nome da principal empresa e das demais, por favor?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – A principal era a Geplan, de Goiás.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E as demais?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – As demais eram a Brazilian Gaming Partners, na área de jogos. Depois veio a Teclogic. Mas todas elas, Senador, estão na mão da assessoria, e quebraram o sigilo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor mencionou "era". Por que? Elas não mais existem?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Porque elas estão inativas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor fechou as empresas?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, estão inativas; eu não fechei as empresas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Aqui no diálogo com a Senadora Ideli Salvatti, uma dúvida. Ela formulou, mas eu queria que V. Sª pudesse responder mais claramente. Tendo havido um episódio que V. Sª considerou tão inadequado da parte do Sr. Waldomiro Diniz – refiro-me àquela gravação que foi passada inúmeras vezes pelos meios de comunicação, no Aeroporto de Brasília, e que teria ocorrido – se eu estiver errado, corrija-me –, V. Sª mencionou, em meados de 2002, no mês aproximado. Se puder dizer...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Pouco tempo antes da gravação que vi na Revista **Época**. Foi meados de 2002 também.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Meados de 2002.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois bem. Então, aquele episódio o levou a fazer a denúncia em 2004 ao Dr. Santoro. Mas, pelo que aqui nos relatou, V. Sª se indignou com o episódio no momento, não em 2004. Indignou-se e ficou sabendo, portanto, deste procedimento.

Vou dizer uma coisa ao senhor. Eu conheço o Sr. Waldomiro Diniz – ele poderá me corrigir – e eu me lembro bem de que, nos anos de 1992 e 1993, quando ele trabalhava aqui em Brasília, naquela oportunidade, por exemplo, eu, o Deputado José Dirceu e outros do Partido dos Trabalhadores trabalhávamos na Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1992, sobre o caso PC Farias e, em 1993, sobre o Orçamento. O Sr. Waldomiro Diniz, muitas vezes, vinha como uma pessoa do PT muito interessada em colaborar conosco e ele colaborou nos trabalhos de apuração e averiguação, inclusive, de documentos. Pode confirmar?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Foi.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foi nessa oportunidade que nos conhecemos. Inclusive, ele interagiu com as pessoas de meu gabinete, como a chefe de gabinete, que é até hoje a Edwiges de Oliveira Cardoso, Samir Cury e outros. Então, eu conheci Waldomiro Diniz. Quando ele tinha um posto no Governo do Governador Cristovam Buarque, algumas vezes, ele me visitou no gabinete, seja para apresentar pessoas, seja para aqui no Congresso Nacional dialogarmos. Quando ele foi representante do Governo Anthony Garotinho, também algumas vezes dialogou comigo. Quando foi Presidente da Loterj, conversou comigo. Eu nunca tinha tomado conhecimento de qualquer ação como a mostrada naquele vídeo, em que eu pudesse de pronto dizer: Waldomiro, isso não pode ser" ou "Se você proceder assim, eu preciso avisar, digamos, o Ministro da Casa Civil, onde você está trabalhando. Uma pessoa com esse procedimento não pode estar aí, porque vai acabar prejudicando o Governo do Presidente Lula".

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Claro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Claro que V. Sª concorda. Mas aí vem a minha pergunta: se soube desse procedimento que considerou inadequado, na hora em que soube que ele foi designado assessor parlamentar do Ministro em fevereiro ou em janeiro de 2003 – ele era o Secretário para Assuntos Parlamentares do Ministro da Casa Civil –, V. Sª não se sentiu, como cidadão, com a responsabilidade de avisar o Ministro-Chefe da Casa Civil? O senhor conhece alguns Srs. Senadores. Poderia avisar a mim, podia fazer uma visita e dizer: "Olha, é importante alertar o Ministro José Dirceu de que pode haver, de repente, um procedimento inadequado por parte de uma pessoa que designou". O senhor teria prestado um serviço. Quem sabe teria evitado muitas dores de cabeça para o Ministro. Não considera que teria sido um passo adequado, em vez de avisar somente o Ministério Público, o Dr. Santoro, em 2004? Como avalia isso? Por que não fez, na época oportuna, se teve consciência disso, pelo seu próprio depoimento hoje?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Veja bem, ilustríssimo Senador, o senhor está dizendo do aspecto político e governamental. Mas eu acho que eu procurei o órgão...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E do aspecto da cidadania, não é.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Cidadania. Eu fui ao Ministério Público Federal.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foi em 2004.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Em 2004.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não teria sido melhor em janeiro, fevereiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – (Inaudível) ...corretamente...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, está sem som. É preciso ligá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu estou dizendo que o incorreto foi ele ter demorado, que é uma outra coisa que depende dele, da consciência dele.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Imagine se ele tivesse ido a V. Exª, como Senador, dar o aviso?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Corretamente, ele tinha de procurar o Ministério Público ou a Polícia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Polícia. Não um membro do Governo com que ele não tinha intimidade nem conhecia. Então, eu acho que ele agiu corretamente levando ao Ministério Público.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em 2004. Tudo bem, mas poderia tê-lo feito antes. Poderia ter ido ao Ministério Público em janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – A questão do tempo é outra coisa, mas quanto o órgão competente para investigar uma denúncia que ele levou a sério, eu acho que foi correta a ação dele. Porque ele poderia procurar o Presidente Lula também, se ele quisesse.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu agradeço se ele puder responder, então, mais completamente a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou só querendo explicar que temos que...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – O senhor dizendo do lado político, acredito que sim. Mas do lado institucional e de Justiça, nobre Senador, eu acho que eu fui ao órgão certo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu queria apenas transmitir ao senhor que seria bom... O senhor fala do lado da político. Sabe o que é política? É o estudo de como alcançar uma vida justa. Refere-se à vida. Então, o senhor diz... do lado da vida, teria sido bom avisar antes.

Mas eu gostaria, claro, de dar oportunidade ao próprio Sr. Waldomiro Diniz que aqui nos dissesse. Por quê – eu fico imaginando –, quando ocorreu esse episódio, V. Exª não transmitiu de pronto ao Ministro José Dirceu, quando ocorreu essa situação em 2002, antes mesmo de ele designar sobre esses fatos que poderiam acabar trazendo um prejuízo ao Governo?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL –- SP) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª me concederia um minuto? Eu apenas gostaria de agradecer a presença da Deputada Zulaiê Cobra, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, do Antonio Carlos Leréia, e do Ranzolin, que estão aqui interessados na exposição de V. Exª.

Agradeço muito a presença de todos, pois esta é uma Comissão composta apenas de Senadores e S. Exªs vieram aqui prestigiar o nosso trabalho.

Muito obrigado.

Senador Eduardo Suplicy, eu pediria que V. Exª acelerasse. É que o nosso Relator está ansioso para continuar as perguntas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu quero dar a oportunidade para que o Sr. Waldomiro Diniz nos transmita. Porque V. Sª tem consciência do que acabou causando para o Governo do Presidente Lula, para o Ministro José Dirceu.

Não se sentiu no dever de alertá-lo, quando ele o designou, de que tinha ocorrido esse episódio lá em 2002?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Senador Eduardo Suplicy, primeiro quero lhe agradecer de ter privado da amizade, do nosso relacionamento, que foi uma experiência gratificante. É verdadeiro o seu testemunho, que muito me gratifica, e aprendi muito, observando o seu trabalho.

Em segundo lugar, devo dizer, não só ao senhor, mas a esta Comissão e ao Brasil: todos os meus atos na Loteria do Estado do Rio de Janeiro não causaram nenhum centavo de prejuízo aos cofres públicos. Nenhum centavo. E isso vai ficar provado ao longo da apuração.

Segundo, quando esse senhor me gravou e guardou essa fita na gaveta. Ele tinha interesses próprios, claro. E tentou, obviamente... Eu não sabia, ao assumir a função de Chefe da Assessoria Parlamentar do Governo Lula, da existência dessa fita. Ipsi Luto. Nunca me foi dado conhecimento da existência dessa fita. Na primeira oportunidade, que foi essa que eu acabei

de relatar à Senadora Ideli, foi o intuito de chantagem para me levar numa reunião que favorecia a ele. Mas essa fita não apareceu. Essa fita foi entregue uma cópia, e é bom que se esclareça isso, a primeira versão dessa fita foi entregue à revista **IstoÉ**, através do jornalista Mino Pedrosa, para fazer uma matéria em julho de 2003. A matéria chama Roda da Fortuna. Quando tomei conhecimento dessa matéria, Senador, fui ao Ministro, comuniquei a ele que o fato era grave e o Ministro pediu que eu tomasse as providências devidas, ou seja, está aqui – posso passar às mãos de V. Exª, a Comissão já a tem – eu pedi providências e apuração. O mentor intelectual dessa matéria é o Sr. Carlos Ramos, que não autorizou a publicação da fita. Eu pedi providência ao Sr. Procurador Cláudio Lemos Fonteles, eu pedi providências e apuração ao Sr. Waldir Pires, Corregedor, pedi providências ao Sr. Geraldo Piquet Carneiro, dizendo o seguinte: que um funcionário público, se fosse verdade o que estava narrado na matéria, tinha permitido um ato não só de improbidade, mas de ilicitude, ou seja, todas as providências foram pedidas, ou seja... Não existia fita porque o jornalista disse: "Não, ele tem uma fita, mas não entrega, não mostra, eu não sei". Ou seja, o jornalista Mino Pedrosa ficou com a cópia da fita e essa fita foi aparecer em 2004. Quando a fita apareceu, obviamente que a minha primeira decisão foi pedir demissão e me afastar do Governo, ou seja, se eu tivesse conhecimento do que tinha naquela fita, é óbvio que eu jamais teria vacilado. Ou seja... Quando surgiu a matéria, não era a fita, era a matéria, eu pedi as providências para o Governo, ou seja, está aqui. Quando surgiu a fita, a minha primeira providência foi pedir demissão, ou seja, ele usou a fita para me chantagear. É fato. É fato, não existe dúvida.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Qual é a prova da chantagem?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Só para esclarecer: qual era a atividade que o senhor exercia quando teve esse contato que ele gravou com o senhor?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Eu era o Presidente da Loterj, Presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, com a palavra o senhor... Senador Suplicy, ele vai esclarecer.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** A prova é a fita, é cabal. Agora, a chantagem, ele arruma agora para distorcer os fatos. Se eu levei ao conhecimento do Subsecretário Santoro...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Para saber se foi chantagem: o senhor que o chamou para a conversa quando gravou? Quando foi gravado, lá no Blue Tree, não sei onde foi?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Não, não. A gravação foi feita dentro do escritório meu.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Ele o procurou ou o senhor o chamou?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Através do Armando Dile, que trabalhava para mim, que ele havia indicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – O senhor que o convidou para ir ao escritório?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Ele disse ao Armando Dile, como eu disse na, na, na, na...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – O senhor preferia falar ao Senador Suplicy? Pode continuar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor confirma a informação de que o Sr. Mino Pedrosa era pago mensalmente por V. Sª ao tempo em que escrevia para a **Istoé**, ou não?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Ao tempo em que ele escrevia, não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quando ocorreu?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Depois. Ele, nesse período de, de, de... Tem um contrato com ele que ele, que ele, que ele pode mandar, porque ele já deveria ter vindo aqui.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO (Fora do microfone) –**

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** É, mas através de uma outra empresa minha. A agência dele com a agência, com a empresa minha.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É existente desde quando esse contrato?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** E pela confiança. E quem me apresentou o Dr. José Roberto Santoro foi, e me levou ao Dr. José Roberto Santoro, foi o jornalista Mino Pedrosa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Ele falou: "Você tem que denunciar".

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem. Só é importante saber se, durante o tempo em que o senhor levou à revista **IstoÉ** essa matéria, se, já naquela oportunidade, havia o contrato de sua empresa com o Sr. Mino Pedrosa.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Pegar as datas? Acredito que sim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Que sim.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Mas ele não era... Ele não trabalhava, nesse período, na revista.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então ficou contraditória a informação.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Por quê?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Porque eu perguntei se, durante o período em que foi escrita a matéria, já estava o Sr. Mino Pedrosa contratado por V. Sª. E V. Sª acabou de informar que em 2003, quando encaminhou a denúncia ao Dr. Santoro, aí, sim, o Mino Pedrosa trabalhava para V. Sª.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sr. Cachoeira, só para esclarecer no espaço e no tempo. O que o Senador Eduardo Suplicy pergunta – me permita, Senador –, é porque tem um espaço de tempo entre a gravação e a matéria, um ano mais ou menos. O que o Senador Eduardo Suplicy quer saber – se eu entendi bem – é se nesse tempo em que houve a gravação ele trabalhava com o senhor e depois não trabalhava mais, quando fez a publicação na revista. Se ele era seu funcionário ou contratado da empresa...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Nesse período ou no final?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Da publicação da revista, ele ainda era...

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Tem que ver a data. É porque eu não estou com o contrato aqui, mas eu posso mandar para os senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – É isso quer o Senador Eduardo Suplicy quer saber se não foi para ...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Seria relevante também para encaminhar.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Isso eu faço. Eu acho também porque o seguinte: eu acho que esses fatos adiante quem pode esclarecer bem é o seu Mino Pedrosa, porque disse que ele foi achacado, chantageado, a pedido meu, através do Sr. Mino Pedrosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu tenho a impressão que o Sr. Mino Pedrosa foi visitado pelo Presidente da Empresa.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Mas o Sr. Mino Pedrosa deu uma declaração, quando surgiu a fita, de que o Sr. Waldomiro Diniz foi no escritório dele como Presidente da Brabingo – foi no escritório dele, isso quem pode confirmar é ele – em dezembro de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Satisfeito, Senador?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu vou apresentar, Sr. Presidente, um requerimento para que ...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Já tem convocação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Já há algum requerimento para que o Sr. Mino Pedrosa...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Já tem convocação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Já está considerado, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agora, tem outro anterior em que o senhor pediu os contratos e tem que formalizar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Exato. Agora, em tendo os contratos...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Só um minutinho, Senador Eduardo Suplicy. Eu acho que, dada a relevância dessa questão do achaque, da chantagem e tal ficar bastante importante nesse contexto, eu acho que deveria inclusive ser solicitado fosse agilizada a vinda do Sr. Mino Pedrosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Está aqui. Eu acho que o Presidente vai estabelecer o cronograma.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, deixa ele falar sossegado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Sr. Presidente, a Senadora Ideli Salvatti e o Líder Delcídio Amaral designaram-me para esta Comissão em meados dos trabalhos dela. Então, quando o Sr. Waldomiro Diniz esteve aqui pela primeira vez, eu não era membro e eu não o argüi. Então, é possível até que tenha sido feita a pergunta a V. Sª. No mesmo sentido das palavras do Presidente Lula, nós queremos colaborar para apurar os fatos da maneira mais completa, eu me sinto no dever de lhe perguntar.

Foi V. Sª então o Secretário de Assuntos Parlamentares do Ministro da Casa Civil, José Dirceu. Surgiu, especialmente depois dos depoimentos à **Folha,** às CPIs e ao Conselho de Ética, do Deputado Roberto Jefferson, a denúncia de que teria havido pagamentos a parlamentares e a partidos, indevidamente, que estão sendo objetos de averiguação, na prática, pelas três CPIs – do Mensalão, dos Correios e por esta –, e os fatos interagem.

Mas eu me sinto na responsabilidade de lhe perguntar, para o bem da verdade, inclusive do ponto de vista daquilo que o ex-Ministro e Deputado Federal

agora deseja que se esclareça tudo. Durante o período em que V. Sª foi Secretário de Assuntos Parlamentares... era esse o nome?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ –** Subchefe de Assuntos Parlamentares.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Subchefe de Assuntos Parlamentares e durante o qual dialogava com Parlamentares aqui no Congresso Nacional, se, em alguma oportunidade, houve diálogo a respeito de pagamentos a partidos ou a Parlamentares, como se está procurando averiguar ali na CPI do Mensalão. Se em qualquer oportunidade houve diálogo sobre esse tema.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Senador, é fato que eu já respondi, mas respondo com prazer essa pergunta do senhor.

Eu tive a honra de ser o Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil durante um ano e quarenta e cinco dias. Nunca, nunca – e olha que trabalhei intensamente, o senhor é testemunha, trabalhei intensamente na articulação política do Governo, diuturnamente no primeiro ano, quando aprovávamos as reformas –, nunca esse assunto veio a meu conhecimento. Jamais, jamais – já dei este testemunho –, o Ministro José Dirceu me pediu que se tratasse de qualquer assunto, deste ou de qualquer assunto que dissesse respeito à cooptação de Parlamentares por métodos ou meios que envolvessem recurso financeiro.

E mais: no assunto GTech, como foi ventilado aqui hoje, jamais o Ministro José Dirceu me pediu que intercedesse a esse respeito.

E um último registro a respeito dessa fita que estamos discutindo aqui, essa fita com a qual fui chantageado: jamais esse senhor levou essa fita a algum lugar e entregou essa fita em Ministério Público, dizendo "estou aqui denunciando, porque fui achacado". Entregou para a imprensa. Esse é o registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Está satisfeito, Senador?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Faço a última pergunta, então, ao Sr. Rogério Buratti.

Recentemente, acho que por ocasião do seu último depoimento aqui, por acaso nos encontramos no vôo para São Paulo, e V. Sª recordou de uma visita que eu fiz ao gabinete do então Prefeito Antonio Palocci. Eu aqui quero registrar: considero que conheço muito bem o Prefeito Antonio Palocci, tenho nele muita confiança. Naquela época, acredito, V. Sª era Secretário de Governo, estava no gabinete, e tinha ocorrido um episódio a respeito... Na oportunidade, eu dialoguei com ambos, com o Prefeito e com V. Sª, e expressei uma opinião de como se deveria proceder, sobretudo para tornar as coisas mais transparentes, para fazer tudo da forma mais transparente, para, de pronto, esclarecer todo e qualquer episódio.

Agradeço-lhe se recordar aqueles fatos.

Sr. Presidente, acho que precisamos tomar diretrizes sempre nessa direção, sobretudo nesta CPMI e nas três que estamos vivendo, para dirimir dúvidas, apurar denúncias e tornar tudo transparente. É muito importante que haja a determinação e a coragem de cada um de dizer as coisas tais como elas ocorrem.

Antes, porém, que V. Sª possa responder... Vou pedir a palavra para dar um esclarecimento sobre o que aconteceu ontem – V. Sª não estava –, mas o farei logo depois da resposta conclusiva do Sr. Rogério Buratti.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Naquela ocasião, na verdade, eu, como Secretário de Governo... Nós recebemos o senhor como Senador. Eu tive a honra de trabalhar na sua campanha de 1988, se não me engano. Então, o senhor fazia uma visita de cortesia à cidade, e estávamos nós tendo um episódio que me envolvia, um episódio que merecia esclarecimentos. Lembro que o seu conselho, seja ao Prefeito Palocci, seja a mim, foi que se pudesse sempre esclarecer a verdade, que se pudesse sempre contar a verdade, não se esconder, ir a público sempre que possível e enfrentar todas as situações. Foi o que fizemos naquela época. E, naquele dia desse depoimento aqui, foi o dia em que consegui expressar exatamente tudo aquilo que me foi permitido conhecer. Por isso, estou muito tranqüilo, falando exatamente a verdade que sei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem. Obrigado.

Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy. Eu só pediria que V. Exª fosse breve, porque o Relator está-me pedindo para fazer uns questionamentos antes de terminar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem. Mas ontem, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O advogado está reclamando de que terá que pagar uma diária porque não pode voltar a São Paulo. A Senadora Ideli o convenceu.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O meu poder de convencimento anda fraco, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Talvez ontem fosse dia do seu aniversário e tenha ocorrido uma situação tal que não foi possível ouvir todo o depoimento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que tinha pedido a nós dois que estivéssemos presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ele não me disse nada.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele disse na quinta-feira da semana anterior, quando nós dois não estávamos, que ele gostaria fosse feito o depoimento perante nós dois...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ele conversou comigo, esclarecendo algumas coisas. Sei que, durante o depoimento dele, ele queixou-se de estar magoado comigo. Não sei por quê, mas...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – De qualquer maneira...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Aliás, eu não queria ficar para não constrangê-lo, em razão de algumas divergências sobre o **modus** da apuração feita. Estou procurando um esclarecimento novo e V. Exª também se referiu que o importante é buscar um esclarecimento completo. Pois não, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Por ocasião do depoimento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, ele fez referência ao Pastor Paulo Mansur Haddad – se este for o nome verdadeiro dele –, que me visitou, cerca de um mês após o seqüestro e o assassinato do Sr. Celso Daniel, informando que havia visto a cena. Ele estava naquela rua dos três tombos, filmando o aniversário de uma neta, uma comemoração familiar, quando viu os carros em alta velocidade – até houve uma batida –, começou a filmar e acabou registrando, segundo ele, o seqüestro.

Se de fato existir, esse documento elucidaria o caso extraordinariamente, porque, diz ele, com tal documento pode-se observar qual é a atitude do Sr. Sérgio Gomes da Silva, que, segundo ele – não posso assegurar que seja verdade – estaria mais atuando como orientador dos seqüestradores do que como vítima.

Entretanto, disse-me, neste mesmo dia, que estava tão atemorizado com respeito ao que viu e ao documento que tinha que receava divulgá-lo. Se algum dia ele o fizesse, informou-me de que o faria por mim próprio, por ter confiança na minha pessoa.

Desde então, conversei inúmeras vezes com ele tentando persuadi-lo a divulgar esse documento. Inclusive há instrumentos institucionais que V. Exª conhece, para preservar a vida dele e da família, mas ele até hoje não se convenceu disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Qual o nome do pastor?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Paulo Mansur Haddad.

Sr. Presidente, quero...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu queria fazer um apelo: se ele estiver nos vendo aqui, que procure V. Exª. V. Exª já fez essa referência em plenário, já fez aqui, hoje li nos jornais a notícia do depoimento do Deputado Greenhalgh, em que ele diz que, se aparecer, a fita provavelmente vai esclarecer o caso. Então, se ele estiver vendo, precisamos dar-lhe garantia de vida e sei que V. Exª e esta Comissão poderá dar toda a cobertura de que ele precisa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Esse apelo que V. Exª faz é importante e se soma ao que ontem foi realizado. Ontem, sabendo que seria retransmitido à noite, encaminhei ao *e-mail* dele, de nome fictício José Maria da Silva, a solicitação no sentido de que assistisse ao depoimento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh porque será útil.

Ele hoje fez uma comunicação que vou ler brevemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quer dizer que V. Exª tem o *e-mail* dele?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tenho e vou encaminhá-lo a V. Exª, como Presidente da CPI.

Não foi possível ver o depoimento do Deputado Greenhalgh, pois só agora fui tomar ciência do mesmo. A princípio, deve ser a interpretação que o mesmo já afirmou o decorrer, desde o período acontecido até o presente. Não posso expressar qualquer comentário por não ter o conteúdo. O texto referido na imprensa hoje foge um pouco da verdade, porque se baseia em depoimentos não oculares, que ficam longe do real acontecido. O que não deixa dúvidas são as imagens referidas nas fitas. Esta não permite qualquer dúvida, a fita que tenho.

E, no fim, ele diz...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas é um dever não só de cidadão, mas também de cristão recuperar um pouco os fatos que ocorreram e que estão na memória de todos os brasileiros com muita amargura, por não chegarem à verdade dos fatos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois bem, ele prossegue dizendo:

E no fim desse cavernoso calvário, advém o cidadão vítima: é o grande prejudicado, pois não vejo seus direitos respeitados, justamente por haver apenas uma verdade obscura e o descrédito do Poder Público, o que é uma pena.

Eu mesmo não acredito na segurança dele, porque nesse período houve algumas testemunhas que perderam o seu bem maior, que é a vida. Por isso, diz ele estar refém de sua própria consciência. Em função disso, encaminho a seguinte resposta a ele, consistente com o que V. Exª acaba de dizer:

Prezado Dr. Paulo Mansur Haddad,

Considero da maior importância que o senhor possa disponibilizar a gravação que fez para vídeo do seqüestro do Prefeito Celso Daniel para o Congresso Nacional e as autoridades responsáveis pela apuração

dos episódios – dos órgãos de segurança pública, do Ministério Público e da Justiça.

Como o senhor quer total segurança para a sua vida, no caso de colaborar com as autoridades para desvendar como aconteceu o seqüestro, quero sugerir que se disponha a trazer o seu testemunho sobre o que viu e a fita gravada diretamente para esta CPI.

Desta maneira, como Senador, solicito que a CPI faça o pedido ao Ministério da Justiça, que venha a providenciar a garantia da vida sua e de sua família.

Levarei uma cópia do vídeo a São Paulo para ele poder ver. Peço a ele que se comunique, dizendo que, na fita gravada de ontem, há o apelo tanto do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, do Presidente Efraim de Morais, do Senador Antonio Carlos Magalhães e de mim próprio para que ele disponibilize a fita.

Então, encaminho a V. Exª essa comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tenho a impressão de que o delegado federal vai pegar uma cópia para ter condições de atendê-lo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Talvez esse fosse um assunto importante para amanhã, pelo depoimento do Bruno, irmão de Celso Daniel, que virá amanhã, às 10 horas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Claro que sim. É bom até recomendar ao Dr. Paulo Mansur Haddad que assista ao depoimento do Bruno Daniel.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Passo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Rogério Buratti, em depoimento à Polícia Federal, a sua esposa, Srª Elza Gonçalves Siqueira Buratti, informou que, no curto período de tempo, o senhor comprou e vendeu vários imóveis rurais, adquirindo sempre uma fazenda de maior valor que a anterior. Essas compras e vendas culminaram com a compra de uma empresa de ônibus por R$ 2,5 milhões. Dos recursos para a aquisição desses bens, apenas os R$260 mil da primeira fazenda saíram de algumas de suas contas bancárias. Solicito: liste as operações de compra e venda de imóveis ou empresas que o senhor fez de 2003 até hoje, citando objeto, valor e a outra parte envolvida na negociação.

Por que o senhor não transferiu esses bens para o seu nome? De onde saiu o dinheiro para aquisição desses bens?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – De 2003 em diante, eu fiz a primeira compra de uma fazenda pequena em Pedregulho. Essa fazenda foi comprada com dinheiro dos meus rendimentos na Leão Leão normalmente, paga dessa forma. Era inicialmente um arrendamento e depois, em seguida, eu exerci a opção de compra. Quando exerci a opção de compra, eu tinha um outro negócio fechado com essa fazenda, com uma pessoa chamada Donizete, de São João da Boa Vista, que tinha uma fazenda no Município de João Pinheiro, em Minas Gerais, e tinha interesse em ter uma fazenda em São Paulo. Como o preço da terra em São Paulo é muito superior ao preço da terra em Minas Gerais, eu vendi a fazenda de 50 alqueires em São Paulo, trocando pela fazenda de João Pinheiro, que era uma fazenda de mil hectares. Nessa negociação, houve o pagamento, de minha parte, de R$350 mil, direto ao Sr. Donizete, que foi feito. E, em seguida, a assunção de duas dívidas com o Banco do Brasil, que estavam em nome da fazenda.

Eu permaneci três meses com essa fazenda e...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu vou fazer um apelo para manter o silêncio. Nós estamos ao final. O Relator não está conseguindo ouvir completamente, pelo ruído que está sendo feito atrás.

Eu agradeço o silêncio.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Nessa negociação, eu paguei R$350 mil, que saiu da minha conta corrente. Os recursos vieram da primeira parcela da venda de uma casa que eu tinha em Ribeirão Preto, que eu vendi por R$950 mil. A primeira parcela serviu para pagar esses R$350 mil. Em seguida, eu fiz essa troca pela fazenda de Minas e fiquei com ela por três meses.

Em seguida, eu sofri um acidente de carro e não tinha mais condições de tocar a fazenda. Quem tocava a fazenda para mim, a primeira, era o irmão da minha ex-esposa, a Elza, que faleceu também, em setembro, num acidente de carro.

Como eu não tinha mais condição de tocar a fazenda, o Sr. Clóvis Sarre, que é proprietário de uma empresa de ônibus em Barretos, que chama Bontur, tinha uma segunda empresa em Rancharia, que se chama Expresso Fadel. E ele tinha interesse em ter a fazenda de Minas. E nós permutamos a fazenda. Só que nessa permuta, ele me devolveu dinheiro. Ou seja, ele assumiu a dívida que eu tinha com o Sr. Donizete e, mais do que isso, me pagou R$500 mil. Ao todo, era R$1 milhão, mas R$500 mil ele me deu em ônibus. E mais R$150 mil em quatro ônibus. E com os R$350 ele pagou as dívidas que eu tinha e depositou na minha conta corrente R$150 mil.

Então, eu até expliquei isso para uma pessoa, ontem, que não existe o dinheiro, porque nós estamos falando de permutas. Ele tinha interesse na fazenda, e eu tinha interesse na empresa de ônibus. Os recur-

sos da primeira aquisição foram feitos com o dinheiro da venda da minha casa. Da primeira, lá atrás, foram feitos com o dinheiro do meu salário e não são laranjas, como o Sr. Marcelo falou, que eram laranjas. Não são laranjas.

No processo de Ribeirão...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, existiu o dinheiro. O salário...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Existiu. No começo, existiu. O processo... Esse processo todo foi investigado em Ribeirão Preto. Inclusive, nessa investigação de Ribeirão Preto, me foram mostradas diversas empresas onde, por exemplo, sócios, pessoas que trabalham na GTech, executivos, têm outras... são sócios de outras empresas, com pessoas que o Ministério Público não identifica. Eles estão tentando identificar. Vieram me perguntar. Eu falei que não conhecia e não conheço essas relações.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Espera um pouquinho. A GTech, além da empresa de tecnologia, tem outras. É isso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Eles estão fazendo... A investigação de Ribeirão Preto, diferente do que algumas pessoas pensam, pega todo mundo. O Ministério Público, ao me investigar, está investigando todos os processos, como aqui os senhores estão fazendo, de maneira muito correta.

Eles me perguntaram, em alguns momentos, se eu conhecia a relação contratual da GTech com os seus executivos. Eu falei que eu não conhecia. Mostraram-me alguns executivos, sem mostrar nada de irregular, mas mostrando... "O Sr. Marcelo Rovai, que é sócio de "não sei quem". Quem é "não sei quem"? Eu não sei. Não acho que tenha nada irregular.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu não tenho sociedade em nada, não. Não tenho nenhuma sociedade.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu não sei. Eu estou relatando.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ele deu um exemplo, não foi?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Quer que eu dê o telefone de lá? Você liga.Você liga lá e discute com eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Retira o nome do Rovai aí. Põe Joaquim dos Anzóis Pereira.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O Joaquim dos Santos Pereira tem essa sociedade.

Como algumas empresas pagam os seus executivos com terceirização, às vezes as empresas servem para isso, e não é ilegal. Então, eu somente estou relatando.

O processo de aquisição dos meus bens se deu dessa forma.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a empresa de ônibus?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A empresa de ônibus foi esse último que eu disse, que eu troquei pela fazenda de Minas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Foram quatro que o senhor disse.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Foram onze ônibus e depois eu peguei mais quatro da mesma pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Está funcionando onde?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Em Rancharia, no Estado de São Paulo. É uma pequena empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Que é onde já funcionava...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Onde já funcionava.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – ... com o antigo proprietário.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – E não foi transferida para o meu nome ainda, porque essas negociações todas estão se fechando este ano com a empresa de ônibus.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A análise do sigilo telefônico de V. Sª mostra um grande número de conversas telefônicas com o Sr. Ruy Barquete Santos, irmão do Sr. Ralf Barquete. Além disso, ele esteve em Brasília no período de renovação do contrato da Caixa com a Gtech, início do mês de abril de 2003.

Pergunto: qual a sua relação com Ruy Barquete?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Na verdade, o Ruy Barquete é irmão do Ralf Barquete. Ele é um executivo da Procomp, uma empresa de tecnologia. Eu conheci o Ruy Barquete através do Ralf. Então, durante vários... no tempo da doença do Ralf, nós conversamos várias vezes. E aqui em Brasília, porque ele é representante da Procomp em Brasília, conversávamos socialmente, sem nenhum tipo de negócio.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele foi chamado para dar algum apoio nas negociações que V. Sª e Ralph Barquete mantinham com a GTech, tendo em vista sua experiência na área de informática e seu conhecimento sobre a Caixa Econômica, como executivo da Procomp?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Por mim não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não houve isso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Da minha parte não.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Procomp era do irmão do falecido.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O Rui Barquete é irmão do Ralph Barquete, que faleceu. Ele é hoje um executivo da Procomp.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Ralph Barquete era assessor especial da Caixa?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Da Caixa Econômica.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele sabia do dinheiro que Ralph levava para o Delúbio Soares?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não sei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não foi ele que comunicou ao Senhor?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, foi o próprio Ralph.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Rogério Buratti, o Sr. Luciano Maglia afirmou a esta CPI que a Leão Leão pagava os impressos do Partido dos Trabalhadores feito na empresa Villimpress e que as notas fiscais eram emitidas a maior, sendo a diferença entregue pela Villimpress a membros do Partido. Ele afirmou também que o senhor era o contato dele na Leão Leão.

Pergunto: V. Sª confirma que manteve entendimentos com o Sr. Luciano Maglia?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Luciano?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Maglia.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – De onde?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Da Gráfica Villimpress.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Confirmo que a Leão Leão pagou várias notas à Gráfica Villimpress, de que serviços eu não sei, mas pagou várias notas. Mas nem conheço o Luciano Maglia.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor tinha conhecimento dessa negociação, desse superfaturamento?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. A Villimpress apresentava as notas, que eram passadas para o financeiro e eram pagas. Elas não tinham nenhuma relação com a minha área.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, o senhor..

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quem fazia o contato...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É exatamente, quem fazia o contato, porque ele disse que era V. Sª que fazia o negócio.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não é verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quem da Leão Leão fazia o contato para receber as notas e determinar o pagamento?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Mas estamos considerando que as notas são ilegais ou não?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, considera... O senhor me permite? A explicação é a seguinte – também estive conversando com os membros do Ministério Público: a Gráfica trabalhou para a Leão Leão "só para campanha eleitoral". Não fazia o trabalho gráfico da empresa, que era outra gráfica, porque dizem que havia uma gráfica que fazia para o PSDB e outra, para o PT. Eram duas grandes gráficas de Ribeirão Preto.

E o que o Relator pergunta é: como ele declarou aqui, eles faziam as notas de panfletagem e outros trabalhos gráficos para o PT, impressos, que iam para a Leão Leão pagar. E, com superfaturamento ou não, pagavam trabalho que não era da Leão Leão e, sim, do partido político – aliás, nem era para partido político, mas para vários candidatos da região do Partido. Então, não sei quem fazia essa intermediação, porque acho que é isso que interessa...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Isso aconteceu em que ano?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Isso ocorreu na campanha de 2002.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – De 2002? Não, pagaram-se notas da Villimpress; agora, não sei, não acompanhei a denúncia dessa pessoa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor não chegou a examinar nenhuma nota?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O seu papel era autorizar o pagamento?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, nesse caso nem autorizar o pagamento.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A análise do sigilo telefônico do Sr. Ralph Barquete mostra mais de 500 ligações entre ele e o celular 81117197, de uso do Sr. Ademirson Silva, entre os meses de janeiro de 2003 e março de 2004. No dia 1º de abril de 2004, quando V. Sª teve duas reuniões com dirigentes da GTech para negociar a renovação do contrato, há 14 ligações entre V. Sª e Barquete, e 12 entre este e o celular utilizado pelo Sr. Ademirson.

No dia 8 de abril de 2003, dia da assinatura do contrato da Caixa com a GTech, há 11 ligações entre V. Sª e Barquete, e 14 entre este e o celular utilizado pelo Sr. Ademirson. Além disso, a maioria dessas ligações ocorreram em pares, parecendo que, ou havia uma triangulação ou os assuntos acertados entre V. Sª e Ralph Barquete, necessitavam ser comunicados ou aprovados pelo Sr. Demício. Pergunta: Ralph Barquete ligava, realmente, para falar com o Sr. Demício ou com o próprio Ministro da Fazenda? O que o senhor tem a dizer sobre esta triangulação sua com o Ralph e o celular do Sr. Ademírson?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, na verdade, as ligações do dia primeiro, são verdadeiras. No dia primeiro, eu recebi uma proposta da GTech que eu tinha que levar o Ministro Palocci. Eu informei... Foi com o Ralph, através do Ralph. Essas ligações confirmam que, de fato, eu tinha que levar essas informações ao Ralph, e o Ralph me retornou. Agora, se a forma que ele usou para falar com o senhor Ministro foi através do Ademírson, eu não sei. Pode ter sido. Acredito que pode ter sido.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Ademírson era ligado ao senhor ou não?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O Ademírson? Não. Era meu conhecido.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu poderia falar uma coisa? Ontem, na Polícia Federal, o delegado inclusive perguntou isso e ele disse que jamais levaria esta informação por telefone, e ele teria se reunido pessoalmente com o Sr. Ralph Barquete. O senhor delegado perguntou aonde e ele disse: "ah, eu não me lembro". "Como o senhor não pode se lembrar de algo tão importante?" "Ah, talvez, foi no Blue Tree." Então, vou deixar bem claro que, ontem, na Polícia Federal, era ao vivo e, hoje, é por telefone.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não. É a mesma coisa Marcelo. Eu conversei com o Ralph pessoalmente. Não precisa ficar nervoso. Eu conversei pessoalmente com o Ralph. A sua proposta de propina pro PT, eu levei pessoalmente para Ralph, que levou para o Ministro Palocci que rejeitou. Só que eu também falei sobre isso por telefone. Não existe incompatibilidade no que eu disse.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu nunca ofereci propina para ninguém. Nem para o PT nem para você.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador Suplicy avisa que...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – As do dia oito, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – ... O encaminhamento da votação...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é nominal a votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – ... 252. Ainda não sabe. Parece que é um acordo do Senador Suplicy...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se não for nominal, não...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eles vão nos avisar. Então...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Senador, até o dia oito de abril, a GTech, como o Sr. Marcelo disse, me enrolou. Ela me fez a proposta de propina e ficou me enrolando até o dia oito. Então...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É aquela dos 500 até R$16 milhões?...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Dos 500... As ligações de primeiro de abril a oito de abril, várias delas, com certeza, foram também para tratar desse assunto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O jornal **Correio Braziliense** denunciou a existência de um contrato de seguro entre as empresas Interbrasil e Triângulo do Sol. Esta última pertence metade à Leão&Leão e metade à empresa portuguesa Somagio, que foi adquirida pela espanhola Sarci, em 2003. A apólice emitida pela Inter Brasil, para a cobertura do consórcio Triângulo do Sol, vigorou entre julho de 2003 e junho de 2004, tendo sido assinado pouco antes de V. Sª viajar para Portugal representando o Triângulo do Sol junto da Somagio. O sigilo telefônico de V. Sª e de Ralph Barquete, mostra contatos com telefones registrados em nome da Interbrasil. Pergunto: Por que a Triângulo do Sol contratou a Interbrasil mesmo sabendo que ela não tinha capacidade de cumprir o prêmio previsto?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Na verdade, eu fui conselheiro do Conselho de Administração do Triângulo do Sol. Eu não precisaria lembrar desse fato, mas eu me lembro de todos os fatos... Alguns executivos só lembram do que interessam. Então, eu me lembro de todos os casos. Nesse caso, a Triângulo do Sol foi enganada pela Interbrasil também. A Interbrasil fez uma proposta para a Triângulo do Sol muito mais vantajosa do que o mercado e afirmou que tinha todas as garantias de ressegurar aquela apólice junto ao IRB. Então, a Triângulo do Sol fez o contrato de seguro com a Interbrasil, só que ela foi obrigada, meses depois, a fazer um novo contrato, porque o DER de São Paulo não aceitou aquela apólice, porque a Interbrasil não conseguiu fazer o resseguro junto ao IRB. Agora, se o Ralph tinha relação com a Interbrasil, eu não sei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem indicou

A Interbrasil para a Triângulo do Sol?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Eles procuraram a Triângulo do Sol em São Paulo. Porque as concessionárias de rodovias são grande clientes de seguradoras, porque elas precisam fazer grandes seguros na operação da estrada. Então, foi procurada. Apresentaram as garantias iniciais, fianças, etc e só que depois eles não honraram, e a Triângulo deve executado essa empresa depois.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi pura coincidência o contrato ser assinado pouco antes de V. Sª viajar para Portugal, e sua viagem ocorrer no mesmo período que uma comitiva presidencial estava em viagem para Portugal e Espanha?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI –** Todos os anos, no mês de julho, a Triângulo do sol fazia uma reunião de conselho de administração em Portugal, em 2002, em 2003, em 2001, sempre em julho, porque era período de férias no Brasil. Mensalmente, ou bimestralmente, os executivos da Somaglio vinham ao Brasil. E sempre em julho, os executivos daqui que iam até lá. Então, sempre foi em julho. A assinatura do contrato com a Interbrasil, eu não vejo relação. Porque, na verdade, o contrato tem que ser assinado no momento em que vence a apólice anterior. Então, não existe uma vinculação. E, na verdade, a coincidência com a viagem da comitiva presidencial foi, de fato, uma coincidência. Mas, na série histórica, todo o mês de julho, os executivos saiam para Portugal.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O seu amigo, ele é seu amigo, o Sr. Juscelino Dourado?

**ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele reconheceu, nesta CPI que a seu pedido marcou uma audiência do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com o Presidente Mundial da Somaglio, em Brasília. Pergunto qual era o objetivo dessa audiência? Quem lhe pediu para intermediá-lo? O senhor tem conhecimento de alguma reunião entre os dirigentes da Somaglio ou da Saci com autoridades brasileiras ocorrida fora do Brasil?

**ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Na verdade, esse é um trabalho que me cabia. Eu era o representante da empresa da Leão&Leão e conselheiro da Triângulo do Sol, e me foi solicitado pedir uma audiência ao Ministro da Fazenda para os executivos da Somaglio. Fiz isso formalmente. Mandou-se um e-mail pedindo uma audiência, porque a Somaglio é uma grande investidora no Brasil, tem vários negócios, queria fazer uma visita de apresentação do grupo ao Ministro da Fazenda. De fato, fiz esse pedido de audiência, não considero isso nenhum problema, porque eu trabalhava na empresa. Tinha todo o direito de fazer isso. E não tenho conhecimento se os executivos das Saci ou da Somaglio se reuniram com o Ministro da Fazenda fora daqui. Que eu tenha sabido, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu agradeço a V. Sª, e pergunto ao Sr. Carlos Ramos, Carlos Cachoeira, porque, novam,ente, eu vou me referir aqui ao Sr. Zildo Heliodoro. Ele informou ao jornal **O Correio Braziliense** que Hélcio Cambraia, amigo de Walter Santos, neto do advogado, contratou uma empresa sua, em 2000, para gravar uma fita de Márcio Mirando Gonçalves, genro do Procurador-Geral de Justiça, em Minas Gerais, Márcio de Capio pedia 6 milhões de propina para barrar as ações do Ministério Público mineiro contra os empresários de jogos eletrônicos. Os principais interessados seriam os donos de caça-níqueis: José Celso Shiu e Dorval Santos. Pergunto a V. Sª, o que sabe a esse respeito, já que atuava em Minas Gerais, naquela época? O Sr. Hélcio Cambraia foi advogado de V. Sª, ou de alguma de suas empresas?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não. Não. O Zildo, o Dr. Zildo falou isso no **Correio Braziliense**?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Informou isso ao **Correio Braziliense**.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – O Dr. Zildo informou isso ao Correio Braziliense?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Informou isso ao **Correio Braziliense**.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – E publicado?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Publicado.

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não. De maneira alguma. Eu não tenho nenhuma relação com o Zildo, nem com esse Cambraia, que eu não sei...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não conhece?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não. Só se eu vir ele. Posso dizer que... Nessa época, eu não tinha relação lá em Minas Gerais. Não mandei gravar fita nenhuma lá.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Hélcio Cambraia, advogado? Ele nunca foi seu advogado?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Meu advogado, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem de nenhuma de suas empresas?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, de minha empresa, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas foi advogado do seu parceiro na Gerplan, Mário Márcio Magalhães, inclusive em processo em que sua empresa Jogobrás era parte interessada?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, a Jogobrás não é minha.

A Jogobras é da Cirsa, uma empresa espanhola que foi parceira minha.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não tem a menor participação?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Nada, nada.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem interesse por essa empresa?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Exatamente. Essa fita aí parece quem que pediu – pode até checar com o Dr. Zildo – foi esse primeiro, que eu nem conheço também. Não é José Celso, não, é... Durval.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Durval Santos?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Isso, ele que fez essa fita. Eu nem o conheço.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor tem certeza ou acha?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Certeza absoluta. Isso foi amplamente divulgado na época.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que parceria é essa com o Sr. Mário Márcio Magalhães?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, Mário Márcio Magalhães foi diretor da loteria. Ele saiu de lá e, através da Cirsa...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi diretor da loteria em Minas?

**O SR. O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Em Minas Gerais. E, através da Cirsa, que era parceira nossa em Goiás, ele os procurou, e, através de um outro parceiro que estava com eles, sublocamos uma parte de um jogo lá para eles tocarem em Goiás. Se não me engano, o nome é...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É o nome da empresa que o senhor quer lembrar?

**O SR. O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS –** Não, não. É o nome desse produto. Morada da Sorte... não. É Jogada da Sorte...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era uma loja?

**O SR. O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, é um produto que solta no mercado, um jogo...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Tipo raspadinha?

**O SR. O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, não. Tipo bingo no papel. Aí, uma vez por semana, joga.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Esse é legal?

**O SR. O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Era legal lá, porque sublocamos o contrato para ele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe muito sobre as atividades do bingo no Rio de Janeiro?

**O SR. O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Confirma isso?

**O SR. O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Das atividades do bingo...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dos bingos no Rio de Janeiro, inclusive sobre lavagem de dinheiro?

**O SR. O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, não, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não?

**O SR. O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor pode-nos indicar caminhos para localizar as entradas e saídas de recursos dos bingos para o exterior?

**O SR. O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, eu não conheço. Não conheço, porque não tratava diretamente com os bingos no Rio de Janeiro. Conhecia o José Renato Granado, que era Presidente da Associação de Bingos, algumas pessoas, mas não diretamente.

Meu tipo de jogo, Sr. Senador, lotérica, era *on line, real time*; a gente fazia lá só tipo Sena, Mega Sena, mas estadual.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

Sr. Enrico Giannelli, em seu depoimento anterior à CPI, V. Sª afirmou que não conhecia o Sr.Ralf Barquete, é verdade?

**O SR. ENRICO GIANNELLI** – É verdade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Contudo, o seu sigilo telefônico desmente, inclusive chama a atenção numa ligação que V. Sª fez para ele às 16h47min do dia 8 de abril de 2003, dia da assinatura do contrato com a GTech.

**O SR. ENRICO GIANNELLI** – Não, Excelência. Eu nego.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não fez essa ligação?

**O SR. ENRICO GIANNELLI** – Não, não fiz.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas foi apurado.

**O SR. ENRICO GIANNELLI** – Não fiz.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Assistente, por favor.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, de qual telefone para qual? Assim poderia ser esclarecido.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – ES) – Vamos ver.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos a outra pergunta, enquanto a Assessoria tenta localizar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª me permite, Sr. Presidente, enquanto o nosso relator acha? Há uma informação importante que o Presidente da Caixa Econômica avaliou transmitir à CPI, dado que o Senador Romeu Tuma fez a citação do que Antônio Carlos Silveira poderia ser. Ele, Sr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa, informa que não é, que não tem relação de parentesco com esse senhor e que esse consultor não está mais trabalhando na Caixa. O contrato de dois anos terminou. E a respeito do...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A citação foi minha, não foi do Senador...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Serve, então, de qualquer maneira.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Só perguntei se havia esse relacionamento, só que não sei quais foram os dois anos, qual foi o período.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Bom, ele foi contratado...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por dois anos...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E já acabou. Saiu. Depois peço... Se a Caixa puder informar, agradeço, porque não tenho aqui a informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não sei. Talvez se o Rovai...

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Eu posso até intuir, porque conheci o Sr. Carlos. Eu o conheci em abril, na reunião com o Sr. Jorge Mattoso. Então, imagino que ele deve ter entrado no início de 2003, com nova administração. Então, em 2003 e, imagino, até o final de 2004.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor tinha nele uma pessoa competente?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Tinha.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito competente?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Eu tinha reuniões com ele, com outro, com as pessoas da Caixa e, de uma maneira geral...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Aquelas reuniões gravadas?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Não. Nenhuma reunião minha foi gravada.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – As reuniões da GTech com a Caixa eram gravadas.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Não. Algumas reuniões foram gravadas somente no ano de 2002. Queria até fazer um parecer. Todos os executivos com quem tenho contato na Caixa, em todas as reuniões, considero executivos competentes. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim. Mas a informação que tenho é a de que com outros assessores foram renovados os contratos. E o do Sr. Carlos, depois da questão da GTech, não mais foi renovado.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI –** Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É só a informação que me passaram via *e-mail*. Claro que não é uma informação, vamos dizer assim, tão segura como a de V. Exª, que é direto da fonte.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E ainda há outra, Sr. Presidente. O Sr. Afrânio...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Porque é relevante. O Sr. Afrânio de Melo Franco Nabuco foi recebido pelo Presidente da Caixa a pedido do Embaixador Márcio Paulo de Oliveira Dias, então membro do Conselho de Administração da Caixa, nomeado pelo Ministro Pedro Malan no Governo Fernando Henrique Cardoso. O Embaixador pediu ao Presidente da Caixa para receber um amigo. Em rápida conversa realizada na Caixa, o Sr. Afrânio Nabuco solicitou uma audiência para o Presidente da GTech. O Presidente da Caixa, Jorge Mattoso, informou que essa reunião só ocorreria depois que a nova Diretoria tivesse conhecimento de todos os contenciosos jurídicos e de outras questões referentes ao contrato. Depois que essa etapa foi superada, foi realizada a reunião das diretorias da GTech e da Caixa, em 14 de março de 2003, quando foram indicados os novos negociadores de ambas as partes. Esse esclarecimento já havia sido dado pelo Sr. Jorge Mattoso à Polícia Federal em 9 de dezembro de 2004.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem. A questão de o Dr. Afrânio surgir na história veio em função do organograma. Agora, a informação

não é essa, não: é a que ele conseguiu... Pelo que o Sr. Rovai falou aqui, não é bem essa a informação, não.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não. Eu atesto a informação. O Sr. Afrânio... o Sr. Afrânio... Eu não falei que ele... Ele tinha os contatos e, através do Embaixador, conseguiu a reunião. O Sr. Afrânio conseguiu a reunião...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não tinha falado do Embaixador aqui, não.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não. Eu não sei qual foi a pessoa que indicou. O Sr. Afrânio é que marcou a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O que mostra que a GTech usa mesmo as pessoas influentes, para chegar e ganhar a concorrência. O senhor reafirma mais uma vez?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – De maneira lícita, reafirmo, como sempre foi feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Disso tenho as minhas dúvidas.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, mas eu garanto para o senhor que não...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós vamos provar isso aí, que não é bem assim. A GTech tem-se envolvido com pessoas que estão sendo aprovadas aí; estão sendo comprovadas pessoas com tráfico de influência. Posso dizer, porque esta CPI se encontra com documentos de sobra aqui dentro, que provam o tráfico de influência que a GTech sempre procurou, a exemplo do Sr. Walter Santos, a exemplo do Sr. Walter Santos, para dar um exemplo rapidamente aqui que os senhores pagaram R$5 milhões simplesmente para uma cautelar. É estranho isso! Então, a palavra que V. Sªs dizem aí, a meu ver, não é de muita segurança. V. Sªs usaram, realmente, o tráfico de influência para fechar esse contrato da GTech e ninguém tem dúvida neste País.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Queria fazer uma pergunta para todos e quem tivesse o que responder a respeito do que pergunto, se manifestasse.

V. Sªs, ou um ou outro, já foram sócios ou procuradores de empresa ou de *offshore* no exterior? Ninguém?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Nunca fui, não tenho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Possui ou possuiu ou é procurador de conta bancária no exterior?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Atualmente, tenho uma conta no Citibank, na cidade de Santiago, onde recebo o meu salário pela GTech declarada no Imposto de Renda de 2005.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Adquiriu imóvel no exterior para si ou para terceiros?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estou perguntando para todos, mas ele está botando a carapuça, mas ele tem razão. Tem razão porque o senhor reside no exterior.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não tenho nada a esconder, Senador. Quero esclarecer o máximo possível.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª já fez operações com doleiros envolvendo mais de US$50 mil?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, e nunca tive isso para fazer transferência.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Essa carapuça é muito grande

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa é para os dois aqui, o Sr. Carlos Ramos e o Sr. Waldomiro Diniz. Nas fitas gravadas no escritório, o Sr. Carlos Cachoeira negocia o Sr. Waldomiro um acordo com José Renato Granado para o Sr. Carlos Ramos ficar com o monopólio do mercado do videobingo. Chegou a ser acertado um valor a ser pago ao Sr. Granado, de imediato, bem como uma percentagem do faturamento de Cachoeira nos videobingos.

Pergunto ao Sr. Carlos Ramos: o negócio foi fechado?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não. O meu contrato é *on-line real* time a gente já fazia no Paraná *on-line real time*, fui contratado para isso. Quando a gente fala sobre o José Renato Granado é porque ele é Presidente da Associação de Bingos. Para colocar o sistema *on-line real time* que os bingos automaticamente estavam dentro da Loterj, e fui contratado exclusivo para isso – por isso citamos o nome do Sr. José Renato Granado.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não houve o negócio? Não chegaram a fechar o negócio?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Não, não houve o negócio, de maneira alguma. De maneira alguma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A Associação de Bingos ainda existe?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Existe.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Em todos os Estados têm ou é uma só?

**O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS** – Acho que onde funciona tem, acredito que sim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Waldomiro Diniz também diz que não houve o negócio.

(Pausa.)

Sr. Enrico Giannelli, o Sr. ligou do número, o código (011) 81228995?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – É o meu telefone.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Para o número, (061) – código de Brasília – 8116-3292.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – De quem é esse número? Nunca falei com o Sr. Ralf, aliás, nem o conheci.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse é o seu telefone?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do Ralf.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ralf é o que morreu?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não, nem sei que telefone é esse. Não faço a menor idéia que telefone é esse.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma ligação dele para o Sr. Ralf no dia 8 de abril, às 16 horas e 47 minutos.

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Não faço a menor idéia de que telefone seja esse.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL-PB) – E a duração de 40 segundos.

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O contrato foi firmado às 17 horas do dia 8 de abril, no 21º andar da Caixa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL-PB) – O Sr. Ralf faleceu, né?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – O Sr. Gianelli não estava presente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Marcelo Rovai, no dia seguinte à assinatura do contrato, V. Sª troca telefonemas com o Sr. Rogério Buratti. Dias depois, em 11 de abril de 2003, V. Sª e Antônio Carlos Rocha vão à Leão&Leão. Confirma?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Não, parcialmente. Dia 9, fiz duas ligações para Rogério Buratti, a primeira não funcionou, ele não atendeu, deixei um recado, voltei a falar à tarde, quando marcamos a reunião do dia 11 na Leão& Leão para receber os documentos. Nessa reunião, estiveram presentes o Sr. Marcos Andrade, o Sr. Enrico Gianelli e eu.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas na Leão& Leão?

**O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI** – Na Leão&Leão, na Vila Olímpia, em São Paulo, foi o local onde ele indicou para a entrega dos documentos para o processo de veto, porque é ali que iria começar o processo de veto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor estava lá, Sr. Gianelli?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Estava.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Hein?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – Estava.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E foi para conversar com o Sr. Rogério.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Buratti também?

**O SR. ENRICO GIANELLI** – O Buratti, também.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor confirma também? E foi tratado só do *vetting process*?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – No meu caso, eu não apresentei documento nenhum, porque não teve contrato, não apresentei documento nenhum, a não ser que ele tenha algum documento que mostre...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por que o senhor, no primeiro depoimento, negou essa reunião?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu neguei?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Negou.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, mas é um equívoco.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está no depoimento.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É um equívoco, porque teve, a reunião teve, não teve nenhum problema, teve a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor negou.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não, foi um equívoco meu, porque teve a reunião de fato, porque, nesse processo todo, eu fui tratado ao longo desse tempo pela GTech.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor provou que tinha força para impedir a assinatura do contrato?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não provei, na verdade, porque o contrato não foi assinado, conforme mostra nos documentos, porque não estava pronto, eu não tinha força para segurar nenhum contrato porque a oferta que me foi feita não foi aceita,

e, lá, na Caixa, o contrato não estava pronto para ser assinado.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a todos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quero deixar duas perguntas. A primeira para o Dr. Rogério Buratti sobre esse cheque que, em novembro de 2002, a Santospar Investimentos determinou que a Santos Corretora de Câmbio e Valores fizesse um cheque nominal a Buratti & Siqueira Associados, empresa de sua propriedade no valor de 141.950. Qual a relação do senhor com a Empresa Santospar?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu não tinha nenhuma relação, às vezes, eu recebia... A Leão fazia depósitos de bônus na minha conta, deve ter sido esse tipo de coisa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Essa firma é sua mesmo?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A Buratti & Siqueira, é. E o valor deve estar correto.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não era um rendimento seu?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Era um rendimento da minha empresa...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Da sua empresa?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – ... como bônus.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Cento e quarenta e um, novecentos e cinquenta.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Exato.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não era dólar que foi ... nada?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era Corretora de Câmbio e Valores.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Foi recebido pela Leão&Leão, da Leão& Leão, perdão.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quer dizer que a Leão repassou como lucro o bônus.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Rogério Buratti, o senhor tem negócio em Las Vegas, não?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, eu estive em Las Vegas uma vez, a passeio.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só a passeio.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Só a passeio.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não pediu a assessoria para interrogar...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque há telefonemas do senhor para Las Vegas. O senhor tem negócios no Panamá?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, eu estive no Panamá a passeio também.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor gosta de passear.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – São vários anos, né; mas gosto de passear, sim, quando posso, vou.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A outra pergunta é para o Sr. Waldomiro, com todo respeito, sem nenhuma ilação.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Claro.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Se o senhor tinha boas relações com o Gilberto Carvalho e Juscelino Dourado, que foram citados aqui.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – São duas pessoas, Sr. Senador, que eu vi...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era relação só política, profissional ou tinha algum outro tipo de relacionamento?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – São duas pessoas que vim a conhecer quando da minha assunção ao Governo, ao cargo. O relacionamento era meramente e estritamente profissional, não tinha convivência do dia-a-dia.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Como funcionário?

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Não, não tinha relação de amizade com nenhum dos dois, mas tinha relação profissional, só.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Nem dependia deles, tanto que o senhor...

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Não, não, absolutamente, só quando havia necessidade de se marcar alguma coisa, em alguma ligação, acionava o gabinete.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quando algum Parlamentar pedisse qualquer coisa...

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Exatamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ... aí o senhor interferia para resolver o problema.

**O SR. WALDOMIRO DINIZ** – Exatamente. Só. Mas não privava da amizade pessoal de nenhum. São pessoas que mereceram o meu respeito enquanto eu fui profissional do Governo.

**O SR. ROMEU TUMA (**PFL – SP) – Obrigado.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Buratti, há uma informação da Assessoria de que a sua ex-esposa... O senhor foi com a família naquela época para o Panamá? O senhor viajou com a família?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não fui.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque o senhor disse aqui, no depoimento, que o senhor tinha ido com a família.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, falei que fui com a família para Portugal, em julho de 2004.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Isso ele confirma aqui, Sr. Presidente. Quando depôs, ele falou sobre a viagem a Portugal.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não, nunca disse isso, imagina! Como vou dizer, se não fui e se V. Exª pode comprovar pelo passaporte? Como vou mentir numa coisa dessas?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – BA) – Sr. Relator, V. Exª tem mais alguma pergunta?

Agradeço não só aos advogados, mas aos senhores depoentes, agradeço também pela documentação anexada, agradeço aos Srs. Senadores, ao Sr. Relator.

Comunico aos Srs. Senadores que amanhã teremos o depoimento do Sr. Bruno José Daniel Filho, irmão do ex-Prefeito Celso Daniel, nesta sala, a partir das 10 horas.

A todos agradeço pela presença.

*(Levanta-se a reunião às 20 horas e 51 minutos.)*

**Ata da 28ª Reunião, Realizada em 6 de outubro de 2005.**

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, as dez horas e vinte e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior, Ideli Salvatti e José Agripino Maia, Membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva do Senhor Bruno José Daniel Filho e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir, convida o depoente a tomar assento a Mesa. Com a palavra o depoente inicia sua explanação tecendo considerações sobre os fatos que antecederam ao assassinato do seu irmão Celso Daniel. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para os questionamentos iniciais com apartes dos Senadores Geraldo Mesquita, Eduardo Suplicy, José Jorge, Mozarildo Cavalcanti e Tião Viana, seguidos de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti, José Jorge, Eduardo Suplicy e Tião Viana. A presidência suspende os trabalhos por dez minutos. Reaberto os trabalhos a prossegue a fase interpelatória quando usam da palavra os senhores Senadores Tião Viana, José Agripino Maia, Antônio Carlos Magalhães, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita e Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senador José Agripino Maia, requer, de ofício e verbalmente, seja solicitada a cópia do processo que esta tramitando na Justiça de Santo André, relativos a casos de corrupção, envolvendo o ex-Prefeito Celso Daniel. Então. Em votação, é aprovado. Finalizando a presidência agradece ao Senhor Bruno Daniel, pelo depoimento e pela presença do Dr. Francisco Daniel e agenda a acareação com o Dr. Gilberto Carvalho para o próximo dia 26 de outubro, quarta-feira, às 11h30min. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está aberta a 28ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crime de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Bruno José Daniel Filho.

A Ata da reunião encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Vou conceder a palavra ao Sr. Bruno José Daniel Filho pelo tempo que ele entender necessário para o seu depoimento.

Tem V. Sª a palavra, Dr. Bruno José Daniel Filho. Antes, em nome da nossa CPI e de seus membros, quero agradecer a presença de V. Sª.

Concedo a palavra a V. Sª.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Sr. Presidente Efraim Morais, Srs. Senadores, Srªs e Srs, gostaria de fazer uma declaração inicial. Falarei como irmão do Celso e como cidadão. Sou Professor Universitário da PUC de São Paulo e funcionário público vinculado à Fundap (Fundação do Desenvolvimento Administrativo), vinculada ao Governo Estadual de São Paulo. E gostaria de fazer um registro inicial.

A minha vida e da minha família, após a morte do Celso, tem sido afetada enormemente. Desconfiamos, por exemplo, da existência de grampos telefônicos, desconfiamos que o movimento da nossa vida esteja sendo vigiado e, coincidentemente, tanto quando da vinda do meu irmão João Francisco a esta CPI, como hoje, o Sr. Klinger Luiz de Oliveira Sousa* foi visto no aeroporto. Hoje também, na vida de São Paulo para cá.

Desconfiamos que, por razões políticas, minha esposa, Marilena Nakano, tenha sido dispensada, demitida de uma instituição municipal, a Fundação Santo André, vinculada à Prefeitura Municipal de Santo André, dias após eu ter dado uma coletiva sobre o caso do Celso e dias após a prisão de Sérgio Gomes da Silva, o Sombra.

Sou Professor licenciado dessa Fundação, onde, curiosamente, Klinger Luiz de Oliveira Sousa dá aula de Ética – bastante apropriado.

O primeiro ponto sobre o qual quero falar é de como nossa família tem sido desqualificada por alguns.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Desculpe, Dr. Bruno, como é o nome da Fundação?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Fundação Centro Universitário da Fundação Santo André.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – É uma universidade?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – É um Centro Universitário, é uma Fundação, nível superior e tem ensino médio também, atividades de pós-graduação **lato sensu** e atividades de extensão universitária.

O primeiro ponto sobre o qual, então, gostaria de falar é como a nossa família tem sido desqualificada por alguns que dizem ser amigos do Celso. Esta tentativa de desqualificação nada mais é do que uma cortina de fumaça para evitar o debate aberto sobre as evidências que já constam do processo e que já não correm mais sobre segredo de justiça. Portanto, qualquer cidadão pode ter acesso se assim o desejar, inclusive os amigos do Celso. É, também, uma cortina de fumaça para evitar a busca da verdade. A desqualificação da família nada mais é do que a tentativa de desqualificar a tese de crime planejado, numa forma evidente de se agarrar e dar sustentação à tese de crime comum.

Pergunto: por que esses que se dizem tão amigos do Celso não lêem o processo como nós? Quero dizer que lemos tudo – e seguimos lendo – e não foi só o Dr. Francisco que leu todo o processo – o nosso advogado aqui presente. Ao mesmo tempo em que tocamos as nossas vidas, trabalhando, cuidando dos nossos filhos, mantendo as nossas relações familiares e de amizade, encontramos tempo e força para acompanhar o que aconteceu e acontece no processo de investigação, porque queremos a verdade e queremos contribuir para que se chegue a ela.

Assim, quero dizer para aqueles que buscam nos desqualificar que seguiremos em frente, pois não entraremos no jogo sórdido de desviar a atenção para questões que não aquela que é a central: saber quem matou e quem foram os mandantes de crime tão brutal? O mais importante é descobrir a verdade dos fatos relativos ao assassinato do nosso irmão.

Aliás, descobrir a verdade é condição necessária para que possamos enterrar o nosso irmão. Não fazemos promessas a ele. Simplesmente agimos, pois precisamos elaborar o nosso luto e ele só chegará a bom termo com a chegada da verdade.

As pessoas que se dizem amigas de Celso talvez não saibam que, nos casos de morte violenta como a do nosso irmão, não basta rezar, não basta chorar, não basta visitar o túmulo. É necessário que as instituições desvendem o ato violento, pois sem isto não enterraremos os nossos mortos. É assim com a família daqueles que foram assassinados no tempo da Ditadura militar. Passados mais de 30 anos, muitos ainda não enterraram os seus mortos. Eles dependem do Estado. Outros poderão fazê-lo, agora, como é o caso da família de Flávio Molina, cujo irmão disse numa entrevista, quando teve a confirmação de que restos mortais enterrados em cemitério de São Paulo se tratavam de seu irmão, segundo ele, foram mais de 30 anos de tortura.

Também, quero, aqui, trazer a solidariedade de nossa família à Roseana Garcia que, bravamente, tem lutado para desvendar a morte de seu companheiro, Toninho, Prefeito de Campinas. Ela também foi abandonada por muitos daqueles que se diziam amigos. Ela e tantas outras Roseanas têm de nós a solidariedade e o apoio para continuar na luta para se chegar à verdade.

Acho que posso dizer que precisamos enterrar os nossos mortos e os senhores podem ter um papel importantíssimo para que isso aconteça, se contribuírem para que se chegue à verdade.

O segundo ponto: quero deixar, nacionalmente, que João Francisco e eu somos diferentes, como é natural em todas as famílias os irmãos serem diferentes uns dos outros. Temos trajetórias e posicionamentos políticos diferentes, mas não autorizo ninguém a entrar em nossas vidas pessoais. Ele e eu estamos juntos e temos a mesma posição quanto à necessidade de buscar a verdade no caso do assassinato de nosso irmão. Quanto a este caso, temos exatamente o mesmo posicionamento.

Um terceiro ponto diz respeito à tentativa de alguns de, em nome da defesa da honra do Celso, quererem impedir que as investigações caminhem no sentido do desvelamento do crime. Não se pode acobertar a verdade em nome da honra, não é apenas a família que deseja a verdade, a sociedade deseja isso. O povo de nossa cidade não aceita as explicações dadas até o momento, porque superficiais, contraditórias, para um crime que, desde o início, se revelou complexo.

Um quarto ponto, sobre o qual João Francisco já discorreu longamente aqui nesta CPI, diz respeito ao processo de investigação. Pode-se dividir o processo em três etapas: a primeira, conduzida pelo DHPP, órgão da Polícia Estadual de São Paulo, que concluiu que o crime foi comum. Entretanto, inquérito dessa primeira fase estava carregado de contradições e lacunas que não permitiriam concluir por crime comum. A título de exemplo, falta uma página no laudo sobre a perícia do livro de entrada do prédio do Celso. Ivone de Santana, namorada de Celso, afirma ter ido com Klinger Luiz de Oliveira Sousa* para o apartamento do Celso no sábado, quando ele ainda estava seqüestrado e vivo, mas testemunhas dizem que não se tratava de Ivone, mas de uma outra pessoa, Ana Carla Albiero*. O problema nesse laudo e essa contradição não foram devidamente explorados. Ainda nessa fase da investigação, não foi encaminhado para o Judiciário, quando do oferecimento da denúncia, o laudo da necropsia, este só foi juntado ao processo a pedido do Juiz de Itapecerica.

A segunda fase da investigação se iniciou em agosto de 2002, após a família ter empreendido esforços no sentido de solicitar ao Ministério Público que realizasse investigações para cobrir todas as lacunas e contradições dessa primeira fase. E o trabalho do Ministério Público permitiu concluir que se tratava de crime planejado, de que o Celso foi torturado e que teve a participação ativa de Sérgio Gomes da Silva no arrebatamento. O depoimento do Dr. Delmont*, o chefe da equipe de legistas, que realizou a necropsia do Celso, confirma que não se tratou de crime comum.

Hoje, a Polícia de São Paulo e o Ministério Público voltaram a trabalhar juntos. Tem sido incansável, por parte da Polícia, a equipe da Drª Elizabeth Sato* e, da parte do Ministério Público, por parte do Dr. Roberto Wider Filho* e Dr. Amaro Tomé*, o trabalho no sentido de investigar aquilo que ocorreu com o Celso. Diria que, nessa terceira fase, trata-se de descobrir os mandantes, as motivações do crime, sobre as quais há algumas hipóteses fortes, e todos os demais implicados nos diferentes graus.

Quinto e último ponto: gostaria de dizer que a morte do Celso nos fez viver na pele a fragilidade das nossas instituições, muito embora tenhamos tido relação com pessoas honestas, competentes, comprometidas com a construção dessas instituições e com a busca da verdade. Todo o nosso esforço tem sido para que as instituições funcionem bem, pois não se trata apenas do caso do Celso. Trata-se de fazer com que a Polícia, o Ministério Público, o Judiciário e agora o Legislativo funcionem de forma adequada, pois não é possível que os cidadãos que tiveram familiares assassinados tenham que lutar tanto para que a verdade venha à tona e que se faça justiça, como é o caso do pai de um jovem de quatorze anos assassinado em Salvador, que anda quase todos os dias numa importante rua de Salvador com um cartaz, não para pedir dinheiro, mas para pedir justiça. Ele só quer a prisão do assassino do seu filho.

Não é possível aceitar as investidas do Executivo e do Supremo Tribunal Federal no sentido de retirar do Ministério Público a atribuição de investigação, que, do nosso ponto de vista, tem que ser plural, porque ainda há risco de ocorrer a retirada da atribuição do Ministério Público de realizar investigações.

Exmºs Srs. Senadores e Deputados, estou aqui porque fui convocado, mas também desejo contribuir para que esta Casa Legislativa se transforme numa instituição exemplar de busca da verdade e que os casos do Celso e do Toninho possam ser paradigmático em nosso País.

Assim, coloco-me à disposição para responder as perguntas com o compromisso de dizer a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª, Professor Bruno Daniel, e concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, Relator desta CPI.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Bruno Daniel, o senhor vai me permitir, eu tenho um grande respeito pelo senhor e pela família, mas o senhor mesmo diz que tentam desqualificar a família na tentativa de se fazer justiça com relação ao crime que vitimou o seu irmão, o ex-Prefeito Celso Daniel.

Acho que essa tentativa de desqualificação é até muito cruel, porque ela, inclusive, procura devassar o relacionamento dos senhores como irmãos, dizendo

que os senhores não se davam bem, não tinham maior diálogo. O senhor poderia esclarecer esse ponto?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Inicialmente foi instalada uma CPI na Câmara Municipal de Santo André e alguns dos Vereadores lá presentes simplesmente perguntaram para o meu irmão se ele tinha problemas mentais. Ele foi realizar depoimentos na CPI, tinha informações importantes a prestar e procurou-se imputar a ele algo relativo a insanidade mental.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P–SOL – AC) – Sr. Relator, o senhor me permite? É parte do assunto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P–SOL – AC) – É só para esclarecer aqui que o Sr. Gilberto Carvalho, quando aqui esteve, se referiu ao Sr. Bruno como uma pessoa séria em relação a qual ele nutria grande consideração. De modo que, com relação ao Sr. Bruno, com um depoimento desse do Sr. Gilberto Carvalho, eu acho que fica patente e claro e podemos afastar, de forma definitiva, qualquer tentativa de desqualificação do Sr. Bruno.

O Sr. Gilberto Carvalho veio aqui e afirmou isso voluntariamente, sem qualquer coação, pressão, seja lá de quem fosse. É só para deixar esse assunto claro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se me permite, de qualquer maneira, considero muito importante a pergunta do nobre Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, e agradeço se puder – porque acho que isso vai contribuir – o Dr. Bruno José Daniel Filho informar um pouco de como foram os laços entre os irmãos e de amizade, quem sabe desde a infância até o presente porque houve

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos deixar o depoente fazer as suas declarações. Se conseguirmos deixar o depoente falar, chegaremos a um avanço no nosso trabalho.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Não acho que esse assunto seja relevante. Na realidade, o Sr. Bruno José Daniel Filho é irmão do Prefeito Celso Daniel e está aqui querendo saber a verdade, colaborar para descobrir a verdade.

A relação anterior, na realidade, não é relevante para esta CPI. Temos que ouvi-lo e ele tem toda credibilidade para falar sobre esse tema, porque ele é da cidade, é irmão da pessoa que foi assassinada e não devemos, de certa maneira, investir nessa linha. Temos que ver a opinião dele e depois vamos fazer o julgamento, mas a opinião dele é importantíssima para nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem, então, vamos avançar nesse sentido.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Bruno José Daniel Filho, o senhor acabou de falar sobre as contradições existentes no inquérito. O senhor já apontou alguma coisa, mas pergunto se ainda há alguma coisa mais importante que o senhor gostaria de apontar?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Acho que talvez caiba fazer um retrospecto relativo àqueles que defendem a tese de crime comum e, em seguida, contrapor a tese de crime planejado.

1) Quem aceita a tese de crime comum aceita depoimentos dos presos e da quadrilha da Pantanal, que são xerox uns dos outros. Numa aparente montagem de uma história que, depois de tomados outros depoimentos, na segunda fase da investigação, quando entram em cena os membros do Ministério Público e perguntam a respeito da dinâmica do arrebatamento, surgem inúmeras contradições e cai por terra aquela história, que é um xerox. Aparentemente, uma coisa combinada entre os presos para realizar uma encenação.

2) Quem aceita a tese de crime comum aceita a existência de um suposto empresário do Ceasa que seria a pessoa a ser perseguida pelos membros da quadrilha da Pantanal – e o que se mostrou, posteriormente, é que esse empresário simplesmente não existe.

3) Quem aceita a tese de crime comum aceita os diversos depoimentos do Sérgio Sombra, todos eles diferentes e contraditórios entre si.

4) Quem aceita a tese de crime comum aceita um depoimento da Ivone de Santana, namorada do Celso, segundo o qual, ela, por acaso, não foi ao restaurante na sexta-feira, com o Sérgio e o Celso, na noite em que o Celso foi seqüestrado. Sendo que, em outras oportunidades, houve declarações dela em outra direção.

5) Quem aceita a tese de crime comum... pois não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Bruno, qual a direção?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – É no sentido de que.... houve uma declaração dela na imprensa – vou correr o risco de errar o teor exato da declaração dela na imprensa, mas é uma declaração diferente dessa. Precisaria resgatar as declarações

que aparecem na imprensa, mas há divergências entre esta declaração dela e eu me comprometo a localizar, então, nos recortes de que dispomos, o exato teor das declarações dela, que são diferentes deste. Eu, neste momento, correria o risco de fazer afirmações imprecisas. Prefiro me comprometer a buscar esse tipo de informação e encaminhar aos membros da CPI.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P–SOL – AC) – É algo que denote o propósito dela de deliberadamente não ter ido ao jantar?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – É algo que, do nosso ponto de vista, permite colocar em dúvida a veracidade das declarações dela.

> 6) Em seguida, quem aceita a tese de crime comum aceita que não houve troca de roupa do Celso. E para nós este é um tema ainda em aberto.
>
> 7) Quem aceita a tese de crime comum aceita a tese de que não houve tortura. Foi entregue pelo meu irmão a esta CPI o depoimento do Dr. Carlos Delmont que esclarece, com ricos detalhes, qual foi o processo de tortura realizado sobre o nosso irmão. Estabelece uma ordem das ações.
>
> 8) Quem aceita a tese de crime comum aceita a reconstituição do crime realizado pelo menor, que é totalmente incompatível com os achados registrados no laudo da necropsia realizados pela equipe de legistas.
>
> 9) Quem aceita a tese de crime comum aceita a idéia de que não houve participação do Dionísio, um presidiário do presídio de Guarulhos, que foi resgatado de helicóptero, sobre o que há evidências fartas no sentido de sua participação no processo todo.
>
> 10) Quem aceita a tese de crime comum aceita pura e simplesmente as ausências de documentos, lacunas do processo, quando da primeira fase de investigação, ausência de fotos, ausência de radiografias, falta de laudos importantes que poderiam permitir chegar mais perto da verdade, outras investigações que deveriam ter sido realizadas e não foram, por exemplo, relativas à morte de seis pessoas, pelo menos oficialmente, que podem ter tido alguma relação com o caso e foram assassinadas, e cujas mortes não estão esclarecidas. E todos nós sabemos que, quando há queima de arquivo num determinado caso, é necessário que se realizem investigações mais aprofundadas.

Em favor da tese de crime planejado, em primeiro lugar, o Ministério Público conclui pela não existência do empresário do Ceasa e, por rastreamento de telefones celulares, não se confirma a suposta perseguição deste empresário do Ceasa. O mesmo rastreamento de telefones celulares permite identificar uma base de operação onde estavam localizados os criminosos para realizar o arrebatamento do Celso.

Provas testemunhais e materiais vinculam a participação do Dionísio ao caso, ao seqüestro e à morte do Celso. Contradições nos depoimentos sobre a dinâmica do arrebatamento daqueles presos também indicam que a história contada por eles foi montada. Houve gravações de pessoas, moradoras próximas ao local do arrebatamento do Celso, à polícia, que indicam a existência de tiros, que contradizem os depoimentos prestados à polícia pelo Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra".

Há depoimentos também que indicam a existência, na Pajero, veículo no qual era transportado o Celso, de uma maleta de dólares a ser entregue aos criminosos. Há contradições sobre as roupas que o Celso vestia, quando encontrado. Depoimentos do Sérgio não são confirmados por laudos. Por exemplo: indica-se claramente que, quando a Pajero recebeu os tiros nos pneus, ela estava parada, ela não estava em movimento.

Joga-se água também na direção do crime ser planejado o depoimento do menor, na reconstituição do crime, que é incompatível com os achados do laudo da necropsia realizada pela equipe de legistas.

Há um depoimento de um dirigente do PCC, preso, conhecido como "Geleião", que afirma que o que se desejava era obter do Celso um dossiê. E que era para matar mesmo o Celso depois de obtido o dossiê. Há um depoimento de um outro preso, cujo nome é mantido em sigilo, que afirma que, para esse trabalho, deveria haver uma remuneração de R$1 milhão.

Portanto, de agosto de 2002 até agosto de 2005, que corresponde à segunda fase do processo de investigação, foram encontradas evidências por parte do Ministério Público, e essas evidências se referem a esse esforço importante do Ministério Público, que indicam claramente que o crime foi planejado, que indicam que há outros envolvidos no processo, que pode haver outros implicados, em maior ou menor extensão; que é necessário ainda descobrir, de forma mais precisa, as motivações do crime, que é necessário descobrir os responsáveis pela queima de arquivo – os outros assassinatos que podem estar relacionados com o crime do Celso.

Portanto, nessa segunda fase da investigação, as evidências são muito claras nessa direção, são muito contundentes.

Na terceira fase da investigação, como afirmei antes, em função dessa nova articulação realizada pela Polícia Estadual, por uma equipe chefiada pela Drª Elizabeth Satto, em conjunto com o Ministério Público, novas evidências estão surgindo, sobre as quais obviamente não posso falar nada sob prejuízo de acarretar resultados negativos ao processo de investigação. Mas temos a plena convicção de que a tese de crime planejado vai ser reforçada pelas novas investigações; agora, contando com a participação da equipe da Polícia Estadual.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Bruno Daniel, aqueles que efetuaram o seqüestro e o crime, em algum momento, pediram dinheiro, houve algum telefonema, não se registrou nada com relação a isso?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Senador Garibaldi, a família não foi contatada com essa finalidade. Em momento nenhum.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto ao senhor: o senhor defende a tese do crime planejado. Crime planejado teria por trás uma motivação de corrupção na Prefeitura, a qual seu irmão resistia?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Como o meu irmão já declarou a esta CPI, há evidências de que havia, na Prefeitura de Santo André, um esquema de arrecadação de recursos para financiamento de campanhas do PT. E o que possivelmente aconteceu é que parcela desses recursos passou a ser utilizada para outras finalidades, razão pela qual, neste momento, o Celso resolveu alterar a situação. E essa pode ter sido a motivação do crime.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Bruno, o senhor confirma que foi testemunha de uma conversa entre seu irmão, João Francisco Daniel, e o Sr. Gilberto Carvalho, na qual este revelou que levava dinheiro arrecadado na Prefeitura de Santo André e o entregava diretamente ao Deputado José Dirceu?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu confirmo. Nós tivemos essa conversa num sábado, pela manhã, dia 26 de janeiro. Era um encontro que foi solicitado pelo Gilberto Carvalho ao meu irmão, que me comunicou da intenção do Gilberto de conversar conosco. À saída da missa de sétimo dia, realizada em São Bernardo do Campo, nós nos dirigimos à casa do meu irmão e tivemos essa conversa, em que o Gilberto Carvalho relatou a existência desse esquema de arrecadação e relatou que, numa das oportunidades, chegou a encaminhar a São Paulo, ao Deputado José Dirceu, a quantia de R$1,2 milhão. E disse também que, nesta tarefa dele, havia sempre momentos de tensão, porque ele carregava sozinho esse dinheiro, no seu Corsa preto, sem esquema de segurança. Enfim, era uma situação que gerava bastante tensão.

Portanto, eu confirmo o teor da conversa relatada anteriormente, aqui, pelo meu irmão, a esta CPI.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora, só para esclarecer, Dr. Bruno: ele disse isso assim, em termos de dar uma informação numa conversa, ou foi assim, em termos de queixa, em relação ao papel que lhe era dado nesse processo? Ele estava assim queixoso de fazer isso ou foi uma informação numa conversa informal, vamos dizer? Qual era o tom dessa revelação? Porque algumas pessoas ficam achando: "Não, por que é que ele iria dizer isso? Esse é o sentimento que eu gostaria de ter".

Era só isso.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Foi uma conversa rápida. Havia uma programação, nesse mesmo sábado, no período da tarde, no Estádio Municipal de Santo André, de uma cerimônia em homenagem ao Celso, com uma programação intensa, evento para o qual foi chamada toda a população do Município. E o Gilberto Carvalho era uma das pessoas responsáveis pela organização desse ato. Portanto, a conversa foi rápida, e nós ficamos surpresos com o teor das revelações feitas por ele. Ficamos também nos perguntando, quando presentes no ato, à tarde, no estádio municipal, por que razão o Gilberto Carvalho teria feito esse tipo de revelação para nós.

De qualquer maneira, ficou claro que aquele encontro foi marcado especificamente para se realizar esta revelação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mais ou menos como se fosse dizer: "Não vamos investigar muito para que essas coisas não surjam", como se fosse na linha de que "há uma série de processos, quanto mais investigarmos, essa coisa vai aparecendo". E a família precisava saber o que poderia aparecer de surpresa.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Eu queria até complementar a pergunta do Senador José Jorge. Foi no sentido de ameaçar, por exemplo, a família? Sugerindo: "Olha, vocês se comportem, porque o irmão de vocês estava envolvido nesse esquema". Foi mais ou menos assim? Nesse tom?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não dá para fazer juízo sobre o tom, mas é possível utilizar isso como uma hipótese muito forte. É aquilo que dissemos no nosso comunicado anterior aqui.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sabe por que faz sentido, Sr. Bruno? Porque

o Sr. Gilberto declarou aqui que vocês, irmãos, viviam às trombadas com o Prefeito Celso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos sair dessa linha...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Não, mas é essa linha, Sr. Presidente. É essa linha. Ele declarou aqui que os irmãos...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Para não atrapalhar também o raciocínio do Relator.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – ...Bruno e Francisco viviam às trombadas com o Prefeito Celso Daniel. Por que ele iria revelar um fato desse para pessoas que não tinham bom convívio com o Prefeito ao qual ele servia?

Estou trazendo isso à baila para reforçar inclusive essa hipótese de que poderá ter sido uma ameaça. "Vejam lá o que vocês vão fazer, porque o irmão de vocês estava envolvido nisso aí, tinha conhecimento dessa captação de propina".

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, a bem da verdade, o Dr. Gilberto Carvalho nunca usou tal expressão, que os irmãos viviam às trombadas com o Celso Daniel. Foi numa sessão reservada, e a expressão foi muito educada e absolutamente tranqüila sobre a impressão que ele tinha do relacionamento.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – A expressão, é claro, foi minha. É minha a expressão, mas o sentido da fala do Sr. Gilberto foi essa. A expressão, claro que é minha, mas o que ele quis dizer aqui era isto: que vocês tinham uma relação não muito... não tinham uma relação boa com o Prefeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu apenas queria, logicamente, fazer uma sugestão a V. Exª, porque o Relator ainda não esgotou as suas perguntas e, embora colabore a interferência dos outros Senadores, acho que atrapalha inclusive o raciocínio do Relator, que é quem vai produzir o relatório.

Então, seria interessante que ele concluísse as suas perguntas. Tenho aqui algumas para fazer, mas estou esperando que ele não as esgote.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O Relator é mais inteligente do que todos nós. Por isso, ele foi escolhido Relator.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Aliás, é o ritual.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra a S. Exª o Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Bruno, o senhor e o seu irmão João Francisco Daniel disseram, no programa do Jô Soares, que o Sr. Sérgio Gomes da Silva coagiu testemunhas arroladas no inquérito do assassinato do Prefeito; Sérgio Gomes da Silva, o Sombra.

O senhor confirma esse fato?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Isso está nos autos. Há testemunhos afirmando ter havido coação. Está nos autos. O processo já não corre sob segredo de justiça, e isso é público. São informações públicas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não tem dúvida sobre a participação do Sombra no assassinato do seu irmão ou o senhor tem dúvidas ainda?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – O que eu posso afirmar é que o Sérgio já está indiciado por crime de mando, e o indiciamento foi aceito em diversas instâncias do Judiciário, que são muito mais competentes do que eu para realizar esse tipo de julgamento. Obviamente, o julgamento tem que chegar até o seu final. E o posicionamento que nós temos adotado é o de lutar sempre para que as instituições cumpram adequadamente o seu papel. E estamos o tempo inteiro vigilantes nessa direção.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Uma personagem que tem intrigado todos nós, que tem levado esta CPI a especular sobre a sua real participação no assassinato e na condução da administração do Prefeito Celso Daniel é o Sr. Klinger de Oliveira Sousa. Inclusive, o fato de tanto o seu irmão e o senhor o terem visto... Os senhores o viram, avistaram o Sr. Klinger no aeroporto. O senhor também avistou o Sr. Klinger no aeroporto?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não fui eu que avistei, mas ele foi avistado hoje.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Hoje?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu tenho uma informação e solicito dos agentes da Polícia Federal que chequem o vôo da GOL, vindo de São Paulo, hoje, bem como o da Varig-TAM, para saber se realmente existe essa coincidência em relação ao Sr. Klinger.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto ao senhor: o que o senhor pode dizer do relacionamento e da presença do Sr. Klinger? Ele era muito prestigiado na administração do Sr. Celso Daniel. Nós sabemos disso. Por quê? O senhor tem alguma explicação para isso?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Ele ocupava um cargo importante na administração municipal. No entanto, sabemos de conflitos. Sabemos, não; ou-

vimos ter havido conflitos – a informação precisa ser checada –, inclusive, no sentido de obstaculização de candidatura a Deputado Estadual do Sr. Klinger, pouco antes da morte do Celso.

Então, muito embora a presença importante do Klinger na administração municipal, havia também conflitos. E o que se sabe é que essa candidatura foi obstaculizada pelo Celso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Prefeito chegou a delegar áreas da sua administração ao Sr. Klinger?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Sim, era homem de confiança.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não descarta a participação dele na versão do crime planejado? O senhor alimenta uma suspeita?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Como nós temos insistido, as motivações ainda não estão suficientemente claras, e há processo proposto pela Procuradoria-Geral da Justiça em que Klinger aparece como... enfim, aparece como... isto é, ele está denunciado como responsável por crimes em vários dispositivos.

Eu gostaria de entregar este documento aos membros da CPI para indicar aqueles processos nos quais há uma denúncia contra Klinger, Sérgio Gomes da Silva, Ronan Maria Pinto e outros.

Muito bem! Na medida em que há evidências muito fortes da participação de Klinger nesse esquema de arrecadação de recursos em Santo André e na medida em que ainda não é suficientemente conhecida a motivação relativa ao assassinato do Celso, eu não descarto a possibilidade do envolvimento de Klinger como co-responsável pelo assassinato. Não descarto. O que sempre defendemos é a idéia de que investigações têm de ser realizadas para se chegar à verdade: se sim ou se não. Mas não descarto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – E o Sr. Ronan Maria Pinto?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Também não descarto, pelas mesmas razões.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele também está indiciado.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Também está arrolado nesta denúncia.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – O senhor conhece Rogério Buratti?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, depois das perguntas feitas pelo nosso Relator, tenho uma pergunta só a fazer, que, na verdade, pode até ser redundante. Eu queria até pedir desculpas ao depoente, porque uma CPI não tem o ritual de um tribunal, nem de um juiz, nem de uma delegacia. Portanto, é comum que cada um de nós, mesmo quando uma pergunta tenha sido feita, possa repeti-la para querer formar um juízo próprio.

Então, a pergunta é uma só, que me parece tenha sido respondida, e eu queria confirmar.

Então, V. Sª está convencido, primeiro, de que não foi um crime comum, um crime de encomenda; segundo, de que há um mandante ou mandantes e que, pelas informações prestadas pelo Sr. Gilberto Carvalho, havia, portanto, um esquema de arrecadação de recursos, objetivando o financiamento do PT. E que, possivelmente, então, o seu irmão, quando constatou que esse dinheiro não estava sendo utilizado apenas com essa finalidade – o que, no juízo dele, era importante, era nobre, era justo, mas, sim, que havia pessoas se locupletando desse dinheiro –, a partir daí, procurou-se, realmente, eliminá-lo; quer dizer, queimá-lo, queimar um arquivo que poderia prejudicar esse conjunto de pessoas que estavam, efetivamente, fazendo corrupção em Santo André.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu confirmo os três pontos. Ou seja, o crime não foi crime comum, temos plena convicção, com base em evidências. Não se tratam de meras suposições; meras suposições pode haver para a população, que, não necessariamente, tenha acesso a todas as informações. E esse é o sentimento de milhares de pessoas.

Eu me recordo de um momento, quando de uma homenagem feita ao Celso, no primeiro ano de aniversário da sua morte, em uma cerimônia, num ginásio, num parque municipal – que, hoje, leva o nome do Celso –, uma cerimônia ecumênica, em que me foi dada a palavra. A cerimônia foi organizada pelo PT. Foi a primeira vez que a família veio a público e manifestou claramente a posição, depois de ter acesso a fotos e a outros documentos, de que o Celso foi torturado e que, portanto, novas investigações tinham que ser realizadas.

Pois bem, o ginásio em peso clamou por justiça naquela oportunidade. Disso decorreu, em função da presença do Dr. Hélio Bicudo, então Vice-Prefeito da Cidade de São Paulo, presente ao ato, o encaminhamento de um processo junto à OEA, no sentido de que novas investigações fossem realizadas. Houve uma intermediação da parte do Dr. Hélio Bicudo, que

pertencia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, e ele auxiliou a família a encaminhar um pedido, no sentido de novas investigações.

Portanto, é possível dizer que a população brasileira intui que o crime foi planejado e que não houve crime comum. Isso é um sentimento generalizado.

Nós, que temos acesso aos autos e que acompanhamos de perto as investigações realizadas pela Promotoria Pública, temos a convicção de que o crime foi planejado. Primeiro ponto.

Segundo, se o crime foi planejado, há mandante ou mandantes, e é necessário investigar todos os envolvidos e não esgotar esforços para se verificar o nível de participação de todos os envolvidos.

Terceiro, a conversa com o Gilberto Carvalho é um depoimento muito contundente no sentido de atestar que havia um esquema de arrecadação de recursos. Mas, além disso, há o processo que produziu provas e que indica claramente a participação de Sérgio Gomes da Silva, Klinger Luiz de Oliveira Sousa, Ronan Maria Pinto, Irineu Nicolino Martin Bianco, Humberto Tarcísio de Castro e Luiz Marcondes de Freitas Júnior nesse esquema.

Portanto, são evidências; não são conjecturas mais. E, Pelo fato de a família estar acompanhando com detalhes o processo, estar buscando justiça, temos a convicção sobre esses pontos que foram objeto da sua pergunta.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Estou satisfeito. Realmente, para mim, ficam claros os três pontos, principalmente o último, de que havia um sistema de arrecadação de recursos que o Prefeito poderia conhecer, em se tratando de recursos que iriam para o PT. E, quando ele desconfiou, quando teve algum tipo de indício que poderia estar servindo para outros fins, para a locupletação pessoal, ele, então, começou a reagir e, portanto, a formar um dossiê e tentar implodir essa quadrilha.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Se me permite, Senador Mozarildo, encontramos, no apartamento do Celso, um envelope com a letra do Sr. Gilberto Carvalho. São documentos que indicam uma preocupação no sentido de verificar a existência de enriquecimento de pessoas ligadas à Prefeitura de Santo André. É uma espécie de pré-dossiê, não é um dossiê ainda. Aliás, esses documentos foram entregues a esta CPI.

Portanto, esse tipo de preocupação é uma preocupação que aparece em provas materiais, e este envelope é reconhecido pelo Gilberto Carvalho. A letra é reconhecida como sendo sua, e os documentos são documentos que podem permitir a conclusão de existência de enriquecimento rápido por parte das pessoas envolvidas nesse esquema de arrecadação.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, vou ler uma declaração, Sr. Presidente, antes de começar, Presidente e também o depoente, do jornal de terça-feira, 22 de janeiro de 2002, portanto, no sepultamento do Prefeito Celso Daniel.

A declaração é a seguinte: "Estou convencido mas não tenho prova de que você, Celso Daniel, não foi vítima do acaso e que não foi um incidente. Possivelmente, a sua morte foi planejada. Possivelmente, tem gente grossa por trás disso." – declarou o Presidente Lula ao falar no enterro do Prefeito Celso Daniel. Está aqui o jornal do dia 22 de janeiro de 2002. Portanto, o Presidente, como a maioria da população brasileira, também achava muito difícil que esse fosse um crime comum.

Em segundo lugar, em relação a essa mesma linha, quero dizer que eu, antes de ser Senador, era professor de Estatística e, na verdade, antes do seqüestro e da morte do Prefeito Celso Daniel, houve, também, o seqüestro e a morte do Prefeito de Campinas, Toninho do PT.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não houve seqüestro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele foi assassinado, desculpe. É que termos técnicos policiais não são o meu forte, mas, na realidade, ele foi assassinado. Na época, se disse que era coincidência, que ele foi pego na rua como se fosse uma pessoa comum. Foram escolher alguém para assaltar e, por azar ou por sorte, não sei, assaltaram o Prefeito de Campinas, que veio a ser assassinado.

A probabilidade de alguém escolher na rua alguém para seqüestrar ou para matar e ser o Prefeito, numa cidade grande como Campinas ou Santo André, é mínima – vamos dizer que é uma em um milhão. Aí, depois de seis meses, novamente, por acaso, seqüestram o Prefeito de outra cidade. A probabilidade, também, é uma em um milhão e a probabilidade de esses dois fatos serem por acaso é uma em um trilhão. Portanto, é um evento chamado evento impossível.

Então, na realidade, a estatística está contra o crime comum. V. Sª não citou esse fato mas eu o acho importante.

A segunda questão é o ato do seqüestro em si. No ato do seqüestro em si, também, não é fácil de se

acreditar, porque o Prefeito Celso Daniel vinha em um automóvel Pajero, preparado e armado – o próprio Sombra era um ex-segurança, um ex-motorista e, portanto, uma pessoa que, de certa maneira, estava preparada para receber um ataque daquele tipo. Ele foi atacado por uma Blaizer. Eu já tive uma Blaizer: é um carro que não dá para atacar uma Pajero. E, na realidade, eles conseguiram, facilmente, abrir o carro – o carro só poderia ser aberto por dentro – e seqüestrarem o Prefeito Celso Daniel sem que o Sombra, que era o segurança, tivesse reagido. Segundo o Deputado Greenhalgh, ele "amarelou", mas, na verdade, era mais fácil o Prefeito Celso Daniel ter "amarelado", porque ele não era um segurança. E, na realidade, eles levaram o Prefeito.

Então, também nessa parte é muito difícil nós acreditarmos. Além dos detalhes que V. Sª colocou, é também muito difícil acreditarmos que aquilo tenha sido um seqüestro que não foi planejado.

Em terceiro lugar, na verdade não houve nenhum telefonema dos seqüestradores para pedir dinheiro ou qualquer coisa em cima do seqüestro. Quer dizer, o seqüestrador, na verdade, pede alguma coisa, porque, senão, por que ele iria fazer o seqüestro? Se fosse simplesmente para matar o Prefeito, ele o teria matado ali, na hora, porque era muito mais fácil e mais barato, mas eles resolveram levá-lo, escondê-lo, etc.

Há indícios de que o Prefeito foi torturado. Inclusive, o próprio Deputado Greenhalgh, aqui, falou que a questão de dizer que o perito disse que foi torturado e ele disse que não foi é mais uma questão de interpretação do que ele acha que é tortura e do que o perito acha que é tortura, porque, sob o ponto de vista do que o perito acha que é tortura, o próprio Deputado Greenhalgh concordou que ele foi torturado, efetivamente.

Então, nós temos uma pessoa torturada, morta, à qual não foi pedido nada e diz-se que isso foi um crime comum. Na realidade, é muito difícil que alguém possa acreditar nisso.

Por outro lado, também há indícios de que, efetivamente, existia uma rede de corrupção na Prefeitura de Santo André para arrecadar recursos para o PT nacional. Isso naquela época em que o seu irmão João Francisco fez essa denúncia, há algum tempo, era difícil de alguém acreditar. Como é que o PT nacional, formado por pessoas que tinham alto conceito na sociedade, como é que essas pessoas iriam arrecadar dinheiro das Prefeituras?

Mas hoje, depois de Delúbio, depois de Marcos Valério, é difícil de não se acreditar que esse esquema não funcionava e que não arrecadava dinheiro para as Prefeituras Municipais e, por intermédio delas, para o PT nacional, que, inclusive, mandava pessoas para outros Estados para fundar o PT. Há pessoas que foram para Pernambuco, para Santa Catarina, para diversos Estados como profissionais do PT, para fundarem o PT, etc, etc, e isso precisa de dinheiro.

Na verdade, esse esquema, eu não tenho dúvida nenhuma que funcionava. V. Sª o comunicou. Era uma máfia do lixo e dos transportes, aqueles segmentos em que as Prefeituras Municipais têm mais estrutura. O Sombra, o Klinger e o Ronan enriqueceram nesse período, o que mostra também que não eram só recursos partidários, para se fazer política, mas eram também recursos para o enriquecimento pessoal deles todos.

Quarto: nessa questão das reuniões de que V. Sª participou com o Sr. Gilberto Carvalho, V. Exª já confirmou, assim como o Sr. João Francisco, que, na verdade, o Sr. Gilberto Carvalho disse que levava o dinheiro para entregar ao Deputado José Dirceu, na sede do PT em São Paulo.

Eu gostaria de falar, agora, de fazer algumas perguntas sobre a reunião de que V. Sª participou, juntamente com o seu irmão e com as suas duas esposas – quer dizer, a esposa de cada um, vamos dizer, para ficar mais claro –, na residência do Deputado Greenhalgh, onde foi comunicado a vocês, membros da família, que o PT e a Câmara dos Deputados – porque o Deputado Greenhalgh estava, naquela hora, representando o PT e a Câmara dos Deputados – aceitariam a versão do crime comum e, já naquele momento, vocês não a aceitaram.

Hoje, já ouvimos a versão do seu irmão, ouvimos a versão do Deputado Greenhalgh, do Gilberto Carvalho, mas era importante que V. Sª desse sua versão, por que o Dr. Gilberto Carvalho se irritou e foi embora, saiu da reunião, irritado com a família, por conta desse fato. E, segundo, se o Sr. Gilberto Carvalho, que era o encarregado de informar à família, realmente informava diariamente, com detalhe, como estavam as investigações, porque, pelas ligações, ele informava ao Sombra, informava ao Klinger, quer dizer, todas aquelas pessoas que eram amigos de Celso Daniel, por um lado, e suspeito pelo outro, estavam sendo devidamente informadas e vocês, os membros da família, aparentemente não estavam.

Fora esses outros fatos que eu já citei, se V. Sª quiser comentar, mas era exatamente esse fato: a reunião na casa do Deputado Greenhalgh.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Senador José Jorge, eu gostaria de comentar parte das...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não, pode ficar à vontade.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – ... das colocações iniciais, particularmente a que se refere à colocação do Deputado Greenhalgh acerca da exis-

tência ou não de tortura e que isso seria uma questão de interpretação.

Pois eu gostaria de dizer que isso pode ser uma questão de interpretação para leigos, mas não para peritos. Para peritos, há critérios objetivos para afirmar se há tortura ou não.

O Dr. Delmonte é um perito e, inclusive, autor de livro a respeito de tortura.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não, e o Deputado Greenhalgh disse que ele era um perito sério e competente. Ele afirmou isso aqui.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Muito bem.

Então, não se trata de questão de interpretação. Uma coisa é a opinião minha ou do Deputado Greenhalgh – não somos peritos. Agora, quando se faz uma avaliação como aquela do Dr. Delmonte, não se trata mais de interpretação. Trata-se de evidências objetivas.

O depoimento do Dr. Delmonte é tão rico em detalhes que indica a ordem em que foram realizadas as lesões no Celso.

Diz ele: "Provavelmente, Celso sofreu as lesões na seguinte ordem: primeiro, lesão na regão parietal esquerda" – uma pancada que ele levou na cabeça – "segundo, queimaduras nas costas e lesões decorrentes do estilhaçamento e ricocheteamento dos projetéis de arma de fogo, um do lado direito do seu corpo e outro na região da perna; em terceiro lugar, disparos na face; por último, disparos no tórax" – os disparos que, efetivamente, são responsáveis pela causa da morte do Celso. E ele faz indicações a respeito do período provável de acontecimento dessas lesões.

Ora, então, não é uma questão de interpretação, não é? São fatos objetivos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Doutor, nesse laudo ele faz referência se a morte se deu realmente no local onde o corpo foi encontrado ou ele foi transportado? Eu não li esse laudo.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não, não faz essa afirmação. Não é possível afirmar, com as evidências obtidas durante a necropsia, se a morte do Celso ocorreu efetivamente lá.

O que nos relatou o Dr. Delmonte é que o correto seria a presença do legista no local do crime, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, a realização de perícia no local.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O levantamento do local é a coisa mais importante numa investigação criminal.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Como investigações no local, que poderiam responder a esse tipo de questão, não foram realizadas, o laudo...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe-me, porque meu filho as fez no local – porque foi em Itapecirica, que pertencia a Taboão da Serra –, mas, depois, foi cortada a oportunidade de ele dar continuidade ao inquérito nas apurações. Mas há alguns detalhes e, inclusive, o Dr. Maurício, um dos novos delegados, cuja presença pedimos, que fez uma outra parte, poderá nos ajudar nesse esclarecimento. Desculpe interrompê-lo.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não, mas é importante, porque, por exemplo, os tiros que foram dados numa superfície dura e ricochetearam no corpo do Celso...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Os delegados dizem que tinha pedra.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Pois é, mas apenas uma perícia no local poderia constatar onde foram dados os tiros, se foram dados sobre pedra, efetivamente, ou se não, porque isso permitiria concluir se ele foi morto lá ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge, satisfeito?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele não respondeu ainda, não.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu estava só comentando.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Bem, com relação à reunião que ocorreu na casa do Deputado Greenhalgh, em função, naquela oportunidade, do sentimento que nós tínhamos de que as coisas estavam muito mal explicadas e de que não se poderia chegar à conclusão de que tinha havido um crime comum, houve esse atrito entre nós, o Deputado Greenhalgh e o Gilberto Carvalho. Efetivamente, ocorreu esse atrito, quer dizer, a família, naquela oportunidade, ainda não de posse de todas essas evidências que foram coletadas posteriormente na segunda fase de investigação, ainda trabalhava intuitivamente, como ocorre com a maioria da população brasileira, que supõe, sem ter todas as informações de que dispomos, que o crime não foi um crime comum. Portanto, houve um atrito importante naquele momento, efetivamente.

Agora, com relação às informações da parte do Gilberto para a família, o que podemos dizer é o seguinte: eu tive com o Gilberto Carvalho, após a morte do Celso, cerca de seis encontros, para finalidades diversas, e não era esse o tom das relações entre nós, isto é, de ele prestar informações à família a respeito da condução das investigações.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O Deputado Greenhalgh disse que ele era o encarregado de prestar

informação à família e que o aborrecimento tinha sido porque a família estava queixosa porque não recebia as informações.

O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO – Muito bem. Eu tive cerca de seis encontros com o Gilberto e o teor das conversas não era prioritariamente esse. O meu irmão João Francisco teve alguma coisa como uma dezena ou mais de encontros com o Gilberto Carvalho.

Com relação a esses...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foram mais de três?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Sim, mais de três. Três foram os encontros em que o Gilberto Carvalho relatou que havia um esquema de arrecadação de recursos e que recursos eram encaminhados para o financiamento de campanhas do PT, mas houve mais encontros. Houve mais de uma dezena de encontros.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe-me Senador José Jorge, se eu puder fazer mais uma questão.

O senhor acha que essa relatoria seria para alertá-los de que, tomando conhecimento dela, não deveriam relatar a ninguém para não prejudicar a imagem do Celso Daniel?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Essa é uma possibilidade, não é?.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PE) – Essa pergunta foi feita?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, só para encerrar, eu gostaria de dizer que, desde os depoimentos do Dr. João Francisco, do Sr. Gilberto Carvalho e do próprio Deputado Greenhalgh, percebemos que havia uma grande preocupação no sentido de que o caso fosse investigado muito rapidamente para que esse assunto saísse da mídia, saísse do tema. Inclusive, o Sr. Gilberto Carvalho chegou a citar, aqui, que colocou um placar defronte da Prefeitura dizendo quantos dias já havia de investigação. Ora, isso tem um lado positivo. Olhando à primeira vista, parece bom se colocar. Agora, se você sabe que um crime desse é difícil de investigar e coloca um placar desses, de certa maneira, vai, de certa maneira, fragilizar a Polícia, no sentido de que apresente a primeira solução para se ver livre daquele placar.

Não tenho dúvida de que, na realidade, tudo indica que houve um crime de mando, que havia esse esquema de corrupção que o Prefeito estava querendo, pelo menos, restringir somente para recursos de política, para financiar as campanhas do seu Partido, o PT, e que, na verdade, depois de descoberto, houve uma grande preocupação daquelas pessoas que comandavam a Prefeitura para que isso não fosse exposto nacionalmente. Quer dizer, aí, houve todo esse esforço, comandado pelo Sr. Gilberto Carvalho, que falava com todos os envolvidos – há muitos telefonemas gravados – no sentido de ser dar logo uma solução para que esse tema saísse da mídia.

Se não fossem o Dr. João Francisco e V. Sª a manterem essa chama acesa, hoje ninguém falaria mais nisso e ficaria o Sr. Celso Daniel como se tivesse sido assassinado em um crime comum, por alguém que nem o conhecia. Mas, graças a Deus e ao trabalho de vocês dois, hoje a sociedade brasileira está vendo tudo isso.

Nós, na CPI, estamos fazendo uma investigação pública e, certamente, concluiremos que esse foi um crime de mando e que há pessoas que não deveriam estar envolvidas e que estão.

Agradeço e, de certa maneira, congratulo-me com o esforço que vocês estão fazendo. Podem contar com o nosso apoio para que esse esforço resulte em algo palpável. Obrigado.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PE) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, Dr. Bruno Daniel, com respeito ao laudo médico do legista, peço a V. Sª que cite o nome dele.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Dr. Delmonte.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Parece-me que houve dois, um feito logo após a morte, ali no Instituto Médico Legal, e outro de maneira mais completa, mas posteriormente. Seu irmão João Francisco, inclusive, mencionou o esforço da família, acho que dele próprio e talvez de V. Sª, pois mencionou que foi ao exterior buscar informações e tudo. Agradeço se puder informar-nos a respeito do histórico desse esforço: quando o exame foi complementado, junto a quem se buscou melhor informação, se foi algum laboratório nos Estados Unidos, como foi a interação da família com o médico legista para que, então, ele pudesse completar, complementar e ter maior segurança das suas informações.

Eu acredito que esse histórico é importante até para aqui sabermos da forma, como eu acredito tenha sido, de atitude de boa fé do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que há poucos dias mencionou o que havia conhecido quando do primeiro exame, não tendo ele o conhecimento que V. Sª e seu irmão tiveram, inclusive no diálogo com o Dr. Delmonte, mais recentemente.

Então, quando ficou pronto este laudo mais completo? Qual a diferença entre o primeiro laudo e o segundo laudo, o mais completo?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Com relação ao primeiro, o DHPP* concluiu as investigações sem que os anexos a esse laudo estivessem anexados ao processo. Então, houve um problema e, muito embora o laudo estivesse pronto e circunstanciado e já pudesse permitir chegar às mesmas conclusões que estão sendo divulgadas aqui, o DHPP concluiu as suas investigações sem ter os anexos a esse laudo presentes no processo, o que é uma das lacunas que a gente apontou na metade do ano de 2002.

O Dr. Delmonte deu duas entrevistas aos meios de comunicação, uma delas à Globo, e nessa entrevista ele afirmou que tinha havido tortura, em primeiro lugar. Então, havia uma declaração pública – pelo menos uma – em que ele afirmou de forma muito incisiva ter havido tortura.

Segundo nos relatou o Dr. Delmonte, no procedimento da necropsia esse tema foi discutido e estavam presentes, no momento da realização da necropsia, o então Deputado Estadual Jamil Murad e, em alguns momentos, o Deputado Greenhalgh, que, inclusive, segundo as declarações do Dr. Delmonte, agiu de forma a obstaculizar o trabalho técnico que tinha que ser realizado no momento da necropsia. Isso consta de declaração do Dr. Delmonte ao Ministério Público, em depoimento do dia 16 de agosto de 2005.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele reconheceu, aqui, que queriam tirá-lo e ele não queria sair de dentro da sala, e que, posteriormente, por um apelo do Deputado Jamil Murad, ele, então, se retirou. Houve essa divergência na época, ele reconheceu aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicitaria aos Srs. Senadores que, para intervir, peçam aparte aos que estão com a palavra. Tenho certeza de que será concedido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Vou cumprir, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permite, então, apenas, a bem da verdade, precisar a declaração do Dr. Carlos Delmonte Printes, que não foi exatamente "estava obstacularizando": "A conduta do Deputado Greenhalgh durante o exame estava prejudicando o andamento da perícia. O declarante estava constrangido com a postura daquele Parlamentar, que estava emocionalmente alterado a ponto de ter sido retirado da sala pelo Deputado Murad." E o que o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh nos relatou aqui foi que ele, de fato, estava tenso, estava nervoso e não que ele estivesse querendo prejudicar em qualquer momento ou obstacularizar o exame.

Quando o Dr. Delmonte pediu que quem não fosse médico se retirasse, ele avaliou que, como Parlamentar, com toda sua experiência, ele poderia ficar, mas, todavia, atendeu ao apelo – ainda que não fosse sua vontade maior – de que pudesse, então, assegurar pelo menos a presença do Dr. Jamil Murad, que, sendo médico, acompanharia isso.

Então, esse é um esclarecimento apenas desse momento, mas ele reiterou aqui, também, que o próprio chefe do departamento e o Secretário da Segurança declararam, naquele dia, que não teria havido a tortura – o próprio Secretário de Segurança do Governo de Geraldo Alckmin que, portanto, não teria qualquer interesse que não fosse senão o de expressar a verdade. Ou seja, estou querendo dizer que houve, da parte do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, uma atitude do que ele acreditava ter ocorrido, que, obviamente, com o exame mais completo... Por essa razão, estou pedindo que faça um pouco o histórico de como é que surgiu o laudo mais completo.

Esse termo de declaração de 16 de agosto de 2005 – que não é o laudo, mas a declaração do Dr. Delmonte – é algo mais recente e depois dos exames que o próprio Sr. João Francisco aqui nos relatou, o que foi mais completo. Ele, inclusive, se deslocou aos Estados Unidos para ter a garantia de que haveria uma informação, um exame mais completo. Esse é o histórico que eu pedi, se puder nos relatar.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – OK. Muito bem. Quando, na segunda fase de investigações, nós tivemos acesso a fotos da necropsia – demorou muito para a gente ter acesso a essas fotos, a parte das fotos –, as dúvidas com relação à tortura começaram a se dissipar, porque as fotos são muito evidentes, muito embora sejamos leigos. Como declarou, nesse depoimento de agosto, o Dr. Delmonte, ele foi censurado, em termos de continuar dando declarações sobre o trabalho que ele realizou.

Nessa segunda fase de investigações, nós fizemos pedidos insistentes ao Ministério Público no sentido de entrar em contato com o médico legista, Dr. Carlos Delmonte e este encontro nunca ocorreu. Segundo nos relataram os membros do Ministério Público, houve insistentes pedidos no sentido de estabelecer esse contato. Quer dizer, a família pediu esses contatos, o Ministério Público tentou esses contatos, e nós nunca conseguimos conversar com ele, com o Dr. Delmonte.

Então, de agosto de 2002 até agosto de 2005, houve inúmeras tentativas do João Francisco no sentido de obter laudos que pudessem ser laudos imparciais, laudos complementares, que pudessem trazer luz àquilo que ocorreu efetivamente com o Celso.

Casualmente, quando a equipe do Fantástico, da Rede Globo, nos procurou para falarmos sobre o caso, o repórter policial da equipe, repórter Valmir, nos disse que conhecia pessoalmente o Dr. Carlos Delmonte. A equipe se dispôs a contribuir com a elucidação do caso, uma vez que fizemos todo esse relato que estamos fazendo aqui: que o crime foi planejado, o Celso foi torturado, blá, blá, blá. E ele falou: conheço um médico legista, o Dr. Carlos Delmonte, abasteço o meu carro no mesmo posto que ele, a gente conversa. Ele é um sujeito extremamente acessível e competentíssimo. Você gostaria de falar com ele? Claro! Estamos procurando o Dr. Delmonte há três anos.

E ele nos colocou em contato com o Dr. Delmonte, que se prontificou a dar um depoimento ao Ministério Público. Foi então que foi realizado esse depoimento. Então a família conseguiu, por esta informação da equipe do Fantástico, articular esse encontro com o Ministério Público, momento no qual ele deu esse depoimento circunstanciado aqui e ainda está trabalhando em laudos complementares. E as tentativas que o João Francisco fez de obter laudos complementares, por intermédio de outras instituições, se frustraram, tal como há testemunhas que sabem de coisas, mas têm medo de se manifestar, acham que pode haver algum tipo de risco, ou que o caso é extremamente complexo; as tentativas se frustraram. E nesse momento tivemos a oportunidade de contar com a colaboração do Dr. Carlos. Momento no qual surgiu esse depoimento circunstanciado. E, no período próximo, ele disponibilizará ao inquérito laudos complementares.

Então há vários quesitos que, no momento desse depoimento, foram realizados pelo Ministério Público, e ele está trabalhando na confecção desses laudos complementares. Ainda surgirão novidades com relação a esse exame.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu queria fazer uma observação ao Presidente Senador Efraim Morais, pois, ontem, eu e o Senador Tião Viana requeremos que o Deputado Jamil Murad possa aqui comparecer, prestar um esclarecimento sobre esses episódios.

Agradeceria, Sr. Presidente, se, antes do depoimento do Deputado e Médico Jamil Murad, ele pudesse ter acesso à documentação deixada pelo irmão Dr. João Francisco Daniel, sobre o laudo médico, para que ele possa observar, como médico, este laudo, inclusive este mais completo, feito com as fotos. Acredito que estejam aí. Eu mesmo não examinei, mas, quem sabe o Senador Antonio Carlos Magalhães, que é médico, possa também examinar para que, no diálogo com o Deputado Jamil Murad, tenha ...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAÃES** (PFL – BA) – Não sou legista.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Bom, mas é médico. Médico sempre sabe, pelo menos mais do que eu.

É o apelo que faço nesse sentido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª será atendido.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas tenho mais perguntas.

Pelos depoimentos dos seqüestradores, que estavam ali na chamada Rua dos Três Tombos e que prestaram depoimento sobre o episodio do translado de Celso Daniel para o outro automóvel, da pajero para o outro automóvel – também houve o depoimento de Sérgio Gomes da Silva – pergunto se, tendo conhecimento de todos esses depoimentos, se todos coincidem em dizer que Celso Daniel saiu de lá andando e consciente, ou se há, dentre quaisquer dos depoimentos, algum relato diferente. Existe a hipótese de que Celso Daniel tivesse recebido uma coronhada, ou alguma agressão na sua cabeça, em algum momento...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Alguém fez referência a isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Até o laudo diz que possivelmente teria sido o primeiro ferimento dele. Se esta coronhada se deu naquele momento, será então que Celso Daniel saiu andando e consciente ou teria saído carregado, transladado da pajero para o carro que o levou para outro lugar? Se pode nos esclarecer esse ponto; se porventura há contradição entre os depoimentos, ou se estão todos uniformes nesse aspecto.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Em primeiro lugar, o depoimento do Dr. Carlos Delmonte diz que a coronhada, ou o ferimento na cabeça pode ter ocorrido no momento do arrebatamento, mas pode ter sido posterior. Sobre isso não é possível precisar o momento em que foi dado esse golpe na cabeça do Celso.

Agora com relação ao depoimento dos presos, há dois grupos de depoimentos. Um primeiro que foi coletado na primeira fase de investigação pela DHPP. Esses depoimentos são xerox uns dos outros. Nesses depoimentos a história é a mesma e não é rica em detalhes; todos contam a mesma historinha sem detalhamento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Algum deles teria dito que o Celso Daniel saiu meio desacordado?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Nenhum deles?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E nos novos depoimentos? E também no de Sérgio, que viu, obviamente, tudo?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Nos depoimentos posteriores, coletados pelo Ministério Público, cujo foco era tentar entender a dinâmica do arrebatamento, três pessoas entre os presos afirmam ter tirado o Celso da pajero: Ivan, o Monstro; Rodolfo, o Bózinho; Itamar afirma que foi José Edson. Então, quando se começa a detalhar, três assumem ter tirado Celso do carro, embora eles não detalhem se o Celso estaria desacordado ou não. Apenas afirmam: Fui eu que tirei. Ai vem o outro e fala: Fui eu que tirei. O outro fala: Não, foi José Edson que tirou.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – As colocações são conflitantes,o senhor acha?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Portanto, são conflitantes. Só um tirou; mas, três afirmam ter tirado Celso do carro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E se ele foi carregado, ou andou, há algum depoimento que esclareça isso?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eles não mencionam ...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Nesse momento do seqüestro, ele estava vivo. Passou um dia no cativeiro. Então nesse momento, certamente, estava vivo, por todos os indícios. Ele não foi morto na hora do translado da Pajero para o outro automóvel. Então eu só queria saber...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Só aquela fita pode resolver.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Esse é o próximo passo, mas eu primeiro preciso saber se esse passo... Nós estamos investigando, Senador Antonio Carlos, apurando a verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Um convite ao legista, ele vai poder esclarecer uma série...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo, mas esse ponto é importante, por favor.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eles não mencionam ter carregado Celso. Ou seja, os depoimentos dão a entender que o Celso saiu andando.

Bom, há outras contradições quando se verifica. A partir desse segundo grupo de depoimentos, há outras contradições entre os detentos a respeito do arrebatamento. Por exemplo: há depoimentos e laudos a respeito de um portador de uma arma chamada Uzi e a respeito de tiros que foram dados na Pajero. Sobre esses depoimentos e tiros, Ivan, o monstro afirma que portava a Uzi e que efetuou três disparos no vidro do passageiro. Itamar afirma que a Uzi era portada por ele. Portanto, mais uma vez, depoimentos contraditórios. E diz Itamar ter efetuado rajada na parte frontal da Pajero.

Que diz o laudo? O laudo diz que há apenas duas marcas no vidro do passageiro e não há marcas de tiros frontais.

Há também contradições entre membros da quadrilha da Pantanal e o Sérgio sobre a abordagem. Segundo Itamar, depois de José Edson ter rendido Celso, tentou retirar Sérgio pela porta do passageiro. Em contraposição a isso, segundo Sérgio, tentaram tirá-lo pela porta do condutor. E, ainda, em contraposição a isso, José Edson afirma que Sérgio correu ladeira abaixo.

Portanto, desmontada aquela historinha xerox e tentando-se ainda verificar como foi a dinâmica do arrebatamento, os depoimentos apresentam inúmeras contradições. Ainda sobre a abordagem: Sérgio afirmou ter o pneu direito traseiro danificado e que o carro andou de ré após o tiro. O que diz o laudo? O laudo diz que no pneu não há indícios de esforço de tração. Em outras palavras, o tiro foi dado quando a Pajero estava parada. Portanto, isso contradiz, o laudo contradiz o depoimento do Sérgio.

Outro problema: segundo Sérgio, a Pajero foi colidida diferentes vezes, o que teria feito com que as travas entrassem em colapso e que a Pajero teria morrido. Que diz o laudo? O laudo diz que as travas não abrem automaticamente, não há possibilidade de isso ocorrer, e que o câmbio não apresentou nenhuma irregularidade e, por sua vez, há um depoimento de um dos detentos que afirma que não houve colisão, apenas uma batida no retrovisor.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Na perícia, o sistema eletrônico de trava funcionou perfeitamente.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Exatamente. Portanto, quando se compara o primeiro grupo de depoimentos com o segundo, é possível concluir que o primeiro conjunto de depoimentos foi uma história montada; o segundo grupo de depoimentos indica ter ocorrido outra coisa e que, provavelmente, todos eles estão mentindo ou pelo menos alguns deles estão mentindo. Não é possível que todos estejam falando a verdade porque os depoimentos são contraditórios.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Dr. Bruno Daniel, pude relatar pessoalmente a V. Sª, à Srª Marilena Nakano, acho que até a seu advogado – poderia repetir o nome?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Dr. Francisco.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Dr. Francisco. Sobre o que havia me relatado, cerca de um mês após o seqüestro e morte, o pastor Paulo Mansur Haddad. Pois bem, segundo o relato dos Promotores Roberto Wider Filho e Amaro José Tomé Filho, eles ouviram o testemunho de outra pessoa que estava também na rua dos Tombos, que estava passando de automóvel e viu a cena do seqüestro. Esse é um dos testemunhos que eles colheram, mantido sob reserva exatamente para que essa pessoa...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse é o pastor?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, é outra pessoa, para que essa pessoa possa ser resguardada, porque ela também tem, da mesma maneira que o pastor, receio do que lhe possa vir a acontecer.

Ora, segundo me relataram os promotores, o relato dessa pessoa, uma senhora, coincide com aquilo que me relatou o pastor. Pergunto ao senhor: o senhor teve oportunidade de conhecer e dialogar com essa importante testemunha?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não tive essa oportunidade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Suplicy, está nos autos?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está nos autos. Quero só registrar isso, Sr. Presidente, porque, imagine: se esse pastor puder confirmar e prestar o seu testemunho do que viu, havendo um outro testemunho de outra pessoa que, por algum outro ângulo, porque não sei a posição de uma e de outra pessoa, mas se ambos, se duas pessoas, por locais diferentes de onde estavam, viram a cena e se porventura descreverem algo semelhante, então, obviamente, o caso estará muito melhor elucidado.

Apelo de público, novamente, ao Dr. Paulo Mansur Haddad para que ele revele, contribua para aquilo que é o desejo, tenho certeza, do Presidente Lula, do secretário pessoal do Presidente e seu secretário de Governo, Gilberto Carvalho, porque o Dr. Bruno Daniel, assim como o Dr. João Francisco, por mais diferenças que possam ter sobre esse episódio, sabem, e essa é a minha pergunta, o quanto ambos conheceram e sabem do apreço que tanto o Presidente Lula tinha por Celso Daniel como também o próprio Gilberto Carvalho. Agradeço se puder relatar, no limite do seu conhecimento, o quanto sabiam do apreço que havia entre o Presidente Lula e o Prefeito Celso Daniel, entre Gilberto Carvalho e o Prefeito Celso Daniel, porque isso constitui algo importante, inclusive para aquilo que vamos ter aqui, a acareação dos dois irmãos com o Gilberto Carvalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Senador Suplicy. Esta Presidência não tem marcado o tempo, mas tem pedido a compreensão dos Srs. Senadores.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estamos com uma hora de depoimento de V. Exª. Peço que V. Exª conclua.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Falta a resposta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Após a resposta, vamos dar por concluído e vamos procurar o pastor.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Posso ouvir a resposta, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode, claro.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Gostaria de estender o apelo que o Senador Suplicy fez ao pastor a todas as pessoas que tenham informações, que às vezes podem até considerar não relevantes, sobre o caso, porque ainda há muita coisa a se descobrir para que se chegue à verdade. O arrebatamento é um dos aspectos do crime. Ele poderá lançar luz sobre este aspecto em particular. E, da mesma forma como o Senador faz o apelo ao pastor para disponibilizar essa fita, eu também faço o apelo ao pastor para disponibilizar a fita. Mas estendo esse apelo a todas as outras pessoas que tenham informações relevantes sobre o caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas a pergunta ainda não foi respondida. Ele fez um apelo; agora, vai responder a pergunta.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu aproveitei o seu apelo para ampliar um pouco.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ótimo, muito bem.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Com relação ao apreço de Lula e Gilberto Carvalho com relação ao Celso, devo declarar o seguinte tive um vínculo com o PT até o início da década de 90. A partir do início da década de 90, por uma série de razões, eu me afastei do Partido, me afastei das atividades partidárias do PT. Comecei a divergir politicamente da condução do partido naquela oportunidade.

Em razão das minhas divergências com relação ao Partido houve, do ponto de vista político, um afastamento também com relação ao Celso. E, portanto, deixei de conviver na atividade política com o Celso a partir daí. O nosso convívio – e aí eu respondo per-

guntas que foram feitas inicialmente aqui – era um convívio social. Nós nos encontrávamos freqüentemente. O João Francisco viajou com a esposa dele e com o Celso para a Europa. Então, essas questões que são veiculadas aí são, no mínimo, inadequadas.

Em função desse meu afastamento político e pelo fato de não mais conviver com os dirigentes partidários e com as atividades do PT local, eu não tenho como estabelecer juízos no sentido da pergunta que o Senador realizou. O que eu posso dizer é o seguinte: acredito que quem, efetivamente, tem apreço por uma pessoa deve o tempo inteiro falar a verdade.

No caso específico do Gilberto Carvalho, o que nós podemos perceber é que ele não tem falado a verdade. Quer dizer, ele contou coisas a nós e em público ele desmente aquilo que nos relatou.

Eu colocaria a pergunta aos membros da CPI, ao Senador Suplicy, em particular: como medimos o apreço? Medimos o apreço quando as pessoas falam a verdade? Se for assim, então há falta de apreço, pelo menos da parte de Gilberto Carvalho, porque ele não tem falado a verdade a respeito das declarações que nos foram dadas a respeito do esquema de arrecadação de recursos na Prefeitura de Santo André.

Se isso pode ajudar a elucidar o caso, então, aí vem a pergunta: até onde vai o apreço? Nós gostaríamos que o apreço fosse completo. E, do nosso ponto de vista, isso tem que se materializar na colocação da verdade.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quero somar à sua palavra no sentido de que gostaria muito e quero aqui colaborar para que a verdade inteira venha à tona. Inclusive, ressaltando que o Presidente Lula tem dito que deseja que a verdade inteira venha à tona. E esse será o nosso propósito.

V. Sª mencionou...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço, Senador Suplicy...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Há um episódio pequeno, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É que os outros Senadores estão reclamando desta presidência. Acho que V. Exª passou do tempo uma hora aproximadamente. Eu agradeceria a V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Agradeço então. Vou respeitar. Se me permite, então, ao final, falo uma breve palavra para esclarecer um ponto adicional.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com certeza, terá todo o tempo que for necessário.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A assessoria da CPI presta-nos a todos a seguinte informação: foi feita uma pesquisa no Siafi, Receita Federal, e não foi constatada a existência do nome do pastor citado. O delegado Rodrigues também fez uma pesquisa no banco de dados da Polícia Federal e não constatou a existência do nome do Pastor.

Essa é a informação que quero passar para que até nos telefonemas que são feitos por V. Exª possa haver uma...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É muito provável que o nome dele seja fictício.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Está trocando *e-mail*.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está trocando *e-mail*...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Com o nome fictício José Maria da Silva.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicitaria de V. Exª porque já solicitei da Polícia Federal para tentar, em função daquele *e-mail*, localizar quem está fazendo esse *e-mail*, quem é o pastor e de onde veio, porque acho que ele não está brincando só com V. Exª, mas com a sociedade brasileira.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, começo até por esse aspecto. Chega à Comissão a informação da relevância desta fita para elucidar ...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, há uma solicitação do nosso depoente de um pequeno intervalo, para o qual eu pediria a compreensão de todos.

Aproveito e faço um intervalo de 10 minutos. Temos um lanche para ser feito enquanto ele participa desse intervalo.

*(Pausa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, que, pelo acordo feito entre os Srs. Senadores, dispõe de 10 minutos.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Agradeço a V. Exª.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando ia iniciar, foi suspensa a reunião. O apelo que eu faria à CPI era de se que pudesse colaborar com a tal história do pastor Paulo Jamil Murad. Não entendo como há uma comunicação permanente dele com o Senador Eduardo Suplicy, e o que se entende na CPI é que está havendo ocultação de provas, porque esta fita é muito importante, e este homem até agora não foi pego pela polícia para mostrar essas provas. Do jeito que está

a coisa, eu não entendo aonde pode chegar; ou ele colabora ou tem de ser encontrado.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** (FORA DO MICROFONE) – INAUDÍVEL

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – É, estamos fazendo um apelo a ele, que dê um prazo final para este acordo de testemunha, porque isso não pode continuar assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, há pouco conversamos com o Senador Eduardo Suplicy e solicitamos essas informações, esses contatos telefônicos, porque aí teremos condições de saber que telefone está sendo utilizado. O Senador Eduardo Suplicy é quem poderá nos informar isso. Ao mesmo tempo, solicitamos do Senador o número ou o PTA da passagem que ele mandou de São Paulo para Maceió e quem viajou. Em função deste PTA, nós sabemos: ou foi o cidadão, ou o irmão do cidadão, ou a noiva, quem foi. Essas são informações de que precisamos, já solicitamos, e o Senador, de pronto, prometeu encaminhar-nos para que os agentes da federal tentem localizar.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Agradeço a V. Exª pela importância deste material.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a preocupação e a colaboração de V. Exª.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O que eu deixaria claro aqui, Sr. Bruno, é que as informações que nos chegaram nesse episódio todo que foi retomado pela CPI têm sido de muito respeito a sua pessoa, a sua vida, a sua trajetória pessoal, e fico muito satisfeito com isso, porque a melhor coisa é entrar numa oitiva em que o outro lado tem densidade moral, responsabilidade pessoal com o que está acontecendo. Jamais procurei, nesse episódio, interferir no direito, que para mim é sagrado, de a família investigar a fundo, quantas vezes forem necessárias, o episódio que deixa dúvidas sobre a morte do seu irmão.

Sinto-me, porém, incapaz aqui de não ser preparado para traduzir ou concluir sobre uma investigação que, no meu entendimento, é policial.

Agora, penso que esse caso merece toda e absoluta atenção, para que não paire dúvida alguma, pois há uma outra versão muito sustentada também por pessoas insuspeitas, como o Deputado Greenhalgh, por exemplo, que acompanhou, de que não foi um crime dessa natureza, que foi um crime comum.

Então, são duas versões. Não temos como desrespeitar a sua, do seu irmão...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Pois não, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas o próprio Greenhalgh admitiu que, se vier uma versão nova...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Ele acata. Falou com toda clareza.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) –...ele acata. Por conseqüência, no momento em que ele admitiu, é óbvio que pode ter a possibilidade.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Claro. E jamais podemos deixar dúvida. Agora, há toda uma evolução de investigação posta, de polícia civil, de polícia federal. O Governador Geraldo Alckmin foi claro; ele não queria dúvida sobre este caso quando tratou da conclusão do inquérito.

Então, tudo isso está no meio, e acho que não me sinto no direito de agir como policial. Agora, o senhor e o seu irmão têm de agir com toda especulação, porque este direito é sagrado dos senhores. Não temos o direito de pôr em dúvida a angústia e o sofrimento por que os senhores estão passando. Então, esse respeito o senhor e o seu irmão vão ter sempre aqui.

Deixo claro que, do outro lado dessa história, há algumas pessoas que não me parecem merecedoras de suspeição. Uma delas é o Sr. Gilberto Carvalho. Para mim, é uma pessoa de honra sagrada, de biografia sagrada. Nós já debatemos aqui sobre a vida dele, sobre a pessoa dele, e eu jamais imagino que serei alguém a abrir mão da defesa da inocência e de uma honra que é um exemplo de vida para o nosso País. Eu só gostaria de deixar clara a minha impressão desse outro lado.

Entendo que o senhor pode definitivamente colaborar, porque o ponto de dúvida é aquele da história do dinheiro que foi ou não para o PT. E são opiniões tão divergentes que só temos uma saída: um dos dois lados não está dizendo a verdade. Não tem outra saída. Não podemos ter dúvida quanto a isso.

Questiono aqui de maneira muito objetiva, tentando colaborar para um raciocínio: o senhor estabeleceu uma ruptura política, em Santo André, a partir do momento em que a sua esposa Márcia foi secretária de governo de Celso Daniel e, por alguma razão que não me compete nem saber – não quero nem saber, não tenho interesse nisso –, ela saiu do governo municipal; e daí em diante se acumulou um processo de divergência política que evoluiu pelos anos seguintes, com o prefeito e com o grupo político que administrava a prefeitura.

Quando houve esse momento triste – no meu Estado, o Acre, nós temos uma gratidão eterna pelo Prefeito Celso Daniel, que foi lá nos dar ensinamentos sobre modelos de gestão –, nós estávamos começando um processo de ocupação do espaço público na prefeitura

de Rio Branco, e uma das melhores experiências que nós tivemos, enquanto equipe jovem, foram os ensinamentos técnicos dele. Nós temos uma eterna gratidão e sentimos a fundo a perda dele, que muito significou para todos nós. Entendemos que esse caso machuca muito a história do Partido dos Trabalhadores.

Foi uma perda que demonstrou muito bem a preocupação do Presidente Lula em pedir ao Presidente Fernando Henrique todo apoio, que foi prontamente dado pelo Presidente Fernando Henrique. O senhor deve ter sido testemunha do sofrimento de algumas pessoas nossas naquele momento de drama da família e da perda do Celso Daniel. Então, isso tudo nos envolve de maneira muito forte.

O caso a que o senhor se refere, de um documento com eventual investigação de corrupção, que estava em curso, não me surpreende, porque eu não consigo imaginar que onde exista poder não haja tentativa de corruptos se aproximarem e tentarem fazer parte desse espaço de poder para aprontarem as suas. Isso é natural em qualquer ambiente. Pelo que nós conhecemos de Celso Daniel, ele nunca seria conivente com tal prática.

Foi perguntado com muita clareza aqui ao seu irmão se Celso Daniel estaria fraco na condição de prefeito, permitindo que a corrupção se instalasse ali e perdendo o controle. E isso tudo teria evoluído para tal tragédia. E o seu irmão chegou a concordar com isso.

Gilberto Carvalho recebeu a mesma pergunta e discordou peremptoriamente. Ele disse que jamais Celso Daniel foi um fraco; jamais foi corrupto ou deixou alguém roubar. E tinha absoluto controle administrativo e político da prefeitura de Santo André. Eu gostaria que o senhor comentasse esse aspecto.

Exporei o outro ponto assim que o senhor dê essa resposta. Somente peço ao Presidente um pouquinho de compreensão, porque houve um aparte no tempo. Por favor. Uma outra pergunta farei depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu gostaria, antes de responder ao Senador Tião Viana, de fazer um esclarecimento em relação a uma declaração, um registro que eu fiz logo no início deste depoimento, quando disse que Clinger foi visto no aeroporto, tanto no momento em que o meu irmão prestou depoimento nesta CPI quanto hoje. Então, esclarecendo: no depoimento do meu irmão a esta CPI, Clinger foi visto aqui no aeroporto de Brasília. Nós vimos o Clinger no aeroporto de São Paulo.

Como eu fui interpelado pela imprensa quando nós fomos tomar um lanche, então eu me julgo no dever de estabelecer esse esclarecimento antes de responder ao Senador Tião Viana, para não deixar dúvidas em relação ao que efetivamente ocorreu.

Bem, com relação ao fato de muitos terem apreço por Gilberto Carvalho, eu gostaria de dizer que há uma falha, do meu ponto de vista, que não sou legislador ou advogado; mas do meu ponto de vista como cidadão. Entendo haver uma falha no nosso arcabouço jurídico, porque a Constituição dá o direito a alguém que não queira produzir prova contra ele próprio de não falar a verdade. Este é o caso do Gilberto Carvalho. Se ele admitir que realizou aqueles depoimentos que foram relatados pelo meu irmão e reiterados agora por mim nesta CPI, ele produzirá provas contra si próprio. No entanto, eu, como testemunha, pela legislação existente, tenho a obrigação de falar a verdade. Eu não posso mentir, eu não tenho esse direito constitucional porque eu sou testemunha. E eu creio que, por conta dessa lacuna na nossa legislação, seja possível compreender, muito embora não aceitar, o posicionamento do Sr. Gilberto Carvalho com relação a esse depoimento. Mas gostaria de reiterar também o seguinte: que há inúmeras evidências em processo, em andamento em Santo André que indicam – não é só o depoimento do Gilberto Carvalho – haver um esquema de arrecadação de recursos para financiamentos de campanha. Portanto, as coisas se complementam, não são excludentes, as coisas se reforçam, isso com relação à questão da honra de Gilberto Carvalho. Eu gostaria de fazer esse comentário.

Eu gostaria também de retomar um comentário feito pelo Senador Tião Viana em relação ao agradecimento pelos serviços prestados pelo Celso no Acre. E eu gostaria de agradecer, de público, o fato de ter tido o privilégio de conviver com Celso durante muitos anos, muito embora, a partir de um determinado momento, tenhamos tido um distanciamento do ponto de vista político. Aprendi muito com o Celso, devo muito a ele. Demos aulas nas mesmas escolas, fizemos o mestrado na mesma escola, trabalhei até os últimos momentos da vida dele no mesmo Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Então, o aprendizado que tive com o Celso é de muitos anos, e agradeço todo dia pelo fato de ter tido o privilégio de conviver com ele.

Com relação à questão final colocada pelo Senador Tião Viana, concordo com a posição de que o Celso detinha o controle sobre aquilo que ocorria na Prefeitura de Santo André e acredito que, embora eu discorde daquilo que foi feito – e, infelizmente, já não tenho mais oportunidade de falar isso para ele –, foi montado um esquema de arrecadação de recursos do qual ele sabia e que acabou levando aos acontecimen-

tos posteriores. Portanto, ele tinha controle, sim, sobre aquilo que ocorria na Prefeitura de Santo André. Esta é a minha visão, e compartilho da sua, considerando que ele tinha total controle sobre aquilo que acontecia na Prefeitura de Santo André; suponho que ele encarava isso como um mal necessário. Para viabilizar o desenvolvimento das atividades partidárias, era necessário obter recursos, e, lamentavelmente, utilizou-se desse expediente para arrecadar recursos e financiar campanhas do PT.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Permita-me, Presidente, já concluindo. Com absoluto respeito pela sua pessoa, como eu disse aqui, o senhor veio para cá, pelas informações que tenho, com o mais alto respeito de vida, de atividade pessoal, mas me sinto na necessidade de fazer esta pergunta: em que momento o senhor passou a concordar com a versão do seu irmão sobre o suposto recebimento do Gilberto Carvalho de dinheiro para levar a São Paulo? Porque o que consta é que, por muito tempo, o senhor não confirmava isso e, inclusive, o senhor afirmou ao Gilberto Carvalho que o senhor jamais iria concordar com tal afirmação do seu irmão. Eu gostaria que o senhor comentasse, confiando na sua autoridade moral para fazer isso.

Permita-me concluir, dizendo já – porque não vou mais falar para respeitar o tempo que foi solicitado – que, para mim, a coisa mais grave na vida é a possibilidade, dentro das relações humanas, de se desonrar um inocente. É por isso que venho, com toda a convicção, respeitar a dor de sua família, a sua e a do seu irmão, mas também dar todo o meu testemunho e meu empenho para confirmar a honra do Gilberto Carvalho.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – É... quando ocorre uma tragédia como essa que ocorreu com a nossa família, o sentimento que os diversos familiares têm em relação ao episódio varia, como é natural: as pessoas pertencentes a uma família respondem de maneiras diferentes a uma tragédia como essa. O meu irmão mais velho – eu acredito – agiu como um pai reagiria. Ele talvez não tenha consciência disso... Ele é como um pai para nós. Eu perdi o meu irmão mais velho. Quando o meu pai morreu, eu era jovem, e ele assumiu os problemas que a família tinha naquela oportunidade. O sentimento dele, então, quando o Celso morreu, foi mais do que o sentimento de um irmão perdendo um irmão; foi o sentimento de um pai, também, perdendo o seu filho. Eu creio que essa foi a razão pela qual o João Francisco trouxe a público essa declaração do Gilberto Carvalho.

Muito bem. Isso levou a uma grande exposição do meu irmão na mídia, porque era um momento eleitoral, era ano eleitoral, e isso politizou o episódio, porque o nome do Deputado José Dirceu foi mencionado, veio a público. E isso foi colocado numa conversa reservada. O acompanhamento dos fatos por nós, ao longo do processo posterior à morte do Celso, e mesmo em função de episódios anteriores, relatados posteriormente pelo meu irmão, indicavam claramente a existência de um esquema de arrecadação de recursos. E o meu irmão fez o relato, aqui, da relação que ele teve com a família Gabrilli. Portanto, ele tinha conhecimento do esquema de arrecadação de recursos. E ele relatou esse esquema de arrecadação de recursos a mim...

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO –** (INAUDÍVEL)

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Como?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** (INAUDÍVEL)

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Ah, sim... Em relação ao depoimento que Gilberto Carvalho deu a mim e a meu irmão, ele foi claro. Ele disse que arrecadava recursos. Os recursos arrecadados, melhor dizendo, eram encaminhados ao PT para financiamento de campanhas. Numa das oportunidades, ele chegou a levar R$1.200.000,00, no seu corsinha preto, para São Paulo, para o Deputado José Dirceu. Então, ele declarou isso para mim e para o meu irmão.

Muito bem... Voltando à questão...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA)**–** (INAUDÍVEL)

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu mantive sigilo...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, a pergunta que eu fiz é muito importante, e eu confio muito na resposta que o Sr. Bruno Daniel vai dar... E a do Senador Antonio Carlos colaborou, porque deixou claro em cima do que eu estava perguntando.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Então, foi uma conversa reservada, primeiro. Segundo, isso deixou o meu irmão exposto. Ele relatou aqui, também, nesta CPI, que teve de mudar completamente a sua vida pessoal. Ele fechou a sua clínica, teve que mudar de Estado, é obrigado a realizar o seu trabalho, como oftalmologista em períodos não regulares, e assim por diante.

Em primeiro lugar, a conversa foi reservada; segundo, tínhamos informações muito concretas decorrentes dos inquéritos realizados em Santo André de que o esquema de arrecadação de recursos existia. Portanto, não era necessário que eu viesse a público me expor também e expor o teor de uma conversa reservada, já que havia evidências suficientemente fortes relativas à existência desse esquema de arrecadação.

No entanto, quando o Deputado José Dirceu move um processo contra o meu irmão, não posso deixar de

aparecer como testemunha. É exatamente nesse momento que eu apareço como testemunha dessa conversa e abro mão daquela situação da conversa reservada e também me exponho, falando a verdade.

Essa é razão pela qual, durante um determinado período... Não é que eu tenha discordado do meu irmão a respeito disso – nunca discordei dele em relação a esse depoimento porque o depoimento é verdadeiro, ele ocorreu na casa do meu irmão. Eu apenas e tão-somente não fiz a declaração pública que ele fez. Não era necessário para o desenvolvimento das investigações que eu também dissesse a mesma coisa.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Mas o senhor disse para o Dr. Gilberto Carvalho que não concordava com o seu irmão.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não, eu disse que não concordava com ele ter trazido a público aquela informação naquele momento. Foi isso que disse ao Gilberto Carvalho.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O que está patente, e é preciso que fique bem claro, é que foi uma conversa reservada, mas verdadeira.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Foi uma conversa reservada, mas verdadeira, e o Gilberto Carvalho pediu para a gente não trazer a público essa informação.

Nós, Senador Tião Viana, em um período relativamente curto, pelo contato anterior que tínhamos com o PT, tivemos a oportunidade de estabelecer interlocuções diversas também em conversas reservadas com outros membros do PT, não só o Gilberto Carvalho. Tínhamos a expectativa de que essas conversas poderiam nos trazer elementos para elucidar o caso. E o que posso afirmar com relação a essas conversas reservadas é que há pouquíssimas exceções dentro do PT de pessoas que contribuíram com a elucidação do caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Estou satisfeito e agradeço a oportunidade da contribuição à CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL –PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino. V. Exª dispõe de 10 minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Dr. Bruno Daniel, queria começar pela última constatação do senhor: "Pouquíssimas pessoas do PT contribuíram para a elucidação do caso".

Gostaria que o senhor tivesse a consciência de uma coisa: o seu irmão Celso Daniel morreu, e todas as pessoas que se manifestam em relação a ele se manifestam com reverência e respeito. A causa que move os irmãos é uma só: esclarecer as razões da morte, do crime – é só isso.

O seu irmão sacrificou o desempenho de sua profissão, mudou-se para Salvador – fica de Salvador para São Paulo, e o senhor próprio deve estar pagando um preço para tentar elucidar as razões do crime praticado.

Todas as pessoas que se referem a Celso Daniel o fazem com reverência e com respeito mas, nenhuma delas coonesta ou colabora com o ponto de vista que os senhores esposam, porque a colocação que os senhores esposam contraria o interesse do PT. Na medida em que o resguardo do PT esteja em jogo, não interessa a memória de Celso Daniel, nem interessa o esclarecimento das razões do crime que vitimaram Celso Daniel.

Por essa razão, começo minha rápida intervenção, cumprimentando o senhor pela precisão cirúrgica das suas respostas. Médico é o seu irmão; o senhor é professor, mas quem está respondendo com precisão cirúrgica – eu não vi nenhum depoente ser mais convincente do que o senhor – é o senhor.

Por exemplo, aqui ficou uma dúvida, até colocada pelo Deputado Greenhalgh, honrado Deputado Greenhalgh, que as relações familiares entre o senhor, o João Francisco e Celso Daniel eram frágeis. Nem Sir Laurence Olivier, um dos maiores atores da história do cinema, seria capaz de imitar V. Sª na sua sinceridade, na emoção de sua sinceridade, ao falar do seu irmão. Quem se emociona ao falar do irmão como o senhor evidentemente não tinha relação frágil coisa alguma. Era relação de irmão para irmão, que pode passar por momentos difíceis, mas, em última análise, é o que fica; é a relação fraterna de quem tem o mesmo pai e a mesma mãe, de quem viveu a mesma infância, a infância debaixo do mesmo teto.

Então, não venham com essa história de dizer, para desqualificar os dois irmãos, que a relação familiar dos dois era frágil, era tênue, era distante. Se fosse, a emoção do depoimento do senhor não teria a carga que teve e que nem Sir Laurence Olivier seria capaz de reproduzir. Eu me convenço com relação a isso sem sombra de dúvida.

Eu não vou me referir aqui a se o seu irmão foi torturado ou não. O senhor tem a convicção de que houve tortura, o que categoriza o crime com uma conotação especial.

Faço duas indagações: o encontro que o Dr. Gilberto Carvalho nega, e que é a razão de sua convocação, ele negou a uma pergunta que eu fiz, frontal a ele. Ele disse: "Não é verdade, não houve esse encontro. Eu nunca disse que tinha transportado valores".

O senhor disse o dia em que ocorreu, 26 de janeiro; a circunstância em que ocorreu, depois da missa; foi um encontro rápido na casa de seu irmão. Foi dito isso, isso, e isso e mencionou um envelope – até o envelope – que continha um papel escrito com a letra de Gilberto de Carvalho, que aqui foi colocado como um padre. Eu não quero aqui desqualificá-lo, mas, na verdade, precisa justificar que tem comportamento evidentemente de sacerdote, porque, pelo que parece, está muito distante disso, e é preciso que a verdade apareça.

Eu gostaria que fossem esclarecidos dois pontos muito importantes: o Sr. Gilberto Carvalho tem uma versão diametralmente oposta à que o senhor e o seu irmão apresentaram. Ontem, nesta mesma sala, nós assistimos a um espetáculo explicito de banditismo político, em que estavam presentes o Sr. Rovai, diretor da GTech; o Sr. Waldomiro Diniz, que deveria ser o nome desta CPI e que pela primeira vez apareceu aqui, caladinho, interveio poucas vezes... – foi a segunda vez, OK. Estava aqui o Sr. Carlinhos Cachoeira, estava aqui o Sr. Buratti e mais alguns circunstantes.

Para as pessoas que estavam em casa e que assistiram ao debate verbal entre os dois, ficou evidentemente uma leitura: imagine os protagonistas deste Governo do PT! Quem estava aqui era um ex-secretário do atual Ministro da Fazenda, amigo pessoal do chefe de gabinete do Ministro da Fazenda; estava aqui o segundo do Primeiro-Ministro recém-defenestrado do Governo Lula, Sr. Waldomiro Diniz, Sub-Chefe da Casa Civil; Carlinhos Cachoeira e a GTech, em um embate verbal em que um desmentia o outro, mas em que ficou constatado o tráfico de influência e que uma empresa, cujo sigilo fiscal e bancário foi quebrado, vai produzir evidências. Aqui ficou constatada a imundície – desculpe-me a palavra – dos protagonistas que participam dos governos do PT.

V. Sª aparece aqui com um depoimento correto, limpo, querendo esclarecer as razões da morte de seu irmão. V. Sª pode prestar uma contribuição muito grande a sua causa e a nossa causa se nos esclarecer dois pontos.

O primeiro deles diz respeito à circunstância da morte. Narrei para o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh as circunstâncias em que fui objeto de tentativa de assalto: minha mulher reagiu e eu não sei como nós não fomos mortos. Estávamos eu, minha mulher, meu filho mais velho e minha nora. Ela reagiu, eu tive que baixar o vidro do carro, que não era blindado – abri o vidro porque não era blindado. Finalmente, não houve nada, mas eu abri porque o carro não era blindado, porque eu sabia que um tiro disparado arrebentaria o vidro e poderia matar um de nós. No caso do seu irmão, o carro era blindado, todo mundo sabe. Estavam só o Sombra e o seu irmão. Três pessoas, supõe-se, arrebataram Celso Daniel do carro. O Sombra ficou. Uma pergunta: ele ficou com o telefone e com a arma dele? Disseram-me, Presidente, que ele ficou com o telefone celular e com a arma dele. Ninguém mexeu. Ele ficou com a arma dele, e os supostos seqüestradores pegaram seu irmão truculentamente e o levaram. O Sombra, que era amigo dele de uma vida inteira, foi segurança dele, é um profissional da segurança, teria ficado com o telefone celular, com o qual poderia se comunicar com alguém, mesmo quando estivesse parado, e com a arma, com a qual poderia defender a si próprio e seu irmão. O senhor sabe algo sobre isso? É verdade isso?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – É verdade.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ficou com o celular e com a arma?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Ele ficou com o celular e com a arma. É verdadeira a informação, e é por isso que fica o sentimento em toda a população do Brasil de que o crime não foi um crime comum.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – É evidente, evidente.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – São fatos como esse que permitem às pessoas constatarem, a despeito de não terem todo o conjunto de informações que a família tem, que há algo de muito errado na versão de crime comum. Num sistema como o nosso, bandidos, em qualquer assalto, a primeira coisa que desejam é levar a arma de quem a tem, porque ela vai poder ser utilizada em outros crimes. Como, num crime como esse, num arrebatamento como esse, deixam o Sérgio com a sua arma? Como o deixam, também, com o celular? E como ele próprio abre o vidro estando num carro blindado? Realmente, são fatos como esses que levam a esse sentimento, que é um sentimento nacional.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Bom, para mim, Dr. Bruno, está mais do que claro. Com esse esclarecimento do senhor, para mim está mais do que claro que crime comum não foi, negativo. Isso foi crime político mesmo!

Só um complemento: os bandidos – não sei se o senhor tem essa informação – estavam mascarados ou estavam com a face exposta?

O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO – Estavam com a face exposta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Eu nunca vi seqüestro com bandido com face exposta!

Um crime político, Dr. Bruno José Daniel Filho, tem razões políticas, é evidente. É aí que acho que o

senhor pode colaborar com o esclarecimento da morte de seu irmão e com os objetivos desta investigação. Nós estamos passando a limpo o Brasil, estamos tentando passar a limpo o Brasil. Nós estamos tentando passar a limpo a Administração Pública, contaminada no plano federal e que esteve contaminada no plano municipal.

O que eu ouvia falar dois anos, três anos atrás, é que existia um cérebro que comandava prefeituras do PT na coleta de dinheiro oriundo de empresas de informática, transporte coletivo e lixo. Eu achava que isso era uma coisa meio fantasmagórica, mas suponho que o seu irmão fosse vítima disso, suponho que fosse a ele imposta a participação nesse esquema que tinha um cérebro central.

Para esclarecer isso, seria importante que eu soubesse, se o senhor puder nos dar a informação, o seguinte. Quando estiveram aqui ontem o Sr. Buratti, a Gtech, o Sr. Waldomiro, o Sr. Rovai, o Sr. Carlinhos Cachoeira, e as acusações mútuas nos deram indicadores quanto a, quebrando sigilos, onde se pode chegar. Por quê? Porque o doador estava presente combatendo uma tese ou outra. Se doador e recebedor estão presentes e são inquiridos, fica mais fácil se chegar a conclusões.

A minha pergunta ao senhor, se o senhor puder nos ajudar: o senhor sabe se, em Santo André, existia um esquema de doações/contribuições? Se existiam, elas eram voluntárias ou eram forçadas? Esta é a primeira pergunta: se as doações ou contribuições eram forçadas ou se eram voluntárias.

A segunda pergunta é se o senhor poderia nos dar o nome desses contribuintes ou doadores para que pudéssemos fechar o circuito e, a partir daí, chegar a conclusões. Com o crime político de que o seu irmão foi vítima, se formos em cima dos doadores/contribuintes, eu tenho certeza de que esses fatos todos serão esclarecidos, fatos que a sociedade deseja ver esclarecidos – a Administração Pública passada a limpo e a origem do crime que vitimou seu irmão, Dr. Celso Daniel.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Senador Agripino, o que posso afirmar a respeito das doações é que, na verdade, havia contribuições que não eram doações. Eu não sei afirmar, eu não tenho informações a respeito de doadores de recursos ao PT. O que há no inquérito relativo ao esquema de arrecadação de recursos de Santo André são provas de que havia pessoas que eram obrigadas a...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Esse é o inquérito independente da apuração do crime?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – É o inquérito independente da apuração do crime, exato. Inquérito que corre em paralelo, relativo aos esquemas de arrecadação de recursos em Santo André. Nesse inquérito há evidências que indicam que empresários eram obrigados a repassar recursos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Eram extorquidos?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eram extorquidos e eram extorquidos de maneira acintosa: o Sérgio chegava à mesa para conversar com empresários e colocava a arma dele sobre a mesa, uma situação clara de extorsão. Há depoimentos e há provas materiais dessa arrecadação de recursos. Não são só depoimentos: há depoimentos e provas materiais.

Agora, normalmente o que ocorre na política tal como ela está instituída aqui em nosso País? Isto não é novo, isto não é coisa apenas do PT: os esquemas de arrecadação e doação de recursos para campanhas eleitorais são feitos por um pequeno núcleo em cada partido; há poucas pessoas que movimentam esses recursos e não se divulga isso por razões óbvias – porque se trata de dinheiro de caixa dois, dinheiro que pode vir de diversas origens, que pode vir do crime organizado, que pode vir de empresários de respeito, que pode vir de diversas fontes.

Os esquemas de arrecadação, sob o meu ponto de vista, são esquemas que refletem uma fragilidade das nossas instituições, fragilidade essa que – é meu desejo – espero que esta e as demais CPIs em curso possam contribuir para sanar, de forma a, partindo de uma reflexão cuidadosa, estabelecer uma nova institucionalidade quanto aos melhores procedimentos para arrecadar recursos. Que se estude a experiência internacional a respeito, que se adapte o conhecimento relativo a essas experiências internacionais para, entre nós, viabilizar uma institucionalidade que evite isso.

Eu diria que o Celso foi vítima dessa fragilidade institucional. Do meu ponto de vista, ele foi vítima dessa fragilidade institucional. É meu desejo que isso, daqui para frente, não ocorra mais aqui no Brasil. É meu desejo que o trabalho dos Srs. Parlamentares e de organizações não-governamentais que discutem temas dessa natureza, que juristas de diversas funções, Ministério Público, enfim, todos aqueles interessados em aprofundar a democracia no País consigam produzir uma nova institucionalidade no que se refere a financiamento de campanhas.

Eu agregaria um outro elemento relativo à institucionalidade que acho que é muito frágil entre nós também, que é a existência de uma infinidade de cargos de confiança que são utilizados como moeda de troca o tempo inteiro. Estabelece-se, com isso, relações inadequadas entre o Executivo e o Legislativo, e esses inúmeros cargos de confiança são utilizados

como moeda de troca, enfraquecendo a capacidade de planejamento e de execução do Executivo e do Legislativo, porque não necessariamente as pessoas de maior mérito e de maior competência assumem esses lugares no setor público – assumem por algum tipo de lealdade, mas lealdade a um projeto político pessoal, de um grupo qualquer.

Então, é meu desejo que o trabalho dos parlamentares e das demais instituições, tendo em vista esses acontecimentos recentes, trabalhem no sentido de alterar esse tipo de institucionalidade, criando uma meritocracia no setor público e um esquema de financiamento de campanhas eleitorais que rompa, definitivamente, com aquilo que há muito tempo vem ocorrendo no Brasil.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Concordo com o senhor inteiramente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nobre Senador, peço que V. Exª conclua.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

As conclusões dessas CPMIs e dessas CPIs vão levar, inevitavelmente, a esse tipo de correção de rumo. Nós já estamos trabalhando nisso com as dificuldades que se esperava, mas nós vamos ter que mudar o sistema de financiamento de campanha, diminuir o tamanho do Estado, acabar ou minimizar a barganha entre quem pode nomear e quem nomeia em troca de objetivos inconfessáveis. Concordo inteiramente, o senhor tem razão.

Agora, eu insisto no seguinte. O senhor disse que o Sombra agia com truculência quando ia extorquir dinheiro dos empresários – levava uma arma e a expunha –, o mesmo Sombra que estava no carro com o seu irmão, o mesmo Sombra que escapou ileso do suposto seqüestro com o telefone e com a arma. Ele extorquia de empresários. Será que esses empresários não estão por trás desse seqüestro, desse assassinato? Será que interesses contrariados não estariam por trás do crime? E, aí, eu insisto: o senhor poderia nos dar alguma pista de quem são esses contribuintes, esses doadores? Essa é a peça que nos falta no caso Santo André. No caso de ontem, a Gtech é o elo perdido – ela está presente. Se nós tivéssemos alguma informação sobre...

Foram transportados, de uma vez só, R$1.200.000,00 num Corsinha preto – dava para comprar cem corsinhas. O senhor pode precisar em que época isso aconteceu? Pergunto para saber se isso tem vinculação com dinheiro de campanha, se isso tem vinculação com aluguel de jatinho, com enriquecimento ilícito de pessoas, com remessa para o exterior, como o Toninho da Barcelona chegou a sugerir. É importante sabermos disso para configurar o quadro como um todo, para que nós possamos apontar culpados e, como o senhor quer e nós queremos, sugerir a correção de rumos. É importante que nós tenhamos esses elementos, que são âncoras da construção do raciocínio final.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Com relação aos detalhes relativos a datas de arrecadação de recursos e o encaminhamento desses R$ 1.200.000,00 e outras quantias a José Dirceu, a conversa que eu tive com o João Francisco e o Gilberto Carvalho foi uma conversa rápida, na qual nós não entramos nesse tipo de detalhe. Como eu relatei, foi um encontro ocorrido entre o final da missa de sétimo dia do Celso em São Bernardo do Campo e um ato em homenagem ao Celso que ocorreu por volta das 14 horas no Estádio Municipal de Santo André. Então, tratou-se apenas de um encontro rápido e, nessa conversa, não entramos nesse tipo de detalhe.

Com relação à origem dos recursos do esquema de arrecadação, o processo que corre em Santo André paralelo ao crime do Celso evidencia que há esquemas de arrecadação decorrentes de licitações conduzidas à margem da lei. Então, o que é possível propor aqui é que se aprofundem as investigações de modo a estabelecer os nexos que o Senador Agripino deseja que sejam estabelecidos, mas infelizmente eu não tenho informações detalhadas a respeito.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, a resposta que o Dr. Bruno dá é importante, e ele nos recomenda, de forma claríssima, a solicitação das peças dessa investigação porque elas podem fornecer indicações bastante conclusivas com relação ao esquema de contribuições ou doações – são a GTech do caso e podem nos dar grandes indicadores.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Senador Agripino, se me permitir, eu tenho neste documento o número do procedimento administrativo relativo às investigações desse esquema de arrecadação.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª passa para a Comissão?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É do Ministério Público?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É do Ministério Público: Procedimento Administrativo nº 04/02, na Secretaria Executiva da Promotoria de Justiça Criminal de Santo André.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador José Agripino...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Eu acho, Sr. Presidente, que essa peça é fundamental. Ela vai nos conduzir...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Os promotores estão à disposição...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – ... aos doadores, é o elo perdido dessa história.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Atrás está a denúncia, Sr. Presidente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A denúncia já oferecida?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Já.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

Senador José Agripino, agradeço a V. Exª.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Obrigado, Dr. Bruno.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª dispõe de dez minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Cumprirei, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Senador Tião Viana, que é um nosso colega dos mais queridos e respeitados, colocou o nome do Governador Alckmin no sentido de querer apurar com brevidade o assunto. É verdade, mas ele quis apurar com brevidade porque o PT, na ocasião, insinuava que eram os adversários de Celso Daniel, portanto do PT, que tinham praticado o assassinato, e até ligavam ao caso de Campinas. Conseqüentemente, o Sr. Governador Geraldo Alckmin, que é um homem de bem, sério, colocou todo o aparelho para elucidar o fato, e talvez essa pressa tenha sido negativa – com certeza, foi. Daí o PT colocar nove dias de investigação, querendo apressar mais ainda, porque não queria que o noticiário chegasse à verdade dos fatos.

Não sei por que o PT não quis e não quer esclarecer esse assunto. Há um propósito deliberado do PT de não esclarecer o assunto. Não sei. Todos têm que ver a lógica das coisas.

O Dr. João Francisco, irmão de Celso Daniel, não iria lutar três anos para elucidar o problema da necropsia se ele não tivesse dúvidas ou quase certeza absoluta do crime praticado a mando dos interessados. Por que é que ele iria insistir tanto? Aceitava o fato como um fato consumado, mas ele se viu obrigado, como irmão mais velho, a fazer tudo isso. Por que o PT salientava – todos aqui salientavam, inclusive levaram o nosso querido Senador Tião a isso também –que havia uma desavença entre o Francisco Daniel e Bruno Daniel, o seu irmão que aqui está presente? Ficou por muito tempo isso.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Permita-me, Senador?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – A mim o PT toda hora dizia que os dois eram inimigos.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Eu nunca manifestei isso, porque eu nunca ouvi falar isso. De minha parte, deve ser um mal-entendido. O que eu falei é que havia um desentendimento de relacionamento entre o João Francisco Daniel e o Celso Daniel, que era o que eu sabia. Inclusive, na época em que eu falei, eu nem sabia que o Bruno – só ouvia elogios – tinha também um esfriamento de relação.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Figuras expressivas...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – De mim, não. Só para esclarecer.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Está bem. Figuras expressivas do PT me disseram que, na hora em que o Bruno Daniel falasse, tudo iria ficar por terra, e o depoimento do seu irmão Francisco iria valer muito pouco – foi um excelente depoimento, como está sendo o do Dr. Bruno Daniel. Aparecem os dois juntos num programa de televisão, um concordando com o outro e mostrando interesse na elucidação do caso. Isso desmoralizou totalmente os que pensavam em contrário. Eu mesmo não queria a presença aqui do Dr. Bruno Daniel, acho que até errei. Aprovamos por unanimidade, mas eu achava dispensável devido às evidências. Entretanto, foi bom que viesse. Aliás, quero felicitar mais uma vez este excelente Presidente, que é o Senador Efraim, por trazê-lo, e com rapidez, para que não prosseguisse a mentira. Peço desculpas ao Senador Tião.

Vamos colocar a verdade: Gilberto Carvalho foi, até certo ponto, amigo de Celso Daniel; depois do crime que tirou a sua vida, ele foi um homem do PT no caso Celso Daniel. Ele foi mais presente em relação ao seu partido, para não dizer em relação ao próprio Presidente da República, do que em relação à amizade antiga que ele tinha com o Celso Daniel. Isso está absolutamente esclarecido. E vamos acabar com essa conversa – essa é sua, com toda honestidade que lhe é própria – de que o Sr. Gilberto Carvalho é inimputável. Não é inimputável. Neste caso, ele está, evidentemente, faltando com a verdade. Na realidade, ele conversou sobre os assuntos da arrecadação de recursos, ele transportou recursos, ele participou de tudo. A irritação do Presidente da República diante da convocação do Sr. Gilberto Carvalho para uma acareação é a demonstração maior de que o PT está com medo de que este fato se esclareça.

Nós não estamos aqui para proteger A nem B, nem tampouco para incriminar ninguém, mas nós não podemos ficar calados diante de fatos tão evidentes. A evidência, diziam alguns filósofos, não precisa de prova: é evidente, não precisa prova. Neste caso, porém, a evidência está provada com os fatos, com os documentos e com os depoimentos.

Eu acho que este assunto, Sr. Presidente, está esclarecido. É lógico que o Sr. Gilberto Carvalho tem de vir aqui, bem como o Okamoto. Vamos acabar com esses assuntos, porque isso tudo é para protelar o término das CPIs, mas não vão conseguir. Os fatos, quando são fortes e visíveis, são mais evidentes, são mais fortes que a vontade política de um grupo que quer se perpetuar no Poder através de métodos irresponsáveis.

Ao felicitar o Dr. Bruno Daniel, quero dizer que houve uma insinuação evidente do nosso querido Tião Viana quando disse que V. Sª se afastou porque a sua senhora foi demitida de um cargo na Prefeitura. Respeito o silêncio de V. Sª sobre um assunto que deve ser privado – se V. Sª puder esclarecer, muito bem; se não puder, não tem nenhuma importância, porque não pesa nada. V. Sª, com certeza, se afastou do PT porque previa o que está acontecendo agora em razão de conhecer os métodos que eram utilizados nas prefeituras dirigidas pelo PT. Até homens como Celso Daniel, que eram honestos e sérios, se viam na obrigação de facilitar o crescimento do PT através de algumas ilicitudes, como eram os recursos desses que estavam contribuindo, com o assentimento da Prefeitura, para as campanhas do partido.

De modo que as coisas estão bem mais claras do que no princípio, e V. Exª, Sr. Presidente, tem muito a ver com essas elucidações. O Sr. Bruno Daniel apresentou um depoimento sereno, algumas vezes – isso muito natural – mostrou sua emoção pela perda do seu irmão, emoção de quem sofre a perda de uma pessoa querida – e eu tenho o testemunho disso. Isso não passa, fica sempre junto ao nosso coração.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – De maneira que tudo isso é perdoável, porque, na realidade, este caso está elucidado, e o Senador Tião Viana, que é homem de bem, deveria logo dizer: é, nesse caso de Santo André, infelizmente, nós fomos os culpados.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Permita-me um aparte, Senador Antonio Carlos, um segundo antes de V. Exª concluir.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Com prazer.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Apenas para deixar bem claro que eu não quis insinuar nada quando eu coloquei aquele fato – trata-se de um fato, o Sr. Bruno sabe, que a esposa dele foi secretária, e ela, em um determinado momento, saiu da Prefeitura. Coloquei como um fato e tenho evitado, com o maior rigor, expor qualquer dúvida sobre a honra dos irmãos. Tudo o que eu ouvi de Bruno Daniel foi de bem; quanto ao outro, eu evitei ao máximo fazer qualquer ilação ou comentário. O Senador Tasso Jereissati é testemunha disso pois eu cheguei a dividir com ele algumas reflexões. Preferi valorizar a dor da família, porque eu acho que isso é sagrado. A família tem que esclarecer.

Pode ser que outros tenham trazido dúvidas, mas não serei eu que levantarei dúvidas acerca da honra e do direito sagrado da família de esclarecer o fato. Pode ter dado a impressão de que eu estava querendo insinuar alguma coisa, mas não foi, absolutamente, o que fiz. Eu estou aqui observando o respeito sagrado ao direito de os senhores investigarem a fundo esse caso, que eu acho que tem que ser investigado quantas vezes forem necessárias.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Finalizando, Sr. Presidente, peço a atenção de V. Exª para o seguinte. É que eu estou convencido de que a necropsia vai mostrar tortura, mas não é esse o fato mais importante não. Se houve ou não tortura, o fato é que assassinaram o Prefeito do PT Celso Daniel. Tortura ou não, passa a ser secundário. Não é que eu esteja dizendo que a tortura deva ser admitida. Ao contrário, agrava o crime, mas o fato maior é a morte do prefeito, não é saber se torturou ou não torturou. Isso é conversa para, evidentemente, protelar o esclarecimento desse bárbaro crime que houve, infelizmente, em São Paulo.

Muito obrigado a V. Sª.

Se V. Sª puder esclarecer alguma coisa, eu lhe agradeço, mas V. Sª já fez um depoimento excelente.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Eu gostaria de fazer um comentário a respeito desse último ponto, em relação à tortura. É que o fato de ter havido tortura – e isso está comprovado pelo posicionamento e pelos laudos produzidos pelo Dr. Carlos Delmonte Printes* – joga por terra a tese de crime comum. Não há casos de seqüestro relâmpago ou para obtenção de recursos em que ocorram atos brutais como aqueles que foram perpetrados contra o meu irmão. Não há, não há casos conhecidos como esse. Portanto, é possível perceber que, na execução do meu irmão, houve raiva, houve ódio. A forma como

foi morto meu irmão indica isso e esses não são procedimentos em casos de seqüestro e crime comum.

Portanto, esta questão é relevante para reforçar a tese de que o crime foi planejado, foi um crime de mando e havia muito ódio no pedido de execução.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – Agradeço a V. Sª e a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma. V. Exª dispõe de dez minutos. Em seguida, o Senador Tasso Jereissati.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Queria só trocar uma idéia com o Senador Antonio Carlos com relação ao problema de tortura.

Qual é o meu raciocínio sobre a tortura?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senador Romeu Tuma, um pequeno aparte, se V. Exª me permitir.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Vou precisar me retirar e tenho uma dúvida. Só uma pergunta simples. Se V. Exª me permitir,....

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – O tempo será invertido. O tempo passa a ser de V. Exª. Em seguida, o Senador Romeu Tuma.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Preciso de trinta segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – Quero agradecer ao Senador Tuma.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – É que ficou uma dúvida, o Dr. Gilberto Carvalho não é um político de Santo André, vinha de fora de Santo André, foi indicado pelo PT para a Prefeitura de Santo André. Foi uma indicação do José Dirceu? Do Lula? De quem foi a indicação?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Primeiro, ele não era de Santo André. Segundo, o que se ouve falar, eu já me referi a isso anteriormente, eu me afastei do PT no início da década de 90. Portanto, detalhes dos bastidores do PT eu não tenho. O que se houve falar é que o Gilberto Carvalho é uma pessoa de confiança do Lula e teria ido à Prefeitura de Santo André como um homem de confiança do Lula.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – Solicitaria que marcassem o tempo do Senador Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não vou demorar muito, Sr. Presidente.

Não ia falar sobre a tortura, mas o Senador Antonio Carlos levantou um procedimento que seria lógico. A sua qualificação profissional mostrou, no seu depoimento, que ele tem uma lógica histórica dos acontecimentos. Ele é professor e fez um depoimento seqüencial.

O que me leva ao raciocínio da tortura, Senador Antonio Carlos Magalhães, diante do que falou o legisla – acredito que ele virá aqui nos esclarecer –, é que esse tal dossiê, em que foi encontrada uma parte dele, segundo o depoimento que o Dr. Bruno fez aqui, poderia ser a razão do seqüestro, para tentar conseguir a documentação que porventura o Sombra teria tido conhecimento por meio de uma discussão com o Celso Daniel, em razão da arrecadação que não estava só se destinando para o Partido e sim para os três membros da quadrilha que lá se formou. Então, eles queriam esse documento e pode ter chegado à tortura, para ver se ele confessava se tinha algum documento. É um raciocínio, vamos dizer, policial de investigação a razão da tortura.

É claro que tortura não é só a violência física. Hoje, têm policiais sendo processados por tortura psicológica também. A pressão psicológica é uma tortura. Só para eu sentir por que houve tortura.

Agora, um outro dado que me deixa preocupado, Senador Antonio Carlos, Dr. Bruno e Sr. Presidente, é que a história que contam é que tinham planejado... Resgataram o Dionísio da cadeia com um helicóptero – custa dinheiro –e mandaram ele montar uma operação seqüestro. Pelo menos é o histórico de que tenho conhecimento.

Então, deve ter custado um bom dinheiro para todos esses atos preparatórios para a ação. Dizem os presos, os três, inclusive o menor, que o objetivo deles era um outro seqüestrado, Senador José Agripino, era uma outra pessoa, foi um crime de oportunidade, o primeiro que passou eles passaram a mão.

Para mim, é estória da carochinha, não dá para acreditar que uma quadrilha organizada, que tenha capacidade de resgatar um preso que é conhecido pela sua violência, que foi morto como testemunha importante, posterior à abertura do inquérito, pela eliminação – não diria nem homicídio – do seu irmão, não é de graça. Quem é o seqüestrável? Por que até hoje não apareceu o nome de que era objeto do seqüestro antes de levarem o Celso Daniel? O senhor também ouviu essa história?

O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO – Fiz comentários sobre ela no início do depoimento, quando estabeleci um cotejo entre aqueles que defendem a tese de crime comum e aqueles que defendem a tese de crime planejado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O que me leva a crer que não é crime comum, por isso que pedimos informações aos delegados, que, na pressa de

investigar, como bem levantou, tinham que concluir com rapidez porque a pressão era grande, era muito grande a pressão sobre as autoridades que estavam presidindo o processo e não queriam fragmentar a investigação. Tentaram concentrar no Departamento de Homicídios. E ele concluiu por um crime comum.

Hoje está reaberto, porque, se houvesse confiança absoluta ninguém concordaria em abrir inquérito. Não é possível que o senhor acredite num relatório, na finalização de uma apuração e venha a concordar que tenha que ser revisto. Por quê? Porque ficaram dúvidas sobre a investigação preliminar.

As fotos da necropsia, o senhor falou sobre elas. Queria saber se o senhor tem conhecimento dos quesitos formulados pelo delegado de polícia ao legista. Isso porque quem faz os quesitos e saber o que aconteceu, o que não aconteceu, o exame do local e a perícia é o delegado. E não me consta que ele tenha feito todo o rol natural dos quesitos para esclarecimento de um crime preliminar de seqüestro, com um norte**??**, um crime de seqüestro com um norte. Então não tem nada de homicídio, de oportunismo, não pediram dinheiro, não levaram dinheiro, não levaram as propriedades do Sérgio Sombra.

Então qual é a tese que me leva a crer que é um crime comum? Não tem, Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Antonio Carlos, tenho quase que a certeza de que foi um crime de encomenda, porque preliminarmente tentou-se obter os documentos e, segundo, na impossibilidade, deve ter havido qualquer ocorrência de seqüência, falta de contato, de oportunidade, e acabaram vendo a necessidade de eliminação, depois de terem forçado a tortura e a obtenção de algumas informações que provavelmente até o Celso Daniel não sabia e não as forneceu. Porque quando o Gilberto Carvalho reconheceu a existência do CIE, ele disse que era apócrifo. E ele e o Daniel não levaram em conta. Mas o senhor disse que encontrou na casa do seu irmão. Então ele não considerou apócrifo, porque quando recebo um documento apócrifo jogo no lixo, se não acreditar, se não houver dados que possam realmente trazer a possibilidade de investigar e confirmar.

Outra pergunta. Foi falado sobre a honra das pessoas. Honra do senhor, do Gilberto, não estou pondo em dúvida isso, queria saber – o senhor pertenceu ao PT, eu poderia dizer sobre o comportamento do meu líder do PFL e do Senador Antonio Carlos, mas não sei qual é a linha dos Partido dos Trabalhadores – se essa vinculação de amizade e honra pessoal de cada um, de dignidade, pode superar a decisão político-partidária, se a decisão político-partidária afasta a possibilidade de se manter, a não ser que a pessoa se retire do Partido, para não cumprir as decisões que são tomadas pelo Partido.

Fiquei um pouco na dúvida diante da colocação que o senhor fez, e o Senador Tião Viana também falou, porque realmente todas as informações do Gilberto Carvalho são as melhores possíveis, pelas pessoas que o conhecem.

Então, pergunto: a pessoa designada para uma missão, dentro do Partido, supera no foro íntimo a sua personalidade para cumprir a decisão do Partido ou não? Não sei se o tempo em que V. Sª permaneceu no Partido dá-lhe condições de nos informar. Há dois minutos ainda para a resposta. Tenho mais perguntas mas não as farei para não ocupar mais o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra, professor Bruno.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Com relação ao comentário do Senador Romeu Tuma a respeito do suposto empresário, as investigações indicam que esse empresário não existe. Não existe o suposto empresário do Ceasa...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Que seria o objetivo do seqüestro.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Exato.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Estive na Nicarágua investigando grupos especiais. Então, essa história não consegue caber até em pé de chinelo, desculpe-me, Sr. Presidente. Mas, em quadrilha de pé de chinelo não dá para aceitar o que aconteceu com Celso Daniel.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Em segundo lugar, não se trata mais de hipótese a idéia de que os seqüestradores estavam objetivando ter o dossiê do Celso. Há um depoimento de um presidiário chamado Geleião, Líder do PCC, que afirma isso em depoimento. Além do que, há um outro depoimento de um preso, cuja identidade se mantém em sigilo, que afirma que o trabalho relativo ao assassinato do Celso, após a obtenção do dossiê, renderia R$1 milhão.

Portanto, há depoimentos nesse sentido. Não são mais apenas hipóteses. Além das hipóteses, corroboradas pela existência desse pré-dossiê encontrado no apartamento do Celso, jogam água no sentido de que o crime foi planejado e tinha um objetivo, que era obter esse dossiê.

Obviamente, do ponto de vista da família, é necessário aprofundar as investigações. Então, há hipóteses, há um pré-dossiê encontrado no apartamento do Celso e há depoimentos de presos que indicam que o objetivo era obter esse dossiê. E, uma vez obtido, era para eliminar o Celso. E ele foi eliminado...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Essa tortura seria em razão de conseguir o dossiê?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Essa tortura pode ter sido em razão de obter o dossiê, mas, ela parece ser mais do que isso. Pelo exame feito pelo Dr....

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Considero essa exposição do senhor da raiva e do ódio tudo bem, mas, pode ter esse outro componente de buscar objetivamente o que foi solicitado, se esses suspeitos estão envolvidos.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Sim. É que, além disso, existe a linguagem, os códigos próprios de pessoas que se envolvem em crimes dessa natureza. O Celso foi encontrado com a cueca invertida. Isso tem um significado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Isso. Ele estava com a roupa trocada, a cueca ao avesso e traz algumas suposições – que não vou falar aqui – que acho que nem conviria se tratar aqui. Mas, que realmente ele foi colocado nu, tiraram sua roupa, inverteram a cueca dele e, quando ele foi largado, ele estava praticamente com roupas trocadas do que a hora em que ele foi provavelmente morto, porque não havia sinal na roupa de sangue e outros detalhes, que seriam naturais por alguém que foi morto a tiros.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Com relação aos quesitos por parte do Presidente do Inquérito, o Delegado do DHPP, Dr. Armando, não me recordo, embora tenhamos feito a leitura toda do processo, dos quesitos formulados pelo Presidente do Inquérito para o legista. Não me recordo, neste momento.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É porque o senhor falou aqui, desculpe Sr. Presidente, que há laudos complementares. É difícil um legista trabalhar e, posteriormente, completar por outros quesitos que possam ter surgido.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Os requisitos aos quais eu me referi são quesitos formulados pelo Ministério Público.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Posterior ao que foi feito pela Polícia?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Posterior ao trabalho inicial.

Quando foi feito esse depoimento na metade de agosto pelo Dr. Delmonte no Ministério Público, o Ministério Público formulou um conjunto de quesitos adicionais.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas ele mesmo é o legista...

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – É o mesmo legista, Dr. Carlos Delmonte, a pessoa que chefiou a equipe de legistas da necropsia do Celso, é o mesmo legista e ele está trabalhando na elaboração desses quesitos adicionais.

Nós nos encontramos quando de um programa mencionado aqui na CPMI, o "Programa do Jô", e perguntamos a ele de como andava caminhando esse trabalho, e ele disse que estava trabalhando na elaboração desses quesitos adicionais.

Com relação ao fato de que decisões político-partidárias podem superar relações de amizade, a minha pequena proximidade com o poder, estando de fora dele – nunca exerci nenhum cargo de confiança na administração de Santo André –, a minha observação, a minha percepção das coisas é a de que, sim, as relações político-partidárias podem superar relações de amizade, sim. Essa é a minha percepção.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Uma pergunta: o Ronan é um dos membros dessa arrecadação em empresa de ônibus. Ele tem empresa de ônibus em Santo André?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Tem.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele seria sócio do Comendador Arcanjo que está preso no Uruguai e eles dois teriam um *off-shore* lá?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu não tenho essa informação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu estou pedindo para saber se o senhor tinha conhecimento porque a informação vem de fonte segura e estamos pedindo para a Polícia Federal se chegou ao conhecimento deles qualquer coisa.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Nós tínhamos ouvido falar a respeito desse tipo de vínculo...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Arcanjo está preso e...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tuma, está satisfeito?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Obrigado e desculpe-me incomodar.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Senador, só para complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Já tínhamos ouvido falar a respeito desse tipo de vínculo, mas como não temos evidências e tudo que procuramos falar...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Já foi pedida a extradição do Comendador por uma série de razões e provavelmente teremos oportunidade de esclarecer e comunicar ao senhor também.

Muito obrigado e acho que a dignidade, o respeito à memória do seu irmão prevaleceu aqui, até pelas colocações que fez o Senador Antonio Carlos Magalhães e José Agripino sobre a conduta obrigatória e poder fazer fundo para as eleições. Como o senhor

diz é um mal necessário que ele aceitou provavelmente para não fugir a uma estratégia de logística que o Partido montou.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. V. Ex.ª dispõe de dez minutos.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Não vou nem tomá-los todos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós agradecemos.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Eu já saí e voltei várias vezes da Comissão por necessidade absoluta, mas atento sempre ao que estava se passando por aqui.

Vou me dar o direito apenas de fazer com que o Sr. Bruno repita algo que para mim é fundamental nesta audiência. É por isso que introduzi aquele registro inicial. Não sei se o senhor se recorda do depoimento que prestou aqui o Sr. Gilberto Carvalho a seu respeito.

Não me recordo exatamente quais foram as palavras que ele usou, mas em relação a sua pessoa ele se referiu de forma elogiosa, dizendo que ele tinha consideração e respeito.

Eu fiz questão de introduzir esse registro porque acho que ele qualifica o seu depoimento hoje. Já ouvi o senhor, em face de pergunta feita pelo próprio Senador Mozarildo Cavalcanti e de outros Senadores aqui, reiterar o testemunho que vem dando, e deu, inclusive, numa televisão, que, para mim, é o ponto crucial desta audiência: que o Sr. Gilberto teria revelado para o seu irmão, na sua presença, que ele era a pessoa que tratava de arrebanhar contribuições ou propinas, seja lá como definamos, e levava essa dinheirama para São Paulo, a fim de que fosse entregue ao Ministro José Dirceu. Chegou a ser explicitado aqui, inclusive, que, uma das vezes, ele teria chegado a levar cerca de R$1,1 milhão de uma só vez...

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – R$1,2 milhão.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – R$1,2 milhão de uma só vez, no seu Corsa preto, temeroso de algum problema, porque viajava sozinho. E, para registro desta Comissão, gostaria que ficasse cabalmente estabelecido aqui, pelo seu depoimento, do seu testemunho, que isso se deu. E meu dou o direito de tecer considerações acerca do assunto, considerações, inclusive, que eu já havia formulado aqui. A ilação que se pode fazer, entre tantos assuntos que o Sr. Gilberto poderia ter tratado com dois irmãos que acabaram de perder um irmão assassinado, é que ele escolheu exatamente aquele assunto, aquele tema, ao revelar para os dois irmãos, numa forma de dizer que o ex-Prefeito Celso Daniel tinha conhecimento do caso, porque, para mim, só pode ter sido com este objetivo, intimidador, como se dissesse "olha, vejam bem como é que vocês se comportam daqui pra frente, porque o irmão de vocês era sabedor desses fatos que eu estou revelando agora". Então não tenho outra indagação a fazer a não ser que o senhor repita aquilo que o senhor já disse por mais de uma vez: é verdade que o Sr. Gilberto revelou para o senhor e para o seu irmão que estava sob sua responsabilidade coletar, arrecadar recursos que eram encaminhados à direção do PT em São Paulo e, por vezes, entregues ao próprio ex-Ministro José Dirceu?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – É verdade. Só queria precisar um pouquinho a sua colocação. O que eu disse é que o Gilberto encaminhava recursos a São Paulo. Agora, o esquema de arrecadação era operado, ao que sustentam as evidências, por Klinger Luiz de Oliveira Sousa*, Ronan Maria Pinto* e Sérgio Gomes da Silva. Então o esquema de arrecadação era operado por essas três pessoas. O que o Gilberto fazia era o encaminhamento desses.... Isso foi o que ele nos revelou.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Ou encaminhar, ou transportar?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Isto. Ele encaminhava recursos à Direção Nacional do PT.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Está certo. Não seria pombo-correio, seria corcel negro.

Olha, Sr. Presidente, era isso que queria deixar patente aqui nesta Comissão, e meu dou por satisfeito. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Antes de encerrar, vou conceder a palavra, por cinco minutos, que é suficiente, a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, já que foi limitado em 10. Se precisar usar os 10 minutos, usará, não tenha a menor dúvida. Vamos marcar os 10 minutos para o Senador Suplicy, que está na repescagem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

No início do seu depoimento, o Dr. Bruno Daniel mencionou que a professora Marilena Nakano, sua esposa, havia sido afastada da Fundação Santo André, onde é professora. Não sei se já teve a oportunidade, quando precisei sair, mas porque gostaria de transmitir que recebi ambos na minha residência, quando me expuseram o problema. E aceitei o convite de muitos estudantes e professores da comunidade discente e docente, na verdade, eram três professores, que fizeram

um ato na faculdade para que pudessem ter o direito de retornar a lecionar. E, posteriormente, pelo que sei, ela voltou à Fundação Santo André, ainda que tenha sido necessário, por uma ação de oficial de justiça ou algo assim. Só pediria que esclarecesse, porque, assim, a história ficaria relatada de forma completa.

Quero até transmitir que, em diversas ocasiões, nos últimos 20 anos, fiz palestras na Fundação Santo André. Gostaria de revelar, Sr. Presidente, que, em agosto de 1976, fui convidado para fazer uma palestra para o 4º ano da turma de Economia da Fundação Santo André. E, naquela ocasião, o Oswaldo Cavignato*, então assessor, e até hoje assessor, da direção do Sindicato Econômico, que era amigo de Lula, perguntou ao Presidente do Sindicato, ao Lula, se este não gostaria de assistir a uma palestra do Professor Suplicy, que falaria na Fundação Santo André. E o Lula foi. Fiz uma palestra sobre política econômica, política salarial, como empresários participavam das decisões econômicas e as influenciavam muito e como era tão difícil de influenciar os trabalhadores. Estávamos à época do regime militar. E, eis que, ao terminar a palestra, o Presidente Lula formulou observações e perguntas. E o professor que estava presente disse: "Mas como? O que é que o diretor da faculdade vai dizer quando souber que está aqui presente um perigoso líder sindical?". E o Presidente Lula, então, ficou um tanto preocupado, não se sentiu tão bem de estar ali e saiu do recinto. Mas aguardou a mim e ao Oswaldo Cavignato, e penso que ainda estava o Devanir Ribeiro* e Djalma Bom*, com certeza um deles, creio que era o Devanir. E, acabada a palestra, até expliquei como seria importante que os trabalhadores sempre estivessem tendo acesso às decisões dos responsáveis pela política econômica e que nós, economistas, assim como eles, deveríamos sempre levar em consideração a opinião de todos, porque, afinal de contas, as decisões afetariam a vida dos trabalhadores. Mas, quando terminou a aula, saí ao pátio, e ali se encontrava o Presidente Lula esperando-me. E, ao conversarmos um pouco, ele me disse: "Eduardo, apareça lá no sindicato. Vamos conversar mais!". E foi assim que se iniciou uma longa trajetória, que se estende até hoje, de grande interação.

Em outras ocasiões, fiz palestras na Fundação Santo André, sempre fui muito bem recebido e espero que possa a Srª Professora Marilena Nakano* ter normalizado sua situação. Então essa era uma primeira indagação que gostaria de fazer.

A segunda indagação é a seguinte: V. Sª ainda continua morando em Santo André, não é? Sim?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Parte em Santo André, parte em São Paulo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois bem, a razão dessa pergunta é porque gostaria de registrar que, normalmente quando vou ao ABC, a Santo André, e ainda não faz um ano, faço uma visita e sou recebido pela direção do **Diário do Grande ABC**, que fica em Santo André e que sempre me tratou com o maior respeito e isenção. Ouvi falar, mas não tenho a informação precisa, que houve uma mudança importante do controle acionário do **Diário do Grande ABC** e que este controle estaria relacionado a algumas empresas de transporte coletivo e tal.

Pergunto se V. Sª sabe a respeito disso. E, como esse assunto da morte do Celso Daniel é de extraordinária relevância para o povo de Santo André, fico imaginando em que medida o **Diário do Grande ABC** vem tratando esse assunto. Se está transmitindo a informação, da forma mais isenta possível, à população, que tem enorme interesse em saber a verdade, no que diz respeito a tudo aquilo que aconteceu comigo. Quero registrar, porque, muitas vezes, fui entrevistado a respeito disso, mas não tenho conhecimento diário. Então, pergunto se isso está sendo tratado com isenção, se o seu depoimento, hoje, aqui, na sua avaliação, será tratado com toda a objetividade e isenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Bem, então, com relação à demissão na Fundação Santo André, foi uma demissão de seis professoras. A Marilena tinha 23 anos de exercício profissional lá como professora.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concursada?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Houve um processo seletivo para ela entrar lá.

Agora, o retorno dessas seis professoras se deu mediante a ação de uma oficial de justiça, e o processo ainda não terminou. Portanto, ainda não é totalmente normal a situação dos professores. Eles já estão exercendo suas respectivas funções lá como professores, voltaram aos cargos que eles detinham anteriormente, mas o processo ainda está correndo em instâncias diversas na Justiça.

Com relação ao controle acionário do **Diário do Grande ABC** e da isenção da sua cobertura, as informações que nós recebemos são que, efetivamente, houve uma alteração do controle acionário, e essas informações indicam que o proprietário, o novo proprietário, o controlador do jornal agora, seria Ronan Maria Pinto(*). E o que é possível perceber é que, efetivamente, e aí eu vou colocar as coisas como cidadão, não há isenção na produção desse jornal. Eu faço um desafio no sentido de que uma boa reportagem rela-

tiva a este e a outros depoimentos sejam colocadas com isenção neste periódico.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Esse é um registro relevante, porque o **Diário do Grande ABC** é um jornal muito bem sucedido na região que cobre Santo André, São Bernardo, Diadema. É muito lido. Normalmente, as pessoas ali residentes lêem mais o **Diário do Grande ABC** do que, digamos, os principais jornais, a **Folha**, **O Estado de S. Paulo**. Então, é um jornal muito importante. E que eles possam tratar o caso com muita isenção acredito que seja um desejo mais do que natural da população do ABC.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, tive a oportunidade de folhear o Procedimento Administrativo nº 4, do Ministério Público de São Paulo, e acho que, se existirem, tramitando na Justiça de Santo André, documentos como aquele, não só como aquele mas como outros daquele tipo, teremos preciosa colaboração, no sentido da identificação dos objetivos que estamos procurando.

Então, quero, de ofício, verbalmente, apresentar a V. Exª o requerimento de solicitação à Comissão de cópias dos processos que estão tramitando na Justiça de Santo André relativos a casos de corrupção, envolvendo o ex-Prefeito Celso Daniel. Então, solicito a V. Exª que requeira à Justiça de Santo André cópias dos processos que versem sobre investigação de corrupção, relativos ao caso Prefeito Celso Daniel.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Subscrevo o requerimento de V. Exª e acho que não há dificuldade alguma. Já coloco em discussão e em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento dessas informações, cuja parte já nos foi transferida pelo Sr. Bruno.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Então, quero agradecer ao Sr. Bruno José Daniel, Professor Bruno José Daniel Filho, pelo depoimento; ao Dr. Francisco, que, mais uma vez, está aqui conosco, à senhora sua esposa, que acompanhou a reunião aqui também. Com certeza, haveremos de encontrar, aqui, mais uma vez. E, pelo entendimento, em função da agenda de V. Sª e conversando com o Senador Tião Viana, saímos daqui já com a data marcada para acareação de V. Sª, do irmão de V. Sª e do Dr. Gilberto Carvalho para o próximo dia 26 de outubro, quarta-feira, às 11h30min.

Declaro encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 14 horas e 56 minutos.)*

**Ata da 29ª Reunião, Realizada em 19 de outubro de 2005.**

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, as quinze horas, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência eventual do Senador Antônio Carlos Magalhães e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Luiz Otavio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flavio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Geraldo Mesquita Junior, Sibá Machado e Wellington Salgado, Membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva do Senhor Nagib Fayad e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. Com a palavra pela Ordem o Senador Garibaldi Alves Filho procede a leitura de comunicado a imprensa sobre as declarações do Ministro das Relações Institucionais, Senhor Jacques Wagner, publicadas no Jornal Folha de São Paulo, nesta data. A seguir, convida o depoente a tomar assento a Mesa. Com a palavra o depoente inicia seu depoimento fazendo um breve relato sobre suas atividades como jogador compulsivo. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para os questionamentos iniciais, seguido de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores Geraldo Mesquita, Tião Viana, Wellington Salgado e Romeu Tuma. Finalizando a presidência agradece ao Senhor Nagib Fayad, pelo depoimento prestado convocando reunião para amanhã, às onze horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – A lista de presença apresenta número legal para início da reunião.

Trata-se da reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores, bem como as relações dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Antes de dar a palavra ao convidado, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, Srªs e Srs. Senadores, eu peço permissão ao Presidente para ler uma nota de minha autoria a respeito de uma declaração do Ministro das Relações Institucionais Jacques Wagner.

Embora sem assumir diretamente o ônus da iniciativa, o Ministro das Relações Institucionais Jacques Wagner declara que o Governo Federal examina a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos. As declarações do Ministro estão na **Folha de S.Paulo** de hoje e de outros jornais de circulação no nosso País.

Segundo o Ministro, Sr. Presidente, a CPI estaria fugindo ao foco ao tratar da suspeita de corrupção em Prefeituras do PT. Ainda de acordo com o Ministro, o Supremo Tribunal que determinou a instalação da CPI também deverá mantê-la nos limites do que ele chama de foco.

Para o Ministro Jacques Wagner, se o Supremo atendeu aos partidos, entendendo que o Regimento Interno não estava sendo cumprido e por isso mandou instalar a CPI, também deveria intervir para determinar o que a CPI pode ou não pode investigar.

Há aí uma premissa falsa. O Supremo Tribunal não determinou a instalação da CPI para preservar a obediência ao Regimento Interno do Senado. Ao contrário, diante da lacuna regimental e da omissão da Mesa, o Supremo Tribunal decidiu que o direito constitucional das minorias não poderia ser frustrado por qualquer artifício, quer da Mesa, quer das Bancadas, quer dos seus líderes. A questão então era simplesmente de observância da letra da Constituição da República.

Agora pretende o Ministro, isto sim, que o Judiciário diga ao Senado o que ele pode ou não pode fazer, mesmo sem qualquer alegação de ofensa a direitos individuais, que poderia esta ofensa, sim, levar à interferência do Supremo, guardião da Constituição, ou mesmo do Governo, no interesse da lisura da investigação. É de se perguntar: por que o Governo quer assumir a defesa de suspeitos de corrupção e até de homicídios? Não tem o Governo legitimidade, nem jurídica, nem ética, para impedir o amplo poder de investigação do Congresso Nacional, especialmente em assuntos que não dizem respeito ao próprio Governo, à sua atuação nem às suas relações institucionais com os demais Poderes. Ao contrário, toda investigação deveria ser bem vinda, e esta deveria ser a pauta ética tanto do Governo quanto do Senado quanto da CPI. Mesmo se tivéssemos de fugir dessa pauta ética, o fato determinado que motivou a CPI dos Bingos diz com o crime organizado.

O crime organizado, Sr. Presidente, como nós entendemos aqui e já discutimos isso algumas vezes, tem tentáculos, tem teias, tem ramificações nebulosas – pouco identificáveis essas ligações no primeiro instante. Penetrar aí é percorrer labirintos criminosos. Investigar o crime organizado é investigar o que absolutamente não se conhece. E nesse desconhecido se inviabiliza a investigação, se a ela forem impostos freios, limites ou – como pretende o Ministro – imunidade aos criminosos que atuaram em Prefeituras, do PT ou não, de São Paulo ou não.

Creio que a CPI está no rumo certo e o seu foco é revelar à sociedade brasileira como o crime organizado age, sabido que ele só age por subterfúgios, por interpostas pessoas ou mascarando fatos e deploravelmente outros e graves crimes.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Membros desta CPI, ninguém, nem o Governo, pode pretender, ética, jurídica e politicamente, imunidade à investigação completa e cabal do crime organizado no Brasil. Se permitirmos que essa oportunidade de investigação se perca, estaremos dando legítimo incentivo ao crime, o qual terá autorização para se organizar melhor e talvez nem com sangue será possível desmontá-lo.

Sr. Presidente, na verdade, creio – isso já foi declarado nesta Comissão – que o Ministro Jacques Wagner não foi muito feliz nas suas declarações. Com essa nota, quero dizer que a nossa CPI vai continuar nesse rumo que a sociedade brasileira espera que a Comissão continue a tomar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Senador Garibaldi Alves Filho, agradeço a V. Exª a nota, que passa a ser uma nota da própria Comissão Parlamentar de Inquérito em resposta ao Ministro Jacques Wagner, que já quer até opinar no Supremo Tribunal Federal, ele que tem tantos problemas no Governo para opinar, sobretudo, em matéria de corrupção.

Portanto, a nota de V. Exª, Senador Garibaldi Alves Filho, é uma nota da CPI dos Bingos. V. Exª, como Relator, faz um trabalho excepcional. Parabéns a V. Exª!

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Eu iria exatamente solidarizar-me com o Senador Garibaldi Alves Filho por sua nota e dizer que eu a subscreveria com o maior prazer, mas V. Exª, Sr. Presidente, em nome desta Comissão, já adotou a nota como a nota da CPI dos Bingos, e sinto-me contemplado com sua fala e com sua atitude.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O Sr. Nagib Fayad já assinou o termo de compromisso que aqui se encontra. Conseqüentemente, é da minha obrigação passar-lhe a palavra para fazer sua exposição, se assim desejar.

Concedo a palavra a V. Sª.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Primeiramente, eu queria esclarecer que não sou e nunca fui proprietário de casa de bingo. Também quero esclarecer que sou um jogador compulsivo e sou louco por jogo. Acho que por isso, por esse meu vício, acabei envolvendo-me nessa chamada máfia do apito.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor é um jogador o quê? Desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – É louco por jogo.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Sou louco por jogo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor é um jogador compulsivo?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Compulsivo, muito compulsivo.

Ao longo desses anos, perdi o que eu tinha, o que eu não tinha e ainda sobraram até dívidas.

Deixo a V. Exªs a liberdade de quebrar meu sigilo bancário e fiscal, que está à disposição de todos. Também quero colaborar, como colaborei com a Polícia Federal e com o Ministério Público. Estou aqui para colaborar com V. Exªs. É só isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – V. Sª, posteriormente, deixará um documento sobre a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de V. Sª.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Fiscal e telefônico.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Nagib, V. Sª não é dono de casa de bingo, mas se diz um jogador compulsivo?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Perfeito.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, eu vou aproveitar essa ânsia que o senhor tem pelo jogo para perguntar ao senhor a respeito do mundo do jogo, porque, embora não seja dono de casa de jogo, o senhor deve conhecer os donos de casas de bingo. Ou não?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, eu não conheço. Quer dizer, eu conheço vários jogadores, né? Porque quem joga está sempre com os jogadores, né? Já fui a cassinos, já joguei. E não sei se alguns dos jogadores amigos meus são donos de casas de bingo. Eu nunca entrei numa casa de bingo, porque eu acho que o único jogo que eu nunca joguei foi bingo, né? Então, eu não sei. Eu não conheço mesmo um... um... um dono de casa de bingo, e, se conheço, não sei se é dono.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª joga?

**O SR. NAGIB FAYAD** – O que eu jogo? Não... Cassino, esse futebol em que eu me envolvi – joguei muito futebol – baralho. Qualquer tipo de jogo eu jogava, mas bingo eu nunca joguei. Nunca entrei numa casa de bingo. E aí eu vi a imprensa falando que eu sou dono de casa de bingo, e eu nunca tive um bingo na minha vida.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (**PFL – BA) – E outra casa que não seja de bingo? De baralho...?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Ah, não, não tenho também! Só ia jogar em casas de baralho, mas nunca...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (**PFL – BA) – Jogo profissional, não é?

**O SR. NAGIB FAYAD** – É, jogo de baralho, né?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor foi flagrado, nas gravações da Polícia Federal, negociando a manipulação de resultado de jogos com o Juiz Edílson Pereira de Carvalho. Pergunto ao senhor: O que, de fato, aconteceu? O juiz foi preso? Realmente está provado que o juiz agiu criminosamente. E o que o senhor diz?

**O SR. NAGIB FAYAD** – O que eu digo? Eu vou começar a história um pouco antes. Há um tempo atrás – não lembro, dois anos – um amigo meu me

falou que tinha um *site* que tinha apostas e todos eu acho que sabem – a revista publicou: existem vários *sites*. Têm mais que aqueles dois *sites* que publicaram – Footbet e Ibet. Tem Bet365. Tem Games Book. E aí essa pessoa me falou, um amigo – também não me lembro – me falou: "Olha, tem esse *site* para apostar". A gente é compulsivo. Entrei no computador e vi lá o *site* para apostar e já venho jogando há muito tempo. É... eu não jogo... eu não jogo só o campeonato brasileiro. Eu jogo o campeonato japonês, campeonato alemão, campeonato espanhol, qualquer tipo de jogo de futebol. Não só futebol. Tem basquete, tem Fórmula 1, têm vários jogos. E fui jogando. Perde, ganha, perde, ganha. O jogador é isso aí, né?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O senhor ganhava mais do que perdia?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, enfim, o jogador eu acho que mais perde do que ganha, né? Aí já é o vício mesmo. E aqui vou deixar bem explicada uma coisa: existem... sei lá quantos juízes, árbitros existem no Brasil. Nenhum juiz acusou que eu fui procurar algum juiz para fazer resultado. Como que ia direto no seu Edílson? Como que ia acertar o primeiro juiz que eu fosse falar falasse: "Seu Edílson, o senhor vai fazer resultado para mim".

E as gravações...Como a Polícia Federal, o Ministério Público viram já, ele me ligava, ele me ligou. Então, como a gente é fraco no jogo ou já vem perdendo – sei lá, vamos falar a palavra desespero: "Vou fazer o resultado". Então, automaticamente, acho que não agüenta e se acaba jogando. E, pelas gravações, eu acho que todos viram o desespero, ele me oferecendo coisa que eu acho que nem preciso falar aqui, já estão gravadas essas coisas. E ele me ofereceu para jogar e eu acho que, no embalo, eu joguei, tanto que eu cortei esses jogos... onze jogos – parece – do Brasileiro, com toda a certeza, não teve mais que dois jogos. Agora, se ele faz isso com os outros, eu já não sei. Eu não posso afirmar o que ele faz com os outros, né? E tanto que ele me ligou nos últimos jogos. E tem gravado isso aí na Promotoria; a Polícia Federal viu que ele, nos últimos cinco, seis jogos – eu acho – ele mandava torpedo, ele mandava um torpedo para mim e eu não dava nem retorno para ele, porque eu via – sei lá – a besteira que eu estava fazendo, a encrenca que eu estava entrando e – sei lá – estava parecendo um idiota na historia e eu não dei nem retorno para ele e tenho gravado esses torpedos que ele me mandava porque a Promotoria viu a Polícia Federal tem gravado isso aí.

Agora, se ele faz com os outros, já não posso afirmar porque não posso falar por ele.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – A palavra "torpedo" não é um bilhete?

**O SR. NAGIB FAYAD** – É, torpedo é no celular. Ele mandava assim uma mensagem "meu amigo"...

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Pelo celular?

**O SR. NAGIB FAYAD** – É, "meu amigo, amanhã, vou apitar...", vou até lembrar o último jogo, "Fluminense e Brasiliense. Um abraço". Eu olhava e nem retorno dava.

Pelas gravações, isso faço questão que quebrem meu sigilo telefônico, eu não dei retorno, mas não só nesse jogo, em vários jogos porque eu vi que estava sendo enganado e não que eu quis comprar jogo nenhum. Só quem me liga e tem até uma gravação que ele falou: "joguem esse jogo que eu garanto nem que eu saia escoltado de dentro de campo..." Eu não lembro todas as palavras, mas é "escoltado de campo, nem que eu saia de camburão, uma coisa assim".

Eu acabei jogando, mas eu ia jogar de qualquer jeito. E, também, pelas vinte mil horas que falam que está gravado, tem o campeonato japonês em que eu jogo. Acho que nunca ninguém ouviu falar em um time chamado Gambauzac (?), campeonato alemão – e não só eu jogo, são vários jogadores, são centenas de jogadores do Brasil que não conheço todos, mas todos jogam.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – E os juízes de lá ligavam para você também?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Nem um juiz ligava.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Pois é.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Agora, como é que eu ia acertar o juiz certo para fazer resultado se nenhum juiz, acho que não apareceu nenhum juiz que foi falar que eu procurei eles. Agora, como que fui no Sr. Edílson, acertei – como se diz no popular – na veia. Falei "Edílson, é você. Acabei...".

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Você já o conhecia de algum tempo?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, em fevereiro. Ele me ligou.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Mas ligou como? A troco de quê?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Aí, pode ser que alguém indicou. É duro saber, não posso saber a história.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Por exemplo, qual é o seu relacionamento com o ex-árbitro Paulo José Danelon?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Perfeitamente. Paulo José Danelon é de Piracicaba, é da minha cidade.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Mas foi através dele que V. S.ª recrutou o Sr. Edílson?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Eu não. Eu não mandei recrutar, mas pode ter acontecido isso aí e pode ser o ...Falaram em Daniel Gimenez lá, citaram nomes, citaram vários nomes na **Veja**, na imprensa e pode ser que o Sr. Danelon...Eu não sei se ele entrou em contato com o Edílson. Agora, ele me ligou? Ele me ligou, as gravações estão lá.

Primeiro, não sei quando um juiz vai apitar um jogo. Não tem como eu saber quando um juiz vai apitar um jogo. Então, chegava sábado e ele me ligava "amanhã, vou apitar tal jogo. Pode jogar". A minha fraqueza, eu acho que é duro, né?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Não, mas o Sr. Paulo José Danelon foi ele quem apresentou o juiz ao senhor?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Olha, não posso afirmar se foi o Paulo Danelon quem apresentou?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Mas o senhor não se lembra?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, não, não. Mas eu não posso porque o Edílson me ligou e não sei quem falou para o Edílson do Nagib.

Ele me ligou e está provado que nunca liguei para ele. Eu nunca liguei para ele. Isso confirmo: liguei quando ele me ligava só que vi que ligou uma vez, entrei em uma cilada. Ligou duas, entrei em uma cilada e eu ia jogar de qualquer jeito. Lógico, agora uma pessoa liga, "eu garanto o resultado, eu faço isso, eu ta-ta-ta-ta-ta".

Quero dizer, a hora em que percebi falei "não jogo mais e nem quero mais e não atendi os telefones dele. Agora, que teve dois jogos? Teve e confirmo que ele me procurou nos dois jogos, eu falei "então, vou jogar". Por quê? Já estava no desespero e havia perdido o dinheiro por causa desse negócio de juiz e, aí, parei e vi que estava, vamos falar no popular, eu estava parecendo um otário e, para mim, eles estavam jogando duplo.

Hoje, esses dias, vi uma reportagem no jornal em que ele nunca...Ele foi para apitar o jogo para fazer alguma coisa. Aí, vai o que ele pensava em fazer, mas nunca conseguiu fazer. Isto eu li em uma reportagem.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Mas ele confessou que fraudou os jogos de acordo com o seu esquema de apostas.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Perfeitamente. Ele me ligou...

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – É uma confissão consistente com os telefonemas travados entre os dois, entre V. S.ª e ele.

Tendo em vista essa comprovação do esquema, esse esquema era vinculado a outros esquemas de jogos ou de corrupção com órgãos públicos, prestadoras de serviços?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, nenhum jogo. Só se for futebol e, inclusive, quero deixar mais, já que está falando do juiz, um dia ele me ligou que... Pô, Gibão, eu preciso... Gibão, Nagib, também nunca me chamou de nome, nem apelido, só falou de amigo – dois amigos desses e eu estava perdido.

Ele me ligou e falou assim: Nagib, jogue hoje num jogo – e aí você vai me dar uma comissão – num jogo que vai ser apitado no Rio de Janeiro. Jogue nesse jogo que é certeza que esse time carioca vai ganhar.

Não sei o nome do juiz, não sei mesmo o nome do juiz, eu não joguei também, porque eu não acreditava em uma palavra do que ele falava para mim. Porque esse juiz é certeza que vai proteger o time do Rio.

Agora, o motivo, eu não sei. Não sei o que passa na CBF, não sei o que passa na Federação Paulista, então eu não posso falar. Cabe a ele falar o que... Aliás, ele falou algumas coisas aí, cabe a ele, porque ele entende isso aí e eu não entendo nada.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Nagib, o senhor também joga no sistema de loterias da Caixa Econômica?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Jogo. De vez em quando eu jogo na Loteria Esportiva. Jogo Sena, jogo Loto. É o que eu falei, eu jogo, sempre joguei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas nunca chegou a realizar aposta envolvendo eleições?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, isso nunca. Eleições, nunca.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor nunca realizou doação financeira para nenhuma campanha, conseqüentemente?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Nunca.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe de... As outras perguntas estão prejudicadas.

O senhor costuma ir ao exterior?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Já fui para a Ponta do Leste, no Cassino Conrad, jogar algumas vezes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Jogar também?

**O SR. NAGIB FAYAD** – É.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já realizou qualquer tipo de remessa de dinheiro para o exterior?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Nunca, nunca.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem conhecimento de outras pessoas envolvidas nas operações de aposta através da Internet?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Veja bem, para ele jogar pela Internet ele não entra nem pelo cartão. No máximo o que pode apostar é de 50 a 100 dólares. Acho que não passa. Então, existem bancas, que você joga em bancas, como até a Veja escreveu, que tem bancas para você jogar. E deve ter várias bancas que a gente não sabe, quer dizer, eu jogava em algumas. Aliás, até parei de jogar com algumas, porque ainda fiquei devendo. Então um outro passava, um amigo joga e são várias pessoas que jogam, então não dá para falar para onde vão esses jogos.

Esse jogo de futebol acho que existe faz mais de... Quer dizer, existe no mundo, mas, aqui no Brasil, acho que existe faz mais de 5, 6 anos, não sei. Eu comecei há dois anos atrás, e viciei nisso aí, joguei e perdi e ganhei também.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Existe uma conexão internacional entre apostadores?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, de jeito nenhum. Porque você pode jogar na Internet só pelo cartão e, como eu falei, tem esse I Bet, tem esse Foot Bet, tem o Games Book, tem o Bet 365. Tem uns 6 *sites* que você entra e você vê a cotação.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E onde os sítios de aposta estão hospedados? Essa linguagem...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Eu jogava... São vários banqueiros. Você joga com um banqueiro que, eu não sei, acredito eu que seja ilegal, né? E jogava com um banqueiro, ligava, passava o jogo... E é o que eu falo, alguma vez esse dinheiro...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor conhece os principais apostadores?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Apostadores ou banqueiros?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Apostadores. Os banqueiros também.

**O SR. NAGIB FAYAD** – É, os apostadores, é o que falei, conheço amigos em São Paulo que jogavam.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E banqueiros?

**O SR. NAGIB FAYAD** – E banqueiro, eu passava em banca, só que, depois de um certo tempo, eu não tive mais contato com essas bancas, porque acho que eu fui perdendo tanto dinheiro. Ficou um deve... Como já perdeu tanto, também, a banca nem quis cobrar. Só que aí você já não consegue passar mais jogos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual era a moeda utilizada para fazer as apostas?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Ordem de pagamento.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ordem de pagamento?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Em real.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como árbitro da Fifa, o Sr. Edilson Pereira de Carvalho poderia ser convidado até para apitar jogos internacionais, inclusive das eliminatórias da Copa do Mundo. Passou pela cabeça do senhor o grande prejuízo que o senhor poderia causar ao futebol, até ao futebol mundial, não?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Olha, eu, a minha idéia não era nunca prejudicar, aliás eu adoro futebol. Quando ele me ligou, aí é que eu falei, foi no vício, foi no desespero, e eu jogaria de qualquer jeito. Então eu não sei, V. Exªs não devem saber como é que funciona uma aposta. Quando um time favorito jogar, ele paga pouco. De qualquer jeito, um jogador vai jogar. Só que vem um juiz, um árbitro liga e fala: "Eu garanto isso, aquilo." Você acaba entrando e jogando. Só que isso, comigo, aconteceu 2 vezes ou no máximo 3 vezes. Agora, tenho certeza, será que não jogava duplo, será que não punha mais apostadores? Se der coluna 1, ele ganha. Se der coluna 2, ele ganha. Eu só perdi nesse caso. Eu não sei se ele tem outro coincidência, desses 11 jogos nenhum ter empate. Não o estou acusando, mas existe essa possibilidade. Tanto, que acho que anularam os 11 jogos, que eu escutei na imprensa, que estavam desconfiado que faziam o jogo duplo. Que ele ganhava de um lado e do outro. Quer dizer, eu, até acho que não tenho essa credibilidade para afirmar, mas eu afirmo, são 2 jogos, e que esses 2 jogos não deram certo. E falo e repito que é o Fluminense, desculpa, Vasco x Figueirense e o Juventude x Figueirense, que deu nada certo, porque o time ganhou normal. Aliás até a imprensa falou que foi pra fazer o Juventude ganhar, e o Figueirense ganhou o jogo, jogando a bola que ele jogou. Então, eu afirmo que não teve esses 2 jogos. Agora, se tem mais gente por trás, eu não sei. É duro saber se esse árbitro procurou mais gente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Wanderley Pololi?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não. Não conheço.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca travou contato com ele?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não conheço mesmo. Vi uma entrevista que ele deu.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas já ouviu falar desse senhor?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Vi numa entrevista que ele me conhece como nome, lá em Piracicaba, mas nunca chegamos a bater papo. Até ele falou: "Nagib foi candidato a Vereador." De fato, eu fui candidato a Vereador há um tempo atrás, ele só falou sobre. Mas, eu, pessoalmente, nunca tive contato com ele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com relação à manipulação de resultados, o senhor nunca travou contato com dirigente de clubes?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Nunca. Aliás, eu nunca conversei com árbitro, tirando esses 2 citados, e repito de novo, é muita coincidência eu ir procurar um árbitro e acertar na primeira. Falar, é esse que vai fazer o resultado. Agora, se eu tivesse procurado um, outro, mais, mais um, lógico que uma hora eu iria acertar. Mas se nenhum eu procurei, se nenhum árbitro veio falar que o Nagib veio procurar, e esse primeiro árbitro eu já acertei, é muita coincidência. Mais as gravações provam que ele ligava, e eu, acho que, num minuto de fraqueza, acabei entrando, acabei jogando. E quando percebi que tudo o que estava acontecendo, eu já cortei pela raiz, já no segundo jogo, e não quis mais. E graças a Deus, pelas escutas...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – O senhor ganhou nos 2 primeiros jogos?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Eu perdi, porque foi...ele me ligou, falou que ia fazer o Juventude ganhar. Juventude e Figueirense. O Figueirense ganhou o jogo. E eu perdi.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Mas ele mandou o senhor jogar numa coisa e o senhor jogou em outro.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não. Ele mandou eu jogar no Juventude. Ele me ligava e dizia: "Jogue no 1", nem falava Coluna 1 nem o nome do time, jogue no 1. Bom, eu ia jogar em vários times, como sempre joguei. Como sempre joguei, mas graças a Deus vou parar de jogar. Ele me mandava jogar no 1, eu jogava no 1 e ganhava o 2. Por isso é que há essa desconfiança de que ele fazia jogo dupla. Se desse o 1, ele ganhava.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – O senhor não cobrou dele não?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Cobrei. Inclusive, tem uma gravação, porque acho que nessa gravação está o meu desespero, que foi o próximo jogo do Vasco. Acho que pela gravação, eu não me lembro o que estava na escuta lá, mas eu não me recordo de tudo, e ele viu o meu desespero. Aí ele falava: "Eu saio de camburão do campo, nem que saia aqui do campo escoltado." Aí eu falei, vou jogar, porque já perdi alguns jogos com ele. Já tinha perdido um jogo e, para ser sincero, no paulista, no campeonato paulista – porque está essa discussão do paulista. Teve um jogo do campeonato paulista que ele me ligou, que foi em fevereiro, e ainda nem tinha começado o campeonato brasileiro...

**O SR. GERALDO MESQUITA** (S/Partido – AC) – Esse camburão que você ganhou... Você apostou e ganhou?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, veja bem. Esse camburão...Um *site* não tinha a cotação, mas os outros...

**O SR. GERALDO MESQUITA** (S/Partido – AC) – Só assim. Você apostou e ganhou, ou você não apostou?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Nesse jogo, eu ganhei.

**O SR. GERALDO MESQUITA** (S/Partido – AC) – Ah...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Nesse jogo do Vasco, eu ganhei. Mas aí cobriu o que perdeu aquele outro. Quer dizer, não ganhou nada. Quer dizer, a banca nem mandou nada, porque já estava devendo. Mas não é o dinheiro. Mas foram dois jogos que teve com ele no campeonato brasileiro e, na hora que eu vi que ele estava jogando duplo, eu cortei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para terminar, Sr. Presidente. Consta da matéria da **Veja**, o fato de o **I BET** já ter recusado apostas em jogos apitados por Edílson Pereira de Carvalho. Isso não indica que seus proprietários já vinham desconfiando da atuação do juiz? Sugere também que eles têm alguma experiência com esse tipo de fraude. Nada garante, portanto, que não haja outros jogadores e outros juízes operando há anos no futebol nacional.

V. Sª tem conhecimento de outros esquemas de fraude no País?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não. O único jogo que teve foi o jogo de futebol e nem mais um jogo. E esse *site* **I BET**... não tem como apostar no *site*. Existe um banqueiro por trás, que banca esse jogo pela cotação do **I BET.** O jogo ilegal aqui no Brasil, mas ele banca. Pelo *site*, nunca foi apostado um jogo, porque não tem como apostar no *site*. O *site* é legal, porque é um site de fora, mas para apostar no Brasil é só com o banqueiro

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Nagib Fayad, estou observando o depoimento de V. Sª à vontade. Eu só gostaria de lembrar a V. Sª que esta CPI tem o propósito de investigar contravenção, casas de bingo e crime organizado, que

também está subentendido dentro dessas atividades. V. Sª foi investigado pelo Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público de São Paulo. Foi gravado por ordem judicial e tudo, e aqui, na própria matéria, em diálogo com setores do Ministério Público, está dito o seguinte:

Os juízes do esquema agiam da seguinte maneira: assim que eram escalados para o jogo – a escolha se dá por sorteio – comunicavam o fato ao empresário Nagib Fayad, de Piracicaba, conhecido piloto de *kart* da cidade. Ele é apontado pela investigação como um dos cabeças da máfia do apito. Avisado sobre a escalação do juiz comprado, Fayad ligava para os seus sócios, três donos de casas de bingo de São Paulo, cujos nomes estão mantidos sob sigilo.

Então, V. Sª tem muita responsabilidade no que está dizendo aqui, porque, se é propósito seu dizer a verdade e colaborar com os trabalhos da CPI, nós vamos requisitar – e eu já sugiro ao nobre Relator – que esse grupo do Ministério Público de São Paulo envie, mesmo que seja sigiloso, para o Relator, as devidas informações sobre o que se diz daqui do seu envolvimento com ex-donos de casas de bingo, porque, então, pode estar envolvido o esquema de lavagem de dinheiro. Não estou dizendo de V. Sª exatamente. Mas de donos de casas de bingo, o envolvimento dele com instâncias de decisão sobre a contravenção desses donos de casa de bingos. Eu pergunto: isso aqui é verdade? O senhor tinha contato com donos de casas de bingo sobre as apostas?

**O SR. NAGIB FAYAD** – V. Exª, eu tinha contato com muita gente em São Paulo, porque quem joga tem contato com jogadores. Então muitos amigos meus são jogadores. Mas de todos esses que eu tenho contato, quase certeza ou quase total certeza, nenhum tem bingo, nenhum é dono de casa de bingo. Por isso, na hora que eu vi a reportagem, eu estranhei, na hora que falaram que Nagib Fayad tinha ou tem um bingo. Vi no **Estadão**, vi na televisão, que eu sou dono de um bingo em Jacareí, de um bingo lá em Piracicaba. Eu nunca tive um bingo. Por isso que eu quero que quebrem meu sigilo... Já está...Quer dizer, pelo grampo, já dá para saber. Eu nunca tive um bingo na minha vida.

Esse pessoal que eu conversava em São Paulo ou em outras cidades, com total certeza, posso falar que não tinha bingo. Pelas gravações, vai ver que todas as pessoas que conversava, vai levantar a vida deles e eles não têm bingo. Aí, não sei onde acharam que eu ou esse pessoal que eu falava sobre futebol tinha bingo. Então, não sei se têm mais pessoas envolvidas, se tem... Não sei onde apareceu essa história do bingo.

Então, com toda a certeza – eu falei que vou falar a verdade, quero falar a verdade -, eu não tenho bingo. Faço questão que levante...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Entenda bem: aqui está dizendo que os nomes dos três donos de casa de bingo que decidiam com V. Sª sobre apostas estão mantidos em sigilo. Então, isso significa que há fatos que estão sob sigilo e que o Relator irá pedir. Então, sua responsabilidade é desse tamanho, mas sua palavra já está dada.

Eu lhe pergunto: o senhor já disse que não se envolvia com ninguém, mas o senhor tinha conhecimento do envolvimento de cartolas do futebol, homens influentes do futebol, da CBF, com a lavagem de dinheiro, com essa máfia do apito? Que pudesse colaborar aqui. O que o senhor ouvia, já que o senhor tinha tantos contatos e conversava com tantas pessoas, com tantas cidades?

**O SR. NAGIB FAYAD** – O que eu ouvia... Bom, primeiro, esse futebol, como têm vários jogos no mundo inteiro – pela gravação, acho que já sabe que eu jogava todos os jogos; todos os dias e, praticamente todas as horas tinha jogo de futebol no mundo inteiro. Então, a gente falava só sobre futebol: "quem vai jogar", "que barbada é essa" – que é a gíria do jogador: "qual a barbada" e tal.

O que eu sei das Federações, a única coisa que eu sei foi o que o Edílson me falou. Não só ele me falou, ele falou para a imprensa, ele começou a falar para a imprensa o que a Federação faz ou não faz. Aí, não é do meu conhecimento. Eu só escutei o que ele falou, mas eu não sei de nada da CBF...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O senhor poderia repetir algumas coisas que são importantes para esta CPI?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Até eu vi na televisão. Uma vez ele falou pessoalmente que a Federação protege, manda proteger... Se não proteger tal time, eles ficam quatro, cinco jogos sem apitar, fora de escala. Isso, ele falou até agora, na imprensa. Então, isso que eu escutei do Edílson. Mas eu não posso falar, porque eu nunca acompanhei, nunca tive nada com Federações. Nem sei...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O senhor tem uma idéia da dimensão de dinheiro que corre por essa rede virtual de jogos, dos chamados jogos de Internet ou desses jogos de apostas de que o senhor participava? Qual é o volume financeiro disso? Isso é lavagem de dinheiro.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Essas apostas... Inclusive, acho que escutei e vi uns absurdos de apostas de R$ 400.000,00, de ganhar R$ 400.000,00. Primeiro, que não existe um banqueiro para pagar R$ 400.000,00. Es-

sas apostas são apostas que se jogam mil, dois, cinco, dez. Então, deixe dar um exemplo: o time 1 paga um X, a coluna do meio paga um X e a coluna dois paga outro X. A pessoa joga na coluna 1. Sei lá, paga 1,80. Para entender, joga 10.000 e ganha oito. Aí, tem um outro jogo, ele joga dez e perde os dez. Então, ele só deve dois. Aí, ele joga outro jogo de dez e ele ganha mais cinco, que só paga 1,50, Barcelona e Getafe, time lá da Espanha. Ele ganha 5. Na hora em que ele vem na semana, um pouco desse dinheiro é virtual. O que você joga na banca de segunda a domingo ou combina de segunda a quinze dias. Então, você pode fazer um volume de jogo de cem mil, duzentos mil, mas, na realidade, esses duzentos mil não custaram três mil reais, porque ganha e perde. Existem as barbadas no futebol. Então, você joga dez, perde; joga dez, ganha. Na hora em que você vê, no final da semana, você perdeu três mil, cinco mil, ou ganhou cinco mil. Aí, chega para a banca e – sei lá – diz: "Não precisa mandar os cinco. Deixa aí que vou jogar de novo semana que vem". É um pouco um dinheiro virtual.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – A pergunta que lhe faço é se o senhor tem idéia de que volume se aposta toda semana neste País.

**O SR. NAGIB FAYAD** – No futebol, eu não tenho. Eu não sei quantas outras pessoas jogam.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – São milhares de pessoas.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Acredito que muitas pessoas já joguem esse jogo.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – E pergunto-lhe: o senhor sabe de algum vínculo desse esquema de fraude com os times internacionais?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Lá na Europa está sendo denunciado também.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Isso não sei.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Não tem idéia?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Nem tenho idéia.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Uma das grandes preocupações do Ministério Público é que os passes de jogadores estejam vinculados à lavagem de dinheiro. Se compram um jogador por 30 milhões, na verdade ele esta recebendo 2 milhões, 3 milhões. O resto é lavagem de dinheiro, evasão fiscal. O senhor não tem conhecimento? Não ouvia falar disso também?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Nenhum conhecimento.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Isso não circula nas rodas desse tipo de aposta?

**O SR. NAGIB FAYAD** – O que circula na nossa roda é somente aposta.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – E o senhor não vê banqueiros poderosos nesse esquema de contravenção paralela?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Também não. Não posso afirmar. Não vejo nenhum problema lá fora.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Agradeço a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PBL – BA) – Concedo a palavra ao Sr. Wellington Salgado.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, há uma coisa, Sr. Nagib, que não estou conseguindo entender bem. Primeiramente, o senhor falou: "Ganhei dessa vez, mas ficou zero a zero." Como se dissesse esquece tudo, estamos limpinhos. O senhor é empresário de quê?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Também queria entender. Falaram Nagib, empresário. Eu vendia carros, faço corretagem. Recentemente, fiz uma casa de *show* em sociedade, em uma cidade do interior. Falaram empresário e deixei como empresário. Mas creio que o empresário, como a turma quis dizer, é no sentido de que achavam que eu tinha bingos, que eu estava envolvido com a turma de bingos. Nunca tive bingo na minha vida.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então, o senhor não é empresário. O senhor fala assim: "Nós apostamos. Aposto R$5 mil. No final, vai ver lá sobraram só R$5 mil. Perdi R$3 mil. Aí falo para a banca deixar que só quero R$2 mil." Quem é a banca?

**O SR. NAGIB FAYAD** – A banca é o que a **Veja**.... até a **Veja**...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não li a reportagem da **Veja**. Quero saber do senhor.

**O SR. NAGIB FAYAD** – O Aebet, o Futbet, que eles pegam pelo *site*. Eles pegam a cotação pelo site Aebet, Futbet, Game Wood. E tem as bancas clandestinas. Existe uma banca. No depoimento à Polícia Federal e ao Ministério Público falei que conhecia duas bancas.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Quem são as bancas?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Tem uma pessoa de Piracicaba que tem uma banca e tem....

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Quem é a pessoa?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Está publicado. O Armando. Parece-me que é o Armando.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Essa é uma. O senhor disse que conhece duas.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Tem o Leonardo, do Rio de Janeiro.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Ou seja, o senhor aposta na Internet. Essa banca – o que o senhor chama de banca – tem acesso com esse *site*, que vai lá e disponibiliza o dinheiro. É isso?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não. O *site* não aceita mais do que US$100,00 que eu saiba. Que eu saiba, o *site* não aceita mais do que US$100,00 em aposta.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O senhor não está entendendo. Quer saber o seguinte: o senhor aposta, vamos supor, até US$100,00 no *site*. O senhor ganhou mais US$50,00, pagava 1,5 no time um, como o senhor falou.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Perfeito.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O senhor resolve pegar esse dinheiro. O senhor o pega na banca?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Com a banca. É a banca que paga as apostas.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então o cidadão, essa banca...

**O SR. NAGIB FAYAD** – A gente pede e paga para a banca.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O **site** lá de fora....

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É fisicamente presente, Senador?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – É o que quero saber. Como é que o senhor aposta em um *site* e recebe da mão de um cidadão?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor receba da banca fisicamente?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não. O acerto...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – A banca é como se fosse um banqueiro do jogo do bicho. É um banqueiro que está lá e banca aquele que está no *site*. Você aposta no Japão e ele paga aqui?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Perfeito. Existe a banca. Existe a banca...eles pegam a cotação de fora. Só que não tem como apostar fora. Existe a banca. Eles bancam esse tipo de jogo. Fazem acertos...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não estou conseguindo entender o seguinte: o senhor aposta nele ou aposta no *site*? O *site* tem um convênio com a banca, então?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não. Você aposta diretamente com o banqueiro ou com algum...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Na verdade...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Você aposta diretamente com um banqueiro ou com algum, vamos dizer um termo, cambista, intermediário, que passa para esse banqueiro. O *site* serve só para pegar a cotação. Está lá o *site*, que foi visto...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então não existe aposta. Quanto você faz a aposta lá, esse negócio de que você recebe ordem de pagamento....você não recebe nada. Seu negócio é aqui, no mercado negro. Esse é o mercado negro. É aqui que você aposta.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Sou um jogador. Não sei....

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Funciona como um *bookmaker*? Funciona como funcionava a Bookmaker, é isso?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Acredito que eu que seja isso aí.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então, quer dizer, você só vai a Internet só para pegar a cotação.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Só para pegar a cotação. Eu, como jogador, eu fazia isso aí. Só para pegar a cotação, porque eu tinha que pegar a cotação em algum lugar. Não só eu, quem joga. Pega a cotação pelo *site*.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então, na verdade, o senhor não faz aposta em coisa nenhuma lá fora, nem nada. O senhor só vê a cotação e joga no mercado negro.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Justamente.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Como se eu resolvesse ser banqueiro agora, aliás o seguinte: estou com R$ 500 mil aqui, quem quiser apostar...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Quer dizer, hoje eu quero jogar. Eu vi a cotação, vou jogar R$ 3 mil num time, na Turquia, que existem esses vários times. Esse time joga com um outro que é um time que está em último lugar.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Você só usa o *site* para poder definir qual é a cotação?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Justamente.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – E o banqueiro, em função das apostas, ele pode ter uma cotação diferente do *site*, em função das apostas que acontecem com ele? Ele tem ali uma cotação dele?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, veja bem, são quatro *sites*. São quatro *sites*.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG)– Mas o *site* só serve de consulta, Dr. Nagib.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Então, mas um *site* tem uma cotação, o outro *site* pode ter uma cotação um pouco maior. Então, cada um banca por um *site* e... Por exemplo, esse AIBET, você pegava a cotação do Aibeth e ligava...

*(Interferência feita fora do microfone.)*

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É o dono da banca dele.

**O SR. NAGIB FAYAD** – É o dono da banca dele.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Tem quatro bancas...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Pode ter mais banca, que a gente não sabe. Pode ter mais bancas, que estão bancando esse futebol, que eu não sei.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Mas o que o senhor falou que recebe por ordem de pagamento. O senhor, no início, falou, quando...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Você paga por ordem de pagamento ou recebe por ordem de pagamento.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Por escrito, direitinho?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Do banqueiro, no banco, bonitinho?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Vem a ordem, vai para a conta dele. Se perdeu R$ 10 mil em quinze dias, você vai mandar R$ 10 mil na conta dele e, se eu ganhei R$ 5 mil, R$ 6 mil...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Se faz bonitinho, na conta corrente?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Ele manda na conta corrente.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Com certeza, deve ser a conta corrente de um testa-de-ferro, porque ...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Oi?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Está contabilizado no Banco então?

**O SR. NAGIB FAYAD** – É o que eu acabei de falar. Eu faço questão, Exª, de que quebrem o sigilo bancário e vê que...uma que eu só perdi com esse futebol. Agora, as bancas, foi bastante ordem para as bancas. Não minha. São vários jogadores que têm no Brasil e jogam...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Mas quer dizer o seguinte: o banqueiro, então, já tem uma conta corrente em Banco. É no Rural ou não?

**O SR. NAGIB FAYAD** – O banqueiro tem uma conta. Agora, se a conta...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Qual era o Banco que o senhor mandava o crédito?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, se a conta dele é fria, se a conta dele é firma, aí eu já não sei.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas ele está perguntando: em que banco esses cambistas tinham conta?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O senhor mandou uma ordem de pagamento, quando perdia, para que banco?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Mandei no banco que passaram para mim uma vez uma conta, eu mandei.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas qual é?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Qual era o banco?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Banco Safra, não sei que banco. É que eu não lembro, não me recordo.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Qual era o mais corrente?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Oi?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Qual era o banco mais corrente que, quando o senhor perdia, pagava ou recebia que o senhor mandava isso?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Uma vez, acho que eu mandei uma ordem no Banco Safra, não sei. Acho que foi no Banco Safra. É que faz tempo que eu não tenho contato com essas bancas, porque, como eu perdi muito, eu fiquei devendo para essa banca. E aí tem intermediários, esses intermediários que passam jogos para essa banca e você acaba passando para eles, eles passam os jogos.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Nagib, eu já vi muitas pessoas igual ao senhor realmente, conversando e tudo, escorregadio. Vai e volta, e não diz... É impressionante. Quer dizer que, agora, o banqueiro, que tem um negócio que não é contabilizado, não paga imposto, não faz nada, ele ainda tem uma conta corrente no banco, onde todo mundo que ganha faz depósito ali. O senhor tem o número de uma conta dessa, para fornecer para o nosso Senador?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Eu não tenho, eu não tenho, porque faz tempo que eu não tenho... Eu mandava ordem, quando perdia, para as bancas. Agora, eles são as bancas. É que nem eu falo. Eles lançaram esses jogos. Quer dizer, se não fosse nem eles, se não fosse esses banqueiros, acho que eu não estaria nem na situação que eu estou hoje, quer dizer, também...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Forneceram os nomes dos banqueiros, Senador?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – A ordem de pagamento tinha que ter um nome.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Tá, é que eu não tenho nem como lhe...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quais são os banqueiros? O Relator tem interesse.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Eu falei que tem o Leonardo, do Rio, que eu passava; tem esse Armando, que saiu também passava...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não, não falou para mim. Falou um só: o secretário...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, eu falei... Desculpa, Exª.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O Relator, inclusive, contou...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Falei, Exª.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para mim, o senhor não falou, não.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Então, me desculpa, mas eu falei os nomes...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não pode sonegar a verdade, porque ninguém quer tripudiar em cima do senhor.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O senhor vai e volta, vai e volta...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Estou falando a verdade da verdade e quero falar a verdade, só que, como eu não tenho esse contato com essas bancas, por causa que eu fiquei com débito, principalmente nessa banca do Rio de Janeiro...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Eles estão atrás do senhor?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Oi?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Estão procurando o senhor?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, eles me ligaram. Eu tinha perdido. Já tinha perdido.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não, mas, quando não perdeu e paga, alguém tem que pagar.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Mas, então, mas já quebrei. Então, agora...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não tem risco de vida? Porque, no jogo, quem não paga...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, mas já paguei, é porque eu paguei muito.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É como o tráfico de drogas.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O senhor, hoje, está credor ou está negativo?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Perdi tudo que eu tinha e mais um pouco. Então, quer dizer, acho que deram uma...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Colher de chá.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Uma colher de chá, pode ser. E tem gravação, viu? Tem gravação.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Vou poupar o senhor, para poder voltar à ativa de novo. Então, tem que cuidar bem. Neste momento, está negativo...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, eu tenho até a gravação ainda. Inclusive tem na gravação, ele cobrando. Falei isso no Ministério Público, para a Polícia Federal. Oh, vai pagar aquele restinho?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Quanto é o restinho? Quanto é o restinho do senhor?

**O SR. NAGIB FAYAD** – É coisa de R$ 50 mil, R$ 60 mil...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – R$ 150 mil?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, R$ 50 mil, R$ 60 mil ficou.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Restinho?

**O SR. NAGIB FAYAD** – É o restinho.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Najib, realmente...

Eu vou te dizer, rapaz...

O senhor sabe que o senhor está no Senado Federal, o senhor está numa CPI do Senado Federal. O senhor chega aqui e diz: Não, eu pedi dois, mas eu ganhei ali... Não, esquece, está zero a zero, o senhor já acertou tudo! Aqui estou devendo cinqüentinha, mas eles me pouparam! Não, depositei numa continha, lá do banco, de um negócio negro... Pô...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Exª eu estou falando a verdade.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Najib, quer um conselho? Conte tudo, fale tudo, diga tudo para o nosso Presidente e para o nosso Relator e saia correndo. É o conselho que eu te dou. Não procura ficar, porque a CPI não tem fim, ela vai até onde ela quiser. Ela vai investigar tudo. Ela vai pegar as contas todas, vai pegar o senhor... Pode beber um golinho d'água! Vai pegar o senhor onde quiser. Ela quebra o sigilo e vai buscar tudo.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Eu sei disso.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então, o melhor que o senhor faz é citar nomes, dar conta, resolver logo tudo, que isso acaba o mais rápido possível.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Senador Tião, tem muito esperança no seu depoimento.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, eu falei que vou falar a verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Fora do Microfone) – Falou com um patrício e eu confirmei que o senhor ia falar a verdade toda sobre a máfia do futebol, isso que é o importante.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Eu tinha até um encontro com o Senador Renan e eu realmente vou ficar aqui, porque estou achando muito interessante isso. Agora, eu estou avisando ao senhor...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Fora do Microfone) – Mas não quer aprender como é que faz...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não, não quero aprender não. Mas quero dizer o seguinte, um conselho que eu dou, porque estou sentindo que o senhor é realmente um jogador e que tem esse vício que é uma doença...

**O SR. NAGIB FAYAD** – É mesmo.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Entendeu? Agora, conte tudo, cite nome, porque não vai ficar nada escondido. Estou falando para o senhor, quando a CPI daqui, inclusive esta CPI, começa, ela não pára, não.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Perfeito.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Ela vai até o final. Vai pegar as contas...

O que eu estranho, tudo bem, se o senhor apostasse lá em dinheiro nesse *bookmaker*, sei lá o que é, que eu nunca fui jogador, aí resolve, recebe em dinheiro... Agora, tem ordem de pagamento?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – *Bookmaker* é o que fazia intermediação para o Jóquei-Clube antes e existia legalmente. Em vez de você jogar nos jogos, você jogava com o *Bookmaker*.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – E descarregava. É isso não é?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E descarregava.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Mas o que eu quero dizer é o seguinte, Senador: Agora, existe esse grupo por ordem de pagamento!

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Funciona tudo clandestinamente. Não existe ilegalidade nesse tipo de aposta que eles estão fazendo.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então, a história do *site* é meramente só para ele ver a cotação, porque o negócio mesmo é aqui, na paralela, pô.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Então...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não é isso?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – No manual.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – No manual. Agora, não, mas não é mais manual, Senador Tuma, agora tem conta-corrente. Deposita e manda ordem de pagamento. E se for acima de dez mil não tem que informar para aquele órgão o...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Tem. O Coaf.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O Coaf? O senhor nunca recebeu... O senhor já apostou mais de dez mil?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Nunca ganhou mais de dez mil?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só perdeu?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Eu só perdi. Acho que eu nunca consegui uma ordem de pagamento.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O senhor só perdeu? O senhor não tem cara de perdedor, não, hein?

Está bom. Estou satisfeito, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu peço desculpas a V. Exª por ter atrasado, é que eu fui fazer uma palestra na Polícia Federal, na parte da perícia...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Então, está cheio de elementos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, sobre lavagem de dinheiro, Sr. Presidente. Fomos discutir sobre lavagem de dinheiro, porque é um crime que vem crescendo assustadoramente e a Polícia Federal resolveu instituir um curso para Delegados Peritos, para o pessoal do Banco Central e do Tribunal de Contas, que é o auxílio que estão dando para os nossos relatores aqui.

Eu não sei se ele falou, meu Relator, sobre como ele estruturou com os juízes de futebol viciar cada jogo, se ele já explicou para o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Não, explicar bem, ele não explicou.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – É ele tentou explicar. Pode ser que ao senhor ele explique melhor.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, eu acho o seguinte, o Gaeco está investigando, o Grupo Especial do Ministério Público tem entrado em contato, eles estão me mandando, sobre o problema do jogo, em geral, Não é só o aspecto desses jogos clandestinos de aposta, mas também sobre os bingos, que estão funcionando de maneira assustadora, sem nenhum controle, sem nenhuma fiscalização.

Então, como é que esse Juiz acusou o senhor de ser o cooptante do Juiz para fraudar esses jogos de futebol?

Porque ele acusa o senhor como elemento principal.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não tenha engasgamento, não; pode falar tranqüilo que ninguém vai...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Exª, é o que eu falei antes. Eu não fui procurar nenhum juiz. São mais de, não sei quantos juízes tem aqui no Brasil e nenhum juiz.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, mas nós estamos falando de dois ou três.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Então... E nenhum juiz foi falar que eu fui procurar algum juiz. Como eu ia chegar nesse juiz, na peça-chave?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas, pelos telefonemas, era o senhor.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Mas eu, de fato, aceitei os dois jogos dele, no desespero. Eu sou um jogador compulsivo mesmo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Até bronca o senhor deu por ele não ter conseguido viciar um jogo porque disse que o jogador do Vasco jogou muito bem, e ele não conseguiu segurar.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Não é nem do Vasco. É do Figueirense.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Para compensar – essa é a história que está gravada – o senhor pediu fraude em outro jogo porque o senhor correria o risco se não vingasse a proposta que fez a ele porque os apostadores poderiam vir por cima do senhor. É verdade ou estou falando mentira?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Não. Pelas gravações até vi o meu desespero com que conversei com o Edílson. Ele prometia uma coisa e não fazia. Eu entrei nesses dois jogos mesmo, confesso, errei, estou pagando caro pelo meu erro. A hora em que percebi que estava sendo enganado ou otário – sei lá, qualquer palavra dessas.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele fez o senhor de otário não é?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Ele fez.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Porque em alguns fatos ele enganou o senhor.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Eu acho que ele jogava duplo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E jogou contra.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Eu acho que ele jogava duplo. Eu acho, não tenho certeza. Tanto que percebi que ele mandou...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele foi um estelionatário também. O juiz, além de fraudador de futebol, foi estelionatário também.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Eu percebi que, nos últimos ... Houve cinco ou seis jogos, desses onze jogos que ele apitou... Tenho gravado isso, ele me mandou.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor acha que fraudou todos os onze? O senhor tem conhecimento?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Eu falo agora...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Presidente do Tribunal de Árbitros anulou os onze porque, em tese, ele vislumbrou fraude neles. Ou foi só porque ele apitou os jogos?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Não. Segundo informação que ouvi, falei que teve dois jogos comigo e com o Edílson.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor se comprometeu com ele em apenas dois jogos dos onze?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Dos onze. E falo com toda certeza. Posso ter essa credibilidade para falar isso.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Havia mais alguém que trabalhava com ele nesse sentido de banqueiros de apostas?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Não. Ele me ligava. As gravações provam que ele me ligava. Eu nunca liguei para ele. Acho que ele pegou meu ponto fraco.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O sigilo telefônico foi quebrado, Relator?

**O SR. RELATOR** (Senador Garibaldi Alves Filho) – Foi.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Ele me ligava, tanto que pareceu, nos últimos cinco ou seis jogos, ele mandando seis torpedos pelo celular, querendo falar que queria fazer mais um jogo, mais um jogo, mais um jogo, e eu nem dava atenção para ele, eu nem ligava novamente para ele. Aí eu cortei porque vi que – eu acho – ele estava jogando duplo ou estava me enganando. Então, não quis mais nem conversa com o Edílson. Isso está gravado. É por aí.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quais foram os jogos?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Figueirense e Juventude e Vasco e Figueirense.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O jogo do Corinthians com o Santos...

**O SR. NAGIB FAYAD –** Não teve nada.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ... que tem causado uma tremenda gota de violência, praticamente em outros jogos também.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Corinthians e Santos. Vou lembrar dos torpedos que ele mandava. Fluminense e Brasiliense, Corinthians e São Paulo. Não me recordo, mas houve quatro ou cinco torpedos que ele mandou, não sei quantos torpedos, que apareceram na televisão. Eu vi os torpedos.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) **–** Não tinha nenhum time mineiro? Minas está fora dessa confusão.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Eu acho que, por coincidência, não deve ter. Não. Inclusive...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) **–** Havia algum mineiro?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Em Cruzeiro e Botafogo ele tentou me ligar para fazer alguma coisa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Botafogo e quem?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Cruzeiro e Botafogo. Ele me ligou mais de quatro ou cinco vezes.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) **–** Quem ganhou o jogo Cruzeiro e Botafogo?

**O SR. NAGIB FAYAD –** O Cruzeiro parece que ganhou o jogo. Ele me ligou mais de uma vez, e eu não dei retorno para ele.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Foi fraudado ou não?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Não, não teve. Aí é que falo que não teve nem conversa com ele.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas era só o senhor o intermediário dele?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Só eu.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Como chegaram a onze jogos se o senhor afirma que foram só dois?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Porque eu estava inclusive vendo a reportagem que o Presidente do STJ desconfia que ele jogava duplo. Por isso ele cancelou.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Presidente de onde? STJ é outra coisa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não. Do Tribunal Desportivo.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – É diferente. Isso pega mal. Corrige porque senão ...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Aliás, ele pediu licença em decorrência ...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – ... senão vai responder um processo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Aliás, ele pediu licença em decorrência de todos..

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – STJD, Luiz Sveiter.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Isso. E aí, pelos comentários, sei lá se ele jogava duplo, eles acharam que os onze jogos que ele apitou, e por coincidência desses onze jogos não houve nenhum empate, por coincidência.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Tião Viana, acho que seria importante o depoimento desse presidente do Tribunal para saber por que ele chegou a onze e ele diz que são só dois.

E as apostas eram altas?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor disse até cem mil.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, essas apostas, só teve uma aposta alta, que foi o Vasco e Figueirense.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quem bancou essa aposta?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Essa aposta foi passada para um dos apostadores também em São Paulo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O nome dele.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Já está gravado isso também, não tem o que esconder, porque falei que não quero esconder nada.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não, você só fala o que está gravado. Toda hora você fala: tá gravado, vou falar. Você tem que falar tudo, não é só o que está gravado.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Desculpe. O apostador também é o Pedrinho, ele é apostador. Não sei qual banca ele passou, aonde ele passou. Isso não sei mesmo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Como ele se chama?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Pedrinho, Pedrinho, um amigo meu.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pedrinho?

**O SR. NAGIB FAYAD** – É. E ele é apostador também.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E o senhor acha que acabou esse sistema de jogo de apostas de futebol?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Eu acho. Eu acho, porque inclusive até os *sites* saíram fora do ar, muita coincidência, não é, os *sites* saíram todos fora do ar. E eu acredito que acabou. E hoje eu falo com toda a convicção: graças a Deus acabou, porque eu só me arruinei com isso aí. Por causa do meu vício estou pagando caro.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas quem tem o vício do jogo não larga, vai procurar outras formas.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, mas eu acho que vou procurar um tratamento que... eu jogava tudo, para mim chega, jogo não quero mais saber.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E para compensar, o senhor que tentou arrumar essas fraudes para poder compensar a sua perda?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, eu, eu, na verdade, nunca quis arrumar essa fraude. É que... na perda. O juiz liga para você e fala: jogue tudo que você quiser...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas por que ele escolheu o senhor?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Porque sabe que eu sou apostador. Alguém foi falar para ele que sou apostador.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Acha que é Danelon?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Pode até ser que o Danelon pôs o dedo dele, não sei.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Você não confirmou? Por exemplo: "Aqui é o juiz tal. Estou te dando uma dica boa". E você vai e joga? "Como é? É você mesmo, vou te confirmar". Como funciona isso?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, não. Eu errei, já falei que errei. Ele me ligou: "quero falar com você".

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Você foi pessoalmente e encontrou com ele?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Fui. No depoimento falei que fui pessoalmente conversar com ele. Fui conversar com ele pessoalmente e "é isso, é isso, é isso. Como funciona, porque sei que você aposta". Eu: "aposto mesmo. Não só eu, como vários amigos. Várias pessoas que não conheço, de São Paulo que joga". E falei: "vou jogar de qualquer jeito". "É, mas, se você jogar de qualquer jeito, até eu garanto". Mas não precisava garantir, quer dizer, existe "barbada" em futebol. Então, só que, num sinal de fraqueza, meu sinal de fraqueza, na minha compulsividade de jogo, eu errei. Confesso que errei. E estou pagando caro. Mas, na hora que percebi, já cortei, cortei, e tanto que está provado isso aí que eu cortei, senão podia dar seqüência a isso aí e não queria mais.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Fayad, veio de um telespectador uma pergunta: qual o jogo do Rio de Janeiro apitado por outro juiz que Edilson indicou haver acerto, pode estar fora dos onze dos jogos anulados?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Pode, está e vou ser sincero. Ele me ligou...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Qual foi o jogo?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Como?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Então, o Edílson me ligou: "jogue hoje. Estou precisando de dinheiro, você vai me dar um dinheiro, para mim".

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor já falou isso para o Relator?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Acho que já falei. Falei para a Exª e tal.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor se importa de repetir?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Repito.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Assim o telespectador também vai...

**O SR. NAGIB FAYAD** – Ele me ligou: "Jogue no Botafogo, hoje, porque esse juiz que vai apitar, com quase certeza, ele vai proteger o time do Rio". Eu não sei o nome do Juiz.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Botafogo e... qual era o outro time?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Eu não vou lembrar.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Edílson deve ter acusado.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Botafogo e, se não me engano, porque não sei o nome dos juízes, porque não joguei esse jogo, Botafogo e Juventude. Não sei o nome do juiz. Só que ele falou:...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sabe o resultado ou não?

**O SR. NAGIB FAYAD** – O Botafogo ganhou.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ganhou o Botafogo.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Três a dois. E se não me engano, teve dois pênaltis.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas esse jogo não foi anulado?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, esse jogo foi um outro juiz e nem sei o nome e não joguei esse jogo. Só que ele me ligou, quer dizer, ele me ligou e falou: jogue esse jogue porque esse juiz...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Isso se chama urucubaca, que o Presidente tem falado aí, porque o senhor não jogou naquele que poderia ganhar.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, não, aí não tinha com esse juiz. Eu não sei o nome desse juiz, o que ele quis dizer, acredito, o Edílson que ele deve saber alguma coisa das Federações, que eu não sei, porque eu sou um apostador. Agora, para ele me ligar e falar "Jogue no Botafogo", que eu nem sei que juiz apitou; e não sei mesmo. Acho que a turma vai levantar agora. Acho que, nesse jogo, o Bota vai ser protegido pelo juiz, que vai proteger o time do Rio, alguma coisa ele sabe da Federação. E ele acusou esses dias, porque ele falou "que a Federação faz isso. Se não proteger esse time, ficam três fora de escala". Mas isso eu escutei pela televisão, pela imprensa, ele depondo alguma coisa aí que eu escutei. Mas é só uma curiosidade.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Nagib, quanto o juiz levou de comissão nessa partida que o senhor acertou, quando ficou zero a zero? Quanto o senhor deu para ele?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Dez mil. Prometeram quinze, deram dez, não é isso?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, o Sr. Edílson levou três vezes dez mil, sendo que duas vezes que foi aos jogos. E uma vez ele pediu dez mil, até ele falou, ele declarou isto aí, que ficaria um jogo em haver.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Espere um momento. O senhor pagou nos dois jogos que perdeu? O senhor também pagou?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Dez mil e dez mil. Teve um jogo no campeonato paulista, desculpe; teve um jogo no campeonato paulista. Eu falei que teve um jogo no campeonato paulista.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Que não está entre esses dois?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não. Por isso que falo, com toda a convicção, que, com o Sr. Edílson, o Brasileiro teve dois jogos, sendo que, nesses dois jogos, não teve nada, nada, nada. Pelo menos, comigo. Agora, se ele fez com alguém, com alguma pessoa...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O senhor pagou R$30 mil a ele? Três de dez?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Ele ganhou dez mil.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Por jogo?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Nesse jogo do Paulista.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Nesses três, então, o senhor acertou?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, não, não. Ele ganhou dez mil nesse jogo do campeonato paulista.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Mas, espere aí. Mas o senhor ganhou?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Ganhei.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – É claro. O senhor não vai pagar se perdeu.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Perfeito. Ganhei esse jogo. Perfeito, ganhei.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – É isso que eu quero saber. Então, o senhor pagou três de dez para ele? O senhor levou "trintinha"?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Sendo que uma de dez era para ele fazer o jogo. Então, na realidade, foram só dois jogos de dez; e dez ele levou para fazer um próximo jogo que ele queria.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Por favor, explique-me melhor isso.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Pois não.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Porque, para você, isso é normal; mas para mim não é, pois não entendo. Para mim, o senhor pagou a ele três de dez? Explique-me devagarzinho.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Dez adiantado de um jogo.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Dez mil, foi um jogo no campeonato paulista, que não teve nada. O time ganhou natural. Viram o vídeo, mas não interessa.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Quer dizer, não houve nada, o time ganhou natural... Ele estava apitando, e falou que iria ganhar o que o senhor apostou? Mas, não houve nada. Foi tudo natural.

**O SR. NAGIB FAYAD** – É. Estou falando como jogador, tá? Eu não sei o caso dele, pois ele que tem o apito nas mãos e ele sabe o que está fazendo.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Quer dizer, ele falou que iria dar para tal time; que o senhor podia apostar em tal time do campeonato paulista. O senhor apostou, ganhou, pagou dez mil, mas não houve nada? Não é isso?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Foi tudo normal?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, não houve, no meu modo de ver, que o time ganhou de quatro a um. Ia ganhar de qualquer jeito. Por isso que eu falo que ele estava me usando. Ele não fez nada. O time ia ganhar de qualquer jeito. Então, acho que até a Federação Paulista...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não, então, o senhor não tinha de pagar dez mil?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Mas aí a palavra da gente... Foi lá e deu dez mil.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Está bom. E o segundo?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Estou sendo sincero. Podia até nem falar que eu dei esses dez mil. O segundo jogo, foi o do Vasco da Gama.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Do Vasco e de quem?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Do Vasco e do Figueirense.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em que o Edmundo arrebentou?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Isso, em que o Edmundo arrebentou. Isso, desculpe-me. Não é Vasco e Figueirense. É Juventude e Figueirense.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O Edmundo arrebentou e o senhor pagou mais dez para ele. Faturou quanto?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não ganha, porque esse volume de jogo...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não me enrole! Eu quero saber quanto o senhor faturou? Quanto levou?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Devo ter ganho uns R$30 mil.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O senhor dava 30% de comissão?

**O SR. NAGIB FAYAD** – R$30 mil, R$35, não me lembro certinho do valor.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Espere aí. O que o senhor ganhava, por uma dica dessa, o senhor dava 33% para o juiz que deu a dica? Esse negócio funciona assim?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, é que nunca foi feito isso aí. Eu falei "Eu quero dez mil."

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era valor fixo. Dez mil por jogo.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Mas ele ganhou trinta.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – É porque foram três jogos.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Eu ganhei trinta.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O senhor ganhou trinta nos três jogos, ou em um jogo só?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, em um jogo, ganhou trinta mil.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Dos trinta mil que ele ganhou, ele deu dez para o juiz.

**O SR. NAGIB FAYAD** – No jogo, ganhou R$30 mil.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele ganhou dez. Sobrou R$20 mil.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Ou seja, a comissão era 33%.

**O SR. NAGIB FAYAD** – Ganhou R$20 mil.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – A Comissão era 33%, um terço de 30. Uma tremenda comissão. E como é que o senhor pagava para ele? Era em ordem também de pagamento, dinheiro na mão? Como era?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Não, não. No depoimento, eu falei que o encontrei e levei os dez mil para ele.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Levava os dez mil e entregava?

**O SR. NAGIB FAYAD** – Levei os dez mil. Duas vezes, eu levei. Que foram encontrados no restaurante.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Nagib, desculpe-me, mas o senhor disse que deu trinta mil. E nas duas vezes, o senhor levou os dez mil?

**O SR. NAGIB FAYAD** – E dez mil ele tinha pego no começo para ficar em haver, porque ele ia fazer um jogo.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em haver quer dizer o seguinte "Olha, me adianta, que vou te dar uma dica no futuro."

**O SR. NAGIB FAYAD** – Isso. E eu perdi esses dez mil, porque eu cortei ele e não quis que ele fizesse. E ele falou isso. Ele declarou que eu tinha dado dez mil para ficar em haver no jogo. E eu vi que eu só estava sendo um otário.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Otário nada! O senhor ganhou trinta e pagou dez. O senhor ganhou vinte. O senhor não é otário. Não vem com essa, porque não é otário.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele foi lesado pelo outro que jogava nas costas. Ele dava a dica para fazer...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Agora, algo que eu queria entender. Sr. Nagib, veja bem. Como o senhor pega as cotações dos jogos internacionais, no Japão, na Alemanha, o senhor pega no *site*. E o banqueiro banca lá, em função do que está. Conseqüentemente, se o senhor pega uma dica boa e espalha essa dica para amigos, o senhor não vai alterar a cotação no *site*, porque é no mercado negro. E o banqueiro bancava assim mesmo? O senhor entende de jogo. O senhor chegava e dizia: O

juiz me deu uma dica boa. Sr. Sibá vai levar aí ... que é boa. E conseqüentemente, como o Sibá apostava e outros apostavam, não alterava – é um exemplo – não alterava a cotação no *site*, porque não estava oficial aquilo. E, no entanto, o senhor distribuía e o banqueiro bancava assim mesmo?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Esse banqueiro...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) **–** O banqueiro não era o senhor?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Não, pelo amor de Deus.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Estou achando que o banqueiro era o senhor.

**O SR. NAGIB FAYAD –** No banco não. Eu queria ser, porque acho que não perderia tanto jogando.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O senhor não era banqueiro?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Não. Alguns amigos pediram até, algumas vezes, passa o jogo para mim, vamos jogar esse joguinho aí.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) **–** O senhor não tinha uns sócios que são donos de .... que bancavam isso e o senhor tinha essa função na sociedade de arrumar?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Não. De jeito maneira.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) **–** O senhor só corria de Kart?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Eu corria de Kart, trabalhava, isso é um esporte correr de Kart. Aliás, jogava bola também. Hoje, acho que nem isso eu quero mais. Não quero mais saber de futebol. Mas,...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Você levava o dinheiro na mão, então. E ele ficou com crédito ainda de dar uma dica para o senhor.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Levava na mão dele.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) **–** E isso não sou eu que estou falando; ele declarou.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Na televisão...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) **–** Porque teve o campeonato paulista e teve também situações idênticas.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Teve um jogo.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) **–** Um jogo que o senhor sabia.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Sabia.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) **–** E tem mais um jogo no campeonato no Rio de Janeiro, é isso?

**O SR. NAGIB FAYAD –** Não.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Esse jogo do Botafogo – meu filho é botafoguense...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então, esse foi pelo campeonato brasileiro ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Peço a V. Exª que reduza suas perguntas àquelas mais essenciais.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) **–** Ok. Então, para mim bom. Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Agradeço bastante a V. Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...isso é só a idéia de como ele julga...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Com o pedido do Ministério Público, o advogado ficou de dar, ainda agora, a quebra do sigilo fiscal, telefônico e bancário.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Existe um requerimento de autoria do Senador Tião Viana, solicitando isso. Mas, já que ele vai dar, o Senador Tião Viana desiste, ele mesmo espontaneamente faz a declaração.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas, é bom aprovar para não ter nenhuma dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Está sendo redigido já.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas, digo, aprova o requerimento e concorda se...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, é quebra de sigilo. Precisa ter o código...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Não é quebra de sigilo...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, estou dizendo se fosse votado o requerimento.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Faço questão.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, a única indagação que gostaria ainda de ouvir do Sr. Nagib, falaria aqui em nome dos torcedores desse País, para ouvir uma opinião sua. Se tem uma das coisas lindas na História do Brasil é esse amor pelo esporte e pelo futebol. Não lhe causou nunca um constrangimento, um mal-estar, como cidadão brasileiro, de imaginar que aquelas milhares de pessoas, que vão a um campo de futebol, tenham ali a sua emoção, o seu grito de torcida, da sua vontade de ter uma causa no esporte traída por uma compra, um suborno de um juiz de futebol? Gostaria de ouvir seu comentário com relação a isso.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Tião Viana, essas mortes em decorrência da violência que surgiram com a anulação dos jogos. E para ver que time o Senhor...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Gostaria que o senhor comentasse, como cidadão.

**O SR. NAGIB FAYAD –** Nunca quis atingir alguma coisa no futebol e esse povo. Me arrependo, estou pagando caro por isso, estou pagando bem caro. Só que me envolvi nessa chamada "Máfia do Apito" pagando caro pelo meu vício. E me arrependo. E, falo de novo: estou pagando pelo que fiz. Só que fiz e nunca queria fazer isso. Agora, fui como jogador. Até um dia dei uma entrevista ou comentei alguma coisa: ele que está com o apito na mão, quer dizer, me envolvi pelo meu vício. Então, quem sabe tenha acontecido isso para ajudar agora, futuramente, o futebol brasileiro, pois igual a um Edílson, podem ter vários "Edílsons".

Então, pelo menos, acho que pode até ajudar o futebol brasileiro. Vou pensar assim para me confortar. Mas, me arrependo e hoje até peço desculpas ao povo brasileiro, pois entrei como jogador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, espero que o senhor não seja corintiano.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) **–** Eu penso naquela situação de um pai que leva seu filho a um campo de futebol, imaginando isto: a traição... Coisa dessa natureza é algo dramático. Que fique isso para quem está envolvido nessas coisas contra o futebol brasileiro.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) **–** Sr. Presidente, quero acrescentar um pouco a essa preocupação. É difícil acreditar, Sr. Nagib, que é apenas um vício. Porque, se for um vício, a forma das pessoas viciadas em jogos se comportarem não leva, no meu entendimento, a ter que se meter com o suborno do juiz, se meter com essas coisas complicadas nesse nível. Joga e joga. Joga em qualquer lugar mais aberto. Talvez, no chamado bolão ou coisa parecida. É comum ver torcedores, no começo de um jogo, fazer. Mas, ficar nesse tipo de comportamento, é um pouco mais além que um vício. Vou pedir ao senhor que botasse um pouco a mão na consciência e, já que vai se afastar do esporte, como um todo, é um bem que você faz até à sua própria consciência. E eu só espero que o meu Flamengo, que tem 10 anos de urucubaca no futebol brasileiro, não esteja sendo vítima desse tipo de coisa.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA) **–** V. Exª colocou um ponto, realmente, verdadeiro. O jogador compulsivo não precisa se entender com o juiz para saber o resultado do futebol. Há várias maneiras de jogar sem isso. Isso é um ponto realmente importante posto por V. Exª.

Eu vou declarar encerrada a sessão, pedindo apenas ao depoente que espere vir o requerimento, lógico que eu, pelo menos, o farei para que ele assine com aquelas...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) **–** Sr. Presidente, pela ordem, ainda.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Eu pediria, Sr. Presidente, que o advogado assinasse também, como testemunha de que foi espontâneo.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) **–** Sr. Presidente, apenas para solicitar à V. Exª e ao Relator. Há um entendimento dos Senadores para que o requerimento apresentado tenha um prazo de análise, seja votado. E eu mesmo fui quem apresentei isso como sugestão. O apelo que eu faria, apenas, é que nós não temos quórum hoje para votar os requerimentos de convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) **–** Nós não vamos votar.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) **–** Não, não é isso. É sobre o requerimento da Srª Ivone, que é ex-esposa, viúva do Sr. Celso Daniel. Ela tem muito interesse em dar o seu depoimento nesta CPI, e eu acho que na mesma legitimidade que os irmãos tiveram, e não foi votado ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) **–** Não vamos votar hoje nenhum requerimento.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) **–** Pois é. Eu sei que não votaremos. Eu só faço um apelo para que, na primeira oportunidade, façamos e que a Presidência possa convocá-la antes da acareação do dia 26. É o apelo que eu faço à esposa atual dele, uma vez que hoje não é possível votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) **–** Talvez amanhã a gente vote.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 16 horas e 17 minutos.)*

**Ata da 30ª Reunião, Realizada em 25 de outubro de 2005**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, as onze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Luiz Otavio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flavio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Aelton Freitas, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mes-

quita Junior, Sibá Machado, Ideli Salvatti, membros e José Agripino Maia, não membro, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva do Juiz João Carlos da Rocha Mattos e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir, convida o depoente a tomar assento a Mesa. Com a palavra o Dr. Rocha Mattos inicia seu depoimento fazendo um breve histórico sobre sua carreira funcional e tece considerações sobre a existência de 42 (quarenta e duas) fitas cassetes referente a gravações de conversas telefônicas, bem como 4 (quatro) disquetes contendo um relatório do Caso Celso Daniel e a ficha da "Operação Távola Redonda". Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para os questionamentos iniciais, com apartes dos Senadores Romeu Tuma, José Agripino Maia, Tião Viana e Antônio Carlos Magalhães. Com a palavra para uma Questão de Ordem, o Senador Eduardo Suplicy fala sobre a legalidade e a legitimidade das fitas existentes em poder da 4ª Vara Federal da Justiça Federal do Estado de São Paulo. A seguir, passa-se a fase interpelatória quando usam da palavra de acordo com a lista de inscrição os Senadores Eduardo Suplicy, José Jorge, José Agripino Maia, Tião Viana, Antônio Carlos Magalhães, Romeu Tuma, Flávio Arns e Mozarildo Cavalcanti. Finalizando a presidência agradece ao Dr. Rocha Mattos, pelo depoimento prestado convocando reunião para amanhã, às onze horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião as quinze horas e quarenta e cinco minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço aos Srs. Senadores que a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Juiz João Carlos da Rocha Mattos.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa de sua leitura.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Solicito à assessoria que encaminhe à mesa o Sr. Juiz João Carlos da Rocha Mattos. (Pausa.)

Sr. Juiz João Carlos da Rocha Mattos, V. Sª tem a palavra para os seus esclarecimentos iniciais e dispõe do tempo que se fizer necessário.

Concedo a palavra a V. Sª.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Só para dar uma introdução. Fui delegado de Polícia Federal de 1976 a 1982, Membro do Ministério Público Federal de 1982 a 1984 e Juiz Federal de 1984 até a presente data, estando afastado, no momento, das funções.

Tenho toda minha experiência voltada para a área penal, desde delegado, obviamente, com militância na área penal, como Procurador da República também na área penal e como Juiz Criminal também na área penal, em São Paulo.

Estou respondendo ainda a outros processos, inclusive por fato relacionado às fitas do caso Celso Daniel. Estou com a prisão preventiva decretada por isso, por incrível que pareça, sob a acusação falsa de que eu teria desaparecido com as fitas, quando, na verdade, essas fitas foram, entre aspas, apreendidas ou furtadas da casa da minha ex-mulher pela Polícia Federal. Essa prisão preventiva perdura desde o final do ano passado.

Quanto ao suposto crime de quadrilha, não é venda de sentença – a imprensa trata assim –, fui condenado a três anos e já cumpri dois; vou fazer agora, no dia 7, dois anos. Não obstante, continuo preso ainda, até por força dessa preventiva, em regime fechado, desde o início, como se fosse um crime hediondo.

Eu gostaria de dizer que, pela experiência que tenho como Delegado de Polícia Federal, desde a época em que vigorava o regime militar – peguei um pedaço –, sei que a Polícia Federal age de uma forma totalmente política. A Polícia Federal é a polícia do Governo, seja ele qual for. Sempre foi assim e sempre será. Ela tem muito pouca independência para agir, salvo casos normais. O Governo, por meio das nomeações para o cargo de Diretor-Geral, comanda a Polícia Federal de forma total e absoluta. Ao contrário do que o Ministério da Justiça diz, as ações da Polícia Federal são bem

divergentes em relação às pessoas que estão sendo investigadas. As pessoas que não são do agrado do Governo são tratadas de forma brutal, com invasões de domicílio e obtenção de provas por meios ilícitos em vários casos, como o da cervejaria, o daquela *maison* de moda e o nosso caso também. As pessoas que têm ligação com o Governo, que está no poder, têm tratamento bem *light* pela Polícia Federal, sem buscas e apreensões, sem pirotecnias, sem nada.

Faço esse protesto pela forma de agir da Polícia Federal, no nosso caso e em outros, que foi totalmente desmedida, sem critérios. Usaram um forte armamento para invadir casas de pessoas que não reagem, onde há senhoras e crianças, como ocorreu com a minha ex-mulher e com o meu filho, que foi colocado nu – ele tinha, na época, apenas 13 anos. Há apreensões descabidas, sem especificação nos autos do que deve ser apreendido. A apreensão é genérica, desde que a pessoa nasceu até o dia da diligência...

No meu caso ainda, tive o dissabor de ser removido para vários locais, embora tivesse domicílio em São Paulo. Fiquei um tempo na PF de São Paulo, depois fui enviado para a PF de Brasília. Quando o STJ iria fazer uma inspeção lá, fui removido para a PF de Alagoas. Não chegou a haver inspeção. Sempre fiquei em locais péssimos, em celas comuns. Cheguei a ficar numa cela com oito presos em Brasília. Depois fui para Alagoas, onde fiquei sozinho, mas sem banho de sol, sem assistência médica, sem remédio. Depois de Alagoas, voltei para São Paulo, fui ouvido em alguns processos aqui e então mandado, apesar das prerrogativas processuais de magistrado, para Tremembé, presídio comum de presos perigosíssimos. Lá fiquei durante quase um ano, até ser transferido provisoriamente para o Cadeião de Pinheiros – não preciso nem dizer como é lá – onde fiquei numa cela que, na verdade, é um banheiro. Depois, de lá, por um ato de humanismo de uma desembargadora do Tribunal, que não era a relatora do processo da suposta quadrilha, fui removido para a 13º DP, da Casa Verde, onde havia oito pessoas em cada cela, mas um pouco mais adequado do que os outros locais. Finalmente, por força de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, cerca de um ano e sete meses depois de eu estar preso, sempre em regime fechado, fui removido para... Antes, passei por Santa Catarina, antes do 13º eu fui para Santa Catarina, para a sede da Polícia Federal, onde está o Beira-Mar hoje em dia. É claro que ele não estava lá na época. É um local péssimo, longe da família, de uma forma totalmente arbitrária, sem fundamentação. Finalmente, de Florianópolis, Santa Catarina, por decisão do Supremo Tribunal Federal, eu fui removido para a Polícia Militar do Estado de São Paulo, onde me encontro até a presente data, com dois anos de pena já cumprida.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª, Sr. Juiz João Carlos da Rocha Mattos.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª, Sr. Rocha Mattos, ouviu todas as 42 fitas gravadas, entre janeiro e março de 2002, que revelam indícios de crimes em Santo André?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, algumas só, para poder exarar uma decisão. Eu queria dizer, sobre essas fitas, que, na verdade, isso começou através da Polícia Federal fazendo uma investigação para apurar, vamos dizer assim, entre aspas, tráfico de entorpecentes, pela Polícia Federal de São Paulo. Na verdade, apuravam-se fatos relacionados à morte do Prefeito Celso Daniel.

Foi feita uma combinação. Depois eu pude ver o meu processo. Eu respondo por esse fato relacionado ao Celso Daniel, relacionado às fitas do Celso Daniel. Algumas audiências foram feitas. Para minha grande surpresa, o juiz do DIPO do Estado admitiu, no depoimento, criminosamente até, que ele combinou com a polícia ou a polícia com ele, mas foi uma ciência das duas partes, no sentido de que, falsamente, o pedido seria para apurar tráfico de drogas. Não obstante, a apuração se dirigia a fatos relacionados a Santo André, à morte do Prefeito, inclusive a um núcleo de integrantes do Partido dos Trabalhadores lá de Santo André que ocupava cargos na Prefeitura, a maioria deles. Na verdade, a investigação foi uma farsa. Há discrepância entre o pedido e o que ficou constando. Os pedidos eram feitos sem nenhuma fundamentação, sem mencionar nomes – só se mencionavam telefones de pessoas –, os prazos foram todos excedidos.

Depois de alguns vazamentos na imprensa, o Ministério Público Federal, via Procuradoria Regional, ou seja, Procuradores de 2ª instância em São Paulo acabaram requerendo que essas fitas fossem apreendidas pela Justiça Federal. Elas estavam em poder da polícia. Nesse dia, foram oito Procuradores conversar comigo, para fazer essa apreensão. O processo foi distribuído livremente, mas os Procuradores levaram – não é tão anormal isso – em mãos os autos para eu despachar. Eles tinham muito medo que vazassem as diligências que eles queriam fazer na Polícia Federal. Essas fitas foram apreendidas na sede da Polícia Federal, em São Paulo. Havia uma grande equipe de Procuradores, cerca de oito, pelo menos, junto com o oficial de justiça. Eu dei uma decisão formal para isso, com certo pesar, até porque também integrei a Polícia

Federal, com muito orgulho, e integrei o Ministério Público Federal também antes de ser juiz.

No dia da apreensão, o Delegado, Dr. Fernando Braga – eu não sabia que as fitas estavam com ele –, me ligou no momento da apreensão e disse que o Dr. Porto, juiz do Dipo, havia pedido para fazer uma cópia ou para entregar a ele uma cópia daquelas gravações.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem pediu?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – O delegado me falou que ia fazer isso porque o Dr. Porto, do Dipo, havia pedido.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Relator, o senhor me permite? Tem dois Portos. Um é Procurador do Estado, que faz parte do Caeco(?), e tem o Dr. Porto que era Corregedor da Polícia Judiciária, que é juiz. Então, provavelmente é o Dr. Porto que é Juiz-Corregedor da Polícia Judiciária. Desculpe interromper, é porque tem dois Portos e pode haver confusão.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Foi o Corregedor. Foi o Dr. Porto quem pediu. Foi o Dr. Porto, juiz, do Dipo.

Aí o delegado... Eu até fiquei sem saber direito se ele tinha mandado ou não. Bom, essas fitas foram apreendidas formalmente, foram direto para o Ministério Público Federal, onde permaneceram por alguns meses. Houve grande divulgação na imprensa, mas já havia divulgação na imprensa indevida, com trechos das gravações, partes. E, realmente, o que se verificava é que o motivo alegado pela Polícia Federal – isso foi ainda antes das eleições presidenciais – era desvio de finalidade, o que realmente houve. Essas gravações, depois, foram encaminhadas pela polícia à Justiça. Tirei algumas licenças médicas, mas havia outros juízes na Vara, que despacharam para fazer a transcrição.

De início, o Ministério Público Federal não queria que o órgão da Polícia Federal, nem de São Paulo nem de Brasília, fizesse essa transcrição porque considerou que o serviço de criminalística também era suspeito, e queria até processar os delegados e os agentes que participaram, achando que eles teriam mentido para o juiz. Depois, o juiz confirmou, em depoimento, que sabia da combinação, simulando que era problema de tráfico de drogas. Essas fitas foram para Campinas, com o Dr. Molina, mas parece que já não havia mais... Não acompanhei muito porque fiquei de licença e três ou quatro juízes despacharam.

Esse Instituto do Dr. Molina teria sido desativado em Campinas e as fitas acabaram voltando para a Justiça Federal por impossibilidade de degravação. Em determinado momento, meses depois da apreensão, eu, despachando processos, porque era um processo que nenhum juiz queria mexer, os juízes ficavam lá... Eu fiquei períodos de 60 e 90 dias fora da Vara. Os juízes despachavam, mas sem decisões muito frontais. O processo veio para mim para despachar. Eu até pedi a um colega que já estava mais inteirado do processo, o Dr. Alexandre Cassetari, que o despachasse, mas ele não quis despachar. Houve um pedido de transcrição, que era para encaminhar para uma outra entidade, talvez até para a Polícia Civil de São Paulo, não me lembro.

Despachei, citei jurisprudência do Supremo Tribunal Federal dizendo que a Polícia do Estado seria incompetente para isso, já que o caso estava na Federal, e que as fitas deveriam ser degravadas pela Polícia Federal mesmo. Não vi suspeição do serviço de criminalística em face da diligência porque os delegados e os peritos da Polícia Federal trabalham de forma estanque, separada. Salvo engano – não tenho os autos em mãos e já passou muito tempo –, eu sugeri até que, se fosse o caso, a Polícia de São Paulo, se não tivesse os aparelhos necessários, poderia mandar para Brasília para fazer a degravação.

Logo que eu dei esse despacho, fui procurado pelo doutor, na Vara, normalmente, pelo Dr. José Carlos Dias, que representava um dos investigados, no caso o Klinger. Ele, num primeiro momento, me procurou, ainda sem petição, com a cópia da minha decisão. Ele tinha acesso aos autos, apesar do sigilo, porque ele era advogado constituído. Nesse dia que ele conversou comigo, ele falou: "Olha, o senhor, aqui, ao mandar degravar, o senhor está contradizendo decisões exaradas pelo senhor mesmo em outros casos em que teria ocorrido também, em que houve desvio de finalidade". Ou seja, a Polícia fez uma diligencia pedindo uma coisa, e, na verdade, visava outra. Então, com essa decisão do senhor está bastante incongruente com o ponto e vista que o senhor tem. Eu falei: "Doutor, olha, eu dei essa decisão já. O senhor faça o seguinte: o senhor peticione, porque, obviamente, o senhor está fazendo isso verbalmente comigo, mas o senhor faça isso, se for o caso, com uma certa urgência, porque já está com a ordem de degravar".

Aí ele protocolizou uma petição, o Dr. José Carlos Dias, no dia seguinte, ou, no máximo, dois dias depois, mas acho que foi no dia seguinte. Protocolizou não, levou em mãos para despachar. Despachei essa petição e mandei para o MP ser ouvido sobre aquele pedido. Ele pedia a reconsideração da decisão que mandava transcrever as fitas. Aí em mandei para MP. O MP foi contrário, pediu para eu manter a ordem inicial de degravação, não questionou o problema de ser na Polícia Federal ou não. Acho que foi o Dr. Patrick o Procurador da República nessa época já. Estava um só funcionando. Eu levei o processo para estudar em casa.

Não lembro quantos dias depois, eu, vendo... Aliás, é um advogado com quem eu tenho um relacionamento muito formal, totalmente formal, o Dr. José Carlos Dias, um excelente advogado, que advoga bastante na Polícia Federal; mas o meu relacionamento com ele é muito, é superformal... Trouxe, depois, o processo para despachar. Ditei a decisão, uma decisão longa – não me lembro quantas folhas tem; talvez tenha quinze, dezesseis folhas. Realmente, ele foi fiel no pedido. Ele transcreveu, na petição em que ele pedia para eu reconsiderar, trechos de decisões anteriores minhas, em que eu mencionava a prova, esse tipo de prova, ou seja, com desvio de finalidade ou com falso pedido como ilícita. Essa decisão minha recheada de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, STJ e doutrina. Reconsiderei, então, a decisão.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Rocha, os registros dos diálogos telefônicos contidos nessas fitas foram feitos a partir dos telefones de que pessoas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – De várias pessoas, que a Polícia Federal na época... Era até a Delegacia de Entorpecentes que estava apurando, mas não era caso de entorpecente, como eu disse para V. Exª. Havia centenas, dezenas ou, talvez, centenas de pedidos, mas os pedidos feitos pelo juiz só com o número dos telefones, num papel impresso. E depois eu fiquei sabendo que o Dr. Porto, juiz do Dipo, embora no Dipo tenha 14 ou 15 juizes – fiquei sabendo disso depois também –, ele centralizava todo o trabalho de escuta, não só desse caso, como de outros casos, com ele, o que era considerado estranho até por juizes do Dipo. Uma juíza do Dipo, que depois o substituiu, falou isso no depoimento do meu processo. Então era um pedido sem fundamentação nenhuma.

Foram grampeados inúmeros telefones, celulares e fixos, entre os quais, assim, que eu me lembro, do então, acho que era Chefe de Gabinete da Prefeitura de Santo André, Dr. Gilberto Carvalho, do Klinger, com certeza absoluta, do Gomes da Silva, que seria o Sombra, Ronan Maria Pinto. Salvo engano, havia um telefone que, depois se verificou pelo número, era do Deputado Estadual Donizete, do Partido dos Trabalhadores, e também de, talvez... Até não dá para saber bem se o grampo foi pego no telefone desse grupo político lá da prefeitura ou até de telefones, orelhões, da favela do Pantanal.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É porque havia suspeita dos autores do crime, que estavam localizados na favela do Pantanal.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Pantanal, parece que fica na...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Telefone público da favela do Pantanal, se não me engano.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Acho que comunitários.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Comunitários.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Então, havia – é difícil identificar quem ligava – inúmeras ligações, possivelmente desse telefone comunitário ou público, não sei – parece que é perto do Ipiranga –, para pessoas ligadas à Prefeitura de Santo André.

As pessoas não se identificavam. Pessoas, sem querer ser grosseiro, assim, com vozes, jeito de meliante, sei lá. Alguns telefonemas, a maioria deles caiu em caixa postal. Alguns diziam que não iam mais na Prefeitura nem para receber salário. Alguns telefonemas foram feitos para o Klinger. Alguns telefonemas foram feitos para o Dr. Gilberto Carvalho.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (Fora do microfone.)

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Bom, e eles também falavam entre eles. Inclusive, o advogado Greenhalgh também ligava. Eles falavam entre eles. Mas o que é muito estranhável...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Desculpe-me. Do telefone comunitário falava com Gilberto Carvalho e com o Klinger?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim, deixava recado em caixa postal – Klinger, Gilberto Carvalho –, inclusive dizendo que não poderia ir mais. Isso faz muitos anos. Eu não tenho essa lembrança e eu também não ouvi todas, porque eu...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Sérgio Gomes?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Também.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor tem alguma anotação?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, eu não tenho. Mas isso tudo tinha um processo correndo na Vara. E depois tem uma surpresa, porque, na verdade, apareceram, depois, outras fitas lá no processo da Vara, originais ou cópias das originais.

As conversas, na verdade, não visavam, elas não se lamentavam ou teciam referências à situação humana do então ex-Prefeito e dos familiares. As conversas entre todas essas pessoas, inclusive as pessoas do grupo, vamos dizer assim, extraindo-se os telefonemas que vinham de supostos telefones públicos e orelhões na favela do Pantanal, só procuravam poupar os membros lá do Partido de Santo André desses dissabores. Falava-se bastante das notícias na imprensa, dizendo que estavam querendo jogar um cadáver em cima

do PT. E a então – não a ex-mulher que trabalha com o Presidente Lula no Gabinete da Presidência, acho que junto com Gilberto Carvalho – namorada do Celso Daniel ligava bastante também.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTICADO** – Miriam?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não é a Miriam, é a Ivone.

E havia diálogos até de, entre aspas, possíveis visitas no apartamento do Prefeito de Santo André, do pessoal do Partido mesmo. E a Ivone era, a todo momento, instruída pelo Gilberto Carvalho, pelo Klinger, pelo Greenhalgh para se comportar de uma forma de uma viúva, vamos dizer assim, sofrida, em programas de televisão tipo Hebe Camargo, entrevista com Boris Casoy.

E o linguajar dessas pessoas, não da Ivone, era um linguajar assim bastante, vamos dizer assim, bastante nervoso e grosseiro, e eles suspeitavam também, nessas conversas, de que poderia haver grampeamento telefônico no telefone deles pela Polícia Federal, Polícia do Estado, não sei. Então, muitas coisas eram faladas em código, mas tem alguma coisa de encontros do pessoal em *apart hotel* ou *flats* – para entrega de valores, possivelmente, não eram falados assim claramente. Mas, na verdade, não existe, por incrível que pareça – o Dr. Fernando já havia me dito isso verbalmente – não havia o mínimo lamento de ninguém pela morte do Prefeito.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Dr. Fernando era o Juiz que ficou no lugar do senhor...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. O Dr. Fernando era o...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Delegado.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – ...Delegado Federal, Fernando Braga.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Estava investigando, não é?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ele fez este comentário: que realmente era um morto muito pouco querido porque – com uma certa ironia. Ninguém falava "ah, coitado", era só preocupação de aquelas investigações atingirem de alguma forma o pessoal lá de Santo André, da Prefeitura, desgastarem a imagem do Partido, se percebia isso. Uma coisa importante que eu achei, eu não sou um perito, obviamente, tenho a experiência de Delegado, mas não sou perito: essas fitas, vamos dizer, originais ou cópias das originais, elas eram meio truncadas. Havia assim...dá idéia de que havia alguns cortes. Então, a bem da verdade, das que eu ouvi, pelo menos não existem transcrições de conversas do Klinger ou do Dr. Gilberto Carvalho com o então Deputado Presidente do PT, José Dirceu, não existe. Mas há entre eles comentários de que se precisava falar com José Dirceu sobre como estavam as investigações, que o Governo do Estado estava querendo prejudicar a investigação lá da Polícia Civil. Havia uma preocupação muito grande. Isso mais o Dr. Greenhalgh... Faz muito tempo. É difícil lembrar tudo, mas essas fitas ainda existem lá na Justiça, com os depoimentos dos irmãos do Celso Daniel, a preocupação de instruí-los, e bastante de instruir a Ivone também, de como ela devia se portar. Ela esteve em determinado programa, eu não me lembro qual que é. E daí o pessoal lá elogia: "Não, você fez o papel de viuvinha, foi ótimo" e tal, não é? É dito assim para ela, não é?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor se lembra de quem fez essa afirmação?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu não me lembro se foi o próprio, eu não posso afirmar se foi o Dr. Gilberto Carvalho ou se foi o Klinger, mas dava para sentir que tudo era coordenado assim. As pessoas lá da Prefeitura, o Klinger, parece-me que era Secretário de Governo lá de Santo André. Havia sido durante a gestão...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era orientação de comportamento para trazer um pouco de simpatia para as pessoas, é isso?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Não, ele coordenava, assim...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ele vigiava a ... (Inaudível. Fora do microfone).

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É. Ele seria assim a pessoa que coordenava e repassava o que estava acontecendo – para o José Dirceu, principalmente. Havia até uma pessoa que talvez fosse mensageiro, não sei, e que existem até umas menções irônicas dizendo que o Presidente Lula não queria ele no Palácio, mas o pessoal também não queria – no Palácio não, na campanha, foi antes – mas não queria também, o pessoal não queria ele na Prefeitura de Santo André, trabalhando lá, um tal de Vander, que eu nunca tinha ouvido falar, mas havia referência a essas pessoas. E os contatos, quem dizia que ia fazer com o então Deputado José Dirceu era Gilberto Carvalho. Ele coordenava. A parte jurídica era coordenada também por ele, mas ele conversava com o Dr. Greenhalgh sobre isso, sobre o andamento jurídico e, realmente, ouvindo algumas dessas fitas – eu nem sei quantas – eu pude notar que elas aparentavam ter cortes, não sei se feitos pela Polícia Federal, por quem fez a gravação, pelo policial encarregado, ou se eram assuntos que lhes interessavam e foram cortados. Eu não sei, eu não posso dizer, mas não era...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ela tinha ligações para os irmãos de Celso Daniel? Tinha gravação de conversas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Salvo engano, eles conversando diretamente com as pessoas que estavam grampeadas, não. Mas havia muitas referências sobre eles e muita preocupação com as declarações que eles pudessem dar a respeito dos fatos, do problema da morte. Havia muita preocupação.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Nobre Relator, permite um aparte?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Eu estou estupefato com os fatos que estão sendo colocados aqui pelo Dr. Rocha Mattos. Estou absolutamente estupefato porque o senhor está, devagarzinho, anunciando uma farsa que existia no caso Santo André.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Existia uma farsa entre a Polícia de Santo André e o Juiz.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Mas uma farsa que está indignando o País. São sete assassinatos e, por trás dos assassinatos está, sendo revelada agora uma farsa. Se eu bem entendi, o Dr. Gilberto Carvalho conversava com a Srª Ivone, sugerindo a ela que se comportasse direitinho....

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Como uma viúva....

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) ...como a viuvazinha sofrida.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sofrida.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Dizia isso?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Dizia. Há inclusive....

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Está degravado, tem fita disto?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Está degravado e tem fita, mas estão lá na Vara – depois eu vou explicar como apareceram na Vara.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Eu não estou entendendo – é um homem pintado como sacerdote?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Inclusive, eu acho que ela foi entrevistada na Hebe Camargo...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – "Domingo Alegre"?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu não sei. É na Hebe Camargo. Eu acho que Hebe Camargo não é domingo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Desculpe, retiro. Não foi no "Domingo Alegre". Não sei.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – E, aí, parece que lá ela teria se comportado muito bem, de acordo com.....

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sofrida, chorosa...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É. E ela foi muito elogiada.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – O Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, no depoimento dele, manifestou-se contristado pelo fato de a Srª Ivone não poder prestar o depoimento. Que depoimento? De uma farsa? De uma partícipe de uma farsa? Desculpe, Presidente.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, uma indagação apenas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Há menos de cinco minutos, este senhor que está depondo aí disse que não lembrava se era o Sr. Gilberto Carvalho ou o Sr. Klinger. Como é que agora ele já afirmou, peremptoriamente, que era o Sr. Gilberto Carvalho?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Porque esse caso da Hebe Camargo...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Não, não. Eu estou falando antes da indagação do Senador José Agripino. Faz menos de cinco minutos que o senhor disse que não sabia se era o Sr. Gilberto ou o Sr. Klinger. O que está acontecendo?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – As vozes eram bem diferentes, mas havia conversa com os dois. Eu não posso dizer se foi exatamente com o Klinger ou com o Gilberto Carvalho.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Mas o senhor acabou de dizer que foi o Gilberto e que tem fita e que está degravado.

O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS – Essa da Hebe, eu tenho...

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Não, da história da viúva.

O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS – Ah! Sim. Esta foi com o Gilberto Carvalho.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Mas há menos de cinco minutos o senhor disse que não sabia se era o Gilberto ou o Klinger.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu sabia de todas as gravações. Havia muitas...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Vamos aguardar as fitas.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Mas as fitas existem na integralidade, pelo que eu sei, por incrível que pareça. Eu sou acusado de dar dado sumiço, mas elas existem, não é?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, essas fitas têm que chegar à CPI. Gostaria de colocar a V. Exª que essas fitas passam a ser peça fundamental.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Estão na Quarta Vara...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Nós estamos num depoimento da maior importância. Conseqüentemente, qualquer pessoa que aumente o tom da voz – o que não é hábito desse *gentleman* que é o Senador Tião Viana – parece uma intimidação com o depoente e vai constrangê-lo. Quer dizer, assim nós não teremos um depoimento autêntico. Desse modo, a propósito, eu peço que....

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – V. Exª sabe que não foi o meu propósito. Foi apenas mostrar preocupação com a contradição.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exªs. e retorno a palavra ao Juiz João Carlos da Rocha Mattos.

Eu quero ouvir o depoente porque, se interrompemos, vamos quebrar o raciocínio.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – Cada um faz a sua contradição.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vou solicitar dos Srs. Senadores, todos, que não haja nenhuma interferência, a não ser o Relator, para que nós possamos concluir. Os senhores estão inscritos e, após a palavra do Relator, eu concederei o tempo a V. Exªs. É o apelo que eu faço.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – E, se possível, que o depoente responda diretamente a pergunta do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É este o apelo que também fazemos ao Juiz Rocha Mattos.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Desculpe interromper assim, mas ela conversava – posso garantir – com as três pessoas. Ela conversava bastante com o Gomes da Silva, vulgo Sombra. Ela, a Ivone. Ela conversava bastante com Gilberto Carvalho e bastante com o Klinger. Ela conversava.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O secretário municipal?

**O SR. JOÃO ROCHA DA COSTA MATTOS** – É. Inclusive tem gravação dela conversando com a mulher do Klinger, que parece que também é filiada ao partido, mas eu não lembro o nome. Então, realmente o que acontecia era isso. Realmente, isso foi até o motivo – essas possíveis interrupções ou cortes – que ajudou a considerar que aquelas fitas não poderiam servir como prova num processo criminal ou num futuro processo criminal por causa do vício fatal ou vício inicial do falso pedido feito pela polícia em combinação com o juiz, certo?

Eu queria ressaltar também que essa investigação começou logo após a morte do prefeito. Portanto era num período, vamos dizer assim, anterior às eleições, primeiro e segundo turno.

Dá para se ver, dá pra sentir – as fitas estão lá. Todos os senhores vão poder ouvir, vão poder requisitar à Justiça Federal uma outra cópia, não sei –

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As fitas estão onde?

**O SR. JOÃO ROCHA DA COSTA MATTOS** – Por incrível que pareça, as fitas estão na 4ª Vara, porque disse a funcionária num depoimento que prestou no meu processo, do caso Celso Daniel, pelo qual eu estou preso – volto a repetir: eu sou o único preso por causa da história do Celso Daniel – ... ela fez um depoimento na Justiça dizendo que as fitas – minha então diretora de secretaria – haviam sido entregues pelo Ministério Público. Eu até achei que ela estava se confundindo no depoimento. Ela falou: "Não, o Ministério Público acabou aparecendo na Justiça, não sei quais Procuradores, com uma cópia integral de todas as fitas." Eu falei: mas, você deve estar enganada porque havia uma cópia que estava no Dipo e que depois foi mandada pela Drª Ivana, que é essa que estava na casa da minha ex-mulher. Havia as originais que eu mandei destruir na Polícia Federal – não sei, só se a Polícia Federal não destruiu. Acredito que tenha destruído, porque veio o laudo de destruição – e como é que tem outra cópia? Ela disse: não, o Ministério Público apresentou. De todas as fitas? Ela falou: "É, as 42."

Eu até falei com a relatora, que é uma desembargadora, Cecília Marcondes: eu estou sendo processado até por um suposto crime impossível. Como é que as fitas estão lá? Então há uma fraude contra o juiz? O juiz não sabia que fizeram outra cópia, ou sei lá se essa cópia era a que estava na casa da minha ex-mulher, porque a do Dipo veio uns dias depois da minha decisão, a que estava no Dipo. E como é que tem as fitas lá? Ela disse: tem. Agora a Polícia Federal de Brasília – ela disse isso – não quer mais degravar as fitas, disse que ela não é competente para degravar e está essa dificuldade: o juiz mandou degravar, o juiz que estava lá mandou degravar e a Polícia não quer degravar. Não sei o que aconteceu. Mas existem lá cópias, quarenta e duas fitas iguaizinhas...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Rocha Mattos, pelo que o senhor ouviu,

o senhor tem convicção de que o crime foi um crime planejado, o crime de Santo André?

**O SR. JOÃO ROCHA DA COSTA MATTOS** – Olha, a oitiva das gravações – e eu gostaria de dizer que naquela época, na época que estava sendo investigada, até porque, em princípio, era a polícia estadual, eu não acompanhava muito por leitura esse assunto porque era afeto a outra área. Depois que foi para a Vara, ainda dei uma olhadinha em mais alguma coisa, em notícia da imprensa.

O que se pode dizer é o seguinte: havia claramente um interesse de poupar o partido. Por quê? Porque certamente a apuração do assassinato, do seqüestro, do crime político traria o problema da corrupção das empresas de ônibus e lixo em Santo André. Então, aquilo, na época, obviamente, seria desastroso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E as fitas falavam nessa corrupção?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não de forma clara, mas insinuava que havia problemas de malas de dinheiro, encontro, valores que eram... O caso que eu falei do *apart hotel*, dos *flats*, mas aquilo seria, na época, desastroso, porque, em sendo apurado a morte do Prefeito, ou pela Polícia Civil, ou pela Polícia Federal, claramente apareceria o problema da corrupção em Santo André – posteriormente, eu vi que foi até admitida pelos próprios os irmãos – e aquilo prejudicaria muito o Partido.

Então, eu não posso dizer assim, de sã consciência, até porque não me cabe esse trabalho investigatório, que alguém do Partido, alguém da cúpula do Partido, lá em Santo André, é responsável pelo crime ou pela ordem de execução, caso seja um crime político, mas o fato é que, na verdade, a apuração do caso seria desastrosa, porque mostraria, já naquela época, e numa fase pré-eleitoral, a corrupção no Partido dos Trabalhadores. É muito claro isso. Então, queriam pôr uma tampa em cima daquilo.

Agora, se alguma pessoa do PT, das empresas de ônibus, algum secretário de Estado ou assessor contratou a morte do Prefeito, depois eu vou fazer um adendo nisso, que eu acabei, em Tremembé, conhecendo umas pessoas, que acabaram recebendo telefonemas lá, quando estava em Araraquara. Mas o que havia é o seguinte: não se queria, de forma alguma, apurar aquele fato de uma forma cabal, porque ia respingar o problema da corrupção, ou do caixa dois, da corrupção nas empresas de lixo e de ônibus. Ia respingar.

Então, o Prefeito já havia morrido, obviamente estava morto, ou por um crime comum, ou por um crime político, mas a apuração ali ia atrapalhar o Partido muito, ia atrapalhar muito. Seria um desastre naquela época uma apuração que aparecesse a corrupção. Ainda que o assassinato tivesse sido um crime comum, porque as partes envolvidas, aquelas próprias conversas nebulosas, aquela ausência total de compaixão pelo morto, aquilo prejudicaria muito o Partido, uma divulgação daquilo. E claro que o Ministério Público Estadual de Santo André estava apurando também, no âmbito estadual, e a Polícia Civil, a morte. E o que se nota também – desculpa, fica meio esparso assim –, mas as preocupações que o Dr. Greenhalgh tinha de... Não é bem abafar, mas de não deixar o negócio ir muito longe, sabe? Porque aquilo lá era um problema sério.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto ao senhor: V. Sª confirma o teor de sua entrevista à revista **Veja**?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Confirmo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não tem nenhum reparo a fazer?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, não tenho. Eu falei até bem mais do que está escrito lá. Claro que ela foi cortada, mas eu confirmo. Eu acho o seguinte – e continuo, afirmei, e continuo a afirmar: houve ali, no mínimo, de pessoas importantes do Partido de Santo André, houve uma, no mínimo...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas esses trechos que V. Sª diz que não foram aproveitados na entrevista são relevantes?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, não são tão... São pertinentes às operações todas em si, à Operação, inclusive, o caso Anaconda, e a maneira que a Polícia Federal, que é uma Polícia política, trata as coisas, a diversidade, dependendo de quem são os alvos. Eu não me lembro se saiu isso na **Veja**, mas, quando eu estava preso na Polícia Federal de São Paulo, logo no início, eu cheguei a ser ouvido pelos Promotores de Santo André e acabei sendo ouvido há pouco tempo também, e eu mencionei a eles – foram três Promotores que estiveram na Polícia Federal – que um policial federal, que tinha até uma acusação de envolvimento na Operação Anaconda, era o agente César Hermann. Ele havia me contado, lá na prisão mesmo, que uma moça, funcionária de uma concessionária de carros na Avenida Europa, havia presenciado o momento que o carro dirigido pelo Sombra, o Gomes da Silva, e que o Prefeito estava ao lado tinha sido interceptado. Essa moça teria dito isso e viu os minutos subseqüentes, e, na época, eles perguntaram o nome da moça e eu falei: "Olha, eu só sei o primeiro nome" – que eu prefiro até nem mencionar aqui, porque eu sei que depois a moça foi encontrada pelo Ministério Público, e existe a testemunha protegi-

da. Mas há pouco tempo eu confesso que fui ouvido de novo pelo Ministério Público, eu não lembrava que eu tinha dado o nome, me lembrava só que tinha falado da moça e que trabalhava numa concessionária.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A moça disse, então, que...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É, a moça eu não conheço. É testemunha. Quem conhece...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas esse agente disse o quê?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É, ele me contou que a moça tinha, e eu contei para os promotores. Mas os promotores foram atrás e localizaram a moça e ouviram e puseram como testemunha protegida. Inclusive, saiu alguma... Naquela época já saiu no jornal que eu tinha colaborado com isso daí porque eu tinha apontado uma testemunha importante. Embora sem conhecer; não conheço a moça. Mas de ouvir dizer. E então a moça realmente foi localizada e depois esse policial, o César Hermann, falou para mim: "A menina que eu conheço – não sei se era namorada, amiga –, ela ficou muito desgastada comigo porque eu acabei vazando". Ela não queria ficar nessa situação de eventual testemunha ocular de alguma coisa, mas o fato é que ela foi ouvida, localizada e ouvida, e ficou como testemunha protegida. Aliás, depois que eu dei aquela entrevista na Rede Record, Domingo Legal, no dia seguinte um dos promotores falou que essa testemunha que eu havia apontado era a principal testemunha da abordagem, do momento da abordagem...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... do Prefeito.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – ... do Prefeito, do veículo lá, Pajero, ou Mitsubishi. E eu até fiquei surpreso, porque num outro canal um outro promotor tinha dito que eu tinha colaborado, mas não era tanto. Mas um daqueles três promotores falou: "Não, o principal testemunho quem deu foi o Rocha Mattos, e nós localizamos a pessoa e tal, e ela está como testemunha protegida". Eles estiveram me ouvindo há pouco tempo lá na Polícia Militar e eles confirmaram isso para mim, inclusive disseram: "Não, o senhor, quando foi ouvido aqui, mencionou até o nome da moça". Eu falei: "Acho que não mencionei". Daí, eles me mostraram para mim, eu tinha mencionado. É que eu não conheço a pessoa e não recordava ter mencionado o nome.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor se refere a encontros marcados para entrega de numerários...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É, valores, malas, não é, assim, dinheiro de corrupção. Ninguém vai falar isso por telefone, né? Até porque havia a suspeita de que estava sendo gravado ou pela Polícia Civil ou pela Polícia Federal. Havia a suspeita. Às vezes eles falavam: "Ah, a polícia do Alckmin", não sei o quê, dava idéia mais de que era a polícia de São Paulo, não é? Mas na verdade era a Polícia Federal que estava fazendo. Mas eu tenho mais coisa para dizer que acaba sendo muito longa a história, também faz muito tempo. Bom, então, daí, uma coisa que é muito importante, eu estou lembrando agora: na operação dessa destruição dessas fitas, que fui eu que determinei, eu cheguei realmente a ser procurado algumas vezes de uma forma, assim, não imperativa, pelo Dr. Baltazar, antes de dar a ordem de destruição, no sentido de que ele...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem é Dr. Baltazar?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ele era, na época, o chefe da segurança do então candidato Luiz Inácio da Silva – chefe da segurança, delegado federal. Depois ele assumiu a Superintendência de São Paulo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Foi feito Superintendente da Polícia Federal.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É, ele chegou a ser superintendente. No sentido de que aquelas fitas, havia essa falsidade de pedido, que na verdade era só para desgastar o Partido, aquilo, e que se eu olhasse aquilo com bons olhos, para eventualmente dar uma ordem de destruição, prova ilícita, e tal, que acabou acontecendo, não pelo pedido dele. E ele também nunca mencionou a pessoa do Presidente, obviamente, né? Ele disse que era de interesse do partido, mas sem mencionar nomes. Eu tinha um relacionamento formal, mas bom, com o Dr. Baltazar. E nessa época ele não tinha assumido a superintendência ainda. Mas ele já argumentava com esse falso pedido da polícia, aquilo foi feito para prejudicar na verdade o partido e que não tinha nada de tanto interesse que pudesse desvendar a morte ou outros fatos, irregularidades de Santo André.

Então, ele, meses depois, como superintendente e eu como juiz, quando eu reconsiderei, na decisão inicial, de transcrever pela Polícia Federal ou de São Paulo ou de Brasília, eu acabei dando a decisão, reconsiderei, a pedido do Dr. José Carlos Dias, a pedido formal. E eu encaminhei as fitas para ele junto com os disquetes de computador, três ou quatro. E ele, por minha ordem, mandou destruir, o Dr. Baltazar, já como superintendente, fez até um laudo. Houve até um seguinte problema. Como esses disquetes estavam juntos, a ordem judicial não falava em destruição, porque a escuta era ilegítima, na verdade, autorizada por juiz

incompetente, juiz do Dipo. Inclusive juiz do Dipo não tem nem jurisdição em Santo André ou em Itapecerica, tem mais essa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª se recorda de alguma referência às seis testemunhas mortas e ao legista Carlos Delmont?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, não. Nesse tempo ainda não se falava. Essa morte das testemunhas...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não tinha ocorrido.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Acredito, se ocorreu, acho que não tinha esse desencadeamento assim serial. Nessa época não. Então, essas fitas foram mandadas para a Polícia Federal, para destruição. Ele me ligou, perguntou se podia mandar, não cópia das fitas, cópia da decisão para Brasília, não sei se para o DPF, não sei para quem. Eu falei: não, a decisão é reservada, mas efetiva. E o serviço de criminalística da PF chegou até a ligar para a Vara no dia que destruiu as fitas. Um perito que não sei o nome ligou para a secretária da Vara, para dizer se era para destruir os disquetes também. Aí eu mandei perguntar: mas, na ordem, está a destruição dos disquetes? Porque eu não me lembrava. Aí informaram que não está. Eu falei então: não destrói, manda os disquetes para cá. E esses disquetes foram abertos...

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (Fora do microfone) Eram gravações?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Eram relatórios de diligência, Operação Távola Redonda. Salvo engano, não tinham gravações, mas tinha nome de várias pessoas ligadas ao mundo do crime como, por exemplo, Ivan Monstro. Tinha a ficha e tinha relatórios – a polícia deve ter cópia disso – das diligências da Operação Távola Redonda, que era a operação supostamente para apurar o tráfico de drogas. Então, uma funcionária – eu não sei mexer com computador – abriu aquilo lá, e esses disquetes ficaram guardados, até porque na decisão que eu mandei destruir essas primeiras fitas, que eu não sabia nem se havia cópia no Dipo, eu guardei os disquetes e mandei oficiar o Dipo. Já estava a Drª Ivana como diretora do Dipo no lugar do Dr. Porto, juiz, que havia sumido. O Dr. Porto teve alguns problemas aí relacionados àquela grade e outras operações de nível policial na área estadual. E, logo que ela recebeu o ofício, ela me ligou alguns dias depois e falou: olha, eu aqui procurei as eventuais cópias, não existe nada aqui. Nada. Inclusive mandei dar uma busca no setor administrativo de guarda. E, se existem essas fitas, não estão aqui.

Bom, trinta dias ou vinte dias depois – eu não tenho o processo, mas no processo estão as datas corretas –, ela me ligou novamente e falou: João Carlos, olha, eu acho que localizei aqui as fitas que você estava pedindo e que eu não achei no primeiro momento, mas elas apareceram de uma forma estranha aqui, e tal.... Depois, a gente conversa. Mas estou te mandando em mãos pelo oficial de justiça.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas depois o senhor soube como foi?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Como?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Soube que maneira estranha foi essa?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Porque não estava no local e depois apareceu no local. Ela falou isso textualmente ao telefone e depois confirmou.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ela quem, Dr. Rocha Mattos?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – A Drª Ivana. Ela confirmou em juízo isso e, em juízo, até confirmou mais coisa. Daí, eu disse: "Bom, você está me mandando?" Ela respondeu: "Estou te mandando, e o oficial de justiça vai entregar em mão". Aí, o oficial de justiça do Estado foi lá e entregou na Vara em mão. Eu coloquei... Era uma caixa fechada de papelão. Bom, essa caixa jamais foi aberta por mim, até porque conteria as cópias das fitas. Essa é aquela história que eu tinha dito, a de que o Dr. Porto ou o delegado tinham combinado de tirar uma cópia antes de entregar ao Ministério Público, antes de as fitas serem apreendidas. Essas cópias causaram um grande problema. Por quê? Porque já havia uma decisão dada com referência às originais ou às cópias. Não sei se ele mandou para o Dr. Porto as originais e tirou as cópias, não sei, mas já havia uma decisão dada de destruição e um laudo de destruição.

Apareceram depois essas novas gravações. Daí, por incrível que pareça também, quando eu mandei destruir as que estavam na Vara com o Ministério Público, o Ministério Público, tardiamente, vários dias depois – pelo menos, chegou ao meu conhecimento que foram sete ou oito dias depois –, havia entrado no Tribunal Regional Federal com um mandado de segurança para sustar a destruição das primeiras fitas que já estavam destruídas. Aí, eu informei ao Tribunal que já havia mandado destruí-las, que era impossível. Naquela época, eu não tinha ainda localizado as cópias das outras, pois a juíza não tinha me mandado. Ao contrário, tinha dito para mim que não existia mais nada lá, que estariam em determinado local, mas não estavam mais, não sabe nem se existiam; aquele negócio.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Rocha Mattos, amanhã ocorrerá aqui uma

acareação entre os dois irmãos do Prefeito assassinado, Celso Daniel, e o Dr. Gilberto Carvalho a respeito de um dinheiro que seria recebido pelo Dr. Gilberto Carvalho e transportado para o PT, entregue ao Sr. José Dirceu.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sei disso só por notícia de imprensa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só. O senhor não teve nenhuma referência...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Nada. Não, não tenho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nas fitas, não há nenhuma referência?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, não. Dessa maneira clara, assim, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Menos clara?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, assim, de valores, entregou para quem, isso não tem. Quer dizer, nas que eu ouvi.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Falava em dinheiro?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Falava em valores, em encontros, mas não tinha: "Vou mandar dinheiro para o Deputado José Dirceu". Não tinha isso na gravação. Eu soube disto pela imprensa, em leitura de jornal, há pouco tempo inclusive, que teria sido levado num Corsa. Se tem isso em alguma gravação, eu não ouvi essa gravação. Com certeza absoluta, eu não tenho essa referência.

Daí, então, há justamente uma coincidência. A Procuradora – a Procuradora, não, a Relatora – posteriormente da operação Anaconda, Drª Terezinha Cazerta, concedeu uma liminar, com base nesse mandado de segurança que chegou muito tarde – acho que o Ministério Público demorou para ingressar –, para não destruir as fitas, mas elas já estavam destruídas. Quando chegaram as novas, surgiu um problema. Já havia uma ordem de destruição, e talvez o mandado de segurança tivesse sido até julgado prejudicado, porque já não tinha mais o que destruir, pois as fitas já tinham sido destruídas. Aí, essas fitas ficaram na Vara, e eu pensei: "O que deverá ser feito agora?" Destruir essas novas não se poderia, porque já havia uma sustação no Tribunal. E ficou de ver o que seria feito com isso, mas jamais poderiam ser destruídas.

Essas fitas que chegaram depois – vinte, trinta, quarenta dias depois – estavam na casa da minha ex-mulher, que morava perto da Justiça. Eu freqüentava a casa dela, até porque temos filhos em comum e vivíamos naquele separa-não-separa, brigas. Acusei formalmente e volto a acusar a Polícia Federal de ter apreendido essas fitas nas diligências – as segundas vias que estavam no Dipo ou as primeiras vias que estavam no Dipo e que foram encaminhadas à Justiça. Quando essas fitas chegaram, não sei se também havia quatro disquetes na caixa, porque eu nunca a abri, mas esses disquetes que não foram destruídos estavam grampeados em envelope branco, juntamente com essas fitas, fora da caixa. Essas fitas que eu aleguei que fui dar falta disso, eu me lembrei das fitas 3 a 4 dias depois, primeiro minha ex-mulher foi presa, e eu fui preso cerca de uma semana depois. Eu me lembrei disso, até me lembro que falei com o Dr. Paulo Lacerda, porque elas estavam numa banheira, uma banheira que não era usada, num quarto, porque não deu certo a obra, e elas estavam lá numa, caixa essas fitas. Estavam ali porque o processo chegou a ir para a minha casa, voltou, – minha ex-mulher foi presa numa quinta-feira – e eu fui dar falta delas, no segundo lote de fitas no sábado. E por que que eu dei falta também? Porque no sábado, na quinta foi diligência da Anaconda, na sexta foi um dia comum, e no sábado saiu uma matéria sobre a Operação Anaconda no jornal **Folha de S.Paulo.** Eu não sei se no dia 1º de novembro, sábado – eu me lembro que foi no sábado – de 2003, saiu uma matéria sobre a Anaconda obviamente, e saiu, duas folhas depois saiu uma matéria sobre as fitas de Santo André. E entrevistaram o Genoíno, salvo engano, o já Ministro José Dirceu, e ele fala que as fitas eram provas ilícitas, ele não menciona o meu nome expressamente, mas que foram destruídas por ordem da Justiça. Aí que eu atinei que essas fitas estavam lá. Tanto que esse dia eu fui à tarde na casa, porque logo depois da diligência, meu filho ficou traumatizado, eu fiquei com ele na casa de minha irmã, no Pacaembu. Fui lá e fui procurar as fitas. Porque eu não vi apreendendo essas fitas, obviamente. Até porque eu não fiquei na casa dela durante toda a diligência, porque tive que ir ao meu apartamento também para acompanhar o Ministério Público e a Polícia, a diligência estava sendo feita lá. E essas fitas que eu afirmo que foram apreendidas ou arrecadadas, a Polícia Federal chegou a admitir, e depois disse que não, que eram outras que tinham sido apreendidas, de gravações que minha ex-mulher, ela própria, gravava. Ilícitas, não é?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou conceder a palavra a V. Exª. Deixe que ele conclua. V. Exª é o primeiro inscrito.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas é para uma questão de ordem, Sr. Presidente, se permite V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É claro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É sobre exatamente o ponto a que chegamos.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu só queria falar sobre a matéria da **Veja**, que acabei me perdendo. Quando eu já estava preso, fui ler uma matéria na revista **Veja**, ela circula na 4ª-feira, dia 27 de outubro, é a data impressa, que é 4ª-feira, mas ela circula no sábado e domingo já.

Havia uma matéria de capa, foi uma edição anterior ou duas àquela que eu infelizmente saí na capa, mas eu já estava preso. Aí contava, ela já estava em circulação há uma ou duas semanas, como foi bolado dentro do Partido, a participação de cada um. O Berzoini, eu me lembro que fala, Celso Cipriani, que não é do Partido, mas era amigo do Presidente. Sim, Cipriani era amigo do Presidente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Era aquele da Transbrasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Era. Falava nessa matéria, a revista **Veja**, do dia 27 de outubro de 2003, que eu havia sido induzido a destruir as fitas, e não é verdade, até por aquele Procurador de Brasília, que trabalha na área civil, não está me vindo o nome dele aqui, o Luís Francisco, o que não é verdade. Eu nunca falei com ele. E me colocava até como uma pessoa que teria, de uma certa forma, indiretamente, o Partido, concordando, por ordem judicial, destruir as fitas que tanto incomodavam o PT. Eu fui ler essa matéria, eu sabia que tinha saído alguma coisa, depois de preso. Então, eu vejo uma coincidência muito grande entre essa revista do dia 27 de outubro, esta **Veja**, que tem esse assunto como matéria de capa, e lá dentro tem 4 ou 5 páginas sobre a matéria, como as fitas foram destruídas, as artimanhas utilizadas para convencer o juiz a destruir as fitas e as influências que tiveram. Mas eu repito que ninguém falou comigo fora o Dr. Baltazar, e muito menos o Dr. Luís Francisco, que nem conheço pessoalmente. Mas me colocava ali como uma pessoa auxiliar, que tinha auxiliado o PT. Tanto que, um ou dois dias antes da diligência – isso tem gravação, porque grampo já do meu apartamento e do telefone da Norma, já feito pelo próprio tribunal aqui, e não por juiz lá de Alagoas, que, aliás, é uma prova ilícita, essa feita por juiz de primeiro grau –, já havia uma conversa. Eu até pedi no processo do caso Celso Daniel lá, que eu respondo, essa transcrição.

Havia uma conversa da Norma – que ela voltou da Europa e viu a revista lá, porque ela assinava –, e falou que eu tirasse aquelas fitas da casa dela, porque aquilo era coisa de bandido, o pessoal estava envolvido em seqüestro, e não sei o quê. As pessoas, né, das gravações. Porque havia uma transcrição, não integral, talvez, nos autos, de trechos das gravações.

E eu falei: Não, eu vou tirar. Eu falei para ela: Já tirei. Eu estou tentando trazer aos autos do meu processo essa gravação, que existe, para provar que havia essa conversa telefônica entre mim e a Norma um ou dois dias antes da diligência, na casa da Norma. Que o dia em que foram apreendidas...

Minha advogada está me lembrando aqui que praticamente ficou provado, no processo, que as fitas realmente foram apreendidas na casa dela, embora a Polícia negue.

E aí eu achei muito estranho aquilo. Não estou reputando exclusivamente Operação Anaconda ao encontro das fitas, mas havia grampo de um ou dois dias antes da diligência do dia 30 de outubro, ou seja, uma semana antes, em conversa da Norma comigo. Para eu tirar aquilo de lá, que aquilo era um material inflamável, que poderia causar problemas.

Eu até estranhei, porque ela foi, a Norma, minha ex-mulher, ela foi, durante meados da década de 90, candidata a deputada e a vereadora por um partido filiado ao PT, que era o PNM. Daí eu até acho que falo para ela: Mas o pessoal do PT não é seu amigo? Não, eu não gosto de ninguém do PT, que negócio... Mas ela já havia sido candidata pelo PMN.

Aliás, ela até tinha vídeos em casa, na época eu tinha isso, de propaganda política dela na televisão e também comícios em periferia que ela estava junto com o Lula, com a Mar... Assim, do lado, fazendo campanha política pelo PNM, que era um partido coligado ao PT, da Mobilização Nacional, de uma tal de Selma.

Bom, então, comecei a ligar as coisas, fazer uma ligação desse episódio, não é? E o que eu também acho muito importante é o seguinte: quando eu estava já em Tremembé, ou seja, depois de ter estado em Brasília, em Alagoas, e ter voltado para a PF, havia um determinado preso lá – ele é uma pessoa que está presa há muitos anos, talvez mais de 30 até, acusado de latrocínio, alguma coisa assim, ou homicídio, vários crimes –, e esse preso lá de Tremembé sempre falava para mim que queria conversar sobre o caso Celso Daniel, Toninho, comigo. Mas eu nunca levei a sério. Ah, qualquer hora a gente conversa, tal, não sei o quê. E ele insistia, insistia, insistia. Eu até pensei assim: Bom, como é que uma pessoa que está presa há tanto tempo vai ter alguma informação sobre isso, não é? Aí ele me contou – já teve uma credibilidade maior – que ele, na época um pouco anterior ao crime, porque a do Toninho foi antes, eu acho, do Celso Daniel, ele estava em Araraquara e ele tinha relacionamento... Eu vou citar os nomes, mas eu não sei se essas pessoas estavam lá, comentário dele. Que lá estava, naquela época, no presídio de Araraquara, ele estava lá, o nome dele é Dernei Luiz Gasparini. Ele não me parece uma pessoa

destrambelhada, ao contrário, ele está preso há muitos anos, mas eu acho até que ele está com a cabeça muito boa até para quem está preso há tanto tempo. Acho que está bem melhor do que a minha até. Aí ele me falou que nessa época que ele estava em Araraquara ele havia adquirido um telefone clonado, celular, de uma pessoa chamada João Didi, que era do PCC, lá estava preso também o Marcola e o...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) (Fora do microfone) – O Marcola é um dos que participaram...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É, "Geleião". Estava preso lá com ele, em Araraquara, nessa época. Esse telefone, que depois ele comprou, tinha o número do presídio, mas clonado num celular Nokia com prefixo de Araraquara obviamente. Nesse telefone, teriam sido recebidas até por ele mesmo, que repassou para o pessoal, ligações do Klinger – absoluta certeza –, não do Gomes da Silva, do "Sombra", possivelmente do Ronan Maria Pinto, antes da morte, e do Deputado Donizetti, que eu não conheço – só de nome. Aliás, ouvi falar nele há muito pouco tempo.

Eu falei assim: "Mas como você se lembra disso?" Ele falou: "Não, é porque eu tenho inclusive esses telefones celulares deles anotados na minha agenda."

**O SR. ROMEU TUMA**(PFL – SP) **–** Ele recebeu?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – O pessoal lá recebia, e ele também, como comprou o telefone clonado, acabou recebendo, em Araraquara. Mas essa pessoa está presa em Santo André.

Então, eu falei assim: "Onde está essa agenda sua?" Ele respondeu: "Essa agenda minha foi entregue..." – agora eu vou fazer uma possibilidade de estar com um ou com outro. Ele disse que agenda foi entregue, que o original da agenda foi apreendido – havia esses telefones – ou pelo Dr. Pinho, que é o Procurador-Geral da Justiça de São Paulo, do Ministério Público de São Paulo, ou pela Drª Ana Lúcia Amaral, Procuradora da República. O telefone foi apreendido também.

Dizia ele – não vi as cartas obviamente – que, junto com esse telefone, também havia cartas que ele tinha mandado para autoridades diversas a respeito – diz ele que foi antes, eu não sei, não tenho as cartas à mão – do fato de que seriam assassinados os Prefeitos de Campinas e de Araraquara.

Como eu recebi na prisão o decreto de preventiva meu desse caso das fitas, mostrei para ele – claro que eu não tinha "de cabeça" – alguns telefones que havia no processo desse do grampo feito pelo Juiz de Estado. E ele me disse o seguinte: "Dois telefones aqui eu tenho absoluta certeza de que estavam na minha agenda, que é o celular do Klinger e do Donizetti. O do Ronan eu não me lembro". Ronan era um empresário de ônibus. Eu falei: "Eu quero essa agenda, quero ver isso aí, dá um jeito." Ele falou: "Está apreendida inclusive." Ele chegou até a pedir a interferência da minha advogada para ver se conseguia obter a cópia dessa agenda ou do depoimento que ele prestou para o Ministério Público do Estado e para o Ministério Público Federal.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) **–** O senhor tem o número desse telefone?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – De cabeça, não. Mas ele estava escrevendo um livro que tem o número desse telefone. É lá do presídio de Araraquara, mas é um clonado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Vamos pegar o nome do preso e podemos conversar.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Dernei Luiz Gasparini. Ele está preso no momento – aliás, há bastante tempo; nessa época, ele estava em Araraquara – em Santo André. Em Santo André, não. Em Tremembé.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O presídio de Tremembé é de segurança máxima.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É um presídio meio especial, de segurança máxima.

Dernei Luiz Gasparini. Ele até mandou umas cartas me autorizando a mencionar o nome dele e predispondo-se a submeter a um exame de sanidade mental para ser ouvido ou para dar entrevistas. Ele parece que quer vir. Esse preso...

O que é importantíssimo é que eu falei assim: "Como você vai conferir? Você lembra tanto?" Ele tinha uma memória realmente fantástica. Ele falou: "Não, no meu prontuário aqui em Tremembé tem uma cópia integral da minha agenda, e lá estão esses telefones. Eu vou poder conferir se eu conseguir as cópias". Então, ele fez um requerimento formal para a direção do presídio para pegar cópias das primeiras folhas da agenda, dizendo que precisava ligar para a família, que era de Goiânia. Mas ele não conseguiu. A diretoria indeferiu o pedido, e creio que ele até recorreu para a Juíza da Execução, que era de Taubaté.

Mas o fato é que ele conseguiu moeda de troca – dinheiro em cadeia é cigarro –, quando não pode ter; na cadeia não pode ter. ele conseguiu lá, através de uns maços de cigarro que ele deu para alguém que trabalhava na limpeza, que tirasse cópia da agenda. E ele me mostrou. Eu fiquei chocadíssimo e dando mais credibilidade a ele. Ele me mostrou...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL –SP) – O senhor viu?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Vi. Ele me mostrou xerox da xerox do que ele disse que era extraído da agenda dele. Eu mesmo conferi

que naquela agenda dele, naquele xerox de agenda dele, tinha, com absoluta certeza, o telefone celular do Klinger, porque eu conferi com o processo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL –SP) – Estava grampeado?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Estava. Não sei, tinha o número, não sei se tinha grampeamento dessas conversas que já faziam. Não, essas não tinham, não. Não deviam ter porque eram anteriores à morte do Prefeito. Então ele me disse que havia sido contratado esse crime.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – (Inaudível)

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Absoluta certeza, do Klinger. Até me lembro que perguntei isso para ele. Mas, engraçado, do que foi acusado e chegou a ficar preso e tudo, o Sombra, não tem. Ele falou: "Não, mas dele nunca recebi telefonema. Eu recebi e sabia que o pessoal recebeu telefonema de duas pessoas, do Klinger e Donizete, e talvez do Ronan. Ronan não posso ter certeza".

E eu fiquei assustado. Até peguei essas cópias, acabei, depois, pondo dentro do processo da minha prisão preventiva – que era esse processo instruído com essas cópias do caso Santo André – por causa do caso do Celso Daniel.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Cópias de que, perdão?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Da xerox de xerox da agenda dele.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Da agenda.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Que ele disse que tem no prontuário. Mas, se é verdade, bom, ele também acho que não fabricou xerox lá se não tinha acesso a nada, nem a xerox. Dentro do presídio não tinha máquina de xerox, obviamente. Eu mesmo conferi. Com absoluta certeza, tinha o telefone do Klinger, celular, e o telefone celular do Donizete, nessa agenda dele, com a letra dele.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E o senhor não ficou com uma cópia, não?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu fiquei com uma cópia xerox da xerox. Mas coloquei dentro do processo. Depois, há pouco tempo, fui ouvido pelo Ministério Público do Estado e pedi para a minha advogada dar uma olhada se dentro desse processo... Porque eu mostrei para a visita, minha irmã, que esteve lá no final de semana, e falei: Olha que coisa impressionante isso aqui; bate com o processo; eu mesmo conferi. Isso porque ele me deu essas duas ou três folhas da agenda. Os telefones realmente batiam. Daí ele ficou, ele chegou a dar uma autorização para a minha advogada para pegar a cópia do depoimento dele, não só feito com a Ana Lúcia Amaral, do Ministério Público Federal, como também que teria sido feito com o Pinho. Agora também não sei se ele confundiu o Pinho com aqueles três Promotores de Santo André. Parece que ouviram ele também lá em Taubaté, quando ele já estava em Tremembé. Mas parece que o depoimento que ele fez teria ido para o processo... autuar em apartado, né? Estaria na comarca em que está o processo do Sombra e de outros na comarca de... Itapecerica.

Bem, o fato é que ele tinha isso. Agora, ele também... O que deu credibilidade a essa pessoa, bastante? Eu, de vez em quando, era convocado para audiência no tribunal, como testemunha de defesa e de acusação. Duas ou três vezes que fui para audiência no tribunal, ele me fez portador de cartas fechadas não só para o Tribunal, para o Presidente do Tribunal, acho, como para a Drª Ana Lúcia Amaral, que era a Procuradora que trabalhava no meu caso, Anaconda. E eu entreguei: Olha, tem um preso lá que mandou para a senhora, um tal de Dernei. Ela falou: "Ah, sei quem é." Um dia, ele me mostrou, muito bravo, um ofício dela, que ela mandou pelo Correio, com AR, dizendo que todo o material que ele havia entregue para ela – mas não especifica se estava a agenda, se estava o telefone, e eu também não sei onde está esse telefone, mas foi apreendido o aparelho, junto com a agenda e outras coisas –, todo esse material ela tinha remetido ao Dr. Fonteles, todo, e que não tinha mais cópia de nada. Daí ele ficou de escrever para o Dr. Fonteles. Depois, eu saí de lá e não sei o que houve. Mas ele realmente... Eu vi esse ofício – acho que a minha advogada tem cópia – da Procuradora, reportando ao pedido dele, que foi por carta. Eu não li a carta que ele fez. Eu até falei: Não, você cola isso, sela, que eu não quero nem saber o que tem aí dentro. Ele quis falar: "Não, eu estou pedindo os documentos". Eu falei: Fecha, que eu não quero levar assim. Eu entreguei para a Procuradora no Tribunal. Ela respondeu – papel timbrado e tudo – que havia encaminhado tudo para o Dr. Fonteles, a Drª Ana Lúcia Amaral. Ela se lembrou dele, obviamente. Ela esteve lá ouvindo, já em Tremembé ou em Taubaté – não sei, porque Tremembé pertence à comarca de Taubaté –, ouvindo o Dernei, junto com o Delegado da Polícia Federal – ele falou o nome, mas eu não me lembro do nome. Realmente, o que me chamou muito atenção é que não tinha, em hipótese alguma, nessa agenda dele, anotações de punho dele com o telefone do Gomes da Silva, do Sombra. Mas, com certeza absoluta, tinha do Klinger e do Donizete.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradecemos. V. Sª vai ter oportunidade, nas perguntas dos Srs. Senadores, de dar mais detalhes.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª dispõe de dez minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Primeiro, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu peço que suspendam a marcação do tempo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...para o esclarecimento de um...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É uma questão de ordem a esta Presidência?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – À Presidência e acredito que interessa à CPI e a todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Trata-se da questão que foi explicada pelo Juiz Rocha Mattos relativa ao conteúdo dessas fitas que ele mencionou que foram objeto primeiro de...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Destruição.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...autorização de que elas pudessem ser degravadas. Em seguida, ele explicou que o Dr. José Carlos Dias fez uma petição...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não é uma questão de ordem, é uma pergunta. Peço que marquem o tempo de dez minutos de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, é uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me. É uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, a questão de ordem não é ao juiz, ela tem de ser ao Presidente da CPI.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ao Presidente da CPI.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Estão achando que é uma pergunta, o que eu também ia concluir.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Não, é uma questão de ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, é uma questão de ordem. Senador Romeu Tuma, por favor, espere. Peço que respeite...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª faça a questão de ordem.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não estou desrespeitando V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tudo bem.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Achei que era uma pergunta.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, é uma questão de ordem de interesse desta CPI.

Em seguida, portanto, o Dr. José Carlos Dias solicitou e o Juiz Rocha Mattos, então...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Reconsiderei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Reconsiderou a decisão com respeito à degravação.

Pois bem. A Lei nº 9.296, de 24 de julho, que regulamenta o inciso XII, parte final do art. 5º, da Constituição Federal, diz, no seu art. 10, que constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemáticas ou quebrar segredo de Justiça sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois bem. O Dr. Rocha Mattos mencionou que, durante o Governo passado – pois os fatos se dão ainda durante o Governo passado –, houve solicitação por parte, salvo engano, da Polícia Federal, para que pudesse haver o acesso às linhas telefônicas para que se ouvisse a gravação telefônica das diversas pessoas citadas, inclusive da Prefeitura de Santo André e outras pessoas, com o propósito de se estar examinando narcotráfico.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Perfeito.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não conheço a petição do advogado José Carlos Dias, mas acredito que tenha sido...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Em cima disso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foi solicitado para narcotráfico, mas o que se está examinando é outro objeto.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim, com consentimento do juiz, como eu havia citado. Impressionante isso – não eu, não é, o do Dr. Porto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Com base nisso, o Juiz Rocha Mattos, então, deferiu.

Ora, eu quero salientar, Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, que eu, de maneira alguma, estou querendo obstar a averiguação daquilo que nós precisamos averiguar. Mas, como um cuidado, um propósito de cuidado desta CPI, eu me pergunto se estamos podendo utilizar o conteúdo de todas essas fitas para efeito da apuração, do ponto de vista da legalidade do que nós estamos fazendo.

A questão de ordem, Sr. Presidente... Eu gostaria de ver esse caso inteiramente esclarecido. Mas eu acho que, do ponto de vista do cuidado, para que depois qualquer pessoa que aqui se sinta prejudicado

venha a dizer: a CPI está praticando um ato ilegal. Eu só quero ter a convicção de que nós estamos procedendo de uma maneira legal. E faço aqui até, para concluir, algo... Eu vou ilustrar: vamos supor que o juiz Dr. João Carlos da Rocha Mattos esteja averiguando um caso, qualquer que seja. O seu propósito é examinar aquilo. De repente, por alguma coincidência, ele acaba descobrindo um outro crime que nada tem a ver com aquele. Mas, no método, ele estaria impossibilitado judicialmente, pelas leis do País, a examinar aquilo.

É claro que, do ponto de vista da sua consciência, como juiz, como cidadão, ele pode dizer: olha, eu fiquei sabendo disso e me sinto na responsabilidade de me reportar à Justiça daquilo que fiquei sabendo, que por outros métodos não se estaria sabendo; será que é algo dessa natureza o que estamos vivendo?

O que quero aqui esclarecer – eu e o Senador Tião Viana estávamos aqui dialogando sobre isso – é se nós estamos agindo à luz da lei para que depois não seja prejudicado o trabalho da CPI.

É essa a questão de ordem que faço a V. Exª.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, para contraditar, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge, V. Exª tem a palavra para contraditar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, o Dr. Rocha Mattos á acabou de nos dizer em outra oportunidade que logo após ele ter a fita destruída uma outra juíza concedeu uma liminar no sentido de que as fitas pudessem ser utilizadas.

Então, do ponto de vista legal, na realidade, se as fitas existirem, elas não podem deixar de ser utilizadas, pelo fato de ter havido a liminar, por um lado; por outro, pelo fato da gravidade que esse crime representa. Hoje em dia, essas fitas, depois de tantos anos, se eram ilegais naquela época ou se foram produzidas de forma ilegal, hoje a própria história política já mostra que são legais. Elas estão aí para serem ouvidas. O que temos de fazer é esclarecer o que aconteceu.

Isso interessa inclusive àqueles que estão envolvidos. Se o Sr. Gilberto de Carvalho, o Sr. Klinger, o Sr. Sombra entre outros não tiverem a sua, vamos dizer, a sua participação esclarecida – e essas fitas poderão esclarecer muito bem –, a suspeição sobre eles ficará pela vida inteira, sobre o PT, sobre o Deputado José Dirceu, sobre o próprio Governo do Presidente Lula. Nós não devemos hesitar em utilizar essas fitas para esclarecer os fatos. As fitas são o principal eixo da apuração, e V. Exª, o mais rapidamente possível, deve pedir que possamos utilizá-las.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Senador Eduardo Suplicy é um homem que tem o desejo do detalhe, de chegar às ultimas conseqüências. Estou estranhando a posição do Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É só para contraditar, Sr. Presidente. Nós temos que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Senador Antonio Carlos, eu avalio que a interpretação do Senador José Jorge pode ser válida. Mas só quero saber, à luz da legislação e da Constituição brasileiras, se podemos prosseguir com a interpretação de S. Exª.

Eu só quero trazer aqui tranqüilidade ao nosso procedimento, Senador Antonio Carlos. Quero saber tanto quanto V. Exª dos detalhes, mas quero ter a segurança de que estamos procedendo no caminho mais legal. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Suplicy, peço desculpas pela interferência, mas foi com o objetivo...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Claro.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas quero acrescentar um detalhe sobre essa questão de ordem. O Dr. Rocha Mattos disse que as fitas estão no processo, na 4ª Vara. Então, estão vivas. Não foram destruídas. Se estão juntadas no processo é porque têm validade. Não há o que discutir sobre a prova que S. Exª julgou ilegal. Hoje, praticamente, com sua vinculação ao processo que está na 4ª Vara, creio que ela tem validade real.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E foram juntadas por outra pessoa que não Rocha Mattos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, entendo que aqui não estamos usando nenhuma fita. Temos a palavra do Juiz Rocha Mattos. Pelo avançar dos fatos e pelos fatos novos que acontecem, essas fitas poderão ser fundamentais para que se possa esclarecer de uma vez por todas o caso Santo André. Posso dizer a V. Exª que em nenhum momento esta CPI, a Presidência, o Relator e o Vice-Presidente, fugirão da legalidade para apurar os fatos. Aqui será usada a legalidade. Esse tem sido o nosso caminho: a transparência. Não vamos fugir daí de forma nenhuma, até porque tenho recebido o apoio de V. Exªs de uma forma geral, de todos, independentemente das cores partidárias. Então, vamos continuar nesse caminho retilíneo, pensando em esclarecer os fatos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Até para ver se o depoente está sendo veraz ou não as fitas são indispensáveis, senão não terá valor o depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Esclarecida a questão de ordem, solicito que a partir de agora seja marcado o tempo para V. Exª. V. Exª dispõe de dez minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Minha primeira pergunta, Sr. Presidente, Dr. Rocha Mattos, é com respeito a essa questão, a essa interpretação. À luz do conhecimento jurídico que tem V. Exª, poderia acontecer que, ainda que V. Exª, então, tenha deferido o pedido do Dr. José Carlos Dias, à luz dos fatos que vieram à tona, que pudesse haver a consideração de que se faz necessária a revelação das fitas, sua disponibilização a esta CPI, em função do esclarecimento que se quer obter? No seu conhecimento, isso poderia acontecer?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Quem tem que decidir isso, na verdade, atualmente, é o juiz da 4ª Vara – não tenho mais jurisdição, obviamente – e o próprio Tribunal. Não sei qual foi o desfecho, depois, se esse mandado de segurança foi desativado, qual foi a decisão. O fato é que a prova era manifestamente ilícita. O juiz cometeu um crime, juntamente com a polícia. Foi conivente. A meu ver, foi o que decidi. O aparecimento, não das cópias que estavam no DIPO... Aliás a Drª Ivana, depois do depoimento no meu processo, explicou melhor o aparecimento estranho dessas fitas, das segundas cópias. Fez até críticas veladas ao Juiz, ao Dr. Porto, que estava no DIPO. S. Exª o substituiu. No depoimento que fez no meu processo lá no Tribunal Regional Federal, até fez um adendo – que não sabia e sobre o qual tomei conhecimento naquele dia – dizendo que antes de mandar as fitas que apareceram lá depois, as 42 fitas, consultou o desembargador-corregedor do Tribunal de Justiça, indagando-lhe se deveria realmente mandar. E ela falou que a minha decisão era muito bem fundamentada e que o próprio desembargador-corregedor – eu não sei o nome, mas isso consta de depoimento formal perante o tribunal – falou: não, o juiz está certo, tem que mandar para ele mesmo essas fitas.

Agora, essas terceiras cópias, ou a que estava na minha casa, eu não sei, não sei se essas cópias que estão lá hoje em dia – porque eu também não vi essa informação da funcionária da Vara, informação sob o compromisso legal, perante o próprio Tribunal Regional Federal – foram criminosamente, a meu ver, anexadas ao processo, porque jamais o Ministério Público, quer tenha feito uma cópia de reserva, poderia me denunciar por ter supostamente sumido com as segundas vias das fitas, porque as primeiras foram destruídas, não há dúvida. Quer dizer, acredito que a Polícia as destruiu. Como que o Ministério Público, sem conhecimento do juiz, enganando o Tribunal também, que tinha dado até uma liminar de que as fitas não existiam mais, de repente, não sei quando, aparecem outras gravações que estariam em poder dele. Não sei se em poder dele porque a Polícia Federal entregou depois para o Ministério Público, não sei se em poder dele porque, desconfiado do juiz, mandou gravar as fitas porque ficaram muito tempo nas mãos dele. Mas a prova é manifestamente lícita.

Eu vou fazer até um parêntese aqui, não sei se V. Exª permite, para esclarecer um ponto jurídico do caso Waldomiro envolvendo aquele subprocurador da República que foi covardemente afastado pelo procurador-geral. Eu não conheço o Dr. Santoro.

O Dr. Santoro – isso saiu até em revista, mas é fato – recebeu de um determinado Senador, o Senador Antero Paes de Barros, teria recebido das mãos dele – eu acompanhei isso porque estava preso e o caso já me interessava – cópia do vídeo do Waldomiro, e o Cachoeira gravando. Recebeu cópia. Mas, não obstante – e ele é um procurador altamente experiente, inclusive atuou naquele caso do ex-Deputado Hildebrando –, ele insistia veementemente no sentido de que o Cachoeira entregasse em mãos as cópias que ele tinha, porque ele é que tinha mandado fazer aquela gravação do vídeo. E a pessoa que é leiga na matéria ou mesmo quem é da área jurídica e não está bem por dentro do entendimento da Justiça perguntaria: mas vem cá, ele já tinha a cópia que o Senador Antero Paes tinha dado ou fornecido a ele; por que ele queria que o Cachoeira... E daí foi gravado de novo pelo Carlinhos Cachoeira a pressão que o procurador teria feito, juntamente com o delegado federal e o outro procurador, à noite, de madrugada, na Procuradoria. Por que ele queria aquelas? Porque, na verdade, só tem legitimidade... O caso aí era escuta judicial, um pouco diferente, mas também a prova é ilícita porque o juiz era incompetente. O juiz do Estado era incompetente. A competência seria do juiz federal. Ele queria que o Cachoeira entregasse porque ele sabia que o Cachoeira era a única pessoa legitimada para entregar, porque aquelas outras cópias, embora fossem de conhecimento do Senador, do público – o vídeo passou até na Rede Globo –, aquela prova era ilícita. Porque quando um pessoa manda fazer uma gravação, intercepta uma gravação, manda gravar um diálogo dele com outra pessoa, como depois houve o caso daquele deputado que acabou sendo cassado, a única parte legítima para entregar é quem mandou fazer a grava-

ção. Isso é decisão do Supremo. Há acórdão do Jobim e do Pleno neste sentido.

Então, o Procurador, muito culto, muito experiente, sabia que só ia ter valor na Justiça se Carlinhos Cachoeira entregasse a cópia que ele tinha, que ele mandou gravar, porque ele era parte legítima, pois foi quem mandou fazer o grampo dele conversando com Waldomiro. Ele estava atrás de uma coisa que ele já tinha, mas ele queria que o outro apresentasse, porque só é legítimo para gravar – não é interceptação isso – uma escuta ambiental ou telefônica um dos dialogantes, nunca um terceiro. Eu não sei como essas fitas foram parar na mão do Senador Antero Paes de Barros. Mas ele queria que o Cachoeira apresentasse porque a prova é ilícita.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me, pois preciso fazer um...

Há uma entrevista na revista **Veja** em que V. Sª indica uma mulher que seria uma testemunha importante...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ocular, não é?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ... ocular do seqüestro.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Do seqüestro, da abordagem, não é?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu agradeço se puder nos esclarecer qual a relação dessa testemunha com o Sr. Herman?

Esse Sr. Herman vendeu um carro para essa testemunha. O que ele fazia? Ele participava do esquema?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, ele trabalhava...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele, de alguma maneira, estava relacionado à questão do motivo pelo qual V. Sª teria sido detido, preso, condenado por três anos? Havia alguma relação? Como é que o senhor indicou essa testemunha? Por que razão? Como chegou ao conhecimento do senhor o relato dessa testemunha? Na sua avaliação, qual é a credibilidade completa dessa testemunha? Em que medida ela teve um depoimento inteiramente espontâneo? O que aconteceu com ela? Até por que, Dr. Rocha Mattos, é possível que essa testemunha tenha visto algo semelhante àquilo que foi visto por outra pessoa que ainda não quis prestar o seu testemunho. Mas eu me refiro àquele pastor, talvez o senhor já tenha ouvido falar, que viu algo que guarda relação com o que teria sido visto por essa testemunha. Gostaria, portanto, que fosse bastante completo em dizer o que aconteceu. Qual a relação dessa testemunha? Que credibilidade podemos dar ao relato do que ela viu? O que faz essa pessoa? E como ela surgiu como testemunha desse episódio?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – O César Herman estava, vamos dizer assim, envolvido na Operação Anaconda, no mesmo processo da suposta quadrilha de venda de sentença, porque não existe a sentença vendida até hoje. Ainda não apareceu. Gostaria até que aparecesse, pelo menos uma. Mas ele achava que essas gravações de Santo André haviam sido o principal motivo da diligência da operação Anaconda. Ele achava. E quando eu disse a ele que os Promotores do caso Santo André iam me ouvir, ele me contou isso, sobre essa moça, que até eu não conheço, eu não sei que relacionamento ele tinha com ela, se era namorada, se era amiga, ele disse à concessionária que ela trabalhava lá na Avenida Europa. E quando fui ouvido pelos Promotores, **en passant**, mencionei isso: "Olha, parece que existe uma moça que teria visto, e tal, quem me informou foi o César Herman...". Há esse depoimento formal meu para o Ministério Público desde aquela época que eu estava preso na Polícia Federal. Agora, eu não conheço a moça nem lembrava de ter dado o pré-nome dela. Eu me lembro que falei da concessionária de carro em que ela trabalhava, na Avenida Europa. E não sei que tipo de relacionamento ela tem com o César Herman, se foi namorada, se era amiga, mas o fato é que, com absoluta certeza, essa moça foi localizada pelos Promotores, e foi ouvida.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E o que ela teria visto?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ela teria visto a abordagem. Os Promotores disseram que ela está no programa, inclusive. Os promotores de Santo André. Os três promotores disseram que ela está no programa. E até o nome dela eu mencionei, porque eu tinha esquecido de... Eu não conheço a pessoa. Então, eu soube via...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Que ela está no programa... Não entendi bem a palavra.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – De proteção à testemunha.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ah, no programa de proteção à testemunha.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Foi ouvida, arrolada, pelo Ministério Público, e essa moça, depois, teria até se queixado ao César Herman, não sei de que forma, no sentido de que ele havia colocado ela numa situação em que ela não queria estar. Porque eu falei o nome da concessionária do carro, a marca, não é? E não lembrava nem de ter dito àquela época o nome. Outro dia, os Promotores e a Drª Elisabete Sato foram me ouvir de novo. Eu falei: "Não

mencionei o nome da moça". Eles falaram: "Mencionou sim, está aqui". Eu falei: "Nossa, não lembrava nem o nome dela". Mas era conhecimento do Dr. César não sei em razão de namorada, de amizade ou de compra e venda de carro que ele trabalhava com isso também. Mas existe essa testemunha.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy,

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, vou respeitar o meu tempo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, com a tolerância desta Presidência.

Senador José Jorge, V. Exª dispõe de 10 minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. depoente, com todos esses depoimentos sobre o caso de Santo André, por mais que o Governo faça pressão, como tem feito nos últimos dias sobre a CPI, sobre V. Exª como Presidente, sobre o Relator, sobre nós como membro, não podemos deixar de investigar esse crime. Seria uma irresponsabilidade se não investigássemos esse crime, e V. Exª está no caminho certo.

Acho que há três aspectos no caso de Santo André. Primeiro, a corrupção na Prefeitura. Havia um grupo formado pelo Sr. Klinger, pelo Sr. Sombra, pelo Sr. Ronan e outros que, na realidade, se dedicavam a arrecadar dinheiro do lixo e dos ônibus, de outras coisas, talvez, para utilizar uma parte na política de Santo André e repassar outra parte ao PT nacional.

Naquela época, mesmo sendo verdade, era difícil acreditarmos nisso. Hoje em dia, mesmo que seja mentira, todos nós acreditamos, exatamente pelo que aconteceu nacionalmente. Esse esquema começou na Prefeitura de Santo André e ocorreu também na Prefeitura de Ribeirão Preto, provavelmente – não temos ainda indícios –, deve ter tido na de Campinas. E foi assim que se montou esse grande partido político.

Em segundo lugar, se o crime foi executado a mando de alguém ou se foi executado por um ladrão ou seqüestrador. Tenho nas minhas mãos, não vou repetir, um documento do Ministério Público, mostrando 50 razões para que não seja um crime comum, mas um crime de mando. Não vou lê-lo porque já discutimos muito e não tenho muito tempo.

Os próprios irmãos do Celso Daniel, principalmente o segundo irmão que esteve aqui, o Dr. Bruno Daniel, detalhadamente, mostrou que não foi um crime normal mas sim um crime de mando. Não adianta repetir.

O terceiro item – e talvez o mais importante pois abrange diretamente o Partido, o Dr. Gilberto Carvalho e outros – foi a tentativa de sustar as investigações.

Quer dizer, são três aspectos. Vamos deixar de lado os dois primeiros e vamos tratar da tentativa de sustar as investigações.

Estou aqui com a revista que o depoente citou, a revista **Veja**. Ele disse que era do dia 23 de novembro; na realidade, é do dia 12 de novembro.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, essa é a que eu sai na capa. A que estou falando que tem a matéria da destruição das fitas são duas anteriores a essa – é do dia 27 de outubro. São duas edições anteriores a essa.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – De outubro. Aqui tem uma falando nas fitas.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Isso, é essa então que o senhor tem aí, eu acho. Como foram destruídas as fitas é a chamada da capa, eu acho.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O mistério das fitas de Santo André.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Isso, é essa. Não, não, é a matéria de dentro, eu acho. A de dentro dessa. É uma outra, é do dia 27 de outubro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Gostaria de perguntar o seguinte: primeiro quantas cópias das fitas o senhor acha que existe ou existiram? Pelo que se fala, pelo que o senhor falou, uma fita mandou para lá, outra fita mandou para cá, outra estava na casa da sua ex-esposa. Na realidade, existiram uma, duas ou três cópias das fitas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Com absoluta certeza, duas. As originais ou cópias que mandei apreender na polícia, que não sei se ele mandou para o Dr. Porto. Fez um jogo na hora ou se já tinha outro jogo, não sei. Mas, com absoluta certeza, duas. Uma foi destruída, as que estavam comigo. Depois de 20, 30, 40 dias, chegaram as outras, que estavam no Estado e apareceram misteriosamente. Acho que a CPI podia pedir no meu processo do caso Celso Daniel, o depoimento não só do juiz do Dipo como da juíza que tomou o lugar dele, tomou não, assumiu o encargo, que são as segundas. Agora, essa terceira, que eu não vi, ou ela seria a segunda, não sei, que teria aparecido depois...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – No processo?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – No processo, por parte, pelas mãos do Ministério Público, seria a terceira ou talvez, tenho direito de supor que essa terceira na verdade fosse a segunda, que foi apreendida na minha casa.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que, na realidade, aquela primeira, que o senhor encaminhou para o Dr. Baltazar...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Foi destruída.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Essa aí, o senhor tem certeza de que foi destruída?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Bom, eu não estava na Polícia, mas ele mandou um laudo de que foi destruída.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Foi destruída.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Agora, de qualquer jeito, duas existiam, no mínimo, porque a juíza do Estado não achou, num primeiro momento, e, depois, localizou as cópias do Dr. Porto em situação altamente estranha. Ela relata que foi altamente estranha que ela achou, no próprio depoimento que fez no meu processo, a Drª Ivana.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, essa segunda, é que, na realidade, há dúvida se ela é a terceira, é a mesma?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É, é.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Porque essa segunda é a que foi apreendida pela Polícia Federal?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Na casa, sem formalização,... Aliás, não foi feito o auto na hora, era muita coisa. Foi apreendida coisa desde que ela nasceu, desde que eu nasci. Foi apreendido até passaporte do meu filho que nasceu nos Estados Unidos, foi apreendido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, não entendi bem, o senhor disse que, na realidade, está preso. É a única pessoa presa nesse caso de Santo André.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Efetivamente, por que o senhor está preso?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Estou preso com acusação falsa de ter dado cabo, segundo o Ministério Público, a Polícia, às segundas vias das fitas.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – De ter destruído?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É. De ter sumido, de ter comunicado uma falsa apreensão.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas o senhor está preso porque destruiu ou porque não destruiu?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, as primeiras, não existem. Estou sendo processado pelas primeiras, por abuso de autoridade, dizendo que eu não podia destruir as primeiras. O que é um absurdo, não? A outra é porque essas fitas, que até a Polícia admitiu num primeiro momento, o porta-voz da Polícia Federal, isso ouvi na televisão, saiu até no Boris Casoy*, que estavam lá, depois a Polícia disse que não estavam, que eram outras, que não eram essas. Sou acusado de ter dado cabo nessas segundas, sei lá, ter dito que foi apreendido, e não foi. E estou preso por causa disso. Estou preso. Sou a única pessoa que está presa no caso Celso Daniel. Estou com a prisão preventiva decretada há mais de um ano. Isso está formal. Tem até um *habeas corpus* no Supremo que não é julgado nunca, infelizmente, está na mão de um determinado relator, mas estou preso pela segunda. Agora, eu não sei se essas que o Ministério Público apareceu seriam essas que estavam na casa da minha ex-mulher ou se ele já tinha feito, eu não posso dizer, porque também não vi.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, em relação à questão da participação do Sr. Cipriani*, que o senhor citou que, na realidade, ele aparecia nas fitas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, ele aparece na reportagem da **Veja**, duas anteriores a essa, porque... De 27 de novembro, é semanal a revista. Ele aparece na reportagem como uma das pessoas – não aparece nas gravações, não – que teria ajudado a coordenar a destruição das fitas, das primeiras. Aparece Berzoini*, tanta gente. Essa **Veja** é importantíssima.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na realidade, havia um interesse de todas aquelas pessoas de Santo André em destruir essas fitas.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim, aparece o Deputado Medeiros...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Isso está claro, mesmo porque foram eles que solicitaram.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Duas anteriores a essa. A revista... É matéria de capa, 27 de outubro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Vamos examinar a revista.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Essa o senhor falou que é do dia 12, não? É. Quinze dias antes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, outra coisa, o senhor citou...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – A penúltima depois dessa.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O senhor citou esse Sr. Vander, que é uma personagem nova que está sendo trazida aqui. O senhor disse que tinha na fita esse nome. Não era Vander?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Vander.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Vander. Pediria, então, Sr. Presidente, já que nem o Dr. Rocha Mattos...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ele é bastante mencionado como uma pessoa que incomodava tanto o Presidente...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É daquele tipo elefante. Lá em Pernambuco chamamos de elefante.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É, como também lá ele é falado duas ou três vezes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, acho que esse Vander, temos que identificá-lo, acho que é uma primeira coisa que solicitaria a V. Exª.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu guardei o nome porque é um nome bem diferente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Em segundo, em relação à questão das fitas que estão no processo, acho que o mais rápido que temos de fazer é trazer essas fitas para que o Relator, a Assessoria e nós possamos tomar conhecimento de seu conteúdo, porque hoje elas se tornaram a questão principal. Quanto à questão de ser legal ou ilegal, vai depender do juiz, porque teve um juiz que achou que era ilegal, mandou destruir. Teve outra juíza, que veio depois, que achou que era legal e mandou ouvir, mandou não destruir. Portanto, na realidade, essa é uma questão que fica **sub judice**, mas eu acho que é muito importante que nós tenhamos aqui, o mais rápido possível, essas fitas, antes que elas sejam destruídas, porque, na verdade, da maneira que essas fitas, da forma como elas estão, da importância que elas têm, para um caso tão grave, principalmente que envolve o Chefe de Gabinete do Presidente da República, o Partido do Poder, o próprio Presidente, elas têm que ser rapidamente trazidas para cá. Eu diria a V. Exª que, antes de terminar essa reunião, V. Exª já deveria mandar buscá-la, porque amanhã elas já podem não estar lá. Então, na realidade, é necessário que nós tenhamos isso como um ponto fundamental da investigação.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, mais uma vez, confirma, pelo depoimento do Dr. Rocha Mattos, por outros depoimentos, dos irmãos do Celso Daniel, de todos aqueles que aqui estiveram, que havia um grande esquema para abafar a investigação desse crime. Se o crime não foi de mando – eu acho que foi –, se não havia corrupção – eu acho que havia –, mas uma coisa eu acho que não há dúvida: o esquema para abafar foi forte, e abafou. Abafou até agora, e agora não vai mais conseguir abafar. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino. V. Exª dispõe de dez minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Rocha Mattos, a missão desta Comissão Parlamentar de Inquérito não é investigar quem matou o ex-Prefeito Celso Daniel, até porque isso deveria e deve ser missão da Polícia, que deveria estar trabalhando para encontrar os mandantes e os praticantes do crime, a menos de algum cerceamento de sua ação, comandada por alguém, mas é missão da Polícia. A nossa missão aqui é correlata, é ver se o crime foi político ou foi um crime comum, porque, se foi crime político, ele tem razões políticas, e a razão política é a corrupção. E nós temos indícios, por depoimentos, de que o Secretário Particular do Presidente da República, Dr. Gilberto Carvalho, mencionado por V. Exª – V. Exª é juiz –, o Dr. Gilberto Carvalho teria sido estafeta de dinheiro transportado de Santo André, extorquido de Santo André, extorquido pelo "Sr. Sombra", com uma pistola do *bureau*, extorquido de empresários de transporte coletivo, notas miudinhas, transportado... Chegou, de uma vez, a transportar R$1.200.000,00, em um Corsinha preto, entregue a José Dirceu. E José Dirceu, possivelmente, teria remetido esse dinheiro pelo Toninho da Barcelona para o exterior, para depósito numa conta no Merchant* Bank, da conta Barret*, e de lá, depois, manda para cá na medida em que os mimos do PT assim o recomendem: para comprar hora de jatinho, para comparar aluguel de carro blindado, para comprar consciência de Deputado, para comprar partido político, para comprar coisas que o PT interessa comprar. Essa é a preocupação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. V. Exª – e insisto: V. Exª é juiz – ouviu fitas que nenhum de nós aqui ouviu. Nenhum. Eu não ouvi. E V. Exª disse coisas que interessam muito na elucidação dos fatos que estamos perquirindo. Eu tenho em mãos degravação de declarações de V. Exª no programa Domingo Espetacular, na TV Record. Eu queria que V. Exª confirmasse se teria dito isso, que é produto, evidentemente, da sua convicção, à luz do que V. Exª ouviu das fitas, que nós não ouvimos e que V. Exª ouviu. "Tem pessoas no Governo e no Partido que têm as mãos sujas de sangue, até por omissão". Procede?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Confirmo, porque eu não estou acusando de ser o executante ou o mandante, mas sim impediu a apuração com o objetivo político.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Está correto.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Confirmo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Outra: "Não há a mínima preocupação com a figura da vítima desse bárbaro crime, e sim em botar panos quentes na situação e encobrir atos de corrupção em Santo André".

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Confirmo também. Não há dúvida quanto a isso.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – "Não estou dizendo que participaram da execução do crime, mas, até por omissão, têm as mãos sujas de sangue. São pessoas que estão muito próximas do Presidente."

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim, até diálogos que o Sombra chega a gritar com o Klinger e com o Gilberto. Quando a situação começou a se complicar, tem gravação que ele: "Chama o Gilberto aí, não sei o quê. Eu quero que faça assim". E ele aparece até gritando.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – O Sombra?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – O Sombra.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Outra: "Eu acredito que tenham algumas informações que completam o caso – são dados – relacionadas à morte do Prefeito, inclusive contatos de membros do Partido, lá em Santo André, com pessoas detidas do sistema prisional estadual e também de corrupção já praticada desde aquela época por alguns membros do Partido".

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu confirmo esse caso do Dernei Luiz Gasparini*, que era preso na época, antes do crime, em Araraquara, e estava lá junto com o Marcola. Ele me disse isso. Eu não tenho prontuário ali. Eu tenho até medo de falar nestes nomes: Marcola, João Didi e Geleião. Aliás, o Senador, isso eu vi no jornal alguma coisa, teria recebido um telefonema do Geleião, uma vez, relacionado a esse crime, o Senador Suplicy. E essa pessoa só teve credibilidade comigo quando explicou que estava em Araraquara. E, mais ainda, quando eu vi a xerox. Aliás, poderia ser pego lá no presídio de Tremembé o dossiê desse preso, que, aliás, foi tido como louco pela Diretoria, que não poderia depor. O Sandro Barbosa acho que andou procurando. A Diretora do presídio informou que ele não poderia ser ouvido porque era uma pessoa desequilibrada. Mas lá no prontuário dele, segundo ele,... Eu tinha esse xerox em mãos. Devo ter ainda guardado, porque eu não tenho acesso a nada. Acho até, às vezes, interessante, quando vem uma testemunha que está presa aqui e V. Exªs querem que apresente prova material. Quem está preso não tem nada. Nem esse xerox que eu tinha tenho no momento. Talvez, a advogada vai achar lá no escritório. Mas que a cópia dessa agenda dele está num prontuário do presídio de Tremembé, está, porque vi duas, três folhas dessa agenda. E mais: o original da agenda estaria ou com o Dr. Pinho, Procurador-Geral de Justiça, que teria ouvido ele em Taubaté, ou com a Drª Ana Lúcia Amaral, junto com o telefone clonado.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Está perfeito. V. Exª inclusive mencionou ligações de uma favela, a Pantanal, para a Prefeitura de Santo André ou para pessoas da Prefeitura.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É. Dá uma idéia... É difícil dizer assim afirmativamente "favela do Pantanal". Mas, como muitas pessoas, muitos telefones, inclusive telefones comunitários ou públicos, eram grampeados também, me deu a impressão, eu não posso, assim, afirmar com absoluta certeza, mas havia essas ligações de pessoas ligadas à Prefeitura ou à própria estrutura do Partido e à Prefeitura de Santo André com pessoas vinculadas ao mundo do crime. A prova disso são também os disquetes que foram confeccionados pela Polícia Federal. Essa, a Polícia Federal deve ter cópia. Ivan Monstro, depois Dernei, Geleião... Quer dizer, agora, quem ligou lá da favela do Pantanal não dá para dizer. Mas existem nos autos notícias de grampeamento, com telefones comunitários e orelhões da favela do Pantanal, que parece fica próxima à Ipiranga. O Delegado Federal sabe disso, o Dr. Carlos Fernando Braga.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – V. Exª seria capaz de reproduzir, mais ou menos, o diálogo que ouviu e que está nas fitas entre o Dr. Gilberto Carvalho e a Srª Ivone?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Olha, são vários diálogos. E dela também com o Klinger. Eles até combinam...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – O que me preocupa mais é a questão da farsa, porque cesteiro que faz um cesto faz um cento. Se se praticou uma farsa naquela época, a farsa pode estar sendo repetida até agora.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Olha, tenho quase absoluta certeza de que esse diálogo dele com ela foi em decorrência de uma ida dela ao programa Hebe Camargo. E ela é cumprimentada. Depois, é cumprimentada por outras pessoas também, pelo Sombra, pelo Gomes da Silva de que "Não, foi bem. É assim", entendeu? Ela é elogiada, porque se portou como uma viuvinha triste, com a morte do... E também é mencionado, em outro diálogo anterior, o problema de ter havido uma "busca" no apartamento do Celso Daniel, logo depois do seqüestro. Mas não

fala. Eu não me lembro se fala "dossiê", mas houve isso. Que arrancaram a página de um livro também da entrada do condomínio em que ele morava, do edifício em que ele morava. Há esses comentários. Mas essas fitas eu suponho que não foram destruídas. A terceira ou segunda cópia estão na Justiça Federal, e vai caber ao Juiz e ao Tribunal de São Paulo resolver se mandam para cá. Daí, os senhores vão poder ouvir todas. Talvez já tenha até degravação, porque a Polícia de Brasília não queria degravar. Depois, não sei como ficou, se degravou. Eu não sei. Mas o processo existe. Eu não tenho o número dele, mas existe.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – V. Exª chegou a pronunciar alguma sentença ou a fazer algum relatório com base nessas fitas, declarando a procedência ou improcedência?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Eu dei uma decisão, primeiro, mandando transcrever. E depois dei uma segunda decisão, concordando com a tese do Dr. José Carlos Dias, mandando destruir. Isso tudo está dentro do processo, a sentença. Está tudo dentro do processo. É tudo formal.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – V. Exª menciona também o...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – O ofício da Juíza do Dipo*, para mim, também está dentro do processo, encaminhando as fitas, as segundas vias.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – V. Exª menciona um homem que estaria preso, é também mantido em anonimato, e que teria denunciado com antecedência que Celso Daniel, como Toninho do PT, de Campinas, seria assassinado. Esse fato, até agora, não foi mencionado. O que V. Exª pode comentar sobre isso?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, eu não falei isso. A pessoa que eu sei que esteve presa comigo em Santo André e que eu não dava nenhuma credibilidade, e tal... É Tremembé. E que esteve em Araraquara, é esse Dernei, que está ainda preso em Tremembé. Dernei.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – É a mesma pessoa? É Dernei?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Dernei. Dernei Luiz Gasparini. Ele é até de Ribeirão Preto. Acho que até um parente dele é Prefeito de Ribeirão Preto, hoje em dia.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Dernei é o homem do telefone celular clonado?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É. Clonado. Que comprou do João Didi. Parece que o João Didi, segundo ele – aliás, uns PMs que estavam presos lá confirmaram –, seria dono dessas empresas que fazem transporte de família de preso, de ônibus.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Lembra desse telefone? O número? Ou não?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Mas é um telefone com aparência de ser fixo, mas era um clone celular. Eu sei que dá para fazer isso.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Então, o Sr. Dernei teria dado essa informação de que o assassinato de Celso Daniel teria sido anunciado? Ele tinha essa informação?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Ele alega que... Eu não vi as cartas. Ele alega que estão com o Dr. Pinho ou com a Drª Ana Lúcia Amaral até cópias das cartas que ele mandou para as autoridades denunciando os crimes antes. Agora, eu não vi essas cartas, até porque não estão com ele. Mas ele alega isso. Agora, que ele tinha esses telefones na agenda dele, na xerox da agenda dele, tinha. Dessas duas pessoas.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – As fitas que V. Exª ouviu... V. Exª tem experiência, como juiz, de coisa falsificada, montada ou fidedigna. Na sua opinião, eram fitas montadas ou fidedignas? Correspondiam a diálogos efetivamente mantidos?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Olha, aqui, até minha ex-mulher é – eu não deveria nem mencionar isso porque acho que ela não iria gostar – Superintendente da Polícia Federal hoje em dia, em Minas. Minha ex, não a Norma. A Polícia Federal funciona de uma maneira política e às vezes até clandestina. No meu processo, por exemplo, todas as gravações são cortadas, o que é ilegítimo, segundo a lei. Porque, às vezes, um trecho que dizem que não interessa pode interessar. Tudo é dentro de um contexto. Existe a aparência. Isso não é CD, como no meu processo. Mas existem interrupções bruscas de diálogos como se fossem cortes. Agora, eu não sei se é porque o assunto não interessava. Apesar de também ter muito assunto que não interessa, não é? Esse assunto da mulher do Klinger com a Ivone fala até do gato que tem na casa – modo de dizer, não é? Então, eu não sei que tipo de seleção se faz. Mas, por exemplo, no meu caso, Anaconda, quando eu pedi a transcrição, não deram; disseram que não tem e não interessa porque são pedaços. Eu acho que uma conversa deve ter, se possível, começo, meio e fim. Então, a Polícia Federal é useira e vezeira nisso. Ela somente não faz isso com o pessoal do Governo. Não escuta o José Dirceu, não escuta o Genoíno. Mas os inimigos do Governo ela escuta e desaparece, some; some dinheiro. Eu não estou acusando a Polícia como um todo. A Polícia Federal é a polícia política.

Amanhã, se o Governo for do Partido – vou inventar um nome – do Partido, vou inventar um nome – do Partido Brasileiro Comunista. A Polícia Federal vai trabalhar para eles. A Polícia vai trabalhar para eles. Por quê? Por que a Polícia funciona politicamente. Tanto que, no intervalo do 1º e 2º turnos, fui procurado... Não me lembro do nome. É Andréa a jornalista da **Folha** que me procurou? Fui procurado por uma jornalista da **Folha**, da sucursal aqui de Brasília, que queria, de toda forma, que eu desse cópias das fitas que estavam na Vara ou no Ministério Público, na época. Acho que estavam na Vara. Acho até que eu disse que estavam no Ministério Público, ela foi lá e não estava, estava na Vara, e ela queria que eu desse cópia das fitas para ela fazer uma matéria, no intervalo entre o 1º e o 2º turno. Inclusive, ela fez um comentário de coisas que não têm nada a ver com as fitas também. O negócio de Manaus, de Lula. Mas, não existe isso, com absoluta certeza.

Até perguntei: "Mas a senhora faz essa matéria agora, no intervalo do 1º e do 2º turno? Não posso dar isso para a senhora. Não sou político, não sou simpatizante de nada". Mas ela me procurou, deixou o telefone caso eu mudasse de idéia. E até houve um fato que guardei, porque tinha comprado um livro de um jornalista chamado Leandro, pré-nome Leandro, pouco conhecido, sobre o Dossiê Cayman *(**Cayman: o Dossiê do Medo**)*, e esse livro estava em cima da minha sala de audiências, da minha sala de trabalho. E daí, ela falou para mim, depois de conversar comigo, essa moça: "Já leu esse livro?". Eu falei: "Não, comprei ontem". E nunca li, realmente, não tive oportunidade de ler, mas comprei para guardar. Aí ela falou assim: "Sabe quem ele é?". Eu falei: "Não". Ela falou: "É meu marido". Aí eu falei: "Puxa, quer dizer que seu marido é contra os tucanos e a senhora é contra o PT?". E ela falou: "Por isso que o casamento deu certo". Essa moça é da sucursal da **Folha**, em Brasília. Ela me deixou o telefone, 061, tudo. Os Procuradores a conhecem. Ela foi ouvida pelos Procuradores.

**O SR PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Senador.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS –** Ah, e havia também nos autos um ofício que a Polícia se baseou nisso, na época, talvez até de uma forma maldosa. O Presidente de Honra do Partido, na época, que era o Presidente Lula, e o José Dirceu era Presidente do Partido, eles chegaram a fazer, logo no dia seguinte à morte do Celso Daniel, eles chegaram a mandar um ofício, com timbre do PT – está dentro do processo – pedindo ao então Ministro da Justiça – que acho que era o José Gregori – que usasse a Polícia Federal de todos os meios disponíveis, possíveis, legais, obviamente – não diz legais –, para apurar o crime.

Esse ofício foi feito no impresso do PT, assinam o Presidente Lula e José Dirceu, então, o Presidente do Partido e o Presidente de Honra. Foi, eu acho, para o Ministro da Justiça, acho que foi o José Gregori, que despachou. Foi para a Polícia Federal... Aliás, foi para o Fernando Henrique, que tem um despacho com a própria letra dele, e ele mandou para o Dr. Argílio(?).

Então, a investigação pela Federal também começou, entre outras coisas, com base nesse pedido do próprio PT, e está dentro do processo esse ofício.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) **–** Sr. Presidente, tenho certeza absoluta de que se essas fitas aparecerem, aqueles que não querem que amanhã a sessão seja aberta, vão questionar a legalidade dessas fitas, e dessas fitas como prova. Acho curioso duas coisas: primeiro de tudo, essas fitas estavam no apartamento da ex-esposa do Dr. Rocha Mattos. Elas foram surrupiadas, sumiram. Depois, elas apareceram misteriosamente num departamento da Justiça, e supõe-se que ainda estejam lá.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS –** Não, essas que apareceram são as que estavam na minha casa.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) **–** Isso. Mas apareceram misteriosamente.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS –** Sim, sim.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) **–** Mas será que uma coisa que é tão perseguida, que é objeto de tanta guarda, é desprezível, é ilegal? Acho que se impõe, na busca de esclarecimento de corrupção, porque o que nos interessa aqui é esclarecer corrupção, esquema de corrupção, esses indícios de farsa das ilações de pessoas que hoje ocupam funções-chave no Governo e que estiverem envolvidas num crime bárbaro que já produziu uma seqüência de sete outros assassinatos. Essas fitas têm que chegar aqui, Sr. Presidente, têm que chegar aqui como prova. Não vamos subestimar o que esteja nela, não. O Juiz Rocha Matos já fez uma exposição do pensamento dele, do que ele acha que as fitas dizem. Essas fitas têm que chegar a esta Comissão e elas têm que ser provas provadas, consideradas.

E, Sr. Presidente, eu quero me antecipar. Eu estou ouvindo murmúrios de que há uma tentativa, por parte do Governo, de que a reunião amanhã seja feita, contrariando o que foi votado, fechada. Isso será uma agressão à opinião pública. E eu quero, desde já, manifestar minha posição peremptoriamente contra. Por

que o Dr. Rocha Matos vem aqui, é ouvido em reunião aberta e os argumentos que ele coloca não são concordados ou confrontados, amanhã, também, em reunião aberta? Por que os dois irmãos Daniel não vão ter a oportunidade de confrontar as suas opiniões com o Dr. Gilberto Carvalho que está, sim, senhor, sendo objeto de acusações seriíssimas por parte do Dr. Rocha Matos, que está amparado em fitas que têm que chegar a esta Comissão?

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Senador Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – E eu peço à V. Exª que envide todos os esforços... Um minuto só. Todos os esforços no sentido de que essas fitas cheguem a esta Comissão. Acho que essas fitas passam a ser calcanhar de Aquiles para nossas investigações porque elas podem significar, ou não, a constatação de uma farsa. Com muito prazer, ouço o Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Apenas para esclarecer a V. Exª que, ontem, por volta de 20h, eu estava conversando com o Dr. Gilberto Carvalho, e ele expressou que tem o maior interesse que a reunião de amanhã seja aberta.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Folgo, enormemente, em sabê-lo. Enormemente, porque membros desta Comissão já vieram a mim dizer que estavam recebendo telefonemas, solicitando o *o.k.* do voto para uma hipotética proposta de realização de reunião fechada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço à V. Exª, Senador José Agripino, e concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Senador José Agripino já apontou fatos relevantes ao depoimento do Dr. Rocha Matos. Eu quero repetir a primeira pergunta do Senador José Agripino. O senhor declarou, de fato, que há pessoas no Governo e no Partido – o Partido é PT – que têm as mãos sujas de sangue, até por omissão – disse o Juiz no programa Domingo Espetacular, na TV Record. V. Exª já confirmou?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Já confirmei.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E eu peço... O senhor confirma isso?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Confirmo. Claro que sim. Porque o mínimo que houve foi uma abafa, uma omissão... Atos que foram tendentes a impedir a apuração completa do caso, até porque iria parecer, obviamente, a corrupção. Naquela época, seria desastroso aparecer a corrupção.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª declarou, aí, e é a verdade, porque eu já tinha declarado em discurso no Plenário do Senado, que o PT foi o primeiro interessado na apuração do caso. É porque o PT queria culpar o Governo do Estado, do Sr. Alckmin, como responsável não direto, mas talvez por falta de policiamento, como o povo brasileiro, agora, respondeu – principalmente a terra do Sr. Senador Pedro Simon – sobre a falta de segurança no Brasil. Então, queriam jogar isso na parte de São Paulo. Logo depois, vira a posição: não querem apurar coisa alguma. E V. Exª já disse isso, em outras palavras, aqui. Cabe-me, agora, perguntar: a quem interessava caracterizar as fitas gravadas como ilegais?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ao PT, obviamente, e as pessoas envolvidas, ao Klinger – que nem sei se é filiado ao PT.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª não tem hoje um certo arrependimento de ter cedido ao advogado João Carlos Dias para refluir da sua decisão, fazendo uma negativa do valor das fitas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Tenho e não tenho.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª errou?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Considero ainda que a prova é ilícita. Mas vou dizer uma coisa para V. Exª...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – Mas se a prova era ilícita por que V. Sª fez?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não foi eu que fiz, foi o Juiz do Estado que fez. Acho que o Juiz do Estado que concordou com essa...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – Mas V. Sª acatou?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Num primeiro momento mandei degravar, depois o advogado, com argumentos técnicos e jurídicos, me convenceu que eu estava errado...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – Mas depois uma juíza convenceu que o senhor estava errado e deu validade.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim, ao tribunal.

A Juíza do Tribunal disse que... Por coincidência a Drª Terezinha Cazerta, que foi a relatora do caso do Anaconda. Ela muito medo de mencionar nomes...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – Estamos convencidos de que essas fitas, além de existirem, são verdadeiras.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Segundo o tribunal são lícitas até, segundo a Drª Terezinha...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – São tão verdadeira que V. Sª guardou diálogos importantes.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Mas eu tinha que ouvir para saber se havia aquela farsa que estava noticiada, algumas. Foi o que eu fiz.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – Acho, sinceramente, que V. Sª não deveria ter determinado com tanta rapidez a incineração das fitas.

Houve pressão externa, além do advogado José Carlos?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – O advogado, inclusive, não se dá comigo, não temos afinidade, não houve.

A única pessoa que me pediu duas, três vezes, em conversas muito reservadas, foi o Dr. Baltazar, porque era o segurança, dizendo que aquelas fitas... era tudo ilegal...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – Baltazar quem era?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – A pessoa que fazia segurança do Presidente Lula, Delegado Federal e que depois foi nomeado superintendente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – Esse queria a incineração das fitas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Queria. Esse que disse na *Veja q*ue não se lembrava...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – Quer dizer, o homem de confiança do Presidente Lula...?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim. Ele era o segurança do Presidente Lula desde 1989, fez as três campanhas.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – Isso é extremamente importante...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Quando Collor, Fernando Henrique, Fernando Henrique; quatro campanhas. Cuidou da segurança durante as quatro campanhas eleitorais.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – Como V. Sª recebeu depois as transcrições das fitas? De onde provieram? Quem elaborou?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Transcrição?

Não, havia nos autos uma transcrição parcial feita assim de trechos mais elucidativos – havia e há, está lá no processo. Agora, é importantíssimo dizer que antes da apreensão trechos dessas fitas já haviam circulado antes de eu mandar prender no jornal **Folha de S.Paulo**, no jornal **Estado de S. Paulo. E** mais, o que me causou – já eu preso – profunda estranheza, porque é uma pessoa que conheço, uma pessoa muito correta – foi a contratação do Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, ex-Procurador Geral da República, para atuar no caso, quando ele não fez, pelo que sei, uma petição. Ele foi contratado quando eu já estava preso, que o Greenhalgh saiu e ele foi contratado. E depois fiquei sabendo, por notícias da imprensa, que...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – Custou R$ 500 mil.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Mais de R$ 500 mil, ele não fez uma petição. Até o Diretório Regional do PT, segundo eu li na imprensa de São Paulo, falou que era coisa do comitê nacional; essa contratação eles desconheciam, que não houve prestação de serviço. Então, acredito que ele foi contratado para intimidar um pouco os promotores.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – Evidente, acho que o raciocínio de V. Sª é...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Porque é um homem de muito conceito, trabalhou na...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL– BA) – Foi o chefe da Procuradoria durante quatro anos.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Excelente advogado; e ele tem escritório com esse que foi afastado no caso Valdomiro, eles têm escritório juntos, o subprocurador geral, Dr. Santoro. Não sei se naquela época já tinha... O valor é assustador. Não sei se ele declarou imposto de renda ou não declarou. Quando a isso não tenho nenhum dado. Mas receber quinhentos... Nunca vi um advogado receber R$550 mil ou quinhentos e poucos mil reais para fazer uma petição.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pediria ao Presidente que visse quanto o Dr. Aristides recebeu por esse caso de Santo André.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães, se V. Exª me permite.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pois não.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Queria lembrar ao Dr. Rocha Mattos que aqui houve um escritório de advocacia...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Que cobrou R$5 milhões.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB–RN) – ... o escritório do Dr. Valter Santos Neto, que recebeu R$5 milhões.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Cinco milhões por uma petição.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB–RN) – Por uma petição, por uma medida cautelar.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O senhor conhece o Valter Santos Neto?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Eu não conheço. O Dr. Aristides eu conheço, porque foi Procurador-Geral da República, trabalhou em São Paulo. Tive até um relacionamento pessoal de amizade com ele. Eu que apresentei um delegado que veio a ser padrinho de casamento dele.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª que sempre foi muito experimentado como juiz, foi delegado federal, enfim, conhece bem todo esse *métier*, por que não tomou nota de algumas partes das fitas? Seria lógico que V. Sª tivesse tomado nota de alguma coisa dessas fitas. Se V. Exª não tomou, a sua memória está bem viva. Poderia dizer alguma dessas coisas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, não tomei nota de nada porque, no momento em que eu mandei... Uma que isso, além de fatos que poderiam interessar se essas fitas fossem lícitas, envolve muita coisa de intimidade. Inclusive, vamos dizer assim, esse relacionamento estranho que aquela Ivônia tinha.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas ninguém iria saber. Só hoje V. Sª iria tornar público, de maneira que as intimidades não fariam mal.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Como? Não entendi.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Só hoje V. Sª iria tornar público essas intimidades que iriam melhorar a sua vida.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Estão lá. Bom, minha vida acho que não tem jeito, porque o Sombra é solto num plantão do Supremo Tribunal Federal. Eu acho muito... Sem discutir o aspecto técnico, não vou nem dizer quem o soltou, mas ele, num período de férias, foi solto num plantão, sendo que havia... Dois Ministros soltaram o Sombra: o Presidente do STJ e o do Supremo, num plantão onde não há distribuição. Há posterior... Acho... Não estou dizendo que ele é culpado. Não tenho elementos para apurava isso aí, mas é uma pessoa que eu acho que seria perigosa. Assim como ficar preso, assim como aquele assessor, não sei nada de Ribeirão, só por notícia de jornal, aquele assessor do Ministro da Fazenda, em dois dias, se sentiu desesperado e falou bobagem, não sei. O Sombra parece que ficou uns seis meses preso, não é? Obviamente ele era uma peça... Não que ele seja o culpado do crime, não posso dizer isso. Foi apontado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sua esposa tem ciência do paradeiro dessas transcrições?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Dessas...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Transcrições.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Estavam na casa dela. Ela está presa. Aliás, é a Operação Anaconda. Todo o mundo já foi solto, menos eu e ela, o que é muito estranho, não é? Ela continua presa também na penitenciária feminina de Santana. Estava na casa dela. Ela até parece que se dispõe a, pelo que tive de notícia... Não posso falar com ela, porque o preso vive recluso, não é? Obviamente, não pode telefonar. Só para advogada com ordem expressa. Mas me parece que ela teria interesse ou não teria...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas se o advogado dela disser ao Presidente desta Comissão...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Como?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Se o advogado disser que ela tem coisas para nos dizer, tenho certeza de que o Presidente da Comissão a convoca.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – O advogado dela é o Dr. Paulo Esteves. É um advogado bastante famoso em São Paulo, muito amigo da família. Tenho impressão de que ela se disporia a depor, mas tem o seguinte: ela tem muito medo também, não é? Ela tinha muito medo até das fitas ficarem na casa dela. Confesso que eu também tenho medo, não é? Não assim...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sobretudo depois de sete mortes.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É. Mas não é medo de eu ser assassinado. Tenho medo porque, do quarto casamento, tenho uma filha...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Falando de sete mortes, o senhor, como juiz, o que o senhor acha desse "suicídio", entre aspas, do Belmonte?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Parece que teria havido um envenenamento, não sei. Só achei estranho o delegado do Estado, logo no primeiro dia, que eu não conheço salvo de nome, ir à televisão e falar: "Não foi suicídio. Depois, parece que até está conduzindo a isso. Mas ele, de cara, descartou. Acho estranho, até porque a polícia do Estado ficou dividida nisso, pelo que eu sei, pelo que eu acompanhei

depois, lendo. Alguns acham que foi, que o crime foi comum, outros acham que foi crime político.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – O Ministério Público acha que não.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Agora, o próprio promotor que está acompanhando o caso fez uma crítica...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – Hoje ainda saíram novas críticas.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – ...dizendo: o delegado está-se antecipando. Parece que o laudo ia ficar pronto hoje e não ficou. Vai ficar pronto só na semana que vem, esse do perito. Eu não conheci o perito. Eu o conheci só pela imprensa. Esse laudo que o perito fez não está dentro do meu processo lá, que era meu. Está lá na...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – V. Sª ouviu também dizer ou teve uma prova maior de que o Sr. Gilberto Carvalho carreava os recursos para a sede do PT, para o Dr. José Dirceu?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Pelo que eu me lembro das fitas – faz três anos que eu ouvi isso, menos um pouco, dois anos e meio, pouco antes de eu ser preso, eu ainda cheguei a ouvir, quando eu fui dar aquela decisão, em abril de 2003, talvez –, não existe uma gravação assim frontal, claríssima. Até porque eles suspeitavam de grampo, mas dá uma idéia, dá a impressão, ouvindo as fitas, que ele também coordenaria esse esquema de arrecadação.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – Eu teria outras perguntas, mas meu tempo está esgotado. Eu tenho absoluta certeza, pelo que V. Sª fala, que está claro que foi um crime de mando o assassinato de Celso Daniel. Em segundo lugar, que o PT estava dentro desse assunto. V. Sª pensa como eu ou pensa divergente?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Olha...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – É só um pensamento...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu não sei. Havia pelo menos a tentativa de abafar, atos tendentes, não só tentativa para abafar a apuração, isso houve. Agora, entre isso – que é uma situação lamentável, porque foi uma vida que foi embora, vida de uma pessoa importantíssima, que ia ser o coordenador da campanha – e alguém ser o mandante, há uma distância já maior. Mas eu não sei, pode ser que foi alguém.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – V. Sª, como juiz, já teve algum caso como esse de Santo André, em que morreram sete testemunhas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Eu sou juiz federal e a gente não lida muito com esse tipo de infração, mas é muita gente que realmente morreu, em condições, aparentemente, estranhas e sempre relacionadas com o fato.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL–BA) – V. Sª não tem dúvida sobre a arrecadação de recursos em Santo André por causa dos diálogos que ouviu?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, sobre isso eu não tenho dúvida. Até porque isso já foi noticiado desde 92, 93, na Prefeitura de São José dos Campos, era daquela Operação (inaudível), era a mesma coisa, era arrecadar para o partido.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – Eu quero dizer ao Presidente que acho importante a presença do Juiz Rocha Mattos e que ele trouxe grandes contribuições, mesmo sem vontade, no início, em relação ao Relator. Mas ele foi ficando à vontade e depois contou o que deveria à Comissão.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu tenho preocupação porque eu estou preso por cauda disso, por incrível que pareça. Tem gente que fala assim: não, isso não é possível!

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA) – V. Sª só pode ser solto, pelo que vejo, se isso for esclarecido.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim, o aparecimento dessa terceira ou segunda via das fitas. Bom, pelo menos por isso, apesar...

**O SR.** – Então vamos trabalhar. Ajude-nos, faça com que essas fitas cheguem rapidamente a esta Comissão.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É só oficiar à Vara, ao Dr. Alexandre Cacetari.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL–BA) – Eu sei que V.Sª pode nos ajudar, deve ajudar-nos. Essas fitas são indispensáveis para o inquérito desta CPI.

Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais – PFL-PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

S. Exª dispõe de dez minutos, com a costumeira tolerância desta Mesa.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT-AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Rocha Mattos, inicialmente pergunto a V. Sª se conhece a Srª Norma Regina Emílio Cunha.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim, é minha ex-mulher.Está presa.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT-AC) – V. Sª tem conhecimento do depoimento prestado por ela à CPI da Biopirataria?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, porque não tinha TV a cabo na prisão e não dá para saber. Só de ouvir dizer.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – São manifestações muito duras sobre a sua condição pessoal. Eu lhe pergunto: o Senhor tem uma condição pessoal, física, psíquica, absolutamente tranqüila? Porque tenho uma dificuldade de me manifestar nesse fato porque, além de ser parlamentar, sou médico. Jamais desviaria o meu caminho de indagação se o Senhor...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas V. Sª não é psiquiatra.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Mas não é essa a razão, a razão é ética. Se o Senhor tivesse uma fragilidade de ordem clínica, eu me reservaria em não falar o que está escrito aqui. Por isso que lhe pergunto com absoluto respeito.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Olha, quem foi apontada pelo próprio instituto estadual Imesc como pessoa portadora de doença mental, semi-inimputável, considerada por perito oficial, foi a Norma, infelizmente, para minha tristeza, porque muita gente achou que isso era bom. Eu falei: é mãe do meu filho, está presa, ela que foi apontada, mas a desembargadora fez questão de mandar fazer um outro laudo, dizendo que ela era imputável e não semi-imputável.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Porque ela deixa claro aqui, sinto-me à vontade para indagar, que defendeu a interdição do Senhor em algum momento e pediu uma proteção psiquiátrica ao Senhor. E, mais ainda: num outro momento, ela diz, traduzindo ao pé da letra o que foi o depoimento: "ele fala sozinho, ele ria sozinho, ele falava até com gente morta. Era muita coisa estranha que acontecia e, quando ele voltou para casa no ano passado foi porque ele estava caindo na rua e o meu filho..." Eu lhe pergunto: o Senhor tem algo a dizer sobre isso?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu já freqüentei psicólogo por problemas de depressão, tirei licença por causa disso, está escrito, mas esse negócio de falar de mortos não é verdade. Ela ficou... Nós vivemos juntos dez, doze anos. Dez anos, até 98. Depois, acabei me casando com uma pessoa bem mais jovem, criou um clima insustentável. Ela praticamente...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – São coisas pessoais que não me interessam, fique tranqüilo. Era apenas para ver se o Senhor tinha... Se ele estava...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Então, ele pode dizer que casou com uma jovem bela e que a moça ficou zangada. (Risos.)

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Perfeito, pode ser o argumento dele. O que tenho aqui, Sr. Rocha Mattos, do Dr. Emanuel Henrique Balduíno de Oliveira ao Dr. Renato Ralf Porciúncula, Diretor de Inteligência Policial, no dia de hoje, dia 25, melhor dizendo:

"Sr. Delegado, informo que o material arrecadado no imóvel situado na praça da República, nº 107, edifício Intercap, 10º andar, Centro, São Paulo, de propriedade de Norma Regina Emílio Cunha, em cumprimento ao mandado de busca e apreensão, expedido pela Desembargadora Federal, relatora do TRF da 3ª Região (...)"

Aí diz:

"A busca e apreensão foi acompanhada pela representante do Ministério Público Federal, Drª Rita de Cássia, bem como por testemunhas e proprietária do imóvel. No local, foram arrecadadas 14 fitas cassete e 20 fitas mini-cassete, todas digitalizadas, transcritas, periciadas e analisadas, sendo posteriormente encaminhadas, originais e cópias digitalizadas, ao egrégio Tribunal Regional da 3ª Região. Por oportuno, acrescento que o material analisado não faz referência alguma a qualquer crime perpetrado contra o ex-prefeito de Santo André, Dr. Celso Daniel.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Claro que não. Essas são outras fitas que ela, sem eu saber, gravava, que não apresentou para a polícia. Essa prova é ilícita, essa prova é aquele caso que falei do subprocurador. Ela gravava conversas minhas, inventando coisas, inventando até pessoas que teriam processos na justiça, quando nem têm processos. Essa prova é ilícita.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Então, vou ler outro material da Divisão de Comunicação Social da Polícia Federal, de 2004 ainda, não é de data recente. "Mais uma vez, o Departamento de Polícia Federal refuta a veracidade da notícia, amplamente difundida pela imprensa, sobre a suposta apreensão de cópia das fitas do caso Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André, São Paulo, durante diligência de busca e apreensão da Operação Anaconda na residência da ex-mulher do juiz Rocha Mattos. A Polícia Federal reitera que não foram apreendidas quaisquer fitas ou cópias relacionadas ao caso Santo André. Então, veja bem, estou fazendo a leitura de documentos da Polícia Federal e, quando o Senhor faz a acusação da Polícia Federal como um aparelho político de Governos...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – E é.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – É um direito seu fazê-lo. O Senador Romeu Tuma irá manifestar a impressão dele sobre isso. O que eu gostaria de lhe dizer é que no ano de 2000, quando ocorreu essa tragédia, envolvendo o Prefeito Celso Daniel, a Polícia Federal então era tucana e protegeu o PT, que eram adversários políticos e disputavam eleição? O Governo de São Paulo, do Governador Alckmin, era tucano e protegeu o PT? Porque o que sabemos foi que o Presidente Fernando Henrique foi absolutamente isento e responsável no pedido de uma apuração exemplar, pela Polícia Federal, que acompanhou a Polícia Civil; e o Governador Alckmin da mesma forma, com todo o aparelho de segurança que tinha disponível. Então, eu gostaria que o senhor...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não são esses os documentos que o Governador Alckmin tem hoje.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Se tem outra versão, gostaríamos de saber, porque foi dito aqui por inúmeros depoentes sobre essa matéria. Agora, o que mais importa para nós, Sr. Rocha Mattos, é que esse caso, que essas fitas apareçam.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Estão lá.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Que elas sejam transcritas de maneira ampla e clara. Veja o que a revista **Veja**, que é insuspeita na sua imparcialidade numa hora dessas, a **Folha de S.Paulo,** que diz também que é insuspeita numa hora dessas, diz o seguinte: "O Jornal ...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª concorda com tudo o que a **Veja** diz?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Não, pelo contrário, tenho absoluta divergência pela postura ética da revista, mas eu tenho que entender que ela é insuspeita quando o assunto é o Governo do PT. V. Exª há de convir que ela faz críticas abertas e declaradas e na sua honestidade do que acredita que é justo fazer, embora eu não concorde.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Com prazer, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O que está provado é que o juiz Rocha Mattos está em plena situação normal, do ponto de vista mental. De maneira que V. Exª, perguntando, fez um bem, porque ele provou a todo o Plenário e ao público que está em plenas condições para realmente...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Claro.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – ...estar aqui, e as afirmativas de V. Exª caem por terra.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Eu tenho a mesma impressão de V. Exª e fico aliviado porque entendo que ele esteja pronto para ouvir qualquer argumentação aqui. É isso que transparece no debate.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Só me permita.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Permita um aparte?

Pois não. Eu também não sou médico, mas já participei, inclusive, pela Comissão de Direitos Humanos, visitando o UAI – Unidade de Atendimento Inicial –, em São Paulo, e até discuti, na época, com o Governador Geraldo Alckmin, sobre a situação do UAI, sob a ótica de ver quais daqueles adolescentes infratores tinham também distúrbios mentais associados. E nós não temos, absolutamente, qualquer condição de dizer se qualquer um de nós tem um distúrbio mental, um distúrbio psíquico, qualquer um de nós, eu não quero dizer o Rocha Mattos, mas se não houver uma avaliação e um acompanhamento profundo e necessário por profissional habilitado. Então, a gente olhar para a pessoa como nós, chegamos a São Paulo e dissemos: não adianta olhar para essa gurizada para ver se eles são infratores e se têm distúrbio mental. Eles têm que passar por um processo de avaliação onde, a olho nu, não se pode, absolutamente dizer se a pessoa tem um distúrbio psíquico.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – O meu único cuidado, meu caro Senador Flávio Arns, o meu único cuidado foi exatamente não causar qualquer tipo de sofrimento de ordem psicológica.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, não está causando porque...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – V. Exª me deixou tranqüilo de que está plenamente preparado para o debate.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Infelizmente, quem foi tida como...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Permita-me, o meu tempo é muito curto...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Infelizmente, quem foi tida com problema mental foi minha ex-mulher, o que eu lamento.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Tenho poucos minutos, só quero transcrever o que disse a revista **Veja:** "O jornal **Folha de S.Paulo** divulgou transcrições das conversas registradas nas fitas e mais tarde teve acesso a trechos de áudio de vários diálogos, mas

descobriu divergências entre transcrições e áudios. Tanto nas transcrições quanto nos áudios a presença de Gilberto Carvalho era freqüente, mas não comprometedora". Então, eu entendo que precisamos dessas fitas, precisamos da clareza não de trechos, de partes que possam simular...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Aliás, eu não sei como esse jornal tinha cópia. Não fui eu quem deu ao jornal.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – O que mais me preocupa, e já concluindo, Sr. Rocha Mattos, é que possamos ter a dignidade de alguém picotado, jogado ao vento, nunca mais se reúne. Eu acho que o senhor tem muita responsabilidade quando está falando aqui. Deve ter. Lamento, lamento que a minha impressão, pelo que vi nos jornais, sobre as suas atitudes, sobre o seu comportamento profissional, são da mais precária confiabilidade e respeito à dignidade.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Bom, a imagem que se transmite até de um juiz que está preso e acusado de venda de sentença, quando no processo não existe uma sentença que foi apontada como vendida. Ao contrário, o processo é de uma suposta formação de quadrilha.

Mas o senhor tem que ter esse conceito meu mesmo, porque o que saiu na imprensa é vender sentença. Agora, se o senhor pegar o acórdão no Tribunal, com 900 páginas, o senhor vai ler acórdão condenatório, pena máxima. A minha pena é maior do que a do Elias Maluco, no tocante ao crime de quadrilha – pena máxima. Eu nunca apliquei a pena máxima e desconheço caso de aplicação da pena máxima.

Mas é por uma suposta quadrilha e não por venda de sentença. Quadrilha que envolveria interferências em inquéritos, mas não por venda de sentenças. Não tem acusação de corrupção, por incrível que pareça. Mas é tido, venda de sentença.

Vou convencer quem que não é? Se a CPI quis citar o acórdão do Tribunal que me condenou a uma pena altíssima e que tenha votos vencidos quanto à ilicitude da prova, o crime não foi corrupção, mas todo mundo fala venda de sentença. Só que não tem a venda de sentença, gostaria que tivesse.

Agora, o senhor não me ofende não. Olha, o preso já é sempre desqualificado, porque uma que ele não pode ter os documentos, porque o preso é revistado antes de entrar no presídio, antes de entrar num ambiente. As bagagens dele são revistadas. A comida... eu não como a comida de presídio nenhum, não só por uma questão de dieta, como por medo de ser envenenado. Na PM não tem esse problema, graças a Deus, em São Paulo. É um regime militar muito duro, mas é um tratamento de respeito e não existem maus tratos psicológicos. Ao contrário, é um tratamento muito duro, disciplinado, mas correto. Lá eu não teria o problema de me alimentar se não fosse problema de comida ter muito sal e óleo. Mas nem na Polícia Federal, em nenhum lugar, eu jamais comi a comida da prisão. O que é normal, a comida entrava, só que era tudo revistado.

Quer dizer, eu vou ter que documento lá comigo? Aliás, eu vou dizer uma coisa para o senhor – eu nem deveria dizer isso aqui, mas vou dizer: eu fui acusado num suposto acordo que teria havido entre o Ministério Público Federal por um preso de estar dentro da cadeia, lá em Tremembé, planejando a morte da Desembargadora Teresinha Cazerta.

Por sorte minha, o delegado que foi encarregado de apurar isso chegou até pegar um gravador ou um aparelho de escuta e deu para um amigo desse preso que me acusou disso, falsamente, e ele disse: não, estou fazendo troca com o MP porque eu vou ser solto. Mas existe até isso. O delegado que fez inquérito, felizmente, um delegado muito correto, é o delegado que estava na época em Guarulhos, Dr. Troncon. Eu fui acusado até disso. Eu sou acusado de coisas bárbaras, que vou fugir do País...

Olha, tudo apreendido, bens bloqueados. Minha atual mulher ela mora na favela Nova Santo Amaro. Minha ex-mulher, hoje em dia, porque está pagando tributo de dólar que ela trouxe do Japão, quando foi dekasseguis lá, ela mora numa favela. A casa nossa foi alugada. Eu tenho todos os bens bloqueados, passaporte apreendido. Certo? Então, eu vivo quase uma situação de miséria e a família também. E ela tem medo. Ela não queria que eu viesse para cá, porque ela acha que eu corro risco de vida. Eu acho que ela pode até correr. Não estou dizendo que houve ameaça, nunca recebi de ninguém, muito menos lá na PM, que é um local super seguro e tal. Mas eu tenho medo de ser envenenado realmente. Eu tive já muito, hoje em dia eu tenho menos, porque na PM eu não tenho essa preocupação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB**)** – Agradeço a V. Sª.

Senador Tião, se ainda desejar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma. Em seguida ao Senador Mozarildo, depois V. Exª, Senador Arns.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, depoente Dr. Rocha, queria pedir desculpas por não estar presente, porque a CPMI dos Correios precisava completar o número para...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por permuta entre V. Exª com o Senador Tião.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É pena, porque eu estava muito interessado em acompanhar de perto o sincero depoimento do juiz Rocha Mattos, e a discussão, os questionamentos que foram feitos para eu não me sobrepor ao que já foi perguntado a V. Sª. Se for, o V. Sª pode dizer que já respondeu. Eu pediria desculpas apenas.

Dr. Rocha Mattos, eu só pediria licença, sem desmerecer toda a sua reação com respeito à Polícia Federal, e eu conheço bem sua história, o senhor foi Delegado de Polícia...

**O SR. JOÃO CARLOS ROCHA MATTOS** – Com muito orgulho, aliás.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Delegado de Polícia competente, sempre reconhecido. Foi do Ministério Público, onde nós tivemos relacionamento quando eu estava na Superintendência de São Paulo. V. Exª nos ajudou muito em questões de Previdência Social e outros fatos que decorreram nos quais tinha que se manifestar a respeito e outros colegas seus que sempre colaboraram com a Polícia Federal. Eu apenas queria dizer que o senhor pode ter razão em algumas questões; não vou discutir o mérito da interferência de política ou não, mas temos procurado sempre, quando na direção da Polícia Federal, ter independência. Eu sei que, quando eu saí de lá, saí por razões que poderiam me fazer perder a minha independência, e eu não via razão para ferir todo o meu trabalho de muitos anos. Mas eu acho que o Dr. Paulo é um homem sério. Não sei, nas operações em si, quem comanda e quem não comanda. E não estou retificando ou querendo contrariar sua opinião, porque sei que o senhor está sofrendo e não vou entrar nesse mérito. E sei também que o senhor está em perfeitas condições psicológicas. O resto não...

**O SR. JOÃO CARLOS ROCHA MATTOS** – O Dr. Paulo Lacerda é uma pessoa correta. Tenho as minhas divergências com ele...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, eu só queria fazer essa colocação, porque é um sentimento de ordem pessoal. Acho que o senhor permite que eu, pelo menos nesse...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Eu entendo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...preâmbulo, eu possa não me angustiar muito com o que está acontecendo, às vezes, com essas operações. Algumas delas, nós criticamos, como o uso indiscriminado de armas, de algema e tudo isso, que, na verdade, são conceitos que cada um tem, o princípio dentro do comando de uma operação.

V. Exª comandou várias operações como Delegado de Polícia e...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...sabia se devia usar algema ou não, porque é um critério pessoal de quem cumpre a missão.

Nós até estamos estudando aqui regras para que não haja exagero em determinadas diligências. Regras, não só para a Polícia Federal, mas para a Polícia Civil e Polícia Militar também. São regras de defesa do cidadão. Quando é preciso, tem que agir com rigor; não é a violência que impõe, mas o rigor.

Então, peço apenas que o senhor entenda essa minha colocação,...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Eu entendo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...com todo o respeito que tenho por V. Exª.

**O SR. JOÃO DA ROCHA MATTOS** – Muito obrigado. Eu também. A recíproca é verdadeira.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Falou-se muito em fitas, Sr. Relator, e eu tenho aqui, na memória, não apenas os depoimentos, mas o histórico desde o início da morte de Celso Daniel. Fui ao velório, estive em Santo André e eles achavam que havia alguma coisa mais grave por trás da morte de Celso Daniel. E o Presidente Lula, ainda candidato à época – V. Exª corrigiu aí, numa parte do seu depoimento, que ele ainda não era Presidente –, procurou, com mais auxiliares, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e pediu a intervenção da Polícia Federal e a censura telefônica para poder chegar aos verdadeiros responsáveis pela morte do Celso Daniel.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É, salvo engano, ele coloca censura telefônica no...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, ele pede a censura telefônica. Só se eu estiver muito enganado e a minha memória estiver pior do que a sua – já que o senhor disse aqui que às vezes falha a memória depois de tantos anos. Mas, na Polícia, cultuamos fortemente essa questão da memória, para não nos esquecermos de fatos que possam...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas ele pediu. Então pergunto: essa censura telefônica não foi decorrente do pedido do então candidato a Presidente da República e daqueles que com ele foram ao Presidente Fernando Henrique?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Olha, é até possível que seja. O que eu acho é que o Delegado...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não estou querendo invalidar as fitas, entendeu?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – O Delegado. Não. Nem...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL SP) – Quer dizer, eu acho que elas têm um valor até porque...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ele pediu, sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu não sei se foi para desvio de objetivo...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...mas eles pediram para fazer a censura...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Pediu, sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...de quem fosse suspeito de ter participado de qualquer coisa.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eles pediram sim.

Agora, o que eu acho um absurdo...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpa, Relator, eu não sei se já perguntaram isso.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – ...isso, eu fiz assinado pelo então candidato e pelo então Presidente do Partido, Presidente de Honra, que era o Presidente Lula e o Presidente do Partido que era o José Dirceu. Eles falam em escuta telefônica, sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor acha que até o Greenhalgh também fala, no início, antes de ele assumir a parte participativa da investigação.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Agora, o que eu acho muito estranho – e, aí, eu acho que foi feito a bem da verdade, até em detrimento do PT, naquele início – é o Delegado mandar para o Juiz, combinar com o Juiz – eu fiquei pasmo quando o Juiz admitiu isto em juízo – o Dr. Porto... Por que tráfico de drogas? E por que não usou a Justiça Federal?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, eu pergunto apenas... Eu gostaria que o senhor raciocinasse como delegado.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eles pediram, sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Será que a suspeita sobre os assassinos não seriam traficantes e sequestradores? Pode ser isso ou não?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Pode ser.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Digo isso e gostaria que o senhor pudesse voltar ao passado e ser Delegado de Polícia. O senhor acredita num fato como este? Senador Mozarildo Cavalcanti, é um raciocínio que eu tenho feito todos os dias para ver se eu encontro uma resposta. Resgataram o preso Dionísio em um presídio, com um helicóptero e uma operação de vulto, que deve ter custado dinheiro. Não deve ter sido de graça, e o helicóptero não era de propriedade da quadrilha. Alguém, então, alocou o helicóptero e resgataram o preso. Eu estou falando isso porque o Romeu Júnior fez a parte de investigação....

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – E trabalhou nisso.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ... da prisão do Dionísio. Então, ele fez a logística e toda a parte operacional do seqüestro. Então, havia um objetivo, que era alguém que eles iam seqüestrar. Não é assim? Então, quando eu estava no Dops, a parte de seqüestro ficou conosco. Então, do meu ponto de vista, não há explicação para o fato de o senhor ir seqüestrar o Joaquim, ele não aparece; aí, passa o José, sem eu saber que é o José, e seqüestro o José para não perder o aspecto da operação. Não existe isso, para mim.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não existe.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Para não perder a viagem. O senhor concorda comigo? Como Delegado, o senhor poderia raciocinar como eu ou estou errado?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu concordo com o senhor. Realmente...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não dá para dizer assim: Ah, o cara não passou, vamos pegar esse aí, porque tem um carro blindado...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É que o Delegado disse – e o Juiz admite isto –, que poderia haver vazamento, mas, quando indagado se havia algum vazamento e escutas de traficantes, foi dito que não. Então, não sei por que mascarar.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu concordo. Eu não estou discutindo esse aspecto.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – E o Delegado, também, é um Delegado muito correto também e até foi preso na operação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor acha que o Carlos Braga poderia colaborar com a CPI?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Acho que poderia. Ele até foi preso por um suposto telefonema que teria dado ao Toninho da Barcelona na "Operação Colina".

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas era da outra operação.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Era da outra operação mas ele é um Delegado muito correto.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Porque tinha alguns Delegados envolvidos na transferência de valores à época.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Ele foi preso porque ele teria avisado... uma notícia de jornal.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele avisou que haveria uma diligência.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Mas ele voltou para a ativa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, não... Aquilo não se liga à operação de apuração da morte do Celso Daniel.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Mas era ele quem comandava a Delegacia de Entorpecentes, que fez os pedidos na época.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agora, quando o Dr. Porto pediu a cópia, passou a ser oficial. Ele tinha poder para requisitar cópia das fitas.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu não entendi a pergunta, Excelência.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor disse aqui que, quando o Dr. Porto era Diretor do Dipo – Departamento de....

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – De inquéritos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...de Inquéritos – ele pediu a cópia das fitas. Ele tinha poder para requisitar essa cópia, não é?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu acho até que, embora ele fosse....

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Porque tinha o inquérito da Polícia Civil, que era da Homicídio e do Seqüestro. A Polícia Federal interveio no aspecto do crime político em que poderia estar sendo envolvida a figura de Celso Daniel, em razão da suspeita de alguém que quisesse eliminá-lo.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Certo. Eu quero só dizer o seguinte....

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu estou raciocinando aqui um pouco como político.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu, até, quando o Delegado me falou que ia mandar a cópia para ele, que ele teria pedido...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor concordou.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu concordei porque não deixou de começar lá... se ele era até então Juiz, se ele se julgava competente ou não. O que eu achei estranhável era as fitas desaparecerem num primeiro momento e, depois, apareceram. Agora, no depoimento da Drª Ivana, ela faz muitas críticas a isso e ela confirma que foi mascarado o pedido e que ele centralizava tudo com ele. Agora, eu não falei para o Delegado: não manda....

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu não estou discutindo esse aspecto. Estou dizendo...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É razoável o pedido.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...se o pedido tinha razão de ser, porque ela poderia colaborar na investigação do crime comum, que não foi usado...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim, o pedido é razoável, tanto que eu não criei nenhum obstáculo. Eu não falei: não, não pode mandar... Ele consultou e eu falei: não, faz o que você quiser.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, se as fitas ficaram no Dipo e depois voltaram, elas tinham existência legal.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É isso que eu queria.

Esse preso que o senhor disse que estava lá há muito tempo e com quem gostaria de conversar sobre a morte de Celso Daniel, alguém fez alguma pergunta a respeito dele, depois que o senhor expôs ao Relator?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, não, o Wander é outra coisa. O Wander era do partido que estavam querendo jogar pra lá, pra cá. O preso é Dernei Luiz Gasparini.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Wander era um tipo de emissário que o senhor disse. Depois nós veremos quem é direitinho, para descobrir de quem se trata, porque o senhor não sabe corretamente.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não sei mesmo. Nunca ouvi falar.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, eu estou falando do preso.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – O Dernei estava na época em Araraquara...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sabe por que eu pergunto isso? Porque o senhor foi delegado

e sabe disso, e todos nós sabemos que as grandes fontes de informações estão dentro do presídio.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu tenho certeza disso.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eles sabem. Não participam do crime, mas, pelo **modus operandi**, pelas conversas que têm... porque o preso é sincero com outro preso. Ele conta: fiz isso, fiz aquilo, dá as informações. O delegado que tem acesso aos presos, que tem comunicação mais fácil, que tem confiabilidade consegue informações.

Eu me lembro de que, quando o chamado assalto a banco, que não é uma figura jurídica, mas foi na lei especial durante o regime...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Lei de Segurança Nacional.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Lei de Segurança, então passou para o Dops o assalto a banco. Havia um delegado que ia ao presídio e dizia: olha, quem assaltou aquele banco foi fulano de tal, a quadrilha de fulano. Já ia atrás direto, porque ele pegou informação no presídio. Ele trabalhava diretamente com as informações do presídio. As boas informações saem às vezes dos próprios presos.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Isso corresponde à verdade porque eu mesmo não dava crédito, até porque era uma pessoa que está presa há 30 anos, sei lá, ia saber de fatos que ocorreram dois, três anos atrás. É verdade que ocorre isso. E mais, há presos que até falam: olha, isso eu fiz, isso eu não fiz. Não pegaram. Eles falam mesmo. Eles conhecem tudo. Conhecem desvios praticados por diretoria de presídio, de alimentos. Conhecem tudo. Conhecem até que a diretora está fazendo uma casa não sei onde, que desvia material do presídio. Sabem tudo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas essa agenda o senhor acha que está viva em algum lugar.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Está viva. Ou está com a Drª Ana Lúcia, que mandou para o Dr. Fonteles...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Aviso ao Relator, para requerermos. Acho importante, pelo depoimento...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Senador Romeu Tuma, se V. Exª me permite...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu passei o tempo. Desculpe.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não, não, de maneira alguma.

É que V. Exª está fazendo uma pergunta que o depoente está dizendo que os presos, na verdade, sabem tudo.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Muitas coisas.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Ah, sim. Agora, sim. Não, porque "sabem tudo" e "muitas coisas" é diferente. Porque V. Exª mesmo contou agora há pouco que, a partir do depoimento de um preso, V. Exª foi acusado de que estaria organizando a morte de uma autoridade.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ah, sim, um outro preso que fez troca com o MP?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Quer dizer, nós também temos que tomar cuidado...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Só que foi desmentido, graças a Deus, né? Até com gravação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Os presos também armam para conseguir benefício.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas eu só não entendi, no seu esclarecimento antes, a respeito de ele estar recebendo algum tipo de benefício em função...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, esse aí não está visando a benefício nenhum, até porque...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Delação. O senhor disse "delação".

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, não, esse não tem delação.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O senhor usou a expressão "troca com o MP".

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É o fato. É o outro.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ah, esse não é o Dernei. Esse é um tal de Marcelo Borrozini. Não tem nada a ver.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Este que fez acusação infundada em relação ao senhor?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ah, sim: Marcelo Borrozini.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Isso. Então esse que fez acusação infundada em relação ao senhor...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Para ter um benefício.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – E para o seu benefício, o senhor falou "em função de uma troca com o MP"? Eu entendi?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Segundo ele contou numa gravação, feita por outro

preso, a mando do delegado – não ouvi a gravação, obviamente – e eu fui ouvido reservadamente e esse delegado cuidou de ouvir várias pessoas ao mesmo tempo, tudo reservadamente, para ninguém poder dar recado para ninguém. Um delegado muito competente até.

Eu soube pelo preso que estava lá no Rio de Janeiro quando mataram aquele chinês, que fez a gravação a pedido do delegado e ele admitiu que estava fazendo troca com o Ministério Público para ser solto por um estelionato que ele teria praticado e tinha processo em Taubaté, para diminuir a pena, tal. Não era bem uma delação premiada.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Até entendo a preocupação do Senador. Na minha opinião, V. Exª não é um preso comum, não é um desses que têm crimes graves como os... O senhor disse que estava com outros presos de...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ... de grande periculosidade. Então, o senhor era uma figura que poderia ser usada, porque não pertencia a nenhuma infra-estrutura de dentro da cadeia. A acusação contra o senhor era mais fácil de ele poder ter um benefício do que acusar uma cola...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ah, sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Entendeu? Porque os princípios dentro da cadeia é coisa difícil de se entender...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) –... porque, pelo comportamento dos presos, eles sabem quem pode ou não ser útil a eles.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Esse preso, Dr. Tuma, foi até dizer para a Direção do presídio de Santo André, que eu tinha um celular... Lá, em Tremembé, desculpa. Tremembé. Que eu tinha um celular e usava. Daí eu falei para o diretor do presídio, para diretora: olha, na torre, você vai ver se tem algum celular aqui, que faz ligação para alguma pessoa da minha família...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É. E há o fato que o senhor contou do preso, que vamos pedir, que ele deu um material...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Deu, xerox.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) –... que ele estava de posse.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ele conseguiu a cópia.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele estava de posse de um telefone clonado, em que estavam registrados telefonemas. Provavelmente, recados na secretária eletrônica.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim, não sei se foi recado. Ele disse que recebeu telefonemas e passou para o pessoal. Ele não era de facção nenhuma, segundo ele alega.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, mas o importante é que ele estava com o telefone, com o documento, que foi tudo apreendido.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – E o apelido dele era até, nesse presídio, ele fala, Polaco; o apelido dele era no presídio de Araraquara.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E foi tudo apreendido.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Segundo ele, foi, agora não me lembro se pelo Dr. Pinho ou pela Drª Lúcia Amaral.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu agradeço.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Mas agenda dele, o xerox está no prontuário.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agradeço, Presidente, pela tolerância e agradeço V. Exª pelas respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma, e concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Gostaria de voltar à pergunta do Senador Romeu Tuma, que o senhor mencionou que, do ponto de vista do senhor, acha que a Polícia Federal tem um trabalho direcionado para quem quer, de fato, prender, para quem ela quer que apareça na mídia. O senhor, de uma certa forma, disse que a Polícia Federal tem um trabalho político, no sentido de sempre direcionar para o Governo. E foi além, dizendo que sempre foi assim, é assim e continuará sendo assim.

Eu estava interessado na pergunta do Senador Romeu Tuma, que já foi Delegado da Polícia Federal, Superintendente da Polícia Federal, e não entendi bem a sua resposta ao Senador. Quer dizer, o senhor confirmou para ele que sempre foi político, direcionado...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, eu não estou em todos os casos.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – É uma Polícia política.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Mas havia sempre... Havia, em todas as épocas, alguns casos foram tratados sempre politicamente. Eu me lembro mesmo de um processo...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas o senhor não mencionou antes alguns casos. O senhor disse que a Polícia era política.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim, exemplo: uma vez houve um problema com o Banco Cidade de São Paulo. Eu era Delegado e havia um outro Delegado. E envolveria... Envolveria, não, havia menção ao nome do General Golbery. O processo foi tirado das mãos da gente. Um exemplo.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Quando que foi isso?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ah, logo que eu ingressei na Polícia, em 77, 78, Banco Cidade de São Paulo.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O senhor ficou até que ano na Polícia?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Até 82.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – De 77 a 82?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Isso. Só tenho elogios na ficha da Polícia Federal. Eu fui considerado uma pessoa assim, depois de ser Juiz, mal vista, porque nós fomos... Eu sei dois, três casos que nós fomos ou outros Delegados foram afastados de determinados processos, que havia um interesse político do Governo de então, e é assim. O senhor vê o seguinte – peço até desculpas por isso; não quero criticar o Judiciário, mas jamais... Não estou dizendo se tem culpa ou não. Não devia estar preso, não. Acho que não devia, porque não oferece periculosidade. Mas jamais o Sr. Delúbio será preso. Não existe Juiz no Brasil que mande ele para a prisão. Por quê? Porque existe uma influência política também nisso e também porque não é o caso de ele estar preso.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas o senhor acha, quer dizer, o senhor está fazendo um julgamento,...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, não posso fazer, que... Só de informação da imprensa.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – ... um prejulgamento da sua parte, porque nós pensarmos que... Eu acredito muito na Polícia Federal e posso até acreditar também, como acontece em qualquer instituição, que haja desvios, como há no Judiciário também...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim, muitos. Até a omissão do Judiciário, né?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Tanto que V. Sª está sendo acusado também de uma série de coisas.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas nem por isso eu vou dizer que a instituição, Poder Judiciário, não vai julgar pessoas em função de interferência política, porque, se nós chegarmos a essa conclusão no Brasil, de que certas pessoas estão realmente acima da lei e acima de qualquer indiciamento nessa direção, aí o sistema estaria todo falido. Também era isso que a sociedade, ou o Poder Judiciário e as instituições, de uma maneira geral, estão tentando evitar.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Excelência, eu queria até responder isso com um argumento, uma pergunta... não é bem uma pergunta, é uma colocação que eu vou fazer. Eu também gostaria que o Ministério da Justiça marcasse uma audiência minha com o Procurador-Geral da República.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas por que o senhor tem que ter esse privilégio de marcar uma audiência com o Procurador-Geral da República?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Para eu até me queixar de abusos.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Os outros presos deveriam ter também esse privilégio.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Exatamente.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Então, o senhor não tem esse privilégio.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Até para eu me queixar de abusos do Ministério Público e da Polícia Federal, certo? Eu gostaria. Mas foi marcada uma audiência, sim, pelo que eu li, para o Delúbio, para o Marcos Valério. Eu não tive...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Nós temos discutido muito aqui. Inclusive, alguns Senadores fizeram, aqui nesta Comissão,...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu estou dando um exemplo.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – ...vendo o vídeo do Waldomiro Diniz e do Carlos Cachoeira, manifestações verbais neste sentido: "Olha, se essas duas pessoas ainda estão soltas, nós precisamos realmente fazer mudanças no nosso sistema judiciário, porque elas deveriam estar presas". Agora, ao mesmo tempo,

o desejo de o senhor ter uma audiência com o Procurador-Geral da República, se isso lhe fosse concedido, seria um privilégio,...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim, lógico.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – ... que não deve acontecer.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É que aconteceu com algumas pessoas. Mas isso aí eu não estou dizendo que eles deviam estar presos, não.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas aconteceu com que pessoa essa audiência com o Procurador...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Marcos Valério, com o Delúbio...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O Marcos Valério, que eu saiba – não estou acompanhando os Correios – está fazendo depoimentos no Ministério Público.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, eu não estou achando que ele devia estar preso. Eu acho até que ele não oferece... não há risco de fuga... Estou dizendo só que ele teve essa possibilidade. O Sr. Delúbio também. Mas eu não estou dizendo que o Sr. Delúbio devia estar preso. Quem sou eu para julgar? Mas eu acho o seguinte, eu quero dizer o seguinte: existem tratamentos diferentes. Se houve uma pessoa que eu nem tenho admiração, assim, política, nada, mas se houve destruição de provas, acusações de destruição de provas em relação ao Sr. Marcos Valério, de queimar documentos, o próprio caso do ex-Prefeito, ex-Governador de São Paulo, ele teria – ele e o filho teriam, ou falaram com o co-réu e disseram para o co-réu falar só na Justiça. Não houve aí também, não houve ameaça também, não acho.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu só fiz esses parênteses, porque eu acho que, como sociedade, nós temos que pensar bastante nisso, porque o que nós desejamos no Brasil, como pano de fundo, é que haja instituições fortes, boas, independentes. E quando vejo que o senhor, que foi Procurador da República, delegado da Polícia Federal e Juiz Federal, está preso neste momento, seja por acusações fundadas ou não, eu, particularmente, digo: o Brasil está mudando. Porque eu nunca vi um Paulo Maluf preso, nem que fosse por 40 dias; um Juiz Federal; um Prefeito, do PT ou não; um Deputado; um Senador. Eu acho que é isso que nós desejamos e que devemos buscar. Esse deve ser o nosso objetivo. Então, nesse sentido, dizer que a Polícia Federal... Pode haver, como há em qualquer instituição, ocasiões em que as coisas não são feitas de maneira correta. Mas, no geral, eu diria – e com todo o respeito até com o Tuma aqui, porque eu sempre disse para ele que eu tenho o maior respeito...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – V. Exª me concede um aparte?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Pois não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Dr. João Carlos, o senhor deve ter tomado conhecimento das operações que a Polícia Federal tem feito, inclusive de prender Governador do PT, operações grandes na área política.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Independente de Partido até.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Independente de Partido. Eu acho que há uma certa dose de independência. Talvez possa ter havido algumas interferências isoladas, quando as operações são fundadas em trabalhos longos. Mas ela tem procurado cumprir com sua obrigação. Eu acho que às vezes demora muito – um ano, um ano e pouco –, grampo telefônico e tudo, depois se desencadeia uma operação de vulto, em razão de toda a investigação feita. Então, eles têm feito um trabalho bonito, reconhecido pela sociedade, e acho que não podemos desmerecê-lo.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – E até prestando, eu diria, homenagem à Polícia Federal. Mas não somente à Polícia, penso na atuação decisiva que o Ministério Público, nestes últimos anos, vem tendo, tanto federal quanto estadual, Ministério Público. Muita coisa mudou no Brasil por causa deles também. Claro que há abusos aqui e lá, que todos nós recriminamos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Tem que cobrar o inquérito que a Polícia Federal está fazendo sobre esse caso. Até agora não tenho conhecimento do ponto a que se chegou, com respeito a esse inquérito, das falcatruas de Santo André.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu queria perguntar: essas fitas a que o senhor se refere e que vários Senadores se manifestaram no sentido de solicitar para subsidiar esta CPI, elas passaram a fazer parte desses inquéritos? O senhor mencionou que teve o seu procedimento, mas depois foram incorporadas ao inquérito.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Acredito, pelo depoimento da Diretora da Secretaria da 4ª Vara, a Márcia, que foi mantida pelo juiz atual, que está respondendo...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A Vara é aquela em que V. Exª estava?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Era eu o titular.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Desde quando?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu fiquei sabendo disso, com grande surpresa, que teriam aparecido essas novas fitas em abril ou maio deste ano, com grande surpresa. Até achei que ela estava se confundindo, mas ela confirmou e a advogada perguntou. O depoimento consta do processo o que eu respondo lá sobre essas fitas. E eu estranhei, achei que ela estava fazendo confusão, mas ela disse que não era.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Dr. João, o processo a que o senhor responde é esse em que estão as fitas ou é no processo de Santo André que estão as fitas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, esse que eu respondo era do caso que foi para a minha Vara, as fitas estão lá.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – As fitas estão no seu?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Na 4ª Vara.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tem a prisão preventiva por conta das fitas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Tenho também. Tenho nesse caso, mas estou ainda cumprindo já dois terços, embora não seja crime hediondo, pela condenação, pela quadrilha que é rotulada como venda de sentença.

Eu sou o único que estou preso.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Então, a partir deste ano é que as fitas foram incorporadas ao inquérito em andamento, e o senhor acredita...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu não posso precisar a data, o depoimento dessa funcionária é em abril.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – É importante sabermos isso.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É só pegar a cópia do depoimento dela.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vou solicitar do Dr. Alexandre.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não só a fita, mas desde quando essa fita, o processo todo... Acho que isso subsidiaria bastante também os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicitaria da assessoria que fizesse a solicitação do processo.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Tivemos aqui a oitiva com os delegados da Polícia Civil do Estado de São Paulo que fizeram apuração da morte de Celso Daniel, inclusive o Senador Romeu Tuma estava aqui presente e fez várias perguntas também. Eu, naquela ocasião, tive a oportunidade de dizer para eles que, em primeiro lugar, acho que toda família que tenha qualquer tipo de dúvida em relação à morte de um de seus membros tem todo o direito de continuar a investigação. Isso tem que ficar claro. Se o Ministério Público tem dúvidas, também tem que continuar. Mas eu enalteci o trabalho da Polícia Civil, porque, a qualquer pergunta que fora feita naquela exposição, eles responderam em detalhes: fez isso, fez aquilo, grampeou telefone, grampeou antes, grampeou depois, aqui, na outra cidade, na cidade inteira. Quer dizer, não houve uma pergunta que tivesse sido feita que não tivesse havido da parte deles uma resposta boa, competente, capaz. E, ao mesmo tempo, como outros Senadores já colocaram, e o senhor também, isso tudo aconteceu em 2002. Houve, assim, uma comoção também muito grande por se tratar da pessoa que estaria coordenando o programa de Governo do então candidato Lula. O próprio Partido dos Trabalhadores cobrou do Governo Federal e do Governo Estadual que se investigasse isso. Fernando Henrique Cardoso, na época Presidente, e Geraldo Alckmin foram rápidos, atenciosos. Foi a Polícia Civil, foi a Polícia Federal, foi o Ministério Público. Então, fico pensando se, naquela época, dez pessoas – o Senador Romeu Tuma até sabe se eram oito ou nove delegados, mas vários da Polícia Federal, vários da Polícia Civil...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Houve uma reunião de oito delegados.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Reunião de oito delegados, de acordo com o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – No início das investigações.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Por que o senhor acha que, naquela época, teria havido uma operação abafa?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, não por parte da Polícia.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não, não, da Polícia, não. Não por parte da Polícia, mas a Polícia estava investigando. Quer dizer, se a operação abafa não ocorreu por parte da Polícia... Quer dizer, a Polícia tinha liberdade de investigar.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Eu não conheço o inquérito que a Polícia Civil fez sobre o caso. Eu li, pelos jornais, que os delegados – parece-me que dois delegados estiveram aqui – mantêm a posição de crime comum. Eu respeito. Eu não posso...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas eles também disseram, só para o senhor saber, que chegaram à conclusão de homicídio comum, mas eles estão abertos. Como podem surgir fatos novos, é lógico que eles não querem fechar essa conclusão, mas a conclusão, até agora, é pelo homicídio comum.

Só fico pensando na sua expressão de que as pessoas têm as mãos sujas de sangue, porque estão trabalhando não em razão de terem participado do homicídio, mas pelo fato de estarem tentando abafar o caso. O senhor está dizendo, ao mesmo tempo, que, naquela época, a Polícia investigou – Polícia Federal, Polícia Civil. O senhor não coloca dúvidas. Então, fico pensando no que estaria acontecendo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – V. Exª me permite um aparte nessa parte da investigação?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Claro.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe. Permita-me interrompê-lo antes de o senhor responder.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Claro.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Há várias circunstâncias de outros inquéritos que começaram a ser apurados junto com a morte e que depois foram fracionados. Trata-se do problema da corrupção por meio do transporte e do lixo – Sr. Presidente, volto a insistir nessa questão do lixo, porque todos os depoentes falam sobre esse assunto – e também da prisão do principal elemento Dionísio e do assassinato dele. Essas investigações deveriam ser vinculadas. Então, foram fracionadas, porque, no local em que foi encontrado o esconderijo onde ficou guardado Celso Daniel, fizeram uma devassa enorme e não encontraram nada. Depois, um delegado foi lá e encontrou um papelzinho referente a um... Se as dúvidas surgiram, o Delegado-Geral pediu a reabertura do inquérito.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Tanto que está com a Drª Elizabeth Sato hoje em dia.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Novos delegados foram designados para poder realmente eliminar todas as dúvidas a respeito desse assunto, porque há vários fragmentos de outros inquéritos, que, se forem juntados, darão uma clareza maior para saber se houve ou não motivo para eliminá-lo, em razão do aspecto que os dois irmãos denunciaram aqui.

O Ministério Público também está concluindo que era positivo esse acerto com as empresas de ônibus e com o lixo, que existem em Ribeirão Preto, em Santo André e em outras cidades. O lixo é outro assunto que temos de apurar nesta Comissão para ver o que acontece. Eu fiz uns requerimentos porque considero importante essa questão. É preciso interligar isso para montar um mosaico do que realmente aconteceu e se houve ou não razão para a eliminação e não um simples seqüestro sem o objetivo de... O seqüestro é um crime para obter lucro.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Vantagem.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Na verdade, eu estava perguntando só para saber a opinião do senhor sobre a investigação feita desde o começo, sobre as conclusões. Por enquanto, há conclusões de inquéritos que indicam homicídio comum, com a mentalidade de se estar aberto para fatos novos que porventura... No momento, temos essa conclusão, e o senhor está dizendo que, no seu ponto de vista, há pessoas com mãos sujas de sangue que teriam abafado. Mas, até o momento em que recebemos as informações, essas pessoas –delegados da Polícia Federal, Polícia Civil, pessoas envolvidas – tiveram, como o senhor acabou de dizer, elas tiveram liberdade. Certamente os oito delegados não foram pressionados para chegar a uma determinada conclusão.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Suponho que não; obviamente que não. Agora, eu não conheço os que eram da Polícia Civil. Eu nem sabia que participaram oito delegados. Portanto, não tenho condições de falar sobre uma coisa que eu não conheço.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Dois da Polícia Civil vieram aqui. Mas o que eu achei interessante é que Senadores de todos os Partidos fizeram perguntas no sentido de levantar hipóteses. Pensaram nisso e naquilo, não sei em que mais. No final, eu até disse que prestava homenagem à Polícia Civil, porque entendo que temos de ter instituições boas: Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público, Poder Judiciário etc.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ... **[inaudível]**... são bons delegados e, por isso, tinham convicção do que estavam falando.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – É como diz o Senador Romeu Tuma: são bons delegados e com convicção daquilo que fizeram.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Todas as instituições, qualquer que seja o Poder, são compostas, em sua maioria, por pessoas corretas e boas. Disso não tenho dúvida alguma. Agora, ainda insisto que a Polícia Federal, pela própria estrutura, por suas atribuições, pelo que ela apura, ela tem um cunho político muito forte. Claro que em algum Estado pode ter uma polícia estadual política, mas a Polícia Federal, por sua própria conjuntura, pelos tipos de atribuições que tem, é uma polícia que tem... Agora, isso não quer dizer que todas as operações são políticas e todas as operações foram com abuso. Eu não posso

dizer isso. Algumas foram, e foram usadas, por exemplo, em uma propaganda agora sobre esse problema do desarmamento. A crítica comum, de quase todos, é que a Polícia Federal foi priorizada. Só que a Polícia Federal, com raríssimas exceções, não combate os crimes de violência. Tanto que existem pouquíssimos agentes de Polícia Federal ou delegados que morreram no exercício da função. Mas eu quero...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Arns, conclua, por favor.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Estou concluindo. Só quero dizer para o senhor...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Isso fica com a polícia do Estado. É um outro tipo de polícia, que tem objetivos, realmente, na maioria das vezes, correto, mas que atua diferentemente.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas eu só quero dizer que a gente sempre tem que tomar cuidado com o que o senhor está falando, porque vão dizer que esta é uma realidade da qual todos nós queremos nos afastar e queremos criar mecanismos para que isso não aconteça. Há exemplos recentes em que vemos que a polícia realmente fica investigando um ano, dois anos e, no final desses dois anos, prende todo mundo, seja do PT, do PMDB, seja juiz, promotor, político e até delegado da Polícia Federal, que se desviou e foi preso também.

Agora, queria só perguntar, para encerrar, se, nessas fitas, o senhor ouviu alguma coisa sobre bingos?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não me recordo de ter ouvido nada sobre bingos.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Nada sobre bingos. É porque o objeto desta CPI é a investigação dos bingos e a sua relação com o crime organizado.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sobre os bingos, a única coisa que eu ouvi foi noticiários da televisão sobre o caso GTech, Waldomiro Diniz, mas de Santo André, não ouvi todas, mas não me recordo de nada.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O senhor não ouviu todas as fitas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, não ouvi todas. Eu não vou ouvir quarenta e... Eu ouvi algumas.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Quantas o senhor ouviu?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Quatro, cinco, seis, dez, talvez. Não ouvi todas aquelas gravações. Só queria saber se o motivo da escuta era realmente lado político e não tráfico de drogas.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Quatro de quantas? Qual era o total de fitas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Quarenta e duas. Dez, talvez, no máximo. Não posso precisar. Até onde o assunto me interessava...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não; o senhor começou com quatro.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – **...[inaudível]...** 41 fitas.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não, é que ele começou a resposta dizendo que ouviu "quatro, cinco, talvez dez". Dez já é 100% a mais, não é?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Já faz tempo, né? Todas nunca! Todas não.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Vinte por cento, vamos dizer. Quer dizer, o senhor não sabe o conteúdo das fitas todas.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, claro que não.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Só de 10% a 20% delas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sim, até porque esse era um assunto que me interessou no momento de fazer a decisão. E, depois,...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – E o senhor ouviu a fita inteira? Ou parte dessas fitas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Algumas sim, algumas sim.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – No final, podemos dizer que o senhor ouviu a parte mínima das fitas, que têm todas essas informações.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É, talvez 20%, talvez mais um pouco. É difícil, não é, porque não foi num dia só que eu ouvi. Eu ouvi um pedaço, ouvi outras. As primeiras, né?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – As fitas tinham quanto tempo de duração cada uma?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não era CD, era fita cassete.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim, mas qual era a duração? Uma hora?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Sessenta minutos, eu acho.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O senhor ouvia quanto? Era de 10 minutos cada uma?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ah, não, eu já cheguei a ouvir mais, mas eu não posso precisar.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Vinte? Ou não pode?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não posso. Mas estão lá.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Então está bom. Obrigado.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Felizmente, ou infelizmente, elas estão lá.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É só porque estão perguntando quais foram os caminhos das fitas, como é que voltaram a aparecer. Não entenderam bem a explicação.

Eu entendi. Foi a secretária que descobriu numa procura posterior ao pedido de V. Exª.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É. Apareceram no processo. Ela disse que o Ministério Público Federal ou não sei quem...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agora não sabe quem encaminhou para lá?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Ela não falou quem. Entregou...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas ela tem condições de informar?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Tem. Juntou e depois que fui preso é que apareceram essas...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não ouviu nada sobre bingos?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não. Nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas ouviu alguma coisa sobre prática de crimes e lavagem de dinheiro nessas fitas?

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A prática de crime de lavagem...

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Indícios de corrupção.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ocultação de bens. E crime organizado, o senhor sentiu que tinha?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – V. Exª falou em deduzir que tinha no *flat*, alguma coisa de dinheiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É bom que se diga que esta CPI também trata disso.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – Não, crime organizado teria...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu insisto. Lamento, às vezes, até, os companheiros quando querem tentar desvirtuar o trabalho ou desqualificar o trabalho desta Presidência e desta CPI.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero dizer que o problema da insistência nos bingos... Não sei por que tanto preocupa V. Exªs esse assunto.

Eu confesso, eu fico preocupado. Eu queria que V. Exªs fossem claros com isso, porque até uma nota de incoerência o Governo já disse, mas eu vou provar que não há nenhuma incoerência. É preciso que se leiam, inclusive, as decisões que são tomadas lá na Câmara e as decisões que são tomadas nesta Casa.

Não há nenhuma incoerência e eu vou provar.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – V. Exª me permite só ler?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – "Comissão Parlamentar de Inquérito. Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores [pronto, casas de bingo com esses crimes], bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas [GTech, por exemplo] com o crime organizado."

Agora eu também só quero deixar muito claro que toda vez que falo isso, pessoas entram em contato comigo dizendo que eu não quero investigar Celso Daniel e outras coisas. Então também tem isso.

Falamos isso entre aspas para toda a população ter consciência do que está escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou usando recursos, está comprovado, recursos públicos.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Pois é.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós somos Parlamentares, somos Senadores da República. Então a CPMI dos Correios era só para ver qual era o telegrama que é bem feito, a carta que não foi colocada, coisa desse tipo? Acho que tem que haver o bom senso dos Parlamentares e do Congresso Nacional.

Não há nenhum desvio de foco nesta CPI. Pelo contrário, estamos fazendo um trabalho transparente, sério, um trabalho em busca da verdade. E eu conheço a seriedade de V. Exª, conheço o trabalho de V. Exª como Deputado, como Senador, e pode ter certeza, nós não estamos querendo bater em ninguém nem chegar em ninguém.

Eu quero o que V. Exª quer, exatamente a verdade. E é isso que nós estamos buscando. E eu não tenho a menor dúvida. Nós estamos prestando aqui um serviço dentro do foco, e não há dúvida, hoje, nes-

te País, de que há um crime organizado. Aconteceu um crime organizado dentro de Santo André. Então, eu não estou fugindo do foco. Permita-me a sinceridade, mas o Governo tenta sair do foco; fez a denúncia e foi buscar uma decisão do Senador Efraim Morais, na época Deputado, Deputado com V. Exª. E eu vou provar que o Governo errou mais uma vez.

Na decisão que tomei lá, com parecer da Mesa, não houve nenhuma incoerência, e estou com todos os documentos aqui, que me foram repassados pelo Diretor Geral da Câmara. E não há nenhuma incoerência. Há uma decisão consciente, um com parecer da Mesa da Câmara dos Deputados, mas o Governo foi em busca de uma decisão temporária. Eu era vice-Presidente e naquele momento estava presidindo a sessão, quando foi levantada uma questão de ordem e depois, veja bem, veio uma decisão do próprio Presidente Aécio Neves, e foi requerido, foi feita uma contestação pelo Professor Luizinho, pelo Deputado João Paulo e pelo Ricardo Berzoíne. Muita coincidência! E hoje estão na situação em que se encontram.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, nós temos uma teoria, o Dr. João foi policial, sempre achamos que a tortura não é a melhor forma de interrogar um preso, porque é partir do criminoso para o crime. Então, a prova fica diluída, porque não dá para...

Temos que partir do resultado do crime para o criminoso. É o que está fazendo esta CPI. Esse dinheiro pode ter vindo do Bingo ou não. Então essas arrecadações indiscriminadas, dinheiro não-escriturado, ninguém sabe a origem. Então o senhor tem que partir de todas as investigações do crime organizado para chegar na origem. Não dá para subverter a ordem da investigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra pela ordem. Em seguida, temos ainda o Senador Mozarildo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, à luz até dos comentários do Senador Flávio Arns, eu avalio que seria muito importante que V. Exª pudesse ter a oportunidade, inclusive ainda presidindo esta CPI, de esclarecer inteiramente esse episódio.

Eu acho que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual episódio?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Este, relativo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não; eu acho que V. Exª tem acesso direto a essa questão já que partiu do Palácio do Planalto. Se for essa a questão, em relação à decisão que eu tomei...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sim, então eu quero até dar oportunidade para V. Exª esclarecer...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Na hora oportuna, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Não, mas nada como hoje, neste instante, porque é tão simples e V. Exª está com a mão na massa...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois eu vou dizer agora a V. Exª qual foi o meu parecer.

Eu disse que estava fora do prazo. Está aqui, se V. Exª quiser...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Então, mas porque V. Exª permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Espera aí, V. Exª me pediu agora vou responder.

Eu estou com a palavra. Eu quero dizer a V. Exª que eu estou com a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sim, mas eu não acabei a minha indagação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então V.Exª diga o que quer. Seja objetivo por favor.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Eu tenho a certeza que será melhor para V. Exª poder assim responder completamente, porque vamos recordar os episódios que V. Exª sabe muito bem. O Deputado Júlio Semeghine fez uma questão de ordem, relativamente à convocação de pessoas, dentre as quais Ricardo Sérgio de Oliveira, Diretor do Banco do Brasil durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. E, na oportunidade, V. Exª então justificou que não seria o caso de aprovar o requerimento de convocação porque estaria em desacordo ...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Fora do período da CPI.

O parecer está aqui na minha mão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – – Exatamente. Então eu agradeço e quero dar a oportunidade a V. Exª para esclarecer isso, sinceramente, porque eu acho que é um bom momento aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tenho nas mãos aqui, da Câmara dos Deputados, o Requerimento da CPI nº 5, de 1999, de autoria do Sr. Luiz Antonio Fleury e outros, que diz o seguinte: Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Banespa, e V. Exª tem conhecimento que era do Estado de V. Exª.

Na justificativa, ele é bem claro quando diz o seguinte: Requer a instituição da CPI para apurar denúncias de irregularidades contábeis cometidas durante todo o período de intervenção do Banco Central do Brasil, conhecida como Regime de Administração Especial

Temporária– RAET, decretada em 29 de dezembro de 1994, no Banespa, Banco do Estado que culminaram com a adulteração do seu balanço patrimonial. O que foi solicitado está aqui. "Delimitado o período compreendido entre a data em que se ordenava a intervenção de 29 de dezembro de 1994 até a data de transferência formal as suas ações para a União".

Quando a Mesa da Casa nos orientou para que anulássemos a convocação, é porque o período solicitado era fora do que determinava a CPI. No nosso caso é diferente. Quando se trata do caso Celso Daniel, para quem não teve o cuidado – e foi o caso daqueles que tentam mudar o foco da CPI –, se esqueceram de observar que no Requerimento nº 245, de 2004, que cria a CPI que hoje estamos presidindo, está aqui desde o início de suas atividades em 1993. Então não existe incoerência. Eu lá decidi porque o que foi requerido era fora de um prazo, o do que determinava a CPI era um. Eu aconselharia aos assessores do PT e do Planalto que leiam com mais atenção as justificativas, porque a daqui é desde 1993, e o crime está incluído com lavagem de dinheiro, com a questão da formação de quadrilhas e do crime organizado.

Quero deixar bem claro que eu lamento sinceramente que o Governo tente mudar o foco desta CPI quando manda, está aqui: "Governo vê incoerência em Presidente da CPI dos Bingos". Então, deviam ler mais, deviam fazer acusações que realmente fossem exatas, corretas, para não desviar a atenção da sociedade brasileira, até porque é o que eu sinto que eles desejam.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr. Juiz Rocha Mattos, na verdade, as perguntas que eu tinha elaborado fazer foram feitas e repetidas aqui por vários Senadores. Então, não quero cansar mais repetindo algumas delas, que até têm muita relevância. Mas das explanações de V. Exª, algumas coisas me deixaram preocupado. Eu tenho sido um Parlamentar, até por ser um homem da Amazônia, que tem defendido muito a Polícia Federal, pelo seu trabalho de defesa das nossas fronteiras, de fiscalização daquela imensa região amazônica, o trabalho que ela exerce no Brasil todo, mas também tenho acompanhado com preocupação sucessivas operações em que, coincidentemente feitas de madrugada, a Rede Globo e outras emissoras já estão lá para cobrir imediatamente essas prisões e dar um aspecto que, no meu entender, não aumenta o prestígio da Polícia Federal. Preocupo-me também quando vejo o Presidente da República dizer, ou o Ministro da Justiça, que mandou a Polícia Federal investigar. Penso que a Polícia Federal é uma instituição que não precisa ser mandada investigar; tem que estar investigando permanentemente tudo que ela ouve. Ela tem serviço de inteligência para isso e deve, portanto, agir dessa forma. Preocupo-me muito com a imagem da Polícia Federal nisso aí. Como me preocupo também com alguns fatos, quando, por exemplo, coincidentemente, se prendeu o Sr. Duda Mendonça numa briga de galo e, em seguida, a imprensa anunciou que os delegados responsáveis foram removidos.

Então, essas coisas realmente me preocupam muito. Nós vamos transformar o Brasil em um Estado policialesco, em que o Presidente da República ou o Ministro da Justiça diz que mandou a Polícia Federal investigar e está orgulhoso porque nunca se prendeu tanto neste País? Ora, o ordenamento jurídico tem que se preocupar é com o julgamento final das pessoas, e não com a prisão pura e simples para mostrar que alguém foi preso. E depois? E o processo judicial, como vai terminar?

Eu não sou jurista, sou médico, mas me preocupo muito como legislador ao ver esse estado de coisas. E das afirmações de V. Exª, uma delas muito me preocupa: é quando V. Exª falou que as ações são mais ou menos combinadas. Quer dizer, combinadas possivelmente com o que ou com quem? A Polícia Federal com o Ministério Público Federal? Com alguns juízes federais? Quer dizer, se isso estiver acontecendo, inverte-se a ordem da investigação e do processo. Ou seja, monta-se primeiro o processo e depois se aparece com a investigação. Isso me preocupa muito porque, na medida em que isso acontece, ninguém mais tem tranqüilidade neste País para nada. Aliás, ninguém mais tem tranqüilidade hoje para usar telefone, porque todo mundo acha que está sendo grampeado todo momento; todo mundo acha que está sendo, realmente... Já se monta, previamente, uma investigação e já se tem uma ordem judicial para grampear, para prender etc, como V. Exª colocou aqui, sem ter o nome da pessoa, sem ter a justificativa do porquê a pessoa estar sendo investigada.

Então é uma preocupação. Acho até que esta CPI tem de pedir a colaboração da Presidência, e tem contado, porque, em verdade, temos de dizer que a Instituição não pode ser contaminada pela ação desse ou daquele delegado, desse ou daquele eventual diretor-geral. Esta é uma Instituição permanente. Os presidentes passam, os ministros passam, mas a Instituição tem de ficar.

Então, queria só, realmente, fazer essas observações e perguntar se ouvi bem quando V. Exª disse que acha que houve uma coisa combinada, articulada, no caso, para lhe prejudicar.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS** – É muito difícil responder a essa questão, mas tem algumas coincidências, a própria maneira com que a mídia divulgou as coisas, com o rótulo: venda de sentença. Como não existe, num acórdão de 900 folhas, uma sentença apontada como vendida, tem algumas coincidências, mas é muito difícil. Eu acho que neste caso, sobretudo neste caso do Celso Daniel, a minha prisão tem um cunho político muito grande. Agora, é difícil.

Eu gostaria até de dizer o seguinte: uma semana antes de sair o Acórdão do Tribunal, com a nossa condenação, o próprio Ministro da Justiça, num programa do Canal 2, menos de uma semana – eu assisti da própria prisão a essa entrevista, no programa Roda Viva –, referiu-se ao caso Anaconda dizendo que, neste caso, ele mesmo havia examinado a documentação toda e estava tudo correto, tudo concatenado. Seria o norte para outras operações. Acho uma colocação muito... Um prejulgamento muito grande, de uma altíssima autoridade. É muito altruísmo achar que o Judiciário é tão imune assim. Alguns são. Acho que, na verdade, em nível de Supremo Tribunal Federal, ele é o último guardião, mas acho que existe, até por um problema de personalidade de alguns juízes de não querer ir contra a maré, existe, às vezes, uma omissão na Justiça, uma acomodação de uma situação que está em divulgação na opinião pública.

Quero dizer que estou aqui com um tremendo sacrifício psicológico, pessoal, porque pessoas ligadas a mim, da minha família atual, não queriam que eu estivesse aqui. Acho que elas exageram na represália, mas me preocupo com quem está fora, onde eu estou não corro esse risco. Mas existe isso, realmente.

E o senhor fez colocações muito corretas, muito ponderadas, eu achei.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Bom, eu quero encerrar só dizendo o seguinte: quero deixar, mais uma vez, bem clara a minha admiração, repito, como Senador da Amazônia, pelo trabalho da Polícia Federal. Aliás, trabalham até em condições subumanas, sem equipamento, sem o pessoal necessário, ganhando o que não é correto, mas me preocupo muito com essa posição quando ouço o Presidente da República dizer que mandou investigar, que mandou prender, vangloriando-se de que nunca se prendeu tanto no Brasil quanto agora; quer dizer, invertendo o processo pelo qual quem tem que mandar alguém para a cadeia é o juiz, depois de transitada em julgado uma sentença.

**O SR. JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS –** Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti e agradeço ao Juiz João Carlos da Rocha Mattos, pelo seu depoimento e pela sua presença.

Não havendo mais nada a ser tratado, convoco os Srs. Membros desta Comissão para a próxima reunião, a realizar-se no dia de amanhã, nesta mesma sala, a partir das 11h30min.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 15 horas e 42 minutos..)*

**Ata da 31ª Reunião, realizada em 26 de outubro de 2005.**

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, as doze horas e vinte minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Luiz Otavio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flavio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior, Heráclito Fortes, Arthur Virgílio, Sibá Machado, Ideli Salvatti, Wellington Salgado, membros e Juvêncio da Fonseca, não membro, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à acareação dos Senhores Sr. João Francisco Daniel, Irmão do ex-Prefeito Celso Daniel; Sr. Bruno José Daniel Filho, Irmão do ex-Prefeito Celso Daniel; Sr. Gilberto Carvalho, Chefe de Gabinete Pessoal do Presidente da Republica e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir, convida os senhores depoentes a tomarem assento a Mesa. Com a palavra o Senador José Jorge, indaga sobre a maneira que será conduzida a acareação. Com a palavra o Senador Tião Viana, solicita esclarecimentos sobre a existência das 42 (quarenta e duas) fitas citadas pelo Dr. Rocha Mattos, em depoimento prestado na última reunião. Com a palavra o Presidente informa que encaminhou solicitação ao Dr. Alexandre, Juiz da 4ª Vara de Justiça do Estado de São Paulo. Usam da palavra pela ordem os Senadores Magno Malta, Antônio Carlos Magalhães, Eduardo Suplicy e Juvêncio da Fonseca.

Com a o Sr. lJoão Francisco para suas considerações iniciais. Com a palavra o Sr. Gilberto Carvalho enfatiza que nunca transportou dinheiro para o Sr. José Dirceu. A seguir os Srs. João Francisco e José Bruno reafirmam a conversa que tiveram com o Sr. Gilberto Carvalho. Com a palavra o Relator Senador Garibaldi Alves Filho, para os questionamentos iniciais, com apartes da Senadora Ideli Salvatti e os Senadores Siba Machado, Romeu Tuma, Álvaro Dias, Flavio Arns, Juvêncio da Fonseca e Magno Malta. A presidência suspende os trabalhos por 10 minutos. Reaberta a sessão, passa-se a fase interpelatória quando usam da palavra, de acordo com a lista de inscrição, os Senadores José Jorge, Tião Viana, Álvaro Dias, Jefferson Peres, Ideli Salvatti, Magno Malta, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Wellington Salgado e Pedro Simon. Finalizando a presidência agradece aos depoentes pelo depoimento prestado convocando reunião para amanhã, às dez horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezenove horas e quarenta minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a presente reunião destina-se à acareação dos senhores: João Francisco Daniel e Bruno José Daniel Filho, irmãos do ex-Prefeito Celso Daniel, e Gilberto Carvalho, Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente de República.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco em votação a Ata, propondo a dispensa da leitura.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Solicito à assessoria que encaminhe à Mesa o Sr. João Francisco Daniel, o Sr. Bruno José Daniel Filho e o Sr. Gilberto Carvalho.

Inicialmente, agradeço ao Sr. João Francisco Daniel, ao Sr. Bruno José Daniel Filho e ao Sr. Gilberto Carvalho o comparecimento, mais uma vez, a esta CPI, assim como aos Srs. Advogados.

Coloco a palavra à disposição, inicialmente, do Dr. Gilberto Carvalho, se assim o desejar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – V. Exª tem a palavra, pela ordem, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, a primeira questão é a seguinte: no depoimento de ontem, foi finalmente revelada a existência das fitas gravadas na Justiça de São Paulo. Solicito, então, de V. Exª a informação de quais medidas a direção da CPI tomou no sentido de que essas fitas sejam encaminhadas para que a CPI possa examiná-las.

A segunda questão é saber qual a razão, por que a acareação ontem foi feita de uma forma diferente das demais acareações que têm sido feitas na Comissão.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – V. Exª tem a palavra pela ordem. Depois responderei a V. Exª, Senador José Jorge.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é sobre o que o Senador José Jorge tenta contribuir com a CPI.

Para nós, é muito importante que as fitas que apontam para essa situação de escuta em Santo André sejam apresentadas à sociedade brasileira. A única consideração que faço a V. Exª é que elas sejam apresentadas na íntegra, sem nenhum risco de montagem ou de algum tipo de artimanha técnica que possa pôr em dúvida o que foi o pensamento e a expressão de qualquer pessoa.

É isso, por enquanto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – Srs. Senadores, devo comunicar a V. Exªs que, na condição de Presidente desta Comissão, oficiei ao Dr. José Alexandre Cassetari, Juiz da Quarta Vara Criminal Federal de São Paulo em cuja guarda as fitas se encontravam, nos seguintes termos:

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2.045, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo etc, etc, solicito de V. Exª a gentileza de fornecer a esta Comissão cópias integrais das fitas contendo as escutas telefônicas referentes à investigação do tráfico de drogas na Prefeitura de Santo André, no Ato de 2002, no âmbito do Processo nº tal e tal.

Fiz esse ofício no dia de ontem. Encaminhei até a cidade de São Paulo técnicos e advogados do Senado Federal. As cópias já foram conseguidas, já foram feitas e até o dia de amanhã elas estarão à disposição dos Srs. Senadores nesta CPI. Esta é a informação que presto sobre a questão de ordem levantada.

Assim, todas as providências já foram tomadas. Já foram as 42 fitas copiadas na íntegra, e reitero a V. Exªs que, a partir de amanhã, colocarei à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras da CPI.

Quanto à questão da forma pela qual resolvemos fazer a acareação, entendemos que é o suficiente para que possamos ter tanto o Dr. Gilberto quanto os Drs. João e Bruno Daniel; entendo que não há novidade alguma para se mudar o estilo. Não há aqui intenção alguma de fazer outra coisa se não buscar a verdade. É isso que espero dos convidados que aqui se encontram hoje.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – V. Exª tem a palavra, pela ordem. Em seguida, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Vejo muito bom senso na palavra de V. Exª quando fala que essas fitas estarão aqui à disposição, na íntegra. Isso porque, num momento como esse, entendendo que cabe à Justiça de fato investigar tudo, é preciso entender também que quando há uma fita gravada que vai para a perícia, é necessário que ela seja ouvida na íntegra, para que não se levante suspeita do trabalho que está sendo feito. Então, a integridade dessas fitas, sem dúvida alguma, recebo como de muito bom senso a palavra de V. Exª, essa explicação que dá neste momento, até para que haja credibilidade no que estamos fazendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Nada a opor a como será feita a acareação, até porque confio totalmente em V. Exª. Agora, talvez fosse mais prático, não sei se o Dr. Gilberto pensa assim – se ele pensa em contrário pode-se fazer... Como ele é acusado, primeiro, deveria surgir a acusação para depois ele se defender. Isso na minha ótica. Mas, se V. Exª achar por bem que seja dessa maneira, eu aceito.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Só peço a V. Exª que peça para aumentar o som, porque não ouvi quase nada do que falou o Senador Antonio Carlos. Por gentileza, a equipe técnica.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tenho certeza de que o som, Senador, está bom, mas acredito que talvez a nossa técnica possa aumentar, por solicitação de V. Exª, o som.

Fico muito à vontade para atender V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra, se é que querem usar a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Posso fazer uma sugestão, Sr. Presidente? Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Acho que seria muito positivo...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me... Gostaria de fazer a seguinte sugestão: possa o Senador Garibaldi Alves Filho, como relator, fazer uma síntese daquilo que se deseja esclarecer, que foi objeto...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso é assunto conhecido, Senador. Desculpe-me, mas, essa síntese, quem tiver de fazer, terá de ser uma das partes.

Vou conceder a palavra a ambas as partes. Quem desejar falar, fala; quem não desejar, não fala, e o relator inicia os trabalhos. É o estilo normal e natural.

Quanto à questão de síntese, caberá a nós, Senadores, sermos objetivos nas nossas perguntas.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Estou fazendo a questão de ordem que disse a V. Exª que faria, até porque respeito a maneira com que o Presidente fez a disposição na mesa, mas sempre vi em acareações as pessoas frente a frente para poder olhar um no olho do outro. De lado, não dá para olhar no olho do outro. Até porque, como V. Exª colocou, o assunto é conhecido, não precisa fazer essa síntese porque cada qual que vai perguntar sabe exatamente o que vai perguntar porque conhece o assunto, é que, a partir disso, há a possibilidade, quando o assunto é posto, de que eles se perguntem entre eles até para poder tirar as nossas dúvidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou atender V. Exª e determino à assessoria que coloque mesas laterais para que fiquem cara a cara, como deseja V. Exª.

Peço à assessoria que coloque mesas para que os senhores sejam atendidos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, gostaria de ponderar e gostaria de ouvir o Plenário com relação à proposta do Senador Magno Malta. Acho que vamos perder tempo na montagem desse cenário; acho que não conduz objetivamente a nenhum fato conclusivo e gostaria que o Plenário se manifestasse com relação à proposta do Senador Magno Malta, contra a qual eu me manifesto.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Procurei, exatamente, no início, explicar a posição, após uma consulta que fiz aos senhores, para que este Presidente não deixe dúvida alguma em relação ao encaminhamento dos trabalhos.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, comecei a minha fala dizendo que respeito a posição que V. Exª tomou com relação à disposição da mesa e respeito mesmo. Só fiz uma consideração dizendo que acareação se dá exatamente dessa forma. Mas, estou aqui para respeitar qualquer posição que o Plenário tome, sem nenhum problema. E, ainda que não seja ouvido o Plenário, a posição que V. Exª tomar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, esta Mesa, Senador Magno Malta, não tomou decisão alguma sem ouvir o Plenário. Todas elas foram por decisão do Plenário. Atendi à solicitação de V. Exª sem nenhuma contestação. Se há um apelo do Plenário nesse sentido, queremos ouvir o Plenário. Ninguém é mais transparente e democrático nesta Presidência.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Sr. Presidente.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, eu serei muito breve. Penso que V. Exª está conduzindo esta reunião no ambiente que ela deve ter de serenidade – é muito importante para os Senadores e a sociedade brasileira. Os depoimentos que estão sendo dados são muito importantes. O Senador José Agripino fez uma ponderação que não diverge da expressada pelo Senador Magno Malta. Então, faço um apelo a V. Exª, para que permitia a presença e a manifestação dos acareados de frente para os Senadores, o que eu acho pode trazer uma contribuição melhor ao propósito de V. Exª com a acareação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É claro que o Senador Magno Malta está raciocinando em termos do Código de Processo Penal. Policialmente falando, a acareação correta é frente a frente, mas V. Exª teve um cuidado de não constranger os depoentes, colocando-os lado a lado, o que não vai trazer nenhuma dificuldade para esclarecer a divergência existente entre eles. Não sei se seria o caminho mudar a decisão preliminar de V. Exª. Entendo, em tese, a ponderação do Senador José Agripino: não constranger ninguém. O que se busca aqui realmente é o esclarecimento do conflito gerado pelos dois depoimentos. A ponderação dos dois irmãos com respeito à explicação de que o Dr. Gilberto Carvalho teria contado a eles a história do que constrangeu a família em razão da aprovação do Prefeito Celso Daniel, de fazer o trabalho de arrecadação, isso foi desmentido pelo Dr. Gilberto Carvalho. Isso não traria nenhum conflito a quem requereu esta acareação, mas é para o fim de buscar a realidade dos fatos, que poderá, sem dúvida alguma, se amanhã houver um conflito mais grave nessa posição, então o *vis-à-vis* seria mais...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – V. Exª tomou uma medida sadia para continuar com esse trabalho que diz respeito aos depoentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Sr. Presidente, parabéns pela democratização das decisões, muito importante.

Farei apenas uma pequena ponderação. No Código de Processo Penal, não se fala que acareação é frente a frente, cara a cara. Frente a frente é estar presente. Não é cara a cara, é estar presente; não pode ser distante, tem de se presente. Não há essa formalidade de frente a frente. Agora, acho muito importante a disposição como está, porque estão frente a frente conosco, que vamos julgar. Nós queremos ver as reações fisionômicas, psicológicas, emocionais. Nós queremos ver. Não adianta os dois acareados ficarem

vendo um ao outro, que as emoções têm de ser para nós, não para um e outro.

Então, prefiro, na minha modesta colocação, que seja dessa forma, mesmo porque não há obrigação legal de ser cara a cara.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem, atendendo à maioria do Plenário e à questão de ordem do Senador Magno Malta, que diz apenas uma curiosidade, atendendo a essa curiosidade, vamos manter de comum acordo com os Srs. Senadores a posição em que iniciamos a nossa reunião. Agradeço a compreensão de V. Exª, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Meu espírito não foi em nenhum momento foi de criticar a Mesa. Em absoluto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, V. Exª nunca usou esse tipo de ...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Estou de pleno acordo, sem problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Dr. Gilberto Carvalho. (Pausa.)

O Dr. Gilberto Carvalho dispensa.

Algum dos senhores deseja usar da palavra?

Concedo a palavra, concedo a palavra a V. Sªs.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Apenas, no que se refere a mim, talvez caiba recordar aquilo que já relatei no encontro anterior, nesta CPI, que me parece ser o objeto de polêmica e que se refere a um relato que eu presenciei e que ocorreu após a missa de sétimo dia do Celso, que ocorreu em São Bernardo do Campo. No dia anterior a essa missa de sétimo dia, foi solicitado pelo Gilberto Carvalho um encontro comigo e com o meu irmão. Esse encontro foi marcado para depois da missa de sétimo dia, e foi um encontro rápido que ocorreu conosco. Na parte da tarde, ocorreu uma cerimônia no estádio municipal de Santo André em homenagem ao Celso. O Gilberto Carvalho era um dos responsáveis pelo encaminhamento dessa cerimônia. Portanto, tratou-se de um encontro rápido e, nesse encontro rápido, foi feito o relato pelo Gilberto Carvalho a nós, de que havia um esquema de arrecadação de recursos em Santo André, que eram utilizados para financiamento de campanhas do PT. E, em certa oportunidade, o Gilberto Carvalho chegou a encaminhar ao Deputado José Dirceu a quantia de R$1,2 milhão e que ele fazia isso sob bastante tensão, porque ele levava essa quantia de recursos no seu Corsa para São Paulo. Portanto, eu apenas estou reiterando, aqui, depoimento já prestado anteriormente.

Destaco que, no nosso caso, nós, como testemunhas, temos a obrigação de falar a verdade e sabemos também que, no que se refere ao Gilberto Carvalho, ele tem o direito constitucional de não falar a verdade. O nosso compromisso, aqui, é continuar falando a verdade, tal como vimos falando até agora.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Sr. João Francisco confirma?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vou conceder a palavra a ele.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, V. Exª poderia providenciar a identificação, porque eu não sei quem é o João ou.....

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª esta ausente, Senador Sibá Machado. Eu não vou permitir essa questão de identificação aqui. Eu quero que nós possamos caminhar com maior tranqüilidade. Todos nós temos, aqui, o conhecimento das pessoas que aqui se encontram. Então, solicito de V. Exª que possamos caminhar sem nenhuma perturbação dos trabalhos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, eu não estou perturbando.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª conhece o Dr. Gilberto Carvalho?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sem problema. Eu não estou querendo ofender V. Exª....

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª deveria ter feito....

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu não estou querendo ofender V. Exª, nem a ninguém. Eu só fiz uma pergunta....

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vou pedir a V. Exª tranqüilidade para que eu possa trabalhar – todos nós...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, V. Exª não precisava responder dessa maneira.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª não venha trazer, aqui, tentativa de manter a ordem e perturbar esses trabalhos, porque não vamos aceitar – quero deixar bem claro. V. Exª respeite os convidados.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu estou respeitando V. Exª e todas pessoas. Eu fiz uma pergunta e V. Exª pode dizer: "Não vou atendê-lo", e está encerrado o assunto. Só isto. Eu não estou querendo, aqui, ofender absolutamente ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª me desculpe, mas V. Exª está tentando perturbar os trabalhos e eu não vou admitir nem a V. Exª e nem a nenhum outro Senador ou Senadora. Nós vamos conduzir os trabalhos, aqui, da mesma forma que estamos fazendo desde o início. Reina a democracia nesta sala, e eu espero que V. Exª entenda a democracia.

V. Sª tem a palavra.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Muito obrigado. Eu reitero, aqui, as palavras do meu irmão, mas, antes de mais nada, eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores, àqueles que nos estão escutando, que eu tenho lido em jornais e em revistas que eu era um irmão afastado de Celso.

Dizem que elogio em boca própria é vitupério. Mas, eu não... No dia em que Celso foi seqüestrado, eu não tinha o irmão seqüestrado; eu tinha um filho seqüestrado. Quando ele foi encontrado no dia 20, eu não tive um irmão morto, torturado; eu tive um filho morto e torturado. E se eu era uma pessoa tão afastada, como dizem ou querem influenciar, eu mantinha contatos mensais com meu irmão fora os de aniversários.

Viajei com ele, com muito prazer, em 1999, à Itália. Ele tinha sido convidado pelo prefeito de Pago di Lauro, que é a cidade onde o nosso avô nasceu, e tive muita honra de acompanhar o Celso nessa viagem. Foi uma viagem muito boa. Ele foi muito bem recebido lá pelo prefeito, pelo *sindaco* de Pago di Lauro e como nós éramos muito afastados, ele resolveu insistir muito comigo para fazermos uma outra viagem em 2001, precisamente em outubro de 2001. Eu não poderia ir nessa viagem. Não estava em condições econômicas de viajar. Tinha acabado de viajar no primeiro semestre, mas ele insistiu muito. Falou que precisava viajar, sair um pouco comigo, com minha esposa, Margueri-ta, que é italiana. E fomos. Eu percebi que nessa viagem ele estava muito mais triste do que na anterior, mas, de qualquer maneira, também aproveitamos essa viagem.

Depois dessa viagem – eu acho importante dizer –, o Celso esteve em casa antes do meu aniversário. Eu faço aniversário dia 1º de novembro. Ele pediu para ir lá. Ficou de duas a três horas lá em casa. Minha esposa até brincou: "Celso, você veio aqui, não está falando nada!" Ele estava muito triste, muito chateado. Depois de muita insistência ele falou: "Olha, João Francisco, eu estou tendo problemas em Santo André, estou tendo problemas sérios em Santo André". Eu insisti com ele, eu falei: "Bom, se você quiser, eu posso te ajudar". Ele falou: "Não, não quero que você se intrometa nesse assunto. Eu apenas gostaria de dizer para você que eu estou fazendo um dossiê sobre três pessoas: Klinger, Ronan e Sérgio".

Eu não questionei. Eu conhecia Klinger, porque sabia que ele era secretário do governo de Celso; sabia que Ronan, pela imprensa, era um empresário em Santo André; e desconhecia Sérgio como amigo de Celso. Eu não questionava meu irmão sobre amizades ou não.

Aquilo me deixou muito preocupado. Dia 15 de janeiro de 2002, eu fui procurado por uma pessoa, que é uma empresária e, muito assustada, disse-me que tinha tido uma conversa muito violenta com Klinger de Oliveira Souza, que é uma pessoa conhecida em Santo André como de índole violenta, inclusive andava não com uma, mas com duas armas. Ele tinha dito que não adiantava irmão de Celso, Celso, nem o bispo e nem o papa, que ninguém ia resolver mais o problema dela em Santo André. Isso me deixou muito preocupado e resolvi com a Marguerita que iria falar com o meu irmão, mas não deu tempo. Eu ia falar com ele na segunda-feira.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só uma indagação de um segundo que creio vai colaborar. O senhor está se referindo ao Klinger ou ao Sérgio em relação a essa situação com a senhora?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Ao Klinger de Oliveira Souza.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o nome da senhora?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – É Rosângela Gabrilli. É filha do empresário da Expresso Guará. Muita gente confunde oftalmologista com lobista. Gostaria de deixar claro que sou formado, desde 1972, especialista em oftalmologia – oftalmologista e não lobista.

Dia 18, quando fiquei sabendo da notícia, por meio de um telejornal, de que meu irmão tinha sido seqüestrado, fiquei preocupado e liguei para o meu irmão Bruno. Não tínhamos notícia nenhuma e, quando foi de madrugada...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Os dois estão trocando bilhetes. Poderia facilitar se um pudesse interromper o outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim de Morais. PFL – PB) – Vamos deixar a conclusão, são as considerações iniciais para que possamos passar a palavra ao Relator.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não sei se estou me alongando, mas acho importante, porque disseram e estão dizendo que eu era afastado do Celso, coisa que não é verdade. A Miriam Belchior me ligou de madrugada perguntando se eu me dispunha a deixar um gravador em casa porque eu seria a pessoa que, muito provavelmente, os seqüestradores fariam contato. Como pode uma pessoa distante receber esse tipo de observação de Miriam Belchior? Muito bem. Estiveram as pessoas lá etc, etc.

Dia 19, sábado, não tinha tido informação alguma sobre o seqüestro, ninguém tinha falado comigo e acredito que ninguém tinha falado com o meu irmão Bruno. Liguei para o paço municipal, falei com o Klinger de Oliveira Souza, ele falou que estava em reunião e

que poderia me atender entre 11:30 e 12:00. Fui até lá, fiquei no máximo cinco minutos; ele me atendeu muito friamente, falou que seqüestro é assim mesmo, que é preciso paciência, quem sabe eles entram em contato, quem sabe não, "desculpe-me, mas tenho que me retirar".

Dia 20, no funeral, depois que soubemos da notícia, as pessoas amigas e conhecidas estiveram onde? Estiveram na minha casa inclusive o Vice-Prefeito João Avamileno. Gostaria de dizer que, no dia 22 – o funeral foi no dia 21 –, recebi um telefonema do Gilberto.

Você lembra Gilberto? Você me ligou dizendo: "João Francisco, seria importante que você comparecesse à posse do João Avamileno". Eu falei: "Gilberto, não estou em condições". "Mas é importante você ir lá, você representa; pode até fazer uma homenagem ao Celso". Depois de certa insistência, resolvi ir e, como ele tinha falado que eu poderia falar alguma coisa se eu quisesse, eu cheguei a fazer, na clínica, de manhã, um rascunho. Fui à posse do João Avamileno. No final da posse, fui convidado pelo Gilberto para falar. Isso aí deve estar gravado na Câmara. Eu gostaria de dizer aquilo que eu disse no dia 22, no dia da posse do João Avamileno. Está aqui ainda em rascunho:

"A maior homenagem que vocês podem prestar para o meu irmão Celso é que a chama de sua presença não se apague aqui na Prefeitura; que os preceitos morais e éticos permaneçam naqueles verdadeiros companheiros de meu irmão; e que vocês tenham força redobrada agora para continuarem a sua obra, podendo, assim, por si só, expurgar os falsos, os covardes e os traidores".

Isso está gravado.

No dia 25, Gilberto me liga, querendo conversar comigo e com meu irmão. Aí houve esse encontro na minha casa, depois da Missa de Sétimo Dia.

É o que eu gostaria de dizer, a princípio, neste depoimento.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (Fora do microfone)

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Sim, depois da posse do Vice-Prefeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

Consulto ao Dr. Gilberto se deseja usar da palavra para as considerações iniciais, a réplica.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Deputados presentes, venho, pelo segunda vez, a esta CPI, atendendo a uma convocação. Como ficou bastante claro e evidente, não opus nenhuma resistência pessoal à minha presença aqui até porque, como eu disse desde a primeira vez, eu vim na condição de testemunha. Eu não tenho medo da verdade. Eu vim aqui pelo meu compromisso histórico com a verdade. E, nessa condição, estou aqui à disposição dos senhores.

Com relação àquilo que foi afirmado pelo Sr. Bruno, eu quero dizer, não apenas na condição de acusado, mas na condição de testemunha e de quem tem compromisso com a verdade, que eu não falei a esses senhores que eu transportei dinheiro. Trata-se de uma mentira. Eu não falei que levei dinheiro ao então Deputado José Dirceu. Eu fui realmente à casa do Sr. João Francisco, mobilizado pelo desejo, pelo cuidado e pelo respeito que nós tínhamos pela família e pelo nosso Prefeito Celso Daniel, para fazer o acompanhamento do processo, para me colocar à disposição da família para fazer uma interligação entre o processo de investigação, que já se desenhava e se desempenhava naquele momento, e manter a família informada. Eu fui, portanto, com o objetivo de manter uma ponte com a família. Em momento nenhum – insisto –, eu falei em transporte de dinheiro. Essa denúncia o Sr. João Francisco Daniel apresentou na Promotoria Pública alguns meses depois. Eu não sou responsável, portanto, por essa criação do Sr. João Francisco. Compreendo a posição do Bruno de irmão, mas quero reafirmar aos senhores, com serenidade, que eu não relatei, eu não fiz nenhuma afirmação porque eu não levei dinheiro ao Deputado José Dirceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou conceder a palavra aos irmãos Daniel para confirmar ou não, a fim de que eu possa passar a palavra ao Relator. V. Sªs têm a palavra na ordem em que desejarem.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu apenas reitero aquilo que já disse antes. A conversa ocorreu e o relato ocorreu nos termos em que eu descrevi aqui.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Reitero, reafirmo em gênero, número e grau. Conversa ocorreu e não foi no sentido de ele se disponibilizar a fazer um meio entre as investigações, que estavam no princípio, e a família.

Reafirmo que o Sr. Gilberto Carvalho esteve em casa no dia 26 e, por livre e espontânea vontade, – existem testemunhas de que ele esteve lá, não é difícil a CPI averiguar se o Gilberto Carvalho esteve em casa no sábado de manhã, existe um sistema de segurança onde eu morava –, ele relatou o que o meu irmão já disse e o que eu já disse.

Além disso, o Sr. Gilberto relatou uma segunda vez para mim, com testemunha. A testemunha inclusive está aqui presente.

E na terceira vez a testemunha foi o Corsa. Quer dizer, o Gilberto falou comigo três vezes, Gilberto. Três. Não foi uma só. Três, Gilberto. A terceira vez no Corsa,

quando você me levou no apartamento do Greenhalgh antes do depoimento no DHPP. Como é que você pode negar? Não é possível!

Eu reitero aqui: o que os irmãos... Nós estamos numa cruzada, numa cruzada de desvendamento de quem seqüestrou, quem torturou meu irmão. Ele foi barbaramente torturado, apesar de alguns colegas petistas terem negado. E gostaria de dizer para os senhores que, infelizmente, mais uma vítima desse episódio aconteceu há duas, três semanas.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Petistas e não petistas.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Petistas e não petistas. Homens do DHPP.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Não só.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não só. E eu gostaria de aproveitar a oportunidade porque o professor Carlos Delmonte é um homem muito corajoso. Ele enfrentou uma organização em São Paulo, e eu acredito que tenham, sim, matado o Carlos Delmonte, apesar de dizerem que ele se envenenou. Eu conversei com o professor Carlos Delmonte depois da entrevista do Jô Soares e perguntei para ele: "Professor, aqueles quesitos complementares que nós pedimos para o senhor fazer já estão prontos?" Ele falou: "Quase prontos. Eu me atrasei um pouco por causa desse treinamento que eu tive que fazer na Swat, mas está praticamente pronto".

Nós queremos saber, aproveitando a oportunidade, eu sei que não é o intuito desta CPI no momento, porque esta é uma acareação, mas nós, da família, estamos preocupados e queremos saber onde estão todos os documentos que o professor Carlos Delmonte mantinha, inclusive esses quesitos complementares.

Eu ouvi dizer de um Senador, se eu não me engano, se não me falha a memória, se eu estiver errado, o Senador Tião Viana: "Não, mas o professor Carlos Delmonte faleceu, mas o que ele tinha que dizer ele já disse". Não! Ele seria...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Só para esclarecer a V. Sª, a repórter, eu acho que do SBT, ligou-me, falando da morte – eu não tinha ouvido de ninguém –, que ia entrar no ar e precisava de uma manifestação minha. Eu disse: "Olha, eu fico surpreso. Eu espero que essa morte seja esclarecida". Aí ela disse: "Mas, Senador, o senhor acha que isso tem algum vínculo com o caso do Prefeito Celso Daniel?" Eu disse: "Razão direta eu não vejo, porque a opinião sobre se houve tortura ou não já foi dita. A informação do legista atual é que houve tortura". Foi isso que eu disse para ela.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Perfeito.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Aí ela disse: "Senador, mas o senhor sabe que ele foi morto com um tiro na cabeça?" Eu disse: "Mais uma surpresa para mim. Eu espero que se esclareça". Foi só esse diálogo e foi só o que eu disse.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não, não, perfeito. Mas apenas para esclarecer que ele seria uma testemunha importante na investigação que vai, e que está ocorrendo em Itapecerica da Serra. Nessa investigação, nada mais nada menos, o Sr. Sérgio Gomes da Silva é indiciado nesse processo como mandante do assassinato.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – O depoente João Francisco disse que está aqui uma outra testemunha de um segundo diálogo, é isso?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Sim, senhor.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Ela está aqui nesta sala?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Ela está aqui no Senado; não sei se está na sala aqui agora, mas está.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Não seria o caso de ouvirmos?

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO –** De quem se trata?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª poderia citar o nome da testemunha?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Se o os senhores quiserem, posso.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É importante.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu, inclusive fui obrigado a relatar os nomes das testemunhas – o Gilberto Carvalho sabe disso. Eu fiquei muito tempo sem falar sobre testemunha. Eu não queria expor mais ninguém. Chega eu já ter exposto a minha família. Eu fui obrigado a colocar e a relatar quem eram as testemunhas no processo que o Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva move contra mim por danos morais, só por causa disso. Está lá no processo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Matéria de defesa.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O senhor já citou o nome Costa?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não. Eu não citei o nome. A testemunha que presenciou o Sr. Gilberto Carvalho repetir parte daquilo que ele tinha falado no dia 26 de janeiro foi a minha esposa. A minha esposa escutou o Sr. Gilberto Carvalho falar e repetir o que ele tinha dito para nós no dia 26 de janeiro,

Gilberto. Você se esquece que você repetiu o bolo em casa? Você gostou do bolo. Você se esquece? Você lembra que você repetiu o bolo? Você gostou do bolo? Está lembrado que você repetiu o bolo de aipim? Você gostou do bolo. E a Marguerita quando estava servindo você, você não parava de falar. Você se esquece, Gilberto? Não é possível que você se esqueça dessas coisas!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero dizer ao Dr. Gilberto que pode usar a palavra, sem ser necessário a Presidência passar a palavra a V. Sª. Pode responder.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – A intimidade do Dr. João Francisco, das falas do Dr. João Francisco vai mostrando o quanto são falsas e de enorme criatividade as acusações que ele me faz.

Dr. João Francisco, desde junho de 2002, quando veio à tona a sua acusação, eu tive uma posição de muito cuidado, de muita cautela e de muito respeito, porque se tratava da família do Prefeito Celso Daniel, a quem eu servira durante 5 anos e com quem tive a oportunidade de, de fato, ter, além do orgulho de servir, a possibilidade de estabelecer uma relação de amizade muito próxima e de respeito profundo.

Tão logo o senhor faz aquelas declarações, eu procuro o seu irmão Bruno Daniel, para tentar entender do que se tratava. E Bruno, na sua casa, na sua conversa, assim como sua esposa, Mariana Cano, manifestaram estupefação, me pediram compreensão, me disseram que eu deveria compreender a dor de uma pessoa e as decorrências que uma eventual perda poderia produzir numa pessoa.

A Srª Mariana Cano compareceu à prefeitura de Santo André, esposa do Sr. Bruno, para ter uma reunião com o Prefeito João Avamileno e com o Secretário de Governo Maurici, para dizer que a família não apoiava o gesto do Sr. João Francisco. O que me impressiona nessa história do Sr. João Francisco é que, ao longo desses anos – e eu disse aqui na CPI aos senhores que permaneci em silêncio nesse tempo, eu não apenas não movi nenhum processo como não fiz declarações à imprensa, salvo em mínima defesa. E o que me impressiona, nesse tempo todo, é como essa criatividade foi crescendo; como um diálogo, que inicialmente era um, passou a ser três.

Vejam os senhores que fato interessante: quem são as testemunhas? São familiares. Agora, ele fala em uma terceira testemunha que eu não sei se é ou não um familiar e fala também em um veículo. Essa criatividade é a mesma que ele demonstrou nesta CPI. Agora, sou obrigado a falar sobre isso. Perdoe-me o senhor, perdoe-me, João Francisco. Quando ele nega que fez lobby para a Empresa Guarará, quando, num dos encontros que ele fez,...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu não nego.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – ...quando, num dos encontros em que ele realizou, chamando-me à sua casa... Eu, servidor público, estava na prefeitura de Santo André, trabalhando, e fui chamado à casa de João Francisco. Saí correndo e larguei o meu trabalho, pensando que se tratava de um assunto, João Francisco – esse fato ocorreu poucos dias depois dessa primeira conversa –, ligado aos interesses da morte do Celso, e você vem entregar-me um documento que foi entregue à CPI de Santo André e cuja perícia já foi feita. Foi entregue esse documento com anotações suas, buscando a mudança de um contrato de uma empresa que não conseguia honrar o seu contrato com a prefeitura.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Meu intuito...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – A sua criatividade é a mesma que o fez negar que você pediu para que a sua filha fosse nomeada oftalmóloga do Sinetram de Santo André.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Quando eu neguei, Gilberto?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – No seu depoimento.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – No meu depoimento não está negado.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – João Francisco, a sua criatividade é que lhe permite fazer essas assertivas, trazendo, a cada vez, uma novidade, uma testemunha diferente.

João Francisco, preciso dizer algo que até hoje eu não disse. Na verdade, o processo que vocês estão realizando de buscar a verdade em torno da morte de Celso Daniel é o mais legítimo possível – reconheci isso nesta CPI, e o Bruno sabe disso desde o início –, e eu o apoiei o tempo todo – Bruno sabe disso. Desloquei-me de Brasília quando foi pedido que eu tivesse uma conversa informal com os promotores da causa no Gaeco – Bruno sabe disso. Bruno sabe que eu me empenhei, junto ao Deputado Jamil Murad, para que tentássemos liberar, o quanto antes, os laudos da necropsia do Prefeito Celso Daniel. Eu não devo nada, eu não temo nada nessa história.

Porém, com o passar do tempo, a conduta que os senhores acabaram tendo está servindo para um grande jogo político; está servindo, na verdade, para manchar a memória do irmão de vocês. Sinto muito em dizê-lo. A matéria que uma revista nacional publicou na última semana é apenas uma ilustração dessa

tristeza, porque a obra de Celso Daniel é grande, e os senhores sabem disso. Celso Daniel fica marcado em Santo André, indelevelmente, como um grande gestor, como um homem honesto, como um homem que prezou o bem público. No entanto, está havendo um processo em que se tem uma imagem de Celso, que não está aqui para se defender,... Vocês podem fazer contra mim as acusações que quiserem. Tenho um passado, um presente, e Deus há de me dar um futuro. Entretanto, Celso não está aqui para se defender, e essa imagem de um homem comprometido com a corrupção, essa imagem de um homem que fez o desgoverno, não podemos admitir.

O que me impressiona muito, João, Dr. João Francisco, é o fato de o senhor estar preocupado em manifestar a sua proximidade com Celso Daniel. No entanto, o que me assusta é o senhor deixar de informar que nunca compareceu a uma posse de Celso Daniel, mas ia à prefeitura em defesa de seus próprios interesses. Minha secretária é testemunha...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Quantas vezes, Gilberto?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – ...de que éramos obrigados....

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Quantas vezes?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Pelo menos três vezes.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Duas vezes, Gilberto.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Pelo menos três vezes.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Duas vezes, Gilberto.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Há registro na prefeitura.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Vamos esclarecer.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – João Francisco,...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Vou deixar você terminar...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Além disso,... Por favor.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu vou deixar você terminar...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Eu ouvi você com muito cuidado.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Claro. Eu vou deixar você terminar...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Por favor. É o mínimo que você pode fazer.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Claro. Eu tenho todo o respeito por você.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Por favor. Eu estou com a palavra. Depois você usa a palavra, por favor.

O que me impressiona é que a prática de buscar a verdade não está coadunada com a prática de amor por aquelas coisas e por aqueles seres que Celso amou. Eu vou ter que dizer a vocês uma coisa que não disse até hoje, mas Celso tem uma filha da sua relação com a Ivone, que a família, em nenhum momento, reconheceu, embora haja já um laudo particular mostrando. E a cidade toda sabe que essa menina é filha de Celso Daniel. A família não só ignorou essa menina, não foi capaz de dar um telefonema depois da morte de Celso Daniel, como o apartamento que pertencia a Celso Daniel está alugado pela família; e a mãe dessa menina, que foi a pessoa que Celso amou até o último dia da sua vida, teve de devolver o apartamento que ela financiava por falta de recursos e, hoje, mora precariamente. Nós estamos tendo de auxiliá-la.

Portanto, eu não consigo entender, eu não consigo entender que esse amor aqui proclamado não se manifeste na sua extensão pós-morte de Celso por aquilo que ele amava, que era a sua esposa, a sua namorada, que, na prática, vivia como esposa, a sua filha, e o governo, a obra de Celso Daniel.

Infelizmente, com o efeito triste desse processo, insisto, separo as coisas. Apoiei e apóio toda investigação em torno da morte de Celso, mas as afirmações de que Celso praticava a corrupção, sem estar aqui para se defender, eu não posso aceitá-las, e elas contradizem aquilo que os senhores têm afirmado e têm apresentado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Bruno.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Gostaria de me manifestar em relação aos seguintes pontos. Em primeiro lugar, de fato, houve um encontro da nossa parte com o Gilberto, no sentido não de negar aquilo que o João Francisco tinha colocado em depoimento ao Ministério Público. O que nós colocamos naquela oportunidade, Gilberto, é que nós não concordávamos com o fato de o João Francisco ter levantado aquilo que levantou, que tinha sido objeto de uma conversa reservada. E por que não concordávamos? Não concordávamos porque o nosso foco, o tempo inteiro, foi tentar descobrir as razões da morte do Celso. Você sabe muito bem que essa foi a nossa preocupação central o tempo inteiro.

Muito bem. Então, dissemos, naquela oportunidade, que gostaríamos de obter a compreensão de vocês, do gesto do João Francisco, porque, na verdade,

o meu pai morreu muito cedo, e ele assumiu a família. E ele tinha ao Celso, a mim e aos meus irmãos como filhos. Ele assumiu a família em oportunidade crítica, em oportunidade difícil, jovem ainda.

Então, eu também disse isso aqui na reunião anterior na CPI. Quer dizer, numa família, o sentimento de perda é diferenciado entre os diferentes membros da família. Então, nós pedimos compreensão a vocês com relação àquele gesto.

Do nosso ponto de vista, as questões relativas à existência de esquemas de arrecadação de recursos na Prefeitura de Santo André já estavam claros. E ficaram muito mais claros ainda no decorrer dos acontecimentos posteriores. Por exemplo, o depoimento da antiga empregada do Celso, que relata a existência de recursos no apartamento dele. Por exemplo, todo o inquérito que corre na comarca de Santo André, autos do processo nº 5.557, de 2002, em que há denúncia de Sérgio Gomes da Silva, Klinger Luiz de Oliveira Souza, Ronan Maria Pinto, Irineu Nicolino Martin Bianco, Humberto Tarcísio de Castro e Luiz Marcondes de Freitas Júnior, inquérito que aponta irregularidades em licitações, que aponta um conjunto grande de problemas que indicam a existência de um esquema de arrecadação de recursos para financiamento de campanhas do PT.

Terceiro, há provas testemunhas importantes relativas a isso. As provas testemunhais, por exemplo, da Rosângela Gabrilli. Mais do que provas testemunhais, há provas materiais. Há cheque depositado pela Rosângela Gabrilli ou sua empresa na conta de Sérgio Gomes da Silva. Então, não se trata de imaginação fértil, não se trata de invencionice. Trata-se de evidências fortes da existência de esquema de arrecadação de recursos.

Muito bem. Então, isso é totalmente compatível com aquilo que você nos relatou naquele encontro no sábado de manhã, após a missa de sétimo dia do Celso. Não há nenhuma incompatibilidade entre uma coisa e outra. Agora, como nós tínhamos já uma idéia clara a respeito da existência desse esquema de arrecadação de recursos e como nosso foco era descobrir as razões do assassinato do Celso, nós, Marilena e eu, nos colocávamos de forma contrária a trazer a público uma conversa reservada que tivemos e que depois ocorreram outras com o João Francisco. Éramos contra isso, até porque tínhamos uma interlocução com você, de bom nível, e com outros membros do PT, também de bom nível, e tínhamos a expectativa de que, mantidas as conversas em *off* preservadas, poderíamos conseguir obter outras observações relevantes a respeito do caso do Celso.

Essa é a razão principal pela qual nos colocamos de forma contrária ao gesto do meu irmão. Agora, com a compreensão de que foi um gesto de um pai querendo, de alguma maneira, chamar a atenção da sociedade para que era absolutamente necessário investigar a possível conexão entre esse esquema de arrecadação de recursos e a morte do Celso.

Então, essa foi a razão principal pela qual nos colocamos de forma contrária a essa revelação feita pelo João Francisco. Bem. No momento em que o Deputado José Dirceu aciona o meu irmão, aquela conversa em *off* já não pode continuar em *off* e tem de ser trazida à tona, porque é a honra do meu irmão que fica colocada em risco. Então, não é possível mais continuar sem colocar a público o relato dessa conversa.

Bem, isso no que se refere ao contato que tivemos com relação à nossa contrariedade relativa à explicitação daquela conversa reservada. Ainda para completar, nós achávamos que esse relato politizava a questão.

O nosso objetivo nunca foi politizar a questão; o nosso objetivo era descobrir todos os eventos relativos a esse esquema de arrecadação e os nexos que poderiam existir com relação à morte do Celso. Bom.

Gostaria de destacar aqui o seguinte: que a sua ação no sentido de nos ajudar a elucidar a morte do Celso foi parcial. Nós tivemos...Você teve a oportunidade de estar na nossa casa, onde foram mostradas a você fotos da necropsia do Celso, que mostravam, de forma mais ou menos clara, embora de forma leiga, a existência de tortura. E isso não fizemos só com você, fizemos com outras pessoas do PT também.

E a idéia qual era? A idéia era colocar um assunto que poderia derrubar a tese de crime comum, que na época era defendida pelo DHPP e que era corroborada por vocês na Prefeitura. Era corroborada por vocês e pelo Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, tanto é que vocês convocaram uma coletiva para dizer que consideravam que as linhas gerais da investigação estavam corretas e que elas apontavam para a conclusão de que o caso do Celso era um caso de crime comum. E você sabe muito bem que nós não concordamos com essa posição. Nós achávamos que ainda havia muitas lacunas e que o caso precisava ser investigado em sua plenitude.

E por que a sua contribuição foi parcial? A sua contribuição foi parcial porque, muito embora você tenha feito gestões junto ao então Deputado Estadual Jamil Murad no sentido de liberar os laudos, nós, na conversa que tivemos com o Deputado Jamil Murad, que ocorreu também na residência do João Francisco, no mesmo local onde estamos afirmando que houve aquele relato... O Deputado Jamil Murad também negou a existência de tortura, assim como já tinha negado a existência... E o Deputado Jamil Murad presenciou a

necropsia do Celso e, segundo nos relatou o legista falecido Carlos Delmonte, a discussão relativa à tortura foi feita durante os trabalhos da necropsia.

Portanto, manter a visão, manter a hipótese de crime comum, na ausência de elementos significativos para chegar a essa conclusão, do nosso ponto de vista, não representa contribuição para a elucidação do caso do Celso. Ao contrário, representa um obstáculo. Por quê? Porque havia uma fragilidade imensa no que tinha sido colocado no processo conduzido pelo DHPP.

Gostaria de adicionar também o seguinte: também falei nesta CPI anteriormente que considero que, no caso brasileiro, há uma fragilidade muito grande nas instituições. Quando nós discutimos – você deve se recordar – o programa de Governo do PT, em 2002, eu me referi a esse tema, eu falei da fragilidade das instituições com você numa conversa absolutamente franca. Entre as fragilidades da institucionalidade brasileira, eu falei a respeito do problema relativo aos financiamentos de campanhas eleitorais. Falei também da existência de uma fragilidade no que se refere a uma falta de meritocracia no setor público, de um excessivo número de cargos de confiança, que é utilizado como moeda de troca para negociações de posições que acabam fragilizando a capacidade de ação, de formulação, de execução do setor público. Você deve se recordar desse tipo de colocação também.

Não afirmamos aqui, em momento algum, que o Celso era comprometido com a corrupção. O que estamos dizendo é que o Celso assumiu a existência de uma fragilidade institucional – não concordo com isso, mas, enfim, foi a decisão dele –, e que operar um esquema de arrecadação de recursos para financiar campanhas eleitorais era um mal necessário. Para quê? Para viabilizar a expansão do PT e a implementação de suas propostas de governo.

Então, em momento nenhum, afirmamos aqui que o Celso era comprometido com a corrupção. Trata-se de uma ação da qual, repito, discordava – discordo de quem assim age, considerando isso um mal necessário. Quer dizer, do meu ponto de vista, seria muito mais relevante que se trabalhasse no sentido de aperfeiçoar a institucionalidade que temos aqui no Brasil para evitar que expedientes dessa natureza fossem utilizados.

Por último, gostaria de dizer o seguinte. Quando você levanta aqui questões relativas à ação do João Francisco como lobista de empresas de ônibus ou quando você levanta questões relativas à suposta filha do Celso... Para que haja certeza de que ela é efetivamente filha do Celso, é necessário que haja um rito processual que prove isso; não basta a apresentação de um laudo de uma instituição particular, é necessário que haja um rito a partir do qual, com um exame de DNA, possa-se chegar a esse tipo de conclusão, e estamos aguardando esse rito. Aí, de novo, destaco a fragilidade das instituições, que dizer, a esta altura do campeonato já era para esse tipo de assunto ter sido resolvido; é necessário que se realize um rito, mas esse rito ainda não foi realizado.

Por fim, queria destacar que, quando você levanta essas questões, parece que você está querendo jogar uma cortina de fumaça sobre o que é efetivamente relevante. E o que é efetivamente relevante? Discutir a filha do Celso e se o João Francisco é lobista de empresas ou é discutir aquilo que representa efetivamente a verdade e que pode conduzir à elucidação da morte do Celso? Do nosso ponto de vista, quando se levantam assuntos dessa natureza, joga-se uma cortina de fumaça sobre aquilo que é efetivamente relevante.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. João Francisco.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu fui citado e gostaria de responder ao Gilberto Carvalho que, diferentemente do meu irmão Bruno, em abril de 2002, depois daquela reunião que tivemos no apartamento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh – Bruno, o senhor, o Deputado Greennhalgh e eu. Vocês iriam dar uma entrevista coletiva, junto com o DHPP, para informar a população de que a morte do Celso teria sido um crime comum. Eu me levantei, não concordei, e, a partir daí, nós não mais nos encontramos. A partir desse dia, eu repito aquilo que eu disse quando vim a esta CPI. Diferentemente do que pensava o meu irmão Bruno, entendi que deveria tornar público aquilo que tinha sido dito a mim pelo senhor. Se não tivesse feito isso, hoje nós não estaríamos aqui, o crime teria sido encerrado, sim, como crime comum. Eu fui praticamente obrigado a me expor e a expor a minha família para que, com a minha denúncia, o crime do Celso não fosse encerrado como crime comum. Tanto é que, depois da minha denúncia, depois daquela CPI que houve em Santo André, o Ministério Público, com o apoio do Procurador-Geral do Estado de São Paulo, reabriu o caso.

Se eu não tivesse feito a denúncia, Celso hoje estaria, sim, como um cadáver insepulto. Eu fui obrigado, Gilberto Carvalho, com muita dor no coração, a fazer o que fiz. Eu não me arrependo de ter feito isso, porque o crime, o assassinato, a tortura a que me irmão foi submetido, tudo isso tem de ser esclarecido. Como meu irmão Bruno disse, hoje existem provas testemunhais e provas técnicas de que não foi crime comum. Então, não me arrependo absolutamente de nada.

Digo mais para o senhor. No dia 27 de junho de 2002, dei uma entrevista para a **Folha,** e publicaram o

seguinte: "Irmão de prefeito diz temer por testemunhas." Eu não estou inventando testemunhas agora. Isto foi dito em 27 de junho, de 2002, uma quinta-feira, pela **Folha de S. Paulo**: "Irmão de prefeito" – eu – "o oftalmologista João Francisco Daniel, disse ontem que se nega a revelar os nomes das testemunhas que diz ter sobre as conversas com o ex-coordenador de Governo da Prefeitura, Gilberto Carvalho, e da ex-mulher do Prefeito Miro Belchior. É para protegê-las". Como disse o meu irmão Bruno, só agora, depois do processo que o Deputado José Dirceu moveu, é que, com a aquiescência dele, Bruno, da minha esposa Marguerita e de outros, foram arroladas testemunhas. Então, não estou inventando nada.

O senhor disse que eu fui à Prefeitura pedir que a minha filha fosse credenciada.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Exatamente.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu fui sim. Eu não nego isso, eu nunca neguei. Apenas disse que aquilo que eu fui pedir para o senhor não teve êxito, porque a minha filha não tinha dois anos de formada. O senhor declarou, na CPI em Santo André, quando perguntaram para o senhor se tinha certeza de que a minha filha, Drª Ana Cristina, tinha sido credenciada: "Sim, ela foi credenciada." Ela não foi credenciada, ela só foi credenciada em 2003. Como o senhor mesmo disse, o senhor não via mal nenhum nisso. Eu também não vi mal nenhum nisso. A única coisa que eu rebato é que o senhor disse, naquela época, que eu tinha ido pedir reserva de mercado. Eu não fui pedir reserva de mercado coisa nenhuma, eu fui lá pedir abertura de mercado. Não fui pedir reserva de mercado.

Então, eu estive na Prefeitura sim. Estava lá a secretária, sim, irmã da Ivone. Eram cinco, cinco e meia. O senhor lembra? O senhor estava, inclusive, com problemas, tinha uma greve em Santo André, a Guarda Civil estava com problemas. Está lembrado? (Pausa.) Está lembrado ou não, Gilberto de quando eu estive lá em setembro?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – O senhor está com a palavra, Dr. João Francisco.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Pois não. Eu só estou perguntando se o senhor está lembrado de quando eu estive lá.

Depois, quando o senhor esteve em casa, quando eu pedi para o senhor ir à minha casa – o senhor disse que saiu correndo da Prefeitura etc. –, a minha intenção não era, com a sua ida lá, pedir alguma coisa para a empresa. Eu pedi sim, não nego que eu pedi. Eu não vejo mal nenhum. A empresa estava sendo achacada, a empresa estava sendo roubada. Eu não me arrependo disso. Só que o senhor, nessa conversa, entre um cafezinho e outro, entre um pedaço de bolo de aipim e outro, declarou para mim, com a minha esposa indo e vindo, tomando café junto com o senhor, que o senhor tinha muito receio quando levava o dinheiro que era arrecadado em Santo André no seu Corsa preto e entregava para o Deputado José Dirceu. Eu não estou inventando nada, Gilberto Carvalho. Eu estou apenas repetindo aquilo que o senhor disse para mim. Nesse dia, eu, sim, pedi para a empresa. Não nego isso, eu não me arrependo de ter feito isso.

Da mesma maneira que o senhor deve se lembrar... O senhor reconhece essa letra aqui, Sr. Gilberto? O senhor me devolve, viu? (Pausa.)

*(Interferências fora do microfone.)*

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Claro. É importante ler inclusive.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Sim, claro.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – É minha letra.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Claro. Porque a impressão que o senhor possa ter passado é que eu era um aproveitador. Eu não era aproveitador. O senhor ligou para mim, mais uma vez...

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – A letra?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – A letra é do Gilberto.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Sobre o quê?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Vou explicar.

Na semana pós-sepultamento e morte de Celso, começaram a sair na imprensa algumas reportagens tentando denegrir a imagem de Celso, fazendo correlação com aquele famoso envio dos US$ 90 mil da venda da casa que fiz em Caraguatatuba etc. Gilberto Carvalho me ligou e falou: "João Francisco, seria bom você dar uma coletiva para que você dissesse à imprensa que tudo aquilo que eles estão falando não é verdade". Eu falei: "Não tem problema". Fui ao paço municipal, onde estavam vários órgãos da imprensa. O senhor me escreveu isso aqui: "A família quer e exige apuração do caso até às últimas conseqüências", isso foi na segunda semana depois da morte de Celso. "Queremos a verdade e só a verdade, doa a quem doer. Não aceitaremos que se tente manchar a memória de quem pautou sua vida pela dignidade". Gilberto escreveu isso para mim e eu tenho guardado isso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Este "doa a quem doer" do Lula é seu então?

(Risos.)

(Interferências fora do microfone.)

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Então, eu gostaria de deixar claro, Sr. Gilberto Carvalho, que, das nove vezes que nós nos encontramos, duas eu pedi

para o senhor, duas. As outras ou foram pedidos do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh na última reunião ou do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh querendo ou tentando me instruir quando eu ia depor no DHPP. As outras foram sempre a seu pedido, Gilberto Carvalho. Nas vezes que eu pedi... Eu não me arrependo, volto a repetir, de ter feito isso.

Agora, vou repetir o que meu irmão disse: o que é relevante hoje para a CPI, o que é relevante hoje para o Brasil é que a morte do Celso sirva de exemplo. Como servir de exemplo? Que as instituições funcionem como as instituições têm de funcionar – e vou usar uma palavra que tem sido muito mal utilizada ultimamente –, com transparência. Eu não vejo transparência nas instituições, eu vejo, como oftalmologista, opacidade, eu vejo mentira. Infelizmente, eu não vejo transparência nas instituições, haja vista que, em janeiro, vão ser quatro anos que nós estamos nessa batalha. Estamos na batalha de fazer com que a morte de Celso Daniel seja esclarecida. O que nós sempre quisemos, o que nós estamos querendo é a verdade. Nosso sustentáculo é a verdade, Gilberto Carvalho.

Eu gostaria de dizer que tanto eu como a minha família – e quando digo minha família, não digo somente minha esposa e meus três filhos, digo também a do Bruno, a Marilena, os filhos deles etc. – não estamos com a alma aprisionada. O senhor está com a alma aprisionada. Eu tive poucos contatos com o senhor, sei do dilema que o senhor deve estar enfrentando, porque o senhor sempre me passou serenidade nas conversas que nós tivemos – a não ser na última, quando não concordei com a tese de crime comum. Eu sinto que o senhor sofre, que está com a alma aprisionada.

O senhor estava em Santo André, o senhor sabia do esquema. Não preciso aqui citar o que está saindo na TV Bandeirantes, o que saiu ontem na TV Bandeirantes, o que saiu algumas vezes na TV Record, o que já saiu na Rede Globo com relação àquelas famosas gravações etc, isso não vem ao caso, isso não é relevante. Mas o senhor, em Santo André, fazia a ligação entre o que hoje é uma quadrilha denunciada – Klinger, Ronan, Sérgio e outros – e a cúpula do PT em São Paulo. Essa é a verdade dos fatos, Gilberto Carvalho. Infelizmente, o senhor tinha de fazer esse meio-de-campo. O senhor está com a alma aprisionada. Nós não estamos, estamos com a alma liberta, livre, tranqüila.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Dr. João Francisco, o que mais me apavora, me impressiona, é a sua arrogância, a sua presunção, a sua presunção de ser dono da verdade. Além de sua fantasia, causa-me assombro a sua capacidade de produzir juízo sobre as pessoas de maneira absolutamente infundada, sem base, de fato, na realidade.

Dr. Bruno, o relevante é a verdade, a verdade por inteiro. Esteve aqui ontem nesta CPI um ex-juiz, presidiário, para falar de trechos de fitas que ele teria ouvido. Eu, mais do que ninguém, tenho interesse que essas fitas venham à luz na sua integralidade e não em sua versão editada – os Srs. Senadores sabem, por sua experiência, o que é a edição de uma conversa, o que é a meia-verdade, que é pior do que a mentira.

Eu sei o papel que eu desempenhei após a morte de Celso Daniel. Aliás, agradeço muito ao Dr. João Francisco pela leitura desse texto, manuscrito por mim naquele momento, porque ele registra exatamente, com autenticidade, o sentimento que tomava conta de nós naquele momento.

A verdade, João Francisco, tem de ser dita por inteiro: o seu depoimento ao Ministério Público ocorre logo após a Prefeitura ter negado o pedido que o senhor fazia para a Empresa Guarará, poucos dias depois, quando a Prefeitura monta uma comissão de sindicância.

A verdade tem de ser dita, Dr. João Francisco: a divergência nossa, a briga que tivemos no apartamento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh não foi porque a família manifestou a legítima opinião de não concordar com a conclusão daquele inquérito. A verdade deveria obrigá-lo a dizer que a minha insurgência, que a minha revolta, foi porque o senhor disse que, naquele tempo, que naquele momento, naquele período todo, a família tinha se mantido à margem, desinformada. Está mais do que provado que fiquei à disposição dos senhores para qualquer tipo de informação. É verdade que suscitei e pedi várias conversas: eu tinha, por obrigação, informá-los sobre a ocorrência de novos fatos da investigação. A verdade o obriga a reconhecer que procurei informá-los o tempo todo, mantê-los a par de tudo. A verdade obriga-o a dizer também que a família, desde o momento do reconhecimento do corpo, não teve interesse em ir até lá, embora Miriam Belchior tenha procurado e insistido...

Está aqui o nobre Deputado Jamil Murad, que foi testemunha daquele momento e, agora, é obrigado a ouvir o que acaba de ouvir da parte do Sr. Bruno Daniel. O Deputado Jamil Murad não foi até lá por interesse outro que não o laço que o mantinha ligado a Celso Daniel, pelo apreço que tinha por Celso Daniel e por sua condição de Deputado ligado aos direitos humanos.

O que me impressiona nas falas dos senhores é essa questão, Bruno, de que vocês têm a posse da verdade. Você diz que a minha contribuição foi parcial e que corroborávamos a conclusão do DHPP. Devo di-

zer-lhe que não somos policiais. O que nós fizemos... Se tivéssemos medo da verdade não teríamos ido ao Governador Geraldo Alckmin pedir celeridade e eficiência da polícia na investigação; não teríamos vindo, por meio do então Presidente de Honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Presidente Fernando Henrique pedir uma ação da Polícia Federal; não teríamos feito um apelo a uma ONG organizada e comandada pela Srª Danielle Mitterrand para que, desde o exterior, houvesse pressão sobre as autoridades brasileiras para que o crime de Celso Daniel assim como o de Toninho fossem esclarecidos.

Bruno, fui no Dia de Finados à sua casa. Você mostrou-me as fotos do corpo de Celso. É verdade. Lembro-me da dor que senti quando vi aquelas fotos, e fui falar com o Jamil. Não sou especialista, não sou membro da Polícia Civil, da Polícia Técnica, o que fiz foi levar ao Deputado um apelo para que a verdade, de novo, toda ela, aparecesse.

Bruno, o que me espanta na fala de vocês é a distância que tinham em relação a Celso Daniel. Se tivessem um mínimo de proximidade com Celso não aceitariam o depoimento que foi feito no Ministério Público por aquela senhora, que foi ao apartamento de Celso e teria encontrado sacos de lixo. Bruno, pelo amor de Deus, quem conheceu Celso Daniel sabe que seria impossível seu irmão guardar sacos de dinheiro em casa! Isso não era do feitio de Celso, não coadunava com o caráter de Celso. Cheguei, Bruno, a escrever uma carta para você dias depois. Não a enviei por medo de ser mal-interpretado. Esperava que, ao menos nessa hora, a família fizesse um protesto. Uma autoridade ouvir o depoimento de uma senhora, naquelas condições, e já concluir que é a prova!

(Intervenção fora do microfone.)

Dizer que é a prova, que o dinheiro encontrado em sacos de lixo no apartamento de Celso era a prova de que ele participava da corrupção, e a família não se insurgir contra isso! Um garçom depôs dizendo que Celso participava de almoços com um grupo de pessoas, e que o dinheiro era colocado debaixo das toalhas! Só os anos, Bruno, que você ficou longe de Celso explicam que você não tenha se insurgido imediatamente contra isso. Bruno, isso não é verdade! Você sabe das circunstâncias de alguns depoimentos. Não quero fazer um juízo de valor sobre esses depoimentos. No mínimo, teríamos que colocar um advogado, alguém, para acompanhar esses depoimentos. Eu e todos aqueles que tinham um mínimo de proximidade com Celso Daniel sabem que ele seria incapaz de um gesto desses, de uma prática dessas.

Para terminar, quero dizer o seguinte. É verdade que o foco central, relevante, é a gente ir até o fim e descobrir, por todos os meios, qual foi, de fato, a natureza da morte do nosso querido Prefeito Celso Daniel.

É verdade que é relevante verificar se a acusação de propina em Santo André, que ainda está em investigação, em processo, é verdadeira ou não. A Justiça está trabalhando fortemente neste sentido. Isto é relevante, é verdade. Agora, fiz questão de colocar esses dados aqui porque é preciso que a verdade seja colocada por inteiro. E essa busca que vocês fazem das razões da morte de Celso Daniel, infelizmente, a ela se misturaram outros interesses. E lamento muito mais a frieza que você demonstra em relação à filha do Celso, em relação a esse processo causa uma tristeza profunda em meu coração, porque a cidade toda sabe as coisas que o Celso amou e as pessoas que Celso amou. E vocês deveriam, com o mesmo cuidado, com o mesmo carinho, cuidar das coisas que Celso amou, da sua honra em particular, sobretudo porque ele não está aqui para se defender.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL –** Gilberto, a que interesses você está se referindo?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Em que momento...

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL –** Você disse que as minhas colocações revelam a existência de outros interesses que não elucidar as razões...

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Eu me refiro, Bruno, se me permite, ao interesse político, neste momento por que passa o País.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) **–** Interesse político de quem?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Sr. Presidente, o primeiro momento dessa denúncia foi durante a campanha eleitoral, em 2002. E agora nesse momento de grande crise política o interesse volta à tona.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** V. Sª poderia citar quem está interessado? É porque aqui só tem políticos. Então precisamos saber que interesses políticos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) **–** Que interesses políticos?:

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Eu estou dizendo... Eu não preciso...

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Isso é um absurdo.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Não sejamos ingênuos, nem mintamos para nós mesmos. É natural da democracia que haja muitas contradições na luta política e as forças que se opõem ao atual Governo, naturalmente, têm tirado proveito disso. É uma afirmação que eu faço.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) **–** Mas não há, Dr. Gilberto, interesse político ...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Quer dizer que o senhor responsabiliza a Oposição por isso. Eu outras palavras...

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Não coloque na minha boca o que eu não disse.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** O senhor disse que há interesses políticos...

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Sr. Presidente, só um minuto...

**O SR. TIÃO VIANA (PT – AC)** – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** V. Exª não pode falar, não é Senador.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Ah! Eu não posso falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não pode não**.**

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO –** Eu não posso falar, mas deixo aqui o meu protesto da maneira como conduziu este momento da reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não pode falar. V. Exª não é Senador e aqui é uma CPI do Senado Federal.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) **–** Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Vou conceder a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) **–** Sr. Presidente, eu entendo a legitimidade que V. Exª tem em pedir ao Sr. Gilberto Carvalho que esclareça o que ele quis dizer como interesses políticos. Mas entendo que o limite da legitimidade é não criar um constrangimento para que ele perca a tranqüilidade em um depoimento que é do maior interesse seu e dos outros depoentes.

Então, o apelo que faço a V. Exª é que possamos manter esse limite.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Certo. Eu vou atender a V. Exª agora Senador Tião Viana. Mas acho que qualquer afirmação de qualquer das partes pode ser contestada ou solicitada esclarecimento de qualquer um dos Srs. Senadores. É o que eu estou fazendo. Eu não fiz outra coisa a não ser perguntar de quem são os interesses políticos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) **–** Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra pela ordem ao nobre Senador Magno Malta, em seguida, a V. Exª, Senador Arthur Virgílio, e depois a V. Exª. E peço tranqüilidade ao Plenário para que possamos continuar e ouvir as partes.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** Precisamos ser rápidos até para não atrapalhar o raciocínio deles. Penso que o debate entre eles é extremamente importante para que tiremos conclusões. Também gostaria de dizer que a intervenção de V. Exª é legitima enquanto Presidente e que a intervenção do Deputado, por quem tenho muito respeito, o Fontana, em nada ajuda, muito pelo contrário, cria constrangimentos e um clima extremamente ruim, quando, na verdade, o que nos interessa são as reações dos debates que estão colocadas entre os três.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E eu vou solicitar, em função disso, as Srªs e aos Srs. Senadores, que possamos dar continuidade aos depoimentos. Em seguida, passarei a palavra a V. Exª. É um apelo que faço para que possamos ouvir as partes. Solicitaria ao Senador Arthur Virgílio e ao Senador José Jorge que pudessem abrir mão dessa questão de ordem para que possamos dar continuidade, até para se evitar um mal-estar dentro desta Casa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Uma palavra curta, Sr. Presidente, e de ponderação, para insistir que esta reunião deve transcorrer na mais absoluta normalidade. Mas, com franqueza, Dr. Gilberto Carvalho, observo que não foi feliz a colocação de V. Exª, porque eu lhe asseguro, a depender da Oposição brasileira o processo eleitoral todo se passaria e se passará sem o peso desses crimes que ocorreram em Santo André nas costas da política brasileira.

Quero fazer a observação, sem lhe faltar com o respeito em nenhum momento, e pondero que devemos todos entender que o momento é de nervosismo, mas que é fundamental que a acareação se dê até o final com todo o respeito de parte a parte, mas não poderia deixar de dizer que a Oposição brasileira não aceita ser arrolada num processo do qual ela é lamentavelmente expectadora e, sem dúvida alguma, agente de fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Dr. Bruno Daniel.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Depois eu gostaria também de perguntar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª terá a palavra.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu gostaria de me manifestar em relação a essa afirmação do Sr. Gilberto Carvalho de que a verdade deve vir por inteiro e vou me manifestar com relação a essa colocação dizendo o seguinte, Gilberto: você já entrou em contradição anteriormente. Vou relatar a contradição na qual você entrou.

No depoimento ocorrido na Câmara Municipal de Santo André pergunta-se: você recebeu alguma informação, alguma denúncia, por telefone, desses empresários, a respeito desse pagamento ou coisa

semelhante a isso, referente a esquemas de arrecadação de recursos?

Sua resposta: em nenhum momento, nenhum dos empresários citados, ou outros que sejam, dirigiram-se a mim para fazerem qualquer tipo de observação a esse respeito.

Bom, no depoimento ao Ministério Público, em 10 de junho de 2005, afirma-se o seguinte: o declarante se recorda do dossiê juntado no Anexo II deste procedimento. Reconhece como sendo sua letra aquela que está no envelope e se recorda do teor dos documentos juntados aos autos. Na verdade, circulavam diversos dossiês, sempre próximos da época da campanha eleitoral, na cidade de Santo André.

O declarante se recorda que, quando assumiu a Secretaria de Comunicação, em 1997, recebeu uma série de dossiês relacionados à campanha de 1996. Não se recorda precisamente da data em que teve acesso aos documentos juntados no Anexo II, mas certamente foram encaminhados no final da segunda gestão do Celso Daniel.

O declarante tão logo teve acesso a esses documentos, os encaminhou ao Prefeito Municipal.

Bem, então à CPI você declarou que nunca tinha ouvido falar a respeito de problemas relativos a eventuais esquemas de enriquecimento ilícito e arrecadação de propina. Muito bem.

No envelope achado na casa do Celso, reconhecido por você, há documentos que indicam a existência de possível enriquecimento ilícito de pessoas envolvidas na administração, direta ou indiretamente. Essa é uma questão.

A segunda questão é a seguinte: que julgamento você utiliza para falar em distanciamento meu em relação aos seus? E o que isso tem a ver com o verdadeiro foco das nossas preocupações?

De fato, isso foi objeto de discussão anteriormente nesta CPI, e eu disse, com todas as letras, que me afastei das atividades do PT no início da década de 90. Desse afastamento decorreu um afastamento em relação ao Celso. Agora, supor que isso jogue por terra tudo aquilo que eu vivi com o Celso anteriormente e supor que isso nos distancie e supor que isso seja a razão para não nos empenharmos em buscar a verdade a respeito da morte do Celso, do meu ponto de vista, não tem nenhuma justificativa.

Por último, quando falamos a respeito do esquema de arrecadação de recursos para financiamento de campanha, estamos falando não só do depoimento da empregada, não estamos falando apenas do depoimento do garçom. Há um outro conjunto de evidências já indicadas por mim aqui, que se referem ao processo de licitações com irregularidades, depoimentos e provas materiais, conforme já relatei. Então, há um conjunto de evidências que indicam a existência desse esquema de arrecadação.

É essa a questão e os nexos que esse esquema pode ter com relação à morte do Celso. Isso, do nosso ponto de vista, é o relevante para a nossa discussão aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Dr. João Francisco.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu gostaria de reafirmar aqui, mais uma vez, que o nosso foco é a verdade, desde o início. Nós não tivemos apoio do Partido dos Trabalhadores. Isso tem que ficar claro! Nós não tivemos apoio. O Partido dos Trabalhadores, à época, obstaculizou aquilo que podia obstaculizar no assassinato do Celso. Isso tem que ficar claro porque é indignação nacional, Sr. Gilberto Carvalho.

Se eu não fosse ao Ministério Público, no dia 24 de maio – e tinha ido na semana anterior falar com eles, não sabia o que estava ocorrendo na prefeitura e não me interessava, era irrelevante –, o processo do Celso tinha sido fechado como crime comum.

O que tem que ficar claro é o seguinte: nós estamos com a alma liberta. Eu desafio o senhor a um teste de polígrafo com um organismo internacional, nacional não, porque no nacional eu não acredito. Eu desafio o senhor a um teste de polígrafo, para vermos quem está falando a verdade, Sr. Gilberto Carvalho.

Eu amo e sempre amei o meu irmão Celso. Quem é o senhor para dizer que eu não gostava do Celso? Fazer o que fiz contra o Celso? Imagine! Tenho aqui algumas fotos e poderia ter trazido álbuns com várias fotos que tenho e que tirei com o Celso na minha casa, no aniversário do Celso que foi comemorado lá. Eu não fui à posse dele? Qual o problema de eu não ter ido à posse dele? O senhor não sabe, não imagina o sentimento que tinha pelo Celso para fazer o que fiz e o que estou fazendo. Eu desafio o senhor a um teste polígrafo de organismo internacional, Sr. Gilberto Carvalho. Vamos acabar com essa palhaçada aqui, porque eu sabia que o senhor ia negar, o senhor é um homem de governo, hoje é o Secretário particular do Presidente da República. Ou o senhor acha que eu vim aqui achando que o senhor fosse falar a verdade? Então, vamos acabar com essa palhaçada. Vamos nos dispor a fazer um teste com um organismo internacional, sem problema nenhum. E vamos ver quem é que está falando a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Dr. Gilberto e, em seguida, ao Relator, para que possamos iniciar as perguntas das Srªs e dos Srs. Senadores.

Dr. Gilberto Carvalho, V. Sª tem a palavra.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Primeiro não se trata de nenhuma palhaçada. Estamos em uma CPI com maior seriedade. E as pessoas vieram aqui...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Palhaçada é o que senhor está dizendo, e não estou falando que a CPI é palhaçada. O senhor me desculpe de ter interrompido. Desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Trata-se de uma acareação e deve ser respeitado o contraditório.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Desculpe, ele falou em palhaçada; a CPI não é palhaçada, muito pelo contrário.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Presidente, se essa é a regra, então vou mudar o meu comportamento também, porque eu tenho ouvido com todo cuidado...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª fique à vontade com relação à acareação.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero insistir uma vez mais: não levei dinheiro para o Deputado José Dirceu e nem disse a esses senhores nem por uma, nem por duas, nem por três vezes que o tivesse feito. Quero dizer que em nenhum momento disse que o senhor não amava o seu irmão. Jamais entraria nesse... nesse foro. O que disse são algumas práticas, alguns sinais concretos.

Dr. Bruno, não há nenhuma contradição entre o meu depoimento na Câmara e meu depoimento no Ministério Público. Fui questionado na Câmara Municipal de Santo André se eu tinha recebido alguma ligação, alguma informação de algum empresário sobre recolhimento de propina em Santo André. E eu disse que não, e é verdade. Até a morte de Celso... até porque é estranho que as denúncias só vieram depois da morte de Celso. Insisto, quando ele não podia mais se defender. Isso é estranho. Não houve nenhuma denúncia antes formal à prefeitura, nenhuma denúncia formal à Prefeitura antes, que fosse do meu conhecimento. Quando o Ministério Público me apresenta o dossiê, o chamado dossiê, e eu reconheço que é de fato um dossiê é... que tem a minha... o envelope é encaminhado por mim ao Celso, do que se trata esse dossiê? Trata-se de uma série de fotos, de cópias xerográficas, que mostravam a vinculação entre duas pessoas, entre Sérgio Gomes e Ronan Maria Pinto. Não há nenhuma menção à coisa de propina nenhuma nesse dossiê, Bruno.

E mais, quando eu recolho esse dossiê e entrego ao Celso, o que o Celso faz? Ele dá uma olhada, "isso aqui não tem valor nenhum. Isso aqui não tem assinatura nenhuma. Isso aqui é apócrifo, como tantos outros". Tão apócrifos como eram os dossiês que aqui menciono também e que faziam acusações pessoais contra o Celso na campanha de 1996. Tão apócrifo quanto foi o boato que tentou, na campanha de 2000, atribuir a João Francisco um papel de laranja em relação a Celso Daniel por causa dos dólares que foram remetidos ao exterior, tão apócrifo quanto, tanta falta de fundamento quanto. E foi assim que o seu irmão tratou esse dossiê. Ele botou numa gaveta. Ele não tomou nenhuma providência porque não reconheceu naquele dossiê nenhuma denúncia consistente. Então, não há, insisto, nenhuma contradição entre os dois fatos que você mencionou.

Não citei, Bruno, distanciamento para perder, para tirar o foco daqui. Mencionei de novo um fato que me espantou. Essa acusação ser assacada... três anos depois por uma senhora que ia uma vez por semana no apartamento do Celso... Três anos depois, veio dar um depoimento sem... e aí uma conclusão apressada de uma autoridade pública que diz se há prova de que o Celso lidava com dinheiro. Perdoem-me a veemência, mas a indignação é muito forte. O que me espantou foi a falta de uma reação, de um protesto, porque nós não podemos mais protestar, porque somos vistos como pessoas que têm, de alguma forma, alguma coisa a ver. A família tem legitimidade para protestar, mais do que nunca, porque ela construiu essa legitimidade na imprensa esse tempo todo. É isso que eu esperava de vocês em defesa do nosso Celso.

Com relação ao apoio do PT, evidentemente que eu não tenho procuração do PT para defender o PT. Eu acho que é importante rever os fatos. Eu convidaria os Srs. Senadores a fazer um trabalho, que é um pouco cansativo, de tomar os relatórios da imprensa daquele período, o quanto e diuturnamente o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh acompanhou cada um dos cento e tantos depoimentos que foram tomados e os retratos-falados que foram feitos, desde o primeiro momento, quando ele acorre ao IML junto com o Deputado Jamil Murad.

E nós tínhamos uma grande preocupação para que nenhum dos depoimentos das pessoas que iam sendo aprisionadas pudesse ter qualquer tipo de desvio, qualquer tipo de método que não fosse o mais adequado. Por isso, o Luiz Eduardo acompanhou todo esse processo.

O que ocorreu, como eu já disse aqui na outra sessão a que compareci, é que, quando a Polícia Civil de São Paulo nos informa que ela concluiu o inquérito, que ela tinha um relatório e nos apresentou esse relatório, nós aceitamos o relatório da Polícia Civil, que era apoiado, inclusive, pela Polícia Federal. Será que esse é o nosso erro? De ter aceitado que uma autoridade constituída, que não era vinculada ao nosso

partido, que não era vinculada a nenhum interesse nosso, tivesse chegado àquela conclusão? Isso é um erro? Nós não somos técnicos, nós não somos peritos. Nós aceitamos.

Insisto: mais do que legítimo da família continuar a sua investigação. Por isso que, inúmeras vezes, fui à casa de Bruno para ouvir. Por isso que saí de Brasília, às minhas expensas, para fazer um depoimento informal ao Ministério Público, tentando contribuir. O que eu não posso é falsear uma verdade que eu acredito ou não. Eu fiz aquilo que estava ao meu alcance e tenho a plena consciência de ter feito, pela investigação do Celso, aquilo que eu podia fazer, aquilo que era próprio do meu papel.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL** – Gilberto, nós não somos peritos, nós não somos técnicos. Mas, depois que tivemos acesso à documentação que corria lá em Itapecerica da Serra, foi possível enumerar tantas lacunas, tantas contradições no processo, tantas coisas a serem investigadas que, no nosso ponto de vista, mesmo não sendo técnicos, era impossível chegar à conclusão de que aquele teria sido um crime comum. Tanto é que nós nos dirigimos à imprensa, em agosto de 2002, pedindo a reabertura do caso. Fizemos gestões junto ao Ministério Público Estadual para que se criasse uma força-tarefa...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Houve algum obstáculo do PT ou da Prefeitura para isso?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL** – Não, não houve obstáculo, mas você se referiu à contribuição do PT. Aí eu disse o quê? Que a contribuição sua foi uma contribuição parcial. Por quê? Porque, quando se aceita uma conclusão como aquela que foi dada pelo DHPP, com tantas lacunas, tantas omissões, rasuras etc., era impossível chegar à conclusão de que aquilo teria sido um crime comum. Era impossível. Qualquer leigo, nas mesmas condições que nós, chegaria à mesma conclusão nossa, de que era impossível...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Os delegados estiveram aqui na CPI. Eles continuam com essa convicção. Eles são os delegados. Então, a nossa posição é a seguinte: havendo prova, decorrendo um processo, havendo prova, ótimo. Queremos a verdade. Não tem nenhum problema. Eu não vejo contradição.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL** – A contradição é a seguinte, Gilberto: é que, se você se mantém numa posição de que o crime foi comum, não resta mais nada a fazer para elucidar a morte do Celso. É isso. Agora, diante de tantas lacunas, contradições e falta de provas, quando, no caso do Celso, seis pessoas que têm uma possível relação com a sua morte são assassinadas...

**O SR.** – (**Fora do microfone**.) Sete.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Seis à época em que nós nos manifestávamos; sete agora. O bom senso indica que, no mínimo, essas mortes têm de ser devidamente investigadas, para verificar a existência de eventuais conexões com o caso do Celso.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** - Caberia a mim fazer essa investigação?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não, Gilberto, não caberia a você fazer essa investigação. Nós fizemos pedidos a você relativos a coisas do Celso que nunca chegaram a nós.

**O SR. GILBERTO CARVALHO -** Por exemplo?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Exemplo: agendas, anotações. Nunca chegaram a nós. Nós gostaríamos de verificar o material pessoal dele, que ele utilizava na Prefeitura. Isso nunca chegou a nós.

**O SR. GILBERTO CARVALHO -** Todo esse material que havia na Prefeitura foi totalmente disponibilizado para vocês. Nunca, nunca impedimos...

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Nós pedimos, e não tivemos acesso. E você não foi a única pessoa para a qual nós fizemos esse pedido. Se o material está disponível, eu gostaria, então, de olhar esse material.

**O SR. GILBERTO CARVALHO -** ... é evidente.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Está certo? Gostaria de olhar todo o material relativo às anotações, agendas, etc, relativos ao uso do Celso.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** - O Celso não tinha uma agenda própria. Ele tinha uma agenda feita pela sua secretária. Essa história de que o Celso....

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** - Não, não. Ele tinha uma agenda própria. Ele tinha uma agendinha própria. Ele fazia todas as anotações nessa agendinha - sumiu.

Bom, eu gostaria de dizer, porque eu fui citado.

**O SR. GILBERTO CARVALHO -** Posso evocar aqui o depoimento de pessoas que conviviam diariamente com o Celso, que conheciam muito os seus hábitos. É como essa história do laptop que apareceu. O Celso nunca digitava; nunca digitava. Isso evoca o depoimento da Terezinha, que tinha de transcrever aquilo que o Celso manuscrevia com a sua mão esquerda. Todos os textos, todos os textos.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** - Isso na Prefeitura, Gilberto?

**O SR. GILBERTO CARVALHO -** Na Prefeitura e na casa dele também.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** - Na casa dele ele tinha um laptop, Gilberto! Qual é a intenção do "fisiocultor" de mentir, de dizer que ele tinha laptop, quando ele foi lá fazer fisioterapia? Qual é o in-

teresse dele, Gilberto Carvalho? Me explica! Qual é o interesse?

**O SR. GILBERTO CARVALHO -** João Francisco, pergunte às pessoas que viveram na intimidade de Celso se alguma vez ele usou um laptop. Só te peço isso.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** - Mas qual é o interesse, eu pergunto para o senhor, qual é o interesse de um fisioterapeuta fazer um depoimento ao Ministério Público, dizendo que, quando ele ia na casa do Celso, no apartamento do Celso, o Celso trabalhava com um laptop? Qual é o interesse, Gilberto? Me explica. Ele não é bandido, ele não é presidiário.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** - Não sei qual é o interesse. Mas eu insisto. Pergunte às pessoas que conviveram na intimidade do Celso continuamente se, em algum momento, ele tinha ou usava um laptop, salvo o Outlook na Prefeitura, para ver as notícias.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Gilberto, o senhor declarou, eu antes chamava o senhor de você; hoje, acho mais digno chamar de senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) - Dr. João, vou pedir a V. Sª que conclua para que possamos dar oportunidade aos Srs. Senadores de debaterem com as partes.

V. Sª tem a palavra.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Só esse ponto aqui que o meu irmão colocou. O senhor, em 2000, já estava em Santo André?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Já estava.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** - E o senhor não teve conhecimento nenhum do que saía nos jornais, de que a Oposição articulava CPI em Santo André, por causa de denúncias? O senhor não ficou sabendo que o assessor comprou um terreno de 1.300 $m^2$ para construir?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Fala-se em propina nessa matéria, Sr. João Francisco?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** - Olha, eu não li essa matéria inteira. Eu estou apenas dizendo que a "Oposição articula a criação de CPI em Santo André". "Prefeito diz que não sabia de relações de assessor com campeão de licitações", etc, etc. O que me causa espanto é o senhor dizer que não sabia absolutamente de nada quando o senhor foi depor na CPI.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Eu fui muito preciso na CPI. A pergunta que me foi feita é se eu sabia de denúncias de propina em Santo André. Essa a pergunta que eu respondi. Não o que está nessa matéria de jornal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Muito bem. Agradeço as considerações.

Pediria a V. Exª usasse o microfone.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL - BA) – Essa matéria de jornal, quando diz que uma pessoa ligada ao Prefeito teve um terreno, evidentemente isso dá uma insinuação mais do que clara de propina ou equivalente.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Senador, eu só posso me pronunciar... Só podia me pronunciar naquele momento sobre uma denúncia concreta que houvesse sobre o caso. Não é o objeto dessa matéria. Se o senhor ler, vai verificar isso, com todo respeito.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Acho que V. Exª, com todo poder que tinha na Prefeitura... uma matéria dessa V. Exª teria o direito, o dever de averiguar. E eu tenho certeza de que averiguou. V. Exª é muito astuto e competente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho. Em seguida, darei a palavra as Srªs e aos Srs. Senadores.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Creio, Sr. Presidente, que durante essa fase a acareação inicial muitas dúvidas foram esclarecidas, mas outras ainda permanecem.

Eu gostaria de perguntar, inicialmente, voltando aqui, sobre a questão da motivação. Eu não quero colocar lenha na fogueira, mas é importante que se pergunte, inicialmente, ao Dr. Gilberto, qual seria essa motivação? Porque se V. Exª diz que não tem ressentimento pessoal com relação aos dois irmãos, sempre conviveram, agora um desmente o outro de uma forma categórica e veemente e não chegam a nenhum ponto de conciliação.

Qual seria a motivação dos irmãos do doutor, além de defender, claro, com legitimidade a memória do irmão? Qual seria, então, a motivação? Eu queria que o senhor fosse bastante explícito, claro, porque é algo que não estamos entendendo. Qual a motivação dos dois irmãos que estão aqui presentes, juntamente com V. Exª, o Dr. Bruno e o Dr. João Daniel? Qual a motivação desse confronto entre o senhor e eles?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Senador, evidentemente, eu não posso ter a leviandade de fazer suposição de intenções. Eu procurei, nesse debate, agora, arrolar aqui algumas questões que talvez possam dar algum indicativo, mas eu não posso ousar indicar as razões que mobilizaram uma pessoa a tomar um comportamento tão grave como esse.

Confesso ao senhor que, desde 2002, essa pergunta me fica... Se é verdade que eu tenho a alma aprisionada, como teria dito o Dr. João Francisco, ela não é aprisionada pela mentira, ela é aprisionada pela dor da perda do Celso e aprisionada pelas razões que levaram pessoas a quem eu só busquei fazer o bem a

tomar essa atitude. Então, o senhor me perdoe, mas eu não tenho condição de dizer quais são as razões que levaram a isso. Eu estranho muito, profundamente, mas eu não vou fazer suposição.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto ainda ao senhor qual é a sua opinião sobre esses personagens que cercavam o Prefeito Celso Daniel? Por exemplo, o Sr. Klinger? O próprio empresário de transporte, o Sr. Ronan Pinto? E o Sombra, o Sr. Sérgio Gomes? Qual a opinião do senhor? O senhor os tem como homens criteriosos, absolutamente acima de qualquer suspeita, ou V. Exª também se insere naquele grupo que levanta suspeitas sobre o comportamento desse grupo?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Senador, eu estou aqui com grande responsabilidade numa CPI. Eu já disse, já respondi, o senhor me perdoe, na última vez que estive aqui. Eu só posso falar sobre fatos. O Celso Daniel escolheu uma equipe com a qual ele trabalhava. Klinger foi Secretário dele na primeira gestão e convidado a ser Secretário na segunda gestão. Sérgio Gomes da Silva foi uma pessoa que sempre gozou de total confiança do Prefeito Celso Daniel. O Sr. Ronan era um empresário da cidade com quem Celso não tinha relações mais estreitas, mas tinha relações de uma pessoa que era fornecedor da Prefeitura.

Portanto, Sérgio Gomes da Silva já passou sete meses numa prisão. Pagou um preço alto por uma acusação, a qual lhe foi depois retirada. Eu, assim como na questão da Polícia Civil, na questão da morte de Celso, espero o veredicto de quem compete fazer essa apreciação, no caso dessas pessoas que estão arroladas em processo, espero um veredicto da Justiça. Não me cabe, num clima de CPI, onde a verdade é o fundamental, fazer considerações subjetivas.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Relator, V. Exª poderia perguntar, se achar conveniente, a causa da ascensão de um segurança a esse prestígio de empresário do Sombra.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª, por favor.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Bem, a causa propriamente dita não sei, Senador. O que visualizei, a partir das informações, é que num dado momento, a partir do momento em que Sérgio Gomes da Silva se afasta da Prefeitura, ele é excluído no segundo mandato de Celso, o mandato para o qual fui convidado a trabalhar, ele faz uma associação com o Sr. Ronan e, a partir daí, começa a ter um crescimento do seu patrimônio. Essa é a informação objetiva que tenho. É a partir dessa sociedade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto agora...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas ele era segurança?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Sérgio chega à Prefeitura de Santo André como segurança. Mas, no final da primeira gestão, ele já era o Chefe de Gabinete da Prefeitura.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O homem é forte.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele era subordinado a V. Exª?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Não, nunca tive nenhuma relação funcional com o Sr. Sérgio Gomes da Silva. Quando sou convidado por Celso Daniel, em 10 de fevereiro de 1997, para trabalhar na Prefeitura de Santo André, Sérgio Gomes da Silva não era mais funcionário da Prefeitura.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, agora pergunto aos Srs. Bruno e João Francisco Daniel o que eles acham desses que cercavam seu irmão, dessa equipe, com exceção do Sr. Gilberto, porque já houve a oportunidade de se dizer. Mas, se quiser acrescentar alguma coisa sobre ele.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não, gostaria de dizer que não acho, tenho certeza, porque todos já estão indiciados em Santo André: Klinger de Oliveira Souza, Ronan Maria Pinto, Sérgio Gomes da Silva. Existem testemunhas, existem provas documentais que esses indivíduos fazem parte – fazem porque eles continuam lá – de uma quadrilha organizada. E a motivação do crime foi porque meu irmão não admitindo o desvio de dinheiro que estava sendo arrecadado em Santo André para o Partido dos Trabalhadores, essa é a motivação que achamos que possa ter ocasionado a sua morte. Existe um componente da tortura, que ainda não sabemos. Esse componente da tortura era para se saber alguma coisa mais que não sabemos o que o Celso disse para aquelas pessoas que o acabaram matando.

Apenas para corrigir, o Sr. Gilberto Carvalho, o Sr. Sérgio Gomes da Silva está sendo indiciado no crime de morte do Celso, em Itapicirica da Serra, e foi solto por um **habeas corpus** preventivo, em julho, dado pelo Ministro Nelson Jobim. Esse **habeas corpus** preventivo ainda não foi julgado no pleno. Apenas para corrigi-lo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Dr. Bruno?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Queria comentar primeiro a colocação feita pelo Sr. Gilberto relativa à motivação de nós dois no sentido de manter o depoimento que viemos mantendo. O Gilberto disse que não gostaria de fazer juízo. Só que na sua fala anterior, Gilberto, você levantou eventuais motivações

políticas que não foram esclarecidas aqui. E eu gostaria de lembrar que você sabe que houve sondagens, durante a campanha eleitoral à Presidência da República do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido da participação do João Francisco na campanha eleitoral. E qual foi o nosso posicionamento? O nosso posicionamento foi de que o nosso objetivo não era politizar a questão; nosso objetivo era ter claro foco de investigar as razões relativas à morte do Celso.

Então, estranha-me, agora, você levantar a questão de uma eventual motivação política ou de um eventual distanciamento nosso em relação ao Celso. É muito estranho você colocar este tipo de argumento como se isso fosse justificativa para deixarmos de fazer aquilo que estamos buscando fazer desde o começo: que é saber, efetivamente, o que causou a morte do Celso. Então, eu diria o seguinte: que a demonstração da relação se dá no momento que se faça justiça, que se ache aquilo que ocorreu com o Celso. E é isso que estamos buscando. Então, estranha-me você usar esses argumentos aqui, Gilberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** V. Sª tem a palavra.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Você deu uma enorme contribuição...

Eu te agradeço muito, porque quando você relata aquela conversa nossa na Fundap, depois desdobrada num encontro no Hotel Sofitel, na presença do Deputado José Dirceu, informando que o Dr. João Francisco tinha sido procurado para gravar um depoimento na televisão e que ele estava propenso a fazê-lo por medo de que, se o PT vencesse as eleições, fosse retalhado. Nós dissemos que essa retaliação não haveria em hipótese nenhuma, independente de ele falar ou não. Você exatamente tipifica, aqui, aquilo que eu acabei de falar do uso político dessa história.

Em nenhum momento disse que a sua intenção, ou do Dr. João Francisco ou da família, fora de motivação política. Disse que a conduta de vocês estava, na maneira que ela estava se dando, estava favorecendo ao uso político. E você acaba de me ajudar dando, exatamente, um exemplo concreto – que eu nem me lembrava – de uma tentativa concreta, absoluta e precisa de uso político.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) **–** Mas se realizou ou não o uso político?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Acabou não se realizando. Acabou não se realizando.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL –** Acabou não se realizando porque nunca foi o nosso interesse.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Logo o PT era forte e impediu. O PT que impediu a realização?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Não, não foi o PT, Senador. O PT fez uma conversa... Nós fizemos uma conversa com o Bruno, onde ele expôs a situação e disse que o João Francisco tinha muito medo de que uma eventual vitória do PT levaria a uma retaliação pessoal e nós dissemos: "Bruno..." – e o Bruno sabe disso – "... João Francisco dando ou não dando depoimento, não vai haver retaliação. Não é a nossa prática, não é a nossa conduta, não é o nosso objetivo".

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL –** E depois o João Francisco foi processado.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Bom, João Francisco foi processado depois de – não tenho procuração do Deputado José Dirceu para explicitá-lo – mas você há de convir, depois de reiteradas manifestações públicas, às quais eu não respondi, você sabe disso, e que o Deputado José Dirceu, sentindo a sua honra ofendida, decidiu processar. Um processo normal. Não tem nada a ver com o Governo, nada a ver com a retaliação.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) **–** Dr. Gilberto Carvalho, o Juiz Rocha Mattos esteve nesta CPI recentemente; ontem, para ser mais preciso. E disse que tinha ouvido as tais fitas e que nelas se tem diálogos de V. Sª, do Sr. Ronan, do Sr. Klinger, com pessoas, até mesmo, da Favela Pantanal, onde se fazem, durante a oitiva, ele disse que fazem comentários comprometedores a respeito do crime do Prefeito. Pergunto a V. Exª: o que diz disso?

**A SRA. IDELI SALVATI** (PT – SC) – Sr. Relator, V. Exª me permite complementar a sua pergunta?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATI** (PT – SC) – Ontem não tive oportunidade de acompanhar o depoimento, porque estava em outras atividades da CPMI dos Correios.

As fitas gravadas são de qual investigação? Por que foram incluídas essas pessoas? Qual era o objetivo da investigação? Quem foi incluído legalmente?

A informação que temos é que pessoas foram incluídas ilegalmente na gravação. Quero saber em que condição as citações do Sr. Rocha Mattos, feitas aqui ontem, referem-se às gravações que ele diz ter ouvido.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Posso esclarecer a V. Exª que essas fitas, segundo o Juiz Rocha Mattos, encontravam-se sob a guarda do Dr. Alexandre Cassetari, Juiz da 4ª Vara Criminal. Informo que essas fitas já estão sendo copiadas e, até o final da semana, estarão à disposição dos Srs. Senadores.

**A SRA. IDELI SALVATI** (PT – SC) – Senador Efraim Morais, é relevante a informação de V. Exª, mas

fiz a pergunta sobre como as ditas fitas, ditas gravações se referem ao Sr. Gilberto Carvalho, porque há várias citações que se referem a ele. Perguntei em qual investigação essas fitas foram gravadas e quem estava sendo objeto da investigação, por quê? Tenho informações, inclusive, de que pessoas foram incluídas de forma ilegal. Quero saber se é esse o caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª faz uma acusação ou uma afirmação? Qual é a suspeita? A suspeita...

**A SRA. IDELI SALVATI** (PT – SC) – São informações. Por isso estou fazendo a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sobre essa suspeita, posso aproveitar para consultar o Dr. Alexandre Cassetari, porque as fitas estavam sob a guarda dele, a fim de que faça esse esclarecimento oficialmente a V. Exª.

**A SRA. IDELI SALVATI** (PT – SC) – Como isso envolveu o Sr. Gilberto Carvalho e outras pessoas, reitero a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não temos nenhuma informação, até porque não ouvi as fitas. Vou inclusive me dedicar a isso no fim de semana.

**A SRA. IDELI SALVATI** (PT – SC) – A pergunta que fiz ao Dr. Gilberto está mantida: se ele tem informações sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Queria saber de V. Exª se as fitas entregues a V. Exª passaram por alguma perícia na Polícia Federal. Se houve perícia, está resolvido o problema da Senadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Acredito que, a esta altura, a própria Justiça já tenha feito essa perícia. Procuraremos receber essa informação. V. Exªs fiquem tranqüilos, porque as fitas estarão à disposição de V. Exªs. Não vamos ficar em dificuldade alguma. Podem ficar tranqüilos. V. Exª, como Senador, terá acesso sem problemas.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, como vou interpelar logo mais e apresentar a fita, quero dizer a V. Exª que essa fita já se encontra em poder desta CPI. Encaminhei há cerca de vinte ou trinta dias. São 13 horas de gravação. Não sei se tudo o que há está nessa fita, mas há nessa fita diálogos que poderão ser esclarecidos aqui pelo Sr. Gilberto Carvalho. Nosso propósito é exatamente o esclarecimento. Escolhemos alguns diálogos que consideramos relevantes, estão à disposição para serem revelados diante do Sr. Gilberto Carvalho, para que ele possa, inclusive, esclarecer. Nosso objetivo é o esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não é uma montagem. É apenas a seleção de alguns diálogos, porque, evidentemente, não iríamos reproduzir aqui treze horas de gravação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – Agradeço a V. Exª pelo encaminhamento dessas fitas, mas a CPI teve o cuidado de lacrá-las, uma vez que preferimos buscar as consideradas legítimas que se encontravam sob a guarda da Justiça. São essas que estaremos recebendo até o final da semana. Colocá-las-ei à disposição de todos os Srs. Senadores.

Dr. Gilberto, o senhor tem a palavra. Aliás, desculpe-me, antes, pela ordem, ouço o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só para esclarecer à Senadora Ideli que, à época da morte do Prefeito Celso Daniel, o Presidente Lula procurou o Presidente Fernando Henrique e pediu a intervenção da Polícia Federal, para ajudar nas apurações do inquérito. E a Polícia Federal tomou providências, inclusive o grampo telefônico solicitado pelo então candidato, para que pudesse tentar esclarecer o caso. E a suspeita era sobre a Favela do Pantanal, de onde teriam saído os marginais.

Então, foi a Polícia Federal que fez o grampo telefônico e encaminhou as fitas para o Dr. João da Rocha Mattos, que as devolveu para que fossem destruídas, mas não o foram.

Houve, então, a história que ele relatou, que apareceu de repente no cartório. Isso é outra coisa. Mas a origem foi o pedido de colaboração da Polícia Federal, com a Polícia Civil de São Paulo. A Polícia Federal teve que abrir um inquérito, para poder intervir no procedimento e requisitar autorização para fazer o grampo telefônico.

Quis apenas esclarecer a situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço os esclarecimentos de V. Exª.

Volto a palavra ao Dr. Gilberto Carvalho.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O ex-juiz, presidiário – é importante que se destaque isso, trata-se de um ex-juiz –, Rocha Mattos, cometeu aqui, ontem, uma série de leviandades.

Eu disse aqui e quero insistir: mais do que ninguém, eu tenho interesse de que essas fitas de fato venham à tona – Senador Alvaro Dias, se me permite – na sua integralidade. Eu já disse e insisto: nada pior

do que uma edição, do que corte de diálogos, para você acusar qualquer pessoa do que quer que seja.

Estou disposto, sim, a ouvir com V. Exª, com qualquer pessoa, essas fitas, as quarenta horas, se é que elas existem, para que então toda a verdade seja colocada.

Quero lembrar...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É por isso que nós só apresentaremos na sua presença, para que o senhor possa esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Alvaro Dias, vamos ouvir a conclusão. Depois V. Exª poderá utilizar a palavra.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Quero discutir com esta CPMI a seguinte questão: é verdade, como disse o Senador Romeu Tuma, que o então Presidente de Honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, esteve com o Presidente Fernando Henrique – quero fazer um reconhecimento ao papel tanto do Presidente Fernando Henrique como do Governador Alckmin, no sentido de colocar ênfase na atuação das suas Polícias – e pediu que houvesse de fato celeridade, força nas investigações e, se fosse o caso, que se usasse o grampo telefônico.

Ocorre que o procedimento usado no caso dessas fitas foi ilegal. Essas fitas foram pedidas para um grampo de tráfico de drogas. Colocou-se a questão de Santo André no meio dessas fitas. É por isso que foi determinada, Senador Tuma, a destruição das fitas. Só não foram destruídas...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe-me, Doutor, o problema é que não estou entrando nem defendendo o requerimento do delegado, se é tráfico de drogas. Não é a minha intenção defender. A suspeita do seqüestro vinha de uma área de criminosos comuns que faziam o tráfico de drogas. Por isso, deve ter sido inserido no relatório e talvez, por isso, o juiz tenha mandado que fossem destruídas as provas.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Quero salientar que as fitas...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não estou defendendo ninguém.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O advogado José Carlos Dias era do Klinger, isso que é importante. O Klinger, amigo de V. Exª, que pediu a destruição das fitas.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Porque as fitas tinham sido obtidas de maneira ilegal.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sim.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Bem, não importa, o que importa é que as fitas acabaram não sendo destruídas, porque há um procedimento interno na Polícia Federal em relação a quem fez a gravação. E as fitas são prova de que as gravações foram feitas ilegalmente, por isso não foram destruídas.

Bem, mas indo ao mérito da questão, insisto, não tenho medo nenhum dessas fitas. Agora, o que me questiono, do ponto de vista de uma conduta de uma CPI, é se vamos ouvir trechos editados sem uma perícia anterior.

Quero me pronunciar sobre uma fita, gostaria de me pronunciar sobre uma fita com autenticidade, com perícia realizada, para que a gente não estivesse aqui falando de possível montagem, e com a integralidade da fita.

Então, submeto ao Sr. Presidente essa questão para a análise de V. Exªs. Não tem nenhum problema.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu tenho a impressão de que o Presidente não pode impedir que qualquer Senador utilize os meios que quiser, contanto que não ultrapasse o tempo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É evidente que é da prática das CPIs essa providência. Não há como evitar que alguém apresente qualquer gravação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero dizer a V. Exªs que, para mim, na condição de Senador e Presidente, qualquer informação ou argumento dos Srs. Senadores tem fé nesta CPI. Então, devo dizer que caberá ao Sr. Senador a responsabilidade pelo que está apresentando. Não irei tolher nenhum argumento de qualquer um dos Srs. Senadores. O assunto não está ainda em tela, já que, só quando V. Exª chegar... Eu quero continuar dando a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, então, nesse caso vai haver...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vai haver o quê, Senador?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Um ponto de vista muito contraditório entre nós. Estamos lidando com matéria de prova.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o contraditório é um direito desta CPI e da democracia.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Devo dizer a V. Exª que eu também poderia ter acesso à fita e montado a partir de um outro ponto de vista. Aí fica complicado. Eu pediria a V. Exª que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não partiu da Presidência da CPI essa fita.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu estou entendendo isso...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora Ideli tem a palavra pela ordem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, lembro o que V. Exª teve a preocupação de informar a todos os membros da CPI e à imprensa aqui presente: já foi requisitada a apreensão das fitas, o repasse das fitas...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Apreensão não, as cópias.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – A cópia das fitas, com a devida perícia, na íntegra. É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não sei se elas foram periciadas. Estou dizendo que tenho de perguntar à Justiça.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – É isso o que V. Exª está informando.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não informei isso. Disse a V. Exª que a CPI requisitou as cópias na 4ª Vara, ao Dr. Alexandre Cassetari, que é o juiz responsável. Não posso afirmar que existe perícia.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Então, é claro que cada Parlamentar tem o pleno direito de, no tempo que lhe cabe na CPI de fazer os questionamentos, utilizar aquilo que bem entender e considerar pertinente para a elucidação dos fatos. No entanto, gostaria de fazer uma ponderação ao Senador Alvaro Dias: para o bem da investigação, até porque há, explicitamente, por parte do Sr. Gilberto Carvalho a disposição de, se necessário, ficar 40 horas ouvindo a íntegra da fita, deveríamos assim proceder quando a fita chegar aqui, na íntegra e, se possível, devidamente periciada pela polícia.

Para quem está disposto a fazer a elucidação efetiva desse caso na sua totalidade, na sua amplitude, sem qualquer risco de se achar que é uma versão, é uma opinião, é uma maneira de ver o assunto, para o bem da investigação – é este o apelo que faço ao Senador Alvaro Dias –, o mais adequado seria que pudéssemos fazer na íntegra, como solicitado pelo próprio Sr. Gilberto Carvalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é evidente que eu não apresentaria irresponsavelmente nada nem nesta Comissão nem em outra qualquer. Se apresento é exatamente em função da presença do Sr. Gilberto Carvalho, que terá oportunidade de, com muita lucidez...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Ele já se dispôs a vir novamente, se for o caso.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ... esclarecer sobre esses fatos. Não sabemos se teremos outra oportunidade. Até porque sei que essa fita é a mesma que V. Exª receberá.

Então, não há porque adiar esse procedimento, que pode ser feito hoje, diante da presença do Sr. Gilberto Carvalho. E eu o farei, se tiver essa oportunidade, obviamente, com a maior responsabilidade e assumindo, evidentemente, toda a responsabilidade em função desse gesto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – No início dos depoimentos das pessoas que estão aqui presentes, V. Exª fez um procedimento que me pareceu dos mais corretos, democráticos e necessários, no sentido de que as fitas haviam sido requisitadas, não tivemos acesso a elas, que estariam à disposição dos Srs. Senadores para serem vistas, estudadas.

O depoente, o Dr. Gilberto Carvalho, coloca-se à disposição para esclarecer qualquer ponto da fita, inclusive ressaltando – V. Exª que usou a expressão, então estou só repetindo – na integralidade. V. Exª disse...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Consta no meu requerimento.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Exatamente, na integralidade. Fiquei bastante tranqüilo.

Agora estamos tendo a apresentação de um argumento completamente diferente do anterior, uma montagem da fita. Teríamos de saber que fita é essa, se é de fato essa fita – não colocando dúvida em relação ao posicionamento do Senador Alvaro Dias –, quem lhe deu a fita, como foi montada, de que fita se trata.

Então, para os argumentos desta CPI, temos acompanhado o esforço de V. Exª, no sentido de haver absoluta segurança naquilo que se faz. Então, é o procedimento correto, adequado. O depoente inclusive colocou que pior do que uma mentira é uma meia verdade, ou seja, algo extraído da fita, sem se saber de onde e, ao mesmo tempo, deixando-se muito claro: ninguém quer esconder a fita. Vão estar disponíveis para serem estudadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Tem a palavra o Senador Juvêncio, para que eu possa voltar a palavra ao Relator.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Pediria mais uma atenção de V. Exª, após o Senador Juvêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador Sibá.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS) – Nós já estamos decididos a ouvir a fita, mas eu acho que colocar aqui 13 ou 40 horas é um absurdo, falta de praticidade. A fita vem da Justiça e, pelo que V. Exª falou, já vem decodificada. Vem o texto da fita.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, ela vem gravada, passada de uma fita para a outra, mas vou determinar, imediatamente, assim que chegar, para ser decodificada.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS) – Gostaria de complementar a minha colocação. Seria importante a decodificação, distribuir o texto para todo mundo, não precisamos ficar 13 horas ouvindo fitas. A fita está à disposição. Eu quero saber se essa expressão, esse diálogo aqui é verdadeiro ou não. Diz isso. Aí se poderia colocar....

**A SR. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Senador Juvêncio, permita-me um aparte.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS) – Poderíamos colocar a fita no lugar e dizer sim ou não, ou nunca chegaremos ao final.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Tomarei a decisão no momento em que o Senador solicitar.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Só para esclarecer ao Senador Juvêncio. O que eu pretendo é formular as perguntas em função dos diálogos que separei, para que ele possa esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Alvaro Dias é o 13º orador inscrito.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, lembro que já temos diversos problemas sobre acesso privilegiado a informações dentro das Comissões, vazamento de informação e coisa parecida. E sobre o episódio do Deputado José Dirceu, tem uma decisão do Supremo sobre a história da utilização de material sigiloso...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não está sendo tratado o problema da cassação do Deputado José Dirceu aqui.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, por favor. Estou fazendo uma argumentação para chegar a uma conclusão. Sobre o caso de informações sigilosas de Comissões, seja que tipo de investigação estiver fazendo, como ela pode ser utilizada, sobre isso já tem uma decisão do Supremo.

O que eu quero dizer é que há uma informação de um material sigiloso, que não foi dado ainda como entregue a esta Comissão. Inclusive, imaginávamos, até poucos dias atrás, que ele não existia. Portanto, a utilização do material é uma informação privilegiada. Por mais que se diga que é para fazer uma argumentação e abrir perguntas estratégicas para indagação, claro que já houve uma informação privilegiada e um levantamento de conceito.

Neste caso, eu vou pedir a V. Exª, a esta Comissão e principalmente ao Senador Alvaro Dias, que, no afã de nos ajudar, deixe que todos nós tenhamos acesso a essa fita amanhã, quando V. Exª disse que ela estará na posse de todos nós. Assim, todos aqui tenhamos os mesmos direitos e, a partir daí, chegarmos à conclusão de chamarmos ou não, outra vez, as mesmas pessoas. Neste caso, eu estou aqui desarmado para fazer a minha argüição diante de uma informação tão importante.

Era esse o apelo que eu queria fazer a V. Exª, a esta Comissão e ao Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu diria que V. Exª faz um apelo ao Senador Alvaro Dias, pois essa fita ainda não se encontra nos arquivos da nossa Comissão. É um direito do Senador utilizá-la. S. Exª assume a responsabilidade como Senador, e não esta Presidência. Não há vazamento de algo que ainda não se encontra à disposição da CPI.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, a minha preocupação é que, se existe uma fita com todos os diálogos, uma fita completa, seria muito temerário ouvirmos trechos. Acho que a CPI não precisava correr esse risco desnecessário. A fita completa deve estar vindo em forma de CD, devido ao pedido de V. Exª, que deverá ser degravado em seguida. Eu acho que justificaria ouvir trecho de alguma coisa que sobrou, caso não tivesse o texto completo, porque somente este poderá dizer absolutamente o que tem de criminoso, o que tem de conversa mal falada, o que tem de combinações espúrias. Ouvindo frases isoladas, pinçadas, corremos o risco de elas terem sido pinçadas para favorecer a Fulano ou a Cicrano. De maneira que só o texto completo poderá ajudar tanto o Relator quanto nós que fazemos parte desta Comissão. Não farei apelo ao Senador Alvaro Dias. Estou colocando a minha posição, embasada na palavra de V. Exª no começo da reunião. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nobre Senador, agradeço a V. Exª, mas quero reiterar que não tenho nenhuma responsabilidade com a fita que por acaso seja apresentada, nem posso proibir argumento de Senador. Não cabe a este Presidente

dizer o que deve V. Exª ou o Senador Alvaro Dias perguntar. Eu quero deixar claro que a responsabilidade das fitas que chegarem a esta Casa é nossa. Agora, a fita que se encontra nas mãos do Senador Alvaro Dias não é de minha responsabilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vou conceder a palavra ....

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, lembro a V. Exª, meu dileto amigo, que, em nenhum momento, eu o responsabilizei. Muito pelo contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Responsabilizou só a Presidência.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Não, não. Eu estou dizendo que a palavra de V. Exª, no começo, é minha, em absoluto. E acho também temerário alguma coisa que não seja da coletânea de documentos da CPI...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a V. Exªs encerrarmos o assunto.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, fiz uma questão de ordem e V. Exª me concedeu. Eu queria terminar o meu raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, mas eu peço a V. Exª que seja objetivo.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Mas eu estou sendo objetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não é uma questão de ordem, V. Exª está fazendo perguntas. A questão das fitas já foi definida. Eu não vou tratar mais desse assunto, a não ser quando algum Senador queira usar a fita. É matéria vencida, Sr. Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Eu queria saber de V. Exª se posso ou não falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode. Eu estou sendo muito liberal, talvez seja o mal da nossa Presidência.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Não, V. Exª está se comportando corretamente. Não é ser liberal. Somos igualmente Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, o que V. Exª deseja? V. Exª já esclareceu e está sendo repetitivo.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Não estou sendo repetitivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem dois minutos. Solicito que marquem o tempo.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Eu estou colocando a minha preocupação. Eu tenho direito. E farei isso até em menos tempo. Mas quero dizer a V. Exª que estou fazendo porque tenho direito. Sou Senador como V. Exª. Tenho direito e vou fazer em menos de dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em nenhum momento, tirei o direito de V. Exª. Já existiu algum caso ou não? V. Exª poderia citar? Para que V. Exª deixe claro.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, não há necessidade dessas interpelações. Sou Senador como V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem necessidade sim e não tenho dúvida, mas peço que seja objetivo.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Eu estou sendo objetivo. Não terminei ainda porque V. Exª me interrompeu. Eu só estou dizendo que aquilo que não é da coletânea de documentos pertencentes à CPI é temerário que alguma coisa avulsa seja apresentada, até porque isso pode gerar, judicialmente, qualquer ensejo de qualquer advogado e desclassificar o que foi feito. A minha preocupação é essa, porque V. Exª, com sabedoria, disse: "Não é responsabilidade minha, porque não é da CPI nem dessa Presidência. O Senador tem com ele". Se não é da coletânea de documentos da Casa, desta CPI, pode-se gerar judicialmente, com a intenção de qualquer advogado, a derrubada e invalidação do que ocorreu aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Reitero que a responsabilidade passará a ser de qualquer um dos Senadores que utilizar.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Gilberto, no primeiro depoimento que V. Exª prestou aqui, V. Exª me deu a nítida impressão de que acreditava mais na palavra do Dr. Bruno do que na palavra do Dr. João Francisco Daniel. Hoje V. Exª, diante dos dois, me fez acreditar que V. Exª não poupa mais nenhum dos dois.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Senador, eu manifestei na minha presença na CPI que eu tinha com Bruno Daniel uma relação mais estreita e de respeito do que com o Dr. João Francisco em função das divergências que eu tinha tido com o Dr. João Francisco. A minha relação com Bruno tinha mais afinidade, e tenho um respeito muito grande por ele. Eu não desrespeito a pessoa do Dr. João Francisco; eu tenho divergências com ele.

O que eu fiz hoje aqui, de maneira alguma, foi desabonar um ou outro. O que estou fazendo objetivamente é dizer que não é verdade uma afirmação que ambos aqui fizeram. Ponto. Nenhuma apreciação sobre o caráter, sobre a personalidade, sobre a conduta desses senhores.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Exª me permite... V. Exª revelou aqui, além da divergência sobre o que teria dito V. Exª a eles dois a respeito de que transportava dinheiro, que as divergências são muito grandes no que toca à arrecadação ilegal de recursos, no que toca ao crime organizado e não crime natural. Então, eu creio que hoje não há nenhum ponto de convergência entre V. Exª e os irmãos do ex-prefeito.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Há um grande ponto de convergência. O ponto de convergência é que, em relação à causa da morte do prefeito Celso Daniel, eu tenho muito interesse em que tudo seja esclarecido desde o primeiro momento. Em nenhum momento critiquei o afã, a aplicação, todo o cuidado em levar essa investigação até o fim. Eu tenho muito interesse em que isso seja esclarecido. Esse é um ponto de convergência efetivo e real.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu perguntaria aos dois se têm algum ponto a esclarecer a respeito disso. Não?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra, o Senador José Jorge por dez minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge, há uma solicitação por parte do depoente para que demos um intervalo de cinco minutos para uma parada técnica...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos suspender por apenas dez minutos a nossa reunião.

Voltaremos imediatamente.

(Suspensa a reunião.)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, por 10 minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar gostaria de me solidarizar com os dois irmãos do Prefeito Celso Daniel em face dessa tentativa de desqualificá-los como testemunhas, como interessados no caso.

Além do que disse o Dr. Gilberto Carvalho, hoje mesmo há no jornal uma declaração do advogado dele nos seguintes termos: "O Sr. João Francisco era um lobista que não tinha intimidade com o Celso Daniel e sequer foi à posse dele na Prefeitura", declarava Pacheco. "O Bruno não falava, fazia vários anos, com o Celso. Está na hora de desmistificar essa história."

Gostaria de perguntar ao Sr. Gilberto Carvalho se ele concorda com essa afirmativa do seu advogado.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – **(Início fora do microfone. Inaudível.)** ...é de sua responsabilidade. O meu advogado me presta um serviço excelente consultoria, e eu o tenho nessa relação. O Sr. João Francisco praticou *lobby* na Prefeitura de Santo André. Isso é real, reconhecido por ele. É verdade que havia um distanciamento entre Bruno e Celso, também é verdade. O que fiz – quero destacar aqui – na minha apreciação foi uma menção a esses fatos para que o contexto de todas as histórias fosse mencionado.

Quero lembrar que, depois de três anos, é a primeira vez que trago esse assunto à baila e quero lembrar também que pedi que meu depoimento na CPMI fosse sigiloso exatamente para que as questões não viessem a público. Tive esse cuidado o tempo todo. A declaração do meu advogado é da sua inteira responsabilidade.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então V. Exª não concorda em parte. V. Exª declarou: "Estou consciente de que a intenção de tudo isso é atingir o Presidente Lula". V. Exª confirma essa declaração?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Não, essa é uma declaração que apareceu no jornal.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Exª não confirma. Em relação às fitas, eu gostaria de perguntar a V. Sª o seguinte: V. Sª já ouviu essas fitas? V. Sª já teve acesso a essas fitas?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Não tive acesso às fitas. Essas fitas são um mistério que ronda desde 2002. A **Folha de S.Paulo** em 2002, publicou trechos dessas fitas, depois alguns canais de televisão voltaram ao assunto. Cada vez que a crise volta, aparece a referência às fitas. Nunca me apresentaram o conjunto das fitas, nunca me deram a íntegra delas. Como são fitas obtidas de maneira ilegal, nunca foram apresentadas como tal na sua integralidade.

Por isso o meu protesto cada vez que apresentam essa versão, porque são trechos editados, sabe Deus por quem, tirando do contexto de uma conversa algumas frases. E V. Sª sabe o que acontece quando se tiram destacadamente frases do contexto de uma conversa. Agora insisto: não tenho medo das fitas e tenho curiosidade de ouvi-las na integralidade.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na realidade, o juiz Rocha Matos autorizou a destruição das fitas atendendo a um pedido do advogado José Carlos Dias, que representava o Sr. Klinger. Naquele momento, o Sr. Klinger, que pediu essas fitas, foi orientado por

V. Sª ou conversou com V. Sª? V. Sª participou dessa decisão?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Não, não participei.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E os depoimentos que V. Sª orientou? Nessa fitas que foram divulgadas, que aparecem de vez em quando nos jornais, em determinados momentos, V. Sª aparece conversando sobre os depoimentos de A, B ou C. Com quem V. Sª conversou, ou orientou, a respeito dos depoimentos? A Drª Ivone? O próprio Sombra? Quem foram aqueles que V. Sª orientou?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Não tenho memória, para ser honesto com V. Exª, para saber com quantas pessoas conversamos naquele período. De novo é uma questão de contexto. Iniciavam-se as investigações em torno da morte de Celso Daniel. Toda sorte de tese e hipótese era levantada e colocada no jornal, muitas delas de maneira muito irresponsável e muitas delas, atacando a honra, inclusive, pessoal de Celso Daniel. A Polícia Civil foi seguindo várias linhas. As pessoas eram levadas ao depoimento, muitas vezes, sem saber para aonde iam e por que estavam sendo chamadas, funcionários da Prefeitura, amigos do Prefeito.

A nossa preocupação, Senador, para ser muito transparente com o senhor, era que, de fato, a verdade viesse à tona e que as pessoas se ativessem à verdade. Num momento como esse, de muita comoção, é muito natural que as pessoas comecem a imaginar. Então, a orientação era sempre a seguinte: vamos falar sobre fatos concretos, sobre o que você sabe e não sobre opiniões porque quem tem de dar opinião é quem faz a perícia.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Em relação a essa questão...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – As pessoas com quem me lembro de ter conversado, em termos de depoimento, foi com o próprio Dr. João Francisco, quando eu o levei, no meu automóvel, à casa do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Com a Ivone tive uma conversa – me lembro por causa das fitas porque, de memória, confesso ao senhor, que não me lembraria – sobre uma entrevista dela à **Folha de S.Paulo** e na televisão.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Programa da Hebe, não é?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – A Ivone estava sendo muito marginalizada. Ela não era reconhecida como viúva do Celso. Ela estava sendo muito colocada, pelos meios de comunicação, como uma pessoa completamente fora da vida do Celso. E quem convivia com o Celso sabia do amor dele pela Ivone, do quanto eles conviviam e de quanto era legítima essa relação entre eles. Era preocupação que ela, de fato, assumisse o papel dela, que ela não tivesse vergonha de assumir aquele papel. E depois...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E sobre essa história de que V. Sª pediu para ela se comportar como viúva sofrida nos programas de televisão?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Não reconheço essa declaração como minha. Provavelmente, é uma confusão das fitas. Lembro-me de ter dito a ela que ela não tivesse receio de se apresentar como, de fato, a viúva de Celso Daniel porque ela tinha essa relação com ele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Em relação ao pagamento do advogado Aristides Junqueira, que recebeu R$500 mil do PT para participar, aparentemente, do caso Celso Daniel, não se conhece o trabalho que ele realizou. Sabe-se apenas que ele recebeu o dinheiro. V. Sª, por acaso, sabe por que ele foi contratado, para que e o que ele fez?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Sei por que ele foi contratado, embora não tivesse participado da contratação dele, uma vez que eu já estava aqui em Brasília. Ele foi contratado a pedido da Prefeitura de Santo André porque havia, naquele momento, uma grande ofensiva em relação ao Governo de Santo André, onde todos os processos eram requisitados em sigilo e vazados para a imprensa em seguida. Já se diziam que eram processos de corrupção, quando, na verdade, careciam ainda de uma análise melhor. Havia um descontentamento da Prefeitura de Santo André em relação ao comportamento dos Promotores, não quanto ao seu dever de investigar, mas ao seu comportamento em relação ao vazamento e à maneira como as coisas eram interpretadas, à ligeira. O Dr. Aristides Junqueira foi contratado, segundo a minha lembrança, para fazer um debate com a Promotoria Pública deste ponto de vista: da retidão do comportamento da Promotoria Pública.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E em relação ao fato de os irmãos do Dr. Celso Daniel terem perguntado se V. Sª faria o teste com o polígrafo?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Há uma decisão. Eles dizem uma história que V. Sª contou, e V. Sª nega. Antes, era uma pessoa só dizendo. Agora, já são duas. V. Sª continua negando. Então, é uma forma de esclarecer. Eu gostaria que V. Sª...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – São três por causa do cafezinho e do bolo, não é? Na verdade, eu não conheço a história do polígrafo. Eu não conheço a prática do polígrafo. Mas não tenho medo da verdade. Em função disso, eu lhe digo que estou evidentemen-

te... Se for o caso de se viabilizar um exame desse tipo – que não conheço –, não tenho medo nenhum, não. Podemos fazer sem...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Está ótimo!

Por último, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou fazer uma pergunta. V. Sª fique à vontade para responder. V. Sª ainda se sente confortável mesmo em uma situação de acusação, uma situação difícil como essa, em continuar como Chefe de Gabinete do Presidente da República ou V. Sª pretende sair?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – É evidente que a minha permanência na Chefia de Gabinete – pela honra que tenho em ocupá-la – cabe ao Presidente Lula. Cabe ao Presidente Lula tomar a decisão. Se o senhor pensar bem, ao longo da história, há muitos casos de muitas acusações que depois se revelaram falsas. A Escola de Base, Senador, é o caso mais doloroso que vivemos recentemente no Brasil. A pessoa ser acusada não quer dizer que ela é culpada.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É verdade.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Eu quero lhe dizer que nenhuma dessas acusações me torna culpado, me faz sentir culpado. Eu estou, com muita honra, há dois anos e dez meses ocupando essa função de chefe de gabinete, não há nada que atente, que deponha contra minha conduta como chefe de gabinete do Presidente Lula, enquanto for desejo do Presidente eu lá estarei para servir ao meu povo e ao meu país.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então V. Exª se sente confortável. Bom, Sr. Presidente, eu gostaria só de dizer o seguinte: na realidade eu não perguntei aos irmãos do Dr. Celso Daniel, porque eles já foram... já esclareceram, eu acho que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicitaria mais dois minutos para o orador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Presidente, eu só vou usar um. Mas eu gostaria de dizer o seguinte: eu acho que, na realidade, nós temos três pontos importantes nesse caso Celso Daniel, de Santo André: primeiro, é a questão da corrupção na Prefeitura ou da arrecadação de recursos para a política, para o PT, coisa que hoje está se comprovando em nível nacional. Eu sempre digo que, naquela época, se fosse dito isso, ninguém acreditaria, mesmo que fosse verdade. Agora, mesmo que seja mentira, todo mundo acredita porque depois de Marcos Valério, depois de Delúbio, depois de tudo, comprova que realmente tem muita possibilidade de isso ter acontecido e sem dúvida que o Sr. Klinger, o Sr. Sombra e o Sr. Ronan não eram anjos e certamente que participaram desse esquema. Em segundo lugar, o crime por mando. O próprio Presidente Lula, no dia do enterro, disse isso. Lula: "Há gente grossa envolvida". E a declaração dele é exatamente dizendo que não poderia ser um crime comum. E em terceiro vem a questão de sustar as investigações. Na realidade, se não para prejudicar, mas principalmente para proteger o PT, porque estava num ano eleitoral, era a grande oportunidade de o PT assumir o poder, de o Presidente Lula efetivamente ganhar a eleição, como ganhou, então, eu também acho que não se tem mais dúvida de que tudo está se encaminhando para se verificar que houve um grande trabalho para que se sustassem as investigações o mais rápido possível, se descobrissem aqueles culpados – entre aspas –, aqueles iniciais, e, a partir daí, então se esquecesse o caso. Graças ao Dr. João Francisco em primeiro lugar e agora ao Dr. Bruno, que fizeram esta cruzada, é que agora nós estamos tendo oportunidade de esclarecer isso. Então, eu acho que nós, da CPI, não queremos prejudicar o Governo Lula, nós não queremos prejudicar ninguém, nós só queremos buscar a verdade. Era isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Dr. Gilberto.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Não, eu só queria fazer uma última observação, Senador. O senhor faz uma afirmação grave, de sustar as investigações. Cabe a pergunta: a quem coube sustar as investigações? Quem sustou investigações? Eu já disse aqui, Senador, com todo o respeito, que nós tivemos... fomos ao Governo Alckmin...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PB) – Não, quem sustou foi a Polícia, quando V. Exª e o Deputado Greenhalgh concordaram que estava terminada a investigação. A família não concordou, vocês concordaram.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Senador, insisto: a polícia não sustou as investigações porque nós concordamos; a polícia concluiu o inquérito, mediante o qual nós nos rendemos naquele momento, uma vez que não tínhamos outra opinião ou outra informação. Na medida em que forem levantados outros dados, nós não temos nenhum problema de que as investigações prossigam. Isso o tempo todo eu tenho afirmado aqui. E nada fizemos, é importante deixar bem claro, para que houvesse qualquer obstáculo à continuidade das investigações.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas na reunião da casa do Deputado Greenhalgh com os irmãos de Celso Daniel, V. Sª, inclusive, se aborreceu porque eles estavam querendo continuar a investigação. E se retirou, inclusive.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Com todo o respeito, Senador José Jorge...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PE) – Senador José Jorge, agradeço a V. Exª.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – ... já explicitei aqui a razão pela qual me irritei. Não foi isso. Foi porque eles se disseram desinformados e marginalizados das investigações.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas eles não concordam, né? Muito obrigado ao Dr. Gilberto e ao Presidente.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Eu que lhe agradeço, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PE) – V. Sª pode falar...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu gostaria de começar pelo final. Naquela reunião que nós tivemos no apartamento do Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicitaria a atenção dos Srs. Senadores e quero deixar para esclarecimento dos senhores que quando a pergunta for dirigida a um dos senhores, a uma das partes, a outra poderá contestar logo em seguida. Então, V. Sª tem a palavra, Dr. João Daniel.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Então, eu gostaria de dizer que aquela reunião...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu pediria, evidentemente que pediria a V. Sª em função do tempo, já que estamos agora limitando o tempo também para os Srs. Senadores.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Então, aquela reunião que se tornou enfadonha, mais de uma hora com o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh relatando a história que a polícia tinha relatado para ele ou que ele tinha acompanhado, no final, quando o Sr. Gilberto Carvalho e o Deputado disseram que iam fazer uma coletiva, nós, eu e meu irmão Bruno, nos levantamos e falamos em alto e bom som que nós não estávamos compactuando com aquela farsa. Apenas isso. A sua revolta foi porque nós não concordamos com aquela farsa.

Em segundo lugar, eu gostaria de entender por que o escritório do ex-Procurador Aristides Junqueira recebeu R$500 mil do Sr. Marcos Valério, apareceu em Santo André, ficou dois ou três dias, deu entrevista no **Diário do Grande ABC**, criticou veementemente o trabalho do Ministério Público e defendeu tenazmente o Sr. Sérgio Gomes da Silva, não mais aparecendo por lá.

Em terceiro lugar, eu gostaria de dizer que a Srª Ivone Santana era namorada do Celso, ela nunca foi esposa do Celso. Ela sempre foi esposa de uma outra pessoa que era ou é ou foi Secretário do Celso. O senhor sabe disso. E quem reconhece o filho é esse senhor. E nós não citamos absolutamente nada disso aqui porque isso corre em segredo de justiça, e nós estávamos querendo respeitar esse segredo de justiça. Volto a reafirmar se esse seu advogado que deu essa entrevista, ele é muito leviano. Porque essa aqui não é a primeira nem vai ser a última oportunidade de nós mostrarmos o quanto gostávamos do Celso. Tenho aqui várias fotos para mostrar para todos. Faço questão que todos vejam. Faço questão que todos vejam a foto, inclusive tem aqui uma oração de São Francisco que o meu irmão trouxe de Assis e entregou para o senhor. O senhor está lembrado disso? Está lembrado, não é? Tem aqui a mesma oração que o meu irmão comprou em Assis e falou para mim: "Vou levar para entregar para o Gilberto Carvalho". Está aqui a mesma oração. Se o senhor ainda a tem, ótimo; se não a tem, isso aqui eu dou para o senhor. Tem. Muito bem.

O que eu gostaria de deixar claro é que a minha função sempre foi com a verdade, desde o início. Desde o início, quando o Celso foi seqüestrado, eu não compactuei com aquela história, história muito mal contada. Isso que eu gostaria de deixar bem claro.

Só para terminar, com relação ao teste do polígrafo, ele é usado em países de primeiro mundo com um organismo internacional, eu faço questão absoluta de que seja feito esse teste entre mim e o Sr. Gilberto, Bruno e o Sr. Gilberto, e a terceira testemunha e o Sr. Gilberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra, Dr. Bruno.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Gostaria de fazer referência à suposta filha do Celso. Como disse o João Francisco, o processo está correndo sob segredo de justiça. Agora, é necessário ressaltar o seguinte: ela nasceu em constância do casamento da mãe, em primeiro lugar. Em segundo lugar, tem como pai registrado o marido da mãe à época do seu nascimento. Portanto, legalmente ela é filha do marido com o qual ela estava casada. Terceiro, esta menina é conhecida como filha desse pai. Quarto, ele a reconhece como filha. Quinto, ele reivindica a paternidade. Sexto, estamos à disposição, como eu havia dito antes, de realizar quaisquer exames que sejam necessários para verificar o eventual parentesco dela conosco. Estamos completamente à disposição nesse sentido e afirmamos que, se for constatado que ela é filha do Celso, será reconhecida pela família como tal. A única ação que deve ocorrer é o encaminhamento do processo na sua tramitação normal.

Com relação à consideração do Gilberto a respeito da condição de viúva da Srª Ivone, na reunião anterior da CPI, em que estive presente, mencionei uma contradição e fiquei de trazer a esta CPI os dados relativos a essa contradição.

Numa entrevista ao jornal **Folha de S.Paulo**, datado de 28 de janeiro de 2002, Ivone de Santana diz o

seguinte: "Não queríamos sair para jantar e acabamos vendo um filme na TV por assinatura, horrível, violento. Fiquei muito impressionada, era barra pesada. Até me recordo do enredo, mas prefiro não contar. O Celso já conhecia o filme, e quis vê-lo. Saí do apartamento dele na sexta, umas sete horas. Estava meio assim, meio cabreira, por causa do filme. Fiquei mal de ver aquilo. Não gosto desse tipo de filme. Saí e fui nadar. Depois, segui para o trabalho. Trocamos alguns telefonemas durante o dia. À noite, meu filho e eu estávamos no meu trabalho, e Celso passou lá para combinarmos o sábado. Ele estava a caminho de São Paulo com o Sérgio. Foi a última vez que conversamos".

Muito bem! Essa é a entrevista dada ao jornal **Folha de S.Paulo**, no dia 28 de janeiro de 2002. Na revista **Livre Mercado**, datada de janeiro de 2004, ela afirma o seguinte: "Ela e o filho mais novo, Gabriel, deveriam jantar na fatídica noite de 18 de janeiro de 2002, em companhia de Celso Daniel e Sérgio Gomes. Haviam combinado. Mas, na última hora, Ivone desistiu por causa de compromissos no dia seguinte com a então campanha do candidato José Genoino ao Governo do Estado. Sérgio e Celso chegaram a passar no escritório de Ivone e insistiram para que fosse, mas ela acabou ficando. A versão de Ivone Santana é importante na medida em que conflita com informações da denúncia do Ministério Público Estadual, que caracteriza o crime como programado por Sérgio Gomes da Silva".

Muito bem! Onde está a contradição? Nessa entrevista à revista **Livre Mercado**, ela afirma que não foi por acaso ao restaurante, mas que já havia combinado isso. Porém, na entrevista ao jornal **Folha de S.Paulo**, ela afirma que "Celso passou lá só para combinarmos o sábado. Ele estava a caminho de São Paulo com o Sérgio. Foi a última vez que conversamos". Quem ela quer acobertar?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Se me permitir, quero fazer apenas um comentário.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Apenas lamento que o Celso não esteja aqui agora para poder dizer a todos nós o quanto ele amava a Ivone, o quanto ela amava essa filha e o quanto a família não deveria se apegar a essas formalidades para acolher essa menina, o que daria a ela uma alegria muito grande e a ele muito mais. Queria apenas fazer esse comentário.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, estou preocupado com um fato. O tempo urge, e creio que uma providência se impõe. O Dr. João Francisco referiu-se, no depoimento dele ou nas explicações que deu, ao testemunho da Srª Marguerita, que teria assistido, por ter servido café com bolo de aipim, às conversas havidas entre o Sr. João Francisco e o Dr. Gilberto Carvalho. Ele mencionou que a Srª Marguerita estaria aqui em Brasília – não sei se está no Congresso. É uma peça fundamental no esclarecimento dos fatos. É uma testemunha fundamental. Eu não sei se ela vai poder voltar aqui. Ela está em Brasília.

Sugiro a V. Exª e aos membros da Comissão que ouçamos a Srª Marguerita, para que ela possa ou não comprovar o que aqui está sendo dito.

Creio que se impõe aproveitarmos a oportunidade porque o tempo está passando e esse fato não foi apurado. O fato deve ser apreciado pela Comissão.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, deixa a Comissão posteriormente apreciar isso. Trata-se da esposa dele. Eu não sei...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Penso que seria, **data venia**, de maior necessidade, primeiro porque... (**inaudível; fora do microfone.**) a palavra... Celso Daniel. Segundo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a V. Exª que V. Exª ligue o microfone.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES** (PFL – BA) **–** Sendo a esposa dele, qualquer pessoa vai levantar suspeição. De maneira que lamento divergir do meu Líder, que sempre está certo, mas...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) **–** A Comissão apreciaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Vamos apreciar.

Senador Tião Viana, V. Exª dispõe de dez minutos.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento os senhores que estão nos depoimentos, de modo muito respeitoso a todos.

Em primeiro lugar, ressalto que o que mais importa nesse episódio todo é que se chegue a uma conclusão sobre quem praticou esse crime. Creio que é grande a ansiedade da família, é grande a ansiedade do Gilberto e é grande a ansiedade de todos nós.Todos os esforços devem ser aumentados no sentido de uma colaboração com isso.

Penso, Sr. Presidente, que V. Sª poderia consultar depois o Ministro Marcio Thomaz Bastos, da Justiça, ouvir a Polícia Federal, a Polícia Civil de São Paulo para saber se é necessária força policial especializada adicional, nem que venha da Inglaterra ou dos Estados

Unidos, para acabar com essa situação, porque nós não podemos deixar dúvida nisso. Temos de chegar a um ponto de conclusão disso. Não é justo que fique um debate do tipo quem quer convencer quem. Não considero esse um caminho adequado. Durante todo o episódio de Celso Daniel, ficam duas versões, e isso não interessa. O que mais interessa é que se chegue à verdade desse episódio. Então, o apelo que faço a V. Exª é no sentido de tentar colaborar, fazendo uma manifestação depois ao Ministro da Justiça.

Quanto ao Celso Daniel, é muito importante quando vejo o respeito de irmãos, no sentido de companheiro verdadeiro, que o Gilberto expressa aqui à figura dele. O que ele representou para nós é muito importante. Penso que, nas relações humanas, Sr. Bruno, Sr. João Francisco, há sentimentos que não podem ser distanciados. Os senhores fazem uma busca do esclarecimento do crime. Parece-me que há uma manifestação confusa quando um sentimento como fraternidade se dissocia de um sentimento chamado proteção, ajuda. Acredito que Celso Daniel, mais do que ninguém aqui, precisa da ajuda daqueles que o amavam e que o amam de verdade. E ajudar tem o significado de preservar a sua honra, porque eu sei que ele era um homem honrado. O Gilberto o sabe e eu acredito que os senhores sabem que ele era um homem honrado. Então, como se facilita o desgaste moral do irmão dos senhores, que não pode defender-se mais! E não creio que seja intencional.

Por isso, manifesto-me no sentido de que possamos refletir. Muito mais importante do que a política numa hora dessas é a defesa da dignidade de um morto. É muito importante isso, Sr. Bruno, Sr. João Francisco, e creio que acerca desse dever os senhores devem refletir, do mesmo jeito que o Dr. Gilberto Carvalho, em relação à responsabilidade de uma vida de amizade que ele teve com o irmão dos senhores. Os dois respeitam a memória de Celso Daniel, mas os senhores deixam a memória dele fragilizada quando o enfoque político se torna superior ao enfoque da proteção da dignidade de uma pessoa que não pode mais se defender aqui.

Eu não suscito nenhuma dúvida quando os senhores suspeitam que poderia haver um esquema de corrupção em Santo André. Jamais eu ousaria fazê-lo, porque acredito que onde existe poder há bandido querendo chegar perto; aproxima-se e, às vezes, se infiltra e pratica corrupção, sim, que pode ser violenta.

Agora, eu acho que nós temos de colocar cada coisa no seu lugar. De repente, a possibilidade de que isso destrua a dignidade e a imagem moral do irmão dos senhores me parece ser algo delicado. Esse desafio, acredito, deveria ser apreciado pelos senhores.

Outra manifestação que eu faria, Dr. João Francisco. O senhor é médico, eu também sou médico, sei o que significa a nossa formação. O senhor parece um profissional qualificado, pelo que vemos das suas manifestações, da sua maneira de analisar e sentir as coisas. O senhor deve ter tido uma influência cartesiana na sua vida, na escola médica, deve ter tido uma influência de responsabilidades com conclusões.

Nós estamos aqui diante do Deputado Jamil Murad, que, quando acompanhou o momento da necropsia do seu irmão, o fez com a melhor das intenções humanas e éticas. E eu acho que o senhor tem toda a razão de ver a contestação do laudo e de ter a certeza de que o seu irmão foi torturado. Acho que é justo isso.

O Dr. Jamil e eu dividíamos aqui que há muitos casos de tortura nos quais nem aparece sinal de tortura. O senhor, como médico, sabe disso. Então, é justo que isso tudo possa ter ocorrido.

Agora, quando eu vejo o senhor, aqui, afirmar que o Dr. Delmonte foi mais uma assassinado nessa história, isso me preocupa, pela honestidade intelectual que devemos ter como pessoas e profissionais. Porque eu não ouso dizer que ele não foi vítima de assassinato ligado ao caso Celso Daniel, mas também não me sinto na autoridade de dizer que ele foi, porque eu tenho de acreditar na Polícia de São Paulo, na Polícia Federal, em todos os especialistas que apuram isso. Não é justo que eu diga, de repente: Não, foi mais um caso político. Eu tenho de estar no limite da verdade. E onde está esse limite?

Então, o apelo que faço é este. Os senhores merecem o mais elevado respeito do Brasil pela defesa do esclarecimento do caso do irmão dos senhores. Mas temos limites. O senhor falou aqui uma coisa que me marcou – já vou evoluindo para uma conclusão – que o senhor fez *lobby* para a empresa Guararapes. Achou que era justo. O senhor confirmou para o Dr. Gilberto Carvalho. Aí o senhor disse aqui, e eu lhe pergunto: desde quando o senhor tinha conhecimento de que a empresa Guararapes estava sendo roubada pela tal da chantagem, da extorsão.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Quinze de janeiro de 2002.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Só nessa época?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Foi quando a filha falou para mim.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Mas antes o senhor não tinha contato, não fazia *lobbies*, nunca teve...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não, nunca fiz.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Foi só a partir daí?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu volto a repetir para o senhor. Eu tive um contato, porque me foi pedido, do pai dela, quando ainda estava com saúde. Ele não tinha um canal de comunicação em Santo André, ligou para mim e pediu que eu intercedesse para que ele pudesse ter esse canal de comunicação. Então, apenas isso. Isso foi um ano antes.

O Sr. Klinger esteve lá em casa, disse que não teria problema nenhum. Depois nunca mais falei com eles.

Vim a saber, no dia 15 de janeiro de 2002, porque ela foi muito assustada em casa, porque o Sr. Klinger tinha sido muito consistente, muito nervoso, muito assustador. A maneira como ele falou. Ela relatou aquilo que ela tinha escutado dele: que não adiantava prefeito, irmão de prefeito, nem bispo, nem papa, que ninguém ia resolver o problema dela em Santo André. E foi aí que ela comentou comigo e com a Marguerita que eles eram obrigados a pagar uma caixinha mensal em torno de 40 mil. Foi nessa data, precisamente.

Se o senhor me permitir...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Eu permito. O senhor vai ter tempo para responder à vontade. É só para eu concluir dois raciocínios mais.

O outro. Eu tenho duas grandes dificuldades no entendimento dessa situação que está posta, a da acareação.

Como o Dr. Gilberto Carvalho tinha esse tensionamento de relação humana com os senhores, e de relação profissional com o senhor, especificamente. O Bruno sempre particularizou que não tinha o mesmo tipo de animosidade, ele tinha, por razões, que não competem, é da vida das pessoas – não estou condenando o senhor por isso. Como ele iria transmitir ao senhor e ao Bruno um segredo de condenação eterna para ele, de que havia o suposto esquema. Esta é uma pergunta que faço. Qual a razão lógica de uma pessoa com a experiência de vida, que participou da vida política tanto tempo, entregar a sua cabeça para ser condenado moralmente se não é um ato de confissão?

Vamos supor que ele disse: "não, vou confessar e pedir perdão a eles e a Deus, mas parece que foi uma coisa fria". Disse porque disse. Então, com que motivação o Dr. Gilberto Carvalho faria uma situação dessa? Outra coisa que me inquieta. Por que o senhor, especialmente, porque o Bruno tinha outro enfoque, passou tanto tempo com um segredo desse e não foi sequer à polícia dizer em segredo de Estado? Será que o Governador Alckmin e o Presidente Fernando Henrique, que mandaram a Polícia Federal, a Polícia de São Paulo, outros especialistas fazerem, não mereceria uma gota de confiança de saber de um crime supostamente esclarecido?

Concluo nos trinta segundos. Sei que vou poder ouvi-los, reafirmando o meu respeito aos senhores, mas dizendo se tenho um exemplo sagrado de cristão na vida é Gilberto Carvalho.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Senador Tião Viana, eu gostaria de, em primeiro lugar, dizer que, quando eu disse que o professor Carlos Delmonte tinha sido assassinado, evidentemente é uma maneira muito forte de me exprimir com relação... É lógico que eu não sei. Ainda existem os testes que estão sendo feitos para se saber que tipo de veneno, de que maneira ele tomou, se foi induzido a tomar ou não. O que nos deixa preocupados é que tudo aquilo que ele tinha guardado com relação ao Celso desapareceu.

Qual a razão de o Gilberto Carvalho ter falado isso para mim e para o Bruno? Eu acredito que, com a mesma ênfase com que continuo não acreditando no DHPP, hoje, depois de quase quatro anos, quando vejo um delegado do DHPP vir aqui em uma CPI, com a experiência que ele tem e dizer que foi crime comum, eu não posso acreditar em uma polícia que não teve a mínima sensibilidade de verificar todos os erros, todas as lacunas que têm no processo – não vou citar aqui porque senão se tornaria muito enfadonho.

A razão de o Sr. Gilberto ter falado para mim e para o Bruno no sábado, dia 26, muito provavelmente foi o meu discurso na Câmara, porque eu, na Câmara...O senhor quer que eu repita o que falei, porque não sei de cabeça não.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Eu ouvi. Foi um belo gesto de dignidade seu naquele momento.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Pois é, mas eu deixei claro lá que eles tinham de fazer o possível e o impossível para afastar os traidores, aqueles que tinham traído o Celso. Acredito que as pessoas que me conheciam não me conheciam tão bem e ficaram receosas do que eu poderia, enfim, fazer posteriormente. Eu acredito também que o Sr. Gilberto Carvalho falou isso para mim e para o Bruno no sentido de nos deixar em uma posição muito difícil, a mesma que o senhor está colocando aqui, que o senhor colocou.

Como falar para a opinião pública que um irmão que não era nem irmão, era um filho. Ele não era seu irmão, ele era nosso irmão, Gilberto. Ele podia ser seu amigo. Certo? Você foi para Santo André em 1995, 1996, não é? Mas ele era nosso irmão e, para mim, ele era mais que um irmão. Como o Bruno disse, ele era um filho para mim. Então, é muito difícil para mim ter feito aquilo que eu fiz.

Volto a repetir, o caso hoje estaria encerrado como crime comum. Estamos lutando, Senador Tião

Viana. Agora em janeiro, serão quatro anos. Pedimos até à OEA para nos ajudar nas investigações. Não obtivemos resposta ainda. Onde é que está o direito humano de uma pessoa nesse caso especificamente? Pessoas que lutaram a vida inteira pelos direitos humanos, como o Deputado Luiz Eduardo Greenhalg, e afirma que Celso não foi torturado.

Fico pasmo de ver isso. Então, quando o senhor dá essa idéia, que acho bastante importante, de que algum organismo internacional de credibilidade possa nos ajudar, ajudar a Polícia de São Paulo agora, que parece que está com uma visão e a intenção de resolver, mas, se tivermos uma ajuda internacional competente, ótimo. Já são quatro anos em que estamos nessa luta.

Ah! Uma outra coisa. O senhor perguntou: "Mas por que o senhor demorou tanto?" O senhor não confiava na Polícia? Não, não confiava, não. Eu não confiava na Policia de São Paulo, no DHPP e não confio hoje. Eu não confio nos delegados que fizeram aquele inquérito, porque com a experiência que eles têm, Dr. Domingos de Paula Neto, Dr. Armando da Costa Filho e Sr. Mazi, terminar um inquérito como crime comum depois de passados quase quatro anos com todas as evidências que temos hoje, vir a uma CPMI e continuar dizendo que foi crime comum, eu não confio não.

Eu sei que estou arriscando a minha vida falando isso. A minha vida já está sendo ameaçada por aquela quadrilha de Santo André. Quando falo quadrilha organizada em Santo André, eu falo Klinger de Oliveira Souza, eu falo Sérgio Gomes da Silva, eu falo Ronan Maria Pinto e uma pessoa que está por trás do Sr. Ronan Maria Pinto, que inclusive já foi citada nesta CPMI, chama-se Baltazar de Souza, que é concunhado do Sr. Ronan. Sei que já estou ameaçado de morte por eles e, falando isso hoje, que não acredito no DHPP, porque eles falharam e falharam muito e continuam falhando, sei que estou continuo sendo ameaçado. Tenho amigos delegados em São Paulo. Sei disso, Senador. Mas a minha batalha, a batalha do meu irmão, a batalha da nossa família é para que a verdade apareça e prevaleça.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Agradeço a V. Sª. Dr. Gilberto, V. Sª deseja... Não. Bruno? Também não? Em relação...

Passemos às perguntas do Senador Tião Viana.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL –** De fato é uma questão extremamente delicada aquela que foi colocada, mas consideramos o seguinte: que preservamos a honra do Celso quando dizemos que o Celso deu a vida ao PT, e ele deu mesmo. Consideramos que preservamos a honra do Celso quando dizemos, e os dados atestam isto, que ele nunca se beneficiou desse esquema de arrecadação de recursos, que tinha uma finalidade, do ponto de vista dele: a da construção de um partido que iria transformar a realidade brasileira; as desigualdades a que assistimos hoje; as mazelas a que assistimos hoje; a fragilidade institucional a que assistimos hoje. Só que ele foi vítima dessa fragilidade institucional.

Desse ponto de vista, consideramos que é necessário reconhecer que ele foi vítima disso. Não consideramos que com isso estejamos desonrando a memória dele, muito ao contrário. Só que isso é um elemento que deve ser considerado para se chegar à conclusão a respeito das razões que levaram a morte dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Eu cedo a minha palavra – conforme disse, ficarei para depois –, o meu tempo ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) **–** Sr. Presidente, quero dizer que não tenho razões para acusar Gilberto Carvalho; ao contrário, sempre tive o melhor conceito a respeito de dele. O meu objetivo é contribuir para que se esclareçam os fatos. E esta gravação já discutida não é nova, ela já é conhecida. O próprio Gilberto Carvalho a conhece bem. Ocorre que há conversas telefônicas que podem contribuir nesse momento de interrogar o depoente. Por isso peço a V. Exª, Sr. Presidente, autorização para ouvirmos o áudio da primeira conversa selecionada.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para fazer mais uma vez um apelo a V. Exª, que já havia atendido no início que devemos sobre a matéria de gravação sobre a suposta fita que nós queremos, que o Dr. Gilberto Carvalho foi claríssimo ao dizer que ele é o maior interessado que apareça, que seja feita na sua integralidade. Se apresentarmos uma fita montada para incriminar uma pessoa, podemos estar cometendo uma injustiça sem reparo por parte de nós mesmos. E mais, Sr. Presidente, no domingo, a revista **Veja** veiculou a suposta fita e, na própria revista **Veja**, o jornal **Folha de S.Paulo**, que a fita, quando ouvida no seu todo, não traz qualquer tipo de condenação ao Sr. Gilberto Carvalho.

O apelo que faço a V. Exª é que não nos custa nada esperar o dia de amanhã quando estará pronta

e entregue a CPI e nós poderemos ouvi-la para não levar danos à dignidade de ninguém. É um apelo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Em seguida, quero contradizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Em seguida, V. Exª.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, não terá nenhum efeito para o julgamento da Comissão a fita que será apresentada pelo Senador Alvaro Dias, e sim, aquela que V. Exª solicitou à 4ª Vara. Agora, que a pessoa que tem o seu tempo pode usar como desejar, inclusive colocando pedaço de fita, o que for, isso é lógico que pode, é lógico que pode. Digamos que ele não colocasse e lesse, é a mesma coisa! Agora, penso que isso não pode. O Senador Tião Viana não precisa se amedrontar por tão pouco.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Senador, não tenho medo de absolutamente nada na vida. Se tem um sentimento que não tenho é de medo na minha vida, se nada. Se tem uma fragilidade que eu possa dizer que tenho é em relação a meus filhos, aí sou fraco, mas a mais nada no mundo eu tenho medo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu sei V. Exª e muito corajoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Apenas para dizer ao Senador Tião Viana que não estou afirmando que a fita condena Gilberto Carvalho. Não é a minha pretensão condenar ninguém e nem o meu desejo que essa fita condene. De outro lado, não é uma montagem. Esta é a fita original. Só existe esta. É evidente que aquilo que o Presidente receberá de São Paulo, oficialmente, do Juiz da 4ª Vara, se não me falha a memória, é exatamente o teor que consta desta fita. E repito, não é novidade esta fita, parte dela já foi veiculada, constou de *sites*, jornais reproduziram...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O senhor garante que o que vai sair amanhã é o conteúdo na íntegra dessa fita, e o senhor abre mão do seu mandato se não for? Então, nós pedimos para passar, na íntegra.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O que eu posso dizer...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Como V. Exª comparou o Dr. Gilberto Carvalho, que é um homem de bem, a um Cristo, Deus está ali.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu poderia dizer que o meu mandato não me pertence; pertence ao povo do Paraná, mas eu tenho responsabilidade e a exerço de forma absoluta. É evidente que podem existir outras gravações além dessas. Mas essa, Senador Tião Viana, é a gravação que foi autorizada por um Juiz Estadual, e por isso questionada pelo fato de ter origem na determinação, em uma ordem judicial do Juiz Estadual. Esse foi o questionamento. Não é uma montagem. Agora, não é uma montagem. Aqui as conversas telefônicas estão no inteiro teor, são integrais. E o que eu pretendo reproduzir, é evidente, são alguns dos diálogos, até porque são treze horas retiradas de 42 duas fitas. São 13 horas em que não trata única e exclusivamente desse episódio de Santo André. Trata de outros episódios, de seqüestro, de tráfico de drogas etc. Mas há, evidentemente, aqui, momentos importantes para a elucidação dos fatos e até para que Gilberto Carvalho tenha a oportunidade de prestar esclarecimentos definitivamente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, então, peço a V. Exª autorização, para que a Comissão ouça...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vou ouvir a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, queria reportar-me à seguinte questão: é claro que, se o Senador Alvaro Dias teve a possibilidade de acessar uma cópia da fita – isso não me leva a nenhum questionamento sobre como a conseguiu, sobre o sucesso de sua iniciativa em obtê-la –, ela passa a ser um elemento importante para a formação do valor das perguntas que poderão ser feitas sobre trechos dela. Então, nada mais justo que todos nós tenhamos acesso à íntegra da fita, até para que situações questionadas sob determinado ângulo, a partir de trechos dela, possam ser...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente, o pessoal já está mostrando transparências...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas nós não solicitamos. É questão de a Assessoria não fazer...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Pediríamos que a Assessoria suspendesse...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – A Assessoria está-se equivocando.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª ter-me comunicado, porque eu estava ouvindo atentamente a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Agradeço sua atenção, Sr. Presidente.

É claro que o Senador Alvaro Dias tem uma lógica para as suas perguntas e, para subsidiá-las, selecionou trechos das gravações. Mas, se eu quiser fazer perguntas sob outra lógica, retirando trechos da mesma fita, estou impedida, porque não tenho acesso a ela, na íntegra.

Há a disposição clara do Sr. Gilberto Carvalho de voltar, para explicitar e submeter-se a qualquer questionamento, a partir do momento em que todos nós tenhamos a íntegra da fita. V. Exª mesmo informou que ela já foi requisitada e que será pedida a degravação. Até por uma questão de isonomia entre os membros desta CPI, o mais lógico, já que há disposição, é que todos tenhamos acesso à íntegra da fita degravada, para fazer as questões sob a ótica que cada um entender mais relevante e pertinente e também para utilizar, de forma legal, aquilo que delas advier. O pedido da CPI traz a esta investigação a legalidade do que será remetido. É isto que não poderá, depois, ser contestado na Justiça, que não poderá, posteriormente, ser derrubado: a conclusão que se retire das perguntas e das respostas dadas a partir de partes da fita. Então, até para que não tenhamos possíveis problemas judiciais, como já tivemos recentemente – por exemplo, quanto à utilização de dados sigilosos em relatórios, acabou havendo uma decisão no Supremo Tribunal Federal ontem, relativa ao relatório...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A liminar, não é, Senadora?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – A liminar do Deputado José Dirceu.

Então, tenho o entendimento, Sr. Presidente, de que o mais correto e adequado, inclusive para quem quer fazer esta investigação com a amplitude e com o embasamento legal irremovível e irrefutável, seria todos nós termos acesso à integralidade da fita.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta, pela ordem.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, minhas preocupações são três. A primeira – realmente, não sou advogado, não sou jurista – é a de que isso possa ensejar alguma ilegalidade a ser derrubada. A segunda é a seguinte: não sou advogado do Sr. Gilberto Carvalho, não tenho intimidade com ele, muito pelo contrário, mas há outra preocupação, a de que nós, que aqui estamos para indagar, a partir deste momento, estejamos em plena desvantagem, visto que não temos esses dados, essa fita nas mãos, para nos preparar com base nos diálogos e fazer...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu queria trazer uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou conceder...

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – A CPI é do Senado, Sr. Presidente?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É evidente que é do Senado a CPI.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Antes, S. Exª colocou uma posição: a de que a CPI é do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem alguma dúvida?

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Não, é porque as coisas que estão acontecendo aqui não são só dos Senadores. É por isso que não estou conseguindo concentrar-me. É só isso.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas os Parlamentares podem comparecer.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Eu queria que V. Exª fizesse a mesma observação que fez antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu fui claro com o Deputado Fontana, quando disse que o Deputado, lamentavelmente, regimentalmente, não poderia utilizar a palavra, porque se trata de uma CPI só do Senado Federal. Eu bem gostaria que fosse uma CPMI, mas infelizmente é uma CPI. Preciso dizer a V. Exª que não posso evitar que conversem, mas usar da palavra, só os Srs. Senadores.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu quero, para respaldar a decisão de V. Exª, invocar precedentes. A própria Senadora Ideli Salvatti já utilizou gravações na CPI do Banestado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Alvaro Dias, aguardo a conclusão do Senador Magno Malta. Logo em seguida, poderei conceder a palavra a V. Exª.

Senador Magno Malta, a palavra está garantida a V. Exª. Solicito aos Srs. Senadores que tenham... Há um orador na tribuna. Peço a compreensão dos Srs. Senadores.

Senador Magno Malta, V. Exª tem a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – A minha preocupação – já disse – é a de que isso enseje alguma ilegalidade, visto que esses documentos não estão no bojo da documentação desta CPI; a de que isso gere alguma fragilidade, algum tropeço à frente.

Em segundo lugar, nós outros que aqui estamos certamente estaremos em desvantagem em nossas indagações, tendo em vista que não estamos com esse material nas mãos, para nos prepararmos para as inquirições.

A verdade é que tanto Gilberto Carvalho quanto os irmãos do nosso querido Celso Daniel já estiveram aqui e que, nas perguntas que vamos fazer, certamente "choveremos no molhado", se não tivermos esse tipo de informação privilegiada.

A minha terceira colocação, Sr. Presidente, é a de que, como titulares, ficamos em desvantagem, visto que o Senador Alvaro Dias é suplente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta, houve o entendimento, desde o início desta CPI, de que não levaríamos em consideração essa questão de suplentes e titulares, por se tratar de uma CPI só de Senadores. Abrimos, em um verdadeiro ato de democracia, a inscrição para companheiros que não fossem nem titulares nem suplentes e temos levado isso...

Garanto a V. Exª que vamos ficar aqui pelo tempo que for necessário. V. Exª, autor desta CPI, tem todo o respeito desta Presidência e terá todo o tempo necessário para usar da palavra.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, só para contraditar, gostaria de dizer que, em primeiro lugar, estamos gerando uma expectativa incrível em relação a essa fita. Não há razões para isso, até porque ela já é do conhecimento público.

Não a apresento como uma novidade. Apenas a trago, para que me ofereça subsídios, a fim de que possa questionar o depoente. E não há nada de ilegal. Perdoe-me o meu querido amigo, Senador Magno Malta. Não há nada de ilegal nesse tipo de procedimento, que é comum em CPIs. Eu disse, há pouco, que a própria Senadora Ideli Salvatti já utilizou esse expediente na CPI do Banestado.

Peço a V. Exª: se for possível utilizar o áudio, eu o utilizarei.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Senador Alvaro, eu já lhe informei que utilizei fitas que estavam na CPI do Banestado, disponíveis para todos os membros da CPI, o que não é o caso. Não tenho acesso à fita.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas ela foi entregue à CPI.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Se ela foi entregue, não foi disponibilizada. Eu não tenho acesso.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu entreguei essa fita à CPI. Eu a entreguei de forma oficial.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente, o Senador Alvaro Dias...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Desculpe-me. O Senador Alvaro Dias disse que entregou a fita à CPI. Mesmo que S. Exª o tenha feito – e acredito nisso –, estamos à espera das fitas oficiais que fazem parte do processo. V. Exª teve a sábia precaução, no início desta reunião, de dizer – e até enfatizou – que vamos vê-la na integralidade. Mesmo em um processo... Não tenho receio nenhum. Creio que, se as fitas também estiverem disponíveis, terão de ser colocadas à disposição, para que venham oficialmente. Receio, extremamente, as montagem de fitas. Sabemos que existe isso na história do Brasil. Seja contra quem for, as montagens são perigosas; estaríamos criando um precedente desnecessário dentro da CPI. Os trabalhos estão correndo bem, as discussões estão acontecendo, os depoentes estão fazendo seus esclarecimentos. Creio que isso é, na verdade, para tumultuar um processo que deveria ser completamente tranqüilo, como vem sendo, aliás, até o momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, para romper este impasse, o Senador Alvaro Dias – não sei se S. Exª concordaria – poderia fazer seu questionamento com base no que sabe das fitas. Se o depoente negasse ou se houvesse contradição com o que está nas fitas, S. Exª, então, exibiria trechos delas. Não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a sugestão. V. Exª propõe que o Senador Alvaro Dias, que, com certeza, tem nas mãos a degravação das fitas, leia, faça perguntas e que seja solicitado... Creio que, em função da negativa ou não, seria...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes, gostaria de ouvir o Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, sob o ponto de vista da Relatoria, gostaria de ponderar que o melhor para esta CPI seria, realmente, ouvir a integralidade das fitas. Temos essa possibilidade. Se não a tivéssemos, aí sim poderíamos até mesmo correr o risco de enfrentar uma argüição de ilegalidade com relação à transmissão das fitas.

Então, Sr. Presidente, do meu ponto de vista, respeitando o direito do Senador Alvaro Dias, gostaria de dizer que o melhor seria isso. Inclusive, estamos com um requerimento em mãos, nos termos do disposto no

§ 3º do art. 58 da Constituição, para que esta Comissão solicite à Justiça Federal cópia do inteiro teor dos autos do processo em tramitação perante a 4ª Vara Criminal da 1ª Subseção Judiciária de São Paulo. É justamente o processo que contém as provas de gravação que podem elucidar fatos ainda obscuros com relação ao crime de Santo André.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Então, solicito que, para terça-feira – além de se dar o direito ao Senador Alvaro Dias de fazer o que quiser, ou seja, não colocar os discos, mas ler os diálogos, algo que S. Exª tem o direito de fazer, como salientou com propriedade o nosso jurista, Senador Jefferson Péres –, marquemos uma reunião. Não podemos ficar outra semana toda, sem fazer... Incluir essas fitas na terça-feira seria uma coisa boa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos analisar, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Porquê V. Exª disse que haverá reunião amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Amanhã haverá reunião normalmente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª disse que as fitas chegam amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Chegam hoje ainda.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Chegam hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Chegam hoje.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Se chegam hoje, V. Exª...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Até o final da tarde, colocarei, se Deus quiser, as fitas à disposição de todos os Srs. Senadores. O nosso pessoal deve entregar-nos as fitas. Peço à Assessoria que me informe se elas já chegaram e que as traga, para que, antes de terminar esta reunião, eu possa colocá-las nos arquivos desta Casa.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (Manifestação fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, degravadas é impossível.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Elas não serão diferentes desta, Sr. Presidente. Asseguro a V. Exª que essas fitas não serão diferentes desta que estão se recusando a ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Vou, antes, colocar em votação o requerimento de autoria do Relator.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Perdoe-me o Relator: com todo o respeito, esse requerimento está ultrapassado, porque as fitas já chegaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, mas S. Exª pede os autos do processo. A questão das fitas já foi resolvida. Serão solicitados os autos do processo, a cópia do processo inteiro.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Isso foi combinado ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não são as fitas. Isso foi combinado ontem aqui.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

Reitero meu apelo: a decisão é de V. Exª; tendo a degravação, faça a leitura. Se houver contestação...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) **–** Vou atender ao apelo, até porque V. Exª reconheceu ser um direito meu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E há o apelo do Senador Jefferson Péres. Agradeço a concessão do Senador Antonio Carlos Magalhães, que me oferece a oportunidade. É evidente que a degravação não é o diálogo na integra, mas um resumo dele.

Vou fazer as indagações.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) **–** Sr. Presidente, indagaria, inicialmente, do Sr. Gilberto Carvalho se foi designado pelo Presidente da República ou pelo Ministro, na época, José Dirceu para articular a tática adotada em relação a essa questão de Santo André, com a orientação de depoimentos e com o monitoramento de entrevistas concedidas à imprensa.

O senhor teve essa incumbência?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** A incumbência que eu tive, na condição de Chefe de Gabinete da Prefeitura de Santo André, logo após a morte do Prefeito Celso Daniel, foi a de coordenar o acompanhamento do Governo de Santo André em relação às investigações. O meu papel era o de acompanhar o processo das investigações, que, na verdade, eram feitas **in loco** pelo Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Eu fazia um papel de informação, para o conjunto dos membros do Governo, bem como, na medida do possível, para a família, de como as investigações andavam.

Quero ressaltar...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) **–** Peço permissão para relatar parte da conversa entre Gilberto

Carvalho e Klinger, que tratava de uma redução de tática com José Dirceu.

Gilberto Carvalho diz que ele, Greenhalgh, foi preparar os meninos para depor na Polícia; depois diz que teve uma reunião com José Dirceu para discutir a tática. E afirmou: "O Partido vai entrar pesado". Em seguida, Gilberto fala com Sérgio, o Sombra, e reafirma que vai encontrar José Dirceu para discutir a tática. Que tática era essa? O que o Ministro José Dirceu incumbia o senhor de fazer em relação à orientação desses depoimentos? Aqui fica claro que havia orientação dos depoimentos.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Senador, mais uma razão para que eu reivindique que as fitas sejam ouvidas no seu conjunto, porque de novo se trata de uma conversa absolutamente retirada de um contexto. É preciso entender o contexto – me perdoe agora usar um pouco o tempo – em que nós vivíamos naquele momento, em Santo André.

A Polícia Civil, num primeiro momento, dirigia fortemente as suas investigações contra os amigos do Celso Daniel e contra os funcionários da Prefeitura. Não se buscava prender os eventuais assassinos do Celso, não havia movimentação nesse sentido, tanto que nós fomos ao Governador Alckmin fazer um protesto e pedir que a Polícia efetivamente trabalhasse na perseguição dos bandidos.

A palavra "tática", aí colocada, é muito clara. Eu não recebia orientação nenhuma do José Dirceu; pelo contrário, nós íamos reclamar do José Dirceu maior participação do Partido no protesto contra aquela linha que julgávamos errada e que a Polícia estava fazendo, porque, ao invés de prender os bandidos, ela estava inquirindo as pessoas da Prefeitura.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu vou fazer as perguntas de uma vez só, senão meu tempo se esvai.

Klinger e Sombra, almoço para discutir entrevista coletiva. Klinger diz que está preocupado com a entrevista coletiva que Sombra vai conceder no dia. Marcam para almoçar ele e Gilberto Carvalho com o Sombra, antes da entrevista. Klinger diz que Gilberto vai indicar um advogado criminalista, para pegar o caso de Sombra. Portanto, o suspeito, não é?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não era assim que... Ele disse a sua intimidade com o Sombra, e o senhor disse que não existia e pronto.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O suspeito era, portanto, protegido, inclusive com advogados, de forma oficial, pelo Chefe de Gabinete do Presidente da República. Diz que ele e Gilberto querem conversar com o advogado, principalmente a respeito do negócio do carro. Klinger justifica que o acompanhamento de Greenhalgh é feito pelo Partido e que ele não vai poder dedicar-se exclusivamente ao caso.

Um outro diálogo de Klinger Souza e Michel, Secretário de Saúde, diz respeito à entrega de numerário. Klinger diz que está mandando aquele negócio que eles tinham combinado, a parte dele. Michel pergunta se tem em dinheiro, em numerário. Klinger diz que "sim". Fala que o Fernando é quem vai entregar envelope com o numerário. Fala que o Fernando vai encontrar no Passos, aí não dá para entender bem. Pede para que ele desça para o décimo andar. Michel pergunta se vai entregar tudo em dinheiro. Pergunta se ainda vai dar tempo de depositar o dinheiro no mesmo dia. Portanto, aí há indícios comprometedores relativamente ao repasse de dinheiro.

Na outra conversa, o Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh e Gilberto Carvalho: "Receio de que João Francisco possa destilar ressentimentos". Greenhalgh: "O depoimento de Klinger foi muito calmo, muito tranqüilo, muito incisivo. Desarmou a imagem que a imprensa fez dele; não entrou em discussão que não interessava". Greenhalgh: "Está na hora de João Francisco ir depor, e, antes de ele ir, temos que conversar, para ele não destilar ressentimentos". Aí Gilberto Carvalho diz: "Pelo amor de Deus, isso vai ser fundamental. Vamos ter que preparar bem isso aí", fazendo referência ao depoimento de João Francisco.

Outra conversa entre Sombra e alguém não-identificado, aqui diz que provavelmente o Klinger. O Sombra, muito nervoso, determina que Klinger o atenda imediatamente. Eles falam sobre o rumo das investigações. Homem fala que a situação de Sombra está-se complicando. A perícia confirmou que não havia problema no câmbio do carro. Sombra se exalta e fala para chamar Gilberto Carvalho, porque ele tem que se armar alguma coisa. Ele repete "tem que se armar alguma coisa" e diz nervosamente, fazendo referência a essa incumbência que lhe seria transferida, de armar alguma coisa.

Outro depoimento, outra conversa, que combina depoimento; conversa entre Gilberto Carvalho e Fernando. Fernando é aquele que levou o dinheiro na conversa anterior. Fernando liga para Gilberto: "Luiz Eduardo e Dr. Rui, advogado, irão acompanhar o depoimento de Fernando". Gilberto diz que falou com o Sérgio sobre o depoimento de Fernando. Gilberto comenta que vai-se reunir com José Dirceu e Greenhalgh, para analisar a situação, e que depois vão conversar com o Governador. Gilberto fala para Fernando ficar tranqüilo: "Nós vamos cuidar disso".

Há outra conversa, combinando versão de depoimento também. Alguém conversa com Ivone. O homem

liga para Ivone, que está prestando depoimento na Polícia, e diz que não pode falar por telefone. Em todas essas conversas fica sempre a impressão de que todos sabiam que poderiam estar sendo grampeados. Quem ouviu a fita chega a essa conclusão. O homem insiste e diz que acabou de falar com Gilberto. Ele parece tentar orientar Ivone a dizer para a Polícia que a calça que Celso Daniel usava, quando foi encontrado, era dele mesmo. E ela diz que entendeu o recado.

Eu gostaria, diante desses fatos, dessas conversas, de ouvir primeiramente Gilberto Carvalho e depois João Francisco e Bruno Daniel, já que aqui há, certamente, indícios que comprometem esta armação de versão. Comprometem o Governo, já que estamos diante do Chefe de Gabinete do Presidente da República, que negociava com o Chefe da Casa Civil, o ex-Ministro José Dirceu, a versão para esse crime do ex-Prefeito de Santo André.

Eu não inventei essas conversas, não fiz nenhuma montagem. Essas conversas estão com o seu inteiro teor nesta fita, nesta gravação, neste CD e, obviamente, não há aqui nenhuma mistificação. Aqui ninguém está procurando escamotear a verdade. São conversas gravadas e, naturalmente, indicam para uma orquestração com o objetivo de dar a versão de crime comum e não de crime político.

Portanto, queria ouvir primeiro o Gilberto Carvalho, já que diz respeito a ele, e depois os dois irmãos a respeito desse fato, já que o meu tempo se esgota.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra Dr. Gilberto Carvalho.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Senador Alvaro Dias, impressiona-me muito a ligeireza com que o senhor afirma que essas fitas comprometem o Governo, e eu disse, Senador Alvaro Dias...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É uma questão de interpretação.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Pois é. Lamento muito que o senhor tenha trazido... e hoje o jornal já dizia que poderiam vir fitas aqui, e não me surpreende que elas tenham vindo, porque hoje um dos jornais do País noticiava que as fitas poderiam estar aqui nesta reunião.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Elas existem.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Senador Alvaro Dias, mais do que nunca, eu reforço aqui a importância do meu desejo de ouvir as fitas na integralidade, desde que elas sejam periciadas e tenham, de fato, o inteiro teor das conversas. O senhor pode pegar a vida de qualquer pessoa, pegar um pequeno trecho...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu ouvi o inteiro teor. Por favor, respeito, mas o senhor também deve me respeitar. Eu ouvi o inteiro teor. O que relatei aqui é a expressão do que consta desta gravação.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Não entendo que esteja faltando com respeito a V. Exª quando digo que é muito importante que o conjunto das pessoas ouça o inteiro teor dessas fitas. Repito, não tenho medo da verdade se ela for apresentada no seu conjunto. Nenhuma dessas falas me compromete ou me traz nenhum tipo de problema. O que se tratava naquele momento, e aí é preciso compreender o contexto em que vivíamos em Santo André naquele momento, é que havia um julgamento precipitado de autoria de crime sem nenhuma prova até então colocada. Insisto, a Polícia Civil dirigia a sua investigação contra pessoas próximas ao prefeito Celso Daniel e não aos bandidos, como aconteceu posteriormente, depois de quase 30 dias quando se começaram a prender os primeiros que reconheceram serem os assassinos de Celso Daniel. O que nós fazíamos, naquele momento, em todas essas conversas era exatamente evitar, por exemplo, coisas que o Dr. João fez aqui nesta CPI, quando acabou de dizer que o perito tinha sido assassinado e depois voltou atrás e disse que não era bem isso, era uma ênfase. É esse tipo de coisa que queremos evitar quando falamos que era importante evitar que destilasse ressentimento. Não se tratava de querer coibir a verdade, até porque seria absolutamente despropositado da nossa parte querer constranger o depoimento de uma pessoa esclarecida como o Dr. João Francisco.

O que se tratava em relação às outras questões é que eram todas ligadas a aspectos da investigação que estavam em marcha. Por exemplo, o negócio do carro, o que é isso? É a famosa polêmica da história da Pajero, se a Pajero abriu ou não o laudo que a Mitsubishi elaborou; a história de que a Pajero tinha ficado alguns dias na seguradora e que poderiam ter mexido nesse carro. A questão do José Dirceu e do Governador... Senador, se estivéssemos querendo encobrir alguma coisa, nós iríamos ao Governador Alckimin, a quem fazíamos oposição? Nós iríamos ao Presidente Fernando Henrique? Nós iríamos buscar apoio internacional da Drª Daniele Miterrand, para impedir que houvesse qualquer luz? Eu desafio ouvirmos o conjunto das fitas, as 40 horas, desafio que discutamos com a polícia de São Paulo ou qualquer outra autoridade, para se analisar se, em algum momento, houve alguma obstaculização de nossa parte em relação à questão de termos tentado impedir a investigação.

Em relação a Sérgio Gomes da Silva: Sérgio Gomes da Silva, até então e até hoje, não sofreu nenhuma condenação, por ser mandante do crime de Celso Daniel. Há um processo. Ele pagou duramente na prisão sete meses, ainda há um processo em curso.

Naquele momento, Sérgio Gomes da Silva era, para nós, o grande amigo de Celso Daniel. Até provem em contrário, não temos razão nenhuma para dizer que Celso Daniel mandou matar... desculpe, que Sérgio Gomes da Silva tenha encaminhado a morte de Celso Daniel. Não há nada provado até agora e muito menos... Peço que o senhor compreenda o momento que estávamos vivendo. Advogado criminalista você arruma para qualquer pessoa; qualquer pessoa tem o direito de ter um advogado. Ele estava sendo acusado rapidamente, e era preciso que ele tivesse, sim, um advogado, porque não tinha nenhuma culpa formada, nenhuma condenação feita até aquele momento.

Portanto, essa leitura foi muito importante – o senhor fez a leitura dessa fita –, porque só reforça para mim que, se não tivermos o contexto da fita e o contexto em que as conversas se deram, vamos condenar pessoas e suspeitar de pessoas, como infelizmente o senhor acabou de fazer na sua fala.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Seria interessante ouvi-lo sobre a questão da calça – há aqui uma conversa sobre a calça – e também sobre a tentativa de se orientar o depoimento do Dr. João Francisco.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra.

Reitero não só a V. Sª, como também ao Dr. Gilberto Carvalho a questão do tempo. Pediria o poder de síntese. Tenho certeza de que os três depoentes o têm.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Gostaria de dizer que as investigações que os senhores vão fazer são importantíssimas; vão comprovar muitas das coisas que eu estou dizendo desde janeiro de 2002. Acho importantíssimo o que a CPI está fazendo com relação, inclusive agora, a essas fitas.

O Sr. Sérgio foi denunciado. Existem várias testemunhas e provas técnicas da sua denúncia em relação ao assassinato. E, com relação a esse diálogo, diria que, se houve essa tentativa, é impossível me constranger, desculpem-me a falsa modéstia.

E não existe polêmica nenhuma. Tudo aquilo que a Promotoria Pública, num serviço denodado, está fazendo em Santo André já comprovou, com provas documentais e técnicas, o esquema de corrupção que existia em Santo André. As fitas podem contribuir para mostrar a preocupação que existia entre o grupo que fazia parte desse esquema em Santo André, na tentativa de desvirtuar provas, sempre pedindo ao Sr. Gilberto Carvalho que intercedesse por eles.

Acredito que respondi a todas as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Ah, com relação a calça, até hoje, até hoje, existe uma dúvida muito grande. Inclusive, está sendo feita uma nova tentativa de melhoramento nas fitas que foram feitas no Rubayat, que comprovam que o Celso estava com calça diferente daquela que foi encontrada em Juquitiba. E, com relação também à calça, existe o testemunho da faxineira, que não reconheceu como sendo do Celso a calça que ele tinha sido encontrado. Existe um testemunho do porteiro. O porteiro disse, na época, que o Celso não estava com aquelas calças com as quais ele tinha sido encontrado.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E o pedido aqui, na gravação, é exatamente esse para que a Ivone confirmasse que a calça era do Celso Daniel.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. O Dr. Gilberto deseja...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Eu não posso deixar de protestar veemente contra essa afirmação, mais uma, leviana do Sr. João Francisco, dizendo que eu coordenava um processo de desvirtuamento de provas e que recorriam a mim para coordenar o desvirtuamento de provas. Eu não posso aceitar isso. A verdade não é essa. Não foi esse o meu papel durante aquele doloroso período.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Dr. Bruno deseja utilizar a palavra?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu só queria registrar uma coisa que tem relação com a morte do Dr. Delmonte, o legista. Uma das coisas que o Dr. Delmonte ia se encarregar de fazer era o exame relativo às roupas. Lamentavelmente, caso ele não tenha concluído o seu trabalho, há uma série de disquetes que estão sendo analisados pela polícia estadual de São Paulo, caso ele não tenha concluído esse trabalho, isso é um dos prejuízos relativos à investigação do caso do Celso. Também, a título de registro aqui para pensar sobre as circunstâncias da morte do Dr. Delmonte, ele nos disse também, num dos encontros que nós tivemos com ele, que ele também estava trabalhando no caso do Toninho do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Eu cedo a minha vez para o Senador Jefferson Péres.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Permuta de V. Exª com o Senador Jefferson Péres, que é o seguinte. V. Exª também, parece-me, concede o tempo de V. Exª, a permuta seguinte com a Senadora Ideli.

V. Exª, Senador Jefferson Péres, dispõe de dez minutos.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, Srs. depoentes, desculpe a dureza do que eu vou dizer, mas alguém aqui, não sei quem...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicito silêncio porque há um orador na tribuna.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Alguém aqui, não sei quem, tem uma enorme capacidade e frieza de mentir, porque ou a versão dos irmãos é verdadeira e o Sr. Gilberto Carvalho revelou a eles o esquema de corrupção, ou eles inventaram isso. Eu não sei quem está falando a verdade, mas Dr. Gilberto, há duas inverossimilhanças que não o favorecem, o que não quer dizer, necessariamente, que V. Sª esteja mentindo, mas as duas inverossimilhanças não o favorecem, a menos que esses dois irmãos tenham uma enorme deformação de caráter, que beira à psicopatologia, ou eles são psicopatas ou fronteiriços capazes de, sem nenhum senso moral, ter inventado isso, uma calúnia, e ter escolhido o senhor, não sei por que exatamente o senhor, para fazer isso. Quando há um crime, eles teriam cometido crime de calúnia, difamação, a primeira pergunta é a quem aproveita o crime. Quando o Relator perguntou a V. Sª as motivações dele, V. Sª respondeu que não sabia. Ou seja, V. Sª não sabe de ressentimentos deles. Portanto, desejo de vingança seria uma razão, desejo de vingança, algo passional. Segunda razão, interesse material. Não vejo em que eles teriam interesse. Se não há motivo de vingança nem interesse material, por que esses dois irmãos - a menos que sejam dois psicopatas, ou quase - inventariam isso, uma coisa tão monstruosa, e seriam capazes de sustentarem isso aqui? É uma inverossimilhança, o que não quer dizer, necessariamente, que não seja possível. Mas é inverossímil.

A segunda inverossimilhança que me parece, que não o favorece: por que V. Exª não processou criminalmente esses dois irmãos, ou melhor, o Dr. João Francisco, por crime de calúnia e difamação?

V. Sª, Dr. João Francisco, revelou, tornou público pela primeira vez esse suposto ou verdadeiro diálogo com ele em junho de 2002.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** - No dia 24 de maio de 2002.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT - AM) – Depois, disse isso em depoimento?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** - Na CPI que foi feita em Santo André.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT - AM) – Em que data?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** - Em julho de 2002.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT - AM) – Dr. Gilberto Carvalho, quando se sofre calúnia de um desqualificado, uma pessoa de bem - eu suponho, ou quase tenho certeza de que V. Sª é - talvez até releve. Mas de um homem idôneo? Um médico? Uma pessoa conhecida? Seu conhecido? Gratuitamente, ele inventa uma calúnia contra V. Sª. V. Sª não precisava nem fazer interpelação judicial; bastava tirar cópia do depoimento dele para processá-lo, pois, a partir do depoimento dele, o Ministério Público já teria razões para investigar V. Sª, por ter praticado um crime de corrupção. E eles inventaram números; inventaram exatamente a quantia de R$1,2 milhão. Por que teriam escolhido R$1,2 milhão? Isso é algo que me inquieta também. Por quê? Por que não arredondaram para R$1 milhão? "Não, é R$1,2 milhão". Deram a quantia supostamente exata e disseram o destinatário: José Dirceu. Por que o fariam também? V. Sª é inimigo do Sr. José Dirceu?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** - Não. Não sou, não.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT - AM) – Então, são duas inverossimilhanças que, me desculpe, não favorecem V. Sª.

A terceira, para encerrar, V. Sª obviamente vai comentar o que estou dizendo. A única vez, neste depoimento, em que o Dr. João Francisco levantou a voz e foi veemente foi quando ele se dirigiu a V. Sª com o dedo em riste, dizendo que gostaria de ser submetido a um polígrafo, por entidade internacional. Interpelou-o em voz alta. Era impossível que V. Sª, na resposta, não tivesse, logo em seguida, dito que se submeteria, sim. V. Sª esqueceu isso na sua resposta. Só quando o Senador José Jorge - só quando, depois, o Senador José Jorge – lhe perguntou, V. Sª disse, sem muita veemência, que se submeteria, sim. Ora, V. Sª deveria ter sido veemente na resposta. "Está aceito o desafio, Dr. João Francisco. Vamos contratar essa entidade e nos submeter." V. Sª esqueceu na resposta. É impossível ter esquecido. Ou então...

E finalmente, para concluir, duas perguntas: V. Sª era amigo do Celso Daniel antes de ir para a Secretaria?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Respondo agora?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT - AM) – Sim ou não? Depois, V. Sª pode até comentar, mas, neste momento...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** - Era conhecido. Não era amigo. Era conhecido. Era próximo, mas não era amigo.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Ele o convidou, ou V. Sª foi indicado por alguém?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** - Fui indicado pelo Sr. Pedro Pontual, que era Secretário lá em Santo André, na área de comunicação.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Finalmente, para encerrar mesmo: V. Sª é homem de absoluta confiança do Presidente da República, seu auxiliar mais próximo, e me parece pessoa de extrema lealdade - tenho a impressão de que sim; V. Sª mantinha o Presidente da República informado de todos os passos que dava na investigação em Santo André? Ou não? Então, só para concluir, suponho que tudo o que V. Sª fez nessas investigações revelava e transmitia imediatamente ao Presidente da República, lealmente, ou então teria sido muito desleal a ele. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - Dr. Gilberto Carvalho, V. Sª tem a palavra.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** - Pois não, Senador.

Muito obrigado, Senador Jefferson Péres. Bem, o senhor expressou a sua opinião em relação aos problemas da verossimilhança. Em relação à questão das razões eu já respondi ao nosso relator, Senador Garibaldi, quando eu disse que não me compete dizer as razões que mobilizam uma pessoa contra mim. Ela que deve ter as suas razões. Eu posso fazer cenários, posso fazer imaginações, mas acho que não se trata de eu...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – O senhor me permite? Mas se houvesse uma razão conhecida? Por exemplo, ele tem um ressentimento de mim porque eu fiz isso. V. Sª teria revelado isso, ou não?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Não, eu...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – A razão específica?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – É que é muito complicado e muito perigoso eu atribuir para aquela razão. Nós tivemos desavenças. Nós tivemos desavenças como foi relatado aqui. No final, no apartamento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, há o primeiro momento e o segundo momento, embora não explicitado, quando a prefeitura não aceita a proposta que ele fazia para a empresa de transporte. Mas aí são dois fatos que eu menciono, mas eu não posso estabelecer um nexo causal imediato entre esses fatos e a denúncia dele.

Com relação à questão de não processar, na reunião passada em que eu compareci a esta CPI o Senador Arthur Virgílio com muita ênfase me questionava sobre isso. Eu confesso ao senhor que não me é simples explicar essa razão, porque ela levanta elementos de subjetividade.

Quando houve esse processo, quando houve essa denúncia do Dr. Francisco, eu já mencionei aqui, nós tivemos um contato com a família, porque nós ficamos assustados com o surgimento daquela denúncia. E a família, imediatamente, nos afirmava que nós tínhamos que compreender a situação do Dr. João Francisco, que ele vivia um momento emocional muito particular com a perda que ele tinha tido do nosso Prefeito Celso Daniel e que a gente deveria levar em conta isso. Houve, já mencionei aqui, uma reunião na Prefeitura entre a Srª Marilena Nakano, o Prefeito e os chefes de Governo, onde ela explicitava isso: que a atitude do Dr. João Francisco não era a atitude do conjunto da família.

Some-se a isso a minha ligação com o Prefeito Celso Daniel, eu decidi, Senador, por estranho que pareça, não só não processar o Sr. João Francisco como sequer fazer um debate aberto na imprensa sobre isso. Eu tenho sido, reiteradas vezes, acusado por ele e hoje, ou melhor, no primeiro... no depoimento que eu fiz aqui anteriormente e agora são os dois momentos em que eu contestei efetivamente essa denúncia. Podemos discordar dessa minha posição, podemos questioná-la, mas foi uma posição que eu tomei com responsabilidade, sabendo que eu não queria criar um constrangimento e não queria criar um contencioso com a família de uma pessoa que era tão importante para nós.

Eu pago um preço duro por isso. Eu tenho sido vastamente acusado na imprensa, mas eu mantive essa posição. É a minha posição.

Com relação ao polígrafo, eu poderia ter reagido imediatamente. Pareceu-me despropositado naquele momento. Nós estávamos... Já fizemos um depoimento, fizemos uma acareação. Não me pareceu importante. Mas eu insisto que não tem nenhum problema de nós irmos a um outro procedimento, desde que se apure a verdade, que é no caso o mencionado instrumento. É isso o que eu tenho a dizer a V. Exª.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – V. Sª informava ao Presidente da República todos os passos lá?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Ah, me perdoe, me perdoe.

À época, sempre é bom lembrar, à época eu não estava... eu não era Chefe de Gabinete da Presidência da República. À época o Presidente... Quando acontece a morte de Celso Daniel a situação era exatamente a seguinte: eu era Secretário de Governo de Celso Daniel. Quando Celso é arrebatado e morto, uma outra pessoa estava assumindo aquela função porque eu iria trabalhar na campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Eu deixo...

Quando ocorre a morte, eu volto para a Prefeitura exatamente para apoiar os companheiros da Prefeitura que estavam numa situação totalmente desesperadora, ajudar nesse processo das investigações e não estou próximo ao Presidente Lula naquele processo. Então,

eu não era um auxiliar direto do então candidato Lula naquele processo. Só em maio é que eu volto para... Só em maio é que eu volto para a campanha eleitoral de 2002. Claro que... mas mesmo assim, evidentemente, eu mantinha basicamente as informações, embora não com a cotidianidade de um chefe de gabinete.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Jefferson Peres, satisfeito?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Somente para encerrar, posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode. V. Exª tem a palavra.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) **–** V. Sª, quando Secretário, fazia viagens freqüentes a São Paulo?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Quando Secretário...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) **–** Da prefeitura de Santo André, fazia viagens freqüentes a São Paulo, à capital?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Eu morava em São Paulo, porque Santo André...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) **–** Ia diariamente?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Diariamente.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) **–** Mas, a residência poderia ser em Santo André. Não, mas, era em São Paulo?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Era em São Paulo, na Vila Madalena.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) **–** V. Sª, então, tinha freqüentes encontros com a direção do PT?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Não eram tão freqüentes, Senador.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) **–** E com o Presidente do Partido José Dirceu?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Não eram tão freqüentes. Eram encontros por dever de trabalho. Nesse caso, houve algumas reuniões que fizemos; talvez em um mês, duas ou três reuniões.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) **–** Obrigado. Nada mais, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra, por permuta, à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, se fosse possível apenas um esclarecimento, que acho da maior importância, sobre o depoimento, até para ajudar no esclarecimento do que disse o nosso Senador. Quando houve o crime, V. Sª já estava afastado. Retornou para a chefia do gabinete e ficou até quando?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Até o início de maio.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Reassumiu a função?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Não reassumi a função. Na minha saída, uma semana antes da morte do Prefeito Celso Daniel, entrei de férias e me exonerei da Prefeitura de Santo André. A função que tinha de Secretário de Governo foi assumida por Mário Maurici. Saio e fico uma semana de férias e, quando volto – e volto por causa da morte de Celso – ...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – No período de férias, estava no gozo das férias...

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Exatamente. Aí, interrompo as férias, volto e a pedido do Prefeito de João Avamileno, me reincorporo à equipe para tentar dar conta da função da prefeitura, porque...

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO –** Mas, o senhor foi exonerado...

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Retornei para uma outra função que se chamou de chefe de gabinete.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO –** Por nomeação?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Por nomeação. Exatamente.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO –** Muito obrigado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Era bom o esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Heráclito Fortes.

E concedo a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti. V. Exª dispõe de dez minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria apenas reiterar a importância do que deliberamos aqui com relação a questão das fitas, porque efetivamente fazer qualquer questionamento com parte, parcela, das fitas pode levar a conclusões efetivamente distorcidas.

Então, acho muito importante que tenhamos, todos, acesso à íntegra da fita, para podermos ter a compreensão do que está colocado dentro do contexto.

Em segundo lugar...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Espero, Senadora, e vou descontar o tempo de V. Exª em relação a isso, espero, até o final dessa acareação, colocar à disposição na CPI as fitas lacradas, com a minha assinatura e do Relator. E ela sairá da-

qui por solicitação de qualquer um dos Srs. Senadores por escrito.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Além disso, Sr. Presidente, ainda queria ressaltar, porque, com relação a essas fitas, tem toda uma situação extremamente delicada, porque a investigação era para uma coisa; foram incluídos telefones que não tinham a ver com a investigação; foram gravados telefonemas. Essas fitas inclusive são provas de um grampo feito de forma ilegal, onde há possibilidade inclusive de punição para quem incluiu os nomes, os telefones, de forma ilegal, no procedimento. Então, é bom que a gente saiba o contexto todo dela.

Mas, queria fazer algumas perguntas, porque houve várias falas aqui, da parte dos irmãos de Celso Daniel, de que houve um esforço do PT para não apurar; que o PT fez de tudo para não apurar. Havia um interesse do PT em não apurar. E, ao mesmo tempo, a gente sabe, foi dito aqui, que o PT exigiu, foi atrás, foi até o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, foi ao Governador do Estado, foi a uma ONG internacional, para que as investigações fossem até as últimas conseqüências.

Então, essa é uma questão central que precisamos aqui deixar muito clara.

A outra questão é a seguinte: o processo de investigação foi feito sob o comando de quem? Quem é que investigou? Foi o PT que investigou? O PT estava no comando de algum órgão público que investigou? Porque é assim: Polícia Civil de São Paulo e Polícia Federal. Quem é que estava no comando? Ontem, o Juiz Rocha Mattos fez uma declaração aqui que, se eu fosse a Polícia Federal, eu faria um repúdio. Dizia que a Polícia Federal obedece às ordens de quem está no poder. E ela investiga, de uma forma ou de outra, depende de quem está mandando na Polícia Federal. Foram as declarações do Sr. Rocha Mattos, ontem, aqui. Quem estava no comando da Polícia Civil e da Polícia Federal? Era o PT ou era o PSDB? Nas duas. Nas duas. Se isso que o Rocha Mattos falou é verdade... E eu queria perguntar ao Sr. Gilberto Carvalho, porque assim, nesta tese de que o PT obstruiu, de que o PT fez todo o esforço para apurar, dá a impressão de que houve um acordo, para mim seria, Senador Tasso Jereissati, talvez, a primeira aliança "bem sucedida" – entre aspas – sob a lógica da família dos irmãos de Celso Daniel – onde o PT e o PSDB se aliaram para que as investigações não chegassem a bom termo. Eu queria saber se isso, efetivamente, aconteceu e se não aconteceu, por que houve toda esta preocupação de ir até as autoridades máximas, tanto do Governo de Estado quanto do Governo Federal, por parte do PT. Eu queria fazer essas perguntas ao Sr. Gilberto Carvalho.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Bem, Senadora, é evidente que quem comandava as polícias era o Governo da Cidade de São Paulo e o Governo Federal. É importante lembrar sempre isso. E é importante lembrar, também, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi de extrema eficiência quando designou que a Polícia Federal entrasse no crime. E eu queria lembrar que as primeiras prisões foram feitas pela Polícia Federal. Foi quando a Polícia Federal entrou no caso foi que nós começamos a ter, de fato, as primeiras prisões. Porque, até então, de fato, a Polícia Federal de São Paulo estava girando em torno de várias teses sem efetivamente se prender, se aprisionar alguém. Senadora, essa questão de uma eventual aliança, é evidente que é impossível. Além de tudo, estávamos em ano eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Srs. Senadores... Srs. Senadores... Srs. Senadores, solicito atenção ao depoente.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Onde a disputa frontal e principal era exatamente com o candidato do Partido que, então, estava no Governo com o PSDB. Portanto, não havia nenhuma possibilidade de nenhum tipo de aliança nesse sentido. E eu quero aproveitar, também...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) **–** Deixe-me só perguntar assim... Seria, inclusive, assim... Os principais adversários nas eleições de 2002 eram, exatamente, PT e PSDB.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Exatamente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) **–** O PSDB estava no comando da Polícia Civil em São Paulo e da Polícia Federal a nível do Governo Federal. Portanto, se houvesse qualquer indício, seria de supor que, numa disputa política acirrada como aquela, qualquer indício que pudesse incriminar alguém do PT, isso viria a público.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Exatamente. Não, e isso reforça – a sua colocação é muito importante – a questão das fitas. Porque as fitas, além de ser parte da conduta de uma pessoa, porque apenas são alguns dos diálogos que foram eventualmente gravados e ainda, no caso, editados, a senhora imagina: se a Polícia Federal, que tinha o controle dessas fitas, tivesse qualquer suspeita de conduta ilícita, imediatamente essa pessoa estaria pega pela Polícia, estaria denunciada à Polícia. Então, é importante lembrar esse aspecto com relação às fitas. Naquele contexto, naquele momento, ouvidas... Porque é de supor, se elas foram gravadas, havia quem as ouvisse naquele momento. Porque o trabalho investigatório passava por, também,

acompanhar todas essas conversações. E, está provado, os fatos mostraram, que elas não foram razão para incriminação de nenhuma dessas pessoas. Acho muito importante resgatar este aspecto. Agora...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) **–** A conclusão do inquérito com a prisão dos acusados e responsáveis, que estão presos ainda, se deu antes ou depois do pleito?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Antes ou depois...?

**A SRA. IDELI SALAVATTI** (PT – SC) – Da eleição?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Foi muito antes. A eleição foi em outubro, as prisões começaram a ocorrer em fevereiro e essa conclusão se dá em abril. Em abril é que o DHPP faz um relatório encerrando as investigações.

**A SRA. IDELI SALAVATTI** (PT – SC) – Portanto ainda dentro do período de interferência, digamos assim, do processo eleitoral.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Quero lembrar que usamos na Prefeitura de Santo André, naquele momento, tínhamos um placar, que foi de iniciativa minha e o Prefeito aceitou, colocamos um placar na Praça do Paço Municipal, que era uma forma de fazer uma pressão popular para que as investigações de fato ocorressem. No dia em que nós tiramos esse placar, quando o DHPP encerra, faz o relatório, fizemos questão de utilizar o seguinte termo na entrevista coletiva: Que nós considerávamos, através do relatório do DHPP, que o caso estava esclarecido, mas não encerrado. Tomamos o cuidado de usar esse termo. Por quê? Porque havia de fato algumas dúvidas ainda que deveriam ser esclarecidas no processo, que até hoje remanescem, como questões de dúvidas e de investigações.

**A SRA. IDELI SALAVATTI** (PT – SC) – Tivemos ainda aqui uma declaração do Sr. João Francisco que diz assim: "Qualquer leigo vê que o crime não foi comum". Nós temos a declaração, inclusive, dos delegados que foram aqui elogiados, referendados pelo Senador Romeu Tuma, dos peritos, tudo levou, todas as questões lá de que não houve tortura.

Queria ter o seguinte entendimento...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – (Fora do microfone)

**A SRA. IDELI SALAVATTI** (PT – SC) – Mas não estou dizendo que o senhor disse. Estou dizendo que os delegados disseram, que os peritos disseram, que legistas disseram que quem acompanhou...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – (Fora do microfone)

**A SRA. IDELI SALAVATTI** (PT – SC) – Um deles.

Não o que está no processo que levou...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Tanto é que estou pedindo que outro perito compareça aqui para esclarecer, porque o Código de Processo Penal exige dois peritos para o exame necrológico.

**A SRA. IDELI SALAVATTI** (PT – SC) – Queria colocar isso porque acho de fundamental importância, até porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo mais dois minutos para a Senadora concluir suas perguntas.

**A SRA. IDELI SALAVATTI** (PT – SC) – Já estou concluindo.

Essa questão de se houve ou não tortura é fundamental para essa discussão toda. Então, se tem alguém que se disponha, depois de quatro anos no poder, a dar o parecer sobre isso, tendo em vista que tudo, até agora, todas as investigações levam a que não houve tortura, de uma vez por todas precisamos liquidar. Até porque, tem o legista que morreu. Já estamos há quatro semanas aguardando que se decida, que apareça a prova se ele morreu de causas naturais, ou se ele teve algum processo de envenenamento. Fica isso remoendo. Quando todos os indícios são: pelas cartas, pelos telefonemas, pelo comportamento dele, grande indício de ter se suicidado. Mas fica remoendo. Então, de uma vez por todas, para essa questão precisa ser batido o martelo. Até porque as teses começam a ficar assim: eu queria perguntar, eu conheço o Gilberto há tanto tempo, eu queria perguntar o que moveria o Gilberto a declarar para alguém, com quem ele não tem convivência, ele se auto-incriminar dizendo: "Eu carregava dinheiro". O que motivaria o Gilberto a se incriminar, desta forma? Porque isso não tem lógica. Porque se havia essa gravidade dessa confissão, que não tem lógica, por que é que ela foi guardada durante meses? Por que num primeiro momento um irmão não convalidou? Mas só vai convalidar depois que tem o processo movido pelo Deputado José Dirceu contra o outro irmão.

Então essas são as perguntas que eu queria fazer para terminar minha intervenção, Sr. Presidente.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Basicamente já respondi as questões da Senadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Os Senhores desejam...

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu gostaria de dizer que não basta considerar que houve esforços do PT no sentido de investigar o caso a partir de um pedido ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, ou a uma organização não governamental

internacional ou ao Governo estadual. Fazer esse tipo de gestão é uma parte das ações que devem ser realizadas para que se chegue a bom termo no que se refere às investigações de um caso complexo como o do Celso. Isso é uma parte daquilo que é necessário realizar. Vou relatar outras coisas que poderiam ter sido feitas, mas não o foram. Por exemplo, nós pedimos – eu já relatei isso aqui – para ter acesso aos pertences do Celso. Não tivemos acesso aos pertences do Celso. Eu faço um apelo aqui, reitero o apelo já feito. Gostaria de ouvir...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Os senhores solicitaram à polícia para requisitar?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não. Nós solicitamos a membros do PT.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas solicitaram à polícia?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Nós solicitamos a membros do PT que cuidavam das coisas do Celso.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Se isso era fundamental para a investigação, por que a família não requereu, por meio do advogado, não fez uma solicitação oficial para que esses pertences tão importantes fossem recolhidos?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – O que estou contraditando aqui é a idéia de que o PT agiu no sentido de colaborar com as investigações. As pessoas do PT tinham acesso imediato...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Se a polícia não requisitou isso aos membros do PT e havia da parte dos senhores uma preocupação de que não estavam tendo essa agilidade, por que não tomaram as providências, até porque quem estava conduzindo a investigação não era o PT.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Isso, do meu ponto de vista, não exime a responsabilidade daqueles a quem nós fizemos o pedido de nos entregar esse tipo de material.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – E não exime a responsabilidade da família, que poderia ter tomado a providência de pedir oficialmente à Justiça, a quem estava investigando e não o fez.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Nós não tínhamos confiança no trabalho do DHPP.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não, não. Eu não acabei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª pode falar.

**A SRA. IDELI SALVATI** (PT – SC) – Poderiam ter levado a questão ao Ministério Público.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Levamos posteriormente. Muito bem...

**A SRA. IDELI SALVATI** (PT – SC) – Esse pedido dos pertences?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora, solicito a V. Exª que possamos escutar o Dr. Bruno. Logo em seguida, V. Exª poderá utilizar a palavra. Agradeço a V. Exª.

**A SRA. IDELI SALVATI** (PT – SC) – Pois não.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Faço o apelo público novamente, estendendo o pedido feito anteriormente, de ter acesso a coisas relativas ao Celso, aos seus pertences. Que o Gilberto Carvalho faça gestões junto à Ivone Santana para ela divulgar o conteúdo da fita da secretária eletrônica que, segundo gravações que apareceram na imprensa, foi objeto de sugestão de um advogado chamado Dr. Rui para que ela apagasse aquela fita. Gostaríamos de ter acesso ao teor dessas fitas. Em função do seu relacionamento com a Ivone, gostaríamos de que você fizesse gestões nesse sentido. Gostaria de que fizesse gestões também no sentido de nos dar acesso a todo o material manuscrito que deveria estar na Prefeitura e no apartamento do Celso. Fizemos uma avaliação detida a respeito daquilo que existia no apartamento do Celso. Conforme você relatou aqui, e é correto, o Celso manuscrevia o que ele redigia – e ele redigia bastante. Nós não temos, não tivemos oportunidade de ver nada escrito a partir de 1998 nas coisas do seu apartamento. Nada. Nem um manuscrito. Nadinha, o que é algo extremamente estranho no nosso ponto de vista. Então, que se fizessem gestões no sentido de a gente ter acesso tanto aos manuscritos dele na Prefeitura Municipal de Santo André como no apartamento. E quem era responsável, em tese, pelas coisas contidas no apartamento do Celso era a Srª Ivone, muito embora outras pessoas do PT também tivessem acesso ao apartamento do Celso. Tanto é que se relata que, após o seqüestro, Klinger entrou no apartamento do Celso, Ivone teria entrado no apartamento do Celso, segundo alguns depoimentos, e assim por diante.

Gostaria de dizer também que, quando o PT, através dos seus representantes para acompanhar o caso, insiste na versão incorreta, e que foi devidamente provada pelo depoimento do legisla recentemente assassinado, Dr. Carlos Delmonte, de que Celso foi assassinado, foi torturado, isso significa aceitar a tese de crime comum. Quer dizer, quando se leva em consideração que o Celso foi torturado, é necessário avançar nas investigações em outro sentido que não aquele ao qual chegou, em termos de conclusão, o DHPP.

Aceitar a tese de crime comum significa aceitar os depoimentos de Ivone, que são contraditórios, aos

quais eu me referi aqui, fiz a leitura hoje nesta CPI; significa aceitar os depoimentos xerox dos presos, que depois foram totalmente contrariados após o início do trabalho do Ministério Público, que verificou que cada um deles tem contradição em relação aos demais quando se trabalha a questão da dinâmica do arrebatamento; significa aceitar a não investigação de pessoas que podem ter relação com a elucidação relativa ao assassinato do Celso; significa aceitar a suposta existência de um empresário do Ceasa, atrás do qual estariam os seqüestradores.

Portanto, Senadora Ideli, consideramos que, na pior das hipóteses, do nosso ponto de vista, houve omissão de membros do PT no que se refere à elucidação do caso do Celso.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, ele apenas não respondeu à pergunta que eu fiz. Já que não confiavam na Polícia – nem na Civil nem na Polícia Federal, tendo em vista que as duas Polícias estavam fazendo a investigação em conjunto –, não confiavam e parece que continuam não confiando no PT, eu faço a pergunta se fizeram oficialmente ao Ministério Público. Até por que, já quero aqui deixar registrado...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – Peço que V. Exª conclua e peço ao Dr. Bruno que seja objetivo, para passar a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Se for encaminhada, nesta altura, por alguém do PT, essa lista que o senhor aqui apresentou, qual é a certeza de que não haverá dúvidas também, não existirão dúvidas a respeito de se veio tudo, se não veio, entende? Porque tudo o que se fala ou que se apresenta sobre a questão de Santo André sempre tem uma grande dúvida. É tudo duvidoso. É tudo muito passível de questionamento permanente.

Então, queria apenas que o senhor me respondesse se foi a família que não pôde entrar no apartamento, que não pôde acessar os pertences, porque as pessoas que eram próximas, pelo visto, tiveram a oportunidade de fazê-lo, do Celso Daniel. Se, oficialmente, os senhores pediram isso ao Ministério Público.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Pedimos verbalmente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Verbalmente, em processo, não adianta, o senhor sabe disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Romeu Tuma, V. Exª dispõe de dez minutos, com mais dois de tolerância.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Vou tentar ser rápido, porque acredito que a dúvida que ficou foi levantada pelo Senador Jefferson Peres, e não tivemos uma conclusão exata, até pelas considerações que o Senador Jefferson Péres fez.

Eu tinha uma observação a fazer, Dr. Gilberto. Não suspeitando de V. Sª, não, mas por que a Polícia teria iniciado a sua investigação por meio das pessoas ligadas ao Celso Daniel? O senhor e o... A parte da gravação... Até eu queria informar a V. Sª que as fitas estão no Instituto de Criminalística, sendo degravadas e periciadas. A Diretora informou que vai fazer parcialmente e remeter imediatamente ao Juiz cada fita que apurar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradecemos a informação a V. Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Com esse acesso, talvez a Senadora fique quarenta horas ouvindo, porque eu não pretendo ouvi-las, não. O que pretendo é ver o que o Juiz vai receber e nos mandar, que é o inteiro teor, que é mais lógico, para termos o sentido exato do que aconteceu.

Mas por que investigou? Os Delegados falaram aqui. Se todos lembrarem, ele disse que a primeira suspeita era decorrência de corrupção. Havia um dossiê que o Prefeito Celso Daniel estava elaborando – o que está sendo confirmado pelos senhores aqui, segundo uma conversa que tiveram, não é isso mesmo? Se eu prestei bem atenção no que os senhores falaram hoje e falaram outra vez. Poderia ter havido os suspeitos, que eram o Sérgio, o Klinger e os outros, que, para mim, agiram incorretamente. O senhor me desculpe, mas eles fizeram mesmo a estrutura de arrecadação. Falei com os Promotores e eles estão com prova material. Então, não é o caso da nossa dúvida aqui. Assim, eles passaram a investigar o motivo do crime, que seria a eliminação de alguém que pudesse apontar fraudes da Prefeitura, independente da vontade dele, que era para ajudar o Partido. Por isso que a investigação começou, por outra forma, a interrogar. É natural isso. A suspeita é qual é a razão, qual é o motivo do crime e a quem interessa.

Se eu analisar o seqüestro – com cinqüenta anos de Polícia, alguma experiência eu devo ter –, uma estrutura criminosa... Porque o Dionísio foi resgatado do presídio por helicóptero, que não deve ter custado barato, para montar a logística da operação de seqüestro, com um objetivo, que estamos discutindo se era o Celso Daniel ou não. Eu tive mais de dez seqüestros no tempo em que eu dirigia um departamento. Então, Senador do Espírito Santo – que nos abençoe aqui –, para toda logística, o levantamento que se faz do objetivo tem de ser completo, porque não pode ter falha na operação. O Dionísio montou toda a logística operacional com as pessoas provavelmente da favela em

que ele cooptou os elementos que foram ao seqüestro. Então, é quase inaceitável – nenhuma autoridade policial pode, em princípio, aceitar – que o objetivo não era o Celso Daniel, era uma outra pessoa, e, como a pessoa não apareceu, seqüestraram o primeiro carro que passou por lá. Não dá para aceitar. Não tem lógica, Sr. Presidente. Para mim, o objetivo era o Celso Daniel mesmo. Se era crime de encomenda ou não, é outra coisa que tem de ser discutida. Se eles não encontram o objetivo que vai ser seqüestrado – ele não aparece –, eles vão tentar outra vez, recompor o levantamento, reestruturar a operação, para alcançar... Porque eles já sabiam o que poderia representar o retorno de uma ação criminosa dessa envergadura, que é o seqüestro. Quando se fala aqui em Itapecerica, eu não vou entrar muito no mérito, porque parece coisa de família, mas não é. O meu filho investigou a prisão do Dionísio, e o Dionísio falou com ele, disse assim: "Eu hoje não vou falar nada. Mas eu vou responder ao processo e eu gostaria de, em breve, falar com o senhor, contar a verdade". Essa foi a expressão que ele usou. Não deu tempo, porque ele foi assassinado perante até... à frente da própria juíza. Então, são sete homicídios que ocorreram posteriores à morte do Celso. Quando o delegado disse que a morte do legista foi morte natural, precipitadamente... Não estou criticando o delegado, mas nenhum delegado pode, sem um laudo técnico, dar uma versão médica sobre a morte. Uma gripe se transformou numa pneumonia e uma pneumonia atacou o coração em poucas horas. Não tem jeito de isso acontecer. Não sou médico. Perguntei a um cardiologista que estava por acaso comigo quando o delegado deu a entrevista. E aí o legista que examinou o corpo do Dr. Delmonte, ele disse: "Não é morte natural". Então, precisou... Não identificar ainda. Tanto é que o promotor de Santo André disse: "Olha, será uma coisa horrível se chegar à conclusão de que a morte não pode ser esclarecida, a **causa mortis**".

O suicídio, falei com alguns médicos sobre o que se poderia usar, e eles falaram: "Olha, poder-se-ia usar tal e tal coisa, mas se deixaria a seringa, estaria a caixa de remédio, teria algum dado do material que ele usou". Não é isso, doutor? No caso do suicida, sempre a gente encontra o que ele usou para se matar. E não encontraram nada. Então, provavelmente, a tese do homicídio pode ser reconstituída, de que alguém, com ele, aplicou uma injeção de potássio, que dizem que mata, e rapidamente, não dá nem tempo de tirar a agulha. Pelo menos foi o que me falou um médico. Dar uma dose excessiva de potássio, uma das formas que ele viu um colega seu, médico, num estágio, se matar com potássio, e não deu nem para tirar a seringa. Em dois minutos ele morre, porque o coração...

Eu não sou médico, não entendo de Medicina, tenho um filho médico e às vezes eu tenho que perguntar a ele alguns dados. Na Polícia a gente sempre trocou idéias. E quem pede, quem requisita os dados do exame cadavérico é o delegado de Polícia, para orientar o seu inquérito, a **causa mortis**, se tem lesão, se tem ferimento, se foi torturado ou não foi. É o delegado quem tem que pedir. Aí é que eu vi que o delegado provavelmente não tenha questionado o legista sobre tortura ou não.

Então, a tortura não se faz só com agressões que deixam marcas violentas, elas têm outras formas, como a psicológica. Até tem gente sendo processada por tortura psicológica.

Eu não sei se o Celso Daniel foi enterrado ou se houve embalsamamento antes de ele ter sido enterrado. O senhor pode me informar?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Sabemos, através do Dr. Carlos Delmonte, que ele mandou embalsamar os órgãos, não o corpo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Porque aí desaparece tudo.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Os órgãos. E também tinha todas as fotos dos raios X e todas as fotos da necropsia. Apenas...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – As fotos do corpo quando chegou ao IML, onde as marcas...

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Todas.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Marcas de queimaduras...

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Sim. Todas.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E não está no laudo, pelo menos...

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Nesse laudo complementar, nesse depoimento dele, complementar, sim. O Dr. Carlos Delmonte foi o chefe da autópsia. Tinha um colega com ele lá, mas ele foi o chefe da autópsia no dia 20, e declarou que o Celso foi torturado. O depoimento dele é muito claro, muito claro.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim. Uma coisa, Dr. Gilberto. Não estou, em hipótese alguma acusando V. Sª, mas a hipótese que ele levantou é uma coisa que, às vezes... Eu gostaria de, se possível, ouvi-lo. Quando o senhor teve essa conversa, provável conversa para esclarecer o envolvimento de Celso Daniel na autorização de arrecadação para fins de ajudar o Partido foi no sentido de pedir que eles não se envolvessem mais profundamente porque iria quebrar a imagem que o Celso Daniel deixou. Então, é uma coisa que... Tem alguma lógica essa colocação. Porque o senhor, preocupado com todas as reuniões que houve – com o José Dirceu ou não, com o Sombra e com outros –,

é melhor alertar que o irmão autorizou essa formação da caixa de ajuda partidária e que o Celso Daniel disse: "Não. Vocês estão metendo dinheiro no bolso e eu vou formar um dossiê para denunciá-los", e que, aí, teria razão de crime por encomenda ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, V. Exª dispõe de mais dois minutos para fazer as perguntas que desejar.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só queria dizer que ligou para cá a Srª Lauret Pimentel, assessora da Diretoria do Expresso Guarará Ltda., da família Gabrilli. É isto mesmo: família Gabrilli? Aí, ela ligou para o meu Gabinete e queria falar comigo. Eu disse: "Não, eu não vou falar com uma pessoa que eu não conheço. Você pega o número do telefone, se ligar outra vez". Aí, ligou outra vez e deixou o número do telefone. Aí, eu falei: "Então, ligue e peça para mandar um e-mail dessa denúncia que está fazendo".

Eu me permitiria, Sr. Presidente – acho que um minuto dá para ler.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª pode ler.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – "Cumpre-nos, na qualidade de citada na sessão de hoje da CPI dos Bingos, esclarecer que a Expresso Guarará é cumpridora de todas as obrigações contratuais, salientando, outrossim, que as cumpriu além daqueles previstas no contrato e que, em momento algum, solicitou benesses ao poder público, nem direta nem indiretamente" – ou seja, aqui ao Dr. João Francisco. "Foram tão somente relatadas as extorsões que eram vividas, solicitando, assim, que tais fatos chegassem ao conhecimento do Prefeito."

Aqui, ela diz que foi o pedido que fez ao senhor. Então, o senhor não foi fazer *lobby*, foi levar a denúncia solicitada.

"Que toda a verdade sobre a corrupção em Santo André promovida pela pessoa da Srª Rosângela Gabrilli foram não somente testemunhal mas também documentais, conforme consta no processo hoje em trânsito na Primeira Vara Criminal de Santo André. Que a família Gabrilli, em especial a Srª Rosângela Gabrilli, reitera todas as declarações prestadas e que salienta que os depoimentos sobre a corrupção também foram confirmados por outros empresários, conforme consta na CPI de Santo André."

Por fim, a referida senhora coloca-se à disposição desta CPI para que sejam elucidados os casos ora mencionados.

Então, ela está assistindo a este trabalho de confronto entre os depoimentos e pede para ser ouvida para confirmar ou não a corrupção e a extorsão que ela teria sofrido, que foi a razão da denúncia.

Já terminou o prazo e não sei se o Dr. Gilberto...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – As partes poderão falar agora.

V. Exª tem a palavra, Dr. Gilberto Carvalho.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Senador Romeu Tuma, com todo o respeito, eu já disse e reitero: como eu não falei nessa história do dinheiro, de que o Celso autorizaria, então a resposta fica desnecessária. Eu acrescento que não haveria lógica nenhuma de eu tentar passar a idéia de que: "Olha, vamos tomar cuidado para poupar o Celso". Isso não. Seria...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu não estou levantando suspeita sobre o senhor.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Tudo bem. Eu estou só reafirmando para que fique claro.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu estou falando que seria natural dentro de uma estrutura da qual o senhor fizesse parte. Eu não estou dizendo que o senhor fez. Eu estou levantando um problema.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – O.k.! Para ficar bem claro.

E, com relação à questão do Expresso Guarará – que chegou esse fax agora, esse *e-mail* –, há um documento contratual do Expresso Guarará, que está na CPI de Santo André e que já foi peritado, e que está aqui nesta CPI também, que comprova que a demanda apresentada...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (Inaudível. Fora do microfone.)

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Exatamente. Com a letra do Dr. João Francisco reconhecida.

Bem, com relação...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele confirmou aqui... (Inaudível. Fora do microfone.)

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Tá! Dr. Romeu Tuma, Senador Romeu Tuma, com relação aos aspectos que o senhor mencionou...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O "Dr." me traz saudades do meu tempo de policial. Então, não se preocupe.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Eu acho que a sua contribuição é importante por causa da sua experiência e, naturalmente, eu não tenho como me pronunciar porque, de fato, eu não conheço e acompanho com interesse a evolução das investigações, para que elas apontem a verdade. E, de fato, a morte do Dr. Delmonte, devemos lamentar muito, porque, mais uma vez, mais uma morte vinculada a essa história fique sem uma explicação clara. Peço a Deus que nos ilumine para que isso fique claro, porque é uma...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Temos que rezar para ninguém mais morrer também...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Bom, sobretudo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) –... porque, pelo visto, tem um policial aqui dando segurança para os irmãos e...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Dois policiais.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Dois policiais.

E a Drª Elizabeth pediu para mandarmos uma cópia desse... para ela poder ter conhecimento. Nós já vamos providenciar essa cópia, por meio da autorização do Presidente. Ela é uma delegada muito séria, que vai complementar dúvidas surgidas durante os levantamentos que os dois irmãos estão fazendo. Nós temos realmente que respeitar, e o senhor disse que respeita...

Eu não sei se o senhor queria acrescentar alguma coisa.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não, eu só queria dizer que nós, na família, não temos nenhuma tendência, nenhum instinto suicida, e gostaria de deixar claro aqui...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não. Não é do Celso Daniel, não. Eu falei do legista.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não, eu sei. Mas, se acontecer alguma coisa conosco futuramente, gostaria de deixar de público que...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Fica registrado.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Exato. Nós somos pessoas normais, sem instinto suicida.

Eu gostaria de reafirmar...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor podia me dizer quem é esse Dr. Baltazar de Souza? Eu anotei aqui. O senhor citou que era o delegado, não era o delegado. Era empresário de ônibus?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não, não. Ele é o maior empresário de ônibus no Brasil.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – É.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ainda é?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Segundo depoimento da Cidinha Campos, se não me engano, é o maior empresário do mundo, do mundo. Hoje ele atua, que eu saiba, em Mauá, Santo André, Diadema, São Paulo, Mato Grosso etc. Ele foi um dos que participou da reunião em que começou o esquema de arrecadação em Santo André. Por isso, que eu o estou citando. Existem investigações da Receita Federal, inclusive, que eu gostaria que esta CPI investigasse, com relação a esses empresários, com relação à CPI do Banestado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu tenho requerimentos não só das empresas de ônibus, como também do lixo, porque o senhor citou aqui problemas com as empresas de lixo. Eu pediria ao Relator que pusesse em votação esses requerimentos, para nos esclarecer de todo o processo.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Senador, reitero aqui, mais uma vez, que o Sr. Gilberto Carvalho esteve em casa no dia 26 de janeiro e falou pra mim e pro meu irmão que o Celso sabia do esquema, comandava esse esquema em Santo André; que faziam parte desse esquema Klinger, Ronan e Sérgio; que o Sr. Gilberto Carvalho pegava o dinheiro em Santo André. Ele citou a quantia, porque a quantia não foi inventada; foi ele que citou: R$1,2 milhão, que levava para o Deputado José Dirceu.

Então, volto a reafirmar aquilo que eu venho dizendo desde o dia 24 de maio de 2002.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – E eu volto a negar aquilo que, desde o primeiro momento, eu neguei.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Façamos um teste com um polígrafo, de um organismo internacional. Sem problema nenhum.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Estou à disposição para qualquer tipo de prova.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O polígrafo a que o senhor se refere é o detector de mentira, em linguagem mais popular.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Vamos fazer o teste logo. Vamos fazer logo o teste.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Aí é um convite que foi feito pelo Dr. João e que já foi aceito pelo...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Senador, tem que ser organismo internacional, hein? Não nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ficará registrado nos Anais.

Senador Magno Malta.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Só quero perguntar: organismo internacional, porque o senhor não confia em organismo nacional.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Exatamente.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não confia em ninguém? Nem na Polícia Federal?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não, eu confio. Não, eu confio, mas...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) (fora do microfone) – Nós não temos o equipamento.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Mesmo que tivesse, eu prefiro para isenção...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós vamos tomar as providências, marcar e providenciar a passagem. Essas coisas todas.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu prefiro, Senador Arns, por uma questão de isenção, que o organismo seja internacional. Não é uma questão de confiar ou não confiar.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não, porque eu acho interessante que o senhor tem uma desconfiança geral em relação ao que é nacional, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta, V. Exª tem a palavra por dez minutos.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, com relação ao diálogo das fitas, pretendo me pronunciar na próxima semana, quando terei na inteireza – e, mais uma vez, quero parabenizar V. Exª e o Relator pela decisão que tomaram com relação à fita –, para não ser tentado a cometer injustiças, porque, quando se tem uma fita na íntegra, aquilo que é pinçado não sabemos se é pinçado para favorecer ou prejudicar alguém. Então, para não sermos tentados a cometer erros... Até porque, Sr. Presidente, quando fui Deputado Federal com V. Exª, presidi uma CPI em que tratávamos com bandidos já revelados para a opinião pública e do ponto de vista da Justiça brasileira, e a paciência foi o que pautou os nossos trabalhos. Aprendi muito com esses episódios.

Acho que, a partir do teor dessas fitas, analisado cuidadosamente pelos Srs. Senadores e os seus assessores, teremos condições, de fato, de nos posicionar e até fazer um juízo, se possível for.

Gostaria de perguntar ao Dr. Francisco e ao irmão, Dr. Bruno: desse imbróglio todo, dessas quatro pessoas que são citadas sempre – o Klinger, o Sombra, o Ronan... –, a família já tem um juízo formado de que a morte de Celso Daniel saiu do empenho ou da mente doente e versátil desses quatro indivíduos, por terem sido descobertos pelo Celso Daniel como pessoas que desviavam o verdadeiro teor daquilo que ele sabia que era o dinheiro para o PT, e, quando eles começaram a colocar o dinheiro no bolso, a partir da descoberta e do dossiê, eles resolveram matar Celso Daniel?

Não sei se a família já tem esse juízo até por conta de história mal contada. Por exemplo, o dia em que Celso foi seqüestrado com o Sombra no carro. A história que ele conta, acho que nem preso... Porque preso, carta velha, revista velha, tudo eles gostam, porque lêem, passa o tempo. Na minha terra, quando se conta uma mentira, o pessoal fala: vai contar para os presos! Porque preso... Mas acho que nem preso quer ouvir uma história dessa, porque o que o cara conta é o seguinte: o carro – eu tenho um carro daqueles, só que não é blindado o meu –, um carro blindado, não existe registro no Brasil de que um outro carro daqueles tenha travado o seu hidramático como aquele travou; aí a bandidagem entra, empurra um revólver na cara de Celso Daniel, leva só o Celso, e o bonitão fica.

Essa história é muito mal contada, muito mal contada! Quem bolou essa história não tem a menor vocação para escrever livro infantil. Não tem. A partir do envolvimento desses indivíduos e da maneira truculenta que o senhor diz que o Klinger agia e tal, truculento – o senhor estava até tentando procurar uma palavra nesse instante, falei "truculento" daqui, o senhor não ouviu –, o esquema que eles fizeram nas costas do Celso, parece que o sentimento de Celso é ter levado uma bola nas costas: "Confiei nesses caras, para fazer uma coisa que eu..." É algo muito mais do sujeito que acredita numa esquerda radical, em que os fins justificam os meios; tira o dinheiro daqui, bota aqui, mas é para chegar aqui e, quando chegar ao Poder, resolver o problema dos pobres e tal. A visão era essa. Não era para ninguém estar roubando para si. Quando ele descobre isso – até porque tenho um perfeito apreço pelo seu irmão, tinha muito respeito por ele –, qual o juízo que a família tem sobre isso? De que a morte de Celso saiu desse grupo mesmo?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito que aumente o som desse microfone.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Nós temos a forte convicção de que... o seguinte, de que... e isso está consubstanciado no indiciamento do Sérgio. Por todas as razões que você mencionou, acrescentaria mais duas: como é que num arrebatamento como esse deixa-se o Sérgio com o celular...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Nem o arrebatamento do Profeta Elias foi assim. Ele subiu no carro de fogo e ficou só a capa.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –**...deixa-se o Sérgio com celular e arma de fogo.

As evidências coletadas pelo Ministério Público permitiram o indiciamento do Sérgio Gomes da Silva.

Temos a forte convicção de que essa história, efetivamente, é mal contada, tanto é que estamos lutando no sentido de que sejam realizadas investigações de forma absolutamente séria, para se chegar a todos os envolvidos. Então, é necessário levantar provas e evidências em relação aos outros senhores mencionados pelo Senador Magno Malta.

É necessário levantar evidências relativas também à participação de possíveis outros envolvidos, por exemplo: na época, Deputado Estadual Donizete Braga, cujo telefone celular foi rastreado e estava nas imediações do local onde supostamente o Celso estava em cativeiro. Qual o grau de participação de Donizete

Braga nesse episódio? É necessário, do nosso ponto de vista, investigar.

É necessário, como relatou o João Francisco, eventual vinculação do Sr. Baltazar com tudo aquilo que aconteceu em Santo André, porque é possível pensar em Ronan destacado, isolado, da sua relação com Baltazar? Nós achamos que é necessário investigar tudo isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Diante disso tudo, a família tem uma certa dose, nada conclusivo, de convicção de que a morte de Celso saiu desse grupo.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Nós temos uma forte convicção neste sentido, obviamente as investigações poderão comprovar, na sua totalidade, tudo isso aí e a participação, qualquer que seja o grau, de outros envolvidos no processo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Agora faço uma pergunta que julgo fundamental dentro disso. Percebo que, quando os senhores falam desses indivíduos, o fazem com uma dose de dor; quando o senhor fala que são os traidores do Celso, que ele confiou e confiou até muito, porque disse que o Sombra, em 1995, era segurança e, em 2002, já era rico. Ele não era jogador de futebol não?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não. Senador é dor porque foram pessoas em que o Celso confiou, mas que o traíram.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E isso é comum na vida. O coração do homem é o mesmo. Caim matou Abel lá atrás, e as coisas vêm da mesma forma, se não houver mudança interna. Quando vocês falam do Gilberto Carvalho, com quem não tenho qualquer ligação com ele, não tenho razão nenhuma para defendê-lo, muito pelo contrário, no começo do Governo Lula, quando tudo ainda era sonho, todo mundo defendendo Lula, recém-eleito, no plenário, pedíamos uma audiência, e o Gilberto nem ajudava. Então, essas coisas nem retorno têm.

Construí a minha vida fazendo justiça e percebo que, quando vocês falam do grupo e falam dele, vocês também têm sentimento de justiça, porque vocês não falam de Gilberto Carvalho com o mesmo sentimento de dor, dando esse foco de traição quando vocês se referem a ele. Parece que entre vocês ficou uma aresta por conta das informações, das coisas que foram quebradas. Quero fazer uma pergunta fundamental: quem é Gilberto Carvalho para a família de vocês?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Para mim o Gilberto de Carvalho foi uma pessoa que sempre nos atendeu respeitosamente. Eu tinha por ele uma concepção de alto nível – estou dizendo "tinha" porque a partir do momento em que ele relata o que relatou para nós e fui obrigado – volto a repetir Gilberto – fui obrigado. Ninguém me obrigou porque fui obrigado por arma, etc. Mas eu fui obrigado por coração a ir ao Ministério Público e fazer a denúncia porque, senão, o crime teria sido encerrado como crime comum. O meu sentimento em relação ao senhor é de respeito e de tristeza porque o senhor hoje, no nível em que está – como eu disse anteriormente –, está aprisionado. Sua alma está aprisionada. O senhor está sendo obrigado a dizer: "Não. Não. Não. Não". Somente isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas vocês não o classificariam como classificam os outros.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – De maneira nenhuma.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Absolutamente.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Absolutamente. De jeito nenhum. Esse grupo que está em Santo André é uma quadrilha organizada. O Gilberto Carvalho é uma pessoa decente, que está sendo obrigad a dizer: "Não. Não. Não. Não".

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu sempre percebi esse senso de justiça. E o senso de justiça é o que fica aqui. Quando o Presidente e o Relator da CPI... Aliás, eu queria ter começado, perguntando se cada um tem uma contribuição a dar sobre bingo. Vocês não têm contribuição para dar.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Só um minutinho Eu não fiz a pergunta porque, embora entendendo – é o entendimento que tenho – que não é este o foro, estou convencido, a partir deste debate de hoje, de que a sociedade brasileira está ganhando com relação às elucidações que estamos propiciando.

Veja bem: quando o senhor fala que essa quadrilha... Creio que essa quadrilha tem de ser acareada. Sombra, não sei quem, etc têm de ser acareados. Temos de colocar essa vagabundagem sentada, um de olho no outro e, agora, de frente para outro, para podermos elucidar o caso.

O fato de o Gilberto Carvalho – não tenho procuração nenhuma porque nem tenho intimidade com ele, como Tião Viana tem – ser secretário do Presidente da República fez o foco ter ficado em cima dele. Até porque nunca retornou um telefonema meu, como Senador, para marcar audiência. Então, não tenho razão nenhuma. Mas tenho senso de justiça muito apurado. O foco ficou nele. Aí a pergunta que fiz para o senhor vou repetir para ele: o que essa família representa na sua visão – já dou a palavra ao senhor – e quem é Klinger? Ele era secretário? O senhor conviveu com ele? Quem é o Klinger? Quem é o Ronan? Quem é o Sombra? Quem são essas pessoas de fato? Mini-

mamente, eles estão certos quando fazem afirmação sobre eles?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – O João Francisco respondeu acerca do Gilberto, mas eu ainda não. E você fez a pergunta a nós dois.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Apenas para não quebrar, deixe-o falar e, depois, ouço o senhor. Pode falar, Bruno.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Senador, eu diria que ocorre com o Gilberto Carvalho algo que ocorria com o meu irmão: um empenho no sentido de construir um Partido que se pretendia transformador, para acabar com as iniqüidades da sociedade, aperfeiçoar a institucionalidade aqui e que estabelecia esse elo entre o esquema de arrecadação de recursos de Santo André e o comando do Partido na pessoa do Sr. José Dirceu.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Embora fosse uma visão equivocada, não é?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Embora eu discorde desse tipo de procedimento, embora eu ache que isso seja algo equivocado.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – A Bíblia diz que um abismo chama outro abismo, não é?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Pois é. Gostaria de ressaltar aqui o seguinte: o Gilberto Carvalho foi avaliado pelo Senador Tião Viana como um exemplo sagrado de cristão. Gilberto, você aqui, como depoente, tem o direito constitucional de não falar a verdade. Nós sabemos disso. Você tem o direito de não produzir provas contra si mesmo. Agora, sendo exemplo sagrado de cristão, você não tem o direito de mentir. Então, faço apelo aqui para que você assuma sua posição de exemplo sagrado de cristão e fale a verdade: houve o relato que você fez para nós.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Reafirmo...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Gilberto, aí você aproveita para me responder já.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Eu quero reafirmar mais uma vez o que eu tenho dito desde que começou esta reunião e desde que eu, na reunião anterior, quando eu estive nesta CPI, quando eu assumi um compromisso com a verdade como testemunha. Eu reafirmo, Bruno, eu reafirmo que eu não disse isso a vocês e que eu não levei dinheiro nenhum. Eu quero reiterar essa posição. Eu não tenho pretensão – a qualificação de exemplo de cristão foi do Tião Viana, não é minha; eu não tenho a pretensão de ser nenhuma referência de cristão, porque seria uma pretensão que seria vã, e quem sou eu para ser uma referência? O máximo que eu tenho é, de fato, ser coerente com minha fé, tenho orgulho de estar neste Governo, não estou neste Governo fortuitamente, me desculpo com o Senador pelas vezes em que eu não retornei a ele, mas faço o possível para cumprir o meu papel...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, eu só citei só para justificar que não tenho relacionamento nenhum...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – ... e me orgulho de estar neste Governo, de perseguir os ideais que orientaram Celso Daniel. Eu tenho felicidade quando eu vejo os dados que este Governo consegue registrar em relação aos empregos, em relação ao Bolsa Família, em relação ao fato de que neste País se come mais do que se comia antes, particularmente para os pobres e das transformações que nós estamos fazendo. Tenho orgulho e continuarei, se assim for da vontade do Presidente Lula, nessa missão ou em qualquer outra missão que for em serviço ao meu povo. Em relação às perguntas que você fez, Excelência, Senador, eu tenho, em relação a essas pessoas, uma relação diferenciada. O Klinger foi meu colega de trabalho durante cinco anos. O Sérgio eu tive contatos esporádicos. O Sr. Ronan Maria Pinto foi um contato muito mais esporádico ainda porque ele era um empresário, e tinha raríssimos contatos com ele. Eu sou muito cuidadoso na questão da apreciação das pessoas, porque a vida, a moral e a história de uma pessoa depende... Só podemos condenar as pessoas quando há provas contra elas. É verdade que há indiciamento do Sérgio Gomes da Silva. É verdade que há suspeições, mas eu espero que a Justiça se pronuncie, para depois emitir a minha opinião. Essa foi minha posição na CPI anterior e é nesta CPI. As pessoas são inocentes até prova em contrário. Quando as provas efetivamente ocorrerem, eu darei a minha posição. Enquanto não houver prova, eu prefiro não incriminar ninguém. Acho leviano, perigoso e injusto. Citei aqui o exemplo da escola de base para lembrar...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, não, presta atenção. Presta atenção. Só um minutinho.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Daqui a alguns anos...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor não foi chamado para incriminar ninguém. Eu só perguntei o seguinte: quem são essas pessoas, já que o senhor conviveu muito ou pouco... Vou melhorar: o senhor é capaz de descrever o perfil de cada uma delas, dessas pessoas, não é? Porque o que está posto na mídia e o que a família colocou, esse juízo já mais ou menos formado, e também do Ministério Público, eu... Se o senhor não quiser falar também, para mim não tem problema nenhum. Eu só coloquei, e o senhor não foi chamado pela minha pergunta para poder condenar ou deixar de condenar.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Entendi.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Nada, absolutamente. Até que fiz uma pergunta a eles, onde eles entenderam meu raciocínio, que o senhor está debaixo do foco exatamente por estar com o Presidente Lula, e disseram o que pensam, que não o têm nessa conta de bandido. Eles não o têm nessa conta de bandido, está certo? E foram eles que falaram isso aqui. Eu acho que isso até é muito importante para o senhor. E também eu lhe transferi a mesma pergunta. Perguntei sobre a família, da convivência, o que é que o senhor pensa deles como família, está certo? neste momento e dessas pessoas que conviveram, porque, querendo ou não, é como se alguém me perguntar: "Vem cá, você está há dois anos e meio no Senado. O que é que você acha do Efraim?" "Ah, ele é da Paraíba – e tal – ele é de outro Partido". Não, tem alguma coisa para falar, tem dois anos e meio, rapaz!. Entendeu? Tem dois anos e meio e são 81. E eu quero dizer mais uma coisa. Eu estou perguntando isso porque a gente é Deputado Federal na Câmara, tem 513. depois de um ano, você está lá no seu Estado, ligam para seu gabinete, me passa pra falar com fulano, eles te põem na escuta, você sabe quem está na tribuna, 513. está falando, você fala: "Fulano está falando". Então, foram anos de convivência. Eu estou perguntando não para o senhor incriminar, em absoluto. Até porque perguntei sobre a família também, entendeu? Se alguém quer deixar V. Sª à vontade aqui, essa pessoa sou eu.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Agradeço, Senador. Não, eu já me expressei. Em relação à família, eu acho que já falei fartamente toda... Não vou ficar retomando a questão. Acho que já está bem claro o meu posicionamento em relação à família.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, mas fale de novo, homem. Eu não... Entendeu?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Não, eu prefiro... Senador, eu prefiro não ir para o qualificativo, vim aqui para apresentar fatos.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sabe por quê? Porque, quando você fez seu depoimento, eu fiz uma cirurgia, eu não estava aqui, não, entendeu?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Hoje de manhã, eu falei fartamente de como eu penso e de como tem sido o comportamento da família. Já falei da relação com o Celso, já falei, é muito doloroso para mim voltar a esse tema. Já está claro, está registrado.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Do Celso, não, estou perguntando como pessoa.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – São pessoas com quem tive convivência num determinado momento. Essa convivência se rompeu, me fazem uma acusação que considero infundada. Nós estamos nos enfrentando, como é próprio de gente adulta. Pronto. É isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Tudo, quando você conversa, e põe a conversa na mesa... Veja, estou-lhe dando uma possibilidade, até porque, quem sabe o senhor nem esperasse que eles fizessem essas considerações a seu respeito hoje aqui, e eles fizeram, porque não lhe têm nessa conta. Eu acho isso extremamente importante para o senhor. Eles não lhe têm nessa conta.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Não, tudo bem! Eu acho que são pessoas que estão... Só vou dizer uma coisa, são pessoas que estão, segundo sua consciência, agindo. Está certo? Eu tenho uma divergência profunda, mas respeito a consciência deles. E tenho um ponto de unidade em relação a eles, que é o ponto de busca da verdade, seja qual for, em relação às razões que levaram à morte do nosso querido Prefeito Celso Daniel. As divergências, eu já as apresentei aqui, que são as conseqüências do que tenho vivido, do que tenho visto. Apresentei e não vou voltar a elas. Em relação aos outros três cidadãos, eu já disse também, são cidadãos que estão sofrendo uma acusação e estão buscando, tentando provar a sua inocência. Não há ainda nenhum julgamento definitivo sobre eles. Ponto.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Então, vou fazer duas perguntas.

V. Exª me dá dois minutos para encerrar?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou dar dois minutos a V. Exª.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Obrigado. O senhor, como eu, estou falando o cidadão Gilberto, quando anunciaram ao senhor que o Celso tinha sido seqüestrado, o senhor estava de férias; depois, o senhor voltou.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Em Parati.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E, quando lhe contaram como foi o seqüestro – o Celso estava indo no carro e tal, o que descrevi aqui –, o senhor não achou estranho?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Senador, fomos tomados de uma dor imensa quando ocorre aquele episódio. Ele era todo nebuloso, houve vários processos, vários depoimentos. A verdade... ou as versões foram-se estabelecendo uma após a outra...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Só um minuto, Gilberto. A imprensa mostrou o carro. Foi assim. Fez a reconstituição: o carro veio aqui na lombada e tal, o Sombra disse que travou o automático. Até aí pode quebrar mesmo e tal. Tudo bem! Mas os caras meteram a arma no Celso e largaram ele lá, armado. Levaram o Celso, levaram o seu amigo, esse era seu amigo – ele era nosso irmão e amigo de vocês –, mas quando a gente é amigo de uma pessoa, a Bíblia diz

que amigos são mais chegados do que irmão. Tenho amigos meus que são irmãos e não são do meu sangue, e acredito quando o senhor fala que ele era seu amigo, que era seu irmão, acredito na sua palavra, mas, quando o senhor viu aquela versão de que um ficou e levaram o outro, não lhe causou assim um susto? "Mas como? Tinham que levar os dois".

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Senador, as perguntas vieram de todos os lados, as dúvidas vieram de todos os lados. Nós atribuímos a quem esclarecer isso? À polícia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, Gilberto, não perguntei isso, não. Perguntei se você se assustou.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – É claro que eu me assustei. Claro que fiquei...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pronto, respondeu. Era só isso. Eu queria uma palavra sua, até porque fui veemente na defesa do negócio da fita.

Para encerrar, ao ouvirmos toda a fita, depois que ouvirmos toda essa fita, que o Senador Efraim ouvir, que todos ouvirem, que conclusão o senhor acha que vamos tirar?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – É muito difícil eu me pronunciar...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Porque, pinçado um trecho aqui outro ali, na verdade, a coisa pode ser direcionada para prejudicar quem a pessoa quiser. Mas, depois de ouvir o teor inteiro, o senhor acha que teremos uma outra visão de tudo isso que está posto?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Como não ouvi essas fitas... Essas fitas são um mistério desde 2002. De vez em quando, pipocam alguns trechos das fitas, sempre editados. Então, a nós, a mim que sofri o crime de ter escuta telefônica criminosa, ilegal, nunca foi dado o direito de ouvir essa fita na sua integralidade. Estou muito curioso por ela. Portanto, não tenho como afirmar qual vai ser a conclusão. O que eu posso dizer é que a realidade que transcorreu de fato era de um grupo de pessoas absolutamente assustadas, preocupadas em que a polícia encontrasse o caminho certo das investigações. Esse é o conjunto daquilo que eu vivi. Eu não sei se as fitas traduzem, se tem algum tipo de adulteração nessas fitas ou não. Portanto, eu não posso falar-lhe das fitas. Posso falar da realidade que eu presenciei, que eu vivi, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Vou encerrar. Apenas dei-lhe a possibilidade de dizer: "Depois do que vocês ouviram, vocês se convencerão do que estou dizendo aqui e de que, de fato, eu sou o que a família do Celso está dizendo e não tenho nenhum envolvimento com isso exatamente".

Espero que, ao ouvir a fita, seja essa a nossa conclusão e possamos confirmar as suas palavras. Eu já tinha ouvido os três na Bandeirantes, que transmitiu um programa. Mas por que lutei para não exibi-lo hoje?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – O senhor fez bem.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Para não causar ilegalidade nem injustiça, e o Relator e o Presidente seguiram o melhor caminho.

Obrigado, Sr. Presidente, por ter prorrogado o meu tempo. Agradeço aos senhores também.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

V. Exª dispõe de dez minutos, com a tolerância de sempre.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de dizer que os objetivos que estamos discutindo aqui são legítimos. O primeiro deles é procurar esclarecer as circunstâncias que levaram à morte de Celso Daniel, e o segundo é buscar o esclarecimento da acusação de que teria havido uma conversa sobre dinheiro, o qual seria transportado para São Paulo. Por isso, considero os dois pontos legítimos.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de perguntar ao Dr. João Francisco a respeito daquilo que ele já declarou no depoimento passado nesta CPI. O senhor disse que, cerca de cinco ou seis dias antes da morte do Celso Daniel, foi procurado por um membro da família Gabrilli, que dizia que esta família tinha de passar R$40 mil ou R$45 mil para a Prefeitura e que eles estariam cansados dessa extorsão.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não era para a Prefeitura, mas para o grupo Klinger, Ronan e Sérgio, não especificamente... A finalidade era arrecadar o dinheiro para a Prefeitura, se essa é a pergunta.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu queria perguntar ao senhor...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Pois não.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O senhor se assustou com isso? O senhor achou isso uma barbaridade? Qual foi o seu sentimento ao ouvir o relato dessa pessoa?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu me assustei e fiquei muito preocupado. Eu me assustei e fiquei preocupado.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Temeu...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Como? Pois não.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Temeu pelo irmão?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Como?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Temeu algo naquele momento?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Sim, claro. Temi, porque a reação que o Sr. Klinger de Oliveira Souza...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas só com o relato da família Gabrilli naquela hora?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Sim, eu temi, tanto é que conversei depois com a minha esposa e falei: "Tenho de conversar com o Celso e vou aguardar a segunda-feira para conversar com ele". Mas, temi, sim.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O senhor jamais imaginaria que isso estivesse acontecendo em Santo André?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu não imaginava.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não. E considerou um fato sério, grave?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Seriíssimo.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Muito sério?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Muito sério.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – E por que o senhor não contou isso à Polícia após a morte?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Porque eu não confiava no DHPP e continuo não confiando no DHPP. Naquela época,...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Se o senhor considerava um fato grave, gravíssimo como falou, que poderia inclusive trazer implicações à vida do seu irmão, como a morte dele, por que não contou esse fato gravíssimo à Polícia?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não, eu ia conversar com o meu irmão, mas não deu tempo.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas por que não contou à Polícia quando ele foi assassinado?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – A que Polícia? À Polícia do DHPP de São Paulo?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não, ao pessoal que estava investigando o crime. O senhor manifestou a vontade de esclarecer a morte de Celso Daniel, e nós temos essa vontade também.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – São quase quatro anos. Infelizmente,...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O senhor apontou um fato gravíssimo que aconteceu cinco dias antes da morte de Celso Daniel.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Sim.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – E o senhor não contou esse fato à Polícia?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não contei aos delegados que estavam fazendo a investigação no DHPP.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O senhor não considera uma incoerência isso?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não é incoerência. Eu tinha informações, nós tínhamos informações de que não deveríamos confiar na investigação que o DHPP estava realizando naquele momento. Não é incoerência, não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não havia nenhuma razão para preservar a imagem do Celso?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O Bruno Daniel... Com licença, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Como?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não havia nenhuma razão para preservar a imagem do Celso também? O senhor está falando...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Estou com a palavra e queria apenas continuar o questionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, solicito a V. Exª que aguarde um momento, pois o Senador Flávio Arns está com a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe-me.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Creio que o objetivo era esclarecer a morte do Celso Daniel.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – É esclarecer.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – É esclarecer. O senhor tem conhecimento de um fato que eu considero gravíssimo também. Concordo com o senhor. Eu perguntei aos Delegados de Polícia: "Mas o João Francisco não relatou isso no inquérito?" Ao que eles responderam: "Não relatou". Então, fico pensando por que o senhor não teria relatado para a Polícia, fico me indagando aqui, já que o senhor falou que o objetivo é transparência.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Exatamente. Senador...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sem ser embaçado, como o oftalmologista diz.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Exatamente. Sem ser opaco.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Opaco, é.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Quando na quarta, quinta-feira da semana seguinte, na mesma semana que o Celso foi arrebatado ou morto e teve o funeral, nós tivemos uma reunião na casa do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, e o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh – e nós todos naquela situação estávamos apavorados e transtornados, Bruno, Marilena, Margue-

rita e eu – nos disse: "Os senhores esta semana não correm risco de vida, mas, a partir da semana que vem, vocês estão correndo risco de vida".

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não, eu não gostaria de adentrar este aspecto. É só minha estranheza, porque eu perguntei aos delegados – e não quero desqualificar assim o seu depoimento – qual era a relação do senhor com o Celso Daniel, se eram desafetos. Aí eles disseram: "Desafetos, não. Quase desafetos". Então, não só a opinião deles, mas dos outros, de outras pessoas. Ao mesmo tempo, a gente perguntou...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Mas eu não posso responder. O senhor está falando que era um desafeto. Isso é um absurdo!

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Só vou dizer mais uma coisa. O senhor falou no outro depoimento aqui que foi falar com o Gilberto: "Eu acho que está na hora de eles pararem de extorquir a empresa". O senhor falou isso para o Gilberto?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Fui, no dia em que ele esteve em casa, na segunda vez.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Na segunda vez?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Sim, a primeira vez...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Está na hora de eles pararem?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – A primeira vez foi no dia 26 de janeiro, Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Aí o senhor falou: "Eu acho que pedir para parar de extorquir uma empresa não é fazer *lobby*. Na minha opinião, isso não é fazer *lobby*".

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Foi o que eu falei. Foi o que falei.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Só que, na verdade, o senhor hoje falou que aquela letra, no contrato que eu mostrei, era do senhor pedindo...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não, não. A letra eu sempre reconheci como minha.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim; para mudar o contrato da empresa com a Prefeitura.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Mas o que isso é tem de relevante, Senador Arns, no sentido de nós descobrimos quem...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não; é que o senhor disse uma coisa naquela vez e, hoje, disse outra coisa. O senhor disse: "Só pedi para não extorquir. Isso não é fazer *lobby*". Agora, hoje, o senhor... Naquele dia eu já tinha confirmado que realmente o contrato também fazia *lobby*, em função da mudança de contrato. Isso não é crime.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Sim, mas eu gostaria de saber do senhor no que isso é relevante para nós descobrirmos a verdade com relação ao assassinato do nosso irmão.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Muito bem. Então, agora eu respondo a minha impressão.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Pois não.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu acho altamente estranho, desde o primeiro momento, o seu depoimento. Não contar fatos relevantes para a Polícia, receber a empresa, fazer *lobby* para empresa, repatriar dinheiro do exterior com um pagamento de imposto de renda pelo irmão e uma série de procedimentos que eu acho no mínimo estranhos. Eu fico me indagando por que isso seria acontecido e me dá a impressão que o senhor talvez saiba mais coisas do que está relatando.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Senador, eu não sei mais coisas do que eu estou relatando. Aquilo que eu relatei desde 2002 é a verdade. Eu apenas acho que aquilo que o senhor está colocando – e novamente aqui se o senhor quiser, eu vou explicar de novo.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não, era só...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – O senhor quer que eu explique de novo o porquê que foi feita uma denúncia na época da eleição do meu irmão, com relação aos dólares? Eu explico.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não. Foi explicado naquele dia.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não foi explicado?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – É. Agora eu só queria saber – e o senhor já explicou – por que um fato gravíssimo... Se acontecesse com o meu irmão... Meu irmão morreu, mas cinco dias antes, eu tomei conhecimento de um fato gravíssimo após o qual, na seqüência, o meu irmão foi assassinado. Eu contaria para a Polícia.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Senador, eu precisava primeiro falar com meu irmão e, depois que meu irmão faleceu, eu não confiava na Polícia, não confiava na DHPP. Se o senhor tivesse passado – e graças a Deus o senhor não passou pelo que aconteceu com o nosso irmão – e se o senhor não confiasse na Polícia, o senhor ia pensar duzentas mil vezes o que o senhor ia fazer, Senador.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu gostaria que o Dr. Bruno rememorasse para nós a conversa que ele teve, depois da missa de sétimo dia, com o Gilberto Carvalho. O senhor poderia contar a conversa, dizer o que falaram e durante quanto tempo?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Foi uma conversa rápida como já mencionei.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Quanto tempo?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Alguma coisa em torno de quinze minutos.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Na casa do João Francisco?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Na casa do João Francisco.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Chegaram... Foram juntos da igreja para casa ou chegaram separados lá?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu não me recordo se fomos juntos ou separadamente.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Conversaram na sala da frente, na cozinha?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Conversamos na sala do João Francisco, da casa dele.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sala da frente?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Isso.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Chegaram lá, disseram-se "boa-tarde", o que mais que falaram?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Como disse, foi uma conversa rápida em que o Gilberto Carvalho fez esse relato.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O que ele falou exatamente? Quais foram as palavras dele?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Que precisava ter uma conversa conosco...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Isso já falando na casa?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Falando na casa, dentro da casa.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim. Que precisava ter uma conversa...

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Que precisava ter uma conversa conosco e que ele achava necessário que a gente soubesse que o Celso conhecia o esquema de arrecadação de recursos para financiamento de campanhas do PT; que, em uma das oportunidades, ele chegou a encaminhar ao Deputado José Dirceu R$1,2 milhão; que ele fazia isso no corsa dele, sob tensão porque carregava quantias enormes de recursos; e tinha muita responsabilidade sobre isso e qualquer coisa poderia acontecer nesse transporte.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – E vocês perguntaram alguma coisa a ele também ou não?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu não me lembro mais os detalhes, Senador.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Ele falou isso e foi embora.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – O essencial da conversa foi isso. Na verdade, faz um bocado de tempo, em primeiro lugar. Foi uma conversa rápida. Nós tínhamos, tanto ele como nós, um conjunto muito grande de preocupações.

O essencial que ficou da conversa foi isso.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Quer dizer: eles saíram da missa, foram para casa, entraram na casa, o Gilberto deve ter ido direto para essa conversa, despediu-se e foi embora.

O senhor não acha estranho?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Ele era responsável...O que é estranho?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O senhor não acha estranho que uma conversa tão séria se passe assim: conversei, dou tchau e vou embora.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Como relatei anteriormente, o Gilberto era um dos responsáveis pela organização de um ato ecumênico no Estádio Municipal de Santo André em homenagem ao Celso. Então, ele também tinha pressa de sair dali. Portanto, eu não sei o que o senhor está entendendo como estranho nisso daí.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não; porque considero uma conversa muito grave...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª dispõe de dois minutos.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – (...) muito séria. Vou à casa das pessoas e, em quinze minutos, digo: "Vim dar essa notícia para vocês e agora vou embora". Acho assim o ritual um pouco complicado.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Como eu disse, eu não me lembro de toda a conversa. Foi uma conversa que ocorreu há muito tempo e, em determinadas conversas, você lembra do essencial. O essencial foi isso.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não se lembra dos outros assuntos que trataram além desse?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não me lembro dos outros assuntos.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Teria sido exclusivo esse?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não; não sei se foi exclusivo. Eu estou dizendo que não estou me lembrando.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu, de qualquer forma, acho altamente estranho, Sr. Presidente, que alguém também se desloque e, em quinze minutos – e não tem o relacionamento, como já descrito aqui, com os irmãos –, abra o coração, revele o crime, diz o crime que cometeu e tudo e, então, diga: "Tchau, então. Agora, passem bem, vou embora".

Isso, para mim, no mínimo, é altamente estranho na busca da verdade. Tem muita gente que olha pela televisão e pergunta porque estamos questionando. E eu digo: "Olha, eu quero a verdade". Então, para mim é altamente estranho; está distante para mim dos parâmetros da verdade.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro quero avaliar que a Comissão Parlamentar de Inquérito está vivendo hoje um dia da maior importância para o esclarecimento de uma pessoa por quem todos que estamos aqui, os irmãos Bruno Daniel e João Francisco Daniel, e o Gilberto Carvalho, tínhamos enorme afeto, admiração. E tenho a convicção de que é o desejo do Gilberto Carvalho, do Bruno e do João Francisco, como de todos nós aqui, saber exatamente tudo o que aconteceu.

Quero também cumprimentar o Sr. Gilberto Carvalho pela decisão de vir aqui e, inclusive, depois da reflexão havida nestes dias, se dispor a fazer esta audiência com os dois irmãos da maneira aberta e franca como está procurando fazer. Eu acho que isso é muito positivo.

Por alguma circunstância, os três depoentes presentes sabem que eu me interessei especialmente por esse caso, de um lado, porque, no primeiro semestre de 2002, dentre outras pessoas relacionadas ao caso, fui procurado pela Srª Rosângela Gabrilli, com quem tive diversas conversas, e sobre elas sempre conversei com Gilberto Carvalho, para que eu pudesse inclusive cooperar para o esclarecimento que ela desejava.

Eu quero até, aqui, encaminhar, Sr. Presidente, a V. Exª os documentos que eu tenho, porque, por exemplo, em 9 de maior de 2002 eu encaminhei ao Prefeito João Avamileno um ofício solicitando que a Srª Rosângela Gabrilli, conforme a correspondência que ela me enviara, pudesse ser recebida para esclarecer e dirimir dúvidas sobre os contratos que a sua empresa tinha com a prefeitura.

E sobre esses episódios eu sempre conversava com o Sr. Gilberto Carvalho. Eu também, dado que Gilberto Carvalho, Luiz Eduardo Greenhalgh e os membros da direção do Partido dos Trabalhadores, mas especialmente eles, tinham toda essa relação de amizade, por terem trabalhado com Celso Daniel, relatei a eles os episódios sobre os quais aqui já tratei, inclusive ter sido procurado por uma pessoa que se disse testemunha ocular do momento do traslado de Celso Daniel de um automóvel para outro.

Sr. Presidente, hoje resolvi conhecer o depoimento de outra testemunha ocular do episódio, que está nos autos do inquérito que está sendo elaborado pelos promotores de Santo André e agora também pela Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo. E pela primeira vez conheci esse testemunho. Há pouco aqui o recebi, porque solicitei, para ter conhecimento.

Eu gostaria de ler esse depoimento para perguntar ao Sr. Gilberto Carvalho, diante dessa testemunha ocular, que avaliação faz destes episódios e se pode, de alguma maneira, mostrar, diante desse testemunho, que recomendação faria para o objetivo maior que é sabermos o que se sucedeu.

Trata-se da testemunha reservada.

Eu até, Presidente Efraim Morais e Senador Garibaldi Alves Filho, gostaria de sugerir que essa testemunha, com a devida precaução, possa vir à CPMI relatar o que vou ler aqui.

Para o bem da verdade e para a perfeita elucidação histórica do fato...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Suplicy, por favor, qual é a testemunha?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É a testemunha que está sob os auspícios do programa de proteção a testemunhas. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Chamá-la aqui?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ao contrário, se a CPI tiver o cuidado necessário para manter a proteção da mesma poderá servir de esclarecimento de grande relevância.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Poderemos encaminhar uma comissão, composta por V. Exª e mais dois outros Senadores...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Também poderia ser.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – (...) bem como da nossa assessoria para fazer o acompanhamento e tomar o depoimento dessa testemunha.

V. Exª pode ler para que possamos...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ao ouvir o depoimento, V. Exª vai perceber o quão relevante será; daí, vamos pensar e avaliar, quem sabe, talvez, seja uma ótima sugestão essa.

Para o bem da verdade e para a perfeita elucidação histórica do fato por mim presenciado em 18 de janeiro de 2002, na R. Antônio Bezerra, envolvendo seqüestro e morte do ex-prefeito Celso Daniel, no município de Santo André, presto a seguinte declaração: no dia 18 de janeiro de 2002, no período compreendido entre vinte e duas e trinta e vinte e três e trinta, vinha com meu automóvel pela R. Antônio Bezerra na direção São Paulo–Santo André quando, no último farol antes da última descida, ao começar a descer a

rua, percebi que havia alguns carros parados no final da descida, quando a pista fica plana. Julguei tratar-se de um acidente porque o veículo *pick-up* de cor escura, que estava no meio da pista de rolamento na direção de Santo André, encontrava-se com o pisca alerta ligado.

Vou pedir a gentileza, eu preciso me concentrar. Por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicitaria atenção à leitura do documento feita pelo Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Continuando:

Percebi que um dos carros, cuja marca e modelo não me recordo, estava aparentemente estacionado atrás dos demais veículos do lado direito da pista, junto à calçada. Um outro veículo, de pequeno porte, de cor escura, cuja marca e modelo não notei, estava parado como se estivesse ultrapassado pela esquerda e fechado à direita o terceiro veículo, ou seja, a *pick-up* de cor escura. Ao me aproximar, vi uma pessoa de pé, atrás da *pick-up*, utilizando um telefone celular. Essa pessoa não empunhava arma nem parecia estar se escondendo. No meio da pista, atrás do veículo escuro de menor porte, havia uma pessoa que apontava inicialmente uma arma em direção ao motorista da *pick-up.* Quando eu passei pela pista da esquerda, progressivamente abaixou a ama que estava direcionada ao vidro da *pick-up*, permitindo a minha passagem. Ao passar ao lado da *pick-up*, percebi que uma pessoa de cabelos grisalhos estava ao volante com a cabeça inclinada na direção do vidro da porta do motorista como se estivesse desacordada. Imediatamente após essa cena, logo depois de passar pelo local, temendo tomar um disparo, olhei pelo retrovisor e percebi a pessoa que me deu passagem abrir a porta do motorista da *pick-up*. Ao abrir a porta, o corpo da pessoa de cabelo grisalho começou a escorregar para fora do veículo, sendo que confirmei ser o seu cabelo grisalho. O corpo da pessoa não caiu para fora do veículo, mas ficou com parte do tronco e da cabeça para fora do veículo. Essa pessoa estava vestida com uma roupa escura, não podendo eu afirmar qual a vestimenta. Nesse momento, pude ver melhor que havia um outro automóvel, de marca Fiat, modelo Tempra, de cor branca, que estava parado de modo a também fechar pela frente, agora do lado direito, o veículo *pick-up*. Percebi que havia duas pessoas armadas, próximas ao Tempra branco, apontando a arma para a *pick-up*. Não percebi nenhum sinal de sangue ou qualquer outro dado ou fato que pudesse revelar violência; não ouvi nenhum disparo de arma de fogo. Não reparei que havia marcas de disparo no veículo *pickup* podendo afirmar, contudo, com segurança, que não havia sido dado nenhum disparo no vidro do passageiro. Nas matérias que seguiram na imprensa, após os fatos, pude relacionar e identificar que o carro *pickup* era a *pajero* do Prefeito, homem de cabelo grisalho ou o próprio Prefeito. Identifiquei, também, que a pessoa que estava falando no celular era o Sr. Sérgio Gomes da Silva. Posso afirmar que a pessoa que estava no meio da pista, junto ao carro pequeno, tratava-se de uma pessoa de olhos claros. Assustada, continuei a imprimir velocidade no meu veículo saindo do local. O local era iluminado, o tempo estava seco; não havia, no momento, nenhum veículo transitando atrás do meu, ou vindo em sentido contrário. Não reparei a presença de nenhum transeunte, ou pedestre, ou morador no momento em que passei pelos veículos referidos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Eduardo Suplicy, só um detalhe que eu prestei atenção. Ela viu o corpo, quando abriu a porta, cair. Parecia desmaiado ou morto, foi durante o seqüestro? Porque dá a entender que ele estava desacordado, pelo menos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não. Há relatos de que ele teria recebido...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...uma pancada na cabeça.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...uma pancada na cabeça, e poderia ser decorrente disto. Isso seria consistente de que ele estivesse, então, um pouco tonto. Essa é uma possibilidade.

Prezado Gilberto Carvalho, esse relato, que conheci agora, há meia hora, ele, se verdadeiro for, coincide com outro relato da outra pessoa sobre a qual lhe falei. Ele guarda semelhança. Se isso for verdade, poderia, então, ser verdadeira a hipótese de que Sérgio Gomes da Silva teria ali, portanto, tido um comportamento mais de quem estaria orientando do que sendo vítima.

É claro que isso precisa ser averiguado. Como diversas vezes conversamos, ambos queremos a verdade, não é?

Eu quero aqui reiterar, porque é possível que estejamos assistindo a outra testemunha que até hoje não quis prestar testemunho. Mas quero aqui reiterar a importância dessa pessoa comparecer, porque se duas pessoas que, porventura, viram esse episódio, e ambas tiverem de fato um relato semelhante, então, isso é muito relevante. Mas eu acho importante se, tendo conhecimento, não sei se V. Sª já tinha conhecimento desse testemunho que acabo de ler. Eu mesmo soube agora. Acho, com todo o objetivo que eu sei ser o seu, e que é também o meu, de esclarecer isso, eu sei e sou testemunha do apreço que o Presidente Lula tinha

por Celso Daniel e o quanto que ele deseja que seja revelado inteiramente como, infelizmente, perdemos Celso Daniel. Santo André perdeu, o Brasil perdeu o Celso Daniel. Diante desse fato, acho até importante, Sr. Presidente, seguirmos a sugestão que V. Exª agora coloca, mas agradeço se puder nos dar a sua opinião, caso esse testemunho se confirme, que hipótese V. Sª, teria, seria importante como passo adicional para averiguar o que aconteceu.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – Senador, esse relato trazido por V. Exª, se inclui entre outros relatos que devem estar ligados ao processo. É evidente que só tem uma resposta para isso. Esse relato tem que ser verificado, um especialista deve analisar se, de fato, tem procedimento, tem lógica essa descrição rica que foi feita. Então a minha posição, Senador, é a mesma desde o momento em que conversamos pela primeira vez sobre a morte de Celso: queremos a verdade. Quando o senhor falou daquele senhor que tinha aquela fita, o senhor sabe qual foi a minha posição. Ainda lhe disse: o que for necessário fazer, vamos atrás e vamos entregar à Polícia. Sabe disso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Exatamente. Sou testemunha desse nosso diálogo.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Isso foi sempre. No começo, quando começamos esse processo todo, choviam telefonemas os mais estranhos, e nunca deixamos de informar à Polícia fosse qual fosse, para que buscássemos, de todo o modo, a verdade. É isso que queremos. Então, o meu único comentário é este: se já está apensado ao processo, que sejam feitas, de fato, as averiguações e que se acelerem as investigações, para que finalmente tenhamos uma conclusão geral e unânime sobre tudo que ocorreu e que nos deixa tão abatidos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ao longo de todo o diálogo que tivemos hoje e nos outros dias também, por tudo que V. Sª conheceu de Celso Daniel, por que razão, na sua avaliação, teria sido ele seqüestrado e morto, sem que os seqüestradores tivessem feito qualquer exigência?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Senador, este é o mistério que segue na nossa cabeça até hoje. Eu insisto em dizer o que já tenho dito aqui. Nós tivemos um relatório da DHPP, da Polícia Civil de São Paulo, e foi reaberto agora o inquérito. Vamos aguardar que esse inquérito chegue a uma conclusão. Eu não tenho como fazer especulações; eu não tenho como fazer pressuposições. Tem a história de um dossiê que apareceu recentemente. Eu fui ao Ministério Público e me dispus pela segunda vez a falar sobre esse dossiê. Expliquei que não era um dossiê que estava sendo elaborado pelo Celso e, sim, um dossiê apócrifo – aquele que me apresentaram, pelo menos – que eu entreguei a Celso, e o Celso guardou. Se houve um dossiê, certamente não é aquele, pois aquele é um calhamaço, uma série de documentos xerografados. Então, estamos sempre à espera de que os encarregados de fazer os procedimentos, a Polícia Civil, a Polícia Federal e o Ministério Público, apresentem as conclusões.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, como, na semana passada, eu e o Senador Tião Viana apresentamos um requerimento para que o Deputado Jamil Murad assim como a Srª Ivone Santana pudessem ser ouvidos, eu queria sugerir que, então, possa ser marcado a sua oitiva – e S. Exª está aqui com muita disposição. Eu queria até fazer uma sugestão...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero saudar o Deputado Jamil Murad, que tem sido um dos ouvintes da nossa CPI.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu queria fazer uma sugestão, Sr. Presidente: que S. Exª, dada a relevância dele como testemunha e médico, pudesse ter acesso imediato ao laudo do médico legisla, Dr. Delmonte, para que S. Exª, quando aqui vier prestar os seus esclarecimentos, possa também comentar, agora como médico, vendo as fotos... Salvo engano – e eu não vi o laudo e também não sou médico –, acredito que o Dr. João Francisco Daniel tenha deixado na documentação inclusive o laudo médico com as fotografias...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª, na condição de membro desta CPI, poderá requerer à assessoria que...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Para que o Deputado Jamil Murad possa ter...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Acredito até que o Deputado possa ter conhecimento desse laudo, porque foi distribuído aqui...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas ver as fotos, inclusive como médico, e antes de S. Exª conversar conosco.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª está à disposição para ir com o nobre Deputado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem. Então, eu gostaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª com a tolerância desta Presidência, terá mais dois minutos para concluir.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu agradeceria se os dois irmãos, então, pudessem comentar, da mesma maneira que o Sr. Gilberto Carvalho, o testemunho que passo às mãos de V. Exª...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito da assessoria para...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Poderia esclarecer como chegou aqui? Só para termos noção.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim. Como os Promotores de Santo André dialogaram comigo, da mesma maneira como Gilberto Carvalho fez... E eu, inclusive, transmiti a Gilberto Carvalho que eu prestei depoimento para eles. Então está aqui.

Eu pedi ao Dr. Roberto Vider, ao Dr. Amaro e outros que pudesse ter acesso. E olhei hoje no índice algo que não tinha recebido ainda: o testemunho da testemunha protegida. Assim, liguei para o Dr. Roberto Vider, que me passou por fax e me chegou há 40 minutos. Por isso eu avaliei que seria importante fazer essa sugestão. Considerei isso ao longo do dia para ver como nós, aqui reunidos, acabamos produzindo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com certeza. Talvez possamos, amanhã, antes da reunião, discutir a questão e constituir uma comissão composta por V. Exª, o Senador Romeu Tuma e o próprio Senador Wellington Salgado, que representaria o PMDB.

V. Exª conhece a testemunha? Não precisa revelar nomes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu ainda não conheço, mas o Dr. Roberto Vider...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Temos que pedir autorização da Justiça?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Dr. Roberto Vider me disse que poderá me colocar em contato com a mesma. Inclusive me dando o seu telefone.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos fazer os procedimentos legais para que possamos então atender a V. Exª para que seja feito esse contato.

V. Exª tem palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo. Mas além dessa pergunta, eu pediria...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu pediria que V. Exª deixasse feitas as perguntas, vou lhe dar tempo para isso, e depois as partes responderão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A outra questão é possível que tenha sido respondida, porque eu precisei estar no Plenário na homenagem ao jornalista Vladimir Herzog...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós entenderemos. Sabemos das obrigações, e são muitas as de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Por que não foi realizado o rito, mencionado na exposição de ambos, para saber se a filha de Ivone e Celso Daniel é de fato a filha de Celso Daniel? Por que não se completou esse rito? Isso não ficou claro para mim na exposição de ambos. E, diante até desse quadro, se isso agora está sendo feito com a rapidez que nos parece necessária e lógica, a partir das observações do Sr. Gilberto Carvalho, porque aqui justificaram dizendo que...

Eu conclui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu solicitaria a atenção e que as conversas paralelas fossem evitadas. Temos um orador na tribuna, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** - Eu suponho que o rito não tenha sido completado, embora tenha sido iniciado, por conta da lentidão da Justiça brasileira. Essa é a minha suposição.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foi solicitado oficialmente pela Srª Ivone de Santana no conhecimento de V. Sªs?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** - Há um processo de reconhecimento de paternidade que está em curso. Os detalhes dele eu não conheço.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, a resposta ao depoimento daquela testemunha, a impressão de V. Sªs...

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** - A impressão é de que é um depoimento importante. E, como todos os depoimentos, ele tem de ser verificado quanto à sua consistência. Ele pode dar elementos importantes para elucidar as condições de arrebatamento do Celso. É um depoimento importante.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu também acho um depoimento importante que pode corroborar com a tese do Ministério Público, com as provas e testemunhas, de que o Sérgio participou do seqüestro e da morte do nosso irmão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo o aparte ao Senador Wellington Salgado, em seguida ao Senador Pedro Simon, os últimos Senadores inscritos.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Serei breve, Sr. Presidente.

Hoje eu passei a tarde inteira aqui, na companhia de V. Exªs, e vi o quanto os senhores acabam prestando um grande serviço à Nação, porque realmente passar uma tarde inteira administrando essa situação... Isso merece ser salientado.

Com relação à questão criminal, creio que sempre vou consultar-me com o Senador Romeu Tuma sobre aspectos de crime, sobre quem foi e quem não

foi testemunha. S. Exª é o mais especializado nesta Comissão.

Confesso que, quando vim para cá, minha grande pergunta era a seguinte: nessa acareação quero saber se o Sr. Gilberto levava ou não dinheiro ao Sr. José Dirceu. Essa é a pergunta. Vou sair daqui crendo que o Sr. Gilberto levava dinheiro ao Sr. José Dirceu.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Exª achou que ia sair com uma resposta.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Não. Pensei: vou sentar e ficar a tarde inteira observando os irmãos e o Sr. Gilberto Carvalho. Observei-os. Vou dizer-lhe sinceramente. Talvez o Sr. Gilberto Carvalho fosse o último homem a quem alguém entregasse um dinheiro para que fosse levado a algum lugar. Tenho certeza de que, do jeito que ele é, ou ia bater com o carro ou ia ver a polícia rodoviária e encostar. Até mesmo um dos irmãos falou, nesse momento: "O senhor é temente a Deus. Confesse." Sinceramente, saí daqui certo de que o senhor não levava dinheiro nenhum para José Dirceu. Poderia até ter sido outra pessoa, mas não o Sr. Gilberto Carvalho. Realmente, do jeito que V. Sª é, Sr. Gilberto... Creio até que o senhor é bom demais para estar na presidência. Lá só deve chegar gente muito esperta, e o senhor tem um coração bom. É um homem honesto, sério, educado. Isso foi o que presenciei e do que estou falando.

Algumas questões com relação ao Srs. João Francisco e Bruno. Fiquei meio em dúvida. Algum dia um dos dois foi filiado ao PT?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu sim.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Nunca fui filiado a partido nenhum.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) **–** O Sr. Bruno já foi filiado.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eu sim.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Também tenho dois irmãos. Seriam três, com a morte do irmão de V. Sªs. Também tenho dois irmãos. Uma coisa deixou-me um pouco preocupado. Creio que se tivesse uma suposta filha e morresse, com certeza, com o carinho que meus dois irmãos têm por mim eles, no mínimo, até fazer o exame – que V. Exªs disseram que será feito – cuidariam bem dessa suposta filha. A suposta filha de Celso Daniel é cuidada hoje pelos senhores? Os senhores têm conhecimento, têm contato, estão preocupados com a vida dela? Algo assim ou não?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não temos contato.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Não têm contato nenhum?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não temos contato.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – A suposta esposa, companheira, do Sr. Celso Daniel deveria ter um apartamento onde morava com ele? Não sei se morava. Ou tinham uma relação moderna, com dois apartamentos? Ela continua no mesmo apartamento que possuía antes? Não sei se estava em nome do Prefeito. Estava em nome dele?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não tenho conhecimento.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – V. Sª não sabe onde ela morava? Se morava em um apartamento...

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Ela morava em um apartamento separado. Não tenho conhecimento onde mora atualmente.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Mas esse apartamento onde ela morava pertencia ao Prefeito?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não tenho conhecimento.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – O senhor não sabe. Chegou-me a informação – e está errada diante do que os senhores estão falando – de que ela morava em um apartamento e que os senhores tomaram-lhe o apartamento porque estava em nome do Prefeito. É uma informação errada?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – O apartamento era do Celso. Nele entramos em torno de três meses após a sua morte.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Essa senhora não morava com Celso?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não morava com o Celso.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Está ótimo.

A outra coisa que me causou estranheza – e desculpe-me falar assim, é porque estou falando, na verdade, de toda a observação que fiz esta tarde inteira – é como os senhores, como irmãos, estavam pedindo ao Sr. Carvalho as coisas pessoais do seu irmão. Quando acontece, os senhores têm acesso imediatamente. Por que teriam que pedir ao Sr. Carvalho para ter acesso a coisas pessoais? Ou pedir ao PT acesso às coisas pessoais do seu irmão?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Eram coisas que ele tinha na prefeitura. Quem cuidava das coisas dele na prefeitura eram as pessoas do PT, em primeiro lugar. Em segundo lugar, o Gilberto Carvalho fez menção a Srª Ivone como viúva do Celso, aparentado ter uma boa relação com ela. E, portanto, eu fiz o apelo no sentido de que fossem obtidas as coisas

que estavam no apartamento dele, porque, quando lá entramos, as coisas dele não estavam lá. Havia livros, CDs, roupas, mas manuscritos, não. Com data a partir de 1998, nem sequer exames médicos, que a gente costuma deixar guardado em casa, nós encontramos lá.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) **–** Durante esse período em que o Sr. Celso Daniel... Eu não o conhecia e estava aqui mais curioso de participar hoje porque parece um filme tudo isso. Por isso é que fiquei preocupado, Senador Eduardo Suplicy, porque eles já mataram sete e, se tenho uma testemunha, tenho o maior cuidado, porque senão vai acabar sendo o oitavo. Por isso é que eu fiquei preocupado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permite V. Exª.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Claro, Claro

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, como V. Exª fez, Senador Wellington, diversas perguntas sobre o patrimônio de Celso Daniel, eu acho importante aqui, do ponto de vista da integridade do Prefeito Celso Daniel, registrar – e eu fui colega dele, professor na Fundação Getúlio Vargas e colega no PT –, e sou testemunha, da simplicidade com que vivia Celso Daniel. E eu agradeceria até se pudesse perguntar, em meio às suas perguntas, que patrimônio deixou Celso Daniel. Eu acredito que os próprios irmãos poderão, neste sentido, confirmar que, do ponto de vista da integridade pessoal, Celso Daniel, que eu saiba, nunca se aproveitou em qualquer momento, dos postos de comando. E, olha. que ele era Deputado Federal e prefeito e já estava no último mandato dele, já não era o primeiro. Que patrimônio tinha?

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) **–** Pergunte logo, Senador, senão vai tomar todo o meu tempo. Então, que patrimônio tinha, qual o patrimônio deixou o Prefeito Celso Daniel?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL –** Senador, eu inclusive deixei quando eu fui inquirido na CPI eu trouxe o Imposto de Renda do Celso Daniel.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) **–** Ele deixou grande patrimônio ou não?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL –** Não, deixou um apartamento cujo valor hoje deve estar entre 70 a 80 mil reais e dois carros Gol 1996. Só.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Só uma última pergunta, Senador Suplicy, que eu ia fazer e o senhor me desconcentrou. Quando o senhor falou para fazer silêncio porque senão se desconcentraria, eu é que me desconcentrei.

Ah! pergunta é simples, para acabar.

Durante esse período em que o Prefeito Celso Daniel foi Prefeito – vi as votos de vocês em família, por sinal uma família muito bonita, um até joga basquete que é um esporte de gente inteligente – a relação dele com o Senhor Carvalho era mais forte dele com o Senhor Carvalho ou dele com vocês, irmãos?

A relação era mais chegada com o Sr. Carvalho ou com vocês como irmãos? A relação era mais chegada, mais intimidade com o senhor Carvalho ou vocês, irmãos.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Ele tinha uma relação comigo, particularmente, de intimidade. Eu não posso responder qual era a relação que tinha, se tinha uma relação de intimidade com o Gilberto Carvalho.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) **–** De amigou ou de...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL –** Comigo, ele tinha uma relação de intimidade.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – E com você, Bruno?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Comigo**,** como eu já relatei no encontro anterior, houve um afastamento meu em relação ao PT e ao Celso Daniel, no início da década de 90. Eu deixei isso absolutamente claro, já quando do encontro anterior; portanto, as minhas relações com ele eram cordiais muito embora de um relativo afastamento.

Agora, eu gostaria de ressaltar que, em hipótese nenhuma, em hipótese nenhuma, eu aceito colocar isto como argumento para colocar uma cortina de fumaça sobre a nossa luta no sentido de averiguar e investigar as condições da morte do Celso. Então, o seu estranhamento é o meu estranhamento.

O estranhamento do Senador Arns em relação a saber detalhes de uma conversa que ocorreu há tantos anos e que depois foi objeto de comentário nosso. E é por isso que ficou gravado na nossa memória isto: quando da cerimônia no estádio municipal, nós nos perguntamos por que o Gilberto Carvalho teria dito aquilo. Então, estranho é o Sr. Gilberto ter dito isso para nós lá de manhã. Eu estranho esse tipo de comportamento, esse tipo de pergunta. É isso.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Veja bem, Sr. Bruno, eu não estou preocupado se isso é estranho ou não. Eu tenho o direito de perguntar, e, ao senhor compete responder ou não. É assim que funciona. Se o senhor não quer responder, eu até entendo. Eu só estou querendo ver, Sr. Bruno, se eu procuro entender melhor, com todo o respeito a V. Sª. Eu só queria saber o seguinte: esse motivo de afastamento do senhor para o seu irmão pode ser declarado aqui ou é um motivo particular? Eu vou entender perfei-

tamente se o senhor não quiser falar, porque o senhor aliou, imediatamente, afastamento do seu irmão e do PT. O senhor falou isso. Esse afastamento é particular ou é realmente alguma coisa que envolvesse política? É a última pergunta, Sr. Presidente.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Infelizmente, é algo que envolve política. Infelizmente, uma relação política desgastada resvalou para o plano pessoal, relação essa que, nos últimos tempos da vida do Celso, estávamos tanto ele, da sua parte, como eu da minha parte tentando um reatamento.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Sr. Bruno, faço a última pergunta, e, se o senhor não quiser responder, eu vou entender perfeitamente. Com todo o respeito que eu tenho e com todo o direito que o senhor tem de procurar... Eu acho até, sinceramente pelo que vi aqui, que foi criminoso, acho até que seu irmão foi assassinado diante dos fatos aqui, mas aí eu prefiro que o Senador Tuma dê a melhor interpretação para o fato. Vou fazer uma pergunta para o senhor um pouco agressiva. Não estaria nesse momento – não sou PT, não sou PSDB, estou aqui só para analisar os fatos com o direito que a CPI me dá –, nessa interpretação, de alguma maneira o senhor tentando acertar o PT por alguma coisa que aconteceu lá atrás, no momento em que o senhor desfez a sua relação com o seu irmão? É a minha última pergunta, Sr. Presidente.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Absolutamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e vou conceder a palavra.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente, permita-me fazer apenas um esclarecimento, já que fui mencionado. Eu parti do pressuposto de que os interesses, os objetivos, são legítimos, existe uma acusação de que houve uma conversa entre os dois irmãos e o Gilberto Carvalho, no sentido de que, depois da missa de sétimo dia, teria havido essa autoincriminação do Gilberto.

Então, eu perguntei: por quanto tempo foi a conversa? Quinze minutos, depois da missa de sétimo dia? As pessoas devem ter chegado à missa de sétimo dia e ter pensado ou até comentado, porque não se vai entrar direto num assunto, na missa, com tanta gente e tal. Isso deve ter levado uns cinco a dez minutos. Aí o Gilberto deve ter dito para eles: Olha, eu queria falar para vocês – e não havia essa intimidade, como foi demonstrado aqui, entre o Gilberto e os irmãos – que o dinheiro foi pego, levava o dinheiro, botava no carro e levava lá para São Paulo. E tchau, porque os quinze minutos teriam acabado.

Eu digo, usando as palavras do Jefferson Peres: é inverossímil no meu ponto de vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço o esclarecimento de V. Exª.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

V. Exª dispõe de dez minutos, nobre Senador e último orador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Srªs Testemunhas, particularmente nós tínhamos uma expectativa muito grande quanto a essa reunião, mas, lamentavelmente, estamos tendo muito pouco proveito das nossas CPIs, no que tange às provas testemunhais.

Infelizmente, no Brasil, a palavra foi-se desmoralizando, a prova testemunhal é considerada pela própria Justiça como a prostituta das provas porque vai e vem e não tem nada a provar. Vejo que, em nossas CPIs, temos de ir em direção às coisas que aconteceram e buscar as provas, aquilo que é mais ou menos anexado. Aqui tem coisas que são claras. Os irmãos e o prefeito, inclusive foi dito pelo irmão, o prefeito era o irmão mais velho, quase pai de criação, que foi...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – O prefeito não, o prefeito era o terceiro, eu sou o irmão mais velho.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Então, V. Sª foi quem comandou?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Isso, com 23 anos de idade.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Então, V. Sª é uma espécie de pai do resto?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – É, porque o nosso pai morreu com 51 anos de idade.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Então, eu entendo melhor a posição de V. Sª. V. Sª era uma espécie de pai de todos, orientou, coordenou e dirigiu a família e tinha esse sentimento.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Quando o nosso pai faleceu, o Celso tinha acabado de entrar numa escola paga e o Bruno ainda não tinha entrado na faculdade e nem as minhas duas irmãs.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – E você pagava?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu não paguei com o meu dinheiro. Eu recebia na época uma mesada do meu sogro, eu já era casado, mas pude, com muito sacrifício, depois de dois ou três anos de luta, não deixar aquele pouco que o meu pai tinha deixado se esvair. Com aquilo lá, pudemos fazer com que os meus irmãos...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – O seu pai também tinha sido prefeito de Santo André?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Chegou a ser prefeito numa época em que houve um *impea-*

*chment*, o primeiro do Brasil, em Santo André, do Sr. Osvaldo Gimenez, e, na época, o meu pai era Presidente da Câmara. Com esse *impeachment*, em que foi comprovado que esse cidadão – acho que já falecido – recebia 10% a 15% de dinheiro, de propina etc. Então, o meu pai não foi eleito. Como era Presidente da Câmara...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – No início, a família pertencia a um partido só e depois se dividiu ou cada um teve o seu partido sempre?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Não, eu nunca tive partido nenhum. Eu sei que o meu pai era do PDC – Partido Democrata Cristão, do falecido Franco Montoro...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – E o prefeito era do PT desde o início?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Naquela época, não tinha. Tinha UDN, PSD e não me recordo qual era...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – O seu irmão, o prefeito falecido?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Ah, sim. Era do PT.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sempre foi do PT?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Sempre foi do PT. Ele foi fundador do PT.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – E os senhores nunca foram do PT?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu, não. Nunca fui político. Nunca fui partidário de nenhum partido político, nunca pertenci a nenhuma agremiação. O meu irmão Bruno, sim.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – O Bruno Daniel, o estádio, é uma homenagem a seu pai?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – É homenagem póstuma.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Foi um bom prefeito.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Senador...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Então, por que os dois disseram que a incompatibilidade com o irmão foi por causa do PT?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Eu nunca tive esse problema. Quem teve o problema foi o Bruno.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Foi uma incompatibilidade política, no início da década de 90, e era algo que eu pretendia ainda conversar com ele. Infelizmente, não tenho mais essa oportunidade e não vou discutir isso em público.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – A pergunta que foi feita pelo companheiro tem um certo sentido, porque, se o Prefeito era separado oficialmente da primeira mulher, se a segunda mulher, pelo que estou vendo, não coabitava com ele. Ele, morrendo, os irmãos é que tinham que estar lá, para ver onde estão as coisas dele, etc. Por que os senhores se dirigiam ao secretário e não foram lá e tomaram o comando da situação, o comando do processo, para ver o que houve, o que não houve? Não era questão de PT, nem questão de secretário. Era questão de irmãos. O meu irmão morreu, então quero acompanhar essa questão.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL –** Foi uma falha muito grande, pelo menos da minha parte. E acredito que da parte do Bruno também. Tanto essa quanto a do dia de domingo quando fui convidado a participar da autópsia. Eu devia ter ido, mas não fui.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sr. Gilberto Carvalho, tenho o maior respeito pelo advogado que trabalhou neste caso, o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, uma das pessoas pela qual tenho um carinho, uma admiração enorme. Até porque o tenho como um dos grandes juristas criminais de São Paulo, é que não consigo entender. Se houve um laudo que mostra que ele foi torturado, foi espancado, como é que Greenhalgh diz que é um crime comum, que não houve nada? Quer dizer, apareceu um segundo laudo, não sei se o senhor entende, quer dizer, tenho a confiança total no Deputado Greenhalgh e duvido que ele viu um laudo como – dizem – é o laudo atual, que mostra que foi torturado e espancado, e ele concorda dizendo que foi crime comum e que não houve nada demais. Não sei o que aconteceu.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Até é importante que o Deputado Jamil Murad esteja aqui. Na verdade o primeiro laudo, segundo consta – me corrija, por favor, se eu estiver enganado, Deputado Jamil – não falava que o Celso Daniel tinha sofrido tortura. O próprio falecido perito diz uma coisa à época e depois mudou a posição, dizendo que foi censurado pela polícia de São Paulo. Então, o Luiz Eduardo trabalhou com o fato do primeiro laudo, que o Deputado Jamil Murad acompanhou. Eles dois acompanharam a autópsia do cadáver feita por esse perito que depois mudou a posição.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – O Deputado Greenhalgh deu a posição dele no primeiro laudo.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** E ele acompanhava todos os depoimentos desde o começo, Senador, ele passou quarenta...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Mas ele viu o corpo?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Viu o corpo do Celso. Viu. O Jamil pode te dizer isso. O Deputado Jamil Murad estava junto.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Deputado, viu o corpo?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, lamento, V. Exª me desculpe, peço que o Deputado não fale porque é regimental. Pode escrever, passar. A questão é só de cumprir o Regimento da Casa. V. Exª tem a palavra. Agradeço ao atendimento do Deputado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Digo o seguinte...

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Senador, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Pois não.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Permita-me uma palavra?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sim.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Gostaria de precisar as palavras de Gilberto Carvalho com relação a isso. O médico legista, logo após a realização da necropsia, deu uma entrevista à Rede Globo, e nessa entrevista foi taxativo, disse que o Celso foi torturado. Portanto, não houve nenhuma mudança de posição. O que ocorreu foi que, depois, ele foi censurado, deixou de se manifestar. Recentemente...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Reparo o que V. Exª está afirmando.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Como?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Reparo o que V. Exª está afirmando. Pelo que V. Exª está afirmando, o Deputado Greenhalgh é um homem não muito sério. Se o Deputado Greenhalgh viu que estava torturado e disse que não estava, aí é diferente. Estou imaginando que o Deputado Greenhalgh viu um laudo e que o laudo dizia algo que não era o real e depois foi dado outro laudo. Agora, V. Exª está dizendo que houve um laudo, que nesse laudo falava-se na tortura, que esse cidadão que deu o laudo foi à TV Globo e falou que tinha torturam as foi censurado na polícia e mudaram o laudo.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Não, não mudaram o laudo, não. Não houve mudança nenhuma do laudo. Simplesmente, ele foi censurado e não pôde falar. Ele resolveu...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – E o laudo continuou o mesmo sempre?

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Continuou o mesmo. O que ele fez, o depoimento dele, há dois meses, em agosto, é uma complementação do laudo, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Então, eu estou doido para falar com o Deputado Greenhalgh.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** O senhor devia ter falado, infelizmente, com o professor Carlos Delmonte, porque o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh pode ser um grande jurista, mas ele não é legista. Quem acompanhou...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu sou jurista – jurista eu não digo, mas fiz mais de 300 júris –, não sou legista, mas, com a minha experiência de 300 júris, se eu vejo um cadáver, eu estou vendo o que aconteceu com ele. Eu tenho uma experiência de fazer 300 júris, se eu olhar a vítima, ver o que aconteceu, virar para um lado, virar para o outro lado, eu posso dizer se foi torturado, se não foi torturado.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** O complemento do laudo do professor Delmonte...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Desculpe-me. O senhor está respondendo.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** Não. Pode falar.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu só queria pedir um aparte para o Senador Pedro Simon no seguinte sentido: de que o Deputado Jamil Murad participou do processo de necropsia; o Greenhalgh não participou, mas viu o corpo, pelo que me relatam e pelo que foi relatado, aliás, aqui. E pelo menos os delegados da polícia estadual que estiveram aqui do DHPP dizem que o laudo diz que não houve tortura física, não houve tortura. Quando os legistas se referem ao problema da tortura – e é claro que todos nós vamos considerar que o próprio seqüestro já é uma tortura, mas houve uma tortura, vamos dizer assim, psicológica.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, quero colocar a V. Exª, com o tempo esgotado, mais dois minutos para V. Exª. Se precisar de mais, V. Exª fique à vontade.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É, porque os dois minutos... V. Exª concorda que não tem ninguém esperando para falar e, como todos nós estamos dispostos a trabalhar...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por parte da Presidência, V. Exª terá todo o tempo necessário.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E assim concordamos, Sr. Presidente.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – O nobre Deputado Murad teve a gentileza de escrever o seguinte: "tinha cinco a seis médicos-legistas, o tempo todo, mais o diretor do DHPP do Estado de São Paulo, mais outras autoridades policiais". Acrescenta o Deputado Murad: "uma pessoa pode ser torturada e não ter sinais. Embora Celso Daniel tivesse várias lesões, acho que

não dá para concluir que ele foi barbaramente torturado". É o depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É que ele foi só torturado, não foi barbaramente.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL –** Então, ele só foi torturado. Ele não foi barbaramente torturado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi torturado então. A conclusão é essa.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL –** É o que nós nos batemos. Ele foi torturado.

**O SR. ASSESSOR –** E eu gostaria de corrigir, se me for permitido...

Eu gostaria de fazer algumas precisões em relação à intervenção do Senador Arns, se me for permitido. O médico-legista não fala apenas em tortura psicológica. Ele é muito claro no sentido de identificar queimaduras nas costas...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, pediria a atenção dos Srs. Senadores e dizer ao assessor que não pode estar interferindo direto, até porque V. Sª, se não me engano, não é nem assessor do Senador, para que possamos concluir, porque há um pedido, inclusive, dos próprios depoentes para a conclusão, já que estão se sentindo, evidentemente, cansados...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu até quero dizer que eu não li o laudo. Eu só baseei a minha informação no depoimento dos delegados do DHPP que estiveram aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu não estou me referindo a V. Exª.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – E com base em informações dos meios de comunicação.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – O Deputado apenas completa a explicação dele.

**O SR. GILBERTO CARVALHO –** E estou tentando precisar a informação recebida...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - Eu pediria ao nobre Senador Pedro Simon que fizesse a leitura, para concluir os depoimentos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) - Ele apenas completa, dizendo o seguinte: "Não estou dizendo que ele não foi torturado. Digo que não posso dizer que ele foi barbaramente torturado, pelo número de lesões encontradas."

**(Intervenção fora do microfone.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - O Deputado Jamil terá oportunidade de vir. Ele foi convocado a partir de amanhã. Vamos colocar os requerimentos para serem votados, e ele terá todo o tempo necessário para esses esclarecimentos.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO -** Eu posso fazer só uma pergunta?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) - Essa questão é para mim?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - O nobre Deputado não pode responder. Então, o senhor não pode fazer a pergunta ao Deputado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) - Se o senhor fizer a pergunta para mim, eu prometo responder a verdade. Pode fazer. Garanto que eu digo a verdade. Mas eu digo a verdade.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Então, deixa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - Senador Pedro Simon, tem V. Exª a palavra, pelo tempo que V. Exª julgar necessário para concluir.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL - SP) - Eu só queria ajudá-lo, pois nenhuma vez o próprio legista disse que ele foi barbaramente torturado. Nenhuma vez foi dito isso. Ele disse que há sinais de tortura.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) - Vamos analisar a questão no seu contexto: o Lula se prepara para a campanha, que era a campanha de vida e morte da vida dele; ou ele ganhava, ou acabava; e ele se preparou; e foi buscar para ser o seu coordenador de campanha exatamente a figura desse prefeito.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) – (**Fora do microfone**.) Sim, a coordenação do programa de governo dele, que é exatamente o que faltou, porque, talvez, se ele não tivesse morrido, você tinha um programa. Veja a falta que ele fez.

(Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - Parece que V. Exª está usando o técnico aí ao lado. O Senador Suplicy está funcionando como técnico.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É um amigo aqui para precisar as coisas.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É verdade.

O convite deveu-se à confiança que havia. E era a credibilidade que todos tinham nele. E ele já tinha sido indicado, e já tinha aceito. E a imprensa toda falava. E já se falava... Eu me lembro que, lá no Rio Grande do Sul, duas pessoas do PT já tinham aceito participar do programa de governo, em que ele seria o coordenador. De repente, não mais do que de repente, acontece isto: o Prefeito é assassinado.

A primeira impressão que eu tive, e vou ser muito sincero, é que foi um crime realmente comum, cretino, cafajeste, alguém pegou... Não me passou pela cabeça conotação política. Qual é a conotação política que vai se ter com um cidadão que vai ser o coordenador de

uma campanha lá adiante, de um Lula que ainda não estava ameaçando coisa nenhuma? E, de repente, surge essa questão toda.

Surge essa questão, e que leva adiante a figura da família. Quer dizer, não se pode querer imaginar que dois irmãos estejam... Seria crueldade nossa imaginar que dois irmãos estejam nisso, em um contexto, seja qual for o motivo, para denegrir a imagem do irmão. Eu imagino que os dois irmãos estão nisso em uma questão de mágoa, de ressentimento, de quererem buscar isso. Vemos todos os dias... Outro dia eu até estava falando, apareceu o aniversário e foram condenados a 20, a 25 anos os que mataram o jornalista, aquele da **Rede Globo**, o Tim Lopes. Apareceu a mãe dele, dizendo que estava ali, porque ela queria ver a justiça que fizeram com o filho dela, diante da barbaridade que tinha acontecido com o filho dela.

Então, acho que os irmãos estão nessa tentando realmente buscar a verdade. Aí é que fica uma questão que nos deixa com a seguinte pergunta. Deixe-me falar, pois é importante. Os irmãos defendem a tese: "Não, o meu irmão estava lá. Tinha caixa dois, e ele reconhecia que tinha uma arrecadação de dinheiro, e esse dinheiro era entregue para o PT; era um dinheiro arrecadado para dar para o PT. E ele concordava com isso".

De repente, o Prefeito descobre que tinha gente botando a mão nesse dinheiro e que esse dinheiro ou não ia para o PT, ou parte não ia para o PT. Aí o prefeito resolve fazer um estudo, uma pesquisa e descobriu o que estava acontecendo. E, quando ele está fazendo esse levantamento, descobrindo as pessoas que estariam fazendo esse desvio de dinheiro, quando ele sabe mais ou menos, matam-no. E quem o mata seria, em tese, os que estariam desviando o dinheiro. É isso?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL –** Essa é uma hipótese forte e é a hipótese com a qual nós estamos trabalhando.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sei.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL –** Com relação ao dossiê, há testemunhos de presos indicando ...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Que tem um dossiê.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL –** ...a existência de um dossiê.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Exato. Aí vem o PT. E, dentro do PT, o secretário, que era amigo íntimo do prefeito, trabalhava do lado do prefeito, e vem num pronunciamento, chocado, dizendo : "o prefeito era um homem digno, um homem correto; era um homem honesto; jamais ele admitiria o caixa dois; se tivesse caixa dois, ele iria gritar, ele iria se revoltar. Não existia. Chegaram a dizer que tinha saco de lixo com dinheiro e isso não é verdade! Os senhores dois irmãos estão inventando, querendo atingir o PT, estão inventando isso".

Reparem que tem algo que não soa certo nesse negócio todo. Primeiro, é difícil passar pela minha cabeça que os dois irmãos estariam numa atitude... Tem dinheiro em jogo? Tem alguma herança, alguma coisa que alguém vai herdar?

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO –** Não.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Isso é importante. Tem algum dinheiro em jogo?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL –** Não.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Não. Então, isso é uma coisa. Não tem dinheiro em jogo. Quer dizer, não há herança dele que alguém está querendo disputar, ou "a", ou "b", ou "c", para saber se a filha registra – e aí a filha é a única herdeira. Por que a filha não fez ainda... Por que a mãe da guria não foi lá e fez uma investigação de paternidade? Isso ela pode pedir.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL –** Já foi feito um teste particular que comprovou. A paternidade do Celso deu positivo, só que esse teste não é válido, tem que ser na justiça.

**O SR. BRUNO JOSÉ DANIEL FILHO** – Tem que ser na justiça.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL –** Então, ela deu entrada na justiça.

Já foi feito um teste negativo daquele pai que havia registrado a menina. Já está feito o teste negativo. Ele já assumiu que não é pai da menina, da jovem. E a mãe está esperando o resultado na justiça.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Está feito que ele tem filho. A filha vai ser registrada. Mas, de qualquer maneira, ele não tem patrimônio. Então, os irmãos não estão nessa briga por causa de patrimônio. Estão nessa briga porque querem dizer que defendem a dignidade do irmão, que havia essa coisa, mas que era um homem digno.

O PT entra nessa discussão para dizer que não aceita qualquer coisa contra o Sr. Daniel. Agora, o que acontece? Acontece que as coisas foram se avolumando, e tem mais gente falando que houve dinheiro por lá. Tem mais gente falando que teve empresas que davam um percentual "x". Isso foi uma coisa que os promotores fizeram um volume de prova, que é um volume de prova consistente, onde aparecem empresas da construção, de ônibus, do lixo, que dariam contribuição "x" para a prefeitura. Quer dizer, isso, pelo menos pelo que mostram os promotores, me parece uma questão verídica nessa hora.

Então, nós estamos numa questão em que de repente um caso da Prefeitura de Santo André se

transforma numa questão nacional, envolve o Chefe de Gabinete da Presidência da República, quer dizer, que nos deixa numa posição tremendamente delicada. E os senhores não nos ajudaram, porque vocês entraram e saíram com a mesma posição. Se vocês tivessem chegado num meio termo: olha, não foi bem assim, não foi bem assado; é por aqui, mas é por ali, vocês poderiam nos dar um caminho. Agora, o senhor ficou na posição firme: não sei de nada, não recebi nada, não conheço nada. E os senhores ficaram numa posição firme de que deram o dinheiro, que o dinheiro era entregue para ele e que ele levava para o Chefe da Casa Civil.

Então, Sr. Presidente, eu não sei, com toda sinceridade. São tantos os depoimentos absurdos a que nós estamos assistindo que o que falou o ilustre irmão eu vejo com simpatia. Olha que se tiver um teste para a gente, se quer falar, fale. Está bom. Vamos fazer. Isso existe nos Estados Unidos e existe em vários lugares do mundo. Eu acho, com toda sinceridade, que era da gente imaginar.

Seria algo altamente positivo se a gente pudesse fazer uma tese e descobrisse uma prática revolucionária: que a gente encontrasse uma fórmula pela qual o cidadão tivesse de dizer a verdade.

Faço isso como uma proposta positiva e concreta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª...

**O SR MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só para informar, pois o Relator me perguntou se havia polígrafo, o detector de mentiras. Falei com o delegado e ele disse que na Polícia Federal tem. Mas ninguém é obrigado a se submeter a isso. Só para informação de que aqui tem...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Não, mas é claro que ninguém é obrigado a depor... Ou V. Exª está achando que sou bobo, que não entendo? Por amor de Deus, não estou dizendo que vamos criar agora um processo de dizer a verdade. Se o cara não quer dizer, não diz.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, Senador. V. Exª não estava aqui quando se discutiu o polígrafo. É por isso, estou só...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Que o cara não é obrigado a dizer, ele não é obrigado. Assim como ele não é obrigado...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador, deixe-me explicar, pelo respeito que tenho ao senhor. É que houve uma discussão, no início do depoimento, sobre o polígrafo ou não. Então, estou pedindo informação... Não tenho nada contra o depoimento de V. Exª.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas não tem relevância, porque o Sr. Francisco já disse que não aceita o polígrafo da Polícia Federal brasileira.

**O SR MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, para que possamos encerrar os trabalhos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – A única coisa que ficou na dúvida ainda é o seguinte: os dois irmãos disseram que, no encontro que tiveram, comeram bolo e tomaram café. O senhor confirma isso?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** – É.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pergunta do técnico Suplicy. Acho que...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Confirmou. Tem um lado que não confirmou.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero ouvir a palavra do Sr. Magno Malta, que está garantida.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Por favor...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – V. Exª me nomeou para ir...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos decidir amanhã.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Fiquei preocupado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª não quer ir?

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Mandar-me ir ver a testemunha que está escondida... Na hora, achei que o senhor tinha me nomeado e falei: "Só vou se o Senador Romeu Tuma for".

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª, o Senador Romeu Tuma e o Senador Eduardo Suplicy; é um trio ideal para isso.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Só se o Senador Romeu Tuma for, que estou nessa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, para que possamos concluir.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, depois de ter participado de toda a acareação e tirado minhas conclusões, até porque já tinha ouvido o Dr. Francisco, no meu entendimento, a família quer, de fato, elucidar a morte de Celso. Este negócio de que ele levou um milhão para cá ou para lá não interessa para eles; está dentro do bojo da discussão. Se a menina é filha ou não é, isso tudo é perfumaria. Eles querem é a morte de Celso, quem mandou matar. Não é isso, exatamente?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Exatamente. Quem foram os mandantes.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E é isto que vocês esperam desta CPI: que ajude a elucidar.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DANIEL** – Sem dúvida.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Agora, esse negócio de se levou dinheiro para lá, outra coisa e tal, se é filho, se não é filho, isso é periférico, está em volta do problema verdadeiro.

Por isso, Sr. Presidente, quando ele fez a separação do Klinger, do Sérgio, o "Sombra", do Ronan Pinto e qualificou e deu o perfil deles, o nível de desconfiança que a família tem e o que eles pensam do Sr. Gilberto Carvalho, estou oficiando à CPI, estou formalizando um pedido de convocação do Klinger, do Sérgio, o "Sombra", do Ronan Pinto e, se tivermos mais algum entendimento que possa envolver o próprio Ministério Público, este sim as denúncias apontam a coligação direta de suposto envolvimento direto com a morte de Celso Daniel, para que possamos ouvi-los aqui, acareando-os com as duas mesas, olho no olho, frente a frente.

Acho que é só com isto que conseguiremos contribuir com essa família no que eles estão querendo, que é, de fato, elucidar a morte de Celso Daniel.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, é só para registrar que recebi um *e-mail* da Srª Laurete Pimentel, Assessora da Diretoria da Expresso Guarará, de propriedade de Rosângela Gabrilli, nos mesmos termos do Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a V. Exª que encaminhe à assessoria para colocarmos nos autos desta CPI.

Mais uma vez, agradeço ao Sr. Gilberto Carvalho, ao Sr. João Francisco Daniel e ao Sr. Bruno João Daniel Filho pela presença.

Nada mais havendo a ser tratado, convoco os Srs. Membros desta Comissão para a próxima reunião a realizar-se amanhã, nesta mesma sala, às 10h30min., onde vamos ter os depoimentos dos Senhores Emílio Carazzai, Danilo de Castro, Sérgio Cutolo e Jorge Mattoso, além de, no início, votarmos alguns requerimentos, entre os quais este apresentado por V. Exª, Senador Magno Malta.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 19 horas e 41 minutos.)*

**Ata da 32ª Reunião, realizada em 27 de outubro de 2005.**

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, as onze horas e quarenta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Gilvan Borges, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flavio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior e Ideli Salvatti, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se a oitiva dos Senhores Emílio Humberto Carazzai Sobrinho, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal; Danilo de Castro, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal; Sérgio Cutolo dos Santos, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal; e Jorge Eduardo Levi Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal. A seguir, submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 239/05,** de autoria do Senador Eduardo Suplicy, requer sejam convocados o Senhor Jamil Murad, Médico e Deputado Federal e a Senhora Ivone Santana, ex-companheira do ex-Prefeito Celso Daniel, para deporem nesta CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 240/05,** de autoria do Senador José Jorge, requer seja convocado o Senhor André Luiz, ex-Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro para prestar esclarecimentos sobre informações veiculadas na imprensa de que teria notícias do esquema de corrupção sob exame desta CPI. Em votação,

é aprovado. **Requerimento nº 243/05,** de autoria do Senador Aelton Freitas, requer a convocação do Senhor José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo e do Senhor Artur José Valente de Oliveira Caio, sócios da empresa FABAMA – Fábrica Brasileira de Máquinas Automáticas Ltda., para prestarem esclarecimentos sobre a fabricação e venda de máquinas caça níqueis e assuntos correlatos. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 244/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a Polícia Federal, com assistência da assessoria desta CPI, tome o depoimento dos Senhores Aires Ferreira Coimbra, Alberto Almeida Pais, Isabel Pereira de Souza, José Lopes Coelho, José Maria Nardeli Pinto, Fernando Manuel Teixeira Carneiro, Henrique Costabile, José Renato Corrêa de Lima, Aser Cortines Peixoto Filho, Fábio Luis Rezende de Carvalho Alvim, Márcio Tancredi, Antônio Carlos Barasuol, Marco Antônio Lopes, Simão Brayer, Gláucio Geronasso, Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto, Eduardo Tavares Almeida, Jitsuo Maeda, José Renato Barcelos Borba, João Abud Junior, Francisco das Chagas Costa, Claudinet Mauad, Fábio de Sá Cesnik, Leonardo Botelho Brant, Paulo Augusto Heise e Fernando Cardoso de Castro. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 246/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Sr. Afrânio de Mello Franco Nabuco de Araújo, para prestar depoimento perante esta CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 251/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer seja convocado o Dr. Paulo Algarate Vasques, Médico Legista, lotado no Instituto de Medicina Legal de São Paulo, que trabalhou com o Dr. Carlos Delmonte Printes, na autópsia do corpo do Prefeito de Santo André, Celso Daniel., para prestar depoimento perante esta CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 254/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a Polícia Federal, com assistência da assessoria desta CPI, tome o depoimento, que constará dos autos desta CPI, do Sr. José Carlos Alves. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 255/05,** de autoria do Senador Magno Malta, requer sejam convocados para acareação perante esta CPI os Senhores Klinger de Oliveira Souza, Sérgio Gomes da Silva "Sombra", Ronam Maria Pinto, José Erivan Aleixo da Silva, Ivan Rodrigues da Silva, José Edílson da Silva, Itamar Messias Silva dos Santos, Rodolfo Rodrigo dos Santos Oliveira, Elcyd Oliveira Brito e Marcos Roberto Bispo dos Santos. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 252/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer seja convocado o Sr. José Lindoso de Albuquerque Filho, para prestar depoimento perante esta CPI. Em votação, é aprovado. A seguir a presidência convida os Senhores Emílio Carazzai, Sérgio Cutolo e Jorge Matoso para tomarem assento a Mesa, passando a palavra ao Senhor Emílio Carazzai para suas considerações iniciais seguido pelos Senhores Sérgio Cutolo e Jorge Matoso. Com a palavra o Relator Senador Garibaldi Alves Filho, para os questionamentos iniciais. Com a palavra a Presidência informa que recebeu, na data de hoje, ofício subscrito pelo Sr. Danilo de Castro, informando da impossibilidade de seu comparecimento, conforme atestado médico apresentado. A seguir, passa-se a fase interpelatória quando usam da palavra, de acordo com a lista de inscrição, os Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Ideli Salvatti, Tasso Jereissati, Tião Viana e Leonel Pavan. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, pela ordem fala sobre quatro questões fundamentais na investigação do "Caso Gteck", como a origem do contrato, o processo de evolução dos custos, a dependência tecnológica e a possível existência de intermediação político/partidária, e propõe que os Técnicos da Caixa Econômica Federal possam comparecer a Comissão para fazer uma breve explanação sobre as dependências tecnológicas. Finalizando a presidência agradece aos depoentes pela presença. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingos para prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado.

Esclareço que a presente reunião destina-se à oitiva dos Srs. Emílio Carazzai, ex-Presidente da CEF; Danilo de Castro, ex-Presidente da CEF; Sérgio Cutolo, ex-Presidente da CEF; e o Sr. Jorge Mattoso, atual Presidente da CEF.

Proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que se encontra sobre a mesa.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Informo aos Srs. Senadores que há requerimentos de convocação para votarmos.

De autoria do Senador Eduardo Suplicy: requer, de acordo com o disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Sr. Jamil Murad, médico e Deputado Federal, e a Srª Ivone Santana, ex-companheira do ex-Prefeito Celso Daniel, para que prestem depoimentos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De autoria do Senador José Jorge: nos termos regimentais, requer seja convocado o Sr. André Luiz, ex-Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, para prestar esclarecimentos a esta CPI dos Bingos.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De autoria do Senador Aelton Freitas: requer, nos termos regimentais, a convocação dos Srs. José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo e Artur José Valente de Oliveira Caio, sócios da empresa Fabama Fábrica Brasileira de Máquinas Automáticas, para prestarem esclarecimento sobre venda de máquinas caça-níqueis e assuntos correlacionados perante a CPI dos Bingos.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De autoria do Senador Garibaldi Alves Filho: Requer, nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Polícia Federal, com assistência da assessoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito, tome depoimento, que constará dos autos desta CPI, dos seguintes senhores: Aires Ferreira Coimbra, com CPF em anexo; Alberto de Almeida Paes; Isabel Pereira de Souza; José Lopes Coelho; José Maria Nardelli Pinto; Fernando Manoel Teixeira Carneiro; Henrique Costabile; José Renato Corrêa de Lima; Aser Cortines Peixoto Filho; Fábio Luis Resende de Carvalho Alvim; Márcio Tancrede; Antônio Carlos Barasuol; Marco Antônio Lopes; Simão Bayer; Gláucio Geronasso; Luis Francisco Monteiro de Barros Neto; Eduardo Tavares Almeida; Getsu Moed Maeda; José Renato Barcelos Borba; João Abud Júnior; Francisco das Chagas Costa; Claudinete Mauad; Fábio de Sá Cesnik; Leonardo Botelho Brant; Paulo Augusto Rasne e Fernando Antônio Cardoso de Castro.

Em discussão. (Pausa)

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – De quem é esse requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Do Senador Garibaldi Alves Filho, nosso Relator, para que essas pessoas sejam ouvidas pela Polícia Federal, com a assistência da assessoria desta Comissão.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pela Polícia Federal?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela Polícia Federal.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho: Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno, que o Sr. Afrânio de Melo Franco Nabuco de Araújo seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

De autoria do Senador Romeu Tuma requer: Requer, nos termos legais e regimentais, seja convocado a prestar depoimento a esta CPI dos Bingos o Dr. Paulo Argarate Vasques, médico legista lotado no Instituto Médico de Medicina Legal, que trabalhou com o Dr. Carlos Delmonte Printes na autópsia do corpo do Prefeito de Santo André, Celso Daniel.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

De autoria do Senador Garibaldi Alves Filho: Requer, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Polícia Federal, com a assistência da assessoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito, tome depoimento, constará nos autos da CPI, do Sr. José Carlos Alves.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado

De autoria do Senador Magno Malta: Requer, nos termos do art. 58 do § 3º da Constituição Federal, que sejam convocados para serem ouvidos, a fim de realizarmos uma acareação nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, os senhores Klinger de Oliveira Souza, Sérgio Gomes da Silva, vulgo Sombra, Ronan Maria Pinta, José Ivan Aleixo da Silva, Ivan Rodrigues da Silva, José Edilson da Silva, Itamar Messias Silva dos Santos, Rodolfo Rodrigues dos Santos Oliveira, Elcide Oliveira Brito e Marcos Roberto Bispo dos Santos.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu pediria apenas que convocassem menos pessoas, senão não vai funcionar. Ou então que V. Exª faça uma triagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, faremos a triagem solicitada por V. Exª. Deixarei para uma reunião entre a assessoria, eu e o Senador Garibaldi Alves Filho, para que possamos escolher as pessoas.

Agradeço a V. Exª a orientação e a sugestão.

De autoria do Senador Senador Garibaldi Alves Filho: Requer, nos termos no disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Sr. José Lindoso de Albuquerque Filho seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra, o Sr. Relator, antes de acrescentar mais algum depoimento.

Solicito que a assessoria faça entrar nossos convidados para prestarem seus depoimentos.

Srs. Senadores, inicialmente gostaria de agradecer ao Dr. Emílio Carazzai, Dr. Sérgio Cutolo e Dr. Jorge Mattoso pela presença nesta Comissão. Tenho certeza de que muitas informações nos trarão para que possamos concluir o nosso trabalho, principalmente no que diz respeito à questão da GTech.

Concederei a palavra aos senhores para que façam suas considerações iniciais. Após o depoimento de V. Sªs, os Srs. Senadores farão as suas argüições.

Concedo a palavra ao Dr. Emílio Carazzai, para fazer suas considerações iniciais. Tem V. Sª a palavra pelo tempo que desejar.

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Exº Sr. Presidente desta Comissão, Senador Efraim Morais; Exº Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho; ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo; Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso; Senador Antonio Carlos Magalhães, Senhoras e Senhores, inicialmente, eu gostaria de agradecer a deferência do Presidente Efraim Morais quando permitiu que a data desta minha oitiva fosse alterada por conta de um evento de família. Eu gostaria de deixar registrado aqui o meu agradecimento.

Esta é a primeira oportunidade, em todas as instâncias, que eu tenho de prestar testemunho a respeito do tema que me é submetido aqui hoje. Portanto, considero uma oportunidade relevante. Eu gostaria de poder utilizar o tempo que me é concedido para fazer uma rápida apresentação pessoal a respeito do meu currículo, do meu trabalho e da minha experiência profissional, mencionar algumas preocupações de natureza estratégica que tive, ao assumir a Presidência da Caixa Econômica Federal em 1999, e comentar alguns pontos que considero relevantes para uma eventual discussão e eventuais perguntas que me possam ser dirigidas a respeito deste tema.

Eu tenho 56 anos, sou casado há 34 anos, sou pai de quatro filhas, avô de dois netos e de mais dois a caminho. Nasci no Paraná e transferi a minha faculdade para o Recife aos vinte anos de idade. Formei-me em Direito e me especializei em Administração Empresarial e Financeira. Fiz mestrado no exterior, no Departamento de Administração Bancária, defendi tese em Finanças Internacionais. Iniciei a minha vida profissional em uma empresa de consultoria de engenharia ambiental aos 23 anos. Em seguida, fui convi-

dado para assumir a direção-geral de uma fundação da Secretaria de Planejamento do Estado, que dava apoio às administrações municipais. Um ano depois, fui convidado para assumir a superintendência do Instituto de Planejamento Estadual. Em seguida, fui convidado, aos 30 anos, pelo Governador Marco Maciel, a assumir uma Secretaria de Estado. Dois anos depois, fui convidado para assumir uma Secretaria-Geral Adjunta no Ministério da Agricultura e, ao final daquela gestão, assumi uma diretoria estatutária operacional, num banco privado de rede nacional, com sede no Recife, o Banorte, onde trabalhei em diferentes carteiras por cerca de 10 anos.

Ao retornar do exterior, alguns meses depois, o Ministro Gustavo Krause me convidou para ajudá-lo a montar sua equipe no Ministério da Fazenda e, alguns meses depois, com a saída dele, fui convidado pelo seu sucessor, o Ministro Paulo Haddad, para assumir a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. Com a saída do Ministro, passei a trabalhar em São Paulo, como consultor de grandes empresas, por quatro anos. Em seguida, assumi a Diretoria de Planejamento Corporativo da empresa proprietária da Rede de Supermercados Bom Preço, onde fiquei até 1999, quando assumi a presidência da Caixa. Depois da presidência da Caixa, retornei a São Paulo, onde assumi a vice-presidência financeira do Grupo Abril, onde fiquei até o mês de julho próximo passado. Neste momento, analiso algumas ofertas, algumas oportunidades de trabalho no mercado de São Paulo.

Quando assumi a presidência da Caixa, em janeiro de 1999, fiquei sensibilizado por algumas questões de natureza estratégica. Naquele momento, trafegava, em algumas instâncias, em algumas agências do Governo Federal, um documento que pretendia demonstrar que a rede da Caixa Econômica Federal poderia ser absorvida pelo Banco do Brasil sem custo. Naquele momento também, preocupava-me bastante a questão da estrutura patrimonial da Caixa. O Presidente Cutolo havia feito um excelente trabalho de reestruturação da rede de atendimento e de reequilíbrio da tesouraria da Caixa. Havia feito um grande esforço de normalização da liquidez da Caixa, mas a sua estrutura patrimonial ainda continuava a inspirar cuidados. Era uma estrutura patrimonial que dependia de um volume muito grande de créditos de curso anormal e de recebimento duvidoso. Créditos esses que, após a reestruturação patrimonial, que, afortunadamente, tivemos a oportunidade de concluir naquela minha gestão, deram origem à criação da Engea, que tem por objeto a realização desses créditos num volume vultoso.

Por outro lado também, preocupava-me um relativo atraso tecnológico da Caixa Econômica Federal, uma vez que ela operava num ambiente competitivo em relação às demais instituições, tanto as oficiais quanto as privadas. Já havia sido iniciado um programa ambicioso na administração anterior nesse sentido, mas a defasagem tecnológica de infra-estrutura da Caixa ainda era ostensiva em relação a outros bancos, tanto oficiais quanto privados.

Esses pontos que acabo de mencionar resultavam em uma preocupação com relação à própria sobrevivência de uma instituição quase sesquicentenária, uma instituição que foi criada em 1861 e que poderia ter a sua proposta de valor para a sociedade brasileira questionada, na medida em que, como o Banco de Desenvolvimento Urbano, operava com grandes constrições, com grandes desafios, por conta dos problemas acumulados historicamente com as carteiras imobiliárias de financiamento urbano; as dificuldades com as empresas estatais de saneamento com relação à capacidade de tomar crédito, e o próprio banco comercial da Caixa que operava também em condições desfavoráveis por uma série de fatores que não caberia aqui mencioná-los, ou seja, a própria existência da instituição que me preocupava e que passava a ser questionada.

Nesse exato instante, e por força da possibilidade afortunada que tive de montar uma diretoria exclusivamente profissional, uma diretoria completamente técnica, todos os nomes sugeridos por mim foram aprovados pelo Ministro, e todos os nomes atendendo os requisitos do Estatuto da Caixa, da Lei do Sistema Financeiro nº 4.595 e os requisitos do Banco Central, inclusive iniciando, no momento em que pude definir o grupo de diretores – o estatuto exigia dois diretores de carreira, e tínhamos três no início – e, quando concluí a minha gestão, tínhamos cinco diretores de carreira na Caixa, e cada um era especialista na sua função. Isso, juntamente com os dois diretores de mercado, também especialistas em administração bancária que pude trazer, nos permitiu, do fundo dessas preocupações que mencionei, perceber que a rede de lotéricos que acabara de ser integrada por esse contrato de fornecimento de serviços em tempo real, instantaneamente visualizamos que podíamos ter ali o potencial para rapidamente criarmos o maior banco eletrônico deste País, o maior banco digital deste País, a maior rede de distribuição em tempo real deste País. O que significava para a Caixa, que naquele momento estava ameaçada até em sua própria sobrevivência, um grande atalho, uma grande oportunidade: a transformação dos lotéricos em postos de atendimento bancário ou algo semelhante. Não poderia ser posto de atendimento bancário obviamente, mas foi aí que a gente começou a desenvolver e chegar à proposta e à idéia

finalmente aprovada pelo Banco Central do desenho do projeto do correspondente bancário, que foi desenhado e criado naquela gestão pela Caixa Econômica Federal. Depois demos passos adicionais criando a conta eletrônica simplificada, por exemplo, operada exclusivamente com cartão magnético e outras transações que ainda não existiam lá.

Com esse potencial, com a possibilidade de operar essa rede de distribuição extremamente poderosa, se pudéssemos, efetivamente, transacionar com serviços financeiros, adveio simultaneamente a nossa percepção de que a Caixa tinha fatores competitivos e tinha potencial para se posicionar de uma maneira competitiva, pioneira, em situação de liderança na transferência de benefícios, na distribuição de políticas públicas. E foi nessa ocasião inclusive que eu, profissionalmente, tive a oportunidade também de ver como o governo estadunidense, o governo norte-americano operava a transferência de benefícios, e me dei conta, naquele momento, que o governo americano ainda transferia benefícios, ainda pagava benefícios por meio de vale – os chamados food stamps – para diferentes programas. E nós, naquele momento, tínhamos a tecnologia e a possibilidade de fazer a transferência de benefícios, o pagamento de políticas públicas, por meio de cartão magnético – daí surgiu também o projeto do Cartão do Cidadão.

Ainda não se parou, neste País, para avaliar corretamente o salto tecnológico, o ganho de eficiência que tivemos com essa passagem tão rápida e acelerada para o pagamento das diferentes políticas públicas, para os diferentes benefícios por meio de cartão magnético. Assim, nós, efetivamente, acabamos fazendo, mas com algumas dificuldades. E as dificuldades decorreram, principalmente do perímetro, da natureza, das limitações do contrato com a empresa fornecedora de serviços dessa rede eletrônica. Obviamente, o contrato original tinha o seu objeto. À medida que nós queríamos introduzir novos serviços, porque queríamos expandir a rede, enfrentávamos as limitações legais, administrativas do contrato original com a empresa fornecedora, algumas justificáveis, do ponto de vista econômico. Nós queríamos, por exemplo, expandir a rede. Ao fim e ao cabo, conseguimos expandir a rede para todos os Municípios brasileiros. Eu não sei, mas, eventualmente, o Presidente Jorge Mattoso pode ou não confirmar, que, em 2002, quando a Caixa atingiu os 5.547 Municípios, naquela época, ela era a única instituição financeira brasileira presente em todos os Municípios brasileiros. É possível que ainda hoje seja a única, o que é outro feito notável também neste programa.

Nós queríamos chegar à Solidão, no interior de Pernambuco, e pagar, por meio do Cartão do Cidadão, cartão magnético, as políticas públicas. Evidentemente, a empresa fornecedora não via potencial econômico, em Solidão, para instalar seus equipamentos.

Também, em determinados momentos, nós queríamos introduzir determinadas transações porque a Caixa, como eu disse, opera num ambiente competitivo, num mercado extremamente dinâmico. Vejam os senhores, por exemplo, que o mercado de crédito consignado da Previdência se desenvolveu em questão de meses. Em poucos meses, já há um saldo de mais de 13 bilhões, com potencial de chegar a 100 bilhões no crédito consignado. Imaginem a responsabilidade do Presidente e dos Diretores da Caixa em se deparem com essas condições competitivas de mercado e, eventualmente, estarem limitados por questões de natureza contratual com fornecedores e formalidades legais que devem ser, obviamente, obedecidas.

Por conta dessa visão, dessas preocupações, dessas diretrizes, dessas iniciativas de natureza técnica e profissional, tomamos todas as medidas que viemos a tomar posteriormente, que, obviamente, no momento oportuno, procurarei detalhar.

Por fim, gostaria apenas de mencionar alguns pontos que representam minha visão, minha melhor opinião técnica e profissional a respeito do tema que é trazido a esta CPI neste momento.

Minha visão é a de que o contrato da Caixa com a empresa fornecedora de serviços cumpriu integralmente o seu objeto. O que significa isso? Significa dizer que, se o contrato dissesse respeito a uma barragem, a barragem estaria concluída; se dissesse respeito a uma rodovia, a rodovia estaria concluída. O contrato cumpriu o seu objeto.

Segundo, o contrato foi lucrativo e vantajoso para a contratante, a Caixa Econômica Federal; foi vantajoso para os agentes lotéricos; foi vantajoso para os fundos de programas sociais do Governo que recebiam recursos provenientes dessas transações, nessa rede; e foi excepcionalmente vantajoso para a sociedade brasileira pela possibilidade inédita e pioneira que tivemos de pagar benefícios sociais numa rede que permitia – e fizemos pesquisas neste sentido – que pessoas humildes e simples não tivessem de se deslocar de cidades não servidas pela rede bancária, de periferias de grandes cidades não servidas pela rede bancária para receber seus benefícios em filas de agências bancárias. Com isso, reduzimos custo de viagem, horas de trabalhos perdidas para recebimento de benefícios. Esse balanço social ainda não foi feito, e pode ser feito.

O contrato foi legal. Há divergência entre instâncias e autoridades governamentais que esposam te-

ses diferentes em documentos diferentes, mas o fato é que nunca, na história desse contrato, houve uma manifestação definitiva, transitada em julgado, em última instância, que questionasse a legalidade desse contrato. O que existiu, num determinado momento, foi um pedido da equipe técnica no TCU, em 1997, pela anulação do contrato que não foi acatada pelo Ministro-Relator no acórdão de 2003, seis anos depois que o Presidente Cutolo assinou o contrato. Nós nos empenhamos em resolver essas questões com a elaboração de um novo edital de licitação, em 2000, um novo modelo, em um novo edital de licitação.

Os sigilos fiscais e bancários de ex-dirigentes da Caixa, ex-empregados da Caixa, que estão notificados pela Justiça Federal por uma iniciativa do Ministério Público Federal numa ação civil, estão quebrados desde junho de 2004 – e continuam quebrados – e daí não emergiu, que eu saiba, que seja do meu conhecimento, nenhum indício que desabone a conduta profissional desses notificados.

Por fim, eu gostaria de mencionar que, segundo a minha opinião, a tese que se repetiu aqui, Sr. Presidente e Sr. Relator, à exaustão de um suposto aprisionamento da Caixa pela empresa fornecedora de serviço, na minha opinião, é tese inepta por três fatores: em primeiro lugar, porque o conceito de aprisionamento é um conceito técnico, assim como, no âmbito do Direito, por exemplo, não se deve confundir furto com roubo, roubo com latrocínio; no âmbito da economia, há determinados conceitos que precisam ser usados também apropriadamente, e o aprisionamento só ocorre, ele só se dá na presença de um determinado fenômeno que é o custo de troca do fornecedor em sendo ou tornando-se insuportável para o cliente. Só existe aprisionamento, tecnicamente, quando o custo de troca do fornecedor é insuportável pelo contratante. Na minha opinião, nunca foi insuportável, do ponto de vista de custo econômico para a Caixa Econômica Federal, trocar o fornecedor – primeiro ponto.

Segundo ponto: no ano de 2000, todas as transações, que não as transações de tipo 1, que eram as transações de jogos lotéricos, as de tipo 1, ou seja, todas as demais transações a Caixa já tinha reescrito em linguagem e no ambiente Windows. Todas as transações, de 2 até as que existiam na ocasião – não me lembro se já existia o tipo 7 –, a Caixa já tinha reescrito e já tinha condições de operar nos seus correspondentes bancários que não tinham absolutamente nada a ver com a empresa fornecedora de serviço, como aliás afirmou aqui no seu depoimento o Presidente Jorge Mattoso. Em terceiro lugar, o ponto principal talvez, do ponto de vista factual, para demonstrar que nunca houve esse aprisionamento, a Caixa desenvolveu, no ano 2000, um modelo de licitação que, não houvesse ocorrido os embargos judiciais sucessivos que ocorreram, permitiriam que, ao final normal do contrato, a Caixa tivesse na horizontal – e eu já explico o que seria na horizontal e na vertical – no mínimo, mais um fornecedor, além da provedora existente, e, na vertical, também, mais um fornecedor.

Na horizontal, o que era? O País foi dividido em três regiões e havia uma cláusula que dizia que um licitante poderia conquistar, poderia contratar no máximo duas regiões, ou seja, necessariamente, teríamos um segundo fornecedor. Essa condição veio da nossa experiência lá da década de 80 como administradores bancários, quando todos o bancos com redes relevantes neste País trataram de colocar um fornecedor adicional.

Houve pelo menos um grande banco neste País que era sócio de uma empresa produtora de terminais bancários de automação bancária, e, nada obstante, mesmo assim, ainda fez questão de colocar um segundo fornecedor. Porque as razões da necessidade de se ter mais de um fornecedor são auto-evidentes da necessidade de ter mais de um fornecedor. E, na vertical, também: tínhamos os serviços de manutenção da rede, reposição de consumíveis, captação de transmissão nos terminais, transporte por telecomunicação da transmissão e o processamento.

Então, nessas quatro atividades, também o edital, ostensivamente, impedia que fossem contratadas pelo mesmo licitante. Forçosamente, teríamos mais de um fornecedor na horizontal – geograficamente – e mais de um fornecedor na vertical.

Esse modelo foi desenvolvido pela Caixa com o apoio de consultorias e, como eu disse, com base na nossa experiência, e ele, claramente, ao final do contrato, colocaria normalmente, não fora o embargo judicial, novos fornecedores, o que, na minha opinião, atesta, factualmente, que não havia aprisionamento. Havia e houve e perdurou, durante muito tempo, embargo judicial, que não tinha nada a ver com o aprisionamento ao fornecedor. Duas coisas completamente distintas. Não fora o embargo judicial, a Caixa, com aquele modelo que desenvolveu, naturalmente, ao final do contrato, teria outros fornecedores. Ou seja, não havia o fenômeno que descreveria, que justificaria, na minha opinião, o conceito de aprisionamento.

Muito obrigado e fico à disposição da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós é que agradecemos a V. Sª, Dr. Emílio Carazzai.

Concedo a palavra ao Dr. Sérgio Cutolo para as suas considerações iniciais. Antes, porém, comunico aos Srs. Senadores que recebo Ofício do Dr. Danilo de Castro, Secretário de Estado do Governo Minas

Gerais e ex-Presidente da Caixa, vazado nos seguintes termos:

> "Reportando-me aos termos do Ofício nº 449, de 2005 – CPI Bingos, informo a V. Exª a impossibilidade do meu comparecimento, conforme Atestado Médico em anexo.
>
> Coloco-me à disposição dessa Presidência bem como dos demais membros da Comissão Parlamentar de Inquérito para uma nova data.
>
> Atenciosamente, Danilo de Castro".

Encaminho à Mesa o ofício. Marcaremos nova data para o Dr. Danilo de Castro. O Atestado Médico vem assinado pelo seu Cardiologista, o Dr. Samuel Flam. Esperamos que seja passageiro.

Com a palavra V. Sª, Dr. Sérgio Cutolo.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Muito obrigado, Sr. Presidente Efraim Morais.

Senador Garibaldi Alves Filho, Relator desta Comissão, prezado Senador Antonio Carlos Magalhães, Senadora Ideli Salvatti, meu prezado Jorge Mattoso, atual presidente da Caixa Econômica Federal, meu prezado Carazzai, ex-Presidente da Caixa: bom, falando um pouco do lado pessoal, tive minha vida profissional muito atrelada ao serviço público. Durante mais de 20 anos, exerci cargos públicos e, apenas nos últimos seis anos, exerço cargos na iniciativa privada. Assumi e tive bastantes desafios no serviço público e, como um servido de Estado, acho que consegui superar uma parte considerável deles. Exerci cargos de assessoramento e direção superior nos Ministérios do Trabalho, da Fazenda, da Previdência e Assistência Social e do Desenvolvimento Urbano. Fui alçado a ministro de Estado por duas vezes, nos governos dos Presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Exerci a presidência da Caixa Econômica Federal no período de fevereiro de 1995 a fevereiro de 1999, onde tive como missão a reestruturação da empresa e buscar sanear, como foi dito aqui pelo Carazzai, financeiramente a empresa. A empresa passava por dificuldades financeiras graves e não cumpria sua missão institucional, por falta de funding. A principal missão institucional da Caixa é atuar nas áreas habitacional e de saneamento básico. Ela não conseguia atuar nessas áreas, tinha uma inadimplência média de mais de 26% e, além disso, milhares de empreendimentos-problema acabaram por drenar totalmente a capacidade da instituição, de atuar dentro do escopo da sua missão.

Em 1994, portanto, um ano antes de eu assumir a instituição, a Caixa apresentou prejuízo operacional de R$2,6 bilhões, o que equivalia a quase duas vezes o seu patrimônio líquido. A Caixa recorria ao redesconto do Banco Central todos os dias para cobrir operações de longo prazo. Portanto, fazia uso de um funding de curtíssimo prazo, a taxas de juros estratosféricas, para cobrir operações de longo prazo, com taxas de juros muito menores. Então, havia um descasamento sério.

E, para completar o quadro, nós vivíamos o início do Plano Real, em que se estancou o processo inflacionário e, com isso, estancou-se também a ciranda financeira. Naquele momento, dezenas de bancos quebraram, pelo mesmo motivo da Caixa Econômica Federal; quer dizer, falta de liquidez. Nós conseguimos superar essa situação sem nenhum aporte do Tesouro Nacional. Como o ex-presidente Carazzai disse, a situação patrimonial da Caixa só foi equacionada de fato quase oito anos depois.

Em 1998, meu último ano à frente da Caixa Econômica Federal, a instituição já apresentou um lucro operacional – e eu falo operacional e não líquido, para expurgar o efeito inflacionário – de mais de R$400 milhões. Voltou a desempenhar sua missão institucional e teve, naquele ano, um dos maiores níveis de contratações na área habitacional e de saneamento de toda a sua história. No que diz respeito ao atendimento aos seus clientes, a imprensa divulgava, de forma muito presente, a situação degradante do atendimento à clientela, principalmente àquela clientela dos programas sociais do Governo Federal. Filas enormes formavam-se em frente das agências da Caixa Econômica Federal, e pessoas necessitadas não tinham um tratamento minimamente digno de atendimento. Nós demos continuidade, atendendo a uma determinação muito forte das áreas técnica e jurídica da instituição, a um processo de licitação para contratação do sistema on line das casas lotéricas, entre outros motivos, exatamente para procurar atender a essa clientela dos programas sociais do Governo Federal. Quando nós assumimos a Caixa Econômica, já tinha, inclusive, sido publicado um edital com as empresas homologadas – na verdade, duas empresas homologadas – no processo de licitação. Então, já havia ocorrido a abertura das propostas e, em janeiro – eu assumi em fevereiro –, ocorreu a publicação desse ato, homologando duas empresas. É importante reforçar um ponto: a base tecnológica da Caixa era completamente defasada, inclusive reduzindo a níveis preocupantes a questão da segurança das operações, tirando, obviamente, a competitividade da instituição e impondo perdas, também consideráveis, para a Caixa. O cenário, enfim, mostrava que era imperativo implementar as propostas da área técnica, que, inclusive, em todas as manifestações – isso está muito bem documentado –, mostravam que a não tomada dessa decisão implicaria prejuízos inestimáveis para a

Caixa e, também, para a sua clientela. A contratação on line se deu no início de 97. Importante mencionar que o processo de licitação começou no início de 1993; portanto, mais de quatro anos depois de iniciado o processo de contratação. Na minha época, na Caixa, o processo levou quase dois anos, envolvendo centenas de economiários, diversas áreas da Caixa, não só a área de loterias, mas a área de tecnologia, a área de prestação de serviços delegados, a área de compras e contratações e, obviamente, a área jurídica, entre outras. Além disso, esse processo sofreu, pela sua complexidade e pelo seu ineditismo (dessa contratação), um demorado, moroso, porém rigoroso, processo de análise por todas as áreas envolvidas, passando por instâncias colegiadas. É importante se dizer aqui que, na nossa época também, nós transformamos todos os conselhos opinativos em conselhos efetivamente deliberativos. Esses conselhos eram compostos, única e exclusivamente, por funcionários estatutários, da instituição. Então, esse processo de contratação passou por todas essas instâncias. No front externo, tivemos de prestar esclarecimentos técnicos e jurídicos, inclusive a parlamentares, ao ministério público. O processo teve auditorias e certidões do Tribunal de Contas da União, ações judiciais e liminares – aliás, uma liminar. Isso tudo acabou provocando sucessivos adiamentos para a contratação. Mas, no meu modo de ver, inclusive agora, revisitando todo o processo, ele deu total transparência e publicidade a essa contratação à época.

Eu gostaria de citar aqui duas manifestações de dois Poderes constituídos, que antecederam à contratação. A primeira foi uma certidão do Presidente do Tribunal de Contas da União, atestando: "A equipe de auditoria não apurou irregularidade no referido certame licitatório". Além disso, teve uma decisão do juiz-relator do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, cassando os efeitos de uma liminar que havia suspendido a licitação. Então, reforçando o ponto já colocado pelo Carazzai, a contratação se deu, do ponto de vista legal, sem nenhum questionamento, inclusive desses dois Poderes constituídos, que eu mencionei anteriormente.

Objetivamente, essa contratação permitiu que a arrecadação dos lotéricos crescesse mais de 60%. Isso aí são dados contábeis da Caixa Econômica Federal. Além disso, viabilizou, principalmente – não durante a minha gestão, mas nas gestões posteriores –, a implantação da maior rede de atendimentos a programas sociais do Governo: pagamento de INSS, benefício de seguro-desemprego, pagamento do PIS e outros programas do Governo Federal. Além disso, possibilitou, também, o recebimento de contas de concessionários públicos, de uma forma bastante centralizada, principalmente nas periferias das grandes cidades. Carazzai mencionou aqui, bem, os rincões afastados dos grandes centros. Mas a Caixa tinha um problema muito sério nas periferias das grandes cidades. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Salvador não eram atendidos pelas redes de agências da Caixa Econômica Federal. E nós pudemos, com a rede das casas dos lotéricos, atingir essa população.

Finalmente, Sr. Presidente – e para concluir –, eu queria dizer que essa contratação permitiu o aumento significativo das receitas da Caixa Econômica Federal. E o único documento que eu pude ler no processo, envolvendo aqui todas as administrações da Caixa aqui presentes, de um laudo do Tribunal de Contas da União, de tecnologia da informação, realizado em 2004, portanto, mais de 10 anos depois de iniciado o processo de licitação, diz o seguinte: "Podemos concluir, então, pela adequação ao mercado dos preços praticados na utilização do canal lotérico, inclusive do percentual pago à GTech". Isso aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, atesta o seguinte fato. Apesar de todos os problemas que o Brasil todo acompanha, envolvendo esse contrato, ou esses contratos, com essa fornecedora, essa prestadora de serviços da Caixa Econômica Federal, todas as análises técnicas comprovam que ele foi bastante favorável, como foi dito aqui pelo Carazzai, não só para a Caixa Econômica Federal mas para o Governo Federal e, principalmente, no atendimento da população mais carente.

Era isso o que eu tinha a dizer preliminarmente. Estou à disposição da Comissão para responder qualquer outra indagação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª, Dr. Sérgio Cutolo.

Concedo a palavra ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Jorge Matoso, para suas considerações iniciais.

V. Sª tem a palavra, Dr. Jorge Mattoso.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Efraim Morais. Aproveito para cumprimentar também o Senador Garibaldi Alves, Relator desta CPI, e os Srs. Senadores aqui presentes. É com grata satisfação que eu retorno ao Senado após ter aqui estado, em 22 de março de 2004, a convite da Comissão de Fiscalização e Controle, quando apresentamos as informações e esclarecimentos até então solicitados à Caixa. Retorno hoje com a mesma disposição e determinação que tem pautado a atuação da Caixa nesse episódio: a de não medir esforços para esclarecer todas as solicitações a nós dirigidas, sejam do

Congresso Nacional, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União ou da Polícia Federal.

Aproveito a oportunidade para entregar ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator correspondência minha, pessoal, em nome da Caixa Econômica Federal, acompanhada de três volumes de documentos, que nós gostaríamos que fossem analisados e avaliados por esta CPI. Essa carta busca, um pouco, contar a nossa recente história. Eu digo recente, porque essa instituição, a Caixa Econômica Federal, vai fazer no ano que vem 145 anos, e a sua história de serviços prestados ao País, à economia e à sociedade é de conhecimento público.

É verdade que, atualmente, a Caixa Econômica Federal passa por um momento ímpar: os recursos carreados pela Caixa são os de maior monta na história – recursos carreados à economia de estados e municípios. Para os senhores terem uma idéia, no ano de 2002, foram cerca de R$67 bilhões carreados pela Caixa. Esses não são, necessariamente, recursos Caixa, são recursos dos diversos ministérios, do Fundo de Garantia, dos diversos fundos, inclusive de recursos Caixa, disponibilizados a Estados e Municípios.

Em 2004, foram R$97 bilhões, o que representou entre 44 e 45% a mais em relação ao ano de 2002. No ano de 2005 pretendemos colocar nada menos do que R$120 bilhões, aí incluídos o crédito e o financiamento habitacional, saneamento, crédito à pessoa física e jurídica e todos os outros recursos carreados pela Caixa.

Efetivamente, como já falado, a Caixa está presente em todos os municípios – já não nos 2.545 da época do presidente Carazzai*, mas em todos os 5.562 municípios deste momento. E está presente com um acréscimo substancial de postos de venda. Nós tínhamos cerca de 14 mil postos de venda em 2002. Hoje nós temos 17.600 postos de venda, com o acréscimo do número de agências bancárias e, sobretudo, com o acréscimo do número de correspondentes bancários, já que os lotéricos mantêm-se em torno do número de nove mil.

Nesse período recente, o desempenho do crédito da Caixa – crédito comercial, pessoa física e jurídica –, foi de 44% – seu crescimento no ano de 2004 –, o que representou o dobro do mercado e um esforço extraordinário para capacitar a Caixa Econômica Federal, até recentemente conhecida como o banco da poupança e o banco da habitação em, efetivamente, um banco pleno, capaz de competir e disputar o mercado, sendo, sim, um banco 100% público, mas com responsabilidade social, eficiência e competitividade. No primeiro semestre deste ano, o resultado econômico-financeiro da Caixa deverá ser o melhor de sua história. E a previsão para o final do ano é nós atingirmos R$2 bilhões de lucro líquido. Ao mesmo tempo, o Programa de Redução de Gastos e Desperdícios, o Proged, em três anos – 2003, 2004 e o que já foi de 2005 –, já economizou, em termos de renegociação de contratos, redução de gastos e de desperdícios, nada menos do que R$1,1 bilhão. Esse é um esforço extraordinário que a Caixa vem fazendo ao longo do tempo.

Voltemos agora à situação que nos traz a esta CPI. Eu gostaria de insistir em três elementos neste primeiro momento, nesta primeira oportunidade que me é dada pelos Srs. Senadores. Em primeiro lugar, para considerar a situação que nós vivemos quando da assinatura da primeira renovação, em abril de 2003, e, depois, para termos uma idéia do que foi realizado até agora, elemento indispensável para o entendimento dessas diferentes fases.

Nós assumimos a Presidência da Caixa Econômica Federal no dia 16 de janeiro de 2003. No dia 13 de janeiro, o antigo Conselho-Diretor da Caixa, renovou o contrato da GTech por noventa dias. Portanto, nós tínhamos noventa dias, e nenhum dia a mais. Aliás, menos de noventa dias, porque eu assumi no dia 16, e o acordo foi firmado no dia 13; eu teria até o dia 14 de abril para resolver esse imbróglio. Nós tínhamos apenas noventa dias para renegociar esse contrato. Nós tínhamos decisões judiciais que impediam a licitação desses serviços e, portanto, davam um poder acrescido à empresa fornecedora de serviços, a GTech; a Caixa ainda não dispunha de condições para dispensar, com segurança, quaisquer dos serviços prestados pela GTech.

As condições, volto a dizer, eram difíceis: noventa dias apenas para negociar; decisões judiciais que favoreciam a empresa e que não apenas impediam a Caixa Econômica Federal de fazer as licitações como impediam o processo de ampliação dos correspondentes bancários, aos quais outros presidentes aqui já se referiram, e que estavam, também, em embargo pela Justiça, o que dificultava a vida da Caixa Econômica Federal, que não podia expandir os seus correspondentes bancários. Ao mesmo tempo, não cabia expandir os lotéricos, tendo em vista o contencioso jurídico havido, desde 2000, com a empresa.

Frente a uma situação dessas, qual foi o resultado, após menos de noventa dias? O acordo de renovação foi assinado no dia 8 de abril, seis dias antes do prazo final que tínhamos para negociar. Foi a melhor renovação de contrato que a Caixa já fez e foi, sobretudo, uma abertura de caminhos para a plena absorção pela Caixa dos lotéricos e do negócio lotérico.

Quais foram os condicionantes da Caixa e quais foram os resultados? Para nós eram importantes três

questões. Em primeiro lugar, obter, pela primeira vez, redução de preço. Em segundo, obter a renúncia por parte da empresa, de maneira a abrir a possibilidade de podermos reiniciar a abertura dos correspondentes bancários. Em terceiro, iniciar a migração dos dados históricos, o que era absolutamente indispensável – não nos esqueçamos de que a empresa era monopólica, ela detinha o conjunto dos dados históricos, dados históricos que representavam a bagatela de onze bilhões de transações realizadas desde 1997. Nós precisávamos obter essas transações na Caixa para podermos iniciar, com segurança, o processo de ampliação, integralização e internalização do processo lotérico.

Como resultado dessa negociação, em condições difíceis, volto a insistir – prazo exíguo, liminares da Justiça que favoreciam a empresa e que nos impediam de ampliar e de iniciar o nosso processo licitatório –, nós conseguimos 15% de abatimento, o que representou nada menos do que 117 milhões de reais e a liberação definitiva dos correspondentes bancários. Os senhores ex-presidentes já apontaram a importância que os correspondentes bancários têm e posso dizer aos senhores aqui que os correspondentes bancários representam um esforço extraordinário da Caixa, justamente de maneira a poder ofertar à população de menor renda as melhores condições de acesso a serviços bancários.

Nós tínhamos, ao final de 2002, pouco menos de dois mil correspondentes bancários; hoje, temos mais de quatro mil correspondentes bancários. Agora o mais curioso, Srs. Senadores, é que, enquanto nós dobramos os correspondentes bancários, o número de operações realizadas nos correspondentes bancários teve um acréscimo: de onze milhões operações realizadas em 2004, passou para sessenta milhões realizadas em 2005. Isso significa nada menos do que 600% de acréscimo e explica, com muita clareza, por que a empresa fazia um esforço tremendo para impedir a expansão dos correspondentes bancários que era realizada sob o domínio e controle da Caixa Econômica Federal e não sob o domínio e controle da empresa.

Isso nos permitiu, junto com a abertura de agências, fazer com que a Caixa se tornasse a única das dez maiores empresas financeiras a estar por 22 meses fora da lista de reclamações do Banco Central. Isso significa que a nossa ampliação de agências e a ampliação dos correspondentes bancários melhorou o atendimento e permitiu que a Caixa Econômica Federal viesse, clara e insofismavelmente, a se transformar num grande banco público, 100% público, com responsabilidade social, eficiente, competitivo e capaz de enfrentar os bancos privados e outros bancos públicos.

Eu gostaria, em segundo lugar, de falar do sucesso que foi essa negociação, sucesso de resto reconhecido aqui, onde já esteve o representante do Tribunal de Contas da União, que apontou o extraordinário sucesso dessa negociação.

Quero passar, então, para o segundo ponto, que muitas vezes foi levantado, inclusive dentro desta CPI com a acareação que foi feita com pessoas envolvidas. Em nenhum momento, a Caixa sofreu qualquer tipo de interferência externa relativa a esse contrato; interferência de nenhum tipo. Ela não sofreu interferência de Deputados, como já havia sofrido no passado; de Embaixadores, como já havia sofrido no passado; não sofreu nenhum tipo de interferência de Ministros. Não tivemos nenhuma interferência. Graças, inclusive, ao respeito e à confiança que eu tenho tido do Ministro Palocci, em nenhum momento, nós discutimos– aliás, eu não discuto com ninguém fora da Caixa Econômica Federal, nenhum dos mais de três mil contratos de fornecedores. Eles seguem as normas internas da Caixa, que são determinadas por comitês, por pessoas, técnicos da Caixa. Eu não discuto negociação de contratos externos à Caixa. Não sofremos. E os levantamentos que foram feitos pela Polícia Federal e por outras instituições de controle, inclusive levantamento de sigilo, em nenhum momento, mostram ligações das pessoas supostamente envolvidas em algum tipo de relação, no mínimo esdrúxula, entre a empresa e essas pessoas.

Em nenhum momento, nenhum dos negociadores, nenhum dos técnicos envolvidos da Caixa, nem o seu Presidente, nenhum dos vice-Presidentes, teve relação com essas pessoas. Interferência não houve e não haverá enquanto eu for Presidente da Caixa Econômica Federal.

Eu acredito, além do mais, que se interferência tivesse havido, seria o único caso de uma interferência que resulta num contrato a menor, com ampliação dos correspondentes bancários e a migração dos dados históricos. É o caso único na história, ou seja, uma interferência cujo resultado foi a melhor negociação de contrato já realizada na Caixa Econômica Federal, com relação a essa negociação.

Terceiro elemento. De lá para cá, muito ocorreu, muita água correu. A Caixa, que não estava ainda em condições de assumir o processo lotérico e que estava subordinada a determinadas liminares judiciais que a impediam de realizar as licitações, nesse período, graças inclusive ao esforço do nosso jurídico, conseguiu liberar as licitações, tivemos uma determinação do STJ que permitiu realizar as licitações. Realizamos, num prazo extremamente exíguo, quatro licitações que tiveram ganhos de 50% sobre o preço de mercado le-

vantado antes do início dessas licitações, e licitações realizadas por pregão. Pregões esses que, em alguns casos, chegaram a ter 2 mil e 400 ou 2 mil e 500 preços definidos publicamente. Conseguimos não somente terminar os quatro pregões, em tempo hábil, como assinamos os contratos em nada menos de seis meses com quatro empresas. E cito de exemplo, ainda que seja difícil comparar, pela grandeza desse contrato, da negociação de 1994, melhor dito, da licitação de 1994, que levou três anos para ser assinada, e não por problemas internos da Caixa, muitas vezes por problema de natureza jurídica, por questionamentos de natureza jurídica.

O fato de termos optado por pregões nos permitiu não somente obter mais de 50% de redução dos preços de mercado, como fazermos, em tempo recorde, a assinatura dos contratos e já estarmos em condições de nos liberarmos dessa empresa.

Até o final do ano já iniciamos o processo de incorporação, já estamos substituindo o maquinário das lotéricas. É um maquinário extremamente moderno, que vai substituir uma, duas ou três máquinas distintas existentes nas lotéricas. E vamos ganhar tempo na impressão, vamos ganhar produtividade nas operações, tanto lotéricas quanto não-lotéricas, e estaremos em condições, até o final deste ano, de estarmos com 50% das máquinas em operação nos lotéricos e, até maio do ano que vem, com um conjunto de 25 mil máquinas no sistema de leasing, colocadas nos cerca de nove mil lotéricos, nos cerca de 3.628 Municípios onde os lotéricos se encontram.

Isso significa uma verdadeira operação de guerra que só está sendo possível graças ao extraordinário esforço dos funcionários da Caixa, que têm dado não somente dias e noites, mas fins de semana para garantir que, até o final de maio, início de junho do ano que vem, estejamos em condições de assumir plenamente o serviço lotérico, internalizá-lo completamente na Caixa, em condições até então inusitadas para a nossa instituição.

Finalmente, gostaria de dizer, e quero agradecer novamente aos funcionários da Caixa por essa verdadeira batalha, realizada ao longo desses anos, para chegarmos até o final do mês de maio de 2006, com a internalização completa do novo modelo lotérico, com todas as condições de segurança asseguradas aos 33 milhões de clientes da Caixa e também às dezenas de milhões de pessoas que jogam nas loterias e que utilizam as loterias não exclusivamente para fazer jogos.

Volto a insistir que as loterias são um importante instrumento público para o pagamento dos programas sociais e para o conjunto dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal.

Esses lotéricos, conjuntamente com os correspondentes bancários, são o ativo mais importante, eu diria, que a Caixa Econômica detém junto com as suas agências e com os seus funcionários.

Obrigado, Srªs e Srs. Senadores. Estou à disposição para responder qualquer uma das questões dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Sª Dr. Jorge Eduardo Levi Mattoso e concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, Relator desta CPI.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria, com a permissão de V. Exª, de seguir uma linha cronológica que começa pelo Presidente Sérgio Cutolo, depois o Presidente Emílio Carazzai até chegar ao Presidente Jorge Mattoso.

Eu perguntaria ao Presidente Cutolo: V. Sª disse aqui que a decisão de permitir a entrada no mercado lotérico brasileiro, de uma multinacional norte-americana, a GTech, em 1997, foi precedida de um processo de análise, inclusive de comitês que passaram a ser inclusive mais deliberativos.

Eu pergunto a V. Sª se poderia explicitar mais o que aconteceu com essa decisão?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Pois não, Senador. Vou tentar. Primeiro, em termos cronológicos, o processo de licitação não se deu na minha gestão, como já foi dito, mas começou em agosto de 1993, com uma portaria que criava um grupo de trabalho para especificar o edital de licitação. Daí para frente foram feitas duas audiências públicas com empresas concorrentes.

O edital de licitação foi publicado por duas vezes, isso em 1994, mais precisamente em maio, em novembro de 1994. Em 19 de dezembro de 1994, foram recebidas as documentações das propostas e, em janeiro de 1995, foi publicado um aviso informando as empresas habilitadas no processo de licitação.

Tudo isso ocorreu antes da minha gestão.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na gestão do...

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Na verdade, passaram dois Presidentes pela Caixa Econômica Federal.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dois Presidentes, Danilo de Castro...

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Danilo de Castro e José Fernando.

A partir de março de 1995 é que passamos, enfim, a responder pela Presidência da Caixa Econômica Federal. Na verdade, assumimos no final de fevereiro e, a partir daí, o que nós fizemos? Em maio, em um processo burocrático, abrimos as propostas técnicas

e comerciais. Então, demos continuidade a todo um processo que havia sido iniciado dois anos antes.

Eu não vou falar das informações que demos ao Ministério Público e tal, senão isto aqui vai ficar muito longo. Só vou falar dos procedimentos burocráticos internos à instituição.

Depois disso, por problemas do Tribunal de Contas e Justiça, tivemos que adiar o processo por algum tempo. Retomamo-lo a partir de março de 1996, quando se deu início aos testes de laboratório e avaliação técnica. Isso tudo estava previsto originalmente no processo de licitação.

Isso levou praticamente seis meses e, em outubro de 1996, foi proclamado vencedor da licitação um consórcio da empresa Racimec na época, pela comissão de licitação.

Depois disso, a comissão encaminhou o processo ao Presidente da Caixa...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Racimec e a SB, não é? SB Indústria e Comércio?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Isso.

Depois disso foi submetido ao Presidente da Caixa, que encaminhou – esse é o processo normal, burocrático – ao Comitê de Compras e Contratações da instituição, que aprovou, por unanimidade, essa contratação, homologada pela Diretoria Colegiada da Caixa Econômica Federal também por unanimidade.

Bom, depois da contratação, e aí vou passar aqui para outro, houve esse processo que o senhor mencionou da entrada da GTech.

Não tenho muita informação a respeito disso, mas me disseram que já havia um acordo operacional entre a GTech e a Racimec antes desse processo.

Na verdade, o consórcio Racimec, por duas vezes, submeteu a Caixa Econômica Federal a uma consulta sobre uma possível cisão da empresa. Em duas vezes, foi negado. É importante que se diga o seguinte: há tanto na Lei nº 866 como no edital de licitação do processo on-line e no contrato feito com o consórcio Racimec, a previsão para mudanças de reorganização operacional e corporativa da empresa. Isso estava estabelecido em todos esse normativos que eu mencionei.

A Racimec, como eu vinha dizendo, por duas vezes, entrou com um processo de cisão na Caixa Econômica Federal. Foi negado pelas instâncias competentes para isso, que eram áreas administrativa e jurídica. Posteriormente ela veio, e aí sim, com uma mudança de reorganização operacional e corporativa. Penso que a partir dae é que se deu a entrada dos sócios da Racimec na empresa. Isso, se não me falha a memória, foi a partir de janeiro de 1998. Mas a informação que eu tenho, a posteriori, e quero dizer aqui o seguinte: nada disso envolveu nem a minha negociação direta, enquanto Presidente da Caixa, nem de diretores da Caixa Econômica Federal. Como eu falei, isso estava previsto tanto no edital como no contrato com a empresa, e foi uma deliberação exclusiva das áreas competentes da Caixa Econômica Federal.

Eu penso que basicamente...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor, na sua exposição, falou na certidão do TCU.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Pois não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que o TCU teria expedido uma certidão atestando que não houve irregularidades na licitação que foi homologada em 18 de outubro de 1996. Correto?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Correto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, ao mesmo tempo, o próprio TCU, em uma sindicância interna da Caixa, e o Ministério Público acusam irregularidades nessa licitação vencida pela Racimec. Então realmente mergulhei em um contraditório diante do V. Sª falou.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Posso?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Eu também... Não é fácil entender, Senador. O que ocorreu foi o seguinte: voltando agora pela cronologia. A empresa foi contratada no início de 1997. Estava previsto, desde o edital de licitação, que haveria um espaço de 120 dias para o contrato passar a vigorar. Era um contrato extremamente complexo, envolvendo mais de seis mil pontos de venda. Então, era necessária toda uma implantação de um sistema que revolucionou a forma de atendimento da Caixa Econômica Federal. Isso estava previsto no contrato. Nesse meio tempo, começou exatamente... Vou dar as datas precisas. Na verdade, essas inspeções do TCU começaram no dia 29 de abril de 1996. Portanto, antes da contratação. Ou melhor dizendo, logo em seguida à contratação. Mas antes do contrato vigorar, nós tivemos... Peço desculpas mais uma vez. Agora já estou confundindo data. O contrato foi feito em janeiro de 1997. Portanto, antes da contratação, em abril de1996, começou uma inspeção do Tribunal de Contas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em abril de 1996.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Em abril de 1996, inspeção do TCU. Em maio de 1996, o Presidente do TCU deu esta certidão: "A equipe de auditoria deste Tribunal não apurou qualquer irregularidade no referido certame licitatório". Portanto, depois de uns dois ou

três meses do início da inspeção do TCU, ele emitiu essa certidão.

Depois da contratação, houve uma nova manifestação do Tribunal de Contas. Então, Sr. Senador, apesar de eu ter sempre o cuidado – eu fazia questão de receber todo início de ano todas as inspeções do Tribunal de Contas e acompanhar isso com muito rigor. Sempre fui um burocrata extremamente rigoroso com isso. A gente não podia saber as decisões internas e de pareceres técnicos do Tribunal. Eu não tinha conhecimento, e agora que vamos tomando conhecimento. Mas o fato é que houve, realmente, uma inspeção que foi terminada em abril de 1997, mais precisamente, olhando a documentação agora, a posteriori, no dia 12 de abril de 1997, recomendando a imediata anulação da concorrência ao Ministro Relator do processo. Então o Ministro Relator do processo não acatou.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não acatou.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – E pediu informações à Caixa no dia 5 de maio de 1997. A Caixa, no dia 24 de junho de 1997, portanto, de forma tempestiva, apresentou todas as argumentações. Eu só tomei conhecimento da decisão do TCU precisamente no dia 6 de maio de 2003. Portanto, seis anos depois, veio a manifestação do Tribunal de Contas e, então, recomeçou todo o processo novamente.

Do nosso ponto de vista, nós informamos ao Tribunal de Contas da União, mais uma vez, precisamente, no dia 24 de junho de 1997, e ficamos sem obter nenhuma resposta do Tribunal.

Eu queria só mencionar o seguinte: durante toda a minha vida profissional, enquanto servidor do Estado, tive de tomar decisões, inclusive na Caixa Econômica Federal, contrariando pareceres técnicos internos, mas acatando integralmente decisões do Tribunal de Contas da União. Eu tenho isso no meu currículo para mostrar. Neste caso, não houve uma manifestação formal do Tribunal. Eu não podia fazer nada. O processo já tinha sido contratado, como eu disse, com base em certidões emitidas pelo próprio Tribunal.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Tribunal deixou de se manifestar.

Bem, eu tenho muitas perguntas; tentarei acelerar o processo.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Relator, só na cronologia que V. Exª está fazendo, o Sérgio Cutolo foi Presidente até 1998?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Comecinho de 1999.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Comecinho de 1999.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Fevereiro de 1999.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Então a contratação da GTech aconteceu no seu período, no início de 1998?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Foi no início de 1997.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Da GTech ou da Racimec?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Não, do Consórcio Racimec. Eu nunca contratei a GTech.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Do Consórcio Racimec. Sim, mas depois a GTech comprou a Racimec, e isso aconteceu porque houve duas negativas e, na terceira consulta, houve a concordância, apesar de haver duas negativas anteriores. E essa concordância aconteceu em que data?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Vou dizer exatamente, Senador.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Só porque V. Exª, Sr. Relator, está seguindo a cronologia dos fatos, o que acho um procedimento adequado, mas só para ficar claro para mim.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – A nota jurídica é do dia 21 de janeiro de 1998, início de 1998.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Favorável a que a GTech...

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Mas veja bem, favorável, como eu disse aqui, isso estava previsto, é previsto pela Lei nº 866...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Só queria saber a cronologia, porque, quanto a estar previsto ou se era possível, existem opiniões divergentes sobre isso. O Ministério Público diz que é ilegal; outros dizem que é ilegal, e o que estamos investigando é se aquela pessoa que deu esse parecer jurídico não teve outros interesses na expedição desse conceito sobre a possibilidade de uma empresa estrangeira adquirir uma licitação.

Obrigado.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Vou dar mais uma informação, só para não perder o raciocínio. É importante que se diga o seguinte: esse parecer, essa nota jurídica que mencionei aqui foi feita por dois advogados da Caixa Econômica Federal, sendo que um deles foi o advogado que anteriormente, na primeira nota jurídica, tinha negado a solicitação do Consórcio Racimec.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero informar a V. Sª que a grande dúvida que existe aqui – e até mesmo a condenação por parte de alguns Senadores – foi a decisão justamente de permitir a entrada da norte-americana GTech em substituição à empresa vencedora da licitação, a Racimec. Quer dizer, quem ganhou a licitação foi a Racimec e

a SB Consórcio. Mas, na verdade, a GTech terminou absorvendo isso.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – O que houve, o que foi aprovado pelas áreas competentes da Caixa, mais uma vez, foi um processo dentro do que era previsto em lei pelos normativos, de reorganização operacional corporativa. Ou seja, o que houve na empresa foi que outras pessoas assumiram o controle. Agora, se V. Exª me perguntar se havia...Inclusive até manifestei isto aqui, existem comentários que a própria GTech tinha acordos operacionais com consórcios da Racimec muito antes de assumir o controle da empresa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois era isso que queria perguntar. É uma pergunta objetiva a V. Sª: quando da homologação da Concorrência nº 001/94, a Caixa já sabia que a GTech iria adquirir a Racimec, empresa líder do consórcio?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Eu não tinha conhecimento disso. E para lhe dizer muito sinceramente, Senador, isso não era uma preocupação, não estava no escopo da nossa preocupação. Estávamos interessados... Inclusive a licitação foi toda montada para comprar um pacote pronto. A idéia original, que está muito claramente colocada – como eu disse, esse processo foi feito não na minha gestão, mas nas gestões anteriores –, a recomendação na época era comprar um pacote pronto. E por que isso? É importante se caracterizar a coisa no momento correto. Lembro-me, como Presidente da Caixa, de que a Caixa era muito defasada tecnologicamente. Na ocasião – a Embratel ainda era empresa pública, toda a Telebrás era ainda um sistema público –, procuramos essas empresas para saber da possibilidade de automatizarmos – e precisaríamos de espaço em satélite essa coisa toda – e simplesmente não tinha condição.

Quer dizer, por isso que na época, isso foi pensado em 1993, executado em 1999, quer dizer, a situação do País era muito diferente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que, veja bem, Sr. Sérgio – desculpe-me lhe interromper – mas, para sermos objetivos, tendo em vista o problema do tempo. O relatório da Comissão de Sindicância da própria Caixa – tenho esse registro aqui – apontou para o fato de que a Caixa já tinha conhecimento, antes da assinatura do contrato com a Racimec, que a GTech seria, de fato e de direito, a partir da anuência da Caixa, a prestadora de serviço, dado que, ao analisar a Comunicação Interna de nº 59/96, de 18/12/96, a sindicância observou que o gerente de áreas da Norloteria, o Sr. José Nardeli, já ressaltava que a GTech possuía grande experiência no ramo de jogos pelo mundo todo, o que deveria ser melhor aproveitado pela Caixa, sobretudo para a prestação de serviços não lotéricos. Aí, eu pergunto, V. Sª tinha conhecimento disso? Isso foi discutido?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Como eu disse, isso não foi objeto de discussão. Obviamente, a área específica de loteria tem um conhecimento grande, inclusive de como se dá, enfim, ou como são estruturadas as loterias no resto do mundo. E, mais uma vez, esse mesmo relatório de sindicância que o senhor cita, de novembro de 2003, reconhece que não havia solução de continuidade do serviço, que era isso que interessava, na época, para quem tomava decisão, não se operando assim efeito maléfico do ponto de vista operacional a esta empresa pública. Quer dizer, esse mesmo relatório aponta isso, como também o relatório do TCU. Mais uma vez, não era esse problema tratado, não me lembro nunca ter sido discutido isso, em nível, por exemplo, da Diretoria Colegiada da Caixa Econômica Federal.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, Dr. Sérgio, lembro-me de que, em várias oportunidades, eu estive na Caixa Econômica – eu era Governador e V. Sª, Presidente da Caixa – e me lembro sempre de que V. Sª fazia referência realmente às decisões do TCU, principalmente fazendo ver que empresas estaduais não poderiam firmar contratos com a Caixa Econômica naquele tempo, e em decisões da própria Caixa, mas por recomendação do TCU. Agora, V. Sª se diz um daqueles que observa fielmente recomendações do TCU. É claro, todos nós devemos observar, não apenas V. Sª. O TCU firmou o entendimento de que, em contratos administrativos, é ilegal a sub-rogação da figura da contratada ou a divisão das responsabilidades por ela assumidas, por contrariar os princípios constitucionais da moralidade e da eficiência, conforme o art. 37 da nossa Constituição, e o princípio da supremacia do interesse público e o dever geral de licitar. Por que a Caixa resolveu ceder o contrato para a GTech sem nova licitação? Por que a Caixa Econômica resolveu ceder a uma empresa estrangeira o controle sobre uma área tão estratégica para o Estado brasileiro, assim tão facilmente?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Bom, Senador, primeiro essa questão, como eu lhe disse, eu não me recordo de termos discutido sob esse prisma que o senhor está colocando, mesmo porque o próprio relatório do TCU – quer dizer, temos informações divergentes – cita isto textualmente, que não houve nenhum prejuízo para a execução do contrato. Toda a nossa preocupação era exatamente com a execução do contrato da melhor forma possível e a preços mais baratos possíveis. Quer dizer, essa questão de abrir para uma empresa estrangeira, eu poderia falar da minha experiência nessa área, da tecnologia da informação. E nessa área, sabemos

que o Brasil, inclusive, esteve fechado por muito tempo e isso prejudicou enormemente o País.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é arroubo aqui de xenofobia, não. É o que dizia o Tribunal de Contas.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO –** Eu tenho aqui texto também em que ele reconhece que não houve nenhum prejuízo ao contrato.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senador Garibaldi, desculpe-me, mas, à época, como até hoje, Microsoft, Oracle, tudo é estrangeiro na época de tecnologia da informação. Isso é uma discussão meio... IBM, Intel.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É verdade.

Dr. Sérgio Cutolo, a remuneração do consórcio foi fixada da seguinte forma: 5,75% sobre a arrecadação bruta dos jogos; 0,5% por operação relativa aos serviços não-lotéricos. Então, pergunto: V. Sª acredita que a fixação da remuneração nesses níveis era razoável? Com base em que critérios a Caixa chegou a essa conclusão?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Bom, primeiro o seguinte: como eu disse aqui, o edital de licitação não foi preparado na minha gestão, mas todos os estudos técnicos apontavam para o seguinte: o senhor está dando aí um percentual médio das taxas cobradas pelos produtos lotéricos. Na verdade, os produtos lotéricos eram uma matriz que variava de 4,5% a 8,5%, em cascata, dependendo da faixa de arrecadação das loterias, e isso foi estabelecido em novembro de 1994 – inclusive essa tarifa paga para os outros serviços de R$0,05 por transação foi estabelecida em novembro de 1994 –, e tem todo um estudo técnico que embasa isso aí. Mas acho mais importante, Senador, já que se passaram aí mais de dez anos, pegar relatórios recentes que atestam que esses valores praticados nesses contratos são valores inclusive mais baratos do que os outros praticados no mercado de tecnologia. Nós temos aí um relatório, um laudo técnico nesse processo, que é o Apêndice 3, que coloca claramente, faz um estudo detalhado de tempos e movimentos e mostra que os preços praticados foram mais baratos do que os praticados pelo mercado. Nós temos como comparar. Nós temos, por exemplo, o processamento de um darf, o processamento do FGTS. Então, o senhor tem aí vários, inclusive no setor público, o senhor tem como confrontar esses valores.

Na verdade, analisando os relatórios do Tribunal de Contas, fica claro o seguinte: o ponto, inclusive aqui colocado pelo Procurador do Tribunal de Contas da União, é o seguinte: eles não questionam os valores pagos; eles questionam é que a Caixa devia entrar na estrutura de custos da empresa e aí fazer a negociação, só que esse não era o objeto do contrato inicial.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, o senhor deixa-me fazer outra pergunta aqui: a primeira constatação feita pela auditoria do TCU foi a modificação, logo após o julgamento da licitação, das faixas de arrecadação semanal, tanto em termos de moeda utilizada, de dólar para real, quanto de amplitude das faixas dos preços e dos percentuais de remuneração a ela associados, resultando num aumento dos preços em reais que viola ou violava os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da economicidade por representar potencial dano aos cofres públicos. A GTech, de saída, lucraria R$92 milhões com essa modificação contratual, e isso sem a Caixa dispor de orçamento detalhado sobre os custos dos serviços contratados. Por que houve essa modificação irregular?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Pois não, Senador. Ótimo. Primeiro, Senador, o TCU já reviu essa simulação, porque, na verdade, esse valor de R$92 milhões decorre de uma simulação. O TCU pegou a tabela do edital de licitação, que era exatamente como o senhor falou. Ela era indexada ao dólar norte-americano. Inclusive há um problema aí porque isso foi anterior ao Plano Real. Depois do Plano Real, por imposição legal, isso não poderia acontecer. O que o TCU fez? Ele converteu os valores à data da contratação e, a partir daí, corrigiu a tabela anualmente pela Ufir. Então, ele usou um critério e fez uma simulação. Isso não consta de contrato algum, foi uma simulação que o TCU fez e o próprio TCU já reconheceu isso. Já está no último laudo do TCU que esse valor não é R$92 milhões, mas trinta e poucos milhões e, no caso da minha gestão, só seria pouco mais de sete milhões. Isso já está reconhecido pelo Tribunal de Contas da União.

Mas é fato, para mim, de que R$92 milhões, R$34 milhões ou R$7 milhões, nenhum desses valores corresponde à realidade dos fatos. Inclusive eu a minha diretoria da Caixa Econômica Federal contratamos dois laudos técnicos, que deixarei com a Comissão. Um é de um PhD em Economia e professor da USP e outro de um professor, também PhD em Economia e Chefe da pós-graduação da Universidade de Brasília, em que eles simplesmente demonstram o quanto esse contrato foi favorável à Caixa e o quanto a mudança da tabela foi favorável à Caixa. Eles dão muitos números – não vou tomar o nosso tempo com isso –, mas o fato é o seguinte: esse trabalho do TCU é uma simulação que não tem respaldo com a realidade. Pelo contrário, os dados contábeis da Caixa Econômica Federal apontam ganhos significativos, como mencionei aqui, da ordem, em temos nominais, de 60%.

Quero chamar a atenção para mais um fato: antes da contratação do sistema on-line e depois da contratação do sistema on-line, na área de loterias, há a distribuição do que vai para o Imposto de Renda, do que vai como comissão para a Caixa Econômica Federal, do que vai para os programas sociais do Governo e o que é utilizado como taxa de administração, que é de onde se tiram os recursos para pagar o sistema on-line. Esse percentual permanece inalterado durante toda a minha gestão. Portanto, antes da contratação e depois da contratação on-line. Não houve uma mudança em termos relativos. Mesmo tendo significado um salto tecnológico, isso não quer dizer que a empresa contratada para o serviço aumentou seu ganho relativo. Ela manteve o seu ganho relativo. Em termos absolutos, todos ganharam, obviamente. A Caixa ganhou e a empresa também ganhou, porque aumentou o serviço.

**O SR. RELATOR** (Senador Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Sérgio Cutolo, no dia 14 de janeiro de 1999, sem comprovação técnica e embasamento jurídico, a remuneração da GTech foi majorada de R$0,05 para R$0,08, retroativa a maio de 1998 – retroativa a maio de 1998. Como o senhor justifica isso?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Pois não. Essa foi a primeira repactuação prevista em contrato e relativa ao período especificamente – vou dizer por que o retroativo –, é o período de...

Antes, Senador, o preço de R$0,05 foi estabelecido em outubro de 1994. Então, nem se pode falar de reajuste. A própria lei do Plano Real impedia que fosse dado reajuste de preços. Quer dizer, isso foi uma repactuação, como eu disse, prevista em contrato, prevista na licitação e em lei. E o período em que se deu essa repactuação foi o de maio de 97 a maio de 98. Exatamente, o primeiro período previsto para a repactuação.

Então, estava previsto contratualmente, você não fez nenhuma... E mais do que isso, discordo completamente de que não havia estudos técnicos. Havia, e muitos, estudos técnicos; foi uma negociação extremamente demorada. A senhora vê pelas trocas de informações, tem isso tudo no processo. Isso levou cerca de seis meses de negociações. Não era o preço pedido pela empresa. E mais: mais uma vez, esses preços, comparados com outros praticados no mercado, são, inclusive, atestados pelo próprio laudo técnico do TCU e são abaixo dos praticados pelo mercado. E não foi reajuste de preços; mais uma vez, foi repactuação prevista em lei e em contrato. Não foi nada feito fora disso.

E os estudos que me passaram estão no processo. Inclusive, diferentemente do que diz o TCU... O TCU também... Os técnicos do TCU alegam "prejuízos" para a Caixa Econômica Federal; só que o TCU usou, como índice para calcular o IGP. Exatamente nesse período, todos nós sabemos que o IGP sofria forte influência do dólar norte-americano, que estava congelado, vamos dizer assim, praticamente congelado nessa época. Não é o melhor índice tecnicamente. Aí também contra-argumentamos e estamos esperando uma decisão do Tribunal de Contas quanto a esse ponto. Mas o fato é o seguinte: se utilizando qualquer outro tipo de preço, mesmo aceitando a simulação do TCU, os ganhos para a Caixa Econômica Federal são bastante expressivos. É coisa da ordem de R$5 milhões a R$7 milhões.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Sérgio Cutolo, o Diretor Administrativo da Caixa, naquela época, era Ademar Torres. Ele, que hoje até ocupa um cargo de destaque na Casa Civil, é citado pelo Ministério Público "como um dos dirigentes da Caixa que teve especial destaque nas ações ilícitas no contrato com a GTech e que causaram expressivos prejuízos patrimoniais e morais à Caixa [...]".

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Eu não ouvi, Exª. Ele é da Casa Civil?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Atualmente, é. Foi Diretor Administrativo da Caixa antes e atualmente está na Casa Civil do Governo. Ele é acusado, inclusive, de repassar informações sigilosas da Caixa para a GTech. Pergunto, Dr. Sérgio: qual era o posicionamento que o Sr. Torres costumava apresentar sobre a GTech nas reuniões da Diretoria da Caixa? O senhor acha que ele e outros dirigentes da Caixa tenham realmente levado a Caixa a prejuízo?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Olha, eu, de forma alguma... O Doutor Torres exerce cargo de confiança não só neste Governo como nos passados. É um...

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** –....Governamental.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – É um gestor, Senador. Ele é um gestor público, funcionário de carreira.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (Inaudível. Fora do microfone.)

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – É verdade. É um servidor de carreira. Ele foi... Ele trabalhou comigo na Previdência Social, foi comigo para a Caixa Econômica Federal. É uma dessas pessoas que, conforme Carazzai mencionou, tem o seu sigilo quebrado há mais de um ano, sem que nada fosse provado contra ele. Inclusive, a Justiça já liberou bem já... E tem essa acusação do Ministério Público da União, que nem uma decisão definitiva tem a respeito da atuação dele.

O que posso falar sobre o Dr. Torres é que eu o conheço há muitos anos profissionalmente – nós não temos nenhuma relação pessoal maior – e que ele

sempre se destacou em todos os cargos que ocupou, em todos os Governos por que passou.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A mesma coisa o senhor diria de Eduardo Tavares, do próprio José Nardeli, que já foi citado aqui, e de Aires Ferreira?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Eduardo Tavares, da mesma forma, foi... trabalhou comigo já há muitos anos, desde o Ministério do Trabalho, não é mais servidor do Estado; o Dr. Nardeli conheci na Caixa, não tenho maiores relacionamentos com ele, e o Dr. Aires, eu nem, nem... Para falar a verdade, eu não sei, desconheço.

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (Inaudível. Fora do microfone.) Bil.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Hem?

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Bil.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Ah, é o Bil. Desculpe-me. Também é... Pronto, desculpe-me. Eu conheço... Também o conheci na Caixa, nos Servidores da Caixa, estavam lá quando nós chegamos. E é importante, Senador, dizer o seguinte: na nossa época, nós trocamos mais de três mil cargos de Gerentes na Caixa Econômica Federal. Todos, a partir de agosto de 95, para ocupar cargos gerenciais na Caixa Econômica Federal, tinham que passar por um processo de seleção, que na época era feita pela Fundação Getúlio Vargas e pela Universidade de Brasília. Todas essas pessoas com cargos de Gerente na Caixa foram... passaram por esse critério de seleção dessas universidades.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto ao então Assessor da Secretaria Geral da Caixa, Márcio Tancredi, o que o senhor me diz sobre a passagem dele?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Ah, o Dr. Tancredi também era um servidor da Caixa. Hoje, se não me falha a memória, ele é servidor aqui do Senado Federal, concursado, uma pessoa, pelo que me recordo, extremamente capacitado.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu estou perguntando, porque ele é citado pelo Ministério Público como um dos responsáveis por vultosos prejuízos à Caixa. Por isso, estou perguntando, claro!

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Eu não estou incomodando em responder, não, Senador. Pode...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Fábio Alvim, lembra-se dele?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Eu me recordo...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Podem ter recebido vantagens indevidas? O senhor acredita?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – De forma alguma. Primeiro, eu discordo da premissa. Acho que prejuízo da Caixa, mais uma vez, Senador, não houve nenhum. A Caixa ganhou. Isso tem...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor acha que o contrato que resultou na presença da GTech à frente do canal lotérico da Caixa esse tempo todo não causou prejuízo à Caixa?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Bom, o tempo inteiro é difícil para eu falar, mas todas as evidências do meu período, pelo contrário; inclusive, vou deixar à Comissão estudos que mostram, de forma cabal, que não causou nenhum prejuízo. E, mais uma vez, contabilmente, indo à Contabilidade da Caixa Econômica Federal, os lucros auferidos pela Caixa Econômica Federal aumentaram de forma substantiva, nesse período. E reforço o meu ponto original: o pagamento pelos serviços on line não foram maiores que os pagamentos anteriores, em termos relativos, quando a base técnica mudou de forma extraordinária.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado. (Pausa.)

E os outros Parlamentares?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem que concluir.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concluir os três?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª avance. Nós temos, dentro do cronograma que foi traçado...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu estava fazendo uma consulta ao Presidente sobre se deveria concluir o meu trabalho, interrogando os outros dois dirigentes ou um ex-dirigente e o outro, o atual Presidente...

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – V. Exª pode me interrogar, mas não vá até (inaudível.).

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, Senador Garibaldi Alves, para continuar.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Eu agradeço, em primeiro lugar, ao Dr. Sérgio Cutolo. Acho que ele entende a minha missão aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Todos nós.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... que não é das mais fáceis.

Dr. Emílio Carazzai, V. Sª é conhecido, no mercado, por não ter dado ênfase à Caixa Econômica como um banco comprometido com o desenvolvimento social do País. Eu diria a V. Sª que...

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** (fora do microfone) – Isso é juízo de valor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Hem?

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** (Fora do microfone) – Isso é subjetivo. Amanhã (inaudível) se V. Exª foi mau Governador do Rio Grande do Norte.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eu, como Parlamentar, não posso fazer um juízo de valor, não?

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Mas V. Exª acha que (inaudível).

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu queria ouvir a opinião dele, porque dizem isso.

É até uma oportunidade de o senhor esclarecer. Espero que o senhor não fique chocado com isso.

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Na realidade, estou chocado e gostaria de saber, Senador, por deferência de V. Exª, quem diz.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se V. Sª não quer responder, eu adianto.

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Eu posso…

**O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO** (Fora do microfone) – Ele está querendo saber as informações que V. Exª recebeu.

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI –** Não, eu posso responder, sem dúvida nenhuma.

Em primeiro lugar, acho que ter criado o Cartão do Cidadão como veículo para pagamento de políticas públicas, de ter tido a capacidade técnica, junto com a equipe e com todo o funcionalismo da Caixa, de criar o Correspondente Bancário, de criar a Conta Eletrônica Simplificada, de habilitar a infra-estrutura tecnológica, moderna, eletrônica da Caixa, para pagar literalmente milhões de bolsas e de benefícios em programas como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Saúde, o Auxílio-Gás, os programas de Previdência, o FGTS, que saíram das agências bancárias para irem para os jogos lotéricos, demonstram uma enorme consciência e sensibilidade social – para ficar num exemplo, eu poderia citar outros.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Relator, rapidamente, não queria perder a oportunidade de dar um testemunho. Quando eu era Governador – e V. Exª também era –, o Sr. Emílio Carazzai foi Presidente da Caixa, e fizemos excelentes parcerias no campo da habitação, da prestação de serviços à população, de empréstimos, até com relação à própria empresa de saneamento do Estado. Foi feita uma tentativa de modernização, quer dizer, nunca vi nenhuma dificuldade nesse campo de atendimento, na área social da Caixa. Então, por uma questão de…

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu agradeço.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Permita-me, Sr. Relator. Também, por um testemunho de justiça, acho necessário: com o Dr. Carazzai como Presidente da Caixa, o Governo do Acre foi completamente respeitado em sua política social no que diz respeito às diretrizes e às responsabilidades da Caixa Econômica.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu também quero dar meu testemunho como Governador do Ceará. Sempre tive, realmente, esse total apoio e essa visão social.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agora vou falar algo que talvez não devesse. O Ministro Malan não queria nomear o Dr. Carazzai, porque achava que tinha sido indicado pelo Dr. Marco Maciel, e hesitou bastante. Depois, nomeou. E a primeira coisa, seis meses depois, ele me chamou: quero dizer o seguinte: uma grande surpresa o Dr. Carazzai; ele tem sido um notável Presidente da Caixa Econômica. Isso foi dito pelo Ministro da Fazenda Pedro Malan, e faço questão que conste da Ata.

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Senador Garibaldi, agora fiquei interessado em saber também quem diz.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu peço desculpas.

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Quem lhe soprou isso, Senador Garibaldi?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Hem?

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Quem lhe soprou isso, Senador Garibaldi? Alguém lhe soprou.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos em frente. Acho que não cabe ao Senador entrar nesse detalhe.

Senador Garibaldi, acho que está devidamente explicado, justificado. A palavra está com o Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço desculpas ao Presidente Carazzai. Espero que ele não alimente nenhuma mágoa por isso.

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Desculpas aceitas, Senador. Completamente relevado.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Relator, não precisa pedir desculpas. Como V. Exª falou, é uma oportunidade para o depoente explicar algumas coisas. Ao mesmo tempo, todas as manifestações do Plenário foram excelentes para ele. Então, eu acho que ele tem que...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu acho que ele vai até agradecer depois.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Isso é o que eu ia dizer. Ele tem de agradecer a V. Exª e não V. Exª pedir desculpas.

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Vou acrescentar os agradecimentos à aceitação das desculpas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem. Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No dia 1º de outubro de 1999, a remuneração da GTech foi majorada de oito para doze centavos de reais, retroativo a maio de 1999. O senhor tem algo a dizer sobre isso?

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Tenho muito a dizer, Senador. Obrigado.

Como o Presidente Sérgio Cutolo mencionou aqui, o preço de cinco centavos para as transações não de tipo 1, não de jogos lotéricos, as demais transações – foi fixado em novembro de 1994. O contrato foi feito três anos depois na gestão do Presidente Sérgio Cutolo, com os mesmos cinco centavos. O que previa o edital? O edital previa a impossibilidade de reajuste, como determinava a legislação, e a possibilidade de repactuação anual com base em preço de mercado e qualidade. Esse dispositivo do edital de licitação foi acolhido no contrato. O contrato reza o mesmo dispositivo. Em 1998, ou seja, alguns meses após o início da execução efetiva do contrato, a prestadora de serviço submeteu à direção da Caixa um pedido, um pleito, uma proposição, baseada na aplicação de índice de preço de dezesseis centavos. O Presidente Sérgio Cutolo não mencionou, mas foi esse o pleito original da empresa prestadora de serviço. Foram feitos estudos, ainda na gestão do Presidente Cutolo, e chegou-se, por conta desses estudos, à conclusão de que os custos da prestadora estariam, naquele momento, em dez centavos e não nos dezesseis, até porque a legislação proibia, inibia que se aplicasse índice de preço. Eram dispositivos que, depois, oportunamente, posso mencionar aqui... Aliás, são dispositivos que colocam em conflito algumas instâncias e algumas autoridades. Há um entendimento no Ministério Público Federal com relação a um dispositivo legal e há um outro entendimento na equipe técnica do Tribunal de Contas da União com outro dispositivo legal. Mas o fato é que o contrato rezava qualidade e preço de mercado, o edital rezava preço de mercado e qualidade e esses atributos foram sempre preservados.

Nada obstante, tanto na gestão do Presidente Cutolo quanto na minha, subsidiariamente, tomamos o cuidado de examinar custos, não com aplicação automática de planilha, que a lei vedava a lei inibia o gestor público federal de aplicar reajuste com base em planilhas. Assim mesmo, tivemos o cuidado de olhar custos. O entendimento foi, naquela ocasião, então, de que eram dez centavos.

Nada obstante, a área que administrava a rede mencionou que, dada a defasagem dos preços que a Caixa arrecadava de alguns dos seus clientes nessa rede, ela não teria condições de pagar os dez centavos ou os dez centavos mais a margem, como seria natural, porque, obviamente, nenhum fornecedor entrega produto ou serviço a custo, entrega a preço. A natureza desse contrato era contrato a preço e não contrato a custo mais margem. Houve, então, um entendimento naquele momento de se fazer uma repactuação, dando um valor de oito centavos. Eu quero deixar bem claro que o entendimento era de que os custos da fornecedora já eram superiores. Mas se deram oito centavos como antecipação, com a promessa de rever esse valor em março do ano subseqüente, que já seria na minha gestão, em função de iniciativas que a própria Caixa tomaria também de reajustar as tarifas que ela cobrava dos clientes, dos contratantes da sua rede concessionária de serviços públicos, de empresas telefônicas e assim por diante.

Então, a rigor, não se trata de reajuste – ponto número um. Estamos tratando de repactuação, que é uma figura jurídica totalmente diferente. Segundo: não foi de oito para doze. Na realidade, estamos falando de um preço de cinco centavos de novembro de 1994 para doze centavos em 1999 e o pleito da empresa era de dezesseis centavos. O edital de licitação previa, o contrato previa, a lei permitia e os estudos da Caixa, que foram feitos por cinco superintendências, com cinco pareceres, todos favoráveis, transformados em votos e aprovados pela diretoria colegiada.

Eu gostaria de ressaltar aqui que o Presidente da Caixa não é Presidente da Caixa, o Presidente da Caixa é presidente da diretoria colegiada, quem administra a Caixa é a diretoria colegiada e ele faz parte da diretoria colegiada. Isso não é, evidentemente, nenhuma tentativa de dissociar responsabilidade ou de se isentar de responsabilidade, mas é claro que a agenda do presidente é totalmente filtrada pela diretoria colegiada.

Não sei se é suficiente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Emílio Carazzai, no dia 21 de outubro de 1999, houve a rerratificação do contrato com a GTech. Há uma suspeita de uma irregularidade com relação a esse contrato. A recém-criada empresa Telecom Net Consultoria, do ex-dirigente da Caixa José Lindoso Albuquerque, recebe 6% da remuneração de vendas de

pines para celulares pré-pagos. Essa empresa recebeu 1 milhão e 371 reais pela venda desses aparelhos.

V. Sª tem conhecimento disso? Poderia nos dar alguma informação?

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Senador Garibaldi Alves Filho, honestamente, tomei conhecimento desse assunto agora, preparando-me, olhando depoimentos e notícias a respeito desta CPI. Procurei, obviamente, ouvir de algumas pessoas envolvidas ou próximas desse processo de que se tratava. O que pude recuperar, preliminarmente, é que, a rigor, era uma empresa que não foi contratada pela Caixa. Ela é uma empresa que contratou a Caixa, como várias outras empresas contratavam a Caixa, a rede, para vender um determinado tipo de serviço, que foi desenvolvido com tecnologia competitiva. Em segundo lugar, não era do conhecimento, até o nível onde eu pude apurar agora, dos dirigentes da Caixa que essa empresa tivesse passado por uma reestruturação societária de modo a abrigar um dirigente ou um empregado da Caixa na sua estrutura societária. Isso era desconhecido. Ela era uma empresa que comprava serviços e vendia, como várias outras empresas que compravam e compram serviços da Caixa e vendem serviços dentro da Caixa, como SBT, Rede Globo, empresas de telecomunicação. Várias empresas contratam a Caixa e vendem serviços na rede lotérica.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na qualidade de ex-presidente da Caixa, gostaria de colocar, diante de V. Exª, o que foi dito aqui pelo ex-Presidente Valderi Albuquerque que afirmou nesta CPI que quando a Mega- Sena acumula há um ganhador certo, a GTech, visto que ela recebe uma percentagem de 5,75% do valor arrecadado.

Por que a Caixa aceitou pagar à GTech um percentual do valor arrecadado nas loterias ao invés de um valor fixo?

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Esse percentual, como mencionou o Presidente Cutolo, decorreu de uma tabela que foi criada em 1994, que era um gradiente. Essas alíquotas, esses percentuais variavam em função dos valores e das transações. Quando fizemos a repactuação de 2000, nós eliminamos essa tabela, esse gradiente, e convertemos tudo para uma alíquota que, naquele momento, de acordo com nossos estudos e nossas avaliações, nos pareceu a mais justa e a mais adequada para todas as partes de 5,75%.

A questão da acumulação da Mega-Sena é aleatória, não é um fenômeno que se possa prever e que, evidentemente, envolve risco, e risco faz parte da atividade empresarial. Acho que querer examinar isso com visão retrospectiva agora significava ter um modelo totalmente novo quando não havia conhecimento institucional suficiente para avançar. Eu diria que nenhuma escada começa pelo meio, a escada começa com o primeiro degrau e a Caixa aprendeu muito, ao longo desse contrato, e foi aperfeiçoando o serviço. Isso permite que cada presidente aqui à Mesa possa mencionar iniciativas muito bem sucedidas e tem o dever, até pelo princípio da eficiência constitucional, de avançar em relação a seus antecessores.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Continua com a palavra o Sr. Garibaldi Alves para conclusão.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Dr. Emílio Carrazai, ex-Presidente da Caixa, e pergunto ao Dr. Jorge Mattoso: V. Sª considera que os diretores àquela época – acredito que não são diretores hoje – Paulo Bretas e Carlos Silveira seriam as pessoas mais indicadas para negociar renovação do contrato com a GTech em 2003?

Estou perguntando isso porque, pelo que sabemos, nem Paulo Bretas e nem Carlos Silveira tinham experiência anterior em Bancos, nem na área de loterias e nem na área de informática.

**O SR. JORGE MATTOSO** – No caso se trata do Vice-Presidente de Logística Paulo Bretas e do assessor Carlos Silveira, que são duas pessoas escolhidas por mim e que, ainda que não tivessem trabalhado em bancos, nenhum dos dois, o Paulo Bretas veio do setor privado, sem experiência bancária, veio para uma área justamente logística, administração de pessoas, recursos humanos etc e se saiu muito bem. A área dele é justamente a que faz as licitações e negocia os contratos, principalmente seus aditamentos, como era o caso desse contrato. Então, não havia a mínima dúvida de que era ele a pessoa indicada para dirigir o processo. Quem ajudou nessa negociação o Carlos Silveira foi o meu nome. O Carlos Silveira é um amigo meu de mais de 30 anos, com um currículo. É um economista conhecido no Estado de São Paulo, tendo trabalhado inclusive com pessoas as mais diversas – poderia citar o Prefeito José Serra, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em outros momentos –, de reconhecida e ilibada responsabilidade e que merecia um atendimento muito específico, conhecia aquele processo. A pessoa precisava ficar fazendo isto: ler centenas, milhares de páginas e opiniões, muitas vezes diversas, sobre o que fazer e como fazer. Acredito que os dois, tanto o Vice-Presidente Paulo Bretas quanto o assessor Carlos Silveira, se saíram muito bem. Os resultados da negociação apontam nessa direção. E é isso que eu teria a dizer.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Jorge Mattoso, a Caixa realizou um grande investimento para internalizar o processamento das lo-

terias e correspondentes bancários. O senhor poderia nos dar uma idéia de quanto custou esse projeto? O senhor tinha conhecimento de que o sistema estava pronto, faltando apenas a sua homologação pela área de loterias?

**O SR. JORGE MATTOSO** – A Caixa, o próprio Presidente Cutolo, quando do seu período, na sua avaliação, disse que a Caixa tinha um problema tecnológico muito grande, uma carência tecnológica muito grande, que, ao longo dos anos, vem sendo superada. Hoje, por exemplo, essa carência é muito menor do que já foi no passado, os investimentos que estão sendo realizados para tecnologia nos últimos anos giram em torno de R$300 milhões a R$350 milhões. E não tenho – pelo menos não tenho de cabeça – exatamente quanto dos investimentos de tecnologia foram disponibilizados exatamente para a incorporação do novo modelo lotérico, inclusive porque nós usamos o mesmo material, os mesmos técnicos e o mesmo hardware que é utilizado, por exemplo, para o Fundo de Garantia, ou é utilizado para os 350 sistemas que operam na Caixa hoje.

Então, se for necessário, posso dar o número exato do investimento relativo a esse projeto e a esse programa, mas são investimentos de monta que vêm sendo realizados ao longo de muitos anos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Jorge, a princípio, na negociação, ainda nos idos de 2002, a GTech adotou uma linha de negociação mais dura, praticamente zerando a pauta que já vinha sendo negociada. Por que a GTech adotou essa estratégia ainda com relação à administração passada? Será que ela chegara à conclusão de que, na administração atual, seria mais fácil?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, acho que, em primeiro lugar, o relacionamento duro tem sido praticamente desde o ano 2000, quando a GTech se lança na tentativa de impedir o processo licitatório que havia sido decidido na Caixa de ser realizado. Portanto, com quatro anos de antecedência com relação ao atual Governo, a GTech não estaria provavelmente fazendo nenhuma decisão relativa a isso.

Agora, eu acho – e isto é um fato – que o relacionamento com a Caixa Econômica Federal ficou muito tenso ao longo dos anos. A própria iniciativa da fornecedora no sentido de entrar na Justiça, de obter liminar e impedir o processo licitatório é algo que obviamente gerou uma resistência, digamos, ou uma opinião mais crítica no interior da Caixa Econômica Federal, entre os técnicos da Caixa Econômica Federal. Não tenho dúvida a esse respeito. Agora, sejamos claros, a iniciativa coube ao fornecedor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Marcelo Rovai, atual diretor da GTech em serviço no exterior, e ex-diretor da GTech no Brasil, afirmou que houve uma diferença de tratamento entre os negociadores do Governo anterior e do Governo atual. Enquanto a equipe atual focava mais na redução de custos, a equipe anterior focava mais na internalização do processo. Enquanto, anteriormente, o controle das negociações era do pessoal de sistema, na atual gestão, era do pessoal de loterias. O senhor considera a postura, claro, da atual gestão mais adequada, é óbvio.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, eu não diria... Em primeiro lugar, essa é uma opinião de um representante da fornecedora com a qual a empresa mantém relações desde 1994. Eu não tenho que dar opinião sobre a opinião do Sr. Rovai. O que eu posso dizer é que os mesmos técnicos que participaram das negociações nos últimos anos continuaram participando das negociações durante a nossa gestão. Foram os mesmos técnicos. Apenas – isto é o óbvio – mudou o Governo e mudaram alguns dos gestores superiores da Caixa, e que... Mas a participação dos técnicos foi a mesma. Foram os mesmos técnicos que negociaram na última gestão e que continuaram negociando com a Caixa. Isso não é por acaso. A Caixa é uma instituição pública, onde seus funcionários viram funcionários por concurso público; e, quando chega um governo novo, no caso da Caixa, o máximo que se muda, que se substitui são os cargos de Vice-Presidente. Mesmo assim, eu, pessoalmente, mantive três dos Vice-Presidentes da anterior gestão. Então, eu acredito que isso é normal. Em uma instituição como a Caixa, é normal que os técnicos que participaram na gestão anterior tenham participado dessa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acho que isso explica que, na reunião do dia 31 de março de 2003, entre a Caixa e a GTech, a renovação do contrato tenha sido acordada nos seguintes termos: prorrogação por 25 meses, com a possibilidade de denúncia do contrato a partir do 18º mês, e o desconto de 15% sobre o valor total faturado. A observação é de que esses termos já haviam sido colocados pela GTech para a Caixa desde novembro de 2002. A que o senhor atribui essa coincidência? Ao fato dessa continuidade a que V. Exª se reportou agora ou foi coincidência mesmo?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não. Em primeiro lugar, se tivesse sido aceito pelas duas partes a renovação por 25 meses, com dezoito, os 15% e mais os correspondentes bancários – que, eu insisto, isto não é uma questão menor, a questão dos correspondentes bancários – teria sido feito no dia 13 de janeiro de 2003.

E não foi feito. Foi feita simplesmente uma renovação por noventa dias. Se fosse isso possível, teria sido feito antes. O fato mostra que não foi feito.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. José Luís Quintães, Dr. Jorge Mattoso, ex-Gerente Nacional de Loterias, disse, em depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que desde o final de 2002 estudava-se a possibilidade de majoração dos preços das apostas da loteria, o que de fato acabou acontecendo em novembro de 2003. Sindicatos e lotéricas estaduais já demandavam por essa majoração, e a própria Caixa entendia que era necessário o aumento de preços das apostas para revalorizar o produto no mercado. Pergunto: essa informação era do conhecimento de V. Sª? Essa possibilidade de majoração dos preços das apostas foi levado em consideração nas negociações com a GTech? O senhor acha então que, na renovação do contrato por 25 meses, seria oportuno mudar nessa renovação a base da remuneração da GTech para valores fixos, em vez de percentagem na arrecadação das apostas?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Em primeiro lugar, quanto ao reajuste dos lotéricos, isso era uma reivindicação muito anterior a novembro de 2002. Inclusive apresento aqui, num dos documentos que segue junto com a carta que eu dirigi ao Sr. Relator, ao Sr. Presidente e a todos os Senadores, uma cópia. Apresento um documento que mostra todas as n iniciativas que a Caixa fez no sentido de buscar o reajuste do prêmio da loteria, dos preços das loterias. Isso foi feito em todas as gestões anteriores, porque fazia dez anos que não havia reajuste de preços. Essa ausência de reajuste de preço fazia com que os lotéricos tivessem uma dificuldade de sobrevivência muito grande. Por que o quê aumenta? Se você só está aumentando o custo da GTech e não aumenta os preços das loterias, o que ocorre? Ocorre que a arrecadação fica menor, a disponibilização para os problemas sociais fica menor e os ganhos dos lotéricos ficam menores, e isso gerou um problema muito sério no relacionamento da Caixa com os lotéricos, porque estes, na medida que ganhavam menos, pressionavam.

Ainda nesta semana – nesta semana, não, mas neste mês ou no mês passado – eu vi que o Deputado Nelson Marquezelli, por exemplo, fez um discurso defendendo a tese de que tinha que continuar havendo aumentos de preço de loteria, que é uma reivindicação dos lotéricos, porque o ganho do lotérico é determinado por esse preço.

Então, quando os lotéricos pressionam – e houve uma pressão muito grande ao longo dos últimos dez anos –, significa, na medida que você não ampliava o preço do lotérico, que ele se predispunha a prestar serviço para outrem. E o que ocorreu, em vários Estados nos quais os lotéricos terminavam vendendo produtos que não eram da Caixa? Houve Estados que, por liminares, foram autorizados a colocar dentro de lotéricas, com o beneplácito dos lotéricos, máquinas de outras empresas, sem nada a ver com a Caixa. Isso ocorreu em alguns Estados.

E eu debito uma parte desses problemas ao fato de que, durante muitos anos, não houve reajuste dos lotéricos. Esse é um problema sério. Nós tivemos esse reajuste, que foi setembro, outubro – acho que novembro – de 2003, da Quina e da Mega Sena. Nós precisamos ter aumentos suplementares de loterias se nós quisermos aumentar a destinação dos recursos e também aumentar os prêmios, porque esse é o problema. Se a loteria fica com um preço muito baixo, o prêmio do apostador, um Senador ou um parente, ou qualquer pessoa que vá, tende a diminuir relativamente ao passado. Então, esse é um problema sério que foi enfrentado pelas gestões anteriores. Há várias cartas de dirigentes da Caixa, das diversas gestões, fazendo essa solicitação ao Ministério da Fazenda. Nós fizemos uma solicitação logo no início. Isso foi um pedido do Superintendente de Loterias, e obtivemos. A SEAI – eu acho que é a Secretaria responsável por isso – nos permitiu dar esse aumento de 50 numa delas e de 100 numa outra.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acompanhando a negociação do contrato da GTech em dezembro de 2002, a Caixa tinha uma proposta para a GTech que era o desconto de 25% sobre o faturamento total. Eu pergunto a V. Sª por que a caixa recuou e acabou aceitando a proposta de desconto de 15% da GTech, que era anterior de novembro de 2002 e ainda ignorou a possibilidade real da majoração dos preços das apostas da loteria para tentar um desconto maior.

**O SR. JORGE MATTOSO –** Senador Garibaldi Alves, essa é uma questão que muito saiu no jornal e que demonstra o extraordinário equívoco. Em primeiro lugar, essa proposta foi realizada no dia 31 de dezembro de 2002, no último dia do Governo anterior. Essa proposta não teve nenhum desconto incorporado. A proposta dizia: "Nós assumíramos a parte de processamento, e, portanto, a GTech não paga 25%." Foi só isso. Não tem desconto nenhum incorporado. É uma parte do serviço que se propõe a fazer. Só que, e aqui esteve a pessoa que assinou essa proposta, e disse que foi um blefe. Disse aqui na frente dos senhores, na CPI, disse que foi um blefe. E tem que ser tratada como um blefe no processo de negociação. Tanto assim que a GTech, no dia 3 de janeiro de 2003 escreve dizendo que não aceita de jeito nenhum etc etc etc

Pronto. Negociação não se faz com voto unilateral, com uma decisão uniletaral. Houve uma proposta que não foi aceita pela GTech, que não representa desconto. Desconto é quando o serviço é o mesmo e o preço reduz. Desconto pela primeira vez foi realizado no dia 8 de abril de 2003.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Recentemente, a Caixa fracionou finalmente a prestação dos serviços, como a equipe anterior pretendia na época da renovação do contrato com a GTech. Após a realização desses pregões, constatou-se que os preços ficaram bem abaixo do previsto. V. Sª não acredita que esse fracionamento já poderia ter sido feito naquela época, se não, por que motivo?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Senador, vamos separar as coisas. O fracionamento foi uma decisão tomada pela Caixa, o Presidente Carrazai antes de sair, acredito que lá em torno de 2000. A decisão de fracionamento do processo lotérico. Essa decisão foi tomada na Caixa, se tentou efetivá-la 2 vezes, em 2001 e 2002, e nas duas vezes houve liminares da 17ª Vara daqui de Brasília, que impediram esse processo licitatório. Então, o fato de não ter ocorrido a licitação até mais recentemente, foi única e exclusivamente por limitações jurídicas que impediam esse processo. Então, quando nós realizamos o fracionamento com algumas mudanças relativamente à proposta de 2000. Contratamos uma empresa do Governo do Estado de São Paulo para fazer uma avaliação, e nós fizemos algumas mudanças relativamente à proposta original. Mas, no geral, essa questão do fracionamento foi mantida e foi um sucesso. Volto a dizer, os preços foram 50% abaixo daqueles previstos no início, valor estimado, segundo o mercado, de 614.240 mil e que terminou se consumando por 401.274 mil. Aliás, desculpe, estou uma das licitações. O total era previsto 1.389 milhões e terminou por 705 milhões, o que deu um ganho superior ou uma redução dessa licitação de cerca de 50, quase 51%. Isso só pôde ser realizado quando o STJ, em agosto de 2004, descartou as liminares. E, mesmo assim, tivemos que esperar a publicação em novembro. Do ponto de vista formal, a licitação só podia ocorrer a partir de novembro de 2004. Mas nós iniciamos...quando saiu a decisão do STJ, pau na máquina, botamos equipes trabalhando – volto a dizer – trabalhando noite e dia, fins de semana, para o processo licitatório está pronto no dia promulgação – não se diz promulgação – da edição, da decisão do STJ, do acórdão do STJ. Quando isso ocorreu, nós fizemos as licitações em dezembro, e, em maio, contratamos os 4 consórcios, ou as 4 empresas que receberam e que vão dar conta, junto com a Caixa, processado pela Caixa, com a inteligência da Caixa...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi em 1º de junho de 2003?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não foi em 1º de junho, foi meados de junho de 2005. Agora.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora, em 2005. Porque em 1º de junho de 2003, a Caixa já havia ganho uma decisão de causa Caixa contra a GTech. Naquele momento da Caixa já poderia ter realizado...(Fora do microfone).

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não poderia. Foi somente com a decisão do STJ, que foi em agosto de 2004.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É verdade que as ações da GTech se valorizaram fortemente após a renovação do contrato com a Caixa? A equipe da Caixa sabia que se o contrato não fosse renovado até o final de 2003 poderia ocorrer o oposto, e, conseqüentemente, isso pressionava a GTech aceitar um acordo menos vantajoso?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não. Nós não sabíamos. Isso de fato ocorreu. As ações da GTech, nos Estados Unidos, porque elas são cotadas nos Estados Unidos, subiram com a assinatura do contrato, e elas já caíram, e muito, mais do que elas subiram, do fato de a GTech, a fornecedora está sendo afastada da gestão do processo lotérico da Caixa. Isso tem que ser levado em consideração, Sr. Senador, porque o contrato da Caixa com a Getch é para a GTech o maior contrato no exterior. Assim como ele é para a Caixa um importante, o maior contrato da Caixa, para a GTech também. Então, houve esse fator, no período logo após 8 de abril, um aumento das ações que já caíram e muito.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Dr. Jorge Mattoso, relatório da TCU, que foi entregue a esta CPI, responsabiliza a atual gestão da Caixa em virtude da autorização para a execução dos serviços prestados pela GTech/Brasil Ltda. Pelo período de 25 meses, sem ter por base estudos de crescimento arrecadatório, além de não solicitar planilha de encargos da contratada, em desacordo com o art. 40 Inciso XI da Lei de Licitações 8666, por onde, efetivamente poderia valer-se para decidir sobre o valor mais adequado da redução a ser aplicada nos preços, então vigentes, pelo que foi pago irregularmente entre 15 de abril de 2003 e 31 de julho de 2004 a quantia de 42.180.096,53 centavos pelos serviços não-lotéricos, e no período de 15 de (não mencionado o mês) de 2003 a 1 de agosto de 2004, de 78.266.761,83 centavos pelo serviço lotérico. Se nós extrapolarmos esse valor para o final do contrato que foi em maio de 2005, chegaremos a um prejuízo para a Caixa de aproximadamente 190 milhões de reais. O que o senhor tem a dizer a respeito desse relatório?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Em primeiro lugar, prezado Senador, não se trata de um relatório do TCU, trata-se de parecer interno do TCU realizado por um técnico. Ele não foi votado; ele não tem nenhum tipo de decisão do Tribunal de Contas da União. Em função disso ele não sofreu o contraditório. O que o Tribunal fez... Isso quem apontou aqui foi o próprio Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União, dizendo que esse parecer não passou por votação e está sujeito a questionamento.

O que foi feito? Foi feito o seguinte: foi pego desde o dia da contratação, em 1997, aplicado INPC e jogado até 2004, até a data que o senhor apontou em 2004, e foram tomados os reajustes que foram dados ao longo do tempo. Dá uma curva com uma distância. E, aí, ele pegou entre a curva "x" e a curva "y" e fez uma diminuição.

Ora! Isso aí, do ponto de vista de questionamento... A Caixa irá questionar. Isso é um absurdo; isso não sobrevive a nenhum tipo de análise um pouco mais técnica – isso em primeiro ligar.

Em segundo lugar, a questão da planilha é um problema sério, e gostaria de dizer que – e talvez os presidentes anteriores possam corroborar –, no que diz respeito a nós, pedimos "n" vezes a planilha. Aí eles entregam pedacinhos, meia dúzia de linhas etc. Esse é o problema quando você tem monopólio. Esse é o problema quando você não tem como ir ao mercado e saber o custo efetivo de cada um, como agora podemos fazer e como fizemos no processo licitatório.

Então, em primeiro lugar, essa questão do TCU ainda vai ser discutida; vamos contrapor informações, entregar novas informações; e, em segundo lugar, com relação à planilha de custos, a empresa sempre forneceu planilhas limitadas que, efetivamente, não permitiam à empresa avaliar corretamente seus custos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já desqualificou o documento, mas gostaria de ler uma observação para ver o que é que o senhor me diz. Trata-se de uma afirmação feita em uma das justificativas da GTech para as tarifas excessivamente elevadas, no período inicial do contrato. "A amortização de investimento inicial feito pela multinacional não se justifica para o período da sua gestão na Caixa Econômica".

Isso reforça a tese que as tarifas pagas à GTech deveriam ser revistas?

**O SR. JORGE MATOSO** – A nós não cabia rever tarifas. Estamos negociando um contrato e revimos um contrato de 15%, para menos. Então, no caso das tarifas anteriormente cobradas para o Tipo 1, passou de 5,75 para 4,875; a de Tipo 2, de 0,15 para 0,1275; a de Tipo 3, de 0,18 para 0,1530; a dos isentos, a Tipo 4, de 0,20 para 0,17; e assim por diante nos sete tipos de transações contratadas com a empresa.

Só isso que posso dizer. Não tenho condições de fazer avaliação com relação ao que ocorreu anteriormente, nem a avaliação do TCU, que não li com detalhes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Jorge Matoso, Rogério Buratti e Waldomiro Diniz, ao longo dessa investigação da CPI, aparecem procurando obter informações privilegiadas sobre o processo de renovação contratual entre a Caixa e a GTech. V. Sª sentiu essa influência? Houve, de qualquer maneira, algum tipo de pressão que poderia ter sido gerada por pessoas como o Sr. Rogério Buratti e Waldomiro Diniz?

**O SR. JORGE MATOSO –** Veja bem, prezado Senador Garibaldi Alves, insisti na minha primeira fala: em nenhum momento, nós recebemos qualquer tipo de pressão ou proposta, seja por meio da GTech, seja por meio de terceiros. Em nenhum momento procuraram a Presidência ou os vice-presidentes afetos ao negócio lotérico, bem como a Comissão de Negociação, tanto as duas pessoas indicadas pela presidência quanto os técnicos que participavam diretamente do processo negocial.

O sigilo bancário eu não sei, mas o telefônico, tanto do Sr. Rogério Buratti, quanto do Sr. Waldomiro Diniz, já foi rompido, e, pelo que eu saiba, não tem nenhum telefonema dirigido a algumas dessas pessoas que eu citei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que eu estou perguntado isso? Eu ouvi a afirmação do senhor, mas eu insisti, porque o próprio dirigente da GTech, Sr. Marcelo Rovai, chegou a admitir a pressão, a negociação, a possibilidade. Não; ele foi, inclusive, achacado por esse tipo de negociação espúria. Foi por isso que eu insisti na...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Eu volto a insistir: em nenhum momento, a Caixa soube das conversas que a GTech tinha com essas pessoas ou participou de qualquer uma dessas conversas. Eu, pessoalmente, inclusive, não conheço nem o Waldomiro, nem o Rogério.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para V. Sª ter idéia – e talvez já tenha até tomado conhecimento disso pela imprensa –, a GTech chegou a pagar um escritório de advocacia, por uma medida cautelar, R$5 milhões, que foram recebidos na boca do caixa. Claro, há uma suspeita de que isso não é nem propriamente operação laranja, mas laranjal.

**O SR. JORGE MATTOSO** – É; eu tomei conhecimento disso pelo jornal, da mesma foram como tomei conhecimento, também pelos jornais, o que me

incomodou muito, de que dizem que pagaram por um escritório de advocacia para ir à Caixa para, teoricamente, eu receber o pessoal da GTech. Eu fiquei impressionado com isso: como as pessoas ganham dinheiro fácil!

O que ocorreu é que o Embaixador Márcio – fugiu-me o nome –, membro do Conselho de Administração da Caixa, indicado pelo Ministro Malan, chegou um dia, numa reunião no Conselho de Administração – eu recém-assumindo a presidência da Caixa – e me perguntou: "o senhor pode receber um amigo meu?" Eu digo: "claro; quem é?" Ao que ele respondeu: "Não, é o Dr. Afrânio de Melo Franco Nabuco. O senhor pode recebê-lo?" Eu digo: "claro, por que eu não vou receber um amigo de um membro do Conselho de Administração?"

Aí me chega o Sr. Afrânio de Melo Franco Nabuco, se apresenta, uma pessoa muito gentil, e tal. E aí ele diz: "mas o senhor não vai receber o pessoal da GTech?" Eu replico: "Mas como, o que o senhor..." Ele responde: "Não, não, é que eu presto serviços para a GTech e queria saber se o senhor não vai receber o pessoal da GTech". Porque eu tinha dito que não ia receber o pessoal da GTech enquanto eu não estivesse a par do caso. Por que eu ia receber o pessoal da GTech em março, abril? Eu não tinha idéia do que era o imbróglio Caixa/GTech. É muito pesado o imbróglio para eu estar recebendo. Eu disse: "não, daqui a um tempo, quando a Caixa tiver decidido a sua estratégia com relação à negociação, nós vamos recebê-los. Até logo, um prazer imenso". E disseram que esse sujeito ganhou dinheiro com isso.

A gente é pego de surpresa. Eu não fiz nada mais do que a obrigação.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – (Intervenção fora do microfone.) Aparece logo depois...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, foi um bom tempo depois, uns vinte dias depois. Tudo isso dentro de 90 dias, veja bem.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor também deve ter visto na imprensa que o Sr. Waldomiro Diniz, na véspera da assinatura do contato, esteve na Caixa, conforme está anotado lá naquele registro de entrada de pessoas. Ele entrou e, inclusive, na volta, deixou de entregar lá o cartão de entrada. V. Sª soube disso?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não; eu soube muito tempo depois, quando saiu a agenda do Waldomiro, inclusive dizendo que ele teria estado na Caixa. Nós, em nenhum momento, sabíamos com anterioridade. Não sei com quem ele foi conversar.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E dirigentes da GTech também reconhecessem que a assinatura do contrato foi adiada por interferência do Sr. Rogério Buratti.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não. Em primeiro lugar, não houve nenhum adiamento de assinatura do contrato, que poderia ser realizada até o dia 13 de abril, que era o prazo limite. Até lá, o que tinha era um processo de negociação. Queríamos e exigíamos que fosse dada a renúncia formal, de maneira que a GTech não pudesse retornar ao Judiciário e entrar de novo com processo para nos impedir os correspondentes bancários. Eles só entregaram – e isso existe aqui, estão aqui os documentos – a procuração referente à renúncia no dia 8, e até lá vimos que não dá. Quer assinar? Vamos assinar. Onde é que está a renúncia? E não trouxeram a renúncia, trouxeram outro documento que não estava de acordo com o que o nosso Jurídico apontava. E foi assim. Chegamos no dia 8, assinamos, depois que entregaram. E foi em cartório comprovada, no dia 8, a renúncia dos correspondentes bancários, que volto a insistir, era o elemento fundamental na negociação – eram os 15% mais a liberação dos correspondentes bancários. Como eu disse, de lá para cá, o aumento das transações dos correspondentes bancários aumentou em 600%, passou de 11 milhões para 60 milhões, e só dobramos o número de correspondentes bancários. Se pudermos – é a nossa idéia – vamos continuar expandindo os correspondentes bancários, e esse processo pode ser ainda muito mais extenso, o isso, obviamente, traz vantagens para a população, para a sociedade brasileira, mas traz vantagens para a Caixa também. Podemos dar um melhor atendimento nas agências, podemos melhorar o tipo de intervenção, de serviço e de produto que a Caixa oferece nas agências. O aumento dos correspondentes bancários, a suspensão das liminares que impediam era um fator estratégico para o desenvolvimento da Caixa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor não desconhece que a GTech tem antecedentes, inclusive tem até condenações no exterior pelo exercício de lobby – mas não do lobby correto, reconhecido até nos Estados Unidos como uma profissão – pesado, vamos dizer assim, ou o senhor desconhece?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, fui obrigado a conhecer, mas posso dizer que, quando cheguei à Caixa, eu desconhecia sim, e fui, pouco a pouco, me adonando. E, hoje, posso dizer até que já conheço um pouco da questão lotérica, dos problemas. Inclusive, eu queria dizer aos Srs. Senadores que o processo pelo qual a Caixa está passando, de incorporação do sistema de domínio tecnológico, já está sendo estuda-

do por outras entidades do mundo como uma experiência única em termos de reapropriação do processo tecnológico e de desenvolvimento dos lotéricos, pois temos de considerar que é uma situação diferente. Em alguns países, por exemplo, o processo lotérico é todo terceirizado, mas isso em situações onde o lotérico só vende loteria. No nosso caso, o lotérico, além de vender loteria, presta inúmeros serviços à sociedade, desde receber o IPTU das prefeituras, o INSS ou o ISS de Estados e Prefeituras, fazer os pagamentos de programas sociais, receber pagamentos, poupança, fazer investimentos como poupança, retiradas e pagamentos de conta-corrente. Veja bem, os serviços não lotéricos representam mais de um terço dos serviços hoje prestados pelos lotéricos. E é um serviço de monta e de muito usufruto pela sociedade brasileira.

**O SR. RELATOR (**Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia nos falar sobre Ralf Barquete, sobre qual era a importância dele dentro da Caixa Econômica?

**O SR. JORGE MATTOSO** – O falecido Ralf Barquete foi contratado e, em algum dia de fevereiro de 2003, veio à Caixa. Eu já o conhecia muito brevemente. Por duas vezes, enquanto professor universitário, fui dar aula em Matão e Ribeirão Preto, e cruzei com ele. Ele veio me procurar, me apresentar seu currículo, extremamente bom. Ele é professor universitário, já prestou serviços na Secretaria de Saúde no Estado de São Paulo, foi secretário em dois Municípios. Eu o contratei como assessor para assuntos de recursos humanos. O falecido Ralf Barquete entrou em fevereiro. Em junho ou julho do mesmo ano, ele já se afastou da Caixa por razões de saúde. Na verdade, ele já estava se afastando da Caixa desde março e abril. Ele teve um câncer fulminante. Em junho – se eu não estou equivocado – de 2004, ele veio a falecer. Foi funcionário da Caixa por menos de seis meses.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele era assessor especial da Presidência?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Ele era assessor da Presidência para assuntos de recursos humanos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele não interferiu nesse contrato da GTech?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não. Ele não tinha nenhuma relação com nenhum dos... Ele estava chegando na Caixa e não tinha relação tanto com os técnicos que prestaram – como eu disse, são os mesmos técnicos que estavam prestando assessoria à negociação em outros momentos –, quanto com as pessoas indicadas. Nenhum tipo de relação com o contrato GTech.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o irmão dele Rui Barquete?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Só vim a saber que ele trabalhava numa empresa...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele era Presidente da Procomp, que venceu recentemente um dos pregões da Caixa.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Se ele é ou não Presidente da Procomp, eu não sei. Que a Procomp presta serviços para a Caixa desde 1997 é um fato. A participação da Procomp no mercado de ATMs é expressiva e muito grande. Mais de 60% do mercado é feito com a Procomp. A Procomp, em acordo com o Bradesco, ganhou o leasing das máquinas lotéricas a serem disponibilizadas aos lotéricos nessa última licitação.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Presidente Jorge Mattoso.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (**Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi, e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe de dez minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente; Sr. Relator, Senador Garibaldi; Dr. Sérgio Cutolo; Dr. Carazzai; Dr. Mattoso.

Conheço os dois que aqui estão em minha frente há algum tempo como homens públicos extremamente capazes. Dr. Cutolo exerceu funções muito importantes, e, quanto ao Dr. Carazzai, já dei o depoimento. Não tenho o prazer de ter intimidade com o Dr. Mattoso, embora reconheça sua idoneidade. Entretanto, por questão de temperamento – quem sou eu para falar do temperamento alheio? –, V. Sª, na sua fala inicial, querendo ou sem querer, foi extremamente forte com seus antecessores. Sim. V. Sª não se referiu. Mas, como V. Sª encontrou a Caixa... evidentemente, não existia nada na Caixa Econômica, pela maneira como V. Sª colocou a questão. Mas pode ter sido um arroubo desta hora, que também é sempre dificultosa para todos. Sei que, se V. Sª ouvir o que falou, aí sim vai desculpar-se com os seus antecessores, que foram homens que trabalharam também com seriedade, talvez sem ter a oportunidade que V. Sª teve, porque isso surge a cada dia na vida das pessoas. Cabe-me, entretanto, perguntar a V. Sª: é verdade que, até agora, só existe, no seu cronograma, dos dois mil terminais, só setenta funcionando? Eram dois mil. Só tem 70?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Terminais de quê?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Terminais que operam as transações financeiras das loterias.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não se trata disso. Nós fizemos a licitação, o contrato foi assinado em

junho, julho agora, da compra, do leasing de 25 mil terminais. Esses 25 mil terminais estão sendo paulatinamente substituídos. Aliás, estamos substituindo as outras máquinas de propriedade da fornecedora. Estamos colocando nos lotéricos. Já fizemos um projeto-piloto aqui em Brasília, com total sucesso, e estamos colocando, até o final deste ano, 50% de 25 mil. Não tenho o número exato hoje.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (**PFL – BA) – Hoje são setenta.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, não sei se são setenta. Não sei, não tenho idéia, mas sei que, no nosso calendário, serão 50% dos 25 mil terminais estarão instalados até o final deste ano.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª fez uma afirmativa que talvez seja verdadeira. Mas eu quero um testemunho em relação a mim – e acho que os outros Parlamentares deveriam querer em relação a eles – de que, agora, a Caixa está diferente, porque não há interferência de políticos e Deputados e de Embaixadores.

V. Sª poderia citar alguns políticos ou Embaixadores que interferiam nos processos da Caixa?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Isso eu li no jornal, como todos...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª tem a responsabilidade, de que lê no jornal contra V. Sª...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Declarações da Embaixadora dos Estados Unidos dizendo que tinha ido a Caixa defender a GTech. Ela fez declarações públicas no jornal! Então, a única declaração que eu fiz, Senador, foi isso. O que eu gostaria de aproveitar – porque isso tem referência com a questão anterior – diz respeito... Eu não fiz nenhuma observação com relação aos antecessores. Aliás, fiz uma, com relação ao tempo maior que levou a licitação de 1994 a 1997. Mas eu insisti em que foi por problemas de ordem jurídica, mas era simplesmente uma constatação. Na Caixa tem "n" licitações que levam mais tempo. Há licitações sob a minha guarda hoje que já estão no segundo ano, por problemas jurídicos, pelo enfrentamento entre as empresas, etc. A única observação que fiz foi essa. porque não tenho condições de fazer nenhuma observação. Não era da Caixa, e não tenho condições de fazer qualquer observação sobre os meus antecessores. Esse é o primeiro caso.

No caso referente à questão, eu disse que, na minha gestão, não tinha havido nenhum tipo de interferência. Citei o Ministério da Fazenda e, en passant, falei na eventual ocorrência de intervenção de Embaixadas, porque o que sei é o que saiu no jornal.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Deputados e políticos. V. Sª usou essa palavra. Não posso...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Também saiu no jornal que tinha uma Deputada, que eu não lembro o nome, que mandou uma carta propondo a defesa do GTech. Não tenho mais nada com isso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quero dizer a V. Sª que, com 50 anos de vida pública – e aí desafio também os seus antecessores, e os Ministros da Fazenda, inclusive o Ministro Palocci, de quem sou amigo – se já fiz qualquer pedido de ordem pessoal a qualquer órgão econômico do Governo. Nunca.

**O SR. JORGE MATTOSO –** Na minha, posso afirmar que o senhor nunca fez. Isso eu posso lhe afirmar.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Nunca fiz. Agora, defender o meu Estado, isso é do meu dever, eu o farei sempre, inclusive com V. Sª. Toda vez que se fizer necessário, irei procurá-lo para defender o meu Estado.

**O SR. JORGE MATTOSO** – E será sempre bem-vindo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – De maneira que não é bom para o sistema que V. Sª representa a cada dia jogar essa pecha para os políticos. O seu chefe, o Presidente da República, tem esse mau hábito. Mas não deve pegar num homem com as sua experiência. Ele, coitado, é um torneiro mecânico que se tornou Presidente da República, é natural que tenha os seus deslizes. Mas V. Sª não pode tê-los assim tão freqüentemente. De maneira que é um conselho; se V. Sª quiser, aceite, se não quiser, não aceite, continue a fazer o que quiser.

Agora, V. Sª diz que só soube pelo jornal das participações de Waldomiro Diniz, Carlos Cachoeira e Gianelli e Buratti? Eles nunca tiveram acesso...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Nunca estiveram comigo, eu não conheço nenhuma dessas pessoas citadas; nenhuma.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª acha que, realmente, o desconto de 15% era o razoável, conforme não concorda o Tribunal de Contas da União?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, o Tribunal de Contas... desculpe, Senador, o Tribunal de Contas não fez avaliação...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Fez.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, senhor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Desculpe.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não. Declaração aqui do...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – "De acordo com o relatório da inspeção do TCU, embora a Caixa tenha negociado uma redução geral de 15% dos preços dos serviços prestados pela GTech, esse desconto poderia ter sido bem maior se fossem analisados os custos da GTech."

**O SR. JORGE MATTOSO** – É isso. Essa é uma observação. Mas é uma observação de um "se". Como eu já falei aqui anteriormente, Senador, o "se" diz respeito à planilha de custos de uma empresa que presta...

**O SR. PRESIDENTE (**Efraim Morais. PFL – PB) – Solicitaria, peço permissão a V. Sª que fossem postos mais três minutos para que o Senador pudesse concluir o seu tempo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu concluirei, Excelência. Eu não tenho por que me demorar, já que o Dr. Tasso Jereissati tem mais perguntas do que eu a fazer. Com relação a esses serviços lotéricos, há que se considerar também que a prorrogação do contrato houve um aumento de 50% dos preços na Mega-Sena, V. Sª já falou, e na Quina – e 100% na Quina. Como a remuneração da GTech é em função desses percentuais, houve, sem dúvida alguma, querendo ou não V. Sª, uma benesse para a GTech nessa renovação. Quer responder?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Respondo, iniciando pela questão primeira, questão dos 15% e da planilha. Em primeiro lugar, nós, da Caixa, muito nos honramos pela realização dessa suplementação, desse contrato, que na verdade não é um contrato, é um aditamento ao contrato da GTech realizado e assinado no dia 8 de abril de 2003. Por quê? Em primeiro lugar, porque foi a primeira vez que conseguimos redução de custos da GTech, esse é um fato. Segundo, porque conseguimos a liberação dos correspondentes bancários, que eu volto a insistir, é um dos elementos mais importantes do ponto de vista estratégico para a instituição. E terceiro, foi o repasse de 11 bilhões de informações que a GTech ainda se mantinha e que nos dificultava, do ponto de vista de segurança, dar continuidade ao processo. Então, eu não tenho a mínima dúvida. Com relação à planilha, esse é um fato, a GTech em nenhum momento desses dez anos, ou mais de dez anos, entregou a planilha completa de custos; entregou parcelas, entregou momentos. E como é, volto a insistir, um monopólio, a forma da instituição averiguar se esses dados esparsos são verdadeiros ou não são muito difíceis. Eu não tenho no mercado quem olhar. Quem é que oferece loterias? Quem é que oferece o trabalho não lotérico nos lotéricos? Portanto, esta é uma suposição: que, se houvesse uma planilha de custos, o ganho poderia ser, pudesse ser superior aos 15%. É uma suposição. Agora, a caixa nunca teve posse dessa planilha de custos completa.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Sr. Ralph Barquete foi indicado a V. Sª por quem?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, o Ralph veio à Caixa, me ofereceu o currículo dele, e eu achei por bem contratá-lo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª disse que ele foi secretário de dois Municípios de São Paulo.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Foi Matão e Ribeirão Preto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ribeirão Preto e Matão.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Isso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Coincidentemente, são do PT, não é?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Ribeirão Preto foi durante o Governo do PT.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Palocci...

**O SR. JORGE MATTOSO –** Matão não tenho certeza. Como ele também trabalhou na Secretaria de Estado do Governo do Estado de São Paulo, eu não sei se antes ele era ligado a alguma outra força política.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª dava notícias ao Ministro Palocci desse contrato?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Dessas negociações?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ele dava autonomia totalmente a V. Sª, para V. Sª resolver como quisesse?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Eu tenho uma relação de profundo respeito, e o Ministro me conhece.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu também tenho.

**O SR. JORGE MATTOSO** – E, em nenhum momento, nesses quase três anos, eu discuti com qualquer Ministro, e obviamente que o Ministro, se houvesse alguma discussão, seria com o Ministro Palocci, já que eu estou subordinado a ele, eu não discuti nenhum dos três mil, quinhentos e tantos contratos que a Caixa sistematicamente negocia.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª é um homem feliz, que tem uma autonomia que ninguém tem neste Governo, porque o normal é que a Caixa Econômica se reportasse, em casos importantes, ao Ministro da Fazenda. V. Sª, eu quero

lhe dar parabéns de ter esse apoio total do Ministro e não precisar lhe informar sobre casos graves como esse da GTech, que evidentemente a GTech gastar tanto com o Sr. Walter Silva...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Santos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Walter Santos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Santos Neto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Cinco milhões e tanto, com o próprio Afrânio Nabuco. Santos Neto é o embaixador, então vai cair lá no... entendeu? É o embaixador na Rússia.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Senador, em primeiro lugar, eu devo contas e as presto com todo o carinho que merece o Ministro e com toda a responsabilidade que eu tenho não exclusivamente ao Ministro, mas também ao Conselho de Administração. E isso diz respeito às decisões estratégicas da Caixa e às questões referentes a sua operação sobre o seu desempenho operacional, seu desempenho... E, nesse sentido, as minhas relações tanto com o Conselho de Administração, dirigido pelo Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, quanto com o Ministro Antonio Palocci, tem sido exemplares.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Acho até que, na medida em que V. Sª possa ter mais, até, intimidade com o Ministro Palocci, eu acho que é bom para o País, pois o Ministro Palocci é um homem que tem credibilidade, tem o nosso respeito e merece que V. Sª o trate não como um subordinado, mas como um amigo que pode levar até conselhos a ele, mas também receber dele conselhos para sua administração. Apenas, para V. Sª ficar feliz, eu vou declarar que acho que o meu querido amigo Cutolo deveria, na época, ter sido mais exigente quando passou da Racimec para a GTech esse contrato, porque evidentemente essa parte eu acho que não foi... que poderia, deveria ser melhor estudada, e eu, como Senador, como homem público ou como qualquer pessoa, acho que houve uma precipitação em permitir essa transferência. Muito obrigado a V. Sª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães e concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. V. Exª dispõe de dez minutos, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, eu acho muito importante o trabalho que nós estamos fazendo hoje, porque esta questão do contrato Caixa-GTech é algo que se arrasta há muitos anos, com situações extremamente complicadas. A começar, quero ir na mesma lógica do Senador Antonio Carlos Magalhães, porque tem uma origem esse contrato, porque a licitação foi vencida pela Racimec e, posteriormente, a GTech entrou, como a gente chama sempre, de gaiato no navio. Ela comprou o controle da Racimec e ganhou uma licitação da qual ela não participou por esta via, da aquisição do controle, até porque ela não poderia ter participado da licitação porque a licitação não foi internacional, então, logo na seqüência, uma empresa que estava impedida, pela forma como a licitação foi feita, acabou entrando por tabela, pela porta dos fundos, na licitação. E a GTech é uma empresa que tem problemas. Basta fazer o levantamento de toda a atuação dela internacional aí para a gente saber que é uma empresa que tem muitos problemas, inclusive com a legalidade.

A outra coisa que eu acho importante, do que nós estamos tratando aqui, é com relação à evolução do contrato, porque, inclusive no depoimento que prestou aqui o Dr. Lucas Furtado e todo o trabalho feito pelo Tribunal de Contas da União, aparece exatamente esta questão da origem do contrato, da ilegalidade, que está muito patente nesse contrato aí, feito dessa forma com a GTech, depois na evolução dos valores pagos à GTech, com um prejuízo significativo, e aqui quero reiterar isso, porque em 1997 passou de 0,05, em 98 para 0,08. Esse reajuste deu um prejuízo à Caixa de 17 milhões, segundo a auditoria e os levantamentos apresentados aqui pelo Dr. Lucas Furtado. Em 1989, foi de 0,08 para 0,12, prejuízo de 45 milhões para a Caixa. Depois, em 2000, foi de 0,12 para 0,15, um prejuízo de 202 milhões. E, em 2003, baixou de 0,15 para 0,12; ou seja, se se fizer a somatória, numa movimentação de três bilhões ao longo do contrato da GTech com a Caixa Econômica, nós tivemos aproximadamente algo em torno de um sexto de prejuízo, pela alteração feita ao longo desse... principalmente entre 1997 e 2000; a única vez que teve redução foi exatamente agora em 2003. Portanto, nós podermos estar analisando aqui, no dia de hoje, e podermos fazer as perguntas sobre por que é que esses reajustes foram feitos, sobre a forma como foram feitos, dando tanto prejuízo à Caixa, é também de fundamental importância.

A terceira questão, que eu acho que entra aqui nesta atividade de forma muito contundente, é a questão da dependência tecnológica. Porque é um absurdo a forma como se deu o contrato e a relação da Caixa com a GTech, que, mesmo com todas as tentativas para se livrar, não se consegue. E ainda vamos arrastar, pelo que eu entendi da fala do Presidente Mattoso, que ainda vamos, só no final deste ano, que nós vamos ter metade dos terminais substituídos. Portanto, essa dependência tecnológica é algo que nós precisamos sair desta CPI devidamente esclarecidos. Então, é o

contrato original, a entrada da GTech pela porta dos fundos, sem participar da licitação, esses reajustes absurdos nos valores ocorridos entre 1997 e 2000 e essa questão da dependência tecnológica. E é claro que também se está aqui, junto, com tudo isso, se investigando as intermediações políticas, partidárias, que possam ter ocorrido ao longo desse período.

Por conta do histórico e do levantamento... Pois não, Senador ACM. O senhor está pedindo licença para mim? Não, né? (Pausa.) Muito obrigada pela gentileza. (risos) Então, por todo o levantamento da imprensa, e tal, a vinculação com o "tucanato" da GTech é Racimec, o José Richa já estava lá no Conselho Diretivo da Racimec, ou seja, tem toda uma vinculação meio histórica, e pelo levantamento que aconteceu. E eu queria aproveitar, porque tenho pouco tempo, para fazer algumas perguntas mais focadas, e queria dirigi-las, inclusive, ao senhor...

(Manifestação fora do microfone)

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Um sai gentil e o outro entra atacando. Por quê? Eu estou apenas dizendo que os levantamentos da imprensa... A gente não pode mais nem citar a imprensa agora, está sujeita...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Foi o José Richa que V. Exª citou, e ele não está aqui para se defender.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Ah, tá. Então, desculpe.

**O SR. TASSO JEREISSATI (**PSDB – CE) – Infelizmente ele não está aqui. V. Exª é de uma elegância extraordinária, Senadora Ideli.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Ah bom, mas eu estou apenas...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Autora da Lei do Bingo.

**O SR. PRESIDENTE (**Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tasso Jereissati, a palavra está...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Eu não sou autora de lei nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ... com a Senadora Ideli.

**A SRA. IDELI SALVATTI (**PT – SC) – Não sou nem autora de nada.

**O SR. PRESIDENTE (**Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito, Senador, que aguarde a sua vez. V. Exª terá oportunidade de registrar quando estiver com a palavra. A palavra está com a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Posso voltar? Então, eu queria apenas colocar algumas perguntas ao Sr. Carazzai a respeito... porque assim: a tentativa da Caixa de fugir da dependência iniciou mais ou menos no período em que o Sr. Carazzai estava lá, principalmente nas medidas jurídicas, né? Teve uma medida inicial de encontrar...fazer a licitação por áreas, por regiões, que a Justiça não, não... e era realmente muito complexa, e depois foi pela história dos pregões dos setores, que se arrastou até agora recentemente, porque tivemos aquelas decisões das liminares, que a CPI aqui tentou quebrar o sigilo, da juíza, que deu tantas e sucessivas liminares, e que acabou se arrastando por quase três, quatro anos a vinculação aí, e sem poder, tanto que em 2003 a renovação era obrigada por decisão judicial.

Então, eu queria perguntar ao Sr. Carazzai por que só a partir de... o que o motivou a buscar essas modificações e como isso se operou... por que adotaram primeiro a história por área e depois mudaram para pregão – para eu poder dar conclusão aqui nas minhas outras perguntas?

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Eu gostaria de agradecer, Senadora, a sua pergunta, porque ela realmente dá oportunidade para que a gente faça esclarecimentos de questões que são bastante complexas. Lamentavelmente, V. Exª não estava presente na minha abertura, quando eu mencionei, como um dos pontos da minha percepção com relação a esse contrato com a GTech, que a tese, a suposta e bastante ventilada tese do aprisionamento, na minha opinião, é uma tese inepta. A Caixa nunca foi aprisionada pela GTech. O que caracteriza a figura econômica do aprisionamento é o custo de troca insuportável do fornecedor pelo cliente. A Caixa nunca foi incapacitada, ela nunca esteve incapacitada de trocar esse fornecedor por conta de custo. Tanto é...e aí eu já começo a responder diretamente à primeira parte da sua questão...Tanto é assim que muito antes – ou seja, em 2000 – do término do contrato, nós já tínhamos desenhado um modelo de licitação, o primeiro a que V. Exª se refere, em que necessariamente nós teríamos mais de um fornecedor. Então, não havia...A rigor, nós tínhamos uma porta ampla de saída viável economicamente, viável tecnologicamente, e na realidade sobreveio não o aprisionamento, não um problema de dependência, porque, aliás, dependência é uma questão com que as empresas convivem tradicionalmente, sabem trabalhar com ela. Por exemplo, ninguém aqui está discutindo que se mande desinstalar os mainframes IBM de todas as empresas estatais deste País. Isso é um aprisionamento. Isso é um aprisionamento. Ninguém está mandando desinstalar o sistema operacional Windows, Microsoft de todas as máquinas da administração pública. Isso é um aprisionamento. Agora, a questão que se coloca, efetivamente, voltando à linha central do raciocínio para a resposta da sua questão, é que, a despeito de nós termos encontrado a janela, a via de saída, nós

sofremos embargos judiciais. Não há que se falar de aprisionamento. Há que se falar de embargos judiciais. A porta de saída foi fechada por embargos judiciais, não por aprisionamento.

E aí eu respondo à segunda parte da sua pergunta: a rigor, eu mencionei aqui uma metáfora simplória de que, na administração de empresas, de empresas com essa complexidade, existe aprendizagem institucional, existe conhecimento acumulado. As escadas não começam nos degraus do meio; começam no primeiro degrau. Quer dizer, desde o edital de 1994, houve um aprendizado – conhecimento desenvolvido e acumulado na Caixa. Quando vimos que o que chamávamos, na diretoria colegiada, de o nosso Plano A estava obstado por conta do embargo judicial, procuramos re-analisar todo o problema novamente e, então, desenvolvemos o Plano B. O Plano B era o seguinte: vamos internalizar. Era mais ou menos como se de repente, tivéssemos um serviço que...E aí, diga-se de passagem, economicamente havia um monopólio bilateral: tinha o monopólio do fornecedor de um lado e um monopsônio do outro lado, que era um comprador único. Suponha que tivéssemos na área de telecomunicações ou na área de transporte aéreo o mesmo tipo de problema. Nós, eventualmente, diríamos: – Olha, nessas condições, talvez seja econômico para nós termos uma frota de aviões, porque estamos impedidos...

Aliás, dizia-se, na minha época, que a Caixa Econômica Federal era a quinta maior usuária de transporte comercial aéreo neste País. Obviamente, não estou insinuando aqui que a Caixa volte a ter uma frota.E ela até tinha até o início de 1990; quando tinha dois jatos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Deixe-me interromper um pouco o senhor, para eu poder utilizar ainda um pouco do tempo que falta.

**O SR. EMÍLIO CARAZZA**I – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Só informando, Senadora, que o tempo já concluiu. Vou dar mais três minutos a V. Exª

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas se V. Exª puder ser gentil como foi com o Senador ACM.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL PB) – Pode ter certeza que serei sempre gentil com V. Exª.

**A SRA. IDELI SALVATTI (**PT – SC) – Porque temos essa história da dependência, que está identificada no relatório do Dr. Lucas Furtado e nos procedimentos – a própria exposição dada aqui. Acredito que essa é uma tese que temos que continuar ainda explorando a sua investigação.

Agora, o senhor levanta uma coisa de que estou absolutamente convencida – já disse aqui. Penso que temos de tomar novos procedimentos para poder fazer averiguação da questão judicial, porque tivemos um aprisionamento judicial escandaloso nessa questão da GTech. O fato de não termos conseguido quebrar o sigilo da Juíza por uma decisão do Supremo dificulta muito aprofundarmos essa vinculação que possa ter tido de algum interesse escuso em tantas e tão seguidas liminares que arrastaram esse procedimento por quase quatro anos.

Agora, há uma outra questão. Porque assim: houve um elogio efetivamente do Senador Marco Maciel, Vice-Presidente à época, a sua atuação na Caixa. Mas houve uma situação que eu queria trazer aqui porque toda essa questão da intermediação ou das intervenções político-partidárias.

Quando senhor saiu da Caixa Econômica...E tem aqui uma reportagem datada da época da sua saída, onde coloca que o PFL condicionou a votação da CPMF à saída de Carazzai, porque estávamos em pleno início da campanha eleitoral, a separação do PSDB e do PFL para a campanha e aqui manifestações. A disposição foi comunicada a Marco Maciel pelo Presidente do Partido, Senador licenciado Jorge Bornhausen, por telefone.

Então, a sensação que dá – e é isso que eu queria perguntar ao senhor – é que toda essa tentativa e busca de desligar, ou desvincular, ou separar a GTech da Caixa Econômica, dos interesses conflitantes que tinham, isso pode ter tido algum viés da disputa partidária PSDB-PFL? Para corroborar e completar a minha pergunta para o senhor responder de uma vez, é que a questão dos ofícios de Parlamentares...E eu tenho a cópia dos dois ofícios da Deputada Zulaiê Cobra, em que, no dia 17 de abril, encaminha ao Sr. Amauri Guilherme Bier, que depois encaminha a cópia ao senhor, colocando "Solicito a V. Exª atenção especial ao pleito da GTech, no sentido de participar da concorrência aberta pela Caixa para a qual se encontra impedida nos termos do edital divulgado por aquele órgão. Para seu conhecimento, informo que a citada empresa vem prestando serviços desde 3 de junho de 1997, na área de loteria esportiva."

Depois ela continua: "representantes da empresa estiveram comigo indignados pois têm no Brasil um exemplo para outros países onde opera na área de loteria esportiva, e acreditam eles, a um custo bastante baixo pelo serviço oferecido".

E ela pede, até de forma muito tranqüila: "no sentido de não lhe trazer nenhum pedido que possa ser tomado com intenção que fira as normas, peço-lhe o obséquio de mandar examinar o assunto por pessoa independente, sustando o edital, se for o caso, para que não exista perda irreparável aos referidos solicitantes".

Essa é a carta do dia 17 de abril que foi encaminhada ao senhor no dia 19 de abril, pelo Sr. Amauri Guilherme Bier, porque o Ministério da Fazenda... E depois o Sr. Guilherme Bier...Ela faz uma outra correspondência, um pouco mais... dizendo que não havia recebido resposta do senhor. E aí novamente é pedida uma solicitação.

E tenho aqui um encaminhamento do Luiz Carlos de Azeredo, chefe de gabinete da Presidência, de ordem aos diretores Henrique Costabili e Luiz Francisco.

Queria saber se esse tipo de procedimento, se isso acabou se caracterizando durante essa tentativa de separar interesses ou eliminar essa vinculação da GTech com a Caixa, também esteve permeada de algum tipo de disputa, que as correspondências da Deputada Zulaiê Cobra podem dar a entender. E ainda colocado com essa história da saída do senhor como uma exigência do próprio Senador Jorge Bornhausen.

Portanto, queria inclusive passar as cópias das cartas ao Presidente. E saber se o senhor tomou alguma providência, respondeu, porque aqui pelos ofícios não tenho confirmação se teve resposta ou não.

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Senadora, com relação ao primeiro episódio, quando fui convidado pelo Senador Marco Maciel para assumir a Presidência da Caixa, ele era o Vice-Presidente da República à época – e obviamente isso foi objeto de um entendimento dele com o ministro e o Presidente da República. Obviamente – a única pergunta que fiz para o Vice-Presidente era se eu estaria submetido a uma agenda partidária na administração da Caixa.

Não porque eu tenha algum preconceito intelectual contra a atividade partidária ou contra a atividade política. Por sinal, uma grande filósofa do século passado mencionava, dizia, afirmava que a atividade política é a mais brilhante das atividades humanas. Eu nunca fui filiado a partido e nunca tive atividade partidária. O que eu achava é que, dada a situação da Caixa naquele momento, a eventual submissão da administração da Caixa a uma agenda partidária seria insuportável, porque tínhamos que proceder à reestruturação patrimonial da Caixa e teríamos que fazer uma gestão eminentemente técnica. E coloco isso não como oposição – quero deixar claro – ou como preconceito em relação à atividade política, mas eu achava que seria impossível administrar a Caixa naquele momento tendo indicações de diretor "a", "b", se quem quer que seja. Tinha que ser um time fechado, um time especializado, ou, como dizia um ex-ministro do governo passado, cada macaco no seu galho.

Quando desse evento, da saída do...Na realidade o PFL saiu do Governo Fernando Henrique. Obviamente que eu, num primeiro momento, achei que eu não tinha nada a ver com aquilo, que ia continuar o meu trabalho. Faltavam poucos meses para eu terminar o meu mandato. Havia coisas importantes, inclusive essa negociação com a GTech e a gente havia criado a superintendência especial para desenvolver o software para internalização, e eu acreditava que seria capaz de fazer isso até o fim do mandato. E tinha até outras alternativas na cabeça, se isso não funcionasse. E, a rigor, fiquei surpreso, quando li no jornal, pelo jornal, que na realidade a cúpula do Partido entendia que, por eu ter sido indicado pelo Vice-Presidente da República e ele ser do PFL, que aquele era um posto... Isso foi uma surpresa para mim. Diga-se de passagem que o Partido se comportou de uma maneira absolutamente digna durante toda a minha gestão, eu nunca tive nenhuma interferência, nenhuma indicação. Nunca alguém do PFL chegou lá para me indicar um diretor, por exemplo. Mas, no fim, aconteceu isso. E aí o Ministro Malan me ligou, vários ministros me ligaram, o Presidente da República me ligou e disse: Olha, esse negócio passa, você não tem nada a ver com isso, você não é filiado ao partido. E fiz uma nota, dizendo que não me sentia na obrigação de deixar o meu trabalho, eu não estava agarrado à cadeira, eu estava com o sentimento de dever a cumprir. Aliás, saí de uma posição, como profissional, para ocupar, para exercer isso como missão. Publiquei inclusive essa declaração, uma declaração educado, dizendo que não me sentia na obrigação de deixar o meu posto, porque eu não era filiado ao partido. Mas não me lembro exatamente como, alguns dias depois, o vice-presidente me ligou e disse: Olha, eu gostaria que você reconsiderasse a sua opinião, porque acho que, no futuro, seria melhor você se afastar, você renunciar, porque acho que, no futuro, esse seu gesto será considerado como um gesto positivo. Ou seja...

**A SRA. IDELI SALVATI** (PT – SC) – Mas essa questão político-partidária teve reflexo ou não dentro da administração, por conta da...

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** – Era isso que eu ia mencionar agora. Ou seja, não teve absolutamente nada, nem de longe, a ver com o Gthec. Aliás...

Quanto ao segundo tema, o ofício da deputada, eu novamente agradeço à senhora por ter levantado esse tema porque me dá a oportunidade de explicar uma diretriz da minha gestão. Houve aqui um diretor da Gthec que declarou, com algum grau aparente de espanto, que eu não os recebia. Eu não os recebia e não os recebia apenas por serem da Gthec. Eu nunca recebi licitante. Dei uma diretriz, quando cheguei na Caixa, que as comissões de licitação não deveriam receber licitante. Aliás, este Parlamento, na minha opinião, nesse sentido, aperfeiçoaria a Lei nº 8.666, colocando

um dispositivo que edital na rua ninguém mais recebe licitante. Por que receber licitante depois que o edital está na rua? Existem comissões de licitação de terceiro escalão, com funcionários humildes, salários humildes, que evidentemente se colocam numa posição de assimetria quando chegam lá determinadas personalidades sobraçando um licitante. Então, na minha gestão a diretriz é: comissão de licitação não recebe depois do edital na rua. Primeiro se faz a audiência pública e se esclarecem todas as questões, removem-se todas as dúvidas, depois do edital na rua não se recebe licitante. E é por isso que eu não recebia a diretoria da Gthec, porque eles eram licitantes.

Com relação ao ofício da Deputada, vê-se, e eu percebo, pelas suas palavras, que ele é vazado de boa-fé. A Deputada, aliás, é uma atividade do Parlamento fiscalizar o Poder Executivo, e era um contrato importante. E certamente existem sofismas muito fáceis de convencer preliminarmente um Parlamentar de que algo não está sendo feito de uma maneira correta. No caso, a Gthec, por exemplo, alegava que a introdução de um fornecedor adicional, que era uma experiência nossa, de administradores bancários da década de 80, todos os bancos com redes relevantes introduziram mais de um fornecedor na rede, por uma questão de segurança, ela alegava que isso introduzia um custo de complexidade. Claro, mas estou disposto a pagar o custo de complexidade para ter um grau de liberdade. Se o fornecedor quebra, se o fornecedor é vendido, se o fornecedor desiste daquela atividade, se ele muda de objeto, tenho instantaneamente uma camada de software em cima e outro fornecedor embaixo que pode, como mancha de óleo, reocupar a área daquele fornecedor que por algum motivo teve que se retirar. Isso é introdução à administração de segurança de rede.

Então, o que fiz, tratando-se de uma parlamentar, foi recebê-los. E recebi os diretores. E acho que a audiência deve ter durado 10 ou 15 minutos, porque eu disse: olha, estou recebendo vocês. Agora, quero dizer que não recebo licitante. Então, a partir desse momento, tudo que for dito aqui vai para a Internet. E quero dizer que estou profundamente insatisfeito com isso, isso e isso.

A Deputada encerrou a audiência. Ela virou-se para mim e disse: Presidente, já entendi tudo. Agradeço e já entendi sua posição. Acho que o senhor está certo; acho que o senhor é um homem sério, ela falou. Quero dizer inclusive que o Governador Covas gosta muito do senhor – e aí fiquei surpreso – porque ele acha que o senhor é um homem bravo. Eu nem sabia disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Satisfeita, Senadora?

Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati. V. Exª dispõe de 10 minutos.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Vou dar um suspiro antes, Senador Presidente Efraim Morais, porque, com certeza, não vou agir com a mesma deselegância que foi feito aqui pela Senadora que me antecedeu. Não vou fazer. Sem nenhum propósito, não vou fazer. (Pausa.)

Vou dar outro suspiro.(Pausa.)

Sr. Mattoso, o senhor contratou Paulo Bretas e Carlos Silveira para serem os negociadores em relação ao caso GTech. Correto?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não? Não foram eles os responsáveis pela negociação?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, eu os contratei, o primeiro para ser Vice-Presidente da Caixa, para assumir toda a área de recursos humanos e licitações. E na época, ainda, tecnologia. E o segundo para ser assessor da Presidência.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas o senhor os encarregou?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Posteriormente, eu os encarreguei.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Nos últimos dois ou três anos, qual a experiência profissional dos dois, no que eles estavam trabalhando?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Posso encaminhar os currículos. Dois anos só tiveram na Caixa.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não preciso do currículo.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, tem que encaminhar os currículos. Os dois anos anteriores da presença na Caixa?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – É.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Um trabalhava na Fundação Dom Cabral e prestava assessoria a empresas no Estado de Minas Gerais, e outro era economista de uma instituição pública do Estado de São Paulo.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não tinham a menor experiência, nem na área financeira, nem na área de jogos, portanto?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Nenhuma experiência na área de jogos, exceto jogar, de vez em quando, que imagino que os dois devam fazer.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eles **jogavam em quê?**

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não sei.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor disse que eles jogavam, de vez em quando, **que eram jogadores.**

**O SR. JORGE MATTOSO** – Eventualmente jogavam.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Baralho, eram jogadores em cassino. Jogavam em quê?

O senhor vai me responder agora. O senhor disse que eles jogavam. Jogavam em quê?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Provavelmente nas mesmas loterias da Caixa.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Jogavam em quais loterias da Caixa?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não tenho a mínima idéia, Sr. Senador.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas o senhor que disse que eles jogavam em loterias da Caixa.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Eu disse que eventualmente eles jogavam em loterias.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu perguntei se eles tinham experiência em jogos anteriores.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Nenhuma, Senador.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Ou o senhor vai me responder com respeito, porque eu lhe perguntei se eles tinham alguma experiência anteriormente em questão de jogos, porque eles fizeram um dos piores negócios que já foi feito na história da Caixa Econômica. Até este momento, estava achando que era por pura incompetência deles e de V. Exª. Agora, já estou começando a desconfiar que não foi por incompetência, porque, da maneira como V. Exª está me respondendo, me parece uma maneira de malandro.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Senador, vamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a V. Exª que responda...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não, eu não admito. Eu não dou aparte, assim como...eu não dou aparte.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Temos de manter a calma.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – V. Exª não tem condições de pedir calma a ninguém aqui!

**A SRA. IDELI SALVATTI (**Bloco/PT – SC) – Por que, Senador?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Porque V. Exª até pessoas mortas aqui chegou a ofender neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora e Senador, peço a V. Exªs...vou me dirigir.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu fiz uma pergunta e quero que ele responda com seriedade aqui, Sr. Presidente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Seriedade e respeito de ambas as partes.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu peço à Senadora que se mantenha calada.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Mas por que vou me manter calada?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora, a palavra está garantida ao Senador. Eu respeitei...

**A SRA. IDELI SALVATT**I (Bloco/PT – SC) – Então, Sr. Presidente, eu estou apenas fazendo o apelo da calma e da tranqüilidade neste ambiente e do respeito que temos de ter.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço a V. Exªs respeito ao orador que está na tribuna. V. Exª não pode usar a palavra sem lhe ser concedida.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Se V. Exª não respeita nem morto, como pode pedir respeito por alguém?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador Tasso Jereissati, eu não ofendi ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por favor, Senadora, peço a compreensão de V. Exª.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – ...Entende? Não sei por que V. Exª está tão exaltado. Nós mantivemos até agora um clima de muita tranqüilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço que corte o microfone da Senadora.

Ressalto a V. Sª que a pergunta que lhe foi dirigida foi uma pergunta séria, sobre experiência, e o senhor tentou desrespeitar, não só o Senador, mas esta CPMI, quando disse "Ele joga de vez em quando; joga por aí." A pergunta não foi dirigida a V. Sª nesse sentido. Queria que V. Sª respondesse como convidado que está sendo respeitado e que está aqui prestando um serviço a esta Comissão, e não tentando desqualificar a pergunta do Senador.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não venha com essa história de Senador. Foi feita uma pergunta e eu queria que V. Sª respondesse à pergunta do Senador.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Como é que eu me dirijo ao Senador? Como é que eu reajo ao Sr. Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, eu posso reagir ao senhor como eu quiser. Aqui, como Presidente...O senhor não provoque! Estou pedindo, estou educadamente pedindo a V. Sª que, ao se dirigir a qualquer Senador, seja de Governo ou de Oposição, o senhor responda à pergunta. O senhor se lembra o que o senhor respondeu a S. Exª? Eu só queria que o senhor repetisse o que o senhor respondeu a

ele. Se é resposta a ser dada à pergunta do Senador. Mais nada. Só nesse sentido.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Vou repetir a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não. Agradeço a V. Exª.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu, educadamente, vou repetir desde o início. Sr. Presidente, educadamente, vou repetir todas as perguntas que fiz a S. Sª. Vou repeti-las. Primeiro perguntei a V.Sª se V.Sª tinha contratado o Sr. Paulo Bretas e Carlos Silveira para a negociação com o caso GTech.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Eu lembro de ter respondido que eu não os contratei para isso. O primeiro, eu contratei para ser vice-Presidente da Caixa, responsável pela área de licitações, recursos humanos e, na época, tecnologia; e o segundo, para ser assessor da Presidência.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas é fato que o senhor os encarregou da negociação do caso GTech.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Posteriormente, sim. Isso é de conhecimento público.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor sabe qual é a experiência profissional anterior desses dois senhores?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Sei.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – E qual é a experiência dos últimos dois anos?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Eu já me prontifiquei a fazer a entrega do currículo completo dos dois técnicos. Eles dois são conhecidos nas suas respectivas localidades, pela sua seriedade e expressão técnica.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu não estou colocando a seriedade deles, em nenhum momento, em jogo. Eu não falei em seriedade, nem coloquei idoneidade...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Profissional.

**O SR. TASSO JEREISSAT**I (PSDB – CE) – Nem profissional. Eu só queria saber a experiência profissional, ou seja, se eles eram da área financeira; se eles trabalhavam na área de jogos, em loteria esportiva, etc, para saber por que razão foram colocados especificamente para trabalhar e cuidar de um caso tão complexo. É esta a minha pergunta: qual é a experiência anterior?

**O SR. JORGE MATTOSO** – O primeiro que foi vice-Presidente de Logística da Caixa, é vice-Presidente da área responsável pelas licitações. Portanto, toda e qualquer negociação ou licitação fica a cargo desse Vice-Presidente.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sim, mas a minha pergunta: o que faziam nos dois últimos anos? Eram professores? Em que trabalhavam nos dois últimos anos?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Eram economistas os dois: um, junto ao setor privado e o outro, como pesquisador junto a uma instituição pública do Estado de São Paulo.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não exerciam nenhuma atividade na área financeira, nem na área de jogos?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Na área financeira, nem na área de jogos.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – É isso que eu gostaria de saber.

Portanto, não me parecem nenhum dos dois preparados para ter a experiência necessária para, em quatro meses, ter a solução para uma negociação tão complexa a ponto, Presidente Carazzai, Presidente Cutolo, de mudar completamente uma orientação que vinha sendo dada depois de um exaustivo, longo trabalho feito não pelo Presidente Cutolo, não pelo Presidente Carazzai, mas pela equipe técnica, pela equipe profissional da Caixa Econômica.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Senador, em que foi mudado? O senhor disse que foi mudado.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – A orientação, pelo que nós ouvimos aqui do senhor...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Em que foi mudado?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – ...Era a de que houvesse uma prorrogação por um período limitado de tempo. Era a orientação de um grupo de estudos que fazia parte, que havia sido montado.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, Senador. Não... Nós temos que começar, então, tudo de novo, para explicar que a Caixa não podia fazer licitações por impedimentos jurídicos, que a Caixa precisava dar continuidade ao processo de preparação para assunção, quando liberado dos processos licitatórios, para poder fazer isso que nós estamos fazendo hoje.

**O SR. TASSO JEREISSATI (**PSDB – CE) – Não é isso que eu estou perguntando. Há toda a recomendação do grupo de trabalho para que fosse prorrogado pelo menor prazo de tempo possível.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não é verdade, Sr. Senador. Todos...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Isso foi depoimento dado aqui pelo Sr. Carlos Cartel, se não me engano.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, Senador.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Depoimento dado aqui pelo senhor...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, depois o senhor pode citar-me, tendo o depoimento, para eu ver

se efetivamente foi assim. O que eu posso-lhe dizer é o seguinte: em todo o momento, o que foi resolvido é que nós fizéssemos um aditamento que levasse em consideração o tempo provável de solução do problema jurídico. Veja bem, se nós tivéssemos feito um aditamento de três meses, nós teríamos que ter feito outro no final do terceiro mês. Se nós tivéssemos feito outro no final do terceiro mês, teríamos que ter feito outro ao final do sexto mês e assim por diante...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Por quê?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Porque não tinha ainda liberação. Essa liberação só foi obtida em novembro de 2004, Senador; a liberação jurídica que permitia fazer as licitações.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Novembro...?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Em novembro de 2004 foi publicada a definição do STJ. É só aí, e o senhor pode ver que é quase 18 meses depois da substituição que nós fizemos. Antes disso, não se poderia fazer nada.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – E a prorrogação foi feita por quanto tempo?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Nós acertamos ainda mais uma vez, porque nós dizíamos que a substituição poderia ser feita a partir do 18º mês, e nós fizemos a substituição no final do 25º mês, depois de fazer as licitações que levaram o prazo recorde de seis meses, e as contratações todas realizadas com quatro empresas, Senador. Foi um trabalho extraordinário da Caixa. Volto a insistir: foi a melhor negociação. No dia 13 de abril, na verdade, no dia oito, quando assinamos, valia o contrato até o dia 13 de abril de 2003, os esforços que foram feitos, aproveitando do conhecimento da Caixa. Na negociação, não eram essas duas pessoas que participavam. Participavam todos os técnicos das gestões anteriores. Não houve um rompimento com relação ao passado, tanto assim que nós fizemos quatro licitações, nós fizemos quatro pregões, nós demos continuidade a um processo que estava ocorrendo na Caixa e o fizemos com toda a propriedade e com toda a qualificação que os técnicos da Caixa têm.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Por que o prazo não foi prorrogado por 18 meses?

**O SR. JORGE MATTOSO** – O prazo foi prorrogado por 25 meses...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – 25 meses.

**O SR. JORGE MATTOSO** – ...Com possibilidade de rompimento no 18º.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Com que argumento, com quais razões para se romper com...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Nós estávamos engessados juridicamente, Senador. Nós, só em novembro de 2004...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – A questão estava decidida na justiça ou estava em questão judicial?

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, havia várias liminares na 17ª Vara e havia pedidos nossos, tanto no Tribunal Regional Federal, quanto no STJ, para uma decisão relativa a essas liminares. Essa decisão foi dada no final de agosto e foi publicada em novembro. Só podemos iniciar o processo licitatório no final de novembro de 2004. Estamos em 2005. Fizemos com uma rapidez extraordinária essas licitações.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Na verdade, há uma informação passada, no depoimento feito pelo Sr. Carlos Cartel que "o Sr. Carlos Silveira informou ao Sr. Carlos Cartel que a GTech agora é amiga, dando a entender que a CEF não deveria mais lutar para ser libertada da GTech".

**O SR. JORGE MATTOSO** – Curioso é que nós nos libertamos da GTech, nobre Senador.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Se libertou fazendo o melhor contrato da vida da GTech.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Mas o senhor está falando, o próprio TCU não disse isso. O senhor que está falando, o TCU não diz isso.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não sou eu que estou falando, vou lhe provar que não sou eu que estou falando.

**O SR. JORGE MATTOSO** – O senhor pode tentar, mas é bom encaminhar para o TCU, porque o TCU não diz isso.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não vou encaminhar para coisa nenhuma ou encaminho para quem eu quiser, o senhor não tem direito de mandar eu encaminhar para lugar nenhum. O senhor se comporte, fique quietinho, direitinho. Limite-se a responder as perguntas... Esse rapaz é de uma prepotência muito grande...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, V. Exª tem a palavra. Vamos manter a tranqüilidade, para que possamos continuar.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Vou provar aqui ao nosso amigo, nosso querido, Sr. Mattoso que ele fez o melhor negócio da vida e da história da GTech. Não sei – vou repetir agora – com quais intenções, se foi simplesmente pura incompetência de um arrogante.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, peço a V. Exª que não se dirija dessa forma ao depoente.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Vou me controlar.

Vou provar que foi feito o melhor negócio da história da GTech.

A GTech, Sr. Presidente Efraim, estava há dez anos sem receber um reajuste nas mensalidades dos jogos lotéricos. Portanto, desde o primeiro contrato, a GTech não tinha reajuste no seu faturamento. Correto? Ponto um.

A GTech vinha sendo constantemente ameaçada por um processo judicial que se arrastava entre a Caixa Econômica e a GTech. Não parava nunca, hora com vantagem para a Caixa Econômica, hora com vantagem para GTech. Esse fato acarreta um desassossego, principalmente para quem conhece uma empresa multinacional e sabe o que representa ter que colocar isso nos seus relatórios multinacionais a serem enviados por meio da Wall Street.

A GTech estava ameaçada de perder um contrato que era um dos melhores que ela tinha no mundo, mas que não era tão bom por causa do congelamento do faturamento nos últimos anos. De repente, a GTech, Sr. Presidente, Sr. Relator, se livra dos processos judiciais e tem, por 25 meses, ou seja, por dois anos, garantido o seu faturamento e, assim, pagando e amortizando tudo aquilo que investiu e ficando com o resíduo de lucro puro e simples; livrando-se de qualquer relatório, de qualquer dúvida judicial que viesse ameaçar o seu relatório. E pior: sob o disfarce malicioso da GTech – evidentemente, não vou dizer que é da Caixa Econômica – de ter dado um desconto de 15%, recebeu imediatamente depois um aumento de 50% dos ajustes, dos preços, dos jogos lotéricos, aumentando não o seu lucro, mas o seu faturamento.

Ora, se o seu negócio era remunerado em função do faturamento, mais do que compensou com sobras tudo aquilo que foi tirado do desconto. Quer a prova final, Sr. Mattoso? Está no site da GTech, que declara aos acionistas de Wall Street que teve o maior lucro da história de sua empresa em todos os tempos graças ao resultado do Brasil e do negócio feito com V. Sª. Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra, Sr. Jorge Mattoso.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Prezado Senador, quanto tempo tenho?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem o tempo que se fizer necessário para responder a pergunta.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Em primeiro lugar, devo dizer que o Senador está mal informado. Os jogos de tipo 1 teve preservado o seu preço entre 2000 e 2002. Caiu na negociação que fizemos para 4,8875. A descrição do tipo 2 de contas, de 0,15, no ano de 2000, foi para 0,1275 no aditivo do dia 08/04/2003. O de tipo 3, para financeiras, era de 0,15 e passou para 0,18 em 2002, recuou para 0,1530. O de isentos, o de tipo 4, saiu de 0,20 e foi terminar em 0,17, graças à negociação realizada no dia 8 de abril de 2003. O de tipo 5, pré-pago off, de 0,25, foi 0,2125. O de tipo 6, sem boleto, que se iniciou em 2001 com 0,53 subiu para 0,65 em 2002 e recuou, graças à negociação realizada no dia 08/04/2003, para 0,5525. O pré-pago 1, de 0,38, passou para 0,3230. Portanto, a negociação realizada foi efetivamente a melhor negociação realizada.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Para a GTech.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, senhor, para a Caixa Econômica Federal.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Está no site da GTech.

**O SR. JORGE MATTOSO** – A GTech, o senhor deve conhecê-la melhor, eu não conheço e não leio o site da GTech.

**O SR. TASSO JEREISSATI (**PSDB – CE) – Eu não.

**O SR. JORGE MATTOSO** – O senhor, então, traga. Eu gostaria de terminar de falar, Sr. Senador, mostrando, em primeiro lugar, que a negociação foi a melhor já realizada. Segundo, tínhamos efetivamente uma questão jurídica que impedia a Caixa Econômica Federal de fazer a licitação até novembro de 2004. Essa licitação foi feita, e os resultados dela são de conhecimento público: 50% de ganho relativamente ao preço de mercado. Fizemos a licitação que não havia sido possível fazer anteriormente. Quanto ao fato de congelamento do faturamento, durante vários anos, foram solicitados aumentos do preço de loteria – duas vezes pelo Presidente Cutolo; outras vezes por vários presidentes que pediram aumento de loteria. E esse aumento de loteria era absolutamente necessário para a Caixa Econômica Federal. Não houve nenhum equívoco em fazer um pedido de aumento de loteria. O que não poderia e o que não deveria era a discussão sobre os preços não se realizar da forma como nós fizemos. Redução de 15%, achar que é pouco?!, quando em todos os outros momentos houve aumento. Achar que a liberação dos correspondentes bancários é pouco? Nós dobramos os correspondentes bancários, permitimos que se desse esse extraordinário salto.

Então, gostaria de dizer – e nesse aspecto tenho a maior das tranqüilidades, a maior das tranqüilidades

– que a negociação, feita em um prazo extremamente curto, foi difícil, mas extremamente favorável a Caixa. Foi a primeira vez que conseguimos um rebaixamento de preços, conseguimos 15%. Foi a primeira vez que tivemos a liberação dos correspondentes bancários.

Eu gostaria de dizer que a passagem, o fato de podermos novamente ampliar os correspondentes bancários, passar de cerca de dois mil, que estavam encruados por causa de liminares obtidas na Justiça, para quase cinco mil; termos passado de onze para sessenta mil o número de jogos, o número de operações realizadas nos lotéricos – lotéricos não, desculpe-me novamente –, nos correspondentes bancários, é algo extraordinário, é algo pelo qual a Caixa tem recebido aplausos, tem recebido sistematicamente aplausos porque, efetivamente, em nenhum momento, uma negociação atingiu essa ordem, essa magnitude.

Finalmente, estamos terminando o ano de 2005, tendo iniciado o processo em maio, junho, quando finalmente terminam as licitações, em condições de manter cerca da metade dos correspondentes funcionando, dos lotéricos funcionando com a nova máquina, com as novas formas, de uma maneira mais eficiente e competente. E isso graças ao trabalho da Caixa Econômica Federal nesses anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª ainda dispõe de dois minutos.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu quero o mesmo tempo de que o orador dispôs.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou tendo tolerância com todos os Srs. Senadores.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Apenas como mais uma prova final. Eu quero de ir até o final para ver a enorme alegria e satisfação da GTech para com essa administração e essa negociação. Afinal de contas, está no site da GTech mundial a grande comemoração do evento, do negócio maravilhoso efetuado pela GTech – o melhor negócio da história da GTech.

E, para confirmar isso, fui lembrado aqui que o Sr. Afrânio de Melo Nabuco, ao se desligar da GTech em 27 de novembro de 2003, mandou uma carta ao Presidente, imagino que seja o Presidente da GTech Corporation, Sr. Tim Neumann – está escrito em inglês e aqui está a tradução: "Caro Teen, como certamente você sabe...". Esta é a carta dele. Não vou ler a carta inteira, mas vou ler a parte que interessa. Ele está pedindo o desligamento, porque já não precisam mais dele. Era para ele ser o lobista, mas, como já estão tão alinhados com a Caixa, estão tão íntimos da Caixa, não precisam mais dele.

Leio:

> "(...) Apesar dos meus esforços, não tenho tido nenhuma oportunidade de alinhar-me aos seus trabalhos, devido a total desinformação e desconhecimento que tenho tido de suas mais recentes estratégias.

Ou seja, já nem falavam com ele sobre as estratégias.

> (...) O meu desconforto se cristalizou por volta de duas semanas atrás, quando soube, pelo Sr. Fernando Cardoso, do amigável, excepcional inclusive, relacionamento entre a GTech e a Caixa. Por favor, não me entendam errado. Claro que fiquei muito feliz por ter excepcional relacionamento entre a GTech e a Caixa! Por favor, não me entendam errado! Claro que fiquei muito feliz por tão boa notícia, especialmente com a rápida mudança da situação difícil pela qual a GTech passou. Foi ótimo ouvir da iminente assinatura de um novo contrato que ele conseguiu aprovar com a Caixa, além da expansão do espectro do serviço para o canal Caixa Aqui.

Quero lembrar que isso ocorreu às vésperas do escândalo do Waldomiro.

Então, está aqui. Eu depois vou encaminhar. Eu acho que chegou essa carta aí também.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Essa carta já está nos arquivos da CPI.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – É mais uma prova que fica do "maior negócio" da história da GTech Multinational Gambling Company of the World, feita aqui na gestão atual.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Sr. Presidente, nós temos a honra de, em maio de 2006, a GTech se afastar definitivamente das operações da Caixa. E isso foi realizada com muito sacrifício, ao longo de muito tempo. Eu queria aproveitar a oportunidade, a Caixa vem realizando a internalizando do processo lotérico ao longo desses últimos... Desde quando foi liberado pela Justiça, se apropriando do conhecimento gerado internamente na Caixa. Estaremos, em maio do ano que vem, definitivamente, liberados dessa empresa.

Portanto, não tem nada a ver com o que vem sendo dito, sobretudo nessa carta. As nossas negociações com a GTech se deram da forma a mais transparente possível. Nós a fizemos com o conhecimento de todas as instâncias do Governo e da Caixa Econômica Federal. Estamos implementando essa mudança, coisa que não foi feita em outras oportunidades...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço.

**O SR. JORGE MATTOSO** –... por impedimento legal ou por qualquer outra razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, V. Exª tem a palavra.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, lamento esse momento de tensão. Faz parte da vida das pessoas, um momento de emoção. Não fosse uma interpretação do Senador Tasso, creio que nós tivemos, de um ato de ironia, ele não teria agido assim, parece-me. O Dr.Jorge Mattoso está aqui sob o manto de proteção da Constituição Federal, tem todas as prerrogativas de um cidadão brasileiro para se defender e para se apresentar à CPI e ao País. Não precisa ter receio de absolutamente nada. O Senador Tasso sabe das responsabilidades e das dimensões do seu mandato. Agora, houve um momento infeliz, de uma interpretação que gerou um descontrole de uma pessoa que costuma tratar com respeito a todos.

Lamento muito ter testemunhado isso. Espero que...

*(Interferência feita fora do microfone.)*

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – V. Exª interpretou que foi ofendido, e acho também que foi pela ironia. Eu não estou dizendo que não foi. Eu não estou dizendo que não foi. Eu estou reconhecendo que foi, porque passou das palavras dele, e, por isso, tivemos esse momento.

Mas, há poucos minutos, tínhamos tido também do Relator, que chegou a pedir desculpas também ao Dr. Carazzai. Então, parece que isso é da vida mesmo. Temos que enfrentar isso. Em outras CPIs, isso ocorreu reiteradamente.

Gostaria apenas de indagar ao Dr. Sérgio Cutolo: V. Sª esclareceu aqui que tinha muita tranqüilidade da gestão da relação contratual GTech-Caixa Econômica, porque a Caixa não tinha aumentado suas despesas com a GTech na relação contratual. Foi isso que eu ouvi? O senhor poderia repetir o raciocínio?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Não, não foi bem isso, Senador. O que eu disse foi o seguinte: do ponto de vista contábil, olhando só os gastos com loterias, o que se percebe é que o contrato com a GTech passou a vigorar, na verdade, no meio de 1997. Na verdade, não era nem GTech ainda, era Consórcio Racimec.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Racimec.

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Se pegar o percentual de despesa que era realizado pela Caixa com esse tipo – o item despesa, inclusive, se chama Taxa de Administração –, anteriormente e posteriormente ao contrato – aí estou falando principalmente da minha gestão e dos primeiros dois anos da gestão do Dr. Carazzai –, esse percentual não se alterou.

Chamei atenção para o seguinte: houve uma mudança do patamar tecnológico. Isso é reconhecido, inclusive, nos contratos do TCU e deu um ganho não só de receita para a Caixa Econômica Federal, mas propiciou toda a implantação dessa rede de atendimento, principalmente para a população mais carente. E isso se deu sem se alterarem, em termos relativos, as despesas. Foi isso o que eu disse.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Despesas da Caixa Econômica com a GTech?

**O SR. SÉRGIO CUTOLO** – Com a GTech. As despesas em termos relativos. Se o senhor pegar as despesas com taxa de administração, o percentual sempre ficou em torno de 8% e não mudou. Depois do contrato, não mudou. É isso o que eu disse.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Isso eu entendi perfeitamente. Se nós seguirmos essa lógica – que é insuspeita, de um técnico, analisando sua gestão e fazendo defesa contábil da relação financeira e contratual com a GTech –, vamos dizer que o Dr. Mattoso está absolutamente correto em suas afirmações, contraditando o entendimento do Senador Tasso Jereissati.

Houve uma redução. A relação unitária de custo, que era de R$0,15, caiu para R$0,12, o que nunca tinha havido na Caixa Econômica. Se ele comparar despesa também contratual, ele terá os seus mesmos argumentos. Mas se houve aumento do valor do jogo, pelas razões colocadas pelo Dr. Mattoso aqui, é natural que, em escala, a GTech possa ter aumentado seus lucros. Mas isso não pode nos permitir a condenação de intenção por parte da decisão de gestão da Caixa Econômica. Aí eu divirjo do meu caro Senador Tasso Jereissati. Não me parece...

Se quiser um aparte, Senador, concedo-o sem problema.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não vou dizer da intenção. O fato é que gerou o maior lucro. O fato é só esse. Se a conversa tivesse ido normalmente, com certeza, eu não teria jogado a intenção. Mas, com certeza – o fato e os números estão aqui –, gerou o maior lucro da história. Sobre isso não há o que discutir.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Eu não estou questionando o lucro. Estou questionando o mesmo raciocínio contábil que fez o Dr. Cutolo.

Neste ponto, permitam-me uma argumentação crítica, Dr. Carazzai e todos. Em 1995, surge um processo licitatório. Em 1997, ele se instala na relação Caixa Econômica/GTech, saindo da Racimec. Nós fomos derrotados sucessivamente na esfera judicial no papel de Governo, como é a Caixa Econômica. Como nós não denunciamos publicamente, não fomos às instâncias devidas, já que havia um conluio judicial para barrar

uma relação de Estado? A Lei nº 8.666 foi ferida frontalmente – e nós não reagimos – porque tinha de ter havido licitação e não houve. Há oito anos não havia licitação, mas foi feita agora, na gestão de 2003, como disse o Dr. Mattoso. Os senhores poderão contra-argumentar em breve. Mas Impressiona-me isso.

A Drª Raquel Branquinho, Procuradora do Ministério Público Federal; o Dr. Lucas Furtado, um dos mais qualificados técnicos e procuradores do Tribunal de Contas da União; o Ministro Edson Vidigal, todos apontam para um grave prejuízo financeiro contra o Erário, contra a Caixa Econômica. O Ministro Edson Vidigal chega apontar prejuízo da ordem de 450 milhões.

Eu jamais iria culpar os senhores porque sei que as ações foram éticas e corretas e que todos os esforço foram pela liberação. Mas o Governo brasileiro perdeu nessa relação e perdeu muito. Não consigo achar simples que não era um aprisionamento tecnológico, como diz o Dr. Carazzai. Quando o Dr. Mattoso iniciou a gestão dele, havia 25 mil máquinas de tecnologia de exploração única da GTech. Ele agora já implantou cinco mil, livrando-se dessa relação. Mas temos de olhar que está, na Prefeitura de São Paulo, 57% da arrecadação de IPTU e outros ainda dependem dessa tecnologia da GTech. E como ele podia romper no mesmo dia, como queriam aqui, como se imaginava aqui que pudesse fazer? Era impossível romper, do ponto de vista da decisão técnica, da decisão administrativa, porque havia barreira judicial, muito bem lembrada aqui pelo Dr. Carazzai.

Então, o que me causa essa perplexidade é que não acho justo que se venha fazer qualquer condenação à gestão atual da Caixa Econômica, porque ela agiu com absoluta correção, absoluta idoneidade. A equipe técnica que tomou a decisão foi a mesma de governos anteriores, quando houve um conluio de transferência financeira dos tais cinco milhões da consultoria do senhor, que disse aqui que gastou com vinhos, mulheres e charutos esse dinheiro, o advogado. Ela ocorreu inicialmente em 2002, foi no dia 9 de outubro de 2002. Nem por isso vou achar que é fácil a gente dizer que é a responsabilidade penal ou moral de algum gestor da Caixa Econômica. Não é possível se levar para esse campo. Havia, sim, uma coisa monstruosa, do ponto de vista ético das relações com o Estado, chamada GTech. A GTech ofendeu, procurou corroer a dignidade do serviço público nessa relação, desde a instância judicial até o tráfico de influências que ela tentava no processo licitatório. Agora, não posso, por isso, culpar os senhores. Acho que os senhores aqui não devem ser condenados. Não acho justo que o Dr. Mattoso venha a ser condenado porque me orgulho muito da maneira libertária como ele conduziu a gestão da GTech.

Então, acho que esse debate deve se dar nesse campo, porque o seu raciocínio lógico, contábil, é o mesmo nosso. E aí nos inocentamos da acusação do Senador Tasso Jereissati.

Agora, que aumentou lucro, aumentou. Qual foi a razão? Uma razão justificada pelo Presidente atual da Caixa que os jogos aumentando, a contribuição social aumenta, os prêmios aumentam, e há benefício do que é o propósito dessa relação. Se formos aprofundar...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Tião Viana, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Pois não. Com prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Essa questão do lucro, para mim, desde o início, é a grande dificuldade. Na realidade, V. Exª tem toda razão quando fala que tivemos apenas um contrato até agora, o contrato inicial

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – É. A maior tragédia é essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – A minha preocupação é essa e pediria que fosse esclarecida, ou pelo atual ou pelos ex-presidentes. Talvez seja mais pelo atual.

No contrato inicial, se não me engano – se não for verdade peço aos presidentes que me corrijam –, rezava que seria feita uma amortização do capital investido pela GTech, se não me engano em torno de 300 milhões de reais.

A minha pergunta é a seguinte: essa prorrogação, que na realidade foram 37 meses, foram 25 meses que já venceram e já entrou nos outros 12 meses, porque só faltam 7 meses para completar os 37 meses. Então, já se foram 30 meses, não é isso? No contrato inicial, aquele que foi feito há 7 ou 8 anos – 9 anos, não sei quantos – tinha uma amortização.

V. Exª fala em lucro. Para mim o maior lucro da GTech está nessa situação, se for verdadeiro o meu raciocínio. Nesses 37 meses de prorrogação não houve amortização de capital. Aí é que está o grande lucro. Dou 15%, mas deixo de recolher amortização, porque já tinha sido investido.

Então, estou tendo 37 meses sem nenhuma obrigação de amortizar. O investimento já tinha sido feito. Desconfio que esse é o maior lucro da GTech. Não sei, posso estar errado.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agora, vem o Dr. Mattoso, Presidente da Caixa Econômica, pede o acompanhamento do Ministério Público Federal. A Drª Raquel não...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sei que V. Exª não está pondo em dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Não estou querendo culpar nem A, nem B, nem C. Fui bem claro. Acho que a GTech, o maior foi um lapso de quem assinou, de quem negociou, de quem fez a prorrogação, por que é lógico, se eu prorrogo um contrato que não tenho mais que amortizar, se todo o investimento está já pago, já amortizado, significa dizer que esses 37 meses são lucros, lucros e lucros exatamente, e mais nada. É isso que...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Entendi perfeitamente seu raciocínio. E a que eu me apego para entender...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Eu queria que V. Exª pudesse...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – ...a gestão absolutamente correta da atual direção da Caixa Econômica? O os dois ex-presidente podem analisar ou o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradora, Drª Raquel Branquinho, que tem acompanhado desde o primeiro dia do Governo do Presidente Lula. Peço a V. Exª que a convoque para confirmar que é, absolutamente, adequada, correta e idônea a atual gestão da Caixa Econômica Federal na relação.

O Dr. Lucas Furtado é a mesma coisa. Agora, porque tem o enfoque de um grupo consultor dizendo que, se houvesse tais, tais, tais condições, o preço poderia ser reduzido em tal. Por isso vamos condenar a atual gestão? Não podemos. Presidente, de 25 mil máquinas, já nos livramos de mais de 5 mil nesse período de tempo de gestão, antes, nunca tínhamos, era uma crescente dependência que já se entranha nos Governos Estaduais, nas loterias estaduais, em Minas Gerais, no Paraná, em Goiás e em outros Estados.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem sabe, Senador Tião, no final desta CPI, possamos mostrar a solução para a Caixa Econômica com o apoio dos técnicos?

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Exatamente, é a minha expectativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Penso que seria, talvez, a maior contribuição que esta CPI poderia dar ao País, isto é, encontrar uma forma jurídica, técnica, para que pudéssemos nos livrar da GTech,...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Claro, claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...que, concordo, tem dado prejuízo enorme ao nosso País.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Permita-me...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Espero a colaboração dos técnicos da própria Caixa Econômica, do Tribunal de Contas da União, para que todos possamos somar esforços nesse sentido. Seria um grande benefício que todos nós que compomos esta CPI podemos dar ao País.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Certamente, porque penso que o Presidente Mattoso fez a sua parte completa. É irrepreensível a conduta de livrar a Caixa Econômica dessa relação de dependência com a GTech porque conseguiu o salto judicial que os dois não conseguiram. Eu seria muito injusto se não dissesse aqui que a origem desse confronto direto não foi com o Dr. Carazzai, porque foi na gestão dele que se acentuou e intensificou esse confronto para libertar a Caixa Econômica dessas amarras judiciais.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Permita-me, se eu não estiver incomodando V. Exª.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Pois não, é um prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Dentro desse raciocínio, vou estudar junto com os Srs. Senadores uma hipótese, uma sugestão, até que o próprio presidente da Caixa nos nomine pessoas que conhecem a Caixa, os ex-Presidentes, técnicos que querem ajudar realmente a encontrar essa solução, para que possamos trazer para cá, não para debater com eles, mas para que nos apresentem uma solução, porque também não se admite por hipótese nenhuma que, num período de 10...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Oito anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – anos, 12 anos, não sei quantos anos, não se tenha uma solução.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Não tenha uma licitação, houve agora, porque ele conseguiu; os outros tentaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não estou mais nem falando em licitação, que não houve. Estou querendo que a própria Caixa com os seus técnicos, depois dessa convivência, porque o pior que existe nisso tudo é que ninguém tem a inteligência da GTech, depois de tanto tempo, ninguém tem a inteligência, como funciona, ela não solta. Parece-me...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...que está até no contrato...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Senador, só...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero deixar claro que não estou querendo culpar ninguém.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não é culpar. Eu queria só fazer uma correção, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Em primeiro lugar, a inteligência hoje é da Caixa.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Já transferiu, Presidente, já tem 5 mil máquinas...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Todas as operações lotéricas...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, vamos ter de requerer essas inteligências.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Todas as operações...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos requerer para que saibamos se existe e por que se prorrogou o contrato.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Senador, só um instantinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Essa é a minha pergunta.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Mas ele já transferiu 5 mil das 25 mil máquinas.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Senador, por favor. Toda inteligência lotérica hoje é da Caixa, até o final do ano, Sr. Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas, então, o Sr. Diretor da GTech mentiu aqui...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Mentiu, inúmeras vezes aquele sujeito mentiu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...quando disse que nunca repassou inteligência para a Caixa. Então, ele mentiu aqui.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, a Caixa criou sozinha.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou falando... Não, sozinha, não.

**O SR. JORGE MATTOSO** – É, com o esforço de muitos e muitos anos.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Porque a GTech não ia passar nunca, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, vamos requerer essa inteligência.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Presidente, então, concluindo...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Acho que descobrimos uma coisa que nos negaram até hoje.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Venho insistindo nessa tese de que houve uma transferência de auto-suficiência de gestão do processo de jogos para a Caixa por esse esforço que foi feito pelo Presidente Mattoso, isso tem de ficar claro. A GTech é uma inimiga do Governo brasileiro do ponto de vista ético.

Esta CPI foi marcada por alguns momentos de simpatia, de respeito à seriedade da GTech. E, felizmente, graças a esse trabalho de encontros e debates, foi se mostrando o monstro que era a GTech nessa relação com o Estado, uma relação predatória.

E eu acho que tem de ficar posta a responsabilidade da Caixa Econômica em poder confirmar, do ponto de vista legal, as suas prerrogativas para livrar a sociedade brasileira de uma mancha na história da administração pública. Essa é uma marca que fica definitiva em nossa história, de oito anos sem uma licitação, em que pese os esforços dos gestores anteriores para que isso pudesse ocorrer.

Mas há uma periferia marginal – eu diria criminosa –, que foi flagrada em nosso Governo sim, também, mas que, seguramente, em governos anteriores já existia, do lobby, da pressão, para que pudesse haver algum desvio de conduta para manter essa dependência.

Eu fico feliz que o nosso Governo tenha garantido e a responsabilidade, que teve o Dr. Carazzai de iniciar esse processo de confronto e os esforços do que eram as limitações do Dr. Cutolo, na época, que nós sabemos que eram os recursos de informática e de inteligência, para que nós pudéssemos criar outras alternativas.

Então, penso que a CPI pode se firmar numa relação que se possa manter no que é o valor da instituição, o valor da autoridade pública, a responsabilidade que tem os governos. E, ao mesmo tempo, pegar alguns desvios. Na hora que saímos disso, caímos em outros campos aqui de ataques e denúncias e não vamos levar a lugar nenhum, que é construir uma realidade melhor para este País.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao Senador Pavan, solicitando a S. Exª o poder de síntese, porque os senhores depoentes já reclamam do horário.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer a V. Exª que não tenho participado muito desta Comissão, apesar de...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Temos sentido falta de V. Exª.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Até por que, cada vez que eu uso da palavra, o meu tempo é reduzido ou chamado a atenção, porque tem que encerrar, sem iniciar, ou por que o tempo está encerrando. Então, eu não tenho mais falado.

E tenho comentado com o Senador Tião Viana, que, muitas vezes, discutem-se aqui outros assuntos fora do que é o princípio da CPI. Hoje, não; hoje se discute, realmente, o motivo da CPI.

Eu não ia falar, fui chamado até para falar, porque disse que não ia mais participar, a não ser quando precisassem de mim. E aí eu fui chamado aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero dizer a V. Exª que não vamos considerar o tempo de explicações. Peço que comece a marcar o tempo do Senador a partir de agora.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Obrigado, de qualquer forma vou exigir o tempo que todos tiveram, a não ser que me tirem a palavra.

Queria dizer que não tenho o costume de acalmar pessoas, porque também preciso de me acalmar muitas vezes – outros têm que me acalmar também. Senti a necessidade de acalmar o nosso futuro Presidente do PSDB Nacional, o Senador Tasso Jereissati, até por que foi ferido o seu brio, quando foi citado pela Senadora, sem maldade, talvez, na questão de um possível envolvimento do falecido Richa. Então, coisa que, realmente, marcou. S. Exª ficou muito sensibilizado com isso, ficou muito triste, e acabou tendo uma reação muito forte.

Tenho pela Caixa Econômica uma admiração muito grande, tanto é que é um dos bancos, no caso o principal banco, com que trabalhamos no Estado de Santa Catarina. E admiro todos os profissionais da Caixa Econômica.

Porém, também aqui quero explicar – não está mais o Senador Tasso Jereissati – é que talvez o Sr. Mattoso, Presidente da Caixa, não conhece um pouco o sistema das CPIs. Dizendo: joga, ele joga por aí, joga de vez em quando. Então, essa palavra ficou um pouco dura para quem fez a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Matéria vencida e explicada, Senador. Vamos para frente.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Mas eu poderia comentar sobre futebol, mas não quero.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos embora, vamos trabalhar, Senador.

Agradeço a compreensão de V. Exª.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Agradeço sua intervenção, mas tenho o direito de usar meu tempo para explicar o que ocorreu ou para usar como eu achar necessário.

Presidente Dr. Mattoso, nós recebemos um comunicado que, durante a semana em que estava prevista a assinatura do contrato com a GTech, em apenas dois dias, no dia 1º de abril e no dia 2 de abril, o Sr. Barquete*, que era seu chefe de gabinete, fez 56 ligações para o Buratti* e Ademirson*, que era assessor de Palocci. Pergunto a V. Sª por que esse número de ligações em apenas dois dias, 56 ligações? Troca de ligações entre seu ex-chefe de gabinete, Barquete, falecido, o Buratti e o Ademirson. A que o senhor atribuiria essas ligações na semana prevista para a assinatura do contrato com a GTech? É uma pergunta.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Senador, antes de responder diretamente a questão, eu gostaria de deixar claro e manifesto meu respeito pelo Senado e por todos os Senadores. Se, em algum momento, na conversa com o Senador Jereissati, transpareceu algum tipo de óbice, ironia ou qualquer coisa, por favor, desculpe-me. O nosso objetivo aqui é dar as respostas tais como a verdade nos obriga. Eu tenho dito e insistido aqui que nós fizemos a melhor negociação possível para a Caixa nas condições que nós assumimos. Assumo essa negociação plenamente e assumo as vantagens que ela trouxe para a Caixa.

Com relação à questão precisa do Senador Pavan, eu gostaria de dizer que, em primeiro lugar, o falecido Ralf Barquete* ficou durante poucos meses na Caixa. Eu já tinha explicitado isso.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Permita-me, Sr. Presidente, porque tenho a informação de dois meses e alguns dias, apenas.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Na verdade, formalmente, ele ficou até junho. Efetivamente, ficou até algo em torno disso. Aí ele começou a se sentir mal. Só vou terminar para explicar. Ele começou a se sentir mal e acabou se afastando em junho do ano de 2003. Efetivamente, ele ficou na Caixa quatro meses e meio, algo assim. O que eu queria dizer ao ilustre Senador? As relações do Ralf com os seus amigos de Ribeirão Preto fogem à capacidade do Presidente da Caixa de opinar. Não tenho condições de opinar sobre se ele realizou essas 56 chamadas para discutir seus problemas de saúde, para discutir problemas de dinheiro ou para discutir os problemas que fossem com pessoas que são das suas...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Não estou lhe acusando. Só perguntei se V. Sª sabia dessas ligações.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, só soube quando a Polícia Federal – porque acredito que esses dados são do levantamento da Polícia Federal – apontaram um número muito grande, maior do que esse, para essas pessoas. O que posso dizer e no que posso insistir é que a assinatura do contrato no dia 8, que suscitou várias discussões... Por que não foi no dia 1º? Por que não foi no dia 2? Por que só foi dia 8? Só se realizou no dia 8 porque só então a GTech entregou o instrumento jurídico que nos capacitava a dar continuidade à ampliação dos correspondentes bancários. Foi isso que nos fez ir até o dia 8. Se não, nós iríamos até o dia 9, até o dia 10, até o dia 13, usando todos os canais possíveis para assegurar a redução dos valores, 15%, a elevação ou a liberação dos correspondentes bancários e a transferência das informações desde 97.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Eu quero que V. Sª entenda que eu não estou acusando. Apenas estou fazendo uma pergunta. Como era seu chefe de gabinete...

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, não. Isso valeria uma correção. Ele nunca foi o meu chefe de gabinete, ele foi assessor.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Mas foi contratado por V. Sª. Seu assessor.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, não, foi assessor.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Assessor. Como assessor contratado por V. Sª, com um currículo vasto que ele tinha, conforme V. Sª colocou, e como foi... Estão comprovadas aqui 56 ligações nos dois dias, no período, nos dias que antecederam à assinatura do contrato. Foi por isso que fiz a pergunta e prefiro acreditar em V. Sª.

Outra pergunta. A GTech, parece que houve economia, que ela economizou dinheiro, pelo que V. Sª coloca, depois que passou... Aliás, a Caixa economizou e a GTech ganhou menos. Ganhou menos depois que assinou o contrato com a GTech. Nós temos números aqui que demonstram que, desde o primeiro dia do período de Governo Luiz Inácio Lula da Silva até não sei se no dia de hoje, a GTech repassou, levou embora do Brasil US$86,104,457.00. Esse é um dinheiro que foi enviado do Brasil para o banco, não sei de que país. É só para mostrar como um lucro razoável. Talvez seja por isso que o Tasso Jereissati falou que foi o maior contrato da história da GTech.

Eu apenas quero deixar... Não sei se V. Sª tem alguma coisa a dizer sobre isso.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Tenho.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Diga.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Eu, em primeiro lugar, gostaria de...

**O SR. LEONAL PAVAN** (PSDB – SC) – Diga, então!

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não. Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer: eu não tenho o número exato de quanto a GTech tem enviado para o exterior.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Nós temos por mês. Por mês.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Não, mas eu imagino que deve ser elevado, inclusive porque ela está encerrando... Tenho informações de que ela está encerrando as suas operações no Brasil, não é? A partir de maio ou junho ela deve encerrar as suas operações no Brasil, quando o novo modelo lotérico será completamente assumido pela Caixa Econômica Federal. Então, é natural que ela, dentro da legislação – eu não sei se isso aí, se essas remessas são dentro da legislação –, faça as remessas que achar que têm que ser realizadas. Eu não tenho nada a ver com...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Mattoso, é que vêm desde o primeiro dia da assinatura do contrato esses repasses, não é de agora, a não ser que ela estivesse pensando em ir embora já no primeiro dia do contrato, porque ficamos sabendo que ela queria ir embora em função depois dessa, da abertura da CPI. Agora, também não vai fazer falta porque o dono da inteligência é a Caixa. E esses repasses são desde o primeiro dia da assinatura.

Eu quero encerrar aqui as minhas palavras dizendo que tenho a maior admiração pela instituição Caixa Econômica e como membro da CPI fiz essas perguntas porque realmente me foi colocado que deveriam ser feitas, sem nenhuma desconfiança ou alguma dúvida referente a sua honra. Mas pelo Presidente da Caixa é que teriam que ser respondidas.

**O SR. JORGE MATTOSO** – Obrigado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E o episódio que aqui passou espero que seja em função de toda essa questão aí deste momento caloroso por que está passando o Congresso Nacional.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Desculpe, Presidente, ter tomado o seu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Pelo contrário, V. Exª ainda tinha tempo disponível. Ainda tinha seis minutos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pois é, mas eu estou lhe dando de gorjeta o restante.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero apenas dizer a V. Exª que, por favor, venha mais a CPI porque todos nós estávamos com saudades de V. Exª.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Se não me cortar a palavra, eu venho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais PFL – PB) – Então, eu quero agradecer aos Drs. Emílio Carazzai...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) –Sr. Presidente, só pela ordem, se o senhor me permitir?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, V. Exª tem a palavra pela ordem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Eu tinha intenção de me reinscrever, mas combinei com V. Exª de não fazê-lo. Eu apenas gostaria de solicitar – depois eu vou oficiar –, porque, quando eu fiz a minha intervenção, eu falei de quatro questões fundamentais na investigação: a origem do contrato, como a GTech entrou numa licitação de que não participou, o proces-

so da evolução dos custos, dos repasses, a questão da dependência tecnológica e a possível existência de intermediações político-partidárias ao longo de todo esse processo.

Acho que essas são as quatro questões centrais que merecem aprofundamento e investigação por esta CPI.

Na questão da dependência tecnológica, nós não temos condições de fazermos uma avaliação... Até porque não entendemos, de forma muito clara, o que significa essa dependência, o que significa substituir, quem é que tem a inteligência, se a tal da inteligência da GTech era tão intransponível assim e se foi ou não possível criar uma nova tecnologia para substituir a tecnologia da GTech. Eu quero propor... Até porque eu acho que os técnicos que cuidam dessa área permanecem na Caixa. Eles não foram modificados durante todo esse período.

Sr. Presidente, o que eu quero propor é que nós pudéssemos ter uma explanação desses técnicos sobre o que foi efetivamente feito ao longo deste período, principalmente agora neste último período, em que estamos aí trocando a tecnologia. Pelo que pude aferir da disputa, até muito acirrada em alguns momentos, é que nós vamos nos livrar definitivamente da GTech no ano que vem. Então, eu acho que seria muito importante para os membros da CPI que nós pudéssemos ter acesso a algo que não precisa ser muito elaborado, em torno de uma hora ou coisa assim, e que os técnicos pudessem vir fazer uma exposição de como é que nós estamos superando a questão da dependência tecnológica, porque, efetivamente, eu acho que é um assunto importante para a conclusão do relatório da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nobre Senadora, acho que, no momento da ausência de V. Exª, por questão de minutos, quando fazia uma pergunta ao Presidente, eu sugeria que nós pudéssemos ter aqui exatamente esses técnicos, todos eles que pudessem, até por sugestão do próprio Presidente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, eu não imaginava que nós estávamos tão consonantes...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vejo que V. Exª, aos poucos, está chegando aonde eu quero.

Eu agradeço a V. Exªs e declaro encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 16 horas e 36 minutos.)*

**Ata da 33ª Reunião, realizada em 8 de novembro de 2005.**

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e trinta e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flavio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior Heráclito Fortes, Arthur Virgílio e Ideli Salvatti, membros, e Senadores Juvêncio da Fonseca, Aloísio Mercadante e Heloisa Helena, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva das Senhoras Roseana Morais Garcia, viúva do Sr. Antônio da Costa Santos, ex-Prefeito de Campinas/SP e Ivone Santana, ex-companheira do Sr. Celso Daniel, ex-Prefeito de Santo André/SP e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir a presidência convida a Senhora Roseana Garcia e o Sr. Paulo Roberto Costa Santos, Irmão do ex-Prefeito de Campinas para tomarem assento à Mesa. A presidência procede à leitura do Termo de Compromisso e passa a palavra a Senhora Roseana. Com a palavra a depoente faz um breve relato sobre a trajetória política de seu marido enfatizando que o assassinato é de caráter político e que a Polícia Federal deveria tomar a frente das investigações. Com a palavra pela ordem, o Senador Aloísio Mercadante informa que o Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana, através do Senhor Ministro da Justiça decide que a Polícia Federal deve investigar o caso. Com a palavra pela ordem, a Senadora Heloisa Helena solidariza-se com a atuação da CPI pelos procedimentos adotados e que, de certa forma, contribuiu para que a Polícia Federal venha a atuar no caso do assassinato do ex-Prefeito de Campinas. Prosseguindo, passa-se a fase interpelatória quando usam da palavra pela ordem de inscrição os Senadores Romeu Tuma, José Jorge e Tião Viana. A seguir, a presidência submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 256/05,** de autoria do Senador Artur Virgílio, requer a convocação do Sr. Rogério Tadeu Buratti, para depor nesta CPI. Em vo-

tação, é aprovado. **Requerimento nº 266/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que os membros da CPMI dos Correios, sejam convidados a participar da oitiva do Sr. Silvio Pereira, no próximo dia nove de novembro, no plenário desta Comissão. Em votação, é aprovado. Usam da palavra para interpelar a depoente os Senadores Antônio Carlos Magalhães e Geraldo Mesquita. A presidência suspende a reunião por cinco minutos. Reaberta a Sessão, prossegue a fase interpelatória quando usam da palavra os Senadores Juvêncio da Fonseca, Artur Virgílio, Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy e Flávio Arns. A presidência suspende os trabalhos por uma hora. Às quinze horas e cinqüenta minutos o Senhor Presidente reabre a Sessão e convida a Senhora Ivone Santana, para tomar assento à Mesa. Com a palavra a Senhora Ivone faz um breve relato sobre a vida de Celso Daniel abordando o período em que militava junto aos transportes coletivos na cidade de Santo André, sua trajetória política e ascensão a Prefeitura Municipal até o seu assassinato. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para os questionamentos iniciais. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy presta esclarecimentos sobre as diligências realizadas em São Paulo, juntamente com o Senador Romeu Tuma e Assessores da Comissão, objetivando a oitiva de duas testemunhas do "Caso Celso Daniel" que se encontram sob a proteção da Justiça. A presidência agradece os esclarecimentos prestados pelo Senador Eduardo Suplicy e convoca os Senhores Klinger Luiz de Oliveira, Sérgio Gomes da Silva "Sombra" e Ronam Maria Pinto, para prestarem depoimento na próxima quinta-feira, dia dezessete. Assume a presidência o Senador Mozarildo Cavalcanti. A seguir, passa-se a fase interpelatória quando usam da palavra de acordo com a lista de inscrição os Senadores José Jorge, Romeu Tuma e Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço as Srªs e aos Srs. Senadores que a presente reunião destina-se à oitiva da Srª Roseana Morais Garcia, viúva do ex-Prefeito Antônio da Costa Santos e da Srª Ivone Santana, ex-namorada do ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel.

Informo as Srªs e aos Srs. Senadores que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Convido para tomar assento à mesa a Srª Roseana Morais Garcia e também o Sr. Paulo Roberto da Costa, irmão do ex-Prefeito de Campinas, Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, para fazer parte da Mesa.

(Pausa.)

Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer a presença da Srª Roseana Morais Garcia, pela sua presença e pela sua disposição de depor nesta Comissão, e que assina o termo de compromisso conforme art. 203 do Código de Processo Penal.

Drª Roseana Morais Garcia, a senhora tem a palavra e dispõe do tempo que se fizer necessário.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Bom dia a todos os Senadores e Senadoras desta Casa. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer pela possibilidade de estar presente aqui hoje e poder dar um depoimento a respeito do assassinato do meu marido, o Prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos. Em segundo lugar, gostaria de me solidarizar com a família do Prefeito Celso Daniel, que também foi brutalmente assassinado, como os senhores sabem, porque eu, como viúva de Antonio da Costa Santos, sei na carne o que as famílias estão passando, o que eu estou passando, o que a família de Celso Daniel está passando. Gostaria de solidarizar-me também com todas as famílias que têm entes queridos assassinados por motivos políticos ou não...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço silêncio para que possamos ouvir a depoente.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – ...com todas as famílias que têm seus entes queridos assassinados e que não se cansam na busca pela justiça, que é uma luta e uma busca difícil, desgastante, muitas vezes nos coloca em situações difíceis, de medo, de perseguição, mas só se constrói a história democrática de um país se tivermos coragem.

O mote da campanha do meu marido, em 2000, era "coragem de mudar". E isso foi o que ele teve, o que ele tinha e que não pôde se concretizar porque foi

assassinado depois de oito meses e dez dias à frente do governo municipal de Campinas.

Talvez, por algumas razões, o assassinato de meu marido não tenha ficado conhecido nacionalmente. Ele foi assassinado em torno de 10, 10:15 da noite do dia 10 de setembro de 2001, ou seja, na noite anterior à queda das Torres Gêmeas em Nova Iorque. Portanto, a imprensa que se estava preparando para colocar esse assassinato em nível nacional, voltou, teve que voltar, porque essa calamidade mobilizou toda a imprensa.

Tirando Campinas, e talvez o Estado de São Paulo, as pessoas não têm conhecimento de quem era o meu marido, o que ele fazia, qual era a personalidade dele e porque acredito cada dia mais de que o assassinato dele teve um caráter político, e político porque ele era o Prefeito de Campinas. Ele não foi morto por ser um cidadão campineiro, como todos cidadãos no Brasil hoje correm o risco de serem mortos nas cidades. Não foi isso que aconteceu com ele, ele não morreu porque era um cidadão campineiro que, como disse a polícia, estava no lugar errado, na hora errada. Não foi isso que aconteceu com ele.

Vou tentar aqui, hoje, fazer uma explanação sobre a história dele, para os senhores saberem e para o Brasil ter conhecimento de quem era Antônio da Costa Santos.

Em segundo, quero falar um pouco a respeito do inquérito, de como esse inquérito foi conduzido, ou melhor, mal conduzido. Por fim, vou mostrar para os senhores – e trouxe alguma documentação – que meu marido colocava obstáculos para determinados interesses na cidade de Campinas. Depois do seu assassinato, esses interesses que ele obstaculizava foram contemplados.

Em 1988, meu marido foi candidato a vice-Prefeito, na chapa de Jacob Bittar à Prefeitura Municipal de Campinas. Foi uma campanha difícil, pobre, saindo de uma pesquisa de opinião com 1%, que decolou e eles ganharam a Prefeitura de Campinas. Jacob Bittar, Prefeito; e meu marido, vice-Prefeito. E além de vice-Prefeito, meu marido era também o Secretário de Obras, porque ele era arquiteto e urbanista, fez a tese de doutorado dele sobre o urbanismo de Campinas.

Em um ano e quatro meses, Antônio, enquanto vice-Prefeito e Secretário de Obras, começou a perceber que existiam problemas dentro da Prefeitura de Campinas e dentro da Secretaria de Obras, já que o Prefeito Jacob Bittar começou a se mancomunar com forças de grandes empreiteiras brasileiras em questões de superfaturamento e de licitações com cartas marcadas. Meu marido, para os senhores ficarem sabendo um pouco sobre a personalidade dele, era uma pessoa um tanto quanto obstinada, tinha valores muito arraigados e, quanto percebeu isso, começou um processo de investigação que culminou em várias denúncias e em várias ações populares que ele, enquanto cidadão, colocou contra o governo e as coisas que estavam acontecendo em Campinas naquela época.

Essas ações, para falar de quatro delas, são contra grandes empreiteiras e todas versam sobre superfaturamento. A primeira era sobre o metrô de superfície em Campinas, que foi uma licitação com cartas marcadas que Antônio conseguiu provar. Ele entrou com essa ação e, depois de anos, um pouco antes dele ser assassinado, a Justiça julgou improcedente a ação que ele tinha colocado de superfaturamento.

Era um metrô de superfície, o qual chamaram de VLT, onde foram gastos em torno de US$80 milhões. Se os senhores forem hoje a Campinas, não existe o VLT, não existe absolutamente nada, nada. Oitenta milhões de dólares do dinheiro público campineiro foram gastos e hoje não existe absolutamente nada. Essa foi uma das ações. Parece-me que foi arquivada porque a Justiça julgou improcedente. Já começo a ficar indignada ao o descaso com o dinheiro público pelas nossas instituições. É algo muito difícil de engolir.

Um segundo processo que ainda tramita na Justiça, uma segunda ação popular em nome de Antônio da Costa Santos, diz respeito à questão de saneamento de um ribeirão em Campinas, chamado Ribeirão Anhumas. Antônio colocou uma ação popular de superfaturamento contra uma grande empreiteira brasileira. Na época, lembro-me que essa foi a primeira vez que fiquei com medo que Antônio fosse assassinado. Eram quase US$100 milhões, na época, e acho que era dinheiro de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Naquela época, o Governado do Acre foi morto aqui em São Paulo, também numa ação muito estranha, dentro de um hotel, e também disseram que foi um assalto.

Antônio tem ainda uma terceira ação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Como é o nome do ribeirão?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Anhumas – a, n, h, u, m , a , s. É uma ave do Pantanal.

Uma terceira ação popular que ele tinha contra o Governo Jacob Bittar e uma empresa de terraplenagem, chamada Terraplenagem Santo André. Isso em 1991. Ele ganhou essa ação antes de ser assassinado, em última instância, portanto, tanto Jacob Bittar quanto essa empresa, terão que devolver aos cofres públicos campineiros algo em torno de R$2 milhões, se não me falha a memória.

Estou contando isso porque tudo isso foi feito pelo meu marido há mais de 14 anos. E estou querendo que isso seja conhecido por esta Casa, pelo Brasil porque quero mostrar quem era ele, mostrar como era a per-

sonalidade dele, como ele lidava com a corrupção, não tendo medo de cortar na própria carne. Naquela época, quando ele fez essa denúncia, ele estava fazendo uma denúncia de uma figura histórica do Partido dos Trabalhadores. Foi muito difícil. Vivemos um período muito difícil. Eu tinha uma filhinha pequena, foi muito difícil, porque Antônio foi extremamente desqualificado na época, chegaram a dizer, inclusive, que ele era desequilibrado mental – parece-me que essa é uma prática quando as pessoas ficam muito indignadas e eu, como psicóloga, tenho visto que estão qualificando as pessoas que querem fazer denúncias, que estão preocupadas com coisas suprapartidárias, de desequilibradas. Eu mesma, enquanto viúva, já ouvi da polícia de Campinas, do Ministério Público que eu não consigo aceitar a realidade de que meu marido estava no lugar errado, na hora errada.

É uma luta muito difícil. E quero dar este depoimento pessoal aqui e me solidarizar com todas as outras pessoas que querem travar uma luta desse tipo, porque é muito difícil.

Meu marido não parou só nessas denúncias durante o governo Jacob Bittar. O PT, em 1992, perdeu em Campinas. E começou, então, uma reconstrução do partido na qual Antonio participou ativamente. Durante esse tempo, ele virou uma espécie de fiscal da cidade. Como disse aos senhores, ele tinha uma certa obstinação, então, ele era um fiscal da cidade. Enquanto urbanista e uma pessoa que amava Campinas, não tinha o desejo de seguir uma carreira política, ele nunca foi vereador, ele nunca foi candidato a Deputado. O sonho que ele tinha era ser o Prefeito de Campinas, porque ele tinha uma relação apaixonada com a cidade, enquanto urbanista, e achava que era possível se construir uma cidade melhor, construir, como ele dizia, uma cidade fraterna, democrática, para todos.

Hoje, vemos – eu, pelo menos – que ainda não é possível. Ainda temos muito chão para conseguirmos chegar lá.

Durante esse tempo, de 1992 até 1996 – quando, de novo, se candidata a Prefeito e perde a eleição em Campinas –, ele se preparou não só politicamente, mas tecnicamente. Fez a sua tese de doutorado na USP, em São Paulo, sobre a questão da especulação imobiliária na cidade de Campinas, na qual ele era um especialista. Isso era realmente um dos pontos que ele colocava obstáculos, porque não queria uma cidade que crescesse desenfreadamente, como a maioria das cidades brasileiras que cresceram não em função da qualidade de vida das pessoas que moram nela, mas sim em função da especulação imobiliária.

É só para traçar um perfil dele. Em 2000, quando ele ganha a Prefeitura de Campinas, em dezembro, no dia 12 especificamente, o governo anterior – o Prefeito era o Sr. Chico Amaral – assina um contrato com o lixo, um consórcio de empresas de lixo. Antônio, antes que o Prefeito assinasse, já Prefeito eleito, vai à Prefeitura e, em uma reunião, pede ao Prefeito que não faça isso porque iria engessar, nos próximos quatro anos, a gestão do meu marido. Ele não atende ao pedido e assina o contrato. Meu marido, então, enquanto cidadão, já Prefeito eleito, entra com uma ação popular, porque tinha feito um estudo de que esse contrato do lixo tinha um superfaturamento de 30%. Entra, então, com essa ação popular no Ministério Público.

É empossado e, nos primeiros cinco, seis meses de governo, bate o martelo de que havia 30% de gordura nesse contrato. Numa negociação pesada com esse consórcio, que era um *pool* de empresas, consegue uma redução de 40 milhões, ou seja, essa redução de 30%. Isso é assinado em julho de 2001, portanto, um mês e dez dias antes de ele ser assassinado.

Depois do assassinato dele, esse contrato não ficou nesses 93 milhões, foi contratada uma empresa pelo consórcio, com a anuência da Prefeitura de Campinas, para que gerenciasse esse contrato do lixo. Nesse gerenciamento, essa redução que foi feita foi pelo ralo e esse dinheiro foi gasto. Estou trazendo, e vou deixar à disposição da CPI, como essas coisas foram acontecendo.

Esse é um dos interesses que Antônio estava contrariando na cidade. Pela personalidade dele, essas coisas não aconteceriam no seu governo. Ele tinha, hoje vejo, uma correção que achava que era generalizada e estou vendo que não é. Ele tinha uma correção e um zelo pelo dinheiro público que é difícil de encontrar. E naquela época, talvez ingenuamente, eu achava que talvez houvesse muita gente que tivesse zelo por essas coisas.

Esta é uma CPI que investiga bingos. Quando meu marido assumiu a Prefeitura de Campinas, foi pedido o alvará de funcionamento de um bingo no centro da cidade. Meu marido, em 1999, trouxe documentos para a CPI do Narcotráfico. Como acompanhou a CPI do Narcotráfico, fez estudos, ele sabia, tinha noção de que essas casas de bingos serviam a muitos interesses escusos. Portanto, quando esse bingo pediu o alvará de funcionamento, a Prefeitura negou. E negou baseada numa lei municipal, que era uma lei que não permitia que dois bingos que não tivessem 500 metros entre eles funcionassem. Ou seja, se você tem um bingo aqui, o outro tem que estar a mais de 500 metros deste primeiro.

Essa é uma lei que existia na cidade de Campinas. Não vou entrar no mérito se essa lei é constitucional ou não, mas o fato é que ela existia. Portan-

to, Antônio deu a ordem: somos um governo petista, portanto comprometido com outros interesses. Não interessa para Campinas bingos. Cumpra-se a lei. A lei foi cumprida.

Portanto, duas vezes houve pedido desse bingo, que já tinha uma outra filial num outro bairro de Campinas, e esse alvará foi negado. Estranhamente, depois do assassinato de Antônio, esse alvará foi concedido pela Prefeitura Municipal de Campinas, passando por cima da Secretaria de Assuntos Jurídicos, expedido pelo gabinete da Prefeita. Contra essa lei, a Prefeita ainda coloca uma ação de inconstitucionalidade que foi indeferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. O bingo funciona até hoje e a lei existe; então ele funciona contra a lei.

Não estou aqui fazendo acusações, apenas relatando fatos, fatos que não foram investigados. Na primeira semana do assassinato, quando começou a apuração do assassinato do meu marido, foi levada ao conhecimento da polícia uma lista aonde constavam, no mínimo, 11 interesses que Antônio estava contrariando na cidade de Campinas. Nenhum deles foi investigado. A polícia de Campinas, num primeiro momento... Desde o primeiro momento, quando o caso estava nas mãos da polícia de Campinas, fiquei apavorada porque não só eu, mas toda cidade, depois da CPI do Narcotráfico ter ido lá, sabia que a polícia era comprometida. Muitos policiais saíram algemados da CPI do Narcotráfico, coincidentemente, muitos desses policiais participaram da investigação do assassinato do meu marido, policiais que tinham saído algemados da CPI do narcotráfico.

Eu ia ficando cada vez mais indignada porque, no primeiro momento, realmente, eu enlouqueci. Depois, eu ainda dava um crédito às instituições, achando que as coisas ainda poderiam funcionar, pois tenho esse hábito, esse vício, ou é uma virtude – não sei se é um vício ou uma virtude –, de confiar nas pessoas, de achar que, de início, todo mundo é bem intencionado. Nesses quatro anos, eu estou um pouco mais vacinada, eu que tive que lidar com polícia, com Ministério Público, com políticos; eu, hoje, tenho uma postura um pouco mais recuada, não confio. Para eu confiar, eu demoro.

Meu marido foi assassinado, a polícia de Campinas assumiu o caso. Meu marido foi assassinado no dia 10 de setembro. No dia 2 de outubro, a polícia de Campinas, numa ação clandestina, vai a Caraguatatuba e executa 4 jovens. Estou falando a palavra executa porque três dias antes do legista Carlos Delmonte morrer, ele entregou ao Gaeco, de São Paulo, esse laudo, onde vai constar a execução. Portanto, a Polícia Civil de Campinas, sai de Campinas, vai a Caraguatatuba, não avisa à polícia de lá e mata quatro meninos, dois dos quais não tinham passagem pela polícia e outros dois que, posteriormente, o DHPP, de São Paulo, coloca dentro do Vectra que passou pelo meu marido e o assassinou. Então, dois meninos foram assassinados em Caraguatatuba e um deles, diz o DHPP, foi o que puxou o gatilho que culminou com a morte do meu marido.

Isso é, no mínimo, estranho. Isso não foi investigado. Isso foi obstaculizado, tanto que eu não sabia, até o dia da morte do legista, que era ele quem estava conduzindo o laudo dos corpos desses meninos exumados lá. Eu só sabia, por meio da Comissão de Direitos Humanos, formada para estudar o inquérito, que existia um obstáculo, que não se conseguia chegar a esse laudo.

Para surpresa minha, na busca e apreensão feita na casa do legista, Dr. Carlos Delmonte, se encontram disquetes onde ele está estudando a necropsia do meu marido, que eu também não tinha conhecimento.

Assustei-me profundamente com a morte desse legista, profundamente. Não sei se os senhores podem ter noção do que é isso, quando a gente está num caminho e, de repente, as pessoas vão morrendo nesse caminho – e vão morrendo de mortes estranhas, muitas vezes chamadas de assaltos, de suicídios. É uma coisa que a gente vê na história, não na história do Brasil, mas na história do mundo, as coisas caminham assim. Quando a coisa é muito grande, muita gente vai morrendo pelo caminho, tudo vai sendo abafado. Isso é um desespero. Isso é um desespero. Não sei se quem nunca viveu isso sabe o que é. Hoje, eu estou bem melhor. Não conseguiria falar isso, há uns anos, sem chorar.

Então, a primeira versão da Polícia foi a de que Antônio teria sido morto em um latrocínio, por quatro meninos em duas motos. A Polícia de Campinas não ouviu muita gente que estava na cena do crime e que, na hora, no dia seguinte, procurou a Polícia para depor.

Vocês não imaginam como foi essa investigação. Para começo de conversa – e isso eu fiquei sabendo depois –, o lugar do crime foi totalmente invadido por pessoas, nada foi preservado! O gabinete de Antônio não foi preservado. Todo mundo entrou. Tiraram coisas.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não preservaram o local do crime, não é? Não foi preservado.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Não foi preservado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Perde-se toda a materialidade da prova, da resposta que o...

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Tudo! Nada foi preservado. Como eu fiquei sabendo que o meu marido tinha sido assassinado? Porque eu tinha

chegado em casa um pouco antes dele. Ele não chegava, não chegava. Eu tinha feito um jantar que ele tinha me pedido. Ele não chegava, não chegava. Mas ele tinha o costume de enroscar em tudo quanto é canto. Ele tinha ido ao shopping buscar os ternos dele. Eu liguei no celular dele e atendeu uma outra pessoa. E eu falei: "Quem está falando?" E a pessoa do outro lado disse assim: "Com quem a senhora quer falar!" Eu falei: "Quem está falando?" Fui firme, assim. Me deu um negócio. E, aí, ele falou: "Com quem a senhora quer falar?" Eu desliguei o telefone e liguei, imediatamente, para o chefe de gabinete de meu marido, na época, que era o Gerardo, e falei: "Gerardo, alguma coisa aconteceu com Antônio. Ele não chega. Eu ligo no celular e uma outra pessoa está atendendo".

E, nisso, a minha filha ouviu. Ela estava no outro quarto. Estava no quarto dela. E ela ligou para o pai. E atendeu. Ela disse: "Quem está falando?" Do outro lado do telefone, a pessoa disse assim: "Polícia Militar". E a pessoa disse para minha filha: "Você quer falar com o Prefeito?" E ela desligou.

E eu fiquei achando, naquele momento, que Antônio tinha sido seqüestrado. Com aquela onda de seqüestros que estava havendo em Campinas, com tudo aquilo. Antônio tinha medo. Não por ele nem por mim, mas por nossa filha. Nossa filha andava com segurança 24 horas por dia. Ele estava com medo, porque ele sabia que estava mexendo com um monte de coisas. Ele estava com muito medo da região de Viracopos, porque ele estava fazendo um movimento lá. Como todo mundo sabe, em Viracopos chega muita coisa ilícita. Então, ele estava com muito medo.

Aí, eu liguei no 190, depois que minha filha... Eu liguei no 190. E foi o 190 que me informou que o meu marido tinha sido morto. Meteram a mão até no celular dele. A Polícia atendeu o celular dele. As coisas foram todas... Sei lá, pisoteadas. Eu não sei, porque eu não tive coragem. Depois disso, eu não sei. Acho que fiquei uns dez dias sem nem saber quem eu era direito. Eu fiquei muito mal. Depois que eu comecei a recuperar, depois que eu comecei a perceber como que as coisas funcionavam. Eu acho que eu não sabia direito como as coisas funcionavam. Apesar de já estar com 50 anos de idade, eu ainda não sabia como as coisas funcionavam.

E nessa questão de ser tudo descaracterizado na cena do crime, uma das coisas que ficou muito nebulosa é a questão da balística. Porque toda a tese, depois, do DHPP... Só para ter uma cronologia. Esses quatro meninos nessas duas motos, que era um crime de latrocínio que já estava sendo fechado pela Polícia de Campinas, com depoimento desses quatro meninos, onde eles confessavam que tinham assassinado o Prefeito. Quando eu tive acesso a esses depoimentos, vi que eram todos iguais: xerox. E eu fico, assim, abismada, porque eu vejo aqui os irmãos de Celso Daniel falando a mesma coisa. Quer dizer, são depoimentos xerox! Eles falam a mesma coisa, todos. E uma coisa absurda! Qualquer pessoa que tivesse um QI 80 conseguiria ver que aquilo não fazia nenhum sentido! Quer dizer, é uma coisa impressionante! É um atentado à inteligência das pessoas. Ainda mais da família que está passando por aquela dor e que tem uma certa inteligência – porque eu me considero uma pessoa razoavelmente inteligente. Quando eu li aquilo, falei: "Eu não estou acreditando! Eu não estou acreditando que as coisas sejam assim!".

Bom, meu cunhado, esse que é irmão do meu marido, também estava numa luta, porque tinham testemunhas. A gente estava atrás dessas testemunhas que estavam na cena do crime. Ele conseguiu localizar uma delas, que disse que o... A história é a seguinte: o meu marido estava descendo uma rua, saindo do shopping. Nessa rua estava o carro do meu marido. Tem uma testemunha que diz estar, no máximo, dois carros atrás dele. Tem uma outra van, que era uma van do shopping que levava funcionários para aquele local. E, na frente, tinha mais uma testemunha. Os dois carros antes, não é? Então, o meu marido está aqui, tem dois carros, uma testemunha, dois carros, uma testemunha e mais uma van, que estava entrando nessa avenida. Isso tudo uns trezentos metros, não é Paulo?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É de muito movimento a região?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Essa é a região do shopping, que fecha às 10 horas. É um horário de pico! É um horário de pico.

Então o DHPP... Meu cunhado levou essa testemunha, desmontou a tese da polícia campineira. O delegado que estava conduzindo o inquérito foi retirado de Campinas. Acho que tinha uma briga. Hoje, olhando de fora, não posso provar isto, mas tenho esse sentimento de que existia uma briga na Polícia. Como Campinas tinha ficado muito suja com a CPI do narcotráfico, teve, mais ou menos, uma intervenção branca. E isso é o que dizem. Às vezes, acho que tinha alguma questão ali.

Bom, tiraram a Polícia de Campinas e entrou no caso o DHPP. O DHPP, no meu entender, veio praticamente com uma tese pronta! Qual a tese do DHPP? Que meu marido foi assassinado, porque estava no lugar errado, na hora errada. Ou seja: ele atrapalhou – olha a tese – a fuga da quadrilha do Andinho, que era uma quadrilha de seqüestradores, que estava fugindo de um possível seqüestro, que tinha sido frustrado, dois quilômetros antes do local onde o meu marido

foi assassinado. Fugindo ninguém sabe de quê. Numa explicação onde... Eles tentaram seqüestrar um senhor, já de uma idade um pouco avançada, que tinha um Vectra verde. E esse senhor, em uma manobra radical, conseguiu escapar. Sendo que, a quadrilha do Andinho é apresentada, não só pela Polícia, mas pelo Ministério Público, como uma quadrilha de facínoras, de pessoas que não saem para brincar. Eles não vão à rua e não conseguem fazer o seqüestro de um velhinho. Não são esse tipo de gente. São pessoas que, quando planejam um seqüestro, eles o fazem. Então, foi um seqüestro frustrado que, segundo o velhinho que dirigia esse Vectra, não se consumou porque veio um ônibus na direção contrária. O Vectra do Andinho teve de sair em desabalada carreira. Esse ônibus nunca foi encontrado, porque pegaram todos os motoristas dessa linha, e o cara falou: "Não, nem um motorista passou por isso!". Em todos os depoimentos dos motoristas que faziam essa linha de ônibus, ninguém passou por isto: ninguém deu de cara com um Vectra prata e teve de desviar e sair em desabalada corrida.

Saiu nessa desabalada corrida... Dois quilômetros depois, passando não sei quantos carros, atirou porque o meu marido estava atrapalhando o trânsito. Bom, quando o DHPP foi fechar essa tese, eu fui ao Ministério Público, junto com o meu cunhado. Eu pedi ao Promotor, que estava concordando com a tese – os Promotores de Campinas, diferentemente dos Promotores de Santo André, concordaram com a tese do DHPP, de que era um crime banal: "Bom, se vai haver a reconstituição..." E a reconstituição estava marcada para o dia 30 de abril de 2002, véspera de um feriado. E eu, quatro dias antes, fui ao Ministério Público e pedi para eles que me desenhassem como seria feita essa reconstituição. Porque, se isso fosse colocado no papel, a tese de que meu marido atrapalhava o trânsito, cairia de per si, não precisaria de nada! Não dava! Fisicamente, isso não cabia! Não dava! Era impossível!

O Ministério Público concordou com isso. E, no dia 30, nós tínhamos uma comissão na Prefeitura, ficamos lá durante o dia todo discutindo. E algumas pessoas, meu advogado de então – depois, meu advogado passou a ser o Dr. Márcio Thomaz Bastos –, lá de Campinas, queria que eu pedisse à Polícia para que não houvesse a reconstituição. Eu não estava entendendo. Eu me recusei e falei: "Não! Eu não vou pedir à Polícia para que não faça a reconstituição. Se ela fizer e não for fidedigna com o que consta no inquérito, eu vou fazer uma denúncia. Provavelmente, a imprensa inteira do País vai estar aí, e eu vou fazer uma denúncia!". Resumo: não houve a reconstituição. A Polícia tinha cancelado naquela manhã. Não houve reconstituição! Por quê? Por que não houve a reconstituição? Porque seria impossível! Impossível reconstituir! Ia ficar ridículo! Imagine a imprensa do País inteiro lá, e eles dizendo... Olha, para o meu marido atrapalhar o trânsito, ele tinha de estar andando do lado oposto. Ele tinha de ser um maluco total!

**O SR. (Orador não identificado)** – Márcio Thomaz Bastos era advogado de quem?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Ele foi meu advogado, depois do caso. Nessa época, não. E, nesse dia, o meu advogado abandonou o inquérito, dizendo que eu era uma pessoa que não me contentava com nada, que não aceitava a realidade dos fatos.

O inquérito foi fechado em 30 de abril de 2002. E eu venho, desde então, numa cruzada: eu e minha família. Mas, efetivamente, eu e meu cunhado. Desde o primeiro momento, eu tinha pedido a entrada da Polícia Federal no caso. Não fui recebida pelo Presidente Fernando Henrique. Ele não me recebeu. Eu fui recebida pelo Ministro Aloysio Nunes, aqui em Brasília, em dezembro de 2001, quando fiz o pedido de entrada da Polícia Federal. Foi-me negado. Eu me lembro que vim aqui e o Senador Suplicy estava comigo no encontro com o Aloysio Nunes.

E, naquele mesmo dia, tinha morrido um navegador neozelandês no Amazonas, e a Polícia Federal, imediatamente, foi colocada no caso. Aquilo me doeu, profundamente. E eu fico me perguntando, até hoje, por que a ninguém interessa investigar esse caso?

Bom, não consegui. Durante a campanha do PT, em 2002, eu tive várias promessas, inclusive, uma do Presidente Lula, em Campinas, num comício para 25 mil pessoas, onde eu subi com ele no palanque, e ele me prometeu que, eleito, esse caso seria solucionado. Ele foi eleito. O Dr. Márcio Thomaz Bastos tinha entrado no caso antes da campanha. Eu e meu cunhado fomos a São Paulo, pedimos isso ao Dr. Márcio: se ele podia entrar no caso. Ele leu o inquérito. Inclusive, deu um depoimento na **Folha de S.Paulo**, dizendo que aquele inquérito mais parecia uma peça de ficção. E eu achei que, o Dr. Márcio como Ministro da Justiça e o Lula como Presidente, as coisas seriam esclarecidas, mas não foram.

Eu fiz um abaixo-assinado em Campinas. Eu colocava, todos os sábados, durante três meses, uma mesinha no lago da Catedral, em Campinas, pegava o microfone e chamava a população para me ajudar a conseguir as assinaturas para que eu pudesse colocar a Polícia Federal no caso, para que eu pudesse sensibilizar o Governo para colocar a Polícia Federal no caso.

Por que eu queria a Polícia Federal? E não queria qualquer Polícia Federal. Eu queria essa Polícia Federal de elite, essa Polícia Federal que não tem rabo preso

com ninguém, para que as coisas pudessem ser realmente esclarecidas. Eu não sei como são as Polícias Civis dos outros Estados, mas, em São Paulo, a coisa é feia! Não sei se no Estado inteiro, mas em Campinas é! Nós, campineiros, sabemos! E a CPI do Narcotráfico deixou claro como as coisas funcionavam.

Mas eu não tive o meu pedido atendido também neste Governo. Então, o que eu fico me perguntando, o tempo todo, é por que não interessa para ninguém? Não é nem A nem B nem C; é de A a Z. Não interessa para ninguém que o crime do meu marido seja investigado; que o crime do Celso Daniel seja investigado. Porque, no mínimo, acho que as pessoas que têm poder para isso, deveriam pensar antes de desqualificarem as famílias: essas famílias têm o direito de saber o que aconteceu. Porque têm muitas dúvidas! Se qualquer um dos senhores aqui ler esse inquérito, de cabo a rabo, provavelmente vai ter a mesma opinião que o Dr. Márcio teve à primeira vez que leu: "Puxa, isto parece uma peça de ficção".

Eu acho que já falei muito. Eu, agora, coloco-me à disposição para as perguntas.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem, Senador.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Eu não sou membro da CPI, não participarei da fase de argüição. Mas eu queria dar uma informação, que acho extremamente relevante, à CPI e, sobretudo, à Roseana e ao Paulo Roberto.

Em primeiro lugar, eu quero, antes disso, expressar meus sentimentos, minha solidariedade. Eu acho que essa luta que vocês tiveram ao longo desse período é fundamental para a sociedade brasileira. Eu acho que a muita gente interessa que isso seja totalmente esclarecido. À cidade de Campinas, seguramente, que sempre teve um carinho, um respeito, uma admiração fantástica pelo Toninho. Aos amigos, aos companheiros, eu diria a militância partidária sempre quis... Ele sempre foi um exemplo de honestidade, de integridade e de competência.

Por que a Polícia Federal não entrou? Essa é a informação que eu queria dar e o fato novo. Porque, à medida que o Ministério Público representou junto à Justiça, encerra a fase do Inquérito Policial e, a partir daí, só o Juiz poderia demandar ou autorizar a entrada da Polícia Federal no processo. Foi esse o obstáculo. E o Juiz não demandou a complementação das investigações por parte da Polícia Federal. Por maior que fosse o interesse do Ministro, do Presidente da República e do Governo Federal que entendem que tudo deve ser esclarecido. A Polícia Federal é uma polícia extremamente competente, poderia complementar o trabalho de investigação e tem demonstrado essa eficiência e essa competência em casos de grande relevância nacional. Mas o inquérito estava já em processo judicial. O Ministério Público já tinha feito a representação.

Qual é o fato novo? Você destacou isto na sua intervenção porque conhece o problema a fundo. Aquela chacina tem vinculações com o assassinato do Toninho. Pelo menos, há indícios graves de vinculação com o assassinato do Toninho. A apuração daquela chacina é uma forma de investigar o que aconteceu.

O Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana aprovou uma resolução, pedindo que a Polícia Federal investigue aquela chacina. Com essa decisão do Conselho, o Ministro e a Polícia Federal têm um instrumento jurídico e legal para a intervenção eficaz em toda a investigação a partir da chacina. A investigação da chacina tem um nexo direto com o assassinato do companheiro Toninho.

Portanto, com essa decisão do Conselho, a Polícia Federal pode entrar, por meio da chacina, na sua investigação e investigar, assim, a possibilidade de que isso tenha, sim, um vínculo direto para apagar arquivo, ou eliminar pistas, ou impedir uma investigação mais rigorosa em relação ao homicídio.

Portanto, eu queria informar que isso está encaminhado. A Polícia Federal vai entrar nessa investigação, por meio do assassinato, por demanda do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana e, portanto, poderá participar ativamente das investigações. Creio que você desempenhou uma luta histórica junto com toda a mobilização da comunidade, uma cidade que sempre amou e respeitou a maior liderança política que tivemos na história de Campinas. Tenho certeza de que essa luta não foi em vão e que vai ajudar, decisivamente, no esclarecimento de todo esse episódio.

É essa a informação que eu queria dar.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, nas mesmas condições não-regimentais do Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Apenas para fazer uma brevíssima consideração.

De alguma forma, eu tenho acompanhado a dor, o sofrimento e a coragem da Roseana e do Paulo também – mas especialmente da Roseana –, e sei exatamente o quanto ela e Marina, a filhinha dela, têm sofrido em relação a todo esse processo.

Senador Efraim Morais; todos que compõem esta Comissão Parlamentar de Inquérito; o requerente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que permitiu que a Roseana viesse prestar esse depoimento – até nisso

ajudou –, coincidência ou não, de repente, todos os obstáculos que impediam à Polícia Federal entrar no caso; todos os argumentos que, todo o tempo, foram uma verborragia maldita perante a opinião pública – de que era um crime comum, de que tinham de se conformar, pois não havia nada, nada –; todos os argumentos foram superados; todos os entraves foram obstaculizados. Queremos nós que não pela coincidência. Mas saúdo a CPI porque, de alguma forma, a vinda da Roseana, numa coincidência inédita, acabou culminando outro procedimento investigatório.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes de conceder a palavra a V. Exª, que foi escolhido Relator **ad hoc** pelo Relator, concedo a palavra a V. Sª.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Senador Aloizio Mercadante, a primeira vez em que ouvi que a Polícia Federal não entrou no caso porque esse deveria ter sido um pedido feito pelo Juiz foi no Estado de São Paulo, numa entrevista que dei há dois meses, se não me engano. Quando ouvi aquilo, estranhei, por dois motivos: primeiro, porque o Juiz, se podia, não tinha pedido; segundo, porque nunca ninguém havia me dito aquilo. Eu não tinha essa informação e estou pedindo há anos. Venho aqui, falo com A, B, C, D, E, F, G, H, e nunca ninguém tinha me dito isso. Eu fui ao Juiz de Campinas, que – quero deixar registrado – é uma pessoa em quem eu confio e que me disse: "Não. Eu não tenho esse poder. Eu não posso fazer isso. Isso não é da minha competência". Então, essa informação, Senador – não sei onde o senhor a obteve –, não procede. Eu fui, **in loco**, conversar com o próprio Juiz, porque eu me surpreendi. Estou pedindo há anos, e, de repente, ninguém me disse isso. Por quê? Então, ela não procede.

Agora, a Comissão de Direitos Humanos, que fez excelente trabalho sobre o inquérito e levantou vários pontos, que é uma Comissão isenta e que está investigando realmente com vontade de chegar a algum lugar, pediu a entrada da Polícia Federal no caso de Caraguatatuba, porque, imediatamente, quando eles perceberam o que estava acontecendo no Gaeco de São Paulo, viram que a Polícia estava colocando obstáculos para que o laudo médico do Dr. Carlos Delmonte aparecesse, viesse à luz. Há mais de um ano, os corpos tinham sido exumados, e esse laudo não vinha à luz.

Espero realmente que – como disse a Senadora Heloísa Helena – minha vinda aqui faça com que as instituições se sensibilizem e realmente façam uma investigação decente.

Quando falei que não há interesse de A a Z, não falei da população de Campinas. A população de Campinas me é extremamente solidária. Foi feita uma pesquisa Ibope em Campinas, na qual perguntaram o que as pessoas achavam sobre o assassinato do meu marido, e 70% responderam: crime político. A população está atenta. A população está muito atenta. Tenho esperança no povo brasileiro, um povo sofrido e trabalhador, que sabe. O povo não é burro, como algumas pessoas podem pensar. Não o é.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, quero apenas para complementar o informe à Roseana.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – O Código de Processo Penal estabelece que, encerrada a fase do inquérito policial, quando ele está na Justiça, a possibilidade de a instituição policial, de qualquer natureza, seja estadual ou federal, participar tem de ser provocada pelo juiz do inquérito ou pelo Ministério Público. Ela não tem o poder de interferir na medida em que o processo foi concluído e em que o Ministério Público representou junto a Justiça. Foi o que aconteceu.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos tem empenho pessoal em buscar e encontrar o caminho de que a Polícia Federal possa efetivamente participar. Como a chacina tem um vínculo e como há indícios de que essa chacina possa ter relações com o assassinato, o Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana e o Ministro contribuíram e se empenharam para que isso acontecesse, aprovaram a resolução, pediram a entrada da Polícia Federal e viabilizaram o caminho legal e correto, respeitando a Justiça, o poder normativo e a autonomia do Poder Judiciário, para que a Polícia Federal entrasse efetivamente nas investigações por meio de um fato correlato, mas que pudesse ajudar a elucidar o que aconteceu.

Por isso, eu só queria fazer justiça ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, que se empenhou. Foi ele quem me deu esclarecimentos e me disse qual o caminho que eles encontraram para chegar, de fato, a uma porta legalmente segura por que a Polícia Federal pudesse entrar. Ela só teria essa possibilidade ou provocada pelo Ministério Público, que acompanhava o caso, ou pelo Juiz, que era o responsável maior pelo andamento do processo na fase judicial.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra à Drª Roseana. Em seguida, V. Exª fará uso da palavra.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Senador, o senhor sabe me dizer por que isso nunca me foi dito?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Não, não sei, Roseana. O Vicente Andreu me ligou – você o conhece; é um companheiro nosso, em comum, que tem grande apreço por você e que também se tem empenhado muito nessa mobilização –, pedindo que eu ajudasse naquilo que fosse possível para encontrar a forma de resolver essa questão.

O Ministro se empenhou. O Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana discutiu a matéria, pautou-a, aprovou uma resolução, criou o amparo legal ao Ministro e à Polícia Federal para que ela entrasse por meio desse episódio. Foi lento? Creio que foi lento. Seria bom que isso tivesse acontecido lá atrás, que, por sinal, tivesse acontecido como nós pedimos que acontecesse, no momento do assassinato, quando os indícios, as pistas e as testemunhas estavam presentes. Infelizmente, é uma decisão tardia. Seria tanto melhor que tivesse sido imediata, mas isso não foi possível.

Eu queria aqui fazer justiça ao Ministro, que se empenhou em encontrar uma solução legal e segura para que a Polícia Federal pudesse entrar.

A chacina tem indícios de vinculação com o assassinato do Toninho e tem indícios, claramente, de queima de arquivo. Portanto, a Polícia Federal está amparada legalmente para poder participar.

Quanto ao fato de não lhe ter sido dito pessoalmente, creio que deveria ter-lhe sido dito. Você, mais do que ninguém, junto com o Paulo Roberto e a Marina, deveria ter todas as informações desse processo.

Se eu tivesse sido procurado antes, seguramente, ter-me-ia empenhado pessoalmente para buscar essa solução. Fui procurado recentemente, e o caminho encontrado foi esse. Estou-lhe informando o que considero ter sido um passo importante, que avança no sentido da participação efetiva da Polícia Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge, vou conceder a palavra a V. Exª, pela ordem.

Esclareço que, em seguida, seguiremos a lista de inscrição, de acordo com a qual o nosso Relator **ad hoc**, por nomeação do Senador Garibaldi Alves Filho, usará da palavra, fazendo o papel de Relator. Em seguida, V. Exª é o inscrito, e, logo após, falará o Senador Tião Viana.

V. Exª quer usar da palavra pela ordem?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É rapidinho. Apenas estranho por que demorou tanto. A decisão de colocar a Polícia Federal – dita agora, depois desse depoimento na CPI dos Bingos – poderia ter sido feita há quatro anos. Nesse outro assassinato, foi feita logo imediatamente. Estranha-se isto: por que demorou tanto?

O Governo do PT, na realidade, já está terminando o terceiro ano e vai entrar no quarto ano. Eles tiveram três anos e só agora o fizeram. Creio que foi por conta da nossa CPI, que é tão combatida. V. Exª, como Presidente, o Relator e todos nós vivemos sendo combatidos pelo próprio Presidente. Ontem mesmo, o Presidente... Disso eu falo depois.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Vou procurar ser rápido. O Senador Garibaldi Alves Filho não deixou os questionários, pois considerou que o depoimento da senhora foi suficiente para entender praticamente todos os objetivos da relatoria que fará sobre o caso.

Primeiro, presto homenagem à sua coragem e à sua luta. Pessoalmente, estive meia dúzia de vezes com o Prefeito Toninho durante minhas visitas a Campinas. Sempre fomos tratados com delicadeza e com educação, porque ele era realmente um homem de postura invejável no trato com quem o procurasse por qualquer razão.

A senhora falou na CPI do Narcotráfico. Eu diria da do Roubo de Cargas. Foi ele quem nos ofereceu o local e toda a infra-estrutura junto à Câmara Municipal para que trabalhássemos. Por quê? Porque, em decorrência do processo do narcotráfico, surgiu a vinculação com o roubo de cargas, envolvendo policiais e pessoas de Campinas. Em Campinas, houve o roubo da cocaína dentro da...

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Da própria Polícia, não é?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Da Polícia. Vários fatos trouxeram às autoridades da própria Secretaria de Segurança dúvidas sobre a necessidade de mudança em algumas autoridades policiais da área. Sou testemunha porque acompanhei de perto, com o policial que eu gostaria de acompanhar.

É pena que o Senador Aloizio Mercadante tenha saído. Senador Tião Viana, com todo o respeito ao Dr. Márcio, por quem tenho admiração – é meu amigo, gosto dele, é um grande advogado, é correto e persegue sempre a justiça –, a Polícia Federal poderia ter entrado, sim. Há o exemplo do caso Waldomiro e de muitos outros de que a Polícia Civil fez o inquérito e com cujas investigações o Governo determinou que a Polícia Federal colaborasse. Não é o processo em si ou o inquérito que poderia ser avocado pela Polícia Federal – poderia até por suspeita de crime político. Por quê? Prevaleceu a tese do crime comum.

A Polícia Federal poderia ter sido designada, Senadora Heloísa Helena, para fazer o acompanhamento, para colaborar com a Polícia Civil ou para fazer uma investigação paralela. Depois, com os dados colhidos, abria ou não um processo diferenciado.

Não concordo que o juiz tenha impedido que a Polícia Federal investigasse, porque, se houvesse determinação do superior hierárquico para Campinas – que tem Polícia Federal – ou a designação de autoridade especial... Eu não concordo que ela não tenha entrado no caso por impedimento legal do processo que já estava com a denúncia pronta. Não concordo. Penso que ela poderia ter entrado na medida em que houve a suspeita de crime político e não de crime comum.

A senhora traz elementos importantes.

Sr. Presidente, sugiro que o Senado acompanhe as investigações da chacina e converse, permanentemente, com a autoridade designada da Polícia Federal para fazer essa investigação, que deve ter sido feita pela Polícia Civil.

Então, há impedimento de que a Polícia Federal entre agora? A senhora pode concordar comigo ou não?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Posso.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Como a Polícia Federal vai entrar agora, se já há denúncia da chacina, denúncia essa feita pela Polícia Civil, que investigou a morte dos meninos?

Senador, não estou criticando, estou dizendo que são coisas que temos de...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª me permite?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu penso um pouco diferente de V. Exª. Penso que a Polícia Federal deve entrar agora e que esta Comissão deve fazer um ofício, congratulando-se com o Ministro Thomaz Bastos, para forçar, inclusive, a entrada da Polícia Federal o mais rápido possível.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Perfeito. Concordo com V. Exª. Ela tem de entrar, porque se precisa dela. Ela é isenta. Não estou dizendo que a...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu estou propondo um ofício da Comissão, presidida pelo Senador Efraim Morais, ao Ministro Thomaz Bastos de congratulação, certos de que irá obter resultado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Concordo com o acompanhamento. Ele não era Ministro à época.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu sei. Ele era advogado da parte.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas a decisão dele é correta, talvez com atraso, porque, como bem disse o Senador Aloizio Mercadante, as provas vão-se perdendo ao longo do tempo. Desmanchando-se o local do crime, já se perde metade da oportunidade de se apurarem as verdadeiras condições em que se desenvolveu o crime. A resposta do crime está praticamente no local, se ele for preservado na investigação. Sorte que o telefone estava nas mãos do policial. E as impressões digitais se o cara pegou? Poderiam ter mexido, empurrado o telefone, para ver se havia algum valor.

Tenho dificuldade em aceitar duas teses apresentadas aqui: uma é a de que Celso Daniel foi seqüestrado como opção por eles terem perdido o que eles realmente tinham levantado para fazer; a segunda, agora, é a de que impediu a fuga.

Qualquer quadrilha bem organizada do crime organizado que prepara um seqüestro faz todos os levantamentos possíveis e imagináveis. Se falhar uma, haverá a segunda e a terceira, porque o objetivo é seqüestrar aquela pessoa que dará a resposta financeira que eles querem.

Assim, não consigo engolir essa história de dizer que foi sem querer. Tenho 50 anos de Polícia. Deus me perdoe se não aprendi nada! Não concordo absolutamente com essas teses.

O caso do Prefeito de Campinas deveria ter sido logo investigado como crime de mando também, chegando-se ao crime comum, se fosse o caso. Mas inverter a ordem da investigação...

A senhora traz um ponto que anotei: ele estava mexendo com coisas ilícitas em Viracopos. Ele estava verificando contrabando e tudo isso? Havia alguma razão?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Não. A questão é que Viracopos ia ser ampliado. Isso é um fato. Isso não era da competência do Governo municipal. Mas, na cabeceira da pista de Viracopos, há muitos moradores. Há 17 associações de moradores na cabeceira da pista, sendo que 63% dessas pessoas não têm a posse da terra. Então, o Antônio, enquanto urbanista, queria aproveitar a expansão de Viracopos...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe-me perguntar, mas me chamou a atenção o fato.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Ele queria aproveitar a expansão de Viracopos e estava fazendo um movimento com essas associações para que o dinheiro da Infraero servisse também, exemplarmente, para tirar aquelas famílias de lá. Enquanto urbanista, ele queria fazer uma espécie de bairro exemplo para a cidade de Campinas de como o povo

pode morar. Seria basicamente isso. Mas ele mexeu com interesses na região.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A Infraero se negou a isso?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Não, não. Mas, como ele estava organizando as pessoas, duas dessas associações que eram comandadas por narcotraficantes opuseram-se.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eles tinham fixado o ponto deles nessas regiões?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Na cabeceira da pista. Eles não querem sair da cabaceira da pista.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eram narcotraficantes.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Inclusive, uma das moradoras que era presidente de uma das associações tinha sido jurada de morte, e Antônio retirou essa moradora de lá. Uns 15 dias antes de ele ser assassinado, essa moradora foi retirada de lá pela Prefeitura. Foi feita a mudança dela para local desconhecido. E foi a única coisa que ele me disse, que ele estava temeroso de que algo acontecesse com a nossa filha, porque ele estava mexendo com esse pessoal que estava ligado ao narcotráfico.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Esse contrato que a senhora fala, de um *pool* de empresas, eles se referia a quê? Desculpe, porque não peguei...

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Lixo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sobre lixo. É com que me tenho preocupado, Sr. Presidente. Todo depoente que vem aqui fala em lixo, não é, Senador? Então temos de aprovar aqueles requerimentos, porque o problema do lixo é bastante grave.

E esse contrato prosseguiu depois da morte do Prefeito Toninho?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Prosseguiu.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Conseguiu reduzir 40%, e, depois, voltaram ao preço original.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Voltaram ao preço original?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Voltou.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quem era o Prefeito?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Era Vice-Prefeito.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Era Vice.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era vice. E os que participaram dessas empresas permaneceram?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Permaneceram as mesmas empresas, só que a negociação, que tinha reduzido em 40 milhões...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A redução...

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Voltou.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eles voltaram a complementar com um aditivo qualquer?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Com aditamento. Isso, isso. Eu não sei em detalhes, mas trouxe para deixar com a CPI.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Muito obrigado.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

V. Exª tem a palavra por dez minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srª Depoente, Sr. Depoente, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer a V. Sª é muito simples. V. Sª conhecia o Presidente Lula?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Conhecia.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quando o Presidente Lula ia fazer campanha em Campinas, V. Sª sempre falava com ele também?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Não, nem sempre. Eu estive, na última campanha de 2002, acho que duas vezes com ele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pronto. Mas V. Sª estava sempre com o seu marido?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Ah, sim!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É, porque, ontem, o Presidente Lula, na sua entrevista na televisão, tentou, mais uma vez, desqualificar os dois irmãos de Celso Daniel, dizendo que ele ia a Campinas e nunca tinha conhecido esse dois irmãos. Desculpe, é Santo André. Ele ia a Santo André e não encontrava lá os irmãos de Celso Daniel nos comícios. Enfim, ele ia lá fazer política.

Penso que ele não pode tentar desqualificar V. Sª, porque V. Sª, como esposa do Prefeito, estava sempre presente, mas, apesar disso, algumas vezes, ele esteve lá e não a encontrou. Nem sempre as pessoas da família podem estar presentes em todos os comícios.

Na realidade, então, o que quero dizer com essa pergunta é que o Presidente, como o Sr. Gilberto Carvalho, como todos aqueles do Governo, tenta desqualificar os irmãos do Dr. Celso Daniel como se pudesse desqualificar o irmão de uma pessoa que foi assassinada ou a esposa de uma pessoa que foi assassinada. É uma coisa que não dá para entender, mas a

verdade é que eles tentam. Graças a Deus que com V. Sª eles não poderão fazer isso e nem estão tentando fazer, imagino.

A segunda pergunta é relativa à questão interna do PT.

O Sr. Jacó Bittar, que foi candidato a Prefeito – e seu marido foi Vice –, na verdade, continuou no PT esse tempo inteiro, e os dois, de certa maneira, romperam, no momento em que ele fez algumas denúncias contra a gestão dele na Prefeitura de Campinas. Como era a relação interna, no final, quando seu marido foi Prefeito, entre ele e o Sr. Jacó Bittar?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Jacó Bittar saiu do PT imediatamente, já em 1991.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ah, ele saiu do PT.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Num primeiro momento, quando as denúncias feitas por Antônio causaram certo estranhamento dentro do Partido e tal, foi uma situação difícil, mas logo foi reconhecido, porque meu marido, quando fazia uma denúncia, estava munido de documentação e de provas. Ele não fazia denúncias levianas. Portanto, viram que a coisa era séria. Então, antes que Jacob fosse expulso – porque Antônio ia pedir uma Comissão de Ética para a expulsão –, ele saiu. Ele saiu do PT já naquela época.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas ele continua amigo do Presidente Lula.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Eu não sabia. Fiquei sabendo agora.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O filho dele é sócio.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Eu não sabia; fiquei sabendo pela imprensa agora.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O filho dele é sócio da empresa do filho do Presidente Lula.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Solicito aos Srs. Senadores e aos assessores, por favor, silêncio, para que possamos ouvir o orador e a depoente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em terceiro lugar, como era a Vice-Prefeita que substituiu o Prefeito Toninho? Ela também era do PT?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Também.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E foi ela, então, que renovou esses contratos, autorizou bingos? Foi tudo feito na gestão dela?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Foi.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na realidade, ela adotou essa mesma postura de combate à corrupção, de fazer essas denúncias que o Prefeito Toninho fazia desde antes de ser Prefeito, como pessoa física, ou ela se tornou uma Prefeita comum, igual às outras?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Eu não acompanhei de perto a gestão dela, mas acho que foi uma Prefeita comum.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Outra questão se refere à relação entre essa situação de Campinas e as situações de Santo André e de Ribeirão Preto.

Na verdade, as investigações que estamos fazendo nesta CPI... Mesmo o Ministério Público e a própria mídia têm verificado que, nessa época, em 2000, em 2001, até antes, havia um esquema de captação de recursos financeiros por essas Prefeituras, tanto pela de Santo André quanto pela de Ribeirão Preto, no sentido de não só financiar a política local, como também de transferir recursos para o PT nacional, por meio do Ministro José Dirceu, como disseram os irmãos de Celso Daniel, ou por meio do próprio Delúbio, como disse o Sr. Buratti. E outros depoimentos que temos aqui já permitem ver se havia um esquema nesse momento.

Então, havia alguma pressão?

Sabemos que o Prefeito Toninho tinha uma postura diferente, ideológica. Era um urbanista, não era pessoa ligada a esse tipo de esquema. Mas havia essa pressão, no caso, do PT Nacional, por recursos para fazer política para o PT em outros locais?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Que eu saiba, não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não havia pressão?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Eu nunca tive conhecimento disso. E acredito que não, porque a postura do meu marido era conhecida. Ele era uma pessoa que denunciava.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, na realidade, ele não estava dentro desse esquema – ele não, digo a Prefeitura.

Mesmo em situações anteriores, mesmo quando era Jacó Bittar ou, depois, com essa nova Prefeita, V. Sª soube, em algum momento, que havia mobilização de recursos ou de jogo de bicho ou de lixo ou de ônibus, que são os principais esquemas que foram montados naquela época? Como, aparentemente, esse esquema era montado... Por exemplo, essa empresa Leão Leão prestava serviço lá em Campinas? Enfim, o que é que V. Sª sabe acerca disso que possa ligar a todo esse esquema que está sendo apurado?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Eu não tenho nenhum dado concreto sobre isso. Eu não sei como as coisas andaram, mas, na época de Jacó, por

exemplo, quando Antônio começou a fazer as denúncias, a questão principal era a de superfaturamento de obras. Depois, já agora, neste Governo, estou trazendo aqui fatos. Não sei se isso realmente... São fatos. Ele não deu alvará para o bingo; aí o bingo obteve esse alvará. Fez uma redução no contrato de lixo, e o contrato de lixo foi aditado, e essa redução foi para o ralo. Então, são fatos que precisam ser investigados. Eu não tenho condições de fazer isso. Então, não sei. Estou trazendo fatos. Isso aconteceu. Agora, se isso foi para financiar A, B ou C, não sei, não sei. Seria leviano da minha parte se eu levantasse qualquer suspeita aqui.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não, mas nós vamos investigar.

Outro assunto é relativo à questão da assistência que V. Sª teve para realizar essa luta mesmo na hora da apuração pela Polícia. No caso de Celso Daniel, foi indicado o Deputado Eduardo Greenhalgh, como advogado, para acompanhar todas as investigações. Depois, ele aceitou a versão da Polícia – que os irmãos não aceitam –, em nome da Câmara, mas também principalmente em nome do PT. Formalmente, ele agia em nome da Câmara, mas, na prática, ele falava também em nome do PT.

Houve alguém que o PT ou a Câmara, no caso, designou para que acompanhasse essas investigações?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Num primeiro momento, foi um advogado criminalista de Campinas que me foi indicado pelo Partido lá. Eu não o conhecia, mas meu marido o conhecia. Foi isso que me levou a ficar com esse advogado, mas ele, durante o processo, desistiu porque achou que eu era uma pessoa difícil de entender as questões, que eu não aceitava o inevitável, que o meu marido estava no lugar errado, na hora errada. Realmente, eu não aceitei. Esse foi o primeiro advogado, que saiu do caso no dia 30 de abril de 2002.

Eu fiquei sem advogado. Tive algumas recomendações para que o Deputado Greenhalgh entrasse. Eu não o quis. Eu tinha visto já a postura dele na televisão em relação ao crime do meu marido e não o quis. E eu fui sozinha procurar Dr. Márcio Thomaz Bastos, porque, no dia em que eu estava assistindo a algumas fitas da campanha do meu marido, tinha uma fita onde o Dr. Márcio gravou um apoio a ele. Quando eu vi o Dr. Márcio lá, falei: "Bom, vou procurá-lo". Marcamos uma entrevista com ele. Fui eu e meu cunhado. Ele entrou no inquérito, mas ele ficou por muito pouco tempo, porque saiu já para ir para o Governo Lula.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Em relação ao Conselho Nacional de Direitos, ao Conselho de Defesa da Pessoa Humana, na verdade, ele acaba de aprovar também que vai fazer uma investigação, inclusive interligado com o caso Celso Daniel. Foi aprovado aqui em setembro.

Na realidade, eu também, desde o início – tenho dito isto nesta CPI –, achei muita coincidência que dois Prefeitos do PT, de duas cidades grandes, tivessem sido assassinados por bandidos comuns, com a diferença de apenas seis meses, por puro acaso, por estarem no lugar errado, no dia errado. Realmente, é muito difícil de acreditar nisso, porque todo mundo na cidade, mesmo os bandidos, conhece as autoridades e, normalmente, não quer se meter com autoridade. A gente sempre acha que, se for uma autoridade, a Polícia vai agir com mais rigor. Na realidade, você não vê Prefeito sendo seqüestrado. Quando vê isso, é crime político. É incomum um Prefeito ser seqüestrado na rua ou um Governador, que tem segurança – normalmente, são carros melhores. Então, na realidade, é difícil de acreditar nisso.

Eu gostaria, já que meu tempo terminou, de, em primeiro lugar, dar a solidariedade desta Comissão ao trabalho que a senhora está realizando. É um trabalho de coragem, de dedicação. De certa maneira, quero dizer que vamos continuar as investigações, dando apoio. Isso já está surtindo efeito. Temos a certeza de que, se não tivesse sido dado este depoimento da senhora hoje aqui, essa autorização da Polícia Federal não seria dada. Isso foi comunicado a V. Sª antes do seu depoimento.

Então, na realidade, penso que é necessário que a CPI também dê essa solidariedade, como sugeriu o Senador Antonio Carlos Magalhães. Também acho isso importante, e a CPI também se dirige ao Ministro da Justiça, pedindo formalmente que a Polícia Federal entre no caso, para que possamos fortificar essa solicitação.

Agradeço a V. Sª.

Era só isso, Sr. Presidente.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Jorge, e concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

V. Exª dispõe de dez minutos.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero inicialmente transmitir meus sentimentos à Srª Roseana e ao irmão do Prefeito. A primeira oportunidade em que tive de vê-la pessoalmente foi, lamentavelmente, no velório. Fui lá transmitir o respeito dos Senadores pela tragédia, o respeito à família e ao Toninho.

Acredito que o seu depoimento aqui não deixa qualquer dúvida de que o único procedimento tem de

ser o da solidariedade, tem de ser o do respeito às suas argumentações e tem de ser o da ação em resposta àquilo que a senhora reivindica.

Penso que o Ministro da Justiça responde a essa situação, não tenho como julgar se cedo ou tarde. A minha impressão é a de que algo poderia ter sido feito antes, sim, pela Polícia Federal e pelo Ministério da Justiça para atender a esse reclamo seu. Acredito que a senhora tem absoluta razão quando faz isso. O que me chama atenção é que a senhora é muito clara em mostrar a movimentação ética do Toninho e aquilo que poderia representar um perigo à vida dele, desde a empreiteira, a história dos 80 milhões, a história do metrô, como a senhora coloca e age com total clareza e responsabilidade. Em nenhum momento, vejo qualquer precipitação, em uma hora que seria até compreensível, da senhora, que o Toninho pudesse ser vítima de uma conspiração política etc. Não, a senhora quer investigar, quer a elucidação, quer o aprofundamento e quer a verdade a qualquer preço, porque é um direito seu, da sua filha e da família.

Então, da minha parte o que fica é o mais absoluto respeito às suas palavras. Penso que a senhora está absolutamente correta naquilo que coloca, o assunto tem que ser investigado. Penso que, se há esse envolvimento das casas de bingo, isso precisa ser esclarecido. É o propósito da CPI esse tipo de investigação.

Então, da minha parte, absoluta solidariedade ao que a senhora coloca. A única pergunta eu faria, porque gostaria de ouvir um comentário seu, seria sobre que opinião, por serem cidades com certa proximidade, o Toninho tinha de Celso Daniel, da gestão e da pessoa de Celso Daniel.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Então, eu acho que Antonio não conhecia profundamente o Celso Daniel, não é? Eu, pessoalmente, acho que só vi o Celso Daniel também no dia do enterro de Antonio. Eu acho que o Celso Daniel esteve duas vezes em Campinas, uma por ocasião de um encontro de prefeitos petistas e uma outra... Não sei, não me recordo, mas eu nunca estive pessoalmente com ele. Antonio nunca me falou sobre ele. Nem sei se Antonio tinha alguma coisa... Não sei, não poderia dizer. Mas acho que Antonio não era próximo de Celso Daniel, não tinha uma proximidade com ele, pessoal, a não ser que os dois eram Prefeitos de grandes cidades. Campinas é a terceira praça bancária do País. Não é uma cidadezinha qualquer. Então, ser Prefeito lá é perigoso.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Srs. Senadores – interrompendo um pouco V. Exª, que é o próximo orador –, existem dois requerimentos que eu queria colocar em votação, que são importantes. Houve um contato do Relator da CPMI dos Correios com a nossa CPI, que solicitava – em outras palavras, um convite – que pudéssemos, amanhã, fazer a reunião da nossa CPI com a presença do Relator, Deputado Osmar Serraglio, e outros membros daquela CPI.

Então, eu queria colocar em votação, nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 58 do Regimento Interno, o requerimento para que os membros da CPMI dos Correios sejam convidados a participar da oitiva do Sr. Silvio Pereira amanhã.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

O outro requerimento, que, penso, não tem polêmica – apenas esse –, é a convocação, mais uma vez, do Sr. Rogério Buratti, que já está marcada, já houve um contato, para quinta-feira, com a presença dele. É um requerimento de autoria do Senador Arthur Virgílio, que solicita, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, que seja convocado o Sr. Rogério Buratti para prestar depoimento nesta Comissão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sem prejuízo do Poleto, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Poleto já está convocado. Anteriormente, já foi aprovado o requerimento.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL-PB) – Pois não.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Apenas para indagar a V. Exª sobre a vinda do Dr. Jamil Murad, Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está marcada para amanhã também. Amanhã, logo após o término da CCJ.

Queria comunicar as V. Exªs que existem outros requerimentos, mas só vamos discuti-los amanhã. Eu queria deixar combinado com os Srs. Senadores nes-

te sentido: os demais requerimentos, só discutiremos amanhã.

Os dois requerimentos estão aprovados.

Agradeço a V. Exªs e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Drª Roseana e seu ilustre cunhado, eu tinha uma série de perguntas a fazer a V. Sª. Entretanto, a sua exposição foi muito objetiva e clara e dispensa muitas das perguntas que eu iria fazer. Não vou, por exemplo, perguntar se foi planejado ou não o crime. É óbvio que quem fez planejou, de maneira que a senhora não sabe o planejamento porque não foi apurado em tempo.

Em segundo lugar, quero saber se quem pediu a presença do DHPP foi a atual Prefeita.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Não. Nós tínhamos, na época, uma comissão, que foi formada pela família, por alguns Vereadores, pelo meu advogado na época, e foi uma indicação do meu advogado, não é? Foi. Nós fomos, inclusive, fazer esse pedido lá em São Paulo.

Talvez, hoje, eu não fizesse nada disso que eu fiz, porque hoje eu tenho um conhecimento da história, e como que ela se desenvolveu, mas, na época, eu ainda acreditava, como eu disse aqui, nas instituições, na Polícia. Apesar de achar que as coisas eram complicadas em Campinas, eu achava que em São Paulo já não fossem tão complicadas assim; mas, hoje, eu faria diferente. Mas, na época, eu fiz desse jeito, inclusive eu fui uma das pessoas que pediu a entrada do DHPP no caso, acreditando que fossem pessoas que não tinham "rabo preso", não é?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não quero fazer críticas ao PT. Não me cabe, nem seria delicado até mesmo com a senhora, mas nota-se que o PT demorou a entrar em ação nessa tragédia que abalou a sua vida, talvez até por acreditar que tenha sido crime comum, mas o fato é que, se o PT tivesse entrado, como, aliás, ficou claro com as declarações do Sr. Kotscho, em que ele exalta a figura do seu marido e diz que ele combateu uma máfia de 1,5 bilhão, pelo menos. Ora, esse homem teria que ser visado por esses algozes que formavam essa máfia.

Eu não tenho a menor dúvida de que a senhora completou com muita perfeição esse caso. Foram os empreiteiros, foram os homens que comandam o lixo, transporte, enfim, esse grupo que o seu marido, pela honestidade que possuía, que ninguém discute, combatia e vinha combatendo anteriormente, até mesmo com um correligionário que depois deixou de ser, evidentemente que era para se olhar que não se tratava de um crime comum.

Depois, é muito estranho esse negócio de estar na hora errada no lugar errado. Eu confesso que isso é frase, frase para fazer efeito naqueles que não querem julgar. Quem quisesse julgar não ia aceitar uma frase desse tipo. É óbvio que não houve o interesse, até porque, se a Polícia Federal quisesse entrar, ela entraria imediatamente, com o Ministério Público, para desvendar esse caso. E vem até do Governo anterior, que continuou neste Governo, não era para continuar, levando em conta a tradição do seu marido no Partido e a figura que ele representava para todos os seus companheiros que aqui estão.

Evidentemente que há um erro. Se foi de má vontade, de boa vontade, não sei, mas que o PT, o Governo, demorou para participar, e só está participando agora. Daí eu pedi para segurar mais, para que haja um ofício do Presidente, já como se fosse uma coisa consumada a presença da Polícia Federal. Não é pedindo que entre, não. É achando: foi muito certo entrar, porque isso tem que ser desvendado – é assim que pediria ao Presidente que oficiasse, se fosse o caso, em relação à Polícia Federal.

Não tenho dúvida de que o caso das empresas de lixo é a chaga que o PT carrega em todo o Brasil, e a coragem do seu marido de enfrentar isso, infelizmente, não foi acompanhada por outras figuras ilustres do próprio Governo e nos Estados todos, inclusive no meu.

De maneira que o seu marido seria um padrão, ou foi um padrão, ao reagir a essa máfia que domina o lixo e o transporte no Partido dos Trabalhadores.

Ora, eu não tenho dúvida, a esta altura – se me perguntassem há seis meses, diria que foi um crime comum –, depois de ouvi-la e ter a opinião de outros Senadores do PT e ex-PT, de que esse crime é tão grave quanto o de Santo André e deveria ser levado a sério, como o de Santo André está começando a ser, por causa também da CPI.

De modo que a presença de V. Sª foi extremamente importante. Eu não vou perguntar, apenas porque não quero criar embaraço, mas eu tenho certeza de que, no seu coração, na sua consciência, V. Sª tem uma mágoa também do seu Partido – não de todos, é claro – por não ter entrado como um todo nesse caso do assassinato do seu marido. Ninguém, ninguém, absolutamente ninguém dá uma palavra, falando diferente da sua honestidade, da sua correção.

Eu sei o sofrimento que a senhora está passando. Eu perdi um filho e sei o que é isso. A senhora perde o seu marido, que ainda deixa a sua filha órfã. Sei o que ela deve estar passando, e o seu cunhado. De modo que a senhora tem a solidariedade total desta Comissão, e vamos lutar, aqui e em qualquer

parte – passa a ser um dever nosso, do Congresso; nosso, dos Senadores; nosso, dos Deputados –, para levar até o fim a apuração. Vamos esclarecer! Se, por acaso, foi um crime comum, que eu acho difícil, muito bem, mas fica esclarecido; mas, se foi um crime, um assassinato, vamos pegar os assassinos, porque eles estão pululando pelo País afora, infelizmente impunes pela Justiça.

Muito obrigado.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães, e concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Roseana, quero, antes de mais nada, aproveitar a oportunidade para renovar o meu sentimento de pesar pela perda do seu esposo, estendendo também ao seu irmão aqui presente, a toda a família, ao povo de Campinas, por saber que o Prefeito Toninho era uma pessoa muito querida, não só no âmbito da sua família, como da sua comunidade, que ele tanto amava, como era por ela amado.

Queria historiar o porquê de ter feito a sua convocação aqui para a CPI. Recebi um *e-mail* de uma cidadã de Campinas, relatando alguns fatos que se relacionavam com a morte do Prefeito Toninho e sugerindo que a senhora fosse convocada, porque, sabidamente, a senhora teria informações que poderiam ser úteis a esta CPI.

Logicamente, eu não tomaria essa iniciativa sem consultá-la, o que fiz na primeira oportunidade que tive, com a sua presença aqui, no Senado Federal, ocasião em que lhe perguntei se havia disponibilidade, se havia interesse de sua parte. A senhora confirmou e, salvo engano, nós nos referimos ao objeto da CPI, e a senhora teria dito que a participação do Prefeito Toninho foi intensa na luta contra grupos, máfias do bicho e, particularmente, a máfia do jogo dos bingos. Se não me falha a memória, a senhora usou, inclusive, a expressão de que ele teria batido de frente com esses grupos, com essas pessoas.

E foi levado, então, por esse fundamento que fiz a sua convocação. O seu depoimento, hoje, aqui, sereno, tranqüilo foi absolutamente completo, abordou todas as questões, a personalidade do seu ex-marido, a sua participação política e pública na cidade, até o desfecho com o seu covarde e brutal assassinato.

Durante o seu depoimento, a senhora tocou naquele assunto que me fez fazer a ligação da sua presença aqui com a razão e o porquê desta CPI, que era exatamente a participação do Prefeito Toninho no combate aos grupos que representam interesses ligados ao jogo, às casas de bingo etc.

Gostaria que, talvez com maiores detalhes, a senhora declinasse e oferecesse a esta Comissão informações que possam ser úteis, particularmente em relação a este aspecto: da luta do Prefeito Toninho contra as pressões de grupos de jogos de bingo na cidade de Campinas, e as soluções aventadas e adotadas por ele no sentido de combater essa praga.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Bom, acho que tem duas questões que ficaram ligadas a bingo, depois do assassinato do meu marido. A primeira, que eu já trouxe aqui, de que ele tinha colocado obstáculos para a instalação de bingos na cidade, para a obtenção de alvará – de um bingo especificamente –, e isso a gente sabe que é assim. E Antonio tinha uma questão difícil, porque é duro lidar com gente que não tem preço, não é? E as coisas que eu fico pensando... É assim: quando ele era Vice-Prefeito, ele foi proscrito. Agora, ele é Prefeito, não tinha jeito. Como é que você lida com uma pessoa que não tem preço? Mata, não é?

Eu acho que foi tão simples quanto isso.

Então, acho que ele... E a cidade sabia disso, quer dizer, as forças da cidade, as forças... Acho que do crime organizado em Campinas, sabiam disso.

Essa questão do bingo, que ele não deu o alvará, e, depois, esse alvará foi dado, como eu disse já aqui pelo... Assim, ele não tem uma luta de frente: "ele bateu com o jogo". Ele não poderia fazer isso, ele era um Prefeito, mas ele poderia negar alvarás de funcionamento, não é? Assim como ele poderia em especulação imobiliária. Acho que era a área que ele mais iria colocar obstáculos, não é? Porque, como ele tinha uma idéia de cidade completamente diferente do que é uma cidade como a gente vive hoje, ele iria colocar muitos obstáculos, como já vinha colocando. Ele tinha uma história, que todo mundo sabia, não é? E ele ganhou a Prefeitura de Campinas não foi à toa, porque o povo ficou sensibilizado com esse jeito dele ser. O povo conhecia ele lá, desde a época do Jacó Bittar.

Então, não sei se eu tenho grandes... Não é assim que ele fez um combate de frente com os bingos, eu acho que isso não foi feito, mesmo porque ele não teria poder para isso, mas ele teria o poder de não dar alvará e colocar a Prefeitura em cima, e fiscal...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Que era a forma que ele tinha de combater.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Era a forma que ele tinha de combater.

Então, o Antonio, ele tinha umas questões, assim, que hoje eu venho a compreender, porque, na época, eu acho que eu não tinha noção. Por exemplo, ele, en-

quanto arquiteto e urbanista, ele usava a figura do tombamento, porque ele era um preservacionista também do patrimônio histórico, e ele dizia para mim, assim: eu uso a figura do tombamento como uma espécie de guerrilha contra a especulação imobiliária, porque, se você tomba um bem, você congela 300 metros em volta. Ele congelou a cidade de Campinas! Então, assim, ele tinha um trabalho de anos. Ele tinha... Eu... Está certo que eu sou suspeita, porque eu sou a mulher dele, mas quanto mais eu fico... Acho que, durante a vida, eu não tinha toda essa dimensão de quem era o meu marido, que hoje eu tenho. Quer dizer, de tudo que ele sofreu, eu também estou sofrendo agora, não é? Desqualificarem, dizerem que ele era um desequilibrado, de que ele era isso, que ele era aquilo... Então, eu também estou sofrendo isso agora.

Então, eu acho que ele não batia de frente, mas ele era uma pessoa que sabia usar o que ele tinha em mãos para poder obstaculizar aquilo que ele achava que não era necessário, não é? E foi isso que ele fez.

Agora, uma segunda coisa em relação aos bingos foi que tem um depoimento, no inquérito, de um garçom, que depôs anonimamente, que trabalhava no bingo... Porque essa pessoa que eu estou dizendo que não teve o alvará tinha um outro bingo já instalado na cidade, e esse garçom trabalhava nesse outro bingo. E ele procura a família, não é? Nós o levamos primeiro ao Dr. Márcio; depois, ao ouvidor da Polícia naquela época; depois, ao Ministério Público, ao juiz, onde ele dá um depoimento de que ele ouviu uma reunião de várias pessoas da cidade, onde estava sendo tramado o assassinato de meu marido. Quer dizer, a Polícia desqualificou, o Ministério Público desqualificou esse depoimento, dizendo que o cara é um louco. Eu sou psicóloga, eu sei que ele não é. Não é um delírio organizado que ele tem. Ele pode estar mentindo em várias coisas, é verdade, mas, no mínimo, tem alguém por trás disso. Aquele menino não tinha condição de fazer aquilo sozinho. Não é um louco, um delirante, que sai por aí, inventando coisas. E esse menino não foi investigado. Ele foi desqualificado, e pronto.

Então, era num bingo que foi tramada a morte do meu marido, num bingo, o depoimento desse garçom, que depôs com o nome de Jack.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido – AC) – Eu teria só mais uma pergunta, Sr. Presidente.

Srª Roseana, a senhora, como cidadã de Campinas... A impressão que se tem hoje – pelo menos, eu tenho, particularmente, esta impressão – com relação ao crime organizado é que, em São Paulo e em algumas cidades, operava com um braço nas organizações que prestavam serviços na área de lixo e com outro braço na área também de jogos e bingos e outras variáveis. E me parece que se trata de uma coisa só, com ramificações, com braços. Se fizermos uma investigação profunda, eu tenho a impressão de que chegaremos à conclusão de que muitos daqueles que são titulares de interesses na área do lixo podem, eventualmente, ser titulares de interesses também na área do jogo ou na área de outra atividade que contempla os interesses do crime organizado. Então, eu perguntaria à senhora, como cidadã de Campinas e também como esposa do ex-Prefeito Toninho, que acompanhou a sua gestão, se a senhora tem conhecimento se há essa relação, essa conexão, se a senhora conhece ou ouviu falar ou sabe de comentários de que o grupo do lixo se relaciona ou se confunde com o grupo do jogo, pelo menos na sua cidade.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Não, eu, objetivamente, não tenho esse tipo de informação. A única coisa que eu sei, por exemplo, do lixo e do bingo é que são portugueses ou angolanos os donos, não é? Não sei se eles se conhecem, mas o Presidente desse consórcio, se não me engano, ou é português, ou é angolano. E eles são todos portugueses. Talvez isso tenha de comum.

**O SR. (Orador não identificado)** – Tanto do lixo...

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Isso, tanto do lixo quanto do bingo. Eu acho que eles são angolanos, se não me engano.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Geraldo Mesquita.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

V. Exª dispõe de 10 minutos.

Antes, porém, um *stop*. Por solicitação da Drª Roseana, teremos um breve intervalo. (Pausa.)

Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

V. Exª dispõe de 10 minutos.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Dona Roseana, a minha maior preocupação hoje, neste cenário que estamos vivendo, é que aqueles que falam tanto que vão investigar, que vão apurar e que a verdade virá à tona utilizam a mesma dialética de antigamente, quando eles chegaram ao crime, abandonando os petistas idealistas, abandonando os homens transparentes e éticos. Preocupa-me muito hoje estarmos vivendo este momento de pré-violência neste País. Parece que se pretende calar muita gente com a violência, que se pretende calar muita gente com a desqualificação das pessoas, principalmente as vítimas, como a senhora e os irmãos do Prefeito de

Santo André. Isso me preocupa demais, porque muita gente talvez esteja preocupada em não fazer depoimentos e denúncias porque tem medo, inclusive, de ser vítima também.

Parabenizo a senhora, o seu cunhado e também o garçom, que teve a coragem de ir lá e dizer o seguinte: "Lá no bingo, eu soube, vi, ouvi que estavam tramando a morte do Toninho". E todos se fecharam, não se levou para frente uma investigação tão grave como essa, de um fato tão grave como esse, para vermos a dimensão do perigo que estamos passando. É o autoritarismo ligado à violência. Isso é muito perigoso. É uma pré-ditadura. É muito perigoso.

Vejam bem que o Toninho era o símbolo da transparência, o símbolo da ética do PT. O Toninho tinha que ser o objeto imediato da preocupação de todo o PT do País, de proteção, de procurar esclarecer tudo que poderia esclarecer para mostrar aquele lado bom que ele tinha, virtuoso. No entanto, acho que a mágoa da senhora é justamente esta: nessa hora em que se precisava tanto da afirmação da sua ética, fugiram todos, embaraçaram a investigação, não deixaram que acontecesse, como aconteceu com Celso Daniel, em Santo André. Lá, já morreram sete; aqui, nós temos a chacina dos menores e temos o sétimo de Santo André, que pode ser também uma das vítimas de Campinas, porque ele tinha um laudo para apresentar e foi descoberto depois da morte dele.

Isso me preocupa muito, deve preocupar demais a senhora e deve preocupar o povo brasileiro. Há muita gente calada, com medo de fazer a denúncia. Acho que nós temos condições, sim, de dar a volta por cima; com muito sacrifício, mas temos condições.

Está vinculada ali, em Campinas e em Santo André, a questão do lixo; e a questão do lixo, como disse a senhora, vinculada à questão do bingo, holandeses e portugueses. Veja, portanto, que os interesses eram muito grandes, coincidiam num lugar e no outro. E, para reafirmar aquela preocupação inicial minha, a afirmativa de que a Vice de Toninho era do PT e que ela retornou tudo aquilo que não prestava, tudo que foi evitado pelo Toninho ela voltou a inserir na administração de Campinas.

É triste, muito triste para todos nós tudo isso. E não tem como vir a este plenário dizer que vai investigar. Nunca quiseram investigaram, D. Roseana; nunca quiseram. Se a Polícia Federal não entrou, é porque não deixaram. Quem não sabe disso? E eu faço à senhora uma simples pergunta: A administração do Toninho tinha contato com Buratti, com Gilberto Carvalho, com o Waldomiro Diniz? Esse povo transitava por Campinas?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Eu acho que não. Eu não tenho conhecimento, mas eu acho que não. Isso precisaria também ser lá investigado.

Eu peguei, por exemplo, todos os telefonemas que Antônio recebia, andei dando uma olhada nas agendas, não achei nenhum desses nomes. Houve algumas ligações do Celso Daniel para ele, mas acho que foi por ocasião do encontro de Prefeitos. Mas, que eu tenha conhecimento não; pode ser. Pelo menos, nos oito meses e 10 dias que ele ficou à frente da Prefeitura, acho que essas pessoas não transitaram por lá.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Esse garçom – eu falei que era a última, mas há uma segunda última – será que estaria disposto a depor aqui nesta Comissão?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª ainda dispõe de quatro minutos.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Eu não sei.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Tem condições de localizá-lo?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Parece que sim.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Como é mesmo o nome dele?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Eu não sei. Ele depôs com o codinome Jack.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Codinome em depoimento perante a Polícia?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Hum, hum.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Isso está no inquérito policial?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Está. Ele depôs anonimamente, quer dizer, com codinome, com proteção ele depôs. Jack.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Requisite o inquérito.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Vamos requisitar o depoimento dele no inquérito. Já requeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Podem encaminhar requerimento, que amanhã faremos a votação de alguns requerimentos que estão à disposição para que sejam votados. Eu solicitaria só que fosse feito hoje.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu acho mais prático que trazer o garçom.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – É mais prático fazer o requerimento, Sr. Presidente.

É só.

Obrigado.

**O SR. PESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Juvêncio da Fonseca.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

V. Exª, Senador Arthur Virgílio, dispõe de 10 minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, a Srª Roseana toca num assunto que, aliás, bate com matéria relevante do jornal **Folha de S.Paulo** de hoje. O título é: "Testemunha detalha doação de bingos à campanha de Lula", do jornalista Rogério Pagnan, da **Folha Ribeirão**. Diz o seguinte:

> Depoimento colhido ontem pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Bingos aponta o empresário Roberto Carlos Kurzweil como o responsável pela captação de parte dos recursos da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, em nome de Antonio Palocci Filho, então prefeito de Ribeirão Preto.

Diz mais, estou aqui pegando só as partes mais relevantes:

> (...) que coloca Kurzweil no papel de um "Renato Granado" paulista– –uma referência ao suposto arrecadador de dinheiro dos bingos no Rio de Janeiro.
>
> De acordo com essa testemunha, o empresário teria conseguido doação de R$1 milhão de dois empresários angolanos, donos de bingos em São Paulo. O acerto da doação ocorreu num jantar promovido por Kurzweil em Ribeirão Preto, no qual Palocci teria recebido os empresários angolanos.
>
> O valor da doação coincide com o apontado pelo advogado Rogério Tadeu Buratti em depoimento à CPI dos Bingos em agosto deste ano.

Muita coincidência.

> O que difere é o nome do "operador". Na época, Buratti apontou o ex-secretário da Fazenda de Palocci na Prefeitura de Ribeirão, Ralf Barquete Santos – que morreu no ano passado, de câncer –, como o responsável pela captação.

Mais adiante, diz a matéria:

> Kurzweil é o mesmo que alugou um Omega blindado para o PT em 2002, carro que, segundo reportagem da revista "Veja", teria sido utilizado para transportar dólares vindos de Cuba. O Omega foi cedido diretamente a Palocci. O carro blindado foi uma precaução que o partido tomou depois do assassinato de Celso Daniel, prefeito de Santo André.

Mais outra coincidência:

> O motorista que teria transportado os dólares para o diretório do PT, Éder Eustáquio Soares Macedo, também foi cedido a Palocci por Kurzweil. Ainda em 2002, Delúbio Soares também utilizou um Omega do empresário, que é sócio da locadora de veículos blindados Locablin.
>
> Em Ribeirão Preto, na primeira administração de Palocci (1993-1996), Kurzweil venceu, junto com um consórcio de empresas, uma concorrência de cerca de R$ 400 milhões para implantar e operar o serviço de tratamento de esgoto até 2018.
>
> Além de Kurzweil, outro empresário guindado à crise por esses novos relatos é Moacir Castelli, ligado ao setor imobiliário de Ribeirão Preto. Ele teria doado recursos para a campanha do PT.
>
> O responsável por essa intermediação seria Vladimir Poleto, ex-funcionário da Secretaria da Fazenda de Ribeirão e o responsável, segundo a "Veja", pelo transporte dos dólares de Cuba.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senador, V. Exª me permite, apenas para esclarecimento.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Claro.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sem querer aborrecê-la, chamou-me muito a atenção, em função de eu ter lido essa notícia, o momento em que a senhora faz uma referência a empresários angolanos.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Eu não tenho certeza se eles são angolanos. Mas, ele foi depor em juízo, o dono do bingo, e eu estava presente. O apelido dele em Campinas é português. Eu não sei, não saberia aqui precisar, mas alguém me disse que são empresários angolanos – ou portugueses.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim, porque, Srª Roseana, Angola é, na verdade, pela colonização, composta de angolanos negros e brancos, os descendentes de portugueses.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Eu sei. Campinas tem muitos empresários angolanos que eu conhecia, como nas padarias e essas coisas que o pessoal tem.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Supostamente, esse empresário seria o dono do bingo.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Não é supostamente. Ele é o dono do bingo; ele depôs em juízo, e eu estava presente ao depoimento dele, por-

que, em virtude de o garçom ter dito tudo isso, o juiz chamou o dono do bingo e o filho. Ele se chama José e o filho, parece-me, chama-se Fernando. Está nos documentos que eu estou trazendo. Eu não sei se eles são portugueses ou angolanos. Isso eu não sei.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – D. Roseana, antes de ceder a senhora o tempo que me resta, quero lembrar alguns fatos.

O Presidente Lula, em campanha, assumiu – por juramento solene – compromisso de buscar ir às últimas conseqüências às causas da morte do seu esposo. Eu ouço a senhora falar e, como ainda há pouco eu dizia aqui para o Senador Antonio Carlos e para a Senadora Heloisa Helena, vejo completa sinceridade no que a senhora diz. Vejo uma pessoa sofrida, sincera, completamente sincera. Passa-me limpeza, passa-me seriedade, sobriedade e sinceridade. Eu soube também que o atual Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, foi seu advogado. Incrível, o Presidente promete, o candidato promete e o advogado tem interesse, evidentemente, nisso. Depois, o candidato vira Presidente, o advogado vira Ministro e a modorra continua: não há providências maiores por parte da Polícia Federal.

Fui Líder e Ministro do Governo Fernando Henrique. Eu lhe daria toda razão se a senhora dissesse que teria havido pouco interesse, pouca ênfase, pouco elã por parte da política do Governo que eu representei durante um ano. Por que depois não? Eu sei um pouco da história, briga do seu marido com um amigo do Presidente, que era o Sr. Jacob Bittar, que foi Prefeito do Município. Sobretudo, eu gostaria de dizer que alguma coisa me causa espécie. Causa-me espécie essa coincidência de morte por crime comum aqui, depois mais oito mortes por crime comum no outro Município. Causa-me espécie o fato de que reiteradas pessoas – muitas delas, pessoas que estimo do PT – somos vítimas desse episódio. O Presidente Lula, ontem, disse que era vítima na entrevista dele no Roda Viva. "Sou vítima". Mas uma vítima que não demonstra vontade de apurar, uma vítima que estava muito acomodada com o resultado do mormaço, com aquele resultado que não é sol nem é chuva. Comparo, por exemplo, com o PT fez recentemente, com toda justeza, pela memória da Irmã Dorothy. Falavam, falavam, falavam o tempo todo e, se a Irmã Dorothy tiver alguma conexão com esta Terra, deve se sentir muito reconfortada com amizades tão sinceras. A gente percebe que, no caso do seu marido, não; não há tanto interesse. No caso de Celso Daniel, é o contrário: vejo a senhora, Srª Roseana, afastada do *establishment* petista e do *establishment* do Governo e vejo o Governo antagonizado com os irmãos Daniel. Eu não consigo entender. Se há tanto interesse em descobrir, se há tanta ligação, tanto afeto, era para haver até um certo açodamento, até um exagero na busca da investigação, agora que eles têm a faca e o queijo na mão, estando eles, como estão, no Governo.

Quer dizer, são vítimas, mas não reagem como tal. Chance melhor do que essa para apurar não teriam, já que estão no poder.

Eu lhe pergunto se a senhora... Sei o que deve ser. O Senador Antonio Carlos disse algo... Eu vou dizer algo que pode ser até rude, talvez, porque eu perdi meu pai, foi uma coisa muito grave para mim. Perdi meu pai muito jovem; o Senador Tasso Jereissati perdeu o pai dele mais jovem ainda do que o meu. Isso para mim é irreparável. Eu, graças a Deus, nunca perdi ninguém para baixo. O Senador Antonio Carlos perdeu para baixo. Tenho a impressão de que é mais grave ainda do que perder para o lado. A senhora perdeu para o lado, perdeu um companheiro. Eu sei a dor; a dor está estampada no seu rosto. Eu não compararia níveis de dor, sei que é uma dor enorme, mas eu não consigo imaginar a hipótese de perder um filho – eu não consigo. Eu não trabalho com essa hipótese.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu já concluo, Sr. Presidente.

Não trabalho com essa hipótese. Trabalho com a hipótese de: o avô morre, depois pai, depois eu e os meus filhos. Acho que assim está tudo muito bem, é assim que a natureza se faz. Essa coisa para baixo é dolorosa, é inesquecível, mas eu vejo que na senhora está também estampada toda essa dor, embora tenha sido para o lado essa perda.

A senhora não estranha o fato de insistirem que é crime comum, e a coincidência de morrer um ali, com tantas mortes em volta, crime comum. Seu marido enfrenta tantos interesses terríveis, crime comum. Parece-me até que a idéia do crime comum é desmerecedora do perfil que vejo todos traçarem do seu marido, do seu falecido marido. Foi tão dura a luta que eu soube que ele enfrentou contra tantas máfias que imperavam na cidade que me parece até injusto que, ao morrer, ele tenha morrido por crime comum. Parece-me que seria mais merecedor que tivesse morrido em conseqüência dessa luta que ele fez pelo povo de Campinas, pela redenção dos costumes políticos de Campinas. Enfim, eu não o conhecia, para mim, ele era um adversário como o PT, um adversário meu, alguém de quem eu não poderia dizer nada de bom nem de mau. Mas eu não encontrei uma pessoa que me falasse algo que significasse desdouro à imagem dele; ninguém. Todos dizem que é direito, é correto, uma figura forte.

Portanto, eu lhe pergunto: como a senhora examina esse quadro? Como vê isso tudo, essa coincidência, essa falta de empenho? Ou será que está havendo empenho? Alguma coisa não bate no raciocínio que eu faço.

De qualquer maneira, muito obrigado por tê-la ouvido. Minha solidariedade de novo, atrasada, porque eu não a conhecia. Mas eu vejo que a senhora é realmente uma mulher que deve ter dado muito orgulho a ele.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Obrigada.

Vejo com grande estranhamento. Como eu já disse aqui anteriormente, não interessa para quase ninguém.

Encontrei, durante essa minha luta, nas instituições brasileiras, muito pouca gente que se interessou por isso.

Causa-me um grande estranhamento. Eu, como o senhor, fico também indignada de ver que o meu marido, enfrentando tantos interesses... Um idealista, eu poderia dizer assim. Eu hoje até às vezes falo: Puxa vida, talvez o Antônio não tivesse noção do que ele estava fazendo, porque, em nenhum momento, a gente achou – nem eu, nem ele, nem todos os nossos amigos ao redor – que um Prefeito de uma cidade como Campinas, de um milhão de habitantes, que tinha sido eleito democraticamente, pudesse ser assassinado e que tudo ficaria por isso mesmo.

Então, é muito difícil, para mim, pessoalmente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – A senhora me permite interrompê-la.

Recentemente, minha família sofreu ameaças. Coleciono com bom humor dezenas de charges por um gesto exagerado, por uma frase exagerada minha em relação ao Presidente. Mas eu me sinto na obrigação de defender minha família. Estranho é que essas coisas são tão pouco levadas a sério: não há nenhuma pessoa pensando nos meus filhos, como se os meus filhos não representassem nada, como se ameaçar meus filhos não fosse nada grave, como se grave fosse o exagero verbal que eu cometi, como se grave fosse, talvez, a extrapolação. Os meus filhos, não. Meus filhos poderiam perfeitamente ser seqüestrados, assassinados, mortos, ameaçados, constrangidos. Eu percebo que há uma inversão de valores que não me faz recuar um ponto do que disse nem do que eu me disporia a fazer. Eu estou repetindo pela milésima – eu sou uma pessoa bastante chata – porque não me arrependo não. Só estou dizendo que eu tinha que prevenir mesmo. Estavam em jogo os meus filhos. Alguém acha que vai cercear a minha atividade de líder de um partido de oposição ou de um parlamentar de oposição por qualquer via? Por quê? Eu tenho o dever de fazer oposição. A urna derrotou o Serra; ganhou o Lula. Eu ia fazer o quê? Pendurar-me na Petrobrás, para roubar na Petrobrás? Eu ia fazer o quê? Eu tinha que ficar na oposição, na minha trincheira. Compreendo muito a sua dor, e é um pouco ela que faz dizer: olha, eu tenho que cuidar dos meus também, porque ele não acreditava, e aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

V. Exª dispõe de dez minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Srª Roseana Morais Garcia, Sr. Paulo Roberto Costa, irmão do Prefeito Toninho, quero expressar, mais uma vez, prezada Roseana, o meu sentimento de solidariedade pela sua dor e pela dor de seus filhos com respeito a tudo o que se passou com o Prefeito Toninho.

Sr. Presidente, eu estava em Campinas, no Salão Vermelho da Prefeitura Municipal, na noite de 10 de setembro. Lá também estava presente o Prefeito Toninho, por ocasião da realização de um evento organizado pelo Deputado Estadual Tiãozinho, na época Vereador, sobre a questão racial no Brasil. Estava presente também o Deputado Luciano Zica. Naquela oportunidade, o Prefeito Toninho fez uma exposição na abertura do seminário de que ambos aqui participávamos; e ele saiu de lá. Quando terminou o seminário, eu fui a um restaurante de Campinas com diversos dos que estavam presentes. Já por volta de 22h30, 23h, eis que vieram nos avisar que havia ocorrido: o assassinato do Prefeito Toninho. Eu, de pronto, dirigi-me ao local da tragédia e, desde então, tenho acompanhado a luta de Roseana, de todos os familiares de Toninho e de todos nós para descobrir exatamente as razões do assassinato do Prefeito Toninho. Nós a temos acompanhado, inclusive, em ocasiões em que ela solicitou que pudesse ser recebida aqui pelo Presidente Lula. Eu também ajudei nesse aspecto, inclusive transmitindo ao Secretário pessoal do Presidente Lula, Gilberto Carvalho, essa sua vontade, assim como junto ao Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Acho que seria importante que a senhora pudesse nos recordar, na medida do possível, os encontros que teve desde o início do Governo do Presidente Lula, seja com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, seja com o próprio Presidente, como se deram. Se pudermos recordar brevemente, mas isso – acredito – é importante para o nosso conhecimento.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Bom, depois que o Lula tomou posse, eu, conhecendo como

é difícil o início de um Governo, reconhecendo... Imagina, se em Campinas, quando o meu marido tomou posse, a coisa era difícil, com uma cidade, imagina um país. Então, eu não pedi, imediatamente, uma audiência com o Presidente para fazer a cobrança daquilo que ele havia me prometido. Eu vim à posse do Lula. Eu estava lá no Palácio do Planalto. Na hora que ele saiu do púlpito para descer a rampa, ele me viu, ele pediu para a segurança abrir caminho. Nós não trocamos nenhuma palavra, nós choramos. Eu chorei, e ele chorou. Eu, naquele momento, enchi-me de esperança. Falei: "pronto; as coisas estão resolvidas". Eu não pedi audiência com o Presidente durante um longo, quer dizer, acho que ele tomou posse em 2003...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em 1º de janeiro de 2003.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Sim; em 1º de janeiro de 2003. Comecei a pedir audiência acho que em outubro, se não me engano, até que enviei uma carta para o senhor, que a levou à Presidência da República, com o meu pedido de audiência. O senhor levou em mão. Não sei se o senhor se recorda disso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Eu não obtive resposta. Eu ligava para o Gabinete tentando marcar, e a resposta sempre era: agenda lotada. Eu não obtive resposta. Foi, então, que eu comecei o abaixo-assinado em Campinas. Comecei um abaixo-assinado em final de novembro, meados de novembro. Foi novembro, dezembro e janeiro que eu articulei esse abaixo-assinado para que o Presidente me recebesse. Isso já me deixava um pouco constrangida porque as pessoas me perguntavam na rua: "Mas, puxa, o Presidente não é do seu Partido?" Eu dizia: "É". "Então, por que a senhora precisa levar um abaixo-assinado?" Falei: "pois é, mas eu preciso". E o povo de Campinas foi extremamente solidário, porque consegui arrecadar, em dois meses e meio, aos sábados, 53 mil assinaturas. Eu ia para praça, pegava o microfone, fazia fila para assinar. E eu não consegui.

Aí, o Dr. Márcio me chamou, em fevereiro de 2004 – o senhor foi comigo, Senador –, dizendo que estava estudando a possibilidade de a Polícia Federal entrar, realmente, no caso, mas não entrou. O Dr. Márcio sempre foi solidário, sempre me disse, mas, de efetivo, as coisas não aconteciam. Bom, eu vim para Brasília no dia 19 de maio de 2004, com uma caravana de Campinas, porque nós montamos, em Campinas, um movimento chamado Movimento "Quem Matou Toninho?", e essas pessoas são da militância petista, pessoas da cidade. É um grupo grande de pessoas que me ajudou e vem me ajudando nessa luta. Sem conseguir marcar audiência, eu vim mesmo assim, trazendo embaixo do braço meu abaixo-assinado. O Presidente Lula não queria me receber, disse que não iria me receber, que era para eu falar com o Dr. Márcio e entregar o abaixo-assinado para ele. Eu disse que não iria fazer isso, porque eu queria entregar para ele. Eu estive na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, numa reunião da qual saiu um documento da Câmara dos Deputados pedindo a imediata federalização do crime. O Deputado Mário Heringer, que era o Presidente da Comissão de Direitos Humanos à época, e mais alguns Deputados, como o Deputado Luciano Zica, acompanharam-me até o Ministério da Justiça. O Dr. Márcio me pediu para que eu entregasse o abaixo-assinado a ele, que o Lula queria só me dar um abraço de companheiro. Fiquei muito nervosa naquela ocasião. Falei que não tinha vindo a Brasília para receber um abraço. Eu tinha vindo a Brasília para cobrar uma postura de um Presidente da República. Por fim, o Lula acabou me recebendo. Aí eu tive que entregar o abaixo-assinado para o Dr. Márcio, porque ele me disse que o Lula não iria receber. Ele me recebeu durante cinco minutos...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Dr. Márcio?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Não. O Lula.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ah, o Presidente a recebeu.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Aí, por fim, ele me recebeu, às 9h da noite. Eu fiquei em Brasília o dia todo. Fui à CNBB, fui à Comissão de Direitos Humanos da OAB, fui recebida por várias instâncias aqui. Aí entreguei o abaixo-assinado, tive que entregar para o Dr. Márcio. Não consegui entregar em mão ao Lula, porque aí as pessoas estavam achando que eu estava sendo muito teimosa, e eu sou. Eu sou tão obstinada quanto o meu marido, se não mais. E aí o Lula disse que iria colocar aquela comissão, ia falar com o Nilmário. Disse-me que estava indo a Campinas e que iria levar o Nilmário para conversar comigo. Ele foi a Campinas, não levou o Nilmário. Eu fiz um protesto, que foi muito mal recebido. Fiz um protesto silencioso, fui pra frente do palanque, o Lula estava lá inaugurando uma obra. Eu fui com mais quarenta pessoas, silenciosamente, pedindo a entrada da Polícia Federal, fazendo uma cobrança, mas nada aconteceu. Aí eu fiquei ligando para o Gabinete: cadê o Nilmário, então? Eu preciso de alguma coisa. Aí o Nilmário me chamou em São Paulo. Eu tive uma reunião com ele no prédio do PT, no centro da cidade. Ele falou, então: "o que eu posso te oferecer é esta Comissão do Conselho de Defesa da Pessoa Humana". E eu falei: "bom, não é isso que eu esperava de um Governo do PT, já

que essa comissão não é uma comissão deliberativa. Ela é uma comissão consultiva, que faz indicações". Por exemplo, a entrada da Polícia Federal no caso Caraguatatuba é uma indicação. Isso pode ou não acontecer. Eu espero que aconteça como disse aqui, comprometeu-se, espero eu, o Senador Mercadante. E aí essa comissão demorou um ano para ser constituída, demorou um ano para chegar a Campinas. Eu já nem era mais atendida por ninguém aqui em Brasília. Eu desisti. E aí, felizmente, esta Comissão fez um trabalho muito bom em cima do inquérito. Pontuou coisas que eu acredito que possam avançar, apesar de, para muita coisa, já ser muito tarde, não é, Senador? São quatro anos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – No início da sua exposição, a senhora mencionou quatro empresas que, de alguma maneira, poderiam ter os seus interesses prejudicados, empresas, fornecedores, empreiteiras cujos interesses poderiam ser, eventualmente, prejudicados pela ação de correção, de transparência com respeito aos procedimentos de licitação de contratação do Prefeito Toninho. Estou me referindo à forma como agia...

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Eu entendi, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...o Prefeito Toninho, que, na época, era o Vice-Prefeito. E também mencionou uma obra referente ao Ribeirão Anhumas. Se puder, lembra V. Sª de quais seriam essas quatro empresas e que obras que teriam tanto interesse em estar relacionadas, em fazer, especificamente essa obra de Ribeirão Anhumas.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Essa é uma ação popular que ainda tramita na Justiça, do Ribeirão Anhumas, que era de saneamento. Parece que houve acordos lá depois da denúncia de Antônio. Não sei em que pé que está essa ação popular, mas a empresa é Norberto Odebrecht, CBPO.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E as outras três que a senhora mencionou?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – No VLT, que era o Veículo Leve sobre Trilhos*, que não existe em Campinas, a empreiteira, que inclusive foi um artigo, na época, que saiu na coluna do Jânio de Freitas, porque Antônio fez uma denúncia através do Jânio de Freitas...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Essa obra VLT era de responsabilidade do Governo Estadual?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Governo Estadual.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E a relação com o...

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Governo Estadual e Municipal.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...com o Governo Municipal era de que natureza? Era mais a licença ou a obra...

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Não. Acho que era uma obra conjunta, porque a licitação foi feita pela Prefeitura.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas então era uma...

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Eu não sei. Esses processos estão todos aí. Eu poderia depois mandar o número para a CPI.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem. E essa obra era feita por qual empresa?

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Mendes Júnior.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mendes Júnior. E as duas outras empresas? Só para questão de eqüidade, então, vamos citar...

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Era Santo André Terraplenagem, que essa já foi...

**O SR.** (Orador n**ão identificado**) – *(Intervenção fora do microfone.)* Transitou em julgado.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – É. Já está na fase de execução. E a outra, não sei. Acho que era uma empresa que fazia a administração da Norberto Odebrecht. Eu não lembro o nome. Parece que é FAT, se não me engano, FAT, *fat*, gordo, empresa do gordo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quero cumprimentar V. Sª e também o Paulo Roberto por essa ação. Acho que foi muito importante a sua presença, conforme os Senadores Heloísa Helena, Geraldo Mesquita Júnior e outros observaram. Sr. Presidente, quero reforçar a sugestão que o Senador Antonio Carlos Magalhães e outros aqui fizeram no sentido de que, até para que a proposição aqui anunciada pelo Senador Aloizio Mercadante tenha um respaldo mais efetivo da CPI, que possa V. Exª designar quem queira, para até amanhã escrevermos este requerimento, o ofício da CPI – quem sabe V. Exª mesmo possa redigir –, mas exatamente com este espírito: "a Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo ouvido a Srª Roseana Garcia, avaliou que é muito importante que a Polícia Federal, de fato, faça a apuração completa de todos os episódios, inclusive levando em conta a sugestão formulada pela Comissão de Direitos Humanos, que foi aqui informada pelo Senador Aloizio Mercadante, e que esta ação terá todo o respaldo da Comissão Parlamentar de Inquérito, que um ofício nessa direção...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço pela redação de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, como teremos uma reunião amanhã quando V. Exª vai colocar em votação requerimentos, este ofício é de tamanha importância que sugiro que possa ser aprovado pela reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço pela sugestão de V. Exª e quero já nomear essa Comissão solicitada por V. Exª, sob sua presidência, com o Senador Flávio Arns e o Senador Antonio Carlos Magalhães, para que amanhã possamos votar esse requerimento cuja redação já foi imaginada por V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É um ofício breve, mas com esse sentido construtivo que todos nós temos, inclusive de amizade, porque o Senador Antonio Carlos Magalhães também tem muito estima pelo Ministro da Justiça...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu tenho certeza de que será um requerimento assinado por todos os membros da CPI.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy. Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns. V. Exª dispõe de até dez minutos.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Agradeço a V. Exª. Quero dizer ao colega Senador Eduardo Suplicy que concordo inteiramente com o conteúdo do requerimento. Estou à disposição de, sob a presidência de V. Exª, ajudar a redigir, mas acho que já está bem redigido. Tem o nosso aval também.

Dona Roseana, quero também externar a minha total solidariedade à presença de V. Sª nesta CPI, bem como a do Paulo Roberto, irmão do Prefeito e cunhado da senhora, e dizer que, do meu ponto de vista, sem dúvida, é legítimo, necessário, importante o desejo da senhora, da família, do cunhado, das famílias, tanto da senhora quanto do seu marido assassinado, dos filhos. Eu diria, como foi colocado através da pesquisa do Ibope, que 70% das pessoas de Campinas consideram que tenha havido um outro tipo de motivação para o assassinato do Prefeito. É extremamente legítimo que essa investigação aconteça, que os recursos necessários sejam colocados à disposição; eu até diria que o mais importante, nesse momento, é a presença da senhora e do seu cunhado, Paulo, para relatar isso não só para o Senado, mas, através da TV Senado, para todo o Brasil. Além disso, é importante termos desdobramentos. Que os desdobramentos realmente aconteçam, e tenho certeza de que vão acontecer também pela decisão da Comissão de Direitos da Pessoa Humana, que foi um marco importante também, eu diria. É muito importante que esta comissão se envolva, e a senhora mesmo já procurou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para que ela se envolva. E que haja o acompanhamento, por parte do Congresso Nacional e da sociedade, deste caso lamentável.

Admiro-me mesmo com o processo não só pelo relato que foi feito aqui, mas pelas notícias que todos nós temos de como todo processo foi conduzido, que foi inadequado, incompleto, com muitas falhas; sempre penso que foi uma barbaridade. E o seria com qualquer prefeito que fosse assassinado, qualquer pessoa que fosse assassinada, mas particularmente, no caso, como a senhora levantou muito bem, tratava-se do prefeito de uma cidade de um milhão de habitantes, uma cidade importante no Estado de São Paulo. Isso poderia ser estendido para qualquer cidade, mas particularmente nesse caso é lastimável que as coisas não tenham acontecido. É lastimável. É lastimável também que a Polícia Federal, na época, no governo passado, não tenha agido, que o governo não tenha aceitado as ponderações para agir de imediato pela repercussão desse crime, pela intranqüilidade possível que esse crime traria para o Brasil, para as relações, já se aproximando, inclusive, a época de uma campanha. É lastimável que, um ano antes de uma campanha eleitoral, o governo anterior não tenha tomado as iniciativas, como é lastimável também que o Governo atual também não tenha tomado as iniciativas que poderia ter tomado. Tenho a impressão de que aí é que reside muito dos problemas, que as pessoas vão deixando para amanhã, vão empurrando com a barriga, não só nisso, mas em tantos outros casos que estamos estudando e analisando nesta CPI, ou seja, a falta de atitude que leva a complicadores extraordinários.

Quero dizer, nesse sentido, da solidariedade da nossa parte, do acompanhamento, do esforço que nós todos vamos fazer. E eu me coloco também nesse sentido, diante da senhora, para que a gente acompanhe, veja que os órgãos próprios façam as investigações, completem, ajudem o juiz que, como a senhora mesmo mencionou, é uma pessoa correta. Aliás, outras pessoas têm tido esse mesmo testemunho em relação a ele, ou seja, de ser uma pessoa que quer realmente e que tem toda condição de fazer um bom trabalho.

Agora, só queria fazer uma comparação disso com que aconteceu com Celso Daniel, Na minha opinião, acho importante que se esclareça inclusive para a sociedade, porque, quatro meses depois (outubro, novembro, dezembro, janeiro), o Celso Daniel foi assassinado. E, no caso do Celso Daniel, as coisas foram diferentes, e eu também considero legítimo o desejo da família de investigar. Então, não tenho dú-

vida nenhuma em relação ao Celso Daniel. Mas o que aconteceu com Celso Daniel e não aconteceu no caso de Campinas? A Câmara dos Deputados designou o Deputado Greenhalgh para oficialmente acompanhar pela Câmara. Foram designados oito delegados da Polícia Civil, da Polícia Federal – se o Senador Tuma estivesse presente, já diria de que órgãos foram designados – para a investigação do caso. Foi requerido que uma organização internacional acompanhasse o caso, que é uma ONG lá da França, presidida pela Srª Mitterrand. E, ao mesmo tempo, as pessoas foram ao Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e pediram para que o caso fosse investigado. E ao mesmo tempo, aqui nesta CPI – talvez a senhora tenha acompanhado – dois dos delegados vieram e fizeram depoimento. Eles foram exaustivamente inquiridos a respeito das providências tomadas, nos detalhes. A impressão que todos tivemos, inclusive o Senador Tuma, que já foi superintendente da polícia e que poderia com mais propriedade analisar tudo isso, é de eles foram, na hora do depoimento, bastante enaltecidos pelo trabalho que fizeram.

Eu próprio fiz uma observação – se a senhora me permite dizer – porque temos muitas dúvidas em relação à Polícia Civil, a Polícia Militar e às instituições de uma maneira geral, porque hoje em dia há problemas no Judiciário, no Legislativo, no Executivo, na Polícia, no empresariado. São problemas de toda ordem. E eu enalteci, então, os dois delegados que estavam aqui, dizendo para eles: "Olha, a Polícia Civil é tão combatida muitas vezes, mas também pode fazer um trabalho extraordinário". Então, isso é diferente, eu diria, bem diferente do que aconteceu com o seu marido, quer dizer, pelas falhas do processo, pela falta desse envolvimento de vários setores, para um fiscalizar o outro e controlar. Você dizer que oito delegados erraram também...

Mas isso não invalida – deixando muito claro – não invalida... E os próprios delegados disseram isso, quer dizer, chegamos a uma conclusão. Mas temos que estar abertos a alternativas se elas forem levantadas. Eles próprios disseram: "Não vamos dar as costas para novas evidências que surgem em relação a esse caso". Então, eu diria que houve uma diferença significativa, me parece, salvo melhor juízo, uma diferença significativa entre esses casos.

De qualquer forma, eu diria que é fundamental que nos debrucemos sobre o caso de Campinas, da sua família, do seu depoimento, e tenho certeza de que esta CPI fará todo o esforço possível, para que, nesses contatos com os órgãos e outras iniciativas que puderem ser feitas, possamos contribuir, abrindo caminhos e perspectivas, porque, no fundo, o que se deseja é que a verdade apareça. A verdade tem que aparecer, para que, no final, se confirme o que já foi investigado até agora ou se ache outra possibilidade de elucidação desse caso.

Quero enaltecer a presença da senhora, desejar força, esperança, ânimo para a família principalmente, para a família do marido também, para o povo de Campinas. E que, oxalá, fruto desse esforço, possamos vislumbrar, com tranqüilidade e segurança, a verdade. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço V. Exª Senador Arns.

Coloco a palavra à disposição da Drª Roseana Garcia para as suas considerações finais.

**O EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permite, Sr. Presidente, uma breve informação?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra V. Exª.

**O EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Falei agora com os Promotores José Reinaldo e Amaro José, que acompanham o caso de Santo André *(falha na gravação)* me informaram assim. Essa é a informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª Senador Eduardo Suplicy.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – O que o Ministério Público de Santo André vem investigando é que me parece que a ordem do assassinato do Celso partiu de Campinas. Isso é uma linha de investigação de que eles estão atrás. É muita coincidência também. Essas coincidências terão que ser investigadas para não que pairem dúvidas.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, ao Senador Efraim e a todas Srªs e Srs. Senadores desta Casa, que me deram a oportunidade de expor essa luta que venho fazendo, que não é fácil.

Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª., Drª Roseana Garcia, Sr. Paulo Roberto, irmão do ex-prefeito, Antonio da Costa Santos e aos Srs. Senadores.

Vamos suspender a sessão por uma hora, para que possamos fazer um rápido lanche, e voltaremos para...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Marcamos 15hs30min, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Às 15hs30min, para que possamos ouvir a Srª Ivone Santana, ex-namorada de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André.

V. Sª, Roseana Garcia, tem a palavra ainda.

**A SRA. ROSEANA MORAIS GARCIA** – Só gostaria de deixar aqui documentos com a CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL–PB) – Agradeço a colaboração de V. Sª.

Está suspensa a reunião.

*(Suspende-se a reunião)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Declaro reaberta a sessão.

Solicito a assessoria, ao tempo em que convido o nosso Vice-Presidente a acumular a condição...

Solicito a V. Exª, Senador Suplicy, que acompanhe a nossa depoente à mesa; como sempre, cavalheiro.

Drª Ivone Santana, agradecemos a presença de V. Sª e concedemos a palavra a V. Sª pelo tempo que achar necessário para suas declarações iniciais.

Com a palavra V.Sª.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Primeiramente boa tarde, gostaria de agradecer muito pela oportunidade de falar aqui a respeito desse caso de Santo André, esse caso que me interessa mesmo, a morte do Celso Daniel.

Consigo distinguir isso em dois momentos diferentes. Desde de 2003, tenho sentido necessidade de me posicionar frente a várias questões que acontecem. E há uma desigualdade de espaço, e também acho que posso esclarecer porque as coisas acontecem assim. Sou família do Celso, eu era mulher do Celso, convivi com o Celso 25 anos, e há uma desigualdade de espaço – isso também é uma das coisas que vou tomar.

Gostaria só de lembrar um pouquinho, ouvi a fala toda da manhã, a fala da Roseana. Sou solidária mesmo à luta dela, aos familiares, aos colaboradores e sei como uma população é capaz de sentir a ausência de uma liderança, porque o mesmo acontece em Santo André.

Queria lembrar alguma coisa – mesmo ela não estando mais aqui –: eles não eram amigos muito próximos, mas estiveram em Valparaíso, no encontro de prefeitos, e me lembro, em 2001 ainda, no segundo semestre, que o Celso ficou muito impressionado com o tamanho dos desafios. Foi exatamente o que ele me disse: "Fico impressionado com o tamanho do desafio que o Toninho tem que enfrentar lá". Também tinha me relatado da proximidade intelectual deles, eles tinham uma mesma militância na área de planejamento urbano. Isso queria dizer que fiquei também tocada.

Nós não estamos aqui na condição nem de palestrante, nem de testemunha, e é muito difícil estar aqui e tentar fazer um distanciamento da questão emocional, da questão afetiva. Quero que vocês me desculpem, mas isso não é uma coisa muito fácil e nem sei se será possível mesmo.

Estou aqui na qualidade de companheira do Celso. As pessoas mencionam que eu sou a ex-namorada do Celso, ou alguma coisa parecida, porque não tínhamos uma relação formalizada. Só que era uma relação pública e notória na cidade e entre as famílias e as pessoas que interessavam. Então, acho que uma das coisas é que Celso era uma pessoa extremamente reservada – quem o conhece sabe o que estou falando – e eu também não tinha muita participação na vida política, administrativa da prefeitura, apesar de trabalhar com o Celso numa ONG chamada Escola de Governo.

Conheci o Celso Daniel aos 14 anos. Ele era jogador de basquete, ele não estava envolvido com política, tinha 26 anos, estava fazendo mestrado. Nos conhecemos através de amigos comuns e, desde então, fomos amigos e confidentes a vida inteira. Eu me casei primeiro, em 1983. Depois, ele se casou em 1987. Nós trabalhamos juntos de 1989 a 1992. Eu era chefe de gabinete dele. No período seguinte, não houve sucessão em Santo André, e eu fui trabalhar na Prefeitura de Natal, Rio Grande do Norte, onde fiquei quatro anos. Quando voltei, reatei minha relação com ele definitivamente. Felizmente tive essa sorte de privar da amizade e da relação cotidiana com ele. Eu era mulher dele. Gostaria de declarar isso, se é necessário.

Uma das coisas que gostaria de falar, que acho importante, é que ouvi falar do momento que o Celso vivia, que o Celso estava assim, que o Celso não estava assim. Acho que posso dar um depoimento em relação a isso, quem era o Celso e como ele se encontrava.

O Celso era mestre em planejamento urbano. Ele fez três tentativas de concluir o doutorado, mas, para quem trabalha numa experiência em gestão pública prefeito, deputado, isso é um desafio que, no caso dele, não foi possível terminar. Ele fez toda a qualificação na USP, fez a qualificação na FGV – professor Bresser era orientador dele. E, em 1997, quando eu estava fazendo mestrado em Ciências Sociais na PUC, fiz uma intermediação para ver se conseguíamos aproveitar alguns créditos dele para ele fazer um mestrado em Ciência Política. Ele teve o prazer de ser orientado pelo Professor Mauricio Tragtenberg e depois pelo professor Miguel Chaia e não conseguiu, por motivos que agente conhece, ele não teve tempo de terminar essa coisa que seria uma realização muito grande.

Gostaria de falar aqui: na minha opinião, o Celso teve reconhecimento em vida. O Celso era um militante, começou a militância no movimento de usuários de transporte coletivo em Santo André – ironicamente, tudo acontece em torno do transporte depois – e fez um trabalho extenso dentro do PT. Ele era muito vinculado ao PT de Santo André, só muito recentemente, já nessa última fase da vida. é que ele foi incorporado ao Diretório Nacional. O Celso se sentia reconhecido como professor, como intelectual. Além da fronteira de ser prefeito e tal, ele assumiu funções junto a organis-

mos regionais que ajudou estabelecer com arranjos institucionais, como consórcio municipal, agencia de desenvolvimento, câmara regional, e era muito afinado com intelectuais que trabalhavam a questão da regionalidade na região, em função de todos os desafios do desemprego, da reestruturação produtiva, etc. Então, quem conhece o Celso sabe disso.

Há uma coisa da biografia do Celso que as pessoas não conhecem: o fato de que o Celso teve muita dificuldade para ser aceito inicialmente no PT. O PT que estava começando e que era um partido de trabalhadores tinha, sim, uma certa dificuldade em aceitá-lo como um igual porque a função de intelectual não tinha esse prestígio todo. Com um trabalho de formiguinha, em 1982, por acaso, ele se alçou a candidato a Prefeito porque alguém desistiu. Ele foi candidato e quase venceu a eleição. A partir daí, ele estabelece uma trajetória vitoriosa mesmo dentro do PT. O Celso era reconhecido pela população e pela comunidade acadêmica.

Para pensar um pouco como era o estado de espírito do Celso, em 2001, no final do ano, ocorreu a reunião de Recife, que foi um momento muito importante para o PT. Foi quando ele foi convidado a coordenar o programa de governo. Ele estava muito feliz. Ele declarava isso todo momento porque era o reconhecimento junto ao Lula, junto às lideranças do PT, do trabalho que ele fazia. O Celso não tinha o perfil de disputar politicamente espaços dentro do Partido e, em função disso, ele achou que, através dos seus próprios meios, do seu trabalho de formiguinha, conseguiu chegar aonde ele queria.

O Celso foi um gestor público conhecido nacional e internacionalmente. O Celso teve oportunidade de levar várias experiências exitosas de Santo André para fóruns internacionais de gestão pública e de autoridades locais, como na ONU e no Parlamento. Não conheço outro Prefeito que tenha ido apresentar propostas e soluções alternativas para a questão de pobreza e exclusão. Em função desse trabalho desenvolvido, em junho de 2001, o Celso foi eleito, junto ao Programa de Gestão Urbana das Nações Unidas, como Prefeito que tinha levado a cabo uma experiência que era um desafio para todas as cidades. É um organismo mundial. Era desse tipo de reconhecimento que o Celso gostava. Era disso que ele gostava.

Ele tinha uma preocupação muito grande. Ele era professor da FGV e da PUC e nunca deixou de realizar suas aulas, mesmo em período eleitoral. Ele achava que essa era uma atividade de militância.

Ele fundou em 1995 a Escola de Governo do ABC, preocupado com a defasagem que já estava havendo entre as discussões dos gestores públicos e dos servidores em relação às lideranças comunitárias. Ele acreditava que não adiantava só criar canais de participação popular sem que as pessoas se sentissem qualificadas para fazer uma discussão. Essa era uma preocupação corrente dele.

Ele nunca deixou de freqüentar o diretório municipal. Ele tinha uma proximidade muito grande com a militância. Ele não tinha preocupação com segurança.

Em novembro de 2001, em um seminário sobre segurança alimentar – eu estava na primeira fileira desse seminário em Santo André – e o Lula falou assim: "Celsinho...". Aliás, a história é a seguinte: o Paulo Okamotto tinha encontrado a mim e ao Celso no cinema, às 6:30 da tarde, na semana anterior, e comentou como o Lula que o Prefeito estava no cinema com a namorada, sem mais ninguém. Nesse seminário o Lula falou de público: "Celso, vamos parar com esse negócio. Nós somos um Partido grande agora. Você precisa parar com essa frescura e tem que andar com segurança". Esse foi um depoimento de novembro de 2001 que o Lula deu, e só quem viveu é que se lembra, só quem viveu é que pode saber o que era.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Esse depoimento foi feito quando?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Em um seminário sobre abastecimento alimentar e o Fome Zero, na Prefeitura de Santo André. Foi feito na Prefeitura e foi gravado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem estava presente?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Havia várias autoridades lá. Tinha o Paulo Okamotto, que teria comentado com ele que eu o teria encontrado, mas era muito comum.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Paulo Okamotto estava no seminário?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Estava no cinema. Nós fomos vistos no cinema, e o Celso estava sem segurança. Isso não foi uma vez só porque o Celso realmente não andava com segurança, não se sentia ameaçado. O que eu disse foi que o Paulo Okamotto comentou com ele e, nesse seminário, que foi a primeira oportunidade que ele teve de encontrar o Celso – Desculpe-me. Estou achando que é meu –, fez essa referência porque o Celso era uma pessoa muito desprendida. Ele tinha hábitos muito previsíveis, ele ia para a Prefeitura às 7h50, ele vinha almoçar em casa e voltava com o motorista ou não, mas ele era – qual é a palavra? – muito metódico. Ele saía da Prefeitura seis, seis e pouco, ele tinha uma rotina, ele ia treinar porque ele jogava basquete no time de veteranos da cidade duas vezes por semana. Qualquer pessoa que andasse ali saberia que ele estaria treinando lá. Isso

não quer dizer nada. Só quero dizer que era assim que acontecia. Não estou querendo insinuar qualquer outra coisa além do que estou dizendo. Era assim que o Celso vivia, era assim se estabeleciam as relações dele.

Também ouvi na acareação – infelizmente, não pude acompanhar inteiramente porque sou professora e trabalho o dia inteiro – e li em alguns trechos selecionados pela imprensa que o Celso estaria muito triste e muito abatido e que ele teria ido confidenciar algumas coisas. Quero dizer o seguinte: acompanhei a vida do Celso, a vida profissional do Celso e a vida afetiva do Celso, e sabia exatamente como ele estava. A gente tinha viajado no dia 21 de dezembro de 2001. Viajamos porque previámos que seria um ano de campanha eleitoral e, com as novas funções dele, ele falou "não, vamos tirar umas férias agora – merecidas – porque este ano será muito complicado". E viajamos do dia 21 até o dia 7 de janeiro de 2002. Viajamos por lugares que a gente já conhecia e por lugares novos. É evidente – e isso a gente sempre fazia – que a gente viajava no final do ano para fazer planos de como seria...

Havia uma discussão dentro da Prefeitura de que o Celso sairia da Prefeitura. Isso o preocupava. Ele queria deixar uma equipe organizada com todas as funções, porque ele imaginava – ele tinha certeza da vitória do Lula – que não poderia colocar alguém provisoriamente em uma função e depois retirar. Conversamos vários detalhes sobre o que ele pretendia fazer, quem ele pretendia que ficasse ali. Sobre o meu papel também discutimos etc.

Enfim, ele me incumbiu também, junto com outras pessoas, de procurar uma sede para que funcionasse a equipe do programa de Governo. Ele queria que essa equipe trabalhasse afastada da campanha porque era do programa de Governo. Em dezembro, eu e outras pessoas procuramos imóvel. Ele queria que fosse no Ipiranga e tal. As coisas que passavam na cabeça dele eu não tenho como imaginar que eu não soubesse se houvesse mais alguma coisa.

Depois do dia sete – e o Celso foi seqüestrado no dia 18 – acompanhei ainda algumas reuniões. Eu fazia parte do grupo político do Celso, onde se discutiam as questões mais cruciais que não eram possíveis discutir com todo o secretariado. As únicas providências, as únicas preocupações que ele tinha eram em relação a como ficaria constituída a equipe. Ele estava muito satisfeito, estava feliz e confiante e aguardava com muita ansiedade os novos desafios. Ele era uma pessoa serena e estava sereno. Naquele momento e em nem um outro em que eu conheça, ele se sentia ameaçado.

É verdade que o Celso não era unanimidade nenhuma. Eu posso, sim, até de esforço de memória, dizer que havia duas pessoas que não gostavam do Celso de jeito nenhum. Não gostavam, e não havia acordo. Trabalhei na coordenação da campanha de 2000 e tive oportunidade de acompanhar. Eu não fazia parte, sou uma militante formiguinha, soldado do Partido. Eu não tinha funções – é isso que eu quero dizer – dentro do Partido. Eu não tinha funções – é isso que eu quero dizer – dentro do Partido, mas fui chamada em 2000 para fazer parte da coordenação da campanha. As primeiras vezes em que foi discutida no grupo político a questão da possível corrupção na Prefeitura e tal foi nessa época, nesse episódio.

Em Santo André, em função da campanha eleitoral, constitui-se um grupo de oposição... Não é grupo de oposição. Tenho os recortes de jornal e tal. Constitui-se um grupo que fez um dossiê – tenho jornal aqui –, eles divulgaram várias denúncias. Algumas eram anônimas. Eles tinham falado que tinham recebido denúncias anônimas. Uma força de oposição, em um momento pré-eleitoral porque era março, junho. Isso foi discutido na campanha. Lembro exatamente de que em uma dessas ocasiões em que se falou em Rotedali, inquiri o Celso: "Como é isso? Como vai ser essa campanha?" Essa era a minha preocupação. Eu tinha que me desincumbir de outras atividades para fazer parte e estava querendo saber o tamanho do estresse que seria. Acompanhei o Celso em praticamente todas as atividades de campanha nesse ano. Aliás, em algumas atividades, por exemplo, com empresários e comerciantes de bairro, íamos só eu, ele e o motorista, entende? Então, algumas coisas nem outras pessoas da coordenação podem dar depoimento tal era a forma desprendida com que ele fazia essas coisas em Santo André.

Uma outra coisa que as pessoas devem imaginar e que entendo que assim seja é como se dá essa oposição entre os irmãos do Celso. Quero dizer que a família do Celso não é só os dois irmãos. Ele tinha duas irmãs. Existe a mãe dele, com quem ele tinha um grande relacionamento. Ele tinha um bom relacionamento. A gente pode entender que família não é uma categoria universal. Não há duas famílias em que se repetem os níveis de relação.

Não estou aqui para fazer julgamento. Estou dizendo o seguinte: o Celso era muito reservado. Nem os amigos mais queridos o freqüentavam e nem ele freqüentava os amigos mais queridos. Então, se for querer medir se ele freqüentava, não freqüentava. O Celso era uma pessoa que vivia uma boa parte do tempo fora de casa, não fazia reuniões de trabalho em horário de refeição. Ele tinha algumas coisas que eram o jeito dele de fazer. As pessoas não freqüentavam a casa dele, e ele não freqüentava a casa das

pessoas. Isso era uma coisa muito rara. Ele trabalhava com pessoas da extrema confiança dele na Prefeitura. E ele tinha esse espaço da amizade, para conversar, para ter uma idéia.

O Celso fez uma cirurgia e voltou a jogar basquete, que era um sonho dele. Ele foi campeão do time de veteranos e foi cestinha no último jogo. Pode não ser nada, mas para ele era o máximo. Ninguém da Prefeitura, nenhum amigo, nem o Gilberto, ninguém nunca foi ver o Celso jogar, e ele jogava em Santo André, representava a cidade e jogava também na cidade. Esse era o estilo de ser do Celso. Ninguém nunca foi. Posso me enganar, e alguém pode me corrigir, mas ninguém nunca foi. Eu ia ou eu não ia, mas não havia outras pessoas ali.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Já Prefeito ele jogava basquete?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Jogava basquete. Esse era o lazer dele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O Senador também foi jogador de basquete, não foi?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – No Colégio São Luís e no Acampamento Paiol Grande. Eu fazia outros esportes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Exª não joga mais?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Desculpe-me. Não era intenção atrapalhar. Perdão.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu queria resgatar um pouco, sem juízo de valor, e sei que o meu desafio aqui não é fácil porque, apesar de não me pautar por jornal e por telejornal, sou uma pessoa esclarecida. Considero-me uma pessoa esclarecida, não muito mais que isso, e tenho as minhas opções. Consegui perceber... Hoje, em uma fala, não me lembro muito bem qual o Senador fazia um comentário sobre o que o Presidente falou, dando uma opinião sobre a relação dos irmãos. Quando alguém dá alguma opinião – e não estou querendo tratar do caso do Presidente também –, é o seguinte: alguém está dando uma opinião e, quando essa opinião não bate com a minha, é uma desqualificação. Sinto que o meu desafio diante de vocês é uma coisa que é, sei lá, se puder ser parcialmente transponível, vou ficar satisfeita, porque não estou aqui advogando em defesa de ninguém.

Sou amiga de coração do Gilberto e queria rebater uma coisa que ele disse que eu não ouvi. Vi a transcrição e já estou me justificando. Eu não li, eu não ouvi, mas ouvi dizer que o Gilberto teria dito que o PT ou o Governo me ajudaram. O PT e o Governo não me ajudaram. Queria dizer isso e também outra coisa: não sei em que eles poderiam me ajudar. Eu não pedi nada. Tive apoio, sim, das pessoas ligando, algumas pessoas querendo saber. Eu sabia da preocupação, mas eu também não tive...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Exª me permite interromper, Sr. Presidente?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Pois não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O Dr. Gilberto Carvalho em seu depoimento aqui disse que orientou V. Sª nos depoimentos que V. Sª fez.

**A SRA. IVONE SANTANA** – O Gil não me orientou nos depoimentos. Eu só recebi – então, para não dizer que o PT não me ajudou, porque não considero que o trabalho do Greenhalgh foi uma coisa partidária – o apoio logístico e a orientação do Deputado Luiz Eduardo, porque eu estava muito constrangida, porque o apartamento do Celso tinha sido invadido pelo Polícia Federal, porque a Prefeitura inteira estava tomada pelas forças-tarefa e porque todo mundo estava num constrangimento muito grande. Eu não tinha nenhuma relação com a Prefeitura, mas eu sabia porque as pessoas me ligavam. Eu mesma falei que queria uma orientação. Inclusive, eu mesma não conseguiria ir dirigindo para o DHPP porque eu não sabia onde era e até hoje não sei. E ele fez essa gentileza de me levar. A orientação que ele me deu foi a seguinte: haverá três promotores, as pessoas que estarão lá são essas, você vai ser inquirida, você vai responder, você vai ler antes assinar e tal. Foi essa a orientação que ele me deu e, que eu saiba, foi essa a orientação que deu para pessoas com que conversei e que lá foram. Eu sei que houve uma medida. Não tenho relação, não vivia na Prefeitura de Santo André porque não tinha atribuições lá. Eu participava de algumas coisas em função de um trabalho profissional meu, mas não era funcionária. Eu trabalho em uma ONG.

Lembro que houve um comentário muito grande e, em função de organizar e de amenizar essa situação na Prefeitura, é que o Deputado teria feito um acordo de que, se as pessoas da Prefeitura precisassem ser ouvidas, ele as orientaria e as encaminharia para o setor competente para que a Prefeitura não ficasse aquele caos. Foi um caos, foi uma consternação muito grande a perda do Celso para a cidade. Além disso, a coisa administrativa também... Qualquer um entrava, qualquer um... Era muito complicado, sem tratar das disputas das esferas da polícia. Foi muito complicada essa etapa.

Queria voltar um pouco para a relação do Celso para dizer que nem a família do Celso é uma família típica, universal, e nem o Celso era uma pessoa muito comum, de hábitos de que se possa falar. Então, é preciso ter cuidado para ver com que critério se trabalha. O fato de ser muito reservado. Ele era uma pessoa que... Para ele, assim, poucas pessoas... Quem freqüentava

a casa do Celso? Eu freqüentava a casa do Celso e tinha a chave. Mais ninguém. A faxineira ia uma vez por semana e era minha funcionária. Eu trabalhava a quinhentos metros da casa do Celso, na mesma calçada, no mesmo lado da calçada. Ela trabalhava no meu escritório e, depois, às 8h30, quando o Celso não estava em casa ela ia lá e fazia a faxina.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – À tarde? Às 2h30?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não. Ela ia em seguida. Ela ia em seguida. Ela fazia faxina no escritório, que era tirar poeira e recolher o lixo uma vez por semana e ia para a casa do Celso uma vez por semana em seguida. Ia às 9h, às 10h. A função dela era a seguinte: ela tirava o pó, lavava a roupa e, na semana seguinte, passava. Ela não tinha relação, não tinha proximidade. Tanto ela não tinha proximidade que, quando eu fui reconhecer a roupa do Celso no IML, eu recebi a informação de que ela não havia reconhecido nem a calça nem os sapatos dele. E eu não acho nada estranho que ela não tenha reconhecido, porque... Ela até fez um comentário: "Um Prefeito não usa um sapato desse". Então, essa é a pessoa que... Não é nenhum demérito dela. Ela não convivia com ele, ela não cuidava das coisas dele, não cuidava dele, não sabia das coisas dele, não sabia da vida dele, não tinha como... É isso que ela traz no primeiro depoimento dela. E é isso: ela era uma funcionária minha etc. e tal.

Então, nesse caso todo, como o Celso não tinha esses hábitos de quem tem família, empregada, convívio e conhecimento com a vizinhança, não tinha nada disso. Quem pode dar informações do Celso são os porteiros que o viam entrar e sair. Porque os amigos não freqüentavam, a família não freqüentava... Era esse o tipo de relação. E isso pode causar um certo estranhamento, mas, no caso, era uma coisa absolutamente comum. Isso não devia ser tomado como uma coisa excepcional etc.

Eu me lembro que uma vez por mês – o que tinha na relação com a família? – uma vez por mês, eu e o Celso, a minha filha, o meu filho não, a gente gostava de pegar e ir para um restaurante de comida italiana e levar a mãe dele. Porque ela adorava comida italiana, a gente escolhia lugares diferentes e íamos ao cinema. A mãe dele freqüentava a casa dele, exatamente, uma vez por mês nessa circunstância, mas também ninguém, as pessoas nem lembram, porque eram domingos e tal, era momento de lazer.

Então, essa... O João Francisco, ele esteve uma vez na casa do Celso a meu convite. Quando o Celso fez uma cirurgia no joelho, ele foi visitá-lo a meu convite. A irmã do Celso, a Beth, em 2001, nós estávamos querendo arrumar um apartamento melhor para as bibliotecas conjuntamente e o Celso também tinha muita preguiça de mexer naquela coisa do apartamento, ele queria fazer qualquer negociação e não queria sair do bairro em que ele morava. Então, nós fomos ver o apartamento da irmã dele, que era maior. Ele queria fazer uma permuta e a irmã dele, nessa circunstância, foi na casa dele para ver o tamanho do apartamento: 80 metros. Então, era isso. Não tinha muito... Algumas especulações que rolam em torno dessas coisas não têm muito sentido.

Então, a família do Daniel é a seguinte: o pai do Celso é uma pessoa que trabalhava com venda de loteamento de terrenos e tal e tinha um certo patrimônio. Acontece que ele se ligou com a política – e eu não vejo isso como problema, não tenho problema com política nem com políticos – e começou a militar na política. Ele foi Vereador e foi Prefeito num intervalo lá de... alguma situação excepcional, alguma coisa de interinidade, ele foi Prefeito lá. Agora, acontece o seguinte: o pai do Celso é... estava trabalhando na vida política, mas ele tinha uma formação de comércio e acabou colocando dinheiro da família nas campanhas. E, no momento lá de uma sucessão em que ele poderia alçar outros vôos, ele foi preterido. A família atribui – a família que eu quero dizer é o João Francisco – a morte do pai ao desgosto na política. Isso eu ouvi desde que eu era militante só do PT e tive um contato com ele. Bom, a família tem... No imaginário da família, a coisa da política está associada a uma coisa venal; os políticos são venais, certo? E a política é um mal e matou e pai e ponto.

A família Daniel também, os tios dele são ligados à política e militam no PTB lá de Santo André. Militam até hoje. E não havia nenhum problema em relação a isso. Mas é que ninguém também esperava que o Celso fosse de militante de movimento virar um político e ainda por cima vinculado a um Partido de Trabalhadores, a um Partido de esquerda etc. Então, isso nunca casou muito bem na cabeça da família.

Diferente da família, eu digo, o João Francisco jamais concebeu isso. Isso foi uma coisa... Foi pauta das nossas... Nós fizemos duas viagens. Numa das viagens, nós passamos um tempo enorme discutindo como cada um via o pai, porque o pai morreu quando o Celso tinha 18 anos, o João Francisco tinha 23 anos e, nesse momento, ele tem de assumir a função do espólio da família e eles descobrem que a situação da família não era nada do que imaginava. Ele tem de assumir aquilo porque ele é o irmão mais velho. E o Celso entendia isso não como o que o Bruno disse: que o João Francisco era o pai. O Celso achava que ele era o gestor do espólio e, como a coisa estava ruim, ele ficou com muita atribuição. Inclusive, como ele estava

fazendo faculdade, ele mudou para Santos e eles não tiveram uma proximidade nessa etapa da vida, porque... E tinham muita afinidade em função do Corinthians, em função de a família adorar futebol e o pai era ligado a futebol na cidade, tanto que é nome do estádio de futebol lá na cidade etc. e tal, mas o Celso foi o único atleta lá da família e... Então, tem essa coisa. Quando o Celso se candidatou, em 1982, houve um estremecimento com o João Francisco, porque ele falava, ele tinha medo que o Celso fosse desonrar o nome da família. Por quê? Independente de quem era o Celso, a política era um mal. Então, isso era uma coisa que só quem conhece e convive pode saber.

Não era o caso do Bruno. Bruno era o irmão mais novo. O Celso era o terceiro de cinco irmãos. Existiam os dois, o Bruno e a Clélia, e os mais novos eram gêmeos: o João Francisco e a Elizabeth. Houve uma forte reação do João Francisco e ele tinha esse discurso aí em relação não só a ter reservas como a ter aversão mesmo à idéia do irmão ser político etc.

Então, acontece essa situação familiar que precariza a situação de vida deles e tal e fica aquela imagem: a perda do pai é coisa política. E isso não... era uma coisa que... A gente conhecia essa história. O Bruno era ligado aos movimentos sociais. Ele tinha uma... Para ele, o Celso abriu alguns caminhos também, porque o Celso era professor na Metodista, o Celso saiu, o Bruno foi ser professor também de Economia. O Celso nem era professor de Economia. O Celso era engenheiro de formação, mas tinha bastante conhecimento em Economia e em Filosofia e ministrava essas aulas. O Celso foi para a GV. Depois, o Bruno também foi trabalhar na GV. E com o Bruno aconteceu... Hã?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desculpe-me. Foi trabalhar na GV?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Foi ser professor na FGV.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah! Na Fundação Getúlio Vargas!

**A SRA. IVONE SANTANA** – Professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas. É.

E aí, então, eles tinham proximidade. O Bruno militava no Partido dos Trabalhadores e não havia nenhum problema até a ocasião em que o Celso foi eleito Prefeito, em 1989, para o mandato de 89 a 92. O Bruno tinha participado do programa de Governo na área de habitação. Era uma pessoa que tinha trabalhado mesmo, tinha legitimidade, mas o Celso falou que não colocaria o irmão no cargo de confiança da Prefeitura porque era irmão dele. Isso foi complicado. A cunhada também era uma educadora que trabalhou no programa de Governo. Os dois obedeciam aos dois critérios: técnico e político, mas não obedeciam ao critério da cabeça do Celso, que era que não podia trabalhar. Isso foi uma briga, até porque o PT queria que ele fosse. E aí, no final das contas, a Marilena Nakano virou Secretária de Educação para o Celso não comprar duas brigas de uma vez só. Mas foi por isso, porque a idéia era que não fosse.

**A SRA. IVONE SANTANA** – A cunhada. Ela foi trabalhar lá. Houve um problema no primeiro ano de gestão. Eu acompanhei isso parcialmente porque era Chefe de Gabinete, eu sabia dos problemas. Mas outras pessoas podem dar depoimentos melhores do que eu. As pessoas todas estão aí, estão vivas e a memória está aí para isso.

Então, ocorreu um problema e a Miriam... A Miriam! Aliás, é um ato falho, porque a Miriam é uma pessoa que pode dar depoimento tanto sobre a relação familiar, que se foi deteriorando, quanto em relação a outros assuntos ligados a Santo André.

Então, é... Eu estou prestando atenção aqui em você. Desculpe, mas é que eu fiquei prestando atenção no senhor e acabei perdendo a...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ficamos com uma dúvida aqui. Chefe de Gabinete, quem era?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu era Chefe de Gabinete do Celso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah! A senhora era Chefe de Gabinete.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Na Prefeitura, de 89 a 92. Por isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A senhora disse que ele não colocava família lá, a senhora era companheira.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu não era companheira dele, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Acabou de dizer que era como esposa.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu falei para o senhor de quando... Então, vamos resgatar. Eu gostaria muito de resgatar, porque essas coisas são assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Só porque houve essa dúvida.

**A SRA. IVONE SANTANA** – De 89 a 92...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

**A SRA. IVONE SANTANA** – ...eu não era mulher do Celso Daniel.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não era?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não era.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, tudo bem. É que eu...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não. Não era. Eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É que eu não sabia o período.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu posso falar então. Eu posso depois fazer essa, essa...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não. Eu já compreendi. Eu peço desculpa, porque...

**A SRA. IVONE SANTANA** – É? Não, porque eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...o tempo que eu considerei aqui V. Sª era namorada dele há muito tempo, mas, nesse período, ainda não era.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não. Eu posso até falar disso daqui a pouco, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não precisa. Eu já entendi. A nossa dúvida aqui...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...era exatamente essa. Obrigado.

**A SRA. IVONE SANTANA** – É... Deixe eu ver... Eu estava falando da relação com o Bruno. Com o Bruno tinha uma relação diferente, porque o Bruno achava legítimo, não tinha essa aversão à política, tanto que ele era militante do PT e teve legitimidade até para pleitear lá um cargo na Prefeitura. E, em função da saída da Marilena por motivos lá de administração, de... E eu então disse – falando da Marilena e do momento que ela saiu –, em função disso, eu disse que ouvi, essa é a minha impressão, como uma pessoa que trabalhava no gabinete – eu vivenciei um pouco a crise –, mas eles devem ter os... Devem saber exatamente quais os motivos. Mas eu ouvi, o que ficou gravado na memória, é que era uma dificuldade... Acho que é muito natural também em qualquer pessoa que é militante e que assume gestões separar parte da militância do resto do desafio todo que é administrar a máquina pública, não é? Então, cada um quer puxar a sardinha para o seu lado etc. E eu estou generalizando, porque não é alguma coisa que eu possa falar tanto.

Então, como era? Como se dava o relacionamento do Celso com a família? A família é essa família porque o Celso era desse jeito. Então, o Celso, desde 1997, é o que eu posso falar, porque eu trabalhei em Natal de 1993 a 1997 e voltei em 1997. E, a partir de então... Eu trabalhei lá honrosamente e meu filho é papa-jerimum também, certo?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O filho de V. Sª...

**A SRA. IVONE SANTANA** – [Risos] Eu tenho filho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...é papa-jerimum? É?

**A SRA. IVONE SANTANA** – O meu filho, ele é papa-jerimum.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É igual aqui ao Senador.

**A SRA. IVONE SANTANA** – É igual ao Senador e ao Senador Garibaldi também. Garibaldi e o Senador...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – É, eu mesmo.

**A SRA. IVONE SANTANA** – ...José Agripino, os dois. Eu estava lá naquela época, ouviu? No Governo Eduardo Tinoco. Eu trabalhei na Secretaria...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eduardo Tinoco era o Prefeito.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Ele era Prefeito e eu trabalhava na Secretaria de Planejamento.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, eu não era... Eu era Governador.

**A SRA. IVONE SANTANA** – O senhor era Governador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – No microfone. Obrigado.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Vocês perderam.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Senador Garibaldi, V. Exª era... Não deu para ouvir bem aqui.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu posso só fazer uma síntese?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É a parte dele aqui.

**A SRA. IVONE SANTANA** – É a parte dele, mas eu posso dizer o que nós estávamos comentando.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois não.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu trabalhei de 1983 a 1987 em Rio Grande do Norte, na cidade de Natal, na Prefeitura de Natal.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Em oitenta... Não.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não. De 1993.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em 1993. Está certo.

**A SRA. IVONE SANTANA** – E ele está falando que era Governador etc. Então, nós estamos só fazendo essa relação com a cidade. Então, eu não acompanhei o momento em que o Celso foi Deputado. Ele estava aqui e eu estava em Natal. E, depois de 1996, eu resolvi voltar para fazer Mestrado na PUC etc. Eu me separei, eu voltei e nós acabamos ficando juntos nessa fase. Ouviu, Senador? De 1997 a 2001.

Então, essa questão da família, que pode parecer que... Não vim aqui para falar de família, mas essa questão da família, porque é que tem alguma polaridade é muito... para mim fica muito claro. E as pessoas acham que... As pessoas me criticam porque eu ajo com naturalidade demais, porque eu não questiono demais. Então, eu quero falar um pouco quem eu sou, não é? Eu sou filha de uma família lá, que veio de Pernambuco, meu pai... Eu me arvorava toda importante, porque meu pai ajudou a construir Brasília, na escola. Porque meu pai era candango, eu achava o máximo. Meu pai era operário da Ford Williams lá, se aposentou metalúrgico, eu sou filha de metalúrgico e comecei a conhecer a importância da militância dentro de casa. Então, nós somos de mundos diferentes: a família Daniel e a minha família. Sem problema nenhum, porque tanto é possível a convivência que eu convivi com o Celso – e eu considero que convivi com o Celso dos 14 aos 39 anos. Porque eu era amiga, era confidente dele. Eu fui namorada dele quatro anos logo, dos 14 aos 18 anos ou 19. Eu segui o meu caminho, ele seguiu o dele, e nós nos reencontramos felizmente. Mas eu sempre pude contar com a amizade, com a confiança dele, etc.

Então, essa... Eu trabalhei, então, com o Celso de 1989 a 1992. O Celso era uma pessoa muito querida de todo mundo. Ele foi uma pessoa muito importante na minha vida, porque ele me estimulou a fazer graduação – eu não acreditava muito no ensino formal... E a perspectiva que a gente tinha de ver crescer uma liderança, uma liderança que se tornou nacional, que se tornou referência. E eu só tenho orgulho do Celso.

Eu queria deixar as perguntas para vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Drª Ivone, agradeço a V. Sª.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora me desculpe porque eu cheguei um pouco atrasado e fiquei com uma dúvida. A senhora falou muito em militância no PT, mas a senhora era inscrita no Partido?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu era filiada sim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Filiada?

**A SRA. IVONE SANTANA** – De primeira hora. Era bem adolescente ainda.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu queria perguntar à senhora, tendo em vista o que já se ouviu sobre esse caso, o nível... Sobre o relacionamento dos Srs. Sérgio Gomes da Silva e Klinger de Oliveira Souza com o ex-Prefeito Celso Daniel, a senhora poderia acrescentar alguma coisa além do que já foi dito aqui?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então, eu queria primeiro pedir desculpas, porque eu não sei tudo que foi dito aqui, porque é difícil acompanhar, acompanhar as sessões etc. Mas eu já sei, sei alguma parte que eu vejo no jornal. Eu posso dizer o seguinte. Posso falar primeiro da minha relação mesmo com o Sérgio. Não é defesa. O senhor está me perguntando e vou só dizer. Eu conheci o Celso, o Sérgio em 1988. Ele nos foi apresentado através do Bruno e da Marilena Nakano – que era o irmão e a cunhada – porque o Sérgio era professor de educação não formal na Pirelli. Eles tinham um grupo de trabalho, e ele tinha, segundo a Marilena, ele tinha habilidades em artes marciais e tal. Ele não era um segurança, mas ele tinha uma noção. O Celso não queria segurança, em hipótese nenhuma, ainda mais naquele tempo; ele não quis até o fim da vida. E aí o Sérgio era uma pessoa que tinha uma formação, era uma pessoa espirituosa e tal. Eu sei exatamente, porque, em 1988...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ele era chamado de chefe? Tinha um...

**A SRA. IVONE SANTANA** – É, posso falar por que isso. Ele não era chamado por muitas pessoas, não. Isso se popularizou, como muitas outras coisas se popularizaram. É o seguinte: ele era uma pessoa muito rigorosa e o Celso era uma pessoa muito espontânea para fazer coisas, "não, vamos aqui", "não vamos"... E uma coisa, seguinte... E aí ficou uma brincadeira. Ia fazer, em campanha, na campanha de 1988, ia fazer porta de fábrica, depois ia fazer feira, depois ia fazer porta de escola e depois ia nas atividades. E às vezes o Celso queria fazer alguma coisa no meio campo, e ele falava: "Não. Não vai, porque tem que ser 'não sei o quê' e 'tal'... Está combinado... A agenda..." Ele segurava... E aí ele falava: "Está bom, chefe. Então, está bom" – porque estava meio invertida a ordem de quem tomava decisões. Decisões bobas, decisões desse tipo. Em função dessa visão que ele tinha de segurança que se chamava de chefe. Inclusive eu até atribuo à Miriam mesmo, que foi a primeira mulher do Celso. Lembro muito dela chamando ele de "chefe", "chefe". Depois, isso se popularizou, e não era uma coisa nem de... Era uma brincadeira que só quem está dentro da brincadeira pode entender. Porque ele era rigoroso, não queria que saísse... Como tinha espaço para conversa etc., isso era uma coisa que não tinha a menor...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Klinger de Oliveira Souza?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então, o Klinger é o seguinte. O Klinger, ele era um funcionário... Eu, pessoalmente... Entra o Klinger na minha vida em 2000,

quando eu estou já na coordenação da campanha, mas ele era gerente na primeira gestão. Ele era gerente lá na Secretária de Serviços Urbanos, ele era concursado e era uma pessoa que se destacava muito entre os gestores lá... Havia vários treinamentos de planejamento estratégico, e ele era uma pessoa que se destacava dentre os outros. E, no segundo mandato do Celso, o Celso convidou para ele assumir uma Secretaria lá. Eu posso dizer que o Celso tinha uma confiança muito grande. O Celso e quem trabalha em gestão pública sabe como é difícil ter gerente que opere, e a Miriam e o Klinger eram "os gerentes", lá, do Governo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas a senhora acredita que o Sombra, o Sérgio Sombra pode ter sido o mandante do crime?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então, posso só responder... Posso justificar? Assim, porque eu estou falando, e isso é uma coisa que... eu não estou aqui para fazer defesa mesmo. Espero que ele tenha advogados, eu espero que as pessoas tenham chance de se defender. Agora, eu conheci o Sérgio em 1988. Eu trabalhei com ele de 1989 a 1992, certo? No mandato no primeiro Governo. Nós trabalhávamos no mesmo gabinete. Ele era uma pessoa de confiança, uma pessoa espontânea. Eu fui para Natal em seguida, quatro anos, depois voltei. Eu lembro assim, uma das poucas pessoas que tinham ligação com o Governo e com quem eu tinha contato por telefone quando eu estava lá era ele. Me ligava, eu sabia mais ou menos, o Celso assumiu um cargo de Deputado aqui na Câmara, tal, eu sabia das coisas por ele, então... Eu quero dizer da minha relação com ele.

Quando eu voltei, em 1997, e fui morar em Santo André, ele foi uma pessoa que sempre se preocupou em como é que eu estava – eu estava sem trabalhar etc. E ele sempre foi uma pessoa, até o dia 18, e ainda não há... Eu tenho uma certa dificuldade porque eu sei que a expectativa das pessoas é de que eu fale uma outra coisa, mas eu só posso dizer o seguinte: na sexta-feira pela manhã, eu saí da casa do Celso, ele tinha um compromisso na hora do almoço, eu peguei meu filho, fui para o... Eu tinha que refazer uma, fazer uma... Isso aí é janeiro, não é? Eu tinha que fazer uma matrícula no mestrado, porque eu tinha ficado fora e tinha perdido um prazo, fui lá negociar meu prazo e entregar trabalhos e tal. Fui com meu filho no Imes, voltei para o escritório e fiquei meio com pena de deixar meu filho, porque eu tinha viajado aqueles vinte e poucos dias com o Celso e tinha tido que retomar um monte de coisas muito rapidamente. E eu já tinha conversado com o Celso na quinta-feira à noite do que seria nossa agenda no final de semana, e na nossa agenda havia dois dias, sábado e domingo, de trabalho lá no Shopping Frei Caneca – lembro exatamente porque passei a sexta-feira com uma história de se eu ia, se podia ir com o carro, se não podia –, e no sábado e no domingo, numa parte do domingo, pelo menos, haveria discussão do programa de governo do Genoino. O Celso não abria mão de ir. Eu falei: "Não, nós vamos". Mas eu fiquei um pouco assim, pensando: "Já não tenho o fim de semana com meu filho".

O Celso me ligou quando saiu da Prefeitura, eram umas seis e pouco, ele falou assim: "Você está pronta?" Eu falei: "Não". Ele falou: "Vou passar na Blockbuster". Pegou filmes lá – pegava filmes toda... era compulsivo de pegar filme de vídeo. E aí ele me ligou da casa dele e me falou: "Vamos porque o Sérgio vai passar aqui para a gente ir jantar". Eu estava no escritório, na mesma rua, falei: "Passa aqui". E ele passou, e aí quando ele falou... Eu falei: "Onde que vai ser o jantar?" "Vai ser no Baby Beef". Eu falei: "Ah, no Baby Beef eu não vou". Por quê? Eu também precisei expliquei para o Celso por quê. Eu falei: "Não, porque o Gabriel dorme cedo..." O Gabriel tinha – quantos anos? – cinco anos. E as cadeiras não eram confortáveis e, aliás, era um dos lugares mais frios do mundo para mim. Não era uma coisa que podia... Eu não tinha problema de deixar o filho deitado em duas cadeiras, mas lá não tinha essa condição. Então eu resolvi. Então, o Celso e o Sérgio, na porta do meu escritório, na rua da casa do Celso, e eu resolvi não ir. Eu tinha pessoas que trabalhavam comigo, eu tinha até esquema para ele ficar, quem levava na minha mãe, estava tudo resolvido. Mas aí o Celso não se opôs muito. Normalmente ele reclamava muito, e... Ele falou: "Tá bom, mas então amanhã tem que ser às nove e tal e tal". E foi isso que ocorreu.

Então, o que eu posso dizer do Sérgio? Porque as coisas, depois de tudo que você ouve e tal, eu fico muito mais tranqüila de falar desse dia. Eu ia jantar com uma pessoa que a gente via a cada quatro ou cinco meses, porque ele não morava mais em São Paulo, e quando nós íamos jantar o Celso não bebia, só tomava Coca-Cola, não bebia álcool. Eu gostava de tomar um vinho, e nós tomávamos um vinho, e era uma conversa agradável, era amenidade, era comentar cinema. Não era um encontro de trabalho, absolutamente, não era. Não era uma reunião de trabalho, era uma reunião mesmo... O Celso não via... E o Celso tinha essa preocupação de começar a roda-viva da campanha e ele não ter mais esse tempo na agenda porque ele sabia que ia se dedicar bastante.

Então, eu também posso dizer que eu conversei... No sábado a Polícia Federal nos reuniu, e foi um dia em que eu conversei com o Sérgio. Aliás, ele estava, nós estávamos... Ele estava depondo e eu estava junto, e eu não conseguia saber... Eu estava muito assustada

também, a gente ainda não tinha resposta do que tinha acontecido, mas ele estava muito acelerado, eu o senti muito abatido, muito triste, e essa é a lembrança que eu tenho dele.

Depois eu não o vi mais. Não o vi. E também... Deixe-me ver... Eu estive com ele uma vez, eu, ele e minha filha, nós estivemos e almoçamos. Mas isso foi da morte do Celso, foi depois de muito tempo, e foi antes, com certeza, de ele ter sido preso. E depois disso, nós não conversamos mais, nós não tínhamos grandes assuntos, falávamos dos filhos, ele tem um filho. E era isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que a senhora não acredita que ele tenha... Nessa versão, não?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então, o que eu disse. Eu tenho, até que tenham provas disso, eu não consigo...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acreditar.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu não tenho o sentimento, não tenho esse sentimento.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sei, pois não.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu poderia falar coisas para agradar as pessoas, mas eu não tenho esse sentimento. Eu sei que eles tinham uma relação de afeto, de carinho. Lembro que, quando voltei de Natal, o Sérgio não trabalhava mais com o Celso, não trabalhava na Prefeitura, 1997, e aí eu perdi um pouco esse contato de saber dele mais como eu sabia. Tinha relação com a mulher dele, etc., mas...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Existe uma versão, D. Ivone, de que houve uma discussão muito áspera, quase havendo uma agressão, entre os Srs. Klinger Oliveira de Souza e o próprio Celso Daniel dias antes do assassinato do Prefeito. A senhora tem conhecimento disso?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu tenho conhecimento dessa versão, e é uma versão mesmo, porque as pessoas da Prefeitura...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma verdade?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não é uma verdade. É uma versão.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma versão.

**A SRA. IVONE SANTANA** – É uma coisa que as pessoas acharam que convém dizer. Porque é o seguinte: um gabinete de um Prefeito não é um local tão privado que não se sabe o que acontece, não é? Então, há secretárias, há assessores, e, primeiro, o Klinger tinha uma relação com o Celso que jamais ele tomaria uma atitude dessas. O Klinger tinha sido orientando do Celso no mestrado que o Klinger fez na GV, ele tinha uma relação muito de subordinação mesmo, não uma subordinação sem questionar, mas... Olha, primeiro, assim, eu nunca vi o Celso... Vi duas vezes o Celso perder a paciência, mas nunca vi o Celso gritar com ninguém. Da mesma foram que ele não gritava, também ele jamais aceitaria... Era muito sensível para esse tipo de coisa, de alguém... E muito menos alguém da confiança dele, alguém que estava prestigiado no Governo, inclusive com essa saída dele para cuidar do programa de Governo. Era público para quem estava dentro do Governo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora me desculpe, mas vou fazer uma pergunta aqui. Se a senhora não se sentir à vontade para responder... Entre a versão dos irmãos do ex-Prefeito Celso Daniel e a versão do Sr. Gilberto Carvalho*, a senhora...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Aí está fácil. Senador, aí o senhor fez uma pergunta tranqüila.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É?

**A SRA. IVONE SANTANA** – O Gilberto é uma pessoa da absoluta confiança. Eu não sei quem... Eu não conheço uma pessoa que não confiasse no Gil. O Gil é articulador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É o tipo o quê?

**A SRA. IVONE SANTANA** – O Gilberto era o Secretário de Governo do Celso. Era pessoa da absoluta confiança. O Celso atribuía, inclusive... Nem... Vou comentar, porque também, enfim. Nós tínhamos um sentimento de que o PT dava bastante foco para as políticas de Porto Alegre. Então, a cidade começou a ser premiada e tal, e aí a gente também – eu estou falando "a gente" porque as pessoas do grupo político achavam que, "em função de vocês terem trabalhado bem, vocês vão ter um presente, vocês vão ter o Gilberto lá". Por quê? Porque era uma forma de, dentro do Partido, as pessoas saberem o que acontece, porque o Partido vive muito dentro dele mesmo, e há pouca comunicação das coisas que acontecem nas Prefeituras. Como o Gil tinha sido secretário particular e trabalhava com comunicação no PT, ele achava... Nós achávamos, não posso nem falar que é o Celso, mas é uma opinião de que ele não discordava. Agora, ele não tinha, antes de o Gil ir para Santo André, não havia uma relação de amizade, não. Foi conquistada no dia-a-dia, o Gilberto mostrou que era uma pessoa de confiança, que trabalhava na linha que o Celso trabalhava, e eu tenho clareza, porque ouvi do Celso que,

se o Gil tivesse estado mais tempo anteriormente no Governo, as causas sociais...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Só interrompendo um minuto.

Eu gostaria de saber como o Gilberto Carvalho foi participar da equipe do Prefeito Celso Daniel. Ele é de Santo André ou foi indicado pela cúpula do PT?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não, lá em Santo André não havia muito essa coisa de fronteira, que é muito comum – as pessoas não gostam de ter estrangeiro trabalhando nas Prefeituras –, é uma certa reserva de mercado. Lá, em Santo André, por muita briga que houve, etc., não acontecia isso, não. Havia gente do Brasil inteiro trabalhando em Santo André, e o Gil e até... O Gil e mais uma pessoa. Quando o Gil foi, mais uma pessoa foi com ele. Foi por competência. Ele trabalha hoje na Fundação Perseu Abramo, Ricardo Azevedo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ricardo Azevedo.

Mas quem indicou Gilberto para lá? Porque a senhora disse que Gilberto não tinha amizade com o Celso. Como foi que ele chegou lá? Por intermédio de quem? Essa é a pergunta, se eu não me engano, do Senador.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Desculpe, mas, como eu não trabalhava no Governo, eu não acompanhei muito essas coisas, mas qualquer pessoa da gestão... Eu não trabalhava na composição do Governo etc.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas ele era pessoa do PT nacional?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Ele era uma pessoa que trabalhou a vida toda no PT. Disso não há dúvida.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – D. Ivone, a senhora falou sobre a família do Prefeito Celso Daniel e disse que o Sr. João Francisco Daniel tinha uma aversão muito grande à política por conta do que tinha acontecido com o pai dele e que esse não era o pensamento do Bruno...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não era.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...do outro irmão, que era mais voltado para a política. Eu queria saber da senhora se a senhora tomou conhecimento de um dossiê que teria sido feito pelo próprio Celso Daniel sobre irregularidades na sua administração.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então, hoje...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora já falou sobre isso?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não falei, não. Quero falar. Porque, assim, a primeira vez que ouvi essa palavra, dossiê, foi quando eu estava na coordenação da campanha do Celso, em 2000. E aí, como eu me lembrava de uma conversa, eu acabei localizando um jornal, porque essa coisa de dossiê é uma coisa que aconteceu em 2000. Então, tem lá no jornal local duas notícias. Vamos ver aqui, 19 de maio de 2000: "Fórum diz que tem novo dossiê. O Presidente do PPB de Santo André, Odon Marques, afirmou ontem que o Fórum das Oposições" – esse é o nome da... – "entrega ao Ministério Público na próxima semana mais um dossiê com denúncias de supostas irregularidades na administração Celso Daniel. Marques não quis antecipar o conteúdo (...). No mês passado, os Partidos que formam o Fórum entraram com representação no Ministério Público para que o contrato entre a Prefeitura e a Rotedali...". A Rotedali...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas aí era um dossiê da Oposição a ele.

**A SRA. IVONE SANTANA** – É, mas é esse o dossiê.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É esse o dossiê?

**A SRA. IVONE SANTANA** – É esse o dossiê. O dossiê...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não existe um dossiê dele?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não. Esse dossiê é o mesmo dossiê que foi apresentado em 2000. Esse dossiê é o mesmo dossiê. E aqui o Ministério... Aqui estava: "Celso e Klinger devem ir ao Ministério Público. Promotor de Santo André quer ouvir Prefeito e ex-Secretário pelo caso Rotedali". Isso aqui é de 5 de junho de 2000, é um período pré-eleitoral. Não estou querendo desqualificar, só quero situar no contexto, porque estamos em 2005. E aí tem uma coisa também que o Ministério Público de Santo André, os promotores de Santo André falam que nunca tinham ouvido falar de dossiê nem de averiguação de irregularidades desse tipo na Prefeitura. Só que isso é uma coisa que é de 2000.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem o Prefeito nunca falou à senhora...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...sobre esse tipo de preocupação...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não. Então, em 2000...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...de que estaria havendo problemas na Prefeitura. Ele chegou a falar com a senhora sobre isso?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então, eu queria dar um depoimento, que foi o que comecei a dizer. Em 2000, no âmbito da coordenação da campanha, nós conversamos sobre essas notícias de jornal – o comitê

de campanha –, e eu perguntei: "Celso, o que é isso? O que acontece?" Ele falou: "Não, olha, isso daí, pode... Isso não é motivo para a gente se preocupar porque, em nenhum momento, nenhuma dessas..." Havia algumas acusações aqui, havia algumas, e todas foram trabalhadas em 2000, aliás – diga-se –, todas essas questões aqui foram... e chegaram a algum termo. As pessoas que trabalham na Prefeitura... Uma das coisas que eu queria aproveitar, porque eu não era funcionária da Prefeitura. Eu, ocasionalmente, participava de reuniões do grupo político mesmo, porque o Celso me chamava para dar opinião mesmo...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de exercer o cargo em comissão, não é?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não, o cargo em comissão foi a primeira vez. Nessa fase aqui de 1997 a 2000 – estou falando de 1997 a 2000...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está certo.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Porque em 2000 eu fui ajudar na organização da campanha. E esse caso aqui – nós estamos falando da Rotedali –, esse caso já estava sendo investigado pela Promotoria, e, aliás, eles pediam também... aqui: "Além das alterações patrimoniais de Sérgio Gomes e do Ronan..." É a mesma. Esse dossiê...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Essa Rotedali é do Ronan, não é?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Sim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ronan é um dos donos.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Sim.

Eu só queria deixar claro. Eu não tinha claro isso para mim até alguns dias atrás, não tinha claro e não tinha como comprovar. Mas eu lembro de uma discussão em que as pessoas estavam preocupadas de como é que a campanha reagiria a essas coisas. E o Celso falou: "Fica tranqüilo, isso é uma coisa da Prefeitura. Isso é alguma coisa de campanha, mas que a Prefeitura tem condição de, pelo jurídico, mostrar o procedimento, etc. e tal". Isso o Celso falou a mim. Então, outros fatos eu não tenho como... Não posso, não tenho e não faria, falar em nome dele. Mas lembro que isso foi uma coisa que me preocupou porque não era muito comum, mas no período eleitoral a gente sabe que tudo acontece. E o Celso estava absolutamente tranqüilo. E há reportagens, depois, que falam disso.

Agora, uma coisa que eu acho importante. Toda essa denúncia do caso Santo André, de se há... todas essas questões, se há corrupção, se não há corrupção, eu acho o seguinte: o Celso trabalhava em equipe. Isso é uma coisa, assim, que não é o tipo de Prefeito que toma decisões, e os secretários vão e cumprem. Era um jeito de trabalhar coletivamente. Essas pessoas têm de ser ouvidas. Muitas dessas pessoas... Muitas dessas pessoas não, ninguém foi ouvido. Eu não tinha sido ouvida no Ministério Público, os secretários não foram ouvidos. Para falar do que acontecia em relação aos processos administrativos e tal, as pessoas da Prefeitura são as pessoas mais indicadas para responder. Eu não estou aqui para defender a Prefeitura. Só posso dizer o seguinte: o Celso, em 2000, nessa circunstância aqui, estava muito tranqüilo, e não havia nada. E as pessoas só agora... Agora, volta essa história de dossiê, mas quando a gente lê aqui o que continha o dossiê, é o mesmo dossiê. O dossiê foi distribuído para todos os Partidos na época da campanha, ficou público em Santo André que havia isso, mas foi tirado de letra na campanha.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas a senhora me permite? O Gilberto Carvalho, quando esteve aqui, falou que foi encontrado um dossiê na residência do Prefeito...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então, aí eu acompanhei isso aqui porque é recente. A família do Celso tomou o apartamento e, depois de alguns meses, acharam um envelope, que, aliás, era muito comum, era assim mesmo, um envelope em que estaria o dossiê.

Agora, assim... Depois da morte do Celso, a Polícia Federal invadiu o apartamento. Invadiu. Porque não foi visitar, invadiu, forçou a porta, mudou a... E a Polícia Federal ficou três horas no apartamento. E a mesa do Celso é uma mesa de professor, eu não sei se as pessoas... Para isso ele não era assim tão organizado, então tinha prova de aluno, das instituições, tinha envelope, tinha tudo o que ele ia acumulando para, no fim do ano, dar uma limpa. E esse dossiê, se estivesse lá na mesa, ou a Polícia Federal teria visto ou eu mesma teria visto, porque eu tinha coisas minhas na casa do Celso. E mesmo livro e... O meu material, por exemplo...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que não existia, a senhora nega...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não existia. Não. Esse dossiê que se fala hoje que é um dossiê tal é o mesmo dossiê de 2000. Tenho convicção disso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não existia um dossiê mais recente? Era o mesmo?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não, não existia nada na casa. Nada, não existia.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E essa versão da diarista. A senhora andou falando aqui de uma pessoa que fazia uma faxina na casa, não é?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Pois é.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me, Sr. Relator?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ela falou um detalhe que seria relevante: a senhora falou Polícia Federal. Polícia Federal ou Civil?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Polícia Federal, Delegado Hermes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Só para ter a certeza de que era a Polícia Federal, portanto, que estava examinando.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Delegado Hermes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Federal, em cooperação com a Polícia Civil?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Sim, da força-tarefa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – As duas?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Lá, naquele dia, só tinha o Delegado Hermes e assistentes dele, da Polícia Federal.

Eu queria só aproveitar e falar uma coisa: nesse dia em que o apartamento foi invadido, a Polícia Federal veio, aproveitou e tomou depoimento de pessoas que moravam no prédio. E eles pegaram um *laptop*. Eles foram com um *laptop* e colocaram na cozinha do Celso – a casa dele era bem pequena –, tomaram os depoimentos e fizeram lá o trabalho deles...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O *laptop* era deles?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Era da Polícia Federal. O Dr. Hermes deve saber de quem é, mas, lá na casa do Celso, não havia nem computador, nunca houve, de nenhum tipo, tampouco *laptop* ou *palmtop* ainda, como se tenta colocar. Isso não existia, mas de jeito nenhum, tampouco essa coisa da empregada. A empregada é o seguinte: foi uma pessoa...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É a história dos três sacos...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então, então.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...que a revista **Veja** falou: três sacos de supermercado cheios de dinheiro estavam na área de serviço cobertos por um lençol de cor amarela.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então, posso...?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ela pensou que fosse lixo e constatou a existência do dinheiro.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Pois é, não conheço. Eu conheço a pessoa, então, só posso falar da pessoa, porque, esse fato – ela trabalhava comigo – esse fato ela relatou oito meses... Ela relata que, oito meses antes da morte do Celso, ela encontrou isso. Ela é uma pessoa que trabalhava comigo há dois anos e pouco. Meu escritório era na rua da casa em que o Celso morava. Ela trabalhava comigo pela manhã no meu escritório e, depois, ia lá fazer um trabalhinho na casa do Celso para completar a outra diária dela. Então, ela não tinha nenhuma familiaridade, ela nunca me contou. No primeiro depoimento dela para o DHPP, ela não falou isso. E ela que deve saber por que ela inventou essa história, porque isso é uma mentira tão deslavada que não dá nem para ficar com raiva. Dá para ficar com raiva de quem é capaz de acreditar numa coisa dessa. Porque quem conheceu o Celso e quem não o conheceu também pode imaginar que um Prefeito vai levar saco de dinheiro para casa? A minha visão... Quero dizer uma coisa: a visão que eu tenho de políticos e política não é essa visão que se tem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Infelizmente, D. Ivone, hoje em dia se leva dinheiro até na cueca.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Pois é, mas não acredito que generalizar... Não acho que todo mundo ande com dinheiro na cueca, não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não vamos generalizar, mas, na realidade, que pode acontecer, pode.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Para mim, essa coisa de generalização, de senso comum, vai contra a minha formação mesmo. Sou professora de Metodologia da Pesquisa Cientifica e fico arrepiada de ver esses procedimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A questão do saco... Houve o depoimento, portanto, ela é que tem de responder por ele. Se é verdadeiro, fazia muito tempo, porque, se foi oito meses antes de ele morrer, fazia muito tempo que vinha acontecendo esse esquema. Mas essa é uma denúncia que coube à diarista, não nos diz respeito.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Mas eu queria dizer também que a casa do Celso era um local onde eu estava todos os dias, e que isso me atinge diretamente, falar que lá havia saco de dinheiro. Não é uma coisa no ar. "Tinha saco de dinheiro". Tinha saco de dinheiro o caramba!

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E onde é que teria ido parar esse dinheiro?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Mas que dinheiro? Se tivesse saco de dinheiro. A questão é a seguinte: uma pessoa vai... Ela tinha uma relação de trabalho comigo, comigo; ela não tinha relação nenhuma com o Celso. Ela não reconheceu a calça do Celso e o sapato do Celso, porque ela era faxineira. Ela podia alguma

vez tropeçar num sapato dele, mas ela não lembrou. Então, para isso se dá credito. E essa outra coisa que ela está falando para o Ministério Público, não sei como isso funciona, porque o Ministério Público ouviu a dona... O nome dela não está divulgado. Mas ela foi ouvida duas vezes, e eu não fui ouvida nenhuma. Acho que não tenho credibilidade suficiente para ser ouvida pelo Ministério Público, porque não fui ouvida, e sinto-me diretamente atingida mesmo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora não foi ouvida pelo Ministério Público?

**A SRA. IVONE SANTANA** – O Ministério Público já revelou que não tem interesse no meu depoimento. Desde 2003, tenho dito isso.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O que é interessante, fico imaginando por que não ter interesse no seu depoimento, e também posso imaginar por que não teria, se você é a pessoa que conviveu diretamente com o Celso Daniel e tem um conjunto de informações importantes para dar, para confirmar, para desmentir.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Pois é, porque reconhecer que eu era a mulher do Celso não é favor nenhum, é só constatar o óbvio, qualquer pessoa pode saber.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu queria perguntar só uma coisa, porque o Relator fez uma pergunta, mas o pensamento não foi concluído, e considero a pergunta muito importante. O Sr. Relator perguntou em qual das duas versões você acredita: na versão do Gilberto ou na versão dos irmãos? Então, quero saber qual a sua opinião, já que conviveu com Celso Daniel, tendo viajado muito recentemente, compartilhado uma vida em comum e sabendo da sua motivação toda.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então, acredito na versão do Gil, não tenho a menor dúvida disso. E quero esclarecer que não estou aqui querendo ficar em oposição à família, apesar de essa oposição se ter dado, independente da minha vontade.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Enquanto espero a sua resposta, quero enaltecer a sua educação, a sua serenidade e a sua compreensão de posicionamentos eventualmente politicamente divergentes da família. Isso até foi interessante. O pessoal pensa de um jeito, mas não tem nada de mal pensar desse jeito também. Isso ficou assim bem enfatizado, é importante que se diga, pois foi sereno, tranqüilo e tem de ser dessa maneira. Mas em qual versão, só voltando à pergunta do Senador Garibaldi, você acredita e por quê?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu já disse: acredito na versão do Gil, porque era uma pessoa que estava vivendo o quotidiano. Os irmãos do Celso – acho muito ruim falar dos irmãos, sendo que tem outras pessoas –, que estão fazendo essas denúncias, entendo o posicionamento deles e nunca... Bom, primeiro, o João Francisco, sempre soubemos como a cabeça dele funcionava, porque ele é a pessoa mais conservadora e mais reacionária. O Celso sempre respeitou isso. Então, ninguém queria fazer mudar a cabeça de ninguém.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas só em relação à versão, então, você diria que os irmãos a inventaram?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Sabem o que eu gostaria de falar concretamente? No primeiro depoimento do João Francisco para o DHPP, ele diz, textualmente, sem pressão nenhuma de opinião pública, nada, no primeiro depoimento que deu quando o irmão morreu, que ele era relativamente distante do Celso – li isso uma semana depois, e é verdade – e que ele tinha esse distanciamento por dois motivos. Ele falou: – Eu amo o meu irmão, mas tenho um distanciamento dele por dois motivos: o primeiro, porque, aos 23 anos, fui morar fora, cada um tomou seu rumo e não tivemos convivência.

E o segundo motivo que aponta no depoimento para o DHPP é que ele não tinha afinidade política com o Celso. E não acho nada demais, porque não é um escândalo, porque não tinha afinidade, era óbvio para as pessoas que conviviam, não tinham afinidade, não tinham afinidade. Aliás, dentro dessa família, quem estava fora do padrão era o Celso, porque era uma pessoa que fez militância de Esquerda, quando a família toda fazia de Direita, e as pessoas tinham outras convicções muito diferentes da dele. Nunca foi um espanto, por exemplo...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas, Ivone, permita-me interrompê-la de novo.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Pois não.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Em relação objetivamente ao fato. Na verdade, uma coisa é investigar a morte do Celso Daniel. É um sentimento legítimo da família, se não concordam com as investigações, as conclusões. Mas o que aconteceu foi o seguinte: os irmãos disseram que havia um esquema de propina, e Gilberto Carvalho levava o dinheiro no seu carro Corcel preto – não sei que carro era – para o PT. Então, essa é a versão dos irmãos. Então, o Gilberto Carvalho veio aqui e disse: – Isso é fantasia dos irmãos. Eu mesmo os questionei sobre isso.

Em tendo convivido com o Prefeito, com toda a situação em Santo André, você acredita na versão do Gilberto. Por que, objetivamente?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Porque o Celso não tinha nem proximidade, nem intimidade com a família. No decorrer dos depoimentos – vou ter que voltar a

isso – essa proximidade vai ficando muito maior, "toda a semana eles se vêem". Não foi assim, não ocorreu assim. Agora, não acredito nem que... Hipoteticamente, se houvesse alguma irregularidade na Prefeitura, jamais o Gil teria motivos – isto é uma hipótese – se houvesse essa suposição, jamais ele falaria para o João Francisco. A troco de quê? Isso, não consigo ver, não consigo ver. Até tenho uma diferença com o Gil em relação ao porquê estarmos na situação em que estamos hoje.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O Celso Daniel nunca falou para você – ou falou alguma vez? – que o dinheiro era levado para São Paulo?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não, nunca falou, não havia essa...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Nunca falou?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não havia essa conversa, de jeito nenhum.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Ou seja, ele nunca mencionou?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Nunca, nunca mencionou.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Nunca disse?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Nunca disse.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Você não sabia?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não sabia e não permitiria. E, agora, o que decorre disso...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Na verdade, era isso o que eu queria saber.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Mas eu podia só concluir aqui o que na minha cabeça acho importante dizer?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Tendo relação, mesmo que superficial, com o João Francisco, e conhecendo o Gil e como ele atuava junto ao Celso, não sei como esse diálogo poderia ter sido possível. Não acredito. Acredito assim que tem as esferas para tratar dessa coisa de propina e tal, mas acho que é uma "forçação" de barra mesmo querer vincular isso à morte do Celso.

O Celso não se sentia ameaçado. O Celso estava bem, estava feliz, não tinha nenhum tipo de estremecimento. Ele saiu para jantar com um amigo – eu estaria junto, o meu filho estaria junto. Não tem esse clima de complô. Agora, entendo que por que não tenha proximidade nenhuma, nem politicamente nem de convivência, as pessoas que estão de fora podem falar: – Poxa! O que aconteceu? Acredito que deva ter sido um choque muito grande no momento em que o João Francisco e o Celso começavam a ter uma aproximação. Acho que esse choque acabou causando sérios danos para o que aconteceu depois, com essa versão. Posso fazer uma reclamação do Gil?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – D. Ivone.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu queria falar mais uma coisa. Pois não. Mas quero falar.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora conhece o Sr. Ronan Maria Pinto?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Conheço de vista.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – A senhora quer fazer uma reclamação do Gil. Reclamação?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu queria fazer, mas eu faço daqui a pouco, não vou deixar de fazer.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ela quer fazer uma reclamação?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Ela disse que queria fazer uma reclamação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ela perguntou se poderia fazer, e V. Exª fez outra pergunta.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não quis.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desculpe, desculpe.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Perdeu a chance. Agora, vou ficar de mal, não vou mais fazer.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desculpe.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Perdeu a chance, Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode falar. A senhora fique à vontade.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Deve ser a primeira reclamação favorável. Pela ligação dela com o Gil, não deve ser uma reclamação real.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então? Posso não fazer também, se já está decidido qual é.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Acredito que seja uma reclamação a favor, pelo que a senhora falou até agora.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Mas, depois, se não for, o senhor dará a mão à palmatória?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Posso, claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A senhora tem a reclamação a fazer?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Tenho. Posso fazer?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Faça-a, por favor.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Posso fazer. Aqui, não sei a quem obedeço primeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª fique à vontade, fique tranqüila.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É a orientação do Presidente.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Do Presidente. Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, de forma nenhuma, V. Sª fique à vontade.

**A SRA. IVONE SANTANA** – É falta de traquejo, estou aqui como convidada, não tenho...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Fique à vontade.

**A SRA. IVONE SANTANA** – É o seguinte: falei, em continuação ao que o Senador Arns tinha perguntado, uma coisa que atribuo também... Como as coisas podem...! Acho uma ironia toda essa história, uma ironia mesmo. Pelo tipo de pessoa que o Celso era, ele deu muita cortada nos interesses da família, e vou contar uma só. Ele tem uma irmã que passou num concurso de agente cultural. Ele não a deixou assumir o cargo. Ela foi primeira ou segunda.

Mas é um concurso público, e ela ganhou lá porque, sei lá, tinha feito um curso de piano, sei lá onde. Ele contestou os critérios e, aí, ela não trabalhou na Prefeitura. Então, o Celso tinha uma coisa de, sabe, tanta reserva. E aí as coisas acabam nesse tom. As pessoas não freqüentavam a Prefeitura, o Celso não freqüentava a casa dos irmãos e os irmãos não o freqüentavam. Agora, o que acontece? O Gil, com o seqüestro do Celso, com aquele coração que ele tem, ele resolveu colocar a família. Porque como a família era distante, ele elegeu mesmo o João Francisco. O João Francisco só tinha dado dor de cabeça. Em 2000, o João Francisco... No meio da campanha, aparece uma denúncia de que ele manda dólar para o exterior, não sei o quê. Quem foi lá tentar entender o que era foi o Gil. Daí, começam a se relacionar. E o Gil, com esse espírito cristão dele exacerbado, foi ele que pôs em cena os irmãos como as legítimas pessoas a quem se reportaria como a família do Celso. Quem falou que a família do Celso era os irmãos? Foi o Gilberto Carvalho, que sabia do meu relacionamento, sabia da minha pouca disposição de disputar espaço, cena. A minha relação com o Celso era uma relação afetiva e não precisava aparecer em foto, em nada. E ele achou... Não foi uma maldade comigo, não foi só para fazer uma média, ele acreditava que era aquilo que ele tinha de fazer, ou seja, trazer a família, colocá-la no cerimonial, e ele fez isso, e eu fiquei velando o corpo do Celso, enquanto as pessoas todas estavam fazendo as coisas. Certo? Então, quem deu legitimidade para o João Francisco falar em nome da família foram o Gilberto e o PT de Santo André. E isso é uma reclamação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª tem razão. É uma reclamação.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – D. Ivone, esse Sr. Ronan Maria Pinto tinha influência na administração do Prefeito Celso?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Olha, então, os secretários da administração do Celso têm de ser ouvidos para falar disso. Que eu saiba, não tinha, eu só o conhecia de vista.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que a senhora saiba, não tinha?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não tinha, não tinha.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a senhora sabe que ele é um empresário?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Sei que é empresário.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem várias atividades, várias empresas ?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não sei muito das atividades dele. Inclusive, quando voltei de Natal para Santo André, eu nem sabia que havia a sociedade entre o Sérgio e o Ronan, também nem precisaria saber também, afinal. Mas eu nem sabia, não o conhecia, conheci-o depois desse episódio, conheci a mulher dele, enfim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora ouviu falar no Sr. Barão Araújo?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Nunca.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca ouviu falar que é um empresário de jogos?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Nunca.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Barão Araújo?

A senhora ouviu falar em alguma conexão do Sr. Ronan Maria Pinto com o Comendador Arcanjo?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não tenho a menor...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca ouviu falar nisso?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Nunca ouvi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora também nunca ouviu falar na Srª Nelma Cunha?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Também não? Nunca ouviu falar?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só para explicitar uma opinião que tem dividido algumas pessoas que chegam aqui: existem duas teses sobre o crime do ex-Prefeito: uma de crime comum e outra de crime planejado, envolvendo componentes políticos.

**A SRA. IVONE SANTANA** – O senhor quer que eu responda?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O inquérito policial apontou primeiramente crime comum. A senhora acha que essa versão é a mais correta?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu tenho um sentimento – e é sentimento – de que não foi um crime de mando. Eu posso estar enganada. E eu rezo todos os dias para que, se eu estiver enganada, que a verdade apareça. Eu acompanhei, através do Deputado Greenhalgh, o processo lá em São Paulo – né? – da Polícia Civil DHPP. E eu acho que eu fiquei... eu fiquei muito constrangida. É evidente que o meu depoimento também foi uma coisa muito longa e o Dr. Armando não é das pessoas assim mais... simpáticas e acolhedoras, tal, e eu estava numa situação também que não tinha nem... Com toda a situação, eu ganhei uma confiança no Dr. Armando. Eu tenho um sentimento de que não é crime de mando. Quando se chegou à conclusão, eu sabia que o... Eu acompanhei os bastidores de como foi feito todo o processo. A equipe era muito grande. Eu não achei... Em relação ao tempo que foi feito, eu não achei que era pouco tempo, porque tinha 70 pessoas envolvidas e eu, como ia lá, eu acompanhava, de alguma forma, essa movimentação. Eu sabia das pessoas que estavam sendo ouvidas. Foi uma coisa muito... Eu fiquei... Eu fiquei convencida de que não tinha por que, ainda mais sendo um Governo de Oposição do PSDB. Não via motivo para que as pessoas escondessem... escondessem verdades. Mas eu também tenho uma coisa: no decorrer do processo... é... enquanto a... os irmãos tinham acesso aos... aos laudos, aos depoimentos e tal, eu não tive esse acesso. Então, eu não formei essa... Eu não formei opinião, nem juízo nenhum, a não ser das coisas que eu estava vendo. Eu conheci o contexto em que as coisas aconteceram. E, para mim, esse... esse resultado, ele... ele, ele é um resultado possível. Eu acredito que seja possível que não seja um crime de mando e que tenha acontecido aquilo. Agora eu rezo para que, aliás, as pessoas que estejam envolvidas direta ou indiretamente, o que quer que seja, não sejam beneficiadas com delação premiada de jeito... Não quero que percam... não ganhem um minuto de... sabe... de benefício, tendo participado de uma... uma... uma coisa tão brutal e... Então é isso. A minha posição é essa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a luta dos dois irmãos? Eu sei que a senhora não tem assim... Há um certo distanciamento entre a senhora e eles?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então, há um distanciamento, porque, como o Celso não... não se relacionava, eu também não tinha... É meio estranho, né?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Abstraindo disso aí, a senhor acha que eles... Claro, estão motivados por uma causa a mais legítima, não é?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não tenho dúvida que há... Por exemplo, tem algumas coisas que, desde que o relatório do DHPP ficou pronto... Por exemplo, eles não identificaram até hoje as duas pessoas que ficaram no cárcere. Isso é uma coisa assim... Não identificaram. E eu achava que esse... o processo tinha que continuar etc. As pessoas têm que ser presas e condenadas etc. E se continuar a investigação. Eu também não fiquei... O meu coração não ficou apaziguado quando o... o menor se declarou a pessoa que atirou. Eu não tenho... Nesse momento eu falei: – Isso não... me cheira bem.

Mas eu não vejo é... Não vejo onde que eu possa pegar e falar que o DHPP manipulou ou faltou. Tem uma coisa que eu fiquei surpresa nesse final de semana, Senador, que uma revista local aqui de Santo... lá de Santo André publicou a foto do rapaz do Seagesp que a Promotoria falava que não existia. Eu tenho a foto dele aqui na revista. Entende como as coisas vão indo? E eu acho que essas coisas vão-se esclarecendo com o tempo. Eu sei uma coisa, né? A gente... Não se devolve a vida para o Celso. Agora, acho que a forma como os irmãos têm feito, eles causam mais estragos do que benefícios. Eu queria mostrar aqui uma coisa que ninguém falou até agora: não existe uma pessoa da Ceagesp? Tem aqui a foto da pessoa da Ceagesp, o motorista. Fico esperando as coisas acontecerem. Eu não tenho... Aqui, está aqui a pessoa, está aqui. O que se pode falar? Até agora a Promotoria falava que não existia. E isso fundamenta. Então foi planejado. E aí tem o dossiê, tem o *laptop* que nunca existiu. Então tenho... Como de um lado da questão, tem lacunas, acho que têm várias lacunas de vários lados. Mas acho que não se pode pegar uma tese e enfiar uma realidade dentro de uma tese. Isso não dá, isso não dá, isso não tem como.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pelo que a senhora acompanhou, a senhora acredita que ele possa ter sido torturado?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então o que li? Eu li: para o DHPP, para quem faz a perícia, o conceito de tortura é um. Agora não tenho dúvida, eu vi, eu

fiquei muitas horas do lado do corpo, fiquei o tempo inteiro do lado do corpo do Celso. Não precisava de um relatório para falar que tinha tido tortura, não tinha como – sabe? –, pela feição, pelo rosto dele, não tinha como. Mesmo que foi maquiado e tal, eu não tinha essa dúvida, mas agora ele ter sido... Ele levou oito tiros, ele foi jogado dentro do porta-malas de um carro; eu imagino que isso deve ser muito complicado. O que intriga é não saber como foi que ele passou aquelas horas todas, porque as duas pessoas que estavam lá não podem ter desaparecido; isso não pode ficar assim. Eu queria saber em que condições ele esteve lá. Agora, essa coisa da terminologia, da tortura, ele foi morto com oito tiros, ele foi tirado do nosso convívio de uma forma brutal e inaceitável, e aí vou agora me apegar ao laudo?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª acha que ele foi torturado?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu acho que existem vários níveis de tortura; tortura psicológica, com certeza, porque só de você ser tirado num abalroamento do carro que se está, daquele jeito. Que pode ser isso? Uma pessoa pode morrer – não pode? – de um susto daquele? Então, para mim, essa coisa da tortura é uma coisa relativa que pode ser usada tanto para um lado como para outro e acho que isso não ajuda nada, não esclarece. Porque, sim, tem uma coisa que eu tenho que afirmar: essa coisa de... Para que se pretende mostrar, provar uma tortura? Qualificar uma tortura? Porque tortura houve, não é? Por que qualificar de uma forma a tortura? Porque ele seria torturado se tem o dossiê, para ele entregar o dossiê. Agora veja bem: o Sérgio é uma pessoa da relação do Celso, o Klinger é uma pessoa da relação do Celso. Eu não quero defender, mas, para mim, salta aos olhos. O Celso ia fazer um dossiê para quem, eu pergunto? O secretário municipal dele é amigo dele e é empresário da cidade. O Celso vai reunir um dossiê para mandar para quem, meu Deus? Ele é o prefeito, ele é o prefeito. As pessoas agora... Primeiro, o Celso não tinha nada com isso. Aí, dali a três meses: não, o Celso sabia, mas não concordava, concordava em parte. Que absurdo! Aí, agora, na terceira versão, tinha o saco de dinheiro. Quer dizer, quem pode levar isso a sério? Eu não levo isso a sério, eu não levo isso a sério. Não havia dossiê. Na casa do Celso eu circulava. A Polícia Federal esteve lá. Como que vai ter um dossiê que só... Aliás, o dossiê... Não tem nenhum dossiê que aponte essas coisas que estão sendo ditas. Tem esse dossiê aqui de 2000. Certeza. Pessoas que viram o dossiê em 2000 e viram esse sabem o que é. Então eu não tenho o que fazer. Eu acho assim: as pessoas têm que ser ouvidas. Quem tem que ser ouvido? As pessoas que trabalhavam com Celso, que poderiam ter intermediado esse tipo de coisa dentro do governo municipal. E essa coisa de corrupção...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dona Ivone, por gentileza, existe um depoente que viu a cena do arrebatamento do Prefeito e constatou que o Sr. Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, ao sair do seu carro, após os carros dos seqüestradores terem levado o prefeito, não demonstrou nenhum sinal de nervosismo. Esse dado, aliado ao fato de ele não ter sido levado junto, não faz a senhora refletir?

**A SRA. IVONE SANTANA –** Faz. Mas tem uma coisa. Acho que esse depoimento pode ser importante em relação a outros depoimentos que falam o contrário. A mulher que foi colocada... que dá um copo de água para o Sérgio. Eu li. Essa é uma das coisas complicadas, não é? Tem um inquérito muito volumoso. Quem se debruçou sobre o inquérito? Ninguém se debruçou. Então, ficamos com versões da imprensa, o que a imprensa seleciona, também preguiçosamente, para colocar. Então, acho complicado.

Não sou ingênua, não acho que as coisas não tenham cunho ideológico e as coisas acontecem. Acho que, se esse depoimento é importante, o do Pastor é muito mais relevante, porque filmou. Quer uma coisa mais categórica do que isso? E por que não aparece a fita? Não foi filmado?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – *(Inaudível)*

**A SRA. IVONE SANTANA** – Pois é, isso sim. Agora, alguém falou, depois de três anos que viu e tal e talvez seja. Quero o Pastor, quero a fita, porque, como você pode ver e interpretar diferente uma coisa que aconteceu?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço. Senador Garibaldi. Vou passar a palavra exatamente para quem conhece bem a história, tanto do pastor como das testemunhas.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores e Srª Ivone Santana.

Em primeiro lugar, quero aqui lhe transmitir o quanto eu próprio tinha grande estima por Celso Daniel, que era meu colega na Fundação Getúlio Vargas. Muitas foram as ocasiões em que com ele participei de seminários no Instituto de Cidadania, debates inúmeros; das vezes em que participei de reuniões com ele para, por exemplo, acompanhar como, na sua gestão anterior, ele havia sido um dos primeiros prefeitos a instituir, com sucesso, o Programa Renda Mínima associado à educação; das reuniões que participei, em

Santo André, com a prática do orçamento participativo, acompanhando-o. E acompanhei de perto também quando o Presidente Lula o escolheu para ser coordenador da equipe de transição de Governo e da formulação de Governo.

E outra ocasião importante em que nós dois interagimos bastante foi em 1995, quando ambos participávamos da elaboração da proposta de reforma tributária, em que o então Deputado Celso Daniel apresentou na Câmara e eu a apresentei no Senado oposição.

Com respeito a essa dúvida que V. Sª acaba de citar, eu quero dizer porque, algumas vezes, pode ser até que, sem me conhecer tão bem, resolveu expressar sua avaliação de que meu procedimento não seria o mais adequado. Mas, vou pedir para que se coloque na minha situação. Diferentemente do que escreveu a Revista **Livre Mercado**, o editor Daniel Lima, dessa revista do Diário do Grande ABC, quando mencionou: "...existiria ou não o pastor evangélico com quem o Senador petista Eduardo Suplicy afirma ter mantido contatos telefônicos, mas com o qual jamais se encontrou, apesar de ter pago passagem para ouvi-lo em Brasília".

Quero aqui esclarecer que o Daniel Lima, que não me ouviu na hora em que escreveu isso, que aproximadamente um mês após o seqüestro e morte de Celso Daniel, fui procurado por esse senhor que se apresentou a mim e veio a minha casa, conversou por mais de uma hora, um senhor que deve ter uns cinqüenta e poucos anos, que se disse pastor, que se apresentou como Paulo Mansur Adad – sem "h". Ele disse, na ocasião, que estava com problema de câncer e em tratamento, que ele havia estado na Rua dos Três Tombos, numa festa de sua neta; que ele costumava usar de um aparelho de vídeo e que estava filmando a festa, quando viu a correria dos carros. Estranhando o episódio, passou a filmar aquela cena e filmou o translado de Celso Daniel para o outro automóvel.

Inclusive, foi em função de, até hoje, eu ter procurado persuadi-lo a entregar esta fita e a prestar depoimento, para que ele possa esclarecer inteiramente um episódio – é fundamental que ele, como cidadão, possa fazer isso e eu aqui renovo o apelo para isso – que eu me interessei, ao verificar que, no inquérito que os promotores elaboraram, há depoimentos de duas outras testemunhas que assistiram a esta mesma cena, e que eu avaliei que seria importante ouvir essas pessoas.

Sr. Presidente, agora, preciso prestar um esclarecimento importante sobre a missão que V. Exª transmitiu a mim e ao Senador Romeu Tuma. Eu lhe entregarei, daqui a instantes, a gravação da oitiva que fizemos eu e o Senador Romeu Tuma, acompanhados dos Promotores Roberto Wider e José Amaro, na sexta-feira, testemunhados por dois assessores, o Eugênio Arcanjo e o Carlos Emerenciano.

Na sexta-feira, ouvimos, em caráter reservado – pois se trata de duas pessoas que estão sob o regime legal de testemunhas protegidas –, um senhor, que mora nas cercanias da Rua dos Três Tombos e que estava passando de carro, na direção da Via Anchieta para o Ipiranga. Quando estava descendo a ladeira, ouviu e viu tiros, assustou-se sobremaneira, encostou seu carro num ponto daquela ladeira e, de uma distância que estimo – por essa razão, quis ir lá para ver qual seria a distância – entre trinta metros e quarenta metros, observou a cena de, segundo ele, como Celso Daniel, a certa altura, depois de cercado o automóvel, inclusive tendo ouvido os tiros, foi retirado à força por três pessoas de um automóvel e colocado em outro. Segundo ele, teria visto Sérgio Gomes da Silva falando ao telefone, logo após esta cena. Segundo ele, Sérgio Gomes da Silva teria também uma arma na mão.

Em síntese, foi isso, não de forma conclusiva sobre se estaria Sérgio Gomes da Silva orientando ou não os seqüestradores ou sendo vítima. Não foi, na minha percepção, segundo ele, uma forma conclusiva o seu testemunho. Mas constitui um depoimento importante.

Ontem, como o Senador Romeu Tuma, não pôde estar presente, nem os assessores, que tinham voltado para Brasília, eu, acompanhado do Dr. Amaro e da Drª Adriana, ambos Promotores, estive no escritório do advogado da outra testemunha, no caso uma mulher que vinha do Ipiranga em direção à Via Anchieta, portanto, em direção inversa do outro. Ela, então, estava chegando à rua, quando se deparou com os carros já estacionados. Ela não viu o tiroteio. Então, se tiros houve, já teriam ocorrido. Ela descreveu a situação de uma maneira um pouco diversa, porque ela mencionou que o seu carro foi andando, ela viu uma pessoa que estava apontando uma arma de um lado do carro; ela estava com enorme receio, mas essa pessoa abaixou a arma, o revólver, e fez sinal para que ela passasse. Do outro lado, na percepção dela, estaria Sérgio Gomes da Silva, falando no telefone celular. Ela não viu que Sérgio Gomes da Silva estivesse com arma. Então, nisso, há uma diferença em relação à percepção da outra testemunha. Depois, ela prosseguiu, vendo a cena do seu retrovisor, tendo ela observado que a pessoa de cabelos grisalhos – depois, ela se deu conta, pelo noticiário, de que era o Prefeito Celso Daniel – estaria, sobretudo quando abriram a porta, quase que desacordado, se não desacordado, uma vez que seu corpo como que caiu para o lado, encostando a cabeça no suporte da porta.

Tudo isso, Sr. Presidente, está gravado. Então, vou entregar a V. Exª as três fitas: os dois depoimentos – o primeiro, o do homem na sexta-feira, com cerca de 58 minutos, e o dessa senhora, com cerca de 55 minutos – e também o da empregada doméstica, ouvida por nós, que a senhora conheceu, que também pediu para prestar depoimento em caráter reservado, pedindo para não ser identificada.

Ela, de fato, relatou, conforme a senhora mencionou, que, há cerca de oito ou nove meses – ela não precisou – antes da morte de Celso Daniel, uma única vez... Certo dia, ela, que parece uma senhora sincera e simples, muito condizente com tudo que a senhora relatou... Aliás, ela prestou um depoimento sobre a correção, a honestidade, a sinceridade, a simplicidade de modos e de costumes de vida que tinha Celso Daniel. Fizemos questão de ouvir isso detalhadamente. Portanto, é um depoimento totalmente espontâneo nessa direção. Logo que degravado, faço questão de lhe enviar o conteúdo total da degravação, assim como as outras três degravações.

Com respeito a essa senhora, quero até corrigir o que está hoje no jornal **O Estado de S. Paulo**. Fiz questão de transmitir ao jornalista que me perguntou que o depoimento dessa senhora não é conclusivo no que diz respeito à seguinte questão: "A senhora teria percebido, pela forma como Sérgio Gomes da Silva, ao falar no telefone, que ele teria como que orientado os seqüestradores ou algo assim?". Ela disse: "Eu não posso concluir isso".

Então, seja de um, seja de outro, são elementos para a formação de opinião, mas não conclusivo no que esse trabalho foi realizado. Sr. Presidente, quero ressaltar isso. Portanto, a comissão vai ter isso como uma maneira para cooperar.

Tal como V. Sª, eu quero contribuir para desvendar a verdade. Ontem, inclusive, conversei com o Presidente Lula, porque o acompanhei de Assis para São Paulo, e lhe transmiti uma síntese do que eu aqui estou falando, dizendo que o importante é contribuirmos para desvendar. Às vezes, o desvendar de um crime dessa gravidade é muito difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, passarei a Presidência ao nosso Vice-Presidente, pois tenho um compromisso. Fui chamado pela Presidência da Casa para um despacho.

Eu queria parabenizar V. Exª e o Senador Romeu Tuma pela missão, que, com certeza, foi cumprida, ao lado dos Promotores, e dizer a V. Exª que, ao entregar as fitas ao nosso Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, determinei à assessoria que, de imediato, leve-as para degravação, para as colocarmos à disposição de todos os Srs. Senadores da nossa comissão. Então, quero parabenizar V. Exª, o Senador Romeu Tuma e os nossos assessores. V. Exª sempre foi um homem que insistiu nessa situação. Por isso, entendo que poderá ajudar e muito esse depoimento. Vamos esperar que ajude, porque tem sido esse o objetivo, principalmente o de V. Exª, nesta comissão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu queria só dizer mais uma coisa, Sr. Presidente. Tendo vindo até aqui, o importante é que possamos completar a tarefa. O advogado Roberto Podval, hoje, na **Folha**, disse que estranha meu comportamento não democrático por não querer ouvir a defesa também. É claro que quero ouvir. Quero ouvir, inclusive, se a CPI avaliar – e eu acho que deve – que deve ouvir, o Sr. Sérgio Gomes da Silva, o Sr. Klinger Luiz de Oliveira Souza, o Sr. Ronan...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, o Sr. Sérgio "Sombra", o Ronan e o Klinger estão convocados já para esta CPI. Pretendemos trazê-los na próxima semana, em função deste trabalho realizado por V. Exª e pelo Senador Romeu Tuma. Quero parabenizar V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem.

Então, quero dizer ao advogado Roberto Podval, pelo qual tenho o maior respeito, que é claro que queremos ouvi-lo. Melhor estaremos ouvindo e fazendo perguntas, à luz de todas essas observações.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Já vamos deixar marcado para a próxima quinta-feira. Os três estão convocados, atendendo à solicitação de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quem sabe para que, na quinta-feira da semana que vem, possamos ter mais dados, eu proporia – uma forma é trazê-los aqui e a outra forma é V. Exª designar, como fez agora, uma força-tarefa da CPI – ouvirmos os sete que estão detidos e que participaram do seqüestro e do assassinato. Alguns morreram ou possivelmente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Têm uns que se suicidaram.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Vai ser difícil que esses aí venham. Morreram.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas, Sr. Presidente, eu me disponho a, se possível, até antes da quinta-feira...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Na condição de Presidente – e tenho certeza de que com o apoio desta CPI –, quero dizer que V. Exª está

autorizado, ao lado do Senador Romeu Tuma, a continuar esse trabalho, que é da maior importância e da maior responsabilidade.

Então, está certo que, na próxima quinta-feira, já estão convocados por requerimento desta CPI e vamos trazer aqui o Ronan, o Klinger, o Sérgio. Quanto aos outros nomes que V. Exª deseja ouvir, V. Exª está autorizado por esta Presidência.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, Sr. Presidente, esse trabalho precisará ser feito em cooperação com a Secretaria de Segurança do Governo do Estado de São Paulo, pedindo à Secretaria que os sete detidos estejam numa área adequada para prestarem depoimentos, pois são pessoas detidas.

Eu, então, coordenarei com o Senador Romeu Tuma a melhor oportunidade – se possível, faremos isso até segunda-feira – para trazermos os elementos necessários à CPI e tudo se esclareça da melhor forma possível.

Então, prezada Srª Ivone, quero transmitir que o propósito meu é o de esclarecer o assunto de maneira a colaborar para honrar tudo aquilo que eu soube de Celso Daniel na vida dele e pela estima que tive por ele, por Gilberto Carvalho, por Luiz Eduardo Greenhalgh. Aliás, tenho feito questão de transmitir ao Gilberto Carvalho e ao Luiz Eduardo Greenhalgh todos os passos que tenho dado, inclusive o esforço para acharmos o pastor. Se a senhora, por acaso, tiver alguma informação "Ah, ele está ali", em algum momento, pode me informar.

Acho que o relator tinha, nas suas perguntas, uma que eu acredito seja do interesse maior de V. Sª nos esclarecer. Em algum momento, foi dito que teria havido um depósito documentado do Sr. Sérgio Gomes da Silva a seu favor, um de R$7.500,00 e outro de R$2.500,00, salvo engano, totalizando R$ 10.000,00. Então, se V. Sª puder esclarecer se, de fato, ocorreu isso, quando aconteceu, por que razão aconteceu, isso é um dado relevante.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Claro. Eu agradeço a oportunidade também, porque não pude falar sobre isso. Posso falar agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pode. V. Sª está com a palavra.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Em 1999... Aliás, só tomei conhecimento ou me lembrei desse fato, porque, de alguma maneira, houve acesso a contas e cheques das pessoas. Eu também nem me lembrava e tive de recorrer a algumas pessoas para poder entender o que era. Eu não teria nenhum problema de ter o empréstimo pessoal do Sérgio – ele é uma pessoa da minha convivência –, mas realmente nunca precisei pedir empréstimo para ele. O Sérgio... Eu lembro... Eu sei que são dois cheques e, então, eu não sei exatamente qual é a ordem das coisas. Um cheque, uma pessoa que trabalha comigo foi descontar para ele. Eu trabalho numa ONG, ele estava sem secretária. Um cheque foi... Ele ia passar as contas para a pessoa pagar, na estrutura... do escritório. Aí, ele não apareceu até o final da tarde e a pessoa pegou, no nome dela, com ela depositante, depositou na minha conta e, depois, fez os pagamentos. Inclusive, se não me engano, os valores são iguais. Ele estava sem secretária, tínhamos uma relação próxima e, no outro mês, aconteceu a mesma coisa. Só que, uma vez, eu acho que foi... Eu não tenho certeza, porque realmente não fui atrás, porque tive a confirmação da pessoa sobre o que aconteceu. Eu lembro que eu estava, nesse período, fazendo um seminário de inclusão social para a ONU e as pessoas resolveram lá no escritório mesmo, pegaram e pagaram as contas. Foi um favor, não foi um dinheiro que ficou na minha conta, nem era um empréstimo. Mas eu não teria nenhum problema de assumir se eu tivesse tido um empréstimo dele nesse valor, por duas vezes, em 1999. Não teria.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas a senhora chegou a prestar algum serviço para o Sr. Sérgio Gomes da Silva?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não. Como eu disse, não foi isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não foi por essa razão?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não foi, não. Não foi empréstimo, nem prestação de serviço. Foi um cheque que ia ser descontado para ele e acabou sendo depositado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Não. Mas foi dele para a senhora?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Foi dele para mim, óbvio. Um cheque dele na minha conta, foi isso que surgiu.

Quando a pessoa depositou na minha conta ficou esse registro. Aí ela se comunicou com ele, que deu as contas, e ela fez pagamentos para ele. Ele estava sem secretária e usou uma pessoa que fazia trabalho esporádico para mim num momento em que eu estava em um seminário fora. Foi uma confusão. Não era empréstimo, nem devo esse dinheiro para ele. Felizmente, não é uma coisa que me preocupe. Mas também soube, porque saiu na **Folha de S.Paulo** há um tempo. Não tem nenhum problema em relação a isso, e, se fosse um empréstimo, não teria nenhum problema de pessoas que eu sempre afirmo que conheço.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mais algumas poucas perguntas, Sr. Presidente.

A senhora mencionou que conheceu Sérgio Gomes da Silva quando ele era professor e sabia muito bem artes marciais. Ele foi convidado a colaborar com o Prefeito Celso Daniel na primeira gestão dele. Nessa época, o Sr. Sérgio Gomes da Silva tinha um patrimônio significativo? Era do conhecimento de V. Sª esse aspecto?

A SRA. IVONE SANTANA – O que eu sei sobre o patrimônio dele nesse tempo é a mesma coisa, porque nós tínhamos uma relação... Eu sei que ele tinha uma casa na Vila Humaitá – nem sei como consigo lembrar disso agora. Mas quando a mulher dele era professora, naquele tempo ele também era professor e tinha uma casa na Vila Humaitá, o que eu sei era isso. Agora...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Humaitá... Perdão?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Vila Humaitá é um bairro. Ela é professora de um bairro popular lá de Santo André. Então, não era uma pessoa de um bairro popular lá de Santo André.

Então, não era uma pessoa... Eu nunca me relacionei com o Sérgio como se ele fosse uma pessoa de grande fortuna. Isso é um pergunta boa para fazer... Eles virão aqui. Mas, no meu entendimento, o Sérgio sempre foi uma pessoa de calça jeans, camiseta branca; o relógio que ele usava em 1989 era o mesmo, ele só tinha uma mania de carros. E eu achava que ele tinha um carro e para mim isso não me fez nenhuma diferença.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Depois que a senhora foi para o Rio Grande do Norte e voltou, portanto nesta segunda fase, a senhora mencionou que participou da coordenação da campanha Celso Daniel, no ano 2000, quando ele foi eleito. Depois, e nesse período também, teve função na prefeitura, no gabinete do prefeito ?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não. Não trabalhei na prefeitura na gestão segunda e na terceira gestão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Na segunda vez, a relação do Prefeito Celso Daniel com Sérgio Gomes da Silva era como amigo pessoal, mas também com uma pessoa que, antes tinha função de segurança, de professor de artes marciais, e que passou a ter uma relação empresarial, é isso?

**A SRA. IVONE SANTANA** – O Celso nunca teve relação empresarial com ninguém.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, não. Perdão. Qual era o trabalho de Sérgio Gomes da Silva? Ele passou a ser um empresário do setor de transporte ou passou a ter relações com empresários do setor de transporte?

**A SRA. IVONE SANTANA** – O que eu soube depois é que ele virou sócio do Ronan. Quando eu voltei de Natal, ele já morava em Fortaleza, e nós nos víamos praticamente quando ele vinha para São Paulo. E nós nos encontrávamos, durante um almoço ou um jantar, com Celso. Não era uma relação de trabalho. Nossos assuntos...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele passou a ter em relação empresarial...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não tem nada de relação empresarial.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) **–** Senador Eduardo Suyplicy, quero fazer um apelo a V. Exª, que já usou mais do que o dobro do tempo, e é o primeiro inscrito. Ainda há vários Senadores inscritos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim. Eu prometo terminar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu sugiro que o Senador Suplicy se reinscreva para o final.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu estou concluindo, com todo o respeito aos meus colegas. Então agradeço as informações. Se V. Sª quiser fazer qualquer explicação sobre a expressão que um dia saiu na imprensa, de que teria dito a um interlocutor a meu respeito, a senhora tem toda liberdade de fazê-lo. Eu aqui não vou precisar repetir. A senhora deve saber a meu respeito e a respeito do presidente José Genoino, do PT, quando foi feita uma referência que me pareceu bastante ofensiva, tanto a mim quanto ao presidente José Genoino, talvez pelas dúvidas que ambos havíamos levantado, relativamente ao propósito de saber exatamente o que se passou com o Prefeito Celso Daniel, como ele foi seqüestrado, como ele foi morto. Então, fica para...

**A SRA. IVONE SANTANA** – V. Exª precisa ser mais específico se quiser que eu fale sobre isso. Em relação a José Genoino, é um assunto meu e dele. Agora, eu queria que o senhor falasse exatamente o que o incomodou em uma declaração minha. Se o senhor quiser uma retratação pública, eu preciso saber o que é, o que o senhor está querendo. Não sei exatamente do que o senhor está falando. Desculpe-me, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Talvez tenha sido a outra pessoa que conversava com V. Sª e que...

**A SRA. IVONE SANTANA** – O senhor está falando dessas coisas de fitas? Não ouvi essas fitas. O Brasil ouviu, mas eu não ouvi essas fitas. Um dia vai chegar a minha vez.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu também não ouvi. Observei agora que, como a referência

é feita pela pessoa interlocutora e não por V. Sª, então, simplesmente, vou deixar...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Depois o senhor me explica melhor, porque eu gostaria de saber, porque...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu lhe mostro a transcrição, mas não vou aqui usar, até porque a referência foi feita pela pessoa que é interlocutora. Ela deve estar sabendo o porquê.

**A SRA. IVONE SANTANA** – O senhor pode ficar à vontade. Se eu puder esclarecer alguma coisa...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Agradeço a sua atenção. Pode ter a certeza de que o meu propósito é o mesmo que o seu...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu tenho certeza disso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) –...que o do Gilberto, que o do Presidente Lula, que o do Luiz Eduardo Greenhalgh, de esclarecer isso da maneira a mais completa possível.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos aqui desde de manhã. Eu pediria somente um pouquinho de atenção. Estamos desde de manhã ouvindo os depoimentos. Começamos com a Srª Roseana, esposa do Sr. Toninho do PT, e agora estamos ouvindo a Srª Ivone. Então, na realidade, tivemos dois depoimentos. O da Srª Roseana e agora o da Srª Ivone. Uma, esposa do Sr. Toninho do PT, assassinado em Campinas, e a Srª Ivone, esposa do Prefeito Celso Daniel, assassinado em Santo André.

Apesar de os dois depoimentos terem sido feitos no mesmo dia, eles têm caminhos completamente diferentes. Enquanto a Srª Roseana, esposa do Sr. Toninho do PT, veio aqui para reclamar da investigação, dizer que a investigação não foi completa, que ela não se conformava com o resultado da investigação e que queria e lutou durante três anos... Nós, inclusive, na CPI, colaboramos quando a convocamos ou aceitamos o seu oferecimento para vir aqui, a fim de que houvesse uma resposta do Governo quanto à utilização da Polícia Federal no caso. Hoje, finalmente, a Polícia Federal vai atuar no caso. Penso que ela conseguiu, então, o seu objetivo.

O da Srª Ivone é completamente diferente, é por outro caminho. A Srª Ivone tem a mesma opinião do Deputado Greenhalgh, do Sr. Gilberto Carvalho e de outras pessoas que acreditam que foi um crime comum, enquanto que a Srª Roseana não acredita nisso. Então são dois caminhos distintos. Na realidade, cada uma trilha por um caminho diferente. Uma quer mais investigação, e a outra está acreditando na investigação até agora.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, permita-me, a Srª Roseana é em relação ao Prefeito Toninho, não ao Prefeito Celso Daniel.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Toninho, claro. Estou falando em relação ao Toninho, apesar de que ela, **en passant**, falou que no caso Celso Daniel ela também não acreditava que era crime comum. Mas a opinião dela, evidentemente, é mais importante em relação ao crime do marido dela já que ela não acredita que tenha sido crime comum. No caso específico do Celso Daniel, há muito mais indícios de que foi um crime de mando. Com a atuação agora do próprio Senador Suplicy, que foi ouvir as testemunhas e disse que não há uma coisa definitiva, vamos e venhamos, ter no meio de um seqüestro o cara que ia dirigindo o carro do seqüestrado, o companheiro dele sendo colocado na mala de um carro para ser seqüestrado e ele falando em um celular, isso não é normal. E os seqüestradores em volta... É uma situação que duas pessoas viram e que, na realidade, vem confirmar todas as desconfianças. Mas, assim mesmo, a Srª Ivone acha que foi um crime comum.

Gostaria de começar perguntando o seguinte: V. Sª disse no seu depoimento agora que havia somente duas pessoas que não gostavam do Celso Daniel. Quem eram essas pessoas? Será que eram os seus irmãos?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não. Eu não imagino que os irmãos não gostassem dele; nunca falei isso e nem penso isso. Existe um jornalista que não gostava nem um pouco do Celso. Inclusive, depois da morte dele ainda... E existe um maestro em Santo André que não gostava nem um pouco do Celso. Isso são coisas irreversíveis na minha cabeça.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas isso não tem nada a ver com o crime?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não tem nada a ver com política, não tem nada a ver com rivalidades. Rivalidades, mas não no âmbito político. O Celso não se sentia ameaçado, tinha interlocução mesmo com as pessoas que eram adversárias. Então não tinha nada escondido nem nada que pudesse nos surpreender, do meu ponto de vista.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Em relação às duas viagens que V. Sª citou, e também os irmãos do próprio Prefeito Celso Daniel citaram aqui, quais foram essas viagens? Em que época? Quem é que foi? V. Sª poderia nos detalhar um pouco? Tem uma viagem para a Itália.

**A SRA. IVONE SANTANA** – São duas viagens para a Itália.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Duas para a Itália. Em que época, a senhora se lembra?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Em 99 foi a primeira. O Celso estava fazendo um processo de... Eu tinha pedido a ele que fizesse o processo de cidadania e queríamos visitar a cidade de origem da família dele na Itália, em Napoli. Por coincidência, o João Francisco estava fazendo 25 anos de casado e tinha passado a lua-de-mel em Napoli. Por conta desse diálogo e dessas coincidências, acabamos fazendo essa viagem juntos para conhecer os supostos familiares, para recuperar a árvore genealógica da família.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, foram os dois casais?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Fomos os dois casais, os quatro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E na segunda viagem?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Na segunda também.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Os quatro. E todos com o João Francisco? Quer dizer que essa idéia que o Presidente Lula falou ontem no programa, de que nem conhecia o João Francisco, o Bruno, numa tentativa de desqualificá-lo não é tão verdadeira assim, quando ele viajou com o irmão duas vezes seguidas, os dois casais.

Outra pergunta é em relação a esse depósito na conta de V. Sª. A revista **Veja** publicou que essa empresária do Expresso Guarará, a empresária Rosângela Gabrilli, cujo pai de vez em quando aparece na televisão falando, etc., que era um dos que estavam sendo supostamente perseguidos por esse trio, o Ronan, o Sombra e o Kingler. Na realidade, foi aberto o sigilo bancário do Sr. Sérgio Gomes da Silva: estão depositados na conta dele exatamente os valores que a Srª Rosângela Gabrilli disse que tinha pago como propina. Estão depositados na conta do Sr. Sérgio Gomes da Silva. Na realidade, esse dinheiro foi distribuído entre várias pessoas do grupo do Prefeito Celso Daniel, inclusive V. Sª, que teve dois depósitos no início de 1999, que V. Sª já confirmou. Na realidade, esse dinheiro era originário da conta do Sr. Sombra, era originário do depósito da senhora Rosângela Gabrilli. Solicito que a CPI – estou fazendo um requerimento – quebre o sigilo bancário desses três.

Dessa época, os três que estão envolvidos diretamente, o Sr. Sérgio, o Ronan e o Klinger para que a gente possa fazer um estudo do que acontecia naquela época em relação a essa transmissão do recurso, mas como V. S.ª confirmou a questão do dinheiro, já explicou, não precisa explicar mais a não ser que queira acrescentar alguma coisa.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu gostaria de acrescentar porque, se eu pudesse me referir a algumas coisas que o senhor falou, para mim seria bom.

Essa coisa da viagem é usada como alguma coisa de muita intimidade, mas isso é uma impressão.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas duas viagens?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então. O fato de as pessoas viajarem... Não era discutida política porque esse era o critério para as coisas funcionarem no nosso grupo. Nós só poderíamos falar de coisas familiares porque as opiniões eram muito divergentes. Não se falava de Prefeitura de Santo André, era um momento de lazer em que estávamos fazendo outras coisas, entendeu? Isso é uma coisa. Esses são os fatos concretos, mas é utilizada essa motivação da viagem para falar que havia uma intimidade, que ia toda semana, que o Celso teria confidenciado coisas que eu não sabia que ele tinha confidenciado para o irmão que tinha uma visão política oposta. Quer dizer, isso não concordo.

Olha, essa reportagem, na íntegra, da revista **Veja**, eles vão ter que provar o que estão falando. É isso. Eu até hoje não tinha entrado com nenhum processo por injúria e difamação, mas agora as coisas vão ter que se esclarecer. Agora, eu não estou afirmando de onde saiu o dinheiro do Sérgio, disso não tenho a menor idéia, isso nem me interessa.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não, mas agora em relação a essas gravações que a senhora disse que não viu.

V. S.ª conhece uma pessoa que tem uma interlocução muito grande e que, até agora, não tinha aparecido diretamente e a gente não sabe quem é, uma pessoa chamada Xangola.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Xangola?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quem é essa pessoa?

**A SRA. IVONE SANTANA** – É um secretário da Prefeitura de Santo André, Maurício Mindrisz.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Maurício Mindrisz? Maurício Mendes?

Há diversos...

**A SRA. IVONE SANTANA** – É uma das pessoas que devem ser ouvidas. É uma das pessoas da maior proximidade do Celso dentro da Prefeitura.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Esse Xangola?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Xangola.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E ele foi um dos que orientou a senhora quando a senhora foi para os programas de televisão.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Me orientou, não. Nunca fui em nenhum programa de televisão, nunca fui em programa nenhum de televisão.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Nem da Hebe?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu queria que me pagassem cada vez que alguém fala uma mentira dessas.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas nem da Hebe a senhora foi? A senhora não deu entrevista no programa da Hebe?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Se eu fui ao programa da Hebe eu queria...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não foi?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não fui, estou falando. Não fui em nenhum programa. Já estou ficando careca de ouvir que fui em programa...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não foi e nem deu entrevista em nenhum jornal?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Como é que eu fui orientada se nem fui para o programa?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não, se não foi...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu não ouvi as fitas, mas posso contestar veementemente, porque é um absurdo eu ter que responder por coisas...

O Senador Suplicy me traz aqui, estou inquirida, teve a invasão da minha privacidade, fitas gravadas ilegalmente. Tenho que agüentar o juiz vir aqui, ser ouvido com todo o respeito, um juiz condenado falar de mim como se eu fosse uma pessoa que... Eu não sou cidadã? Eu queria saber.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas não é questão... Na realidade, estão aqui os diálogos na fita. Agora...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Na fita que foi gravada ilegalmente, a que eu não tenho acesso, e tenho que dar conta do que está na fita. Posso responder para o senhor sem problema, mas eu tenho que fazer o meu protesto, porque...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não, se V. Sª não foi, tudo bem. Essa resposta já é uma resposta. Na realidade, tem aqui uma série de fitas; em todas elas, tanto o Sr. Gilberto Carvalho como esse Xangola orientam V. Sª no sentido de responder a entrevistas, etc.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Pois é, não aconteceu. Isso não aconteceu.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Se não aconteceu, então realmente...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Isso não aconteceu e nem orientação, eu não precisava de orientação para falar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, em relação, para encerrar, Sr. Presidente, o meu tempo já terminou, mas só para encerrar, em relação a essa faxineira, da questão das malas de dinheiro, também não dou muita importância a isso, mas como foi a relação de V. Sª com ela? A diarista, faxineira-diarista, como é essa relação? A senhora sabe ainda onde ela ainda vive? Ela ainda tem relação com a senhora?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Ela vive e fala com a promotoria que tinha saco de dinheiro, oito meses atrás, antes da morte do Celso. Ela vive, ela vive, né? E deve estar vivendo bem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Bom, Sr. Presidente, eu acho que já perguntei bastante e, ela, em seu depoimento, já fez um resumo acho que bem feito de tudo aquilo que viveu.

Só gostaria de dizer que, na realidade, mais um depoimento, mais essas investigações e acho que todos os depoimentos aqui mostram que devemos continuar as investigações, que o Ministério Público tem que continuar para que nós cheguemos realmente aos mandantes desse crime tão bárbaro que levou uma pessoa que tinha tantos méritos e tantos valores morais como o Prefeito Celso Daniel. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, quero ouvir o nosso Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – D. Ivone, queria perguntar à senhora para ver se esclarece como é que essa diarista, apesar de não se acreditar muito nessa versão...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu tive contato com ela. Eu e o Suplicy conversamos bastante com ela.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como é que ela iria inventar uma coisa dessas? Qual seria a motivação?

A senhora que conheceu a pessoa, o Senador Romeu Tuma também teve contato, como é que ela iria inventar isso? Qual seria a motivação?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu não tenho idéia, mas não é o único caso de pessoas que... Surgiu a história do *laptop*, há várias coisas que ficam: a coisa da calça, a coisa do livro e da rasura no livro, coisas que não têm por que acontecer. Não fui eu quem fui ao apartamento, foi outra pessoa.

Não sei se as pessoas querem aparecer ou se as pessoas têm benéfico com isso porque, olha, eu não tinha nenhum problema com a D. Rita, nós tínhamos uma relação profissional e, quando o Celso faleceu,

eu transferi a ONG para outro lugar, eu a indenizei e nunca tive nenhum tipo de relação. Era solidária com ela, ela tinha mil problemas de saúde, mas como sou com todo mundo. Não era um favor. É como funciona a minha relação de trabalho. Então, poderia achar uma coisa, poderia achar qualquer coisa, mas nada que possa esclarecer. Essa história do *laptop:* surgiu que o Celso tinha um *laptop* que nunca usou. Aí, uma pessoa da minha extrema confiança, que foi uma pessoa escolhida a dedo, que foi... Sabe, fomos criados na mesma rua, ele virou fisioterapeuta, ele tinha jogado basquete com o Celso e ele foi escolhido para, depois da cirurgia que fez, acompanhar na casa dele, na casa do Celso, a fisioterapia. Eu estava junto todo o período da recuperação.

Ele deu um depoimento falando que o Celso tinha um *laptop*. Eu falei "mas o Celso tinha um *laptop* no apartamento? Nas vezes em que você foi lá e eu estava?". Ele falou "não, lá não". Quando ele ia ao consultório fazer o tratamento fisioterápico ele levava o *laptop*.

Quer dizer, o motorista ia junto com ele nessa circunstância do joelho. O Celso não levava nada. Se o Celso andava com uma sacola era porque andava com tênis, a troca de roupa, a toalha, isso. Não tinha *laptop,* mas a pessoa acha que viu um *laptop*. Essa é uma coisa que a psicologia social tem que explicar. É um caso acima de uma mera socióloga, uma dona de casa, uma educadora porque pessoas... Vamos pensar. Uma pessoa que tem uma instrução diferente, os dois têm uma instrução diferente, os dois têm relações diferentes com o Celso... E vai aparecer mais coisa nesse sentido. Eu acho que tem uma coisa da... O que acontece em Santo André... Hoje, há um consenso de que as coisas aconteceram, que foi um crime de mando e isso não sai do imaginário das pessoas. Eu preciso sobreviver a isso porque não vou querer convencer as pessoas de que é o contrário. Eu quero que apareçam evidências porque eu sou uma pessoa que passei situações muito complicadas na minha vida de ser julgada, de ser julgada pela aparência, pela minha história de vida, por diferença social, por diferença cultural. Fui o tempo inteiro isso e tenho muita consciência do lugar que ocupo. Eu não vou cometer a mesma coisa, eu não vou cometer. Sabe por quê? Porque o Ministério Público tem que trabalhar, a Polícia tem que trabalhar, a Polícia Federal tem que falar, o pastor tem que aparecer com a fita. Eu prefiro esse caminho de torcer e acreditar do que pegar e jogar porque a vida das pessoas está sendo jogada no lixo. A **Veja** faz essa reportagem falando coisas de mim que não tem inimigo que faça melhor que ela fez. Coisa que não tem... Qual é o propósito disso? Qual é o propósito? Não é propósito nenhum!

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto à senhora, sem querer interromper a seqüência das perguntas: a senhora tem inimigos ou não?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não, eu não tenho, mas só que eu sou uma pessoa que me posiciono. Eu tenho uma coisa que pode ser bom ou pode ser mal, né, eu sempre, mesmo dentro de uma família. Eu sou... Se o Celso era a ovelha negra da família dele, eu sou a ovelha negra da minha família. Eu sempre achei que eu podia fazer coisas, que eu merecia as coisas, um espaço melhor para trabalhar, para estudar. Eu fui criada numa família em que a minha mãe falava assim: "Filha, você já acabou o ginásio. Está bom! Você trabalha tanto!". Eu trabalho há 28 anos, eu tenho 42 anos. Eu trabalho, registrada em carteira, em carteira, PIS, desde 1977. Minha vida não é uma vida muito simples, não! Não é muito... As coisas, eu consegui com muito sacrifício, mas eu fui muito discriminada. Então eu não faria isso. Ainda mais envolvendo coisas e pessoas que não são pessoas de que eu desconfiasse, eu não sou... Eu não faria isso, eu não faria isso por nada. Sabe por quê? Porque, assim, eu ponho a minha cabeça no travesseiro e eu acho que as pessoas têm que fazer a parte delas. Eu não estou conformada, eu não sou conformada com nada disso! Acontece que esse esquema de atirar e salve-se quem puder não é, não é, não foi para isso que eu nasci nessa família. Não foi para isso! Eu tenho um papel social, eu tenho certeza disso! Eu tenho alunos, para um pouquinho do meu grau de interferência, eu quero ser uma pessoa respeitada. Eu não quero... Nunca precisei utilizar, mesmo sendo uma pessoa simples, pude me relacionar a vida inteira com um intelectual como o Celso, que me mostrou o meu valor, o que eu podia!

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, posso fazer uma questão de ordem. Creio que já sabemos do perfil da depoente e da honestidade com que ela expõe a sua vida de dificuldade. Mas gostaria de fazer uma questão de ordem porque o Senador José Jorge precisa ir embora, e talvez seja uma informação – desculpe, Senador – importante para ele em razão da dúvida sobre os três envolvidos no esquema de corrupção do sistema de transporte, que é o Sérgio, o Ronan e o Klinger.

Requeri, e foi aprovado aqui, cópia de todo o inquérito que envolve corrupção na Prefeitura de Santo André, envolvendo empresário do setor de transporte. Ontem, Senador José Jorge, mandei aqui para a Comissão 28 volumes que se referem às cópias do inquérito, que está na fase final, na Promotoria Pública de Santo

André, assinado pelo Dr. Roberto Wider, pelo Amaro José Tomé e pela Drª Adriana Ribeiro Soares de Morais. Então talvez tenha material para ser consultado sobre essa questão. Desculpe interromper...

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Passo a palavra agora ao Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Eu penso que muita coisa já tenha sido bem esclarecida também e creio que tenha sido um depoimento também seguro, tranqüilo, esclarecedor. Os aspectos que a senhora levantou, e que foram levantados e já explicados aqui na CPI, na minha ótica, parece-me que devam ser abandonados, em termos de debate, que é a questão do *laptop*, que também já havia sido explicada antes, e por mais de uma pessoa, e a senhora explicou de novo hoje bem, a questão dos sacos de dinheiro que a diarista teria visto, mesmo o Senador José Jorge, agora há pouco, sendo até de partido de oposição, disse que não dá valor algum a isso. E realmente, pelas explicações e pela história também não se deva dar. A questão do dossiê, que ele estaria montando um dossiê. Isso também, pois a senhora explicou, e já tinha sido explicado, que o dossiê tinha sido mandado e que tinha ido dentro de um envelope. O Gilberto Carvalho até esteve aqui dizendo: "Olhe, é um dossiê que me foi entregue!" Porque ele tinha a obrigação de entregar para o Prefeito também. Eu creio que ele deixou na casa dele. E o depoimento da senhora é muito importante, porque a senhora, afinal, quer dizer, não formalmente, mas era esposa do Celso Daniel. Para ser esposa e ter direitos, não precisa ter o papel passado, que é uma formalização, mas era, de vida, de fato, e convivia, e vivia, e discutia, viajava. Então tem toda condição de dar um testemunho importante nessa situação. Então isso foi muito esclarecedor.

Agora, eu separaria as minhas dúvidas, ou os questionamentos, sempre em duas partes. Não entro na questão de se foi um crime comum ou um crime de mando, porque isso creio que tenha que ser investigado pelo Ministério Público, pela Polícia Civil, pela Polícia Federal. É como a senhora fala, há um relatório da Polícia Civil, dos delegados que acompanharam, que indicaram que foi um crime comum. Os delegados vieram aqui, explicaram, discutiram. Foram 8 delegados que acompanharam. Foi falado com o Geraldo Alckmin, com o Fernando Henrique Cardoso, foi acompanhado pela Câmara, pelo Greenhalgh, pelo Jamil Murad. Então muita gente acompanhou, e chegou-se à conclusão de que era um crime comum. Agora, os próprios delegados disseram: "Olha, estamos abertos!" Quer dizer, se surgirem fatos novos, não vamos ficar batendo nessa tecla! Ou seja, se surgir um fato novo e tal, dando indícios de que é crime de mando, um planejamento, alguma coisa diferente, a família tem todo o direito de dizer, como a senhora falou e acredita nisso, mas está aberta e também reza para que a verdade apareça, usando a sua expressão. Acredito que seja isso mesmo!

Agora, tenho muita dificuldade, e sou franco em dizer, e tenho sido criticado por "n" pessoas que acompanham os trabalhos desta CPI, e até digo assim porque também temos de fazer uma análise dos depoimentos que vêm para a Comissão. Tenho muita dificuldade de acreditar nos irmãos do Celso Daniel. Tenho muita dificuldade! Por exemplo, perguntei ao João Francisco: João Francisco, cinco dias antes da sua morte, você tinha uma informação gravíssima – ele usou a expressão gravíssima – de que recebeu a denúncia de que havia propina, que o pessoal estava denunciando e que, na verdade, você iria levar a informação. O seu irmão é assassinado cinco dias depois. Por que você não contou isso para a Polícia? "Não, porque não sei o que, não confiava na Polícia, mas não confio no Ministério Público"... Quer dizer, fico pensando o que aconteceu aí no meio para que essa informação gravíssima não fosse passada para a Polícia, com o irmão assassinado cinco dias depois. Então a pessoa não me convence! Pode falar o que quiser! O pessoal me critica: "Não, mas o irmão morreu e tal, não sei o quê". Eu digo: está bom! Qual é a nossa função? A nossa função é questionar, fazer pergunta. Aí o outro irmão chega também e diz: "Não, nós saímos da missa de sétimo dia e fomos para casa". Está ótimo. Quanto tempo você falou com o Gilberto Carvalho? "Quinze minutos". E o João Francisco disse: "Mas você comeu bolo, você repetiu o bolo". Quer dizer, saiu da missa de sétimo dia, vai dizer, "Puxa", mas vai falar alguma coisa da missa de sétimo dia. Só haveria o tempo de dizer: "Olhe, eu levava o dinheiro para São Paulo no Corsa, não sei o que e tal, e tchau, cometi esse crime, converso com vocês". Qual seria a atitude razoável de alguém que tem o irmão assassinado e alguém chega e diz que cometeu um crime. Eu diria: senta aqui, meu chapa, eu quero conversar com você, e você vai me explicar isso direitinho aqui. Não vai embora, não! Vai, senta aqui, porque eu quero conversar! Então eu fico imaginando por que esse pessoal, esses dois irmãos, estariam falando isso! Quer dizer, isso é outra parte, não é investigação do crime, que eu acho legítimo, há dúvidas, vai, continua, perfeito! Mas por que teria essa versão na qual não podemos acreditar? Não consigo acreditar! Por que a senhora acha isso? Quer dizer, esse é o meu ponto de vista! Digo isso agora porque falei para eles isso. Então estou tranqüilo, não é algo

que esteja falando na ausência deles. Falei para eles isso.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Então, eu, através da leitura dos depoimentos, consegui montar um quadro assim na minha cabeça. Eu não quero convencer ninguém disso. Eu só vou relatar porque, através dos autos, pode-se constatar isso. O João Francisco, no primeiro depoimento, fala que, ele sempre fala... Falava, no começo, porque o discurso dele mudou totalmente. Se pegar o depoimento e reportagens de jornal, as coisas vão mudando, e agora é uma coisa muito diferente. No primeiro depoimento, eu já falei o que ele tinha falado antes. Mas aí ele muda, muda a situação para uma coisa assim. Ele falou, primeiro, quando ele não era lobista. Quando ele não era lobista, ele falava assim: "Não, a Rosângela, o pai da Rosângela é amigo do nosso pai". Era isso que ele falava no começo. É só constatação de jornal, não conversei com eles. Também não conversei com eles, e eles também não conversaram comigo. Mas eles ligaram para a Rosângela Gabrilli para avisar que o Celso tinha sido seqüestrado. O João Francisco ligou para avisar que ele tinha morrido. Ele não me ligou nunca durante o seqüestro.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Bom, pedimos a quebra de sigilo fiscal, telefônico, bancário do João Francisco porque quero também aprofundar essa investigação, não eu, a CPI, nesse sentido, para ver o que está acontecendo aí porque quero saber com quem ele falou, quantas vezes ele falou, o dinheiro que ele manuseia, essas coisas todas porque temos todo tipo de denúncia.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Pois é, o meu também, se quiser, está todo à disposição porque, mais do que a minha vida já foi revirada, não tem nenhum problema. Não tem nenhum problema.

Agora eu queria dizer isto: essa versão mudou. Primeiro, ele era relativamente distante, depois ele estava se reaproximando do irmão e depois o irmão ia toda semana na casa dele. Isso eu saberia, isso não tem como. Aí, têm outros elementos. Ele liga para a Rosângela Gabrilli, mas, no começo, falava que eles não tinham relação e que aquela coisa, por causa da memória do pai que ele foi pedir para o Celso fazer isso. E, como na verdade, nós tínhamos um certo pacto de convivência porque era o seguinte: nós íamos uma vez por ano, ou duas, na casa do João Francisco, no aniversário dos sobrinhos e aniversário dele, do João Francisco mesmo, em novembro, e outro, no começo do ano, dos filhos, que é mais ou menos próximo. Então, quando dava, a gente ia. Era isso! Só que tinha um pacto implícito: a gente não tocava em questões políticas, porque cada opinião, sabe quando sai faísca? Todo mundo que tem família sabe disso, quando tem opinião divergente. Então a gente ia, ficava um tempo, ia embora, e aí a relação se dava. Por quê? Porque não tinha proximidade, eles não acompanhavam a vida política do Celso, eles não têm idéia da dimensão intelectual do Celso, eles não têm idéia. Ele morava numa cidade vizinha, mas é uma pessoa que está na atividade dela. Eu entendo, eu também tenho parentes, tenho família. As pessoas comuns fazem assim, trabalham, cuidam da família, cuidam dos filhos. É isso! Não é uma pessoa que está ligada à política, que sabe os meandros, sabe. Eu nem imagino como alguém podia ter uma informação dessa, né, de que o Celso estava... De que o Celso ia até a casa dele e falava que estava fazendo dossiê? Quer dizer, isso é... Só se eu não conhecesse o Celso, só se eu não tivesse convivido, para poder acreditar numa coisa dessa. E aí, o que aconteceu? A mudança do depoimento. Depois que a Prefeitura... Tinha um processo na Prefeitura em que a empresa Guarará tinha que fazer alguns acertos. O *lobby* que o João Francisco fazia... Eu não estou ofendendo, eu não acho que fazer *lobby* é uma ofensa, mas só que você intermediar, você tem vários jeitos de intermediar coisas, aquilo era *lobby* mesmo, porque havia não-cumprimento de cláusulas, e isso vai ser muito bom a presença do Klinger aqui, porque o Klinger era o secretário, era a pessoa que está... Eu não estou fazendo defesa dele, mas eu ouvi isso muitas vezes na Prefeitura. O que acontecia? Tinha uma situação que era irregular e que a Prefeitura tinha que acioná-los e não podia acionar, porque o João Francisco não queria. Depois que a Prefeitura, foi adiado três vezes esse período ou duas vezes, o Klinger vai poder explicar muito bem, porque está na estrutura da Prefeitura. Esse contrato foi, por duas ou três vezes ainda, como forma de deixar que eles se preparassem para efetuar o pagamento etc. ou... E eles não fizeram, a Prefeitura cortou isso. Quando a Prefeitura cortou isso, na semana seguinte, o João Francisco foi para o Ministério Público e fez outro depoimento, falando da Rosângela e tal. Quer dizer, é pegar os depoimentos e casar os depoimentos. Eu não estou querendo ser arrogante de falar o que tem que ser feito. Mas eu fiz e eu vejo isso!

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não, eu tenho essa cronologia dos fatos também.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Pois é, é importante.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu perguntei para os delegados: o João Francisco fez para vocês o depoimento de que tinha recebido as ligações? Eles disseram: "Não, nunca mencionou dinheiro!" Quando é que começou a mencionar dinheiro? "No momento em que a prefeitura disse que aquele contrato não poderia

ser cumprido daquela maneira." Agora, fico pensando: por que ele combinou com o irmão, então? Se fosse um... Por que os dois estão combinados? O Bruno, quando veio aqui, com todo respeito também, e falei para ele também: olhe, não dá para acreditar que, em 15 minutos, a pessoa sai de uma missa de 7º dia, vai lá, come o bolo, repete o bolo, pergunta, como é que ele não vai... Tem que dizer alguma coisa da missa e tal. E ele vai dizer: "Olha, eu levava dinheiro e tal!".

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Flávio Arns...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Só para concluir, gostaria que a senhora me dissesse, porque nunca ouvi alguém falar das irmãs do Celso Daniel. Pelo que a senhora relatou, são três irmãos e duas irmãs. Uma delas é gêmea do Bruno e.... a outra é a mais velha.

**A SRA. IVONE SANTANA** – A outra é a mais velha.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – A outra é a mais velha. São casadas?

**A SRA. IVONE SANTANA** – São casadas. Uma é viúva há muito tempo; e a outra é casada e tem filhas.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Filhas adultas também?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Filhas adultas.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Qual tem sido o posicionamento delas, em relação a esses fatos todos? A senhora sabe? Depois eu encerro!

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Flávio Arns, só para esclarecer: eu gostaria de começar a votação nominal. Então gostaríamos que realmente houvesse uma concisão para que pudéssemos terminar o depoimento.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu posso falar rapidinho, rapidinho mesmo!

Então, a irmã mais velha tem um filho, o Rafael; a Clélia tem duas meninas. O Celso tinha uma relação afetiva, não próxima mesmo, mas afetiva, com a irmã Clélia, inclusive fazia questão de ir ao aniversário das meninas e tal. Isso era a relação. Agora, é uma família que não tem uma politização. Na verdade, a mãe do Celso, que era a pessoa mais próxima dele e tal, é a filiada nº 1 do PT. Era militante.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Então só uma pergunta: o que as irmãs acham do posicionamento dos dois irmãos?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Elas não se manifestaram. Elas se omitiram em relação a isso.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Tudo bem! Obrigado, até pela rapidez, por causa da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador, Senador Romeu Tuma, a quem peço seja breve, para que possamos concluir a votação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Serei bem rápido! Apenas gostaria de cumprimentar Dª Ivone. Acho que, em tudo isso a senhora é uma vítima – eu chamaria de vitimologia – em todo o sistema que decorreu da morte do Celso Daniel em razão do envolvimento do seu nome em várias situações que a senhora tem afirmado que lhe causa repulsa e que não aceita determinadas referências.

Não vou entrar no mérito da dúvida que tem o Senador, porque ele é cauteloso nas suas ponderações, mas me ficou a impressão – é claro que isso pode não ser verdadeiro – de que quando o Gilberto falou com os irmãos, foi no sentido de que eles poderiam dar uma entrevista e acusar o Celso Daniel de estar participando da arrecadação no esquema de corrupção dos ônibus. Então, teria dito: "Não falem, porque vão ferir a memória do seu irmão".

Quer dizer, o que me deu a entender é que isso se diz rapidamente, porque, inclusive, o Gilberto disse que, durante essa ou em outra conversa, eles tiveram uma revolta pessoal e se desentenderam. Então não é o mérito. Isso vai ter de ser investigado, é claro. É muito difícil chegar a uma conclusão. Eu não perguntaria isso à senhora, porque a senhora não teria absolutamente vinculação alguma com essa conversa, porque a senhora até desconhece se houve ou não essa conversa.

Outra coisa é que a diarista, quando descreveu o corrido – não vou entrar no mérito –, foi muito clara, pelos detalhes. Ela disse que, quando chegou, no dia... Ela disse que a senhora era diretora de uma escola que o Celso Daniel criou e que, em vez de três dias, ela passou a ter dois, porque ia à escola para ajudar. Não sei se já se falou sobre isso aqui. *(Pausa.)* Já. Então a senhora me desculpe.

Então ela disse que os três pacotes, e não sei se o Suplicy foi claro aqui! Ela disse que chegou, normalmente, foi até a lavanderia, ou não sei, perto da máquina de lavar, e lá, ela viu três sacos do Pão de Açúcar, coberto com um lençol amarelo-bebê. O que é amarelo-bebê? Ela falou: é um amarelo bem clarinho. Estava dobrado em cima e sobreposto. "Quando eu o tirei, vi que era dinheiro, tomei um susto e devolvi". Eu perguntei: a senhora não falou com Celso Daniel, não disse a ninguém que havia aquele dinheiro lá? Ela disse: "Não. Fiquei com medo. Eu fui para minha casa, falei com a minha filha, e ela disse: Mãe não conta para ninguém porque aí perigo de a senhora ter que responder". Então foi passando o tempo. Quando ele foi assassinado, ela teria raciocinado – está gravado aí – e dito: "Puxa, vida. O Celso Daniel deve ter sido morto

por alguma falcatrua que ocorria ali". Mas fez questão, várias vezes, de repetir que Celso Daniel era um homem sério, correto, decente, jamais poderia praticar alguma falcatrua. Poderia ser a *entourage* que estava com a missão de arrecadar. Essas são as hipóteses que foram levantadas durante o depoimento dela.

Eu senti muita sinceridade porque é uma pessoa de meia-idade e doente, com problema cardíaco e tudo. Ela resolveu procurar o promotor – vou terminar – que estava presente ao depoimento dela para esclarecer sobre o caso do dinheiro porque ficou com pena dos dois irmãos em um depoimento que fizeram, desesperados para continuar a investigação.

Eu não gostaria que a senhora risse porque eu...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu não estou rindo. Pelo contrário...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu tenho muita simpatia, mas eu não gostaria que a senhora ironizasse o que ela falou porque eu não sei se tem fundamento ou não. A senhora pode ter suas dúvidas...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Eu não estou rindo. Isso me atinge diretamente – o senhor me desculpe –, me atingiu diretamente. Eu convivia naquela casa. Não é assim. Não é coisa que não tem nada a ver comigo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ela disse que durante o trabalho dela que a senhora foi uma ou duas vezes com um menino, que a senhora teria um filho com Daniel, segundo o Gilberto Carvalho disse aqui.

Não estou entrando no mérito da sua família, não; só estou...

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não, ela trabalhava uma vez por semana das oito às doze. A gente não se encontrava mesmo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, ela disse que... Mas ela não fez nenhuma referência desairosa à senhora nada, absolutamente nada. Só falou dos fatos com que ela conviveu na casa.

Então, eu acho que ela depois... Será que ela teve alguma ilusão que era dinheiro e não era dinheiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Romeu Tuma...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) –Eu vou terminar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu vou dar à depoente oportunidade de dizer alguma coisa, mas queria lembrar que o Presidente está convocando para a sessão e pedindo que suspendamos os trabalhos. Eu gostaria de encerrar o depoimento e a reunião

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu queria dizer isto: eu achei que houve um pouco de sinceridade.

Quando Celso Daniel foi assassinado, a senhora recebeu um telefonema do Sombra, do Sérgio, porque ele ligou para alguém do local.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não, eu não recebi nenhum telefonema.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Quem avisou a senhora? Desculpe a pergunta.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Quem me avisou foi o então Secretário de Saúde da Prefeitura.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele soube e ligou para a senhora?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Ele soube e me ligou. E eu falei: não, não é possível. Deve ser um engano.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** E aí a senhora não ligou para o Sérgio?

**A SRA. IVONE SANTANA** – Não, eu não tinha nem o celular dele porque ele morava em outro lugar. Eu nem tinha o telefone dele. Não liguei.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Com todo o respeito, acho que a senhora é um pouco vítima de toda essa situação.

**A SRA. IVONE SANTANA** – Para mim está perfeito.

Agradeço bastante a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (**Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nós também agradecemos a presença da Drª Ivone.

Comunico aos Srs. Senadores que amanhã, após a reunião da CCJ, haverá reunião desta Comissão para, na primeira parte, votar requerimentos e, depois, ouvir o depoimento do Deputado Federal Jamil Murad e o do Sr. Sílvio José Pereira, ex-secretário-geral do Partido dos trabalhadores.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 18h41min.)*

**Ata da 34ª Reunião Realizada em 9 de novembro de 2005.**

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às treze horas e vinte minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flavio Arns, Eduardo Suplicy e Tião Viana, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta

a reunião informando que a presente destina-se à oitiva do Senhor Sílvio José Pereira, ex-Secretário Geral do Partido dos Trabalhadores e do Deputado Federal Jamil Murad e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A presidência comunica que recebeu pedido de informações do Senhor Ministro Marco Aurélio, a respeito da convocação do Senhor Silvio Pereira, informando ainda que as providências serão tomadas objetivando a reconvocação do depoente. Com a palavra o pela ordem o Senador Antônio Carlos Magalhães propõe que a presente reunião seja cancelada em sinal de protesto à decisão do Supremo Tribunal Federal. A presidência informa que o Senhor Ministro pediu apenas informações à CPI. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy informa que em contato com o Advogado do Senhor Silvio Pereira, foi informado que seu cliente se comprometeu de comparecer espontaneamente, perante esta CPI, na próxima semana, para prestar depoimento. A presidência informa que está encaminhando na data de hoje ofício dirigido ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, em apoiamento a decisão do Ministério da Justiça em determinar que a Polícia Federal investigue o Caso do assassinato do Prefeito de Campinas/SP, Antônio da Costa Santos. A seguir, a presidência submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 269/05,** de autoria do Senador Eduardo Suplicy, requer a convocação da empresária Rosângela Gabrilli, para prestar esclarecimentos a esta Comissão, acerca dde questões relacionadas entre a Prefeitura de Santo André e a Empresa Expresso Guarará Ltda. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 267/05,** de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, subscrito pelo Senador Arthur Virgílio, requer que o Senhor Jack, seja convocado a prestar depoimento perante esta Comissão. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, solicita que seja procedida a transcrição da gravação das fitas relativas aos depoimentos tomados em São Paulo, sem que seja revelado o nome dos depoentes. A seguir a presidência convida o Deputado Jamil Murad para tomar assento à Mesa. Com a palavra o depoente presta seu testemunho sobre a necropsia realizada no corpo do prefeito Celso Daniel. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para os questionamentos iniciais. A seguir, passa-se a fase interpelatória quando usam da palavra de acordo com a lista de inscrição os Senadores Tião Viana e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e trinta minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada, por meio do Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crimes de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço a V. Exªs que votaremos alguns requerimentos, já de consenso; não haverá quebra de sigilo em razão da falta de **quorum**.

O nosso objetivo hoje, nesta reunião, seria ouvirmos o Deputado Federal Jamil Murad, que já se encontra presente – agradecemos a presença de V. Exª –, e o Sr. Silvio José Pereira.

Faço um esclarecimento: pela segunda vez, esta CPMI tenta intimar o Sr. Silvio Pereira, sem êxito; também a Polícia Federal não conseguiu intimá-lo. Ontem, contatamos o Agente Aires, da Polícia Federal, que se comunicou com o advogado dele, o qual nos garantiu que não haveria problema. Mas, para nossa surpresa, recebemos uma solicitação do Ministro Marco Aurélio, pedindo informações a fim de instruir o processo acima referido. Diz S. Exª: "Solicito a V. Exª, com a urgência cabível, informações sobre o alegado, e a petição da cópia que segue em anexo".

Então, o advogado solicita um **habeas corpus**, dizendo, na sua conclusão: "Diante de todo o exposto, e considerando o justo temor de o paciente vir a ser arbitrariamente algemado e conduzido coercitivamente para comparecer a ato designado para amanhã [que seria hoje], para o qual não foi intimado a tempo".

Quero deixar claro a V. Exªs que esta Presidência, em nenhum momento, fez essa recomendação, e, em nenhum instante, o agente da Polícia Federal ameaçou prender o Sr. Silvio Pereira. Quero deixar isso claro. Informarei isso ao Sr. Ministro, mesmo sendo desnecessário, porque, na realidade, ele não foi intimado. Na primeira vez, ausente e, segundo informações, após a data, se encontrava em uma praia denominada Ilha Bela, se não me engano, e, há 72 horas, a Polícia Federal tenta um contato e não consegue.

Quero, mais uma vez, comunicar a V. Exªs que iremos convocar o Sr. Silvio Pereira uma vez mais. Acredito que, ao final desta reunião, decidiremos em que data.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Solicito a V. Exª que, por decisão de V. Exª ou do Plenário, pois não há número para decidir, não haja reunião da CPMI dos Bingos hoje. Desde já peço desculpa ao Deputado Jamil Murad, cuja delicadeza tem sido demonstrada nesta Comissão, inclusive com o comparecimento de S. Exª. Também quero protestar quanto à decisão do Ministro Marco Aurélio, um homem altamente competente, sério, digno, meu amigo, mas que jamais poderia agir como está agindo em relação a uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito como esta, presidida por V. Exª, que há pouco honrou a sua Presidência, dizendo ao advogado Malheiros o que ele necessitava ouvir.

Desse modo, penso que hoje não deveria haver reunião da CPMI dos Bingos numa demonstração de protesto à atitude do Supremo Tribunal Federal que, infelizmente, tem sido useiro e vezeiro nessas intromissões. Este Poder não se mete nas questões do Supremo – e não pode se meter –, então, também o Supremo não pode se meter em coisas deste Poder.

Daí por que solicito a V. Exª que suspenda a reunião e marque para outro dia a reunião em que será ouvido o Dr. Jamil Murad.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Levaremos isso em consideração.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu gostaria de fazer uma ponderação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou conceder a palavra a V. Exª. Deixe-me antes informar ao Senador Antonio Carlos Magalhães que, na realidade, não houve ainda uma decisão do Ministro Marco Aurélio. S. Exª pede informações.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Às 11 horas e 48 minutos de hoje, evidentemente, não quer resposta ainda hoje, porque V. Exª não pode fazer esse milagre.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem. Concordo que o horário chegou muito próximo. Agora, devo informar, por uma questão de dever, que não houve ainda essa decisão. Na realidade, eu até diria que era impossível eu fazer a oitiva hoje do Silvio Pereira, em função do próprio depoente que, usando uma expressão bem clara, se escondeu para que não pudesse aqui...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ladrão que é, tem fugido da polícia.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Devo dizer que vou fazer a informação e uma reconvocação ao Sr. Silvio Pereira. Amanhã, temos o depoimento do Sr. Rogério Buratti e do Sr. Vladimir Poleto. Acrescento que, lamentavelmente, o Sr. Vladimir Poleto está vindo com um **habeas corpus** preventivo, o que lhe dá o direito de ficar calado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas de ouvir o que é necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, faço esse registro e ouço V. Exª Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Primeiro, eu gostaria de ponderar ao Senador Antonio Carlos que, até por uma questão de respeito ao Deputado Jamil Murad, que já esteve aqui, todos podemos testemunhar que, desde a primeira ocasião em que aqui estiveram presentes os irmãos João Francisco e Bruno Daniel, o Deputado Jamil Murad tem acompanhado e se colocado à disposição, para prestar todos aqueles esclarecimentos para os quais hoje foi convidado. Informa-me o Deputado Jamil Murad que, na semana que vem, S. Exª tem um compromisso internacional, para o qual está inclusive pedindo autorização para....

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não há pressa para o Deputado Jamil Murad, que é apenas assistir a uma necropsia, mas que V. Exªs quiseram votar para poder protelar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me, Senador Antonio Carlos Magalhães, pois, até atendendo a minha sugestão, ele me informou que estudou e verificou o laudo do Dr. Delmont, e que está preparado para falar. Ouvi-lo não vai significar qualquer ação inadequada. Mas, com respeito ao protesto que V. Exª fez, está super-registrado. Ademais, creio que seria importante que pudéssemos analisar os requerimentos.

Sr. Presidente, informo que o Sr. Arnaldo Malheiros acaba de me telefonar informando que garante que o seu cliente Silvio Pereira comparecerá voluntariamente na data em que V. Exª marcar, na semana que vem, aqui na CPMI. Ele me disse para dizer que é palavra de honra do Dr. Arnaldo Malheiros que Silvinho Pereira comparecerá espontaneamente, na hora e data em que V. Exª marcar, na próxima semana.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu me retiro da reunião em sinal de protesto, da covardia dos membros do Poder Legislativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes de decidir esta questão, dou ciência a uma decisão que foi tomada ontem, numa reunião, em que nós ouvimos a Srª Roseana Garcia, e discutimos matéria que dizia respeito à presença da Polícia Federal no caso de Campinas, na cidade de Campinas, quando do assassinato do Prefeito Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, ocorrido no dia 10/09/2001.

Resolvemos fazer um documento que vai aqui assinado por todos os Srs. Senadores desta CPI. Daqueles que ainda não assinaram vamos solicitar a assinatura, mas aqui há maioria. O documento é vazado nos seguintes termos, com a redação do nosso Presidente da Comissão Senador Suplicy, com apoio de outros Srs. Senadores:

"Exmº Sr. Ministro Dr. Márcio Thomaz Bastos, na qualidade de Presidente, juntamente com os demais Membros da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, e por decisão unânime, vem expressar o apoio à decisão do Ministério da Justiça, considerando inclusive a recomendação da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de estar determinando à Polícia Federal apurar todos os fatos relacionados ao assassinato do Prefeito de Campinas, São Paulo, Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, ocorrido em 10/09/2001, levando em conta, inclusive, os apelos da Srª Roseana Garcia, viúva do Prefeito Toninho do PT, feitos a esta CPI na data de ontem."

Vai assinado por mim, na condição de Presidente; pelo Relator Garibaldi Alves Filho e pelos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos, Flávio Arns e outros que aqui se encontram.

Digo ao Senador Suplicy que nós agradecemos mais essa missão cumprida na CPI e esperamos, sim, que S. Exª Ministro de Estado da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, determine realmente que a Polícia Federal ajude, de uma vez por todas, a tirar as dúvidas e esclareça esse crime. Então, agradecemos e está comunicado o ofício.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós temos aqui requerimentos do Senador Eduardo Suplicy, que eu queria colocar em votação. São requerimentos para os quais não precisamos de **quorum** qualificado e ontem ficou aqui decidido que poderíamos colocar em votação hoje.

Requerimento. De autoria do Senador Suplicy, requer, nos termos da legislação em vigor, seja convocada a empresária Rosângela Gabrilli, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito de Bingos.

Em discussão.

Com a palavra V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, a Srª Rosângela Gabrilli, tendo em vista que inúmeras vezes foi citada a empresa Expresso Guarará, avaliou que seria importante prestar esclarecimentos. Eu perguntei, inclusive, se seria possível a presença de seu pai Luiz Alberto Gabrilli, mas ela consultou-o há pouco e ele não está bem de saúde. Esteve hospitalizado recentemente. Com relação ao que ele poderia esclarecer, que ocorreram durante o tempo em que ainda estava bem de saúde, ela relatará, pois é hoje a principal diretora responsável pela empresa Expresso Guarará, tem documentos e conhece muito bem o ocorrido com seu pai e depois com ela própria no que concerne à Prefeitura Municipal de Santo André. Então, se dispõe, voluntariamente, e veio hoje a Brasília para dizer dessa sua disposição. Ela estava aqui até há pouco, mas foi almoçar aqui perto, vai voltar, e a apresentarei a V. Exª, ao Relator e aos Senadores, porque ela veio para mostrar sua disposição de cooperar com a CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A palavra de V. Exª já mostra essa disposição, Senador.

Em discussão. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

São mais três requerimentos, um de autoria dos Senadores Juvêncio da Fonseca e Arthur Virgílio.

Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requerem a presença do Sr. Jack, que seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi citada, ontem, essa pessoa no depoimento.

Em discussão.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Sr. Jack?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª estava ausente ontem, e houve, no depoimento da Srª Roseana Garcia, referência exatamente a esse nome. Há o depoimento desse cidadão, que quer depor. Ela, inclusive, fez um apelo, quando do seu depoimento, para a convocação desse cidadão. É Sr. Jack porque não pode ser revelado o nome, segundo a própria viúva do Sr. Toninho do PT, no dia de ontem.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Na verdade, Sr. Presidente e Sr. Relator, o nome foi mencionado como um funcionário, um garçom da casa de bingo de Campinas que teria ouvido uma conversa a respeito do planejamento do assassinato do Prefeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Perfeito, para ser bem claro.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Penso assim, até entramos num... Mas como ele trabalhava numa casa de bingo também ouviu... porque senão abrimos

uma nova frente, que é o assassinato do Prefeito de Campinas, o que, aliás, com toda razão, até a Comissão já assinou requerimento pedindo para que a Polícia Federal interfira no processo. Mas isso é muito bom porque foi o pleito principal, eu diria, da viúva do Prefeito, que, aliás, fez um depoimento bastante interessante. Da minha parte, não tenho objeção nenhuma a que a pessoa seja convocada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado.

Requerimento do Senador Eduardo Suplicy. Está só repetindo, é o mesmo requerimento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ontem V. Exª considerou que, da mesma maneira que eu, com o Senador Romeu Tuma, poderíamos estar ouvindo as testemunhas que ouvimos...

Aliás, Sr. Presidente, como o Sr. Augusto, Secretário da Comissão, já providenciou junto à Sustel (Subsecretaria Técnica de Eletrônica) e à Taquigrafia que possa haver a degravação das fitas, e possivelmente hoje à tarde estarão prontas, sugiro a V. Exª que, uma vez prontas pela Taquigrafia, possa-se até disponibilizar e tornar público o depoimento, já que a responsabilidade de manter as testemunhas protegidas, sem a revelação de seus nomes, está assegurada. Então, o conteúdo não há problema em divulgar. Transmito a V. Exª que, se desejar, como Presidente, tornar público para a imprensa, acredito que poderá fazê-lo sem problemas. São das duas testemunhas que viram e mais o da empregada doméstica que relata os fatos que aqui foram falados.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é que me disponho, conforme ontem havíamos conversado, juntamente com o Senador Romeu Tuma e, eventualmente, o Relator, e quem mais puder, ouvir em São Paulo as sete pessoas que estão detidas e que estão denunciadas como tendo sido os autores do seqüestro e assassinato do Prefeito Celso Daniel. E, então, se V. Exª puder confirmar essa determinação para que, oficialmente, possamos tomar as providências junto ao Secretário de Segurança para providenciar o local adequado. Então, eu providenciaria, da mesma maneira como o fiz, também a gravação desses depoimentos... E, em horário de comum acordo com o Senador Romeu Tuma, ou outro, porque ele me disse que irá a ONU no próximo sábado... Então, se não for possível encontrar um horário comum com ele, se eu puder ter a companhia de outro Senador ou do Relator ou do Senador Flávio Arns, eu gostaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tomaremos as providências, Senador Suplicy, e atenderemos a V. Exª. E informo que até o final da tarde... Ontem mesmo, mandamos fazer a degravação das fitas e espero estar hoje, não só à disposição de V. Exª, como de toda imprensa. V. Exª será atendido na íntegra. E eu convido o Deputado Federal, Dr. Jamil Murad, a participar... Se apresente a nossa Mesa... E, de início, já concedo a V. Exª, Deputado, a palavra para a sua exposição.

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Eu queria cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Efraim; o Senador Garibaldi, o Senador Suplicy, o Senador Arns, o Senador Tião Viana, o Senador Eurípedes, não é? Eu queria agradecer a oportunidade de dar uma opinião que possa ajudar na elucidação dessa questão do companheiro Celso Daniel. Eu compareço a esta CPI do Senado com compromisso de solidariedade, de espírito de justiça, olhando os interesses maiores do nosso povo e do nosso País. E o companheiro Celso Daniel estava nessa trincheira e merece qualquer sacrifício para esclarecer, dirimir dúvidas, enfrentar as dificuldades para que se ajude o povo brasileiro e se ajude o nosso País. Eu reconheço, Srs. Senadores, que nós passamos por uma intensa luta política, e eu acho que o Brasil, hoje, tem duas grandes correntes. Eu sou de uma corrente: a corrente transformadora, mudancista, que abarca milhões e milhões, dezenas de milhões de brasileiros que não se conformam com o nosso País, ainda com a maioria de excluídos, sem benefícios do progresso. E essas batalhas necessitam... Essa batalha, para mudar o Brasil, ela tem muitas facetas. Ajudar a esclarecer a questão do companheiro Celso Daniel ajuda o povo brasileiro. E, por isso, eu quero agradecer esta oportunidade.

Eu era Deputado Estadual; sou médico, desde 1968, formado em Ribeirão Preto, na USP de Ribeirão Preto, e compareci à Câmara Municipal, no centro de Santo André, porque recebi a notícia de que tinha havido o seqüestro do Prefeito. Era uma figura pública, de projeção nacional, era um dos principais articuladores da candidatura do Presidente Lula, que, seguramente teria chance de vitória, e, tendo a vitória, ele ocuparia um espaço de grande projeção no Governo. Então houve uma comoção por tudo que Celso Daniel representa. E não só eu como também centenas de lideranças políticas, sindicais e pessoas comuns da cidade comparecemos lá.

Nessa ocasião, dei uma entrevista para a tevê – se não me engano à TV Globo – onde eu procurava, Senador Suplicy, eu lamentava o seqüestro e me

lembro bem que falei o seguinte: os seqüestradores deveriam entrar em contato com a família – não sei se ainda existe essa fita.

Então, estou dizendo isso porque quero historiar o nosso interesse pela solução do problema, e nós não aceitamos, do meu ponto de vista, não posso aceitar distorções. Quer dizer, com esse compromisso que relatei, com essas atitudes que tomei desde o momento inicial, eu não poderia – não posso, não é não poderia –, não posso aceitar distorções.

Muito bem, meus pais eram doentes – meu pai já faleceu, sofria de grave doença cardíaca em Ribeirão Preto –, e isso era uma sexta-feira; no sábado, logo de manhãzinha, fui para Ribeirão Preto. Chegando lá, recebo a notícia de que o corpo do Celso Daniel tinha sido encontrado. Pedi para o motorista da Assembléia Legislativa me levar de novo para São Paulo porque eu achava que, como médico, como Deputado Estadual, como uma pessoa com certa experiência política – sou do PCdoB desde 1968, participei de todas essas batalhas seja com figuras que não existem mais, mas que são saudosas como o Senador Teotônio Vilela e outros –, participando de todas essas lutas, eu falei: "Eu preciso ver o que vai ter nessa autópsia". E fui para lá. Tomei essa decisão e voltei para São Paulo. Fui ao IML, próximo ao Ceagesp, de São Paulo, cheguei na sala de necropsia. Tinham médicos e autoridades policiais, e estava o Deputado Greenhalgh. Foi ponderado que não deveria ter ninguém além das autoridades do IML, autoridades policiais. Nós travamos ali um diálogo, Senador Garibaldi, travamos um diálogo em que eu, como médico e como Deputado Estadual, portanto representando o povo do meu Estado – estava tratando ali de uma figura pública como Celso Daniel –, eu achava que eu deveria permanecer na sala, porque me desloquei para lá exatamente para saber o que seria encontrado nessa necropsia. E aí houve a concordância de que eu, como médico, participasse, permanecesse; o Deputado Greenhalgh saiu.

Eu queria registrar que não houve atitudes de querer alterar o trabalho dos médicos nem das outras autoridades. E existem muitas testemunhas. Não sou legista, sou médico de rim, nefrologista, então não vou falar tecnicamente, como se fosse o legista. Não coloquei a mão no corpo do companheiro Celso Daniel, só acompanhei todas as horas, desde o começo da necropsia até o fim.

Depois, fomos, no meu carro da Assembléia, atrás do carro do corpo de bombeiros, levá-lo para Santo André. Então acompanhei de ponta a ponta a autópsia, e posso dizer que a autópsia.... Até tenho aqui o laudo do Dr. Delmont, infelizmente falecido recentemente, que fala, na página dois, desse documento do Ministério Público do Estado de São Paulo: "Estavam presentes mais três legistas – teve um que passou por lá e saiu –; estava o superintendente da Polícia Científica; estava o Diretor do IML, Arnaldo Tadeu Poço; estava o Deputado Greenhalgh – que ele cita aqui –; estava o Diretor do Departamento de Homicídio do Estado de São Paulo, Dr. Domingos." Aqui está escrito pelo Promotor: "Na ante-sala estavam presentes inúmeros delegados de polícia, e o delegado responsável, Dr. Armando."

Portanto, essa necropsia não tem como as pessoas acharem que o que estava ali era do domínio de uma ou outra pessoa que possa esconder um ou outro dado, não há como, porque o número de autoridades com responsabilidade, que estavam dentro da sala, que olharam, que viram... não tem possibilidade... Ninguém é maluco de querer inventar as coisas.

Então, queria dizer que havia a minha observação, como médico nefrologista, não como legista. Havia lesões provocadas por projetos de arma de fogo, a mandíbula estava com fraturas, havia outras marcas de entrada ou saída de projetos de arma de fogo, havia um hematoma entre o osso e o coro cabeludo. Dialoguei com o perito, depois ele abriu o crânio, para examinar o cérebro, não havia lesões traumáticas na massa encefálica, não havia sangramentos, não havia lacerações da massa encefálica, não havia nada disso. Havia duas lesões arredondas no dorso, uma com a circunferência completa e outra uma semilua, e foi interpretada como pressão da boca de um cano de revólver empurrando a pessoa.

Passados alguns dias, não me lembro se foram algumas poucas semanas ou alguns dias, fui convidado a comparecer na casa de um irmão do companheiro Celso Daniel, para relatar o que eu tinha visto nessa autópsia. Compareci lá – estavam os dois irmãos, as cunhadas, tinha mais uma ou duas pessoas que não me lembro o nome – e relatei tudo que vi. Ele fez algumas perguntas e eu as respondi. E aí um dos dois irmãos falou o seguinte: Deputado Jamil, será que você poderia acompanhar a nossa advogada para ir ao IML, para termos acesso ao laudo médico, ao laudo do IML?

Prontifiquei-me – isso era um fim de semana –; na segunda-feira, nos dirigimos para lá, com a advogada – que não me lembro o nome, mas certamente ele sabe – e falamos com as autoridades do IML e eles entregaram o laudo, na mão da advogada. Coloquei-me à disposição para os irmãos e para a advogada para que pudessem me mobilizar, Sr. Presidente Efraim, quando fosse necessário, estava à disposição, o meu intuito era colaborar. Como amigo, era amigo político, quer dizer, éramos do mesmo campo político, eu sou do PCdoB, sempre fui do PCdoB, não tinha motivo nenhum para

– eu aprendi no meu partido que a gente tem que ser solidário com o nosso povo e com aqueles que lutam para defender o nosso povo, independente do partido que a pessoa seja. É com esse espírito que agi o tempo todo e me coloquei à disposição da família.

Quero dizer para os Deputados que tinha uma ou outra escoriação. Quero dizer aos Srs. Senadores que não vi lesões que justificassem a declaração de tortura, embora queira esclarecer aos Senadores e à opinião Pública que uma pessoa pode ser torturada sem que haja lesões, sem que haja sinais. Mas, o que vimos no laudo, o que ouvimos nas declarações são indícios de que havia lesões que dão segurança de que a pessoa foi torturada ou barbaramente torturada.

Vou passar a essas referências. Isso me motivou ajudar a esclarecer, não achei que era justo ficar quieto, calado, sem vir aqui nesta Instituição para me colocar à disposição de um esclarecimento.

Sei que seria mais cômodo ficar quieto e não estar aqui nesta circunstância fazendo isso, mas isso não é da minha natureza. Quando venho aqui quero colaborar, contribuir, esse é o meu compromisso da introdução que fiz, esse é o compromisso.

Então, acho que as coisas... aqui o laudo do médico, infelizmente, já falecido. Ele coloca os motivos – nessa página – olha aqui, Senador: determinação do tempo de agonia. Ele descreve e diz que tinha espasmo cadavérico, expressão de terror e fezes liquefeitas. Aí, tem um item onde está escrito assim: tortura – consideramos como tortura, senso geral, os achados descritos no item anterior, isto é, espasmo cadavérico, expressão de terror e fezes liquefeitas. Acrescidos da multiplicidade e localização dos tiros, além de sinais compatíveis com contato de cano, boca de cano de arma aquecido com contorno posterior do tronco. Quer dizer, a boca do cano do revólver aqui e ele fala em arma aquecida. É isso que está descrito como tortura. Agora, uma pessoa que prevê a morte, ela não fica com faces de desesperado, faces de terror? Ao tomar os primeiros tiros a pessoa não pode ter espasmos? Essas perguntas que faço sem ser legista. Inclusive, acho que a dúvida não é o Deputado Jamil Murad, que é médico nefrologista, contrapor a opinião de um legista. Na minha opinião, Senador Efraim Morais, Senador Garibaldi, Senador Suplicy, Senador Arns, Senador Tião Viana, a sociedade brasileira merece que as coisas sejam dirimidas. Então, quem vai dirimir? Seríamos nós, Senadores e Deputados, ou seria uma comissão de peritos, com a responsabilidade de ser profissional acima de qualquer suspeita, que descreveria a verdade, analisaria o trabalho do médico e, eventualmente, tomaria qualquer atitude?

Essas coisas mal resolvidas... Estou aqui, Sr. Presidente, com o jornal **O Estado de S.Paulo** do dia 30 de outubro de 2005. O professor filósofo Roberto Romano, meu amigo, uma pessoa da mais alta qualidade, escreveu: "Ocorre que esse laudo não convence, já que as marcas de tortura no Prefeito de Santo André eram claras".

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Perdão. Qual laudo que não convence? Permita-me perguntar: a que laudo V. Exª está-se referindo?

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – "Ocorre que esse laudo não convence, já que as marcas de tortura..." Aqui, é o artigo dele.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas ele está-se referindo a qual laudo?

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Não sei a qual laudo, mas vou completar para deduzirmos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Qual é a data?

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – É 30 de outubro. Ele coloca assim: "Sempre entendi o caso Celso Daniel como político, não pelos atores que o mataram diretamente, mas pelo círculo do PT, que, em vez de apurar, até hoje usa o laudo da Polícia [está aqui o esclarecimento] de São Paulo como escudo".

Então, aí a pessoa já coloca que há marcas claras de tortura. Essa pessoa é da mais alta responsabilidade. É uma pessoa de bem, só que passa a reproduzir a opinião pública, como está aqui: crime comum, 8%; crime político, 91%. Vai reproduzindo uma coisa que precisa ser esclarecida.

Então, um partido político pode ser colocado dessa forma como está sendo colocado o PT? Se há disputa política, luta política, há também questões técnicas, que precisam ser esclarecidas, que transcendem a luta política de agora. E vou desacreditar da instituição Polícia?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – V. Exª acha que ainda seria possível, com base nos documentos existentes, nas fotografias, haver uma comissão, como V. Exª sugere?

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Acho que pode.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – V. Exª acha que isso é possível tecnicamente?

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Senador, **O Estado de S.Paulo**, de 23 de janeiro de 2002, publicou: "IML nega que Celso Daniel tenha sido torturado". É o diretor do Instituto Médico Legal que nega. Está aqui a matéria.

Então, diz assim: "O Diretor do Instituto Médico Legal, José Jarjour Jorge Júnior, disse, nesta quarta-feira, que os exames dos médicos-legistas não cons-

tataram sinais de tortura no corpo do Prefeito Celso Daniel. 'Ele não foi torturado pelo seqüestrador. Os ferimentos encontrados pelos legistas no corpo [é o diretor do IML falando] foram de natureza leve'".

Aí, descreve-se: "Segundo Jarjour, a necropsia mostrou que o seqüestrador de Celso Daniel deve ter encostado o cano de uma arma nas costas do Prefeito, empurrado seguidas vezes, provocando alguns hematomas".

Eram aquelas duas lesões encontradas.

O Secretário de Segurança Pública, Saulo Abreu, que é Secretário até hoje em São Paulo, perguntado se Celso Daniel fora torturado antes de ser assassinado, declarou: "É subjetivismo. O que eu tenho é o que o laudo diz. Não cabe nem à perícia determinar isso".

Esta não é a opinião do Deputado Jamil Murad ou do médico Jamil Murad. Estou vendo essas questões. Aqui tem o desenho, o trabalho do médico já falecido. Aqui se descreve o que foi encontrado: orifícios de entrada e orifícios de saída de projéteis; projéteis localizados; dentes e próteses que foram quebrados com o tiro; feridas por projéteis secundários; feridas múltiplas, as quais ele acha que foram fragmentação de um tiro no chão; marcas na boca, de arma, que é aquela lesão na boca do cano do revólver. É isso que foi encontrado. É isso que está descrito. E depois tem uns desenhos do que foi encontrado.

Existe aqui um documento que é o documento... Está aqui: "Termo de Declarações. Ministério Público do Estado de São Paulo. Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de 2005 [agora], compareceu ao gabinete do *(Inaudível.)*, o Dr. Carlos Delmont Printes, perante os Drs. Roberto Wider Filho e Amaro José Thomé Filho, Promotores de Justiça de Santo André, e, devidamente compromissado, prestou as seguintes declarações".

Vou resumir aqui: "A conduta do Deputado Greenhalgh, durante o exame, estava prejudicando o andamento da perícia."

Eu acho que... eu quero dizer que não constatei isso. Eu estava lá. Eu não constatei isso e nem cabia a gente, ao Deputado Greenhalgh ou a qualquer outro procurar impedir, atrapalhar porque, na frente de tantas autoridades, como que a pessoa poderia querer induzir que se fizesse assim ou assado, à revelia dos peritos, dos especialistas?

Bom, na página seguinte: "Havia outras lesões características de tortura. O Prefeito apresentava duas queimaduras nas costas." Está aqui, Presidente. Faço questão de mostrar ao senhor: "O Prefeito apresentava duas queimaduras nas costas." Era aquela marca da boca do cano do revólver. Era hematoma; não era queimadura. Não era queimadura!

Depois, mais adiante, com relação ao seqüestro convencional, vem-se fazendo considerações: "O declarante [que era o Dr. Delmont] nunca examinou um caso, em que houvesse um ritual de tortura, com a crueldade e a desproporcionalidade que verificou no exame do corpo do Prefeito Celso Daniel."

Não existia essa... Isso aqui... Não existiam esses sinais que pudessem falar que "ritual de tortura, crueldade..." É lógico que é cruel dar tiro em uma pessoa, matar uma pessoa, quebrar... Mas são agressões com arma de fogo. O que nós entendemos por tortura são mecanismos de provocação de dor para tirar confissões. E isso, no meu entendimento, está querendo embasar uma tese de que ele foi torturado para entregar um dossiê... Que se investigue isso, mas que não se baseiem em falsos dados de que o corpo do Celso Daniel estava mostrando sinais claros de tortura. Eu não estou deduzindo através da Polícia... Eu não estou fazendo papel de polícia porque eu não sei, eu não tenho esse conhecimento, não sou especialista... estou falando que não existiam esses sinais que são descritos seja no relatório do médico, seja nesse termo de declarações do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Mais à frente, ele fala que no menino Ives Otta não foi encontrada a face de terror e nem o espasmo cadavérico que se verificou no exame de Celso Daniel.

Com essa comparação, ele quer dizer assim: o Celso Daniel foi torturado e tinha a face de terror. A história desse outro menino, não a conheço, mas deve ter sido um seqüestro com assassinato. Falo de Ives Otta, o japonesinho. Era um simples seqüestro, por outros motivos, de patrimônio ou coisa assim. Então, não havia esse tipo de faces. É anticientífico comparar-se uma coisa e outra e já deduzir que as pessoas não têm aquela... Comparar o Celso Daniel com o Ives Otta e já concluir que uma coisa é com tortura e a outra é sem tortura?

Depois, ainda diz assim: "Também não há indício de que Celso Daniel tivesse sido vítima de latrocínio, uma vez que o Prefeito foi, comprovadamente, submetido à tortura e atingido por múltiplos disparos, circunstâncias não encontradas nas hipóteses de crime de latrocínio".

Então, Sr. Presidente, vai-se tornando verdade uma coisa que não tem base científica. E isso, então, vai embasando a teoria do assassinato do Celso Daniel.

Eu disse: o nosso compromisso é com a verdade. Eu compareço aqui pela solidariedade e pelo espírito de justiça, não é para encobrir nada, absolutamente, mas para evitar distorções e interpretações. Que se prove por outros meios se houve qualquer tipo de crime. Se

se quer provar que é crime político, que se prove por outros meios! Mas usar esses dados...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns, antes de V. Exª sair, queríamos parabenizá-lo por seu aniversário no dia de hoje. Todos nós da Comissão queremos parabenizá-lo.

Desculpe-me, Deputado.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Senador Eurípedes também é aniversariante. Parabéns!

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Dessa forma, mais adiante, é possível datar aquelas lesões de queimaduras, não é? Esse é o depoimento no Ministério Público. Já vai dando como certo que houve queimadura. Na página seguinte, fala-se: 1. lesão na região parietal esquerda; 2. queimadura nas costas.

Estou questionando isso. Por isso, acho que uma comissão de legistas pode ajudar a nossa sociedade, as nossas autoridades.

Se quisermos uma sociedade melhor – e nós desejamos isso –, não podemos conviver com a impunidade. Mas, para isso, é preciso haver investigação, é preciso chegar à verdade, com dados, não se baseando em coisas que não existem.

Esse é quanto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, o termo de declaração do Dr. Delmonte.

Aqui, já vou terminando. Eu queria relatar que, nesta CPI dos Bingos, o Sr. João Daniel, no dia 2 de setembro de 2005, declarou: "Celso Daniel foi brutalmente torturado antes de morrer".

É lógico que ele tem direito de falar. Mas, nós, como autoridades, temos instituições que podem responder a essas coisas. Por que temos de conviver com isso? Depois, são artigos que são produzidos ou livros que são produzidos e assim por diante.

O IML – volto a repetir – desmentiu que Celso Daniel foi torturado. Segundo, o depoimento deu novos rumos à investigação. Essa parte é muito importante, Srs. Senadores. O depoimento deu novos rumos à investigação, porque mostrou que houve um crime por ódio.

O Dr. Bruno Daniel, irmão de Celso Daniel, disse: "O legista estava trabalhando um laudo complementar, com uma série de quesitos para indicar mais evidências a respeito do que ocorreu com Celso". O perito fala que o Celso foi cruelmente torturado, o que reforça a teoria da família de que o Prefeito foi morto por encomenda, por um grupo de políticos e empresários envolvidos em corrupção em Santo André.

A questão de que ele foi torturado está dentro de uma teoria, dentro de uma tese. Que se investigue a tese! Aliás, em todo crime, devem-se investigar várias hipóteses da causa desse crime. Mas firmar o resultado com base nisso, de que foram encontrados muitos sinais de tortura... Eu acho que não há informações para se dizer isso.

Fausto Macedo, repórter policial de grande valor, de **O Estado de S.Paulo**, no *site* Estadão.com.br, no dia 14 de outubro de 2005, disse: "Há cinqüenta dias, o legista estava empenhado em elaborar o documento solicitado pelos promotores criminais de Santo André que conduzem nova investigação sobre a morte do Prefeito".

No **Jornal do Brasil Online** do dia 3/6/2005, é dito: "'Nunca examinei um caso em que houvesse um ritual de tortura com a crueldade e a desproporcionalidade que verifiquei no corpo de Celso Daniel', garantiu o perito".

Portanto, Srs. Senadores, eram essas as informações, era esse o testemunho que eu queria prestar, voltando a declarar que não sou especialista, não sou médico-legista, não sou especialista de investigação criminal. Compareço aqui para declarar, para colocar o que vi na autopsia. Não vi sinais de que ele tenha sido torturado ou barbaramente torturado, embora ele tenha tido uma morte cruel pelos oito tiros que recebeu, que fraturaram a sua mandíbula, e por outras lesões que deram hemorragia no tórax. Ele morreu por hemorragia no tórax.

Para a investigação dar um passo à frente, ela necessita, por exemplo, que uma comissão de médicos-legistas seja nomeada pela Justiça ou pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, onde foi realizada a autopsia. É preciso uma comissão de legistas para examinar o laudo. Depois, eles poderão tomar outras medidas que acharem adequadas para esclarecer isso do ponto de vista médico-legal.

Uma questão são as coisas encontradas na autopsia; depois, a Polícia pega aqueles dados e vai fazer a investigação. Não é por meio da autopsia... A autopsia é muito direta, muito "pau, pau, pedra, pedra": encontrou, encontrou; não encontrou, tem de escrever "não encontrou". Não dá para fazer suposições com base em dados que não foram encontrados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Deputado Jamil Murad, pela exposição feita sobre o motivo desta convocação.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, nosso Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Jamil Murad, em primeiro lugar, quero elogiar a dedicação que V. Exª tem demonstrado com relação ao esclarecimento desse caso, desse crime que vitimou o Prefeito Celso Daniel.

Na declaração feita pelo Dr. Carlos Delmonte, a que V. Exª faz referência, o declarante diz que não esteve no local da reconstituição do crime durante a sua realização, mas que tomou conhecimento do laudo e que, em reunião com as autoridades policiais responsáveis pela investigação, relatou que havia divergência entre o laudo da reconstituição e o exame necroscópico.

V. Exª atribui que importância a esse fato, a essa divergência entre o laudo da reconstituição e o exame necroscópico?

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Desconheço quais são as diferenças e, portanto, não posso fazer consideração.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª também desconhece a divergência?

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Desconheço a divergência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se V. Exª me permitisse, eu queria lhe perguntar de maneira, eu diria, quase simplória: depois que V. Exª se debruçou sobre esses laudos, sobre toda essa documentação, V. Exª é pela versão de que o crime foi um crime comum ou um crime a mando, um crime planejado?

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Senador Garibaldi, sou médico, sou Deputado, não sou especialista em investigação. Eu me conduzo nessa área como um amador, como um cidadão que acompanha a imprensa.

Eu me preparei para vir aqui prestar esses esclarecimentos. Entrei na Internet, pus o nome do saudoso companheiro Celso Daniel e outros mecanismos de busca e fui pegando os dados. Peguei esse documento do Ministério Público, peguei o laudo e vim aqui fazer o meu esclarecimento. O meu esclarecimento é baseado, caros Senadores, na observação direta que fiz, por ter ficado todas aquelas horas na autopsia. Compareci à casa de um dos irmãos do Celso Daniel a pedido deles, para fazer o esclarecimento do que eu tinha visto.

Portanto, não me considero uma pessoa especializada nessa investigação. Acho que a investigação tem de ser feita pela Polícia. Acredito na versão da Polícia. O Dr. Bittencourt dirige a Polícia Civil de São Paulo e tem a confiança do Governador Geraldo Alckmin para dirigir esse setor. Ele deu essa conclusão e nem foi, de maneira técnica, contestado ou removido do cargo. Ele continua merecendo a confiança do Governo de São Paulo. E, do que eu conheço, ele dirige uma equipe de profissionais.

Se eu colocar em dúvida o resultado da Polícia, terei de tomar outras atitudes. Mas o próprio Secretário Saulo declarou que ele acreditava no laudo da Polícia dele. E ele não é nem ligado ao PT, é do Governo do PSDB.

Essas questões, Senador, transcendem. É uma questão de Estado, é uma questão da sociedade. Não é uma coisa ligada a Partido A, B ou C. Nós passamos, a nossa geração passa, e temos de ajudar a construir alguma coisa de confiabilidade. Se desmoralizarmos a nossa instituição policial... Quero que ela melhore, aprimore. Desmoralizá-la eu não posso, porque estou colocando a sociedade com mais insegurança do que a que já é normalmente verificada.

Então, acredito na tese do crime comum, que é a conclusão da Polícia de São Paulo, dirigida pelo Governo de São Paulo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E essa comissão de legistas que V. Exª propõe?

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Conversei com legistas. Queria dizer aos senhores que não sou só eu que penso isso. O diretor aqui declarou, escreveu. Mas, mais do que isso, recentemente, conversei com um legista que esteve na autopsia e que também tem discordâncias em relação a essas conclusões que foram colocadas pelo Dr. Delmonte.

Imagino que deveria ser pensada uma comissão de legistas, acionando a instituição que dirige os médicos do ponto de vista profissional, porque, se ele fizer uma coisa errada propositalmente, o Conselho Regional de Medicina cassa o registro dele. Ele não vai ser mais médico, não vai exercer mais a profissão.

Então, acredito que a comissão – pode estar envolvida a Justiça nisso – deve ser de alto nível, de responsabilidade, com capacitação técnica para analisar o laudo e ver se é preciso fazer mais algum exame ou tomar outras atitudes para tirar novas conclusões.

Mas acho, Senador Garibaldi, que só a especulação entre nós não vai mais adiante. Um acredita que houve tortura, que foi crime político; outro pensa que foi crime comum. Fico com a tese do crime comum, que é a tese da Polícia de São Paulo.

Sobre o resultado da autopsia, deveríamos pedir para uma comissão de peritos examinar, partindo do trabalho que o Dr. Delmonte fez.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado, Deputado Jamil Murad.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo cumprimentar o Deputado Jamil Murad, que, além de ter uma vida como exemplo,

tem o respeito por parte de todo o Parlamento. A sua vida profissional também é irrepreensível. S. Exª vem aqui com um único propósito: tentar contribuir com a Justiça, em atenção à sua consciência de prestar aquilo que lhe ocorreu como solidariedade a uma figura pública como Celso Daniel.

Lamento, Sr. Presidente, que, quando depoimentos são construídos nesta CPI pelo equilíbrio, pela busca do contraditório, para que se manifestem as diversas correntes de pensamento, as interpretações e as opiniões sobre os fatos, no caso de Santo André, há um esvaziamento repetido do plenário da CPI. Isso se dá quando são opiniões contrárias à outra corrente de pensamento.

Se a opinião é denuncista, o plenário está cheio. Se é o contrário, o plenário está vazio. Isso se repete. Peço a V. Exª que observe a agenda da CPI, nas próximas dez reuniões, para ver como tenho razão. Eu lamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Posso colocar à disposição de V. Exª quem tem freqüentado e quem não tem freqüentado esta Comissão.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Isso não é preciso. O arbítrio é livre de quem queira vir aqui ou não. Mas lamento, porque isso se repete sempre. Não sei por que isso ocorre. Procuro estar em todos os momentos da CPI, porque tenho aprendido, tenho procurado construir uma opinião de membro da CPI, porque vou ter responsabilidade na votação do relatório do Senador Garibaldi Alves.

Então, Deputado Jamil Murad, gostaria de comungar com V. Exª sobre essa necessidade de uma perícia insuspeita, revisora dos procedimentos que foram tomados. Acho que essa é a melhor contribuição que podemos dar à família, à sociedade brasileira. Esse é o sentimento de justiça que a CPI tem em relação a esse item. No meu entendimento, todo o caso de Santo André é muito mais complexo e merece uma revisão muito mais ampla. Eu mesmo, em convergência com o que V. Exª apresentou aqui, já fiz sugestão à Presidência, para que verificássemos um grupo de peritos de notório saber, inquestionável em suas responsabilidades profissionais, para ajudar a CPI a não ter dúvidas, para ajudar a família a não ter dúvidas. Algo tem de ser feito. São opiniões muito divergentes que têm de ser postas.

Fico imaginando, Deputado Jamil, o que é para família um laudo dessa natureza. Como é que a família fica? Ela é levada, muitas vezes, a uma única convicção. E aí as manifestações são as mais diversas.

Então, é preciso que se tire essa dúvida, sim, que se possa superar essa etapa e dar segurança científica, técnica, insuspeita, para que esse caso seja resolvido a bom termo, meu Deus! O que mais se quer é isso. Ninguém pode tentar construir justiça condenando porque tem uma opinião subjetiva, mas agindo, como deve ser a regra de justiça, de inquérito policial, de investigação política, por fatos inquestionáveis. Penso que esse é o melhor caminho que temos a seguir. E V. Exª aponta isso pautado numa formação ética, numa formação moral e numa formação política correta.

Então, da minha parte, o que quero registrar aqui é o respeito, porque me dói muito – confesso ao senhor – quando vejo ser colocada em dúvida a dignidade de uma figura como o Deputado Greenhalgh. É colocada, com tanta facilidade, em dúvida a sua vida, a sua biografia, a sua dignidade como advogado criminalista, como homem de direitos humanos, como alguém que procurou dar uma contribuição correta nesse fato.

Imagine V. Exª se não houvesse ninguém ligado à Comissão de Direitos Humanos, alguém que tivesse uma condição de acompanhar essa autopsia! O que ocorreria? Se não tiveram sequer a coragem e a sensibilidade de mandar alguém para ajudar é porque já tinham uma trama para dar um laudo de maneira dirigida. Então, quando vai alguém, é porque foi atrapalhar; se não fosse, o raciocínio talvez fosse o contrário.

Então, é muito difícil colaborar numa hora dessa, quando a emoção parece que começa a absorver as conclusões e uma análise que pode ser realista, que pode ser científica, que pode ser isenta de qualquer tipo de comportamento passional.

Da minha parte, apenas registro o mesmo sentimento seu, para que haja justiça nesse caso, para que os culpados sejam punidos. Não consigo dizer se foi um crime comum ou se foi um crime político. Não me sinto competente para isso. Mas também fiquei muito impressionado com o realismo e com a maneira técnica como vi o delegado da Polícia de São Paulo expor aqui. Fiquei muito impressionado com a maneira técnica e fria com que ele apresentou a análise do ocorrido. Não me sinto capaz de dizer se ele tinha razão ou não, mas fiquei muito impressionado com a segurança com que ele se manifestou nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais; Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves; prezado Deputado Jamil Murad, também quero cumprimentá-lo pela maneira solidária e dedicada com que se colocou à disposição da família e de todos os amigos e companheiros de Celso Daniel para esclarecer esse episódio e pela maneira com que procurou colaborar, inclusive com o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, para esclarecer os episódios que

nos preocupam, relacionados à morte e ao seqüestro de Celso Daniel.

Queria lhe fazer uma pergunta, pois, na descrição sobre aquilo que viu, pessoalmente, quando presenciou a necropsia de Celso Daniel, mencionou o fato de ter havido um ferimento na cabeça. V. Exª descreveu esse ferimento. Eu pergunto se esse ferimento na cabeça poderia ser compatível com uma pancada na cabeça; digamos, uma coronhada, que poderia ter ocorrido, por exemplo, por ocasião do próprio abalroamento, ou seja, do momento em que Celso Daniel estava no automóvel e teria sido então dominado pelos seqüestradores, eventualmente, com uma coronhada na cabeça. Eu pergunto isso porque, dentre os depoimentos de pessoas que perceberam como se deu o translado do Celso Daniel para o outro automóvel, lá na Rua dos Três Tombos, houve o relato de uma testemunha, se confirmada essa hipótese, de que ele estaria, assim, como que desacordado no banco da frente; e, quando se abriu a porta, teria se inclinado e o seu corpo ficado como que apoiado no canto do automóvel. Então, esse é um detalhe que pode ser relevante, e eu pergunto se seria consistente com essa hipótese.

**O SR. JAMIL MURAD** (PcdoB – SP) – Senador Suplicy, o laudo do Dr. Delmonte, nessa questão, ele é preciso. Ele descreve a lesão, coloca aqui a localização, e ele mostra aqui a massa encefálica, sem registrar nada anormal na massa encefálica. Então, essa lesão pode ter sido uma coronhada, pode ter sido... Quer dizer, pode ter sido alguma coisa, alguma batida ali.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Hum, hum.

**O SR. JAMIL MURAD** (PcdoB – SP) – Quer dizer, na verdade, se formou um trauma ali, não é? Acumulou uma quantidade de sangue entre o couro cabeludo e o osso, não é? E eu procurei saber... Nessa parte, eu dialoguei com o Dr. Delmonte e com os outros legistas se aquilo justificaria a morte. Eles falaram que não. Que era uma lesão apenas externa. Então, eu imagino que não é uma pancada muito forte. Poderia estar dentro dessa hipótese que o senhor levanta. Eu não tenho mais elementos para precisar por que ele tem aquele hematoma na cabeça.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem.

Sr. Presidente, eu solicitei à Secretaria, à nossa Assessoria que pudessem encaminhar aqueles documentos que o Sr. João Francisco Daniel deixou aqui para a Comissão. Eu tinha a impressão de que ele havia deixado, porque mostrou, assim, rapidamente, durante o seu depoimento, algumas fotografias; mas noto que, segundo o que a Secretaria me deixou em mãos, há apenas aqui três reproduções fotográficas. Eu não sei se há mais do que isso... (Pausa.)

Não há? Pense, eu acho que apenas com estas três não seria o caso de perguntar ao Dr. Jamil Murad, Deputado Jamil Murad, se poderia ter mais conclusões do que aquelas que aqui colocou. Eu até pediria à Secretaria...

Por favor, se puder passar às mãos do Dr. Jamil Murad...

Mas acho que aqui é uma reprodução, não de boa qualidade, de três aspectos do corpo de Celso Daniel. Eu imaginei que nesse laudo haveria algo mais completo, Sr. Presidente.

Eu, então, gostaria de acatar a sugestão que nos é formulada pelo Deputado Jamil Murad, de que possa esta CPI solicitar do Instituto Médico Legal e dos especialistas com que poderíamos contar que façam um reexame do laudo conclusivo e final do Dr. Carlos Delmonte, inclusive desse laudo exposto em agosto deste ano; e que, inclusive, possam verificar em que medida esse laudo ou esse termo de declaração citado pelo Deputado Jamil Murad – portanto, de 16 de agosto de 2005 – foi baseado em estudos posteriores àqueles que foram realizados no dia da necropsia, logo após o assassinato; porque eu tive a impressão de que o Dr. Delmonte continuou a fazer esses estudos e chegou às conclusões desse termo com base em novas informações. Nós não temos, aqui, essas novas informações e, pelo que percebo, o Deputado Jamil Murad não chegou a vê-las. Por isso, inclusive, nos faz a sugestão.

Eu acho que será importante, sim, que possa a Comissão Parlamentar de Inquérito pedir a especialistas do Instituto Médico Legal, onde estão, inclusive, colegas do Dr. Carlos Delmonte, que tinham uma convivência certamente de respeito para com ele.

Sr. Presidente, poderíamos solicitar, eventualmente, a colaboração de médicos da própria Universidade de São Paulo, especializados nessa área. Eu até faço, aqui, uma sugestão, Sr. Presidente. Por acaso, na semana passada, encontrei-me com o Dr. Paulo... Não me lembro o nome, mas é Professor de Patologia da USP. V. Exª o conhece? Poderia lembrar do seu nome, que falei ainda há pouco... Já vou lembrar. Mas ele me informou que está designado para elaborar a análise do laudo, feito pelo Instituto Médico Legal, da morte do Dr. Carlos Delmonte Printes. Então, é uma pessoa extremamente conceituada e, quem sabe, ele poderia colaborar para que a nossa CPI recebesse um laudo de apreciação dessa conclusão do Dr. Carlos Delmonte, à luz, inclusive, de todos os elementos científicos, as fotografias e tudo o mais que foi posteriormente objeto de análise.

É apenas isso.

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Srs. Senadores, um caso como esse mobilizou a opinião pública não só de São Paulo, como do Brasil. Toda a hierarquia do Instituto Médico Legal foi mobilizada. Tanto é que os mais citados aqui eram quatro legistas – fora mais um legista que também passou por lá, não ficou o tempo todo –, mas pelo menos cinco legistas, e estavam autoridades policiais.

Esse caso, então, foi visto... No próprio relatório do Dr. Delmonte, ele fala que a autópsia é padrão A. Foi por isso que ele até queria que nós não permanecêssemos.

**O SR. ARNALDO FARIA DA SÁ** (PTB – SP) – Padrão Ouro, não é?

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Padrão Ouro, ele chamou. O que isto quer dizer: Padrão Ouro? Quer dizer que ele tomou todas as medidas: tirou as fotografias que devia, examinou os detalhes e tudo. E descreve. O que ele encontrou? Ele encontrou perfurações de projétil, entrada ou saída de projétil. Está aqui nesta outra foto. Isto aqui é o círculo da boca do revólver, e aqui é a meia-lua, é o outro círculo incompleto – não é? –, também já descrito que não é queimadura, que não é queimadura.

Agora, esta outra lesão aqui, eu não me lembro dela. Desta aqui eu não me lembro. Portanto, eu não vou fazer consideração. Mas os senhores observam que foram, além das perfurações à bala, poucas lesões descritas. Aqui também está a descrição do que foi encontrado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permite-me, V. Exª, um comentário, Deputado Jamil Murad? Parece-me que aquilo que sofreu o Celso Daniel, os empurrões, depois os tiros à queima-roupa, quer dizer que ele, quando foi encontrado, teria ficado com face de terror e contração cadavérica... Quer dizer, um ser humano que tem pela frente outro atirando no seu rosto, é natural...

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – O meu pensamento é semelhante ao de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É natural que essa pessoa acabe tendo uma face...

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – De terror, de desespero.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tendo uma face de receio extraordinário, de desespero. E em que medida isso seria sinônimo...

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – De tortura?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...de tortura? Na minha avaliação, o ato em si de atirar à queima-roupa, com a pessoa indefesa, sofrendo tiros...

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Senador...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...e, daí, levada à morte, isso em si é tortura extrema, que antecede a morte. Ou seja, sofrimento ele teve. Não há dúvida.

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – É uma crueldade, é uma morte cruel, com aqueles oito tiros tomados, aquele clima. Mas a tortura é descrita aqui mediante a face de terror, o aspecto de contração cadavérica e fezes liquefeitas. Esse é o laudo do médico. Em outras palavras, ele mesmo descreve que encontrou pouca coisa, para depois saírem outros resultados de que encontrou sinais de tortura. Eu não estou dizendo que não é um terror tomar tiros, saber que vai morrer, que vai levar tiros.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tomar oito tiros!

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Agora, Senador, o que é dito é que ele foi torturado para entregar um dossiê. A tortura para entregar um dossiê não é disparar um tiro em cima do outro, porque aí não vai entregar dossiê nenhum, vai-se matar a pessoa que deveria entregar o dossiê. Entendeu, Senador, o que eu quero dizer? Quer dizer, a tortura, no tempo da ditadura, sabemos como era. Era provocar dor, mas não eliminar a vida da pessoa, de tal forma que ela dissesse onde estavam seus companheiros, o que ia fazer, onde ele morava etc. É essa tortura que está sendo discutida, não o aspecto de ser um terror pegar uma pessoa e dar oito tiros.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me? Como V. Exª tem refletido, estudado sobre isso, que hipótese V. Exª aventaria pela circunstância de ter sido o Prefeito Celso Daniel seqüestrado? Conforme V. Exª mesmo relatou, expôs na Rede Globo de Televisão, fez um apelo: "Por favor, contatem a família". Mas nenhum dos seqüestradores fez nenhum contato com a família. Não houve nenhum solicitação de resgate; e, no dia seguinte, o corpo de Celso Daniel surge morto, assassinado. Que hipótese faz V. Exª para o fato de ter sido Celso Daniel seqüestrado e, depois, assassinado, sem que tivessem solicitado qualquer resgate, qualquer recompensa pelo resgate, como normalmente acontece em muitos dos seqüestros?

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Senador, caros Senadores, Presidente Efraim, eu queria me apegar mais às condições da autópsia. No entanto, para não dizer que... Um apelo para eu dar a minha opinião. A minha opinião é que as pessoas se apavoraram pelo impacto, pela... Podem ter pensado que seria difícil resgatar, pegar um dinheiro sem serem detectadas, e tomaram a decisão, leviana – porque, para essas

pessoas, uma vida humana a mais ou a menos não vale nada –, e eliminaram a sua vítima, a sua presa. Essa é a hipótese que eu faço, e existem tantos seqüestros assim! Tantos seqüestros! Quer dizer, não é a primeira vez que há um crime comum para pegar dinheiro, e os seqüestradores eliminam a sua vítima, porque, se essa não fosse a regra... Existe... Não é o único caso. Eu acho que existem muitos casos assim. Agora, com o impacto nas televisões, nos jornais, nos rádios, mobilização da Polícia, o sujeito falou: "nós vamos ser pegos".

Agora, aí, eu digo, Senador Suplicy, que isso é um papel da Polícia, e eu não tenho estudo, formação, treinamento para esse tipo de investigação. Eu me ative ao problema da autópsia, porque ela pode ajudar... Esse ponto de vista, do que eu vi, do que eu vi, pode ajudar alguma coisa e não quero impor, não quero convencer a opinião pública e os Srs. Senadores de que essa opinião minha é a definitiva. A minha opinião coincide com a opinião de outros legistas, do diretor dos legistas, coincide. O diretor do Departamento de Homicídio deve ser de confiança do Governador, da hierarquia da Polícia de São Paulo. Ele não perdeu o cargo, porque ele tem qualidades, ele tem responsabilidade e ele estava lá, vendo. Ele estava lá, vendo.

Então, eu... Mas eu não quero falar da investigação policial. Eu acho que a investigação policial só pode ser aprimorada com investigação policial. Não são amadores que conseguem resolver as coisas quando é um crime mais complexo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, embora o Senador Jamil Murad... Embora o Deputado Jamil Murad – quem sabe podendo ser Senador em breve, temos eleições no ano que vem –, então...

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Nosso Senador é V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas eu pensei na seguinte hipótese: Sr. Presidente, é possível que o Deputado Jamil Murad faça uma viagem ao exterior, mas, se não o fizer e se a missão que V. Exª designou para mim e para o Senador Romeu Tuma puder ser feita em horário e dia compatíveis, nos próximos dias – teria que ser de sexta a segunda –, para ouvirmos, em São Paulo, que é a nossa cidade, os sete detidos hoje, que foram denunciados como autores do seqüestro e morte de Celso Daniel, se o Presidente autorizar, eu convidaria o Deputado Jamil Murad para fazer parte da equipe que vai interrogar essas pessoas em nome da CPI, pelo espírito de cooperação que S. Exª tem aqui...

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Senador...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ... demonstrado.

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Queria agradecer o convite, mas, Senador, eu não tenho essa capacitação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu também não sou especialista, mas aqui temos que fazer as coisas.

**O SR. JAMIL MURAD** (PcdoB – SP) – Não é falta de espírito. Tanto é que me dispus a vir aqui. Agora, eu sei que, indo ouvir essas pessoas, elas vão me dar um nó, porque o dia inteiro elas ficam contando, conversando entre elas etc. Por isso, falo que existem instituições especializadas, pessoas que estudam a vida inteira isso, que trabalham nessa área, com métodos e meios. Eu não conseguiria contribuir. Por isso, abro mão do convite. Obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Suplicy, e ao Deputado Federal Jamil Murad pelos seus esclarecimentos e pela aceitação do convite que recebeu desta CPI para prestar o seu depoimento. Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. JAMIL MURAD** (PcdoB – SP) – Muito obrigado, Senador Efraim Morais e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço aos Srs. Senadores.

Convoco uma reunião desta CPI para amanhã, às 10 horas, nesta mesma sala.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 14h55min.)*

**Ata da 35ª Reunião Realizada em 10 de novembro de 2005.**

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e vinte minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita, Heráclito fortes, Arthur Virgílio e Sibá Machado, membros, presentes ainda os Senhores Senadores Álvaro Dias, Demóstenes Torres e Jefferson Peres, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação des-**

**sas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à votação de requerimentos e a oitiva dos Senhores Vladimir Polleto e Rogério Tadeu Buratti e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. Com a palavra pela ordem o Senador Eduardo Suplicy informa que o ministro Antônio Paloci comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal no próximo dia 20 de novembro. A presidência comunica que existe requerimento de autoria do Senador Geraldo Mesquita solicitado a convocação do Senhor Ministro para prestar esclarecimentos à CPI. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita informa que soube da manifestação do Ministro, para comparecer perante a Comissão de Assuntos Econômicos e que ele estaria aberto a responder qualquer questão que porventura tenha tramitado nesta Comissão. Com a palavra o Senador José Jorge crê que a vinda do Ministro refere-se à questão da condução da política econômica nacional, e não a aos casos específicos que estão sendo investigados nesta CPI e sugere que se aguarde o depoimento do Ministro na Comissão. Com a palavra o Senador Tião Viana sugere que, alem da Comissão de Assuntos Econômicos, o Ministro Paloci deveria atender também as demais CPI's. A Seguir, a presidência submete à votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 216/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer a convocação do Sr. Adermirson Ariovaldo da Silva, para prestar esclarecimentos a esta Comissão de Inquérito. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Senador Tião Viana comunica a ausência do Senador Flávio Arns na presente Sessão, devido a problemas de saúde. **Requerimento nº 253/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a Justiça Federal cópia de inteiro teor dos autos do Processo nº 202.61.81.003787-5, em tramitação perante a 4ª Vara Federal Criminal da 1ª Subseção Judiciária de São Paulo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 250/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer seja requisitado ao Ministério Público do Estado de São Paulo – Procuradoria Geral de Justiça – os documentos relativos às informações até agora obtidas pelos Promotores de Justiça que integram o GAECO, sobre o novo *site* de apostas ligado ao esquema de manipulação de resultados em eventos esportivos. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 248/05,** de autoria do Senador Tasso Jereissati, requer seja fornecido pelas empresas Leão Infra-estrutura e Serviços, Leão Ambiental e Triângulo do Sol S/A, os respectivos livros diários e razão, relativos ao período de 1º de janeiro de 2000 até a presente data. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 247/05,** de autoria do Senador Tasso Jereissati, requer seja fornecido pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça, pelos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 4ª e 5ª Regiões, os processos em que tenham atuado o Dr. Walter Santos Neto e a Dra. Sâmia Amim Santos, relacionando as partes e os valores das causas . Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 268/05,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer solicitado ao Dr. Alexandre Cassettari, Juiz Titular da 4ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, o envio do Laudo Pericial elaborado pela Polícia Federal, relativo às fitas referentes ao "Caso Celso Daniel" Em votação, é aprovado. Com a palavra pela ordem o Senador Tasso Jereissati encaminha requerimento à Mesa solicitando que seja convocado o Sr. Genival Inácio da Silva para prestar depoimentos à CPI, por haver indícios de que o mesmo detém conhecimento de fatos delituosos ligados a tráfico de influência, conforme denúncias publicadas pela imprensa e solicita que se coloque em votação. A presidência informa que será votado na próxima reunião. Com a palavra o Senador Tião Viana solicita que se agende a vinda dos Senhores Delegados Edson Santi e José Pinto de Luna, os promotores e a Senhora Rosângela Gabrilli para acareação, sugerindo que seja nesta ordem. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy sugere que a comissão ouça os preliminarmente os delegados e promotores antes dos Senhores Sérgio Gomes da Silva, Klinger Luiz de Oliveira e Ronan Maria Pinto. **Requerimento nº 273/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancários, de cartões de crédito, fiscal e telefônico do Sr. Klinger de Oliveira Sousa, referente ao período de janeiro de 1997 a dezembro de 2004. Em votação nominal, é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Requerimento nº 271/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancários, de cartões de crédito, fiscal e telefônico do Sr. Sérgio Gomes da Silva, referente ao período de janeiro de 1997 a dezembro de 2004. Em votação nominal, é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Requerimento nº 272/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancários, de cartões de crédito, fiscal e telefônico do Sr. Humberto Tarcísio de Castro, referente ao período de janeiro de 1997 a dezembro de 2004. Em votação nominal, é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Requerimento nº 270/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancários, de cartões de crédito, fiscal e telefônico do Sr. Ronan Maria Pinto, referente ao período

de janeiro de 1997 a dezembro de 2004. Em votação nominal, é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. A presidência informa que está encaminhando ofício ao Secretário de Segurança Pública de São Paulo, solicitando apoio daquele órgão, ao Senador Eduardo Suplicy e demais assessores desta CPI, viabilizando a oitiva dos supostos autores do assassinato do Prefeito Celso Daniel. A seguir, convida o Senhor Rogério Tadeu Buratti, para tomar assento à Mesa. O depoente se coloca a disposição do Senhor Relator e demais membros para os questionamentos. Com a palavra o Relator para as indagações iniciais. A seguir solicita que se coloque o áudio das gravações telefônicas realizadas a pedido do Ministério Público, contendo a conversa do Senhor Rogério Buratti com o Rodrigo Cavalieri. Com a palavra o Relator prossegue em suas indagações, seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores José Jorge, Demóstenes Torres, Antônio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, Eduardo Suplicy, Tasso Jereissati, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma e o relator Senador Garibaldi Alves Filho para as considerações finais. A presidência agradece ao depoente pelo seu comparecimento e convida o Senhor Vladimir Poleto para tomar assento à Mesa antes porém comunica que recebeu do Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio, um **habeas corpus** que foi requerido pelos advogados do Sr. Vladimir Poleto, deferindo a liminar pleiteada para eximir o depoente da assinatura do Termo de Compromisso de dizer a verdade, assegurando-lhe o direito a assistência de advogados, bem como de se manter em silêncio em relação à pergunta que entenda voltada à auto-incriminação, afastada a possibilidade de ser preso em flagrante pelos crimes de desobediência e de falso testemunho. Usam da palavra pela ordem os Senadores Romeu Tuma, José Jorge, Arthur Virgílio, Álvaro Dias e Jefferson Peres Com a palavra o Senhor Vladimir Poleto para suas considerações iniciais abordando sobre a reportagem do jornalista Policarpo Junior. Com a palavra o relator para seus questionamentos, seguido, de acordo com a lista de inscrição pelos Senadores Heráclito Fortes, Álvaro Dias, José Jorge, Demóstenes Torres e Arthur Virgílio. O Senador Efraim Morais passa a presidência ao Senador Garibaldi Alves Filho. Com a palavra pela ordem o Senador Demóstenes Torres informa que a revista **Veja** colocou em seu *site* a gravação entre o jornalista Policarpo e o depoente e solicita que seja ouvida essa gravação. A presidência acata a sugestão e solicita que seja processada a gravação da entrevista. Com a palavra o Senador Tasso Jereissati solicita que sejam tomadas as providências legais junto à Polícia Federal e junto ao Ministério Público para o imediato indiciamento do Senhor Vladimir Poleto. Com a palavra o Senador Álvaro Dias solicita que se repita a oitiva da gravação. A presidência determina que se coloque a gravação mais uma vez. Após a audição usam da palavra os Senadores Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Tião Viana, Romeu Tuma, Tasso Jereissati, Magno Malta e Eduardo Suplicy. Com a palavra pela ordem o Senador Magno Malta informa que está protocolando requerimento solicitando que sejam encaminhadas ao Ministério Público as notas taquigráficas da presente sessão, bem como a degravação da fita apresentada pela revista **Veja**, a fim de que aquela instituição possa pedir a prisão preventiva do Sr. Vladimir Poleto e, solicita que seja colocado em votação. A presidência informa que após a oitiva do depoente, submeterá a votação os requerimentos apresentados. Prossegue com a palavra o Senador Magno Malta, seguido pelo Senador Sibá Machado, com apartes dos Senadores Eduardo Suplicy, Heráclito Fortes, Magno Malta e Demóstenes Torres. A presidência submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 275/05,** de autoria do Senador Tasso Jereissati, subscrito pelos Senadores Heráclito Fortes, Romeu Tuma, Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Magno Malta e Arthur Virgílio, Requerem as providências da Presidência da CPI, no sentido de comunicar à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal **notitia criminis** de um fato ocorrido, hoje, na sala de sessões, por ocasião do depoimento do Sr. Vladimir Poleto, que flagrantemente incorreu nos crimes a serem apurados através do inquérito competente, pelo que se requer a transcrição em notas taquigráficas do depoimento, assim como da gravação de entrevista concedida ao Jornalista Policarpo Júnior, reproduzida durante o depoimento. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 276/05,** de autoria do Senador Magno Malta, subscrito pelos Senadores Tasso Jereissati e Heráclito Fortes, requerem que sejam encaminhadas ao Ministério Público as notas taquigráficas da presente sessão, bem como a degravação da fita apresentada pela Revista **Veja**, a fim de que aquela instituição possa pedir a prisão preventiva do Sr. Vladimir Poleto. Em discussão, usa palavra os Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado. Em votação, é aprovado. A presidência solicita que seja passado o áudio da conversa telefônica interceptada no dia 3 de julho de 2004, do Senhor Vladimir Poleto com o Senhor Rogério Buratti sobre o Banco Prosper. O Senador Garibaldi Alves Filho prossegue interpelando o depoente e solicita que passe a outra gravação. O Senador Garibaldi Alves Filho prossegue interpelando o depoente, com aparte dos Senadores Demóstenes Torres, Eduardo Suplicy e Heráclito Fortes. A presidência solicita que seja passado o áudio de mais uma

conversa telefônica. Usam da palavra os Senadores Tasso Jereissati, Demóstenes Torres e Eduardo Suplicy. A presidência solicita que seja passado o áudio da conversa telefônica "Vladimir Poleto nº 5, motoboy". A seguir solicita que seja passado o áudio da conversa telefônica "Vladimir Poleto 6 – Grampo". A seguir solicita que seja passado o áudio da conversa telefônica "Poleto 7 – Previ". Com a palavra o Senador Demóstenes Torres prossegue nas interpelações ao depoente seguido pelo Senador Garibaldi Alves Filho, Magno Malta e Heráclito Fortes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às vinte e uma horas e cinqüenta e quatro minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas e concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço aos Srs. Senadores que a presente reunião destinar-se-á à votação de requerimentos, em entendimento já feito entre o Relator e os representantes do Governo e da Oposição, e à oitiva dos Srs. Rogério Buratti e Vladimir Poleto.

Informo ainda aos Srs. Senadores que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

Os que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Srs. Senadores, há alguns requerimentos de informação que colocarei em votação para que os Srs. Senadores possam discutir e votar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, há pouco, no plenário, o Presidente Renan Calheiros disse-nos que considera importante a vinda do Ministro Antonio Palocci, que se dispôs a vir e até dialogou com os Líderes, marcando, inclusive, para o dia 22 próximo a sua presença na Comissão de Assuntos Econômicos. Dada a importância desse evento, ele será no plenário, conforme nos transmitiu o Presidente Renan Calheiros. E V. Exª informou ao Presidente e ao Plenário que, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, há um requerimento do Senador Geraldo Mesquita Júnior, propondo a convocação do Ministro Antonio Palocci, requerimento esse que pode ter sido objeto de deliberação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ainda não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu, há pouco, conversava aqui com o Senador Geraldo Mesquita e perguntei a ele – é claro, ele deverá fazer o esclarecimento pessoalmente – se a vinda do Ministro Antonio Palocci ao plenário, nessa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos – obviamente, podendo todos os Senadores e Senadoras solicitar os esclarecimentos que todos nós gostaremos de solicitar -, corresponderia a algo que preencheria o propósito. E o Senador Geraldo Mesquita poderá esclarecer ele mesmo.

Ele me disse: "Bem, se o Ministro vier, é claro que consideraremos preenchido o propósito". Mas eu acho tão importante esse assunto que seria próprio que ele pudesse dizer a sua palavra.

É só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Senador, antes de dar a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, informo que esclareci ao Plenário naquele momento - o Presidente, as Srªs e os Srs. Senadores - que existia e existe nesta CPI um requerimento do Senador Geraldo Mesquita, solicitando, convocando o Ministro Palocci para depor nesta CPI. E fui bem claro em dizer que a única condição para esse requerimento deixar de ir a votação será atendendo a solicitação do próprio Senador de retirada desse requerimento. E, se assim o fizer, após a vinda do Ministro Palocci, de imediato nós vamos deferir a solicitação do Senador Mesquita. E disse que a convocação do Ministro depende de votação desse requerimento, que, até o presente momento, esta Presidência não colocou em votação.

Senador Mesquita, V. Exª tem a palavra.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, de fato, há um requerimento de minha autoria que já data de mais de três meses no âmbito desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É verdade.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido – AC) – Nos últimos dias, nas últimas horas, eu tenho acompanhado tratativas realizadas nesta Casa envolvendo o Ministro Palocci com relação à sua vinda a este Senado, a uma das comissões da Casa. Sempre entendi que há assuntos que, vira e mexe, tramitam

nesta Comissão e gravitam em torno da figura do Ministro da Fazenda. É tal a importância dessa autoridade para o País e para todos nós que esses assuntos não podem ficar gravitando indefinidamente.

Eu sempre entendi que, dada a importância da figura do Ministro Palocci, seria fundamental que ele, se fosse o caso, comparecesse à Casa e espancasse, se tiver argumentos para isso, espancasse por completo as dúvidas, as contradições que circulam principalmente nesta Comissão.

Soube da manifestação do Ministro, da sua aquiescência em comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos e que, com o seu comparecimento, ele estaria francamente aberto a responder a toda e qualquer questão ligada à condução da política econômica, e a toda outra questão que porventura tenha tramitado nesta Comissão.

Nesses termos, atendendo aqui à palavra do Senador Suplicy, sempre empenhado em que os assuntos sejam tratados com a maior responsabilidade nesta Casa, que me perguntou se a presença do Ministro na Comissão, nessas condições, supriria a necessidade, eu disse que sim, perfeitamente. Quem sou eu para criar dificuldades com vistas à elucidação dos assuntos e dos problemas aqui tratados?

Então, estou aqui confirmando a conversa que há poucos minutos tive aqui com o Senador Suplicy nesses termos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós aguardamos qualquer decisão de V. Exª.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu acho que, na realidade, o tema da vinda do Ministro à Comissão de Assuntos Econômicos, evidentemente, pelas atribuições da Comissão, refere-se à questão da condução da política econômica nacional, e não a esses casos específicos que estão sendo investigados aqui nesta Comissão. É evidente que isso pode ser ampliado no momento da vinda do Ministro, e que todos os Senadores podem perguntar o que quiserem. Mas eu acho que a decisão sobre se ele deveria vir ou não aqui esclarecer os detalhes em relação a esta Comissão só deveria ser tomada após o seu depoimento.

Eu faço um apelo ao Senador Geraldo e ao Senador Suplicy para que aguardemos o depoimento do Ministro. Vejam o comportamento que nós vamos tomar em relação a esse problema, e, então, depois do depoimento do Ministro, nós decidiríamos aqui se vale a pena uma complementação ou não.

Era o meu apelo ao Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permite-me, Senador José Jorge?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu estou de acordo com a proposição de V. Exª. Considerando o fato de aqui refletirmos sobre isso e considerando essa disposição do Senador Geraldo Mesquita, sabendo também o Ministro Palocci que há interesse dos Senadores e Senadoras em perguntar sobre a política econômica, mas sobre toda e qualquer questão que, de alguma maneira, se refira ao Ministro Antonio Palocci, então ele virá ciente dessa questão e, na medida em que puder responder, nesse dia 22, a toda e qualquer questão que os Senadores considerarem seja do interesse público, então, provavelmente, estará satisfeito o propósito mencionado pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Tião, V. Exª tem a palavra.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de deixar claro o entendimento que tenho sobre essa matéria.

Eu, se pudesse aconselhar o Ministro da Fazenda, diria para ele se colocar à disposição e tentar traduzir a sua vinda aqui como uma vinda atendendo não só a esta CPI, não só à Comissão de Assuntos Econômicos, mas às outras CPIs onde paire qualquer vestígio de dúvida sobre a sua figura.

Acho que o Ministro, da última vez que colocaram dúvida a respeito dele, da sua atuação política, da sua atuação pessoal, ele claramente chamou a imprensa, fez um claríssimo debate com a imprensa, com absoluta honestidade intelectual, e foi muito respeitado por isso.

Eu acho que é mais uma oportunidade para ele demonstrar o apreço, a consideração que merecem os Senadores, que merecem as CPIs, e para não deixar qualquer dúvida posterior sobre isso.

No lugar dele, eu viria pedindo que fossem atendidas as três CPIs e o próprio Senado Federal. Acho que é o melhor caminho político, pelo que ele representa para este País.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Com o meu apoio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Tião, e acho que esse assunto ficará exatamente com esse prazo aí, para que seja dada a posição, como deseja o Ministro. Acredito que esse seja o melhor caminho.

Srs. Senadores, vamos aos requerimentos.

"Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que o Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva seja convocado para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Senador Romeu Tuma."

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – É muito breve. É apenas para informar a V. Exª e aos membros da Comissão que o Senador Flávio Arns, que deveria estar aqui, teve uma intercorrência de saúde e retornou ao Paraná. Por essa razão, não pôde comparecer a esta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a informação de V. Exª e esperamos que haja o restabelecimento imediato do nosso Senador Arns.

"Nos termos no disposto no § 3º do art. 58 da Constituição, requer que esta CPI requeira à Justiça Federal cópia de inteiro teor dos autos do processo que menciona, em tramitação perante a 4ª Vara Federal Criminal da 1ª Subseção Judiciária de São Paulo. Senador Garibaldi Alves Filho."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

"Requer, nos termos legais e regimentais, sejam requisitados ao Ministério Público do Estado de São Paulo os documentos relativos às informações até agora obtidas pelos promotores de Justiça que integram o Grupo de Atuação Especial para Repressão ao Crime Organizado. Senador Romeu Tuma."

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

"Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam fornecidos pelas empresas Leão Infra-Estrutura e Serviços, Leão Ambiental e Triângulo do Sol S.A. Os respectivos livros Diário e Razão, relativos ao período de 1º de janeiro de 2000 até a presente data. Senador Tasso Jereissati."

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

"Requer, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam fornecidos pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça, pelos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 4ª e 5ª Regiões os processos em que tenham atuado o Dr. Walter Santos Neto, advogado inscrito na OAB no número (...), e da Drª Sâmia Amin Santos, advogada, relacionando as partes e o valor das causas. Senador Tasso Jereissati."

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

"Requer, nos termos legais e regimentais, que se encaminhe ao Dr. Alexandre Cassetari, juiz titular da 4ª Vara da Justiça Federal em São Paulo, objetivamente, o seguinte: como a Polícia Federal recebeu as fitas referentes ao caso Celso Daniel, as quais, por determinação do mencionado juiz ao Instituto Nacional Criminalista da Polícia Federal, foram enviadas para serem periciadas e degravadas, tendo sido encaminhadas também a esta CPI cópia dessas fitas, se faz necessário o envio do laudo pericial elaborado pela Polícia Federal. Senador Romeu Tuma."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Do Senador Garibaldi Alves Filho, Relator.

"Nos termos do disposto no §3º do art.58 da Constituição Federal, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Klinger de Oliveira Souza."

Temos que fazer a votação.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senador Efraim, eu gostaria de dizer que estou dando entrada, agora, a um requerimento pedindo a convocação do Sr. Genival Inácio da Silva para prestar depoimentos nesta Comissão de Inquérito, por haver indícios de que o mesmo detém conhecimento de fatos delituosos ligados a tráfico de influência, conforme denúncia repetida duas vezes na revista **Veja**, em vários jornais e na imprensa brasileira. Eu estou dando entrada e gostaria que V. Exª colocasse em votação, mas parece que há um acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Há um entendimento nosso de que temos que ter, no mínimo, vinte e quatro horas. Então, esse requerimento de V. Exª estará sendo votado na próxima quarta-feira.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Na próxima quarta-feira?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Porque nós não teremos reunião na terça-feira em função do feriado e pretendemos fazer, se tivermos o **quorum** assegurado para a próxima semana, reuniões nesta CPI na quarta-feira, dia 16; quinta-feira, dia 17 e sexta-feira, dia 18, para que possamos suprir o feriado do dia 15 de novembro.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Pela ordem, também, eu gostaria de solicitar a V. Exª e à Mesa que marcassem a vinda, pois, existe um requerimento aprovado por este Plenário a respeito da presença do Sr. Okamoto. Que seja marcada a presença dele na próxima semana; a sua convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – No final dessa reunião, Senador Tasso Jereissati, nós iremos comunicar a agenda da próxima semana e devo informar a V. Exª que no entendimento feito com o Relator e os membros da nossa assessoria pretendemos, na próxima semana, na quarta-feira, estarmos aqui na presença do Dr. Paulo Okamoto e, na quinta-feira, na presença de Klinger Luiz de Oliveira, do Ronan Maria Pinto e do Sérgio Gomes da Silva, conhecido como o Sombra. Para a sexta-feira, caso haja **quorum**, a escolha, que depende da indicação do Relator, será feita na quarta-feira.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Muito obrigado, Presidente.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela ordem V. Exª.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Eu peço a V. Exª que tente adequar também, na agenda de convocados, os Delegados Edson Santi e José Pinto de Luna, os promotores e a Srª Rosângela Gabrilli para acareação. Se obedecermos a essa ordem, pela lógica da denúncia, e posteriormente tivermos os argumentos esclarecedores, essa é a sugestão que faço a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, poderemos, na sexta-feira, tentar incluir pela ordem os delegados.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Desde que V. Exª nos ajude a garantir o **quorum** na sexta-feira.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Com certeza.

Temos a MP 258, que deverá obrigar um **quorum** na Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Espero que estejam aqui todos os Srs. Senadores, para que possamos, na sexta-feira, fazer esse trabalho.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Essa MP já morreu, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Suplicy, vamos à...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Somente uma ponderação. Eu conversei um pouco hoje com o Senador Garibaldi tendo em vista, inclusive, esses requerimentos que o Senador Tião Viana propôs agora sobre a vinda dos promotores, do Delegado Edson Santi e da Srª Rosângela Gabrilli. Avalio que seria conveniente, do ponto de vista da ordem, que ouvíssemos essas pessoas antes de Sérgio Gomes da Silva, Klinger Luiz de Oliveira e o empresário Ronan Maria Pinto, conforme o Relator estará recomendando. É a sugestão que formulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos discutir, mas depois, fora da reunião, eu poderei informar a V. Exª os motivos porque tanto o Presidente quanto o Relator pretendem manter essa ordem, para que possamos ter...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Manter qual das ordens? Agora eu preciso saber.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois conversaremos com V. Exª, para que não discutamos aqui sem uma solução final sobre a ordem. Pode ter certeza que antes da decisão V. Exª será ouvido.

Vamos à votação nominal.

Senador Romeu Tuma; Senador Tasso Jereissati. (Pausa.)

Quebra de sigilo bancário do Sr. Klinger Luiz de Oliveira. Cartões de crédito e fiscal.

Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Senador Flávio Arns viajou.

Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Tião Viana. (Pausa.)

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Augusto Botelho; Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Sibá Machado. (Pausa.)

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Efraim Morais, "sim".

Foram oito votos favoráveis.

Aprovado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Trata-se da quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – De um vereador do Partido dos Trabalhadores. Eu quero apenas declarar que acredito que isso seja próprio interesse dele, para demonstrar a sua correção de procedimento, inclusive para que haja a melhor forma de esclarecer sobre os episódios. Então, considero e quero apenas dizer que se algum dia ocorrer uma situação como essa, eu também teria a iniciativa de pedir a quebra do sigilo correspondente a meu respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço o esclarecimento de V. Exª.

Requerimento.

> "Nos termos do disposto no §3º do art.58 da Constituição Federal, o Sr. Relator requer a transferência de sigilos bancário, de cartões de crédito, fiscal e telefônico do Sr. Sérgio Gomes da Silva."

Eu entendo que essa matéria está sendo pedida, mas a própria Justiça tem todos esses dados.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem. É necessário que seja aprovado, para que a Justiça transfira para nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Perfeito.

Eu somente esclareço.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, qual o prazo, Sr. Presidente? Não tenho ouvido V. Exª dizer. Deve ser um prazo pré-fixado que envolva...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – De janeiro de 1997 a dezembro de 2004.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Tasso Jereissati. (Pausa.)

**O SR TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana. (Pausa.)

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sibá Machado. (Pausa.)

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Efraim Morais "sim".

Oito votos favoráveis.

Requerimento.

"Nos mesmos termos do disposto no §3º, requer o Sr. Garibaldi Alves Filho a transferência do sigilo bancário, de cartões de créditos, fiscal e telefônico do Sr. Humberto Tarcísio de Castro, no mesmo período, a esta CPI. Ou seja, compreendido o período solicitado de janeiro de 1997 a dezembro de 2004."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Tasso Jereissati. (Pausa.)

**O SR TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana. (Pausa.)

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Efraim Morais: "sim".

Oito votos favoráveis.

Está aprovado o requerimento

Finalmente, todos os três requerimentos estão votados.

Não; falta o requerimento de Ronan Maria Pinto.

Requerimento.

Nos mesmos termos, requer o Sr. Relator a transferência dos sigilos bancários, de cartões de crédito, fiscal e telefônico do Sr. Ronan Maria Pinto, no mesmo período: janeiro de 1997 a dezembro de 2004.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Tasso Jereissati.

**O SR TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Efraim Morais: "sim".

Oito votos favoráveis.

Está aprovado o requerimento.

Solicito à Assessoria que, a convite desta Mesa, encaminhe, para tomar assento nos nossos trabalhos, o Dr. Rogério Buratti.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, seria importante que V. Exª registrasse o ofício

encaminhado ontem ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Saulo de Castro Abreu Filho, no sentido de que seja marcada, para a próxima segunda-feira, a oitiva, em nome desta CPI, das sete pessoas que foram indiciadas e que são acusadas pelo seqüestro e assassinato do Prefeito Celso Daniel.

E como V. Exª me designou para essa tarefa, juntamente com o Senador Romeu Tuma, que estará ausente, eu gostaria que V. Exª convidasse outro membro da CPMI para me fazer companhia, porque eu me sentirei bem, além dos dois assessores da CPI que estarão presentes. Por exemplo, um Senador com grande experiência, como o procurador...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Senador Demóstenes Torres.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Dentre outros. Mas qualquer um será bem-vindo em me fazer companhia nessa tarefa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Esta Presidência, numa prova de irrestrita confiança, comunica que caberá a V. Exª, na condição de Presidente dessa Subcomissão, fazer o convite a qualquer um dos Srs. Senadores. V. Exª está autorizado por esta Presidência a fazer o convite a qualquer um dos Srs. Senadores.

Na realidade, foi encaminhado ao Dr. Saulo de Castro Abreu Filho, por esta Presidência, Ofício nº 513, de 2005, no qual solicitamos a S. Exª, o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que adote as providências necessárias para que o Senador Eduardo Suplicy, juntamente com assessores desta CPI e outros Senadores – a convite do Senador Suplicy –, possam ouvir as sete pessoas denunciadas como supostos autores do seqüestro e posterior homicídio do Prefeito Celso Daniel, em 2002 – como solicitou V. Exª, Senador Suplicy.

Convido o Dr. Rogério Buratti para tomar assento a esta mesa para fazer os seus esclarecimentos, bem como o seu advogado.

Agradeço, mais uma vez, ao Dr. Rogério Buratti pela sua presença – sem dúvida, V. Sª tem feito esclarecimentos importantes para que possamos dar continuidade às investigações dos nossos trabalhos –, bem como aos seus advogados aqui presentes.

Como V. Sª se encontra nesta CPI pela quarta vez, peço-lhe que fique à vontade, e colocamos esta Casa sempre à disposição sempre que houver novos esclarecimentos, pois a memória às vezes depende de um pouco de exercício. Acho que a presença de V. Sª nesta CPI é um recorde em qualquer Comissão.

Concedo, mais uma vez, a V. Sª, Dr. Rogério Buratti, a palavra para seu depoimento.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Boa-tarde. É um prazer estar aqui mais uma vez. Estou à disposição do Sr. Relator e de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, até porque temos que manter o bom humor, eu disse ao Dr. Buratti exatamente isto: "Prazer em revê-lo".

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele vai terminar ganhando um voto de Senador.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Já é um Relator Adjunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Exª tem a palavra.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Rogério Buratti, qual o seu nível de relacionamento com o Sr. Vladimir Poleto?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu conheci o Sr. Vladimir Poleto, o Vladimir, em... acredito que em 1997, quando ele prestou serviços a uma empresa que era de minha propriedade. Eu era sócio dessa empresa. A empresa Assessorarte, que realizava concursos públicos. Ele trabalhou como consultor permanente dessa empresa, de 1997 até o ano 2000. Então, foi nesse instante que eu conheci o Vladimir.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor ainda mantém contatos freqüentes com ele?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Freqüentes não. Em 98... No início de 99, quando eu fui assumir uma diretoria na Leão Leão, o Vladimir continuou na Assessorarte, e eu fui paulatinamente me desvinculando da empresa. Então, os contatos eram muito pouco freqüentes. Quando, em 2001, ele assumiu um cargo em comissão na Prefeitura de Ribeirão Preto, na Secretaria da Fazenda. Nesse período de 2001/2002, o meu contato foi muito pequeno com ele, mas sempre mantivemos relações cordiais. Em 2003, quando eu cuidei de novos negócios, ainda na Leão & Leão, eu o encontrei bastante aqui em Brasília, porque ele também se transferiu para cá, buscando algumas atividades que pudesse desempenhar aqui. E, em 2004, tivemos basicamente contatos telefônicos. Em 2005, raros, inclusive.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E no momento, os senhores têm algum projeto em comum?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Não temos, atualmente, nenhum projeto em comum.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª confirma todo o conteúdo da entrevista da revista **Veja** acerca do recebimento de dólares de Cuba para a campanha do PT, em 2002?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Confirmo, no que tange à minha participação que está relatada na revista. Eu fui consultado, acho que por volta de maio, junho, do ano de 2002, pelo Ralf Barquete, então me dizendo, a pedido do então Prefeito Palocci, a respeito, se eu conhecia algum mecanismo, alguma forma de trazer recursos do exterior para o Brasil. Esses recursos, no que me foi informado àquela época, seriam advindos de Cuba. Então, eu informei que o mecanismo legal é através do Banco Central, e que existia um mecanismo paralelo, que era através de doleiros. Somente isso. A partir daí, eu tive contato com esse assunto novamente acredito que em setembro, quando também ouvi do Ralf que eles tinham... que aqueles recursos que ele havia me perguntado em determinado momento teriam sido, teriam chegado ao Brasil.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)* operacionalizados.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Operacionalizados. Obrigado, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª afirma que foi consultado por Ralf Barquete, a pedido do Ministro Palocci, sobre como fazer para trazer os dólares de Cuba. V. Sª afirma que foi consultado pelo Ministro sobre como fazer para trazer US$ 3 milhões de Cuba. V. Sª tem convicção disso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Da consulta que recebi do Ralf Barquete, tenho convicção. E o volume, o montante que me foi dito naquele momento foi de US$ 3 milhões.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas da participação do Ministro?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Da participação do Ministro, na operacionalização, que foi depois relatada, eu não tenho convicção.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Perdão, Sr. Relator. Mas, para ser preciso, V. Exª formulou a pergunta como se o Ministro houvesse solicitado a ele, e como não foi pessoalmente, então, acho que é importante deixar claro a forma como foi, inclusive na formulação da pergunta. Só para a precisão de V. Exª.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª pede para eu repetir a pergunta?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É. Porque V. Exª, com base até no que estava registrado na revista, fez uma indagação para que ele confirmasse que o Ministro tinha pedido a assessoria dele direta. E, pelo que entendi, o Sr. Ralf Barquete perguntou a ele. Então, há uma diferença com respeito ao Ministro Palocci. Só para bem...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* mas orientado pelo Ministro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim. Mas para ficar bem registrado o procedimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Se entendido o que deseja, o Sr. Buratti pode fazer...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Textualmente, Senador, a pedido... Fui consultado pelo Sr. Ralf Barquete, dizendo ser a pedido do Ministro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Dizendo ser.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem. Só para ficar preciso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem informou a V. Sª que o dinheiro teria vindo de Cuba?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O próprio Ralf me confidenciou, comentou isso, por volta de setembro, em uma conversa informal. Mas sem detalhes da eventual operacionalização.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o desfecho do caso? Como é que terminou isso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu entendi, pela informação que o Ralf me passou naquela ocasião, em setembro, que o desfecho teria sido o aporte dos recursos no Brasil, na campanha do Presidente Lula. Agora, de que forma teria sido e qual é o montante preciso, eu não tive essa informação por parte dele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora, V. Sª, claro, leu na imprensa que o Ministro nega essa história e diz que ela é fantasiosa.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu li. Li. E como li, compreendo. E conheci os detalhes dessa operação também pela revista e por relatos do próprio Vladimir, mas relatos onde ele me dizia não saber do que se tratava. Então, a ligação direta com o Ministro ou com a campanha do Lula, eu não tenho como precisar essa existência. Tenho só a informação da consulta. Aí pode-se imaginar: "Mas por que, então, você disse isso, já que eventualmente não é uma informação simples?". Eu disse isso porque a reportagem tinha apurado que a minha participação nesse suposto episódio teria sido efetiva, que eu não teria sido consultado, mas sim que eu teria ajudado na operacionalização do aporte desses recursos. Então, eu disse à revista

que não era verdade, e relatei a ele exatamente qual foi a minha participação.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Só para um esclarecimento. V. Sª, então, está dizendo que também ouviu essa história da boca do Sr. Poleto?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Ouvi do Vladimir os detalhes... após já, inclusive muito tempo depois, exatamente o que ele disse à reportagem. Até aquele conjunto de detalhes que foi relatado por ele eu não conhecia antes de ver a revista. Eu só sabia dessa viagem e das caixas. Agora, ele nunca também me disse que nas caixas teria recursos. Isso eu soube, o montante e a operação, pela revista.

**O SR. DEMÓSTES TORRES** (PFL – GO) – Então, coincide o depoimento de Poleto com o que foi publicado pela revista **Veja**. Ou seja, o que ele disse para o senhor é o que saiu na revista **Veja**?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – À exceção da questão do valor. Porque ele nunca me relatou que teria sido recurso, teria sido dinheiro. Mas a viagem, as caixas, isso ele já havia me dito.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Rogério Buratti, o PT desqualifica a entrevista, a participação tanto de V. Sª como a do Sr. Vladimir Poleto, por responsabilizarem o Sr. Ralf Barquete pela operação, pelo fato de ele ter falecido já. V. Sª...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – V. Exª me permite, Sr. Relator?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Um esclarecimento. Não é esse o entendimento nosso. Nós temos todas as opiniões contrárias a essa situação do envio do dinheiro de Cuba pela inverossimilhança que ela representa e não porque o Ralf morreu.

E pelo que o Dr. Buratti acabou de dizer, ele confirmou esse fato, porque foi uma indagação de fatos que a revista queria comprovar que ele estaria, de alguma maneira, envolvido nessa transferência de dinheiro. Foi o que eu pude entender dele aqui. Então, não é como V. Exª colocou.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim. Mas o Presidente Lula diz...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Estava com a palavra o Relator. E os que vão intervir no debate vão fazê-lo depois. Vamos deixar...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, pedi um esclarecimento ao Relator, e S. Exª me deu a palavra.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu dei a palavra inclusive porque acho que quem...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Porque é alguém educado e que compreende a importância disso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem fala pelo PT é V. Exª.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu não sou educado.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Não é V. Exª. Não estou dizendo isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Rogério Buratti, V. Sª poderia nos falar um pouco sobre essa incumbência que Ralf Barquete possuía no sistema de arrecadação financeira e como se processava o esquema de arrecadação de recursos? V. Sª tem informações sobre isso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – As informações que eu tenho se limitam ao que eu já revelei. Essa consulta do Ralf, o Ralf Barquete era uma pessoa muito próxima ao Ministro Palocci, quando ele era Prefeito de Ribeirão Preto. Ele era Secretário da Fazenda, enfim, era um cargo de extrema importância na estrutura municipal. Nesses episódios, todos os episódios que eu relatei que envolveram o nome do Ralf, mais do que a opinião de uma pessoa falecida, no caso, por exemplo, da situação do lixo de Ribeirão Preto, eu não teria falado daquela forma se eu também não estivesse do lado da empresa de uma forma onde eu pudesse efetivamente ser testemunha daquele fato. No caso da doação aos bingos, que eu também falei na outra vez, eu também ouvi do Ralf que tinha havido uma doação da ordem de um milhão. E, no caso de Cuba, eu só ouvi do Ralf essa indagação e depois uma confirmação. Eu não sei se o Ralf era um operador. Eu acredito que não. O Ralf era uma pessoa de confiança do Ministro Palocci. No que me foi dado a conhecer, é o que eu relatei. É o caso do lixo, o caso dos bingos e o caso posterior, da GTech, que aí me envolveu diretamente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a relação de V. Sª com o Banco Prosper?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu, particularmente, nunca tive nenhuma relação com o Banco Prosper. Conheci em um episódio – dois episódios, quem sabe – um dos diretores do Banco. Acredito que seja seu Presidente, que é o... Edson, que também é Presidente da Bolsa de Valores do Rio. Conheci em um ou dois episódios, apresentado por amigos comuns. Neste caso, pelo Vladimir, que me apresentou o... o... Edson.

Eu soube do Banco Prosper a partir do momento em que o Ralf e o Vladimir foram contratados pelo banco para prestar consultoria. Isso a partir de 2004. O Ralf acabou por adoecer, infelizmente veio a falecer, e o Vladimir continuou trabalhando como consultor

do banco. Eu nunca tive nenhuma outra relação mais próxima além dessa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com outras empresas do Grupo Peixoto de Castro?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Também não tenho. Nunca tive nenhuma relação, até porque a área de atuação delas nunca foi uma área que tivesse vinculação com a área que eu atuava à época.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com o Carlos Eduardo Valente qual é o relacionamento?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Com o Valente eu tive uma relação de amizade. Conheci o Valente através do Ralf e do Vladimir, nos tornamos conhecidos, amigos. Estivemos várias vezes juntos aqui em Brasília. Quando eu ia ao Rio de Janeiro, eu o encontrava, e ele foi a Ribeirão Preto algumas vezes.

A relação do Carlos Eduardo Valente com o Vladimir e com o Ralf vem da Prefeitura de Ribeirão, acho que do ano de 2001 ou de... e 2002. Não sei se ele prestou serviços a Ribeirão, mas foi a partir desse período. E, nesse período, eu nem conhecia o Valente, porque eu não estava na Prefeitura, estava na Leão.

Em 2003, como eu comecei a freqüentar mais Brasília, São Paulo e Rio, acabei por conhecê-lo. Sei que é um empresário na área de construção civil, que também trabalha com corretora de valores, uma pessoa respeitada no Rio de Janeiro pelo trabalho que executa. É essa a informação que tenho dele. E também não tenho notícias de negócios dele com o Governo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que o senhor tem a nos falar sobre a *factoring* do Sr. Valente?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu tive a informação de que ele teria uma *factoring* a partir de uma notícia da imprensa nesta semana. A informação que eu tive do Valente sempre – até visitei uma vez a corretora – é que ele tem uma corretora de valores no Rio de Janeiro. Estive lá uma vez com ele, conhecendo, e ele sempre disse que teria uma construtora, que é a Construtora Carlos Valente, mas que também eu nunca visitei e nunca tive nenhum contato.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em várias escutas telefônicas realizadas a pedido do Ministério Público, V. Sª conversa com o Vladimir Poleto e com o seu Valente sobre o Serpro. Qual era o interesse do Sr. Valente no Serpro?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Com o Valente diretamente, não tem nenhuma conversa minha com ele sobre esse assunto. Existe uma conversa do Vladimir comigo ao telefone, em que ele relata que esteve visitando o Serpro e que tinha interesse de prospectar negócios do Banco Prosper com a empresa Serpro. Eu tenho conhecimento só até esse ponto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em outras escutas telefônicas realizadas a pedido do Ministério Público, V. Sª conversa com Rodrigo Cavalieri e Jorge Yazigi, o Bill, sobre vários assuntos envolvendo órgãos governamentais. Pergunto: que serviço a empresa MC Consultoria presta?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A MC Consultoria presta um serviço... É uma empresa nova. Acho que tem só dois anos. O Rodrigo Cavalieri, que eu conheci no princípio de 2003, aqui em Brasília, trabalhava numa empresa – acho que é a TCBR –, uma empresa aqui de Brasília, que é especializada em projetos - projetos de saneamento, projetos de obras - para diversas cidades e órgãos governamentais. E ela tem um *know-how* para preparar toda a documentação para fazer a captação de recursos junto às agências multilaterais: Bird, BID, Fonplata e outros fundos.

Eu conheci o Rodrigo porque a empresa que eu representava, a Leão Leão, levou lá o Prefeito de Ribeirão Preto à época, que era o Gilberto Maggioni, para apresentar a empresa que me foi indicada por um amigo de Goiânia, para que Ribeirão Preto pudesse vir a pleitear algum tipo de empréstimo do Bird ou do BID.

O Rodrigo Cavalieri foi o executivo da TCBR que nos atendeu. Em seguida, a Leão Leão contratou a TCBR para fazer alguns serviços dela própria e, em seguida, o Rodrigo Cavalieri saiu da TCBR e montou a sua própria empresa, que é a MC Consulting - naquela época, era a MC Consultoria; depois, virou MC Consulting. E o Rodrigo Cavalieri, durante esse período, o serviço básico dele continua sendo o mesmo da TCBR, ou seja, ele faz diagnósticos de situações municipais e, a partir desses diagnósticos, encaminha para entes governamentais das cidades, no sentido de buscar financiamentos de longo prazo com recursos de agências multilaterais. Esse processo se desenvolve num grupo técnico do Planejamento, que chama GTec, por coincidência, depois no Cofiex, que é uma comissão multilateral do Governo, e, em seguida, após a obtenção ou não do empréstimo, volta para o Cofiex e vem para o Senado, para aprovar ou não os financiamentos. Esse é o trabalho do Rodrigo, ele tem essa logística.

Eu, para ser bem honesto - disse isso a alguns órgãos de imprensa -, após a minha saída da Leão Leão, continuei com minha relação com o Rodrigo, no sentido até de vislumbrar uma eventual parceria minha com ele, para que eu pudesse agregar serviços à empresa dele, como serviço de concursos públicos, serviço de arrecadação de ISS, enfim, algum tipo de serviço

que pudesse me fazer voltar à atividade que eu tinha desenvolvido durante anos, mas que foi abortado em função de todos os fatos que aconteceram comigo.

Então, eu sempre mantive relações particulares com o Rodrigo, fiz alguns relatórios para ele. Algumas cartas-consulta eu revisava, ajudava a escrever, como um trabalho particular meu com ele e que tinha este objetivo: eu tentar me recolocar nesse processo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Rogério Buratti, numa das escutas telefônicas realizadas a pedido do Ministério Público, V. Sª conversa com o Rodrigo Cavalieri sobre vários assuntos.

Nós temos aí condições de passar um áudio sobre essa conversa? É coisa muito rápida. Há condições? (Pausa.)

– Alô!

– Oi, Vladimir!

– Oi!

– Fala, meu filho.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Esse aí é o Vladimir.

– Bueno. Tudo bem?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Esse é o Poleto.

– Eu recebi uma ligação do Ademirson...

– Ah...

– ...querendo o telefone do Edson, que é um recado urgente. Eu achei estranho. Uma, que o Ademirson está em Ribeirão.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é esse, não. Por favor, pode suspender.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por favor, pode suspender.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Esse é o Poleto.

– Parece a voz do Pato Donald esse aí. (Risos.)

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Como é que é?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Esse é o Poleto?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, nesse áudio, V. Sª fala...

– Qual a temperatura...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É esse ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por favor.

– Eu achei. Ele está motivado pra caralho.

– É, tá, sim. Tá, sim.

– Acho que.., teve uma conversa boa com ele. E ele entendeu o espírito da coisa, que não é um negócio para trampolim pra outra coisa.

– É, que é para pegar e fazer virar, né?

– É, tá animado pra caralho.

– Então, tá bom.

– Mas esse negócio de tomar a temperatura, ele sempre gostou do esquema, da estrutura e tal, né?

– E ele passou o dia aí?

– Passou o dia inteirinho.

– Ah, legal!

– Ele tinha que sair pra conversar com o pessoal da Duda Mendonça, né?

– Hã, hã.

– Entendeu? O Augusto te mandou um abração.

– Hã, hã. Legal!

– Falou que, quando você vier a Belo Horizonte, quer combinar de jantar contigo.

– (Inaudível)

– Eu fiquei com ele até umas três horas, de oito às três.

– Hã...

– Aí, três, eu fui encontrar com o Augusto pra alinhar a campanha.

– Hã, hã.

– E deixei ele lá.

– E como é que vai fazer São Paulo?

– Aí nos vamos montar um escritório bacana em São Paulo, para ele ficar, uma salinha, uma para mim, uma pra você, uma pra ele, aí bacana e tal.

– Legal, legal!

– Vamos estruturar um negócio bacana aí e tal. Aí ele pegou os produtos e tal, como é que está, os financiamentos... Mas ele ficou bem impressionado, tipo volume de coisas que tem, negócio dos *(Inaudível.)*, que alavancou demais.

– Alavancou?

– Alavancou. Aí a gente pegou, botou algumas coisas pra ele tocar.

– E...

– (Inaudível) da concessão de Salvador, o *(Inaudível.)*, pra dívida ativa daqui, aquele negócio, né?

– Hum, hum.

– E ele já tá indo para um seminário em Curitiba, na terça-feira, naquele negócio da Agência Nacional de Saúde

– Ah, legal

– Tá radiante. Mas depois você põe uma temperatura sua, porque eu posso estar...

– Tá, eu vou falar com ele, ver se eu falo com ele amanhã aqui.

– Vê o que que ele achou da estrutura, como é que a gente está organizado e tudo.

– Legal! Então, tá bom!

– É conveniente se você puder, na quarta-feira, a gente se encontrar em São Paulo.

– Tá bom!

– Que horas? Durante o dia ou à noite?

– Ah, a hora que você puder.

– Tá legal!

– Tá bom?

– Durante o dia, que aí eu posso.

– A hora que você puder.

– Então, tá bom. Eu falo com ele. Depois a gente se fala.

– Abraço, velho (Inaudível).

– Um abraço. Obrigado. Tchau.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O.K.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – De que data é essa conversa?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa é sua voz mesmo?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a outra voz é do...?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Do Rodrigo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aí se fala num negócio da concessão de Salvador, envolve o Unibanco. (Risos.)

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concessão de Salvador, que envolve...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Senador Garibaldi, de quando é a conversa, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor lembra a data? Mais ou menos...?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Deve ter sido ano passado. Deve ter sido em julho, agosto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vinte e sete de agosto de 2004.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Como foi possível, em 2004, ter-se a gravação disso? Foi solicitada por quem?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi o Ministério Público.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu sei, mas já estava o Sr. Rogério Buratti sob investigação por autorização judicial à época? Ah, está bem! É só para ter clareza desse ponto. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª teria condições de esclarecer sobre essa concessão de Salvador?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Na verdade, eu tenho talvez duas coisas a dizer sobre essa gravação. A primeira é que o período de gravação que o Ministério Público fez em meu telefone eu acho que começou em maio e deve ter terminado... Oficialmente, as notícias são de que terminou em setembro ou outubro, quando eles fizeram uma busca e apreensão na minha casa. Essas gravações levaram a uma série de ilações. Primeiramente, eu li, eu ouvi, eu nunca ouvi essas gravações. Então, eu me dou o direito, santo e sagrado, de que de algumas conversas eu não me recordo, porque não vejo importância nelas. Dessa eu me recordo. Eu vou comentar, porque dessa eu me recordo.

Vou comentar a conversa inteira, porque, como a gente trata de um negócio extremamente privado, então, eu vou comentar, porque não há nenhum problema.

Primeiro, o Jorge Yazigi que fala ali é o Bill. O Bill é um executivo que foi executivo da Leão Leão, foi diretor do Unibanco, foi Vice-Presidente da Visa e saiu da Leão Leão no mesmo período em que eu saí. E ele estava sem colocação...

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, a Visa. Visa do cartão de crédito. Um executivo privado, nunca teve nenhum assunto governamental. E ele me procurou para eu tentar, junto ao Rodrigo, colocá-lo na empresa do Rodrigo para trabalhar. Então, quando ele fala "medir temperatura, se ele gostou da estrutura", ele está falando que ele teve uma conversa com o Bill, e o Bill gostou da estrutura da empresa, gostou dos negócios que a empresa está tratando e se animou com a perspectiva de trabalhar.

Dos negócios ali tratados, pelo que eu reconheço, o Rodrigo deve ter tido algum tipo de participação em alguma reunião aberta em Salvador, a respeito de alguma concessão. Acredito que seja isso. Não tem nada de particular. Pode ter tido algum processo público em Salvador de que ele tenha participado e estava-me relatando.

Em relação à...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Você sabe dizer se em relação ao Município ou ao Estado?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Em relação ao Município.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ao Município?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu lembro que ele falou que era em relação ao Município.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Na área de saúde?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, acho que não era na área de saúde.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Aí fala em agência de saúde em Curitiba.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Na área de saúde, o que esse diálogo reflete é que a MC estava preparando um produto que ela queria apresentar ao Ministério da Saúde, que faria um *link* com cartões de crédito, Ministério da Saúde e a Anvisa. Eu nem sei se isso andou, se... Estava preparando um produto que a empresa ia tentar vender nos canais competentes, ou seja, uma prospecção saudável, legítima e legal de negócios. Não existe nenhuma indicação de *lobby* ou de assuntos ilegais nessa conversa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Temos ainda aqui o negócio da dívida ativa.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Um outro produto que ele estava gestando.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a Srª Jussara? Quem é essa senhora?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não conheço.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não conhece. Em várias escutas telefônicas realizadas a pedido do Ministério Público, V. Sª conversa rapidamente com Vladimir Poleto, marcando encontros. Em uma ligação, Poleto acerta com V. Sª para um **motoboy** ir até sua casa para "pegar o seu e trazer o meu". (Risos.)

O que o **motoboy** foi levar e buscar? Pode ser dito?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não se lembra?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não tenho a menor lembrança do que é esse assunto, do que é "o meu". Até falei para uma autoridade que me pressionou sobre isso que não é dinheiro, porque, senão, um *motoboy* não ia pegar dinheiro de mim e levar dinheiro do outro. Não é nada que...Não é droga, porque também o **motoboy** não ia levar droga, não ia pegar droga. Não consigo ver ilegalidade em uma pessoa me ligar e falar que o **motoboy** vai na minha casa pegar alguma coisa e levar outra. Assim...Não estou reclamando da CPI, pelo amor de Deus. Estou reclamando da mesquinhez dessa conversa, né? É uma conversa de uma pessoa que vai levar alguma coisa na minha casa e pegar outra coisa na minha casa. Quantas vezes isso acontece na vida das pessoas. Na minha aconteceu, a não ser que possa ser...seja algo indecente ou coisa parecida. Mas eu acho que não era. Nunca tive relações indecentes com o Vladimir. (Risos.)

**O SR. (Orador não identificado)** – Desculpa. Pode ser um DVD emprestado talvez.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Por exemplo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Numa conversa V. Sª falou ao Vladimir Poleto que checou seus telefones e confirmou que não estavam grampeados. O que tinham a esconder? Por que tanto receio?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Nesse caso eu errei... (Risos.) ...porque o meu telefone estava grampeado. Então... Não tinha nada a esconder.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas estava grampeado por quê?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não...Pelo visto estava, né, porque nós estamos ouvindo aqui as minhas gravações e...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...pelo Ministério Público.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – ...de um ano atrás. Agora, é evidente que as gravações feitas do jeito que foram feitas, eu preciso dar explicações de coisas que não induzem a crime, eu preciso dar explicações de coisas que não induzem a ilícito, eu preciso dar explicações de coisas que induzem a nenhum tipo de atividade ilegal. Então, eu prefiro não ser grampeado, porque qualquer conversa pode virar suspeita de crime, né? Porque, na verdade, a suspeita está sobre as pessoas e não sobre as conversas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Numa outra escuta telefônica realizada a pedido do Ministério Público, o Vladimir Poleto conversa com V. Sª sobre a Previ e outros negócios. E o Poleto fala: – "Tem jeito de jantar hoje com ele?"

V. Sª responde que pode mas não tem necessidade. Eu pergunto: que negócio é esse? Quem é ele?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O Vladimir – não sei como é que ele vai abordar esse assunto, mas... – o Vladimir tinha uma ação, legal também, de buscar negócios para o Banco Próspero. E, pelo que entendo dessa conversa, ele deveria estar buscando

fazer contato nos Fundos, como ele tentou fazer contato no Serpro. Não sei se os negócios prosperaram. Agora, com quem é o jantar, honestamente eu não me recordo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o negócio era só dele?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Todos esses negócios do Próspero são só dele. Ele só comenta comigo. Eu não tenho nenhuma participação nos negócios do Próspero.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o "ele"?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não consigo me lembrar de quem é, quem possa ser. Porque nesses assuntos dos Fundos, tantas pessoas neste País diziam que influenciavam nos Fundos, né, que pode ser uma delas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esse "ele" parece que não era tão importante. V. Sª falou...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Só, Sr. Relator... Já era uma suspeita de grampo telefônico para não pronunciar o nome?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É, eu não pronunciava nomes mesmo, porque... A preocupação, por exemplo, do Rodrigo... Vou usar o exemplo do Rodrigo, que é uma pessoa honesta, que trabalha, o pai dele já serviu a vários Governos, constituiu a empresa dele lícita, não tem nada de irregular com ele, por ele ter tido o nome dele vinculado a mim, por a gente ter conversado, ele se vê obrigado a ter o negócio dele... certamente, a partir de agora, vai começar a decair. Então, eu, quando comecei a suspeitar que pudesse estar grampeado, eu não falava muitos nomes, não, porque eu não queria prejudicar mais os outros.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Então, já havia suspeita nessa época?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Já. Já,com certeza.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª falou com o Vladimir Poleto no período entre 3 a 10 de abril de 2003, que foi o período da renovação do contrato da Caixa Econômica com a GTech. Nesse mesmo período Poleto falou inúmeras vezes com o celular do Ademirson. Nessas conversas trataram sobre a GTech?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Com o Vladimir nunca. Falei diversas vezes com o Vladimir, porque o Vladimir freqüentava bastante Brasília. Eu tinha uma relação com ele. A gente se encontrava aqui. Ele certamente tinha relação com o Ademirson, porque eles trabalharam juntos na Prefeitura e são amigos, as famílias são amigas, se visitam etc. Mas o Vladimir não teve nenhuma participação nesse assunto da GTech.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com o Poleto?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O Vladimir. O Poleto não teve nenhuma participação.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca falou sobre a GTech?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Nunca falei. Eu não. Eu falei com o Ralf sempre sobre a GTech.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o relacionamento do Vladimir Poleto com o Ademirson?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eles são... Eles foram muito amigos. Não sei se são até hoje.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eles eram tão amigos a ponto de falar mil e quatrocentas vezes em pouco mais de dois anos. Mil e quatrocentas vezes! V. Sª acha que ele ligava para o telefone 81117197 para falar com o Ademirson?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acredito que sim. Eu não tenho notícias de que o Vladimir tenha relação com o Ministro Palocci. Nunca tive essa informação.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do Vladimir...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Que o Vladimir tivesse, porque naquele telefone se poderia falar eventualmente com o Ministro. Mas pelo que eu soube...sei, o Vladimir nunca teve intimidade de relacionamento com o Ministro Palocci.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor, sim, né, mas sobre isso nós já...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É, eu tive, eu tive.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A análise do seu sigilo telefônico constatou número considerável de ligações com Rui Barquete, o irmão de Ralf Barquete. Qual seu relacionamento com ele? Com o Rui. Que participação ele teve nas discussões sobre o contrato da GTech, na renovação desse contrato?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu conheci o Rui em...Conheci efetivamente...Encontrei-o a primeira vez em 2002, num evento em Ribeirão Preto, da família do Ralf e, depois, conheci mais intimamente em 2003. Tivemos vários e vários encontros aqui em Brasília. Ele é... Ele é... Era, acho que é ainda, Diretor Comercial da Procomp. Então, ele sempre freqüentou Brasília. Nós nos encontrávamos sempre, para jogar tênis, jantar, conversar. Nunca tive negócios com ele. Em 2004, o nosso relacionamento foi mais intenso,

principalmente por causa da doença do Ralf. Em 2003, de julho de 2003 para frente, a doença do Ralf nos fez conversar bastante, porque ele acompanhava de perto e eu tinha interesse de acompanhar de perto também mas não queria incomodar nenhum dos familiares de Ribeirão Preto . Então, eu falava com ele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A GTech, V. Sª deve saber, abriu mão das ações contra os correspondentes bancários não lotéricos, beneficiando a Procomp, que havia ganhado o pregão para fornecimento de cerca de quatro mil máquinas para a Caixa Econômica. Eu pergunto: Ralf Barquete teve alguma participação nisso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Em que ano isso, Senador?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Isso foi já agora em 2004.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Ralf faleceu em 2004.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em 2003.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Em 2003, foi? Eu não sei se ele teve participação...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando foi que ele faleceu?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Ele faleceu em junho de 2004, o Ralf. E adoeceu em julho de 2003, ficando fora esse ano inteiro.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que a Caixa Econômica insistiu na desistência das ações da GTech contra os correspondentes bancários não lotéricos, em vez de impor a desistência de todas as ações, como defendia a equipe de negociação do Governo?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Na minha modestíssima opinião, o pós-GTech, o pós-contrato, pós-renovação do contrato em abril, houve diversos episódios, diversos eventos na Caixa Econômica, que favoreceram a GTech. E outros que a GTech favoreceu outras entidades. Eu acho que isso merecia um estudo particular, porque isso me causa estranheza em razão da briga que a GTech mantinha anteriormente com a Caixa. Mas eu não conheço em detalhes. Os que eu conheço são os que foram apresentados aqui na CPI e pela Imprensa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A assessoria me esclareceu que o episódio se deu na própria renovação do contrato com a GTech. Esse episódio ao qual fiz referência, dos correspondentes bancários.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu não acredito na participação do Ralf, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado, Sr. Rogério.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador José Jorge. V. Exª dispõe de 10 minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. e Srªs Senadores, Sr. Buratti, Srs. Advogados, em primeiro lugar eu gostaria de perguntar uma coisa sobre a questão do dinheiro de Cuba. Na verdade, temos duas etapas. Primeiro, a etapa que V. Sª participou no sentido de ser consultado sobre a questão de trazer o dinheiro de Cuba pelo Sr. Ralf Barquete, e que V. Sª alega e disse que foi a pedido do Ministro Palocci.

Vem a segunda etapa. A operação se realizou, aparentemente, vou colocar isso em dúvida, e depois V. Sª soube da operação via Vladimir Poleto. Então, na realidade, quando o Sr. Vladimir Poleto falou para o senhor, ele, na realidade, falou que transportou as 3 caixas. Transportou nesse mesmo sistema, num Seneca, veio de São Paulo, pegou o Seneca, parou em Campinas, toda essa história. Ele falou que as caixas, ele não sabia quanto de dinheiro tinha nelas. Mas sabia que era dinheiro.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A mim ele não disse que sabia que era dinheiro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas ele disse que era o quê, então?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Ele achava que era qualquer outra coisa, bebida, etc

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas quem era que iria fazer uma operação dessa? É este detalhe que eu queria saber. Como é que ia fazer uma operação, contratar um Seneca, que é um avião bem pequeninho, quase não comporta 3 caixas contendo bebida. Entrar num Seneca, e, na realidade, transportar uma caixa de Johnnie Walker, aliás duas, de *whisky* Johnnie Walker, uma vermelha e uma preta, e uma caixa de rum. Isso se vende em qualquer supermercado do Brasil. Então, na realidade, é uma história que teria sentido se fosse outra coisa que não bebida. O senhor concorda com isso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Concordo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E ele na hora que lhe contou não deve ter-lhe contado que transportou 3 caixas contendo bebida. Porque, realmente, não teria lógica ele fazer toda essa operação para levar 3 caixas contendo bebida daqui para São Paulo.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eventualmente, ele talvez não soubesse o que continha nas

caixas, que talvez não fossem bebidas, mas outro tipo de coisa.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Que era uma coisa importante, ele sabia. Senão ele não lhe contaria. Na realidade, sobre essa questão de Cuba, porque todo o mundo, pessoalmente as pessoas de Governo se admiram quando a gente acredita nisso. "Você acredita nisso?" Infelizmente, eu acredito. Eu até gostaria de não acreditar, mas eu acredito. Porque, as primeiras informações que a **Veja** deu, muitas já se confirmaram. Toda essa operação do avião, do carro, que saiu de um aeroporto e foi para outro, para um aeroporto menor, o piloto confirmou, está tudo mais ou menos confirmado. Então, não dá para confirmar o que tinha dentro das caixas, porque ninguém as abriu. Mas que houve uma grande operação, houve. Evidentemente, vamos ouvir o Sr. Poleto, e ele poderá confirmar essa questão. É lógico que ele não vai chegar aqui para dizer que trouxe dinheiro. Mas nós poderemos continuar as investigações, e já há indícios sim para que possamos, de certa maneira, acreditar nisso, infelizmente.

Em segundo lugar, eu gostaria de mudar um pouco o tema para a questão da empresa Leão Leão. Porque, desde a última vez que o senhor esteve aqui, as investigações foram acontecendo, encaminhando, e, aparentemente, no caminho que o senhor falou. O senhor, aparentemente, falou a verdade aqui, porque as informações que se têm, é claro, quando se verifica a quebra do sigilo fiscal e bancário da Empresa Leão Leão vê-se que havia uma série de empresas que prestavam serviço à Leão Leão e eram, aparentemente, supostos serviços que eram prestados.

Primeiro tivemos a Villimpress, que era uma gráfica, cujo funcionário esteve aqui e confirmou que prestava serviços para as campanhas eleitorais do PT, em Ribeirão preto, no tempo do Ministro Palocci, e antes também, e, que na verdade, recebia da Leão Leão. E que só prestava serviços à Leão Leão durante o período da campanha. Fora da campanha, nunca imprimiram um cartão de visita para a Leão Leão – são palavras dele mesmo. O que o senhor sabe sobre essa relação entre Villimpress e a Leão Leão? O senhor confirma que havia esse livro de operação, sobre o qual o funcionário falou aqui?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A Leão Leão efetuava pagamento à Villimpress, sim. Agora, eu não conheço, mas sei que a Villimpress prestava serviços...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Às campanhas.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Às campanhas. Não só às do PT, pelo que tenho notícia. E a Leão Leão, tradicionalmente, fazia contribuição para as campanhas do PT e para outras campanhas.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Via Villimpress, no caso.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Agora, não posso afirmar, textualmente, que uma ou outra nota da Villimpress é destinada a isso. Agora que isso, genericamente, aponta de maneira correta, acho que é impossível não afirmar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O funcionário disse que, fora das campanhas eleitorais, eles não prestaram nenhum serviço à Leão Leão; nem um cartão de visita, ele até usou essa expressão.

Posteriormente, apareceram mais três empresas: Comercial e Transportadora Luizinho; Twister – um nome até bonito, diga-se de passagem –; e Kaf Brasil. Essas empresas, de acordo com investigações feitas até agora, aparecem como empresas que forneciam notas a Leão Leão, notas essas que eram sacadas no caixa da Leão Leão e que serviam para pagar as Prefeituras de Ribeirão Preto e as outras três Prefeituras aqui citadas. Somente durante o ano de 2002, essas empresas forneceram notas no valor de R$ 2,8 bilhões. O que V. Sª sabe sobre isso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A Kaf, eu não conheço.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E a Transportadora Luizinho?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – As outras duas, de fato, eram algumas das empresas que as notas apareciam para fazer a retirada desses recursos que apontei.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer, na realidade, essa Comercial Luizinho fornece semente e cal no varejo – não vende nem em saco, somente vende a quilo. Quer dizer, é uma empresa de tamanho mínimo e forneceu notas no valor de R$ 1,9 milhão, praticamente R$ 2 bilhões, para retirar dinheiro, que foi...

Há outra, que fornece combustível de avião. A Kaf Brasil, que também não foi identificada pela Polícia. Essa Kaf Brasil, V. Sª não conhece?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A Kaf, eu não conheço. Eu retiraria de minha afirmação a Kaf, porque eu não a conheço. As outras duas, com certeza...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O senhor conhece a Transportadora Luizinho e a Twister?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Essa Kaf, nem a Polícia descobriu ainda. Mas, na realidade, existem as notas, que foram fornecidas pela Leão Leão.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Certo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, verificamos agora, já com essa informação, que as retiradas eram mensais, eram notas mensais. Há registro de retiradas em nome das empresas em 29 datas diferentes durante 2002, mais do que mensais. Eram sempre saques em valores parecidos, que coincidem mais ou menos com aquilo que se esperava que fosse entregue às Prefeituras. A que retirou mais foi essa Comercial e Transportadora Luizinho, que vendia cimento no varejo; com relação à Twister, também há saques com valores muito próximos aos da Comercial Luizinho.

O mais interessante, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, é que esse dinheiro era sacado no caixa da própria agência bancária que existia na empresa Leão Leão. Então, acho que essa história da Leão Leão, de fornecimento de propinas às Prefeituras, já está se fechando, porque era uma empreiteira relativamente grande, que prestava serviço à Prefeitura e que retirava dinheiro, por meio de notas frias, para repassar às Prefeituras.

O que o senhor tem a acrescentar a essas informações que a Polícia já está descobrindo e que confirma o que o senhor disse aqui?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Na esteira do que eu disse lá em Ribeirão e que confirmei aqui, eu acho que é o caminho que a investigação deve tomar para aprofundar se o que eu disse é ou não verdade.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas a investigação está no caminho correto?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acho que sim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ontem, o senhor fez algum depoimento em Ribeirão?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não fez. Porque havia uma notícia de que o senhor tinha feito um novo depoimento em Ribeirão.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Estive no Ministério Público e na Polícia, porque eles fizeram busca e apreensão em Belo Horizonte e levaram os HDs dos meus computadores. Eu fui para tentar liberá-los.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Só isso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Só. E vou novamente segunda-feira.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Acho que foi uma conversa informal, não é?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É. E conversei com...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Bateram um papo lá, e a **Folha** publicou mais ou menos o que teria sido conversado lá. Não sei se é a isso que V. Sª está se referindo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar dizendo que, muitas vezes, fomos acusados de ser a CPI do fim do mundo, mas, na verdade, estamos investigando as coisas certas. Nessa investigação da Leão Leão, a declaração que o Sr. Buratti fez, que envolve Ribeirão Preto e outras Prefeituras, quando se quebra o sigilo bancário, principalmente o sigilo fiscal das notas, chega-se à conclusão de que houve dinheiro – e dinheiro grosso – retirado para pagar propina em prefeituras municipais, inclusive em Ribeirão Preto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, quero esclarecer uma dúvida aqui. O nome daquela gráfica era Villimpress?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – É Villimpress.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Da qual saíam os boletos no nome do Juscelino?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Como foi o encontro do senhor, ontem, com o Juscelino, em São Paulo?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Ontem, eu estava em Belo Horizonte, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em Belo Horizonte, aliás.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não encontrei Juscelino.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu tive uma informação de que vocês tiveram um contato. Então foi por telefone.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não tivemos. Não tivemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Só se o meu advogado teve. Teve?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O advogado também não?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acredito que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Bem, essa foi a informação que me passaram hoje, por volta das 13 horas. Mas, tudo bem.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Rogério Buratti, parece-me que o senhor foi um dos poucos punidos nesse episódio todo, não é? Acabou sendo preso, acabou aparecendo na televisão de pijama de presidiário e acabou tendo sua vida privada vasculhada. Acho até que o senhor fez um desabafo dizendo que isso aconteceu indevidamente.

Pergunto: o senhor freqüentou uma casa em Brasília, que foi alugada pelo Sr. Poleto?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Freqüentei.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Nessa casa, era recebido o Sr. Roberto Colnaghi? Freqüentava essa casa o Sr. Roberto Colnaghi?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acho que uma ou duas vezes eu o via lá.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – E o Sr. Roberto Carlos Kurzweil?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Também.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O Sr. Carlos Eduardo Valente?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sim.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Ralf Barquete?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sim.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Ruy Barquete?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sim.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O Sr. Ademirson freqüentava essa casa?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Algumas vezes, sim.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O Sr. Ademirson freqüentava a casa no período diurno ou no período noturno?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sempre que eu o vi, foi no período da noite.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Perguntaria ao senhor se também esteve, nessa residência, alguns empresários angolanos.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Nunca vi empresários angolanos lá.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O senhor disse que aquela casa funcionava como uma central de negócios.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Exato.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Que negócios eram feitos lá?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Na verdade, aquela casa foi alugada pelo Vladimir com a intenção de fazer um rateio do custo dela, porque... Enfim, ele pode falar dele... Mas o Vladimir tinha expectativa de vir para o Governo Federal quando saiu da Prefeitura de Ribeirão Preto. Como não veio e como tinha diversos contatos com empresas, ele imaginou montar um escritório para poder, assim, trabalhar em Brasília. Foi a partir daí que surgiu a iniciativa da casa.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Nessa casa, o negócio era com o Governo Federal?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não necessariamente. Mas era uma forma de se abrigar algumas empresas que não tivessem escritórios aqui em Brasília e que precisassem de algum ponto de apoio, um ponto de referência.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Especialmente com negociações com o Governo?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acho que quase todas as empresas que vêm a Brasília buscam negócios governamentais.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O.k.

Perguntaria ainda ao senhor sobre o episódio narrado pela revista **Veja**. O senhor disse que foi consultado sobre os três milhões, que o Ralf falava em nome do Ministro Palocci e que o senhor ficou sabendo depois que o dinheiro veio. O senhor não sabia como veio. Quem disse para o senhor que esse dinheiro veio?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O Ralf.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – E não explicou para o senhor como veio?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Quem detalhou isso para o senhor foi o Poleto. O Poleto disse para o senhor como esse dinheiro veio? Veja só, até para manter uma certa coerência com que o senhor disse. Porque não há cabimento, numa conversa qualquer, alguém dizer: "Olha, fui a Brasília, à casa de um representante diplomático de Cuba, peguei três caixas, pus num avião, fui para o aeroporto X, que estava fechado, dirigi-me para outro, lá, veio um carro blindado e pegou essas caixas de uísque, ou de charuto, ou de qualquer coisa". Então, ele tem que ter dito para o senhor que ele imaginava que era alguma coisa que ele transportava, não é verdade?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – E que, na verdade, o contexto do relato do Vladimir para mim se deu a partir do vôo do Seneca. Ele contava do vôo do Sêneca, que vinha de Brasília, que não conseguia chegar a São Paulo; pouso; ele passou medo etc. Aí, ele contou... "Mas o que você estava fazendo?" O episódio de ele ter ido à casa de alguém aqui em Brasília, de ter feito aquele **transfer** de Viracopos para Amarais, do carro blindado para São Paulo. Esses detalhes eu não conhecia. Eu perguntei da viagem, ele me relatou que uma vez veio a Brasília, que pegou um avião em

Ribeirão, veio até Brasília e, depois, voltou a Campinas, carregando essas caixas. Perguntei: "Mas o que eram essas caixas?" Ele disse: "Ah, não sei, mas entreguei e vim embora".

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Entregou para quem?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Ele me falou que tinha entregado para o Ralf. Agora, os detalhes – que o carro que estava lá fora era um Ômega blindado, que o motorista era uma pessoa de nome Éder – esses eu tive por meio da revista também.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Em que lugar, em que contexto, ele contou isso para o senhor? Ele estava bêbado?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não, para mim não. Foi num encontro, acho que na minha casa, em Ribeirão Preto. Mas não estava alcoolizado, não.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, eminente Relator, Srs. Advogados, Dr. Buratti, V. Sª tem uma importância muito grande em todo esse processo. V. Sª, aos poucos, tem revelado pontos importantes. Eu acho que V. Sª deveria realmente ajudar-nos porque o que fizeram com V. Sª, no Governo, é realmente alguma coisa terrível. Humilharam V. Sª, grampearam V. Sª, que era uma pessoa do sistema; eles fizeram tudo para apontar um culpado apenas dessas coisas todas que estão acontecendo: Buratti. Logo, V. Sª não tem nenhum dever de consciência de ocultar as coisas que sabe além do que está falando, além do que está falando. Eu quero perguntar se V. Sª sabe informar se o empresário Colnaghi também é um dos sócios do Citation, que fazia campanha do Lula, conforme a reportagem da **Veja**.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O José Roberto Colnaghi é sócio de um grupo de aviões da região deles lá, de Lins/Penápolis, inclusive aquele Citation e o Seneca. Ele cedia o avião, à época da campanha, para algumas viagens, ao então Prefeito Palocci.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E V. Sª viajava nesse...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, porque eu não participava da campanha. Eu não era... E conhecia muito pouco o Beto àquela época. Vim a conhecer em 2003.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Parece que eles ainda não acreditavam em V. Sª naquele tempo, não é?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Como?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eles não acreditavam em V. Sª.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eventualmente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª conhece o Sr. Roberto Kurzweil?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Conheço, bastante.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Bastante?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Hum, hum.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sabe que ele atuou ou não na arrecadação de dinheiro para o PT?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Na campanha presidencial, não posso afirmar. Sei que, em outras campanhas municipais, ele, por ser empresário do ramo de construção, de lixo, colaborou com algumas campanhas.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª sabe que o Sr. Roberto Kurzweil é empresário bem-sucedido. Qual a principal fonte de renda dele? Tem conhecimento de algum contrato com empresa de propriedade da Prefeitura de Ribeirão?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O Roberto Kurzweil, quando eu cheguei na Prefeitura de Ribeirão, quando fui ser Secretário e o Palocci ganhou a Prefeitura, era o dono da empresa que fazia a coleta do lixo na cidade. Na hora em que saímos da Prefeitura, em que terminou o mandato, ele continuava com o contrato, porque o contrato era de cinco anos e estava em desenvolvimento, e ele foi vencedor de uma licitação, junto com uma empresa americana, para a concessão dos serviços de esgoto da cidade de Ribeirão Preto – isso em 95, acredito –, estação essa que foi inaugurada em 2002, inclusive com a presença do Presidente eleito, à época, o Presidente Lula. Foi quando o Ministro Palocci anunciou que sairia da Prefeitura. Aí, ele vendeu a participação dele no lixo para a Leão Leão e continuou com a empresa de esgoto, com a concessão de esgoto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Rendia mais, não é?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É, eu acredito que ele foi impelido a vender o contrato do lixo pelo mercado, mas ele é uma pessoa de família tradicional de construtores em São Paulo. O pai dele parece que foi um dos sócios da Vega, antigamente, quando

a Vega tinha vários donos, então é um empresário já tradicional em São Paulo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª pode-nos informar – nós sabemos que sim – se não era o Sr. Kurzweil o dono do blindado que estava sendo usado pelo Delúbio?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Pela imprensa, recentemente, eu soube que era, mas o Roberto Carlos, um dos negócios dele era uma empresa de locação de veículos blindados. Ele fornecia veículos blindados, inclusive na utilização por pessoas do PT e do próprio Ministro Palocci, quando ele era Prefeito, à época do assassinato do Celso Daniel, em que se começaram a utilizar esses veículos. Então, ele fornecia essa locação, acredito.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Bom, a casa do Lago Sul já está bastante explorada, eu não quero tratar desse assunto.

V. Sª é amigo de Ruy Barquete?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Fui amigo dele no período principalmente até a morte do Ralf, porque eu conheci o Ruy a partir da minha amizade com o Ralf, porque ele é irmão do Ralf, não é? E fui bastante amigo dele naquele período, mas após a morte do Ralf, com a minha mudança, inclusive, de área de atuação e etc – ele continua trabalhando com a Procomp e mora em Indaiatuba –, eu morava em Ribeirão e, agora, estou em Belo Horizonte.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas ele trabalha para a Procomp como seu proprietário ou trabalha para ganhar comissão?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, eu acho que, hoje, ele é diretor comercial, mas já é há bastante tempo, acho que há coisa de sete ou oito anos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª afirmou a esta CPI que a campanha do PT foi financiada no Rio e em São Paulo, arrecadando cerca de um milhão em cada, entregues ao Sr. Ralf Barquete. Há informações de que o arrecadador seria o Sr. Roberto Kurzweil. O que V. Sª poderia dizer sobre isso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – No caso da contribuição das casas de bingo, ou dos empresários de jogo de São Paulo, como eu disse, de fato foi R$1 milhão. O transporte, a arrecadação direta não foi feita pelo Ralf, mas ele participou do processo que levou à contribuição.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas foi pelo Kurzweil?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – E eu soube, assim, naquela época... Eu sei que a família do Kurzweil tinha alguma vinculação com casas de jogos, então, eventualmente ele possa ter participado na apresentação de um ou outro empresário, mas não diretamente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª conhece o Sr. Moacir Castelli?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Conheço, sei quem é. É um empresário lá de Ribeirão Preto, da área de loteamentos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ele contribuiu ou não para a campanha do PT? Isso V. Sª sabe.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Na campanha de Prefeito, sim. Na campanha de Prefeito, sim. Na campanha presidencial eu não sei.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas ele, tendo loteamentos, contribuiu?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Ele sempre teve loteamentos na cidade, trabalhava com a Cohab e acredito que ele sempre contribuiu nas campanhas.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas V. Sª não sabe de quanto foi a contribuição?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não sei, não sei precisar qual foi a contribuição nas campanhas de Prefeitura.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu deixei para o fim uma pergunta para V. Sª me ajudar. É uma ajuda. V. Sª disse que havia uma suspeita, vamos dizer assim, de um interesse de seu grupo com a Prefeitura de Salvador. V. Sª poderia me dizer em qual área?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, na verdade, do grupo Leão, não havia.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Está aí na ligação, não é?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Isso. O Rodrigo Cavalieri estava prospectando algum tipo de concessão lá, que não sei de que área era, para fazer o trabalho de preparação dessa concessão. Se não me engano, era uma licitação que a Prefeitura faria para contratar uma empresa que prepararia um projeto. Então, ele estava-se cadastrando como uma empresa que poderia participar desse projeto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª não sabe qual seria o setor?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não sei. Em tempos idos...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E V. Sª tem como me informar esse assunto?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Tenho, isso eu tenho. Eu posso falar... Falando com o Rodrigo, eu informo ao senhor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Então, V. Sª toma esse compromisso comigo?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sem dúvida, sem dúvida.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – De, em cerca de uma semana, pelo menos, me dar essa resposta?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sem dúvida, sem dúvida.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – É um compromisso que o senhor está tomando aqui em público....

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sem problema.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – ...e que me interessa, porque se trata de Salvador.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sem problema.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E, realmente, eu tenho interesse...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O.K.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – ... de procurar livrar Salvador desse nome que o PT está colocando em todas as empresas e instituições do País.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O.K.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – De modo que eu agradeço a V. Sª e apelo, mais uma vez: conte tudo, não guarde nada!

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, permita-me?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Ficou implícito, mas eu gostaria, apenas, que o Sr. Buratti confirmasse: é óbvio que o Ministro Palocci freqüentava a casa.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu nunca vi.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Mas o senhor sabe que ele freqüentava.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, eu nunca vi.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Quem me disse, dizia-me até dos gostos do Ministro, o que ele gostava de beber.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, eu nunca vi.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O Ministro esteve lá.

Quantas vezes o senhor esteve lá?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu estive bastante.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Então.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu nunca vi o Ministro lá, sinceramente, Senador.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O senhor nunca viu, mas o senhor sabe que o Ministro esteve lá? Alguém disse para o senhor que o Ministro esteve lá, nessa casa?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, a mim não. Eu acredito que não. Eu nunca vi o Ministro lá. Seria leviano dizer uma coisa que eu não tenho como afirmar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Exª, Senador Demóstenes.

Senador Alvaro Dias, V. Exª tem a palavra.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, já que o depoente afirma, taxativamente, que não viu o Ministro Palocci – era minha primeira indagação –, eu não vou insistir. O Senador Demóstenes...

No caso, essa casa é mais recente, Senador Tuma. Não é da época da Prefeitura.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, é de 2003.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É exatamente do período já de Ministro, e não de Prefeito.

No primeiro depoimento na CPI, V. Sª disse que um grupo de empresários ligados ao bingo em São Paulo teria doado – e o Senador Antonio Carlos Magalhães já fez referência a esse episódio – um milhão à campanha do Presidente Lula; eram angolanos esses empresários do bingo de São Paulo?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu sei que são empresários do bingo; não sei se são, necessariamente, angolanos. Eu vi pela imprensa, nesta semana, que teria tido notícias de que seriam. Eu não sei se existem empresários angolanos no bingo, mas era um grupo de São Paulo. Alguém me relatou, uma vez perguntou se era a família Ortiz, e eu falei que nunca tinha ouvido que seria a família Ortiz, mas eu sei que são empresários vinculados ao jogo em São Paulo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O Ministro Palocci sabia dessa doação?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sabia, sabia.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O Deputado José Dirceu sabia dessa doação?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não posso afirmar. Acredito que sim, em virtude do montante, não é?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E o Presidente Lula sabia?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não posso afirmar, mas também, em virtude do montante, acho que era possível.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor sabe que essa importância não foi declarada à Justiça Eleitoral? Essa doação não foi declarada à Justiça Eleitoral pelo Partido.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Quando eu fiz, inclusive, a afirmação, eu até disse que não sabia se tinha sido por dentro ou por fora.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor sabe se o intermediário dessa doação foi o Sr. Roberto Kurzweil?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acredito que intermediário não.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas o receptor?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O receptor, pelo que sei, foi direto de um arrecadador das empresas ao Delúbio Soares, no comitê presidencial.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas o arrecadador poderia ser o Sr. Roberto Kurzweil?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, acredito que esse papel de arrecadador não seria dele, não. Eventualmente ele conhecesse alguns empresários e tivesse apresentado, mas ele não era a pessoa que fazia a intermediação.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu estou dizendo do bingo, essa arrecadação do bingo.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Isso, isso. Com certeza, não seria ele o intermediário direto desse processo.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Saiu uma notícia...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não, pode, sem problema.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – É em função de uma notícia da **Folha de S.Paulo** de que foi durante um jantar.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu, eu vi.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – E do Sr. Roberto Kurzweil com os empresários do bingo.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Hum, hum.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – E, nesse, teria sido feita essa doação.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É, eu vi a notícia, também, mas eu não posso afirmar. Que o Ministro, eventualmente, então Prefeito, possa ter jantado com o Roberto Carlos acredito que é bem possível, agora, se foi nele que se acertou doação...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Só na mesma linha.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não tem problema.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Era o mesmo grupo, porque, no dia seguinte, a viúva do ex-Prefeito de Campinas falou que não necessariamente esse mesmo, mas que um grupo de portugueses e angolanos ligados ao bicho estaria fazendo uma pressão e trabalhando em Campinas. Esse grupo que fez a doação trabalhava em Campinas, em São Paulo?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Trabalhava em São Paulo. Em Campinas, eu não sei. Eu sei que foi através desse grupo que o Ralf, à época da renovação do contrato, teve notícias sobre a renovação do contrato. Agora, se eles atuavam em Campinas, eu não sei dizer.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Dá-me licença, Senador Alvaro?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pois não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Tasso, as organizações – eu diria que seria uma máfia do jogo – não se estabelecem, a não ser sua base. Elas operam em vários Estados e Municípios. Elas diversificam a atividade fora de onde têm a base, porque exercem um domínio sobre essa atividade de jogo. São três ou quatro grupos só e principalmente o pessoal de Portugal, de Angola e dessas ligações mais fortes.

Desculpe, Senador.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não, sem problema.

Eu vou retornar um pouco a essa casa do Lago Sul, que parece uma "república" de Ribeirão Preto. Que tipo de reunião ocorria nessa casa? O que se fazia lá? Eram encontros meramente sociais? Porque, na verdade, se falava que era uma central de negócios, então não era um local para encontro social. Que tipo de reunião se dava nessa residência do Lago Sul?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, os diversos empresários que circulavam na casa faziam reuniões relativas aos seus negócios, normalmente. As coisas não tinham uma unicidade. Eu, por exemplo, como executivo da Leão, utilizei algumas vezes a casa para receber empresários, quando eu buscava parceria em obras, para discutir a concessão que estava em andamento, de estradas. Então, cada um tinha o seu ramo. Era assim, mas nunca se reunia ali, pelo que eu tenha...pelo menos eu nunca me reuni, ali, com funcionários públicos para discutir negócios, e sim com empresas, com agentes públicos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Essa casa foi alugada pelo senhor ou pelo Poleto?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Pelo Poleto, pelo Poleto. Não fui eu que aluguei.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor tem conhecimento de que Prefeituras do PT adquiriram vacinas oriundas de Cuba?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não tenho.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não tem conhecimento?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não tenho.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor também sugeriu que, em relação ao contrato da GTech, haveria mais de um grupo atuando paralelamente, um junto ao Ministério da Fazenda e o outro junto à Casa Civil. Agora, surge essa nova vertente do Ruy Barquete, que é irmão do Ralf Barquete, o falecido assessor da Presidência da Caixa Econômica. Ele é funcionário da Procomp, uma das interessadas em ficar com pelo menos parte do contrato da GTech. Como foi a atuação do Ruy Barquete, relativamente a esse processo?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O Ruy, no que tange ao contrato da GTech, não tive conhecimento de atuação dele. Posteriormente, na Caixa Econômica, eu não sei, mas naquele período em que eu estive envolvido nisso, o Ruy não teve participação. O Ruy vislumbrava negócios, naquele período, no Banco do Brasil, porque ele era o representante da Procomp no Banco do Brasil, no Banco do Nordeste e não na Caixa Econômica Federal.

Então, eventualmente, se a Procomp teve uma atuação, pode não ter sido só por ele, não é?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A Procomp, em consórcio com o Bradesco, ganhou, em março deste ano, a licitação para fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de informática para a rede lotérica da Caixa Econômica, envolvendo 25 mil equipamentos para unidades em todo o Brasil. O senhor sabe algo dessa licitação?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Ocorreu este ano, eu não tenho nenhum acompanhamento.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Nos dias 1º, 2 e 3 de abril de 2003, dias que antecederam a data marcada para a assinatura do contrato da GTech, o Sr. Ralf Barquete e Ademirson Silva trocaram 74 ligações. Nos dias 4, 5 e 6, o senhor ligou apenas uma vez para o Ralf. Nos dias 7 e 8, data em que o contrato foi assinado, houve mais 41 ligações entre os três, entre os dois e mais o senhor. Isso indica uma coincidência ou vocês estavam tratando da assinatura deste contrato, algo relativamente ao contrato?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Olha, em parte, Senador, são das relações normais entre os três. Agora, nesse período, como eu afirmei nos outros depoimentos, foi o período em que a GTech me abordou e eu repassei essa abordagem ao Ralf para que ele levasse ao Ministro, conforme me foi pedido pela GTech. Então, acredito que boa parte desses contatos pode ser relativa a isso, durante esse período, sim.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Agora, para encerrar, a última pergunta: o senhor tinha absoluta confiança no Sr. Ralf Barquete. Era amigo e o que ele dizia o senhor tomava como verdade.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sim.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Então, o senhor tem convicção que realmente o PT recebeu recursos de Cuba para a campanha eleitoral? Essa é a sua convicção?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A partir dessas informações, sim.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Advogados, Sr. Rogério Tadeu Buratti, V. Sª mencionou que...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Suplicy *(Fora do microfone. Inaudível.)* para esclarecer a indagação anterior. O Sr. Rui Barquete é sócio desta empresa, a Procomp?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, ele é executivo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É executivo apenas.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Até o momento... eu praticamente não tenho relações com o Rui desde junho de 2004. Até junho de 2004 ele continuava...

**O SR. (Orador não identificado)** – Ouviu falar alguma coisa posteriormente?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não ouvi. Eu acredito que não, porque a Procomp é uma empresa de capital americano hoje. Então, acho que ele não teria como ser sócio. Ela foi adquirida por uma empresa americana.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos remarcar o tempo do Senador Suplicy. V. Exª tem dez minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

Sr. Rogério Buratti, por que razão teria o Sr. Ralf Barquete lhe consultado sobre o assunto da remessa de recursos para o Brasil ou vice-versa? Teria V. Sª,

segundo ele, conhecimento, experiência em remessa de recursos para que ele lhe perguntasse isso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sim, porque a empresa em que eu trabalhava à época tinha sociedade com uma empresa portuguesa e, na prospecção dos negócios da Leão na área de rodovias, a gente contratou empresas americanas para fazer o trabalho de prospecção nos Estados Unidos e fora, e, com isso, a gente fez diversas operações de câmbio, com pagamento de *invoices* etc. Então, eu tinha um conhecimento mediano sobre o assunto. Não era nenhum *expert.*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Era, portanto, pagamento a empresas por serviços e contratos prestados. De que área, por favor?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Na área de rodovias, na área de controle de tráfego de rodovias, na área de *project finance*, na área de preparação de projetos para entrar nas licitações. A Leão contratou duas consultorias americanas e, por fim, acabou finalizando a sociedade com a portuguesa Somague.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pode V. Sª descrever como é que se faz o pagamento a essas empresas junto as quais a Leão Leão fez contratos? Como eram feitos os pagamentos pela Leão Leão a essas empresas? Eu gostaria de saber como é que se faz a remessa de pagamentos ao exterior. Que procedimentos deve uma empresa realizar para fazer isso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – De prestação de serviços, a empresa contratada manda um *invoice*, que é como uma nota fiscal, chega à empresa contratante, essa empresa junta nessa *invoice* o contrato de prestação de serviço e um pequeno resumo do serviço prestado, vai ao Banco do Brasil... ao Banco Central e faz lá a remessa do pagamento. Faz o pagamento no banco e o banco remete para lá.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Faz o pagamento em Reais?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Em Reais. São convertidos os dólares do *invoice.*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Agora, suponhamos que uma entidade, uma pessoa, uma empresa queira fazer vice-versa. Vamos supor que a Leão Leão, ao invés de pagar, queira receber. Então, qual o procedimento, por favor?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O mesmo procedimento. Só que ela informa ao banco o seu serviço prestado em Reais, com a correspondência em dólar, e recebe também por contas oficiais, na conversão do dólar comercial.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Vamos supor que queira V. Sª enviar um pagamento por alguma razão a uma pessoa no exterior. Vamos supor que V. Sª gostaria que uma pessoa que estivesse no exterior comprasse alguma coisa. Poderia ser, digamos, uma máquina fotográfica, um livro ou uma coisa de maior valor. Então, V. Sª quer fazer uma remessa de recursos para essa pessoa no exterior para que ela tenha recursos, seja em euro, na Europa, ou em dólar, nos Estados Unidos, ou em qualquer lugar. Qual o procedimento? V. Sª conhece?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Isso eu nunca executei, mas acredito que deva ser o mesmo. Deve-se dirigir, nesse caso, acho que ao Banco do Brasil, e fazer a remessa. Eu nunca fiz esse tipo de remessa dessa forma, sempre com pagamentos de *invoices*.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu perguntei daqui para lá e, agora, quero perguntar de lá para cá. Exatamente porque o Sr. Ralf Barquete lhe fez uma pergunta, segundo a sua explicação, sobre como é que uma pessoa, no exterior, poderia aqui fazer uma remessa do exterior para cá de uma quantia qualquer que fosse. Então, como?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Da forma que eu coloquei. Se fosse por empresa, tinha que ser através de *invoice,* com prestação de serviços, com contrato registrado, com a nota de prestação de serviço e o contrato e pelo câmbio comercial. A outra forma que tem é aquela forma que foi inclusive desvendada na CPI do Banestado, que são as remessas através de dólar cabo, com doleiros. É corrente que isso existia também.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Vamos supor que um amigo seu no exterior queira lhe mandar um recurso para que o senhor compre aqui algo muito especial que existe no Brasil, ou em Ribeirão Preto, e queira que V. Sª compre para ele, e resolve, então, lhe mandar uma quantia em dinheiro para isso. Ele não pode fazer isso legalmente, no seu conhecimento, na sua experiência?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acredito que possa. Eu não sei detalhar como é que é esse procedimento. Só sei do ponto de vista das empresas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Portanto, quando o Sr. Ralf lhe perguntou como alguém poderia, no exterior, encaminhar recursos, considerando que V. Sª tem experiência e conhecimento, se não soube responder de pronto, não poderia então indagar se isso não poderia ocorrer?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, eu coloquei a ele do ponto de vista comercial, como é faria para receber comercialmente, que era a experiência que eu tinha. Individualmente, eu nunca tive experiência. De pessoa física para pessoa física, eu não soube. Eu só falei do ponto de vista comercial, que é

através de *invoice*, que entra pelo Banco Central, só isso, que era o que eu tinha visto na empresa em que eu trabalhava. E porque ele me perguntou isso, não sei como lhe dizer.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Qual foi exatamente a informação que o Sr. Vladimir Poleto confirmou para o senhor? Eu gostaria que precisasse, no que diz respeito a trazer recursos de Cuba.

E por que razão formulo esta pergunta? Vamos supor que tenha alguma remessa de recursos provenientes de Cuba. Mas essa remessa poderia ser de um cubano que tivesse simpatia com o Brasil, ou poderia também ser de um brasileiro em Cuba, eventualmente, que tivesse simpatia e que resolvesse ajudar alguém. Portanto, poderia haver diversas hipóteses.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Para partido político não, Senador Suplicy. Ninguém pode receber dinheiro, ainda que legalmente, para fins de campanha política.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então V. Exª está percebendo exatamente o sentido da minha pergunta, porque nem acabou de ouvi-la.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sim, o que eu estou dizendo é que V. Exª está desenvolvendo uma tese que, se comprovada, o PT se extingue.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Demóstenes, a palavra está com o Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Senador Demóstenes, V. Exª também tem estratégia de pergunta. Respeite a minha. V. Exª há de convir que eu estou aqui criando hipóteses até, primeiro, de um brasileiro em Cuba querer remeter recursos para o Brasil e, eventualmente, até para outra finalidade que não a de campanha.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – De um brasileiro milionário em Cuba?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quem sabe?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – E se foi feita a remessa, o PT deixa de existir.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A palavra está garantida ao Senador Suplicy. Peço aos Srs. Senadores...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Foi apenas para reforço de...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós combinamos que tem que se pedir primeiro um aparte ao Senador. Se concedido...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Permite-me um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, estamos com o tempo do Senador se esgotando. Gostaria que V. Exª o deixasse concluir.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Agora, eu fui tão interrompido...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Exª pode concluir; V. Exª tem tempo para concluir.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Porque fico pensando que, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso estimulou as relações de comércio com Cuba, isso pode ter propiciado a pessoas, tanto lá quanto cá, se enriquecerem. Então, a hipótese levantada pelo Senador Tasso Jereissati pode até ser verdadeira.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Foi você quem levantou, Tasso?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele não disse que poderia alguém ter enriquecido em Cuba? Quem sabe pudesse, até pelas relações desenvolvidas no Governo anterior, estimuladas pelo Governo do PSDB e do PFL. Portanto...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Não! Pelo amor de Deus, tira o PFL dessa!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas o PFL não apoiava a diretriz do Presidente Fernando Henrique Cardoso de desenvolver as relações de comércio com Cuba? Eu apoiei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Demóstenes, por favor!

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – ...mas remessa em dólar em caixa de uísque, não, Presidente, por favor! Nem PFL nem PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito que V. Exª respeite o orador que está com a palavra.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Fui citado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito que V. Exª conclua.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Exatamente por essas razões é que eu gostaria...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Fui citado. Ele disse que nós tínhamos uma tese de desenvolvimento de milionários em Cuba. Nós não chegamos a esse refinamento ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a V. Exª que deixe o Senador Suplicy concluir.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Que informação exatamente o Sr. Vladimir Poleto confirmou para o senhor quando ele mencionou como é que po-

deria vir o dinheiro, qual finalidade e que quantia, e se pudesse ser preciso com respeito a isto.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Precisamente, o Vladimir me informou sobre o vôo em que ele veio a Brasília, de Ribeiro Preto. Pegou esse vôo nesse avião Seneca. E, nesse avião, a informação que eu tinha – passada por ele – é que ele pegou, no hangar, essas três caixas, colocou no avião, levou até Campinas e lá ele entregou ao Ralf. Ele não me falou que eram recursos e nem nunca o Ralf me falou que esse eventual recurso viesse do Governo cubano. A origem nunca me foi dita, tanto que eu nunca afirmei isto à revista e nem a ninguém. Foi só a questão da remessa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Sª teve um relacionamento próximo à Prefeitura do PT durante o Governo do Prefeito Antonio Palocci. Teve, também, um relacionamento próximo às pessoas da Administração Municipal quando a Administração foi de outros Partidos ou, agora, que é de outro Partido? Como eram os seus procedimentos no que diz respeito aos contratos com a Administração Pública e o levantamento de recursos para campanhas políticas, no seu conhecimento.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Até pela minha destacada relação com o PT, em Ribeirão Preto, – que era uma situação que a imprensa sempre abordava – eu nunca tive acesso à relação dos outros Partidos em Ribeirão Preto. Nas outras cidades, e como esse fato da minha relação com o PT não existia em função de que eu era um executivo da empresa, os procedimentos eram semelhantes, tanto que, quando eu fiz a denúncia em relação a Ribeirão Preto, eu falei, inclusive, de Matão, Monte Alto e Sertãozinho que não são cidades administradas pelo PT e saliento que esse procedimento é usual no mercado e não é um privilégio da Leão e nem dos Prefeitos que eu citei e que essa relação se desenvolve de maneira cotidiana como outras que nós tivemos conhecimento a partir das CPIs e as outras investigações.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, para concluir.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E isto não apenas do PT?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Exatamente. Nas denúncias das quatro cidades, só Ribeirão é do PT.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A última pergunta, se V. Exª me permite, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador. V. Exª tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu acredito que tenha assistido à entrevista do Presidente Lula no programa Roda Viva porque a minha pergunta decorre se ele assistiu – vou formulá-la.

Quando indagado pelos jornalistas a respeito deste episódio, o Presidente Lula, dentre outras coisas, mencionou que a hipótese é tão absurda porque a sua expressão foi de que Cuba vive "num miserê danado" ou algo assim e ele colocou que isto seria quase que impossível ou, na acepção dele, de que seria impossível. Eu peço que comente a respeito, tendo em conta a resposta dada pelo Presidente sobre a pergunta feita sobre este episódio.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu tenho a impressão de que, de fato, é inusitado imaginar que o governo cubano pudesse fazer uma coisa desta mas, enfim, como eu não tive conhecimento exato dos detalhes desta situação, eu preservaria apenas no meu relato: eu não sou uma testemunha desses fatos e nem uma testemunha ocular e nenhum tipo disto. Eu só recebi uma consulta e a minha informação à revista se deve ao fato de que eu não vou permitir que se atribuam a mim coisas que eu nem de longe fiz. Agora, de fato, é inusitado imaginar que um país como Cuba possa fazer isto. Também, nunca me foi dito que os recursos seriam do governo cubano.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Sr. Senador.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Na verdade, os questionamentos que eu tinha a fazer já foram, basicamente, feitos pelo Senador Alvaro Dias mas, já que foi levantado aqui eu me lembrei: pode ser que não fosse do governo cubano. Poderia ter sido feito por um milionário brasileiro residente lá ou algum dos outros milionários, graças à política do Governo Fernando Henrique Cardoso, e o desenvolvimento de milionários em Cuba e em outros países similares. Mas, me vem uma pergunta agora: poderia ser um dinheiro em trânsito de outros países, como a Venezuela.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sem dúvida, partidários...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Tasso, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Pois não. Ouço V. Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu ia fazer um questionamento, mas, dentro do raciocínio do Senador Eduardo Suplicy e a preocupação de V. Exª em encontrar o caminho desse dinheiro, há mais de um mês, eu e outros Senadores, pelo menos mais dois que eu tenha conhecimento, receberam de uma gran-

de rede de televisão para auxiliá-los numa investigação de dinheiro que saiu daqui para ser guardado em Cuba, o que muda toda a configuração que seria de retorno. Então, é uma coisa que está sob investigação estão fazendo levantamentos no DAC, estamos tendo algumas dificuldades, mas há um Senador que está avançando bastante nisso. Não quero citá-lo para não quebrar o sigilo de uma coisa que está me preocupando bastante, porque, na medida em que eu recebi esta informação, Sr. Senador Jefferson Péres, eu não dei muito crédito. Por que guardar dinheiro em Cuba? Principalmente da pessoa que teria providenciado isso, que tem muita ligação com Cuba. E eu fiquei apenas tentando levantar os vôos com a polícia etc., mas um Senador já havia avançado mais porque ele recebeu primeiro do que eu. E depois que essa história saiu na revista do Vladimir Poleto, e que o Buratti ouviu de terceiros, eu comecei a achar que tem algum fundamento pelo menos a presença desse dinheiro. A forma como se deu, se foi, se voltou ou se veio. E dizer que o Governo é pobre. Três milhões não é pobre para nenhum governo, três milhões não é um dinheiro... Não para mim, mas para um governo não é.

Então, essa dúvida eu vou deixar, Sr. Presidente. Vou deixar porque está sob investigação e não quero levantar o problema aqui, mas estão fazendo um negocio tão difícil... O Senador Eduardo Suplicy está colocando de uma forma em que até o Fernando Henrique tenha, talvez, contribuído para arrecadar esse dinheiro. Eu estou achando que nós temos que começar a buscar... Não estou falando mal de V. Exª não, viu, Senador. Acho que todas as hipóteses nós já percebemos...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Senador Romeu Tuma e o Senador Tasso Jereissati compreenderam, perfeitamente, o sentido.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor disse que havia uma política neoliberal que facilitava a criação de milionários em Cuba.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós temos mais um depoente.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, a palavra está comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª está com a palavra.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – A imaginação do PT para justificar todas essas coisas realmente inacreditáveis que estão acontecendo, está chegando a limites realmente de fantasias inacreditáveis. Até chegamos a que havia uma política do Presidente Fernando Henrique Cardoso que favoreceu a criação de milionários em Cuba e que poderiam estar transferindo dinheiro para o Brasil, num momento como este, simpatizantes do PT.

Então, surrealmente, me faz sentir saudades de um grande filósofo, que o Senador Jefferson Peres, com certeza, conheceu, o chamado Stanislaw Ponte Preta, que escreveu o inesquecível "Samba do Crioulo Doido".

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem um minuto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu fui testemunha das ações de estímulo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tinha uma relação de cordialidade e respeito junto ao Presidente Fidel Castro que esteve, aqui, inclusive, visitando-o mais de uma vez. E o Presidente Fernando Henrique estimulou, também, o incremento de relações de comércio com Cuba. Então, neste caso, não se trata de fantasias. Trata-se daquilo que de fato aconteceu. Houve o desenvolvimento do comércio entre o Brasil e Cuba, durante, também, o Governo de Fernando Henrique.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a informação de V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquista Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr. Rogério Buratti, Srs. Advogados:

Sr. Rogério Buratti, quando aqui esteve a esposa do ex-Prefeito Toninho, de Campinas, também assassinado. Respondendo a uma pergunta minha, ela esclareceu um ponto que sempre me chamou a atenção. Não se trata de uma tese, mas de algo que há algum tempo reflito, acerca da origem ou de uma relação muito íntima, muito estreita, dos braços do crime organizado. Eu me referi, especificamente, por exemplo, a fatos ocorridos em alguns municípios de São Paulo. Nós ouvimos falar na máfia do lixo, na máfia do jogo, e eu fiz uma pergunta direta a Dª Roseana: se ela, como habitante daquele município, tinha conhecimento da origem dos grupos que mexiam ou mexem com o lixo e mexem com o jogo em Campinas. E ela, para minha surpresa, revelou que se tratava de grupos da mesma origem – parece-me que eram angolanos –, o que vem ao encontro exatamente a respeito do que penso já há algum tempo, de que, de alguma maneira, ou se trata de um mesmo grupo ou grupos que têm uma relação muito próxima e muito íntima.

Aqui, na mesma data, o Senador Alvaro Dias teria o mesmo assunto. Ao lhe perguntar se o senhor sabia da origem dos grupos que operam no ramo de jogo em São Paulo, ampliando aquilo que eu gostaria de

lhe perguntar agora, mas localizando no Município de Ribeirão Preto. Nós tivemos, aqui, em outras ocasiões, a oportunidade de lhe inquirir acerca da participação dos grupos de jogos no Município de Ribeirão Preto, as contribuições etc. O senhor sabe a origem desse grupo, a nacionalidade? São angolanos também, ou de qual nacionalidade? São brasileiros?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O senhor pergunta em relação ao jogo, Senador?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – É, em Ribeirão Preto.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não sei. Não sei a nacionalidade. O grupo que opera casas de jogos em Ribeirão Preto veio do sul do País, acho que de Santa Catarina. A principal casa de jogo lá veio de Santa Catarina. Isto com o jogo de bingo. Na relação com o lixo, no lixo não se tem empresários provenientes de Angola. O mercado de lixo, hoje, é dominado por empresas nacionais e por empresas européias, principalmente as francesas e as argentinas que adquiriram as grandes empresas brasileiras. Então, em Ribeirão Preto eu nunca tive contato com esse mercado, em detalhes, e nem conhecimento de como funcionava.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Só mais uma pergunta, porque todos os assuntos praticamente já foram abordados. Mas, me restou uma pequena dúvida: no seu relato, quando o Sr. Ralf Barquete lhe faz a consulta acerca das formas de transferência de recursos, ele revelou para o senhor, de imediato, a destinação que seria dada aos recursos que seriam transferidos?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sim, a consulta é de recursos que seriam provenientes de Cuba, sem especificar a origem – se é do Governo, se é do Partido, se é de empresários – e seriam destinados à campanha. A consulta foi neste sentido.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Satisfeito. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

V. Exª dispõe de 10 minutos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, não vou usar todo o tempo, porque praticamente já ouvi mais de uma vez o Deputado Buratti. Deputado, não! Desculpe-me. Disseram-me que o senhor será candidato. (Risos.)

O Buratti tem sido muito sincero nos últimos depoimentos e, inclusive, tem sido elogiado pelo Ministério Público de Ribeirão Preto, porque resolveu abrir, dentro da possibilidade, seu coração sem prejudicar ninguém, mas só se referindo a fatos concretos dos quais participou e contando histórias que ouviu. Histórias com "h", ouviu, Senador? Sei que são histórias reais na busca da verdade, porque ele não vai pagar o preço pelo que não fez. Pelo menos, foi o que o senhor falou, porque tem a segurança de que tem família para cuidar, etc.

Sei que o senhor era muito amigo do falecido Ralf Barquete; dizem que a esposa dele está com uma situação financeira muito difícil; o senhor conhece a esposa dele e a família?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Eu conheço, mas faz bastante tempo que eu não os vejo. Vejo os filhos dele, às vezes, quando estou em Ribeirão. É evidente que a situação financeira da família do Ralf dependia muito do trabalho dele. Não sei se ele tinha seguro ou aposentadoria.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ela teve que obter bolsa de estudo e tudo para os filhos continuarem a estudar.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Isso é verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Isso foi levantado numa CPI. Quem concedeu o fez com sentimento humanístico; é empresário de Ribeirão. Estou perguntando para que se confirme a realidade desse fato. Peço desculpas. Creio que, em família, não se mete o bedelho, mas, para ajudar, vale a pena.

Quanto ao problema do lixo, tenho me preocupado muito, Deputado... Desculpe-me. Quando eu chamá-lo de deputado, não se ofenda, porque é uma coisa boa. (Risos.)

Dr. Buratti, o problema do lixo tem me preocupado muito. Por quê? Porque todas as denúncias que fazem referência à arrecadação irregular – caixa dois ou qualquer outro sinônimo que queiram dar a esse dinheiro ilegal – falam no lixo, no transporte e na varrição. São três setores nos quais se pode, tranqüilamente, alterar a quantidade. Se eu falar que levou 100 toneladas de lixo e foram só 20 mil, ninguém vai conferir. Não é possível conferir isso. Se falar que varreu dez mil quilômetros, e o sujeito varrer 500 metros, também ninguém vai conferir. O transporte é um caixa diferente. O senhor sabe, porque esse procedimento já foi apurado pelo Ministério Público de Ribeirão, que fez um bom trabalho. Nesta semana, mandaram-me 28 volumes sobre o inquérito de arrecadação irregular das empresas de ônibus.

Sei que o Senador Eduardo Suplicy – eu ia fazer – já fez um requerimento. Parece que a esposa é Rosângela, não é isso? Mas acho que é de Santo André. Estou misturando os nomes.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A esposa do Ralf?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, não. A esposa do... Aquela proprietária de uma empresa...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Ah, é Rosângela.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Rosângela Gabrilli, não é? Então, foi feito esse requerimento, porque ela está desesperada para depor. Ela deseja ardentemente depor e relatar todos os fatos que envolveram ela com o irmão do Celso Daniel.

Pergunto quanto ao problema do lixo. O senhor falou do lixo outra vez aqui; falou do contrato de lixo, pelo menos respondendo não sei se ao Relator ou ao Senador Demóstenes Torres, que falou sobre o lixo.

Tenho dez pedidos de quebra de sigilo das empresas de lixo que apareceram em várias denúncias. Não consegui ainda vê-los aprovados, mas acho que é um ponto importante que motivou essa arrecadação muito grande. Eu não diria que seria do caso do Marcos Valério, mas seria periférico das prefeituras, inclusive a de São Paulo. O Senador Antonio Carlos fez referência ao sistema empregado na Bahia. O senhor teria alguma explicação?

Li um documento sobre o Paulo de Tarso Venceslau. O senhor o conheceu?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Conheci.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Que era da ALN, foi para o PT, denunciou o problema do lixo em São José dos Campos e foi expulso do PT em razão da denúncia. Creio que é o que está acontecendo com o senhor também, aconteceu com o Delúbio. Todos que possam atrapalhar a personalidade moral do PT têm de ser expulsos. Se V. Exª não tiver objeção, vou requerer a presença dele aqui porque ele fez denúncia pública na TV Bandeirantes. Estou com a fita, vou ouvi-la e pedir o depoimento dele. Esse negócio de lixo e transporte tem trazido... Está aqui uma testemunha dos aviões que podem ter ido a Cuba levar dinheiro. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Há algum sistema de radar que controla estrada no perímetro municipal de Ribeirão Preto e que teve algum contrato com a Prefeitura?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Tem. Teve. Teve uma licitação que sei que foi vencida por uma empresa. Não sei se Delta é o nome dela. Não foi assinado pelo Prefeito Maggioni porque era período pré-eleitoral e ele julgou que pudesse ser uma coisa impopular. Mas não sei se o contrato foi assinado. Não entrou em execução.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Senador Alvaro Dias perguntou sobre o problema de uma concorrência na Prefeitura. Desculpe-me, mas não sei qual a empresa. Foi a que ganhou para conservação das máquinas de jogo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não. Não. Não. Fiz a pergunta sobre a Procomp.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Essa concorrência era para substituir a GTech? De acordo com o depoimento prestado pelos diretores da Caixa Econômica, eles queriam deixar de ser escravos da GTech. V. Sª também falou isso aqui. Essa empresa teria vinculação com essa substituição na GTech? Parece-me que o desejo deles era ficar com uma parcela do contrato da GTech.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Tenho a impressão que, se a Caixa Econômica Federal abrisse a licitação para o contrato da GTech...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Se o senhor já respondeu, peço desculpas.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A Procomp seria uma empresa que, pelo que conheço dela, poderia participar da área do fornecimento de máquinas. Agora, acho que, na área de *software*, não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Parte do contrato, sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Parte do contrato da GTech.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor acha que a Caixa já eliminou qualquer participação da GTech na sua atividade de controle do jogo?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Pelo que eu tive notícias, pela imprensa, não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Última pergunta: em Ribeirão Preto, há casa de bingo?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Há. Há várias.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Várias?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Várias.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A Prefeitura tem algum controle fiscal?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Nenhum.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Direto ou indireto lá?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Nenhum. Pelo que eu soube, não tem nenhum, não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Algum clube esportivo teria, em tese, vantagem percentual sobre isso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Teve uma época em que os clubes da cidade, o Comercial e o Botafogo, tiveram vinculação com casas de bingo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Depois da rejeição na proposta do Presidente Lula, avacalhou, não é?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É. Aí parou.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Aí cada um faz o que quer e não passa nada...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – De vez em quando fecha, de vez em quando abre, dependendo das ações.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Aliás, Sr. Presidente, requeri as decisões de liminares dos juízes porque eu estava ouvindo um ministro do Tribunal que disse que os juízes não podem dar liminar sobre casas de bingo. Gostaria que V. Exª apressasse para analisarmos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós já votamos e aprovamos o requerimento de V. Exª hoje para que sejam tomadas as providências.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, para suas considerações finais, para que possamos, de imediato, após a palavra do Relator, convocarmos e ouvirmos o Sr. Vladimir Poleto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Rogério Buratti, pela análise do seu sigilo telefônico, também se constatou que o senhor tem um relacionamento com Sílvio Pereira. Que negócios seus tiveram a intermediação de Sílvio Pereira?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Nenhum. Comecei minha atividade política no PT em Osasco, a mesma cidade em que o Sílvio começou. Em seguida, quando fui para o PT estadual, trabalhei com ele na Secretaria de Organização. Então, somos conhecidos. No ano de 2003, falei com ele algumas vezes, mas, efetivamente, não tem nenhum negócio, para a Leão Leão, que tenha sido conseguido através do Sílvio.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ele tinha alguma relação com a concessão de Salvador?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Que eu saiba, não. Nunca me falou disso. Mas os contatos foram muito poucos. Não posso afirmar.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já falou aqui sobre o Sr. Bill. O senhor poderia fazer uma breve descrição da experiência profissional recente desse senhor?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O Bill é formado em Economia, pós-graduado pela FGV, em São Paulo, em Administração, se não me engano, é especialista em finanças corporativas, é uma pessoa que se dedicou sempre ao trabalho em bancos. Trabalhou no Banco Nacional, no Unibanco, depois, trabalhou na Visa, na Triângulo do Sol e na Leão Leão.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Considerando que ele foi dirigente da Visa, o senhor sabe se ele teve algum envolvimento na operação Visanet?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acredito que não, porque a Visanet é uma outra empresa. A Visa é uma empresa e a Visanet é outra.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que abasteceu o "valerioduto", não?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – São empresas distintas. Acredito que não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em uma das conversas interceptadas pelo Ministério Público, Isabel Bordini relata a V. Sª sobre uma pressão que o Sr. Roberto, da Leão Leão, estaria fazendo. Pergunto: a pessoa da Leão Leão, a quem se referiam, era o Sr. José Roberto Hortêncio Romero?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Com certeza, não, porque o José Roberto Romero era da área de concreto na empresa e não tinha nenhuma vinculação com o lixo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, de quem partia a pressão?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acho que era dos gerentes operacionais do contrato de Ribeirão, porque a única participação da Isabel com a Leão... A Leão sempre esperava receber em dia as faturas. Então, havia sempre uma pressão da empresa sobre ela para que ela pagasse em dia as faturas do lixo. Agora, quem exercia essa função dependia de quem era o gerente do contrato à época. Mas o Zé Roberto Romero, com certeza, nunca foi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em escuta telefônica, realizada a pedido do Ministério Público, V. Sª conversa com Poleto sobre Rui Barquete, Carlos Valente e Rodrigo Cavalieri, referente a uma instituição financeira. Pergunto: quem é o chefão a quem V. Sª se refere na conversa?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não me recordo da conversa, mas, com certeza, nesse caso, deve ser o Presidente do Banco, porque o negócio que o Rodrigo estava tentando fazer com o Banco Prosper dizia respeito a produzir um modelo de cálculo atuarial para cidades do Rio de Janeiro. Como o Carlos Eduardo Valente conhece bastante o Rio de Janeiro, eles foram apresentados para tentar formalizar um produto para vendar para as Prefeituras do Rio. Seria feita uma parceria do banco com a MC. Mas, pelo que eu tive notícias, esse caso não prosperou porque, naquela época, eu ainda estava acompanhando. Acredito que

o chefão, nesse caso, deve ser o Presidente do Banco, acredito.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Presidente do Banco...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Do Banco Prosper ou do Grupo Peixoto de Castro, que era uma coisa vinculada exatamente ao Rio de Janeiro, só.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A instituição financeira é o banco que Ralf Barquete estava querendo constituir em parceria com os senhores ou é o próprio Banco Prosper?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. O Ralf nunca quis constituir um banco em parceria conosco. Na verdade, o Ralf foi ser consultor do Banco Prosper. Então, era o Banco Prosper, nesse caso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem estava mais envolvido nesse negócio?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Apenas o Rodrigo e o Carlos Eduardo Valente, que tiveram uma ou duas reuniões no Rio de Janeiro e o negócio não andou.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual a relação entre Ruy Barquete e Rodrigo Cavallieri?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Acho que eles nem se conhecem.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Buratti, eu pediria a V. Sª... Só para uns esclarecimentos, que é importante para esta CPI. O senhor esteve em Angola.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Estive.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Este em Angola em que ano... Se lembra?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Em 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em 2003.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Em agosto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor retornou do país africano ao lado do...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Beto Colnaghi.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Colnaghi... Mas, por que? Qual foi essa... Coincidência?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não. O Beto Colnaghi apresentou a mim...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Colnaghi foi o mesmo que cedeu o avião para carregar aqueles dólares.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Foi. Foi... Quando eu conheci Beto Colnaghi, ele estava prospectando negócios dele em Angola, na área agropecuária, que é a área dele. E ele me relatou que existia, em Angola, o interesse do Governo em contratar empresas brasileiras para fazer a coleta e o tratamento do lixo na cidade de Luanda. E que eles queriam conhecer empresas, porque eles estavam querendo diversificar para não ficar somente com as empresas que já estavam lá – as brasileiras e as empresas portuguesas. Então, eu fui a Angola pela Leão Leão para conhecer o país e conhecer como seria esse tipo de serviço, e marquei minha viagem. Como tem um vôo que vai e outro que volta – um vai no domingo e volta no sábado – eu fui via Portugal, porque eu tinha negócio a ver com a Somague, em Portugal; de Portugal, fui a Angola. Fiquei três dias lá e voltei no mesmo vôo com o Beto. Programei de voltar com ele, porque o meu contato lá era a partir das relações do Beto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas a Leão Leão não quis fazer uma obra de construção civil lá?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Na verdade, a gente prospectava o lixo, porque o lixo seria uma coisa que parecia ser... era visivelmente um negócio razoável. Mas todos os negócios em Angola, na época...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor vê, Sr. Presidente, como eles gostam de lixo...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – É... Quando eu fui a Angola, várias empresas de lixo – duas ou três empresas – estavam no mesmo período que eu lá. Por quê? Porque o governo angolano chamou todas as empresas que quisessem conhecer. Tanto que eu marquei uma segunda viagem a Angola, acho que em dezembro, tirei o visto para ir, mas não fui, porque nós concluímos, dentro da empresa, que não ia dar certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Beto, ele chegou a constituir uma empresa lá... Lá em Angola...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – O Beto tinha os seus negócios prosperando em Angola. No caso da Leão, eu percebi que não ia dar certo, que a gente ia acabar tendo risco de recebimento, risco político... E que não era o momento da empresa...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem. Agora, um levantamento que foi feito, pelos técnicos lá da CPI, afirmam e descobriram que o senhor esteve, em julho de 2003, em Portugal e na Espanha. Confirma?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Confirmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Coincidentemente, nos mesmos dias em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitava, oficialmente, esses países. Na Espanha, o senhor juntou-se ao grupo...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Qual grupo?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O grupo... não sei se do Beto Colnaghi ou da Leão Leão...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. Não... Na verdade, eu fui a Portugal na mesma, no...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Da Espanha... Eu estou me referindo a Espanha.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A cópia do meu passaporte mostra que, todo o mês de julho, a Leão Leão fazia uma reunião de Conselho de Administração com o Grupo Somague, em Portugal. A partir dessa reunião, os executivos tinham alguns dias disponíveis para viajar. Uma vez fomos para a República Tcheca, outra vez para a Áustria... Nesse ano, nós fomos para o sul de Portugal; depois, eu fui à Espanha: fui para Jerez de la Frontera e para Sevilha. Saí de Jerez de la Fronteira pela manhã, desembarquei em Madri e, de Madri, voltei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Aliás, aliás... Quem, na Espanha, juntou-se ao grupo foi o Ministro Palocci. O que eu quero perguntar ao senhor...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não é isso?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Aí, o Ministro Palocci juntou-se ao grupo. A CPI também identificou...

**O SR. DEMOSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, me esclareça, por favor, essa... O Ministro Palocci se juntou ao grupo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ao grupo do Presidente...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Do Buratti?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, à comitiva presidencial.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas ele estava com o *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Estava no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O que é importante aqui é o seguinte. A CPI identificou 67 ligações feitas, por V. Sª, para celulares, dos dois países naqueles dias, em 95 minutos de conversa. Os primeiros telefonemas foram registrados no dia 09 daquele mês. Mesmo dia em que a comitiva de Lula desembarcou em Lisboa. Oito ligações para a Espanha, com Palocci, em Madri. No dia 14, quando Lula e Palocci estavam em Madri, o senhor fez oito ligações para a Espanha. Esse contato era com o Ministro Palocci?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não era. Mas poderia ser...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas essas ligações com o Palocci, que constam aqui?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, mas não são ligações com o Ministro Palocci. Não, são ligações na Espanha. Eu não telefonei para o Ministro Palocci. Todas as vezes que aparecem ligações minhas com o Ministro, eu digo que aconteceu. Nessa, não. Não aconteceram essas ligações. Eu estava na Espanha desde... Eu estava há três dias na Espanha, já. Naquele dia, eu saí do sul da Espanha, fui a Madri e, de Madri, embarquei para São Paulo. Não teria nem dado tempo de ter encontrado o Ministro.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. De telefone de lá mesmo. Eu aluguei um telefone... Comprei um "chipezinho" lá para usar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas foi coincidência o senhor estar lá, tanto em Madri quanto em Portugal, quando o Presidente ia com a comitiva? Foi pura coincidência?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Nesse caso, foi coincidência. Por quê? Todos os meses de julho nós íamos a Portugal. Naquele ano, o Presidente resolveu ir junto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Presidente com o senhor, junto com o senhor?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não. (Risos.)

Resolveu ir no mesmo período que a gente. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Já que o senhor ia todo mês, todo ano.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Já que todo ano nós íamos, é ele que se juntou a nós. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que o senhor acha que esses contatos aqui, não...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não tem nenhuma referência com a Comitiva Presidencial, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Era só...

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – A Somague, para ser sincero – a verdade –, para ser correto, os principais executivos da Somague estiveram em um evento com o Presidente Lula, promovido pelos empresários portugueses. Mas como empresários portugueses, não como nossos...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, o interessante é que, nesses dois dias que a comitiva passou por lá, foi que aconteceram esses contatos, esses telefonemas. Coincidentemente, depois, essas ligações pararam.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Mas é que, coincidentemente também, Senador, eu retornei ao Brasil. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem. Quer dizer que o Presidente saiu, a comitiva saiu, e o senhor também não tinha mais o que fazer lá e veio embora.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Não, não... Eu tive um roteiro de viagem independente, porque o Presidente continuou lá na Espanha...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem. Aqui nós temos a informação dizendo que o senhor foi participar do encontro anual, como executivo, pelo Consórcio Triângulo do Sol, não é?

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está sendo quebrado o sigilo e todo esse pessoal, convocado para cá.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Sem problemas...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois bem, Sr. Buratti. Nós agradecemos, mais uma vez, a V. Sª e, se desejar voltar, nós estamos à sua disposição. Muito obrigado.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Muito obrigado. Eu falo até breve, então, Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Até breve.

**O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI** – Até logo. Um abraço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Obrigado a V. Sª e aos Srs. Advogados. (Pausa.)

Solicito aos Srs. Assessores que encaminhem até a mesa, para dela tomar assento, o Sr. Vladimir Poleto, a fim de darmos início à sua oitiva. (Pausa.)

Srs. Senadores e Senadoras, vamos iniciar a oitiva. Peço silêncio aos Srs. Senadores, companheiros da imprensa... (Pausa.)

Melhorou?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Está ótimo. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós vamos iniciar depoimento do Sr. Vladimir Poleto. Antes, porém, comunicando aos Srs. Senadores que esta Presidência recebeu do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio, que foi Relator de um **habeas corpus** que foi requerido pelos advogados do Sr. Vladimir Poleto, e ofício do Sr. Ministro Relator, nos seguintes termos: "Sr. Presidente, comunico a V. Exª que, nos termos da decisão cuja cópia segue anexa, deferi a liminar pleiteada para eximir o paciente da assinatura do termo de compromisso de dizer a verdade, assegurar-lhe o direito a assistência por profissional da advocacia, bem como de se manter em silêncio em relação à pergunta que entenda voltada à auto-incriminação, afastada a possibilidade de ser preso em flagrante pelos crimes de desobediência e de falso testemunho. Solicito, ademais, informações sobre o alegado na petição cuja cópia acompanha em ofício. Atenciosamente, Ministro Marco Aurélio."

É a comunicação que tenho a fazer aos Srs. Senadores.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, se V. Exª permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Esta medida que o Ministro Marco Aurélio expediu em decisão, impede que ele responda o que não quiser responder?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Há o direito...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Porque se ele nos disser que não vai responder nada, manter o silêncio, não sei se valeria a pena, porque tem...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós vamos ouvir o...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL– SP) – Desculpa aí, Presidente, mas é que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ... depoimento do Sr. Vladimir Poleto. Tinha que dar ciência aos Srs. Senadores dessas informações e concedo a palavra a V. Sª...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Antes de V. Exª conceder a palavra, eu pediria que V. Exª lesse novamente esse trecho. Na realidade, ele só está livre para não responder àquilo que o incriminar. Eu pediria que V. Exª lesse esse trecho específico do ofício, porque pode dar a impressão a alguém que ele pode prejulgar tudo o que...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Se V. Exªs assim me permitirem...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu vou responder à questão de ordem e lhe darei a

palavra, para que V. Sª use todo o tempo que se fizer necessário. Vou repetir.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Por favor, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – "Sr. Presidente, comunico a V. Exª que, nos termos da decisão cuja cópia segue anexa, deferi a liminar pleiteada, para eximir o paciente da assinatura do termo de compromisso de dizer a verdade, assegurar-lhe o direito a assistência por profissional da advocacia, bem como de se manter em silêncio em relação a pergunta que entenda voltada a auto-incriminação, afastada a possibilidade de ser preso em flagrante pelos crimes de desobediência e de falso testemunho".

Eu quero fazer o seguinte esclarecimento: primeiro, esta Presidência, em nenhum depoimento que foi feito nesta CPI, impediu que nenhum depoente deixasse de ter se acompanhado de seu advogado – um, dois, três, quantos se fizessem necessários. Segundo, esta Presidência, no decorrer de mais de 120 dias de trabalho, em nenhum momento prendeu ou ameaçou prender nenhum depoente, até porque a única razão desta CPI entre os Srs. Senadores e Senadoras é o objetivo de esclarecermos a verdade. Tem sido essa a nossa posição, vamos nos manter na nossa posição. Quanto à questão do **habeas corpus**, é um direito do depoente que estamos acatando. Peço a V. Exª para que possamos juntos iniciar os trabalhos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, na verdade, tanto quanto eu compreendo desse processo, o Sr. Vladimir Poleto, até o momento, me parece que prestou foi um serviço à Nação e, portanto, será ouvido com todo o respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com certeza.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ...quem sabe se decida falar tudo o que lhe venha ao cérebro e ao coração, mas eu o vejo como alguém que espontaneamente, durante cinco horas, declarou à revista **Veja** aquilo que sabia de um processo tortuoso e criminoso de financiamento de um partido político, de uma campanha eleitoral, contrariando visceralmente a legislação brasileira, do exterior para cá. Portanto, eu estou, mais do que esperançoso, seguro de que o Sr. Poleto reafirmará esse compromisso e se afirmará perante a sociedade como alguém que a sociedade deva respeitar pelo que está prestando de serviços a ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Essa é a nossa esperança. Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Efraim, é apenas para esclarecer porque não há nenhuma alteração em relação àquilo que diz a Constituição. O que o Ministro Marco Aurélio enfatiza é exatamente o que está escrito na Constituição. Não há necessidade de se buscar esse **habeas corpus** porque esse direito já é do depoente, de não responder qualquer indagação que possa incriminá-lo, voltar-se contra si próprio. Mas como não é o caso, ele é testemunha que vem apenas para esclarecer fatos de eventuais ilícitos praticados não por ele. Portanto, não há por que temer esclarecer os fatos nessa oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Jefferson, V. Exª deseja falar...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Não, vou apelar para minha reserva de otimismo, de esperanças de que o Sr. Poleto não decepcione o Senador Arthur Virgílio e o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Bom, agradeço a V. Exªs e concedo a V. Sª, Sr. Vladimir Poleto, o tempo que V. Sª achar necessário para o seu depoimento.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Bom, **a priori** eu gostaria de deixar bem claro que responderei a todas as perguntas que V. Exªs possam fazer depois que eu terminar de fazer um breve relato, e eu estarei à inteira disposição. Eu, particularmente neste momento, gostaria de ler um relato, tendo em vista algumas situações. Eu não tenho uma experiência de costumeiramente estar aqui entre V. Exªs e eu fiz um arrazoado e gostaria de lê-lo. Este arrazoado contém nada menos nada mais do que todas as informações de que V. Exªs vão precisar para depois, posteriormente, contestar ou fazer novas perguntas. Então, eu pediria à Mesa, ao Exmo Sr. Presidente, que me fosse concedida a possibilidade de que assim fosse feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Na realidade, V. Sª não pode fazer a leitura. Eu pediria que V. Sª fizesse um resumo e deixasse isso aí. Pediria que deixasse esse resumo que V. Sª fez, esse relato, para ficar à disposição da CPI. Era isso que eu solicitaria. V. Sª pode seguir uma orientação, fazendo um resumo.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Perfeito, está ótimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Sª.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Está bom. Então, Exmo Sr. Presidente, eminente Senador Efraim Morais, Exmo Sr. Relator, eminente Senador Garibaldi Alves Filho, eu me chamo Vladimir Poleto, sou administrador, consultor de empresas e natural de Ribeirão Preto. Vou pedir licença para prestar esses esclarecimentos iniciais

que eu acho de extrema relevância. Eu já havia sido convocado por esta CPI há uns 40 dias atrás, motivado por uma reportagem do jornalista Sr. Policarpo Junior, que, na realidade, me colocou como foco das atenções naquela revista. Tenho certeza absoluta de que esse foi o ponto fundamental na primeira convocação. Hoje estou atendendo a uma nova convocação desta CPI, novamente motivado por uma outra reportagem do Sr. Policarpo Junior.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Deixa eu esclarecer a V. Sª que a convocação é a mesma.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não há...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – É a continuidade, mas com mais ênfase, justamente em razão dessa reportagem, que teve repercussões imediatas em todos os órgãos de imprensa do País. Então, a realidade é que hoje eu venho restabelecer a verdade, principalmente desta última reportagem, que tanto estardalhaço trouxe na mídia. Então, tudo tem uma história, e a história começa no dia 21 de outubro. No dia 21 de outubro, por volta das 17 horas, eu fui convidado...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Que ano, por favor?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Agora, 21 de outubro do mês passado. Eu fui convidado para um churrasco na casa do sogro de um amigo meu, uma pessoa com quem eu tenho grandes afinidades, esse sogro desse amigo meu, já que pescamos juntos no Pantanal. A condição elementar para que eu fosse nesse churrasco era levar uma garrafinha de cachaça de oito anos em tonel de carvalho. Assim o fiz. Então, a partir das 17:30, começamos a tomar uma cachacinha, bebericar uma cervejinha e bater um papo em volta da churrasqueira. Por volta das 21 horas, recebi uma ligação do Sr. Policarpo Junior. O Sr. Policarpo Junior já havia ligado para minha casa algumas vezes – não é de hoje, ele sempre ligava, porque tinha um intenso interesse em falar comigo. Eu particularmente, eu particularmente, tá bom, eu particularmente disse ao Policarpo Junior que eu não tinha o mínimo interesse em me encontrar com ele por diversos motivos. Em primeiro lugar, porque ele tinha feito aquela matéria...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicitaria dos senhores que, por favor, escutassem o depoente.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – A história é interessante. Policarpo Junior apressou-se em me dizer que possuía uma reportagem bombástica que me colocaria no olho do furacão e, por conta dela, eu seria convocado a depor não apenas em uma CPI, mas em três CPIs. Afirmou categoricamente que seria melhor eu conversar com ele, pois a reportagem sairia de um jeito ou de outro, com meu consentimento ou não. Repetia que tal reportagem me remeteria a três CPIs e me tornaria um indivíduo famoso, como se falar com ele, faria a situação ser amenizada. Não demorou muito essa ligação caiu. Voltou a me ligar minutos depois. Repetiu enfaticamente o mesmo conteúdo da conversa anterior e novamente disse que seria melhor que eu fosse ao seu encontro, pois já tinha até fotos de minha pessoa. Disse também que tinha informações a meu respeito e que, segundo ele, me trariam muitos constrangimentos. Perguntei do que se tratava, e ele disse ser imprescindível conversar comigo pessoalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Poleto, peço a V. Sª que, da leitura, faça uma conclusão.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Olha, sem problema, eu não estou vendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu não estou, assim, vendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, há uma afirmação aqui do advogado, que está um pouco nervoso, V. Sª continue.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Tá bom. Eu gostaria que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por favor. Eu peço, Senador, que haja o respeito ao nosso depoente. É a solicitação que faço a todos os senhores, por favor.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Em primeiro lugar...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu peço aos Srs. Senadores para que possamos ter respeito ao nosso depoente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Deixa ele tomar um pouquinho de água e um café, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Você pode tomar uma água, ou continua? Eu solicito a V. Exª e peço que não interrompam...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Deixa ele ler...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço que não interrompam o depoimento do nosso convidado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Autorize a leitura, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Em primeiro lugar, eu não estou nervoso. Vamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero só dizer a V. Sª que a afirmação foi do seu advogado. Não foi minha nem de nenhum Senador. O próprio advogado me pediu. Então, V. Sª pode continuar com seu depoimento.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Isso é o chamado **animus jocandi**.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – O Sr. Policarpo Júnior voltou a me ligar, minutos depois, e novamente disse que seria melhor falar com ele, por diversos motivos. Disse que já possuía um acervo de fotos a meu respeito, que a reportagem ia ter uma característica, um efeito devastador e que, na realidade, ele já tinha uma série de depoimentos gravados de pessoas envolvidas na reportagem e envolvidas no fato.

Bom, diante da veemência do Sr. Policarpo Júnior, não me restou outra alternativa a não ser ir ao seu encontro. Encontrava-se ele no Hotel Plaza Inn, em Ribeirão Preto. E por volta das 17h, era 17h... 19h40min, encontrei-o. 21h40min, minto, 21h40min, encontrei-o no bar do Plaza Inn, do Hotel Plaza Inn, em Ribeirão Preto. Aliás, tomando um chope.

Bom, a primeira indagação que eu coloquei ao Sr. Policarpo Júnior era que, primeiramente, ele deixasse o gravador sobre a mesa e desligado, pois a minha intenção, além de não dar nenhuma declaração, era aproveitar aquele momento já que, insistentemente, ele dizia que pegaria um vôo às 6h20min da manhã de Ribeirão Preto para Brasília e era a última chance que teríamos de conversar rapidamente. Essa foi uma exigência, e assim ele o fez. Colocou seu gravador sobre a mesa e desligado.

A primeira providência que eu tomei depois disso foi contestar a informação que ele fez na revista **Veja**, há uns tempos atrás, que ele trabalhou com dados, na realidade, imprecisos, inverídicos, que não representavam a realidade. Mas ele disse: "Vladimir, tranqüilize-se, porque eu quero conversar com você um assunto que é mais complicado". E começou a discorrer a história.

Então, por volta das 22h, começou a tratar dos seguintes assuntos: disse que possuía muitos amigos na comunidade de informações – esse era o primeiro ponto fundamental –; que já tinha um dossiê preparado sobre a minha pessoa, desde outubro do ano passado, com informações de alta confidencialidade, que tratava de assuntos não só pessoais como problemas familiares e problemas íntimos e disse que possuía já um acervo de fotos a meu respeito porque, há muito tempo, desde outubro do ano passado, ele já tinha interesse em entrevistar-me.

Eu fui observando, no decorrer da conversa, que, pelos dados que possuía, percebi, de fato, que ele tinha informações sigilosas não só no que diz respeito à minha vida pessoal, mas, principalmente, sobre meus dados telefônicos, bancários e fiscais. Volta e meia, o mais importante nisso tudo é que ele voltava as suas baterias para uma casa que eu aluguei em Brasília e, sem sombra de dúvidas, dizia que aquela casa, ele, de fato, se fizesse uma matéria, poderia remeter-me a um suposto processo por tráfico de influência. Expliquei o motivo do aluguel daquela casa, que ela tinha dois conteúdos fundamentais: o primeiro era moradia e o segundo, meu escritório, porque eu tinha um interesse de, no decorrer desse período, a partir do momento em que eu montasse toda a minha estrutura para que eu pudesse trabalhar dentro de Brasília, porque eu tinha um projeto de estudar as diversas reformas, e a casa fazia jus à minha família, de eu poder trazer meus filhos e minha mulher. Então, quer dizer, se enquadrava dentro dessa minha perspectiva.

Mas eu percebi que não adiantava explicar muito ao Policarpo Júnior o motivo daquela casa, mesmo porque ele já tinha feito uma matéria a respeito e pouco ele se interessava pelo meu poder de argumentação.

Em certo momento, foi quando, definitivamente, ele disse: "Vladimir, vamos fazer o seguinte: eu tenho uma outra matéria, e é essa matéria que eu quero agora conversar com você". Foi aí que Policarpo Júnior começou a discorrer sobre o caso Cuba.

Disse a ele que jamais ouvira falar dessa história e jamais havia participado de qualquer história parecida, mas a história dele foi a seguinte: ele havia dito que eu peguei um vôo de Brasília para São Paulo e, dentro desse avião, eu estava levando US$4 milhões. Tanto é que, pelos depoimentos que ele tinha gravados das pessoas com quem ele havia conversado, eu transportei US$4 milhões. Eu me lembro que eu até bati a mão na mesa. Ele disse que era um descalabro, uma mentira, para não dizer uma leviandade, porque o que aconteceu, de fato, eu disse: "Eu peguei, de fato, esse avião de volta e quebrei uma perna minha, que eu viria de TAM, e peguei uma carona para São Paulo e, de fato, levei três caixas de bebida".

Bom, ele me disse: "Não, Vladimir; você pegou um avião no aeroporto de Congonhas, às 6h da manhã, aquele Seneca, de propriedade do Sr. Beto Colnaghi, pousou em Brasília meio-dia; depois do meio-dia, você foi ao apartamento de um agente secreto cubano de nome Cervantes; Cervantes já o esperava, lhe entregou três caixas de bebida; você pegou essas caixas de bebida, voltou para o hangar no aeroporto em Brasília, colocou essas bebidas no avião e voou para São Paulo".

Refutei veementemente. Disse que jamais ouvira falar de história que eu transportei dólares, e, muito

menos, que esses dólares tinham origem em Cuba. Mas sabe-se que o Policarpo não estava muito preocupado com os fatos. Por mais que eu o indagasse a respeito, pois disse a ele que, independentemente, se fosse ser convocado em três CPIs, iria refutar nas três CPIs essa história. Ele falou: "Vladimir, não se preocupe, porque você já está na história; você estava dentro do avião e você transportou aquelas caixas".

Aí ele me disse que esse agente secreto cubano foi quem internava os dólares no Brasil e que eu saí de Ribeirão Preto com uma missão especial de buscar esses dólares, que não era verdade.

Voltei a explicar a ele que a minha ida a Ribeirão Preto tinha uma outra história. Minha ida a Brasília tinha uma outra história, uma outra verdade, porque é sabido que, desde 1997, eu tenho protocolizado, no Ministério do Trabalho, e hoje transita no Ministério da Justiça, uma aposentadoria excepcional de anistiado político. Quer dizer, eu até hoje busco a minha anistia política, coisa que eu ainda não consegui. Fiquei sabendo, depois de estar com dois Ministros da Justiça... Estive pessoalmente me comunicando, no ano 2000, com José Gregori. Depois, no ano 2001, estive com Aloysio Nunes Ferreira, particularmente na sala do chefe de gabinete, quando eu lhe mostrei, protocolizei documentos - tenho dados comprobatórios de todos eles -, porque surgiu uma época em que meu processo havia sumido nos órgãos do Governo. Não se achava no Banco do Brasil, já que eu sou funcionário concursado do Banco do Brasil, não se achava no Ministério do Trabalho, e muito menos esses documentos davam entrada no Ministério da Justiça.

Quando eu fiquei sabendo que, no dia 12 de julho de 2002, esses processos entraram no Ministério da Justiça, imediatamente eu planejei uma vinda para Brasília para me certificar, **a priori**, se todos os documentos comprobatórios exigidos pela Lei da Anistia encontravam-se naquele processo. E isso foi uma quarta-feira de um dia 31 de julho. Trabalhava na Secretaria da Fazenda, minha função era Diretor de Contadoria-Geral e Planejamento Orçamentário. Comuniquei ao Ralf, que era o meu secretário, Ralf Barquete Santos, que eu iria a Brasília no dia seguinte e que eu iria até o Ministério da Fazenda tratar de um assunto pessoal.

Portanto, peguei um vôo TAM às 6h20min da manhã, de Ribeirão Preto, fiz uma conexão no aeroporto de Congonhas; devo, sim, ter pousado em Brasília às 10h; chegando em Brasília, fui imediatamente ao Ministério da Justiça certificar-me dos processos. É sabido que haviam chegado ao mesmo tempo inúmeros processos, não só do Banco do Brasil, como da Caixa Econômica Federal, como do Incra, como da Fundação, como da Petrobras. Então, de fato, a 2ª Câmara do Ministério da Justiça, que trata dos processos de anistia de funcionários das empresas estatais, estava à volta com inúmeros processos, mas pude certificar que, de fato, meu processo, enfim, que fiquei atrás durante três anos, ali se encontrava.

Tive esse poder de argumentação com Policarpo Júnior, mas, particularmente, ele não levou um pingo em consideração. Vê-se que, independentemente que eu tenha lhe dito que essas informações eram verídicas e altamente comprobatórias, ele publicou a matéria, como, na realidade, ele já havia feito, porque, quando eu estive com ele, ele me disse: "Vladimir, eu já fiz a matéria. A matéria está pronta, quer você queira, quer você não queira comentar o caso; quer você queira ou não queira até antes vir falar comigo, a matéria vai sair. Quer dizer, você vai ficar no olho do furacão. Não adianta, porque é uma figura importante, participou do processo, e os depoimentos que eu tenho à volta conduzem, inevitavelmente, à sua pessoa".

Dando continuidade, disse ao Policarpo o seguinte: "De fato, a partir do momento em que eu saí do Ministério da Justiça, o Ralf me ligou e até me disse o seguinte: 'Vladimir, qual é a sua intenção?'" Eu até estava interessado em ficar em Brasília naquele dia e voltar no dia seguinte. Ele falou: "Não, Vladimir, eu preciso de você em Ribeirão Preto e faço questão que você volte ainda hoje; faça o seguinte: o avião do Beto Colnaghi, um Seneca, está aí em Brasília; você só me faz um favor: vou lhe passar um endereço daqui a pouco, passe no local, me pegue umas encomendas e me traga nesse vôo que eu fico te esperando no aeroporto de Congonhas".

Foi isso o que eu fiz. De posse desses dados, desse endereço, que agora não me recordo – passaram-se três anos e meio –, fui ao local, tinha, na realidade, na portaria, já o porteiro me esperando com três caixas de bebida hermeticamente fechada.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) - Eram prédios ou residências?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Prédios. Era um porteiro, era na Asa Sul, era um prédio. *(Fora do microfone. Inaudível.)* É, exatamente. *(Fora do microfone. Inaudível.)* Desculpe, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Qual era a quadra?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ah, não me recordo, mesmo porque, naquela época, eu não tinha a habilidade de conhecer Brasília como eu conheço hoje. Se eu tivesse vindo a Brasília hoje pegar uma encomenda, fatalmente eu saberia o endereço. Brasília, você precisa de um tempo até para se adaptar, conhecer e se localizar nessa...

Bom, o que eu fiz? Peguei essas três caixas hermeticamente fechadas. Em duas delas, escrito Black Label e, em outra, escrito Red Label. Elas estavam em um invólucro, muito bem fechadas, com fitas adesivas e dispositivos para que você pudesse carregá-las. É isso.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Pesadas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, não muito pesadas. É o peso, de fato, de uma caixa de garrafas de uísque.

**O SR. (Orador não identificado)** – Havia, na revista, uma com Havana Club.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não entendi.

**O SR. (Orador não identificado)** – Na revista, fala-se que havia uma com Havana Club.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, não havia Havana Club. Havia duas de Black e uma de Red.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Carregou as três de uma vez?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Sim. Não. Como?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Carregou as três de uma vez?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Se eu carreguei, é uma coisa. Mas, quem carregou foi o carro. A partir do momento que estive no prédio...

**O SR. ADVOGADO** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Advogado, quero deixar claro que uma interrupção rápida entre as perguntas não atrapalha. São pequenos detalhes e não serão feitas perguntas com base em detalhes. Fique tranqüilo. Se o depoente se sentir prejudicado, não precisará responder.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Devo dizer que uma pessoa não dava para levar as três caixas, evidentemente, porque as dimensões não permitiam que se tivesse equilíbrio perfeito.

Encostando no prédio, o porteiro colocou-os num táxi e foi ao hangar onde o avião encontrava-se. Ao chegar ao hangar é procedimento de praxe identificar-se e ver se o avião de tal pessoa encontra-se no hangar, se está estacionando. Certificou-se que sim. O piloto já estava me aguardando. Veio uma van, o que também é um procedimento normal, porque ninguém sai andando dentro do aeroporto para pegar um avião. Vem a van, vêm as pessoas que conduzem a van, vêm os funcionários que entram na van, colocam o que se tem que levar no avião. E, na mesma van, eu fui com as caixas até o avião. Sabendo-se que eu não viajo sem a minha maleta 007 e sem uma bolsinha onde eu levo roupas e meus produtos *nécessaires*. Lembrando-se disso, entramos no avião. Posicionou-se as três caixas de uísque. As pessoas que conduziram a van ajudaram nesse processo, e eu fiquei devidamente instalado dentro do Seneca. Além de o Seneca ter as três caixas que eu, particularmente, não sei onde foram colocadas; eu sei que, embaixo do meu pé, havia uma geladeirinha de isopor com águas e refrigerantes. No outro banco, estava a minha mala 007; mais à frente, a minha maletinha. Quer dizer, as três caixas foram colocadas talvez no bagageiro e uma, no banco da frente. Isso é um detalhe, no meu ponto de vista, irrelevante.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Sinceramente, eu não sei. Mesmo porque só viajei uma única vez num avião Seneca em minha vida, que foi aquele que...

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, vamos deixá-lo concluir.

Peço ao depoente que seja objetivo nas suas conclusões, sem entrar em detalhes.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Concluindo: eu peguei a encomenda na portaria do prédio. Recordo-me claramente de que a pessoa que me entregou as caixas falava português fluentemente. Depois que vi a foto do Sérgio Cervantes na revista, posso afirmar categoricamente que nunca vi aquela pessoa e não foi ela que me entregou as caixas de uísque. Não conheço e jamais vi Sérgio Cervantes, o agente secreto cubano. Quem descreveu Sérgio Cervantes para mim, foi Policarpo, e não eu que descrevi a ele.

Bom, devo dizer que, no caminho, uma tempestade obrigou o piloto, de fato, a mudar a proa da aeronave. **A priori**, que eu saiba – e ele havia me dito –, ele colocou na proa de Poços de Caldas, porque batia uma tempestade na região de Campinas e, mais oportunamente, ele mudou a proa para Campinas, mesmo porque o vôo saiu de Brasília às 13 horas e tinha uma previsão de três horas de duração. Como ele teve de fazer algumas mudança motivado pela tempestade, houve uma dúvida muito grande: a necessidade de combustível para pousar em Congonhas, talvez não desse tempo para retornar e evidentemente ele pousou em Viracopos. Foi o piloto que assim optou.

Após o pouso em Viracopos, descemos normalmente e fomos ao saguão central. Eu fiz uma ligação para o Ralf Barquete dizendo a ele que tinha havido uma mudança no pouso da aeronave. Mas eu vi o piloto muito inquieto. Ele tinha dois motivos para sua inquietude. Em primeiro lugar, no aeroporto de Viracopos não tinha o combustível naquele momento para aquela aeronave. Então, ele tinha intenção de retornar ainda

para sua cidade natal no mesmo dia. Ele disse que só teria o combustível para aquela aeronave em um aeroporto ali pertinho, chamado Amarais, que era questão de cinco a sete minutos de vôo. Parece-me que esse avião usa querosene. É bom dar uma olhada, porque isso foi o piloto que falou. O piloto de um Seneca poderá explicar melhor o combustível utilizado.

Frente a isso, voltei a ligar para o Ralf e falei: "Ralf, estou indo para Amarais, porque aqui não tem combustível para esse avião. Então, você vem ao meu encontro no Aeroporto dos Amarais". Foi isso que aconteceu. Mesmo porque tinha um outro detalhe, inexpressivo, mas interessante. O sol se poria não sei o horário exato, mas o piloto estava preocupado com isso, porque, a partir do momento em que o sol se põe, é proibido decolar ou pousar no Aeroporto dos Amarais.

Após o pouso em Amarais, Ralf chegou em um Omega preto, dirigido por um motorista. Ralf, inclusive, auxiliou-nos a descarregar as caixas do avião e colocá-las no porta-malas do carro. De lá, seguimos para São Paulo. Ralf pediu ao motorista para deixá-lo em um estacionamento de uma churrascaria na Avenida Juscelino Kubitschek. Ralf desceu, o motorista acionou o porta-malas automático, Ralf pegou as três caixas e por ali ficou. Eu segui o meu destino, e o motorista me deixou no aeroporto de Congonhas, onde peguei meu vôo de volta para Ribeirão Preto.

Contei a Policarpo, resumidamente, essa história. Ele, no entanto, não queria me ouvir. Estava apenas preocupado em confirmar a história de Cuba. Disse-lhe novamente que não tinha nada a ver com isso, que a história, em si, além de mentirosa em relação a minha pessoa, iria trazer uma série de problemas no Governo, inclusive na delicada conjuntura atual.

Além de retrucar – e aí a ênfase de que o Policarpo não estava nem um pingo preocupado com o Governo –, ele disse: "Vladimir, a minha meta é pegar o Ministro Palocci". Ele disse claramente isto: "A minha meta é pegar o Ministro Palocci e eu não estou nem um pingo preocupado com o Governo nessa situação". Avançou mais dizendo o seguinte: "Quando você tem uma história, e você tem os fatos, você despreza os fatos e publique-se a versão, porque os fatos podem ocorrer no futuro, com certeza, com esse estardalhaço, dentro das CPIs". Sugeriu, então, para facilitar a minha vida, que eu pudesse entrar na história ignorando que eu tivesse trazido o dinheiro, coisa que eu não fiz. Como eu não trouxe dinheiro e trouxe caixas de uísque? Como eu poderia entrar na história ignorando esse fato? Por quê? Porque a intenção dele era não mudar a matéria. De fato, ele disse: "A culpa vai recair sobre um morto. E a culpa recaindo sobre um morto, que é o Ralf Barquete, que pegou as caixas, você, particularmente, Vladimir, não vai ter nenhum problema, nenhuma conseqüência com relação a esse fato".

Não aceitei, retruquei, voltei a dizer-lhe que, se fosse convocado em três CPIs, eu iria, porque ele poderia ter o poder, sim, de escrever, mas eu iria ter o poder de contestação, como estou fazendo aqui hoje.

Ele voltou à ofensiva e fechou questão dizendo que eu não poderia mais sair da história, porque eu trouxe aquelas caixas de bebida. E ele foi mais enfático, que a história sairia... E aí tem um fato muito determinante, foi o momento em que o Policarpo disse o seguinte: "Vladimir, vou até sugerir um valor menor, por que US$4 milhões? Pode ser US$1,4 milhão".

Quando ele começou a contar a história, ele me disse que eu transportei US$4 milhões. Definitivamente, disse-lhe: "Não". Então, foi o momento de ele querer fazer um pacto. Ele falou: "Vladimir, nós temos duas situações. Você está aqui, tenho uma informação, tenho um dossiê desde outubro do ano passado, quando eu queria conversar com você. Esse dossiê tem muitas informações confidenciais pessoais, familiares, que podem remeter-lhe a um constrangimento e, indiscutivelmente, a um suposto processo por tráfico de influência. Ou eu tenho essa outra história que você transportou dólares nesse avião Seneca de Brasília para São Paulo, são dólares que tiveram origem em Cuba e que foram internados no Brasil para a campanha do Lula à presidência em 2002. Eu disse-lhe que não e que não faria nenhum acordo.

Estou concluindo, Sr. Presidente. Ele insistiu. O mais interessante é que, nessa altura, nós já havíamos tomado uns bons copos de chope, é inegável. A partir do momento que começo um churrasco às 17 horas e que estávamos conversando sobre uma série de questões e ele indiscutivelmente queria fazer um acordo, pegar depoimentos, pegar declaração. O mais importante é que tem uma nota que ele coloca em sua reportagem que ele tem dez minutos de gravações de minha autorização. Refuto, não autorizei, mesmo porque pedi que ele deixasse o gravador sobre a mesa. O que ele pode ter feito é – não sei se ele feriu a ética do jornalismo –, enquanto eu fui ao toalete, ter acionado um gravador e, conseqüentemente, ter gravado alguma conversa onde eu e ele conversávamos sobre diversos assuntos.

Nessa altura, após tantos chopes, sendo que eu havia começado a beber à tarde, com aquela cachacinha, a minha capacidade de discernimento, devo dizer, estava bastante prejudicada. A pressão exercida por Policarpo, que queria que eu assumisse o transporte de dinheiro em troca de aliviar questões de minha vida pessoal,chegou a um ponto insuportável.

No fim, sou obrigado a dizer: nem me recordo se fiz algumas declarações. Se as fiz, elas são falsas, são mentirosas e são inverídicas, fruto, de fato – e vou usar um termo bastante incisivo –, de coação e de constrangimento que sofri, fruto, inevitavelmente, do excesso de álcool.

No final do meu encontro com o Policarpo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL PB. Fazendo soar a campainha) – Solicitaria, solicitaria do...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu, Excelência? Mas eu, Excelência... Desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero deixar claro ao seu advogado, nós pedimos tranqüilidade, estamos caminhando. Quem conduz a reunião sou eu. Então, peço a V. Sª que possamos discutir. Fique tranqüilo...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Exª e concedo...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sr. Senador, eu pediria... porque não é possível que toda vida a gente... Eu fiz apenas para procurar entender melhor a frase.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu entendi V.Exª, e por isso que estou solicitando ao advogado para que possamos conduzir e peço aos depoentes que concluam os seus depoimentos.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não. É que o que eu estou falando tem uma lógica e eu devo concluir em menos de dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Fique a vontade.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Bom, outro dado relevante, eu lembro, é que, no final, o Policarpo, ele estava bastante excitado pela matéria e queria comemorar, queria beber até um chopinho – isso já era mais de três e meia da manhã, não é? E ele me disse o seguinte: que essa matéria seria a sua redenção jornalística. Redenção jornalística. E ele tinha a pretensão de ganhar o Prêmio Pulitzer. Em vista da publicação da matéria e do indevido envolvimento do meu nome, faço questão de resgatar a verdade e esclarecer que: não autorizei gravações, não tinha, naquele momento, capacidade de discernimento, não tinha nem mesmo capacidade de avaliar as conseqüências do ato de dar algum depoimento, nem me lembro se fiz alguma gravação. Se existe gravação, ela não representa a verdade, foi ilegalmente coletada, pois não me encontrava em pleno gozo da minha capacidade de entendimento e vontade. Então, isso eu quero deixar bastante claro. Em resumo, não fiz qualquer acordo com Policarpo Júnior, não autorizei gravação de nossa conversa e não autorizei a publicação de qualquer declaração minha.

De todo modo, reafirmo, que jamais transportei dinheiro em avião ou por qualquer outro meio. Reafirmo, também, que jamais recebi missão de pegar dinheiro cubano ou de qualquer outra procedência.

Elaborei posteriormente um *e-mail* e mandei ao Policarpo, no início da semana, para que não fizesse uso de qualquer gravação ou mesmo utilizasse nossa conversa para o conteúdo de sua matéria já que, conforme eu havia deixado muito claro, não autorizei gravação nem publicação da gravação.

Enfim, ele publicou a matéria, que é falsa no seu conteúdo, ao menos no que diz respeito à minha pessoa. Já havia alertado Policarpo Júnior a esse respeito, em Ribeirão Preto, e, agora, o faço novamente aqui, com V. Exªs na Comissão Parlamentar de Inquérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª e concedo a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Vladimir Poleto...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Pois não, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª, conforme todos nós entendemos aqui, diz que o jornalista Policarpo Júnior inventou totalmente aquela matéria.

**O SR. ADVOGADO** – Excelência...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por favor, Dr. Advogado, solicito a V. Sª deixe... V. Sª pode orientar, não responder por ele. V. Sª, por favor... V. Sª está sentindo nervoso, está com as mãos trêmulas, mas eu peço a V. Sª que respeite a condução dos trabalhos. O Sr. Poleto está livre para responder suas perguntas, teve todo tempo que se fez necessário, e eu peço a V. Sª que não fique a responder pelo seu cliente. Nós queremos conduzir isso aqui. V. Sª tem todo o direito, como profissional, de exercer o seu trabalho, mas peço a V. Sª tranqüilidade. Não. Não pode. V. Sª não tem direito à palavra. Lamento, não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...permita uma breve sugestão que possa...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero deixar claro...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...para o benefício de todos...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...que não quero cercear a defesa de ninguém. Eu quero deixar claro...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...que nós estamos aqui obedecendo...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Espere aí, deixe eu falar. Eu peço a V. Sª, o ilustre advogado, que não tumultue o processo.

Sr. Poleto, é uma pergunta simples. Só está perguntando se o cidadão falou a verdade ou não. Eu acho que é um cidadão que tem condições de responder essa pergunta. Então, peço a V. Sª que não perturbe os trabalhos. Nós estamos caminhando, queremos ouvir, e o Sr. Poleto está muito bem, conduzindo-se muito bem. Um depoimento simpático; se verdadeiro, nós haveremos depois de fazer essa avaliação. Quero deixar claro e pedir ao Sr. Poleto que fique à vontade. V. Sª terá toda tranqüilidade aqui para responder às perguntas dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, se puder...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Qualquer interferência do advogado, dirija-se aqui mesmo, lateralmente, a minha pessoa...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, eu... Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...que eu atenderei a V. Sª.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu pedi pela ordem a V. Exª.

Sr. Presidente...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, se puder ser distribuído o que ele leu à CPI...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu pedi pela ordem a V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...em benefício de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse material vai ficar à disposição da CPI.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E se puder ser reproduzido agora facilitará tudo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou atender a V. Exª. Solicito da Assessoria que faça xerox desse material.

Sr. Senador Garibaldi Alves Filho.

E solicitaria dos Srs. Senadores que nós...

Senador Magno Malta, V. Exª havia pedido a palavra pela ordem e V. Exª tem a palavra pela ordem. E faria um apelo, após ouvir V. Exª pela ordem, de que nós pudéssemos ouvir o Relator sem interrupção, para dar continuidade à lista de inscrições.

V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É rápido, Sr. Presidente, só para colaborar com V. Exª e o advogado.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito é parlamentar e, para falar no Parlamento, você precisa ter voto. O advogado não fala nem fala com o cliente. Se quiser se manifestar numa CPI ou numa CPMI, que o faça por escrito, pedindo pela ordem ao Presidente, que defere ou indefere, para que nós não tenhamos...

O Senador Tasso Jereissati, nesse momento, perdeu a calma; outros estão perdendo a calma. Para seguir em frente com os trabalhos, sem tumultos. A minha fala é só para colaborar com V. Exª

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Então, vamos conduzir com muita tranqüilidade.

Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu perguntei ao Sr. Vladimir Poleto que... Só para ele reafirmar e chegarmos a uma conclusão aqui.

Quer dizer que a matéria do Sr. Policarpo Júnior, publicada na **Veja**, foi totalmente inventada?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Com respeito que tenho a V. Exª, essa pergunta, para mim, deve ser dirigida ao Policarpo. Eu fiz aqui a minha exposição; eu disse que ele trabalhou com dados irreais, fictícios, não-verdadeiros e não respeitou a ética, porque, a princípio, eu achava que o Policarpo era uma figura muito polida. Gostei dele, sentamos, tomamos chope, conversamos, conversamos até de nossas vidas profissionais, pessoais, falamos sobre uma série de questões, mas, infelizmente, ele preferiu fazer a matéria como já havia concluído. E, na realidade, ele nem precisaria ter falado comigo.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Um aparte, Sr. Relator?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* ...motivo daquela minha interrupção. "Sob coação", ele usou essa expressão. Ele falou "inventada" e as palavras que ele teria dito, que estariam gravadas, foram feitas sob coação.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto a V. Sª...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Devo dizer, Excelência, que não recebi nenhuma ameaça do Sr. Policarpo. Não fui ameaçado. O que eu quis dizer é que ele sempre voltava com muita veemência que eu desse, sim, declarações que pudessem dar credibilidade e veracidade ao que ele estava escrevendo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Mas eu entendi que ele teria dito a V. Sª que teria uns dados pessoais de V. Sª, de natureza financeira, familiar. Eu me lembro de que V. Sª usou essa palavra "familiar". E íntimas.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Mas isso eu confirmo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Confirma. Então..

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Sim, ele havia me...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...e que, por isso mesmo, V. Sª teria que concordar com ele.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Mas não concordei, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim, mas V. Sª não foi coagido, então?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não concordei com ele, mesmo porque eu disse a ele que ele poderia ter o poder de escrever a matéria, mesmo não sendo aquilo que ele queria, mesmo porque ele não deu crédito às informações que eu passei a ele; preferiu trabalhar na sua redação inicial. Eu disse que também teria poder de contestação da matéria.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Relator, pela ordem, por favor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu queria sugerir ao Sr. Presidente e a V. Exª, pelo respeito profissional que o jornalista Policarpo Júnior merece... É um jornalista profissional que atua na imprensa brasileira há vários anos, não se tem notícia, na sua biografia, de nada que o manche.

Eu gostaria de sugerir à Mesa que mande localizar o jornalista Policarpo – é possível que ele esteja em Brasília agora – e se promova uma acareação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, o jornalista não está convocado e nós devemos ouvir...

**O SR. HERÁCLICO FORTES** (PFL – PI) – Seria um convite. Seria um convite, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Não, Senador. Não há...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu acho que diante..

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não há...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu pediria a V. Exª para concluir a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu acho que seria fundamental, até para evitar uma nova convocação...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Só para...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ...se houvesse, se o jornalista pudesse, se estivesse em Brasília. Mas eu acho, Sr. Presidente, que é fundamental. Caso contrário, eu já vou, de antemão, preparar um requerimento convocando a acareação dos dois.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas seria uma economia processual, evitaria essa questão e se faria de pronto uma acareação entre o jornalista...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ...Policarpo e o depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...eu vejo a intenção de V. Exª de cooperar com esta Presidência e com esta Comissão, mas diria a V. Exª que não tenho como fazer esse convite. Não há requerimento nesse sentido. Há uma posição assumida entre os pares desta Comissão de que V. Exª faz parte de que os nossos requerimentos têm que ter no mínimo 24 horas.

Então, queria dizer que V. Exª poderá encaminhar o requerimento no sentido da convocação do jornalista ou da acareação e que nós, na próxima reunião, colocaremos em votação.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, e se houver um entendimento majoritário do Plenário da conveniência dessa acareação hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Senador...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não. Apenas estou querendo colaborar. Inclusive evitar um novo deslocamento do depoente à Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos concluir o depoimento e as perguntas que os Srs. Senadores vão fazer para que possamos tomar alguma posição. É o apelo que faço a V. Exª.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concordo com o Presidente, Senador Efraim Morais, mas pergunto ao depoente se ele estaria disposto a se submeter a essa acareação, só para efeito

de confirmação, mas não que seja agora, posteriormente.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Estou à inteira disposição para qualquer situação que se fizer necessária.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu peço permissão a V. Exª, mas tenho um compromisso inadiável agora, no Supremo Tribunal Federal, uma audiência, e me reservaria para fazer as outras perguntas quando do meu retorno. Os Senadores poderiam, agora... V. Exª poderia seguir a seqüência dos Senadores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi. É evidente que V. Exª já havia me comunicado esse compromisso.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. V. Exª tem a palavra por dez minutos, nobre Senador.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiramente, gostaria de dizer, com a mais absoluta sinceridade, que o jornalista Policarpo Júnior não precisaria realizar uma entrevista com o Sr. Vladimir Poleto para se consagrar como jornalista. Desculpe-me, não é o meu desejo desmerecê-lo, mas qualificar o jornalista como se deve qualificar. A exemplo do que disse o Senador Heráclito Fortes, o jornalista Policarpo Júnior já está consagrado pela história profissional que pode apresentar ao País.

Indago... Aliás, gostaria de dizer que o Sr. Vladimir Poleto faltou com a verdade, e a sua entrevista, com ou sem o seu consentimento, foi gravada. Há uma gravação do inteiro teor do que o senhor disse ao jornalista Policarpo Júnior, e vamos requerer, regimentalmente, que essa gravação seja fornecida a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para conhecimento de todos os Parlamentares. E poderemos, então, verificar com que espontaneidade o Sr. Vladimir Poleto prestou o depoimento ao jornalista Policarpo Júnior.

Diante desse fato, gostaria que o senhor me respondesse a seguinte indagação: alguém o pressionou para mudar a versão da sua entrevista? O relato foi feito, inclusive coincide em parte, ou na parte maior há coincidência do seu relato com o relato da revista **Veja**; não há coincidência em relação aos objetivos da viagem, mas, relativamente aos fatos que ocorreram - avião, caixas, etc., locais de decolagem e de pouso -, há absoluta coincidência entre o seu relato e o relato do jornalista; o senhor foi pressionado para mudar a versão da entrevista?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Absolutamente por ninguém, Excelência.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não foi pressionado?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Por ninguém.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor sabe o nome da pessoa que entregou as caixas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não sabe o nome?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E ele não disse em nome de quem estava entregando as caixas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – As caixas já estavam lá assim que cheguei. Apenas me identifiquei, e o porteiro colocou-as no porta-malas do carro.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor disse a Buratti que levou caixas sem saber o que continham?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu relatei a história a Buratti exatamente como acabei de relatar agora.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A ele o senhor não disse que era uma caixa com bebidas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Caixas com bebidas.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Quem afirmou ao senhor que as caixas continham bebidas se elas estavam lacradas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Estavam escritas, e, assim, o Ralf, quando me pediu para pegar a encomenda, que era bebida. O Ralf, quando me ligou, falou: "Vladimir, faça-me um favor. Pegue o avião do Beto Colnaghi, que se encontra em Brasília..." Ele até brincou, dizendo: "Você não vai precisar utilizar uma perninha da sua passagem, e volta no avião do Beto".

Então, **a priori**, eu já sabia que se tratava de bebidas.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor entregou para o Ralf Barquete quando chegou ao destino?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ralf Barquete esperava no aeroporto dos Amarais, em Campinas.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E o senhor entregou a ele?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Exato.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É evidente que não posso recorrer, neste momento, a notas taquigráficas, mas há pouco ouvimos do Sr. Buratti que o relato que ele ouviu do senhor foi que o senhor havia transportado caixas sem saber o que continham essas caixas. Não foi esse o...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Estou dizendo que eram caixas de bebidas porque estava escrito nas caixas Black Label e Red Label.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Então, não tinha certeza do que continham as caixas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não. Evidente, porque não abri as caixas e...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E, pelo peso, é óbvio que o senhor não teria condições de avaliar se eram bebidas...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – O peso plausível. É lógico que não tenho a dimensão para saber...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor também não tem dimensão do peso do dólar, não é?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Com certeza, não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não tem?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Então, realmente não tem condições de concluir se era bebida ou se era dólar? Talvez o seu conhecimento maior seja em relação ao peso da bebida?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Talvez. Talvez. Com certeza.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor alugou essa casa e até nos surpreende com essa vocação reformista que demonstrou. Diz que alugou a casa para estudar as reformas. Mas que reformas o senhor estudaria nessa casa que reuniu tantas pessoas? Algumas pessoas já foram aqui nominadas, e gostaria de saber se o Ministro Palocci freqüentava essa casa?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O Ministro Palocci não freqüentava. Então o senhor não discutiu reformas com o Ministro Palocci?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Evidentemente que não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor participou de audiências com o Ministro Palocci em nome do Banco Próspero?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Ou marcou audiências para o Banco?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor trocou com Ademirson da Silva, assessor do Ministro Palocci, 1.434 ligações entre março de 2003 e agosto deste ano, 905 dias. Portanto, é possível concluir que o senhor ligava diariamente, às vezes até duas vezes por dia, para o assessor do Ministro da Fazenda. O que senhor tratava nessas ligações? Eram ligações referentes a sua atividade de consultor de empresas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Bom. **A priori**, Excelência, eu conheço o Ademirson há um bom tempo. Somos vizinhos em Ribeirão Preto. O Ademirson tem uma história na Caixa Econômica Estadual de São Paulo, hoje Nossa Caixa, Nosso Banco. Eu tenho uma história no Banco do Brasil. E além de sermos vizinhos, somos muito amigos. Então nos falamos quase que constantemente, finais de semana... Sempre quando venho a Brasília faço questão de almoçar e jantar com Ademirson; sempre converso com ele. Agora, temos um problema muito sério. É interessante ressaltar porque geralmente quando fazemos uma ligação em Brasília, dependendo de onde nos localizamos, a ligação é feita e imediatamente cai. E, às vezes, para concluir um assunto... Até já escutei, nesta Casa, alguns Senadores comentando isto também: é muito difícil conversar um assunto com apenas uma ligação.

Então, com certeza, isso ocorre. E o Ademirson, por ser assessor especial do Ministro, pode sempre estar em locais onde as ligações são difíceis. Mas, com certeza, sempre falo com Ademirson porque é meu amigo íntimo, é meu amigo pessoal e já nos conhecemos há muito tempo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Esse telefone usado pelo Ademirson era também, às vezes, usado pelo Ministro Palocci. Em nenhuma das ligações o senhor conversou com o Ministro Palocci?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Em hipótese alguma. Mesmo porque... Aliás, nunca conversei com o Ministro Palocci por telefone ou pessoalmente aqui em Brasília.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Escapou-me um pequeno detalhe. O senhor não ouviu nenhum barulho de garrafa quando transportava aquelas caixas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu acho que do jeito que estavam hermeticamente fechadas e sabendo-se que o Seneca também, ele pegou... era um dia muito quente em Brasília... É interessante saber que...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Em que pese a tempestade, não houve barulho?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Voltando, Exª. Saímos às 13 horas e estava muito calor. É sabido que, quando faz muito calor, existem correntes contrárias em uma altura não muito distante que não são muito salutares para um vôo de um avião do porte Seneca. Então, o avião balançava constantemente. Só que as garrafas não estavam tão perto de mim.

O que com certeza posso afirmar é que por duas vezes tentei tomar uma garrafinha de água, que fui buscar na geladeira de isopor, e não consegui por causa da turbulência do calor.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O Ralf Barquete bebia?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Olha, o Ralf era um grande amigo meu, um ótimo pai de família, um marido

maravilhoso, os filhos são inteligentíssimos, todos eles formaram-se na faculdade de Economia de...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Ele disse ao Buratti...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – ...de Ribeirão Preto.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Ele disse ao Buratti da existência dessa doação de Cuba à campanha do PT. Buratti acabou de afirmar aqui. Ao senhor ele não disse isso, Ralf Barquete?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não. Em nenhum momento.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Ele não disse isso ao senhor?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – A minha afinidade com Ralf... É interessante ressaltar o seguinte: conheci o Ralf no ano em que fui convocado a assumir um cargo na Prefeitura de Ribeirão Preto. Então, não tenho afinidades, com o Ralf, nem profissionais nem no seu campo...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Foi o senhor que pediu para o piloto mudar a rota do avião de Viracopos para Amarais? Foi o senhor que pediu?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Quem pediu?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – O piloto. Eu respondi a essa pergunta e vou tornar a responder.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E por que o carro já estava esperando em Amarais?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Quando eu me aproximava da região de Ribeirão Preto, dali para frente... Porque, evidentemente, o trajeto de Brasília a São Paulo ou entra na proa de Poços de Caldas, Uberlândia, Uberaba, Araguari, porque se vê as três cidades a sua direita. Como batia uma tempestade em Campinas, o piloto mudou a sua proa para Poços de Caldas, porque era um campo mais limpo, um terreno mais sereno. E prevendo que o combustível poderia acabar, ele mudou a proa para Viracopos. Em Viracopos, não existia o combustível adequado àquela aeronave. Não sei o combustível que ele utiliza, se é base de querosene...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Vou poupar... Meu tempo está esgotado. Vou fazer a última pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – BA) – Senador, V. Exª conclua.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Vou fazer a última pergunta, concluindo. Creio que esse roteiro é apenas detalhe, não é tão importante.

O senhor, com essa atividade de consultor de empresas e de instalar um escritório, uma casa no Lago, em Brasília, R$60 mil de aluguel...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – R$60 mil antecipados.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Antecipados. Em **cash**. O senhor pagou em **cash**. O senhor tem conhecimento de que as prefeituras do PT adquiriam vacinas e equipamentos de Cuba? E consta até que, supostamente, por valores exorbitantes.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor não tem conhecimento disso?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não tenho conhecimento, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – BA) – Senador...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Vou sugerir ao Presidente um requerimento solicitando... ou um ofício solicitando ao jornalista Policarpo Júnior o encaminhamento da gravação da entrevista que fez com o Sr. Vladimir Poleto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – BA) – Agradeço, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador José Jorge.

V. Exª dispõe de dez minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Depoente, vou dividir as minhas perguntas em três temas: primeiro, a conversa com Buratti. Acabamos de ouvir o depoimento do Sr. Buratti em que ele disse que soube dessa operação de transporte – vamos dizer assim – sem dizer do que era, por intermédio de V. Sª, que disse a ele que tinha feito essa viagem. Disse também que tinha até dificuldades porque o tempo estava ruim, a viagem foi muito desconfortável e que V. Sª tinha transportado umas caixas. Não disse que era de bebidas, não disse do que era. V. Sª confirma essa história que contou ao Sr. Buratti?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu contei exatamente ao Rogério Buratti o que acabei de contar aqui a V. Exªs.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Em segundo lugar, em relação à questão da viagem em si. Na verdade, pouco... é muito difícil para nós, e espero que V. Sª compreenda a nossa posição, acreditar que alguém ia transportar três caixas de uísque Johnnie Walker vermelho e Johnnie Walker preto para São Paulo, porque são os uísques mais comuns no mundo inteiro. E não diria no mundo, mas qualquer cidade, até Recife, que é menor do que São Paulo, tem uísque Johnnie Walker vermelho e preto; em Teresina também, que é

menor ainda, enfim, em qualquer supermercado. Imaginem em São Paulo, a maior cidade do País, que tem qualquer tipo de produto, Johnnie Walker vermelho e preto, as pessoas compram até na rua.

Na realidade, é uma coisa difícil de acreditar, que, na verdade, se tenha feito um transporte disso num avião. Temos aqui também as palavras do piloto, hermeticamente fechadas, como se fosse um tesouro. Quer dizer, se ainda fosse Johnnie Walker azul, realmente mereceria até um cuidado maior.

Primeiro, tem algumas contradições entre o que V. Sª falou... Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª pedisse silêncio. O Senador Heráclito Fortes está atrapalhando o meu raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito aos Srs. Senadores que se entendam.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Quero pedir desculpas ao Senador José Jorge. V. Exª tem toda razão, mas foi o meu estarrecimento em saber que Cuba está distribuindo uísque a brasileiros. O meu estarrecimento foi esse.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A palavra está com o Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

A primeira questão é a seguinte: o piloto do vôo diz que, na realidade, foi avisado de que teria de pegar uma pessoa em Brasília. Ele veio aqui especificamente para pegar V. Sª. Não foi uma carona. O que chamamos de carona em avião pequeno é quando o dono do avião ou, sei lá, alguém vai fazer uma viagem e leva mais alguém. V. Sª foi sozinho, e foi como o piloto disse, não foi uma carona. O avião veio de Campo Grande, pousou aqui para levar V. Sª.

Em segundo lugar, na realidade, ele diz aqui que foi V. Sª que, quando chegou ao Aeroporto de Viracopos, perguntou se podia ir ao Aeroporto dos Amarais.

Outra questão, também em relação à história que V. Sª contou, de que foi ele que pediu para ir para o Aeroporto dos Amarais para colocar combustível, é a seguinte: V. Sª vinha de uma viagem superdesconfortável, como acabou de dizer. Então, a viagem de V. Sª estava terminada em Campinas. Se o piloto tinha de colocar combustível no avião, ele ia sozinho fazer isso. Passageiro não anda com piloto para encher tanque de avião, porque V. Sª não tem trabalho dentro do avião. V. Sª não é piloto, não ia ajudar a colocar o combustível. Então, o piloto cumpre a missão dele. O Senador Heráclito entende muito bem disso. S. Exª sai de Teresina, por exemplo, e vai para Recife. Chegando lá, S. Exª ou fica em Recife ou eu fico, e, se precisar abastecer em João Pessoa, S. Exª vai sozinho, não carrega o passageiro. Então, V. Sª foi no avião, deslocou a pessoa que o ia buscar exatamente para outro aeroporto, sem uma lógica, principalmente com um tempo ruim, com desconforto. Acho que, para essa parte da história, não sei se V. Sª teria uma explicação melhor.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Com toda a licença...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O piloto diz aqui – só para complementar – que, na realidade, acha que mudou de avião porque o outro aeroporto era pequeno e não tinha fiscalização para aquilo que viria dentro do avião, como aconteceria no Aeroporto Internacional de Viracopos em São Paulo.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – É para que mesmo...?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não. V. Sª tem alguma explicação para isso?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu já disse e vou voltar a dizer novamente, com todo o respeito. Eu disse o seguinte: a partir do momento em que o piloto, que é o comandante do avião, muda a proa e porque tinha um problema, evidentemente, em São Paulo, então, ele já deve ter analisado que não tinha combustível. Digamos que ele vai até São Paulo... Aliás, essa pergunta tem de ser feita ao piloto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não. Estou falando de Viracopos para o outro Município pequeno, para o outro aeroporto.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – A questão de Viracopos para Amarais...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele diz que, para Amarais, na realidade, foi V. Sª que pediu para ir.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E que fica a sete minutos de vôo do Aeroporto de Viracopos.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não. É que ele estava apreensivo. Ele colocou duas situações. Estava apreensivo porque o sol iria se pôr e, quando o sol se põe...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Disso nós sabemos.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – ...não poderia mais decolar ou pousar, ele não tinha combustível e o Aeroporto de Viracopos não tinha o combustível adequado para aquela aeronave.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Tudo bem. Que ele fosse para esse aeroporto, tudo bem. Agora, o que não é lógico é ele levar V. Sª junto, porque o avião já havia aterrissado, tinha acabado a sua missão. V. Sª tinha de esperar o Sr. Ralf onde estava marcado, com é o comum.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Sei.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É uma questão inclusive de segurança, conforto, a não ser que V. Sª goste de voar de Sêneca. E V. Sª já disse que não gosta. Ninguém gosta de voar de Seneca por ser um avião pequeno, que balança muito. V. Sª iria fazer essa viagem quando o carro do Sr. Ralf já estava indo para o aeroporto, para buscá-lo. Então, não tem lógica. A lógica que tem é que V. Exª pediu para ir para um aeroporto onde existe menos fiscalização, como, aliás, o piloto diz aqui na entrevista dele.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador José Jorge, V. Exª me permite uma colaboração? O Dr. Poleto demonstrou que é um exímio conhecedor da aviação. Sabe o que é perna de vento...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sim. Quero apenas fazer-lhe uma pergunta. Se o piloto sabia que não tinha combustível, se sabia de todas as limitações – e ele estava sobrevoando Campinas e, nessa situação, pode-se avistar Amarais lá na frente –, porque não desceu logo em Amarais?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não, porque ele ia para Campinas...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Optou por descer em Viracopos e só depois ir para Amarais?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Quem é o comandante do avião é o piloto. É ele quem decide. Foi ele quem decidiu pousar em Viracopos. Agora, lembrando, é interessante ressaltar o seguinte: o destino, se V. Exªs assim me permitirem, é conveniente que saibamos que o destino original do avião era Congonhas. Foi para Viracopos por uma circunstância climática. Foi para o Amarais por uma necessidade de combustível.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Tudo bem. Isso nós já entendemos. O que não entendemos é por que V. Sª foi junto, já que o seu carro estava em Campinas, em Viracopos, no caso.

Então, Sr. Presidente, na realidade, ele não disse ainda por que foi junto. Foi o que não entendemos, porque não é normal o passageiro acompanhar o piloto para encher tanque de avião. Então, essa é outra questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Advogado, solicito a V. Sª que deixe o Dr. Poleto, que é maior, responder às perguntas.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, Sr. Presidente, outra questão que eu gostaria de colocar é que... Não, ele não respondeu porque não tem resposta, eu acho. O que ele disse não tem lógica, já está respondido.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Acabei de responder à pergunta.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não. V. Sª não respondeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por que razão a pergunta... Vou tentar traduzir a pergunta, porque, por ele ter o sotaque pernambucano, às vezes paulista não entende direito. Fala muito "t", "d"...

Por que razão, estando em Campinas, o piloto o levou junto para Amarais? O senhor pediu para ir para Amarais? Isso porque o senhor já estava seguro, em terra em Campinas. Quem o ia receber, podia fazê-lo em Campinas e levá-lo para São Paulo, ou onde quer que fosse. Por que o senhor pediu para ser levado para Amarais?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Perfeito. Agora entendi o conteúdo da pergunta. Porque...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pernambucano é difícil. Sr. Presidente, peço a V. Exª que acrescente mais dez minutos ao meu tempo, porque fui muito perturbado. O Senador Heráclito chegou aqui e perturbou o meu raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, o depoente quer responder à pergunta de V. Exª.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Porque eu já havia avisado ao Ralf da intenção do piloto de ir para Amarais. Foi isso. Ou eu iria correndo, se o avião já estava saindo, ele tinha um problema de... Ora, o carro foi para Amarais. Fui para São Paulo com o carro.

**O SR.** – Depois de Amarais.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Depois de Amarais.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos concluir, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, vou começar agora as minhas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem dois minutos, Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, por favor. O Senador Heráclito está...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Heráclito Fortes, faço um apelo a V. Exª. Comporte-se.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na realidade, Sr. Presidente, uma declaração... É brincadeira. O Senador Heráclito não está atrapalhando nada. Eu é que estou atrapalhando.

Na realidade, a declaração de V. Sª é a seguinte: "eu peguei um avião em Brasília com destino a São Paulo, com três caixas de bebida, depois do aconte-

cimento". Isso tudo é verdade, não é? Até agora, tudo é verdade. "Depois do acontecimento, fiquei sabendo que tinha dinheiro dentro das caixas, de uma das caixas. Quem me disse isso foi o Ralf Barquete. O valor era de US$1,4 milhão". Isso é o que está na entrevista de V. Sª ao jornalista, que está gravado, segundo ele diz aqui, e que V. Sª agora está desmentindo. V. Sª diz que disse isso porque tinha bebido, estava em uma festa etc. Mas, na realidade, V. Sª sabe da gravidade dessa informação, sabe que essa história de transportar caixa de uísque daqui para São Paulo tem pouca credibilidade e, portanto, V. Sª tem de encontrar uma história que seja mais palatável, para que possamos acreditar, sob pena de termos de dizer que isso não é verdade, porque ninguém alugaria um avião para transportar três caixas de uísque, mesmo de graça. Mesmo que fosse emprestado, de graça, de um empresário amigo, ninguém levaria três caixas de uísque daqui para São Paulo.

Então, pergunto a V. Sª se não quer colaborar com esta CPI e contar uma história que seja mais palatável para que possamos acreditar naquilo que V. Sª está dizendo. Contar a verdade, uma história que seja verdadeira, porque esta, infelizmente, não é.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Excelência, acabei de relatar, com todos os detalhes, o motivo da minha ida a Brasília e motivo de eu ter pego carona nesse avião Seneca.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Carona, não. V. Sª foi sozinho no avião. Nunca vi carona só.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Bom, mas é uma carona...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Carona sozinho...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Se o avião estava lá e o Ralf disse que eu poderia voltar no avião do Sr. Beto Colnaghi e que isso, por sua vez...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quem pegou carona foram as garrafas com V. Sª. Aí pode ser.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, essa história é demais. Não podemos acreditar que alguém vá alugar um avião para transportar garrafas de uísque Johnnie Walker vermelho, que é o mais comum no País inteiro. Deixo o meu protesto em relação a essa história. Aí, passamos a acreditar que eram dólares mesmo.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Com licença, V. Exª...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Porque, se tem uma história palatável, podemos até acreditar. Agora, com relação a essa, temos de acreditar que eram dólares, como todos do Governo. Vocês acreditam nisso? Infelizmente, estou sendo obrigado a acreditar.

Pois não. Era só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, V. Exªs sabem, assim como o depoente, juntamente com o seu advogado, que a tese aqui não tem repercussão jurídica nenhuma. A coação física ou moral tem de ser irresistível. V. Sª mesmo já disse que resistiu, que, apesar de tudo, resistiu.

Então, se fosse verdade que o jornalista Policarpo tentou de alguma forma coagi-lo... V. Sª disse que resistiu, então a coação não foi irresistível. Juridicamente, não tem repercussão nenhuma. Da mesma forma, a tese da embriaguez. Qual é a embriaguez que tem repercussão no mundo jurídico? É a do caso fortuito ou da força maior. Quero crer que o jornalista Policarpo não o amarrou, não abriu a boca de V. Sª e despejou uma garrafa cachaça lá dentro, nem V. Sª caiu também num tonel de cachaça e depois foi conversar com o jornalista Policarpo.

Então, isso não tem repercussão nenhuma. Com relação a embriaguez voluntária, se V. Sª tivesse matado uma pessoa, responderia como se estivesse lúcido. E mais, V. Sª, segundo a revista **Veja**, mandou para lá um *e-mail* e disse: "Diante de diversos copos de chope, houve – o português é de V. Sª – um exacerbamento de posicionamento". Ao mesmo tempo, V. Sª diz o seguinte: "se fiz, se aconteceu, eu não me lembro". Mas se lembra de que, no final, o jornalista estava eufórico e dizendo que ia ganhar o Prêmio Pulitzer. Então, o senhor se lembra de algumas coisas que lhe interessam e não se lembra de outras coisas terminantemente. Portanto, a tese desenvolvida da embriaguez, juridicamente, perdoe-me, é ridícula. A tese da coação também é ridícula, e as outras também não encontram guarida alguma no mundo fático. Com bem começou a dizer o Senador José Jorge, olha só o que diz o piloto: primeiro, que ele veio para cá, especificamente, para buscar uma pessoa, que ele foi avisado, estava fora, não estava aqui. Ele conta que, no fim de julho de 2002, recebeu um pedido para voar até Brasília, com o Seneca PT-RSX, para pegar uma pessoa, e a pessoa que apareceu lá foi o senhor. Então, ele não veio dar uma carona, veio buscá-lo, efetivamente. É isso que ele está dizendo. E mais, que ele pousou aqui na manhã do dia 31 de julho e, "assim que chegou ao aeroporto, Vladimir Poleto apareceu a bordo de uma van, apresentou-se e perguntou se poderia embarcar

com as três caixas – elas estavam lacradas com fita adesiva". E todo mundo sabe que whisky é embalado na caixa; não tem esse negócio de embalar com fita adesiva quando tem outro conteúdo que não seja whisky. E peso de whisky é completamente diferente de um peso de papel.

E mais, ele declara o seguinte: "Após o pouso em Viracopos, Poleto desceu do avião sem as caixas e retornou minutos depois. O economista, então, perguntou ao piloto se o Seneca poderia decolar novamente e pousar no Aeroporto de Amarais".

Então, o próprio piloto está dizendo que não fez isso, que o senhor está insistindo que ele fez. Foi o senhor que chegou em Viracopos, já desviado, por conta de uma tormenta, e lá pediu para ir para um outro aeroporto.

Então me parece que as teses conspiratórias do jornalista Policarpo, bem como o depoimento do piloto desaconselham V. Sª a prosseguir nesse caminho. Ele é incoerente.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Se V. Exª me permitir.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Pois não.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Devo dizer que o Aeroporto de Viracopos é um dos mais fiscalizados do Brasil, e o vôo original era Viracopos, ou melhor, era Congonhas.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Exatamente. Então, V. Sª se equivocou.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Então, estou dizendo o seguinte: o Aeroporto de Congonhas hoje é o aeroporto mais fiscalizado do Brasil. Quem mudou a rota foi o piloto do avião, não fui eu. O meu destino era Congonhas.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Mas V. Sª sabe muito bem que o Aeroporto de Viracopos é de carga e que a carga do senhor seria fiscalizada lá.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senador Demóstenes Torres, um aparte.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Pois não.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Congonhas não tem alfândega; Viracopos tem alfândega.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A Receita Federal não trabalha em Congonhas. Só tem um delegado e dois agentes da Polícia Federal, mais para o tráfico de drogas.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – E quanto mais V. Sª fala, mais se complica. Essa tese é inexistente.

Mas gostaria de perguntar a V. Sª algumas outras questões, se me permite.

Vou voltar à casa que falamos. E aqui o Sr. Buratti acabou por confirmar que algumas pessoas freqüentavam essa casa que o senhor alugou. O senhor confirma, então, que alugou essa casa, aqui em Brasília, no ano de 2003. O senhor confirma?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Confirmo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O senhor pagou realmente R$60 mil para alugar essa casa em dinheiro vivo, em *cash*?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Paguei.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Qual era a procedência desse dinheiro?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu tinha reservas.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Em dinheiro vivo?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Em dinheiro vivo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Por que a casa foi desativada logo após os escândalos eclodirem?

O SR. VLADIMIR POLETO – A casa não atendeu a contento o meu projeto, mesmo porque havia recebido uma proposta de consultoria em outro Estado e não me restou outra alternativa a não ser desativá-la.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Roberto Colnaghi, que emprestou o avião ao senhor, freqüentava essa casa?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Esteve uma vez na casa, que me recordo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Ele tinha outros aviões que serviam também ao Ministro Palocci?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não sei.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O Sr. Roberto Carlos Kurzweil alugou esse Omega ou ele é o dono desse Omega blindado que serviu para o transporte dessas caixas até o Sr. Delúbio Soares?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não entendi a pergunta, Senador.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Se o Omega que o apanhou era de propriedade ou era alugado pelo Sr. Roberto Carlos Kurzweil?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Desconheço.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Perguntaria ao senhor: ele é sócio da empresa? O Sr. Roberto Carlos Kurzweil freqüentava a casa?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Lembro-me de que esteve uma vez com Ralf Barquete.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Ele era sócio da empresa OHL?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Desconheço.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O objetivo do senhor não era fazer negócios?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Meu objetivo era fazer negócios de maneira diferenciada. Deixei bastante claro.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Isso nós já...

O senhor sabe se o Ministro Palocci se encontrou com Roberto Carlos Kurzweil em Madri?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Desconheço.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – A OHL já teve ou tem processos que tramitam no Ministério da Fazenda?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Desculpe, Excelência, por favor, faça a pergunta novamente.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Essa empresa OHL, cujo proprietário é o Sr. Roberto Carlos Kurzweil, que emprestou o Omega, que esteve com o Ministro Palocci em Madri, ela tem ou teve processo tramitando no Ministério da Fazenda, especialmente em relação à fusão de empresas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Desconheço, Excelência.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – A OHL é também majoritária da empresa Triângulo do Sol? O senhor tem notícia disso?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Desconheço, Excelência.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – E essa empresa, o senhor tem notícia de que ela exista, a Triângulo do Sol?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Conheço a empresa Triângulo do Sol.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – E ela lida com concessão de rodovias?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Concessão de rodovias.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Quem é o proprietário da Triângulo do Sol?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Que eu saiba um dos sócios é a Leão Leão.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sim. O senhor conhece o Sr. Carlos Eduardo Valente?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Conheço.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Ele pertence ao Grupo Prosper?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Diga-me: o Sr. Carlos Eduardo Valente exigiu... Diga-me uma coisa: como o senhor se aproximou do Grupo Prosper?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Do Grupo Prosper?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – É.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Através do Sr. Carlos Eduardo Valente.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – E como foi essa aproximação? Como o senhor conheceu Carlos Eduardo Valente?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Foi nos idos dos anos 2000.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Por intermédio de quem?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Estive num seminário, patrocinado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, sobre um programa de modernização de administração tributária e com todas as prefeituras ali reunidas, saímos, porque estava hospedado num hotel e o Carlos Eduardo Valente estava também com o pessoal, foi quando tive um primeiro contato e nos tornamos grandes amigos.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O Carlos Eduardo Valente, que se tornou grande amigo do senhor, levou o Ministro Palocci a Xangai para fazer a inauguração das instalações do escritório da BMF?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O Ministro não esteve em Xangai?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, porque o Sr. Carlos Eduardo Valente, que eu saiba, nunca esteve em Xangai.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Muito bem. Perguntaria: o senhor, depois que deu entrevista ao jornalista Policarpo – e como a entrevista, segundo V. Sª disse, foi dada no dia 21, demorando então uma semana para sair –, o senhor contatou o Sr. Ademirson, que é o Secretário Particular do Palocci, dizendo que deu essa entrevista? Ele é muito amigo do senhor, como o senhor mesmo disse.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu converso com o Ademirson constantemente; é um grande amigo meu.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Perfeitamente. Então, o senhor entrou em contato com ele e disse que tinha dado a entrevista?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não. Nesses últimos dias nós não conversamos.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Embora conversem constantemente, nesses últimos dias o senhor não conversou.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, mesmo porque eu estava apenas com os meus advogados, traçando

nossa linha de conversa e de estudo a respeito desta convocação.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O senhor recebeu nessa casa empresários angolanos?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O Ademirson freqüentava essa casa?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Freqüentava.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – E qual o período que ele freqüentava, de dia ou de noite? Só uma curiosidade.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Evidentemente, quando convidava o Ademirson a vir a minha casa, ele vinha à noite.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O senhor costumava fazer algumas festas nessa casa?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Recuso-me e resguardo o direito a responder essa pergunta.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Muito bem, respeito porque há uma determinação judicial. Então, nem vou prosseguir com essa linha de perguntas a fim de saber quem organizava essas festas, naturalmente.

Perguntaria, então, algo que me deixou bastante curioso: essa anistia de que V. Sª é beneficiário se deu por que razão?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Bom; **a priori**, ainda não sou anistiado, sou anistiando. Particularmente venho do movimento sindical bancário; sou funcionário concursado do Banco do Brasil; comecei também a cursar a Pontífice Universidade Católica, no Curso de Física, a partir de 1976, onde atuei no Movimento Estudantil a favor da anistia, contra as instalações nucleares de Angra I e Angra II. Fomos às ruas para trazer ao Brasil personagens que foram expulsos, na época da ditadura; lembro-me que adorávamos quando víamos Brizola voltar...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O senhor quer anistia para voltar ao serviço público ou para receber uma indenização?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, para concluir.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Se me permite V. Exª, eu ainda estava respondendo a pergunta.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sim, mas é porque o tempo urge. Pode responder, por favor.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Tenho um processo de anistia, porque é um direito assegurado constitucionalmente, desde 1988.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sim, mas com que finalidade?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Perseguição política.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sim, mas o senhor quer voltar ao serviço público, o senhor quer uma indenização? O que o senhor quer com esse processo de anistia?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não. O processo de anistia é bastante claro. Existe uma comissão e três câmaras instaladas no Ministério da Justiça que estudam diversos processos.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sim, e qual é o objetivo do senhor?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Se me deixarem explicar...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador, V. Exª me permite um aparte?

Tenho impressão de que é retornar ao cargo para poder aposentar...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Isso já perguntei, se é retornar ao cargo ou se...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não; não é retornar ao cargo, mesmo porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, vamos deixar o depoente concluir. V. Sª pode dizer o motivo pelo qual requereu essa anistia.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Quero ser devidamente indenizado, assim como os militares estão sendo indenizados e diversos outros que lutaram, cada um dentro do seu raio de ação, contra a Ditadura militar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª foi exilado?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, não fui exilado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi preso na revolução?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Tive oportunidade de ser três vezes preso.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Perfeitamente. Parece que vai ter a quarta.

Perguntaria a V. Sª se...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Com licença, Excelência.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Perguntaria a V. Sª se disse à revista **Veja** que contou essa história do dinheiro para a sua mulher e seu filho. O senhor disse isso à revista **Veja**, ou seja, que contou essa história para a sua mulher e para o seu filho?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Olha, fico muito preocupado. Estou aqui com tamanho respeito por todos os senhores e tenho um profundo respeito. Tenho certeza absoluta de que meu filho e minha filha estão me escutando em casa. Quer dizer, gostaria que V.

Exª, quando me disse que seria preso novamente, me explicasse os motivos, por favor.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – A Justiça vai lhe dizer. Não estou aqui para polemizar com o senhor.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ah, então, está ótimo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Quero perguntar ao senhor – e perguntei...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Senador.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – ...se o senhor disse à revista **Veja**, gravado, que essa história do dinheiro que o senhor pegou ou teria pegado aqui o senhor contou isso para a sua mulher e para seu filho?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Lógico. Disse que peguei um avião e passei maus bocados no avião, lá em cima, trazendo bebidas.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Estou perguntando de dinheiro. O senhor contou à mulher ou não?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não trouxe dinheiro, Excelência.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Perfeitamente. Acabamos de receber um comunicado de Viracopos que lá existe querosene também para se vender.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Bom, aí tem que falar para o piloto...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador.

E concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Com todo respeito ao Senador Demóstenes Torres – peço a sua atenção, Senador Demóstenes Torres –, que inclusive é conhecido por sua formação jurídica, mas, no momento em que V. Exª diz ao depoente que ele vai ficar detido, preso, pelas razões que V. Exª tem conhecimento e que ele não teria, com toda liberdade, V. Exª...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, não vamos criar... Não há essa afirmação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª faz uma ameaça a ele, talvez seria próprio que pudesse esclarecer o porquê.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Então, vou esclarecer ao Senador Eduardo Suplicy. Para mim, isso é caso, talvez para V. Exª não seja. Para mim isso aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, deixaremos essa decisão para a Justiça. Nem este Presidente vai prender, nem ninguém aqui vai prender. Ele está fazendo o depoimento dele. Pediria a V. Exª, pois esse assunto é irrelevante em relação ao depoimento.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, V. Exª tem a palavra.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, apenas com a preocupação com o andamento dos trabalhos, o que é natural que tenhamos, o Senador Alvaro Dias, no intuito de elucidar esses fatos, as denúncias que são postas, ele fez uma ilação também que me parece importante refletirmos sobre ela. S. Exª afirmou ao depoente que o Sr. Buratti teria confirmado que teria transportado dinheiro. Nunca ocorreu isso no depoimento do Sr. Buratti.

É apenas para que tenhamos cautela de não induzir o depoente com base em afirmações que não ocorreram nos depoimentos desta CPI. Faço a colocação apenas para zelar pelo bom andamento dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou conceder a palavra agora ao Senador Arthur Virgílio.

E agradeço os esclarecimentos de V. Exªs.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente..

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Gostaria que marcassem os dez minutos de que dispõe o Senador.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ao senhor lhe foi pedido que transportasse caixas de bebidas, mas com aquele lacre – poderia ser bebida ou não. Isso me faz sugerir que era um bom motivo para se preferir o pouso em Amarais e não em Viracopos, porque era natural que a alfândega quisesse entender caixas de bebidas lacradas com fita adesiva. O senhor concorda com isso? Por que essa superproteção à bebida?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não estou entendendo...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Mesmo porque, quando desci no aeroporto de Viracopos, saí com a minha maleta 007...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – ...e com a minha malinha...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – ...a minha malinha de roupa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Alguém me diz assim: primeiro, estou querendo ser solidário ao senhor, porque, se algum amigo meu chega... Um projeto político não pode dar certo, se esse projeto político consegue alugar um avião para levar bebida para algum lugar; não pode dar certo.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não aluguei avião, Exª.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não, não, não. Falei do projeto, o senhor não é um projeto político, falei de um projeto político. Então, o senhor se dispôs a levar supostamente bebidas. O senhor pensava que eram bebidas.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Sim.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ou o senhor leva qualquer coisa que alguém lhe peça? Eu, por exemplo, achei o senhor um boa praça. Estamos aqui em plena hora do *happy hour*, numa conversa descontraída, o senhor é um figuraço. Para ser franco com o senhor, foi a maior figura que já vi depor em CPI. Sou talvez a pessoa mais cuidadosa, quando se trata de inquirir alguém aqui, mas o senhor é um figuraço, em plena hora do *happy hour*, vamos retomar o bom humor.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Agradeço, Excelência.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Alguém chega para o senhor e diz assim: você transporta isso aqui para mim, lacrado? O senhor não pergunta o conteúdo? O senhor não perguntou o que era?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Mas o Ralf me disse.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Que era dinheiro?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Que era o quê?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ralf me disse: Vladimir, tem encomendas aí, tem 3 caixas de bebida.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – De bebidas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Bebidas.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Meu Deus!

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Passa no lugar, pega e traz para mim.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Então, se não é assunto de corrupção eleitoral, é assunto de alcoólicos anônimos. Sinceramente! Agora, a pergunta que já foi feita por vários Senadores é: por que não no supermercado da esquina? E mais ainda: o avião Seneca. O senhor diz que passou um certo sufoco. Ele jogou? Ele balançou?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Muito.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor não pensou em abrir para tomar "umazinha"? Não pensou! O senhor disse: vou levar a bebida fechada.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Seria bom que tivesse quebrado ali.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pois é. Porque, àquela altura, se jogasse demais, talvez até o senhor engolisse um dólar, pensando que era bebida. Mas o fato é que essa história não é crível, o senhor está protegido por um **habeas corpus**, não é crível essa história. O senhor já disse que... O senhor fez outro favor alguma vez na sua vida desse tipo? Alguém chegar e dizer: leve essa caixa. Poderia ser, digamos, cocaína, não poderia? Poderia.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, mas por eu conhecer o Ralf e ser a figura espetacular que ele foi, jamais, em tempo algum...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu não falaria de um morto.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – ...quando temos amigos, temos o problema de confiabilidade.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mas, veja só, não quero falar de um morto, o Ralf não foi tão seu amigo, porque um amigo que pede ao outro para pegar um Seneca para ir para São Paulo levando bebida, ele não foi seu amigo, quero ser franco com o senhor. O senhor não deve agora, enfim, deixar de rezar por ele, nada disso, mas não foi seu amigo, porque ele pediu ao senhor para levar bebida. Eu diria: Ralf, você está pensando que eu sou o quê? Algum bobo? Eu me sentiria, desculpe, um tolo, um cretino, se um amigo meu – o Senador Tasso Jereissati é tão meu amigo – dissesse: Arthur, você leva bebida? Eu diria: Tasso, pelo amor de Deus, 20 anos de amizade e você me pede para levar bebida para você para algum lugar?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Mas, Excelência...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu me recusaria.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Mas eu, como...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu diria: vá ao supermercado e compra. Vá à Mistral e compra, se é bebida fina, por acaso. Não lhe causou espécie isso?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Mas eu confiava no Ralf.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mas a ponto de pegar um Seneca para levar?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, não peguei o Seneca, peguei uma volta...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Entendi bem, o senhor pegou carona.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – ...peguei uma carona.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Os passageiros eram as bebidas.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Peguei uma carona porque a minha intenção preliminar, já que fui a Brasília, inclusive com uma maleta, com meus produtos, *nécessaire*, era para ficar em Brasília, não era para voltar.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – A essa altura, não vou nem me atrever a perguntar quais eram seus produtos, pois estou morrendo de medo. Não vou perguntar mais nada. Estou achando que tem uma coisa muito estranha. A revista **Veja** tem a sua gravação. Perdoe-me se, agora há pouco, tive um acesso de riso, mas, quando o senhor chegou justificando que tinha tomado umas e outras e, por isso, tinha falado o que não devia para o rapaz, o que me pareceu claro não é que o senhor tivesse falado algo inventado, mas, sim, que o senhor falou para o jornalista Policarpo Júnior aquilo que não deveria ter falado, talvez por lealdade ao grupo político ao qual o senhor pertence ou por qualquer outra instância. Não me pareceu que o senhor tivesse inventado uma situação, senão o senhor teria de largar essa função de consultor, enfim, e partir mesmo para concorrer com o Spielberg; o senhor daria um ficcionista. Porque o senhor estaria bolando uma história tão fantástica, essa do dinheiro cubano, que é crível por outro lado. Vou lhe fazer uma pergunta de chofre: o senhor foi Secretário de Administração em Ribeirão Preto. Houve importação de vacinas de Cuba nessa época?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não me recordo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor não se recorda.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não fui Secretário.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor foi Diretor de Finanças?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – **A priori**, quando assumi a Prefeitura de Ribeirão Preto, foi na qualidade de auditor.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem. Se tivesse de arbitrar entre seus amigos Ralf e Buratti, o senhor acha que ali naquelas caixas caberiam US$3 milhões ou US$1,4 milhão?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Acredito que talvez...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Era mais para US$1,4 milhão?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Umas belas garrafas de Black Label e Red Label.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor acha que só tinha mesmo pinga?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Acredito.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Impressionante. Não era nem aquele Romanée-Conti da comemoração; aquele justificava o Seneca.

Mas deixe-me fazer-lhe uma pergunta: o senhor ligava para o Sr. Ademirson mil e tantas vezes. O senhor não tratava assunto sério com ele, foi o que tentou dizer. No momento em que teve um assunto sério, o escândalo, o senhor não falou sobre isso com ele?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Outros assuntos, negócios jamais?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Essa central de negócios... Por que surgiu esse nome surgiu?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Acho que o Policarpo pegou o nome, achou interessante e colocou na matéria.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mas não está gravado com a sua voz?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Gravado?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor não se lembra de tudo o que disse?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Em primeiro lugar, não autorizei nenhuma gravação. Se o Policarpo gravou, já disse, refuto, e novamente aqui confirmo, não tinha minha autorização.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor poderia processar o Sr. Policarpo por ter gravado sem autorização, se isso é verdade. Agora, o outro fato é ser sua a voz que está ali gravada e serem de sua lavra os fatos ali registrados. Se o senhor disse, o senhor é responsável, o Senador Demóstenes Torres tem inteira razão, o senhor é responsável pelo que disse. O senhor não pode dizer: "Ah, me fizeram beber!" Estou diante de uma figura vivida, simpaticíssima, o senhor é um figuraço mesmo. O senhor não é uma donzela que alguém diz assim: "Eu vou embebedar a donzela para chegar a algum resultado". Não, o senhor poderia não ter dado a entrevista, mas o fato é que, em tendo dado, talvez tenha revelado a verdade daquele provérbio latino, **in vino veritas**, ou seja, ninguém cria porque bebeu; alguém fala o que talvez não devesse ter falado porque bebeu. Então, entendo, sabe, senhor...

O senhor conhece o Éder Macedo, o motorista que transportou o senhor?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – O Éder Macedo?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu conheci naquele dia.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Só naquele dia? Levou, enfim.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ele me deixou, inclusive, no aeroporto de Congonhas.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim. Muito bem.

Vejo que tem uma coisa muito estranha, vou registrar agora, tenho um pouco de tempo. Hoje, Senador Tasso, meu Presidente Efraim, a imprensa estava perguntando a mim quem tinha razão, e vou falar uma coisa da maior seriedade, porque não estou mais muito preocupado com o que V. Sª vai dizer, sinceramente, não estou. Vou dizer uma coisa que está além disso. O senhor veio aqui para cumprir uma missão, mas me parece que o senhor veio cumprir uma missão igual à do avião, ou seja, lhe pediram para transportar o que lhe diziam que era bebida e lacraram a bebida, e o senhor disse é bebida porque o meu amigo Ralf falou que era bebida; agora, o senhor veio com outra missão que era a de se portar com esse estoicismo, com esse *savoir-faire*, o senhor é uma figura muito simpática mesmo, mas veio para isso. Vou fazer um registro, o senhor vai observar porque conhece a pessoa: ainda há pouco me perguntaram ali fora, vários jornalistas, quem tinha razão: a Ministra Dilma, peço um pouco de tolerância, Sr. Presidente, ou o Ministro Palocci. Hesito em dizer que, se eu fosse Presidente da República, em tendo a Ministra Dilma desautorizado dois ministros, e desautorizado a linha essencial da minha política econômica, ela já seria ex-Ministra hoje, se fosse eu, não sou eu, foi ele que teve 50 milhões de votos, não sei quantos tem hoje. Então, hoje, eu disse isso.

Temos aqui a tradição, nós, do PSDB, da Oposição, de ter defendido o Ministro Palocci, mais talvez até do que seu próprio partido, discutindo teoria econômica, meta de inflação, câmbio flutuante, ajuste fiscal, muitas vezes falando menos do que petistas falavam pedindo rebaixamento de juros, quando não podia rebaixar juros, enfim. Da última vez – eu me sinto em relação ao Ministro Palocci assim como alguém que tomou fôlego –, eu disse: eu vou segurar essas denúncias de Ribeirão, vou mergulhar na piscina, vou para um lado, vou para o outro, e, em nome do respeito que tenho pelo Ministro, se eu pudesse eu o dividiria em dois: a banda do bom Ministro, que considero o Palocci, e essa coisa meio obscura que vem de Ribeirão. Eu diria que hoje não tenho fôlego para dar 500 voltas na piscina.

Eu queria registrar uma brutal decepção que tenho com o Ministro – brutal decepção! –, porque é uma figura que comanda com lucidez, às vezes com ortodoxia excessiva, mas com lucidez a economia, essa figura não poderia estar cercada de tantas relações comprometedoras, de tantos envolvimentos complicados, de tantos pretextos para enfraquecerem sua autoridade de comandante da política econômica deste País. Digo isso com a autoridade de quem entende a lógica da política econômica dele e a defende divergindo em detalhe aqui, detalhe acolá. Mas considero injusto que ele tenha trazido para o Ministério esse acervo, incluindo V. Sª, de pessoas, de relações, essa história de não se saber até que ponto era ou não, ele também, o tesoureiro informal de uma campanha, essa história de não termos, a esta altura, a possibilidade de saber se vamos poder continuar avalizando o gesto que ele tomou aqui. Estou dizendo isso, e, desta vez, já estou sendo aquele sujeito chato – falei de *happy hour*, ainda há pouco –, que está sendo mal humorado em pleno *happy hour*, estou dizendo isso com tristeza, porque o Brasil não merecia, e o bom Ministro que ele é também não merecia esse acervo que ele trouxe da cidade de Ribeirão.

Essa história mal contada de dinheiro ou bebida que veio num avião fretado, essa história do avião que o piloto leva V. Sª para Amarais, e V. Sª vai candidamente junto, ao invés de ficar na segurança de um carro blindado... Carro blindado para transportar garrafa de bebida! A história não é crível. Essa história terá suas repercussões jurídicas, está tendo repercussões morais muito graves.

Eu gostaria de perguntar muito ao Partido dos Trabalhadores por que processa a **Veja**. Por que não processa V. Sª, que foi quem deu a declaração? Por que não processa o Sr. Buratti? Foi ele quem deu a declaração, não sei se na manguaça também ou não. A revista **Veja** divulgou e fez apenas o que é o papel de um órgão de imprensa. Outro dia, a revista **Veja** me colocou em baixa, porque eu disse que, a qualquer preço, eu defenderia a integridade da minha família. E repito agora – pode botar em baixa outra vez: a qualquer preço, defendo a integridade da minha família. Então, não estou aqui para ser censor da opinião que a imprensa possa ter a meu respeito. Não sou de cartinha para redação, de reclamação para fulano de tal. Já fui ministro do Palácio do Planalto e nunca usei essa prerrogativa para cercear liberdade de imprensa, ao contrário, porque lutei muito por ela, se V. Exª fala de penas que pagou durante o processo ditatorial, também paguei as minhas, pessoais e familiares. Estou triste com o fato de estar diante de uma figura na qual depositei toda confiança e que está cercada

hoje de toda essa suspeição, que é o Ministro Antonio Palocci. É exatamente para ele que dirijo esta expressão, que não deixa de ser comovida e emocionada neste momento.

Tentei começar brincando, esse assunto é sério, estou falando mais sério do que nunca, dizendo que, para mim, é o momento em que este País tem de se aproximar de determinadas verdades. Não sei até que ponto nos cabe continuar encenando esta comédia de depoimentos com **habeas corpus** que dá o direito de dizer "me recuso isso, me recuso aquilo". Não sei até que ponto vamos chegar. Está na hora da decisão, e o meu partido está mais do que nunca pronto para exigir que este País assuma completamente as responsabilidades diante deste processo que está vivendo.

Agradeço a V. Sª e lhe peço que me releve se porventura fui, em algum momento, enfático, diante de algo que vem precisamente do que estou sentindo e que terá reflexo político, sim, na nossa relação com o Governo e, sem dúvida, na nossa relação com o próprio Ministro Palocci, ex-Prefeito de Ribeirão Preto, e, portanto, ex-chefe seu na gestão ou nas gestões que por lá realizou.

Agradeço a V. Sª pela atenção e lhe peço, mais uma vez, que releve porventura alguma ênfase exagerada que eu possa ter posto.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mas não no fundo; não gosto da idéia de eu aqui, munido com todas as imunidades, preponderar sobre quem não está munido das mesmas imunidades que, não gosto disso. Mas estamos chegando a um limite, a um ponto, e não sei por que considero que V. Sª foi um certo ponto de inflexão. V. Exª foi um certo ponto de não retorno, já que V. Exª falou tanto em aviação, aquilo que os aviadores chamam de **point of no return**, aquele ponto de não retorno, a partir do qual temos de ir até o final.

Estou muito triste de saber que é um dilema que se apresenta a nós e que vai exigir do nosso Partido, agora, uma atitude em relação a esses eventos que estão se sucedendo e se tornando recorrentes e que vêm de Ribeirão Preto.

Agradeço a V. Sª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Lamentavelmente, quero dizer a V. Exªs que estou com um problema de vôo. Por isso, vou passar a presidência dos trabalhos ao nosso Relator.

De minha parte, agradeço ao depoente e aos Srs. Advogados, deixando apenas uma pergunta, uma dúvida que não consegui esclarecer.

V. Sª disse que veio a Brasília no dia 31 de julho de 2002, não foi isso? Para tratar da aposentadoria – 31 de julho de 2002.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Perfeitamente. V. Sª comprou passagem de ida e volta?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu tenho a passagem... Não, porque eu iria voltar. Não vim para voltar naquele dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor comprou apenas de São Paulo...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Comprei São Paulo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Brasília?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – ...Brasília.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem. Só isso. Não precisa...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – E tenho comigo aqui inclusive a minha volta de Congonhas para Ribeirão Preto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A minha pergunta é esta: V. Sª, quando saiu de São Paulo para Brasília, com o único objetivo de ver a questão de sua aposentadoria, não comprou a volta?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Estou satisfeito.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero colaborar com V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – No depoimento, ele declarou que recebeu um telefonema, já em Brasília, de um companheiro que lhe sugeria que economizasse a perna de volta. Então, logicamente, comprar apenas o trecho de vinda foi um exercício de imaginação, de adivinhação.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Está bom. Então, lembro a V. Exª que eu queria ficar mais um dia em Brasília e voltar no dia seguinte, tanto é que eu estava com a minha pasta 007 e minha mala. Portanto, conseqüentemente, chegando a Brasília, pega-se um telefone, faz-se a reserva imediatamente e compra-se na loja sem problema nenhum.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Então, é outra questão. O que V. Sª disse é que comprou a passagem só de vinda porque sabia que ia voltar na carona.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não. Foi o Ralf brincando. Falou: "Vladimir, volte de carona e você

não precisa gastar uma perna. Você só gasta a de Ribeirão Preto."

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Então, V. Sª devia ter a passagem de ida e volta, ainda porque é mais barato quando se compra ida e volta, e ter até economizado o retorno. Estou apenas fazendo esse registro, porque foram palavras de V. Sª.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Está bom.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Está aqui declarado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – A minha assessoria de imprensa acaba de me informar que a revista **Veja** colocou em seu *site* a gravação entre o jornalista Policarpo e o depoente. Então, eu requereria a V. Exª, com a anuência do Plenário, que pudéssemos ouvir essa gravação, aproveitando que ela apareceu exatamente neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou atender à solicitação de V. Exª.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Trata-se de um trecho de apenas sete minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos passar a entrevista neste momento, com a permissão do Senador Tasso Jereissati, próximo orador inscrito.

**Veja** – Como é que você se sentiu tendo... acabando sendo usado para fazer esse tipo de transporte?

**Poleto** – Não, acho um absurdo, um absurdo. Eu estive em Brasília para resolver problema ligado diretamente não só à minha questão pessoal, mas a alguns encaminhamentos, alguns processos de enchentes no Ministério diretamente responsável, e vim a saber depois que acabei transportando alguns pacotes e num deles havia dinheiro, só isso.

**Veja** – Você se sentiu usado?

**Poleto** – Lógico; é evidente. Isso é um descalabro.

**Veja** – Quanto tempo depois você ficou sabendo disso? Quanto tempo depois do episódio você ficou sabendo que era dinheiro ao invés de bebida?

**Poleto** – Depois que eu ganhei uma garrafinha de *Havana Club*, que me foi presenteada, me falaram. Só isso.

**Veja** – Qual era o valor que lhe foi falado? Segundo a informação que eu tenho, o valor transportado teria sido três milhões de dólares.

**Poleto** – Não. O valor que me disseram era 1 milhão e 400 mil dólares.

**Veja** – Vindos de Cuba?

**Poleto** – Não, não sei de onde. Esse dinheiro a origem eu não sei, apenas que acabei transportando num ato de minha infantilidade. Só isso!

**Veja** – Você foi atender a um favor?

**Poleto** – Exato.

**Veja** – A pedido de um amigo?

**Poleto** – Exato.

**Veja** – Que não te disse o que era exatamente.

**Poleto** – Disse que eu tinha que trazer três caixas de bebida. Só isso!

**Veja** – Você correu risco de vida nessa operação?

**Poleto** – Não. O que aconteceu foi que peguei tempestades no ar. Só isso! A partir do momento que eu saí de Brasília, bateu uma tempestade. Meu destino era São Paulo, mas bateu uma tempestade de Campinas até São Paulo. O piloto teve que mudar a proa para Poços de Caldas e depois certificou-se que talvez não tivesse combustível necessário para chegar até São Paulo e eu pedi pra ele algumas alternativas de vôo. Ele me disse que tínhamos que pousar ou em Poços ou em Campinas. Eu então optei que pousássemos em...

**Veja** – Viracopos?

**Poleto** – Viracopos.

**Veja** – O que aconteceu quando vocês chegaram lá?

**Poleto** – Em Viracopos? O avião pousou, e eu imediatamente me retirei do avião e disse que jamais entraria naquele avião, pelas penúrias, pelos problemas, pelo que passei. E, a partir do momento que o Ralf chegou no aeroporto, eu pedi que ele assumisse o avião e junto com o piloto tomasse os destinos necessários. A partir dali, voltei para a minha terra natal.

**Veja** – Com relação à mercadoria, você disse que ela foi transportada em um carro blindado.

**Poleto** – Não, não vi, porque eu fiquei em Viracopos, e o avião, na realidade, pousou em Viracopos e tinha um tempo hábil, já que ali não tinha o combustível necessário para aquele avião, tinha que ser em outro aeroporto ali pertinho; então teve que se levantar outra vez, teve que decolar e fazer pouso nas proximidades. O Ralf estava dentro desse vôo e o Ralf tomou as ações daí para frente com relação aos produtos que estavam dentro do avião.

**Veja** – Você acha... Você me disse, no início da entrevista, que essa história poderia comprometer muito, inclusive derrubar o Governo. Por quê?

**Poleto** – Eu? Não. Eu acho que... Eu fiquei sabendo da história depois e fiquei muito preocupado. Só isso!

**Veja** – Você acha que foi um inocente útil?

**Poleto** – Infelizmente, é uma realidade.

**Veja** – A quem você narrou essa história depois?

**Poleto** – Eu?

**Veja** – É.

**Poleto** – Narrei a minha mulher e ao meu filho Gregory de dezesseis anos que sabe perfeitamente da situação.

**Veja** – Você tem a consciência absolutamente limpa de que você não participou, de maneira efetiva, desse transporte de dinheiro? Efetiva que eu digo é o seguinte: sabendo o que estava fazendo.

**Poleto** – Lógico, imagina... Jamais iria pegar um voozinho com um milhão de dólares dentro de um avião e transportar. Isso não é da minha índole.

**Veja** – Você estava atendendo a um pedido de um amigo?

**Poleto** – Lógico.

**Veja** – Se arrepende disso?

**Poleto** – Olha, costumeiramente eu não viro as costas para os amigos. Essa é a minha índole. A partir do momento que um amigo me pede 'Vladimir traga', eu... Qual o problema de não levar? Eu não estava vendo nenhum problema.

**Veja** – De quem era o avião, Vladimir?

**Poleto** – Não sei.

**Veja** – Era um Seneca?

**Poleto** – Era um Seneca. Um Seneca para quatro lugares.

**Veja** – Você me disse que tinha escrito quatro lugares, três estavam ocupados com as caixas, não é?

**Poleto** – Exato e mais o meu.

**Veja** – Como você descreveria essas caixas? Como elas eram?

**Poleto** – Uma caixa escrito Red Label, a outra Black Label, a outra Havana Club. Todas do mesmo tamanho, da mesma textura, idênticas, só mudando o nome.

**Veja** – Você imaginou o quê? Que tivesse bebida lá dentro?

**Poleto** – É lógico. Conheço muito Black Label, Red Label, mas não conhecia o Havana Club. Mas aí o meu amigo, depois, Ralf Barquete me trouxe uma garrafa de *Havana* e presenteou-me. Falou: 'Vladimir, aqui tem um Havana Club pra você'.

**Veja** – Foi quando ele te contou a história?

**Poleto** – Exato.

**Veja** – Foi na casa dele?

**Poleto** – Não, na minha.

**Veja** – Na sua casa?

**Poleto** – É, na...

**Veja** – Isso muito tempo depois?

**Poleto** – Não, uma semana depois.

**Veja** – Uma semana depois do episódio.

**Poleto** – Por aí.

**Veja** – Isso aconteceu em setembro de 2002?

**Poleto** – Eu não me recordo. Eu sei que foi em 2002...

**Veja** – Durante a campanha?

**Poleto** – Durante a campanha.

**Veja** – Está bom.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Eu apenas pediria que passasse o início da gravação, porque a minha assessoria também informa que, no início da gravação, o jornalista pede para gravar. Então, gostaria de que passasse o início da gravação, porque não foi passado o início da gravação. Só o início para confirmar, se fosse possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Recomendo à Assessoria que passe o início da gravação. (Pausa.)

Como a gravação está apresentando problemas, vou conceder a palavra ao Senador Tasso Jereissati, de acordo com a lista de inscrições.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Virou moda, Sr. Presidente, gravação dar problema no atual Governo. Antes, foi o filho do Lula com os seus Franciscos, agora aqui. Mas daqui a pouco dá certo. A outra era pirata; essa, não.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, essa gravação fala por si só, ela é mais do que eloqüente. É claro que não houve nenhuma coação. Mais claro do que isso, é evidente que o Sr. Poleto não estava embriagado. Sr. Presidente, é claro que o Sr. Poleto está mentindo de uma maneira absolutamente deslavada diante deste Plenário.

Sr. Presidente, peço que sejam tomadas as providências legais junto à Polícia Federal e junto ao Ministério Público para o imediato indiciamento do Sr. Vladimir Poleto.

Não tenho mais nada a falar nem mais nada a ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Solicito a V. Exª que o faça por escrito.

Concedo a palavra ao Senador...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Apenas acredito ser importante um esclarecimento, se me permite o Senador Tião Viana.

O Sr. Vladimir Poleto nos relatou que teve um longo diálogo com o Sr. Policarpo Júnior. A revista menciona que houve uma gravação de sete minutos. Acho importante esclarecer se, para a gravação desses sete minutos, o Sr. Vladimir Poleto a tinha autorizado e se estava ciente disso, pela seguinte razão: se, porventura, houve a gravação de parte da conversa, autorizada, é uma coisa; se houve a gravação de toda a conversa por ele aqui descrita, então, será plausível que o Sr. Policarpo Júnior tenha a gravação da conversa inteira, inclusive da parte em que, segundo Sr. Vladimir Poleto, houve como que aquela ameaça de... ou, quer dizer, todos aqueles momentos em que pareceu-nos estranho da parte de um repórter estar dizendo: você ou admite contar isto, ou nós vamos estar publicando coisas a seu respeito, até da coisa privada e assim por diante.

Então, acho que seria importante que ele possa esclarecer se esta parte que foi aqui mostrada foi autorizada, e se ele nem percebeu que isso estava sendo gravado, então, pode ser que toda a sua conversa tenha sido gravada, e que seria até adequado e justo, da parte da Revista **Veja** que nos encaminhe não apenas estes minutos, mas a conversa inteira, para assim termos a avaliação completa.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, a gravação agora está boa. Para responder a questão de ordem do Senador Eduardo Suplicy, seria interessante voltar ao início da gravação, onde, certamente, retiraremos a dúvida sobre a autorização ou não para a gravação.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMBD – RN) – Pergunto se a gravação tem condições de ser rodada, de ser...

Por favor, solicito silêncio no plenário e nas galerias.

**O SR. POLICARPO JÚNIOR** – Hoje é madrugada de sábado, e eu estou aqui com Vladimir Poleto.

Vladimir, você transportou dinheiro para o PT, na campanha de 2002?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, absolutamente não.

**O SR. POLICARPO JÚNIOR** – Mas há um episódio em que você – a gente apurou – trouxe de Brasília para São Paulo caixas, supostamente contendo bebida, em que havia dinheiro.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Que eu saiba não.

**O SR. POLICARPO JÚNIOR** – Você sabe!

**O SR. VLADIMIR POLETO** – A única coisa que eu sei é que eu peguei um avião de Brasília para São Paulo, comprei as caixas de bebidas. Só isso!

**O SR. POLICARPO JÚNIOR** – E, depois que você fez esse transporte, você foi informado sobre que tinha efetivamente nas outras caixas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ah! Depois de todo o acontecimento, sim.

**O SR. POLICARPO JÚNIOR** – E o que tinha dentro dessas caixas, segundo te disseram?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Uma coisa é o que me dizem, outra coisa é a realidade dos fatos.

**O SR. POLICARPO JÚNIOR** – O que te disseram?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ah, que tinha dinheiro numa das caixas. Só isso.

**O SR. POLICARPO JÚNIOR** – Quem te disse isso?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ralf Barquete.

**O SR. POLICARPO JÚNIOR** – E como é que você se sentiu acabando sendo usado para fazer esse tipo de transporte?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, acho um absurdo, um absurdo! Porque estive em Brasília para resolver problema ligado diretamente não só à minha questão pessoal, mas a alguns encaminhamentos, alguns processos de enchentes, no Ministério diretamente responsável e que vim saber, depois, que acabei transportando alguns pacotes e que num deles havia dinheiro. Só isso.

**O SR. POLICARPO JÚNIOR** – Você se sentiu usado?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Lógico! Evidente. Isso é um descalabro!

**O SR. POLICARPO JÚNIOR** – Quanto tempo depois você ficou sabendo disso? Quanto tempo depois do episódio você ficou sabendo que era dinheiro ao invés de bebida?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Depois que eu ganhei a garrafinha de Havana Clube, que me foi presenteado e falaram. Só isso.

**O SR. POLICARPO JÚNIOR** – Qual era o valor que lhe foi falado? Segundo a informação que eu tenho, o valor transportado foi US$3 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já está repetindo. Pode suspender.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Bom, eu gostaria de ouvir, porque acho que é esclarecedor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas já passou esse trecho...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O Suplicy quer ouvir de novo. Não há nenhum problema em repetir...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pensei que estivéssemos ouvindo para ter clareza de tudo o que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não; o que acontece é que não passaram ainda o início da gravação.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas é irrelevante, também, se ele autorizou ou não; o que importa é que gravou. A gravação está aí.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Mas autorizou...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas é irrelevante!

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Bom, então, vamos dar continuidade, ouvindo o Senador Tião Viana.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas que ele possa esclarecer a pergunta que eu fiz, Sr. Presidente.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, pela ordem.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, a tese ruiu. Ficou evidente. A fita mostra... Ele pode continuar sustentando a tese, mas eu acho que fica até monótono o negócio; fica ruim para o senhor; vai desdobrar a investigação; vai causar mais sofrimentos ainda.

Eu acho que o senhor deveria se reunir com os seus advogados...

A fita é evidente. O jornalista abre e diz: "Estou aqui na madrugada do dia tal com o Sr. Vladimir Poleto". E inicia: "Vladimir..." Então, o senhor deu a entrevista sabendo. Quer dizer: mesmo a tese da clandestinidade ruiu. Então, eu não tenho nada com isso, mas acho que...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Demóstenes, gostaria de fazer uma solicitação para que V. Exª conclua.

**O SR. DEMOSTENES TORRES** (PFL – GO) – Acho que talvez o próprio depoente e os advogados resolvam diante da própria documentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª.

Eu acabei de ouvir a apresentação da fita e as manifestações postas aqui. Entendo que esta CPI tem sido um ambiente em que temos passados momentos difíceis: momento de decepção com a grandeza humana de alguns, seja de parte daqueles que acusam, seja de parte de alguns que defendem as posições políticas distintas. Não acho que isso deva ocorrer nas responsabilidades que nós temos no nosso cotidiano, na nossa vida.

O que o Sr. Vladimir Poleto colocou aqui é o oposto do que está colocado na fita. Entendo que ele tem responsabilidades com que disse; entendo que os advogados têm responsabilidades com que ele disse aqui; e acredito que nenhum advogado orientaria o seu cliente a mentir, nem o seu cliente teria combinação de mentira com os seus advogados.

Estou aqui porque eu quero respeitar o que está sendo dito por todos os depoentes e acreditar nisso. Então, nada me resta aqui, Sr. Presidente, a não ser o direito de ouvir as justificativa do Sr. Vladimir Poleto, sem que eu me apresse em fazer um juízo de valor do que ocorreu com essa fita apresentada e o que ele falou aqui.

Eu pediria que ele pudesse fazer sem interrupção, porque a interrupção leva a danos à clareza das opiniões. Eu acho que ele tem que ter o direito de apresentar o seu entendimento e a sua justificativa para o que houve aqui. É o que eu posso dizer. Além disso, nada de absolutamente nada de precipitação da minha parte, embora o antagonismo entre o que o foi dito e o que foi mostrado na fita é muito grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao depoente, Sr. Vladimir Poleto.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Com todo o respeito que tenho por V. Exªs, eu, particularmente, não tenho assim... Eu não ouvi na fita o que destoa do que eu falei. Sinceramente, não. Eu de fato falei que voei, que não levei dinheiro; jamais afirmei que levei dinheiro e muito menos dinheiro cubano. Quer dizer, está evidente na fita, e é a mesma coisa do que aqui falei.

Não estou vendo nenhuma contradição entre o meu depoimento e o que se encontra na fita. Outras questões é se pegar, é se gravar em um universo de quatro horas um fato para dar sustentabilidade à tese de que eu menti.

Então, reafirmo, a minha história ela continua sendo aquilo que os senhores já têm cópia, e esse é o meu ponto de vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª, Senador Alvaro dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, fica difícil aceitar esse comportamento. Nós ouvimos a gravação. O Sr. Poleto acabou de afirmar, inclusive citando cifras, e ele volta a reiterar a versão...

**O SR. (Orador não identificado)** – E corrigindo...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Exatamente. Então, além do indiciamento, só restaria uma alternativa para ele; ele teria que ser internado para tratamento da saúde mental.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas ele não está com característica...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, desculpa, mas apenas para aduzir que não ele apresenta características de embriaguez, dada a firmeza com que ele expõe ao jornalista, com tranqüilidade e cordialidade na conversa. Então, a tese da completa embriaguez não corresponde. Só se essa foi depois, porque durante a conversa não me perece que haja embriaguez total, ainda porque a gente sabe como é o comportamento da pessoa e o tipo de dificuldade que tem nas expressões.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Aves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Forte.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Poleto, a **Folha de S.Paulo** de hoje traz, na página A-6, que V. Sª estaria ligado em Ribeirão Preto a três escândalos: licitação do molho de tomate com ervilhas, pagamentos do pacto adjetivo, que é a indenização a ex-proprietários de linhas telefônicas e a contratação do Instituto Curitiba de Informática.

Como andam esses processos? O que são esses três escândalos que a **Folha de S.Paulo** fala, ou será que também a reportagem de Luciana Constantino é caluniosa?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não; eu particularmente não tenho nada a ver com o que se coloca nessas reportagens. Isso daí é contratação... Uma das reportagens fala da contratação do Instituto Curitiba de Informática, que não diz respeito a absolutamente nada e a nenhuma função que eu exerci na prefeitura.

A outra diz respeito a uma licitação inerente à educação, tem a ver com merenda escolar, que particularmente não tem nada a ver com a minha área de atuação porque eu era uma pessoa eminentemente técnica.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas, V. Sª responde a esses processos? Esses processos existem?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu nunca fui convocado para responder a esses processos; nunca fui chama e desconheço detalhes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Fica o registro de que a matéria, segundo as afirmativas de V. Sª, é caluniosa, porque, se V. Sª nunca foi chamado, nunca foi perturbado por conta disso, é evidente que isso é uma campanha sólida que estão tentando levantar.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu não estou dizendo caluniosa. A pergunta que V. Sª me formulou foi se eu tenho participação com relação a esses processos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Ou se responde ou se foi notificado?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Absolutamente; não respondo a nenhum desses processos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Sª, após ouvir a fita, reafirma que estava completamente embriagado quando foi entrevistado?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu tenho certeza absoluta que não estava no meu processo de sã consciência.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas afirma que estava completamente embriagado conforme declarações aqui prestadas por escrito?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Na realidade eu não tinha capacidade de discernimento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – No dialogo com o jornalista, V. Sª afirma que o Policarpo havia lhe declarado que essa reportagem lhe daria direito ao prêmio Pulitzer. V. Sª confirma?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Confirmo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Senador Romeu Tuma, é querer subestimar a inteligência de um repórter do nível do Sr. Policarpo Júnior. O Prêmio Pulitzer é concedido a jornalistas americanos que se destacam por reportagens feitas ou publicadas naquele País. Jornalista brasileiro ganha Prêmio Esso ou mais uns dois ou três prêmios na categoria. Um jornalista experimentado e tarimbado como o Policarpo Júnior querer induzir que, com uma matéria daquela, dessa natureza, ganharia o Prêmio Pulitzer...

**O SR. ARTHUR VIRGILIO** (PSDB – AM) – Embriagando alguém!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Embriagando alguém, como diz aqui o Senador Arthur Virgílio, é, no mínimo, inverossímil.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Permita-me dar um aparte a V. Exª?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Dou um aparte aqui a V. Exª.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Apenas para o meu livro de memórias sobre coisas curiosas da minha vida. O senhor pagou sessenta mil, caixa, em dinheiro vivo para a sua casa chamada Central de Negócios?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu paguei antecipados R$60 mil.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Em dinheiro vivo?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Por seis meses de aluguéis em dinheiro vivo.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Em dinheiro vivo das suas reservas? O senhor mantinha as suas reservas todas em dinheiro vivo?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Das minhas reservas pessoais.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Em dinheiro vivo? O senhor mantinha as suas reservas pessoais, o senhor as guardava, em dinheiro vivo?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu me coloco à inteira disposição – se assim, S. Exª, o Sr. Relator, entender – de trazer aqui as declarações do meu Imposto de Renda.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu queria saber se o senhor costuma guardar ou costumava guardar as suas reservas pessoais em dinheiro vivo.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não necessariamente.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Foi só essa de sessenta mil?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Você tem de ter um mecanismo em que você transforme suas reservas em liquidez imediata.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Como é esse mecanismo?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ué, você pode ter dólares.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Ah, o senhor tinha dólares. Qual a origem desses dólares?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – A origem dos dólares, ela advém de uma indenização trabalhista que eu tive, quando trabalhei na Prefeitura de São Bernardo do Campo, da qual fui demitido arbitrariamente.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor teve uma indenização trabalhista da Prefeitura paga em dólares?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, foi paga em dinheiro transformado em dólares.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor guardou esses dólares dentro da sua *nécessaire*?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu coloco à inteira disposição que estão nas declarações do meu Imposto de Renda.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero prestar um esclarecimento, aqui, para que fique bem clara essa questão da falta de combustível no aeroporto de Campinas. O aeroporto de Campinas é um aeroporto internacional. E a sua condição não permite que as distribuidoras não tenham, em seus tanques de abastecimento, reservas para qualquer tipo de aeronave, no caso querosene ou gasolina, como era o caso do avião Seneca. Mas vamos admitir que, por uma crise de abastecimento...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Pode ser que naquele dia, Excelência...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Exatamente.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – É necessário fazer a diligência.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Aí, é onde está. Se isso tivesse ocorrido, é norma – e eu recebi telefonemas aqui de vários pilotos de avião –, a primeira coisa que a torre faz é comunicar ao piloto do avião que aquela base está sem combustível, e lhe recomenda procurar a alternativa mais próxima. De forma que essa é uma afirmação totalmente sem pé nem cabeça. O aeroporto de Campinas é um aeroporto de nível internacional. Por outro lado, sobrevoando Campinas, Amarais está na sua frente, e lá tem combustível...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – De fato, é verdade.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ...porque inclusive há um aeroclube e não havia, Sr. Poleto, a menor possibilidade de esse fato ter acontecido. Mas, eu gostaria...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu concordo, plenamente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ...eu gostaria de que V. Exª, Sr. Relator, mandasse pedir informações ao aeroporto de Campinas sobre esses fatos que estão narrados, inclusive o diálogo travado entre o comandante e a torre, na data. Eles têm obrigação de manter isso por algum tempo.

Segundo, o Sr. Vladimir Poleto declarou que a quantidade de telefonemas que ele manteve com o Assessor do Ministro Palocci se dava em decorrência da constante queda, comum, nos telefones de Brasília.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não necessariamente, Excelência.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu gostaria que V. Exª pedisse às companhias telefônicas, baseado nos números dos telefones mostrados, o porquê das ligações repetidas. Eles têm isso em disquete. É muito fácil. Se houve queda técnica ou se foram ligações espontâneas. Quando a queda é feita por baixa tensão de rede, por qualquer problema técnico, fica no computador o registro. Peço que V. Exª faça esse requerimento. Eu acho, Sr. Presidente, que esta Comissão chegou ao limite. Vou até fazer justiça. Acho que o Sr. Poleto é mais uma vítima. Ele é um laranja de uma história que nós não conseguimos aqui, de maneira nenhuma, chegar aos verdadeiros culpados. Foi pego como bode expiatório. Ele vinha para cá resolver os seus problemas pessoas; de repente lhe mandaram transportar essas caixas, cujo conteúdo ele não sabe. Se de uísque, uísque mais caro da história do Planeta, nem Xeique árabe tem uísque tomado a um custo que o Sr. Poleto foi vítima ao transportá-lo. Mas essas coisas não podem acontecer. Esta Casa não pode estar sendo palco para esse tipo de depoimento.

Portanto, concordo com o Senador Tasso Jereissati nas providências que S. Exª mandou adotar imediatamente. Penso que essas coisas precisam ser tomadas a termo. Não é possível que fatos dessa natureza se repitam. Mas quero, Sr. Presidente, com o maior cuidado para não criar nenhum problema diplomático – e é pena que o Senador Arthur Virgílio não esteja aqui –, que a Comissão mande consultar o Itamaraty, para que consulte a Embaixada de Cuba sobre a veracidade dessas caixas de uísque, porque o fornecimento feito para as Embaixadas é através de um fornecimento aduaneiro próprio, para uso exclusive do Sr. Embaixador e dos diplomatas que têm direito, para fim específico de compromissos sociais. O deslocamento de bebidas é crime. Cuba tem um detalhe interessante. Por conta do embargo comercial que ela sofre, ela tem restrição de entrada e saída de bebidas do seu território.

De forma que, Senador Eduardo Suplicy, já começo a ver o abatimento de V. Exª com o depoimento que acaba de ouvir. V. Exª que tem buscado aqui, de maneira exemplar, a verdade; que tem contrariado o seu Partido, que tem enfrentado descontentamentos, mas que tem sido firme, não é mais possível ficarmos ouvindo coisas dessa natureza, como dizer que um jornalista que deve ter o desejo de ganhar o Prêmio ESSO, declarou a S. Sª que ganharia o Prêmio *Pulitzer*, sabendo-se de antemão que aquela é uma prerrogativa dos jornalistas americanos. São pequenos detalhes, Sr. Poleto, que derrubam por tese todo esse seu depoimento.

Por último, V. Sª, ao receber essas três caixas de uísque, recebeu as notas fiscais, uma vez que estava transportando de um Estado para outro?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não sei se estavam anexas. Isso eu não vi.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Anexa onde?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não sei – dentro ou fora.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não, mas as notas fiscais têm de ser transportadas em local visível, geralmente por quem as transporta. Não há nota fiscal...V. Sª é empresário!

**O SR. VLADIMIR POLETO** - Particularmente, não me recordo. Não me recordo, Excelência.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Sª não se recorda de que tenha recebido nota fiscal?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não me recordo que ela estivesse ali na... Sinceramente, não me recordo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, a Receita Federal tem de ficar atenta, porque ela está sendo enganada pelo seu próprio...pelo Governo que a abriga. Quero dizer, Senador Tasso Jereissati, que eu estava em meu gabinete e não queria vir para cá. Ando muito decepcionado com esse tipo de rumo que esta CPI está tomando. Como eu sei que é questão de dia, mais cedo ou mais tarde, teremos uma lufada de verdades, e elas virão uma por uma; e toda essa enxurrada de farsas virão por terra, preferi ficar no meu recolhimento. Mas, quando vi, logo no início, o rumo que este depoimento estava tomando, o desvio da verdade e do objetivo, eu disse em meu gabinete: "O depoente de hoje não passa ileso, nesta Comissão. No mínimo, será indiciado." E creio, Sr. Relator, Sr. Presidente, que não há outro caminho.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. MAGNO MALTA** (PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta, que já a havia solicitado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Pois,não.

**O SR. MAGNO MALTA** (PT – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, assisti à parte do depoimento, no meu gabinete. Vim ao plenário da CPI, e ouvi do meio para o final o depoimento. E lá, no meu gabinete, ouvi, Sr. Presidente, a exibição da fita. É justificável a indignação dos Srs. Senadores. É verdade que ninguém tem a ilusão de que o sujeito venha depor na CPI, dizendo "Fui eu. Eu fiz. Participei." Na verdade, o banco da CPI faz do indivíduo o mais inocente dos homens. Ninguém

viu nada. Ninguém participou de nada. Mas a maneira como o Sr. Poleto colocou, quando falou da bebida, que tomara algumas cervejinhas, alguns *chopps*, e que ele não estava no seu bom juízo quando fez algumas observações, e que ele hoje desmente; e que ele foi empurrado contra a parede pelo Policarpo, quando o Policarpo falou das suas questões pessoais, questões de família, que poderia abrandar isso, se ele fizesse a confirmação ou a afirmação de que transportou o dinheiro, a ironia de que o Policarpo estava atrás de ganhar um prêmio. Ouvi tudo isso. Assisti a tudo isso, como a opinião pública, os cidadãos brasileiros que estão assistindo à TV Senado, que está transmitindo isso tudo. Aí vem a fita. E a fita joga por terra tudo isso. O Sr. Policarpo anuncia o horário, na madrugada, e começa a fazer pergunta, e sobriamente ele começa a responder.

Sr. Presidente, mentir à CPI é crime! E ele veio com **habeas corpus**. Então, preste atenção. É por isso que esse tipo de depoimento precisa ser feito com a presença do Ministério Público do local, assentado junto à CPI, como fazíamos na CPI do narcotráfico. E o tempo gasto num depoimento como esse é tempo suficiente para derrubar o **habeas corpus**, porque é pedagógico que um cidadão que mente deslavadamente, como o Sr. Poleto mentiu à CPI, saia preso. Por isso, estou sugerindo a V. Exª aqui... Um advogado de Belo Horizonte, no caso GTech, que recebeu milhões na sua conta, que foi apanhado na mentira na frente da CPI, e a CPI não o prendeu. Assim, o cidadão que está em casa assistindo fica enojado e sabe que não vai dar em nada: o sujeito chega, mente, vários Senadores aqui sentados fazem perguntas, e as mentiras são repetidas. A CPI tem força de justiça, força de Polícia, força para pedir; mesmo assim, aquele rapaz passou ileso aqui.

Lembro que, na CPI do Narcotráfico, inúmeros indivíduos vinham depor com **habeas corpus**, mas o Ministério Público estava ali. Nunca abrimos mão do Ministério Público. Solicitávamos sua presença, e o Ministério Público fazia a juntada dos documentos, ia ao juiz, derrubava os **habeas corpus** e prendia. Isso é pedagógico.

Por isso, quero solicitar a V. Exª, já que ele está com **habeas corpus** – está autorizado a mentir em seu próprio benefício –, que V. Exª junte a fita que veio da **Veja** com as notas taquigráficas do depoimento dele e, ainda hoje, faça uma solicitação ao Ministério Público, com a juntada de documentos, para que Ministério Público peça a prisão do Sr. Poleto. Peça a prisão, porque esse é o papel de uma CPI. É evidente. Dizia o Senador Heráclito que ele só foi um laranja, que ele foi usado. Agora, se foi isso, que diga isso. Agora, esse texto que ele distribuiu a nós, Senadores, completamente contraditório, completamente desconexo com aquilo que ele fala, na fita, ao Policarpo Júnior. Por isso, se a CPI não começar a se dar o respeito, porque o Regimento das CPIs diz: mentir à CPI é crime... É verdade que, em uma prisão em flagrante, o sujeito sai com R$300,00 e sai zombando de todo mundo. Porque, no Brasil, é assim, mas, pelo menos, é pedagógico.

Para tanto, solicito a V. Exª, com base no Regimento das CPIs, que junte a fita vinda da **Veja**, que contém uma verdade do diálogo de duas pessoas sóbrias, ao depoimento do Sr. Poleto hoje, aqui, completamente desconexo, e solicite uma ação do Ministério Público. Se V. Exª precisar, formalizo agora; senão, V. Exª, de viva voz, peça à assessoria da CPI que faça essa juntada e solicite ao Ministério Público a prisão do Sr. Poleto.

Só dessa maneira... Porque, sabe o que tem na rua, Sr. Presidente? O povo está enojado com CPMI dos Correios, CPMI do Mensalão, CPI dos Bingos, porque é tanto blablablá, tanto documento, e não sai nada, a sociedade não vê nada. O sujeito passa aqui, mente, zomba de todo mundo, vai embora, e a coisa fica por igual.

Para tanto, se V. Exª precisar, faço uma formalização. V. Exª, como Presidente da CPI, com força de juiz, pode solicitar à sua Assessoria que faça a juntada e que envie ao Ministério Público, pedindo a prisão do Sr. Poleto, porque nada mais pedagógico para uma Nação em que a violência tomou conta devido à crença na impunidade. Não há punição por parte de quem poderia punir; trata-se de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que poderia muito bem cumprir o seu papel.

Assim, fica a minha solicitação. Se V. Exª quiser, eu a formalizo; senão, V. Exª o faz com sua própria voz.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Solicito que V. Exª formalize o pedido, Senador Magno Malta.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Demóstenes Torres, concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Muito bem. O Sr. Vladimir Poleto perguntou como poderia sintetizar, em sete minutos, essa conversa de quase quatro horas. A revista **Veja**, no cabeçalho, explica a razão disso – no cabeçalho da degravação e da fita que ouvimos:

O economista Vladimir Poleto, em depoimento à CPI dos Bingos, nessa quinta-feira, disse que não autorizou **Veja** a gravar entrevista com ele e que, se

alguma gravação foi feita, o conteúdo não corresponde à verdade. O repórter Policarpo Júnior entrevistou Poleto, em Ribeirão Preto. A conversa, que começou na sexta, 21 de outubro, e estendeu-se pela madrugada de sábado, 22, durou em torno de quatro horas. Nesse tempo, Poleto narrou em detalhes sua viagem de Brasília a São Paulo, na qual transportou as três caixas de bebidas, que continham, segundo ele próprio, US$1,4 milhão. Depois da conversa, Poleto concordou em gravar um rápido depoimento no qual resumiria os pontos principais.

Eis a íntegra desse depoimento, em cuja introdução o repórter Policarpo Júnior, de **Veja**, esclarece que era madrugada de sábado e que estava diante do entrevistado, num sinal óbvio de que a gravação, ao contrário do que Poleto disse aos senadores da CPI, foi feita com seu consentimento.

**Veja** – Hoje, é madrugada de sábado. Estou aqui com Vladimir Poleto. Vladimir, você transportou dinheiro para o PT na campanha de 2002?

Então, esclarecimento perfeito, inclusive sobre o que disse o Sr. Poleto anteriormente.

Faço apenas uma pergunta, se me permite V. Exª. Primeiro, gostaria que os dois advogados – não me lembro de eles, no início, terem se identificado à Presidência. Então, peço que os dois advogados se identifiquem.

Faria também uma pergunta ao Sr. Vladimir Poleto: se ele já fez o pagamento dos honorários dos seus advogados.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Já tenho um recibo preliminar.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Já foi feito com dinheiro sacado da conta-corrente de V. Sª?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Já fiz.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Dinheiro sacado da conta-corrente?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, paguei em dinheiro.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Pagou em *cash*?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Paguei em *cash*.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Então, pediria apenas para constar o que foi dito e solicitar que esse recibo venha parar nas nossas mãos. Foi reconhecida firma nos recibos? Com que data?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu posso, se assim V. Exªs quiserem, entregar o recibo num curto espaço de tempo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Foram reconhecidas as firmas apostas nesse recibo? V. Sª tem como dizer isso?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, não tenho como dizer agora.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Muito obrigado.

Só isso, Sr. Presidente.

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Tranqüilo. Só quero que eles se identifiquem. Eu queria saber do contrato...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr. Vladimir Poleto, primeiro, gostaria de perguntar se o senhor estava ciente da gravação desses sete minutos ou se esses sete minutos gravados são uma parte em que o Sr. Policarpo Júnior, jornalista da **Veja**, o avisou antecipadamente: "agora, estou gravando". E o senhor, então, ficou ciente disso.

Ou se, diante daquilo que observamos, ou seja, o senhor conversou desde 10 da noite até às 3 da manhã – peço que confirme isso –, por cinco horas e que, se esses sete minutos foram parte do diálogo, então, é possível que o Sr. Policarpo Júnior tenha gravado as cinco horas de conversa.

Então, minha pergunta é: o senhor foi avisado do momento em que ele começou a fazer a gravação? Em qual momento daquelas cinco horas houve esse trecho apresentado pela revista **Veja**?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Quando iniciei a conversa com o Policarpo Júnior, eu disse que não iria dar nenhuma gravação e pedi a ele que deixasse seu gravador sobre a mesa desligado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E assim foi feito?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Assim foi feito.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor viu que estava desligado?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Desligou e deixou sobre a mesa. Evidentemente que...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pode ser que ele tivesse outro gravador.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Pode ser. Ou, numa das minhas idas até o toalete e voltar, ele pode ter acionado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas o senhor, então, se lembra do momento, das 22h às 3h?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, eu disse que a minha capacidade de discernimento não dava para ver se um gravador estava ligado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Vladimir Poleto, o senhor deve ter notado que... Prestando bem atenção naquilo que o senhor disse e naquilo que está na fita, o senhor disse que nunca soube do dinheiro. Hoje, o senhor disse aqui que nunca soube do dinheiro, até que tivesse sido feito o transporte, e assegurou que tinha transportado bebidas. Na fita, está expresso, no seu diálogo com o Sr. Policarpo Júnior, que o Sr. Ralf Barquete lhe disse que, numa das caixas, havia R$1,4 milhão. O senhor reconhece que houve essa contradição?

Eu gostaria até de ressaltar o seguinte. Veja bem: os Srs. Senadores Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Magno Malta e Demóstenes Torres estão – já o fizeram oralmente – formalizando ao Sr. Presidente um pedido de indiciamento, porque, na percepção de S. Exªs, até mesmo do Senador Tião Viana, houve momentos de contradição entre aquilo que está na fita e aquilo que o senhor explicou hoje. Veja bem. Inclusive, peço a atenção... Como são mesmo os nomes dos dois advogados? Peço que informem os nomes nos microfones.

**O SR. CRISTIANO MARONA** – Cristiano Marona sou eu, Senador, e Marco Stein, meu sócio.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar a oportunidade ao Sr. Vladimir Poleto, até mesmo antes de responder essa minha pergunta, de conversar com seus advogados, porque, quando uma pessoa comete um erro, ela pode perfeitamente refletir e corrigi-lo. E pode o Sr. Vladimir Poleto reconhecer que houve essa contradição, percebida pelos Senadores, entre aquilo que ele expôs no seu depoimento e o que está contido na fita; ele pode reconhecer o erro. Obviamente, aí, o grau de punibilidade dele para aquilo que se está pedindo, que ele seja punido por ter faltado com a verdade perante a CPI, será diferente. Então, eu gostaria de poder dar a oportunidade ao Sr. Vladimir Poleto de esclarecer inteiramente as contradições aqui percebidas. Creio que é adequado que essa oportunidade seja dada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito a V. Sª.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Eduardo Suplicy, diante da gravidade do que ocorreu, nós vamos atender à solicitação de V. Exª, mas esgote primeiro suas perguntas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois, ele fará a consulta aos advogados.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está muito bem. Há uma outra questão que eu percebi e que não foi aqui abordada: observando a sua exposição, houve um momento em que V. Sª mencionou que, depois de ver a foto de Sérgio Cervantes na revista:

"...posso afirmar, com certeza, que nunca o vi e que ele não foi a pessoa que me entregou as caixas em Brasília. Não conheço e jamais vi Sérgio Cervantes, apontado por Policarpo como..." E assim vai.

O senhor, se lhe fosse dada a oportunidade de voltar ao apartamento que o senhor visitou, se a Comissão Parlamentar de Inquérito lhe der a oportunidade de poder mostrar a localização do apartamento onde o senhor recolheu as três caixas, o senhor saberia mostrar onde é?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu acho muito difícil, Excelência.

Em primeiro lugar, passaram-se três anos e meio. Era uma época em que eu não tinha conhecimento na cidade de Brasília. Se fosse hoje, numa situação diferenciada, com certeza eu poderia ter essa localização. Não vou ter condições.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foi dito pela revista **Veja** que o senhor foi ao apartamento onde residia o Sr. Sérgio Cervantes. Então, obviamente, se trata de um endereço conhecido. A minha pergunta é: se lhe for dada a oportunidade de reconhecer esse endereço onde o senhor foi, indo lá, o senhor reconheceria?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Foi o Ralf quem me passou o endereço e eu fui até o endereço e peguei as caixas na portaria.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Na portaria?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Na portaria.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Portanto, o senhor não teve diálogo direto com a pessoa que lhe entregou?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foi com o porteiro?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Foi tudo muito rápido.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas o senhor não respondeu a minha pergunta.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Foi com o porteiro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor conversou só com o porteiro?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Sim. Nós não entramos em entendimento. Se ele já estava me aguardando...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O porteiro estava...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Porque o Ralf pediu que eu fosse até lá. Eu me identifiquei e o porteiro me entregou as três caixas de bebidas.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. *Fora do microfone.*) – Até porque o porteiro não podia ser o embaixador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo. Então, fica esclarecido. Porque a primeira impressão foi de que o senhor teria obtido as caixas do próprio... Para quem leu a reportagem não foi assim?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Não, e ele disse aqui que quem entregou para ele não foi, evidentemente, o Cervantes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não foi.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Agora ele está dizendo que foi o porteiro. É claro que o Cervantes não podia ser o porteiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Terminou, Senador?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Só quero dizer o seguinte, Sr. Presidente: se fosse apenas considerar o seu depoimento tal como aqui expôs, poderia parecer que o Sr. Policarpo Júnior teria cometido algo não responsável, e a própria revista **Veja**, na medida em que colocaram com uma importância extraordinária, capa da revista, informações que não poderiam merecer crédito total. Agora, tendo em vista a gravação da fita na qual V. Sª tem um diálogo com o Sr. Policarpo Júnior e pelo menos afirma algumas coisas um tanto diferentes das que aqui nos expôs, quero dar a oportunidade ao senhor de esclarecer inteiramente o que pareceu a alguns Senadores contradições de seu depoimento.

Essa é a minha indagação final, a fim de que o senhor, inclusive, possa dialogar à vontade com os seus advogados, que estão cientes da proposta de seu indiciamento se forem percebidas aqui algumas contradições no seu depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Suplicy, V. Exª está propondo a retratação dele, que ele se retrate?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim, se ele avaliar que, diante da gravação aqui exposta, houve, de fato, uma contradição ou mais, como aquela que eu ressaltei, que me pareceu a principal. Ou seja, entre o que ele falou hoje e o que está na fita, pois hoje ele disse para nós, na sua exposição inicial, nunca ter sabido do dinheiro e assegurou que estava transportando bebidas. Na fita, ele diz que o Sr. Ralf Barquete lhe informou que havia R$ 1,4 milhão nas caixas. Então, gostaria que ele pudesse esclarecer, da melhor forma possível, o que me pareceu uma contradição.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª e peço permissão ao Senador Sibá para que o Sr. Vladimir Poleto possa consultar os seus advogados e termos aí a...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, antes da consulta, será que o...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há necessidade da consulta.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu, particularmente, pediria, não em virtude disso, que tivéssemos cinco minutos, para tomar um café e para que eu fosse ao *toillete*, por favor.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu queria fazer, antes...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu vou conceder o...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ...se me permitir, apenas uma pergunta...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Deixa ele ir ao *toillete*.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ...que me preocupou pela posição dos advogados, até pela posição.

V. Sª, respondendo a uma pergunta do Senador Demóstenes sobre a maneira de pagamento, disse que pagou em dinheiro, à vista. Em que data foi feito esse pagamento?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Foi feito recentemente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O que é recentemente?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Questão de... Esta semana.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Sª podia...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu trarei o devido recibo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ...poderia remeter o recibo, de preferência...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Se fosse possível, ainda vou ver se consigo isso hoje.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ...de preferência inclusive os depósitos bancários. Hoje, com esse mundo de violência, eles não vão andar na rua com esse dinheiro. Devem ter feito os depósitos imediatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está suspensa a reunião por dez minutos.

*(A reunião é suspensa às 20h e reaberta às 20h14min.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Solicito à assessoria que convide o Sr. Vladimir Poleto e seus advogados a tomarem assento à mesa.

Vamos reiniciar a reunião. (Pausa.)

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o requerimento de que o Senador Tasso Jereissati é proponente, com outros...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já está devidamente registrado aqui na mesa.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E eu estou protocolando agora... Quero dizer agora que o requerimento é um pedido de indiciamento a partir deste momento, já. E o meu requerimento, em função do **habeas corpus** que está com o Sr. Poleto vale para esta reunião, para que não aconteça prisão em flagrante – o **habeas corpus** vale para esta reunião –, entendendo isso, o meu requerimento diz o seguinte:

> "Com base no Regimento das CPIs, solicito a V. Exª que sejam encaminhadas ao Ministério Público as notas taquigráficas da presente sessão, bem como a degravação da fita apresentada pela revista **Veja**, a fim de que aquela instituição possa pedir a prisão preventiva do Sr. Vladimir Poleto."

Assino eu e outros Senadores.

Estou protocolando assim para que V. Exª possa colocar em votação, em função até de que o requerimento do Senador Tasso é para que esse indiciamento aconteça hoje. Entendendo que o meu requerimento não tem sentido hoje em função de que há um **habeas corpus** para prisão preventiva aqui, é para que o Ministério Público, a partir de amanhã, com base e com mão nos documentos, possa atender a solicitação desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Magno Malta, logo após o interrogatório do Sr. Vladimir Poleto os requerimentos serão colocados em votação.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, ainda na questão de ordem. Permita-me... Eu queria perguntar ao Sr. Vladimir Poleto como é o nome da sua mulher, da sua esposa.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Minha mulher é...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor fala no microfone, para gravar...

Eu queria pedir ao advogado... Sr. Presidente, o advogado não pode falar. Ele já foi advertido diversas vezes.

O senhor não é parlamentar. Não fique olhando para mim e fazendo... O senhor não pode. Se o senhor quiser falar, faça uma questão de ordem escrita ao Presidente e ele defere ou indefere.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Magno Malta...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor, para vir para uma CPI...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...o advogado vai colaborar. Ele acabou de me dizer que vai colaborar.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas como? Ele já estava conversando aí...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, a advertência de V. Exª vai ser ouvida.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Advertir o advogado... O senhor, quando vier para uma CPI, estude o Regimento de CPI primeiro. Isto aqui é uma comissão parlamentar, e percebo que o senhor não sabe nada disso. Cada vez que o senhor fizer um cochicho, o senhor vai ser atropelado, porque o senhor está desrespeitando. Isto aqui é o Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Magno Malta, fique certo de que V. Exª será atendido.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Como é o nome da esposa de V. Sª?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra pela ordem antes da minha inscrição, se V. Exª puder me conceder.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas a palavra está com o Senador Magno Malta. Logo após, concederei a palavra a V. Exª.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Achei que já tivesse concluído. Desculpe-me.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Vladimir, eu queria saber o nome da sua esposa.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Por ser uma questão de foro íntimo, eu me reservo o direito de não dizê-lo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O nome?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Exato.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Neste caso, perdoe-me, o que o **habeas corpus** dá direito é de o senhor permanecer calado ou não responder questões que o incriminem. Naturalmente, o que o Senador Magno Malta quer – isto nós poderemos conseguir de outra forma, inclusive – é o nome da esposa porque, certamente, ele quer fazer uma convocação, com base até no que tem na fita e no que V. Exª disse.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Mas...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, existe uma questão de ordem e o senhor está sendo interrompido, sem poder ouvir, pelo advogado. O senhor acha que ele está cooperando?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Dizer o nome da esposa não o auto-incrimina. Por favor. Acho que o Supremo aí foi claríssimo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas se ele não quiser ouvir...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu solicito ao depoente que colabore com os trabalhos da CPI e responda a pergunta.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Acho que ele até pode dizer – perdoe-me –, para não expor a esposa, o filho, ele pode fazer essa comunicação a V. Exª, que será passada ao Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Por escrito. Para mim não tem nenhum problema.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Exato.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Se ele insistir em não dizer, não tem nenhum problema em levantar. A Comissão pode levantar.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Faço por escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele fará essa comunicação por escrito.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Qual o motivo de querer saber? Eu não estou entendendo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu só fiz uma pergunta: qual é o nome? O motivo eu vou dizer agora. O nome passado por escrito. Nós vamos formalizar...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu passo por escrito. Sem problema.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Nós, os Senadores, vamos formalizar, até porque houve uma citação na fita, para que nós possamos convocar a esposa dele para vir a esta CPI porque precisamos fazer um confronto para dar a elucidação da verdade. É exatamente por isso que nós os Senadores queremos, para formalizar essa convocação.

Vou protocolar o meu pedido, Presidente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...o Sr. Vladimir Poleto ainda não respondeu a pergunta...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele vai responder a pergunta de V. Exª. Antes, vamos ter a intervenção do Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu não estive durante toda a oitiva, mas acompanhei pelo canal de televisão e me lembro muito bem de que numa determinada fase o Presidente Efraim de Morais foi perguntado sobre requerimentos que pudessem ser apreciados ainda hoje. Lembro-me que ele respondeu dizendo que há uma regra nesta Comissão de que todos os requerimentos têm que ter, pelo menos, 24 horas de antecedência ao conhecimento dos membros para poder ser apreciado.

Eu só estou fazendo uma pergunta, porque eu ouvi o Presidente Efraim dando uma versão e estou ouvindo de V. Exª que poderemos apreciar requerimentos de imediato. Eu só queria este esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sibá Machado, eu respondo a V. Exª dizendo que não se trata de um requerimento de rotina, de convocação, de quebra de sigilo, requerimentos que estão sempre constando da ordem do dia desta Comissão no seu dia-a-dia. Trata-se de um requerimento de natureza excepcional. Daí por que vou colocá-los em votação após a oitiva do Sr. Vladimir Poleto.

Agora dou a palavra a ele para que possa responder a pergunta do Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Sr. Vladimir Poleto.

Ele vai responder, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem.

Eu só queria lembrar um aspecto que o Senador Demóstenes aqui observou, além da contradição que havia dito. A gravação, sobretudo quando a ouvimos pela segunda vez, desde o começo, se inicia com: "Hoje é madrugada de sábado. Estou aqui com Vladimir Poleto. Vladimir, você transportou dinheiro para o PT na campanha de 2002? Não, absolutamente, não". E daí prossegue. Ou seja, está claro aqui da ciência que alguma gravação estava sendo feita nesses sete minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Eduardo...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, eu gostaria de dar toda a oportunidade de V. Sª aqui, se, porventura, até, em algum momento, verificou que não disse a verdade, que agora, se recordando dos fatos, os esclareça completamente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Eduardo Suplicy...

Com a palavra o Sr. Vladimir Poleto.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Com todo o apreço, Senador, que tenho por V. Exª, lembro-me de que quando cursava Economia na Fundação Santo André – e também fui ameaçado de expulsão – tive a oportu-

nidade de, naqueles idos de 1978/79, convidar V. Exª para proferir palestra sobre a dívida externa. Imediatamente após, estive no Cebrap, onde se encontravam Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer, mas como, evidentemente, eu tinha alguns livros e cursava Economia, optei também por levar Paul Singer. E essas duas palestras foram dos motivos maiores de eu ter sido veementemente perseguido naquela época. Mas é sabido que foi fantástico, porque abrimos as portas, principalmente naquela época, para que pudéssemos discorrer, na Ditadura militar, sobre a dívida externa.

Agora, reafirmo veementemente o que escrevi no documento que V. Exªs têm em mãos: na realidade, não autorizei gravação. Se houve a gravação, ela foi buscada no tempo e em circunstâncias excepcionais; não a autorizei; não estava em condições, porque nós, aqui, também não temos condições de avaliar se a gravação está perfeitamente factível e se a minha voz, na realidade, é aquilo que V. Exªs estão habituados a me escutar nesse espaço de tempo. Então, não a autorizei. Se a fizeram, foi sem minha autorização! Essa é a minha resposta. Continuo com a versão original. Eu, particularmente, acho que o Policarpo Júnior trabalhou contra a ética, e não foi aquilo que combinamos quando começamos a conversar, porque, de fato, conversamos por 4 horas, tivemos algumas afinidades, conversamos até sobre caixa dois, sobre nossos problemas pessoais, nossos problemas profissionais, e, de fato, cheguei até a acreditar que ele, por ser uma figura polida, muito bem comprometida, disse-me que trabalhou em um dos maiores casos que este Brasil já teve, e que tinha a intenção de, evidentemente, por intermédio dessa matéria, ter a sua redenção jornalística. Não a autorizei. Volto a dizer, não a autorizei. Se ele o fez, não foi com a minha autorização.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Permita-me? Por que o Policarpo estava precisando de redenção?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ele achava que essa fosse a melhor matéria que ele teria em toda a sua vida.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas, por que ele seria redimido?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Aí, a pergunta tem que ser feita ao Sr. Policarpo.

É isso, Excelência.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Há um detalhe importante. Farei a última pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª está satisfeito?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Uma última pergunta importante, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª já perguntou, Senador!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Uma última pergunta, Sr. Presidente!

Pergunto ao Sr. Vladimir Poleto se pode nos informar qual o cargo que ocupava na Prefeitura de Ribeirão Preto e se era um funcionário de carreira. Pergunto porque, se fosse em comissão, não teria direito – que eu saiba – à indenização trabalhista. Então, pergunto se era concursado e se mantinha um cargo na Prefeitura de Ribeirão Preto não por designação do Prefeito, se se tratava de um cargo de carreira, e se foi, portanto, despedido da Prefeitura. Ainda mais: caso afirmativo, em função disso, obteve a indenização trabalhista? Se obteve, qual o valor e a data da indenização?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Perfeito, Senador.

Na realidade, não foi em Ribeirão Preto; foi em São Bernardo do Campo. Foi na primeira gestão do governo do Partido dos Trabalhadores, quando o Dr. Maurício Soares assumiu a Prefeitura. Ele também foi o primeiro presidente do PT, do Diretório de São Bernardo do Campo.

Eu assumi, por ser uma empresa em liquidação, denominada PROSBC – Progresso de São Bernardo S.A., uma *holding*, que administrava a Cidade da Criança, administrava o conjunto Vera Cruz, administrava Chico Mendes, que era o Parque Estoril, e administrava também o Centro de Processamento de Dados da Prefeitura de São Bernardo do Campo, a horta comunitária e também uma vaca mecânica que produzia leite de soja para as famílias necessitadas e carentes do entorno de São Bernardo do Campo.

Assumi a função porque, por ser uma empresa de liquidação, costumeiramente não tem diretores e sim um liquidante e gerentes. O liquidante é nomeado também pelo prefeito e pelos acionistas daquela empresa – um dos acionistas da empresa, naquela época, era a Glasurit. Então, tinha o liquidante e tinha os seus gerentes.

Particularmente, quando assumi, foi na condição de Gerente de Divisão Administrativa e de Pessoal. Eu tinha a responsabilidade de toda essa administração, não só de pessoal, mas de administrar todas as empresas em torno da **holding**. Ocorre que, por ser uma empresa de liquidação, o Dr. Maurício Soares optou por liquidar aquela empresa, porque ela já vinha de há muito tempo, e ninguém a liquidava. A partir do momento em que a liquidação foi feita, houve um estudo jurídico, com a aquiescência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de que absorveríamos, por sucessão trabalhista, todos os funcionários para a administração pública, com o compromisso de, no máximo dois anos, em atendimento aos preceitos do Tribunal

de Contas, se fazer um concurso público. Aqueles que fossem aprovados – todos os funcionários seriam inscritos na qualidade **ex officio** –, evidentemente, seriam mandados embora, mas assumiriam a administração pública e continuariam dentro daqueles cargos que foram criados especificamente para os funcionários que dali advieram.

Ocorre que o PT perdeu em São Bernardo do Campo. O Dr. Maurício Soares perdeu a eleição. Assumiu o Dr. Walter Demarchi. Quando o Dr. Walter Demarchi assumiu, ele, por bem, resolveu não manter no seu quadro alguns funcionários que vieram da Progresso, de São Bernardo, particularmente eu, que estava alocado na Secretaria de Governo. E, no ato da absorção, prestando serviço na coordenadoria de Recursos Humanos, o Prefeito achou por bem me demitir. Disse-me: "Eu prefiro, Vladimir, que você fique longe daqui, mas eu sei que você vai buscar os seus direitos na Justiça e terá grandes possibilidades de ganhar". Foi o que aconteceu. Meu advogado, o Osmar Mendonça – que também foi uma liderança sindical nos idos do movimento sindical –, encaminhou a ação. Eu ganhei. Chamaram-me para fazer um acordo. Então, nesses três anos e meio em que fiquei fora da Administração, os valores das ações remontavam a quase R$180 mil, o que correspondia a quase US$200 mil, porque, à época, o dólar estava em uma proporção de 0,78, 0,79, algo assim. Posso passar isso depois com bastante precisão, porque também se encontra no meu Imposto de Renda, como também posso encaminhar para cá o termo de rescisão e de onde advieram esses recursos.

Então, foi um dinheiro razoável, que me deu sustentabilidade por um bom tempo, porque é sabido que, naquela época, nós não tínhamos a mínima possibilidade – eu já afastado do Banco do Brasil e depois mandado embora – de, conseqüentemente, ter facilidade no mercado de trabalho. Então, isso me obrigou a ter uma reserva, da qual utilizei parte, inclusive para alugar a casa em Brasília.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

V. Exª é o último inscrito.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Vladimir, acompanhei parte do seu depoimento pela TV. Tenho duas vertentes de raciocínio. Portanto, farei as perguntas nessas duas direções.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Pois não, Excelência.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – A primeira delas é: qual é o grau de amizade entre V. Sª e o jornalista Policarpo, que o entrevistou?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não entendi.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Qual o grau de amizade entre V. Sª e o Policarpo, o jornalista que o entrevistou?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nenhuma. Devo dizer que ele me ligava insistentemente na minha casa.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – A partir de quando?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Olha, eu sei que a **Veja** deve ter me ligado umas quatro ou cinco vezes para a minha casa, e a minha mulher, particularmente, atendeu o Policarpo ao telefone.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Isso se deu quando?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Este ano.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Este ano, 2005?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Antes de sair a primeira revista daquela matéria do Policarpo, em que pegam aquelas transcrições. E culmina na questão do suposto tráfico de influência, quando traz a matéria sobre aquela casa e que eu orbitava em torno do Ministro da Fazenda.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Muito bem. Então, V. Sª conhece o jornalista a partir deste ano. É isso?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Conheço o jornalista a partir do dia 28 de outubro...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Dias 21 e 22 de outubro.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – É. Foi uma sexta-feira.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Para uma pessoa que...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Aliás, ele me disse o seguinte: que estava em Ribeirão Preto particularmente para falar comigo. Ligou-me às 9 horas da noite, porque eu estava num churrasco. Quando eu fui ao seu encontro, ele estava de terno, deveria ter descido naquele instante do avião. Parece-me que veio de Belo Horizonte e que teria um vôo...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Para não perder o foco: então, V. Sª não o conhecia?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, em hipótese alguma.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Ele lhe foi apresentado?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não entendi.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Alguém o apresentou a ele? Ele chegou, desceu e o encontrou. Como V. Sª soube que era ele?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ele ligou no meu celular por duas vezes.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sim. Mas, na hora de encontrá-lo, como V. Sª soube que era ele?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ah, sim! Ele se posicionou. Falou que estaria...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Ele se apresentou dizendo que era o Policarpo e que tinha ido ali para entrevistá-lo?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não. Disse que estaria sentado no bar do Plaza Inn. Chegando lá, só havia uma figura sentada.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E era ele?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – E, na realidade, foi ele que se levantou e veio ao meu encontro, e não eu ao encontro dele.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E ele o reconheceu?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Isso significa que ele me reconheceu, mesmo porque ele já me dizia que tinha um acervo de fotos a meu respeito, além de um dossiê, desde outubro do ano passado, sobre a minha pessoa.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Muito bem. Então, não houve nenhum intermediário entre V. Sª e ele?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Que eu saiba, não.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Para uma pessoa que mal o viu, não lhe parece estranho entrar em detalhes sobre a vida pessoal? Não é complicado conversar sobre tantas coisas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu concordo. O senhor quer o meu ponto de vista?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – O senhor falou da sua profissão para ele, e ele falou da dele para o senhor. O papo rolou...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Existe empatia quando duas pessoas se encontram. Eu acabei de falar que eu gostei...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Descobriram-se naquela conversa.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu gostei do Policarpo, no bom sentido, nobres Excelências. Na realidade, eu gostei do Policarpo quando nos encontramos. Falei que ele era uma pessoa respeitosa, uma pessoa polida. Fala bem, nos falamos bem, nos simpatizamos, senão não teríamos ficado quatro horas...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Vamos chegar à segunda parte. Pelo que percebi – repito que eu não estava presente no decorrer de todo o depoimento; acompanhei parte dele pela TV –, entendi que houve duas gravações: uma gravação de cerca de quatro a cinco horas, em que a conversa aconteceu, fluiu, e um resumo de sete minutos.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não. Eu acho que o Policarpo não faria isso. A partir do primeiro momento em que eu me sentei com o Policarpo, eu disse a ele para deixar o gravador desligado sobre a mesa, para que ele pudesse...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Até onde V. Sª percebeu, o gravador estava desligado. É isso?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Estava desligado. Ele falou: "Vladimir, está desligado".

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Então, a única gravação foi a que nós ouvimos.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não. Até ele falou...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador Sibá Machado...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes, V. Exª deve solicitar o aparte.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – É exatamente isso que estou solicitando.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Concedo o aparte a V. Exª.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – No início, V. Sª disse que foi vítima de chantagem, que o Policarpo o ameaçou, inclusive com fotografias pessoais que teria de V. Sª, dossiê e outras coisas mais. O que mudou dessa impressão inicial que V. Sª teve para essa empatia que ninguém sabe como terminou na noite de Ribeirão Preto? Como foi isso?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu disse ao Policarpo duas palavras: que ele tinha que ser um bom guerreiro, porque eu também gosto de combater. Então, eu fui bem sincero com ele. Ele também me dizia que era um bom guerreiro. Então, isso, para nós, é o essencial.

Aníbal gostava de conhecer seus adversários, principalmente Cipião. Antes da grande batalha, Aníbal e Cipião jantaram, conversaram, passaram horas. Então, não estou vendo nenhum problema. Eu, Policarpo, independentemente de ele trazer o seu posicionamento e que eu disse que iria contestá-lo em todas as circunstâncias, termos que ter ficado horas a fio conversando.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mesmo sabendo que estava sendo chantageado, que estava sendo pressionado?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não imaginava que o Policarpo poderia estar me gravando. Não imaginava!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Foi dito isso! Eu preciso só fazer esse registro.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, só um instantinho, porque preciso considerar o tempo, porque tenho um outro raciocínio que não gostaria de perder.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas não, eu quero terminar, meu caro amigo Sibá Machado...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito, dê um aparte a ele!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Somos do Piauí, uma terra onde esse negócio de combate precisa ficar muito esclarecido.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Mas, então, eu só peço que o Presidente garanta meu tempo, senão estarei prejudicado.

Então, eu queria saber do senhor se, em algum momento, o senhor soube ou não soube o que era que estava transportando nas caixas. Repita isso para nós, por favor!

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Sob hipótese alguma... O que eu sabia é que era bebida.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – O senhor sabia que era bebida!

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Que era bebida. Eu soube que era bebida.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Então, só para reconstituir aqui os fatos, vamos memorizar: o senhor recebeu um telefonema do Sr. Ralf, que lhe deu o endereço, o senhor foi ao endereço; o endereço, certamente, era um prédio, tinha uma portaria; na portaria, o senhor recebeu a encomenda. Certo?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Perfeito!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – A encomenda o senhor recebeu dizendo que eram bebidas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não. A encomenda foi me dada, e eu coloquei-a no porta-mala de um táxi.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Do táxi. Foi até o aeroporto...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Exato.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E foi a São Paulo com essa encomenda, certo?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – A rota inicial era Congonhas.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Certo. Até aí, tudo bem, já ouvi essa parte. A quem o senhor entregou?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – O quê?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – A encomenda, as caixas.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ué, desceu em Viracopos, de Viracopos para o Amarais, o Ralf já estava me aguardando no Amaral.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Foi a ele que o senhor entregou.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Sim.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E onde é que aparece essa história de que o senhor transportou dólares e que esses dólares eram de Cuba?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – É um bom motivo, é uma boa pergunta! Só que não aparece através da minha pessoa.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não é da sua pessoa que aparece isso.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, sob hipótese alguma.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Em nenhum momento, o senhor falou isso.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Em nenhum momento, falei que transportei dólares.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Nem mesmo na gravação.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nem mesmo na gravação.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Não foi o Palocci que falou para o senhor, não?!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu preciso, Sr. Presidente, ....

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Demóstenes! A palavra está com o Senador Sibá Machado.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Senador Sibá, o senhor ouviu a gravação?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ouvi, ouvi pela tevê.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pela tevê. E aqui V. Exª viu a gravação?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, aqui, não!

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Porque V. Exª está perguntando para ele se não aparece a questão do dólar na gravação.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sim, é isso que quero saber, se ele afirma, em algum momento, aqui, ou na gravação, ou em qualquer outro lugar, que ele tenha mencionado que estava transportando dólares e que se esses dólares eram de Cuba e qual era a finalidade, que era a outra pergunta que eu ia fazer.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Quem mencionou que eu transportei dólares foi o Policarpo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Mas o senhor admitiu.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, sob hipótese alguma.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor não fala em um milhão e quatrocentos na gravação?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Bom, isso daí foi uma sugestão, uma sugestão de Policarpo de um milhão e quatrocentos mil dólares.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu preciso, senão eu vou perder o meu raciocínio aqui, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A palavra está com o Senador Sibá Machado! Fala, Senador Sibá Machado!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Para ficar isso muito claro! Para ficar isso muito claro! O senhor precisa deixar isso muito estabelecido. São duas questões aqui muito distintas: uma delas é a versão sobre o transporte, que mercadoria o senhor transportou; e a outra é essa história da gravação aí, que gravou ou deixou de gravar, se autorizou ou não autorizou. São duas coisas. É claro que o senhor, tendo ou não autorizado, tem uma fita, foi ouvida, foi dada como verídica, até aqui, e o que eu preciso do senhor é se o senhor afirma, em algum momento, se transportou dinheiro, o valor desse dinheiro, a origem desse dinheiro e o destino desse dinheiro. É isso que eu quero. Era dinheiro? Sim ou não!

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não era dinheiro.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – De onde recebeu? Aí é indução. Se o senhor diz na fita. Deixe-me ler. É isto aqui, Senador?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – "Segundo a informação que eu tenho, o valor transportado teria sido de três milhões de dólares." Essa frase é atribuída ao senhor.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Pelo contrário!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – À **Veja**, à **Veja**, desculpe! Aí a sua resposta: "Não. O valor que me disseram era de um milhão e quatrocentos mil dólares."

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Se eu fiz essa declaração, não me recordo. É isso que estou dizendo.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não se recorda, está certo!

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Se eu fiz, não me recordo! E o valor, preliminarmente, que o Policarpo me disse que era a origem, a fonte da sua matéria, era que eu havia transportado quatro milhões de dólares.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Então, aqui.... Sr. Presidente, estou encerrando, estou encerrando!

Os dois pontos que eu quero que fiquem bastante vivos aqui entre, pelo menos, este momento que eu tive a oportunidade de dialogar com o senhor. É que, sobre o transporte em si, a encomenda em si, é preciso afirmar se o senhor transportou dinheiro e para quem o senhor entregou. De onde veio é até outra coisa, é outra ilação que pode ir atrás.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu não transportei dinheiro. Eu transportei caixas de bebida e entreguei ao Ralf Barquete, no Aeroporto dos Amarais.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Na fita, surgiu aqui que o senhor cita um milhão e quatrocentos mil. Está citado aqui, na gravação. O senhor recusa que ouviu isso.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Recuso.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E, se ouviu, ouviu de outra pessoa?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não entendi.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E, se ouviu isso, ouviu de outra pessoa? Falou, porque alguém disse para o senhor? Alguém teria dito para o senhor que, nas caixas, não eram bebidas, mas, sim, dinheiro?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, isso são bochichos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – São bochichos. O senhor nunca afirma isso?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E continua afirmando aqui.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Continuo afirmando.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Afirmando aqui.

Quanto à história da gravação, digo para o senhor o seguinte: acho que este depoimento seu aqui – e aí já é uma opinião pessoal minha – o seu depoimento aqui poderia até, digamos assim, não ter despertado tanta ênfase, como está terminando esta audiência de hoje. Acho que o senhor apresenta aqui, pelo que ouvimos, não estava embriagado, quando fez aquilo. Depois, se deixar levar por uma amizade tão forte, por causa de uma hora e meia, duas horas, de conversa. Isso é uma coisa complicada de explicar.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Senador Sibá!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Só um instantinho. Depois, se tratando de um jornalista, se tratando de um jornalista que já ligava para o senhor há vários dias, querendo conversar, querendo lhe entrevistar, o senhor acha que ele queria falar sobre os problemas dos economistas, da profissão, ou da economia brasileira? Será que não havia outras pessoas para conversar? Por que ele ia tratar disso? Então, estou dizendo isso, porque essa conversa foi muito fraterna, pelo que aparece até aqui. Então, não precisava ter vindo aqui, descarregando um caminhão de

ironias, digamos assim, para cima do jornalista. Acho que a imprudência foi do senhor, que concedeu a entrevista e que, com certeza, falou que, depois, pode ter se arrependido, ou coisa parecida, ou realmente se houve mais gravação do que está contido aqui que não apareceu para esta Comissão.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Senador Sibá, vou cooperar com V. Exª. A informação que temos é de que a revista **Veja** periciou a fita. A fita está periciada. Então, gostaria de solicitar a V. Exª, pela sua autoridade de Presidente, que V. Exª requeresse a perícia que já foi feita na fita que comprova a veracidade da voz do nosso amigo, que afirma estar bêbado naquele dia.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Então, só encerro, dizendo que, na gravação aqui, o senhor atribui a Ralf Barquete que teria falado de dinheiro para o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex ª faz um requerimento sobre isso.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Que foi o Ralf que teria comentado ao senhor que, nas caixas, não eram bebidas, e sim, dinheiro.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, o que existia eram bochichos, bochichos, zum-zum-zum, não representa a realidade.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente! Uma questão de ordem, Sr. Presidente!

Eu queria apenas, por dever de justiça, fazer um registro sobre um pouco da vida profissional do jornalista Policarpo Júnior. Ele foi Prêmio Esso com o caso Collor. Não concorre mais ao Prêmio Esso, porque é uma decisão política da Revista **Veja** não concorrer a tal certame.

Foi dele a famosa entrevista com o José Carlos Alves dos Santos, que originou a famosa CPI dos Anões. Fez a matéria sobre o Marinho, que foi exatamente o que originou todo esse escândalo que nos traz exatamente, esta noite, a ouvir o depoente. E é também do Policarpo Júnior aquela famosa e polêmica matéria sobre as Farc.

Agora queria só fazer uma pergunta aqui para ajudar.

V. Sª tem o endereço do apartamento onde foi buscar essas caixas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não me recordo, Excelência.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Tem noção se foi na Asa Norte, na Asa Sul?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Asa Sul. Asa Sul.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Nas quatrocentos, nas trezentos?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ah, não me recordo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas já se sabe o endereço.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Queria sugerir a V. Exª, Sr. Presidente, que, na qualidade de Relator, oficie à Embaixada de Cuba para que peça ao funcionário residente no apartamento que preste esclarecimentos sobre o conteúdo dessas caixas, porque será crime o transporte ilegal do dólar ou da bebida. Em qualquer uma das circunstâncias, a bebida transportada, sem nota fiscal, bebida para uso diplomático, neste caso, como está sendo dito aqui, é descaminho. E aqui está me auxiliando o nobre Senador Magno Malta.

De forma que eu sugeriria a V. Exª que, como Relator, tomasse a iniciativa de oficiar à Embaixada de Cuba, constrangidamente, porque não gostaria que esta CPI envolvesse diplomaticamente nenhum País.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Senador Heráclito, só uma dúvida: está comprovado que Cuba presenteou essas bebidas?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O endereço dito, de acordo com a matéria, é que é de funcionário, qualificando-o e tudo. E, baseado no nome do funcionário, chegou-se ao endereço. De forma que acho que...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Então, deixe-me só pedir um adendo à proposta de V. Exª.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Pois não, pois não!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Que a CPI peça esclarecimento da Embaixada sobre isso, antes de mais nada, e aí, depois desses esclarecimentos, se esclarecer, está esclarecido; se não.... correto?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Concordo com V. Exª até para evitar...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Evitar qualquer tipo de problema.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – E pediria a V. Exª que indicasse o Senador Sibá Machado para cumprir essa missão diplomática, de esclarecer e nos trazer, no prazo mais rápido possível, os esclarecimentos sobre essa situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só um minuto, Senador Demóstenes.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Pois não!

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria que V. Exª formalizasse isso, Senador!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu posso formalizar, Sr. Presidente, mas acho desneces-

sário. Se V. Exª delegar, por economia processual, ao Senador Sibá Machado, ele nos trará imediatamente essa solução.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem, vamos colocar os requerimentos em votação?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Só para fazer mais uma pergunta, para saber quanto foi que ele pagou em **cash** para os advogados.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Cinco mil reais.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Para os dois? Dois e quinhentos para cada um?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Cinco mil reais. Paguei para o escritório.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Tá. Muito bem! Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou submeter a votos. Gostaria que o Senador Sibá colaborasse, permanecendo no plenário.

Vou submeter a votos os requerimentos – são dois. E, depois, na qualidade de Relator, ainda voltarei a indagar ao Sr. Vladimir Poleto sobre outras questões que não dizem respeito ao problema do dinheiro de Cuba.

Temos aqui dois requerimentos. O primeiro do seguinte teor:

Requeremos, nos termos regimentais, providências da Presidência desta CPI, no sentido de comunicar à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal **notitia criminis** de um fato ocorrido, hoje, na sala de sessões, por ocasião do depoimento do Sr. Vladimir Poleto, que flagrantemente incorreu nos crimes a serem apurados através do inquérito competente, pelo que se requer a transcrição em notas taquigráficas do depoimento, assim como da gravação de entrevista concedida ao Jornalista Policarpo Júnior, reproduzida durante o depoimento.

Esse requerimento tem procedência, é o Requerimento nº 275, porque foi apresentado em primeiro lugar.

Depois, em seguida, vem o requerimento assinado pelo Senador Magno Malta, pelo Senador Tasso Jereissati e por um outro Senador, cuja assinatura não estou conseguindo identificar.

Com base no Regimento Interno das CPIs, solicita a V. Exª que sejam encaminhadas ao Ministério Público as notas taquigráficas da presente sessão, bem como a degravação da fita apresentada pela Revista **Veja**, a fim de que aquela instituição possa pedir a prisão preventiva do Sr. Vladimir Poleto.

Senador Magno Malta e outros.

Esse é o Requerimento nº 276.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Vamos aprovar os dois, por aclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, eu solicitaria que pudéssemos ter...

A votação é simbólica, inclusive, mas farei a chamada de cada Senador, porque, apesar de não se tratar de uma exigência regimental, mas, como é uma decisão de maior gravidade, gostaria que cada um se manifestasse.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, em nenhum dos dois casos eu precisaria ter requerimento. A Polícia Federal pode fazer isso, e o Ministério Público também pode. Isso é ato de ofício, obrigação deles inclusive. Vamos fazer isso por aclamação e pronto.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Submeto o requerimento nº 275/05, que solicita a comunicação à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal da **notitia criminis**.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Magno Malta que solicita que, diante de notas taquigráficas e da ficha apresentada pela revista, possa ser solicitada a prisão preventiva do Sr. Vladimir Poleto. Já li o teor na íntegra. A solicitação é ao Ministério Público.

Em discussão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, o primeiro requerimento dá oportunidade para que os órgãos da Polícia e do Ministério Público possam analisar totalmente em que medida houve, da parte do depoente, aqui, a falta da verdade. Na medida em que ficou evidente para nós que houve contradições, conforme já assinalamos. A conseqüência da averiguação disso deverá resultar na punição devida. Então, pergunto ao Senador Magno Malta se o pri-

meiro requerimento não é suficiente para o propósito que ele almeja.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, se votasse o requerimento um por um... Está em discussão. Já foi aprovado o primeiro?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Um foi aprovado sem discussão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O primeiro foi votado.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não é suficiente, Senador Eduardo Suplicy. Se ele não tivesse vindo com **habeas corpus** preventivo**,** o Presidente teria de dar voz de prisão a ele aqui, porque mentir em CPI é crime. Mas como ele está com **habeas corpus**, é com base nesse **habeas corpus,** porque ele não pode ser preso aqui em flagrante, por causa do **habeas corpus**, é que estou pedindo que envie para que o Ministério Público possa analisar.

Eu gostaria, então, que V. Exª colocasse em votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já está em discussão.

Continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quando fica evidente, a prisão não é preventiva, a prisão é em flagrante do delito cometido, se tivesse havido. Portanto, esse é o entendimento que tenho, Sr. Presidente. Votei favoravelmente no primeiro e me abstenho neste segundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continua em discussão.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Eu também estou acompanhando o raciocínio do Senador Eduardo Suplicy, mas isso é uma questão de simbologia. Dada aqui a fala do Senador Demóstenes Torres, que é uma autoridade na área, e dado que os órgãos da Polícia e do Ministério Público têm a competência direta, não vejo por que também não acompanhar o voto ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos dar continuidade ao interrogatório.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, V. Exª acatou minha sugestão de fazer a designação do Senador Sibá Machado para cumprir a missão diplomática? Queria que V. Exª me evitasse a necessidade de eu formalizar o requerimento, por economia processual.

**SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Sibá Machado aceita essa...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Com a ajuda do Senador Heráclito Fortes e DO Senador Eduardo Suplicy, faremos essa missão.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O Senador Eduardo Suplicy tem **know-how** em diligência dessa natureza, de forma que tenho certeza que os dois se desempenharão muito bem e com a isenção de serem do partido do depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Eduardo Suplicy aceita?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Vou colaborar, Sr. Presidente, com o Senador Sibá Machado e o Senador Heráclito Fortes.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Vladimir Poleto, a respeito ainda da casa do Lago Sul, pergunto: O senhor mediou qualquer tipo de negócio naquela casa? Aquela casa dava oportunidade a que o senhor fechasse negócios com os órgãos públicos?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Absolutamente, Excelência, absolutamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por exemplo, o negócio entre a empresa Alstom e a família Cury, não foi o senhor que os intermediou?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nem os conheço, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em conversa interceptada no dia 3 de julho de 2004, o senhor ligou para Rogério Buratti para falar sobre uma audiência de Edson Menezes, presidente do Banco Prosper, com o Ministro Palocci.

Será que teríamos condições de passar um áudio? Vladimir Poleto I, Banco Prosper. Tem aí?

– Alô?

– Oi, Vladimir! Tudo bem?

– Olha, eu recebi uma ligação do Ademirson querendo o telefone do Edson. É um recado urgente. Achei estranho. Uma, que o Ademirson está em Ribeirão, não é? E, outra, que recado urgente é esse?

– Pode ser a agenda, não é?

– Agenda, se o Jota está aqui, ué. Como é que é isso? Agenda de quem?

– Falei com o Jota ontem que seria bom marcar. Então vai ver que ele vai para o Rio, alguma coisa assim, e está querendo juntar, não é?

– Mas é o chefe que quer falar direto com o Edson.

– Por telefone?

– É. Porque o Ademirson falou que era um recado. Falei: Mas, Ademirson, você vai falar com o presidente do Banco, e eu não posso saber o assunto? Ele falou: Mas eu também não sei.

Entendeu? Não sei se é o chefe ou se é o Rui, viu? Por isso que estou te ligando.

– Conversei, ontem, com o Jota e, assim, está tudo do jeito que conversamos.

– Não, então pode ser que o chefe vai fazer a agenda.

– É, mas vai fazer a agenda daquele jeito que a gente tinha conversado, não é?

– Mas então o telefone é para o Jota? O Ademirson ia ligar para mim para pegar o telefone para o Jota? É isso que estou falando.

– Acho que não, né?

– Então?! Por isso que... Porque se o Rui estiver fazendo alguma coisa, se ele der uma ligação sem... Aí eu boto para quebrar. Só estou avisando, porque acho um absurdo, né?

– Só acho que você devia ligar para o Edson e falar para ele que teve a conversa, que vai ser marcada a audiência.

– Legal, isso eu vou fazer.

– É só isso mesmo, viu? Não tem novidade nesse caso, não.

– Não, porque eu estou falando...

– Entendi o que você falou, a sua preocupação...

– Porque o RP lá está passando por cima do que a gente conversa. Acho um absurdo. Jogar claro, né?

– Vamos nos encontrar amanhã ou hoje, rapidão?

– A hora que você quiser.

– Está bom, então.

– Seria bom que têm uns assuntos dele para acertarmos.

– Onde você está hoje?

– Então, tá.

– Onde você está hoje?

– Ah, eu estou indo à (ininteligível), mas volto em quarenta minutos.

– Está bom, quando você chegar, me liga, porque eventualmente a gente se encontra. Vou estar à uma e meia lá pelo Ribeirão Shopping.

– Ah, você vai estar pela área do Ribeirão Shopping?

– Porque vou levar meu filho para cortar o cabelo, podia encontrar por lá.

– Então tá, quando eu voltar eu te ligo.

– Falou. Está bom. Tchau!

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor reconhece a sua voz?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Parece que é a minha voz, sim. Mas eu não me recordo muito desse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma conversa do senhor com Buratti no dia 3 de julho de 2004.

A reunião no Rio de Janeiro entre o Ministro Palocci e o presidente do Banco Prosper ocorreu? O senhor sabe dizer?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Olha, me parece que sim, porque o Ministro já até respondeu a essa pergunta numa entrevista.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esse Jota, que é tão falado, quem é? Jota para lá...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu não me recordo. O que eu queria dizer, Excelência, é que eu, particularmente, tenho um grande apreço pelo Rogério Buratti. Trabalhei muito tempo com o Rogério na empresa dele de assessoria. Aliás, aí tudo tem uma história, não é? Quando deixei São Bernardo do Campo, a minha filha teve um problema muito sério de bronquite crônica, tanto é que de tanto ela tossir o peito dela ficou muito inchado, eu tinha que buscar duas alternativas: ou mudar para uma cidade praiana ou ir para um clima quente. Como Ribeirão Preto era a minha terra natal, fui para Ribeirão Preto. E desde quando cheguei em Ribeirão Preto, comecei a atuar na assessoria técnica e consultoria da Assessorarte, porque conheci o Rogério Buratti através de um grande amigo meu, que era Luiz Prado. E, desde então, tudo que eu fazia, eu sempre me reportava ao Rogério, pela nossa proximidade. Então, mesmo nessa situação, eu comentava com o Rogério Buratti um assunto de agenda. Agora, o Edson Menezes, que é o centro, que pude observar aqui, ele é o diretor superintendente do Banco Prosper, ele é o diretor superintendente da Corretora Prosper, ele é o diretor financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro, ele é membro da Bolsa de Mercantil e Futuro. E, por sua vez, é Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, além de ser coordenador-chefe de um processo de privatização das ferrovias no Rio, que teve um consórcio, e ele coordena todo esse projeto.

Agora, o Edson, evidentemente, não iria precisar de Vladimir Poleto para fazer uma agenda com o Ministro. Sei que essa agenda foi solicitada através dos mecanismos legais para o chefe de gabinete, Juscelino Dourado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Jota é Juscelino Dourado?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Olha, eu sou sincero em afirmar que no meu vocabulário o Jota não significa Juscelino Dourado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Kubitschek é que não é, né?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – (Risos).

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, poderia fazer uma pergunta para esclarecer?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Sª reconhece a sua voz nesse telefonemas.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – É, a minha voz está um pouco...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Sª teria bebido nesse dia também?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, acredito que não.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** – E por que estaria um pouco...?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu me lembro do teor da conversa, é isso.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** – Muito obrigado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – E o chefe, quem é?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Uai! O chefe é o chefe de gabinete, porque, se porventura lhe foi solicitada uma agenda pelos mecanismos legais, e é o chefe de gabinete que cuidava, então aí posso dizer, sim, que é o Juscelino.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o chefão?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, "chefe". Eu tenho uma maneira de expressar todos aqueles que estão do meu lado e para quem tenho que prestar consideração. Então, costumeiramente chamo diversas pessoas de chefe.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN ) – Porque há uma conversa também de V. Sª com Buratti sobre Rui Barquete, Carlos Valente e Rodrigo Cavalieri. São três pessoas do conhecimento de V. Sª, não é?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não. O senhor poderia me informar que conversa é essa, me explicar.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É referente a uma instituição financeira.

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não temos aí a ...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aí se fala no chefão. A instituição financeira é o banco que Ralf Barquete estava querendo constituir em parceria com os senhores ou é o Banco Prosper.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Ah, não! Aí...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Quem estava envolvido nesse negócio?

Vou pedir para passar uma gravação aí que esclarece alguma coisa. (Pausa.)

Falhou aí?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) **–** Sr. Presidente, enquanto o som é restabelecido...

– E parece que hoje à noite ele tem um compromisso com o Chefão.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Parou por quê?

– Alô.

– Você está sozinho? Dá para escutar?

– Dá para escutar.

– Está só?

– Hum, hum.

– Recebi uma ligação do Rui.

– Ahn?

– E parece que hoje à noite ele tem um compromisso com o Chefão.

– Ah, tá!

– Ele queria vir ao Rio bater um papo comigo. Não sei o quê. Talvez seja o Rodrigo. Não sei se ele quer introduzir algum assunto lá pertinente, inclusive, a essa estrutura financeira da instituição, não é?

– Hum, hum.

– Agora, ele virá. Vai querer almoçar comigo. Mas eu falei que tenho uma reunião no Banco às 9 horas. Eu não quero é cair em contradição. Ele perguntou se você estava no Rio. Não sei... Vocês combinaram alguma coisa?

– Não, não.

– Nada? Vocês não chegaram a falar, então?

– Não.

– Então, com o Rui, a única coisa que é preciso conversar é desautorizar ele a falar em instituição com o chefe, porque esse aí é um assunto que...

– Ele vai para o Rio?

– É, ele queria almoçar comigo. Ele quer saber que horas ele tem que vir, porque hoje à noite ele tem esse compromisso lá.

– E daí ele vai para lá?

– É.

– Tá bom.

– Então, acho que é isso, né?

– Hum, hum.

– Então...

– Mas você tem que falar para ele o seguinte... Tem que falar que esse negócio do Banco... Fala para ele que eu estou indo para aí amanhã.

– Certo.

– Porque aí eu fiquei de conversar com você e com o Valente, inclusive sobre aquele negócio do Rodrigo, ver como é que a gente pode encaminhar...

– Certo.

– E que eu estou lá e que eu estou vendo com vocês uma forma de a gente prosseguir.

– Certo.

– Aí eu estou vendo. E não tem nada a ver com a questão do... E não tem nada a ver mais a ver com a questão do chefe, do nosso amigão lá.

– Então, era bom não falar isso. Concorda?

– É bom não falar.

– É bom não falar, senão ele vai achar que...

– Deixa eu te ligar em cinco minutos, Vladimir.

– Está bom. Falou.

– Tchau.

– Tchau.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É a conversa do Sr. Vladimir Poleto com o Buratti.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Tem a data, Excelência?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu acredito que seja 2004, perto dessa primeira...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aliás, foi em 29 de junho de 2004, por aí.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Em 29 de junho de 2004?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi em 29 de junho de 2004.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Perfeito. É o seguinte, Excelência: o Ralf Barquete, tão logo faleceu, deixou dois filhos em condições de entrar no mercado de trabalho: um é o Rodrigo, e o outro é o Marcelo.

O Rodrigo é formado na FEA – Faculdade de Educação e Administração da USP. E eu estava tratando diretamente com o Edson uma maneira de trazer o Rodrigo e colocar o Rodrigo dentro da Corretora Prosper, porque justamente esse era o processo de formação. O Rodrigo estava preparado para esse tipo de tarefa.

O Chefão é o Edson, que é o chefe do Banco. Então, como eu estava tratando desse assunto, e existia um sentimento na família de urgência...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, o Chefão era o Presidente do Banco?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Edson Menezes. E, como existia um sentimento na família de que, com a ida do Ralf, se criou aquele vácuo sentimental, quer dizer, todos nós sentimo-nos na obrigatoriedade de tratar desse assunto – eu, particularmente, assumi – dentro do Banco Prosper.

Ocorre que o Rui... Quer dizer, parece que o Rui queria – este é o grande problema – ir para o Rio tratar desse assunto diretamente com o Edson. E fiquei até um pouco chateado. Achei até que era falta de ética. Eu que iria resolver, e até comentei esse assunto com o Rogério.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Permita-me, Sr. Presidente, é óbvio que essa história é absolutamente fantasiosa. Todos sabem, o próprio Ministro – como o Sr. Vladimir Poleto diz – diz que esteve lá mais ou menos nessa ocasião. O Ministro Palocci é ligado ao Banco Prosper, se não for coisa maior dentro desse Banco. E o senhor não ficaria chateado, perdoe-me, porque alguém ia lá pedir um favor no lugar do senhor. A indignação não era essa, a indignação é porque, realmente, se faziam negócios. Os negócios eram feitos. Quer dizer, não é possível que vamos engolir uma versão dessas. "Fiquei chateado porque o chefão..." Ora, o próprio chefão disse que esteve lá, não é verdade? Ou não disse? O senhor mesmo disse isso ainda há pouco. Então, o chefão é o Sr. Palocci, que, aliás, está entregue às moscas. Cadê o PT para defender o Palocci?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Suplicy.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Esse não pode nem ser considerado do PT, porque esse defende, tem a ética dele. Talvez tenha até sido orientado para não vir. Então, é óbvio que o chefão é o Sr. Palocci.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Só para informação do Senador Demóstenes Torres...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Dada a relevância do que está se passando aqui, posso dizer que já tinha compromissos em São Paulo amanhã cedinho. Já adiei dois vôos e agora só pego o de amanhã de manhã, mas para estar aqui, porque considero importante o depoimento do Sr. Vladimir Poleto e o esclarecimento completo dos fatos. Como membro

do Partido dos Trabalhadores, quero colaborar para que a verdade inteira venha à tona, Sr. Presidente. Esse é o meu objetivo, como Senador, nesta e nas demais CPIs.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero ressaltar a dedicação do Senador Suplicy aos trabalhos desta CPI.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, queria também me associar a V. Exª e dizer que o PT hoje tem duas dissidências conhecidas no Brasil. Uma é a do P-Sol, que foram aqueles que deixaram o Partido e montaram outras siglas. Outra é a do "P-Céu", que é exatamente a do Senador Suplicy, que acredita em milagres, que está aqui rezando todo dia para que a verdade chegue, embora saiba que inutilmente alcançará o seu objetivo.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que fosse qualificado mais um advogado que foi apresentado aqui, que teve assento, o Dr. Aldo Campos da Costa. Fiquei muito feliz em saber que ele é do Piauí. Ele é professor da Faculdade de Direito e vem comprovar uma tese. Não existe advogado competente no Brasil à disposição para nenhuma causa. O PT está com todos. Mas gostaria, apenas por formalidade, de fazer o registro, que ele fizesse a qualificação apenas para que a gente tenha a garantia de que o depoente está superbem assistido nessa questão e que não será por falta de advogado que ele irá se defender.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Vladimir Poleto, qual o seu relacionamento com Carlos Eduardo Valente?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu já tive oportunidade de dizer aqui, Excelência, que ele é um grande amigo meu. Eu o conheci nos idos de 2000, 2001, quando estive num programa, num seminário de programas de modernização da administração tributária. Foi um seminário aberto a diversas entidades e pessoas de mercado. Lá foram o presidente do Banco Central, diretores do BNDES, inúmeras prefeituras, porque é um programa voltado para a administração tributária. Foi nessa época que eu o conheci.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o relacionamento do Sr. Valente com o Sr. Buratti? É igual ao de V. Sª?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não necessariamente. Sei que eles se conhecem, mas não existe um relacionamento de...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem negócios com o Sr. Valente?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Se tenho negócios com o Sr. Valente? Não, nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E os interesses do Sr. Valente no Banco Prosper? V. Sª conhece?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – O Carlos Eduardo Valente foi quem me apresentou o Edson Menezes, que é o Diretor-Superintendente do Banco. O Carlos Eduardo Valente é um profundo amigo de todo o pessoal que...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o que o senhor tem a nos falar sobre a **Factoring** do Sr. Valente? Ela foi utilizada para enviar dinheiro para o exterior?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não tenho essa informação, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em algumas escutas telefônicas, realizadas a pedido do Ministério Público, Buratti conversa com V. Sª e com o Sr. Valente sobre o Serpro. Gostaria de pedir para passar os áudios Poleto 3, Serpro 1 e Poleto 4, Serpro 2. É uma conversa do Sr. Buratti com o Sr. Vladimir Poleto e com o Sr. Carlos Valente sobre o Serpro.

– Alô?

– Fala, professor.

– Um papel para nós, um CDI (inaudível) imobiliário.

– Não entendi.

– (Inaudível) eu estou pensando, eu estava conversando com o Carlos Eduardo...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Baixo, não é?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Quem é o da voz baixa, Sr. Presidente? É a sua voz?

– Alô?

– Fala, professor.

– Dá para falar?

– Dá.

– Apareceu um papel para nós num valor bom, um CDI, (inaudível) imobiliário.

– Não entendi.

– Um certificado de recebido imobiliário. Um papel (inaudível). Estava conversando com o Carlos Eduardo de a gente (inaudível) algum lugar. Eu agendei, liguei eu mesmo, com o cara lá.

– E deu certo?

– Está agendado para agosto.

– Tá bom, precisamos falar com o (inaudível).

– É melhor falar depois. Depois eu te ligo.

– Então, tá.

– Deixa eu te falar uma coisa: você falou com o Valmir?

– Falei, vou estar com ele terça-feira, ele quer falar comigo alguma coisa. Ele também não conseguiu... Aquilo lá deu certo, mas a continuidade, estamos atrasados naquele outro (inaudível), o pessoal está com dificuldade de operacionalizar. Já liguei, já falei, ta?!

– Então, tá bom. Depois te ligo de um outro lugar.

– Está bom, fechado.

– Está em Ribeirão?

– Estou em casa.

– Tentei falar contigo este fim-de-semana, mas não consegui. Deixei recado.

– Recebi o recado seu no sábado. Ontem, era dia dos pais e eu não pude.

– É verdade, eu sei. O seguinte: a reunião no Serpro foi o maior sucesso, porque descobrimos...

– Deixa eu te ligar de outro telefone.

– Tá bom. Falou.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Terminou? Esse sucesso total no Serpro, o senhor atribui a quê?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** A realidade é a seguinte: teve um papel no mercado que o Prosper começou a colocar que se chama Certificado de Recebíveis Imobiliários. É um papel lastreado em... Quer dizer, é um título recebível porque tinha muita empresa interessada no mercado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – *(Intervenção fora do microfone)*.

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não, particularmente, eu... O Banco Prosper não ofereceu isso a nenhum fundo de pensão, porque tem que separar as coisas: a Serpros e essa questão do Certificado de Recebíveis Imobiliários.

Na realidade, o Banco Prosper conseguiu de fato colocar esses papéis no mercado, mas, indiscutivelmente, nenhum fundo de pensão se interessou por isso, muito menos a Previ.

E a questão da Serpros, eu não me recordo. Se foi um sucesso, é porque, possivelmente, alguém do Banco foi até lá, conversar, mas eu, particularmente, não tive nenhuma relação com esse assunto.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu não entendi. A Serpros... O que tem a Serpros a ver com fundo de recebíveis imobiliários?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Exato, é a mesma pergunta que... Não tem nada a ver.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas a pergunta do Relator foi: "Qual foi o sucesso da reunião da Serpros?"

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Eu sei que em esteve na Serpros foi o Carlos Eduardo Valente, que esteve lá, conversando com o pessoal – não sei qual era o assunto. Mas não tem nada relacionado aos recebíveis imobiliários.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Mas quem falou foi a sua voz: "sucesso"...

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não, quando eu conversei com o Rogério, eu disse o seguinte: "Rogério, nós temos..." É que não está bastante legível. Eu digo: "Rogério, vai entrar um papel no mercado que é o seu..."

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Na segunda gravação, quem disse que foi um sucesso a reunião da Serpros foi a sua voz.

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Sim, eu fiquei sabendo que foi um sucesso, mas não estive lá.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor me perdoe, mas o senhor é de uma "cara-de-pau" incrível!

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Eu não tive, não fui oferecer nada na Serpros...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor sabe que foi um sucesso, mas não sabe que...

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não, eu, particularmente, não tenho nada a ver na Serpros.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor sabia que foi um sucesso, mas não sabe o que foi.

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Uai, disseram-me que a conversa foi boa. Isso não significa que se foi lá para fazer negócio.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Quem disse?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Quem esteve na Serpros foi o Carlos Eduardo Valente, que, por sua vez, era amigo do Presidente da Serpros, que era amigo meu. É isso; as pessoas conversam. Isso não significa que sempre, quando uma pessoa está conversando com outra, está fazendo negócios.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero comunicar a V. Exª que na próxima sessão encaminharemos requerimento para a oitiva do Presidente da Serpros, para prestar esclarecimentos inclusive sobre o relacionamento de amizade que tem com o depoente, na tentativa de esclarecer um pouco dessa conversa tão proveitosa que tiveram.

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Lembrando, qual era a época?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – É 2000 e...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Agosto, Dia dos Pais.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – É o dia 9 de agosto de 2004.

O Presidente continua o mesmo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Qual é o Presidente? Qual é o nome do Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – V. Exª deve saber.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, eu não conheço. Ele disse que é amigo dele, mas eu não conheço.

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não, eu, particularmente, não o conheço.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, V. Sª mencionou que é seu amigo, grande amigo.

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não, o amigo meu é Carlos Eduardo Valente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Espere aí, Sr. Presidente, aí é querer...

O SR. VLADIMIR POLETO – Não, pelo contrário. Não, não. Carlos Eduardo Valente é o meu amigo; não conheço o Presidente da Serpros anterior. Eu não disse nada disso. Se eu disse, foi um equívoco. Peço desculpas.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – De qualquer maneira, Sr. Presidente, eu evoluo; vamos pedir a quebra do sigilo bancário da Serpros. Se tiver carteira de aplicação de recebíveis, que seja feita essa investigação.

Pergunto a V. Sª: V. Sª conhece a Global Mix?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não, nunca escutei...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Uma empresa especializada em recebíveis?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Nunca escutei...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Nunca ouviu falar?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Nunca escutei falar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Nunca escutou?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Nunca.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Sr. Vladimir Poleto...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Pois não, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ambos tivemos conhecimento do Presidente da Serpros, porque esteve aqui o Sr. Donizete, que é de Ribeirão Preto.

Então, só para...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Não, Donizete não é o Presidente; é o Diretor Superintendente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Diretor Superintendente.

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não, mas é outro Presidente, foi antes. Essa época não tem nada a ver com a nova gestão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ah, sim.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O Suplicy está aqui defendendo ou não?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não, é isso.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O novo gestor do Serpro?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não sei, eu estou só...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não, você disse antes da nova gestão. Mudou a gestão da Serpros?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Ué, que eu saiba... Não sei.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Mas está lembrando que o homem é de Ribeirão.

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Estou falando que Donizete Rosa não é o Presidente da Serpros.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foi diretor?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Ele foi Diretor Superintendente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Até recentemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Sr. Vladimir Poleto, eu perguntei isso ao Sr. Buratti. É que tem uma ligação de V. Sª com ele, em que acertam para um motoboy ir à casa dele "para pegar o seu e trazer o meu".

V. Sª se lembra disso? É uma conversa que está gravada. Tem aí no "Vladimir Poleto nº 5, motoboy".

Se o senhor se lembrar, vamos dispensar.

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não, não me recordo, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Não?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Então vamos passar. Isso deve ser muito bonito. Vamos ver se a conversa é edificante.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Temos condições de passar aí?

– Alô?

– Oi, Rogério.

– Oi, Vladi.

– Tá em Ribeirão?

– Tô em casa.

– Ah, então? Se eu mandar o mototáxi aí, leva o teu e traz o meu...

– Tudo bem.

– Então me fala onde você mora e avisa à portaria que vai chegar um mototáxi...

– Ah, ah.

– É Condomínio Country...

– Country Village, casa 80.

– Casa 80. Mas aí, se a portaria não ficar sabendo, ele não entra, né?

– Não, mas eles avisam. É só falar o meu nome, casa 80, Rogério Buratti, e eles ligam.

– Ah, tá certo. É Country Village.

– Um abraço. Tchau.

– Tá bom, tchau.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O senhor não se lembra?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não me recordo, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Em outra conversa, o senhor fala que checou os seus telefones e confirmou que não estavam grampeados.

Tem um áudio: "Vladimir Poleto 6 – Grampo".

Havia alguma coisa a esconder? Por que tanta preocupação se o telefone estava sendo grampeado?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Também não me recordo, Excelência.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Você lembra o que era o meu, o que era o teu?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Também não; ele...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O senhor está com Alzheimer? Perda da memória recente?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Em escuta telefônica realizada a pedido do Ministério Público, Buratti conversa com V. Sª sobre a Previ e outros negócios.

Vamos passar o áudio "Poleto 7 – Previ".

– Professor Poleto!

– Grande!

– Tudo bom?

– Tudo certo. E aí?

– Tudo bem?

– Só boi no pasto, né?

– Só boi engordando, né?

– É... *(Risadas)*

– Comprou lá a terrinha em Cajuru?

– Eu comprei; comprei aqueles cinco alqueires do cara lá.

– Ah, tá bom.

– Um alqueire e meio de floresta.

– Hum, hum.

– Ah, eu achei um bom negócio. Pagamento em longo prazo, então vai combinar com algumas coisas interessantes no futuro aí.

– Então, se é de tempo que você precisa... Fala.

– Ah, o bom é ter boi no pasto, né? Deixa eu te falar: eu e o Carlos Eduardo estamos indo pra Brasília, que amanhã cedo nós vamos sentar lá com o "mister" lá da...

– Sei, sei, sei, tá bom.

– Então? Nós já vamos bater forte, né?

– É, um bocadinho mais firme.

– Certo. Por outro lado, podemos usar... Já está certo, tô ouvindo aqui, vamo usar, né...

– Fala: conversamos com o nosso outro amigo lá, tã, tã, tã, uma conversa mole lá.

– Perfeito. Outra coisa...

– *(Ininteligível)*

– E aí é bom já planejar o futuro por mês aí, se for o caso, a "Prévi".

– Vamos fazer um balanço desse aí; vai lá amanhã.

– Tá, aí eu vou direto pra Ribeirão. Então nós sentamos lá em Ribeirão Preto.

– Isso.

– Tem jeito de jantar hoje com ele, ou não, lá?

– Eu acho que não tem necessidade, não. É melhor depois. É melhor primeiro fazer a reunião, depois conversa.

– Tá certo, tá bom.

– Porque, senão, o jantar vai ficar meio que só esperando a reunião de amanhã, né?

– Tá bom. Eu tô dando quinze dias. Elaborei uma carta; estou mandando lá pra Albuquerque. Tô dando quinze dias pra efetuar.

– Por quê? Não efetuaram ainda?

– Ainda não. Quinze dias pra fechar o negócio. Se não, eu não...

– E teve aquela audiência segunda-feira?

– Não, o "Perreia" sentou com o "Jota" só, porque a audiência era com o Presidente da Bolsa e tal. O Juscelino teve uma saída aí, né? Acho que foi até melhor.

– Então tá bom.

– Certo?

– Um abraço.

– Então, tá, um abraço. Tchau.

– Um abraço na sua loira.

– Ah, é! Pô, vamos ver se eu a vejo, né?

– Tá bom, então. Tchau.

– Tchau.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – A pergunta que eu fiz ao senhor, e o senhor disse que não, da BM&F, é a "Bolsa" que o senhor menciona?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Eu não me...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O senhor não se recorda?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Eu não estou conseguindo me localizar nesse contexto. Então, é difícil. Tem muita coisa aí que eu não me recordo. Eu acho que é muita conversa...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Por quê? O senhor estava alcoolizado também, ou não, nessa gravação?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Perdoe-me, mas eu não...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor falou que não se recorda.

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não vou responder a essa pergunta.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – A pergunta que eu fiz ao senhor... Ah, o senhor não vai responder?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Não, a pergunta dele.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Ah, tá, porque a pergunta que eu fiz ao senhor anteriormente, sobre o Carlos Eduardo Valente, é a BM&F, a Bolsa; o senhor estava mencionando a Bolsa. O senhor disse que não tinha conhecimento disso, mas o senhor estava falando. E a Previ... A "Prévi" que o senhor chama não seria Previ?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Eu acredito que sim. "Prévi", Previ... Estou dizendo que não consigo...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Mas o senhor disse que nunca tinha ouvido...

**O SR. VLADIMIR POLETO –** ...me localizar...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Muito menos a Previ, o senhor disse.

**O SR. VLADIMIR POLETO –** ...no contexto dessa conversa. É isso. Não consigo me localizar!

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O senhor não sabe o que é, né?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Essa conversa está tão sem nexo!

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Exatamente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Aliás, ela está sem nexo desde o começo. Eu tenho impressão de que V. Sª está causando indignação inclusive nos seus advogados. Tenho certeza de que os seus advogados, profissionais que são, não conheciam o teor desse seu depoimento. É uma coisa realmente lamentável.

Eu acho, Sr. Presidente, que a quebra do sigilo telefônico dele, se não foi feita ainda, deve ser feita com a maior urgência, porque realmente é assustador, Sr. Poleto, o que estamos ouvindo aqui. E V. Sª insistentemente dizendo que de nada se lembra.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – BM&F e Previ, vamos pedir a quebra também. É o jeito, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Pergunto a V. Sª: o Sr. Buratti ou o Sr. Barquete alguma vez comentaram com V. Sª sobre o contrato da GTech com a Caixa Econômica?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Nunca, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Porque o grande número de ligações telefônicas entre o Sr. Buratti e o Sr. Ralf Barquete durante os meses de fevereiro, março e abril de 2003 leva a crer que ele era o intermediário na direção da Caixa Econômica de seus interesses na renovação do contrato.

V. Sª não tem conhecimento?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** Nunca conversei esses assuntos com o Ralf Barquete ou mesmo...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Nem com o Buratti?

**O SR. VLADIMIR POLETO –** ...com Rogério Buratti.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Inclusive os dirigentes da GTech acusam o Sr. Buratti de tentar extorquir a empresa em troca da renovação do contrato com a Caixa.

V. Sª nunca...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Mas não tenho absolutamente nada a ver com isso, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O senhor teve inúmeras conversas telefônicas com Ralf Barquete. Nunca trataram da renovação do contrato da Caixa com a GTech?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nunca, nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Nunca se falou nisso?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Detectamos quase 52 horas de telefonemas entre V. Sª e o Sr. Ademirson. Foram exatamente 1.434 ligações entre os senhores no período de 26 de março de 2003 a 30 de agosto de 2005.

Nessas ligações, o senhor falava com o Ademirson e, além disso, falava com o Ministro Palocci?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nunca falei com o Ministro Palocci.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O que os senhores tratavam nesses inúmeros telefonemas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Questões pessoais, Excelência. Somos amigos, somos vizinhos, nos conhecemos há tempo...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Só questões pessoais?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Só. Eu quando venho a Brasília, o convido para almoçar ou jantar, sentamos, conversamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O senhor nunca tratou de negócios com o Sr. Ademirson?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Nada profissional?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nada profissional.

**O SR. DEMÓSTENOS TORRES** (PFL – GO) – E as festas noturnas na casa?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Ele também foi um arrecadador de dinheiro de campanha?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não sei absolutamente nada disso, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O senhor saberia nos dar uma explicação pelo fato de, na véspera do dia da reunião do Ministro Palocci com o Banco Prosper, do qual o senhor era consultor... O senhor era consultor do banco Prosper?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu fui consultor do banco Prosper até final do ano passado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – No dia 10 de outubro de 2004, V. Sª e Ademirson terem trocado catorze telefonemas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Em que dia, Excelência?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Dia 10 de outubro de 2004.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Mas o dia é...O dia se refere a que, Excelência?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Não, eu não sei. Daí por que estou pedindo uma explicação.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu posso no dia ter falado até quinze, vinte vezes com o Ademirson, três, quatro...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Mas foi por conta da reunião do Ministro com o Banco Prosper. V. Sª era o intermediador.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, o Ademirson não intermediava sob hipótese alguma essas reuniões.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – E V. Sª também?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Muito menos eu, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O Sr. Rogério Buratti falou ao telefone com V. Sª várias vezes, nos dias 3, 4, 9, 10 de abril de 2003, datas importantes na renovação do contrato da Caixa com a GTech. O que trataram nessas conversas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Olha, podemos ter tratado de alguns assuntos, mas, sob hipótese alguma, nunca o Rogério Buratti tratou de assunto, ou ele comigo, ou eu com ele, assunto GTech.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O Sr. Ademirson falou ao telefone com V. Sª várias vezes no dia 2, 3, 8, 9 e 10 de abril de 2003, datas importantes na renovação do contrato da Caixa com a GTech.

O que trataram nessas conversas?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Podemos ter tratado de alguns assuntos pessoais, Excelência, mas jamais, em tempo algum, assuntos referentes à GTech.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O Sr. Buratti informou a essa CPI que a Leão Leão pagava mensalão a algumas prefeituras.

No caso de Ribeirão Preto era de cinqüenta mil e que esse dinheiro era recebido por Ralf Barquete e era repassado a Delúbio Soares.

O senhor que trabalhava muito com Ralf e tinha muito contato com ele, tinha conhecimento disso?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nunca, Excelência. Nunca fiquei sabendo disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O senhor acha que o Ministro Palocci tinha conhecimento disso?

O senhor sabe quem recebia o mensalão do governo Maggioni?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não sei absolutamente de nada, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O senhor conheceu ou conhece Wilney Barquete?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não tenho nenhum contato com Wilney Barquete. Apenas o conheci quando trabalhei na administração pública e me parece que ele presidiu uma autarquia.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Quantas vezes V. Sª conversou com ele de 2003 até hoje, seja por telefone, pessoalmente?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Com o Wilney Barquete?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Sim.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Acho que nenhuma vez, Excelência.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, relacionado à resposta dele, posso perguntar? Ele mencionou que trabalhou na Administração Pública.

Quando, há pouco, eu havia perguntado se trabalhou na Administração Pública de Ribeirão Preto, o senhor mencionou que trabalhou na administração pública municipal de São Bernardo do Campo.

Poderia esclarecer: e na administração pública de Ribeirão Preto também trabalhou?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Trabalhei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Poderia especificar em que área, cargo e em que anos, por favor?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Comecei no ano 2000, na qualidade de auditor. De 2000 até 2001, nesse espaço de tempo assumi fui nomeado...Não, em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, existia a obrigatoriedade de se nomear o responsável pelo Controle Interno, que faz a ponte entre o Tribunal de Contas e que é um trabalho também que averigua as prestações de contas dos diversos secretários, essa coisa toda.

No decorrer do tempo, assumi também a Diretoria do Departamento de Contadoria Geral e Programação Orçamentária.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Qual o seu nível de relacionamento com o Sr. Roberto Colnaghi?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu o conheço, mas não tenho intimidade com o Sr. Roberto Colnaghi.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Quais os negócios?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Absolutamente nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O senhor sabe que ele possui negócios?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Desconheço os negócios do Sr. Roberto Colnaghi.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – ...(fora do microfone) O senhor disse que ele operava na área de irrigação. O senhor disse. E como é que o senhor desconhece?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu disse que Colnaghi operava na área de...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – É.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – O que eu sei... Eu não disse absolutamente nada disso.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Disse.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu tenho visto pela imprensa que, aliás, está todo dia.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Está aqui, Roberto Colnaghi e ainda é sócio do Bertin, não é isso?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu não disse absolutamente nada disso.

Aqui, não. Pode ser que... Não disse, não disse.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – E sobre o sócio de Roberto Colnagui na Soft Micro, o Sr. Mário, o senhor tem relacionamento com ele?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu o conheci. Eu o conheço, mas não tenho nenhum relacionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Tem negócios com ele?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, nem pessoal nem profissional.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O senhor sabe nos dizer quais países em que ele possui negócios?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não sei, Excelência.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Só para contribuir.

Aqui temos a mensagem, que é da assessoria de V. Sª, que diz o seguinte: há centenas de ligações entre o senhor e o grupo dos Colnaghi – Soft, Micro Educacional, Soft Micro Tecnologia, a Soft Micro Informática.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – É o que sei pela imprensa. Não fui eu, eu não...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Mas aqui está dizendo que há centenas de ligações entre o senhor e os grupos.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Isso não significa que... Estou dizendo que conheço o Roberto Colnaghi. Não sei os negócios do Roberto Colnaghi.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O senhor conhece quem nessas empresas para o senhor se comunicar?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Conheço o Roberto Colnaghi.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – É, é...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Conheço. Acabei de falar que conheço.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** É exatamente o que o Senador está dizendo, e o senhor está dizendo que não.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Essa é a justiça brasileira.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, eu não tenho...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** O senhor não pode falar com ele, doutor.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu não tenho nenhum negócio...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O senhor está querendo fazer a gente de bobo.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – ...com o Roberto Colnaghi.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Mas está no sigilo telefônico de V. Sª essas ligações.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Centenas de ligações, centenas de ligações. Para quem conhece só de vista...

**O SR. VLADIMIR POLETO** – O Roberto Colnaghi eu conheci através do Ralf Barquete. Inclusive os dois são de Penápolis. Os dois têm um passado. O Roberto Colnaghi é de Penápolis, o Ralf Barquete é de Penapólis. Inclusive fui convidado a ir a Penápolis quando ele recebeu o prêmio de cidadão penapolense, quero dizer, não tem... Não é meu amigo intimo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele não perguntou se era amigo íntimo. Só perguntou se o senhor conhecia ou se não. Agora, o senhor está falando com esse... É esse mesmo, ué.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Caviar?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – É uma música do Zeca Pagodinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, eu não vou perguntar se ele conhece Roberto Carlos, mas Roberto Carlos Kurzweil.

Conhece?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu sei quem é o Roberto Carlos. E ele esteve uma vez em companhia do Ralf na casa em Brasília. Num dia em que fiz um churrasco, ele esteve ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe o tipo de negócio que ele possui?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não. Não sei das atividades.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca teve negócios com ele?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nenhum negócio com Roberto Carlos.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E Rodrigo Cavalieri?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não o conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não conhece Rodrigo Cavalieri?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não conheço, não conheço.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – O senhor disse que opera com a Triângulo do Sol, que é uma das empresas dele.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu não opero com a Triângulo do Sol. O que me foi dito aqui... O que me foi dito aqui foi que a Leão, que a Triângulo... Perguntaram se ouvi falar da Triângulo do Sol. Eu falei que sim, que a Triângulo do Sol opera na região de Ribeirão Preto. Basta pegar uma rodovia na região de Ribeirão Preto, e vai estar escrito lá "Triângulo do Sol".

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Delúbio Soares?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Uai, pela Imprensa! Nunca estive com ele pessoalmente, nunca falei com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor telefonava para ele, não é?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Eu? Nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nunca falei com Delúbio Soares.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As investigações do Ministério Público de São Paulo nos levam a crer que Buratti, Ralf Barquete e o senhor tinham ligações com o Sr. Delúbio Soares.

– Oi.

– Oi. Eu precisava te falar que recebi uma ligação que eu tinha que operacionalizar alguma coisa. Entendeu? Mas não tô sabendo de nada.

– De quem?

– É de lá.

– O quê?

– De lá. Entendeu ou não?

– Mas quem que te ligou?

– A Maria Sílvia, que é a Secretária do Delúbio.

– Ah, entendi.

– Mas eu não estou sabendo de nada. Ela falou que eu tinha alguma coisa, que ela recebeu uma sinalização que eu tinha um encontro com ela.

– Ah, eu não sei nada, não.

– E nem eu. (Risos)

– Então, tá bom.

– Então, tá. Falou! Tchau.

– Tchau.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – A ligação conclui que, de fato, eu não tinha nada a ver com isso. Veio uma ligação, e nunca falei com o Delúbio Soares e não conheço a Maria Sílvia.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que trabalho o senhor fazia para ele, para o Delúbio?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Absolutamente nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem com ele?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nunca estive com o Delúbio.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A análise do sigilo telefônico também constatou relação de Rogério Buratti com Silvio Pereira.

Que negócios seus e do Sr. Buratti tiveram a intermediação de Silvio Pereira?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Desconheço, Excelência, mesmo porque eu, particularmente, nunca estive com o Silvio Pereira.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor ouviu falar do negócio da concessão de Salvador?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Buratti afirmou nesta CPI que os bingos de São Paulo repassaram um milhão para a campanha do PT em 2002 e que Ralf Barquete foi quem arrecadou esse dinheiro. V. Sª também teve uma participação ativa na campanha de 2002, não é verdade?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, pelo contrário, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tem conhecimento do financiamento de campanha do PT ou de outro Partido feito por empresário de jogos?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, Excelência, nunca ouvi falar sobre isso e não tenho nenhuma notícia.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E sobre a arrecadação de recursos de campanha para o PT?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Também nenhuma, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor arrecadava dinheiro para o caixa dois das campanhas eleitorais?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Sob hipótese alguma, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E sobre as denúncias que apontam para o senhor como sendo o arrecadador do dinheiro doado pelo empresário de loteamentos Moacir Castelli, o que V. Sª tem a nos dizer?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nem conheço Moacir Castelli, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o seu relacionamento com o Sr. Jorge Yasigi, o Bill, considerando que ele foi dirigente da Visa do Brasil? O senhor sabe se ele teve algum envolvimento na operação Visanet?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não tenho, não o conheço, nunca o vi, não sei quem é.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O sigilo telefônico de Ralf Barquete mostra ligações com a seguradora Interbrazil e com Ademar Palocci. O senhor sabe que negócios o seu amigo Ralf tinha com a Interbrazil?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Desconheço totalmente, Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pelas escutas telefônicas, há uma constatação de que o senhor sabe como funciona o Cofiex na liberação de financiamentos externos para Estados e Municípios. Pergunto: o senhor suspeita que alguns processos de empréstimos internacionais de Prefeituras podem ter sido privilegiados?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Desconheço totalmente esse assunto, Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre nenhuma Prefeitura?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Sobre nenhuma Prefeitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor possui dólares?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – No momento, não, Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já fez remessa de recursos para o exterior?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Adquiriu ou constituiu empresa no exterior?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor viajou para o exterior alguma vez entre outubro de 2002 e hoje?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Carlos Cachoeira?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não, nunca estive. Não o conheço. Nunca conversei com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Denivaldo Henrique de Almeida Araújo, o Professor Henrique?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não conheço, Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Enrico Gianelli?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nunca o vi. Nunca falei com ele. Não o conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Waldomiro Diniz?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Também, Exª. Nunca falei. Nunca conversei. Nunca o vi.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Foi candidato a vereador alguma vez?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor foi candidato alguma vez?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Por duas vezes, na Prefeitura, pelo PT de São Bernardo do Campo, mas infelizmente a minha base eleitoral não me deu condições para obter o número de votos necessários.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Teve quantos votos, por curiosidade?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não me recordo, Exª.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não se recorda de nada, não é? O senhor tinha base?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não entendi a pergunta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor tinha base.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Base eleitoral.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – A minha base era o movimento sindical, particularmente o movimento bancário. Tive uma votação até expressiva, mas não me foi suficiente para...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – ...chegar ao Parlamento.

**O SR. VLADIMIR POLETO** – ...chegar ao Parlamento, justamente porque naquela época, em São Bernardo do Campo, fazendo uma análise agora mais sociológica, a classe média, na realidade, não tinha condições de obter voto, não tinha uma inserção dentro do Partido dos Trabalhadores para isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor se lembra do seu número?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Como?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Do seu número o senhor se lembra?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não me recordo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor tem a memória fraca, hein?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Com quem o senhor tem contato na Eletronorte?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Não conheço ninguém na Eletronorte, Exª.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Nunca manteve com a Eletronorte contato telefônico?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nenhum contato.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – E nos Correios?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Também nenhum.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Nunca visitou os Correios?

**O SR. VLADIMIR POLETO** – Nunca.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Senadores, quero agradecer aqui a presença do Sr. Vladimir Poleto acompanhado dos seus advogados e declarar essa reunião encerrada.

*(Levanta-se a reunião às 21 horas e 54 minutos.)*

**Ata da 36ª Reunião, Realizada em 17 de novembro de 2005.**

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e três minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita e Sibá Machado, membros, presentes ainda os Senhores Senadores Álvaro Dias, Juvêncio da Fonseca e Valmir Amaral, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com**

**o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se oitiva dos Senhores Sérgio Gomes da Silva, Ronan Maria Pinto e Klinger de Oliveira Souza e, indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A Seguir, a presidência submete à votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 288/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que o Dr. Julier Sebastião da Silva, Juiz Federal da 1ª Região, seja convidado a prestar depoimento a esta Comissão. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 286/05,** de autoria do Senador José Jorge, requer sejam convidados para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre o andamento das investigações, o Senhor Promotor Público de São Paulo, Amaro José Thomé Filho. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 289/05,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que o Dr. Pedro Taques, Procurador da República seja convidado a prestar depoimento a esta Comissão. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Senador Tião Viana .solicita que a Comissão providencie a convocação dos Delegados Edson Santi e Arli Antônio Reginaldo. Com a palavra o Senador Leonel Pavam atenda a solicitação do Governo para que o Ministro Antônio Paloci venha depor na Comissão. A presidência informa que já há entendimentos com os demais membros da Comissão em relação à votação do Requerimento de convocação do Ministro Antônio Paloci, que ocorrerá na próxima terça-feira. Com a palavra o Senador José Jorge tece elogios ao Senador Eduardo Suplicy e informa da presença do Senhor Baltazar José de Souza, empresário de empresa de ônibus na Sala de Reuniões portando um crachá da imprensa e sugere que o mesmo preste depoimento ainda hoje vez que existe várias denúncias contra o mesmo. A presidência agradece a sugestão e solicita que se tome as providências para que seja verificada a procedência do crachá. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy agradece a atenção dispensada pelo Governador Geraldo Alkimim, pelo Secretário de Segurança do Estado de São Paulo e pelo Secretário de Assuntos Penitenciários e demais delegados que presidiram o inquérito da Polícia Civil, por ocasião das diligências realizadas em Santo André no último dia 14 e, informa ainda que o Ministro Antônio Paloci se coloca a inteira disposição da Comissão para prestar os esclarecimentos necessários. A seguir a presidência convida o Senhor Ronan Maria Pinto para tomar assento à Mesa. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre a sua trajetória iniciada em Brasília como camioneiro passando pelos transportes urbanos no Rio de Janeiro até sua ida para a cidade de Santo André/SP. A presidência informa não existe nenhuma autorização de credenciamento do Sr. Baltazar e determina a Segurança da Casa que verifique a origem do crachá. Com a palavra o Senador Suplicy solicita que o Senhor Baltazar possa estar presente na presente reunião. Com a palavra o Senador Valmir Amaral informa que o Sr. Baltazar é seu amigo e seu convidado. Senador José Jorge informa que o crachá pertence ao Diário do ABC, jornal de propriedade do depoente Ronan Maria. O depoente informa que o crachá pertence ao Jornalista Carlos, Assessor de Impressa do diário do ABC. Com a palavra o Relator para seus questionamentos iniciais, seguido de acordo com a lista de inscrição pelos Senadores José Jorge, Valmir Amaral e Antônio Carlos Magalhães. Com a palavra a presidência informa que Sergio Gomes solicitou ao Supremo Tribunal Federal pedido de *Hábeas Corpus* para não depor na CPI e o Ministro Marcos Aurélio indeferiu a solicitação. Prosseguindo na fase interpelatória usam da palavra os Senadores Magno Malta, Efraim Morais, Tião Viana, Eduardo Suplicy e Álvaro Dias que solicita a presidência que se coloque a gravação telefônica do depoente com o Senhor Sérgio Gomes "O Sombra" e indaga ao depoente se a voz da gravação lhe pertence. Com a palavra o depoente confirma a sua voz na gravação e agradece a oportunidade de estar prestando esclarecimentos a CPI. A presidência ao depoente e convoca o Senhor Klinger de Oliveira Souza para tomar assento à Mesa. Com a palavra o depoente se coloca a disposição da Comissão tece consideração sobre sua vida pública na Cidade de Santo André/SP, a sua filiação ao Partido dos Trabalhadores em 1991. Finalizando aborda sobre as acusações de enriquecimento ilícito e agradece a oportunidade que lhe foi concedida para prestar os esclarecimentos a Comissão. Com a palavra o Relator para seus questionamentos iniciais, seguido, de acordo com a lista de inscrição pelo Senador José Jorge. Com a palavra o Senador Álvaro Dias solicita que a presidência coloque o áudio das gravações telefônicas entre Senhor Klinger e o Senhor Gilberto no segundo trecho o Senhor Sérgio com o Senhor Gilberto. Com a palavra o Senador Álvaro Dias prossegue nas suas indagações, seguido pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Magno Malta, Antônio Carlos Magalhães, Efraim Morais, Tião Viana e Heloisa Helena. A presidência agradece ao depoente e solicita que deixe a disposição da CPI toda documentação mencionada em seu depoimento. A seguir, convoca o Senhor Sérgio Gomes da Silva. Com a palavra o depoente se coloca a disposição para responder aos questionamentos. Com a palavra o Relator para seus questionamentos

iniciais, seguido, de acordo com a lista de inscrição pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Magno Malta, Antônio Carlos Magalhães, Tião Viana, Efraim Morais e o Senador Garibaldi Alves Filhos para os questionamentos finais. A presidência agradece ao depoente pelo depoimento prestado e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião as zero hora e trinta e cinco minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem e/ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a presente reunião destina-se, inicialmente, à votação de dois requerimentos de autoria do Senador Relator Garibaldi Alves, bem como um do Senador José Jorge com o apoiamento deste Presidente, e, em seguida, os depoimentos do Sr. Sérgio Gomes da Silva, Ronan Pinto e Klinger de Oliveira.

Na ordem, ouviremos, inicialmente, o Sr. Ronan Maria Pinto; em seguida, o Sr. Klinger de Oliveira Souza; e, em terceiro, o Sr. Sérgio Gomes da Silva.

A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação propondo a dispensa da leitura.

Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados.

Aprovada.

Srs. Senadores, sobre a mesa, requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, Relator desta CPI, que passo a ler:

> "Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Dr. Julier Sebastião da Silva, Juiz Federal da 1ª Região, seja convidado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito".

Em discussão.

Os Srs. Senadores que desejarem discutir podem solicitar a palavra. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento dos Senadores José Jorge e Efraim Morais, que passo a ler:

> "Nos termos regimentais, requeiro sejam convidados para prestar esclarecimentos a esta CPI, sobre o andamento das investigações, o Sr. Promotor Público de São Paulo Amaro José Tomé Filho".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Como são dois promotores, gostaria de saber se há requerimento para cada um.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O outro já havia sido convocado por requerimento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Era só para recordar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a vigilância de V. Exª, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho, que passo a ler:

"Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Dr. Pedro Taques, Procurador da República que atua no Estado de São Paulo, seja convidado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Presidente, pela ordem.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pela ordem, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Primeiro, vou conceder a palavra ao Senador Tião e, em seguida, a V. Exª, Senador Leonel Pavan.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Caro Presidente Efraim Morais, quero apenas solicitar a V. Exª que o mais breve possível, assim que tiver condição, defina a vinda dos delegados Edson Santi e José Nuno Pinto, que seriam os dois nomes que foram aprovados há algum tempo, e, na primeira oportunidade da agenda, V. Exª proceda à convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos tentar atender a V. Exª já na próxima semana, Senador Tião.

Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente Efraim, eu apenas queria deixar registrada no dia de hoje, praticamente dez horas após o depoimento do Ministro Palocci, a solicitação de que esta Comissão atenda, justamente, o pedido do próprio Governo para que o Ministro Palocci venha a esta Comissão.

O PSDB, o PFL, o PDT, enfim, os partidos de Oposição não têm feito uma oposição dura contra o Governo; ao contrário, pensando no futuro, têm uma posição equilibrada, uma posição a favor do Brasil.

Ontem o Ministro Palocci, que se ofereceu para vir numa quarta-feira, não esclareceu nada referente às denúncias aqui feitas; não houve esclarecimentos. O Ministro fez uma bela explanação sobre economia, sobre a sua Pasta, inclusive reconhecida por ele mesmo. Ele disse que enalteceu o Governo Fernando Henrique Cardoso, enalteceu os Ministros da Fazenda que passaram pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Ele deu nota 100 – não deu dez; deu 100 – ao Governo passado, referente à economia do nosso País. Assim como fez o Lula também, uma vez dizendo que os primeiros quatro anos de Governo do Fernando Henrique Cardoso foram perfeitos. O Ministro Palocci, ontem, disse que o Governo inteiro do Fernando Henrique Cardoso foi perfeito, nesse setor.

E membros do Governo, ontem, também enalteceram o trabalho do Palocci. Quer dizer, se enalteceram o trabalho, a desenvoltura do Ministério da Fazenda, praticamente também enalteceram, deram aval ao que aconteceu no Governo Fernando Henrique Cardoso. Porém, determinado grupo do Governo fez duras críticas ao Governo Lula, duras críticas ao Palocci; e o Palocci fez críticas à Ministra Dilma Rousseff. Essas críticas representam apenas uma briga pessoal, uma briga interna do PT, do Governo; estão batendo cabeça, não estão se entendendo.

Ontem a Oposição foi maleável, até disse que foi "algodão doce", não fez uma oposição dura; fez oposição com muito respeito. Quem tomou as rédeas da Oposição ontem foram membros do próprio Governo. Por isso, Sr. Presidente, queria dizer o seguinte: nós temos aqui que fortalecer essa idéia de trazer o Ministro Palocci aqui para esclarecer as denúncias que ocorreram, de seus assessores de seu próprio governo, quando era prefeito de Santo André. Quero apenas fortalecer, para não esquecer essa questão.

Ontem ele falou sobre economia, sobre o Governo, mas quanto às denúncias, nada foi esclarecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL–PB) – Senador Leonel Pavan, queria esclarecer a V. Exª que já houve um entendimento entre Líderes do Governo e da Oposição, mais, precisamente, do Senador Tião Viana e do Senador José Jorge, no sentido de votar na próxima terça-feira o requerimento de convocação do Ministro Palocci, que é de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que aqui se encontra. Há outros requerimentos, de autoria do Senador Demóstenes Torres e Senador José Jorge, mas vamos dar preferência exatamente ao do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Então é esse esclarecimento que quero dar a V. Exª. Pretendo, tendo em vista esse entendimento das Lideranças do Governo e da Oposição, na próxima terça-feira, votar o requerimento de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT–AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu agradeço a V. Exª esse comportamento de equilíbrio, de mediação e de entendimento entre setores do Governo e da Oposição e não poderia criticar absolutamente nada dessa verdadeira manifestação de desagravo que faz o Senador Leonel Pavan em relação ao fogo amigo. É verdade o que ele disse. Testemunhamos isso ao vivo e em cores ontem. Só tenho a lamentar. Espero que o amadurecimento político permita superar o ocorrido ontem por parte de setores da base de apoio ao Governo.

Em nosso entendimento, devemos buscar a compreensão e o diálogo em virtude da responsabilidade política que temos para com a estabilidade e a credibilidade das instituições, na condição de um Parlamento maduro, que é o Senado Federal, para que até terça-feira tenhamos as condições necessárias para decidir, com toda a prerrogativa e a autonomia da CPI, o melhor momento para ouvir o esclarecimento do Ministro Palocci. Apelo ao Senador Leonel Pavan que aguardemos até terça-feira para a decisão nesta CPI.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, quero abordar dois temas. Primeiramente quero, mais uma vez, elogiar o Senador Eduardo Suplicy, um dos mais dinâmicos Senadores desta Casa desde quando

era da Oposição. Agora S. Exª faz parte do Governo. Inicialmente ficou um pouco "desadaptado", mas agora volta a ser o Senador que todos admiramos. Demorou uns dois anos para isso acontecer, mas agora S. Exª realmente está dando grande contribuição. Sem dúvida, a investigação que S. Exª fez sozinho no local onde o Prefeito Celso Daniel foi seqüestrado foi um momento alto do Parlamento brasileiro, porque a polícia de São Paulo, Estado mais rico do Brasil, em quatro anos, não descobriu nenhuma testemunha que tenha visto o seqüestro. O Senador Eduardo Suplicy, em apenas uma hora, descobriu duas testemunhas que não só disseram que viram como descreveram o fato de maneira muito semelhante à feita pelas testemunhas anteriores. Sr. Presidente, sou admirador do Senador Eduardo Suplicy. Mais uma vez, congratulo-me com S. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, quero falar ainda de um assunto grave.

Fui avisado pela assessoria que está presente o Sr. Baltazar José de Souza, empresário de ônibus acusado pela Deputada Cidinha Campos, talvez seja o principal acusado. Tenho algumas questões para fazer a esta CPI. Aparentemente ele está com a credencial do Senado, foi indicado pelo **Diário do Grande ABC**, jornal de propriedade...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Parece-me que a credencial é provisória.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A credencial é do jornal que é de propriedade do Sr. Ronan, com quem Baltazar tem algum tipo de parentesco. Gostaria de suscitar duas questões. Primeiro, peço a V. Exª que verifique se ele é jornalista para que possa ter a credencial, porque as credenciais são dadas apenas a jornalistas. Em segundo lugar, sugiro que, já que há uma série de acusações contra ele, aprovemos sua convocação para depor e que ele o faça hoje mesmo, já que está aqui. Depois de ouvir os três, no final – a assessoria deve preparar isso –, ouviríamos o Sr. Baltazar, aproveitando a presença dele aqui.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a sugestão de V. Exª, Senador José Jorge. Verificarei essa questão do crachá provisório. Peço que a Casa nos informe da existência desse crachá, verificando se foram satisfeitas as condições exigidas.

Segundo, quanto ao depoimento dele, penso não ser possível, primeiro, por termos três depoimentos; segundo, porque precisamos que esse requerimento entre com pelo menos 24 horas de antecedência, a fim de que possamos discuti-lo. Então, V. Exª poderá encaminhar à Mesa o requerimento, e, na próxima terça-feira, nós o colocaremos em votação.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Senador Garibaldi Alves Filho, primeiro, eu gostaria de informar que o Governador Geraldo Alckmin, o Secretário da Segurança, Saulo de Queirós Abreu, o Secretário de Assuntos Penitenciários, Nagashi Furokawa, o Delegado-Geral Desgualdo e o que o substituiu na sua ausência, no feriado, segunda-feira última, Luiz Carlos dos Santos, procederam com a maior atenção para com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, proporcionando ali, no Palácio da Polícia Civil, as condições adequadas para que pudéssemos fazer uma reunião oficial da Comissão Parlamentar de Inquérito. Estiveram presentes tanto os delegados que presidiram o inquérito da Polícia Civil, Manuel...

Perdão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Às vezes, a memória falha.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...Edson Santi e... Já vou recordar o nome do outro delegado, que é...

**O SR. (Orador não identificado)** – (Intervenção fora do microfone. Ininteligível)

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, o outro.

**O SR. (Orador não identificado)** – Edson Santi.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, o outro, que já veio aqui inclusive.

**O SR. (Orador não identificado)** – O anterior.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, o outro.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – O que veio anteontem.

**O SR. SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Armando de Oliveira Costa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estava parecendo um bingo: puxava a pedra, e ela não batia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Bem como a Srª Elizabeth Sato, Delegada que está presidindo o novo inquérito, o Dr. Amaro José Tomé Filho, um dos dois Promotores de Santo André, que estão levando o processo de averiguação adiante.

E pudemos, Sr. Presidente, desde às 9h30min, hora em que chegamos lá, até iniciarmos o procedimento de gravação, que foi realizado pela TV Senado e aberto a toda a imprensa, avaliar que seria adequado, como aqui se realiza a reunião, abrir-se à imprensa

para que assim não restasse dúvida. E o procedimento foi desde às 10h30min da manhã até meia-noite e meia, para ouvir os sete indiciados caso ,no seqüestro e morte, de Celso Daniel. Não houve possibilidade de ouvir as quatro outras testemunhas, que também havíamos solicitado, mas também não teria tido tempo físico. Vou até pedir a atenção, no sentido de marcarmos uma nova data. Eu gostaria que, pelo menos o Senador Romeu Tuma, que teve de ir aos Estados Unidos, pudesse estar presente. Portanto, não vamos marcá-la agora, porque seria bom combinar com ele –, para ouvir essas outras testemunhas e eventuais outras que possam contribuir. Então, podemos deixar isso para terça-feira na presença do Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Senador Romeu Tuma teve de viajar e justificou a ausência. Mas quero já, nessa questão de ordem levantada por V. Exª, dizer que continua autorizado por esta Presidência a fazer esse contato com o Senador Romeu Tuma ou outro Senador que queira participar ao tempo em que garanto a V. Exª e aos demais toda a estrutura que se fizer necessária.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quero agradecer a confiança de V. Exª e de todos os membros da Comissão, inclusive do Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem sabe o Senador Relator não vai na próxima...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu gostaria muito que ele tivesse vindo junto, mas S. Exª me explicou que tinha compromisso de viagem pelo Rio Grande do Norte, de grande relevância para os seus propósitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Porque já está em campanha.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Exatamente.

Como V. Exª me disse que confiava inteiramente no meu trabalho, eu me senti muito responsável.

Quero também relatar, Sr. Presidente, que no dia seguinte, no feriado do dia 15, eu resolvi ir até a Ladeira dos Três Tombos, onde ocorreu o seqüestro e ali, percorrendo algumas casas, deparei-me com duas testemunhas. Na verdade, são três testemunhas de episódios relativos. Esses depoimentos serão também de grande relevância. A Srª Elizabeth Sato já está tomando providências para que essas testemunhas, com relação ao que prevê a lei sobre a proteção de testemunhas, colaborem dizendo aquilo que observaram. Isso também vai ser importante para os trabalhos desta CPI.

Finalmente, com relação à presença do Ministro Antonio Palocci, quero cumprimentar V. Exªs, Senador José Jorge, Senador Tião Viana, por esse entendimento. O Ministro Antonio Palocci, ontem, veio aqui e se colocou inteiramente à disposição dos Senadores, para esclarecer tanto os aspectos da política econômica quanto todos os aspectos que aqui têm sido levantados.

Cumprimento a Senadora Ideli Salvatti, nossa vice-Líder e Líder em 2004. Quero lembrar uma coisa. Hoje, na hora em que eu cheguei em nossa reunião de bancada, eu dei um beijo especial na Senadora Ideli.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Deu o quê?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT-SP) – Um beijo especial no rosto da Senadora Ideli Salvatti. V. Exª ouviu bem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A Senadora Heloísa Helena vai ficar com ciúme.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT-SP) – No ano passado, quando ocorreu aquele episódio do Waldomiro Diniz, eu disse que seria ótimo que o Ministro Chefe da Casa Civil viesse aqui e se colocasse à inteira disposição. Ela, como Líder, disse-me: Eduardo...E usou uma expressão que não vou precisar dizer aqui. Ontem à noite eu a ouvi dizer, no diálogo com o Ministro Palocci, depois no diálogo na **CBN** com o Senador Pedro Simon, e hoje, no diálogo com Heródoto Barbeiro e o Senador Sérgio Guerra, que a sua proposta era para que o Ministro Palocci viesse espontaneamente, inclusive à CPI, se for esse o desejo. Eu quero cumprimentá-la...

**O SR. (Orador não identificado)** – Ele queria vir?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT-SP) – Ele mostrou que tem vontade de vir, na hora em que o Congresso desejar. Fez isso espontaneamente, Sr. Presidente. Quando eu estava na Oposição e agora no Governo, eu sempre defendi quão importante é que cada Ministro do Governo do Presidente Lula esteja sempre à disposição do Congresso Nacional, para esclarecer toda e qualquer dúvida, seja na Comissão de Assuntos Econômicos, seja nas CPIs. É isso que vamos obter.

Esse é o registro que queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Suplicy. Parabenizo também V. Exª pelo trabalho que vem desenvolvendo nesta CPI. Reitero, em meu nome e do Senador Garibaldi, toda a nossa confiança no trabalho de V. Exª.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Ronan Maria Pinto para o seu depoimento e esclarecimentos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem, para um esclarecimento, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Gostaria de solicitar a V. Exª, um esclarecimento: todas as pessoas que estão com o Sr. Ronan são advogados dele?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, a informação que tenho é de que todos são advogados dele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Existe um limite no número de advogados?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não há limite. Caberá ao depoente trazer os advogados que desejar. Quero, inicialmente, apresentar meus agradecimentos ao Sr. Ronan Maria Pinto pela sua presença e dizer aos seus advogados que são bem-vindos à nossa CPI.

Concedo a palavra ao Sr. Ronan Pinto para os seus esclarecimentos.

V. Sª dispõe do tempo que se fizer necessário para seus esclarecimentos.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Obrigado.

Primeiro, quero cumprimentar o Sr. Presidente, o Sr. Relator, todos os Senadores aqui presentes, em especial o Senador Magno Malta, que fez o requerimento pedindo a nossa convocação. Há muito tempo venho assistindo a acusações, ilações, tudo que se pode fazer para um linchamento moral e público de um empresário, um simples empresário do setor de transporte, que começou a sua vida aqui mesmo nesta cidade. Fui caminhoneiro aqui, não tenho vergonha de dizer. Comecei a minha vida como caminhoneiro.

Sou Ronan Maria Pinto, não tenho mãe, que perdi aos 4 anos de idade. Fiquei 10 anos sem ver o meu pai, dos 7 aos 17. O meu grau de escolaridade não é tão avantajado pelas dificuldades que sempre encontrei na vida, mas, graças a Deus, por força do trabalho, por força de dedicação muito grande, de seriedade em tudo aquilo que fiz até hoje, chegamos... Comecei a minha vida no setor de transportes na cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhei com um renomado empresário do setor de transportes do país, que me deu uma oportunidade. De lá, fomos para a cidade de Santo André, em 1984. Portanto, estou na cidade de Santo André há quase 22 anos. Lá foi o começo de uma trajetória empresarial, eu diria, em vários Estados do país, em vários municípios. Cheguei, meus senhores, a trabalhar em 32 empresas de ônibus, em vários municípios, não só no Estado de São Paulo como também no Estado de Mato Grosso, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Estou assombrado com tudo que dizem a meu respeito. Todas as pessoas que me conhecem, que estão junto comigo, não têm a menor preocupação e o menor constrangimento de falar da minha pessoa. Agora, a minha preocupação é com tudo que vem: as ilações, as acusações, tudo que está vindo sobre a minha pessoa. Então, quero agradecer aqui a oportunidade de poder esclarecer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, todas as dúvidas. Estou aqui com o compromisso moral e ético de esclarecer tudo aquilo que os senhores acharem que for suficiente e necessário para os esclarecimentos com os quais estão os senhores aqui trabalhando.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

Quero, Senador José Jorge, pedir à Segurança que tome as providências. Acabo de receber da assessoria, da Secretaria de Informação da Casa, pelo assessor Tomás, o comunicado de que não há autorização provisória ou definitiva para que o Sr. Baltazar José de Sousa use crachá desta Casa.

É só este esclarecimento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então solicito que V. Exª peça a ele que devolva o crachá.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, peço a ele que faça... que a assessoria tome as providências e os esclarecimentos à própria Segurança da Casa sobre a proveniência desse crachá.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, fazer uma sugestão. Tendo em vista a observação do Senador José Jorge e o fato de ele não estar tendo credencial, eu faria aqui uma seguinte sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu não estou determinando a prisão dele. Estou apenas solicitando à Segurança que troque simplesmente... que converse com ele para que ele informe a origem desse crachá. É só isso que eu estou desejando.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas eu faço a seguinte sugestão, Sr. Presidente...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Que peça a devolução.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A observação do Senador José Jorge é adequada no sentido de que ele é participante em alguns episódios daquilo que nós estaremos aqui argüindo e tudo. Não vejo qualquer dificuldade. Ele poderia estar vendo pela TV Senado, mas eu gostaria que nós, para que as coisas se tornem muito claras, até porque avalio que será importante que o requerimento do Senador José Jorge possa ser apreciado e ele vir em tempo adequado, mas eu não teria nenhuma objeção, assim como de vez em quando convidamos pessoas aqui para estarem presentes, que ele esteja presente e assista aqui

mesmo. Sob o nosso ponto de vista, tenho a convicção de que não haverá qualquer prejuízo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em nenhum momento nós escolhemos as pessoas para que aqui viessem assistir aos depoimentos. Todos são bem-vindos. Agora, o que temos... Eu, inclusive, não como Presidente da CPI, mas como 1º Secretário da Casa, sou responsável por assinar esses crachás, não assinar, mas autorizar, e preciso saber da origem, como conseguiu esse crachá.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Claro. Estou de acordo com a providência de V. Exª.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Sr. Presidente, o Sr. Baltazar José de Souza é meu amigo e veio aqui como convidado especial. Se for o caso, eu dou um crachá do meu gabinete para que ele permaneça aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Exª, Senador, eu não tenho...

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Ele veio junto comigo, acompanhando-me. Eu o convidei. Se ele está aqui, a culpa não é dele, a culpa é minha.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O problema é o crachá. Eu não estou discutindo a presença do Sr. Baltazar, que pode vir quantas vezes desejar. Agora, a questão do crachá de assessoria de comunicação da Casa é que é estranha. Eu não estou determinando a apreensão.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Eu pedi um no meu gabinete...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não precisa de crachá.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não precisa, nós não estamos exigindo crachá de ninguém. V. Exª fique tranqüilo. Agora, é estranho ele estar usando o crachá da Assessoria de Imprensa.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Eu não sabia. Ele é meu convidado, só que a ...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Só quero que a Segurança converse com ele para que eu possa identificar a origem desse crachá, para que amanhã outros aqui não estejam utilizando crachás que não são verdadeiros. Essa é a preocupação, até por uma questão de segurança dos Srs. Senadores, da imprensa, das pessoas que realmente freqüentam esta Casa. É a nossa preocupação, não em relação à pessoa física do cidadão, mas à figura do crachá, por que está sendo distribuído sem autorização da Secretaria de Comunicação, que tem, inclusive, responsabilidade de minha pessoa, na condição de 1º Secretário.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, é exatamente isso que gostaria de esclarecer. Na realidade, a preocupação é com o fato de que uma pessoa que talvez nem seja jornalista – talvez o Senador possa esclarecer se ele é jornalista ou não – esteja com crachá de jornalista. Isso é um risco. Agora, ele estar presente aqui e assistir, tudo bem. Não tenho nada contra.

A outra questão é que, inclusive, o crachá de jornalista é no nome do **Diário do ABC**, um jornal de propriedade do Sr. Ronan Maria Pinto, que hoje está depondo aqui. Portanto, é preciso que se esclareça se foi ele que pediu esse crachá ou não.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Senador José Jorge, gostaria de explicar a V. Exª o seguinte: o Baltazar, quando chegou aqui, durante a permanência dele aqui comigo, não estava utilizando nenhum crachá. Se, por acaso, colocaram um crachá nele, foi mero engano. Queria pedir desculpas em nome dele. Ele veio como meu convidado. Inclusive, ele queria ficar no meu Gabinete, e eu pedi para que ele viesse comigo. Eu o trouxe. Ele veio acompanhando-me, e não foi por causa de crachá. Às vezes, foi por engano que colocaram o crachá nele. Queria pedir desculpas e tirar esse crachá dele. Ele é empresário; não é repórter não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Qualquer acompanhante de V. Exª será sempre bem recebido nesta Comissão e no Senado. Agora, não sei como alguém pode colocar um crachá em uma pessoa sem a pessoa querer, por engano.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Obrigado. Foi um mero engano.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Ronan pede a palavra para esclarecimentos.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Quem está aqui com o crachá do **Diário do ABC** é o Sr. Carlos Brickman, que é o meu assessor de imprensa, acompanhando o meu depoimento. Ele está autorizado. O **Diário do ABC** não solicitou agendamento de nenhum crachá para qualquer outra pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – Agradeço os esclarecimentos e concedo a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, convidados, Srs. advogados, Srª advogada, Sr. Ronan Maria Pinto, quando o senhor conheceu o Prefeito Celso Daniel?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Conheci o Prefeito Celso Daniel no seu primeiro mandato, na cidade de Santo André, em 1989.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois que ele foi Prefeito.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Exatamente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes o senhor não o conhecia?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não. Não o conhecia.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem foi que o apresentou ao Prefeito?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Quando o Prefeito assumiu o Governo da cidade, eu já era empresário na cidade, e ele começou a ter as relações institucionais, que, na verdade, fazem-se entre empresário e Prefeito, juntamente com seus assessores.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Além das relações institucionais, como V. Sª fala, o senhor se considerava um amigo do Prefeito?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, senhor. Não me considerava um amigo dele, porque as relações eram estritamente institucionais.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Ronan, a amizade do senhor com os Srs. Klinger de Souza e Sérgio Gomes da Silva o tornaram uma pessoa influente, com ingerência na administração do Prefeito.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Em hipótese alguma. Na verdade, eu já era empresário na cidade há 22 anos. No momento em que os conheci, primeiro, basicamente quase todo o patrimônio que já havia na cidade de Santo André eu já mantinha antes da chegada do Secretário Klinger. Com relação a Sérgio Gomes, eu o conheci há mais ou menos nove anos. Portanto, não me locupletei, em hipótese alguma, com qualquer tipo de vantagens, que eles eventualmente pudessem fazer.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor chegou a contribuir com recursos para as campanhas do Prefeito?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não contribuí nem com a do Prefeito Celso Daniel nem com a dos demais prefeitos da cidade e também de outros municípios em que trabalhei e em que trabalho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca contribuiu?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Nunca contribuí. Acho que o meu trabalho, a minha prestação de serviço, que é muito positiva, já é o suficiente, Sr. Relator.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas eles lhe pediram alguma contribuição?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL-PE) – V. Exª nunca recebeu um pedido de contribuição para campanha? De nenhuma cidade?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, de contribuição não, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL-PE) – Ninguém nunca lhe pediu, nem oficialmente nem extra-oficialmente?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Nem oficialmente, nem de outra maneira, Excelência, ninguém nunca me pediu campanha não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL-PE) – É difícil de acreditar, viu?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Infelizmente. Quero fazer o possível para fazer com que o senhor e os demais aqui, todos, acreditem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL-PE) – Porque na realidade a obtenção de recursos para campanha é legal, então, que V. Exª nunca tenha dado, sendo empresário ônibus em tantas cidades, até não dá para acreditar muito, mas vamos lá. Agora, ninguém pedir a V. Exª realmente é um pouco demais.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – V. Exª tem uma referência e pode buscá-la. No seu Estado, trabalhei na cidade de Recife por mais de dez anos. Comecei lá numa privatização, já no final do governo do então Dr. Roberto, o Deputado Roberto Magalhães. E fiz um trabalho onde fiz um investimento de mais de duzentos ônibus, uma inovação na cidade do Recife, com ar condicionado. Fizemos lá um trabalho muito positivo. E quero dizer para V. Exª que tanto lá quanto em quaisquer outros municípios não foi preciso fazer qualquer tipo de contato ou de pagar alguma coisa de contribuição de campanha.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor é, reconhecidamente, um grande empresário. O senhor poderia nos dizer de quantas empresas o senhor é sócio e em quais atividades o senhor atua?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Já participei, Excelência, de trinta e duas empresas de ônibus, fui sócio de um empresário muito grande no setor de transportes, foi onde comecei minha carreira. Chegamos a dois mil e duzentos ônibus, na cidade do Rio de Janeiro, no Município de São Paulo... Trabalhei no Município de São Paulo há dezessete anos, trabalhei na cidade de Santos, São Vicente, Praia Grande, Sorocaba, trabalhei na cidade de Caieiras, trabalho em Indaiatuba, trabalhei em Catanduva, trabalhei aqui em Brasília, fui empresário aqui na cidade de Brasília mais ou menos uns três anos. Posso nominar aqui as empresas, todas, aqui. Inclusive queria aproveitar para passar também para o presidente toda uma documentação, todo um histórico de tudo aquilo que pude juntar para esclare-

cer, para ajudar aqui nos trabalhos dos senhores, que é um trabalho realmente que exige muito respeito. E esses documentos, essas informações naturalmente não estão aí em toda a documentação que os senhores solicitaram do Ministério Público, da Justiça. Então, queria passar aqui para o Presidente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, queria solicitar ao depoente que dissesse o nome desse grande empresário com que ele trabalhou e que o ajudou inclusive no início da vida; é a mesma pessoa?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Com muita honra, Sr. Constantino de Oliveira.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Constantino de Oliveira. Ele é de onde?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Ele mora aqui na cidade de Brasília, mas tem negócios no Brasil inteiro. E uma das empresas... Ele, agora, é o dono da GOL.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia nos falar sobre as atividades de uma empresa pertencente ao senhor, a Rotedali?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Perfeitamente, Excelência. A Rotedali é uma empresa que foi criada por mim em 1996. Essa empresa é uma empresa que transporta o lixo e cuida também dos aterros sanitários. Comecei nessa empresa na cidade de Catanduva, em 1996, e, lá, fui comprar uma empresa de ônibus, que também tinha empresa municipal de transporte lá, e na verdade quando fui fazer o negócio, o empresário disse: – Olha, eu só vendo as duas empresas, tanto a de lixo quanto a de transporte. E aí eu não entendia nada dessa questão de lixo e até relutei para não fazer esse negócio, mas acabei fazendo o negócio. E o início da Rotedali foi em Catanduva.

Posteriormente, nós fomos... houve uma licitação em 1998, final de 98, na cidade de Santo André e nós participamos do pleito e vencemos o pleito. Então, trabalhamos na cidade de Santo André, fizemos uma inovação, uma qualidade de serviço que poucos municípios tiveram no País. Implantamos lá a coleta seletiva, fizemos uma inovação de setor de transporte, no transporte do lixo, criamos duas ou três cooperativas de reciclagem. Então, esse foi o trabalho inicialmente da Rotedali.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor é sócio da Gol também, não?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, senhor, o que é uma pena muito grande. Até gostaria.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é a relação do senhor com o Sr. Sérgio Gomes da Silva?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** A minha relação com o Sr. Sérgio Gomes da Silva começou numa amizade que se transformou numa relação comercial e, portanto, ele prestou alguns serviços para algumas empresas minhas em determinado momento e depois se associou em algumas empresas de ônibus, pequenas, mas empresas, na cidade de Várzea Grande, no Mato Grosso, e posteriormente, por muito pouco tempo, na cidade de Aparecida de Goiânia, mas foi por pouco tempo, me parece que uns seis meses. E depois foi na cidade de Fortaleza que fizemos uma empresa maior que já teria quarenta ônibus.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ele era sócio capitalista também?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Isso. Isso, ele... Inclusive trouxe aqui os documentos, todos os documentos que possam esclarecer para os senhores a participação, com quanto ele pagou, o que ele fez, quando saiu, quando terminamos a sociedade. Está tudo aqui para mostrar para os senhores.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Hoje ele não é mais seu sócio?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, não. Já desde 2003.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia nos falar sobre a evolução patrimonial do senhor nos últimos anos?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Posso. Perfeitamente.

Como eu disse para V. Exª, até 1996, nós tínhamos um conglomerado de negócios da ordem de 2,2 mil ônibus e uma concessionária Mercedes-Benz. Em 96, no final de 96, nós separamos essa sociedade, que era com Sr. Constantino. E aí eu fui ter a minha carreira solo.

Portanto, muito se fala que o Ronan Maria Pinto se locupletou de propinas, de achaques a empresários de ônibus na cidade de Santo André. Mas eu, quando já estava em Santo André e quando o Celso Daniel, já no seu segundo governo, eu já era o maior empresário da cidade, com a participação de mais de 50% do sistema da cidade e, portanto, a minha evolução patrimonial também faz parte aqui de toda a documentação, porque é difícil lembrar tudo. Posso ler se o senhor quiser, mas não tenho dificuldade nenhuma de apresentar. Está tudo aqui e posso numerar as empresas que hoje são... São quatorze empresas e seis delas não estão com contrato no poder público e as demais... Eu trabalho na cidade de Santo André, no Estado de São Paulo, na cidade de Catanduva. Enfim, posso apresentar aqui toda a evolução patrimonial.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Além de transporte de lixo, o senhor trabalha mais em que áreas? Suas empresas?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, no lixo, Excelência, eu já deixei de trabalhar desde 2003. A Rotedali hoje é uma empresa que não está em atividade desde 2003, porque eu resolvi ceder meu contrato e toda minha frota. Eu não quis mais trabalhar com lixo.

Desculpe, porque eu me perdi na pergunta. O lixo é isso aí.

Agora, com relação a outra atividade – eu lembrei –, o meu último investimento foi em algumas ações de uma empresa jornalística do grande ABC chamada "Diário Grande ABC".

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E nenhuma outra atividade? O senhor não é sócio de nenhum tipo de outra empresa que envolva outras atividades?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem de jogos, nem de nada?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, em hipótese alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não tem nenhuma sociedade de bingos?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não tenho, nem conheço. Eu nunca entrei numa casa de bingo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não conhece. Mas não precisa jogar para ser sócio, não.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Mas pelo menos precisa ver.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual a relação do senhor com o Sr. Klinger de Oliveira Souza?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** O Klinger é um amigo familiar, já é meu amigo de muitos anos, é um amigo familiar. Eu freqüento a casa dele e ele também a minha casa. Então, é um amigo, mantém, é meu amigo até hoje, mantemos bons laços de amizade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V.Sª e os Srs. Klinger de Souza e Humberto Tarcísio de Castro foram indiciados pelo Ministério Público pelo beneficiamento em um esquema de corrupção na Prefeitura de Santo André. Qual a relação do senhor com o Sr. Humberto Tarcísio de Castro?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Humberto Tarcísio de Castro começou a sua vida profissional junto comigo. Ele, em 1988, me foi apresentado por um grande empresário lá da região, Sr. João Antônio Braga, e trabalhou para a gente, em primeiro lugar, numa sociedade em que eu tinha com o João Antônio Braga. Ali foi o conhecimento. E, depois, ele foi evoluindo, e eu, em 1995, ele era um engenheiro civil, é um engenheiro civil, e, em 1995, eu abri uma empresa de engenharia, de construção, e ele foi ser meu sócio nessa empresa chamada Projeção Engenharia. E ficou meu sócio de 95 a 96. Em 1996, eu saí da sociedade, e ele continua com essa empresa até hoje.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E os senhores foram indiciados por quê? Qual foi a motivação do Ministério Público?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** O Ministério Público entendeu, recebeu lá uma denúncia, pelo que eu li nos processos, recebeu uma denúncia de que havia, na cidade de Santo André, um grupo para extorquir empresários da cidade. E essa denúncia foi de uma empresária ou de alguns empresários da mesma família, que foram meus sócios, são meus concorrentes até hoje. E o Ministério recebeu, entendeu que aquilo era verdadeiro e ofereceu a denúncia, mas estamos discutindo lá.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A denúncia foi dos seus concorrentes?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** A denúncia é de um concorrente meu, um concorrente, ex-sócio.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem é?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** É Rosângela Gabrilli, Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Neto e Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho, Sebastião Passarelli, se não me engano, esses daí, exatamente, essa empresa.

Eu queria aproveitar para esclarecer, porque eu leio muito e se fala muito da extorsão a empresários na cidade de Santo André. O que eu queria esclarecer é o seguinte: lá na cidade, a impressão que se tem é que lá tem vinte empresários ou dez empresários e que todos vivem extorquidos, mas nós somos cinco empresários, e eu posso nominá-los aqui para V.Exª.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas empresários...

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Do setor de transportes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do setor de transportes.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Isso, porque a denúncia é de extorsão ao setor de transportes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, só um esclarecimento: qual o percentual dos ônibus da cidade que V. Sª tem?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Na cidade de Santo André?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** São 390 ônibus, e eu, pelo menos, nos últimos quinze anos, mantive mais de 50% do sistema comigo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Porque a notícia que a gente tem é que V. Sª tem 70% dos ônibus da cidade. É verdade?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não é 70, não é 70, Excelência, mas, se tiver uma oportunidade, dentro das condições, eu chego. Não tem nenhum problema, mas eu posso afirmar para o senhor que é 50 e... Entre 50 e 55%, Excelência.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Obrigado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Permite-me só um aparte? O senhor é sócio do Sérgio Silva, não é sócio dele?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, senhor.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – É amigo do Sombra?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, também não sou amigo.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Nunca falou com ele?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já foi sócio.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Fomos amigos comerciais, já expliquei, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi sócio.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Fui sócio, parece-me, de 99 ou 2000 a 2002.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Foi sócio, mas não é amigo dele?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, não, a amizade era comercial. Do Klinger, sim, amigo familiar.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Do Sombra era sócio e não era amigo?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** É. Eu era sócio... Não. Amigo na relação comercial.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Mais nada?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Exatamente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem alguma sociedade com o Comendador Arcanjo?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Nem o conheço, Excelência. Não o conheço. Trabalhei na cidade de Cuiabá por muitos anos, mas não tive oportunidade de conhecer esse senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor disse que era sócio do Sérgio.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Exatamente, em parte de negócios.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Parece-me que, pelo menos, em três empresas.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Pelo menos em três empresas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E não eram amigos?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E não tinha amizade?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Amizade do relacionamento, mas comercial. Estou fazendo a referência porque, como existe essa denúncia entre Klinger, Ronan e Sérgio...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – V. Sª ficou sócio do Sérgio, o Sombra, por quanto tempo?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Três anos, mais ou menos, Excelência.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Três anos e não tinha amizade com ele?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não. Tinha amizade, mas amizade por interesse, interesses comerciais.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pessoal, não? Não queria porque desconfiava dele?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não. Em hipótese alguma. É porque amizade, Excelência, no nosso meio, no setor de transporte, quando se faz amizade e se associa à pessoa, os interesses passam a ser comerciais.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quer dizer que o senhor passa três anos sócio do Sombra, de um dos acusados de ser mandante da morte do Celso Daniel, em várias empresas, e não tinha amizade pessoal com ele?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não. Amizade pessoal...nós começamos, nos conhecemos e logo em seguida formamos negócios e aí, realmente...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Então, eram amigos antes de ser sócios.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Exatamente.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Era amigo pessoal e, depois, amigo comercial?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É. Fizemos amizade, tivemos um relacionamento e fizemos amizade comercial.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Amizade?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Exatamente.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Está bem.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Desculpe.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Existe uma testemunha que viu o senhor freqüentando a residência do Comendador Arcanjo. O senhor confirma esse fato?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não confirmo, Excelência. Nem sei onde o Comendador mora. Posso dizer para o senhor que não vou confirmar porque nunca estive na casa dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª o conhece?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – De forma nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem por telefone?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Nunca tive nenhum contato nem por telefone.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual a relação do senhor com o dono do Bingo Fortuna?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não o conheço, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Zé Renato Leal?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Conheço, conheço, sim, senhor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual a relação do senhor com ele?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – A relação com o José Renato Leal era de uma sociedade que mantínhamos na cidade de Cuiabá.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sociedade de ônibus?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – No setor de transporte. Isso mesmo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No setor de transportes?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Isso. Sim, senhor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece Henrique Gerpe Escudero?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Conheço também. Foi sócio em algumas das empresas na cidade de Cuiabá.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estão em posse desta CPI cópias autenticadas de quatro boletos bancários de depósito de conta-corrente do Banespa do Sr. Sérgio Gomes da Silva efetuados pelo Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho, proprietário da empresa Expresso Guarará Ltda. São os seguintes os valores dos depósitos: R$11.402,00, R$10.904,00, R$11 mil e R$11mil. Esse dinheiro seria o pagamento denominado "caixinha dos transportes" e era como autorização para que a empresa operasse na cidade. O senhor tinha algo a ver com essa operação?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Nada, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas conhece?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Conheço isso pelos jornais e pelas informações processuais.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor nunca ouviu falar, nunca conversou com ninguém sobre isso?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Sobre a questão desses depósitos?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não. Já conversei com os advogados e tudo. Teve a informação. A gente teve a informação pela imprensa e no processo, mas não tenho conhecimento.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor participava?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não. Tanto o é que não fui que fiz o depósito. Está se dizendo aí...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas foi um ex-sócio do senhor, o Sr. Sérgio Gomes da Silva, o beneficiário.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Excelência, desculpe-me. Não posso responder por ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor acha que o Sr. Sérgio, que era o homem forte ligado ao Governo municipal, cobrava propina de empresas ou o senhor acha que ele é inocente?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Tenho certeza que, de mim, não foi cobrada propina nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor tinha conhecimento, acha que ele não seria capaz de cobrar isso ou eram empréstimos pessoais?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Excelência, eu não posso confirmar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não sabe.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A testemunha informa que era de todas as empresas de ônibus e que era um valor fechado para ser cumprido por todos os meses.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Por ônibus.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Era por ônibus. O valor exato por ônibus.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quinhentos e cinqüenta reais por ônibus. Então, teoricamente, V. Sª era o que mais pagava, porque era o que tinha mais ônibus.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Exatamente. Se era o caso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era o que eles pagavam?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Se é o caso de ter a propina, eu teria de ser o que mais pagava.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Haveria.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É, mas eu desconheço. Eu nunca paguei. Já disse, Senador, que eu nunca paguei a propina na cidade de Santo André e em nenhuma das cidades em que já trabalhei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Srª Rosângela Gabrilli denunciou à Justiça um esquema de corrupção no setor de transporte no Município de Santo André e afirmou que os depósitos citados correspondiam ao "pagamento de caixinha". O senhor tem alguma coisa ainda a dizer sobre isso?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não tenho nada a dizer, porque, na verdade, ela disse que paga a "caixinha", mas eu nunca paguei nem recebi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, o senhor era um privilegiado?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Um privilegiado, não, senhor. Eu me considero um empresário que trabalho e presto um bom serviço. Por essa razão, nunca tive que pagar, não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que os outros pagavam, e o senhor, não?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Olha, se eu puder explicar, Senador, pelo que eu conheço da denúncia, é apenas um empresário, na cidade de Santo André, que disse que pagava. Nós somos cinco empresários, e há um empresário que confirma ter pago a propina. Não ouvi nada dos outros.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia citar os outros empresários?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Perfeitamente. Lá na cidade, sou eu, Ronan Maria Pinto, Baltazar José de Souza, Ozias Vaz, Carlos Sófil e os Gabrilli. São esses cinco empresários. Estranhamente, somente um destes disse estar pagando a propina.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que só os Gabrilli foram escolhidos?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não sei. Esta seria uma boa pergunta para eles. Lá na cidade, quem tem contrato de 50 anos são eles e que fizeram um contrato na gestão de Celso Daniel de 25 anos, mais 25 anos, construindo o terminal. Então, eu não posso. Se ela alega que pagava, talvez tenha tido privilégios – desapropriações lá que receberam em três ou quatro dias, na época da implantação do sistema de transportes deles. Então, naturalmente, eles talvez tivessem a relação. Ou o que foi escolhido, ou os escolheram. Não posso precisar.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem conhecimento de uma discussão bastante áspera, que quase chegou à agressão física, ocorrida entre o Prefeito Celso Daniel e o Sr. Klinger de Oliveira Souza, dias antes da morte do Prefeito?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não tenho nenhum conhecimento.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor costumava freqüentar o restaurante no qual o Prefeito e o Sr. Sérgio Gomes da Silva jantaram antes do seqüestro de Celso Daniel?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, senhor. Esporadicamente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhecia o garçom que morreu, após ser perseguido no trânsito, e se viu o "Sombra" e o Prefeito naquela noite?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não achou estranho o fato de o Sr. Sérgio Gomes da Silva não ter sido também seqüestrado?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Na verdade, realmente, se é que pegou um; poderia pegar os dois. Não posso precisar para o senhor o que é estranho e o que não o é. Acho que, nesse caso, há tantas coisas estranhas, que é difícil nominá-las ou achar.

**O SR. JOSÉ JORGE (**PFL – PE) – Quais as coisas que o senhor mais estranhas nesse caso do Celso Daniel?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – No caso do Celso Daniel?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Ah! O que vemos na imprensa.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas, na opinião de V. Sª.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Fala-se na imprensa que, em um dia, o crime é político, em outro, o crime é comum; as incoerências, as variações entre o que o Ministério Público pensa e afirma, entre o que a Polícia Civil também afirma. Então, acho isso tudo muito estranho.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Sª tem alguma opinião pessoal do que aconteceu efetivamente?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não tenho, não, senhor. Não faço idéia. Nenhuma opinião.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que V. Exª não acha que foi crime comum?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Oi?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não acha que foi crime comum?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – O que eu acompanho desse processo é pela imprensa. Tem alguns momentos que a coisa fica crime comum, depois é crime político, tal, quer dizer, eu não...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª não tem uma opinião.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não formei uma opinião a respeito.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu tenho só uma pergunta aqui: é de propriedade de V. Sª a *offshore*, a empresa *offshore* Roanake?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não é.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Conhece essa empresa?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eu conheço. Posso esclarecer.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não tem nada a ver com essa empresa o senhor?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, na verdade, eu não sou sócio dela...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem é?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – ...mas eu posso esclarecer. Essa empresa Roanake me foi apresentada pelo procurador da empresa no Rio de Janeiro, Dr. Fernando Newman. Então, ele me apresentou essa empresa dizendo que era do Uruguai, com todos os contratos, legalizada no País. Juntamente com alguns parceiros meus, do ponto de vista de financiamentos, que é o Banco BVA, conheci lá no Banco BVA, e aí me apresentaram a empresa, que gostaria de investir aqui no Brasil. E aí eu aceitei uma sociedade com essa empresa na cidade de Cuiabá.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E qual a atividade dessa empresa?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma **offshore**, não é?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É uma **offshore**. Mas eu quero esclarecer...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Como funciona?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eu não sei como funciona...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor é sócio!

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, desculpe, Excelência, eu não sou... Eu nunca fui sócio...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Parceiro, é parceiro...

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eles...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor paga alguma coisa a essa empresa para...

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, não, eu fui sócio deles. Não sou mais sócio. Quer dizer, desde...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Deixou de 2003 para cá?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – De 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Em 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Que mês?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Em junho de 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor está observando uma coisa? O senhor está vendo que todos os rompimentos comerciais de V. Sª foram após a morte do Prefeito?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É, é verdade. Mas acontece o seguinte, Excelência, é que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, estou dizendo: coincidência. Empresário é o senhor. Eu não sei, mas é muita coincidência.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Mas eu tinha...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor deixou de ser sócio do Sombra depois da morte do Prefeito, deixou de ser sócio do Klinger depois da morte do Prefeito e deixou esse caso dos uruguaios também após a morte do Prefeito. Realmente, acho... V. Sª, de lá para cá, ou cresceu sozinho ou então esses sócios têm lhe dado prejuízo?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Exatamente. O senhor entendeu?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Como? Que prejuízos foram?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Porque, na verdade, Excelência, chegou um momento em que negócios, sabe, as circunstâncias do nosso País, em um momento os negócios estão melhores, depois diminuem, então eu perdi o interesse por esses negócios, tanto de Cuiabá quanto da sociedade com o Sérgio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem é o dono... Eu pediria a V. Sª só atenção. Quem são os verdadeiros donos da Roanake? Os verdadeiros donos.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Hoje eu não posso precisar para o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E quem era na época?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na época, eu apresentei, está aqui o contrato social...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Poderia me passar o contrato, por favor?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – O senhor entendeu? Para que eu possa apresentar para o senhor aqui agora. (Pausa) É, eu não prestei atenção... Klinger, Excelência, eu nunca fui sócio dele. Eu disse que tinha amizade familiar com ele, mas nunca tivemos nenhuma relação de sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Desculpe, eu retiro, então. Entendi, mas não tem problema. Quanto a isso aí, não... É verdade que... Foi o senhor que tinha... Enquanto o senhor acha, é verdade que o senhor, que era um empresário influente, sabia das coisas políticas de Santo André. É verdade que o candidato que estava sendo preparado pelo grupo da Prefeitura, do qual V. Sª era íntimo, era o candidato, era o Klinger?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, eu não era íntimo do grupo, mas tinha uma relação com o Klinger e se falava muito na cidade que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor apoiaria o Klinger para Prefeito?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – ... que ele seria o futuro, quer dizer, pelo menos ia apostar...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor ia apostar no Klinger?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, aposta não, mas, na verdade, eu poderia apoiá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ia apoiar.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Com certeza, com meu voto...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Inclusive financeiramente.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, com meu voto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Só com o voto, né? Também o Klinger não ia nem pedir, eu imagino.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu queria ver aí, localizar... O senhor não se lembra quem eram os donos, de cabeça?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não me lembro, Excelência, mas posso pesquisar para o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E hoje, o senhor sabe quem são?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não sei, porque também não tenho mais contato com essa empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em quanto era o seu percentual quando o senhor era sócio?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eu não era sócio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em quanto o senhor participava?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – A sociedade, na parceria com essa empresa, era de 50% dessa empresa e 50% meus. Os procuradores da empresa, José Renato Bandeira Leal...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Os nomes. Eu quero os verdadeiros nomes dos donos.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Os nomes dos donos da empresa. Aqui só está a procuração. Não estou encontrando. Procure o contrato social, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Ronan, V. Sª assumiu o controle acionário, conforme afirmou, do "Diário do Grande ABC". Quanto V. Sª pagou?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Na verdade, eu não assumi ainda o controle acionário da empresa. Eu sou um acionista que tenho lá 50% das ações e pagamos na ordem, quer dizer, fizemos, ainda não pagamos, ainda não foi pago. Por essa razão, ainda não tenho o controle, mas o negócio que foi feito com a família Dotto* girou em torno de mais ou menos R$12 a R$14 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quanto o senhor pagou até agora desse dinheiro?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Desse dinheiro eu posso...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quanto tempo faz?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – No ano passado. Um ano e meio, mais ou menos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quanto o senhor pagou até agora? Mais ou menos, não precisa ser exato.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Mais ou menos uns R$6 milhões. Entre R$5 milhões e R$6 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor fez esse pagamento em cheque? Como foi?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Todos em cheques, sim, senhor.

Excelência, aqui está o contrato social da Roanake e também o nome do dono, Sr. Raul Vairo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Raul Vairo Erramouspe. Quem é esse Zeballos?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Escrevente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estranho. Está escrito em espanhol. Montevidéu. O senhor ia sempre a Montevidéu?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Nunca. Não me lembro de ter ido a Montevidéu, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Dizem que é bonito lá. Não conheço.

Senador Garibaldi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já encerrei, Sr. Presidente. Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª e concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge. V. Exª tem a palavra.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Depoente, Srªs e Srs. Advogados, qual foi o investimento que essa empresa Roanake fez na empresa de V. Sª? Ela fez algum investimento na empresa de V. Sª?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – O investimento na época, Excelência, eu não me lembro. Mas estão fazendo parte aqui todos os contratos sociais que estou passando para esta Comissão. Roanake. Todos os contratos, como foi feita a sociedade, o que pagaram. Infelizmente, eu não sei os números aqui para precisar para V. Exª.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Obrigado. Está na documentação?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Está, com certeza.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas era uma participação grande ou pequena?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eles tinham uma participação de 50%.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Cinqüenta por cento, obrigado.

Outra pergunta, o Sombra, Sérgio, e o senhor foram sócios da empresa Princesa do Sol e de outra em Fortaleza. Qual era a atividade de Sérgio na sociedade?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – A intenção era exatamente a seguinte: quando se formou a sociedade, ele veio trabalhar para fazer a parte administrativa das empresas. Aí, fez em um pouco em Cuiabá e também na cidade de Fortaleza depois.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quando ele entrou, ele entrou com dinheiro também?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Entrou, pagou com dinheiro que está aqui fazendo parte.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que tinha dinheiro já na época?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Está aqui fazendo parte. Todos os contratos que foram feitos com Sérgio Gomes, a compra das empresas e os valores que foram pagos estão todos fazendo parte aqui também da documentação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª lembra, por acaso, com quanto ele entrou na sociedade? Em dinheiro da época?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não lembro, Excelência, não lembro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas foi algo em torno de 100 milhões ou algo assim?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, o que é isso? Essa empresa de Várzea Grande, Excelência, tinha quinze ônibus. Assim, compramos os ônibus financiados.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O senhor participou da licitação do tronco alimentador Vila Luzita?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Participei, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quem foi o consórcio vencedor?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – O consórcio Guarará.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O senhor já foi sócio da Projeção, que também participou?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Fui sócio da Projeção...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O senhor foi fundador?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Fui sócio-fundador de 1995 a 1996.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quem era o sócio-gerente da Projeção quando a licitação do tronco alimentador foi feita?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – O Sr. Humberto Tarcísio de Castro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas ele era concomitantemente empregado do senhor e seu concorrente na licitação ou não?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não. Ele foi meu empregado lá atrás, o senhor entendeu? Depois, como ele é engenheiro, e eu precisava de um responsável técnico num contrato de aterro sanitário – para isso é preciso assinar a carteira – ele, na verdade, na Rotedali, durante um tempo, foi meu assessor técnico e teve a carteira assinada, mas ele já era empresário.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Já era empresário?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Qual foi o valor do contrato?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não me lembro, Excelência.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Foi da ordem de R$300 milhões, segundo informações que tenho aqui.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, Excelência.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não foi não?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eu nunca tive a honra de assinar um contrato de R$300 milhões.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quem elaborou a proposta, porque V. Sª não tem experiência nesse segmento, não é? V. Sª é um empresário de ônibus. Então, quem elaborou essa sua proposta?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – O senhor está falando da Rotedali, Excelência? Da proposta da cidade de Santo André?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Exatamente.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Sim. Quem elaborou foi o meu grupo jurídico, e eu já era empresário, eu já tinha uma experiência, sim, no setor de lixo, porque, como eu disse anteriormente, eu comecei a Rotedali, no setor de lixo, em 1996. E a concorrência, a licitação na cidade de Santo André só ocorreu no final de 1998.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O senhor esteve na cidade de Campinas nos dias 18 e 19 de janeiro de 2002?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Estive, sim, senhor. Posso precisar para V. Exª que, nesse dia, eu estava na cidade de Recife. Havia lá a empresa de ônibus. Eu estava na cidade de Recife e, de manhã, fui até a cidade de Belo Jardim, a convite do Deputado Federal José Mendonça, para um almoço na cidade de Belo Jardim. Voltei à tarde e peguei um avião às 18 horas, na cidade de Recife. Cheguei a São Paulo, no aeroporto de Cumbica, e fui até a cidade de Campinas fazer um jantar. Posteriormente, de manhã, voltei. Foi quando soube do seqüestro do nosso Prefeito Celso Daniel.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que, quando V. Sª soube do episódio, estava em Campinas?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eu estava na cidade de Campinas, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O senhor conhece o Sr. Ivan Rodrigues da Silva, o chamado monstro, que estava em Campinas também?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, senhor. Não o conheço nem sei a que horas ele estava...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Esse é outro, esse é monstro. O senhor soube que o monstro também estava em Campinas no dia 19?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eu vim a saber agora, no depoimento que ele prestou, nesta semana, a esta CPI.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Só soube agora?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Exatamente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Um momento. Eu ainda não terminei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele foi a Campinas no dia seguinte.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – No dia seguinte.

Em relação a esse jornal, **O Diário do Grande ABC**, obtivemos algumas informações de publicidade, de janeiro a maio de 2005. O jornal **O Diário do Grande ABC** é menor ou maior que os principais jornais de São Paulo? Eu não conheço esse jornal; não sou de São Paulo, infelizmente. Eu não conheço esse jornal e não tenho como fazer a comparação com outros jornais. O jornal **O Diário do Grande ABC** é maior ou menor que o jornal **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S. Paulo**? Esse jornal é dessa dimensão ou menor?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Com certeza, é menor, Excelência. Eu acho que sim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Com certeza, é menor.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Com certeza.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na verdade, pelas informações de que disponho aqui, o jornal **O Diário do Grande ABC** recebeu, de publicidade da Petrobras, além de uma série de outras empresas estatais, R$1,477 milhão nesse período; o jornal **O Estado de S. Paulo** recebeu R$693 e o jornal **Folha de S.Paulo**, R$453. Quer dizer, V. Sª recebeu praticamente três vezes mais de publicidade da Petrobras, uma empresa estatal, do que os jornais **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S. Paulo**. Por isso, eu estava pensando que talvez o jornal **O Diário do Grande ABC** fosse maior do que esses dois jornais. Como é que V. Sª explica isso?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Infelizmente, eu não posso explicar isso para o senhor porque, como eu disse anteriormente, eu ainda não tenho o controle acionário do **Diário do Grande ABC**, eu sou um acionista. E quem pode explicar para o senhor aí, dentro da... tem pessoas, tem sócios e diretores do jornal, que é a Família Dotto, que está lá desde o início da fundação do jornal e que pode explicar para o senhor, porque não tenho esses números, não trabalho na relação direta com o jornal.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É, mas, na realidade, é estranho. Inclusive em outras empresas

estatais, que não vou citar aqui, também a proporção é mais ou menos a mesma.

Em relação ao outro tema, que é o tema da propina dos ônibus, temos aqui inclusive tabelas detalhadas feitas pelo Ministério Público e que mostram a evolução da propina por ônibus. Era uma coisa organizada, para ser sincero. Em 1997, a tarifa era de R$0,75, se pagava R$332,99 de propina; em 98, R$ 0,75 a tarifa, a propina era a mesma, R$332,99; em 99, a tarifa aumentou para R$1,15, a propina R$369,00; em 2000, R$1,15, R$369,00; e em 2001 aumentou para R$1,40, a propina passou para R$550,00, que é essa que discutimos agora. Então cada empresa pagava proporcionalmente. Eram valores relativamente altos que foram pagos, no total, R$33 milhões em 97, em 98 e assim por diante. No último ano de 2001, foram R$53.900 milhões.

Na realidade, foi só V. Sª que disse que havia pagamento de propina, mas tenho um documento aqui em mãos chamado Termos das Declarações Prestadas ao Ministério Público no Gaerco – não sei nem o que é isso – de Santo André. E aqui aparece um senhor chamado João Antonio Sette Braga, que era sócio da empresa chamada Viação ABC e que V. Sª depois, aparentemente, comprou e que também, diz aqui, pagava propina e que existia esse esquema. Então, não é só a Família Gabrielli. Na verdade, considerando que havia o depoimento desse senhor também, que hoje em dia não é mais empresário, o dono da empresa hoje é V. Sª.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Excelência, com relação à propina na cidade de Santo André, eu não posso precisar para o senhor se houve ou se não houve, não posso dar esses questionamentos aí para o senhor, não posso porque na verdade desconheço. O que disse para o senhor é que nunca paguei.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Certo.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Certo? Agora, a questão da propina lá se ela existiu, quer dizer, acredito que V. Exª pode pegar com as pessoas que se locupletaram, se é o caso dessa propina.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E nem pediram. V. Sª não pagou não foi nem que não quisesse, é que nunca lhe pediram para pagar.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, em hipótese alguma, eu não fui abordado para pagar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Só abordaram os demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge, V. Exª tem dois minutos.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não sei quantos foram, se foram abordados.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, é que hoje temos um número menos de Senadores, então V. Exª talvez pudesse ser mais condescendente com seus colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Darei três minutos a V. Exª.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Cinco, por favor.

Em que cidades o senhor mantém sociedades com empresa de ônibus e com seu cunhado Baltazar José de Souza?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não tenho nenhuma sociedade hoje mais com meu concunhado Baltazar José de Souza. Hoje não somos mais sócios, mas já fomos sócios no início da minha carreira e também fomos sócios na Expresso Nova Santo André.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quem era o empresário maior o senhor ou o Sr. Baltazar? Porque a Deputada Cidinha Campos acabou de ligar para cá e disse que V. Sª seria laranja do Sr. Baltazar.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Pois é, Excelência, me desculpe, mas eu tenho os meus negócios, trouxe aqui todos os documentos, contratos das minhas empresas, de toda a minha vida pregressa aqui para apresentar a V. Exª.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas quem é o empresário maior? O senhor ou o Sr. Baltazar?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Ah, eu não conheço o patrimônio do Sr. Baltazar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas ele não é seu cunhado?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, ele é meu concunhado, mas eu não conheço o patrimônio dele, ele nunca me declarou.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Por acaso o senhor conhece ou é amigo do Sr. César Arieta, que é um empresário argentino que foi condenado por fraudes no INSS?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, senhor, não conheço.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não conhece? Não é amigo dele?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, não, não conheço.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Outra questão, tenho aqui uma matéria que saiu no jornal do dia 25/01 de 2003. Tem uma matéria com o Sr. Klinger, e nós perguntaremos a hora. Ele diz aqui que para V. Sª ganhar essa licitação, no caso do lixo de lá, houve a quebra de um cartel de empresas de lixo – palavras do Sr. Klinger – de 22 anos. E, que, na realidade, passaram o contrato para V. Sª através da Rotedali e da Projeção.

Havia realmente esse cartel? V. Sª ganhou contra esse cartel? Como foi essa licitação?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, eu não sei se havia cartel na cidade, Excelência. Posso precisar para o senhor que houve uma licitação que foi aberta, uma licitação pública de que participaram várias empresas. E eu diria que as grandes empresas, ou a maioria das grandes empresas do setor de lixo participaram, e a Rotedali foi a vencedora, com o menor preço, trazendo uma economia para a cidade do preço que lá estava, que a Prefeitura já pagava, da ordem de R$1 milhão por ano. Foi o que a Rotedali proporcionou de benefício à cidade de Santo André quando ganhou a licitação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que V. Sª não concorda que havia um cartel?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Ah, eu não concordo, não, porque...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas foi o amigo de V. Sª, o Dr. Klinger quem falou isso.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Ele pode ser meu amigo, mas tem a opinião dele, eu tenho a minha. Eu desconhecia a questão de lixo até aquele momento. Se era cartel ou não, eu não posso concordar nem discordar nesse sentido, Excelência.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quando V. Sª foi julgado no Tribunal de Justiça de São Paulo, na votação inicial, de três desembargadores, dois votaram a favor da prisão de V. Sª e um pediu vista do processo, não foi isso?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Eu posso precisar um pouco mais para V. Exª o que ocorreu nesse episódio.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E, posteriormente, um dos desembargadores mudou o voto; tinha votado a favor e votou contra, junto com o outro que pediu vista. V. Sª sabe por que aconteceu isso, qual foi a razão, ou não?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Excelência, eu acho que as informações não batem. Primeiramente, é o seguinte: o que eu queria explicar para os senhores e para V. Exª é que, quando o Ministério Público fez a denúncia do suposto pagamento de propina na cidade de Santo André, em junho de 2002, o Ministério Público, além de apresentar a denúncia, pediu a prisão de todos os supostamente envolvidos, sem ouvir a gente. Eu não tive o direito de defesa. Fiquei sabendo dessa denúncia do Ministério Público pelos jornais, e não fui lá. Não tem nenhum depoimento meu, não me convocaram para exercer o meu direito de defesa.

Na verdade, o que ocorreu? O Juiz da Comarca de Santo André, aceitou a denúncia, mas negou a preventiva. Esse processo rolou por mais ou menos uns dois anos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Veio o primeiro julgamento, em que os meus advogados estiveram presentes, e não posso nominar os resultados, os números, tudo. O que posso precisar para o senhor é que graças a Deus se fez justiça naquela Casa. Posso dizer, com toda certeza, para V. Exª que foi feita justiça. Seria a maior injustiça do mundo a gente ser preso, e, naquele momento, eu não respondia a nenhum processo-crime, porque, na verdade, a denúncia que foi apresentada foi aceita, quando não tive o direito da defesa.

Os meus advogados entraram com recurso no Tribunal, que determinou o cancelamento daquela ação. E, aí sim, o Ministério Público apresentou uma outra ação, e o Juiz da Comarca parece que levou quase dois anos analisando para aceitar a segunda denúncia.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, vou fazer a última pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Para colaborar com V. Exª.

Tem uma declaração de V. Sª dizendo o seguinte: Ronan firmou manifesto, afirmando que, na gestão de Maluf, os empresários de ônibus poderiam entrar "pela porta da frente", ao contrário das gestões do PT, quando tinham que dialogar, entrando pela porta dos fundos.

V. Sª acha mais fácil negociar com o Prefeito Paulo Maluf do que com o PT?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Olha, Excelência, o que eu posso precisar para o senhor é que, na verdade, eu tive os meus contratos na cidade de São Paulo. Comecei com o Prefeito Mário Covas, depois, com o Prefeito Jânio Quadros e Erundina, chegando ao Maluf. Saí no meio do Governo do Pitta. Na verdade, eu tenho todo o trabalho... Quer dizer, trabalhei também com o PT e trabalho ainda, como trabalhei com o Prefeito Paulo Maluf, com o Prefeito Roberto França, do PSDB, com o Prefeito de Recife, Dr. Roberto Magalhães, do PFL, com o Reinaldo Nogueira, do PDT. Enfim, já trabalhei em todos os Partidos. Confesso ao senhor que, em todos os Partidos que trabalhei, eu nunca encontrei nenhuma dificuldade do ponto de vista do relacionamento do trabalho que é institucional.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que, para V. Sª, tanto fez negociar com o Maluf como com o PT? Foi a mesma coisa?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É, não...Para mim, todos os partidos e todos os administradores têm...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – São iguais.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – ...sua forma.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao Senador Valmir Amaral.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Advogados, meu grande amigo Ronan Maria Pinto, conheço V. Sª há mais de trinta anos. Sei de toda a sua trajetória: empresário no Distrito Federal, em Goiás, no Rio, em Mato Grosso, no Ceará, até em Fernando de Noronha, em Minas Gerais e em outros Estados. Conheço também os cinco empresários de Santo André. Sei que, em todos esses Estados por que V. Sª passou, V. Sª deu um exemplo de trabalho. Uma pessoa honesta, trabalhadora, um bom companheiro, enfim, um empresário, um lutador que sempre quis a melhoria no transporte. Em Santo André, dos cinco empresários que lá atuaram, somente um veio fazer uma denúncia contra V. Sª. Então, estou acreditando mais que o que está havendo é uma grande inveja do seu trabalho, da sua competência, da sua honestidade. Porque em nenhum Estado desses, V. Sª deixou uma manchinha sequer. V. Sª deixou exemplo de trabalho, de amizade, de honestidade e de capacidade de trabalhar.

Eu vim aqui, hoje, nesta CPI, não foi para lhe fazer nenhuma pergunta. Eu vim aqui hoje para lhe dar os parabéns como empresário e como pessoa. Tenho a honra de ser amigo seu, da sua família, da sua esposa, a Terezinha, de seu filho, da sua filha.

Você é um grande empresário, meu amigo. Você não merecia estar aqui hoje, nesta situação. Você hoje teria de ser aplaudido pelo Brasil, pelos empregos que gera. O que está acontecendo no Estado de São Paulo, nessa pequena cidade de Santo André, nesse pequeno empresário que está denunciando V. Sª. Se for o caso, convide-me para ser sua testemunha em qualquer parte do Brasil, que eu conheço V. Sª e assino em branco por V. Sª. Vim aqui hoje só para fazer isso. Você é meu amigo e você não merece tudo isso que está acontecendo com você, meu amigo.

Muito obrigado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu queria me congratular com o Senador Valmir Amaral, que nunca aparece nesta Comissão e, hoje, realmente, sendo empresário de ônibus, veio aqui para dar testemunhos favoráveis a uma das pessoas que estão depondo. Acho que a presença seria sempre muito bem-vinda em outras ocasiões, mas o Senador veio a um setor que ele parece conhecer bastante e daí os atestados dele serem valiosos. De modo que eu fico muito feliz que o Senador esteja aqui presente, trazendo este depoimento, porque é uma coisa rara ele falar da tribuna, que dirá vir à CPI dos Bingos!

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

*(Interferências fora do microfone.)*

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Obrigado, mas eu queria explicar a V. Exª que eu não faço parte desta CPI dos Bingos. Faço parte da CPI do Mensalão.

Realmente, falo muito pouco, porque, quando resolvo falar, eu o faço com muita verdade. Não abro a boca para falar baboseira ou mentira. Então, vou a Plenário ou a alguma Comissão para falar a verdade. Sempre falo a verdade e vim aqui hoje para esse fim. Se eu estiver falando alguma mentira hoje, quero que V. Exª me processe no Conselho de Ética ou em algo parecido.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª está com complexo de culpa. Eu não disse que o senhor estava mentindo.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Não estou com complexo de culpa.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu acho que V. Exª tem até pecados que não me interessa dizer a V. Exª aqui, mas, se quiser, direi no Plenário.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Está ótimo. Fique à vontade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exªs.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pela lista de inscrição.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, confesso a minha primeira decepção na ausência do "Sombra" neste depoimento de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, posso informar a V. Exª que o "Sombra" será o terceiro a ser ouvido.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Exª, principalmente as suas diligências para que isso aconteça.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – BA) – Informo ainda a V. Exª que o Sr. Sérgio Gomes, o "Sombra", solicitou do Supremo um **habeas corpus**

para não vir depor. O Ministro Marco Aurélio, do Supremo, negou essa solicitação do advogado e do Sr. Sérgio Gomes.

Essa é a informação que quero dar a V. Exª.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Acho isso extremamente importante e felicito V. Exª por essa atitude do Ministro Marco Aurélio, que prestigia esta Comissão, algo necessário que viesse do Supremo, até para coroar o trabalho que V. Exª aqui realiza.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não só meu, como de toda a Comissão.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Talvez pergunte coisas que já tenho sido perguntadas, mas eu queria saber do relacionamento do senhor com o Sr. Sérgio Gomes e com Klinger. Também gostaria de saber se conhecia a atuação de Gilberto Carvalho nos episódios de Santo André.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Conforme disse anteriormente, a minha relação com o Sérgio Gomes começou através de uma amizade comercial. Fomos sócios em alguns empreendimentos, já relatados aqui, que foram a empresa de ônibus e também um imóvel na cidade de Santo André.

Com o Klinger, trata-se de uma amizade familiar. Nunca tive negócio com ele, e temos, até hoje, uma amizade.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Então, gostaria que V. Sª dissesse se teve esse relacionamento tão íntimo com o Sérgio, quando ele era segurança, ou quando ele passou a ser empresário.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Quando eu o conheci, ele já era empresário.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PLF – BA) – Porque ele era segurança do Prefeito.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não me lembro se ele era segurança do Prefeito. Não posso precisar isso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Todos nós sabemos que ele era segurança e passou a ter uma intimidade cada vez maior com o Prefeito, tornando-se depois o empresário.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Certo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – De modo que V. Sª foi amigo de um cara que venceu. Um outro que venceu bem na vida, com facilidade, foi esse Sérgio. Agora, ele está sendo acusado de matar o seu benfeitor.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Correto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª acha que ele seria capaz disso?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Do quê, Senador?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – De participar do assassinato de Celso Daniel?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Acho que não, pelo conheço dele. Se isso realmente aconteceu, trata-se de um fato muito estranho.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Do Klinger o senhor era muito amigo?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Ainda sou amigo dele.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – É ele o Secretário de Transportes?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Ele foi Secretário de Transportes.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Era ele que dava concessão para linhas?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Na verdade, as concessões, pelo menos das minhas empresas, quando eles entraram na cidade, eu já tinha as concessões, eles não me deram nenhuma concessão. A única empresa que foi feita a concessão foi a Expresso Nova Santo André, que fizemos um consórcio de todos os empresários da cidade, que foi de uma privatização de uma empresa pública, do ponto de vista do setor de transporte, de ônibus. Foi essa a concessão que nós fizemos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Essa privatização foi feita quando o Prefeito era o Dr. Antônio Palocci?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não. Se referindo a Santo André?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Santo André.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Essa privatização foi feita no Governo do Prefeito Celso Daniel, em 1997.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas o Prefeito de Ribeirão era Antônio Palocci ou você não me sabe dizer?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eu não posso precisar, Excelência. Não sei!

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Obrigado.

Quantos contratos o senhor tinha com a Prefeitura de Santo André?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eu tenho ainda os contratos do setor de transportes, são 3 contratos lá na Cidade de Santo André.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª é sócio de Sérgio?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, senhor. Já terminamos a sociedade em...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Foi?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Fui sócio dele, sim, senhor, Excelência.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ele era um bom sócio?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não tive nada que reclamar do momento em que ele trabalhou?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Por que terminou a sociedade?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Houve um desinteresse comercial como a nossa excelência o Presidente aqui até achou uma estranha coincidência o fato de ter reduzido os meus negócios após a morte do Prefeito Celso Daniel. Então quero explicar novamente aqui que foi um propósito de negócios, era um momento que não estava...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não era uma homenagem à memória de Celso Daniel que o senhor decidiu trabalhar lá?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, não, senhores!

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Bom, os irmãos de Celso Daniel já disseram a esta CPI que Gilberto Carvalho, que foi denunciado por eles, participava do esquema de arrecadação de ônibus para financiar o PT. Segundo eles, fazia parte desse esquema V. Sª, o Sr. Sérgio e o Sr. Klinger. Essa mesma denúncia foi feita na Justiça pela Srª Rosângela Gabrilli. V. Sª gostaria de falar sobre isso?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Gostaria, sim, senhor! Se V. Exª me permitir!

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ficarei satisfeito!

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Primeiramente é o seguinte, excelência, eu não posso precisar, com relação a pagamento de propina na cidade, e sobre a relação de Klinger, Sérgio, Gilberto Carvalho, nesse episódio da propina, eu, infelizmente, não posso contribuir muito com V. Exª. Agora, o que eu posso colocar claramente aqui, excelência, é que essa Srª Rosângela Gabrilli fez essas denúncias e aí me colocou também nesse rol aí de denunciados, e o que eu sinto, excelência, é que essa é uma discussão totalmente comercial, é briga empresarial na cidade. Eu só estou nisso aí, excelência por conta de concorrência, porque, na verdade, essa senhora nunca provou e nunca mostrou ao Ministério Público ou à Justiça provas de que eu tenha participado de um esquema de propina na cidade ou que eu tenha "achacado" qualquer um empresário, porque o que eu leio muito é que Ronan Maria Pinto e mais fulano de tal "achacaram" os empresários a Cidade de Santo André.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Deve ser achacaram, não é?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É. "Achacaram", extorquiram os empresários. Então, na verdade, essa senhora que fez essa denúncia, no ano de 2001, e eu posso comprovar para o senhores, essa empresa deles estava numa dificuldade muito grande, e eles vieram me pedir uma ajuda. Primeiro, vieram para me oferecer a empresa, o pai e o outro sócio, para que eu comprasse, e eu não quis fazer nenhum tipo de negócio, porque seria monopólio, iria caracterizar o monopólio na cidade. Mas eu fiz uma coisa muito importante, eu os ajudei a recuperar a empresa deles.

Eu coloquei lá... O senhor veja a incoerência dessa denúncia, Excelência. No momento em que ela diz que está sendo extorquida, de 1997 até 2001, e que eu participo dessa extorsão, no ano de 2001, o ano todo, ficaram lá dentro da empresa deles dois advogados meus, assistentes jurídicos e um auditor, para ajudá-los na recuperação da empresa, que eles estavam com dificuldades financeiras.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu, então, posso pedir ao Relator que coloque que V. Sª abominava esse esquema de dar dinheiro ao PT, não é verdade?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** A qualquer um partido, Excelência.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sim, mas abominava, não é?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Senhor?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Abominava o que eles faziam?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Eu nunca dei dinheiro a nenhum partido.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu não estou perguntando se o senhor deu, mas se havia algum esquema.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Ah! Eu sou contra, sempre fui, tanto é que eu nunca participei. Desculpe, é que eu não entendi a palavra. O meu grau de escolaridade é pequeno, o senhor entendeu?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu agradeço a V. Exª e a sua advogada.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** É tudo por conta do grau de escolaridade mesmo, Excelência, então eu...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não, quanto a isso eu respeito muito as pessoas que vêm debaixo e que chegam a ter 2.200 ônibus em circulação. Nesse ponto eu respeito.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Muito obrigado, Excelência**.**

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª chegou a participar ou ver sacos de dinheiro no apartamento do Celso Daniel?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Eu nunca fui no apartamento do Celso Daniel e, portanto, não vi. Nunca fui lá, nunca estive nem na porta do prédio dele.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Quer dizer que quem afirmou que V. Sª viu não disse a verdade?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Ah! Se alguém disse que eu vi sacolas de dinheiro na casa do Celso Daniel está mentindo completamente, Excelência.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** E o que é que o senhor diria sobre a atuação de Gilberto Carvalho, que foi acusado aqui pela própria família de levar no seu corsa os recursos para o PT, recursos arrecadados no lixo e no transporte?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Excelência, eu não posso dizer nada porque, da minha parte, esses recursos que ele supostamente tenha levado não partiu de mim.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Já que V. Sª atuava tanto com a prefeitura, pode dizer alguma coisa do desentendimento da família do Celso Daniel, seus irmãos, com Gilberto Carvalho?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Excelência, eu não conheci e não conheço nenhum dos irmãos do Celso Daniel. Nunca estive com ele, eu não os conheço. Portanto, eu acho muito estranho eles virem aqui nesta CPI e dizer que eu participava de um esquema de propina na cidade, sem nem me conhecer. A aproximação maior que se teve com esse Sr. João Francisco Daniel é uma sociedade que ele manteve, ele, na pessoa da esposa e da filha, com um cunhado meu, que eu nunca soube disso e também não o conhecia, nem por parte do meu cunhado, que é casado com a minha irmã, como também de São Francisco, porque eu nunca conheci esse senhor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Na ocasião da morte do Celso Daniel, V. Sª estava muito bem de relações com ele ou estava meio aborrecido? Porque houve um desentendimento. Agora, foi grave?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Mas esse desentendimento com Ronan Maria Pinto, Excelência?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não, com o Prefeito.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Mas de quem?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES –** Mas seu.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Ronan Maria Pinto e Celso Daniel?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não é você o Ronan?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Sou eu sim, senhor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – É, seu.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, eu nunca tive nenhum desentendimento, graças a Deus, com nenhum prefeito de nenhuma cidade em que eu trabalho.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Com todo o respeito ao Senador Antonio Carlos Magalhães, acabo de receber mais do que um telefonema. Tem havido um enorme interesse de acompanhar, inclusive, a argüição do Senador Antonio Carlos Magalhães. E as pessoas estão telefonando e informando que a **TV Senado** interrompeu para colocar, neste instante, o noticiário. As pessoas falaram: "Mas está muito importante o depoimento, como é que põe o noticiário no meio? Estamos perdendo". Então, em seu benefício, Senador Antonio Carlos, quem sabe o Presidente possa informar à **TV Senado** que seria bom continuar a transmissão.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Exª sua consideração em chamar a atenção da Mesa do Senado – e aqui está o Secretário – para que reclame contra isso, tendo em vista, inclusive, que são 13 horas e 55 minutos, a sessão não começou.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tomaremos essas providências, Senador, até porque essa transmissão deveria sair às 14 horas, quando do início do Plenário.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço, mas se estou sendo inconveniente a alguém, que não será V. Exª, com certeza...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, de forma nenhuma. Solicito à TV que volte a transmitir ao vivo a argüição de V. Exª.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E mais uma vez eu agradeço a imparcialidade e a cortesia do meu amigo Eduardo Suplicy.

Quer dizer que V. Sª não tinha nenhuma divergência?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Nenhuma divergência, Excelência.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Hoje o senhor tem dúvidas de que o Celso Daniel foi assassinado?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, que ele foi assassinado eu não tenho dúvida nenhuma, até porque as informações que a gente tem, Excelência... Agora, a forma e o porquê, aí eu...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª não diz nem que foi crime de mando nem que foi um crime comum.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Exatamente.

Quando eu disse anteriormente que há fatos estranhos, não é...

Porque, na verdade, quando aconteceu o assassinato do Prefeito Celso Daniel e eu vim tomar conhecimento desse termo de declaração da Srª Rosângela Gabrilli, quando fui denunciado pelo Ministério Público... Porque tem um termo de declaração dela, em 24 de janeiro de 2002, onde ela denuncia todo esse suposto esquema de propina, e aí fala que ela procurou o Sr. João Francisco Daniel para interceder junto ao Prefeito que parasse com essa extorsão – estou dizendo o que é um termo da declaração dela – quer dizer, no dia 24 de janeiro de 2002, ela já faz, na Procuradoria do Estado de São Paulo, junto aos Promotores que iriam acompanhar a investigação da morte do Prefeito, uma declaração, que é, no mínimo, certo... Ela coloca em suspeição várias pessoas, o senhor entendeu? Inclusive eu. Porque ela conta uma história de uma propina, no dia 24 de janeiro de 2002, ela fala dessa história da propina, e depois ela diz que encontra com o João Francisco, que é amigo pessoal da família dela e da declarante – estão lá os termos – e diz que o João Francisco falou: "Olha, mataram meu irmão, acabaram com a vida do seu pai, e nós sabemos quem foi".

Então, por isso que eu acho muito estranho, Excelência – o senhor entendeu? – muitos casos nesse sentido, porque isso ela declarou no dia 24 de janeiro de 2002.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Já que V. Exª tem esse detalhe e acha estranho, pergunto: não é mais estranho ainda a morte de sete pessoas ligadas a esse crime de Celso Daniel?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É, também posso dizer para o senhor que realmente é muito estranho, mas...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Peço apenas que o senhor tome cuidado.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Senhor?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Tome cuidado.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Isso. Eu, na verdade tenho que tomar todo cuidado...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Porque o senhor pode estar numa lista dessas.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – E vou dizer para o senhor, Excelência: eu tenho que tomar todo o cuidado mesmo, certo? Cuidar e rezar para muita gente que, às vezes, até acusa a gente. Se acontece alguma coisa com eles aí, nós somos culpados, eu sou o culpado, o senhor entendeu?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Então, por favor, reze pelo Senador Efraim Morais, que está conduzindo a Comissão.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Por todos os Senadores, porque eu tenho certeza de que todos os Senadores aqui vão conhecer e vão esclarecer esse assunto de uma vez por todas aqui, nesta Comissão. Eu confio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães, inclusive a recomendação de orações, e agradeço antecipadamente aos que fizerem.

O Sr. Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, antes de fazer as minhas inquirições ao Sr. Ronan, gostaria de registrar que o Ministério Público de São Paulo dá conta de que o Sr. Sérgio Sombra tem oito domicílios registrados. Quando da sua prisão, ele não foi encontrado em nenhum desses domicílios. Ele não foi encontrado, e se apresentou. Ele deveria estar aqui hoje. Tenho duas informações, uma de que ele vem e a outra é que o advogado dele está entrando com uma medida jurídica, de maneira a apresentá-lo outro dia. Se na verdade essa medida jurídica vier e houver esse contato, V. Exª, juntamente com o plenário da Comissão, determinará esse dia. Se não vier, gostaria que V. Exª solicitasse ao juiz criminal de Itapecerica da Serra que oficiasse ao Ministério Público e ao juiz para que as providências sejam tomadas, porque ele foi solto por conta da colaboração e por possuir domicílios. E se não encontrado no domicílio, que a Justiça o recolha para que ele venha a este depoimento, convocado por esta CPI, que tem poder de Justiça. Na minha visão, essa providência deveria ser tomada.

Caso não aconteça, vou repetir como questão de ordem no final da tarde, para que tenhamos esse cidadão aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª a observação, mas informo-lhe que a assessoria me comunica que o Sr. Sérgio Gomes embarcou em São Paulo com destino à capital. De forma que será o terceiro a ser ouvido hoje. Claro, será mantida a questão de ordem de V. Exª.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Obrigado, Sr. Presidente. É sabido, pelas leituras que fazemos, o Sr. Ronan tem sua origem como motorista de ônibus. É verdadeira a afirmação de que o senhor chegou a Santo André pelas mãos do Sr. Constantino, que hoje é o dono da GOL?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É verdadeiro. Nós já trabalhávamos no Rio de Janeiro. Vendemos a

empresa no Rio de Janeiro e compramos na cidade de Santo André, em 1984.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Temos informações de que o Sr. Constantino – queria que o senhor me dissesse se é verdade ou não –, que hoje já não tem mais um bom relacionamento com o senhor porque reclama que, quando desse relacionamento, ele foi forçado a ajudar o senhor a ter uma empresa de ônibus em função de tanta pressão que sofreu do senhor.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Muito pelo contrário, Excelência. Eu gozo de um conceito muito positivo e de respeito em toda a família Constantino e também os respeito muito. Temos sim um relacionamento. Não somos mais sócios por circunstâncias naturais. Então, isso não é verdade. Posso atestar aqui toda a minha idoneidade profissional que tive ao longo dos anos, mais de vinte anos, com o Sr. Constantino de Oliveira.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele daria esse depoimento sobre o senhor?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Acredito que sim, acredito que sim. E ele, há pouco tempo, na semana passada, me ligou e disse: "Olha, você não merece o que está acontecendo com você".

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor militava no Rio e acabou indo para São Paulo?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Primeiramente, viemos para Santo André. Depois fomos a São Paulo, na Baixada Santista, na cidade de Sorocaba. Enfim, várias cidades, Excelência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O que o senhor acha que levou a família Gabrilli, a Srª Rosângela de maneira muito específica, a fazer as denúncias que fez ao Ministério Público, dando conta de que o senhor era coordenador desse esquema e que o recolhimento do esquema era feito por Irineu Martins Bianco, que vem a ser um funcionário do senhor?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Primeiramente é o seguinte, Excelência: eu acho que isso daí, como eu disse anteriormente aqui, é uma disputa comercial, certo? E essa senhora, como os demais da família, fez essa denúncia, então eu acredito que foi dentro dessa linha.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Só um minutinho, para ajudar. O senhor se aproximou da família e se tornaram sócios? Chegaram a se tornar sócios?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Nós fomos sócios durante quatro anos, Excelência. Por isso a minha estranheza.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E a minha estranheza é a seguinte: o que leva um sócio de quatro anos, se tem os mesmos interesses – quando o senhor fala que aí é disputa comercial, mas, em havendo a sociedade, agora militam pelo mesmo interesse –, e leva uma pessoa que milita pelo mesmo interesse a denunciar o senhor como chefe desse esquema de arrecadação de propina em Santo André?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Pois é, nós militamos, nós fomos sócios em 2001, e ela fez essa denúncia em 2002.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Por que o senhor acha que ela fez?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Pela disputa comercial da cidade, lógico. Hoje, nós temos na cidade, Excelência... A cidade tem 390 ônibus, dos quais 220 são meus.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Já havido rompido a sociedade quando aconteceu a denúncia?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** É. Rompida a sociedade, e eu os estava ajudando na empresa deles.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Por que rompeu a sociedade?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Rompeu a sociedade... Não foi um rompimento de uma sociedade. Quer dizer, eles venderam a parte que eles tinham nessa empresa para uma outra empresa chamada Projeção Engenharia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas como o senhor, no exercício da sua benevolência, é denunciado se o senhor os estava ajudando?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** É isso que eu quero saber, Excelência. É isso que eu gostaria de saber...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Espere aí. Quem está querendo saber sou eu.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Eu sei. Desculpe.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Se o senhor não prestar atenção, daí a pouco eu que tenho que buscar explicações para lhe dar.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Desculpe, Excelência. Não foi essa a intenção.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim, então, vamos falar: o senhor estava no exercício da sua benevolência quando ajudava a empresa deles, e ela vai para o Ministério Público e fala: não, o cara que está sendo misericordioso conosco, ajudando-nos na nossa empresa, é o chefe do esquema de arrecadação, e quem vai buscar e arrecadar chama-se Irineu Martins. Responda-me essa questão dessa maldade da Srª Rosângela Gabrilli e quem é Irineu.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** A maldade da Srª Rosângela Gabrilli consiste naquilo que eu já disse para V. Exª, na questão da disputa comercial. Irineu é hoje um funcionário meu, mas, no momento dessas denúncias, ele era funcionário da empresa Expresso

Nova Santo André, da qual a família Gabrilli também fazia parte.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Então, o senhor acha que não seria bom colocarmos o Irineu, o senhor e a família Gabrilli numa acareação, um de frente para o outro para olharmos no olho e saber quem está falando a verdade?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Exatamente, Excelência. E eu, no momento que teve uma CPI na cidade de Santo André, eu pedi que fizesse essa acareação, e ela foi feita, e estão aqui todos os documentos relativos àquela acareação. E quando for possível...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu vou oficializar isso. Só que acho, realmente, que é muita maldade de uma pessoa que está sendo ajudada por outra, que está recebendo de outra a atenção à sua nova empresa, fazer uma denúncia dessa gravidade...

A senhora não pode falar com ele, doutora.

**A SRA. (Advogada)** – Eu posso sim.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não pode. Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicitaria, para que tivéssemos um bom andamento, que só o fizesse quando o próprio depoente solicitasse de V. Sª alguma informação, para que não precisemos intermediar. Inclusive V. Sª está passando algumas informações, e nós estamos administrando. Vamos dar continuidade. Solicitaria da Srª advogada que, quando o próprio depoente necessitasse da informação, fizesse a V. Sª. Infelizmente não é permitido falar, a não ser Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª também não pode, como Deputado, lamentavelmente. Quero deixar claro, para não haver dúvidas, que poderão usar da palavra o depoente e as Srªs e Srs. Senadores. V. Exª tem a palavra, mas pediria a V. Exª que se dirigisse diretamente ao depoente.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas eu estou me dirigindo a ele. Só para orientá-lo, porque isso aqui é o plenário do Senado Federal, é uma CPI, é um inquérito parlamentar, e só falam os Parlamentares. E o advogado, quando tem necessidade, pede, por escrito, ao Presidente. S. Exª defere ou indefere.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª está com a palavra, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Vou continuar. O Ministério Público dá conta, nessas denúncias, de que se cobravam R$550 por ônibus que circula em Santo André, de caixinha. O que o senhor tem a falar sobre isso?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – O que eu tenho a falar sobre isso é que eu, na verdade, tenho lá mais de 50% do sistema de transporte, Excelência, e eu não paguei nem arrecadei nenhuma propina.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Disso aqui o Ministério Público tem documento, que pode chegar a esta CPI. E é o que vou perguntar agora. Essa arrecadação ia para a conta do Sérgio Gomes, o Sombra, entrava na conta dele. O Ministério Público tem esse documento e dispõe de documentos. Estou oficializando isso agora, porque recebi a informação correta. E, a partir da conta do Sombra, os recursos eram distribuídos. Qual o tipo de relacionamento do senhor com o Sérgio Sombra?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – O relacionamento com o Sérgio foi da sociedade, que eu já disse, Excelência, nas empresas de ônibus, e em um imóvel, em um terreno, na cidade de Santo André.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Continua ainda?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, senhor.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Por quê?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Nós terminamos a sociedade em 2003; em 2002, 2003.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor comprou uma empresa chamada Rotedali. É isso mesmo?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Essa empresa, Excelência, foi criada por mim. Foi uma empresa que eu criei. O senhor entendeu?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – A informação que tínhamos é que essa empresa estava quebrada no interior de São Paulo. Não sei se o senhor a comprou; se ela era novinha realmente. E essa empresa passou a ganhar todas as licitações de lixo. E ela foi levada do interior para Santo André, para São Paulo, especificamente, depois de o senhor tê-la comprado. E, a partir daí, ela começou a ganhar todas as licitações. O que tem de verdade nessa afirmação?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – A verdade, Excelência, é que essa empresa foi criada Rotedali, em 1996, na cidade de Catanduva. E essa empresa tinha um outro nome lá na cidade. Eu criei a empresa e peguei a cessão do contrato que lá existia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Os primeiros contratos foram sem licitação?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, senhor, Excelência. Os contratos da Rotedali foram com licitações.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor tem certeza do que está falando? Porque o Ministério Público dá conta de que os primeiros contratos de lixo da Rotedali foram contratos sem licitação. O que eles estão querendo dizer com isso? Pode ser uma outra fórmula e eu não sou advogado.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Talvez eu não possa precisar o que o Ministério Público está querendo dizer com isso. O que eu posso afirmar para V. Exª é que, na verdade, essa empresa foi criada em Catanduva; já havia um contrato lá. Depois foi feita uma licitação na cidade de Catanduva, em 1997. Em seguida, viemos com a empresa para Santo André, ganhamos a licitação. No final de 1998, iniciamos uma operação de serviços a partir do ano de 1999. Terminando esse serviço no ano de 2003, no início de 2003.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O relacionamento do senhor com o Klinger começou há quanto tempo?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Já há mais de dez anos, Excelência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O Klinger veio de Santos, não é? Da Prefeitura de Santos?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eu não o conheci na Prefeitura de Santos. Mas ele já me disse que esteve por Santos.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O Klinger foi ser secretário de uma supersecretaria. Ele era secretário de serviços municipais. Todos os serviços eram dele, como lixo, transporte e construção civil. E o senhor é dono de uma empresa também de construção civil. Qual é o nome da empresa mesmo?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eu fui dono desse empresa de 1995 a 1996, Projeção Engenharia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Projeção Engenharia. O senhor tem algum contrato na cidade de Santo André com a Projeção Engenharia? Já teve?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Nunca tive um contrato com a Projeção Engenharia, nessa gestão em que eu fui o dono dela, de 1995 a 1996, com a cidade de Santo André.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Humberto Tarcísio de Castro. Quem é?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É o dono da Projeção Engenharia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele era seu sócio?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** É. Ele começou até como meu funcionário. Ele começou como funcionário, em 1988, apresentado por um outro empresário, Sr. João Antônio Braga, e ele trabalhou para nós, juntos, para mim e para o João Antônio Braga, num consórcio que nós tínhamos, uma sociedade no corredor São Mateus-Jabaquara, no Estado de São Paulo. Na cidade de São Paulo, mas era uma licitação que nós vencemos do Estado de São Paulo, em 1988. Então, Humberto gerenciava para nós. Mas ele é um engenheiro civil.

Em 1995, eu queria abrir uma empresa de construção civil e o convidei para trabalhar nessa empresa. Por que nós queríamos abrir essa empresa? Para construir garagens e terminais nossos. Então, o que ele trabalhou? Enquanto a projeção era minha, fazia serviços para o nosso grupo de empresas.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Aí ele se tornou dono.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Depois, em 1996, eu passei a empresa para ele. Vendi para ele e para um outro executivo que trabalhava comigo. A esposa dele, dona Sônia Bolonhese, quem comprou. E eles foram tocar a vida deles.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Como engenheiro, ele dispunha de capital para comprar uma empresa de construção?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Ele dispunha, porque, na verdade, essa empresa não tinha nenhum patrimônio, Excelência. Em 1996, se o senhor verificar, ela não tinha nenhum patrimônio. Era muito pouco o patrimônio dela.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Três figuras enigmáticas. E eu quero encerrar, Sr. Presidente.

Quem é o Klinger para o senhor?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Klinger é um amigo meu, até hoje. Meu amigo há mais de onze anos e um amigo familiar, inclusive.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quem era Celso Daniel na vida do senhor?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Na minha vida, Celso Daniel foi, como na vida de todos os municípios, os munícipes....

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, somente do senhor.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Na minha vida, como cidadão da cidade de Santo André, foi um grande prefeito da cidade de Santo André.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas, especificamente. Grande prefeito... O senhor voltou a falar o que ia falando no começo e eu disse não. Porque foi um grande prefeito para todo mundo.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Então, porque as minhas relações....

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor desfrutou do convívio, da amizade dele? Quem era esse homem?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não. Eu já disse. Eu posso explicar para o senhor. Desculpe. É que eu já tinha falado.

A minha relação com Celso Daniel foi como prefeito, apenas institucional.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quem é o Sérgio Gomes, o Sombra? O senhor pode dar um perfil dele?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** O que eu posso falar dele é que foi meu sócio em aproximadamente quatro anos, entre três ou quatro anos. Eu o conheci, aproximadamente, há oito ou nove anos. Agora, está mais...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quando o senhor o conheceu?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Há nove anos, mais ou menos.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Em...

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Desculpe. De 1995 para 1996.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Então. Em 1995 ele era segurança do Celso Daniel. O senhor o conheceu como segurança?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, não. Não o conheci como segurança.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Já o conheceu como empresário?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** É. Eu o conheci como empresário.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor não acha estranho um cara que em 1995 é segurança e depois vira empresário de 1996 em diante?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** É. Então, Excelência, mas eu não...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor acha estranho?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Eu não acho pelo seguinte, porque eu tive algumas oportunidades....

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não. É somente sim ou não. O senhor acha estranho, ou não?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não. Não acho.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não. É segurança em 1995 e em 1996 já é empresário!

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Eu não sei se ele era segurança, por isso eu não acho.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas como? O senhor conviveu com ele nove anos e não sabe da história dele? Ele sabe a história do senhor. Nós todos sabemos da história do senhor e da história dele. Como não? Essas coisas são pequenos detalhes. Por exemplo, eu tenho o maior orgulho de dizer que sou filho de uma faxineira, entendeu? Entrei na vida pública em 1992, como vereador. Em 2002 eu era Senador. Então, todo mundo sabe disso. Como o senhor tem orgulho de contar a sua história, que era um motorista e tal, como o senhor não sabe se um amigo seu, que foi seu sócio, em 1995, era segurança?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Infelizmente, Excelência, eu não me lembro. Eu não sei se ele realmente era segurança, Excelência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não tem problema. Deixe-me fazer outra pergunta, até porque essa amnésia ocorre com todos que se assentam no seu lugar.

O senhor estava onde quando o Celso Daniel foi seqüestrado?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Quando ele... No dia do seqüestro do Celso Daniel eu estava na cidade do Recife. Fui até uma cidade do interior chamada Belo Jardim, a convite...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Conheço.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** ...de um grande amigo, Deputado Federal José Mendonça, que me convidou para um almoço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu queria informar a V. Exª que essa pergunta já foi feita e respondida.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, não. Eu quero encerrar e fazer o meu fechamento.

Então, o senhor assistiu pela televisão?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Isso. Eu vi pela televisão.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pois eu quero encerrar aqui, agora.

Eu assisti também pela televisão e achei extremamente estranho duas pessoas num carro; um carro que, segundo a Mitsubishi, nunca deu aquele tipo de problema, travou o hidramático, os bandidos meteram os ferros, tiraram um, o Celso Daniel, deixaram o outro armado, com celular e tudo.

Não estou perguntando agora ao Sr. Ronan; estou perguntando ao cidadão brasileiro. Eu achei do outro mundo. Para mim, causou estranheza grande: o sujeito tira um sujeito do carro, leva um, não leva o outro, o outro fica armado, fica com tudo e, se é crime comum, fica muito mais estranho o fato de os dois não terem sido levados. Quando o Celso foi levado, o Sombra não foi, o Sérgio Gomes não foi levado, e ficou lá, armado, com celular. O senhor teve a sensação de alívio: "Poxa, pelo menos um amigo não foi", ou o senhor aquilo muito estranho?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Nossa, Excelência, aquilo, realmente... Alívio nenhum. Todos nós ficamos preocupados, não é? Quando eu vi pela televisão, certo? A maneira brusca que aconteceu tudo, não é? Realmente a gente ficou muito assustado com essa... Esse tipo de violência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas o senhor não achou estranho só ter levado um? Ficou o outro e com arma e celular?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É, na verdade...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não é estranho?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É como eu disse para V. Exª, há várias complexidades nesse...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim, o senhor assistiu pela televisão, como eu. É estranho ou não é?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É, na verdade, é estranho mesmo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Antes de conceder a palavra ao Senador Suplicy, concedo a palavra ao Relator, que deseja fazer mais uma colocação.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Ronan, só quero lhe perguntar, diante do que foi dito aqui, se o senhor estaria disposto a participar de uma acareação com a Srª Rosângela Gabrilli.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Excelência, eu estou à disposição dessa grande e imparcial Comissão, para atendê-los da melhor maneira possível, Excelência, em poder esclarecer. O que essa Comissão decidir, quiser, eu venho com muita satisfação atender aí as determinações da Comissão.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Relator, eu já formalizei para que esta Comissão possa votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exªs.

Mais alguma pergunta? Sr. Relator? Eu teria só duas informações aqui, se me permitir o Senador Suplicy: o senhor soube da morte, da morte, não, do seqüestro do Sr. Celso Daniel, no dia seguinte pela televisão como todos nós.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, senhor, Excelência, desculpe, eu fiquei... Eu soube na televisão do seqüestro na mesma... Na noite mesmo do seqüestro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor Sérgio Gomes não fez nenhum telefonema como amigo, para lhe comunicar que havia ocorrido o seqüestro?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, eu é que fiz o telefonema.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Para Sérgio Gomes.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É. Quando eu vi que eu reconhecia a Pajero na televisão e que vi que era o Prefeito de Santo André e que já se falavam do Sérgio, eu fiz um telefonema, mas eu liguei, ele atendeu, disse: – Olha, não posso ficar falando, porque eu tenho que deixar o meu telefone aberto para qualquer eventualidade, qualquer... Eles podem estar ligando e tal.

Foi mais ou menos assim. Então, desligue rapidinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que o Sr. Sérgio, que ficou, não foi seqüestrado, não fez nem um telefonema a V. Sª?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, senhor, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nesse intervalo? Entre o seu telefonema e o dele?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, eu não me recordo. O que eu fiz foi eu que tentei ligar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que o Sr. Sérgio não tinha assim, realmente, muito... O senhor sabe quem ele primeiro comunicou ou não, o Sr. Sérgio?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não sei, Excelência, sinceramente eu não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não teve oportunidade de conversar com ele sobre isso.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não tive a oportunidade da conversa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – No jornal que o senhor passou a ser sócio, como é o nome dele?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – **Diário Grande ABC**.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – **Diário Grande ABC**. Quem é a sua pessoa de confiança dentro do **Diário Grande ABC**

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Da minha confiança, o ...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, a pessoa que, vamos supor, está contratado por V. Sª para administrar 50% que é seu. Quem é essa pessoa? Porque deve ser um empresário, um amigo. Aqui não estou falando que é isso, aquilo outro. Eu quero saber a pessoa que o senhor confiou esse trabalho.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Na verdade, é o seguinte: lá, quem continua com a adminIstração total é a família Dotto, o Seu Mauri Dotto e o Evenson Dotto, que goza da minha inteira confiança. E nos ajustes administrativos tem a minha filha. A minha mulher, quando pode, passa por lá, entendeu?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Tem conhecimento do...

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** É, tem conhecimento da parte administrativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem. Deixe-me dizer a V. Sª que a **Rede Bandeirantes** divulgou a seguinte informação... Ou vai divulgar hoje. Já para antecipar. Exatamente, de janeiro a maio de 2005, a **Folha de S.Paulo**, que é... Quantos leitores...? Qual é a tiragem do jornal? O senhor tem idéia? Do jornal que V. Sª...

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Do jornal lá? É uma média de 35 mil exemplares na semana, e acho que 70, 80 mil, acredito eu, para o fim de semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Para o fim de semana. Pois bem, a **Folha de S.Paulo** recebeu, nesse mesmo período, incluindo Banco do Brasil, Embratur, Caixa Econômica, Petrobras, Ministério da Educação, BNDS, Câmara dos Deputados, Correios, Universidade Federal, UFLA – o que é, não sei, tem aqui uma sigla –, Governo Federal e LE, República do Brasil, o total de R$4.504.000,00. Foi o que faturou a própria **Folha de S.Paulo**. **O Estado de S.Paulo** faturou a importância de R$4.340.000,00. E o **Diário do Grande ABC**, que é o concorrente do senhor lá?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, o **Diário do Grande ABC** é a empresa da qual sou um dos acionistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Recebeu, aqui está, só da Petrobras, da Caixa Econômica e empresas do Governo Federal, R$3.854.000,00. Quer dizer, o mesmo valor que recebeu, aproximadamente, a **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S.Paulo**. Quer dizer, o senhor... Qual é esse contato? Quem é esse relacionamento que tem com a Petrobras, por exemplo, o **Diário do Grande ABC** recebeu... Enquanto a **Folha** recebeu R$453 mil e **O Estado** R$253 mil, o **Diário** recebeu R$1.477.000,00. A Caixa Econômica, enquanto a **Folha** recebeu R$565 mil, **O Estado** R$693 mil, o **Diário** recebeu R$1.307.000,00. E, no caso das empresas do Governo, a **Folha** recebeu R$4,5 milhões, **O Estado** R$4,34 e o **Diário** recebeu R$3.854.000,00. É isso que... O senhor sabe quem é a pessoa influente que tem esse relacionamento? Acabo de receber a informação de que a **Rede Bandeirantes** está, hoje, divulgando isto aqui. Essa informação chegou há pouco. Eu queria só saber de V. Sª: o **Diário**... Qual o relacionamento, quem é a pessoa encarregada do comercial, vamos dizer, do **Diário**? V. Sª tem essa informação?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Tenho, sim, Excelência. A Diretoria Comercial do **Diário do Grande ABC** consiste do Sr. Oscar Osawa e também do Sr. Evenson Dotto, que é acionista desde a época do início do jornal. Ele e a família. Então, como eles é que administram, eles podem, provavelmente, dar as explicações a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor considera estranho, não é? Por exemplo, a Petrobrás investir R$1,5 milhão em propaganda no **Diário do Grande ABC**, enquanto que na **Folha** e no **Estadão**, juntos, não chega a R$700 mil.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** É... Eu não conheço os números...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. É estranho...

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Na verdade, talvez tenha tido algum interesse em algum investimento do ABC, mas eu não posso nem precisar...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhece algum investimento da Petrobras que foi feito em Santo André?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, não conheço. Em hipótese alguma. É isso que eu estou dizendo a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O **Diário** é muito vendido em São Paulo, na cidade de São Paulo?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Eu não conheço...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Brasília, essas coisas?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, não, acredito que não, Excelência. O **Diário do Grande ABC** é o maior...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Na realidade, cabe agora à Petrobras justificar isso, e V. Sª tem razão.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Exatamente, isso mesmo, Excelência. Eu não tenho...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª. Só por curiosidade de minha parte, e não tem nada a ver com V. Sª.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – E também esses números aí se tornaram...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, que chegou e está à frente do Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, estava dando início à sessão plenária. Temos a Medida Provisória nº 258, muito importante para o País, para ser decidida até amanhã.

Sr. Ronan, tenho algumas perguntas muito objetivas a V. Sª.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Sim, Excelência.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O senhor mantém relacionamento comercial hoje com a Srª Rosângela Gabrilli.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não, Excelência. Nós temos o relacionamento, hoje, comercial. Do ponto de vista de sociedade, terminou em 2001. Agora convivemos no mesmo sindicato das empresas de ônibus, porque é um sindicato único; ela vai, eu também estou lá, e discutimos os assuntos do sistema de transporte.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Consta que o senhor seria uma espécie de interlocutor entre os empresários de ônibus e o Poder Público municipal. O senhor confirma?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não confirmo, Excelência.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O senhor não confirma, não é?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Com o Prefeito Celso Daniel, o senhor tinha um bom relacionamento comercial, pessoal?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – A relação com o Prefeito Celso Daniel era institucional.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – E com os irmãos dele?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não os conheço.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Já informou que não os conhece.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É, não os conheço, Excelência.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O senhor conhece o ex-Secretário Klinger há quanto tempo?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Conheço há mais de dez anos, Excelência.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O senhor sabe informar se ele chegou a se indispor com a Srª Rosângela Gabrilli por conta do contrato com a Expresso Guarará?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não posso informar ao senhor porque eu não tive esse conhecimento.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O senhor sabe informar alguma coisa sobre o que seria o custo político de R$100 mil/mês pagos pela Expresso Nova Santo André, denunciado por ele?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Na verdade, a Expresso Nova Santo André é uma empresa de origem da privatização de uma empresa pública na cidade de Santo André – a EPT –, e nós formamos um consórcio na cidade de Santo André com todas as empresas. Por isso que eu disse que a família, o pai da Srª Rosângela Gabrilli era meu sócio, porque todos os empresários da cidade de Santo André – que são poucos até – mais um outro da cidade de São Bernardo, que é o Sr. João Antônio Braga, nós formamos um consórcio e participamos dessa licitação. De que consistia essa licitação? A Prefeitura cobrou das empresas da licitação, como outorga, R$7 milhões. Nós tivemos que pagar para a Prefeitura R$7 milhões, a Expresso Nova Santo André. Então como é que foi pago isso? Quatro milhões na assinatura do contrato, e o restante, os R$3 milhões, em 36 meses, com uma carência da primeira parcela no 19º mês do contrato. Então, na verdade, o que posso entender é que o custo político para pagar para a Prefeitura eram esses R$100 mil, cem, cento e pouco, que dava o valor da outorga que nós pagávamos diretamente à Prefeitura.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O senhor foi sócio... Como o senhor conheceu o Sérgio? O senhor pode colaborar em esclarecer um pouco melhor, o Sérgio Gomes?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eu conheci o Sérgio na cidade de Santo André. Ele era uma pessoa que tinha uma visão muito grande na cidade. Não posso precisar quem foi exatamente que me apresentou, mas eu o conheci há uns nove ou dez anos – acredito eu –, na cidade de Santo André mesmo.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Entendo, Sr. Presidente, que o Sr. Ronan já foi muito indagado pelos Srs. Senadores. Eu só deixaria uma manifestação para que se pudesse refletir aqui. É que tenho acompanhado essa polêmica toda, e o que se nota, de maneira muito confirmada, é que a imagem empresarial das empresas de ônibus está muito pesada neste País. É como se houvesse sempre algo muito suspeito sobre a dignidade desse tipo de atividade. Aqui temos o Senador Valmir Amaral, que é desse setor, e S. Exª ele há de concordar com isso. Penso que se os empresários desse setor pudessem fazer um movimento, um encontro nacional, para rever isso, como se livrar disso, porque não é possível que todos venham a ser desonestos, que todos tenham maus propósitos, que todos sejam contra a dignidade da vida empresarial, uma vida empresarial saudável.

Então, vale a pena deixar como lembrança aqui, sem fazer juízo de valor, o que não me compete, sem os elementos que eu precisaria ter sobre as razões do assassinato do Prefeito Celso Daniel, que para nós é uma perda profundamente dolorosa. Queremos que seja esclarecido a fundo, que a verdade venha à tona. Sei que é a intenção de todas as pessoas de bem deste País, mas as empresas de ônibus do Brasil precisam rever uma maneira de melhorar sua imagem perante a opinião pública. Às vezes, pode ser que a culpa esteja até do outro lado, mas está recaindo, fortemente, sobre as empresas de ônibus, sobre as empresas de lixo, sobre algumas organizações da sociedade civil,

e não podemos conviver com essa imagem no que diz respeito à vida pública do País.

É uma manifestação para que se reflita sobre isso apenas.

No mais agradeço a V. Sª.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Queria agradecer a V. Exª pelo alerta. Realmente, V. Exª está muito correto nas suas afirmações. Os empresários têm que trabalhar mais, que se unir mais, ao invés de ficarem fazendo essas disputas, acusações indevidas. Levo para nossas associações as suas palavras, Excelência, para que possamos realmente melhorar o máximo, trabalhar com mais dedicação nos negócios.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Valmir Amaral.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Gostaria de dar os parabéns ao meu colega Tião Viana, que falou a verdade. Os empresários de ônibus no Brasil precisam fazer um trabalho para melhorar a impressão de vocês.

Parabéns Senador Tião Viana, pela sinceridade das palavras de V. EXª.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao Sr. Ronan se a empresa Vila Nova Industrial foi ou ainda é de sua propriedade.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Expresso Vila Industrial, sim senhor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda é de propriedade do senhor?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Essa empresa está sem atividade, Excelência, desde o ano de 2000. É uma empresa que operava no sistema municipal de São Paulo e, na verdade, quando venceu o contrato lá, nós paramos essa empresa. Ela não opera mais contrato publico desde o ano de 2000.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ela fez algum depósito para o Sr. Sérgio Gomes?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Fez sim senhor. Ele prestou serviço nessa empresa e em outras empresas também.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi um ou foram vários depósitos?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Foram várias prestações de serviços, Excelência. Não posso recordar quantos depósitos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas quando ele era sócio do senhor?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Antes de ele ser sócio e depois que ele foi meu sócio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Que prestação de serviço era essa?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Ele fazia uns trabalhos, projeto de segurança operacional...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª disse que não sabia que ele era segurança. E agora ele fazia o trabalho de segurança. Olha a contradição que V. Sª está fazendo.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Excelência, posso explicar?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode.

Só estou estranhando...

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Gostaria de esclarecer ao senhor: segurança operacional é diferente de ser segurança. Ele fez projetos para construção de garagens nossas, de estabelecimentos, de guaritas, de posicionamentos de cercas elétricas, como também de posicionamento de recebedoria. Quer dizer, não é uma segurança...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem.

E esses depósitos eram no mesmo valor ou em valores diferentes?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Em valores diferentes. Eram de acordo com o número de horas, e tem contratos, Excelência, como ele também emitiu nota fiscal, que está aqui fazendo parte dos documentos que estou passando para V. Exª.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E somavam quanto? V. Sª se lembra?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não me lembro dos valores, mas está aqui o documento, com, inclusive, xerox das notas fiscais e também dos contratos de prestação de serviço que ele fez na época.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, gostaria de passar às mãos de V. Exª o CD gravado pela Polícia Civil de São Paulo, no último dia 14, contendo depoimentos dos sete indiciados pelo seqüestro e morte do ex-Prefeito Celso Daniel. Aqui estão as gravações para que possa a Taquigrafia do Senado proceder à degravação completa, inclusive para o exame de todos os Srs. Senadores da CPI, especialmente do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Gostaria de fazer perguntas ao Sr. Ronan Maria Pinto. V. Sª teve

uma trajetória de empresário do setor de transportes coletivos em diversas cidades brasileiras, sobretudo em Santo André. Desenvolveu depois um interesse muito grande por jornalismo, pela imprensa. Quando se interessou tanto em adquirir o controle acionário ou ser sócio do principal jornal do ABC? Há muitos anos, conheço o **Diário do Grande ABC**, diversas vezes estive na sua redação, tem sido comum, ao longo destes anos, de quando em quando, eu fazer uma visita a Santo André e aos diretores e editores desse jornal, onde fui tratado sempre com muito respeito e atenção. Dei inúmeras entrevistas a esse jornal. Agradeceria se puder nos contar como surgiu esse interesse, quando deu os passos para se tornar acionista. V. Sª disse que tem cerca de 50% do jornal. Aliás, se tem 50%, detém o controle acionário, pois é dono da metade. De igual para igual, é tão controlador da empresa quanto a outra parte...

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Correto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, acredito que ao dizer: "Eu tenho 50%" – o senhor não foi claro na resposta ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, disse: "Olha, eu só controlo 50%" –, prova que controla a metade. Quem controla 50% é acionista controlador, no meu entender. Como surgiu esse interesse e como se organizou para adquirir o controle acionário do principal jornal do ABC?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Excelência, em primeiro lugar, eu já tinha uma sociedade com parte dos acionistas do **Diário do Grande ABC**, que é da família Dotto, como temos ainda uma sociedade numa empresa de ônibus. O interesse partiu da relação dessa sociedade. Os grupos que estavam no **Diário do Grande ABC** não estavam mantendo entendimento do ponto de vista societário. Havia uma série de reclamações, o jornal estava caindo consideravelmente do ponto de vista administrativo, etc. Então, surgiu a oportunidade de fazer esse negócio, e acabei entrando nele. Mas não sou... Não é a minha área, não há nada comigo do ponto de vista... Não sou jornalista. É muita pretensão, até disse isso, é uma ousadia quem não sabe ler, escrever ou falar direito, porque tive um grau de escolaridade muito pequeno, ser acionista de um jornal de grande porte como é o **Diário do Grande ABC**. O interesse surgiu nessas condições que acabei de explicar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quando se deu esse interesse?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – No ano passado, quando se concretizou.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Durante o período de 2003 e 2004, V. Exª já estava em contato com o Sr. Mauri Dotto, que era o principal controlador, e que tinha, conforme mencionou, uma disputa pelo controle do **Diário do Grande ABC** com a família Polezi, não é isso?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Exatamente, a família Polezi com a família Dotto. Eu, na verdade, já tinha os contatos, a relação com o Sr. Mauri e também com o filho dele, Evenson, que foi ser meu sócio, já em 2002, e, a partir daí, se desenvolveram, Excelência, as negociações.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E nos diálogo que a família Mauri Dotto tinha com a família Polezi, dado o interesse que esta CPI está tendo pelo assunto, conversei com o Sr. Alexandre Polezi, que foi editor do **Diário do Grande ABC** até que passou o controle acionário para a família Mauri Dotto, que me informou que, já na época em que o Sr. Mauri Dotto dialogava com ele, normalmente, ainda que nunca o senhor diretamente conversasse com o Sr. Alexandre Polezi, o senhor sempre estava presente. Ou seja, o Sr. Mauri Dotto conversava com V. Sª, e isso era de conhecimento do Sr. Alexandre Polezi, tanto é que, por vezes, ele até teve vontade de conversar diretamente com o senhor, mas isso normalmente era evitado, mas ele notava que o senhor estava presente, acompanhando **pari passu** e, por vezes, dando a impressão de que o senhor tinha efetivo interesse em saber das coisas. Então, eu agradeceria se V. Sª pudesse nos explicar que tipo de relacionamento tinha com o Sr. Mauri Dotto, se era, de fato, um outro proprietário junto ao Sr. Mauri Dotto ou por outras razões de sociedade, porque isso será importante.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Posso esclarecer, sim, Excelência.

Na verdade, não conheço o Sr. Alexandre Polezi. Estive, parece-me, uma única vez com o Sr. Fausto Polezi em algum evento, mas os procurei sim, e, nesse momento, na verdade, procurei o Sr. Fausto Polezi. Não me recordo se falei com ele por telefone. Não, não, foi com um assistente dele, um representante dele, e chegamos a marcar uma reunião para falar desse assunto no escritório de advocacia do Sr. Fausto Polezi. Mas, na verdade, naquele momento, era o interesse mesmo de tentar até fazer uma aproximação das partes, e, de repente, fazermos uma composição em que ficássemos os três juntos. Eu até tinha interesse, então, procurei o Sr. Fausto, mas, infelizmente, não pudemos falar pessoalmente. Acredito até que, se os Srs. Fausto e Alexandre Polezi tivessem me recebido, eles estariam no Jornal, porque o que eu queria falar para eles era exatamente isso: "Olha, uma sociedade de 45 anos, vocês são todos pessoas de bem, poderia continuar. Então, vamos tentar ajudar, no sentido da aproximação".

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Ronan Maria Pinto, o senhor tem ciência de que o Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho teve diversos problemas de saúde nos últimos anos, que, segundo me foi relatado pela Srª Rosângela Gabrilli, pois ela me procurou em 2002, tiveram muito a ver com a história que aconteceu na relação da Expresso Guarará com a Prefeitura Municipal de Santo André, com V. Sª, com o Sr. Sérgio Gomes da Silva, com o então Secretário Klinger, que inclusive também estará aqui hoje prestando esclarecimentos. Gostaria que V. Sª pudesse nos lembrar, no melhor de sua memória, o que efetivamente aconteceu em uma reunião, no início de 1997, na Prefeitura Municipal de Santo André, quando o Secretário de Transportes, o Sr. Klinger Luiz de Oliveira Souza, que está presente nesta sala, estando presente V. Sª, o Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho e o Sr. Baltazar de Souza. Talvez houvesse mais pessoas presentes. V. Sª poderia, no melhor de sua memória, lembrar o que efetivamente aconteceu nessa reunião?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Excelência, infelizmente, eu não posso colaborar, porque não me lembro dessa reunião de 1997. Foram tantas reuniões e na verdade poderia haver algumas reuniões das quais eu participava e de outras não. Mas preciso verificar se eu realmente participei. Se participei, darei detalhes a V. Exª. Na verdade, eu não trabalhava só na cidade de Santo André. Eu tinha as empresas lá, como tenho. Mas, como eu tinha várias empresas, inclusive fora do Estado de São Paulo, eu basicamente não ficava na cidade de Santo André todos os dias. São tantas reuniões que eu não sei. Não vou dizer para V. Exª se eu participei ou não dessa reunião, porque eu não me lembro disso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo.

Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, tenha aqui uma entrevista dada pelo Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho, em 4 de julho de 2002, ao jornal **Folha de S.Paulo**. Conversei com a Srª Rosângela Gabrilli sobre se seu pai estaria em condições de prestar um depoimento à CPI. Ela avaliou que seria difícil para ele se deslocar para Brasília em virtude de sua condição de saúde. Mas informou que o Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho, embora tendo dificuldades para se locomover até Brasília, talvez pudesse falar em sua própria residência.

Assim, Sr. Presidente, talvez seja importante que uma subcomissão desta CPI possa ouvir o Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli, em Santo André, oficialmente,de maneira que possa ele contribuir com os trabalhos.

Mas como há essa entrevista, gostaria de ler alguns trechos. O Sr. Ronan Maria Pinto vai poder relembrar, confirmar o que é verdade ou não, por exemplo, dessa reunião realizada em 1997, no gabinete do Sr. Klinger Luiz de Oliveira Souza, com as pessoas que mencionei. Segundo o que ele relata, nessa reunião se combinou que, a cada dia 30 do mês, seria recolhida certa quantia, por ônibus, entre todos os empresários de ônibus de Santo André, para que fosse dada uma contribuição para determinada finalidade. Agradeço se puder V. Sª dizer se há algum fundamento no que acabo de dizer, ou seja, que nessa reunião, no início de 1997, teria havido, com a presença do Sr. Ronan Maria Pinto, do Sr. Secretário de Transportes, Klinger Luiz de Oliveira Souza, presente o Sr. Sérgio Gomes da Silva, Ronan Maria Pinto, Baltazar de Souza e, possivelmente, outros empresários, tendo nessa reunião, segundo foi informado, o Sr. Sérgio Gomes da Silva deixado algo sobre a mesa que chamou a atenção dos presentes. Por acaso, chamou a atenção de V. Sª o que ele deixou sobre a mesa?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Excelência, segundo o que entendi da reunião que o senhor disse, posso lhe afirmar com toda certeza que não participei dessa reunião. Eu lhe afirmo e asseguro que não participei dessa reunião. Se é que houve, não ouvi comentário e não participei dessa reunião.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, o senhor não participou dessa reunião?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Se houve essa reunião, Excelência, quero reafirmar aqui para V. Exª e todos os Senadores presentes, para o Brasil inteiro, que não participei dessa reunião.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo. V. Sª, respondendo há pouco ao Senador Garibaldi Alves Filho, mencionou que na noite do seqüestro chegou a falar com o Sr. Sérgio Gomes da Silva e mencionou que telefonou para o Sr. Sérgio Gomes da Silva logo após ter sabido do seqüestro.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Perfeitamente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sabe V. Sª, até por ter falado com o Sr. Sérgio Gomes da Silva, que hora precisamente se deu o seqüestro?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Não sei, Excelência, qual foi o horário. Eu vi pela televisão e, em seguida, liguei. Agora, não sei o tempo em que se deu o seqüestro, até porque ele não falou nada. Ele disse: "Olha, deixa o meu telefone desocupado porque os seqüestradores podem me ligar".

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Bem, segundo o que foi apurado nos diversos depoimentos, inclusive pelos próprios seqüestradores, esse seqüestro se deu entre 10h30min e 11h30min da noite, ali na ladeira dos Três Tombos, rua Antônio Bezerra e Nossa Senhora da Saúde. Há o registro de um telefonema do senhor para o Sr. Sérgio Gomes da Silva às 16h do

dia 19. Portanto, pouco depois do seqüestro. V. Sª se encontrava onde, então?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Como eu disse anteriormente, eu me encontrava em Campinas, Excelência.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Encontrava-se em Campinas, onde está registrado o telefonema?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Exatamente. Eu dei esse depoimento já no DHPP, quando me convocaram, a polícia, no início de 2002, quando esclareci que estava na cidade de Campinas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E o senhor deu um novo telefonema aos 36 minutos, talvez para saber algum detalhe a mais. Entretanto, essa ligação não se completou.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Exatamente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – No dia 22, o Sr. Sérgio Gomes da Silva fez um telefonema para o senhor às 22h. Isso, portanto, praticamente três dias depois. Isso é só um registro. O senhor mencionou que na noite do dia 18, portanto, dia do seqüestro, foi a Campinas. De fato, por exemplo, no caminho para Campinas, às 21h05min, V. Sª deu um telefonema de Jundiaí, que fica quase que na metade, no quilômetro 55, aproximadamente – Campinas fica entre os quilômetros 80 e 90 –, e lá permaneceu até às 9h36min do dia 19.

O senhor poderia nos dizer aonde pernoitou e com quem se encontrou? Porque, afinal de contas, note: o senhor foi para lá às 20h, estava em Judiaí às 21h05. Deve ter chegado antes das 22h em Campinas, pernoitou, mas às 9h36 já estava voltando para São Paulo.

O senhor poderia nos dizer aonde dormiu? Não é uma coisa assim de natureza... É só para um esclarecimento.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É muito importante, eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Saber onde se hospedou.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Exato, onde se hospedou e, digamos, com quem tomou o café da manhã ou...

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Exatamente... Que jantei também.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A senhora objeta que eu pergunte? Não? Mas achou uma graça a minha pergunta. Tudo bem, mas pode ter certeza de que tem um propósito, e a senhora vai logo perceber o propósito importante dessa pergunta.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Na verdade, Excelência, eu, como disse, estava em Recife, peguei um avião às 18h em Recife, devo ter chegado por volta de 21h, mais ou menos, na Cidade de São Paulo, em Cumbica, e fui até Campinas, na casa de uma amiga que... Uma amiga que trabalha no ramo de confecções e também lojas no shopping me convidou para jantar na casa dela. E então, acabei chegando no horário que V. Exª acabou de colocar, deveria ser por volta de 22h30 até 23h e lá, quando fui jantar, fiquei sabendo do ocorrido. E aí acabei pernoitando na casa dessa pessoa que tem um nome, chama-se Daniela Zanotelo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Daniela Zanotelo.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É, Daniela Zanotelo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pernoitou na casa dela?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Pernoitei na casa dela e acabei vindo de manhã. Não posso precisar se foi 9h da manhã, Exª. Eu acredito que talvez eu tenha chegado um pouco mais cedo. Mas, na verdade... E quem me trouxe, me buscou e me levou de volta a São Paulo foi essa pessoa que acabei de dizer a V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem. Acho que nas perguntas iniciais o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, perguntou se o senhor conheceu o Ivan. Permita-me relembrar o nome do Ivan, porque é muito nome. O nome completo do Sr. Ivan.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Acho que a pergunta foi feita pelo Senador José Jorge.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Na última segunda-feira, dia 14, o Sr. Ivan Rodrigues de Souza... É esse o nome? Informou a esta CPI, sendo o Sr. Ivan Rodrigues de Souza aquele que é considerado como que o chefe da quadrilha que seqüestrou e depois levou à morte o Prefeito Celso Daniel. Pois bem, ele informou a esta CPI, aos delegados e promotores que estavam presentes, que justamente naquela manhã ele foi a Campinas e lá chegou às 8h59min. Entre 8h59 e 9h30 dá tempo para conversar um pouco. O senhor há de convir...

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Excelência...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor se coloque no meu lugar. Eu sou Senador e tenho que fazer perguntas. Eu tenho que ir a fundo.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Certo, e eu estou aqui para responder com muita verdade, pode ter certeza.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor há de convir que eu preciso fazer essa pergunta.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Certo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, é a pergunta que eu faço. Se por ventura o senhor encontrou lá em Campinas o Sr. Ivan.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Quero reafirmar aqui para V. Exª, para toda a Comissão e para o Brasil inteiro: eu não conheço essa pessoa, nunca vi e nunca tratei de assunto nenhum com ele. Estava em Campinas com a pessoa que já disse ao senhor, na casa familiar, e, na verdade, não posso precisar para o senhor o horário em que saí de lá, mas o senhor tem aí, está com o telefone, disse que às 9h36 eu estava na cidade de Campinas.

Eu acho que não é provável que eu estivesse lá nesse horário, Excelência, mas quero dizer para o senhor que eu não conheço e nunca vi esse Sr. Ivan.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Ronan Maria Pinto, o senhor mencionou, durante a exposição, o nome do Sr. Irineu. Poderia citar o nome completo do Sr. Irineu, por favor?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Irineu Martin Nicolino, se não me engano.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E ele trabalhava para o senhor?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Ele trabalha para mim até, hoje, trabalha nas empresas. Antes ele trabalhava numa empresa da qual nós éramos sócios dos Gabrilli, o Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor há de convir que eu tenho a difícil missão de perguntar e de ir a fundo nas coisas.

Eu fui informado que, segundo o Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho, segundo o que ele relatou, confirmado pela sua filha, Rosângela Gabrilli, justamente o Sr. Irineu era a pessoa que, no dia 30 de cada mês, recolhia aqueles recursos, uma certa quantia que não sei exatamente – já ouvi falar em R$358 por ônibus, por mês, até R$500 e poucos, então não sei exatamente, mas que era recolhido de cada empresa de transporte para determinada finalidade. E que justamente era o Sr. Irineu que fazia este trabalho de recolher o dinheiro em espécie.

Depois, o Sr. Irineu foi substituído pelo Sr. Marcondes. O senhor poderia informar o nome completo do Sr. Marcondes?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É Luiz Marcondes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, que o Sr. Luiz Marcondes, que hoje é responsável pela Aesa, recolhia. E esse recolhimento se deu desde aquela reunião que eu mencionei, em 1997, até 30 de dezembro.

Já nessa época, uma vez que o Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli estava enfermo, quem assumiu o controle da empresa foi a Srª Rosângela Gabrilli, que se sentia constrangida a continuar com aquele tipo de procedimento.

E certa vez, inclusive – agora não me lembro se foi o Sr. Irineu ou o Sr. Marcondes –, reclamou que estava difícil recolher os recursos em notas pequenas; que seria melhor providenciar notas de cinco, de dez, de dois e de um do que se houvesse notas maiores.

Mas o que aconteceu...

Senador Efraim Morais, só peço atenção. Em 30 segundos eu... Quero que V. Exª escute isso.

No dia 30 de janeiro, informou-me ela que o Sr. Marcondes...

Note: dia 18 é seqüestrado o Prefeito Celso Daniel; dia 19 para 20, ele é morto. E, no dia 30 de janeiro, o Sr. Marcondes passou na empresa para dizer: "Esqueça, porque agora não tem mais para quem recolher o dinheiro".

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Excelência, quero reafirmar para o senhor que o Irineu, nesse momento em que eles fazem essas declarações, era funcionário de uma empresa da qual...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Aqui já era o Marcondes.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – ...nós éramos sócios.

O Marcondes era representante da associação das empresas, portanto não posso precisar a conversa que eles tiveram, essas recolhidas. Infelizmente eu não posso colaborar, Excelência.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado, então.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eu que agradeço, Excelência.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor há de convir que é o meu dever estar formulando essas perguntas e propiciando ao senhor todo o direito de esclarecer, assim como os demais que aqui compareceram.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Só tenho que agradecer, Excelência, a oportunidade de estar aqui prestando esses esclarecimentos, porque o meu nome, como eu disse, foi uma linchação moral e pública. Eu que fiz a minha história, comecei com doze anos de idade, sendo cobrador de ônibus. Vim ser caminhoneiro aqui nesta cidade com dezoito anos. E fiz a trajetória, o senhor entendeu? Então, quero agradecer, e muito, as perguntas. E espero ter conseguido esclarecer alguma coisa. E se não consegui, Excelência, estou e vou estar sempre à disposição.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor conheceu o Senador Amaral em que oportunidade?

No tempo em que era menino ainda aqui em Brasília ou mais tarde? É relevante, Senador Amaral.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Somos da mesma cidade e quando...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Desde menino eram amigos?

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – É, amigos desde garoto. E, graças a Deus que tenho a amizade com o Senador Valmir Amaral e com o pai dele, que é um grande empresário, um grande homem, um homem que lutou muito a vida inteira para criar os filhos e dar o mais digno, que é a generosidade, a dignidade com que se têm os filhos. Mas o Valmir, o Senador Valmir Amaral, aqui, em Brasília, tivemos uma convivência. Cheguei a trabalhar num caminhão onde vários... O pai dele também tinha caminhões. E a gente trabalhava junto aqui, construindo Brasília, naquela época, quer dizer, fazendo aí as avenidas, enfim, tudo que se tem hoje aí. Conheço-o dessa época, mais de trinta anos.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF) – Posso complementar? Eu queria responder a V. Exª, Suplicy, com o maior prazer, com a maior honra. A nossa amizade começou no início de Brasília. Lembro-me do Ronan motorista de caminhão, meu pai iniciando uma empresa de ônibus. E, a partir daí, o Ronan foi empresário no Rio e em São Paulo. Voltou a ser empresário em Brasília, através da empresa Alvorada, uma empresa grande aqui de Brasília, empresa de duzentos e setenta ônibus. Trabalhou uns quatro, cinco anos. Depois, acompanhei toda a trajetória do Ronan. A gente comprava e vendia ônibus, sempre comprava, trocava carro e tudo. Então, admiro-o, espelho-me no meu amigo e acredito no seu trabalho, na sua honestidade e tudo. Por isso estou aqui e quero estar aqui até o final te acompanhando, meu amigo, porque você é do meu coração, acredito em você.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ronan, depoente de hoje, primeiro depoente do dia de hoje, os que me antecederam já indagaram sobre remessas de dinheiro ao exterior, mas quero aprofundar para obter maiores esclarecimentos. Temos um levantamento aqui de valores remetidos para o exterior, nesse período de 2001, 2002, da ordem de vinte e quatro milhões, setecentos e trinta mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinqüenta centavos. E houve um reingresso da ordem de vinte e três milhões, novecentos e quarenta e oito mil e quarenta e seis reais.

Primeiramente, gostaria de, além da empresa já citada aqui, da *offshore*, há a Leibnitz, que é também de sua propriedade, não é? A Leibnitz, uma outra *offshore* que teria recebido recursos também a partir da Agipar. Essa Leibnitz...

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Eu posso responder?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pode, pode, especificamente sobre esta *offshore* Leibnitz S.A.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Excelência, agradeço a oportunidade de também poder esclarecer mais abertamente essa questão da *offshore*, mas nem a Roanake e muito menos essa empresa são de minha propriedade. Eu não tenho nenhuma participação nessas empresas. Desconheço qualquer envio de dinheiro para fora do País. Eu, nas minhas empresas, posso assegurar para V. Exª que nunca remeti e...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor é sócio da Agipar ou não?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** A Agipar, nós já tivemos uma sociedade, sim. O senhor entendeu?Já tivemos. Eu não sou sócio da empresa.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pois bem.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Eu não sou sócio da empresa, mas essa empresa, sim, como também da Roanake.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A Agipar é que remetia os valores para o exterior, e nós temos aqui inclusive... Eu apenas quis ser sucinto, mas nós temos as datas da remessa e valores. Por exemplo: no dia 2 de setembro de 2002, foram R$3.531 milhões; em fevereiro de 2002, foram R$2.670.800,00 milhões; em março de 2001, R$6 milhões. E o retorno ocorre exatamente em agosto de 2002: 8.892 milhões. Coincide com o período da campanha eleitoral. Então a Agipar tem a sua participação?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Em nenhuma dessas empresas, Excelência, eu tenho participação societária. Posso assegurar para V. Exª que eu desconheço todas essas informações que V. Exª está me dando.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas o senhor disse há pouco que teve uma participação.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, tive uma sociedade.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Uma sociedade.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Como a Roanake se confunde muito, Excelência, por isso que eu agradeço a pergunta para que eu possa esclarecer ainda mais, o senhor entendeu? Se confunde que Roanake, que eu sou sócio dessa empresa, mas, na verdade,

essa empresa... Nós fomos sócios num empreendimento, mas ela não é minha. O senhor entendeu? Nós fomos sócios num empreendimento. Mas eu não sou sócio da Roanake. Nunca fui.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor tinha conhecimento da remessa desses valores para o exterior?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, eu não conheço a vida dessas empresas.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E o senhor conhece a Sford Trading, no Uruguai?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, não conheço.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O Uruguai era o destino desses valores, a exemplo do que ocorria com as remessas das agências do Sr. Marcos Valério, através da Guaranhuns Sford Trading com sede no Uruguai. E as entradas dos valores exatamente no período eleitoral: agosto de 2002, R$11,5 milhões ingressaram e 9 milhões, respectivamente – 11milhões em abril e 9 milhões em agosto, exatamente no período eleitoral.

O senhor é proprietário da empresa Auto Ônibus Botucatu?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, senhor.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Da Auto Ônibus Santo André?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Auto Ônibus Santo André, também não. Expresso Nova Santo André.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E Auto Ônibus São Bento?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não, senhor, Excelência.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Ônibus Integralis S.A?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Excelência, não sou. Não conheço.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E o senhor tem noção por que motivo as empresas de ônibus remetiam valores... Essas empresas a que me refiro enviaram pelo menos 15 milhões para o exterior, evidentemente, além daqueles outros 24 milhões, não é?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Correto.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A alegação é que a transação seria disponibilidades no exterior.

O senhor sabe explicar por que empresas de ônibus enviam quantidades expressivas, valores expressivos para o exterior?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Não posso explicar, Excelência, porque dentro das minhas empresas eu nunca fiz nenhuma remessa de dinheiro para o exterior. Portanto, como essas empresas não fazem parte da minha relação societária, eu nunca tive nenhuma informação por que ou qual é a razão e que algum empresário tivesse o interesse de fazer remessas.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É, coincidentemente também, essas empresas utilizaram o Banco Rural, já conhecido nas CPI dos Correios, e o destino também é o Uruguai, a exemplo da empresa utilizada por Marcos Valério. É por essa razão que estamos indagando. É evidente que isso faz suscitar suspeitas, já que há incríveis coincidências que devem merecer investigação.

O senhor, então, não tinha conhecimento dessas movimentações de empresas de ônibus que têm domicílio em São Paulo, na sua região, especialmente, a coincidência é em municípios administrados pelo PT. É evidente que não estou fazendo nenhum juízo de valor, apenas estou ressaltando a coincidência e tentando buscar esclarecimentos com o senhor. O senhor não tem...

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Infelizmente, Exª, não posso colaborar com o senhor, porque eu volto a reafirmar: nenhuma empresa que eu sou sócio fez qualquer remessa de dinheiro para o exterior.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pois não. Vou encerrar este assunto.

Tenho uma gravação com duração de 50 segundos que eu gostaria de apresentar, para verificar se o senhor confirma ser sua ou não a voz dessa gravação.

*(Intervenção feita fora do microfone.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Solicito ao Presidente Mozarildo Cavalcanti que nos autorize o áudio, para que se possa ouvir essa gravação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Esta Presidência defere o pedido de V.Exª.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pois não. Gravação:

"**O SR. –** ...está enrolado amanhã?

**O SR. –** Tô enrolado, tá prendendo gente toda hora e eu tô de cara, entendeu?

**O SR. –** Tá bom, então.

**O SR. –** Acho que seria mais tranqüilo na segunda-feira.

**O SR. –** Tá bom, então. Então, segunda nós falamos.

**O SR. –** Você acertou as coisas, né?

**O SR. –** Tá, tamo trabalhando, tamo correndo atrás. Já liguei em Fortaleza hoje, entendeu?

**O SR. –** É, falei com Fortaleza hoje também.

**O SR. –** É, já. Se Deus quiser, está correndo bem. Tá?

**O SR. –** Então, vamo ver se a gente se encontra amanhã?

**O SR. –** Amanhã não dá.

**O SR. –** Se der, talvez..."

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Acho que é suficiente. Essa é sua voz?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** É, sim senhor.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É, aí o senhor fala com o Sombra, não é?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Apesar... Eu não sei a origem dessas fitas, mas posso precisar que é a minha voz mesmo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É. O Sombra está lhe perguntando se acertou as coisas, e o senhor responde que, em Fortaleza, está tudo sob controle. Que coisas teria o senhor acertado?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** As empresas, no qual nós éramos sócios. Tinha lá cidade de Fortaleza. É isso daí. Com certeza, que a gente estava trabalhando e que estava tudo bem.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Em Fortaleza, o senhor tem, também, empresa de ônibus?

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** Já tive, hoje não tenho mais.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Bem, é evidente que não vou fazer aqui essa suposição. É exatamente de Fortaleza que veio aquele cidadão a São Paulo e que transportava dólares, de uma forma inusitada por sinal. Não estou fazendo... Não tenho o direito de fazer qualquer ilação, apenas essa gravação, essa conversa, deixa margens a suposições, porque ela não é uma conversa clara. Ela fala em coisas e é evidente que, certamente, o senhor suspeitava ou o Sérgio Gomes, o Sombra, suspeitava que as conversas telefônicas estavam sendo gravadas, e as conversas não eram muito claras.

**O SR. RONAN MARIA PINTO –** É, eu não posso precisar para o senhor, que, na verdade, eu sempre conversei muito rápido e tenho o hábito de conversar rápido, e quanto mais rápido melhor no telefone. Então, mas o que posso afirmar para o senhor é que essa é a minha voz e que não estava tratando de coisas que não fossem da relação comercial.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Única e exclusivamente da relação comercial.

Sr. Presidente, agradeço. Não tenho mais indagações, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Indago do Sr. Relator se deseja fazer mais alguma pergunta.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, vamos suspender a reunião.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, sugiro que, se o Sr. Ronan Maria Pinto tiver qualquer esclarecimento adicional que possa ser relevante para os propósitos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que ele possa declará-lo. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra, se quiser acrescentar mais alguma coisa.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Volto, reafirmo e agradeço a oportunidade de estar nesta CPI, mais uma vez, para esclarecer, porque o meu nome foi muito achincalhado ao longo de todos esses anos.

Sou um pai de família, tenho dois filhos. O meu filho é um administrador de empresas; a minha filha, advogada. Existe a minha mulher.

Todos os quatro trabalhamos diuturnamente, ou diariamente, nos nossos negócios, que produzimos com muita garra, com o sofrimento por que passa um empresário neste País, com suas responsabilidades e com os tributos a que viemos respondendo prontamente. Na minha casa, somos quatro pessoas. Todos trabalham: minha mulher e meus filhos.

Eu queria registrar aqui que, na verdade, eu nunca poderia ensinar, levar ou conduzir a minha família para esse lado que vejo hoje aqui. Criei dois filhos, que, graças a Deus, me dão muito orgulho; tenho uma mulher que também me dá muito orgulho. Trabalhamos juntos.

Só quero agradecer por estar aqui.

Desculpem-me a emoção, mas acho que, se eu puder esclarecer mais alguma coisa aqui, o que for possível, tanto aqui quanto no Ministério Público ou na Justiça, eu quero, porque eu não gostaria de deixar esse passivo para os meus filhos, em hipótese alguma, porque tive o sonho de construir, de lutar. De onde saí e aonde cheguei, foi um sonho mesmo.

O que aconteceu comigo, não fui eu, eu não conseguiria. Do ponto de vista pessoal, contrariei as lógicas, porque, imaginem uma criança que saiu de Minas Gerais e que, hoje, responde aqui – com muita dignidade, com muita transparência: "O senhor encaminhou dinheiro para fora do País"?!

Então, são coisas que, na verdade, vão ficar para sempre comigo, mas tenho certeza de que, se não for agora, mas daqui a dez ou vinte anos, se Deus quiser, todas essas verdades, que são minhas – o que disse aqui são as minhas verdades –, serão esclarecidas, para que eu possa voltar a viver em paz, voltar a sonhar com o investimento, com o empreendimento de que tanto este País precisa.

Trabalhei de empregado e sei o que é o desemprego; sei o que é almoçar e não conseguir jantar. E me iludi com tudo isso em nosso País. Graças a Deus, fiz um trabalho muito grande. Cheguei a ter a honra de ter, sob o meu controle, sob a minha responsabilidade, 11.500 famílias. Deus me deu a honra de fazer isso neste País.

Quero, mais uma vez, agradecer a todos os senhores por tudo o que fizeram. A partir de hoje, quem sabe, o País, as pessoas façam o julgamento e comecem a enxergar mais de perto que a gente não é esse bicho, esse bandido que é colocado. Faço um apelo a todo o Brasil para que verifique, que investigue, que veja, que veja as origens. Acho importantes todas as investigações.

Agora, as ilações, as injustiças que são cometidas por pessoas que se sentam aqui... Realmente, não é pelo fato de se sentar aqui que lhe falta a memória em algum momento. Não! Falta a memória em qualquer lugar. A gente às vezes não dorme bem, a gente tem as nossas responsabilidades com as empresas.

Hoje tenho ainda, graças a Deus, mais de dois mil funcionários. E vim aqui com muita satisfação.

Espero ter colaborado aqui com os senhores. Se não colaborei, estou à disposição em todo momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores e presentes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª, Sr. Ronan Maria Pinto.

Agradeço a presença dos senhores e da senhora advogada.

Deixo registrada a solicitação de uma possível acareação entre V. Sª e a Srª Rosângela Gabrilli, que virá depor nesta CPI, já está convocada.

Nós agradecemos a V. Sª e queremos deixar claro que o único objetivo desta CPI é, com independência e transparência, chegar à verdade.

Se V. Sª teve essa oportunidade, quero dizer que estamos oferecendo a todos para que usem esta CPI para dizer a verdade e, a partir daí, ter os esclarecimentos e as investigações totalmente a limpo.

Agradeço as contribuições de V. Sª aos trabalhos da nossa CPI.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Presidente, V. Exª me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É claro. V. Exª tem a palavra, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É que uma coisa estava vindo à minha cabeça.

O Sr. Ronan Maria Pinto não respondeu com precisão quando eu falei: o senhor tem 50% do controle do **Diário do Grande ABC**, mas é ou não controlador. Isso não ficou claro.

Em relação a essa questão, eu não notei, na página de pessoas responsáveis pelo **Diário do Grande ABC**, o seu nome. Normalmente, o diretor proprietário costuma ter o seu nome, ainda que haja um jornalista responsável.

Permita-me apenas dizer que, como o senhor mencionou que está cobrindo pelo **Diário do Grande ABC** o Sr. Carlos Brickman, quero apenas registrar que dele fui colega tanto na Revista **Visão**, em 1975, quanto na **Folha de S. Paulo**. Então já o conheço há bastante tempo.

Obrigado. Se puder esclarecer...

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – Peço desculpas, Excelência, porque acabei me perdendo nas perguntas. Mas faço questão de responder para V. Exª.

Na verdade, nós temos, sim, os 50%, que estão registrados no livro de ações da empresa e está declarado no meu Imposto de Renda também.

Quanto ao controle, ainda não saiu o nome lá no jornal, porque existe um acordo, um contrato, que só depois que eu terminar de pagar, e eu ainda não consegui pagar toda a compra do jornal.

Por essa razão, eu não tenho controle ainda, ou ainda não está o meu nome lá no jornal.

Espero ter esclarecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas, se a CPI quiser colocar uma notinha lá, V. Sª ajuda, tem força para isso.

**O SR. RONAN MARIA PINTO** – *(Risos)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A CPI vai ter direito de reportagem sem qualquer pagamento, tenho certeza, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Suplicy, e a V. Sª, Sr. Ronan, pelo depoimento.

Convoco a Assessoria para encaminhar e convidar o Sr. Klinger de Oliveira Souza, para iniciarmos imediatamente o seu depoimento, pedindo desculpas aos companheiros da imprensa por não ter intervalo.

Agradecendo a presença do Sr. Klinger de Oliveira Souza ao atender solicitação desta CPI, agradeço também a presença de sua advogada e coloco à disposição de V. Sª, Sr. Klinger de Oliveira Souza, a palavra, para seus esclarecimentos. V. Sª tem a palavra pelo tempo que se fizer necessário para os esclarecimentos iniciais.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sr. Presidente Senador Efraim Morais, Sr. Relator, S. Exªs Senadores e Senadoras desta Casa, senhoras e senhores, eu queria fazer, inicialmente, uma fala de apresentação, eu acho que seria importante, em função de tudo aquilo que eu tenho ouvido nesta CPI a meu respeito, relatos feitos por pessoas que abso-

lutamente não me conhecem, eu queria pedir a gentileza de poder a esse fórum apresentar um pouco de considerações a respeito da minha pessoa, solicitando com isso o benefício da dúvida que possa existir em relação aos fatos que já foram apresentados com relação a minha pessoa. Eu sou arquiteto e urbanista, eu me formei na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ainda com 23 anos, saí do Rio de Janeiro em 1988 para trabalhar na cidade de Cruzeiro, no Vale do Paraíba paulista, porque fui contemplado com a aprovação num concurso público para uma Secretaria de Planejamento dessa cidade. Como já vinha fazendo uma pós-graduação na área de urbanismo na mesma cidade, pareceu-me que seria adequado procurar trabalhar na área do planejamento urbano e começar essa carreira pública numa Prefeitura. Tive essa oportunidade na cidade de Cruzeiro, lá trabalhei durante o ano de 88, e em 1989 eu fui para a cidade de Santo André. Cheguei a Santo André também pela estreita porta do concurso público: eu fiz um concurso para o cargo de arquiteto na Prefeitura de Santo André, passei, tomei posse e em agosto de 1989 eu comecei a trabalhar na Prefeitura de Santo André, portanto num cargo de carreira, na primeira administração do Prefeito Celso Daniel, e fui ali desenvolver toda a minha carreira pública como administrador e gestor público. Nessa primeira administração do Prefeito Celso Daniel, eu não ocupei nenhum cargo em comissão, nenhum cargo de chefia de livre provimento do Prefeito. Como funcionário de carreira, eu desenvolvi a carreira dentro das possibilidades que eram oferecidas aos funcionários da carreira. Tive oportunidade de galgar alguns postos presumo, pela competência e pelo trabalho que desenvolvi e nessa perspectiva, acabei por conhecer o Prefeito Celso Daniel em função de um trabalho mais próximo ao seu gabinete que vinha desenvolver na área da defesa civil do Município e também na área de gerenciamento de parques.

Nesse período, eu tive a oportunidade de fazer mais uma especialização na área de Administração Pública. Curso esse patrocinado pela própria Prefeitura Municipal por incentivo do Prefeito Celso Daniel, que sempre foi um pedagogo na área de gestão pública junto à Fundação Santo André.

Foi apenas a partir do término do Governo Municipal de 1992 que eu me aproximei mais do Prefeito Celso Daniel.

Havia-me filiado ao Partido dos Trabalhadores em 1991 e, em função dessa militância, deixando o Governo municipal em 1992, o Prefeito Celso Daniel passou a ter uma atividade partidária municipal mais próxima do diretório, que foi quando tivemos oportunidade de começar a manter um relacionamento político mais próximo, coisa que não havia acontecido antes, durante esse primeiro mandato, creio que em função, inclusive, do distanciamento provocado pelo fato de ele ser Prefeito e eu estar executando tarefas eminentemente técnicas na gestão da Prefeitura.

No período de 1993 a 1996 eu tive a oportunidade de colaborar com a candidatura do Prefeito Celso Daniel a Deputado Federal. Nesse período, eu trabalhava em outras administrações, fui convidado a exercer cargos em outras administrações do Partido dos Trabalhadores na cidade de Santos e na cidade de Diadema, de tal forma que, em 1996, não causou surpresa à cidade e ao PT na cidade de Santo André quando fui convidado para participar da coordenação do programa de governo do Prefeito Celso Daniel.

Durante todo o ano de 1996, eu e mais um grupo restrito de colaboradores trabalhamos na elaboração do programa de governo e, nessa perspectiva, envolvemo-nos muito proximamente à campanha, de tal maneira que o convite para que eu viesse a ocupar uma Secretaria em 1997 foi uma decorrência natural desse trabalho de aproximação e de afinidade política e técnica que vinha desenvolvendo com o Prefeito Celso Daniel.

Em 1996, eu já estava iniciando meu mestrado em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas, instituição em que o Prefeito Celso Daniel e o Exmº Senador Eduardo Suplicy também lecionam, e eu pude, a partir daí, também ter uma proximidade acadêmica com o Prefeito Celso Daniel, na medida em que ele foi meu orientador na dissertação de Mestrado que eu vim a defender no ano de 2001, nessa mesma instituição.

Eu tive um enorme prazer de trabalhar com o Prefeito Celso Daniel de 1997 a 2002. O Prefeito Celso Daniel era para mim uma pessoa cuja relação era de discípulo e mestre, ou seja, era alguém que orientava não apenas minha vida profissional, mas também minha vida política e acadêmica. Pude obter, a partir dessa proximidade, a referência concreta da importância de se teorizar a respeito da Administração Pública. O trabalho que o Prefeito Celso Daniel desenvolveu em Santo André e que pudemos desenvolver juntos é um trabalho que até hoje me traz imenso orgulho, do qual eu tenho muito orgulho.

Dessa maneira, com a fatídica morte do Prefeito Celso Daniel no início de 2002 e a seqüência de denúncias que decorreram a partir desse fato, ao longo do primeiro semestre do ano de 2002, questionando uma série de procedimentos e de políticas públicas implementadas na cidade, houve, em mim, uma enorme decepção em relação ao conjunto do trabalho, ao

conjunto das ações que desenvolvemos, de fato, ou que poderíamos ter desenvolvido adiante.

A minha carreira pública se precipitou abruptamente em direção a um fim. Não havia mais nenhuma condição de eu permanecer na carreira pública, como gestor público, enquanto aqueles fatos não fossem esclarecidos. Essa é a minha formação; é assim que eu entendo. Levantada a suspeição, é necessário que se tenha convicção e que se chegue às vias de fato da solução dos elementos de suspeição, para que se possa voltar a ter a credibilidade necessária para atuação no âmbito da gestão pública.

Como havia sido eleito Vereador no pleito de 2000, campanha que fiz junto com o Prefeito Celso Daniel, que se reelegeu com mais de 70% dos votos válidos na cidade – presumo em decorrência do trabalho e da empatia que esse trabalho gerou na população do Município de Santo André –, e na qual, repito, também tive a oportunidade de me eleger Vereador, retornei às minhas atividades legislativas que havia suspendido para poder estar no secretariado do segundo mandato de Celso e conduzi essa atividade legislativa até o final do ano passado, sem pleitear a legenda para uma eventual candidatura à reeleição. Portanto, sequer concorri à reeleição no meu Município. Encerrei o meu mandato e, a partir daí, desenvolvo atividades profissionais na área acadêmica, praticamente recomeçando do zero a minha vida profissional, tendo em vista que todo o arcabouço técnico de atestados e profissional que eu havia desenvolvido, toda a *expertise* que eu havia desenvolvido ao longo desse período, eu preferi, por opção, deixar de lado, para esperar uma nova oportunidade. Então, reiniciei a minha vida profissional no âmbito acadêmico. Hoje, sou professor universitário da graduação e da pós-graduação em dois centros universitários da minha cidade, da cidade de Santo André. Sou também pesquisador na área de avaliação institucional e de políticas públicas. Desenvolvo o meu doutorado no PUC de São Paulo na área de educação e venho prestando algumas consultorias na área de avaliação institucional de políticas públicas. Portanto, não retornei mais àquela área em que eu, pelo menos, considerava que tinha maior capacidade, maior apego, maior possibilidade de oferecer uma contribuição, que era a área de serviços urbanos e municipais, principalmente a gestão de transporte e trânsito, em que militei durante muito tempo, não só no setorial dos transportes do Partido dos Trabalhadores, mas também em âmbitos como a Associação Nacional de Transporte Público e outras organizações do setor, reconhecidamente técnicas: a Anpet e outras.

Então, eu queria finalizar essa apresentação, dizendo às Srªs e aos Srs. Senadores que estou aqui comprometido com a verdade. De fato, acredito na capacidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito e na sua intenção efetiva de ajudar a esclarecer uma situação que está extremamente confusa há vários anos, a despeito de investigações promovidas pela Polícia Civil, pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Estadual, cuja solução, seja ela qual for, Sr. Presidente, só vai trazer benefício à minha vida, porque, no atual estado de coisas, a falta de uma solução, a falta de uma definição e a suspeição eterna vêm-me trazendo os maiores prejuízos. Nesse sentido, também fiquei satisfeito e quero agradecer a manifestação do Senador Eduardo Suplicy, no momento em que estava sendo votado o requerimento de quebra do meu sigilo bancário e fiscal, fiquei satisfeito também por mais essa iniciativa porque o meu sigilo bancário, fiscal e patrimonial já se encontra à disposição na Justiça nesse período, já há vários anos. Não há materialização de absolutamente nada e, ainda assim, sou acusado de enriquecimento ilícito, sou obrigado a ouvir esse tipo de coisa o tempo todo na imprensa.

Então, acredito que chegando aqui esse sigilo bancário, fiscal e patrimonial no período em que esta Comissão determinar, e aí até solicito que não se restrinjam aos fatos, podem ir adiante, mais para trás, mais para frente, não há o menor problema, coloco à disposição, já de antemão, não apenas o meu sigilo fiscal, mas também de minha esposa, parentes, enfim, o que queiram investigar.

O que me interessa é que a investigação chegue a termo e que alguma conclusão se retire dela para que essa hora de suspeição possa desaparecer. Nesse sentido, quero me transformar, quero ser visto como um instrumento para a realização dessa investigação e o deslinde desse caso.

Então, estou à disposição dos Srs. Senadores e agradeço esta oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Klinger de Souza, o senhor foi Secretário de serviços municipais, Secretaria que acumulava as obras e os serviços urbanos. O Ministério Público está investigando irregularidades relacionadas ao superfaturamento de obras na cidade, justamente na sua Pasta. O que o senhor tem a dizer em sua defesa?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – O Ministério Público do Estado de São Paulo ofereceu, no ano de 2002, se não me engano setembro ou outubro de 2002, uma denúncia criminal envolvendo 22 contratos de obras ganhos por uma empreiteira

chamada Projeção Engenharia Paulista de Obras. Outubro de 2002, Srs. Senadores; essa denúncia até hoje não foi recebida pela Justiça, mas também não foi rejeitada. Portanto, não tive oportunidade de oferecer a minha defesa nessa denúncia, apenas a minha resposta preliminar, tendo em vista que sequer existiu o processo.

O Ministério Público do Estado de São Paulo ofereceu uma denúncia criminal por superfaturamento de obras na reforma do fórum da cidade, uma obra feita no ano de 1999 por dispensa de licitação, em função das condições de urgência que se mostravam.

Essa denúncia foi rejeitada pela Justiça. O Ministério Público recorreu dessa rejeição e aguardamos hoje, no Tribunal de Justiça de São Paulo, a decisão sobre se isso vai virar um processo ou não vai virar um processo para que possa efetivamente concluir, fazer a minha defesa. O Ministério Público de São Paulo ofereceu uma denúncia criminal em relação a uma obra feita, a um contrato de prestação de serviços e obras de uma empresa chamada Stemag. Essa denúncia foi rejeitada pela Justiça; o Ministério Público recorreu, ela foi rejeitada de novo, duas vezes; e o Ministério Público está recorrendo pela terceira vez, numa instância superior, para tentar fazer prevalecer a idéia de que há de fato um crime apontado ali.

E há também, oferecido pelo Ministério Público de São Paulo, seis ou sete, se não me engano sete, para ser mais preciso, ações civis públicas, já não no âmbito criminal, mas no âmbito de crimes de improbidade administrativa, versando a respeito de eventuais favorecimentos em licitação. Todas elas, Senador, argüindo aspectos de caráter legal, de caráter vinculatório ao edital; nenhuma delas, nenhuma delas versa sobre superfaturamento de obras. O próprio Ministério Público não aponta, nas suas denúncias civis, nenhuma questão vinculada a superfaturamento de obras. Então, onde o Ministério Público suspeita da existência de superfaturamento de obras, ele ofereceu denúncia criminal, que foram essas que falei a V. Exª. Nenhuma outra mais. O que posso asseverar e asseverarei nos processos, assim que esses forem constituídos, se é que serão constituídos, é que não houve, na cidade de Santo André, superfaturamento de obras. Ao contrário, na cidade de Santo André, tivemos oportunidade de exercitar um orçamento e realizar um volume de obras significativamente maior do que a média dos anos anteriores, não porque houve incremento na arrecadação, mas porque passamos a fazer as obras com preços e tecnologias mais apropriadas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Diante do relato de V. Sª, eu posso concluir que V. Sª se tornou amigo do Prefeito Celso Daniel.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu me considero amigo do Prefeito. Eu considero que me tornei amigo do Prefeito Celso Daniel, embora seja importante fazer uma ressalva. Aqueles que conheceram o Prefeito Celso Daniel - aqui temos o Senador Tião Viana, o Senador Eduardo Suplicy, mas provavelmente temos outras pessoas desta Casa – sabem que o Prefeito Celso Daniel era, por natureza, um homem reservado. O Prefeito Celso Daniel não era um homem afeito a gestos de afetividade. Não era aquele tipo de amigo que dá gargalhada com você, que senta para conversar, como popularmente podemos dizer, que senta para jogar conversa fora com você, enfim, que tem a intimidade de freqüentar a casa um do outro. Ele era uma pessoa realmente reservada. Eu diria que essa reserva dele vi com muito poucas pessoas. Mas eu me considero, sim, ter me tornado amigo do Prefeito Daniel por ter gozado da privacidade dele não apenas nas relações comerciais, ou seja, na Prefeitura, nas relações profissionais, mas principalmente nas relações acadêmicas e nas relações pessoais, na medida em que passamos a ter um convívio. Muitas vezes, saímos para almoçar, jantar, com grupos de amigos e por essa maneira me considero um amigo de Celso Daniel.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com a família dele, com os irmãos João Francisco, Bruno?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sr. Senador, vou ser muito honesto com o senhor. Causa-me um enorme constrangimento esse debate acerca da relação, proximidade ou distanciamento que o Celso teria da sua família. Eu, realmente, não gostaria de entrar nesse debate. O fato concreto, objetivo, para não cansá-los com proselitismos vazios, é que eu nunca vi os irmãos do Prefeito Celso Daniel junto ao Prefeito Celso Daniel. Em todas as oportunidades que eu estive...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – nem quando eles viajaram juntos para a Itália?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu não estive nessa viagem, Senador. Eu não os vi; eu nunca os vi juntos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Sª sabe que eles viajaram juntos para Itália?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim, tenho essa informação. Mas eu não os vi juntos; nunca os vi juntos. Eu não me lembro de uma oportunidade, não tenho recordação, na minha memória, de uma oportunidade de encontro em que eu tenha visto os irmãos do Celso. Agora, eu estaria sendo leviano, como já antecipei, se eu dissesse que freqüentei atividades familiares do Prefeito Celso Daniel. Nem sei se

ele as fazia. Nunca ouvi falar do Prefeito Celso Daniel fazendo uma festa na sua residência ou comemorando um aniversário seu. As oportunidades de comemoração do aniversário do Prefeito Celso Daniel eram oportunidades organizadas pela sua companheira, Ivone de Santana, em locais públicos. Uma vez ela fez a queima de fogos na frente da casa dele. Eram em locais públicos, mas eu realmente não os conheci nessa relação.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor freqüentou alguma vez a residência do Prefeito?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu tenho de memória que eu tenha estado lá umas três ou quatro vezes, Senador. Uma delas para visitá-lo quando ele foi acometido de uma cirurgia no joelho. Outras três delas, a convite dele, para fazermos conversas a respeito de trabalho. Três ou quatro vezes, o máximo de vezes que eu estive no apartamento do Prefeito Celso Daniel, quando ele estava vivo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O que o senhor diz daquela versão dos irmãos do Prefeito Celso Daniel a respeito do Sr. Gilberto Carvalho, que teria recebido dinheiro e entregue diretamente ao Sr. José Dirceu, para o PT?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu não posso crer nessa versão. Ela não é crível para mim, porque eu conheço o Gilberto Carvalho. Tive o prazer de trabalhar com ele de 1997 a 2002. É uma pessoa a quem reputo um caráter formidável, um ser humano absolutamente especial, uma pessoa com a qual mantenho relacionamento até hoje, uma pessoa de um amor, de uma paixão pelo Partido dos Trabalhadores muito grande, de uma empatia muito grande com o Prefeito Celso Daniel. Eu não me lembro de ter visto, nenhuma vez, o Gilberto Carvalho... O Gilberto Carvalho nunca comentou comigo ter relação de amizade com os irmãos do Prefeito Celso Daniel. Para ser sincero, ele nunca fez nenhum comentário, a não ser comentários relativos a eventuais pedidos que eram feitos pelo irmão mais velho do Prefeito a ele, mas ele nunca comentou que tivesse proximidade com eles. De maneira que isso me causa muita estranheza, porque é o tipo da informação – partindo-se da hipótese de que ela seja verdadeira – que se deveria privar com meia dúzia de pessoas muito íntimas ou com um relacionamento político e de confiança que fosse muito próximo. Eu não consigo ver lógica. Para mim, não faz sentido que esse tipo de confissão fosse feita numa circunstância daquela, para pessoas aparentemente tão distantes. Esse é o meu juízo pessoal a respeito desse assunto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual a relação do senhor com o Sr. Sérgio Gomes da Silva?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu conheci o Sérgio na Prefeitura de Santo André em 1989. Ele era o Presidente da Defesa Civil do Município e eu fui convidado a coordenar uma equipe de técnicos que fariam plantões emergenciais e a minha relação era com ele. Mais tarde, eu vim a ocupar o cargo de Secretário-Executivo da Defesa Civil e, portanto, passei a trabalhar muito próximo a ele. Na nossa relação profissional, desenvolvemos uma relação de amizade muito fraterna. Éramos amigos muito próximos. Aí é uma relação de amizade mesmo, diferente daquela, que falei, com o Prefeito Celso Daniel, porque almoçávamos juntos... A despeito do fato de eu nunca ter ido à casa dele ou de ter ido poucas vezes à casa dele, ele ia muito a minha casa. Nós tínhamos realmente uma relação de amizade muito próxima. Então, eu diria que era uma relação muito próxima mesmo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor ligou para ele logo após o seqüestro?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Imediatamente, no momento em que soube do seqüestro. Eu estava dormindo na minha casa, quando tocou o telefone e era a Secretária do Prefeito, a Terezinha, ligando-me. Eu atendi ao telefone e ela perguntou: "O Celso foi seqüestrado. Você sabe?" Eu falei: "Não". Ela falou: "Está dando na Globo". Eu pulei da cama e liguei a televisão. Passados alguns minutos, no tempo em que eu me vestia, veio novamente um plantão – parece que estava dando plantão a todo momento. Eu peguei o telefone celular e liguei imediatamente para o Sérgio. Ele já estava na Delegacia, completamente aturdido, não falava coisa com coisa. Eu fiz outras ligações. Liguei para o Tiãozinho, que era uma pessoa que trabalhava...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana? Nós aqui o chamamos de Tiãozinho.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – É um outro Tiãozinho, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou brincando, Senador Tião Viana.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Tiãozinho era um funcionário da Polícia Civil, um policial que estava cedido ao gabinete do Prefeito, e era uma pessoa em que nós confiávamos. Eu liguei para ele, até para saber onde ficava a tal Delegacia. Ele me deu as informações. Eu liguei para uma outra pessoa amiga, amiga comum minha e do Sérgio, que era o Fernando e me dirigi para a Delegacia. Acho até com

o Tião, acho que o Tião passou na minha casa para me pegar, porque eu realmente não sabia onde era a Delegacia. Então, foi dessa maneira que eu tomei ciência dos fatos. E foram esses os fatos que se deram.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem informação, conhecimento do que revelou a quebra do sigilo bancário de uma conta corrente no Banespa do Sr. Sérgio Gomes da Silva? Revelou transações financeiras com várias pessoas da Prefeitura, como Hortência Nunes, então Secretária do Prefeito Celso Daniel; Luiz Henrique, Secretário de Parques e Áreas Verdes; Maria Rose Ulbrich, parente de Fernando Ulbrich; com o próprio Fernando, que era seu assessor; Donizete Pereira Braga, então Vereador da cidade de Mauá e para a Projeção Engenharia de Obras, que era de propriedade de Ronan e que hoje está em nome de Tarcísio Gomes de Castro. Fica evidente as transações financeiras entre o Sérgio e pessoas que trabalhavam na Prefeitura de Santo André. O que o senhor tem a informar sobre isso? Por que esses depósitos? E V. Sª tinha notícia disso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sr. Relator, confesso-lhe que as poucas informações que tenho a respeito desse assunto são as que tive acesso pela imprensa. Muito embora o sigilo bancário do Sérgio tenha sido quebrado no mesmo processo que o meu, o cartório só nos permitiu diligenciar sobre o nosso processo. Quer dizer, não tive condição de ver nem o do Sérgio nem o do Ronan; só pude ver o meu sigilo fiscal e o meu sigilo bancário depois que foi quebrado. O que eu posso lhe dizer, enfim, é que não tenho ciência disso.

A nossa relação de amizade nunca foi uma relação em que discutíamos negócios. Não tínhamos nenhum negócio entre nós. Quer dizer, eu tinha noção de que ele prestava alguns serviços. E, a partir de 99, ele passou a trabalhar fora de Santo André. Em 98 ou 99, ele ficou mais distante inclusive. Toda vez em que ele vinha para Santo André almoçávamos ou jantávamos. Mas tínhamos assuntos de amigo. De maneira que não sei lhe falar a respeito disso. Eu sei lhe falar a respeito de um cheque de R$ 3 mil do Sérgio que está depositado na minha conta. Aliás, a materialização encontrada do tal enriquecimento ilícito em toda a minha conta, em todo o meu sigilo bancário e patrimonial, é um cheque de R$ 3 mil do Sérgio, na minha conta, cuja explicação eu dei pronto, e já entreguei à Justiça, porque fui argüido a respeito pelo Ministério Público.

No ano de 1998, no final de 1998, eu e minha esposa fizemos uma viagem para Nova York. Fomos a Nova York no final do ano, passar o natal em Nova York, como pessoas de classe média fazem. O Sérgio me fez uma encomenda, como presumo seja absolutamente normal também, na classe média. Pediu-me que trouxesse um equipamento sofisticado para o filho dele. Presumo que o filho dele tenha pesquisado na Internet, porque eu nunca tinha visto aquilo. Eu saí daqui com o endereço certo. Fui lá e comprei o equipamento. Não peguei com ele dinheiro para comprar esse equipamento. Comprei o equipamento com o cartão de crédito, inclusive com o cartão da minha esposa; não foi nem com o meu cartão. Porque o meu eu estava gastando na viagem. Enfim, havia um certo limite. Trouxe esse equipamento para ele. Como o equipamento era muito caro, não me lembro do valor, eu fiquei com medo de não declarar. Falei: vou declarar esse negócio, porque eu nunca vi isso aqui! Para vocês terem uma idéia, era um capacete com óculos, que você enxergava no escuro. Um negócio fantástico! Você apagava a luz, colocava aquele capacete e ficava dia na frente. Eu acho uma coisa sofisticada demais para uma criança. De todo o modo, recebi a encomenda, comprei e trouxe. Era uma loja esquisita, cheia de coisas esquisitas. Cheguei aqui e fui à Receita Federal. Disse-lhes: estou trazendo isso aqui. O sujeito olhou naquela tabelinha, viu o valor que eu tinha que pagar. Fui e paguei. E tenho o comprovante de que paguei, graças a Deus! Obviamente, não tenho nota, mas o comprovante tem, porque – eu também não sabia disso – tudo que se paga à Receita Federal no País fica num registro no seu CIC. Basta você pedir à Receita Federal no CIC, e ele levanta tudo o que você pagou para a Receita Federal, desde que você pagou a primeira vez na sua vida. E eu levantei isso e está lá: no dia 29 de dezembro, no Aeroporto de Guarulhos, a taxa paga referente a esse equipamento que eu trouxe para o Sérgio. Ora, eu cheguei e entreguei para ele, e falei: companheiro, isso é muito caro, eu estou quebrado, deposita rapidinho na minha conta! E foi o que ele fez. Ele me dá, na hora, um cheque, e eu vou, no dia 31, ou 1º, não me lembro, o primeiro dia útil, e deposito na minha conta, para fazer frente às minhas despesas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sérgio?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – O Sérgio Gomes, eu trouxe para ele. Era natural que eu cobrasse dele. É exatamente isso com as provas que eu detenho sobre isso, quais sejam, a cobrança, o pagamento do tributo e a cópia dos meus passaportes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor pagou quanto na Receita Federal?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu estou com esse documento aqui, Senador. Eu posso diligenciá-lo e até pretendo deixá-lo aqui na

Comissão. Mas foi uns R$ 500, ou uns R$ 300, uns R$ 400, se não me engano.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não acha estranho essa distribuição de dinheiro do Sr. Sérgio Gomes para essas pessoas? Não se comentava isso na Prefeitura, não? Não era dezembro nem Natal....

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, não se comentava, na Prefeitura, isso, com certeza. Isso, eu posso lhe asseverar. Eu nunca tinha ouvido falar nesse assunto, até que ele veio a público na imprensa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele emprestava dinheiro? Era....

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, que eu saiba, não!

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Emprestava dinheiro a juros?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, não, não, senhor! Que eu saiba, não! Eu nunca ouvi falar do Sérgio emprestando dinheiro a juros. Eu poderia até supor que ele pudesse fazer um empréstimo para uma pessoa amiga ou outra. Mas empréstimos a juros a várias pessoas, eu nunca ouvi falar disso!

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esta CPI, Sr. Klinger, detém cópias autenticadas de 4 boletos bancários de depósitos na conta corrente do Banespa do Sr. Sérgio Gomes da Silva e, ao contrário, o Sr. Sérgio é que recebe, efetuados pelo Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho, proprietário da Empresa Expresso Guarará. Os valores são: 11.402, 10.924, 11.011. Esses valores eram repassados para pessoas que trabalhavam na Prefeitura. O senhor tem alguma coisa a informar sobre isso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, o que eu posso lhe falar a respeito disso, eu tomei ciência de que havia depósitos dessa empresa de ônibus na conta do Sérgio também pela imprensa; nunca soube que o Sérgio tivesse negócios com esse empresário, ele nunca comentou comigo. Bom, também ele não comentava nenhum dos seus negócios comigo, mas esse, em particular.... Agora, nunca soube também que havia recolhimento de dinheiro por parte de pessoas da Prefeitura.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor não sabia que – inclusive aqui há uma tabela, que não está em meu poder, mas o Senador José Jorge tem – a empresa recolhia, de cada ônibus, quando a tarifa, por exemplo, era de R$ 0,75, o valor era de R$ 332,99. O senhor tinha notícia disso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, eu nunca tive notícia disso e me estranha muito isso. Eu gostaria de solicitar-lhe poucos minutos para lhe dizer por que me causou enorme estranheza essa denúncia oferecida por essa empresa de ônibus.

A Cidade de Santo André se encontra numa região que é conhecida como Região do Grande ABC, são sete cidades conurbadas naquela região. As tarifas de ônibus municipais, embora os sistemas municipais sejam diversos, porque as cidades têm tamanhos diferentes, organizações diferentes, mas as tarifas municipais sempre foram as mesmas. Nunca houve uma tarifa na cidade de Santo André maior ou menor do que a tarifa da Cidade de Ribeirão Preto, de Ribeirão Pires, de São Bernardo do Campo, de São Caetano, de Diadema etc.

Entretanto, apenas na cidade de Santo André – e eu quero...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas por que essas tarifas eram todas iguais? Quem fixava as tarifas?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – As tarifas eram fixadas no nível local pelo Prefeito. Entretanto, como a região, já desde 1991, dispõe de um consórcio intermunicipal, os Prefeitos determinavam que um grupo técnico, no âmbito do consórcio, cotejasse os valores das tarifas municipais e chegasse a um consenso. É óbvio que cada cidade tinha o seu custo, mas se procurava chegar a um custo que fosse compatível com o das sete cidades, porque os Prefeitos entendiam que essa era a melhor maneira de fazer a gestão do serviço, tendo em vista que muitos dos movimentos eram movimentos intermunicipais, que as cidades eram conurbadas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era a Secretaria do senhor que administrava isso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Era a Secretaria de Serviços Municipais que administrava politicamente, porque, na verdade, nós tínhamos uma empresa pública gerenciadora de serviços, que era responsável pela gestão dos serviços que era a empresa pública de transportes.

Eu só queria, para concluir o meu raciocínio a respeito da minha estranheza em relação a essa denúncia, dizer que apenas a cidade de Santo André realizou concessões onerosas. Ou seja, em todos os outros Municípios, os empresários de ônibus participavam das licitações, ganhavam os seus contratos de exploração, sem pagar um centavo ao Poder público pelos seus contratos. Só na cidade de Santo André, nós cobrávamos um valor para que o empresário participasse da licitação. Era um conceito novo em que nos acreditávamos ser a melhor forma de resgatar para o Poder público uma parte do lucro privado que esse serviço, que é um serviço de interesse público, gerava.

Então, nós introduzimos essa modalidade no País. A primeira concessão onerosa do País foi feita em Santo André em 1997, e nós fizemos a segunda. Então, a estranheza que me causa, Sr. Senador, é exatamente esta: por que empresários de ônibus tão maltratados, porque não tinham tarifas superior aos demais e ainda tinham que pagar para executar serviços fora as outras cobranças que fazíamos, como frota nova, enfim uma série de outras, bilhetagem eletrônica... Em Santo André, nós implantamos a bilhetagem eletrônica e não deixamos os empresários tirarem os cobrados, por uma política social. Ou seja, mantivemos o custo do cobrador dentro do ônibus e obrigamos empresários a cobrar bilhetagem eletrônica. Era a única cidade com bilhetagem eletrônica até o ano de 2000. Nenhuma outra cidade do ABC tinha obrigado os empresários a fazer esse investimento. Então, o que me estranha, o que me causa espécie, o que me deixou absolutamente atônito é como empresários topariam esse jogo de pagar propina para explorar um serviço cujo órgão público era tão exigente, tão mais exigente que a imensa maioria dos outros reguladores da região em que convivíamos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim. Mas podia também ser exigente na cobrança da propina. Isso não quer dizer nada. Inclusive, o próprio dono da empresa dissera uma vez que, quando iam cobrar a propina, colocavam o revólver em cima da mesa.

Então, na verdade, havia uma chantagem. Quer dizer, não era uma propina dada por vontade do empresário, vamos dizer assim; era uma propina cobrada na base da chantagem.

Na realidade, a pessoa era uma prestadora de serviço e, havendo uma chantagem, alguns certamente cairão nela. E pelo que todos os sintomas mostram, era todos que pagavam; não era apenas um.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, faz sentido a sua argumentação, porém eu queria contra-arrestar com o seguinte fato: quando o concessionário de serviços públicos tem contratos precários, ou seja, ele está operando a título de um decreto de permissão ou ele está numa situação precária, me parece que o poder de pressão do agente público é maior. Não era esse o caso de Santo André; nós licitamos o sistema, nós empreendemos a licitação, e a licitação, todos sabemos, ela gera direitos e deveres. O empresário de posse de um contrato regularmente licitado não pode ser expropriado desse contrato, a não ser que ele tenha uma seqüência, um histórico de irregularidades, mas, se ele cumpriu o seu contrato, não é a bel-prazer do Poder público que lhe pode ser retirado esse contrato. Parece-me que, numa circunstância como essa, quer dizer, esse nível de pressão que, em tese, poderia gerar o temor para o pagamento dessa propina, não se efetivava; ao contrário. Parece-me mais razoável supor que empresários que pagam propina ao Poder Público, eles têm mais poder de pressionar o próprio Poder Público para não fazer exigências tão duras em relação à rentabilidade dos seus contratos, que não era o que acontecia em Santo André, tendo em vista que os empresários sempre foram instados a fazer esses investimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Klinger, nós sabemos que há um empresário lá em Santo André, que nessa época a que o senhor se refere, tinha 70%, aproximadamente, das linhas da cidade. Isso não seria isso uma pressão para tirar os outros concorrentes, já que dizem que existia o grupo com V. Sª – estou dizendo o que tenho lido na imprensa – e o Ronan, que era um desses empresários, e que disse há pouco que tinha um bom negócio lá, dentro de Santo André, que era satisfeito com o trabalho que desenvolvia, e o próprio Sérgio Gomes? Será que não era uma pressão para tirar os pequenos que estavam lá?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, em 1997, quando Celso assumiu o Governo e eu fui gestar o sistema, o sistema de transporte de Santo André estava dividido da seguinte forma: 30% do sistema estava na mão de uma empresa pública, os outros 70% estavam divididos da seguinte maneira: o empresário Ângelo Gabrilli Filho detinha 30% e os outros 40% estavam 30% na mão do grupo ligado ao Ronan, ele e sua esposa, com empresas diferentes, e 10% com outros dois empresários. Então, na verdade, eram seis empresários, dividido dessa maneira o sistema.

Quando nós privatizamos a empresa pública, esses 30% foram repassados a um consórcio formado por todos os outros empresários. Eu não lembraria a proporção desses empresários dentro do consórcio, mas era um consórcio formado por todos os outros empresários que ficou com esses 30%, portanto uma parte desses 30% somou-se aos 30% do Ronan, aos 30% do Gabrilli, outras parte aos 30% do Ronan e outra parte aos outros 10%. Então, essa informação de que havia uma concentração com 70% do serviço de transporte na mão de um único empresário em Santo André ou de um único grupo, ela não é verdadeira...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas é verdadeiro que Ronan tinha mais de 50%?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, ele não tinha mais que 50%.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele acabou de dizer, há poucos minutos.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Mas ele detém mais de 50% hoje, Senador, porque ele comprou...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Na época; nós tratamos aqui não de hoje. Nós tratamos na época, e ele deixou claro.

Estou só expondo a V. Sª o que foi dito. Não estou duvidando da palavra de V. Sª. Estou só falando que o Sr. Ronan Pinto disse há pouco aqui que detém, há muito tempo, até porque deixou de ser sócio, depois, do "Sombra", do Sr. Sérgio Gomes, depois da morte do Prefeito. Foi uma coincidência, tudo que era sociedade do Sr. Ronan ele disse aqui que, de 2002 para cá, depois da morte do Prefeito, ele foi acabando com todas as sociedades. Mas ele disse aqui que, mesmo na época, ainda vivo o Sr. Celso Daniel, ele detinha mais de 50%. A pergunta foi feita a ele sobre 70%. Ele disse: "Eu tenho mais de 50%". Por isso falei em termos de 70%, porque ele não explicou que era 54, 59, 68, 70, ele não explicou; disse que tinha mais de 50% há muito tempo. Estou só relatando o que foi dito aqui, porque há uma desinformação, ou melhor, um desencontro de informação de V. Sª e do Ronan. Só para esclarecer o que foi dito.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim. Os fatos, até onde eu os acompanhei, que é o ano de 2002, quando eu deixei a Secretaria, em junho de 2002, são os seguintes: o Ronan não tinha 50% do sistema até junho de 2002; ele tinha pouco menos de 50%, somando as cotas que ele já havia comprado da Nova Santo André. E em 1997 ele detinha 30% do sistema.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe que essa denúncia foi feita pela Srª Rosângela Gabrilli? Ela denunciou à Justiça um esquema de corrupção no setor de transporte no Município de Santo André, e afirmou que os depósitos que foram citados correspondem ao pagamento que ficou denominado como "caixinha dos transportes". O que o senhor tem a dizer sobre isso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Olha, tenho a dizer que a minha convicção, Senador, é que a denúncia estruturada da maneira pela qual a empresária Rosângela Gabrillil fez tem propósitos outros.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas que propósitos?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Propósitos de proteção do seu contrato. Essa empresária vinha numa situação muito difícil no seu contrato. Eu inclusive trouxe os documentos que gostaria de franquear a esta Comissão, já devidamente separados para que a Comissão possa diligenciá-los. Esse contrato de concessão do corredor da Expresso Guarará desde a homologação da licitação, e os documentos provam isso, vem sendo trabalhado com desídia e, acima de tudo, com um propósito explícito de postergar cumprimentos de obrigações. O fato concreto objetivo é que o sistema de transporte de Santo André entrou em profundo atrito em função da gestão desse contrato, a empresa pública de transporte responsável pela gestão do contrato e eu como responsável político por essa empresa tive que entrar em profundo atrito, e hoje pago preço por isso. Tenho consciência plena de que pago um preço por isso. Pago o preço por ter defendido o interesse público na gestão de um contrato de uma concessionária que conseguiu três termos de aditamento, nos termos em que ela solicitou. Dois deles à custa de lobby, porque em dois deles atuou o Dr. João Francisco Daniel junto ao Prefeito Celso Daniel, para que o termo aditivo fosse conseguido nos termos solicitados. Os documentos demonstram isso. Com mudança de prazos para entrega de obras, inclusive, suspensão de pagamento de taxas, que é algo absolutamente inusitado. Tudo isso foi feito no sentido de criar as condições objetivas para que a empresa pudesse cumprir o contrato que ela não vinha cumprindo. E a situação chegou num limite tal de tensão, e a tensão era de fato muito grande, porque o terceiro termo aditivo conseguido no ano de 2001, meados de 2001, foi conseguido à custa de uma pressão muito grande, em que me lembro de ter tido essa conversa com o Prefeito, que me chamou para falar de mais uma vez o seu irmão estar solicitando esse favor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Naquela oportunidade, o senhor não viu o senhor João Francisco Daniel?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Não, não vi. Não, senhor. Eu só estive com o Dr. João Francisco Daniel duas vezes, Senador. Uma vez a pedido do Prefeito Celso Daniel, eu telefonei para ele, estive na casa dele...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não disse que nunca tinha visto os irmãos?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Não, eu disse que nunca os tinha vista com o Prefeito Celso Daniel, que a pergunta naquela oportunidade era...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sem o Prefeito.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Sem o Prefeito Celso Daniel, estive com ele duas vezes. Sem o Prefeito Celso. Uma em que estive na casa dele a pedido do Prefeito Celso Daniel para falar exatamente sobre esse contrato, porque eles pres-

sionavam o Prefeito para que o Poder Público fizesse gestões junto a empresa sócia da Guarará para que ela abandonasse o negócio. E eu dizia ao Celso que isso era impossível, que não tínhamos instrumentos legais para fazer isso. E ele me pediu que explicasse isso para o irmão porque ele não teria condições de fazê-lo em função das relações que estariam sendo trazidas entre os pais de ambos. E, numa inauguração, por incrível que pareça, dessa empresa Guarará, o Prefeito Celso Daniel não estava, porque estava viajando, ele foi substituído se não me engano pelo vice-prefeito, e eu encontrei o Dr. João Francisco nessa inauguração. Foram as duas únicas oportunidades em que vi o Dr. João Francisco. Não o vi em nenhuma outra inauguração, sequer na posse do Prefeito, mas o vi na inauguração da garagem dessa empresa. Então, há... o que quero lhe dizer é que a empresa já tinha recebido um recado muito duro. E eu dei esse recado sob orientação do Prefeito Celso Daniel, porque, quando fomos fazer o terceiro termo aditivo, o terceiro, ou seja, postergar pela terceira vez prazos, conceder isenções de pagamento de taxas pela terceira vez consecutiva, eu disse: Prefeito, nós estamos no limite da irresponsabilidade nesse contrato. Nós já alteramos o contrato, duas vezes, para favorecer o empresário e, as duas vezes, atendendo as cláusulas que ele pediu, ou seja, primeiro, ele pede seis meses. Você concede seis meses. Aí chegam os seis meses, ele pede mais um ano. Você concede um ano. Chega um ano, e ele não cumpre. Quer dizer, você começa a ficar inseguro em relação ao contrato. Aí o Prefeito determinou: façamos essa última vez, determine à EPT para fazer um diligenciamento explícito. Vamos acompanhar agora, mês a mês, o cumprimento dessas metas, vamos ser duros com eles porque é a última e definitiva vez. E eu vou falar isso para o meu irmão. Dessa feita, ele disse que falaria com o irmão – não me pediu que falasse – que era a última oportunidade da empresa. E eu confesso que, a partir daí, a relação com a empresa ficou muito dura. Na medida em que ia chegando o prazo para cumprimento de etapas que nós víamos que a empresa não ia cumprindo, a EPT, principalmente, ia encaminhando cartas muito duras, e aqui, nesses documentos que vou entregar à CPI, isso está comprovado. Não é proselitismo. São fatos. Está aqui cópia do processo administrativo mostrando a troca de cartas, de correspondências duras, fazendo cobranças duras de tal maneira que, na semana que antecede a morte do Prefeito Celso Daniel, havia uma etapa que teria que ser cumprida no mês de abril, compra de determinado conjunto de carros, uma frota, e a Rosângela Gabrilli me procura, com o seu sócio, já levantando argumentações da impossibilidade de adquirir aqueles carros. E eu faço, de fato, uma conversa muito dura com ela. Falo: olha, Rosângela, você me perdoa, mas não tem mais jeito. Não vai ter irmão de Prefeito, não vai ter Prefeito, não vai ter nada agora que vá salvar você. Se você não cumprir esse contrato em abril, nós vamos denunciar o contrato, porque nós já fizemos o que deveria ser feito. De tal maneira, Senador, que eu posso estar sendo leviano aqui, mas acho que quem sofre as acusações que eu sofro tem o direito de ser leviano, eu tenho a convicção de que essa denúncia foi feita a partir da morte do Prefeito Celso Daniel por ato de desespero desses empresários que, vendo o seu último liame de oportunidade de conservação desse contrato, que estava fincado na figura do Dr. João Francisco Daniel, atuando como lobista, e um lobista exitoso, porque ele vinha obtendo êxito no seu lobby, atuando como lobista junto à Prefeitura, colocou esses empresários na condição de fazer essa denúncia que veio a blindar o contrato. Eu quero dizer que essa estratégia foi exitosa, porque os documentos aqui comprovam: eles não cumpriram as obrigações em abril, não cumpriram. A Prefeitura determinou a instauração de uma comissão especial de fiscalização, praticamente uma intervenção branca, apoiada no parecer do Dr. Márcio Camarosane. Essa comissão entrou na empresa, constatou uma série de irregularidades, dentre elas, a mais grave, cujas provas também estão aqui, foi o desvio de recursos do BNDES. O projeto público captou uma quantidade de recursos no BNDES. Quarenta por cento desses recursos foram aplicados em dólar numa off-shore uruguaia. Isso está comprovado na contabilidade da empresa. O agente financiador era o famoso Banco Santos, que todos conhecemos hoje. Esse desvio de recursos tirou a capacidade financeira da empresa de realizar os empreendimentos e as obras no prazo previsto. A comissão de fiscalização faz um relato concluindo pelo início do processo de denúncia do contrato, e a empresa Expresso Guarará, escudada que estava nas denúncias, alegando perseguição, vai à justiça e consegue uma liminar, uma decisão judicial cancelando os efeitos da comissão de fiscalização, e até hoje esse contrato não foi cumprido. E não foi cumprido porque um quarto termo aditivo teve que ser assinado e, até hoje, a empresa vem brigando com a Prefeitura, sem cumprir as obrigações contratadas em 1999.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais PFL – PB) – O senhor está dizendo que a Srª Gabrilli atrasou as obras que eram de responsabilidade da empresa e que era exigido no contrato?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Sim. Ela não executou as obras que eram exigidas no contrato...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais PFL – PB) – Atrasou?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – ...a tempo e obra. E isso desde o início do contrato, como resta demonstrado nos documentos que vou franquear a esta Comissão hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais PFL – PB) – E isso era feito por quem? Pela Administração Direta? Por empresa? O que era?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – A Prefeitura, a EPT, que gerenciava o serviço, ela aprovou um plano de obras que foi apresentado como parte do processo licitatório. Mas ela não determinava a maneira como a empresa deveria fazer essas obras. O que nós soubemos é que a empresa decidiu fazer a obra por administração; entregou essa administração à sua sócia, Projeção Engenharia, e conduziu a obra dessa maneira. Uma série de alegações. E que quero deixar claro, alegações, porque, como gestor público, eu não poderia levar isso em consideração sob nenhuma hipótese. Uma série de alegações que a empresa trazia para justificar os atrasos, é que Projeção estava roubando eles, é que...isso não era problema do setor público. Eu dizia "Isso não é problema meu. Se vira com a Projeção. A Projeção não é problema meu. Ela é sócia de vocês. Eu não tenho culpa se vocês puseram um sócio que não está correspondendo. Eu tenho que cobrar a execução do contrato." E era a isso que eu me atinha em termos de diálogo com eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - Coincidentemente, a Projeção era de Ronan Maria Pinto, perfeito?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - Estou só perguntando.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não... Sim, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - Acho que V. Sª tinha conhecimento de que o proprietário dessa empresa, que segundo a Srª Rosângela, era pressionada para que a obra fosse feita pelo próprio Ronan. Estou só dizendo que a coincidência é que, quando perdia a linha, caía na construção; quando perdia a construção, caía no lixo. Era sempre o Sr. Ronan, que era quem tinha as empresas que faziam todas as obras. Quando não eram ligadas ao lixo, eram ligadas aos transportes, ou exatamente a concessões dessa natureza. Era uma exigência do Sr. Ronan, se não ela perderia a lista. É a informação que temos. Não sei se V. Sª tinha conhecimento disso. Agora, a Projeção, coincidentemente, era do Sr. Ronan, que atrasava as obras. E, uma vez atrasadas as obras, vinha a pressão da Secretaria de V. Sª, para tomar a linha de ônibus. Lamentavelmente, é isso que está sendo conduzido e está se provando.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Bom, Senador, essa é uma interpretação possível, sim. É a sua interpretação; e eu respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - Não. Não é sobre V. Sª. É sobre o esquema que funcionava dentro da Prefeitura. Não é V Sª. Não estou responsabilizando V. Sª. O esquema é esse. E o próprio Ministério Público e a própria Polícia, e que esta CPI está investigando; o próprio Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, V. Exª me perdoe, mas eu era o Secretário, e eu me sinto o responsável. Não estou aqui querendo me imiscuir de responsabilidade pessoal. O que se passava na Secretaria de Serviços Municipais, eu tenho pleno conhecimento. Respondo por 100% daquilo que fiz.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - Então, o senhor sabia que essa projeção era do Sr. Ronan?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não era do Sr. Ronan.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - Ele era sócio?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não era sócio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - Mas ele acabou de dizer isso aqui. Está escrito.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não era sócio. A Projeção Engenharia, quando começou...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - Então, o senhor está chamando, pela segunda vez o Sr. Ronan de mentiroso, porque ele acabou de dizer aqui, há poucos minutos, que era dono dessa empresa.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - E que depois vendeu essa empresa.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim, Presidente. Mas eu começo a administrar a Secretaria de Serviços Municipais, em janeiro de 1997. E a Projeção ganha o seu primeiro contrato...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - V. S ª sabia tudo que tinha o Sr. Ronan, não é?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não. Eu não sabia o que tinha o Sr. Ronan. Eu não sabia sequer que a Projeção tinha sido dele. O que eu quero lhe dizer é que, quando a Projeção ganhou a primeira licitação na cidade de Santo André, que é

no final de 1997, não constava no contrato social da empresa que ela pertencia ao Sr. Ronan. Constava que ela pertenceu ao Sr. Ronan até 96 ou 95. Eu não saberia precisar. Mas, nesse momento, em que lá trabalhou, ela não pertencia ao Sr. Ronan. Eventualmente, Presidente, se ela pertencesse, se tivesse ganho a licitação, ela faria a obra do mesmo jeito. Ela não seria perseguida.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - De forma nenhuma.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Mas eu quero dizer o seguinte: ela não era do Sr. Ronan. Ela não era do Sr. Ronan. Ela era do Sr. Humberto, do Sr. Luiz Fakouri, do Sr. não sei mais o quê. Eram três sócios lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - Era o concunhado do Sr. Ronan.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Sim. O concunhado ou a esposa. Eu não sei. Mas o fato é que não era do Sr. Ronan. Esse é o fato.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) - É. Realmente, parece que as famílias, segundo as coisas lá em Santo André, não se davam bem. Segundo informações aqui, a família do Sr. Celso Daniel não se entendia. Agora, a família do Sr. Ronan não se entendia também. Então, é realmente um caso para o Senador Suplicy também colocar nas investigações. Depois, eu converso com V. Exª.

Senador, dispõe V. Exª da palavra.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sr. Klinger, continuo sem entender esses depósitos na conta do Sr. Sérgio Gomes. Por que esses depósitos?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, honestamente, eu não tenho condição de responder sobre isso, porque não tenho a informação. Se tivesse a informação, eu traria aqui, porque o meu interesse, como disse, é resolver esse assunto. Não tenho interesse em postergar esse assunto, em criar névoa sobre esse tema. Mas eu não tenho informação sobre isso.

Eu fui saber da existência desses depósitos, juntamente com o Brasil, pela imprensa. Não sabia da existência disso. E o mais curioso é que o senhor poderia dizer: pôxa, mas o senhor não era amigo dele? Não perguntou para ele? Perguntei! Sérgio, o que são esses depósitos? "Não sei. Não era para estar aí." Eu falei: mas espera aí, nem você sabe? Foi o que ele respondeu para mim, quando nós ainda conversávamos, porque depois que ele foi preso nunca mais eu falei com ele, enfim, por opção dele.

Ele também não me deu uma explicação, Senador. Eu também fiquei curioso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele disse ao senhor que efetivamente tinha recebido os depósitos, mas não sabia explicar?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Ele... Vou lhe dizer a conversa que ele teve comigo: "Eu não sei o que esses depósitos estão fazendo aí". Eu falei: mas espera aí, o depósito está na sua conta! Ele disse: "Eu não sei; eu nunca fiz negócio com esse pessoal; não era para esses depósitos estarem aí; os meus negócios eram com o Ronan, não sei o quê." Foi o que ele falou para mim. E até hoje eu estou com essa dúvida. Eu quero esclarecer isso tanto quanto esta Comissão e o Ministério Público. Eu quero saber!

Eu disse isso no meu depoimento e reitero aqui. Eu nunca autorizei, nem a Sérgio, a despeito da nossa imensa amizade, nem a Ronan Maria Pinto, a despeito da nossa imensa amizade, que utilizassem o meu nome para qualquer coisa! Não havia essa relação. Eu tinha relação direta com empresários e todas as pessoas que queriam falar comigo. Não autorizei. Portanto, essa questão eu quero saber também; eu tenho interesse de saber. Agora, eu não tenho condição de responder sobre isso, porque infelizmente eu não tenho essa cópia.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem ele terá condições. Pelo jeito, nem ele, pelo que ele disse ao senhor. Mas ele...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – É que faz muito tempo que ele me falou isso. Quem sabe...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele virá aqui ainda hoje.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me, Senador Garibaldi...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Eu somente queria perguntar...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É para esclarecer bem esse ponto, porque V. Exª...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sobre um depósito que V. Exª perguntou, o Sr. Klinger de Oliveira Souza explicou que, em 1998, tinha feito o pagamento de um brinquedo para o filho do Sr. Sérgio; está claramente explicado. Mas esses outros, eu aqui, ouvindo, não compreendi quais são. De quem para quem? Da conta do Sr. Sérgio para quem?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. É da Empresa Gabrilli. Não são depósitos feitos por ele.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O de três mil foi feito pelo senhor, que foi a

compra do equipamento em Nova York. Esses são da Empresa Gabrilli, na conta do Sr. Sérgio Gomes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas esses não são para o Sr. Klinger. Ah, bom. Quem sabe ele soubesse. Mas... Está bom.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Klinger, várias ligações telefônicas foram interceptadas entre o senhor e Sérgio Gomes. Em uma delas o Sr. Sérgio se mostra evidentemente nervoso e agressivo, exigindo que se tomem providências quanto à sua defesa, sobre o assassinato do Prefeito Celso Daniel. O senhor tenta acalmá-lo. O senhor poderia explicar o que aconteceu?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Claro! Claro, Senador. Aliás, se há uma coisa que me aflige nessa história toda são essas benditas gravações. Eu...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Talvez fosse bom interromper aqui, trinta segundos. Aqui, Dr. Klinger.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Pois não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Talvez para ler, porque eu acho que fica mais interessante lermos. Eu tenho aqui. Eu mesmo posso ler.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – De repente, se tiver a fita no ponto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu tenho aqui: Sombra conversa com Klinger. Sombra: "Fala com o Gilberto aí. Tem que armar alguma coisa, cara!" Aí o Klinger diz: "Não, cara. Calma, calma. Eu tô indo pra aí, pra gente conversar sobre isso." Sombra: "Eu tô calmo. Eu quero que as coisas sejam resolvidas. Eu tô calmo."

Essa é uma das gravações.

O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA – Eu tenho muita clareza dessa conversa, não que eu lembrasse dela, porque seria uma loucura, mas porque existe um **site** na Internet chamado www.info.ucho.com.br. Eu não sei o que é, mas é um site que tem o teor de todas as conversas. E eu, obviamente, sai conversa daqui, sai conversa dali, baixei todas as conversas e ouvi as conversas todas.

Quero dizer, com toda convicção aqui, que quem tiver a disposição de ouvir o conjunto da obra, ou seja, o conjunto dessas conversas, vai entender o contexto em que essas conversas aconteceram. Não é preciso nenhum exercício de malabarismo intelectual para compreender isso.

Nós estávamos acuados, na cidade de Santo André, por uma investigação da Polícia Civil e da Polícia Militar, acerca da morte do Prefeito Celso Daniel, que não nos satisfazia.

Não nos satisfazia por quê? Porque a Polícia, corretamente – eu sou obrigado a dizer corretamente –, começou a sua investigação apostando na hipótese do crime de mando e ouvindo todas as pessoas do governo, levantando todas as suspeitas sobre Sérgio, sobre Klinger, sobre esposa. Até crime passional, sobre a sexualidade do Celso.

Aquilo tudo nos revoltava, porque nós, que vivíamos o dia-a-dia... Não quero dizer que não seja legítima a desconfiança de outro. É legítima, mas nós, que vivíamos o dia-a-dia, sabíamos, tínhamos convicção – como tenho até hoje – de que essa era uma hipótese absolutamente improvável, na medida em que nós sabíamos o contexto das relações, etc.

Então todas as conversas, Senador, eram no sentido de manifestar uma revolta em relação à exploração da mídia, em relação às hipóteses que não fossem aquelas que nos pareciam as mais legítimas, no sentido de procurar os bandidos, de prender os bandidos.

Então essa conversa em particular é uma conversa que está dentro desse contexto. O Sérgio Gomes da Silva me liga apavorado, gritando – literalmente gritando – porque ele estava vendo na televisão... A televisão estava ligada e a **TV Bandeirantes** estava mostrando uma matéria que inclusive ela repetiu várias vezes e foi objeto de uma ação na Justiça, minha contra eles, uma ação em que inclusive eu tive êxito, porque ela veio com a história de "três mosqueteiros", "mandante", etc. Ela mostrava todas as suspeitas que haviam sido levantadas no ano 2000, no processo eleitoral, em relação a esquema de corrupção na Prefeitura de Santo André – não as ligadas a propinas, porque essas só vão surgir em junho –, ligadas à questão de lixo, aquelas que constam do tal dossiê encontrado na casa do Prefeito Celso Daniel.

Enfim, levantava aquelas questões e apontava a suspeição sobre o Sérgio. Por quê? Porque ele não soube explicar o arrebatamento, por que a porta abriu, por que o carro não andou... Enfim, havia uma série de fragilidades no depoimento dele.

Ele ele: "Precisamos armar alguma coisa". "Armar alguma coisa" não era ir lá na Polícia e fazer um conchavo com a Polícia, porque isso era impossível. Nós estávamos dizendo que a Polícia estava fazendo algo que nós não concordávamos. "Armar alguma coisa" era no sentido de tentar buscar uma prova, de tentar fazer uma versão na imprensa que fosse compatível com aquilo que ele julgava ter acontecido.

E por que ele grita...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A versão na imprensa só?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Na imprensa.

E por que ele grita, chamando o Gilberto?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Na Justiça, não?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, na havia; o inquérito estava começando, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, mas a versão... Ele mudou a versão dele.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim, mudou várias vezes, várias vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas por quê? Vocês "armaram" para ficar mais verdadeiro?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O "armar" é nesse sentido?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, não é nesse sentido. O "armar" era no sentido de que ele queria ter um canal... Na cabeça dele, o Gilberto Carvalho, que era o Secretário de Comunicação do Governo, que tinha os contatos com a imprensa, poderia ser a pessoa que pudesse franquear um jornalista que pudesse oferecer uma versão que fosse a versão que ele julgava que ser a versão verdadeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E isso foi feito?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, não foi feito, Senador. Tanto não foi feito que... Quer dizer, o que prevaleceu na opinião pública é a versão de que ele é partícipe do crime.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) **–** Sim, mas não na Polícia. Na Polícia, prevaleceu que ele não tem nada a ver com isso.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – O inquérito da Polícia apontou nessa direção, Senador, mas, em cada dez pessoas, se o senhor encontrar uma que ponha crédito nesse inquérito será muito, porque é capaz de, em cada dez, você encontrar dez que afirmem que o crime é crime de mando, porque foi essa versão que foi mais explorada pela imprensa. A opinião pública se moveu nessa direção, e ela se consolidou, se afirmou. Era esse o desespero que estava colocado naquela circunstância. E era esse o desespero. Numa segunda conversa, a propósito da mesma matéria, eu, inclusive, falo para ele com muita tranqüilidade. Eu falo: "Sérgio, o que está pegando para você é essa história da porta, meu querido. Você tem que explicar esse negócio! Como a porta abre? Como ela abriu?" Eu não saberia explicar, porque nunca tive um carro daquele, nunca dirigi o carro dele, mas eu percebia que eram inconsistentes aquelas...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Sr. Klinger, já que o senhor fala desse telefonema apavorado do Sombra... Ele, quando estava atrás da... Quando levaram o Celso, ele ligou para a V.Sª, dizendo, apavorado, que o senhor era amigo, freqüentava a residência dele, era um dos grandes companheiros dele... O senhor só foi saber pela televisão? O Sombra não ligou para o senhor?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** **–** Não ligou, Senador. Não ligou.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Você sabe me dizer para quem ele avisou primeiro?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** **–** Não sei dizer, Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) **–** Quantas horas depois, o senhor soube? Hein, Sr. Klinger... Quantas horas?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** **–** Senador, eu acredito que eu tenha sabido uma hora, no máximo, depois, porque a Rede Globo noticiou o fato imediatamente, ato contínuo. Ela... Me parece que o Celso é seqüestrado há tantas horas e quinze ou vinte minutos depois, a Rede Globo já estava noticiando o fato. Então, eu soube pela televisão. Ele não me telefonou.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) **–** É estranho...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) **–** Existem alguns relatos de que dias antes do assassinato do Prefeito, houve um atrito muito grande entre o senhor e o prefeito Celso Daniel. Teria sido uma discussão muito áspera sobre problemas administrativos na Prefeitura. É verdade?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** **–** Não, não é verdade, Senador. Não é verdade. Muito pelo contrário. Nós vivíamos uma verdadeira lua-de-mel, alguns meses antes... Assim que Celso chegou de viagem, ele fez a viagem com o irmão dele do dia 10 ao dia 15 de outubro, se não me falha a memória. Quando ele chegou dessa viagem, ele estava, já, bastante empolgado com a questão de programa do Governo. Já havia possibilidade dele vir a ser, nós estávamos já escrevendo juntos, um grupo restrito, o documento que ele levaria para a aprovação na reunião do Diretório Nacional que, se não me engano, se concretiza em novembro ou dezembro. Então, nós estávamos vivendo um período de muita satisfação. No mês de outubro, ele pede que eu abandone a candidatura a Deputado Estadual. Eu tinha um grupo político que vinha insistindo que eu me candidatasse a Deputado

Estadual, e esta era uma determinação do meu projeto político, mas ele diz: "Olha, Klinger, eu não quero que você saia candidato a Deputado. Eu quero que você fique aqui comigo, porque, provavelmente, eu vou ter que me afastar alguns meses da Prefeitura, você vai ficar comigo. Eu quero você junto comigo no programa de governo".

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Você era candidato a prefeito? Era o sucessor? Era o candidato predileto de Celso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Olha, eu gostaria de dizer isso aqui, Senador, eu gostaria de dizer que sim, mas seria uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Uma curiosidade política...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Seria uma mentira se eu falasse porque o prefeito Celso Daniel não conduzia a política dessa maneira. Ele nunca falou comigo sobre isso, muito pelo contrário. Toda vez que surgiram especulações acerca da possibilidade de eu vir a sucedê-lo, ele dizia assim: "Calma, que no PT não é assim. Tem uma fila, tem gente mais antiga que você, você precisa passar pelo voto ainda, você precisa cumprir alguns mandatos". Agora, se eu disser para senhor que eu não tinha essa intenção, eu também vou estar mentido. Isso era uma coisa que seria um orgulho para mim. Eu guardava isso dentro de mim, mas ele nunca acenou para mim com um acordo ou uma possibilidade nessa direção.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) **–** É que no PT a base... Ele não falava assim? "No PT a base que vai decidir". Algo assim?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Exatamente. Você tem que passar pelo crivo, você tem que ser conhecido, as pessoas precisam... Não era assim: o prefeito quer e...

**SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Pelo menos, um voto você teria, viu Klinger, que era do Ronan que disse que iria te ajudar com o voto dele. Veja só, só com um voto.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Já seria um voto, né?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) **–** Senhor Klinger, o Senhor Ronan afirmou, aqui, que nunca tinha ajudado nenhum político, financeiramente, em nenhuma campanha política. Isso causou uma certa incredulidade aqui. O senhor também acredita nessa versão?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Olha, eu quero acreditar porque ele não me ajudou. Então, se ele ajudou outro candidato e não me ajudou, quer dizer, eu já ia ter motivo para ficar bravo com ele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Sª chegou a pedir ajuda a ele ou não?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Como candidato, eu acho que nem precisava. Nós tínhamos uma relação de amizade. Como eu sabia que ele tinha essa posição, eu não pedi para ele, mas pedi para o Humberto, que me ajudou, pedi para outras pessoas que me ajudaram. A ajuda que tive dele foi ele me deixar fazer campanha na porta da garagem dele; que eu ia quatro horas da manhã pedir voto lá para os cobradores, motoristas de ônibus, enfim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas isso ele não pode proibir você ir, é democracia.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – É mais ou menos viu, Senador. Quando o empresário não quer, você não fica na porta dele de jeito nenhum.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eram muito amigos.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Infelizmente, isso já é uma boa mão na roda no nível municipal.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor e ele eram muito amigos.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Muito amigos, somos amigos, éramos amigos; nossa amizade remota há mais de dez anos, e permanecemos amigos. Quer dizer, a nossa amizade não tem a ver com cargos administrativos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com o Sr. Humberto Tarcísio de Castro?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, eu não era muito amigo dele – não era e não sou –; nossa relação era comercial.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que tipo de relação?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Ele era um empreiteiro de obras que ganhou vários contratos na prefeitura que, portanto, vez ou outra, ele tinha que estabelecer relações comigo, conversar comigo, discutir questões relativas às obras que vinham sendo feitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o Humberto ajudou na campanha?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – O Humberto ajudou na campanha. O Humberto me ajudou na minha campanha.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Na do Celso também?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Na do Celso, eu não sei; ele ajudou na minha.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor sabia.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, eu não sei. Honestamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor era coordenador da campanha. O senhor acabou de dizer que era o coordenador.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, eu coordenei a anterior, Senador. Essa de 2000 eu não coordenei, porque eu estava tocando a minha campanha; eu era candidato a vereador junto com ele. Eu coordenei a campanha de 97.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E ele declarou essa ajuda ao senhor?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – A mim ajuda? A ajuda que ele fez a mim?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ou era caixa dois?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, a ajuda que ele fez a mim eu declarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas ele deu em cheque ou em dinheiro?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Aí não sei se ele declarou, Senador; eu declarei, está lá na minha prestação de contas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor recebeu, foi depositado na conta do senhor ou foi dado caixa dois? Foi em cheque? Porque só pode ser doado em cheque.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A lei eleitoral é clara, o senhor conhece mais do que eu – um homem inteligente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Caixa dois, não; é recurso não-contabilizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não-contabilizado. Só podem ser depositados recursos para campanha que sejam em cheques, não podem ser em dinheiro. Então, se não houver esses cheques, então significa dizer que eram recursos não-contabilizados. Era em cheque ou não?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu tinha um tesoureiro que fez a tesouraria da minha campanha...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Delúbio?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, não. Só vim a conhecer o Delúbio...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor se lembra quanto gastou na sua campanha?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Lembro. R$65 mil ou R$63 mil, alguma coisa assim. É ordem de grandeza...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Recebi um telefonema aqui, nós ficamos recebendo telefonemas no caso de Santo André – as pessoas estão assistindo –, e tem um dizendo que V. Sª fez a campanha mais cara de Santo André, e aqui ele está dizendo que V. Sª gastou mais de 5 bilhões de reais. Acho um exagero, mas, de qualquer maneira... E que V. Sª também fez um sorteio de uns carros, fez uma espécie de rifa – ele até encaminhou uma cópia da rifa –, e que cada empresa de ônibus comprou R$10 mil de rifa. É verdade?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Olha, Senador, está é uma Casa onde a gente pode discutir esses assuntos com mais tranqüilidade, porque questões absurdas como essa já de pronto são rejeitadas porque todos têm idéia do custo de uma candidatura a vereador. Então é óbvio que isso tudo faz parte do folclore de denúncias que afligem a minha vida desde 2002. O fato concreto é o seguinte: eu era um candidato a vereador que não tinha base eleitoral, ou seja, eu não tinha um bairro, porque eu era um candidato geral. Então a minha campanha teve uma enorme visibilidade, porque ela foi atrelada àquilo que nós chamamos no PT de comitê unificado. Eu mais um outro candidato a vereador fazíamos campanha unificada ao prefeito. Então nós tínhamos... o nosso material era o mesmo material, material conjunto geral para toda a cidade, porque eu não tinha um bairro, eu não era um vereador de bairro. De maneira que, de fato, a minha campanha teve uma visibilidade, mas ela não teve de maneira nenhuma esse custo. Eu desconheço essa história de rifa. Acho que, se fizeram rifa para me ajudar, gastaram esse dinheiro de outra maneira. Eu desconheço história de rifa. O dinheiro que consta da minha campanha são os recursos que estão contabilizados e quero dizer para os senhores que fui o vereador do PT com maior número de votos na cidade, naquela eleição. O terceiro candidato mais votado, que teve 7.500 votos, gastou R$3,5 mil na campanha dele. Portanto, acho que gastei bastante na minha campanha, com R$65 mil. Acho que fui um candidato pesado, uma mala pesada, porque, para ter um pouquinho mais de voto que ele, eu gastei R$62 mil a mais.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Porque V. Sª não era da era de Marcos Valério ainda, senão V. Sª ia ter muito mais recursos disponíveis, certamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Só uma curiosidade, fugindo um pouco do assunto, mas dizem que houve uma rifa de três carros, e um dos que ganharam o carro foi o Sr. Gabrilli. O senhor tem essa informação?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, não tenho. Se foi, parabéns, boa sorte. Mas eu gostaria de ter recebido o resultado dessa rifa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Aí foi o tesoureiro. Seria o tesoureiro que tem conhecimento disso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Desconheço, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Como era o nome do tesoureiro de campanha de V. Sª?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Era o João Ricardo Guimarães Caetano.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – João Ricardo Guimarães Caetano.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sr. Klinger, quanto a essas mortes que se seguiram ao assassinato do Sr. Celso Daniel, sete vítimas, o que o senhor acha disso? De pessoas que tinham algum envolvimento com o crime, a partir do garçom e outros?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, o que posso dizer é a minha opinião pessoal. Honestamente, sem querer com isso enfrentar o senso comum, não consigo ver relação. Tirando a morte do Dionísio, partindo do pressuposto que, de fato, o Dionísio tenha participado do crime, que é a hipótese levantada pelo Ministério Público, partindo desse pressuposto - que é algo para mim muito difícil de crer, porque o sujeito sair num dia para organizar uma quadrilha e fazer um seqüestro no dia seguinte é uma coisa um pouco confusa para mim -, enfim, partindo desse pressuposto, eu acho que a morte dele é uma morte relacionada com o caso.

Agora, o garçom? O que esse garçom testemunhou que outros garçons não tenham testemunhado? O que o agente funerário, que foi recolher o Celso lá no chão, teria de suspeito para vir a ser morto? Que informação ele poderia trazer? Parece-me tão fantasiosa, espetaculosa, tão típica e tão romanceada a ligação dessas mortes que, honestamente, fico muito cético em relação a isso. Realmente, não creio que haja relação.

"Ah, mas é muita coincidência" - alguém poderia dizer. Sim, mas as coincidências acontecem o tempo inteiro na vida da gente; é só nos darmos conta delas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O senhor tinha conhecimento da existência de um dossiê, que foi encontrado na residência do prefeito, acerca de irregularidades na prefeitura?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Tinha consciência, Senador, de um dossiê que foi amplamente divulgado na campanha de 2000; foi objeto de matérias de jornal, de ações inclusive do Ministério Público Estadual, representações do Deputado Campos Machado, do Deputado Federal Celso Russomano. Desse dossiê eu tive conhecimento, manuseei-o durante a campanha eleitoral, tive que me explicar a respeito dele, etc.

O dossiê que foi encontrado na casa do Celso, eu o vi dentro do processo. Eu vi cópia do dossiê dentro do processo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E é o mesmo?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Posso lhe asseverar que - até porque o cotejei, comparei com outro que conhecia - mais de 50% é a mesma coisa. E aquilo que não é a mesma coisa, que está nas denúncias do Deputado Campos Machado e do Deputado Federal Celso Russomano, refere-se a pessoas que nunca foram arroladas nessas denúncias, como um cidadão chamado Henrique Mascarenhas e outro chamado Vanderlei Bueno. Aliás, a maior parte do dossiê tem a ver com essas pessoas. Boa parte, quase 50% do dossiê é falando dessas pessoas; pessoas que nunca tiveram contrato na prefeitura. Não sei, parecem que foram sócias do Sr. Ronan, mas eu não entendi a ligação delas com as questões administrativas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Alemão do Cruzado?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Conheço, claro. Era vereador na época em que eu era Secretário.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor se relaciona bem com esse senhor?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu não vejo o Alemão há muito tempo. Eu tive com ele o relacionamento que um Secretário tem com um vereador que, em um momento, foi da Base de Sustentação e, em outro momento, deixou a Base de Sustentação, porque ele era do PMDB e depois saiu. Quando me elegi vereador, ele não se reelegeu; portanto, não fomos colegas na Câmara. Então, era um relacionamento distante, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu vou falar aqui sobre coincidência. Há pouco falamos que pode ser que tenha sido uma coincidência, mas, quando o Sr. João Francisco Daniel esteve aqui, disse que viu V. Sª no aeroporto, observando ele, o João Francisco Daniel. Quando o Sr. Bruno esteve aqui, também disse que V. Sª foi visto observando-o também no aeroporto. E o Sr. João Francisco Daniel inclusive registrou isso aqui, durante o depoimento dele.

O senhor tem alguma coisa a dizer sobre isso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Claro, Senador. Até que a Justiça me encarcere – e tenho a convicção de que isso não vai acontecer, porque sou inocente –, eu sou um cidadão livre; portanto, eu circulo. Eu moro em Santo André. Quer dizer, se eu

causei constrangimento ao Sr. Bruno porque ele me viu no aeroporto...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, mas o Sr. João Francisco Daniel o viu no aeroporto aqui de Brasília.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim, sim; vou chegar aí. Se eu causei constrangimento, causo maior constrangimento ainda lá na PUC, porque ele é professor na PUC, onde faço o meu doutorado. Então, por diversas vezes, já o vi na PUC - na lanchonete, na livraria -, mas não tenho uma atitude agressiva para com nenhum deles; nunca tive, até porque, de coração, de coração mesmo, não os considero inimigos. É lógico que eles me causaram mal, mas eu não acredito que esse mal seja ódio a meu respeito. Eles não têm razão nenhuma para ter ódio de mim. Eles estão defendendo uma tese, uma idéia. Acho que eles estão lutando por aquilo em que acreditam. Portanto, não quero entrar nesse mérito. Pessoalmente, não tenho ódio deles. Apenas quero que as coisas se esclareçam.

Senador, eu lhe falei que faço doutorado na área de avaliação de políticas institucionais. O objeto da tese do meu doutorado é o Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Eu venho a Brasília pelo menos uma ou duas vezes por mês para fazer gestões perante o Inep, no sentido de obter informações em relação a essa pesquisa que faço e também para obter informações em relação a este assunto em que hoje milito profissionalmente: eu faço avaliação institucional. Eu tinha um contrato, agora acabou, mas estou fazendo outro. Enfim, tenho contratos.

Então, os desdobramentos da avaliação da educação superior são um assunto que me interessa. É fato: eu estive aqui em Brasília. Não vi o Dr. João Francisco nesse dia em que estive em Brasília. Quando eu saí do aeroporto, dei de cara com o Senador Suplicy, passei direto e não o vi. Eu nem sabia... Eu passei direto pelo Senador, porque eu saí tão atrasado naquele dia que nem cumprimentei o Senador. Eu saí correndo. Eu não sei como eu poderia estar observando o Dr. João Francisco. Eu não o vi, eu não o vi, e saí como uma bala – o Senador deve ter visto –, fui direto para o táxi. Não vi ninguém naquele dia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Naquele dia, eu não o vi. Sinceramente, não me lembro de tê-lo visto.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Então, foi por isto: eu saí correndo. Passei muito rápido.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quem me disse que o viu e até comentou aqui quando da argüição dele foi o João Francisco. Coincidentemente, o Bruno Daniel, quando veio aqui, alguns dias depois, falou: "Puxa, eu vi o Klinger no aeroporto" - mas acho que foi no de São Paulo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Foi no aeroporto de São Paulo.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, mas eu vim a Brasília também. Eu venho sempre na quinta ou na sexta-feira, porque dou aula à noite. Então, quinta e sexta-feira são os dias em que posso vir para voltar um pouco mais tarde, por causa do meu horário de aula. Quer dizer, se coincidem os depoimentos nesse dia, eles vão me ver. Agora, me constrange muito saber que a minha presença gera esse tipo de constrangimento, quer dizer, em que medida que... Nunca falei com essas pessoas, nunca tive um gesto ameaçador em relação a elas, nunca dei um recado malcriado para elas, nunca fui mal-educado nem com elas, nem com ninguém. Não entendo isso. Penso que essas coisas precisariam acabar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Sª não era amigo do Bruno, que era do mesmo partido de V. Sª, do PT, e militavam juntos?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Presidente, o Professor Bruno Daniel, quando comecei a militar no PT, em 1991, já não estava mais militando. Até acredito que ele fosse filiado ainda, mas ele não militava mais no PT. Não sei o que ocorreu, mas ele não militava mais. Nunca vi o Bruno no diretório municipal do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Sr. Relator.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador José Jorge.

V. Exª tem a palavra.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Depoente, Srª Advogada, na verdade, há três aspectos nessa questão de Santo André que, às vezes, fica até difícil abordarmos pela amplitude: primeiro, a questão do assassinato em si, a forma dele, se foi a mando ou crime normal; segundo, a questão da corrupção, da apuração de recursos na Prefeitura de Santo André; terceiro, a ação que houve depois para encobrir o crime do qual diversos assessores do antigo prefeito estão suspeitos de terem participado.

Há também outra conversa de V. Sª em relação ao segundo aspecto, do encobrimento do crime, de V. Sª com o Sr. Gilberto Carvalho. A conversa é a seguinte:

> Gilberto - Voltei agora da casa do Luiz Eduardo, porque os meninos foram depor hoje.
>
> Klinger – Estou sabendo. Eu conversei com eles hoje de manhã, eles estavam preocupados.

Gilberto – Nós fomos prepará-los lá,

Klinger – Tá certo. Eu acho que é tranqüilo. É aquela história de os caras quererem mostrar serviço, porque agora ficam ampliando demais esse negócio. É uma coisa maluca.

Gilberto: Ontem, tive uma conversa com o Zé Dirceu [José Dirceu, Ministro]. Levei até o João [que é o Prefeito substituto] para a gente discutir um pouco a nossa tática. O partido vai entrar meio pesado agora, viu? [dizendo o Gilberto, que é um cara de um palavreado bem tranqüilo].

Klinger: É, eu ouvi as últimas declarações do Zé Dirceu no Cidade Alerta. Ele fez uma entrevista já bastante contundente. Eu li a reportagem dele também no **Diário**, na segunda-feira. Eu acho que essa é a linha importante, até porque já está quase um mês, a imprensa já está esfriando um pouco. Então, se a gente não tiver um tipo de ação política, as coisas vão cair no esquecimento. Enquanto isso, a política fica tripudiando, fazendo inquirições [a polícia; deve ser polícia; está escrito "política", mas deve ser "polícia"] que são superlaterais ao caso.

Gilberto: Que dão margem para um monte de bobagens.

Klinger: Então, acho legal essa postura de ir para cima, de ameaçar mesmo com investigação paralela.

V. Sª confirma essa entrevista?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não só confirmo os trechos que V. Exª transcreveu, como digo que termino a conversa dizendo que "só perdemos com isso; a cada dia que passa sem prender os assassinos, nós só perdemos".

O contexto dessa conversa é o mesmo de todas as outras, ou seja, o de que estávamos preocupados com que a Polícia Civil e a Polícia Federal dessem foco na investigação e não se dispersassem num processo investigativo sobre as pessoas que nós, que convivíamos com Celso, tínhamos convicção. E aí, Senador, podemos ser acusados de tentar fazer prevalecer as nossas convicções.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Era isso o que eu ia dizer.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Podemos ser acusados disso, mas fizemos isso de boa-fé, porque tínhamos a nossa convicção de que a Polícia estava no caminho errado. Nós queríamos que se encontrassem os assassinos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que V. Sª, de certa maneira, está confessando que tentaram interferir no trabalho da Polícia?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Nós fizemos...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Pode dizer com suas próprias palavras.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu vou dizer com as minhas palavras: nós fizemos intensa pressão no sentido de que a Polícia encontrasse o foco das investigações e não politizasse o caso. Era por isso que o Dr. Gilberto Carvalho procurava o Dr. José Dirceu, que na época era o Presidente do Partido dos Trabalhadores. Portanto, ele não estava falando nem com o Ministro, nem com... Ele estava falando com o Presidente do nosso Partido, porque nós enxergávamos que aquela linha de investigação era uma linha que vinha contra, primeiro, a necessidade de encontrar os criminosos; segundo, no sentido de estar politizando o caso, de estar fazendo com que o caso rendesse.

Há vários diálogos nesse sentido, de desconfiança: "Pô, mas a Polícia está esticando esse negócio! Isso aí está politizando! É política! E não sei o quê! Temos que..."

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Mas o próprio Presidente Lula, no dia do enterro, disse que era um crime político. Se V. Sª quiser, eu posso até ler daqui a pouco.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, é verdade. Eu me lembro disso, Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) - Outra pergunta: quando V. Sª assumiu, o Secretário responsável pela administração e por essa questão dos ônibus... Eu quero saber se V. Sª confirma um almoço, um jantar que houve em 1977, onde se tratava de qual seria a nova política nessa área de transportes. Lá estavam presentes o Sr. Ronan, o Sr. Baltazar...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Senador José Jorge, V. Exª disse 1977?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) - Não, 1997, desculpe-me.

O Sr. Ronan, o Sr. Baltazar, os dois empresários; o outro empresário, Sr. Luiz Alberto Gabrielli, que hoje é o principal denunciante; o Sr. Prefeito Celso Daniel, V. Sª e o Sr. Sérgio Sombra. Essa reunião foi no restaurante Rubaiyat, em 1997, logo que V. Sª assumiu, para definir a política de transportes na cidade de Santo André.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, afirmo, com toda a convicção: nunca, nem em 97, nem em 77, nem em 98, em nenhum momento,

fiz com Celso Daniel e Sérgio uma reunião com empresários de ônibus. Nunca!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) - V. Sª não confirma essa reunião?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não confirmo. Eu confirmo ao senhor uma única reunião, e foi apenas uma reunião que fizemos...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Eu estou falando de uma só.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Uma única reunião que fizemos no restaurante Baby Beef, mas não o de Santo André. Isso foi no restaurante Baby Beef, onde o Celso foi seqüestrado, o Baby Beef Rubaiyat, da Alameda Santos, reunião entre mim, o Prefeito Celso Daniel e todos os empresários de ônibus.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – É essa então!

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, não acredito que seja essa, porque essa reunião não foi em 97. Se foi, foi mais para o final. Na verdade, havia um impasse em relação aos investimentos que deveriam ser feitos, eu acho que para implantação da catraca eletrônica. Então, é algo mais adiante.

Essa foi a única vez em que o Celso e eu nos reunimos com todos os empresários de ônibus. Essa única reunião...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Mas o Sombra...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não participou nem dessa nem de nenhuma reunião!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Mas o Gabrielli, o Ronan e o Baltazar...?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Gabrilli.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – O Gabrilli, o Dr. Ângelo Gabrilli Filho, porque ele era o presidente da associação das empresas, representava os empresários; o Ronan Maria Pinto, o Baltazar, o Ozias Vaz; o Carlos Sófio não participou. Eram esses. Eu acho que eram só esses.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL - PE) – Falemos agora sobre aquela questão da licitação do chamado tronco-alimentado, de que participou Ronan - que era, de certa maneira, o patrão do Sr. Humberto Tarcísio, trabalhava com ele - e o Sr. Gabrilli, que era então sócio do Sr. Humberto; os dois entraram separados, quer dizer, o Humberto com o Gabrilli, e o Ronan separado; o contrato era de R$300 milhões e seria para obras de transportes. Na verdade, essa licitação terminou em empate, o que é uma coisa rara na Administração Pública; quer dizer, não é como jogo de futebol, que vive dando empate. Deu empate, do ponto de vista técnico e do ponto de vista de preço.

V. Sª era o Secretário na época e coordenou essa.... V. Sª acha comum uma licitação dessa dimensão dar empate? O que aconteceu então?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Preliminarmente, é importante dizer que não toquei diretamente essa licitação, porque ela foi feita no âmbito da empresa pública de transporte, que é uma empresa que tem autonomia administrativo-financeira e que, portanto, determinou a formação da comissão de licitações e todas as regras relativas à licitação.

Essa empresa era subordinada politicamente à Secretaria de Serviços Municipais, porque o presidente da empresa não tinha assento no Secretariado, embora ela fosse uma empresa com autonomia administrativo-financeira. Então, eu dava apenas as linhas políticas.

Agora, eu posso lhe afirmar, com segurança, que não é algo tão incomum isso, porque foi uma licitação de técnica e maior oferta, em que os critérios de pontuação para a nota técnica estavam todos definidos claramente. Portanto, não era difícil cumprirem-se todas as etapas e se obter a maior nota. E a oferta também era uma oferta em termos percentuais. Havia um mínimo e um máximo, em que se oferecia um valor percentual sobre a quantidade de movimento financeiro que se faria.

Não é verdade que as propostas tenham sido idênticas. Elas tiveram a mesma pontuação, mas foram propostas bem diferentes, abordaram o problema de forma diferente, com metodologia diferente. Foram propostas diferentes, mas que cumpriram, ambas, os mesmos quesitos, com as mesmas pontuações na nota de técnica.

Então, foi uma licitação em que, efetivamente, as empresas chegaram ao final com a mesma nota técnica e não desempataram no critério maior oferta, porque ambas...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E quem ganhou no final?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Quem ganhou no final foi o consórcio Guarará, numa escolha feita, pelo que consta - não presenciei também -, na bolinha, no bingo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sortearam?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – É. Bota duas bolinhas, gira e tira uma pedrinha.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, como esta aqui é a CPI dos Bingos...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Veja V. Exª, Senador: dizem ainda que Santo André não tem nada a ver com bingo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Até a decisão aí é no bingo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Outra pergunta: na gestão de V. Sª, foram feitas licitações de transporte com concessão onerosa. Vou repetir: na gestão de V. Sª, foram feitas licitações de transporte com concessão onerosa. No entanto, segundo a empresa Guarará, quando as vítimas deixaram de recolher a propina, foram castigadas com a criação de uma linha concorrente ao tronco-alimentado, chamada, se não me engano, B-47 R, concedida à Padroeira. Houve licitação dessa linha nova? Até quando essa linha operou?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Essa é a concussão, ou seja, o crime a que a Guarará, a que os denunciantes me impuseram, através da denúncia oferecida pelo Ministério Público. Eu trouxe farta documentação para deixar aqui na CPI, demonstrando que isso é falso.

Primeiro, a empresa Expresso Guarará ainda não era a proprietária do tronco. Embora ela tivesse participado da licitação, ela precisava construir as obras e colocar em operação o serviço tronco-alimentado. Essa linha que a empresa denunciante reputa como uma retaliação, na verdade, foi uma demanda desse vereador que foi mencionado aqui, o Alemão do Cruzado. O Alemão do Cruzado...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na época, ele era do Governo ou da Oposição?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, ele transitou entre Base de Sustentação... Eu não saberia dizer. Na época, eu acho que ele era Governo, porque foi atendido, não é? Eu acho, mas...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – (Risos.)

Quer dizer que só atendia quem era do Governo?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, não é que atendia só quem era do Governo, mas atendíamos mais quem era do Governo. Acho que é relativamente legítimo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É o que fazem aqui.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Então, ele era Base de Sustentação, ou não - não saberia dizer -, mas o fato é que ele requereu essa linha, porque um conjunto de apartamentos do CDHU foi construído, e essa população, que não existia, passou a existir e tinha de caminhar mais de um quilômetro para chegar ao corredor onde passavam todas as linhas. A partir da demanda do vereador, foi feita uma solicitação, um estudo técnico. Técnicos - não eu, nem o superintendente, nenhum cargo político -, técnicos da empresa pública, que jamais poderiam estar conluiados com qualquer tipo de coisa, opinaram por escrito, dizendo que a melhor maneira de atender a esse corredor, a essa nova demanda era criando um ramal à linha B-47.

Por que criar um ramal à linha B-47? Porque essa demanda estaria atendida quando fosse colocado em funcionamento o sistema que havia sido licitado, porque ela foi prevista no sistema. Ocorre que era necessário concluir as obras para que esse sistema entrasse em operação. Portanto, a indicação técnica era que o ramal fosse criado apenas até o momento em que se iniciasse a operação do sistema. E a linha B-47 era uma linha que sempre foi da Viação Padroeira. Outro equívoco também que sempre se coloca na imprensa e na própria denúncia: a empresa denunciante alega que essa linha não era da Padroeira. Essa linha sempre foi da Viação Padroeira. Está aqui nos documentos que estou entregando, consta do rol de linhas que foi licitado em 1996; portanto, antes do nosso Governo, essa linha consta como sendo da Padroeira. Apenas o ramal foi colocado, tanto é que, quando a empresa começa a operação do serviço, a linha é extinta, e ela atende a demanda com o seu sistema.

Quer dizer que em hipótese nenhuma isso poderia ser uma retaliação, até porque a própria denunciante se contradiz, porque ela diz o seguinte: "Olha, eu deixei de pagar a propina, ele pôs a linha; eu voltei a pagar a propina, e ele não tirou a linha". É uma retaliação estranha, não é?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Klinger, o senhor já foi sócio ou é sócio do Sr. Ronan ou do Sr. Sérgio Sombra?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Nunca tive relações comerciais nem com o Ronan nem com o Sérgio Gomes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E a que atividade V. Sª se dedica atualmente?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Hoje eu sou professor universitário em duas instituições e tenho uma pequena empresa de prestação de serviços na área de avaliação institucional educacional. Nessa empresa, tive a oportunidade de fazer um contrato, que encerrei, e estou agora negociando um segundo contrato.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, para encerrar, eu estou aqui com as cópias que recebi de Santo André, com a cópia do sorteio dos carros: 1º prêmio, um Gol zero; 2º prêmio, um Gol zero; 3º prêmio, Gol zero. É a única vez que eu vi o 1º, o 2º e o 3º prêmios serem iguais. Normalmente, o 1º prêmio é melhor, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Só em Pernambuco.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É, só em Pernambuco.

Eu vou passar para V. Exª a cópia, e há também os cheques, no caso, do Expresso Guarará, que é a própria empresa denunciante no caso, que foi quem fez o sorteio e que aparentemente ganhou um dos prêmios, o que mostra que também teve sorte.

Então, eu vou passar a cópia a V. Exª e quero dizer que nós estranhamos sempre a versão do crime comum, em que acreditam as pessoas que eram ligadas ao Prefeito Celso Daniel. Tenho uma entrevista aqui do próprio Sr. Klinger, em que ele diz: "Não tenho medo de nenhuma gravação", mas ele coloca sempre que há lacuna no inquérito, mas que ele acha que o crime do Sr. Celso Daniel foi um crime comum - coisa que, com as apurações que estamos fazendo aqui nesta CPI, inclusive com a própria apuração paralela do Senador Suplicy, cada vez verificamos que está ficando cada dia mais longe. Mesmo assim, tanto o Sr. Gilberto Carvalho, quanto a Dª Ivone, o Sr. Klinger, o Sr. Ronan, todas essas pessoas que, de certa maneira, estavam próximas, mesmo sem que haja um suporte técnico para isso, mantêm a opinião do crime comum, porque talvez seja uma maneira de abafar tudo isso.

Mais uma vez estranho e agradeço ao depoente as informações que aqui prestou, que evidentemente serão investigadas pelo Relator e por todos nós.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Jorge. Está aqui mais uma prova de que Santo André estava no jogo.

Queria conceder a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias. Antes, porém, Senador, informo que o terceiro depoente já se encontra no prédio do Senado Federal. Vamos ser um pouco rigorosos no que diz respeito ao tempo, para que possamos dar continuidade imediata, assim que terminarmos a oitiva do Sr. Klinger; mas V. Exª terá a tolerância, fique tranqüilo. Não só V. Exª, mas todos os outros Srs. Senadores.

V. Exª tem a palavra.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB - PR) – Sr. Presidente, inicialmente peço a autorização de V. Exª para analisarmos o áudio de uma gravação, para trazer os esclarecimentos do depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço que suspenda o tempo de V. Exª.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB - PR) – Durante a gravação?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Durante a gravação.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB - PR) – Pois não, muito obrigado.

Vamos ouvir a gravação, primeiramente:

**GILBERTO** - Voltei agora da casa do Luiz Eduardo, porque os meninos foram depor hoje.

**KLINGER** – Ah, eu tô sabendo. Eu conversei com eles hoje de manhã. Eles estavam preocupados. Eu [inaudível] ...com eles.

**GILBERTO** – Nós fomos prepará-los lá, um pouco.

**KLINGER** – Tá certo. Ótimo. Ele falou que eles falaram que iam passar lá. Mas eu acho que é tranqüilo, né? É aquela história de os caras quererem mostrar serviço, porque agora ficam ampliando demais esse negócio, né?

**GILBERTO** – É.

**KLINGER** – É uma coisa maluca, né?

**GILBERTO** – Ontem, tive uma conversa com o Zé Dirceu – devia estar o João combinando comigo – pra gente discutir um pouco a nossa tática. O Partido vai entrar meio pesado agora, viu?

**INTERLOCUTORA** – Alô?

**SÉRGIO** – Alô, boa tarde.

**INTERLOCUTORA** – Boa tarde.

**SÉRGIO** – Por favor, esse é o telefone do Gilberto?

**INTERLOCUTORA** – É.

**SÉRGIO** – Ah, eu poderia falar com ele? É Sérgio que está falando, de Santo André.

**INTERLOCUTORA** – Oi, Sérgio, só um pouquinho.

**SÉRGIO** – Obrigado.

**GILBERTO** – Alô?

**SÉRGIO** – Boa tarde.

**GILBERTO** – Oh, rapaz!

**SÉRGIO** – Firme? Tá tudo certo?

**GILBERTO** – Não, tá tudo certo.

Eu vou agora... Marcamos umas seis horas, na casa do Zé Dirceu, vamos ter, eu e... *(falha na gravação)* Vamos conversar um pouco sobre a nossa tática essa semana, né? Porque nós vamos ter que ir pra contra-ofensiva.

**SÉRGIO** – É. Eu vou falar com os meus advogados amanhã. A minha idéia é colocar essa investigação sob suspeição jurídica e arrumar um jeito de...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor abordou a questão da versão. Disse que o que havia era uma tentativa de se construir uma versão, dando conta de que a motivação do crime era de natureza política, mas o que se vê é que há aí uma armação ou uma orquestração no sentido de se fazer com que se construa uma versão de crime comum.

A conversa da gravação telefônica é entre Klinger e Gilberto, que falam em "preparar os meninos" e em reunião com o José Dirceu para discutir tática, que o Partido vai "entrar pesado" e, em seguida, há uma conversa entre Sérgio e Klinger, que fala nesse encontro com o José Dirceu para discutir a "tática".

Fazem referência aos "meninos", que seriam, naturalmente, ouvidos ou pela Polícia ou pelo Ministério Público.

Essa orientação para esse tipo de entendimento, visando construir uma versão, partiu de quem?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sr. Senador, só a título de correção, a segunda conversa é entre Gilberto e Sérgio.

Ato contínuo dessa, ele dá uma satisfação ao Sérgio, que estava muito aflito, etc.

Na verdade, Senador, não havia nem essa intenção e sequer essa necessidade, porque todos os interlocutores envolvidos nesses diálogos não tinham dúvida... Nós não tínhamos dúvida de que o crime era comum, porque nós não víamos razões para um crime de mando vinculado à Prefeitura, porque não existia propina, porque a relação com o Celso era perfeita, porque não havia razão.

Então entenda: se nós não colocarmos as conversas dentro do contexto, nós vamos ficar remoendo sobre elas e sofrendo com elas. Na verdade, era essa...

Eu já disse: nessa mesma fita... Está cortada, infelizmente, mas eu tenho aqui o registro, porque eu escutei as fitas.

Nessa conversa minha com o Sérgio, ela termina dizendo isso: "Nós só perdemos com isto. Cada dia que passa, sem prender os assassinos, nós só perdemos". Nós perdemos por quê? Perdemos porque se gera a suspeição e, na suspeição, o que ficava no foco era a luta política sobre a administração do Partido dos Trabalhadores na cidade de Santo André.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor não considera estranha essa atitude do PT, dos seus líderes, de orientar depoimentos, monitorar entrevistas à imprensa e assessorar juridicamente o principal suspeito? Porque o Sérgio "Sombra", desde o início, está colocado na condição de suspeito.

Que serviços o Sr. Sombra prestou ao PT para merecer todo esse empenho do Partido em sua defesa? Por que o Partido sempre afastou qualquer possibilidade de envolvimento do Sérgio nesse crime, se ele está sendo, inclusive, indiciado pelo Ministério Público por ser, naturalmente, o principal suspeito?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, na verdade, o Partido, como instituição, não afastou. Estamos falando aqui de pessoas do Partido que são amigas do Sérgio.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Exatamente, fiz referência a líderes do partido.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu, o Gilberto Carvalho... O Gilberto Carvalho conversando com o José Dirceu, que não estava preocupado com o Sérgio. O assessoramento jurídico não era ao Sérgio. Aliás, que eu saiba, o Sérgio nunca teve assessoramento jurídico do PT; ele contratou os seus advogados; enfim, nunca soube que tenha tido um assessoramento jurídico; pode ter tido, eu nunca soube.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Nas conversas telefônicas, temos isso como fato verdadeiro. O próprio Gilberto Carvalho fazendo referência ao ex-Ministro José Dirceu e até ao Presidente Lula, orientando, não apenas orientando, mas escolhendo a assessoria jurídica para o Sr. Sérgio.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu não ouvi essa conversa, eu realmente não tenho isso. Tenho o registro de uma conversa em que o Sérgio pede orientação em relação a advogado, e o Gilberto fala com o Sérgio, dizendo: "Olha, o Luiz Eduardo não indicou ninguém, ele não tem ninguém para indicar". Coisas desse tipo. Tipo "se vira aí".

Mas queria voltar à sua questão e dizer o seguinte: o PT, como instituição, não embarcou, como nós, amigos do Celso, embarcamos, no crime comum. O Senador Suplicy é um exemplo, o vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo, é outro. Há varias pessoas do PT que sempre desconfiaram...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É, o Hélio Bicudo inclusive saiu do PT.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA**... que sempre desconfiaram. E é legítima a desconfiança. Agora, éramos amigos, convivíamos. Quer dizer, eu tenho convicção, eu tinha a minha convicção e ainda tenho, ainda não recebi elementos que me façam mudar a minha convicção. Isso não é porque quero proteger A, B ou C não; é porque considero que há uma injustiça feita em relação à criminalização do Sérgio nesse caso. Porque conheci a relação deles. Amanhã ou depois, Senador, posso cair do cavalo, mas é a minha convicção.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Para o Ministério Público, o senhor já caiu do cavalo.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim. Mas é a minha convicção. Eu não tenho obrigação de fazer essa investigação, até porque, se a tivesse, procuraria fazê-la mais rapidamente, não ficaria tanto tempo fazendo. Não é tarefa minha.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Essa convicção tem a mesma motivação que leva o Sr. Gilberto Carvalho a defender, da mesma forma como o senhor

defende, e também o Deputado José Dirceu, todos defendem naturalmente com base na mesma convicção, ou seja, existe alguma razão não explicitada que leva esse grupo de lideranças expressivas do PT a organizar a construção de uma versão de que se trata de crime comum, quando todos os indícios apontam para o crime político.

Mas vamos a uma segunda conversa, senão o Presidente vai me interromper, em função do tempo. Peço, então, que coloque a segunda conversa, de Klinger falando com o Michel, Secretário de Saúde.

**MICHEL** – ... então... tem numerário?

**KLINGER –** Tem numerário. Ele vai chegar aí...

**MICHEL** – ... administração agora. Por quê?

**KLINGER –** Não, porque estou te mandando aquele negócio lá que a gente combinou. Está bom? A minha parte. O Fernando é que vai te levar, tá? Está num envelope.

**MICHEL** – Tem numerário?

**KLINGER –** Tem numerário. Ele vai chegar aí e vai te procurar e de alguma forma você encontra com ele aí no Paço, tá?

**MICHEL** – Tá bom. Então, se eu não estiver aqui, pede que ele deixe no décimo andar. Não tem problema, não é?

**KLINGER –** Não, ele vai aonde você estiver. Tá bom?

**MICHEL** – Está certo, então.

**KLINGER –** Tá jóia?

**MICHEL –** Falou, cara, um abraço.

**KLINGER –** Outro. Tchau!

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Bem, essa é uma conversa do Klinger com o Michel, Secretário de Saúde, a respeito de numerário. O Klinger diz que está mandando aquele negócio que tinham combinado, a parte dele, e o Michel pergunta se é em numerário. O Klinger diz que sim e fala que o Fernando é que vai entregar o envelope com o numerário, que vai encontrar na prefeitura e pede para descer para o décimo andar. O Michel pergunta se vai entregar tudo em dinheiro, pergunta se vai dar ainda tempo de depositar o dinheiro no mesmo dia. Isso é na continuidade aí do diálogo, que interrompemos.

Quero indagar e dar oportunidade para que o Sr. Klinger possa esclarecer esse diálogo. Primeiramente confirmar se o interlocutor é o Michel, ex-marido da Ivone e Secretário de Saúde do Município de Santo André.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – É ele mesmo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É ele mesmo, não é? E de que se trata esse valor? Qual era a razão do envio de não sei qual é o valor, mas em dinheiro, em espécie, em envelope, entregue lá no Paço Municipal?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Então, Senador, esse diálogo já foi amplamente divulgado, mas nunca com a seqüência dele, né? Uma coisa impressionante! Nunca a ligação seguinte é divulgada. É só essa. Porque o Michel baixa o telefone, levanta o telefone e liga para o advogado, dizendo que está mandando o dinheiro. Aí o advogado pergunta: "Mas vai dar tempo de depositar?" Aí ele fala assim: "Eu tô mandando em dinheiro". "Ah, então tá bom!" Aí dão aquela risadinha e tal. Porque isso foi um dinheiro...

O Michel pediu para nós racharmos o pagamento de um advogado para fazer uma consulta. Eu ainda não tenho certeza... a minha memória não está funcionando. Eu...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Agora, a continuidade da fita não... Diz respeito, sim, a dinheiro, se vai dar tempo de depositar, mas não traz esse detalhe de advogado.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim, mas é outra pessoa. Quer dizer, fica claro que estou mandando uma parte do dinheiro que vai ser completada com a parte dele e elas vão um todo... as duas partes farão um todo que será depositado na conta de alguém. Esse alguém é o profissional que estava contratado para oferecer uma opinião sobre um determinado assunto que tem a ver com uma questão pessoal que ele me pediu pra ajudar. Eu não me lembro se eram R$4 mil e eu dei dois e ele deu dois, ou se eram R$3 mil.

Fui procurar falar com ele, e ele também não lembra. Ele diz: "Pode ser até 5. É alguma coisa nesse valor". Porque não era um valor muito grande em dinheiro, até porque eu não teria. E por que mandar em dinheiro? Porque ele estava com essa urgência. Eu acho que ele já estava devendo ao cara. O cara já estava cobrando, tanto é que o cara dizia: "Mas eu quero depositar hoje". Então leva logo em dinheiro para o cara. É só isso. Nada mais do que isso.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Quem é o Fernando, que era o portador?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – O Fernando era um rapaz que trabalhava na EPT; era uma pessoa muito amiga minha e a quem eu pedi para fazer isso, porque, obviamente, só poderia pedir isso a uma pessoa amiga. Eu não poderia usar um funcionário ou qualquer coisa.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Esse Fernando foi depor também. Qual foi a razão?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PI) – Esse Fernando não trabalhava no seu gabinete?! Não foi aquele para quem o senhor telefonou logo depois da morte? Era um homem de confiança. Não foi isso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Ele era uma pessoa muito amiga minha. Eu ligo em segundo lugar para ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PI) – V. Sª ligou primeiro para Tiãozinho, sem ser o nosso Tiãzinho daqui, e depois ligou para o Fernando. Era esse Fernando?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Era esse Fernando. Fernando Ulbricht, pessoa... Inclusive foi ele que me apresentou ao Sérgio. Ele era muito amigo do Sérgio. Ele já conhecia o Sérgio antes de eu chegar na Prefeitura. Acabou se tornando uma pessoa muito minha amiga, me ajudou muito a me entrosar na cidade, porque ele era muito conhecido. É fundador do PT. Ele me ajudou a me inserir no PT. Uma pessoa que eu adoro, amo de paixão até hoje.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Por que o Gilberto Carvalho... Há uma conversa aqui, eu não vou reproduzir porque não há mais tempo, mas há uma conversa do Gilberto Carvalho e do Fernando em que o Gilberto Carvalho demonstra muita preocupação em relação a esse depoimento do Fernando e procura tranqüilizar. É o mesmo Fernando que levou esse dinheiro ao Michel, não é?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu não lembro dessa conversa, Senador, dele com o Fernando. Pode ser...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O Fernando liga para o Gilberto e diz que o Luiz Eduardo... O Dr. Rui acompanharia o depoimento dele.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Houve uma situação que não está registrada nas fitas, mas que explica muita coisa que está na fita. Por exemplo, aquela fita que o senhor colocou anteriormente, dos "meninos". Quem eram os "meninos"? Os "meninos" eram os motoristas e seguranças do Celso. Esses é que nós chamávamos carinhosamente por "meninos", pessoas simples, muito simples, que foram prestar depoimentos e que estavam apavorados. Apavorados por quê? Porque um dos meninos, o Roque, quando ele foi prestar depoimento ao DHPP, ele omitiu, não sei por que razão, por medo provavelmente, por simplicidade, a informação de que ele teria ido ao apartamento do Celso quando soube do seqüestro, na madrugada de sexta para sábado. Ele não falou isso. E o pior: ele vai lá com outro menino, chamado Pancho, que algumas pessoas acham que parece comigo. Eu não acho. Eu acho ele totalmente diferente, mas algumas pessoas acham que ele parece comigo, porque tem os olhos meio rasgados, enfim. E ficou, a vida inteira, essa história de que eu tinha ido duas vezes ao apartamento do Celso. Eu fui uma com a Ivone. Mas, não, ele foi lá de noite, não sei o quê, aquela história toda. E o Roque não fala isso. Quando ele volta ao DHPP, para poder falar a verdade, ele sofre um enorme constrangimento da Polícia e, aí, eu não quero entrar no mérito se é uma coisa legítima, se não é, mas o fato é que a Polícia faz um depoimento com ele muito pesado; daqueles muito pesado. E isso deixa os meninos apavorados. Quer dizer, todo mundo fica com medo de depor, porque está com medo de ser... De passar pelo constrangimento que o Roque passou. Quer dizer, então essa coisa de ter o advogado acompanhando, de preparar os meninos, tem a ver com esse contexto de que eles não sejam humilhados ou não passem por aquilo que o Roque tinha passado "merecidamente", porque ele mentiu, ele não falou que tinha ido lá, e ele foi lá. Isso era relevante. Poderia ter sido muito relevante na investigação.

Nós falamos: meu, você errou. Você não podia ter omitido isso, porque não existe, vai omitir por quê? Qual o problema de você ter ido lá? Ouviu falar, você ia lá, vai lá e daí? Foi olhar a casa do cara, sei lá, dá uma explicação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª permite? Pela oportunidade, porque…

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Se o Presidente concordar, porque o meu tempo está... Eu só quero concluir.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Como na resposta a V. Exª ele mencionou que, no depoimento na Polícia desse Sr. Roque, houve constrangimento muito pesado, o que o Sr. Roque definiu como sendo muito pesado? Acredito que seja importante...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Ele disse...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...para que saibamos…

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Perdão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...de procedimentos de inquirição. Isso é importante.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Ele me falou, Senador, que ele foi ameaçado. Constrangimento psicológico. Ninguém pôs a mão nele, mas coisa do tipo assim: – Ah, você vai ser preso, porque você mentiu, porque não pode, porque não sei o quê. Fala a verdade, fala logo que foi você que matou o Celso, fala logo que você está...

Eu acho que são aquelas técnicas, não é? Quer dizer, não quero dizer que havia nada... Aquelas técnicas de pressão típicas de um inquérito para poder

pressionar, para fazer o sujeito cair em contradição. Ele se sentiu constrangido. Quer dizer, e veio talvez até ampliando mais do que, de fato, tenha acontecido, falando: "Nossa Senhora, os caras estão desconfiados da gente e tal".

E ficou todo mundo apavorado. Os meninos são muito simples, são pessoas simples, sem grande nível de instrução. São pessoas que ficaram com medo. Daí o sentido de: "Não, leva o Dr. Rui. Põe um advogado. Vamos preparar eles. Não é assim, tal. Calma".

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou concluir apenas dizendo que, como o depoente Klinger fez referência a se ouvir o conjunto das gravações e não apenas detalhes ou partes dessas gravações, tive o cuidado de ouvir o máximo que pude, embora sejam muitas horas de gravação, e a conclusão a que chego – e pretendo, se houver tempo durante o depoimento do Sr. Sérgio, também apresentar mais alguns trechos de gravações –, mas a minha conclusão pessoal é que, em primeiro lugar, o Sr. Sérgio Sombra se apresenta como uma figura preciosa para algumas lideranças do PT, porque protegido, diria acobertado até em função dos indícios que pesam sobre ele, e há, sim, um trabalho de estratégia ou de tática que pretende construir a versão do crime comum; isso, sobretudo, em proteção ao Sérgio.

É evidente que isso se dá num cenário de campanha eleitoral em que, a prevalecer a versão de crime político, se atingiria frontalmente a candidatura à Presidência da República do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Daí, certamente, o envolvimento de lideranças importantes do PT, exatamente as lideranças mais próximas do Presidente Lula, como o Gilberto Carvalho e o ex-Ministro José Dirceu. São as pessoas que mais se empenharam com o objetivo de construir a versão de crime comum no cenário da campanha eleitoral certamente, não só para preservar o Sérgio... Talvez a preservação do Sérgio se deu, exatamente, em função da necessidade de se preservar a candidatura do Presidente Lula, porque o que ocorria era um esquema de corrupção com o objetivo de abastecer o caixa da campanha eleitoral; e na esteira desse esquema de corrupção, acontece o crime. É evidente que isso explodiria de forma absoluta a candidatura de Lula à Presidência da República. Daí a necessidade dessa preservação, dessa proteção e da armação dessa versão de crime comum.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Exª dispõe de dez minutos, com direito à tolerância costumeira deste Presidente.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Klinger, do que pude ouvir da sua explanação e das respostas dadas a diversas perguntas formuladas, V. Sª nega veementemente qualquer conhecimento de esquema de propinas e de recursos oriundos daquela empresa de ônibus ou das empresas de lixo para o PT.

Eu gostaria de saber de V. Sª a que V. Sª atribui a afirmação do senhor... Na acareação feita entre o Gilberto Carvalho e os irmãos João Francisco e Bruno, eles afirmam o seguinte, referindo-se ao Gilberto Carvalho: "O senhor, em Santo André, fazia ligação entre a quadrilha de Klinger, Ronan e Sérgio com a cúpula do PT em São Paulo. Essa é a verdade dos fatos. O senhor tinha que fazer esse meio-campo." Acusou, acrescentando que, "ao contrário, ele e os irmãos não estão com a alma aprisionada, estão com a alma livre".

Como V. Sª analisa que os irmãos pensem exatamente de V. Sª dessa forma, de V. Sª, do Ronan e do Sérgio?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador Mozarildo Cavalcanti, vou imediatamente responder a sua questão, preciso só fazer um registro porque senão não vou ficar de bem com a minha consciência em cima da conclusão do Senador Alvaro Dias, que respeito, acho que a convicção dele tem de ser levada em consideração. Porém, não é verdade que o então Presidente do Partido dos Trabalhadores, Deputado José Dirceu, à época, fosse uma pessoa que estivesse preocupada com Sérgio Gomes da Silva. Não há nenhum registro disso. Eu duvido, inclusive, que José Dirceu conheça Sérgio Gomes da Silva. Eu duvido. Eu nunca ouvi falar do Sérgio que ele tivesse, que ele conhecesse José Dirceu. Nunca ouvi falar. Não há nenhum registro disso. Aliás, não há nenhuma gravação, não há nenhuma conversa com José Dirceu nessas fitas; o que há é a preocupação do Dr. Gilberto Carvalho – esse, sim, amigo nosso, do nosso convívio – em levar ao Presidente do Partido para que ações institucionais fossem tomadas que pudessem, a nosso juízo, corrigir a rota das investigações, despolitizando-a. Era essa a questão que estava colocada. Em nenhum momento o José Dirceu está preocupado, nem sei qual é a convicção dele em relação a esse caso, nem sei qual é a convicção dele a respeito desse caso. Mas só para esse registro.

Objetivamente, respondendo à sua questão. Eu vou falar novamente sob o meu juízo, com o coração aberto, tenho para mim que o que ocorre é o seguinte: os irmãos do Prefeito Celso Daniel não se conformam

com a perda do seu ente querido numa circunstância simplória, numa circunstância absolutamente comum, como um crime comum. Eles não se conformam. Não se conformam. Eu tenho para mim que esse inconformismo é perfeitamente compreensível. Perfeitamente. É muito difícil você se conformar com a morte de alguém que seja do seu convívio, que seja da sua família. Se esse alguém é uma pessoa famosa, se esse alguém é uma pessoa que tem prestígio, se esse alguém é uma pessoa que carrega o nome da família com *glamour*, como era o caso do Prefeito Celso Daniel, mais ainda o inconformismo.

O que ocorre, na minha convicção, é que, em nome desse inconformismo – em nome desse inconformismo –, a família, os dois irmãos, principalmente, fazem caber vários fatos que são efetivamente contraditórios em cima de uma versão, que é a versão do crime planejado por causa da existência de propina. Essa é a questão que me salta aos olhos.

Por exemplo: eu não posso acreditar, eu não tenho nenhuma condição... Estou falando aqui não é por causa do PT; eu estou falando aqui, porque não é possível acreditar que um sujeito como o Gilberto Carvalho fosse fazer uma confissão daquela aos irmãos que ele mal conhecia. Não é possível, não é possível! Não dá para acreditar nisso. Não há uma razão para que isso pudesse ser feito, não havia motivo para isso, não tem lógica um negócio desse.

Não dá para acreditar, Senador, de boa fé, que, uma semana antes do crime... Perdão, meses antes do crime, porque é o que diz o Dr. João Francisco no seu depoimento, que, entre os dias 15 de outubro e 1º de novembro, Celso Daniel tenha estado na sua residência, passado uma tarde relaxando na sua residência e, ao final dessa tarde de relaxamento, ele tenha confessado que estava fazendo um dossiê para se proteger contra Klinger, Sérgio e Ronan.

Não é possível acreditar que esse fato tenha acontecido e que ele não tenha sido relatado quando foi feito o primeiro depoimento na delegacia, quando o crime estava ainda "ebolucionando".

Não é possível imaginar que esse fato só tenha vindo à lembrança do Dr. João Francisco, um fato tão grave como esse só tenha vindo à lembrança do Dr. João Francisco três anos depois, quando se encontra o dito dossiê.

Não é possível que alguém – eu sou o irmão – que receba uma informação dessa de que meu irmão se sente desprotegido, temeroso, a ponto de preparar dossiês, que eu me recuse a ir acompanhar o exame de corpo delito, porque ele foi convidado para ir lá, e não viu, naquele momento, nenhuma razão para ir, por isso ele não foi. Se ele tivesse visto uma razão para ir, ele teria ido, porque ele era médico. Se ele tinha uma desconfiança, me parece óbvio que era essa a forma de conduzir.

Então, Senador, de boa fé, porque eu não acredito, honestamente, que haja... que essas pessoas tenham nada contra mim, Sérgio e Ronan, a não ser a convicção deles de que de fato há um crime de mando, de que de fato somos responsáveis de alguma maneira, direta ou indiretamente, por esse crime de mando, quer dizer, essa luta, essa angústia em que eles vivem.

Agora, de boa fé, eu não posso crer nisso.

Eu fiquei tão impactado com esta informação de que o Celso teria ido à casa dele, passar uma tarde relaxando e, ao final, fez uma confissão, que eu fui cotejar a agenda do Celso. Eu liguei na Prefeitura e falei: escuta, a agenda do Celso existe ainda? "Ah, existe." Dá para tirar xérox para mim? "Dá." E eu fui lá, olhar a agenda. Não consta essa tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas ele não foi nessa tarde, não. Ele confessou num dia de manhã, na casa dos irmãos. Não foi essa tarde, não. Essa versão não existe, nem de Sérgio nem dos irmãos nem do Gilberto.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Perdão, Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª está com um discurso bonito, que bate exatamente com aqueles que defendem a tese que é a do Gilberto, a de V. Sª, foi a de Ronan... É o mesmo discurso. Agora V. Sª está, inclusive, criando o encontro da tarde que não houve, para relaxar. Foi no dia da missa, ou coisa desse tipo, ou do enterro, logo depois. Aqui foi dito pelos dois.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Perdão, Senador, eu acho que está havendo... Na verdade, é o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª estava tão empolgado, não é? O discurso estava tão bom, dentro daquilo que pensa V. Sª, que nós tínhamos que respeitar.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – O que consta do depoimento do Dr. João Francisco, feito a esta CPI, no dia 1º de setembro deste ano, é que, entre os dias 15 de outubro e 1º de novembro, portanto na véspera do seu aniversário – dias antes do seu aniversário –, o Celso Daniel esteve na casa dele, ficou um tempo, uma tarde, sem relaxar...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Como é que V. Sª... V. Sª sabia até dos encontros pessoais do senhor...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, Presidente, eu não estou dizendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª está dando um depoimento de que sabia de tudo. Como é que V. Sª sabia? E, para visitar um irmão, tem que ter agenda? Isso é uma situação complicada. Basta que o cara saia de casa e vá à casa do irmão. Eu entendo que... Aí, me permita dizer: o Sr. Celso Daniel era altamente vigiado pelos senhores, porque sabiam até o encontro na casa de quem, do irmão, da mulher... Paciência! Não é convincente isso, não, Dr. Klinger! Chegar aqui e dizer que na agenda não consta a visita de um irmão?!

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, veja, Senador: o que me causou espécie não foi não constar na agenda...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É muito detalhe! Perdoe-me, desculpe-me!

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, o que estou querendo dizer não é isso, me perdoe, eu não me fiz entender. O que eu estou querendo dizer é o seguinte: essa é uma informação muito importante para ter sido esquecida no depoimento feito à delegacia e só ter sido lembrada três anos depois. Esse é o ponto central da minha tese. Eu fiquei tão impactado ao saber disso, que fui cotejar as agendas do Celso, porque poderia estar, eu não estou dizendo que o fato de não estar faz com que o encontro não exista, não é isso, pelo amor de Deus! Porque ninguém é obrigado a ter uma visita ao irmão, ainda que essa visita seja longa, dure uma tarde inteira e seja um Prefeito e não haja essa tarde livre, ninguém é obrigado a ter isso na agenda. Mas, por exemplo, na agenda do Celso consta a visita que ele fez à mãe dele, e num dia de sábado. Pode ser um indicador de que essas coisas eram apontadas na agenda. Pode não ser. Eu não quero discutir isso. Vamos admitir que ele foi de fato, vamos admitir que ele efetivamente fez essa confidência ao irmão, e que o irmão ficou preocupado. Por que cargas d'água essa informação não é dita na delegacia, quando perguntado? E o delegado faz essa pergunta, isso consta do depoimento: "O senhor conhece algum inimigo, o senhor sabe de alguma coisa, o senhor tem..." – "Não, não sei de nada, não conheço". É isso que me causa espécie, é isso. Não é a visita. Perdão, eu não fui...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª também chamava o Sombra de chefe?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu só chamava ele de chefe, porque o apelido dele era Chefe. Ele não tinha o apelido de Sombra.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo...

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Klinger...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNOR** (S/Partido – AC) – Senador Mozarildo, com sua permissão, era só para esclarecer.

Sr. Klinger, o senhor falou que examinou a agenda do Prefeito naquela oportunidade, não sei se para verificar se constava a visita ao irmão, mas, de outra forma, já que o senhor verificou a agenda, existiam outros eventos marcados na agenda? O senhor verificou isso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim, existia. Como eu disse aqui, no dia 8...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNOR** (S/Partido – AC) – No período a que o senhor se refere...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim, eu só cotejei esse período, Senador: outubro, novembro, dezembro e janeiro. Inclusive eu trouxe a xérox das agendas, vou franquear aqui a esta Comissão, vou deixar aqui. Vou deixar aqui, é um dos documentos que eu vou deixar. Mas, nesse período, não consta esta tarde, e eu não quero, pelo amor de Deus, dizer com isso que o encontro não ocorreu. Pode ter ocorrido, porque devem ter vários encontros que ele fez que não constam da agenda. Mas o encontro com a mãe consta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Essa agenda se encontra à disposição também da Justiça já?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu não sei. Se a Justiça requisitou, deve ter, porque elas existem na Prefeitura. Eu não as inventei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Os manuscritos que eram feitos por...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eram agendas manuscritas mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E V. Sª tem esses manuscritos que eram feitos pelo Prefeito?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, claro que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tem as agendas e não tem esses manuscritos?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, eu tenho as agendas porque eu fui buscar as agendas. Elas não estão comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Onde?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Na Prefeitura de Santo André.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E os manuscritos lá não existiam?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não sei, eu não fui procurar por eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas por que a curiosidade de V. Sª de buscar essa agenda?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Por causa desse encontro, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Só por isso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Só por isso. Nunca tinha me ocorrido ir olhar a agenda do Celso. Nunca tinha me ocorrido.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso foi quanto tempo depois?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Foi agora, Senador. Depois do depoimento do João Francisco...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E aí essas agendas ainda estavam lá?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Estão lá, estão lá. Estão lá. Eu achei que não estavam, mas estão. Eu peguei cópia. Eu trouxe para os senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não falta nem um dia de...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Nesse período...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Na gestão dele, todos os dias estão lá agendados?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não sei, Senador, eu só...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ou só o que interessa?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu só pedi para olhar de outubro a janeiro. Eu não sei se tem antes, se tem depois. Esses tem, de outubro a janeiro tem. Eu peguei, está aqui, eu vou deixar a xerox...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estava agendado o jantar com o Sombra naquela noite?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Que noite? Do dia 18?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Do dia que mataram ele.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, não estava. Estava agendada uma ida ao dentista...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer, ele agendava a ida à casa da mãe, mas não agendava o jantar.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Pois é, por isso que eu digo que isso não é prova para dizer que não houve o encontro. Não é prova. Não quero dizer que isso é prova. É óbvio que não é. O encontro pode ter ocorrido, claro.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, peço desculpa.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Eu quero fazer mais uma indagação, Dr. Klinger. Não só V. Sª, mas como também outros que aqui depuseram, fizeram muita questão de enfatizar primeiro que os dois irmãos não tinham intimidade com o Prefeito Celso Daniel. Segundo, que houve uma tentativa de politizar. Isso V. Sª repetiu várias vezes aqui. O que seria politizar esse crime?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Politizar o crime era levantar, na nossa concepção, levantar um processo de investigação que colocasse sob suspeição os amigos do Prefeito, as pessoas vinculadas ao Governo Municipal, o Partido dos Trabalhadores de maneira geral. E foi o que de fato aconteceu. Foi o que de fato aconteceu; hoje, na opinião pública, permeia a idéia de que havia um antro de corrupção na Prefeitura de Santo André e o Prefeito Celso Daniel foi morto por causa disso. Isso foi feito com êxito, não foi feito sem êxito não. Há êxito nessa questão.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Com todo respeito...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Ministério Público já provou que havia corrupção, tanto que tem gente indiciada.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu não entendo assim, Senador. Eu presumo que o fato consumado é a decisão da Justiça. Eu acho que o Ministério Público é um órgão que, a partir do momento em que ele toma uma causa, ele se apaixona pela causa e age como advogado de defesa. Eu tenho para mim que o Ministério Público atua nesse caso defendendo uma tese. Eles são advogados daquela tese, eles advogam a favor daquela tese. Eles não estão buscando a verdade de forma isenta; eles estão absolutamente convencidos daquilo que eles estão fazendo e defendendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Sª acha que há paixão do Ministério neste caso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu tenho convicção de que é paixão a maneira como o Ministério Público cria, correlaciona fatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor levanta dúvida, então, do trabalho do Ministério Público?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, não levanto. Eu acho que tem que ser assim

mesmo. Acho que essa é a atribuição do Ministério Público. Deve haver convencimento e fazer tudo para provar a convicção deles. Eu só levanto dúvida pelo fato de isso ser tomado como verdade. Por isso que eu acho que tem que ter a etapa seguinte, que é a etapa da Justiça, onde o contraditório é apresentado e um juízo imparcial – esse, sim, imparcial – vai fazer o juízo sobre as alegações que os advogados de uma causa põem versus as alegações que os advogados de outra causa põem.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, Sr. Klinger, o Ministério Público representa a sociedade. Eles têm o dever, eles têm um múnus público, o exercício deles em defesa da sociedade, em defesa do bem público, do bem comum.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu compreendo isso, Senador. Mas, ao defender o bem comum, você defende dentro de uma tese, dentro de uma causa e, a partir do momento em que você se envolve com aquela causa... Não quero colocar isso como uma fragilidade da instituição ou das pessoas envolvidas. Eu, pessoalmente, acho que é assim mesmo que deve funcionar. As coisas funcionam dessa maneira. É necessário que de um lado haja um advogado de uma causa pública em defesa da sociedade, que é o Ministério Público, e do outro lado haja o contraditório. O inquérito que o Ministério Público faz não é um inquérito que admite, nele, o contraditório, ele não julga. Ele tanto não admite o contraditório... O senhor quer um exemplo de que ele não admite o contraditório? Por exemplo: o Ministério Público ouviu um garçom que esteve espontaneamente no Ministério Público – até onde eu soube – para dizer o seguinte: "Olha, eu era garçom lá no Baby Beef e vi várias vezes o Klinger, o Sérgio, o Ronan e o Prefeito assinando documentos, discutindo negócios e recebendo dinheiro". O Ministério Público registrou aquilo. Ele tinha obrigação de registrar e aquilo é do interesse da tese do Ministério Público, vai para dentro do processo. O que eu acho que deveria ser feito, caso o interesse do Ministério Público não fosse defender a sua tese, mas sim apurar os fatos na sua integralidade? Espere aí, esse restaurante tem outros garçons, esse restaurante não é um restaurante de um garçom só. Com base nesse depoimento, quero ouvir todos os garçons. "Esse colega de vocês disse que viu isso. Você viu? Que dia foi que você viu? Que semana? Que mês? Quem estava de serviço nesse mês? Vamos botar o nome." Tinha que haver uma investigação sobre esse fato.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não foi o garçom que morreu.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não foi o garçom que morreu. Não houve. Simplesmente, o fato foi para lá. Eu acho que essa investigação vai correr, ou seja, esse contraditório vai aparecer no curso da ação penal; não é função do Ministério.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Eu gostaria de fazer a última pergunta.

Dr. Klinger, tenho certeza de que V. Sª a tem convicção de que nem o senhor, nem o Sr. Ronan nem o Sr. Sérgio são pessoas acima de qualquer suspeita. Então, entendo que também buscar essa linha de averiguação não significa politizar a investigação. Como também o fato de o Ministério Público buscar uma linha de investigação onde, infelizmente, encontra sua pessoa, a do Sr. Ronan e a do Sr. Sérgio, não significa que o Ministério Público esteja apaixonado e defendendo uma tese.

A minha pergunta final é a seguinte: V. Sª não admite, portanto, que possa ter havido um crime efetivamente de mando por qualquer que tenha sido a razão. Ou em razão das propinas que estão com indícios fortes nessa investigação ou por outra razão, mas que não tenha sido um crime comum. V. Sª não admite isso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, eu não me considero acima de qualquer suspeita. Agora, eu vou me defender. Não sou eu que vou levantar suspeitas sobre mim. Eu tenho convicção da minha inocência, eu tenho convicção da minha inocência. Eu tenho convicção de que não houve propina, não de que eu tenha participado.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Não estou afirmando que V. Sª é suspeito.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Percebe?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Apenas que não está acima de qualquer suspeita.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu quero dizer o seguinte: a minha virulência na minha defesa é a minha convicção. Eu não quero acabar com a investigação do Ministério Público. Eu quero que acabe a investigação do Ministério Público contra mim, porque eu tenho convicção de que eu não participei desses fatos; eu não participei desses fatos. Essa é a minha convicção pessoal, e eu vou me defender até as últimas conseqüências disso, porque é a minha convicção.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Não tenha dúvida de V. Sª terá a oportunidade de se defender adequadamente, como mesmo disse, no momento em que houver o inquérito na fase do juízo.

Essas informações que o senhor narra aqui deixam algumas questões que me preocupam. Primeiro:

o Ministério Público, neste caso, está apaixonado; segundo: investigar determinadas pessoas é politizar o caso; e terceiro: os irmãos estão desqualificados na tese de cada um que depôs aqui. Quer dizer, os irmãos são menos importantes do que os amigos mais próximos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

V. Exª dispõe de dez minutos, com a tolerância costumeira desta Mesa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, primeiramente, eu gostaria de passar às mãos de V. Exª uma carta que encaminhei ao Prefeito João Alva Mileno, em 9 de maio de 2002.

Nessa época, Sr. Klinger de Oliveira Souza, V. Sª ainda era Secretário de Transporte?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Em 9 de maio, sim, Senador. Em 9 de maio, sim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, certamente irá recordar. Sr. Presidente, já falei sobre esse assunto, mas eu gostaria dar uma informação, diante do Sr. Klinger.

Nessa oportunidade, em abril ou maio de 2002, eu fui procurado pela Srª Rosângela Gabrilli, que me relatou uma seqüência de dificuldades que estava tendo para dialogar com a Prefeitura. Ela relatou-me um histórico bastante grande, que, de alguma maneira, coincide com as dificuldades que o Sr. Klinger mencionou entre a Prefeitura e a empresa Expresso Guarará. No entanto, há diferenças de interpretações. Sendo assim, solicitei a ela: "Escreva uma carta, relatando todos os fatos, que eu a encaminharei ao Prefeito João Alva Milena, pedindo que haja a oportunidade de uma audiência para conversar".

Avalio que V. Sª, como Vereador, se recebesse qualquer empresário que estivesse prestando serviços públicos e que manifestasse dificuldades de diálogo com o Executivo, faria algo semelhante. Esse é um processo que, como Senador, normalmente faço. Sempre que algum cidadão, seja ele de qualquer setor da sociedade brasileira, envia-me um relato de dificuldades com algum Ministro ou com Secretário ou Prefeito, normalmente encaminho uma carta e assim o fiz na ocasião.

Agradeço, Sr. Presidente, se puder ser mostrada ao Sr. Klinger essa carta, da qual ele possivelmente se recordará. Na ocasião, o Prefeito inclusive acabou recebendo a Srª Rosângela e, depois, manteve alguns diálogos, acho que com o Secretário de Governo...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Maurici.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Maurici, ex-Prefeito de Franco da Rocha, que estava como Secretário de Governo, e diversas vezes eu até dialoguei ora com o prefeito João Avamileno, ora com o Secretário Maurici e isso... Enfim, houve um desenrolar de procedimentos que continua até hoje porque a empresa continua sendo prestadora de serviços. Então queria assinalar isso.

Eu perguntei à Srª Rosângela se poderia recordar-me hoje o que ela havia relatado nessa oportunidade. Vou aqui transmitir para que V. Sª possa então esclarecer inteiramente porque, segundo o relato do Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Júnior, para a própria filha, e que assim me relatou, o Prefeito Celso Daniel, pouco depois de assumir, no início de 97, informa o Sr. Luiz Alberto Ângelo Júnior que ele estará cuidando mais da parte política, enquanto que delegará para o seu Secretário klinger de Oliveira Souza, digamos, a parte mais administrativa da prefeitura. E recorda ela que esse foi um diálogo no restaurante Rubayat, na Alameda Santos, em São Paulo.

Pouco depois, no início de 1997, de maneira um pouco diferente do que mencionou o Senador José Jorge, houve uma reunião na prefeitura em que V. Sª, como Secretário então de Serviços Municipais, que incluía o serviço de transporte, teria reunido alguns empresários de transporte, dentre os quais o próprio Luiz Alberto, o Sr. Baltazar de Souza, o Sr. Ronan, que esteve aqui hoje, e que nessa reunião é que teria havido uma combinação para que no final de cada mês, no dia 30, houvesse um recolhimento de tantos reais por ônibus, aqui foi mencionado trezentos e tanto, quinhentos e tanto.

Mencionou o Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli que, nessa reunião, uma das coisas que impressionou os presentes foi que teria o Sr. Sérgio Gomes da Silva colocado um revólver à mesa.

Poderia V. Sª nos explicar se de fato aconteceu essa reunião, se nessa reunião houve esses episódios relatados pelo Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli a sua filha e a algumas outras pessoas.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, isso, esse relato me enche de indignação. Primeiro porque jamais o Prefeito Celso Daniel chamaria um empresário de ônibus antes de tomar posse.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Perdão, o primeiro...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Estou me referindo ao primeiro encontro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O primeiro encontro...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Porque a mentira tem uma seqüência, então ela começa com um primeiro encontro. Jamais o Prefeito Celso Daniel, não havia razão para isso, isso não era do feitio dele, antes de tomar posse, chamaria um empresário para dar...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, logo após a posse.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Ainda que seja, para dar satisfação sobre o que ele ia fazer, ou o que ele não ia, ou quem ia ser responsável ou não ia ser responsável. Não consigo acreditar nisso. Não há razão para isso. Não consigo crer nisso. Como eu já lhe disse, eu só lembro de uma reunião do Celso com os empresários de ônibus, e foi uma reunião dura, porque o objetivo da reunião era, realmente, fazer com que eles fizessem os investimentos, e não me pareceu que o Celso tivesse intimidade com nenhum empresário de ônibus, nenhum deles. Pelo contrário, ele se colocou de uma forma muito distante. Não acredito que ele tinha esse nível de intimidade com o Sr. Ângelo Gabrilli Filho.

Agora, a segunda reunião, Senador, não aconteceu. Não aconteceu. Eu afirmo mais uma vez: nunca houve uma reunião com a minha pessoa, ou com a minha pessoa, o Prefeito e empresários de ônibus que Sérgio participasse. O Sérgio não era membro do Governo. Ele era meu amigo. Ele não trabalhou no governo. Ele não trabalhou. Se ele entrou na Secretaria duas ou três vezes, foi muito. Às vezes ele passava lá de carro para me pegar e irmos almoçar, mas ele nem entrava. Ele passava com o carro, eu saía, nos entrávamos no carro e íamos almoçar. Mas, na maioria das vezes, nós nos encontrávamos já no restaurante. Eu ia com o meu carro, ele ia com o dele e íamos almoçar juntos, jantar juntos. A nossa relação era uma relação exterior a Prefeitura. Ele nunca discutiu negócios da Prefeitura comigo; sequer sabia que ele conhecia essas pessoas. Eu sabia que ele tinha um bom relacionamento com o Ronan, conhecia o Baltasar e o Osias. Eu nem sabia que ele conhecia o Gabrilli. Enfim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Por acaso soube de instrução que havia sido dada a empresários do setor de transporte coletivo que para se falar com o Secretário Klinger era primeiro necessário falar com Sr. Ronan Maria Pinto?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, não soube disso, e também é outra coisa que me causa estranheza, porque, na época,até 1999, não me lembro bem, ou 1998, quem era o Presidente da Associação das Empresas de Transporte Coletivo era o Sr. Gabrili. Então, de todos os empresários, eu tinha mais contato com ele, porque era ele que trazia as demandas coletivas. Não porque eu não falasse com os outros. Qualquer um que me procurasse era atendido, mas porque ele falava em nome dos demais, visto que ele era o Presidente da associação. Depois mudou, passou a ser o Ronan ou a esposa dele, não me lembro e depois, mais para o final da minha participação, passou a ser o Osias. Mas isso era mais uma organização dele. Não era uma coisa minha.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, agradeço se puder, tendo em vista isso, nos relatar como é que se deu o processo de diálogo entre V. Sª e o Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli, para que fique claro para nós que não precisava ter esta intermediação. Ou seja, ele, como Presidente da Associação de Empresas de Transporte Coletivo, ele, de fato, tinha acesso a V. Sª, como Secretário de Governo? Se puder nos ilustrar contando...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, é claro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...algumas dessas conversas, digamos, ao início da sua gestão nessa função de Secretário de Assuntos Municipais e no decorrer até o final de sua gestão.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Pois não. Durante 1997/1998, Senador, eu tive muitos contatos com o Sr. Ângelo Gabrilli Filho, não apenas para discutir questões específicas da empresa dele, que era a Viação São José, que sempre foi uma empresa que operou perfeitamente. Nunca tive problema operacional no contrato antigo. Nossos problemas começam no novo contrato. Nunca tivemos problemas com o contrato antigo. Tive vários contatos, e tivemos vários contatos, principalmente em 1997, por conta da questão dos perueiros. Naquela época, havia muitos perueiros clandestinos na região do ABC e o ABC resolveu, decidiu conjuntamente, impedir os perueiros. Então, nós estabelecemos relações com a associação das empresas para montar uma estratégia de impedir a invasão dos perueiros. Lembro-me de que, na época, inclusive, a associação das empresas colocou carros à disposição para fazer a fiscalização. Eles fiscalizavam e avisavam os nossos fiscais para que pudéssemos ir, porque tínhamos um número reduzido de fiscais. E tudo isso foi combinado com ele, como Presidente da associação. Então, nossa relação foi sempre muito boa até 1998, início de 1999. Em 1998/1999, me parece, ele sofreu um problema de saúde. Ele ficou doente e se afastou um tempo. Até então, eu não conhecia Rosângela Gabrilli, não conhecia os filhos dele, não conhecia o sócio dele. Toda a relação era com ele. A partir daí, passei a conhecer a Dona Rosângela Gabrilli, o Sr. Passarelli e seu sócio.

Passaram a discutir os assuntos, já do contrato novo – porque, aí, já era o novo contrato –, comigo. Quando o Sr. Ângelo Gabrilli volta à testa do negócio, ele já volta muito diferente. Na época, reputei aquilo às seqüelas à doença. Ele volta muito frágil, chorando muito. A gente começava a conversar, ele começava a chorar. A própria Rosângela dizia: "Não, papai está..." Tudo bem! Dirigi a relação, a partir daí, com Rosângela Gabrilli e Sebastião Passarelli. Não mais estabeleci. Ele se afastou, acredito que naturalmente, dos negócios em função dessa questão de saúde, e a relação passou a ser estabelecida com eles. Agora, nunca houve uma ruptura. Vez ou outra, em um assunto mais importante, ele aparecia. Mas confesso a V. Exª que as relações com Rosângela Gabrilli e Passarelli foram ficando muito difíceis, muito difíceis. Na medida em que os contratos não eram cumpridos e que os termos aditivos não eram cumpridos, evidentemente a EPT esgotava o seu limite de negociação. Vinha a negociação para mim, e eu mandava recados muito duros, do tipo: "É preciso fazer"..., uma relação de um gestor preocupado com a execução de um contrato público. Isso é tão verdade, Senador, que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que podemos reputar como tudo, menos como petista, rejeitou os três termos aditivos que foram feitos. Ele acatou o contrato, aprovou a licitação, mas rejeitou os termos aditivos, porque considerou – isto está escrito no seu parecer – que a Prefeitura Municipal de Santo André foi leniente; abriu mão de cumprir normas contratuais que, em última instância, desequilibraram o processo concorrencial. Se, no processo concorrencial, outros concorrentes soubessem que haveria essas facilidades de dilação de prazo, que o investimento poderia ser feito não em um ano, como previsto, mas em dois anos e meio – que foi o tempo que ela demorou para cumprir o contrato, um ano e meio a mais – certamente teríamos mais licitantes, certamente teríamos outras propostas. Essa foi a questão que preponderou.

O Tribunal rejeitou esses contratos. Ao rejeitá-los, a Prefeitura, obviamente, estava defendendo; enfim, está havendo, lá, uma circunstância que desconheço, porque já não é mais do meu tempo. Mas é essa a situação concreta.

Então, a nossa relação ficou muito ruim; ficou ruim em decorrência dessa diferença de ponto de vista.

Vou lhe dizer que a Dona Rosângela trazia questões...Ela não dizia assim: "Não vou cumprir o contrato porque não quero". Ela trazia motivos, ela dava razões para não cumprir, ou porque a obra ficou mais cara, ou porque a projeção a enrolou. Só que, no meu entendimento, essas questões não eram problema do secretário gestor, era um problema que ela tinha de resolver. Minha obrigação era o cumprimento do contrato.

As oportunidades para se cumprir o contrato foram dadas. Foi feito um primeiro termo aditivo, dilatou-se em seis meses o prazo; depois, foi feito um segundo e dilatou-se por mais um ano o prazo; depois, foi feito um terceiro, e dilata-se por mais um ano o prazo para a entrega de obras e mais seis meses para a entrega de veículos. E ainda deixa de cobrar taxas para que ela possa fazer caixa, porque ela alegava uma deficiência de caixa em função do aumento dos... Quer dizer, todos os pedidos que foram feitos foram atendidos. E, mesmo assim, o contrato não foi cumprido. Quer dizer, alguma coisa precisaria ter sido feita.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Completou-se o problema das obras mencionadas nesse contrato? Salvo engano, incluía a construção de um terminal e a regularização das linhas.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – A construção de pontes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Isso, agora, está definido, feito, e pronto?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – A informação que tenho, depois da minha saída, é a de que a Prefeitura, no ano de 2004, teve de fazer um quarto termo aditivo. Nesse quarto termo aditivo, a Prefeitura acordou em não cobrar uma das obras; suprimiu uma das obras, que era a construção de uma ponte, trocando por outras obras que a Guarará iria fazer. Ou seja, ainda em 2004, o processo encontrava-se nesse litígio, e até hoje está em litígio, porque a Guarará não concorda em pagar taxas que estão presentes no contrato. Enfim, há outras questões que estão colocadas lá. Agora, eu, honestamente, não saberia lhe dizer a situação atual do contrato; teria que ser diligenciado na Prefeitura, porque eu me afastei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Klinger, V. Sª mencionou que teria a Srª Rosângela Gabrilli formulado essas denúncias a partir da sua insatisfação com respeito ao ponto de vista da Prefeitura de não aceitar o que ela propunha. Mas V. Sª conheceu o Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli, que, inclusive, ainda é vivo. Quero transmitir a V. Sª o seguinte: ouvi o relato dela a respeito desses fatos. Ela me disse que a doença de seu pai teve muito a ver com a tensão resultante das dificuldades que tiveram, a empresa e o seu pai, com respeito ao caso já mencionado. Por tudo aquilo que V. Sª conheceu do Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli e da Srª Rosângela Gabrilli, acredita que eles iriam contar um caso dessa ordem, dessa gravidade, relatar que havia sido feito um entendimento entre empresas de transporte coletivo pelo qual cobrariam, a cada mês, um certo montante em dinheiro para alguma finalida-

de junto à Prefeitura, como uma forma de retaliação ou de pressionar a Prefeitura? Não avalia que se trata de uma situação ou de uma denúncia extremamente grave para não ser verdade? Quero aqui dizer a V. Sª que quero contribuir, ao máximo, para desvendar a verdade toda. V. Sª, que foi aluno na Fundação Getúlio Vargas, viu-me visitar o Prefeito Celso Daniel diversas vezes, na primeira gestão; colaborei com ele diversas vezes na segunda também, estive inúmeras vezes em campanha, tinha estima por ele, o maior respeito. Sei da sua seriedade pessoal, ouvi o depoimento da empregada doméstica, há cerca de 10 dias, que trabalhava na sua residência, que, inclusive, reiterou aos Promotores Roberto Wider e Amaro José Tomé como o Prefeito Celso Daniel era uma pessoa de integridade pessoal que a impressionava, de simplicidade de modos. Descreveu a sua simplicidade pessoal até na sua residência – uma pessoa que deixou, embora professor em duas faculdades, Prefeito, apenas uma apartamento de 80m², dois automóveis usados. Nunca se utilizou das suas funções, inclusive de grande responsabilidade, para qualquer enriquecimento pessoal. Isso é visível em todos os depoimentos das pessoas. Portanto, tenho insistido, feito essas perguntas e fui verificar o testemunho de pessoas há poucos dias, ali na Ladeira dos Três Tombos, porque desejo saber o que, efetivamente, aconteceu com um companheiro de meu Partido, que era estimado por todos nós, inclusive na Escola de Administração de Empresas, onde V. Sª estudou.

Tenho apenas mais duas perguntas muito simples para V. Sª:

Primeiro, se costumava andar armado. Eu até gostaria de lhe perguntar sobre uma questão recente, porque acredito que na sala, provavelmente, houve votos de todos os lados: se V. Sª foi a favor do "sim" ou "não" com respeito a armas. Como V. Sª, talvez, já mencionou que teve portes de armas ou que tem portes de armas, se efetivamente costuma andar armado e se é verdade que costumava andar com o revólver na canela, inclusive em reuniões de trabalho. Se for verdade que isso ocorria, não acredita V. Sª que isso tem um certo efeito intimidatório para as pessoas? São as perguntas que, com toda sinceridade, eu formulo a V. Sª.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sr. Senador, o senhor acabou por formular três perguntas. Eu vou tentar ser...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas todas em torno da arma.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Todas fundamentadas. Não, não, a primeira não é em torno da arma. A primeira é com relação à boa fé da denúncia.

Eu quero dizer, de forma taxativa, que essa é uma denúncia de má-fé.

Eu acredito, sim, que a família Gabrilli forjou essa denúncia para blindar o seu contrato e eu tenho muitas evidências para acreditar nisso. A primeira delas é que há interesses políticos, também, por trás dessa denúncia, não apenas os interesses comerciais.

Veja V. Exª: a primeira formulação dessa denúncia é feita dois ou três dias, apenas, depois da morte do Prefeito ao Ministério Público, na cidade de São Paulo. Quem acompanha a Dona Rosângela Gabrilli na denúncia é a sua irmã Mara Gabrilli, pessoa de cuja existência eu nunca havia tomado conhecimento.

Eis que, passado algum tempo, Mara Gabrilli é candidata a Vereadora pelo PSDB e vira Secretária da Administração do Prefeito José Serra. Naquele momento, a disputa política que estava colocada era essa e eu tenho essa convicção. Eu tenho essa convicção porque não houve essas reuniões, não houve essa propina. Portanto, a única maneira que eu tenho para responder a isso é a má-fé. Eu não posso imaginar que a boa-fé poderia levar à circunstância de uma invenção desse porte, Senador. Essa é a minha questão. Essa é a minha questão, essa é a minha convicção. Eu tenho essa convicção porque há várias posições, há várias inverdades, coisas absolutamente gritantes colocadas nesse processo e não é possível que eu possa acreditar que há alguma boa-fé nessa história toda.

A outra questão é que, de fato, eu andava armado, sim. A partir de 1997, em função desse enfrentamento com os perueiros, eu passei a receber diversas ameaças. Inclusive, há registros, boletins de ocorrência dessas ameaças em 1998, em 1999. Como eu tenho treinamento militar – eu sou militar da reserva, sou oficial da reserva da Marinha –, entendi que eu tinha condição de andar armado, quer dizer, foi uma decisão minha. Submeti-me aos exames que todo o cidadão que queria ter porte, neste País, se submete, comprei uma arma para isso – não tinha, comprei a arma –, registrei a arma, fui à delegacia, fiz os exames necessários de manuseio, de habilidade escrita e psicológica e ganhei o porte de arma. E usava, sim, a arma na canela. Jamais me ocorreu, Senador – jamais me ocorreu –, que essa atitude pudesse, de alguma forma, constranger alguém. Depois do fato consumado, me caiu a ficha de que, realmente, é algo que pode constranger, sim. A pessoa vê, não está acostumada, fica com medo. Foi a melhor coisa nessa história toda, na minha vida, foi uma graça de Deus, porque eu abandonei a arma, entreguei a arma. Hoje, eu sou absolutamente defensor do desarmamento. Votei pelo

desarmamento. Fiz campanha pelo desarmamento. E tomei consciência da bobagem que eu fazia na minha vida, porque eu jamais teria condições de me defender. S alguém quisesse me abordar, até eu pegar aquela arma na canela... Enfim, graças a Deus, essa é uma página virada na história da minha vida.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O depoimento que acaba de fazer estaria muito bem na campanha do "sim", mas a última pergunta: V. Sª mencionou que, no dia 18 de janeiro de 2002, quando houve o seqüestro, estava dormindo quando soube da notícia, logo que avisado. Já mencionou que estava dormindo ao final, ou no início da noite, ou à meia-noite, por aí, mas V. Sª poderia dizer-nos o que fez no dia 18 de janeiro? Tem memória? Especialmente, tem memória de com quem almoçou? Teria V. Sª – vou ser mais objetivo – almoçado com o Sr. Sérgio Gomes da Silva*?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não tenho memória. Não tenho memória disso, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não tenho.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas veja que...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu me lembro que o Sérgio estava...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se foi verdade que V. Sª tivesse almoçado com ele, então seria uma coisa... Quer dizer, dado o fato tão extraordinário, que inclusive mexe com a vida de V. Sª nesses três anos e tanto após esse 18 de janeiro, e tendo inclusive dialogado com ele após o seqüestro, porque nos informou que foi dada a informação por ele a V. Sª...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, não eu, foi outra pessoa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ou por outra pessoa. Mas, então, não seria o caso de se recordar se porventura almoçou com ele naquele dia?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Seria o caso, Senador. Realmente, eu não me lembro, não me ocorreu de lembrar, mas não é uma coisa que seria impossível, porque veja: o que me lembro é que o Sérgio estava já há bastante tempo fora. Essa vinda dele... Fazia umas duas semanas que ele estava viajando, o que era bastante tempo, porque a gente se encontrava quase toda semana, duas, três vezes por semana. Ele estava viajando. Então, ele estava chegando de viagem e ia fazer esse jantar. Pode ser que ele tivesse me ligado e nós tivéssemos almoçado se ele estivesse chegando antes, mas eu, realmente, não me recordo. Realmente, eu não me recordo disso. Vou procurar saber se, de alguma forma, posso me recordar disso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Sª é professor de Ética na Fundação Santo André, é isso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – É, dentre outras disciplinas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Que outras matérias?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Na graduação, dou uma disciplina chamada Ética e Cidadania, no curso de Gestão Ambiental, e na pós-graduação, no curso de Mediações Tecnológicas, dou uma disciplina, eu participo de um módulo que é Filosofia, Ética e Política.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Concluindo, Sr. Presidente, não tenho mais perguntas, só para registrar que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª esgotou todos os assuntos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Hoje, o **Estado de S.Paulo** dá uma entrevista do Sr. Klinger de Oliveira Souza, onde ele fala de quão positiva será sua vinda aqui. Acho que está sendo extremamente positiva, porque permite a ele próprio e a todos nós, primeiro, o conhecermos melhor e avançarmos muito no desvendar disso, qualquer que seja a conclusão.

Acho que seu depoimento, Klinger de Oliveira Souza, foi importante, como o do Sr. Ronan, para que venhamos a conhecer muito melhor o que se passou. Então, acho que esta CPI está prestando um serviço de esclarecimento a todos os interessados naquilo que aconteceu com o Prefeito Celso Daniel.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra ao Senador Magno Malta.

V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães, deseja fazer alguma interpelação ou vai aguardar o próximo depoente, que é o Sr. Sérgio? *(Pausa.)*

Falará, agora, o Senador Magno Malta e, em seguida, o Senador Antonio Carlos Magalhães e V. Exª, para fechar o depoimento do Sr. Klinger com chave de ouro.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de fazer as inquirições, eu gostaria de comunicar à Mesa que acabei de protocolar o requerimento para que sejam convocados e ouvidos simultaneamente, a fim de realizar a acareação nesta Comissão, os Srs. Ronan Maria Pinto, Irineu Marcolino Martins Bianco e Rosângela Gabrilli.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O requerimento de V. Exª será votado na próxima terça-feira, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de me dirigir ao seu Klinger, depoente nesta Comissão. Assisti a parte de seu depoimento em meu gabinete. Infelizmente, tudo acontece ao mesmo tempo no Parlamento, precisamos correr ao plenário, a outras Comissões.

Ouvi parte, mas percebo que V. Sª coloca muito bem as palavras e o seu raciocínio. Não vou me alongar em função de outros depoimentos, ainda teremos as inquirições do Senador Tião Viana e do Senador Antonio Carlos Magalhães.

As denúncias que envolvem o seu nome são feitas num bojo de pessoas: Ronan, Klinger, que é o senhor, Gilberto Carvalho, e de tabela entra o ex-Ministro José Dirceu. O senhor conhece o José Dirceu?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Conheço o Ministro José Dirceu, mas não tenho nenhuma intimidade com ele. Conheço-o como militante. Devo ter estado com ele, que me lembre, uma única vez e foi a propósito desse caso, na época, para fazer uma reunião, para inteirá-lo dos fatos, em 2002. Não me lembro de ter estado com ele outras vezes, a não ser em eventos do próprio Partido: Ministro, Deputado, prazer, até logo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O seu relacionamento mais próximo era com o Prefeito, hoje falecido, com o Gilberto Carvalho, o Ronan e o Sérgio Gomes.

Já percebo, na sua capacidade de raciocinar, das perguntas que faço, que terei a melhor resposta do senhor. Como o senhor define Gilberto Carvalho?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Gilberto Carvalho foi uma pessoa que conheci no ano de 1997, com a qual tive o prazer de conviver durante vários anos, até 2002, e privo de sua amizade ainda hoje. Sempre que posso, estando em Brasília, faço questão de mandar um recado, nem sempre ele pode me atender, evidentemente, porque ele tem mil compromissos, mas eu tento sempre mandar um alô para ele.

Eu defino Gilberto Carvalho como uma pessoa absolutamente dedicada à causa ideológica do Partido dos Trabalhadores. É uma pessoa fundamentalmente idealista, um militante idealista, alguém totalmente desprendido das questões materiais, absolutamente desprendido das questões materiais, com um coração tamanho família, uma pessoa muito boa, uma pessoa do bem, uma pessoa que só nos passa alegria, satisfação. É um prazer poder estar ao lado dele. Ele é uma pessoa muito boa, de energia muito positiva.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O que o senhor acha das acusações que a ele são imputadas, das denúncias feitas pelos irmãos do falecido Celso Daniel de que ele teria confessado que levava dinheiro a São Paulo, dinheiro das arrecadações que eram feitas exatamente por esse grupo que comandava as propinas, conforme denúncias que estão registradas no Ministério Público, algumas delas documentadas? O que o senhor acha dessas denúncias que o Gilberto vem sofrendo – há uma afirmação da família do Celso de que foi uma confissão dele e até se faz alusão ao seu Corsa preto que levou o dinheiro?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Olha, Senador, já me manifestei sobre isso. Acho isso uma indignidade. O Gilberto Carvalho não merecia isso, pela pessoa maravilhosa que é. O Gilberto Carvalho é uma pessoa que, mesmo sendo distante dos irmãos do Celso, foi o único, no grupo mais próximo ao Prefeito, que teve a preocupação, quando da morte do Prefeito, de aproximar a família. Partiu dele isso: "Não, vamos ligar para os irmãos; é importante que os irmãos estejam aqui presentes; vamos convidar para posse; vamos fazer isso, fazer aquilo"." Coisa até que Dona Ivone fez criou uma mágoa, porque a Dona Ivone achava que não tinha que ser daquele jeito. Eu não tenho opinião sobre isso, para mim tanto faz, mas foi uma injustiça o que aconteceu com ele, porque ele, que fez todo esse esforço de trazer para a cena, para o teatro de operações da transição, a figura dos irmãos, como representantes da família, veio adiante a ser alvejado por essas próprias pessoas, numa denúncia da qual ele, por mais que negue, não consegue se livrar.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Isso quer dizer que o senhor define os irmãos do Celso como indignos?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Sem dúvida alguma. É uma indignidade o que eles fizeram com o Gilberto Carvalho na defesa de uma tese legítima, que eles têm todo o direito de fazer; eles não têm o direito de acabar com a vida das pessoas como eles estão fazendo. Eles poderiam defender essa tese, eles não precisariam inventar isso para poder reabrir o caso. Essa é a minha convicção.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor conhece o Sérgio Gomes há quanto tempo?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Eu conheci o Sérgio desde 1989.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor conheceu ele em 1989 e o que ele era? Era militante?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Não. Ele trabalhava na Prefeitura. Ele era o Presidente da Defesa Civil, e eu fui designado para trabalhar na

Defesa Civil. A partir dessa relação profissional, nós começamos a estabelecer uma relação de trabalho.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Desculpa. 1989?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** 1989, no primeiro mandato do Prefeito Celso Daniel.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Em 1989. É sabido que, até o ano de 1995, ele era segurança do Celso. Procede essa informação?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Não, não procede. Eu não sei disso. Que eu saiba, o Sérgio foi segurança do Celso na campanha de 88. Isso eu ouvi dizer, porque eu não vivi esse processo. A partir de 89, ele passou a coordenar essa atividade...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele foi segurança na campanha 88, e em 89 foi para a Defesa Civil, na Prefeitura.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Foi para a Defesa Civil e foi coordenar a guarda municipal, programa de parques, assumiu lá umas tarefas, e sempre foi uma pessoa que andou com Celso, que coordenou a segurança dele, enfim, como ele fazia essa relação...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E aí eu faço uma pergunta ao senhor: no Brasil, onde só quem tem facilidade, ou é jogador de futebol, para ficar rico logo, ou um artista famoso, ou traficante. Tinha um segurança de um candidato a Prefeito em 88, em seguida, assume a Defesa Civil e vai cuidar de guarda municipal; em 2002, já é um empresário bem-sucedido. Isso não causa espanto no senhor?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Bom, dito da maneira como o senhor disse, causa; só que os fatos não se deram dessa maneira, pelo menos que eu conheço.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, eu só estou perguntando porque, veja bem, eu sou filho de faxineira. A vida é muito difícil. Sou nordestino, fui acolhido lá pelo povo do Espírito do Santo, que acabou de me criar e a vida nunca foi fácil para mim, como para milhões de brasileiros. Então, a minha pergunta é uma pergunta que espanta o Brasil. O sujeito em 88, então, era segurança. O Prefeito ganhou, ele foi para a Defesa Civil. Olha, não sei qual o cargo dele, mas imagino que não passava de R$2 mil um cargo de alguém que está ali na Defesa Civil, tomando conta de guarda e não sei o quê, como o senhor falou. Em 95, ele ainda era segurança, ele agia, estava perto do Celso. A partir de 2000, ele já era um empresário bem-sucedido em 2002, tanto que o Celso foi seqüestrado dentro de um carro, uma Pajero preta – e aí eu queria depois fazer uma pergunta ao senhor sobre isso também – e eu estou perguntando ao cidadão Klinger, até porque percebi sua positividade quando lhe ouvia pela televisão, e o senhor não joga com palavras... O outro que estava aí, o Ronan, eu não sei qual a dificuldade, até porque a cadeira da CPI, ninguém vem para aqui morrendo de ilusão de que quem sentou ali vai falar: eu fiz, fui eu, participei. Não tem ilusão disso. CPI chega à conclusão por quebra de sigilo. É na quebra de sigilo. Então, eu também não tenho ilusão disso. Como cidadão, e acho até que você seja de origem simples, de família simples, que não tenha tido...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Não. Eu venho de uma família de classe média.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Então, não conheceu o sofrimento que o Sombra conheceu e nós, os mortais do lado de cá.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Não conheci, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Então, não causa espanto – estou perguntando ao cidadão, sujeito que, em 88, é segurança... Eu me lembro que eu entrei na vida pública em 2002, fui ser candidato a Vereador. Eu me lembro que, em 88, eu era um mortal em Cachoeiro de Itapemirim, porque eu não tinha onde cair morto. Acho que era a mesma situação dele. Também era mortal em 1988, porque não tinha onde cair morto, fazia segurança de um cara que era candidato a Prefeito. Aí recebeu emprego depois que passou a eleição. Aí foi para a Defesa Civil, cuidar de guarda, não sei o quê, um salário, vamos exagerar, R$3 mil de salário. Não dá para ninguém ficar rico. Em 2002, o cara já era um empresário bem-sucedido. Estou perguntando ao cidadão, não ao secretário; ao Klinger: isso não causa indignação ao senhor? Se não indignação, é no mínimo estranho?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** É no mínimo estranho. Eu não saberia lhe dizer qual é a variação patrimonial do Sérgio. O que eu posso falar, Senador, é que, embora eu não tenha tido essa experiência de partir de uma família tão humilde, o meu pai era empresário, enfim, e nos deu uma certa condição, pude fazer universidade e tal, eu não acumulei esse patrimônio todo, embora, sempre tenha trabalhado e ganho relativamente bem. Eu tenho o meu apartamento, tenho o apartamento que eu pago e dois carros financiados, o meu e o da minha esposa, que é médica. Eu não tenho casa na praia, casa no campo. Eu vejo por mim. Por mim, causa estranheza. Agora, eu acho que essa é uma questão que ele precisa explicar.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Exatamente. Exato. Então, coisa boa. O senhor vem à CPI e não esconde, não resvala, não vira um sabonete. E o povo de casa está vendo isso, milhões de brasileiros, com a mesma situação, e que é estranho mesmo. Causa

estranheza. O cara é segurança. E o que me causa mais estranheza é que Celso Daniel era um cara por quem eu mantive admiração. E se esse Sombra não tinha nada em 88, e, depois, na defesa civil, nada tinha, e, depois, vira um empresário bem sucedido e é um amigo de perto do Prefeito, o Prefeito sabia de onde veio esse patrimônio bem-sucedido desse rapaz. Então, essas coisas são estranhas.

Agora, quero encerrar, porque ainda há outros a lhe perguntar. Eu pergunto o seguinte: no dia em que o Celso foi seqüestrado, o senhor estava onde?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Então, Senador, primeiro só voltando um ponto, eu quero só deixar ressalvado o seguinte: eu não sei se o Sérgio não tinha nada em 88. Acho que essa é uma questão que ele tem de responder. Eu sei que, em 89, ele já era professor universitário também. Ele não vivia só do salário da Prefeitura. Também como professor a gente ganha pouco. Eu sei porque eu sou professor. Não é muita coisa, não. Mas ele não é exatamente uma pessoa...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas o ponto de ser um segurança de um candidato é muito pouco o que ganha, não é?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – É. Eu não sei. Eu não sei. Não sei. Talvez...Não sei. Eu não quero falar sobre essa questão. Eu não quero falar sobre isso. Vamos deixar essa questão para ele.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Deixe essa questão para ele.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu acabei de ser inquirido pelo Senador Suplicy.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu ouvi o teor da pergunta.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu não me lembro. Eu trabalhei. Foi um dia normal de trabalho para mim.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, a minha pergunta é a seguinte:

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Pois não. Desculpe

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quando você recebeu a notícia?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Ah, sim, perdão. Eu recebi a notícia, eu estava dormindo na minha casa, com a minha esposa, graças a Deus, e recebi um telefonema da Secretária do Prefeito, a Dona Terezinha. Ela ligou para a minha casa. Segundo ela, já tinha tentado ligar no meu celular, que estava desligado, pois eu estava dormindo, dizendo para eu ver a televisão, porque o Celso tinha sido seqüestrado. Eu pulei da cama. Achei aquilo um absurdo. E liguei a televisão. Enquanto eu punha a roupa, passou a notícia no Plantão.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Qual televisão?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – A Rede Globo. Um Plantão, na Rede Globo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – E aí, eu peguei o celular, liguei para o Sérgio. Ele estava na delegacia, não falou coisa com coisa. Eu liguei para o Tião, que me pegou e me levou à delegacia, porque eu nem sabia onde ele estava para encontrá-lo. Eu cheguei na delegacia para encontrá-lo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Então, o senhor viu. Quando o senhor viu também que eles fizeram a reconstituição e o senhor ouviu a história – e aí pergunto para um depoente seguro, que não tem resvalado: Eu, quando vi a reconstituição e a história, eu me arrepiei, porque não é sabido que esse carro, Pajero, dê problema no câmbio. E eu levantei isso, por causa do meu espanto. E a história contada é que ele travou o câmbio. E, quando travou, não pôde arrancar, os caras chegaram. E, de repente, metem os ferros, abrem as portas, arrastam Celso Daniel e largam o Sérgio, armado e com celular, e vão embora. Não estamos aqui para julgar ninguém. Mas não é estranho?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, isso não achei estranho, não.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não. O senhor me perdoa, mas não achei estranho, não. A dinâmica relata.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Por que não?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Porque a dinâmica do arrebatamento do carro do Celso é perfeitamente explicada dentro do inquérito da polícia. Perfeitamente explicada!

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas como perfeitamente, se o senhor não estava lá?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não; explicada pela política **a posteriori**, na investigação. Lendo os depoimentos, eles explicam perfeitamente. E a versão da polícia é que, na verdade, é o Celso que destrava a porta. Quando o carro pára, ele destrava a porta, e sai: calma, calma, calma. Quer dizer, a porta elétrica destrava por dentro. Essa é a versão do inquérito na qual eu acredito.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É verdade e só destrava do lado do motorista.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Bom, aí eu já não sei.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É. Eu tenho um carro daqueles. Por isso que estou perguntando, pois eu fui levantar. Eu tenho um carro daquele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Claro!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Uma pergunta. Os bandidos que seqüestraram o Prefeito estavam mascarados? A Polícia tem essa informação?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não estavam. O inquérito diz que não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Essa pergunta, eu fiz segunda-feira a ele; se todos estavam sem máscara, sem qualquer disfarce.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Além da estranheza de deixar um cidadão armado com celular na mão, os bandidos...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – De cara limpa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ... os bandidos foram vistos pelo cidadão e os mantêm sem um arranhão? Aí não é estranho, não? V. Sª não considera estranho? Depois de o cara olhar assim. Vocês estão me vendo. Eu estou levando o cara aqui. Você garante que não vai dizer nada?

E o Sr. Sombra não reconheceu nenhum deles?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – É. Eu não achei estranho, porque há uma explicação para isso no inquérito da polícia que eu tive ocasião de ver.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas o arrebatamento, Klinger, não se dá somente por uma porta. Ele destrava e a porta dele é a primeira que é aberta. Tenho um carro daquele. "Puf" aqui, destrava aqui. Entendeu? E o arrebatamento... E as duas portas se abriram. E a dele ficou aberta, com ele sentado, com revólver e com celular.

Eu não estou pedindo a você para incriminar. Eu somente estou perguntando se o cidadão... até eu... Para mim é estranho, mas quem sou eu para julgar? Eu não estava lá, está certo? Nós temos que saber que a polícia técnica deu uma explicação. Agora, qualquer cidadão...

E essa pergunta faço todas as vezes que alguém vem depor aqui, porque eu a tenho feito em todos os lugares do Brasil em que eu passo. O cidadão fala: estranho, muito estranho! Todos falam: muito estranho!

Não tem como imaginar isso. Você está com o seu melhor amigo, seu irmão mais novo. Não sei; o senhor tem irmão?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Tenho.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Tem um irmão.

O sujeito vem, o carro trava. Um carro que não tem costume de travar. Mas como é um carro, pode travar. Travou. O senhor abre a porta, destrava a porta, o sujeito arrebata seu irmão, não pergunta se o senhor está armado, quem é você, toma o seu celular para você não ficar ligando para ninguém, amordaça, amarra os seus braços e larga lá, na maior? Todo mundo desencapuzado.

Quer dizer, ironia do destino. Foi arrebatado na frente do segurança dele. Do sujeito que faz a segurança dele desde 1988. Agora, não mais, porque era um empresário bem-sucedido. O senhor acha que isso não é estranho?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, eu só vou dizer que eu acho que não é estranho. Eu não vou dizer mais nada, senão vou estar especulando a respeito de um fato que eu não vivi. Eu li o inquérito. Eu acredito no inquérito policial e não acho estranho. Não acho estranho.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, eu não tenho ilusões. Encerrei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª tem a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Serei rápido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ajudarei a V. Exª, que está trabalhando desde cedo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero solicitar de V. Exª que permaneça nos dando a honra da sua presença, porque teremos mais um depoimento após esse.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu vou ficar.

V. Sª acaba de me informar que é professor de ética. V. Sª achava o Governo Municipal, do qual participou, ético?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Considero, Senador. Disse, na minha introdução, que tenho muito orgulho do trabalho que desenvolvi na Prefeitura de Santo André ao lado do Prefeito Celso Daniel. Considero que tomamos apenas atitudes éticas.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Em todos os setores?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Em todos os setores. Respondo por esses contratos que fizemos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E porque mandava dinheiro para o PT do lixo e da área de transporte, V. Sª que foi Secretário do Transporte?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Esse é o teor da denúncia que está formulada, da qual não acredito na veracidade. Estou trazendo elementos de prova para isso, não só para deixar na CPI como para fazer a defesa no processo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – No caso do lixo também, o senhor trouxe provas?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não. Eu não trouxe porque não fui argüido, não sabia que seria argüido sobre isso, mas já tenho defesa entregue nas ações civis públicas que correm a respeito do caso do lixo, porque os processos licitados no lixo, todos eles – e o Ministério Público não nega isso – foram processos... Os processos civis públicos são feitos não porque se supõe a existência de superfaturamento, mas porque se supõe a existência do direcionamento de licitação, porque o próprio Ministério Público reconhece que não há superfaturamento, que os preços são menores do que os que eram praticados antes.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Se há direcionamento, não há honestidade, desculpe.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, mas essa é a hipótese da denúncia, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Aí V. Sª está caindo em contradição...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, é a hipótese da denúncia. Eu não concordo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – ...sobretudo para um homem inteligente que é professor.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu não concordo que haja direcionamento. A hipótese da denúncia é essa.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quem disse que há direcionamento foi o senhor.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim, mas essa é a hipótese da denúncia. A denúncia diz que há direcionamento; eu digo que não há direcionamento. Eu quero dizer que a denúncia não diz que há superfaturamento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E se a Comissão tiver provas do direcionamento?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Certamente serei julgado por isso. Eu não acredito que haja, porque eu tenho convicção das ações que foram feitas nessa área enquanto estive à frente da Secretaria.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E por que os próprios irmãos do Celso Daniel não acreditavam no trabalho de V. Sª?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu não tenho essa convicção, Senador. Eu sei que eles passaram a desconfiar do trabalho, na medida em que eles passaram a defender a tese de crime de mando e a existência dessas questões de propina na Prefeitura.

Até esse fato, nunca tinha me chegado a informação de que eles, irmãos, tinham alguma desconfiança em relação ao trabalho que era feito. Pode até ser que esse diálogo tivesse existido com o Prefeito. O Prefeito nunca deixou isso claro para mim. A única vez que o Prefeito falou da interferência do irmão era para resolver problemas de aditamentos contratuais no processo da Guarará. Eu nunca soube de outras observações administrativas que eles tivessem feito acerca do meu ou de qualquer outro trabalho.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Qual era exatamente a sua função na Prefeitura?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu era Secretário de Serviços Municipais. Essa era uma pasta que juntava tanto as atribuições de transporte e trânsito como as relativas a obras públicas e serviços públicos, como limpeza urbana, capinação, roçagem, dentre outros da área de limpeza urbana. Só não cuidava da parte relativa à drenagem urbana, que era afeta a uma autarquia municipal chamada Cemasa.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quer dizer, V. Sª era um Secretário forte do governo.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – É, eu era um Secretário que, por força dessa pasta, acabava trabalhando com um orçamento muito alto. Não era exatamente um Secretário forte, porque eu era muito novo, eu era o mais novo do grupo do Celso; eu era o que tinha chegado há pouco tempo. Tinham mais influência no processo decisório outras pessoas, como, por exemplo, a Miriam Belchior, que era ex-mulher do Celso e tinha participado da sua primeira administração. Todos os secretários desse grupo mais restrito tinham sido secretários no primeiro governo e tinham, portanto, um peso político maior, mas a minha área, decerto, era a área que tinha a maior concentração de recursos a serem gastos em infra-estrutura.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Qual o critério que V. Sª adotava para fazer as concessões de transporte?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Melhor técnica e maior oferta, ou, no caso de obras, menor preço sempre. Sempre o critério de menor preço.

Os contratos de lixo, por exemplo, foram todos decididos pelo critério de menor preço.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas, coincidentemente, esses contratos de lixo eram também em relação a outras prefeituras vizinhas e petistas. O senhor não acha uma coincidência muito grande?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – No caso...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Só eles venciam essas licitações, só eles tinham essa concessão. Não acha que isso era um pouco estranho?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, seria estranho se tivesse ocorrido isso, Senador. É que, no caso de Santo André, a Rotedali, que ganhou as licitações, afastando, com isso, uma empresa chamada Interpa, que era responsável pelo lixo há dezoito anos na cidade, só operava o serviço na cidade de Catanduva, que eu nem sei se era petista ou não. E ela ganhou a licitação em Santo André.

Nas outras administrações petistas da região, eram outras empresas, como Vega Sopave; não era a Rotedali.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E V. Sª era petista?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu me filiei ao Partido dos Trabalhadores no final de 90 ou início de 91, e me mantenho filiado. Sou petista.

*(Intervenção fora do microfone)*

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Na época? Eu não lembro. Eu não lembro. Honestamente, eu não lembro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** E qual era a época? Perdão.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** A época de 98, quando foram feitos esses contratos. Na gestão de 97 a 2002, eu não lembro quem e qual era a administração de Catanduva, onde a Rodovale tinha.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** O que o leva a defender com tanta segurança o senhor Gilberto Carvalho?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** A relação que eu tive com ele, Senador. Sou um homem com convicções e, me perdoe, eu sou passional; confesso: tenho uma passionalidade. Eu gosto do Gilberto, eu acredito nele, eu tenho uma relação muito próxima, muito afetiva com ele. De maneira que...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** V. Sª, então, não acredita que ele levava dinheiro para o PT?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Em hipótese alguma. Não acredito de maneira alguma. Jamais. Não é do perfil dele. Não consigo ver o Gilberto numa atribuição dessa.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Mas há testemunhas que dizem que ele levava num corsa.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Sim, claro. Eu respeito essas testemunhas, mas a minha convicção é de que isso não é verdade. Não é verdade, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Se o senhor respeita a testemunha, não pode dizer que não é verdade. É uma contradição.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Mas eu respeito sem concordar com ela. Eu não concordo com ela, portanto, eu acho que ela mente, mas a respeito.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** V. Sª é muito inteligente, eu sei, fala bem, mas a verdade deve estar acima de tudo porque senão V. Sª vai tropeçar e a ética vai desaparecer.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Sem dúvida.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** E não pode desaparecer.

Qual é a razão de os irmãos de Celso Daniel estarem, nesse instante, acusando o Gilberto Carvalho?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Eu penso que foi uma maneira de eles trazerem o assunto, as suas suspeitas para um plano de credibilidade maior e, com isso, garantir que houvesse a reabertura do caso. Enfim, criar toda a questão. Na verdade, a minha convicção, e volto a insistir, é a de que essas denúncias dos irmãos do Celso não são denúncias que têm a ver com não gostar de A, de B ou de C, têm a ver com a idéia de que eles precisam fazer a verdade aparecer sobre o caso da morte do irmão deles. E a verdade, para eles, é de que esse é um crime de mando, é um crime de motivação política, e eles precisam fazer essa verdade prevalecer. Essa é a minha convicção.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** E o Ministério Público? Como é que está atuando nesse caso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA –** Eu penso, Senador, já coloquei a minha opinião, e até agradeço a presença do representante do Ministé-

rio Público aqui, porque senão me constrangeria estar colocando essas opiniões sem a presença...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero dizer à V. Sª que os Promotores estão presentes nesta CPI a convite do Relator.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – O que eu agradeço, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não veio com esse objetivo de constranger V. Sª.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não. Eu acho que ficou claro que eu não me sinto constrangido com a presença do Ministério Público aqui. Eu estou absolutamente à vontade.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas eles estão corretos?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu acho, Senador, que eles são corretos na medida em que eles acreditam nessa versão. Eles não têm má-fé na defesa dessa versão.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Para ser correto, não pode acreditar na versão verdadeira.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, eu tenho uma convicção de que a verdade é algo muito complexo. A verdade, ela parte do ponto de vista...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Por mais professor que o senhor seja, a verdade não é complexa. A mentira é que é complexa.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Bom, nós estamos enredados num caso que mostra que há uma complexidade para chegarmos à verdade. Eu acredito que o Ministério Público tem boa-fé na denúncia que faz, na medida em que ele tem convicção – inclusive até usei o termo uma convicção apaixonada – em relação à sua tese. Uma convicção que é incapaz de admitir o contraditório. Ele vai defender a posição dele. Ele advoga a favor dessa tese. Nós vamos aos tribunais, não resta dúvida. Nós vamos debater esses assuntos nos tribunais. Agora, eu não posso acreditar nele só porque ele tem boa-fé. Eu tenho as minhas convicções também.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Ministério Público, quando aceita uma denúncia, é porque estudou antes. V. Sª é professor e não pode chegar e desqualificar assim uma ação do Ministério Público. V. Sª acha que só é boa quando é favorável. Não. O Ministério Público, eu não conheço ninguém de lá e conheço poucos daqui. Mas, tirando algumas pessoas – existem uns que não são – eles agem com muita isenção e, sobretudo, com espírito público. De modo que, lá, eu acredito que eles hajam assim também. V. Sª pensa como eu?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, Senador. Eu não penso que o Ministério Público aja com isenção. Eu penso que o Ministério Público age desinteressadamente na defesa da tese; não se trata de uma tese para favorecer a instituição ou esse ou aquele membro do Ministério Público, mas para defender o interesse da sociedade; no entanto, ela é uma tese. Até que transite em julgado em um juízo imparcial, ela é apenas uma tese, que vai ser contraposta a outras teses...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas, nem por isso, deixa de ser isenta.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim, mas eles não têm...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – A isenção é a maneira com que eles vão argüir e fazer prova. Isso é uma maneira de isenção. V. Sª, sem querer, está contaminando o Ministério Público dessa região, que eu acho que não merece isso. Eles agem com isenção. O senhor pode dizer até que eles agem de maneira errada, mas são isentos. Ou não são?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, quero pedir perdão se, de alguma maneira, aqui, estou trazendo suspeitas sobre o Ministério Público. Eu já tive várias oportunidades de me colocar: eu acredito no Ministério Público como instituição e acredito na boa-fé dos membros do Ministério Público que estão à frente dessa investigação, mas eu não posso aceitar – e dei exemplos aqui – que o Ministério Público aja com isenção. O Ministério Público não chama o contraditório para os seus inquéritos. Ele tem uma tese, defende essa tese e a formula da maneira mais convincente possível para levar a juízo. São advogados, não são magistrados.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª acha que eles não fazem o contraditório, mas isso é uma opinião de V. Sª.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim, é o meu juízo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não é a opinião do povo de Santo André.

De modo que, a seu juízo, o Ministério Público de lá é parcial.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – A meu juízo. É isso. Perdão.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Isso é bom que fique bem claro em relação ao Ministério Público.

V. Sª teve algumas divergências – provavelmente, teve, não é? Um secretário com tanta força, com tanta área de atuação – com o Sr. Celso Daniel?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu não tive muitas divergências com ele, não. Eu me

lembro de uma divergência com ele, mas não foi nem em relação ao Governo; foi em relação à questão do Partido. Ele estava trabalhando por uma indicação de uma chapa única no Partido, e eu defendia que fizéssemos uma chapa. Aí, houve uma divergência política. Eu me lembro dessa divergência e me lembro de que, na época em que ele...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª defendia uma democracia no PT, e ele não queria?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não. O Prefeito Celso Daniel trabalhava com a tese do consenso progressivo. Ele achava que devíamos evitar disputa no voto. Então, as forças políticas partidárias deveriam ir conversando no âmbito do Partido, até chegarmos a um consenso dentro do nosso campo, que era a articulação. Eu, talvez por inexperiência, por ousadia, defendia que tínhamos de ir para o voto. Eu queria fazer uma chapa, dentro do campo da articulação, para disputar com a outra chapa, e ele achava que não. Nós divergimos nesse ponto e eu acabei me submetendo à determinação do meu Líder, que era a de fazer parte da chapa de consenso, que ele queria impor. É assim na vida política: há lideranças e há liderados. Eu vou até certo ponto, depois eu me submeto. Ele era o meu Líder.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Na sua opinião, quem teria motivos para assassinar Celso Daniel?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Ninguém.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ninguém?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Ninguém. Eu não consigo pensar em inimigos, em adversários com esse nível de beligerância, com essa raiva, com essa gana. Eu não consigo pensar nisso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu tenho de fazer um grande elogio a Santo André, porque V. Sª, ainda há pouco, respondendo ao Senador Magno Malta, disse que o Sr. Sérgio, que é seu amigo... Não é seu amigo o Sérgio?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Meu amigo. Com quem eu não falo há muito tempo, mas meu amigo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não fala por quê?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não sei, Senador. Quando ele foi preso, não quis receber visitas na cadeia. Ele se recusou a receber visitas. Eu até entendi, em função da situação. Quando ele saiu da cadeia, ele se distanciou de todos, inclusive de mim. Eu não tenho o número do telefone dele, não sei onde ele mora. Eu nunca mais troquei uma palavra com o Sérgio, por mais incrível que isso possa parecer, mas essa é a verdade.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª não pode nem imaginar um inimigo dele que tivesse alguma coisa, um petista que tivesse desgovernado ou, então, um ladrão; enfim, alguém que teve seu interesse contrariado para seqüestrá-lo e matá-lo?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – O Prefeito Celso Daniel? De jeito nenhum, Senador. Eu não consigo pensar, eu não consigo. Do que eu conhecia das relações... O Celso Daniel era um homem...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Então estou convencido de que ele morreu por acaso.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Essa é minha tese. Se estou conseguindo, convencê-lo... A minha tese é de crime comum; quer dizer, ele foi casualmente seqüestrado. Eu acredito na tese da polícia; é nisso que acredito. Essa é minha convicção; a minha convicção é essa.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Acho que V. Sª está um pouco atrasado nas teses da polícia, porque a polícia já pensa de modo diverso.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª, como professor, não acha muita coincidência tanta gente ligada a esse assunto morrendo? Já são sete. É o acaso? É coincidência?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu me manifestei sobre esse tema, Senador, da seguinte maneira...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª é católico?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu sou católico, eu sou católico.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Reza por essas vítimas?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senador, honestamente, não rezo; eu rezo para que o Prefeito Celso Daniel tenha paz. Eu não conhecia essas pessoas, nem sei as circunstâncias que elas morreram e, para ser franco, não consigo ver relação entre essas mortes. A despeito de a mídia formular essas relações, eu não consigo ver relações entre essas mortes. Já disse: partindo do pressuposto que a tese do Ministério Público é correta e que o Dionísio foi tirado da cadeia um dia antes para organizar um seqüestro – tese que considero não muito crível –, mas, partindo desse pressuposto, a morte do Dionísio seria uma

morte com relação, mas as outras... O garçom. O que o garçom viu? O que ele poderia testemunhar para vir a ser morto? O sujeito que recolheu o corpo do Celso? Que importância ele teria nessa trama diabólica? E todas as outras pessoas? Não consigo relação entre essas pessoas.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O senhor não vê relação no sujeito que encontrou o corpo?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não vejo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E ser assassinado depois?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não vejo. Honestamente, não vejo, Senador. Posso estar obtuso aqui, mas não consigo ver; não consigo ver.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Acredito que V. Exª seja um bom professor, mas estou duvidando de que V. Exª seja tão ético quanto seria indispensável para um mestre de Ética.

De modo que estou satisfeito com seu depoimento, mas acho que o Relator pegou muitos elementos contraditórios na sua fala.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Só espero não perder as minhas aulas de Ética após este depoimento, porque seria mais um enorme prejuízo à minha vida pessoal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Dionísio, de que o senhor falou, era também segurança do Prefeito?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu nunca tinha visto esse cidadão antes das fotos. Fiquei sabendo, pela denúncia apresentada, que ele teria trabalhado na prefeitura – e há depoimentos nessa direção –, mas eu, pessoalmente, nunca o tinha visto. Não sei. Não faço a menor idéia de quem seja Dionísio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhece o Sr. José Cicote?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Conheço, foi o vice-prefeito da primeira gestão do Prefeito Celso Daniel.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas ele disse no depoimento que o Sr. Dionísio era o seu segurança.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim, eu acho que ele tinha até mais autoridade para prestar esse depoimento do que eu, porque ele freqüentava o gabinete do Prefeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Se V. Sª era tão amigo, sabia da agenda, inclusive a agenda de sábado, de dia de sábado, não sabia quem eram os seguranças do Sr. Celso Daniel?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Eu conheço todos os seguranças do Prefeito Celso Daniel.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Dionísio não era?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Nunca vi na vida.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor nunca viu o Sr. Dionísio?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Nunca vi na vida.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem certeza disso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Absoluta, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor nunca viu ele na prefeitura?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Nunca tinha visto esse senhor em lugar nenhum.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, acho que há uma diferença, porque o Sr. Klinger de Oliveira Souza foi secretário no segundo governo, e, no primeiro governo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, mas ele continuou sendo segurança; não foi só no primeiro, não. Ele inclusive trajava bem na prefeitura; era pessoa influente também dentro da prefeitura. Se ele era secretário, deveria conhecê-lo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Sr. Dionísio?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Com que eu tenha reparado...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – No depoimento que tem aqui, está assim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – No depoimento se referia ao tempo em que José Cicote era vice-prefeito e, portanto, era a primeira gestão do Prefeito Celso Daniel. Assim, não...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, mas está aqui; eu posso ler aqui uma parte.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Talvez seja oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – "A testemunha Ailton revela que Dionísio e Sérgio eram conhecidos, pois o primeiro havia trabalhado para o segundo ou para algum outro funcionário dele. O advogado Adão Nery...." O senhor conhece o advogado Adão Nery? Sr. Klinger, o senhor conhece o advogado Adão Nery?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não, nunca o vi.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nunca o viu.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Nunca o vi, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não vou entrar nesse detalhe: o senhor disse que não conhece, não adianta insistir.

Agora, antes de passar a palavra ao nobre Senador Tião Viana, faço só uma pergunta. Os irmãos Daniel estiveram aqui e disseram que nunca tiveram acesso à agenda do seu irmão. A minha pergunta é a seguinte: por que essa agenda, solicitada pelos irmãos, não foi entregue? E o senhor agora a está trazendo e colocando à nossa disposição.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não sei informar, Senador. Não encontrei dificuldade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem guardou essa agenda lá na prefeitura?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não sei informar. Não encontrei dificuldade.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem entregou a agenda ao senhor?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Entrei em contato com o secretário de governo na prefeitura, Mário Maurici. Perguntei: Mário Maurici, as agendas do Celso existem ainda? A resposta dele: "Não sei. Por quê?" Disse-lhe que estava curioso, porque soube pela CPI que houve um encontro do Celso, entre o dia 15 de outubro e 1º de novembro – foi relatado aqui pelo Dr. João Francisco –, e gostaria de saber se isso está registrado, porque isso me causou espécie. Ele falou: "Vou procurar saber".

Passaram-se alguns dias, o Maurício Mintres, assistente dele, me ligou e disse: "Olha, as agendas existem, nesse período." Eu falei: Você pode me dar um xerox disso? Ele disse: "Posso". Foi assim, Senador. Foi simples assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Só existia naquele período?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não sei, só pedi nesse período.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem foi esse chefe de gabinete, esse secretário de governo?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Mário Maurici, secretário de governo da atual gestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem era, na época do Celso?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Era o Gilberto Carvalho, em 2002, o secretário de governo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sugiro que, então, possamos requerer as agendas, até porque, naquele dia, houve dificuldade, mas agora o próprio Sr. Klinger de Oliveira Souza...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Inclusive já tirou xerox; então, existe.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas se foi o secretário Maurici, podemos pedir ao próprio gabinete da prefeitura. Quem sabe o Sr. Klinger pode colaborar e nos enviar.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Perdão, Senador. Posso fazer o contato; eu não trabalho mais na prefeitura. Nem sei onde estão essas agendas. Eu pedi a as agendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Sª está com a cópia das agendas aí. Vai deixar para aqui para nós?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Vou deixar, Senador, as desse período que eu pedi; as que tenho comigo vou franquear à Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual foi o período?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Outubro, novembro e dezembro de 2001 e janeiro de 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Até a data da morte?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Até depois da data, até o fim do mês, porque eles continuam com a agenda já com o Prefeito João Valeriano.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor disse que houve uma afirmação aqui dos irmãos Daniel que não é verdadeira: uma tarde que passou lá e que na agenda tinha outra coisa.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Perdão, Senador. Quero reafirmar: não estou desmentindo. Só estou dizendo que, na agenda, não existe o encontro. Isso não quer dizer que o encontro não tenha ocorrido, pelo amor de Deus.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas, na agenda, existe o encontro, num sábado à tarde, na casa da mãe do prefeito?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Isso. Isso consta da agenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, consta da agenda: a ida à casa da mãe do prefeito. Agora, não tem na agenda do prefeito a ida a um restaurante para um jantar.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não tem na agenda a inda ao restaurante.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem. Era isso que queria saber.

Agradeço a V. Sª.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, serei muito breve.

Confesso que, prestando muito atenção nos depoimentos, cada vez me sinto com mais dificuldade de ver esse caso ser elucidado aqui por esta CPI. Fico convencido de que estamos trazendo contribuições, em que pesem as divergências de entendimento sobre os caminhos da CPI, mas as decisões aqui são democráticas. Estou convencido, mais do que nunca, de que estamos diante de um caso policial. Acho que a CPI vai colaborar, efetivamente, para o conjunto de fatos, de situações que permitam à polícia e aos órgãos técnicos – Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Civil, peritos criminais – chegarem a uma conclusão. A minha maior ansiedade nisso tudo é que esse caso possa ter uma conclusão e uma conclusão policial, científica, inquestionável no seu resultado, porque acho que é uma satisfação justa aos amigos de Celso Daniel, à família de Celso Daniel, à história de quem acompanhou a vida e o exemplo que foi Celso Daniel.

Reservo-me sempre a defesa de não emitir juízo de valor sobre pessoas nesse processo, por ser um caso em que eu não me sinto com competência para fazer individualmente. Respeito a intenção de todos os Senadores que estão querendo colaborar da melhor forma. Desse modo, pergunto de maneira muito objetiva ao Sr. Klinger: como secretário municipal, o senhor pode nos descrever como era a sua relação com o Sr. Luiz Alberto Gabrilli Filho antes e depois do contrato de concessão da empresa Expresso Guarará?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Pois não, Senador. Acho que já me referi a isso indiretamente. Eu tinha uma relação muito amistosa com o Sr. Ângelo Gabrilli Filho. Ele era o presidente da associação das empresas ao assumir a prefeitura. E vários assuntos, principalmente em 1997 e em 1998, foram discutidos com ele, como, por exemplo, o combate aos perueiros. A associação das empresas, inclusive, ajudou, contratando carros para fazer uma fiscalização paralela e avisar a prefeitura. Tudo isso foi negociado com ele: o processo de readaptação do sistema, enfim, várias coisas.

Então, eu sempre tive uma relação amistosa com ele. Ocorre que, no final de 1998 e início de 1999, ele ficou doente, teve um problema de saúde e, em função desse problema, no início do processo, quando se caminhava para a assinatura do novo contrato, ele se afastou. Sua filha, principalmente a sua filha e o seu sócio passaram a participar das interlocuções, e isso coincide com os problemas do contrato. Quando ele retorna, ele já retorna numa condição que eu desconhecia; quer dizer, ele retorna frágil, retorna chorando, retorna debilitado. Dessa maneira, me foi feito entender que ele estava se afastando dos negócios.

A partir daí, a relação passou a ser feita com a família e foi-se tornando cada vez mais dura, cada vez mais difícil, à medida que a Expresso Guarará ia descumprindo e postergando o cumprimento de cláusulas contratuais e exigindo do órgão gestor que abrisse mão de determinadas circunstâncias contratuais, o que o órgão gestor entendia que não era razoável. Então, a relação foi ficando difícil até chegar no limite de haver discussões acirradas; enfim...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Então, me permita: o senhor confirma que a Expresso Guarará era uma empresa corrupta no sistema de transportes de Santo André. É isso que eu posso apreender?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não. Eu não posso falar que ela era corrupta. Eu posso afirmar...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O que ela era então?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Ela era inidônea. Era uma empresa inidônea, porque não cumpriu suas obrigações contratuais.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – E não tentava corromper o prefeito, corromper as autoridades municipais para poder preservar seus interesses?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Só se nós entendermos que a ação, por meio do *lobby* feito pelo Dr. João Francisco, seria corrupção. Isso, de fato, aconteceu. Acho que não há dúvida sobre isso.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – De acordo com o Código Penal, é corrupção.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Ele intercedeu duas vezes, na prefeitura, a favor do contrato da Expresso Guarará. Nessas duas vezes, houve uma interferência muito forte.

Aliás, a propósito disso, queria dizer, Senador, que depois vim a saber que a empresa Expresso Guarará patrocinava um time de basquete e que o filho do Dr. João Francisco recebia uma remuneração decorrente desse recurso. Então, passei a entender que aquela atuação do Dr. João Francisco não era desinteressada. Era uma espécie, de "uma mão lava a outra"; quer dizer, eu financio seu filho aqui e você me ajuda ali. Esse foi meu entendimento posterior. Na época, não tinha conhecimento desses fatos, mas, durante todo o ano de 2001, a empresa Expresso Guarará destinava R$5 mil por mês a um clube de basquete, e o filho do

Sr. João Francisco, Ricardo Daniel, veio a trabalhar como auxiliar técnico desse time. É ele que apresenta o patrocínio, e uma parte desse recurso vai remunerá-lo mensalmente. Trouxe, inclusive, essa documentação. É mais uma documentação que deixarei à disposição desta CPI.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O senhor me permita dizer que o Sr. João Francisco Daniel, quando esteve aqui, deixou claro que era uma relação social a que ele tinha com a empresa Expresso Guarará. Só por um ato de respeito à opinião dele, que não está presente, é que eu vou dizer também que V. Sª está expondo fatos, e ele expôs outros fatos, só para que fique um ambiente muito respeitoso. Não estou aqui fazendo juízo de valor.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Claro, mas vou deixar os documentos para que a CPI coteje o nível de relação comercial que havia.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Esse contrato era por quanto tempo e envolvia que valores? Os serviços contratados foram executados?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – O contrato da Expresso Guarará era para 25 anos, renováveis por mais 25, foi a maior licitação do sistema de transporte feito em Santo André. Em valores globais, envolvia R$300 milhões, que era o valor estimado a ser aferido no tempo do contrato, e as obrigações contratuais não foram cumpridas. Tanto não foram cumpridas que ensejaram a execução de um primeiro termo de aditivo que postergou por seis meses de prazo para as obras. Ensejaram a execução de um segundo termo aditivo que postergou por mais um ano e ensejaram a execução de um terceiro termo aditivo que postergou por mais um ano. Então, o atraso total foi de dois anos e meio e houve um quarto termo aditivo que excluiu parte das obras que nunca chegaram a ser executadas.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – SP) – Sr. Presidente, dou–me por satisfeito, as perguntas foram as mais diversas. Quero expressar o meu zelo em não emitir juízo de valor porque a coisa que mais me apavora na vida é a possibilidade de desonrar alguém que tenha a sua honra como um patrimônio e a sua vida como um esforço a ser dado.

Nesse processo todo, julgo ser muito arriscada a possibilidade de violação de uma história de vida que, para mim, é um exemplo e uma referência, que é a vida de um Gilberto Carvalho.

No mais, agradeço a V. Sª e expresso meu respeito, porque assim deve ser com todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Tião Viana.

O Senador Eduado Suplicy ainda deseja fazer uma complementação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª assinalou a presença do Ministério Público e eu queria informar que se trata do Dr. Roberto Wider Filho e da Drª Adriana Ribeiro Soares de Morais, do Ministério Público de Santo André, convidados pelo Senador Garibaldi Alves Filho, presentes na nossa reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Sr. Klinger, desculpe-me, mas mandam-me as perguntas e tenho de fazê-las. Existe alguma liga esportiva em Santo André?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Existe uma liga de futebol amador na cidade, sim. Não sei exatamente o nome dela, ela tem um nome, mas não me lembro.

**O SR. PRESIDENTE** (PFL – PB) – V. Exª sabe se tem casa de bingo em Santo André?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Tem casa de bingo em Santo André.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sabe quem são os proprietários?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não faço idéia.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Ronan tem alguma ligação com as casas de bingo?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Nunca ouvi falar disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas esses bingos são ligados a essa liga esportiva?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Não sei dizer, Senador. Sei que existe uma liga de futebol amador, mas não sei se elas têm relação com casas de bingo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Efraim Morais, para ficar bem claro, não deixar nenhuma dúvida sobre a minha participação aqui durante o depoimento do Sr. Klinger, fiz referência à contratação de criminalista para atender o Sombra, numa tentativa de protegê–lo, num esforço de alguns líderes do PT de protegê–lo.

Parece–me que o Klinger afirmou que não tinha essa idéia, foi isso exatamente. Tenho aqui o teor de uma conversa do Klinger com o Sombra. O Sombra diz que estava preocupado com a entrevista coletiva que ia conceder naquele dia. Ele e Gilberto, o Klinger e o Gilberto, queriam almoçar com o Sombra antes da entrevista.

Klinger diz que o Gilberto vai indicar um advogado criminalista para pegar o caso de Sombra. Diz que ele e Gilberto querem conversar com o advogado,

principalmente a respeito do negócio do carro. Klinger justifica que o acompanhamento do Greenhalgh é um acompanhamento feito pelo partido e que ele não vai poder dedicar-se exclusivamente ao caso. Assim, seria melhor contratar um especialista que cuide só do caso.

Klinger diz que vai mandar Fernando – aí já continua a conversa. Mas, na verdade, fica, nesse diálogo do Klinger com o Sombra, uma participação ativa de Klinger relativamente à contratação de um criminalista. O interesse na contratação desse criminalista para se dedicar exclusivamente ao caso do Sombra.

É apenas para ficar isso bem claro.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Posso fazer um comentário, Presidente?

Senador, a conversa se deu nesses termos mesmo, não há dúvida, está perfeita a transcrição, quero só contextualizar. Naquela oportunidade, o começo da averiguação dos fatos – essas fitas foram gravadas nos 45 dias que sucedem o encontro do corpo do Prefeito Celso Daniel. Todas as pessoas da Prefeitura que estavam sendo colocadas sob suspeição eram acompanhadas de dois Advogados, que eram o Dr. Rui e, a princípio, o Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, que recebeu, inicialmente, a incumbência de acompanhar o caso pelo PT. Depois, como representante da Câmara. ele se afastou, não acompanhou mais o caso. Então, estou informando isso para o Sérgio. Estou falando: "Olha, Sérgio, não é possível imaginar que o Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh vai poder acompanhar, você tem de contratar alguém". Na seqüência dessa conversa, há uma outra entre mim e Sérgio dizendo que o Luiz Eduardo Greenhalgh não indicou ninguém. Eu falo: "Olha, o Luiz Eduardo não indicou ninguém. Então, o Sérgio é que vai ter de providenciar". E, de fato, ele foi atrás e providenciou o advogado dele.

O que quero dizer é que o Partido não financiou, não pagou, não viabilizou esse advogado, sequer, indicou, poderia até ter indicado, mas nem isso o fez.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A conversa diz que o Gilberto é que indicou o advogado criminalista. O objetivo da minha intervenção é exatamente para que fique claro que houve realmente essa proteção ao Sérgio, embora fosse ele o principal suspeito pelo crime, ele passou a ser protegido, desde o primeiro momento, por essas lideranças ligadas ao Presidente Lula.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morias. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Tem a palavra a Senadora Heloisa Helena.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, de fato vim, até por uma delicadeza de V. Exª, para participar do depoimento do Sr. Sérgio. Entretanto, eu estava tentando me recordar de alguns elementos de quando tivemos conhecimento pelos meios de comunicação. E tenho a impressão, Sr. Klinger, de que foi V. Sª que deu uma das primeiras entrevistas em relação ao fato. Isso é fato ou não estou conseguindo lembrar ao certo?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senadora, eu não saberia lhe dizer. Sei que dei declarações a respeito do caso, mas não me lembro se foram as primeiras.

**O SRª HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Certo. Mas o senhor lembra mais ou menos, não com detalhes, porque não é possível, o teor das declarações que o senhor prestou? Vou tentar ver isso, porque se criou até um tumulto interno na estrutura partidária, pois os primeiros depoimentos dados por algumas pessoas – não lembro ao certo quem, mas parece que também por V. Sª – acabou criando uma expectativa de que pudesse ter corrupção ou de que o Sérgio estivesse envolvido, alguma coisa assim. O senhor lembra mais ou menos do teor das declarações dadas? Quais as primeiras impressões que o senhor viu sobre o fato?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Lembro, Senadora, que era um contexto em que as Polícias Civil e Federal trabalhavam, na nossa visão, numa linha muito mais decisiva de buscar motivações políticas para o crime e dentro da Prefeitura de Santo André. Aquilo nos assustava, porque tínhamos a convicção de que não havia razão para aquilo e imaginávamos, talvez até levianamente, que havia um interesse político das duas Polícias de tentar fazer essas conjecturas para politizar o caso. Esse é o contexto dessas conversas que fica muito claro, quando se lhes ouve o teor.

Ocorre, entretanto, que as minhas colocações eram no sentido, na época, de dizer o seguinte: "Não há motivo, não há razão. O Celso não tinha inimigos. A polícia está politizando o caso. Precisamos focar. Precisamos investigar. Temos de ir atrás dos criminosos". Tanto que comemorávamos toda vez que a polícia tinha uma pista concreta ou encontrava um bandido. Falávamos: "Graças a Deus! A pior coisa que pode acontecer é esse crime não ser resolvido. Graças a Deus, estão prendendo Fulano, estão prendendo Sicrano. Acharam o carro, graças a Deus!" Havia esse ambiente de que a polícia encontrasse o foco que, na nossa convicção, era de crime comum, porque não víamos motivo para um crime de mando.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Sim, mas o senhor não acha estranho? Porque lembro que, à época, todos ficamos profundamente indignados e não queríamos nem aceitar a hipótese de que tivesse alguém do seio do Partido, do coração do Partido envolvido com essas questões, mas depois teve uns

comentários na imprensa sobre uma candidatura de V. Sª a deputado estadual, depois teve essas transcrições. Talvez, hoje, ao analisar as transcrições das gravações que foram feitas, nós nos assustemos muito. Não sei se o senhor já teve oportunidade de ler, analisar.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Já. Não de ler, Senadora, mas de ouvir, porque a leitura tira bastante do contexto. É complicado ler. Ouvindo, você consegue ter uma percepção mais clara do momento.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Mas aí é que fica pior. Ouvir se torna pior, porque imagina um diálogo de V. Sª com o Sérgio, que diz: "Fala com o Gilberto, tem de armar alguma coisa, meu chapa". Aí V. Sª diz: "Não, cara, calma. Estou indo para aí para conversarmos sobre isso".

Infelizmente, não sei exatamente ainda quem é que está diretamente envolvido nisso, mas não consigo entender a naturalidade. Como os senhores, que estavam mais perto, acataram a tese do crime comum. Muitos militantes no Brasil todo não conseguiam acatar essa tese do crime comum, até porque ninguém cultivava ódio pelo Celso Daniel, que era uma pessoa serena, delicada, incapaz de um gesto brusco, pelo menos na convivência que tivemos com ele no Partido. Até nos debates intensos da estrutura partidária, ele era uma pessoa serena, calma, tentava o convencimento. Se ninguém dele tinha ódio, se houve uma operação ou um seqüestro qualquer, uma tentativa de assalto, qualquer coisa, e, de repente, eles o assassinam, o senhor não acha nada disso estranho? Acha que é uma coisa comum, que foi um crime comum alguém ir não mascarado, como o Senador Efraim bem levantou, a outra pessoa que está acompanhando ele no carro podendo reconhecê-lo, fazer um retrato falado, fica absolutamente vivo e ele é assassinado, inclusive com possibilidade de tortura. O senhor ainda encara com naturalidade essa tese do crime comum?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Senadora, nunca vou encarar com naturalidade o seqüestro e a morte do Prefeito Celso Daniel.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Estou usando a palavra "naturalidade" porque há pouco o senhor disse que comemorava – e não questionei a comemoração –, entendi que o senhor estava dizendo que comemorava quando elementos vinham às investigações para auxiliar. Então, não é naturalidade nem comemoração. Objetivamente...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Sim, eram presos. Nós estávamos tomados pelo desejo de que a polícia descobrisse imediatamente os assassinos, focasse a sua investigação.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Ainda hoje o senhor acha que foi a mesma tese que diziam com relação ao pobre do Toninho, que foi uma fatalidade, que foi um crime comum? É uma pergunta objetiva.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Objetivamente, sim, essa é a minha convicção.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Então, no diálogo, quando V. Exª diz "tem de armar alguma coisa, meu chapa", o armar alguma coisa era o quê? Um argumento, uma estratégia?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Exatamente. Já tive oportunidade de me referir a esse diálogo. Na verdade, o Sérgio estava assistindo a uma reportagem na TV Bandeirantes, que estava levantando sérias ilações e suspeitas em relação a ele, suspeitas que ocorreram em função das próprias contradições que ele próprio trouxe para dentro do depoimento, é bom que se diga. Tenho convicção disso, ninguém inventou nada. Ele que trouxe um monte de contradições para o depoimento e, apavorado, ele dizia: é preciso armar. Não no sentido de que fôssemos armar uma versão dentro da polícia, até porque não havia essa hipótese. Armar no sentido de conseguir um contato na imprensa que pudesse fazer isso. Tanto é que ele pede para chamar o Gilberto. Por que ele pede para chamar o Gilberto? É que hoje todos conhecem o Dr. Gilberto Carvalho como o chefe de gabinete do Presidente. Na época, ele era o Secretário de Comunicação da Prefeitura, alguém que estabelecida as relações com a imprensa, que poderia conversar com os jornalistas e ver a possibilidade de que outra versão fosse colocada, para tirar aquela aflição dele. Nós não acreditávamos, Senadora, como eu pessoalmente ainda não acredito, porque vivi a relação deles, porque conheci a fundo essa relação, nessa hipótese de que o Sérgio possa ser o mandante do assassinato do Prefeito Celso Daniel. É uma hipótese que não entra na minha cabeça. Isso não tem nada a ver com o PT, tem a ver comigo, com a minha relação com eles, com o fato de eu ter convivido com eles. Eu não consigo enxergar o motivo, não há razão para isso. Por isso a minha convicção de que todo o diversionismo que a Polícia fazia em busca de outras teses era questão política. Era a minha convicção, porque eu não conseguia ver razão para isso.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Sim, mas vocês achavam que tinham que armar um esquema para justificar a tese de vocês que não tem....

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Armar um esquema na imprensa, ou seja, encontrar... Tanto é que depois de disso há outros diálogos.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Eu sei.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – O Sérgio contrata um assessor de imprensa, dá uma entrevista coletiva, ou seja, há um esforço na direção de se fazer um convencimento da opinião pública.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Sim, eu só estou dizendo "armar esquema" porque foi um termo usado por V. Sª...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Foi um termo infeliz, Senadora.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Sim, usado por eles. Então, para não dizer que eu estou trazendo um termo ao debate que não é...

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Foi um termo infeliz. Eu não desejo a ninguém o desconforto de ser grampeado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora Heloisa Helena, V. Exª ainda tem a palavra.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Eu sei, Senador Efraim. É muito difícil para a gente isso, muito difícil. V. Sª está rindo? Não. Estou dizendo porque realmente é muito difícil.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – É difícil para mim também, Senadora.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – É difícil, é complicado. Se o senhor estivesse no nosso lugar, vendo essas transcrições, analisando a transcrição dessas gravações. Às vezes existem situações que levam uma pessoa a falar em determinadas coisas, envolvida pela emoção, pela surpresa, pela indignação ou pela tristeza de um momento que não necessariamente pode conferir uma realidade, uma coisa muito objetiva para quem está apenas lendo. O senhor leu todo esse processo?

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Li parte. Eu mais ouvi do que li, porque já disse antes, eu consegui baixar o teor das gravações de um *site* que está disponibilizando a quem quiser ouvir. Eu realmente confesso, desconhecendo o contexto e não estabelecendo uma relação de causa e efeito entre as conversas... E o pior dessa história toda é que as gravações estão colocadas numa ordem que não respondem à ordem dos fatos, o que faz com que elas fiquem mais incompreensíveis ainda. É preciso ter o cuidado de, ao ouvir a referência à Missa de Sétimo Dia, a referência ao depoimento, ir colocando as conversas na ordem de data, porque senão fica absolutamente impossível tirar qualquer juízo delas. O que eu posso dizer, Senadora, é que essas conversas foram ouvidas por especialistas da Polícia Civil e da Polícia Militar e nenhuma delas teve força suficiente de mudar a convicção desses dois órgãos de investigação para a tese de crime planejado. Isso é um fato que não tem a ver com o PT, não tem a ver com a minha convicção pessoal, não tem a ver com absolutamente nada, tem a ver com a realidade dos fatos. E é por isso que eu concordo com V. Exª que esse caso é complicado, é complexo e nos causa essa sensação de certo desânimo, de não conseguir enxergar uma luz no fim do túnel.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – É porque são coisas tão dolorosas. Imagine você achar que alguém é amigo, tem uma relação de afeto e, de repente, vê uma transcrição telefônica que diz assim: "Vamos armar um esquema". Em uma transcrição telefônica diz o seguinte: "Ah, você está bem de viuvinha. Ah, você está chorando bem". Isso é duro.

**O SR. KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA** – Isso é outro diálogo muito injusto com a companheira Ivone, o contexto não era esse, era exatamente ao contrário. E acabou passando essa imagem que é terrível. Estava num contexto exatamente de se preservar, de não querer aparecer, de não querer dar entrevista, de sofrer a dor dela e as pessoas tentando convencê-la, porque achavam que era importante uma palavra dela. E que na palavra dela, que ela deu, ela passou esse sentimento de viúva, que era a preocupação que ela tinha. Essa frase é tirada do contexto, e que com isso malversa uma relação que todos nós, eu pessoalmente tenho o maior respeito pela relação que o prefeito Celso Daniel tinha com a companheira.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora Heloísa Helena. Agradeço a V. Exª, Senadora. E agradeço a presença do Sr. Klinger Luiz de Oliveira Souza, bem como de sua advogada. Antes, porém, ouvindo ainda o fechamento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, é que nós vamos passando e, às vezes, a necessidade de esclarecimentos surgem à mente. Porque o Sr. Klinger de Oliveira Souza mencionou relativamente àquele episódio de o prefeito Celso Daniel passar a tarde na casa do irmão João Francisco se estaria ou não na agenda e não estaria na agenda. Acho que seria interessante sabermos o que estava na agenda naquela tarde. Porque vamos supor, se fosse um evento público, então, seria fácil verificar se estava na agenda. Quem sabe o Sr. Klinger de Oliveira Souza possa esclarecer isso, porque pode ser útil para as nossas averiguações.

**O SR. KLINGER DE OLIVEIRA SOUZA** – Sr. Senador, como no depoimento do Dr. João Francisco Daniel ele não faz menção a uma data, mas sim a um período, ele diz que esse encontro foi entre o dia 15 e o dia 1º de novembro. Quer dizer, a agenda do prefeito entre o dia 15 de outubro e 1º de novembro registra

diversos eventos nas tardes de semana, diversos finais de semana ali.

Por isso que eu digo, eu não quero ser leviano aqui em dizer que não houve esse encontro. Esse encontro pode ter perfeitamente ocorrido. Não haveria nenhuma necessidade de estar na agenda, até por que se o prefeito resolveu ir à casa do irmão relaxar, é porque ele não queria ser encontrado, não queria ser importunado. Não ia pôr na agenda: vou relaxar na casa do meu irmão.

Eu não estou defendendo essa tese. Estou só dizendo que a agenda existe, que o registro não está na agenda e que outros registros pessoais estão na agenda. É apenas isso, é só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço e peço a V. Sª que deixe os documentos que prometeu deixar conosco. E, mais uma vez, reitero os agradecimentos da CPI pela presença de V. Sª e da sua advogada.

Solicito a nossa Assessoria que recolha esse material.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Sérgio Gomes da Silva. *(Pausa.)*

Sr. Sérgio Gomes da Silva, agradecemos a presença de V. Sª na convocação desta CPI, bem como dos senhores advogados que o acompanham. Colocamos os microfones da nossa CPI à disposição de V. Sª para os esclarecimentos iniciais e identificação de V. Sª.

Solicitaria aos Srs. Senadores...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

V. Sª tem a palavra. Se quer dizer alguma coisa ou se simplesmente...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Falta mudar a placa, Sr. Presidente, porque ainda está identificando como Klinger Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor tem o tempo que se fizer necessário para os esclarecimentos.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Meu nome é Sérgio Gomes da Silva, pedagogo. Estou aqui à inteira disposição para responder às perguntas que me forem feitas. Não pretendo usar esse tempo para fazer nenhuma declaração. Já estou à disposição para as perguntas.

Agradeço a V. Sª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho. V. Exª tem a palavra, Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Sérgio Gomes, o senhor é ou foi filiado a algum partido político?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Fui filiado ao Partido dos Trabalhadores.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi, significa que deixou o partido?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Deixei o partido.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando foi que o senhor deixou o partido?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Olha, não tenho a data exata.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aproximadamente.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Aproximadamente, por volta de 1998, 1999.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi depois da morte do Prefeito Celso Daniel?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, foi antes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando o senhor conheceu o Prefeito Celso Daniel?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Conheci o Celso em 1988, na campanha política de 1988. Ele era candidato a prefeito

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor foi apresentado por quem ao Prefeito?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Olha, eu, na verdade, era amigo do Bruno, irmão do Celso, e conhecia algumas pessoas de Santo André. E havia problemas em Santo André, na época da campanha, e aí eles me indicaram para pessoas do PT que me convidaram para fazer parte da campanha, e aí conheci o Celso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor manteve essa amizade com o Bruno, no decorrer do tempo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mantive amizade com o Bruno. Éramos muito próximos, inclusive próximos de viajar juntos, de ir à casa um do outro. Trabalhei com a esposa do Bruno. A Marilena Nakano me convidou para trabalhar com ela. Trabalhei com ela mais de um ano. Em 1989 – final de 1989, começo de 1990 –, o Celso já era prefeito, e a Marilena Nakano era Secretária de Educação da Prefeitura de Santo André. E houve divergências políticas entre a visão da Marilena e condução da política por parte do Celso, e ela saiu da prefeitura. Estive envolvido nessa situação, porque tentei conversar com a Marilena, porque eu era bastante próximo dela, tentando diassuadi-la de sair da prefeitura, porque para ao Celso não interessava que ela saísse. Estive com o Bruno. Bom, resumindo, ela acabou por sair. E aí houve uma afastamento na-

tural, porque, como eu trabalhava diretamente com o Celso, o tempo todo, praticamente, sábado e domingo, o Celso não tinha parada, não tinha fim de semana, pouco descansava. Então, houve um afastamento a partir, a partir de 90, 91.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor é natural de onde?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu sou paulista.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando o senhor começou a trabalhar na Prefeitura e qual era o seu cargo e atribuição?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Bom, fui para a Prefeitura no início do Governo, por insistência do Celso. Não tinha intenção de trabalhar na Prefeitura naquele momento.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No primeiro Governo.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Foi o único em que eu trabalhei. Eu só trabalhei no primeiro Governo, de 89 a 92. E tinha um cargo de assessoria, assessor do Prefeito, direto, e fazia, dentro do gabinete, fazia várias coisas. No início, fui Comandante da Guarda Municipal, porque não tinha comandante e eu tinha um mínimo de conhecimento e experiência; cuidava de processos, coisas que escapavam eventualmente de uma Secretaria ou de outra, como assessor do Celso. Mas também, sempre que ele saía, ia a reuniões, almoços, normalmente eu ia junto, porque nós éramos amigos e ele acabava me levando. Ele não tinha motorista, e pediu para que eu dirigisse e aí eu dirigia. Ele também dirigia, porque muitas das vezes nós íamos com o Volkswagem dele. Ele tinha um Volkswagem branco. Muitas vezes, nós íamos com o carro dele, não íamos com o carro oficial. E estava sempre com ele. Era isso. Trabalhava na assessoria, diretamente ligado a ele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era o salário de V. Sª, era o de Coordenador? De Secretário?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Era um pouco abaixo de Secretário. Eu não me lembro o salário, mas...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não se lembra da quantia?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não. Não lembro. Não lembro. Não lembro nem...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Srª Ivone revelou nesta CPI que o Prefeito Celso Daniel queria realizar determinada atividade e o senhor dizia que não era possível, e o Prefeito respondia: "Tudo bem, Chefe!"

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É verdade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que ele o chamava de "Chefe"?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma inversão, porque o chefe era ele, não é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É. Pois é. Vou explicar. Na verdade, eu queria aproveitar, Excelência, esta oportunidade para explicar duas coisas: por que ele me chamava de chefe e não explicar, na verdade, porque não tem explicação, o apelido de "Sombra". Ninguém que eu conheço, em toda a minha vida, me chamou de "Sombra". Eu passo a ser chamado de "Sombra" a partir dos depoimentos para o Ministério Público de Santo André. Não conheço ninguém na minha vida, ninguém, absolutamente ninguém que me chamasse de "Sombra". Eu passo a ser chamado de "Sombra" – porque me parece bastante suspeito um apelido desse tipo naquele momento – a partir dos depoimentos no Ministério Público de Santo André.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas quem nos depoimentos chamou o senhor de "Sombra"?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A divulgação que o Ministério Público fazia do meu nome era sempre com "Sombra" junto. Eu não sei quem fez.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Relator, mas não é porque esse senhor andava sempre com o Prefeito, era a "sombra" dele.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não. Desculpe, Excelência, nunca fui chamado de "Sombra" na minha vida por ninguém. Fui chamado de "Chefe", sim. Isso eu quero explicar.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas V. Sª foi segurança e não disse. Fez questão de dizer que era Comandante disso e daquilo. V. Sª era segurança, depois é que passou para outro cargo.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – O que não é problemático.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, eu assinava documentos na Prefeitura de Santo André, sempre assinei, como Assessor de Gabinete. Não é problemático, Senadora. Tem razão, Excelência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não. Porque o Klinger...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não é problemático, porque eu trabalhei ajudando na segurança do Celso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o Prefeito...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É porque o Klinger...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não é problemático. Agora, eu acumulava.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sérgio, é só porque o Klinger disse que você foi segurança do Celso na campanha mesmo, em 1988.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Fui. Exatamente. Fui. Fui, porque o Celso recebia ameaças todos os dias, todos os dias,e eles não tinham nenhuma experiência. A minha experiência, na verdade, era uma experiência de quem tinha curiosidade no assunto. Eu treinei e lutei várias lutas. Tinha habilidade corporal de luta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sabia atirar?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Àquela época, acho que não, ainda não...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Já portava arma?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não portava.

**O SR. (Orador não identificado)** – Aprendeu depois?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Aprendi, sim, senhor, Excelência.

**O SR. (Orador não identificado)** – Treinou?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Treinei. Agora, eu queria retomar a história do "Chefe", porque eu faço questão de deixar isso... Pode ser que andavam juntos, mas as pessoas que andam juntas não são sombras uma da outra. Não é verdade. É que esse nome é sugestivo. Esse nome é quase que uma encomenda. Eu nunca tive. Basta perguntar a dezenas e centenas de pessoas. Eu nunca tive, mas "chefe", sim. E por quê? Porque, um dia, o Celso estava, na campanha, nervoso por algum motivo e eu sempre estava por perto dele e ele me chamou e disse: "Olhe, Celso, resolva esse troço aqui porque ninguém resolve... – eu não me lembro do que era. E, aí, eu brincando com ele, falei: "Ô, Chefe", tudo bem. Calma, "Chefe". Não fique nervoso, "Chefe". Outras vezes em que ele me interpelou, eu o chamei de chefe de novo e o Celso odiava qualquer tipo de apelido. Então, ele reverteu para mim. Ele sempre dizia: "Não, "Chefe" é você, "Chefe" é você, "Chefe" é você". E as pessoas acabaram me chamando de "Chefe" – só me chamavam de "Chefe".

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As outras pessoas também lhe chamavam...

O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA – Ele só me chamava de "Chefe" o tempo todo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E as outras pessoas também?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Também. Nunca de "Sombra", mas sempre de "Chefe", porque foi o apelido que o Celso me colocou.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Agora, por que ele era tão ameaçado? V. Sª disse que ele recebia ameaças todos os dias?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ah, eram freqüentes. Eram freqüentes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Mas por que?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Olhe, assim, grosso modo, aquela época era uma outra época, não é? O PT começava a ganhar algumas prefeituras. O PT começava a ir ao poder. A luta política em Santo André era uma luta pesada, era uma luta complicada. Então, as ameaças eram freqüentes, e isso qualquer secretária que trabalhou, gente que trabalhou com o Celso pode dizer isso. As ameaças eram freqüentes, naquela época.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor conseguiu identificar quem ameaçava ou eram ameaças que se tornaram anônimas?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eram ameaças por telefone. Eram anônimas. Sempre anônimas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor nunca descobriu nenhuma...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mas eu não fui procurar também. A nossa preocupação era com... Há boletins de ocorrência feitos na época, em Santo André.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o fato de o Prefeito ter-se tornado vítima de um seqüestro seguido de morte não foi causa de espanto não?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não... Eu estou falando de 1989 a 1992. Depois disso, certamente, as coisas melhoraram e não era como era nessa época. Não estou fazendo uma relação direta disso com o seqüestro e morte. De jeito nenhum. Não é isso. Só estou explicando por que eu fui convidado a trabalhar junto com o Celso e para ajudar na segurança. É isso que eu estou fazendo aqui.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor freqüentava a casa do Prefeito ou o apartamento, a residência do Prefeito?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Freqüentava, com bastante freqüência. Eu o pegava todos os dias pela manhã, eu o levava de volta, quando eu trabalhava com ele. É o que o senhor está me perguntando, Excelência?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando o senhor trabalhava com ele e de-

pois que se tornou amigo dele, o senhor freqüentava a casa dele?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ia, mas bastante eventualmente. Não era comum eu ir a casa dele depois que não estávamos trabalhando. Nós nos encontrávamos em outras ocasiões, eventualmente, para jantar, para almoçar...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia nos dizer qual era o seu patrimônio quando o senhor começou a trabalhar na Prefeitura e qual o seu patrimônio hoje? A evolução, por assim dizer, do patrimônio?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu tinha um apartamento... Uma casa, um apartamento e um automóvel.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Hoje, o senhor é um empresário.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não. Eu não sou mais empresário.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não sou mais empresário há bastante tempo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor vendeu as empresas? Qual é seu patrimônio, hoje, mesmo sem as empresas?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Hoje eu tenho uma casa que eu construí no Riacho Grande e o apartamento, Leonardo, Adriana. É esse o meu patrimônio hoje.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor enfrentou alguma crise empresarial, porque o senhor foi empresário, não é? Aí, de repente...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, depois que essas notícias passaram a ser primeira página, televisão, depois de toda a desmoralização pela qual eu passei, depois de todos esses eventos, ninguém sobreviveria como empresário. Eu não consigo dar aula. Eu sou pedagogo. A minha profissão original é pedagogo. Eu sou pedagogo. Eu dei aulas em universidades antes. Eu não consigo dar aula. Então, assim, hoje, realmente, eu não tenho... você fica... Quer dizer, eu ou qualquer pessoa que passar pelo que eu passei realmente está alijado da...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor vendeu as empresas depois disso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu vendi a empresa para o Ronan.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ao Ronan.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Vendi a minha parte para o Ronan.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era uma empresa de transportes?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – De transporte.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor era sócio dele ou era proprietário solo, só o senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, era sócio dele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era sócio dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Relator, qual o valor da venda?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A empresa qual era e o valor da venda? O senhor poderia nos...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não trouxe documentação, não é? Mas alguma coisa em torno de 250 mil. Isso em...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Duzentos e cinqüenta mil ou...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Duzentos e cinqüenta mil reais.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só isso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A empresa tinha um valor, não é?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era a sua participação?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Era 50%. Só que a empresa... essa empresa foi comprada em...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual era o nome dessa empresa?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Costa do Sol.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Tem 220 ônibus, não é isso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não. Tem 20 ônibus. Tinha 50 ônibus, desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Costa do Sol, que trabalhava em Santo André...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não. Eu não tenho nenhum negócio em Santo André. Costa do Sol, de Fortaleza.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – De que mais outras empresas o senhor é sócio?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Fui sócio numa empresa de doze ônibus, pequena, em Cuiabá. Na verdade não era Cuiabá, era uma cidade-satélite de Cuiabá.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem administrava era o senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, o Ronan administrava todas as empresas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Várzea Grande, não é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Senhor?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Acho que era Várzea Grande a cidade.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Várzea Grande. Perfeito. Várzea Grande. Mas essa empresa...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor se lembra do nome dessa empresa?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não lembro, porque essa empresa ele me disse o seguinte: olha, ...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor era sócio e não se lembra do nome da empresa?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, eu queria explicar. Ele me trouxe para a empresa e disse: olha, essa empresa é uma empresa pequena. Nós não temos espaço. Vamos tentar? Mas eu fiquei muito pouco tempo porque ele vendeu essa empresa. Então, não teve... e eu só assinei.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Relator...

O senhor ganhou o dinheiro para se tornar sócio dessas empresas como funcionário da prefeitura?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou voltar a palavra ao Relator para que ele dê continuidade ao trabalho dele. E aí nós voltaremos porque eu mesmo atrapalhei o raciocínio do Relator.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele já ia me respondendo, Sr. Presidente, só para saber de onde é que veio a renda que ele se tornou sócio.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, a empresa foi comprada em estado falimentar. Quem fez o negócio foi o Ronan. Falimentar. E a proposta era um contrato de risco. Olha – disse – vamos entrar e vamos tentar levantar a empresa. Eu não pus dinheiro, até porque no negócio de ônibus, depois eu soube, é bastante comum você fazer... ficar com empresas nessa situação e tentar fazer a empresa progredir. Agora, foram pagas parcelas para os ex-donos. Isso foi pago, depois. Quem administrava era o Ronan. Eu não lembro, na verdade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual a sua relação com o ex-Secretário de Serviços Municipais, Sr. Klinger de Souza?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Klinger é um amigo. Eu conheci o Klinger na Prefeitura, se não me engano, em 90. Ele trabalhou comigo na Defesa Civil. Eu fui presidente da Defesa Civil de Santo André, ele trabalhou comigo na Defesa Civil. Era uma pessoa muito ativa, muito conhecedora da profissão, é um arquiteto, uma pessoa... E nós ficamos amigos. Amigos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há um telefonema entre o senhor e o Sr. Klinger. O senhor se mostra nervoso, agressivo, exigindo que se tomem providências quanto à sua defesa sobre o assassinato do Prefeito Celso Daniel e o Sr. Klinger tenta acalmá-lo. O senhor tem alguma mágoa quanto à falta de solidariedade das pessoas que eram ligadas ao senhor e não o estão ajudando na sua defesa?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor se lembra desse telefonema?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu acho que houve vários telefonemas. Vários. Vários telefonemas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acho que temos aí...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Houve vários telefonemas. Se pudesse citar, porque houveram vários telefonemas. Agora, não tenho mágoa...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pergunte ao áudio se tem esse telefonema para ser colocado, à assessoria se tem a fita.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Bem, vou procurar aqui refrescar a memória do senhor.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Obrigado.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – "Cara deixa eu te falar. Hoje, o que está pegando contra você" – isso é Klinger.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Perfeito.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – "É esse negócio do carro. Nós temos que armar um esquema aí, porque as empresas junto com a Mitsubishi...". Há uma pequena falha na gravação aqui. "Por razões óbvias de mercado, se juntaram para dizer que você está mentindo, porque o câmbio está funcionando, a perícia mostrou que o câmbio está funcionando. Entendeu?"

Aí você diz, Sérgio Gomes: "Pera aí, pera um pouquinho. Pera um pouquinho, pera aí, pera um pouquinho". "Oi, fala" – Klinger. "Olhe, pera aí, só um segundo." Aí Sérgio: "Chama o Gilberto aí". Klinger: "Alô". "Fala com o Gilberto, tem que armar alguma coisa, meu chapa." "Não, cara, calma, estou indo para aí para a gente conversar sobre isso", diz o Klinger.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Bom, Excelência, eu tinha perdido o meu melhor amigo. Estava passando já por uma possibilidade de linchamento público por parte da imprensa. Insinuações de todo tipo. Estava absolutamente nervoso e, de fato, devia estar bastante descontrolado em muitas ocasiões. Eu não lembro exatamente do diálogo, mas certamente o que eu tentava dizer era que tinha que ser feito alguma coisa para que não se transformasse, eu, que era vítima, no réu. Porque eu estava indignado, eu estava nervoso, sim, senhor. O senhor tem razão, nervoso demais.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor acha que foi vítima?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, eu tenho certeza que eu fui vítima. Como acho? Desculpa, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor não foi arrebatado, não foi seqüestrado. O senhor foi poupado.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, desculpa, mas quem passar por uma situação semelhante a que eu passei, dentro de um automóvel, sendo metralhado, as pessoas carregando o seu amigo para fora... Como não fui vítima? Desculpa, Excelência. Eu não desejo isso para ninguém. Não desejo isso para ninguém. Fui vítima, sim, senhor. Desculpa. Sou vítima.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Sérgio Gomes, tenho um carro igual ao do senhor, o Senador Efraim também falou que tem um carro 2002. O senhor estava dirigindo, a porta quem destrava é o motorista da Pajero; quem destravou as portas foi o senhor. Se alguém destravou a porta foi o senhor. Então, o que o Relator está querendo entender é o que também estamos querendo entender. Se o senhor destravou as portas, se eles abriram as portas, sacaram o Celso Daniel e lhe deixaram com o celular, com a sua arma. E no depoimento do sujeito da Blazer, que o senhor disse que lhe fechou várias vezes, ele disse que lhe fechou uma vez e que seguiu viagem, que não bateu várias vezes. Realmente, não se registram casos de câmbio enguiçando neste carro como foi dito no depoimento do senhor. É isso que o Relator está perguntando. Como se dá isso? Se não foi o Celso que destravou, porque do lado do carona não tem trava – a trava é do lado do motorista e se destravam todas as portas com um gesto –, o senhor não foi seqüestrado, não tiraram a sua arma, que é um bem, um patrimônio seu, não tiraram o patrimônio que é o seu celular e não levaram o carro blindado que é do senhor, que, entre 1992 e 1993, só tinha um cargo na defesa civil, mas era dono de uma Pajero em 2002, a Pajero em que o senhor estava dentro. É isso que ele está querendo entender e nós também. O senhor abriu as portas com medo? Os homens estavam sem capuz? O que eles fizeram? Colocaram a arma no vidro, mandaram o senhor abrir, o senhor abriu, e o Celso foi sacado? Ele está dizendo o seguinte: se houve violência, foi sofrida pelo Celso que foi sacado. O senhor ficou e ficou com todos os seus bens nas suas mãos.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Excelência, são várias perguntas. Respondo a todas elas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode responder.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Primeiro, num carro como aquele, o motorista trava e destrava todas as portas, mas qualquer passageiro tem a sua trava e pode destravar. Não é verdade que só o motorista trava e destrava. Qualquer passageiro pode destravar a porta onde ele está sentado.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Destravar?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Destravar, sim, senhor.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Abrir a porta? A trava elétrica está do lado do motorista. Agora, manualmente ele pode abrir. Então, fica uma pergunta: quem abriu a porta, o senhor ou o Celso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Quando dei o meu primeiro depoimento – e o segundo também – respondi que eles atiravam, gritavam, atiravam. Eu tentava fazer o carro se locomover porque, apesar do carro ser automático, ele tem primeira, segunda e terceira marchas, eu tentava e dizia para o Celso "calma, calma. Fique tranqüilo." No meu depoimento, digo que porta abriu. Não digo que eu destravei ou que alguém destravou. Eu digo "a porta abriu. De repente, a porta abriu."

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Do seu lado ou do lado do Celso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Do lado do Celso.

E foi isso que disse porque eu não tinha mais nada. Era aquilo que eu tinha na cabeça naquele momento. Isso eu disse.

No depoimento do seqüestrador, um dos seqüestradores que estavam do lado do Celso, ele disse que o Celso abriu e saiu. Eu não posso dizer que eu vi isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não dava para ele ver também do lado de lá.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Não estou dizendo que ele estava falando verdade ou mentira. Estou dizendo qual é o depoimento dele. Ele diz isso. Eu não posso dizer porque, naquele momento, eu não tinha tranqüilidade para prestar atenção. No meu depoimento, eu disse a verdade. A porta abre. É isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Para não atrapalhar o Relator, que o está inquirindo – depois, vou inquirir o senhor –, o senhor não ficou assustado depois que levaram o Celso. O senhor não pensou "esses caras levaram o Celso e me largaram". O senhor não ficou assustado ou alegre?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Eu fiquei. Eu saí pela rua... Desculpe-me, Excelência. Alegre?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É. Pelo menos a sua vida estava salva. Só estou perguntando e eu tenho que perguntar.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Como pode? Qualquer pessoa em uma situação dessa fica absolutamente fora de si.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas o senhor não ficou admirado com a burrice dos caras. Levaram só o Celso, deixaram o senhor armado, com o celular.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Eu não estava com a arma em meu poder. A arma estava dentro da minha bolsa, como está no meu depoimento, e no banco de trás.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim, querido. Mas a arma é sua. Eu só estou falando isso. Havia uma arma.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Mas eles não mexeram na bolsa. Eles não mexeram na parte de trás.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não levaram sua bolsa, não levaram seu carro, não levaram o seu celular.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Eles abriram a porta do automóvel, pegaram o Celso e gritaram qualquer coisa. É isso. "Pegou, pegou, vai, vai, vai embora."

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu só perguntei se o senhor não ficou admirado de eles só terem levado o Celso e deixado o senhor com o seu patrimônio. Só perguntei isso.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Não me lembro como eu estava. Sei que saí do carro gritando para as pessoas na rua para que elas ligassem para o 190. Eu falava para as pessoas "liguem para o 190". Depois, eu volto e pego o meu celular.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E o celular do senhor ficou aonde?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** O meu celular estava dentro do console.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor estava gritando para o povo ligar?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não. Eu estava apavorado. Eu estava nervoso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor relaxou depois?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Meu amigo acabou de ser seqüestrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Logo após, o senhor ligou para quem? A quem foram dirigidos seus primeiros telefonemas?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Lembro que o primeiro telefonema que fiz foi para o 190.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E depois do 190?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não me lembro. Liguei para algumas pessoas. Eu liguei para um amigo, para dois amigos. Eu liguei...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Cite todos esses amigos. O primeiro?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu liguei para... Não me lembro do primeiro. Lembro de ter ligado para o Fernando, para o Tião, para dizer: "Olha, estou aqui. Aconteceu isso. Acabei de ligar para a polícia".

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quem é Tião?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Tião era um amigo meu. Liguei para algumas pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Veja bem, V. Sª. Às vezes, eu interfiro por conta da memória. Eu fico aqui sem fazer muita coisa. O Sr. Klinger acabou de dizer que, quando viu na televisão, avisou o Fernando e ao Tiãozinho. É assim que chama? Tião e Tiãozinho são a mesma pessoa?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Disse que quem avisou foi ele depois que ouviu na televisão. V. Sª está dizendo que ligou para o Fernando e para o Tião.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, estou dizendo que eu não lembro para quem objetivamente liguei. Eu acho que liguei. Eu acho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Acha que ligou?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Acho. Acho. Acho. Não tenho certeza. Não estou afirmando.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor se lembra de qual era o número do seu telefone na época?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não lembro o número do meu telefone na época.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não. É antigo. É muito antigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É de 2002!

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não. Não lembro o número do meu telefone na época. Não lembro. Está no processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está no processo.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Dentre as pessoas que ligou, o senhor tem a ligeira lembrança de que ligou para o Tiãozinho e para o Fernando, fora o 190?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu estava nervoso. Eu liguei para várias pessoas. Eu não me lembro. Eu acho que liguei para o Tiãozinho. Eu acho que liguei para o Fernando. Não tenho certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O celular liga direto para o 190?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Celular liga.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Liga? Nunca liguei.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sim, senhor. O meu ligou.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Sérgio, por que o senhor possuía um carro blindado? O senhor se sentia ameaçado por alguém?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Na verdade, carro blindado... Quem me deu a sugestão de ter um carro blindado foi o Ronan. Ele falou: "Você agora é um empresário. As pessoas ficam visadas". Ele sugeriu que eu tivesse um carro blindado.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os carros dele também são blindados?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Que eu sabia sim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só houve um tiro do lado do senhor e sete, do lado do Prefeito. Um dia após o seqüestro, na sua primeira declaração, o senhor disse que as duas portas dianteiras destravavam. Agora, o senhor diz que só uma porta destravava. Como o senhor explica isso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu disse, na minha declaração, que, conforme eles tentavam me abalroar, eu escutava... Para mim... Eu achava que a porta estava... Quando eu abalroei um carro que estava parado na guia, eu achei que as portas destravaram. Eu disse que tinha achado que as portas tinham destravado. E repito: na minha declaração, eu disse que a porta se abriu. Eu não disse que eu abri, que foi aberto, que o Celso abriu. Eu disse: "A porta se abriu".

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está em posse desta CPI, Sr. Sérgio, cópias autenticadas de quatro boletos bancários de depósito em sua conta corrente do Banespa efetuados pelo Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho, proprietário da empresa Expresso Guarará Ltda. São os seguintes os valores: 11.402 mil 10.924 mil, 11 mil e 11 mil. O senhor mantinha alguma relação comercial com o Sr. Gabrilli?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que esse dinheiro?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu fiquei sabendo agora, quando eles apresentaram os boletos, que esse dinheiro havia sido depositado em minha conta. Na época, havia vários recebimentos a serem feitos em minha conta. Vários recebimentos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Da parte do Sr. Gabrilli ou de outro?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não. Não, senhor. Da parte do serviço que eu prestava para o Ronan. Esse dinheiro entrou na minha conta.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Da parte do serviço o quê?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Serviço na área de segurança.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tinha uma empresa de segurança?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu tinha uma empresa. Esse dinheiro entrou...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era sócio?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não, antes de ser sócio do Ronan, antes de ser sócio. Esse dinheiro entrou na minha conta, foi contabilizado – foi emitida nota fiscal – e foi declarado. Eu só vim saber que esse dinheiro havia sido depositado pelo Gabrilli agora, quando ele disse que tinha os boletos. Eu também não vi os boletos; estou dizendo o que ele disse. Então, é isso. O que consta para mim é que ele não... O depósito, primeiro, não foi autorizado por mim, e ele nunca disse em depoimento que eu autorizei ele a depositar dinheiro na minha conta. No depoimento dele, não tem isso. Ele, quando fez a denúncia, não disse do depósito. Depois, ele encontra os quatro depósitos e diz que esses depósitos são referentes à denúncia que ele está fazendo. O que me consta, no que me consta, no que me diz respeito, eu recebi por serviços prestados e dei nota fiscal.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas qual foi o serviço prestado?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Serviço na área de segurança para várias empresas do Ronan.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas para o Sr. Gabrilli?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor. Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E, para o Sr. Gabrilli, o que foi?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu estou relatando aqui a verdade. Eu tinha dinheiro para receber do grupo das empresas do Ronan. Este dinheiro e outros depósitos foram feitos em minha conta e foram contabilizados como serviço prestado pelas empresas do Ronan.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o Sr. Gabrilli não tinha nada a ver com o Sr. Ronan. Eram duas empresas diferentes.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É verdade. É verdade. Não, na verdade, eles tinham negócios juntos. Eles tiveram... Mas ele não teria de ter depositado o dinheiro em minha conta, porque para mim quem depositou foi...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor deu nota fiscal desse dinheiro?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Nota fiscal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Desse depósito?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Desses depósitos, sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Deu-os em nome de quem?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Em nome de quem eu prestava serviço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor os deu em nome do Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor. Dei nota fiscal...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas está aqui. O senhor conhece esse depósito? Deixe-me passá-lo, para que o senhor tome conhecimento. Estão aqui um, dois, três, quatro. Vou ler as datas para V. Sª: 2 de abril de 2003. Está aqui o depósito. Não, aqui, é autenticado. Desculpe. Está aqui: um deles foi feito em 1997, no dia 30/10/97, no valor de R$11.402,00. No dia 30/9/97 – veja V. Sª que é sempre a cada 30 dias –, há um no valor de R$10.924,00. Está aqui outro, de R$11 mil, do dia 30/10/97. E há um outro do dia 30/9/97. Então, veja: está aqui reconhecida a firma, estão autenticados todos os depósitos, e todos eles saíram do Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho. Está aqui no nome do Sr. Sérgio Gomes da Silva. E o senhor diz que deu nota fiscal desses recibos?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Nota fiscal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Se o senhor não sabia que era depositado, como é que o senhor deu nota fiscal?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não, eu sabia que era depositado. Eu não sabia que era depositado por ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que, primeiro, se depositava o dinheiro na conta do senhor, e depois é que o senhor dava nota fiscal?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Exatamente.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas, para dar nota, tinha de depositar na conta da empresa ou no nome pessoal do senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, a empresa estava em meu nome.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não estou conseguindo entender.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Nem eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu gostaria que o senhor explicasse.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Era uma empresa prestadora de serviço em meu nome.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Prestadora de serviços?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Prestadora de serviços, em meu nome.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Como era o nome da empresa?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – E as notas fiscais... Não, estava em meu nome.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O nome da empresa era Sérgio Gomes?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Estava em meu nome, era uma empresa autônoma.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Como era o nome da empresa?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não tinha, não tinha nome de fantasia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Empresa sem nome. "Sem nome" é o nome de um sorvete.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não tem. A nota fiscal... Eu tenho as notas fiscais que foram dadas. Eu dei as notas fiscais, não é? E a empresa... As notas fiscais eram feitas em meu nome, era isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele depositou em nome da pessoa física, e o senhor deu nota fiscal em nome da pessoa jurídica de Sérgio Gomes?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ele depositou na conta...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Da pessoa física.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – ...em que eu recebia os pagamentos.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pessoa física Sérgio Gomes.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Perfeito.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES)– Era pessoa física, e o senhor deu nota jurídica.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Dei nota do recebimento que eu tive.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pessoa jurídica, com CGC e tudo, com seu nome?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sim, declarei no Imposto de Renda imposto pago, tudo. É isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Perdão, Sr. Presidente. Vou até parar. Isso vai dar um nó na minha cabeça.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Desculpe, Excelência. Não entendi a pergunta.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Assim como foi o Sr. Gabrilli, poderia ter sido eu, poderia ter sido Magno Malta, poderia ter sido o Dr. Eduardo Suplicy, que é generoso, ou o Presidente Efraim que depositasse na sua conta. E o senhor ficaria sabendo ou não quem depositou?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não ficaria sabendo, porque eu partia do princípio de que os depósitos que eram feitos nessa conta eram de quem eu prestava serviço. Eu partia desse princípio. Portanto, depósito feito...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas, quando aumentam a conta da gente, a gente não sabe quem colocou?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas eu sabia do depósito.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E não sabia que era do Gabrilli?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não sabia que o Gabrilli fez esses quatro depósitos, que ele disse que fez.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor deu essas notas fiscais a quem, se o senhor não sabia quem tinha depositado?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Perfeito. O acordo que eu tinha com as empresas do Ronan era o seguinte: havia um grupo de depósitos, e, a cada grupo de depósitos, eu emitia uma nota fiscal. Então, as notas fiscais não eram específicas: depositou 15, e eu dava uma nota de 15; depositou 20, e eu dava uma nota de 20. Eram em grupo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Certo. Essa sua conta era de pessoa física ou de pessoa jurídica?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Pessoa física. Eu era o dono.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Que empresa é essa que depositou em conta de pessoa física quando o senhor emitiu nota fiscal como pessoa jurídica?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu recebia na minha conta física, mas emitia a nota fiscal pela pessoa jurídica.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ou eu estou desinformado... Pessoa física tem talão de nota fiscal?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor, eu era autônomo, eu tinha um talão de nota fiscal como autônomo, prestador de serviços. Eu não posso responder, porque eu não entendo de contabilidade. Eu não sei, por exemplo, se esse procedimento do ponto de vista contábil está certo ou está errado. Era como eu fazia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quem era seu contador, então?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Na época, era o Leonel.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Se há uma coisa que está provada é que V. Sª não entende de contabilidade. Isso está provado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, permita-me...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor entende de contabilidade, Senador? Só falta isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª sabe que fiz o curso de Administração de Empresas na Escola de Administração de Empresas e fiz diversas matérias e disciplinas de Contabilidade. Então, pelo menos sei um pouco de contabilidade, de economia e de administração.

Mas, se me permite, avaliei como importante, dada a explicação do Sr. Sérgio Gomes da Silva, perguntar à Srª Rosângela Gabrilli – e o fiz há um minuto – se porventura a empresa Expresso Guarará, seja quando o pai dela a estava presidindo, seja agora, em que ela é a principal diretora, se a sua empresa contratou serviços de qualquer natureza, seja de segurança para o pai dela, seja para a empresa, para os ônibus. E ela informou que nunca a sua empresa fez contratos de segurança ou de qualquer outro serviço com o Sr. Sérgio Gomes da Silva.

Então, eu lhe agradeceria se pudesse explicar quais foram os serviços prestados, uma vez que ela diz que não se lembra, que não há registro de servi-

ços prestados por sua empresa ou por sua pessoa a ela. Então, acredito que seja importante o esclarecimento sobre a natureza dos serviços prestados que resultaram nesses pagamentos, conforme o Senador Garibaldi Alves está solicitando explicação.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não tive nenhuma relação comercial com a Guarará. Não os conhecia, tive contato com o Gabrilli duas ou três vezes socialmente. Não tinha nenhuma relação com eles, nenhuma.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Sérgio...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas também ela explicou que, por meio do S. Ronan, nunca houve qualquer combinação de ser feito pagamento do Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli para o senhor por causa de qualquer relação da Expresso Guarará com as empresas do Sr. Ronan. Então, também não houve essa outra hipótese.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mas isso é o que ela afirma. Só posso confirmar que eu não tinha relação com eles. Essa afirmação dela eu não...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Sérgio, a Srª Rosângela Gabrilli denunciou à Justiça um esquema de corrupção no setor de transportes do Município de Santo André e afirmou que os depósitos que foram citados correspondem ao pagamento do que ficou denominado de "caixinha dos transportes". O senhor acha que essa dificuldade que o senhor está tendo para explicar isso não seria por conta da "caixinha dos transportes"?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, de maneira nenhuma. Eu desconheço essa afirmação. Desconheço essa história de "caixinha de transporte". Acho que essa história dela justifica o caixa dois fenomenal que eles já admitiram. Isso, sim!

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem admitiu?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eles admitem que pagaram não sei quanto para quem, milhões.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem pagou?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A Rosângela diz isso. O pai dela, no depoimento dele, diz isso. Então, acho que isso justifica o caixa dois deles. Para mim, eu nunca tive nenhum contato com eles. Eu nunca discuti esse tipo de coisa. Nego isso com veemência.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O senhor acha que esse dinheiro era do caixa dois, esse que caiu na sua conta?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Acho que dizer que depositou na minha conta justifica a história deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas depositou mesmo. Está aqui, está registrado pelo Banco.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Esqueci de mostrar qual é o Banco.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ele pode informar mais rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu não consegui entender o negócio das notas fiscais. O dinheiro caía na conta do senhor, e daí o senhor emitia a nota fiscal.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Depois de uma quantidade de depósitos, eu emitia a nota fiscal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quanto tempo depois o senhor emitia essa nota fiscal?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não tinha um tempo certo, porque os depósitos também eram esporádicos, não eram feitos de uma vez só.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E quem fazia esses depósitos?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O Ronan.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Todos eram feitos pelo Ronan?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Todos. Havia dinheiro na minha conta também de venda de terreno. Não me lembro o ano, mas vendi terreno.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas a maior parte...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ao dinheiro que foi depositado por conta da prestação de serviço foi dada a nota fiscal, a todo ele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas era só para o Ronan?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Era para o grupo de empresas do Ronan.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Qual era o faturamento mensal dessa empresa do senhor, dessa autônoma?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não tenho aqui, porque variava bastante.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não tinha os contratos?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Havia anos em que faturava 200, 250.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mensal?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, anual. Eu não tenho os documentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós vamos pedir depois esses documentos.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Veja bem: se o senhor emitiu nota fiscal para quem não devia, o seu contratante não lhe informou que aqueles valores não tinham sido depositados por ele?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor dava todas as notas a Ronan. O senhor acabou de dizer que as notas fiscais, o senhor as entregava a Ronan.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Perfeito. Ele nunca me avisou que não havia feito o depósito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quando o senhor soube que os depósitos não eram de seus contratantes, o que o senhor fez?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Soube agora?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E esse dinheiro, o senhor não gastou, está lá na conta?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, gastei. Esse dinheiro foi gasto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que, destas notas que estão aqui, destes quatro depósitos, o senhor emitiu quatro notas fiscais para o Sr. Ronan?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor. Excelência, esses depósitos faziam parte do grupo de depósitos, e foi emitida uma nota que pode ser de 60, de 80...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O depósito era de várias empresas de ônibus da cidade? Perfeito?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor. Da cidade, não. Que eu saiba, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Era de outras cidades. De onde?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – De São Paulo, de outras cidades. Então, quando tinha um montante, eu emitia uma nota.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não acha que isso aí comprovava exatamente a corrupção na cidade de Santo André?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, acho que isso é desculpa para justificar o caixa dois da Guarará.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas os outros depósitos eram desculpa para quê?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, os outros depósitos, não. Todos os depósitos em minha conta foram de serviços prestados. Se houve depósitos do Gabrilli por razões que eu desconheço... É isso que estou colocando.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Sérgio, o senhor recebeu, nessa mesma conta do Banespa, R$100 mil de empresas de transporte em um mesmo dia e não declarou. O senhor também desconhece esse fato?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Todo o dinheiro que entrou na minha conta de prestação de serviço para empresas do Ronan, seja de transporte, seja de lixo, foi declarado. Isso está no meu Imposto de Renda, está claro no Imposto de Renda.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Constam esses R$100 mil?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, não tenho nenhum depósito em minha conta que não foi declarado. E não foi dada nota fiscal quando era prestação de serviços.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, constam esses R$100 mil, não é? A pergunta do Relator...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não sei se constam esses R$100 mil.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor não lembra se constam esses R$100 mil?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não. Eu não sei... Que R$100 mil são esses? Eu não sei. Não tenho nenhum documento.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está lá na conta do Banespa.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não. Eu não tenho esse documento. Eu não posso afirmar uma coisa que eu não... Se foi um pagamento feito – estou falando por hipótese – pela prestação de serviço, foi emitida nota, sim, senhor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem é o seu advogado?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Meu advogado é o Dr. Roberto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Um dos seus advogados está presente?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Está presente um dos meus advogados, o Dr. Roberto Podval.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O seu advogado afirmou à imprensa – não sei se foi um dos ilustres profissionais que estão aqui presentes – que os depósitos eram falsos. Hoje, o senhor disse que não sabia. O senhor mudou a versão?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Desculpa, Excelência. O senhor poderia repetir a pergunta?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O seu advogado afirmou à imprensa que os depósitos eram falsos. Hoje, o senhor disse que não sabia. O senhor mudou a versão?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Até hoje, eu não tive nenhuma comprovação – a não ser o documento apresentado – de que esses depósitos haviam sido feitos por eles. Quando o meu advogado me perguntou sobre a minha conta corrente, eu disse: "Pode abrir a minha conta corrente, pode quebrar o meu sigilo". Eu abro espontaneamente o meu sigilo bancário, porque, para mim, não havia nenhum depósito irregular na minha conta. É isso que constava para mim. Eu abri o meu sigilo; eu não fui obrigado a abri-lo. Eu o abri porque... Depois, o meu advogado perguntou: "E isso aqui?" Eu falei: "Bom, eu não sei". Eu não acho que ele mentiu. Ao contrário, até onde me consta, esses depósitos não eram verdadeiros, até porque eu não tinha de receber deles; eu tinha de receber, mas não deles.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Relator, permita-me fazer uma consideração em razão do que V. Exª está dizendo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele disse que não se lembra. Há outro também que não se lembra de nada e que estava preso na Polícia Federal. Havia um dinheiro lá fora, mas ele não lembra que é dele.

Em relação ao relatório final das investigações e ao pedido de prisão preventiva, Sr. Presidente, no primeiro intervalo, eu gostaria de que V. Exª considerasse o meu pedido de convocação dos presos que fizeram o seqüestro e que estavam de cara limpa – vou inquirir sobre esse relatório –, para que fizéssemos uma oitiva e solicitássemos uma declaração de renda à Receita Federal, juntamente com as afirmações que está fazendo o Sr. Relator. Dessa forma, obteremos realmente a verdade, colocando o Sr. Sérgio Gomes de frente com os seqüestradores do Celso Daniel. O relatório confirma que ele tem conhecimento de um tal de Dionísio, que tem uma ligação profunda com o caso. Dessa forma, teremos, de fato, a confirmação das ponderações de V. Exª.

Eu gostaria de que, depois, V. Exª colocasse em votação o meu requerimento. Sugiro até que, por estarem presos alguns perigosos, essa oitiva seja feita na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Sérgio, há um depoente que diz que viu, no apartamento do Prefeito Celso Daniel, três sacos cheios de dinheiro em um dia, mas que, no outro dia, os sacos não estavam mais no apartamento. Será que esse dinheiro era da arrecadação realizada com a empresa de transporte, com a empresa de lixo? O que o senhor tem a dizer sobre isso? O senhor ouviu falar nisso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ouvi, ouvi falar, sim, senhor. Excelência, na minha opinião, isso é um absurdo. Qualquer pessoa que conheça o Celso Daniel sabe, primeiramente, que ele não tinha essas relações na cidade. Ele não permitia esse tipo de coisa. Ele não falava sobre isso. O Celso Daniel era uma pessoa absolutamente cuidadosa.

Eu acho um absurdo esse depoimento, é isso que eu acho. Qualquer pessoa que conheça o Celso Daniel um pouquinho vai dizer que esse depoimento é um absurdo. Largar saco de dinheiro na lavanderia? Olha, realmente... Principalmente se tratando do Celso Daniel? Ninguém que conheça o Celso pode confirmar um troço desse. Imagina! Não vi, não sei, mas é óbvio que isso não é verdade. É óbvio.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – O senhor tem conhecimento de uma discussão áspera, que quase chega à agressão física, ocorrida entre o Prefeito e o Sr. Klinger dias antes do seqüestro?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Nunca aconteceu uma discussão áspera que eu tenha presenciado. O Klinger era absolutamente... é uma pessoa pacífica, amável. O Celso Daniel é uma pessoa educada. Isso não existe. Isso não existe. O Celso Daniel jamais se confrontaria com uma pessoa a ponto de chegar à beira da agressão. O Celso Daniel não era assim. Ele era uma pessoa ponderada, calma. Quem conheceu o Celso Daniel confirma – vai confirmar. Jamais ele faria isso. O Celso não é de gritar, pôr dedo na cara, fazer esse tipo de coisa. Ele não faria. Esse não é o Celso. Eu nunca vi e isso não existiu. Eu tenho certeza.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – O senhor nunca viu o senhor Celso afobado?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Afobado?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Sim. Com raiva, com a ira santa.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu já vi o Celso nervoso, eu já vi o Celso mais nervoso, menos. O Celso era uma pessoa que, quando era desacatado, quando era xingado, quando era achincalhado, era o primeiro a dizer: "Olha, vamos ter calma, vamos tratar a coisa com tranqüilidade". Esse era o Celso. O Celso era incapaz de um ato de violência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor também?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não tenho, em todo o meu histórico de vida, Excelência, todo, um ato de violência, nem registrado na Polícia, nem respondido na Justiça. Não tenho um ato de violência em toda a minha vida. Eu nunca dei um tapa no meu filho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor usava arma?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu usava, sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Fazia tempo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Fazia um bom tempo. Ultimamente, não estava quase saindo armado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Há uma versão aqui segundo a qual V. Sª, para conversar com os empresários, colocava a arma em cima da mesa, ameaçando. É verdade ou mentira?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É um absurdo. É tão descabido... conversar com as pessoas e colocar a arma em cima da mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, ameaçando.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ameaçando? Eu sequer conversei com empresários.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Para pagar propina.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Desculpem-me, mas, se me apresentar, se me dizer quem é o empresário que disse isso, eu desminto na cara dele quantas vezes for necessário, que sequer eu discuti com empresário esse tipo de coisa em Santo André, o que dirá colocar arma...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas V. Sª está desmentindo cheques que recebeu, o que dirá o resto.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, não estou desmentindo cheques. Estou dizendo que não confirmo que essa fonte pagadora tinha negócios comigo. Não estou desmentindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que o senhor acha que ela errou a conta? Se ela não tinha negócios com V. Sª...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não entendi a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A pessoa que depositou o dinheiro na conta de V. Sª se enganou. É mais ou menos isso que V. Sª quer dizer?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não acho que ela se enganou. Eu acho que ela pode ter feito pagamento cruzado, de outras dívidas. É isso que me vem à cabeça.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E ela tinha alguma dívida com V. Sª?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Comigo? Não, senhor, Excelência, eu já afirmei isso. Eu não tinha contato com essas pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que o senhor era o laranja do Sr. Ronan Pinto. Tudo o que era dívida... O senhor está dizendo que era cruzado, que ela tinha negócios com o Sr. Ronan. Tudo o que Sr. Ronan tinha era colocado na conta do senhor, e o senhor repassava... É o que senhor está dizendo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ele não sabia nada...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos admitir que a Srª Rosângela tivesse dívidas com o Sr. Ronan. Aí, pegava, depositava na conta do senhor e o senhor prestava contas ao Ronan. Era exatamente isso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor. Os depósitos que foram feitos em minha conta foram utilizados por mim.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Inclusive do Gabrilli.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Inclusive do Gabrilli, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Sª disse que dava notas fiscais ao Sr. Ronan de tudo o que era depositado?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ele está confirmando: inclusive do Gabrilli.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mas eu estou confirmando porque ele disse que fez o depósito. O depósito está feito. Eu estou dizendo que ele fez o depósito. O que eu não confirmo é a fonte, é que havia negócios entre nós e que eu tinha e confirmo que tinha a receber naquele momento, mas não deles. Isso eu estou confirmando. Agora, não sou laranja.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – O senhor pretende devolver o dinheiro que os Gabrilli depositaram na conta de V. Sª?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não tem por que eu devolver o dinheiro. O dinheiro foi de serviço prestado, foi dada a nota fiscal. Está detalhado no meu imposto de renda, com imposto pago.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Qual foi o serviço que o senhor prestou a essa família?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Aos Gabrilli?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Sim.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – E como é que o senhor deu nota fiscal a quem?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não dei nota fiscal aos Gabrilli.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Deu a quem?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu vou explicar novamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Explique novamente.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu tinha negócios com as empresas do Ronan. Os depósitos eram feitos em minha conta e, em determinados períodos, eu emitia uma nota. Foi isso que aconteceu. Agora apareceram esses quatro depósitos ditos pelos Gabrilli que era título de... Não, dito que... Os depósitos eles fizeram, mas a título de negociações de ônibus, de Prefeitura. Isso eu não confirmo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não era em véspera de eleição. Como é que pode ser?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era em véspera de eleição?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Era?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Caixa dois?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não era em véspera de eleição?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não era.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, eu estou dizendo que essa história dos Gabrilli justifica o caixa dois deles. Isso eu estou dizendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Não, não convence essa história de o senhor dizer isso. O que o senhor não está conseguindo explicar é o seguinte: é que todo o dinheiro arrecadado da propina dos transportes era depositado na conta do senhor, e o senhor repassava para o Sr. Ronan. O que o senhor está dizendo aqui é que dava em forma de nota fiscal.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não é isso que eu estou dizendo, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – A quem o senhor dava as notas fiscais?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ao Ronan.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Inclusive desses depósitos?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Desses e outros.

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Que outros? Quem?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – E prestação de serviço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Que outros? Quem? Prestação de serviço?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – O senhor prestava serviço ao seu sogro?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Meu sogro?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Sim.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, que eu lembre, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Gerardo Pugliesi é seu sogro?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O Gerardo Pugliesi foi meu sogro. Ele é falecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Ele também depositava dinheiro na conta do senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ah, pode ser. Claro

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Pode ser?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Pode ser.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – A sua ex-esposa também depositava? A sua ex-esposa, que é filha do Sr. Gerardo, também depositava dinheiro?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu... Eu... Eu prefiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Eu quero saber.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu preciso saber do que nós estamos falando, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Não, eu quero saber se depositava dinheiro ou não. Dinheiro, dinheiro.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Pode ser.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Pode ser.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não sei do que estamos falando.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – O senhor prestava serviço de segurança à sua ex-esposa?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mas do que nós estamos...? De que objeto nós estamos falando?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Não, eu quero saber se depositava ou não, porque está comprovado aqui.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O meu sogro pode ter depositado algum dinheiro na minha conta, mas isso não é anormal. Primeiro. Segundo, preciso saber do que se trata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Quando o Ministério Público quebrou o sigilo bancário de V. Sª, consta depósito do Sr. Gerardo, da Adriana, sua ex-esposa. O senhor conhece Ivone Maria de Sousa?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Quem é Ivone?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Uma amiga, uma amiga.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Que é sua amiga?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, é uma pessoa que eu conheci há muito tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Amiga ou namorada de Celso Daniel? Era essa? Srª Ivone?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, Ivone Maria de Sousa...?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Sim.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ivone Santana...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Então é outra, não é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ivone Santana...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Sua amiga. E o senhor prestava serviço a ela?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Não? E ela trabalhava na Prefeitura?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Trabalhou uma época – eu acho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – E era funcionária de quê? De onde ela era funcionária?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não me lembro. Acho que trabalhou no Senasa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Exatamente.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Acho, acho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Por que ela depositava dinheiro na conta do senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ela depositava dinheiro na minha conta?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Sim, está aqui na quebra de sigilo!

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ela pode ter depositado na minha conta dinheiro, porque eu fiz empréstimo para a Ivone.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Fez?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É. Ela me pediu dinheiro emprestado. Eu emprestei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Quanto?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Assim como emprestei para várias pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Quanto?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não lembro a quantia.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª tinha tanto recurso para emprestar a tantas pessoas?!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – O senhor também emprestava dinheiro ao Sr. Luiz Henrique Rodrigo Zanetto? Conhece-o?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Conheço, conheço Zanetto. Conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Quem era ele?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O Zanetto era uma pessoa que trabalhava com coisa de parques públicos. Ele era... Ele era... Tem um nome...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Ele não era uma pessoa que trabalhava com parques públicos. Ele era Secretário de Parques e Áreas Verdes de Santo André.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sim, senhor. Ele trabalhava na Prefeitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Mas não era uma pessoa, era um secretário do Município. Então, veja bem: eu quero deixar claro...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ele era secretário? Eu não tenho certeza se ele era secretário.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O Zanetto era secretário em Santo André, Excelência? Desculpe, não era.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – O Zanetto era. Está aqui.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Secretário?!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Secretário. Está aqui. Secretário de Parques e Áreas Verdes de Santo André.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Olha, secretário não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor está com a memória muito... Mas me permita, eu vou concluir aqui, essas pessoas são importantes.

O senhor conhecia Maria Rose Umbrich?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Maria Rose Umbrich?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ou Ulbrich?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Pelo sobrenome, pode ser a esposa do Fernando.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Parente do Fernando, que era secretário do...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Esposa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Era amigo do Klinger, não é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Que era funcionário do Klinger. Também depositava dinheiro na conta do senhor.

O senhor também emprestava dinheiro a ele?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O Fernando pode ter feito depósito que eu pedi para ele fazer em minha conta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Para quem o senhor pediu?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu pedi para ele fazer. Eventualmente eu posso ter pedido; o Fernando era meu amigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Será que o Sr. Klinger depositou algum dinheiro na conta do senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não. Mas o Fernando depositava dinheiro meu na minha conta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Sr. Klinger depositava dinheiro na conta do senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Olha, a única vez que eu lembro que o Klinger depositou dinheiro em minha conta foi quando ele fez uma compra para mim. Ele viajou, fez uma compra...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor se lembra do valor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não, não. Não foi isso. Eu depositei na conta dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor depositou na conta dele ou ele na conta do senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Se ele viajou, comprou alguma coisa para o senhor...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ele comprou um brinquedo para o meu filho, ele trouxe e eu paguei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor se lembra que brinquedo era esse?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Era um óculos de visão noturna, alguma coisa desse tipo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor não se lembra o valor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Uns 2 mil...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Era algo em torno do quê?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – De R$2 mil, de R$3 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – De R$2 mil, de R$3 mil. O senhor sabe quanto eram R$2 mil, R$3 mil? Era mais de mil dólares esse brinquedo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não lembro o valor do dólar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Três mil reais dão mais de mil dólares. Mesmo na época em que o dólar estava a R$3,00. Então o senhor deu um brinquedo de mil dólares? É isso? O senhor depositou o dinheiro para comprar esse brinquedo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu dei um brinquedo em torno de R$3 mil. Eu depositei esse dinheiro na conta do...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E quem é René Michel?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O René Michel Mindichi é um amigo, trabalhou comigo na Prefeitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhece ele bem?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu conheço ele da Prefeitura, eu tive boas relações com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele é parente de alguma pessoa importante?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Parente de uma pessoa importante?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sei lá, primo, cunhado, qualquer coisa desse tipo.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Desculpe, Excelência, não entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhecia Ivone Santana? Sabia que esse René era secretário do Município e cunhado da Srª Ivone Santana? O senhor não conhecia? Com tanta amizade, que a própria Ivone disse que tinha com o senhor? Ela disse aqui que o senhor era amigo pessoal dela, que foi quem disse à gente essa história de chefes, porque o senhor foi chamado de chefe...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O René, se é o René que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É ele mesmo.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ele foi esposo da Ivone.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está aqui como cunhado.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ele foi esposo da Ivone.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Bom, então, esposo. Aí é que o senhor devia conhecer mesmo. E ele depositava também dinheiro na conta do senhor. Ou o senhor não se lembra? Ou o senhor emprestava dinheiro a ele também?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Olha,...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está aqui.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu vou responder, Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está aqui, está na quebra do...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não tenho os documentos, eu não estou vendo, agora, eu estou dizendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu estou afirmando a V. Sª que eu disponho aqui, está nas minhas mãos, a relação de algumas pessoas, está certo, que constam na quebra de sigilo bancário de V. Sª.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Que depositaram dinheiro na minha conta?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu posso ter pedido, eventualmente, para alguém depositar dinheiro para mim na minha conta, agora... Isso como uma conduta normal, de pessoas que me conheciam.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ou era o senhor que depositava na conta deles?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu posso ter emprestado. Se as pessoas me pediam e eu tinha, eu posso ter emprestado dinheiro, não é? Eu não estou afirmando que eu emprestei nesse caso, porque não tenho...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor era agiota?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conhece Fernando Ulbrich?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Fernando Ulbrich é o secretário, é um amigo que trabalhou na Prefeitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Era o homem de confiança do Klinger?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Era uma pessoa que trabalhava com o Klinger e era uma pessoa bem próxima. Era próxima, uma das pessoas próximas dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Bem ligado a ele.

O senhor depositava também dinheiro na conta dele? Emprestava dinheiro também? Veja bem, esse pessoal, tudo era alto funcionário, secretário, pessoas que realmente ganhavam bem, mas V. Sª estava depositando dinheiro na conta deles.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, primeiro que eu não conhecia pessoas de posses, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor conhecia essas pessoas.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Essas pessoas eram minhas amigas, são minhas amigas, da Prefeitura, e se eventualmente precisaram e me pediram, eu emprestei sim senhor. É isso, objetivamente. Agora eu não posso... Porque eu não tenho...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, mas o senhor conhecia as pessoas, não conhecia?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Conhecia, certamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Conhecia o Sr. Donizete Pereira Braga?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Quem me apresentou o Donizete, inclusive, foi o Sr. Bruno Daniel, irmão do Celso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem era o Donizete?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Donizete era o rapaz que morava em Mauá, trabalhava com o Bruno e com a Marilena lá em Mauá.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele era político?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Quando eu o conheci, não era político profissional, ele não tinha um cargo político.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas ele não era vereador, não?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, quando eu o conheci ele não era vereador ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas ele foi vereador do PT?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Foi vereador do PT depois, foi deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor também depositava dinheiro na Projeção Engenharia de Obras?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A Projeção fez um serviço para mim, na minha casa, no Riacho, e paguei à Projeção.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sabe quem é o proprietário hoje da Projeção?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Quem sempre foi o proprietário da Projeção foi o Sr. Humberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, a empresa era de Ronan – ele aqui disse hoje – e depois ele passou para o Sr. Humberto da Tarcísio de Castro, que era concunhado dele, ou cunhado ou concunhado.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não sei, acho que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor sabe que esse cidadão também está denunciado no Ministério Público, o Sr. Humberto?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sim, senhor, eu sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem. Desculpe-me, Relator, mas eram informações que precisávamos tirar.

Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Sérgio, como era essa prestação de serviço que o senhor executava, que inclusive executava fora de Santo André? O serviço de transporte lá em Santo André era muito vulnerável, do ponto de vista de segurança?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não conheço o sistema de Santo André. Não posso responder pelo sistema de Santo André.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O senhor era o chefe do... *(Inaudível. Fora do microfone)*

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E essa segurança do senhor, era fora de Santo André?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Para responder pelo transporte de Santo André, não. Infelizmente, Senador...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, pela segurança. Não era isso que o senhor fazia?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Os meus contratos com o Ronan eram para ser feitos nas empresas normalmente de São Paulo. Não me lembro de ter feito nenhum serviço nas empresas do Ronan, em São André. Isso foi depois que eu saí da Prefeitura, depois que eu estava fora já, há muito tempo inclusive.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só em São Paulo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – São Paulo, Catanduva e em outros lugares. Lá em Santo André, não trabalhei. Não me lembro de ter trabalhado. A não ser que possa... Precisaria pegar os contratos...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor trabalhava só para o Sr. Ronan – porque aí fiquei confuso –, ou trabalhava para outras empresas?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu trabalhei para o Ronan e firmei um contrato, acabei por não tocar um contrato, que não me lembro, acho que em Mato Grosso, não tenho certeza. E foi isso, só para o Ronan.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em Mato Grosso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não. O contrato não foi para frente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não foi para frente.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não foi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E onde é que foi para frente? Só em São Paulo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Com o Ronan, fiz vários contratos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só com o Ronan e só em São Paulo? Não é isso que o senhor diz?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Perfeito.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E não havia outras empresas?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não havia, eu estava começando no negócio.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E essas pessoas para quem o senhor depositava dinheiro na conta delas, depositava a título de quê?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – As pessoas precisavam, eventualmente me pediam e eu emprestava. Eram pessoas conhecidas minhas, amigos. Acho isso absolutamente normal.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas esse número todo? Serviço social?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Isso foi durante muitos anos, Excelência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Relator, V. Exª me concede a palavra?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Acho que é trabalhoso, Sr. Presidente, mas sugiro e estou oficiando – e aí vai, quando V. Exª colocar requerimento em votação, na terça-feira, um requerimento meu que já mandei formalizar: é necessário, diante da inquirição que V. Exª fez com tantos nomes e que V. Exª deu, documentalmente, e até quero dizer ao Sr. Sérgio que ele pudesse colaborar um pouco mais, porque ele já mentiu tanto à CPI, está sem habeas corpus, já podia ser preso em flagrante agora, e como temos muito pela frente ainda, sugiro que colabore. O senhor já mentiu tanto que já podia ter sido preso em flagrante. Mentir à CPI é crime. Mas eu acho que, como temos muitos a inquirir, Sr. Presidente, aqui, essas pessoas todas fossem convocadas a fim de serem acareadas com o Sr. Sérgio, porque aí chegaríamos à verdade. É muita gente, mas faríamos por etapa, um grupo com ele, depois outro grupo com ele. Seria salutar para que elas pudessem comprovar esses empréstimos benevolentes, essas doações e essa ação social. Porque o Klinger disse que ele trabalhava na Defesa Civil, não falou que ele era Secretário de Ação Social da Prefeitura.

Então, só com a acareação, saberemos – e estou formalizando.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essas pessoas prestavam algum serviço ao senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor. Mas tem muitos desses depósitos de dinheiro retirado pelo Fernando, ele retirara dinheiro para mim no banco, ele buscava dinheiro para mim no banco. Então ele pode ter retirado... Eu nunca emprestei uma grande quantia, por exemplo, para pagar o Fernando. Não fiz isso. Ele retirava dinheiro para mim no banco.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas aqui não é retirada, não, aqui é o senhor depositando lá, é o senhor fazendo depósito da sua conta para a conta dele.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não vou dizer que isso não existe, mas gostaria de ver o documento. Não, é, eu gostaria de ver o documento, eu depositando esse dinheiro, tanto dinheiro assim...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A não ser que os bancos estejam errados...

**O SR. RELATOR** (Garilbaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor não disse que depositava? O senhor disse que depositava.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu disse que emprestava. Quando alguém me pedia dinheiro, eu emprestava. Eu nunca neguei. Eu tendo, eu emprestava. Eram pessoas conhecidas, são amigos.

**O SR. RELATOR** (Garilbaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, pronto, o senhor depositava.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, mas não me lembro. Eu posso ter depositado eventualmente, mas eventualmente posso não ter depositado. É que não sei do que está sendo falado. Acho absolutamente normal, numa relação de amizade, se as pessoas precisam e pedem, e não eram somas, não tenho...

**O SR. RELATOR** (Garilbaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois eu ando atrás de um amigo assim. *(Risadas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, o interessante é que todas essas pessoas tinham ligações com a Prefeitura. Todas, sem exceção.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Porque as pessoas que eu conhecia eram pessoas...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, a conclusão do Ministério Público de São Paulo é que todo o dinheiro arrecadado ia para a conta dele. É bem verdade que muitos aí ele não sabe quem é, não, porque as pessoas só tinham orientação de colocar na conta dele; da conta dele é que saía para os outros. É a conclusão do Ministério Público.

**O SR. RELATOR** (Garilbaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas esse esquema era depósito dele na conta das pessoas.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu me refiro aos depósitos que o Senador Efraim...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É isso mesmo, é porque eu estava vendo, pensei que o pessoal... Ele que depositava. E o valor aqui, só para essas pessoas, é de R$182.210,00.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Então é isso que estou dizendo, tem muita retirada para mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Retirada não, isso aqui é o senhor que deposita na conta deles, não é retirada.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Preciso ver esses documentos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. RELATOR** (Garilbaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Sérgio, e esses depósitos da Viação Padroeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor confirma que fez depósitos na conta dessas pessoas?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não fez?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A princípio, não. Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não fez?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não confirmo. Eu não tenho os documentos. Não estou em poder dos documentos. Eu confirmo que várias pessoas me pediram dinheiro emprestado, amigos, e eu emprestei. Isso eu confirmo. Posso eventualmente ter depositado alguma coisa na conta de alguém? Posso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quer dizer que fora essa relação ainda tem outra?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não sei. Eu não sei de que relação nós estamos falando.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Porque essa é que V. Sª fazia era em *cash,* V. Sª fazia em *cash.* Essa aqui era feita em depósito. É por isso que a quebra de sigilo bancário identificou esses depósitos. O que V. Sª está dizendo aí é pior ainda, é que V. Sª sacava o dinheiro e dava o dinheiro em *cash* a outras pessoas. Além desses, V. Sª ainda dava dinheiro a outras pessoas.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Estou dizendo que não reconheço, a princípio, esse número e esses depósitos. Estou dizendo isso porque não tenho os documentos.

**O SR. RELATOR** (Garilbaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Sérgio...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não tenho as datas dos documentos. Não tenho.

**O SR. RELATOR** (Garilbaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Sérgio, por favor.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor permite...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A quebra do meu sigilo bancário certamente esclarece.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi, em seguida V. Sª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Queria um esclarecimento ainda. Queria, construtivamente, Sr. Presidente Efraim Morais, acho que do ponto de vista até do direito de defesa do Sr. Sérgio Gomes da Silva, porque eu, algumas vezes, fiquei aqui não tão esclarecido quando de suas perguntas a ele, porque V. Exª ora mencionou que ele estaria recebendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu corrigi.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...ora que estaria ....

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Na realidade, Senador, ele fez depósitos nessas contas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não foram depositadas; nas contas dele foram aquelas outras.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem. Então fica esclarecido isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Agradeceria também... Quem sabe a Assessoria de V. Exª possa, já que informou o nome das pessoas e uma quantia geral, mas ficará mais claro para todos nós se puder solicitar a informação, dizendo: na data tal, o senhor depositou... Como foi o caso do Sr. Gabrilli. Nas datas tais, o senhor recebeu pagamentos das empresas Gabrilli, tal, tal, tal e daí V. Exª pediu a explicação e aí ficou claro. Mas para os demais depósitos feitos por ele às pessoas "a", "b" e "c", ficaria mais claro para todos nós se V. Exª tivesse, junto da Assessoria, a informação documental, porque ele próprio diz e com razão: bom, se me apresentar o documento, fica mais fácil explicar.

Então eu agradeceria, porque assim nós, quer dizer, V. Exª enriqueceria muito mais a informação para a CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem, Senador, é porque existem aqui uma série de cheques emitidos pelo Sr. Sérgio. São vários, estão aqui, depositados...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quem sabe com alguns exemplos mais relevantes...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está aqui. A Srª Hortênsia Ribeiro Nunes. No dia 29/01/1997, ele depositou R$1.100; para a Srª Marisa T. S. Sal, ele depositou R$15 mil; para a Srª Adriana Pugliesi, ele depositou, no dia 01/09/1997, R$8 mil; para a Srª Ivone Maria Souza, no dia 18/02/1997, R$1.500,00; ao Sr. Natanael S. Machado – esse nome não me é estranho –, foram depositados, no dia 30/01/1998, R$15.272,00. E são vários os cheques na quebra de sigilo. Está aqui, o Sr. Fernando de Umbricht. Ele depositou, no dia 15/04/1999, R$4.500,00. O Sr. Fernandes, no dia 15/04, ele fez dois depósitos; fez outro de R$5.000,00. O Sr. Donizete Pereira Braga, Vereador lá de Mauá, ele depositou, no dia 10/06/1999,

R$4.000,00. Tem aqui o Sr. Gerardo Pugliesi, tem a Srª Ivone de Santana. O senhor depositou, no dia 25/01/1999, R$7.500,00. E assim por diante. Existe aqui, para V. Exª ter uma idéia, uma, duas, três, quatro, cinco, tudo depositado; dinheiro em nome de várias pessoas. Então é isso que estamos aqui fazendo. Fizemos uma amostragem das pessoas que tinham sido... Donizete Pereira Braga, novamente, no dia 11/05/1999, R$4.000,00; no dia 11/06/1999, R$4.000,00. E parece aqui que bate um mensalinho: R$4.000,00; um mês depois, mais R$4.000,00. Vamos ver se aparece mais aqui na frente. Fernando Donizete, aparecem dois depósitos, um no dia 2/05/2001, R$17.000,00; no dia 26/12/2001, ou melhor, no dia 06/06, apenas um mês depois, mais R$25.000,00. Então são vários os depósitos que aqui aparecem. Fernando Donizete, aqui tem um, dois, três, quatro seguidos. Um, no dia 15/08, R$4.500,00; um no dia 27/08, R$1.800,00; um no dia 05/09, R$2.290,00 e, em 27/09, R$2.000,00. V. Sª se lembra de ter feito esses depósitos, ou não?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu me lembro de ter emprestado...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Era muita gente, né?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, me lembro de ter emprestado dinheiro, me lembro de ter pago...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso tudo foi empréstimo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não. Tem pagamento. Eu preciso dos documentos para saber. Não posso aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª pode olhar.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sim, mas cheque de 08/02, não tenho a menor condição de aqui definir por que desse cheque. É claro que há uma razão. Agora, eu não posso aqui definir qual a razão. Eu não estou negando; estou dizendo que tem que haver uma razão. Eu não tenho a razão aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está bom.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu me lembro, por exemplo, que ajudei o Fernando a...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Acho que esclareci V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Será que eu posso dar uma olhadinha.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por favor. E sei que, quando V. Exª for fazer a argüição, ela virá com mais dados.

Então, Senador Garibaldi Alves Filho, V. Exª tem a palavra.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª prestou serviços à Viação Padroeira, do Osias, e à Viação Parque das Nações. Padroeira do Osias, é o proprietário. É conhecida assim. E Viação Parque das Nações, do Carlos Sófil?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não? Porque existem depósitos na sua conta, no mesmo dia, em favor dessas empresas.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu desconheço. É a primeira vez que eu ouço falar nesse depósito.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Veja bem que, na empresa do Sr. Gabrilli, também apareceram depósitos na conta e o senhor não soube explicar aqui.

O senhor passou sua senha bancária para alguém?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não. Que eu me lembre, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é o nome do contador de V. Sª?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu tive vários contadores.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o mais recente?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Atualmente, eu estou sem contador, porque estou sem...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Na época.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na época dessa movimentação?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Na época... Eu tive... Eu lembro do...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era o Leonel?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Leonel. Lembro do... Teve um outro. Eu não lembro, não. O Leonel, eu lembro. Precisaria pegar, ver...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Leonel era o mesmo do Ronan? O contador?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É, o mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra à primeira oradora inscrita, Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Sérgio, na época do assassinato do Prefeito, eu era militante do PT. Foi algo que nos chocou profunda-

mente, como o caso do Toninho também nos chocou profundamente.

Eu estive no enterro. O Celso Daniel, apesar de ser de um setor do Partido que combatíamos muito, era uma pessoa muito delicada. Ele sempre foi uma pessoa muito delicada, sempre foi uma pessoa incapaz de um gesto de intolerância e de truculência - eu digo na convivência partidária, pois eu não tinha convivência com ele, pessoalmente, de freqüentar a casa. Eu me lembro de embates horrorosos na construção do programa de Governo, na primeira etapa, e ele, com a maior delicadeza, explicando-nos, tentando incorporar algumas questões que eram muito difíceis para o chamado Campo Majoritário incorporar e ele lá, com a maior serenidade, com a maior delicadeza, sentado conosco. Tinha uma rampa, como se fosse um palco, que era onde se discutia, e ele sentava conosco no chão, tentando ver se podia incorporar algumas teses que eram defendidas pela chamada Esquerda Partidária. Fazíamos com uma virulência danada, e ele vinha com delicadeza, tentando incorporar aquilo que defendíamos.

Então, quando teve o assassinato - eu até lembro que fui ao enterro e peguei na cabecinha dele no caixão -, quando começou essa confusão, saiba V. Sª que acho que éramos capazes de, como se diz no interior, nos pegarmos no tapa, dentro do Congresso Nacional, aqui no Senado Federal, quando alguém dizia que V. Sª tinha envolvimento no assassinato e que tinha gente do PT envolvido. Primeiro, porque a informação que tínhamos e que eu tinha era a de que o senhor tinha uma relação de muito carinho e de muita amizade pessoal por ele. Essa era a informação que tínhamos. Então achávamos de uma brutalidade tão grande que o senhor estivesse envolvido no assassinato que, todas as vezes que alguém comentava isso, nós não deixávamos nem que a racionalidade passasse por perto da nossa interpretação e já defendíamos de pronto, achando que era um absurdo dizerem uma coisa dessa. A informação que tínhamos era que tinha uma relação de muita confiança e uma relação de amizade e de carinho que impediria, por mais que divergência houvesse, que alguém tramasse o assassinato de uma outra pessoa. Na época, era disso que tínhamos convicção.

Até aceitávamos fazer um exercício de especulação de dizer assim: todos esses dados em que o Senador Efraim Morais, o Senador Garibaldi Alves, todos os Senadores aqui ficam trabalhando e questionando V. Sª... Imagino que, independente de inocência ou culpa, deve ter uma exaustão em ter que responder as mesmas coisas, durantes tantas vezes, da parte de V. Sª. Até prefiro pensar que já há uma exaustão. É tanto depoimento, tanta repetição, tantas coisas que devem ser... Aí a gente até poderia especular que era como se fosse, partindo do pressuposto e da tese de que até os de Celso Daniel assumem. Dizem assim: "Meu irmão era envolvido." Para um irmão dizer que alguém é envolvido em corrupção já é uma coisa muito dolorosa. É até normal que a gente proteja os nossos. Mas quando a gente houve o depoimento deles é como se dissessem assim: "Meu irmão estava envolvido com corrupção da administração e do PT, mas não aceito que tenha sido assassinado covardemente." É mais ou menos o que se passa. Não estou nem encobrindo. Imagino que é gravíssimo dizer uma coisa dessas. É como se dissessem assim: ele estava envolvido, mas não aceito que tenha sido assassinado covardemente.

Nos dados que são apresentados é como – e posso trabalhar só no campo da especulação – se o senhor fosse uma pessoa de muita confiança. Há um esquema que poderia ser um esquema de corrupção. Especulemos. Ponha-se no lugar da gente. É como se o senhor fosse uma pessoa da extrema confiança de um esquema de corrupção que era montado dentro de uma estrutura da administração. Era por isso que o senhor, uma pessoa de extrema confiança, e além de ser de extrema confiança, de muita amizade pessoal, era a pessoa que poderia operar alguma coisa: tráfico de influência ou intermediação do interesse privado.

Essa movimentação bancária e essa evolução patrimonial de V. Sª – desculpe-me – não conseguiu convencer-me. Até queria que o senhor tentasse detalhar. Não conseguiu convencer-me essa evolução patrimonial de um assalariado que, de repente, vira dono de empresa.

Mesmo que se pegue uma empresa falida é preciso, para que ganhe corpo... A empresa já é falida; para voltar a se dar bem, precisa até de tráfico de influência. Preciso saber, por exemplo, se alguém tem uma prefeitura e é da minha amizade. Ligo para a prefeitura e digo: olha, arranje aí um contrato, já que não há licitação na área de transportes, para essa empresa. Essa empresa começa a crescer. Quando começa a crescer, o patrimônio passa a ser dividido por alguns amigos. Supõe-se que seja nessa... Não queria usar o termo. Sei que não foi intenção do Senador Garibaldi. Mas esse assunto é tão horroroso para mim que não consigo nem rir. É um assunto tão assombroso... É como se o senhor operasse o esquema, por ser de confiança e, depois, distribuísse para algumas pessoas escolhidas por alguém, por laços de amizade, por laços partidários, etc.

Ninguém sai por aí emprestando a alguém. Quando você tem até empresta. Pode não cobrar ou cobrar

juros, por uma relação de amizade. O pior, o mais doloroso para mim, tenha certeza – porque é doloroso para V. Sª –, é quando começo a analisar as transcrições telefônicas. Vai da história da viuvinha comportar-se como viuvinha aos detalhes sobre a calça, se era calça jeans ou bege, os detalhes sobre armar isso ou aquilo.

Não sou desta CPI, Sr. Sérgio, não sou. Acompanhei esse caso em um nicho de tristeza profunda e de indignação. Vim para o depoimento porque queria sair convencida. Não consigo sair convencida de que V. Sª não participou.

Imagine a minha situação. Todos nós temos amigos, temos relações de confiança com alguém. Imagine como seria crer que o senhor era a pessoa mais querida – ou tinha sido o mais querido em um determinado momento. A vida é assim. Às vezes, a gente tem uma relação de amizade, e passa a não ter mais. De repente, começa a pensar que essa pessoa que era a mais querida envolveu-se em mandar matar alguém. Porque, de repente, a pessoa não queria mais fazer parte do esquema de corrupção.

Então, precisava vir até aqui para que V. Sª me convencesse de que não havia isso. Quando fico olhando os depoimentos... V. Sª não sabe o que passamos para defender V. Sª e o PT. Nós não conseguimos acreditar que alguém que tinha uma relação de carinho e de amizade pessoal montasse um assassinato de uma pessoa por quem tinha amizade, por quem tinha amor. Como é que se estabelecem essas coisas assim, de repente?

Aí, começamos a analisar: "Não; não utilizou a arma! A arma estava atrás do carro, numa bolsa atrás. Depois a arma foi utilizada!". Nos primeiros depoimentos, era como se o senhor tivesse uma memória mais exata do que aconteceu, coisa que, num trauma, nem temos. Mas tudo bem! Vamos supor que fosse! E, depois, era como se, nos outros depoimentos, os detalhes fossem sendo diluídos, e já não havia mais necessidade.

Então vim aqui porque queria que o senhor me convencesse! E tenho obrigação de dizer isso. O senhor não consegue me convencer. Imagine! Como é que eu saio pensando que alguém que eu sempre achei que tinha amor, carinho, amizade por outra pessoa, que era da confiança da outra pessoa, cria uma estrutura para assassinar, por causa de um esquema de corrupção, por causa de dossiê, por causa de não sei o quê.

Estou aqui porque preciso que o senhor me convença que não há isso. Tenha certeza de que pode não ser simples para V. Sª, se for inocente, mas não tenha dúvida de que, para nós, também, uma vez que fomos lá pegar na cabecinha dele, relembrar os momentos que ele tinha conosco, de profunda tolerância, mesmo quando agíamos com a mais absoluta agressividade ideológica. E ele estava lá, com toda delicadeza, explicando, nos auxiliando, tentando incorporar teses tão difíceis de se incorporarem, e, de repente, quando começamos a analisar essas malditas transcrições telefônicas, o senhor não imagina o quanto marca profundamente a nossa alma e o nosso coração. O senhor não imagina como é isso!

É por isso que estou aqui! Não sou membro desta CPI nem venho acompanhando! Acompanho, aliás, pelos jornais e acompanho porque sou uma Parlamentar e tenho a obrigação de fazê-lo. Esse assunto sempre foi tão assombroso e triste para mim que até tinha dificuldade de abordá-lo.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Posso responder, Excelência?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pode.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sinceramente, não sei se vou conseguir convencer a senhora do amor, do carinho, da amizade que eu tinha pelo Celso e que eu não tive nenhuma culpa nisso.

O que posso dizer para a senhora é que me responsabilizo por aquilo que falei nos telefonemas, porque eu estava nervoso, nervoso, apavorado, brabo. Eu falei. Por isso eu me responsabilizo.

O que eu posso dizer, Senadora, é que, desde o início desse processo, eu fui linchado publicamente, sem ter direito de me defender. Senadora, Excelência, eu fui preso com dois testemunhos; eu fui preso por conta de dois testemunhos do Ministério Público: um de uma senhora chamada Maria; e o outro testemunho de um tal de Zorro, que contaram uma história fantasiosa de que eu ia à favela para ameaçá-los. Eu fui preso por esses testemunhos, e esses dois estão sequer arrolados no processo. Eles só serviram para me prender. Nós estamos procurando essas testemunhas agora para saber o que está acontecendo. Se eram testemunhas tão importantes, por que elas não estão arroladas?

Eu nunca tive direito de defesa. Eu me lembro: o Bruno veio aqui, até ele falou da história do câmbio. Eu contei, eu falei a verdade: o motor girava em falso. Eu não sabia por quê. Eu fui motivo de chacota, e as pessoas diziam que eu tava mentindo, porque aquilo não podia acontecer. E eu dizendo para mim mesmo: "Mas, escuta, aconteceu!" Eu recebo um telefonema de São Paulo, de uma pessoa que eu não conheço, não sei quem é até hoje, dizendo: "Eu sei o que aconteceu com o seu carro, Sérgio, e eu vou demonstrar isso!". Porque não é como a Mitsubishi está dizendo, e porque não é um problema da Mitsubishi. Ele expli-

ca depois. Ele explica numa fita que está em poder do juiz hoje. Ele demonstra que naquele tipo de carro, se você esbarrar no câmbio 4x4 – porque são dois câmbios, um é do 4x4 –, se você esbarrar nesse câmbio, o motor gira em falso.

Ele faz esse teste para vários repórteres. Nós só conseguimos essa fita porque nós pedimos para o Juiz, e o Juiz pediu para a **Rede Record** – eu tenho certeza.

Então, eu não menti. É verdade que aconteceu. Eu só não sabia. E eu passei, antes de ele ter essa prova, eu passei... Eu nunca tive oportunidade de me defender. Eu cheguei aqui hoje linchado. Eu sei que publicamente eu fui linchado. Eu fui preso com depoimentos mentirosos. Então, eu não tive direito de defesa. Era ótimo para a mídia vender a imagem do Sombra, mas tem muito pouco de verdade nessa história toda.

Nós estamos provando no processo judicial. Cada uma dessas... O preso que, eventualmente, não se sabe como, muda de história; depois ele muda novamente. No depoimento do Vice-Prefeito de Santo André – e ele dá um depoimento ao Ministério Público de Santo André, aos promotores – , ele diz o seguinte: "Ah, sabe aquele sujeito que fugiu do helicóptero? Eu o vi aqui em Santo André; ele trabalhou aqui na prefeitura sim".

Esse é o depoimento do Vice-Prefeito, inimigo declarado do Celso Daniel. Ele disse que esse sujeito trabalhou na prefeitura...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O primeiro Vice-Prefeito? Da primeira gestão? Só para...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sim, o José Cicote, da primeira gestão. Ele disse que viu esse Dionísio lá, e eu já estava preso. Ele dá um entrevista dizendo que ele não disse isso. Nós temos a entrevista. Havia, no gabinete do Prefeito, 20, 30 pessoas para serem questionadas se esse Dionísio algum dia passou em frente á prefeitura, quiçá trabalhou no gabinete do Prefeito ou trabalhou conosco. Havia 30 pessoas para serem perguntadas. O Ministério Público perguntou para o único e grande inimigo do Celso Daniel. E é o depoimento de vale e que, depois, ele desmente. É assim que esse processo foi montado. O tempo todo eu não tive sequer a possibilidade de me defender. É a primeira vez que eu estou podendo dizer isso aqui.

Então, Senadora, eu não tenho... A única coisa que eu posso dizer é da profunda amizade, do amor e do carinho que eu sempre tive por Celso – sempre tive. Não acredito que o Celso estivesse metido com história de corrupção. Não acredito. Porque a primeira história divulgada, se V. Exª lembra, é que ele não sabia de nada. A segunda história é que sabia e não concordava. E a terceira é que sabia e que fazia parte do esquema. Eu não acredito.

Eu perdi um irmão; eu perdi mais do que um amigo, porque, eventualmente, você nem é tão próximo de um irmão quanto você é de um amigo. Eu aprendi muita coisa com o Celso Daniel; eu aprendi muita coisa na minha vida. Celso Daniel era uma pessoa de que eu gostava, que eu admirava e que maldosamente uma dessas revistas que circula por aqui questionava a vida pessoal dele, de forma absurda, vergonhosa. Quem conhece Celso Daniel sabe que isso é mentira. Não que, se ele tivesse qualquer outra opção sexual na vida, isso fosse pecado, porque não é; porque ele pode. Ele não teria que ter vergonha disso, mas é mentira – e até isso falaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora Heloísa Helena.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Desculpe-me, Senadora, se eu não estou convencendo... O que eu tenho para dizer é isso e que todas essas mentiras estão sendo desmontadas no processo – e vão ser desmontadas.

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Qual a justificativa que o senhor tenta dar, ou como cidadão, ou como se estivesse aqui no lugar da gente, ao que aconteceu? O senhor acha que foi o quê?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu acho que nós fomos atropelados por aquela quadrilha. Eu acho que nós estávamos passando no lugar errado na hora errada. Eu não tenho nenhuma dúvida sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conheceu o empresário da Ceasa?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não eu não conheci o empresário da Ceasa, não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ninguém conheceu esse rapaz?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, o empresário da Ceasa dá uma entrevista para um jornalista, inclusive tem a foto dele...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, mas o senhor não o conhecia?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não o conheci. Eu ouvi dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Parecia com o Celso Daniel? *(Pausa.)* O senhor não viu a foto?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Olhei a foto rapidamente. Eu não me lembro se parecia com o Celso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Rapidamente?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não eu não sei; acho que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, para concluir.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Quer dizer que, em relação ao Sr. Dionísio, o senhor não tem mais nada a dizer?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O Dionísio nunca trabalhou na Prefeitura de Santo André. Eu não conheço o Dionísio; ele jamais esteve por lá.

Olha, o Celso fazia audiência pública, Excelência, com dezenas e dezenas de pessoas, várias vezes por semana durante o ano. Ele nunca esteve lá; ele não passou lá.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – V. Sª sabe que não é apenas "o adversário político" ou "inimigo político" dele que fala desse rapaz. O senhor sabe disso, ou seja, que várias outras pessoas declaram isso também?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, o que eu sei é que dizem que esse Dionísio – é importante frisar –, dizem que esse Dionísio disse uma série de coisas quando estava preso em Itapecerica. Mas não há nenhum depoimento assinado pelo Dionísio. O que há é o que as pessoas dizem. E se era uma testemunha tão importante, por que foi mandado para uma prisão, como a polícia mesmo diz, onde estavam os inimigos dele? Se era uma testemunha tão importante assim porque não foi preservado? Eu não sei, mas eu pergunto.

Agora, eu nunca ouvi o Dionísio dizer nada. Dizem que o Dionísio disse.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – É; e muitas pessoas declararam, nas investigações, que o tinham visto na Prefeitura, viam-no em audiência e tal.

V. Sª acha normal... Quer dizer, nunca um maldito assassinato pode ter nada de normalidade. Mas veja essa versão: o senhor estava no carro; o senhor os viu porque eles não estavam mascarados. O senhor os viu, então poderia até reconstituir, vamos supor. Por que eles matariam o Celso Daniel? Se não era um seqüestro para pedir resgate, se eles descobriram que era o Prefeito, e o Prefeito os podia identificar, o senhor também os podia identificar, porque estava no mesmo carro... Se o senhor estivesse aqui no lugar da gente, como é que o senhor iria analisar essa versão e essa observação feita por V. Sª?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, eu tenho certeza, graças a Deus, de que V. Exª nunca passe por uma situação dessa: no meio da rua, sozinho, tomando tiro de metralhadora, gritando... Como é que, nessa hora...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Mas eles não podiam... Se eles não estavam mascarados, eles podiam também querer atingir o senhor.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mas eles tentaram; eles atiraram no meu vidro também. Na verdade, eles foram para seqüestrar. É quase impossível você fazer um retrato falado depois. Eles gritam, atiram, correm para um lado, correm para o outro; eu estava tentando o tempo todo fazer o carro andar e eu não conseguia fazer o carro sair do lugar. Eu tentava fazer o carro andar. Eu não entendia porque o motor girava em falso e as marchas não engatavam. Depois eu vim a saber. É uma situação de terror, de absoluto terror, com tiros para todo lado.

Eu sei que, se eu estivesse sentado aí, talvez eu estivesse fazendo as mesmas perguntas, mas ali, lá dentro, na hora, é indescritível.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora, para concluir. *(Pausa)*

Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Em seguida, falará o Senador Tião Viana.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Sérgio. Sr. Advogado, em primeiro lugar, eu quero saber por que V. Sª, achando que tinha de falar, de contar, pediu para não vir depor hoje? Foi idéia sua ou do seu advogado?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, quando eu soube da minha convocação, eu disse aos meus advogados que queria vir. A princípio, eles disseram que eram contra a minha vinda. Eu insisti e disse: "Eu faço questão de ir. Faço questão de ir".

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quer dizer, eles foram, então, à Justiça à revelia de V. Sª?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Foram.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Foram?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Foram porque, tecnicamente, tem uma coisa: eu não abro mão...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Que mau advogado...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, eu não abro mão...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quem está falando sou eu. Ouça!

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu estou respondendo...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Que mau advogado V. Sª arranjou, porque certamente depois vai contar as coisas diferente, como é

do seu hábito. Aliás, ele aqui já esteve, foi argüido e, depois, saiu mentindo.

Então, o senhor não contou porque o seu advogado não deixou e pediu ao Sr. Ministro Marco Aurélio negar que aqui viesse V. Sª. E V. Sª está vindo aqui para ser...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Marco Aurélio?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Marco Aurélio.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Ministro do Supremo. Pensei que fosse do Executivo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Foi a quem ele pediu. Não é o que manda no Itamaraty, não.

Então, V. Sª tinha essa chance de convencer seu advogado a não fazer esse ato, inclusive que deixou mal a chegada de V. Sª aqui. Quer dizer: quando se tem um bom advogado, é uma coisa boa. Agora, quando se tem um advogado que aconselha mal, isso é péssimo. Então, V. Sª deveria ter vindo aqui espontaneamente. Ainda ontem, tivemos um caso de um Ministro de Estado que pediu para vir.

Então, V. Sª, que está sendo tão acusado – e, ao meu ver, com justa razão –, principalmente porque, no depoimento de V. Sª a esta Comissão, sobretudo sobre os depósitos em sua conta ou na conta de terceiros, V. Sª não respondeu a nada corretamente, deixando uma má impressão. Não sei se é porque V. Sª está tenso – e é natural que esteja –, mas o fato é que V. Sª não convenceu a ninguém.

Vi agora a Senadora Heloísa Helena, o sofrimento dela com a realidade que está sentindo aqui em virtude da luta que ela fez no passado em sua defesa e de seus companheiros e a decepção que está tendo aqui hoje.

O próprio Senador Eduardo Suplicy, evidentemente, quando pegou agora os cheques, não acreditava. Ele não acreditava que as contas de V. Sª – conta oficial – tivessem tantas coisas.

V. Sª disse que aprendeu a atirar e que atirava bem.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não disse que atirava bem, Senador. Eu disse que atirava.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não? V. Sª...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, eu não disse que atirava bem, só isso. Mas sabia atirar.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sabia atirar. Antes não, mas que depois aprendeu – foi o que V. Sª disse.

Agora, como é que V. Sª, com uma arma no carro, não a usa na hora que vê metralharem seu companheiro e amigo Celso Daniel? Como é? O Senador Magno Malta mostra que a sua... Só podia ser destravada a porta com seu apoio, abrindo. Como é que V. Sª explica que o carro, que nunca encrencou, nenhum, tenha essa encrenca só nesse dia? Um carro tão bom!

Sr. Sérgio, confesso que fico muito triste que isso aconteça. Acredito que o senhor tenha sido amigo do Celso Daniel, de quem todos falam bem, mas acredito que V. Sª não fosse mais amigo do Celso Daniel porque V. Sª teria que se expor, lutar, atirar, correr e depois de 67 dias o senhor ainda dizia que não se lembrava de nada, conforme consta na peça do Ministério Público.

Devo dizer, aliás, não sei se V. Sª pensa como eu, que o Ministério Público de São Paulo fez um relatório absolutamente perfeito. Talvez V. Sª pense o contrário, e é natural que pense, porque ele quer realmente a prisão, pelo menos preventiva, de V. Sª.

Não concordo com a maneira que V. Sª conseguiu o **habeas corpus** para se livrar de uma prisão. Acho que evidentemente o Supremo foi tolerante, porque, em casos como esse de pessoas perigosas como V. Sª, elas devem estar realmente separadas da sociedade, não só porque V. Sª cresceu o patrimônio dessa maneira – não sei dos seus problemas pessoas ou familiares e não vou tratar deles –, mas porque evidentemente os seus problemas contábeis são uma vergonha. Daí por que, Sr. Presidente, acho indispensável ouvir o áudio que V. Sª quis colocar e não pôde na ocasião. Quero saber de V. Sª se há possibilidade de se ouvir esse áudio, o que é importante para toda a Comissão. Se V. Sª disser que tem, me dou por satisfeito, porque já fiz o juízo a respeito do "Chefe", do "Sombra", do Sérgio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicitaria ao áudio que liberasse o som.

**SÉRGIO –** ...tá, cara?

**INTERLOCUTOR –** Ah, tô na Avenida do Comissionato. Tô saindo. Tô indo pra aí.

**SÉRGIO –** Eu quero que o Klinger ligue agora pra mim, nesse instante.

**INTERLOCUTOR –** Pera aí, pera, pera...

**SÉRGIO –** Pra ele parar de fazer o que está fazendo e ligar pra mim.

**INTERLOCUTOR –** Pera aí, pera aí.

Escuta, já tá lá todo mundo, tá? Ele já tá voltando. Pera aí um pouquinho.

**KLINGER –** Alô?

**SÉRGIO –** Oh, meu irmão!

**KLINGER –** Cara, você tá no sétimo?

**SÉRGIO –** Eu tô! O cara da Rede Bandeirantes tá me escrachando, meu chapa!

**KLINGER –** Tá falando o quê?

**SÉRGIO –** Tá falando que tudo o que eu falei é mentira, que o carro tá pegando, que ele não destrava a porta, que eu sou o principal suspeito!

**KLINGER –** Cara, deixa eu te falar. Hoje, o que tá pegando contra você é esse negócio do carro. Nós temos que armar um esquema aí, por quê? Porque as empresas de *(falha na gravação)* junto com a Mitsubishi, por razões óbvias, de mercado, se juntaram pra dizer que você está mentindo, porque o câmbio tá funcionando, a perícia mostrou que o câmbio tá funcionando, entendeu?

Então é o seguinte: nós temos que...

**SÉRGIO –** Pera um pouquinho, pera aí, pera um pouquinho!

**KLINGER –** Vamo indo pra lá, vai. Não adianta eu ficar... Não, meu carro tá aí, pô! Que volta pra pegar o quê?

**SÉRGIO –** Oi, fala.

**KLINGER –** Oi. Pera aí, só um segundo.

**SÉRGIO –** Chama o Gilberto aí.

**KLINGER –** Alô?

**SÉRGIO –** Fala com o Gilberto aí, tem que armar alguma coisa, meu chapa!

**KLINGER –** Não, cara. Calma, calma! Eu tô indo pra aí, pra gente conversar sobre isso.

**SÉRGIO –** Eu tô calmo! Eu quero que as coisas sejam resolvidas. Eu tô calmo!

**KLINGER –** Então tô indo pra aí, tá? Tô indo pra aí. Tchau.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Estou satisfeito. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Sérgio Sombra, Srs. Advogados, Sérgio Gomes, desculpe, não foi intenção criar qualquer tipo de constrangimento. Insisto, por ser mais um caso de depoimento vinculado à morte do prefeito Celso Daniel, em que, quando chegaram os irmãos do prefeito, eu respeitei de maneira integral o direito de eles reivindicarem o esclarecimento devido sobre a morte do irmão, independentemente de todas as opiniões, de todas as interpretações do que significava a relação entre eles. Deixei claro aqui que uma relação de irmãos pressupõe dois componentes fundamentais: a fraternidade e a proteção. E, quando eles abriam mão da defesa da honra do irmão, é porque eles têm que ter muita convicção do que estão dizendo. E disseram que não estavam abrindo mão, que estavam sendo levados a um sentimento muito mais forte de justiça e um ato de cidadania a favor de um país sem corrupção eleitoral e sem outros fatores vinculados a isso. Foi a justificativa que eles apresentaram aqui e o que foi dito nos depoimentos que se seguiram.

Tenho tido o cuidado pleno de não fazer juízo de valor, de não condenar a dignidade de ninguém, porque acho que nada é pior na vida de quem age na luz daquilo que acredita ser correto, no respeito às relações humanas, do que condenar a dignidade ou desonrar um inocente. Então, tenho muito cuidado com isso. Agora, não posso tirar razão, e V. Sª no meu lugar não tiraria razão de nenhum Senador aqui que fica em dúvida sobre essa movimentação financeira que foi lida aqui pelo Presidente da CPI.

Então, acho que uma obrigação imediata sua vai ser, serenamente, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, talvez pela tensão, mandar um esclarecimento minucioso sobre isso. O que o Sr. Klinger disse aqui é que o senhor, em 1989, quando o conheceu, já era professor universitário, e, então, teve pelo menos doze anos de vida para poder ter um acúmulo financeiro. Então, esse é um prazo que é possível, mas o senhor precisa explicar à CPI. Temos o direito a esse esclarecimento, porque diz respeito à coerência entre o seu patrimônio, se foi conquistado honestamente, ou se não foi. Isso é um ponto a que temos absoluto direito. Agora, no mais, gostaria, já que o senhor teve a determinação de expor aqui sem nenhum sentimento de frustração, de medo, de nada, algumas ocorrências que o senhor julga graves sobre a honra e a dignidade de Celso Daniel, de lhe perguntar com muita firmeza o seguinte: o senhor se reporta sempre à memória dele como um homem digno, um homem exemplarmente honesto? É isso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sempre.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sempre. O Celso Daniel foi vítima de algumas ilações, de alguns diagnósticos de personalidade, vinculadas ao crime, e que vou dizer pela primeira vez aqui. Primeiro disseram que o crime dele – isso do Ministério Público – estava vinculado ao fato de ele ser homossexual. O senhor diria isso? O que o senhor diz?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É uma vergonha. Fazer uma afirmação dessa é uma vergonha.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Isso é importante. O senhor insiste na defesa...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Isso é uma vergonha.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – ...que ele se apresentou como pessoa humana.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Isso não existe, é uma mentira.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O outro era por causa de um crime passional em função de uma amante. O que o senhor diz?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mentira.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sempre me reporto à D. Ivone como esposa de Celso Daniel.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mentira. A Ivone era esposa de Celso Daniel.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Muito bem.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O Celso Daniel amava a Ivone.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Depois a terceira hipótese, menos de dois meses, a terceira hipótese depois foi a de que foi um crime político. E a tese que vigorou. Então, Sr. Sérgio, acho que é um fato muito grave: pegar um morto sem direito à defesa da sua dignidade, da sua honra e ter toda uma transferência de condenação moral é muito grave. Então, o que abordo aqui ao senhor é o seguinte: é muito importante para nós que a Polícia Federal, que a Polícia Civil, que os peritos criminais, que o Ministério Público esclareçam definitivamente isso. Não temos outro mecanismo para defender a honra e a dignidade de Celso Daniel a não ser o esclarecimento efetivo desse crime. Então, o que o senhor puder fazer para contribuir, qualquer que seja a condição e a conseqüência a sua pessoa, para esse crime, ajude a Polícia, contribua com os órgãos de Justiça deste País.

Era o que tinha a dizer, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. Sérgio Gomes da Silva, primeiramente gostaria de dizer ao advogado, Dr. Roberto Podval, que, ainda há poucos dias, quando saiu um breve comentário dele na imprensa de que seria importante que eu pudesse ter uma atitude a mais democrática e conceder ao Sérgio Gomes da Silva o direito de defesa, de pronto liguei ao seu escritório e ao seu celular e coloquei-me à disposição para assegurar esse direito de defesa. Inclusive, era a minha intenção, porque a CPI solicitou que pudessem, em sessão especial, serem ouvidos os sete denunciados de terem seqüestrado e matado Celso Daniel. Então, era a minha intenção dizer que seria muito bem-vinda a reunião na Polícia Civil, de São Paulo, quando foram ouvidos.

Por exemplo, eu fiz a visita, na última segunda-feira, à Rua Antônio Bezerra e Nossa Senhora da Saúde, a chamada Rua dos Três Tombos. Ali procurei testemunhas, e achei, que tinham assistido a, pelo menos, parte da cena do traslado de Celso Daniel de um automóvel para outro. Se quiser estar comigo nessas ocasiões, ora, eu convido, inclusive porque tenho a intenção de prosseguir, por determinação do Presidente Efraim Morais, levantando mais informações para elucidação. E quero dizer ao Sr. Sérgio Gomes da Silva que tudo o que ele quiser sugerir que venha a fortalecer as provas de sua inocência, se inocente for, ele pode sugerir a mim, porque irei buscar todas essas provas e indícios.

O Sr. Sérgio Gomes da Silva, acredito, há de se lembrar de que, na noite do dia 18, quando Celso Daniel foi seqüestrado, logo após o seqüestro, V. Sª, depois de tudo o que ocorreu ali na Ladeira dos Três Tombos, dirigiu-se a uma delegacia do distrito policial ali do Sacumã, não foi? Ou da região?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Próxima. Eu não sei onde é.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Próxima. Eu hoje também não saberia dizer, mas eu fui avisado de que Celso Daniel havia sido seqüestrado. Eu estava assistindo a um *show* do meu filho Supla, numa sala de espetáculos, e me dirigi, de pronto, para o distrito, onde me lembro, salvo engano meu, de termos nos encontrado, lá por volta de 1h da manhã.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Desculpa, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu fui ao local onde estava o delegado titular. Isso não é tão importante, mas eu só quero dizer que fui ao local e me lembro de que, muito provavelmente – posso estar enganado –, mas ali conversei com o delegado responsável. Eu não o conhecia bem, o Sérgio, nós nunca interagimos muito, ainda que, como V. Sª disse, era amigo de Celso Daniel e reparou, muitas vezes, nas pessoas que Celso Daniel recebeu na Prefeitura, nas suas atividades e nas suas reuniões de orçamento participativo e assim por diante. Então, certamente, sabe que, muitas vezes, eu estive lá, em Santo André, dialogando com Celso, estive nos seus comícios, apoiando-o com a maior força. Era amigo pessoal dele, era colega de debates ali no Instituto de Cidadania, onde debatemos juntos e colaboramos para que houvesse a proposta de reforma tributária que ele apresentou na Câmara dos Deputados e eu aqui, no Senado. Tinha com Celso Daniel uma relação de enorme respeito e amizade. Por exemplo: ele foi coordenador do programa de governo do Presidente Lula. A Senadora Heloísa Helena haverá de lembrar, porque era membro do PT, nossa companheira no Partido, ela que aqui falou dos debates calorosos. V. Exª usou a palavra "horrorosos", uma vez? Foi "caloroso".

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Horroroso é o crime. Foi "caloroso".

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foi isso. Dos debates calorosos. Então, quem sabe V. Exª poderá lembrar. Mas ali, em dezembro de 2001, Celso Daniel me convidou para, perante o encontro nacional, defender o ponto, que para mim era tão caro, de incluir a defesa de uma renda básica de cidadania no programa de governo do PT. Encarregou-me de fazer isso, e minha exposição eu acho que foi muito bem aceita ali naquela ocasião. Falo isso apenas para citar exemplos de meu bom relacionamento com ele.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sem dúvida.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E muito cooperei com o Presidente Lula em tudo aquilo que foi importante no entrosamento dele com Celso Daniel. Da mesma maneira, procuro colaborar para saber o que realmente aconteceu.

Eu nunca tive a oportunidade de lhe dizer, mas vou falar aqui pessoalmente. Já relatei aqui. Pouco mais de um mês depois do seqüestro e morte de Celso Daniel, eu recebi, em minha residência, um senhor que me disse: eu preciso muito falar com o senhor, pois eu estava na Rua dos Três Tombos e vi o momento em que Celso Daniel foi tirado de um carro e passou para outro. Eu estava ali numa festa de uma neta, até filmando, e passei a filmar o que ocorreu. E a impressão desse senhor, que até hoje não quis me entregar essa fita, foi de que teria V. Sª tido mais uma postura de quem estava como que orientando os seqüestradores do que de propriamente ser vítima.

Os promotores, Dr. Amaro e Dr. Roberto Wider, ouviram duas testemunhas, em caráter de testemunha protegida e reservada, que descreveram a cena, porque cada uma delas veio em direção oposta, em automóveis, e tiveram a impressão não conclusiva, como a desse pastor que se disse Paulo Mansur Haddad – não sei se é verdadeiro o nome dele. Mas, tanto a senhora quanto o rapaz viram do automóvel uma cena segundo a qual, enquanto Celso Daniel foi retirado – diverge um pouco a impressão de cada um – V. Sª estaria, logo após a saída de Celso Daniel do automóvel, com relativa calma, falando ao telefone, ao lado do automóvel. Uma dessas testemunhas observou que ele próprio, depois de ter visto a movimentação e os tiros, ficou tão apavorado, quase que – na expressão dele – tremendo nas pernas, o que achou um tanto estranho.

Essa senhora tinha ido com seu carro, e um dos seqüestradores estava com o seu automóvel quando ela passou na direção do Ipiranga para a Via Anchieta. Ele abaixou a arma e fez um sinal para ela de que passasse, e ela foi observando o que ocorria com Celso Daniel. Descreveu a relativa calma de V. Sª, e eu perguntei: a senhora chegou à conclusão de que o Sérgio estaria mais orientando do que sendo vítima? E ela disse: "Não, isso eu não posso dizer". Nem a outra testemunha; só mencionaram a sua calma, mas não com a mesma impressão do Pastor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Suplicy, faço um apelo a V. Exª com relação ao tempo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo, mas V. Exª haverá de compreender que vou chegar a um ponto que é muito importante, relacionado ao depoimento dos seqüestradores.

Quero dizer que, nessa última segunda-feira, fui à Ladeira dos Três Tombos e especialmente visitei uma senhora que, da janela, digamos, uma janela em que se vê o melhor ponto da Ladeira dos Três Tombos, a 30 ou 40 metros de onde ocorreu o seqüestro. E a impressão dela e da irmã, que mora em Porto Alegre, que comentou com ela e o marido, foi que, enquanto o Celso Daniel foi retirado do carro com duas pessoas segurando-o pelos braços e levando-o, ladeira acima – confere isso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Confere.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...e daí empurrado para dentro do carro.

Mencionou ela que ambas observaram o seguinte: que os seqüestradores, que ela estima que fossem de oito a dez pessoas, prestaram muito atenção naquilo que se sucedeu com Celso Daniel e vieram, como que seguindo. Logo que Celso Daniel foi, então, empurrado para dentro do carro, todos entraram no seu carro. E o comentário das duas irmãs foi: "Puxa, e o outro que está lá, falando ao telefone, ao lado do automóvel? Deixaram-no lá?" Uma observação; não é conclusiva, mas eu acho que é importante, pelo menos que possa...

Eu gostaria que V. Sª pudesse nos descrever o mais detalhadamente possível o que aconteceu, não apenas à luz desses depoimentos, mas, mais do que isso, à luz, Sr. Presidente, de um depoimento que, do ponto de vista da opinião pública, é inédito, porque se trata do depoimento prestado, em 16 de setembro de 2005, pelo Sr. Elcy de Oliveira Brito, conhecido pelo apelido de John, ao Juiz Luiz Fernando Milhore Prestes, de Itapecerica da Serra, estando o Sr. Elcy de Oliveira Brito assistido pela Advogada Grace Lane Morais Rodrigues, que conheci na última segunda-feira, quando o mesmo Elcy de Oliveira Brito disse que só falaria à Comissão, na missão designada pelo Presidente e por V. Exª, desde que assistida pela Drª Grace. Então interrompemos o depoimento dele e chamei a Drª Grace, que veio lá de Itapecerica para o centro do

São Paulo, quando, ao lado dela, por confiar nela, ele prestou o depoimento.

É fato que o Sr. Elcy de Oliveira Brito mencionou que nem tudo o que ele havia falado para os promotores no seu primeiro depoimento era verdadeiro. Ele confirmava mais a primeira versão prestada aos policiais, mas alguns fatos foram muito relevantes.

Por exemplo, Presidente Garibaldi Alves: eu perguntei ao Sr. Elcy se havia sido ele que havia alugado e arrumado o sito modesto, ali em São Lourenço da Serra, vizinho a Juquitiba,onde ficou Celso Daniel na noite de 19 para 20. E ele disse que não, que não havia sido ele. Pois bem, Senador Garibaldi, eu telefonei para o proprietário do sítio e pedi a ele que viesse ao depoimento ali na Polícia Civil. E, ali, o proprietário do sítio, pessoalmente, defronte de Elcy de Oliveira Brito, disse – inclusive na presença do Dr. Amaro Tomé e dos delegados que estavam ali presentes e da Drª Elizabeth Sato – disse, exatamente, Presidente Efraim Morais: "Foi você, sim, Elcy, que recebeu de mim o pagamento de R$400,00 para alugar, por 15 dias, o sítio onde ficou Celso Daniel no seu cativeiro logo antes de ter sido morto". Portanto, o Elcy, no dia 16 de setembro, prestou o seguinte depoimento para o qual vou pedir a maior atenção do Sr. Sérgio Gomes da Silva para posteriormente responder. Vou pedir a atenção da Srª Senadora Heloísa Helena...

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – Desculpe.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E ao Senador, porque agora...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu estou ligado no senhor.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Por favor...

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – É porque é uma coisa horrorosa que a gente...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Emprestei um ouvido a ela e o outro é seu.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – "Muito bem", pergunta o Sr. Juiz: "Seu Elcy, o que o senhor quer acrescentar a esses depoimentos?". "É só o que eu já tinha falado ao Ministério Público mesmo" "Pode repetir?". "Acrescentei a participação do Sérgio". "Como foi isso?". "Na hora da abordagem, houve facilitação lá". "Facilitação do seqüestro?". "É... "E quando ele estava saindo do restaurante, ele ligou avisando que iria estar passando ali". "Avisou que estava saindo de lá?". "Exato". O senhor vai responder tudo, mas eu vou...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Tudo bem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – "Ligou de onde, sabe?". "Não sei". "Ligou para quem?" "Dionísio". "O Dionísio estava na cena do crime?" "Estava". "Então, deixa eu fazer uma pergunta", fala o juiz. "Quem participou desse crime? O senhor que confessou várias vezes, e quem mais estava junto?". "Parceiros meus. Não vou citar nomes, não". Juiz: "Aqueles que já constam os depoimentos?". Depoente balança a cabeça positivamente. "No que o Sérgio teria facilitado?". "Ele que arrumou isso tudo. Aonde ia ser pego. E na hora da abordagem foi tudo planejado por ele. Era para nós estarmos abordando o carro e fazendo disparos no carro. Ele até ajudou a retirar o prefeito de dentro do carro". "Como é que ele ajudou?". "É, o menino estava puxando o prefeito de dentro do carro, e ele não queria sair, então, ele empurrou, deu pontapé chutando para fora do carro". "Quem estava retirando o prefeito para fora do carro?". "Meu parceiro". "Não quer falar?" "Não, não". "E o Sérgio empurrava com o pé?" "Empurrava". "O que mais de relevante ocorreu?" "Dessa cena, só isso mesmo. Dali para cá, levamos ele para o pantanal. E, no pantanal, fomos para o cativeiro, que é em Juquitiba". "Já conhecia o cativeiro?". "Conhecia". Foi ele que alugou o cativeiro. "Esteve lá depois dos fatos?". "Estive". "Confirma que foi de motocicleta?". "Confirma". "Foi sozinho?" "Eu e mais um"."Pode citar o nome?". "Não, senhor". "O objetivo que era?" "Tirar as provas da cena". Juiz pergunta: "O senhor sabe dizer com quem foi a tratativa do Sérgio?". "Não entendi". "O Sérgio fez a tratativa com quem?". "Com o Dionísio. A ligação dele era o Dionísio". "E o Dionísio fez a contratação de vocês?". "Certo". "Já conhecia o Dionísio?" "Particular, não. Os meus companheiros conheciam". "Quantas pessoas, já que não quer citar os nomes, teriam participado da ação do resgate?". "Seis e mais. Sete pessoas". "A sétima está contando com o senhor e contando com o Sérgio também?". "Isso. Deixa eu fazer as contas de novo. Sete". "Quantos carros usaram nessa empreitada?". "Três". "Quais são os veículos?" "Santana azul, Santana branco e a Blazer". "O senhor dirigia a Blazer?". "Era eu". "E o senhor também conduziu, depois de já arrebatada a vítima até o Pantanal?" "Sim, senhor". "Foi oferecido algum dinheiro para fazerem isso? Iam ser remunerados? Como foi?" O depoente: "Ele passou para nós que, quando nós fosse pegar o Prefeito, ia ter US$40 mil dentro da Pajero". "Foi levado o dinheiro ou alguma coisa?" "Foi". "Quem pagou?". "O Dionísio". "E o paradeiro do dinheiro?". "Sumiu, não sei". "O senhor menciona numa das declarações que o senhor deu para os representantes do Ministério Público, na época que o senhor estava recolhido, dizendo que o Sr. Celso Daniel trazia documentos ou envelopes?". "Não". "Envelope marrom". "Não, não". "A carteira dele de prefeito que estava na blusa dele... Vou reformular a pergunta: quando Cel-

so Daniel foi arrebatado e saiu do carro, carregava algum envelope, alguma coisa nesse sentido, algum documento ou papel?". "Não". "O senhor teria dito lá que o senhor próprio queimou o envelope?". "Não, foi os documentos pessoal dele mesmo". "Documentos pessoais?". "É". "O senhor foi contratado pelo José Edson?". "Não é contratar". "Quem chamou o senhor para participar então, digamos assim?". "É, pode-se dizer assim". "Foi ele?" O depoente balança a cabeça positivamente. "Havia um veículo Tempra envolvido?". "Não". "O senhor participou só dessa ação, só do arrebatamento do Prefeito?" "Só". "Até o pantanal?" "Só". "Ficou sabendo pelos seus companheiros quem atirou no Celso aqui, em Juquitiba?" "Fiquei". "Pode falar quem foi?" "Eu, não". "No início desse processo havia um menor envolvido? Kyte ou Quite, é esse o nome dele?" "É". "Estava envolvido mesmo ou não estava?" "Só no roubo da Blazer". "Esse dinheiro que mencionou estava aonde? Em que local do carro?" "Estava na parte traseira do carro, na porta traseira, no banco traseiro mesmo da Pajero". "Para ter acesso a esse dinheiro, foi aberta a porta ou o porta-malas?" "A porta". "O senhor que pegou o dinheiro?" "Não". "O senhor falou que foi o Dionísio". "Isso". "O senhor quer falar mais alguma coisa a respeito?" "Não". "Alguma coisa de relevante que possa esclarecer?" "Não. Eu já deixei claro. Eu já passei pelo Ministério Público que eu não queria mais está citando nomes para complicar eu mesmo". "E o senhor já confirmou que tudo que falou é o que ocorreu? O senhor confirma?" "Confirmo". "E também não foi coagido e nem pressionado?" "Não, senhor".

Dada a palavra aos promotores, ao Dr. Promotor, às perguntas, diz. O promotor pergunta. Agora é promotor e depoente. "Se ele foi advertido sobre os direitos – não – informado dos direitos, dos benefícios da delação premiada e se o objetivo dele é obter os benefícios da delação premiada?" "Sim". "É necessário ressaltar isso: se, por acaso, avalia o Sr. Sérgio Gomes da Silva que pode ter havido aqui uma forma de dizer uma história não verdadeira só para obter o benefício da delação premiada, isso pode até – é uma hipótese, alguns têm formulado essa hipótese –, então é preciso esclarecer tanto a hipótese de que poderia até ter sido inventada essa história como a hipótese de que a história é verdadeira, mas quero dar a oportunidade completa para V. Sª responder e nos esclarecer da forma mais objetiva possível. Foi informado e quer obter esse benefício? É esse o objetivo dele?" "Sim". "Se na oitiva dele com o Ministério Público estava presente a advogada dele, se ele foi orientado também pela advogada dele?" "Sim". "Numa dessas oitivas a Drª Grace estava presente?" "Estava". "Ela te orientou? O senhor estava bem esclarecido do assunto?" "Com certeza". "Vou fazer perguntas sobre a dinâmica do crime, porque ele não prestou depoimento só para ter, ele estava informando que estavam presentes três veículos: Santana branco, Santana azul e a Blazer. Onde é que permaneceram o Santana azul e a Blazer antes do crime? Na rua?" "Antes do crime?" "Antes de vocês abordarem estavam parados onde?" "Quase na esquina da Tancredo Neves, esquina dos Três Tombos com a Tancredo Neves. Na esquina, mais para cima um pouquinho". "Quero que volte mais um pouco no tempo. Permaneceram, estiveram na Ricardo Jafer?" "Sim, senhor. Fomos na Ricardo Jafer". "E, naquele momento, o Edson estava com o grupo ou não?" "Não, senhor". "E o Monstro, Ivan Rodrigues da Silva, estava junto com o grupo?" "O Ivan Rodrigues da Silva, assim chamado Monstro, seria o chefe da quadrilha?" "Sim, senhor." "O Ivan estava lá na Ricardo Jafer?" "Estava." "Onde é que eles se encontram com o José Edson?" "Na Bandeirantes." "Na avenida Bandeirantes com a Assis." "Lá que vocês encontraram o terceiro veículo, Santana branco?" "Sim." "O José Edson estava em outro veículo?" "Isso." "E a partir desse momento passam a ser três veículos: Santana branco, Santana azul e a Blazer?" "Isso mesmo." "Quem estava no interior do Santana branco?" "Estava o Dionísio e não sei quem estava com ele, eu não conheço; estavam em três. No Santana branco estava em dois." "O senhor disse que, até então, o José Edson não estava com vocês e aí vocês encontraram o José Edson na avenida Bandeirantes?" "Com o Dionísio, só que ele estava em outro carro." "Qual carro?" "Santana branco." "E o José Edson?" "Estava em outro carro." "Que carro era?" "Não vou citar não." "Era o Tempra, que eu falei anteriormente?" "Não." "Essa pessoa que estava junto com o Dionísio sabe o nome, o apelido? Pode descrever a pessoa, se essa pessoa é que era o motorista do Santana branco?" "Era o motorista do Santana branco. Nome e apelido eu não sei, porque eu não cheguei a descer para conversar, apontar pelo menos a mão dele. Mas a Blazer, que eu vi, ele era moreno alto." "Uma pessoa morena e alta?" "É." "Essa que estava no volante?" "Isso." "E o Dionísio ao lado?" "Isso." "Moreno quer dizer mulato, negro, pele morena?" "Pele morena." "Conhecia o Dionísio antes desse momento?" "Não, senhor." "Para onde agora que os três carros se dirigiram?" "Três Tombos." "A esquina dos Três Tombos com a Tancredo?" "Isso." "O que aconteceu nesse momento? Aconteceu alguma coisa?" "Nesse momento ficamos parados esperando o telefonema." "Quem recebeu o telefonema?" "O Dionísio." "Sabe informar qual o telefone que o Dionísio usava." "Não sei." "Foi celular?" "Celular." "Depois desse telefonema o Dionísio explicou alguma coisa, conversou com alguém?" "Só passou para os compa-

nheiros nossos que ia ser a hora, que estava vindo e que era para irmos com a Blazer na frente para abordar." "Quem explicou e quando explicaram ao depoente que o carro seria blindado e que o motorista ia auxiliar no crime?" "O Dionísio passou para um dos companheiros nossos e ele passou para nós." "O Dionísio falou com quem, diretamente?" "Não vou citar nomes." "Essa pessoa que passou o recado para você?" "Isso." "Que seria um veículo Pajero blindado?" "Isso." "E que era para dar tiro nos pneus e nos vidros. E antes disso que o depoente imagina que seria aquela ação criminosa, o que informaram para ele o que seria aquela ação criminosa?" "Seqüestro." "O objetivo era o passageiro ou o motorista?" "O passageiro." "Ele já sabia que era o prefeito e que o motorista ia colaborar antes desse momento? O Dionísio falou?" "Não." "E a função do depoente, segundo ele informou, era de parar a Pajero?" "Essa era a função dele?" "Isso." "Chegou a colidir com a Pajero ou não?" "Na subida dos Três Tombos, descendo encostou a lateral; a lateral não, no retrovisor que quebrou da Blazer, só." "E o carro, a Pajero chegou a parar, efetivamente? Quando parou foi pela ação dele como motorista ou ela parou simplesmente?" "Parou. Só passei na frente dele. Parei na frente e ela parou." "O alarme foi acionado, aconteceu alguma coisa para o alarme ser acionado?" "Acionou o alarme. Nós até pensou que era viatura e entramos na Blazer de novo [*sic]*. Já estamos saindo e aí um dos meus companheiros viu que era o barulho da Pajero mesmo. Não era a polícia. Eu engatei a marcha ré, parei, e eles desceram." "E antes do senhor sair, por causa da sirene houve disparo de arma de fogo?" "Não." "Só depois então?" "Só depois." "O senhor tentou sair imaginando que fosse a polícia, aí o senhor retornou e aí que começou os tiros?" "Foi." "Os disparos foram efetuados quando o carro já estava parado?" "Isso." "Quantos parceiros estavam no carro junto com eles?." O depoente pergunta: "Depois?" "Não, não, nesse momento." "Antes de levar o prefeito?" "Isso." "Dois. Comigo três." "Esses dois parceiros que estavam com ele desceram do carro?" "Desceram." "Ele mencionou aqui que o Sérgio ajudou a tirar o prefeito que deu pontapé. Ele viu essa cena?" "Eu não vi não. Contaram." "Pode dizer que contou para o senhor?" "Não vou citar nomes, não. Um que estava comigo na Blazer." "Que desceu?" "Isso." "O depoente permaneceu o tempo todo dentro do carro?" "Sim senhor." "Se ele viu o Dionísio tirando a bolsa de dinheiro ou se contaram para ele?" "Contaram." "Pode informar quem contou?" "Foi um que estava do carro comigo. Não vou citar nomes." "Chegou a receber algum desse dinheiro, alguma parte dele?" "Não, não recebi." "Depois que o prefeito foi colocado em que veículo?" "Já falou". O juiz pergunta. "Já falou." "Foi na Blazer?" "Isso." "Quando que o depoente soube que ele era o prefeito?" "Quando nós pegamos a Anchieta já puxaram a carteira dele, a carteira do bolso da camiseta dele, e estava escrito Prefeito de Santo André. Aliás, o Ivan [o chamado Monstro] nos relatou ali que ele que tirou a carteira do bolso da camisa do Prefeito e identificou o Prefeito de Santo André." "O Dionísio foi à Favela Pantanal também?" "Não." "O depoente chegou a ver o Dionísio alguma outra vez na vida?" "Não." "O Dionísio apareceu várias vezes na televisão. Ele identifica a pessoa que apareceu na televisão, quando da fuga com o helicóptero, como sendo a mesma pessoa?" "É a mesma pessoa." "E ele veio com alguma proposta? Que proposta?" "Foi a eliminação do Prefeito." "Ele falou isso para o senhor?" "Para nós que participou."[*sic]* "Pode dizer o que exatamente o Ivan falou?" "Que ofereceram R$1 milhão para matar o Prefeito." "E vocês iriam repartir esse R$1 milhão?" O depoente balança a cabeça positivamente. "Tinha mais alguma orientação para fazer com o Prefeito alguma coisa que..." "Não." "Ele veio à cidade de Campinas?" "Isso." "Veio sozinho?" "Só." "Foi transmitido por ele alguma ordem para matar o Celso Daniel?" "Não quero responder, senhor." Aí o juiz pergunta: "O senhor já disse que não foi o senhor?" "Não." "Pelo menos, até onde eu entendi, o doutor pergunta se foi dada a ordem para matar, pergunta o juiz." Depoente: "Foi dada". "E quem teria ido fazer isso?" "Não vou citar nomes." "Essa ordem foi transmitida do Monstro e para quem foi transmitida a ordem?" "Não vou responder essa pergunta, não." "Se o declarante recebeu alguma parcela desse R$1 milhão, algum valor?" – pergunta o promotor. Resposta: "Não". Juiz: "Do evento todo, o senhor não recebeu nada?" Depoente: "Nada.Só por isso é que eu mandei a carta que o Sr. Sérgio Gomes da Silva, inclusive o Sr. Roberto Podval, teve a iniciativa de encaminhar aos delegados da Polícia, aos promotores, como um documento que a defesa considerou relevante. De fato, o Elcy reconheceu, na segunda-feira, que a carta é dele próprio, com a sua caligrafia, além de uma outra carta de uma pessoa a quem ele ditou, uma com a minha letra e a outra pedi a um companheiro meu para escrever." Juiz: "Eu tenho duas cópias aqui no processo. Essa letra é sua?" "Não." "E a da folha tal, é sua?" "É minha."

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª me permite fazer uma pergunta?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois não.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Esse depoimento já foi desfeito, na segunda-feira? Já negaram isso que está dito e que está sendo lido, ou não?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ao lado da advogada Drª Grace Lene Moraes Rodrigues, ele falou que o depoimento perante o juiz de Itapecerica, esse, sim, valia. E a advogada falou: "Este é o depoimento em juízo ainda não conhecido, mas que é de natureza pública". E eu solicitei então aos promotores e à advogada que pudessem dispor desse documento e divulgá-lo hoje publicamente com autorização do juiz de Itapecerica.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – E o de segunda-feira?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O de segunda-feira é o que eu entreguei.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Desdiz isso aí ou mantém tudo isso aí?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Este aqui é muito mais completo, porque, na segunda-feira, ele teve enorme resistência em dizer as coisas. Na maioria das perguntas, ele disse que preferia não dizer, que ele já tinha falado em juízo.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – V. Exª só me permita dizer que o que eu pude ver na televisão, nos noticiários de televisão, o que se disse foi o contrário: que ele desdizia o que tinha dito antes. Foi o que a televisão mostrou, pelo menos, a **Globo**.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele disse que não confirmava o primeiro depoimento aos promotores de uma maneira que eu considerei não segura com respeito aos primeiros depoimentos. É verdade que ele disse que a versão dos policiais estava correta, da delegacia de Polícia Civil, entretanto, quando a advogada mencionou que ele prestou depoimento em juízo ao Juiz de Itapecerica da Serra, ele não contestou esse depoimento. Ao contrário. E a advogada afirmou que esse depoimento era válido. Portanto, fica o benefício da dúvida, porque, assim como ele disse que ele não havia sido a pessoa que contratou o aluguel do sítio, mas daí veio o proprietário e disse "olha, foi você quem me pagou R$400,00 para eu alugar para você", então, todos os sete entraram em dificuldade de dizer as coisas; alguns nada quiseram afirmar.

Agora, pode V. Exª, Senador Tião Viana, observar que aqui o depoimento dele é muito fluido. Então, com todo benefício da dúvida que eu e V. queremos ter, nós precisamos dar a oportunidade ao Sr. Sérgio Gomes da Silva de confirmar ou não cada um desses detalhes. Note que aqui está uma descrição do que aconteceu com o automóvel, de quantos automóveis foram, de quantos eram os seqüestradores, e assim por diante, que o Sr. Sérgio Gomes da Silva poderá dizer: esta parte é verdadeira e essa outra parte não é.

Se ele puder dizer quais os detalhes que ele confirma que são verdadeiros e quais aqueles que não têm procedência, quero dar a ele essa oportunidade. Se me permite, estou quase concluindo:

– Eu que ditei aquela carta e o companheiro que escreveu.

– Escreveu e depois copiou o que ele escreveu?

– Não, não, depois mandei a outra.

– Ele pediu para encaminhar a carta para quem?

– Para o advogado do Sérgio, que é o Roberto Podval.

– Com que objetivo?

–Tentar cobrar o dinheiro.

– Que dinheiro?

– Da morte do Prefeito.

– Só o seu ou dos seus companheiros também?

– Dos meus companheiros também.

– No local onde o senhor se encontra hoje – Osasco – tem mais alguém?

– Só eu. [Osasco é na prisão onde ele está].

– Do grupo só tem o senhor?

– Só sou eu.

– De alguma forma, manteve contato com os companheiros dele para fazer cobrança em nome do grupo?

– Sim.

– Se ele sabe quantas pessoas [pergunta o Promotor] e quem são as pessoas que permaneceram no cativeiro do Prefeito Celso Daniel?

– Não sei.

– Não sabe?

– Não.

– Não era nenhum desses que participaram?

– Não.

– Eram outras pessoas?

O depoente balança a cabeça positivamente.

– Mas sabe quantas pessoas eram?

– Duas.

– O nome, pode informar?

– Não sei.

– Não sabe?

– Não.

– Se ele sabe com quem o "Monstro" esteve em Campinas naquele dia de sábado [quer dizer, o Ivan "Monstro"].

– Não sei.

– Se ele não sabe ou não quer informar?

– Não sei.

– Ele foi a Campinas a pedido de alguém. Sabe?

– Ele foi se encontrar com algumas pessoas.

– Falou com quem iria se encontrar?

– Não falou.

– E foi sozinho?

– Só.

– E voltou sozinho?

– Só.

– E voltou com a proposta de R$1 milhão?

– Isso.

– Sabe se o Ivan recebeu esse R$1 milhão?

– Não.

– Não sabe?

– Não recebeu não.

– O Dionísio foi assassinado no CDP do Belenzinho [diz o Promotor]. Se ele sabe disso e com quem Dionísio estava e com qual objetivo desse encontro.

– Prefiro não responder essa pergunta não.

– Se ele só soube da morte?

– Só.

– Do Dionísio?

– Isso.

– Não sabe quem matou?

– Não, não sei.

– Se essa morte foi comunicada ao Ivan, se ele sabe desse episódio?

– Não.

– O senhor não sabe dizer se o Ivan soube?

– Se ele soube, acho que foi pelo noticiário mesmo.

– Gostaria que fosse formulada uma pergunta genérica. Se ele tem mais alguma coisa a esclarecer, já que ele quer fazer uso do beneficio da colaboração?

– Não, senhor. O que respondi já tinha respondido para a Promotoria, para o Ministério Público, não tem mais nada.

O Juiz pergunta:

– Não quer acrescentar mais nada para elucidar os fatos, mais alguma coisa?

– Não, nada mais.

Enfim, Sr. Presidente, acho que será importante que o Sr. Sérgio Gomes da Silva tenha a oportunidade de esclarecer inteiramente o que dessas palavras é verdadeiro, qual a parte que não é verdadeira. Eu só tenho esta cópia, que coloco à disposição da CPI. Mas, neste instante, acredito que seja até importante colocá-la em mãos do Sr. Sérgio Gomes da Silva para que ele possa manusear à vontade e depois deixar em mãos da Presidência para que possa a CPI ter o documento oficialmente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra a V. Sª, Sr. Sérgio Gomes.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Obrigado a Vossa Excelência.

Senador Suplicy, Excelência, o que posso dizer aqui é o relato que já fiz sobre o dia e como o seqüestro foi feito. Isso, posso dizer. Sobre as mudanças que eventualmente algum preso possa ter, posso dizer que ele está mentindo obviamente, por que não sei... Sei que está, mas o que posso fazer é o relato do que aconteceu no dia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Agradeço se puder fazer com o maior detalhe possível.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Vou fazê-lo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Desde a saída do restaurante. Agradeceria se pudesse até nos dizer qual foi o conteúdo do diálogo no restaurante, porque isso é importante. Qual foi o clima da... E se puder... Naquele dia, por acaso, com quem o senhor tinha almoçado, no dia 18? Não lembra?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não lembro, não lembro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Teria sido com o Secretário Klinger?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Pode ser. Na verdade, não lembro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem. Mas, então, do jantar até a conclusão da movimentação do seqüestro, agradeço muito se puder nos relatar.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Perfeito.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se o jantar se deu num clima de cordialidade, de fraternidade... Claro que sabemos que V. Sª era amigo do Prefeito Celso Daniel, tanto é que costumavam jantar com freqüência.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Com freqüência.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas se houve qualquer desavença, o que aconteceu da forma mais detalhada, é importante para todos nós.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Perfeito.

Nesse jantar, o Celso estava muito contente. Na verdade, ele estava me contando como montaria um escritório para a campanha do Lula, no que estava

pensando; estava absolutamente exultante. E sei o porquê.

O Celso já tinha dito, há muito tempo atrás, quando muita gente duvidava da possibilidade de o Lula vir a ser Presidente, que ele ia ganhar, que tinha certeza, apostava tudo nisso. Ele estava muito envolvido nisso, estava me contando isso. Passamos a noite falando sobre isso, particularmente.

Sempre que jantávamos, ele gostava muito de filmes e me dizia: "Olha, Chefe, pega esse que é bom, você vai gostar". Comentava sobre filmes, contava, era um bom contador de filmes, contava o filme para ver se eu ia ver depois, porque eu não ia a cinema, não tenho o costume de ir ao cinema.

Foi um jantar absolutamente pacífico, tranqüilo. As câmeras do restaurante mostram isso.

Há uma inverdade em ter-se deixado dinheiro para o manobrista. É tão absurdo deixar 200, 40 mil dólares, porque, no início, falava-se que era muito mais. Agora, fala-se em 40 mil dólares, não sei por que também. Mas deixar no banco do automóvel para o manobrista levar o carro...

Não preciso dizer também que não consta registro de telefone para ninguém quando saí do restaurante, porque isso já está esclarecido, é mentira, não consta registro de telefone.

Saímos do restaurante, viemos embora. Quando chegamos ao topo, onde fica os "três tombos", estávamos parados e, quando abriu o farol, o sinal, eu começo a acelerar, e a Blazer já encostou ao meu lado. Ela veio de trás. Eu não sei, mas, para mim, tenho certeza absoluta de que ele veio de trás. Ela vinha tentando... Ele jogou... Primeiro não entendi o que era. Pensei: o que será? Pode ser um bêbado, qualquer coisa, mas não. Percebi que ele jogava para me fazer encostar o carro. Acelerei e comecei a disputar com ele. Percebi que tinha um carro atrás. Havia dois carros. Não havia o terceiro carro.

Quando V. Exª comentou sobre a fita do Pastor que não entregou, não tem ninguém mais interessado nessa fita do que eu. Duvido. Não tem ninguém mais interessado do que eu, porque isso resolveria parte, senão tudo, uma parte importante das coisas que são faladas por várias testemunhas, porque cada uma viu uma coisa diferente, essa é a verdade.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sem dúvida. Esse Pastor tem a obrigação, como cidadão brasileiro, de mostrar essa fita. Tenho certeza de que ele terá toda a segurança, seja da sua parte, seja dos seqüestradores... Ainda mais diante disso que está se passando agora. Renovo aqui o apelo a ele de que entregue essa fita, porque ela será uma contribuição para a revelação da verdade.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ele não precisa nem se identificar, basta entregar a fita pelo Correio.

Então, só mais um comentário.

Há vários relatos sobre o que aconteceu naquele momento, do momento em que eles passam a tentar me abalroar até o momento em que o carro pára. Há vários relatos, um diferente do outro. As pessoas vêem coisas muito diferentes. Agora, uma coisa eu garanto: no momento do tiroteio, no momento do seqüestro, não passou ninguém naquela rua. Depois do seqüestro, a rua continuou vazia. Tinha carro parado na parte de cima... Porque ninguém passou no momento do tiroteio. Como é que vai passar? Qualquer pessoa em sã consciência, dirigindo com a família, vai passar num tiroteio? O que aconteceu ali foi que ficou um grupo para cima e um grupo para o outro...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Uma das testemunhas encostou o carro por causa do tiroteio e ficou na esquina olhando.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não tinha carro. Ele ficou nas esquinas, longe.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Na esquina, a 40 metros, aproximadamente. E as outras testemunhas que mencionei, as duas irmãs viram da janela, em uma situação muito privilegiada, com a luz apagada, vendo a rua, que estava iluminada.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – E aí eles passam a tentar me abalroar, é a Blazer; havia dois carros apenas, não havia o terceiro carro. Não havia. O carro branco foi o carro que eu bati quando ele jogou o carro para cima do carro em que eu estava, e eu tirei e peguei um carro que era Fiat, era um carro grande, não sei o nome, um carro grande em que eu bati. E ele tentando abalroar o tempo todo. E a sirene estava ligada desde o momento... A sirene do carro estava ligada desde o momento em que ele começou a perseguição, desde o início. O carro embica na subida e aí eu perco a marcha. O motor funciona, eu acelero, acelero, acelero, tento engatar a marcha, a marcha não entra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP ) – O carro que o cercou ficou na sua frente, embicou?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A Blazer ficou um pouco para cima e o outro carro que estava atrás...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP ) – O senhor ficou com a frente impedida, então, para prosseguir? Ficou cercado pela frente?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, estava impedida, mas de qualquer forma eu não poderia prosseguir, porque eu não conseguia engatar a marcha.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP ) – Mas não dava para dar uma marcha ré e sair correndo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não, ele não engatava marcha nenhuma, nenhuma. E aí esse carro... Ficou a Blazer mais para cima, esse carro ficou do lado e aí eles descem. Primeiro tem um momento de hesitação, aí eles descem atirando, já descem correndo para o nosso lado e atirando. E eu dizia, o Celso: "O que eu faço? E eu dizia para o Celso: Celso, calma, calma, fica tranqüilo, fica calmo! E tentando fazer o carro pegar, e eles atirando. O que eu lembro dessa cena é isso. Lembro que a porta abriu...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O carro pegar? O senhor falou que estava funcionando, só não conseguiu engatar a marcha.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Engatar a marcha.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Num carro hidramático?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O carro hidramático tem o *drive* EM que anda solto e tem três marchas.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Tudo bem. Eu só quis retificar, porque o senhor falou que estava tentando fazer o carro pegar, e o senhor falou que o carro estava funcionando; o senhor acelerava, e ele não ia. Só para ajudar o senhor mesmo.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O motor funcionava...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em falso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Em falso, girava em falso. Eu não conseguia engatar a marcha.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E foi só um trote; em seguida ele funcionou. Não é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não funcionou, ele foi carregado pelo guincho.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – No dia seguinte ou no mesmo dia?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não sei... Não, no mesmo dia. Ele foi carregado pelo guincho. O guincheiro não conseguiu fazer o carro funcionar também. O carro entrou num guincho, foi para a delegacia... entrou num guincho na delegacia. Ele foi guinchado; ninguém conseguiu fazer o carro pegar. Quero dizer, pegar não, fazer o carro engatar e andar.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E foi acertado depois aonde? Em qual oficina? Qual autorizada? Depois o carro foi acertado, não é? Mas em que autorizada? O carro não foi acertado?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu fiquei sem contato com o carro um bom tempo depois. O carro foi para uma empresa para refazer a lataria, eu não lembro. A empresa, eu até tenho, posso pegar, mas eu não lembro.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor tem a nota fiscal do serviço e tudo? E até da caixa de marcha também, não é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, a caixa de marcha, não, porque, em algum momento...

Excelência, várias pessoas sabem que isso acontece com carro automático que tem um câmbio quatro por quatro.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Deixe eu falar uma coisa para o senhor: fique calmo.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Alguém, em algum momento, conseguiu...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Um momento! O senhor pode me responder calmamente; eu só estou lhe perguntando.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É, mas ninguém me disse. O carro foi feito... fizeram pegar, mas ninguém me disse quem foi ou não, fizeram engatar.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quem pagou o serviço?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Fui eu que paguei.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Então, não tem uma nota fiscal?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, eu tenho a nota fiscal do serviço de funilaria. Devo ter, né? Não sei.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim, mas o grande problema foi no câmbio.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não, o câmbio... Quando me entregaram o carro, o câmbio já estava funcionando novamente.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Alguém consertou. Deve estar na nota do serviço.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, mas não teve... O conserto do câmbio... Era só trazer o câmbio quatro por quatro para o local original. Era só isso, não tinha conserto. As pessoas da seguradora – eu tenho informações seguras –, eles falam que muita gente pára na rua com carro automático quatro por quatro, eles vão atender, e é isso o que acontece. O que eu estou dizendo é que um cidadão comum que tem o carro não tem essa informação.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não. O senhor estava com o carro, o carro estava funcionando, o senhor tentou acelerar para sair dos seqüestradores, e o carro só acelerou no vazio e desengatou. Não foi?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não desengatou; o câmbio girava em falso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É isso que eu estou falando.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O motor girava e eu não conseguia engatar a marcha.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas também não precisava, porque um carro automático, uma vez engatado, está engatado.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Então, Excelência? Como ele não estava andando, eu tentei colocar a primeira, a segunda e a terceira marchas, porque ele tem marchas. Eu tentei de tudo; eu estava desesperado dentro do automóvel.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Depois eu vou perguntar ao senhor, porque a minha preocupação é com o conserto do carro, a nota fiscal onde ele foi feito e o serviço que foi feito. O senhor deve ter isso, porque o senhor é um homem organizado, um homem de muitas empresas, que tem contador, que tem secretários. Vamos esperar.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não sou.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – BA) – Senador Suplicy, para que V. Exª conclua e possamos ouvir o próximo orador. V. Exª já fez um grande trabalho, com um tempo bastante amplo, mas tem a palavra para concluir.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Uma questão que nos intriga sempre, e a todas as pessoas, inclusive perguntei aos sete seqüestradores: mas, como podem vocês terem seqüestrado uma pessoa, por dois dias ficam com ela, e ninguém telefona, não perguntam? Seqüestraram para quê? Então, qual é a sua explicação? V. Sª, que viu os seqüestradores levarem o Celso Daniel. E fiquei pensando, até perguntei bastante ao Ivan, ao Elcy, ao John, ao Rodolfo, a todos eles: mas vejam só, está lá o Prefeito, então ele sai do carro... Por que vocês escolheram o Prefeito? Por que tinha o cabelo mais para louro, grisalho? Por que o escolheram? Por que não escolheram o motorista? Por que deixaram o motorista? Mas o que aconteceu? Um deles falou: "Olha, o motorista ficou lá, meio como estátua no banco". Bom, mas vocês não ficaram preocupados com ele? Porque, afinal de contas, o Sr. Sérgio, que não conheço tão bem, mas vejo que continua uma boa forma física, é uma pessoa especializada em artes marciais.

Então, fico imaginando uma pessoa especializada em artes marciais, que, inclusive, dentre outras coisas, foi também segurança do Prefeito Celso Daniel, que tinha uma arma que estava na bolsa... Imagino que era só pegar a bolsa e tirar a arma. E o amigo é levado. Então fico imaginando o que eu faria.

Um dos seqüestradores também observou: "Eu não entendi bem, porque nós cercamos um pouco à frente do carro, por que ele não saiu de marcha-ré".

Meu filho Supla tem uma Pajero, e às vezes eu saio com ele. Às vezes ele guia, às vezes eu guio, porque ele está morando, esses dois, três meses, comigo, por isso volta e meia pego o carro dele ou vou com ele. E perguntei para ele, dialoguei sobre isso. Ele falou: "Pai, a Pajero passa em cima de um carro como um tanque, passa no que tiver. A Pajero é capaz de passar por cima de outro automóvel, tão forte que é".

Então, imagino que uma pessoa, sendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...especialista em artes marciais, com a experiência de ser segurança, o seu maior amigo está sendo levado... O que aconteceu com a sua presença de espírito de segurança, de chegar e falar: oh, espera lá, moço... *(Risos)*

Imagine se a Senadora Heloisa Helena fosse levada ao meu lado, eu tendo um revólver? Mesmo que tivesse arriscando a minha vida, tenho a impressão de que sairia...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Suplicy, V. Exª acordou muita gente aqui.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, são duas perguntas: o que aconteceu com a sua presença de espírito naquele momento?

Prezado Sérgio Gomes da Silva, se eu puder ajudá-lo a provar a sua inocência, pode contar comigo. Pode mesmo, mas quero ir até o fim. É uma questão de honra, tanto para o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, quanto para o Secretário Gilberto Carvalho, como para o Presidente Lula. Estou indo, vou continuar indo.

Pedi ao Presidente para designar-me, a fim de ouvir outras testemunhas, inclusive algumas delas estão detidas, porque agora vamos descobrir até o fim o que aconteceu. Inclusive, já marquei nova visita à ladeira dos Três Tombos e também vou fazer uma visita à favela do Pantanal. E, se o Dr. Roberto quiser vir comigo, pode vir, porque vou ouvir pessoas que sabem de tudo que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem, Senador, V. Exª já está autorizado por esta CPI. Sinto a vontade do Senador Magno Malta de acompanhá-lo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ótimo.

Então, a última questão relacionada: por que razão os seqüestradores, na sua avaliação, nada pediram, ficaram dois dias com o prefeito Celso Daniel, nada pediram e o mataram? Essa questão eu ainda não consegui compreender. Essa questão é o grande mistério.

Sabe, perguntei ao Presidente Lula, outro dia conversando com ele. O Presidente Lula deu uma interpretação...Estou abusando. Só essa parte?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode, mas rápido.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Presidente Lula deu uma interpretação, V. Exª pode até comentar. Ele falou: – Olha, Eduardo... (acho que o Presidente Lula não vai se incomodar de eu contar essa história aqui).

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É conversa que V. Exª teve com o Presidente, é bom não contar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, mas acho que é o tipo da conversa que ele não vai levar a mal se eu contar. Mas é importante. Ele disse: – Olha, Eduardo, pode ser que eles tenham ficado tão surpreendidos com o peixe grande que estava nas mãos deles...

Daí, ele me perguntou: "Eduardo, você já pescou um peixe grande, assim que lhe cause enorme surpresa?" Eu falei: como assim? Ele falou: "Certo dia, por exemplo, fui pescar lá no Mato Grosso do Sul, estava com uma vara pescando e, de repente, eis que vem um baiacu de trinta e cinco quilos. Fiquei assustado."

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, conclua.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não pode virar história de pescador esse negócio aqui, Sr. Presidente. Isso é palpo de aranha. É difícil.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Estou falando porque se há uma pessoa extremamente interessada em saber o que aconteceu com o seu grande amigo, que ele havia escolhido para ser o coordenador do programa de Governo, o prefeito Celso Daniel, é o Presidente Lula. Então, estou aqui falando uma coisa séria, porque estou interessado em saber exatamente o que aconteceu. É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, em seguida, o Senador Magno Malta.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Sérgio. Senador Suplicy, vou aqui com o maior carinho...Estamos na hora das revelações.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pode fazer uma crítica.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – Com o maior carinho, vou lhe dizer: o senhor tem consciência de que a gente tem tanto respeito por V. Exª nesta Casa que às vezes, às vezes, fico com a impressão que, mesmo percebendo todo esse respeito que a gente lhe tem, o senhor insiste em abusar um pouquinho. Não é?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Vou além da conta, não é?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – Vai além da conta. Acho que o senhor tem consciência disso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tenho.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – É só um registro aqui, carinhoso, que a gente faz.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pensei que estava sendo o útil. Desculpe-me.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – Não, a utilidade não se discute. Agora, a síntese é que poderia ter sido perseguida. Mas isso é um detalhe a parte aqui do que estamos tratando.

Sr. Sérgio, diga-me uma coisa, por gentileza, havia outro caminho para que vocês, saindo do restaurante, trilhassem para o destino que os esperava?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Certamente havia outros caminhos. Mas, por exemplo, se eu voltasse para o centro de São Paulo...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – Por exemplo, pela Via Anchieta?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mas esse é o caminho, pela Via Anchieta.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – Mas não foi esse que o senhor fez.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, eu estava na entrada da Via Anchieta. Esse é caminho, é o melhor caminho.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – Uma senhora de Santo André pede que lhe seja perguntado o seguinte: – Por que escolheu um caminho escuro, acidentado, longo para voltar do restaurante, uma vez que o caminho lógico para Santo André, de onde estavam, seria pela Via Anchieta.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mas é o caminho, pela Via Anchieta. Eu estava entrando na Via Anchieta. Eu estava a, sei lá, quatrocentos, quinhentos metros da Via Anchieta quando fomos abalroados. É o caminho da Via Anchieta, é o melhor caminho. Mas eu quero responder a V. Exª o seguinte: há outros caminhos, mas são mais compridos, mais escuros. Tem a Avenida do Estado. Eu teria que voltar ao centro de São Paulo, pegar a Avenida do Estado ir até Santo André. Eu não conheço tantos caminhos assim. Agora, eu sei que esse é um dos melhores, porque quem me ensinou esse caminho inclusive foi o Celso.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – Está.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É o caminho que ele fazia.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido) – Eu não conheço Santo André...!

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – E é o da Via Anchieta.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – Deixe eu lhe perguntar uma coisa. Quais as modalidades de lutas que o senhor domina ou já dominou?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu sou mestre de capoeira e faixa preta em taekwondo.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – Faixa preta em taekwondo. Sr. Sérgio, eu lhe obriguei a ficar aqui hoje para lhe ouvir, porque nessa questão toda que envolve sua pessoa há dois fatores que me deixam, assim, absolutamente inquietos. O primeiro, olhe, o primeiro é...é visível e patente aqui, com relação à sua presença, ao seu depoimento. É a falta de emoção. É uma coisa, assim, visível a falta de emoção. O senhor... Nós estamos aqui tratando de um episódio terrível que ocorreu com uma pessoa que o senhor diz que talvez fosse o seu maior amigo. Era, assim, como um irmão, não é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Exatamente, Senador. Exatamente, Excelência.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido.AC) – Pois é. Olhe eu não me pego nem em detalhes de equívocos na condução do inquérito policial, linha de investigação adotada pelo Ministério Público. Isso para mim eu vou afastar. Questões mecânicas do cargo, eu vou também afastar completamente. Isso aí eu não dou importância, porque eu não sou policial, não sou membro do Ministério Público, nem sou mecânico de carro. Então, o que me chama atenção é o seguinte, olhe: eu tenho... o meu filho do meio quando tinha cerca de cinco, seis anos de idade, numa praia no Ceará onde a gente estava passando férias, ele, um pivetezinho de danado, numa fração de segundos, assim, ele nos cegou e entrou no mar.

E, naquelas situações, quando eu ouvi a gritaria, enquanto eu estava descendo, assim, uma escada com a minha mulher e os outros filhos, o menino já estava... o mar levando. Eu não sei nadar. Nado para chegar daqui ali. Posso dizer com segurança para o senhor que não sou corajoso, talvez seja até meio frouxo, mas naquela hora eu não tive a menor vacilação: eu entrei no mar, sabendo que talvez eu não voltasse. Entrei consciente. Foi uma coisa, assim, que eu compreendi no momento que eu coloquei o pé dentro d'água: talvez eu não volte daqui. Porque o mar estava bravio, inclusive. E eu não sei nadar direito nem em piscina, que dirá em mar. E vou revelar uma coisa para o senhor: nos momentos em que eu via, assim, a cabecinha do menino, a única coisa que eu conseguia fazer, engolindo água, é dizer: "Meu filho, nade! Nade!" E a sorte é que ele tinha... era... ele fazia natação. Fazia judô e natação. Ele veio, ele conseguiu sair do mar. Eu não cheguei nem perto dele. Tentando e não consegui chegar. E eu quase fico. Mas naquele momento eu tinha a certeza absoluta, eu digo: "Olha, não tenho outra coisa para fazer. Eu vou me acabar aqui, mas vou tentar tirar meu filho".

Eu não consegui. Ele saiu sozinho, mas foi preciso que duas pessoas ali do local entrassem e me tirassem, porque eu ia ficar, entende?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Perfeito.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – Eu já me vi em outras situações também envolvendo inclusive tiro. Passeata estudantil e não sei mais o quê. Enfrentamento com a polícia e tal. Repito, sou frouxo, não sou corajoso, mas situações também que me levaram a compreender, naquele instante, que era aquilo ou nada. Envolvi-me para tirar companheiro de confusão etc.

Uma coisa que me chama, assim, a atenção, Sr. Sérgio, em toda essa história, é uma pessoa com habilidades marciais, uma pessoa que se envolveu, direta ou indiretamente, com a prática da segurança, uma pessoa que – desculpe a expressão porque, quando a gente se refere a lutadores, a gente costuma usar esta expressão – é adestrada. O senhor era uma pessoa treinada e não só treinada mas adestrada para ter reflexo imediato, para ter reação imediata em face de alguma coisa desagradável pela frente, mais do que ninguém.

O Senador Eduardo Suplicy foi na mosca, quando ele disse, numa ocorrência dessa com a Senadora Heloísa Helena ao lado dele, que ele teria feito. Eu teria feito. O Senador Magno Malta, mesmo com dificuldade na perna, eu tenho certeza de que ele teria feito também.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É fortíssimo...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – É uma coisa que chama a atenção, Sr. Sérgio.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele é capaz de fazer nem sabe o quê.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – Na sua participação em todo esse episódio – eu não quero ser aqui leviano – eu, também, tenho o direito de construir, assim, uma suposição, uma tese. Se a minha tese for verdadeira – a de que, realmente, desculpe a franqueza, o senhor está envolvido nessa operação – o senhor, talvez, tenha falhado naquilo que

é básico em uma operação dessa. O senhor deveria ter contratado um tiro no senhor, entende? "Olhe, não esqueça de dar um tiro aqui no meu braço ou na minha perna, seja lá onde for, um tiro não mortal".

Eu acho que, hoje, o senhor não estaria aqui se tivesse proposto uma situação desta porque...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Estaria em casa com dor na consciência...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido. AC) – O Senador Magno Malta está dizendo aqui que o senhor estaria em casa com dor na consciência, mas talvez não estivesse aqui e tivesse se saído muito bem em toda essa história.

Então, olhe: para uma pessoa que estava ao lado de um amigo que, talvez, fosse como um irmão, num carro blindado. Mesmo que a droga desse carro não tivesse pegado ou tivesse morrido ou se não tivesse engatado marcha alguma. O senhor tinha como se defender, o senhor tinha como defender o seu amigo. Pessoas, como já foi revelado aqui, com a cara limpa, lhe cercaram, tiraram um irmão seu de dentro do carro e o senhor não me venha aqui alegar nervosismo. É a única coisa que o senhor não pode alegar: nervosismo. Uma pessoa treinada e adestrada, preparada como o senhor, não pode, em sã consciência, alegar nervosismo numa situação como essa.

Então, Sr. Sérgio, talvez não caiba nem resposta, porque, na verdade, eu não estou lhe fazendo uma pergunta. Eu quero apenas deixar isto registrado: a fragilidade de toda a sua argumentação, da sua linha de defesa, reside exatamente em dois pontos. Uma é a falta de emoção que o senhor demonstrou aqui durante toda essa audiência. Eu vi, aqui, a Senadora Heloísa Helena enxugando lágrimas, falando de um grande amigo que foi assassinado. A falta de emoção, a tentativa de o senhor desviar o assunto sempre para um problema mecânico no carro, me deixa, assim, pasmo. E o outro fator de desequilíbrio na sua linha de defesa é exatamente – e não é o fator mecânico, o fator jurídico – é o fator humano da falta de solidariedade que o senhor negou a um grande amigo e talvez a um irmão, num momento de dificuldade pelo qual ele passou. Isso nos dá o direito de fazer mais do que uma suposição de que realmente esse crime foi tramado, como foi, e o que o senhor não vai ter sossego na vida enquanto não confessar sua participação nele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Sérgio, V. Sª tem a palavra se desejar algum esclarecimento.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, eu posso não ter feito tudo que deveria ter feito naquela noite. Posso não ter feito, mas eu fiz tudo que foi possível. Eu em momento nenhum larguei o Celso. Em momento nenhum. Eles puxaram o Celso pra fora do carro, eu estava segurando no braço do Celso.

Eu não pretendo aqui me desculpar por nada, sem que ...arrumar desculpa para as coisas, mas eu estava sem treinamento já desde 93, 94. Não era uma pessoa que estava treinando, eu estou com problema nos ossos, faço... estou fazendo tratamento e tal, eu não estava treinando.

Mas eu acho que as pessoas de um modo geral podem imaginar qualquer coisa, pode imaginar o que quiser, até porque não acho difícil – já disse – eu fui linchado publicamente antes de qualquer... Eu estou aqui hoje mas eu já estou sendo linchado há anos pela imprensa. O que as pessoas não podem saber é o que se passou ali naquele momento. As pessoas não sabem o que é você estar numa situação como essa. Isso as pessoas não sabem. Tirar conclusões depois... eu respeito. Acho que as pessoas podem tirar conclusões depois, mas não fazem a menor idéia do que é estar naquela situação, a menor idéia, a não ser que tenham passado.

Eu já tive a minha casa assaltada, já me insurgi contra isso anos atrás, já tive situações... Aquela situação: ser cercado por um bando metralhado, aquilo eu nunca tinha vivido nem esperava viver. Aquele momento, inclusive, era um momento de absoluta tranqüilidade, nós estávamos relaxados, nós não tínhamos... não passava pela minha cabeça um troço... até porque eu não estava trabalhando, eu estava andando com meu amigo. Não esperava aquilo.

E com todo respeito, Excelência, é impossível dizer para uma pessoa olhando pra ela o que ela está sentindo, o que ela sentiu, o que ela passou, o que ela tem passado e o que ela está passando. É impossível! V. Exª não faz... Em verdade, por que o que eu passei, o que eu tenho passado todos esses anos. Mas eu respeito a opinião do senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta, V. Exª tem a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, gostaria de contar com a benevolência de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª não tenha a menor dúvida.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É preciso que o senhor seja benevolente como foi com o Senador Suplicy. A metade, eu já gosto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra e terá a benevolência desta Presidência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Sr. Depoente, opinião pública que nos vê, tenho em meu gabinete centenas de e-mails de meu Estado e do Brasil inteiro de pessoas que têm as mesmas dúvi-

das e as mesmas intrigas que nós sem ter posse dos documentos do Ministério Público, das quebras de sigilo, e quem somos nós para julgar e tirar conclusões precipitadas? A Bíblia diz: "Com a medida com que medis os medirão a vós".

As colocações que eu vou fazer aqui e que foram feitas são com base em documentos e quebras de sigilo, quando as evidências apontam, e aí quando o Sr. Sérgio Gomes diz que é inocente, minha torcida para que o senhor prove a sua inocência, ainda que entenda que as evidências todas apontem para o senhor e todas as linhas de raciocínio que o senhor faz, o senhor não consegue fazer uma linha de raciocínio que produza alguma coisa que possa depor a seu favor.

Sr. Presidente, quero esclarecer à opinião pública que não suporta ver, numa oitiva de CPI, Senadores ou Deputados falando ao telefone, acha que é com descaso que está tratando, mas não é. Estava falando com o Delegado Romeu Tuma Júnior, que estava falando comigo ao telefone – estou fazendo um de convite a ele, porque ele é uma autoridade, é um Deputado, ele quer vir a esta CPI, porque ele foi o primeiro, aliás, as fotografias do Celso, onde o Celso estava morto, foram feitas por ele e foi ele que ouviu o Dionísio num depoimento que o Dionísio deixou escrito, que está no inquérito da fuga do Dionísio... Gostaria que V.Exª – e estou oficiando isso – requeresse o inquérito da fuga do Dionísio. No inquérito consta um depoimento assinado pelo Dionísio ao Delegado Romeu Tuma Júnior, que quer vir à CPI e que me passou algumas informações.

Passo a perguntar ao Sr. Sérgio: o senhor foi amigo de Dionísio quantos anos?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Nunca vi o Dionísio em minha vida. Não o conheço.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** Pois existem provas de que vocês foram seguranças juntos. O que estou falando com o senhor é com base. Não tenho a ilusão de que o senhor vai dizer: eu assumo, fui eu, não foi. Essa cadeira da CPI faz todo mundo inocente. Não tenho ilusões. Só vou perguntar e o senhor fala sim ou não, e pronto. Só para adiantar.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Excelência, gostaria de ver as provas.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** O senhor terá no momento certo. O Ministério Público não está escolhendo o senhor para Cristo, o senhor não foi escolhido para Cristo. As pessoas que o Senador Suplicy viu na segunda-feira, que moram nos arredores, que viram da sacada da casa, essas pessoas não foram pagas para crucificar o senhor. Elas simplesmente viram. O senhor não é vítima de um complô nacional. É só sim ou não. Não tenho ilusões. As quebras de sigilo estão aí...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Perfeito. Perfeito.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** ... e as posições que a CPI tem que tomar, porque a CPI é um inquérito parlamentar, irão para o Ministério Público, depois para a Justiça.

Só para alertar o senhor também que o senhor já podia ter sido preso hoje, aqui, em flagrante. O senhor já mentiu demais, mentiu demais. Os documentos estão nas mãos do Presidente. Ele, benevolentemente, não lhe prendeu, porque não adianta também, não tem lei, pois o senhor sai com R$300,00. O senhor sai com R$ 300,00. O senhor vai ali, a prisão em flagrante, e prisão em flagrante sai com R$300,00. Seus advogados sabem tudo isso. O senhor só iria passar uma madrugada inteira lá e, amanhã, o senhor iria embora com R$300,00. Então, ele vai avaliar se vale a pena ou não. O senhor já mentiu tanto! Os documentos estão com ele aí. Há essa contradição, e o senhor não tem **habeas corpus**. O senhor tentou, mas não conseguiu.

Então, veja: o senhor foi segurança com ele, e como é o nome da sua última esposa?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** O nome da que ainda é minha esposa é Adriana Pugliesi.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** Antes dela.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Antes dela, nunca tive esposa antes dela. Só fui casado com a Adriana.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** É, não é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Sim, senhor.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** E o senhor não conheceu o Dionísio. Sr. Presidente...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Eu e todos os funcionários do gabinete do Prefeito.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** Não tem problema, eu não quero que o senhor... Só perguntei. O senhor fala sim ou não, não tem problema.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Perfeito.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** O senhor tem nota fiscal do conserto do seu carro?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Eu preciso procurar.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** O senhor não vai achar porque seu carro foi consertado na garagem da Viação Padroeira, de propriedade de um amigo do Sr. Osias Vaz. Por isso, não tem nota fiscal.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Não, não, foi consertado numa concessionária de carros blindados em Mauá, mas não sei qual é, eu não tenho o nome.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** O carro?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** É um carro blindado.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** Está bom. O senhor pode enviar isso para a CPI depois?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Eu vou atrás disso, é claro! Claro!

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** O senhor pode ou não pode? O senhor vai atrás para...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Posso, posso, vou atrás do documento.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** Então, está bom.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Não se conserta um carro blindado numa oficina de ônibus em lugar nenhum.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** Amanhã o Delegado, hoje Deputado Estadual, Romeu Tuma Júnior, Deputado Estadual por São Paulo, estará enviando a esta CPI o laudo da empresa autorizada – não sei se é a Mitsubishi que faz a Pajero –, um laudo que comprova que não havia nenhum problema no câmbio do carro; um laudo técnico, que deve chegar a esta CPI amanhã. É mentira ou verdade?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** É mentira.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Está certo.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** S. Exª poderia pedir a fita para o juiz onde consta como isso acontece, demonstrado na prática.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Eu não estava lá, eu não vi. Deixe-me falar para o senhor. Nós tratamos com documentos. O delegado que esteve no caso vai entregar um laudo amanhã, e poderemos requerer a fita também, atendendo à solicitação do senhor.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Agradeço. Obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A respeito disso, permita-me Sr. Presidente, acho que seria adequado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A palavra está com o Senador Magno Malta.

Desde que ele conceda aparte a V. Exª, esse será acatado por esta Presidência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Se for de 30 segundos, concedo. Se passar disso, não concedo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sugiro que possa a CPI requerer Mitsubishi, que fabrica a Pajero, qual a freqüência deste acontecimento com a Pajero porque o próprio Sérgio Gomes da Silva mencionou que uma pessoa relatou a ele que isso pode ocorrer. Então, seria próprio solicitar à produtora da Pajero se efetivamente ocorre isso. Só isso. É apenas uma sugestão.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O Dr. Robson Tuma Júnior disse que já tem esse laudo e que vai enviá-lo à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Sérgio, o senhor está consciente de que entrou em contradição nos diversos depoimentos que o senhor prestou e que essas contradições só fazem aumentar as dúvidas e as suspeitas que pesam sobre o senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Excelência, estou consciente de que, quando dei os depoimentos, cometi alguns enganos, o que para mim é absolutamente normal porque eu estava muito nervoso. Tenho consciência de que cometi alguns enganos e devo ter cometido mesmo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Estamos aqui com o relatório final da investigação e com documentos do Ministério Público em que, em cada depoimento, o senhor entra em contradição. Em um depoimento que deu nervoso o senhor entrou em contradição com outro que deu calmo. Depois, deu outro depoimento mais contraditório ainda, embora estivesse mais calmo ainda. Hoje, o depoimento está muito mais contraditório. Esses fatos só agravam a sua situação.

O senhor afirmou no dia 19 de janeiro, portanto, um dia após o seqüestro do Prefeito, que as duas portas dianteiras do seu carro foram abertas pelos seqüestradores e que um deles segurou em seu braço esquerdo e apontou uma arma na direção do seu rosto. Existem depoimentos dos seqüestradores e de testemunhas que disseram que a única porta que se abriu foi...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse fato é verdadeiro?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** É.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele confirma que pegou no braço. V. Exª pode repetir? Ele confirma isso?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – No dia 19 de janeiro, um dia após o seqüestro do Prefeito, ele afirmou que as duas portas dianteiras do seu carro foram abertas – e a afirmação é dizendo que o carro abalroou atrás e que as portas se abriram – pelos seqüestradores e que um deles segurou em seu braço esquerdo e apontou uma arma em direção ao seu rosto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É até aí. É verdadeira essa afirmação?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Não lembro de ter dito que a porta abriu por ter sido abalroado por trás.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sei que o senhor não se lembra de nada.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** No caso, que a porta do Celso abriu e que puxaram o Celso e que a minha porta... Que eu me lembre na época, a minha intenção era segurar o Celso, e ele, sim, segurou o meu braço. Que eu me lembre, isso é o que ficou na minha cabeça.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, esse foi o primeiro depoimento dele, um dia depois. No depoimento seguinte, ele não contou mais essa história.

Deixe-me seguir.

Existe depoimento de seqüestradores e de testemunhas que disseram que a única porta que se abriu foi a do Prefeito. Já no dia 25 de março do mesmo ano, em depoimento à Polícia Civil, o senhor não soube precisar quantas portas foram abertas e nem se a sua porta foi aberta. Correto?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** A situação, de fato, era muito confusa, mas lembro do meu depoimento, que eu disse que a porta do Celso abriu e que depois abriu a minha também. Lembro de ter dito que ele colocava a arma na...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Querido, pode ficar calmo e falar devagar. No dia 19, você falou que abriu tudo.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não. Não me lembro desse depoimento. Não lembro, Excelência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sei que você não lembra.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Esse segundo que o senhor está dizendo...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – No do dia 25, o senhor já disse que só se abriu a porta do Celso. O senhor não sabe precisar quantas portas foram abertas nem se a porta foi aberta. O mais factível não é que, um dia após o seqüestro – é difícil, não é? – o senhor não soubesse precisar bem os fatos e que depois viesse a se lembrar?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não sei. Essa é uma avaliação que não tenho. Não sei se as pessoas têm condições de dar o melhor relato no momento em que acontece ou depois. Depende de como a pessoa está. Essa é uma avaliação que não posso fazer.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Vou fazer uma pergunta fácil para o senhor agora: o senhor estava lá?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Estava sim, Excelência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Para quem não viu nada... Conta um negócio dia 19, no dia 25, conta outro. E também não sabe o que contou, não é? O Ministério Público e a Justiça têm de requerer um laudo psiquiátrico do senhor para saber se o senhor realmente tem de sofrer esse processo ou não. Um homem que sofre de amnésia como o senhor... Diante de um fato como esse, fica até feio quando não há nada que aponte para a sua defesa nem com contundência, nem de maneira fraca ou irrelevante. Enquanto todos os fatos apontam para o senhor, o senhor não sabe nem precisar. Imagino que seus advogados estejam estupefatos. Se o senhor contou esse caso para eles, eles ainda vão encarar essa parada? Eu sempre acredito nos jovens. Há três jovens advogados aí. Sonhei ser advogado minha vida inteira. Fiz três vestibulares e não passei em nenhum. Esses aí passarão a ser meus ídolos. Vamos prosseguir.

Será que o senhor refez seu depoimento diante de saber o que foi exposto pelos seqüestradores? Depois de ter tomado conhecimento do depoimento deles, o senhor refez seu depoimento?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Outra pergunta sobre o que o Senador Efraim Morais tratou com o senhor e que o senhor também não sabe: em que bancos o senhor possui contas?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Atualmente?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não. Quando o senhor era rico.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu nunca fui rico, Excelência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quem faz tramitar num País como este, ou é jogador de futebol, ou é contratado da Globo para fazer novela das 8h. Escoa 100 mil ou 120 mil na sua conta, mas – tudo bem – o senhor não é rico, não. É remediado, como minha mãe falava. Em quantos o senhor possuía conta?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Possuía conta no Banespa – não sei precisar o tempo; depois, no banco que se tornou Santander; tive conta no BCN e depois no Bradesco. É basicamente isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Qual a movimentação média de suas contas?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não lembro. Preciso pegar meu Imposto de Renda para ver. Não sei. Aqui e agora, neste momento, não posso precisar.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Imposto de Renda ou movimentação bancária? Movimentação média tem de vir em extrato, não é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Em extrato e em Imposto de Renda. Imposto de Renda também traz a movimentação anual.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, estou pedindo a acareação entre ele, as pessoas que depositaram para ele e as que receberam dele aqueles empréstimos benevolentes quando ele era Secretário de Ação Social.

Outra pergunta: no dia seguinte ao depósito de Gabrilli na sua conta, qual o motivo da emissão de cheque em nome de Klinger de Oliveira Souza?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, o único cheque que posso ter depositado na conta do Klinger... Não lembro de nenhum cheque na conta. Eu posso ter depositado efetivamente. Excelência, faz anos isso. Como eu posso lembrar agora de um depósito?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Klinger é seu íntimo!

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mas não lembro. Em que ano foi isso? Qual o valor? Eu não lembro de ter feito depósito na conta do Klinger. Eu posso ter depositado...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Foi no dia seguinte ao depósito da Gabrilli na sua conta.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu posso ter depositado...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Um momento, rapaz. Fique calmo!

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Desculpe.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Emissão de cheque em nome de Klinger Oliveira Souza. Eu só estou perguntando qual é o motivo.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, eu só lembro de um depósito, que foi o depósito, pagando a ele o recurso que ele utilizou para trazer o brinquedo do meu filho. É o que eu lembro de ter depositado na conta...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Posso ter depositado eventualmente...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Esse foi o motivo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não sei. Imagino que seja. Porque eu não tenho os documentos, Excelência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim, é tão fácil, eu perguntei o motivo. Vamos embora lá: o senhor prestou serviços para a Transleste?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Transleste...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Prestou.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Prestei serviço para Vila Ema Industrial... Transleste... Possivelmente prestei.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Prestou. Não sou seu assessor não, mas vou ajudá-lo. Prestou.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não tenho certeza, precisaria ver.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Qual era esse serviço?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Aí eu preciso pegar os contratos, Excelência. Eu não posso aqui detalhar serviço. Eu tenho que pegar os contratos.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Rapaz, você prestou serviço para uma empresa. Um empresário faz um contrato com uma empresa e não sabe qual é o tipo de serviço que ia prestar? Você era especialista em que tipo de serviço?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Na área de segurança. Agora, eu posso ter prestado serviço... Para detalhar, para saber qual foi o serviço, eu preciso pegar os contratos. Eu não tenho como fazer isso hoje, aqui e agora, não é?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor não se lembra? Só com o contrato na mão?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, serviços gerais eram serviços de segurança, serviços de monitoramento, serviço de cadastramento de pessoal. Eram serviços gerais. Agora, a Transleste... Eu preciso pegar o contrato.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Qual a relação do senhor com a empresa Projeção?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não tenho... Foi uma relação comercial. Acho que a Projeção fez um serviço numa obra que eu estava fazendo e eu paguei à Projeção. Eu conheço o dono dela. Eu conhecia o dono da Projeção...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quem era o dono?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Humberto.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Humberto de quê?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Humberto... Humberto... Não lembro. É Humberto.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor conhecia o dono da Projeção. O senhor chamou cada Senador aqui pelo nome e pelo sobrenome. Como é que o senhor convive com uma pessoa e não sabe o sobrenome dela?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Desculpe, Excelência. Eu não chamei os Senadores aqui pelo nome e sobrenome.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, todos a que você se referiu, Senador Fulano, Senadora Heloísa Helena, Senador Eduardo Suplicy, agora você convive com um cara...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Alguns Senadores são notórios, são conhecidos, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Seria Humberto Tarcísio de Castro?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Humberto Tarcísio de Castro... É, é Humberto. Humberto é o dono da Projeção. É ele.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É ele, é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não sei o sobrenome do Humberto. Eu não vejo...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim, mas o Presidente disse o nome, e você disse: é ele. É ele?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Deve ser, não sei. Eu não lembro o sobrenome do Humberto.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não... Eu sei que você não se lembra de nada. Tenta só essa aí: é ele?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Humberto dono da Projeção, Excelência, eu conheço.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas você emitiu tanto cheque para ele e não sabe quem é ele?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Tanto cheque? Eu paguei o serviço que ele fez...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Tudo o que eu estou perguntando tem documento.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sim. senhor, mas eu paguei... eu estou afirmando que eu paguei o serviço que ele fez.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim, o senhor pagou, exato, por isso é que eu estou perguntando quem é Humberto.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Dono da Projeção.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não estou dizendo que você não pagou.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor trabalhou para ele? Trabalhou para a Projeção?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor. A Projeção fez um serviço na casa que eu estava construindo, e eu paguei à Projeção.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor sabe o valor do serviço?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não lembro. Preciso pegar o valor do serviço.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Foi grande ou pequeno o serviço?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não foi grande. Não deve ter sido muito grande, não deve ter sido muito pequeno. Eu não lembro. Eu preciso pegar esses documentos e ver. Eu tenho os documentos...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor tem os documentos? (Pausa.) Como é que faz para a gente ter os documentos?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu tenho que encaminhar para a CPMI.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Vai encaminhar? *(Pausa.)* Vai?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Vou encaminhar. Inclusive vou... Se eu não tiver os documentos, contato o Humberto, pergunto a ele, e ele certamente tem no arquivo dele.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Estou perguntando se o senhor vai encaminhar. Mentir à CPMI é crime. Vai, ou não vai?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu pretendo encaminhar.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pretende, ou vai encaminhar?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu vou fazer tudo para encaminhar.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor disse, primeiro, que tinha e que ia encaminhar.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu tenho como pegar o documento. Eu faço contato com o Humberto, se for o caso. Ele deve ter nos registros dele, e eu encaminho.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Vai encaminhar?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Vou encaminhar, eu pretendo encaminhar, sim senhor.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Está bom, você já falou que vai.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É, pretendo encaminhar. Eu não posso...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Vai. O senhor falou que vai. Vai ou pretende? Então, fica com uma só, rapaz! Fala que pretende só, então. Rapaz, mentir à CPMI... Você já devia estar preso, sabia?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, eu pretendo encaminhar esses documentos, porque vou atrás deles.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu acho que era isso que o Presidente devia fazer com você: prendê-lo em flagrante.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mas eu não estou me negando...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Rapaz, isso não te ajuda em nada não, rapaz.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não estou me negando a responder, Excelência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Olha, ninguém está te perguntando nada que não tenha já o fato.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É que eu posso não estar lembrado. É isso que eu falo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, eu sei que você sofre de amnésia.

Vamos para frente, então.

Quantos veículos importados o senhor possui?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Senhor?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quantos veículos importados o senhor possui?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não possuo veículo atualmente e possuía a Pajero, só.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E antes? Quantos o senhor possuía?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Veículo importado?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não possuía. Antes da Pajero, eu possuía uma Blazer, um carro nacional.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor só teve importado esse?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Só a Pajero.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Só, não é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sim senhor.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor chegou a lecionar como pedagogo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu lecionei no terceiro grau.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ganhava quanto por mês? *(Pausa.)*

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não tenho o valor aqui. O valor por aula? Quanto eu ganhava por mês?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ganhava pouco, não é? Professor ganha pouco.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu lecionava porque gostava de lecionar, principalmente por isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim, não perguntei isso não, se o senhor gostava ou não. O senhor diz que é pedagogo, é a sua profissão. Perguntei quanto o senhor ganhava. Era bem remunerado ou mais ou menos?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não me lembro dos valores.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu sei que o senhor não lembra. Então, vai para frente.

Depois, o senhor foi para a administração trabalhar na defesa civil. O senhor não lembra de quanto era o salário também?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O salário da Prefeitura em 89?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É. Não lembro, não. Era muito ou pouco? *(Pausa.)*

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Muito nunca é, não é, Senador?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É pouco.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não era pouco também. Era um salário que dava para sobreviver.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim... Uns anos depois, o senhor virou empresário, sócio de empresa de ônibus. Como se dá esse milagre?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Virei empresário muitos anos depois.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Estou perguntando ao senhor como se dá esse milagre, porque há milhões de brasileiros pobres ouvindo, querendo saber como o sujeito vira empresário, como as coisas mudam na vida dele. Quem sabe o senhor, que é pedagogo e sabe dar aula e a sua vida mudou drasticamente... O senhor pode até não ter sido rico, mas os bens que o senhor adquiriu, certamente há uma explicação a se dar para um pedagogo que depois trabalhou na defesa civil da Prefeitura e, em seguida, não era um grande empresário, mas um empresário razoável, sócio de uma empresa de ônibus, tinha 20 ônibus em uma, na outra menos um pouco, mas era empresa. O senhor tem explicação para isso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Tenho: recebi um convite para entrar num negócio de risco – eu disse aqui, Excelência – e aceitei.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor entrou com quanto?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não houve entrada. Nós pagávamos uma mensalidade. Quem pagava era o Ronan.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Entrou sem nada, no beiço, sem nada?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A empresa estava em estado falimentar. Eu já disse aqui.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas era uma empresa.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Era uma empresa, mas estava num estado falimentar. Os ônibus precisariam ser trocados, a dívida era enorme.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Entrou sem nada.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não entrei com dinheiro. Eu entrei sem dinheiro. Isso não é incomum.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor entrou para ser sócio do...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ronan.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Coração bom o dele...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É um negócio de risco, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Para ele ou para o senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Para nós dois.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Estou vendo aqui na CPI. Vamos lá. O Sr. Klinger afirmou que lhe perguntou sobre os depósitos do Sr. Gabrilli. O Klinger afirmou aqui, preste atenção. A sua conta no Banespa, e o senhor disse que não sabia de nada... Ele mesmo achou esquisito o fato de o senhor não saber de nada sobre os depósitos. Será que hoje o senhor, agora, pode se lembrar, então?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Falei a verdade, Excelência. Quando ele me falou sobre os depósitos, eu falei a verdade.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Qual era a verdade?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A verdade é a que eu disse aqui, inclusive. Eu não sabia que esses depósitos haviam sido feitos pelo Gabrilli. É isso, é a verdade.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E o depósito na conta dele foi para comprar o brinquedo para o seu filho.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Que eu lembre que fiz algum depósito para ele, que eu paguei, foi isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Foi só do brinquedo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Que eu lembre, foi só do brinquedo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mais uma vez vou advertir...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, pode ter havido em outros momentos, porque o Klinger era meu amigo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Seu amigo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ele é meu amigo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Está bom. O seu amigo Klinger afirmou nesta CPI que um ponto falho da sua defesa é quanto à questão de a porta se abrir do seu carro. Ele disse aqui que falou para o senhor que explicasse melhor essa história da porta, que era inconsistente. O que o senhor tem a dizer sobre isso? Foi seu amigo que falou. Isso não é de Senador nenhum.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu tenho a dizer, Excelência, que não tenho história para inventar. Eu só posso falar a verdade. Se a verdade parece estranha, é o que eu posso fazer. Eu não tenho história para inventar. Eu tenho que falar a verdade. A verdade é essa. Confusa, eventualmente faltando coisas. Essa é a verdade, é isso que para mim aconteceu lá naquele momento em que nós passamos aquilo. É isso. Eu só posso falar a verdade.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor está falando a verdade.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Se ela parece assim confusa, é porque tenha sido confusa para mim.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor está falando a verdade o tempo todo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu estou falando a verdade. Eu estou falando a verdade. É porque eu não tenho uma história montadinha, perfeita, sem nenhum erro, prevendo todas as possibilidades, eu não tenho; a única que tenho é a verdade, e é o relato que faço.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Está bom.

O senhor falou que Celso Daniel recebia muita ameaça e tal, telefonema e tal, precisava de segurança e tal. O Cris falou que Celso não tinha inimigo. não, que ninguém perseguia ele não, não tinha nada disso, não.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, eu falei da época da campanha até a primeira gestão; depois, não tive mais contato com a prefeitura e com Celso e não posso afirmar. Imagino até que a situação tenha melhorado mesmo, porque, naquela época, era bem brabo, o negócio era feio.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor é capaz de identificar os seqüestradores? Ninguém estava com capuz, não é? Estavam todos de cara limpa. O senhor é capaz?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, eu fiz um retrato falado – diga-se de passagem – malfeito, porque eu não prestei atenção no rosto deles, eu disse. A minha preocupação era tirar o automóvel dali, era fazer o automóvel circular, era engatar uma marcha e andar. Essa era a minha... e tentar acalmar o Celso, segurar o Celso. Eles atirando, eu não tive... Eu fiz um retrato falado, mas um retrato falado que também não foi muito bem feito, eu disse no dia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Na acareação que o senhor vai fazer com eles, o senhor é capaz de reconhecê-los assim, na hora em que eles sentarem na frente do senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Alguns, com certeza.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Então vai ser bom.

No primeiro depoimento – foi o Dr. Tuma Júnior que me falou, e ele quer vir também, ele quer participar até do processo de acareação –, o senhor falou que saiu do carro, pegou sua arma na bolsa que estava atrás, e saiu na rua com a arma. O senhor pensou

em atirar, mas hesitou; não atirou, preocupado que pudesse pegar num pedestre qualquer ou até acertar o Celso. É verdade isso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu saí do carro com a arma, eles estavam saindo com os carros, e eu não atirei porque efetivamente poderia acertar no Celso. É isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Estou perguntando isso porque, na primeira pergunta que eu fiz ao senhor, quando entrei na intervenção do Senador Garibaldi Alves Júnior, o senhor disse que, quando eles foram embora, o senhor ficou gretando na rua: "Chama a polícia, chama a polícia!"

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Isso. Logo depois, eu passo... Volto para as pessoas e digo: olha, liguem para o 190! Liguem para o 190! Eu acho que a seqüência é essa. Aí eu volto para o automóvel, pego o celular e ligo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Há uma outra coisa incrível que havia marca de bala no carro, mas a polícia não achou projétil nenhum no chão. O senhor acha incrível isso, ou não? Porque um carro que pára...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não tinha essa informação, nunca tive essa informação.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Está nos autos e na perícia.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Nunca tive essa informação.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E o Dr. Tuma Júnior quer vir à CPI no dia da acareação, porque ele quer trazer o laudo para mostrar ao senhor. Tem marca de bala no seu carro, mas não se encontrou um projétil no chão, na rua. Estava limpinho.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mas eu não entendo... Quer dizer, desculpa, Excelência.

Primeiro, essa é a primeira vez que escuto essa informação; depois, desconheço a importância dessa informação.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu também. É porque ele estava no caso, porque o senhor disse: "Meu carro foi metralhado". Então eu imagino o seguinte: eu, com um carro blindado, o sujeito pode atirar nele do jeito que quiser. Eu não ia abrir porta de jeito nenhum, nem ia deixar ninguém abrir. Está certo? Atira, perdido de um, perdido de mil. Vicente Mateus falava que quem está na chuva é para se queimar. Os caras já cercaram mesmo, o carro é blindado, está trancado, por que vou abrir? Entendeu? Eles já tinham atirado.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Perfeito.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Está certo? Aí, de repente, a porta de Celso abre misteriosamente, o senhor fica lá, tem marca de bala no carro, mas não tinha um projétil na rua, não se achou um projétil. O que o senhor acha disso?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É a primeira vez que ouço essa informação. Nunca tinha escutado isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu também, mas como a informação é do delegado que começou na investigação, é por isso que estou passando aqui para o senhor. Acho incrível não ter encontrado. Acho incrível que nenhum projétil tenha sido achado no lugar onde houve tiro, onde se atirou contra o carro, porque há marcas no carro, mas não há projétil nenhum no chão.

Eu queria ler aqui a degravação de um telefonema, a pedido da Senadora Heloísa Helena. Ela queria ter feito, não houve tempo para isso, porque o Presidente da CPMI deu a ela quinze minutos e deu duas horas ao Senador Suplicy e para mim...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª não vai poder reclamar do Senador Suplicy.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pois é, ele abriu um precedente perigoso agora.

Eu gostaria de ler um diálogo que a sociedade, que está acompanhando em casa, vai considerar, no mínimo, esquisito. Um diálogo entre amigos que estavam sentindo dor em razão de um amigo íntimo que morreu. Isso estava produzindo sofrimento no coração de todos, uma perda irreparável, uma dor tremenda.

Primeiro, quem é Xangola?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Xangola é o apelido do Maurício. Foi um assessor do Celso; foi um assessor do Celso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Xangola, assessor de Celso.

Maurício de quê?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Maurício Mindres.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Maurício?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mindres.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Nome muito difícil, não é?

Começa assim o diálogo que a Senadora Heloísa Helena me pediu para ler:

> "Ivone: Oi.
>
> Interlocutor: Oi, linda. Tudo bem?
>
> Ivone: Tudo.
>
> Interlocutor: Escuta, eu li a entrevista. Foi maravilhosa, viu?
>
> Ivone: Mesmo?
>
> Interlocutor: Nossa, excelente, excelente! Não podia ser melhor.
>
> Ivone: É mesmo?

Interlocutor: Acho que... sei lá, não sei. Eventualmente, você deve ter falado até mais do que eles publicaram, mas a edição da **Folha** foi muito boa. Os caras foram muito legais, entendeu? Está bem arrumada a entrevista, muito boa. Não tem nada ruim ali. Título, chamada, nada. Não tem nada ruim. Está toda boa, toda boa, toda boa. Excelente. Acho que contribuí com tudo que está sendo feito.

Ivone: Ah, que bom!

Interlocutor – não sei quem é: Eu falei com o Gilberto. O Gilberto já leu. Achou que está ótima também. Achou que o Luiz Eduardo vai gostar."

Quem é Luiz Eduardo? Luiz Eduardo Greenhalgh?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não posso afirmar isso, Excelência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Porque está na linha que:

Interlocutor: Legal, foi muito legal mesmo.

Ivone: Ah, que bom! Que alívio! Viu?

Interlocutor: Não, ótimo mesmo! Escuta, está marcado duas horas lá. Eu te pego uma hora na sua casa, tá bom? Eu passo aí, ligo, você desce, tá?

Ivone: Jóia.

Interlocutor: Está jóia, então. Falou.

Ivone: Um beijo.

Interlocutor: Um beijo. Tchau.

Ivone: Oi.

Interlocutor: Oi, meu amor. O Xangola quer falar com você.

Ivone: Está jóia.

Interlocutor: Tchau.

Ivone: Tchau.

Xangola: Como vai, minha querida Ivone?

Ivone: Eu vou assim, arrastando, né, Xangola, arrastando, né.

Xangola: Mas, viu? Ótima a sua entrevista, viu?

Ivone: Você gostou, Xango?

Xangola: Eu gostei muito mesmo.

Ivone: É importante a sua opinião para mim, porque é totalmente referência, né?

Xangola: Eu achei muito boa. Tem coisas... Está perfeita.

Ivone: Eu falei com o cara às quatro, né? Aí, depois, ele faz as edições. Esse título aí – aqui tem um palavrão que não vou falar – não é isso. Não estou defendendo outro palavrão, não é? Não estou defendendo tese nenhuma, mas quem lê pensa o mesmo. Viu, Xango?

Xangola: É, mas está muito legal.

Ivone: Eu fui sincera, e o cara também foi.

Xangola: Dá para ver. Está super. Parece você mesma. É muito legal.

Ivone: Eu tinha muito medo, porque tu sabe que eu tô...

Xangola: Claro, imagino. Falar tudo isso.

Ivone: Somando mais uma, né? Não, estou fazendo... meu raciocínio... Não... Dá.

Xangola: É, porque imagino... Você viu o Globo Repórter, ou não?

Ivone: Não.

Xangola: É, aparecia, mas aí foi superlegal, porque o cara, quer dizer, o cara nem queria. Toda vez que eu vinha para fora, para o fim da década de setenta, o cara ficava, sabe, né? – Estranho esse código.

Ivone: Então, isso é legal, mas o menino que foi na minha casa é...

Xangola: Não, não. É isso que eu estou falando. Aquilo para mim foi tranqüilo. Não tinha.

Ivone: Hoje, tem uma coisa: tem um convite para ir à Hebe, né?

Xangola: Ah, é?

Ivone: É.

Xangola: Ah, é porque vai a mulher do... a viúva do Toninho, né?

Ivone: E o Genoíno quer ir, né? Você sabe que é um – palavrão aqui e outro palavrão [coitado do Genoíno].

Xangola: Olha, se você falar o que você falou aqui tá dez. Não parece estrela. Tá dez. Tá a dor de uma viúva. Tá dez."

Mamãe me acode. Isso é sentimento de quem perdeu alguém assassinado?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Estou atendendo à Senadora Heloísa Helena, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a V. Exª que conclua.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Vou concluir.

Então, a Ivone disse:

"Pois é, eu achei. Fiquei com medo, porque a gente nunca sabe o que acontece depois que a gente fala."

Xangola: "Não, mas eu acho que a linha está superlegal."

O Changola é animado.

Ivone: "É."

Xangola: "É a linha da dor, de achar que... Sabe, né? Da incompetência dos caras. Você deve ir, viu?"

Ivone: "É?"

Xangola: "Quanto mais os caras falarem, quer dizer, isso combate, porque eles lavam, né?"

Lavam não sei o quê.

"Ainda mais com... Você devia ir, viu, Ivone?"

Ivone: "Vou ver se vou agüentar, porque hoje vou fazer aquele reconhecimento da roupa".

Xangola: "Afinal de contas, com que roupa o cara tava?"

Esse "cara" era o Celso Daniel, que tinha acabado de morrer. Ele era assessor do Prefeito. "Com que roupa o cara tava?" Esse "cara" era Celso Daniel, o amor de todos os senhores e de nós, que o admirávamos de longe, no meu caso. "Afinal de contas, com que roupa o cara tava?"

Ivone: "A Polícia..."

Xangola: "Porque a Nádia afirma que ele tava de jeans, né?"

Quem é Nádia?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Por Nádia eu não conheço.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não é nada, não. É Nádia.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Nádia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não conhece, não?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Está bom.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não que eu lembre.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Certo. Sem problemas.

Ivone: "Eu também acho que ele tava de jeans."

Xangola: "Quem falou que ele tava de calça bege?"

Ivone: "Não. O Sérgio achou que era bege."

Com que calça ele estava, Sr. Sérgio?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Pois é. Esse é um dos enganos que tenho, porque não presto atenção. Eu não sei por que na hora...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Em nada, aliás, não é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não. Não presto atenção na roupa. Eu não sei por que na hora do depoimento eu pensei... Talvez ele tivesse, em outra oportunidade, ido com a calça... Normalmente, ele usava jeans. Talvez isso na hora... Não sei por quê.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É seu melhor amigo. O senhor anda com ele.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não sei por quê. Mas a Ivone já havia dito que ela nos encontrou um pouco antes da nossa saída e que ele estava...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Deixe-me fazer uma consideração aqui. Ele é seu melhor amigo, com quem o senhor janta, apanha ele em casa e passa um tempo no restaurante. Calça jeans é tão comum, e o senhor não sabe. Não é, Senadora Heloísa Helena? V. Exª gosta de jeans. É tão comum calça jeans, e o senhor não sabe se ele estava de calça jeans ou bege?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Excelência, eu não presto atenção nas roupas das pessoas.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Aliás...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não presto atenção.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Todas as respostas do senhor aqui são de quem não presta atenção em nada. Volto a dizer ao senhor: tudo isso acumula um fardo sobre as suas costas, porque nada do seu argumento aponta para que o senhor possa ser defendido.

Ivone: "Não, o Sérgio achou que era bege."

O senhor continua achando que era bege ou era jeans?"

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Todas as evidências levam a crer que ele estava de jeans, inclusive a fita do restaurante, não é? Eu nunca afirmei que era jeans, porque, na verdade, quando eu faço a afirmação da calça bege, cometo um engano. É isso. Eu nunca afirmei que ele estava com jeans, e sei que me enganei quando afirmei que ele estava com a calça bege.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – *(Continua a citação)*

Xangola: "Mas você acha que o Sérgio sabe de alguma coisa?"

O Xangola estava querendo tratá-lo como demente. "A calça?" "É", o Xangola, "não conheço o rapaz.

Ivone: "Não. Pois é. É isso que eu falei."

Xangola: "Ie não sabe com que calça ele tava?"

Nesse momento, ele fica admirado. Ele deve ter raciocinado como nós estamos fazendo agora. Ele estava com a pessoa e não viu a calça que ele vestia.

Então a Ivone fala:

"Pois é. Eu sei disso. Mas só que" – outro palavrão – "do vídeo" – nesse ponto, não se pode entender – "também parecia que era bege."

Era o tal vídeo.

Ivone: "Parece que quem viu a fita achou que também era bege a calça, mas eu não vi a fita e a impressão que eu tinha do Celso era de que ele estava de calça jeans. Eu falei para o Klinger no dia, né? Mas aí eu vou lá ver hoje. Então, eu fico assim."

Xangola: "Então, só uma coisa que eu ia te falar."

Ivone: "Fala."

Xangola: "Então, eu acho que você tinha que ir, viu? Tá super, sabe? Vai nessa mesmo, porque está super. Acho que tá legal essa linha, viu? Superlegal. Acho que tinha que ir."

Ivone – "É porque eu não vou falar..."

Xangola – "Quando não vai... Acho que essas coisas de não ir parece que está se escondendo."

Ivone – "Eu tinha que dar o depoimento primeiro. Eu não posso ir lá e falar coisa assim."

Xangola – "Mas não vai falar. Fala da saudade. Fala do PPP."

Esse PPP é Parceria Público-Privada?

Xangola – "Fala de PPP. Fala de amenidades, né? Fala o que você falou aí, entendeu?"

Ivone – "Tá bom."

Xangola – "Viu, meu amor? Deixa eu te falar uma outra coisa."

Ivone – "Fala, fala."

Xangola – "Não sei se nós vamos ter que dar depoimento ou não. Eu não estava com você na quinta-feira."

Ivone – "Você estava no gabinete."

Xangola – "Não, meu amor. Eu estava na terça. Quinta eu estava naquela bela cidade. Eu estava em Natal."

Na sua cidade, Sr. Relator. Agora os caras estavam ao telefone falando de um cara que tinha acabado de morrer, de um amigo íntimo. "Eu estava naquela bela cidade, Natal". Que consternação!

Ivone – "Foi quinta? Ah, cara! É verdade."

Xangola – "Aquilo foi terça."

Ivone – "Ah, eu estava doida! É que eu perguntei para alguém que dia que foi a reunião."

Xangola – "Eu estava com vocês. Eu podia até me confundir, mas foi terça."

Ivone – "Ah, é? Está certo."

Xangola – "Então tá."

Ivone – "Aquele negócio de"... (não sei se é Piracicaba ou Panapicaba) "Está errado o que eu falei."

Xangola – "Mas depois disso ele assinou."

Só quero encerrar esse trecho aqui que ele chama para sair para beber. Não sei se é beber o defunto, porque no Nordeste tinha esse negócio: o cara morre e se bebe a noite toda.

Xangola – "O quê?"

Ivone – "Eu queria... Eu que peguei, mas ele assinou o negócio."

Xangola – "Então, mas foi terça, não foi quinta."

Ivone – "Tá."

Xangola – "Só para..."

Ivone – "Eu estava meio pirada mesmo."

Xangola – "Não, mas isso para mim não é nada de mais."

Ivone – "Tá, Xangola."

Xangola – "Mas eu acho que você tem que ir, viu?"

Ivone – "Tá bom. A gente precisa fazer uma reunião para falar desse código."

Xangola – "Precisamos. Nós precisamos fazer uma reunião para beber, assim."

Ivone – "É, também estou aceitando esse convite. Seria bom se fosse perto da minha casa, porque não posso ficar bêbada e sair na rua."

Xangola – "Não, mas não tem importância."

Ivone – "Não?"

Xangola – "Gostei da tua entrevista porque você não chamou o Eduardo Suplicy de..."

Tem um palavrão, Senador, aqui. Depois pegue isto aqui.

Ivone – "Você viu o que eu falei?"

Xangola – "Eu vi. Eu vi."

Ivone – "Ah, eu falei o quê?"

Xangola – "Não, eu estou só brincando, porque esse é um... (outro palavrão) "e esse daí tinha que..." (outro palavrão. Aí outro palavrão.)

Ivone – "Mas o Genoíno é pior."

Xangola – "É?"

Ivone – "É. O Genoíno, cara, queria que eu parasse de chorar e parasse de tremer para me referir ao Senador Roberto Freire." (Não entendi nada.)

Xangola – "Manda ele ir para aquele lugar."

Ivone – Não, eu falei: "Senador, o senhor me desculpe. Eu não estou no momento de fazer muita sala. Você entende, não é?" para o Genoíno. Ele estava...

Xangola – "Por que não falou?"

Bom, eu não entendi nada. Eu li...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Se quiser ouvir, a gente localizou este trecho aqui.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Com a benevolência de V. Exª...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas penso que foi bem interpretado.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Foi bem traduzido? Se a Senadora abre mão...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Tudo bem.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu fiz a leitura, até porque a Senadora não teve tempo hábil para isso. Encerro minha fala reiterando, Sr. Presidente, o que oficiei na terça-feira. Certamente gostaria que V. Exª submetesse à votação meu requerimento para que façamos uma oitiva em São Paulo. O requerimento já está protocolado e precisa ser votado. Trata-se de uma oitiva com os seqüestradores do Celso, com o Sérgio, porque creio que interessa a ele esclarecer isso, e também com a presença do Deputado Estadual Romeu Tuma Júnior, que quer ser convidado a vir a esta CPI, porque iniciou o caso, além das pessoas citadas no documento a que V. Exª fez referência, quando fez as inquirições, das pessoas que depositaram para ele e das pessoas que receberam dele, porque tenho certeza de que essas pessoas estão assistindo em casa e têm todo o interesse de fazer o esclarecimento para que não haja essa mácula no nome delas.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Sérgio: Eu torço para que o senhor prove de fato a sua inocência, pois o senhor diz que é inocente. Até porque um processo precisa ser encerrado para serem declarados os culpados nessa questão. Lamento que nenhum raciocínio feito pelo senhor aponte para qualquer tipo de indício de que haja provas a seu favor. E todos os documentos e sigilos quebrados, e todos os depoimentos, desde os dos bandidos e dos seqüestradores até os das pessoas de bem que fizeram depoimentos, e as declarações últimas agora, das pessoas anônimas daquela rua que falaram com o Senador Suplicy, apontam para um fardo extremamente pesado para as costas do senhor.

Eu torço para que o senhor seja realmente inocente nessa questão, mas se não for, é preciso que se faça Justiça, porque ninguém tem direito de atentar contra a integridade física ou atentar contra a existência de alguém.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª deseja acrescentar alguma coisa, Sr. Sérgio Gomes da Silva?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Rapidamente, Srs. Senadores, Srª Senadora, quero, na verdade, agradecer o fato, independentemente da opinião que cada um possa ter, de eu ter vindo e ter falado. Eu nunca tive essa oportunidade, nunca tive, de trazer o que aconteceu, a verdade, e com as confusões. Porque um fato, quando ocorre, ele traz confusões junto. Você não lembra. É uma situação, eu repito aqui, as pessoas, de verdade, não fazem idéia do que é estar numa situação dessas.

E eu compreendo que tenham dúvidas, que tenham... Agora, eu sei que no processo judicial toda a mentira, toda a armação vai ser desmontada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Armação de quem?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O processo da morte do Celso é um processo montado contra mim...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem é que fez essa armação contra o senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É um processo montado pelo Ministério Público contra mim. Montado. Cirurgicamente montado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor já depôs no Ministério Público?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E se for convidado o senhor vai?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu deponho, segundos os meus advogados, em várias instâncias. Para o Ministério Público, não.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas se o senhor for convocado pelo Ministério Público, o senhor tem que ir. Não tem esse negócio de não vou.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu vou, mas eu me reservo o direito de não depor. Eu deponho em várias instâncias, mas para o Ministério Público...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim, mas quais as razões que o Ministério Público teria para crucificar o senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não acredito na imparcialidade do trabalho do Ministério Público.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu estou perguntando as razões, porque eles têm que estar motivados. Havia uma motivação para eles armarem, para contratarem os bandidos, para contratarem os carros, entendeu, para fazerem toda a armação, para prejudicarem o senhor.

Até acertar com o senhor o detalhe de não abrir as portas, ou de abrir. Qual é a motivação dele, do Ministério Público?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não tenho elementos para falar sobre a motivação. Eu tenho elementos para falar sobre as coisas que foram trazidas para o processo que são inverídicas.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor fala inverídicas, e tal, mas o senhor não tem argumento para nada.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu tenho, eu disse, eu disse aqui, depoimentos que não são verdadeiros, que foram mudados depois. Eu fui preso...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Então, inverídicos, não são verdadeiros, e tal.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu fui preso, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Um momentinho, calma. Deixe-me falar uma coisa para você. Quando o senhor faz isso, o senhor não colabora em nada para provar a inocência do senhor não. O senhor não colabora em nada não. O Ministério Público tem erros, como qualquer instituição tem. Mas eu quero falar uma coisa para o senhor aqui: ai deste País se não tivesse Ministério Público.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu concordo com o senhor.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E o Ministério Público...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não estou falando da instituição.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E o Ministério Público não ia se dar ao trabalho, o Ministério Público de São Paulo...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – De Santo André.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – ...de Santo André, de armar contra o senhor especificamente. Há uma série de pessoas envolvidas. Nos seus sigilos tem pessoas que fizeram depósitos assombrosos para o senhor, que escoaram da sua conta para outra. Foi o Ministério Público que contratou essas pessoas, foi o Ministério Público que deu dinheiro para elas depositarem na sua conta, foi o Ministério que abriu conta no banco para o senhor, foi o Ministério Público que mandou o senhor meter os cheques para essas pessoas que... Está tudo comprovado aqui na CPI.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Os cheques que saíram da minha conta foram cheques meus, dados para as pessoas, eventualmente. Não tem crime nisso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Deixe-me falar para o senhor...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não tem crime nisso, Excelência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Um momento, um momento. Dá licença.

Foi o Ministério Público que mandou o senhor telefonar para Gilberto Carvalho? "Precisamos armar um esquema". Esquema? Esquema de quê?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª concorda que é crime juntar vários depósitos e emitir uma nota fiscal.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É crime?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou perguntando se é. São vários depósitos, o senhor soma todos esses depósitos...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu dava uma nota fiscal periódica. Era o que eu fazia. Não vejo isso como crime.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – De várias pessoas que depositavam esse dinheiro.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª disse.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Do Ronan.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Do Ronan, não.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Do Ronan.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor emitiu nota fiscal até de quem não sabia quem era.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Porque, para mim, o depósito era do Ronan.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, para o Ronan, o senhor fazia tudo.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, eu tinha que fazer as notas fiscais.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Até porque V. Sª, quando disse que teve contrato de risco... Quando foi que V. Sª começou a ser empresário?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Em 1997.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, em 2001, 2002, o senhor já estava bem equilibrado, não é? Estava ou não estava?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – O que significa, Senador, equilibrado?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Equilibrado é com capital.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, eu tinha algum capital, claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E V. Sª continuava naquele contrato de risco nos ônibus? Não investia nada no capital?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Logo depois de 2002, após a morte...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, antes da morte.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Risco?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª disse que era sócio de um contrato de risco: se desse certo, muito bem; se não desse, o Ronan assumia.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não. A empresa estava indo relativamente bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estava, não é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Estava. Pelo menos...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Que empresa estava indo relativamente bem.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A Costa do Sol, com ônibus novos...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Costa do Sol ou Princesa do Sol?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Costa do Sol.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Conheceu a Princesa do Sol? Era outra?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Era uma outra empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor... A Costa do Sol era onde?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Fortaleza.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E a Princesa do Sol era onde?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Acho que em Catanduva, não tenho certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, V. Sª está errado. Era em Várzea Grande. Essa aí é outra.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Em Várzea Grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem era dessa cidade que o senhor citou? Qual era a firma?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não me lembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não lembra?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu preciso pegar os contratos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª sempre esquece quando não quer dizer a verdade.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, eu não trouxe os contratos. Não é...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor se lembra de quantos veículos tinha na Princesa do Sol?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A Princesa tinha doze ou treze veículos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, pode colocar mais um pouquinho.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, era o que o Ronan... É o que eu me lembro, o que o Ronan me passou na época.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tinha 17 veículos.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – É que três são reserva, quatro, eventualmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quanto o senhor faturava nessa empresa? Ou ela estava quebrada?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Qual? A Princesa?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, na Princesa nunca houve retirada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nunca houve retirada. O senhor emprestava o seu nome só?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, a idéia era...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Espera aí. O senhor emprestava seu nome. O senhor é sócio, disse que tem 50%... Espere aí, explique, vamos esclarecer, queremos esclarecimentos. O senhor disse que tinha 50% no começo dessa empresa, que era lá em Várzea Grande, em Mato Grosso.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não disse que tinha 50%. Eu não lembro o percentual.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tinha 10%? Vamos admitir.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu tinha 50% na Costa do Sol, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim. Agora, pergunto: nessa, V. Sª tinha o quê, mais ou menos?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Talvez 25%, não lembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nunca fez retirada nela?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Nunca houve retirada, porque era uma empresa deficitária.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu acho que era 50%. V. Sª vai mandar os documentos...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Pode ser, pode ser.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E V. Sª nunca fez uma retirada?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não, dessa empresa, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas sabe por que nunca retirou?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Porque ela não tinha, ela não dava...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Escute V. Sª.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – ...o lucro para que fosse retirado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem.

> "O empresário Sérgio Gomes da Silva – acusado pelo Ministério Público Estadual de São Paulo de ter mandado matar o ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel, em 2001 –, em 2001, já atuou como sócio proprietário da Princesa do Sol quando a empresa de transporte fazia parte do sistema de transporte coletivo em Várzea Grande, Mato Grosso". Perfeito?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – "Consta da sociedade, conforme certidão negativa de dívida emitida pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso em 10 de julho de 2002, que a Princesa do Sol respondeu por 13 linhas de ônibus de Várzea Grande entre 2000 e 2002, sendo 17 veículos, de acordo com o atestado de desempenho satisfatório assinado pelo Superintendente de Trânsito e Transporte Urbano da cidade, da época, Sr. Luiz Nelson da Silva".

Segundo a certidão negativa da Procuradoria, além de V. Sª, constava da sociedade da Princesa do Sol Ronan Maria Pinto e Henrique Gerpi Escudero. O senhor conhece?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não conheci o Henrique. Não lembro de ter conhecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não conhece? O senhor disse aqui que conhecia.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Então, eu disse que a minha sociedade na Princesa do Sol foi muito curta e ele vendeu a empresa rapidamente. Eu não tive contato com...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não vendeu, não.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ele disse... O que ele me disse é que tinha vendido.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Entre 2000 e 2002, V. Sª acaba de confessar que era um "laranja" do Sr. Ronan Pinto.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Se o senhor emprestava o nome do senhor...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor, não emprestava o nome.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor emprestava o nome do senhor... V. Sª nunca assinou um documento?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Porque a administração ficava por conta do Ronan. Ele entedia mais do negócio do que eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A de lá também? A de Fortaleza?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Também de Fortaleza. Ele assinava...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E V. Sª fazia o que nessas empresas?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu ajudava na administração, estava sempre presente porque ele não estava presente em todas .

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nunca tirou nenhum real dessas empresas?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, da Costa do Sol, sim, com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu tinha um pró-labore.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª conhecia uma empresa chamada Sol Bus?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sol Bus?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Porque tudo de V. Sª era com Sol no meio: era Princesa do Sol, era... Qual era a outra? Costa do Sol. V. Sª conhecia uma Sol Bus? Conhecia? Ao pé-da-letra, Sol Bus? É porque fui lá para o inglês.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Acho que era uma das empresas do Ronan. Acho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Acha, não é?

E Rotedali?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Rotedali era uma empresa do grupo do Ronan.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E Nova Cuiabá?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Nova Cuiabá era do grupo do Ronan.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E Cochipó?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Cochipó, eu não lembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Lembra, era tudo no mesmo lugar.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não lembro. Não lembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Era tudo no mesmo lugar.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Pode ser.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em 2000, atingindo sabe quanto? Oitenta e seis por cento da frota de ônibus de Cuiabá. V. Sª sabia que ele dominava, era um verdadeiro cartel ali em Cuiabá. V. Sª sabia disso.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu sabia que ele era empresário em Cuiabá, empresário de porte, mas não sabia quanto. Se era cartel ou não, isso não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não fazia diferença, não é?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não sei, não tenho essa informação. Saber se era cartel ou não, Excelência, eu não sei. Não, por que cartel?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Porque 86%... Quem tem 86%... Acho que é até contra a lei, que não é permitido.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não sei, mas aí é empresa do Ronan.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O Cade tinha de tomar uma providência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não ajudava a administrar as empresas dele?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor dava nota fiscal também para essas empresas?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ajudava a administrar a empresa de que eu era sócio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor dava nota fiscal para essas empresas também? Porque o senhor prestava serviço ao Ronan.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu prestava serviço e ele pedia a nota fiscal, ele dizia para que empresa mandava a nota fiscal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o senhor mandava independente de qualquer coisa?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Independente, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor vendia nota fiscal?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mandava a nota fiscal...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor vendia nota fiscal?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não senhor, não senhor, nunca vendi uma nota fiscal. Até porque as notas fiscais se referem a depósitos que foram feitos na minha conta e prestação de serviços. Nunca vendi nota fiscal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, mas esse dinheiro não voltava, esse dinheiro depois V. Sª depositava em outros nomes.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor. Eu tenho... Os meus bens são absolutamente compatíveis, no meu imposto de renda, com os depósitos que estão na minha conta com o dinheiro que ganhei. Se eu devolvi o dinheiro, eu não poderia ...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas se V. Sª não tinha nenhuma retirada das suas empresas...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Tinha da Costa do Sol, sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quanto V. Sª retirava por mês?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Preciso, de novo, pegar. Tinha um *pró-labore* que eu retirava.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quanto?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu tinha uma poupança feita, tinha dinheiro guardado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Poupança de...?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, dinheiro que tinha ganhado. Então, assim, o meu imposto de renda é absolutamente compatível com meus bens e com o que recebi. Eu não dei dinheiro, eu não passei dinheiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª foi alguma vez a Cuiabá?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Fui uma duas ou três com ele a Cuiabá?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É? O senhor conhecia algum político de lá? *(Pausa.)*

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não que eu lembre.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nenhum deputado estadual?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor, não que eu lembre.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nenhum deputado estadual que tinha empresa de ônibus?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não. Ele tinha vários amigos, eu almocei algumas vezes, mas não posso dizer se era deputado ou não. Não lembro. Efetivamente, não lembro. Não, não, não sei era, eu não... Ele tinha relações em Cuiabá porque era empresário lá. Eu não, eu ia.....

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor conheceu o Presidente do Sindicato Mato-Grossense dos Transportes Urbanos?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Acho que estive no Sindicato uma vez com o Ronan. Não sei se... Não conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse nome lhe é conhecido: José Renato Leal? Olha que V. Sª conhece!

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Cuiabá? Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou falando do Sindicato Mato-Grossense dos Transportes Urbanos.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não, lembro. Eu não lembro especificamente de José. Não, não lembro. Eu tinha... não relação com as pessoas... Ele me apresentou algumas pessoas, eventualmente, em encontros.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois veja bem, esse cidadão foi sócio do Ronan na Sol Bus, na Rotedali, na Cochipó e Nova Cuiabá e aparecia nas composições societárias da Princesa do Sol. O senhor não conhecia? Fazia parte da sociedade...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ronan tinha muitos negócios e muitos sócios. Eu não tinha interesse, inclusive, em conhecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E da Nova Cuiabá?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não conheço sócios da Nova Cuiabá.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Essas informações me foram repassadas pela Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILA** – Excelência, o Ronan pode esclarecer isso, os sócios dele na Nova Cuiabá.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pena que eu só percebi depois que ele saiu. Mas V. Sª já confirmou muita coisa aqui.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas na acareação em que vem o Ronan e a dona da empresa que fez a denúncia, Sr. Presidente, estou incluindo o nome do Sr. Sérgio para ele participar dessa acareação. O senhor certamente nos fará muitas visitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É verdade que a parte dos ônus da Princesa do Sol pertencia à Rotedalli?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não tenho essa informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem. Só fiquei com uma dúvida, Senador Eduardo Suplicy. V. Exª me convenceu em tudo. Agora, faltou uma pergunta a ser feita: na hora em que retiraram o Sr. Celso Daniel de dentro do carro, o que os bandidos disseram a V. Sª, que estava lá? O que eles disseram ao senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Especificamente para mim, eles não disseram nada, não. Eles gritavam o tempo todo. "Sai, sai, sai, sai, cala a boca." É isso que eles faziam. Especificamente, para mim, eles não disseram nada. Disseram isso para nós dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Apontaram arma para V. Sª?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Minha porta, depois, foi aberta, e um pegava no meu braço, eu segurava o Celso...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem abriu a porta? Foi o senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, depois da porta do Celso aberta... Eu estava segurando ele, não queria deixar ele sair.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas como o cidadão está do lado de fora, puxando...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, tinha dois do lado do Celso e um do meu lado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas, então, quem abriu a porta do senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A minha porta, certamente fui eu. Eu não lembro detalhadamente disso. Mas eu lembro que eu abri, depois da porta aberta...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor teve tanto cuidado na hora que bateu o carro, sentiu que o trinco abriu, o senhor ficou fechando...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA –** Não, eu disse que achava que o trinco tinha aberto. Eu não disse, eu não afirmei que abri...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, o senhor afirmou, não no depoimento.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu sentia que abria.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sentia que abriu, aí fechava. O senhor dizia que batia aqui com...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mas as portas estavam travadas. No momento em que eles chegaram, as portas estavam travadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então quem abriu a porta do senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Ah?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem abriu a porta do senhor, para o senhor sair?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Certamente, fui eu, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Saiu tranqüilamente?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não saí tranqüilamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas tinha alguém apontando arma para o senhor lá fora?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – No momento do seqüestro, que eu lembro, eles tiram o Celso Daniel, eu estava segurando do Celso pelo braço. Eles puxaram o Celso Daniel, e tinha um seqüestrador apontando uma arma para mim e me puxando pelo braço. É o que eu lembro. Para mim, é o que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas como é que o senhor, puxando pelo braço esquerdo, se a porta estava fechada?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Como eu disse no meu primeiro depoimento, depois que o Celso, depois que a porta abriu, que eles estavam tentando puxar o Celso, que eu segurava o Celso, eu devo... não posso afirmar, mas eu devo ter aberto a minha porta também. Naquele momento, você não sabe, não consegue detalhar uma coisa dessas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor não conseguia engatar a marcha...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sim, mas, nesse momento, não estava mais tentando engatar, eu estava segurando, estava tentando segurar o Celso. As coisas acontecem concomitantemente. Acontece tudo ao mesmo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não acha estranho deixarem o senhor lá, não? *(Pausa)*

O senhor não acha estranho? Eles não sabiam quem era o Sr. Celso Daniel. O senhor concorda que os bandidos não sabiam quem era o Sr. Celso Daniel?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Claro que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Claro que não. E o senhor acha que bandido vai pegar uma pessoa e deixar outra, depois que o senhor viu tudo, viu a face de cada um deles?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não posso, aqui, falar pelos seqüestradores...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não pode, mas também posso lhe dizer que o depoimento de V. Sª está repleto de inverdades.

Penso que prestamos, esta CPI, até o presente momento, um grande serviço para o nosso Relator, para que S. Exª possa tirar as suas conclusões.

Lamento, sinceramente, que V. Sª não veio cooperar.

V. Sª está disposto a acareações que serão feitas aqui. Não há nenhum constrangimento de V. Sª?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu sempre consulto os meus advogados.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, mas não...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Mas, a princípio, eu estou disposto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A princípio ou aceita?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, não. Eu aceito, mas eu sempre sigo o que os meus advogados dizem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas não...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu não conheço tecnicamente as coisas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Acabou de se dizer aqui...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Se convocado, o senhor vai ter de vir.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª queria que seu advogado…

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu estou disposto a vir.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pronto. Só isso. Agradeço a V. Sª.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda há que se perguntar aqui sobre aquelas tabelas, com relação ao que era pago por cada empresa de ônibus, contribuições de 100 mil a 150 mil, em 1998.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu acho que seria interessante, Sr. Relator e Sr. Presidente, mostrar as duas tabelas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma iniciativa do Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – São duas tabelas em duas páginas seguintes. Se puder mostrar ao Sr. Sérgio Gomes da Silva...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Só para concluir. Para encerrar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E, daí, se ele pode dar a explicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Um minuto só.

O senhor conhece a Ensa? Empresa de ônibus. Lá de Santo André.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A Ensa... Conheço a Ensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A São José?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – A São José eu conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A Humaitá?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Humaitá, conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Curuçá?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Padroeira?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – São Camilo?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E a...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – São todas de Santo André, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois é. Está aqui um...

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – R$100 mil para depositar até dia 30/12/98 para Sérgio Gomes da Silva, conta corrente nº tal, no Banespa. Proporção das empresas – que era de acordo com os ônibus. Está aqui o valor. Consta na quebra do sigilo de V. Sª exatamente esse valor, depositado nessa data.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu desconheço esse documento, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Teve nota fiscal?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Eu desconheço esse documento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª deu nota fiscal desses 100 mil? Lembra se deu uma nota fiscal de 100 mil ou não, para o Sr. Ronan Pinto, nessa data?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas deu. Mas deu nota fiscal.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Se dei um nota fiscal, foi em pagamento ao Ronan. É isso que estou afirmando...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu só quero ouvir isto aqui do senhor. O senhor transformava em nota fiscal para o Sr. Ronan todo dinheiro que entrava na conta do senhor?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Todo dinheiro que entrou do pagamento de serviços que eu prestei ao Ronan era dado nota fiscal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Inclusive os que o senhor não sabia. É o caso.

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Inclusive aqueles que eu não identifiquei como depósito...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas, mesmo assim, dava nota fiscal?

**O SR. SÉRGIO GOMES DA SILVA** – Porque, para mim, eram depósitos feitos pelo Ronan.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ..., é só para registrar que, há poucos instantes, eu mantive um contato telefônico com a Drª Grace Lane

Morais Rodrigues, que é advogada do Sr. Elcy Oliveira Brito, conhecido por Johnny. Ela confirma o depoimento que foi prestado pelo seu cliente, de acordo com o que foi lido aqui pelo Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está confirmado. Ele não confirma.

O próprio depoente precisa de um intervalo. Antes desse intervalo, vou encerrar a reunião, agradecendo a V. Sª, aos senhores advogados e aos Srs. Parlamentares.

Está encerrada a reunião.

**Ata da 37ª Reunião Realizada em 22 de novembro de 2005**

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e trinta e três minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita, José Jorge, Arthur Virgílio, Sibá Machado, Ideli Salvatti e Wellington Salgado, membros; presentes ainda o Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, César Borges, Aloizio Mercadante e Jefferson Peres, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva do Senhor Paulo Tarciso Okamotto, Presidente do Sebrae, seguida de Reunião Administrativa, para apreciação e votação de requerimentos e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. O Senador Eduardo Suplicy informa que o Senhor Jack, testemunha, protegida na forma da lei, do planejamento da morte do prefeito de Campinas, Antônio da Costa Santos, o Toninho, em 2001, encontra-se a disposição desta CPI para que seja ouvido em sua própria cidade, na próxima segunda-feira; assim sendo, propõe a presidência que constitua uma subcomissão para que se faça uma acareação entre o Senhor Jack e os Senhores Klinger de Oliveira Souza, Sérgio Gomes da Silva "Sombra", Ronam Maria Pinto, José Erivan Aleixo da Silva, Ivan Rodrigues da Silva, José Edílson da Silva, Itamar Messias Silva dos Santos, Rodolfo Rodrigo dos Santos Oliveira, Elcyd Oliveira Brito e Marcos Roberto Bispo dos Santos. O presidente coloca em votação a formação da subcomissão para a acareação e, aprovada, constitui a subcomissão com os Senhores Senadores Magno Malta, como relator da subcomissão, Eduardo Suplicy e Romeu Tuma. Em seguida, a presidência informa que a comissão deve deliberar hoje pela convocação do Ministro Antônio Palocci; pela ordem o Senador Tião Viana informa que o Ministro está de acordo em vir prestar esclarecimentos perante a CPI e solicita que o mesmo não seja convocado e sim convidado. Após breve discussão do plenário, o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, cientifica sua posição pelo entendimento entre os membros da Comissão. O presidente solicita às lideranças partidárias que façam acordo sobre o assunto que só será deliberado após o depoimento. Ato contínuo, convida o Senhor Paulo Tarciso Okamotto para tomar assento à Mesa. Com a palavra o depoente que faz um breve relato sobre os fatos ocorridos. A presidência passa a palavra ao Relator para seus questionamentos iniciais, seguido de acordo com a lista de inscrição pelos Senadores Antônio Carlos Magalhães, Arthur Virgílio, José Jorge e Tião Viana. Pela ordem, o Senador Antônio Carlos Magalhães solicita que a Presidência coloque em votação a questão levantada pelo Senador Tião Viana, com respeito a vinda do Ministro Antônio Palocci, sob pena de não haver quorum em momento oportuno. O presidente concorda e coloca em votação a proposta que transfere ao Presidente, Senador Efraim Morais, a incumbência de marcar a data diretamente com o Ministro, através de convite, desde que seja assinado pelo Ministro Palocci termo que autorize a Comissão a utilizar como prova seus esclarecimentos. Em seguida, o presidente segue com a lista de inscrição para inquirição do Senhor Paulo Tarciso Okamotto, passando a palavra aos Senadores Ideli Salvatti, José Agripino Maia, Eduardo Suplicy, Jefferson Peres, Eduardo Suplicy e Magno Malta. A presidência agradece ao depoente pelo depoimento prestado e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião as dezesseis hora e quarenta e cinco minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. FPL – PB) – Há número regimental.

Declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas

de bingos para prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas e concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Paulo Okamotto. Em seguida, haverá uma reunião administrativa.

Informo aos Srs. Senadores que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra, pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar que na sexta-feira conversei muito brevemente por telefone e ontem mais longamente com uma pessoa, inclusive levando em conta o apelo do Sr. Paulo, irmão do Prefeito Toninho, no sentido de que esta CPI deveria ouvir o depoimento dessa pessoa, que precisa, por razões de segurança pessoal e familiar, estar protegida. Vamos denominá-la de Jack.

O Sr. Jack, segundo me informou por telefone, trabalhava em um bingo no ano 2001. Ele costumava pernoitar no local desse bingo. Havia solicitado autorização do segurança do lugar onde trabalhava para pernoitar, porque era um pouco distante a sua residência, para que ele pudesse aguardar o primeiro ônibus da madrugada ou da manhã seguinte para se deslocar. Durante a noite, pernoitava no próprio salão de bingo. Foi nessa circunstância que, por três noites diferentes, ele acabou ouvindo, testemunhando, assistindo ao momento em que um grupo de pessoas tramou o assassinato do Prefeito de Campinas, o Toninho, Antônio da Costa Santos.

Por tudo que ele disse ter visto, inclusive pelas pressões que também sofreu e até hoje sofre para não levar adiante, mas tendo em conta a disposição dele de falar, em caráter reservado, como testemunha protegida, é que eu gostaria de fazer uma sugestão ao Sr. Presidente Efraim Morais. Uma forma seria ele vir aqui e falar reservadamente. Mas há outra forma possivelmente mais simples: acredito que, pelos requerimentos aprovados na semana passada, incluindo o do Senador Magno Malta, é possível que uma subcomissão desta CPI se desloque a São Paulo para ouvir a acareação entre o Sr. Sérgio Gomes da Silva e os sete indiciados pelo crime de seqüestro e morte do Prefeito Celso Daniel.

Sr. Presidente, em termos práticos, a minha sugestão é a de que V. Exª designe uma subcomissão para ouvir o Sr. Jack. Sugiro que seja na próxima segunda-feira, às 11 horas, porque é um horário em que posso – às 9 horas tenho um compromisso, mas às 11 horas eu já poderia me deslocar. Com a colaboração de outros Srs. Senadores, eventualmente até aproveitaríamos para fazer, no mesmo dia posteriormente, aquela acareação, se for essa a determinação da CPI.

Fica a sugestão, portanto.

Assinalo que o requerimento que apresentei hoje, em verdade, já está aprovado por iniciativa do Senador Juvêncio da Fonseca. Portanto, meu requerimento acresce ao que esta CPI já aprovou. Apenas assinalo que, sim, existe essa pessoa e que ela falou que está disposta a revelar o que testemunhou.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy. O requerimento de V. Exª, como bem colocou, já foi aprovado. Vamos decidir pela criação dessa Subcomissão, atendendo a V. Exª. Há pouco, eu conversava também com o Senador Magno Malta, que pensa da mesma forma que V. Exª. Com a autorização do nosso Relator, vamos nomear...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Senão a participação do Senador Garibaldi Alves Filho porque sua qualidade de Relator não é facilmente substituída.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas S. Exª me disse que já tem compromissos assumidos em seu Estado.

Assim, vou designar V. Exª, o Senador Magno Malta e o Senador Romeu Tuma, para que, sob a Presidência do Senador Eduardo Suplicy e a Relatoria do Senador Magno Malta, possamos realizar a oitiva, na segunda-feira, em caráter sigiloso, do garçom conhecido por Jack, testemunha – protegida na forma da lei – do planejamento da morte do Prefeito de Campinas Antônio Costa Santos, o Toninho, em 2001.

O requerimento de V. Exª está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Está constituída a Subcomissão de acordo com a solicitação de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Apenas registro que ele é o garçom ou *sushiman* ou talvez até cozinheiro também.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, apenas para acrescentar que, uma vez estando a Subcomissão em São Paulo – há requerimento meu que será votado –, poderemos proceder à oitiva – essa,

sim, sem caráter sigiloso –, em São Paulo, dos matadores e seqüestradores do Celso Daniel com o Sr. Sérgio Gomes, vulgo Sombra – ele não gosta desse apelido. Sugiro que procedamos também a essa oitiva em São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos aproveitar a ida da Subcomissão para já fazermos essa acareação proposta por V. Exª.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Paulo Okamotto para seus esclarecimentos. (Pausa.)

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Suplicy, antes de conceder a palavra ao Dr. Paulo Okamotto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente Senador Efraim Morais, nós vamos ter a oportunidade de ouvir o Presidente do Sebrae, Sr. Paulo Okamotto, e eu sei que V. Exª estava aguardando aqui a presença de Senadores dos mais diversos Partidos, inclusive por isso é que eu assinalei a presença do Senador César Borges, do PFL, além de V. Exª, mas como Presidente é bom ter pelo menos outro do PFL presente, assim como será bom ter alguém do PSDB o quanto antes. Mas por que razão? Nós sabemos que está pendente de exame o requerimento relativo ao Ministro da Fazenda Antônio Palocci, e nós acreditamos, Sr. Presidente – eu há pouco conversava com V. Exª –, que, tendo em vista, a palavra publicamente dada pelo Ministro Palocci, da disposição dele em comparecer ao Congresso Nacional, a quaisquer Comissões, inclusive às CPIs, para esclarecimento... Acaba de chegar o Senador Antonio Carlos... Então esse assunto poderia até ser apreciado antes mesmo de ouvirmos o Sr. Paulo Okamotto.

Sr. Presidente, tendo em conta até o fato de o Senador Tião Viana, ainda na reunião da semana passada, ter dialogado com o Ministro Antônio Palocci e transmitido, inclusive a V. Exª, a disposição dele de aqui comparecer, a minha sugestão – seria importante ouvir todos os presentes – é que possa V. Exª dialogar com o Ministro Antônio Palocci, informá-lo que há um requerimento aqui para convocá-lo. Mas como ele mesmo disse "estou disposto a vir", podemos transformar a convocação em convite. Muitas vezes isso aconteceu, Sr. Presidente. Inúmeras vezes, Ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso que seriam convocados foram convidados e compareceram. Seria um procedimento de respeito, de cortesia ao Ministro dizer-lhe que há aqui um requerimento de convocação para ser votado, mas, se S. Exª diz que deseja vir aqui prestar esclarecimento, seria até adequado. Eu faço essa sugestão, Sr. Presidente, mas acho que é importante ouvirmos os Senadores do PFL, do PSDB, da Oposição.

Lembro, Senador Antonio Carlos, quando éramos nós a Oposição e surgia um requerimento de convocação, se um Ministro dizia "Eu gostaria de ir", tantas vezes transformamos o requerimento em convite. Então é a minha sugestão, é uma questão de cortesia e respeito. Afinal os próprios Senadores da Oposição, de todos os Partidos, ainda na semana passada, demonstraram significativo respeito ao Ministro Antônio Palocci, inclusive o Senador José Jorge dizendo que iria reservar as perguntas sobre questões relativas às que foram aqui levantadas nesta CPI para serem indagadas nesta CPI.

E o Ministro diz: "Me disponho a ir". Então, é uma sugestão no sentido do bom relacionamento entre nós da Oposição e da Situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Peço já desculpas ao Dr. Paulo pelo atraso em função de uma inauguração de exposição de obras de arte que a Casa promoveu, com a presença do Presidente Renan – daremos prioridade à oitiva do Sr. Paulo Okamotto. Essa foi a decisão tomada pela Mesa para que nós possamos, quem sabe, no final, ter um entendimento.

Devo dizer que esta Presidência, a partir da última quinta-feira, foi de grande cortesia com o nosso Ministro. Se quiséssemos aprovar na última quinta-feira o requerimento, até o Partido de V. Exª teria apoiado. Mas entendemos que, como o Sr. Ministro já havia comparecido na quarta-feira, aprovar esse requerimento para a quinta-feira seria talvez uma forma de pressão ao Ministro.

Conversei com os Senadores José Jorge e Tião Viana. O Senador Tião Viana ligou para o Ministro, nós acertamos, eu conversei com o Ministro pelo telefone do Senador Tião e combinamos com o Ministro que votaríamos o requerimento de convocação – até porque era o requerimento que havia – e daríamos ao Ministro o direito de ver a sua conveniência dentro da sua agenda, atendendo também a conveniência desta Presidência e desta CPI. A nossa conveniência era de que o Ministro marcasse até o dia 10 de dezembro a data. Daí, levantou-se a hipótese de que poderia ficar muito longe. Se, aprovado o requerimento, ele desejar vir amanhã ou depois de amanhã, nós abriremos todos os espaços que se fizerem necessários. Devo dizer a V. Exª que esse foi o entendimento da última quinta-feira com o Senador Tião, que conversou com o Ministro, e com o Senador José Jorge. E eu tive a oportunidade de conversar.

Estranhamente, na manhã de hoje, tenho outra posição da base governista. Quando se refere a convite, não tenho nenhuma solicitação de convite. Tenho que colocar em votação o requerimento do Senador Geraldo Mesquita, que é o requerimento de convocação, e a Presidência tem trabalhado dentro do entendimento que há nesta Casa. Os Partidos políticos e as Lideranças podem avançar. A posição da Presidência é exatamente esta, de colocar aquilo que eu tenho à disposição e eu só tenho requerimento de convocação. Então não posso fazer outro tipo de votação a não ser essa. Para o esclarecimento de V. Exª. Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Caro Presidente Efraim, Srªs e Srs. Senadores, apenas a título de esclarecimento, quero dizer que V. Exª está sendo fiel aos fatos quando diz que conversou com o Ministro Palocci, que houve entendimento de que votaríamos hoje o requerimento de convocação dele.

O Ministro insistia naquele momento que tivesse um prazo até terça-feira – que era hoje – para nós conseguirmos, conversando com os Senadores da Oposição, construir a possibilidade de ele vir por convite. O que ele deixa clara e inquestionável é a sua disposição de atender a um pedido ou um convite da CPI. A qualquer momento, havendo um fato concreto, ele virá prestar todo esclarecimento. Inclusive, ontem, quando eu liguei para confirmar essa decisão, ele solicitou que se transmitisse aos Senadores que bastaria um telefonema do Presidente Efraim dizendo que há um fato concreto e que ele deve vir prestar esclarecimentos que ele virá. O único desconforto do Ministro nesse momento é a exigência de uma convocação que ele entende como um constrangimento à função pública que ele exerce. Mas o Ministro se mostra completamente sensível e solidário a toda e qualquer dúvida da Comissão; ele não via dificuldade em se construir esse entendimento. Falei com V. Exª ontem e também com outros Líderes, como o Senador José Agripino e Senador Arthur Virgílio, e conversei ainda hoje com o Senador José Jorge. Expliquei a situação ao Senador Garibaldi Alves Filho também, e V. Exª se mostrou cético, alegando que o único caminho era o de votar a convocação. Eu disse que, diante disso, talvez caminhássemos para um voto divergente, mas respeitando os fatos que V. Exª aqui relatou muito bem. Foi isso que ocorreu.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quem sabe possamos chegar a um entendimento sobre isso, Sr. Presidente, porque V. Exª mencionou que há sobre a mesa um requerimento de convocação. Então, faço a seguinte sugestão: apresento um requerimento, transformando a convocação em convite, para que possa ser formalmente examinado. Sendo assim, nós o aprovaríamos, se houver entendimento, se houver consenso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª apresenta um requerimento para convite. Já existe o de convocação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Exato.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ambos serão discutidos e votados.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas poderíamos chegar a um consenso. Tantas vezes nós concordamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª pode apresentar o requerimento.

Vamos iniciar o depoimento do Dr. Paulo Okamotto, e o tempo se encarregará dos entendimentos das Lideranças. Essa decisão não será da Presidência.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Desde o início desta CPI, tenho sido bem claro na Presidência da Comissão. Tenho feito a vontade da maioria, tenho feito a vontade dos senhores membros desta CPI. De minha parte, seria até prepotência decidir o que deve ser feito sem ouvi-los e sem atender àquilo que V. Exªs acordarem.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, pela ordem.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Senadores, eu gostaria de dizer que o Ministro Palocci foi à Comissão de Assuntos Econômicos por um convite daquela Comissão. Relembro também que, todas as vezes em que foi convidado, S. Exª veio a esta Casa sempre de pronto atendimento, com bastante disposição de diálogo e, mais do que isso, sempre esteve muito aberto a dialogar com todo o Senado, independentemente de Partido, com uma atitude bastante republicana no exercício da função de Ministro da Fazenda. Naquela ocasião, a antecipação foi feita basicamente porque havia alguns ruídos no mercado, seria feriado no dia 15 e o convite feito ficaria para o dia 22 de novembro. Todos avaliaram que era procedente antecipar a reunião – pelo menos as pessoas com que eu pude conversar e consultar –, para evitar aquele tipo de especulação e de tensionamento.

O sentimento de alguns Senadores desta Comissão era de que essa antecipação seria uma forma de tentar evitar a presença de S. Exª na CPI. O Ministro, em seu depoimento, disse publicamente – alguns Senadores aqui presentes estavam naquela Comissão – que estava integralmente à disposição da CPI para

esclarecer qualquer questão assim que a CPI julgasse oportuna a sua presença.

A ponderação que faço é a seguinte: diante da manifestação do Ministro, da sua disposição de contribuir com o que for necessário para esclarecer os fatos, na hora em que o trabalho da relatoria sentir que é oportuna a presença, de comum acordo, S. Exª estará presente imediatamente. Foi isso que o Ministro disse. Essa é a disposição. Creio que essa atitude demonstraria a responsabilidade de todos nós. Evidentemente, isso não retira a prerrogativa desta Comissão de convocar quem quer que seja necessário para o processo de discussão e estabelece um padrão de relacionamento que o Senado tem tido especialmente em relação a Ministros de Estado. Todos os Ministros têm comparecido com a total disposição de dialogar e de esclarecer, sempre na forma de convite.

Por isso, manifesto aos Senadores que me parece ser esse o melhor caminho desta Comissão. O Ministro Palocci expôs publicamente, com toda a transparência, sua disposição de colaborar no que fosse necessário. Assim que a CPI julgasse necessário, S. Exª estaria aqui, espontaneamente, disposto a participar e a contribuir. À medida que a relatoria sentir essa necessidade e manifestá-la, seguramente o Ministro estará aqui presente. Essa é a ponderação que faço ao Presidente, ao Relator e aos demais Membros. Entendo ser essa a cultura da nossa Casa. Seria um gesto importante, especialmente em função do papel que o Ministro exerce e também o reconhecimento da atitude que S. Exª teve não apenas com esta Casa durante esses dois anos e dez meses, mas também com esta Comissão na manifestação pública da sua disposição de comparecer, de estar presente assim que a Comissão julgasse oportuno.

Por isso faço esta reflexão ao Relator e trago essa manifestação do Ministro. A hora em que o Relator sentir a necessidade, o Ministro, de comum acordo, seguramente estará presente. E ponderaria ao Presidente que isso só aumenta a responsabilidade e ajuda a estabelecer um padrão de relacionamento que sempre foi marca do Senado Federal. Essa é a reflexão que trago aos Senadores e peço, portanto, que seja considerada essa hipótese como, diria, a melhor hipótese para o trabalho da CPMI e um reconhecimento pela manifestação pública do Ministro naquela oportunidade.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta, pela ordem.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, as colocações feitas nesse momento são completamente compreensíveis e plausíveis. É a compreensão que também tenho. Como temos um **quorum** qualificado embora eu saiba...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero inclusive parabenizar os Senadores pelo **quorum**.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – E V. Exª já havia me dito e ao Plenário da CPMI que colocaria os requerimentos para serem votados após ouvirmos o Dr. Paulo Okamotto, mas em função disso solicito a V. Exª, em havendo a probabilidade, que fizéssemos essa votação nesse momento, pelo menos nos livraríamos desse assunto e já prosseguiríamos nos trabalhos da CPMI.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta, na hora em que a Presidência entender que deve ser colocado o requerimento o fará. Agradeço a sugestão de V. Exª. Estamos dando a palavra pela ordem e vamos priorizar a oitiva do Sr. Paulo Okamotto. Em seguida discutiremos o requerimento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Exª poderia, por gentileza, me conceder a palavra? Eu levarei só um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – A Imprensa noticia que o Ministro Palocci viria hoje à Comissão já demissionário e que o nosso colega Aloizio Mercadante seria o novo Ministro da Fazenda. O que eu não gostaria era de que tivéssemos votando alguma coisa, ou seja, arrombando porta aberta. Então agradeceria se a assessoria de imprensa pudesse informar algo de verdade disso ou a própria assessoria do Palocci, ou então o Senador Tião Viana porque o Senador Mercadante é parte, não pode se manifestar. (Risos.)

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Presidente Efraim, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Pela ordem, por ter sido citado, art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pelo que estou observando aqui sairá desta reunião o novo Ministro e o novo Líder do Governo.

V. Exª, como Líder, Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Nesse momento o Ministro Palocci presta depoimento à Câmara dos Deputados, uma comissão presidida por um peemedebista, duríssimo inclusive no encaminhamento do debate sobre política econômica e sobre as situações que envolvem politicamente o Ministro Palocci. Não há nenhuma evidência de instabilidade concreta do

Ministro em relação à Pasta da Fazenda nesse momento. O que temos de informação é que há apenas especulação nesse sentido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou conceder a palavra ao Senador Mercadante, pelo art. 14, e depois ao Senador Agripino e em seguida a V. Exª, Senador José Jorge.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na audiência da Comissão de Assuntos Econômicos eu ouvi várias manifestações de importantes Senadores desta Casa reconhecendo o excelente trabalho que o Ministro Palocci vem fazendo à frente da gestão do Ministério da Fazenda.

Uma melhora nos principais indicadores do País em termos de estabilidade, controle da inflação, melhoria nas contas externas, um grande esforço de superávit primário nas contas públicas, uma gestão independente do Banco Central na gestão da política monetária, a administração dos instrumentos. É evidente que vários Senadores tinham contribuições, sugestões, críticas, mas há o reconhecimento das conquistas do País à frente da gestão do Ministro Palocci. Esse é o sentimento do Governo, esse é o sentimento do Presidente Lula, acho que esse é o sentimento da Nação.

O Presidente ontem manifestou publicamente o seu apoio ao Ministro Palocci na função que desempenha, reafirmou que a política econômica é uma política do Ministro, mas é também política de Governo. Essa política econômica é o compromisso do Governo com a responsabilidade fiscal, com o crescimento com sustentabilidade, com o combate à inflação. Não haverá, portanto, qualquer flexibilização nesses princípios fundamentais, que são o êxito da política econômica do País.

Por isso, o Ministro está depondo como Ministro. É Ministro, tem o apoio do Governo na condição de Ministro. E é nessa condição que eu, mais uma vez, faço o apelo a esta Comissão para que considere a manifestação que o Ministro fez na Comissão de Assuntos Econômicos, da sua disposição de contribuir com o que for necessário, nesta CPI, para apurar o que quer que seja, especialmente o que se refere aos questionamentos relacionados ao Ministro Palocci.

Pondero que, à medida que o Relator sentir a necessidade da presença do Ministro, S. Exª estará imediatamente à disposição. Assim, isso poderia ser feito de comum acordo. Este é o apelo que estamos fazendo na condição de Líder do Governo.

Agora, sobre a intervenção do Senador ACM, seria um imenso prazer transferir essa responsabilidade de Líder do Governo ao Senador Tião Viana. Assim, eu poderia retornar à condição de simples Senador – apesar de não ser simples a função de Senador; é muito honrosa. Mas essa, realmente, seria uma deferência que, assim que o Presidente me permitir, eu me sentiria... Seguramente, melhoraria muito o andamento dos trabalhos da Casa, pela competência, pela habilidade, pelo trânsito, pelo compromisso que tem o Senador Tião Viana. Fora isso, continuo como Líder do Governo até que o Presidente me retire.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O Senador Aloízio Mercadante é imprescindível na Liderança do Governo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – A manchete de amanhã, Excelência, será "Mercadante não aceita."

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, obrigado pela intervenção de V. Exª.

Senador José Agripino, V. Exª tem a palavra.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de ser muito claro, muito franco, muito direto. Hoje, pela manhã, nós nos reunimos, PFL e PSDB, e falei ao telefone com o Senador Osmar Dias, Líder do PDT, exatamente sobre a convocação, sobre a vinda do Ministro Palocci a esta Comissão. Uma reunião que sucedeu uma outra reunião que fizemos, os mesmos partidos, tratando da estratégia de oitiva de S. Exª, Ministro Palocci, quando de sua vinda à Comissão de Assuntos Econômicos, antecipando-se à data que havia anunciado, e entendemos que seria de bom alvitre que S. Exª falasse, como falou, sobre assuntos ligados à sua pasta. E as denúncias de que ele é objeto seriam tratadas no fórum próprio, que é a CPI, onde o requerimento do Senador Geraldo Mesquita está colocado sobre a mesa.

Quero dizer a V. Exªs que a posição do PFL, do PSDB e, claro, do PDT, será de absoluto cavalheirismo com o Ministro Palocci. Não há nenhuma intenção de destratar o Ministro Palocci. Na circunstância em que S. Exª vier, por hipótese alguma, haverá qualquer tipo de grosseria, como nunca houve. O que é importante é que ele venha para esclarecer, como ministro ou como médico, mas que venha.

Agora, não vamos desrespeitar o requerimento do Senador Geraldo Mesquita. Ele o apresentou, e nós vamos passar por cima do requerimento dele e aprovar por antecipação a exclusão do requerimento de S. Exª e a aprovação de um convite? Para que até sejamos mal-interpretados? Para que possam, as más línguas, dizerem que o PFL está combinado com o Ministro? Não está combinado com ninguém! Está combinado com o esclarecimento da verdade. O nosso compromisso é só com o esclarecimento da verdade.

De modo que, com essas considerações...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Eu vou conceder o aparte a V. Exª, Senador Suplicy.

Eu gostaria de dizer a V. Exªs que a posição do PFL e do PSDB – até estou antecipando a posição do Senador Arthur Virgílio, e posso acrescentar que essa é a posição também do Senador Osmar Dias, Líder do PDT – é a de votar o requerimento do Senador Geraldo Mesquita para ganhar ou para perder, mas votar o requerimento que está colocado sobre a mesa.

Ouço com muito prazer o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Levando em consideração o que já foi aqui expresso e se fizermos uma consideração junto ao Senador Geraldo Mesquita, como autor do requerimento, a quem todos respeitamos, considerando que possa ele, como autor do requerimento, considerar que, dada a informação do próprio Ministro Palocci de que ele se dispõe a vir aqui, caso o Senador Geraldo Mesquita esteja de acordo em transformar o seu requerimento em convite, indago se também o PFL, o PSDB e o PDT estariam de acordo em seguir essa diretriz

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Senador Eduardo Suplicy, essa decisão não me pertence. Essa decisão é do Presidente da Comissão até porque o requerimento está entregue à Mesa. Essa decisão é do Presidente da Comissão, Senador Efraim Morais. Não nos compete, nem mais ao subscritor nem àqueles que subscreverem o requerimento com S. Exª. Eu acho que a decisão é da Mesa.

A posição do PFL – e me antecipo à posição do Senador Arthur Virgílio e do Senador Osmar Dias – é pela votação do requerimento. A nossa posição é clara: queremos que, nesta Comissão, conforme foi declarado anteriormente, o Ministro venha. Espero, de coração, que venha como Ministro – e vai ser muito bem tratado, cavalheirescamente tratado –, para esclarecer, não para ser admoestado, para esclarecer as denúncias de que S. Exª é objeto.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sibá Machado e, em seguida, o Senador Aloizio Mercadante, pela ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu só queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Aliás, permita-me, Senador Sibá Machado, conceder a palavra pela ordem ao Senador José Jorge. Eu já havia anunciado. Em seguida, será V. Exª.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, deveríamos deixar a discussão sobre esse requerimento para depois da oitiva do Sr. Paulo Okamotto. Na verdade, é para isso que ele está aí, já sentado à mesa, há mais de meia hora.

Todos sabemos que essa discussão é polêmica. Havia, realmente, um acordo para que o Ministro Antônio Palocci fosse convocado e, agora, há uma mudança para que o Ministro seja convidado. É normal que discutamos e que possamos ou não fazer um acordo. Evidentemente, a Oposição, há muito tempo, tem elementos para ouvir o Ministro. Não quisemos perguntar sobre essas questões naquele momento porque não era o fórum próprio. Muita gente achou que erramos; discordo, pois acho que acertamos. As perguntas, aqui na Comissão, devem ser feitas.

Agora, essa discussão deveria ser feita após a oitiva do Sr. Paulo Okamotto, quando, então, teremos prazo para ver qual será a melhor maneira de fazer isso.

Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, hoje, pela CBN, ouvi um debate entre o Líder do PFL na Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, e o Deputado Ricardo Berzoini, que é o Presidente do PT. O assunto foi exatamente esse. Naquele momento, os dois se trataram de maneira bastante amigável e disseram que ninguém está acima de uma convocação – ninguém, absolutamente ninguém –, mas ponderaram a necessidade de evitar que uma convocação como essa se tornasse uma espécie de palco de guerra ou coisa parecida. Eu gostei muito da forma como foi o debate hoje na CBN.

O que eu queria reiterar é que, tendo em vista que o requerimento ainda não foi aprovado, ele ainda é de posse do autor e não da Comissão. No momento em que ele é votado, ele é de posse da Comissão e somente esta pode alterá-lo. Assim sendo, quero também corroborar com a idéia de que, se o autor solicitar inversão ou coisa parecida, se a Mesa vai acatar isso, mesmo que o debate fique para o final da oitiva – não teria problema –, mas que possamos apreciar, a partir desse entendimento, que o autor do requerimento pudesse sugerir nova forma de apresentação. É isso que

quero perguntar ao autor do requerimento também: se ele aceitaria esse tipo de alteração.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra V. Exª pela ordem. Em seguida, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, dizer que, em todas as comissões desta Casa, temos tido esta praxe parlamentar – por sinal, desde o Governo anterior – de transformar convocações em convites, desde que a autoridade, em especial os Ministros, tenha a manifesta disposição de comparecer de comum acordo com a comissão. Exatamente em função dessa longa tradição parlamentar, que demonstra a maturidade desta Casa, que tem tantos ex-Governadores e ex-Ministros que sabem a responsabilidade que o Executivo exige – essa vivência, essa maturidade faz do Senado Federal a Casa da credibilidade e do equilíbrio do ponto de vista da vida parlamentar –, isso tem sido uma praxe. Os autores transformam as convocações em convites que são aprovados por consenso. Eu quero insistir mais uma vez: o Ministro Antonio Palocci disse, de público, ao relator a disposição de estar presente assim que fosse necessário no andamento dos trabalhos da Comissão. É a disposição dele manifesta.

Sei que o Senador Geraldo Mesquita Júnior tem sido um opositor aguerrido, combativo e duro em relação ao Governo, mas é também um homem com uma longa vivência na administração pública, como advogado do Estado brasileiro, e que acompanha, portanto, um processo dessa natureza. Faço esse apelo. S. Exª já teve vários requerimentos aprovados em nas mesmas condições e em outras comissões, sempre na forma de convite. Com isso, demonstraríamos, diria, exatamente aquilo que o Senador José Agripino disse: o tratamento respeitoso diplomático, sempre foi a marca desta Casa, do Senado Federal. Está assegurada a disposição do Ministro Palocci de estar presente assim que o Relator julgar necessária a presença dele nesta Casa. Faço, portanto, essa ponderação.

Assegurada essa condição, creio que deveríamos aprovar por consenso e trabalharmos, portanto, a partir da demanda do Relator para estabelecer, de comum acordo, a presença dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. GERALDO MESQUITA** (Sem Partido – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, modestamente considero-me insuspeito para falar desse assunto. Veja o por quê, Sr. Presidente. Como disse o Senador Aloizio Mercadante, faço de fato uma oposição por vezes até aguerrida ao atual Governo Federal. Diferentemente dos ilustres amigos e companheiros que figuram em Partidos como o PSDB e o PFL, que fazem também oposição, mas, de certa maneira, acompanham e por vezes apóiam a política econômica praticada pelo Ministro Palocci e seu Governo, faço oposição ao Governo Federal e, principalmente, à política econômica do Governo Federal. Por isso, julgo-me insuspeito.

Sinto a disposição dos membros desta Comissão de aqui receberem o Ministro Palocci, como disse o eminente Senador José Agripino, de forma cavalheiresca. Sempre entendi que não poderiam persistir e continuar a pairar dúvidas acerca do Ministro Palocci, de tudo aquilo que vem sendo dito, tratado, nesta Comissão. Sempre fui partidário de que o Ministro Palocci aqui comparecesse ,o mais brevemente possível, para que esta Comissão, de forma definitiva, esclarecesse todos os assuntos que dizem respeito, que gravitam, em torno da figura do Ministro Palocci. Portanto, prendo-me única e exclusivamente à presença do Ministro Palocci nesta Comissão.

O requerimento que apresentei a esta Comissão, que data de mais de três meses, já não me pertence; pertence à Comissão. Não me causaria nenhuma espécie convolar o requerimento de convocação em um requerimento de convite, em consonância com o espírito que sinto, hoje, nesta Comissão. Não me causaria qualquer espécie e o faria, certamente. Portanto, deixo o assunto à consideração desta Presidência. Há a interpretação de que já não me caberia essa intervenção, tendo em vista o requerimento não mais me pertenceria, mas à própria Comissão. Quero deixar claro, transparente, meu entendimento, meu posicionamento, acerca dessa questão.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Vejo que há uma sensibilidade distinta da Oposição para o que se está discutindo. Eu gostaria, se fosse esse o encaminhamento, de estabelecer uma condicionante que foi deixada muito clara pelo Ministro Palocci. Não há nenhum problema. Basta a simples decisão de V. Exª, pois há plena confiança na maneira isenta como conduz, de dar um telefone dizendo que chegou a hora de prestar esclarecimentos sobre fatos concretos, e S. Exª virá. Que a Comissão transfira a V. Exª toda a legitimidade e representatividade do momento oportuno da vinda de S. Exª. Pode ser dia 7, dia 6, como V. Exª entender, para que os fatos possam levar à vinda dele. É só nesse sentido para não abrirmos mão de que há uma

decisão do Ministro Palocci de vir quando a Comissão julgar conveniente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, já me posicionei, vou dar a palavra a V. Exª pela ordem. A decisão é dos Srs. Líderes, e não do Presidente. Quero reiterar que não vou colocar em votação agora, Senador Valdir Raupp! Só discutirei a votação, após a oitiva do Sr. Paulo Okamotto, que está aqui com muita paciência, esperando para iniciar os seus esclarecimentos. E gostaria de dizer também que há a decisão de V. Exª e que há outros requerimentos que estão postos, convocando o Ministro Palocci. Então entendo que só temos como avançar com o entendimento das Lideranças. É uma posição bem clara desta Presidência, deixando aí todo o espaço para que os Líderes discutam e conversem o suficiente para tentar o entendimento.

Vou conceder a palavra ao Relator, pela ordem, para, depois, darmos início à oitiva do Dr. Paulo Okamotto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao tomar conhecimento de que o Senador Tião Viana, ao contrário do que havia dito no início, estava propondo um convite, em vez de uma convocação, manifestei-me no sentido de que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos não abrisse mão dessa prerrogativa, porque pensava, Sr. Presidente, que, abrindo mão dessa prerrogativa, poderíamos estar até prejudicando o próprio interrogatório e fazendo com que a Comissão se despisse daquele ritual que é próprio das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Entretanto, Sr. Presidente, na busca de um entendimento que venha trazer aqui o Ministro Palocci a esta Comissão, pondero no sentido de que possamos ter verdadeiramente esse entendimento, porque creio que não vai prejudicar, pelo menos no que toca à relatoria, o andamento do interrogatório, tudo o que tiver de ser perguntado ao Ministro o será. Seja ele convocado, seja ele convidado, vai ter realmente, pela frente, um dossiê de perguntas que estão sendo levantadas em face de investigações. Então, Sr. Presidente, creio que não vai haver prejuízo para os trabalhos desta Comissão, nem **capitis diminutio**, nem diminuição das suas prerrogativas, se vier a convite, e não se for convocado.

É a minha opinião na busca de um entendimento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Data vênia, penso que essa não seja a melhor posição. Se, por acaso, mantivermos a votação do requerimento, é a proposta de dar ao Presidente toda os poderes para fazer a convocação. Essa é uma proposta que deixa a Comissão bem.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Também é razoável a proposta do Senador Tião Viana de dar poderes ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Relator e solicito às Lideranças que avancem, porque vamos iniciar o depoimento do Dr. Paulo Okamotto, que tem a palavra, pelo tempo que se fizer necessário.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Obrigado, Senador Efraim Morais! Gostaria de cumprimentar também o Exmº Senador Garibaldi Alves Filho, Relator desta Comissão, assim como vice-Presidente desta Comissão, Mozarildo Cavalcanti, Senadoras e Senadores, antes de começar a falar sobre o objeto de convocação desta CPI, que foi o pagamento que fiz ao Partido dos Trabalhadores dos R$29.436,26, quero-me apresentar a V. Exªs, Senadores e Senadoras.

Todos sabem que atualmente sou presidente nacional do Sebrae, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Antes de ser presidente nacional do Sebrae, eu fui, em 2003 e 2004, diretor administrativo e financeiro do Sebrae nacional, uma diretoria composta pelo Dr. Silvano Gianni e por Luiz Carlos Barbosa.

Nasci na cidade de Mauá, no ABC paulista, moro em São Bernardo do Campo. Sou casado há quase 30 anos com D. Dalva, tenho três filhos e sou trabalhador metalúrgico desde os 15 anos. Como trabalhador metalúrgico estudei, formei-me em técnico industrial, formei-me também em fresador de ferramentaria no Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que, todos sabem, faz parte também, como o Sebrae, do Sistema S, esse sistema educacional que tem tanto ajudado os trabalhadores e os empresários deste País.

Também trabalhei, durante 29 anos, como operário e cheguei ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, onde fui eleito tesoureiro. Fui cassado em 1981 e voltei ao Sindicato, onde fiquei até 1990.

Sou fundador também do Partido dos Trabalhadores e cheguei à condição de presidente do Partido dos Trabalhadores em 1988 a 1992. Naquela ocasião, o Partido dos Trabalhadores administrava algumas das cidades mais importantes do Estado de São Paulo: São Paulo, Campinas, Santo André, Santos, Diadema, entre outras.

Participei também como tesoureiro da campanha presidencial da Frente Brasil Popular em 1989. Junto com o Presidente Lula, constituímos o Governo Paralelo e o Instituto Cidadania.

Também fui participante da coordenação da campanha de 2002. Assumi lá a função de administração e de infra-estrutura.

Senadores e Senadoras, acerca do pagamento que fiz ao Partido dos Trabalhadores, de R$29.436,26, eu gostaria de informar que fui, em 2002... Em dezembro de 2002 o Presidente Lula me pediu que encaminhasse a questão da rescisão do seu contrato de trabalho, ele, que tinha sido dirigente do Partido dos Trabalhadores contratado e que, por decisão do Partido, precisava agora fazer sua rescisão. Dias depois que me foi solicitado isso, procurei o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para encaminhar essa rescisão. Marcamos uma reunião, e naquele dia da reunião, ele me mostrou as verbas que o então Presidente Lula tinha a receber do Partido dos Trabalhadores. A verba que o nosso dirigente contratado tinha a receber era de R$49.229,58 e se referia a saldo de salário, a férias indenizadas, a décimo terceiro. Também me foi mostrado os descontos que o partido queria fazer sobre essas verbas brutas que estavam sendo pagas naquele momento. O valor era R$17.346,73. Esse desconto se referia a Imposto de Renda e ao INSS. E também o partido queria descontar naquele momento R$29.436,26 a título de adiantamento a funcionário.

Pois bem, essa contabilidade daria um resultado de um líquido a receber de R$ 2.446,59. Naquela ocasião, conversando com o então tesoureiro do PT, examinando as contas que foram feitas, perguntei a que se referia esse desconto de R$29.436,26 a que o partido queria proceder. Ele me informou de que esses descontos eram referentes ao adiantamento de R$5.000,00, que era referente a uma passagem paga pelo partido a D. Marisa, do Brasil a China, da China ao Brasil, era referente a nove mil, trezentos e tantos reais de adiantamento para despesas de viagem, e não sabia mais os outros valores a que se referia.

Ponderei ao tesoureiro Delúbio que era necessário, para fazer a homologação no sindicato, juntar todos os documentos que pudessem comprovar o efetivo adiantamento fornecido ao então dirigente contratado.

Ele alegou que esses dados tinham sido tirados da contabilidade e que não tivera tempo para juntar os documentos. Ponderei mais, eu disse ao tesoureiro do Partido dos Trabalhadores que achava anormal que o nosso dirigente contratado, o Presidente Lula tivesse pegado um adiantamento de R$5.000,00. Também questionei se o partido não iria assumir a despesa de passagem que o partido tinha feito por ocasião da visita à China, em maio de 2001. Ele disse que não sabia desses empréstimos, que precisava verificar e também não sabia o porquê do desconto dessa passagem, e que também ia verificar.

Pois bem, naquele momento, acertamos de fazer uma nova reunião em posse dos documentos, validar ou não, porque precisaríamos mais para frente homologar essa rescisão no sindicato, e o sindicato exige que haja o efetivo comprovante dos descontos efetuados dos trabalhadores quando é feita a rescisão.

Para minha surpresa, no dia 24 de janeiro de 2003, quando fui ao sindicato fazer a homologação dessa rescisão, percebi que o Partido não tinha efetuado nenhum desconto daquelas alegadas despesas ou adiantamentos, como tinha me mostrado em dezembro de 2002. Então, fiquei sabendo que o partido tinha depositado um cheque no valor de R$31.882,85 na conta do Presidente Lula. Bom, assinamos a homologação e fomos embora.

Naquele momento, eu achei que a questão estava resolvida. Eu achei que aquela questão tinha sido encerrada ali, que o partido provavelmente tinha achado as razões, os documentos e estava tudo resolvido. Em maio de 2003, eu recebi uma solicitação de conversa com o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Ele queria discutir comigo lançamentos que continuavam pendentes junto à contabilidade do Partido dos Trabalhadores.

Fiz essa reunião com o Delúbio e aí, então, ele me informou a que se referia aquele valor de R$29.436,26 que o partido quisera descontar da rescisão do contrato de trabalho do Presidente Lula. Tinha um relatório em que eram citados os seguintes valores: R$5.000,00, que tinha sido lançado na contabilidade do partido, referia-se ao adiantamento, ou alegado adiantamento, feito em 1997. Esse lançamento que se encontrava na contabilidade não tinha documento que pudesse ser examinado; R$13.662,32 se referiam ao pagamento de uma passagem da D. Marisa Letícia, do Brasil à China, ida e volta, que o Partido tinha feito o pagamento e agora queria descontar; R$9.312,00 se referia à somatória de um conjunto de adiantamento para viagens internacionais que a Secretaria de Relações Internacionais do PT tinha pegado da Tesouraria em nome do Presidente Lula. Despesas que foram lançadas: R$822,00, uma viagem a Cuba, em janeiro de 1999; R$3.750,00 referente a uma viagem à França, Itália e Portugal, no período de 10 de 2001; R$4.740,00 se referiam à viagem à França, em abril de 2002. A somatória desses valores em aberto da contabilidade do Partido dos Trabalhadores totalizava R$9.312,00. Tinha também um valor de R$1.461,94. Esse valor se referia a adiantamento para pagamento de assistência médica. Um valor de R$709,02 se referia a uma mensalidade paga pelo Partido e não cobrada de novembro

de 2000. Uma mensalidade de R$709,02 se referia a uma mensalidade paga pelo Partido e não cobrada em dezembro de 2000. A quantia de R$23,85 se referia à diferença de mensalidade de agosto de 2002. A importância de R$20,05 se referia à diferença de mensalidade que o Partido pagara e não descontara de outubro de 2002. A somatória desses valores corresponde a R$1.461,94. A somatória dos valores de R$5.000,00, R$13.662,32, R$9.312,00, R$1.461,94 corresponde ao valor de R$29.436,26.

Naquela ocasião em que me foi apresentado esse relatório, Delúbio colocou que era preciso ressarcir esses valores ao Partido dos Trabalhadores. Eu ponderei com ele que o empréstimo feito, ou o suposto empréstimo, ou o suposto adiantamento feito em 97, se não tivesse documento, seria muito difícil cobrar do Presidente Lula. A passagem, eu ponderei com ele, da dona Marisa, que é filiada ao Partido dos Trabalhadores e integrava uma delegação oficial do Partido dos Trabalhadores à China, teria que ser paga pelo Presidente Lula. Eu achei que essa passagem deveria ser assumida pelo Partido. Também a respeito dos adiantamentos para despesas de viagens internacionais, eu perguntei a ele se dessas despesas já não havia sido prestado contas junto à Secretaria de Relações Internacionais.

E sobre o pagamento das mensalidades de assistência médica, evidentemente, como eu comprovei que elas foram efetivamente pagas, eu assumi a responsabilidade de ressarcir o Partido dos Trabalhadores. Bom, o tesoureiro Delúbio ficou de encaminhar isso junto à Administração, junto à Contabilidade, junto ao Departamento Jurídico, para ver o suporte que pudesse dar a essas solicitações que haviam sido feitas a ele.

Pois bem, esse assunto morreu, e ele voltou à tona somente em setembro de 2003. Em setembro de 2003, novamente, o Delúbio Soares me procurou e disse que continuavam em aberto essas despesas junto à contabilidade do partido dos Trabalhadores. Nos sentamos novamente. Ele disse que não poderia suportar esses R$5 mil de adiantamento, porque não teria como fazê-lo, haja vista que isso já estava na contabilidade desde 97, e que para isso ser resolvido iria demandar um conjunto de decisões que ele não estava disposto a encaminhar. Em relação à passagem, a mesma coisa: disse que isso também já estava lançado desde 2001 e que não ia encaminhar essa questão e que, em relação aos adiantamentos para as despesas de viagem, ele tinha conversado com a Secretaria de Relações Internacionais e lá foi possível identificar uma sobra desse adiantamento concedido para a viagem internacional, por volta de US$3,5 mil, que era a moeda que se recebia para viajar, quando se fazia viagem internacional, mas que eu tinha de pagar os R$1.461,94 mil dos adiantamentos de assistência médica, com o que eu concordei. Eu não concordei em encaminhar essas cobranças, principalmente com a questão do adiantamento de R$5 mil, que não havia documento; e também não concordei em cobrar a passagem da Dona Marisa, porque, no meu modo de ver, ela era integrante da delegação que foi à China a convite do Governo Chinês, mas integrou oficialmente a nossa delegação. Eu achei que não deveria encaminhar a cobrança desses valores junto ao Presidente. Disse mais: disse que não se estava dando o tratamento adequado a essa questão.

O Delúbio me informou que ele estava organizando o Partido e que estava cobrando de todos os devedores, resolvendo todos os casos abertos, e que esse caso não poderia ser exceção.

Eu, de novo, ponderei a ele que eu não poderia, de forma nenhuma, cobrar esses valores do então Presidente Lula, porque não fazia sentido eu cobrar uma passagem, pois o Partido tinha convidado a pessoa para viajar e, agora, queria que a pessoa assumisse esse compromisso.

Bom, discutimos, protestamos. Relutei, mas percebi, naquele momento, que não seria possível convencer o Delúbio de que as minhas reivindicações eram procedentes.

Como não queria constranger mais ninguém, principalmente o Presidente Lula, com essa discussão, e nem o dirigente Delúbio Soares, mesmo achando que ele estava errado, mesmo inconformado pelo tratamento que se estava dando, eu, então, indaguei a ele como resolver essa questão. Ele colocou que, para resolver essa questão, precisava ser pago, junto à tesouraria do Partido, o valor de R$29.436,26.

Eu falei a ele: "Você não pode usar das minhas contribuições que faço ao Partido, regularmente, de R$1.630, para abater essa despesa?" Ele me informou que não poderia, porque o dinheiro que os filiados e contribuintes pagam ao Partido dos Trabalhadores cai numa chamada Conta de Receitas Próprias, no Fundo Partidário, e que esse dinheiro não poderia ser usado para abater ou quitar essa despesa.

Perguntei a ele: "Como, então, vamos resolver essa questão?" "Para resolver essa questão é preciso pagar o Partido dos Trabalhadores."

Achei que estava esgotada qualquer possibilidade de conversa. Disse a ele que, então, eu iria resolver essa questão e perguntei a ele como deveria proceder para quitar, para resolver definitivamente uma questão que se encontrava, desde 1997, em aberto na contabilidade do Partido dos Trabalhadores. Ele me disse,

de novo, que precisava pagar o Partido dos Trabalhadores junto à sua tesouraria.

Então, resolvi assumir essa responsabilidade de definitivamente pagar o Partido e fazer com que todos os lançamentos contábeis do Partido em nome do Presidente Lula fossem definitivamente resolvidos. Falei com ele se poderia fazer isso. Ele me disse que poderia. Fui, uns dias mais tarde, ao Partido. Passei na área de relações internacionais, peguei essa sobra que ali se encontrava, dos adiantamentos para viagens internacionais e, a partir dali, assumi o compromisso, comigo mesmo, de quitar essas despesas.

Em dezembro de 2003, entreguei à tesouraria do Partido R$12 mil. Para fazer isso, eu pedi à minha mulher que fosse ao banco. Ela foi ao Banco Bradesco, em São Bernardo do Campo, e sacou dinheiro para cumprir os compromissos que eu tinha assumido junto ao Partido dos Trabalhadores.

Também saquei, das minhas contas no Banco do Brasil, as importâncias suficientes para fazer frente a essa responsabilidade. Paguei, depois, no final de janeiro de 2004; também paguei no final de fevereiro de 2004 e também paguei no final de março de 2004. Esses valores foram entregues à tesouraria do Partido.

Aí algumas pessoas perguntam se eu tenho provas. Eu posso provar que fui procurador do Presidente Lula. Eu posso provar que fui fazer homologação do Presidente Lula. Eu posso provar que fui...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Paulo, só uma pergunta: homologação de quê?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Homologação da sua rescisão de trabalho, Senador Garibaldi.

Eu posso provar que saquei o dinheiro do Banco do Brasil. Eu posso provar que minha mulher sacou dinheiro do Bradesco, em espécie, para pagar as despesas que assumi junto ao Partido dos Trabalhadores, junto ao tesoureiro.

Posso provar que tenho renda para efetuar esses pagamentos e posso provar que recebi os depósitos que foram feitos em nome do Presidente Lula; depósitos identificados em nome do Presidente Lula, no Banco do Brasil.

Senador Efraim Morais, como eu disse, todos os pagamentos foram feitos em dinheiro. Portanto, eu acho que posso provar que paguei essa despesa de R$29.436,26.

Esses, Senadores e Senadoras, são os fatos que eu trago à Comissão Parlamentar de Inquérito para esclarecer a minha convocação a esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª e concedo a palavra...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Eu gostaria somente de entender o objeto da investigação, para verificar um pouco quais serão os rumos da CPI.

Pelo que eu entendo, Sr. Relator, a CPI dos Bingos está investigando o pagamento de recursos que o Partido dos Trabalhadores teria transferido ao – à época dirigente do Partido – Luiz Inácio Lula da Silva, basicamente referentes às diárias de viagens para o exterior; pagamento de uma passagem da sua esposa Marisa à China e os demais pagamentos de diárias para o exterior.

Eu somente queria ponderar que a CPI...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero dizer a V. Exª que essa é a versão do depoente.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – É evidente. É a versão do depoente.

Eu queria somente ponderar com V. Exª. Essas despesas ocorreram em 2001. Eu gostaria de ponderar que eu tenho aqui em mãos um parecer do TCU exatamente igual em relação ao PFL; exatamente igual. Como fez com o PT.

O Tribunal Superior Eleitoral não reconheceu o pagamento de diárias de viagem para os partidos políticos. Ainda que o TSE possa viajar recebendo diárias, bem como a Justiça, o Senado, os funcionários públicos de uma forma geral, os partidos políticos não tinham direito de viajar, segundo o TSE, e os seus dirigentes receberem diárias.

Eu tenho aqui, por exemplo, diárias do Sr. Hugo Napoleão, do ex-Ministro Gustavo Krause, do Deputado Vilmar Rocha, do Senador José Agripino Maia. Por sinal, eu até disse que não entendi porque o Senador José Agripino Maia foi para a Argentina e recebeu R$675 por dois dias. O Senador Jorge Bornhausen foi para a Argentina dois dias e recebeu R$1.500. V. Exª está valendo metade da diária do Senador Jorge Bornhausen. Eu não entendi por quê. Era o mesmo evento e o mesmo País.

Temos aqui o Sr. José Carlos Aleluia. Recebimento de... Bom, eu vou encaminhar a lista de todos com os valores respectivos. Sr. José Carlos Aleluia: R$5.271 em uma única viagem. Alemanha; sete dias.

Isso é uma outra questão, também, porque o PT pagava em torno de US$100 apenas, por diária. O PFL paga US$300; pagava três vezes mais. Eu, por exemplo, viajei dez dias para a Europa, do dia 29 ao dia 9, e recebi R$3.750,00. O José Carlos Aleluia em

apenas uma semana recebia cinco mil e tanto. Mas aqui tenho a lista: Rodrigo Maia, José Carlos Aleluia, que viajou bastante, foi para a Argentina e para outros países, Senador Jorge Bornhausen, que também foi para o México, junto com o Senador José Agripino, Deputado Vilmar Rocha. Então tenho a lista aqui de todas as viagens do PFL. Eu disse, do plenário, e volto a dizer aqui que tenho certeza que os outros partidos devem ter problemas semelhantes, porque são da natureza da atividade partidária as viagens, para um País como o nosso, e viagens internacionais de relações. Aqui diz, inclusive, a natureza dos eventos: um convite do PSD, um convite da Fundação Konrad Adenauer, que é da Democracia Cristã da Alemanha, um convite do Parlamento Latino-Americano, outro convite da Fundação Konrad Adenauer, um seminário sobre meio ambiente do Conselho da UDCA, um convite do Friedrich Naumann, no Uruguai. Então, há uma série de eventos aqui mostrando que as lideranças do PFL viajaram e receberam diárias.

O TSE disse que isso era... Exigia devolução de R$91.716,00. Um parecer do TSE exigindo a devolução desses recursos para o TSE, porque não poderiam ser pagas diárias desta natureza. Esse foi o mesmo problema que o PT teve. É verdade que viajávamos menos, eram menos dirigentes que viajavam, e os valores eram mais modestos, mas é o mesmo problema. Estão aqui todos os recibos das viagens. O PFL entrou com recurso no TSE para não devolver os R$91 mil.

A nossa assessoria jurídica e a nossa incompetência, do ponto de vista da Tesouraria do Partido, que é manifesta e pública, exigiu dos seus dirigentes que devolvessem os recursos. Eu mesmo disse da minha indignação, porque trabalhei 25 anos pelo PT, contribuindo mensalmente, e nunca aceitei ser profissionalizado pelo PT, fui da Executiva Nacional quinze anos e nunca aceitei ser profissionalizado, viajo para cinco países com o Presidente Lula, para a Europa – está aqui toda a documentação, os jornais todos publicaram no Brasil; tenho aqui todos os eventos, a agenda que tivemos oficialmente –, recebo uma diária do Partido e um ano e meio depois o Partido diz que tem que devolver porque aquilo não era diária, que era adiantamento de despesas de viagens. Se tivesse me dito antes, eu ia ver se iria viajar.

Então o que quero ponderar em relação a isso...

**O SR. (Orador não identificado)** – Ainda não existia o Marcos Valério.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – E V. Exª está mal no PFL, V. Exª não tem uma viagem, uma única diarinha. V. Exª está muito prejudicado aqui.

**O SR. (Orador não identificado)** – Nunca viajei ... É por isso que posso falar.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Vi, uma vez, um Senador cobrando uma auditoria do Fundo do Partidário do PFL, porque V. Exª estava sendo discriminado de fato. V. Exª está mal em termos de prestígio na secretaria de relações internacionais do PFL. V. Exª não foi a uma única viagem, a um único seminário, um único evento.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLO** (PSDB – AM) – Eu pedi um aparte ao Senador Aloizio Mercadante, Sr. Presidente. O Senador Mercadante me concedeu um aparte. Eu queria aqui me solidarizar com Delúbio: com US$100 ou ele comia ou fumava os charutos.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Mas aqui no PFL são US$300. O Partido tem mais recursos.

Para concluir, Sr. Relator, vou encaminhar essa auditoria do PFL e tenho certeza... Não entendo muito a relação disso com o objeto da CPI, mas, se é esse o objeto da CPI, que se peça a investigação de todos os fundos partidários, de todas as diárias pagas para todos os dirigentes do País e que a gente faça uma análise completa. O que não é possível é pinçar um caso, por mais relevante que seja, por se tratar do Presidente da República, e tratar como se fosse uma prática indevida, quando isso aqui está presente em pelo menos um Partido da Oposição, de uma forma bastante expressiva, em valores muito mais expressivos do que os do Partido dos Trabalhadores, pelo volume das viagens, pelo valor das diárias e pelos dirigentes que viajaram.

Então, vou entregar toda a documentação que é essa representação do TSE. É verdade que o Partido recorreu, mas o TSE não reconhece isso como despesa do Fundo Partidário e os dirigentes do PFL – estamos em 2005 – não devolveram o dinheiro até agora. Não devolveram! Isso aqui é dinheiro público; não foi um companheiro que ajudou a pagar. Não devolveram; nós devolvemos.

Se for julgado recurso e se for favorável ao PFL, o Partido tem que devolver esse dinheiro para todos nós, porque é inaceitável que o PT tenha que devolver, como o PFL foi cobrado a devolver, que o PT devolva, e nós devolvemos. E uma coisa: qualquer cidadão... Imagina você ser convocado para uma instituição para prestar um serviço público, como todos esses Parlamentares do PFL, e dois ou três anos depois o Partido falar: "Não, aquilo não era uma diária de viagem. O senhor tem de tirar do seu bolso e pagar". É algo inaceitável, mas nós o fizemos. Com muito sacrifício – é esse o exemplo que estamos discutindo –, foi devolvido o dinheiro ao Partido. Pergunto se os outros partidos devolveram. Esta CPI

tem a obrigação de investigar. Se devolveram, como devolveram? Como pagaram? É impossível trabalhar com dois pesos e duas medidas. São R$91 mil reais. Direi o valor exato do PFL: R$91.716,00.

Vou ler a sentença do TSE, da Secretaria Jurídica: "Oficie-se ao Partido da Frente Liberal no sentido que, de acordo com a Informação nº 104, de 2005–Codep, se manifeste sobre as irregularidades apontadas nos Itens 3 e 4 e efetue a devolução do valor de R$91.716,00 aos cofres públicos, conforme conclusão elaborada no Item 12, sob pena de desaprovação das contas. Concedo o prazo de 20 dias, conforme previsto no art. 20 da Resolução do TSE nº 21.841, de 2004. Brasília, 26 de agosto de 2005".

Portanto, após essa discussão pública que tivemos, o TSE oficiou ao PFL exigindo a devolução dos recursos. O PT devolveu. Os companheiros fizeram o que puderam para devolver o dinheiro, o que penso ter sido uma injustiça. É por isso que alguns dirigentes do PT, como o Presidente Lula, não reconhecem a necessidade de devolução. Não reconhecem. Ele falou: "Viajei oficialmente pelo Partido e não tenho de devolver recurso algum. O Partido me pagou uma diária". É essa a discussão que estamos fazendo aqui, a mesma dos principais dirigentes do PFL. Tenho certeza de que nos outros Partidos ocorreram práticas semelhantes, porque todos os Partidos têm relações internacionais e viagens em missão oficial.

Entrego isso a V. Exª. Tenho certeza que V. Exª vai entregar a do PSDB, que eu não vi. Eu vi a do PFL. E não estou fazendo isso para levantar qualquer tipo de suspeição. Considero legítimas as viagens. Considero até a diária do PFL um pouco alta: três vezes superior à nossa. O que questiono é por que a CPI discute um caso, e não a norma, o procedimento. Quer dizer, os fundos partidários estão irregulares quando concedem diárias de viagem. Nós, Senadores, recebemos, os membros do TSE viajam e recebem, a Justiça viaja e recebe, qualquer funcionário público que viaja recebe, mas, no entanto, aos partidos foi vedada essa possibilidade. Só fomos comunicados dois anos depois que não poderíamos ter recebido. O PT devolveu o dinheiro. Cada dirigente teve de devolver. Ainda bem que recebíamos uma diária menor, senão a situação seria mais dramática.

De qualquer forma, Sr. Relator, estou encaminhando esse processo a V. Exª com a certeza de que investigaremos o fundo partidário de todos os partidos, as diárias de todos os partidos e, evidentemente, apuraremos essa questão, que não me parece ser relevante para o interesse público. É evidente que é da natureza da função a viagem. Quero esclarecer que, assim como o Senador José Agripino não devolveu e o PFL está brigando para não devolver, o Presidente Lula disse que não vai reconhecer isso como adiantamento de despesas, porque recebeu uma diária de viagem para uma missão oficial que fez à China, à Europa, à América Latina, sempre como pré-candidato à Presidência da República e como a maior liderança do Partido. É por isso que essa questão tem de ser tratada sem distinção e sem discriminação em relação a qualquer partido e a qualquer dirigente, para que, evidentemente, não façamos perseguições políticas indevidas.

Era o que eu tinha a dizer.

Encaminharei a V. Exª toda a documentação relativa ao Partido Liberal e peço que esta CPI tome as providências, evidentemente, por meio de Parlamentares que vão oficializar, para que seja feita a análise de todos os fundos partidários. Que se faça uma discussão e que a CPI chegue à conclusão de se é legítimo ou não ter viagem, se os dirigentes devem ter ou não o recebimento dessas diárias.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Por isso devemos continuar os depoimentos, para saber mesmo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço para falar, porque fui citado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª falará pelo art. 14. Peço que V. Exª use a costumeira capacidade de síntese.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Cumprimento o Senador Aloizio Mercadante pela eloqüência, pelo bonito discurso que fez, pela dissertação acerca de fatos que são praticados, que ele até admite corretos, e que fazem um paralelo com o que estamos investigando, mas estamos comparando alhos com bugalhos, uma águia voadora com um carneiro. Não tem nada a ver, Sr. Presidente. Estamos conversando aqui... Como Vice-Presidente nacional do Partido, responsável por relações internacionais, fui não uma, mas várias vezes ao exterior a encontros aos quais era convidado por escrito. As diárias eram transferidas, não em dinheiro, para a minha conta corrente. Para cada transferência, eu assinava um recibo. Nas minhas declarações de imposto de renda estão rigorosamente declarados todos os recebimentos de diárias do PFL ou do ITN, ano por ano.

Sobre o que estamos conversando aqui? Estamos conversando aqui sobre empréstimo declarado à Justiça Eleitoral concedido pelo PT ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. O PFL não declarou empréstimo nenhum feito nem a Jorge Bornhausen, nem a José Agripino, nem a seu ninguém. Ele concedeu diárias que foram pagas na conta corrente do Parlamentar; no meu caso, foram declaradas na declaração do imposto de renda, que, na hora em que quiserem, posso exibir. Estamos con-

versando aqui sobre uma dívida declarada pelo Partido dos Trabalhadores, que era um crédito que ele tinha, ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. O que ele declarou à Justiça Eleitoral foi uma dívida. Ele emprestou dinheiro com o fundo partidário. O PFL não emprestou dinheiro nenhum a mim, mas indenizou as viagens que fiz, concedendo uma diária de viagem, como o Senado faz, como uma empresa qualquer faz, quando manda o seu funcionário prestar algum serviço ou desempenhar alguma missão. Agora estamos tratando e o Sr. Okamotto está aqui para tratar do pagamento de uma dívida declarada à Justiça Eleitoral. O PFL não declarou nenhuma dívida, nenhuma; o PT declarou uma dívida de dinheiro emprestado ao hoje Presidente da República concedida com o Fundo Partidário, com recurso público. O objeto da explicação é esse aí.

O Presidente da República não reconhece a dívida. O PT declara, na sua prestação de contas ao TSE, que tem empréstimos concedidos a fulano de tal, beltrano etc. Quem recebeu o empréstimo diz que não deve nada. O Banco do Brasil exibe um boleto dizendo que o Sr. Lula, pessoalmente, porque apareceu lá um *boy* com a carteira de identidade do Sr. Lula, pegou R$12 mil em dinheiro. O Sr. Paulo Okamotto diz que pagou uma dívida que não era dívida. É isso que estamos tentando investigar.

Com relação às diárias de viagem, que o Presidente Jorge Bornhausen já apresentou à defesa junto ao TSE, estamos tratando de uma coisa completamente diferente, legítima e justa. Estamos investigando aqui a declarada dívida do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, pelas contas do PT declarada à Justiça Eleitoral, se não me engano, em 2001 ou 2002 ou 2003 ou 2004, e paga em condições misteriosas, que são o objeto da investigação.

Dito isto, com relação às diárias que recebi em diversas oportunidades, o PFL não tem nada a temer. O PFL tem convites oficiais das instituições, participou e continuará a participar de encontros internacionais, e quem é enviado para participar tem de ter a retribuição pelos gastos que vai ter para representar o Partido nesses fóruns. Nada mais razoável, nada mais racional.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, por ter...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – Senador, não vou ficar nesse debate entre V. Exª e o Senador José Agripino. V. Exª teve a palavra...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Fui citado. Com base no art. 14...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª, por duas vezes, já invocou o artigo a que se refere.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Não, foi usado só uma vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, foi usado duas vezes, e o Senador Tião Viana confirma: uma por V. Exª e outra pelo Senador...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – De qualquer forma, peço a palavra...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB.) – V. Exª está inscrito.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – ... só para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não posso, Senador. Se não, vamos ficar nesse debate. Estou recebendo reclamação dos seus colegas.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Mas esse debate é preliminar porque trata da convocação do Sr. Paulo Okamotto, que foi feita em função dessa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, solicito a V. Exª...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Cada um na sua hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª está inscrito ou pode se inscrever, e concederei a palavra a V. Exª. Daqui a pouco vou ter de encerrar e pedir ao Dr. Paulo Okamotto que vá para casa para discutirmos o assunto, e só depois mandarei chamá-lo.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Evidente que não é essa a intenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem de haver respeito aos seus colegas que estão aqui inscritos.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Eu só queria, de forma muito breve, Presidente... Depois entrarei na...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu pediria a V. Exª, Senador Mercadante, porque vai haver a réplica, o Senador Agripino vai pedi-la.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Mas ele tem todo o direito de tê-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o Presidente não vai mais conceder a palavra nem a V. Exª nem a ele para tratar desse assunto.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – A única coisa que não podemos aqui é dizer que essa questão não tem referência com o PFL. É a mesma questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A questão que vai ser...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – São as viagens internacionais...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com relação à questão do Relator, V. Exª vai encaminhar a documentação ao Relator e ele vai se pronunciar no decorrer dos trabalhos desta Comissão.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Eu insisto na prerrogativa que tem o Senador de falar pela ordem. Há uma prerrogativa nesta Casa. Além do fato de ter sido citado...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Exª já falou.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Ele disse, Presidente, que essa questão não diz respeito ao que nós estamos discutindo. Eu vou mostrar que a auditoria do TSE em relação ao PT é muito...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mercadante, peço compreensão a V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu peço compreensão a V. Exª, porque essa é uma questão muito breve e vai ajudar a esclarecer a audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não vai ajudar nada. V. Exª está radicalizando.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – É lógico que vai.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª aqui pede à própria CPI e à própria Oposição que venham com muita calma, com tranqüilidade, com entendimento.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Eu não estou radicalizando.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Exatamente V. Exª é que vem aquecer a disputa.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Eu não estou aquecendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª complica até as possíveis decisões futuras desta CPI.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Eu pediria a V. Exª que, de forma muito breve, só para complementar...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem dois minutos. Eu pediria que marcasse os dois minutos e depois concluísse.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Perfeito.

Eu tenho aqui, por exemplo, a viagem que o Presidente Lula fez – eu estava presente –, do dia 29 de setembro ao dia 10 de 2001. Está aqui: Paris – toda a agenda, com Chefes de Estado, o Primeiro-Ministro Lionel Jospin e outros –, Roma – toda a agenda, com Chefes de Estado, Prefeito, Governador, Primeiro Ministro, Ministro de Relações Exteriores – e Lisboa – com o Presidente da República, com o Primeiro Ministro. Estão aqui os alojamentos.

As diárias que nós recebemos são iguais às de vocês. O problema é que o TSE concluiu da seguinte forma com o PFL: "Esse gasto representa 0,53% do total dos recursos do Fundo Partidário recebidos pelo PFL no exercício de 2001. Assim, a falta de comprovantes fiscais – não basta ter o depósito, tem que ter o comprovante fiscal – impossibilita a verificação da correta aplicação dos recursos provenientes do Fundo Partidário e averiguação do desvio do dinheiro. Portanto, o PFL deverá efetuar a devolução, aos cofres públicos, do valor de R$91.716,00, referentes a irregularidades apontadas nos dois itens. Ressalta-se que ocorreu situação idêntica quando das despesas relacionadas às diárias do exercício de 2000".

O TSE fez a mesma conclusão para o PT. O PT tomou uma decisão: transformou essas despesas em adiantamento de despesas de viagem e obrigou os dirigentes a devolvê-las. O PFL ainda não devolveu. Eu quero saber do TSE qual é a providência, porque um partido tem que ter o mesmo tratamento que o outro e a CPI tem que dar o mesmo tratamento isonômico a todos os partidos.

Portanto, se isso vale para esse caso, vale também para todos os casos que estão aqui e que devem ter o mesmo rigor, a mesma investigação e o mesmo procedimento por parte desta CPI.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, eu acho que, se o PT tomou essa providência, fez isso depois de pilhado, depois de identificada, depois de comprovada a fraude. Nós estamos conversando aqui sobre diárias de viagem. Viajar a serviço é normal, racional...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Vocês não estão pagando desde 2000! Não estão devolvendo dinheiro público!

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – ...lógico, recomendável. Nós estamos falando de empréstimo declarado à Justiça Eleitoral por um partido político, declarado ao Presidente da República, que, identificado na prática do dolo, praticou uma série de reparos a que se refere o Senador Aloizio Mercadante. Está comparando procedimentos legítimos do PFL, que paga diárias mediante depósitos em conta, comprovados em declaração de Imposto de Renda, com recibos que estão constando da prestação de contas do Partido, tudo ao seu tempo, não depois de ser pilhado.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Eu tenho comprovante fiscal. É proibido o depósito, Senador. O TSE veda e está exigindo a devolução do PFL. É a mesma questão, exatamente a mesma.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço o esclarecimento de V. Exªs.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço ao Senador Aloizio Mercadante, se quiser investigar mais alguma coisa, que o faça por escrito, que solicite por escrito, para que isso seja submetido à Comissão.

Da mesma forma, o Sr. Paulo Okamotto está aqui por força de um requerimento que foi submetido à Comissão. O requerimento foi aprovado e ele está aqui.

Eu teria uma pergunta inicial a fazer ao Dr. Paulo Okamotto. Na verdade, por que só V. Sª pagou esse empréstimo do Presidente Lula?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Senador Garibaldi, deixe-me esclarecer essa questão. Todos os lançamentos, de R$29.436,26, na contabilidade do Partido, estão lançados nas seguintes contas: adiantamentos a funcionário e conta de adiantamento a fornecedores. A grafia de empréstimo está somente na... Quando descreveu essa despesa, em 97, está a grafia de empréstimo, mas ela é, na verdade, uma subconta da chamada conta de adiantamento a funcionário.

Os dirigentes do Partido dos Trabalhadores, quando em viagem ou quando em missão mesmo dentro do Brasil, pegam, eventualmente, recursos. Na verdade, no caso do Presidente Lula, pessoas que o acompanhavam pegavam recursos para fazer viagens ou para acompanhar alguma atividade de movimento e depois prestavam contas junto à Tesouraria do Partido. Então, em nenhum momento, na conta principal, o número de conta é conta de empréstimo, mas é conta de adiantamento a funcionário ou, no caso dos pagamentos de passagem, é adiantamento a fornecedores, que foram lançados em nome do então Presidente Lula.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas por que foi o senhor quem pagou? O senhor tinha alguma obrigação de pagar, como pessoa física?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – V. Exª sabe que fui procurador da rescisão do Presidente Lula. Essa questão tinha aparecido na rescisão. Poderíamos, naquele momento...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quando se deu a rescisão, Excelência?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – A rescisão se deu em 21 de janeiro de 2003, a homologação. E essa conversa se deu em dezembro de 2002, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas é a rescisão...

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Vou terminar.

Nessa conversa...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só uma explicação. A rescisão ocorreu por conta de...

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – O Presidente Lula era dirigente contratado do Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores tem como prática profissionalizar alguns dirigentes, diferentemente, por exemplo, do Senador Aloizio Mercadante, que não é profissionalizado. Alguns dirigentes do Partido dos Trabalhadores são profissionalizados como forma, inclusive, de ajudar no processo organizativo do Partido de forma mais efetiva. Por isso é que houve essa rescisão desse contrato de trabalho e por isso que gerou essa discussão dos descontos, que tinham sido lançados, equivocadamente, ou erradamente, em nome do dirigente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor ainda não me respondeu ou então não entendeu a minha pergunta. Havia o Delúbio Soares, o Sílvio Pereira e todos os dirigentes do PT preocupados com a maior liderança do PT, que era o Presidente Lula. Só porque foi o senhor quem pagou... Estou quase usando a expressão "pagou o pato", pagou o empréstimo. Por quê?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Porque eu tinha assumido essa responsabilidade, Senador. Como fui o seu procurador, tive de dar os encaminhamentos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por conta da rescisão...

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Por conta da rescisão. Eu era procurador dessa questão e as pessoas me procuraram. Talvez enxergaram em mim essa possibilidade. Também fiquei muito chateado porque o Partido não encaminhou uma discussão para ressarcir de outra forma, como, por exemplo, outros partidos encaminham, e tive de fazer esse ressarcimento ao Partido, porque, senão, iam continuar em aberto os lançamentos na contabilidade, como estavam desde 1997, sem uma solução. Achei que, como o Presidente Lula agora tinha assumido essa responsabilidade, eu não poderia deixar essas pendências contábeis em aberto, porque ficaria muito...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor tem uma ligação muito forte com o Presidente?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu tenho uma relação de amizade com o Presidente Lula.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi por isso, talvez, que o Presidente Lula não tenha dado ouvidos à denúncia feita pelo Dr. Paulo de Tarso, militante do PT naquela época, com relação à Cepem, empresa de Roberto Teixeira, e as ligações que tinha com V. Sª?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Senador, o Partido deu ouvido às denúncias sobre a Cepem, tanto é que as denúncias que foram feitas viraram, dentro do Partido dos Trabalhadores, uma comissão de investigação especial, presidida por especialistas que o Partido tinha, e foi objeto de um longo processo investigatório, onde todas as ligações foram investigadas. E também tem uma conclusão essa relatório, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª sabe muito bem que estou dizendo isso porque as denúncias foram feitas em 95, e em 97 tiveram de ser feitas novamente. O Dr. Paulo de Tarso, que registrou em cartório as cartas, fez o seguinte comentário: "Em comemoração aos dois anos de aniversário de absoluto silêncio e conivência com as falcatruas dos nossos dirigentes, estou remetendo de novo a carta que registrei em cartório em março de 95".

A denúncia – claro que os Senadores podem até não estar informados – tratava do seguinte: essa empresa do Sr. Roberto Teixeira, além de prestar serviço que os próprios funcionários nas próprias prefeituras poderiam fazer, exigia que fosse contratada com dispensa de licitação e superestimava o possível valor que a prefeitura deveria receber de ICMS, tendo em vista que recebia uma porcentagem do total, levando grandes prejuízos ao Erário.

De acordo com o próprio Sr. Paulo de Tarso, isso ocorria visando a desvio de recursos ao PT. Considerando que a auditoria externa realizada pela Prefeitura de São José dos Campos confirmou irregularidades da Cepem, as providências, na verdade, não foram tomadas devidamente?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu não tenho informação sobre quais providências a Prefeitura tenha tomado a respeito disso, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o PT tomou providências? V. Sª disse que o PT tomou providências.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Sobre as denúncias, o PT montou uma comissão, essa comissão que investigou esse caso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, a respeito da carta que o Presidente recebeu desse militante do PT, em que ele denuncia as irregularidades cometidas pela Cepem, em São José dos Campos, e afirma que o mesmo sucedera em Campinas, Santo André, Diadema, Santos e Piracicaba? Nessa carta, ele também informa que foi demitido em 13 de setembro de 93, a pedido de V. Sª, representando a Direção Nacional, e de Paulo Frateschi, pela direção estadual. A Direção Nacional e regional fazia esse tipo de intervenção nas administrações municipais do PT? Por que um secretário que elevou a arrecadação de São José dos Campos em mais de cem por cento foi demitido sumariamente?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não sei, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não sabe de nada?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não, eu não trabalhava...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas dizem que V. Exª trabalhava de comum acordo com o Roberto Teixeira?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Isso não é verdade, mas ...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª era quem arrecadava o dinheiro?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Também não é verdade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que o Roberto Teixeira mandava um escalão precursor, depois um escalão para fazer o trabalho e V. Sª passava depois?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Excelência, isso não é verdade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é verdade?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não é verdade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª nega isso?

**O O SR. PAULO OKAMOTTO** – Nego veementemente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nega essa denúncia?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Nego.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Olha, eu estou trazendo denúncia via carta, mas poderia até trazer aqui o próprio Sr. Paulo de Tarso, que ainda hoje ele continua denunciando isso que V. Sª nega. Não tem nada a dizer?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não tem nada disso. Isso é uma acusação infundada.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele, inclusive, na entrevista que deu ao Jornal da Tarde...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Por que V. Sª não o processa? É uma acusação tão grave!

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – V. Exª sabe que eu conheço esse militante chamado Paulo de Tarso. Ele é uma pessoa de idéias fixas. Ele coloca uma coisa na cabeça e...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sim, mas o senhor, na Justiça, pegava ele...

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Estou estudando, já pedi para os meus advogados estudarem o que fazer nesse caso. Mas eu observo o comportamento desse ex-militante do PT e realmente não tenho motivação para processar uma pessoa que se comporta como ele. Acho que é uma pessoa que tem idéias fixas, uma pessoa que se coloca quase como uma causa, uma coisa dessas, e que, infelizmente, a gente, na condição de compreender a trajetória desse companheiro, acaba sempre relevando.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª é generoso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Paulo Okamotto, V. Sª já ouviu falar da expressão – eu pelo menos nunca tinha ouvido falar – "bate-pau"? Ouvi falar em cara-de-pau, mas bate-cara-de-pau eu tinha que ouvir falar aqui. Desculpe-me, não é com V. Sª que estou dizendo isso. O que é bate-pau? Porque o Sr. Paulo de Tarso, numa entrevista que deu ao **Jornal da Tarde**, em 1997, chamou V. Sª de bate-pau? Não sabe também?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sabe sim. Ele não quer dizer. Faz bem ele, guarda reserva.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Olha, eu, sinceramente, nunca... Ele falou isso, se é que falou isso, falou através da imprensa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele explicava que era porque V. Exª era a pessoa que provocava os empresários para arrecadar dinheiro.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Também não é verdade, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou já encerrar a fase aqui de Paulo de Tarso, mas ainda há o seguinte: Paulo de Tarso cita V. Sª como a pessoa que circulava pelas prefeituras petistas, sempre tentando ver alguma forma de arrecadar algum recurso. Pelas investigações que esta CPI vem realizando nas prefeituras de Santo André e Ribeirão Preto, há fortes indícios de irregularidade nas áreas de limpeza urbana, obra e transportes urbanos, bingos. O senhor confirma que mantinha contato com dirigentes municipais do PT para saber quem eram as empresas detentoras de maiores contratos com as prefeituras?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não confirmo, Excelência, não confirmo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não conhecia nem os prefeitos?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Conhecia vários prefeitos, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhecia vários prefeitos desses municípios?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Desses municípios, conhecia vários prefeitos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não mantinha contatos dessa natureza com eles?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Contatos dessa natureza eu não mantinha.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem de outra natureza?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não, Excelência, relatei aqui na minha apresentação que fui Presidente do Partido dos Trabalhadores de 1988 até 1992. Sou fundador do Partido dos Trabalhadores. Em 1987, era vice-presidente. Participei de muitos processos eleitorais, dirigi o Partido na condição de presidente. Evidentemente que eu conhecia, naquela ocasião, a maioria dos prefeitos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores. Agora, a minha relação com os prefeitos do Partido dos Trabalhadores era uma relação política, era uma relação de orientação partidária, era uma relação de discussão de programas que o Partido tinha se comprometido a implementar durante a campanha eleitoral. A minha relação com prefeitos e eventuais militantes do Partido dos Trabalhadores sempre foi a minha relação de dirigente partidário.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda sobre o seu ex-amigo, Paulo de Tarso, seu companheiro de partido. Ele citou em entrevista que, nos assuntos referentes à Cepem, V. Sª era quem batia o martelo, com o aval da prefeita Ângela Guadagnin, que hoje é Deputada.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu nunca tive nenhuma informação sobre isso. É a primeira vez que ouço uma informação como essa. Eu nunca bati martelo e não tratava da Cepem, não trato da Cepem, não represento a Cepem, nunca representei a Cepem. Não sei de onde é que vem uma notícia como essa, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor nunca arrecadou recursos para a campanha do PT?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Arrecadei, quando fui tesoureiro da campanha do partido, em 1989.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E as empresas não contribuíam?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Em 1989, Senador, o Partido dos Trabalhadores tinha uma política diferenciada sobre essa questão da arrecadação, e arrecadávamos muito de grupos organizados, dos sindicatos, de trabalhadores organizados, enfim, tínhamos uma visão muito mais simples sobre a vida partidária e recolhíamos dinheiro baseado, praticamente, como era a legislação eleitoral, ou seja, através de listas onde as

pessoas colocavam o nome, o título eleitoral, o valor dado, assinava. Era assim que era feito o recolhimento das contribuições em 1989.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Paulo, qual era o seu relacionamento com Roberto Teixeira, dono da Cepem?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Senador, o meu relacionamento com Roberto Teixeira é de uma amizade. Ele foi militante em São Bernardo do Campo, morava em São Bernardo do Campo, cidade também resido, e ele militava no Partido dos Trabalhadores, chegou a dirigente do PT municipal. Mas, que me conste, nunca foi dono da Cepem.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem era o dono da Cepem?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Pelas informações que tive da imprensa e do relatório, era uma outra pessoa de quem eu não me recordo, mas não era Roberto Teixeira.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele não tinha nada a ver com a Cepem?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não, se ele tinha ou não tinha, eu não sei, mas dono...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era sócio?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – ...dono, eu sei que ele não era, porque as informações que tinha no relatório e na imprensa é que havia outro dono. E essa é uma matéria amplamente noticiada em São Paulo, amplamente conhecida por outros políticos em São Paulo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o relacionamento do senhor com o Deputado José Dirceu era estreito?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – O Deputado José Dirceu era Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores. Foi durante muitos anos Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, foi o coordenador da campanha do Lula a Presidente, em 2002, e eu mantinha uma relação com José Dirceu muito grande. Eu acho que é um companheiro muito importante do Partido, e sempre mantive relação com o Deputado José Dirceu.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Houve um almoço em que estavam presentes o Presidente Lula, a então Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, e Roberto Teixeira. Essa reunião teria como objetivo pressionar a contratação da Cepem para fazer o mesmo serviço que fazia em Prefeituras do PT. A Prefeita Erundina não cedeu. V. Sª confirma essa reunião?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu não tenho notícia dessa reunião, Exª.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não participou dela?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Se houve essa reunião, eu não participei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem teve notícia?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Nem tive notícia.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª não sabia?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Se houve essa reunião, eu não sabia, não sei.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Se houve.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Se houve.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Rogério Buratti?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Conheço, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que relações mantinha com ele ou mantém hoje?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Rogério Buratti foi membro da Executiva do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, quando eu também fui seu Presidente. Então, naquela ocasião, nós éramos conhecidos, ele participava da direção do Partido junto comigo. Mas, desde 1992, quando deixei a direção do Partido, e ele também, ele se mudou, pelo que me consta, da cidade em que morava, e nunca mais tive relações com Rogério Buratti.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Vladimir Poleto?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Sei quem é porque ele também foi militante em São Bernardo do Campo, mas não o conheço.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conheceu, mas não houve...

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Conheço, porque ele foi candidato. Inclusive, lembro, era sindicalista, mas não tenho nenhuma relação com Vladimir Poleto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com o Sr. Silvio Pereira?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Silvio Pereira foi secretário de organização, secretário-geral do Partido dos Trabalhadores, da Direção Nacional. Eu também mantinha menos... mas também conhecia o Silvio Pereira, uma pessoa que também foi da Executiva estadual do PT em São Paulo. Portanto, eu o conhecia e o conheço.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor viajou ao exterior entre outubro de 2002 e hoje?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Viajei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Viajou para onde?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Viajei para o Peru, viajei para os Estados Unidos, viajei para...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na qualidade de dirigente do PT?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Em mil e?... Não entendi a pergunta, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na qualidade de dirigente do PT.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – A que ano o senhor está se referindo mesmo, Senador?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A 2002. Entre outubro de 2002 e hoje.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – É, de outubro de 2002 a 2004, sou diretor financeiro do Sebrae nacional. Então, sempre que viajei, viajei representando a instituição. Na viagem, por exemplo, que fiz ao Peru *(Inaudível.)*... Viajei aos Estados Unidos...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas aí como presidente do Sebrae?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Como dirigente do Sebrae.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª trocou telefonemas ou com Rogério Buratti, ou com Poleto, depois de 1992, ou num período?...

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª tinha uma relação mais estreita com eles, ou não?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não. Nunca troquei telefonema com os dois citados, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com o Delúbio Soares, sim?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – O Delúbio Soares também era dirigente do Partido dos Trabalhadores, e a gente mantinha relação enquanto dirigente do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Recentemente, a Imprensa apontou – ou apresentou, eu diria melhor – a distribuição de verbas publicitárias de várias empresas estatais, entre jornais no Estado de São Paulo, em que se verificava que jornais de circulação limitada chegaram a receber mais do dobro das verbas de jornais de grande circulação nacional.

O Sebrae também participou disso?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Essa matéria... Eu não vi essa matéria – vamos chamar assim – com cuidado para responder essa pergunta que o senhor está me fazendo. Mas o Sebrae tem como objetivo atender os pequenos negócios. Portanto, toda nossa comunicação é voltada para a imprensa especializada que chegue a esses pequenos negócios. Um dos programas que nós tínhamos era na CBN e também um programa que a gente patrocina na Rede Globo porque nos parece que são programas que chegam muito aos nossos empresários, aos nossos orientados. Também mantemos publicações e revistas especializadas porque a nossa idéia é fazer com que, cada vez mais, o Sebrae seja conhecido pelos nossos empresários de pequenos negócios para ser demandado. Não tem nenhuma relação com essa relação que foi apresentada aí pelo jornal.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor possui dólares?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já fez remessa de recursos para o exterior?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Também não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem constituiu empresa no exterior, nem teve participação?...

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. FPL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª dispõe de 10 minutos, com a tolerância costumeira da CPMI.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, ilustre depoente, Paulo Okamotto, meu caro Relator, Srs. advogados. Sr. Paulo, V. Sª foi convocado aqui, principalmente, pelo problema dos vinte e nove e seiscentos.

O Relator já colocou muito bem: por que um débito tão antigo V. Sª só foi saudá-lo depois que o Presidente Lula estava empossado? V. Sª discutiu muito antes. Delúbio mostrou que tinha mais força do que o senhor. Delúbio é o homem do Lula, ou não é? O senhor é homem também do Lula, ou não é? E o Delúbio foi assim intransigente para se pagar esses vinte e nove e seiscentos que o Jacques Wagner declarou que não havia débito nenhum do Presidente da República? E, se não havia débito, por que o senhor foi pagar e por que só pagou em 2003?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu gostaria de esclarecer a V. Exª, Senador, que esses débitos de adiantamento feito ao nosso dirigente Luiz Inácio Lula da Silva só apareceram quando foi feita a sua rescisão. Infelizmente, o Partido não tinha, como prática de gestão, levantar a contabilidade dos débitos em aberto e tomar medidas de gestão para cobrar ou esclarecer

certos lançamentos contábeis. Como relatei há pouco, esses valores se referiam a adiantamento feito pelo Partido ao então dirigente contratado do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E o por que o Sr. Jacques Wagner negou que isso existia e estava publicado?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – O Sr. Jacques Wagner negou porque eu, durante a tratativa que fiz junto com o Partido, com o Delúbio Soares, jamais comentei com o Presidente que esses débitos se encontravam em aberto. Mesmo porque, como já me manifestei anteriormente, considero que esses débitos foram lançados equivocadamente e que a cobrança desses valores é indevida porque todos os gastos feitos, nesse caso, se referem a gastos feitos mediante representação do dirigente do Partido.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª disse de raspão que era um homem de posse. Eu não tenho dúvida disso. Por que o senhor pagou esse empréstimo a prestação em dinheiro vivo?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Excelência, eu não sou um homem de posses. Eu sou uma pessoa, hoje, que tem uma boa função, recebe um salário, comparado com o padrão nacional, bastante elevado...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Só recebe um salário?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não. Recebo mais de um salário porque também...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não. Quero saber de outras entidades, conselhos etc.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu recebo salário, recebo meu salário também de aposentadoria e participo de um conselho que o Sebrae é...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não sendo indiscreto, quanto V. Sª ganha mensalmente?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Atualmente, ganho um pouco mais de R$30 mil.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Só?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Só.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Olhe que eu tenho um ouvinte que me mandou fazer essa pergunta e nota bem mais alto. Mas não há importância. Esse é um problema de consciência de V. Sª. Se V. Sª paga 29 do Lula, é porque tem realmente muita intimidade com os assuntos financeiros do Presidente. É ou não é verdade? Quem tem mais: V. Sª ou o Delúbio?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Excelência, eu tenho trabalhado com o Presidente Lula e tenho sido companheiro do Presidente Lula desde 1977. O Lula foi dirigente do nosso sindicato. Eu também fui dirigente do sindicato. O Lula foi fundador do Partido dos Trabalhadores. Eu também fui fundador do Partido dos Trabalhadores. O Lula foi dirigente nacional, eu fui dirigente estadual. O Lula participou do Instituto Cidadania, eu também participei do Instituto Cidadania. Portanto, nesses quase 30 anos de caminhada, Excelência, eu tenho participado de muitas atividades políticas do Presidente Lula.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas as financeiras eram com o senhor ou com o Delúbio?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu não cuidava das questões financeiras do Lula. Suponho que quem paga a água, a luz, as contas do Lula seja a Dona Marisa porque é ela a pessoa que faz as despesas da casa. Eu não tenho nenhuma outra informação que eu possa complementar ao senhor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª está dizendo que o Lula não tem recursos e que quem paga é a senhora dele? Eu não entendi bem.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Quem paga as contas de água e luz é a Dona Marisa. É a família que paga conta de água e luz.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Hoje, ninguém paga. Quem paga é o Palácio.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Mas suponho que ele ainda tenha casa em São Bernardo e que o Palácio não está pagando lá.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu tenho dúvidas. V. Sª disse que, no final de dezembro de 2002, compareceu ao Partido dos Trabalhadores para acertar a rescisão do contrato de Lula.

No entanto, mais à frente, V. Sª foi ao sindicato para fazer o acerto da rescisão só em abril. Por que demora tanto rescindir? Então ele recebeu pelo PT e como Presidente? Porque a rescisão não foi logo, foi bem mais demorada. Até a direção do Partido, em 2003, só fez a homologação do contrato em abril de 2004.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Excelência, eu gostaria...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sabia que a homologação só foi em abril de 2004?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não, não. Excelência, eu gostaria de ratificar essas informações que o senhor tem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ratificar?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Retificar essas informações que o senhor tem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Retificar.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – A discussão da rescisão foi em dezembro de 2002, e a homologação foi feita no sindicato da categoria, em janeiro de 2003. Lá compareci e fiz a homologação em janeiro de 2003. Não em abril.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não foi em abril não?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não foi em abril.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quer dizer que ele não recebeu como Presidente da República e como dirigente do Partido?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não, senhor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Porque uma vez eu estive com o Lula, e ele se queixou muito de que o Partido era muito rigoroso com ele. Que ele tinha uma pensão de cerca de 4 mil e mais dois mil e tanto do Partido. Tanto é que ele queria ir ao Municipal assistir a um espetáculo, de que a Erundina mandou convite, e o Partido proibiu que ele fosse para o camarote, porque dava, assim, um ar de... e obrigou-o a vender um carro.

V. Sª conhece esse episódio?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não conheço, Excelência.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas eu, que não tenho nenhuma intimidade, ele me contou e não contou ao senhor?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Talvez ele tenha mais intimidade com o senhor do que tem comigo, Excelência.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não, eu não tenho nenhuma intimidade. Então... estou vendo que V. Sª perde para o Delúbio, viu? Mas talvez fosse bom isso mesmo, né?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Houve época em que V. Exª se dava muito bem com o Presidente, tratava-o com muito carinho. Eu sou testemunha disso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Só tive encontros com o Presidente da República: em 96 e em 2003. Não há essa intimidade que V. Sª desejava ter com ele e que ele não lhe dá. Infelizmente eu fico triste com isso. A homologação do contrato de trabalho, § 6º, do art. 477 da CLT, incluído pelo art. 1º da Lei 7.855, de 1989, determina que o pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos: a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, (...) aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

V. Sª pode dizer como foi essa homologação?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – O Partido fez a rescisão do contrato de trabalho no dia 20/12 e recolheu as verbas rescisórias de 31 mil reais e pouco na conta do dirigente contratado que se desligava do Partido. Eu fiz a homologação, ou seja, concordei com as contas, em 21 de janeiro de 2003. Esse foi o procedimento adotado, portanto, de acordo com a lei.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu não vou perguntar o nível de relacionamento de V. Sª com o Presidente, porque a Casa toda já sabe: é o maior possível, é o mais íntimo. V. Sª é quem o orienta nas suas finanças. V. Sª conhecia o contrato da Telemar com o filho do Presidente?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não conhecia, Excelência.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Nem conhece?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Nem conheço.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Por que V. Sª não procura saber da legalidade ou não desse contrato? É um favor que V. Sª ia fazer a todos nós, se isso é possível: cinco milhões da Telemar num contrato com o filho do Presidente, já que V. Sª é a pessoa da confiança do Presidente.

É verdade – V. Sª ainda há pouco disse uma resposta que não me agradou – que V. Sª sempre foi responsável pelas finanças pessoais do Presidente Lula e de sua esposa?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não, Excelência. Nunca fui responsável pelas finanças pessoais do Presidente Lula.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não dava nenhum conselho a ele: gaste aqui, gaste ali, não gaste?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu não dou nenhum conselho na área de economia doméstica ao Presidente Lula.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Prefere dar para o Brasil?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu tento ter opiniões sobre a economia brasileira como todo brasileiro. Mas eu não...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas é mais discreto que a Dilma?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não tenho a mesma capacidade da Ministra Dilma para analisar as coisas e poder me manifestar.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª é muito modesto. Tenha paciência!

A revista **Veja**, na sua edição de 31 de agosto, informou que até fevereiro do ano passado a turma do Ribeirão se reunia em determinada casa onde jogavam tênis, passavam horas de lazer na zona sul e não deu o nome de V. Sª. Mas V. Sª foi algumas vezes lá, nós temos essa informação.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu nunca fui, Excelência. Nem sei onde é. Nem sei se tem casa.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Nem sabe se tem casa? Eu vou provar a V. Sª que tem casa, mas não quero deixar V. Sª mal agora. V. Exª certamente tem conhecimento das denúncias feitas a esta CPI por Buratti. Qual é o juízo que o senhor faz do Sr. Rogério Buratti.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, o Processo Penal não permite que a testemunha dê opiniões sobre...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Processo Penal não permite...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O advogado não pode se pronunciar.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª não pode se pronunciar. V. Sª fique calado. Fique caladinho! Calado!

***(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)***

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode prosseguir.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Deixe para orientar seu cliente na hora certa. Não queira ser gato-mestre, até porque parece até gato, mas não é mestre.

**O SR. (Orador não identificado)** – Se eu puder me dirigir a V. Exª.

***(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)***

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não pode. Eu não posso quebrar as regras.

V. Sª sabe algo sobre Ralf Barquete, que já faleceu e que nós sabíamos que era muito íntimo, inclusive de V. Sª?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu não conheço o Barquete e também não tenho nenhuma informação sobre o Ralf Barquete.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sobre o contrato da GTech, V. Sª não conhece nada?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não tenho nenhuma informação sobre o contrato da GTech.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Bem, o Relator já perguntou e V. Sª não satisfez com a sua resposta. Qual a sua intimidade real com o Sr. Roberto Teixeira da Costa?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – A minha intimidade real, Excelência, como manifestei, ele era militante do Partido dos Trabalhadores em São Bernardo, na década de 80. Depois, ele mudou-se para a cidade de São Paulo e eu raramente o vejo. A minha relação com Roberto não é uma relação de amizade. Ele não freqüenta a minha casa e eu também não freqüento a casa dele. Vejo-o ocasionalmente em alguns eventos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas V. Sª freqüenta a casa do Presidente e ele não sai de lá.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Mas eu também não freqüento a casa do Presidente com essa assiduidade que V. Exª supõe.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quer dizer, é o Sr. Roberto Teixeira que freqüenta?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Também não tenho informação sobre isso, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O senhor já disse que é íntimo de Silvio Pereira, não é verdade? O senhor não acabou de dizer isso?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu disse que o Silvio Pereira é dirigente do Partido dos Trabalhadores. Eu o conheço. Ele foi dirigente estadual, inclusive, mas não sou íntimo do Silvio Pereira. Há muito tempo, ele está na direção nacional, na área de organização, e eu raramente o via.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quer dizer que V. Sª desconhece qualquer fato relativo ao Land Rover?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Desconheço, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quanto aos contratos publicitários do Sebrae, V. Sª faz idéia de quanto anualmente se gasta?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – O Sebrae tem uma verba que está condicionada ao seu orçamento. Nós podemos gastar, no máximo, 5,5% dessa verba.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Esse percentual equivale a quanto?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Hoje, equivale a aproximadamente R$32 milhões.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – R$32 milhões.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – R$32 milhões.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E são gastos totalmente?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Neste ano, provavelmente sim, Senador. Nós divulgaremos que o Sebrae...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Nunca houve nenhum contato com o valerioduto?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Nunca houve nenhum contato com o valerioduto, que eu saiba, pelo menos...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quem é o agente publicitário de V. Sª?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – O agente publicitário do Sebrae hoje é a DM9 e a Giacometti; Giovanni era a anterior.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu estou satisfeito, mas creio que V. Sª poderia colaborar mais com o Relator, em razão do conhecimento que tem das atividades do PT e, principalmente, das atividades pessoais do Presidente Lula.

Se V. Sª puder apurar o caso da Telemar, agradeço, porque ficaria com a minha consciência tranqüila, pois tenho tudo aqui, mas não quero colocar nas costas de V. Sª, por não ser realmente o culpado. O culpado é o Presidente da República, que tomou conhecimento antecipado, mas nada fez e considera inteiramente justo o filho dele ter negócios desse tipo. Portanto, a culpa não é sua. Sei que o senhor não daria esse conselho ao Presidente. Esse talvez seja um conselho do Delúbio.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra, por permuta com o Senador Juvêncio da Fonseca, ao Senador Arthur Virgílio e, em seguida, ao Senador José Jorge.

V. Exª tem a palavra, Senador Arthur Virgílio, por dez minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Paulo Okamotto, a Srª Ivone, segunda esposa do Prefeito Celso Daniel, declarou que o senhor a teria encontrado, certa vez, na fila de um cinema e que o senhor teria estranhado o fato de ela e o esposo estarem sem segurança. O senhor poderia, brevemente, explicar-me por que a preocupação com algo tão corriqueiro, marido e mulher no cinema? Segurança para quê?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Senador, nós tínhamos acabado de perder o nosso Prefeito Toninho, de Campinas. A partir daquela morte, que ainda carece de explicações, houve vários telefonemas a alguns de nossos dirigentes sindicais e também a outros Prefeitos de que eles seriam as próximas vítimas. Vários Prefeitos tomaram medidas de segurança. Dirigentes começaram a usar carro blindado, e outros Prefeitos andavam também com carro blindado. Eu estranhei, porque, principalmente na região do ABC, estavam ocorrendo muitos boatos de que haveria um novo atentado. Por isso, ocorreu realmente esse episódio numa fila de cinema. Um dos fatos que comoveu muito o Partido foi o assassinato brutal do nosso companheiro Celso Daniel, o que deixou todos nós...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor foi até premonitório.

O que o Dr. Okamotto fala, Sr. Presidente, é importante, porque ele se refere a boatos, falando de um novo atentado, e esse atentado ocorreu em seguida com a pessoa que ele encontrou no cinema, que foi o Prefeito Celso Daniel.

Mas o Sr. Paulo Tarso Venceslau, que terminou virando um desafeto seu, dizia que V. Sª seria um homem dos mistérios. De maneira bem breve, porque quero aproveitar o tempo, a Cepem do Sr. Roberto Teixeira é considerada pelo senhor uma empresa séria ou afeita a negociatas com prefeituras?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Senador, não tenho juízo de valor sobre a Cepem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não é capaz de fazer.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Como manifestei há pouco, não conheço a empresa Cepem, nem sei onde é, não conheço os donos da Cepem, não entendo dos negócios da Cepem. A meu juízo, pelo que pude compreender dos depoimentos do inquérito que foram feitos pelo Partido, acho que o tipo de atividade que a empresa tem é usar uma deficiência do Estado para ganhar dinheiro.

Acho que toda pessoa que quer construir um Estado forte, um Estado importante tem de procurar fazer com que esses defeitos dos Estados possam ser corrigidos a tempo para evitar que empresas ou outros setores ganhem dinheiro com o Estado brasileiro.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O mesmo Sr. Paulo deTarso Venceslau procurou o senhor para denunciar, segundo ele afirma, favorecimento dessa empresa em São José dos Campos durante a administração de uma prefeita petista. Isso é verdade?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não, ele não me procurou para denunciar. Na verdade, ele me procurou para dizer que havia irregularidades numa empresa e perguntar se ele poderia investigar essa empresa. Eu disse que, como gestor, ele tem obrigação de investigar qualquer irregularidade em qualquer empresa. Mas ele perguntava especificamente...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Diz que foi específico Cepem.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Exatamente, foi especificamente da Cepem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – E que importância o senhor deu a isso?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu dei a importância que todo mundo deve dar a qualquer irregula-

ridade que se tenha sobre qualquer atividade de uma empresa...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – E o que senhor fez?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Pedi para que ele investigasse profundamente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Para que ele investigasse?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Lógico!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Em abril de 93, teria havido uma reunião com o secretário de finanças e administrações petista, e, segundo o mesmo Paulo Tarso, o senhor teria estado presente à reunião sem exercer cargo qualquer. Isso é fato?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Isso é fato, Senador.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Por que o senhor estava lá?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu estava lá porque até 1992 fui o Presidente do Partido dos Trabalhadores de São Paulo. E como Presidente do Partido dos Trabalhadores de São Paulo construímos uma série de mecanismos para melhorar a gestão das nossas prefeituras. Fazíamos reuniões com secretários de saúde, fazíamos reuniões com secretários de obras, fazíamos reuniões com secretários de fazenda, enfim, criávamos fóruns para poder repassar política e compartilhar informações.

Eu tinha saído da direção do Partido, então a dirigente Telma de Sousa, que também é Deputada nesta Casa, me convidou para dizer que o trabalho que estávamos construindo continuava em curso. Ela me convidou para uma reunião que houve. Fui lá só para ver a reunião, fiquei poucos momentos e fui embora.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem. Nessa reunião, Paulo Tarso teria advertido o senhor quanto a Cepem estar vendendo gato por lebre e que o senhor teria dito a ele assim: olha, Paulo, você está falando demais. Segundo, disse que comunicou ao senhor sobre todas as investigações que ele estava fazendo e que o senhor não teria tomado providências. Que providências o senhor tomou? E lhe pergunto se foi fato que disse a ele que ele seria um falastrão, que estaria falando demais.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Senador, realmente aconteceu essa reunião.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ele fala demais?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Realmente ele se manifestou, nessa reunião, de forma que considerei fora de propósito, e comentei com ele, de passagem, que ele tinha sido no mínimo indelicado, por coisas que V. Exª mesmo já relatou aí, de que essa empresa seria ligada a não sei quem, de que o Partido estava sendo pressionado. Eu falei: É muito complicado você fazer uma denúncia dessas sem ter provas. Mas era o estilo dele, como continua sendo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem. Em 19 de maior de 93, ele teria sofrido ameaças, tido o carro perseguido e fechado por um veículo ocupado por três homens na Rodovia dos Trabalhadores.

O senhor tomou conhecimento desse episódio?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não tomei conhecimento desse episódio. Nunca fiquei sabendo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Logo depois disso, em junho de 93, ele teria estado reunido com o atual Presidente Lula no Governo Paralelo do Ipiranga, ele teria almoçado com o atual Presidente, com o Frei Beto, com o ex-Ministro José Dirceu, e teria ficado das nove da manhã até às cinco da tarde em tais companhias.

Na maioria desse tempo, o senhor confirma que esteve presente a essa reunião?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não confirmo que estive presente. Não me recordo dessa reunião.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Então, certamente ou o senhor não estaria falando a verdade, ou não houve reunião, porque é evidente que o senhor se lembraria de uma reunião com pessoas tão significativas e por tanto tempo. Quando nada, ou por ter sido proveitosa ou chata, porque uma reunião dessas ou foi muito proveitosa ou muito chata. Não dá para esquecer; em qualquer circunstância é inesquecível. Mas ele afirma, que Paulo Tarso foi lá tratar de divergências com o Presidente Lula, que o Presidente Lula, não Presidente à época, teria se queixado de que ele, Paulo, estaria criando problemas e que ninguém fazia nada.

O senhor sabe a que espécie de problemas Lula se referia quando se queixava de Paulo Tarso?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu não estive nessa reunião, não presenciei esse episódio, portanto, não tenho nada a informar a respeito dessa eventual reunião, se é que houve.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem, disse que ao longo dessa reunião, a conversa virou para o assunto Cepem e que Paulo Tarso teria mostrado a Lula, minuciosamente, como é que funcionava o esquema da empresa. Se o senhor não esteve lá, também nunca o Presidente Lula lhe comunicou, nunca lhe deu detalhes nenhum.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu desconheço.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem. Sr. Presidente, vou sincopar aqui para concluir e depois fazer uma observação a seu respeito. Vou sincopar fazendo mais uma pergunta com dupla. O Sr. Paulo Tarso contratou uma auditoria nos contatos da

Cepem com São José dos Campos, que acabou apontando para uma falsificação de assinaturas, rasura de documentos, fraude na forma de calcular o percentual de comissão da Cepem que já era, segundo ele próprio, alto, absurdamente alto. Traduzindo, nas próprias palavras de Paulo Tarso, a Cepem estaria "metendo a mão" em recursos do povo de São José dos Campos. Paulo Tarso diz que, no dia 3 de setembro, teria passado para V. Sª o resultado da auditoria, que V. Sª teria dito a ele para tomar um certo cuidado, porque a segunda caravana da cidadania quase não saía porque a Cepem não tinha passado o dinheiro.

Vou perguntar a V. Sª, em seguida, se V. Sª confirma isso, ou se nega, mas mais ainda: no dia 13 de setembro Paulo Tarso foi exonerado da Prefeitura de São José dos Campos pela Prefeita. Paulo Tarso era visto, segundo consta, como um Secretário de Finanças exemplar, uma figura correta, teria aumentado a arrecadação do Município, mantinha uma relação estreita de confiança com a Prefeita, ela teria até chorado ao perder *(Inaudível.)*, assim, uma decisão de cima para baixo, ou seja, seria o Sr. Paulo de Tarso pagando pelo preço das denúncias de alerta que fazia.

V. Sª confirma, sabe do segundo episódio e confirma o primeiro de que quase não saiu a segunda Caravana da Cidadania porque a Cepem não tinha recebido da Prefeitura e por isso não podia repassar?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não tenho nenhuma informação, Senador. Sobre a segunda pergunta que o senhor me fez, eu nunca tive ingerência em São José dos Campos, não tenho ingerência com a Prefeita da ocasião, que é hoje Deputada desta Casa. Assim como não indiquei ninguém para a Prefeitura, também não pediria o cargo de ninguém. Portanto, penso que essas ilações que são feitas são totalmente absurdas e não sei de onde e a que propósito vêm.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Em função do que estamos ouvindo e das dúvidas que ainda temos, o Senador José Agripino e eu estamos pedindo a convocação dos Srs. Roberto Teixeira e Paulo de Tarso Venceslau para deporem, nesta Comissão, e fazermos o contrate das opiniões.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que vou dar uma opinião sobre S. Sª. O depoente fala com muita firmeza, parece-me imbuído ou de alguma certeza ou de uma noção de missão. Não me passa a idéia de um homem amedrontado, não me passa, não. Já vi aqui passar muita gente que se portou diferente. Convivo muito e convivi muito com a cultura oriental da qual o senhor descende. E conheço bastante certas raízes, enfim. O senhor veio aqui com uma certa postura de samurai, ou de camicase, não sei. Se o empréstimo foi empréstimo, é algo muito grave. Se o empréstimo – e aqui o Senador Aloizio Mercadante tentou fazer uma confusão envolvendo o Senador José Agripino – não era para diária de viagens do Presidente, mas era empréstimo pessoal confessado no balanço do Partido, isso é grave. O Presidente diz que não deve, o senhor diz que pagou. O senhor pagou já antes de ele ser Presidente, mas o senhor, depois, foi nomeado para o Sebrae. Na verdade, em quaisquer circunstâncias, teria duplamente dinheiro público: dinheiro público do Sebrae e dinheiro público do fundo partidário, numa hora muito infeliz para o seu Partido.

O senhor falou com muito orgulho aqui do Partido dos Trabalhadores. Foi aí que eu vi, nessa postura de samurai, que o senhor não se parece em nada com o Poleto. Aqui, para nós, eu não desrespeito ninguém que venha aqui, mas aquele não foi possível respeitar. Ele se portou como um cafajeste, uma figura desqualificada, anunciou-se bêbado. É aquela história, quase que eu digo para ele assim: Sr. Poleto, versão de bêbado não tem dono. Enfim, ele chegou aqui, sem nenhuma moral, sem nenhuma preocupação. O senhor está firme, está na sua missão.

Eu lhe digo uma coisa, Dr. Paulo Okamotto. Numa hora infeliz que havia aquela mistura de qualquer dinheiro retirado do caixa do PT para pagar qualquer coisa, poderia ter ali uma certa mistura esquisita entre o que arrecadava Delúbio por vias transversas e o dinheiro do fundo partidário. O dinheiro do fundo partidário, em si mesmo, já enseja o zelo, uma vez que não se pode brincar com ele por significar dinheiro público. Evidentemente, se há a mistura, isso assume uma complexidade grave.

Eu dizia ao Senador José Agripino que, se tivéssemos de fazer uma diferença fundamental entre qualquer coisa que se disse aqui, entre essa situação do PFL e a do PT, eu diria que a primeira é que uma envolve o Presidente da República, que é mais importante e torna mais grave o caso, por ser ele mais importante que qualquer outro. Por exemplo, não dá para decretar o impeachment de nenhum Senador, não dá para decretar o impeachment de quem não tem mandato e dá para decretar o impeachment de um Presidente da República.

Esse é um caso que, se juridicamente comprovado – temos evitado falar nessa palavra e nem estou falando nela com efeitos práticos, estou apenas dizendo da gravidade dela –, do ponto de vista jurídico, é o mais grave com que eu me deparei aqui, a ser verdade que teve empréstimo, que o senhor pagou, que o Presidente o contraiu e que a fonte era essa mistura a que eu me referi ainda há pouco.

Eu me dou por satisfeito. Agradeço a atenção. Desejo boa sorte ao longo do restante do seu depoimento. Muito obrigado.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, vou fazer uma pergunta e vou passar o resto do meu tempo ao Senador José Agripino.

Dr. Paulo Okamotto, eu gostaria que V. Exª explicasse, porque eu não entendi bem, a razão por que o senhor fez o pagamento em dinheiro. Era uma quantia relativamente alta: R$29.400,00. Normalmente, essas quantias, mesmo pagas em quatro prestações, são pagas em cheques ou em depósitos bancários. V. Sª pagou em dinheiro. Qual foi a razão? Normalmente, quando se paga em dinheiro é porque não se quer revelar a fonte de que veio aquele dinheiro. Então, qual foi a fonte desse dinheiro com que V. Sª pagou e por que pagou em dinheiro? V. Sª tirou da conta? Foi isso que eu não entendi muito bem.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Senador, é importante tentar enxergar qual a orientação que o nosso Partido dá. O senhor sabe que todo dinheiro que entra no Partido tem de ser identificado. Toda receita do Partido é identificada. O Partido dos Trabalhadores tem receitas do chamado Fundo de Assistência aos Partidos Políticos e também tem receitas de Parlamentares, filiados e coisas assim. Mas toda receita tem de ser identificada. Segundo o Delúbio me informou, ele colocou que, se eu pegasse, por exemplo, essa receita própria que está no fundo partidário para abater, não seria possível, porque o fundo partidário já compõe dessa receita própria; de que a única forma que tinha para dar baixa nesse lançamento contábil era que teria de produzir um documento hábil que pudesse fazer com que os lançamentos de adiantamento de passagem, de convênio médico, para viagem e coisas assim pudessem ter lançamento que pudesse dar baixa contábil. A única forma de fazê-lo seria por meio de dinheiro ou, no caso, se tivessem chegado ao Lula e cobrado de Sua Excelência, poderia haver um cheque nominal que pudesse ser identificado. Portanto, também poderia fazer a baixa contábil. Como optei por não discutir essa questão, porque não concordava, a única forma que vi de fazer isso era com depósito em dinheiro, identificado, para poder produzir as baixas contábeis que tinham sido lançadas equivocadamente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Diga-me qual era o inconveniente de fazer um depósito em cheque. É o que não consigo entender.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Depósito em cheque, pelo que entendi... Por exemplo, se faço um depósito em cheque de R$29 mil, tenho que dizer para o que é esse depósito. Então, esse depósito ficaria como uma doação minha? O que seria? Como eu colocaria o valor? É uma doação minha? Se eu coloco Partido dos Trabalhadores, Excelência, virava uma doação minha, enquanto filiado, ao Partido dos Trabalhadores.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Aí a dívida continuava?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – A dívida continuava. Não se consegue produzir um documento que seja capaz de dar baixa aos lançamentos contábeis. Pelo que entendi é assim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas por dinheiro, isso é que não entendi. Por que o dinheiro dá baixa?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Porque entram recursos em espécie. Com recursos em espécie, pode-se ir ao banco e pedir que se identifique quem está depositando. É fulano de tal. Com a posse desse documento pode-se produzir a baixa dos lançamentos contábeis que foram feitos equivocadamente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não sei. Creio que, na realidade, se V. Sª desse um cheque e dissesse que era para pagar uma dívida do Presidente Lula, poderia ser contabilizado melhor do que dinheiro. Evidentemente, se V. Sª dá um cheque e diz que é uma simples doação ao Partido, fica difícil abater a dívida. Reconheço. Do mesmo jeito que em dinheiro, pode-se dizer que o cheque é para abater a dívida. Não precisa o cheque ser da pessoa que está devendo. Suponha, por exemplo, que amanhã o Senador José Agripino esteja devendo ao Partido, ao PT. Vou até lá e quero pagar a dívida do Senador José Agripino. Posso dar um cheque meu e dizer: é para quitar a dívida do Senador José Agripino. Não sei se não seria possível que fosse feito. Basta especificar atrás: para pagamento da dívida do Presidente Lula etc. Aí, V. Sª seria responsabilizado por pagar a dívida do Presidente, o que se fosse em dinheiro poderia passar despercebido. Agora, não passou, mas poderia ter passado. Não sei se era essa a diferença.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – A diferença fundamental, Senador, é que eu queria que o Partido assumisse essa responsabilidade. O Partido me orientou, talvez em decorrência de contribuições de campanha eleitoral, em que todos os depósitos têm que ser identificados, dessa forma. Como Delúbio orientou dessa forma, assim procedi. Gravei que tinha que ser feito assim e procedi desse jeito.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Sª, aparentemente, é uma pessoa mais preparada, mais competente do que Delúbio, em todos os sentidos.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Mas não sou especialista em legislação eleitoral, em legislação partidária.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Exª foi tesoureiro do PT, Presidente do PT. Delúbio, aparentemente, não é especialista em nada. É um professor de matemática. Não dá para comparar. Desculpe-me, não quero falar mal do Sr. Delúbio, mas já ouvi muitos depoimentos do Sr. Delúbio Soares, do Professor Delúbio Soares, e estou ouvindo o depoimento de V. Sª, que é mais preparado. Não estou querendo agradar-lhe. V. Sª é bem mais preparado do que ele. Creio que um pedido que S. Sª fizesse não seria natural que V. Sª seguisse, a não ser que concordasse. Aparentemente, V. Sª não me parece gente que faz o que os outros pedem, mas o que crê ser certo. É o que me parece.

Infelizmente, não consegui entender. Vou deixar para outra oportunidade.

Uma outra questão é esse convênio que o Sebrae tem com Cuba. Cuba tem virou um personagem da CPI por conta do transporte do dinheiro feito por aquele pessoal de Ribeirão Preto. O Sebrae tem um convênio com Cuba, aparentemente para dar assistência a pequenas e médias empresas. Cuba possui um regime comunista. Portanto, não tem pequenas e médias empresas privadas, todas as suas empresas são estatais. Quero saber qual é o trabalho. Por que um convênio com Cuba? Há com outros países? Por que não com outros países que têm um sistema privado mais amplo? É o que não consigo entender. Dizem que V. Sª é uma espécie de padrinho desse convênio, apesar de que foi assinado quando V. Sª não era Presidente, era só diretor. Isso eu sei! Mas, na realidade, dizem – pelo menos as pessoas aqui; recebi diversos telefonemas – que V. Exª é o padrinho desse convênio. Então gostaria de saber qual a explicação, por que isso, se lá não há empresa privada, é tudo do governo.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Senador, realmente existe esse convênio. É um convênio que já estava no Sebrae quando lá cheguei. E o Sebrae faz convênios com outros países. Nós, inclusive, estamos incentivando que outros países, principalmente da América do Sul, façam convênio para fazer com que desenvolvamos toda essa nossa região.

Agora, se lá em Cuba não tem empresa privada, nossa idéia é levar empresas privadas para Cuba, levar pequenas empresas, porque é preciso fazer com que o empreendedorismo chegue em todos os lugares do mundo, e Cuba precisa também ter esse tipo de experiência. E esse convênio também é uma troca de experiência, porque eles também nos passariam experiência na questão da cana-de-açúcar, principalmente em alguns subprodutos da cana-de-açúcar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas, hoje em dia, o Brasil tem uma tecnologia de cana-de-açúcar que é uma das melhores do mundo. A capacidade tecnológica de Cuba, há muitos anos – sei porque sou de Pernambuco, e lá se produz cana-de-açúcar –, vem diminuindo cada vez mais nesse segmento.

Mas, Sr. Presidente, tenho outro compromisso ali no plenário, mas, na realidade, não me satisfiz com a explicação por que o depósito foi feito em dinheiro. Eu creio que, com o depósito em cheque, ficaria muito mais explícito, muito mais aberto. Penso que, na realidade, havia uma tentativa de que isso se passasse despercebido, sem se saber de onde veio o dinheiro. Acredito que a única explicação para isso seria uma tentativa de acobertar quem fez efetivamente o depósito, mas terminou-se descobrindo, a partir da quebra do sigilo bancário feito nas CPIs. Portanto, ainda ficamos credores de uma explicação mais convincente sobre o pagamento desse empréstimo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Jorge, e concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero ser muito objetivo. Penso que todos os questionamentos foram importantes para que o Dr. Paulo Okamotto pudesse dar as devidas respostas, deixasse muito claro esse episódio, o que também é justo para que a Oposição possa tirar suas dúvidas e ter os devidos esclarecimentos. Creio que V. Exª usou da honestidade intelectual como instrumento de resposta, e isso serviu para a CPI. V. Exª se apresentou com muita clareza sobre todos os itens que foram abordados. E quero expressar na CPI um testemunho de que V. Exª, para nós do PT, pela longa trajetória de fundador, presente em toda a vida sindical do Presidente Lula, acompanhando o nosso processo de formação política, é um referencial da mais elevada credibilidade e um exemplo de história de militante e de quadro político dentro do Partido dos Trabalhadores.

Então é um orgulho para nós tê-lo, hoje, numa função pública destacada, prestando um serviço ao Brasil. E tenho certeza de que sua participação na vida pública nacional, hoje, junto ao Sebrae, tem trazido expressiva contribuição à vida das finalidades que tem o Sebrae, na sua organização e nas suas responsabilidades civis.

Serei muito breve, porque penso que o seu esclarecimento foi muito completo aqui. O que se entende e o que se apreende aqui, Dr. Paulo, é que houve uma relação de fragilidade na contabilidade do Partido dos Trabalhadores em interpretar uma relação de financiamento de uma atividade de um militante, que, no caso, era o Presidente da República, e de outros que participaram daquela viagem de interesse efetivo e legítimo da

vida de um partido institucionalizado que tem obrigações políticas nacionais e externas. Uma missão a Portugal, uma missão a países europeus e à China é fundamental e estratégica para todos nós. E entendo que V. Sª, compreendendo isso, trouxe as devidas respostas e, interpretando uma fragilidade contábil na estrutura do Partido dos Trabalhadores, procurou uma solução naquilo que lhe era possível como um militante atento ao que representa um homem público como o Presidente Lula nas suas responsabilidades. Tendo o direito e o amparo legal para não reconhecer uma dívida que não lhe podia ser atribuída, V. Sª achou uma saída legal e correta, que não tirava em nada o direito seu de ter o devido ressarcimento do Partido dos Trabalhadores mais adiante.

Então, para mim, é absolutamente clara a condução desse episódio da parte de V. Sª. Tenho toda concordância. No seu lugar, teria agido exatamente da mesma maneira. E entendo que, assim, a sua responsabilidade com o Partido, com o homem público Lula, com o referencial que ele representou para todos nós foi devidamente satisfeita.

Faço três ou quatro questionamentos aqui, muito objetivos. O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) não assinou nenhum convênio com o Instituto de Cidadania. É correto isso?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Correto, Senador.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – É importante lembrar que o Sebrae tem dezenas de convênios técnicos assinados com inúmeras instituições e o critério é totalmente apartidário, em toda a história do Sebrae, tanto que até hoje o Sebrae mantém convênio técnico, por exemplo, com a Fundação Mário Covas, e no Governo anterior tinha convênio com a Fundação Augusto Franco. Para nós, uma Fundação Augusto Franco é merecedora de respeito pelo que ela representa de organização social, de finalidades nas suas atividades-fim, e não é absolutamente nada suspeito ou injusto que o Sebrae tivesse formulado esse tipo de convênio.

Agora, não é justo que hoje organizações não-governamentais que têm responsabilidades definidas com a formação das atividades-fim que estão vinculadas a uma instituição como o Sebrae possam tê-las também. Então, é para esse princípio da transparência, da coerência e de uma vida útil ao País que tem uma instituição como o Sebrae que tem que ser chamada a atenção agora.

Então, eu lhe pergunto: o senhor, como Diretor-Presidente do Sebrae desde janeiro deste ano, poderia elencar quais têm sido as prioridades da sua gestão e os resultados para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas? Porque sabemos de sua participação na elaboração da proposta de Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Houve a possibilidade, por intermédio dessa participação, do aumento da capilaridade do atendimento ao micro e ao pequeno empresário em todo o País, tanto no que se refere ao atendimento individual quanto ao coletivo. Então, é importante que V. Sª exponha as virtudes e as responsabilidades de homem público, com a causa que é da sociedade brasileira, que diz respeito à microeconomia. Eu gostaria de ouvi-lo.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Obrigado, Senador.

Na nossa gestão, estamos fazendo com que o Sebrae possa fazer muito mais com menos. Nós adotamos no Sebrae a chamada gestão orientada para resultado. A gestão orientada para o resultado é uma metodologia onde nós contratualizamos com parceiros em todo o País. Essa contratualização, esse acordo que fazemos com nossos parceiros para fazer projetos de capacitação, de qualificação, que vão aumentar a competitividade das nossas empresas, hoje, fica disponibilizado na Internet. Qualquer cidadão brasileiro pode acompanhar os mais de 400 projetos que o Sebrae tem em todo o território nacional, ver quem são seus parceiros, ver quais são os principais resultados que queremos alcançar e com isso poder acompanhar o trabalho que o Sebrae faz.

Uma outra coisa que estamos trabalhando fortemente é a chamada revolução no atendimento. Hoje o Sebrae nacional não tem um único número de telefone. o Sebrae nacional não tem a possibilidade de ser acessado nacionalmente por um único número de telefone, o que disponibiliza seu serviço a todos os nossos empresários dos pequenos negócios. E, se tudo der certo, estaremos, a partir deste ano, no começo do ano que vem, fazendo com que nosso País disponha de uma ampla rede que apóie, que oriente a chamada micro e pequena empresa em todo o Brasil.

Como os senhores sabem, no Brasil nós temos mais de 2 milhões e 400 milhões de pequenas empresas *(Inaudível.)* e temos ainda milhões de empresas a serem formalizadas. Por isso, é muito importante fazermos com que o serviço do Sebrae seja disponibilizado de forma rápida, de forma efetiva, para milhões e milhões de empresários que esperam o serviço do Sebrae.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Antonio Carlos Magalhães, com a permissão do Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Senador, tenho uma pergunta, mas pode usar, que não há nenhum problema. Por gentileza.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Tendo em vista a proposta do Senador Tião Viana, que todos aceitaram, pediria a V. Exª que considerasse essa proposta imediatamente, porque vários Senadores

vão para o plenário, e ficaria a proposta do Senador Tião Viana já vitoriosa nesta Comissão, ou seja, V. Exª teria plenos poderes para tratar na hora certa com o Ministro Antonio Palocci a sua vinda à Comissão.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, agradeço muito. É exatamente nesses termos a transferência da confiança da Comissão, que decidiria, na convocação, o entendimento das obrigações legais que V. Exª tem e a certeza dada pelo Ministro Antônio Palocci, por intermédio de minha pessoa, que no momento em que V. Exª ligar para ele, por um telefonema até, dizendo "é um fato concreto que justifica a vinda de V. Exª", ele atenderá prontamente. Exatamente o que o Senador Antonio Carlos Magalhães colocou.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a decisão do PFL, respaldada pelo PSDB e pelo PDT. Peço a atenção do Senador José Agripino, pois sei que foi uma decisão muito bem refletida, mas muito importante no sentido do respeito entre a base do Governo e a Oposição. Quero até notar, Sr. Presidente, que houve, inclusive hoje, momentos de embate forte, de debate, de diálogo, no mais alto nível de respeito, mas com divergências, e pudemos observar, com a colaboração de todos que aqui expressaram, inclusive do Senador Garibaldi Alves Filho, que fez um encaminhamento muito positivo, também a própria palavra do Senador Geraldo Mesquita Júnior, autor do requerimento, foi positiva. O Senador Tião Viana acaba, assim, obtendo a cooperação de todos. Quero apenas registrar o cumprimento à Oposição por esse procedimento.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, já manifestei em nome do nosso Partido a minha posição, a posição do Partido. Não quero criar nenhum tipo de constrangimento para a Comissão, nem quero que a posição do PFL signifique impeditivo à oitiva. Quero colocar nas mãos de V. Exª, com todo o prestígio do Partido, a decisão. Seja qual for a decisão de V. Exª, terá o de acordo do meu Partido, que é o seu.

De modo que reitero minha posição, mas digo a V. Exª que, tendo em vista as opiniões aqui manifestadas pelo Relator, pelo autor do Requerimento, pelo Senador Tião Viana, que o seu Partido, que é o meu, não criará dificuldades para que V. Exª promova o consenso de posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Mas quero expor ao Senador Tia Viana, evidentemente que já o nomeei líder do Governo, pelo menos aqui na CPI, e dizer a V. Exª que vamos acatar a decisão, que é unânime. Com uma ressalva, porém. Sabe V. Exª que o convite não tem efeito jurídico a fim de que se possa amanhã ter o depoimento como uma peça jurídica para o andamento da CPI, que não tem validade.

Assumo o compromisso de aceitar que o Ministro venha depor. Ele vai assumir o compromisso de assinar um documento para que o depoimento seja válido como peça jurídica para esta CPI. É o que quero.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Absoluta concordância com V. Exª.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Todos concordam com isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Caso contrário, não teria sentido trazermos o Ministro aqui, já que não valeria de nada seu depoimento como prova para qualquer argüição, qualquer investigação, qualquer denúncia. Então, é essa a minha condição minha, e do Relator, a quem consultei há pouco. E agradeço o entendimento de V. Exª.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Se V. Exª puder colocar logo em votação a proposta...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Colocaremos em votação.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, será um convite.

**OSR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não. Será um acerto dele para...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu não chamaria de convite.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não é um convite...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...porque se usarmos essa palavra, não tem efeito jurídico.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – É um acerto para a vinda dele à Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, vamos, regimentalmente, encontrar, porque, na realidade, o que estamos fazendo aqui é só tirar a palavra convocação para que não seja votado o requerimento. Mas o Ministro está vindo para a CPI, atendendo a um requerimento do Senador Geraldo

Mesquita Júnior, e vamos colocar esse requerimento em votação para um entendimento.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, não terminei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª ainda tem a palavra.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Se não é uma convocação, se não vai haver data marcada, pergunto: estamos a menos de um mês do recesso, há o risco de ele não vir até o final da sessão legislativa?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero dizer a V. Exª, Senador Jefferson Péres, que, em entendimento com o próprio Ministro, na última quinta-feira, acertamos que a data limite para que venha à CPI é o dia 10 de dezembro.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em votação o entendimento feito pelos Srs. Senadores.

Aprovado.

Então, conversarei com o Ministro. Peço inclusive a participação dos Senadores Tião Viana, José Jorge e Garibaldi Alves Filho, na condição de Relator, como havia sido encaminhado, para que juntos possamos marcar a data da vinda do Ministro Antônio Palocci. O depoimento será assinado pelo próprio Ministro antes, com efeito jurídico, para que esta CPI possa usar da forma que julgar necessário.

Agradeço a V. Exª, e retorno a palavra a V. Exª, Senador Tião Viana, para concluir a argüição.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, entendo que as perguntas que fiz ao Dr. Paulo Okamotto foram respondidas. Já atendendo à última indagação que eu faria, só quero reafirmar o respeito à sua pessoa, à sua vida de homem público e de militante da história do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado a V. Sª pela presença e pela contribuição que dá à CPI.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Obrigado, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. V. Exª dispõe de 10 minutos, com a tolerância costumeira deste Presidente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, inicialmente, eu ainda queria me reportar à votação que terminamos de fazer, porque a disposição do Ministro Palocci de prestar todos os esclarecimentos necessários já ficou demonstrada de forma muito explícita quando compareceu à Comissão de Assuntos Econômicos, na semana passada. Não prestou os esclarecimentos porque questionado não foi, mas se colocou, obviamente, à disposição, de viva voz, naquele momento, para vir, tão logo fosse acionado, na forma como a Comissão bem o entendesse fazer. Portanto, eu não poderia deixar de fazer o registro.

Estou acompanhando neste momento a ida do Ministro à Comissão de Infra-Estrutura e de... São duas Comissões a que deve comparecer na Câmara. Pelo que li nos jornais, a posição da Oposição parece que seria um pouco diferenciada da que foi na semana em que passou aqui, no Senado, o que também demonstra que o Ministro está tranqüilo e em plenas condições de responder a todo e qualquer questionamento que vier a ser feito.

Por isso, o que deliberamos aqui apenas vem corroborar a disposição do Ministro de comparecer, quando conveniente for, aos trabalhos de investigação desta CPI para os diversos assuntos, os inúmeros assuntos de que esta CPI vem tratando. Eu queria apenas deixar esse registro.

Mas queria formular algumas questões ao Sr. Paulo Okamotto em cima do objetivo desta CPI, que tem como fato determinado investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Portanto, as minhas perguntas ao Sr. Paulo Okamotto vão incidir sobre o fato determinado desta CPI.

Assim, a primeira questão que eu queria fazer é: o Sr. Paulo Okamotto tem na sua vida profissional ou de lazer alguma vinculação com casa de bingo?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não, Senadora, não tenho nenhuma vinculação.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Nenhuma vinculação.

Em sua atividade profissional ou em sua atividade de lazer, o senhor tem conhecimento de algum fato relevante para a investigação da utilização de casa de bingo com a prática de crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não tenho nenhuma informação, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Nenhuma informação.

Em sua atividade profissional ou em sua vida pessoal, o senhor tem conhecimento de alguma utilização da casa de bingo ou da relação de casas de bingo e de empresas concessionárias de aposta com o crime organizado?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não, não tenho nenhuma informação, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O senhor, portanto, não tem informação relevante a nos prestar com relação ao fato determinado desta CPI?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Exato, Senadora, não tenho nenhuma informação.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O requerimento que convocou V. Sª para comparecer a esta CPI tem em sua justificativa a seguinte afirmação: "de acordo com o depoimento do Sr. Rogério Buratti a esta CPI, a campanha do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República contou com recursos oriundos de empresários de bingos e máquinas caça-níqueis do Rio de Janeiro e de São Paulo".

O senhor tem alguma informação a prestar sobre esse parágrafo da justificativa de sua convocação?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Excelência, não tenho nenhuma informação a acrescentar a esse parágrafo. Não tenho nenhuma informação que possa ajudar esta Comissão.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O senhor conhece o Sr. Rogério Buratti?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Conheço o Sr. Rogério Buratti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O senhor tem alguma informação a respeito de que o Rogério Buratti tenha elementos ou provas de que houve recursos oriundos de empresários de bingos e máquinas caça-níqueis do Rio de Janeiro e de São Paulo à campanha do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Senadora, já comuniquei à Comissão Parlamentar de Inquérito que conheço o Rogério Buratti. Ele foi dirigente estadual junto comigo, em 92. Mas há muitos anos não tenho relações com Rogério Buratti. Não o vejo, mesmo porque acho que ele mora no interior do Estado de São Paulo. Não tenho informação nenhuma que possa acrescentar ao que já falei nesta Comissão.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Paulo Okamotto, eu não acompanhei todos os questionamentos, mas sei que o motivo que o trouxe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito não tem nada a ver nem com casa de bingo nem com a prática de crime de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores nem com a relação de casas de bingos ou empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. O senhor veio aqui para prestar esclarecimentos a respeito dos R$29 mil que pagou para poder retirar da contabilidade do Partido dos Trabalhadores algo que foi contabilizado como empréstimo, quando foi antecipação de recursos para viagens internacionais, à época do dirigente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

Portanto, não poderia deixar de consignar que o fato de o senhor estar sentado aqui prestando depoimento não tem a ver com o fato determinado que esta CPI está investigando. Quero dizer que outras personalidades do PT, apesar da fala do Senador José Agripino, de ter tido diferenciação entre a situação dos dirigentes do PFL que também tiveram as suas viagens financiadas pelo Partido, e há uma polêmica, há uma discussão junto ao Tribunal Superior Eleitoral, porque lá isso não foi contabilizado como empréstimo. Foi contabilizado como antecipação de viagem. Eu não sei como isso foi contabilizado, mas mesmo da forma contabilizada equivocadamente, como foi feito a personalidades do PT, como aconteceu com o Senador Aloizio Mercadante, que teve também o mesmo problema; ou seja, teve antecipação de viagem contabilizada como empréstimo e teve que quitar. O Senador Aloizio Mercadante não está sentado aí. V. Sª está sentado aí porque quitou a contabilização, feita de forma equivocada, da antecipação de gastos de viagem, porque isso foi feito para o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Então, é muito importante que fique consignado porque V. Sª está sentado nessa cadeira, neste momento, respondendo algo sobre o que o Senador Alozio Mercadante prestou esclarecimentos. A situação de S. Exª é absolutamente idêntica, equivalente, e tem correlação com outros dirigentes partidários que também fizeram viagens internacionais e tiveram antecipação de gastos e de diárias.

Infelizmente, ou felizmente, para eles, o tesoureiro do partido deles não contabilizou de forma errada. No nosso caso, contabilizou de forma errada, e nós estamos tendo que ter V. Sª aí sentado, prestando esclarecimentos sobre esse fato. Mas que fique consignado que é por esse motivo que o senhor está aí e não porque haja qualquer relação com os fatos que esta CPI se propõe a investigar.

Repito: esta Comissão pretende investigar, apurar a utilização de casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Por isso, ao fazer todas as perguntas referentes e relacionadas àquilo que esta CPI tem como objeto investigar, V. Sª foi tão pronto ao dizer que não teria nenhuma informação a prestar.

Encerro por aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino; em seguida ao Senador Jefferson Peres e ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objeto da audiência a que comparece o Sr. Paulo Okamotto prende-se a dois fatos fundamentais. Um é esclarecer. O PT pode fazer emprés-

timos? Questão número um. Segunda: o Sr. Paulo Okamotto pagou o empréstimo de Lula? Vamos por partes. Chegarei lá, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Veremos se é hábito, ou não; prática, ou não. Seu advogado pode orientá-lo. Estou observando claramente; ele já o está orientando, porque acha que esta é uma pergunta fulcral. O PT pode fazer empréstimo?

Deixe-me ler para V. Sª cópia do depoimento do Sr. Delúbio Soares, que era tesoureiro do PT e foi, recentemente, expulso do Partido e defenestrado da função. Mas ele, durante muito tempo, amigo pessoal do Presidente e de José Dirceu, integrante da linha de frente do PT, foi tesoureiro do PT. Em um depoimento à CPMI dos Correios, indagado sobre quanto ganhava do PT, lá para as tantas ele diz: "Está na prestação de contas; não me lembro de quanto".

Um Deputado Federal, o Sr. Onyx Lorenzoni, pergunta: "O senhor é um homem esquecido?". O Sr. Delúbio Soares responde: "Não. Está na prestação de contas; o senhor olhou". Onyx Lorenzoni responde: "Mas eu vou ajudar a melhorar a sua memória. Talvez os remédios que o senhor tenha tomado ultimamente possam ter lhe causado esse problema de memória. São R$29.463,00. Havia um empréstimo, também, de R$14.322,00 do seu Líder, José Dirceu, e havia um do Líder do Senado, Aloizio Mercadante, de R$3.750,00. Eu tenho a sua assinatura aqui na prestação de contas. O senhor acha que isso é legal? Isso é razoável?".

O Sr. Delúbio Soares responde. Preste atenção ao que ele respondeu, Dr. Paulo Okamotto. "Sr. Deputado, já respondi a uma questão anterior semelhante a esta. No Partido dos Trabalhadores os seus dirigentes, ex-dirigentes, funcionários usam essa prática de fazer empréstimos e depois ressarci-los sem juros. Foi isso o que aconteceu..."

Então, a justificativa de ressarcimento de despesa de viagem da Dona Marisa... Há até uma declaração do próprio Partido dos Trabalhadores dizendo que o empréstimo referia-se a gastos com viagens, pagamento de passagem aérea da mulher, Marisa Letícia, e "adiantamentos" – aspeado.

Aqui, o que se está buscando esclarecer é se o PT fazia ou não fazia empréstimos – pelo Sr. Delúbio Soares, fazia –, se esses vinte e nove mil e quatrocentos e tantos reais foram um empréstimo desses referidos pelo Sr. Delúbio Soares ou, se o foi, como alguns, pilhados e identificados no problema, justificam como despesa de viagem, adiantamentos, ressarcimento da despesa da esposa, isso, aquilo e aquilo outro.

Muito bem, a segunda pergunta: R$29,436 mil, débito do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que ele nega. Ele nega que não tinha empréstimo nenhum. Curioso, ele nega; o Sr. Jacques Wagner nega; e o senhor diz que pagou o empréstimo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Aí, vem minha indagação: o empréstimo de R$29 mil e pouco foi pago em parcelas de R$12 mil. Confere?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – (...)

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – R$6 mil, R$6 mil e R$5 mil e quebrado. Tudo em dinheiro.

A primeira pergunta: onde é que V. Sª sacou esse dinheiro? Foi pago em dinheiro! Foi pago pela V. Sª! Foi sacado onde?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Foi sacado no Banco do Brasil, em São Bernardo do Campo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Todos eles em São Bernardo do Campo?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não. No Banco do Brasil. E também foi sacado no Bradesco de São Bernardo do Campo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Todos eles sacados em São Bernardo do Campo?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não. Há saques que também fiz aqui em Brasília e saques que eu fiz em São Paulo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ah, então, V. Sª confirma que fez saques aqui em Brasília?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Confirmo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ah, então transportou o dinheiro em quê? Em mala?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não. O valor, Excelência, é pouco.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Não, R$12 mil, Dr. Paulo Okamotto! R$12 mil... V. Sª sabe bem mais do que eu... R$12 mil é mais que R$10 mil. Qualquer pagamento acima de R$10 mil, tem que mostrar a origem. Então, se V. Sª pagou R$12 mil, sacando o dinheiro em Brasília, transportou esse dinheiro em mala. Transportou o dinheiro em mala! Ou os R$12, ou os R$6, seja quanto for, transportou em mala! Sacou em Brasília e pagou... Veja bem, V. Sª pagou – se foi V. Sª que pagou! se foi V. Sª quem pagou! –, e foram todos os pagamentos – 12, seis, seis, e cinco e quebrados – feitos todos feitos na praça de São Paulo, isso está já rastreado e identificado. Está tudo casado, sem dúvida. Se V. Sª sacou alguma parte desse dinheiro em Brasília, este dinheiro foi transportado em mala. Por que não manda esse dinheiro por via bancária e saca lá? Não dá para entender! É mais um mistério nessa história.

Segundo ponto: R$12 mil é mais do que R$10 mil. R$10 mil, para pagar, tem que ter origem comprovada. É da Receita! É exigência. A informação de que eu disponho é que o pagamento de R$12 mil foi feito por um *boy* em uma agência em São Paulo, se eu não me engano, agência Angélica. E o *boy* que pagou os R$12

mil em dinheiro – Em dinheiro! Isso é estranhíssimo, Senador Jefferson Péres. Estranhíssimo! – exibiu a carteira de identidade do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva! O pagamento era feito por V. Sª, mas a carteira e a origem do dinheiro era o Sr. Lula da Silva. Procede?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Procede.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Não dá para entender! Quem pagou? Foi Lula ou o senhor? Porque a carteira era de Lula. O pagamento foi por V. Sª? Não estou entendendo. Nem eu, nem o Brasil!

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Procede...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Nem eu. E é por isso que V. Sª está aqui. Não é pelo fato, como a Senadora Ideli Salvatti falou aqui há pouco tempo. Não é por isso, não! Senadora Ideli, o Senador Aloizio Mercadante exibiu e entregou à Comissão Parlamentar de Inquérito documentos do PFL de despesas feitas pelo Partido com diárias de viagens, diárias de viagens feitas para atender a compromissos internacionais, mediante convites oficiais, mediante destinação, pelo Partido, de representantes – e eu fui um deles – que receberam diárias na conta corrente – Não foi em dinheiro, foi na conta corrente: depósitos. Os meus depósitos no Banco do Brasil, agência de Brasília, mediante recibo. E todos os recibos – todos – fazem parte das minhas declarações de Imposto de Renda.

Aí vem a minha pergunta: se V. Sª pagou, V. Sª declarou que pagou os doze, os seis, os cinco e pouco? Declarou que tinha esse crédito com o Sr. Lula no seu Imposto de Renda? E o Sr. Lula terá declarado que devia a V. Sª esses doze mais seis, mais seis, mais cinco ao Imposto de Renda?

É a pergunta que lhe faço.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Como afirmei a V. Exª, paguei esses valores. Entretanto, na minha visão, eu estava fazendo uma antecipação de recursos ao Partido dos Trabalhadores. Não me conformo de que essas despesas têm que ser assumidas pelo Presidente. E espero ser ressarcido, um dia, desses valores.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – E a identidade do Presidente, quem pagava? Era o PT? E a identidade do Presidente? Não dá para justificar! Não entendo como é que o senhor paga uma conta do Presidente, em seu nome, diz que pagou em seu nome, exibe a identidade do Presidente, não declara ao Imposto de Renda e diz que o débito é do Partido dos trabalhadores?

Não dá para entender, Senador Antonio Carlos Magalhães. Desculpe-me, mas não dá para entender! A indignação que tenho mantenho dobrada! Mantenho dobrada! Não dá para entender! Não dá! Não dá para entender! E ainda espera ressarcimento, hem, Senador Eduardo Suplicy? V. Exª, que é um homem honrado, como é? Como é que se explica isso? Não dá para entender! Não dá para eu compreender! Não compreendo!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª quer que eu responda? *(Risos.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Se tiver como responder, ficarei imensamente grato.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tenho. Sr. Presidente, se V. Exª me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª foi provocado pelo Senador José Agripino. Se V. Exª desejar responder, responda. Caso contrário, não.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – V. Exª não tem obrigação nenhuma de responder. Minha inquirição foi ao Sr. Paulo Okamotto, que está recebendo recomendações e instruções de seu advogado. Se V. Exª quiser, passe a palavra, devolva-a ao Sr. Paulo Okamotto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Faço questão de...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Tenho por V. Exª o maior respeito, Senador Eduardo Suplicy. É um hábito meu dirigir-me aos meus colegas. Como V. Exª é do PT, dirigi-me a V. Exª. Mas não tome como uma inquirição a V. Exª nenhuma das minhas palavras, nenhuma das minhas frases.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Veja, Senador José Agripino, sinceramente, como um amigo que lhe tem o maior respeito. Construímos aqui uma relação muito construtiva, desde que somos colegas. Vou dizer-lhe com sinceridade o que estou observando.

Sei que o Sr. Paulo Okamotto, porque o conheço desde o início da história do PT, tem, de fato, uma relação de profunda amizade, de companheirismo, com o Presidente Lula, de profundidade – eu diria –, como companheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, na Central Única dos Trabalhadores e no Instituto de Cidadania. De tal ordem que a relação de Paulo Okamotto com o Presidente Lula é a de um amigo fraterno. Tanto quanto hoje, depois de anos de convivência aqui, poderia, em qualquer situação... Vamos supor que, na próxima semana, eu chegue a Natal, no Rio Grande do Norte...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Será muito bem-vindo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E vá a algum lugar onde tenha que realizar uma despesa, e que qualquer de nós dois, digamos, tenha esquecido a carteira em casa. Tenho a certeza de que qualquer que fosse a despesa, se fosse de R$1 mil, eu a colocaria de pronto para V. Exª. E V. Exª faria o mesmo para comigo.

Só cito esse exemplo porque, na história de que sou testemunha da relação de Paulo Okamotto com o Presidente Lula, sei que é quase uma relação de irmãos, de amigos fraternos mesmo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas é possível que o Presidente Lula, às vezes, até saia sem sua carteira, afinal era o presidente do Partido, àquela época, candidato à Presidência da República, acostumado a ter por perto pessoas que lhe proporcionavam o pagamento de despesas, e, sendo Paulo Okamotto um amigo do Lula, por quem tinha um sentimento de liderança maior, capaz de provê-lo, até mesmo porque era tesoureiro do Partido, teve, então, a maior generosidade. Então, se, em certo dia, ele percebeu que estava havendo um questionamento, uma dificuldade, com o seu amigo, ele tomou a iniciativa de falar: "Olha, se for por isso, eu saco dinheiro da minha conta e pago!". Então, para mim, é essa a questão. É assim que sinto!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Suplicy, vamos concluir, para que possamos passar a palavra.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Aí é que está. A questão não é essa, Senador Suplicy! A questão não é essa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, pelo menos, como V. Exª perguntou a mim, estou colocando aqui o meu sentimento, a minha intuição.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Agripino, para concluir!

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – A questão não é essa, Sr. Presidente e Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Bom, mas V. Exª pediu uma explicação, e eu a dei.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Está bem, Senador Suplicy!

Senador Suplicy, a diferença fulcral é que, se V. Exª for a Natal e a um restaurante de lá – e será muito bem-vindo! –, e tiver esquecido a carteira, quem lhe forneceu a refeição terá toda a legitimidade para lhe cobrar a conta. "V . Exª não está com a carteira, eu pagarei com o maior prazer a conta!".

Ocorre que, no caso do Lula, ...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas eu também pagaria o seu almoço e jantar!

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Eu o ouvi com toda atenção, Senador Suplicy!

No caso de Lula, a legitimidade do dono do restaurante para cobrar a conta, o PT não a tem para fazer empréstimos. Isto o Delúbio Soares afirmou: "que era prática do PT fazer empréstimos para dirigentes e para ex-dirigentes." O fulcro da questão é a legitimidade para concessão dos empréstimos ou não. E aí vem quem pagou o empréstimo, com que dinheiro, qual foi a origem. E, quanto à carteira de identidade, quem sabia, quem não sabia. É uma grande confusão.

E a justificativa "Não, é para ressarcir despesas de viagem internacional"! Depois do flagra, apareceu essa justificativa. E não retiro uma palavra do que falei. A diferença está aí, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª!

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – V. Exª me permite um pequeno aparte, só para esclarecer uma questão?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Claro que sim!

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Duas questões que acho que ajudariam aí nesse esclarecimento.

Em primeiro lugar, sobre a resposta de que se tratava de despesas de viagem, eu a fiz, pela primeira vez, no dia 20 de julho, assim que a matéria foi publicada. A matéria foi publicada, no dia 19 de julho, e respondi assim na **Folha de S.Paulo**, conforme foi publicado:

"Sobre o texto 'Lula e Dirceu eram devedores do PT', publicado pela **Folha de S.Paulo**, na terça, 19 de julho, informo que nunca recebi empréstimo do Partido."

Isso quem fala sou eu. Relato a informação que a reportagem não apurou: "Há 25 anos, contribuo mensalmente com o Partido, com contribuições provenientes do meu salário. Jamais fui remunerado pelo PT, embora tenha atuado como dirigente. Meus vencimentos provieram sempre das atividades como docente, economista e parlamentar. Em 2001, com Secretário de Relações Internacionais, recebi R$3.750,00 (três mil setecentos e cinqüenta reais), como adiantamento de despesas para uma viagem a Paris, Roma, Lisboa, entre 29 de setembro e 9 de outubro, junto com o pré-candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2003, o PT cobrou a prestação de contas daquela viagem que tinha considerado extraviado."

Na realidade, é a mudança de comportamento do TSE, que, depois, fui apurar.

> "Tive a iniciativa de devolver integralmente o valor do adiantamento das despesas de viagem em duas parcelas, totalizando R$3.750,00 (três mil setecentos e cinqüenta reais). A conclusão que não consta do texto dessa matéria é que meu gesto foi mais uma contribuição ao PT, pois não fui ressarcido das despesas de viagem oficial do Partido à Europa. Por fim, reitero que nunca recebi empréstimo do PT, como consta no texto."

Então, respondi no dia seguinte, explicando.

A viagem que fiz, Senador Agripino, posso dizer que foi muito semelhante à de V. Exª, que é sempre um

homem de vida pública e de responsabilidade partidária. Por exemplo, saímos daqui, no dia 29; no dia 1º, às doze horas, tive audiência com o Ministro da Cooperação Charles Josselin, em Paris; às quinze horas e trinta minutos, com o Diretor da Polícia Nacional de Seguridade, no Ministério do Interior; às dezoito horas e trinta minutos, com o Ministro de Comércio Exterior; às dezessete horas, com o Primeiro-Ministro Lionel Jospin, por sinal, um excelente encontro; na quarta-feira, tivemos encontro com o candidato a Secretário-Geral do PDS; às treze horas, com o Coordenador Nacional da Democracia de Esquerda; às quinze horas e trinta minutos, com o Prefeito de Roma, Walter Veltroni; às dezessete horas, com o Ministro das Relações Exteriores, e, por sinal, participou, nessa ocasião, o então Embaixador em Roma, Paulo Flexa de Lima, que esteve junto conosco na audiência com o Ministro das Relações Exteriores, muito amigo de V. Exª. Em seguida, tivemos uma palestra na associação... uma grande entidade. Enfim, eu tenho aqui detalhes eu vou encaminhá-los. Depois, em Lisboa, com o Presidente e Primeiro Ministro. O que eu quero dizer.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª, com esse itinerário, podia ser ministro.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Deixe-me só ponderar, Senador José Agripino.

A função que nós exercemos no partido sempre foi essa de representação pública. O Presidente Lula foi à china. Parte da despesa que está contabilizada, que é a mais importante despesa, é o pagamento da passagem que o Partido fez. A Dona Marisa, esposa do candidato a Presidente da República, que é convidado pelo Primeiro-Ministro da China, pelo Presidente da China, a visitar o País. O Partido achou que era indispensável a presença da futura primeira-dama do País. O casal foi representando o Partido, naquela época, candidato a Presidente; depois, o Presidente teve comigo nessa viagem. O valor que ele recebeu é o mesmo que eu recebi. Depois, ele viajou para a América Latina.

Enfim, o conjunto de despesas das diárias, e semelhante o que aconteceu com os outros partidos, eu insisto nisso, e só trouxe esse exemplo do PFL para mostrar que é semelhante. Qual é a diferença? Primeiro...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – *(Inaudível.)* ... é quem pagou...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Eu já vou chegar lá.

Por exemplo, a Secretaria de Relações Internacionais do PT, quando você vai viajar, muitas vezes, e preferencialmente, ela tem lá o caixa próprio, ela paga, se possível, na moeda do País a que você vai para facilitar a vida; caso contrário, deposita em conta. E você volta, você traz os recursos que sobraram ou, neste caso específico, eu os devolvi à Secretaria de Relações Internacionais. Qual é a dificuldade da devolução? Primeiro, é aceitar a devolução. A mesma dificuldade que os dirigentes do PFL estão tendo. Porque você fez uma missão oficial, o Partido te delegou, disse que você tinha uma diária, você cumpriu a sua função. Os jornalistas viajam e recebem diária; a Justiça viaja e recebe diária; os Parlamentares viajam; e qualquer empresa... Aí você volta, um ano e meio depois, no nosso caso, o Partido diz "Não, você tem que devolver o dinheiro." Mas como devolver se eu fiz uma viagem oficial e fui a trabalho. Eu nunca pude levar meus filhos para a Europa. Eu nunca pude na minha vida. E agora eu vou ter que devolver uma viagem que eu fiz oficialmente pelo Partido?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mercadante e Senador Agripino...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Então, eu só quero concluir...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concluam...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – ...dizendo que, sinceramente, eu acho que esse episódio está mais do que resolvido. O Paulo Okamotto, por toda a relação histórica que tem, foi lá e tomou a providência de tomar uma pendência que, do meu ponto de vista, o Presidente não tinha condições de... Vamos falar claro: eu acho que ele não tinha recursos para pagar R$29 mil .

Infelizmente, é um candidato a Presidente que nunca teve posse, que nunca teve renda, diferente de outros países ou de outras circunstâncias da história. É esse presidente que está aí. Então, o Paulo Okamotto, pela amizade, falou: "Eu vou lá e vou quitar uma coisa que o Presidente não reconhece como antecipação de despesa de viagem." Ele não reconhece. Ele fala: o partido me mandou ir para a China, me mandou ir para a Europa, me mandou ir para todas essas viagens, e eu agora tenho que devolver? Não vou devolver. O PFL entrou com uma representação dizendo que não tem que devolver. E está se defendendo no TSE.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente,...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – O PT, infelizmente, foi para os seus dirigentes e falou "Tem que devolver", e o Paulo Okamotto tentou resolver essa pendência porque o Presidente Lula não aceitou essa decisão. Por isso que Jacques Wagner falou "O Presidente diz que não reconhece esse empréstimo."

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Então, eu queria esclarecer porque eu acho que ajuda o entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª pode cancelar a inscrição de V. Exª. É V. Exª um homem ocupado e com perspectiva de mais uma ocupação.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Provavelmente. Sr. Presidente, de fato, eu extrapolei na intervenção para, realmente, ajudar a esclarecer porque é todo o conhecimento que eu tenho desse episódio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Senador José Agripino, tem, V. Exª, dois minutos para concluir.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Eu acho que há uma coincidência de pontos de vista num ponto entre eu e o Senador Aloizio Mercadante: nem ele e nem eu achamos que seja pecado viajar a serviço do partido. Agora, S. Exª reconheceu uma dívida; S. Exª diz que reconheceu e ele próprio a pagou.

O Presidente Lula não reconheceu; a viagem é a mesma, suponho. E o Presidente Lula não reconhece. Não reconhece a dívida, e a divida é paga por um amigo, por um terceiro, sem que o Presidente tenha, pelo menos é o que se supõe, tomado conhecimento. Mas a sua carteira de identidade foi exibida na hora do pagamento. A diferença é essa!

Senador Mercadante, V. Exª acha que é legítimo viajar, como eu acho. V. Exª reconhece que devia, porque V. Exª tem um entendimento sobre isso. E V. Exª, porque reconhecia a dívida, a pagou. O Presidente da República, que é do seu Partido, não reconhece a dívida decorrente da mesma viagem que V. Exª fez; não reconhece a dívida, mas aceita que a dívida seja paga por terceiros.

V. Exª disse que o Presidente é um homem de poucas posses. A dívida foi paga em parcelas de doze mil, seis mil, seis mil e cinco mil. O Presidente da República não gasta quase nada; o que ganha, dá para poupar tudo; tinha condições, tranqüilamente, de fazer como V. Exª diz que fez: pagou a sua dívida com recursos próprios, pessoais.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Mas, Senador José Agripino, é só uma questão de mérito.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Deixe-me concluir. Em vez disso, aceita-se – e não se discute, essa não – que a dívida seja paga pelo Sr. Paulo Okamotto, com dinheiro sacado em Brasília e transportado em mala para São Paulo, pagos R$12 mil com a carteira de identidade do Presidente da República, e sem declaração, eu suponho, no imposto de renda daquele débito? Onde estão os esclarecimentos com relação a esses fatos todos?

Essa é a minha indagação, que não é minha, mas do País, é a indagação do Brasil!

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Só um último comentário.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª vai desistir?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Eu vou desistir. Eu não reconheci... Eu acho que foi um erro do Partido, como está sendo um erro do TSE não reconhecer que, na função de um dirigente partidário ou de um parlamentar, as viagens internacionais, numa economia globalizada, fazem parte da política. A única diferença entre as viagens que vocês fizeram e as nossas são os convites. V. Exª foi para a Democracia Cristã, na Alemanha, o Partido. Nós fomos encontrar a Social Democracia na Alemanha, porque são articulações internacionais. Por sinal, na Europa hoje, os partidos são europeus. A Social Democracia... Serão internacionais essas forças. Então nós temos identidade política, somos convidados, participamos, temos despesa, e é importante para a política nacional que os partidos tenham contatos e relações, que tenham propostas internacionais.

Eu paguei porque o Partido disse que nós tínhamos que pagar. O Partido errou. Eu falei que era um absurdo o que estavam fazendo. Se tivessem me dito que eu ia viajar pelo Partido, um Partido a que todo mês eu dou quase R$2 mil reais, há vinte e cinco anos – hoje vinte e pouco por cento do meu salário... Eu ainda vou ter que pagar uma viagem? Eu nunca recebi um tostão. Eu fiquei indignado, mas paguei. O Presidente Lula falou: "Eu fiz tudo..." Deve ter dito, porque eu nem sabia do caso dele. Deve ter dito: "Olha, eu fiz essa viagem da mesma forma e não vou pagar; não reconheço." O Paulo Okamotto, pela amizade, ele fez...

Agora, quero dizer o seguinte sobre declaração de imposto de renda: verba indenizatória. Não é necessariamente obrigado a declarar porque não é renda. Por exemplo, eu declarei no meu imposto de renda este ano, tudo o que diz respeito ao Senado: as passagens, a verba de escritório, o salário, o selo, o telefone, tudo, mas a maioria dos parlamentares não necessariamente. Você pode declarar só...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Mas eu declarei as diárias que recebi do PFL; estão todas no meu imposto de renda.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Eu também declarei as viagens, mas não é renda. Você não se apropriou. Isso é indenização.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadores agradecemos os esclarecimentos de V. Exªs.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Só para contra-apartear: é a contrapartida de uma des-

pesa que você fez. Você não é obrigado a declarar no imposto de renda, por exemplo, as despesas do escritório político que nós temos no Estado. Aquilo não é renda pessoal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço, Senador.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Aquilo é uma indenização por uma despesa, ou a passagem de avião que a gente recebe, apesar que eu declarei, mas a passagem de avião é uma despesa indenizada, que você recebe como crédito.

Então só quero dizer que, mesmo do ponto de vista do imposto de renda, se a pessoa não reconhece que aquilo foi recebido como renda, se ela não reconhece que aquilo é uma antecipação de uma renda, se ela não reconhece que aquilo é um empréstimo, é evidente que ela não vai declarar como empréstimo o que ela não considera um empréstimo, e, sim, uma indenização de despesa efetivada pela instituição pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Exªs.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Só para encerrar, Sr. Presidente, com uma única frase: o que o PT declarou na sua prestação de contas foi um empréstimo a Lula. A letra fria é: "Empréstimo a Lula", no valor de R$29.436 mil. Não é despesa de viagem, não é coisa nenhuma: é empréstimo a Lula, como Delúbio Soares declarou na CPMI dos Correios que era hábito do PT fazer a dirigentes, ex-dirigentes e funcionários.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Okamotto, não me importa que esta CPI exista para apurar irregularidades com bingos. Nem sou membro desta CPI. Não faço política como time de futebol – visto a camisa do meu Partido. Querem ganhar fazendo gol com a mão, querem impedir que o adversário faça gol no meu quebrando a perna. Não vejo o Partido assim. Não estou em partido de futebol. Sou um homem público, suponho...

***(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)***

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – ...que visa ao interesse público. A questão aqui, que 180 milhões de brasileiros querem saber, é a respeito da probidade pessoal...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a atenção dos Srs. Senadores, há um orador na tribuna.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – ...é a respeito da probidade pessoal do cidadão que ocupa a Presidência da República. Isso, 180 milhões de brasileiros querem saber.

Eu quero saber se posso confiar no homem que está lá, se ele tem espírito público, se ele é um homem de bem ou se não é, ou se ele mistura público com privado. E o senhor está aqui para tentar esclarecer isso.

É uma história mirabolante, dinheiro que é contabilizado erroneamente e ninguém percebe isso. O membro do Partido viaja com sua esposa às custas do Partido. Julgo os outros por mim: jamais minha esposa viajaria às custas do PDT. Se o Partido me oferecesse, eu recusaria. Eu recusaria. Eu poderia aceitar; minha mulher, não. Já é muito esquisito isso.

Depois aparece como contabilizado erroneamente. Eu teria peticionado ao Partido pedindo esclarecimento, dizendo por escrito: "Não aceito isso. É erro. Não foi empréstimo". Mas, não. Não há transparência alguma, senhor. Quando o caso vem a furo, vem à luz, aí, "Ah, foi um erro de contabilidade", "Ah, foi o Dr. Paulo Okamotto" que pagou. Mas o Dr. Paulo Okamotto não tem prova do pagamento que fez. E ainda aparece a carteira de identidade do Presidente da República, não explicado até hoje.

Dr. Okamotto, quem o colocou no Sebrae?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – O Conselho Deliberativo do Sebrae nacional,...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – O Governo não teve nenhuma interferência nisso?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – ... composto de treze instituições, que são a CNC, CNI, CACB, Anprotec, ABDE, Caixa Econômica, Banco do Brasil, BNDES...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – O Presidente não teve nada a ver com isso?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – A indicação deve ter sido do Governo, Senador.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Então, quando? Quando o Presidente da República já era o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu cheguei no Sebrae, Senador, eleito no Governo do Fernando Henrique Cardoso, onde houve uma proposta de uma Diretoria composta pelo então Dr. Silvano Gianni, Dr. Luiz Carlos, e meu nome, que foi oferecido ao Conselho, que aprovou o nome dessa Diretoria, que foi a Diretoria de 2003... 2002 a 2004.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Então o Governo teve alguma interferência na sua indicação? Ou não?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Eu acho que teve alguma...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – O atual Governo?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – O atual e o outro Governo, passado, também.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – O atual Governo também?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Também.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – O Presidente da República? Presidente do Sebrae, agora, por indicação, por influência do Presidente da República.

Vejam que coisa, Dr. Paulo Okamotto: vamos que o senhor realmente tenha pago, vou acreditar que o senhor tenha pago um empréstimo para o Presidente da República. O Presidente da República aceita que alguém a quem ele fez esse favor, conduzindo à Presidência do Sebrae pague-lhe aquele empréstimo; e não o reembolsa. Isso é uma troca de favores, ou não é, Dr. Paulo Okamotto? Não importa que... Não estou dizendo que o Presidente foi com o senhor e disse: "Vou nomeá-lo para o Sebrae". Não, não é isso, não. Foi tacitamente. Ele lhe fez um favor... Ele lhe fez um favor pessoal: conduziu-o à Presidência do Sebrae. E o senhor fez um favorzão a ele: R$29mil, sem reembolso por ele.

O senhor fez uma doação?

Senador Eduardo Suplicy, preciso dos seus comentários. Senador Suplicy, a promiscuidade...

E veja bem que esse dinheiro do empréstimo já veio, em parte, de dinheiros públicos porque no tanque do Partido tem uma torneira, que é a contribuição dos filiados, tem a torneira do fundo partidário, que é dinheiro público, e, às vezes, ainda tem uma torneira clandestina, que é a do "valerioduto", mas só vou contar com as duas oficiais.

Então, misturam-se dinheiro público e dinheiro das contribuições. É dinheiro público, portanto, que deu origem a esse empréstimo.

Senador Eduardo Suplicy, a promiscuidade entre público e privado neste País, neste caso, é impressionante, é antológico.

E se alguém aqui não acha isto realmente contrário à moralidade pública e à ética, Senador Agripino, este País, a classe política deste País, apodreceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª Senador Jefferson Péres e concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy; em seguida, ao Senador Magno Malta.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente Efraim Morais, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Jefferson Péres, apenas quero transmitir a V. Exª uma palavra porque tenho o maior respeito por V. Exª. Acho que a sua postura de integridade e o propósito de estar sempre exigindo isso de quem quer que esteja lá... E isso posso comprovar desde quando iniciamos a nossa convivência aqui. Agora exige do Governo do Presidente Lula o que sempre exigiu dos Governos, quando eram outros aqui.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Exigiria do Leonel Brizola se fosse presidente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E V. Exª exigirá de si mesmo se, porventura, for escolhido candidato do seu partido, porque sabe-se publicamente que V. Exª é considerado como possível candidato do PDT à Presidência da República.

Há uma questão que V. Exª mencionou, e eu fiquei pensando muito se seria adequado ou não. Veja, o Presidente Lula estava viajando como candidato à Presidência da República, oficial, pelo Partido dos Trabalhadores, numa viagem de duas semanas à República Popular da China. O Partido dos trabalhadores considerou importante que ele pudesse realizar essa viagem, inclusive com a sua esposa. V. Exª há de convir que o candidato à Presidência da República viajar com a sua esposa pode ser uma decisão importante. Eu não consideraria assim, como V. Exª mencionou, como se o candidato à Presidência estivesse realizando uma viagem simplesmente de lazer à República Popular da China. Haveria muitas razões para ele pudesse levar a Srª Marisa a uma viagem oficial, de trabalho, em que ela estivesse ajudando-o a observar as coisas, interagindo com a esposa de ilustres dignatários daquele país e de uma maneira benéfica em muitos aspectos ao propósito daquela viagem.

Então, que possa o Partido dos Trabalhadores considerar que, primeiro, o candidato a presidente não era presidente, como em algumas ocasiões os comentários do Líder do PFL foram no sentido de "Ah, o Presidente...", mas ele não era presidente ainda, estava viajando. Então, aqui podemos ter uma divergência, mas não considero que seria um absurdo, uma mordomia excepcional, o fato de ele estar viajando com a esposa. Então, tenho impressão de que foi este o entendimento.

Agora, V. Exª ressalta fato de o Sr. Paulo Okamotto, que, conforme salientei há pouco, sou testemunha de ele ser um amigo fraterno do Presidente Lula há 25 anos ou mais, ser capaz de estar fazendo algo importante, ou fazendo uma doação para resolver um problema, na hora em que Paulo Okamotto dizer que não diagnosticou. A questão relativa à designação dele como diretor do Sebrae decorreu de inúmeros outros fatos que levaram o Presidente Lula a considerar o Sr. Paulo Okamotto uma pessoa com capacidade administrativa, uma vez que, dentre outros fatos, isso eu sei, Paulo Okamotto foi convidado pelo Presidente Lula para ser presidente de um instituto de cidadania por alguns anos, onde organizou uma série de tarefas, organizou, por exemplo, seminários importantes, dos quais fui testemunha participante, em que vi as coisas caminharem com eficiência.

Lula tinha em Paulo Okamotto uma pessoa de sua confiança. É possível que V. Exª tenha aqui um

ponto, "Puxa, o Sebrae, afinal..." Até vou pedir um esclarecimento ao Paulo Okamotto. O Sebrae, afinal, tem uma remuneração, salvo engano meu, pelo que aqui mencionou, não conheço os detalhes, mas com uma remuneração que é, por exemplo, bem acima da remuneração dos Ministros, e de quase todos os cargos da Administração Pública Federal.

Como não sei com precisão, peço a gentileza que nos informe qual a remuneração do Presidente do Sebrae. É uma informação importante até para a análise do que V. Exª estava aqui colocando.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Senador Suplicy, um pouco mais que R$24 mil.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pouco mais de R$24 mil, bruto ou líquido?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Bruto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E a remuneração adicional que V. Sª mencionou, quando respondeu ao Senador Antonio Carlos Magalhães, de que hoje seus rendimentos brutos seriam pouco além de 30 mil, decorrem de que outra...

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Quase 30 mil, porque também recebo aposentadoria, e recebo também por participação em um conselho.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Do conselho do Sebrae ou de outra empresa?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Conselho de uma instituição de que o Sebrae participa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Qual é essa instituição?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Brasil Previ.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Brasil Previ. Então, só quis dizer do meu respeito a V. Exª.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Senador Suplicy...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Acho perfeitamente válida a sua cobrança. Acho importante, inclusive, eu observo que houve uma falha de contabilização das informações. Não creio ser de tal ordem a se chegar e falar: "Bom, isso aqui é uma falta tão grave que vamos levar o Presidente ao impedimento", ou algo assim.

Porém, acho que se trata de uma falha importante, aqui reconhecida, inclusive, pelo Líder do Governo, com respeito à forma como o PT se conduziu, até porque era uma ação de antes de ele ser Presidente. Era uma ação, sobretudo, de nossa responsabilidade, do Partido dos Trabalhadores.

Considero importante a sua crítica. Isso vai valer, como tem valido, para todos nós. Acho que vamos ter a oportunidade de aprofundar ainda mais tudo aquilo que tem sido objeto da preocupação desta CPI. Acho, inclusive...

Caro Paulo Okamotto, ontem ouvi, e pela primeira vez, pelo telefone, o depoimento desse garçom, o *sushi man* que estava em Campinas, num bingo, e que revelou a mim a maneira como ouviu diversas pessoas tramando o assassinato do Prefeito Toninho. Vamos ouvir, na próxima segunda-feira... O Presidente designou a mim, ao Senador Magno Malta e ao Senador Romeu Tuma para ouvir este depoimento.

É algo da maior relevância se verdade for, mas, atendendo, inclusive, ao apelo da Srª Rosane Garcia, que pediu ao Presidente Lula e ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, vamos ouvir esse depoimento. É possível que ali surjam situações graves e que nós, o PT, temos que ter a responsabilidade de averiguar. Assim como me sinto na responsabilidade, diante de todos os fatos que vieram à tona de ir até o fim para desvendar como foi o seqüestro e a morte do Prefeito Celso Daniel...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Suplicy, informo que o tempo de V. Exª esgotou-se, mas vou conceder mais três minutos para que V. Exª possa concluir com tranqüilidade.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Só tenho mais uma pergunta, porque o Senador Garibaldi e todos os demais já, praticamente, esgotaram os detalhamentos sobre aquela quantia. Mas quero aproveitar a oportunidade da presença do Presidente do Sebrae para nos dizer aqui como é que encontrou a estrutura do Sebrae, qual é o orçamento do Sebrae, o que lá é feito, o que V. Sª acha que precisa ser remodelado, que proposições hoje, tendo conhecimento do Sebrae de maior profundidade, quer colocar em prática para transformar para melhor o Sebrae.

É só isso, Sr. Presidente.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, o Senador Suplicy se dirigiu a mim. Peço um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, Senador Suplicy, agradeço. V. Exª me distinguiu ao se dirigir a mim. O respeito é mútuo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito silêncio aos companheiros da imprensa.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – V. Exª, positivamente, é um homem honrado. Exatamente por ser um homem honrado, percebo, desde o início desta crise, o constrangimento de V. Exª e as dificuldades que tem para enfrentar certas situações.

Senador Suplicy, muito obrigado, mas eu não gostaria de estar no seu lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Dr. Paulo Okamotto, V. Sª tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A minha responsabilidade é procurar corrigir as coisas da própria organização onde estamos, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Senador Suplicy, eu já estou no Sebrae há quase três anos e lá chegando, em 2003, nós já percebemos que o Sebrae, que é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, era uma instituição muito consolidada, que precisávamos apenas continuar caminhando para construir a sua maior eficiência do ponto de vista da gestão.

A nossa gestão decidiu uma coisa que considero muito importante, que é fazer com que os recursos que o Sebrae tinha em Brasília, disponibilizados em projetos nacionais, pudessem ser levados para os Estados. Com isso, o planejamento em áreas de desenvolvimento, o planejamento em trabalho de capacitação, em projetos nos Estados puderam ser definidos porque tinham recursos pré-concebidos, pré-planejados. Isso aumentou em muito a eficiência dos gastos do Sebrae porque, a partir daí, os nossos dirigentes, sabendo que tinha dinheiro, poderiam fazer o seu plano de trabalho, planejar suas ações e, com isso, gastar de forma mais efetiva os recursos que a sociedade disponibiliza ao Sebrae. Essa eu considero uma medida, que foi tomada, muito importante.

Também tomamos medidas para fazer com que o nosso Sebrae tivesse planejamento de mais longo prazo. Infelizmente, uma instituição como o Sebrae tem um mandato de dois anos, o qual não permite que se faça planejamento de mais de dois ou três anos. E nós propusemos isso ao nosso Conselho. Aliás, está aqui o Deputado Armando Monteiro Filho, que é Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae, e também Presidente da CNI.

Com isso, nós fizemos com que o planejamento de todos os nossos projetos tivesse um prazo mais longo, porque o senhor, como economista, sabe que, para produzir desenvolvimento verdadeiramente, é preciso trabalhar mais de um mês, mais de um ano e, muitas vezes, mais de dois ou três anos. E do jeito que trabalhávamos, tínhamos projetos muito curtos que acabavam não surtindo o efeito que esperávamos.

E uma outra questão que estamos trabalhando, ainda fortemente, é o desejo de levar o Sebrae para mais pessoas. Nós temos, no Brasil, mais de dois milhões e quatrocentas mil empresas, as quais enfrentam grandes dificuldades do ponto de vista do acesso ao crédito, à tecnologia e ao mercado. Nós temos, ainda, uma legislação perversa que pesa sobre os pequenos negócios.

Está aqui, na Casa, para ser votada, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que nós, do Sebrae, ajudamos a organizar. E também temos o apoio decidido da Frente Empresarial para que essa lei seja aprovada.

Com essa lei aprovada, no Brasil, nós teremos, sem sombra de dúvida, uma lei muito moderna que facilitará os negócios no Brasil, principalmente as novas relações empresariais que se precisa ter nesse setor. Nós vamos ter uma diminuição brutal da carga tributária, vamos ter também uma diminuição da burocracia que pesa sobre os pequenos negócios. E nós tomamos medidas concretas para resolver tudo isso.

Também temos uma informação, por meio das nossas pesquisas, de que as empresas morrem muito cedo. No Brasil, diversas empresas – quase 50% delas – morrem em dois anos. Por isso, nós tratamos de tocar essas questões.

Apesar do cansaço da hora, eu agradeço a oportunidade de poder falar um pouquinho do que nós andamos fazendo no Sebrae.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Suplicy.

Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta. V. Exª tem a palavra, Senador, e, coincidentemente, logo após o Senador Suplicy.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* o Presidente da Subcomissão que V. Exª escalou para São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E V. Exª é o Relator.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu espero que lá S. Exª me deixe falar. Mas será um prazer estar ali com o Senador Suplicy e com o Senador Tuma, no dia de segunda-feira.

Sr. Presidente, V. Exª conhece bem a minha posição, e o Relator também. Até por uma inquietação que tenho, resolvi, de fato, entrar nessa investigação que trata da questão de Santo André e de Campinas porque começou a aparecer indícios de participação de dinheiro de bingo, o que me conforta um pouco porque me preocupa muito o fato determinado.

Para contribuir com o Relator, antes de fazer minhas considerações, gostaria de perguntar ao senhor se tem alguma contribuição a dar na questão dos bingos.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não, Sr. Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor conhece alguma coisa sobre lavagem de dinheiro em bingo, no Brasil?

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não conheço, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não conhece.

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Não conheço.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – A minha preocupação com o fato determinado é exatamente porque uma convocação se torna inválida judicialmente quando não está dentro do fato determinado. E aí, de fato, a CPMI, hoje, tomou uma posição muito sábia quando transformou, dando poderes ao Presidente, a convocação do Ministro Palocci – por quem eu não morro de amores, como não morro de amores pelo Governo, mas o senso de justiça leva a esse tipo de fala –porque, de fato, em não havendo o fato determinado, na verdade, é convite mesmo que se tem que fazer.

E, aí, imagino que a discussão ocorrida hoje, em que o Senador Aloizio Mercadante trouxe à tona a questão dos partidos. E todos – com o comportamento do TCU relacionado ao fundo partidário, aos partidos – os partidos, serão alcançados, embora eu entenda diferente do TCU. E o raciocínio é o mesmo do Senador Agripino, do Senador Aloizio Mercadante.

Preocupa-me o fato de que a Bíblia diz o seguinte: "Com a medida com que medis, eles medirão a vós. E tudo quanto quereis que os outros façam, fazei vós também."

A mim preocupa o fato de que um senador, um deputado federal, que hoje fez uma viagem pelo seu partido, amanhã vire presidente da República, e, dez anos depois, haja um questionamento, e ele, então, vire manchete de jornais por causa de um fato desse que estamos analisando aqui hoje.

Eu acho que, do ponto de vista do fato determinado da CPI, o senhor não tem nada a acrescentar. Na minha visão, não há nada na sua trajetória – que tive cuidado, com a minha assessoria, de investigar, para não pagar mico aqui –, que lhe ponha na condição de marginal. Não há qualquer indício que aponte para isso, que o senhor seja marginal.

Eu acho que esse debate só contribuiu para o debate que foi posto e feito – e muito bem feito – pelos dois Senadores, José Agripino e Aloizio Mercadante, porque traz esclarecimentos à opinião pública com relação a essa questão de fundo partidário. E são dois homens de comportamento ilibado, de um serviço prestado, dos mais dignos, à Nação brasileira, aos seus Estados, respectivamente: o Senador Agripino, ao Rio Grande do Norte; e o Senador Aloizio Mercadante, ao Estado de São Paulo.

Penso que, para V. Exª, o que fica é uma exposição que não é boa, para o senhor e seus filhos e os seus parentes, que acho que perplexos assistem ao senhor numa exposição que não tinha necessidade de existir.

Penso que, se o senhor não tem como contribuir com o fato determinado, pelo menos a mim foi dada a oportunidade de fazer o registro da minha fala. Volto a afirmar que qualquer governo que dispute uma eleição, vai às ruas e ganha no voto, a primeira iniciativa é fazer a substituição de cargos pelos quadros ligados a eles. Todos fazem a mesma coisa: nomeiam os mais chegados, aqueles que lutaram e que ganharam a eleição, que são os quadros. Embora eu dizia ao Senador Tião Viana que me preocupa a reeleição do Presidente Lula, que não participarei dela, como estive na eleição dele, estou fora. É que os quadros que o seu Partido preparou para governar o Brasil já caíram todos. E não sei como Sua Excelência fará, caso se reeleja. Isso é Deus que sabe. Mas espero, para o bem da democracia, que haja renovação disso aqui no País.

E essa parte da minha fala também não vem ao fato, mas quero só dizer quanto o fato de indagações de que o senhor foi nomeado pelo Presidente Lula, seria nomeado por que, então? Quem teria ajudado? Quer dizer, o senhor está com ele há 200 anos. Seria até uma ingratidão não fazê-lo aos companheiros e sim a outros. Quer dizer, acho que essas coisas não contribuem, não levam a nada. É a visão que tenho, embora eu seja o mais indouto desta Comissão, mas é a visão que tenho a respeito de tudo isso.

Para tanto, encerro a minha fala, Sr. Presidente, marcando tão-somente essa minha posição e contribuindo com o relatório final da CPI no sentido de que o senhor que depôs aqui não tem nada a falar sobre bingo e nem sobre contravenção.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, mesmo na penumbra, e agora na escuridão total...

Antes de encerrar, concedo a palavra ao depoente para as suas considerações finais. V. Exª, Senador César Borges...

**O SR. PAULO OKAMOTTO** – Agradeço a palavra, Senador Efraim Morais, porque quero encerrar minha participação nessa Comissão Parlamentar de Inquérito registrando que o pagamento que fiz de R$29.436,26 mil se refere, única e exclusivamente, a adiantamentos feitos ao dirigente contratado pelo Partido dos Trabalhadores para pagar despesas de representação, ou sua, pessoalmente, ou de convidada, filiada do Partido dos Trabalhadores, que integrava a delegação do Partido dos Trabalhadores na sua viagem à China. Isso é perfeitamente comprovável na contabilidade do

Partido dos Trabalhadores que foi entregue ao Tribunal Superior Eleitoral.

Quero também agradecer a oportunidade que me foi dada pelos Senadores e Senadoras, por esta CPI, para poder esclarecer, definitivamente, que esse pagamento foi um pagamento que fiz motivado pela necessidade de fazer com que, definitivamente, todos os erros contábeis que o Partido praticou, nesse caso, fosse sanado de forma definitiva. Agradeço a paciência e a contribuição de todos.

Muito obrigado.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V. Sª, Dr. Paulo Okamotto, aos Srs. Advogados e declaro...

Antes de encerrar a reunião, convoco os Srs. Senadores, para amanhã, para o depoimento da Sra. Rosângela Gabrilli, a partir das 11h30min da manhã.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 16h41min.)*

**Ata da 38ª Reunião Realizada em 23 de novembro de 2005.**

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e trinta e três minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti e ainda com a presença dos Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Efraim Morais, Álvaro Dias, José Jorge, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho e Sibá Machado, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva da Senhora Rosângela Gabrilli, proprietária da Expresso Guarará Ltda. e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir convida a Senhora Rosângela para tomar assento à Mesa. Com a palavra a depoente que faz um breve relato sobre sua empresa e confirma, em seu depoimento, as denúncias que havia feito ao Ministério Público de São Paulo, bem como o esquema de contribuição mensal para o caixa 2 da prefeitura de Santo André/SP, na segunda gestão do prefeito Celso Daniel. A presidência passa a palavra ao Relator para seus questionamentos iniciais, seguido de acordo com a lista de inscrição pelos Senadores Antônio Carlos Magalhães, Arthur Virgílio, José Jorge e Tião Viana. Eduardo Suplicy, Jefferson Peres, Eduardo Suplicy e Magno Malta. A presidência agradece ao depoente pelo depoimento prestado e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião as dezesses hora e quarenta e cinco minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingos para a prática de crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que esta reunião destina-se a ouvir o depoimento da Srª Rosângela Gabrilli, empresária do setor de transporte de Santo André, em São Paulo.

Solicito à Secretaria que traga a Srª Rosângela até o recinto da Comissão.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Srª Rosângela Gabrilli, V. Sª tem a palavra pelo tempo que achar conveniente para fazer suas explanações iniciais.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Gostaria de, como todos fazem, agradecer por ter sido chamada para depor, para dar todos os esclarecimentos, principalmente por ter visto, ouvido o meu nome, o do meu pai e o da nossa empresa muitas vezes citados. Então, acho que eu tinha a obrigação de poder passar todas as informações, para que ninguém saia com dúvida mais, pelo menos da parte da corrupção da Prefeitura de Santo André.

Como cidadã, deixando até a parte empresarial de lado, mas como cidadã, tenho de trazer todas as informações, assim mesmo como eu fiz: levei a denúncia ao Ministério Público, relatando tudo que passamos em Santo André. Era minha a obrigação – e com muito prazer – de trazer todas as informações.

Primeiro, gostaria até de, como foi falado muito sobre o meu pai, apresentar, embora meu pai não esteja presente, infelizmente, por motivo de doença,

causada por uma série de transtornos que ele passou lá em Santo André... Meu pai é uma pessoa... Sempre foi muito correto nas atitudes dele. É empresário há 40 anos em Santo André. Nunca teve problemas na vida empresarial dele, porque sempre foi correto, sempre procurou agir na forma da lei – tudo muito correto. De repente, ele se viu atropelado por uma série de pessoas, e, com o passar do tempo, vimos que o interesse era outro, que se estava dirigindo para uma coisa que fugia do legal, fugia do costume nosso dentro da cidade.

Meu pai, hoje, infelizmente... Eu gostaria que ele estivesse presente, mas trouxe o meu filho para me acompanhar, para ficar ao meu lado. Tem o meu irmão também que participa. Estou aberta para poder explicar, falar, em nome do meu pai, da nossa família.

Quero deixar muito claro que, em Santo André, as pessoas, as famílias sempre foram muito unidas. É uma cidade que hoje está grande, mas as raízes continuam muito firmes. Por isso, amizades se vêm conquistando, através do tempo, das famílias antigas de Santo André, como foi o caso, por exemplo, da família Daniel – o relacionamento que meu pai já tinha de muito tempo com o Sr. Bruno Daniel, pai do Celso. Ele sempre procurou manter as amizades, a empresa dele. E veio um projeto dessa concorrência de que participamos, o projeto do Celso Daniel, de dinamização do transporte em Santo André. Meu pai entrou para essa concorrência, acreditou no projeto, investiu nesse projeto, e, com o passar do tempo, infelizmente, vimos que o investimento que o meu pai fez – ele acreditou no projeto – não era bem o que as pessoas queriam.

Em nenhum momento, foi citado aqui que meu pai investiu R$18 milhões nessa concorrência, nesse projeto, nessa licitação. Em nenhum momento, foi citado que, por vontade do Secretário Klinger – depois do terminal pronto, depois que compramos, além da frota que já tínhamos de setenta ônibus, mais dez ônibus novos, articulados, grandes, daqueles de sanfona no meio –, em momento algum, ele citou que ele nos deixou nove meses com o terminal parado, com a obra pronta, parada, com dez ônibus parados no pátio. Isso tudo eu vou querer explicar muito bem durante todas as perguntas.

Para poder depois cumprir o contrato, compramos mais doze ônibus-padrão que só consegui colocar por mandado de segurança. Quer dizer, é muita história, é muita coisa, e quero deixar claro aqui que de tudo o que vou falar eu trouxe documentos, eu trouxe provas. Eu não quero simplesmente despejar um monte de documentos em cima dos senhores para serem analisados, mas trouxe todas as provas e documentos de tudo que quero falar. Eu só peço que tenham bastante paciência, porque a história é longa.

É isso. Coloco-me à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srª Rosângela Gabrilli, a disposição de V. Sª de falar a respeito da situação do transporte de ônibus na cidade de Santo André já nos leva a perguntar: como era a situação? Quantas empresas atuam hoje em Santo André? Quem são os principais empresários? Qual a participação percentualmente fixada, aproximada, de cada uma das empresas no mercado?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – A princípio, em 1997 – preciso voltar um pouquinho, para poder chegar no tempo atual –, eram seis empresas. Em 1997, foi feito um consórcio de todas as empresas de Santo André para participar de uma nova concorrência, que era de linhas que haviam sido desapropriadas de um outro empresário na década de 90. O Celso Daniel desapropriou essas linhas desse empresário, e, em 1997, a EPT, que é a Empresa Pública de Transporte, que é a gerenciadora do transporte de Santo André, resolve privatizar essas linhas e coloca em concorrência.

As seis empresas que atuavam em Santo André nesse momento constituem-se em consórcio e participam dessa concorrência e ganham a concorrência. Aí passaram a ser sete empresas. Hoje, continuam essas sete empresas. A Expresso Nova Santo André, que foi essa que ganhou, que fez o consórcio dessas seis empresas, que é a Expresso Nova Santo André. Então, volto a falar que todos os empresários, todas as empresas participavam, a início, dessa empresa. Aos poucos, o Sr. Ronan Maria Pinto foi tirando, por partes, cada um. Foi tirando as menores, e, depois, nós.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Comprando?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Comprando, não. A nossa, por exemplo... A anterior à nossa, que foi a Viação ABC, ela saiu do contrato... Desculpa, estava olhando para lá. Ela foi obrigada a sair dessa empresa porque o Klinger não queria mais esse empresário em Santo André. A forma que ele exigiu que esse empresário saísse do sistema de Santo André foi porque ele tinha uma outra linha, de uma outra empresa dele, que passava em Santo André. E ele falou: olha, se ele não sair da Expresso Nova Santo André, eu vou cancelar essa linha dele aqui. É um pouco confuso, porque são muitas linhas e as empresas um pouco que se misturam. Mas ele saiu

vendendo a empresa, porque era 25% dessa empresa, por R$ 1,00. Uma empresa que no momento tinha de 101, ela foi para 99 ônibus.

Em seguida, fomos nós. Nós fomos expulsos da Expresso Nova Santo André, mas de uma forma assim que se vinculou muito a nossa empresa Expresso Guarará com a Expresso Nova Santo André.

Isso daí, Sr. Relator, é um pouco confuso, porque entra a história da Expresso Guarará, que, nesse momento, quando o Klinger manda o Ronan... que nós saíssemos também da Expresso Nova Santo André, que fizéssemos uma permuta. E saímos também sem nada. Então, eu quero explicar, não sei se já posso entrar nessa parte da Expresso... Está confuso, porque é muita empresa e as linhas se misturam.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Creio que os Srs. Senadores querem entender como é que se expulsavam assim as empresas. E as empresas não batiam às portas da Justiça, não? Isso era feito assim e acabou-se?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso nós pensamos por várias vezes, mas o que era sempre dito para mim e para o meu pai, muito claramente, em várias reuniões com o Klinger, em que ele portava o revólver sempre preso na canela – constrangia muito –, o que me era lembrado a cada momento: "Com o poder não se brinca, o poder tudo pode. Então, cumpra, faça". Então, até o medo de poder recorrer a alguém para poder comentar com alguém o que se passava... Era muito difícil. Tanto é que, por desespero, meu pai procura o irmão do Celso, João Francisco, para relatar o que estava acontecendo, e nós...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim, mas aí a senhora me permita. Antes de a senhora entrar nessa conversa com o Dr. João Francisco Daniel, eu queria entender o seguinte: a empresa Auto Viação ABC foi expulsa também?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Foi. Ele foi expulso, sim, mas ele recebeu R$1,00 pela saída dele. Quer dizer, houve uma venda...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – R$1,00?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – ...que ele recebeu R$1,00. Quer dizer, foi simbólico.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas me diga uma coisa. Ele recebeu R$ 1,00 pela empresa?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Por 25% da empresa dele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vinte e cinco por cento, R$1,00?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – R$1,00.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era o empresário João Antônio Sete Braga?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi esse empresário que...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Foi ele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Proprietário da Auto Viação ABC?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A outra empresa foi a empresa do seu pai?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso. Então, como aconteceu a nossa saída de lá? Vou explicar direitinho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas a senhora continua no mercado?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ah, sim, porque nós temos, nós ganhamos a concorrência da Expresso Guarará. Nós não estamos mais na Expresso Nova Santo André, que era aquela empresa de consórcio.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah! Do consócio.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Essa do consórcio, hoje, é só do Ronan e do sócio dele, do **Diário do Grande ABC**.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Ronan tem quantos por cento do consórcio?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Hoje, do consórcio da Expresso Nova Santo André, hoje, é ele... Não sei mais, porque saímos de lá. O Ronan Maria Pinto, o Everson Dotto e, se não me engano, ainda o Osias Vaz.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Cada um tem uma empresa?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso, cada um também tem uma empresa, que está dentro desse consórcio. Ah! e a Projeção Engenharia, também.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora, para tirar uma dúvida a respeito de uma afirmação do Sr. Ronan.

Quanto por cento do setor de ônibus, hoje, a empresa do Sr. Ronan Pinto tem? A senhora sabe?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Acho que está perto de 60%.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sessenta por cento de todo o transporte de ônibus da cidade?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É. Porque as empresas são dele: uma está no nome da mulher dele; a outra é do Sr. Baltazar, que é cunhado, concu-

nhado do Ronan; e mais uma pequenininha que eles são sócios, que é do Carlos Sófio, e nós.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Queria perguntar à senhora se a senhora tem sócios ou se a empresa Guarará e a empresa São José pertencem só à família da senhora. Tem outros sócios ou não?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso. A Viação São José, que existe há 40 anos, ela é do meu pai e do Sebastião Passareli; e a Viação São José, que são dos dois, ela é dona de 98% da Expresso Guarará, 1% do meu pai e 1% do Sebastião Passareli.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas é só da família?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Só nossa, só da família.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora ou alguém da sua família é filiado a algum partido político?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – A minha irmã, no final do ano passado, ela se filiou, sim, ao PSDB. Ela é Secretária de Mobilidade, de deficiente, porque minha irmã sofreu um acidente há onze anos, ela é tetraplégica. Ela montou, há algum tempo, uma ONG e começou a ajudar os deficientes, mas pessoas ligadas a ela. Até que ela resolveu fazer um trabalho mais amplo, que hoje, na Secretaria em São Paulo, ela ajuda próximo de três milhões de deficientes, inclusive esses campeonatos de paraplégicos que existem. Então, ela foi para fazer esse tipo de trabalho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E as empresas da sua família contribuíram financeiramente com alguma campanha política já?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Contribuímos para o PT. Eu não diria contribuição, o que nós sentimos foi uma imposição: nós tínhamos que pagar. Para poder viver com o poder, nós tivemos que pagar. Eu nunca aceitei a palavra propina, sempre foi uma extorsão, porque, por uma vez, logo que começamos a construir o terminal, meu pai estava um pouco apertado e ele deixou de recolher por dois meses. Foi colocado do dia para noite uma linha...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim, mas era na fase da campanha? A senhora já está se referindo a uma espécie que foi denunciada aqui, de caixinha, que era cobrada permanentemente ou está se referindo só à campanha política? Para esclarecer.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Para esclarecer: a imposição partiu de 97 e foi até dezembro de 2001, quando Celso morreu, em janeiro. Então, nesse período todo tiveram eleições de prefeito e tudo o mais. Quer dizer, sempre foi recolhido, não importa se era período eleitoral. Quer dizer, todo mês tinha que mandar.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fora até do período de campanha política?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Fora. De 97 até dezembro de 2001, que foram recolher na nossa empresa; depois, se continuou, eu não sei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O seu pai, Srª Rosângela, afirmou que a cobrança dessa caixinha aos empresários de transportes teria sido acertada a partir de uma reunião que ocorreu em 97, na qual participaram o então Secretário de Serviços Municipais, Klinger de Oliveira Souza, e os empresários Sérgio Gomes da Silva, Ronan Maria Pinto, o seu próprio pai, o senhor seu pai, dentre outras pessoas. A senhora conversou com seu pai sobre essa reunião e pode dar alguma informação sobre ela?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Sim, porque o meu pai sempre me passava tudo. Eu trabalho com meu pai desde 92. Quando Celso assumiu, em 97, houve uma primeira reunião, em 97, em que o Celso convida o meu pai para ir jantar no Rubayat, juntamente com o Sérgio, e que, naquele momento, ele coloca para o meu pai... Até eu ouvi falar aqui a semana passada: por que o Celso daria satisfação para o meu pai? Justamente pela amizade que existia desde a época do Sr. Bruno Daniel, o pai do Celso. E o Celso convida o meu pai, que também era, além de tudo, Presidente da Associação das Empresas de Transportes do ABC. Então, acho que foi uma forma de poder dar uma satisfação a meu pai que, daquele período em diante, quem administraria a cidade seria o Secretário Klinger. Ele, Celso, estaria mais voltado para a política, e a administração da cidade, ele deixaria a cargo do Klinger. Então, ele comunica a meu pai que, logo, dentro dos próximos dias, o Secretário Klinger vai entrar em contato para se apresentar, para conhecê-lo. E aí houve a segunda reunião, depois de um tempo – foi depois de junho de 97 –, quando já existia a Expresso Nova Santo André, esse consórcio já havia ganho a concorrência –, onde, nessa reunião, estavam o meu pai, Ronan, Sérgio, Baltazar e Klinger. E, naquele momento, foi dito que teria que ser recolhido das empresas, todo dia 30, quer dizer, mensalmente, teria que ser recolhido um valor e que era para o Partido, o Partido dos Trabalhadores, que esse dinheiro seria levado para o Partido. E não...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem falou isso? Quem foi que falou isso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O Klinger.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Klinger.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O Klinger. Só podia partir dele, claro! Porque ele era o homem político, ele era o que fazia parte da Prefeitura. Os outros, não. O Sérgio, não; o Ronan, empresário. O Klinger institui que todo dia 30 alguém passaria nas empresas para recolher esse dinheiro, e que pudesse chover, fazer sol, mas o dinheiro teria que ser entregue. O valor foi estipulado por ônibus, que começou com R$365, R$358... Tenho tudo documentado. Tudo que estou falando, eu tenho os documentos. E, conforme era reajustada a tarifa, havia os aumentos também desse valor por carro. E eu trouxe também, dentro dos meus documentos, relatórios até de portaria, que mostram que, todo dia 30, uma pessoa ligada ao Ronan ia buscar o dinheiro lá na empresa. Aí nesse...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E esse dinheiro era entregue por quem?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Meu pai, a princípio, enquanto ele estava na empresa. Nós tínhamos que recolher o dinheiro e entregar para a pessoa que era portador do Ronan, que era o Sr. Irineu, a princípio, e, depois, passou a ser o Luiz Marcondes. O Irineu é funcionário da Nova Santo André.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas os valores totais, assim, a senhora se lembra?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Sim. Da nossa parte, como eu falei: como era um consórcio e todas as empresas faziam parte desse consórcio – com uma porcentagem –, cada empresa que fazia parte desse consórcio tinha a sua porcentagem dentro da sociedade e o valor correspondente a cada ônibus dentro dessa sociedade. Fora isso, as empresas, individualmente, tinham também o seu valor a mandar. Por exemplo: nós, dentro da Nova Santo André, tínhamos que, mensalmente, recolher R$8.774,00 para compor a da Nova Santo André, e, da Viação São José, por ela, sozinha, de R$36 mil – R$36.185,00, que foi o início. Chegamos, até dezembro de 2001, pela Viação São José, a recolher R$41.800,00 por mês. Quer dizer, é muito dinheiro que foi. E, nessa segunda reunião, quando o Klinger impõe o valor e como seria feito, neste momento ele nomeia o Ronan Maria Pinto como o interlocutor do poder com os empresários. Então, qualquer coisa, mesmo que fosse relacionada à empresa ou ao sistema de transportes ou às linhas, tudo nós teríamos que nos dirigir ao Ronan para poder pedir qualquer coisa ao Secretário.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Garibaldi Alves Filho, tendo tido conhecimento de tudo o que a Sr. Rosângela Gabrilli está informando, avaliei como importante poder conhecer o seu pai, o Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli. E, na última segunda-feira, para esse propósito, fiz uma visita a ele e à Srª Rosângela Gabrilli e ao seu irmão – que está aqui presente –, o Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Neto, não é?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É, Neto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Assim como ao Sr. Passarelli, sócio, que ali estava presente. E até avaliei que seria importante considerar se poderíamos ter até mesmo a presença dele – do Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli –, uma vez que foi o Presidente da Associação das Empresas e Diretor-Presidente, até que, em meados de 2001, pela doença que o acometeu, não pôde mais estar à frente, tão significativamente quanto fazia até ter...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O que eu queria, até por uma questão de precisão, é: primeiro, de fato, achei que não seria adequado, tendo constado à Srª Rosângela Gabrilli, que ele pudesse vir, dada a sua condição de saúde – hoje, com 70 anos, mas com esse problema. Mas o que eu pude verificar é que ele confirmou e relatou os episódios que a Srª Rosângela Gabrilli está informando. Mas, inclusive, algumas vezes, corrigindo, porque eu posso estar enganado, mas como a Srª Rosângela Gabrilli mencionou há pouco que foi o primeiro encontro, uma vez eleito o Prefeito Celso Daniel, no restaurante Rubayat, mas tenho quase a certeza de que ele mencionou que teria sido um almoço, e, como ela falou jantar... Só para efeito de precisão. E, como ela própria mencionou, no diálogo com o pai, que foi ela, então, quem observou: "Olhe, pai, eu acho que não é o Rubayat de Santo André, é o de São Paulo", o que me fez ficar mais fortemente na memória que foi de fato o almoço.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É, eu tenho na minha cabeça...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, é para o registro preciso do que ela falou. Então, é só por isso, Sr. Presidente. É para que ela seja precisa no que fala.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu tenho a impressão de que para mim foi um jantar, mas o meu pai falou: "Não. Foi um almoço". Porque eu trabalhava e, muitas vezes, eu confirmava as coisas para ele. Eu era assim, até o meu pai sair da empresa, praticamente

a secretária dele. Então, tudo ele me passava. Mas o meu pai ainda está, assim, um pouco confuso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srª Rosângela, a senhora tem conhecimento de que desse dinheiro... porque nós temos aqui um papel dos bancos dando conta de que parte desse dinheiro o Sr. Sérgio Gomes colocava na conta de funcionários da Prefeitura. A senhora tem conhecimento disso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É, eu soube, sim, porque não fazia nem idéia para onde ia o dinheiro dele. Eu sei que o nosso, por dois ou três meses, foi para a conta dele. Agora, eu não sei por que, então, ele teria pago para pessoas da Prefeitura, do Semasa. Eu não tenho conhecimento do vínculo que existia entre eles ali, ou se ele trazia presentes....

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Durante dois meses, o pagamento foi feito em conta-corrente. Quando se iniciou a cobrança da caixinha e quando ela deixou de ser cobrada? A senhora já deu, aí, um período, não foi?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É. Foi de 1997 até dezembro, dia 30 de dezembro de 2001. Depois, com a morte do Celso, eu recebi a visita do Marcondes – que era um que ia também na empresa buscar o dinheiro. Como eu falei, a princípio, era o Sr. Irineu e, depois, passou a ser o Marcondes. E ele passou lá na empresa, logo depois da morte do Celso, e eu, naquela dúvida: "Como é que fica dia 30?" E ele fala para mim: "Olha, esquece, apaga tudo, porque agora eu não tenho nem para quem passar o dinheiro". Foi o que ele...."Esquece!" E eu falei: "Já esqueci".

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Isso foi depois da morte do Prefeito?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Logo depois da morte do Celso, porque dia 30 de janeiro estava chegando. Era o dia de, ele mesmo, o Marcondes, vir buscar o dinheiro na empresa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esse Marcondes era o quê? Era funcionário da Prefeitura?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ele era funcionário... chegou a ser funcionário da EPT – Empresa Pública de Transportes. Depois, ele foi contratado para ser o gerente – como ele é hoje –, gerente da Associação das Empresas, só de Santo André.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Irineu também?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O Irineu é funcionário do Ronan até hoje.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do Ronan?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É. Na Expresso Nova Santo André.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – E o Humberto Tarcísio de Castro. Qual é o papel dele?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O papel dele, do Humberto... O Humberto... É um pouquinho longo. Posso falar?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É longo assim?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É um pouquinho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não dá para resumir, não?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu vou tentar fazer o máximo. Porque nós não conhecíamos o Humberto. Quando nós ganhamos a concorrência, o Ronan – um pouquinho antes da concorrência, quando nós estávamos nos preparando para a concorrência –, como tinha obras nessa concorrência que a Guarará ganhou, o Ronan vira para o meu pai e fala: "Gabrilli, é uma concorrência com obras de infra-estrutura. Eu te aconselho a entrar com a Projeção Engenharia, porque é construtora. Então, eu te aconselho a entrar com ele e, logo depois, se você ganhar a concorrência, logo depois o Humberto sai dessa sociedade com você, Gabrilli, e você, Gabrilli, dá a obra para ele construir". E o meu pai falou: "Mas eu não preciso de sócio". "Mas, olhe, Gabrilli, tem obras. É melhor você pegar a Projeção." O meu pai... Realmente, para o meu pai era novidade uma concessão, uma licitação com obras. Nós sempre trabalhamos com transportes, não construindo. O meu pai, para se sentir mais fortalecido, aceita essa proposta do Ronan: "Então, está bom". Nós ganhamos a concorrência e a projeção que foi a indicada: "Não. Faça com a Projeção. Depois, nós saímos".

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A projeção era justamente do Humberto, não é?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Pois é. Olhe, eu tenho... Quando o Ronan fala: "Eu ponho a Projeção e eu tiro a Projeção, depois da concorrência", se ele diz que não era dele, que autonomia ele tinha para isso? E eu trouxe um documento aqui que ele é muito interessante, que ele diz, ainda, que a Projeção não era mais dele. Eu tenho, aqui, um documento que mostra que o Humberto era, naquela época, funcionário do Ronan, e, principalmente, um outro, aqui, que cita que – acho que está em outra pasta –, em 2000 e em 2001, esse documento diz o seguinte – é do Irineu para o Ronan, questionando se o Humberto... se a Projeção poderia fazer parte dessa *off shore.* Está aqui: Geraldo Pugliesi, sogro do Sérgio... Está aqui. Deixe-me só pegar para poder falar melhor. No dia 6 de novembro de 1999, quando o Humberto fala: "Não vou mais sair

da sociedade...", mas o meu pai fala: "Mas o Ronan prometeu que você ia sair. Eu te dou a obra para você construir". E ele fala: "Não, não vou sair. Eu vou ficar nessa concorrência". O meu pai pede: "Ronan, o que está acontecendo, por que o Humberto não quer sair da sociedade?" "Ah, Gabrilli, eu não posso fazer nada. A Projeção é dele." "Mas você garantiu que ele sairia." "Não. Eu não posso fazer nada. Faz o seguinte: vai fazendo a obra com ele e, lá na frente, nós resolvemos." Passou-se um tempo, a obra começou, o Humberto não saiu dessa sociedade e nunca compareceu com um centavo, nem para integralizar o capital dessa sociedade. Ele administrou a obra, nós pagamos 15% de administração da obra para ele, e ele não comparecendo com absolutamente nada. Ele tinha 30% da Guarará e nós, 70%. Ele nunca pôs um centavo e cobrou 15% da obra. Depois de um tempo, mais ou menos por volta de outubro – isso foi em julho de 1999 em que começou a obra – e, em outubro de 2000...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A obra era um terminal de ônibus?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Era o terminal da Vila Luzita, um grande terminal que nós construímos para a cidade, sem um centavo do Poder Público, com estações, corredor expresso... E, por volta de outubro de 2000, eu acabo tendo um sério problema com o Humberto, porque eu acabo descobrindo que ele estava desviando material da nossa obra para escolinhas da Prefeitura – que eu, também, tenho os documentos aqui – para várias Emeis, escolinhas infantis.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ele estava desviando para escolas por quê? Ele não era um empresário?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ele era empresário, mas como ele não participou do capital social – para integralizar –, ele não pôs um centavo dentro da empresa e ele estava recebendo 15% da administração... Quer dizer, a intenção...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu estou estranhando ele ser esse benemérito de tirar o material para levar para a escolinha da Prefeitura.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na certa, Sr. Relator, ele deveria ter contrato para construir as escolinhas. Ele tinha que comprar o material e, na hora em que ele desviava, não precisava comprar...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah, está certo!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Se o coração dele não for muito grande, deve ser isso.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Agora, a obra era da Prefeitura. Eu não sei, também, se a Prefeitura pagou para ele, porque deve ter pago, porque ele não podia falar: "Olhe, eu gastei tanto mas a Guarará pagou", não é? E a Projeção ganhava todas as concorrências.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim, mas qual foi a providência que a senhora tomou?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu briguei com ele e falei "não quero mais você dentro da obra". Fiquei transtornada porque cheguei a seguir caminhões saindo da minha obra, da nossa obra. O pessoal chegava, batia cartão, subia em um caminhão e ia para obras da Prefeitura. Comprava...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Até o pessoal ia?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ia. Sr. Relator, tenho aqui marmitas que compramos para os funcionários da nossa obra que o Humberto desviava. Até as marmitas que nós comprávamos para os nossos funcionários ia para outra obra da Prefeitura. Foi um absurdo o que vi acontecer. Eu brigo com ele e falo "não quero mais você na obra". Falei "vai vir o Klinger para cima, vai ser...". Eu falei "não quero". O que faltava de obra para terminar era pouca coisa. Já era paisagismo, era comunicação visual. Eu falei "eu assumo isso. Eu vou atrás, mas você fica fora da obra". Porém, não fora da sociedade porque a questão era muito maior do que isso. E ele sai da obra.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele integralizou a parcela do capital dele?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Nunca, nunca.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a sua empresa não entrou com uma ação exigindo a integralização ou tiveram medo?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Tivemos medo até meses. Depois veio a represália, depois da minha denúncia, Srs. Senadores, foi um absurdo o que passamos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o obra foi terminada?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Nós terminamos a obra, mas o ouvi aqui dizendo que a empresa era inidônea, que nunca cumprimos o contrato, que pedimos quatro aditamentos.

No dia 05 de janeiro de 2001, com o Klinger, "eu entrego a obra pronta, o Terminal Três Estações".

Há um detalhe importante: quando começamos a construir, eu tinha o prazo de doze meses, segundo o edital e as audiências públicas. Tínhamos de construir um terminal e cinco estações, no prazo de doze meses. O primeiro aditamento sobre o qual ouvi o Klinger falar... Eu não pedi e sempre fui contra esse primeiro aditamento porque, depois de todo edital de

audiência pública, ele, por si, altera. Ele solta o primeiro aditamento falando "olha, não quero mais cinco estações. Agora, eu quero três estações, mas, em troca, você vai me fazer três pontes". Eu falo "mas, ponte? Para que ponte? Eu tenho que construir estações para carregar os meus passageiros. Eu sou uma empresa de transporte, não sou construtora. Eu não tenho que fazer ponte". Ele falava "mas eu quero ponte". Ele faz o primeiro aditamento retirando duas estações e colocando três pontes, com um detalhe, os nossos ônibus não passam nessas pontes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o que houve?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – De julho de 1999 a julho de 2000, a obra não ficou pronta, e ele faz esse aditamento colocando as pontes. No dia 05 de janeiro de 2001, entrego o terminal e as estações. Eu digo: "Bom, Klinger, não tive nenhum documento da Prefeitura para saber onde faço as pontes, então, já que você pôs no aditamento; quero saber onde faço as pontes". Não tenho base porque já não se queria mais a Projeção, já tinha tirado a Projeção do caminho. Vou pegar outra construtora. Ele fala para mim o seguinte, o que me marcou muito: "Olha, Rosângela, hoje é dia 5 de janeiro de 2001; você está entregando o que você fez, eu não passei ainda a orientação das pontes, mas é o seguinte: a partir de hoje, o seu contrato está vencido. Então, você corre para a Prefeitura para pedir para os engenheiros de darem noção de como fazer essas pontes, para você poder contratar uma construtora para fazer o projeto executivo para você poder iniciar as pontes. Mas quero te lembrar, corre que hoje vence o teu aditamento, e eu não preciso te lembrar que o segundo colocado e único desta concorrência é o Ronan" – porque ele entrou junto na concorrência. Foram só dois consórcios, o do meu pai com a Projeção e o Ronan com duas empresas dele. E ele continuou: "Então, corre. E tem mais um detalhe: quero essas pontes prontas para o dia 8 de abril, que é o aniversário da cidade, e eu quero entregar duas pontes". Eu saí desesperada.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esse já era o segundo aditivo?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Sim; porque ele mesmo dá outra vez um prazo de mais dezoito meses para eu construir tudo isso. Só que ele queria as pontes em dois meses, e nós fizemos. No dia 30 de março, eu entrego duas pontes prontas para ele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tenho a informação de que essas duas pontes eram na Vila Luizita, é isso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso. É tudo na região que nós construímos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srª Rosângela, a senhora acha que o Sr. Humberto se negou a assinar o segundo aditivo, esse de que há pouco a senhora falou, bem como sua saída do Consórcio Guarará como parte de uma estratégia dos Srs. Klinger e Ronan traçada desde o início para se apropriarem parcial ou integralmente de suas empresas?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Exatamente. Nesse momento foi a pior extorsão que sofremos; foi a pior. Não foi só o dinheiro em si que eles levavam, não. Foi a pior coisa, porque, ao mesmo tempo em que o Klinger falava "Rosângela, o teu contrato está vencido; corre para fazer as pontes porque, senão, vou chamar o segundo colocado e eu preciso do projeto das pontes para você poder fazer o outro aditamento...". Muito bem. Eu corri, fiz o projeto, mandei para ele, para a Prefeitura, e recebi o segundo aditamento para ser assinado.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual foi a condição para a saída do Humberto do Expresso Guarará?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Exatamente quando pego o aditamento para ele assinar, ele assina e, em seguida, risca a assinatura dele e fala: "Olha, não vou assinar mais. Não quero assinar". E eu falei: "Mas o Klinger está me pressionando. Eu preciso entregar porque, senão, ele vai chamar o Ronan, que é o segundo colocado. Pelo amor de Deus, assina". Ele fala: "Só saio se você me der 4,5 milhão". E eu falei: "Mas a troco do quê?" E ele respondeu: "Eu saio da Guarará. Se você me pagar 4,5 milhões, fica só para vocês". Eu falei: "Mas eu não acho justo te pagar 4,5 milhões para você sair de uma empresa que você até hoje não integralizou o capital; cobrou 15%, e recebeu, pela administração da obra, não pôs nunca nenhum centavo, e eu vou te pagar ainda para você sair?" Eu falei: "Você tem que sair correndo". Ele falou: "Eu não assino, então".

Senador, o que passei esses dias, o que meu pai sofreu esses dias, porque, de um lado, era o Klinger cobrando o aditamento assinado; de outro, o Humberto dizendo que não iria assinar. Meu pai ligando para o Ronan, nesse momento, por várias vezes para ver se ele poderia falar para o Klinger ou com o Humberto. Alguém tinha que ajudar a gente a resolver esse problema. O Ronan várias vezes não atendia o meu pai. Até que chegou um sábado em que meu pai liga para mim chorando e falando: "Rosângela, o Ronan me ligou. Estou feliz. Pelo menos ele me deu um retorno. Ele vai tentar falar com o Klinger para resolver isso". Mas não resolveu.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi aí que o seu pai procurou o João Francisco. Foi nesse momento ou não?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Foi quase.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quase. Ainda não chegou.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não. Neste momento, com toda essa pressão, o Klinger nos chama para uma reunião em Santos. Ele falou: "Eu tenho um congresso em Santos, e vocês vão encontrar comigo em Santos". Fomos eu e meu pai. Quando chegamos em Santos...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele morava em Santo André?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Em Santo André.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O Klinger morava em Santo André?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Quando chegamos em Santos, esperamos terminar esse congresso. Ele nos chama em um bar do hotel mesmo e fala assim: "Cadê o Passarelli?" – o sócio do meu pai. Meu pai diz: "Não; ele não veio porque você pediu que queria falar só comigo e com a minha filha." Ele retruca: "Vocês estão achando que eu sou moleque? O que vocês estão pensando da vida? Vocês vão embora daqui porque não estou aqui para brincadeira". Isso foi em uma sexta-feira. "Quero vocês segunda-feira, logo no primeiro horário, lá no gabinete do Prefeito".

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esse Passarelli é da família?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não; é sócio do meu pai. É conhecido de anos e anos. Não é parente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora não disse que a empresa era familiar, que só tinha gente da família?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não; a família tem 50%, e o Passarelli que é sócio do meu pai há muito tempo. São 50% e 50%.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, 50% é da família.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso.

Subimos eu e o meu pai. Lembro que vim chorando de Santos a Santo André porque não entendia o porquê daquele tratamento. Mas tudo bem. O poder tudo pode, não é? Eles mandam; vamos obedecer.

Na segunda-feira, fomos encontrar com o Klinger no gabinete do Celso. Ele falou: "Olha, já estou sabendo do problema com o Humberto. O negócio é o seguinte: quero resolver isso logo. Vocês, então, já que ele quer 4,5 milhões..." Eu falei: "Nós não temos esse dinheiro. Estamos com obra, com tudo, com muito investimento". Ele disse: "Entregue a Nova Santo André para ele". A nossa parte de 33% nessa outra empresa, que era o consórcio. Eu disse: "Mas como vamos entregar 33% da nossa participação onde investimos também, colocamos dinheiro, tem avais do meu pai?" Ele disse: "Eu não quero saber. Você acerta com o Humberto, acerta com a Nova Santo André. Ele sai da empresa de vocês, e fica tudo resolvido". Nós não tivemos saída porque... Ele ainda falou: "Aí, ele assina o aditamento". Então, quando nós entregamos a nossa parte, ele saiu da Expresso Guarará, assinou o aditamento. Esse segundo aditamento ele assina.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era da aviação São José...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Da Expresso Guarará.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Da Expresso Guarará?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na empresa Nova Santo André.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso. Saímos então da Nova Santo André, e ele saiu da Guarará.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que era o consórcio.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Que era o consórcio.

Houve, como eles falaram, uma permuta. Entendo permuta quando se está em igualdade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto valia essa participação, Srª Rosângela, da Viação São José na Nova Santo André?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Em porcentagem, 33%.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim, isso a senhora disse. Eu pergunto em dinheiro. V. Sª tem idéia ou não?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não tenho porque realmente estávamos endividados pelo investimento. Claro; investimos muito. Como eu falei, próximo de 18 milhões. E a Nova Santo André também tinha dívidas, também tinha investimentos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a Projeção terminou não investindo nada na Expresso Guarará.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Nada. Muito pelo contrário, recebeu pela administração e ainda desviou material para obras da Prefeitura.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nesse momento, pensaram em denunciar essa situação ao Ministério Público ou não?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não. Meu pai, no desespero, procura o João Francisco.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Neste momento ele procurou o Sr. João Francisco.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Foi nesse momento; foi um pouquinho antes de entregarmos a Nova Santo André. Meu pai me procura num final de semana, desesperado, e fala: "Nós vamos perder a empresa, a Nova Santa André. Eu vou procurar o João Francisco". Fazia muito tempo que eles não se encontravam.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Permita-me perguntar. Eles dizem que o Sr. João Francisco era um lobista. Foi por isso que o procuraram?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eles, os três.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Os três.

Na realidade, eu gostaria de fazer apenas uma observação em relação à questão de o Sr. João Francisco ser acusado de lobista. Até o próprio Gilberto Carvalho, com a sua elegância, chamou o Sr. João Francisco de lobista. Mas, na realidade, se formos observar bem o que é lobista veremos que é uma expressão que surgiu nos Estados Unidos em referência a pessoas que abrem escritórios e se dedicam especificamente a resolver todas as causas que chegam às suas mãos em um determinado local. Por exemplo, há lobista no Congresso Nacional. Então, aquele sujeito resolve.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Isso lá é legal.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Isso lá é legal. Na realidade essa expressão surgiu disso: são profissionais que realizam determinadas tarefas junto a uma determinada instituição para resolver aqueles problemas. É muito diferente da atuação que teve o Sr. João Francisco nesse caso. Não foi uma atuação típica de lobista. Ele era irmão do Prefeito, foi procurado por uma empresa que se considerava prejudicada e levou o pleito daquela empresa ao irmão Prefeito. Não é um trabalho de *lobby* profissional e que ele fizesse isso para outras empresas e que se dedicasse a essa atividade. Aparentemente, ele fez isso por uma solicitação, porque achou que a empresa não estava conseguindo ser ouvida pelos canais legais. Acho que isso é muito diferente de uma atuação de *lobby*. Portanto, não acho justa essa expressão para com o Sr. João Francisco dentro daquilo que ele fez. Isso qualquer pessoa pode fazer em determinada situação.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª concorda com o Senador José Jorge?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu concordo, porque não tínhamos necessidade de *lobby.* Depois de algum tempo, procurei o Senador Eduardo Suplicy para me ajudar e, nem por isso, posso considerar que ele... Não tinha interferência da empresa, mas extorsão de tudo o que eu estava sofrendo. Isso o Celso tinha que saber. Meu pai procurou o João Francisco para contar das extorsões. Não era problema com a empresa, de linha, disso ou daquilo. Ele precisava falar. Procurou o João Francisco, foi atendido e ele falou: "Eu vou conversar com o meu irmão. Eu vou conversar com ele. Ele não sabe do que está acontecendo". Meu pai conversa, ele atende meu pai na casa dele, meu pai explica tudo e ele fala: "Vou procurar o Celso e, depois, Gabrilli, vou te dar um retorno disso".

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Isso se deu quanto tempo antes da morte do Prefeito?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso foi ainda em janeiro, fevereiro de 2001. Foi justamente quando havia a pressão para entregar a empresa senão o outro não assina o aditamento. Foi justamente nesse período de pressão. O João Francisco conversa com o Celso; este pede ao Klinger que vá à casa do João Francisco. O Klinger foi, ouviu e falou o seguinte: "João Francisco, pode ficar tranqüilo que eu vou conversar com o Celso e vou resolver tudo isso. Fique tranqüilo. O Gabrilli não vai ter problema". Nunca mais tivemos notícias porque foi justamente a resposta que o João Francisco deu: "Gabrilli, eu conversei. Ele vai ver o caso da Projeção e tudo o mais". Depois exatamente de uma semana, o Ronan liga para o meu pai e fala "Gabrilli, você está louco? Vocês fizeram a pior coisa do mundo. O Secretário está louco da vida com vocês".

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem disse isso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O Ronan para o meu pai. "Vocês entraram pela porta dos fundos indo procurar o Prefeito. O Secretário não quer mais vocês. Eles não quer nem ouvir falar mais de vocês. E, olha, isso aí vai demorar a consertar".

Nós nos fechamos depois disso. Nunca mais procuramos o João Francisco. Perdemos a empresa e nunca mais... Acabou. Vamos continuar a nossa vida. Perdemos uma empresa. Deixa o João Francisco porque o Klinger não pode ficar bravo com a gente. É muito medo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que ele era muito temido, não é?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Bastante. Muito. Era uma pessoa muito difícil; porém, muito inteligente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o João Francisco não a procurou mais não?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu só vim a conversar com o João Francisco... Justamente quando nós tivemos que sair correndo da Nova Santo André, o que se consumou em março de 2001, daí para frente meu pai começa a ter problemas de saúde. E, de repente, em julho, ele vai para o hospital fazer uma cirurgia na aorta e entra em coma; fica dois meses em coma. Nesse período que meu pai estava em coma, o João Francisco, sabendo dessa situação, ligou para mim para saber do meu pai. Eu falei: "a situação está difícil mesmo". Ele falou: "E aí, inaugurou o terminal?" Eu falei: "Não, o Klinger não inaugura. Está pronto desde janeiro. Os ônibus estão parados. E não inaugura porque ele não quer, mas porque ele quis recapear a avenida". Então, eu fiquei nove meses parada. Muito bem; então, eu falo: "Agora em setembro o Klinger resolveu inaugurar. Você pode vir à inauguração comigo? Eu gostaria muito". Disse isso porque o Celso não poderia estar; ele iria viajar, alguma coisa assim. Eu queria que eu tivesse um apoio do lado. E ele foi à inauguração.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem foi?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O João Francisco me acompanhou, juntamente com a Marguerita, a mulher dele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quem presidiu a inauguração foi o Sr. Klinger?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O Klinger. Estava o Professor Luizinho, estavam outros vereadores da cidade – todos eles estavam presentes. Depois da inauguração eu voltei a conversar com o João Francisco. É a única coisa que eu vou falar e da qual eu não tenho prova, infelizmente. Foi um encontro em que o Ronan liga para mim, depois de tudo que já tinha acontecido, nós estávamos já no extremo um com o outro, não tinha mais conversa, e ele liga para mim e diz: "Rosângela, eu preciso falar urgente com você". Foi por volta de dezembro de 2001. Ele liga para mim e diz: "Rosângela, eu preciso falar urgente com você; é caso das linhas, das empresas, da associação. Você, por favor, venha encontrar comigo aqui no restaurante Baby Beef, em Santo André". É um lugar que eles costumavam freqüentar. Eu chego lá e estão o Ronan e o Marcondes nas mesinhas da frente do restaurante. O restaurante logo atrás, todo de vidro. E, quando eu chego, ele me abraça, me beija e fala: "Que bom te ver; que bom que você está aqui!" Eu achei tudo muito estranho, porque nós já tínhamos perdido a empresa para ele, não tinha o porquê de ele fazer toda esta cena. "Eu precisava falar com você". Eu falei: "Pois não, estou aqui". Mas me assustei muito com o procedimento dele comigo, aquele carinho todo. Neste momento, toca o celular dele e era o Klinger. E ele fala assim: "Não; não, Secretário, ela já está aqui comigo. Mas está tudo certo. Aqui atrás pode ficar tranqüilo que o..." Eu não me lembro exatamente a palavra, se foi "palhaço" ou "paspalho". Ele fala: "Fica tranqüilo que o palhaço [ou o paspalho] está aqui atrás. Mas a comandante está junto. Depois nós conversamos". E desligou o telefone. Eu não quis olhar para trás para ver quem estava, porque ia ficar muito indelicado, de repente, eu virar para ver quem estava atrás de mim. Aí ele desliga o telefone e fala: "Você viu quem está aí atrás?" Era o Celso com a Ivone. E eu fiquei muito chocada. Aí eu entendi o porquê. Ao mesmo tempo em que o João Francisco leva notícias para o Celso dizendo: "Olha, a família, a Rosângela, o Gabrilli estão nessa situação assim, assim". De repente, eu me vejo diante do Celso – e eu não sabia que ele estava ali –, com todo este carinho, esta atenção do Ronan, e ainda assim se referindo ao Celso como "o palhaço [ou o paspalho] está aqui atrás, mas a comandante está junto", que era a Ivone. Eu comento isso no dia seguinte com o João Francisco, o que o deixa bastante aborrecido. Ele falou: "Eu vou conversar com o Celso, porque não é possível uma situação dessas". Eu falei: "É; aconteceu isso sim".

Depois, eu só vim ter contato novamente com o João Francisco – e isso foi em dezembro de 2001 – no dia 14 de janeiro, quando Klinger me chama novamente na Secretaria dele e me pergunta se eu ia ter bala para terminar o contrato, para cumprir os itens do contrato. Eu falei: "Olha, o que eu mais quero é cumprir, só que você me prejudicou demais; você me deixou parada nove meses, me causou um prejuízo enorme, fora o que eu deixei de ganhar com os ônibus transportando, fazendo a função deles. Você me quebrou. Agora preciso de um tempo para poder me recuperar, para poder cumprir o resto do contrato".

Ele falou: "Estou te chamando para você resolver. Se você não me der a sua palavra de que você vai cumprir o contrato, eu vou ter que botar outra pessoa aí. Eu quero saber se você tem bala". Eu falei: "Se você me devolver o tempo que você me deixou parada, vamos cumprir o contrato, sim, porque já investimos..." Nessa etapa, nós já tínhamos investido mais de 11 milhões – recursos nossos, garantias nossas. Eu não tive nada de ninguém e ainda corria o risco de perder tudo isso. Ele falou: "Bom; não vamos mais conversar, ou você cumpre, ou desta vez não vai adiantar você reclamar nem com o Celso nem com o irmão de Celso, nem com o Bispo, nem com o Papa". Eu disse: "Sim,

senhor". Fui embora. Isso foi no dia 14 de janeiro de 2002, pouco antes de o Celso Morrer.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora acha que o João Francisco não teve êxito, porque a informação que se tem aqui, da parte do Klinger e do Ronan, é que, na verdade, o João Francisco era afastado, havia um afastamento entre ele e o irmão. Procede isso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não; de forma alguma. Eles viajavam juntos. A Ivone, o João Francisco, todo mundo junto. Não tinha... Houve aniversários que sei da mãe do Celso em que eles estavam juntos. Isso nunca aconteceu, pelo menos deste período que o meu pai voltou a se aproximar do João Francisco. Nunca houve isso. Eles não têm o direito de falar que eles não tinham amizade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, já vou terminar.

Quero perguntar ainda o seguinte: após a morte de Celso Daniel, como ficou a situação da empresa da senhora?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Aí começaram os problemas. Se já acontecia tudo isso, as coisas pioraram, porque, no dia 24 de janeiro, eu fui, por medo e por tudo que vi meu pai passando, por tudo que meu pai tinha feito para Santo André... Eu realmente tive medo dessa gente toda. Eu nem sabia para que servia o Ministério Público. Quando falaram que o Ministério Público está investigando, está no caso, o Ministério Público serve para isso e isso. E, realmente, fui e pude falar tudo como estou falando hoje. Só que lá eu levei quase nove horas para explicar tudo. Tenho a impressão de que logo depois que eles ficaram sabendo que eu havia ido ao Ministério Público as coisas pioraram. Além do medo que eu estava sentindo, piorou... Porque eu tentei... Como o Klinger tinha me falado: "Você tem bala para terminar o contrato? Olha, mais 12 ônibus novos você tem que pôr em abril". Eu falei que eu não tinha condição de pôr, que eu precisava de tempo, por todo o prejuízo que ele tinha me causado. Mesmo assim, em agosto, eu começo a comprar esses 12 ônibus novos. Eles chegaram no final de outubro na empresa, ônibus bonitos, e começo a pedir para a prefeitura ir lá para fazer vistoria para poder colocar os ônibus na rua. E eles não vão. Esses outros ônibus, não aqueles que falei primeiro, ficaram mais três meses parados no pátio. E, detalhe, não era a mais, não estavam faltando ônibus para os usuários, era substituição. Ficaram mais três meses parados no pátio porque eles não concordavam, o ônibus tinha que ter 65 centímetros de largura no corredor. E tinha. Só não tinha perto das portas, porque tem o braço de segurança perto das portas, o que diminuía para 64 centímetros. Tinha diferença de um centímetro, mas se justificava por causa do braço de proteção das portas. Por isso eles não aprovaram os ônibus.

E entramos com mandado de segurança em janeiro. Conseguimos colocar os ônibus na rua. E foi uma festa para nós podermos levar mais 12 ônibus novos para o nosso lado, onde trabalhávamos. A primeira foi em maio de 2002, que foi uma comissão especial de fiscalização que entrou lá na empresa também. Isso foi dos ônibus. A principal retaliação que a empresa sofreu foi um decreto – o Klinger lá com o prefeito – de uma comissão especial de fiscalização, já que eu não conseguia cumprir o contrato dos ônibus. Ele monta uma comissão especial de fiscalização para apurar as inadimplências do contrato. Esta comissão entra na empresa, com trinta pessoas, começam a vasculhar, saíram até da sala que arrumei para eles, começando a abrir armários da contabilidade, arrancando documentos, indo para dentro da oficina para mexer, para desestabilizar tudo. Foi muito difícil toda essa invasão que houve na empresa com essas pessoas estranhas começando a levantar dados, querendo cópias. Chegaram a me pedir 22 mil cópias de microfilmagens de cheques para eu entregar em 24 horas. Quer dizer, foram coisas que aconteceram que foi muito difícil. Neste momento, sim, procuramos o advogado da empresa que entrou com o mandado de segurança e tivemos êxito neste mandado de segurança.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srª Rosângela, agradeço a participação da senhora.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi, e concedo a palavra ao Senador José Jorge. V. Exª dispõe de 10 minutos, com a tolerância costumeira desta Presidência.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado. Em primeiro lugar eu gostaria de prestar a nossa solidariedade a Srª Rosângela Gabrilli e a sua família, exatamente por toda esta pressão que eles sofreram.

Na verdade, pela forma que coloca e por uma série de comprovações, ela se mostra bastante verdadeira, mesmo porque havia uma grande integração entre esses três – o Sérgio, o sombra; o Klinger e o Ronan – que representavam interesses diferentes: um representava a prefeitura e o outro a maior empresa de ônibus da cidade. Portanto, tem bastante credibilidade a história de que se pressiona a outra empresa. Se sou "sócio" do secretário principal, ou amigo, ou operador de um esquema, evidentemente que vou pressionar a outra empresa para poder ficar sozinho, vamos dizer assim. Então, em primeiro lugar, quero dar a minha solidariedade e dizer que nós, da CPI, estamos mui-

to orgulhosos em ter vocês aqui hoje, para que vocês possam contar esta história para o Brasil inteiro.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que, para mim, nesta questão de Santo André – eu já tenho mais de 20 horas de depoimento, já estou virando um especialista, Senador ACM, como V. Exª –, acho que há três aspectos importantes. O primeiro deles é o crime em si. O crime, como a que tudo conduz aqui, foi um crime de mando, com a participação inclusive do Sr. Sérgio, o sombra, que estava na hora. Já há uma série de depoimentos nesta linha, e a polícia insiste que foi um crime comum. Aliás, como o próprio Klinger disse aqui, 90% das pessoas acreditam que foi crime de mando. E ele tem razão. Todo mundo acredita, menos eles. Mas, na realidade, 90% das pessoas acreditam.

Em segundo lugar, a questão da propina em si, quer dizer, do esquema montado para arrecadar recursos para as campanhas eleitorais do PT e daqueles que se beneficiaram indiretamente. Em terceiro lugar, é a chamada operação abafa. Feito o crime, o Presidente Lula foi lá, disse que aquilo não poderia ser um crime comum, que naquilo só poderia ter gente importante envolvida. O Presidente Lula, com a sua sensibilidade, viu. De vez em quando a gente bota defeito nele aqui, mas este defeito a gente não pode botar, ele tem sensibilidade com as coisas. E ele, antes de ver nada, já disse que não era um crime comum, antes de nós.

Então, há esses três aspectos da questão, em cada um deles eu acho que V. Sª pode nos ajudar. Em relação à questão da propina, acho que não vou nem perguntar mais. Acho que já está muito esclarecido. Estou com os números aqui, tudo muito organizado. Tratava-se de uma propina organizada, mensal, cobrada em dinheiro, da qual, por muita sorte, deixaram algumas pistas, porque foi feita para que não se deixassem pistas, embora oficializada e combinada com o secretário e tudo. Mas deixaram algumas pistas exatamente por causa daqueles meses em que o dinheiro foi depositado na conta do Sérgio, o sombra, e também porque, como V. Sª disse, não sei se confirma, tem o registro da entrada das pessoas que iam receber na empresa.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Sim. Tenho tudo aqui. De tudo que falei eu trouxe provas.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, sobre essa questão, as provas que a senhora tem são: primeiro, a questão das entradas das pessoas que iam receber e, segundo, os depósitos que foram feitos durante três meses na conta do sombra. Se não me engano, tem um outro empresário que, também em depoimento ao Ministério Público, confirmou. Quais são as provas? São essas ou há mais alguma?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – São essas as provas. Inclusive o que acho muito interessante é que, quando fui ao Ministério Público, a primeira vez que denunciei tudo, eu levei relatórios, relatório de portaria, levei tudo. Mas, depois de um ano, é que fui mexer na sala do meu pai e encontrei os depósitos. E levei correndo. Ali justamente até mostra exatamente o valor dos depósitos com o que estava nos relatórios gerenciais desta empresa.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E as entradas das pessoas?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Tem as entradas.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Isso, para mim, já é prova suficiente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª me permite?

A Srª Rosângela Gabrilli informa que tem provas das entradas. Então, complementado a sua pergunta, através de que meios, de que forma?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – São registros das entradas das pessoas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas de que meios e de que formas? Agradeceria até, para a precisão, quando V. Sª disser: "este documento aqui é prova", que sempre diga o nome do documento, porque senão, depois na hora de analisar as suas declarações, ficará difícil saber qual é o documento a que a senhora se referiu.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Certo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Perdão, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu posso responder?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pode, pode.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu tenho aqui, nesta pasta aqui – procurei organizar tudo e deixar todas as pastas – documentos todos em ordem, para serem...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A senhora, na realidade, tem um registro de entrada das pessoas na empresa.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu tenho... Olha, eu tenho várias situações aqui.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Qual é o nome da pasta?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É a pasta 6, é a pasta preta, é do caixinha. Então, eu tenho os relatórios gerenciais, onde são mostradas as despesas ADM, que mostram aqui as despesas não operacionais, onde consta, mês a mês, o dinheiro da extorsão.

Ah, quando for analisado, até eu ouvi o Ronan falando: "Não, mas ela fala que é parcela da concessão onerosa da Nova Santo André". Também consta que a parcela...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É outra coisa.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Que é outra coisa e consta também, quando for analisado, despesas de fiscalização. Essa despesa de fiscalização, nós, enquanto fomos sócios da Nova Santo André, compramos, porque o Klinger pediu, quatro carros Santana. E esses quatro carros nós compramos, a empresa comprou esses quatro carros, e o Klinger colocou...

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILL**I – Carro comum, quatro carros Santana, dois brancos, um vinho e um azul marinho. E ele colocou quatro funcionários ou amigos dele, que eram uns rapazes fortes, que nós chamávamos até de **pit bull**, porque eles eram fortes, tatuados, para dirigir esses carros, na época em que os perueiros tentaram entrar em Santo André.

Então, a empresa comprou esses carros Santana, os quatro carros, com essas pessoas que o Klinger contratou para trabalhar. E esse pagamento, então, aparece aqui da fiscalização.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sei.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Também que nós pagávamos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, uma outra questão.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ah, tem mais então. Tem o relatório, tem o relatório que o próprio Irineu faz do caixinha, mês a mês, do que era só da Nova Santo André. Inclusive tem vistos, tem assinaturas, que constam aqui.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, uma pergunta assim bem simples: a da Nova Santo André, a parte de cada uma das empresas, era paga lá na Nova Santo André ou era cada empresa que juntava a sua parte?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Cada empresa pegava a sua parte e mandava para a Nova Santo André.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E eles lá que entregavam?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso. Até...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E você entregava só da sua empresa mesmo?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu entregava da...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, na realidade eram duas parcelas.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Uma entregava direto à...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Para a Nova Santo André, para compor o caixinha dela e mais a nossa parte.

***(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)***

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Até uma das vezes, eu tomei uma bronca quando o Marcondes foi buscar, porque ele falou assim: "Olha, você está dando muito dinheiro trocado. Você não pode. Tem que ser nota graúda. Você está dando nota de R$ 10,00, de R$ 5,00, para juntar R$ 41.800,00."

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Deve ter sido o Gilberto Carvalho que reclamou, porque, quando ia levar para Zé Dirceu, estava um pacote grande.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não sei se ele reclamou, mas o doleiro – eu vi –, quando veio depor aqui e falou do caixinha lá de Santo André, cita que estavam mandando muito dinheiro trocado. Fui eu.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Exatamente. Então V. Sª já estava, na época, atrapalhando o esquema.

Segunda questão, em relação à morte em si. Praticamente, poucos dias depois da morte de Celso Daniel, que foi uma morte que ainda não estava investigada naquele momento, V. Sª já se dirigiu ao Ministério Público.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Foi.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, significa que ficou com medo, ficou com medo de aquele esquema perder o controle. Na época, já havia desconfiança de que esse crime de Celso Daniel tinha sido um crime de mando, não tinha sido um crime comum. Essa era a opinião que existia na cidade. Foi por aí que V. Sª resolveu denunciar no Ministério Público?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Na verdade, como eu falei, eu, por tudo que eu vivi, passei e vi como essas pessoas eram de pressionar, porque, na verdade, o que eles fizeram com meu pai foi uma tortura, até meu pai ficar doente. E, de repente, eu vejo o Celso sendo levado, como foi na sexta-feira; de repente, no sábado encontram o corpo dele, ele estava com Celso. Quer dizer, o que eu estou falando não sou eu só que senti. A cidade inteira sentiu o clima de tudo, tudo muito estranho. De repente deixam o Sérgio, levam o Celso. Isso é o pensamento até hoje de Santo André.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É, agora...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Então, eu estava com medo, sim. Eu precisava falar, eu precisava falar o que acontecia em Santo André.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora me diga uma coisa: hoje nós já temos uma série de infor-

mações, inclusive alguns depoimentos das pessoas que viram a hora do crime, V. Sª teria alguma coisa a acrescentar em relação à questão do crime em si? Alguma informação, mesmo que não tenha prova, para que pudéssemos investigar para cada vez comprovar mais que esse foi um crime de mando, feito por esse esquema, além daquela questão em que o Ronan se referiu ao Celso Daniel e a própria esposa dele, a Ivone? Tem mais alguma coisa que V. Sª pudesse nos fornecer?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, não tem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sobre essa questão?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Com relação ao assassinato, não tenho. A única coisa que é que, como eu falei, fui denunciar ao Ministério Público por medo, por tudo que eu havia passado, pela tortura até que meu pai sofreu. Então, eu precisava passar isso para alguém. Mas, com relação a isso, eu não tenho...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, a decisão foi por conta do assassinado do Prefeito? Antes V. Sª não foi, porque, de certa maneira, não achava que eles chegariam a tanto, vamos dizer assim?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, mas eu não podia, porque, qualquer coisa que eu falasse... se todas as atitudes eles tomaram contra a empresa, imagina se eu vou...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não, nós compreendemos a posição.

Agora, uma outra questão: quando esse homem Marcondes, que foi o que avisou, logo depois da morte do Prefeito, a V. Sª que não precisava mais pagar a tal caixinha, ele falou com a senhora pessoalmente ou ele falou por telefone? Ele foi lá?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, foi pessoalmente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Foi pessoalmente só para dizer isso.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Só para dizer isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Para dizer que não precisava mais cobrar, mas o Klinger ainda continuava secretário?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ah, sim, continuava.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele continuou secretário e, agora, sem cobrar mais dessa caixinha, mesmo porque... Foi antes ou depois da denúncia que a senhora fez no Ministério Público?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não entendi. Foi antes ou depois?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A senhora não denunciou no Ministério Público?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Sim, dia 24 de janeiro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E que dia o Marcondes foi? Foi antes ou depois de 24 de janeiro?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Foi depois do dia 24. Dia 30, ele teria que passar para pegar o dinheiro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sei.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Depois, foi depois do dia 24, na semana seguinte, porque estava próximo do dia 30...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Entre 24 e 30.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – E ele foi, ele foi lá dar esta notícia: "esquece o dia 30, porque eu não tenho nem para quem passar o dinheiro."

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E como é que ele falou? Quais foram as frases dele? Ele disse mais algum detalhe?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, até ele mais gesticulou do que falou. O que ele fez: "Oh (provavelmente faz algum gesto), esquece dia 30. Esquece porque agora eu não tenho nem para quem passar."

E eu esqueci.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É estranho. Portanto...

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Como?

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, para mim nunca mais, agora eu não sei se o esquema lá, depois, continuou ou voltou. Eu não sei. Eu fui, não é? Colocada de lado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Portanto, Sr. Presidente, porque já encerrou o meu tempo, gostaria de agradecer à Srª Rosângela; dizer que, na realidade, esse é um depoimento muito importante, que mostra que, na verdade, houve uma CPI na Câmara de Vereadores.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Houve.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Cujos depoimentos foram secretos e que, depois, não se divulgaram os resultados. Portanto, é, talvez a primeira vez que estamos apresentando isso em nível nacional.

Temos tido uma cobertura da mídia, algumas emissoras de televisão, a Record, a Bandeirantes, a Globo, quer dizer, todas as emissoras têm dado destaque a esse caso, os jornais, principalmente **Folha**

**de S.Paulo**, **O Estado de S. Paulo.** Os jornais de São Paulo têm dado destaque, mas, pela primeira vez, estamos vendo um depoimento integral que realmente é muito esclarecedor.

Gostaria de agradecer a presença de vocês, dizendo que fiquem tranqüilos porque nós aqui – acho que todos os Partidos, não só os de Oposição, mas todos os Partidos – estamos vendo o esforço que o Senador Suplicy tem feito para esclarecer esse caso. Todos nós sabemos que esse é um caso emblemático e que temos que chegar ao fundo dessas investigações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Jorge, e concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, se outros Senadores quiserem perguntar antes, fico para o final.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª fica para o final. Não há problema. Ficaremos felizes em ficar aqui com V. Exª.

Senador Alvaro Dias, V. Exª tem a palavra.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, o Senador José Jorge disse muito bem: é muito bom ouvir um depoimento sincero, porque o espetáculo do cinismo tem prevalecido nas várias CPMIs ou CPIs no Congresso, com a mistificação presente em quase todas as presenças aqui, com raríssimas exceções – e a Srª Rosângela é uma exceção que louvamos, porque o seu depoimento, inicialmente no Ministério Público, foi fundamental e, certamente, será um depoimento muito importante para que esta CPI possa concluir, oferecendo um relatório final que possa significar uma contribuição ao Ministério Público para a necessária responsabilização civil e criminal nesses crimes que estamos investigando.

Algumas questões já foram esclarecidas sobre o esquema montado para a arrecadação em Santo André a partir da Prefeitura, envolvendo as empresas de ônibus.

Fiquei aqui a imaginar: a Prefeitura, no momento em que concedia aumento de tarifa, embutia, no valor dessas tarifas, o valor da propina cobrado das empresas?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, nem teria como. Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Como teria. Pode ser que não.... Mas é evidente que teria como.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Teria. Poder tudo pode.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Exatamente.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Tudo pode, mas não. Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Então, a senhora está afirmando que realmente saía do eventual lucro das empresas.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Da receita.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não era o usuário do transporte coletivo em Santo André que estava pagando essa propina?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, não. Não. Não. Creio que não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Creio que é uma indagação importante, porque, realmente, é evidente...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Só faltava também.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É evidente que acaba sempre recaindo sobre os ombros...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O usuário.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ...da população, do usuário, não há nenhuma dúvida.

É verdade que a senhora encontrou, no fundo de uma gaveta, lá no Expresso Guarará, um fax que informava qual seria o valor do caixinha do mês? Parece-me R$ 100 mil.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E que parte caberia a cada uma das setes empresas?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Exato.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E que constava o número da caixa bancária do Sérgio Gomes.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A senhora já afirmou que, em algumas ocasiões, os depósitos eram efetuados na conta do Sérgio Gomes e, nas outras vezes, eram transportados em dinheiro, em envelopes.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Só por esses três meses, que eu achei esses depósitos, que foram direto para a conta do Sérgio, porque sempre foi em dinheiro. A única explicação até que eu tive de um outro empresário é que o que ele poderia, o que ele lembrava, do dia 30/12 foi pedido um depósito porque era *réveillon*, final de ano, e quem sempre foi buscar não poderia ir buscar porque estava viajando. Então foi a explicação para esse do dia 30/12, porque era *réveillon*, não teria ninguém para ir buscar.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Bem, já está mais do que explícito que três pessoas organizavam esse esquema.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Sim.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Ou operacionalizavam: o Sombra, o Klinger e o Ronan.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É, cada um com o seu papel definido dentro do esquema.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Exatamente. Agora, a senhora tem condições de nos ajudar, informando, além desses, mais acima, no degrau acima, estava o Gilberto Carvalho, que transportava os valores até o José Dirceu. A senhora também tem essa informação?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, porque sempre, para nós, ficou sempre assim: era em nome do Partido e era para o Partido. O único ligado ao Partido, portanto, ao Partido como pela Prefeitura, era o Klinger. O Ronan era o intermediário, o interlocutor, que forçava todo o esquema; e o Sérgio, o caixa.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O Klinger nunca informou para onde ia o dinheiro? Era para o PT, mas ele não dizia para onde?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Era para o PT. Então, para nós, o nosso ponto final...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Ele não dizia se era o PT de Santo André, de São Paulo ou nacional?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não. O ponto final para nós era o Sérgio, e nós nunca soubemos para onde iria. Porém, quando houve essa briga entre o meu pai e o Ronan, por causa dessa saída de empresa, troca de empresa, aquela confusão toda, por uma vez, o sócio do meu pai, o Sr. Sebastião Passarelli, foi levar o dinheiro pessoalmente ao Ronan, para entregar na mão do Sérgio. Então, foi uma vez em que o Passarelli chegou com o dinheiro lá no escritório do Ronan, já um encontro marcado, para entregar diretamente na mão do Sérgio. O Sérgio entra nessa reunião muito sério, frio, sem muita conversa e fala: "Você veio trazer o dinheiro? O dinheiro você entrega na mão do Ronan, porque ele sabe o que fazer com o dinheiro." "Essa empresa [falou na frente do Passarelli] não é confiável para o esquema."

E o Passarelli entrega o dinheiro na mão do Ronan; o Sérgio, do mesmo jeito que entrou, frio, seco e sem muita conversa, saiu; o Ronan fala para o sócio do meu pai, para o Passarelli: "Esse dinheiro não fica aqui, esse dinheiro vai para São Paulo." Foi a única vez que eu tive notícia, além disso.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Só repita, por favor: quem é que disse que o dinheiro ia para São Paulo?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O Ronan.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O Ronan.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O Ronan, então, também tinha conhecimento de que esse dinheiro era levado até São Paulo.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Foi a única vez que soube para onde iria depois do Sérgio, para São Paulo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E, segundo os irmãos do Celso Daniel, iam até São Paulo, realmente, no Corsa preto do Gilberto Carvalho até o José Dirceu.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Que era o Presidente José Dirceu.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É o que eu li.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Em determinado momento – é o que os irmãos afirmaram –, o Celso Daniel percebeu que o dinheiro desse esquema não estava sendo destinado apenas ao PT, mas que já havia algum desvio, que algumas pessoas já estavam aproveitando-se desse esquema. E, se ele admitia isso anteriormente, sob o lema de que os fins justificam os meios, já que o PT tinha um projeto de poder de longo prazo, ele passou a reagir e demonstrou o desejo de acabar com esse esquema e estava preparando um dossiê. Enfim, a senhora conhece bem a história.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Hum-hum...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu queria só que a senhora confirmasse essa história e se chegou ao seu conhecimento, à época, antes que ocorresse o crime, se já estava ocorrendo desvios de finalidade, ou seja, o dinheiro não estava sendo apenas destinado ao caixa do PT.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Por um momento, eu cheguei a comentar com o João Francisco a respeito do valor que a empresa era extorquida. Ele falou: "Mas quanto? Quarenta e um mil e oitocentos?" Eu falei: "É". Eu não sei se isso... Provavelmente, ele deve ter levado ao conhecimento do Celso, não sei... Se, nesse momento, o valor foi checado. A única coisa que eu tenho certeza é que essas pessoas ou por benefício ou por ajuda da Prefeitura tinham vários contratos, vários aditamentos. Quer dizer, para eles tudo podia.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É... Ao que se sabe é... A revelação que Celso Daniel fez a João Francisco foi em uma viagem à Itália...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso... Pouco antes, né? Dele... Acho que dois meses antes... De ele morrer...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É... E o Senador Suplicy está indagando quando foi o seu diálogo sobre isso com o João Francisco.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Com o João Francisco? Foi justamente perto do Natal, quando o Ronan me chama naquele restaurante e tal. Nessa conversa até... Porque, ainda, foi uma brincadeira até que o João Francisco fez comigo, ele falou: "Poxa, mas o Klinger não te deixa em paz, não é? Será que ele quer dinheiro?" Eu falei: "Poxa, mas mais do que ele leva para o Partido?" "Quanto é? Quarenta e um mil e oitocentos por mês, não é?"

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A propósito de desvios, em uma das conversas telefônicas que nós chegamos a mostrar aqui para o Klinger, ele conversa com o Secretário de Saúde, que parece é o ex-marido da viúva...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Da Ivone.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Da Ivone.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso... Mindres...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Exato. E combina a entrega de valores, também em envelope, por intermédio de um tal Fernando. Nós supomos que esses valores sejam oriundos desse caixa, arrecadados junto às empresas. A senhora tem noção disso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – A única coisa que eu sei é que o Fernando, ele era o braço direito/esquerdo do Klinger, assim... O que fazia vários serviços para ele, assim... Nessa parte de... de servir, de ser um secretário ou alguma coisa assim...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O Fernando?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O Fernando, é...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Ele, em algum momento, ele foi utilizado também para buscar esses valores junto às empresas?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não. Valores, não. Mas ele foi... Nós tivemos de comprar uma rifa para suprir caixa de campanha do Klinger – do Esporte Clube Santo André –, e meu pai deu um cheque para pagar essa rifa. E o Fernando é que foi descontar diretamente no caixa do banco, nosso, lá do nosso cheque. Claro que o banco ligou e falou assim: "Olha, tem um cidadão Fernando que quer descontar um cheque" (que era R$7 mil, alguma coisa assim). Ele falou: "Nós não temos o dinheiro aqui". Depois, nós tivemos que trocar o cheque por dinheiro e tudo o mais. Foi assim... Só essa vez assim que eu tive um contato meio próximo assim... só por meio do banco, com o Fernando.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Bem... Nós constatamos, principalmente mediante conversas gravadas, que houve um esforço, já que o cenário era de campanha eleitoral – logo após o crime –, havia uma candidatura à Presidência da República, importante para o Partido. E, diante do receio de que a conclusão fosse crime político, armou-se, então, a construção da versão de crime comum. E os principais agentes dessa armação: Gilberto Carvalho, José Dirceu, o Deputado Greenhalgh, pelo que nós pudemos perceber em função das gravações.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Hum-hum...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E eu indago: a senhora foi procurada nesse momento, principalmente quando se soube da denúncia ao Ministério Público? A senhora foi procurada por alguém com esse objetivo de mudar a versão? Pessoas a procuraram para orientar sobre a versão que seria...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não. Não...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A senhora não foi procurada...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não. Assim... Até... Bem depois da morte do Celso, fora... Nós que procuramos... Nunca fomos procurados por ninguém... Mas nós procuramos levar ao conhecimento, eu com o Senador Suplicy, do que havia acontecido em Santo André. Em 2003, a minha irmã, a Mara, foi procurar o Presidente Lula, conversou com ele, na casa dele, lá em São Bernardo, para falar das coisas que ainda aconteciam em Santo André, depois da morte do Celso. Mas, assim, nunca ninguém chegou mais perto de nós, assim...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Essa conversa com o Presidente Lula foi em que sentido: manifestar preocupação com a própria vida, diante do que estava ocorrendo, ou foi para buscar a colaboração do Presidente para que se esclarecesse esse crime?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não. Ela foi, na verdade, para falar para ele: "Olha, ainda está acontecendo um monte de coisas em Santo André. O Celso morreu! Essas pessoas continuam em Santo André... A minha família... Empresa... Quer dizer, ninguém pode fazer, hoje, nada contra a vida da minha irmã, do meu pai, mas a empresa está sendo massacrada por tudo isso. Eles próprios não estão... até deixando a empresa, cumpriram o contrato, segurando ônibus, essas coisas...". E ainda ela fala assim: "A Santo André está precisando de uma intervenção na Prefeitura". E ele fala: "Não. Eu vou averiguar tudo isso". Atendeu a minha irmã muito bem e falou que ia ver o que acontecia e ia ficar mais a par disso tudo, depois da morte do Celso.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Depois da morte do Celso, o Klinger continuou a ter muita força?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Até sair a denúncia do Ministério Público, que foi em junho de 2002. Depois, eu sei que ele foi afastado ou pediu para se afastar do cargo. Mas, assim, a presença dele sempre foi muito forte, mesmo não estando com a caneta. Mas eu acho que ele deixou a caneta dele com alguém lá.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E, sobretudo, nessa orientação de versão, a senhora sente a presença dele? A versão do crime comum, que ele sustenta também... Essa proteção ao "Sombra", o principal suspeito é tão protegido por essas lideranças exponenciais do PT por quê?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ah... É uma pergunta difícil, mas eu digo, assim... Essas pessoas são muito unidas, sempre trabalharam em conjunto. O Klinger é uma pessoa extremamente inteligente. O Ronan sempre teve grandes benefícios por todo o serviço prestado. O Sérgio... Não sei... As coisas aí são um pouco difíceis...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas a senhora tem convicção de que esse crime foi encomendado.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ah, sim...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não tem dúvida disso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não. Não só eu como Santo André inteiro.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Drª Rosângela...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Pois não.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu confesso que vim para fazer uma série de perguntas a V. Sª, entretanto, raramente, eu vejo um depoimento tão completo e tão retilíneo como o seu. Desejo felicitá-la por isso. Entretanto, eu pergunto, baseado em outras coisas, já agora antecipando: quando a senhora conversou com o Presidente Lula, o que ele lhe disse de resposta da sua perseguição, do seu sofrimento?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É... Não foi para mim, foi a minha irmã que foi a casa dele.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – A sua irmã...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É. A irmã que é tetraplégica. Ela foi lá. Foi atendida...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Que é petista também... Era petista, pelo menos...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Quem? Minha irmã?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não?...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não. A minha irmã, não. No final do ano, ela se filiou ao PT.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Por que ela teve esse acesso ao Presidente Lula?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ela foi lá! Ele estava em São Bernardo, ela pegou o motorista e a cadeira de roda dela e se plantou ali na frente do edifício, que já estava cheio de jornalistas e tudo o mais, e ela falou: "Só saio daqui quando eu falar com ele". Eu acho que, pela situação física dela, ela foi prontamente atendida.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Certo. Mas a resposta dele foi satisfatória?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ele falou que iria averiguar, né? Mas conversou, ouviu...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas até hoje não houve nenhuma providência...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É... Nós não tivemos nada. Nenhuma resposta, nada... Mas nós vamos continuar aguardando...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – É. Tem de perseverar. A senhora teve conhecimento de alguma discussão áspera – quase agressão –, pouco antes dessa reunião entre o Prefeito Celso Daniel e Klinger de Souza?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É... Isso lá na... Parece-me que foi lá na Prefeitura. Mas eu tive informações de pessoas. Eu não teria nem como provar, mas... informações de pessoas...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas o fato foi veiculado lá?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Parece que ocorreu, sim. E eu não tenho como provar isso. Mas houve...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Após o seqüestro de Celso Daniel, o Dr. João Francisco fez algum desabafo com a senhora sobre o caso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não. Assim... Desabafo não, porque aquele momento foi muito difícil, sabe! Pra ele, foi um desastre tudo o que aconteceu. A única coisa foi uma conversa telefônica, no domingo

de manhã, quando acham o corpo do Celso, que ele me liga para avisar: "Olha, acharam o corpo do Celso". Quando ele fala: "Mataram o meu irmão".

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – A senhora, além de simpática, é inteligente. Então, poderia me responder... Se V. Sª acha que foi a corrupção, o esquema de corrupção que foi a causa da morte de Celso Daniel, porque havia uma luta entre os companheiros dele para ver quem roubava mais?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu tenho quase certeza de que foi o esquema de corrupção, sim. Eu acho que o Celso não tinha o conhecimento de todo, todo o esquema que existia na cidade. De todo! Não só do dinheiro, mas de favorecimento para esses empresários ou do enriquecimento deles... Como, de repente... E veja. E nós não temos...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – É. O caso do "Sombra" é típico, não é?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Pois é. Nós, nós vimos o crescimento dele... Mas nós não temos nenhum problema quanto às pessoas que crescem, que trabalham e crescem. Nós não temos nenhum preconceito com isso...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não há problema com o trabalho. Mas não com o dinheiro público.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Como?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não com o dinheiro público.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, né?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Aí, a senhora teria problema.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ah, sim. Então, aí, então... (risos). As pessoas que trabalham e crescem, que maravilha!

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Há uma falha, que a senhora já justificou... No meu temperamento, eu compreendo pouco, não acho certo. Mas no temperamento de uma cidade do interior, como Santo André, e a sua figura, mesmo feminina – principalmente feminina – é que V. Sª, ou alguém da sua família, deveria ter feito as denúncias em relação a isso. V. Sª não o fez, e já declarou indiretamente isso, por temer maiores represálias ainda desse grupo.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Exato. Ainda...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Desse grupo criminoso de Santo André...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Hum-hum... É verdade.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Porque o normal seria, em um País democrático e em uma Prefeitura dita democrática, do PT, que isso acontecesse.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Hum-hum...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas V. Sª se sentiu sem forças para fazer uma apelação ou uma ação judicial...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É! Medo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Medo.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Medo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu queria louvar aqui o Senador Suplicy, que, não só nesse caso, como em muitos outros, sempre demonstra muito espírito público no apoio que tem procurado dar a senhora. Isso eu quero louvar, porque é importante. É um companheiro nosso. E não é a primeira vez que ele faz isso. Mas, no seu caso, tem um valor especial.

V. Sª declarou também que não existe mais a corrupção que existia antes, em Santo André, no recolhimento de dinheiro... Eu entendi bem isso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – A mim, nunca mais procuraram. Claro! Imagine...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas porque a senhora é adversária...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Exato.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agora, a senhora acha que os seus adversários gratuitos, aliás, porque a senhora trabalha, o seu pai trabalhou, trabalha, não querem que a senhora trabalhe.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Hum-hum.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Querem impedir... E a senhora foi até as lágrimas, comovendo a todos nós, quando contou que comprou, com muito esforço, os ônibus, e eles não puderam sequer circular.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Exato.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não é verdade?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Hum-hum...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Esse clima ainda existe lá?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Olha, Senador, é o seguinte: por exemplo, eu não fui mais procurada, claro, desde a denúncia, para contribuir com mais nada. Mas, por exemplo, acontecem situações que me chocam muito. Quer dizer, eu acho que ainda eles não querem que eu cumpra o contrato. Porque, no ano passado, em uma reunião com todos os empresários de Santo André, porque nós temos de nos sentar, às vezes,

com essas pessoas, eu citei uma taxa de gerenciamento que... do gerenciamento de transporte de Santo André, que... Eu falo: "Poxa, vamos pedir pro Prefeito tirar um pouco essa taxa", porque nós tínhamos de fazer um investimento de bilhetagem eletrônica. "Então, vamos pedir ao Prefeito cancelar, por uns meses, por um ano essa taxa de gerenciamento". Quando eu falei isso, os empresários olharam para mim... Quer dizer, Ronan, o Baltazar... Olharam para mim e falaram assim: "Mas que taxa?" Eu falei: "A taxa de gerenciamento". Eles olharam para mim e disseram: "Mas nós não pagamos taxa...". Eu falei: "Mas como não pagam? A taxa é para gerenciar o transporte". "Não, nós não pagamos taxa nenhuma". Chegamos na empresa e começamos a procurar. Eles me cobravam, até o ano passado, essa taxa de gerenciamento que o decreto tinha sido revogado já em 2000. E todo o mês me vem a cobrança – vinha, até eu descobrir –, vinha a cobrança dessa taxa de gerenciamento, citando o decreto que já tinha sido revogado em 2000.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu acho que V. Sª devia pedir o ressarcimento desses recursos. Mesmo que eles neguem, porque, aí, V. Sª vai à Justiça e vai conseguir.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Aí... O senhor quer saber, Excelência, quer saber como foi que eles reverteram essa situação? Mandaram-me um ofício pedindo para que eu devolvesse os recibos que constavam o recebimento como decreto, pedindo para eu devolver esses recibos, que eles estariam emitindo um recibo, mas não do decreto, mas em cima do meu contrato de concessão. Quer dizer: "Devolva que nós fizemos errado e, então, a gente cobra pelo contrato". Porque, no contrato de concessão, realmente reza o pagamento dessa taxa de gerenciamento. Só que eles nunca me cobraram sobre o contrato...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – É. E não cobraram para os seus adversários...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – E só eu pago. Não existe só a nossa empresa na cidade. Somos sete empresas, mas só nós pagamos. E é um valor alto: R$45 mil por mês. O que eu pago da taxa é em cima dos passageiros transportados.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Peço ao Presidente, ser for legal, que indague à Prefeitura por que há essa discriminação. Se o Relator achar que é possível...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A senhora devolveu os recibos?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, de jeito nenhum. Eu falei que eu paguei por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Creio que o Prefeito terá dificuldades até com o Tribunal de Contas.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Poderíamos até oficiar o Tribunal de Contas. Se V. Exªs, o Sr. Presidente e o Relator, acharem que isso é possível, essa é uma maneira de proteger a D. Rosângela, que prestou excelente depoimento aqui e que ganhou, não só pela simpatia, mas pela seriedade com que disse, o apoio de toda a Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, vou solicitar à Drª Rosângela os recibos xerocados e autenticados para que possamos encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, ao Tribunal de Contas da União e à CGU a fim de que seja feita uma fiscalização na cidade de Santo André. Esperamos que o Sr. Waldir Pires determine, imediatamente, com essa documentação, uma fiscalização da CGU na cidade de Santo André.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, na ausência temporária do Senador Magno Malta.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais; Sr. Vice-Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Garibaldi Alves Filho; Srª Rosângela Gabrilli, agora há pouco, V. Sª mencionou a respeito da audiência de sua irmã Mara, em 2003, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, descrevendo que, depois de ter ficado à frente do edifício de apartamentos onde mora, em cadeira de rodas, o Presidente resolveu recebê-la.

Primeiro, peço sua atenção. A senhora pode dizer um pouco da história de sua irmã? Como foi o acidente que a deixou em cadeira de rodas? Que idade ela tem? Foi algo de nascença ou de acidente?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, não. Em 1994, minha irmã tinha 26 anos. Voltando – não lembro – de Parati, naquela estradinha daquela serra que vai para Taubaté, ela sofreu um acidente de carro. Com 26 anos, ela ficou tetraplégica. Ela teve uma fratura na C3. Graças aos recursos que meu pai tinha, ela pôde ir aos Estados Unidos depois, tentar uma reabilitação. Ela conseguiu. Por isso, quando ela voltou, ela sentiu a necessidade de poder atender as pessoas que não tiveram as condições financeiras para poder se reabilitar. Por isso, em 1997, ela formou a ONG PPP, Projeto Primeiro Passo, e começou a trabalhar justamente para as pessoas que necessitam de ajuda.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Segundo a sua memória da descrição que sua irmã fez

para a senhora, como se deu esse diálogo, por quanto tempo, o que sua irmã relatou ao Presidente, quais as providências que ele disse que iria tomar e houve segmento por parte de sua irmã sobre as providências que o Presidente disse que iria tomar?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ela ficou por volta de 15 a 20 minutos. Foi muito bem atendida pela primeira-dama e pelo Presidente, que foram muito atenciosos com ela. Ela tomou cafezinho com eles. Ela expôs, muito rapidamente, tudo que ainda continuava a acontecer na cidade, principalmente conosco, que sofremos uma comissão especial de fiscalização e tudo o que vinha acontecendo. Ele ouviu com muita atenção e falou que iria averiguar o que realmente estava acontecendo. Foi isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Desde então, da parte do Presidente, ou de alguma pessoa de seu gabinete, ou de sua assessoria, houve alguma comunicação à sua irmã ou à senhora relativamente ao que foi feito?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em seu depoimento ao Ministério Público, V. Sª informou que o Sr. Ronan Maria Pinto tentou se associar a seu pai para participarem juntos da licitação do Terminal Vila Luzita, o que foi prontamente recusado. Qual foi a razão da recusa e por que depois ele aceitou a sociedade com o Sr. Ronan Maria Pinto na empresa Projeção Engenharia?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ele não propôs sociedade. O Ronan entraria com duas empresas dele, que era o Consórcio Sistral. Ele fala para o meu pai que ele indicava a Projeção porque havia obras. Meu pai, em primeiro momento, recusa e diz: "Não. Eu não preciso". E ele tenta convencer meu pai e acaba convencendo de que seria bom que ele tivesse uma construtora com ele porque havia obras. Então, o Ronan entra, por um lado, com o consórcio dele, e meu pai, com o consórcio dele junto com a Projeção. Quer dizer, no fim, o Ronan estava com o pé nos dois consórcios, tanto no dele sozinho, quanto nessa sociedade com meu pai.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente e Sr. Relator, informo que, na última segunda-feira, o jornalista Carlos Brickman – que trabalhou comigo na revista **Visão** e depois na **Folha**, fomos colegas e, inclusive, esteve presente durante o depoimento do Sr. Ronan Maria Pinto – me procurou, dizendo que o Sr. Ronan Maria Pinto gostaria de ter a oportunidade de dialogar comigo para que eu pudesse fazer toda e qualquer pergunta. Eu disse que sim, que conversaria. Aproximadamente das 7h30 às 10h30 da noite – portanto, por três horas –, eu recebi o Sr. Ronan Maria Pinto, com o Sr. Carlos Brickman e a jornalista assessora de Carlos Brickman, em minha residência, e ouvi todo o seu histórico, porque ele disse que queria esclarecer inúmeros episódios. Faço esse registro porque gosto de fazer as coisas abertamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, não há nenhuma dúvida, por parte desta Presidência nem desta CPMI, em relação às ações até paralelas que vem fazendo V. Exª no sentido de esclarecer os fatos. Minha dúvida é a seguinte: ele acrescentou mais do que disse aqui?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele procurou dizer que as atitudes das Srª Rosângela Gabrilli, na denúncia que formulou ao Ministério Público, decorriam da insatisfação que teria o Sr. Gabrilli, sua família e a própria Rosângela Gabrilli pelo fato de não terem alcançado seus objetivos com respeito a realizar todo o contrato. Chegaram a mencionar alguns episódios que considero importantes – alguns até foram mencionados –, mas enfatizaram o que foi objeto de exposição dos três depoentes. Enfatizaram que a empresa Expresso Guarará, da família Gabrilli e do Sr. Passarelli, não teria tido alguns problemas sérios, tais como – gostaria de pedir o esclarecimento –, por exemplo, o empréstimo junto ao BNDES, que, tendo sido realizado com intermediação do Banco Santos, foi, de alguma maneira, utilizado de forma que eles consideraram irregular, tendo, inclusive, sido feita uma remessa para o exterior, para uma empresa sediada no Uruguai.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eles têm documentos disso, Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Considero importante que a Srª Rosângela Gabrilli esclareça inteiramente. Primeiro, explique muito bem que propósito houve, se puder nos explicar da forma mais completa possível. Ou seja, diante da afirmação dos depoentes e reafirmada por ele no diálogo comigo, poderia V. Sª chegar a fazer uma denúncia de tal gravidade, de que as diversas empresas de ônibus estavam sendo instadas, para prover serviços de transporte público na cidade de Santo André, a realizar um pagamento? Será que poderia haver uma razão de desfeita? Que motivação pessoal poderia justificar uma denúncia eventualmente não verdadeira, tal como colocaram? Porventura, de fato, houve irregularidades em algumas das ações seja da Expresso Guarará ou do consórcio de que participaram que pudessem levá-la a fazer a denúncia? Em especial, esclareça-nos se houve a remessa para o exterior de recurso da Expresso Guarará, se aconteceu e de que maneira foi. Acredito que seja importante esse esclarecimento. Como o Senador Magno Malta me

pede, se há documentos relativos a essas operações, peço-lhe que possa também nos mostrar.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu gostaria de colaborar e até me valer do espírito de V. Exª, sem querer incomodá-lo na sua fala.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Imagine. Por favor.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Como falei para V. Exª, logicamente, quando o sujeito faz uma denúncia, ele fala assim: "O Ministério Público sabe. Há documento do Ministério Público. Existe documento dessa remessa em tal lugar, etc, etc". Simplesmente, falar que o dinheiro foi para o exterior... Quando ele falou isso para V. Exª, falou que foi remessa para o exterior, mas disse que alguém tem documento, que o Ministério Público tem, que já foi investigado, que o delegado fulano tem? Falou algo nesse sentido?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Chegou a ser mencionado aqui mesmo, mas ele expressou ali outra vez. Dessa maneira, é importante que a senhora tenha a oportunidade de esclarecer isso inteiramente.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Claro. É o seguinte: a única coisa desse tormento todo que foi é que toda a denúncia e toda a retaliação que nós sofremos deu em uma coisa boa, a princípio, um pouco assustadora, mas que depois foi muito boa. Em toda essa denúncia, nós tivemos todo o tipo de fiscalização dentro da empresa. Um ano e meio de Receita Federal, de BNDES; engenheiros foram ver a obra, parte financeira do BNDES. Tudo! Nós passamos por todo tipo de fiscalização, o que, a princípio, sempre assusta, ainda mais falando de um ano e meio de Receita Federal dentro da empresa. Mas foi a melhor coisa que nos aconteceu porque eu tenho aqui a carta do BNDES, que diz: "tendo sido comprovada a regular aplicação dos recursos nos fins a que se destinavam, conforme proposto e de acordo com a política operacional do sistema do BNDES". Então, tenho a planilha, o mapa de comprovação dos recursos aplicados no BNDES, a carta do BNDES, em que ele me dá nota 10, e a do Banco Central, que diz que a empresa nunca fez remessa de dinheiro para fora. Nunca! Tenho esse documento aqui.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Senador Eduardo Suplicy, diante do documento, permita-me dizer que foi votado um requerimento para a realização, nesta Comissão, de uma acareação entre a Srª Gabrilli, o Ronan e o Klinger, quando teremos a oportunidade de ouvir todos, um olhando no olho do outro. É importante esse documento diante das acusações.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quando e como o seu pai, Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli, conheceu o Sr. Ronan Maria Pinto e quando a senhora mesma o conheceu?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Como eu falei, eu trabalho com o meu pai na empresa desde 1992. Então, foi no decorrer, depois do tempo... Sempre ouvi falar muito do Ronan, mas foi por volta de 1996 e 1997 que eu realmente passei a conhecê-lo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Qual foi o valor do empréstimo obtido junto ao BNDES e para qual finalidade? Era condizente com o custo das obras até aquele momento? Cobriu o valor total? Foi suficiente e já foi inteiramente quitado?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não. O valor...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Informenos o valor total, o prazo e assim por diante.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Tanto o edital como o contrato de concessão estimavam um valor de obras de 6,5 milhões. Porém, quando ganhamos a concorrência e fizemos o projeto executivo, que determina exatamente tudo o que vai na obra, já atingimos 9,8 milhões. É a própria Prefeitura que passa a informação para o BNDES de que não seriam mais 6,5 milhões e que, sim, a obra iria atingir os 9,8 milhões. Quer dizer, o desembolso que fizemos, dentro do que foi contratado para o que foi efetivado, houve uma diferença muito grande. Em momento algum, não paramos a obra nos 6,5 milhões. Nós levantamos dinheiro a mais em outros bancos para podermos cumprir o contrato e entregar a obra. Não paramos nos 6,5 milhões, como havia sido contratado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quando completará o pagamento ao BNDES? Por quanto tempo foi o empréstimo?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O primeiro contrato foi a partir de 2006. Depois, nós renegociamos para 2010. Só que aí, quando... Porque o nosso agente financeiro foi o Banco Santos, então...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Como foi indicado o Banco Santos?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Naquela época, estava aparecendo muito o Banco Santos como agente financeiro. E havia pessoas de São Bernardo que também estavam tentando fazer negócio de financiamento com o Banco Santos e foi um dos bancos que realmente nós, assim... Até consultamos outros bancos, porém os bancos com que nós tínhamos mais contato eram... Nós vamos deixar esses bancos que nós temos relacionamento para frota e vamos partir para, para o projeto, para o Banco Santos/BNDES para infra-estrutura.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O ano do empréstimo foi...?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Do empréstimo do BNDES, o contrato foi assinado dois mil e... Está aqui: 23/11... Ah! Não. Esse não. Esse aqui é outra coisa. O contrato do BNDES foi... Porque a primeira liberação – isso eu me lembro bem – a primeira liberação do BNDES saiu no dia 03 de maio de 2000. A primeira liberação. Então, o contrato deve ter sido...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Portanto, foi no Governo anterior. Foi no Governo não do Presidente Lula. Só para ter uma idéia.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Bem, consta que, em dezembro de 2001, conforme divulgação de um extrato bancário da empresa Expresso Guarará pela imprensa, foram realizadas duas operações de câmbio.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso. Que constam aqui.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Uma de 2 mil 642,803 reais e outra de 643 mil 959 reais e pouco.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Exato.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Qual foi a origem, a finalidade dessas operações de câmbio? Porque justamente essas operações de câmbio deram margem à informação de que a empresa Guarará tinha feito remessas para o exterior. Então, é importante que isso seja esclarecido.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Então, vou explicar bem, porque isso tem que ficar muito claro. Porque nós nunca pegamos dinheiro nem de banco nem de BNDES para mandar dinheiro para fora, sendo que a obra já, como estava determinado que era 6,5 milhões, nós gastamos mais de 11, quer dizer, não faz sentido. Não tem nem lógica pegar dinheiro para mandar para aplicar fora, sendo que nós íamos precisar de muito mais dinheiro. Porém, está aqui, eu trouxe também os documentos que provam tudo isso. Como nós pedimos o valor total da obra, chegou-se a 11,782 milhões, isso sem recurso nenhum, sem aporte nenhum da Prefeitura e com garantia nossa. Qualquer coisa que houvesse é nossa garantia os avais do meu pai.

O BNDES, nós partimos para o BNDES automático, porque o BNDES automático atinge até sete milhões. É o dinheiro que ele empresta. Sendo que desses sete milhões, ele financia 60% do contrato e 40% de recurso próprio para poder, depois, fazer a comprovação de tudo – que é o que nós já passamos e tiramos nota 10. Porém, o Banco Santos, como agente financeiro, ele é o responsável, é o tomador... é repassador do dinheiro. Então, ele se compromete junto ao BNDES que caso eu não pague, ele tem que pagar para depois vir brigar comigo.

O Banco Santos, ele me exige garantias para fazer essa operação do BNDES. Nós oferecemos um terreno onde consta hoje, onde está a garagem nossa, que é grande – V. Exª esteve lá e viu o tamanho da garagem, que hoje é dentro praticamente do centro de Santo André –, e o Banco Santos avaliou a nossa garagem em 5,410 milhões. E nós fizemos a hipoteca para o banco, tudo direitinho e foi. Só que ele achou pouco o valor perto dos sete milhões levantados e mais de recursos próprios. Para ele poder garantir a operação toda do BNDES, ele realmente, ele exigiu mais garantias.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele quem?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O Banco Santos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Banco Santos exigiu?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Exigiu mais garantias. Porque o nosso terreno, ele avaliou em 5,4 milhões. Então, ele queria mais garantia para isso.

Nesse momento, ele oferece para nós – até isso consta também no relatório do Banco Central – ex-*port note*. São cessões de crédito, mas papéis. Como é que é feito isso? Como foi feito? O que ele queria de garantia a mais, ele nos vendeu papel, cessões de crédito, no valor de 2,4 milhões. Nós tínhamos o dinheiro, pegamos o dinheiro, e ele reverteu nessa operação de *export note*, que é o dinheiro que fica aplicado, essa coisa, para poder suprir a garantia que faltava. Dinheiro nosso. Antes de sair qualquer coisa de BNDES, porque essa operação foi feita em dezembro de 2000... Em dezembro de 1999. Em 2000 saiu... Em maio só que saiu a primeira liberação do BNDES. Essa operação foi feita...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas essas operações de câmbio são de dezembro de 2001?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Está aqui. Foi feita no dia 23...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – São de dezembro de 2001 essas operações de câmbio?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso aqui é outra coisa... Ah! Isso aqui é um resgate. Desculpe.

**A SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – As duas operações de câmbio são de dezembro de 2001?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Dezembro...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – De 2001.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – ...de 1999, porque a primeira liberação do BNDES só saiu em maio de 2000, e a obra já estava, assim, a todo vapor.

Esse aqui foi o resgate...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A senhora conhece a empresa Contaserv e a *offshore* Edalco Sociedad Anonima?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Porque consta que...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É do Banco Santos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...esse dinheiro para sua empresa teria vindo da empresa Contaserv, que tem como sócia controladora uma *offshore* uruguaia de nome Edalco Sociedade Anônima. Como se deu essa operação? A empresa teria mandado dinheiro para o Uruguai e depois...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...o recebeu de volta? Afinal, como é que entrou essa empresa, Contaserv e Edalco Sociedade Anônima, que justamente deu margem para que fosse dada a informação de que pegou o dinheiro do BNDES e mandou para o Uruguai? Então, quero que esclareça completamente esse assunto.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu volto a falar: esse dinheiro é nosso. O dinheiro do BNDES só saiu em 03 de maio de 2000. Esse dinheiro foi para fazer esta – (fora do microfone) veja onde está esse de... Foi feito em dezembro de 1999. O dinheiro do BNDES só saiu em 2000. E a Contaserv é do Banco Santos, que hoje até fica muito mais claro...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Por que apareceu essa Contaserv?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Foi para onde... O Banco Santos é que compra e vende papéis de crédito, cessões de crédito, onde nós deixamos nosso dinheiro aplicado lá.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foi o Banco Santos que pediu para colocar na conta Contaserv?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – A conta é dele. Não é nossa. Nós não pedimos...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim, mas explique. É preciso que tenhamos...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu não sei. Quem pode explicar isso é o Edemar, porque ele que fazia toda transação dos bancos. Hoje está muito claro o que o Banco Santos fazia com todo mundo e fez com a empresa também.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ou seja, de iniciativa da Expresso Gurará não houve a vontade ou a disposição de remeter recursos para o Uruguai através desta ou daquela empresa ou desta ou daquela conta?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não.

**O SR.** – Mas esse depósito foi feito pelo Banco Santos, não pela Guarará.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Bancos Santos. Por falta de garantia, nós pegamos 2,4 milhões nossos e mandamos.

Eu queria só colocar uma coisa. Tudo isso daí surgiu por causa da Comissão Especial de Fiscalização, que entrou na nossa empresa e que nós tiramos com um mandado de segurança. Inclusive, no relatório dessa Comissão, na parte contábil, diz que eles não tiveram, não obtiveram os documentos da empresa porque eu não entreguei os documentos para a empresa. Comecei a entregar... Porém, quando eu percebi qual era o motivo dessa Comissão dentro da empresa, eu parei de entregar todos os documentos. Eu falei: aqui ninguém leva mais nada. Conseguimos um mandado de segurança. E esse mandado de segurança tornou nulos os atos da Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Essa Comissão era estadual, federal?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não. Era do Klinger. Ele era o Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E outras empresas de ônibus foram investigadas dessa mesma forma?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, não. Só nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Essa Comissão Especial foi criada exclusivamente para a Guarará?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Exato. Só para nós, como retaliação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Depois da denúncia formulada ao Ministério Público, é isso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Em seguida.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Sr. Ronan Maria Pinto, nesta CPI, afirmou que a sua empresa teria contratado a empresa jurídica dele para reorganizar a sua. O que estava acontecendo? Isso era de fato necessário? De quem foi a idéia de contratar o pessoal do Ronan ou da sua empresa?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Quando o meu pai saiu da empresa, que ele foi para o hospital, nós estávamos um pouco perdidos com relação a bancos: que ação tomar com banco para segurar isso, ou de *leasing*... Nós tivemos alguns problemas, sim. Claro! Gastamos mais na obra, ônibus parado e tudo mais. O Ronan indica um advogado que trabalhava para ele; nós gostamos do advogado, contratamos o advogado, pagamos o advogado – aqui também tenho todos os comprovantes, o contrato. Quer dizer, ele não me fez

nenhum favor, não. Eu contratei um profissional que também prestava serviço para ele.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Como foi e quando exatamente que V. Sª conheceu o Secretário Klinger Luiz de Oliveira Souza? Foi antes dele ser Secretário? Houve momentos em que essa relação foi positiva, agradável, construtiva? Como foi o começo da relação?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu conheci o Klinger por volta de 1997 e... A princípio, assim, era uma pessoa que... ele tem aquele jeito dele ser bem...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Eduardo Suplicy, solicito que V. Exª conclua, em função do início da Ordem do Dia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, vou fazer uma pergunta a mais, além dessa, Sr. Presidente. Mas, por favor, permita a ela só completar a resposta, se for possível, Sr. Presidente.

**O SR.** – (Fora do microfone.) Ele acaba prejudicando os outros. Estou inscrito ainda, Sr. Presidente...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Só duas perguntas para concluir; vou deixar umas 15 de lado, Sr. Presidente.

Pois não.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Tive contato quando começou... Em 1997, quando ele chegou para atuar junto à Prefeitura, e tivemos vários contatos mas, assim, é sempre... é sempre... distante, assim. Nunca foi uma pessoa que a gente pudesse conversar por nós sermos prestadores de serviço público.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de conversar com o Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli e sobretudo lhe fazer uma pergunta. Mas eu agradeço à Srª Rosângela Grabrilli se puder responder da melhor forma possível, por seu pai, por sua família e por V. Sª.

Em sendo verdade que teriam algumas pessoas da Prefeitura – e a senhora mencionou como foi – solicitado, da parte das sete empresas, que dessem uma contribuição mensal, de 1997 a 2001; tendo o seu pai sido o Presidente da Associação dessas sete empresas; tendo ele tido um primeiro diálogo com o Prefeito Celso Daniel, em que, segundo a senhora e ele, que inclusive informou a mim próprio, nesse primeiro diálogo, não houve senão a observação de que, em 1997, estaria o Prefeito Celso Daniel, segundo ele próprio, cuidando mais da parte política e o Sr. Klinger como da parte administrativa.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Administrativa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – E, então, houve a reunião dos empresários com o Sr. Klinger, onde começou-se a estabelecer isso. Mas seu pai informou que tinha uma relação já desde... com a família de Celso Daniel desde ... Foi amigo de seu pai Bruno.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Que foi inclusive Presidente da Câmara Municipal e Prefeito...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Vice-Prefeito.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ...de Santo André. Foi... Então, tinha relação...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, a pergunta para encerrar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ...cordial e de respeito. Em algum momento seu pai resolveu ir diretamente ao Prefeito Celso Daniel dizer: – Prefeito, isso que estão fazendo é inadmissível. Isso é algo que está sendo muito inadequado (dissesse as coisas que eram do seu sentimento? Isso foi em algum momento feito? Foi realizado? E em algum momento, nos meses que...no período que antecedeu a morte do Prefeito Celso Daniel, teria ele, Prefeito Celso Daniel, tomado a iniciativa de conversar com seu pai e ouvir do seu pai o que estava ocorrendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Drª Rosângela.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ...e que seu pai então lhe disse o que aconteceu? Eu pergunto isto...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Hum, hum.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ...porque é possível que tenha havido esse diálogo e a... Duas pessoas informaram que houve esse diálogo e eu gostaria de saber se de fato aconteceu.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Entre o meu pai e o Celso?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – E o Prefeito Celso.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não. Meu pai nunca foi atendido pelo Celso para resolver esses assuntos que meu pai colocou a par o João Francisco. Meu pai teve, sim, vários encontros com Celso como empresário em festas, almoços em que todos os empresários compareciam. Mas para tratar deste caso aqui sempre foi o João Francisco. Principalmente porque o meu pai tinha mais afinidade – não pela idade, que o João Francisco tenha a mesma idade do meu pai, mas por ser um pouco mais novo, assim... Mas o Celso era bem mais novo. Quer dizer, desde lá de trás sempre foi muito mais próximo ao João Francisco. Então, meu pai

se sentiu na liberdade de procurar o João Francisco e não ir diretamente ao Celso, mesmo porque para chegar ao Celso tinha que passar pelo Klinger.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Mas nunca houve da parte do Prefeito Celso Daniel a iniciativa de procurar o seu pai para esclarecer esse episódio?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Esse? Não. Sempre foi através do João Francisco.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por nada, Senador.

Senador Magno Malta, para que V. Exª não se sinta fora desse debate, em função da Ordem do Dia, esta Presidência será benevolente com V. Exª lhe dando 3 minutos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Eu sei que não tenho a capacidade de ser sucinto como o Senador Eduardo Suplicy mas vou tentar. (Risos)

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Dona Rosângela, imagino que esse seu depoimento e as perguntas que foram postas e as colocações que a senhora fez – as que eu pude ouvir, as que ouvi do meu gabinete – elas convergem para a mesma direção das crenças do Ministério Público, das nossas crenças e imagino que das crenças da opinião pública. A nós não causa nenhum espanto a tentativa de desqualificá-la em função... Acho que a senhora só cometeu um pecado, quando aceitou pagar a propina, não é? O pecado cometido é esse, porque o corrupto, né, tem uma relação direta com o corruptor, uma vez que o outro aceita ser corrompido por ele ou, na base da imposição, mas é nisso que quero fazer a minha pergunta. A senhora disse, quando eu entrava aqui: "Eles torturaram o meu pai. Torturaram o meu pai".

Vi que a sua expressão mudou, os seus olhos lacrimejaram. Fui um sujeito extremamente ligado à D. Dadá minha mãe, de quem herdei tudo. O meu pai, o Sr. Ameliano, morreu aos 74 anos de idade, ganhando um salário mínimo, sem ter direito a comprar remédio, por conta dessas figuras que roubam o dinheiro público e fica por isso mesmo. Então, eu gostaria que a senhora me dissesse o que quis dizer com "torturaram o meu pai", pois, ao que se sabe, o seu pai depois sucumbiu do ponto de vista da saúde: paralisaram os rins... Especificamente, o que significa isso "torturaram o meu pai"? O que é isso, especificamente? Qual era a ação específica, quais eram as palavras, as imposições? Por exemplo, temos um depoimento aqui que diz que eles falavam com as pessoas com o revólver em cima da mesa.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – E foi exatamente isso. O Sérgio era assim. Quer dizer, em nenhum momento falamos: – "Nós queremos contribuir" para o PT, para a campanha do PT, ou para o bolso dos três, seja lá para quem for...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ninguém falou: se nos derem vantagem, a gente dá o dinheiro?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não houve isso. Aliás, uma das coisas que aprendi com o meu pai foi que nós, que somos prestadores de serviço público, não podemos ter partido, porque a cada quatro anos temos um novo patrão na cidade. Então, tivemos de pagar para poder trabalhar.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – A senhora pode narrar parte de um diálogo, por exemplo, como esse do encontro, em que teve palavras incisivas, tipo "nós precisamos do dinheiro", "o dinheiro é para isso", alguma frase dura dita por algum deles?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Para o meu pai: "Tem de pagar". "Gabrilli, para você poder trabalhar e ter paz com o poder, você tem de pagar".

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ter paz com o poder?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ter paz com o poder.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Aí dizia "tem de pagar" e aí tinha justificativa para quem era o dinheiro, para onde ia... Dizia o quê?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Era para o Partido. "Gabrilli, você tem de contribuir com o Partido". Só que a contribuição tem dia marcado, valor certo. E uma vez aconteceu consecutivamente por dois meses; meu pai deixou de contribuir e colocaram uma linha em cima da nossa para desestabilizar a empresa.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Porque ele deixou de contribuir?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Exato.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O Sr. Presidente só meu deu três minutos e já gastei 30 segundos. Então, deixe-me fazer logo outra pergunta para ele não me tirar daqui. Vamos lá. Na minha cabeça, é um tripé: o Ronan, o Klinger e o Sombra. Fica claro, na verdade – não tem a impressão digital do Celso, mas tem o cheiro dele – de que ele sabia de tudo. Faço a seguinte leitura: sou candidato a prefeito em 88, o sujeito é segurança meu, meu segurança, segurança de campanha, ganho a eleição, ponho o cara na Defesa Civil do município e, a partir de 95, ele já é rico – e eu não o vejo ele ficar rico, não? Mas não justifica o fato de ele ter sido levado na bandeja para a morte. Isso não justifica. A vida é a vida. Então, pergunto

à senhora: estou errado? É um tripé mesmo ou tem mais alguém? É Ronan, Klinger e Sombra? Sombra não, Sérgio, porque ele não gosta que o chamem de Sombra. Ele vivia na sombra de Celso Daniel, mas não gosta disso.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Pelo que passamos, sentimos e sofremos, todo esse esquema era com essas três pessoas, sim.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu aprendi com um jornalista que fica cobrindo a CPI a fazer um bate-bola. Vamos fazê-lo aqui. Descreve para mim: quem é Gilberto Carvalho para a senhora?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não conheço o Gilberto Carvalho. Eu estive com o Gilberto Carvalho uma única vez, junto com o prefeito que assumiu, o Sr. João Avamileno, numa conversa logo depois da morte do Celso, em que o Klinger esteve também presente. Nesse dia, ele teve um ataque, dizendo que já tinha tido notícia do meu depoimento no Ministério Público. Ele começou a gritar comigo dizendo que eu estava espalhando pela cidade inteira que ele havia matado o Celso. Eu falei: "Olha, não é para mim que você tem de provar. No dia em que a polícia tomar conta do caso, você – a cidade inteira pensa isso – vai poder se explicar." Não é só para mim, é para a cidade inteira. Foi a única vez em que vi o Gilberto Carvalho.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Então, para a senhora, o Gilberto não é parte dessa...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Fiquei sabendo da atuação dele depois, quando o João Francisco contou que ele levava o dinheiro para São Paulo. De repente, liguei uma conversa que o Ronan teve, junto com o Sérgio, com o sócio do meu pai: olha, esse dinheiro vai para São Paulo, não fica aqui em Santo André.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas é só de ouvir falar. Na verdade, a Senhora não teve nenhum encontro, nenhuma conversa com ele?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quem é o Klinger para a senhora?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Klinger? É pessoa mais inteligente do Governo de Santo André, mais...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele mostrou que é inteligente.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Arquiteto, engenheiro até, de tudo, de Santo André. Ele sempre sabia o que estava fazendo. Tanto é que o Celso passou o comando de Santo André para ele.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É verdade isso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Exato.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É como se ele fosse o prefeito, o capitão do time?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Exato. Era ele. Ele era...Ele foi o grande maestro da cidade.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – A senhora acha que um maestro, um engenheiro para o bem? Ou para o mal?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Olha, pelo que eu – volto a falar – vivi, sofri...O meu pai...Eu não gosto dele, acho que ele não tinha necessidade de fazer o que fez. Era simplesmente chegar ao meu pai e falar: – Gabrilli, eu não quero mais você aqui em Santo André. Vende a empresa, faz qualquer coisa.

Ele não precisava ter torturado o meu pai, como ele fez, nem com a ajuda do Ronan nem com a do Sérgio. Era só botar a gente para fora mesmo: – Vai vender pipoca, vai fazer qualquer coisa.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Então, ele era um arquiteto do mal, na sua visão?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Pelo que ele provou para nós, pelo que ele fez com a minha família, é.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quem é o Ronan Maria Pinto? Dê-nos o perfil dele.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Dou. O Ronan é um empresário. Eu diria que ele é mais dono de empresa de ônibus do que um empresário de transporte coletivo, que é o nosso caso. Com essa ligação com o poder, com o Klinger, tudo para ele pode. Volto a falar, nós não temos inveja, nós não temos...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele tinha muita força em Santo André?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ele tem ainda muita força. Tanto tem, Senador, que, desde a concorrência, quando esse projeto da Vila Luzita vai para a concorrência, é um sistema tronco-alimentado. Quer dizer, linhas alimentadoras que levam para o nosso terminal e que vão para o centro. Até hoje existe uma linha do Ronan direta no sistema. É mais ou menos assim: uma concessionária ganha a exploração de uma estrada e ela constrói o pedágio e o direito de ela explorar é a tarifa dos usuários que ela vai receber. Ao mesmo tempo que nós ganhamos esse contrato, é como se tivesse criado uma paralela sem pedágio ao lado. A linha do Ronan, hoje, ela ainda é...ela não integra o nosso terminal, ela tira receita de nós, e isso estava dentro do projeto e até hoje não aconteceu, desequilibrando mais ainda o contrato de concessão lá.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele disse aqui que, no exercício da misericórdia – ele se mostrou um homem muito misericordioso quando depôs aqui – que, no exercício da misericórdia dele com a senhora e a sua família, ele acha que a senhora é uma ingrata.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Ele pode até pensar assim, só que volto a falar o seguinte: os favores, os supostos...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele foi sócio de vocês?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Na Nova Santo André, essa de que tivemos de sair correndo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele foi um bom sócio?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Tanto foi bom que botou a gente para fora.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Certo. Eu tenho uma denúncia aqui que não é essa que o Senador Suplicy passou para mim...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, V. Exª só usou até agora dois minutos e meio. Tem mais meio minuto.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E aí V. Exª, benevolente, me dá mais três e eu encerro. Não é essa que o Senador Suplicy me passou para perguntar sobre a qualidade do serviço, mas recebi uma denúncia dizendo que o Ronan Maria Pinto é testa-de-ferro do Comendador Arcanjo. A senhora já ouviu falar isso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Já ouvi falar. Não tenho prova, mas já ouvi falar, sim, da Roanoake, que tem *offshore* Valgares, tem... Não tenho provas, mas já ouvi falar, sim.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Porque inclusive o Sérgio Gomes era sócio dele em algumas empresas lá, em Mato Grosso. A senhora já ouviu falar isso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Também já ouvi falar. É que...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – A senhora não acha estranho um sujeito que é segurança em 1988, a partir de 1995 já é dono de empresa de ônibus? Tem alguma coisa de estranho nisso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Meu pai levou 40 anos para poder construir, de repente poder participar, ter meios de participar de uma concorrência dessas, como foi, com todos os contratempos que surgiram. E olha, foi difícil, precisou de 40 anos. Lá as coisas aconteceram muito rápido.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quem é o Sérgio para a senhora?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O Sérgio, eu sempre... Para falar a verdade, eu nunca estive pessoalmente com o Sérgio, a figura dele me assusta muito. Meu pai é que teve alguns contatos com o Sérgio, mas...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu até peço desculpas, porque me ligou aqui um Sérgio agora, que é Sérgio Vidigal, um grande Prefeito da cidade da Serra, que é meu amigo. Para não confundir, Sérgio Gomes que é o Sérgio. Esse aqui é Sérgio Vidigal.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – O Sérgio, ele era o que guardava o dinheiro, ou o que levava o dinheiro, uma pessoa sempre, como o sócio do meu pai declarou na CPI de Santo André, um homem frio, sempre portava arma, sem conversa, muito... Muito alto, entendeu? Uma pessoa que se coloca muito...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Superior.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Superior, com poder, quer dizer, "eu tenho o poder", "alguém me dá o poder", ele era o porta-voz do poder também.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Responda se quiser: a senhora acha estranha aquela história que ele contou do dia do seqüestro do Celso?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu acompanhei o depoimento, sim, e eu acho que não só eu, independente de estar tudo isso...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Só responda se quiser.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É, assim, todo mundo achou um pouco estranho, um pouco perdido e...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas o que a senhora achou estranho, o primeiro depoimento, o segundo, o terceiro, o quarto ou o quinto? Porque nenhum bate.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É, também não sei dizer qual deles que foi, mas estava difícil de poder entender, não é?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Já encerro, deixando o Presidente na paz. Com base em quê... Inclusive ouvi alguns discursos até inflamados na Câmara, palavras duras e tal com relação a essa coisa do terminal do BNDES, e a senhora fez muito bem ao mostrar para o Brasil os documentos, esse documento do BNDES é extremamente importante...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Nossa, e do Banco Central também.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E do Banco Central. E o que levou Parlamentares, que são homens esclarecidos, a dar entrevistas sem base em documento nenhum? Porque o documento está com a senhora...

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Está aqui.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – A não ser que o banco emita outro, desmentindo.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Não, não. Inclusive quem me passou cópia desses documentos foi o Ministério Público Federal. Até por ali nós passamos.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Foi uma tentativa de desqualificá-la?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Foi, assim, foi um momento em que eu tinha de comprar os ônibus para cumprir o contrato, aqueles que ficaram mais dois, três meses parados, ao mesmo tempo o Professor Luizinho sai dando uma entrevista, que a empresa tinha desviado dinheiro do BNDES para o Uruguai.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não precisa falar o nome porque ele está passando uma dificuldade grande agora, vamos falar só Parlamentar.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É, mas ele também me causou... Porque ao mesmo tempo em que o Klinger falava "Você tem de cumprir o contrato e comprar os ônibus", ele solta uma entrevista dessas daqui, olha: "Receita Federal deve fiscalizar...". Graças a Deus que a Receita foi. A Receita Federal foi e não achou nada.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Levanta aí, que de longe eu leio.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Então, ao mesmo tempo em que o Klinger me cobrava os ônibus, ele me solta uma matéria dessas, dizendo que a empresa tinha desviado dinheiro para o Uruguai. Os bancos se fecharam.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Então a senhora conclui que foi o Klinger que passou a informação para o Professor Luizinho?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Como?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O Klinger que passou essa informação, então, para o Professor Luizinho?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Como?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O Klinger que passou essa informação, então, para o Professor Luizinho?

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É, porque foi simultâneo, e eu num desespero de cumprir o contrato, comprar ônibus, ele fala uma coisa dessas. Os bancos começaram a fugir de mim, mas teve uma alma boa que me ajudou e falou: "Você vai botar os ônibus lá. Você vai comprar os ônibus."

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu gostaria de continuar o diálogo com a senhora, mas como a senhora vai voltar, porque já mostrou que é uma mulher destemida, acho até que a senhora nasceu na Paraíba, a senhora vai voltar aqui – é um convite meu – para ser acareada com essa rapaziada, eu tenho certeza que a senhora vai olhar nos olhos deles, sem o menor problema.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Eu tenho medo deles, viu?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, mas não vai acontecer nada, não.

Medo é se a senhora não estivesse na vitrine, quando se está na vitrine, aí é meio complicado, aí eles ficam torcendo para a senhora não cair de costas e machucar o nariz, porque vão pensar que foi eles. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª sabe que lá, na Paraíba, se diz que "é mulher macho, sim, senhor", mas no sentido de mulher trabalhadora...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Aguerrida.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mulher aguerrida, mulher que sabe amar. Então é isso que eu queria esclarecer dessa frase em relação às mulheres paraibanas.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quero deixar o registro para o Brasil, diante de tudo que falei: que a senhora e seu pai só cometeram um pecado, que foi ter cedido à pressão, e quando cederam à pressão, sacaram daquilo que era de vocês para dar a quem estava exercendo o poder da corrupção para poder alimentá-los. Aí vocês pecaram. Esse pedido de desculpas vocês devem à Nação brasileira e ao povo de Santo André.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – É verdade.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas a sua ação de ter coragem de ir ao Ministério Público e denunciar um esquema... Acho que, custe o que custar, uma das coisas mais bonitas que se ensinou na escola – e acho que hoje não ensina mais – é o hino das armas, o Hino Nacional, essas coisas todas, e uma frase eu aprendi e guardo no meu peito. Diz o seguinte: "Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil". Se não houver gente que tenha coragem de fazer esse tipo de enfrentamento, o que será daqueles que não têm?

Para tanto, feito esse registro, quero registrar também que sua atitude é extremamente louvável, e aí nós, desta CPI, Senador Eduardo Suplicy, nosso Presidente, nosso Relator, aqueles todos que fazem parte, nós queremos de fato minimamente esclarecer isso, conjuntamente com o bom trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Obrigado à senhora.

**A SRA. ROSÂNGELA GABRILLI** – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Obrigado a V. Exª, Senador.

Lamentavelmente, o Presidente Renan Calheiros insiste que encerremos nossa reunião em função da Ordem do Dia.

Eu queria agradecer à empresária Rosângela Gabrilli pelo seu depoimento. Nós, que fazemos a CPI,

agradecemos a V. Sª, e queremos informar que na próxima terça-feira vamos fazer uma reunião também administrativa no sentido de votarmos vários requerimentos de todos os Srs. Senadores, inclusive um do Senador Magno Malta, que propõe a acareação de V. Sª com o Sr. Ronan Pinto, com o Sr. Sérgio Gomes e com o Sr. Klinger.

Informo a V. Sª que V. Sª poderá voltar a esta CPI, ao tempo em que informo a V. Exªs, Srªs. e Srs. Senadores, que amanhã, quinta-feira, às 10 horas ou 10 horas e 30 minutos, teremos o depoimento do advogado Dr. Elcio Cambraia, que é ligado ao caso da GTech.

Na terça-feira – já encaminhamos ofício – teremos o depoimento do Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor do Ministro da Fazenda.

E no dia de amanhã o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, fornecerá o restante da agenda da próxima semana.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes de encerrar, concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É rapidamente, Sr. Presidente. Peço a V. Exª para fazer um convite – e aí não precisa votar, é só V. Exª oficiar – ao Deputado Estadual de São Paulo e Delegado Romeu Tuma Júnior para que S. Exª possa participar conosco dessa acareação, porque S. Exª foi o primeiro Delegado a estar no caso e foi o único que ouviu, em depoimento assinado, o que morreu...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Dionísio.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O Dionísio, e certamente poderá nos ajudar. S. Exª está disposto a aceitar o convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Inclusive já autorizo a V. Exªs, Senador Magno Malta, na condição de Relator da Subcomissão, e o Senador Eduardo Suplicy para que façam o convite ao Deputado Estadual Romeu Tuma Júnior para que S. Exª atenda ao requerimento de convite de V. Exª.

Então, agradeço a V. Exª e declaro encerrada a reunião, convocando uma amanhã para as 10h30min da manhã.

Eu solicito à Drª Rosangela Gabrilli que encaminhe toda esta documentação para que seja arquivado na nossa CPI.

Eu agradeço a V Sª.

*(Levanta-se a reunião às 17h55min.)*

**Ata da 39ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2005.**

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e vinte e seis minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, José Jorge, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes e José Agripino, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva do Senhor Hélcio Barbosa Cambraia Júnior, advogado ligado ao caso GTECH, e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir, o Presidente coloca em votação simbólica os seguintes requerimentos: Requerimento n.º 296/05, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, em que requerem a convocação do Senhor Paulo de Tarso Venceslau e do Senhor Roberto Teixeira, para prestarem depoimento perante esta CPI (Aprovado); Requerimento n.º 297/05, de autoria do Senador José Jorge, em que requer a convocação da Senhora Mara Gabrilli, para prestar depoimento perante a Polícia Federal, com assistência desta CPI (Aprovado); Requerimento n.º 298/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, em que requer a convocação do Senhor Adelmar de Miranda Torres, CPF nº 239.743.201-30, para prestar depoimento perante esta CPI (Aprovado); Requerimento n.º 299/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, em que requer a convocação dos Senhores Etelmino Alfredo Pedrosa, CPF nº. 152.331.892-91, José Lindoso de Albuquerque Filho, CPF nº. 085.357.524-04, e Afrânio de Mello Franco Nabuco de Araújo, para prestar depoimento perante a Polícia Federal, com assistência desta CPI, ao tempo em que torna prejudicados os Requerimentos 033, 246 e 252 (Aprovado). Pela ordem, o Senador José Jorge lê matéria publicada em jornal relacionada a Senhora Mara Gabrilli, confirmando a importância de seu depoimento nesta Comissão. Ato contínuo, a Presidência convida o Senhor Hélcio Barbosa Cambraia Júnior para tomar assento à Mesa. Com a palavra o

depoente que faz um breve relato sobre sua atividade profissional. A presidência passa a palavra ao Relator para seus questionamentos iniciais, seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelo Senador José Jorge, que solicita ao relator que esta CPI consulte a OAB a respeito dos contratos firmados pela GETECH, pelo senhor Valter Santos Neto e o depoente; prosseguindo a inquirição, fazem uso da palavra os Senadores Magno Malta e Geraldo Mesquita. Pela ordem, o senador Magno Malta solicita à Presidência que não hajam mais depoimentos em que as respectivas transferências de sigilos não tenham sido aprovadas ou recebidas, pois tal fato empobrece os questionamentos. Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy solicita que seja feito ofício para a acareação na próxima segunda-feira, esclarecendo que a mesma ocorrerá às 14h, na Cidade de São Paulo, em sala indicada pelo Dr. Rodrigo Pinho, Procurador Geral do Estado de São Paulo, contando com a cooperação da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, de representantes do Ministério Público, da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e da Secretaria de Assuntos Penitenciários, e como convidados os Delegados encarregados da Polícia Civil, a Drª Elizabeth Satto e os Promotores responsáveis pelos casos em Santo André, e informa ainda, que os nove depoentes poderão estar acompanhados de seus respectivos advogados. O Senador Eduardo Suplicy informa que após a acareação, haverá uma entrevista, em local sigiloso, com o Senhor Jack. A presidência agradece ao depoente pelo depoimento prestado e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às treze horas e oito minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Hélcio Barbosa Cambraia Júnior, advogado, ligado ao caso GTech.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da sua leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Antes de convidar o depoente,...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não. V. Exª pela ordem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não, V. Exª pode falar. Falo depois de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu ia anunciar que vamos votar três requerimentos que não exigem quorum qualificado. O primeiro desses requerimentos, assinado pelos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, requer, nos termos regimentais, a convocação para prestar depoimento nesta CPI, dos Srs. Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de finanças do Município de Campinas, na administração de Jacob Bittar, e de São José dos Campos, na gestão de Ângela Guadagnin, assim como do Sr. Roberto Teixeira, citado como representante da empresa Cepem, Consultoria para Empresas e Municípios, apontada por auditoria como responsável por irregularidade junto àquelas prefeituras.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho:

"Nos termos do disposto no § 3º, art. 58, da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Sr. Adelmar de Miranda Torres, CPF nº 239 743 201-30, seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito."

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a Mesa, outro requerimento, também de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho:

> "Nos termos do disposto no § 3º, art. 58, da Constituição Federal, bem do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a Polícia Federal, com a assistência da Assessoria desta Comissão Parlamentar de inquérito, tome depoimento, que constará dos autos desta Cpi, dos seguintes senhores: Etel-

mino Alfredo Pedrosa, CPF 152 331 892-91; José Lindoso de Albuquerque Filho, CPF 085 357 524-4; e Afrânio de Melo Franco Nabuco de Araújo, tornando prejudicados os Requerimentos nºs 033, 246 e 252."

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, Requerimento:

"Nos termos do disposto no § 3º, art. 58, da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a Srª Mara Gabrilli seja convocada a prestar depoimento a Polícia Federal, com assistência da Assessoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito."

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovados os requerimentos constantes, solicito à Secretaria da CPI que convide...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Antes de entrar o depoente, tenho outro assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer da minha surpresa com o depoimento que aconteceu ontem. Apesar de que a Srª Ângela Gabrilli, de certa maneira, já tinha dado entrevista etc., enfim, a riqueza de detalhes, a segurança, a forma como a Srª Rosângela Gabrilli ontem falou aqui nesta CPI mostrou que nós estamos no caminho certo. Existem muitas coisas para ser investigadas ali, a maioria das coisas estão comprovadas. Mas eu acho que há uma questão nova que surgiu ontem – na realidade, eu pelo menos não sabia, mas fiquei sabendo ontem nessa reunião, Senado Geraldo –, que foi a declaração da Srª Rosângela Gabrilli da reunião entre a irmã dela, a Srª Mara Gabrilli, e o Presidente Lula.

Textualmente – estou aqui com a entrevista que ela deu ontem – ela diz o seguinte: "Em 23 de março de 2003..." Portanto, em 23 de março de 2003 o Presidente Lula já era Presidente. Não foi no período anterior da campanha eleitoral, Sr. Senador.

"Mara, que é tetraplégica, estacionou sua cadeira de rodas diante do prédio onde mora o Presidente, em São Bernardo do Campo. 'Não sairia de lá antes de ser recebida.' Lula permitiu que ela subisse até seu apartamento. Esteve reunida com Mara por quarenta minutos, ao lado da Primeira-Dama, Marisa Letícia, e de três assessores. Fui pedir uma intervenção federal em Santo André. 'Contei como era o esquema, quem cobrava propina e como a Prefeitura tirou a licença da nossa empresa em represália ao fato de meu pai, durante um período, não ter pagado essa tal propina. O Presidente ouviu friamente' – isso já é um julgamento de valor –, 'não pareceu surpreso, mas fazia as perguntas, como se nunca tivesse ouvido falar do tema e queria mudar de assunto a todo momento.' Apesar da críticas que ele fez, Mara acredita que Lula preferiu abafar o caso."

Portanto, Sr. Presidente, essa questão toma um novo aspecto, porque passa a envolver o Presidente da República, que, avisado no dia 23 de março de 2003, portanto mais de dois anos atrás, não tomou nenhuma providência. Pelo contrário, ele hoje diz o seguinte: "Lula sobre Celso Daniel: não acredito em crime político."

Todos nós sabemos que, no dia em que ele chegou lá, antes de qualquer investigação, ele disse que era crime político. E ele ainda vem, de certa maneira, agredindo o Ministério Público. Ele diz assim:

"Lamentavelmente, uma parte do Ministério Público de São Paulo, toda vez que vem chegando a eleição, levanta esse caso. No Ministério Público, uma minoria faz uso político disso toda ocasião que interessa fazer. Eu confesso que é preciso ter mais seriedade."

Quer dizer, ele não tomou providência, o Ministério Público está tomando as providências, e ele está dizendo aqui que, na realidade, quem é sério é ele, não é o Ministério Público.

Parece-me que, pelo que já ouvimos até agora, Sr. Relator, é ele que não está sendo sério nesse processo, porque o Ministério Público está investigando os fatos que estão chegando. Então, por conta dessa declaração aqui da Srª Mara Gabrilli, por conta da declaração, ontem, da irmã dela, Srª Rosângela, eu fiz um requerimento para que a Srª Mara Gabrilli seja ouvida na Polícia Federal. Não precisa ela vir aqui. Como ela é tetraplégica, certamente teria muita dificuldade. A coisa dela é somente essa conversa, além de confirmar evi-

dentemente aquele esquema que já tem provas, não só prova testemunhal, mas também prova documental.

Então, eu gostaria de anunciar que, na realidade, essa questão deve ser ouvida. Então, eu pediria que fosse ouvida na Polícia Federal e que uma subcomissão – normalmente, como é em São Paulo, os Senadores Suplicy e Romeu Tuma e mais algum outro Senador – pudesse participar desse esclarecimento.

Então, essa era a primeira coisa, Sr. Presidente. Eu dei entrada no requerimento. Em segundo lugar, pelo que aconteceu ontem, pelo que vem acontecendo em Santo André, estou chegando à conclusão de que isso daria para fazer um filme, porque tem todos os elementos para fazer um grande filme: tem morte, assassinato, amor, propina, máfia, violência. Na realidade, a coisa está tomando um vulto muito maior do que esperávamos que pudesse tomar. Tem pessoas importantes participando do esquema de corrupção, Então, eu acho que isso daria um filme, porque realmente é um fato inusitado que aconteceu ali em Santo André e que nós temos que investigar.

Congratulo-me com as declarações do relator, que disse que vai incluir no seu relatório este trio, o Klinger, o Ronam... indiciados, porque realmente já não precisa mais de provas. Provas já existem. A não ser que queiram tirar um retrato do sujeito matando. Fora isso, o resto já existe, não tem porque não fazer.

Muito obrigado. Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O requerimento de V. Exª já foi aprovado. Portanto, a questão principal está atendida.

Solicito à Secretaria da Comissão que convide o Sr. Hélcio Barbosa Cambraia Júnior para tomar assento à mesa e prestar os seus esclarecimentos. (Pausa.)

Dr. Hélcio, o senhor tem a palavra pelo tempo que achar conveniente para prestar os esclarecimentos que julgar oportunos.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Os esclarecimentos em si eu ainda não tenho como explicar. Eu não sei exatamente quais são as dúvidas em que eu posso ajudar a Comissão.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Exª não é obrigado a falar. Se não quiser...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Eu gostaria só de me apresentar. Eu sou advogado militante em Belo Horizonte. Eu vi, pelos termos da minha convocação, afirmando que eu fui advogado da Loteria do Estado de Minas Gerais. Na verdade, até um ponto para não causar nenhum tipo de confusão, na verdade, eu era sócio de um escritório terceirizado que venceu uma licitação e prestava serviços à Loteria em algumas causas de contencioso. A Loteria... eu nunca exerci função pública. A loteria... é, exato. Na verdade, ela tem um corpo jurídico interno, mas em razão da conveniência administrativa dela, provocou uma licitação. Então, só para esclarecer que eu não exerci essa função pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Então, passo a palavra ao |Senador Garibaldi Alves Filho, Relator desta Comissão.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Hélcio, o senhor acabou de fazer um relato rápido de suas atividades profissionais, mas o senhor poderia ser um pouco mais específico no que toca aos escritórios de advocacia nos quais já exerceu a sua profissão? Então, o senhor poderia falar a respeito dos escritórios de advocacia nos quais já trabalhou?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não são muitos. Eu trabalhei como autônomo até 1997. Ao final de 1997, eu me associei a um escritório de advocacia que se chama Gontijo Mendes Advogados Associados, e em 2003...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Contringe?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Gontijo Mendes Advogados Associados. Em 2003, eu me desliguei desse escritório e constituí um outro escritório que se chama Hélcio Cambraia Advocacia.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já foi filiado a algum partido político?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já contribuiu como pessoa física ou pessoa jurídica para alguma campanha eleitoral ou para algum partido?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Através de alguma empresa da qual tenha tido participação acionária?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Também não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era o patrimônio do senhor em outubro de 2002 e qual o seu patrimônio hoje?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – A única aquisição grande que eu fiz nesse período foi uma casa, que é a minha casa de residência. O valor exato eu não sei precisar aqui, mas a diferenciação que houve no patrimônio foi isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em Belo Horizonte?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Em Belo Horizonte.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não sabe o valor...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – O valor da casa? Foi 350 mil Reais.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando da transação?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é o valor atualizado?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, isso foi no começo do ano passado. Com a atualização, não daria muita diferença.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conheceu ou conhece o Sr. Valter Santos Neto, advogado?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Conheço.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É estreito o relacionamento dele com o senhor?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Houve um período que foi muito estreito. Foi desde o início de 2002, quando meu irmão faleceu. Na época, nós estávamos trabalhando juntos em algumas ações e isso serviu como um elemento de união. Foi uma pessoa que me deu bastante apoio nesse período.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Dr. Valter? O Sr. Valter?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quais foram essas ações? O senhor poderia destacar? Eram ações ligadas ao meio empresarial?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Normalmente, ações de construtoras...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De grandes empresas?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Nem sempre. Nem sempre. Empresas de café...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não trabalhou para grandes empresas?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Em conjunto com ele?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em conjunto com ele ou sem ser em conjunto, mas principalmente em conjunto com ele.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, em conjunto com ele, não. Sem ser em conjunto, trabalhei para diversas, inclusive...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas como sócios? Os senhores eram formalmente sócios ou não?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Trabalhavam juntos.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Ele tinha o escritório dele, as ações dele. Realmente, interessava trocar idéias. Em área de atuação mais específica, a gente fazia algum trabalho junto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor tem informações – é claro que deve ter – de que ele tinha poderes, tinha influência, inclusive no sentido de fazer com que determinadas ações pudessem ser acolhidas pelo Poder Judiciário em segunda e em terceira instância?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não. Sinceramente – é meu ponto de vista pessoal, como advogado –, penso que isso é um pouco, não só no caso dele Valter Santos... No geral, acho que isso é um pouco folclore, porque tudo que um Desembargador ou um Ministro decide fica registrado, e os problemas se repetem. Até acredito num trabalho profundo de pesquisa, falando assim: "Ah, o entendimento de determinada pessoa, nesse caso, é esse. Então, vamos fazer um trabalho de sustentação oral, de memorais e tal, para mostrar que esse caso não é idêntico". Agora, se o entendimento do julgador é um e é registrado, não tem como, num caso específico, ele entender diferente e, depois, voltar atrás. Seria uma coisa até sem lógica. Realmente, não acredito nisso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não acredita nisso?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem poderia citar nome de autoridade do Poder Judiciário que tenha amizade com ele ou com o senhor?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Sinceramente, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele ajudou na tramitação de algum processo em que o senhor tenha interesse, o Sr. Valter?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Como assim? Ajudou na tramitação?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a influência que dizem que ele tem. E ele depôs aqui também e falou que a tinha.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Excelência, o que eu entendo que poderia colaborar com a tramitação de algum processo seria um profundo conhecimento do processo civil e talvez desse trabalho de pesquisa que eu estou...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, eu queria esclarecer ao senhor o seguin-

te: estou perguntando isso, porque, na verdade, a CPI testemunhou aqui – e tomamos conhecimento da prova mesmo disso – que ele ganhou da GTech R$5 milhões por apenas uma ação, uma liminar, uma medida cautelar. Ele teria ganhado R$5 milhões. Então, para ser pago assim pela GTech, ou é um luminar, um advogado de grande prestígio, ou, então, tem essa influência junto ao Poder Judiciário. Não estou querendo aqui agredir o Poder Judiciário, mas deveria ter influência. O senhor não concorda comigo?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Excelência, posso falar do meu ponto de vista pessoal. Do meu ponto de vista pessoal, posso lhe afirmar como isso aconteceu, porque, em determinado momento, participei da apresentação do Valter Santos, que era meu amigo, como eu já havia colocado, para o Dr. Enrico Giannelli, que era o meu correspondente em São Paulo, no escritório Fisher & Foster, e, vice-versa, eu era correspondente dele em Belo Horizonte, no escritório em que eu era sócio, no Gontijo Mendes.

Num determinado momento, o Enrico me apresentou um problema. A gente sempre fez uma grande troca de informações técnicas. Não tenho nenhum constrangimento em dizer que eu, realmente, sou um advogado muito esforçado e muito estudioso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Isso não é defeito.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, mas fica parecendo falta de modéstia, não é?

Mas, nesse momento...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É que, hoje, aqui no Brasil, às vezes ser estudioso pode parecer defeito.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Pode parecer, não é?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não é, não.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Bom, voltando... Então, nesse momento, o Enrico me apresentou o seguinte problema. Estou tentando ser mais abrangente dentro da conversa que nós tivemos nessa ocasião. A GTech prestava um serviço à Caixa Econômica Federal, e parecia que iria haver uma nova licitação. Nessa nova licitação, a opção da Caixa Econômica Federal foi a de fazer o edital fragmentado, impedindo a apresentação de uma proposta de preço global. Então, ele tinha feito um mandado de segurança, com o objetivo exclusivo de permitir que ela, na discricionalidade dela, licitasse como bem entendesse, mas atentasse ao princípio do maior benefício para a administração pública e permitisse que, além das propostas individuais, fosse apresentada uma proposta de preço global. E teve sucesso nesse mandado de segurança.

Pelo que ele me relatou posteriormente, a Caixa soltou novo edital com os mesmos vícios, e aí ele fez o que se chama de atentado. Quando alguém tenta burlar uma decisão judicial, cabe ação de atentado, para o próprio juiz poder falar se está sendo burlado ou não. E o juiz – deixe-me ver se me lembro – falou que estava sendo burlado. No Tribunal, isso, a princípio, foi mantido e, depois, caiu.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No Tribunal de...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – ...Regional Federal.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No Tribunal Regional Federal?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – É. Então, o recurso que caberia, daí em diante, seria um recurso especial. Mas, no tempo de tramitação da publicação do acórdão, da apresentação do próprio recurso, da apresentação das contra-razões da outra parte, da remessa do recurso ao Superior Tribunal de Justiça, da apreciação do Ministro e da inclusão em pauta, certamente essa licitação já teria ocorrido.

E aí comentei com ele que um conhecido meu, que é o Valter, já havia conseguido, em situação semelhante – diante de uma excepcionalidade dessa, de que não adianta esperar o provimento jurisdicional, porque o direito já vai ter perecido –, que o STJ conferisse efeito suspensivo a esse recurso e não permitisse o perecimento do direito até que ocorresse a licitação. "Então, me apresenta esse advogado!". Apresentei.

Minha participação com a GTech, nesse momento, encerrou aí. Posteriormente, eu, pessoalmente, advoguei para a GTech, já depois de ter saído desse escritório de que eu era sócio. Não sei se por uma circunstância contratual antiga...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual era esse escritório?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Gontijo Mendes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Gontijo Mendes?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – É. Foi logo após que eu saí desse escritório. A GTech tinha um contrato com a Embratel. Dessa ação eu fui o advogado. A GTech teve um contrato com a Embratel que implicava um investimento muito alto por parte da Embratel para prestar o serviço. E, no contrato, então, ficou consignado que, se houvesse a eventualidade de prorrogação, seria previsto que o valor da prestação mensal seria reduzido substancialmente, porque o investimento já estaria pago. E, quando o Enrico me procurou para acompanhar essa

ação em Belo Horizonte – porque a gente já era correspondente um do outro –, ele me explicou que a Embratel não estava querendo honrar essa cláusula contratual. Então, entramos com uma ação, pedindo antecipação de tutela, para obrigar o cumprimento do contrato. Essa foi a minha efetiva advocacia para GTech.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor sabe se foi essa ação, a ação anterior sobre a qual o senhor falou, que gerou esse pagamento?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Certamente, foi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor tem certeza?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Do que tenho conhecimento é que foi só para essa ação que o Valter trabalhou para a Gontijo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para a GTech?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – É. Para a GTech. Desculpe.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor também ganhou?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não tive participação nisso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não teve nenhuma participação?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não. Até dentro do nível de relacionamento e de amizade que eu tinha, não era uma coisa...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não achou excessivo esse pagamento? O senhor já teve oportunidade de receber R$5 milhões assim de uma vez?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, Excelência. Quem sabe um dia...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor trabalhou para a GTech. Quanto foi que o senhor recebeu por essa ação em que o senhor apresentou a GTech contra a Embratel?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Foram R$59 mil.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Cinqüenta e nove mil reais é algo como 1%...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – É bem verdade que a complexidade das ações também é bem diferente, não é? A minha era uma ação muito mais simples.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, mesmo assim – pode ser que eu esteja simplificando a coisa demais –, pareceu-me muito excessivo. Quer dizer que o senhor foi apenas um conselheiro nesse caso?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – É uma coisa usual entre advogados trocar idéias. Aliás, até o primeiro colega que eu tive de escritório...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O tema era tecnicamente difícil?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Oi?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O tema da ação com que o Sr. Valter Santos entrou na justiça... Isso que o senhor explicou...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – De conseguir a antecipação do efeito? (Pausa.) Realmente, é um trabalho muito complexo, a partir do momento em que você tem de demonstrar uma excepcionalidade absoluta. Vai existir o perecimento do direito, e a excepcionalidade da medida é inerente à hipótese da concessão. Imagine se o Tribunal Superior – por lei, o recurso que normalmente vai a ele já não contém esse efeito suspensivo – começasse a apreciar a possibilidade de efeito suspensivo em todos os processos? Poderíamos falar que quase ia tirar a função jurisdicional dele, porque há a absoluta impossibilidade de ele conseguir oferecer prestação jurisdicional para todos.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido – AC) – Sr. Relator, V. Exª me permite...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido – AC) – A sua última pergunta me alertou para um detalhe, e, talvez, seja interessante a gente persegui-lo.

O ilustre advogado, o depoente, esclareceu que jamais recebeu quantia desse porte, em que pese sua atuação profissional constante, permanente e, pelo que estamos vendo aqui, conceituada na praça.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Obrigado, Excelência.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido – AC) – Talvez, para elucidar essa questão... Também não tenho dúvida de que esse pagamento feito ao Valter significou outra coisa que não honorários advocatícios. Está certo? Uma das formas que teríamos de aferir isso com precisão – não sei se temos essa possibilidade – seria a de requerer, por exemplo, da GTech a relação de pagamentos efetuados a título de honorários advocatícios nos últimos três anos, com seus respectivos comprovantes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido – AC) – A surpresa do ilustre depoente é de tal forma que causa realmente espécie a todos nós. Ele jamais recebeu uma quantia dessa; espera um dia receber. Não é uma quantia irrisória para honorários.

Sei que há grandes causas e que há valores, inclusive, muito maiores do que esse em jogo. Não estou aqui minimizando a importância da medida judicial proposta – é uma ação cautelar, é um pedido de liminar –, mas também não podemos considerá-la algo fenomenal para justificar um pagamento de honorários desse porte.

Então, Senador Garibaldi, eu mesmo vou tomar a iniciativa de apresentar a esta Comissão um requerimento, para que a GTech comprove documentalmente a relação de honorários advocatícios pagos nesses últimos três anos, com o seu respectivo comprovante, para que a gente possa aferir, num universo desse, a relevância tão grande assim dessa medida judicial proposta, num cotejo com as demais, porque é uma empresa que demanda a atuação de escritórios de advocacia – acredito – com uma intensidade muito grande.

Então, é possível que a gente possa elucidar, de uma vez por todas, essa questão. O Senador Garibaldi, fazendo essa pergunta, deu-me a oportunidade de imaginar que essa linha de investigação pode elucidar, de uma vez por todas, essa questão desse pagamento.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa relação que o senhor tinha com o Dr. Enrique Giannelli... É Enrico.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Enrico.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Enrico. Essa relação o levou ao Dr. Valter, ou foi o contrário?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não. Dentro dessa troca de idéias com o Enrico, eu falei: "Eu conheço uma pessoa que já esteve num processo numa situação semelhante e que obteve sucesso".

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah, então, o senhor sabia das habilidades, da eficiência, do Dr. Valter Santos Neto?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – E cabe um elogio, porque é uma pessoa inteligentíssima, com conhecimento profundo do Direito.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas disso aí ninguém tem dúvida aqui, não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A nossa dúvida aqui é relativa a como ele está usando essa inteligência, não é, doutor? É a forma de uso da inteligência dele, isso sim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E os senhores nem sempre tiveram ações em comum, é claro. Ou tiveram? Falo dos três.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não. Tivemos várias ações. Varias vezes também, por exemplo... Acho que ele guardava uma confiança grande no aspecto técnico também. Várias vezes, ele me encaminhava processos, para eu analisar a viabilidade jurídica ou não do pleito. Isso era comum entre a gente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Havia esse sistema de consultas?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Vamos chamar de trocas de idéias, não é?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas nunca tiveram o êxito que o Dr. Valter teve nesse caso, não é? Estou sendo repetitivo, porque é um... V. Sª já deve ter notado que há – é claro – um certo estarrecimento aqui pelo fato de uma simples medida como essa... Ninguém tem notícia... Pode ser que o senhor possa até nos mostrar outra ação que tivesse obtido o mesmo sucesso. O senhor tem notícia disso ou não?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Eu me considero uma pessoa reservada e permito que as outras pessoas sejam reservadas também. Eu não tinha o hábito de conversar sobre isso. Mesmo com relação a valores dessa contratação, eu vim a saber agora pela imprensa. Não era o foco da minha relação com ele. Agora, quanto ao estarrecimento, eu, sinceramente, até queria fazer uma correção: não é que eu tenha ficado estarrecido quando falei que ainda espero ter uma oportunidade dessa. Acho que coincidiu o momento, a necessidade, o valor do contrato com a habilidade específica, e ele soube aproveitar. A impressão que me passou foi essa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor não participou?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não participei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já disse aqui que não participou financeiramente dos honorários.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, como ele não participou do processo que eu abri.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como é que V. Sª explica que, a cada uma das três maiores parcelas de pagamento que o Dr. Valter recebia da GTech, V. Sª recebia um percentual?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – São 10%.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não dá 10%.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Dá.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, não dá nada. Há um percentual, e não importa se são 10%, 5% ou 1%.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Excelência, só para deixar claro, por exemplo...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª disse que não recebeu nada e agora diz que não dá 10%. Então, alguma coisa recebeu.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não. Estou falando que não tem relação. Nunca recebi R$500 mil. Olha só: em junho de 2003, salvo engano – foi em 2003 –, em cima de uma circunstância em que eu estava vivendo um pouco complicada, ele me adiantou de valores que eu havia ainda a receber R$302 mil. Em final de setembro, em começo de outubro... Os senhores podem olhar isso, e, se quiserem, eu envio os comprovantes para a Comissão. Essa foi a maior transação financeira que já houve entre mim e Valter. No final de setembro, começo de outubro, os senhores vão ver...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas essa transação... Permita-me.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não. Olha só...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu vou aguardar, então.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Em final de setembro, em começo de outubro – os senhores podem ter certeza, e eu posso enviar os comprovantes –, eu paguei de volta R$256.945,00. Disso eu tenho os comprovantes. Não tem nenhuma proporcionalidade, nenhuma relação com nada de GTech, não. Pode até haver uma coincidência, porque eu acho...

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Eu sabia...

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, porque ele sabia que eu tinha dinheiro para receber e estava apertado. É um problema pessoal meu.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Mas ele estava lhe adiantando o quê?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Emprestando. Na verdade, emprestando.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Então não é adiantamento.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – É.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – ...empréstimo? E o senhor declarou o empréstimo no imposto de renda? O senhor tem alguma nota?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Com toda segurança. Se quiserem, também envio as declarações para os senhores. Está tudo certinho.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor trouxe as declarações aí?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não trouxe. Eu não sabia que ia ser questionado sobre isso. Mas, com prazer, enviarei.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas foi empréstimo? Porque sua relação de amizade com ele era muito forte.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Era, com certeza. Isso já mostra que eu não tenho a menor participação com relação a honorários que ele tenha recebido.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – A estranheza do Senador José Jorge é porque todo mundo, quando senta aí na CPI, que fala de dinheiro na conta foi sempre um empréstimo. Então foi essa a razão de ele ter achado estranho.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Sinceramente, o meu está pago. Tenho o comprovante de pagamento. Está pago.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Então o senhor não tem nada, absolutamente, que ver com a GTech. Foi só coincidência.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, eu ... GTech...

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Doutor, o senhor não pode ajudar ele na resposta.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Era isso que eu ia falar mesmo. Não, eu estou falando: eu advoguei para ela na ação, em Belo Horizonte, na 17ª Vara Cível, nessa ação contra a Embratel, exclusivamente.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Relator, o senhor me desculpe, eu fiz uma interferência aqui, mas depois vou perguntar.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Dr. Hélcio, o senhor me disse, há pouco, que pertencia ao escritório do Dr. Gontijo.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Isso, era sócio.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Por que o senhor, pertencendo ao escritório do Dr. Gontijo, não se valeu do escritório do Dr. Gontijo para propor essa ação? Quer dizer que só o Dr. Walter Santos Neto era capaz de propor essa ação?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Sinceramente, Excelência, eu nunca havia feito uma cautelar dessa no STJ. Nunca. E eu não ia me arriscar...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Mas o senhor pertencia a um escritório, não era só o senhor.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Eu cuidava da área cível do escritório todo. Os meus sócios cuidavam mais da área trabalhista. Eu não ia me arriscar exatamente num dos maiores contratos administrativos da história, arriscar para ver se acertava. Não pode ser essa a minha conduta.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Claro, se o senhor participava de um escritório... Se o senhor me permite, eu não estou aqui querendo entrar na sua vida pessoal, mas o senhor disse que está numa situação passando um certo aperto, nada melhor para o senhor do que, através do escritório, propor, já que teria uma retribuição milionária.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Excelência, essa apresentação do Henrique para o Walter se deu em 2002. O período em que eu estive em dificuldade foi em 2003. Não tem nenhuma relação uma coisa com a outra.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Mas os adiantamentos...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Foi em 2003.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Mas correspondiam ao recebimento... Cada uma das três maiores parcelas de pagamento que o Sr. Walter recebia da GTech correspondia a um depósito dele em favor do senhor na mesma época em que ele recebeu. Está fechada aí a comprovação disso.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Mas não tem relação com a GTech. Isso eu te afirmo que não tem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, é preciso a gente avisar ao depoente que ele é obrigado a dizer a verdade.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – E estou dizendo a verdade.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Esta CPI tem muitos poderes e não é obrigada a ficar ouvindo inverdades aqui.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Eu estou dizendo a verdade.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Acho que o senhor tem que respeitar a CPI, inclusive para ser respeitado. Diga a verdade.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Eu respeito e estou dizendo a verdade.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Sr. Relator...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Sim, pois não.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – ... peço desculpas por interrompê-lo mais uma vez.

Dr. Hélcio, o senhor afirmou há pouco que, modéstia à parte, se julga um bom profissional, estudioso inclusive. Qual era a natureza, na verdade, qual era o objeto do pedido dessa cautelar protocolada pelo Dr. Walter? O senhor pode relatar?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Posso, posso porque é uma coisa que, como objeto de estudo, me interessou muito. Se não houvesse essa cautelar, não existiria hoje a contratação. Teria ocorrido a licitação nos moldes...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Não, não, não. Qual é o objeto da cautelar? O que ela...?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Atribuir efeito suspensivo ao recurso especial que seria, posteriormente, apreciado no STJ.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – E com o seu talento e com a sua dedicação aos estudos, o senhor não se sentia a altura de formular?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Eu nunca tinha feito isso, Excelência.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Não, nunca tinha feito... Tem muita coisa na vida que a gente nunca fez, mas tem capacidade de fazer.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Senador Geraldo Mesquita, o senhor me permite?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Que é isso, Senador? Eu estou usurpando seu tempo...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – É dentro da linha de raciocínio de V. Exª.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Eu estou usurpando seu tempo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – A GTech tinha um contrato com a Fischer e Foster...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Fischer e Foster, exato.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – ... um dos maiores escritórios do Brasil. Tinha também uma prestação de serviço... Recebia também uma prestação de serviço do escritório de advocacia Sigmaringa Seixas. Tinha também, da parte do escritório Alcoforado Advogados Associados SA, também uma relação profissional. Por que ela não se valeu desses escritórios tão conceituados e foi se valer de...?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – A relação que eu conhecia era com a Fischer e Fos-

ter, e um advogado da Fischer e Foster, que é o Enrico, me perguntou uma possível solução. Acredito eu que nessa época ele estava...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Aí, inclusive, o Enrico...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – ...diversas oportunidades.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – ...o Enrico, V. Sª sabia que o Enrico era da Fischer e Foster.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Sim, ele era meu correspondente em São Paulo e eu era correspondente dele em Belo Horizonte.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – É uma coisa muito estranha esses poderes do Sr. Walter dos Santos Neto.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Excelência, confesso que o Enrico, quando falei dessa cautelar, ele me perguntou: "Você faz?". Eu falei: "Nunca fiz". Ele falou: "Não, eu quero alguém que tenha experiência". Aí apresentei o Walter. Eu não consigo enxergar anormalidade na minha conduta nisso. Não consigo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Dr. Hélcio...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – ... por que a GTech – V. Sª não tem explicado bem isso – resolveu contratar essa empresa, esse escritório do Sr. Walter dos Santos Neto para defender os seus interesses em Brasília? Entre setembro em outubro, V. Sª creditou à MM Consultoria aproximadamente R$310 mil. A que título isso ocorreu?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Exato o que eu acabei de explicar, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – É o pagamento do adiantamento.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Exatamente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Do adiantamento do empréstimo.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não chega a ser 310. Eu lembro que a gente calculou o que seria valor de aplicação e CPMF.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O senhor conhece mais alguém da GTech além do...? Quem é que o senhor conhece da GTech?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Depois que... Eu ainda acompanhava a ação da Embratel. Aí a GTech rompeu o contrato com a Fischer e Foster. Nessa época, a Drª Magda – não me recordo o sobrenome – me procurou perguntando se eu continuaria acompanhando essa ação e outras que havia em Belo Horizonte que não eram acompanhadas por mim. Fiz uma proposta. Ela não aceitou essa proposta e outro escritório foi contratado. Encerrei qualquer relação com a GTech aí. A outra pessoa que eu conheci foi ela.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Sim, porque, além dos escritórios, a GTech tinha algum departamento dela de advocacia ou não?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não sei informar. Acredito que sim, porque a Drª Magda se apresentou como gerente. Sim, com certeza tem. Com certeza. Ela se apresentou como gerente jurídica.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – E foi o senhor também que indicou a ex-esposa do Dr. Walter, a Srª Samia Amim Santos, para um contrato junto à GTech?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Ela realmente é uma das melhores advogadas que eu conheço em matéria de propriedade industrial e contratos. Antes de ajuizar essa ação da Embratel, eu sugeri que ela fosse consultada para conferir todos os termos da ação, para que a gente tivesse uma boa possibilidade de sucesso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – E foi através do Sr. Enrico Gianelli também que o senhor indicou ou já foi diretamente mesmo?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, já foi através de mim. Minha conversa era com o Enrico, mas a opção foi minha mesmo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Mas ela não chegou a receber esses 5 milhões?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Qual o seu nível de relacionamento com o Sr. Carlos Cachoeira?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não conheço, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Não o conhece? Não foi seu advogado?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O senhor foi advogado da Loteria do Estado de Minas Gerais e do Sr. Mário Márcio Magalhães, que assumiu que é sócio de Carlos Cachoeira. O senhor disse agora que não foi advogado de Carlos Cachoeira.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O senhor poderia explicar melhor a relação

entre a Loteria do Estado de Minas, a Jogobrás de Carlos Cachoeira e a GTech, bem como as ações nas quais o senhor...?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Vamos por parte, Excelência, porque a pergunta ficou longa demais. Vamos começar do começo.

Realmente advoguei para a Loteria dentro dessa realidade de contrato licitado que eu já havia exposto. Em 2000, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais entrou com uma ação civil pública contra a Loteria, seus diretores e algumas empresas. Eu realmente, num primeiro momento, defendi a Loteria e dois diretores. Depois que me retirei do escritório de que eu era sócio, da Gontijo Mendes, eu mantive apenas a advocacia para os dois diretores, ex-diretores, melhor falando.

A outra etapa era... A questão de relação de Jogobrás e GTech eu não sabia que existia. Sinceramente não sabia.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O senhor foi só advogado da Loteria do Estado?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Exato. A Jogobrás, pelo que eu tinha conhecimento, era de um grupo espanhol. Eu não sabia de relação dela com o Carlos Cachoeira também não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O grupo espanhol de jogos... Como era o nome?...

Esse grupo era composto pelo Sr. José Celso?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Não?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Esse é um grupo espanhol que está em não sei quantos países. É um grupo enorme.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – E o senhor foi advogado dele?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O Sr. Zildo Heliodoro o senhor conhece?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Conheço. Foi meu cliente, inclusive.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Ele informou ao jornal **Correio Braziliense** que V. Sª o contratou. É verdade?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Para gravar uma fita.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Em hipótese alguma. Jamais, em tempo algum da minha vida, fiz, pedi para fazer ou contratei alguém para fazer qualquer tipo de gravação, prática que eu abomino.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Mas qual era a relação do senhor com o Sr. Zildo Heliodoro?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Ele foi meu cliente na questão do inventário dos pais dele. Ele era de Belo Horizonte e parece que fez carreira em São Paulo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – E o Sr. Luzildo o senhor conhece?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Como?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Luzildo.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Luzildo? Não. Nunca ouvi falar.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Não, é porque há uma informação da minha assessoria de que o Sr. Zildo – não é Luzildo –, em depoimento na Polícia Federal, fez questão de ratificar essa declaração de que o senhor o contratara para gravar uma fita onde Márcio Miranda Gonçalves, genro do Procurador-Geral de Justiça em Minas Gerais, Márcio *(Inaudível.)*, pedia R$6 milhões de propina para barrar as ações do Ministério Público mineiro contra os empresários de jogos eletrônicos, e seu genro em 2000. Os principais endereçados seriam os donos de caça-níqueis José Celso e Durval Santos. O senhor pode nos dar uma explicação?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Posso, perfeitamente.

Acho difícil acreditar que ele tenha afirmado isso junto à Polícia Federal porque é falso. É falso. E não só ele como já tem ação penal em andamento em Minas Gerais a esse respeito. Nem ilação a esse respeito existe. O que aconteceu, efetivamente, é que esse Durval, salvo engano no final de 2000, me procurou no escritório com essa assertiva de que um diretor do Ministério Público estaria tentando extorqui-lo. Falei: "Primeiro, não sou criminalista. Segundo, no meu ponto de vista, isso não é um problema para advogado resolver. Isso é um problema de polícia". "Ah, mas é o Ministério Público e eu não sei como agir". Eu disse: "Tampouco eu. Realmente não é minha área de conhecimento. Não tenho como te ajudar".

Diante de muita insistência de procurar algum tipo de auxílio, eu me lembrei – salvo engano, era uma quarta-feira – que na sexta-feira o Zildo estaria em Belo Horizonte para olhar a obra na casa que ele herdou, que era a casa dos pais dele. Eu me lembrei que ele era delegado e profundo conhecedor de como se portar numa situação como essa. Peguei o telefone

e liguei para ele: Zildo, estou aqui com o Sr. Durval e está acontecendo isso. Ele falou: "Sexta-feira eu vou estar em Belo Horizonte e posso encontrar com vocês no escritório. Não tem problema nenhum". Até imagino que achava que fosse uma aventura qualquer, que não tivesse nada de sério.

Na sexta-feira a gente se encontrou e esse Durval falou que se encontraria com o Márcio Miranda, que era o diretor do Ministério Público. O próprio Zildo, por iniciativa dele, falou que ficou muito curioso e falou: "Então deixa que eu vou nessa reunião". Aí cessei minha participação.

Ele foi, movido pela curiosidade dele. Acho que se apresentou para a pessoa e depois gravou as conversas telefônicas dele com a pessoa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O senhor conhece as empresas Dreamport?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Já, em algumas ocasiões, ouvi o nome dela como uma empresa ligada à GTech, que, inclusive, acho que chegou a prestar serviço para a Loteria do Estado de Minas Gerais.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O senhor nunca prestou serviço a ela?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Não?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O senhor conhece Marcelo Rovai...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não conheço.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – ..., que é diretor da GTech?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Hoje está no exterior, mas na época era diretor aqui.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não. Interno da GTech a pessoa que eu conheci, nesse momento posterior, foi a Drª Magda.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Conhece Antônio Carlos Lino da Rocha?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Também não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Conhece Romualdo Cansado e Orlei Claro de Lima?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Também não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O Sr. Rodrigo de Lima, filho de Orlei, informou a esta CPI que seu pai contratou o Dr. Walter de Santos Neto para fazer um acordo com o Banco do Brasil para pagamentos de valores referentes a ações referentes ao expurgo do Plano Verão sobre o CDB pós-fixado. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Excelência, eu fiz uma análise de um processo a esse respeito há uns anos atrás, mas eu nem me lembro se foi para o Walter ou se foi para essa pessoa. Mas foi só análise. Não cheguei a atuar no processo, não cheguei a assumir responsabilidade no processo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – No caso aqui, V. Sª não tem memória sobre o ...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, sinceramente não. A matéria até me atraiu uma vez...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O Dr. Walter teria recebido R$1,4 milhão para tal.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não tenho conhecimento, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – No entanto, é sabido por todos do meio jurídico que o Banco do Brasil, assim como a Caixa, não faz acordo em ações. O senhor não tem...?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O senhor conhece Maurílio de Assis Vieira Filho?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – De nome. Acho que pessoalmente não. Não, não conheço, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Porque ele também era um dos beneficiados pelo Sr. Walter dos Santos Neto com depósitos.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não. Conheço de nome só.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Assim como o senhor recebeu naquela época o que o senhor diz que foram adiantamentos, ele também recebeu. O senhor não se lembra dele não?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não. Não me lembro dele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – No caso...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Ah, Excelência, desculpe-me interrompê-lo, mas é para esclarecer. Então já está constando... Os valores que eu depositei de volta já estão constando aí, não é?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Constam os valores que o senhor depositou de volta.

No caso dele, os valores eram fixos em R$30 mil.

V. Sª prestou algum serviço à empreiteira Camargo Correa?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Nunca.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – À Mendes Jr., empreiteira também?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Já prestei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já prestou. Serviços jurídicos?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não recebeu milhões?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Recebeu quanto?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não me recordo, mas não foram milhões.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece o Rogério Buratti?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Também não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Juscelino Dourado?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Também não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por último, Sr. Presidente.

O senhor não participou das comemorações do Dr. Cláudio Santos Neto pelo recebimento dos cinco milhões, não?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não. Eu tinha uma convivência estreita, mas acho que a vida dele é uma comemoração.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conheceu o Sr. Ralf Barquete?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Também não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conheceu o Sr. Paulo Bretas ou conhece?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Diretor da Caixa Econômica?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Waldomiro Diniz?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Também não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Marcos Valério?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Também não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não conhece a Direção do PT, não?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não. De nome, todos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge para fazer as suas perguntas.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na realidade, nós, aqui, de certa maneira, não podemos acreditar em tudo aquilo que nos dizem. Temos de acreditar nos fatos.

Então, evidentemente, um contrato desta empresa MM, do Sr. Valter Santos, com a GTech, no valor de R$5 milhões para simplesmente entrar com uma ação cautelar no Superior Tribunal de Justiça – na realidade, ele recebeu antes de terminar a ação –, isso não pode ser uma operação verdadeira. Não dá para se acreditar nisso, porque somos pessoas antigas, já temos 60 anos e acompanhamos a história do Brasil. E não dá para acreditar que um escritório de advocacia vá receber R$5 milhões para fazer um único serviço que não seja lavagem de dinheiro. O próprio Sr. Valter Santos, que não é advogado conhecido, cujo escritório não tem nenhuma conceituação maior, recebeu, só de uma empresa, de uma empreiteira, R$22 milhões por um trabalho da Camargo Corrêa. Aparentemente, pelo que temos notícia, era para se fazer um acordo em relação a uma coisa que estava entre 2 milhões e 12 milhões. Ele recebeu 22. Retirava o dinheiro e fazia os saques em dinheiro, quer dizer, ele ia à boca do caixa e sacava esse dinheiro. E disse que gastou com vinho, com festa etc.

Na realidade, infelizmente, não dá para se acreditar nessa história. É uma história mentirosa, a CPI vai dizer é mentirosa, já existem provas, já existem todas essas aberturas para se dizer isso.

Em relação à participação do depoente, na realidade, também ele não está dizendo a verdade, porque vemos aqui o seguinte: o dia em que a GTech fez o primeiro pagamento à MM, ao Sr. Valter Santos, foi 17/10/2001, portanto, 17 de outubro de 2002, desculpem. Ela depositou R$985 mil na conta do Sr. Valter Santos. No dia 18/10, o Sr. Valter Santos depositou

R$100 mil na conta do depoente – tudo bem, pode ser até coincidência.

Aí vem de novo: no segundo pagamento – grande, porque, para os pequenos, não tinha essa operação –, no dia 3 de janeiro de 2003, no caso, a GTech depositou, na conta do Sr. Valter Santos, R$1, 920 milhão. O Sr. Valter Santos, no dia 09/01, três ou quatro dias depois, depositou na conta do depoente R$215,5 mil – mais ou menos também 10%, um pouco mais; antes, um pouco menos; agora, um pouco mais. Bom, pode ser coincidência, mas já são duas vezes.

A terceira vez, no dia 26/06, a GTech deposita na conta do Sr. Valter Santos, da MM, um milhão, seiscentos e setenta e quatro. E, no dia 27/06, o Sr. Valter Santos deposita na conta do depoente R$200 mil.

Portanto, há uma relação direta entre o pagamento da GTech ao Sr. Valter Santos e o pagamento do Sr. Valter Santos a V. Sª.

Então, isso não pode ser empréstimo, quer dizer, se aceitarmos isso aqui, é melhor que nem façamos CPI, porque V. Sª é um advogado, V. Sª sabe do poder da CPI, sabe que a CPI pode inclusive prender aquelas pessoas que vêm aqui e que não dizem a verdade.

Então, acho que V. Sª está se arriscando, inclusive, a que a CPI seja obrigada a prendê-lo, porque não está dizendo a verdade. V. Sª é uma testemunha, é obrigado a dizer a verdade. Se há alguma coisa que o compromete, V. Sª pode até se recusar a responder. A Constituição estabelece que pode falar reservadamente. Podemos tornar a reunião secreta.

Agora, o que V. Sª não pode é querer convencer um grupo de Senadores, de gente que já tem conhecimento, que tem idade, que tem experiência, de que V. Sª recebeu. Num dia, a MM recebia, depositava para V. Sª. Três vezes. E V. Sª diz que é um empréstimo.

Então, eu gostaria de, primeiro, confirmar com V. Sª...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E é coincidência ainda até porque, quando encerraram os depósitos da GTech para a MM, encerraram-se os empréstimos para ele também.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Exatamente. Quer dizer, na realidade, na dá.

Não vejo como compromete V. Sª. É isso o que eu gostaria que V. Sª me explicasse. Não vejo como compromete V. Sª se V. Sª recebesse do Valter Santos, porque V. Sª confessou que intermediou o negócio entre o Sr. Valter Santos e a GTech. Isso aí é verdade. V. Sª confirmou.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Eu não intermediei, apresentei um advogado para o outro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Bom, apresentou um para o outro. Então, tudo bem. Depois, começam a aparecer depósitos da GTech na sua conta. Da GTech, não; da MM. Essa é a relação que já citei. E V. Sª diz que isso foi um empréstimo...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, foi um empréstimo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – ... Quer dizer, é muito difícil. Então, eu gostaria, para que não sejamos obrigados a tomar uma medida mais radical, que V. Sª desse uma explicação que pudesse pelo menos nos convencer de que é crível, porque essa, infelizmente, não é.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Exª...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Só para não perder o raciocínio, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Vou conceder um aparte ao Senador e, depois, passo a palavra para V. Sª.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quem foi o advogado mesmo que V. Sª apresentou para o Valter?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Enrico Gianelli.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Enrico Gianelli.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Foi V. Sª quem o apresentou ao Valter?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E o Valter, quando depôs aqui, não fez menção a nenhum... Ele falou de coisas muito bacanas, que ele gosta de guloseimas, gosta de sorvete...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Vinho.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Vinho. Gastou alguns milhões na Disney, e tal, tomando sorvete... Ele é até uma pessoa engraçada, descontraiu muito a CPI.

Então, Sr. Presidente, dentro da fala do Senador José Jorge, estou formalizando uma volta do Sr. Gianelli e do Sr. Valter Santos aqui, juntamente como ele, para acarearmos os três.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não. Então, eu pediria, Sr. Presidente, que passasse a palavra ao depoente para que ele respondesse.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de ele responder, eu gostaria de pedir ao Senador Magno Malta que formalize.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Exª, em momento algum, pretendi mentir ou omitir algum fato. Como eu havia dito, fiz diversos trabalhos em conjunto com o Valter Santos. Diversos. Especificamente nesse caso, realmente não tive remuneração dele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muita coincidência!

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Eu tive um empréstimo; um empréstimo, que inclusive, o nosso Relator já confirmou que a assessoria já detectou que é esse que expliquei.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª devolveu R$320 mil?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Trezentos e seis, novecentos e quarenta e cinco. E recebi trezentos e dois. Foi o depósito de julho. Se se olhar um dia ou dois depois há mais R$50 mil.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª recebeu quinhentos e quinze.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Aí, do restante, em momento algum falei que o restante era empréstimo; falei que não tem relação com esse caso. Diversas vezes fiz serviços em conjunto com ele ou para ele. Em momento algum omiti isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas, não é muita coincidência que sejam os depósitos sempre no outro dia depois que a GTech deposita na conta dele?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Bom, realmente é uma coincidência...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E, depois, quando parou... porque temos o sigilo bancário do Sr. Valter Santos até agora. E, na realidade, depois que a GTech deixou de depositar dinheiro na conta dele, ele parou de depositar na de V. Sª. Parou de lhe emprestar, vamos dizer assim...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não, espera aí!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – ...para usar a sua linguagem.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Só uma vez ele me fez um empréstimo. Faço questão de frisar isso. Uma vez. É esse empréstimo que foi pago. Sou um bom pagador.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O empréstimo foi dividido em três vezes, então. Esses depósitos...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não, não. Foi um valor só.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não, foram dois, dois: um de cem e outro de duzentos e quinze.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não, não. Cem e duzentos e quinze são outros processos, outras coisas. Não tem nada a ver com isso, nada a ver.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas, então, ele sempre operou com muito dinheiro; o senhor também. V. Sªs têm sempre causas boas, então.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Temos, graças a Deus.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas, veja bem – deixe eu falar agora, para não perder o raciocínio. Na verdade, é o seguinte – só vou fazer essa pergunta, porque acho que ela é a mais importante: na verdade, no dia em que a GTech depositou, ele depositou na conta de V. Sª mais ou menos 10%. Três vezes. Quer dizer, então, que nenhum desses três era referente a esse empréstimo.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, com certeza, não, Exª, eu afirmo a V. Exª que não. O que acontecia era pensar assim: "Ah, está para entrar um dinheiro para mim. Você pode esperar para receber? Tem esse, esse e esse?" Falei: "Tudo bem", não tinha por que não aguardar. Quando ele recebia, ele me pagava.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele pagava sempre 10% do que recebia?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Exª, pela própria leitora, não são 10%.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É mais ou menos 10%. No total são 10%. Só é equilibrando aqui e equilibrando ali.

Na realidade...

**O SR. ÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Bom, vamos imaginar: se fossem 10%, cinco milhões, seriam quinhentos mil.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E foi.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Duzentos e cinqüenta e seis já estão constando aí que já não são. Então, já passamos para cinco.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas também podia haver negócio de V. Sª pagando o Sr. Valter Santos.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não era.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas podia.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Podia, mas não era.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Porque, na realidade, esse dinheiro que o senhor passou para o Sr. Valter Santos obrigatoriamente não é o pagamento de um empréstimo, porque um empréstimo, sendo de pessoa física, não tem documento. V. Sª não tem documento de nenhum empréstimo.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não tenho.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não declarou no seu imposto de renda que estava devendo ao Sr. Valter Santos.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – O meu imposto de renda contempla isso, certamente. Ah, não... estava no mesmo exercício. Bom, com certeza, V. Exªs vão ver – vou enviar a cópia do meu imposto de renda – que o meu rendimento no ano é perfeitamente compatível com isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Está bom.

Sr. Presidente, vamos examinar. Acho que, infelizmente, o depoente não está dizendo a verdade. Acho que os documentos aqui mostram a lógica de que ele recebeu do Sr. Valter Santos, mas, na verdade, como ele tem um outra história, vamos examinar a história dele e verificar o que a CPI vai concluir. Mas imagino que...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – No que eu puder colaborar, Exª...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Está ótimo. Então, solicito também que o Relator encaminhe esse contrato do Sr. Valter Santos com a participação do depoente e o examine, para que a OAB também possa examinar, porque, na verdade, a OAB tem muito mais experiência em contratos de advocacia do que nós. A OAB tem um conselho de ética, ela é parte da Justiça. Então, na realidade, ela deve fazer com que os seus advogados tenham um comportamento que é ético, que é exigido dos magistrados dos promotores, dos procuradores. Isso deve ser exigido também dos advogados.

Então, é necessário que a OAB também examine esse contrato.

Requeiro que o Relator peça uma opinião específica da OAB, com os sigilos todos, para se verificar o que aconteceu de fato nesse contrato, porque, sem sombra de dúvida, o depósito, em um dia, e o depósito, no outro, é difícil de se a acreditar que as coisas não estejam relacionadas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para fazer as suas perguntas.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Depoente, V. Sª assistiu ao depoimento do Sr. Valter Santos nesta CPI?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não, não conseguir assistir, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor ouviu falar do depoimento dele?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não. Ouvi falar, lógico, foi muito divulgado, mas o depoimento em si não pude assistir.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – V. Sª soube que ele foi acareado com o primo dele aqui?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Soube, soube.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E que o primo dele desmentiu ele?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Dessa parte eu não sabia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor soube que a empresa que ele usou era uma empresa que estava inativa?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Soube agora.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O primo dele descobriu que estava envolvido no processo depois que viu na mídia.

Sr. Presidente, o que se tem do Sr. Hélcio Coimbra...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Cambraia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – ... Cambraia, é a partir das quebras do Sr. Valter Santos. Não temos quebra do sigilo fiscal e bancário dele. Estou oficializando V. Exª, porque, como estou oficializando para que haja a acareação, necessário é que façamos a acareação a partir das quebras dos sigilos dele. Só assim encontraremos, até porque, eu, na verdade, estou fazendo essas considerações porque não tenho ilusões com respostas em CPI, até pela experiência que tenho, porque ninguém, em CPI, de fato, assume nada; ninguém vai se incriminar. Até pessoas de índole muito ruim ficam muito boas quando se sentam na cadeira. Alguns são misericordiosos até, tornam-se misericordiosos.

Então, não trato com a ilusão de que o sujeito vai dizer: "Não, participei, fiz isso e tal; realmente, aqui foi, eu errei, o que dá para acertar aqui, o que não dá". Não sei tem isso. Ninguém não fez, ninguém não fez, ninguém não fez. E, na verdade, encontra-se no sigilo bancário, no sigilo fiscal. São nos sigilos, nos encontros dos sigilos telefônicos que o Relator tem a possibilidade, juntamente com o corpo técnico, de poder tirar conclusões para o seu relatório.

Agora, o meu juízo é realmente que o senhor está mentindo...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Exª, eu fico... posso...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Vou perguntar ao senhor. O meu juízo é que o senhor está mentindo. Sei que coincidências existem, mas essa sua é demais, a sua coincidência é demais.

Na verdade, o Senador José Jorge fala em depósito em torno de 10%, mas que não são 10% redondos

– o senhor questiona isso –, mas gira em torno de 8% para 10% todos os depósitos que foram feitos.

Portanto, nas suas quebras, vamos saber realmente – na sua quebra de sigilo bancário com a quebra do sigilo telefônico – onde isso pode ser encontrado.

O senhor é amigo de Valter Santos há muito tempo?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Há muito tempo, há bastante tempo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele é um bom advogado?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Considero.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Competente?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Considero.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Por que o senhor apresentou a ele o Gianelli para fazer o negócio, e o senhor mesmo, como bom advogado, não ficou com a causa?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Exatamente pelo que já expliquei.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu não estava aqui, não. Estou perguntando ao senhor porque eu não estava aqui.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Eu nunca havia feito uma cautelar nesses moldes e, pelo que entendi, a procura do Dr. Enrico era de alguém que tivesse a experiência. Eu sabia que o Valter tinha a experiência e indiquei.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor sabia que ele tinha experiência a partir...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – De casos passados dele.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor pode citar uns dois ou três, em que ele foi bem sucedido?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não vou me recordar de nome agora. Tem muito tempo isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas, como é que o senhor sabe que ele foi bem sucedido?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Eu me lembro da circunstância. Por exemplo, uma vez, entre a decisão do Tribunal Regional Federal e a apreciação do recurso pelo STJ, o valor da empresa lá seria convertida em renda da União. Aí não se consegue reverter a conversão em renda. A experiência que tive de ver foi essa.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor é amigo dele?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Hoje, não mais; a gente se distanciou. Não que eu não seja amigo, a gente perdeu o contato.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Por quê?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não sei explicar. Conheço diversos outros amigos em comum que, em um determinado momento, ele abandona e não liga mais.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas, então, o senhor continua amigo dele?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Continuo gostando dele, não tenho nada contra ele.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não perguntei se o senhor gosta dele, perguntei se o senhor continua sendo amigo dele.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Não convivo mais com ele.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não perguntei se o senhor convive, não; perguntei se o senhor continua sendo amigo dele.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Ah, sim, por que não?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor conviveu quanto tempo com ele, assim de perto, amizade bem de perto?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Uns três anos, o período mais intenso de convivência foram três anos.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Nesses três anos de convivência, o senhor não achava estranho ele gostar tanto de sorvete e de vinho, não?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – O senhor quer que eu emita uma opinião pessoal?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, até porque estou perguntando uma coisa que ele mesmo falou aqui, que era viciado em sorvete, em chiclete babalu, em vinho...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Quando conheci o Valter, ele pesava, acho, 260 quilos. Aí ele fez aquela cirurgia de redução de estômago. Realmente, é guloso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Guloso, né? É, esse negócio da GTech mostra mesmo.

Ele disse que gastou uns milhões com vinho, com chiclete, com sorvete, e eu defendi que ele fosse preso aquele dia.

O senhor sabe que mentir à CPI é crime?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Sei.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E que o Presidente Mozarildo, neste momento, é juiz?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Exatamente.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E pode prender o senhor também, porque o senhor está mentindo.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Se eu estivesse mentindo. Eu não estou mentindo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O senhor está mentindo. O juízo quem faz não é o senhor, somos nós. O senhor está aqui só depondo. O juízo somos nós que fazemos, é o Presidente quem faz.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Certo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Agora, a gente nem sabe se vale muito a pena, porque é uma prisão até de deboche, porque o sujeito sai com R$300, é afiançável, o seu advogado sabe disso; é prisão em flagrante, mentir à CPI é crime, não é uma prisão preventiva, não é nada disso, e a gente não sabe nem se vale a pena.

Acho que teremos boas conclusões a partir do momento em que tivermos as suas quebras, e como estou dizendo que tenho o juízo de que o senhor não está falando a verdade, a partir da acareação, com as suas quebras, eu também terei a mesma dignidade, o mesmo senso de justiça para dizer que estou convencido de que o senhor estava falando a verdade.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido – AC) – Senador, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim, Senador Geraldo, pois não.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido – AC) – Para insistir exatamente na tese que V. Exª está repisando.

São dois aspectos que me chamam muito a atenção. Primeiro, as coincidências do recebimento do Walter e os correspondentes depósitos na sua conta. O outro aspecto, Dr. Hélcio, o senhor vai me perdoar, mas eu insisto ainda naquele ponto. O senhor aqui se declarou um bom profissional, inclusive estudioso, e a sua área é a civil, não é?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Exatamente.

**O SR. GERALDO MESQUITA** (Sem Partido – AC) – Exatamente. No Direito – eu digo isso porque advoguei –, o que acontece? Quando alguém chega com algum problema que não é a nossa especialidade, a nossa área de atuação, por exemplo, eu admito até que, se o fato tivesse relação com a área trabalhista, o senhor indicasse outro profissional. Mas, tratando-se de uma grande empresa que acenava com um honorário fantástico, qualquer advogado encheria os olhos com uma ação dessas, não é?

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Certamente.

**O SR. GERALDO MESQUITA** (Sem Partido – AC) – Sendo na sua área, aqui lembro de algo que foi dito por uma grande juíza federal, que atua aqui em Brasília há muitos anos, Drª Selene. Drª Selene dizia que, no exercício da magistratura, quando ela recebia uma causa complexa, ela pegava quatro, cinco, seis livros se recolhia e ia estudar. O senhor disse aqui que é uma pessoa muito estudiosa.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Sou.

**O SR. GERALDO MESQUITA** (Sem Partido – AC) – Então, o que o Senador Magno Malta está dizendo que é difícil admitir a sua afirmação é porque não é a praxe na área do Direito. Na área do Direito...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Eu posso explicar isso com facilidade.

**O SR. GERALDO MESQUITA** (Sem Partido – AC) – Na área do Direito o que acontece é o seguinte: "Olha, isso aqui não é a minha área, então vou te indicar um especialista no assunto". Agora, no cível, uma ação cautelar, um pedido de liminar – perdoe-me – não tem essa complexidade toda, uma causa bem remunerada, o senhor, como disse o Senador Garibaldi, atuando em um escritório, poderia pegar essa causa e contemplar o escritório com um honorário substancial. São para esses dois pontos que eu – não diria com a ênfase que disse o Senador Magno Malta – chamaria a sua atenção, para que o senhor tivesse zelo, cuidado com o está dizendo. São contradições que, com a experiência, não digo a minha, pois não tenho nenhuma, mas do Senador Magno Malta, que é uma pessoa experiente em CPIs e em apurações dessa natureza, bem como dos Senadores Garibaldi, Mozarildo não batem na nossa cabeça porque elas não têm correspondência com a realidade. Não é que estejamos duvidando de V. Sª, é porque não há correspondência com a realidade. É uma coincidência enorme! O Walter receber o valor e deposita na sua conta; em seguida, recebe outro e deposita na sua conta; em seguida, recebe outro e deposita novamente na sua conta. Acaba de receber da GTech e não há mais depósitos na sua conta. Então, é um negócio... Outra: o senhor atua na área cível, é estudioso, dedicado, como o senhor mesmo disse, afastando a modéstia, um bom profissional e abdica de abrir de uma causa rentável, uma causa que não teve essa complexidade toda em favor de um terceiro fora de seu escritório.

Então, agradeço, Senador Magno Malta, a oportunidade e alerto de que realmente é uma coisa complicada o senhor insistir nessa linha de raciocínio, porque não está nos convencendo.

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Posso explicar, então, Excelência? Com relação à coincidência das datas, mantenho integralmente o que disse até aqui. Agora, um ponto que faço questão de destacar é que não é que eu tenha resolvido abrir mão dessa causa, que eu não queira pegá-la, lógico que não foi isso. A questão é que a consulta que me foi feita pelo Dr. Henrique é se eu teria experiência com esse tipo de causa porque a cliente que fazia a opção da contratação queria a experiência. Eu falei: "Eu nunca fiz". Eu não posso mentir. A partir desse momento, a opção da GTech foi contratar o Walter Santos. Não foi a minha opção abrir mão. O questionamento feito a mim foi objetivo: "Você tem experiência nisso?" Eu falei: "Não, não fiz ainda". Entendeu? Lógico que eu teria todo o interesse que essa ação ficasse dentro do meu escritório.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Magno Malta também já encerrou?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O Senador Geraldo já terminou o aparte dele? Terminou, né?

Sr. Presidente, eu acho que, daqui para frente, é chover no molhado, uma vez que... Eu nem gosto... Se eu soubesse que nós não tínhamos as "quebras" dele... Eu acho que esse tipo de depoimento – queria até pedir a V. Exª como Vice-Presidente para, quando da organização dos convites, não o fizesse sem a quebra do sigilo do depoente... Veja o que fizeram as outras CPI chamando Marcos Valério depois da publicação da revista! É dar uma prova para o cara marcar um "x". "Você fez isso?" "Não". "Você fez isso?" É como marcar "a", "b", "c" ou NDR (nenhuma das respostas). Sem quebra, não tem sentido. Eu não quero ficar chovendo no molhado, até porque, neste momento, eu tenho convicções firmadas – e , aí, disse ao Sr. Hélcio, não vai nenhum demérito à pessoa dele...

**O SR. HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR** – Entendi perfeitamente, Excelência.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – ... nem à história dele, mas são as conclusões que tiro. A partir da quebra do outro, nas suas falas, infelizes coincidências, nas suas afirmações, espero que façamos essa acareação. Espero que aí comprovemos a veracidade ou não das afirmações dele quando os três vierem aqui. Vou esperar. Já mandei formalizar o pedido tanto da quebra de sigilo quanto da acareação para que o Relator possa fazer juízo, porque também não é possível fazer relatório em cima daquilo que não há documento, pois, até prova em contrário, o cidadão é honesta. Vai-se fazer o que se não há a quebra do sigilo?

Então, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. Não tenho mais nada a perguntar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Bom, indago se o depoente tem outra coisa a aduzir, se o desejar fazer. É a oportunidade.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Só dizer que permaneço à disposição para esclarecer o que for necessário. Tenho certeza que, ao término dos trabalhos, vocês vão concluir que eu realmente não omiti nem menti em nenhum aspecto do que coloquei nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Gostaria só que, ao término também, V. Sª assinasse o termo de compromisso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ah, sim. Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Bom, então não havendo mais... Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Relativamente à audiência que esta CPI solicitou seja realizada na segunda-feira – peço atenção do Senador Magno Malta –, relativamente à missão que foi conferida a mim e ao Senador Magno Malta e Senador Romeu Tuma, primeiro até pediria informação se a assessoria sabe se o Senador Romeu Tuma terá já voltado ao Brasil?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele já voltou.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Já esteve aqui ontem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ah! Já esteve aqui.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E me comunicou que vai estar lá.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ah! Vai estar lá. Muito bem. Seremos então os três. Queria transmitir que se porventura algum dos Senadores membros da CPI desejarem estar conosco lá serão bem-vindos, especialmente o Senador-Relator Garibaldi Alves, o Senador Mozarildo, enfim, todos os membros da Comissão poderão estar colaborando.

Eu queria sugerir, já que foi feito o esboço do ofício às autoridades, queria pedir especialmente a atenção do Senador Magno Malta, que teve a gentileza de colaborar, queria fazer a seguinte sugestão aos que prepararam o esboço de ofício: o ofício do Senador Efraim Morais deve ser encaminhado tanto ao... como o Senador Magno Malta já observou, tanto o Secretário de Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, como o Secretário de Assuntos Penitenciários, Nagashi Furukawa e o Procurador-Geral do Estado,

Rodrigo Pinho, mencionando-se nesses ofícios que estamos fazendo isso em cooperação com as duas Secretarias e também com o Ministério Público. Que, nessa ocasião, nós avaliamos que seria interessante fazê-lo no edifício do Ministério Público, ou seja, no prédio da Procuradoria-Geral, onde o Dr. Rodrigo Pinho colocou o auditório à disposição. Portanto, dessa vez com a responsabilidade de o Ministério Público criar as condições. Que possam estar convidados, como na primeira audiência, os delegados responsáveis pela apuração da Polícia Civil, a delegada Elizabete Sato, que agora é a responsável pelo novo inquérito, aberto a partir do apelo da família do Prefeito Celso Daniel, e que também sejam convidados os promotores de Santo André. Aí, prezado Senador Magno Malta, teremos a cooperação seja daqueles que concluíram pela hipótese de crime comum como também dos que concluíram pela hipótese de crime de mando.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Senador Suplicy...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Deixa eu completar apenas. O Senador Magno Malta já listou as pessoas. Então, queria apenas acrescentar, Senador Magno Malta, que solicitei aos promotores que indicassem nomes de mais alguns, dentre os que estão detidos, que possam ser testemunhas importantes. Esses nomes devem chegar, acredito, até o final da manhã. Queria até lhe consultar.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas, veja, esses nomes nós precisamos votar para que haja legalidade na CPI a convocação deles. Ou então, no caso de ouvi-los sem que tenham sido votados no plenário da CPI, necessário se faz que sejam ouvidos pelo delegado federal com acompanhamento nosso, para que haja validade. Senão, nós vamos ouvir os depoimentos deles e vão cair no vazio, não acrescentarão nada.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Bem, pergunto se eu... porque já estavam esses nomes no primeiro ofício que foi solicitado...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Se o ofício foi votado, o primeiro ofício foi votado...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O ofício está aí, por favor?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Foi o primeiro pedido que fiz?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, o ofício daquela primeira audiência. Tinha quatro nomes adicionais...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Só para não ensejar em ilegalidade jurídica, porque aí não vai valer nada.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, tudo bem. Eu compreendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Só um instantinho. Já que esgotamos aqui essa parte, eu queria dispensar, agradecendo-o, a presença do Dr. Hélcio. Aí podemos discutir essa questão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois não! Muito bem. É que os quatro nomes estão lá, então poderíamos votar agora.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – De repente, já foi votado. Vamos olhar para ver se não já foi votado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Suplicy, pode...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu pediria... porque para a primeira audiência estavam tanto os nomes dos sete indiciados como mais quatro nomes. É que talvez houvesse mais um ou dois nomes que os promotores ficaram de enviar. Eu pediria a atenção de... (Pausa.)

A outra hipótese, Senador Magno Malta, é deixarmos essas testemunhas para outro dia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É, porque se nós ouvirmos... A não ser que solicitemos que elas sejam ouvidas pela Polícia Federal e nós acompanhemos o depoimento para não ensejar ilegalidade, porque, uma vez não votados aqui, não tem o menor valor.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim, mas o Senador Suplicy pediu ao Ministério Público que eles indicassem alguém que ele julgasse importante. Isso pode ser amanhã, pode ser depois, pode ser até mesmo lá na hora.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pensei que os nomes já constassem...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não. Constaram da primeira... daquela audiência. O ofício, por favor. Podem trazê-lo aqui, por favor?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Está imprimindo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não tem impressora. Mas estão aí listados os nomes? Não podem falar aqui, porque assim... Eram 11 nomes.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos, eu só queria, Senador Suplicy,...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Só mais um ponto é importante para a assessoria anotar. Para avisar cada uma das testemunhas que, se desejarem estar acompanhadas de seus respectivos advogados, poderão estar. Isso é bom constar do ofício também.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Claro, até porque o juiz faz contato com o advogado quando é

para liberar a pessoa que está envolvida em um processo como este. É extremamente importante o que V. Exª está dizendo. Agora, o convite aos delegados da Polícia Civil que têm convicção que foi crime comum e ao Ministério Público, é bom deixar claro, Senador Suplicy, que eles não estão sendo convidados para fazer um embate. Lá é a acareação do Sérgio Gomes com os seqüestrados e os matadores. Eles estão sendo convidados para acompanhar tão-somente. O que vai se dar é só a acareação do Sérgio com os matadores e os seqüestrados, bem como da testemunha que vamos ouvir reservadamente antes, pela manhã.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim, nós iremos ouvi-lo e não haverá divulgação pela imprensa, mesmo porque será com a característica de testemunho reservado. Nós iremos ouvir o chamado Jack.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Suplicy, essa matéria já foi aprovada em reunião anterior.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim, foi aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Então, eu creio que agora é só um detalhe da Secretária para poder tomar as providências...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem, então, fica assim. Vamos assim decidir, Senador Magno: se avaliarmos que será importante ouvir mais essas outras testemunhas, façamos em outro dia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, e se for muito (*Inaudível.*) não há problema algum. Como já é uma segunda-feira, dia de expediente, como V. Exª está indo presidir, é só fazer um expediente ao Superintendente da Polícia Federal, que designa o delegado que ouvirá juntamente conosco. Mas só que quem vai inquirir será ele. E nós acompanhamos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O problema operacional é que essas quatro, cinco ou seis testemunhas estão cada em presídios. Então, precisaria ser avisado hoje a Polícia para que faça o trabalho muito complexo de trazê-los.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Suplicy...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – A não ser que a CPI vote aqui, com a oficialização de V. Exª , que toda e qualquer testemunha indicada pelo Ministério Público no momento da oitiva que ocorrerá segunda-feira em São Paulo fica esta Comissão autorizada a ouvir.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Aí, sim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu só queria lembrar que os Senadores Eduardo Suplicy e Magno Malta vão contar com a presença da Polícia Federal que vai acompanhá-los e já acompanha a CPI.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Ele pode ouvir.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Agora, se o Senador Suplicy formalizar um pedido à Mesa da maneira como eu coloquei, um pedido guarda-chuva, que fica a Comissão autorizada a ouvir toda e qualquer indicação do Ministério Público, julgando ser importante ouvir, está autorizada a ouvir, aí cobre.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Podemos assim acordar, se a CPI concordar nesses termos. É porque, até hoje de manhã, ainda não havia chegado a comunicação do Ministério Público e eu estava aguardando...

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sr. Suplicy, esta Presidência juntamente com a Relatoria deferimos o pleito. Portanto, V. Exª e o Senador Magno Malta estão autorizados a tomar essas providências.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem. Então, agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13h02min.)*

**Ata da 40ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2005.**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, José Jorge, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes e José Agripino, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva do Senhor Ademirson Ariovaldo da Silva, Assessor do Ministro Antônio Palocci, e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. Solicitou a presença do senhor Ademirson para tomar assento,

juntamente com seu advogado, o senhor Hélio Freitas. Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy agradece a presidência pela formação da subcomissão encarregada da acareação em São Paulo, realizada ontem, e encaminha à mesa duas fitas K7, com a gravação da acareação, informando, ainda, que há uma terceira fita com o assessor do Senador Magno Malta, que será entregue por ele mais tarde. Com a palavra o Senador Romeu Tuma, que falou a respeito da morte do Prefeito Celso Daniel e da idéia surgida de criar uma subcomissão para averiguar as testemunhas e as casas de bingos que podem ter relações com as causas da morte do Prefeito. Novamente com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy falou da possibilidade de solicitar a colaboração do Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, na averiguação de todos esses fatos. O presidente da Comissão agradece e parabeniza os parlamentares presentes pelo trabalho prestado a esta CPI e passa a palavra para o senhor Ademirson Ariovaldo da Silva, que faz uma breve biografia. Passou-se a palavra ao relator para suas indagações, seguido do Presidente, Senador Efraim Morais. O relator apresenta o áudio de uma gravação telefônica entre os senhores Poleto e Buratti, e questiona o senhor Ademirson, que nega qualquer conhecimento sobre os fatos ou pessoas. Ato contínuo, a presidência passa a palavra aos Senadores Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Magalhães, Agripino Maia. Pela ordem, o Senador Tião Viana solicita à presidência que inclua na pauta da próxima semana os delegados Edson Santi e José Pinto, o que é acolhido prontamente. A presidência agradece ao depoente pelo depoimento prestado e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às treze horas e quarenta e seis minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização nas casas de bingo para a prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado.

Esclareço que a presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva.

A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco em votação, propondo a dispensa da sua leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da sua leitura queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Solicito da Assessoria que encaminhe, para tomar assento à mesa, o Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva, para o seu depoimento. (Pausa.)

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que se encontra sobre a mesa o termo de compromisso assinado pelo Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva, conforme o Código de Processo Penal. Encontra-se, também, sobre a mesa, a Procuração do Sr. Ademirson ao Dr. Hélio Freitas de Carvalho da Silveira que tem poderes para fins de representação, junto à CPI, criada pelo Requerimento 245, de 2004, acompanhando o depoimento a ser prestado.

Agradeço a presença do Dr. Hélio Freitas bem como do Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL-PB) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um breve registro – de que a Comissão, designada por V. Exª, constituída pelos Srs. Senadores Romeu Tuma, Magno Malta e eu, estivemos todo o dia de ontem, em São Paulo, ouvindo diversas testemunhas, inclusive algumas em caráter reservado, por serem consideradas testemunhas protegidas de acordo com a legislação e que prestaram depoimentos que consideremos de grande relevância para a apuração dos fatos relativos ao seqüestro e assassinato do Prefeito Celso Daniel. Nós, também, procedemos à acareação entre 7 dos 12 implicados e o Sr. Sérgio Gomes da Silva – avaliamos que, apesar das dificuldades muito grandes em se desvendar isto, nós recolhemos mais elementos. Amanhã será um dia oportuno porque estarão aqui tantos os Delegados que concluíram pela tese do crime comum como os Promotores que concluíram pela tese do crime de mando, que estarão, aqui, e, nesta oportunidade, nós poderemos aprofundar aquilo que, certamente, significa um trabalho onde, por exemplo, a experiência do Senador Romeu Tuma – a experiência de quem sabe e conhece o que é a investigação científica – nós vamos precisar muito do conhecimento, seja da Polícia Civil, da Polícia Federal, dos Promotores e, agora, esta CPI está empenhada em ajudar no desvendar deste trágico episódio para o povo de Santo André e para o povo brasileiro.

Quero, então, aqui, registrar o agradecimento ao Ministério Público, ao Governo do Estado de São Paulo, às Secretarias de Segurança e de Assuntos Penitenciários, porque exigiu-se muito deles dada a mobilização que se fez necessária para este trabalho. E encaminho a V. Exª uma cópia de mensagem que encaminhei ao Pastor Paulo Mansur Haddad, ao Ednaldo de Sá, em que aqui registro que não há mais argumentos que justifiquem que eles demorem tanto para entregar aquela fita gravada que aqui mencionei, e tendo em conta que a Polícia Federal observou que Ednaldo Correia de Sá é uma pessoa que está, inclusive, sendo procurada por estelionato. Terminado o prazo que eu dei a ele, até domingo, para que ele pudesse entrar em contato comigo e entregar a fita, que eu ainda espero que possa ocorrer. Mas eu faço aqui o registro porque é inadmissível que uma pessoa se dirija a um Senador para prestar um testemunho se não for verdadeiro. E eu faço questão de fazer esse breve registro aqui, encaminhando a V. Exª esta carta.

Muito obrigado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ah, desculpe, apenas encaminhei oficialmente a V. Exª a cópia das gravações ontem realizadas para que possa ser feita a devida degravação. Então, aqui faço a entrega oficial.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só para esclarecer: o Pastor ficou claro que é um estelionatário. Já investigado, responde a inquéritos nesse sentido. Então tentou dar um golpe. Ficou bem caracterizado que não adianta ser Senador, não; o estelionatário vai em cima daquilo que ele possa explorar em seu benefício. Já foi pedido...

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Senador Tuma, só um esclarecimento: então já foi identificada a procedência dele.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Já foi identificado pela Polícia Federal, já foi lida a ficha criminal dele pelo Senador Suplicy ontem, e nós vamos requisitar a abertura do inquérito competente, até pela obstrução da Justiça tentando trazer, por um caminho, uma informação inverídica para desvirtuar o encaminhamento que a CPI faz.

Eu queria lembrar, também, que ontem, por convite do Senador Magno Malta, o Deputado Romeu Tuma Júnior esteve presente por ser conhecedor de toda a ação de fuga de um dos principais envolvidos no seqüestro e morte do Celso Daniel, e colaborou bem nas perguntas às testemunhas que foram apresentadas, havendo outras versões novas que apenas nós temos que nos acautelar para buscar realmente se o fundamento da versão dada é verdadeiro. Então, essa cautela. Nós pedimos que eles colaborassem conosco. O preso Feitosa, que é um marginal que participou da fuga com Diógenes, e deu um relato muito profundo sobre todas as circunstâncias que antecederam e posteriores ao seqüestro e morte do Celso Daniel.

Eu pedi que ele fosse ouvido pela Delegada Elizabeth Sato, como também uma testemunha apresentada ao Senador Suplicy, que fez um depoimento que valia por dois aspectos: pode ter circunstâncias relativas à morte de Celso Daniel, mas também tem uma eficácia no caso de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, com emprego de uma arrecadação através de empresa de circulação de kombis na área. Então, esses depoimentos estão gravados aí, mas eu acho que dependem de investigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Esta Presidência entende também, conversando hoje com o Relator, que vamos aguardar a presença do Senador Magno Malta para estudarmos a possibilidade de criação de uma Subcomissão para tratar desse assunto.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu acho que temos que nos acautelar porque eu não sei se compensaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso vamos conversar. Eu preciso ouvir os depoimentos e após ouvi-los conversar com V. Exª, com o Senador Suplicy e com o Senador Magno Malta.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Como da morte do Toninho tem uma testemunha que tem pavor em ser morta por várias ameaças. Segundo relato feito por ele, teria ouvido uma conversa. A idéia do Magno Malta é fazer uma Subcomissão. Não sei se é compensador uma Subcomissão, a não ser que essa audiência com o Ministro da Justiça para que dê garantias e segurança a essa testemunha, que se dispõe a fazer um depoimento efetivo e mais claro e que possa ser usado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Coincidentemente as declarações dele foram dentro de uma casa de jogo, de bingo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – De bingo, claro. Há relação direta com esta CPI. Ele estava trabalhando na casa de bingo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Mas ainda há quem insista que não há nenhuma ligação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Três ou quatro reuniões que se deram, que ele assistiu e que reconheceu membros da Prefeitura, que compareceram a essa reunião, onde teria sido tratada a morte do Toninho.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Entre membros da Prefeitura e donos de casas de bingo

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Influentes inclusive.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Trata-se de um complemento importante. É fato. Ouvimos e dada a preocupação desse senhor que foi a testemunha, com respeito à sua segurança, resolvemos fazer a reunião em minha residência. Os Senadores Romeu Tuma e eu ouvimos essa pessoa em caráter de proteção, e é fato que ele relatou o ocorrido em uma casa de bingo, onde o proprietário da casa de bingo e/ou seu filho estavam participando da reunião que nos foi relatada; de três reuniões onde teria sido planejado o assassinato do Prefeito Toninho.

Avaliamos que as informações são importantes, sérias, precisam ser averiguadas, portanto não estamos descartando e resolvemos, Sr. Presidente, que será importante solicitarmos uma audiência ao Sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a quem ele próprio procurou ao tempo em que o Ministro da Justiça era ainda advogado. Portanto, seu escritório acompanhou esse episódio. Ele está a par de muito dos fatos e avaliamos que será importante, inclusive, solicitar do Ministério da Justiça a cooperação para averiguar sobre a veracidade dos fatos que nos foram relatados. Dada a gravidade do que nos foi dito, consideramos seja importante manter-se reserva sobre muito do que ali foi registrado, cuja cópia, além de ser destinada a todos os Senadores desta CPI, também avaliamos ser importante dar conhecimento ao Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Depende, também, de V. Exª a decisão de dar conhecimento do depoimento ao Ministro. Entendo que a Comissão deve decidir se é importante.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Acreditamos que essa é uma decisão que precisa ser referendada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) **–** Entendo ser importante, primeiro, essa audiência de V. Exªs com o Ministro e, a partir daí, que seja conclusiva essa decisão em que dou todos os poderes a V. Exªs, em nome desta Presidência, para sabermos o que se faz necessário.

É evidente, que esperamos que o próprio Ministro ofereça essas condições de proteção à testemunha, que não tenho a menor dúvida.

Agradeço a V. Exªs e os parabenizo pelo trabalho que vem sendo realizado, mesmo fora daquilo que é natural dentro da CPI, ou seja, no período de oitivas.

Passo a palavra ao Dr. Ademirson Ariovaldo da Silva, tendo S. Sª todo tempo que se fizer necessário para os seus esclarecimentos e identificação aos Srs. Senadores.

Mais uma vez agradeço a presença de S. Sª na nossa CPI.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** **–** Bom-dia. Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, meu nome é Ademirson Ariovaldo da Silva, sou natural de Ribeirão Preto, tenho 50 anos, sou casado e tenho dois filhos. Sou concursado da Nossa Caixa S/A, tendo assumido em 1977, em Terra Roxa, onde trabalhei até 1981, quando fui transferido para a cidade de Pradópolis. Nessa cidade, fiquei até 1985, quando consegui voltar para Ribeirão Preto. Em Ribeirão Preto, militei no movimento sindical bancário, tendo participado de chapa que disputou eleições para o Sindicato dos Bancários. Foi nessa oportunidade que vim conhecer o Ministro Palocci, que então presidia a Central Única dos Trabalhadores da região.

Em 1987, participei da campanha para Vereador de Antonio Palocci, quando ele foi eleito, tendo assumido em 1988. Desde então o acompanho. Participei de suas campanhas para Deputado Estadual, em 1990, para Prefeito, em 1992, para Deputado Federal em 1998 e, novamente, para Prefeito em 2000 e o assessorei em seus mandatos.

No final de 2002, então assessor do gabinete do Prefeito de Ribeiro Preto, fui convidado para o Governo de transição, instalado aqui em Brasília após a eleição presidencial. Quando da posse do Ministro Palocci no Ministério da Fazenda, fui nomeado Assessor do Gabinete do Ministro. Na função de Assessor do Ministro, coordeno a execução das agendas externas, acompanho o Ministro e monitoro o andamento dos compromissos externos, de forma a garantir melhor cumprimento da agenda.

No Ministério, acompanho as agendas de viagens nacionais e eventos públicos do Ministro e coordeno a logística dessas atividades. Quero aqui frisar que não participo e nunca participei da elaboração da agenda do Ministro, função exercida pelo Chefe de Gabinete.

No acompanhamento das agendas externas, recebo muitas ligações destinadas ao Ministro. Para essas demandas, adotamos um procedimento padrão que é: ligações oriundas da Presidência, são imediatamente encaminhadas ao Ministro. As demais ligações, normalmente de Ministro de Estado, Governadores, Senadores, Deputados, Secretários da Fazenda e outras são anotadas para posterior repasse ao Ministro.

Atendendo à convocação desta CPI, estou à disposição de V. Exªs para os esclarecimentos necessários.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Aí está o defeito: telefonar e não obter resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª e concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Ademirson, pelo currículo que o senhor apresentou o senhor nunca foi candidato a cargo eletivo ou foi?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Exª.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Apenas apoiou os candidatos. Essa função de apoio que o senhor prestava aos candidatos na campanha era em qual área?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Era de apoio à militância, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor cuidava da militância?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim. Não. Meu apoio era como militante, apoiava, fazia os procedimentos normais de campanha.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Acho que o Relator quer saber se o senhor tinha o comando de alguma área da campanha ou era só participante ativo de rua ou de qualquer coisa assim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor cuidava do setor financeiro, por exemplo, das campanhas?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim. Na campanha para Deputado Federal, cuidava dos procedimentos de prestação de contas da campanha. Na campanha de Prefeito, na última campanha...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Isso é referente ao Ministro Palocci?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Isso, quando Prefeito.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É bom para ficar claro.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Continuando, Sr. Relator, na última campanha para Prefeito do Ministro Palocci, coordenei a questão da prestação de contas da campanha.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor disse que foi nomeado para Caixa S.A.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nossa Caixa S.A.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi nomeado por concurso?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Prestei concurso em 197

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia citar qual é o seu patrimônio em 2000 e qual é o seu patrimônio atual?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Em 2000, eu tinha uma casa própria e um terreno que ainda tenho em Terra Roxa, cidade onde residem os familiares da minha esposa. Atualmente, tenho uma outra casa que adquiri com a venda da primeira casa e continuo com o terreno em Terra Roxa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor foi ou é sócio de alguma empresa?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o seu nível de relacionamento com Rogério Buratti?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Conheci o Rogério Buratti durante a primeira campanha de Prefeito do Ministro e mantinha uma relação cordial com ele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor ainda mantém contatos freqüentes com ele?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Hoje, estão distanciados?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os senhores tiveram ou nunca tiveram algum negócio em conjunto?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não. Nunca tive negócio com o Sr. Rogério Buratti.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas vezes, aproximadamente, o senhor se encontrou com ele em Brasília desde janeiro de 2003?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Acredito que eu tenha tido sete ou oito contatos com o Rogério.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De qual natureza?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Relação normal. Às vezes, o Rogério me ligava, estava em Brasília. Encontrávamo-nos, jantávamos. Era essa a nossa relação. Poucas vezes, eu o encontrei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E em Ribeirão Preto?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não tinha contato com o Rogério em Ribeirão Preto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E em São Paulo?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Também não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem no Rio?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas vezes, aproximadamente, o senhor ligou para ele de novembro de 2002 até hoje? E ele para V. Sª, aproximadamente?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Creio que tenhamos nos falado 15 ou 20 vezes. Acredito que tenha sido isso, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós temos aqui um levantamento que dá conta de 25 ligações dele para o senhor e 14 ligações de Ademirson para Buratti. Entretanto, quando se levantam as ligações entre Ademirson, Rogério Buratti, Ralph Barquete e Vladimir Poleto – que vamos ver adiante –, esse número é bastante avultado. Sobre o que V. Sªs tanto conversavam?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Os contatos do Rogério comigo eram normais quando ele estava em Brasília. Contatos em que ele me ligava, perguntava como estava, que estava em Brasília, se eu tinha disponibilidade para almoçar ou jantar. Algumas vezes, ele pediu para falar com o Ministro. Eu anotava, adotava o procedimento padrão do Ministério e repassava ao Ministro o recado.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não havia nada de comercial nesses telefonemas?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca tive nenhuma relação comercial. Nunca tratei negócios com o Rogério.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com relação a Ralph Barquete, qual era o relacionamento do senhor?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Conheci o Ralph Barquete em Ribeirão Preto, na segunda administração do Ministro, e tinha uma relação de amizade. Éramos muito amigos, inclusive, de família. Ele freqüentava a minha casa. Eu freqüentava a casa dele. Quando vim para Brasília, ele também assumiu um posto na Caixa Econômica Federal. Mantínhamos uma relação de amizade estreita.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor disse que eram amigos e que um freqüentava a casa do outro. O Sr. Poleto disse o mesmo aqui: que freqüentava a casa do Ralph. O Buratti disse o mesmo que o senhor está dizendo. Então, os senhores se encontravam na casa do Ralph Barquete? Não é verdade? Chegaram a se encontrar várias vezes. Ele me disse que, várias, várias vezes, em Ribeirão, reuniam-se e depois aqui. O mesmo que V. Sª está dizendo. Encontravam-se com Ralph na casa de Ralph, participavam de reuniões depois na casa de Ralph o grupo: Poleto, Buratti e o Juscelino. O senhor, então, era o grupo que se reunia sempre na casa do Ralph?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, não. Não afirmei isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, é porque, pelo número de pessoas... não, eu estou perguntando se o grupo se reunia, porque, pelo número de vezes que o Sr. Buratti e o Sr. Poleto e o Sr. Juscelino se encontravam na casa de Ralph, ou era tudo junto ou não dava tempo.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Aí não havia reunião? Eram isolados esses encontros?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, não, a relação que eu disse que eu tinha com o Ralph era uma relação de amizade, inclusive de família. As visitas que eu fazia eram visitas familiares.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, mas os outros também responderam a mesma coisa.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – E dele para mim, quando tinha um aniversário, eram visitas normais entre famílias. Nunca me reuni com grupo seja na casa dele, seja na minha casa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas vezes aproximadamente o senhor ligou para ele de novembro de 2002 até hoje?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sr. Relator, a informação que eu tenho é a informação que foi divulgada pela imprensa e que foram centenas de ligações.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – 273 ligações e dele para o senhor, 568 ligações. Tratavam de quê?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Assuntos normais de amizade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, ele com Ralph Barquete.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Assuntos de amigos. Ele estava... eu estava em Brasília, era início do Governo, eu estava sozinho, sem família, ele também estava sozinho aqui, então a nossa relação era nesse nível, relação de amizade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor tinha amizade, tinha alguma relação também familiar?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, eu vim para Brasília sozinho, não tinha essa relação familiar aqui em Brasília.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A viúva de Ralph Barquete, a Srª Sueli Ribas, disse que o senhor não tinha uma amizade familiar com ele, uma relação familiar, não é?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, freqüentava, aliás faço visitas ainda à Srª Sueli, que é a viúva do Ralph, tenho amizade com os filhos, então isso não condiz com a realidade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que essas ligações eram só para tratar de amenidades, de...

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, Senador, o Ralph me ligava, combinávamos para almoçar, para jantar ou para bater papo, freqüentava o apartamento funcional que ele ocupava aqui, nossa relação era nesse nível.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Rogério Buratti afirmou a esta CPI que, quando ligava para o telefone 811.17197, algumas vezes era para falar com V. Sª e outras para falar com o próprio Ministro Antonio Palocci. Nessas 841 ligações entre o telefone 811.17197 e telefonema de Ralph Barquete, ele sempre falou apenas com V. Sª ou também falou com o Ministro?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – O senhor poderia, por favor, Exª, repetir a pergunta?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Rogério Buratti afirmou aqui nesta CPI que, quando ligava para esse telefone 811.17197, algumas vezes era para falar com V. Sª e outras com o Ministro da Fazenda Antônio Palocci. Nessas 841 ligações entre o telefone 811.17197 e telefone de Ralph Barquete, ele sempre falou apenas com V. Sª ou falou com o Ministro?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Algumas ligações feitas pelo Rogério para esse número eram ligações para mim e outras vezes ele pediu para falar com o Ministro, pedia para falar com o Ministro. Eu adotava o procedimento padrão de anotar e transmitir, na seqüência, para o Ministro, com relação...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas a maioria das ligações era para quem?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – A maioria das ligações eram para mim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A quase totalidade ou uma maioria...

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Creio que a maioria.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – 60%?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Creio que sim, Senador. Pelo tempo, não consigo precisar isso, eu não posso afirmar com precisão.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era uma média de duas vezes por dia. Como é que V. Sª explica tanto telefonema?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Olha, o Rogério não me ligava com tanta freqüência. Foram poucas as vezes em que ele me ligou. Com relação ao Ralph, talvez tenha sido um número bem acentuado de ligações, mas volto a reafirmar que ele estava em Brasília, estávamos sozinhos aqui, sem família, e falávamos, de fato, com muita freqüência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, estou perguntando sobre Ralph Barquete. As ligações são de Ralph Barquete para o senhor por esse telefone. O senhor reconhece esse número tão expressivo de ligações?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Oitocentas e quarenta e uma ligações. Nunca tratavam de algum pleito, algum... Porque o Sr. Ralph Barquete era da Caixa Econômica, era assessor especial da Presidência da Caixa Econômica. Nunca trataram, por exemplo, do contrato da Getch com a Caixa?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca tratei de negócios com o Ralph. A questão da Getch, esse nome passei só a conhecer após a divulgação pela imprensa. Em nenhum momento tratei da questão Getch com o Ralph.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já que V. Sª falava tanto com o Ralph, ele nunca lhe falou do que ele fazia na Caixa Econômica, da atividade dele? É uma coisa meio estranha essa. V. Sª tem alguma coisa a informar com relação a isso?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, reafirmo aqui, Senador, que nunca tratei de negócios com o Ralph, nem ele tratou de negócios comigo. Nunca me citou a questão Getch. Sabia que ele trabalhava na Caixa Econômica Federal, prestava

assessoria à Presidência e só. Nossos contatos sempre foram de cunho de amizade, somente dessa forma.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor nunca tratou de negócios ou interesses com o Ralph, Buratti ou Vladimir Poleto? Nunca se encontravam com V. Sª para tratar de negócios?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca, Senador. Nunca tratei de negócios, seja com Vladimir, seja com Ralph ou com o Rogério.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual era o interesse de Ralph Barquete no Serpro ou na Serpros, ao ponto de ir com certa freqüência acompanhado de Buratti à sede daquela autarquia?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não tenho conhecimento desse assunto, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor não se encontrava com freqüência com o Sr. Ralph, o Sr. Buratti e o Sr. Poleto?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Eu me encontrava, sim, com o Ralph e com o Vladimir algumas vezes, mas nunca para tratar de negócios. Com o Rogério, foram poucas vezes que eu me encontrei com ele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós temos um testemunho prestado à CPI que afirma que o senhor sempre se encontrava com Buratti, com Ralph e com Poleto, eles sempre se freqüentavam, inclusive, com V. Sª presente.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Isso não condiz com a verdade, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. Ralph Barquete possuía no sistema de arrecadação financeira das campanhas do PT alguma função?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não tenho conhecimento desse assunto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele não fazia o trabalho de arrecadação de dinheiro para o caixa dois?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não tenho conhecimento desse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não tem conhecimento ou ele não participava?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca tive conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não foi o senhor que fechou a conta de uma campanha do Ministro Palocci? Então o senhor ou sabia que ele participava ou não participava. Ele participava ou não participava. Então, V. Sª, no meu entender, como a pessoa que fechou a prestação de contas, sabia quem participou da arrecadação de recursos dessa campanha. Então, o Sr. Ralph participava ou não participava?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não participava da arrecadação para campanha de Prefeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem de outra campanha?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – De outras campanhas não tenho conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor não era militante próximo, assessor, chegou inclusive a ser diretor financeiro de investimento do Instituto de Previdência do Município de Ribeirão Preto. O senhor se esqueceu de dizer que foi Diretor do Instituto, V. Sª confirma que foi Diretor do Instituto?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E V. Sª então não sabia que Ralph Barquete, mesmo freqüentando a sua residência, mesmo com amizade, não tinha nenhuma participação neste processo. Nunca discutiram este assunto?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, nunca discutimos isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem. V. Sª realmente desconhecia qualquer fato de ligação, era só amizade. Era padrinho de algum filho do Ralph?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem o Ralph era dos seus filhos?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É porque aqui todos que passaram eram compadres do Ralph. Então V. Sª talvez não fosse assim a pessoa mais ligada ao Ralph. Acho que foram os outros, porque os outros tinham afilhados e tal. Então o senhor afirma que o Sr. Ralph não participou da arrecadação de recursos na campanha do então candidato a prefeito ou deputado na época. Havia uma distância total do Sr. Ralph Barquete em relação às campanhas do Ministro, é isso? Em termos de arrecadação?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, Presidente. E se teve algum fato dessa natureza eu desconheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não havia freqüentemente.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não afirmei isso. Eu disse: que eu tenha conhecimento, isso não ocorreu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor sabe qual era o papel do Sr. Ralph nessas campanhas?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não. Eu conheci o Ralph no início do último Governo do Prefeito Palocci, antes eu não o conhecia.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o nível de relacionamento com o Sr. Vladimir Poleto?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sou muito amigo do Vladimir. Éramos vizinhos em Ribeirão Preto. Fomos vizinhos por mais de 4 anos. Era uma relação de amizade estreita que eu tinha com o Vladimir.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Trabalharam juntos?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, eu trabalhava no gabinete do prefeito e o Vladimir trabalhava na Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Ribeirão Preto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor ainda mantém contatos freqüentes com ele?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, já há algum tempo eu não converso com o Vladimir.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E nunca tiveram negócios?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca tive negócios com o Vladimir.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas vezes aproximadamente o senhor se encontrou com o Vladimir Poleto em Brasília, desde janeiro de 2003?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Muitas vezes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só para tratar de assuntos familiares? Perguntar pelos filhos?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, eram conversas de amigos. Falávamos sobre assuntos diversos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E em Ribeirão Preto? Em São Paulo, os senhores se encontravam? No Rio de Janeiro?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Em Ribeirão Preto sim. Algumas vezes, reafirmo que éramos vizinhos. Em São Paulo não o encontrava tão pouco no Rio de Janeiro.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas vezes aproximadamente o senhor ligou para ele de janeiro de 2003 até hoje e ele para V. Sª? Tem idéia aproximadamente?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Essa informação eu tenho, foi divulgada pela imprensa, Senador, que foram centenas e centenas de vezes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dele para o senhor 902 ligações. E do senhor para ele, 509 ligações. Nunca trataram de nenhum negócio e de nenhum assunto governamental, nada?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca tratei de assuntos ligados ao governo com Vladimir. Eu tive conhecimento dessa quantidade de ligações. Considero, de fato, um número elevado de ligações num período.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor acha que não é verdade isso? Esse levantamento do número de ligações?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não estou dizendo isso, Senador. Considero elevado o número de ligações. Não estou afirmando que não ocorreram. Mas eu só gostaria de esclarecer que na minha atividade nem sempre é possível atender todas as ligações. Creio que boa parte dessas ligações são ligações que não foram tentativas, outras devem ser ligações para caixa postal, mas, de qualquer forma, o número é grande de ligações.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E nunca se tratou sobre Caixa Econômica, Getch, sobre negócio nenhum?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca tratei de assuntos de Governo com o Vladimir.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Vladimir Poleto alugou uma casa no Lago Sul, onde ele, Ralph Barquete e Rogério Buratti recebiam empresários e pessoas do Governo. V. Sª esteve nessa casa?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, estive algumas vezes, a convite do Vladimir e do Ralph.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas nunca trataram de negócios nem de nada?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca tratei de negócios.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O que se fazia nessa casa? Qual era o objetivo desses encontros? Segundo Buratti, V. Sª foi várias vezes e não uma só. O Buratti confirmou aqui que freqüentava a casa, juntamente com Barquete, com o senhor e também com Poleto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Juscelino Dourado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Juscelino Dourado.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Wagner Quirici. O senhor se encontrava com ele?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, nunca me encontrei com o Wagner Quirici.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com o Juscelino Dourado?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Também não. Nessa casa, nunca encontrei com o Juscelino.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Buratti?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com o Buratti?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com o Ralph também?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quantas vezes o senhor esteve com o Buratti lá?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Três, quatro vezes, creio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A informação que ele deu a esta CPI é diferente.

Continue, Sr. Relator. Talvez seja necessário trazer o Buratti novamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Qual é a finalidade da casa, Senador?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Era para tratar de negócios. Empresários freqüentavam essa casa? O senhor esteve com algum empresário lá?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca estive com empresário nessa casa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor joga basquete, voleibol?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em que horário o senhor ia à casa?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Aí é jogo de baralho, Senador. Em casa não dá para jogar basquete.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Normalmente, fora do horário do trabalho. À noite e, às vezes, no final de semana.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas poderia haver uma área de lazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor foi durante o dia e durante à noite lá?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Talvez não tenha ido somente três vezes. Se ia à noite e durante o dia, não foram só três vezes. Foi um dia de manhã, um dia de tarde e outro de noite? Segundo o Sr. Buratti,... Quer responder antes? Pode responder.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Senador, eu não afirmei que fui só três vezes. Creio que tenha ido sete, oito, nove vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Já aumentou.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Agora, não consigo recordar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª acabou de dizer três vezes.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Desculpe-me, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Creio que é a memória. É um direito do senhor enganar-se.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Vou corrigir, então, a informação. Eu disse que encontrei com o Rogério lá três, quatro vezes. É isso. Não disse que freqüentei a casa apenas esse número de vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sabe o que o Sr. Buratti disse aqui? "O Ademirson – são palavras dele – freqüentava a casa no período noturno. Era uma central de negócios alugada por Vladimir, porque ele teve a expectativa de ingressar no Governo Federal." Foi o que ele disse. Terminou dizendo: "Ele não conseguiu". Ele aqui confirmou. Então, espero que essa casa não seja mal-assombrada.

V. Sª mantém as sete, oito, três, quatro vezes? O que V. Sª mantém?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Repito, freqüentei essa casa sete, oito, nove vezes, que eu me recordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E nunca encontrou ninguém lá a não ser Poleto? Esteve com o Sr. Poleto lá, não esteve?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com Buratti?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com Juscelino?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com Ralph Barquete?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com o Ministro da Fazenda, não?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, nunca estive com o Ministro nessa casa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Relator, permita-me interrompê-lo.

Sr. Ademirson, com todo o respeito, o senhor não tinha curiosidade de saber qual era a destinação dessa casa? Era só uma reunião do grupo para tomar uma bebidinha ou eles falaram para o senhor a finalidade dessa casa? Ou o senhor não teve curiosidade de saber?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim. O Vladimir me disse que havia alugado a casa para um escritório de consultoria.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era só para ficar claro que não há uma ida sem saber por que ia.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Pois não, Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele estava sabendo a finalidade da casa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o Sr. Vladimir, que tinha alugado ...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Como o Vladimir gostava de uma cachaça – pelo menos, ele declarou abertamente aqui –, poderia ser uma casa para degustar algo também. O depoimento foi ridículo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor entende que quem poderia esclarecer melhor a finalidade dessa casa era o Sr. Vladimir.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, o Vladimir relatou-me que alugou a casa para instalar um escritório de consultoria.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consultoria de negócios.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – O senhor ia lá dar consultoria ao Poleto? Porque, segundo Poleto, tratava-se de uma casa para fazer consultoria com sentimento de negócio, aproximar-se de empresários para levá-los até o Governo. E V. Exª era bem vindo por tratar-se de uma pessoa que também se esqueceu de dizer. Quero que fique bem à vontade em seu depoimento inicial. O senhor chegou a trabalhar na equipe de transição do Governo Lula, não é?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª esqueceu de dizer.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, eu disse. Eu afirmei isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Afirmou?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Afirmei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor foi lotado no Gabinete Civil da Presidência da República?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, no período de transição do Governo, eu vim e fui nomeado assessor.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, o senhor era amigo também de José Dirceu?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não. Nunca fui amigo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. José Dirceu nunca telefonou para o senhor?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Pode ter ligado, sim. Creio que ligou.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Uma pessoa como José Dirceu não dá para esquecer que ligou.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não. Ligou, sim, para falar com o Ministro.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor deu retorno alguma vez para ele?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, passei o recado ao Ministro.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor mesmo não deu nenhum retorno – aquele famoso telefonema? O senhor e o Ministro usavam um celular? O senhor passava diretamente ao Ministro?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não. Não passava diretamente ao Ministro. Eu recebia as ligações, anotava e transmitia ao Ministro.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, veja bem. Entre os dias 7 e 13 de julho de 2005, José Dirceu fez sete ligações para o número do senhor e teria recebido duas ligações de retorno dessas sete. O senhor não se lembra disso?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não. O Deputado José Dirceu, de fato, já ligou várias vezes para esse número, e eu transmiti o recado ao Ministro. Os retornos, posteriormente, eram feitos por meio do gabinete, repassando para o meu telefone.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há telefonistas no Ministério?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor, além de receber telefonemas... Veja bem. Permite-me, Sr. Relator, as ligações feitas entre o senhor e Ralph Barquete no início do Governo Lula foram 132. A média diária era de 2,28 ligações, e a duração era de quatro minutos. No período de 31 de março a 14 de abril, o senhor lembra-se de que se falava desse negócio da Getch, não?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não. Afirmo que nunca tratei do assunto da Getch.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois nesse período aumentou. Foi para 115 ligações num período bem curto. No período até a piora de saúde do Sr. Ralph, o senhor telefonou mais, talvez até incomodando. Foram 594 vezes. Então, entre o senhor e Ralph Barquete foram mais de 800 ligações, em média duas por dia e 26,58 horas. Depois da ligação de V. Sª com Vladimir Poleto, quando a amizade era maior, no início do Governo Lula, foram só quatro. No período da renovação da Getch, foram 17. Quando se quebrou o sigilo, foram 1.390. Então, o senhor ligou para o Sr. Vladimir Poleto 1.411 vezes, numa média diária de 1,6. O senhor confirma esses dados? Era natural, o senhor confirmava muito. O senhor não acha que, como assessor de um Ministro, tinha tempo demais para telefonar, e o que faria fora esses telefonemas? Se somarmos aqui, vamos obter mais de quatro mil telefonemas nesse período, que é um período relativamente pequeno para o senhor conviver, já que havia telefonista. Veja como V. Sª era solicitado por estes que estão aqui: o Buratti, Vladimir Poleto e o Ralph Barquete. Tirando o Ralph Barquete, refiro-me ao Vladimir Poleto e o Buratti, que não tinha nada a ver com o Ministério em que V. Sª trabalha.

Então, a minha pergunta é a seguinte: V. Sª não acha que é telefonema demais para pouco tempo?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sr. Presidente, as informações de que eu tenho conhecimento é que a maioria das ligações eram deles para o meu celular. Os retornos não eram grandes, não eram em número elevado. E, desculpe, a pergunta...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim, o senhor não acha que é muito telefonema, não? Essa amizade era muito estreita? E depois dessas denúncias o senhor se afastou? O senhor não sabia nada disso, não é? Depois das denúncias, não teve mais telefonema. A amizade foi rompida de forma imediata ou havia outro telefonema para receber essas ligações sem ser este que se encontra aqui? Ou o senhor rompeu com esses dois cidadãos, porque viu que eram pessoas que não mereciam a sua confiança depois de tanto tempo?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador, eu vou esclarecer que, após a questão que foi divulgada pela imprensa que envolvia o Rogério, nós não nos falamos mais e, com relação ao Vladimir, continuamos nos falando, sim. Ele não tinha... Que eu tinha conhecimento, não tinha nenhum envolvimento com relação a esse assunto, e nos falamos muitas vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Qual a relação do senhor com o Sr. Edson Menezes?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não tenho relação com o Sr. Edson Menezes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O senhor sabe de quem se trata?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, sei que é Presidente da Bolsa de Valores do Rio e ligado ao banco.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – É Presidente do Banco Prosper. Ele nunca teve nenhum contato com V. Sª?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Nem para tratar de outras empresas do Grupo Peixoto de Castro?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – O senhor nunca esteve com o Sr. Carlos Eduardo Valente?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, já estive com o Sr. Carlos Eduardo Valente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Mas para tratar de quê, de assuntos familiares?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, tinha uma relação de amizade - não uma amizade estreita - com o Carlos Eduardo e eu o encontrei algumas vezes aqui em Brasília.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Mas nunca tratou de negócios?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca tratei de negócios com o Sr. Carlos Eduardo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Houve uma conversa interceptada no dia três de julho de 2004, entre Vladimir Poleto e Rogério Buratti. E eles falam sobre uma audiência do Presidente do Banco Prosper com o Ministro da Fazenda. Poleto

fala para Buratti que V. Sª ligou para ele, pedindo o telefone de Edson Menezes. É verdade?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Tive conhecimento desta ligação pela imprensa e acredito que tem um mal-entendido com relação a esse assunto. Eu nunca tratei com o Vladimir assunto dessa natureza de audiência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Sobre audiência? O senhor nega que o Poleto tenha falado para o Rogério Buratti que V. Sª ligou para ele, pedindo o telefone do Sr. Edson Menezes?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, afirmo que não liguei para o Vladimir, solicitando o telefone do Edson, tanto que acredito não haver necessidade de eu fazer essa ligação. Havia secretários que poderiam fazer isso. O Sr. Edson é o Presidente da Bolsa de Valores do Rio, Presidente de um banco. Era um trabalho que a Secretária poderia fazer. Acredito que tenha havido um mal-entendido nesse assunto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Pois veja o senhor: depois de Buratti afirmar que havia conversado com Juscelino Dourado e este ter afirmado que era bom marcar o encontro, Poleto completa: "Ademirson falou que era um recado. Eu falei: 'Ó, Ademirson, você vai falar com o Presidente do Banco e eu não posso saber sobre o assunto?!' Ele falou: 'Mas eu também não sei. Entendeu? Eu não sei se é o chefe ou se é o Rui junto. E por isso eu estou te ligando'".

Quem era o chefe? O senhor sabe ou não?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Não sei quem é o chefe.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor está altamente envolvido nessa conversa: "Ademirson falou que era um recado. Eu falei "Ó, Ademirson, você vai falar com o Presidente do banco e eu não posso saber sobre o assunto". V. S.ª desconhece essa conversa?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Não acredito que tenha havido uma conversa dessa natureza, Senador. Eu nunca liguei para o Vladimir pedindo o telefone do Sr. Edson.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. A conversa está disponível?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicito. Se puder colocar até o final do depoimento, voltaremos para que possamos ouvir se ele confirma que a voz é dele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que V. S.ª não sabe quem era o chefe?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E houve a audiência?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Sim, tenho conhecimento de que ocorreu uma audiência com o Sr. Edson, Presidente da Bolsa da Valores do Rio em início de outubro, se não me engano.

Quer dizer que o senhor soube, mas não participou de nada para possibilitar essa audiência?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Não, Senador, essa informação foi divulgada pela Assessoria de Imprensa do Ministério.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que interesse o Poleto, o Rogério Buratti, o Ralph Barquete e Juscelino Dourado tinham no banco Prosper? V. S.ª sabe me dizer?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Não tenho conhecimento desse assunto, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o que o Sr. Rui Barquete, irmão de Ralph tem a ver com o negócio do Prosper, do banco?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Também não tenho conhecimento desse assunto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na véspera da audiência, a comprovação de que V. S.ª e Vladimir Poleto trocaram catorze telefonemas. Em nenhum deles se falou sobre a audiência?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Nunca tratei com Vladimir questão de audiência. Não era minha atribuição no Ministério essa questão de marcar as audiências.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas foram catorze telefonemas no dia 10 de outubro de 2004. É uma coincidência.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Relator, eu tenho a impressão de que...Desculpe-me interromper.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas o que V. Ex.ª está perguntando não é para marcar a audiência. Teve-se conhecimento e se trocaram idéias sobre audiência. Não é isso que o senhor perguntou?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Exatamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, para marcar a audiência que o senhor disse aqui anteriormente...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se referiram à audiência nesses telefonemas?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Se tiveram alguma conversa a respeito disso?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Não, nunca tratei desse assunto com o Vladimir.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. S.ª conhece Rodrigo Cavalieri, dono da MC Consultoria?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Não conheço.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele é grande amigo de Rogério Buratti e de Vlamidir Poleto. V. S.ª sabe disso?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sabe se ele freqüenta o Ministério da Fazenda para tornar mais ágeis as autorizações de financiamento externo para Estados e Municípios?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Que eu tenha conhecimento, não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem certeza que Poleto ou qualquer outra pessoa jamais lhe pediu para recebê-lo?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Sim, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem certeza? Nunca lhe pediu para..

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Nunca me pediu para intervir com relação a isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor nunca falou com o esse Sr. Rodrigo?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Nunca falei.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os dirigentes da Getch, acho que o senhor sabe disso, porque foi amplamente noticiado, acusam o Sr. Rogério Buratti de tentar extorquir a empresa em troca da renovação do contrato com a Getch.

Eles também afirmam que Buratti era muito bem informado sobre as decisões da Caixa. O grande número de ligações entre o Sr. Ralph e o Sr. Buratti Barquete especialmente no período de 31 de março a 14 de abril leva a crer que ele era intermediário na direção da Caixa Econômica, de seus interesse na renovação do contrato.

Eu pergunto: o Sr. Buratti ou o Sr. Barquete alguma vez comentaram com V. S.ª sobre esse contrato?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Nunca comentaram comigo sobre essa questão.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se não comentaram com o senhor, o senhor sabe se o Sr. Buratti tinha algum outro informante na Caixa Econômica?

**O SR. ADEMIRSON DA SILVA** – Desconheço esse assunto, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor realizou inúmeras conversas telefônicas com Ralph Barquete no período de 31 de março a 14 de abril de 2003. Nesse período, a média de ligações, conforme o Senador Efraim já informou aqui, foi de 7,7 ligações, quase quatro vezes a média do resto do ano. Ao cruzar as ligações entre Ralph e Buratti e entre o Sr. Ralph e V. Sª, verifica-se uma clara triangulação.

Do que os senhores tratavam nessas conversas?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Reafirmo aqui, Senador, que as ligações sempre foram de cunho de amizade, sempre tratamos assuntos pessoais. Algumas vezes, o Ralph pediu para falar com o Ministro. O procedimento era um procedimento padrão e eu anotava as ligações e repassava ao Ministro, o mesmo aconteceu com o Sr. Rogério.

Então, nunca tratei de negócio, nunca tratei do assunto Getch com o Rogério, com o Ralph.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Relator, eu queria só completar, se fosse possível, com todo o respeito. Sabe se ele conseguiu sucesso nessas audiências, se o Ministro os recebeu? Ou o senhor só marcava e passava e...

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador, não tenho conhecimento se eles foram, se um dos dois foi atendido, porque a agenda era marcada pelo chefe de gabinete.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só o chefe de gabinete tinha conhecimento?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Correto.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Obrigado.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Ademirson, V. Sª diz que é tão amigo, mas não ajuda os amigos não. Pelo que eu estou vendo, V. Sª, me permita aqui, na informalidade, é um verdadeiro amigo da onça, porque só fala, fala, no telefone e...

Aqui, no dia 1º de abril, houve o adiamento da assinatura do contrato entre a Getch e a Caixa Econômica. Eu pergunto ao senhor: a CPI identificou 31 ligações entre Buratti, Ralph, Poleto e V. Sª. Ralph falou 17 vezes ao telefone com Buratti e 11 com V. Sª. V. Sª não tratou desse adiamento?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca tratei da questão Getch com eles.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque, no dia 1º de abril, só se foi passar trote também.

No dia 2 de abril, data de duas reuniões iniciais de Buratti com dirigentes da Getch, para negociar a vantagem pela renovação do contrato com a Caixa, esta CPI identificou 36 ligações entre Buratti, Ralph, Poleto e V. Sª. Ralph falou 17 vezes ao telefone com Buratti e 14 com V. Sª. Eu pergunto: no dia após o adiamento também não foi tratado nada sobre a negociação?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Repito aqui, Senador, que eu nunca tratei da questão Getch com o Ralph, com o Vladimir ou com o Rogério. Não tinha conhecimento desse nome até então. Vim a saber só pela imprensa.

No dia 8, data em que, finalmente, foi assinada a renovação do contrato, lá vêm 36 ligações entre Buratti, Rogério Buratti, o Sr. Ralph Barquete, Vladimir Poleto e V. Sª.

Ralph falou onze vezes ao telefone com Buratti e 14 com V. Sª. Não falaram sobre a assinatura do contrato?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca tratei desse assunto com eles.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor se lembra de que falou nesse dia tão importante? Não se lembra.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não me recordo, Senador. Creio que tenha sido assuntos pessoais, como já afirmei aqui.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Rogério Buratti informou a esta CPI que a Empresa Leão & Leão pagava mensalão a algumas Prefeituras. No caso de Ribeirão Preto, era R$50 mil e que esse dinheiro era recebido por Ralph Barquete e repassado a Delúbio Soares. O senhor tinha muito contato com o Ralph Barquete sobre isso? O senhor acha que o prefeito tinha conhecimento disso, na época o Sr. Antonio Palocci?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca tive conhecimento desse assunto, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual o seu relacionamento com o Sr. Vilnei Barquete?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Conheci o Vilnei na administração, ele participou da administração, da segunda administração do Prefeito Palocci. Foi quando eu o conheci.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas vezes V. Sª conversou com ele de 2003 até hoje, seja por telefone ou pessoalmente, assim aproximadamente?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Que eu me lembre, Senador, não conversei com o Vilnei. Posso ter conversado uma ou duas vezes, mas não mais do que isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe quem o indicou para ocupar o cargo de destaque na Leão & Leão?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não tenho conhecimento disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem convidou o senhor para assumir esse cargo?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, não era. Foi o Vilnei que assumiu, desculpe.

Qual era o seu nível de relacionamento com o Sr. Roberto Colnaghi? O seu relacionamento com ele.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Conheço o Roberto Colnaghi de Ribeirão Preto. Foi-me apresentado pelo Ralph durante a administração, a segunda administração do Prefeito Palocci. E tenho uma relação cordial com ele, uma relação de amizade cordial. Não é uma amizade...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor sabe os negócios que ele possui, tem conhecimento?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não tenho conhecimento dos negócios do Sr. Roberto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabia da proximidade do Sr. Colnaghi com o PT?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E sobre o sócio do Sr. Colnaghi na Softmicro, o Sr. Mário, qual é o relacionamento entre os senhores?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sou muito amigo do Sr. Mário, do Mário. Nós nos relacionamos, as famílias se relacionam, eu o visito e ele me visita. Então, temos uma relação muito estreita de amizade.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor não sabe o que ele faz profissionalmente?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não. Sei que ele tem uma sociedade com o Roberto e trabalha na área de informática, creio eu.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sabe dizer em que país ele possui negócios e quais são esses negócios?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – O que sei é o que foi divulgado pela imprensa, que ele tem negócios em Angola.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já teve algum negócio com ele?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, nunca tive negócios nem com o Roberto Colnaghi e nem com o Mário.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com o Sr. Roberto Carlos Izeu?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Conheço o Sr. Roberto Carlos da administração. Ele tinha uma empresa que prestava serviço para a

Prefeitura, uma empresa que fazia coleta de lixo. Eu o conheço desde então.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabia que ele foi sócio dos empresários de bingo Caio e Vladimir?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, não tenho conhecimento.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não tem conhecimento. E que são citados como tendo doado um milhão de reais para a campanha de 2002 do PT?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não tenho conhecimento desse assunto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor teve conhecimento de alguma reunião do Ministro com esse empresário de jogos?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª pode nos dizer de que forma era feita a arrecadação de recursos para campanha do PT e quem eram os arrecadadores?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca participei de arrecadação de PT. Não tenho conhecimento disso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é o seu relacionamento com o Sr. Jorge Izaghi, o Bill?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não conheço o Sr. Jorge Izaghi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O sigilo telefônico do Sr. Ralph Barquete mostra ligações com a seguradora Interbrasil e com o Sr. Ademar Palocci. O senhor sabe que negócios o seu amigo Ralph Barquete tinha com a Interbrasil?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador, desconheço esse assunto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – O senhor nunca participou de nada que se referisse à Interbrasil?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Pelas ligações, escutas, aliás, de Rogério Buratti percebemos que um dos negócios do grupo era atuar junto ao Cofiex na liberação de financiamentos externos para Estados e municípios. O senhor recebeu algum pleito para agilizar esses processos?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – E o senhor fazia o que lá no ...

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Desculpe, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – O senhor faz o que lá no Ministério? Ah, o senhor já disse, o senhor cuida de uma parte da agenda não é?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Correto. Assessoro Ministro nas agendas externas, acompanho em viagens nacionais e eventos públicos, eu coordeno a logística dessas atividades.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – O senhor possui Dólares?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Já fez remessas para o exterior de dólares?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Nunca fiz remessas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – O senhor viajou para o exterior alguma vez entre outubro de 2002 até hoje?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Viajei com o Ministro neste ano para Londres e Argentina.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Foi tratado algum negócio lá?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, só assessorar o Ministro.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Não, mas o Ministro deve ter tratado e a comitiva não é?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – O Ministro foi cumprir agenda normal em Londres, foi uma reunião do G-7.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Não, digo altos negócios entre os países. Não estou perguntando coisa menor não.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Desculpe.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – V. Sª conhece o Sr. Carlos Cachoeira?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não conheço.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Conhece o Professor Henrique? O Sr. Denivaldo Henrique de Almeida Araújo?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Conhece o Sr. Enrico Giannelli?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – E Waldomiro Diniz?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Conheço o Waldomiro da administração, ele assessorava a Casa Civil. Eu o conheço daí.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Nunca tratou de nada da administração com ele?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não. Da administração, sim, Waldomiro às vezes me ligava por conta da função que ele ocupava na Casa Civil. Fora isso nunca tratei qualquer outro assunto com o Waldomiro.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Nunca tratou da Getch com ele?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Obrigado ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador, mas queria retomar a questão daquela data, dia 1º, que, se não me engano, no dia seguinte seria assinado ...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Não, no dia 1º houve o adiamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – No dia 2 seria assinado. Aí foi o caso quando o Buratti leu aquela carta ...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – No dia 1º de abril houve o adiamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Veja bem, no dia 1º, se pegarmos uma seqüência da triangulação que V. Exª colocou de Rogério Buratti, Ralph Barquete e o Sr. Ademilson, na hora em que um desligava o telefone ligava para o outro. Veja bem, vou pegar só a amostragem. A partir de meio-dia e pouco, porque nesse dia já às sete horas da manhã tem telefonema logo cedo, mas o Sr. Rogério Buratti ligou para o Ralph, depois o Ralph ligou para o senhor. Na hora em que ele ligou para o Ralph eram 12:48, 12:56, aí ligou para o senhor logo em seguida. Depois, o Ralph voltou a ligar para V. Sª, o Rogério ligou para o Ralph e o Ralph voltou a ligar para o senhor.

Isso questão de cinco, sete minutos. Está aqui demonstrado. O Ralph voltou a ligar para o senhor, aí ligou para o Buratti. O Ralph ligou para o Buratti às 16:37 e depois o Ralph ligou para o senhor às 16:48. Quer dizer, e não só como V. Sª falou, telefonemas que tocam e desligam, não, há telefonema aqui de 3:57, 2:20, 6:83, quer dizer, 2:15, de 4:00, de 4:73, não são aqueles telefones que o senhor diz que tenta, mas não consegue.

Então o Relator acerta quando diz que havia uma triangulação: Ralph, Buratti e V. Sª. Esses assuntos, porque dia 1º, foram não sei quantos telefones, esse assunto era o que, apenas para marcar um almoço? Porque V. Sª disse que se encontrava com ele na noite, que era mais noturno. E está aqui. Isso era de 10 horas, 9 horas da manhã, tem até de 7 da manhã, dia 12, 13, 14, 15, 16. Neste dia 1º, o último telefonema que foi trocado com o grupo foi às 9 horas da noite. V; Sª chegou a receber algum telefonema do Ralph Barquete, às 19h44min. No dia 8, que foi o dia que assinaram o contrato, e daí eu talvez acho que seja para comemorar, o último telefonema que o Sr. Ralph Barquete deu para o senhor foi ás 23h25min, que foi o dia que assinaram o contrato com a Getch. V. Sª, nesse horário, dia 8, se lembra se estava lá naquela casa do Sr. Poleto?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não me recordo, Senador, já se passaram mais de dois anos e não tenho lembrança disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agora, no dia 8, só par que o senhor se lembre, de, veja bem.. Quer responder à orientação dos seus... Não, não tem problema.

No dia 8, o senhor recebeu entre as 20h47min até as 23h25min, o recebeu dois telefonemas de Vladimir Poleto e cinco do Ralph Barquete. Por que esse contato todo que coincide, que sobrecarrega nessa data? Essa data em especial. Dia 1º, ele acha que podia ser trote o Relator. O dia da mentira, 1º de abril, mas no dia 8, por que volta essa triangulação forte? Coincidência?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Senador, eu repito que se passaram mais de dois anos e eu não consigo lembrar que assunto foi conversado nessas ligações. Mas a relação que tenho aqui as últimas ligações do Ralph são todas ligações curtas são todas curtas; acredito que nem tenha falado: 16 segundos, 11 segundos, 6 segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Do Ralph, não é?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Correto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois eu vou dizer aqui para o senhor como o senhor está enganado. No dia 11/04, o Sr. Ralph ligou para o senhor, às 11h29min53s e foram quatro minutos e quarenta segundos. Não é um telefonema – quatro minutos e quarenta segundos – pequeno. Então vejam V. Sª que essas informações não batem. Está aqui. Se V. Sª quiser ver, está aqui – quatro minutos e quarenta

segundos. Do Ademirson para o Ralph e depois do Ralph para o Ademirson.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Que dia?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Awui 4min40seg. Veja V. Sª que ao foram bem os últimos. Eu, por exemplo, tenho que o Sr. Vladimir Poleto não costumava ligar para o senhor só em dois ou três segundos. Aqui no dia 9, quer dizer, aís já tudo assinado, tudo legal com a Getch e com o grupo que levou a Getch que sabemos a assinar esse contrato, o Sr. Vladimir Poleto ligou para o senhor às 19h19min com cinco minutos, 5,6min, o que significa dizer que V. Sª aqui, nesses dois telefonemas não estava tratando pelo menos de coisa que diga respeito à família. V. Sª não quer assumir a sua responsabilidade, mas é impossível que V. Sª não esteja nessa triangulação que está sendo mostrada, que é a quebra do sigilo de alguns telefones, existem outros telefones. Existem outros telefones cujo sigilo será quebrado. Não compete a mim, mas o que sinto é que V. Sª vai ter de voltar a esta CPI com outros companheiros.

Agradeço.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, já que o Senador Alvaro Dias não se encontra.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy pediu para permutar comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, antes, porém, só para concluir a parte do Relator: o áudio está pronto para confirmar se realmente esta fala é do Sr. Ademirson. Solicito ao áudio que reproduza:

*(Reprodução do áudio de um telefonema:)*

"**O SR.** – Alô?

**O SR.** – Oi, (Ininteligível.).

**O SR.** – Oi.

**O SR.** – Fala (Ininteligível.).

**O SR.** – Bueno.

**O SR.** – Tudo bem?

**O SR.** – Eu recebi uma ligação do Ademirson.

**O SR.** – Ahn?

**O SR.** – Querendo o telefone do Edson. Era um recado urgente. Eu achei estranho. Uma que o Adermirson está em Ribeirão, né?

**O SR.** – Hum-hum.

**O SR.** – E outra que recado urgente é esse? (Ininteligível.)

**O SR.** – Pode ser agenda, né?

**O SR.** – Agenda, se o Jota está aqui, ué? Como é que é isso? Agenda quem? (Ininteligível.)

**O SR.** – Eu falei para o Jota ontem que seria bom marcar. Então, vai ver que ele vai para o Rio, alguma coisa assim, e está querendo juntar, né?

**O SR.** – Ah, então...Mas é o chefe que quer falar direto com o Edson, uai? Você acha que é isso?(Ininteligível.)

**O SR.** – Por telefone?

**O SR.** – É. O Ademirson falou que era um recado, mas eu falei: 'Mas, oh, Ademirson, (Ininteligível.)vai falar com o Presidente do banco e eu não posso saber o assunto?' Ele falou: 'Mas eu também não sei'. Entendeu? Eu não sei se é o chefe que... Por isso que estou te ligando (*Ininteligível*.)

**O SR.** – Eu almocei com o Jota e está tudo do jeito que conversamos.

**O SR.** – Então, pode ser que o chefe vá fazer agenda. Então (*Ininteligível*.)

**O SR.** – Não, mas vai fazer a agenda daquele jeito que a gente tinha conversado lá.

**O SR.** – Não, mas, então, o telefone é para o Jota? O Ademirson ia ligar para mim para pegar o telefone para o Jota? É isso que eu estou falando.

**O SR.** – Acho que não, né?

**O SR.** – Então? Se o Rui tiver fazendo alguma coisa, fizer uma ligação sem... Aí, eu boto para quebrar. Só estou avisando, porque acho um absurdo, né?

**O SR.** – Só acho que você devia ligar para o Edson e falar para ele que teve a conversa e que vai ser marcada a audiência.

**O SR.** – Legal. Isso eu vou fazer.

**O SR.** – É só isso mesmo, viu? Não tem novidade nesse caso, não.

**O SR.** – Não, porque eu estou falando...

**O SR.** – Eu entendi o que você falou. Eu (Ininteligível.) a sua preocupação. Eu só...

**O SR.** – Que o RP lá está passando por... Isso a gente conversa...Eu acho um absurdo. (Ininteligível.) Vamos jogar claro, né? Por isso, estou (Ininteligível.)

**O SR.** – Vamos se encontrar amanhã ou hoje, rapidão?

**O SR.** – À hora que você quiser.

**O SR.** – Tá bom, então.

**O SR.** – Seria bom, porque têm uns assuntos (Ininteligível.) falar (Ininteligível.).

**O SR.** – Onde você tá hoje?

**O SR.** – Então, tá. Fechado.

**O SR.** – Onde você tá hoje?

**O SR.** – Ah, eu tou (Ininteligível.), mas eu volto em quarenta minutos.

**O SR.** – Ta bom. Quando você chegar, me liga, que eventualmente a gente se encontra. Eu vou estar a uma e meia lá pelo Ribeirão Shopping.

**O SR.** – Ah, você vai (Ininteligível.)no Ribeirão Shopping?

**O SR.** – Eu vou levar meu filho para cortar o cabelo. Podia encontrar por lá.

**O SR.** – Então, tá. Quando eu voltar, eu te ligo.

**O SR.** – Falou.

**O SR.** – Tá bom.

**O SR.** – Tchau.

**O SR.** – Tchau."

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem.

Realmente, houve um telefonema entre o Sr. Poleto e Buratti. O senhor não sabe de quem se trata o "chefe"?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o Jota?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não conheço o Jota.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o banco? De qual banco se tratava essa audiência?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Tive conhecimento de que, posteriormente, houve uma agenda com o Ministro para o Edson, Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não foi com o Banco Próspero?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – A audiência foi marcada para Edson, Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

*(Interferências fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas ele também é Presidente do Banco Próspero. Foi para tratar do assunto da Bolsa ou do banco?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não sei o assunto que foi tratado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas o senhor sabe que ele é presidente? Segundo informação do Relator, o Edson é presidente tanto da Bolsa como do Próspero.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, tive conhecimento posteriormente, quando a assessoria de comunicação do Ministério divulgou.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana, V. Exª tem a palavra.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy pediu inversão e, da minha parte, não há nenhuma objeção.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª é um cavalheiro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Tião Viana, porque estou inscrito para comentar o parecer da CPI da Terra e daqui a pouco chegará minha vez ali.

Eu gostaria, Sr. Presidente Efraim Morais, Sr. Relator Garibaldi Alves Filho, primeiro de dar aqui o meu testemunho a respeito do Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva, pois o conheço há diversos anos, mas em especial durante o período de 2003 para cá, quando o Ministro Antonio Palocci assumiu, foram diversas vezes que eu procurei o Ministro Antonio Palocci, telefonei para o Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva. Por vezes, o Ministro estava em audiência ocupado e foram inúmeras as ocasiões em que o Sr. Ariovaldo, que atendeu o telefone, porque eu gostaria de transmitir alguma informação ao Ministro e sobre esses fatos eu quero dar o meu testemunho e até perguntar ao Sr. Ariovaldo se a sua lembra condiz com a minha lembrança.

Então, vou aqui ilustrar porque posso afirmar aqui, prezado Senador Garibaldi, que quando procurava o Ministro Antonio Palocci foi, por exemplo, para dialogar com ele sobre os assuntos que estavam sendo tratados no Senado.

Por exemplo, aqui foram tratados assuntos relativos a Renda Básica de Cidadania, que estava por ser apreciada na Câmara dos Deputados, durante o ano de 2003, e eu avaliei que seria importante que o Ministro da Fazenda acompanhasse de perto e eu quis sempre dar toda informação, tal quando foi apreciada em 2002. Eu também me comunicava com as autoridades econômicas do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Especialmente também quando aprovado na Câmara e estava o Presidente Lula para sancionar aquela lei, eu estive com o Ministro Palocci para conversar com ele sobre como poderia ser feita a transição do programa Bolsa-Família para a Renda Básica de Cidadania.

Fiz visitas ao Gabinete do Ministro Palocci e expus toda essa questão para dar um exemplo. Também houve outras situações relativas a solicitações de pessoas dos mais diversos recantos do País, às vezes quando pessoas sejam do mundo acadêmico, seja empresário,

da agricultura, quando encaminham sugestões a mim para que sejam encaminhadas à autoridade econômica principal, eu sempre tive o cuidado de informar ao Ministro Palocci. Só neste ano, eu verifiquei agora em meu Gabinete, foram 50 ofícios.

Quando empresários têm alguma sugestão a fazer, seja relativamente, por exemplo, à reforma fiscal e tributária, eu sempre tenho tido o cuidado de encaminhar essas informações ao Ministro. Às vezes, empresários, professores ou acadêmicos dizem que gostariam de conversar com o Ministro para tratar de problemas, eu encaminho os ofícios e, por vezes, conversei com o Sr. Ademirson para dizer tal ou qual pessoa deseja conversar com o Ministro. Normalmente, o Sr. Ademirson respondeu a esses telefonemas para dizer se seria possível a audiência e assim por diante.

Em algumas ocasiões, eu tive a vontade de conversar com o Ministro Palocci para debater a política econômica, inclusive com economistas que, avalio, podem trazer sugestões ao Ministro. Gostaria de registrar, de recordar, inclusive, que, por exemplo, sugeri – e o Ministro Palocci entendeu ser importante – estabelecer um diálogo com o economista Paulo Nogueira Batista Júnior. Então, marquei uma audiência. Para que pudesse marcar uma audiência, algumas vezes conversei com V. Sª para dizer qual seria o dia adequado. Essa audiência, em uma ocasião, foi apenas com o Ministro. Em outra ocasião foi na presença do Sr. Marcos Lisboa e do Sr. Bernardo Api. Para marcar essas audiências, nós dois dialogamos.

Faço o registro e quero afirmar, Sr. Presidente, que em todas essas ocasiões o tratamento que o Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva deu-me foi extremamente sério. Nunca tratamos de qualquer questão que pudesse significar um procedimento de interesse inadequado. Nunca tive um diálogo com o Sr. Ademirson ou mesmo com o Ministro Palocci que pudesse significar qualquer, digamos, compromisso de doação ao Partido a que ambos pertencemos, eu e o Ministro Palocci, para efeito de campanha, em relação aos temas que trouxe à presença do Ministro Palocci.

Enfim, quero dar esse depoimento e perguntar-lhe se o que acabo de dizer confere com sua percepção do nosso relacionamento com o Ministro Palocci, dada a função que V. Sª tem como um assessor pessoal de S. Exª que, portanto, comigo muitas vezes dialogou.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim, Senador, condiz com a verdade. Recebi diversas ligações de V. Exª. Encaminhei as questões ao Ministro. Algumas vezes foram marcadas reuniões com as pessoas sugeridas por V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Gostaria, também, de perguntar algo a V. Sª. Primeiramente, quero fazer uma observação sobre aquilo o que lhe perguntou o Senador Garibaldi Alves Filho, especialmente em relação ao Sr. Ralph Barquete e o que foi mencionado por sua esposa, salvo engano de nome Suely. Não é esse o nome dela?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Suely é a viúva de Ralph.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Houve um momento em que o Senador Garibaldi fez uma leitura na qual a Srª Suely disse não ter uma relação familiar com V. Sª. O que depreendi dessa observação – e o que depois foi confirmada nas perguntas posteriores do Senador Garibaldi – é que V. Sª não tem relação de parentesco com o Dr. Ralph Barquete, nem mesmo de compadres. V. Sª mencionou que é amigo pessoal de S. Sª e de sua família, mas que não há relação familiar. Só para deixar claro. Quando a Srª Suely menciona que não tem relação familiar entendo: não somos parentes. Uma coisa é ser amigo; outra é ser parente. Só para deixar claro: estou correto em minha interpretação?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Correto, Senador. Não tenho relação de parentesco com Suely ou com Ralph. Nossa relação é de amizade entre famílias.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Com respeito àquilo que nos disseram o Sr. Rogério Burati e Vladimir Poleto, especialmente o Sr. Vladimir Poleto, quero expressar que estranhei um pouco o procedimento, especialmente quando nos revelou que teve um procedimento, certo dia, que foi feito depois de ter tomado muitas caipirinhas e cervejas, num diálogo, naquela ocasião, com o Sr. Policarpo Júnior. E aquele diálogo não nos causou uma boa impressão assim como a explicação que ele nos deu aqui.

Sei que V. Sª e o Sr. Vladimir Poleto são amigos, conforme está registrado aqui, num telefonema entre vocês dois. Acredito até que V. Sª tenha assistido àquele depoimento, que, do ponto de vista do Ministério da Fazenda, foi importante, até porque se referiu a V. Sª, em alguns momentos, como agora o fez nessa relação de telefonemas. Gostaria de pedir, então, que V. Sª fizesse uma avaliação sincera sobre o depoimento do Sr. Poleto, se acha que aquele foi um procedimento adequado, se houve até oportunidade de falar para ele: "Poxa, esse tipo de procedimento pode estar prejudicando a maneira séria" – como eu acredito – "que o Ministro da Fazenda tem conduzido o seu Ministério." De maneira que gostaria apenas de pedir a sua avaliação sobre aquele depoimento e aquilo que nos foi relatado no dia em que ele aqui esteve.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Senador, as informações que foram divulgadas pela imprensa e as informações durante o depoimento do

Vladimir, de fato, me deixaram espantado por conta da relação de amizade que tínhamos e aqui não me cabe fazer juízo de valor com relação aos procedimentos. Mas, de fato, isso me causou espanto e estranheza.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem, Sr. Presidente, agradeço as explicações dadas!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Senador Tião Viana!

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, o Senador Suplicy pediu-me para fazer uma inversão de ordem e disse que falaria num curtíssimo espaço de tempo, promessa essa que cumpriu à risca! Foram 19 minutos mais ou menos! Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Só 19? Pensei que era um pouquinho. V. Exª não vai falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião, mas V. Exª tem o tempo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu falei 19, mas cabe uma, então, pelo menos, para ele, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas eram 10 minutos o tempo de V. Exª, e V. Exª usou 19.

Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Sr. Relator, serei muito breve! Mas serei breve mesmo!

V. Sª, ilustre depoente, mantinha contactos telefônicos freqüentes com Poleto e Buratti*. O Sr. Poleto, uma figura cômica, chegou a esta Comissão e deu a entender que V. Sª sabia dos recursos que vieram de Cuba. É verdade?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Isso não condiz com a verdade, Senador. Nunca tive conhecimento desse assunto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quer dizer, se o Poleto ensinou, mentiu?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Sim.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª, que é um homem importante na equipe do Ministro Antonio Palocci conhece o Ministro Rogério Burati. Não conhece?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Conheço Rogério Burati.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E ele fez afirmações aqui sobre o Bingo no Rio e em São Paulo.

Eu pergunto: V. Sª com tantas ligações não sabia desses recursos do bingo para o PT?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Nunca tive conhecimento deste assunto Exª.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – É V. Sª íntimo do Ministro Palocci?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Não, eu não sou íntimo do Ministro Palocci, tenho uma relação apenas profissional com o Ministro.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E de Ralph Barquete, não era V. Sª amigo de Ralph Barquete?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Sim éramos muito amigos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Ele era um homem importante no esquema, não é?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Eu nunca tive conhecimento de esquema Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu falo de esquema lá de Ribeirão dos recursos para o PT. E V. Sª. nunca acreditou em recurso para o PT de Ribeirão?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Nunca tive conhecimento deste assunto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas já andava com o Ministro Palocci naquela época.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** O Senhor poderia repetir a pergunta, Senador, eu não entendi.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Desde quando o senhor anda com o Ministro Antonio Palocci? Acompanha, recebe os telefonemas dele, passa os telefones para ele, em outras horas ele manda V. Sª dizer que não pode, ou pode, isso o Ministro Palocci não esconde, mas V. Exª desde quando faz isso?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Desde quando o Ministro foi eleito Vereador, desde o ano de 1989, se eu não me engano.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Então, pelo visto, ninguém dos que chegaram aqui tem intimidade com o Ministro Palocci como V. Sª?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Não, repito que eu não tenho intimidade, não tenho uma relação pessoal com o Ministro, a minha relação sempre foi profissional, não tenho convívio social com o Ministro.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E as tais 4.500 telefonemas existiram?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Isso foi divulgado por esta Comissão e eu creio que condiz com a realidade.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Isso condiz, o senhor não acha muito telefonema?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Sim, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Hoje o senhor não faria esses telefonemas?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Não.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Por quê?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Porque, pelo tudo que já foi divulgado, pelas informações que foram veiculadas...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Logo, V. Sª se mostra arrependido de ter feita tantas ligações, algumas indiscretas.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Eu não afirmaria isto, Senador, mas hoje eu não trocaria tantas ligações.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, só para um esclarecimento a V. Exª, essa quebra do sigilo telefônico, não foi do Ademirson, foi do Ralph Barquete e do Poleto. Não há a quebra do sigilo telefônico do Sr. Ademirson, ele aparece só, com esse aí, fazendo esses contatos.

Essa a informação que eu queria dar a V. Exª.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu agradeço a V. Exª.

Não pode V. Sª adiantar nada das pessoas que atormentavam o Ministro Palocci, quando Prefeito de Ribeirão, mais até aqui do que no Ministério da Fazenda, como Buratti, Barqueti entre outros, Poleto. Esse Poleto então é gravíssimo. Não tem V. Sª nenhum detalhe sobre isso.

Pode fazer, eu tenho boa impressão de V. Sª.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Muito obrigado, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu tenho boa impressão de V. Sª e por isso que eu acho que V. Sª podia colaborar com a Comissão.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA –** Senador, eu repito aqui. Eu conheci o Ralph e o Vladimir no início da segunda administração do Ministro Palocci de Ribeirão Preto. Nessa época o Rogério não participava da administração, ele participou da primeira administração e se afastou, mas nunca tratei nada com Ralph ou com Waldimir a respeito de negócios. Sempre pautei o meu trabalho de forma ilibada e nunca misturei público com o privado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES** (PFL – BA) – Como disse, vejo até pela sua simplicidade, mas que me causa uma boa impressão, e não vou fazer algumas perguntas sobre Getch porque se V. Sª diz que não entrava nesses assuntos, eu não vou tratar com V. Sª sobre eles. Entretanto, se a Comissão descobrir alguma coisa em que V. Sª esteve presente, voltaremos a argüi-lo direta e indiretamente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães e concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ademirson, deixa eu conceituar para V. Sª a minha preocupação e o meu pensamento.

Aqui já esteve o Sr. Buratti, advogado que veio aqui prestar esclarecimentos sobre a presença dele ou não da renovação do contrato da Getch. No depoimento dele ficou configurada a perspectiva e a possibilidade dele ter agido em nome usando o nome do Ministro Palocci para obter facilidades na Caixa Econômica e teria trombado com Waldomiro Diniz que estaria agindo em nome da Casa Civil, José Dirceu, e o fato é que, até o momento, eu não posso assegurar, não existe clareza cristalina com relação aos fatos, mas ficou uma suposição de que o Sr. Buratti usou o gabinete do Sr. Ministro Palocci para tráfico de influência, para obter, em última análise, vantagens, ou para ele, ou para equem ele quisesse.

No meio das investigações surgiu o nome do Sr. Ralph Barquete, já falecido, que teria sido Secretário do Ministro Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto e que, segundo denúncias que foram apresentadas, seria o coletador de propinas junto a empresas prestadoras de serviços na Prefeitura e a Leão & Leão é uma das citadas. Claro que o Sr. Ralph Barquete já faleceu e não pode se defender, mas está acusado de um fato que, de qualquer maneira, envolve o Ministro Palocci pelo fato de ter sido Secretário. No curso das investigações aparece a figura do Sr. Poleto.

A revista **Veja** coloca o Sr. Poleto como sendo o transportador de três milhões de dólares, ou dois milhões, ou um e meio ou um e setecentos no avião Sêneca de propriedade do Sr. Colnaghi que seria amigo do Ministro Palocci que teria também um jatinho que teria servido ao Ministro Palocci em diversas oportunidades e o Sr. Poleto que aqui esteve prestou um depoimento que causou muita surpresa aos membros da Comissão pelo fato de ter justificado a entrevista que deu e que foi reproduzida em fita de áudio como tendo sido concedida em estado etílico, mas o que é fato é que o Sr. Poleto é amigo também do Ministro Palocci e tem ligações com o Ministro Palocci.

Tudo isso são suposições. Eu tenho um raciocínio pessoal meu e confio na postura pessoal do Ministro Palocci e sempre achei que essas histórias eram invencionices de Burati, de Poleto, Ralph Barquete, Colnaghi não ouvi ainda, mas o que me preocupa. O Ministro Palocci quando esteve na Comissão de Assun-

tos Econômicos exibiu o naipe de auxiliares da melhor qualidade, da melhor qualidade, Dr. Murilo Portugal, Dr. Levi, o Secretário da Receia Rachid, Assessores da melhor qualidade e disse que os assessores dele eram aqueles ali e não era a República de Ribeirão Preto a que as denúncias se referiam.

Ele, com isso, causou a melhor impressão, mas persistem as denúncias que envolvem Buratti, Getch, uma casa que o Poleto teria em Brasília para encontros, para negócios, Ralph Barquete, o falecido, Conalghi, os dólares de uba, a Conexão Angola, os depósitos feitos na conta do Presidente do Banco Central em Angola, é uma teia enorme, perigosíssima. Minha preocupação, qual é? É que a única pessoa de dentro do gabinete do Ministro e que poderia comprometer o próprio Ministro é a figura de V. Sª.

Eu tenho um Secretário há anos, como V. Sª é Secretário do Ministro Palocci, em quem eu confio muito e a quem eu confio até este impertinente telefone celular que está me atrapalhando nas perguntas que estou fazendo. Eu confio a ele o telefone para quem as pessoas me ligam. Liga todo mundo, e eu confio que ele atenda as ligações de todo mundo, seja quem for. Seja quem for.

Eu suponho que como meu Raimundo Maia Júnior, que trabalha comigo há 25 anos – o Senador Garibaldi Alves Filho o conhece –, a quem eu confio até meu telefone, V. Sª seja para o Ministro Palocci uma espécie de Raimundo Maia Júnior. E aí vai minha preocupação porque na hora em que – não que tenham quebrado o sigilo telefônico de V. Sª, mas quebraram o sigilo telefônico de Ralph Barquete e de outros circunstantes – aparecem 1.400 ligações telefônicas do Sr. Poleto* para o senhor, eu tenho o direito de raciocinar que as influências dessas pessoas chegavam ao Ministério pelas mãos de V. Sª. Eu tenho o direito, assim como eu tenho o direito de achar que o Ministro Palocci era uma pessoa descomprometida com tudo, pela imagem que eu tenho dele, eu tenho a obrigação de raciocinar que as denúncias todas feitas que envolvem Buratti, Ralph Barquete, Poleto com o Conab, casa do Lago, isso e aquilo, e aquilo outro, têm uma conexão gabinete Palocci, que é o Sr. Ademirson. Não é por uma suposição, é por uma quebra de sigilo telefônico. Mil e quatrocentas ligações. Não é uma ligação ou outra, são 1.400 ligações, são horas e horas de conversa. É de se supor que um amigo telefone uma vez ou outra, mas 1.400 ligações é muita ligação.

O que a Comissão espera do depoimento de V. Sª? Explicações convincentes. Suponho eu que o Presidente da Comissão vá chamar o Ministro, convidá-lo para que ele possa vir aqui prestar esclarecimentos das denúncias que existem contra o esquema de Ribeirão Preto no Ministério da Fazenda. O que a Comissão espera é que V. Sª dê explicações convincentes, não que diga o que o Poleto disse. O Poleto deixou aqui a pior das impressões, a pior, da mesma forma como o Sr. Paulo Okamotto, que aqui veio, deixou o Presidente Lula muito mal porque não respondeu às indagações e frustrou as expectativas da Comissão.

Quero dizer a V. Sª que se V. Sª insistir na tese de que não sabia, não tinha conhecimento, não era amigo, enfim, o que está dizendo, vai deixar o Ministro Palocci muito mal. A disposição dos membros da Comissão aqui vai ser a de inquirir o Ministro Palocci sob a égide da desconfiança no limite máximo porque o meu Raimundo Maia Júnior, que para ele é V. Sª, disse que de 1.400 telefonemas do Sr. Ralph e do Sr. Poleto nada se pode justificar, não há nenhuma explicação plausível, e que as denúncias todas feitas que envolvem o Ministro Palocci com esses nomes todos não... É igual ao Presidente Lula: não sabia, não sabia, não sabia, não sabia. Isso só causa indignação.

Então eu queria lhe dar a oportunidade porque V. Sª é uma etapa importante na pré-convocação ou convite do Ministro Palocci. Na medida em que V. Sª dê explicações que ajudem o Ministro Palocci, ele terá um tipo de inquirição. Se não, ele terá outro tipo de inquirição, ele chegará aqui sob a minha pessoal desconfiança no limite máximo, porque eu confio em que V. Sª, que é secretário particular do Ministro Palocci há anos e que tem a – suponho eu – a total intimidade dele, muito embora o negue, esses telefonemas têm que ter uma explicação. Não pode ser não sei, não sei, ligava por amizade, para tratar de assuntos corriqueiros, do dia-a-dia, conversas comezinhas, não é possível.

Queria lhe dar esta oportunidade de dar alguma explicação convincente para que a gente recebe o Ministro Palocci aqui com o respeito que ele sempre foi merecedor, porque senão quero dizer que V. Sª está colocando o Ministro Palocci **sub judice**, numa posição muito desconfortável, porque ele aqui vai chegar sob a desconfiança de muitos, inclusive a minha desconfiança pessoal.

Queria, portanto, ouvir de V. Sª se tem uma explicação, é a oportunidade que lhe dou para ajudar o Ministro Palocci, com alguma explicação convincente para essas centenas ou milhares de ligações com pessoas envolvidas nas denúncias do clube de Ribeirão Preto.

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Exª, eu já afirmei aqui e vou reafirmar as ligações do Ralph, do Rogério e do Vladimir sempre foram ligações de cunho pessoal. Foram muitas ligações de fato mas sempre de cunho pessoal. Nunca tratei quaisquer outros assuntos que não fossem dessa natureza, nunca intermediei nenhum negócio, nenhuma agência para os mesmos. Isso é a verdade e não posso falar uma outra coisa que não seja isso.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Ademirson, foi-lhe dada a oportunidade. Uma última pergunta: Sr. Ademirson, conhece o Carlos Gomes Cavalcanti Mundim, que é um Secretário do Governo de Tocantins?

**O SR. ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA** – Não conheço, Exª.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e agradeço também ao Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva pela presença, bem como seu advogado.

Antes de encerrar, quero comunicar aos Srs. Senadores que amanhã teremos o depoimento dos Srs. Roberto Ville Filho, Amaro José Tomé Filho, Promotores de Justiça de Santo André. Na próxima quinta-feira, os Srs. Valter Santos Neto e o Sr. Adelmar Miranda Torres, que estão ligado ao caso da Getch.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª a oportunidade da inclusão dos dois delegados que havia solicitado na semana passada como depoimento, no que diz respeito ao caso de Santo André. Os dois são Édison Sanches e José Pinto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Serão incluídos imediatamente para a próxima semana Senador Tião Viana.

Agradeço a V. Exª pela observação e determino à assessoria da Comissão que prepare imediatamente os requerimentos para que possamos convidá-los a vir por convocação a esta CPI.

Agradeço, mais uma vez, a V. Sª pela presença e declaro encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião ás 11 horas e 45 minutos.)*

**Ata da 41ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2005.**

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, José Jorge, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Heráclito Fortes e José Agripino, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva dos Senhores Dr. Roberto Wider Filho, Promotor de Justiça; Dr. Amaro José Thomé Filho; Dra. Elisabete Sato, Delegada Titular da 78DP de São Paulo, e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir, submete a votação os seguintes requerimentos: Requerimento nº 302/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que a Comissão proceda a acareação entre os senhores Wladimir Poletto, Rogério Buratti, Juscelino Dourado, Ademirson Ariovaldo da Silva, Carlos Eduardo Valente e Ruy Barquete. Em votação, é aprovado. Requerimento nº 303/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que o Sr. Eder Eustáquio Macedo, seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão. Em votação, é aprovado. Com a palavra pela ordem o Senador José Jorge. Com a palavra o Senador Magno Malta, relata sobre as diligências efetuadas em São Paulo e solicita que a presidência da Comissão indique o Senador Romeu para a Relatoria da Subcomissão do Caso Celso Daniel. A presidência informa que irá consultar o Relator para decidir sobre o assunto. Com a palavra o Senador Álvaro Dias indaga se há uma data para a vinda do Ministro Palloci a CPI. A presidência informa que fez contato com o Ministro Palloci para marcar uma data. A seguir, submete a votação o Requerimento nº 304/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferÊncia dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva, a esta CPI, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Na seqüência, convida os senhores Dr. Roberto Wider Filho, Dr. Amaro José Thomé Filho, Dra. Elisabete Sato e a Drª. Adriana Ribeiro Soares de Morais, Promotora de Justiça para tomarem assento à Mesa, concedendo de imediato a palavra ao Dr. Amaro Thomé que faz um breve relato sobre o seqüestro e morte do Prefeito Celso Daniel. Com a palavra o Dr. Roberto Wider complementa as colocações do seu antecessor. Com a palavra a Dra. Elisabete Sato faz um relato sobre sua atuação no Caso Celso Daniel. A seguir, passa a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para as indagações iniciais, seguido, de acordo com a lista de inscrição pelos Senadores José Jorge e Álvaro Dias. O Senhor Presidente suspende a Sessão por dez minutos, às dezesseis horas e quatorze minutos. Reaberta a Sessões, passa a palavra ao Senador Magno Malta para suas interpelações, seguido pelo Senador Eduardo Suplicy e Romeu Tuma. A presidência agradece aos senhores promotores e a Senhora Delegada pelo pronto atendimento a convo-

cação desta Comissão e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezoito horas e trinta e cinco minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço aos Srs. Senadores que a presente reunião destinar-se-á a depoimento dos Srs. Dr. Roberto Wider Filho, Promotor de Justiça, Dr. Amaro José Thomé Filho, Promotor de Justiça, e a Drª Elisabete Sato, Delegada Titular da 68ª DP de São Paulo.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Em votação, a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa)

Srs. Senadores, há dois requerimentos para serem votados, de autoria do Sr. Relator:

Nos termos do disposto no §.3º, do art. 58 da Constituição Federal, requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito proceda à acareação entre os Srs. Vladimir Poleto, Rogério Buratti, Juscelino Dourado, Ademirson Ariovaldo da Silva, Carlos Eduardo Valente e Rui Barquete.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Sala das Sessões, 29/11/05, data do requerimento.

Ainda do Senador Relator Garibaldi Alves:

Nos termos do disposto no § 3º, do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno, requer que o Sr. Éder Eustáquio Macedo seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esta Presidência esclarece que o Sr. Éder Macedo é o motorista que dirigia o ômega que teria transportado em julho de 2002 as três caixas supostamente cheias de dólares para as campanhas petistas.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge, pela ordem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Como é que V. Exª sabia que eu ia pedir a palavra pela ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senti que V. Exª iria pedir a palavra, Senador José Jorge

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, eu gostaria de discutir aqui a questão da convocação da Srª Mara Gabrilli, de Ribeirão, uma deficiente física, que esteve com o Presidente Lula, onde fez as denúncias, aliás de Santo André, daquelas propinas, e fiz o requerimento que foi aprovado na reunião passada, pedindo para que ela seja ouvida em São Paulo. Mas, aparentemente, ela gostaria de ser ouvida na CPI. Por quê? Porque ela acredita que, como deficiente física, que participa da vida do País, da vida política, pública, vamos dizer assim, que trabalha, seria muito importante como incentivo para que outras pessoas que, por acaso, tenham algum tipo de deficiência, vejam que isso não quer dizer que não possam participar como as outras dessa vida política, social, empresarial do País.

Então, eu gostaria de solicitar a V. Exª que marcasse um dia para que pudéssemos ouvi-la, não em São Paulo, mas aqui, atendendo aos seus desejos, mesmo porque foi uma pessoa que esteve diretamente com o Presidente Lula, fez a denúncia do esquema de propina. Portanto, seria muito importante ouvi-la.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Jorge.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos tomar as providências para que a solicitação de V. Exª seja atendida.

Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, recebendo designação de V. Exª para a

Sub-Relatoria do caso de Santo André, estive em São Paulo, juntamente com os Senadores Romeu Tuma e Eduardo Suplicy, e, no domingo, fui aos Três Tombos, ouvir populares, pessoas que nunca se manifestaram, que viram por trás de suas janelas, da fresta da sua porta, da sacada do seu prédio e que nunca se manifestaram em juízo, até por que morrem de medo, mas o fato de o Senador Suplicy ser um homem popular em São Paulo, e gozarmos de uma certa credibilidade das pessoas, acabamos entrando em muitos lares, Senador Tasso Jereissati, de pessoas simples, que nos receberam, inclusive tomamos café com elas, e, assentados numa cadeira, ouvimos relatos extremamente importantes do arrebatamento de Celso Daniel, de detalhes...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Também, Sr. Presidente, porque o Senador Magno Malta é uma pessoa muito querida, sobretudo, quando as residências eram de famílias evangélicas, que o reconheciam, inclusive pela sua atuação aqui, no Senado Federal, e como também é uma pessoa muito respeitada e querida, por isso, fomos bem recebidos nas residências das pessoas ali na ladeira dos Três Tombos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Parabenizo V. Exªs.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – A minha fala é até para agradecer a essas pessoas anônimas, que assistem à CPI, acompanham-na, que estão ávidas por uma solução. Há alguns casos emocionantes de pessoas que disseram que estavam tendo a possibilidade, porque, desde a época do episódio, sentem uma dor no peito por nada poderem ter feito e contribuir, mas que tiveram essa oportunidade de falar conosco sobre o que viram, o que presenciaram. Certamente, Senador Mozarildo, fornecendo elementos para que formemos um juízo a respeito do caso Santo André.

Fizemos, Sr. Presidente, acareação, ouvimos testemunhas reservadas com informações extremamente significativas para formarmos juízo e oferecer para o Senador Garibaldi consistência para o seu relatório.

Estive também ouvindo uma testemunha do caso de Campinas, não era o meu caso, juntamente com os Senadores Eduardo Suplicy e Romeu Tuma, na residência dele, e a televisão mostrou isso. Por conta dessas informações serem contundentes, por carecerem de investigação profunda e por algumas coisas faladas que já estão no relatório da CPI do Narcotráfico envolvendo pessoas que certamente militam no escuro em favor delas mesmas contra a integridade física de pessoas que participaram desse encontro, quero fazer uma sugestão a V. Exª, Presidente, que é a indicação do nome do Senador Romeu Tuma, para que ele seja Sub-Relator nesse caso da morte do Prefeito de Campinas, porque conhece o assunto. E o filho do Senador Romeu Tuma, que pertenceu à CPI do Narcotráfico comigo, foi Sub-Relator do caso de Campinas na época, que envolve essas pessoas que foram citadas nesse depoimento extremamente importante do Jack, que foi ouvido na casa do Senador Suplicy. E o Senador Romeu Tuma, com quem já conversei sobre essa colocação que eu queria fazer hoje, pedindo a V. Exª que o indicasse, de imediato, disse-me que estaria pronto para atender à Presidência da CPI, caso V. Exª concordasse com essa indicação. A partir daí, prepararemos dois sub-relatórios para subsidiar o Senador Garibaldi, a justiça com a peça do Ministério Público que a Drª Elisabete Sato está fazendo agora, porque reabriu o caso, é nova no caso, para que a justiça faça justiça e os culpados sejam punidos nos dois casos, o de Santo André e o de Campinas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Informo que essa é uma decisão que vou ter de tomar com o nobre Relator Garibaldi, para, depois, tomarmos uma decisão conjunta ou com V. Exªs e os demais Senadores que poderão vir a participar, juntamente com o nosso Relator.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permite, V. Exª?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – No final desta reunião, tomaremos essa posição.

Antes de ouvir V. Exª, terei o maior prazer, Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria de conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias. Em seguida a V. Exª.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é apenas uma consulta sobre se já existe uma definição da data em que ouviremos, nesta Comissão, o Ministro Antônio Palocci. Considero importante essa definição porque há uma expectativa, e o Ministro, embora tenha comparecido a várias Comissões no Senado e na Câmara dos Deputados, tenho o dever de comparecer a esta, porque nesta Comissão denúncias da maior gravidade foram assacadas contra ele. E, obviamente, se não houver explicações o Relator só terá oportunidade de incluir no Relatório Final as denúncias e não a versão do próprio Ministro. Portanto, é importante a definição da data para ouvir o Ministro Antônio Palocci.

É evidente que já há a divulgação de que o Ministro virá. Já há um entendimento desta Comissão. Eu estou apenas solicitando a V. Exª se já há uma definição da data?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Devo informar a V. Exªs. que, na última quinta-feira ou sexta-feira, recebi um telefonema do Ministro Palocci, conversamos e ficou até o dia de hoje para nós marcarmos esta data. Inclusive, vou pedir ao nobre

Senador Tião Viana que nos ajude neste sentido, porque o que foi decidido por esta Comissão é que caberia a mim marcar com o Ministro esta data e que seria antes do dia 10.

Devo dizer a V. Exª que hoje, pela manhã, tentei falar com o Ministro, no seu gabinete, e fui informado de que o Ministro havia viajado para Buenos Aires com o Presidente da República. Disse-me a assessoria do Ministro que S. Exª estaria de volta até à noite. Espero, antes de meia-noite de hoje, que o Ministro dê uma posição em relação à data que S. Exª virá à CPI. Essa a informação que eu tenho para dar a V. Exªs.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, agradeço a V. Exª.

Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Senador Eduardo Suplicy, me concede aqui só um minutinho?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois não.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É só um segundo. Só para sugerir ao Presidente, eu já havia falado com o Presidente fora, mas disse que sugeriria do microfone, que os Procuradores do Gaeco, que estão aí, que vieram, que é a Drª Elisabete Sato, que reabriu o caso, que é nova no caso, Sr. Relator e Sr. Presidente, que todos eles fossem ouvidos juntos, até para não haver discrepância, porque ela entrou agora no caso. E a nossa grande esperança nisso é que a Drª Sato, ontem, Senador Eduardo Suplicy, recebeu mais um prêmio de produtividade, pela terceira vez em São Paulo, pelos serviços prestados pela Delegacia dela. Então, ela produz mesmo e nós temos a esperança que rapidamente vamos ter um indicativo agora no caso reaberto, depois de arquivado pela Polícia de São Paulo, com a sua versão. Acreditamos na seriedade da Drª Sato.

Eu faço essa proposta, Sr. Presidente, que sejam ouvidos juntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Inclusive a Drª Adriana Ribeiro Soares que se encontra presente. Eu não tenho... Da nossa parte nenhum problema que...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – A Drª Adriana, inclusive, fui eu que convoquei, porque ela faz parte e ela não estava no meu requerimento e eu tive que fazer outro depois.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela lembrança.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª precisaria, então, providenciar mais cadeiras e poderia convidá-los para entrar, porque o que eu vou falar se refere à presença deles. Mas se V. Exª quiser convidar as pessoas que vão ser testemunhas hoje para entrarem no recinto poderá fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Exª pode ir adiantando enquanto as cadeiras chegam.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem. (Riso)

**O SR. (Orador não identificado)** – Se é audiência que ele quer ...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Se quiser aguardar, V. Exª... Acho que essa questão de cadeira aqui é algo rápido.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem.

Sr. Presidente, eu mencionei ontem que iríamos solicitar uma audiência para que os Senadores Romeu Tuma, Magno Malta e eu pudéssemos transmitir ao Ministro Márcio Thomaz Bastos o conteúdo do que foi exposto por uma testemunha reservada que assistiu as reuniões no Bingo Taquaral, em Campinas, quando cerca de cinco, seis pessoas, não sabemos exatamente o número, haviam conversado para planejar o homicídio do Prefeito Toninho. O Ministro Márcio Thomaz Bastos marcou essa audiência para quarta-feira às 15 horas.

Eu quero pedir a especial atenção de V. Exª para solicitar ao serviço da Taquigrafia para que providencie a partir de agora a degravação deste depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A fita que V. Exª entregou no dia de ontem?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A fita que o Promotor Dr. Roberto Wider entregará a V. Exª, porque ele está trazendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A que V. Exª entregou no dia de ontem já está sendo degravada.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Aquelas duas são dos demais depoimentos. A do...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Do "Sombra" e dos meninos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A do Jack está no CD que eu pedi a ele, pedi a gentileza de entregar. Então, ele entregará a V. Exª. Já havia sido entregue para mim pelo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, tenho ainda um único requerimento a ser votado, pois não houve condições no início da reunião em virtude da falta de **quorum** qualificado.

Então, votaríamos esse requerimento:

Nos termos do § 3º, do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579, de 1952, e com o art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10/01/2001, requeiro a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva a esta CPI, referente aos últimos cinco anos.

De autoria do Senador Garibaldi Alves Filho.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Peço a lista para fazermos a chamada. (Pausa)

Senador Antonio Carlos Magalhães, quebra de sigilo do Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sou favorável a todas as quebras de sigilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vota sim.

Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cacalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Oito votos "sim".

Está aprovado o requerimento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eis a fita gravada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eis a fita gravada. Essa do Jack. Muito bem. Está providenciada a degravação imediata.

Solicito à Assessoria que encaminhe, ao mesmo tempo convido para tomar assento à Mesa os Srs. Dr. Roberto Wider Filho, Dr. Amaro José Thomé Filho, Drª Elisabete Sato e a Drª Adriana Ribeiro Soares de Morais. Está faltando um. (Pausa.)

Inicialmente, quero agradecer a presença de V. Sªs. Promotores de Justiça e Srªs Delegadas.

Vamos tentar distribuir o tempo para que V. Sªs. possam usar da palavra. Deixo a critério de V. Sªs. para que iniciem. Dr. Roberto, Dr. Amaro e Drª Elisabete fiquem à vontade para iniciarem os seus depoimentos. Reiteramos os agradecimentos desta CPI a V. Sªs.

Dr. Roberto, V. Sª dispõe da palavra.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Sr. Presidente, Senador Efraim, Sr. Relator, Senador Garibaldi, Srs. Senadores, senhoras e senhores, eu sou Roberto Wider Filho e Promotor de Justiça de Santo André e do Gaeco do ABC e responsável pelas investigações tanto do caso de corrupção da Prefeitura de Santo André, quanto do caso do assassinato do Prefeito Celso Daniel. O início...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB. Faz soar a campainha)

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – O início da nossa atividade, nesses dois casos, ocorreu lá em Santo André logo depois da morte do Celso Daniel, porque a empresária Rosângela Gabrilli, que já prestou depoimento aqui nesta CPI, procurou os integrantes do Ministério Público responsáveis pela investigação da morte do Celso Daniel e narrou a existência de um esquema de corrupção em Santo André. O depoimento dela foi motivado pelo medo que ela sentia de ser assassinada. Isso era bem claro. Isso... (Conversa paralela)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a Assessoria, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Mas a Rosângela Gabrilli procurou os Promotores e ela explicou, em síntese, que existia um esquema de corrupção em Santo André, que ela achava que esse esquema de corrupção era responsável pelo assassinato de Celso Daniel e que ela tinha medo dela ser a próxima vítima desse esquema, dado a resistência que ela estava se opondo ao esquema de corrupção.

Esse depoimento foi narrado à Polícia Civil, responsável pela investigação do caso, na época, e foi descartado por aquela investigação quando se chegou à conclusão de que o Celso Daniel foi vítima de um crime de trombada. E, por conseqüência, ele foi encaminhado a Santo André para a gente apurar o esquema de corrupção.

Por uma deliberação da Promotoria Criminal de Santo André, nós somos nove Promotores Criminais, foi designado um grupo de quatro Promotores para iniciar essa investigação.

A designação dos Promotores para começar a investigação foi uma designação da própria Promotoria. Fomos nós, os colegas, que nos reunimos e decidimos que era interessante que aquela investigação fosse realizada pelo Ministério Público, mesmo porque Rosângela Gabrilli havia afirmado que ela não gostaria de prestar depoimento para autoridades policiais. E por conta disso, então, nós iniciamos a nossa investigação.

Essa investigação é bastante abrangente, porque envolve a corrupção no esquema de transporte público, corrupção no esquema de coleta de lixo, no aterro sanitário, corrupção no esquema de obras públicas. E nós ainda temos uma investigação em andamento, com relação às multas em Santo André. Em determinado ano a arrecadação de multa foi superior a arrecadação do IPTU. Foi da ordem de 51 milhões em determinado ano lá em Santo André. Multa de trânsito. Multa de carro.

No curso dessa investigação, logo no início dessa investigação, a Rosângela já mencionava o João Francisco Daniel como uma testemunha. Ela informava que o João Francisco teria procurado ela e teria dito: "Olha, mataram o meu irmão, nós sabemos quem é e nós podemos ser o próximo". Mais ou menos essa que seria a frase dele.

Por conta dessa menção ao João Francisco, nós convidamos o João Francisco para prestar depoimento na Promotoria. E é bastante interessante, porque o João Francisco compareceu com uma extrema má vontade. Ele parecia não ter confiança no trabalho do Ministério Público. Chegou na Promotoria, sentou e perguntou: "O que vocês querem?" Mas de uma forma, com má vontade mesmo.

A conversa, nós ouvimos e conversamos com ele longamente – foram umas quatro horas essa primeira conversa – e ele ia narrando a existência do esquema de corrupção aos poucos, como ele... O tempo todo ele falava assim: "Ah! Eu não devia ter dito isso. Eu não devia avançar tanto. Eu não devia ir..." Mas, no final daquela oitiva, ele esclareceu para a gente, já naquela oportunidade, que ele havia conversado com Gilberto Carvalho; que Gilberto Carvalho havia confirmado a existência de um esquema de corrupção e dito que levava ele, Gilberto Carvalho, dinheiro, em espécie, para o escritório do José Dirceu.

Esse depoimento foi prestado num dia, uma semana depois, porque o João Francisco estava atrasado, a gente não pôde colher formalmente. Na semana seguinte nós convidamos João Francisco, ele explicou de novo os fatos e aí nós colhemos a declaração dele.

Nós não avançamos; o João Francisco já falava sobre a morte do irmão, mas nós não avançamos nem sobre essa história da destinação final dos recursos da corrupção, nem do homicídio do Celso Daniel, naquela oportunidade, porque nós éramos Promotores de Santo André com atribuição exclusiva de apurar corrupção. O homicídio, ele estava sob responsabilidade do Promotor de Itapecerica da Serra e a apuração sobre eventual conduta de um Deputado Federal compete ao Supremo Tribunal Federal e à Polícia Federal. Não é da nossa atribuição, por isso nós não podíamos avançar nesses assuntos. Nós só consignamos o depoimento dele e mandamos o depoimento para as pessoas que podiam apurar.

O depoimento de João Francisco foi encaminhado para Itapecerica da Serra e o Promotor, que atuava lá, determinou a instauração, pediu para o Juiz e foi determinada a instauração de inquérito complementar, para verificar se a motivação do crime não era outra que não aquela que havia sido apresentada inicialmente, que é o crime de trombada. A pedido da família de Celso Daniel, eles apresentaram um questionário bastante longo, eram dezoito questões. Depois de eles estudarem o processo, nós, Promotores de Santo André, fomos designados pelo Procurador-Geral a acompanhar o caso do homicídio de Celso Daniel. E daí nós começamos a nossa investigação com relação a esse homicídio.

O primeiro passo, naturalmente, foi ler com atenção a investigação que havia sido realizada pela Polícia e nós identificamos algumas falhas gritantes nessa primeira investigação. Só para resumir, não me estender muito, uma das falhas apontadas é que o grupo dizia que pretendia praticar um roubo ou um seqüestro – eles nem sabiam definir se era roubo ou se era seqüestro – contra um empresário do Ceasa. Esse empresário possuiria uma Dakota vermelha. E aí eles deixaram o principal carro da quadrilha, que era uma Blazer nas imediações da Ricardo Jafet, enquanto o outro veículo, que seria um Santana, iria seguindo esse empresário. Só que entre um e outro ponto são 19 quilômetros de distância. E 19 quilômetros no trânsito de São Paulo, que não é um trânsito fácil! Evidentemente, essa operação não iria dar certo. Eu nunca vi, em toda minha experiência, um seqüestro em que você deixa o principal carro, os principais autores do crime 19 quilômetros de distância de onde você vai começar a perseguição. Normalmente, os seqüestros se dão na saída ou na entrada do local de trabalho, na saída ou na entrada da residência da vítima, que é onde a quadrilha tem o controle sobre aquela ação.

E nós indagamos isso a todos os réus, o primeiro passo da investigação, praticamente, foi colher o depoimento dos réus e aí começaram a surgir contradições sérias. A principal contradição é que aquele

carro que iria perseguir a Dakota, na verdade, ficou o tempo todo na região da Ricardo Jafet. Aí a gente já não tem o principal carro, mas tem os dois carros da operação na Ricardo Jafet.

Em que circunstância a Dakota foi perseguida? No final das Contas, a gente chegou à conclusão que o empresário da Dakota – até a Polícia Civil ajudou a gente nesse aspecto – que não houve essa tentativa de crime contra o empresário da Dakota, mesmo porque a Polícia identificou quem seria esse suposto empresário e, por depoimento colhido pela própria Polícia Civil, no dia ele estaria com um Corsa e não com a Dakota vermelha. Então, essa é uma história mal contada. A gente não se baseou só no depoimento dos presos para descobrir isso, mas, também, em quebra de sigilo telefônico. Nós tínhamos o histórico de chamadas dos autores do crime. Eles informaram quais eram os celulares deles. Os celulares batiam, porque eles ligavam para parentes e tudo – foi feito esse estudo. E a gente verificou que todos os integrantes da quadrilha da favela Pantanal, com exceção do José Edson, permaneceram na Ricardo Jafet. Então, aquela história estava falha, não era uma história plausível.

Ao mesmo tempo, a investigação evoluiu, porque nós tínhamos uma linha que dava conta da participação do Dionísio – foi aquele preso que fugiu de Guarulhos – na morte do Celso Daniel, isso por conta do próprio depoimento prestado pelo Dionísio ao Delegado Romeu Tuma Júnior em Taboão da Serra, em que ele falava no final que ele tinha algum conhecimento sobre a morte do Celso Daniel, mas que ele só falaria em juízo. O Dionísio conhecia o Sérgio, ele expôs isso naquela declaração, e ele foi assassinado dois dias depois de prestar esse depoimento no CDP, que é a cadeia do Belenzinho.

Curiosamente, o único preso que estava junto com ele no parlatório da cadeia do Belenzinho era o José Edson, que era um dos integrantes da quadrilha da favela Pantanal. Então, quando o Dionísio foi assassinado, quem é testemunha desse crime é o José Edson. Na acareação realizada ontem, o José Edson se recusou a responder a qualquer pergunta do Senador Suplicy com relação a esse episódio tão importante e marcante nesse caso.

Nós ouvimos, então – para verificar essa linha do Dionísio, se ele tinha ou não tinha participação –, o preso que fugiu com ele do presídio de Guarulhos. Esse preso é uma testemunha importante, ele prestou depoimento também na segunda-feira para a CPI. Ele informa que participou de uma série de reuniões com o Dionísio, onde foi tratado o seqüestro do Celso Daniel. E, já nessas reuniões, já se falava que o Sérgio Gomes da Silva, o Sérgio "Sombra", ia favorecer, ia facilitar o seqüestro e efetuar parte do pagamento no mesmo momento do arrebatamento do Prefeito.

Essa prova é uma prova segura, porque não é só o depoimento do Feitosa. Várias outras testemunhas confirmam isso, e há até uma prova documental, porque um cartão de visita com o telefone de um integrante da quadrilha da favela Pantanal foi encontrado no apartamento onde o Dionísio teria realizado essa reunião. Então, é uma prova bastante segura nesse sentido.

E, para somar nosso convencimento com relação à participação do Sérgio, temos as inúmeras contradições do depoimento do Sérgio, que, em momento nenhum, consegue justificar, explicar por que o carro parou, por que as portas abriram, como é que foi o arrebatamento do Prefeito, por que o deixaram armado com um telefone. Todas as explicações que ele dá, ele vai dando explicação, vem a perícia, desmonta aquela argumentação que ele dá, aí ele cria uma nova.

Isso é bem claro, porque a primeira argumentação consta do Boletim de Ocorrência: ele fala que o carro parou porque o pneu furou. Então, o carro estaria em movimento, foi atingido por um disparo, e furou o pneu. O mais grave disso aí é que a perícia constatou isto, que se constata na mesma noite: que o carro não circulou com pneu desinflado, o carro não circulou com pneu vazio. E, por conta disso, ele, já naquela noite, mudou a versão dele, dizendo que morreu o motor, que apagou o motor. Só que o carro é automático, e, em carro automático, não morre o motor. Alguém deve ter lembrado isso para ele logo depois, e aí ele veio com a outra versão de que o carro ficou patinando, que ele acelerava e que a força não era transmitida para as rodas. Mas, de qualquer forma, isso não justifica por que ele teria parado o carro, por que isso teria acontecido com o carro parado. "Mas por que você parou o carro?". Na CPI ele até negou isso categoricamente, mas, quando ele foi interrogado em juízo, perante o Juiz de Direito, ele falou: "Eu parei espontaneamente, eu parei para ver o que eu ia fazer". Então, depois de ele explicar muitas coisas, no final ele diz: "Parei porque quis". Essas contradições todas... É uma pessoa que não consegue explicar...

E grave também é uma circunstância em que ele não reconhece nenhum dos autores do crime. Embora tenha sido aberta a porta dele, a porta do Prefeito, ele não consegue reconhecer nenhum dos integrantes da quadrilha da favela Pantanal, mas, mesmo assim, ele realizou um retrato falado, e o retrato falado não é de ninguém. Se verificarmos – trouxemos até uma cópia do retrato falado – o desenho do retrato falado, ele não corresponde a nenhum dos réus, e me parece ser uma atitude para atrapalhar a atuação da Polícia.

Com relação à atuação da Polícia nessa primeira investigação, creio que a Polícia foi bastante eficiente, principalmente o Deic, que é o Departamento de Investigações Criminais de São Paulo, ao identificar os integrantes da quadrilha da favela Pantanal que efetivamente participaram daquele crime. Mas, em determinado momento, o Sérgio, que sempre foi apontado pelos policiais que iniciaram a investigação como principal suspeito, dadas essas divergências todas, dadas as incoerências da versão dele... Em determinado momento, houve uma modificação de rumo da investigação. Isso me parece ser bastante sintomático quando eu ouvi – porque participei aqui como convidado – o Klinger dizendo que fez uma força para que a investigação mudasse de rumo, porque eles não estavam satisfeitos com o rumo que estava sendo dado à investigação, como se o cidadão leigo pudesse dizer assim: "Não estou gostando do caminho dessa investigação, eu quero a investigação assim ou assado". Houve, efetivamente, essa mudança de rumo da investigação, e acabou a Polícia concluindo por aquela versão de crime por acidente.

Mas a prova que reunimos com relação ao Sérgio é uma prova bastante farta, ela é uma prova difusa, ela não se concentra num só depoimento. Nós temos esses depoimentos que expliquei agora. Há o depoimento de uma moça que estava passando pelos Três Tombos e viu o Sérgio do lado de fora do carro, falando ao telefone celular, no mesmo momento da abordagem, como que interagindo com os autores do crime. Também é um depoimento bastante importante e relevante nessa investigação. Também já foi ouvida essa testemunha pela CPI. Então, a prova é bastante segura.

Nós reiniciamos a investigação recentemente, não mais para colher provas com relação à participação do Sérgio, porque da participação do Sérgio nós já oferecemos denúncia. O Sérgio é réu num processo criminal. Nossa denúncia já passou pelo crivo do Juiz de Itapecerica da Serra; pelo crivo do Tribunal de Justiça de São Paulo, com o voto de quatro Desembargadores; pelo crivo do Superior Tribunal de Justiça, com o voto de cinco Ministros. Então, pelo menos dez Juízes já analisaram o processo e mantiveram a ação penal nos termos em que a gente propôs.

O Sérgio foi solto por uma liminar exclusiva do Ministro Nelson Jobim, que foi proferida no período de recesso do Tribunal, no período de férias, que é o único período em que o Presidente tem competência para analisar medidas liminares. O advogado do Sérgio aguardou o trânsito em julgado do último **habeas corpus** no STJ, esperou o período de férias e aí interpôs novo **habeas corpus** e conseguiu a liminar. Mas com relação ao Sérgio a prova é bastante segura.

O que pretendemos nessa nova investigação, de que agora a Drª Elisabete Sato participa, pela Polícia Civil – e temos uma integração bastante grande nesse sentido –, é a identificação de outros mandantes do crime. O tempo todo, nós estamos convencidos de que o crime foi cometido por causa de um desarranjo no esquema de corrupção.

Desde o primeiro momento, com base na palavra do João Francisco, nós sempre afirmamos que o Celso Daniel conhecia o esquema de corrupção de Santo André e concordava com ele, desde que o dinheiro fosse destinado a financiamento de campanhas eleitorais. No instante em que ele descobriu que os recursos eram desviados mais para o bolso da quadrilha do que para o financiamento de campanhas, ele começou a tomar medidas contra aquela quadrilha e, por isso, foi assassinado. Essa motivação é a que consta da denúncia, e temos uma prova bastante segura com relação a isso. Mas nosso objetivo agora, na investigação policial e na investigação levada a cabo pelo Ministério Público, é a identificação de outros integrantes da quadrilha e também a identificação de outros executores.

Já me estou alongando bastante, mas só há ainda um dado que vou trazer para firmar nosso convencimento, e é uma investigação que está sendo realizada agora, nesse novo inquérito, junto com a Drª Elisabete Sato: antes até desse trabalho integrado, nós ouvimos o perito Carlos Delmonte, que morreu recentemente. Teve grande repercussão a morte dele na mídia. E o depoimento do perito é um depoimento bastante relevante para nós.

Nós já tínhamos o laudo de exame necroscópico, e o laudo já apontava todas as lesões que o Celso Daniel sofreu, e já havia no laudo menção de que o Celso Daniel havia sido torturado. Mas o perito Delmonte, em conversa com a gente, em depoimento formal que foi colhido pelos Promotores, foi além e esclareceu a ordem cronológica das lesões. Nós trouxemos até um disquete com algumas fotografias do corpo do Celso Daniel, que disponibilizamos para a CPI.

O que o Delmonte afirmou é que há três grupos de lesões separados no corpo do Celso Daniel. Ele sofreu uma pancada na cabeça – e ele tem um hematoma bastante extenso na região parietal. Segundo o Delmonte, essa agressão ocorreu próximo ao horário do arrebatamento do Prefeito, próximo ao horário do seqüestro do Prefeito Celso Daniel. Há um segundo conjunto de lesões, que são duas queimaduras nas costas, em forma circular, compatíveis com aquelas que podem ser realizadas com o cano de uma arma. E ele tem lesões decorrentes de estilhaços de disparo de arma de fogo dado contra uma superfície fixa. O tiro foi dado contra o chão, estilhaçou e atingiu a perna e

a região da axila do Prefeito. Na camisa do Prefeito, com certeza, não existem vestígios desses disparos nem da queimadura das costas. Então, com certeza... Na calça, eu ainda tenho uma certa dúvida, mas com certeza o Celso Daniel estava sem camisa quando foi submetido a esse conjunto de agressões.

O Delmonte esclareceu que esse conjunto de agressões antecedeu a morte – na precisão do perito, minutos ou horas antes das lesões que causaram a morte dele. E, depois, ele vem narrando aqueles disparos que causaram a morte do Celso Daniel. Foram oito disparos – dois na face e o resto na região torácica dele –, a causa da morte.

Então, há um momento distinto do momento da morte, em que o Celso Daniel foi submetido a agressões, tanto à queimadura quanto a esses tiros dados no chão. E essas são agressões, no nosso entendimento e no entendimento do perito também, típicas de tortura, mas daquelas torturas que são realizadas para se obter informação.

O que nós temos nisso aí é que o Celso Daniel estava sem camisa ao menos, deitado num chão de superfície rígida, e que alguém estava do lado dele efetuando disparos de arma de fogo, e dois pelo menos atingiram o corpo do Celso Daniel. E, depois, ele sofreu as queimaduras nas costas, provavelmente da mesma arma.

Nós estivemos no local do cativeiro do Celso Daniel e lá não encontramos nenhum vestígio de disparo contra o chão. Acreditamos que haja um outro lugar que foi o cativeiro.

Uma necessidade na nossa investigação ainda é identificar os carcereiros, os integrantes da quadrilha. Eles informam a presença de dois carcereiros, eles falam de Baianinho e de Primo, que não foram identificados. É necessário identificá-los, para a gente tentar elucidar quem estava presente e quem realizou essas torturas contra o Celso Daniel. Isso também é um objetivo nessa nova fase de investigação.

Para não cansar os senhores, espero prestar os esclarecimentos do caso. Estamos à inteira disposição dos senhores para essa finalidade. Eu agradeço a atenção dos senhores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Dr. Amaro José Thomé Filho, V. Sª tem a palavra.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Srªs e Srs. Senadores e demais integrantes desta Comissão.

Há alguns esclarecimentos complementares ao que já foi relatado pelo Dr. Roberto, aliás um relato bastante abrangente. Dizem respeito a alguns aspectos conflitantes entre os depoimentos dos integrantes da quadrilha da favela Pantanal, ao apresentarem a justificativa de que, naquele momento, naquela noite de 18 de janeiro de 2002, eles pretendiam inicialmente seqüestrar ou roubar o empresário da Ceagesp, possuidor de uma Dakota vermelha, de que acabaram perdendo esse veículo e de que, por um acidente, acabaram encontrando o veículo pertencente a Sérgio Gomes da Silva, que tinha como passageiro Celso Augusto Daniel. É um relato que apresenta vários acasos seqüenciais.

Então, a solução apresentada inicialmente pela Polícia Civil do Estado de São Paulo, pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, foi no sentido de que o assassinato do Prefeito Celso Augusto Daniel se deveu a uma seqüência de acasos. Que seqüência de acasos seria essa?

Esse grupo da favela Pantanal iria inicialmente seqüestrar o empresário do Ceasa, que, por acaso, não compareceu, a 20 quilômetros do único ponto de referência do que eles tinham. Decidiram, por acaso, abordar um outro veículo qualquer, que, por acaso, era o carro blindado conduzido pelo Sérgio Gomes da Silva e que tinha Celso Daniel como passageiro. Esse veículo também, apesar de ser blindado e automático, por acaso pára, também por um acaso a porta se destrava, e, por outro acaso, eles retiram o passageiro, em vez de levar pelo menos o motorista ou ambos para um local onde pretendiam seqüestrar. Por um último acaso, é feita uma comunicação, com o chefe dessa quadrilha dizendo que era para ser solto o refém. E eles entendem, também por acaso, equivocadamente, essa ordem como uma ordem para matar o Prefeito Celso Augusto Daniel.

Então, uma primeira solução bastante simplista ao nosso ponto de vista é a de que Celso Daniel foi morto por uma seqüência de pelo menos sete acasos. Isso, naturalmente, não tem qualquer tipo de registro, de precedente na história da criminalidade do País ou da criminalidade do mundo todo, e exigiu da nossa parte um aprofundamento dessas investigações, um detalhamento um pouco mais preciso do comportamento daquelas pessoas.

Encontramos muitas falhas, como, por exemplo, depoimentos conflitantes desses integrantes, no sentido de que pelo menos três chamaram para si a responsabilidade de ter retirado o Prefeito do interior daquela Pajero e o introduzido no veículo Blazer. Por exemplo, o Rodolfo Rodrigo, vulgo Bozinho, disse: "Eu, Rodolfo, fui quem retirou o Prefeito do banco de passageiro daquele veículo e o introduzi na Blazer". Ivan Rodrigues, vulgo Monstro, disse: "Eu, Ivan Rodrigues, fui o responsável. Eu fui até a porta, abri, retirei o Prefeito e o introduzi na Blazer". O Itamar, que também por

coincidência diz que estava portando a mesma arma portada pelo Ivan Rodrigues, fala: "Não, eu, Itamar, fui quem retirei o Prefeito Celso Daniel do interior daquele carro e o introduzi na Blazer".

Para completar essa impossibilidade física de três pessoas terem feito a mesma ação contra uma única vítima, surge o depoimento do José Edson da Silva, no sentido de que, naquele momento em que estava sendo retirado o Prefeito e colocado na Blazer... E o Itamar relata que, na seqüência, retornou para o veículo Blazer e tentou retirar o motorista pela porta do passageiro. O José Edson disse que o motorista, naquele exato momento, abriu a porta e desceu correndo a ladeira a pé, ou seja, era uma pessoa que estava fazendo duas ações ao mesmo tempo e que tinha, portanto, o dom da ubiqüidade, de estar em dois locais ao mesmo tempo e de fugir de uma abordagem, sendo abordado ao mesmo tempo por uma outra pessoa.

Outro fato que chamou bastante a atenção foi a postura do José Edson no momento em que, inicialmente, pretende confirmar a sua participação e dizer que aquilo foi um crime comum e que houve apenas uma seqüência de acasos mal-sucedidos e em que se compromete a colaborar com a investigação, descrevendo minuciosamente em que consistiu esse crime todo. Ele descreve que, desde o dia 11, estava fazendo uma pesquisa sobre o comportamento desse suposto empresário do Ceasa, que seria o alvo inicial dessa ação. Relata que, no sábado seguinte, dia 12 de janeiro, retornou ao Ceasa para verificar qual o trajeto que ele fazia e que a ação toda, portanto, seria deflagrada no próximo final de semana, mais precisamente no dia 18. E conta detalhadamente quais seriam os padrões de comportamento desse empresário, mas, curiosamente, ao ser chamado e ao ser levado para esse local, para o Ceasa, para informar quem especificamente seria aquela pessoa, ele se recusa a deixar o interior da viatura e a informar para as autoridades policiais quem teria sido aquela pessoa que, no interior da Ceagesp, ele havia visto inicialmente introduzindo uma quantia considerável de dinheiro no bolso, decorrente das suas atividades comerciais como vendedor de hortifrutigranjeiros da Ceagesp de São Paulo.

Naturalmente, para nós, isso tinha um significado muito importante, ou seja, é claro que ele não tinha como indicar uma pessoa aleatoriamente ali e, por coincidência, essa pessoa ser também a proprietária do veículo Dakota na cor vermelha, como ele havia indicado inicialmente ser o veículo do suposto alvo daquela ação mal-sucedida.

Então, uma série toda de relatos conflitantes, de relatos que não tinham qualquer coerência entre si, recomendou-nos o aprofundamento dessa investigação. E um dos primeiros passos, no reinício dessa investigação que esteve sob nossos cuidados, foi o de estender o pedido de quebra dos sigilos telefônicos dessas pessoas que participaram dessa atividade criminosa, iniciando-se, por exemplo, pelos contatos do Sérgio Gomes da Silva, já que, naquele momento, nós tínhamos um relato de testemunhas dando Sérgio Gomes da Silva como um dos colaboradores, dando Sérgio Gomes da Silva como tendo interagido com aquele grupo para a eliminação da vida do Prefeito Celso Augusto Daniel.

Essa quebra de sigilo telefônico trouxe também para a gente a possibilidade de identificar novos telefones de pessoas envolvidas nesse episódio, que demonstraram efetivamente que todo aquele relato feito pelas sete pessoas inicialmente apontadas como participantes desse crime não tinha, de fato, qualquer coerência física. Além de não haver uma coerência ideológica desde o início, porque seus relatos eram conflitantes entre si – não havia um ponto comum que justificasse a adoção daquelas versões como sendo a justificadora desse lamentável episódio –, nós tivemos uma confirmação física da impossibilidade daqueles relatos feitos por aquelas pessoas.

Então, inicialmente, foram esses dados concretos, físicos e matemáticos, que já estavam registrados no tempo e no espaço, que nos trouxeram esse conforto para prosseguir e para ouvir outras pessoas direta ou indiretamente relacionadas a esse episódio, até a conclusão da investigação, no sentido de que, efetivamente, Sérgio Gomes da Silva foi um dos responsáveis, como mandante, do homicídio do Prefeito Celso Augusto Daniel.

Nós havíamos também, no curso dessa investigação, ouvido o adolescente que, inicialmente, assumiu a autoria dos disparos, e, em dois encontros que nós tivemos com esse adolescente, ele conseguiu a proeza de nos fornecer 13 versões diferentes para tentar justificar a forma como ele teria efetuado os disparos no Prefeito Celso Daniel. Foi uma coisa para nós muito impressionante, porque nós pedimos para ele fazer o primeiro relato: "Bom, adolescente, você diz que fez os disparos que eliminaram a vida de Celso Augusto Daniel. Por favor, descreva como foi que você efetuou esses disparos". Ele disse: "Olha, fiz assim, assim, assim, assim, assim, assim". E nós nos olhamos perplexos: "Não, essa história não tem qualquer coerência com a realidade física do corpo do Prefeito. Nós temos um fato, um dado objetivo e concreto, que são as fotos retiradas no local, o estado físico, a forma como o Prefeito foi encontrado morto naquele local, e esse seu relato não confere com essa realidade física". Ele altera, dizendo: "Bom, então, foi dessa forma assim,

assim, e fiz os disparos dessa forma". "Também não". Ao cabo da oitava, nona versão, ele fala: "Bom, então me deixe ver como é que está essa realidade física". Ou seja, ele queria que nós antecipássemos essa realidade, para que ele encontrasse uma versão que se adequasse àquela realidade física.

Numa última tentativa nossa de colher a versão verdadeira sobre essa execução, nós tomamos a liberdade de exibir ao adolescente a capa de um livro e depois uma foto interna, onde estavam fotografadas várias pessoas da comunidade de Santo André, entre elas o Prefeito Celso Augusto Daniel, e pedimos para que ele verificasse, com muita tranqüilidade, todas essas fotos da capa – eram fotos pequenas –, e ele disse que não reconhecia nenhuma daquelas pessoas como participante desse episódio.

Nós abrimos esse livro na pág. 71, onde havia uma foto maior, e naturalmente tampamos o nome do Prefeito Celso Daniel e fizemos a ele a seguinte afirmação: "Olha, Lalo, nós temos a informação segura de que esta pessoa aqui participou desse episódio". Ele, de imediato, falou: "Não, de forma alguma. Vocês querem me usar para incriminar essa pessoa". Eu falei: "Não, não se trata disso. Nós temos uma informação segura de que esta pessoa aqui, da pág. 71 deste livro, participou disso, e há vários relatos nesse sentido, de que essa pessoa teve participação nesse episódio. Muitas pessoas fazem esse tipo de afirmação". Ele ficou bravo conosco: "Não, vocês estão querendo me usar para prejudicar essa pessoa. Isso eu não vou admitir". "Está bom. Então, saiba agora que essa pessoa, retratada à folha 71 desse livro, chama-se Celso Augusto Daniel, que é a pessoa que você diz ter executado naquela noite. Portanto, você não tem a menor participação nesse episódio, já que não consegue fazer uma descrição coerente com a realidade física do corpo do Prefeito e muito menos tem condições de apontar quem teria sido, efetivamente, aquela pessoa que você diz, por 13 vezes, ter executado".

Então, acabamos seguindo a nossa investigação, tentando encontrar pessoas que, de forma coerente, nos relatassem como aquele episódio teria se desenvolvido. E o fizemos, com muita dificuldade, já que muitas pessoas tinham muito medo de conversar com os promotores. O Senador Suplicy teve também essa impressão no local, também com muita dificuldade de encontrar testemunhas que se dispusessem a conversar e a colaborar com a Justiça, por circunstâncias naturais. Nós tivemos muita dificuldade para que isso acontecesse, mas, de uma forma ou de outra, acabamos encontrando pessoas, encontrando prova técnica suficiente que nos autorizasse, como de fato autorizou, a adotar providências judiciais em face de Sérgio Gomes da Silva, providências essas já detalhadas pelo Roberto.

Nós, paralelamente, encontramos também no veículo prova pericial que desmentia categoricamente as versões apresentadas pelo Sérgio Gomes da Silva.

Por exemplo, quatro laudos diferentes foram realizados no veículo e descartavam a possibilidade de ter acontecido acidente que justificasse, primeiro, a paralisação daquele veículo potente e automático naquele local e que, em seguida, também justificasse o destravamento daquelas portas.

Um dos episódios que ele relata, nas cinco versões diferentes que ele conta, consistia em quatro colisões seqüenciais do veículo Blazer contra o seu veículo Pajero blindado, o que teria justificado o destravamento das portas. Ele contava: "Olha, aquele veículo veio, colidiu com a lateral do meu veículo, e automaticamente as travas entraram em colapso, até que, na quarta colisão, eu não consegui mais travar as portas". A perícia, primeiro, disse o seguinte: "Não houve qualquer tipo de colisão entre a lateral direita da Blazer e a lateral esquerda do seu veículo Pajero. A única coisa de comum que houve entre essa lateral direita da Blazer e a lateral esquerda da Pajero foi um atrito apenas, decorrente de um posicionamento meramente lateral entre os veículos, mas não de forma violenta. Houve só um atrito, que não justificaria absolutamente nada nesse sentido". E os laudos tanto do Instituto de Criminalística quanto da empresa produtora do veículo, a Mitsubishi, descartavam qualquer outro tipo de comprometimento na transmissão automática do câmbio desse veículo que justificasse a sua paralisação naquele local.

O Sérgio, portanto, acabou sendo desmentido por isso e desmentido também por outra perícia feita no veículo Blazer. Ele justifica a paralisação do veículo, quando ele relata que, no primeiro momento, no primeiro contato, ele colidiu com um veículo Tempra branco que estava estacionado cerca de 100 metros antes da sua paralisação final e que teve toda a lateral direita da sua Pajero danificada em função da colisão com esse Tempra branco. A perícia das tintas realizada na Pajero de Sérgio Gomes da Silva constatou que o que havia na lateral direita de seu veículo era uma impregnação de uma tinta verde, não automotiva – portanto, obviamente, não era decorrente desse episódio da colisão com um veículo Tempra branco que estava estacionado; se fosse decorrente disso, por razões óbvias, essa tinta impregnada na lateral direita de seu veículo deveria ser branca, automotiva e compatível com aquele Tempra e, no entanto, não o era.

Retornando um pouco ao aspecto das vestimentas do Prefeito Celso Daniel e das compatibilidades entre

as perfurações no tecido e as lesões no corpo, embora haja uma certa dúvida quanto a uma impregnação de fragmentos na lateral direita da coxa do Prefeito Celso Daniel, há, seguramente, uma incompatibilidade entre duas perfurações de entrada de projétil de arma de fogo localizadas na nádega direita do Prefeito Celso Daniel, com conseqüentes perfurações de saída na altura da virilha nessa calça, a que não correspondem lesões no corpo da vítima. Ou seja, Celso Augusto Daniel não tem qualquer tipo de perfuração no tecido corpóreo que justifique entrada na região da nádega e saída na região da virilha. No entanto, essa calça apresenta perfurações de entrada nessa região e de saída na região subseqüente.

Então, em linhas gerais, foram essas dúvidas que nós conseguimos colher desde o início, para tentar espancar todas essas dúvidas para conseguir chegar a uma solução definitiva. E essa solução definitiva veio com os desmentidos seqüenciais dessas cinco versões apresentadas pelo Sérgio Gomes da Silva ao longo da produção da prova e com a localização de testemunhas, de pelo menos três fontes diferentes que nunca tiveram contato entre si e que relatam de forma segura que o Sérgio, naquela noite, estava interagindo com aquele grupo, não apresentou qualquer tipo de resistência, ao contrário. Algumas pessoas, tanto a pessoa que fugiu com o Dionísio de Aquino Severo naquela noite, o Ailton Alves Feitosa, quanto uma pessoa que passava por aquele local e, mais recentemente, uma pessoa que tem colaborado com a Justiça, relatam que o Sérgio estava fora do veículo, não teve qualquer tipo de ação violenta voltada contra si e que havia disponibilizado no banco traseiro de seu veículo Pajero uma bolsa contendo, segundo Ailton Feitosa, uma importância em dinheiro, mas desconhecida por ele, e, segundo uma pessoa colaboradora da Justiça, a importância de US$ 40 mil, que deveriam significar o sinal e princípio de pagamento pelo total da execução do Prefeito Celso Augusto Daniel.

Enfim, em linhas gerais, Sr. Presidente, Srs. Senadores, foram essas as providências que nós tomamos, e chegamos à conclusão de que Sérgio Gomes da Silva foi um dos idealizadores e mandantes e colaboradores do assassinato do Prefeito Celso Augusto Daniel; e, hoje, temos uma seqüência de, pelo menos, outras 13 novas diligências, que estão a cargo da Drª Elisabete Sato, na segunda reabertura dessas investigações, a cargo agora não apenas do Ministério Público, mas também, com uma atuação em conjunto com a Polícia Civil, sob o comando da Drª Elisabete Sato.

Muito obrigado a todos, e, qualquer esclarecimento adicional, estaremos à disposição na seqüência dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Dr. Amaro Thomé Filho e concedo a palavra à Drª Elisabete Sato.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Cumprimentando o Senador Efraim Morais, Presidente desta Comissão, os demais membros, inicialmente gostaria de me apresentar. O meu nome é Elisabete Ferreira Sato. Sou Delegada Titular do 78º Distrito Policial do Departamento de Polícia Judiciária da capital de São Paulo há três anos – farei agora em dezembro –, mas militei por 17 anos no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa.

Esclarecendo que, após a finalização do inquérito policial, inaugurado em janeiro de 2002, que investigava a morte do Prefeito Celso Augusto Daniel, após essa finalização, o Ministério Público, não concordando com essa conclusão, digamos assim, por não acreditar que se tratava de crime comum, houve uma reunião na Secretaria de Segurança Pública, com o Dr. Saulo de Castro Abreu Filho, que é o nosso Secretário de São Paulo, juntamente com os irmãos do Prefeito assassinado, Sr. Bruno e Dr. João Francisco, e lá, então, deliberou-se que essa investigação deveria ser reiniciada, ocasião, então, que fui designada pela Secretaria de Segurança Pública e Delegado Geral para essa segunda fase, digamos assim, das investigações.

O Ministério Público nos encaminhou cerca de 12 a 13 volumes de anexos e investigações que eles haviam feito durante esse período de dois anos e nos requisitaram então que diligenciássemos, apontando treze itens, que foram subdivididos, para que nós cumpríssemos essas diligências.

Então, o papel da Delegacia foi no sentido de "reouvir" todos os presos, os sete presos, que já haviam sido indiciados e denunciados como participantes do arrebatamento e execução do Prefeito Celso Daniel, no sentido de que pudéssemos obter deles agora, decorrido algum tempo, algum fato novo ou uma revelação que não o haviam feito na época dos indiciamentos. Além disso, a localização de outras pessoas que pudessem nos trazer novos dados.

Então, a nossa missão tem sido essa. Nós temos ouvido, inclusive, testemunhas do local onde o Prefeito Celso Daniel foi arrebatado. Todas elas nos pediram o sigilo das suas qualificações. Então, nós estamos preservando. O que nós temos de concreto é que, efetivamente, o arrebatamento do Prefeito deu-se naquela localidade. Algumas pessoas tiveram uma visão mais diferenciada do que outra, disseram o que viram e de que forma viram. Nós temos alguns pontos que os dois Promotores, tanto o Dr. Roberto quanto o Dr. Amaro, já pontuaram, que é a questão do cativeiro, ou seja, do local onde o Prefeito ficou mantido durante aquele

período, porque nós temos a convicção de que existem outras pessoas que participaram desse evento.

Então, o nosso objetivo é esclarecer tudo isso. Inclusive, eu gostaria de ressaltar aqui de que, quando fui procurada pelos dois irmãos, pela família do Prefeito Celso Daniel, eles me apontaram cerca de 60 pontos que, para eles, não estavam explicados. Então, o nosso objetivo também é esclarecer essas dúvidas, porque a família merece esse esclarecimento; além do que, nós estamos buscando a verdade real dos fatos, saber efetivamente o que aconteceu, como aconteceu e de que forma aconteceu. E, se as investigações apontarem que, efetivamente, temos condições de provar que houve um crime de mando, essas pessoas todas, se obtivermos provas relativas a elas, elas serão, claro, indiciadas.

Me coloco à disposição para perguntas e devolvo a palavra ao Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Gostaríamos de conceder, agora, a palavra à Drª Adriana Ribeiro Soares de Morais.

**A SRA. ADRIANA RIBEIRO SOARES DE MORAIS** – Boa tarde a todos os Senadores. Gostaria de me apresentar. Meu nome é Adriana. Eu estou há quatro meses compondo esse grupo de Promotores da Comarca de Santo André, buscando ajudar na elucidação da verdade real, como a Drª Elisabete Sato mencionou, de outros mandantes do crime do Prefeito Celso Daniel e das demais circunstâncias que levaram ao arrebatamento, ao cativeiro e à morte, e a repercussão direta no caso de corrupção de Santo André. E, em relação às contradições e às diligências que nós realizamos nesse período, o Dr. Amaro e o Dr. Roberto já começaram a elucidar aqui, e coloco-me também à disposição para que, no que eu puder ajudar, colaborar com a CPI para que todo o Brasil e os Senadores tenham uma noção real de como os fatos se deram e como a Polícia Civil de São Paulo e o Ministério Público paulista estão trabalhando com dedicação para que, com muita retidão, se apure esse crime.

Devolvo a palavra ao senhor, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Passo a palavra, agora, ao Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves, para os seus questionamentos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Cumprimento os convidados para esta oitiva e pergunto aos Promotores, Dr. Roberto e o Dr. Amaro, quais foram as pessoas efetivamente denunciadas pelo Ministério Público e que instâncias se pronunciarão ainda a respeito dessas denúncias, com relação à conclusão final.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Sr. Senador, nós temos várias linhas de atuação. Com relação ao processo de corrupção, nós temos uma ação penal, que ela está mais avançada. Nessa ação penal, nós temos denunciadas seis pessoas: o Sérgio Gomes da Silva, o Klinger Luiz de Oliveira, o Ronan Maria Pinto, o Humberto Tarcísio de Castro, o Irineu e o Marcondes. Eles estão denunciados por uma quadrilha que tinha por finalidade extorquir dinheiro dos empresários do setor de transporte público de Santo André.

Essa denúncia foi recebida pelo Juiz de Santo André e ela já passou pelo crivo do Supremo Tribunal Federal. Já houve um recurso do Ronan Maria Pinto no Supremo Tribunal e ela foi... Não só a investigação do Ministério Público como a justa causa para o início da ação penal, quer dizer, que são requisitos legais para o andamento dessa denúncia, dessa ação penal, elas já foram aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, nós esperamos, o mais breve possível – a gente tem uma certa morosidade do Poder Judiciário, mas nós esperamos o mais breve possível – ter uma decisão judicial sobre esse esquema de corrupção nesse setor.

Nós temos ainda ações penais do esquema de corrupção envolvendo a questão de obras públicas; uma ação penal com mais de cem volumes. São treze réus denunciados. Essa ação foi oferecida em setembro de 2002 e, até hoje, ela carece de uma análise judicial de recebimento e rejeição da denúncia. Então, há uma morosidade extraordinária, mas nós aguardamos que o juiz receba a denúncia. E temos outras ações penais com relação ao esquema de corrupção em Santo André. Essa que eu mencionei, de obras públicas, também o Klinger, o Sérgio, eles são denunciados nesse caso.

Nós ainda temos inquérito policial em andamento para verificar a questão do lixo, um esquema de fraude em licitação de coleta de lixo e de aterro sanitário, que o Ronan é réu, é indiciado juntamente com o Klinger e o Sérgio também.

A par disso, nós temos a ação penal da morte do Celso Daniel. Nessa ação penal, nós temos sete réus, que são os integrantes da quadrilha da favela Pantanal – eu posso declinar o nome de todos eles se o senhor quiser –, e o Sérgio Gomes da Silva como o mandante.

Então, essa ação penal, ela já passou pelo crivo do Superior Tribunal de Justiça, que já analisou um **habeas corpus** do Sérgio, na oportunidade em que ele estava preso, e o Superior Tribunal de Justiça verificou a legalidade da investigação realizada pelo Ministério Público – que essa é uma outra questão que se coloca –, e analisou a justa causa para a ação penal e a necessidade da manutenção da prisão do Sérgio por ser uma pessoa perigosa para viver em sociedade.

A morte do Celso Daniel depende ainda de uma análise do Supremo Tribunal Federal. Existe um **habeas corpus,** que o Nelson Jobim proferiu uma liminar, soltando o Sérgio, e que, até hoje, não foi julgado. Não há nem manifestação do Relator desse **habeas corpus**. Isso a gente está aguardando.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Relator quem é?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – O Relator é o Marco Aurélio, o Ministro Marco Aurélio. Ele tirou da Turma. Foi distribuída para a 1ª Turma do Supremo. Ele encaminhou o processo para o Plenário do Supremo e até hoje não tem uma análise dele, um julgamento dele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Roberto, Dr. Amaro, depois eu farei as perguntas à Drª Elisabete, no depoimento da Srª Rosângela Gabrilli, ela fez um relato minucioso de como se operava um esquema de corrupção junto a empresas de transportes, e o que intrigou esta Comissão é que, ao mesmo tempo em que o Sr. Sérgio recebeu depósitos na sua conta, ele também fez depósitos na conta de terceiros. Como seria esse esquema? A quem beneficiavam esses repasses? Por que os beneficiados por ele? Os senhores têm conhecimento?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Sim, nós temos conhecimento. A empresária, se não me engano na Páscoa de 2003, nos encaminhou uns documentos que ela encontrou nos guardados do seu pai e, nesses documentos, constava uma relação, discriminando, por empresas, o valor que deveria ser depositado na conta do Sr. Sérgio Gomes da Silva no mês de dezembro do ano de 1998. Era uma composição que mostrava qual o valor que cada empresa deveria depositar por veículo que tinha no sistema de transporte de Santo André e dava conta de um depósito total no valor de R$ 100 mil, R$ 100 mil esses que deveriam ser divididos pelo volume de veículos e distribuídos por veículos de cada empresa naquele sistema de transporte.

Então, havia uma lista discriminando o valor que cada empresa deveria depositar na conta do Sr. Sérgio Gomes da Silva – essa relação já estava nos guardados do pai dela – e discriminava, inclusive, o número da conta do Sérgio Gomes da Silva, nome, número da conta. Essa relação foi apresentada junto com os comprovantes de depósito que ela fez naquela mesma data.

Isso para nós trouxe uma possibilidade imediata de pedir ao Juiz do processo que determinasse a quebra do sigilo específico daquela conta corrente. Ele já havia determinado genericamente a quebra dos sigilos bancário, fiscal de todos os denunciados – Sérgio Gomes da Silva, Ronan, Klinger, Humberto, Irineu e Marcondes. E, com essa possibilidade imediata, nós conseguimos constatar que, de fato, os valores individuais de cada uma daquelas empresas constavam no extrato bancário do Sérgio Gomes da Silva.

O passo seguinte foi a obtenção de cópias de cheques emitidos por Sérgio Gomes da Silva, beneficiando outras pessoas também diretamente relacionadas à corrupção, que figuravam como réus nas ações penais, já mencionadas pelo Roberto, e também como réus em ações civis públicas propostas pela Promotoria da Cidadania de Santo André.

Então essa, para nós, é uma prova muito significativa, uma prova material, uma prova já resgatada no tempo de que havia, de fato, uma determinação de pagamento por parte dos empresários do sistema de transporte coletivo de Santo André, pagamento esse que deveria ser feito para Sérgio Gomes da Silva e outras pessoas denunciadas.

Então, nós temos não apenas o relato da Rosângela Gabrilli nesse sentido, de que havia, sim, uma determinação de pagamento por parte dessas pessoas, sob pena de sofrerem represálias administrativas, mas também uma prova documental no sentido de que, de fato, os valores mencionados por ela foram parar na conta corrente do Sérgio Gomes da Silva. Nós tivemos essa prova muito significativa.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Senador, deixa eu fazer só um adendo: esses depósitos somam R$100 mil e foram realizados no dia 30 de dezembro de 1998. Eles são únicos na conta do Sérgio, porque o esquema de corrupção no setor de transporte público se fazia por dinheiro em espécie. Não sei exatamente porque, nesse mês, se deliberou que os depósitos da corrupção seriam realizados na conta do Sérgio Gomes da Silva.

Então, são os únicos depósitos. A Rosângela... a família Gabrilli fez um outro depósito depois, mas depósito integral da corrupção só ocorreu nesse dia. Sintomaticamente, no dia seguinte – o depósito é no dia 30 de dezembro de 98 –, no dia 31 de dezembro de 98, na véspera do *réveillon*, o Sérgio Gomes da Silva emite um cheque em favor do Klinger Luiz de Oliveira. Esse cheque é de R$3 mil. O valor total da corrupção daquele esquema só é de R$100 mil naquele mês e R$3 mil são destinados ao Klinger no dia seguinte. Em todo restante da conta do Sérgio, em mais de quatro anos de análise da conta, a gente não encontra nenhum outro cheque favorável do Sérgio para o Klinger. E o Klinger veio aqui justificar de que esse cheque destinava-se à aquisição de um capacete que teria sido comprado para o filho do Sérgio.

O que nós suspeitamos com relação a isso? O filho do Sérgio, então, tinha seis anos de idade e re-

cebeu um presente do pai – que, aqui, perante a CPI, ele disse que não era um homem rico –, recebeu um presente do pai de mais de US$1 mil na época em que o dólar estava mais alto, porque, hoje, seria US$1,5 mil. É um presente de mais de US$1 mil de um capacete que o Sérgio Gomes da Silva depois não sabia nem justificar, explicar como é que era esse capacete. E mais, o Klinger disse que quem havia feito a pesquisa na Internet para obtenção do nome da loja onde se poderia comprar esse capacete era o próprio menino.

Eu admito que, hoje, as crianças, elas são muito precoces, mas...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É um gênio da informática.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Exatamente, mas você supor que um menino de seis anos de idade vá fazer uma investigação na Internet para obter informação sobre esse capacete, num *site* em inglês provavelmente, eu acho que é um pouquinho demais.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Agora, um último complemento, se o Roberto me permite, foi no sentido de que a justificativa das outras pessoas beneficiadas com depósitos ou com cheques emitidos por Sérgio Gomes da Silva, todas elas acabaram dizendo que foram empréstimos, mas ninguém soube justificar se aquilo era o pagamento por empréstimo antigamente tomado ou se esse era o empréstimo que estava sendo, efetivamente, tomado por elas, e não há qualquer prova material de que isso tenha sido saldado de qualquer forma. Mas uma justificativa genérica de todos nesse sentido: um empréstimo. Causa espanto esse tipo de benevolência do Sérgio Gomes em favor das pessoas denunciadas no esquema de corrupção.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aqui, nesta CPI, fiquem certos os senhores que nós nos deparamos com um verdadeiro sistema financeiro não apenas em Santo André, mas em outras localidades, pessoas alegando empréstimos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Tem muita gente concorrendo com o Bradesco, com o Itaú...

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Senador, me permite só mais um adendo? A nossa investigação é uma investigação bastante complexa. Só no caso do Celso Daniel, nós ouvimos mais de 70 pessoas. Só de informação de quebra de sigilo telefônico, nós temos mais de dez milhões de dados: são vinte telefones, algumas torres – que a gente quebrou a torre inteira –, é bastante abrangente.

Com relação à conta do Sérgio, ainda causou surpresa à gente também porque, logo depois desses R$100 mil que foram depositados, oriundos da corrupção, nós temos dois cheques emitidos do Sérgio em favor da Ivone Santana, então namorada do Celso Daniel. São dois cheques, um de R$ 2,5 mil e outro de R$ 7,5 mil, totalizando R$ 10 mil, o que seria 10% do valor da propina, e que são dirigidos a Ivone Santana. São os únicos dois cheques da conta do Sérgio nos quatro anos que a gente analisou. Então, cai o dinheiro da corrupção no final de dezembro e, em janeiro e fevereiro, são realizados esses pagamentos para Ivone Santana. São questões que nós ainda não podemos nos aprofundar na investigação, mas a Ivone Santana, ela é testemunha de defesa tanto do Sérgio quanto do Klinger nos processos de corrupção e morte do Celso Daniel e, com certeza, na oportunidade, nós vamos indagar a ela sobre esses valores.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu quero pedir desculpa à Drª Andriana, porque eu não fiz referência a ela até agora, mas fique certa...

**O SR. (Orador não identificado)** – Ao Dr. Adriano também.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Adriano, me desculpe. Mais um pedido de desculpas. Já são dois.

Mas eu quero dizer a ela que também espero que possa dar a sua contribuição por ocasião de alguma pergunta mais que venha a ser feita.

**A SRA. ADRIANA RIBEIRO SOARES DE MORAIS –** Senador, obrigada por ter lembrado, mas, na verdade, o Dr. Amaro e o Dr. Roberto conhecem o processo com muitos detalhes. Eu estou há cinco meses ajudando-os, e aqui, nos bastidores, eu relembro alguns detalhes que eles vão poder repassar para os senhores com mais sabedoria do que eu talvez; mas, no que for possível, vou contribuir também para que os fatos que os senhores quiserem saber sejam esclarecidos.

Obrigada, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pergunto aos Drs. Roberto e Amaro com relação às duas versões. O Dr. Roberto já fez uma referência aqui, mas uma referência rápida. Nós poderemos alimentar alguma convicção de qual a versão verdadeira, se a do Sr. Gilberto Carvalho ou a dos irmãos do Prefeito assassinado, do Prefeito de Santo André, Celso Daniel, ou temos apenas uma palavra contra a outra?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Senador, em primeiro lugar, quando o João Francisco narrou para nós, Promotores, essa destinação dos recursos da corrupção em Santo André, a providência que nós tomamos foi encaminhar esses fatos ao conhecimento do nosso Procurador-Geral, que encaminhou para o Procurador-Geral da República, que fez um pedido ao Supremo Tribunal para que se fosse instaurado um inquérito policial – veja bem, o início de uma investigação

– para verificar se o dinheiro realmente percorria esse caminho do Gilberto Carvalho em direção ao Deputado José Dirceu, não é? Esse pedido do Ministério Público Federal foi indeferido pelo Ministro Nelson Jobim. Ele indeferiu a instauração de inquérito policial. Por conta disso, não foi realizada qualquer investigação para se verificar se os irmãos do Celso Daniel estavam falando a verdade naquela oportunidade, não é?

O meu convencimento com relação à palavra dos irmãos agora... Nós temos um outro episódio significativo, porque o João Francisco, quando ele se apresentou na Promotoria – e eu já relatei aqui –, ele tinha até uma certa má vontade de contar para a gente, de conversar com a gente sobre o que estava acontecendo, ele não acreditava em nenhuma instituição, nem no Ministério Público, mas ele acabou narrando para a gente. Ele afirmou o tempo todo que o irmão dele conhecia, sabia da existência do esquema de corrupção, concordava com o esquema de corrupção desde que fosse para financiamento de campanha, e que só se opôs quando ele verificou os desvios dos recursos para os bolsos dos integrantes da quadrilha.

O que temos visto? Durante toda a investigação, eu não verifiquei nenhuma conduta incorreta do Celso Daniel. A vida dele era franciscana. Ele tinha uma casa simples, carros simples, ele não tinha nenhum vestígio de enriquecimento pessoal. Isso ficou bem claro. Mas, recentemente, nós tivemos o depoimento de uma empregada do Celso Daniel que atestou ter visto na casa dele três sacolas abarrotadas de dinheiro – é uma expressão que ela usa. Esse depoimento foi colhido na presença da Drª Elisabete Sato, lá no 78º Distrito Policial de São Paulo.

Essas sacolas na casa do Celso Daniel, para mim, o meu convencimento, ocorreu, do Prefeito ter acesso a esse dinheiro, justamente já por um desarranjo do esquema de corrupção, porque esses recursos tinham outra destinação, não eram para o enriquecimento pessoal do Celso Daniel. Provavelmente, por causa de um desarranjo, o dinheiro ficou sem uma destinação imediata e o Celso Daniel achou por bem, por uma prudência, guardar no próprio apartamento dele para depois dar o encaminhamento que ele achava a esses recursos.

Mas o que é importante no depoimento dessa empregada dele? É que a família do Celso Daniel poderia ter procurado os promotores, ter tido um pudor e dizer: Não, meu irmão sempre foi honesto e, quando ele descobriu que havia um esquema de corrupção, ele se opôs ao esquema de corrupção. Eles poderiam ter mentido pra gente, eles poderiam ter contado essa história, mas não, eles admitiram que o Celso Daniel tinha conhecimento e concordava com o esquema de corrupção desde o início. E agora isso está comprovado, porque a empregada confirma que recursos da corrupção – naturalmente ninguém vai ter três sacolas de supermercado abarrotadas de dinheiro –, que os recursos da corrupção estavam na casa dele. E, com isso, reforça a nossa confiança na palavra da família. Nós sempre tivemos confiança nisso, nós sempre acreditamos na versão do João Francisco, e esse episódio confirma.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desculpe-me, se V. Sª me permite, a história dos sacos, essa história dos sacos de dinheiro, V. Sª admite como verossímil?

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Eu considerei o depoimento dessa testemunha de uma simplicidade, e a simplicidade é que nos traz essa verdade. Quando ela chegou no nosso distrito, eu vou me permitir contar, ela nos disse: "Olha, a senhora que é a Drª Elisabete? Eu vejo a senhora na televisão. Eu já fui ouvida do DHPP e não revelei o que eu sabia, mas agora... Eu estava em crise de identidade porque os meus filhos pediram para eu não contar isso para a Polícia, porque eu tinha medo de sofrer algum tipo de represália, mas o caso já está tomando uma repercussão muito grande e eu vou contar o que eu sei". Então, ela contou, nas palavras dela, que ela ali trabalhava por um período – no outro período, ela trabalhava na fundação –, e que, um certo dia, ela chegou, abriu o apartamento e ela foi para a área de serviço. Na área de serviço, ela observou algumas sacolas que estavam cobertas, ou seja, tinha um lençol em cima dessas sacolas. E que ela até pensou com ela: "Nossa! O Dr. Celso já recolheu o lixo para mim". E ela retirou aquele lençol e foi olhar. Quando ela olhou, ela observou as notas de dinheiro lá. Aí ela recolocou e deixou como estava. Então, esse foi o relato dela. No dia seguinte, quando ela voltou para trabalhar, as sacolas não estavam mais. Então, esse foi o relato que ela nos fez.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E, no outro dia, o dinheiro desapareceu?

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Quando ela voltou, no outro dia, para trabalhar, aquelas sacolas já não se encontravam mais ali, naquela área de serviço.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Se o senhor me permite, ainda com relação a essa questão do depoimento dos irmãos, do Celso Daniel e do Gilberto Carvalho, a credibilidade do depoimento dos irmãos deriva também desse depoimento da empregada, mas nós verificamos ainda algumas outras questões paradoxais com relação ao depoimento do Gilberto de Carvalho. Aqui mesmo, na CPI, eu pude ouvir o Klinger Luiz de Oliveira falar que vivia em lua-de-mel com o

Prefeito Celso Daniel. E o Gilberto Carvalho noticiou para a gente, em depoimento escrito, que houve, sim, uma discussão política – ele disse uma discussão, nós temos notícia de que foi uma briga acalorada, mas ele reduziu isso a uma mera discussão política – entre o Klinger e o Celso Daniel. Então, há uma contradição no depoimento do Klinger e do Gilberto com relação a esse episódio.

E mais, nós tivemos uma reunião com o Gilberto de Carvalho, logo no início da nossa investigação, uma reunião que, a pedido dele, foi mantida em absoluto sigilo, e depois ele acabou divulgando na imprensa essa reunião que nós tivemos. E, nessa reunião, o Gilberto esclareceu que ele não tinha nenhum conhecimento sobre o esquema de corrupção em Santo André. Ele não sabia do esquema de corrupção. Não só não existia o esquema como ele não sabia desse esquema.

Recentemente, nessa segunda fase da investigação – é um dos motivos dessa segunda fase da investigação –, uma testemunha narrou para a gente que o Celso Daniel teria sido assassinado, torturado, para informar onde estaria um dossiê, e a família recordou que havia localizado um dossiê, narrando o esquema de corrupção, entre os papéis do Celso Daniel. E esse dossiê já estava até em poder do Ministério Público. Nós pegamos os nossos documentos, esse dossiê, e a destinação, o envelope era o encaminhamento do dossiê do Gilberto Carvalho para o Celso Daniel, e um dossiê que tratava justamente do esquema de corrupção, que tratava justamente das relações promíscuas entre o Sérgio Gomes da Silva, o Ronan Maria Pinto e o Klinger, não é? Então, é natural que o Gilberto tivesse conhecimento do esquema.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Gilberto Carvalho, no seu depoimento aqui, afirmou que esse dossiê era um dossiê da campanha ainda, que continha fatos passados; não era um dossiê atual, a respeito da administração.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** É, mas justamente esses fatos que nós apuramos depois no esquema de corrupção, e é justamente a sociedade entre o Ronan e o Sérgio e a amizade do Ronan e do Sérgio com o Klinger que viabilizaram, que possibilitaram o esquema de corrupção em Santo André.

Esse dossiê já trazia os primórdios daquele esquema de corrupção, e o Gilberto tinha conhecimento disso. Então, quando ele nega... O que ele não poderia dizer, mesmo de um lado ou de outro, é: "Ah, eu não tinha conhecimento de nenhum esquema". Ele poderia dizer: "Eu tinha conhecimento, mas achava que aquilo era uma inverdade". Então ele incorreu numa contradição quando ele foi ouvido por nós Promotores sobre esse caso.

E ainda só mais um detalhe. Esse dossiê foi reunido, muito provavelmente em 1999. Ele antecede a campanha de 2000. Isso porque nós estudamos todos os documentos e sabemos que os documentos mais tardios, os documentos juntados ali com data mais recente eram de 99. E já nesse dossiê aparece a expressão Sérgio Sombra, quando se refere ao Sérgio Gomes da Silva. Aqui nesta CPI, eu pude constatar que o Sérgio fez um discurso longo, dizendo que ele foi chamado de Sérgio Sombra por nós Promotores, não é? Isso, absolutamente, não é verdade. Tanto que no dossiê de 99 ele já é apontado como Sérgio Sombra e, pior, ele concedeu uma entrevista para o **Diário do Grande ABC**, que é o jornal de circulação lá em Santo André, em que ele foi indagado: "Por que o seu apelido de chefe?" E ele responde: "Ah, o meu apelido de Chefe foi porque o Celso Daniel me deu". Outra pergunta: "Por que o seu apelido de Sombra?" E ele responde: "O meu apelido de Sombra é porque eu vivia na cola do Celso Daniel" – salvo algum erro de expressão. Mas ele reconhecia nessa entrevista o apelido de "Sombra".

Eu acho que a defesa tem que ter oportunidade de ser realizada, mas não se pode inventar fatos e se atribuir aos Promotores fatos que são inverídicos. Com isso eu não concordo. Desculpe-me esse parêntese, Senador.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Sr. João Francisco Daniel? Ele foi acusado de ser lobista.

V. Sªs apuraram que ele intervinha muito na administração do irmão ou não? Interferia muito?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Nós não temos qualquer relato concreto no sentido de que ele prestasse uma assessoria informal ou essa atividade conhecida vulgarmente como de lobista.

Tivemos, sim, um relato efetivo no sentido de que ele, em determinado momento, foi chamado a prestar alguma espécie de socorro para a empresa dos Gabrilli

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) — A empresa Guarará, não é?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Sim, a Expresso Guarará, porque, no universo dos prestadores de serviço de transporte urbano de Santo André, estavam, de um lado, a família dos Gabrilli, da Expresso Guarará, e, de outro lado, as empresas relacionadas ao Sr. Ronan Maria Pinto e parentes. Enfim, era um grupo unido contra os interesses dessa primeira empresa, a Expresso Guarará.

Nós sentimos, durante toda essa investigação, que as ações administrativas eram voltadas no sentido de se tentar levar a empresa Guarará a uma falência para

que o outro grupo acabasse administrando essas empresas. E houve, sim, um contato entre essa empresa e o irmão do Prefeito no sentido de pedir um socorro para que houvesse uma cessação dessas atividades, de certa forma truculentas, contra as atividades empresariais, com a colocação de linhas concorrentes das outras empresas para diminuir a arrecadação da empresa Guarará.

Houve uma série muito grande de aditamentos contratuais no sentido de se eliminar uma forma de captação de passageiros, o que se daria com a supressão de pontos de embarque e desembarque de passageiros e a substituição de pontes, ou seja, durante um longo percurso, essa empresa acabou perdendo essa capacidade de arrecadação de passageiros, porque acabava sendo obrigada, administrativamente, a reduzir os pontos de embarque e desembarque de passageiro na sua linha tronco-alimentar de Vila Luzita – era um corredor tronco-alimentar de Vila Luzita, que só ela explorava –, e ela acabou sendo obrigada a reduzir a forma de arrecadação, com a supressão de pontos de embarque e desembarque de passageiros e a construção de pontes, paralelamente à introdução de uma linha, chamada B47-R, paralela ao sistema tronco-alimentar de Vila Luzita, para a qual foram canalizados esses passageiros que poderiam usufruir do sistema de transporte da empresa Guarará.

Então, a atividade do Dr. João Francisco Daniel, um médico, nunca foi voltada a tentar trazer para a empresa Guarará, segundo o ponto de vista da nossa investigação, qualquer tipo de privilégio administrativo, qualquer tipo de benefício, que não fosse a defesa dos pontos contratuais, pontos esses decorrentes de uma licitação, de defesa do edital de licitação vencido em uma concorrência pública.

Então, não se pode atribuir essa atividade de lobista, uma atividade perniciosa, uma atividade ilícita ao Dr. João Francisco Daniel, mas apenas uma atividade que estava voltada para socorrer essa empresa, para impedir que as ações administrativas a cargo do Klinger Luiz de Oliveira Souza, Secretário de Serviços Municipais, viessem a levar essa empresa a uma falência. Então, nunca se pode considerar essa atividade como uma atividade lobista perniciosa para a garantia de privilégios. Essa foi uma atividade voltada apenas para tentar assegurar à empresa as garantias contratuais decorrentes dessa licitação; enfim, para que ela continuasse explorando o sistema de transporte, vencido em um processo licitatório justo, e impedindo que linhas paralelas fossem colocadas para diminuir sua capacidade de arrecadação, bem como para impedir que também outras ações administrativas fossem colocadas contra os interesses obtidos através de uma licitação pública.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO –** Senador, V. Exª me permite um parêntese? Desculpe-me interromper todo o tempo, mas o Sr. João Francisco foi acusado aqui como um lobista profissional pelo Klinger. Eu estava presente àquela reunião da CPI quando se afirmou isso. No entanto, o mesmo Klinger afirmou que o Sr. João Francisco não foi na posse do Celso Daniel e que o João Francisco não conhecia os Secretários do Celso Daniel.

Parece-me estranho que alguém que se dedique a fazer *lobby* dentro da Prefeitura que não vá paparicar o irmão ou que não vá participar de todos os atos, que não vá à posse do irmão, justamente para estreitar os laços para, quando for necessário, fazer os pedidos. Nós não temos absolutamente nenhuma notícia de *lobby* realizado pelo João Francisco para qualquer outra pessoa em qualquer outro sentido. Ele não fazia pedidos à Prefeitura de Santo André.

Os pedidos que ele fez, relacionados à família Gabrilli, segundo o que ele nos explicou – e nós colhemos o depoimento dele e da Rosângela Gabrilli nesse sentido – é que havia um laço de amizade entre o Alberto Gabrilli, o pai da Rosângela, e o João Francisco, porque o Alberto Gabrilli havia sido amigo também do pai do João Francisco quando ele era Prefeito. E a família do Celso Daniel, a família Daniel, residiu numa casa que pertencia à família Gabrilli na infância. E, daí, se estabeleceu um laço afetivo entre eles. Quando a família Gabrilli se viu prejudicada, ela se socorreu das pessoas que ela conhecia. Havendo esse laço afetivo com o João Francisco, foi uma das pessoas que eles buscaram. Mas a Rosângela Gabrilli também nos informou – e informou a esta CPI – que ela buscou auxílio de outras pessoas, não só do João Francisco, como do Senador Suplicy e do próprio Presidente Lula para verificar a situação dela. Não foi um *lobby*. Ela estava numa situação de emergência e pediu socorro para quem ela achava que poderia socorrê-la, e uma dessas pessoas foi o João Francisco.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Foi um trabalho defensivo na realidade, não é? Foi defensivo, quer dizer, ela estava sendo atacada e procurou algumas pessoas, porque o caminho de acesso dela ao Prefeito estava fechado.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO –** É, e certamente o João Francisco deve ter apoiado isso quando ele verificou que havia um esquema de corrupção, de achacamento dessa empresa. Não é um *lobby* para favorecer uma empresa.

Uma empresa está sendo achacada por funcionários públicos da Prefeitura Municipal, pede socorro

ao João Francisco, e este achou por bem procurar o irmão e tentar intermediar isso, até para o bem da administração pública.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem são os principais empresários do ramo de jogos de Santo André? As casas de jogos funcionam clandestinamente ou por meio de liminar?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Com relação ao funcionamento de casas de bingo em Santo André, nós temos uma dificuldade muito grande. Temos algumas investigações que estão se iniciando agora. Nós tivemos algumas investigações no passado voltadas à exploração de máquinas caça-níqueis e outros tipos de máquinas que eram exploradas em estabelecimentos comerciais, do tipo padarias e bares. Essas investigações acabaram, num passo subseqüente, encaminhadas à Polícia Civil, e hoje nós estamos iniciando novos esforços no sentido de identificar os proprietários dos estabelecimentos de bingo e checar administrativamente como isso está acontecendo, se existe qualquer tipo de atividade relacionada ou se há alguma conexão com esse esquema todo que já foi apurado em Santo André.

Nós, hoje, lamentavelmente, não temos informações muito concretas que possamos fornecer para a CPI, mas nos empenhamos no sentido de desenvolver novas investigações e trazer ao conhecimento desta CPI informações, assim que for possível a identificação – administrativa junto à Prefeitura Municipal de Santo André – dos alvarás de funcionamento desses estabelecimentos, ou, até, checando quais são os proprietários desses estabelecimentos, bem como verificar se existe qualquer tipo de liminar obtida judicialmente para a exploração desse tipo de jogo. Ainda não temos – e peço perdão à Comissão nesse sentido – informações concretas, mas nos comprometemos a trazê-las assim que as investigações alcançarem um volume significativo de informações.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Drª Elisabete, diante da abertura do novo inquérito, a senhora aponta alguma falha no inquérito anterior, ou não?

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Eu não posso apontar porque não conheci o inquérito anterior; não acompanhei todas as investigações. Em que pese, na época, estar efetivamente trabalhando no Departamento de Homicídios, eu era chefe de uma outra divisão que não a Divisão de Homicídios. Então, eu não posso falar nada a respeito.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, com relação ao novo inquérito, as novas linhas de investigação que estão sendo desenvolvidas, o que é que a senhora poderia nos adiantar?

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – O que eu posso dizer aqui com extrema sinceridade é que nós temos depoimentos dos executores desse crime do arrebatamento, ou seja, os seqüestradores, que são controversos entre si. Como o Dr. Roberto, na sua fala inicial apontou muito bem, cada hora eles falam de uma forma diferente.

Todavia, numa oitiva que nós fizemos, ou melhor, num reinterrogatório de um dos detentos, o Elcid, foi-nos revelado que, efetivamente, havia encaminhado aquela carta para o Sérgio Gomes da Silva, através do advogado dele, e que, efetivamente, ele tinha pedido autorização para os demais integrantes da quadrilha para o envio dessa carta. O objetivo dele era cobrar a dívida não paga por um serviço já executado.

Quando a Subcomissão esteve em São Paulo, esse mesmo preso, o El Cid, negou isso na reunião da CPI, mas disse que o que valia, ou seja, o depoimento que valia era o que ele já havia prestado em juízo. E, em juízo, ele confirmou que, efetivamente, ele teria encaminhado a carta no sentido de cobrar uma dívida relativa ao serviço que tinha sido executado pela quadrilha, ou seja, o assassinato do Prefeito Celso Daniel.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Drª Elisabete, a senhora fique bem à vontade para responder essa pergunta. A senhora sente que há alguma pressão se esboçando no sentido do novo inquérito ter a mesma conclusão do anterior, ou seja, de que foi crime comum?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª me permite que eu...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PFL – RN) – Pois não.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eles estão evidentemente pressionados. Quando o Presidente da República faz uma declaração contra os Promotores, evidentemente é uma pressão visível da maior autoridade do País. Isso é inaceitável!

Eu queria apenas aduzir que há essa pressão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, V. Exª me concede a palavra, pela ordem, sobre a observação do Presidente, com todo respeito ao Senador Antonio Carlos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Por que prestei bastante atenção na observação do Presidente. Ele observou que, por tudo que havia sido encaminhado até agora, a conclusão da Polícia Civil havia sido de que houve crime comum.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Perdoe-me, Excelência, ele condenou os promotores.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim; ele fez uma avaliação crítica com respeito aos promotores, mas disse o seguinte...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Coisa que ele não pode fazer.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo. Mas ele também disse, prezado Senador Antonio Carlos, que, se surgir um fato novo ou for comprovado que possa ter havido outra versão, que, então, é outra coisa. Ele vai respeitar isso. Pelo menos essa ressalva ele fez.

E eu, que tenho acompanhado os trabalhos dos promotores e respeitado seu trabalho...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – A V. Exª eu louvo; V. Exª é um rebelde.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª é muito amigo – e eu também sou – do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Ele, por vezes, disse que eu converso demais com os promotores, ou ainda, como é que eu fico dando atenção a eles e assim por diante. E tenho dito ao Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh que tenho procurado ouvir todas as partes, assim como ouvi o depoimento dos delegados que chegaram à conclusão do crime civil. Fiz questão de que eles estivessem presentes, de que eles pudessem, inclusive, fazer indagações nas acareações promovidas tanto no dia 15 quanto na última segunda-feira. Eles tiveram a oportunidade de ali se expressar – e eles o fizeram no dia 15. Nessa última segunda-feira, preferiram não fazer perguntas, mas tiveram a oportunidade.

Então, até como presidente da CPI que foi por V. Exª designada, procurei fazê-lo da maneira mais isenta e depois irei fazer minhas indagações.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Presidente é um magistrado!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas, ninguém está atacando V. Exª. Pelo contrário, estamos elogiando o trabalho de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, sinto que V. Exª vai precisar de um tempo extra hoje.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Hoje será necessário para colaborar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Drª Elisabete.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Gostaria de deixar extremamente claro a todos aqui presentes que, no dia a dia do meu trabalho, não há interferências de quem quer que seja. Delibero sobre as diligências que tenho que fazer; nunca fui cobrada pela minha hierarquia sobre o andamento da investigação ou sobre o que estou fazendo. Isso não existe.

Agora, se formos analisar "a resposta mais imediata que temos que dar para o Brasil todo, para a imprensa que nos pergunta quando vamos terminar o caso", aí já é diferente; é uma outra situação.

Mas, o que posso afirmar categoricamente aos senhores é que não existe nenhum tipo de pressão – a mim, pelo menos, não.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Acho que fica bem claro que uma parte já está resolvida, a da corrupção. Esta já está resolvida. Ninguém duvida mais, nem o Senador Eduardo Suplicy.

De maneira que agora é o problema do crime.

**O SR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Falta resolver também o destino.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Também quero ir a fundo em todas as questões, a do crime e a da corrupção.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Drª Elisabete, segundo V. Sª, por que os presos acusados se negam terminantemente a fazer qualquer declaração sobre a tese de crime de mando se essa hipótese poderia até lhes beneficiar? Eles estariam visando algum benefício futuro? A senhora tem alguma tese sobre isso, algum esclarecimento sobre isso? Algum pensamento?

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – O que deu para perceber, não nas oitivas que fizemos separadamente com cada um deles... Cada um disse o que pretendeu dizer, digamos assim. Porém, quando todos estão colocados juntos, percebemos que eles conversaram entre si e combinaram de não dizer nada. Tanto é verdade que, para todas as perguntas que foram feitas, as respostas foram: "não fui eu", "eu não sei de nada", "eu não estava lá". Eu, particularmente, acredito – e, talvez, seja até prematuro dizer isso – em um crime compartimentado, ou seja, sabem até um determinado pedaço, digamos assim, até um determinado momento. Acima disso, eles não sabem. Isso é muito comum nos roubos de carga, onde o cabeça contrata pessoas para abordar o caminhão com a carga; essas deixam num determinado ponto, onde surgem outras duas pessoas de outro local, que fazem o encaminhamento desse caminhão para um outro local. Pode ser que seja isso, mas não temos ainda, até o momento, convicção ou provas que justifiquem essa tese.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Sr. Presidente, aos Promotores e à Srª Delegada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. É evidente que, até o final, V. Exª poderá voltar a interferir no depoimento.

Senador José Jorge, V. Exª tem a palavra.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, gostaria de me solidarizar com os promotores pelas palavras do Presidente Lula. Realmente, o Presidente Lula não exerceu o seu papel de Primeiro Magistrado da Nação. Não cabe a ele, que nunca leu uma página desse inquérito, dizer se o crime era de mando ou não. Já temos mais de trinta horas de depoimentos sobre essa questão de Santo André – eu, o Senador Antonio Carlos, todos nós aqui – e, quanto mais você ouve, mais você se convence de que o crime é de mando. Quem não ouviu nada pode achar o contrário.

Em segundo lugar, o próprio Klinger, quando esteve aqui, disse que nove entre dez pessoas acreditam que o crime era de mando. Só sobrou o Presidente Lula que, de uma forma inconseqüente, deu uma opinião sobre o que não devia dar e ainda falou mal dos promotores, o que também não é um direito constitucional dele, haja vista que o Ministério Público é um órgão independente e, portanto, tem de fazer as investigações.

Então, quero prestar a minha solidariedade aos promotores, dizer que confiamos no trabalho de vocês. Participei da Constituinte, quando as novas atribuições do Ministério Público foram concedidas e tenho satisfação de dizer que, retirado um ou outro promotor, principalmente no passado, que queria aparecer mais do que os fatos, em regra geral, os promotores têm realizado um grande trabalho para o país. Agora, fui relator da Reforma do Judiciário e, novamente, ampliamos as atribuições do Ministério Público. Acho que vocês têm feito por merecer. Portanto, o Presidente Lula não tinha o direito não só de dar uma opinião leiga, como também de reclamar dos promotores de uma forma injusta.

Em terceiro lugar, gostaria de dizer que, pelo que já ouvi desse fato, Celso Daniel, acho que há três aspectos bastante diferenciados nesse caso. Primeiro, há o crime de morte: uma pessoa foi morta, assassinada, etc.; segundo, a questão da corrupção na Prefeitura de Santo André, e, terceiro, a chamada operação abafa, que foi uma tentativa de, na verdade, fazer crer que esse crime era mais simples do que ele realmente era.

Então, na realidade, para analisarmos bem o que está acontecendo, temos de examinar isso de forma separada. Primeiro, o crime; depois, a corrupção na Prefeitura de Santo André; e, terceiro, a operação abafa. Sobre o crime, acho até que já ouvimos tanto, já ouvimos aqui o Sombra, já ouvimos vocês agora, ouvimos as testemunhas do Senador Suplicy, já temos lido nos jornais. Acho que não há como a gente não dizer que aquilo não foi um crime de mando e também não há como não dizer que ele está relacionado à questão de Santo André, à corrupção de Santo André.

Só tenho duas pequenas perguntas sobre essa primeira parte. A primeira é a seguinte: há um personagem que aparece em alguns momentos, um Deputado Estadual do PT de São Paulo chamado Donizete Braga. Não sabemos bem qual era o papel dele. Ele ligou para o Sombra na hora do crime. Então, li por alto, mas não sei qual é o papel desse Deputado.

Em segundo lugar, há a pergunta sobre essa D. Ivone. Ela não teve sorte no dia em que veio aqui, porque, naquele dia, compareceu também a esposa do Toninho do PT. Foram dois depoimentos tão diferentes... O depoimento da esposa do Toninho do PT era o depoimento de uma pessoa que teve o marido assassinado. Portanto, estava ao lado do marido. De outro lado, essa Srª Ivone, pelo depoimento dela, parece que nem conhecia o Celso Daniel, coisa que as gravações mostram.

Então, queria saber qual é a idéia que V. Sª tem sobre esses dois personagens? Gostaria de entender qual a participação que eles tiveram, inclusive na questão dos documentos que estavam na casa de Celso Daniel, uma vez que eles foram os primeiros a ter acesso.

Pediria aos promotores, o que quiser, qualquer um dos dois, para não tornar cansativo.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Perfeito. Sr. Senador José Jorge, muito obrigado pelas considerações e pelas palavras de conforto com relação à indiscrição ou não a respeito do nosso trabalho. Com relação a isso, gostaria de tornar público que, na carreira do Ministério Público, temos as atribuições voltadas para um único cliente: a sociedade. Temos uma garantia constitucional da inamovibilidade e da irredutibilidade de vencimentos, o que nos garante trabalhar com imparcialidade, com determinação e com a seriedade que a Nação espera dos trabalhos dos profissionais dessa área. Tenho muita tranqüilidade para dizer que se em um mês eu conseguir cem condenações ou cem absolvições de pessoas o meu salário não terá sofrido qualquer tipo de alteração. Ou seja: recebo do Estado, da sociedade, que me paga, por meio dos impostos, para fazer jus – e me orgulho muito disso, de dizer que a denominação do meu cargo é de promotor de justiça. É por isso que não tenho qualquer tipo de interesse em condenar pessoas inocentes e também não tenho qualquer tipo de interesse em absolver pessoas provavelmente culpadas. Gostaria apenas de

fazer essa consideração, parafraseando o que V. Exª disse a nosso respeito, agradecendo, mais uma vez, as palavras de conforto que V. Exª expendeu e garantindo a posição de todos aqui nesse sentido: o nosso trabalho sempre está voltado, sempre está informado pela seriedade e pela absoluta falta de interesse numa condenação de pessoas inocentes, pela absoluta falta de interesse na absolvição de pessoas provavelmente culpadas. Isso nos garante imparcialidade no trato profissional diário.

Agora, iniciando especificamente as questões relacionadas, acabei combinando com o Dr. Roberto que eu farei algumas considerações a respeito do Deputado Estadual Donizete Braga e ele fará considerações a respeito da Srª Ivone de Santana. O que aconteceu? No curso das investigações, quando conseguimos a prova de que Sérgio Gomes da Silva era um dos mandantes desse crime, fizemos essa argumentação e conseguimos, por meio do Juiz de Direito da 1ª Vara de Itapecerica da Serra, a quebra de sigilo dos telefones celulares que se comunicaram com o telefone celular utilizado pelo Sérgio Gomes da Silva naquele período. Um dos telefones celulares utilizados para se comunicar com o Sérgio Gomes da Silva era exatamente o telefone celular pertencente ao Deputado Estadual Donizete Pereira Braga. Por uma análise do histórico de chamadas desse telefone celular, constatamos, na noite do dia 19 de janeiro de 2002, ou seja, no momento em que Celso Augusto Daniel ainda estava sob o poder daquela quadrilha, seqüestrado, portanto, uma movimentação muito estranha no telefone celular do Deputado Donizete Braga. Isso nos motivou a conversar com ele. Essa movimentação consiste praticamente no seguinte: por volta de 19h do dia 19, esse telefone se desloca da região compatível com a região da prefeitura de Santo André e faz um deslocamento até a região do Palácio do Governo do Estado de São Paulo, a região do Palácio dos Bandeirantes, onde permanece até aproximadamente às 21h. Temos, em seguida, um intervalo. Esse telefone, até a chegada ao Palácio dos Bandeirantes, permanece por pelo menos vinte minutos, servido por duas ERBs, que são Estações Radiobase, são as antenas que servem aos telefones celulares para possibilitar as comunicações. Esse telefone permanece servido por duas estações radiobase localizada no entorno do Palácio dos Bandeirantes. Entre 21h03min até às 22h19min, esse telefone permanece sem qualquer tipo de comunicação para ser, por volta de 22h19min. captado por duas antenas de Taboão da Serra e Embu, na altura do KM 276, da Rodovia Regis Bittencourt. Esse telefone permanece servido por essas duas estações radiobase, alternadamente, no período compreendido entre as 22h19min do dia 19 até aproximadamente 23h41min, desse mesmo dia. Portanto, aproximadamente por 1h20min, é servido por estações radiobase distantes cerca de 10 quilômetros do Palácio dos Bandeirantes.

Nessa região abrangida por essas duas estações radiobase também se verificam movimentações compatíveis com o desenvolvimento da ação criminosa do prefeito, como por exemplo, nessa interseção das antenas do Taboão da Serra e Embu, foi abandonado o veículo Santana azul, placa BGY-5390, utilizado para o traslado do Celso Daniel, ainda vivo, da região dos Três Tombos até aquela região, onde ele permaneceu em cativeiro. Aquela região também é compatível com o local onde o helicóptero que resgatou Dionísio de Aquino Severo, pousou, e o deixou para que ele tomasse um caminho seguinte, para organizar essa atuação. Essa região também é compatível com a região da residência do José Edson da Silva. A Rua Maria Clara de Santana fica muito próxima; essa região também é compatível com o deslocamento do conjunto habitacional Maria Sampaio, localizado na Rua Siderópolis, nº 180, no Bairro Sampaio, em São Paulo. Essa região é também é compatível com a proximidade da residência do Sr. Manoel Sérgio Stevam, vulgo, Sérgio Orelha, parceiro de crimes do Dionísio, em cuja residência Dionísio foi acolhido, após a participação nesse tipo de seqüestro.

Ou seja, vários outros pontos de contato da prova foram localizados exatamente na interseção dessas duas antenas, SPO-43015, SPO-43032, localizadas nesses endereços, onde o telefone celular pertencente a Deputado Estadual Donizete Pereira Braga, permaneceu captado entre as 22h19min e 23h41min do dia 19.

Há outros contatos entre o Deputado Donizete Braga e Sergio Gomes da Silva, como por exemplo, ele ter se hospedado na residência do Sérgio Gomes da Silva em Fortaleza, quando esteve em viagem com a família, para participar de festividades e empreendimentos aquáticos em Fortaleza – não quero fazer propaganda de empreendimento, mas todos aqui sabem do que se trata. Houve outros contatos, como por exemplo, Sérgio Gomes da Silva ter oferecido imóvel de sua propriedade para que Donizete Pereira Braga fizesse campanhas políticas, com a colocação de *outdoor*. Enfim, há um contato muito próximo entre eles. Através da leitura dos cheques emitidos por Sérgio Gomes da Silva, encontramos três cheques seqüenciais: abril, maio, junho se não me engano, no valor de R$ 4 mil, cada um deles, emitidos em favor de Donizete Pereira Braga, para os quais também houve essa mesma

justificativa dos empréstimos já costumeiros, como já temos ouvido desculpas nesse mesmo sentido.

Então, temos que há uma atividade física muito próxima, uma amizade muito próxima entre essas pessoas, e ainda houve esse deslocamento suspeito para uma região de atividades relacionadas ao desenvolvimento da ação que resultou no assassinato do Prefeito Celso Daniel.

Tenho a acrescentar ainda, em relação a isso, que houve um primeiro encontro, autorizado pelo Procurador de Justiça do Estado de São Paulo – já que iríamos ouvir uma autoridade do Estado e essa autoridade só poderia ser investigada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e pelo Procurador Geral de Justiça, foi ele quem referendou esse nosso encontro – com o Deputado Estadual Donizete Pereira Braga, principalmente pelo seguinte: Ele, Procurador-Geral Luiz Antonio Marrey nos disse o seguinte: "Olha, existe esse deslocamento suspeito, mas ele pode apresentar, em princípio, qualquer tipo de justificativa que não resulte na instauração de uma investigação a respeito. Ele poderia, por exemplo, ter socorrido algum amigo, em algum acidente, naquela região ou, enfim, qualquer tipo de justificativa plausível que o tirasse do foco de investigação".

Então, com base nessa preocupação do Procurador-Geral, ele nos recomendou que convidássemos o Deputado Estadual para uma conversa e, assim, nós o fizemos. Inicialmente, nós o chamamos, ele aceitou esse convite e esteve conosco por algumas horas, conversando a respeito do que teria feito naquele momento em que Celso Augusto Daniel estava em poder daquela quadrilha. O primeiro relato dele foi no sentido de que, no sábado, ao tomar conhecimento da privação de liberdade do Prefeito Celso Augusto Daniel, ele esteve em vigília na Prefeitura Municipal de Santo André, onde também se encontravam outras pessoas, preocupadas com o desfecho daquele episódio. No máximo, ele teria se deslocado daquele local da Prefeitura de Santo André até a sua residência, para um banho e troca de roupas, e retornado para aquele local. Perguntamos a respeito da possibilidade do seu telefone celular ter sido emprestado para alguma pessoa ou, de alguma forma, ter sido perdido. Ele disse que não e que o telefone permanecia, inclusive, naquele momento, em seu poder. Nem para a própria esposa, ele havia emprestado, em nenhuma circunstância, aquele telefone celular.

Ao final dessas explicações, então, é que expusemos a ele que o histórico de chamadas da operadora de telefonia celular havia registrado esse deslocamento suspeito na noite do dia 19. E ele não soube explicar. Ele nos pediu licença para ligar para a esposa e perguntou para a esposa, naquele exato momento: "Bem, o que eu fiz no sábado à noite?", como se ela tivesse obrigação de descrever qual teria sido o comportamento dele. Ele acabou ficando perdido, não soube explicar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ficou nervoso.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – É, foi um momento em que ele ficou nervoso.

Passados cinco ou seis dias, ele voltou a fazer contato conosco, para apresentar uma justificativa de que ele havia se lembrado de que, naquele sábado à noite, ele havia participado de uma reunião com o Governador do Estado de São Paulo – reunião essa que contou também com a presença do Senador Eduardo Suplicy –, em que teriam sido tratados alguns assuntos relacionados ao seqüestro do Prefeito Celso Daniel.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim. Um grupo de Parlamentares se dirigiu... Acho que era por volta das oito da noite, aproximadamente. Coincidentemente, quando eu estava chegando ao Palácio, foi quando o Geleião ligou para mim e, depois, também falou com o Governador.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Perfeito. Conseguimos confirmar a presença do Deputado Donizete Braga no Palácio dos Bandeirantes, pelo menos nesse período que eu já mencionei, por vinte minutos aproximadamente, até às 21 horas do dia 19, mas ele não conseguiu justificar por que, a partir de 22 horas e 19 minutos, seu telefone ser captado por antenas que não abrangeriam a área onde está localizado o Palácio dos Bandeirantes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Até hoje.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Acrescento a gentileza do Senador Eduardo Suplicy no sentido de nos disponibilizar o histórico de chamadas do seu telefone celular, para colaboração para essa investigação do assassinato do Prefeito Celso Daniel. Pudemos constatar que, nessas duas antenas, na SPO 43015 e na SPO 43032, que se localizam na região da Régis Bittencourt, KM 276, e de Taboão da Serra, o telefone celular do Senador Eduardo Suplicy não foi captado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Graças a Deus. (Risos.)

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Ou seja, isso significa...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Até o Palácio, eu fui.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Exato.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu não fui à região de Taboão ou Itapecerica naquela noite.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Exatamente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ainda bem, não é, Senador?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Isso significa para nós que, se aquelas antenas captassem a região do Palácio dos Bandeirantes, certamente o telefone do Senador Eduardo Suplicy seria captado também por elas. Para nós, isso traz a certeza de que esse deslocamento do telefone do Deputado Estadual Donizete Pereira Braga não era compatível.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, esse dia foi o dia em que o Geleião fez uma pegadinha com o Senador Eduardo Suplicy. (Risos.)

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, sobre a Dona Ivone, Dr. Roberto.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Vou acrescentar um pouquinho ao relato do Dr. Amaro. Pode ser bem simples: o Donizete Braga, na noite do dia 19, em que o Prefeito estava em poder dos autores do crime, foi ao Palácio dos Bandeirantes e se deslocou dez quilômetros em direção a Embu, onde tinha uma forte movimentação da quadrilha responsável pelo arrebatamento e morte do Celso Daniel. Só vou acrescentar a essa fala que a última ligação que o Deputado recebe quando está no Palácio dos Bandeirantes, é do Ronan Maria Pinto, sócio do Sérgio Gomes da Silva.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Além disso, a base principal eleitoral dele, que é o Município de Mauá, é exatamente onde é a sede da empresa do Ronan Maria Pinto e do Baltazar. Portanto, ele tinha uma ligação já com esse pessoal.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Isso. Mas o que surpreende é, no instante em que ele está no Palácio dos Bandeirantes, na sede do governo, recebe uma ligação do Ronan Maria Pinto, desloca-se dez quilômetros no sentido à região onde tinha atividade da quadrilha responsável pela morte do Celso Daniel. E de lá sai, a última ligação que faz quando está na região onde a quadrilha funcionava, em Imbu, é para o Ronan Maria Pinto. Ele recebe a ligação e faz a ligação. Vai e volta.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Uma espécie de relatório.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Foi essa a dinâmica. O que nos surpreendeu foi a argumentação dele no sentido de que permaneceu o tempo todo no Palácio dos Bandeirantes. Mas a operadora de telefone disse que é absolutamente impossível – disse em relatório para ele mesmo, para o deputado – que, estando no Palácio dos Bandeirantes, fosse captado por aquela antena tão distante, a dez quilômetros de distância. É só isso que eu queria acrescentar a esse caso.

Agradeço também aos senhores pelas palavras com relação ao Ministério Público. A nossa orientação sempre é da busca da verdade real. Essa é a finalidade nossa. Nesse caso, fomos chamados até aqui, perante esta CPI, de passionais, pelo Klinger. E eu queria dizer que não temos nenhuma questão pessoal de amizade ou de inimizade com qualquer um dos réus. Na verdade, eu nunca havia tratado com nenhum dos réus do caso Celso Daniel antes dessas investigações. Então, eu não os conhecia. Não tenho como ter nenhuma raiva, também não tenho nenhuma amizade. Só tento buscar a verdade sobre o que ocorreu.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** Dr. Roberto, só um minutinho. A respeito dessa informação que o senhor presta sobre ligações do Deputado, o Ministério Público tem algum conhecimento de que essa documentação das operadoras de telefone foram enviadas à Assembléia Legislativa? E há qualquer tipo de procedimento efetuado pela Assembléia Legislativa de São Paulo, Corregedoria, no sentido de ajudar o Ministério Público a investigar, uma vez que é um membro da Casa que está envolvido e que se trata de denúncia extremamente grave de um relacionamento extremamente suspeito nesse dia? O Ministério Público tem conhecimento de qualquer movimentação na Assembléia Legislativa de São Paulo?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Não. Não tenho conhecimento de que existe procedimento lá. Foi até realizada uma reunião na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, uma reunião de uma tarde inteira em que diversos deputados ofenderam a honra dos promotores. Mas nós já estamos acostumados com isso. Se se causa uma insatisfação a determinado grupo, é comum esse grupo reagir contra os promotores. Então, isso não abalou a confiança no nosso trabalho.

O que existe com relação ao Deputado Donizete o seguinte: como a competência para investigação de deputado estadual no Estado de São Paulo é própria do Tribunal de Justiça, existe uma investigação no Tribunal com relação a esses fatos, que é acompanhada pelo Ministério Público, de segunda instância.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** Não, no Tribunal de Justiça eu sei. Eu quero saber na Casa, porque quando envolve parlamentar, normalmente há as comissões. Há Corregedoria, Comissão de Ética nas Casas onde se pertence, seja deputado federal, senador ou deputado estadual.

E aí imagino, Sr. Presidente, que esse é um fórum legal até para que o próprio Deputado tenha a oportunidade de colocar a sua versão, uma vez que está sendo colocada a versão do Ministério Público com relação aos fatos. Penso que é plausível que ele seja convidado, uma vez que é parlamentar, para vir a esta Comissão.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Só respondendo ao senhor, Senador.

Não tenho nenhuma notícia de procedimento na Assembléia Legislativa. Nunca fui convidado para prestar depoimento em procedimentos dessa natureza.

Com relação à Ivone Santana, temos várias questões que sempre nos surpreenderam quanto a sua conduta. O que vou apresentar ao senhor é mais uma questão de surpresas do que uma conclusão sobre o que é a conduta dela.

Em primeiro lugar, ela hoje se apresenta como viúva do Celso Daniel, mas o tempo todo era namorada do Celso Daniel. Tanto isso é verdade que, no livro de registro de visitas ao apartamento do Celso Daniel, consta o nome dela. Então, ela era uma visitante no apartamento do Celso Daniel e não uma moradora. Em princípio, ela não era casada com o Celso Daniel.

Já narrei aqui que ela é beneficiária de dois cheques do Sérgio Gomes da Silva, depois que o dinheiro da propina cai na conta dele, no valor total de R$10 mil, em favor da Ivone Santana. Nós tivemos acesso – inclusive aqui na CPI foi lido pelo Senador Magno Malta – a uma conversa que a Ivone teve. São algumas conversas em que é relatado que ela fez o papel de viuvinha – "está legal essa linha da dor da viuvinha" – que a descredencia com uma postura de mulher mesmo interessada em apurar a verdade.

O depoimento que o Senador Magno Malta leu até vai além disso, porque, no final da conversa, ela combina de sair para beber com o interlocutor dela, mas ela quer sair para beber perto da casa dela, porque não é bom que a vejam embriagada. Não é que ela não queira embriagar-se, é que não é bom, não é prudente que, logo depois do homicídio do Celso Daniel, ela seja encontrada embriagada pela cidade. São posturas.

Agora o que me causa maior espanto, Senador, é que ela se apresenta e foi arrolada como testemunha de defesa do Sérgio e do Klinger no processo de corrupção e, pior, ela é arrolada como testemunha de defesa do Sérgio no processo de homicídio. Em princípio me parece que a posição de um parente da vítima, se há dúvida com relação à autoria... Nós imputamos ao Sérgio a autoria do homicídio. Nós dizemos na denúncia bem claramente: "O Sérgio é o mandante da morte do Celso Daniel". Eu acho que seria prudente, se ela tivesse uma relação de afetividade maior, esperar o pronunciamento da Justiça. Se ela tem dúvida, se pensar: "não sei se o Sérgio é ou não é o mandante", deve aguardar serenamente a manifestação da Justiça e não partir em defesa do Sérgio. Houve uma certa alteração na versão dela, porque ela, num primeiro momento, logo depois do crime, informou – e há uma reportagem de jornal – que tinha sido procurada pelo Celso, no dia do arrebatamento, na sexta-feira em que o Celso foi seqüestrado, para combinar o que eles fariam no dia seguinte. Seria essa a finalidade daquele encontro entre eles e, recentemente, ela tem falado que ela tinha sido convidada para um jantar, convidada pelo Sombra, pelo Sérgio Gomes da Silva, querendo com isso fornecer a ele um álibi, não um álibi positivo de que ela teria ido, mas um álibi pelo convite. E isso nos surpreende porque é uma modificação de posição. Ela vai ser indagada, com certeza, nesses dois processos, como testemunha, e aí vamos apurar uma série de questões relacionadas à conduta dela.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado. Vou fazer mais duas perguntas. A primeira é em relação ao terceiro item, que é questão da operação "abafa". Na verdade, todas as ligações ou, pelo menos, boa parte dessas ligações que vimos aqui e que foram gravadas, na realidade, mostram que ou havia combinação entre diversos personagens, dos quais aparentemente o chefe era o Chefe do Gabinete do Presidente, Gilberto Carvalho – ele não gosta que o digamos, mas era a verdade. Todo o mundo ligava para ele, para ver o que ia dizer, como ia dizer, o que ia falar, como ia falar. Então, ele era um dos chefes. E o outro era o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que também, na verdade, acreditou logo a princípio. Também é de se estranhar o advogado Davi, com ele, sempre quer mais investigação. A Polícia, tudo bem. A Polícia estava sob pressão. Inclusive, o Gilberto Carvalho disse aqui que puseram um calendário na porta da Prefeitura: 10 dias, 11 dias, 12 dias. Ora, isso é uma forma de pressão inusitada porque obriga a Polícia a pegar o primeiro que vai passando na calçada e dizer que foi ele.

Então, na realidade, havia toda essa pressão para que se resolvesse sem que isso interferisse na campanha presidencial que estava chegando, da qual o Celso Daniel era um dos personagens.

Então, como os senhores acompanharam o caso, pelo menos no lado da corrupção, desde o início, eu quero saber o que os senhores pensam do papel que essas duas personagens tiveram na questão dessa chamada operação-abafa. Até hoje tentam descredenciar o irmão do morto, como se o irmão não fosse amigo do irmão. Quer dizer, é uma coisa absurda. Dizem que é lobista, só porque foi lá a uma empresa. Ou seja, é toda uma operação. O próprio Gilberto Carvalho disse um negócio absurdo aqui, com relação à filha do Celso Daniel com a Ivone: que o marido atual, que também era secretário de Celso Daniel, reconhece a moça como filha, e Celso Daniel, durante vinte anos,

não reconheceu. Eles agora querem que os irmãos reconheçam.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Isso é perfumaria. Isso não tem nada a ver com o crime, se reconhece filha, se não reconhece, que os irmãos não se falavam. Isso é perfumaria. Não tem nada a ver com o crime em si.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Exatamente.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) **–** Não tem nada a ver com o crime em si. Tem que se apurar é o crime. Essa história de que reconhece irmão, não reconhece, brigou, não brigou...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É claro.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – ...de que é lobista. Acho que isso é só perfumaria.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas essa é só uma observação que eles fazem para, de certa maneira, descredenciar a testemunha. Então, eu gostaria primeiro de umas observações sobre esse fato. Por outro lado, eu vivo recebendo *e-mails* de Santo André. Algum eleitor que eu devo ter lá me manda alguns *e-mails*. Há um *e-mail* que ontem até, por sinal, testei, quando estava em São Paulo. E diz o seguinte: todos os motoristas da Prefeitura de Santo André estranharam o caminho que o carro percorreu para ir do Restaurante Rubayat para Santo André. Eu não entendo da cidade de São Paulo. Eu não sei nem ir à Avenida Paulista, mas eu estava com um motorista ontem em São Paulo e perguntei-lhe: "Se você saísse do Restaurante Rubayat, Baby Beef Rubayat, para ir para Santo André, passaria por esse lugar chamado Três Tombos?" Ele disse: "Não, de jeito nenhum. Que história é essa?" Ele nem sabia direito da história, mas disse logo que não passaria. Ele diz aqui também que não passaria. Então, queria saber o que os senhores pensam dessa questão do caminho, que é importante, porque pode ter sido exatamente o caminho combinado para levar Celso Daniel para o local onde ele seria seqüestrado. Última pergunta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Senador José Jorge, sobre essa pergunta do caminho que o senhor está fazendo, digo que, no domingo, eu almocei no Rubayat, com o Senador Eduardo Suplicy, que me levou. De lá, nós percorremos o caminho até Três Tombos. Na verdade, não tem absolutamente nada a ver. É exatamente não só de ficar admirado, mas de ficar estupefato por ele ter tomado aquele caminho e creio que foram escolhidos Três Tombos, porque o quarto tombo seria o do Celso Daniel.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É verdade. A última pergunta é em relação à questão da agenda. Na agenda de Celso Daniel, não consta o jantar com o Sérgio Sombra. Quer dizer, na agenda está tudo anotado, todos os compromissos dele e com o Sérgio Sombra. Outro companheiro do Município de Santo André me disse que, na verdade, o Prefeito Celso Daniel andava com segurança, motorista, mas, nesse dia, ele ficou em casa, disse que não ia mais sair e dispensou o motorista e o segurança. Por quê? Porque havia lá uma decisão, uma pressão do PT local para que ele não andasse mais com o Sombra. Pegava mal para ele ficar andando com o Sombra, porque o Sombra tinha, a essas alturas, já uma péssima fama na cidade. Por isso, ele dispensou todo o mundo e saiu sozinho com o Sombra. Então, gostaria que os senhores comentassem essa versão.

São as duas perguntas sobre essas duas personagens: o Deputado Luiz Greenhalgh e o Sr. Gilberto Carvalho, que têm uma importância grande, no meu ponto de vista, na chamada operação "abafa". E também pergunto sobre esses dois casos em relação à questão do crime mesmo que talvez não sejam tão relevantes, mas é importante comentá-los também. Obrigado.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Vamos tentar responder todas as suas perguntas, Senador. Se faltar alguma, diga-nos, por favor. Vamos começar por essa questão da operação-abafa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Em seguida, fará uso da palavra o Senador Alvaro Dias e V. Exª poderá apartear o Senador Alvaro Dias.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Com relação à operação "abafa", nós a temos bastante demonstrada, justamente pelas fitas que são oriundas da interceptação telefônica daquele grupo que estava em Santo André. Essas fitas mencionam coisas, nós temos vários depoimentos do Gilberto agendando reunião na casa do José Dirceu para verificar qual era a postura, o que eles iam fazer naquela semana e na semana seguinte. E temos – o que me parece mais grave ainda – testemunhas sendo encaminhadas ao escritório do Luiz Eduardo Greenhalgh antes de prestarem depoimento à Polícia Civil, para serem orientadas. Parece-me que, na busca da verdade real, não orientamos testemunha. A única orientação que se dá a uma testemunha é o que eu faço quando alguém me procura: "Fale a verdade". É a única orientação que se pode dar a uma testemunha. Não é preciso passar, com horas de antecedência, na casa de alguém para dizer: "O que o senhor me orienta dizer para a Polícia?" Fale a verdade. É só isso. Então, essa orientação me parece ser mais para preparar a testemunha, e isso é bastante grave, mais grave ainda porque a interferência, a atuação do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh na investigação é em virtude da atuação dele no Congresso Nacional.

Ele foi encaminhado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, por ofício, para participar como observador da Comissão de Direitos Humanos. Então, ele não se apresentou no inquérito como advogado para defender o interesse de alguma parte, e sim como um representante do Congresso na Comissão de Direitos Humanos. Então, com isso, ele deveria ter uma atuação imparcial, era um observador, e não falar com as testemunhas antes. Isso me parece uma conduta grave.

Agora, essas fitas têm uma história bastante longa, e eu poderia narrar aqui se os senhores quiserem, todas as idas e vindas dessas fitas de interceptação telefônica. Mas o fato é que até hoje, inclusive essa última série que foi encaminhada ao Senado, elas não são fitas completas. Nós tínhamos ali mais de 180 telefones sendo interceptados durante um período de quase dois meses. A quantidade de diálogos que foram encaminhados à Justiça é muito inferior a isso. Tenho certeza de que essas fitas não correspondem ao conjunto da prova. Por isso tenho uma certa resistência, porque não sei quem que limou alguns diálogos e com que intenção isso foi feito. Quem excluiu diálogos desse conjunto de provas? Então, isso me causa uma insegurança de utilizar essa prova em juízo porque eu posso estar atendendo ao interesse de A ou de B que eu não sei quem é. Por isso, a gente não postulou ainda em juízo reconhecimento de legalidade ou ilegalidade desse material. O dia em que tivermos acesso a todas essas interceptações, aí sim, vamos trabalhar isso como uma prova e vamos pedir em juízo o reconhecimento disso.

Com relação, não obstante a observação do Senador Magno Malta, o senhor fez referência à questão da filha do Celso Daniel, com relação a isso, o que tenho a questionar sobre isso é que o Celso Daniel, antes de morrer, estava separado, livre e desimpedido. A Ivone Santana estava separada, livre e desimpedida e ambos estavam namorando. E não sei por que o Celso Daniel não reconheceu a filha. Se ele não fez isso de livre e espontânea vontade em vida, quando podia fazê-lo, é de se esperar que a família não faça isso sem ter um exame definitivo dessa paternidade. Acho que é absolutamente natural, embora seja uma questão paralela, que só foi levantada para tentar derrubar o moral da família. Mas acho que a família, em preservação à memória do Celso Daniel, se o Celso Daniel não reconheceu a criança, a família deve esperar o pronunciamento da Justiça, com tranqüilidade.

A Ivone Santana apresentou um laudo, mas um laudo após a morte do Celso Daniel. Ela diz que tirou um tufo de cabelo do Celso Daniel de uma escova e com isso ela fez um exame de DNA. É óbvio que você tem que questionar, verificar. Não foi o Celso Daniel que se apresentou a um instituto, com identidade, e se submeteu a um exame para verificar se ele é o pai. Foi um exame à revelia, com tufo de cabelo, e vamos esperar para a Justiça se pronunciar sobre se é verdade ou não. Acho que essa é uma questão bastante tranqüila. Ainda com relação à Ivone, vou fazer mais um parêntese, porque a gente lembra muita coisa, o caso é bastante complexo. A Ivone Santana, há um episódio bastante confuso, que é a presença dela no apartamento do Celso Daniel no dia em que o Prefeito estava em poder dos seqüestradores. Ela informa que ela foi junto com o Klinger lá no apartamento do Celso Daniel para verificar a fita da secretária eletrônica. Essa fita desapareceu, não existe mais essa fita. Então, não dá para saber se foi gravada, regravada, o que aconteceu com essa fita. E mais, curiosamente havia uma repórter na frente do prédio – a repórter conhecia a Ivone Santana, porque é uma pessoa famosa na cidade naturalmente, namorada do prefeito – que afirma categoricamente que quem estava acompanhando o Klinger não era a Ivone Santana. Ela suspeita que seja uma advogada, e disso ela não tem certeza, mas ela diz que não era a Ivone Santana, disso ela tem certeza.

Então o que me parece é que o Klinger esteve no apartamento do Celso Daniel acompanhado de uma advogada enquanto o prefeito estava seqüestrado. Acho esse um dado interessante da investigação que merece ser aprofundado.

Vou mencionar a questão do caminho. Realmente o caminho tem uma certa divergência porque naquele percurso, desculpem-me, mas os senhores não são de São Paulo, mas o certo seria pegar uma rua chamada Vergueiro, que é uma rua que atravessa São Paulo inteiro e vai dar justamente na região da Anchieta. Quando estivemos lá na região com o Senador Suplicy foi este o caminho que ele fez.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Inteiro também não, porque São Paulo é muito grande. Ela vem quase da região da Paulista até quase que o começo da via Anchieta. Só para ser preciso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª usa sempre este caminho quando vai a Santo André.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu uso muitas vezes, mas há caminhos alternativos. Pode ir pela Bandeirantes, pelo túnel ...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pelos Três Tombos V. Exª não costuma ir.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, eu uso caminhos alternativos diversas vezes, menos Três Tombos. Os Três Tombos ultimamente, eu estive lá diversas vezes, inclusive com o Senador Magno Malta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Aí é peça investigativa.

Agradeço a V. Exª.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Exª estava trabalhando nos Três Tombos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – À ladeira dos Três Tombos ele foi com muita boa vontade. Quando eu falei para ele, agora vamos à favela do Pantanal ele falou: "Espera lá, Eduardo. Ali, como eu trabalhei na CPI do Narcotráfico, é melhor não irmos". Então deixei para outro dia.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Mas esse caminho que foi realizado faz uma espécie de triangulação. Ele, em vez de ir pela Vergueiro, que vai reto, ele pega a Ricardo Jafet, vai até a região da Av. Bandeirantes e volta para pegar os Três Tombos. É um percurso mais longo. E, curiosamente, esse percurso passa diante de um endereço que é conhecido nosso, porque a quadrilha da favela Pantanal esteve, nos momentos que antecederam o seqüestro de Celso Daniel, baseada num *trailer* de um dos parentes dos presos que fica justamente na esquina da Ricardo Jafet, com uma ruazinha perto do Singapura. Então, ele passou diante do local em que a quadrilha da favela Pantanal esperava para cometer o crime. Isso é bem sintomático, em vez dele pegar o caminho que vai direto. A agenda do Celso Daniel não constar o encontro com o Sérgio para gente é um indício sim, porque esse encontro foi agendado na última hora, às pressas. Não havia um agendamento prévio desse encontro. E temos, segundo a prova que coletamos, que o Dionísio é aquele preso que saiu de Guarulhos e participou do crime. Então, você tinha que aguardar o resgate do Dionísio, e o Dionísio saiu para praticar uma ação, todas as testemunhas que estiveram com ele falam, tinha que aguardar o resgate do Dionísio para que o encontro ocorresse. Não precisa marcar o encontro no mesmo dia do resgate. Mas assim, amanhã vamos resgatar o Dionísio, então vamos fazer o jantar depois de amanhã para se acertar a participação do Dionísio para esse fato. Por isso não é um jantar agendado com antecedência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Dr. Roberto, ainda sobre essa agenda, a Ivone, em depoimento, diz que ia para o jantar e que resolveu não ir porque ia ficar com o filho. O que o senhor acha dessa versão?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Essa versão, a Ivone concedeu uma entrevista à **Folha de S.Paulo** logo depois do crime. É o primeiro depoimento que temos mais completo dela logo depois do crime. E, nessa entrevista – que aliás é uma das entrevistas que é elogiada, que o Gilberto Carvalho fala: "Ah, você foi muito bem na entrevista, foi um espetáculo, foi maravilhoso" –, justamente nessa entrevista ela não fala desse episódio que ela teria sido convidada pelo Sérgio para participar do crime. Então ela altera a versão para conferir ao Sérgio não um álibi positivo cem por cento, mas um álibi: eu fui convidada e ele não mataria. Mas eu desconfio dessa palavra porque, senão, no primeiro momento, ela teria dito assim: "Mas eu fui convidada para este jantar, pode ser que sim, pode ser que não, mas eu fui convidada para este jantar".

Com relação à questão dos seguranças, nós ouvimos os seguranças do Celso Daniel. A nossa investigação é bastante abrangente. Os seguranças do Celso Daniel informavam que o Celso Daniel, porque tinha uma fábula, uma fantasia na cidade de que o Celso Daniel não gostava de andar com segurança, que ele jamais andava com segurança, que ele ia e vinha sem segurança. Nós ouvimos o pessoal que fazia a segurança dele e eles falaram que não, que a regra era que o Celso Daniel estava sempre acompanhado. Era um grupo de quatro seguranças, que ele estava sempre acompanhado dos seguranças dele. Quando ele ia dar aula na Fundação Getúlio Vargas ele ia com segurança. Quando ele ia dar aula na PUC ele ia com segurança. Sempre que ele ia a São Paulo ele ia escoltado, acompanhado pelos seguranças dele, a não ser quando ele saía com o Sérgio Gomes da Silva. Isso porque o Sérgio Gomes da Silva havia feito a segurança do Celso Daniel em anos anteriores. O Sérgio mesmo admitiu isso aqui na CPI. O primeiro contato que ele teve foi para fazer a segurança do Celso Daniel. Então o Celso Daniel confiava no Sérgio a ponto de quando os dois saíam para jantar não era necessária a escolta dos seguranças.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me. Sr. Presidente, quero, no sentido de ser preciso, observar. Eu sou testemunha e sei também que nem sempre foi assim. Mesmo nos meses que antecederam, eu vi o Celso Daniel circular, chegar na GV algumas vezes e não me lembro de que houvesse segurança ao lado dele. Também participei de seminários no Instituto de Cidadania, com economistas, onde ele participou até porque era o coordenador da equipe de transição, e muitas vezes circulava para lá e para cá sem segurança. Inclusive nós íamos às vezes almoçar ali na esquina, perto do Instituto de Cidadania. Ademais, conversei com uma amiga de Celso Daniel que me reportou que no mês de dezembro, que antecedeu a sua morte, lembrando que o Prefeito Toninho de Campinas fora morto dia 10 de setembro, ela, preocupada com uma questão disse-lhe: "Será que não seria bom você estar acompanhado diante do que ocorreu? Essas cartas que você tem recebido como outros prefei-

tos ameaçando". A resposta dele foi: "Olha, eu preciso ter também os meus momentos de estar com a minha vida privada. Então nem sempre vou andar com segurança". Só para ser preciso na sua avaliação. Falo isso porque tomei conhecimento disso.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Agradeço o testemunho do senhor, Senador, o que estou relatando é depoimento que colhi dos próprios seguranças dele. Mas os seguranças mesmos falavam que, de vez em quando, o Celso Daniel dava, o que num linguajar comum, um perdido nos seguranças. Porque ele dizia que ia se recolher em casa, aí os seguranças saíam e ele saía logo em seguida. Isso acontecia, e os seguranças relatam isso também para nós. Mas era comum ele andar com os seguranças.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço. Mais alguma informação?

Senador Alvaro Dias, V. Exª tem a palavra. Em seguida, Senador Magno Malta.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu pretendo dividir em dois módulos: o primeiro, corrupção; o segundo, assassinatos.

Quanto ao esquema de corrupção há muita clareza nas provas, nos depoimentos. As investigações concluem pela existência de um esquema de corrupção que captava recursos. E o modelo era a equivalência ao número de ônibus, cada empresa etc. Isso ficou muito claro. O que ainda não está muito claro é o destino desses recursos arrecadados. Há um depoimento, com detalhes, do João Francisco, irmão do Celso Daniel, de que o Gilberto Carvalho confessara e apresentou testemunhas, o irmão, a esposa, que ele levaria, teria levado esse dinheiro, inclusive uma vez um valor de R$1,2 milhão no seu Corsa preto até São Paulo. A primeira indagação é se houve avanço em relação a essa versão, de que esses recursos eram destinados ao caixa do Partido dos Trabalhadores e quem recebia esses recursos era o Deputado José Dirceu. Quem transportava esses recursos de Santo André a São Paulo era o João Gilberto. Indago se houve avanço em relação a esse fato.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Senador, lamentavelmente nós nos defrontamos com um problema crucial naquele momento da investigação que dizia respeito à competência para desenvolver essas novas investigações. E vou explicar o porquê.

A partir do momento em que o Dr. João Francisco Daniel fez esse relato minucioso sobre a destinação desse dinheiro, nós nos reunimos, aliás, por várias vezes, para, em primeiro lugar, encontrar a definição jurídica da postura do Sr. Gilberto Carvalho nesse episódio, porque ele passou a figurar numa linha fronteiriça entre um colaborador daquela quadrilha instalada em Santo André para esta finalidade de arrecadação de recursos ilícitos para abastecimento de caixa dois de campanha ou, num outro momento, ele passaria a figurar como co-autor de um crime de receptação desses recursos ilícitos, crime esse atribuído, em princípio, ao Deputado Federal José Dirceu.

Então, nós, por várias vezes, nos reunimos para tentar uma definição jurídica sobre a postura dele, Gilberto Carvalho, se ele responderia junto com os denunciados em Santo André como co-autor dos crimes de concussão e formação de quadrilha ou se ele figuraria mais próximo do crime de receptação atribuível ao Deputado José Dirceu. E optamos, no final de várias reuniões, pela colocação do Sr. Gilberto Carvalho como co-autor do crime de receptação de recursos ilícitos ao lado do Deputado Federal José Dirceu.

Com essa definição jurídica feita por nós houve um encaminhamento de toda essa documentação para o Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, que, por sua vez, reencaminhou ao Procurador-Geral de República, Dr. Geraldo Brindeiro, na época, efetuou um requerimento ao Supremo Tribunal Federal de abertura de uma investigação para que essa prova pudesse ser desenvolvida e contou com o indeferimento por parte do Ministro Nelson Jobim que acabou vetando a investigação, portanto não pudemos fazer absolutamente nada, porque um Deputado Federal tem essa prerrogativa de só ser investigado perante o Supremo Tribunal Federal. Com o indeferimento do Ministro Nelson Jobim no sentido de que essa investigação tivesse andamento, não pudemos avançar nessa linha de investigação e, portanto, houve essa lacuna por força dessa decisão do Ministro Nelson Jobim.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Esse fato vem a propósito, porque aquelas gravações que obtivemos de conversas telefônicas informam que havia uma operação com o objetivo de construir uma versão de crime comum. Agora aparece esse obstáculo às investigações do próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal, guarda uma relação com essa operação iniciada no Palácio do Planalto. As conversas telefônicas informavam participação até do Presidente Lula, porque ele era ouvido a respeito. O Ministro José Dirceu, à época, era presidente do Partido, porque esse fato se dava exatamente no período pré-eleitoral, naturalmente essa tentativa de construir uma versão de crime comum era necessária sob o ponto de vista eleitoral. É claro que a versão de crime político atingiria de forma devastadora a candidatura do Presidente Lula.

Então, houve esse esforço na construção de uma versão de crime comum que é sustentada até hoje, e não poderia ser de outra forma, mesmo pelo Presidente da República, nesta semana. Aí está nas mãos do

Senador Suplicy a manchete: "Lula diz que morte de Celso Daniel foi um acidente e um crime comum". Esta informação de que o Presidente do Supremo Tribunal Federal impede o aprofundamento das investigações, num indício comprometedor, relativamente há um indício comprometedor, há um fato da maior gravidade, que seria a destinação dos recursos oriundos dessa corrupção é da maior gravidade e confesso que provoca indignação. Estamos indo além dos limites da paciência, admitindo esse tipo de procedimento. É obstrução às investigações de forma clara. Quando o Presidente faz uma argumentação dessa natureza, ele está trabalhando para obstruir, já que ele tem notoriedade, já que o que ele diz repercute e impacta. É evidente que isso influi. Altera até convicções. O Presidente do Supremo coloca obstáculos às investigações. Enfim, vou continuar na direção que havia me proposto, sobre os assassinatos. Essas coincidências incríveis, vários assassinatos, a questão da tortura, tudo isso leva à conclusão que realmente houve um crime de natureza política. Há um mandante protegido por lideranças políticas. Em todos os depoimentos, há uma preocupação em proteger o Sr. Sombra. Ficamos curiosos tentando descobrir que razão superior estaria levando essas lideranças políticas a proteger dessa forma alguém que se apresenta – e há nitidez nisso, sem dúvida – como o principal suspeito. Por parte do Ministério Público, há uma convicção arraigada de que é o principal mandante. A indagação é: há indícios de que outro mandante exista ou de que outros mandantes existam? O Ministério Público tem indícios na direção da descoberta de outro ou de outros mandantes?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Senador, vou fazer algumas considerações sobre o discurso. Agradeço a palavra de V. Exª. Com relação à pressão que sofremos nessa investigação, em alguns momentos, percebemos uma pressão. Pessoalmente, carrego certa mágoa dessa pressão, porque fomos chamados de gestapo pelo Deputado José Dirceu num determinado momento da investigação. Concordo que, nas questões democráticas, as pessoas são livres para falar o que bem entenderem. Agora, gestapo é a polícia nazista. Chamar o Ministério Público de gestapo é partir para uma ofensa profunda. Com isso não posso concordar. Sempre que tenho oportunidade, reclamo desse adjetivo que nos foi imputado nesse caso. Sofremos com isso uma pressão política, sim. Havia uma posição do Governo no sentido de descredenciar e desacreditar no nosso trabalho. Isso significa até hoje. O nosso trabalho, quando imputa ao Sérgio a autoria do crime...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Por uma pressão do próprio Governo, não é? Explícita?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Do próprio Governo, sim. Não existe mais o que o Presidente diz: "O que nós temos é a versão da Polícia". Na verdade, aquela versão juridicamente não existe mais, porque foi oferecido um aditamento da denúncia imputando ao Sérgio a autoria do homicídio como um crime de mando para assegurar a execução do crime de corrupção em Santo André. Essa é a nossa denúncia e essa denúncia foi recebida pelo juiz. O processo está em andamento. Essa é a versão que existe oficialmente. Essa é a prova que existe e o Judiciário vai-se debruçar sobre ela. Essa decisão do juiz, como eu disse, foi acolhida pelo Tribunal de Justiça e pelo STJ. Estamos só aguardando a decisão do Supremo Tribunal Federal, mas juridicamente pode-se dizer que existe uma versão sobre o crime e a versão é a do processo. Essa é a versão oficial. Então dizer: "Ah, o que existe é aquela versão da polícia", reduzir a nossa versão é até um contra-senso, é uma questão contra o Poder Judiciário, que recebeu essa denúncia e verificou que havia provas suficientes para prosseguir o processo nesse sentido.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor acha que as provas e os indícios recomendavam o prosseguimento das investigações negado pelo Presidente do Supremo?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Isso. São duas questões distintas. Temos decisões judiciais que dizem que existe justa causa para o prosseguimento da ação contra o Sérgio. Com relação a isso, há provas suficientes e cinco Ministros do STJ até disseram: "Não só existe, como o Sérgio é perigoso e deve ser mantido preso". Então, é uma decisão que vai além.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Em relação ao prosseguimento das investigações que apontam José Dirceu como o receptador dos recursos?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Isso. Essa decisão do Nelson Jobim é uma decisão isolada do Ministro que indeferiu a instauração do inquérito. A questão é que não se possibilitou a investigação. Não é dizer assim, porque já vi José Dirceu, em determinado momento, dizer assim: "Fui absolvido pelo Supremo". Não é questão de ser absolvido ou não ser absolvido. A questão é que não houve investigação, o Supremo a arquivou. Por que o Nelson Jobim arquivou isso? Em primeiro lugar, porque ele entendia que o Ministério Público não podia investigar. Ele disse que aquele depoimento que foi levado ao conhecimento dele, o depoimento do João Francisco, foi colhido pelo Ministério Público. "O Ministério Público não pode investigar; de modo que está indeferida a instalação de inquérito".

Mas o que se queria justamente é que a polícia investigasse, não que o Ministério Público investigasse.

O pedido da Procuradoria-Geral era para que a Polícia Federal investigasse a conduta de José Dirceu e não que o próprio Ministério Público Federal fizesse essa investigação. Então, é uma decisão que causa um certo espanto. A decisão do Ministro Nelson Jobim vai ao nível de afirmar o seguinte: "O promotor não pode mais colher uma declaração no gabinete dele". Se uma testemunha se apresenta ao promotor, segundo a decisão do Ministro Nelson Jobim, não posso colher uma declaração, porque, se eu colher uma declaração e, com base nessa declaração, instaurar um inquérito, esse inquérito não pode ser instaurado, porque não poderia ter colhido aquela declaração. Ele tolhe o Ministério Público de qualquer atividade. Então, se tenho conhecimento de alguma testemunha que chega a mim, de alguma prova que chega a mim, não posso fazer nada. Tenho que sair correndo da sala e chamar um delegado, porque só um delegado pode fazer; o promotor não pode sequer colher uma declaração.

Essa decisão do Ministro Nelson Jobim vai além, porque ela acaba por ofender os promotores de justiça, porque houve uma confusão na decisão. Colhemos a declaração do João Francisco, num primeiro momento, com base num provimento da Corregedoria – Provimento nº 32 da Corregedoria de Justiça do Estado de São Paulo –, sem a qualificação dele. Essa é uma forma de proteger a testemunha que existe no Estado de São Paulo. Então, a declaração é do João Francisco, só que, em cima, escrevemos: testemunha 01. Aquela testemunha é uma testemunha protegida; a qualificação dela foi protegida. Quando encaminhamos isso ao Supremo Tribunal Federal, tiramos logicamente uma cópia da declaração do João Francisco com a qualificação dele, porque o Ministério Público Federal e o Supremo tinham de saber quem era aquela testemunha 01. Não posso mandar sem dar os dados de qualificação daquela testemunha e, por algum erro, os dois depoimentos foram encartados na mesma investigação. E o Ministro Nelson Jobim dizia que era espantosa a posição do Ministério Público, porque ele pensou que aquela testemunha 01 fosse uma outra pessoa que não o próprio João Francisco. E fez até um quadrinho comparativo quando era exatamente a mesma declaração. Quer dizer, até nos ofende dizendo que tinha má-fé na nossa investigação, quando havia perfeita lisura, só utilizamos um instrumento perfeitamente legal da Corregedoria de Justiça do Estado de São Paulo.

Então, são essas as ponderações...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sem dúvida uma obstrução aos trabalhos de investigação. É não desejar o esclarecimento definitivo, não é?

**O SR ROBERTO WIDER FILHO** – Sim, porque o policial é um instrumento democrático, acima de tudo, que possibilita ao Estado saber, apurar eventuais crimes; ele serve como um instrumento democrático tanto para verificar a autoria do crime como para inocentar as pessoas. Se não tiver nenhum envolvimento, o inquérito é arquivado. Isso é absolutamente normal; promotores arquivam inquéritos policiais todos os dias. Isso é absolutamente normal.

V. Exª mencionou indícios de outros mandantes, essa foi a questão de V. Exª.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Exato.

**O SR ROBERTO WIDER FILHO** – Existem nos autos, e talvez o Dr. Amaro possa me ajudar, indícios sim de outros mandantes. O indício principal é de que a ordem para matar Celso Daniel teria saído da cidade de Campinas, porque um dos integrantes da quadrilha, o chefe daquela quadrilha da favela Pantanal, seqüestrou e acabou matando Celso Daniel; foi o Monstro. No dia do arrebatamento do Prefeito, ele foi até Campinas, lá permaneceu durante algumas horas, boas horas, desde manhã até o final da tarde, e, quando retornou, ele já retornou com a ordem de matar. Esse depoimento é consistente, porque me parece surpreendente que você seqüestre o Prefeito Celso Daniel – e o plantão do "Jornal Nacional", só para mencionar, desculpem-me as outras emissoras, dando aquela notícia o tempo todo, um fato de interesse público enorme – e, quando tem um crime desses sob sua responsabilidade, vá a Campinas – não a passeio, obviamente que ele não foi a passeio – e, quando volta de Campinas, informe aos outros integrantes da quadrilha que o propósito, que o objetivo daquilo era matar o Prefeito Celso Daniel, obter os documentos e matar Celso Daniel. Esse foi o depoimento de um dos integrantes dessa quadrilha, que até voltou atrás agora perante a CPI.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pode haver qualquer relação com a morte do Toninho, Prefeito de Campinas?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Olha, Senador...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe-me interferir, Sr. Presidente.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Objetivamente, nós não temos nenhum elemento que ligue um caso ao outro. Nesses três anos de investigação, não temos um elemento, uma testemunha. Até aparecem algumas testemunhas nesse sentido, mas os seus depoimentos não merecem credibilidade por hora. Sempre que se colhe um depoimento, são muitas as testemunhas, verificamos aquele depoimento com um conjunto de provas e não um depoimento isoladamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sabemos da lisura com que vocês estão trabalhando.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Então, não há nenhum depoimento que seja digno de crédito que ligue um caso a outro. Eu não tenho elementos disso, agora que a ordem de matar o Celso Daniel partiu de Campinas, eu tenho elementos sim para acreditar que seja verdade. Eu tenho um outro detalhe – é uma circunstância, não é uma prova, mas é uma circunstância que tem de ser levada em conta –, que o Ronan Maria Pinto, o mesmo empresário que liga para o Deputado Donizete Braga quando ele vai, que liga para o Deputado quando ele volta, que recebe ligação, dirigiu-se a Campinas e lá pernoitou naquela noite de sexta para sábado.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A partir de Campinas e de quem? Há essa possibilidade de indicar, com base em indícios, um eventual mandante?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Não, Senador, isso é objeto dessa investigação. Eu não tenho elementos objetivos para apontar isso com relação a nenhuma pessoa. Eu não tenho elementos para isso. Quando eu reunir esses elementos, eu vou denunciar essa pessoa naturalmente.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O.k. Eu vou aguardar o retorno da Drª Elisabete para prosseguir nessa questão, sob o ponto de vista da Polícia Federal, e aproveito para indagar, da Polícia Civil estadual, exato, indagar sobre uma novidade que surgiu aí de que o depoimento de uma testemunha deu conta de que o seqüestro seria, o seqüestro relâmpago seria para pagar uma dívida junto ao traficante, o Banana. É claro que eu... Ouviu a testemunha.

Bem, isso fica sob suspeita, porque fica a impressão de tentativa de desviar o foco, tentativa de desviar o foco exatamente na construção da versão do crime comum.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador, nesse caso aí pedimos muita cautela na definição da verdade. Inclusive para dar proteção...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E a indagação tem esse sentido, exatamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Cautela também o Ministério Público e Polícia tem tido com respeito a essa ...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Qual a visão do Ministério Público sobre esse tipo de depoimento, se a testemunha tem credibilidade, se tem algum tipo de sentido esse tipo de versão nova que surge agora na tentativa...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor permite uma análise desse depoimento? O senhor permite, Presidente?

O problema aqui não seria um desvio de foco. O que ele estava propondo é substituir a arrecadação feita por várias empresas de ônibus por ele só, pagando um milhão, para evitar que precisasse correr cada empresa de ônibus, substituindo o transporte pelas... Então, eu não vejo assim uma mudança de foco, como a imprensa quis caracterizar; era a substituição da forma de arrecadação ilegal. Desculpe-me estar intervindo, mas...

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO –** Senador Alvaro, só para colaborar também. Trata-se do mesmo assunto. Nós ouvimos a testemunha juntos. Essa testemunha, embora fale de uma outra favela, de um outro traficante, aponta para a mesma pessoa, o Sérgio Gomes. Quer dizer, tudo vira para ele. Da mesma forma.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas também tem um outro ponto que pode ser considerado: que é o fato de o próprio João Francisco dizer que houve um desvirtuamento objetivo na arrecadação. Inicialmente, o objetivo era um projeto de poder, era o caixa do Partido, posteriormente houve um desvio de finalidade. Isso que levou o Celso Daniel a tentar interromper o processo, e teria sido essa a causa do assassinato. Enfim, eu quero mesmo ouvir a opinião do Ministério Público a respeito.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ** – Senador, gostaria, primeiro, de fazer uma introdução a respeito de uma possibilidade de outros mandantes e depois, especificamente, com relação ao depoimento dessa testemunha, o Dr. Roberto vai fazer o detalhamento. Nós já havíamos colhido o depoimento de uma outra pessoa que, aliás, havia sido ouvida inicialmente pela Polícia Federal e que essa pessoa mencionava a participação de outras pessoas intrinsecamente ligadas ao Sérgio Gomes da Silva como mandante desse crime também. Em princípio, se tivéssemos agido atabalhoadamente ou com base apenas num depoimento, sem aferir a sua confiabilidade, sua credibilidade, poderíamos incorrer no risco de acionar essas outras pessoas também já que componentes dessa mesma quadrilha denunciada em Santo André, da arrecadação de recursos...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor fala do Jack?

**O SR. AMARO TOMÉ FILHO** – Não, não, o Jack é relacionado a Campinas, essa outra pessoa, vou dar as iniciais, é DLG, Dernei, é o primeiro nome dessa pessoa. Se nós não tivéssemos aferido a confiabilidade e a credibilidade do depoimento dessa pessoa, nós poderíamos incorrer no risco de incluir na ação penal outras pessoas que também já estavam denunciadas em Santo André, como componentes de quadrilha que foi instalada ali com o objetivo de arrecadar recursos

de formas ilícitas, com desvios de licitações ou com achaques aos empresários de transportes coletivos. O depoimento dessa pessoa foi colhido, assim como foi colhido também esse último depoimento e foi mantido por nós sob absoluto sigilo até que pudéssemos passar por esses critérios de confiabilidade e credibilidade, embora indicasse: eu sei que tais e tais pessoas também atuaram nesse episódio e também encomendaram a morte do Prefeito Celso Daniel. Embora houvesse essa coincidência entre as pessoas ligadas à corrupção em Santo André, com um possível interesse na morte do Prefeito Celso Daniel, o relato que essa testemunha fez sob a forma como ela tomou conhecimento desse interesse é que para nós não trouxe o menor conforto, tanto esse relato feito por essa testemunha acabou sendo descartado por nós como um relato suficiente para incluir essas pessoas no pólo passivo da ação penal.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Foi desqualificada a testemunha.

**O SR. AMARO TOMÉ FILHO** – Desqualificada. Isso porque também nós tínhamos em vista um princípio basilar do Direito Penal da não adoção do critério da responsabilidade penal objetiva. Ou seja, embora tivéssemos essa quadrilha denunciada por fraudes de licitação, por achaque a empresários de transportes coletivos e o Sérgio como um elemento comum entre esses crimes. Portanto, poderia, em tese, em princípio, ou para as pessoas que não estivessem familiarizadas com o Direito Penal, falar: escuta, se vocês denunciaram a quadrilha por corrupção, por fraude em licitação, etc. e tal e incluíram na ação de homicídio apenas Sérgio Gomes da Silva, por que não incluíram também os outros dois mentores desse esquema de corrupção, uma vez que, em tese, também teriam interesse na morte do Prefeito Celso Daniel. Nós não fizemos isso e ainda não temos prova subjetiva nem objetiva suficiente para acioná-los perante o Poder Judiciário, exatamente por essa proibição da não adoção do critério da responsabilidade penal objetiva. Embora eles, em tese, pudessem ter interesse também na morte do Prefeito Celso Daniel, não há nada na prova até então colhida que nos permita, que nos autorize incluí-los também no pólo passivo da ação penal. A partir do momento em que tivermos algum relato efetivo, algum relato concreto de um interesse, de uma determinação, de um conhecimento específico dessas pessoas e de uma atuação positiva também no episódio da morte do Prefeito Celso Daniel é que poderemos tomar essa iniciativa de incluí-los no pólo passivo da ação penal, perante o juízo de Itapicirica da Serra.

Com relação ao relato dessa testemunha, devolvo ao Dr. Roberto, que tomou o contato pessoal com essa prova e tem condições de detalhar melhor.

**O SR. ROBERTO WILDER FILHO** – Senador, acrescentando um pouco o que o Amaro aqui afirmou, ouvimos mais de 70 testemunhas nessa investigação do caso Celso Daniel. Só no caso Celso Daniel, sem considerar as testemunhas de corrupção. Pelo menos três depoimentos foram afastados por falta de credibilidade de testemunhas que apontavam ou o Sérgio como sendo responsável pelo crime, ou o Klinger e o Ronan como sendo os responsáveis pelo crime, porque esses depoimentos não estavam em consonância com prova nenhuma. As pessoas também não podem inventar uma história e pegarmos essa história inventada e tentar adequar ao processo. Não é possível isso. São pelo menos três depoimentos afastados nesse sentido. Eu não estou me referindo a essa testemunha nova; estou me referindo a depoimentos anteriores.

Essa testemunha se apresentou agora ao Senador Suplicy e eu tenho afirmado isso, uma das... São muitas vantagens em haver uma CPI investigando o caso. Existe aqui uma estrutura enorme para se fazer a investigação, existe um grande interesse dos Srs. Senadores na apuração da verdade e isso é uma vantagem enorme. Existe também a questão da popularidade. Os Senadores Tuma e Suplicy, andando na cidade de São Paulo, todas as pessoas se aproximam deles. É diferente de nós, promotores, que, quando andamos nos locais dos crimes, as pessoas se afastam da gente, a gente têm de ir atrás das pessoas. Dos Senadores Suplicy e Tuma as pessoas se aproximam, querem contar as histórias. Isso é uma vantagem, assim se identificam novas testemunhas. A gente não pode dispor dessa popularidade que os Senadores aqui gozam. Essa testemunha é uma das testemunhas que procuraram o Senador Suplicy por conta da divulgação na mídia desses fatos. O relato dela eu vou traduzir, em síntese, de forma muito apertada, pelo que colhemos. Diz respeito ao seguinte: ela tinha um informante numa determinada favela de São Paulo, que a procurou no instante em que o Dionísio foi preso e prestou depoimento ao Romeu Tuma Júnior. Esse informante dela disse que eles acertaram nas pessoas, mas erraram na motivação do crime. O Sérgio tem efetiva participação no homicídio do Celso Daniel, mas a história não é bem essa. A história é essa, ela conta: havia um traficante de apelido Banana, numa determinada favela de São Paulo, que já está identificado, que, além de ser traficante, explorava o transporte de lotação em São Paulo, que é chamado de transporte de peruas. Ele tinha mais de 1.500 carros de lotação e queria ver regularizada essa atividade na

cidade de Santo André. Por isso, ele procurou o Sérgio e o Klinger e fez uma proposta de financiamento de campanha do Celso Daniel, no valor de R$1,5 milhão, com o compromisso de que o transporte seria regularizado. O Celso Daniel foi reeleito – isso foi na eleição de 2000 – e, com o passar do tempo, ele não regularizou o transporte. O traficante ficou indignado e pediu o dinheiro de volta. O Sérgio não tinha condição de devolver 1,5 milhão de reais e, então, deliberou por seqüestrar o Celso Daniel com o objetivo de arrecadar R$3 milhões e, com isso, devolver o 1,5 milhão e ter algum lucro com essa atividade criminosa. No entanto, um dos integrantes desse grupo que teria sido o responsável – ela inclui o Dionísio como sendo um dos autores, um dos executores da morte de Celso Daniel – seria uma pessoa chamada Cabo Lima, que já foi também identificada, qualificada. Já temos fotografia do Cabo Lima. Ele teria estado no local do crime, do arrebatamento do Celso Daniel, junto com o Dionísio, era o motorista do Dionísio. Mas, no curso do seqüestro, essa pessoa foi reconhecida pelo Celso Daniel. Isso porque o Cabo Lima já havia trabalhado com o Sérgio Gomes da Silva como segurança em comícios e, por isso, o Celso Daniel o conhecia. Quando o Celso Daniel reconheceu o tal do Cabo Lima, teve de ser executado, teve de ser morto. Essa é a dinâmica que ela conta. Esse depoimento, obviamente, como todos os depoimentos, esses três depoimentos que a gente descartou, estão juntados no processo. Aqueles descartados a gente mantém no processo, mas eles não servem para firmar o nosso convencimento. Ele vai passar por uma série de crivos. Já temos a identificação do Cabo Lima, podemos submeter esse Cabo Lima ao reconhecimento... O Cabo Lima e o informante da testemunha já estão mortos, mas a gente pode submeter a fotografia do Cabo Lima a reconhecimento por outras pessoas que tenham notícia do crime. A gente já submeteu ao Feitosa o reconhecimento e o Feitosa não reconheceu. O Feitosa é uma das testemunhas que têm um depoimento bastante sólido com relação à morte do Celso Daniel, mas há outras testemunhas. O Feitosa só acompanhou o Dionísio na fuga e participou de algumas reuniões, mas não do crime. São dois outros aspectos desse depoimento que me saltam aos olhos num primeiro momento, não desacreditando a testemunha, porque a testemunha disse: "Olha, tem um informante, de alcunha Paraíba, que me noticiou esse fato." O Paraíba pode tê-la enganado, pode ter falado uma coisa que não seja verdadeira. Ela está falando a verdade, mas o Paraíba pode ter mentido. Isso pode acontecer. O Paraíba já morreu. Tudo é possível.

Mas duas coisas me saltam aos olhos. A primeira coisa é que nunca vi na minha história de promotor alguém que tenha dado dinheiro para financiamento de campanha eleitoral e depois tenha pedido o dinheiro de volta. Acho que essa é a idéia que ela quis passar na informação dela.

**O SR. ROBERTO WILDER FILHO** – Mas, mesmo assim, o candidato se submeter a devolver o dinheiro, parece-me um pouco...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Nem para derrotados se pede.

**O SR. ROBERTO WILDER FILHO** – e outra questão que me é mais relevante é que o Celso Daniel e a prefeitura, aquela administração de Santo André, tiveram uma postura muito firme contra esse tipo de transporte de lotação. Foi criado um grupo de policiamento paralelo lá. Eles têm o apelido de pit bulls, com três veículos equipados justamente para fazer repressão a esse transporte clandestino. Isso tem uma justificativa razoável, inteligível, é que o Ronan Maria Pinto, e ele admitiu isso aqui, perante a CPI, possuía 50% do transporte coletivo de Santo André. Então, essa repressão ao transporte de lotação é um interesse comercial do Ronan Maria Pinto, que é sócio do Sérgio Gomes da Silva e amigo fraternal do Klinger. Então, são essas duas questões que me parecem um pouco suspeitas, do próprio Klinger ter participado dessa reunião e ter concordado em regularizar uma coisa que jamais ocorreria. Não acredito absolutamente que a prefeitura de Santo André, por interesses econômicos próprios, iria autorizar esse transporte de lotação lá. De qualquer forma, não estou descartando esse depoimento. Temos as fotos, a Drª Elisabete já identificou o traficante, já identificamos o Cabo Lima no mesmo momento do depoimento e vamos verificar, vamos passar esse depoimento. Nenhum depoimento, nenhuma testemunha que se apresenta à gente é descartada de plano. Isso é uma coisa que a gente se recusa a fazer. A gente colhe a declaração e junta no processo. Por isso, já fomos acusados pela defesa, que diz que o nosso processo é muito confuso, mas, por outro lado, um Desembargador, o Desembargador Limoges, de São Paulo, que é liberal, tem sua posição pessoal, atestou a lealdade da nossa investigação. Nós juntamos todas as declarações, para o bem e para o mal. A nossa finalidade é investigar. Se aquela declaração não merece crédito, a gente vai investigá-la até o final e depois a gente vai dizer que não merece crédito por isso e por aquilo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Se o Sr. Presidente me permitir, faço a última indagação à Drª Elisabete Sato, se os Colegas me permitirem. Relativamente às contradições das versões da Polícia Civil com o Ministério Público, ainda relativamente ao primeiro inquérito, no que diz respeito a crime comum ou a cri-

me político, crime de mando, o que se verifica é que a questão da tortura antes do assassinato do prefeito ficou evidente, há um perito denunciando isso, e, ao mesmo tempo, essa tentativa de mudar a realidade. O próprio Deputado Greenhalgh, segundo o irmão do prefeito Celso Daniel, João Francisco, tentou impor a versão de que não acontecera a tortura. O próprio Deputado que teria sido designado pela Câmara para acompanhar, em nome da Comissão de Direitos Humanos, estava tentando interferir na versão, além de tudo que já relatamos relativamente aos esforços das lideranças hoje no Governo, àquela época em campanha. Os assassinatos, essas incríveis coincidências de diversos assassinatos envolvendo pessoas ligadas diretamente ou indiretamente ao fato, inclusive com cena hollywoodiana, da fuga em helicóptero, depois o assassinato, o assassinato do garçom, o assassinato de quem... Já são nove. Aí o garçom é assassinado por quê? Porque ouviu a conversa. Aí, quem viu o assassinato do garçom também é assassinado. Enfim, tudo leva, evidentemente, à conclusão de crime político. Então, queria indagar da Drª Elisabete Sato se hoje já há um consenso entre a Polícia Civil e o Ministério Público em função das investigações, dos indícios, dos depoimentos. Se já há um caminho comum em relação à construção da versão oficial para o crime.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Bom, se o Senhor me permite, inicialmente, gostaria de estar comentando os homicídios anteriores. Esses sete – o Senador agora complementa dizendo que são nove, esses crimes não foram ainda esclarecidos. Alguns tramitam no próprio Departamento de Homicídios e outros poucos casos nas delegacias do Decap. Por conta disso, de nós não termos...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Departamento de Polícia Judiciária da Capital.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – É verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Nós não temos elementos para fazer uma ligação entre todas essas mortes: as sete anteriores e o caso propriamente dito, mesmo porque, particularmente, eu, Elizabete Sato, não conheço as investigações, todas elas. Uma das investigações está tramitando conosco, estamos trabalhando juntos na cópia desse inquérito para ver se conseguimos fazer uma ligação com o caso.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É a do Dionísio?

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Não, não é.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A do Dionísio não está?

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Não. Da investigação do Dionísio nós pedimos cópia. Já tinha sido relatada pelo 81º DP e encaminhada ao fórum. Estamos buscando cópias para começarmos a falar sobre ela. Mas me parece que já tem autoria, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Sim. A autoria, tudo bem. O que nos causa espécie, isso é comum entre nós – Polícia e Ministério Público –, é a forma como os fatos ocorreram, as circunstâncias, na verdade. Temos um entendimento comum nesse sentido, inclusive com relação ao crime de mando envolvendo aquelas facções criminosas dentro dos presídios em São Paulo. Essa parte, sinceramente, acho que nem deveríamos estar abordando.

Com relação à pergunta do Senador, é difícil neste momento, gostaria de deixar isso claro para o senhor – eu esclareci desde o início – que os promotores estão no caso desde a época em que os fatos ocorreram. Assumimos essa investigação em 25 de agosto de 2005. Claro que muitos fatos, muitas coisas nos falta ainda, em que pese essa integração entre nós. Eu disse também que existem muitos pontos controversos ou divergentes que têm certa ligação. Quando se faz uma leitura detida daquilo a que o Ministério Público procedeu, claro que se percebe, como policial, que existem perguntas que não foram respondidas ou fatos que não têm ligação entre si. Então, o nosso objetivo é justamente este: tentar – e vamos conseguir, se Deus quiser! – dirimir todas essas dúvidas e buscar a verdade real, que é a nossa intenção.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Quero agradecer, Sr. Presidente, o tempo concedido a mim. Cumprimento os depoentes e faço apenas esta conclusão: considero da maior gravidade e da maior seriedade esse fato que se denuncia. Há uma acusação muito séria, uma denúncia que o País inteiro conhece: que recursos de um esquema de corrupção eram transportados até determinado cidadão, circunstancialmente Parlamentar, e o Supremo Tribunal Federal, por meio de seu Presidente, impede que se investigue. Lamentavelmente, fica essa denúncia de que há obstrução do trabalho de investigação realizado pelo Ministério Público e pela polícia de São Paulo, para que não se chegue às conclusões sobre esse episódio.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – De acordo com a sugestão, então vamos suspender por dez minutos para que os convidados também possam fazer um lanche, e voltaremos em seguida.

*(Suspende-se a reunião)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está reaberta a reunião.

Há tempo para todos. Primeiro, o Senador Malta. Em seguida, o Senador Eduardo Suplicy. Em terceiro, o Senador Romeu Tuma.

Todos já com uma parada técnica no momento exato, vamos retomar os depoimentos.

Senador Magno Malta, V. Exª tem a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Membros do Ministério Público de São Paulo, Dr. Roberto Wider, Dr. Amaro, Drª Adriana Ribeiro e Drª Elisabete Sato, durante esse final de semana que estivemos juntos, na segunda-feira, temos estudado...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª será o próximo orador, Senador Suplicy.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Por que o Presidente falou isso? É para S. Exª não pedir aparte a mim?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, para que S. Exª não vá ver lá a cassação do...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Estivemos juntos e temos participado do debate que envolve a questão de Santo André. E, de uma forma assim mais específica, dado uma atenção, porque a nós foi designada a sub-relatoria desse caso para formar juízo para o nosso querido Garibaldi Alves, que é relator desta CPI.

Tenho uma avaliação a respeito, até por que a princípio se falou muita coisa distorcida, muitas versões, muitas vertentes, linhas investigatórias que foram abandonadas por não terem consistência, e até trote. Tivemos o Geleião dizendo que ligou para o Senador Suplicy. Era um trote, que ele não sabia de nada e queria pegar uma carona para poder sair de Bangu I. E dizia que sabia do fato, mas não sabia absolutamente nada. Mas acabou dizendo que o Senador Suplicy deu um trote maior nele, que passou o telefone para o Governador Alckmin e o Governador não deu nem importância para ele. Então, ouvimos muita coisa a respeito disso.

Eu tenho uma convicção...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Senador Magno Malta, vamos ser justos e precisos. O Governador Geraldo Alckmin, tal como eu fiz, disse a ele, então, mostre que, de fato, o prefeito Celso Daniel está perto, próximo, possa chegar ao telefone. E na medida em que ele não mostrou isso, nem eu, nem o Governador demos atenção ao caso. Foi isso que deu precisamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Teve uma tentativa de extorsão.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL –ES) – Não foi, Senador Suplicy, eu falei no melhor sentido possível. Não foi o caso, V. Exª ouviu. E ele disse que tentou pregar uma peça e a peça acabou pregando na cara dele, porque se sentiu que ele não tinha nada de fato a oferecer e não se levou avante, como ele, realmente, de fato não tinha.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E ele declarou isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL –ES) – Então, muita coisa se ouviu que colocou muita gente na defesa. A convicção de que é um crime de mando, que organizaram um crime, colocaram o Celso na bandeja e entregaram para ser morto, e que tudo que se fala a respeito de um crime comum revela-se sem sentido, sem lógica, e não há nada, absolutamente, que fique pegajoso nisso, que se diga: "Isso aqui cola, isso aqui dá". E aí eu fico sem entender porque se começou a dizer: "Não, é crime político, isso foi crime político". Eu descarto isso, absolutamente, essa coisa de crime político, crime de Partido, quem foi de Partido que mandou matar quem, quem é que de que Partido que se tramou a morte de quem. Eu abomino isso. Havia uma arrecadação? Sim, havia uma arrecadação.

Aí quando fala: "Os caras, então, o Celso começou a investigar os caras porque estavam desviando o propósito". O propósito era campanha. Começaram a trazer os recursos para fazer enriquecimento ilícito. Nesse desvio, o Celso começou a fazer sua investigação, preparou um dossiê, por causa disso foi morto. É incorreto porque esse dossiê não foi feito pelo Celso. O dossiê apareceu na Prefeitura, e o Gilberto Carvalho pegou e enviou para o Celso, e o Celso, assim como pode ter visto esse dossiê, pode não ter dado importância a ele; e aí tem muita coisa que não se vai saber por que ele está morto. E imagina-se que quem tramou a morte do Celso pode ter imaginado: "O Celso agora está sabendo de tudo, está agindo contra nós, vamos eliminar esse cara".

Por que Celso foi morto, na minha visão? Celso foi morto por olho grande, por avareza, por vontade de ter poder, por vontade de ter mais força dentro desse processo que já estava instalado dentro de Santo André de um grupo de pessoas que acabaram por eliminar o Celso.

E aí o que eu quero dizer com isso? Que nós, nesse momento, sabemos que um ser humano foi morto. Um ser humano foi colocado numa bandeja

num crime armado para ceifar a vida dele. E é a esta verdade que queremos chegar: quem se juntou, quem programou a morte de Celso Daniel, para que essas pessoas sejam punidas e se responda a Santo André, a São Paulo e se responda ao Brasil.

E dentro dessas conclusões feitas pelo Ministério Público, que são as conclusões que têm consistência, até porque quando falo isso não há necessidade de as pessoas ficarem passando recibo de ficar se defendendo, ofegante, de que a versão é da polícia, isso não existe, é o Ministério Público, falando mal do Ministério Público... Não há necessidade de estar passando recibo. Nem o PT, nem ninguém do PT dizer: "Olha, nós queremos que vá a fundo, que investigue quem matou Celso, era um ser humano, era um companheiro nosso, tem de pagar por isso". Então, não é essa coisa de ficar ofegante. Aí a opinião pública entende que estão passando recibo e estão com medo de um troço em que, em princípio, o meu entendimento era que realmente Celso tinha feito a investigação, mas o dossiê que existe não foi Celso quem fez. Não foi o Celso que fez.

Então, o que se tem são "n" contradições que levam o Ministério Público a essas conclusões que os mais simples populares de São Paulo, principalmente os que vivem na avenida onde ocorreu o arrebatamento de Celso, e qualquer pessoa simples que raciocine um pouco... E aqui não sou polícia, não sou advogado – embora tenha sonhado ser um dia, mas não passei no vestibular, paciência, não sou –, mas minimamente raciocinando, como se dá um crime de seqüestro e um crime comum?

As versões são as mais absurdas. Quer dizer, vamos pegar um empresário do Ceasa. Primeiro, tinha uma F250; depois era um grande carro importado preto, cada um que entra na sua contradição quando fala desse carro do empresário. O percurso mais absurdo, que os senhores já expuseram aqui. E aí esse peixe grande que era o empresário, que estava previsto – e todo crime de seqüestro é planejado, bem planejado –, perderam a presa, e, para não perder a viagem, fizeram um crime comum? Para não perder a viagem de um seqüestro, fizeram um crime comum.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Uma história inaceitável.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – História inaceitável. E aí o seguinte: pegar Celso Daniel simplesmente para matar? Porque não o mataram no carro mesmo? Porque não atiraram nele ali mesmo? Tomavam a carteira dele, tomavam o dinheiro dele, e matavam ali mesmo, e iam embora.

Quando se faz um crime de arrebatamento, em que o bandido quer só tomar o carro, chega gritando: "Perdeu, perdeu, todo mundo para o banco de trás". E um pega o carro, o outro põe o revólver na cara dos outros dois, leva embora, depois dispensa na estrada e leva o carro.

Uma outra hipótese: leva os dois. Nós só queremos esse, vamos dispensar o outro lá na estrada, mas tomava o celular, tomava a arma, tomava a carteira dele, tomava o dinheiro e o deixava nu na estrada.

Mas o que o Sérgio Gomes conta só vai acontecer na volta de Jesus, como a Bíblia diz, que um será levado e outro será deixado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele é evangélico e hoje é seu dia.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, é porque eu leio a Bíblia, Senador Romeu Tuma; é só ler Mateus que V. Exª vai descobrir a mesma coisa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E a Bíblia forma bons advogados, porque historicamente as passagens...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – No dia da volta do Filho do Homem, diz a Bíblia, que nem o Pai sabe, nesse dia, estarão dois no campo, um será levado, outro será deixado. E a história que ele conta é como se fosse esse dia: levou um e deixou o outro. Na história mais absurda, que não casa. Crime comum. Ninguém sabia quem era Celso Daniel. Se é crime comum, é só para tomar a carteira ou tomar o carro. Então o crime comum tinha de servir para os dois. Levem os dois. Tomem a carteira dos dois, roubem o carro e deixem os dois na estrada; não precisa matar.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E deixa com uma automática.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É.

Na hipótese de matar, mataria os dois.

Agora, arrebata o Celso. Põe o Celso, como um cão danado, dentro da Pajero. E aí a primeira versão é que a Blazer bateu no fundo da Pajero e a Pajero abriu as quatro portas. Primeiro, isso não existe; isso só acontece com Brasília velha e podre, quando toma pancada atrás, toda podre. E eu já tive uma Brasília velha podre, Senador Romeu Tuma, na época em que eu era imortal, quando eu não tinha onde cair morto.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não era amarela?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Branca.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Era mortal.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Era imortal, não tinha onde cair morto.

E hoje eu tenho uma Pajero, igualzinha àquela lá. Sei que o motorista abre a porta que ele quiser, mas cada passageiro só tem condição de abrir a sua. Por que Celso abriria a dele? Na hipótese de um cri-

me comum, com uma Pajero blindada nível 6, na qual não entra bala de AR-15. Ele estava com Uzi e com pistola. Então, era para eles ligarem para a Polícia com os vidros fechados e sorrindo para os bandidos: "Atira, atira". Ainda que estivessem nervosos. Mas, o que aconteceu? Abriu a porta do Celso e ele foi tirado do carro. E aí nós ouvimos uma testemunha, Senador Efraim Morais, que viu, da sua janela, um deles voltando, entrando no carro, atrás do banco de passageiro, e depois saiu. Um moço viu a 50 metros de distância, uma testemunha. E ele conta isso com desespero e lágrimas nos olhos de saber o porquê de terem levado o Celso e o sujeito ficar telefonando dentro do carro. E ele não estava com um 38. Ele estava com uma automática. Uma 9mm.

Se fosse crime comum, os caras teriam limpado o porta-luvas, pegado tudo que tinha dentro do carro, tomado tudo. Ele ficou com tudo, com a carteira, com o celular, com a 9mm. Ficou com tudo, absolutamente tudo.

A história não bate. A história não bate. A história não bate.

Aí, pega-se o depoimento dos presos, que foram lá combinados para nada falar – e é constitucional, é legítimo o direito de nada falar –, e um deles, chamado Elcyd, tem cinco depoimentos confirmados. O Juiz começa assim, e o Ministério Público: "O senhor foi pressionado?". "Não". Na presença da advogada. E no depoimento anterior: "Pressionaram o senhor?". "Não". "O Ministério Público lhe pressionou?". "Não". "O senhor está sendo pressionado aqui, em juízo?". "Não". "Por que o senhor pediu para falar de novo?". Aí ele conta. Esse rapaz dirigia a Blazer e diz que não fez esse choque atrás para abrir as quatro portas – essa é a primeira versão, depois o Sérgio conta outra, conta outra, conta outra, são cinco versões.

E aí eu pergunto a ele, Sr. Presidente: "O senhor é capaz de identificar esses rapazes?". "Não". "O senhor não os viu?". "Não". "Eles estavam encapuzados?". "Não." "Como o senhor não viu?". "Estava nervoso; vi muita gente gritando". "Mas, no segundo depoimento, o senhor fez um retrato falado para a polícia. Como se faz um retrato falado daquilo que não se vê?".

É contradição demais. E fica parecendo que você quer crucificar uma pessoa quando você faz esse raciocínio, quando você chama à luz esses depoimentos e esses fatos com comprovação, vem aquele argumento de que foi escolhido para Cristo pelo Ministério Público. Por que o Ministério Público iria escolher o Sérgio Gomes para Cristo? Qual é a motivação? Quem é ele no cenário nacional? Por que a perseguição a ele? Que tipo de perigo ele representava para o Ministério Público? Não existe nada disso, absolutamente. É que, quando se faz uma investigação, você começa colar os fatos, colar os depoimentos, para chegar à solução. E tudo converge para ele. Pegam-se as ligações telefônicas, os cruzamentos são feitos e tudo vai dar nas mesmas pessoas.

Sr. Presidente, queria perguntar ao Dr. Roberto se esse meu raciocínio tem sentido. Porque preciso formar um juízo para poder escrever isso, e oferecer para o Relator. Faz sentido?

Estou falando isso porque tenho uma instituição chamada Projeto Bem Viver; tiro drogado da rua, há 25 anos, e bandido de cadeia. Essa é a minha felicidade, é o outro lado do balcão. Essa é a minha vida de fato. Tomo cuidado. E escuto isso, há 25 anos, de gente de cadeia, de gente de cadeia, gente de cadeia... Esta história, eles a tem como hilária; nem o seqüestro relâmpago... No seqüestro relâmpago, dizem eles: na dúvida, você não tira nem quem está do outro lado. Você leva tudo no seqüestro relâmpago. Principalmente num seqüestro dessa envergadura, que depois, na conclusão, foi um crime comum, só para matar. Bom, se foi um crime comum só para matar, como é que havia sete homens com Uzi e pistola 9mm na mão? Isso tudo para fazer um crime comum e depois assassinar? Matava-se ali mesmo. Com um 38 fazia aquele negócio. Quer dizer, nada bate.

Ninguém sai para uma operação – e aí são depoimentos de pessoas que estão na penitenciária, que conheceram, que estiveram dentro do processo – de bobeira com carro roubado e com arma pesada, ou para uma operação que não foi estudada, que o alvo não está definido, em que você vai para uma aventura. O alvo já estava definido e estava tudo estudado.

E, no depoimento do Feitosa, ele fala a respeito das reuniões de Dionízio e o que ele ouviu dele, que Dionízio, quando menciona o nome de Celso, fala: "É o prefeito e é queima de arquivo".

Tenho esse convencimento.

E pergunto ao senhor: onde é que está errado o meu raciocínio?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – O raciocínio do senhor está perfeito. O senhor fez uma análise bastante abrangente do caso, de forma muito correta. Dentro da mesma lógica do senhor, vou esclarecer alguns poucos pontos, mas o que o senhor falou está certo.

O senhor disse: "Não é crime político". Isso está certo, isso não foi um crime político; isso sempre a gente sustentou. Crime político, no sentido mais técnico da palavra, é aquele crime que é praticado por razões estritamente políticas. Vamos matar fulano de tal grupo político porque não gostamos das idéias políticas desse grupo. Isso não aconteceu com Celso Daniel. Celso Daniel não foi assassinado por ser um Prefeito

do Partido dos Trabalhadores; não foi por conta disso. Foi porque existia um esquema de corrupção que ele estava combatendo naquela altura, na prefeitura. Então, é um crime direcionado ao Celso Daniel, mas não um crime político.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Dr. Roberto, quando digo isso é porque ouvi pessoas dizendo o seguinte: "O próprio PT matou o Celso". Pessoas desqualificadas, desequilibradas, com ânsia de poder e com gana de juntar mais para si que armaram esse ciclo para detonar o Celso. Quer dizer, é isso que exatamente estou dizendo. Porque se desqualifica uma agremiação. Lembro-me de que ouvia isso. E até houve um embate na Câmara, com o Deputado José Dirceu, na CPI do Narcotráfico, quando prendemos Hidelbrando Pascoal, serrador de gente do Acre. Ele fez um discurso chamando o PFL de "narcopartido". Não sei se o Senador Efraim lembra disso. Na época, foi um embate muito duro. Não era porque o Hildebrando era do PFL que o Partido era "narcopartido", não. Porque, na sociedade, na vida, há pessoas desequilibradas em todo lugar. É isso que estou falando. Por isso, acho uma idiotice pessoas ficarem passando recibo sem querer dizer: "Nós queremos que apure tudo, que leve a fundo tudo, que revelem todos aqueles que mataram o Celso, independente de quem seja". Quando se passa um recibo, fica parecendo que se está com medo. Foi nesse sentido que eu falei.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Estou concordando com o senhor. O senhor está absolutamente certo. O que nós sempre falamos... De acordo com a visão do senhor, foi um crime de mando praticado contra a pessoa do Celso Daniel e não um crime do acaso, não um crime que se destinava a outra pessoa. Mas isso não é crime político, não é um crime em razão estritamente política. Quanto à motivação do crime, V. Exª está certo de novo. Vou falar tecnicamente: há uma qualificadora que transforma o homicídio em um homicídio mais grave, em homicídio qualificado. Essa qualificadora é: assegurar a execução de outro crime. Quer dizer, mataram Celso Daniel para, segundo a nossa denúncia, assegurar a perpetuação daquele esquema de corrupção em Santo André. Essa é a motivação principal do crime. Quanto à questão do dossiê que o senhor levantou, não temos prova cabal de que tenham torturado Celso Daniel para a obtenção desse dossiê. Da tortura de Celso Daniel, temos prova cabal. Temos de buscar ainda, na investigação, a razão dessa tortura. Temos um depoimento que foi desmentido perante os senhores, o do preso Geleião, no sentido de que ele teria conversado com o Monstro dentro do sistema penitenciário e o Monstro teria dito a ele que o Celso Daniel teria sido torturado para indicar o local onde estaria um conjunto de documentos incriminando pessoas e empresas na questão de corrupção. Isso foi o que o Geleião nos informou. Mesmo ele tendo negado, ainda vamos investigar essa questão, porque as pessoas, às vezes, falam uma coisa, depois desdizem. A prova de se o Geleião conversou com o Monstro, vamos apurar na quebra do sigilo telefônico.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Até porque o Geleião está confiante de que será libertado agora em dezembro. Ele pode ter negado isso tudo para não comprometer a sua própria situação, porque foi preso aos 18 anos, está com 42 e com muita esperança de sair da penitenciária em dezembro.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO –** Sim. Ele pode ter razões para voltar atrás, mas vamos verificar se o que ele falou tem ou não fundamento. Se não tiver fundamento, será mais um depoimento que vamos afastar, mas não deixaremos de investigar. Isso não fazemos em nenhum caso. Aquele dossiê encontrado, do qual temos cópia, seria um outro. Esse, sim, seria uma reunião de documentos, ocorrida em 1999 para a campanha de 2000, que o Gilberto Carvalho teria encaminhado ao Celso Daniel, mas não é aquele dossiê. O próprio João Francisco afirmou que, em conversa com o Celso Daniel, ele teria dito que estava reunindo documentos para preservar a segurança dele. Não tenho como provar. A versão do Geleião é que esses documentos foram entregues ao bandido, então, não teremos acesso a esse dossiê porque ele foi entregue ao mandante do crime. Esses fatos dependem de uma apuração melhor. Estamos fazendo isso agora; é um dos objetivos da nossa investigação. Por isso reabrimos a investigação do caso. O crime foi bem planejado. São muitas as questões que envolvem um crime. Uma das que causam certa surpresa é: se o propósito era seqüestrar um empresário do Ceasa que andava com dinheiro no bolso, sem nenhum esquema de segurança, de proteção, por que dois veículos foram utilizados, armamento pesado, seis homens armados para fazer um seqüestro, crime que duas pessoas poderiam cometer?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E o resgate com um helicóptero para um dos marginais poder participar custou muito caro.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO –** É. Foi uma organização muito grande para pouco crime.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Provavelmente o membro do Ceasa ou o empresário não tinha tanto dinheiro no bolso para pagar o helicóptero.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO –** Ainda confunde, Senador. É um caso que eu nunca vi. Eles informaram que o empresário do Ceasa estaria com R$ 40 mil no bolso. Então, trata-se de roubo ou de se-

qüestro? Quem anda com R$ 40 mil no bolso para ser roubado? Esse é o depoimento que aquela turma deu. Como eles sabiam que ele tinha R$ 40 mil no bolso? E quem anda com R$40 mil no bolso? Seria um roubo simples, então, e não um seqüestro.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quarenta mil reais podem ficar até na cueca, mas no bolso é difícil. No depoimento do Feitosa, ele diz que ouviu Dionísio telefonando e falando: tem 40 no banco de trás numa bolsa. E, até aí, ninguém tinha ouvido falar, não houve nenhum depoimento em que foi dito que viram que, ao tirar o Celso do carro, alguém pegou esse dinheiro...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Esse dinheiro era para pagar o seqüestro.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E há o depoimento que ouvimos, no domingo, de que, ao levar o Celso, um voltou, entrou na porta de trás do carro, ficou um pouco atrás e saiu. A testemunha que ficou a 50 metros também disse que ele permaneceu dentro do carro, sentado, telefonando, depois é que saiu. Isso que ele disse, que saiu gritando "liguem para a polícia; liguem para o 190", não há uma pessoa que viu e que comprova. Disseram que o viram ao telefone, falando, ligando, mas, gritando, não. E há alguns populares que dizem que gritaram porque acharam que aquilo era uma briga de batida de carro, não sei o quê. E, depois, quando viram tirar o Celso muito na marra, que eles tentaram ligar para o 190. Um disse que tentou três vezes, mas não conseguiu, desistiu e correu para a janela novamente para ver. Mas, não existe nada, nenhuma comprovação de que ele disse "ligue para a polícia; ligue para a polícia", até porque ali é muito escuro e havia uma movimentação maior só num bar, que é no início da descida do segundo tombo onde se deu, porque o terceiro tombo segue.

Então, ninguém faz um seqüestro sem planejamento; não vai para a rua com carro roubado, com armamento pesado como eles estavam, sem ter planejado, para fazer simplesmente um crime comum, que poderia ter sido feito por um só, com um revólver 38. E ainda mais o carro sendo dirigido por um motorista frouxo, que, com um carro blindado, ponto 6, quando ouviu o grito dos caras, abriu a porta do carona com medo, sendo que podia telefonar para a Polícia rindo, e os ladrões podiam atirar à vontade que não iria acontecer absolutamente nada. E, nos primeiros disparos, despertaria a curiosidade, chamaria a atenção dos populares e, certamente, eles se evadiriam do locar e estariam a salvo.

Na pior das hipóteses, abririam todas as portas, levariam os dois; ou entrariam no carro, levariam o carro com os dois, mas, nunca do jeito que a história foi contada, biblicamente invertida, de que um foi levado e o outro foi deixado.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – O senhor está perfeitamente certo nessa abordagem. E gostaria até – essa testemunha que os senhores ouviram lá nos Três Tombos – de falar daquela história que já relatei aqui, quando um promotor chega num local, as pessoas se afastam, e dos Senadores as pessoas se aproximam.

São depoimentos interessantes e gostaríamos de ter a qualificação dessas testemunhas, para que possamos ouvi-las junto com a Drª Elisabete Sato. Então, essas testemunhas que relataram isso de terem aberto a porta, porque essa questão das testemunhas do local do arrebatamento do prefeito, ali têm várias, os senhores estiveram lá, os Senadores estiveram lá, ali tem inúmeras moradias. E isso cria, numa feliz imagem do Delegado Armando – que fez a primeira investigação – ele fala assim: isso é um mosaico. Você tem que pegar a declaração de uma, de outra, de outra pessoa, e compor com isso um quadro, porque cada um viu um fragmento, viu de um ângulo, viu de uma forma e você faz esse quadro e chega a uma conclusão do que aconteceu.

Então, quanto mais testemunhas se apresentarem do local dos Três Tombos, melhor é para a investigação para chegarmos a uma conclusão mais precisa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Há um depoimento, que foi feito na casa do Senador Eduardo Suplicy, de uma pessoa que tem pavor até de aparecer na janela; não vai a lugar nenhum. Ele foi ali conosco, com muito sacrifício de argumentação, mas, se recusa a depor em qualquer lugar, e deu detalhes importantes sobre os quais teríamos que fazer um relatório para a investigação, para dar ao senhor e para a delegada, para poderem investigar.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Isso é interessante para aqueles que criticam a CPI investigar o caso. Sou partidário dessa investigação dos senhores, porque os senhores podem obter provas que não podemos. Sou favorável a toda investigação. A investigação realizada pelo Congresso Nacional, através das suas CPIs, acho que são instrumentos extremamente válidos na investigação realizada pelo Ministério Público, pela Polícia Civil, pelos departamentos da Administração Pública.

Acho que a criminalidade vence tanto neste País, que temos que dar uma resposta investigando. Então, sempre achei boa e produtiva a investigação realizada pelos senhores.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Doutor, quando o senhor começou a falar, precisei me ausentar para assinar uns documentos, mas estava assistindo a tudo,

pelo circuito interno da televisão do meu gabinete. E não sei se ouvi mal ou se foi isso mesmo que o senhor disse, ou seja, que, no começo, o senhor chegou a se sentir pressionado pelo Governo?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – É, houve um momento em que...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quem pressionou o senhor?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – ...em que nós fomos pressionados. Entendo que ser pressionado não é uma questão pessoal para mim. Dentro do Ministério Público, sempre tivemos o respeito da Procuradoria-Geral e o respaldo para o que era necessário. Isso sempre. Mas, acho – e repito aqui – quando me chamam de Gestapo, acho que isso é uma forma de pressão, isso é uma ofensa grave a minha pessoa. Admito qualquer crítica ao meu trabalho; não me ofendo com críticas ao meu trabalho, isso acho natural, isso na minha história de promotor, na história de qualquer um de nós, promotores, somos criticados, o promotor é isso, é aquilo outro. Isso é natural e, quanto a isso, não tem nenhum problema.

Agora, a Gestapo é a polícia nazista, aí é extrapolar um pouco mais. E fomos atacados assim por reunião na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por vários integrantes do Governo, Ministros, dizendo que o nosso trabalho – e agora recentemente pelo próprio Presidente – dizendo que temos um colorido político no nosso trabalho. Isso gostaria até...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas, isso é bobagem, porque, quando o pessoal que hoje é Governo era Oposição, para eles, o Ministério Público era lindo, maravilhoso, importante. Isso é bobagem.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Fora do microfone.) – Depois o senhor faz uma análise, porque é importante...

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – É. Eu gostaria até de fazer um relato sobre a origem do nosso grupo, dos promotores de Santo André.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Houve algo mais forte com os senhores? Porque, com os delegados, eu sei que houve.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Sim, aconteceu isso. Tivemos entrevista de um advogado, que se apresentou como advogado do Partido dos Trabalhadores, Aristides Junqueira, ofendendo a gente. Mas são essas ofensas que a gente entende naturais, quando dizem que os promotores querem aparecer, ou os promotores isso ou aquilo.

O único que acho que é exagero é nos chamar de Gestapo. O resto são ofensas que existem, mas que, quem está sendo processado, normalmente reclama mesmo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Machuca, mas não muda o comportamento.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Nada muda o comportamento. Temos uma postura bastante firme.

E gostaria de fazer um breve relato, que já fiz aqui, mas gostaria de repetir. A origem do nosso grupo de Santo André se deu numa reunião da Promotoria Criminal de Santo André. Nove promotores de Justiça designaram, dentre nove, quatro para iniciarem a investigação: eu, o Amaro, o José Reinaldo e a Márcia Monassi. Assim surgiu o primeiro grupo de investigação nosso, mas por designação, não do Procurador-Geral, não de quem quer que seja, mas de um grupo que se criou dentro da própria Promotoria. E aí começamos todo um trabalho que desaguou na denúncia de corrupção.

Dentro da ótica do senhor, gostaria de ressaltar ainda uma questão que é a questão da existência do terceiro carro no local do crime; isso dentro dessa visão abrangente que o senhor tem do caso, não foi mencionado. Mas, a existência de um terceiro carro branco – que não sabemos ainda – o melhor testemunho é de que seja um Santana, mas pode ser um Tempra também, porque as pessoas à noite...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era um Santana branco que o Cabo Lima dirigia.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Isso, que o Dionísio estaria presente e o Cabo Lima...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Isso, estava num Santana branco.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Esse terceiro carro...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O Cabo Lima inclusive já morreu também.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Isso. Esse terceiro carro no local do arrebatamento do prefeito já é constatado pelo Copom – que é o sistema de rádio da Polícia Militar do Estado de São Paulo – no primeiro momento, logo depois do crime, eles relatando aquelas linguagens policiais: o prefeito foi seqüestrado, três carros, um Santana azul, uma Blazer preta e um Tempra branco. No primeiro momento, já surgem informações sobre esse terceiro carro. E, tanto o Sérgio quanto os integrantes da quadrilha, num pacto, num acordo, tiraram esse carro do local do crime.

Mas, algumas testemunhas, a testemunha Rita – que foi ouvida pelos senhores lá no local do crime – atesta a presença desse carro. E outra testemunha protegida também atesta a presença desse carro. E agora o preso que está colaborando atesta a presença desse carro. E o Copom atestava a presença. Quer dizer, existia esse outro carro, e quem estava nesse carro era o Dionísio.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Todos os populares atestam.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Todo mundo atesta a presença desse terceiro carro. Então, isso é uma circunstância, porque aí nós não temos mais dois carros praticando seqüestro, e, sim, três carros. E por que o Sérgio e a quadrilha...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço aos Srs. Senadores que deixem o depoente concluir. Temos mais dois nobres Senadores para falarem.

E, quando for o caso de fazer uma interferência, solicitar o aparte ao orador que estiver com a palavra.

V. Sª tem a palavra. Pode concluir, por favor.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Por que ocultariam esse terceiro carro no local do crime? Justamente, porque quem estava presente era o Dionísio até então – pode ser o Cabo Lima ou não –, mas o Dionísio, que freqüentava a prefeitura e que era amigo do Sérgio Gomes da Silva. Se identificado ele, obviamente que se identificaria o Sérgio como um dos mandantes do crime.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Fora do microfone.) – Segundo o Feitosa, há uma mulher entre os integrantes.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Isso! Isso não é segundo o Feitosa, não! Isso é segundo o próprio depoimento prestado para o filho do senhor. O próprio Dionísio narrou isso para o filho do senhor, o então delegado Romeu Tuma Júnior.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E o Feitosa confirmou.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – E o Feitosa confirmou.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Foi o Dr. Tuma Júnior que prendeu o Dionísio.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – E colheu essa declaração formalmente aqui. O Sérgio falou: "Não, cadê essa declaração que eu nunca vi?". Nunca viu, porque não estudou o processo. Porque isso está no processo. Ele prestou uma declaração para o filho do senhor.

**O SR. RELATOR** (Magno Malta. PL – ES) – Prendeu o Feitosa também.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Isso.

Agora, a questão relevante na abordagem, que a gente já tratou aqui, é a abertura da porta. Isso é uma questão relevante, porque ninguém... A versão que o Sérgio construiu no primeiro, o carro batia... Eu já participei, ou já sofri acidentes de carro, infelizmente. Muitos de nós aqui já sofremos. E me lembro, precisamente, de todas as circunstâncias dos acidentes que eu sofri. Quando o Sérgio relata, no primeiro momento, "os carros batiam e separavam", "batiam e separavam", é uma atuação que você vai lembrar. Não é um detalhe que você esquece; é uma circunstância importante daquele... E que a porta travava e destravava. A porta destravava, ele ia lá e apertava. Destravava e ele apertava. Destravava e ele apertava. Ué, não é uma circunstância que se pode esquecer. Ou é verdade ou não é verdade. E simplesmente não é verdade. O laudo atestou que não houve nenhum problema. Não houve as batidas e não houve nenhum problema. Então ele estava mentindo e mentindo gravemente.

Agora, é lógico, que, se o Prefeito abriu a porta dele e saiu, como diz um dos réus, como se o Prefeito fosse ingênuo para isso, no meio de uma abordagem violenta e armada, você abrir a porta e abrir é a última coisa que você faz, principalmente quando você já viu que os disparos pipocam no vidro, e não acontece nada no carro. Só pipocavam no vidro. É inverossímil! Agora, o Sérgio diz: "Abriu a minha porta também". E a porta dele só pode ser aberta por ele. Com certeza, o Sérgio poderia abrir a porta do Celso Daniel; agora, o Celso Daniel jamais poderia abrir a porta do Sérgio. Então, quando o Sérgio diz "eu abri a porta do meu carro", e ele teve que admitir isso, porque não teve problema na trava, depois, sei lá em qual interrogatório ele admitiu isso, ele admitiu que ele abriu a porta do Celso Daniel. Para mim, é isso! E mais, abriu a porta dos fundos para pegar a sacola de dinheiro. Ele abriu todas as portas do carro e, com isso, possibilitou o crime. É evidente, e o senhor está repleto de razão, que uma pessoa, dentro de um carro blindado, armada e com dois telefones celulares, ao menos, a gente acredita que tenha até mais telefone em poder do Sérgio, mas o Celso Daniel estava com telefone e o Sérgio, é lógico que poderiam resistir. Não faz o menor sentido isso aí.

Para concluir, é por isso que a exposição do Sr. Senador está absolutamente certa.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Posso dar o benefício da dúvida ao desespero do Deputado Greenhalgh. Fui Deputado com ele e sempre tive respeito por ele, pela figura dele, até que me provem o contrário. Eu e o Senador Efraim fomos Deputados junto com ele. Depois da morte do Celso, estive numa comissão de segurança do Senado e da Câmara aberta pelo Aécio Neves e pelo Ramez Tebet, que era Presidente do Senado, à época. E, juntos, trabalhamos pela lei do crime organizado no Brasil, que está aí engavetada na Casa, e até gostaria de saber o porquê disso. Mas trabalhamos juntos, de forma brilhante, e pretendo conversar com o Deputado Greenhalgh sobre este assunto, até para não ser injusto, mas para dar o benefício da dúvida a ele sobre a vontade de encerrar

o carro por causa do sofrimento, por ter visto o Celso morto, por já abraçarem de cara a versão dada pela Polícia e por se tentar desqualificar o Ministério Público todo o tempo. Pretendo, eu, pessoalmente, ligar para ele, ir ao seu gabinete, ouvi-lo sobre essas questões e tal, para não cometer injustiças naquilo que vou escrever, até porque é um advogado experiente. Então, eu farei todo esse raciocínio que fiz aqui com ele, para ouvir dele se o meu raciocínio é falho, se não existe esse tipo de raciocínio, se estou falando bobagem e se os fatos apresentados pelos novos depoimentos e a motivação de um grupo avarento, de olho grande, em acabar com a vida do Celso já não o teriam feito mudar de concepção sobre o crime, até pelo respeito que tenho pelo Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh e também pelo advogado que é. E aí repito o que disse no princípio: ninguém tem necessidade, nem ele, nem Gilberto, de passar recibo, porque isso não tem nada a ver com eles, não tem nada a ver com o Partido; foi um grupo de pessoas que arquitetou, por causa do poder do vil metal em Santo André. Então, que eles paguem, que respondam pelo que fizeram contra a vida de Celso Daniel.

Por isso, pretendo ouvir essa vertente, que, aliás, não existe, pois não é a que está na Justiça, a da polícia. Ela simplesmente não existe! Existe para discursos, para argumentos, contra a versão que está posta na Justiça. Mas o que existe é o que está na Justiça.

E, para finalizar, peço desculpas à Drª Sato por não ter perguntado nada a ela, mas deixo claro que, ao final, se assim o desejar, pode expor a linha que está adotando na investigação, uma vez que é nova no processo, que foi reaberto com ela. É uma delegada premiada, com um histórico brilhante de 17 anos na delegacia mais problemática que existe, que é a delegacia que trata da questão das afrontas contra a vida humana.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ela está num distrito policial. Devia estar numa chefia de outro setor especializado.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu tenho certeza de que, quando V. Exª for Governador de São Paulo, vai fazer isso, porque ela tem capacidade até de ser Secretária de Segurança. Que seja uma palavra profética!

Bom, eu viajei aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É que V. Exª deve estar pensando no Governo do Espírito Santo!

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, não, Senador. Eu gosto disto aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Então V. Exª tem a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não penso em abandonar V. Exª nem o Senador Garibaldi, a não ser que V. Exªs estejam pensando no Governo da Paraíba e no Governo do Rio Grande do Norte, respectivamente.

Então pergunto ao senhor: a peça do Ministério Público que foi para a Justiça, em relação ao Sérgio, trata da questão dos outros presos. Veja se o meu raciocínio é lógico. Apesar de nutrir apreço e amizade pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Nelson Jobim, não concordo com as últimas atitudes dele, de tentar fazer com que o Poder Legislativo se ajoelhe, coisa que não podemos permitir! Ele concedeu **habeas corpus** para colocar o Sérgio na rua, então penso que, em função da peça que está no Judiciário, e aí o senhor me esclareça, porque sou indouto...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta, quero comunicar a V. Exª e aos Senadores que acabo de receber do Supremo o comunicado de que foi concedido **habeas corpus** ao advogado Walter Santos Neto, que vem depor amanhã na CPI.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O **habeas corpus** é para ele não ser preso, porque ele passou por um triz na outra.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Aí o cidadão comum, o cidadão simples que ganha salário mínimo, que trabalha 10, 12 horas por dia, assiste a isso em casa, fica indignado, revoltado. Só não há justiça para eles, mas, para esse tipo de pústula, de indecente, que mete a mão, descaradamente, vem depor aqui e vai embora rindo. E ainda vai falar para a imprensa depois... Ainda levanta o dedo: "Tribunal de exceção!". E aqui me associo aos milhões de brasileiros que assistem a uma coisa como essa e que vão assistir a esse rapaz amanhã que vem aqui, um rapaz que gastou quase 5 milhões com chiclete *bubbaloo*, com sorvete, viajando para a Disney, vinho de primeira. Falou isso aqui! E aí a minha indignação, em nome dos meus familiares pobres que vivem nas periferias de São Paulo, que ganham salário mínimo, e precisaram abandonar o interior da Bahia, enxotados para não passarem fome e que não têm direito a nada! Não têm direito a nada!

Lamento, lamento, mas tomamos uma atitude, Senador Romeu Tuma, de criar força no sentido de mexermos no Código Penal, de darmos uma reviravolta. Nada é tão bom que não possa ser mudado nessa Constituição Brasileira, para oferecer segurança e instrumento ao cidadão comum, porque o que temos hoje só favorece a bandido.

E aí vai minha pergunta: Se os advogados desses presos que estão lá, dos executores, dos arrebatadores de Celso Daniel, fizerem o mesmo **habeas corpus**, porque estão na mesma peça do Sérgio Gomes, eles têm direito ao mesmo **habeas corpus**? Se o advogado peticionar, é preciso que o Ministro Nelson Jobim dê a eles o mesmo direito que deu ao Sérgio Gomes. Estou errado?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Em princípio, Senador, é uma questão um pouco complicada, porque os integrantes da quadrilha da Favela Pantanal, a maior parte deles são bandidos perigosos e devem permanecer presos. Não posso, aqui, como Promotor do caso, dizer...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E há algum, nesse caso, que não é perigoso?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – É, nenhum é perigoso, por isso que a gente postulou a prisão do Sérgio Gomes da Silva. O que nós entendemos é que o Sérgio também deve ser preso, e não que os demais devem ser soltos.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, eu também entendo!

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO –** Mas, pelo Princípio da Isonomia dos Réus, devem permanecer na mesma situação no processo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu também entendo que todos têm de estar presos. Eu só estou perguntando o seguinte: Já que ele teve direito, os outros também têm, porque a peça do Ministério Público envolve todos. E se peticiona, o que é um mal para a sociedade, com o argumento de que o Sérgio Gomes está solto, para o Ministro Jobim, com base no mesmo argumento, para ser honesto com ele mesmo, vai ter de soltar os outros.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – É um princípio de isonomia, isonomia é igualdade, é tratar todos que estão na mesma situação de forma igual. É isso que o senhor está falando.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O que queremos não é vê-los na rua, e sim, vê-los todos presos, inclusive todos os que sentaram e arquitetaram a morte do Celso. E não só o Sérgio Gomes, e não só aqueles infelizes que lá estão, pois me parece que são 3 ou 4, e que nem advogado têm, mas todos que arquitetaram a morte. Não por se tratar de Celso Daniel, que era uma autoridade, mas era um ser humano que foi mandado para a morte por um crime arquitetado. Ninguém tem direito de arvorar contra a vida de ninguém.

Agradeço e encerro, Sr. Presidente, só pedindo à Drª Elisabete que me desse só um resumo da sua linha nesse caso, diante dos fatos que estão postos e dessa discussão toda, e até que me diga se estou errado nesses meus raciocínios que fiz aqui, que é possível que esteja, porque, além de não ter conhecimento jurídico nem policial algum, sou um ser humano falível.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes de V. Sª falar, Drª Elisabete Sato, quero agradecer a participação do Senador Magno Malta. O próximo orador inscrito, depois de a Drª Elisabete dar o seu depoimento, será V. Exª, Senador Eduardo Suplicy. Sei que V. Exª se sente feliz em tratar desse assunto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas posso fazer uma pergunta pelo Senador Magno Malta?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, não pode! Só quando chegar a hora de V. Exª. (Risos.)

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Complementar...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, depois V. Exª fala. Já dei a palavra a V. Exª logo em seguida.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Para evitar pingue-pongue.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pingue-pongue.

Agradeço a V. Exª e quero parabenizá-lo, Senador Magno Malta.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Se o senhor me permitir, passo a responder a sua última pergunta.

Todas essas, digamos, conjecturas que o senhor fez em relação às possíveis indagações a respeito do caso têm sua lógica. É a mesma discussão que fizemos, em inúmeras oportunidades em que conversamos, todos juntos, no sentido de buscarmos todas as linhas de investigação. O que poderia ter acontecido naquele dia 18 de janeiro de 2002? Aconteceu dessa forma, não aconteceu... Fizemos uma discussão inclusive em relação a todos os interrogatórios dos presos, para saber se encaixavam entre si; e ora sim, ora não. Mas o senhor fez uma conjectura extremamente interessante, abordando vários aspectos dessas possibilidades; uma delas.

Com relação à sua primeira pergunta, no início eu fiz uma abordagem relativa a ela. Recebemos esse inquérito, digamos assim, e reiniciamos essas investigações no dia 25 de agosto de 2005, portanto três meses e poucos dias investigando, lendo todos os procedimentos que foram feitos pelo Ministério Público, pelos doutores aqui presentes, suscitando e tentando responder todas as indagações.

Neste exato momento, não posso dizer para o senhor, não me é permissivo dizer, porque não tenho esse convencimento, de que aconteceu isso ou de que aconteceu aquilo. Eu também tenho essas dúvidas e

comungo com todas essas, digamos assim, investigações que o Ministério Público fez até agora. Se não fosse assim, eu não poderia nem estar aqui dizendo também que nós estamos fazendo isso com total imparcialidade, nem pendendo para um lado, muito menos para o outro. E reitero o que disse no início que o nosso objetivo é, efetivamente, a busca da verdade real. O que aconteceu? De que forma aconteceu? Em que circunstância aconteceu? E buscarmos... Se tivermos outros autores, eles responderão pelo que fizeram.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Magno, mais uma vez, e concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, que sei que, em função da forma como argüiu os Srs. Senadores, são poucas as perguntas restantes, mas V. Exª tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Sr Relator Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Roberto Wider, Amaro José Thomé Filho, Srª Elisabete Sato e Drª Adriana Morais, muito boa-tarde.

Gostaria de registrar, inicialmente, algumas observações feitas na revista **Livre Mercado**, que é uma publicação do **Diário do Grande ABC**, que tem uma matéria de capa recente na qual dedica quase toda a revista ao Caso Celso Daniel, dando o ponto de vista dos delegados que chegaram à conclusão de crime comum e dos promotores que diriam que houve crime político, com denominação aqui de crime de mando...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª nos poderia informar quem é o proprietário dessa revista?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Essa revista é da **Editora Livre Mercado** do **Diário do Grande ABC** e, conforme ouvimos aqui no depoimento do Sr. Ronan Maria Pinto...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O jornal é de propriedade do Ronan Maria Pinto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...desde dezembro passado, ele adquiriu cerca de 50% do controle do jornal.

É uma revista que sai nos finais de semana. E quero informar, Sr. Presidente, que fui convidado pelo editor da revista, Sr. Daniel Lima, que foi editor do jornal **Diário do Grande ABC**, mas que agora o é da revista, para responder a cerca de trinta perguntas que foram dirigidas a mim e ao Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, com o propósito de serem publicadas neste próximo final de semana. Ele nos distinguiu com as mesmas perguntas, com o compromisso de publicar na íntegra todas as respostas, anunciando que, enquanto o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh faz a defesa relativamente enfática de que é crime comum, eu tenderia aliar-me à tese de crime encomendado, do Ministério Público...

E aí vem uma série de perguntas e eu já expliquei ao Sr. Daniel Lima que não tenho inclinação senão a de procurar desvendar a verdade. E gostaria de pedir uma análise das próprias declarações.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª poderia ler algumas manchetes?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Vou ler aqui algumas declarações da entrevista do Delegado Armando de Oliveira da Costa, que é o titular do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa, da Polícia Civil de São Paulo, que foi quem ficou responsável pelo inquérito e que, após três meses, chegou à conclusão de que houve crime comum. Algumas de suas observações, nessa entrevista, diz assim:

"Quando se observa que há uma verdadeira obsessão em comprovar uma tese e não obter a verdade, chego ao principal ponto de garantia do que chamo de parcialidade dos Promotores de Santo André".

Um pouco mais adiante – só estou registrando as frases entre aspas: "Não surgiram até o presente momento outros fatos idôneos a alterarem a conclusão de 2002. Esclarecemos o caso em três meses e vejo que há três anos tentam alterar a nossa conclusão sem que tenha ocorrido algo de novo. Há uma consideração, diante da reabertura do inquérito, determinada pelo Secretário da Segurança Pública Saulo de Castro Abreu e pelo Governador Geraldo Alckmin, diante do apelo dos irmãos João Francisco e Bruno Daniel, de Celso Daniel".

Então, ele também faz uma observação relativamente à Drª Elisabete Sato.

De consideração, vou aqui registrar: "A Drª Elisabete Sato, que está chefiando o inquérito, é uma profissional extremamente competente. Espero que ela tenha muita sorte para que consiga, com muita lucidez, qualidade que lhe é peculiar, levar a bom termo o seu trabalho. E repito: se algo de novo houver, vamos investigar. Não somos comprometidos com erros. Não queremos fazer prevalecer a nossa conclusão. Queremos simplesmente ver prosperar a verdade real. Claro que nos mostramos contrariados quando observamos o nosso trabalho achincalhado, menosprezado, quer pelos Promotores de Celso Daniel, quer pelos irmãos do Prefeito Celso Daniel".

Bem, quero assinalar que tenho, desde o princípio e nos encontros que mantivemos de nossa CPI com os delegados, por eles todo o respeito. E gostaria de aqui assinalar, para ser preciso e justo com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, citando exatamente as palavras dele, entre aspas. Na semana passada ele disse:

"Tenho a convicção de que a morte do Celso Daniel foi um acidente e foi um crime comum. Não acredito em crime político em hipótese alguma. Lamentavelmente, uma parte do Ministério Público de São Paulo, toda vez que vai chegando eleição, levanta esse caso".

Aqui gostaria de ponderar ao meu amigo, Presidente Lula, que o caso está sendo observado há três anos e não propriamente em véspera de eleição. Então, aqui houve uma inadequação. É o que observo.

Diz o Presidente Lula, para sermos justos: "Se amanhã descobrirem que não foi crime comum, todos nós vamos mudar nossa versão. Mas o que tenho agora é o resultado final da Polícia Civil e da Polícia Federal".

Gostaria de aproveitar para perguntar...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Tenho a impressão de que a Polícia Federal não teve conclusão. Só para ficar claro aqui, desculpe.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas era a minha pergunta. No conhecimento da Polícia Civil e dos Promotores de São Paulo houve conclusão já da Polícia Federal?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – A Polícia Federal concluiu o inquérito policial sem chegar a uma conclusão definitiva sobre a natureza do crime.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Porque houve uma interrupção determinada para que a Polícia Civil fizesse o inquérito.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Drª Elisabete, e no conhecimento da senhora?

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO –** Olha, todos têm o conhecimento, eu desconheço o inquérito instaurado pela Polícia Federal.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Teve um inquérito que correu pelo DHPP e a Polícia Federal auxiliou no início da investigação. Essa parte, eu não conheço.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Não, mas teve o inquérito instaurado. O Dr. Hermes Siviero Júnior foi quem presidiu...

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Inquérito distribuído e tudo?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Foi. Um inquérito da Polícia Federal presidido pelo Dr. Hermes Siviero Júnior.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Onde está esse inquérito, então?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Esse inquérito foi relatado e entregue à Justiça, sem qualquer...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sem conclusão?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Sem conclusão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Aliás, houve um episódio muito estranho nesse inquérito policial, em que se constata o impedimento por parte da Polícia Civil de São Paulo quanto ao ingresso de policias federais no cativeiro para colher as evidências. Eles foram impedidos de ingressar na chácara, apontada como cativeiro, para promover o levantamento de dados daquele local.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* uma busca e apreensão, mas, aí, resolveram não continuar no caso.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Exato.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não teria razão para continuar sem poder... *(Inaudível.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois bem. Eu, então, vou procurar informar ao Presidente Lula que a Polícia Federal não concluiu o inquérito, para que o Presidente seja preciso nas suas observações.

Permitiria, Drª Elisabete Sato, perguntar a... Acredito que a senhora venha dialogando com os Delegados, Dr. Armando, Dr. Edison Santi e os demais, que estudaram essa matéria – estiveram, inclusive, aqui. Mas uma coisa que me veio muito forte à mente é: eles consideraram o depoimento do Sr. Ailton Feitosa? Até segunda-feira, eu o conhecia apenas de ter lido seu depoimento, mas, na última segunda-feira, pude ouvir, juntamente com os Senadores Magno Malta e Romeu Tuma, por cerca de hora e meia, o depoimento que me pareceu consistente, com começo, meio e fim, e muito espontâneo por parte do Sr. Ailton Feitosa.

Para recordar a todos, quem foi Ailton Feitosa? Ele foi uma pessoa que estava detida na Penitenciária de Guarulhos e era como um vizinho de cela de Dionísio Aquino Severo. Por causa disso, estabeleceu-se uma relação de razoável amizade, a ponto de Dionísio Aquino Severo tê-lo convidado para fugir, quando se planejou o seu seqüestro espetacular daquele lugar. Ele nos disse que havia um outro detento, salvo engano era conhecido por Dentinho, que, este, sim, tinha o planejamento de participar da fuga e, inclusive, do que depois seria o seqüestro. Entretanto, na hora em que o helicóptero desceu, ele foi tomado de algum pânico, ficou paralisado e não subiu no helicóptero. Mas, justamente, Ailton Feitosa foi, como estava já combinado – aliás, o helicóptero chegou a subir e a descer um pouco para que ele entrasse no helicóptero. Ele não estava partilhando do plano de seqüestro. Eles aterrissaram na região de Embu e Itapecerica, próxi-

ma, conforme os senhores mencionaram, do local que seria o cativeiro de Celso Daniel, do dia 19 para o dia 20 – lembrando que essa fuga se deu três dias antes ou na véspera praticamente do seqüestro, no dia 17. Então, ele nos relatou em detalhe como é que, nas horas seguintes à sua fuga, quando andaram a pé na região próxima de onde desembarcou o helicóptero, depois, no apartamento onde ficaram, precedendo o momento em que Dionísio saiu para participar efetivamente do seqüestro, nesses momentos, ele ouviu todo o planejamento do seqüestro. Como teve a oportunidade de ouvir o Sr. Ailton Feitosa, o Sr. Armando de Oliveira da Costa, o Sr. Edison Santi e os demais que, com eles, participaram, como o Sr. José Mazi, eles dialogaram com a senhora a respeito de por que descartaram inteiramente essa história? Eu agradeço se puder informar isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Drª Elisabete.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Em primeiro lugar, a partir do momento que fomos designados para essa investigação, eu busquei manter total distância dos colegas do Departamento de Homicídios, justamente para que eu fosse imparcial nessa investigação. É claro que o caso teve repercussão e, até então, como já disse aqui, eu o acompanhava por meio da mídia, mas fiz questão – deliberação minha – de não me avistar com eles, mesmo porque eles não me procuraram e eu também não os procurei. As duas oportunidades foram quando uma subcomissão desta CPI esteve instalada em São Paulo no dia 14 e agora, na última segunda-feira. Foram as duas oportunidades em que eu estive com o Edison Santi, com o Armando e com o Dr. José Mazi. Portanto, não conversamos a respeito disso. Eu apenas li a cópia desse depoimento que estava integrado naqueles anexos que os promotores me passaram. Após aquela reunião reservada, em que estava o senhor, o Senador Romeu Tuma e o Senador Magno Malta, o senhor sabe que tomamos a termo o depoimento desse indivíduo...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Sr. Ailton Feitosa.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Do Feitosa. Ele repetiu exatamente o que havia falado para os senhores. Tenho a impressão de que também... Agora me lembro de que ele não fez essa revelação ao DHPP. Nós perguntamos para ele...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Permite-me um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele não havia feito?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Permite-me um aparte? Ele disse lá que não fez a declaração completa que nos fez, em razão de o Dionísio estar vivo ainda e poderia eliminá-lo.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – É. Eu lembrei isso agora.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, agora, com a morte do Dionísio, ele abriu todo...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu quero aqui fazer uma observação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos deixar a Drª Elisabete concluir a pergunta que foi feita por V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo, mas é importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Logo em seguida, V. Exª poderá completar o raciocínio.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – É só para esclarecer. Eu perguntei para ele se ele havia dito isso aos colegas do DHPP e ao Dr. Romeu Tuma, que, na época, era seccional de Taboão. Ele disse que não, apenas ao Gaeco e estaria reafirmando para nós naquele dia. Então, ele confirmou e relatou que havia falado – tanto é que a Drª Adriana estava comigo, naquele momento. Nós confrontamos com o anterior que havia lá. Então, não posso dizer para o senhor se ele relevou ou não o depoimento, porque...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu quero, então, fazer uma observação, dado o respeito manifestado por ele à senhora e o que ele próprio disse: "Que não surgiram fatos novos". Pois bem, o depoimento do Sr. Ailton Feitosa, no detalhamento que fez para nós e para a senhora, sobre o qual ele tem conhecimento, constitui até um dever dele, como delegado que investiga os fatos, de ir atrás, de colaborar e de dizer: "Olha, aqui há um fato novo importante". No mínimo isso. Eu quero dizer, porque talvez ele esteja nos ouvindo: Dr. Armando, o senhor tem a responsabilidade de ir a fundo e de examinar isso, assim como também aquilo que foi relatado – porque, aí, tem consistência com o que foi revelado pelo Sr. Ailton Feitosa para nós – pelo Sr. Dionísio Aquino Severo a um colega do Dr. Armando de Oliveira Costa. Qual colega? O Dr. Romeu Tuma Júnior, porque o Dr. Romeu Tuma Júnior nos transmitiu, e eu nunca tinha conversado com ele. Olha que o Dr. Romeu Tuma Júnior poderia até ter diferenças com ele, porque, há cerca de dois anos, eu fui ouvir o depoimento de uma mãe que estava muito preocupada com o seu filho que tinha sido – digamos, na concepção da mãe – mal atendido, foi perseguido e preso por isso. Então pedi que fosse verificado se, porventura, tinha sido verdade e fui até o motel que havia

lá, na mesma estrada de Itapecerica, para conversar com o proprietário e se ele, de fato, tinha visto aquele filho daquela senhora no assalto ao hotel. E este proprietário do hotel quis fazer uma denúncia contra mim pedindo que fosse extinto o meu mandato, porque eu havia, segundo o proprietário do hotel, e, no caso, o Dr. Romeu Tuma Júnior, afirmado que eu teria como que procurado influenciar e fazer com que...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A tese era de que se estava obstruindo o encaminhamento da Justiça. Não vou defender o Romeu Júnior porque ele agiu dentro da lei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Agiu dentro da lei, mas é que eu fui procurar assegurar o direito da mãe de saber se era verdade o que se passou, mas isso... O senhor foi testemunha da maneira respeitosa com que ambos nos demos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Matéria vencida, Senador; vamos embora.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Matéria vencida, e aqui o Conselho de Ética, quando examinou, falou: isso não pode ser considerado, e arquivou. É um registro que faço, Dr. Romeu Tuma, porque aconteceu o fato.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Lembrar a V. Exª que os nossos procuradores e nossas delegadas querem pegar o vôo de 18 horas e 30minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Bom, vão pegar o avião na hora em que completar o trabalho, Sr. Presidente, até porque o Senador Romeu Tuma terá direito...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concordo com V. Exª e vou fazer um apelo: no ritmo que vamos para que façam reserva em algum hotel na cidade.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tem avião mais tarde, Sr. Presidente.

Senador Romeu Tuma, V. Exª terá todo direito de perguntar, e quero dizer que nós temos andado em harmonia, e inclusive com seu filho. Nós tivemos uma colaboração mútua muito importante. Mas registrei isso para justamente defender o Deputado Romeu Tuma Júnior, porque, neste caso, ele – viu, Drª Elisabete –, Deputado Estadual e delegado-chefe do distrito lá da região, ouvia um depoimento muito importante do próprio Dionísio de Aquino Severo, que relatou que participou do seqüestro. Então o Dr. Armando de Oliveira da Costa tinha que considerar isso como um fato importante. Era a palavra de um delegado, e eu não vejo razão para que o Dr. Romeu Tuma Júnior, com a responsabilidade de ser Deputado Estadual, diante de três Senadores, estivesse dizendo a respeito do que ele ouviu de uma maneira que não fosse verdade, mas, mais do que isso, nós tivemos conhecimento... E eu tive o cuidado de procurar, neste último final de semana, as pessoas que ouviram, além de Romeu Tuma Júnior, o relato de Dionísio, de como é que ele havia preparado e participado do seqüestro e inclusive o que aconteceu no dia em que Dionísio de Aquino Severo encontrou-se com o outro, com José Edison da Silva, no parlatório do CDP de Belém. Só para recordar os fatos, estava Dionísio sob a responsabilidade do Dr. Romeu Tuma Júnior ali no Tabuão.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Porque a investigação era da fuga.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Exato.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E da prisão do Dionísio, que foi executada pelo Romeu Júnior. Então ele investigava a fuga e não o seqüestro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Exato.

Dionísio havia sido preso no Nordeste, acho que em Sergipe, Aracaju. Lá de Aracaju o Dr. Romeu Tuma Júnior recebe a comunicação de um delegado que havia prendido Dionísio e relata que ele está enviando para São Paulo para Congonhas. E foi preso com a sua esposa Sandra e com duas crianças. E Dionísio estava preocupado com o que iria ocorrer com a sua esposa e as crianças. E pediu que pudesse ser chamada uma advogada que pudesse pelo menos ouvir e dialogar com ele e a sua esposa. Essa advogada foi ao aeroporto e depois acompanhou ali na Delegacia de Taboão. E ouviu boa parte do que Dionísio disse ao Dr. Romeu Tuma Júnior e ouviu bem mais, quando, acho que dois, três dias depois, e sabendo como é que o Dr. Romeu Tuma Júnior dialogou, e ele nos repetiu a história ante ontem, dialogou como o Dr. Nagashi Furokawa sobre para aonde iria Dionísio, porque dada a rivalidade dos diversos comandos e bandos entre os detentos, ele precisava ir para algum ligar que fosse seguro, onde a sua vida não estivesse ameaçada. Verificou-se que ali talvez fosse adequado e lá ele foi.

O que aconteceu lá no Parlatório? Estava a advogada conversando com o Dionísio, eis que em certo momento adentra o mesmo parlatório, sem a divisória só entre os advogados e os detentos. Então, ficaram Dionísio e José Edison da Silva próximos um do outro, conversando com os seus respectivos advogados. O advogado de José Edison, indicado por seu pai, conversa com ele sobre se ele não quer assinar uma procuração ou um documento que o advogado Filó estava apresentando. José Edison tem uma conversa ríspida com o advogado dizendo que não, que ele era um advogado caro, que o pai dele não iria poder pagar, que ele não aceitava, não queria assinar. Foram três minutos de conversa tensa.

Enquanto havia essa conversa tensa. Dionísio pisca para a advogada, presta a atenção, veja bem o que está se passando. Então o advogado vai embora e se estabelece uma conversa entre Dionísio e José Edison da Silva. Eu perguntei ao José Edison da Silva, segunda-feira, V. Exª pôde ouvir, ao lado de seu filho: o senhor poderia nos recordar como foi o seu diálogo com Dionísio. Ele que quis falar, mas segundo essa testemunha, em caráter reservado, nem aqui preciso dizer o nome dela, mas que ela descreveu, então Dionísio falou a ele: você está com receio de ser morto por quê? O que aconteceu? Eu sou do helicóptero. – Ah, você é do helicóptero. E começaram a conversar sobre como é que Dionísio tinha participado, sem saber quem era José Edison, que era do grupo de Ivan. Então havia pelo menos dois especialistas em seqüestros. Ivan Rodrigues da Silva com o grupo da Favela do Pantanal, assim chamado Monstro, e Dionísio Aquino Severo. Pelo menos segundo este relato. Os dois estabelecem diálogo recordando aspectos de como um participou e o outro participou de outra forma que eu não vou aqui detalhar.

Quero dizer ao Sr. Armando de Oliveira Costa, pelo menos, e essa parte é um fato novo então para o senhor, o senhor precisa investigar. O senhor quer desvendar a verdade. Nós queremos. Então, é muito importante.

Gostaria de perguntar aos senhores e às senhoras se conhecem Cleíson Gomes de Souza, o Bola, e Levi de Oliveira, Veras e se eles já foram ouvidos; quem são os dois.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO –** Cleison Gomes de Souza, conhecido como Bola. Foi um dos que participou do resgate de Dionísio, junto com o filho do Dionísio, Rodrigo Tadeu Stepanov Severo e o Levi de Oliveira Veras foi assassinado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foi assassinado.

Pois bem, Levi de Oliveira Veras teria sido um dos mentores do resgate de Dionísio feito com o propósito de depois fazer o seqüestro, segundo o que apuraram. Não é isso?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO –** Levi de Oliveira Veras segundo investigação do Dr. Romeu Tuma Júnior, assistente Maurício Correaly, teria sido a primeira pessoa escalada para fazer o resgate do Dionísio no presídio de Guarulhos, mas ele estava junto como Cleílson, o Bola, quando foram abordados por uma operação de rotina da Polícia e ele acabou sendo preso por porte ilegal de arma e não pode participar desse resgate. E acabou ficando preso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E o Cleílson foi um dos que desceu no helicóptero para participar.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO –** Isso.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Como filho do Dionísio, o Rodrigo.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – O Rodrigo entrou no lugar do Levi, foi o Rodrigo e o Bola, os dois no resgate.

Posso responder à pergunta do senhor?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Claro. E também a senhora pode acrescentar Cleílson Gomes de Souza, irmão de Cleílson, que de alguma maneira também participou, mas, por favor, Drª Elisabete.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Bom, depois do relato do senhor tive que fazer algumas anotações aqui para não me perder. Primeiro quero esclarecer, e o senhor já sabe disso, que houve a investigação procedida pelo Dr. Romeu Tuma Júnior, com relação à fuga do Dionísio. Paralelamente, havia uma investigação no departamento de homicídios. Até então nós não estávamos nesse caso. Quando o senhor relata essa situação ocorrida dentro do CBP do Belém, onde no parlatório estão José Edison e o Dionísio, que é chamado, ocorre toda aquela cena relativa ao homicídio, está aí a nossa tese que eu disse aqui na inicial. Uma das linhas que nós estamos trabalhando é a do compartilhamento das ações. Tanto é que nesse relato o que acontece? José Edison conta ao Dionísio que ele tinha feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim morais. PFL – PB) – Vou pedir a V. Exª para concluir.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tenho umas perguntinhas a mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim morais. PFL – PB) – Mas sem comentários, porque temos o Senador Tuma.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Bom, então a gente acredita na tese da ação compartilhada, cada um sabe até um pedaço e daí em frente um não sabe da parte do outro. A quadrilha do Pantanal só sabe até ali e os demais, um pouquinho mais digamos assim, essa linha que a gente está adotando.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sobre o Lalo, qual foi o horário em que o Lalo disse ter matado Celso Daniel? Teria sido à noite, daí a eventual dificuldade para ele identificar? Se Celso Daniel foi morto de madrugada, era um horário noturno, na estrada, sem iluminação, poderia ser essa a hipótese de ele não reconhecer o rosto de Celso Daniel?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Acredito que não, Senador, pelo seguinte: o relato que ele faz a respeito da execução do Prefeito Celso Daniel é no

sentido de que ele esteve no interior do sítio apontado como cativeiro, no quarto onde o Celso Daniel estava confinado e presenciou o momento em que o Celso calçou os sapatos. Fizeram com que... Esse é um relato estranho.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O relato feito por ele próprio ou pelo José Édson?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Por ele próprio e pelo José Edson.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E pelo José Edson?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO –** É. Esse é um detalhe muito interessante desse relato exatamente pelo seguinte: não consegui encontrar uma explicação lógica para que eles determinassem que o Celso Daniel colocasse um gorro cobrindo o próprio rosto. É uma coisa muito esquisita. A vítima não queria ser reconhecida depois disso? Nunca vi isso. Se o autor do crime protege o seu rosto para não ser reconhecido, existe certa lógica, mas a vítima que vai ser executada ser obrigada a esconder o próprio rosto? Não consegui entender a lógica desse relato, por quê? Porque ela não queria ser reconhecida antes de ser morta? Eu não consigo entender. De qualquer forma, eles fizeram esse relato que obrigaram o Celso a colocar sobre o próprio rosto uma proteção, um capuz ou um gorro listrado – roxo e amarelo, se não me engano, eram essas as cores –, só a partir daí, então, ele foi introduzido no porta-malas desse veículo. Aí entram algumas divergências entre esses veículos, se seria um Monza azul do José Erivan Aleixo da Silva, irmão do José Édson, ou o Tempra preto de propriedade do próprio José Édson da Silva. No interior do porta-malas desse veículo, ele foi levado até a estrada da Cachoeira, na altura do Km 328 da Rodovia Régis Bittencourt e ali executado, na estrada da Cachoeira. Então, ele relata que teve um primeiro contato com o Celso Daniel, que estava sem roupa, só de cuecas no interior desse cômodo, de um dos quartos do sítio. Ele esperou que o Celso se vestisse, calçasse os sapatos e colocasse sobre o próprio rosto esse gorro, essa touca, essa proteção antes de ser levado para a estrada. De qualquer forma, ele teve contato visual com o rosto do Celso desprotegido.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Há pouco tempo, os senhores mencionaram que o assassinato de Celso Daniel teria sido cometido como que para assegurar a manutenção do esquema de recolhimento de propina. Foi isso que afirmaram?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Exato, Senador. Essa é a afirmação que consta da denúncia. A motivação do crime é essa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, vamos refletir um pouco sobre isso. A Srª Rosângela Gabrilli esteve nesta CPI, é muito importante isso, Sr. Presidente, falou que foi avisada, logo após a morte do Prefeito, de que não haveria mais recolhimento, havia acabado. Não havia nem para quem entregar. Como explicar essa contradição? Mataram Celso Daniel para continuar a corrupção, mas a corrupção estaria interrompida por sua morte? É preciso uma explicação, por favor.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO –** Senador, temos um elemento bastante objetivo. Uma das condutas que o Celso Daniel tomou, no fim da vida dele, para restringir a atuação desse grupo é que ele não tirou o grupo, de um momento para o outro, da administração pública, mesmo porque o Klinger era um secretário muito importante para ele. Mas uma das atitudes que ele tomou, isso foi noticiado pelos jornais à época, foi impedir a candidatura do Klinger a Deputado estadual. Uma plataforma do Klinger é que ele seria candidato a Deputado estadual e, uma vez eleito, ele seria o Prefeito de Santo André e aí, ele próprio, o Klinger, comandaria o esquema de corrupção na Prefeitura. O Celso Daniel impediu essa candidatura. No momento, temos um depoimento da Mirian Belchior, no momento em que o Celso Daniel estava sendo enterrado, o Klinger afirmou para todas as pessoas, para a imprensa, para todo o mundo, que ele voltaria a ser candidato. Com a morte de Celso Daniel, ele voltaria a ser candidato a Deputado estadual. Recentemente, quando ele foi ouvido e interrogado no caso da propina, indagado pela defesa, pelos advogados dele, sobre quais foram os prejuízos que ele teve com a ação penal da propina, ele afirmou: "Hoje eu poderia ser o Prefeito de Santo André. Então, a plataforma política daquele grupo de corrupção que o Klinger fazia parte era que o Klinger tomasse a prefeitura de Santo André, e aí ele estabeleceria um esquema de corrupção dirigido exclusivamente para os bolsos do grupo. E a morte do Celso Daniel contribuiu para essa plataforma política. A mim surpreendeu, perguntei isso a Míriam Belchior e ela disse que não tinha surpreendido a ela, a mim surpreendeu que no momento do enterro ele tratasse essa questão e se apresentasse como candidato a deputado estadual.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, tenho breves perguntas adicionais. Será que V. Exª poderia fazer com que eu possa perguntar depois do Senador Romeu Tuma? Porque V. Exª está tão impaciente que deixei que ele pergunte.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª pode fazê-lo. Tenho paciência com V. Exª. Sei que V. Exª será objetivo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O problema são os horários de vôos, mas, por mim, eu vou dormir aqui mesmo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, mas é que não vou ter outra oportunidade tal como essa.

**O SR. PRESIDENTE (**Efraim Morais. PFL – PB) – Não, V. Exª está sendo objetivo. Continue.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu gostaria de saber se por acaso a verificação da interceptação...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A veia policial do Senador Suplicy faz inveja a qualquer um.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se segundo a verificação efetuada pela interceptação telefônica, se o Sr. Klinger esteve na região do cativeiro no dia 19 para 20 de janeiro de 2002? Ou seja, lá perto de São Lourenço etc.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Se o senhor me permite, Senador, um esclarecimento, adicional ainda, na linha da cessação do pedido de propina, a Rosangela esclareceu também o seguinte para nós, não sei se ela voltou a esclarecer isso aqui perante a comissão, mas ela disse que esse dinheiro era entregue geralmente no último dia útil de todos os meses. E naquele mês de janeiro, quando estava se aproximando a data de pagamento, ela procurou pelos responsáveis pelo recolhimento desse dinheiro e falou: Escuta, e a arrecadação desse mês como é que vai ficar? E a resposta que ela obteve foi a seguinte: Não, vamos esperar um pouco, vamos esperar essa investigação terminar e aí depois a gente retoma o recolhimento desse dinheiro. Esse foi o relato que ela fez para a gente. Agora, com relação a essa questão dos telefonemas...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Onde esteve Klinger no dia 18 para 20, pela interceptação telefônica?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Não, não houve deslocamento dos aparelhos celulares do Klinger Luiz de Oliveira Souza naquela noite, nos momentos em que o prefeito estava confinado. Mas ainda existem investigações no sentido de capitação de ligação das antenas daquela região e comparando com as interceptações já realizadas. Ou seja, conversamos há pouco para a disponibilização de um software, que está à disposição da Comissão, para que possamos fazer esse cruzamento de dados entre as ligações capitadas nas antenas da região da rodovia Régis Bittencourt com os dados já coletados das onze interceptações anteriores, dos onze históricos de chamadas, dos quais os telefones do Klinger de Oliveira Souza fazem parte desse rol. Então, embora ainda não tenhamos o deslocamento físico do aparelho celular dele para aquela região, é possível que a gente consiga ainda identificar ligações feitas do telefone celular dele para aparelhos que estivessem naquela região, através desse confronto de dados que estão sendo disponibilizados hoje, por determinação do juiz de direito de Itapecerica da Serra, o resgate do *log* que chamamos, das antenas, daquela região da Régis Bittencourt, que abrange o cativeiro, o local do encontro do corpo do prefeito Celso Daniel, com os telefones fixos de Santo André, fixos da Favela Pantanal, fixos do local da abordagem. Enfim, ainda tenho uma série gigantesca de pesquisas a fazer. Fiz isso tudo...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então isso é possível identificar ainda?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Ainda é possível identificar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Segundo o que se constatou pela interceptação telefônica, para quem Sérgio Gomes da Silva ligou logo após ter sido Celso Daniel seqüestrado? Para 190 se constatou, os senhores disseram. E para quem mais?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Temos algumas considerações a fazer, além desse questionamento. O que temos? Uma gravação feita pelo Copom de um telefone fixo dali, que foi objeto inclusive de perícia do perito Molina, de Campinas. Essa ligação dava conta de que as pessoas haviam deixado o veículo, isso foi bastante divulgado pela mídia, as pessoas haviam acabado de deixar o veículo, naquelas imediações, abandonado, e já haviam deixado o local. Enquanto essa senhora fazia essa comunicação para o Copom, essa ligação teve início às 23 horas, vinte minutos e oito segundos...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas isso do telefone celular do Sérgio?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Do telefone fixo dela para o Copom...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, estou falando o Sérgio, do telefone do Sérgio. Para quem ele ligou? Ele próprio ligou para o 190?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** O senhor vai entender por que estou fazendo essa colocação já, já. Desculpe-me a demora na explanação. Às vinte e três horas, vinte minutos e oito segundos, essa moradora faz uma ligação do telefone fixo para o Copom. Ela relata que as pessoas já haviam deixado o veículo lá e haviam se evadido, quando, no decurso dessa ligação, ouve-se uma arrancada de veículo e dois disparos de arma de fogo. O marido dela foi ouvido por nós e relata o que aconteceu naquele momento? Ele ouviu uma série de disparos, estava tomando banho, ele saiu para a rua, é um sobrado que fica na esquina, o senhor deve ter visto pessoalmente, em diligência.

E viu que estava o carro abandonado de fato, o Sérgio Gomes da Silva fora do veículo e com a arma em punho. Constando isso, fisicamente, naquele local, ele retorna, entrega o telefone sem fio para que essa esposa fizesse a ligação para o Copom. Ele deu o telefone, e ela estava dando de mamar para o nenê. E é aí então que se inicia essa ligação, às vinte e três horas, vinte minutos e oito segundos. Ou seja – essa é do telefone fixo da residência –, o Sérgio já estava sozinho, fora do carro. E, nessa ligação, são ouvidos a arrancada de veículo e os disparos da arma de fogo. A ligação que o Sérgio Gomes da Silva faz para 190, para o Copom, para o mesmo número que essa moça ligou, tem início às vinte e três horas e vinte e um minutos. Um minuto depois desse resgate todo. Ou seja, ele já estava fora do carro, com arma em punho. São ouvidos a arrancada de veículo e os disparos de arma de fogo. Só após isso, ou seja, só após terem os integrantes da quadrilha da favela Pantanal deixado o local é que ele faz essa primeira ligação para 190. E agora complemento o questionamento que V. Exª está fazendo, Senador: A segunda ligação é para o Sebastião Ramos Pereira, que é um policial civil lotado na Delegacia Seccional de Polícia de Santo André, mas cedido para trabalhar para Sérgio Gomes, para o Klinger, para a prefeitura municipal de Santo André, ele liga para a residência dele, ele faz uma nova ligação para o Sebastião Ramos Pereira, no telefone celular do Sebastião Ramos Pereira. São essas as ligações que ele faz na seqüência. Aliás, Sebastião, se me permite concluir, é uma das pessoas beneficiárias, com mais de R$ 100 mil reais em cheques emitidos pelo Sr. Sérgio Gomes da Silva.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O que é que os senhores Irineu e Marcondes disseram ao Ministério Público sobre o fato de terem tido a missão de a cada dia 30 passar lá na empresa Expresso Guarará para recolher o recurso mensalmente? O que eles disseram ao serem perguntados sobre essa... Primeiro foi o Sr. Irineu, segundo a Srª Rosangela expressou e depois passou a ser o Sr. Marcondes, que inclusive,ao final de janeiro,foi lá e explicou: Olha, agora não tem mais para quem entregar. O que eles disseram ao Ministério Público?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Eles dão duas justificativas totalmente distintas para a visita à empresa Expresso Guarará. O Sr. Irineu Nicolino Martim Bianco argumenta que essas visitas, sempre uma e no final do mês, tinham por objetivo recolher dinheiro para que ele fizesse pagamentos de compromissos bancários da empresa. Como se fosse essa uma forma mais segura de se efetuar qualquer tipo de pagamento, buscar dinheiro na empresa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ou seja, eles reconheceram que foram lá a cada dia 30?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO –** Sim, reconheceram que foram. Agora, essa justificativa do Irineu, de que iria buscar dinheiro para fazer pagamentos de compromissos bancários, como se essa fosse a forma mais segura, numa cidade violenta como Santo André, de se fazer pagamento. E a despeito de também trabalhar junto com o irmão da Rosângela, que era também um dos gerentes da empresa Expresso Nova Santo André, que era a devedora desses compromissos bancários, e que poderia, obviamente, assinar o cheque ali para disponibilizar o pagamento desses compromissos bancários.

O Marcondes, por sua vez, era gerente da AESA, que é a Associação dos Empresários do Transporte Coletivo de Santo André, também confirma que ia periodicamente nas dependências da Expresso Guarará, mas fazia essas visitas com um objetivo diferente. Ou seja, ele diz que ia lá para buscar dinheiro, para fazer troco para a empresa onde ele trabalhava, para essa associação. Ele levava notas graúdas e voltava com dinheiro miúdo para a empresa para fazer caixa, de troco. Como se isso também fizesse algum tipo de sentido, porque ele, Marcondes, por trabalhar nessa associação que vendia passes, cartões magnéticos, alimentando passes para transporte, trabalhava com unidades coletivas, vamos dizer assim, ao contrário das empresas que trabalhavam com valores individuais de tarifas. Então, ele tinha muito mais necessidade de dinheiro graúdo, e não miúdo, que ele ia buscar nas empresas, e as empresas tinham muito mais necessidade do troco diário para fazer frente ao caixa dos coletivos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Objetivamente, Sr. Presidente, poderiam as sacolas de dinheiro encontradas no apartamento de Celso Daniel ser resultantes de alguma outra atividade que não do esquema obtido junto às empresas de transporte?

Vamos supor que, na véspera, Celso Daniel estivesse numa quermesse, numa atividade de coleta e tivesse recebido aquilo para alguma finalidade que não sabemos - e agora não temos como ouvi-lo -, mas que não fosse necessariamente a que senhora empregada... Viu aquilo...

Ouvi o depoimento dela, o Senador Romeu Tuma também. Nós ouvimos o depoimento, e, conforme a Drª Elisabete Ferreira Sato mencionou, foi um depoimento bastante espontâneo, pareceu sincero. Ela disse que havia três sacos tipicamente do supermercado Pão de Açúcar, que havia um lençol por cima, que ela destampou e observou que havia maços de notas com elásticos em volta, a maioria delas de pequeno valor,

do tipo notas de dez, de vinte, de cinqüenta - notas desse tipo ou até menores.

Mas vamos supor que pudesse ser de uma atividade que houvesse ocorrido na véspera, e Celso Daniel chegou lá... Então, é uma hipótese que precisaria ser, quem sabe, perguntada, a respeito dessa hipótese.

Então, formulo essa pergunta, se chegaram a verificar...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas essa é a última?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Segundo V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não terminei. Tenho mais, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Parece-me que os próprios companheiros, jornalistas....

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Estão cansados.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não! Eles querem fazer a matéria.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas eu não estou cansado, Sr. Presidente, e não ouvi a resposta à pergunta ainda. V. Exª permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Claro, Senador.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Senador, não temos notícia da origem desses recursos mesmo. A única pessoa que poderia informar é a Ivone Santana, e ela nega a existência desses recursos. Ela entra em contradição com o depoimento da empregada e até sugeriu que a empregada recebesse dinheiro para informar que existiam esses recursos no apartamento do Celso Daniel, o que é um absurdo, pela própria...

O que temos é só a opinião da empregada sobre isso. Num primeiro momento, ela pensou que esses recursos se destinavam a pagar empregados da própria prefeitura – na ingenuidade dela – e, depois, ela disse a nós, preocupada, quando esteve com a Drª Elisabete Ferreira Sato, que ela achou que a morte de Celso Daniel estava relacionada àquela sacola de dinheiro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem. Eu pude verificar a forma sincera como ela agiu.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Suplicy, vou dar oportunidade a V. Exª para fazer a última pergunta.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Puxa vida, vou ficar extremamente frustrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quantas perguntas tem Senador?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Faça três de uma vez.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Posso fazê-las de uma vez? (Pausa.)

Vou seguir a sugestão.

Uma delas, muito simples: sugiro que os promotores deixem para o Presidente Efraim Morais o recorte do **Diário do Grande ABC**, onde Sérgio Gomes da Silva designa a si próprio como o Sombra de Celso Daniel. Ora, ele aqui afirmou, muito peremptoriamente, que nunca teve esse apelido. Se, em algum momento, ele próprio diz isso, então peço que esse recorte de jornal seja encaminhado a V. Exª, Sr. Presidente, por que aí é bem diferente.

Pediria aos senhores também que mostrassem o exame efetuado pelo Dr. Delmonte, por mais desagradável que isso possa ser. Seria importante, e gostaria que estivesse aqui o meu amigo Tião Viana, Senador que é médico. Agradeceria se os promotores deixassem esse exame, sobretudo para o nosso médico, na Comissão, para que ele possa ver as fotos do Celso Daniel relativamente ao exame efetuado pelo Dr. Delmonte.

Quero assinalar, Sr. Presidente, que falei há pouco com o Dr. Paulo Saldiva, médico patologista da USP, que foi designado para fazer a avaliação do exame médico, feito pelo Instituto Médico Legal, do laudo conclusivo sobre o Dr. Delmonte. Informou que já se sabe que não houve qualquer doença que o estava acometendo, mas que o laudo ainda não foi concluído. Trata-se de um resultado importante.

Agradeceria se pudessem nos informar, no melhor do conhecimento da Drª Elisabete Sato e dos promotores, se tiveram conhecimento de que os indiciados por crime de seqüestro e homicídio de Celso Daniel, em algum momento, se queixaram de ter sido maltratados por ocasião de seus respectivos interrogatórios no âmbito da Polícia.

Quero informar, Sr. Presidente, que fui testemunha de que houve reclamações nesse sentido. Mas pergunto aos promotores e à Drª Elisabete Sato se sabem melhor a respeito desse episódio.

Vou fazer todas as perguntas – são poucas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Essa é a última, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sobre o depoimento da senhora assistente, que prestou depoimento para nós e para os senhores também, a de Heliópolis, a Drª Elisabete Sato disse que já identificou quem é a pessoa conhecida como Banana.

Como tenho amigos e amigas em Heliópolis, hoje liguei para essas pessoas, que informaram que o conhecem. Pedi para dialogar com ele. E vou procu-

rar saber das coisas, porque, em todas as vezes que fui a Heliópolis, fui muito bem tratado, com todo o carinho. Vou lá perguntar a respeito do que ouvimos. E digo aqui abertamente: eu vou procurar o Sr. Banana. Não sei o nome dele. Se a senhora puder me informar, agradeço.

E queria saber, na avaliação dos senhores, por que razão o Sr. Elcyd mudou tão repentinamente de depoimento, sobretudo ali, na segunda-feira, perante nós. O que teria ocorrido? Teria sido por alguma razão?

Agora vou atender ao pedido do Presidente Efraim Morais, concluindo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Faltam as respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Faltam as respostas, mas só queria....

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Só uma informação importante para eles.

Foi dada a informação para nós três, Senadores, de que há uma gravação muito importante que está com a esposa de uma pessoa detida em Franco da Rocha. Dizem que ela tem um CD de uma gravação muito significativa entre Sérgio Gomes da Silva e Ronan Maria Pinto. Não sei se já foram buscar.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Tenho a informação sobre isso e no final eu falo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, eu agradeceria…

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Essa fita teria sido fornecida por aquele juiz que tem aquela série de fitas que foram desclassificadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Antes de conceder a palavra aos Srs. Procuradores e Delegados, queria somente dizer que recebi documento datado do dia 24/01, publicado no **Diário do Grande ABC**, sob a responsabilidade do jornalista Irineu Masiero. Esse material foi retirado do *site* às 23h30min do dia 24-01-02, e uma das perguntas está aqui:

> — Como o senhor conseguiu o apelido de Chefe?
>
> — Esse apelido foi uma brincadeira; um dia eu estava com o Celso, e ele estava com pressa; eu disse: "Ôpa, chefe, calma", e, a partir daí, ele passou a me chamar de Chefe, e todo mundo começou a me chamar assim – respondeu Sérgio.
>
> —E Sérgio Sombra? – pergunta o **Diário**.
>
> —Sombra porque eu não saía do lado dele – respondeu Sérgio.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu me recordo muito claramente que o Sérgio Gomes da Silva...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Também me lembro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele nos disse que não sabia por que passou a ser denominado de Sombra, que foi um apelido quase que atribuído aos promotores.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Esse material vai ficar à disposição da CPI.

Concedo a palavra aos Srs. Procuradores, de comum acordo com os senhores e a com a Drª Elisabete, para concluir o raciocínio, as perguntas do Senador Suplicy - e já agradeço a V. Exª, Senador Suplicy, que vai ficar atentamente para ouvir o seu colega, o companheiro Senador Romeu Tuma.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Com toda a certeza. Só peço desculpas por tê-los feito perder o vôo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, V. Exª foi objetivo.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – É um prazer estar aqui presente e ter a oportunidade de trazer esses esclarecimentos.

Antes de devolver a palavra ao Dr. Roberto, lembro que também faz referência a esse apelido Sérgio Sombra o dossiê remetido ao Gilberto Carvalho, que foi reencaminhado ao Celso Daniel. Nesse dossiê, aparece a evolução patrimonial do Sérgio Gomes da Silva, entre parênteses (Sérgio Sombra).

Esses documentos são datados de 1999, ou seja, três anos antes que iniciássemos essa investigação, e, portanto, não poderia ser atribuída a nós a iniciativa de apelidá-lo de Sérgio Sombra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Isso poderia ser passado ao Presidente, pois seria importante também.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Esta é uma cópia integral do dossiê, e, na terceira ou quarta página, está essa referência do Gilberto Carvalho para o Celso Daniel, e já há esse apelido Sérgio Sombra consignado em uma das páginas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – O senhor fez uma série de colocações no início, e não tivemos a oportunidade de responder. Então, vou aproveitar

agora. Vou responder de maneira bastante abrangente e espero que não muito demorada.

O senhor leu trechos da matéria do Daniel Lima na **Livre Mercado**, de uma entrevista do Armando de Oliveira Costa. Eu queria primeiro dizer que o Daniel Lima, embora seja jornalista, é testemunha de defesa do Sérgio Gomes da Silva. E não é testemunha de defesa porque tenha presenciado alguma coisa não. É testemunha de defesa por opinião, me parece. Ele não presenciou - já conversei com ele - nenhum evento relacionado ao arrebatamento e à morte. Ele não é testemunha presencial.

Então, o que temos aí é uma matéria assinada por uma testemunha de defesa, o que já me parece um pouco incoerente. O próprio Armando de Oliveira Costa também é testemunha de defesa do Sérgio Gomes da Silva, e, em catorze anos de Ministério Público - e o Amaro tem dezenove -, podemos atestar que nunca vimos um processo criminal, de júri ou qualquer um outro, em que um delegado de polícia fosse testemunha de defesa de réu. Isso nos causa surpresa e espanto.

Quando se refere à parcialidade e obsessão do Ministério Público, a nossa obrigação é sempre a busca da verdade real. E isso não tem nenhuma relevância. O Armando menciona que, em três meses, esclareceu o caso e que, em três anos, não há nada de novo. O senhor mesmo pôde atestar que nós temos uma prova nova. Ao menos o senhor já tem conhecimento pessoal dessa prova, que é o depoimento do Feitosa.

Mas temos outra prova: o depoimento do Feitosa está corroborado, fortalecido pelo depoimento dos outros parentes do Dionísio. Existe, com relação ao depoimento do Feitosa, até uma prova documental: um cartão de visita que foi encontrado no apartamento em que o Feitosa diz que se reuniu com o Dionísio e que ali tramaram o seqüestro do Celso Daniel. Ali havia um cartão com o telefone do Itamar, que era da quadrilha da favela Pantanal. Isso é uma prova documental, um *link* entre os dois grupos, e verificamos que esse cartão foi escrito no dia 21 de janeiro de 2002 pela proprietária daquele imóvel, que era a Srª Karina. Depois segue a história, mas não vou me alongar muito.

Pois bem, temos essa prova, existe uma prova farta, nova. Parece-me ser uma certa má-fé do Armando, porque ele tomou conhecimento dessa prova. Demos cópia integral da nossa investigação para o DHPP. Quando ele diz que não tem prova nova, ele está descartando uma série de evidências que reunimos. Vou concordar com o Armando quando ele elogia a Drª Elisabete Sato, que realmente é uma delegada extremamente competente, extremamente lúcida e está auxiliando bastante a nossa investigação.

A nossa pretensão nunca foi achincalhar nem avacalhar o trabalho da Polícia Civil. Ao contrário, o que sempre afirmamos - e afirmei aqui, logo no início - foi que a Polícia Civil cumpriu uma primeira etapa, identificou os executores do crime, e nisso ela foi bem. Esse foi um trabalho do Deic, elogiei esse trabalho do Deic aqui. Acho que o Deic foi muito bem nesse trabalho, mas desistiu de prosseguir além e aceitou simplesmente uma tese dos réus no sentido de que aquilo seria um crime de trombada, sem verificar se essa tese era verdadeira ou não, embora ela tivesse todas as contradições que se apresentaram.

Agora, vou fazer um relato que é mais relevante, com relação ao depoimento do Feitosa. Essa linha de que o Dionísio teria participado do crime é uma linha que o filho do Senador Romeu Tuma defendia desde o início. Na investigação do helicóptero, ele verificou a existência, já de início, de elementos que ligavam um caso ao outro, mas isso foi desprezado. O Romeu Tuma Júnior participou de reuniões dentro da Polícia Civil, e essa linha de investigação foi solenemente desprezada pelo DHPP. Tanto foi desprezada que o DHPP não ouviu, não procedeu à oitiva do Feitosa, que seria, obviamente, uma testemunha importante. Depois da morte do Dionísio, a pessoa que fugiu com o Dionísio teria que ser ouvida, mas o DHPP se recusou a ouvir essa testemunha.

E o pior: depois que ouvimos, reunimos provas, identificamos que o depoimento do Feitosa tinha sentido - porque ele estava amparado por outras provas testemunhais e prova documental -, Feitosa foi levado ao DHPP para prestar um esclarecimento na investigação. E, naquele momento, o Delegado Amando ameaçou, em nossa presença, a testemunha. Chamou a testemunha de "moleque" e, de forma ameaçadora, disse: "O senhor está jogando areia na minha investigação". Isso foi na nossa presença.

Interrompemos aquele ato, porque tratamos com todo o respeito todos os réus e todas as testemunhas. Eu não desrespeito uma pessoa porque ela está presa. Eu acho que o que existe em nosso sistema legal como pena é pena privativa da liberdade, e não pena privativa da honra, da dignidade. Então, eu trato com dignidade qualquer pessoa, estando presa ou estando solta. Isso é um mote meu. Mas o Feitosa foi ameaçado pelo Sr. Armando de Oliveira Costa na nossa presença, naquele ato, e isso nós reputamos gravíssimo.

Paramos aquele ato, conversamos, e, na conversa, o Sr. Armando e os outros delegados do DHPP nos falaram isso. Sou testemunha e posso afirmar e reafirmar. Falamos assim:

— Não, mas e a linha do Dionísio?

— Mas essa linha do Dionísio foi o Tuminha que trouxe – responderam.

Tuminha é o apelido do filho do senhor, e foi como se houvesse preconceito de uma prova justamente por ser o Delegado Romeu Tuma Júnior que tivesse produzido aquela prova.

A mim me pareceu um absurdo. Eu não conhecia o filho do senhor, nem conhecia o Senador Romeu Tuma, mas eu não tenho preconceito de prova pelo delegado que produz essa prova. Acho que é um exagero. Então, reputo esse fato grave.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, mas quero aqui fazer uma defesa. Não conheço bem o Dr. Romeu Tuma Júnior, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª já fez.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ...mas, pela maneira como ele procedeu durante todo o nosso trabalho na tarde de segunda-feira, ele sabe muito como proceder como delegado investigador. Quero dar o meu testemunho sobre isso.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Obrigado.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Exatamente.

Acho que essa linha de investigação poderia ter sido adotada desde o início pelo DHPP, mas o DHPP fez uma opção clara de descartar qualquer investigação nesse sentido da linha do Dionísio. Por isso, o DHPP não ouviu na primeira fase o Feitosa. Só foi ouvido na nossa presença quando ele foi ameaçado. Paramos aquele ato e demos prosseguimento depois, com mais tranqüilidade. E o depoimento que se segue, colhido no DHPP, no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, é o depoimento que foi dado pelo Feitosa aos senhores, com tranqüilidade e tudo o mais. Então, isso é um relato importante sobre a conduta desse delegado. Não é à toa que ele se apresenta como testemunha de defesa do Sérgio e, nessa qualidade, ele vai ser ouvido, com toda a certeza. Ele vai ser compromissado, e nós vamos poder ouvi-lo na qualidade de testemunha de defesa do Sérgio, isso quando houver audiência. Esse é um relato daquela primeira fase mencionada pelo senhor e que não tive a oportunidade de responder, Senador.

Com relação a essas questões que o senhor trouxe agora, vou falar sobre a tortura. Nós, pessoalmente, ouvimos relatos daqueles réus, no caso da quadrilha da favela Pantanal, de que foram torturados. O José Edison foi um dos que mais afirmou isso para nós, talvez o único naquela primeira fase de investigação. Ele afirmou e reafirmou que foi torturado naquele momento, que os dentes tinham sido quebrados e tudo. Eles afirmaram que, quando foram interrogados judicialmente, foram torturados, isso o Rodolfo Rodrigo, que é o Bozinho, o José Edison e o Marquinhos. Eles relataram ao juiz que foram torturados, e a posição do juiz – lógico, com a anuência nossa – foi de determinação de instauração de inquérito policial para apurar essa tortura. Não sei qual a destinação que teve essa investigação, mas isso preocupou o juiz e preocupou os promotores de justiça.

Com relação ao incidente do Delmonte, às vezes criticam os promotores: "Ah, o caso não sai da mídia", mas não tenho responsabilidade de o perito ter morrido logo após ter trazido evidências para nós. Isso acontece, e, com isso, o caso ganha uma repercussão na mídia. Eu não tenho como evitar isso, naturalmente. Estive pessoalmente durante a autópsia do perito, participei da investigação bastante de perto naquele início. Posso afirmar, com tranqüilidade, que a possibilidade de o perito Delmonte ter sido assassinado é muito remota, é absolutamente remota. Ele morreu muito provavelmente – os laudos ainda não estão prontos, como o senhor bem falou –, pela ingestão de alguma substância muito provavelmente letal, e essa ingestão pode ter sido por conta própria ou pode ter sido também por algum acidente. Então, acho que se deve trabalhar mais dentro desses dois enfoques.

Por que o Elcyd mudou o depoimento dele? Acredito eu, Senador, que a visibilidade da CPI, se traz alguns elementos bons, traz outros ruins. Qualquer preso que se disponha a colaborar com a investigação criminal, com o Ministério Público, apontando outros autores de crime, é considerado delator. Isso, dentro do sistema penitenciário, é extremamente grave. Um delator corre o risco de vida não só por conta daqueles que ele delatou, não só por conta das outras pessoas que ele indicou – eu é que estou extrapolando, não é, Senador? –, mas ele corre o risco de vida por qualquer colega dele de cela. Se levantada a cadeia numa rebelião, um delator é assassinado por outros colegas. Com certeza, o Elcyd deve ter refletido sobre isso naquele momento. E me causou espécie aquela relação tão amistosa entre o Sérgio e o Elcyd naquele ato. Um tratando o outro de "rapaz", um entendendo, compreendendo a posição; parecia uma confraria. O próprio Sérgio Gomes da Silva dizia: "Não, eu entendo a posição dele" e tal. Eu acho que, se o Sérgio estivesse falando a verdade, aquele grupo de pessoas, se ele estivesse falando a verdade, teria tentado matar ele mesmo, porque teria dado disparo no carro em direção a ele.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Dr. Roberto, uma acareação é uma possibilidade única que alguém tem de criar todas as condições do benefício da dúvida

para ele, de fazer o enfrentamento no olho, de contar sua verdade, de obrigar o outro a falar: "Diga que eu estive com você". Mas isso não aconteceu, de fato. Eu voltei do meu gabinete, porque estava lá assistindo o senhor. E o senhor disse que o delegado intimidou o Feitosa. O senhor tem prova disso?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Olha, estavam presentes lá mais de sete Promotores. Eu, o Dr. Amaro, Dr. José Reinaldo, Dr. Blat, Dr. Eder Segura, Dr. Cristiano, Dr. Márcio Cristino.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – José Reinaldo, Roberto e eu.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – São todos esses promotores que estavam presentes.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O encontro tinha alguma coisa gravada, que pudéssemos requerer? (Pausa.) Não, não é?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É a credibilidade dos promotores.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu sei. Só estou fazendo uma pergunta.

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Desculpe; presentes ao ato estavam: Amaro José Thomé Filho, Roberto Wider Filho, José Reinaldo Guimarães Carneiro, José Carlos Guillem Blat, Eder Segura, Roberto Teixeira Pinto Porto, Márcio José Cristino. Tinha mais alguém, Roberto? Você se lembra? Bom, acho que bastam cinco ou seis promotores para confirmar...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Tem o relato de todos esses promotores?

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Acabo de confirmar os que estavam presentes ao ato.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em que data aproximada foi isso?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Dia 22 de janeiro..

**O SR. AMARO JOSÉ THOMÉ FILHO** – Dia 22 de janeiro de 2003.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É, porque isso é muito grave, não é?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Sim, mas a questão foi solucionada ali mesmo. Depois ele pôde colher o depoimento com tranqüilidade. Isso nós solucionamos ali mesmo. Não tenho certeza, Senador, se temos registro de filme disso, porque foi filmado esse primeiro momento, e depois nós filmamos o segundo depoimento dele. Não sei se as fitas...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Essa é a minha pergunta. Uma vez checado isso, se houver registro de filme desse ato, é possível cedê-lo à CPI?

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Sim, se nós verificarmos que existe, podemos ceder sim, Sr. Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Pois bem, eu gostaria depois de ter essa informação, para que eu requeira esse filme. Se for exibido aqui na CPI um filme em que se vê o delegado pressionando uma testemunha e inibindo essa testemunha, aí é o fim do mundo. Então, eu gostaria que o senhor checasse isso. Em havendo possibilidade, vou requerer, para que possamos ver...

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Vamos levantar isso, Senador, e entregaremos ao senhor.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E aí fica muito claro. Se pudermos exibir um filme dessa natureza, em que se vê um delegado dar murro na mesa e dizer "você quer acabar com minha investigação?", isso é extremamente grave, e eu gostaria depois de ter essa informação a respeito.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Sim, nós forneceremos, Senador.

Com relação à acareação, acrescentando ao que o senhor disse, o que vimos foram os réus da quadrilha da favela Pantanal se recusando a responder e defendendo, alguns deles, dois deles defendendo, com muita ênfase, o Sérgio. Mas não os vimos defendendo a eles próprios. Em nenhum momento, um deles se levantou dizendo "sou inocente, isto aqui é uma acusação..." Em nenhum momento houve isso, e em nenhum momento ocorreu de um defender o outro.

Numa quadrilha, é muito comum alguém chamar a responsabilidade do crime para si mesmo e dizer assim, no caso de uma investigação: "Não, o crime é meu; Fulano e Beltrano não têm nada a ver com isso." Começam a dividir responsabilidades. O Senador Romeu Tuma foi delegado e sabe disso. Os que têm pena maior chamam a responsabilidade para si, em favor daqueles que têm pena menor. Isso é o que acontece. Mas, nesse caso, não. Nesse caso, eles não se defenderam nem entre eles da própria quadrilha. Não se defenderam pessoalmente. Eles só defenderam o Sérgio. Eu achei isso absolutamente estranho, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Senadores, vamos concluir...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu disse que o momento era ímpar. Um momento ímpar como aquele não se tem todo dia, quando o sujeito aproveita para fazer a sua defesa,...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Dr. Roberto está concluindo...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – ...para tomar atitudes sérias que produzam elementos até de dúvida em quem está fazendo e elementos de prova em favor dele.

Por isso, lamento a perda daquele momento, a oportunidade que o Sr. Sérgio Gomes teve e tal. E eu

disse isso para ele lá, porque ninguém quer condenar ninguém previamente, porque quem condena é a Justiça; mas não dá para o sujeito ficar produzindo elementos contra ele.

**O SR. ROBERTO WIDER FILHO** – Exatamente, Senador.

A outra questão do senhor, Senador Suplicy, com relação à questão de Heliópolis, naturalmente a Drª Elisabete Ferreira Sato e nós vamos investigar. Não descartamos depoimento antes de investigar. Se pudermos fazer isso junto com a CPI, não há o menor o problema. Por mim, são essas as ponderações, Senador.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – A senhora tem alguma consideração?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) - Ela tem informações importantes, Sr. Presidente. Ela nos disse.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** - Dois minutos, Presidente. Posso ter dois minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – A senhora tem a palavra.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** - Para encerrar, vamos considerar o depoimento da testemunha que batizamos, entre aspas, de "Nicole". A testemunha Nicole.

**O SR. EDUARDO SUPLICY**(PT – SP) – Não entendi bem a palavra...

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – A testemunha que o senhor ouviu reservadamente, nós demos um codinome para ela, em face do Provimento 32. Então, é a Srª Nicole.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ela é parecida com a Nicole Kidman? Não tinha reparado. Eu gosto muito da Nicole Kidman.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Ela nos forneceu naquele depoimento reservado dois apelidos. O primeiro vulgo "Paraíba" e depois o vulgo "Cabo Lima". O vulgo Paraíba, Antônio Bispo dos Santos, que foi vítima de homicídio no Município de Mauá, em 2003, salvo engano. Que o Roberto me corrija se eu estiver errada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos ouvir a Drª Elisabete Sato, que está com a palavra. Peço aos Srs. Senadores que fiquem atentos ao depoimento.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Cabo Lima, então, é Carlos Roberto de Lima, que foi vítima de homicídio em 04/11/2004, na área do 95. É um inquérito que foi instaurado pelo 95º Distrito Policial, e nós soubemos que foi encaminhado ao DHPP para prosseguimento. Com relação à indagação do que foi relevado pelo preso Feitosa...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Era a pergunta que eu tinha feito, ela está respondendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não sei se V. Exªs entendem que atrapalham a Drª Elisabete quando interrompem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bom, não atrapalharei mais, Sr. Presidente. Era por atenção à Drª Elisabete, porque era algo que o Senador Magno Malta tinha chamado a minha atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Senador Eduardo Suplicy, vamos ouvir a Drª Elisabete.

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – Com relação à revelação do preso Feitosa a respeito de um outro preso que estaria em Franco da Rocha, tenho uma informação de que esse preso ligou para mim, na delegacia, disse-me que tinha revelações importantes com relação ao caso Celso Daniel, mas que ele condicionaria a me dizer o que ele sabia desde que ele fosse beneficiado com uma transferência de cadeia, ou seja, de penitenciária. Disse que a esposa dele faria contato comigo depois desse compromisso de transferência. Eu disse para ele que eu poderia estar ajudando desde que soubesse quem era ele, e que, no entanto, como sou delegada de polícia, não poderia ter uma influência junto à Secretaria de Administração Penitenciária, ou Departamento das Execuções criminais, etc. Dei as explicações técnicas para ele, ele disse que confiava no nosso trabalho e que ele manteria novo contato. No mesmo dia, ele telefonou dizendo que ele falaria o nome dele, me disse o nome dele completo, número de matrícula etc., e disse-me que, no final de semana seguinte, a esposa dele estaria fazendo uma visita a ele, que ele iria falar com ela, ela iria reproduzir um CD, que ela tinha um CD em mãos e faria a entrega.

Quando tivemos colhendo o depoimento do Feitosa, na segunda-feira, ao final dele, a Drª Adriana estava junto comigo, ele disse: "Olha, eu quero muito conversar com a senhora, porque tenho informações, eu vou dizer, e a senhora vai dizer se a senhora sabe de alguma coisa". Então, surpreendentemente, ele me contou esse diálogo que eu tive com esse preso. No entanto, ele disse "sei que a senhora não sabe do assunto", mas ele me falou do que se tratava. E ele me disse o seguinte: que esse preso teria em mãos um CD com a gravação de uma conversa. Só não me lembro agora, a Drª Adriana me corrija, se é entre o Sérgio Gomes da Silva e o Ronan Maria Pinto, ou se são outros interlocutores. Mas acredito que sejam esses dois. Que esse CD estaria na posse daquele preso, que prefiro não revelar o nome, porque não checamos

ainda. E eu perguntei para ele: "Como esse preso tem esse CD?" Isso ao Feitosa. O Feitosa nos disse o seguinte: que esse CD teria sido dado a esse preso pelo Juiz Federal Rocha Matos e que a intenção era que ele utilizasse esse CD...

**O SR. ROMEU TUMA** (PLF – SP) – Para extorsão, junto...

**A SRA. ELISABETE FERREIRA SATO** – ...para extorsão, a benefício dessas duas pessoas.

Hoje eu recebi uma ligação dos meus policiais dizendo que esse preso não está mais nesse presídio, porque ontem, pela manhã, eu havia pedido autorização para a juíza-corregedora da Comarca para ouvi-lo. Essa autorização chegou ontem mesmo à tarde, mas, como nós vínhamos para cá hoje, não foi possível coletar. Mas, hoje de manhã, ligou para a delegacia o diretor desse presídio dizendo que era para me avisar que esse preso tinha sido espancado ontem por outros presos e que ele já havia sido transferido hoje, pela manhã, para um outro lugar mais seguro. Então essa é nossa ansiedade. Amanhã, tão logo nós cheguemos em São Paulo – hoje não dá mais tempo –, mas, amanhã, nós vamos saber efetivamente o que aconteceu.

Soube também, através de meus policiais, que a esposa do preso me procurou hoje lá, que ela quer falar comigo de qualquer jeito, que ela quer fazer a entrega desses CDs.

Então são essas as informações novas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, V. Exª há de convir que um pouco mais de tempo que eu tive talvez tenha propiciado uma informação relevante. Se V. Exª não tivesse sido generoso comigo, não teríamos sabido desse CD, que talvez seja importante, talvez seja muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª não pode reclamar de generosidade da minha parte, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª tem sido muito generoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, esses dados estão na fita que foi entregue ontem, que o Feitosa nos relatou esse fato da posse desse preso, que o Senador Suplicy, como Presidente da Subcomissão, teve a cautela de fazer as anotações necessárias, e que o Relator deverá colocar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu não vou tomar mais o tempo. Quero, preliminarmente, agradecer a sinceridade e a coerência da exposição dos promotores, da Drª Elisabete, o que está ajudando, Promotora, a montar o mosaico real dos acontecimentos com a morte do Celso Daniel, porque vinculam nas suas investigações – acredito eu, depois dessa exposição – três fatos relevantes e interligados: a fuga, a corrupção, o seqüestro e a morte. Não dá para, isoladamente, fazer três inquéritos separados, sem que eles possam interligar para, objetivamente, buscar a razão do seqüestro e da morte do Celso Daniel. Esse é o meu raciocínio, não sei se está correto.

É que minha garganta está ruim. Estou aqui por amor a V. Exª, porque o meu estado físico é o pior possível, e também em respeito às autoridades aqui presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Da minha parte, agradeço.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A Drª Elisabeth fez uma referência que eu tinha até anotado sobre compartimentação da ação dos envolvidos. Eu tinha colocado aqui que, desde a época das organizações criminosas de ação política, ensinaram os bandidos comuns a ação para principalmente assalto a banco – roubo, o assalto surgiu num decreto-lei, e o Código Penal fala em roubo – e também essa ligação entre os marginais comuns e os presos de organizações subversivas terroristas à época que ensinavam os bandidos para confundir a investigação policial e não identificar qual era a organização correta que praticou o crime. Então a compartimentação real. E por que estou colocando isso? Para mostrar que não é crime de trombada, doutor; não é crime de trombada absolutamente nenhum, porque o Suplicy levantou os dois nomes do Dionísio e do outro da outra favela, que são especialistas em seqüestros, e não existe absolutamente. Eu investiguei vários inquéritos quando estava no DOPS, e ficaram praticamente assalto a banco e seqüestro para que o Departamento investigasse em razão das ações terroristas subversivas terroristas da época. E o levantamento – estão aí os três últimos –, fui à Nicarágua para levantar um *bunker,* que foi estourado numa explosão eventual, de um grupo da ERPI de El Salvador, onde tinha um grande armamento. Lá, havia todos os levantamentos dos seqüestrados aqui, do Abílio Diniz, do Olivetto, e de outros prováveis, com levantamento por meio de revistas, levantamento de escolas, dos horários em que caminhavam, em que saíam. Ninguém faz um seqüestro com objetivo firmado sem ter todos os levantamentos e todas as hipóteses de erro. Se eles não tivessem realmente encontrado o alvo, eles teriam repassado todos os seus levantamentos para serem corrigidos e, na segunda tentativa, acertarem e não cometerem erro.

Então, sobre aquele negócio de trombada, de que tinha 40 mil, isso é conversa mole, doutor. Desculpa.

Acho que isso é para boi dormir. Eles foram atrás do Celso Daniel. Agora, é claro que os senhores estão investigando qual era o objetivo da morte.

Então, essa confusão que se faz – até o Presidente tem feito esse levantamento –, eu pediria para eliminar. Não tem de falar nem em crime político nem em crime comum. É um crime de seqüestro com morte; assassinaram por alguma razão. Não foi atrás de benefício financeiro, nem atrás da cesta básica para a favela, o que poderia ser um crime político. Exigir, para devolver ao prefeito, que desse cesta básica ou para soltar um outro preso, aí, sim, teria uma característica mais... Estou achando que falar em crime político ou não político é um biombo para atrapalhar o que vocês estão fazendo, meu Deus do Céu! Vamos parar com isso. Houve um crime de morte, depois de um seqüestro. Então, vê qual é o mais grave. O mais grave é o homicídio e o meio foi o seqüestro.

Agora, sobre a participação, o Feitosa fala claramente como foi feito. Eu acredito, Senador, que a acareação teve o desmentido do Elcyd, porque ele estava no meio de seis outros e seria morto, imediatamente, até no carro que os ia transportar de volta. Mas ela serviu claramente para mostrar que eles estavam pactuados com alguma coisa para não relatarem nada. Ele deu todas as oportunidades. Eu ainda fiz uma crítica clara, de que a população não deveria entender, naquela acareação, os três Senadores como trouxas ali, porque estavam diante de uma quadrilha organizada, que estava preparada para se colocar, unanimemente, contrária a qualquer indicação de informação que pudesse fornecer. A tranqüilidade do Sérgio foi muito patente ali. Ele não demonstrou nenhum remorso, nenhum amor pelo amigo Celso Daniel, nenhum desespero: "Não, entendo...". Então, é um negócio psicologicamente difícil de entender. Até o Senador Magno Malta disse lá que não estava entendendo aquelas posições que eram claramente pactuadas. Não vou fazer uma acusação contra o Sérgio ou não, porque são coisas que estão dentro do processo de investigação.

Então, acho que o objetivo do seqüestro era o Celso Daniel. As razões da necessidade de eliminá-lo estão sendo investigadas e, como a Elisabeth disse, se Deus quiser, chegaremos ao final. O que não pode haver é nenhum tipo de pressão sobre vocês, de ninguém, nem colocações que possam desvirtuar a investigação. Pelo contrário, vocês têm de ter apoio total. Se a investigação concluir que realmente não houve esse tipo de ação ou que o mandante não seria fulano nem a organização, então, está esclarecida a corrupção. Não tenha dúvida sobre isso. Tem alguma dúvida sobre isso? Não tem. A organização para arrecadação de dinheiro está clara, denunciada e comprovada. Então, isso não se afasta.

A fuga do Dionísio está comprovada, e a finalidade da presença dele era para seqüestrar. Isso está comprovado. No seqüestro e na morte, está comprovado que houve um grupo contratado por isso. Não houve nenhum pedido de resgate, meu Deus de Céu! Não houve nenhum pedido de qualquer ação política que pudesse representar um crime político. Então, vamos parar com essa conversa de crime político, de crime comum. É crime de seqüestro com homicídio para encobrir, provavelmente, um sistema de arrecadação que o próprio irmão está tentando casar as suas investigações com as dos promotores para encontrar o caminho da verdade. E também o Dr. Rodrigo, que tem sido 100% no atendimento à CPI, qualquer coisa. Ontem, foi sensacional na nossa presença lá, oferecia todas as condições. E, é claro, acho que estamos formando aí um quadro bem real de todos os acontecimentos. Acredito que o nosso Relator hoje ficou todo o tempo ouvindo, e a gravação vai dar um quadro perfeito.

Sobre a fita que foi fornecida, que provavelmente esteja na mão desse preso que foi torturado porque alguém informou que ele iria colaborar com a polícia, é por isso que o cara desmentiu na CPI. Para mim, não vale o que ele desmentiu lá, vale o que ele depôs em juízo. O que vale lá é o que ele falou em juízo. Aquilo é que vai ter valor. Alguém tem que conversar reservadamente com ele outra vez. Porque a advogada teve uma discussão...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, a advogada inclusive tinha me dito que o depoimento válido era perante o juiz de Itapecerica. Então, preciso ter até um novo diálogo com ela, porque na circunstância da pressão dos demais, ele acabou modificando.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Acho que era uma extorsão que ele estava querendo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PFL – SP) – Se me permite, Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O vôo dos procuradores, Sr. Presidente, é agora às 20h15, já são 19 horas. Uma e meia daqui para o aeroporto, com o trânsito, aí eles vão perder o vôo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, dá tempo, isso eu garanto, que dá tempo. Eu os levo, se for por isso, eu os levo.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Mas o senhor não volta o relógio!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se formos fazer essa discussão, não posso falar essa palavra, é importante. São trinta segundos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Deixa só eu dar o aparte e eu já não falo mais nada. O senhor me agradece e...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Não, V. Exª tem trinta segundos e V. Exª conclui.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Agora eu refleti sobre o que o Senador Romeu Tuma mencionou na segunda-feira à noite quando, a certa altura, falou como se tivesse sido uma perda de tempo o que ouvimos aqui. Acontece, e ele próprio aqui detectou tão bem, e, na tarde de hoje, pela própria análise que todos aqui fizemos, do procedimento dos sete indiciados, do Sérgio e dos demais, que se pode perceber muito, ainda que eles estejam se negando a colaborar, mas a própria negativa em colaborar é muitas vezes reveladora. Um investigador, diretor do DOPS, diretor da Polícia Federal, com tanta experiência, nos trouxe agora a interpretação, com o auxílio dos promotores, da Drª Elizabeth, do Senador Magno Malta e de V. Exª, a interpretação de cada um dos gestos, das palavras e tudo. E isso, portanto, V. Exª acabou de afirmar há pouco, portanto, não foi perda de tempo a acareação. Agora compreendi. Porque um jornal até destacou a palavra de V. Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, mas eu não falei isso. Eu falei: Parece perda de tempo, mas não foi. Porque houve a clareza da posição harmoniosa deles. E se faz uma acareação na certeza, porque se tinha certeza que eles não iam acusar ninguém, nem o Elcyd. Eu falei, ele não vai acusar ninguém porque não é maluco, porque ele morre dentro da viatura, na volta. E eu falei para a sociedade: não pense que somos trouxas. Sabemos que eles não vão revelar nada porque estão pactuados na autodefesa.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Agradeço a V. EXª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Vou pedir à jornalista Kátia Seabra para ver esse trecho aqui na noite de hoje. Porque ela reportou como se fosse...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Senador Eduardo Suplicy, quero aqui agradecer a V. Exªs, principalmente os três Senadores que participaram da subcomissão, que estão dando hora extra à Comissão, a prova está aqui. Agradecer ao Dr. Roberto Filho, ao Dr. Amaro Filho, à Drª Elizabeth Sato e à Drª Adriana Morais.

Quero aqui comunicar aos Srs. Senadores que amanhã teremos as oitivas do Sr. Valter Santos Neto e do ex-diretor da Gtec, Ademar Miranda Torres. E, na próxima terça-feira, em entendimento com o nosso Relator, estaremos fazendo acareação dos Srs. Rogério Buratti, Juscelino Dourado, Rui Barquete, Carlos Eduardo Valente, Vladimir Poleto e Ademirson Ariovaldo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. É só uma informação que me veio agora da Polícia Federal, que eu queria transmitir ao Dr. Amaro. Não houve inquérito, houve diligências, inclusive uma requerida pelo Ministério Público. E que houve relatório sobre essa diligência, mas que eles não chegaram a abrir nenhum inquérito. Isso dito pelo diretor da Polícia Federal. Provavelmente a informação, com esse documento que foi e veio, pode ser que seja interpretado como inquérito. Porque o diretor disse que não foi aberto, provavelmente o informaram... Então se o senhor puder dar o número do inquérito, porque pedi o número do inquérito para pedir cópia. Se não teve inquérito...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu queria que a CPI veja com cuidado a segurança pessoal do preso mencionado pela Drª. Elizabeth Sato, e da sua esposa, para que nada ocorra a partir do conhecimento que a CPI teve desse preso que foi espancado na prisão. É necessário assegurar a segurança.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Solicito ao Dr. Aires, Delegado da Polícia Federal que está à disposição desta CPI, que, em nome da CPI, faça contato com representantes da Polícia Federal para tomar as providências.

Agradeço a V. Exªs e agradeço aos Srs. Promotores e Delegados, colocando-nos aqui à disposição dos senhores.

Muito obrigado!

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 19h07min)*

**Ata da 42ª Reunião , Realizada em 1ºde dezembro de 2005.**

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e trinta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes e Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que

a presente destina-se à oitiva dos Senhores Walter Santos Neto, da MM Consultoria e Adelmar Miranda Torres, Subchefe-Adjunto de Coordenação da Ação Governamental, na Casa Civil e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir, submete a votação os seguintes requerimentos: Requerimento nº 260/05, de autoria do Senador Arthur Virgílio, seja convocado o Sr. Roberto Carlos Kurzweil, para prestar depoimento perante a CPI, sobre a matéria publicada na revista Veja, edição de 2 de novembro do corrente. Em votação, é aprovado. Requerimento nº 261/05, de autoria do Senador Arthur Virgílio, seja convocado o Sr. José Roberto Colnaghi, para prestar depoimento perante a CPI, sobre a matéria publicada na revista Veja, edição de 2 de novembro do corrente. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy solicita esclarecimentos sobre as convocações e pede que os demais requerimentos sejam apreciados após a oitiva dos depoentes. Na seqüência, convida o senhor Walter Santos Neto para tomar assento à Mesa, concedendo de imediato a palavra ao depoente que reiterou suas colocações prestadas no seu último depoimento e informa que se encontra em tratamento de saúde, colocando-se à disposição da comissão para os esclarecimentos necessários. Com a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para as indagações iniciais, seguido, de acordo com a lista de inscrição pelos Senadores José Jorge, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Magalhães e Geraldo Mesquita Junior. A presidência agradece a presença do depoente e convida o senhor Adelmar Miranda para tomar assento a Mesa. Com a palavra o depoente informa que foi diretor da Caixa Econômica Federal na época do contrato do banco com a Getch e inicia seu depoimento, declarando que é funcionário público concursado e foi diretor na área de redes até 1997 e depois diretor de redes e loterias. Trabalhou em outros setores do governo até 2003 quando ocupou o cargo de Subchefe-Adjunto de Coordenação da Ação Governamental, na Casa Civil, onde encontra-se atualmente. Contestou os relatórios da auditoria da Caixa Econômica Federal e do Tribunal de Contas da União, tanto em relação ao que relata sobre sua participação no processo de contrato da CEF/Gtech, quanto ao que considera de prejuízo a CEF. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Junior para interpelar o depoente. Finalizando a presidência agradece a presença do depoente e informa que no próximo dia seis teremos a oitiva da senhora Mara Gabrilli, empresária e Jornalista e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às quinze horas e vinte minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a décima segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a presente reunião destina-se à oitiva dos depoimentos dos Srs. Valter Santos Neto e Ademar de Miranda Torres.

A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Antes de convidarmos os depoentes para comparecerem a este recinto, quero submeter à votação quatro requerimentos.

O primeiro requerimento é o de convocação do Sr. Roberto Carlos Kurzweil: "Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e nos termos regimentais, que seja convocado o Sr. Roberto Carlos Kurzweil para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre matéria publicada na revista **Veja**, edição de 2 de novembro do corrente, que mostra que a campanha petista para a eleição presidencial de 2002 recebeu doações clandestinas provenientes de Cuba". Assina-o o Senador Arthur Virgílio.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O segundo requerimento diz: "Venho requerer a V. Exª, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e nos termos regimentais, que seja convocado o Sr. Roberto Colnaghi para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre matéria publicada na revista **Veja**, edição de 2 de novembro do corrente, que mostra que a campanha

petista para a eleição presidencial de 2002 recebeu doações clandestinas provenientes de Cuba". Assina-o o Senador Arthur Virgílio.

Em discussão o requerimento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Qual é a pessoa que se está chamando, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Sr. Roberto Colnaghi. Pedimos apenas para que ele compareça aqui para esclarecer a respeito de matéria publicada na revista **Veja**.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

O terceiro requerimento diz: "Venho requerer a V. Exª, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e nos termos regimentais, que seja convocado o Sr. José Roberto Colnaghi para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 13 de novembro, que trata do seu envolvimento em denúncia de favorecimento em Angola com linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social".

Em discussão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu lhe agradeceria se pudéssemos examinar os requerimentos, inclusive o que foi apreciado, e confirmá-los no momento em que houver quórum. Como estamos sem quórum, seria melhor que se iniciassem os depoimentos. Eu não faria objeção a que se iniciassem os depoimentos, mas, para a votação de requerimentos, agradeceria se pudéssemos esperar o que manda o Regimento, já que são votações importantes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Exª tem a palavra para contraditar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na realidade, para que se verifique se há quórum ou não, V. Exª tem de pedir verificação, porque os requerimentos anteriores já foram aprovados.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Apesar de não se tratar de requerimento de quebra de sigilo nem nada...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Os de quebra de sigilo é que precisam de votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Vamos atender à ponderação de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mesmo os de convocação, até para depois não se questionar a legitimidade das convocações. Não vou colocar objeção.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – S. Exª tem razão neste sentido: há evidente falta de quórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Para esses outros requerimentos que não foram apreciados, vamos, então, aguardar o momento em que haja quórum físico presente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na verdade, o que acontece é o seguinte: quando o Senador vem à Comissão, assina a lista e se ausenta, S. Exª, de certa maneira, está respaldando tudo aquilo que a Comissão fizer, a não ser que alguém levante uma questão, como V. Exª levantou. Então, como V. Exª...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Exato.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Deixe-me concluir.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É em benefício da legitimidade dos requerimentos que estão sendo apresentados.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Exª tem razão. Como V. Exª levantou a questão, então é de bom tamanho que a gente deixe para o final.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É muito comum aqui – V Exª sabe disso melhor do que eu, porque é mais antigo na Casa –, muitas vezes, votar-se sem que haja quórum, mas com o respaldo das assinaturas dos Senadores que por aqui passaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Também nas sessões, o quórum é o que está registrado no painel.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Mas vou acatar a posição do Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Exª tem tanto prestígio conosco, que tudo que V. Exª disser vamos fazer um esforço para atender.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Assim sendo, peço à Secretaria da Mesa para convidar o Sr. Valter Santos Neto para comparecer a este recinto e tomar lugar à mesa para fazer suas considerações. (Pausa.)

Inicialmente, quero agradecer a presença do Sr. Valter Santos Neto e do seu advogado.

Passo a palavra ao Sr. Valter Santos Neto, para usar o tempo que julgar conveniente para fazer suas explanações iniciais.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Bom dia, Sr. Presidente! Bom dia, Sr. Relator! Bom dia, Srªs e Srs. Senadores presentes! Bom dia a todos!

Senador, gostaria só de fazer uma pequena introdução no sentido de pedir desculpas a Casa. Infelizmente, está ausente o Presidente Efraim.

Reitero todas as minhas assertivas feitas e respostas no último depoimento, mas, depois de analisá-las na televisão – a fita –, reconheci, da minha parte, um tratamento até leviano e normal de um comportamento realmente reprovável em vários pontos.

Está aqui o Senador Geraldo, que me admoestou com muita firmeza e elegância, no sentido de que um indivíduo como eu, que foi até agraciado com grandes e boas oportunidades da profissão, deveria ter sido conseqüente, deveria ter sido responsável mesmo, do ponto de vista legal, de recolher impostos, de fazer uma contabilidade correta e principalmente também de não tratar, normalmente, um comportamento doentio. Hoje percebo que tenho uma característica compulsiva, a princípio dividida com obesidade e, depois, julgada exclusivamente nessa – vamos fizer assim – compulsão para gastos, compulsão para uma vida desregrada e desbragada, que hoje me trazem aqui muitas vezes, digamos assim, a episódios pouco convencionais.

Então, concordo com que todas as pessoas normais ou pessoas que não têm essa disfunção, olhando aquela situação, não só a considerem completamente fora do padrão, como também não encontrem uma forma de ver a minha tranqüilidade, a minha normalidade em tratar de um assunto assim.

Tirando isso, coloco-me, evidentemente, à disposição de V. Exªs, para responder ao que for necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço-lhe.

Passo a palavra ao nobre Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Valter Santos Neto, esta CPI e o Ministério Público Federal identificaram que V. Sª, bem como suas empresas, MM Consultoria e S. Santos Assessoria, sonegaram informações e tributos à Receita Federal e à Receita Municipal de Belo Horizonte. A Receita Federal, após informação do Ministério Público, abriu processo fiscal contra V. Sª e suas empresas.

Pergunto: quanto a Receita Federal levantou que V. Sª e suas empresas deveriam recolher de impostos, multas e juros?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Sr. Presidente, esse levantamento ainda está sendo feito. Concomitantemente ao termo de iniciação fiscal, foi feita, da minha parte, uma apuração integral dos últimos cinco exercícios. Já fiz a minha declaração. As retificações de declaração de renda tanto da minha pessoa física quanto das duas empresas já foram encaminhadas à Receita. Há uma diferença considerável porque, na S. Santos, existe um pequeno débito parcelado e um segundo débito apurado para o exercício de 2004, que depende da quitação do primeiro parcelamento para ser parcelado em segunda etapa. A Receita Federal ainda não me notificou, Excelência, dizendo qual é o valor final dessa autuação. Imagino que, na MM, eu deva alguma coisa em torno de R$3,5 milhões ou de R$3 milhões e, na S. Santos, algo em torno de R$600 mil. Evidentemente, pende aí uma dúvida sobre a que tipo de multa estarei exposto por conta de momentos processuais.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não tem idéia de valores?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não. Como eu disse ao senhor, meu levantamento unilateral parcial gira em torno desses volumes, mas ainda não fui ainda notificado pela Receita.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quais volumes? Desculpe-me.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – No caso da MM, algo entre R$3 milhões e R$3,5 milhões; no caso da S. Santos, algo em torno de R$600 mil.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com relação à Receita Municipal de Belo Horizonte, o senhor já...

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Com relação à Receita municipal, sempre fui inscrito como advogado e paguei o ISS. Todas as duas empresas giravam dentro do sistema de empresas de advogados – os sócios eram advogados –, e o ISS, em Belo Horizonte, até por decisão judicial, é cobrado por profissional liberal e não por receita. A Receita Municipal poderá também querer discutir esse assunto, mas eu ainda não fui notificado disso, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Receita Municipal não o notificou sobre esse ISS?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não. Por conta dessa... É o seguinte: as empresas de profissionais liberais, Senador, obtiveram, no princípio, decisões judiciais, e, depois, essas decisões foram até abraçadas pela legislação, no sentido de permitir o pagamento

não pelo faturamento das empresas, mas pelo ISS, por advogado, por sócio da empresa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A empresa de V. Sª, a MM Consultoria, conforme ficou claro durante a última participação do senhor em uma das nossas audiências, recebeu mais de R$5 milhões da GTech para patrocinar duas medidas junto ao STJ. No entanto, nenhum alto dirigente da empresa se reuniu uma vez sequer com V. Sª. No seu depoimento anterior, V. Sª afirmou que manteve negociações com a Drª Magda Kiehl.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Note bem, Senador: quem me contratou, quem entrou em contato foi o Dr. Enrico Gianelli. A Drª Magda Kiehl, estive com ela em algumas oportunidades, mas não previamente à minha contratação. Desculpe. Então, ficou mal colocado. As nossas negociações foram mais até intensas no final do contrato, quando a GTech discutia se pagaria ou não a parcela de êxito em função de julgar se era ou não devida pelo nosso contrato. Mas a minha ligação profissional com a GTech foi feita prioritariamente através do Dr. Enrico Gianelli, que era advogado do escritório – parece-me que tinha advocacia-geral deles lá – Fisher & Foster.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por sua vez, o Dr. Enrico Gianelli afirmou a esta CPI que apenas apresentou V. Sª à GTech, mas que foi aquela empresa que negociou os contratos com V. Sª, inclusive os valores pagos. Pergunto: afinal de contas, quem foi que negociou a sua contratação?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Excelência, toda a minha contratação, a ida a Belo Horizonte primeiro pelo Dr. Enrico, a vinda aqui a Brasília para conhecer o processo e depois os termos... Inclusive, as comunicações foram feitas com a Fisher & Foster através do Dr. Enrico Gianelli. Eu só vim a conhecer um dirigente da empresa no mês... Eu não poderia ser muito preciso, mas ou foi no final do mês de dezembro ou foi no mês de janeiro, quando conheci o Vice-Presidente de então, o Dr. Marcos Andrade, que, parece-me, logo depois, pela notícia que tive do Dr. Enrico, tinha-se desligado da empresa. Era apenas para explicar a ele as perspectivas que eu via das medidas cautelares que tínhamos, porque, da liminar conseguida, foi ajuizado um agravo regimental que já contava com dois votos contrários. Então, fui explicar a ele. Falei: "Acho que devo explicar a alguém da empresa". Mas, nessa negociação, o Dr. Enrico se enganou ou não se lembrou, mas quem fez comigo... Inclusive, os senhores quebraram os meus sigilos fiscal, bancário e telefônico, e não há ligação minha para a GTech. Não é que eu não o quisesse. Se ele falasse comigo "você tem de falar com fulano", eu ligaria. Mas sempre falei foi com ele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª possui ou possuiu uma empresa chamada Valter Santos & Associados?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Essa é a denominação que sempre usei no meu escritório. As folhas do meu escritório estão em nome de Valter Santos & Associados, mas as empresas que giram ou giravam eram a S. Santos Advocacia, recentemente, e a MM Consultoria.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O contrato de V. Sª com a GTech tem a logomarca de Valter Santos & Associados.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Tem, tem.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E as notas fiscais para pagamento foram em nome da MM Consultoria.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Isso. Agora, parece-me que, nos contratos... Porque eram contratos epistolares, não é?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Contratos o quê?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Epistolares.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O que é isso?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Contrato epistolar é feito por epístola, por carta. Não tem uma forma. É uma correspondência em que no final se assina, dá-se um "de acordo" e se formaliza a contratação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Se o Relator me permite, quero dizer que a dificuldade nossa é saber: como é que podem existir duas empresas em que, na realidade, uma assina o contrato e a outra emite as notas? Do ponto de vista contábil, do ponto de vista da legislação, do ponto de vista do pagamento dos impostos, como é que V. Sª explica uma situação dessa? Na realidade, nunca ouvi falar nisto, em uma empresa assinar o contrato e a outra emitir as notas, mesmo sendo elas do mesmo dono. Todas as duas são só de V. Sª ou têm sócios diferentes?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – A empresa que existe, ou existia, era a MM Consultoria Jurídica e Administrativa à época. Valter Santos & Associados é o nome que eu girava no meu escritório.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como é que "girava"? Não sei o que é isso.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – O meu nome é Valter Santos Neto, Excelência. Então, eu apresentava ou apresento o meu escritório como Valter Santos & Associados.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não existe essa empresa?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não. Existe a MM... Hoje, estou na OAB tentando o registro de um

escritório, porque a OAB também me convocou, em função do nosso estatuto dos advogados, exigindo a conformidade do meu escritório com as normas da OAB, ou seja, que a empresa seja de sociedade civil sem responsabilidade limitada e uma série de outras... Então, hoje, estou criando o escritório Valter Santos & Advogados Associados SC.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas, na realidade, ainda não entendi. Na época, existiam duas empresas. Uma empresa tem de ter registro, tem de ter uma série de... Aliás, dizem que demora 176 dias a fundação de uma empresa aqui no Brasil. Não sei se é verdade, mas é o que se diz.

Então, na verdade, existiam duas empresas, ou existia só uma empresa e a outra era só uma... Como é que se chama?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Uma marca.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Uma marca?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Era isso?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Era isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na realidade, só existia a MM Consultoria?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Essa Valter Santos & Associados não existia na prática?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não. Era a marca do escritório.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E por que essa diferença? Há uma marca e uma empresa? Não entendi. Qual é a vantagem disso?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Usualmente, na advocacia, Senador... Dificilmente, num papel da advocacia, vem lá, por exemplo, MM Consultoria Jurídica. Vem é o escritório ou o nome do advogado: escritório do professor fulano, escritório do advogado sicrano, fulano e beltrano advogados. Não é isso?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não sei. Acho que deveria vir o nome da empresa, a não ser quando o advogado não atuasse em nome de nenhuma empresa. Valter Santos & Associados não é seu nome, não é? É o nome de uma empresa, teoricamente.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É. O meu escritório é de Valter Santos, eu, e dos meus associados.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É difícil de entender, mas tudo bem.

Eu lhe agradeço, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Valter, o Sr. Marcelo Rovai considerou um verdadeiro absurdo o valor pago pela GTech à V. Sª pelo serviço que eventualmente foi prestado. Ele, como V. Sª sabe, é diretor ainda hoje da GTech.

A GTech, nos seus diversos contenciosos, contou com o serviço de vários profissionais, como Aristides Junqueira, Luiz Vicente Cernicchiaro, escritório Sigmaringa Seixas, escritório Alcoforado. No entanto, o único que, de acordo com a Drª Magda Kiehl, recebeu uma remuneração total maior que a sua foi o escritório Fisher & Foster, porém por sete anos de trabalho de diversos advogados em diversas causas, inclusive nas duas em que V. Sª participou.

Pergunto: além de V. Sª, sua empresa contratou algum outro advogado para atuar nas causas da GTech? Quantos meses V. Sª trabalhou nessas causas?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não, Excelência. Não contratei ninguém diretamente. Comecei a minha... Fui contratado efetivamente no mês de outubro de 2002 e considerei cumprido o contrato, esse feito no dia 15 de fevereiro de 2003, quando recebi do Dr. Enrico a notícia de que a GTech não o considerava cumprido. Começamos uma negociação, se estava ou não cumprido, que, depois, culminou com o desfazimento desse contrato e com o pagamento em julho de 2003. Então, outubro, novembro, dezembro, são nove meses.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Relator...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador Antonio Carlos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Cheguei um pouco atrasado e peço desculpas.

Para ter um contrato dessa ordem deve ter um excelente currículo o ilustre advogado. Ele trouxe o currículo, para nos mostrar, da sua atuação como advogado ou seus títulos?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Excelência, não trouxe. A última vez em que aqui estive – infelizmente o senhor não estava –, o Relator me perguntou e citei alguns clientes que eu tinha.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu não quero saber dos seus clientes, quero saber de títulos. O senhor é professor universitário?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não, não sou, não. Sou advogado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Advogado?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – A sua Banca é conhecida em São Paulo?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não sou de São Paulo, sou de Belo Horizonte.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Belo Horizonte?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É. Sou de Minas.

É o seguinte, Excelência: quando o caso veio até mim – assim como o próprio Relator levantou –, outros advogados já atuavam. E chegou-se a um embate jurídico no TRF, onde a maioria dos advogados não acreditava que haveria possibilidade de se garantir à GTech o direito de participar da licitação que estava sendo feita. Através de um advogado comum, um amigo comum meu e do Dr. Enrico... Esse amigo disse ao Dr. Enrico que eu tinha conseguido no ano anterior uma medida cautelar no STJ, com a tese de que, quando não existiria um recurso específico, poder-se-ia dar um efeito suspensivo ao recurso que ainda não tinha sido interposto.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Quem foi o Relator no STJ dessa questão?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – O Relator foi o Ministro Luiz Fucs, e o prolator da liminar foi o Ministro Humberto Gomes de Barros.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – E, dessa envolvendo a GTech, quem é o Relator?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Desculpe-me. Nesse outro?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não, na do ano anterior?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Foi o Ministro Francisco Falcão.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Está bom.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Esse amigo comum foi o Sr. Cambraia, aquele que esteve aqui?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – O Dr. Cambraia.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Relator, dentro da linha de raciocínio de V. Exª, que é perfeita, eu queria pedir ao advogado que nos mandasse, no mesmo período, no mesmo ano em que ele fez esse contrato com a GTech, outros contratos que ele tenha feito. Evidentemente, um advogado que tenha sido contratado por R$5 milhões por uma empresa nacional, como é a GTech, é um advogado que deve ter na sua carteira n contratos, um número infinito de contratos nesse valor. Eu queria que ele mandasse à Comissão os contratos assinados nos doze meses anteriores e nos doze meses posteriores a esse contrato com a GTech. Penso que ele deve ter feito esse contrato exatamente pelo sucesso alcançado – ele agora, aqui, já demonstrou, por meio de uma informação, que foi uma vitória anterior no STJ. Mas seria bom que mandasse a esta Comissão os contratos que ele tinha em carteira e os valores.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito, penso que V. Exª estava atento para o que foi informado pela Drª Magda, que é do Departamento Jurídico da GTech. Ela disse que o único contrato superior ao do Dr. Valter foi o contrato do Fisher & Foster, porém por sete anos de trabalho de diversos advogados em diversas causas. Foram sete anos!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas, na realidade, quero os contratos da empresa dele, do escritório dele, com outros clientes.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu entendi.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Pode ser que haja uma prevenção contra esse contrato. Naturalmente, na medida em que ele tem contratos do mesmo valor ou de valor parecido, está demonstrado que é o padrão que o escritório cobra para causas dessa natureza. E parece que essa foi uma simples autuação no Superior Tribunal de Justiça, segundo ele.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto à tramitação da medida cautelar, o Ministro Humberto Barros reviu a sua posição e acompanhou o voto do Ministro Luiz Fucs, pela revogação da liminar. A mesma só não caiu naquele momento, porque houve um pedido de vista.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porém, em junho de 2003, por unanimidade, foi revogado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Relator, quem pediu vista?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Houve um pedido de vista.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Qual foi o Ministro que a pediu?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – O Ministro José Delgado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – José Delgado.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É meu conterrâneo. É do Rio Grande do Norte.

Pergunto: que vantagens V. Sª apresentou à GTech para ela contratá-lo em vez de demandar esse trabalho a algum desses renomados advogados ou a escritórios comandados, inclusive, por ex-Ministros do Superior Tribunal de Justiça?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Excelência, apresentei a seguinte situação: eu me dedicaria quase que com exclusividade ao problema; eu aceitaria a contratação em base de risco, ou seja, se, por acaso, ao invés de obter a liminar, não a obtivesse, não ga-

nharia nada; e, vamos dizer assim, eu me disporia a fazer aquele pedido juridicamente, que outros advogados – não sei quais; por ética, não me informaram – recusaram-se a fazer, porque não acreditavam naquela tese especificamente. Eles achavam que a tese de direito era uma tese que não era acompanhada pela legislação.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor já publicou essa tese?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma tese de tal força jurídica, que já deveria ter sido publicada.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Note bem, Excelência: eu não a publiquei por dois motivos: acho que o advogado tem compromisso com o cliente, e toda a vez em que o advogado escreve livro, depois a outra parte utiliza aquele livro para poder ir contra ele; segundo, essa tese – não vou ser presunçoso –, ela não é minha. Eu já a utilizei várias vezes, e outros advogados também. Ultimamente – não vou faltar com a verdade –, o STJ vem cerceando ou vem não admitindo a aplicação disso, sob pena de incorrer em supressão de instância.

O que acho importante, se o senhor me permitir levantar, é o seguinte: a causa que já existia antes da minha participação sempre foi para permitir à GTech participar da licitação. Ou seja, em nenhum momento – e eu não quero fazer nenhuma defesa da minha cliente, a não ser na parte que eu conheço, que é a parte jurídica –, a GTech queria se furtar a não fazer uma licitação. Se em determinado momento, quando a Caixa perdeu o mandado de segurança, sem a minha participação – acho que era o Ministro Cernicchiaro o advogado –, se, naquele momento, após a segurança concedida em liminar e depois com a própria sentença, a Caixa tivesse revisto o procedimento e permitido a participação da GTech na licitação, esse assunto poderia hoje estar completamente abandonado, uma vez que existiam outros licitantes interessados e a GTech podia ter perdido dentro de uma licitação normal. Ou seja, as liminares que eu consegui, ou a liminar que eu consegui, especificamente, era apenas para suspender a possibilidade de a Caixa continuar com o procedimento de licitação que impedia a GTech de participar.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual foi a participação de Hélcio Cambraia na sua relação comercial com a GTech?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – O Dr. Hélcio, como eu disse, me apresentou o Dr. Enrico. Antes, na conversa deles, ele me explicou: "Olha, tenho um amigo, um advogado em São Paulo, que advoga para a GTech e está preocupadíssimo com um problema jurídico criado lá. E falou que está desesperado, tentando ver se acha alguma coisa, mas todo mundo fala que não tem jeito. Eu lembrei daquele caso que você teve no ano passado, em que você conseguiu uma liminar com efeito suspensivo para um recurso não interposto. Acho que é o caso. Posso te apresentar?". "Pode, perfeitamente." Apresentou-me ao Dr. Enrico Gianelli no meu escritório em Belo Horizonte e depois me acompanhou aqui para uma análise do caso.

Lá pelas tantas, ele, que fazia parte de um outro escritório, falou que não queria prosseguir contratando o caso. Indicou-me o caso, deixou que eu tivesse a liberdade de fazer proposta. A proposta que eu fiz primeiro ao Dr. Enrico era uma proposta percentual de valores, porque eu sabia que os valores eram consideráveis, e foi reduzida, então, àqueles valores que os senhores já conhecem, que é um contrato de R$3 milhões, sendo R$1 milhão na concessão da liminar, R$2 milhões na consolidação da liminar em uma sentença definitiva ou no fazimento de algum acordo que a GTech aceitasse, acrescido de um outro contrato, mais ou menos de R$2 milhões, que foi quando a Caixa, juntamente com a Advocacia-Geral da União, tentou suspender os efeitos liminares obtidos em primeira instância junto à Presidência do STJ.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a transferência que o senhor fez para ele no valor de R$767.900,00?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Excelência, é o seguinte: eu não posso dizer para o senhor, mas tenho a absoluta certeza de que seu número é corretíssimo, por causa da quebra de sigilo.

Eu tenho e tive com o Dr. Cambraia vários casos em conjunto, clientes em conjunto, principalmente Mendes Júnior... Pode estar faltando algum outro cliente que nós tivemos juntos. E, no caso da GTech, fiz uma transferência. Eu me lembro uma vez, quando eu recebi a segunda parcela de honorários, em janeiro, eu dei a ele R$200 mil, que ele disse que seria um empréstimo. Falei: "Ô, Cambraia, você me indicou um caso. Estou ganhando dinheiro. É justo que você ganhe alguma coisa também". Não é isso? Depois, na frente, quando recebi os honorários finais, eu passei, por uma TED também, para ele mais de R$200 mil. Proximamente, eu tinha passado um outro dinheiro, que foi em função de um trabalho que fizemos para a Mendes Júnior. E, mais para frente, fizemos outros trabalhos. Da minha parte, eu fiz o seguinte: nessa minha reestruturação fiscal, nesse momento em que estou....

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas agora quero me diga uma coisa. Ele aqui disse o seguinte: que V. Sª transferiu para ele esse valor,

mas foi por conta de um empréstimo. V. Sª tinha feito um empréstimo para ele, tanto que há, depois, uma transferência, não do mesmo valor, dele para V. Sª.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Excelência, tratei todas as transferências recebidas...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, porque aí o senhor está dizendo outra coisa, o senhor está dizendo que foi um contrato, que foram serviços que os dois prestaram e que V. Sª pagou a ele uma determinada importância. Mas ele não disse isso aqui, ele disse que tinha sido um empréstimo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Exª deu uma espécie de remuneração pela contribuição dele, por ele ter conseguido esse contrato?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Essa é a coisa que tem mais lógica. É o que V. Sª está dizendo.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Tratei... Porque é o seguinte: todas as receitas que recebi do Dr. Hélcio Cambraia dei tratamento agora como receita. Expus a tributação. A Receita Federal vai averiguar o valor de tributos que terei que recolher em função dessas receitas. Porque esta é uma realidade, Senador: quando advogados parceirizam, às vezes não parceirizam só o serviço.

Por exemplo, amanhã, meu advogado, que é criminalista... Eu não atuo na área criminal, conheço um cliente que confia em mim e que está precisando de um advogado criminal. Eu posso dizer: "Olha, estou-lhe indicando um cliente...". E é normal na profissão que se faça o seguinte: uma vez cobrados os honorários, alguém remunere o outro pela indicação.

Muito bem! No caso do Dr. Cambraia, quando ele me indicou, não acertamos nenhuma participação fixa em honorários. Ele me deu a elegância de poder contratar. Contratei. Ele não quis participar dessa contratação etc. e tal. Quando recebi a segunda parcela de honorários, em janeiro, realmente fiquei sabendo que ele estava apertado. Ele estava saindo do escritório dele, montando escritório, estava numa situação... Eu falei: "Cambraia, faço questão. Deixa eu te dar uma participação aqui". Ele disse assim: "Não, só se for como empréstimo etc. e tal". Falei: "Ô, Cambraia, não tem sentido você ficar nessa pindaíba danada, e eu, ganhando um dinheiro deste que estou ganhando, com um cliente que você me indicou. Toma aqui o dinheiro". Ficamos de conversar depois. Lá na frente, quando acertei a parcela final de honorários, que consegui receber, eu também fiz uma TED para o Cambraia.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – São mais ou menos 10% sempre, não é? Eram mais ou menos 10% que o senhor recebia, não é? Temos os valores, mas é em torno disso.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Mais ou menos isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dez por cento eram com as parcelas...

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Na primeira parcela, eu não dei dinheiro a ele, Excelência.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O senhor deu nas grandes, não deu nas pequenas?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não é pequena, não! Foi de R$1 milhão, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E elas coincidiam com os pagamentos recebidos da GTech?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Coincidiam.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele lhe ajudou na medida cautelar?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não, ele me ajudou com a indicação. De fato, essa estranheza de um advogado desconhecido chegar a um cliente grande...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas quem lhe indicou não foi o Enrico?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não, quem me indicou ao Enrico foi o Dr. Cambraia. Eu não conhecia o Enrico até então. Quem conhecia o Dr. Enrico era o Dr. Cambraia.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quer dizer que não foi empréstimo. O Dr. Cambraia disse que foi um empréstimo, não é?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Tratei... As receitas que recebi do Dr. Cambraia... Porque também fizemos assim: por exemplo, quando fizemos ações para a Mendes Júnior e outros clientes, o Enrico recebeu o dinheiro e mandou o dinheiro para mim. Agora, percebendo que há uma inadequação, porque, afinal de contas, a legislação não permite que só um lado tribute e depois passe, eu tratei as receitas que recebi do Dr. Hélcio Cambraia, na minha contabilidade, agora, como receita profissional, como deveria ter sido feito no início.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª vai me permitir... Desculpe-me. Mas, quando o senhor esteve aqui, ao ser indagado do que teria feito dos R$5 milhões, V. Sª – até fez uma referência aí na exposição inicial – disse que tinha gastado esse dinheiro com lazer, com bebidas, com viagens, com mulheres. V. Sª não gostaria de retificar seu depoimento, até em seu benefício, porque ficou uma imagem ruim para V. Sª? V. Sª mesmo reconheceu.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Reconheço, Excelência. E peço desculpas.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Poderia dizer alguma coisa mais, a verdade sobre o que aconteceu com esse dinheiro?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Excelência, com licença, se o senhor me permitir... Providenciei um levantamento, que faço questão de passar para o senhor. É uma perícia. É o seguinte: aqui estão todas as movimentações financeiras que eu fiz de outubro de 2002 até agosto de 2003. Eu confesso ao senhor que no dia após a minha ida, eu disse: não, gente, é coisa tranqüila. Eu gastei o dinheiro e pego os meus extratos bancários. E lá vem assim, por exemplo, dia tal, saque: 500 mil. Eu lembro quando eu tirei, e está provado já pela CPI, eu sempre movimentei muito dinheiro em função dessa minha conta – mas nós lembramos quando tiramos 500 mil de um banco. Eu não tirei 500 mil do banco. Vou ao banco e falo assim: "Olha, todas as vezes que vocês fazem um cheque, aqui, para pagar uma série de despesas e não tem um cheque específico para aquela conta, sai no seu extrato saque." E eu falei que não pode.

Aqui, então, Excelência, eu fiz e juntei todos os meus comprovantes. De fato, é o seguinte: dos 5 milhões recebidos da GTech, 3 milhões e 800 mil foram assim: eu paguei o que eu devia a minha ex-mulher, paguei alguma coisa que eu devia a pessoas, transferi dinheiro para o Dr. Cambraia, fiz vários gastos que estão todos comprovados – não é isto? – e tirei dinheiro vivo. Porque algumas dessas minhas despesas, hoje eu reconheço, pelo volume delas, para o homem comum, os senhores que representam, aqui, uma Nação empobrecida, é realmente chocante ver um indivíduo jovem que tem uma compulsão no seguinte sentido. Agora, por outro lado, a minha colocação, aqui, no início era de que teria recebido esse dinheiro e retirado todo esse dinheiro para entregar a pessoas. Isto eu não fiz.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Posso interrompê-lo um minuto?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Claro, Senador.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Desse dinheiro, há aqui um registro de que foi sacado da empresa entre 16 e 22 de junho, em espécie – 5 milhões foram sacados em espécie – transportado....

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em que ano?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Em 2004. Foram sacados 5 milhões, em espécie, e transportados em carro-forte. Os 5 milhões que, aparentemente, foram recebidos da GTech, os 5 milhões foram sacados da empresa, em espécie...

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Senador, é o seguinte, posso explicar?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Só terminando a pergunta: há o registro de que, entre o dia 16 de junho e 22 de junho de 2004 foram sacados 5 milhões e 700 mil, em espécie, e transportados em carro-forte da sua empresa.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Senador, é o seguinte: o dinheiro da GTech está todo aqui. Foi recebido entre outubro de 2002 a julho de 2003, não é? Depois dessa época, eu recebi outros honorários e há, também, uma movimentação financeira sempre igual e esse saque, esse dinheiro, se refere a honorários que eu recebi de uma pendência que existia entre um cliente meu, de Belo Horizonte, de um escritório de advocacia, e a empresa Camargo Correa Ltda. Isto se deu mais de um ano depois do assunto da GTech ter completamente se esvaído. E esse levantamento aqui é que mostra isto. Por exemplo: eu recebo da GTech num determinado dia, não é isto?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O número é coincidência serem 5 milhões também.

**O SR. (Orador não identificado)** – Quinze?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não, os 5 milhões e 700 mil que ele sacou.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Porque, aí, também, pode ser...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas uma questão: por que 5 milhões sacados em carro-forte? Poderia ser feito por transferência, cheque... Por quê?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Porque, naquele momento, para os meus interesses pessoais, em função dessa minha deformação – compulsão de gastos em coisas – eu preferi tirar, em dinheiro, uma parcela do que tinha recebido.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Cinco milhões para gastar?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Acabou que eu não segurei esse dinheiro não, Excelência. Eu vou ser sincero com o senhor. Por mais que isto afronte o senso comum – e afronta – e da última vez em que eu vim aqui, eu não tinha essa noção. Eu ainda não estava me tratando e, hoje, eu estou tentando... Sei o seguinte: eu tenho uma doença. Essa doença, infelizmente, não é curável; ela é apenas controlável. Na primeira fase que nós temos para tratar esse desvio é consentir que, realmente, não há lógica, não há nenhum padrão de comportamento normal. Eu quero apenas explicar que, do dinheiro que recebi.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – É só para compreender como é que funciona. Eu não estou querendo de maneira nenhuma entrar no aspecto mais pessoal da sua vida, mas esse dinheiro em carro-forte, então, para gastar, o senhor levou para sua casa,

para gastar, deixou guardado na sua casa e começou a gastar...

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É, uma parte ficou no escritório...

É, eu fiz uma doação desse dinheiro, R$700 mil, a uma pessoa que tinha me indicado o caso. Queria até ter feito mais, mas ele falou que não, que não precisava, que acha que aquele ali estava justo, etc. e tal, até me aconselhou – que os meus amigos sempre me aconselharam a ter juízo; eu nunca os escutei, infelizmente. Errei profundamente.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não podia ter gasto também com cheque, com...?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Os outros quase 10 milhões, Senador, foram gastos com cheque, não é? A verdade é o seguinte: nesse padrão, seja dentro da GTech, seja em outros honorários, eu sempre fui um sujeito sem...

A princípio eu disse: vou aguardar, quem sabe, vou transformar isso aqui em dólar, vou fazer um investimento... Sempre ouvi dizer que negócio feito a dinheiro dava mais lucro... Mas acabava, Senador, que sempre fiz gastos excessivos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E V. Exª, na verdade... Eu já vi muita gente limpar dinheiro sujo, mas V. Sª inventou uma coisa nova que é sujar dinheiro limpo. Porque V. Sª recebeu o dinheiro teoricamente limpo de uma empresa que lhe pagou, V. Sª deu o recibo etc. Era um dinheiro limpo. V. Sª pagaria o imposto, tudo bem. Poderia gastar com mulher, com vinho, com charuto, com o que quisesse. Aí o que é que V. Sª fez? Tirou o dinheiro do banco, guardou dentro de casa – 5,7 milhões – num país cheio de ladrão, e V. Sª sujou esse dinheiro, porque, na verdade, de agora em diante ele virou um dinheiro sujo. Então, V. Sª inventou uma coisa nova: é sujar dinheiro limpo, que, realmente, é uma operação que a gente não conhecia antes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita, Senador José Jorge, mas o fato de se guardar dinheiro em casa não significa a caracterização que V. Exª está fazendo. Eu, por exemplo, tenho um pouquinho de dinheiro aqui, levei para casa, voltei e ele continua limpo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – 5 milhões? V. Exª... Se tiver, V. Exª pode dar o endereço pela televisão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Realmente eu não entendi por que o dinheiro que vai para casa, dorme lá, vem para cá, estou com ele no bolso, por que ele está sujo? Só porque veio para cá?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sabe por que está sujo? Porque existe toda uma legislação que na verdade controla o dinheiro gasto acima de R$10 mil. Então, no momento em que você retira do banco um dinheiro em seu próprio nome – é possível, o banco vai lhe pagar –, mas daí em diante o sistema financeiro nacional não tem mais controle sobre esse dinheiro. V. Exª pode pagar, por exemplo, propina...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se ele retirou…

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu vou passar ao Senador...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se ele retirou, está registrado. Se ele retirou, está registrado!

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senador Suplicy, por que é que foi estranho quando aquele Deputado do PFL, se não me engano, dos bispos, foi pego com 10 milhões num avião carregando de um aeroporto para o outro? Seria semelhante quando o senhor pega a ponte aérea São Paulo, examinassem seus bolsos e pegassem o dinheiro que o senhor tem nos bolsos seria a mesma circunstância?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, mas é próprio...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu lhe pergunto, Senador: seria a mesma circunstância? Pegassem a sua carteira e dissessem: Senador Suplicy, pego na ponte aérea Rio – São Paulo com dez mil réis no bolso...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas os réis já se foram...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Tenha santa paciência, Senador...!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, eu acho próprio se fazer a pergunta ao Sr. Valter Santos, então...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª quer justificar o dinheiro da cueca...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, eu acho que é importante que o senhor possa, então, explicar o que fez com 5 milhões. O senhor diz que tem uma compulsão em gastar, mas poderia nos dar um exemplo, o que é que aconteceu, até para que possa explicar à observação do Senador José Jorge. Eu acho que seria próprio para que explique bem o que aconteceu.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Então, Senadores, o seguinte: de fato, como eu comecei aqui dizendo, o meu comportamento é completamente fora do padrão, é um comportamento que levanta e até chama para si todo tipo de dúvida, mas o principal também com relação a esse assunto da GTech é deixar claro que o dinheiro recebido da GTech foi gasto, está comprovado o gasto. Uma parte dele entrou no mesmo padrão deste outro dinheiro, que foi um dinheiro de honorários recebidos da empresa Camargo Corrêa,

que devia ao escritório de advocacia Araújo Fontes e ao Advogada Rodrigo Lima, que, depois, tornou-se meu sócio e, dentro disso aí, Senador, o que eu hoje posso dizer é o seguinte: as motivações que eu sempre tive com relação a dinheiro vem de uma deformação da minha personalidade – e espero que os senhores entendam –, que é no sentido do seguinte: – Eu vou ver se eu então compro um imóvel. Vou fazer o negócio a dinheiro, não é?

É a necessidade de ver o dinheiro, a necessidade de se sentir com o poder, é a necessidade de ... Nesse meio tempo, começa assim: – Ah, vou fazer uma viagem para tal lugar. Vou fazer uma coisa.

E esse tipo de comportamento, Senador, vem se diluindo ao longo de anos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O senhor comprou algum imóvel com o dinheiro?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não, não comprei. Eu paguei uma dívida que tinha com a minha ex-mulher, terminando de pagar o apartamento que ela hoje mora. Mas, não, Excelência, infelizmente, Senador...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Valter, quero retomar aqui, talvez para ajudar a esclarecer isso, esse aspecto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – A bondade de V. Exª, Sr. Relator, está fazendo com que as argüições já estejam em curso. Mas isso é por causa da inteligência e da bondade de V. Exª.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, de maneira nenhuma. Eu é que agradeço a contribuição de V. Exª.

É o seguinte: era para detalhar. Assim, fica mais fácil para o senhor.

No dia 17 de outubro de 2002, a GTech transferiu R$ 895 mil para a conta da MM Consultoria. Entre os dias 17 e 18 de outubro de 2002, V. Sª sacou em dinheiro R$ 455 mil. O que V. Sª fez com esse dinheiro, por exemplo? Só para...

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Eu tinha, nessa época também, o meu... Eu tinha algumas dívidas; umas dentro do Banco, que foram pagas com esse dinheiro da conta, outras com alguns amigos, que eu paguei, e o resto, como eu disse para o senhor, deixava comigo. Por quê? Viajava, gastava, não queria...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, mas esse o senhor pagou em dinheiro, como disse o Senador Tasso.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Desculpe.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sacou em dinheiro, aliás.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Saquei. Não, isso mesmo. Foi até mais, viu, Senador? Acho que foi quase R$ 1 milhão que a GTech passou. Não foi R$ 800 e pouco...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nesse dia?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É. Foi a primeira nota fiscal, R$ 1 milhão, menos 1,5% retido na fonte. Vai dar R$ 900 e alguma coisa.

Bom, muito bem. Nesse mês, como está aqui no levantamento, eu saquei alguma coisa perto de R$ 480 mil em dinheiro, não é isso? Desse dinheiro, não entreguei nada a ninguém em pagamento de serviço. Paguei algumas pequenas dívidas que eu tinha e retomei uma vida, como eu disse ao senhor, Senador, que é uma vida que hoje eu me arrependo dela, que é no sentido de ir para a São Paulo, fazer compras em lojas caras, comprar jóia, isso tudo que causou tanta abjeção nos senhores e até em mim. Eu falo que o principal beneficiário de tudo isso, Senador, hoje sou eu, porque vi que o meu comportamento era, como disse o Senador José Jorge: se eu tivesse, pelo menos, pago os meus impostos, eu talvez tivesse até direito disso, mas nem isso eu fiz.

E como também levantou o Senador José Jorge, se o senhor permitir a referência a esse assunto, eu fiz o caminho inverso, porque, por exemplo, se fosse uma coisa errada, dificilmente a pessoa aceita emitir uma nota, receber o próprio dinheiro, não sendo apenas um indivíduo... Eu sou um advogado, eu tenho petição, o contrato foi feito, fui até lá, participei dessa causa. Então, essa loucura que eu vivia até então, que era uma loucura realmente inexplicável, é que me levou realmente a esse comportamento de retirar dinheiro. As pessoas que participam do meu dia-a-dia, seja como amigo, seja nos serviços de onde eu vou, restaurantes, lojas, todo mundo sabe dessa minha capacidade. É até folclórica e histriônica, mas, infelizmente, não escutei os conselhos que recebi. Então, achava que era uma coisa normal, como, de fato, até mesmo aqui, nesta Casa, pela primeira vez que vim aqui achei que seria uma explicação normal, gastei, não é isso? Agora, mais do que isso, eu não tenho... Eu fiz aqui o que podia fazer. Eu levantei do seguinte: dos R$ 5 milhões que eu recebi da GTech, R$ 3,8 milhões foram gastos também, todos eles, de maneira comprovada, não é isso? R$ 1,2 milhão foram gastos dentro desse padrão meu de gastos, com todo os tipos de frivolidades, infelizmente, para os quais agora vou ter que responder de maneira dura perante o Fisco, perante a sociedade e todos os senhores. Há reprovação; uma má impressão. Demoramos um segundo para fazer, recuperar isso não tem jeito. Posso apenas afiançar aos senhores e

dar a minha palavra que pouco vale – mas vale – da seguinte maneira: cheguei aqui escrutinado se tinha entregado dinheiro à GTech ou a alguém para poder conseguir alguma coisa na Caixa. Não conheço ninguém na Caixa, não fiz isso, e o próprio dinheiro que foi repassado a mim foi gasto de maneira parcial, mas muito majoritária, de maneira a permitir isso.

Realmente, não sou um advogado, como tantos outros, festejado com as luzes...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Sª poderia dizer quem era o intérprete junto à Caixa?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Eu nunca fiz nenhuma gestão à Caixa, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O senhor não fez. Alguém fez, não foi isso?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Quem cuidava de toda gestão, Senador, desse problema era o Dr. Enrico Gianelli. O Dr. Enrico Gianelli, por exemplo, teve comigo inúmeras reuniões, fui a São Paulo encontrá-lo um sem número de vezes. No meu sigilo telefônico... Isso não nego. Tanto ele foi a Belo Horizonte como eu fui a São Paulo, como nos encontramos aqui.

Sei que – pela imprensa, pode ser que esteja errado – o mesmo Dr. Enrico Gianelli tem inúmeras ligações com outras...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor está respondendo ainda?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Estou. Ele perguntou quem tinha relação com a Caixa. Eu não tinha. Certamente fui apenas um interlocutor judicial, na fase de Superior Tribunal de Justiça, da GTech, com a coordenação expressa do Dr. Enrico. Agora, vejo pela imprensa – e não sei se são fatos – que o mesmo Dr. Enrico tem inúmeras ligações com outras pessoas que nunca vi e que declaram também que nunca me viram.

Não tive atuação negocial neste caso. Não fui chamado a nenhuma negociação que, de um determinado ponto de vista, seria simples resolver, Senador. Olha, vamos marcar essa licitação para daqui a dois meses e vamos permitir a participação da GTech. Não é isso? Então, resolveria o problema. Ou então: vamos licitar parcialmente o objeto. A GTech alegava que o serviço que é feito por ela não poderia ser fracionado. Como contribuição, acho o seguinte: a partir do momento em que há um serviço muito grande que pode ser fracionado para licitar, a Caixa poderia tranqüilamente açambarcar só o processamento de dados e fazer a licitação só de captação e transmissão. De toda forma, nunca sentei na Caixa, nunca fui à Caixa Econômica Federal, nunca conversei com ninguém da Caixa e nem mesmo com os advogados. Só os via quando ia despachar uma petição no Superior Tribunal de Justiça, e saía lá de dentro o advogado da Caixa. Percebia que estava fazendo petição nova. Saía do despacho de uma petição, e entrada o advogado da Caixa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em quantas petições V. Exª deu entrada? Foram só duas ou três, não é?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Assinadas em nome do meu escritório, fiz a inicial da cautelar e um memorial destinado à Presidência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, foram duas.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Agora, trabalhei na contra-minuta do agravo regimental e daí para frente em inúmeros memoriais que eram feitos pelo Dr. Enrico Gianelli e por mim. Às vezes, eu passava a minuta, ele fazia alguma correção porque já havia todo um conhecimento de causa por parte dele. Mas foi um trabalho feito, Excelência, entre o mês de outubro até o final de dezembro de 2002, que exigiu praticamente 24 horas por dia de dedicação a esse assunto porque, também da parte da Caixa, o jurídico foi o mais aguerrido possível. Já litiguei e litigo contra o Banco do Brasil, litiguei contra vários grandes conglomerados e, poucas vezes na vida, vi um jurídico tão aguerrido quanto vi o jurídico da Caixa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª está dizendo que não participou da parte negocial, mas, por exemplo, V. Sª conhece o Sr. Simão Brayer?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Muito. Conheci o Dr. Simão Brayer em 1994 ou 1995, em Belo Horizonte, porque, quando ele se desfez da empresa Racimec – sei que ele...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele vendeu a Racimec para a GTech.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Eu sei que ele vendeu uma parte da Racimec e continuou com uma empresa chamada Racimec Imóveis. Essa empresa tinha uma casa bonita e muito bem situada em Belo Horizonte, perto do Palácio dos Despachos. O Dr. Simão é filho de Belo Horizonte. Ele vendeu essa casa para um empresário do turismo, um sujeito muito elegante também, mas que ficou apertado por um assunto dele e não tinha o pagamento final. O advogado desse senhor, o Dr. Otacílio Ferreira Cristo, é meu conhecido. Nós tínhamos acabado de participar de um processo em que fizemos um acordo. O Dr. Simão é judeu. Eu tenho muita amizade no meio judaico. Eu falei: "Dr. Simão, vamos usar *Irish Corp,* que é a cabeça judaica. Para que vamos ficar enfiando processo no Fernando. O Fernando é um sujeito sério, tem a maior empresa de turismo, a Massa Turismo. Deixe-me procurar o Dr.

Otacílio porque tenho certeza de que ele está apertado. Ele não é sujeito de não pagar, ainda mais uma prestação final de um imóvel como esse, tão valioso". Fui lá e falei: Otacílio, não vou cobrar nem honorários nesse negócio, não. Pague logo o Dr. Simão e veja o que ele quer da atualização e tudo". De lá para cá, nosso contato foi intermitente. No ano passado, eu até estive em Nova Iorque, fazendo uma viagem dessas coisas, e estive com ele. Ele estava lá porque o bisneto tinha acabado de nascer. Tenho com ele um relacionamento, mas não o conheci na época em que ele...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi advogado dele?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Junto à GTech, quando ele vendeu a Racimec?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não, não, não. Nessa época, eu ainda não participava de negócios. Eu ainda era advogado com dez anos de formado. Ele me procurou para resolver o negócio do imóvel em Belo Horizonte.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tanto Hélcio Cambraia, quanto Simão Brayer têm contato com empresários de jogos, como Carlos Cachoeira. Como se deu a aproximação entre Cambraia e Gianelli?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Excelência, eu não sei. Sei que, quando o Hélcio me relatou o caso, já disse que era amigo dele. Eu sabia, à época, que o Dr. Hélcio Cambraia já tinha prestado uma assessoria à Loteria do Estado de Minas Gerais.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª sabe se Carlos Cachoeira teve algum papel na sua aproximação da GTech?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não. Eu nunca encontrei esse senhor. Só conheço o nome dele pela imprensa.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que o senhor costumava fazer esses saques vultosos em dinheiro por meio de cheques nominais aos seus empregados em vez de fazer pagamentos ou transferências bancárias a partir de sua conta?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É o seguinte, Senador: eu – talvez erradamente – sempre fiz cheques. Nunca mexi com autorização, esse negócio de Internet. Quando eu mandava um empregado meu ao banco para fazer não saques – e aparece, no extrato, como saque, Excelência, mas, de fato, dinheiro vivo do banco só eu tirava –, mas mandava um empregado com 150 mil em cheques. Eu dava um cheque nominal não à ordem para ser endossado no banco. Por quê? Eu tinha medo de ele perder o cheque no meio do caminho, e alguém pegar, assinar atrás, depositar, e eu ter de ficar, a vida inteira, entrando com ação para barrar essa transferência de dinheiro. Se eu desse um cheque – como eu até tenho dado hoje em função disso – nominal a mim e endossado, esse cheque é tão bom quanto ao portador, ou seja, por conta de segurança mesmo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª já entrou em contradição com Hélcio Cambraia e está entrando em contradição com os seus empregados, que disseram à equipe técnica desta CPI que sacavam até R$100 mil em dinheiro.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Eu não me lembro disso, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eles disseram em seus depoimentos.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – De fato, eu não me lembro. Eu me lembro de ter dado cheques até de vulto para pagar despesas de vulto para eles. Pode ser que um troco sempre houve. Dentro dessa minha dificuldade de aquilatar o que é grande e o que não é... Eu vou ser muito sincero com o senhor: é uma contradição. Se o senhor quiser, eu posso... Não sou eu que vou dizer isso. Mas tenha a mais absoluta certeza de que nunca fiz saques de vulto em nome de terceiros lá, até porque o próprio gerente do banco tem total... hoje em dia é o seguinte, Senador, para se tirar 100 mil reais de um banco, ele tem que avisar antes a matriz, que avisa o Banco Central, que faz a programação, que vai lá, não é? Então, quer dizer, todo esse... não é uma coisa que se faça num mesmo dia, não é? Ao contrário, pode ser feito o pagamento de um milhão de reais num mesmo dia, desde que o dinheiro não tenha que sair da agência bancária. Então, eu posso ali mandar um cheque e com esse cheque fazer uma TED, fazer, etc. e tal. Infelizmente eu não me lembro, é essa técnica que eu adotava realmente, mas me exponho aqui à dureza do escrutínio dos senhores aí, não é?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é o relacionamento do senhor com a Srª Patrícia Guimarães?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Ela é minha sócia hoje.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desde quando V. Sª tem relações comerciais...

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Profissionais?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Profissionais, aliás.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Patrícia se associou ao meu escritório no final...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No caso GTech, ela estava?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não, nunca trabalhou. Ela entrou no escritório depois da GTech.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge para suas perguntas.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na realidade o Dr. Valter Santos Neto conta uma história muito difícil de nós acreditarmos. Infelizmente, eu tenho que dizer a V. Sª, é uma história muito difícil de que nós possamos, efetivamente, acreditar nela. Todos nós sabemos, eu vou explicitar aqui, mas a suspeita que pesa sobre V. Sª e sobre o escritório MM Consultoria é de ter recebido esse dinheiro para ter repassado isso para terceiros, como propina pela assinatura do contrato da Caixa Econômica Federal com a GTech. V. Sª sabe que essa é a suspeita exatamente porque um contrato de cinco milhões para fazer dois requerimentos não é um contrato comum e principalmente ele nunca existiu, principalmente quando seus valores são retirados em dinheiro. Então, muito mais do que despesas, mesmo que V. Sª gaste muito, de toda maneira todas essas despesas normais são pagas com cartão de crédito, eu vi as contas de V. Sª, suas contas de cartão de crédito são altíssimas para uma pessoa física, mas na realidade sobra dinheiro, e muito, que não está nesse cartão de crédito e que há dúvida que paira sobre isso. Agora, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer a V. Sª é sobre essa questão dessa compulsão que V. Sª diz que tem: V. Sª está em tratamento, V. Sª tem um médico específico que está tratando dessa compulsão, tem um laudo médico, tem alguma coisa que V. Exª possa dizer, que dê um respaldo científico a isso que V. Sª está falando?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não, respaldo científico, não. Estou me tratando, estou fazendo uma terapia...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quem é o médico de V. Exª?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Hein?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O médico.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Dr. José de Assis Correia, meu psiquiatra, que tem sido muito amigo, tem me tratado, mas não é uma... eu não me submeti a um laudo nem a um diagnóstico definitivo. Estou apenas fazendo uma terapia porque realmente acho que preciso dela, Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Está bem. Em segundo lugar, em relação ao contrato de V. Sª, que V. Sª assinou pela MM Consultoria junto com... e tem essa... com a Valter Santos Associados, são os papéis, V. Sª assinou um contrato pelo Correio, vamos dizer assim. V. Sª recebeu o contrato, mas não registrou na OAB, não registrou em lugar nenhum, não tinha nenhuma garantia de recebimento, é verdade isso, não?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É. Eu confiei no cliente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não tinha garantia nenhuma?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Outra questão: V. Sª disse que na realidade não pagou ao Sr. Hélcio Cambraia Júnior da primeira parcela. A primeira parcela foi recebida em outubro, dia 17 de outubro de 2002, não é isso?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas pelo seu sigilo bancário, está aqui uma retirada, um depósito, aliás, de 100 mil reais ao Sr. Hélcio Cambraia, no dia 18 de outubro.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Foi com relação aos serviços também recentemente recebidos da Mendes Júnior, nós fizemos juntos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas de qualquer maneira, foi um dia depois que V. Sª recebeu da GTech.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – E poucos dias depois também desse outro recebimento da Mendes Júnior, Excelência. Pode olhar aí também.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Em relação a esse contrato da Mendes Júnior? Porque foi um contrato também altíssimo, 15 milhões ou 17?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não, não. Esse foi o da... recebi...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ah não, esse foi da Camargo.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O da Camargo foram 17 milhões ou 15?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – O contrato... O acordo geral feito com a Camargo Corrêa era de R$22,5 milhões.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E V. Exª recebeu quanto?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Dois terços desse contrato, 1/3 na MM e 1/3 na S. Santos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E o contrato, na realidade, o que se diz é que era uma rescisão de um contrato da Camargo Corrêa com o escritório de advocacia. E que o escritório queria receber 7 milhões – pelo menos é o que disseram para a gente – e a Camargo Corrêa queria pagar 2 milhões. Aí, na realidade, ela fez um acordo para pagar 22? Isso que não entendi. Para pagar mais do que...

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Eu vou explicar ao senhor o que aconteceu. O escritório Araújo Fontes, juntamente com o advogado Rodrigo Lima, pegou emprestada uma tese minha de pedir recuperação judicial dos valores expurgados em aplicações financeiras na época do Plano Verão, do Plano Collor e alguma coisa também do Plano Bresser. Foram à Camargo Corrêa e fizeram uma contratação lá para buscar todos os valores junto a todos os bancos em que pudessem ser feitos. Ajuizaram mais ou menos uns cem números de ações contra bancos do porte: Banco de Tokyo, ABN AMRO, JP Morgan, Banco Bradesco, Citibank e o Banco Santander.

Esses contratos eram contratos de risco, para o senhor ter uma idéia desse negócio de valor, a 20% do que fosse obtido mais a sucumbência a que eventualmente fosse condenado o banco, recebida dos bancos.

Num primeiro momento na Camargo Corrêa, após o ajuizamento das ações, eles descobriram – deveria ser óbvio – que o Santander só responderia com a Camargo Corrêa por conta do Banco Geral do Comércio, que era do próprio banco. Então, a Camargo, se ganhasse essa ação, teria que receber e depois ressarcir o banco pelo contrato de compra do banco, pelo menos foi isso que me foi explicado. Aí, foi feita a desistência desta ação sem qualquer ônus para o contratante. Porque esse contrato também... Estou falando porque esse contrato já foi juntado aqui na CPI.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Nós conhecemos o contrato.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Esse contrato dizia o seguinte: que na desistência imotivada no acordo feito sem a concordância dos profissionais, que a Camargo concordava em pagar a este escritório, aos advogados, os valores contratados, ou seja, 20% sobre a maior expectativa contida na ação. E todas as expectativas, Senador, eram monstruosamente grandes. Nós estamos falando aqui em ações de R$400 milhões, ações de R$0,5 bilhão, ações de R$200 milhões.

Quando veio o assunto então Citibank, a Camargo se sentiu desconfortável em litigar com o Citibank e também pediu que fosse feita a desistência imotivada. Os meus clientes não concordaram. A Camargo não esperou uma resposta dos meus clientes, constituiu procuradores do seu próprio corpo jurídico e foi feita uma homologação em audiência da desistência. Ali se criou um litígio entre os meus clientes e a Camargo Correia, apesar de os meus clientes continuarem como patrões de outras tantas ações em favor da própria Camargo.

Procuraram-me, eu notifiquei judicialmente a Camargo Corrêa e expus o problema. Só esses honorários dariam, em função das contas que estavam previstas, alguma coisa em torno de R$100 milhões, porque a ação... Veja bem, Excelência, a Camargo Corrêa é um gigante.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Estou vendo que todos nós deveríamos ter estudado Direito, porque realmente é uma cosia muito lucrativa. Parabéns a V. Sª.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Infelizmente, esse contrato não era meu, Excelência. Esse contrato era do meu cliente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não, estou dizendo em geral.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – O mundo do Direito propicia esses números às vezes diferentes.

Com essa notificação, passei a fazer encontros então com a Camargo. No caso, a Camargo aceitou a minha interlocução. Fui até lá, indicou um advogado que tinha sido diretor deles lá para fazer um encontro de contas, cuja disposição era sempre a de fazer um acordo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Foi esse acordo que V. Sª fez.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Foi esse acordo que nós fizemos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Vou perguntar outra coisa, porque isso é muito detalhado. No seu depoimento anterior, tanto V. Exª quanto seu primo e ex-sócio Marcelo Aguiar, informaram a esta CPI que não combinaram seus depoimentos, que não se falavam há bastante tempo e que haviam se encontrado apenas na ante-sala desta Comissão. E que V. Sª tinha oferecido o seu advogado para acompanhar o Sr. Aguiar por ele estar sem advogado. No entanto, seu sigilo telefônico mostra que vocês se comunicaram com freqüência em 2004 e que, logo após a divulgação da convocação de ambos por esta CPI, vocês falaram ao telefone por 14 minutos em telefones pessoais. Além disso, desde dezembro de 2002 até a demissão de Marcelo da Secom, V. Sª ligava com freqüência para ele no telefone 411-4111 da Secom.

Pergunta: por que V. Sª mentiu a esta CPI? Além das ligações telefônicas houve quantos encontros entre V. Sª e o Sr. Marcelo Aguiar desde abril deste ano até hoje? O que vocês combinaram? Quem orientou ou mediou as suas conversas?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Senador, primeiro, eu nunca liguei para esse número aí. O meu escritório eventualmente pode ter ligado. Lá no escritório o telefone 3261-8700 serve a uma série de outros telefones. Desde a vinda do Marcelo para Brasília ele tem tentado seja no começo comigo, depois seja com o pessoal do escritório, que eu regularizasse a situação

pelo menos de saída dele da MM. Eu, depois daquela reportagem especificamente que apareceu na **IstoÉ**, que envolvia o Marcelo e me envolvia e a suspeita de propina, etc e tal, eu falei com a Patrícia, que é minha sócia: – Olha, Patrícia, eu não tenho nada com isso, não fiz esse negócio, o Marcelo também participou menos ainda disso, porque ele nem sabia que eu fui advogado da GTech, fala que eu não quero deixá-lo também numa situação de desamparo, afinal de contas ele... Mas eu não conversei com ele. Ele foi com a Patrícia ao Dr. Luiz Ricardo Gomes Aranha, não se sentiu... E o meu advogado, meu amigo Dr. Antônio Veloso Neto, que foi meu colega de sala, que já conhecia o Marcelo também, porque o Marcelo foi meu sócio, falou: – Não, Valter, não há conflito nenhum, eu posso acompanhá-lo também, até porque o ambiente lá é um ambiente de depoimento, não tem nenhuma coisa, só mesmo se tiver alguma exacerbação. Mas eu, Senador, nos meus celulares 9955-6666, 9981-0994, não troquei nenhuma comunicação com ele nesses 14 minutos não. Pode ser que ele tenha conversado ou com a Patrícia do meu escritório, na época... E deixa eu contar para o senhor, não havia por que combinar com ele um procedimento em função, nós até fomos acareados aqui, mas o que ele disse vem ao encontro do que eu disse, Marcelo estava afastado da empresa desde 2000 ou antes de 2000, por um descontrole e até desajuste da nossa contabilidade ele continuou constando lá, eu nem sabia disso, como responsável fiscal pela empresa. Hoje está regularizado, mas ele nunca movimentou dinheiro, não sabia da minha colocação, e eu só fiquei sabendo que ele foi nomeado para um cargo na Secom muito depois de ele ter sido nomeado. E mesmo assim não o procurei lá.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Aqui pela nossa abertura de sigilo bancário tem telefonema do escritório, mas tem do celular também de V. Sª para ele. E dele para V. Sª.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – No 9955-6666?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É 9955-6666 no dia 29/07/2005, às 20:27, duas ligações de V. Sª.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Para ele?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – De V. Sª para ele. Tem do escritório, mas tem também de V. Sª. Tudo bem, V. Sª diz que não falou com ele e vamos comprovar aqui se falou ou não.

A cada um dos três maiores pagamentos da GTech para sua empresa V. Sª fazia um pagamento para o Sr. Hélcio Cambraia, aquilo que a gente já discutiu, sempre de R$100 mil para cima. E um pagamento menor para o Sr. Maurílio de Assis Vieira Filho, em torno de R$30 mil cada um. Qual foi a participação do Sr. Maurílio no negócio da GTech a ponto de ele receber essa remuneração?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Nenhuma, Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quem é esse Maurílio?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Ele é um amigo da minha família de muitos anos, era amigo do meu avô. Ele tem a idade do meu pai, mas foi muito amigo do meu avô. Foi colega de diretoria de banco do meu pai e sempre me tratou assim com... É um dos que a vida inteira falou para eu ter juízo, etc. O senhor vai perceber, na análise das minhas contas, que, apesar desse dinheirão todo que eu ganho, às vezes estou muito apertado. Então, o Maurílio me emprestava dinheiro, pois ele sempre me fez empréstimos. Está até provado, Excelência.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – De R$30 mil?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Desculpe-me, mas V. Sª deve ter outro tutor.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É verdade, Senador. Concordo com isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Vou fazer outra pergunta a V. Sª. Quer dizer, esse dinheiro foi empréstimo?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Foi.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª, com esse dinheirão todo, ainda estava devendo?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Às vezes, antes de receber; nunca depois. Assim que eu recebia, eu passava o dinheiro para ele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pagava?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Pagava.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª afirmou na CPI que doou R$1 milhão ao Sr. Rodrigo Lima. Em depoimento à Polícia Federal, ele negou que tenha recebido qualquer doação sua.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É o seguinte: na realidade, eu passei para o Dr. Rodrigo Lima R$3 milhões, mas foram R$3 milhões passados por distribuição de lucros, porque ele entrou como sócio da empresa S. Santos. Então, não foi R$1 milhão, mas R$3 milhões. Foi distribuição de lucro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Três milhões?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Três milhões. Isso está...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Confirmado?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É. Tanto na contabilidade da empresa quanto na contabilidade dele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª afirmou, nesta CPI, que emprestou R$1 milhão ao Sr. Fernando Aires de Lima. Em depoimento à Polícia Federal, ele reclamou que sua participação no negócio da Camargo Corrêa tenha sido desproporcional, e que, em razão disso, V. Sª doou a ele R$600 mil, que ele teve o cuidado de registrar em cartório e declarar no Imposto de Renda. Quem está falando a verdade? Ele, com os R$600 mil, ou V. Sª?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Eu fui impróprio aqui. Eu achei que tinha sido R$1 milhão, mas acho que foram R$700 mil, Excelência.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer, nenhum dos dois tem razão, na realidade? Ele disse que declarou no Imposto de Renda e registrou. Esclareça-me um ponto: V. Sª disse, na Comissão, que emprestou R$1 milhão a ele, e ele está dizendo que recebeu em pagamento. Foi empréstimo ou pagamento?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Foi uma doação. Eu não vou cobrar esse dinheiro dele, não. Foi uma doação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Foi uma doação.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É. E ele já deu tratamento tributário a isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Está bom. Conforme depoimento prestado à Polícia Federal, a empresa Araújo Fontes tinha um contencioso com a Camargo Corrêa. Essa pergunta já foi feita.

Dos R$22 milhões recebidos da Camargo Corrêa, R$15 milhões foram para as suas empresas MM Consultoria e S. Santos Assessoria. Desse montante, R$3 milhões foram transferidos para Rodrigo Lima, conforme V. Sª disse. Os pagamentos foram feitos no dia 9 de junho de 2004. No dia 16 de junho, V. Sª fez um saque, com carro-forte, no montante de R$2 milhões. No dia seguinte, fez outro saque, com carro-forte, no valor de R$2,5 milhões. No dia 22, fez um terceiro saque, com carro-forte, no montante de R$1,2 milhão. A quem se destinava esse dinheiro? Às pessoas que possibilitaram a proeza da Camargo Corrêa pagar mais de dez vezes o que ela pretendia e mais do dobro do que está sendo cobrado?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª tirou R$5 milhões em carro-forte em três dias seguidos. V. Sª nem tinha tempo de gastar esse dinheiro, por mais que seja gastador, como disse V. Sª, já que gosta tanto de dinheiro. Nós poderíamos chamar isso de "Síndrome do Tio Patinhas", aquele personagem da Disney que tinha um cofre cheio de dinheiro em que vivia mergulhado, tomando banho de dinheiro etc. De qualquer maneira, gastar R$5,5 milhões não é fácil, mesmo para quem gasta muito.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É, Excelência, eu realmente concordo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª recebeu R$1,6 milhão do advogado Romualdo Cançado, que informou à Polícia Federal que depositou esse valor a pedido do Sr. Orlei Claro de Lima. Esse valor é referente à parte de seus honorários por um acordo com o Banco do Brasil em uma ação promovida pelo Sr. Orlei. O acordo nunca ocorreu. Sabe-se que tanto o Banco do Brasil como a Caixa Econômica não fazem acordo em ações dessa natureza. Que garantias V. Sª deu a esses experientes advogados para receberem adiantado R$1,6 milhão por um acordo que seria impossível ocorrer? Quem era o seu contato no Banco do Brasil?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Excelência, fui contratado pelo Dr. Orlei no seguinte contexto: "Valter, você é um advogado experiente. Minhas ações já estão todas com trânsito em julgado com relação ao processo de conhecimento, e também estou finalizando as ações no processo de execução na quantificação desses valores. Essas ações também são todas milionárias: algumas delas passam até de centena de R$1 milhão. Precisaria da interlocução de um negociador experiente como você e também de uma pessoa experiente, porque estou sentindo que o Dr. Romualdo, que é um excelente advogado, meu sócio, meu amigo, está muito apaixonado. Precisamos agora de mais objetividade. Perfeitamente, doutor. Ele me propôs, então, um contrato. De cabeça, eu não posso lembrar. Sei que era uma participação entre 15% ou 10% do que ele recebesse, que daria um volume de dinheiro muito grande. Não conheço absolutamente ninguém no Banco do Brasil. O advogado do referido banco, em Belo Horizonte, foi meu colega de sala, mas há muitos anos não temos contato.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas houve o acordo ou não?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não houve.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E V. Exª recebeu ou não?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Recebi no seguinte contexto, Sr. Senador: eu tenho uma atuação, quando tenho, muito próxima e intensa com o cliente – de manhã, de tarde e de noite, para ver petições etc. Em determinado momento, disse: "Sr. Orlei, vou ter que lhe abandonar, porque estou querendo procurar um cliente por conta justamente disso". Como eu tenho a disfunção do gasto, preciso também, a toda hora, estar trabalhando, porque, para o sujeito que sabe fazer a provisão para os dias difíceis, está tudo bem. Uma

pessoa como eu, que tem essa disfunção grave, está sempre apertado, a ponto de causar até estranheza e levantar suspeita de tantos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Farei a última pergunta: qual é a sua relação com o senhor Antônio Abrahão Caram Filho, Diretor de Administração e Finanças da CBTU? V. Sªs têm negócios comuns? Quantas vezes encontraram-se nestes últimos tempos?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – O Dr. Caram é um amigo freqüente, com quem tenho uma relação que só não é filial, porque ele tem um pouco menos de idade que precisaria para ser meu pai. Mas eu o respeito como irmão mais velho. Ele é meu amigo fraternal e não me abandonou um dia nesse momento difícil. Nunca tive um negócio sequer com ele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Exª e ele falam-se todo dia.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Exª ligou para ele 271 vezes, e ele ligou para V. Exª 363 vezes.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Mas não tenho nenhuma relação com a empresa da qual ele é diretor. Nunca tive, nunca fiz nenhum negócio lá, nunca advoguei contra ou a favor. É, realmente, só um amigo que não me abandonou.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Portanto, Sr. Presidente, eu encerro assim. É uma situação, como já disse antes, difícil de acreditar – que tanto dinheiro retirado num carro-forte não tenha sido para pagar propina. Peço desculpas ao depoente, mas continuo ainda mais acreditando que parte desse dinheiro foi para pagamento de propina, porque, como ele mesmo disse, ficava tão ocupado trabalhando que não era nem possível gastar tanto dinheiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo Senador inscrito, concedo a palavra ao Relator, que quer fazer mais indagações.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Valter, pergunto a V. Sª se conhece o Sr. Dário Coelho Dutra?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Conheço. Foi meu funcionário durante muitos anos.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aqui há vários saques dele em dinheiro, inclusive as datas – por exemplo, em 06/04/01, há um saque de R$120 mil feito por ele. Depois, há outro de R$100 mil. É sempre o Sr. Dário Coelho Dutra.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Olhe bem, Excelência, o que pode acontecer é o seguinte: o Dário foi meu funcionário de 1990 até janeiro de 2003. Houve um interregno em que ele não trabalhou comigo, mas foi por pouco tempo. Pode ser que tenhamos ido juntos ao banco. O que eu digo ao senhor é que, em nenhum momento, utilizei a interlocução ou a interposição de pessoas para sacar o dinheiro, digo, para falar que saquei em nome deles e não no meu. A movimentação sempre foi feita em conta pessoal ou da própria empresa – minha e por cheques assinados por mim. Às vezes, eu o acompanhava ao banco ou ele me acompanhava até em razão de segurança. Pode ser que, naquele conforto de ficar sentado, assinar e conferir o dinheiro... Esse dinheiro sempre me foi entregue pessoalmente. O Sr. Dário Coelho Dutra nunca ficou responsável por pegar dinheiro meu ou para levar para quem quer que seja. O senhor pode trazê-lo aqui, eu voltarei e serei acareado, porque, de fato, isso nunca aconteceu. Mas, por tantos anos ao meu lado, muitas vezes, fomos juntos ao banco seja para pagar despesas ou até para me acompanhar por segurança quando eu tirava algum dinheiro.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele hoje não é mais seu funcionário?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não. Ele já deixou de ser meu funcionário desde 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para seus questionamentos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Relator, Sr. Valter Santos, poderia completar a informação de que V. S.ª estava dando ao Senador Antonio Carlos Magalhães. O senhor nasceu em Belo Horizonte e ali estudou. Poderia nos dizer qual foi a sua formação, de maneira completa, por favor. Em que lugar estudou Direito, em qual faculdade?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Estudei na Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito de lá, sou formado em junho de 1985. Logo depois de formado, fiz o curso de extensão da Fundação Dom Cabral em Direito de Empresa, lá fui contratado pela Mendes Júnior International que é uma empresa do grupo Mendes Júnior para ser advogado da empresa no Iraque. Fui para lá, na época eu era casado...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quanto tempo passou no Iraque?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Passei menos de um ano, Excelência, pelo seguinte: quando fui para o Iraque, fui casado, era casado com uma colega minha de turma.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em Bagdá?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Em Bagdá. Moramos em Bagdá. Eu trabalhava no escritório central.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em que ano foi isso?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – No ano de 86 para 87.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Já era Presidente Saddam Hussein?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Já, já.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo. O senhor o conheceu?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não, não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Algum Ministro do Governo de Saddam Hussein?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Também não. O único episódio governamental que todos nós do escritório tivemos foi na feira de Bagdá na época. Para nós, evidentemente, quem estava lá, tinha o Ministro José Hugo Castelo Branco, outros representantes do Governo brasileiro, mas eu não identifiquei nenhum dos presentes, nenhuma das figuras.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E, daí, prosseguindo sobre a sua experiência de estudos e de profissão?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Isso. No Iraque, não só fiz um forte relacionamento com o pessoal que trabalhava na Mendes Júnior, os diretores etc como também pude prosseguir ali uma tentativa de ser um advogado internacional que foi, vamos dizer assim, cortada em função da minha mulher, foi a única com que estive casado, ter ficado grávida em uma gravidez tubária, ou, pelo menos, identificada como sendo tal e em um trauma muito grande porque foi durante um dos ataques do Irá a Bagdá. Então, sumia todo tipo de remédio, os hospitais ficavam cheios de coisa e, por conta do regime forte, era alguma coisa que não podia ser divulgada.

Você ia para o hospital, o sujeito ficava te enrolando e, em vez de falar assim, "olha, não tem lugar porque está tudo cheio aqui de doentes". Ela teve que se tratar em um hospital da Mendes Júnior que era a 600 quilômetros de Bagdá. Lá o médico queria fazer uma operação para, segundo ele, tirar a gravidez tubária. Eu disse: "Olha, não tirei minha mulher da casa dela, não casei com ela para trazer ela para o Iraque para ser operada em um canteiro de obras". Conversei com meu diretor que me falou: "Olha, pode mandar para o Brasil, você tem que assinar uma declaração de risco porque, se alguma coisa acontecer, não é culpa nossa". Perfeitamente.

Hoje, a gravidez tubária ou o mioma como foi identificado está com dezoito anos de idade, passou agora no vestibular. Isso aí causou um trauma muito grande. Quando ela chegou aqui era apenas um cisto, uma gravidez, esse cisto foi tratado e ela não quis voltar para lá mais. Aí, voltei para cá. Quando voltei, tinha duas opções: ou passava a trabalhar na própria Mendes Júnior que me ofereceu um lugar de advogado interno lá, ou abriria um escritório para poder tentar a advocacia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sei.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Como eu sempre gostei muito da advocacia, resolvi abrir meu próprio escritório e o montei com a seguinte proposta: vários dos meus colegas já trabalhavam para outras empresas e passavam durante o dia atarefados, mas tinham uma clientela pessoal que precisava ser cuidada. Então, por isso, Valter Santos e Associados. Eu me associei a vários desses profissionais que, ou tratavam como especialistas dos casos que eu arranjava através de mim ou de meus outros associados, ou me indicavam casos para a gente tocar lá no escritório.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E o senhor se especializou em que tipo de advocacia?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Minha advocacia hoje, basicamente, é feita de recursos em segunda e terceira instância. É a parte...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Recursos em segunda e terceira instância?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Por que, Excelência?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Dentro do Direito existe hoje um conflito que é o seguinte: a parte do direito material que é o direito que temos substantivo é também acompanhado pelo direito processual. Muitas vezes, o seu direito...O caso clássico é esse da GTech. A possibilidade da liminar é, vamos dizer assim, do ponto de vista processual, realmente é um avanço, é até assim uma vontade de se buscar o direito material, apesar da regra processual botar alguns óbices nela. Não é isso?

A partir do momento então que se domina a parte processual do Direito, a gente tem condições de trabalhar melhor um recurso que já não é mais só, vamos dizer assim... Dificilmente o processo atua na primeira instância.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E foi graças a essa especialidade que a GTech procurou o serviço do seu escritório então?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Foi por essa especialidade que foi dada a recomendação ao Dr. Enrico Gianelli, que, na época, tinha, parece, total poder da GTech de fazer a contratação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A GTech é uma empresa multinacional, internacional. Ela veio ao Brasil. Normalmente uma empresa que tenha a vontade de estar bem no Brasil vai ter relações adequadas,

corretas. Só excepcionalmente poderia estar solicitando serviços de advocacia. Entretanto, por que razão...

Poderia nos dar um exemplo de qual foi a problemática pela qual a GTech se viu na necessidade de solicitar os seus serviços? Quando é que foi e qual foi o grande problema, digamos, de natureza jurídica que requereu da GTech procurá-lo? E que tipo de contrato então realizou com a GTech?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Perfeito. Eu poderia aqui dizer o seguinte: a GTech, em 2002... A Caixa, em 2002, ou 2001, já não me lembro mais, lança um edital para a licitação dos serviços prestados pela GTech, cujo contrato venceria em fevereiro de 2003. Os serviços da GTech, que presta, pelo menos prestava à época, eram serviços complexos. Ela fornecia máquinas e suprimentos a todos os correspondentes lotéricos espalhados pelo Brasil, fornecia ligação por *link* de satélite entre esses lotéricos e um processamento centralizado em Brasília e fazia o processamento de todas as informações.

Que informações? Não só no campo lotérico como também de correspondência bancária. Que hoje me parece, inclusive, é um negócio melhor do que loteria. Muito bem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu queria compreender bem, porque, normalmente, então, a GTech presta esse tipo de serviço, e tal, mas, em algum momento, deu algum tipo de problema, que fez com que procurasse o seu serviço.

Eu queria entender bem qual foi esse problema, e junto a quem? Se uma empresa está com uma demanda junto a algum órgão, seja a Caixa Econômica, seja algum Ministério, seja alguma outra empresa, deve ser de alguma natureza. Normalmente pode até procurar um advogado para dialogar e chegar a um bom termo: Nós estamos tendo dificuldade com isso, então vamos procurar resolvê-la, até sem precisar recorrer à Justiça.

Mas eu imagino que deva ter ocorrido um problema de tal ordem que alguém foi à Justiça e precisou dos serviços do seu escritório. Eu quero compreender bem por que demandaram os seus serviços. Se foi mais para uma recomendação: vamos resolver e superar esse obstáculo. Que tipo de obstáculo? Ou se precisou ir à Justiça e então precisou da sua participação e do seu serviço profissional, e qual a natureza desse serviço profissional.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Então, como eu havia começado a explicar, Senador, a partir do momento em que a GTech prestava esse serviço complexo, para ela, no entendimento técnico dela, ela só conseguiria fazer o serviço se fosse de uma maneira integrada. Ela não participaria, por exemplo, numa licitação só para fazer o *link* de satélite, ou o processamento de dados, ou o fornecimento de máquinas e suprimentos.

A Caixa lança um edital de licitação desses serviços dividindo as três fases e dizendo que nenhuma empresa poderia prestar mais do que uma das fases. Que ela não aceitaria propostas, que seriam propostas integrais. Muito bem. Então, a GTech buscou, num mandato de segurança, uma liminar para impedir essa vedação contida no edital, ou seja, para que fosse acatada pela Caixa a proposta integrada das três fases, e essa proposta comparada com outras propostas também integradas se aparecessem, ou com a somatória das propostas mais vantajosas para cada um dos segmentos desse serviço.

Muito bem. Ela obteve, em primeira instância, uma liminar e depois obteve a própria segurança por parte do juiz de primeira instância. Nisso, a Caixa entra com a apelação. A apelação é contra-arrazoada pela GTech e distribuída no Tribunal Regional Federal. A Caixa, nesse momento, o que faz? Ela desiste do edital, revoga aquele edital e, com isso, tentando revogar a liminar proferida, e lança o mesmo modelo de licitação por intermédio de minileilões, pregões eletrônicos, que é uma modalidade, hoje, nova – naquela época era mais recente ainda – de licitação. A GTech não concorda com a desistência do recurso, alega que a liminar não havia caído, que a segurança não deixaria de ter validade, e, além disso, busca em primeira instância, uma ação de atentado, que é um recurso dado toda vez que uma das partes tenta mudar o objeto da demanda, o objeto do processo.

Nessa alteração, o TRF mostrou-se, vamos dizer assim, insensível, e parecia que a Caixa poderia levar. E qual é a diferença, Senador? Quando tenho uma liminar que me permite participar de uma licitação, que é única, estou garantido por essa liminar. Se eu quebro essa licitação em múltiplos pregões, para cada pregão, uma nova ação. Não é isso? Então, seria uma mudança do estado da coisa em litígio perniciosa a ela. E, no curso do TRF, não se encontrou... Os recursos naquela época, o TRF estava muito assoberbado, não tinha agravo regimental, era mandado de segurança, estava tendo uma dificuldade muito grande em garantir essa certeza que a GTech tinha antes. Os advogados que foram consultados achavam que o tipo de recurso que eu propunha era um recurso, vamos dizer assim, muito avançado ou descabido dentro do Direito, e que não adiantava, era uma aventura jurídica, que eles não iam colocar os nomes naquela aventura jurídica. Foi aí que se comentou, entre o Enrico Gianelli e o Elson Cambraia, o problema, e o Elson lembrou desse recurso que eu – e outros advogados, mas ele lembrou de

mim – que tinha patrocinado. O Enrico me procurou. Eu falei: "Olha, Enrico, acho que é um caso clássico de emprestarmos um efeito suspensivo a um recurso que não existe ainda. Na alçada do Tribunal Regional Federal, realmente não temos ainda um recurso especial ou outro recurso formal que possa alcançar o STJ. Mas a cautelar, podemos tentar, pelo menos trava isso e recuperamos a liminar que se tinha". Eu até achava que, naquele momento, a Caixa poderia fazer um abrandamento disso aí e permitir a participação, na licitação, pela GTech. Não é isso? O que provou que eu estava errado. Não é isso?

Fiz, então, um contrato, Senador, de risco. Ou seja, contratei com a GTech, através do escritório Fisher&Foster – e quando falo através com a interlocução deles, nunca fui à GTech propor isso, eles nunca me perguntaram, foi o Fisher & Foster –, fiz uma proposta informal, por telefone, ao Enrico. Essa proposta, depois, foi negociada – eu tinha, a princípio, pedido 1% do valor do proveito econômico que obtivesse, ele falou que era um número muito grande, não podia de jeito nenhum. Fechamos um primeiro contrato em R$3 milhões, R$1 milhão dado após a concessão de uma liminar e R$2 milhões dados na...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me fazer uma pergunta ainda na presença do Senador José Jorge. Quando ele fez aquela observação de que o senhor levava para casa uma quantia volumosa de recursos, às vezes R$1 milhão, às vezes R$5 milhões, e ele até fez uma... usou de uma imagem de que o senhor teria transformado o dinheiro de um contrato limpo em algo que pudesse ser inadequado, o senhor viu que perguntei a ele, mas o que estavam imaginando os meus colegas ...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu estou aqui.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (**PT – SP) – Senador José Jorge, Tasso Jereissati, Antonio Carlos. Gostaria de lhe perguntar diretamente: por acaso, em alguma das ocasiões em que V. Sª levou para sua residência de R$1 milhão a R$5 milhões, ou uma quantia tão significativa, teria utilizado, em qualquer dessas ocasiões, esses recursos para, digamos, pagar em dinheiro ou em qualquer outra forma um presente ao Ministro do Tribunal Regional de Recursos ou ...

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ... ou a alguém em algum órgão do Poder Executivo ou da Caixa Econômica Federal ou a alguém que pudesse então dar margem à interpretação que ele usou? Porque V. Sª há de convir que o que ele imaginou foi que pudesse, V. Sª aqui disse, dispor de recursos tão ... Eles estavam brincando aqui comigo: "Eu trouxe dinheiro para almoçar daqui a pouco, mas, de repente, R$1 milhão, R$2 milhões, R$3 milhões, quem sabe seja para outros tipos de finalidades".

Na sua formação, na Universidade Federal de Minas Gerais, V. Sª certamente teve ali os princípios éticos que fazem parte da formação do advogado. Então, obviamente, aqui os Senadores que estavam imaginando: "Puxa, mas o que ele irá fazer com R$ 1 milhão a R$ 5 milhões em casa, se é só para"... V. Sª mencionou, em alguns momentos, que chegou a emprestar a uma pessoa muito amiga ou até a pagar amigo que era de seu avô etc, quantias assim. Mas a pergunta direta é: para alguma pessoa que pudesse ter influência, seja na Caixa Econômica Federal, seja em algum órgão do Poder Executivo ou do Poder Judiciário, houve também pagamento de presente dessa ordem?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Portanto, é a pergunta que avalio seja importante V. Sª responder aqui.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Não, nunca destinei um centavo do meu dinheiro para ninguém do Judiciário nem do Executivo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Para uma finalidade que pudesse ser considerada como o Senador José Jorge, a certa altura, ...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente,

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Exª não citou o Legislativo também não? Judiciário, Executivo e Legislativo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ou do Legislativo.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Menos ainda, não...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ou a um Senador ou a um Deputado Federal?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente, por ter sido citado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É importante perguntar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente, por ter sido citado; art. 14.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não era mais ou menos... Eu interpretei corretamente a sua observação?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na realidade, V. Exª...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu quis ir direto ao ponto, mas...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não, V. Exª foi direto ao ponto. Agora, o que acontece é o seguinte: eu não vou esperar aqui que nenhuma testemunha ou acu-

sado ou o que seja venha aqui dizer que deu dinheiro a alguém. Isso aí é óbvio que eles vão negar.

O que coloca essa questão da retirada em dinheiro em valores muito altos é que, na verdade, do momento em que se retira o dinheiro em diante você não tem mais controle para onde aquele dinheiro foi. Quer dizer, ele nega que deu a alguém do Judiciário, do Legislativo ou do Executivo. Se ele tivesse dado por cheque, nós comprovaríamos que foi dado a "a", "b" ou "c". Em dinheiro, ele nega, mas ele não consegue mostrar ou provar que não deu.

A gente está vendo que ele não consegue mostrar que ele deu, mas ele também não consegue mostrar que não deu. Se ele tivesse executado toda essa dinheirama com cheque, na conta dele direitinho, a gente saberia para onde o dinheiro tinha ido. Então, no momento em que ele tira, a suspeição que já existia pelo valor do dinheiro fica maior ainda porque ninguém tira um, dois, três, cinco milhões em dinheiro se não for para fazer alguma que ele não quer que os outros saibam.

Então, é esse o meu posicionamento, mas, de toda a maneira, agradeço a citação de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Bem, se V. Sª quiser complementar porque, em vista da interpretação, da observação e da análise feita pelo Senador José Jorge, quem sabe queira complementar a sua resposta.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Continuo com a negativa, que é a verdade, embora também tenha que admitir que o Senador está certo, como todos aqui, sobre o meu padrão de comportamento.

Com relação aos cinco milhões, o dinheiro da GTech foram cinco milhões recebidos entre 2002 e 2003. Esse dinheiro, a perplexidade que pode...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Portanto, em dois governos. Só para registrar, foi durante o Governo anterior, que terminou em 2002, e o novo Governo.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É, já no período eleitoral, no final do Governo Fernando Henrique e durante os primeiros seis meses do Governo atual, do Presidente Lula.

Mas, independentemente dos governos de onde foram tiradas as quantias, Excelência, aqui, desses honorários, eu tirei um milhão e duzentos em dinheiro, ao longo dos meses de outubro e janeiro, principalmente, de 2002 para cobrir gastos pessoais, em função desse meu desatino financeiro, etc. e tal.

Essa grande quantia que veio do desfazimento do contrato com o escritório de que fui advogado com a Camargo Corrêa foi retirada um ano depois, quando já, vamos dizer assim, existia todo tipo de denúncia sobre renovação de contratos, o contrato da GTech com a Caixa já havia sido renovado. Inclusive até li outro dia, assustado, que ele foi renovado de novo por mais um ano.

E, dentro dessa colocação, Senador, eu apenas digo o seguinte: aquele dinheiro de 2004 é um dinheiro que...

Agora, como qualquer pessoa, eu acho que o meu grande erro era tratar essas coisas com normalidade. Eu não tinha esse direito, até porque não era normal.

A primeira atitude de um indivíduo que está errado, que precisa de um tutor, como bem disse o Senador Antonio Carlos, e é verdade, Senador, eu agradeço, porque isso tudo é um carinho comigo, como indivíduo, como ser humano que tem um problema. Se eu tivesse, por exemplo, uma compulsão por droga... Graças a Deus, eu nunca mexi com isso e espero nunca mexer. Assim como eu já tive gente do meu relacionamento sentimental que mexia com álcool, por exemplo. É difícil, agora a pessoa, primeiro, tem que admitir que tem o problema.

Eu cheguei aqui, da primeira vez, e não achava que tinha problema. Entre as advertências, as mais duras talvez, o Senador Geraldo, que depois até vi que é Procurador da Fazenda Nacional, ficou escandalizado: "Você ganha um dinheiro desse e não paga imposto?"

Isso tudo é errado, mas por quê? É uma vontade, digamos assim, determinada de fazer o errado? Não. É a compulsão, é a facilidade, ganhou... É o deslumbre. Eu fui me deslumbrando. Primeiro, eu me tornei um sujeito normal, do ponto de vista de apresentação, porque eu era um sujeito que pesava 225 quilos, 230 quilos, então era um sujeito anormal, viajava com duas passagens de avião, não podia comprar uma roupa...

Quando fiz a minha redução de estômago e fui diminuindo e voltando à normalidade, me tornado um sujeito até apresentável, isso aí começou. E a vida, infelizmente, ou felizmente, me proporcionou bons contratos dentro da advocacia, o sucesso deles.

Na mesma época em que demandei a ação da Gtech, eu tentei a mesma medida depois para um grupo de Belo Horizonte que foi dono de um banco, teve o banco liquidado indevidamente, depois obteve a devolução, mas banco, uma vez criada a dúvida, a suspeita, nunca mais volta a ser banco, não é isso? E existia um problema fiscal de um depósito que tinha sido feito, e eles queriam a devolução desse depósito. Eu entrei com uma medida cautelar e não obtive sucesso, porque já estava numa fase da construção jurisprudencial em que esse tipo de coisa estava sendo considerado demasiado.

O Ministro Luiz Fux teve uma participação fundamental nesse, vamos dizer assim, novo direcionamento da jurisprudência do STJ. Ele é um emérito processualista; eu até, data vênia, discordo dele, mas tenho que entender que ele realmente teve autoridade para dizer: "Nós não podemos suprimir instâncias. Independentemente de haver ou não o bom direito, esse direito tem que ser litigado ou demando na instância própria para chegar aqui", independente desse tempo que há entre uma decisão judicial e outra, de haver o perecimento do seu direito ali no meio, transformando o que é ainda uma coisa de proveito comercial e empresarial numa perspectiva de indenização para ser recebida anos depois.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não, Senador. V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Vou ter de me ausentar. Tenho inclusive que ir à Comissão dos Correios...

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Exª é o próximo orador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Então, neste minuto, vou dizer em três palavras as coisas que penso. Eu chego até, de certo modo... O senhor tem colegas na banca de advocacia?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Tenho colegas.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eles deixam o senhor fazer isso e não acontece nada?

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Excelência, é o seguinte: até então, eu não tinha uma pessoa que pudesse com autoridade...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Que tivesse força sobre V. Exª.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – É. Hoje, depois disso tudo, eu entreguei praticamente a gestão da minha vida à Drª Patrícia, que foi a última colega que começou a trabalhar comigo. É uma jovem advogada, uma pessoa de uma fibra e acostumada a encarar tarefas difíceis.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu confesso ao Relator que tudo que ele precisava saber ele já sabe, pelas argüições e pela franqueza do depoente, de maneira que eu não vou perguntar – parece que com o Senador Tasso Jereissati se dá é a mesma coisa. Todos já sabem a situação anormal que o depoente diz que tem. Agora, para se chegar a essa conclusão, vai dar muito trabalho a V. Exª. De maneira que não vou argüir até mesmo por uma questão de pena de V. Exª.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Obrigado, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Geraldo Mesquita com a palavra.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido – AC) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo, Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores, Dr. Valter, eu tenho apenas uma pergunta para fazer a partir de alguns considerações que eu vou tecer aqui.

Dr. Valter, o senhor aqui tem a garantia da presunção da inocência. Nós advogados sabemos disso; as pessoas também. Agora, essa presunção de inocência é cotejada com fatos, informações e documentos que têm chegado a esta CPI. Mas, de qualquer forma, é assegurada a V. Sª essa presunção, inclusive de minha parte.

Acontece o seguinte: eu, particularmente, estou aqui atônito tentando acompanhar essa montanha de dinheiro que transitou, que passou pelas suas mãos e os caminhos que esse dinheiro percorreu. Confesso a V. Sª que, em alguns momentos, eu me perdi tentando acompanhar, porque são muitos meandros, são muitos caminhos, são muitos recursos para a atuação de um escritório de advocacia, particularmente para um profissional de advocacia.

Há uma praxe nesta Comissão, Dr. Valter, e isso de certa forma já foi feito aqui palidamente com o senhor, de nós nunca negarmos ao depoente, com todo o respeito, a oportunidade de ele contribuir decisivamente com os trabalhos da Comissão, apesar do descrédito de alguns companheiros aqui que já... O Senador José Jorge, por exemplo, admitiu que dificilmente alguém chegaria aqui e dissesse: "Eu fiz realmente".

Essa é a praxe que tem sido, que nós temos presenciado até hoje. Mas eu acho que, inclusive, V. Sª tem o direito de receber de qualquer um de nós essa oportunidade. Olhe o que está em jogo, Dr. Valter. Há indícios fortíssimos nesta Comissão calcados em documentos, provas materiais, de que a GTech se valeu de pessoas para intermediar um negócio junto à Caixa Econômica Federal. Trata-se de um negócio que, inclusive sob o ponto de vista do Tribunal de Contas da União, se revelou nocivo aos interesses da Caixa Econômica Federal. É um fato. Como disse – estou dizendo, afirmando – , há indícios fortíssimos nesta Comissão de que a GTech agiu exatamente nesse sentido. Procurou, identificou, contratou, valeu-se de pessoas que tinham determinadas influências, no apagar das luzes do ano de 2002, já com vistas a uma nova administração. No

início dessa nova administração, a GTech identificou essas pessoas e fez essa tratativa.

Na verdade, V. Sª sabe exatamente o porquê de sua presença aqui. Há fortes suspeitas de que para que essas pessoas que intermediaram os negócios da GTech com a Caixa Econômica recebessem os recursos – e aqui renovo a questão da presunção de inocência –, há suspeitas fortes, de que um dos caminhos buscados pela GTech e por outros grupos econômicos, por essas pessoas, teria sido por seu intermédio.

Agora, veja que coisa curiosa. Talvez V. Sª tenha sido, nesse contexto todo, admitindo-se essa possibilidade, claro, a única pessoa que poderia num rasgo de: "Chega, estou cansado dessa história."... Na verdade, foi exatamente isso o que aconteceu. A sua participação nessa história não lhe traria conseqüências maiores. V. Sª trabalhou, prestou serviços, apenas prestou-se a servir de instrumento para a transferência desses recursos. A movimentação atípica que V. Sª fez de saques vultosos em espécie, como disse o Senador José Jorge, impediu que o dinheiro fosse rastreado no seu caminho. É verdade. É o que V. Sª está dizendo contra as suspeitas que são geradas e criadas por esta Comissão.

Vou concluir, Dr. Valter, com todo o respeito. Não quero sair desta Comissão, da segunda vez que estamos aqui, sem oferecer-lhe definitivamente essa oportunidade. V. Sª prestaria um relevante serviço a esta Comissão e ao País admitindo: trabalhei, suei, ganhei o meu dinheiro, mas também servi de instrumento para a transferência de recursos para aqueles que intermediaram um grande negócio de interesse da GTech com a Caixa Econômica Federal. Então, a minha pergunta – e não seria bem uma pergunta, mas uma provocação, uma oferta de possibilidade – é no sentido de que V. Sª mantenha a versão que está mantendo, de uma pessoa... Ninguém pode adentrar na sua vida pessoal. São palavras suas, inclusive, V. Sª está admitindo um desvio, uma doença grave, que o senhor mesmo admite. Essa é a sua versão. A outra versão seria, Dr. Valter, creio que aqui, tomado por sua consciência, se o senhor nos revelasse "De fato houve isso, lastimavelmente. Eu vou revelar, vou livrar a minha consciência desse peso.", essa revelação não lhe traria maiores conseqüências – o senhor sabe disso. Algum processo e tal, sem maiores conseqüências, mas o senhor prestaria um grande serviço a esta Comissão, porque há fortes indícios disso, Dr. Valter, há fortes indícios de que a GTech, de fato, remunerou, se valeu de outras empresas inclusive, porque esses caminhos são sempre planejados, de modo a dificultar a identificação posteriormente.

Mas há fortes indícios de que a GTech realmente se valeu de pessoas para remunerar outras que se prestaram ao serviço de intermediar um negócio que, em última instância, se revelou absolutamente nocivo à Caixa Econômica Federal e ao País.

Então, eu pergunto definitivamente ao senhor: o senhor sustenta a sua versão ou o senhor não gostaria de adentrar nesse segundo campo para o qual eu lhe provoco e revelar para todos nós o que de fato realmente aconteceu.

**O SR. VALTER SANTOS** – Primeiramente quero agradecer, porque, como já disse, de todas as admoestações que eu recebi aqui, uma eu percebi uma desesperança até com a minha figura que se apresentou, e hoje estou percebendo – claro – a mesma dureza, a mesma limpeza de propósito de alguém que está aqui cumprindo mandato outorgado por seu povo, numa Casa tão importante como o Senado brasileiro, mas eu quero explicar: o senhor realmente bateu na tecla certa. Hoje, tivesse eu certeza, tivesse eu ligação, tivesse eu a mínima participação, independentemente da minha pena, eu realmente já estaria esgotado e falaria o que tivesse que ser falado, como estou falando hoje, com toda dificuldade e sabendo de toda estranheza que causo na minha versão.

Eu não tenho nenhuma relação, como estou colocando aí, escrutinando – amigos meus do dia-a-dia, pessoas – evidentemente sempre há ligação do senhor, no seu meio, tem amigos que são amigos do Senador e o senhor não pode responder por aquilo que eles fazem. Eu não sou um inocente, sou um sujeito que agiu mal, um delinqüente fiscal, delinqüente em termos do ponto de vista comportamental na sociedade. Mas o que eu quis explicar – e muitas vezes é difícil –, no episódio da GTech, em que eu fui contratado...o senhor, como advogado, procurador, sabe que é normal uma contratação em função do valor econômico envolvido, não é isso? Os valores realmente são de vulto, mas cotejados com o vulto ainda maior de um contrato grande.

Nas minhas ligações telefônicas, há ligações para o Enrico Gianelli? Inúmeras. Eu não sei precisar quantas, mas tenho certeza de que o Senado Federal, com a sua eficiente assessoria, já levantou e deve ter sido mais de quinhentas – sábado, domingo, feriados, todos os dias, de manhã, de tarde e de noite, viagens minhas para São Paulo, viagens do Enrico para Belo Horizonte, viagens nossas para Brasília. E houve realmente saques, e concordo com todos aqueles. A partir que se retirou uma quantia que não é usual tirar do Banco, aquilo da mesma forma como não se pode colocar o que foi feito, mas levanta uma suspeita com a qual eu sei tenho que viver.

E se fosse diferente, eu já teria...independentemente desse lado do advogado, eu não seria advogado, mas eu não fui nunca conclamado pela GTech, até porque a GTech mesmo não tinha contato comigo, quem tinha era o Dr. Enrico Gianelli. Eu soube pela imprensa, porque também nunca soube dele, que esse mesmo Dr. Enrico Gianelli tinha contato com todos esses *players* – desculpem-me usar esse termo – mas todos os outros personagens desse episódio, que não me conhecem e que eu também não conheço, e não há nenhuma ligação minha com eles, tinham ligações com o Dr. Gianelli.

Não quero dizer que ele tenha feito alguma coisa errada. Quero explicar uma coisa ao senhor: eu errei? Errei profundamente, já errava antes e errei até pouquíssimo tempo atrás. No dia que eu saí desta Comissão, confrontado com meus erros graves, humilhado não pelos senhores, mas por minha postura, que até então eu me considerava um cara inteligente. Que tipo de sujeito inteligência é esse que leva uma vida tão doida e que não escuta? Porque não foi um, nem foram dois, nem três apelos que eu recebi de pessoas que gostavam de mim que falaram: "Muda, Valter! Você está fazendo uma loucura; a vida te dá... Você é um sujeito que ganha dinheiro; você é prestigiado, todo mundo te procura. Você resolve os assuntos e tal. Baixa a bola; seja conseqüente. Resolve a sua vida fiscal. Vai trabalhar sério; vai ser um sujeito sério". Porque, de fato, nada, nenhum dos epítetos lançados contra mim, Excelência, nenhum, nenhum deles, a não ser o de que pegou o dinheiro para pagar propina. E vou dizer para o senhor, vou confessar aqui uma coisa. Eu não posso dizer ao senhor que eu tivesse um padrão moral a ponto de negar isso, não. Não me foi pedido. Entendeu? Eu nunca estou dizendo... Não me foi pedido: "Ô, Valter, dá uma nota aí mais tantos mil aí para dar o dinheiro". Agora, as notas que eu dei que somam R$ 5 milhões, R$ 3,8 milhões foram gastos aqui de uma maneira comprovada; R$ 1,2 milhão não foi gasto de maneira comprovada. Eu tenho que admitir isso. Não os entreguei a ninguém que seja da GTech, ninguém que seja da Caixa Federal, ninguém que seja intermediário, para aqui ou daqui, muito menos para o Judiciário. Entendeu, Senador? Essa é a minha verdade. Essa é a verdade que eu vou ter que brigar para que acreditem, mesmo eu sabendo que, se fosse eu sentado na cadeira do senhor, teria tantas suspeitas quanto o senhor tem hoje. Tentei fazer isso aqui com muito trabalho, com dificuldades. É difícil, porque o banco não libera isso facilmente. Vem lá assim: saque de R$ 500 mil. Eu falei: Mas, gente, eu não tirei o dinheiro. Se eu tivesse que tirar o dinheiro... O Senador Garibaldi mesmo me lembrou aqui: "Olha, tem aqui quem tirou esse dinheiro, em 2001, foi o Dário com Hélio Dutra". Então, essa saída do dinheiro, falar que eu recebi R$ 5 milhões para passar os R$ 5 milhões para frente confronta, primeiro, com o que eu fiz com os R$ 5 milhões, que R$ 3,8 milhões foram gastos. Não é isso? Da mesma forma, como foram gastos todos os outros dinheiros que eu também ganhei.

Um ano depois, em outro caso, que está lá evidenciado; a empresa é uma empresa séria, uma empresa chata, inclusive difícil de lidar com ela, a Camargo Corrêa tem um procedimento lá dentro que eu nunca vi igual na vida, onde eles se autofiscalizam, fiscalizam os outros e fiscalizam tudo que fazem porque são visados. Foi feito o recebimento, e esse recebimento, realmente aí eu – o senhor desculpe – deslumbrei de vez. Ganhei um dinheiro muito grande. Usei de uma argúcia que achei que tivesse, uma esperteza no sentido de negociar um contrato onde eu teria... para ficar com a maior parte para mim. Não é isso? Agora, um ano e meio depois, eu não tenho como explicar. Existe uma linha do tempo onde o contrato que hoje está sendo escrutinado por aqui já tinha sido feito. Eu não posso atestar ao senhor que GTech não fez isso, até porque seria leviano da minha parte e mentiroso. Eu posso dizer ao senhor, afirmar, e continuarei afirmando, não é para me exonerar não, porque se fosse verdade eu até teria falado. Mas não é. Eu não posso também mentir para me desonerar. Eu sinto isso às vezes. Se eu tivesse falado uma mentira: não, esse dinheiro... Mas esse dinheiro está aqui. E aí alguém vai chegar assim: "Olha, como é que ele pode ter pego o dinheiro para dar ao pessoal lá se ele gastou R$ 3,8 milhões?". Não é isso? "Ah, mas ele, então, pegou R$ 1,2 milhão". Mas ele gasta. Aí vem a outra prova que é testemunhal, que eu até tinha pedido tantas vezes a imprensa, etc e tal que procurasse: Olha, procura os melhores restaurantes de Belo Horizonte, os melhores de São Paulo, os melhores do Rio de Janeiro, os restaurantes de Milão, os restaurantes de Nova York. Procura lá e pergunta quem sou eu. Todo mundo vai falar assim: "É um doido, vem cá, gasta dinheiro e bebe...!"

Isso, da outra vez, Senador, eu usei um relato aqui que ficou muito antipático e que ficou realmente uma coisa deformada. Eu me envergonho daquele dia. Porque eu tratei aquela minha atitude como sendo uma coisa normal, e não é. Eu hoje estou me tratando no seguinte sentido: eu não posso mais fazer isso. Não que eu não tenha direito, mas isso não traz prazer, não traz nada para ninguém. E essa falta de conseqüência dos meus atos hoje leva talvez até também tirar um grande tempo desta CPI em buscar talvez uma saída, se é que houve alguma coisa.

Eu tenho acompanhado os trabalhos aqui, claro, hoje eu estou envolvido aqui. Eu sou testemunha, mas eu sou escrutinado, eu sou investigado. Não é isso? E sei que tenho que ser. Se eu fosse um dos senhores, eu seria o primeiro a dizer: "Temos que investigar esse caso aqui; é estranho". Agora, eu pretendo não é me exonerar, não. Eu pretendo apenas dar aos senhores a garantia de estou falando a verdade, por mais inverossímil que possa parecer aos senhores, até o momento do seguinte: "Não, espera aí. O que nós achávamos no começo, que era uma pessoa que não fez nada; ele trabalhou, fez..." É difícil entender por que pagou esse dinheiro ao advogado? É. Mas pagou e está aqui, pagou e ele gastou. Ele gastou o dinheiro todo? Não, mas gastou 70% do dinheiro. Gastou 80% do dinheiro. Bom, então é o seguinte: Temos aqui uma situação que não é mais igual à anterior. E sei que se eu tivesse dado R$ 50 mil ou R$ 5 milhões, não haveria diferença no erro. E eu não estou querendo dizer aqui que eu fui... Eu, simplesmente, atuei como advogado. Achei, na época, que eu tivesse dado assim um golpe de sorte, em uma negociação de mestre para poder negociar bem a coisa. Aproveitei um primeiro... Deve ter sido um descontrole da empresa. Agora, se os senhores podem interpretar que uma empresa que pagou R$ 5 milhões para um advogado por essas medidas poderia estar disposta a pagar outras quantias para outras pessoas, não pagaram através de mim. Agora, eu não posso dizer, porque eu realmente não sei, Senador. Eu acho que eu prestaria um grande desserviço ao senhor, aos seus colegas e a esta Casa se eu falasse aqui uma coisa de que realmente eu não tenho conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço, em nome desta Comissão, ao Sr. Valter Santos Neto pelas explicações dadas aqui.

Portanto, V. Sª está liberado desta audiência.

**O SR. VALTER SANTOS NETO** – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero registrar aqui que o depoente está entregando a documentação referente à sua movimentação financeira que ficará com a Comissão.

Solicito à Secretaria que faça entrar o Sr. Adelmar de Miranda Torres. (Pausa.)

Inicialmente, agradeço a presença do Sr. Adelmar de Miranda Torres e do seu advogado.

Concedo ao Sr. Adelmar o tempo que for necessário para as exposições que julgar importantes fazer inicialmente.

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Boatarde.

Exmº Sr. Presidente desta Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti; Exmº Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves; Srs. Senadores e demais presentes, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a oportunidade de falar nesta Comissão, que é o primeiro espaço, desde 2003, que eu posso ter para esclarecer a minha participação nas ações que estão sendo apuradas nesta Comissão.

Antes de começar minhas considerações iniciais, quero pedir permissão aqui ao nosso Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, para fazer alguns agradecimentos.

Desde outubro de 2003, estou passando por um período difícil para um profissional do setor público e sempre tive o apoio de pessoas que eu gostaria de agradecer já neste momento. Em primeiro lugar, a minha mulher, a Márcia e meus filhos Paulo e Cecília, que são os guardiões principais da minha honra e que estão dando a mim, desde essa época, o apoio necessário.

Gostaria também de agradecer aqui ao meu pai, servidor público, de quem eu herdei a vocação e a quem eu tento, ao longo da minha vida, imitar, pois é um servidor brilhante, hoje está aposentado, e trabalhou nesta Casa, no Senado Federal. Ele é um exemplo para mim de homem ético, honesto, probo, extremamente competente.

Agradeço também à minha mãe pela coragem e pelo coração grande. Agradeço os meus irmãos e agradeço meus amigos da carreira de Gestor e dos meus colegas da Casa Civil, da Sub-Chefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, onde estou trabalhando atualmente.

As minhas considerações iniciais serão divididas em quatro partes. Na primeira parte, irei fazer uma breve descrição do meu currículo. Na segunda, um histórico enxuto da minha participação nas ações que estão sendo apuradas nesta Comissão. Na terceira, uma análise objetiva dos quatro pontos principais que a auditoria de 2003 da Caixa e subseqüente sindicância apontaram e que hoje estão sob exame do Tribunal de Contas da União e da Justiça Federal que, acredito, seja o objeto principal desta Comissão. E, por fim, uma curta conclusão, pois acredito que seja no debate transparente que posso melhor ajudar esta Comissão.

Meu currículo: sou formado em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília, em 1981. Sou formado em Economia pelo Centro Universitário do Distrito Federal, em 1989. Sou formado no primeiro curso de Políticas Públicas e Gestão Governamental da Escola Nacional de Administração Pública, de 1989. Sou Mestre em economia pela Universidade de Brasília, com especialidade em Economia do Setor Público. Minha

profissão: sou servidor público federal de carreira, fui aprovado em concurso de provas e títulos realizado em julho de 1988. Em resumo, tenho 17 anos de experiência profissional e de labuta na Administração Pública Federal.

Minhas experiências profissionais na Administração Pública Federal mais recentes: fui Secretário de Planejamento da extinta Sunab, do Ministério da Fazenda, em 1992; Secretário-Adjunto de Previdência Social, de 1993 a 1995; Diretor da Caixa de fevereiro, de 1995 a março de 1999; Secretário de Política Urbana da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano, de março de 1999 a outubro de 1999, e fui assessor da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça entre 2000 e janeiro de 2003.

Fui convidado pelo Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, Dr. Luiz Alberto, para ser Subchefe-Adjunto. Luiz Alberto foi colega de curso na Enap, em 1989, e era, até o início de 2003, companheiro de carreira. Agora, ele é Consultor Legislativo desta Casa.

Esclareço que fui alçado ao posto de Subchefe-Adjunto em fevereiro de 2003, quando nem tinha sido iniciada a auditoria da Caixa Econômica Federal, que data de 1º de abril de 2003. Certamente a Abin não poderia dizer que eu era alvo de algum tipo de investigação, porque não existia nenhuma investigação sobre mim naquele período.

Agora, segunda parte das minhas considerações gerais, é a minha participação. Fui diretor da Caixa, repito – e é importante colocar o tempo –, de fevereiro de 1995 a 24 de março de 1999. Fui responsável pelas seguintes áreas: em 1995, fui responsável pela área de administração e recursos humanos da Caixa; em 1996, fui responsável pela área de rede que, para explicar melhor, é a área operacional, cuidava das agências e das superintendências da Caixa; de 1997 a 23 de março de 1999, fui responsável pela área de rede e pela área de loteria.

Segundo, o Tribunal de Contas da União realizou uma inspeção, em 1996, sobre a contratação, a licitação e a contratação da Racimec e solicitou, em março de 1997, a oitiva da Diretoria da Caixa à época, para responder questionamentos dos técnicos do TCU, sobre a mudança na matriz de contratação.

A Direção da Caixa Econômica Federal respondeu, em julho de 1997, que a matriz contratada era mais vantajosa que a matriz original. Isso foi em julho de 1997, portanto, há 8 anos. Os técnicos do TCU somente começaram a elaborar uma resposta a essa resposta da então Direção da Caixa a partir de 2001, e o entendimento do Tribunal sobre essa mudança da matriz na contratação original se deu em maio de 2003. Após isso, esse é o primeiro fato concreto sobre uma avaliação da contratação original. Isso, em maio de 2003.

Após isso, em 1º de abril de 2003, a Caixa inicia uma auditoria sobre os contratos da Racimec – porque são contratos; não é um só. O contrato de gestão da Caixa de que participei, de 95 a 99, se encerrou em maio de 2000. O contrato hoje que está sob investigação mais direta desta Comissão é de maio de 2000, que até hoje está em vigor, por sucessivas prorrogações. A Caixa iniciou, em 1º de abril, essa auditoria, de 2003, e nela incluiu todos os contratos. Essa auditoria resultou numa sindicância, e iniciou-se esse trabalho em julho de 2003 e terminou em novembro de 2003.

Sr. Relator, fui convocado para depor na Comissão de Sindicância e fui com o maior prazer, porque fui diretor de uma gestão proba, honesta e fui colaborar nessa sindicância. Prestei meu depoimento, rebati todas as insinuações, todos os fatos contra a minha pessoa e contra a gestão de que participei nessa Comissão de Sindicância. Mas senti que havia algo, um certo direcionamento de querer encontrar, de qualquer forma, possíveis irregularidades naquela contratação de 1997. Cumpri o meu dever como servidor público, prestei o meu depoimento, peguei cópia do meu depoimento, voltei à Casa Civil e disse ao meu chefe, o subchefe, Luiz Alberto, que fui fazer esse depoimento e que fiquei preocupado com o tom dessa sindicância. Mas avisei de pronto: estou preocupado. Isso era outubro de 2003. Desde lá, fiquei preocupado.

Em novembro de 2003, o relatório foi encerrado, um mês e pouco após o meu depoimento. Fui à Caixa por duas vezes solicitar cópia desse relatório, porque já fiquei sabendo, informalmente, que o relatório já estava pronto. E gostaria de ter acesso a ele. Pedi formalmente por duas vezes, em dezembro de 2003 e, depois, em fevereiro de 2004. Mas não obtive resposta aos requerimentos formais que fiz. Em março de 2004, numa sexta-feira, não esqueço até hoje, 7 de março, 5 ou 7 de março – às vezes a gente se equivoca – de 2004, fui chamado pelo então Secretário Executivo da Casa Civil – eu e o meu chefe fomos chamados –, porque gostariam de obter esclarecimentos sobre o relatório da sindicância. Eu, desde aquela época, estava preocupado. Fui fazer o dever de casa, que é olhar o que eu tinha da Caixa, porque eu tinha saído em 1999, fui olhar os documentos que eu tinha. E fui para uma reunião sem saber o teor, mas fui – eu e o subchefe, que é o meu chefe –, e estava lá o Advogado-Geral da União, com quem eu nunca tinha tido o prazer de estar junto. Estava o Advogado-Geral da União, o Secretário Executivo da Casa Civil, a imprensa e o Secretário de Controle Interno da Casa Civil.

E eles fizeram uma sabatina de chofre, não pude me preparar, como hoje posso me preparar. E respondi que todas aquelas colocações da auditoria da Caixa e da sindicância não eram totalmente fundadas. E respondi a maioria delas.

Meu subchefe também deu seu testemunho da minha honradez perante os nobres servidores que estavam naquela reunião. E pediram, então, vocês têm que conversar com o jornal **O Globo**, com a Rede Globo e com a revista **Época**, porque eles vão soltar uma matéria sobre isso. E fomos; eu fui conversar, e o meu subchefe foi conversar com esses jornais. Dei as explicações, esse era um relatório de uma sindicância. Não tive direito de defesa naquele momento. Expliquei os pontos. Conseguimos convencer o Jornal Nacional, o jornal **O Globo**, mas a revista **Época** não ficou convencida. Aí saiu na revista **Época**, daquela semana, a minha foto do lado da foto do ex-Ministro José Dirceu, dizendo: "Mais um assessor do ex-Ministro José Dirceu envolvido em irregularidades". Tentei, fiquei no fim de semana preparando respostas para esse material, que foi a exigência da minha chefia, que respondesse a todas as matérias. Respondi a da revista **Época**, respondi ao Secretário de Controle Interno da Presidência da República aquelas colocações. E, pela primeira vez, ali, consegui ter acesso àquele relatório da sindicância. Pensei que ali tinha acabado a questão da imprensa, mas foi um marco na minha vida profissional. Terça-feira, eu voltei a trabalhar. Foi difícil trabalhar segunda-feira, depois dessa reportagem da **Época**, mas, terça-feira, eu tinha um compromisso externo representando a Casa Civil. Na terça-feira, acordei 6 horas e 30 minutos para ir para São Paulo. Estava indo para o aeroporto com o meu carro e aí ouço pela CBN que a capa do **Jornal do Brasil** era: "Adelmar de Miranda Torres, mais um assessor da Casa Civil, do Ministro José Dirceu, envolvido em irregularidades". Era o segundo Waldomiro. Não viajei. Comprei o **Jornal do Brasil**, voltei à Casa Civil para preparar a minha defesa novamente. Preparei a minha defesa e coloquei meu cargo à disposição, mas disse: eu não vou sair; eu não peço para sair do meu cargo em comissão. Esse é um cargo demissível **ad nutum** e, como eu acredito e até hoje acredito que eu não tenho, não fiz nada de irregular, então, não peço para sair. Falei àquela época e falei de novo este ano: quem não deve não teme. Então, querem me demitir, demitam, mas eu não peço para sair. Respondi à reportagem **Jornal do Brasil**, conversei com o repórter, e ele disse: "Tem mais uma reportagem contra você no dia seguinte, Sr. Adelmar". Qual é o assunto? "É esse". Respondi. Mesmo assim, foi publicado. Tive que responder à Casa Civil o que significava aquilo. Respondi novamente. Respondi ao Controle Interno da Casa Civil, respondi novamente. Isso na quarta-feira. Sexta-feira, nova reportagem. Respondi novamente. Isso era março de 2004.

Passada essa semana que tive que responder à imprensa, responder onde eu trabalhava, responder ao Controle Interno, fui surpreendido. O relatório já estava no Ministério Público, da sindicância, e veja bem: um processo administrativo, o relatório da sindicância não é o passo final de uma sindicância. Existem comitês disciplinares que vão avaliar, tem o direito de defesa e, após isso, é que se dá prosseguimento. Mas a auditoria e o relatório estavam no Ministério Público, não sei desde quando, mas, em abril de 2004, um mês depois das reportagens do **Jornal do Brasil**, o Ministério Público entrou com uma ação civil pública contra mim e mais 18 funcionários da Caixa e três ex-Presidentes. A ação civil pública, com um pedido de liminar para quebra de sigilo bancário, fiscal e bloqueio dos bens, que foi deferido de imediato pelo juiz substituto da 22ª Vara Federal. Em abril de 2004, meu sigilo bancário e fiscal e os meus bens, meus bens foram bloqueados e o meu sigilo foi quebrado. Respirei fundo, continuei trabalhando e disse novamente: o meu cargo está à disposição, como até hoje está à disposição, mas eu não peço para sair. A liminar que pediu o bloqueio e o sigilo só não coube aos três ex-Presidentes, mas para os demais coube, pela decisão do juiz. Agora, em abril de 2005, um ano depois, o Tribunal de segunda instância suspendeu o bloqueio dos bens e manteve a quebra do sigilo bancário e fiscal dos 18 citados. Em julho de 2005, tomei conhecimento do relatório de inspeção do TCU sobre a repactuação dos contratos daquela época, de 1997, e dos demais anos, que foi encaminhado para esta Comissão. Tomei conhecimento; preparei as respostas porque eu as tinha. Preparei novamente e fui conversar com o Ministro-Relator dessa matéria, no Tribunal de Contas da União. Encaminhei uma defesa prévia antes de a matéria chegar para deliberação dos Ministros, porque havia alguns equívocos cometidos pela equipe técnica. Encaminhei, em julho.

Agora, em setembro e outubro de 2005, a Comissão Disciplinar da Caixa Econômica Federal está analisando o recurso – e analisou o recurso – daqueles que foram citados na Comissão de Sindicância. E a maioria deles reviu o posicionamento da sindicância. Mas como eu não sou empregado da Caixa, ali não tenho o direito de me defender e já estou na Justiça para me defender lá.

Esse é o histórico temporal do que eu estou vivenciando desde outubro de 2003. Agora, nessa penúltima parte das minhas considerações iniciais, eu vou apresentar uma análise sucinta e objetiva acerca

dos fatos que eu não acredito que sejam fatos, mas das ações que essa sindicância está dizendo que eu cometi como irregularidades.

A primeira "acusação" (entre aspas) da sindicância é que, na formalização do contrato original, eu tive uma participação decisiva na mudança da matriz original para a matriz que foi contratada, apesar de não ter estado na reunião que aprovou. Esse fato, que é um fato! Esse fato... Eu não estava na reunião. Não participei da reunião. Mesmo assim eu tenho que responder por isso.

Mas vamos lá, objetivamente. A contratação feita, original, de 1997, atendeu à legalidade. Tem pareceres. Inclusive, o TCU reconheceu que era legal ter feito o que foi feito: a mudança da matriz original para a contratada.

Segundo, em maio de 2003, como eu vi aqui, o TCU tinha decidido que deu prejuízo de 90 milhões o contrato original. Já está revendo. Não foi definitiva a decisão do TCU. Os técnicos estão revendo a sua metodologia, que está equivocada. E esse número já chega a sete milhões. De 90 está em 7. Inclusive, foi a razão principal do TRF ter tirado o bloqueio dos bens. Já está em sete. Não sou eu que fiz a conta, nem foi a gestão do Presidente Sérgio Cutolo que fez a conta. Quem fez a conta foram os técnicos do TCU. Está em sete milhões.

E, vejam, a metodologia é de como se o contrato original tivesse durado o tempo inteiro, e ele foi rescindido em maio de 2000. Em 1997, a decisão da empresa foi tomada olhando o horizonte de um contrato dessa natureza, de prestação de serviços continuado. Como você faria a conta se você é um gestor responsável? Um contrato dessa natureza não dura dois, três anos.

Se olharem a Lei nº 866, contratos de prestação de serviços podem viger até 5 anos. E foi com esse horizonte que foi feita a conta da Diretoria àquela época. Certamente, a mudança da matriz como hoje se prova, daria vantagens para a Caixa. Agora, uma nova administração resolveu rescindir aquele contrato, em três anos e meio de vigência, e fazer um novo contrato, tendo em vista a sua nova estratégia que foi bem mostrada aqui pelo ex-Presidente Carazzai. E aí a metodologia dos técnicos do TCU é fazer uma conta com apenas três anos e meio e provar que houve prejuízo. E fazer essa conta, que é uma conta de probabilidade, que depende da arrecadação da loteria, fazer *ex-post* cinco ou seis anos depois. Não é razoável, senhores! Não é razoável! Qualquer contrato que eu vou analisar, na licitação pública federal, cinco anos depois, seis anos depois, que dependesse de uma probabilidade, eu poderia dizê-lo que não foi bem feito. E à luz dos conhecimentos de hoje e não dos conhecimentos das conjunturas da época. Não é razoável, senhores, esta conta e esta metodologia! Mas, diante da posição do TCU, vamos responder. Estamos respondendo. Existem dois pareceres, como falou o presidente Cutolo. E eu citaria um só que é do Chefe da Pós-Graduação da UnB, Roberto Ellery, que mostra, com clareza, que foi vantajosa a decisão da Caixa em 1997, mesmo à luz de hoje, 2005. Não mudando a metodologia do TCU em nenhum momento, não questionando, agora tirando apenas 11 dados de arrecadação semanais (11 dados), de 194 analisados pelo TCU, sai de um prejuízo dito de 7, que é hoje a conta, para um superávit de R$ 2,8 milhões. Tirando 11 arrecadações semanais, de 194, que foi um escopo que o TCU decidiu na sua metodologia. Isso está no parecer. Eu espero, agora, que o TCU avalie esse parecer e veja se realmente a decisão tomada naquele momento, em 1997, não por mim, porque eu não estava naquela reunião, mas pelos meus companheiros de direção, efetivamente foi danosa, foi contra os interesses públicos e rendeu qualquer prejuízo ao Erário.

Desculpe-me a Mesa, os presentes, pela forma com que eu estou falando, se eu estou um tom acima, mas é porque é duro para um profissional do setor público ser acusado de certas coisas cinco ou seis anos depois. E ter esta oportunidade, que é ímpar para mim, eu, pessoalmente, às vezes a gente se empolga...

E eu queria falar mais duas coisas sobre este ponto, da contratação original. Na verdade, é apenas uma. E é uma conta temporal, senhores. O TCU, desde 1996, está avaliando esse contrato original. Nós respondemos, tempestivamente, em 1997, em julho. Aí eu fiz as contas. Quantos dias demorou para que se tomasse uma avaliação primeira do TCU? Dois mil quinhentos e cinqüenta dias – 7,08 anos, senhores e senhoras. E diz que deu um prejuízo de 90 milhões. É razoável?

Existe um princípio, na administração pública, de segurança jurídica. Eu pergunto a vocês: quem é que vai ser ordenador de despesa da administração pública federal se, sete anos depois da sua gestão, da sua decisão do ato administrativo, vai ser feita uma avaliação e ele vai ter que dizer como estamos respondendo. É difícil, senhores, ser administrador público, é muito difícil.

Segundo ponto que talvez seja o ponto que – até ouvi aqui o meu antecessor, o seu depoimento, e vi os nobres Senadores discutindo... É um ponto que é a assunção do contrato pela... Nem sei se falo o nome da empresa porque agora criou-se um carma, onde se vai falar... Hoje ninguém quer falar, mas fala aquela prestadora de serviços, aquela empresa multinacional...

–, de qualquer forma, hoje é um ponto muito importante porque é a assunção do contrato pela prestadora de serviços. A sindicância fez a sua análise e disse: "Analisando do ponto de vista jurídico, há controvérsias dos tratadistas sobre se é possível a assunção de um contrato oriundo de uma licitação pública por fusão, cisão..." Mas disse que há controvérsias de tratadistas do Direto Administrativo. Porém, os tratadistas dizem o seguinte: "A questão básica aí é se este fato [fusão, cisão etc.] ocasionar problemas na concessão do serviço ou na prestação do serviço". E não imputou nada a ninguém na sindicância.

A auditoria, por sua vez, que foi anterior à sindicância, tinha o posicionamento mais duro sobre isso, pois achava que devia ter sido até rescindido o contrato. E avalia todo o histórico dessa assunção.

O Tribunal de Contas, na sua última inspeção, agora, de julho de 2005, acompanha a auditoria e não a sindicância; acha que existem problemas nessa assunção do contrato.

Vou dar a minha visão sobre isso e no tempo, que é importante, qual foi a participação minha no tempo e a minha responsabilidade. Primeiro, o erro da minha forma material, factual da sindicância, da auditoria e do relator, especialmente do TCU. Responsabilização da minha pessoa como diretor, responsabilidade sobre as loterias. Eu digo que é descabida essa responsabilização, porque quem conhece administração de uma empresa pública sabe que questões dessa natureza são de responsabilidade da área administrativa de contratos, não de área-fim. E a Caixa tinha uma gerência executiva de licitações de contratos, dentro da área administrativa, que não era da minha supervisão, mas de outros. Mas dizem que eu era o dirigente máximo, o responsável pelas negociações dessa passagem do contrato da Racimec para a nova prestadora de serviço. E é um erro para mim, factual e material.

Faço aqui, no tempo, como ocorreu durante a gestão do Presidente Cutolo, de como se deram as solicitações da empresa Racimec, que fez uma solicitação inicial, em julho de 97, à área administrativa, que era a responsável na Caixa Econômica Federal para a cessão do contrato dela para a nova prestadora de serviço. A Racimec era uma S/A, queria passar o contrato para uma nova prestadora Ltda. Isso se caracteriza uma cessão de contrato; foi negado. Em novembro de 97, a Racimec novamente solicita, e aí solicitou, fez um ofício endereçado a mim – e é por isso que dizem na auditoria que eu negociei, participei –; recebi o ofício e encaminhei-o para a área responsável, a área de administração. Foi negada de novo pela área jurídica. E tem que ter parecer jurídico, a legalidade é importante nessas questões.

Novamente, a segunda solicitação era de cessão do contrato, passar da Racimec S/A para uma empresa Ltda. Corretamente o parecer jurídico foi dizer que não; e foi tomada a decisão: Não.

Não satisfeita, ela fez uma terceira solicitação à área administrativa, diretamente, dizendo que não se tratava mais de uma cessão de contrato, mas sim da mudança do nome da Racimec, mantendo o mesmo CGC para GBH S/A.

Isso se caracteriza, na linguagem técnica, como uma cisão parcial. A área jurídica analisou e disse: "Não se trata mais de uma cessão de contrato, mas de uma cisão parcial da empresa original". E a área jurídica disse que era legal, a área administrativa da Caixa e não Adelmar de Miranda Torres. A gerência executiva de licitação de contratos oficia a Racimec de que, do ponto de vista da legalidade, não havia problema desde que cumprisse os requisitos estabelecidos no parecer jurídico.

E aí, em fevereiro de 1998, foi feito o primeiro termo aditivo, onde se lia Racimec S/A, lia-se GBH S/A. Essa é a participação da gestão do Presidente Cutolo sobre esse imbróglio. Só que ele continuou em nova administração, o que a auditoria não avaliou. O que a sindicância não avaliou. Por quê? Não sei, meus senhores. Mas aí houve um segundo termo aditivo, agora em julho de 1999, eu saí em março de 1999. É fato, março de 1999. O segundo termo aditivo é de julho de 1999, onde aí há a mudança de GBH S/A para GBH Ltda.

Se há problema, se não há, se o parecer jurídico deu cobertura ou não deu, se tem problema com a legislação, não foi apurado pela auditoria e nem pela sindicância. Mas, fazem o resumo, dizendo que o dirigente máximo que participou das negociações foi Adelmar de Miranda Torres.

Digo aos senhores, agora, com mais propriedade, como servidor público: analisar esse tipo de fato não é fácil, a jurisprudência sobre essa questão foi feita pelo TCU em 2002, senhores! É a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre isso. A jurisprudência saiu porque o então Presidente da Câmara, Aécio Neves, solicitou o posicionamento do TCU sobre a questão de cisão de contratos, de fusão de contratos, como é que se procederia, porque não está clara a legislação. É difícil analisar isso. E o TCU, por meio do Ministro Benjamin Zymler, se manifestou com clareza sobre cisão, fusão de contratos, subcontratação. Ela só é admitida se forem cumpridos três pré-requisitos: primeiro, se não existir mudança nenhuma no contrato; segundo, tem que estar prevista no edital e no contrato; terceiro, a empresa que surgir da fusão ou da cisão tem que cumprir os requisitos de habilitação

na licitação que deu origem àquele contrato. São os três pré-requisitos.

A jurisprudência é de 2002. A auditoria e a sindicância deveriam ter observado esse parecer e avaliado se isso foi cumprido ou não para se posicionar. Senhores, o administrador público com um fato inusitado que às vezes acontece a ele, isso era 1997, 1998, 1999, e a jurisprudência é de 2002. É razoável, com o conhecimento de hoje, dizer aos administradores do passado que deveriam ter feito de outra forma, se a jurisprudência é dada a **posteriori**? Eu, pelo menos, posso dizer duas coisas daquele primeiro termo aditivo: constava do edital e do contrato a possibilidade, o contrato não foi modificado em nada, a não ser o nome fantasia, e a empresa cumpria todos os requisitos, porque era a mesma. Só mudou o nome. Cumpria todos os requisitos da licitação que originou aquele contrato.

Então, estou convicto de que a atitude, mesmo sem a jurisprudência iluminada do TCU, em 2002, foi a melhor decisão tomada pela empresa Caixa naquele momento. Mas eu, na sindicância e na auditoria, sou considerado o dirigente máximo que quis passar para uma multinacional um contrato de uma empresa nacional. Senhores, não é razoável.

Terceiro ponto. Primeira repactuação do contrato de 1997, primeira repactuação feita em 1998, que também é alvo da inspeção do TCU de 2005, onde se colocou que houve prejuízos de R$17 milhões, naquela primeira repactuação. E a sindicância, a auditoria, mesmo não calculando se houve ou não prejuízo, disse que houve ilegalidades naquela primeira repactuação. Colocarei meus pontos aqui também.

Primeiro, a questão da legalidade. O edital, o contrato impedia reajustes e previa que o contrato poderia ser repactuado anualmente, aplicando-se o parâmetro de preço de mercado e qualidade de serviço. Diziam o contrato e o edital que as leis que vigoravam àquele instante para reajuste, repactuações, reequilíbrio de contrato na Administração Pública eram a MP nº 1.620-37; a MP nº 1.499-31, e o art. 3º da Resolução CCE nº10, de 1996, que, combinados, diziam que não poderia haver reajustes monetários por índices setoriais e poderia haver, sim, repactuações anuais, levando-se em conta parâmetros de qualidade e preço de mercado. Era isso que a legislação... E era este o Regimento Interno da Caixa para licitações: proibir a indexação, proibir reajustes por índices. Era a época do Plano Real. E a Caixa obedeceu a concessão desse reajuste. Na verdade, não é reajuste; é repactuação.

Mas a auditoria e a sindicância disseram que não se aplicaria a Resolução CCE. Tinha que ser aplicada a Lei nº 866, que previa para reajustes variação de custo, e não preço de mercado ou qualidade. E tendo em vista que a Resolução CCE não valia – decisão da auditoria e da sindicância –, foi cometida uma ilegalidade. Aí eu uso o TCU. O TCU, em uma decisão de 2002, no Acórdão nº 34, de 2004, analisando repactuações semelhantes do Banco do Brasil, recomenda que, nos contratos de licitações feitos depois de 99, se utilize não mais a Resolução CCE, mas admite que não havia irregularidade nenhuma em se utilizar a Resolução CCE. Então, como a sindicância e a auditoria dizem que é uma ilegalidade, se o próprio TCU, em 2002, portanto, antes da auditoria de 2004, agora, diz que não era irregular, mas recomenda que, daqui para frente, não se use mais a Resolução CCE? Mas ela está em vigor. Vá ao *site* do Ministério do Planejamento e abra as resoluções. Está em vigor. Como um administrador público da administração indireta pode administrar, se há um conflito entre decretos, leis e resoluções de como se comportar na hora de fazer repactuações, reajustes? Mas a auditoria diz que é ilegal.

Essa é questão da legalidade. Vamos ao mérito. Qualidade e preço de mercado. A qualidade, a área técnica da Caixa não é Adelmar de Miranda Torres, não é a Diretoria do Presidente Sérgio Cutolo. Uma empresa como a Caixa Econômica Federal é como qualquer empresa pública, uma empresa de economia mista. Não toma decisão na canetada, na vontade de alguém. É um ato complexo, sempre. E a área técnica não é só o gerente, ele conversa com a equipe.

E disse com clareza, em seu parecer, que havia melhorado a qualidade do serviço. Agora, vejam bem, senhores, é um serviço único. Até hoje é único. Não há similar em lugar nenhum. Tanto que o TCU, agora em 2005, tem o anexo da sua inspeção, que fala sobre tecnologia de informação, e diz: "Esse é um serviço ímpar no mundo, é difícil comparar com qualquer outro, mas, sem dúvida, o preço é o menor que existe". Isso em 2005, senhores. Com os melhores técnicos que eles têm. Estamos em 1997, sete anos atrás. E a empresa, óbvio, lutando por seu interesse. E sabe por que lutar por seu interesse? Porque aquela tarifa de R$0,05 foi estabelecida em um edital, em outubro de 94. Ele pediu reajuste monetário, usando o IGPM. Dava R$0,16. Ele queria um reajuste de R$0,16. Ele não fez proposta de R$0,05, como a auditoria e a sindicância disseram. Não, foi a Caixa que estabeleceu o preço. Isso, em outubro. Calculado sabe quando, Senhores? Em maio de 1994. A empresa, obviamente, em 1998, queria uma repactuação, tinha um certo desequilíbrio. Ele estava fazendo os investimentos naquele momento. O contrato tinha um ano. Então, a área técnica comprovou a qualidade e escreveu que a qualidade... E a questão do preço de mercado? Um serviço que até hoje é dito como ímpar. Durou nove

meses a negociação, e aí vem a ação civil pública e diz que Adelmar de Miranda Torres e outros queriam favorecer a empresa.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Dr. Adelmar...

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Pois não.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Permita-me interromper-lhe só um pouquinho para a gente não perder essa oportunidade. Na época a que o senhor se referiu há pouco, a utilização da Resolução CCE ou o outro índice utilizado...

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – O reajuste monetário. Isso em 1998.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – A Consultoria Jurídica na Caixa foi provocada e se manifestou?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Certamente. Tem parecer jurídico dizendo que estava OK, é isso mesmo, utilizar a Resolução CCE. Agora, tem de comprovar que há melhoria de qualidade e que o preço de mercado era compatível. Só recordando, a posição da empresa era um reajuste simplesmente monetário, passando de R$0,05, porque foi estabelecido pela Caixa em maio de 94. Em maio de 98, o reajuste pelo IGPM daria R$0,16. A Caixa não aceita. Primeiro, porque é ilegal, não se admitiam naquele instante reajustes monetários por índices. Segundo, de R$0,05 para R$0,16 é um absurdo. O preço de mercado não pode ser de R$0,16, vamos ter de trabalhar isso. A negociação foi se dando com troca, obviamente, de sim e não, até que apareceu uma metodologia tentando comparar com o serviço de EDI. A área comercial da empresa, que naquele momento também avaliava essa repactuação, levantou a hipótese de que isso poderia parecer, essa operação de conta de concessionária, com uma transação EDI, ou seja, de mudança, intercâmbio de documentos eletrônicos, que é uma modalidade que existia à época; e se a área comercial conseguiu esse preço junto ao Banco do Brasil, que seria de R$0,21 ou R$0,26 por milheiro de transação. E aí a empresa, utilizando a colocação da área comercial, trafega 491 bits para cada transação de pagamento de conta de concessionária. Portanto, 491 bits. Vieram 26, dividindo o milheiro, daria perto de R$0,13, o que poderia ser considerado preço de mercado. Submeteu isso à Caixa Econômica Federal, que analisou, a área técnica analisou, mas era um serviço inovador. Repactuações, era a primeira vez que se estava fazendo e aí ficamos preocupados. Será que isso é preço de mercado? Será que está correto? E aí surgiu, na minha opinião hoje, que realmente colocou luz na discussão, foi o que significa para a Caixa Econômica Federal como um todo o pagamento de contas de concessionárias nas lotéricas. Como é que é, qual é o macroprocesso? A Caixa é que tem o monopólio. Então é a Caixa que faz os convênios com as concessionárias? É a Caixa que faz o convênio e cobra uma tarifa. Essa é a receita. E qual é a despesa da Caixa com isso? O pagamento do prestador do serviço, o pagamento do lotérico, o pagamento da gestão dos convênios, o ISSQN, que é o imposto, a tributação. Aí a área financeira da Caixa fez um desenho supondo que a Caixa transacionasse por mês 30 milhões de contas de concessionárias. Apropriou os custos da prestadora de serviços, do lotérico, do imposto e da gestão interna. O que é? É o custo do economiário – quantos trabalham, quanto ganham – e vislumbrou o seguinte: olha, nós temos uma margem de contribuição, ou seja, o lucro líquido unitário por cada transação feita de pagamento de contas de concessionárias.

Esse é o negócio da Caixa. É isso que tem que ser rentável. Temos que avaliar os nossos quatro custos: o custo da prestadora de serviço, o custo do lotérico, o custo do servidor, e o tributo. E aí se teve a seguinte idéia: Qual era o maior custo que tínhamos lá? É o do permissionário lotérico. A maior fatia, 50% da receita, é do lotérico. O imposto também não é barato. O economiário custa caro. Um dos menores custos é exatamente o prestador de serviço.

O que temos de decidir? Temos de decidir qual o lucro, qual é a rentabilidade desse negócio para a empresa, e manter uma certa rentabilidade. Então, diante dessa informação, a área técnica, não fui eu Adelmar de Miranda, a área técnica disse o seguinte: para a gente manter uma rentabilidade expressiva nesse negócio nós, no máximo, podemos dar R$0,08 na repactuação; não dá para dar R$0,16, porque é ilegal o reajuste; não dá para dar o R$0,13, embora tenha aí uma metodologia que possa justificar. Vamos dar R$ 0,08. Podemos dar. Levei isso à Diretoria Colegiada. Mostramos que tinha razoabilidade, que tinha proporcionalidade – são princípios importantes – e tinha legalidade. E aí, senhores, a decisão foi essa. Foi levada à diretoria, a diretoria avaliou e, por unanimidade, a diretoria tomou a decisão de repactuar de R$ 0,05 para R$ 0,08.

A empresa não ficou nada satisfeita. Queria os R$0,16, queria R$0,12 ou R$0,13. E hoje, até 2003, eu achava que tinha sido uma grande negociação feita pela Caixa Econômica Federal. Mas a auditoria, a sindicância e agora o TCU dizem que eu dei prejuízo ao Erário. A auditoria e a sindicância não fizeram contas, o TCU fez a conta. E qual foi a conta? O que era proibido na época: o reajuste monetário, aplicou-se o IGP-M. Não faz sentido, mas mesmo assim mostrei ao

ministro relator, para que a área técnica pudesse refletir: vamos utilizar o reajuste monetário mesmo que na época não fosse permitido. Mas como se reajusta preços? Qual é a data base? Quando é que foi fixado o preço? Foi no contrato? Ou foi no edital que a Caixa fixou o preço em R$0,05? Foi no edital. Então, R$0,05, vamos corrigir até maio de 98. Aí, ao invés de dar o prejuízo de R$17 milhões, dá um superávit de R$8 milhões. Encaminhei para o TCU; a Secex está avaliando agora. (Pausa.)

O mais importante, naquela discussão, foi incluir mais um parâmetro para, nas próximas repactuações, poder ser levado em conta. Qual? A margem de contribuição da empresa, num negócio como um todo, só vamos fazer a repactuação olhando qualidade de serviço, preço de mercado e agora a margem de contribuição. E estabelecermos isso no voto. E passaríamos a estudar as próximas repactuações utilizando um novo parâmetro.

Aí foi colocado o dispositivo no voto que, a partir de março do ano subseqüente, iríamos estudar a possibilidade de uma nova repactuação, tendo em vista também a margem de contribuição.

A auditoria e a sindicância olharam esse... É um artigo no voto como o Dr. Torres garantiu, um gatilho, que na próxima ia ter uma nova repactuação. Essa é uma leitura de 2003. Quem estava lá sabia do que era aquela verdadeira leitura. Agora, há uma interpretação pela auditoria e pela sindicância de que eu queria garantir uma nova repactuação, fazer um gatilho. Ele já tinha o gatilho. O contrato disse que podia repactuar anualmente. Não precisava ter dito no voto. O importante do voto é dizer: além da qualidade, o preço de mercado, a margem de contribuição seria exigida e que estudaremos, a partir de março do ano subseqüente. Isso é normal, mas há leitura maliciosa de algo de 98, feita em 2003. E em 2005, com a leitura, imputou-se a mim que eu estaria querendo favorecer, de qualquer maneira, a prestadora de serviço.

Ora, não sou perfeito. Penso que o administrador público vai ganhando experiência. Essa negociação foi pioneira, difícil fazê-la. Até hoje o próprio TCU diz que não tem similar no mundo. Mas a cada repactuação, quando eu não estava mais na empresa, saí em março de 99, participei apenas dessa repactuação, mas fui impingido – e vou contar mais à frente –, sendo considerado como o grande artífice da segunda repactuação, mesmo sem estar na Caixa, o que é impressionante!

Mas gostaria de dizer que é um aprendizado. E a empresa Caixa foi aprendendo a fazer isso. E fez talvez uma grande negociação em 2003. Agora está sendo até avaliado se foi ou se não foi, porque aprendeu com o passado, e foi aprendendo. E aí, senhores, o que mais me revolta é que a auditoria e a sindicância me acusam de improbidade administrativa pela segunda repactuação.

A segunda repactuação, fato objetivo, deu-se em setembro de 1999. Saí da Caixa em 24 de março de 1999. Como a sindicância pode dizer que eu fui artífice da segunda repactuação, que passou o preço de R$0,08 para R$0,12, se sequer eu estava na empresa? Não é razoável. E aí impinge: Ah, mas aquele teu voto da primeira repactuação, que botou que ia estudar... Estudar a possibilidade virou sinônimo de garantir, o que é um absurdo segundo o Dicionário Aurélio. Isso é duro, meus senhores. *(Pausa.)*

Bom, eu gostaria de concluir, finalmente. Desculpem-me por tomar o tempo dos Srs. Senadores. Aprendi, com o meu pai, que a gente tem que ser generoso, que temos de expressar a nossa generosidade sempre. Pensei, nesses últimos dias, quando fui convocado para vir a esta Comissão, como saudar o Senado Federal. Gostaria de estar aqui, e acho que meus familiares gostariam, de estar discutindo política púbica no Senado ou ser alvo de uma sabatina para um cargo relevante. Mas pensei em como saudar o Senado. E gostaria de saudar esta Casa, o Senado Federal, com um pequeno trecho de um discurso de um grande homem desta Casa, Rui Barbosa. E o seu discurso, na sua plataforma como candidato a Presidente da República, em 1910. Ele dizia que o programa dele era a vida dele. Ele falava:

> Creio na liberdade onipotente, criadora das ações robustas. Creio na lei, a primeira das suas necessidades. Creio que nesse regime soberano é só o direito interpretado pelos tribunais. Creio, porém, que o governo popular tem base de sua legitimidade na cultura da inteligência nacional, pelo desenvolvimento nacional do ensino, para a qual as maiores liberdades do Erário constituirão sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza comum. Creio na tribuna sem fúrias e na imprensa sem restrições, porque acredito no poder da razão e da verdade. Creio na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, a impotência fatal dos incompetentes e no valor insuprível das capacidades.

Muito obrigado aos membros da Mesa, aos que me ouviram. São essas as minhas considerações iniciais. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero passar ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, que vai funcionar como Relator **ad hoc**, já que

o nosso relator titular teve que se retirar, para os seus questionamentos.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Sr. Adelmar:

O senhor fez uma exposição longa e de certo modo exaustiva, sobre a sua gestão frente à Caixa, esclarecendo, do seu ponto de vista, algumas questões que figuram aqui como perguntas a serem formuladas. Vou me permitir iniciar fazendo aquelas que figuram por último, para que a gente vá voltando às questões e repassando, a título de fixação dos assuntos. Iniciaria perguntando a V. Sª se conhece o Sr. Carlinhos Cachoeira?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Eu não o conheço.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – O senhor participou do grupo de trabalho da Casa Civil responsável pela elaboração das regras que iriam nortear a legalização dos bingos no Brasil?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Eu não participei.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Não participou?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Não.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – A informação que temos é que o senhor teria participado desse...

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Ela não é verdadeira.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Nem informalmente?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Nem informalmente.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – O senhor mantinha, manteve e mantém algum relacionamento com o Sr. Waldomiro Diniz?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – De forma alguma.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Que cargo o senhor ocupa atualmente, Sr. Adelmar?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Sou Subchefe Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Quem o indicou para esse cargo?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Eu fui convidado pelo companheiro de carreira de gestor público, Luiz Alberto dos Santos, que entrou comigo na Escola de Administração Pública, na primeira turma da minha carreira, em 1988. E ele me convidou para ser Subchefe Adjunto. E eu aceitei. Estou lá até hoje, mas sempre com o meu cargo à disposição, desde 2003.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Em depoimento à Polícia Federal, o Sr. Jitsiu Maeda teria afirmado que se tivesse poder de decisão nos anos de 1997 e 1998, não teria aceitado os pleitos da Racimec e GTech pois os mesmos teriam sido nocivos à Caixa Econômica. O senhor tem a mesma opinião do seu colega?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Essa é uma avaliação do Jitsiu Maeda. Se ele o diz, ele que responda por isso. A minha avaliação não é essa.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – O senhor acredita que a Caixa, hoje, é refém da tecnologia da GTech?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Eu acho que o ex-Presidente Carazzai mostrou, com clareza, essa questão de refém, de aprisionamento, a tese do aprisionamento. Eu acompanho o posicionamento do ex-Presidente Carazzai. É muito consiste e robusta, mais do que a tese de aprisionamento tecnológico.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Sr. Adelmar, há indícios, inclusive testemunhos, que demonstram que o senhor era –pelo menos essas são as alegações – o braço da GTech dentro da Caixa Econômica, procurando, sempre que possível, favorecer aquela multinacional. Tais informações também demonstram que, juntamente com o Sr. José Nardelli, o senhor teria promovido uma ação conjunta e estratégica para viabilizar as alterações contratuais pretendidas pela GTech. Além dos atos já citados, o senhor, mais uma vez, em benefício da GTech, teria infringido atos normativos da Caixa quando encaminhou cópia das notas jurídicas que fundamentaram a negativa do pedido de reajuste, documentos esses de tramitação interna da Caixa, proporcionando à GTech a análise dessas conclusões para fundamentar os seus novos pedidos de reajuste, o que foi feito posteriormente.

A pergunta, Sr. Adelmar, é por que o senhor teria atuado nesse sentido e por que o senhor adquiriu... eu perguntaria, ainda, se o senhor teria adquirido qualquer tipo de vantagem com isso?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Em primeiro lugar, eu repudio este tipo de afirmação de ser braço operacional da GTech na Caixa Econômica Federal. Isto é um absurdo! É um absurdo! Não é razoável – é triste se ouvir esse tipo de coisa. Segundo, a afirmação de que passei atos sigilosos para a GTech é um absurdo. A sindicância levantou essa hipótese e o TCU – não vou falar de mim e nem vou responder, quem respondeu foi o Relatório de Inspeção do TCU – respondeu que isso aí não procedia, o que foi colo-

cado na sindicância. Existe um princípio na Administração Pública: o da publicidade. Se eu nego um reajuste para uma empresa, se eu nego um benefício para um cidadão, o Estado tem de dizer por que negou. É preciso transparência, responsabilidade e publicidade. E eu fui acusado na sindicância: "Você passou a nota técnica 'x". "Senhores, ela pediu formalmente para a empresa. Você não viu o pedido formal?" "É, está aqui o pedido formal, portanto"... "Não, mas é que o Manual da Caixa diz"... Aí eu disse: "Leia o Manual". Aí, foram ler o Manual. "É, realmente"... Mesmo assim, mantiveram na sindicância. Só que o TCU, com técnicos mais competentes – penso eu – do que alguns membros da comissão de sindicância, disseram o seguinte: "Que não procedia o posicionamento da sindicância e que o Sr. Adelmar tinha razão". O princípio da publicidade exige que o Estado diga por que não vai dar, por que não vai fazer a repactuação de reajuste para uma empresa. Aí, se eu fui considerado, eu estou passando dados sigilosos, porque sou o braço operacional da empresa dentro da Caixa... Perguntem, vão à Caixa Econômica Federal, façam uma enquete, perguntem aos servidores – grandes servidores tem aquela empresa; é uma empresa centenária, ótima empresa, ótimos funcionários –, perguntem lá, perguntem. Chamem aqui. Mas não me falaram isso na sindicância. Não me disseram na minha cara na sindicância que eu era... não se atreveriam a fazê-lo. Teriam vergonha de fazê-lo. Mas as palavras fora de contexto, ao sabor das idiossincrasias de cada um, ganham relevo, ganham destaque, sem base factual, sem base na realidade.

Senhores, meu sigilo bancário e fiscal está quebrado há mais de um ano. Vai fazer dois anos que meu sigilo bancário e fiscal está quebrado. Mas eu recebi minha restituição de Imposto de Renda tranqüilamente. Se eu tivesse problema... Que é isso? Como aceitar um tipo de ilação dessa natureza, tendo acesso a tudo, a minhas informações, que seriam sigilo de Estado, que seria o sigilo do cidadão... vai fazer dois anos que estão quebrados. Está aí pra qualquer um ver. As autoridades estão vendo. Pelo amor de Deus! Que tipo de vantagem?! Isso é um absurdo, isso é leviano!

Vou, no devido tempo, na devida hora, no devido momento, cobrar esse tipo de afirmação, na Justiça também. Mas não vou fazer o que fazem comigo: ilações. Isso é fato dito. Está escrito. E eu vou cobrar. Tudo a seu tempo.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Seu Adelmar, esta Comissão tem o... Não fiz nenhuma afirmativa, lhe fiz uma pergunta. Esta Comissão tem o direito de questionar e V. Sª tem o direito de responder.

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Se eu dei outra impressão, não foi esse o meu entendimento, apenas foi um desabafo.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Essa pergunta foi feita, inclusive, em razão do fato de que, mesmo após alguns setores da Caixa terem se manifestado em contrário aos pleitos da Gtech, consta aqui – e a coisa é sempre colocada nesses termos – que o senhor, não satisfeito com a decisão de tais setores, reenviou o pleito da multinacional para apreciação em menos de 30 dias. A pergunta é: por que o senhor reenviou a matéria se já sabia a decisão e o que não teria sido analisado pelos setores competentes para justificar uma nova análise?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Olha, a negociação se leva... foi levado nove meses de negociação e foi negado o pleito por duas vezes e a empresa, por duas vezes, pediu a razão, e foi-lhe dada. A razão é essa. Na terceira solicitação, aí tinha elementos para poder avaliar. Agora, em toda sindicância e auditoria, toda vez que se exige mais de um parecer, se tira uma conclusão de que alguém quer favorecer a empresa, se esquecendo como é que funciona a Administração Pública, se esquecendo como é que se negocia na Administração Pública, se esquecendo como é que se dá uma negociação. Se na negociação, na primeira vez, se falar "não", esse "não" vale pra sempre? Foi assim que a sindicância e auditoria levaram em conta. Se o primeiro foi "não", não podia ser dado "sim" nunca e, se foi dado, é porque alguém queria. Isso é o absurdo da lógica! Isso não tem lógica! Isso não é razoável! Em negociações se dá dessa forma, e os senhores bem sabem que, no Congresso, também se dá dessa forma. Se se pede algo que não é razoável, é "não". Na segunda vez, se "não" é razoável, é "não". E o que mais gosta burocrata de falar é "não". Digo de experiência, são 17 anos. Gostaria de ter dito "não" a terceira vez, mas eu não posso é ser irresponsável. Eu tenho que ver se tem condições objetivas de dizer não.

Agora, o que a auditoria e a sindicância fizeram é: todos os fatos em que havia uma mudança de posicionamento no tempo, isso era considerado como "alguém quer ajudar a terceiros". Não interessa o conteúdo do que está escrito. O que interessa é que se mudou de posição, mas se mudou de posição, porque se mudou de conteúdo. É essa que é a questão, Senador.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Dr. Adelmar, qual seria o critério então para que uma empresa como a Caixa Econômica e uma diretoria acolham a manifestação das instâncias, das consultorias, porque ora elas são acolhidas, ora não. Qual o critério então?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Não, todas foram acolhidas.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Mas o senhor recebeu. Nesse caso, nessa última pergunta...

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Pois não.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – ...o senhor recebeu uma manifestação interna da Caixa, com relação ao contrato da empresa e, mesmo assim, provocou uma nova manifestação. Então, qual é o critério? É isso...

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Me desculpe se não fiz entender. A Caixa atendeu a todas as posições da área técnica. A solicitação veio, foi analisada e, se a análise era para não atender, foi avisada que era para não atender.

Vem uma nova solicitação, foi objeto de análise técnica, não é objeto de análise da diretoria, área técnica. Se ela avaliou e disse que não dá para atender, foi avisado que não dá para atender, não dá.

Vem uma terceira solicitação, vai para a área técnica. A área técnica diz: dá para atender dessa forma. Eu não posso dizer: "Não, eu não vou atender também". Não fui que decidi. Não fui eu que dei os elementos técnicos para dizer que era possível dizer "sim". Foi a área técnica que deu e eram razoáveis. Não estou dizendo que eram irrazoáveis. Eram razoáveis. E foi assim que procedi, e a diretoria da Caixa procede dessa forma, e não só nesse aspecto de reavaliação de contratos, repactuação de contratos, em qualquer operação da empresa é feita dessa forma. As áreas técnicas avaliam, aquela operação do jeito que está não dá para ser atendida, se faz um novo pleito. Isso é normal. Agora, auditoria, Sr. Senador, e a sindicância é que construíram os fatos que atendem a mim de que se teve mais de uma apreciação e houve uma mudança de apreciação era porque eu gostaria que tivesse mudado, eu que tinha mandado mudar.

Todos da Caixa conhecem, os que trabalharam comigo, que o meu lema era o seguinte: se você não acredita no que está escrevendo, não escreva, porque eu faço assim. Se eu não acredito no que eu estou escrevendo, eu não escrevo. Eu só escrevo o que eu acredito. E eles sabem disso.

Então, se mudou o parecer, não foi porque eu quis que mudasse. Foi porque eles tiveram a consciência e acharam que deveria mudar. Eu gostaria que não mudasse, que não desse outro reajuste. Seria ótimo, confortável para mim. Agora, daí a levar de que houve uma mudança de posicionamento da área jurídica ou da área técnica devido à influência do Diretor Adelmar de Miranda Torres não é razoável. Não é razoável.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Sr. Adelmar....

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Pois não.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Esta Comissão tem informações de que, no dia 7 de julho de 1997, a Racimec enviou uma carta a V. Sª, na qual informava que a GTech tinha adquirido o controle acionário da referida empresa e SB Indústria e Comércio Ltda, as empresas consorciadas vencedoras da concorrência.

De acordo com a Lei nº 8.666 e de acordo com a jurisprudência corrente nos Tribunais, tais negociatas seriam suficientes para haver a rescisão contratual. A pergunta é a seguinte: essas transações comerciais foram previamente submetidas à Caixa Econômica Federal ou apenas o senhor sabia?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Em primeiro lugar, a solicitação do dia 7 de julho de 1997 não foi feita a mim, foi feita a Gearu – Gerência de Administração da Caixa Econômica Federal. Está escrito lá embaixo "com cópia para Adelmar de Miranda Torres". Primeiro, essa solicitação foi negada e, como eu já disse anteriormente, a competência para analisar esse tipo de solicitação não é da área de loterias, é da área de administração, cuja supervisão não é minha.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Mas era uma solicitação ou uma comunicação?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Solicitação.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Qual era o conteúdo da solicitação?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Que iria uma cessão de contrato da Racimec S.A para a GBH Ltda. Cessão do contrato – disse isso aqui no começo –, mas foi negada pelo parecer jurídico, também de julho de 1997, comunicado à empresa.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Sr. Adelmar, nos termos da Decisão nº 420/02, o Tribunal de Contas da União firmou entendimento de que, em contratos administrativos, é ilegal a sub-rogação da figura da contratada ou a divisão das responsabilidades por elas assumidas, por contrariar os princípios constitucionais da moralidade e da eficiência, o princípio da supremacia de interesse público e o dever geral de licitar.

O senhor saberia nos dizer por que a Caixa Econômica Federal resolveu ceder o contrato à GTech sem nova licitação e por que a Caixa Econômica Federal resolveu ceder a uma empresa estrangeira o controle sobre área tão estratégica para o Estado brasileiro?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Em primeiro lugar, sobre a questão de cisão e de fusão, ou cessão de contrato e sub-rogação, que eram objeto, naquele instante, em 1997, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como disse anteriormente, é a Decisão nº 235, de 2002, e o Acórdão nº 34, de 2004, que dizem que, para casos dessa natureza, é necessário cumprir três exigências. Primeira, que conste do edital e do contrato; segundo, que se não mude nenhuma cláusula do contrato; terceiro, a empresa que sucedeu tem de cumprir todos os requisitos exigidos na arbitração durante o processo licitatório de que o contrato é oriundo.

A minha avaliação naquele momento... E estou avaliando hoje porque não era minha responsabilidade avaliá-lo, mas da área administrativa e jurídica, e não da área de loterias, pela qual era responsável. Avaliando hoje – e é fácil avaliar as coisas hoje, já que há a Internet. Em 1997 não era tão fácil assim –, a minha avaliação seria a de que, naquele instante, em 1997, quando em 1998 a área administrativa e a área jurídica acharam que era possível, cumpria os requisitados dados pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União de hoje, de 2004 e de 2002. Essa Decisão nº 420, que também é de 2002, sobre sub-rogação, eu também desconheço. Eu não gostaria de dar uma opinião sobre isso sem olhar esse acórdão.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Sr. Presidente, esta relatoria **ad hoc** encerra aqui sua participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a chegada do Relator, pergunto se há alguma indagação a fazer.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, porque eu tive a honra de ter sido substituído pelo nosso Relator **ad hoc**.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Sem Partido – AC) – Precariamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de agradecer a participação do Dr. Adelmar, que respondeu a todas as perguntas e fez ampla explanação, tenho apenas uma última pergunta: V. Sª é ou foi filiado a algum partido político?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço a sua presença. V. Sª tem alguma documentação que deseja deixar com esta CPI?

**O SR. ADELMAR DE MIRANDA TORRES** – Se for possível – já tenho praticamente terminado o material –, peço que eu possa encaminhá-lo a esta Mesa na semana que vem para que fique mais bem apresentado e deixar por escrito, com o pessoal administrativo, as considerações que fiz para avaliação desta douta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – É muito importante que V. Sª o encaminhe. A Secretaria ficará no aguardo para que possa realmente orientar melhor os trabalhos desta CPI.

Agradeço sua presença. V. Sª está dispensado.

Existem, sobre a mesa, dois requerimentos que irei apenas ler. Peço à Secretaria que, juntamente com os dois anteriormente aprovados, sejam remetidos a todos os membros da Comissão para conhecimento e para que, portanto, na próxima reunião, possamos votá-los.

Os dois requerimentos são de autoria do Senador Arthur Virgílio: "Venho requerer a V. Exª, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e nos termos regimentais, que seja convocado o Sr. José Roberto Colnaghi para prestar depoimento nesta Comissão sobre matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 13 de novembro do corrente".

Outro requerimento também do Senador Arthur Virgílio: solicita a convocação do Sr. Roberto Carlos Kurzweil, pelo mesmo motivo.

Solicito que esses requerimentos sejam encaminhados aos membros da Comissão para que deles possam tomar conhecimento e para que, conforme acordo já firmado, sejam votados na próxima reunião.

Está encerrada a presente reunião.

**Ata da 43ª Reunião, realizada em 6 de dezembro de 2005.**

Ao sexto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinqüenta e quatro minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes e Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva da Senhora Mara Gabrilli, Jornalista e Empresária de Santo André – SP e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é

considerada lida e aprovada. Informa que tentou contato com o Ministro da Fazenda, senhor Antonio Palocci, mas ainda não conseguiu, será feito um requerimento solicitando a presença dele para os esclarecimentos necessários. Convidou a depoente para compor a mesa e em seguida passou a ela a palavra. Mara Gabrilli se apresenta e presta um depoimento emocionado. Relata sobre a vida de seu pai frente o Sindicato dos transportes urbanos de Santo André/SP. O Presidente agradece o depoimento e passa a palavra ao relator Senador Garibaldi Alves para seus questionamentos. O Presidente agradece ao relator e passa a palavra ao Senador José Jorge. Este, com a palavra, parabeniza a depoente pelo seu esforço, por ser deficiente física, e ter assim mesmo vindo a Brasília para prestar depoimento e segue fazendo seus questionamentos. Com a palavra o Senador Jefferson Perez, que também parabeniza Mara Gabrilli e faz seus questionamentos. Com a palavra os Senadores Tião Viana, Magno Malta, Antônio Carlos Magalhães. Com a palavra pela ordem o Senador Romeu Tuma, Presidente informa que recebeu atestado médico Roberto Carlos Crusiel. Senador Authur Virgílio, Eduardo Suplicy e José Agripino e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às quatorze horas e três minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço às Srªs e aos Srs. Senadores que a presente reunião destina-se ao depoimento da Srª Mara Gabrilli, jornalista e empresária.

Informo ainda aos senhores que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da sua leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Antes de convidar a Drª Mara Gabrilli a tomar assento à Mesa, queria informar às Srªs e aos Srs. Senadores que, de acordo com o entendimento que fizemos na Comissão, os Srs. Senadores da Base Aliada e da Oposição, com a participação desta Presidência, ficamos de convocar ou ter contato com o Ministro Palocci. Confesso que tentamos esse contato, seja através da nossa assessoria, seja através do meu próprio telefone, mas não conseguimos.

Quero deixar claro para as Srªs e os Srs. Senadores que a disposição desta Presidência é manter o que foi decidido por esta CPI, mas em função também do prazo, que seria até o dia 10 – quando falo dia 10, entendo até o final do período legislativo, que seria dia 15 –, como não tive condições nem facilidade de contatar o Ministro Palocci, sou obrigado, em nome da CPI, deixar bem claro que se esse contato não acontecer até no dia de amanhã – espero que o Ministro me telefone – vou colocar em votação requerimento de convocação do Ministro Palocci no dia de amanhã. Então espero que esse entendimento aconteça. Estamos querendo conduzir dentro daquilo que foi decidido pela unanimidade desta Casa. Caso contrário, não resta a este Presidente nenhuma outra posição a não ser essa. É tanto que já solicitei à assessoria que preparasse o requerimento, deixando-o assinado, para que no dia de amanha prevaleça aquilo que foi combinado, das 24 horas, para que todos os membros da CPI tenham conhecimento. Faço isso em nome da transparência e da independência desta CPI.

Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT–AM) – Sr. Presidente, não posso deixar de louvar a decisão de V. Exª. Confesso que me preocupa o desempenho do Ministro Palocci nesta Comissão. De for ruim, provavelmente ele deixa o Ministério, e ele pode ser, como já disse um Deputado, o pau da barraca: chutado, a barraca pode desabar, e a responsabilidade fiscal ser substituída pelo populismo da gastança eleitoreira, o que será uma tragédia para esse País. Mas ainda assim, Sr. Presidente, pesam sobre o Ministro Palocci acusações que temos que apurar, envolvendo ex-auxiliares próximos dele. Não sabemos, mas queremos saber, se tudo aquilo aconteceu com a ação ou omissão do então Prefeito e hoje Ministro. É este o nosso dever.

Se ele não for ouvido até o recesso, passará para a sociedade a impressão de que houve um conluio, um grande acordão para não ser ouvido. Temos o dever de impedir que isso aconteça. O Ministro tem que vir, sim, a esta Comissão antes do recesso. Congratulo-me com V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Jefferson Péres. Espero que até amanhã possamos ter essa decisão. Caso contrário, reitero a posição desta Presidência que, tenho certeza, receberá o apoio desta Comissão.

Convido para tomar assento à Mesa a Srª Mara Gabrilli, jornalista e empresária, para seus esclarecimentos.

Solicito à assessoria que trabalha no serviço de audiovisual um microfone sem fio.

Drª Mara Gabrilli, agradecemos a presença. O depoimento de V. Sª é da maior importância para a nossa CPI.

Concedo a palavra a Drª Mara Gabrilli para que possa fazer seus esclarecimentos. Para isso, disporá do tempo que considerar necessário.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Bom-dia a todos. Agradeço a convocação.

É bastante importante tentarmos esclarecer de todos os lados a situação da cidade de Santo André.

Sou Secretária Municipal da Cidade de São Paulo, de uma pasta recém-criada pelo Prefeito José Serra, que é a Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida.

Sou fundadora de uma organização chamada Projeto Próximo Passo, que existe desde 97 e trabalha para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Escrevo para uma revista desde a primeira edição, Revista Trip, para Mulher. Sou tetraplégica, devido a um acidente de carro que sofri em 94, quebrei o meu pescoço e perdi os movimentos do pescoço para baixo. Porém, estou aqui não como Secretária nem como Presidente ou fundadora de ONG, mas como de uma pessoa que durante muitos anos passou por uma situação extremamente difícil e pude assistir a tudo isso acontecer de dentro da minha casa. O meu pai, Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho, é empresário na área de transportes desde 1961. Ele é um homem extremamente generoso, uma pessoa do bem; não tenho um amigo que conheça o meu pai e que não fique tecendo elogios a ele pela doçura de pessoa que ele é.

Quando falo do meu pai eu me emociono, por isso, se eu chorar, peço paciência. O meu pai, durante muitos anos, foi Presidente da Associação dos Empresários de Transporte Público da Cidade de Santo André, do ABC. Ele não era Presidente à toa; ele sempre foi Presidente dessa entidade devido à serenidade e ao bom relacionamento que sempre teve tanto com os empresários quanto com o poder público. Um homem honesto que sempre cumpriu o seu dever como prestador de serviço na cidade de Santo André e trouxe muitas melhorias e benfeitorias para a cidade.

Por conta desse acidente que sofri, acabei indo morar de novo com os meus pais. Em 99, quando as linhas que meu pai explorava em Santo André, que ele tinha concessão há mais de 40 anos, foram colocadas em licitação, desde então começou um processo dentro da minha casa a que assisti de perto, porque realmente abalou demais a saúde do meu pai, por conta dessa licitação e da obra que a minha família teve que construir em Santo André, que, na verdade, foi um terminal, algumas estações e pontes. O terminal era um projeto bastante interessante, um sistema tronco alimentado que a minha irmã pôde explicar aqui com muitos detalhes, por toda essa questão técnica que, na verdade, ela viveu de perto e não eu.

O que pude viver de perto foi a pressão que meu pai começou a sofrer por conta de três pessoas: uma de dentro da Prefeitura de Santo André, que era o Klinger de Oliveira, Secretário de Serviços Municipais; o Ronan Maria Pinto, que era o empresário, e o Sérgio "Sombra".

Eu não tinha contato com essas pessoas, mas tinha contato com o meu pai, que começou a chegar cada dia mais cabisbaixo em casa. Ele reclamava do que acontecia, mas tinha muito medo de denunciar ou de tomar qualquer atitude, porque ele acreditava que, como era muito dinheiro envolvido, eventualmente, todos os setores estavam envolvidos nessa situação, e ele tinha muito medo de fazer alguma denúncia, assim como a minha irmã. Foi muito curioso porque o meu irmão, que sempre foi uma pessoa mais destemida, quando começou a trabalhar na empresa e a vivenciar todo esse esquema que acontecia ali em Santo André, também foi ficando acuado. E eu e minha mãe, de fora da situação. Para mim, era incompreensível que ninguém tomasse uma atitude, que extorquissem meu pai da forma como estavam fazendo, e meu pai não fazia nada, não denunciava, não levava um gravador para a reunião; ele tinha muito medo.

Em 2001, quando aconteceu o segundo aditamento dessa obra da licitação que meu pai ganhou – ele estava construindo essas obras para a cidade –, a pressão foi tão grande que ele foi ficando de um jeito muito estranho: meu pai começou a andar curvado, e a cada dia ele chegava em casa mais vermelho e quieto. Ele foi se tornando uma pessoa completamente diferente daquela que sempre foi, bem-humorada, que fazia piadinha com todo mundo, brincava, acordava de manhã, sempre falava: "Nossa, que dia lindo!" Fizesse chuva ou sol, meu pai estava sempre elogiando o dia. Uma pessoa que nunca precisou de muita coisa para ser feliz. Nunca foi uma pessoa gananciosa; sempre foi uma pessoa serena, calma, com uma responsabilidade muito grande em seu trabalho.

Meu pai tinha uma anatomia diferente na artéria aorta, uma espécie de alargamento, mas era, anatomicamente, uma característica. E ele fazia exames freqüentes para ter segurança e certeza de que isso não se tornaria, por exemplo, um aneurisma.

Em janeiro de 2001, quando a situação começou a ficar bastante agravada, foi a época em que ele teve que entregar uma empresa de ônibus, a parte dele, os 33% que ele tinha da Expresso Nova Santo André; foi obrigado a entregar isso para o Humberto Tarcísio de Castro, que se dizia proprietário da Empresa Projeção Engenharia. Meu pai fez essa entrega para não perder a Expresso Guarará, que era outra empresa que ele estava construindo as obras para a cidade. Nessa ocasião, em quatro meses, meu pai desenvolveu um aneurisma de 6mm. Em quatro meses, porque ele fazia exames freqüentes, e pudemos acompanhar isso. Ele foi dirigindo o carro dele para o hospital, para fazer uma cirurgia que era muito séria, porque o local onde ele teve esse aneurisma era na artéria aorta que irrigava os dois rins. E, nessa cirurgia, infelizmente, um dos rins enfartou. Ele o perdeu e ficou praticamente dois meses em coma.

Para mim, que assisti a tudo aquilo, a forma como isso aconteceu, era óbvio que foi um aneurisma fruto da ganância de pessoas que, além de desrespeitá-lo e descumprir o contrato que ele tinha com a Prefeitura, ainda se aproveitaram de uma situação fragilizada para fazer retaliações administrativas.

Quando houve a morte do Prefeito Celso Daniel, em 2002, que foi no domingo, dia 20, na quarta-feira, dia 23, eu mesma procurei o Ministério Público, porque, além do medo que já açoitava a minha família, eu conheci um promotor que era colega de um dos promotores que estavam cuidando do caso do Prefeito Celso Daniel.

Eu fui até o Ministério Público no dia 23 de janeiro, entrei numa sala com sete promotores e comecei a descrever tudo o que estava acontecendo na vida do meu pai desde 97, principalmente.

No dia seguinte, voltei ao Ministério Público com a minha irmã, a Rosângela e, desde então, começou a tratativa dela com o Ministério Público, apresentando documentos, enfim.

Em junho ou julho de 2002, saiu a denúncia do Ministério Público, e eu procurei o Presidente Lula em 2003. Na verdade, com relação ao esquema de propina que existia na cidade de Santo André, o Brasil inteiro já sabia, porque saiu a denúncia do Ministério Público no meio de 2002, então não era novidade para ninguém. Eu procurei o Presidente não só por ele ser a autoridade máxima neste País, porque achei que por intermédio dele nós poderíamos mudar o curso da história da cidade de André, mas também por ele ter um vínculo afetivo com essa cidade, já que muito da história da vida dele aconteceu lá e até pelos argumentos do Presidente, a opinião dele em relação à corrupção. Isso aconteceu em 2003, no dia do aniversário da Volkswagen.

Ele estava em São Bernardo, e eu fui até a residência dele, estacionei a minha cadeira na calçada na frente da casa dele e pedi para ser recebida por ele. E a assessoria dele disse que não, que não era um momento oportuno. Havia muitos jornalistas ali. E uma jornalista da Folha de S. Paulo me reconheceu e perguntou: "Você não é a Mara que escreve para a Revista TPM?" Eu falei: sou. Ela falou: "O que você está fazendo aqui?" Eu falei assim: eu vim tentar falar com o Presidente, porque eu vim pedir uma intervenção federal na cidade de Santo André. Outros jornalistas ouviram e começaram a se aproximar, perguntar e me fotografar. Foi nesse momento que a assessoria do Presidente me tirou dali do meio da rua, colocando-me dentro da garagem do prédio. Eu subi e ele abriu a porta da sua casa, convidando-me para entrar.

Eu fiquei praticamente quarenta minutos com ele, com a esposa, havia uns três assessores e a minha assistente conversando. Na verdade, fui muito bem recebida e comecei a contar a situação de saúde que meu pai tinha passado e tudo o que aconteceu: os pagamentos de caixinha que o meu pai era obrigado a fazer todo dia 30, as pessoas envolvidas, e ele me fazia perguntas como se nunca tivesse ouvido o caso. Fui respondendo. Muitas vezes, ele mudava de assunto, querendo falar sobre reabilitação, sobre a minha situação física. Toda hora ele pedia para os assessores dele anotarem alguma coisa que eu falava. Ele disse que iria tomar providências e que eu esperasse, porque ele entraria em contato comigo, mas ele nunca me procurou. Acho que, grosso modo, é isso o que teria a contar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª e concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srª Mara, nesse contato que V. Sª disse que manteve com o Presidente da República, a senhora falou a respeito do que estava acontecendo com o seu pai ou fez uma análise mais ampla a respeito desse esquema existente em Santo André?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Fiz um panorama geral de tudo que já havia acontecido, do esquema de pagamento de caixinha. Ele chegou até a me perguntar quanto o meu pai pagava por ônibus, mas fui lá para falar que a empresa continuava sofrendo retaliações administrativas e que a prefeitura privilegiava algumas empresas em detrimento da empresa da minha família. Fui pedir a ele se poderia, de alguma forma, intervir nisso, porque, se já não bastasse a situação de saúde em que o meu pai se encontrava...

Na verdade, os meus irmãos, que trabalhavam dentro da empresa, também se encontravam numa situação de pânico, de desespero, devido ao não-cumprimento do contrato por parte da prefeitura. A empresa estava praticamente quebrando por causa de tudo isso.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E sobre o crime? A senhora teve oportunidade de abordar o problema do crime, se teria sido um crime comum ou se teria sido um crime a mando?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Não. A única menção que fiz ao crime foi que comentei que depois do assassinato do Prefeito Celso Daniel cessou o pagamento da caixinha. Foi a única menção que fiz ao crime.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Presidente só fez esse comentário de que iria tomar providências e comunicaria posteriormente à senhora ou fez outro comentário além desse, da caixinha?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Contei a ele que, em 99, numa ocasião em que o meu pai estava muito apertado de recursos e não conseguiu pagar a caixinha durante dois meses...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a todos que estão aqui presentes que desliguem os seus celulares em função da interferência no microfone sem fio.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Enfim, nessa ocasião em que ele não pôde pagar a caixinha, como uma retaliação, foi colocada uma linha chamada B47R em cima da linha que ele explorava para prejudicar mesmo o sistema. Mas essa linha depois foi devolvida na ocasião em que ele teve de entregar a Expresso Nova Santo André. Porém, tem uma linha, que se chama I-05, que nunca foi devolvida. Ela, por contrato, deveria integrar o projeto do sistema tronco alimentado. Sobre essa linha, eu conversei com o Presidente, que inclusive anotou qual era a linha. Ele saiu com uma anotação de que existia esse problema nessa linha I-05.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o fato de a senhora ter se encontrado com o Presidente teve alguma repercussão, pelo menos na sua cidade? Houve notícia de que a senhora teria se encontrado com o...

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** - Houve, saiu em alguns jornais, como a **Folha de S. Paulo**, **Diário do Grande ABC**, na Internet. A maioria dos artigos dizia que eu realmente tinha estado com o Presidente, que a assessoria confirmou a minha ida à residência dele, porém a assessoria não falou qual era o teor do assunto. E, curiosamente, quando eu já estava descendo no elevador para ir embora, um assessor dele me acompanhou e pediu para que eu não falasse qual tinha sido o teor da conversa. Sugeriu que eu comunicasse à imprensa que tinha falado de reabilitação.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem sugeriu isso, por favor?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Um assessor dele que desceu comigo no elevador. Eu não lembro o nome, mas era um homem bem alto, de barba.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não lembra do nome dele?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E mudou alguma coisa depois dessa repercussão com relação à empresa do seu pai, ao que ele estava sofrendo depois desse encontro? Não mudou nada?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Nada.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele continuou sendo...

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Continuou.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vítima do...

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Continuou, assim, não existia mais o esquema de caixinha, mas as retaliações administrativas continuaram, como se eu nunca tivesse visitado o Presidente ou feito esse pedido.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A senhora teria alguma coisa a detalhar ou a acrescentar sobre o problema da empresa do seu pai, do sistema de caixinha, além do que sua irmã nos contou aqui, a senhora Rosângela?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Não, porque na verdade a minha irmã trabalha na empresa; eu nunca trabalhei na empresa. Eu acho que ela está muito mais qualificada a falar tecnicamente sobre o que acontecia lá dentro. Eu posso falar mais emocionalmente e de tudo o que eu assisti acontecer de dentro da minha casa. Mas, com relação à empresa, a contratos, etc., eu acho que ela é a pessoa exata para esclarecer, não eu.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a senhora acha que o Prefeito não era capaz de estar patrocinando isso? E isso era realmente fruto dessa maquinação do Sr. Klinger, como a senhora falou, do Sr. Ronan Pinto e do Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra"? Pelo que se dizia lá, pelo que a senhora ouvia e pela impressão que a senhora tinha do Prefeito, porque a senhora não conhecia pessoalmente o Prefeito.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Eu cheguei a vê-lo, mas à distância, não o conhecia. Conheci o irmão do Prefeito, depois da morte do Celso Daniel, um dia.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O médico?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – O Dr. João Francisco. Mas assim, eu sei que o meu pai era muito amigo do pai deles e que existia um respeito. Mas eu vou ser franca: quando ouço dizer que o Prefeito Celso Daniel acreditava que os fins justificam os meios, essa frase me deixa muito chateada, porque acho que nenhum fim justifica o que aconteceu com o meu pai. Assim, de arrancar a saúde dele da forma como foi feita. Não tem finalidade nenhuma que justifique essa falta de respeito de tirar a dignidade de uma pessoa do jeito que foi feito.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E quando o irmão do Prefeito, o médico, Dr. João Francisco, fez a denúncia a respeito da situação da empresa do seu pai e do próprio sistema de transporte, quando o seu pai, aliás... Desculpe-me, houve um engano de minha parte. Quando o seu pai procurou o Dr. João Francisco Daniel e fez a denúncia, a senhora acompanhou isso? O que a senhora me diz disso?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Lembro que, no auge do desespero, ele realmente procurou o João Francisco com o objetivo de contar para ele o que acontecia, a corrupção que estava acontecendo dentro da prefeitura. Esse foi o objetivo do meu pai, de querer alertá-lo do que estava acontecendo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas também não foram tomadas as providências. Ou o prefeito chegou a tomar alguma providência, ou logo depois ele foi assassinado?

**O SR. MARA CRISTINA GABRILLI** – Lembro-me de que, na primeira vez que meu pai procurou João Francisco, o Prefeito chamou o Klinger, que teve uma reunião com o meu pai, mas não chegou a ajudar em nada, pelo contrário. O Klinger ficou nervoso por o meu pai ter procurado o Prefeito através do irmão, e acho que a retaliação até chegou a piorar. Depois ele chegou a procurar de novo. E me parece, mas aí é informação da minha irmã, que o Sr. Francisco realmente chegou a conversar com o Prefeito e contar o que estava acontecendo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a senhora acredita que os irmãos eram afastados? Porque há uma versão de que os irmãos, não sei se a senhora ouvir falar nisso, eram afastados, não havia um bom entendimento entre o Dr. Bruno, o Dr. João Francisco e o Prefeito Celso Daniel.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Eu não conhecia a relação deles, mas eles fizeram uma viagem juntos para a Itália, duas. Eu tenho irmãos, não convivo diariamente com os meus irmãos, mas sinto por eles um amor de irmão que não importa a freqüência. Quando a gente está junto, é aquela sensação fraterna e afetiva que é característica de uma relação de irmão.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto: a senhora já militou em algum partido político?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Eu me filiei ao PSDB no ano passado. Filiei-me porque fui candidata a vereadora na cidade de São Paulo.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à senhora e ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves, e concedo a palavra ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srª Depoente, Srª Mara Gabrilli, em primeiro lugar, gostaria de ressaltar o esforço que V. Sª fez para vir a Brasília. Queríamos ouvi-la lá, em São Paulo, mas V. Sª fez questão de vir, exatamente para mostrar que mesmo sendo deficiente pode realizar tudo aquilo que as outras pessoas podem fazer. Então, certamente, a presença de V. Sª aqui vai servir de exemplo positivo para milhões de brasileiros que, com algum tipo de deficiência, algumas nem tão graves como a de V. Sª, mas não têm a capacidade de reação que V. Sª tem. Portanto, gostaria de, em primeiro lugar, congratular-me com V. Sª por esse trabalho que faz, tão importante.

Em segundo lugar, penso que o principal que V. Sª tinha dizer aqui V. Sª já disse. E é uma afirmativa muito grave, porque efetivamente essa questão do assassinato do Prefeito Celso Daniel, que estamos analisando aqui já há alguns meses, e todos nós aqui, Senadores, a maioria, já tínhamos trinta, quarenta, cinqüenta horas de depoimento sobre esse caso... Eu acho que há três aspectos que são muito importantes. O primeiro deles é o assassinato em si do Prefeito, porque aparentemente tudo leva a crer que foi um crime de mando. Existia um grupo, composto pelo Sr. Klinger, o Sr. Ronan...

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI –** O Sérgio.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E o Sérgio "Sombra" que, na realidade, se juntaram para montar esquema de corrupção e que, pelas razões já estão se esclarecendo, terminaram por participar como mandantes desse assassinato, inclusive o "Sombra" teve uma participação direta, porque estava no momento lá.

Eu acho que não precisa nem depoimento aqui para a gente saber o que já sabe neste caso, nessa questão específica do assassinato do Prefeito Celso Daniel. Acho até que de agora em diante só vão se somar coisas que nós já sabemos.

Em segundo lugar, a questão específica da corrupção, o pagamento por ônibus, o transporte desse dinheiro, a distribuição do dinheiro, quem comandava? Sua irmã, quando esteve aqui, trouxe uma série de documentos que nós já examinamos aqui. Na realidade, tudo que ela disse está comprovado no depoimento.

Então, eu acho que nem o Relator nem o Presidente nem a maioria dos Senadores aqui tem dúvidas de que existia um sistema de corrupção, que, aliás, os Procuradores aqui detalharam. O Presidente Lula falou mal dos Procuradores. Disse que eles só levantam esse tema quando está próximo da eleição, o que não é verdade, porque a eleição ainda está longe. De qualquer maneira, ele disse isso.

Devo dizer aqui, para fazer justiça, que fiquei impressionado com a competência dos procuradores que estiveram aqui. Eu não sei se os Srs. Senadores ficaram, mas eu particularmente fiquei. Eles sabiam tudo de cor. Teve um negócio de uma ligação de um Deputado Estadual do PT de São Paulo que eles sabiam a torre, que tem um número de sete ou oito dígitos, eles sabiam torre por torre como o celular do cara ia caminhando. Eles demonstraram aqui ser muito competentes e dedicados aos seus trabalhos.

Mas essa questão da corrupção, eu também acho que já está ultrapassada. A corrupção era sabida, havia arrecadação, etc. Mas há o terceiro aspecto, e eu acho que é isso que V. Sª traz como um dado novo, que é a chamada "operação abafa". Porque o assassinato do Prefeito ocorreu num ano eleitoral. Aí, sim, perto da eleição, já no início do ano eleitoral, da eleição que o Presidente Lula veio a ganhar e a essa altura já era o favorito. E o que se verifica é que houve realmente um movimento para que isso fosse apurado o mais rápido possível pela polícia, que se desse uma solução qualquer para aquele assunto ser encerrado e não participar da campanha eleitoral.

Por exemplo: o Sr. Gilberto Carvalho, quando esteve aqui, colocou um placar na cidade, defronte à Prefeitura, quantos dias já se passaram do crime e a polícia não descobriu o assassino. Ora, isso tem um aspecto que, olhando a primeira vez, parece positivo. O cara colocar um placar para ser mais rápido. Mas se você olhar direitinho, aquilo poderia servir de pressão para se dar qualquer solução, o que foi feito. Nós verificamos pelo próprio depoimento aqui dos procuradores e pelas gravações a que tivemos acesso que o Chefe do Gabinete do Presidente, Sr. Gilberto Carvalho, participou diretamente dessa "operação abafa", inclusive querendo desclassificar os irmãos do Prefeito Celso Daniel. Como V. Sª disse, eu também tenho irmão e não os vejo todos os dias, mas não quer dizer que eu não tenha relação com eles. Cada um tem a sua vida. Um mora numa cidade e outro mora noutra. Então, não tenho dúvida de que havia uma relação fraternal entre o Celso Daniel e os irmãos dele. Eles quiseram dizer que não, exatamente para desqualificar o depoimento.

Então, nessa questão específica dessa "operação abafa", o dado novo que V. Sª traz é que o Presidente Lula também participou dessa "operação abafa". Por enquanto, a gente sabia, pelas gravações e pelos próprios depoimentos dos promotores, que o Sr. Gilberto Carvalho e o Deputado Greenhalgh participaram. O Deputado Greenhalgh era o representante da Câmara para acompanhar os fatos e orientava as testemunhas, coisa que ele não tinha nada que... Ele não era o advogado das testemunhas. Ele era advogado da Câmara para acompanhar os fatos e não para orientar. Então, é toda uma questão nova de que um Presidente da República já no gozo do seu mandato, em junho, no início do seu mandato, ele recebeu na sua casa uma denúncia de alta gravidade e não tomou nenhuma providência.

Eu, então, queria fazer a primeira pergunta. V. Sª sabe de alguma providência que foi tomada pelo Presidente Lula ou por algum dos seus Assessores, baseado na sua denúncia?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Não, nenhuma.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Nenhuma providência. Então, na realidade, o Presidente Lula, qual era a obrigação dele? Já me perguntaram qual era a obrigação dele em relação a esta denúncia. Eu não sei, e o Senador Jefferson Péres entende disso melhor do que eu, mas imagino que ele deveria ter chamado o Ministro da Justiça e pedido à Polícia Federal – porque, na realidade, o Presidente não comanda o Ministério Público, mas ele comanda a Polícia Federal – para fazer uma investigação e mandar um relatório para ele encaminhar ao Ministério Público. Quer dizer, era o mínimo que ele poderia fazer, e não simplesmente desconhecer isso.

Então, eu gostaria de incluir o Presidente Lula como um dos que estão participando dessa chamada "operação abafa".

Em segundo lugar, V. Sª disse que havia três assessores do Presidente Lula. Eu gostaria de perguntar: o Sr. Gilberto Carvalho era um desses três assessores?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Eu não sei lhe dizer.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª não conhecia o Sr. Gilberto Carvalho?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Hoje eu conheço, mas, assim, na época, eu desconhecia e não me interessei em saber quem eram aquelas pessoas. Depois, até me arrependi, mas eu não sei o nome delas. Eu lembro muito bem do rosto desse homem que desceu no elevador comigo, porque ele era muito alto e tinha barba.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito alto, de barba.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Nobre Senador, permite uma intervenção?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não, Sr. Relator. Ouço V. Exª.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Com relação a esse senhor, a senhora o reconheceria hoje? Foi esse quem lhe pediu para não falar sobre o assunto da conversa.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Foi.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – RN) – Quer dizer que quando V. Sª desceu, esse senhor que desceu com V. Sª pediu para V. Sª não falar sobre Santo André?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Pediu.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Sª falou.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Imperativamente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Sª, imperativamente, também falou?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Falei.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Fez muito bem. Na verdade, fez muito bem porque, na realidade, é uma questão grave.

Então, Sr. Presidente, Eu acho que nós temos que, também... E V. Sª disse que foi acompanhada de uma outra pessoa, porque V. Sª não poderia subir só. Então, foi acompanhada de uma outra pessoa. Quem era essa pessoa?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Era a minha assistente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ela subiu com V. Sª. Mas não vamos perguntar nada a ela, que não está convocada aqui. Mas, pelo menos, como conhecia aqueles que estavam lá e bem poderia ajudar – conhecia aqueles que estavam lá...

Mas, Sr. Presidente, eu acho que a gravidade desse depoimento é exatamente o fato de que o Presidente da República tomou conhecimento de uma denúncia grave e não tomou nenhuma providência.

Em relação às demais questões, nós já temos tantas informações que, evidentemente, não vamos incomodá-la com perguntas específicas sobre a questão da corrupção ou do crime, etc., porque V. Sª, como disse, ficou restrita exatamente a este fato e a sua irmã participou, já esteve aqui e trouxe uma documentação muito completa. Gostaria, então, de agradecer. A minha pergunta era só esta. Muito obrigado.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL-PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT-AM) – Bom dia, Dª Mara.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Bom dia.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT-AM) – Em primeiro lugar, os meus cumprimentos pela sua coragem moral de vir aqui – de disposição. A senhora é uma pessoa de muita fibra, diria que uma fibra invejável.

Eu creio que não há muito a perguntar à senhora. A sua presença aqui já é tão impactante... O que a senhora disse já é tão eloqüente, fala por si mesma. O importante, no seu depoimento é exatamente o seu encontro com o Presidente da República. Eu julgo os outros – eu tenho o bom ou o mau hábito, não sei, de julgar os outros – por mim mesmo. O que eu teria feito no lugar dele? Eu acho que eu teria sido tomado de um sentimento de indignação tão grande, como diz o Senador José Jorge, que teria chamado imediatamente o Ministro da Justiça, pedindo o empenho de todo o aparelho do Ministério e teria, longe de pedir discrição, deixado que a senhora falasse à imprensa livremente sobre a denúncia que me havia feito pouco antes. O contrário disso... Salvo engano meu, ouvi a senhora dizer que, embora os fatos ou parte dos fatos que a senhora relatou ao Presidente já tivesse sido noticiada pela imprensa... é isso mesmo, antes, ou não?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – É, eu falei o seguinte, que eu não era portadora de uma grande novidade, que muito do que eu falei já tinha aparecido no jornal e já tinha saído a denúncia do Ministério Público. Na verdade, eu fiz um relato para ele de alguém que assistiu tudo isso de dentro de casa, como isso aconteceu e como prejudicou a saúde do meu pai. E ainda falei de retaliações administrativas que a empresa continuava sofrendo, mesmo depois que tudo isso tinha acontecido e depois de ter cessado o pagamento da caixinha.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Salvo engano meu, a senhora disse que, apesar disso, desse

noticiário da imprensa, o Presidente se portou como se aquilo fosse novidade, é isso mesmo?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Então... Agora eu vou lhe falar da minha impressão.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – A sua impressão, sim. Não, a senhora disse, eu não estou lhe perguntando. Creio que a senhora disse.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – É, vou falar mais alguma coisa. Ele não me pareceu surpreso.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Ah, não lhe pareceu surpreso?!

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Não me pareceu surpreso, porém ele me fez várias perguntas e aparentava que ele nunca tinha ouvido falar do caso.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – A senhora disse que ele também, às vezes, por alguns momentos, procurou desviar o assunto, fazendo perguntas sobre seu estado físico, foi isso?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Foi.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Ele parecia estar incomodado?

Eu sei que é impressão pessoal, eu sei que são decorridos quase dois anos, mas um encontro tão especial com o Presidente da República, na residência dele, é marcante. Fica gravado na memória. Isso a gente não esquece tão cedo. Portanto, embora seja uma impressão pessoal, me deu impressão realmente de que sabia dos fatos, mas não estava muito interessado em saber o que a senhora estava revelando ao mudar de assunto. Foi isso mesmo que eu entendi?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Eu não acho que ele deu a importância que realmente deveria ter, entendeu? E me pareceu que ele agiu de uma forma muito consciente em não dar a importância que o assunto tinha. E até os desvios de assunto, querer falar de outras situações, falar sobre a minha situação física.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Ele mandou anotar o seu endereço, seus telefones e prometeu fazer...?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Ele me prometeu três coisas. Ele me prometeu averiguar o que estava acontecendo na Prefeitura de Santo André, me procurar e me dar uma resposta; ele pediu para a Marisa, a Primeira-Dama, ali na minha frente, visitar o trabalho que eu fazia de ginástica adaptada na Fórmula Academia, onde eu presidia essa organização, e ainda pegou meu endereço para mandar a foto que nós fizemos juntos no apartamento; ficou de mandar essa foto. E a Marisa nunca telefonou, a foto nunca chegou e não aconteceu nenhuma melhora na situação.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – A senhora, ao descer, não revelou nada à imprensa? Atendeu ao pedido?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Não, eu desci e revelei à imprensa na mesma hora.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Então, a senhora não atendeu ao pedido?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Não, não atendi.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – A senhora saiu muito esperançosa do encontro?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Saí acreditando que ele iria intervir e que a situação ia melhorar, mas isso não aconteceu.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Muito obrigado. Não há mais nada a perguntar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Senador Jefferson Péres e concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, o Senador Tião Viana está pedindo para permutar comigo, e vou permitir porque, no Exército, antigüidade é posto. Acho que aqui também ele é mais antigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por permuta com o Senador Magno Malta.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Agradeço ao Senador Magno Malta.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srª Mara, registro o respeito a V. Sª pelo trabalho que exerce, pela pessoa que demonstra ser, pela preocupação com a pessoa do seu pai. Eu só gostaria de deixar bem claro o meu entendimento sobre esse item que a senhora apresenta aqui.

A senhora foi a São Bernardo conversar com o Presidente Lula e expressou toda sua preocupação. O Presidente, diante do depoimento da senhora, procurou o Prefeito de Santo André, relatou a sua preocupação com os problemas e as preocupações que ele tinha. Diante do que a senhora colocou, o Prefeito informou ao Presidente da República que a polícia estava investigando o caso e, ao mesmo tempo, abriu uma sindicância para investigar o que estava acontecendo de retaliação com a empresa Guarará. Mais do que isso, não me parece ser da competência do Presidente da República. Acho que ele cumpriu rigorosamente a sua responsabilidade de homem público. Faço essa interpretação do episódio porque o Presidente expressou o mais elevado respeito ao depoimento de V. Sª a ele.

Quanto ao pedido de intervenção federal que a senhora levou, é muito clara a Constituição brasileira ao dizer que não é possível a União tratar de interven-

ção federal em Município, nos arts. 34 e 35 da Constituição Federal.

Eu só gostaria de fazer justiça à responsabilidade de homem público e à dignidade como o Presidente da República tratou o justo depoimento e a justa dor que a senhora levou até a figura dele.

É só isso que eu gostaria de dizer aqui.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI –** Muito obrigado pelas palavras, mas desconheço esse contato que o Presidente fez com o Prefeito de Santo André e essa sindicância. A única coisa de que realmente tenho conhecimento foi uma comissão especial de fiscalização que foi colocada dentro da empresa para averiguar irregularidades que, segundo a Administração de Santo André, estavam acontecendo dentro da empresa e que, na verdade, não estavam. Não havia irregularidades. Todo mundo ali estava querendo cumprir o contrato e trabalhando de forma honesta.

Mas eu adoraria ter sabido na época que isso aconteceu e, se isso aconteceu, foi de uma forma totalmente escondida, porque ninguém soube, nem na minha família nem de outro lado, que houve essa comunicação e essa procura do Presidente ao Prefeito de Santo André.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – O meu entendimento, Srª Mara, é que a responsabilidade dele foi cumprida quando ele, diante do seu depoimento, levou o problema ao Prefeito e foi informado da ação da polícia e do Ministério Público e, ao mesmo tempo, recebeu a informação do Prefeito de que a sindicância estaria aberta para investigar possível retaliação.

Penso que, mais do que isso, ou seja, o Presidente tornar pública uma ação de solidariedade, de respeito e justiça, como a que a senhora levou até ele, não me parece ser uma obrigação dele. O papel dele, tendo sido cumprido naquilo que a senhora esperava do Presidente da República, parece-me ter sido suficiente. Posso até imaginar que a senhora mereceria uma informação de retorno. Mas, cumprindo ele a sua responsabilidade no caso, creio que ele tenha seguido aquilo que é um preceito da atividade que ele exerce.

Lamento que o seu entendimento não seja o meu: de que ele cumpriu exatamente à risca o que deveria ocorrer a um Presidente da República ou a uma autoridade diante do caso, mas a respeito. A senhora quer mais porque sente a dor dos danos que seu papel viveu nessa trama que está posta em torno de uma situação de corrupção como é colocado em Santo André. Porém, o Presidente da República foi cumpridor das suas obrigações éticas e de respeito ao seu depoimento, no meu entendimento.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Talvez eu até merecesse a resposta ou a procura do Presidente para dizer que ele tinha tomado alguma atitude. Mas, para mim, isso não teria importância, não. Penso que quem mereceria uma atitude é a minha família, a empresa e as retaliações que a empresa estava sofrendo, porque, quanto a isso, não houve mudança. Se o Presidente interveio, não houve nenhuma mudança na empresa. As retaliações continuaram igualmente a antes da minha visita à residência do Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Relator, Srª Mara, agradeço a presença de V. Sª, seu gesto de vir até aqui. Todos conhecemos, por meio da mídia, suas atividades, seu desempenho, seu amor à vida, seu interesse pelos pares que vivem e enfrentam as mesmas dificuldades na sociedade brasileira.

Neste momento, a senhora representa os deficientes físicos do Brasil, que, na verdade, têm dado tanto orgulho a este País, seja no esporte, seja em qualquer atividade. Eles estão aptos para isso mesmo. Um homem que não está aniquilado no seu cérebro e no seu sentimento está apto para qualquer atividade. A senhora vem aqui e fala conosco. Cumprimento-a por isso, agradecido por ter-se deslocado para vir, uma vez que a CPI até manifestou o interesse de ir ao seu encontro. Isso revela que temos um longo trabalho pela frente enquanto Poder Público, no sentido de viabilizarmos as necessidades dos portadores de deficiência neste País, que muito podem acrescentar e somar a este País com sua capacidade, inteligência, disposição, vontade e amor à vida. A senhora é o símbolo da luta dessa gente no País de quem, de forma muito particular, enquanto cidadão, sinto muito orgulho. Estou engajado nesta luta.

Um dos melhores quadros políticos do meu Estado, o ex-Presidente da Assembléia Legislativa Cláudio Vereza, que é do seu Partido, desde a infância, também está em cadeira de rodas. É um dos quadros mais dignos, éticos e morais do Estado do Espírito Santo e representante de uma luta das mais significativas em nosso Estado.

Eu não gostaria de lhe fazer perguntas até porque o que a senhora colocou a sua irmã fez com mais detalhes, eu não diria com mais eficiência. Até foi com mais eficiência porque ela foi inquirida e, muitas vezes, inquirida com certa dureza.

Sr. Presidente, no caso de Santo André, virei doutor pelo número de horas de depoimentos que já ouvi. Até tive o cuidado de me debruçar sobre toda documentação que esta CPI tem sobre o caso de Santo André. Debrucei-me com muita profundidade, lancei

mão de cada documento, de cada oitiva e de cada telefonema transcrito, vi cada documentação, vi as documentações colocadas aqui pelo Ministério Público, os documentos oferecidos na oitiva dos delegados. Tenho profunda compreensão a respeito do que aconteceu em Santo André. Minha missão, na verdade, dentro disso tudo, é a morte do Celso Daniel cuja motivação não está muito clara na minha cabeça. Quem dispõe de um Ministério Público aguerrido e disposto como é o Ministério Público em Santo André, aqueles que por lá já passaram e continuam assessorando, sem dúvida alguma, chegarão a essa motivação, mas o fato é que fizeram um conluio de avarentos e que Celso Daniel já sobrava, era um incômodo para eles. Fizeram um conluio, mataram o Celso Daniel, levaram na bandeja e destruíram a vida de Celso Daniel.

A contribuição que a senhora faz quando presta o seu depoimento na mesma linha do depoimento da sua irmã certamente não traz nenhum dado novo. O dado novo é a sua presença, fazendo confirmação testemunhal do que viveu a partir das denúncias e como foram parar nesse bojo.

Eu dizia à sua irmã aqui que de todas as reparações que eu tinha que fazer no depoimento dela, infelizmente, nessa avalanche vocês cederam e cometeram o pecado de participar dessa famigerada caixinha que se criou. E a sua irmã teve o cuidado de documentar até a caixinha, que está dentro das planilhas; existe documento disso.

Então eu não tenho muita preocupação com o que o Presidente Lula falou, com o que ele deixou de falar e tal. O Partido dos Trabalhadores, quando o problema explodiu, foi para a defensiva, com medo, passando recibo de tudo o que acontecia, de uma forma que entendo desnecessária; não deveria estar passando recibo para tudo, porque a motivação do crime do Celso, na minha visão, não tem nada a ver com o envolvimento de questões partidárias. Essa é a leitura que faço hoje. Mas acho que nós, aqui na CPI, temos o compromisso e a responsabilidade de, enquanto durar esta CPI e nesse relatório, fornecer elementos à Justiça, juntamente com os elementos do Ministério Público.

Aliás, Sr. Presidente, a Justiça está fazendo o julgamento com base na peça produzida pelo Ministério Público. Quando se fala: "Não, o que nós sabemos é o que a polícia fez", não existe o que a polícia fez. Isso não foi considerado pela Justiça. Não existe isso, absolutamente. E até a conclusão de que foi um crime comum é uma brincadeira. Qualquer menino que está saindo da fase da puberdade agora não diria isso. Qualquer inocente para quem se conta essa história sabe que não foi crime comum. Um crime comum, quando você sai com três carros descaracterizados, com placas frias, armamento pesado, para fazer um crime comum? Era só dar um tiro de 38 na cara de Celso Daniel e ir embora se o negócio era matar. É claro que não era; era um crime estudado, com alvo e tudo certo.

Então nós temos todos esses elementos, todos esses dados, vamos continuar nos aprofundando e propor, Sr. Relator, ao Ministério Público, porque eu acho que a grande luta, e eu dizia isso à Drª Elisabete Sato, que é uma Delegada preparada, está isenta no processo, trabalhando com dignidade e procurando exatamente este ponto: a motivação do crime. Que Celso Daniel estava sobrando, já se sabe; que Celso Daniel era um incômodo, isso já sabe, mas procurar de fato a motivação desse crime.

Não tenho absolutamente nada a perguntar. A sua presença e o seu testemunho reforçam tudo o que já foi posto aqui tanto pelos procuradores como pelo depoimento detalhado da sua irmã. Eu não tenho absolutamente nada a perguntar.

Para mim, essa questão do Presidente, acho que poderia haver uma contribuição maior da parte dele. Mas, em não havendo, isso nem me assusta, porque antigamente o Ministério Público era muito bom, mas hoje ele não serve para nada, é perseguidor. Antes era aliado legal, partia para cima, era quem fornecia tudo e ajudava a partir para cima dos adversários. Hoje o Ministério Público ficou sem muito crédito, mas para mim continua com muito crédito. E a minha crença é o fato de a Drª Elisabete Sato estar no caso, em São Paulo. Na minha compreensão, é preciso até que, ao final do relatório dela, estejamos preparados para nos pronunciar e ajudar essa Delegada competente, porque o relatório dela, sem dúvida alguma, vai desmerecer muito o relatório feito pelos colegas dela, porque é uma brincadeira, a Polícia de São Paulo não merece isso, que um quadro seu faça um relatório tão pífio, tão fraco, tão sem consistência como foi feito o relatório pelos delegados de São Paulo.

Agradeço a sua presença aqui. A mim estimula a vida vendo a senhora disposta para a luta, disposta para o trabalho, disposta a ajudar. A mim estimula muito a vida a partir desse tipo de comportamento, que é o comportamento da Senhorita Mara, que está conosco hoje.

Obrigado por sua presença aqui.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Obrigada, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Magno Malta.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, a dissertação e as perguntas do Relator e dos demais colegas já tornaram muito clara esta situação que estamos vivendo.

Eu confesso que não traria por minha única vontade a Srª Mara para este depoimento. Sei quanto lhe constrange, sei seu sofrimento e sei das suas decepções. Decepções demonstradas ainda há pouco com as promessas de um Presidente da República que nem ao menos cumpre sua palavra para uma pessoa como a senhora, que estava direta e indiretamente envolvida nesse assunto e que tem os sofrimentos naturais que o destino lhe reservou, por quem ele teria que ter mais respeito, mais solidariedade, ele que realmente chegou de uma posição baixa até a mais alta posição do País: a de Presidente da República. Mas nem esse sentimento humano ele teve, porque o caso de a senhora procurá-lo para esclarecer obrigaria o Presidente da República a tomar todas as providências que estivessem ao seu alcance para elucidá-lo. Mas até agora ele não fez nada disso. Ao contrário, as perseguições continuam em relação a sua família, em relação aos meios de vida que propiciam a existência dos seus.

De modo que eu tinha uma série de perguntas, mas essas perguntas estão muito claras. Houve um crime de mando que vitimou o Sr. Celso Daniel. O Senhor Presidente da República deve ter ignorado no início. Posteriormente, não deve ter ignorado coisa alguma. Ele hoje deve saber mais do que nós o que aconteceu, mas nós estamos desvendando tudo, apesar das dificuldades que têm o Presidente desta Comissão e o eminente Relator, ambos brilhantes Parlamentares, que estão fazendo um trabalho notável a respeito desse assunto.

De modo que eu quero apenas lhe prestar a minha solidariedade, a solidariedade do povo que eu represento da Bahia neste momento. A Justiça tarda, mas não falta, os holofotes estão aí, iluminando o caminho da sua vida, mas iluminando também para que nós enxerguemos os criminosos que participaram dessa coisa hedionda que só mesmo o Governo e os governistas não vêem.

Quero apenas lhe dar minha solidariedade e dizer que sua família pode contar com esta Comissão, tendo em vista que esta Comissão é para dar todo apoio àqueles que necessitam e ninguém necessita mais do que os Gabrillis, porque já são vítimas há muito tempo da corrupção reinante no Município de Santo André.

Eram essas as palavras que eu queria lhe dizer, uma palavra de conforto, de amizade, fraterna ao senhor e à senhora, certo de que estou traduzindo um sentimento do povo brasileiro e não apenas do povo da Bahia. O povo brasileiro está atento a tudo isso e, neste instante, quem está na televisão vendo, está louvando a sua força, a sua coragem de vir até aqui para dar o seu depoimento, demonstrando mais uma vez o quanto errado é este governo e quão corrupto ele tem sido.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu tenho que ir até a outra comissão, porque tenho uma votação, e eu queria falar só duas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Logo em seguida, V. Exª terá a palavra pela ordem.

Drª Mara.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Eu queria agradecer as palavras do Senador e dizer que fiz questão de vir aqui. Diferente do que aconteceu no meu encontro com o Presidente, eu realmente tenho consciência da dimensão da importância deste assunto. E acho que realmente acredito muito na Justiça. Ela pode tardar, mas eu sempre acredito que ela virá. E acreditando nisso que estou aqui, acreditando nisso que procurei o Ministério Público e acreditando nisso que procurei o Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agrade a V. Sª e concedo, pela ordem, a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma. Em seguida, Senador Suplicy. Logo depois, Senador Arthur.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não poderia acrescentar nada ao que foi dito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, mas quando a irmã da senhora Mara foi à imprensa e mostrou claramente a opção criminosa pela arrecadação de dinheiro ilícito em Santo André, houve, é claro, a coragem de quem poderia ser até assassinada, porque não são sete, hoje já temos nove na contabilidade, o Magno Malta e o Suplicy sabem de mais dois, que eu ouvi também, em depoimento em São Paulo daquela senhora que fazia ação social, o Paraíba e o cabo Lima.

Mas ontem, Presidente, eu tive oportunidade de vir no mesmo vôo da Mara e do seu marido. Eu juro que não consegui dormir, porque fiquei sensibilizado pela coragem, pela dignidade, em respeito à sociedade e o amor aos menos favorecidos, que ela teve em querer vir depor a esta CPI. Pelo respeito que tem a esta CPI que vários elementos do governo tentam desmoralizar. E V. Exª, Presidente, tem defendido com toda a força a importância das investigações que estão sendo feitas por V. Exª e pelo nosso querido Relator. Ela veio com todas as dificuldades físicas que tem, e apreciei o carinho do seu marido durante todo o vôo que aqui chegou. E ela me perguntou: o senhor estará lá amanhã? E por isso estou aqui, Presidente, para louvar esta coragem de uma brasileira que aqui vem expor a

verdade sobre tudo que aconteceu em Santo André, agravando a situação daqueles que procuram fugir à responsabilidade pelo crime praticado, Dona Mara.

Então, o seu testemunho tem um valor inestimável, porque ele é indiscutível, pela coragem, pela sua situação e por tudo aquilo que a senhora participou e teve coragem de trazer ao conhecimento da sociedade brasileira e desta CPI. Ninguém mais pode desmentir que não tinha conhecimento de fatos que ocorreram em Santo André.

Eu não tenho perguntas a fazer, o seu relato preenche várias lacunas que tínhamos em dúvida pelos argumentos apresentados por aqueles que querem fugir à responsabilidade. Agradeço profundamente a sua presença, do seu marido, que aqui corajosamente compareceram. E peço ao Presidente que garanta a vida da Srª Mara, porque ela passa a correr risco, segundo meu ponto de vista policial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço desculpas pela interrupção.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra à Drª Mara.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Mais uma vez, quero agradecer.

Já que o Senador tocou nesse assunto, acho importante falar que, na semana passada, na quarta-feira, ao voltar de uma palestra que fui fazer em Florianópolis, quando cheguei à rua da minha casa, havia dois carros e uma moto parados na rua, uma rua quieta, onde não passa carro. As pessoas estavam armadas, com identificação falsa, porque se identificaram ser da Polícia Civil e depois chegamos à conclusão de que não eram. Isso me assustou. Na verdade, eu nunca tive medo, mas acredito ser um caso que realmente merece toda a atenção e segurança pelo histórico. Creio que devemos levar esse tipo de acontecimento em consideração, pois talvez seja uma coincidência, mas talvez não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É de caso pensado mesmo, porque o esquema de eliminação está sendo muito rápido.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filhos. PMDB – RN) – Sr. Mara, além do fato que acabou de relatar, a senhora sofreu outra ameaça?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Não. Não sofri nenhuma ameaça, mas recebi uns telefonemas estranhos de pessoas que queriam apenas confirmar se o número do telefone era meu e desligavam o telefone. Fomos verificar os números, mas eram ligações de telefones públicos.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu poderia colaborar neste momento?

Permita-me, Mara.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Claro.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Na semana passada, dois carros suspeitos também estavam na rua do condomínio do pai dela – tenho acompanhado toda essa investigação – e um deles foi abordado pela Polícia Militar que foi chamada. Eles disseram ser da Polícia Civil e estavam em um Santana branco, mas a Polícia Civil de São Paulo não trabalha com o carro Santana. Portanto, eles não eram policiais e evadiram-se do local. Na semana passada também, sua sobrinha que é veterinária recebeu uns telefonemas.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Roberta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Roberta recebeu uns telefonemas que a Drª Elisabete Sato e sua equipe analisaram. Havia uma mulher que gritava, chorava e dizia que estava falando baixinho porque tinha sido seqüestrada, estava num cativeiro, e só ela poderia ajudá-la. Um homem gritava, tomava o telefone e tal. Eles entendem que, possivelmente, se trata de um telefonema vindo de um presídio, visto que há essa onda em São Paulo.

Por isso, reveste-se de uma seriedade muito grande o pedido do Senador Romeu Tuma. Sei exatamente o que significa isso, Sr. Presidente, pois, no meu Estado, vai fazer seis anos que ando com segurança da Polícia Federal. Não é uma situação fácil ser vigiado noite e dia. É preciso pensar em uma maneira para garantir a segurança. Se a família se sente confortável com a proteção da Polícia Federal, deve-se solicitar ao Ministro da Justiça essa segurança. Se a família não se sente confortável, o Governador Alckmin e a Drª Elisabete Sato, que acompanha o caso, devem selecionar policiais de extrema confiança, no sentido de fazer tanto a segurança da família quanto a da nossa nobre secretária, lutadora, que veio a esta Comissão.

Estamos acompanhando de perto esse caso, e, realmente, a família já recebeu muitas ameaças.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço os esclarecimentos de V. Exª, Senador Magno Malta.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador, quero dar ciência às Srªs e aos Srs. Parlamentares de que esta CPI acaba de receber um atestado médico, via fax, da Associação Paulista de Medicina. Solicitei à Secretaria que descubra o nome do médico, seu CRM e outros detalhes. Não sei se é a mesma associação que forneceu o outro atestado médico, mas quero que seja analisado o outro atestado apresentado a esta Comissão. Estou encaminhando o atestado médico à nossa junta médica do Senado Federal para que veja a necessidade de perícia médica para avaliação da

condição física desse cidadão, o Sr. Roberto Carlos da Silva Kurzweil, que estava convocado para depor amanhã na CPI. Como se não bastasse o **habeas corpus**, agora estão lançando mão dos atestados médicos.

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Normalmente, letra de médico é difícil de traduzir. Vamos ver se a nossa Assessoria consegue.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Todo o mundo que é convocado aqui sofre de "mentirite" aguda. Não sei se é isso realmente que ele está alegando.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou encaminhando à Assessoria e já solicitando o auxílio da junta médica. Espero e confio que seja verdadeiro para que nós possamos tomar providência. Então, passo a cópia para o Senador, para tentar traduzir.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Gostaria que eu formalizasse esse pedido de segurança ou V. Exª mesmo, de ofício, determinaria?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª pode formalizar. Nós tomaremos as providências, se assim desejar a Drª Mara.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por permuta com o eminente Senado Eduardo Suplicy.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. Antes de tecer comentários a respeito do depoimento da Drª Mara Gabrilli e a propósito do atestado médico que acaba de chegar às suas mãos, gostaria de dizer-lhe que estou estudando o que seria o limite desses **habeas corpus**, Sr. Relator, que vêm para cá, dando um certo ar de onipotência aos que dele se beneficiam. Eu tenho a impressão que não é essa a intenção do Supremo, ao conceder esse instituto, esse benefício, e não é ilimitado o alcance do **habeas corpus**.

Vimos o depoimento daquele cidadão chamado Vladimir Poleto, que é uma ode ao deboche, ao desrespeito. Recentemente eu assisti pela televisão, pois não estava em Brasília, o cidadão Santos Neto declarando que bebeu R$5 milhões de vinhos caros.

**O Sr. PRESIDENTE** (Efraim Morais PFL – PB) – Senador Arthur Virgílio, permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais PFL – PB) – Quando ele saiu, eu fiquei tão indignado. Assisti também pela televisão, não vim inquiri-lo. Depois me arrependi, mas estou reconvocando-o para uma acareação com o primo dele, por causa dos cruzamentos telefônicos que o Senador José Jorge leu. Aqui cruzava um assessor meu, ele não sabia que era assessor e, na saída, ele riu e disse para o advogado: "Eles ficaram até com pena de mim".

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pelo amor de Deus! Eu fiquei com pena foi do País, de ver um sujeito daqueles debochando do Senado. E tenho impressão de que isso não deve mais ser tolerado daqui para frente. Ou seja, o **habeas corpus**, no meu entendimento, diz que o cidadão tem o direito de não se auto-incriminar, mas não lhe dá o direito de debochar do Senado, não lhe dá o direito de desmentir, de mentir. Não lhe dá o direito de se portar a exemplo do que fizeram exatamente essas duas pessoas. Até o silêncio obsequioso que vimos de Delúbio e companhias belas pode até ser tolerado. Mas ele entendia que estava defendendo-se. Aquilo é imoral, é indecoroso, mas grave, para mim, foi a resposta mentirosa de Poleto, a resposta evasiva e debochada de Santos Neto. Então, eu estou encaminhando às suas mãos, Presidente, um estudo que pedi, mas, ao mesmo tempo, solicito e rogo a V. Exª que entre em contato com a Consultoria da Casa para vermos o limite desse **habeas corpus**. Em algum momento – tenho a impressão –, teria sido possível prender o Santos Neto e o Poleto também, sem desrespeito ao **habeas corpus**, que é uma instituição que deve ser preservada por todos os democratas. Nós todos que somos democratas lutamos muito para que o **habeas corpus** voltasse a ser uma instituição.

Quanto ao tema específico da Drª Mara, tenho, na verdade, duas considerações a tecer. Uma é que, afora essa coisa deplorável de a Drª Mara talvez estar ameaçada, oito pessoas já foram assassinadas e dez pessoas com mortes no mínimo esquisitas estão desmoralizando o nome do santo. O santo, normalmente, a gente liga a milagres, a casamento, a prosperidade. Esse santo está provocando desgraça em todos eles. Entre outras coisas, estão conseguindo desacreditar o nome dos santos. Daqui a pouco, vai ter uma petição para o Vaticano desconsiderar como santo Santo André. Seria mais uma obra, a única, pela primeira vez, desde Pedro Álvares Cabral, que alguém não consegue. O Presidente Lula tem a mania de falar "nunca se fez; eu fui o primeiro a fazer". É a primeira vez que alguém consegue desmontar o perfil milagreiro ou a fama de milagreiro de um santo, no caso Santo André. É muito complicado, e encaramos como natural. Ela diz "fui vigiada, pessoas armadas, ligam para a minha casa, não tenho o direito de fazê-lo", e estamos nos acostumando com essa brutalidade. Temos que desvendar esse episódio até o final.

A propósito disso, devo dizer que não tenho mais espaço para decepções com o Presidente da República, não tenho porque a Drª Mara comunica ao Presidente o esquema de propinas montado em Santo André e o Presidente, com todo o Ministério Público, ao qual ele recorria tão sofregamente quando era Oposição, agora, nesse episódio em que não era oposição ao Prefeito, recorre ao Prefeito que estava sendo investigado, porque estava sendo investigado o Prefeito.

A propina se dava sob a gestão do falecido Prefeito Celso Daniel; meu colega de Câmara dos Deputados, então, pediu providências a quem talvez pudesse tomá-las por ser alertado naquele momento ou talvez não pudesse tomá-las por estar prensado e comprometido. Não era a pessoa correta. Uma pessoa correta se dirigiria para pedir providências.

Ele entrou em contato com a pessoa errada. Essa foi a observação que depreendi. A segunda observação, Dr. Amaro, é louvar a sua coragem. Conheço a sua competência e louvar a sua coragem moral e parabenizar o Dr. Alfredo porque, sempre digo isso com a maior sinceridade, é casado com uma das mulheres mais bonitas do Brasil.

**O SR. ALFREDO GALEBE** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço.

V. Sª tem a palavra, Drª Mara.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Agradeço muito o elogio. Só queria acrescentar que realmente, quando procurei o Presidente, achei que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Olhem os celulares.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – ...ele ia ficar chateado, indignado...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Por favor, quem estiver com o celular ligado desligue.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Acreditei que ele ia realmente ficar chateado, indignado de saber que, em uma cidade onde tinha um vínculo afetivo muito forte, ainda continuava acontecendo esse tipo de injustiça e que ele, com certeza, iria tomar uma providencia, porque era uma situação que estava ligada diretamente ao coração do Presidente.

Assim, foi um dos motivos que me levaram a procurá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª e concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, Srª Mara Gabrilli, Sr. Alfredo Galebe, eu quero, primeiro, dar uma informação a respeito de procedimentos que desenvolvi nos últimos dias.

Se o Presidente Efraim Moraes puder ouvir...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estou atento a V. Exª, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, na semana passada, segunda-feira, juntamente com os Senadores Romeu Tuma e Magno Malta, ouvimos uma testemunha que nos relatou um episódio: como um senhor, conhecido pelo apelido de Banana, que era da comunidade de Heliópolis, havia tido um encontro com o Sr. Sérgio Gomes da Silva e o Sr. Klinger Luiz de Oliveira, para combinar um procedimento, no ano de 2000, pelo qual daria uma contribuição à campanha então do PT, do Prefeito Celso Daniel. Que isso seria para que o Prefeito pudesse, uma vez eleito, viabilizar a possibilidade de o sistema de transporte de peruas, de vans, de microônibus – que funciona naquela região do Município de São Paulo – funcionar de maneira semelhante ali em Santo André. E em função de o Prefeito, uma vez eleito, não ter acordado com aquilo que havia sido objeto do entendimento, teria aquela pessoa programado e planejado o seqüestro, que teria, inclusive, algo que me pareceu pouco crível, a anuência não apenas de Sérgio Gomes da Silva, mas até do Prefeito, como maneira de levantar recursos. E aí uma série de outros detalhes.

Sr. Presidente, eu conheço muitas pessoas na comunidade de Heliópolis. Recordo aqui um pequeno episódio. No ano 2000, um grupo de jovens de Heliópolis chamou-me para que eu fizesse a apresentação da peça que estava preparando sobre a vida de Sandra Mara Herzer, uma jovem que, dos 14 aos 17 anos e meio, havia estado na Febem e que escreveu livro a respeito de sua vida durante o período em que foi estagiária em meu gabinete, na Assembléia Legislativa de São Paulo. Infelizmente, em função de inúmeros episódios, aos 20 anos, ela se jogou do Viaduto 23 de Maio, se suicidando, mas o seu livro, A Queda para o Alto, foi publicado, com a sua história, o meu prefácio e muitos poemas. Esse livro, que já tem mais de 13 edições, se não bem mais, da Editora Vozes, é até hoje muito lido, sobretudo nas áreas periféricas. E lá, esses jovens de Heliópolis queriam fazer a peça e pediram-me que a apresentasse. Eu, por cerca de 12 a 15 vezes, fiz a apresentação da peça daquele grupo de jovens, inclusive no Centro Cívico de Heliópolis, assim como em diversos teatros do Sesc, em São Paulo e no interior.

Em função desse episódio, tornei-me amigo das famílias desses jovens. Inclusive a mãe adotiva de duas das jovens que faziam a peça, como eu disse a ela – era o ano 2000 – que gostaria de conhecê-los melhor, quem sabe ficar lá uns dias, então hospedou-me na sua residência por três dias.

Pois bem, conhecendo essas pessoas, telefonei para elas e perguntei se elas conheciam esse personagem, o Sr. Banana. Elas me disseram que sim e que, tendo em vista a breve notícia que nós três havíamos dado à imprensa, disse-me que essa pessoa estava bastante preocupada, porque os fatos não ocorriam exatamente daquela maneira. E eu então disse que se essa pessoa quisesse fazer esclarecimentos, eu me disporia a ir lá e me disporia a ir só, para que não houvesse qualquer receio da parte dele para dialogar. E assim fiz; sexta-feira de tarde, encontrei-me com duas pessoas na...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas V. Exª comunicou a outros membros da Subcomissão?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi uma conversa pessoal?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Conversa pessoal, visando colaborar com os propósitos da Comissão, porque esta era uma ação que eu achava necessário fazer só, por uma questão da confiança que aquelas pessoas depositavam em mim, por eu ter o conhecimento dessas pessoas. E é por causa disso, inclusive, perante o Senador Magno Malta e o Senador Romeu Tuma, que estou dando essa explicação aqui. Eu, que conheço a Escola Municipal Campos Sales, propus que o encontro se desse ali, local onde já fiz palestras. De lá, levaram-me ao escritório do Dr. Felinto, em São Caetano, onde me encontrei e conversei por três horas com esse Sr. Banana, de iniciais MPVC, cujo depoimento entrego às mãos de V. Exª agora. Depois de ouvi-lo por três horas, eu disse a ele: mas o senhor gostaria de prestar esses esclarecimentos inteiramente aos promotores e à delegada que preside o inquérito, de maneira a tornar muito claro tudo isso sobre a sua não-responsabilidade nos episódios que nos foram relatados? Ele falou que sim. E por essa razão, ontem, das seis às nove horas, ele foi ao Ministério Público, acompanhado do advogado e da advogada que o assistiram. E eu gostaria de informar que, na sexta-feira e no sábado, tentei avisar o Senador Magno Malta, porque havia me telefonado, e não consegui falar com ele. Ontem, ele telefonou-me, por estar em São Paulo, dizendo que viria. Então, ele assistiu à parte conclusiva, o que já havíamos tomado o depoimento, mas conheceu e conversou com esse senhor – não vou aqui detalhar a sua inteira história...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Aguardaremos o depoimento no Ministério Público...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Este depoimento, pelo menos, relata que ele não teve participação nos eventos que nos foram relatados.

O Senador Magno Malta, inclusive, alertou sobre a possibilidade, dado que o departamento se refere...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Suplicy, vamos concluir o depoimento da Drª Mara – entendemos sua presteza em estar aqui conosco –, para que possamos concluir. Depois, este é um assunto que poderemos conversar, eu, V. Exª, o Senador Malta e o Relator.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Senador Magno Malta alertou-me sobre diversos cuidados que deveremos ter com respeito a esse procedimento. Mas, de qualquer maneira, o que aqui está é uma contribuição à averiguação que todos estamos procedendo e quero fazê-lo em cooperação com o Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, minha advertência é no sentido de não atrapalhar a investigação da Polícia e do Ministério Público, porque quem tem boca fala o que quer, e a investigação do Dnarc sobre esse rapaz é uma coisa tremenda, não tem nada a ver com que ele falou aqui. Então, para não passarmos atestado de bons antecedentes para quem não tem bons antecedentes, é preciso ter cuidado com isso. Essa é a minha advertência, no sentido de que, ao tomar cuidado, vamos proteger a investigação do Ministério Público e da Polícia de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem, Senador Suplicy, vamos ver se realmente o cidadão é um banana. (Risos) V. Exª tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pode ser que haja, conforme já nos foi relatado, mais de uma pessoa conhecida como Banana que pode ter sido objeto de eventual engano. Agora, pode ser...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, vamos nos deter ao caso da Drª Mara daqui para frente. A conclusão, tiraremos, vamos ter que discutir, ver o depoimento junto ao Ministério Público, para que possamos então confrontar os dados.

V. Exª tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O que tenho é a convicção de que agora saberemos muito melhor o que se passa com o Sr. Banana, que se colocou à disposição seja desta CPI, do Ministério Público e da Polícia Civil para prestar esclarecimentos adicionais a qualquer momento. Certamente isso vai contribuir conosco.

Senhora Mara Gabrilli, infelizmente, em função de precisar acompanhar a votação na Comissão de Assuntos Econômicos, simultaneamente, eu não pude

estar na sua exposição inicial e durante a argüição do Senador Garibaldi Alves Filho.

Sr. Presidente, sinto-me na responsabilidade de saber um pouco mais e gostaria de fazer algumas breves perguntas. Se a senhora já explicou, tudo bem.

O encontro do Presidente se deu em 2003, foi isso?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Foi.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em 2003. No mês de...?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Março.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Março. Dia 23 de março.

Durou aproximadamente 15...?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Quarenta minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quarenta minutos.

A senhora mencionou há pouco que por bastante tempo acompanhou as angústias, as aflições de seu pai, Sr. Luiz Alberto Ângelo Gabrilli, o que inclusive contribuiu para que ele tivesse a doença em meados de 2001, e nos relatou que o assunto, objeto da sua visita ao Presidente, havia sido objeto de comentários na sua família, na sua residência, na residência de seus pais. Eu, como a senhora sabe, não me lembro de tê-la conhecida pessoalmente, mas a senhora sua irmã, Rosângela Gabrilli, que me procurou em 2002, eu a ouvi bastante, então a conheço bastante e conheci seu pai há cerca de dez, quinze dias, inclusive na companhia de sua irmão, pela primeira vez dialoguei com ele.

Gostaria de lhe perguntar: no período de 97, quando, conforme a sua irmã Rosângela, teria se iniciado o procedimento segundo o qual as sete empresas de transporte coletivo passaram a dar uma contribuição mensal para determinada finalidade junto a pessoas no âmbito da Prefeitura, quando isso se iniciou, já foi nessa oportunidade que o senhor seu pai transmitiu à Srª Rosângela e a V. Sª, nesse período, tiveram alguma vez a oportunidade de refletir: olha, isso não é adequado, nós precisamos reagir, precisarmos falar com alguma pessoa no âmbito da Prefeitura ou no âmbito do PT, tendo, considerado diversas situações, tais como o fato de seu pai, Luiz Alberto Ângelo Gabrilli, segundo ele próprio me relatou, ter sido amigo do Sr. Bruno Daniel, foi amigo, portanto, do pai do Prefeito Celso Daniel e tinha, certamente, uma condição especial de poder interagir com o Prefeito? Obviamente conheciam muitas pessoas em Santo André e no ABC, poderiam dialogar seja com um parlamentar, um vereador, um deputado, um senador ou com o próprio dirigente do Partido dos Trabalhadores ou aquele que ainda considerava a hipótese de ser candidato a presidente. Estou falando do período de 97 a 2001. Então, eu lhe pergunto: em alguma ocasião houve essa interação entre as filhas do Luiz Alberto... São duas filhas e um filho, não é isso?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, entre os filhos, com respeito... Tiveram oportunidade, isto é, seu pai lhes relatou o que estava ocorrendo? Eu me refiro ao período 97 a 2001, e se as filhas, então, o encorajaram a dizer: então procure o Prefeito.

A outra questão relacionada é se por acaso o Prefeito Celso Daniel, em alguma situação neste período... Porque, no início de 97, por exemplo, ele convidou, segundo a Srª Rosângela, seu pai, Luiz Alberto Ângelo Gabrilli, para dialogar ali no restaurante Rubayat, quando ele teria dito: "As questões de natureza política, eu vou cuidar", eu, Prefeito Celso, "e as questões administrativas, o Secretário Klinger, Secretário de Serviços Municipais".

Se nessa ocasião ou, mais para frente, já que seu pai tinha um relacionamento de respeito para com o Prefeito Celso Daniel, houve algum momento em que ele resolveu dizer ao Prefeito as coisas que não eram adequadas ou o próprio Prefeito, em alguma situação, chegou, digamos, a ser alertado por algum procedimento inadequado. Teria ele procurado o seu pai para dizer: olhe, será que está ocorrendo esse tipo de procedimento com o qual eu não concordaria?

Eu pergunto: seja uma situação ou outra, aconteceu isso no período até em que seu pai ainda estava bem de saúde, em meados de 2001?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Olha, Senador, o meu pai é um homem muito discreto. Talvez até por minha situação física e, na época, 97, uma época bem próxima de quando tinha acontecido o meu acidente, não era um assunto comum que a gente conversasse em casa. Isso até 99. De 97 até 99, a pior situação que acontecia era o pagamento da caixinha; não era um assunto que ele discutia na minha casa. Ele discutia mais dentro da empresa. Em 99, quando houve a licitação das linhas do meu pai, ganhando a concorrência, ele começou a construir o terminal, aí a pressão começou a aumentar, houve os desvios de material, etc. e tal. Aí sim, ele começou a falar. Mas, na verdade, quem falava era mais a minha mãe, que perguntava, mais a minha irmã, o meu irmão e até eu. Mas ele não gostava de falar, não gostava de expor. E isso para mim era muito estranho. Como ele está passando por tudo isso e não vai lá e faz uma denúncia? Como ele não procura um advogado para tomar uma atitude?

Foi quando o meu irmão começou a trabalhar na empresa que eu percebi que essa situação causava um terror tão grande em quem estava diretamente envolvido nisso e que esse terrorismo que acontecia dentro da cabeça deles impedia-os de procurar uma ajuda, uma saída que fosse através da Justiça.

Esse medo que eles tinham, eu, por exemplo, não tinha, e minha mãe, e éramos as duas pessoas que não trabalhavam dentro da empresa. Tanto que a denúncia partiu de mim. E assim, eles viviam sob esse medo.

Meu pai não ficava comentando "ai, mais um dia 30, paguei mais uma caixinha". Pelo contrário, acho que ele me poupava desse tipo de informação e foi ficando um homem cada dia mais quieto, mais reservado, engolindo tudo aquilo sozinho.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – A senhora disse há pouco que a denúncia partiu da senhora. Naquele período ainda de 99 a 2001, portanto?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Não, foi depois da morte do Prefeito Celso Daniel. Três dias depois da morte dele, eu procurei o Ministério Público. E, no dia seguinte, eu levei a minha irmã lá com toda a documentação, quando ela começou a contar toda a história detalhada, que ela sabe muito melhor do que eu, para o Ministério Público.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu sei que isso pode ser difícil, mas poderá colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Seu pai teve uma situação de dificuldade de sua saúde em meados de 2001. Nesse período que precedeu o agravamento de sua saúde, o que teria ocorrido que possa ter contribuído para esse problema?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Foi o segundo aditamento do contrato, quando o Secretário Klinger pediu que a minha família construísse mais três pontes, sendo que o terminal estava pronto, com três estações. Seria o segundo aditamento, porque ele já havia mudado de cinco para três estações. E, por conta desse sócio que meu pai acabou tendo que engolir na Expresso Guarará, esse Humberto Tarcísio de Castro, que se dizia dono da empresa Projeção, a construtora que acabou entrando na sociedade da Expresso Guarará sem nunca ter comparecido com nenhum recurso para integralizar o capital social.

O Humberto não queria assinar esse segundo aditamento. Não assinando esse segundo aditamento, ele faria com que a gente perdesse a Expresso Guarará, porque o Klinger estava pressionando. E, sem esse segundo aditamento, ele ia dar para o segundo colocado a concessão para explorar essa linha que nós tínhamos ganhado na licitação. E o segundo colocado era o Ronan Maria Pinto.

O acordo que foi feito, então, para que o Humberto saísse dessa sociedade foi a entrega da parte da nossa família na Expresso Nova Santo André, que era de 33%. Essa empresa foi entregue de graça para esse Humberto, para que ele saísse da sociedade da Expresso Guarará, porque ele não queria assinar esse aditamento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É possível que já tenha respondido a essa pergunta, então farei a última.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Suplicy, quero dizer a V. Exª que esse assunto foi tratado pela Drª Rosângela detalhadamente e foram deixados todos os documentos aqui na Casa. Na realidade, Drª Mara veio por outro assunto, para explorar o encontro que ela teve com o Presidente. Ela deixou claro, quando V. Exª não estava presente, que a parte administrativa é de conhecimento de sua irmã, a Drª Rosângela.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Gostaria de complementar que essa pressão mais forte começou em janeiro e meu pai desenvolveu esse aneurisma de seis milímetros na artéria aorta e foi operado em junho. Então, para mim, foi realmente a reação de toda aquela pressão que ele vinha sofrendo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – No encontro que V. Sª teve, em 23 de março de 2003, com o Presidente, na sua residência, teve a oportunidade de mencionar não apenas o histórico das dificuldades da Expresso Guarará com a Prefeitura Municipal, mas também detalhou ao Presidente do sistema de contribuições que as empresas estavam sendo instadas a realizar?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Na verdade, elas tinham sido instadas, porque...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foram instadas de 97 a 2001.

Esse detalhe, V. Sª explicou ao Presidente com todo o histórico como procedia? Se o fez, quais foram as perguntas feitas pelo Presidente Lula a V. Sª sobre esse aspecto?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Conforme eu contava o que acontecia com o meu pai, todo dia 30, que as pessoas geralmente vinham, e o Klinger estava sempre armado, e essa pressão constrangia demais o meu pai, ele perguntou quanto que o meu pai pagava, por ônibus, por mês.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E a resposta?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Quinhentos reais.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E…

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Depois, eu contei que, numa época em que ele não pagou a caixinha, porque estava bastante apertado com a obra, como uma forma de retaliação, o Secretário havia colocado uma linha em cima da linha que a gente explorava, que é essa B-47R, e que muito prejudicou a empresa. E que, na entrega do sistema tronco alimentado, uma outra linha que deveria estar integrada no sistema, que é essa I-05, até hoje não está. Sobre essa linha eu conversei com ele, e ele pediu para que o assessor dele anotasse o nome dessa linha, que é I-05.

Uma outra pergunta que ele me fez, que, na verdade, não foi uma pergunta, foi uma exclamação, ele virou e falou assim: "Eu achei que o Sérgio e essas outras pessoas já estavam afastadas da Prefeitura."

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Sª teve a oportunidade de dizer a ele qual era o entendimento de seu pai, de sua família, com respeito à eventual finalidade daquela contribuição que era exigida das empresas? Teve V. Sª a oportunidade de dizer a ele qual era o entendimento? Se porventura era para o benefício das pessoas que recolhiam aqueles recursos ou se tinha outra finalidade? Teve V. Sª a oportunidade de explicitar qual era o entendimento que tinha a família sobre essa finalidade ou diversas, se elas existiam?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Não, eu só mencionei que essa caixinha era recolhida. E a informação que nos foi passada é que essa caixinha iria para a campanha do PT. Isso, sim!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E isso a senhora teve a oportunidade de dizer a ele?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Isso eu tive a oportunidade de dizer.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E, na hora que disse isso a ele, qual foi a reação do Presidente?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – A mesma reação o tempo inteiro, como se não fosse uma surpresa e não fosse importante.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu considero importante, Sr. Presidente, que esclareçamos isso da maneira mais equilibrada e isenta possível. Inclusive também referente ao que se passou com o Prefeito Celso Daniel.

Quero aqui reafirmar: tenho procurado examinar todos os argumentos relativos à possibilidade de que tenha havido ali um crime comum, mas também todas as possibilidades relativas à hipótese do crime de mando.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a qual V. Exª não concorda. V. Exª não concorda com o crime comum, tenho certeza!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, vou considerar, até o fim, todas as hipóteses, até que tenhamos o mais completo diagnóstico. Considero um dever de consciência meu ir a fundo, perante o Senado, a Nação e o Partido dos Trabalhadores.

Agradeço os esclarecimentos que V. Sª veio trazer à CPI.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, nobre Senador Eduardo Suplicy!

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, o último orador inscrito.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Drª Mara Gabrilli, quero dizer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito recebeu um mundo de gente. Aqui já foi palco de sinceridades e de insinceridades. Houve até alguém aqui para dizer que o depoimento que prestou, a entrevista que deu à revista **Veja** teria sido concedida em estado de embriaguez. E a fita foi exibida em seguida, e a voz era cristalina, retratando a verdade!

O depoimento da senhora aqui é um antidepoimento do Poletto: o Poletto está para um lado e a senhora está para o outro, que é a marca da sinceridade, para mim, como participante efetivo desta Comissão. Nem membro sou, mas aqui se está investigando a origem de um esquema de corrupção que se implantou no País, que não começou com o que se chama de "mensalão", com tráfico de influência de fundos de pensão ou dos Correios; ele vem de antes e com uma conotação perversa, que é a extorsão, a prefeitura, a morte do prefeito, por razões que vão terminar se identificando. Mas o que eu queria lhe perguntar é o seguinte: a par de fazer essas constatações de que a sua presença aqui é antítese da presença do Poleto, e para mim merece toda a fé o que a senhora está falando, fez um enorme sacrifício pessoal para vir aqui. Disseram-me até que o transporte no avião lhe é muito incomodo; é claro que é.

Então, isso só valoriza o seu depoimento e reforça para os membros da Comissão a convicção de que o que a senhora está falando aqui é a verdade. Muito embora o que a senhora esteja falando se contraponha a atitudes de Sua Excelência, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Porque, veja bem, o Presidente Lula refere-se com demérito ao Ministério Público do Estado São Paulo quando o assunto é Santo André. José Dirceu desqualificou completamente o Ministério Público de Santo André, completamente. Chegou a referir-se como uma espécie de gestão, por quê? Porque o Ministério Público coloca a versão de que não houve nada de crime comum e foi uma coisa política, com fundamentos políticos que têm que ser

desvendados politicamente, porque tem uma origem muito clara sobre isso.

Eu gostaria que a senhora desse uma contribuição importante a esta Comissão. A senhora esteve com o Presidente Lula, ele deve tê-la recebido bem. A informação que tenho é que ele teria autorizado a sua esposa, D. Marisa, a conceder uma ajuda para uma entidade social que a senhora mantém. É isso?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Não, uma ajuda, não, uma visita para que ela conhecesse o tipo de trabalho que eu desenvolvia, porque reabilitação, geralmente, é feita em clínica e em hospital. E eu fazia e coordenava esse trabalho dentro de uma academia de ginástica. E eu contei para eles como era o trabalho. Ele falou, na minha frente e na frente dela: "Marisa, eu gostaria que você fosse lá conhecer e visitar a Mara na organização que ela dirige".

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Mais forte para mim, muito mais forte do que a autorização de uma doação, porque chamar a esposa e dizer: quero que você vá à instituição da Drª Mara para visitar é uma manifestação claríssima de que essa pessoa que estava conversando com ele merecia toda a fé do mundo, mais do que isso, a fotografia que tirou para registrar o encontro e que não mandou. Curiosamente, Presidente, não mandou. Para mim tem uma interpretação: parece que o Presidente quis esconder o encontro que teve com a senhora, porque se envergonhar, nunca! Não havia nenhuma razão. Talvez quisesse, pelo contrário, omitir o encontro que teve. Omitir por quê? Porque a senhora acabou de dizer, respondendo à pergunta do Senador Eduardo Suplicy, que a reação do Presidente quando a senhora disse, em um gesto de muita coragem...

Veja, as pessoas aqui vêm normalmente dissimular, contar versões. A senhora não tinha obrigação nenhuma de denunciar o que está denunciando; está denunciando em um gesto patriótico e de revolta interior, porque não aceita extorsão; está vindo dar a sua contribuição pelo esclarecimento dos fatos. Merece só o nosso aplauso e o nosso elogio.

Muito bem, a senhora mencionou que disse ao Presidente da República que o esquema de extorsão existia e que a reação do Presidente foi de impassividade, como se tivesse tratando de uma coisa normal. Foi mais ou menos isso?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Mais ou menos não. Foi isso.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Exatamente isso?

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Exatamente isso.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Então, a senhora ousaria dizer que Lula reage à verdade de Santo André? Porque, quando o Ministério Público fala que o crime não foi comum, mas de origem política, ele procura desqualificar. A senhora diz a Lula, Presidente da República, que a empresa da sua família era extorquida por agentes da Prefeitura que pegavam o dinheiro e mandavam para o PT, que é o partido dele. E ele faz ar de paisagem.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Eu falei nomes. Eu falei quem eram as pessoas que extorquiam o meu pai, que dentro da Prefeitura era o Secretário Klinger, Secretário de Serviços Municipais, tinha o empresário Ronan Maria Pinto e o Sérgio Gomes que participavam disso.

E aí ele virou e disse assim: "Nossa eu achei que o Sérgio Gomes já estava muito longe".

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Quer dizer, o importante era o Sérgio Gomes estar dentro ou estar fora. O dinheiro ser extorquido para o PT não era importante para o Presidente?

Para mim, Presidente Efraim, esse depoimento da Drª Mara é dos mais importantes que já ocorreram aqui, porque é diz respeito diretamente à conduta do Presidente da República. É a atitude do Presidente diante da denúncia de uma pessoa que merece toda a fé, porque foi objeto de uma recomendação à esposa para que visitasse a sua instituição, objeto de uma fotografia que foi tirada e que nunca foi remetida e de uma pessoa que não tinha nada por que vir aqui para dizer o que está vindo dizer. Para mim, merece fé absoluta o seu depoimento e eu quero cumprimentar V. Sª. Para mim, se havia alguma dúvida se o Presidente saiba ou não, desde o Waldomiro Diniz até agora, eu não tenho mais nenhuma dúvida pelo depoimento que V. Sª presta.

Muito obrigado, em nome do Brasil.

**A SRA. MARA CRISTINA GABRILLI** – Muito obrigada, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Drª Mara, nós agradecemos o depoimento de V. Sª, agradecemos a sua presença e a do seu esposo e queremos parabenizá-la pela firmeza e a coragem do seu depoimento. Muito obrigado a V. sª.

Está encerrada a presente reunião.

**Ata da 44ª Reunião, realizada em 7de dezembro de 2005.**

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães,

José Jorge, Valdir Ralpp, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Magno Malta, Augusto Botelho, Heráclito Fortes, Arthur Virgílio, Sérgio Zambiasi e José Agripino Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva dos Senhores José Roberto Colnaghi, empresário e Roberto Carlos Kurzwel, empresário. O Senhor Presidente comunica que o Senhor Roberto Carlos encaminhou, através de seus advogados, atestado médico informando da impossibilidade de estar presente a esta reunião. A presidência solicitou a Junta Médica do Senado Federal para proferir parecer sobre a real situação do depoente. A seguir, indaga aos Senhores Senadores se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. Com a palavra o Senador Flávio Arns solicita ao presidente que seja adiada a votação de requerimentos para a próxima semana, em especial a convocação do Ministro da Fazenda, Senhor Antonio Palocci. Com a palavra o Senador José Agripino Maia, reforça a solicitação do Senador Flávio Arns e solicita que a presidência retome as tratativas de convidar o Ministro Palocci. A presidência informa que na data de ontem recebeu telefonema do Senhor Ministro informando que não aceitaria o convite para comparecer perante esta CPI, justificando que já esteve presente a Comissão no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Informa ainda que apresentou requerimento de convocação do Senhor Ministro e convoca reunião administrativa para a próxima terça feira, para delibera sobre a matéria. Usam ainda da palavra os Senadores Antônio Carlos Magalhães, Flávio Arns, José Agripino Maia, Arthur Virgílio e Magno Malta Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho sugere que o Senador Flávio Arns retome as tratativas com o Ministro Palocci, até o final dos trabalhos desta reunião, no sentido que aceite o convite para depor na Comissão. A presidência convida o Senhor José Roberto Colnaghi para tomar assento a Mesa, passando-lhe a palavra. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre suas atividades. Passa-se a palavra ao Relator Senador Garibaldi Alves Filho para suas indagações iniciais, seguido de acordo com a lista de inscrição pelos Senadores Arthur Virgílio, Antônio Carlos Magalhães, Romeu Tuma, José Agripino Maia, Eduardo Suplicy e Flávio Arns. A presidência agradece ao depoente e seus advogados pelo comparecimento a esta Comissão e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezessete horas e dezoito minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço que a presente reunião destina-se ao depoimento de José Roberto Colnaghi e também à oitiva do Sr. Roberto Carlos Kurzweil.

Devo dizer que o Sr. Roberto Carlos havia encaminhado um atestado médico para esta Comissão. Enviamos o atestado médico para a Junta Médica do Senado Federal, que se pronunciou favoravelmente à vinda do Sr. Roberto Carlos Kurzweil.

Hoje, pela manhã, recebi seus advogados, trazendo o laudo e uma comunicação a esta CPI, inclusive reconhecendo seus advogados, e foi elaborado um relatório médico da lavra do Professor Dr. Roberto Guarniero, explicando o tipo de fratura e informando da impossibilidade da realização das viagens.

O laudo médico está aqui assinado pelo Professor Roberto Guarniero, que diz que se trata de traumatismo do pé esquerdo, de acidente pessoal, de queda em escada. Há uma radiografia do pé esquerdo etc. "O paciente não tem condições de trabalhar, andar, permanecer muito tempo em pé e viajar por aproximadamente quatro semanas, a contar do dia 29/11/2005."

Então, parece-me que nossos convidados não querem realmente depor neste ano.

Solicitei à Assessoria que entrasse em contato com a Junta Médica da nossa Casa, para que, **in loco**, fizesse o exame necessário de averiguação.

Então, fica convocado.

Espero ainda o contato do Dr. Luiz Fernando Cintra, que, hoje, esteve conosco, para que possamos remarcar a oitiva do Sr. Roberto Carlos.

Srªs e Srs. Senadores, a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para uma questão de ordem.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Exatamente, Sr. Presidente. Solicitei a palavra a V. Exª, porque, dentro da programação para o dia de hoje, havia, inclusive, a possibilidade de se votar, entre esses requerimentos, o requerimento de convocação do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Vários contatos foram mantidos no decorrer do dia, no sentido de se viabilizar também a alternativa, se possível, do convite ou da convocação. O debate ainda estava acontecendo.

Então, indago de V. Exª a possibilidade de esses requerimentos serem debatidos na próxima semana, observando-se a questão de ser convite ou convocação para o Sr. Ministro da Fazenda.

Então, essa seria a solicitação que eu faria a V. Exª: de que esse assunto fosse adiado para a semana que vem.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª terá a palavra.

Antes, porém, em nome da CPI, quero desejar a V. Exª, primeiro, a recuperação, que foi rápida, em função de um acidente. Refiro-me à questão de saúde de V. Exª. Todos nós nos sentimos felizes com sua volta, com saúde. Que Deus o proteja, para que tenha bastante saúde, para estar conosco não só nesta CPI, mas durante todo o nosso mandato!

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu só quero dizer a V. Exª que realmente tive uma trombose de veias superficiais e de veias profundas também, e isso exigiu de minha parte uma recuperação. Até recomendo aos Senadores desta CPI que não fiquem sentados durante muito tempo, porque essa é uma das razões também pelas quais alguém pode ficar propenso a ter uma trombose. Então, a cada hora ou a cada meia hora – não precisa todo mundo se levantar ao mesmo tempo –, devem-se fazer alguns exercícios com as pernas, para que não venha a ter pelo menos esse tipo de problema, para prevenir esse tipo de problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

No final, após conceder a palavra pela ordem aos outros Senadores, tomaremos uma posição em relação à questão de ordem apresentada por V. Exª. Mas parece que um dos divertimentos de V. Exª foi acompanhar nossa CPI quando estava enfermo.

Tem a palavra o Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, a ponderação que o Senador Flávio Arns faz enseja V. Exª a fazer um histórico para os membros da Comissão sobre a missão que a Comissão lhe delegou. A Comissão entregou nas mãos de V. Exª a tarefa de manter contato com o Ministro Palocci e de efetuar o convite para que S. Exª viesse aqui, convite com a conotação de depoimento, com efeito de prova ou com força de prova: tudo aquilo que ele venha a dizer deve ser entendido como fato real, passível de ser usado como prova.

V. Exª ficou com a delegação da Comissão, com a unânime delegação da Comissão. Na verdade, não temos informação oficial sobre as tratativas mantidas e sobre o resultado a que finalmente se refere o Senador Flávio Arns.

Eu gostaria que V. Exª fizesse uma exposição para os membros da Comissão sobre as conversas mantidas, as posições tomadas e a decisão de V. Exª com relação ao assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Agripino.

Quero lembrar aos nossos Pares que mantive, o tempo todo, contato com o nobre Senador Garibaldi Alves, que esteve sempre ao meu lado. Tentamos um entendimento com o Ministro. Procurei o próprio Senador Tião Viana nesse sentido, porque aprovamos ou fizemos um grande acordo nesta CPI, no último dia 22 de novembro, quando havia um requerimento de convocação do Senador Geraldo Mesquita Júnior convocando o Ministro. E daqui se partiu um entendimento, um acordo, inclusive com a presença de todos os membros desta CPI – houve unanimidade nesse sentido –, com a presença do Líder do Governo no Senado, que aqui estava, o Senador Mercadante. E nos foram transmitidos poderes da CPI para que pudéssemos marcar com o Ministro Palocci a data do seu depoimento.

É evidente que, na semana passada, tentei um contato por meio da minha assessoria, por meio do telefone pessoal do Ministro, e não consegui. Ontem, o Ministro Palocci entrou em contato conosco e, de forma bastante educada, disse que não aceitaria o convite da CPI, que não marcaria essa data e que essa data fosse marcada exatamente por convocação.

Entendi e aceitei a posição do Ministro como uma posição educada, muito gentil, mas entendo que tal atitude do Ministro Palocci desrespeitou o acordo firmado nesta CPI pela Oposição e pelo Governo.

Então, devo dizer que apresentei requerimento de convocação para o Ministro vir depor na CPI, já que S. Exª não aceitou o convite desta CPI. Entendo que o Ministro teve uma posição de tolerância, recebeu de todos os Parlamentares desta Comissão o desejo de vir aqui trabalhar no seu depoimento, com, a meu entender, tudo preparado para se justificar e se explicar à sociedade brasileira, pelas denúncias que vêm sendo feitas a S. Exª. Inclusive, nesta CPI, pessoas que por aqui passaram acusaram o Ministro, e entendo que este é o foro ideal para que o Ministro venha se esclarecer.

A justificativa de que esteve em Comissão no Senado e de que esteve em Comissão na Câmara dos Deputados, a meu ver, não justifica a sua rejeição ao convite, porque aqui S. Exª não vem tratar de economia, como tratou na CAE. Naquele momento, a Oposição, entendendo qual era o motivo da vinda do Ministro, entendeu que não devia tratar de assuntos relativos à CPI.

O Ministro se prontificou a vir – eu respeito, é uma decisão unilateral. Atendendo a V. Exª, inclusive dizendo que não há radicalismo por parte desta Presidência nem do Relator nem de um dos membros, entendo que, se o Ministro não aceitou o primeiro convite, não cabe à Comissão fazer outro convite. Na próxima terça-feira, será inadiável. Peço que todos compareçam. Já deixo convocada para a próxima terça-feira reunião administrativa, para se votar não só o requerimento de convocação do Ministro.

É claro que o Ministro levou um grande tempo para que se chegasse até essa data, quase que inviabilizando a presença dele neste período legislativo, mas quero deixar claro que colocaremos isso em votação e que caberá aos Srs. Membros da CPI, do Governo e da Oposição se responsabilizarem pela convocação ou não.

Entendo – eu, Senador Efraim Morais – que estamos procurando oferecer ao Ministro todas as condições para que S. Exª se justifique, porque, se, amanhã, encerrarmos esta CPI sem o Ministro desejar vir aqui depor, para se justificar, para se explicar das denúncias feitas, elas estarão registradas. E, com certeza, se não há a defesa do Ministro, isso se dá porque o próprio Ministro não deseja fazê-lo. Então, estamos oferecendo ao Ministro a oportunidade para isso.

Vou atender a V. Exª. Tenho a certeza de que há aí mais um entendimento, mostrando que não existe esse radicalismo.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, em uma das últimas sessões, talvez a antepenúltima, havia um depoente, e tratamos também desse assunto do Ministro Palocci. Resolvemos dar todos os poderes a V. Exª para tratar com o Ministro o problema de data e outras coisas mais.

Evidentemente, penso que o requerimento pode ser votado, mas, na realidade, V. Exª já tem esses poderes, ou para marcar a data, ou, o que acho mais lógico, para V. Exª chamar o Ministro para um entendimento, para que esse assunto seja resolvido. V. Exª já tem os poderes, o que está na Ata de uma dessas reuniões. Interrompi uma votação para oferecer os poderes a V. Exª, e todos concordaram, inclusive o Senador Tião Viana. Conseqüentemente, V. Exª já tem esses poderes. Tenho a impressão de que essa luta do requerimento é um pouco de invasão de porta aberta, porque V. Exª já tem o poder.

Dessa maneira, V. Exª tem o poder não só para marcar a data, mas para se entender com o Ministro e marcar a data por um entendimento.

Esse seria o pensamento que queria levar a V. Exª. Minha postura é sempre de prestígio a V. Exª, qualquer que seja sua atitude. Mas V. Exª já tem esse poder, e creio que não é necessária uma votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Minha parte, eu a cumpri. Recebi de V. Exªs a autorização – posso assim dizer –, com poderes, para marcar essa data, mas considerei que era preciso esse entendimento. Tive um primeiro contato com o Ministro. Depois, o Ministro me solicitou que a marcássemos no decorrer da semana passada. Só ontem – reitero –, houve esse contato. O Ministro, então, educada e diretamente, comunicou que não aceitava o convite da CPI e que S. Exª não marcaria essa data. Quando se trata de convite, entendo que ficamos limitados à vontade de quem quer que seja.

Na terça-feira, esta CPI tem a responsabilidade de decidir se o Ministro deve ou não vir aqui. Será feito por convocação e não mais por convite. Não cabe ao Senado Federal, pela segunda vez, convidar um cidadão que rejeitou o primeiro convite, seja ele Ministro ou qualquer autoridade deste País, para participar de uma CPI a fim de se defender. O convite visa a que S. Exª se defenda das acusações feitas aqui mesmo na CPI. Não aceitando esse convite, é temerário um segundo convite, para que S. Exª também entenda a responsabilidade que tem não só a CPI dos Bingos, mas, acima de tudo, o Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu lhe agradeço, pois já estou intervindo pela segunda vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª terá todo o tempo que se fizer necessário.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – De fato, minha compreensão era exatamente a compreensão do Senador Antonio Carlos, de V. Exª e desta CPI, de que o encaminhamento seria no sentido de deixar, até numa deferência ao Sr. Ministro, que fosse um convite e não uma convocação. Na verdade, tem sido uma prática do Senado Federal e mesmo da Câmara dos Deputados a de que, quando se trata da vinda de Ministro para audiência, para prestar esclarecimento ou para seja lá o que for, em primeiro lugar, seja feito o convite.

Acredito que o homem público realmente tem de, a todo tempo e a toda hora – independentemente de qual seja o assunto –, dar as explicações necessárias para a sociedade, para a CPI, para a audiência. As explicações teriam de fazer parte até do cotidiano, da regularidade, para que não considerássemos ser algo que devesse merecer algum tratamento muito especial em relação ao assunto.

Por isso, solicitei a V. Exª que o assunto fosse deixado para a semana que vem, a fim de que tivéssemos tempo para entender o que aconteceu. Minha compreensão era a de que o Ministro, mesmo em declarações públicas, na entrevista que concedeu aos jornalistas logo no início da crise e posteriormente também, tinha-se colocado totalmente à disposição para estar presente aqui e para prestar os esclarecimentos. Isso permitiria que nós, que somos também do Partido da base de apoio do Governo, inteirássemo-nos do que aconteceu, para podermos trabalhar, a fim de que realmente fosse atendido o objetivo que era compartilhado por todos os membros da CPI: o de o Ministro vir e dar as explicações. Esse é um fato que, como eu já disse, tem de ser encarado com normalidade também dentro do processo democrático, para examinarmos o que aconteceu.

De minha parte, até agradeço a V. Exª a compreensão. Não é uma questão de radicalismo. Quero afastar mesmo essa idéia de radicalismo, para que haja a possibilidade de o homem público vir dar as explicações necessárias, para que os assuntos sejam esclarecidos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Flávio Arns, e não há a menor dúvida de que demos essa deferência, até porque – devo registrar – foi o primeiro convite feito por esta CPI. Lamentavelmente, não foi aceito pelo Ministro.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Primeiramente, falará o Senador José Agripino. Em seguida, concederei a palavra a V. Exª, Senador Arthur Virgílio. Depois, manifestar-se-á o Senador Magno Malta.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Quero apresentar uma sugestão, Sr. Presidente. Os membros da Comissão, por unanimidade, delegaram a V. Exª a tarefa de convidar o Ministro. V. Exª tem de se desincumbir da tarefa. Uma solução conciliatória entre o que propõe o Senador Flávio Arns e o que lhe delegou a Comissão poderia ser – e aí vai minha sugestão, que é uma mera sugestão para consideração de V. Exª, que quer, na terça-feira, decidir esse assunto, por convite ou por convocação – a seguinte: por que V. Exª não convida o Ministro, para que, no dia 10, S. Exª esteja aqui como convidado? E, se o Ministro não vier, aí sim, atendendo ao Senador Flávio Arns, votar-se-á o requerimento de convocação do Ministro, já que S. Exª não atendeu ao convite para, no dia 10, terça-feira, vir aqui como convidado.

Fica a sugestão, para que fique desde já, se V. Exª concordar, aprazada a data da terça-feira próxima, para que o Ministro aqui venha como convidado. Caso S. Exª não compareça, votamos um requerimento da Comissão, para que S. Exª aqui venha como convocado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Agripino, agradeço a V. Exª, sempre um homem conciliador em todos os momentos, mas, para mim, fica difícil fazer um convite para quem não aceitou o primeiro convite. Convidei o Ministro Palocci, para que escolhesse a data, e S. Exª disse que não aceitava o convite de vir à CPI. Então, não tenho como fazer outro convite.

Não há radicalismo de minha parte. Sinto-me até batendo na casa alheia, já que convidei o cidadão a vir para a nossa Casa, e ele não aceitou. Se eu voltar, ficará fora... Aquilo que foi decidido pela CPI, que foi um entendimento para se fazer um convite ao Ministro, não existe mais, porque quem rejeitou o convite foi o Ministro e não esta CPI. Não impusemos nenhuma data. Só que entendi que o Ministro foi até dentro do limite... Acho que politicamente ainda se pode convocá-lo, mas é claro que, dentro do tempo, da lógica, o Ministro está fazendo aquilo que traçou pelo próprio Governo, que era de interesse do próprio Governo, que era de não vir depor neste período legislativo. Só que entendo que é um erro do Ministro, porque, a cada dia, mais documentos estarão à disposição desta Casa, fatos novos vão acontecer, e o Ministro vai ficar sempre na indefinição perante a imprensa e a sociedade brasileira, porque não aceitou o convite.

Então, esta Presidência cumpriu a missão que V. Exªs nos concederam, dando-me todos os poderes. Procurei-o, insisti. Reitero que o Ministro foi educado, que fomos compreensivos. Mas, no meu entender, o Ministro Antonio Palocci, ao não aceitar o convite da CPI, desrespeitou um entendimento de toda a classe política – Oposição e Governo –, não o Presidente, mas a CPI.

Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, ouvi atentamente as explicações que V. Exª apresentou à Comissão Parlamentar de Inquérito e procurei analisar as duas preciosas sugestões que se sucederam à intervenção oportuna do Senador Flávio Arns. A primeira sugestão foi a do Senador Antonio Carlos Magalhães, que retomou as tratativas iniciais e que nos lembrou a todos de que V. Exª tinha recebido, para efeito de convite, o sinal verde da Comissão como um todo. Unanimemente, a Comissão assim decidiu.

O Senador José Agripino sugere que V. Exª, tendo essa prerrogativa nas mãos – e havendo da parte do Ministro essa hesitação quanto ao comparecimento –, marque uma data e que, se o Ministro disser que nela não pode comparecer, nesse momento, V. Exª faça a votação do requerimento de convocação. A Comissão, soberanamente, manifestar-se-ia sobre se faria o Ministro comparecer aqui ou não. O Ministro – todos nos devemos recordar – disse que compareceria quando V. Exª achasse necessário, com um intervalo de 24 horas entre o pedido de comparecimento e o comparecimento físico de S. Exª aqui.

Portanto, entendo as desculpas de V. Exª, mas quero insistir quanto a ser oportuna a marcação da data. Por exemplo, podemos marcar o dia 13, deixar o Ministro se manifestar e dizer: "É chegada a hora da vinda de V. Exª".

O meu Partido analisou todos esses pós e contras, não praticou nenhum açodamento. Aliás, não vi ninguém praticar açodamento aqui, foi bastante compreensiva a decisão da Comissão em relação ao Ministro. Pesamos muito a questão econômica, pesamos muito o fato de não nos intrometermos nessa luta interna quanto a rumos econômicos desse Governo que aí está, mas temos uma decisão muito clara. Uma decisão nossa, do PSDB, Sr. Presidente, é a de prestigiarmos a Comissão Parlamentar de Inquérito, é a de buscarmos a Comissão, chegando a um resultado, a um relatório que seja aceito pela sociedade, que tenha validade para a Justiça e que chegue a objetivos concretos. Outra decisão do PSDB – que não se tem furtado a negociar, a discutir para dentro da Comissão Parlamentar de Inquérito, para dentro das forças políticas que compõem o Congresso Nacional – é a de, nesse limite, não transgredir com relação à solidariedade a V. Exª e à solidariedade em relação ao Relator, Senador Garibaldi Alves.

Portanto, nosso Partido, no momento em que for votado esse requerimento de convocação, estará aqui coeso, inteiro, na certeza absoluta de que será majoritariamente a favor de V. Exª o pronunciamento da Comissão. Ninguém se iluda quanto a isso! A questão matemática tem de ser refeita e bem feita. A matemática verdadeira aponta a maioria, sim, a favor da apuração dos trabalhos. Nós sabemos disso. Contas artificiais, contas do dia não valem. Vai valer a conta da ocasião em que a matéria for ferida.

Portanto, sou a favor pessoalmente de um entendimento de V. Exª com o Ministro, comunicando ao Ministro que será tal a data, aguardando que S. Exª se manifeste. Está-se dando a S. Exª um prazo grande, mais do que suficiente – tenho a impressão.

Hoje, ouviremos o Sr. José Carlos Colnaghi. O Sr. Kurzweil já disse que está doente. Esses atestados médicos estão freqüentes. As pessoas estão adoecendo muito. Já estou preocupado com **habeas corpus**, com os limites ilimitados do **habeas corpus**. As pessoas acham que, com **habeas corpus**, podem chegar aqui e afrontar os Senadores, ridicularizar as perguntas que lhes são feitas. Creio que não é esse o alcance jurídico do **habeas corpus**, que é feito com outros limites.

Em outras palavras, digo a V. Exª que a sugestão iniciada pelo Senador Antonio Carlos e complementada pelo Senador José Agripino é corroborada pelo PSDB, que estará aqui solidário com V. Exª e com o Relator no momento em que se chegar à decisão definitiva sobre a questão da vinda do Ministro Palocci à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que é muito bem presidida por V. Exª, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Arthur Virgílio. Vamos ouvir o Senador Magno Malta. Em seguida, converso sobre alguma sugestão que começa a nascer aqui por parte do nosso Relator. Insisto em dizer a V. Exª que fica muito difícil convidar quem não aceita o primeiro convite.

Tem a palavra o Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Senador Efraim Morais, Senador Garibaldi Alves Filho, Srªs e Srs. Senadores, como também tenho algumas preocupações, conversei com algumas pessoas mais experientes. Ontem, conversei sobre esse assunto, durante algum tempo, com os Senadores Tasso Jereissati e Arthur Virgílio. Todos nós tínhamos preocupação com a responsabilidade que demos a V. Exª, que a Comis-

são colocou em suas mãos. Esse foi exatamente o ponto que o Senador Antonio Carlos Magalhães abordou hoje, pela manhã, ao conversar comigo a respeito do que decidiríamos nesta Comissão. Nós lhe demos uma responsabilidade. A partir de um entendimento, a responsabilidade lhe foi dada.

Devo confessar que, a partir do momento em que o Ministro se colocou à disposição, sendo o Senador Tião Viana porta-voz e avalista dessa informação, nós embarcamos no aval do Senador Tião Viana de que o Ministro viria à Comissão e estaria à disposição. Demos a V. Exª o poder de negociar essa data em nosso nome.

Imagino, Sr. Presidente, que a dificuldade é o "agulhamento", na minha visão, para se impor uma data: "Presidente, data tal; Presidente, data tal, Presidente, data tal". Creio que, a partir do momento que lhe foi dada essa responsabilidade, V. Exª tem tudo para negociar com o Ministro a data que quiser, uma vez que esta CPI já foi prorrogada. Por exemplo, alguns dos requerimentos de convocação que apresentei na CPI foram votados, mas as pessoas nunca foram chamadas.

Com isso, quero dizer que V. Exª tem todo o tempo do mundo, até a prorrogação da CPI, para fazer o seu entendimento com o Ministro, para que S. Exª possa vir como convidado.

Eu dizia ao Senador Antonio Carlos Magalhães que, no meu entendimento – neste momento, faço justiça a mim mesmo, pois esse fato determinado da CPI dos Bingos foi escrito por mim, saiu da minha cabeça; o texto que V. Exª repete todos os dias ao abrir a CPI fui eu que escrevi, fui eu que coloquei no papel, foi do meu entendimento –, não existe fato determinado para a convocação do Ministro. Não havendo fato determinado, é possível convidá-lo, como foi feito. No entanto, após o convite, o Ministro se obriga a vir, já que assumiu o compromisso de fazê-lo, com o aval do Senador Tião Viana.

A ponderação do Senador Flávio Arns, a palavra ponderada do Senador José Agripino e, agora, a palavra do Senador Arthur Virgílio são válidas. Porém, a minha visão é a de que V. Exª disponha de todo o tempo do mundo – sem data específica, sem esse "agulhamento" de que a audiência deve ser no dia 10 ou no dia 22, último dia, dia 26 ou até dia 31, já que a CPI está prorrogada – para fazer o entendimento.

V. Exª tem suas razões – já conversamos sobre isso fora daqui – para não ter chegado a um entendimento. V. Exª acreditou que seria muito fácil, porque havia uma disposição do Ministro, a partir de um contato dele com V. Exª ou de V. Exª com S. Exª para acertar sua vinda, mas isso não deu certo. Dou toda a razão a V. Exª pela sua posição.

Porém, para fazer justiça comigo mesmo, Sr. Presidente, havendo votação na terça-feira em razão desse fato determinado, votarei de forma contrária, porque insisto: não estando dentro do fato, é necessário que se faça um convite. Com o convite, o Ministro se obriga a vir aqui, em virtude do empenho da sua palavra, com o aval do Senador Tião Viana nesta Comissão. Na reunião passada, Senador Antonio Carlos, houve o entendimento de que o Ministro viria.

Por isso, não tiro a razão de V. Exª, mas, para fazer justiça a mim, havendo votação na terça-feira, essa será a minha posição. Ainda defendo que V. Exª busque, mais uma vez, um entendimento com o Ministro, sem o "agulhamento" da data determinada, para que S. Exª compareça à Comissão no dia acordado por V. Exªs para a sua vinda.

Respeito a sua posição, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Respeito a posição de V. Exª, mas não concordo quando diz que não há fato determinado para trazer o Ministro a esta CPI. As denúncias envolvem transferência de recursos de jogos e outras coisas mais de que estamos tratando. Então, nesse ponto, não concordo com V. Exª.

Quanto a deixar que o Ministro escolha o dia de sua vinda aqui, também não vamos aceitar. Basta que, na próxima terça-feira, se derrote o requerimento, para que S. Exª não precise vir aqui! Isso é muito simples.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, Sr. Presidente, eu não disse que...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tenho de ser objetivo em relação a essa questão.

Nós, Senador Magno Malta, aceitamos todo diálogo e demos toda a deferência possível que podíamos dar ao Ministro.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Quero colaborar com V. Exª, Sr. Presidente, com toda a educação e com a sua vênia. Eu não disse para deixar o Ministro escolher a data da sua vida aqui, em absoluto!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Disse para deixar para quando S. Exª quiser vir.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não, não, não. Eu não disse nem "quando quiser vir".

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi algo parecido.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não usei nenhuma das duas palavras e nenhuma expressão desse tipo. V. Exª não entendeu. Fiz isso defendendo sua posição, que demos a V. Exª e tal. Eu disse que, como esta CPI está prorrogada, não vejo por que des-

se "agulhamento". Por exemplo, há a convocação dos irmãos Ortiz.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu disse isso, Senador, mais pelo desrespeito que o Ministro teve para com a CPI e para com os membros da CPI. Autorizou o Líder do Governo e o Senador Tião Viana a marcarem a data. Inclusive, disse, na minha presença e na dos Senadores José Jorge e Tião Viana, por telefone, que, até o dia 10, seria suficiente. Marcamos a data, e não vamos ficar brincando de vir hoje, amanhã ou depois. Se a base do Governo, que é majoritária, entende que não deve trazer o Ministro, vamos aceitar o resultado da convocação.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, não sou da base do Governo, não sou da base do Governo, não morro de amores pelo Ministro Palocci, nem pelo Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não estou falando de V. Exª. Estou falando da base do Governo. O que não pode, Senador, é ficar o Presidente querendo cumprir o que determina o Regimento da CPI e adiarmos duas, três, quatro, n vezes a presença de um convidado. E, se não aceita o convite, parece-me que só resta o caminho da convocação, se a maioria o entender.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, a minha defesa foi da sua posição, entendendo a sua posição. Não foi nada disso. Eu só disse o seguinte: se a CPI foi prorrogada, não há necessidade do "agulhamento". Eu não disse que o Ministro marcasse data, não. Há tempo para poder negociar essa vinda junto com o Ministro e definir o melhor tempo para a CPI e para S. Exª. Em absoluto, eu disse que o Ministro deveria marcar. Eu disse até que, por ter dado a sua palavra – e um homem sobrevive de sua palavra –, com o aval do Senador Tião Viana, o Ministro ficou comprometido a vir aqui. É isso que estou querendo dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tudo bem, Senador. Mas quero deixar claro a V. Exª que quem conversou com o Ministro fui eu. A quem o Ministro disse que não aceitava o convite da CPI foi a mim. Então, tenho de esclarecer a V. Exª que não convém insistir no convite a uma pessoa que disse que não aceitava o convite da CPI. Não é fácil para o Presidente desta CPI ligar para o Ministro e dizer-lhe: "Ministro, aceite, pelo amor de Deus! Venha!". Não! Paciência! Tenho minhas responsabilidades como Presidente desta CPI!

Então, da melhor forma, dentro daquilo que traçamos com o próprio Governo, com os membros do Governo, principalmente com o Senador Tião Viana, procuramos o Ministro, conversamos com o Ministro e esperamos que o Ministro desse retorno. O que o Ministro disse é que não marcaria data, não aceitaria o convite da CPI. Então, como é que volto ao Ministro para lhe dizer "Ministro, aceite o convite"? Tem de haver respeito ao Senado Federal, tem de haver respeito a esta Comissão.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – V. Exª não diria nestes termos: "Pelo amor de Deus, aceite!". Não ia tratar nesses termos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Como é que digo? Se V. Exª me convidar para ir à sua casa e se eu disser que não vou, não aceito, o que V. Exª vai dizer para mim depois?

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – A minha palavra foi uma defesa da posição de V. Exª. Externei a minha posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, mas deixo clara a posição deste Presidente.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Tudo bem! Está respeitado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu recebi um telefonema ontem, à noite, do Ministro Palocci. Porque o Zé Dirceu saiu, e ficamos querendo substituir. (Risos!)

O que ocorre? Aí o Ministro nos informa, nesses termos que estou dizendo a V. Exª, educado como sempre, gentil, que agradecia a forma como foi conduzido, mas que não iria aceitar o convite, nem ia marcar data alguma. Então entendo que só tinha sentido marcar-se uma data, se houvesse compromisso cumprido com a CPI, que era um entendimento entre o Presidente e o Ministro. Se uma das partes não deseja, como vamos fazer? Fica aos senhores entender como fica a situação deste Presidente.

Ouço, então, o Senador Garibaldi Alves Filho e agradeço a V. Exª, que ainda tem a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, respeito a posição de V. Exª, sem problema algum, mas reitero a minha posição, continuo com as minhas convicções de que, em havendo a votação na terça-feira, não sou base de governo, mas vou votar contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não posso, aqui, dizer quem vota a favor ou contra. Se houver maioria, vou proclamar o resultado; se precisar do voto de *Minerva*, todos já conhecem. O requerimento é da minha autoria, vou votar com o meu requerimento.

Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu e todos nós compreendemos o constrangimento do nosso Presidente, que, afinal de contas, não é só dele, é nosso, porque estava atendendo a uma delegação

nossa da Comissão. Então, se houve alguma desautorização, se foi cometido algum gesto indelicado, foi-o em relação à Comissão. Creio que a Comissão deveria tomar uma atitude, é claro, solidária com o Presidente. E a solidariedade ao Presidente é delegar de novo a ele para que possa decidir essa questão. O que vai realmente fazer. Se que ele está resistindo à idéia de marcar uma data, porque acha que, da mesma maneira que o Ministro rejeitou o convite sem uma data, vai rejeitá-lo novamente com uma data marcada. Mas entendo que todo convite tem de ter uma data. Pode ser um sofisma, mas entendo que todo convite deve ter uma data.

Diria ao Presidente que esta Comissão, pelos que vi dos depoimentos do Senador Antonio Carlos, do Senador José Agripino, do Senador Arthur Virgílio, que agora faz parte da Comissão, é um novo membro, recém chegado....

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não tão recente assim! O mais modesto, sim.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então entendo, Sr. Presidente, que esta Comissão poderia, em solidariedade a V. Exª, fazer chegar ao Ministro Palocci o seguinte: que ele deve vir a esta Comissão, no dia 13. Se não vier no dia 13.....

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Que é um número que ele conhece bem!

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece!

Se não vier no dia 13, creio que a melhor resposta que se daria a ele seria até mesmo uma votação, a mais exuberante possível, no sentido de convocá-lo.

Mas compreendo o constrangimento de V. Exª. Acredito que estou aqui apenas me associando ao que disseram todos os Srs. Senadores, que estão aqui nessa mesma disposição de fazer chegar ao Ministro Palocci. Fomos delicados e cuidadosos demais. Deveríamos ter marcado uma data para ele vir aqui, e nem marcamos. Nem marcamos, ficamos esperando que S. Exª marcasse a data! E, agora, diante do fato de S. Exª não ter marcado a data, vamos marcar: é tal data. Se S. Exª não vier, a CPI fará uma votação e tomará as providências.

Também quero propor o seguinte: se fosse o caso, a resposta deveria vir até o final dos trabalhos desta Comissão. E, se o Senador Flávio Arns – esta é sugestão minha – quisesse receber uma delegação, S. Exª se encarregaria de fazer chegar ao Ministro Palocci essa decisão da Comissão, até o final dos trabalhos de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Acho que aos telefonemas de V. Exª, S. Exª atende mais rapidamente.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, o Relator falou o que falamos, só que com sotaque do Rio Grande do Norte.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É mais fácil de entender...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador José Agripino já tinha falado com esse sotaque.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – É verdade.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Relator deu uma boa idéia, que não expõe o Presidente. O Senador Flávio Arns, como é da base do Governo, tem toda a autoridade para transmitir isso ao Ministro e, ao mesmo tempo, trazer de volta uma resposta. Foi muito inteligente a ponderação de V. Exª.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Até amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não. Até hoje?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Até hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª aceita a missão dada pelo Relator, que é a missão dada por todos nós? (Pausa.)

V. Exª tenta um contato com o Ministro, dentro do que propõe o Senador Garibaldi – e a proposta de todos vinha nesse sentido. Eu até me sinto na obrigação de aceitar essa posição, porque aqui sou apenas juiz e tenho de ser favorável à maioria. A maioria é que decide.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E manda a verdade que eu diga que V. Exª tem sido um magistrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero só deixar isso claro, para que, de forma nenhuma, amanhã se diga que é radicalismo desta Presidência. Vou acreditar na missão de V. Exª, porque não tive sucesso, para que, até o final de hoje, marque o dia 13. O dia 13 fica aqui acertado, e estão convocados os membros da CPI para votarem a convocação se o Ministro não desejar depor até esse dia. É um dia 13 bem diferente, Senador Magno Malta, porque esse aí é dia de Santa Luzia. Então, pode até ser que venha a iluminar o próprio Ministro e esta CPI.

Agradeço a V. Exª, que tem todo o tempo de hoje para uma convocação do Ministro, por parte de V. Exª.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – É um convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É uma convocação, porque o convite, no meu entender, S. Exª já o rejeitou. Mas seria um convite. E já coloco a condição de que, no dia 13, se não aceito

o convite, votaremos requerimento de minha autoria convocando o Ministro.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. José Roberto Colnaghi, para fazer seus esclarecimentos. (Pausa.)

Quero, inicialmente, agradecer ao Dr. José Roberto Colnaghi pela sua paciência. A nossa reunião estava prevista para o início da manhã, mas, infelizmente, em função de outros afazeres da CCJ, dirigida pelo eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, assunto da maior importância teve de ser debatido.

Quero agradecer também a presença do Dr. Aldo de Campos Costa e do Dr. Flávio Augusto Cicivizzo, advogados do Dr. Colnaghi.

Quero informar aos Srs. Senadores que, também na terça-feira, votaremos aqui, dependendo do entendimento do nosso Relator, todos os requerimentos que foram apresentados e se fizerem necessários, para que possamos, até o final do ano legislativo, votar as quebras de sigilos, sejam eles bancários, telefônicos ou fiscais.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, encaminho a V. Exª cópia do ofício que os três Senadores constituídos por V. Exª para ouvir em São Paulo a testemunha, em caráter reservado, protegido – Senadores Eduardo Suplicy, Magno Malta e Romeu Tuma –, encaminharam há pouco. Tive uma audiência com o Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, em que entregamos a degravação completa do depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª se refere ao Black?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ao Jack.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ao Jack?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O assim denominado Jack, se verdade for tudo que falou, é a pessoa que, no estabelecimento denominado Bingo Taquaral, em Campinas, onde pernoitava, teria assistido a três reuniões em que de quatro a seis pessoas teriam planejado o assassinato do Prefeito Antonio da Costa Santos, alguns dias depois, em 10 de setembro.

Então, solicitamos ao Ministério da Justiça, em cooperação com a Secretaria do Estado e com o Ministério Público, as providências necessárias para apurar a veracidade desses fatos. Solicitamos também, como ele tem sido ameaçado, seja realizada a devida proteção, informando que a CPI presidida por V. Exª fez isso, atendendo, inclusive, à solicitação da Srª Roseana Garcia e do irmão do Prefeito Toninho, Paulo Roberto da Costa Santos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Suplicy, e aos Senadores Romeu Tuma e Magno Malta pelo excelente trabalho que desenvolveram, em missão desta CPI. Quero dizer que V. Exª, quando apresenta esses dados a toda a CPI, a toda a Nação brasileira, mostra que, muitas vezes, quando esta CPI é criticada, de que está fora de foco, aí está a verdade. É um crime que aconteceu, que começou a ser investigado e que foi tramado dentro de uma casa de jogo, dentro de uma casa de bingo. E, às vezes, criticam-nos, dizendo que estamos fora do foco, fora daquilo que está traçado.

Então, num caso como esse, está bem claro de que há envolvimento de jogos, de que há envolvimento de bingos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se confirmada a hipótese, então haveria envolvimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estamos, dentro daquilo que foi traçado e determinado por uma... É de autoria do nobre Senador Magno Malta.

Agradeço a V. Exª e solicito à Assessoria que arquive esse documento.

Dr. José Roberto Colnaghi, V. Sª dispõe do tempo necessário para fazer sua apresentação e os esclarecimentos que se fizerem necessários.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Boa tarde a todos!

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, estou aqui à disposição, para prestar todos os esclarecimentos que sejam do meu conhecimento.

Sou empresário há mais de 20 anos. Tenho três unidades de fábrica de tubos de PVC: uma em Macaíba, no Rio Grande do Norte; uma em Simões Filho, na Bahia; e uma em Penápolis, em São Paulo. Atuamos também, de um determinado tempo para cá, com o ramo de exportação, como comercial exportadora.

Estou à total disposição de vocês para esclarecer qualquer assunto de que eu esteja a par.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Sª.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Roberto Colnaghi, o senhor já falou a respeito das três unidades industriais, mas além dessas empresas V. Sª teria outras empresas? A atuação de V. Sª se limita a essas três unidades ou V. Sª tem outras empresas, atua de uma maneira mais abrangente?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, eu tenho outras empresas. Nós temos uma empresa que ela é sócia de uma empresa de informática e que produz *softwares* para a gestão pública. Nós temos uma sociedade em uma agropecuária em Mato Grosso, Mato Grosso. Nós atuamos também com fazendas de gado em Mato Grosso do Sul. Nós temos... Mas o nosso carro-chefe são as três empresas que eu citei, que são a Asperbras Nordeste, a Asperbras Bahia e a Asperbras Importadora e Exportadora.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quais das suas empresas atuam no comércio exterior? Para que países exportam?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Como eu falei para o senhor, essas três empresas que eu e meu irmão nos focamos mais, as três atuam no comércio exterior. Nós exportamos, já exportamos para país, Paraguai um pouquinho, Angola, que é nosso carro-chefe hoje de exportação, e Moçambique.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor é sócio de alguma empresa no exterior?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só essas empresas brasileiras?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Só tenho empresas no Brasil.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Rogério Buratti?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Conheço.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mantém contatos freqüentes com esse senhor?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já teve algum negócio com ele?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor se encontra com ele, sempre telefona ou não?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantas vezes aproximadamente o senhor ligou para ele de janeiro de 2003 até hoje?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – De janeiro de 2003?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aproximadamente.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu acredito...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, eu queria adiantar a V. Sª que do senhor para ele foram dez ligações.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Pode ser. Pode ser.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode ser, não é? E dele para o senhor 30 ligações ao longo desse tempo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Dele?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dele para o senhor, 30 ligações.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Pode ser, pode ser.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós temos aqui um... Não era sobre negócio?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, é o seguinte. Eu precisava relatar essa história, como ocorreu, mas na hora oportuna eu posso, se o senhor me permitir...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com o Sr. Ralf Barqueti, o senhor manteve relações comerciais?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, relações comerciais não. O Ralf Barqueti, ele, por coincidência, nós freqüentamos escola primária em Penápolis juntos, depois ele seguiu a vida dele e eu fiquei em Penápolis e ele foi – não é "encontrado" o termo –, ele foi um sócio meu da empresa de informática. Encontrou e lhe falou que um dos sócios da empresa de informática era a nossa empresa, a minha e a do meu irmão, de Penápolis, e, como ele é de Penápolis, reacendeu essa amizade, que tivemos alguns contatos, mas de negócio nunca.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É temos aqui, nesse período de 2003 e 2004, nove ligações do senhor para ele e nove ligações dele para o senhor. Realmente foram...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Pode ser.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E com o Sr. Vladimir Poleto?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – O Vladimir Poleto me foi apresentado pelo próprio Ralf. Ele era, parece, assessor do Ralf na Prefeitura...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Prefeitura de Ribeirão Preto.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exatamente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor teve negócios com ele ou não?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Numa oportunidade em que eles foram consultores ou trabalhavam para o Banco Prosper, eu tive uma aproximação

que eu fiz dos interessados em adquirir um pequeno Banco que era de propriedade do Banco Prosper – eles representavam o Banco Prosper –, eu os aproximei de um pessoal de Angola, que queria investir em um pequeno Banco aqui no Brasil.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que era o Banco...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Banco Regional do Keve.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Keve?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Keve é o nome de um rio de lá. É um Banco pequeno de lá, da iniciativa privada.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Daí o senhor ter ligado para ele, de 2003 até hoje... Tenho aqui aproximadamente 57 ligações.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É. O senhor deve ter essas ligações, eu concordo. Só que o senhor pode ver que, este ano, praticamente, se eu falei com ele, foi muito pouco. Depois da minha apresentação – eu fazia a ligação deles, do Banco Prosper, com o Banco Regional do Keve –, depois que eu soube que não deu negócio e que não precisou mais eu apoiar o pessoal de Angola, do Banco Regional do Keve, o senhor pode notar que minhas ligações para ele devem ter diminuído muito.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor via nele condições de... Quer dizer, o Sr. Vladimir Poleto tinha estofo, tinha estatura para contar com essa possibilidade, diante dele, de fazer essa ligação entre o Banco Prosper e o Banco angolano?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Como eu me encaixava nessa situação com uma apresentação, a negociação em si, eu acredito que não tenha sido feita por ele. Devia ser feita por aquele rapaz chamado Cadu, que é o Valente, que já tinha ligação com o dono do Banco Prosper, parece.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Carlos Eduardo Valente?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exato. E com o Ralf, que também ia trabalhar ou já trabalhava como consultor do Prosper.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele fez, então, 56 ligações pra o senhor. Deve ter sido em função dessa tratativa aí?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Com certeza, foi.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E qual foi o desfecho disso? O senhor sabe se deu certo?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não deu certo. Eu tive a informação de que era a aquisição de um Banco privado de Angola, esse Keve, por um Banco privado daqui.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe que ele, Vladimir Poleto, alugou uma casa no Lago Sul?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Soube.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A casa funcionava como uma central de negócio, onde ele e Rogério Buratti recebiam empresários e pessoas do Governo. V. Sª esteve nessa casa?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Estive uma vez. Eu estive.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E essa casa era para, realmente, tratar de negócios?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Como eu estive uma vez, e não foi mais de uma hora ou duas horas... Eu estava aqui em Brasília, encontrei o Ralf, ele foi até me apresentar ao Rogério Buratti, que eu conheci aqui como executivo da empresa Leão Leão. Eu falo por nome, mas nunca tivemos relações comerciais. Então, ele me levou, e passamos na casa, que, para mim, era a casa do Vladimir Poleto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª deve estar sentindo que estou fazendo muitas perguntas em torno dessas pessoas. Isso se dá porque essas pessoas constam das investigações desta CPI, respondem a várias denúncias, tanto o Rogério Buratti, como o próprio Poleto. Com todo respeito à memória do Ralf Barquete, devo dizer que também pesam denúncias aqui contra ele.

Então, o fato de pessoas manterem relações comerciais com ele deixa esta CPI numa posição de questionamento com relação a isso.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Correto. Mas eu não mantive relações comerciais com ele. As tratativas que fiz, no caso, com o Ralf e com o Vladimir Poleto foram quando eles trabalhavam como consultores do Banco Prosper. Então, eles estavam tratando desse assunto. Eu nunca tive uma negociação diretamente com o Ralf ou com o Vladimir Poleto ou com o Rogério Buratti.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Uma das revistas semanais de circulação nacional – acho que foi a revista **Veja** – chegou até a publicar uma matéria, que V. Sª pode ter visto, dizendo que eles estavam cogitando adquirir o Banco Prosper.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu não estava nesse...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tenho minhas dúvidas com relação a essa empreitada.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu acho que... Eu não posso achar nada, mas eu acho que o Banco Prosper é um Banco muito grande para eles adquirirem. Porém, eu não posso falar nada do que não me diz respeito.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em outras escutas telefônicas, identificamos o Rogério Buratti, o Poleto, o Carlos Valente. V. Sª também nunca teve negócios com Carlos Valente?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Conhece-o, mas não...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Conheço-o. Por coincidência – Penápolis é uma cidade pequena –, o Carlos Eduardo Valente era de Penápolis. Jogamos xadrez juntos, inclusive, representando a cidade naqueles jogos regionais.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A CPMI dos Correios, por exemplo, vem investigando os fundos de pensão e levanta indícios de grandes prejuízos com relação a essas operações. Quanto ao interesse nesse Banco angolano, V. Sª sabe por que eles queriam...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, eu....

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª…

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Desculpe. Pois não, Senador. Posso falar?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu não sei. O que me aconteceu foi: eu li na revista que eu tive a idéia da aquisição desse Banco. Não foi idéia, eu tive uma solicitação, como tive várias outras solicitações de pessoas e de empresas de Angola. Então, eu tendia a atender dentro do possível.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a tratativa da GTech com a Caixa Econômica, V. Sª também não tem informação?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu desconheço por completo esse assunto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª é sócio-proprietário da Soft Micro?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exatamente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Mário é seu sócio?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exatamente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda o é?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É. A nossa empresa, minha e do meu irmão, chamada TEB, devido ao apelido dele, às duas iniciais e ao meu apelido, era sócia em 50% da Soft Micro Informática, que possui mais três sócios: Mário, Paulo Pereira e Valmir.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O jornal **O Estado de S. Paulo** publicou matéria, Sr. Roberto Colnaghi, na qual se afirma que, por meio de convênio com o Governo de Tocantins, o Banco do Brasil repassou R$9,4 milhões para a Soft Micro, para a aquisição de um *software* chamado Assessor Público...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exatamente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...para ajudar os 139 Municípios daquele Estado nas tarefas administrativas das Prefeituras.

Além disso, empresas de informática que atuam no Tocantins denunciam que os R$9 milhões foram repassados sem licitação pública à Soft Micro, para pagar o uso de um programa de computador que é cedido gratuitamente por elas, e que os valores cobrados para manutenção dos *softwares* chegam a ser 50% mais altos. O senhor tem alguma coisa a nos dizer a respeito disso?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Pois não. Quando saiu essa notícia, eu me inteirei mais de perto dessa situação. Os meus sócios relataram o seguinte: eles estavam fornecendo esse *software* para o Governo de Tocantins. Existia uma tratativa do Governo de Tocantins, devido a esse sistema – em que os Bancos hoje pedem as contas para fazer folha de pagamento, alguma coisa nesse sentido –, do HSBC e do Banco do Brasil, que tinham interesse na conta do Governo de Tocantins. E isso foi decisão do Governo, não foi nossa, tanto que a nota fiscal de venda de entrega foi para o Governo de Tocantins; nós não tivemos nenhuma interferência quanto ao Banco do Brasil ou ao HSBC.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quando o senhor esteve nessa casa do Sr. Poleto, o senhor teve oportunidade de ver lá, nessa casa, alguma atividade governamental?

**O SR. JOSÉ ROBERTO CONALGHI** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só empresários?

**O SR. JOSÉ ROBERTO CONALGHI** – Não, não tinha empresários. Tinha um empresário, no caso, que era um executivo. Estavam o Rogério Buratti, o Ralf – foi aí que ele me apresentou o Rogério Buratti aqui em Brasília – e o Vladimir Poleto.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o relacionamento do senhor com o Ministro Palocci?

**O SR. JOSÉ ROBERTO CONALGHI** – Eu tenho um relacionamento... Eu fui apresentado... Isso que está acontecendo – estou aqui, inclusive, para prestar todos os esclarecimentos – é o seguinte: foi uma coincidência. O Ralf é que reavivou essa amizade, essa ligação, por ser de Penápolis, no mês... Não sei... No segundo semestre de 2002, trocamos alguns telefonemas, alguma coisa. Em uma viagem minha de São Paulo para Penápolis, o Ralf me pediu uma carona de avião, e, com ele, estava o hoje Ministro Palocci – na época, ele não era prefeito mais; parece que ele estava fazendo a campanha eleitoral.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor sempre cedeu aviões para o Ministro, para essas autoridades?

**O SR. JOSÉ ROBERTO CONALGHI** – Não. Eventualmente, quando a gente tem uma disponibilidade, alguns amigos que solicitam, a gente, dentro das nossas possibilidades, servimos, atendemos o pedido. Mas isso não é uma coisa como se divulgou na imprensa: de que estava à disposição. Nunca esteve à disposição de nenhum Partido, de nenhum político.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor dispõe de quantos aviões?

**O SR. JOSÉ ROBERTO CONALGHI** – Eu tenho dois aviões.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – São aviões do tipo jato?

**O SR. JOSÉ ROBERTO CONALGHI** – Não. Quanto a um, era uma sociedade que eu tinha num *pool* de horas de um jatinho, de prefixo XAC. O outro é um avião Sêneca, um avião de hélice a gasolina. Esse é nosso, próprio. Faz mais de 12 anos, parece, que temos ele. Eu verifiquei... Quando pediram a informação para nós da imprensa, nós vimos. Temos esse avião desde 92. Temos aviões...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Esse foi o que gerou o problema?

**O SR. JOSÉ ROBERTO CONALGHI** – Foi esse o avião do problema aí.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda hoje está causando problemas ao senhor?

**O SR. JOSÉ ROBERTO CONALGHI** – O senhor vê. Estou aqui. Graças a Deus, estou aprendendo! Para mim, é um grande prazer estar ao lado dessas pessoas aqui. Para nós, que viemos do nada, estar ao lado de pessoas importantes, que representam o País da gente, é gratificante, mas não nestas condições.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente. Sei que existem outras indagações a respeito desse episódio, mas vou deixar que os Senadores o interroguem. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves, e concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Cumprimento o Sr. Presidente, o Sr. Relator, o Dr. José Roberto Conalghi. Cumprimento também os ilustres advogados.

Já vi que o senhor acabou de confirmar para o Senador Antonio Carlos que o avião que teria transportado aquele carregamento misterioso... Do ponto de vista do custo-benefício, não dá para acreditar, pois transportar três garrafas de bebida em um vôo fretado é uma coisa complicada. Mas o avião era seu. Isso já foi dito, não é?

**O SR. JOSÉ ROBERTO CONALGHI** – Exato.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Quem lhe pediu para ceder o avião para a operação?

**O SR. JOSÉ ROBERTO CONALGHI** – Quem pediu para mim foi... O pedido inicial partiu do Ralf. Agora, não me recordei, até hoje, se foi à minha secretária que chegou essa solicitação ou se foi por esse sócio que eu tenho ou se foi diretamente. Sei que fui eu que autorizei.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ele disse a V. Sª "estou precisando do seu avião para transportar três garrafas de bebida"? Foi assim?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não. Eu não sabia dessa situação. Tomei pé dessa situação pela reportagem. O que foi solicitado para mim foi para fazer uma viagem para transportar um passageiro, que eu desconhecia quem era, de Brasília a São Paulo. Nos primeiros instantes, eu fiquei chocado com aquela situação e fui-me interar. Dei, imediatamente, após eu ter as confirmações... Porque parece que, na revista, saiu que o avião saiu de São Paulo, veio a Brasília e voltou. Pedi uma cópia ao DAC. O avião saiu de Penápolis só com o piloto, veio a Brasília; saiu de Brasília – desculpe-me, mas não sei se posso falar – com destino a São Paulo. Por problemas de ordem técnica, por decisão do piloto, ele desceu em Campinas.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu soube.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas havia mau tempo?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Pelo que me relataram, foi decisão do piloto. Deveria ser mau tempo, alguma coisa assim.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ele desceu, e o carro estava esperando. Depois, foi para o Aeroporto dos Amarais?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E as caixas estavam onde?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não sei, Deputado. Desculpe-me, Senador.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – As caixas saíram num carro blindado.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É. Eu li pelo jornal, mas não sei. Eu estava a mil quilômetros dessa situação. Quando era Campinas, eram 400km, 500km. Eu apenas cedi o avião, atendendo ao pedido de um amigo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Estou tentado a acreditar que V. Sª, se soubesse que era dinheiro, por razões de Fisco, não cederia o avião. Se soubesse que era bebida, V. Sª mandaria o Sr. Ralf plantar banana. V. Sª não iria... Essa seria uma coisa aberrante.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exatamente. Seria abusado, não é?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Imagino. Eu até disse ao Sr. Poleto: "O Sr. Ralf não era seu amigo". Um amigo não pede ao outro para transportar dinheiro nem bebidas. É futilidade, no segundo caso, e expõe-se o amigo a um risco, a não ser que houvesse de fato um intuito criminoso de mais pessoas.

V. Sª poderia nos relatar quantas vezes cedeu aviões de sua propriedade para uso de pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, à Prefeitura de Ribeirão Preto e ao Governo Federal? Lembra-se aproximadamente de quantas vezes V. Sª os obsequiou?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Fiz uma pesquisa...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Gostaria que V. Sª nominasse quem participou das viagens.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Fiz uma pesquisa. Creio que, na época da campanha, ao Partido dos Trabalhadores, não. Restringia-se mais à solicitação do Ralf. Sei que voou... V. Exª quer os nomes das pessoas?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Sei que voou, de carona comigo, o atual Ministro Palocci. O Ralf voou. Cedi também o avião, e eles voaram por contra própria, sem eu estar presente. Parece-me que tem também anotação do Sr. José Genoíno. Parece-me que José Dirceu também usou o avião, na época da eleição.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Presidente não?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Sª, pessoa física, por meio de suas empresas, já contribuiu financeiramente para campanhas eleitorais?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Já. Campanhas eleitorais o quê? Desculpe-me. Por exemplo, com a campanha do Prefeito de Penápolis, contribuí.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Com outras não?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Sª contribuiu universalmente ou com um Partido determinado?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Oficialmente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – E universalmente?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Como?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – E universalmente? Para mais de um Partido ou para um Partido determinado?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Sou filiado ao PFL. Como moro numa cidade pequena, dei R$40 mil ao PFL e R$10 mil ao PT. Em cidade pequena, não tem muito essa história de Partido. É todo mundo meio conhecido, sabe?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mas o pessoal do PFL, parece-me, não viajava nos seus aviões, pelo que estou vendo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Como?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Quem viajava mais em seus aviões era o pessoal do PT?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Na campanha?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Sim, voou.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Olha aí...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, mas deixa...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É infidelidade partidária, viu, Zé!

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, o senhor está infiltrado no PFL, Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Alguém do PFL voava no seu avião?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não, ele disse que não.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Do PFL, na campanha eleitoral?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sim.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Que eu me lembre, não! Eu cedi o avião...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Só a ele mesmo, que era do PFL.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É um caso de infidelidade partidária.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, eu cedi o avião a Deputados, mas não me recordo de qual Partido. Eu posso citar até o nome dos Deputados que voaram no meu avião.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas nós sabemos o nome do Partido.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Então, o Deputado Mendes Thame voou, o Deputado Júlio Semeghini voou.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Esses são meus companheiros, são do meu Partido.

**O SR. JOSÉ ROBERTO CONALGHI** – Na campanha eleitoral, não é?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Na campanha eleitoral.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quer dizer que o senhor era polivalente?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu não sou poli...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – PSDB, PFL e PT!

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não é. É que são focos diferentes. Eu não me atenho à política assim, só a Penápolis. Entendeu?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mas, veja, Sr. Colnaghi,...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Pois não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor teria alguma coisa a falar sobre a participação de Ralf Barquete, de Rogério Buratti e de Vladimir Poleto no sistema de arrecadação financeira de campanhas do PT?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, eu desconheço.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor tem conhecimento das visitas do Sr. Kurzweil à Angola, inclusive tendo participado de comitiva do Presidente Lula?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu não conheço o Roberto Kurzweil.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Kurzweil.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu não conheço ele. Eu nunca encontrei ele.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não sabe de negócios dele em Angola?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu não o conheço. Eu não o conheço mesmo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor conhece os empresários angolanos, portugueses-angolanos, José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo, conhecido como Vadim, e José Valente de Oliveira Caio, o Caio, que atuam na área de bingos em São Paulo e Belo Horizonte?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, senhor.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não sabe, portanto, que negócios ele teve em Angola?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, senhor.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Saberia que negócios vocês teriam em comum com o Sr. Kurzweil?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não é do meu convívio, não o conheço, não....

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Às vezes, não conhecemos pessoalmente... Eu, por exemplo, não conheci o Jean Paul Sartre, mas li muita coisa dele. Às vezes, sabemos da crônica.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Certo, certo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Tem conhecimento sobre uma possível doação deles ao Partido dos Trabalhadores?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Desconheço.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem! Então, o senhor, portanto, não tem relação com o empresário angolano Valentim Amões? Ou tem?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – E com o Banco do Keve?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. O Banco do Keve... O Presidente do Banco do Keve não tem esse nome. É o Sr. Amílcar Silva.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não, não, não! Eu me referi ao empresário angolano chamado Valentim Amões.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Ramões?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Amões.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Amões. A-m-õ-e-s. E com o Banco do Keve tem alguma relação?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Com o Banco do Keve? Ah, eu sou amigo do pessoal do Banco do Keve. São parece que 30, 40 cotistas. Eu conheço alguns deles e tenho relacionamento, porque eles já nos enviaram...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Comercial? Empresarial?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não. Relacionamento... Eu não fiz negócio com o Banco do Keve, mas nós já usamos da instituição financeira... Nós, não, os clientes que eu já vendi lá usaram para fazer carta de crédito para cá, usaram para fazer transferência para cá, pelo Banco Central.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor nunca transacionou com o Banco do Keve?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Com o Banco do Keve?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Transacionou? Do que o senhor fala?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O que se faz com um Banco. O senhor já utilizou o Banco?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu não tenho conta no Banco do Keve.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Nem o usou para algum dos outros serviços que ele possa prestar?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O que o Senador pergunta é se houve remessa, se o senhor operou com algum empréstimo ou foi endossante de algum empréstimo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Qualquer tipo de atividade que diga respeito ao Banco.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Sr. Senador...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe-me, Senador Arthur Virgílio!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ajuda muito V. Exª!

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, o Banco do keve é um Banco que tem contas de clientes que nós vendemos. Então, ele fazia as transferências, às vezes, ou pelo Banco do Keve, ou pelo BPC.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Para a sua empresa?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exatamente, pelo Banco Central. Tudo certinho!

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pagamento de títulos ou remessa para o exterior?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, para cá. As notas fiscais saíam daqui, tudo daqui. Nós não temos nada...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor conhece o Buratti, conhece o Poleto e conhece o Banco do Keve. O senhor sabia de alguma transação dessas entidades, de muitas pessoas físicas tão ilustres e o Banco do Keve?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, eu acredito que não!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor não sabia?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, eu não sabia. Eu não sabia!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – A Agência Estado informou que uma testemunha teria contado que o Banco Equity seria reativado numa parceria de V. Sª com o Banco do Keve. Segundo as testemunhas, V. Sª teria contatos dentro do Governo de Angola e agia como intermediador de negócios, tendo levado empresários brasileiros para encontros com seu amigo Ministro de Obras. O senhor é amigo do Ministro de Obras?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Tenho amizade com o Ministro de Obras Públicas, isso é verdade, como tenho com outras pessoas lá. Mas eu não intermediava negócio nenhum. Eu trabalho para a Asperbras.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Quando o senhor falar com os seus amigos lá de Angola, transmita a ele meus cumprimentos, porque eles disseram um dia no jornal que uma das metas deles era a de evitarem que Angola se tornasse um País tão corrupto quando o Brasil.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Disseram isso. Isso está no jornal lá, é uma meta deles. E o Itamaraty não se manifestou, parece que assistiu a isso candidamente.

Os dirigentes da GTech acusam o Sr. Buratti de tentar extorquir a empresa em troca da renovação do contrato com a Caixa Econômica Federal. Eles também afirmam que Buratti era muito bem informado sobre as decisões da Caixa Econômica. Um grande número de ligações telefônicas entre Buratti e Barquete, durante os meses de fevereiro, março e abril de 2003, leva a crer que ele era o intermediário na direção da Caixa de seus interesses na renovação do contrato.

O senhor ouviu falar algo sobre a participação do Sr. Buratti ou do Sr. Barquete na renovação desse contrato da Caixa Econômica com a GTech?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Eu desconheço esse assunto. Com referência a esse assunto, eles nunca falaram nada para mim.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O Sr. Buratti informou a esta CPI que a empresa Leão Leão pagava mensalão a algumas prefeituras – no caso de Ribeirão Preto, seria de R$50 mil – e que esse dinheiro seria repassado por Ralf Barquete e seria repassado a Delúbio Soares.

O senhor tinha conhecimento disso?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Eu nunca tive negócio com a prefeitura...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mas pelo menos saber...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não escutei, não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não era uma coisa que se propagava?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não era do meu... Eu tinha mais relacionamento, conversa com o Ralf, que era amigo de infância, e depois com o Vladimir, que ele ajudava o Ralf lá na Banco Prosper. Com o Buratti, eu não tinha muito papo, muita conversa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Algumas das suas empresas já fez repasse de dinheiro ou favores para dirigentes públicos no Brasil ou no exterior?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Como é que é?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Alguma das suas empresas já fez repasses para agentes públicos, ou seja, favores para políticos brasileiros no Brasil ou exterior?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não. Favores o senhor fala...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Por exemplo, ceder avião é um favor.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu fiz e não estou negando.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim. E dinheiro não?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, dinheiro, não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor poderia nos falar sobre o seu sócio na Soft Micro, o Sr. Mário? Qual o papel dele na empresa, qual o seu nível de relacionamento com ele, qual o contado dele com dirigentes públicos ou com políticos?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Praticamente, ele, o irmão e o Paulo Pereira é que tocam a Soft Micro. Eu e meu irmão, através da nossa empresa, em que temos quota, nós não temos nem o controle nem retirada, nada. Eles é que tocam. Então, ele é que faz as prospecções em todas as prefeituras que ele atende. Inclusive, ele foi oferecer o produto na Prefeitura de Ribeirão. Daí é que ele se encontrou com o Ralf e me relatou.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – De que outras empresas ele seria sócio, o Sr. Mário?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu não sei da sociedade dele em outras empresas. Eu tenho duas empresas de que essa empresa nossa, a TEB, é sócia. É a Soft Micro, que era educacional – agora, é tecnologia; mudou o nome fantasia –, e a Tecsis, que é uma empresa pequena.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O relacionamento dele com o Sr. Poleto era ou é profundo?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, eu acho que é normal. Eles tinham mais contato...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Só entre nós dois: o Sr. Poleto esteve aqui outro dia, e manter relacionamento normal com ele é difícil, é um desafio. Pelo que conheci, é um desafio.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Pois é.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ele e o Sr. Santos Neto... O Sr. Santos Neto bebeu R$5 milhões em vinhos caros. Não é brincadeira, não é?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Quem é?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Por muito menos, o George Best, aquele jogador, trocou o fígado! E o outro ficou aqui num clima de *happy hour.* Foi um negócio assim incrível! É que esse **habeas corpus**... Tenho instado muito o nosso Presidente a olhar os limites do **habeas corpus**. Estou interessado em saber da sua participação ou não nesses eventos todos, mas estou muito feliz com sua postura: está aqui para responder, está procurando responder.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Correto.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Esses dois são dois debochados. É uma coisa complicada mesmo! São dois pândegos! Em programa de comediante de TV, eles entram. E, se não houvesse dinheiro público no meio e não houvesse lesão a interesse do povo brasileiro, eu diria que foram dois comediantes que apareceram aqui. Um deles bebeu R$5 milhões em vinhos finos, e o outro se declarou irresponsável, deu uma entrevista à revista **Veja**, bêbado, e ele acha que confissão de bêbado não tem dono. Entendeu? No fundo, é isso. Mas por isso é que digo: o relacionamento dele era normal com o senhor?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eles tinham mais relacionamento que eu. Eu focava muito... A minha vida, nos últimos três anos, eu focava muito... Apesar de eu morar em Penápolis, pouco eu ficava em

Penápolis. Eu focava muito o meu trabalho em vendas em Angola. Então, todo mês, eu ia para Angola. E eu comecei esse trabalho em 2002.

**O SR. ATHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem. Eu vou encerrar. O Senador José Agripino me faz uma correção, dizendo que o ditado não é bem "confissão de bêbado". Então, corrijo: depoimento de bêbado não tem dono.

Obrigado Sr. Presidente. Por ora, era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, não tenho nada a perguntar, porque as perguntas já foram feitas, e, inegavelmente, o depoente demonstra o interesse, aparente pelo menos, de dizer a verdade.

Se ele pudesse dar detalhes do vôo do Sêneca, eu agradeceria, mas, se não puder, de qualquer maneira, eu acho que a confissão normal já foi feita: o senhor emprestou o avião ao PT. O PT o usou daqui com uma pessoa. De Penápolis, veio vazio. Depois, voou com uma pessoa. Depois, para não saltar em São Paulo, saltou em Campinas. E o que o piloto disse ao senhor foi que foi por motivo técnico.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não é motivo técnico, é decisão técnica dele, se o tempo estava ruim ou não. Mas eu posso também, no sentido de colaboração, conversar com o piloto, perguntar para ele especificamente, porque teve também...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Por que ele desceu em Campinas?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exatamente. E também teve...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu, aliás, acho o senhor um homem inteligente, e o senhor já sabe porque ele desceu em Campinas. O senhor não vai perguntar hoje isso ao piloto, porque o piloto deve ter dito ao senhor: "Eu ia para São Paulo, mas fui para Campinas por isso".

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, ele não me disse.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Antonio Carlos, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pois não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só para eu também não fazer pergunta, queria dizer que ele desceu no Aeroporto dos Amarais. Desceu em Campinas e transportou para o dos Amarais, que é um aeroporto pequeno, sem vigilância nenhuma.

Mas eu gostaria de acrescentar à pergunta do Senador o seguinte: qual é o tempo de vôo de um Sêneca até Brasília, passando por Campinas? Era compensador fazer todo esse vôo, se ele podia comprar uma passagem? E ele tinha a passagem. Então, essa é provavelmente a dúvida, porque era um transporte reservado e secreto. Não há outra explicação para todas essas diligências que foram feitas.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Era muito mais fácil ele pagar a passagem. A bebida ia como carga.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu só queria acrescentar isso. Desculpe-me. Acho que é importante a gente saber o porquê disso. O senhor tem um objetivo. Então, temos de saber as circunstâncias que levaram àquele fato finalmente.

Então, o Senador está correto na pergunta, e eu só gostaria de detalhar um pouco, que ele desceu nos Amarais, um aeroporto pequeno, praticamente sem vigilância nenhuma. Só há um guarda lá. Eu já desci lá.

Então, desceu em Viracopos e transportou para o outro aeroporto. Ele não desceu a carga dele em Viracopos, que seria o correto. Se houve qualquer problema técnico, ele teria descido em Cumbica, como desceu em Viracopos, e teria pegado o carro, que não estava lá. Foi para lá, sem ninguém avisar. Pelo menos o depoente aqui disse que estava de fogo, não sei, e fez uma confusão tremenda e disse que ninguém avisou.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Depois, Senador Tuma, se o Poleto soubesse que era bebida mesmo, ele teria bebido. (Risos.)

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas é o que digo: ele gostava de uma Cangibrina e fez um depoimento aqui confuso. Se fosse um uisquezinho, ele teria aberto a caixa e pelo menos meio litro tinha faturado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Sª.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Dr. Colnaghi, o senhor se julga um homem rico?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu não sei o parâmetro de rico, mas...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – É quem tem jato, quem tem avião.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Nós vivemos uma boa vida e trabalhamos muito.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – A evolução patrimonial do senhor vem de quanto tempo? Quando o senhor acumulou maiores ganhos na sua vida profissional?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Olha, eu trabalho desde os 12 anos com meu pai. Com menos de 18 anos, eu lembro, eu comprei uma fazenda junto com ele. Eu não tinha carta de motorista, e ele mandou um motorista me levar para eu fazer um negócio. Então, venho trabalhando desde os 12 anos. Aos 24 anos, eu assumi... Eu e meu irmão – meu irmão acabando os estudos na universidade em São Carlos... Eu assumi os negócios com 24 anos. Eu falo isso, porque era a idade que eu tinha quando meu pai faleceu. E, ao longo dos tempos, sempre com seriedade e muito trabalho – tenho, graças a Deus, tino comercial –, venho nos fortalecendo. Passamos épocas às vezes piores, épocas melhores, mas sempre, graças a Deus, desenvolvendo.

Há nove anos, por exemplo, estivemos presentes no Estado do Rio Grande do Norte na implantação de uma fábrica, porque a gente vislumbrava que, sem essa fábrica lá, não poderíamos ser mais um fornecedor do Nordeste, porque o tubo que a gente fabrica é mais volume e não é peso. Então, um caminhão levava muito volume e pouco valor. Também para suprir as necessidades de uma produção que abastecesse o interior do Brasil – e a Bahia estava desenvolvendo muito –, nós também fomos convidados e implantamos uma fábrica, da qual o Sr. Senador nos deu o prazer da inauguração.

Então, a gente vem trabalhando muito. Nós evoluímos esse patrimônio nosso, sim, mas, nesse último foco meu de trabalho – como o próprio Presidente anterior, Fernando Henrique, falava "ou exportar ou morrer" –, eu pus um olho na exportação também. Então, comecei, em 2002, a já procurar países... Por exemplo, eu não falo inglês fluentemente. Então, já parti para países cuja língua eu já falava, a portuguesa. Foi daí que fui para Angola, Moçambique, Cabo Verde, mais na África.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Venezuela não?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Venezuela ainda não, ainda não. Nós não fomos, porque ainda não temos um ponto de contato, um começo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Dr. Colnaghi, para ser bem franco, o senhor conheceu o Sr. Poleto, conheceu acho que mais o Sr. Ralf Barquete, conheceu o Sr. Buratti. O senhor se julga amigo do Ministro Palocci?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Se eu falar para o senhor que eu troquei com o Ministro Palocci... Foram essas coincidências mesmo, sabe? Eu estive com o Ministro Palocci em alguns vôos que fiz junto com ele. Eu estive com ele...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ele como Ministro ou não, como ex-Ministro?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, na campanha eleitoral e quando ele foi Ministro. Duas vezes eu...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quando Prefeito não?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Eu conheci o hoje Sr. Ministro – acredito – por volta do mês de outubro de 2002, que foi quando o Ralf me apresentou. Ele já não era prefeito.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sua relação maior era com o Poleto, com o Buratti, com o Barquete?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, a relação inicial...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Deixe-me ser mais claro com o senhor.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Pode falar.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Nós estamos aqui fazendo perguntas, indagações, muitas vezes a contragosto. Nós não queremos constranger ninguém.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Está certo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Essa que é a verdade. Mas é nosso dever, nossa obrigação.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Está certo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – E o que nos chega é que o Ministro Palocci teve missões oficiais em Angola, missões às quais o senhor teria comparecido na comitiva.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu estava lá. Eu não fui na comitiva.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – O senhor estava lá?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – O senhor era amigo do Sr. Poleto, do Sr. Buratti, do Sr. Ralf Barquete, pessoas intimamente ligadas ao Ministro Palocci, e o que se está verificando é se houve tráfico de influência em função da sua amizade com essas pessoas, que chamo de "italianos de Ribeirão Preto", pois todos têm sobrenome italiano, com negócios no exterior. E há coisas do tipo: a dívida de Angola renegociada em condições favoráveis; depósito grosso de milhão de dólar na conta do Presidente do Banco Central de Angola. Então, vozes maldosas fazem ilações, e a nossa obrigação é ver se as vozes maldosas produzem ilações verdadeiras ou não.

A nossa obrigação é fazer perguntas para ver se o senhor... Eu lhe confesso que a minha opinião sobre o senhor não é negativa. Eu estava olhando o senhor e estava comentando com o Senador Arthur Virgílio: parece-me um empresário, um lutador, uma pessoa que vem lutando e que, em algum momento, procurou amigos influentes para fazer bons negócios. E aí quero ver se esses amigos fizeram realmente algum tráfico de influência ou não.

O senhor está sendo convocado aqui para prestar depoimento e dar esclarecimentos, até porque os depoimentos anteriores, como o do Sr. Poleto, são incriminatórios, incriminam o Ministro Palocci. Então, tudo o que o senhor disser aqui para esclarecer nesse ramo, nesse rumo, será positivo e correrá a favor do senhor, para lhe colocar fora do constrangimento a que o senhor se referiu no começo desse depoimento.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu lhe agradeço.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – V. Sª disse que se sentia constrangido de estar aqui na presença de pessoas importantes, mas não nessa condição.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É verdade.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Então, tudo o que o senhor disser – "tive vantagens, mas as vantagens foram lícitas; emprestei o avião, porque eu queria chegar a esse objetivo ou aquele outro; eu freqüentei a casa do Lago; eu fiz isso e aquilo, mas não foi como estão dizendo, como a revista **Veja** diz, como a **Folha de S.Paulo** fala; não é assim" –, tudo o que o senhor puder esclarecer em torno da conexão Angola, das três caixas de bebida, que, dizem, continham US$3milhões vindos de Cuba, todos os detalhes que o senhor puder oferecer a esta Comissão correrão a seu favor, desde que sejam coisas que nos esclareçam.

Eu pediria a V. Sª, portanto, que o que pudesse nos dissesse.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Quanto ao caso do avião, vou tentar falar com o piloto sobre o procedimento técnico ou climático, sobre o porquê de ele ter descido em Campinas.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desceu em Viracopos e no Aeroporto dos Amarais.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ambos em Campinas.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Vou também perguntar para ele se essa mudança de aeroporto partiu da iniciativa dele ou se foi a pedido do Vladimir Poleto.

Acho que, nessa participação do avião, eu cedi o avião e não foi ao Partido dos Trabalhadores nada! O Ralf foi meu colega de escola. Fui reapresentado no final de 2002. Ele me fez esse pedido, e eu atendi. Então, eu entrei na história, mas não tenho nada a ver com a história.

Para o senhor ter uma base, eu recebi uma medalha, em Penápolis, chamada medalha Maria Chica, dada a pessoa que eleva o nome da cidade e ajuda. Eu convidei ele para vir, porque fazia 20 ou 30 anos que ele não ia a Penápolis. Isso é que eu tenho com referência ao caso do avião.

Em relação ao caso de Angola, é o seguinte: eu sei dos meus negócios. Vou explicar para o senhor. Não sei onde me encaixo nessas... Por exemplo, eu nunca usei esse limite, que é menor ou maior hoje, que sai no jornal, assim para exportar. Sempre exportamos sempre calçados em carta de crédito com dinheiro angolano. Então, eu não tive assim um... Porque as nossas exportações foram todas calcadas com carta de crédito. Houve uma operação, que o senhor está pedindo...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Isso é exportação de quê, Dr. Colnaghi?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu exportei caminhões, não só caminhão, caminhão agregado com basculante, caminhões com perfurador de poço, caminhões com limpa-fossa, unidades fabris. Então, eu entrei num nicho de mercado lá...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Esse não é o seu negócio habitual?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, eu entrei nesse... Porque, em Angola, hoje, por coincidência de datas, acabou a guerra. Então, em 2002, comecei a ir para lá. Eles precisam de tudo. Eu até estou falando contra mim, porque, daqui a pouco, vai chegar um monte de... Então, eu vou lá, vejo as necessidades das empresas e ofereço nosso produto. O fornecimento para Angola era...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Um minuto só. O negócio principal do senhor qual é?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Hoje o meu mercado de exportação...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Não, antes.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Era fábrica de tubo de PVC, três unidades.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Depois evolui para exportação?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exatamente, porque o mercado interno retraiu.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Na missão a que o senhor compareceu em Angola, foram fechados vários desses negócios de exportação?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não. Foram nessa missão vários empresários de vários se-

tores. Nós não, nós viemos cultivando, formando proposta de várias situações, de vários ramos. E, no meu porte, para cativar a clientela, eu atendia a eles.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – As exportações de equipamento pesado, tipo caminhão basculante, eram negociadas com empresas privadas ou via autoridade angolana?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, com as duas empresas, com as duas formas. Lá, por exemplo, há órgãos de reconstrução e empresas particulares. Por exemplo, vendemos transporte de tanque de combustível; é um exemplo. Então, vendemos para empresas particulares, que nem se faz aqui no Brasil. É igual. Tinha empresa privada e empresa pública.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – O Ministro Palocci, em hora nenhuma, intercedeu em favor de sua empresa, de suas exportações?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Nunca, porque o senhor vê que eu nunca usei uma verba, nunca. Essa exportação conosco foi na raça mesmo, no trabalho mesmo! Não teve mesmo...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – O senhor tem conhecimento desse depósito de US$2,7 milhões na conta do Presidente do Banco Central de Angola? Ouviu falar disso em algum momento?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Não tenho nenhuma ligação com isso. Ouvi falar pela imprensa.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Roberto Colnaghi, os negócios de V. Sª, os projetos, eles receberam financiamento do BNDES?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nunca receberam?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Nunca.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só aquela linha do Banco do Brasil de exportação?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exatamente. Eu já tinha exportado aquela... Eu trabalho com o Banco do Brasil desde a época do meu pai. Então, eu já tinha exportado, já tinha feito a entrega dos produtos. Eu tinha uma carta de crédito na mão emitida por um Banco de Angola, porém confirmada por um Banco de primeira linha.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pode citar o nome dos Bancos, por favor?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Posso, é lógico. Foi emitida pelo Banco Africano de Investimentos (BAI) e foi confirmada pelo Banco Português de Negócios (BPN).

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Trading Bank?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Trading Bank? Não, não. O Banco que confirmou é um Banco português. Por quê? Porque eles saíram da guerra e não têm ainda *rating* nos Bancos brasileiros. Então, eu fiz esse desconto, que foi apenas...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É Banco Internacional de Crédito de Lisboa. É isso?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Banco Português de Negócios.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É porque tem o Banco Internacional de Lisboa também, que participou de outras operações, não as do senhor.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É Banco Português de Negócios.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Roberto, o senhor fez algum negócio com o Banco Prosper?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor falou, no início, sobre aquela questão do Banco angolano, que tinha interesse no Prosper.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Foi Roberto Buratti ou não?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Como é que é?

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi o Rogério?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, o Vladimir Poleto e o Ralf trabalhavam de consultoria no Banco Prosper, e o Banco Prosper era proprietário desse pequeno Banco. O Banco lá de Angola, o Banco Regional do Keve, se interessou, e eu apresentei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem eram os proprietários do Prosper? Quem são os donos do Prosper?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu não tenho ligação com o Banco Prosper. Eu sei...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É aquele grupo Peixoto Guimarães...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu não conheço.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peixoto de Castro. O Presidente é José Edson Menezes.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta, só um esclarecimento? V. Exª me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Há muita denúncia, e os Senadores Arthur Virgílio e José Agripino já se referiram muito a Angola. Parece-me que o Brasil tem uma balança favorável com Angola, e ela está sendo paga por meio de remessa de petróleo cru para a Petrobras. E, depois, há o acerto das diferenças, que os angolanos mandam em dólar. Essas remessas é que tiveram essa movimentação por meio desses Bancos, e aparecem, então, dois angolanos que teriam recebido valores. Deixe-me ver. Aqui estão os nomes. Mas, enfim, eles teriam essas remessas de dinheiro, que foram para o Linking Bank; o outro foi para o Banco português, não esse a que o senhor se referiu, mas outro de Lisboa.

Pergunto – é apenas um informe que chegou a mim ontem – se o senhor conhece um corretor que faria determinadas operações com a Petrobras de nome de Zarzur. É um jovem.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe-me perguntar. É só para eu me situar nessa denúncia que chegou.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Essa conta... Desculpa. É só para tentar ajudar, que nem o Senador Agripino pediu.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É bom saber.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Essa conta de troca de petróleo parece que é conta-petróleo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É conta-petróleo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Nós nunca participamos dela.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim, eu sei. Só estou perguntando, porque o senhor poderia ter conhecimento pela convivência com as autoridades de Angola.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Desconheço.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não seria difícil alguém comentar alguma coisa, até para merecer seu crédito, dizendo que tinha negócios com o Brasil, para melhorar a posição perante V. Sª.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Desculpa, até eu estava... Eu queria só falar que eu fui muito bem recebido em Angola. Pegamos épocas favoráveis na parte comercial, mas eles estão aquecendo o comércio conosco, tanto que, quando comecei a ir para lá, a gente tinha um vôo por semana só, e, hoje, a companhia deles já tem dois vôos por semana. Então, o caminho que eles estão virando para nós, comercial, está bom. Agora, hoje, já estamos perdendo alguns negócios lá em outras áreas. Por exemplo, recentemente, perdi um negócio de vender uns conjuntos de irrigação para Israel. Tentamos vender umas casas pré-fabricadas de chapa, mas não estamos conseguindo, porque os chineses estão levando tudo. Porque tem muito mercado...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É por causa do preço do dólar.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – O preço agora está um pouco... Desculpe-me por eu ter de interferir.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sei que havia grandes empresários portugueses em Angola que dominavam a economia, e, com a guerra, eles saíram. E, depois, afundou. E hoje há uma recuperação econômica.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exatamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E há, eu acho, muitos portugueses investindo novamente lá, não?

**O SR. JOSÉ ROBERTO CONAN** – É verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, tem-se de falar com o Sr. Palocci, com o Banco Central, para baixar os juros.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O senhor pagou alguma comissão para algum agente público em Angola?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Agente público? Não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Porque lá o Governo diz que é normal, que eles cobram uma espécie de corretagem. Ele disse isso – é o jornal **O Globo** –, ou seja, é normal algum agente público que intermediou o negócio com algum agente privado receber um percentual sobre aquilo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Com quem eu atuo e com as empresas com que eu trabalho, não teve isso. Sabe, não é normal. Pelo contrário, quando o meu preço, às vezes, excede – a gente não sabe se por jogada comercial falam que o nosso está mais caro –, eles deixam de comprar da gente e compram de outro.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Então, meus parabéns! O senhor começou vendendo tubos, está nas máquinas pesadas, na exportação, e lá, em Angola, não lhe cobram comissão nenhuma. Meus parabéns!

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Como uma pessoa que não se interessa muito... Eu estava estranhando... Eu sabia, com nenhuma relação com o Banco, eu sabia que o grupo controlador do Prosper

era o grupo Peixoto de Castro, aquele grupo da refinaria de Manguinhos. O senhor não sabia?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não é que eu não sabia. Ele perguntou quais eram os donos do Prosper.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É o grupo Peixoto de Castro.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, eu não me ative a isso, porque eu escutava o Valente falar muito o nome "Totão". É isso que eu escutava.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor apresentou quem a quem? Isso eu não entendi.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu apresentei o seu Amílcar Silva ao Valente, com a intercessão...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eles eram diretores do Banco?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eles eram consultores, ele, o Ralf e o Vladimir Poleto.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Para uma pessoa desligada como o senhor, o senhor está indo muito bem. Meus parabéns!

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não, o senhor está indo bem. Para uma pessoa desligada, que não é tão informada – o senhor não se informa muito sobre o que está em volta –, o senhor está indo muito bem. Meus parabéns! O senhor prosperou na vida. E o pessoal, em Angola, não lhe está cobrando comissão. Pelo que li, isso é um achado, pois parece que isso lá é praxe. Tem de pagar lá.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu acho, Senador, que, devido ao empenho nosso, estamos conseguindo bons valores nas mercadorias que estamos conseguindo para eles, sabe? Então, eu acho que isso também tem a ver com os valores que estamos conseguindo. Hoje, já está mais difícil, devido a essa desvalorização do dólar.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor intermedeia negócios, então?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não. Eu compro...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E revende?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É. Monto e revendo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só produzem tubos?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Tubos nós fabricamos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E o restante? O senhor vê do que eles precisam?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Vejo o que eles precisam, montamos. Se a gente...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É um comércio normal, não é uma indústria que está exportando?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É, porque....

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É a parte comercial só, não é?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exato. É comercial exportadora.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É a negociação de produtos.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – A gente compra de vários fornecedores, monta...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A sede é em Penápolis?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. José Roberto Colnaghi, o senhor relatou que iniciou suas atividades em Penápolis, em uma empresa de tubos de PVC. Em que época iniciou essa atividade? É uma atividade de indústria, é isso?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exato.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em que época a iniciou?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – A gente vem de uma empresa que revendia implementos agrícolas, chamava Colnaghi. E a transição para a fábrica de tubo de PVC, eu não me recordo, mas deve ter sido...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Por volta de... Tem dez anos?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – ...em 1983.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – De 1983.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Em Penápolis.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em Penápolis.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Em Macaíba, tem nove anos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sei.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Em Salvador, tem quatro anos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Aquilo que o senhor tem exportado para Angola e para outros países no exterior é bem mais do que apenas os tubos PVC?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exatamente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Esse é um objeto de produção de sua empresa ou é o que o senhor compra e revende, já que se especializou no setor de exportação?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Correto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Além de produzir, o senhor também...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Compro, compro de vários fornecedores, monto a necessidade e exporto. Agrego valor.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo. E o senhor passou a exportar a partir de que ano?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – De 2003.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – De 2003. Então, foi...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Comecei a negociar em 2002. Foram as primeiras viagens que eu fiz.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em 2002, ainda quando era o Governo Fernando Henrique Cardoso?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É. Foi em 2002.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em 2002, iniciaram-se os entendimentos?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exato.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É de conhecimento público que o Presidente Lula, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, os Ministros Celso Amorim, Luiz Fernando Furlan e outros têm feito grande esforço para desenvolver as exportações brasileiras, inclusive para mercados antes não tradicionais. Por essa razão, pergunto: esse esforço correspondeu também à expansão de suas atividades comerciais para a África, sobretudo para Angola e para outros países? Em quanto se expandiram seus negócios desde 2002, passando por 2003, 2004 e 2005?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – O bom entrosamento dos países facilita para a gente. Porém, nós fizemos as exportações nossas todas baseadas em dinheiro de Angola.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim, mas a minha pergunta é: em quanto aumentou o volume das exportações pelas quais a sua empresa...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Ah, aumentou, é lógico.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas V. Sª nos pode informar o quanto aumentou? Era de zero em 2002. Em 2003, era de quanto? E em 2004 e em 2005? Mesmo que V. Sª diga aproximadamente, só para termos uma idéia.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu acho que foram R$5 milhões, R$10 milhões.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em 2002, em 2003, em 2004 e em 2005?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Em 2004, já foi mais.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quanto?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Deve ter sido por volta de uns R$60 milhões, mais ou menos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, em 2003, foram de R$5 milhões a R$10 milhões. Em 2004, foram R$60 milhões. E em 2005 foi de aproximadamente quanto?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu ainda não tenho essa estimativa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está diminuindo ou aumentando?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Está aumentando.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está aumentando. Devem ser mais de R$60 milhões?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Desses diversos tipos de equipamentos?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Como uma das principais razões do seu comparecimento aqui se refere à questão relativa ao Sr. Ralf Barquete e ao Sr. Vladimir Poleto, embora o senhor já tenha respondido algumas perguntas sobretudo do Relator, vou perguntar somente alguns detalhes. Como o Sr. Ralf Barquete pediu ao senhor para usar o avião? Como foi e quando foi?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Ele pediu para... O senhor não estava aqui. Ele pediu não sei se por meio da minha secretária, por meio do meu sócio ou diretamente para mim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor não se lembra?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Mas eu autorizei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Autorizou?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele avisou que nesse vôo estaria o Sr. Vladimir Poleto?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não avisou?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Ele não citou nome para mim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não citou...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É. Não chegou para mim o nome do passageiro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Citou, em algum momento, para que serviria a viagem, o que seria transportado no avião, se pessoas ou se...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Pessoas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pessoas seriam transportadas?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Pessoas. É.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, ele solicitou emprestado o avião para transportar pessoas?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E algum equipamento, algum pacote em especial?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não. Não me citou nada.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Nunca mencionou isso?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Nada.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em Penápolis, hoje, quantos habitantes são?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – De cinqüenta a sessenta mil.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – De cinqüenta a sessenta mil. Atualmente, o prefeito de Penápolis é do Partido dos Trabalhadores?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É o Sr. João Luís dos Santos?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exato.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas V. Sª mencionou que tem uma relação com pessoas dos mais diversos Partidos, inclusive citou que é filiado ao PFL.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exatamente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Há quanto tempo o senhor é filiado ao PFL?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não me recordo, mas faz tempo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não fique inquieto, Sr. Presidente. Não fique inquieto, porque não vou fazer nada! Só queria perguntar isso, inclusive diante de V. Exª e do Líder do PFL, se me permitem, com o maior respeito. Se o senhor disse que emprestou o avião...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, segundo o Senador Arthur Virgílio, o Sr. Colnaghi está cometendo infidelidade partidária.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Puxa vida!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Está emprestando avião ao PT, financiando campanha do PT.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Só podia emprestar ao PFL, então? Bom, depois há de...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ao PFL é que nunca emprestou, Senador Suplicy! Nunca! Ao PFL é que nunca emprestou! Emprestou ao José Dirceu, ao Palocci, emprestou ao Genoíno, e vou perguntar, quando for a minha vez, quantas vezes. Queria que o senhor, se pudesse, já fosse operando na cabeça quantas vezes, mais ou menos, essa trinca do barulho usou seu avião?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Poderia, então, informar, Sr. José Roberto Colnaghi, se, em alguma ocasião... Eu, por acaso, usei... Vou começar por mim, então! Eu, por acaso, alguma vez, solicitei, viajei...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Disso o senhor deve saber, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, eu sei. Para que a minha argüição seja considerada imparcial, que comece por mim! Então, para algum parlamentar, político, prefeito, governador, presidente do PFL, teria V. Sª alguma vez emprestado um dos seus aviões?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Que eu me recorde, no momento, não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Para a tranqüilidade do Líder do PFL, Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – E para sua decepção, Senador Eduardo Suplicy, para sua profunda decepção.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E para alguém do PSDB, por acaso?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Do PSDB, emprestei. Foi para o Deputado Mendes Thame...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ao qual o senhor já fez referência.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – ...ao qual já fiz referência, e para o Deputado Júlio Semeghini.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E era relacionado a alguma atividade especial? Era alguma missão que eles estavam fazendo que o senhor avaliou...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – E os outros Partidos, Senador? Existem mais Partidos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Estou no PSDB, neste instante. Houve alguma finalidade especial? Eles explicaram por que precisariam fazer a viagem? Era algo especial?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Deslocamento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Era época de campanha eleitoral dessa natureza?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Acho que sim, de campanha eleitoral.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E referia-se à campanha estadual, nacional?

**O SR. JOSÉ ROBERTO CONALGHI** – Olha, isso aí, por exemplo, foi uma vez para um, uma vez para outro. Não é uma coisa...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Corriqueira?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É. Não é uma coisa sistemática. Do que o senhor falou das outras pessoas, não receberam cinco ou seis vezes. Sabe? Não estava assim...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Vou me juntar ao Líder do PFL e perguntar...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – E do PT? Quais foram as circunstâncias? Para José Dirceu, para Palocci, para Genoíno, esses que o senhor citou anteriormente?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Na campanha.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Eles eram, na minha avaliação, *habitués* no seu avião, porque quem usa mais do que uma vez, mais do que duas, é *habitué*. Desinibiu-se da natural inibição de pedir emprestado o avião, quebrou a barreira.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quero ser imparcial com meu colega Líder do PFL. Então, se S. Exª me permitir, vou indagar mais detalhadamente. Com respeito a quais políticos, ministros, parlamentares ou candidatos do PT, em que época houve, digamos, o oferecimento de poder viajar em suas aeronaves? Pergunto isso com respeito às pessoas do meu Partido, do PT, por favor.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Foram essas cinco ou seis viagens de que falei na campanha.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E quais foram as pessoas que viajaram?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Foram essas que o Senador... Desculpa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor pode repetir, por favor?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Foi o Sr. José Genoíno...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Uma vez cada?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Disso não sei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ou foram juntos?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, eu não estava.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não estava?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É. Foi o Sr. Ministro atual, Antonio Palocci.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Durante o tempo em que era Ministro?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, durante o tempo...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Anterior?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Anterior, na campanha.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele era o quê? Prefeito?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, ele estava desligado. Ele já era...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele era coordenador da equipe de governo?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É. Acho que é.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Como Ministro o senhor citou que ele fez algum vôo?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Voou.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Uma vez como Ministro?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Como Ministro. Falei, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Falou que foi mais de uma vez.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Uma vez como Ministro e uma vez antes de ser Ministro?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Duas vezes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Duas vezes. Uma era como Ministro ou não?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Duas vezes enquanto ele era Ministro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo. O senhor se lembra se aí o senhor estava junto?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu estava junto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E o senhor se lembra do motivo da viagem?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Uma vez foi até com esse senhor, o Sr. José Genoíno...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Que saiu de Brasília aqui, e eu dei carona para Ribeirão Preto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Para a minha surpresa, a carona... Eu continuava minha viagem para Penápolis, mas, eu não sei por que motivo, eles pediram, e eu retornei o vôo para cá e daí continuei a minha viagem no mesmo dia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Saiu de onde o vôo?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – O vôo saiu daqui de Brasília e foi para Ribeirão Preto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas, no meio da viagem, eles quiseram voltar?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Exatamente. Aí...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Presidente o chamou, alguma coisa assim?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas não era o Sêneca, não. Era o jatinho.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas ficou estacionado em Ribeirão Preto?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Parou em Ribeirão Preto.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Algumas horas?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Aí eles foram fazer as coisas deles lá.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E o senhor ficou esperando?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu tive de aguardar e voltei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Daí eles voltaram para Brasília?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu achei que o senhor tinha chegado, pousado e voltado.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não, não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu não entendi bem. Eles voltaram para Brasília?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Voltaram para Brasília.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E o senhor foi para Penápolis?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Aí eu vim para Brasília junto e aí eu segui minha viagem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Para Penápolis?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu fui para Lins, eu acho.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Para Lins?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É. Porque Penápolis não tem pista noturna.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo. Foi para Lins, que é perto de Penápolis?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E qual foi o motivo da viagem? Tinha alguma relação com o motivo de seus negócios, por exemplo, de alguma maneira?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não. Foi uma carona mesmo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foi uma carona? Relações de boa vontade?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Assim o senhor qualificaria?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E a outra viagem? Foram duas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Desculpe, não entendi bem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele quer saber a outra viagem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Sª estava explicando. Primeiro, houve uma viagem. Essas são do Ministro Palocci, acompanhado do Presidente do PT, José Genoíno?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Correto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Foram duas. Houve uma anterior...

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Na campanha.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Do Ministro Palocci? Ainda durante a campanha? Foram três viagens. Quais são as outras, por favor?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, o senhor fala do Ministro Palocci?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – De pessoas do PT.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu emprestei o avião e eu soube que andou no avião o Sr. José Dirceu...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Uma vez?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É. Uma vez.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sabe de onde para onde?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, eu não sei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E mais alguém do PT?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não sei falar para o senhor.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É bom perguntar, para depois não ficar o Líder do PFL tão interessado apenas no PT.

Pergunto: e de outros Partidos, do PL, do PDT? Houve também viagens do PP, do PPS, de outros Partidos?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Eu não sei falar para o senhor, porque eu não cedi. Agora, eu tinha um sócio no avião, que era o Bertim de Lins. Então, eu acho que ele cedeu.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Cedeu?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Do frigorífico?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – É. Do frigorífico.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Agora, eu cedi também o meu avião, algumas vezes, em casos de – não é costumeiramente – atender algum... Não é só para político. Alguma pessoa precisava por causa de doença, alguma coisa. Amigo, às vezes. Não é nada com político.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Com respeito ao caso específico de que teriam sido transportados no seu avião recursos monetários em dólares vindos de alguma origem no exterior, o senhor tomou conhecimento mais específico, além do que foi divulgado na imprensa?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não, não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor nunca, por qualquer pessoa, chegou a tomar conhecimento desse assunto.

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não. Soube desse assunto na revista.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, agradeço. Obrigado.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Uma indagação só, Sr. Presidente. Tenho uma dúvida, Dr. Colnaghi. O Sílvio Pereira e o Delúbio foram passageiros do seu avião em algum momento?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Que eu saiba não.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Em momento nenhum?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Que eu saiba não.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ok.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem o senhor os conhece?

**O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Arns, já contatou com alguma informação?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Bem, em primeiro lugar, em relação ao depoente, até não participei dos questionamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª ainda está de férias. Está esquentando os motores.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não, mas, na seqüência, vou inteirar-me também. No meio tempo, saí justamente para fazer os contatos a que fui designado pela CPI. De fato, contatei o Gabinete do Ministro Palocci. Não pude falar com ele, porque estava, inclusive, recebendo pessoas em audiência no Palácio do Planalto, mas, certamente, na seqüência, hoje ainda, consigo conversar com ele.

Sem dúvida, no Gabinete do Ministro, vi um clima de tranqüilidade, de segurança. Relataram também que V. Exª havia entrado em contato com o Ministro nesses dias para acertar a data. Acho que, na verdade, infelizmente, não tenho uma resposta neste momento, mas continuarei empenhado para obter mais informações.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Flávio Arns, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É porque comuniquei a V. Exª – e não queria deixar sigiloso –, mas o Presidente do Banco do Brasil falou comigo, uma pessoa por quem tenho muito respeito, sobre a importância de o Ministro ter o contato com V. Exª para acertarem o dia, visto que, nesse período, eles estão tendo muita dificuldade nesse período, em razão da queda do PIB e da ida do Presidente do Banco do Brasil a uma reunião com 10 Presidentes dos maiores bancos do mundo para soluções.

Pelo menos ele demonstrou e insistiu que não há nenhum sentido em se furtar a vir aqui o Ministro Palocci, mas aí, depois, fica a critério pessoal de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e tenho conhecimento das palavras do Ministro quando aqui esteve e comunicou da vontade de vir. V. Exª agora ratifica, mas, V. Exª não estava presente, tomamos aqui uma decisão, e a CPI solicitou o empenho do Senador Flávio Arns, no sentido de fazer esse entendimento com o Ministro, a fim

de que, até terça-feira, se mantenha a agenda aberta, para que o Ministro possa vir aqui, se o desejar, fazer seu depoimento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, uma breve reflexão sobre esse tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Inclusive, conversei ontem com o Ministro Antonio Palocci, que reiterou a mim a sua disposição de aqui comparecer. V. Exª contará comigo para que seja efetivada, na forma de convite, a presença do Ministro Antonio Palocci, mas acho que há uma informação muito importante para essa decisão da CPI e do próprio Ministro. Qual seja, haverá o esforço de nossa parte.

Eu sei que a CPI tem prazo, no sentido de continuarmos até no ano que vem, mas a pergunta é: por acaso, haverá um esforço de todos nós, para que a CPI possa concluir mais rapidamente os seus trabalhos? Na previsão de V. Exª e da própria Bancada de Oposição, consideram que é vontade de V. Exªs estarem prosseguindo com este trabalho para além de fevereiro? Por quê? Se assim for, será que não seria de bom-senso até, em virtude dos elementos que vêm chegando, que o Ministro Palocci viesse um pouco mais adiante e respondesse as questões sobre os fatos que acabassem sendo levantados daqui até lá?

Por que eu levo em consideração isso? Porque, como o Ministro, nos últimos vinte dias, esteve três vezes no Congresso Nacional, cerca de nove horas aqui no Senado e duas vezes ...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não foi tratado assunto desta CPI. Quero deixar claro ...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Os Parlamentares que quiseram perguntar …

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não vamos insistir nisso. Não vamos aceitar esse argumento já veio duas, três, quatro, dez vezes ao Congresso Nacional, mas, na CPI dos Bingos, ele não veio nenhuma vez.

Então, quero deixar claro de que temos de discutir o que está relacionado à CPI. Não podemos discutir a respeito de outras comissões. Eu bem que o desejaria, mas até o Regimento me impede, porque, como 1º Secretário, não posso participar das Comissões Permanentes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª sabe que sou a favor de que sou a favor de o Ministro vir aqui. É só uma definir um melhor dia para ele vir. Eu sou a favor de que ele venha.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nossa CPI está prorrogada até do dia 25 de abril.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas qual a intenção de V. Exª?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quem determina o final desta CPI é o Relator. Estou aqui esperando que o Relator conclua o seu trabalho. Agora, se o Relator precisar de uma prorrogação, também vou atender a ele.

Veja V. Exª que, para CPI, não se marca dia. São os fatos que levam a CPI a ser prorrogada ou concluída.

Quero deixar claro que não há nenhuma preocupação nossa em relação à questão de o Ministro aceitar ou não o convite. Já fizemos a nossa parte. Estamos tentando mais uma vez, e ficou acertado que o Ministro tinha até 3ª feira para depor como convidado. Caso contrário, vamos colocar um requerimento em votação. Se a maioria da CPI entender que o Ministro deve ser convocado, vamos fazê-lo; se a maioria entender que o Ministro vir aqui, também vamos comunicar ao mesmo que o requerimento não foi aprovado. É uma decisão da maioria. Sou aqui um Juiz. A maioria está nessa bancada aí.

Então, quero deixar claro que o Relator é uma pessoa sensata, um homem sério, e do Partido da base do Governo, que é o PMDB, ok?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sou a favor de que ele venha.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E possamos ver qual o melhor dia para que ele seja convidado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não tem mais dia, Senador. É porque V. Exª não estava aqui, mas ...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, posso fazer um esclarecimento aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pode sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Senador Suplicy consulta os Senadores da Oposição. Eu gostaria de deixar claro, até de foro íntimo, que esta CPI não tem situação, nem Oposição. Ela está designada pelos Partidos, mas com o objetivo de fazer a investigação, como V. Exª tem dado o exemplo aqui. Não poderia dizer que V. Exª está aqui como representante da situação, pois V. Exª tem tomado providências que podem ter provocado raiva no seu Partido.

Então, essa é uma questão de consciência de cada um de nós, no sentido de manter um objetivo da busca.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Com raiva, não. Às vezes, ficam preocupados, mas nunca vi alguém com raiva.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, há o objetivo de se apurar a verdade. Peço desculpas a V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Até 3ª feira, vamos ter a definição.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e ao Dr. José Roberto Colnaghi, aos Drs. Flávio Augusto e Aldo de Campos Costa, seus advogados, pela presença. Agradecemos a presença de V. Sª, pedindo desculpas pelo atraso do início da sessão. Muito obrigado a V. Sª.

*(Levanta-se a reunião às 18 horas e 17 minutos.)*

**Ata da 45ª Reunião, realizada em 13 de dezembro de 2005.**

Aos treze dia do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e cinqüenta e quatro minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Agripino Maia, Valdir Ralpp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Heráclito Fortes, Antero Paes de Barros, Sérgio Zambiasi e Wellington Salgado, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à apreciação de requerimentos e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros informa que tem alguns requerimentos para apresentar e indaga se poderá fazê-lo de imediato. A presidência informa que há acordo de que os requerimentos apresentados serão apreciados após vinte e quatro horas e/ou na sessão seguinte. Coma a palavra o Senador Antero Paes de Barros procede a leitura do enunciado dos requerimentos e os entrega à Mesa. A seguir submete a votação os seguintes requerimentos: Requerimento nº 314/05, de autoria do Senador José Jorge, requer seja convocado o Sr. Evaldo Rui Vicentini, agropecuarista e ex-tesoureiro do PPS, para prestar esclarecimentos a esta CPI.. Em votação, é aprovado. Requerimento nº 310/05, de autoria do Senador Álvaro Dias, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Roberto Carlos Kurweil. Em votação, é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis e 02 (duas) abstenções. Requerimento nº 306/05, de autoria do Senador Álvaro Dias, requer seja convidado a comparecer a esta CPI o Delegado Seccional de Ribeirão Preto, Sr. Benedito Antônio Valencise. Em votação, é aprovado. Requerimento nº 245/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Telecom Net Consultoria, Distribuição e Comercialização Ltda., a partir de 21/10/1999 até a presente data. Em votação, é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Requerimento nº 195/05, de autoria do Senador Romeu Tuma, requer a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico da empresa Rotedali Serviços e Limpeza Urbana, a partir de 2002 até a presente data. Em votação, é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. A seguir, o Senhor Presidente procede a leitura de correspondência enviada pelo ministro da fazenda, Antonio Palocci, pela qual o Senhor Ministro apresenta os motivos por não ter respondido prontamente ao convite para comparecer à Comissão. Usam da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Senadores Tião Viana, Antônio Carlos Magalhães, Flávio Arns, José Jorge, Magno Malta, Antero Paes de Barros, Wellington Salgado, José Agripino Maia, Heráclito Fortes, Eduardo Suplicy, Valdir Raupp e o Relator Senador Garibaldi Alves Filho, para sua considerações. Com a palavra o Senhor Presidente agradece as palavras de apoio recebidas pelos demais membros e informa que após a retomada dos trabalhos da comissão seja na convocação ou nos trabalhos normais o Senhor Ministro será convidado e/ou convocado para depor na primeira semana e submete a votação à proposta apresentada. Em votação, é aprovada por unanimidade. Finalizando o Senhor Presidente convoca reunião administrativa a realizar-se amanhã às doze horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e quinze minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e

apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Srªs e Srs. Senadores, a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação propondo a dispensa da leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Há alguns requerimentos a serem votados, Srªs e Srs. Senadores, alguns deles ainda em caso de quebra de sigilo. Vamos esperar o aumento de quórum.

Quero...

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador Antero.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma indagação, é a primeira reunião da qual eu participo da CPI.

Eu tenho vários requerimentos a apresentar. Posso fazê-lo nesse instante, apresentando os requerimentos, lendo apenas o enunciado desses requerimentos. Faço um apelo a V. Exª. Se não formos ter uma outra reunião de deliberação a respeito dos assuntos que vou propor, pediria a V. Exª ver se poderia incluir esses requerimentos, ou se essa não tem sido a praxe na reunião dinda de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A praxe tem sido de 24 horas, mas V. Exª pode enviar os requerimentos à Mesa. Passaremos depois a ler esses requerimentos. Se houver entendimento, votaremos esses requerimentos.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sr. Presidente, farei, então, uma exposição sucinta.

Estou apresentando requerimento nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição e da Lei nº 1.579/52, requerendo que seja solicitado ao Coaf o encaminhamento do relatório no qual sejam apresentadas todas as operações registradas em nome do Sr. Paulo Okamoto, inclusive aquela na qual haveria uma triangulação com o PT, conforme noticiado no Jornal **Folha de S.Paulo** em relação a pagamento de empréstimo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Também, Sr. Presidente, estou fazendo um requerimento no sentido de que sejam encaminhadas a esta Comissão as transferências dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Presidente do Sebrae, Sr. Paulo Okamoto.

Da mesma forma, Sr. Presidente, estou requerendo a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da Srª Dalva, que é esposa do Presidente do Sebrae, Sr. Paulo Okamoto. Porque, na justificativa – eu li a justificativa dele a esta CPMI – ele fala que parte dos recursos utilizados para pagamento daquele empréstimo ao Sr. Luiz Inácio, Presidente da República, saiu das contas da sua esposa.

Também estou fazendo requerimento no sentido de que seja convocado a comparecer a esta CPMI para uma oitiva e também para uma acareação o Sr. José Carlos Espinoza para a oitiva. Ele é segurança pessoal do Presidente Lula, bem como para uma acareação entre ele e a Srª Mara Gabrilli, Secretária Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da Prefeitura de São Paulo. Isso é conseqüência também do depoimento feito pela Srª Mara a esta Comissão.

E também, Sr. Presidente, estou fazendo um requerimento para que seja solicitado ao Ministério Público do Estado de São Paulo para que promova a oitiva do ex-Deputado José Dirceu de Oliveira e Silva, bem como seja encaminha da a esta CPI cópia do referido depoimento.

São os requerimentos que apresento a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço.

Vamos receber e devo comunicar a V. Exª que, no dia de amanhã, ainda teremos uma reunião administrativa e, para que se cumpra o entendimento feito nesta Casa, votaremos todos os requerimentos no dia de amanhã.

Tenho em mãos aqui requerimentos do Senador José Jorge, que requer, nos termos regimentais, seja convocado o Sr. Evaldo Rui Vicentini para prestar esclarecimentos a esta CPI das denúncias publicadas na imprensa no último dia 12.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir usar a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Acho que já há **quorum** para votar requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias. Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requer a transferência dos sigilos fiscais, bancários e telefônicos do Sr. Roberto Carlos Crúzel. O empresário Roberto Carlos se encontra convocado e com problema de saúde, um problema no dedão do pé e não tem vindo em função de um atestado médico.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Votos SIM: 08.

Abstenções: 2.

Aprovado.

Do Senador Alvaro Dias. Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição, bem como dos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requer que seja convidado a comparecer a esta CPI o delegado seccional de Ribeirão Preto, Sr. Benedito Antônio Valencis.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Do Senador Garibaldi Alves Filho.

Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, o Sr. Relator requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Telecom Net Consultoria, Distribuição e Comercialização Ltda. Ainda sobre o caso da GTech.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Votos SIM: 11.

Aprovado.

Do Senador Romeu Tuma.

De acordo com o art. 58 da Constituição Federal, requer que seja feita a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Rotedalis, Serviços e Limpeza Urbana.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Votaram "SIM" 11 Srs. Senadores.

Aprovado.

Srs. Senadores, Srª Senadora, há outro requerimento que se encontra em pauta. Trata-se do requerimento de convocação do Ministro Antonio Palocci.

Informo a V. Exªs que recebi, na data de hoje, carta do Ministro Palocci, dirigida ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que vou ler para que V. Exªs dela tenham conhecimento.

A carta está vazada nos seguintes termos:

"A S. Exª, Sr. Senador Efraim Morais, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Assunto: esclarecimentos ao Congresso Nacional.

Sr. Presidente, como é do conhecimento de V. Exª, as últimas semanas foram mim e para o Ministério que tenho a honra de dirigir um período de intenso e proveitoso diálogo com o Congresso Nacional. Além de comparecer à Comissão Especial do Fundeb, na Câmara dos Deputados, a fim de tratar de projetos tão importantes para o desenvolvimento da Educação no Brasil, participei de audiências públicas também na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, bem como na Comissão de Finanças e Tributação na Câmara dos Deputados. Ao todo, foram cerca de 25 horas de debate, ao mesmo tempo abrangente e detalhado, sobre aspectos dos mais variados, de ampla gama de questões que, de um modo ou de outro, estão afetas à área de atuação do Ministério da Fazenda.

Como também sabe V. Exª, exceto na Comissão Especial do Fundeb, onde a pauta era, por definição, mais circunscrita, afirmei, logo no início, das minhas exposições à disposição de responder a perguntas e prestar esclarecimento a respeito de todos os assuntos sobre os quais os Parlamentares presentes desejassem inquirir-me, mesmo aqueles não pertinentes seja aos requerimentos que me levaram às audiências públicas em causa, seja ao exercício de minhas funções como Ministro da Fazenda. Respondi, em ambas as ocasiões – CAE, Senado Federal e CFT, Câmara dos Deputados – a todas as perguntas que me foram dirigidas.

Para quem, como eu, se orgulha de poder incluir no currículo três mandatos parlamentares de Vereador, Deputado Estadual e Federal pelo meu Estado de São Paulo, as referidas audiências públicas só fizeram reforçar a profunda convicção com que procuro cumprir a minha parte no exercício das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, tais como prescritas na letra e no espírito da Constituição e exigidas pelo conjunto da sociedade brasileira.

É esse o ânimo com que reitero, neste momento, a V. Exª a minha disposição permanente de prestar os esclarecimentos que se façam necessários sobre toda e qualquer questão, vinculada ou não ao cargo que hoje ocupo sempre que solicitado pelo Congresso Nacional. Não posso, entretanto, deixar de pedir-lhe compreensão para o fato sabido, por ser inerente à própria função, de que minhas obrigações exigem freqüentes viagens nacionais e internacionais – cuja eventual reprogramação acarreta ônus de vários tipos – que me afastam de Brasília. É o que ocorrerá, por exemplo, nesta semana, durante a qual cumprirei importantes agendas em São Paulo e no Rio de Janeiro, para, entre outros objetivos, tratar com lideranças representativas do empresariado brasileiro de temas essenciais de nossa economia.

Estou pronto, repito, observado esse aspecto incontornável do exercício de minhas funções como Ministro da Fazenda, a dialogar com as várias instâncias

do Congresso Nacional e a prestar as informações e esclarecimentos que seus membros julguem necessários ou oportuno requerer.

No que se refere à CPI dos Bingos, pertence à esfera de avaliação e decisão dos Senadores que a integram a necessidade de meu comparecimento. Penso que os membros da comissão, sob a Presidência de V. Exª, estarão em melhores condições para, oportunamente, deliberar e decidir sobre minha eventual presença.

Atenciosamente,

Antonio Palocci Filho

Ministro de Estado da Fazenda"

É esta a carta que recebi no dia de hoje das mãos do Senador Tião Viana, em que o Ministro, com certeza, justifica-se em relação à sua ausência no que se refere ao convite feito por esta CPI. Temos em mãos este requerimento. Vamos discuti-lo para que possamos, então, tomar posições.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de dizer do respeito que tenho pela atenção e pela consideração que o Ministro Antonio Palocci externou a V. Exª. Foi um gesto – diria com muita tranqüilidade – de humildade do Ministro de Estado da Fazenda, ao reafirmar, de maneira inequívoca, o seu compromisso de fazer todo e qualquer esclarecimento que se faça necessário aos Srs. Senadores da CPMI dos Bingos. S. Exª entende que as motivações e os debates que têm ocorrido têm levado a essa necessidade. Em nenhum momento, S. Exª se distancia do respeito que deve ter em sanar as dúvidas dos Srs. Senadores da CPMI. S. Exª faz apenas uma ponderação que está vinculada a três vindas suas nos últimos 30 dias, principalmente um depoimento de mais de 24 horas às Comissões do Congresso Nacional, debatendo política econômica.

V. Exª lembra que, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Pedro Simon abriu um leque de perguntas de toda natureza, S. Exª respondeu a tudo e, ao mesmo tempo, S. Exª disse que virá e quer vir. Só pede a compreensão dos Srs. Senadores para que isso ocorra no início do ano legislativo, com a convocação ou não.

Então, observem a decisão de atender, com a maior satisfação, com a maior responsabilidade, aquilo que a Comissão julga necessário, como expresso na carta. Em todo o momento, S. Exª reafirma a autoridade do juízo que têm os Senadores membros da CPMI de decidir pela sua vinda.

Então, eu só tenho, neste momento, a externar o agradecimento, em nome da Base de Apoio do governo, pela compreensão que a CPMI possa ter de um momento de difícil compromisso do Ministro Palocci em estar aqui e a possibilidade de vir nas próximas semanas para sanar toda e qualquer dúvida. O Ministro, ainda, pediu que eu deixasse muito claro que não haverá um milímetro sequer de decepção de qualquer membro da CPMI em compreender o seu gesto de vinda até aqui.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço aos Srs. Senadores pela compreensão sobre a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, prestigiar a Comissão e principalmente o seu Presidente é o objetivo de todos nós, em particular os de seu Partido. Prestigiarei V. Exª de qualquer jeito. Entretanto, V. Exª sai muito prestigiado com esta carta que lhe foi enviada pelo Ministro Antonio Palocci. V. Exª deve compreender a posição do Ministro e, com a força que V. Exª tem nesta Comissão e com seus companheiros, deve entender o momento que o Ministro atravessa e os seus afazeres profissionais nesta oportunidade. Portanto, acho que o gesto de grandeza de V. Ex.ª, se vier a aceitar os termos da carta, tenho a impressão que só faz em grande selo e fortalecer a CPI.

Deste modo V. Ex.ª comanda, mas se puder aceitar vou ficar muito feliz porque V. Ex.ª dá uma prova de força e, ao mesmo tempo, de grandeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex.ª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que lastimo que estejamos neste último mês discutindo a questão de convocação ou convite do Sr. Ministro.

No meu ponto de vista, quando o Ministro esteve aqui prestando os esclarecimentos a que V. Ex.ª se referiu lendo a carta do Sr. Ministro, diria que ele já deveria ter vindo à CPI também para dar todos os esclarecimentos necessários porque encerraria, naquela ocasião, o ciclo de debates necessários neste momento no Congresso Nacional.

Houve depois o compromisso de vir até o dia 10 de dezembro, como V. Ex.ª se referiu na semana passada, e isso também não aconteceu. V. Ex.ª pediu, na reunião passada que eu ajudasse a dialogar com o Ministro para que esse problema fosse ultrapassado no sentido de se evitar, de ser uma deferência que é

a palavra que o Sr. Relator vem usando para haver o convite e não a convocação.

Tive, naquele dia, várias dificuldades para falar com o Ministro e eu mesmo disse "olha, o Presidente acabou de relator na CPI que ele teve várias dificuldades para obter uma resposta do Sr. Ministro e essa dificuldade que estou tendo aqui é para reforçar a posição externada pelo Sr. Presidente na reunião da própria Comissão Parlamentar de Inquérito.

Falei com o Sr. Ministro na seqüência e discutimos porque havia as notícias, as mais variadas, e eu disse que seria importante, de acordo com o posicionamento da CPI, que houvesse uma formalização dessa posição, externando a verdade de que havia sido difícil essa audiência acontecer no final do ano e se colocando à disposição da CPI para que, na primeira oportunidade, esse esclarecimento acontecesse e a carta reflete esse ponto de vista.

Quero só dizer que, no meu ponto de vista, da parte de V. Ex.ª, como Presidente, e da parte do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, realmente houve esforço, houve a busca desse entendimento, houve a abertura de todas as possibilidades e, nesse sentido, creio que estaríamos só prorrogando esse desejo de que a participação do Ministro venha através de um convite e não através de uma convocação.

Lastimamos que isso não tenha sido feito e esclarecido de uma vez por todas há algum tempo. Creio que, se de V. Ex.ª houver o entendimento como também do Sr. Relator, que isso possa ser feito ainda como convite no início do próximo ano, seja no período de convocação extraordinária caso aconteça ou do ano legislativo normal, acho que seria novamente um gesto importante que vem sendo enfatizado nesta CPI de se buscar esse entendimento, esse diálogo, essa deferência para que esses esclarecimentos sejam prestados.

Creio que o documento embasa essa possibilidade de buscarmos ainda o diálogo e a conversa para que o Ministro venha no próximo ano e encerre, de uma vez por todas, essa discussão de convocação ou convite. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex.ª, Senador Flávio Arns e concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, preliminarmente, peço licença a V. Exª e ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, para relatar como representei V. Exª e o Relator no ato público que se realizou na Faculdade de Direito do Estado de São Paulo. Foi um ato que contou com presença maciça, organizado pelo Professor Miguel Reale Júnior, a que estiveram presentes vários Parlamentares e várias autoridades, inclusive o Presidente da Ordem dos Advogados.

Eu queria dizer que ambos foram muito aplaudidos por todos os presentes, num elogio maciço das condutas que as duas CPIs estão tendo perante a Nação brasileira.

Então, eu queria transmitir a V. Exª o agradecimento por ter me designado para representá-los e dizer que foi de alto interesse público a realização do ato.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós agradecemos V. Exª, o Relator, eu e toda a CPI, por representar esta comissão.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu queria dizer que fomos grandemente aplaudidos e o Deputado Osmar Serraglio foi ovacionado, em razão de ter sido rotulada, preliminarmente, a CPMI dos Correios, de chapa branca. Hoje, com o trabalho do relatores e dos sub-relatores, pode-se ver que é uma CPMI que está buscando realmente todas as fraudes que foram praticadas.

Agora, sobre a carta, acho importante aquilo a que o Senador Antonio Carlos se referiu. Eu me pergunto sempre qual é a postura do Presidente. Quem tem que ser respeitada é a pessoa do Presidente, pela colocação que foi feita, preliminarmente, de não aceitar, de forma nenhuma, o convite. Pelo menos foi o que se passou aqui.

Em tese, o Senador Tião Viana tem se colocado de uma forma elegante, correta, de respeito, então a palavra dele soa suavemente em nossos ouvidos, por essa postura ética que ele tem tido aqui.

Mas eu sempre disse a V. Exª, como disse a outros membros, que o depoimento em outras comissões – o Senador José Agripino sabe o meu pensamento – não tem valor para a CPI. O depoimento feito em comissões temáticas, permanentes, vai explicar assuntos referentes às comissões. Agora, responder às acusações, que se prolongaram, feitas por ex-assessores dele, acho que é interesse do próprio Ministro.

Eu tenho certeza, Senador Antonio Carlos, de que ele não quer deixar de vir aqui, até para poder mostrar que houve, talvez, como dizem os jornais, algumas mentiras a respeito do seu comportamento. Então, é claro que V. Exª tem que se sentir prestigiado pela carta, caso contrário fica difícil, para nós, aceitá-la, porque V. Exª é que lutou muito por essa vinda. E é claro que com o Presidente do Banco do Brasil falei que era importante que o Ministro entrasse, de alguma forma, em contato com V. Exª, para mostrar que não estava fugindo à responsabilidade de comparecer a esta comissão, e me parece que essa carta fortalece essa tese.

Peço desculpa por ter usado da palavra, e agradeço a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Exª e quero reiterar os agradecimentos de toda a comissão a V. Exª, pela missão para a qual V. Exª foi designado, e que, com certeza, foi bem cumprida.

Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu estou aqui com uma carta do Ministro Palocci, efetivamente uma carta... A assessora me deu uma cópia, porque eu me sento atrás e fico perto da assessoria.

Na realidade, Sr. Presidente, é uma carta elegante, sem dúvida, o Ministro Palocci sempre tem sido elegante com o Congresso, os Senadores Tião Viana e Flávio Arns são mais elegantes ainda, mais tranqüilos ainda – eu me lembro sempre do Senador Flávio Arns.

Então, Sr. Presidente, eu acho que, desse ponto de vista, todo mundo é muito elegante. Acontece que temos que dar uma resposta à sociedade. E amanhã, esse pessoal que está todo aí atrás, que vai escrever no jornal, vai ser binário, vai dizer sim ou não. Palocci vem ou Palocci não vem. Isso é que eles vão dizer. Porque temos uma linguagem muito mais sofisticada, somos Parlamentares há muitos anos. Mas as pessoas que lêem o jornal não entendem essas firulas, vamos dizer assim. Então, na verdade, se amanhã aceitarmos a carta do Ministro Palocci, o que vai se dizer é: Palocci não vem à CPI. Porque, se eu fosse jornalista, seria isso o que eu escreveria.

Tive o trabalho de elencar 13 pontos que acho que o Ministro Palocci poderia esclarecer aqui na nossa CPI que não foram esclarecidos, quando ele veio na CAE, porque não era um tema específico...

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha)**

Eu pedira a V. Exª, Sr. Presidente, que pedisse a atenção da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Srs. Senadores, temos um orador na tribuna. Solicito a V. Exªs silêncio.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Estou esperando que façam silêncio, para eu poder falar.

Então, Sr. Presidente, fiz uma relação...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu queria, Senador José Jorge, só fazer o registro da presença desses jovens, dessas crianças da Escola Classe Varjão do Distrito Federal. Queríamos agradecer a presença de vocês e nosso obrigado por nos prestigiar com a presença de vocês.

Senador José Jorge.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Os estudantes têm feito diversas perguntas a respeito do que é a CPI, o que é Caixa 2, por que alguns políticos eventualmente cometem corrupção. Achei que seria oportuno convidá-los para virem o que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, Presidente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, por economia processual, sugeriria que V. Exª designasse o Senador Suplicy para, na sala ao lado, mostrar a esses estudantes todos esses questionamentos que eles estão em dúvida. Tenho a impressão de que o Senador Suplicy, com sua maneira pedagógica de se expressar, vai prestar um grande ensinamento a essas crianças que já hoje se preocupam com o "mensalão" e com questões dessa natureza.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a sugestão de V. Exª, mas volto a palavra ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, infelizmente fui muito interrompido, meu raciocínio ficou um pouco prejudicado.

Mas, na realidade, levantei 13 pontos, para não haver assim uma idéia de que estamos querendo chamar o Ministro Palocci nesta CPI por perseguição, ou por qualquer coisa que seja.

Primeiro, ele foi acusado pelo seu assessor Buratti de receber propina quando era Prefeito de Ribeirão Preto. Isso ele tem que explicar, mesmo porque já está provada a retirada de dinheiro da empresa Leão & Leão.

Segundo, explicar a atuação do seu assessor direto Ralf Barquette, que foi seu Secretário junto à empresa Leão & Leão, que é a maior beneficiária das licitações da Prefeitura de Ribeirão Preto.

Terceiro, explicar a atuação da Caixa Econômica, que diz seu amigo Buratti, na renovação de contrato com a GTech.

Quarto, esclarecer os 1.434 telefonemas entre seu secretário particular, Ademirson Ariovaldo, e seu amigo Poleto, que ligava diretamente para o celular do Ministro. O Sr. Ademirson Ariovaldo atende o celular do Ministro.

Quinto, confirmar a declaração de seu amigo Poleto, que confessou à **Veja** o transporte de dólar de Cuba em caixa de uísque, que já está praticamente comprovado o vôo, a chegada no aeroporto, tudo direitinho.

Sexto, explicar o destino de um milhão recebido de empresários angolanos para a campanha de Lula.

Sétimo, elucidar a relação de seu irmão Ademar Palocci junto à Seguradora Interbrasil para alimentar o Caixa 2 do PT em Goiânia.

Oitavo, prestar contas da retirada que o seu subordinado, Presidente da Casa da Moeda, fazia das contas de Marcos Valério. É a primeira vez no Brasil, Sr. Presidente, que vemos um presidente da Casa da

Moeda envolvido em corrupção. É praticamente macaco tomando conta de banana.

Nono, desvendar o esquema de corrupção que imperava no IRB, entidade vinculada ao Ministério da Fazenda.

Décimo, explicar o motivo da demissão do seu chefe de gabinete Juscelino Dourado, que, depois de vir aqui na CPI, no outro dia foi demitido.

Décimo primeiro, justificar os dez milhões que foram desviados do Banco do Brasil para o "valerioduto" por meio da Visanet. O Banco do Brasil é subordinado ao Ministério da Fazenda.

Décimo segundo, responder as nove suspeitas de irregularidades na sua administração na Prefeitura de Ribeirão Preto, que já foram levantadas pelo Ministério Público Federal.

Décimo terceiro, elucidar se tinha conhecimento de que o Código de Conduta Federal proíbe a Ministro de Estado passear em jatinhos, em aviões de empresários amigos.

Portanto, Sr. Presidente, não é que tenhamos marcação ou que estejamos perseguindo do Ministro Palocci, é que há muitos assuntos que S. Exª deve responder aqui nesta CPI. Dessa forma, acho que não me cabe decidir por V. Exª se aceita ou não a carta, mas acho que temos de ficar sabendo que, se hoje não aprovarmos o convite ou a convocação do Ministro Palocci, amanhã todos os jornais vão dar na primeira página que o Ministro Palocci não virá á CPI dos Bingos.

Era isso. Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos antes, Senador, seguir uma lista de inscrição, e V. Exª já está inscrito, eu já o inscrevi.

Senador Magno Malta, V. Exª tem a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Srs Senadores, a minha fala será mais ou menos na linha do raciocínio do Senador Antonio Carlos, até porque acompanhamos desde o primeiro momento, não vou reiterar a esta Comissão, porque diversas vezes já falei a respeito da minha posição e da minha crença sobre essa convocação e do que isso pode ensejar e da minha crença no fato até, vou reiterar o que digo sempre, quem escreveu o fato determinado fui eu.

Com respeito a V. Exª, o Presidente que designamos para que pudesse tratar da questão com o Ministro e na última reunião...

Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Estava ouvindo V. Exª.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Não é só para... Não é nem V. Exª, é o silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Silêncio, eu estava em silêncio. Mas solicito aos Srs. Senadores e aos Assessores silêncio para que possamos ouvir o orador.

Oportunidade em que agradeço aos jovens pela presença e terei a maior alegria em poder conversar com eles após o término desta reunião.

V. Exª tem a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Imaginando, Sr. Presidente, que de fato o que deveríamos fazer era um convite ao Ministro, quando vivíamos um momento de impasse entre convocação ou convite, e acabamos tendo o entendimento de que o Ministro deveria ser convocado, e a CPI delegou a V. Exª que fizesse esse entendimento com o Ministro, que acabou não vindo... Tivemos uma outra reunião e aí revelei a minha tristeza porque entendi que, uma vez convidado, e o Ministro disse que viria com o convite, e agora dizendo não vir mais, mesmo com o convite, porque o que valia ali era a palavra empenhada... E aí os pontos aqui apresentados pelo Senador José Jorge, agora na fala do Senador, Sr. Presidente, imagino que a carta feita a V. Exª, com as ponderações feitas pelo Ministro, não vejo qualquer tipo de problema, uma vez que S. Exª reitera agora por escrito e assina dizendo que virá com um convite, numa oportunidade adiante.

Aí lembraria que temos "n" requerimentos votados de outras pessoas que também devem explicação a esta Comissão, requerimentos que estão protelados em função até de a própria CPI estar protelada, estar prorrogada.

Há tempo hábil e haverá tempo hábil para se ouvir o Sr. Ministro.

Então pondero a V. Exª que, com base no que está dito na carta, na disposição do Ministro e na assinatura do Ministro assumindo o compromisso, e acho que esta carta reitera o respeito a V. Exª e à Comissão, embora entendendo eu que a convocação do Ministro Palocci não tem nada a ver com o fato determinado desta CPI que escrevi, entendo que V. Exª, com o respeito que lhe tenho e mantenho, com a nossa amizade, que V. Exª pudesse considerar a carta do Ministro e realmente manter um entendimento para que S. Exª viesse à Comissão, quando ela voltar aos seus trabalhos, possivelmente após o dia 15 de janeiro, como imagino seja o entendimento para que retomemos os trabalhos da Casa como um todo.

Por isso, vejo nessa carta um bom gesto, assinada por quem a escreveu, a disposição de vir a esta Casa. Por isso, não vejo a necessidade de uma sangria desatada, de ter de trazê-lo de qualquer maneira de

hoje para amanhã. Por isso, conclamo o bom senso de V. Exª, que é muito grande, no sentido de que acate a carta do Ministro e que V. Exª, com a liberdade e autoridade que esta Comissão lhe deu, continue a conversar com ele no sentido de que nós possamos ouvi-lo a partir de janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria apresentar um breve histórico sobre esse episódio, antes, dizendo que defendo que a decisão seja de V. Exª, até porque anteriormente, a Comissão já deliberou no sentido de que V. Exª decida o assunto.

Também, creio, que é preciso rememorar essa história. O Ministro Antonio Palocci, quando veio à Comissão de Assuntos Econômicos, foi feita uma articulação política entre o PSDB e o PFL no sentido de prestigiamento a V. Exª para que não fosse indagado do Ministro Palocci assuntos que deveriam ser indagados exclusivamente nesta Comissão. Foi isso, inteiramente isso, que ocorreu na Comissão de Assuntos Econômicos. O Ministro é um Ministro elegante, é educado, é um Ministro de bom relacionamento. Todas as vindas dele ao Congresso Nacional ele se sai bem, sabe dialogar, sabe conversar, mas escreve inverdades na carta. Ele escreve na carta, por exemplo, que esteve na Comissão de Assuntos Econômicos e se colocou à disposição para responder a quaisquer perguntas. É só meia verdade. Que ele se colocou à disposição é verdade. Agora, que havia uma deliberação no sentido de que ele viesse à CPI também era uma outra verdade.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone.)* Mas, evidentemente, o Ministro não sabe sobre a deliberação dos nossos partidos . Então se pôs à disposição do ponto de vista geral.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Lá. Como se colocou lá também à disposição. É verdade. Então, estou dizendo que isso é verdade.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas ele não tem culpa.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Como não?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Porque não lhe perguntaram...

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Mas a culpa está no que vou dizer agora, porque lá, também ele disse que viria. É só isso. Lá ele também disse que viria e depois ficou acertado aqui que seria até o final do ano. Eu não vou me ater a essa questão de data. Para mim, acho que essas coisas não são assim. Pode ser no ano que vem, não tem problema. Depende do Presidente. O que estou defendendo é que o Presidente delibere. A minha posição de não indagar lá, na CAE, foi em razão da solidariedade a V. Exª e a esta CPI. A minha posição hoje é em solidariedade a V. Exª, mas, para vir no ano que vem, não pode – e eu acho que o Senador José Jorge está absolutamente correto – terminar esta sessão sem que seja marcada a data do ano que vem, porque se depender do Ministro, essas crianças precisam ser orientadas a ler Monteiro Lobato. O Ministro quer ser o Pedro Malazarte da política, porque o Pedro Malazarte é uma figura do Monteiro Lobato que escreveu muito para as crianças brasileiras onde ele tinha essa capacidade, era experto em enganar as pessoas. O Ministro quer ser experto em enganar o Congresso Nacional.

Penso que fica a decisão para V. Exª. Se V. Exª decidir que é o ano que vem, na minha opinião, está muito bem decidido, até porque depois de amanhã ou amanhã termina o prazo normal, constitucional de funcionamento do Congresso. Só que temos de marcar a data, porque se depender do Ministro, só tem duas datas que ele quer, 31 de fevereiro ou dia de São Nunca. E nenhuma das duas datas serve para o Congresso Nacional. Eu penso que ele tem explicações a dar e penso que ele tem tudo a ver com os fatos determinados, já discutidos nesta CPI.

O Governo Lula tem tudo a ver com todos esses fatos determinados. Mandou uma mensagem para cá, para legalizar o bingo. Quem controla os jogos no Brasil é a Caixa Econômica Federal, ligada ao Ministro. A questão dos angolanos já ditos aqui na CPI, de arrecadação de campanha, dinheiro do Bingo. Tudo isso já foi aqui, e tudo isso vai contra o objeto desta CPI. Mas não entendo como sangria desatada, entendo apenas o seguinte: quem tem que sair prestigiado é V. Exª. E o meu posicionamento é de que V. Exª utilize a deliberação que o Plenário já deu no sentido de que V. Exª marque. Também não entendo que tem que ser convocado. Pode ser convidado, mas é preciso ter a data hoje. Ainda que seja para o ano que vem, é preciso que o Brasil saiba hoje que virá no ano que vem. É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço, Senador Antero Paes de Barros, o esclarecimento de V. Exª.

Tem a palavra o Senador Wellington.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, queria fazer uma colocação. V. Exª sabe muito bem que faço parte do PMDB pela governabilidade. Outro dia, ouvi um pronunciamento de V. Exª em que V. Exª colocava que, pela sua atuação, representando o Senado

aqui, porque foi escolhido como Presidente pelo grupo, e aqui V. Exª coloca tudo em votação, V. Exª estaria sofrendo pressão sobre liberação de emenda de V. Exª. Eu queria dizer o seguinte: sou totalmente contra isso. V. Exª tem se colocado muito bem aqui, na CPI, tem conduzido os trabalhos da melhor maneira possível no Senado. Quero dizer para V. Exª o seguinte: o que V. Exª decidir terá o meu voto a favor, porque V. Exª aqui representa o Senado. E aqui está sendo discutido o Senado. Agora, não podem é, no momento em que V. Exª é escolhido para representar o Senado, para conduzir uma CPI, às vezes, a conta vem somente para V. Exª. A conta tem que ser dividida entre todos nós. Não pode, simplesmente, V. Exª estar pagando a conta da situação aqui. Se tiver uma parte minha, pode calcular e mandar também. Vamos ser os responsáveis. Ouvi V. Exª fazer um pronunciamento. Não concordo com esse tipo de atitude. Tenho visto como V. Exª conduz a CPI, sempre discutindo, sempre colocando em votação, não perseguindo ninguém. Agora, V. Exª faz com que as pessoas respeitem o Senado. E têm que respeitar. Queria dizer para V. Exª que, se tiver que contar os votos, o meu voto vai ser com o que V. Exª decidir. Era isso que queria colocar para V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço, Senador Wellington, a confiança de V. Exª. Porém, quanto à questão das emendas, foi matéria relativa à publicada na imprensa, o que não me preocupa. A única coisa que me preocupa em relação às emendas é que não fiz emendas para mim. Fiz emendas para o meu Estado, para os Municípios do meu Estado e para o povo que represento. Acho que não há retaliação ao Presidente da CPI. É uma retaliação ao Estado mais pobre da Federação, que é a Paraíba. Aí o Governo do Presidente Lula é que tem que responder por que tem interesse em prejudicar o Estado da Paraíba. Agradeço a V. Exª.

Tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, por um dever de obediência e hierarquia, queria trocar a minha posição com a do Senador José Agripino. Gostaria de ouvi-lo para, posteriormente, falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Agripino, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acho que há duas perguntas que têm que ser respondidas nesta sessão: por que o Ministro Palocci tem que vir e quando ele vai vir? O Senador José Jorge, com a argúcia que lhe é particular e com o cartesianismo estatístico que ele é, colocou claramente mais do que um decálogo de razões que justificam a vinda de Palocci aqui, mas ele talvez tenha esquecido uma que é o grande *linking* de ligação da vinda do Ministro Palocci com a CPI dos Bingos, que investiga coisas concretas e não o fim do mundo. Há uma acusação que nunca foi respondida de que uma doação de R$1 milhão teria sido feita para a campanha de candidatos do PT envolvendo o Ministro Palocci, Ribeirão Preto, doação feita por gente ligada a bingo, a jogo. Essa declaração foi feita, nunca teve contestação, envolve diretamente o Ministro Palocci e traz a obrigação direta de o Ministro Palocci vir a esta Comissão prestar, dentre outros esclarecimentos, esse esclarecimento, que tem tudo a ver com o que se investiga nesta Comissão. Muito bem. Ontem, a imprensa perguntou a mim, talvez porque eu estivesse meio só aqui na Oposição, com muita insistência, se iríamos votar hoje o requerimento de convocação do Ministro Palocci. Eu disse que iríamos sim, porque essa decisão era a decisão do Presidente Efraim Morais.

E me perguntaram se teríamos votos para ganhar. Eu disse que teríamos sim, que teríamos votos para ganhar, que o requerimento seria apresentado, votado e aprovado. E disse mais, que o interesse do PFL, que é o Partido do Presidente, era o de prestigiar o Presidente, que se encontrava, na minha opinião, desprestigiado pela delegação que a Comissão lhe havia feito, outorgado, entregado, para que ele convidasse, e não convocasse, por sugestão do Senador Tião Viana, que foi o avalista da história, o Ministro Palocci para que ele viesse aqui como convidado.

Estava comprometido o Senador Tião Viana com a idéia, e o Senador Efraim Morais com a delegação unânime da Comissão. O convite foi feito, e não foi considerado. Ficou o Senador Tião Viana muito mal na fotografia e ficou o Senador Efraim Morais desmoralizado na sua missão. E o objetivo do PFL era o de dar cobertura ao seu presidente para que ele não ficasse desmoralizado na obrigação que ele tem de, conduzindo as investigações, chegar a conclusões, ter resposta para perguntas. E há toneladas de perguntas sem respostas com relação ao Ministro Palocci.

Muito bem, graças a Deus, aparece esta carta. Eu digo graças a Deus eu digo para o Senador Tião Viana, que tem a sua palavra resgatada, porque, na verdade, ao invés do requerimento apresenta-se aqui uma carta, uma carta-compromisso. Eu diria que esta é uma carta-compromisso, Senador Efraim Morais. É uma carta-compromisso de quem, convidado a vir, disse no primeiro momento que não viria porque tinha dito tudo nas instâncias a que havia comparecido. Mas que agora faz uma reconsideração e, através de carta escrita e assinada remetida à Comissão, se compromete a vir, pelo que entendi da leitura de V. Exª, desde que a Comissão reitere o desejo, que já está reiterado,

acho que à unanimidade, na data em que a Comissão julgar conveniente.

Então, eu acho que a carta resgata o Senador Tião Viana, a carta na verdade exime a necessidade de se apresentar o requerimento de convocação. Ela o substitui. No meu entendimento, só resta uma coisa: quando é que ele vai vir. A delegação está entregue a V. Exª, o PFL a entrega a V. Exª e acha e confia que V. Exª vai deixar a sessão de hoje com a fixação da data para que o Ministro aqui venha e responda as perguntas que ele tem de responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais – PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Agripino, pelos esclarecimentos e concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. Em seguida, terá a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, amanhã vamos completar exatamente sete meses que a revista **Veja** publicou a primeira matéria com talvez o episódio com o maior volume de corrupção que este País viu em toda a sua história. No dia 14 de maio, foi publicada a reportagem onde o acusado é o Sr. Maurício Marinho. Sete meses depois, Sr. Relator, o Sr. Maurício Marinho é fichinha ninguém mais fala nele. Se estivesse em uma das nossas feiras no Nordeste, seria o pedidor de esmola.

Veja o volume e a dimensão a que chegamos nesse triste episódio. E o que nos apavora é que não chegamos ao fim. Os otimistas acham que chegamos à metade. Outros, nem tanto. Porque agora se abriu um novo canal por onde novos fatos estão sendo revelados. São exatamente os que envolvem os fundos de pensão.

Eu acho que o Governo ou parte da base do Governo pensa de maneira errada ao tentar adiar essa questão. E vimos, ao longo desses sete meses, essa tendência natural de se querer ora jogar assunto de relevância por baixo do tapete, ora evitar apuração.

Na medida em que esse sofrimento se prolonga aumenta a dor do próprio Governo, e agora com a agravante, Senador Antonio Carlos, da aproximação do período eleitoral. Aliás, comentei com o Senador Antero Paes de Barros que já vimos esse filme na CPI do Banestado.

O Governo tentou de todas as maneiras adiar a apuração. Aí misturou com o período eleitoral de 2002. E encontrou-se uma solução que ainda hoje não satisfaz a ninguém. Estamos com os resultados daquela CPI lacrados à espera de um ato corajoso para reabrila e dar continuidade à apuração. Falei das eleições de 2004, perdão.

Parte da base do Governo sairá daqui frustrada, Sr. Presidente, com essa decisão. Pelo visto, está mantida a convocação do Ministro Palocci. Parece-me, pelo andar da carruagem, que só para janeiro.

O Governo está dividido. Quem ataca o Ministro Palocci nesta Casa, quem contesta sua política com mais veemência é o próprio Governo. O Governo estava pronto para fritá-lo antes do Natal. Queria apenas que a Oposição desse o óleo. Como este Governo é determinado – quando decide uma coisa – fiquem certos V. Exªs de que vão tentar fritar esse Ministro sem óleo, sem nada.

Vejo frustração no semblante de alguns companheiros da base do Governo, quero dizer-lhes, que participam desse complô de desestabilização de Palocci, que combatem o Palocci aqui e nas próprias reuniões internas do Partido. É problema deles, mas é de grande frustração. Queriam que essa crise saísse e que fosse instalada hoje.

O meu voto seguirá, Sr. Presidente, exatamente o desejo de V. Exª. Creio que essa questão, no ponto em que chegou, terá que passar pelo seu desejo de marcar essa data, tendo em vista a carta aqui enviada pelo Sr. Ministro. Mas creio, também, por opinião pessoal, que a oitiva, no princípio do ano, não irá alterar em nada os seus objetivos e os objetivos desta Comissão. Por isso, tive o cuidado de falar após o líder, exatamente para não divergir da orientação partidária. Só espero, Sr. Presidente, que esta Comissão continue sem se amedrontar, sem se atemorizar com as ameaças que todos os dias são feitas contra ela. Que se continue com essa determinação firme de apurar tudo ao que se propôs e, evidentemente, o que foi acrescentado em seu percurso. É um dever nosso, um dever do Congresso Nacional, é um dever do Senado da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Heráclito Fortes, agradeço os esclarecimentos de V. Exª e concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, quero transmitir a V. Exª os cumprimentos de agradecimento da Professora Maria Inácio Machado, Nana Machado, que foi quem trouxe as crianças da Escola-Classe Varjão para conhecer os trabalhos do Senado Federal.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dar uma informação mais precisa ao Senador Heráclito Fortes. Tendo assistido à reunião do Diretório Nacional, no último sábado, posso lhe assegurar que nenhum dos Senadores aqui presentes ali expressou algo que pudesse significar uma tentativa de desestabilizar ou de criticar o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Quero-lhe dar uma informação de quem esteve presente e testemunhou. Portanto, os Senadores aqui presentes

não formularam ali observação alguma que pudesse significar a desestabilização ao Ministro Palocci.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador, vai-me permitir, mas não fiz comentário com nenhum dos Senadores presentes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, V. Exª mencionou que o rosto dos que estão aqui da base do governo que estiveram na reunião no sábado...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não, mas eu estava olhando pro rosto do Senador Garibaldi. V. Exª não vai querer...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas é que o Senador Garibaldi, pelo que me lembre, não estava presente na reunião do Diretório Nacional do PT, no sábado último. Então...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Exª fique tranqüilo, porque, com relação a V. Exª, a nação não esperaria isso, não. V. Exª tem vocação para mulher de malando: quando mais apanha, mais gosta! Tenho certeza de que V. Exª não ...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas a nossa curiosidade é saber se V. Exª votou com o governo ou com o PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Suplicy, V. Exª tem a palavra!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Senador Efraim Morais, queria informar que eu próprio também tive o cuidado, dado sobre o que refletiríamos aqui, de, ainda hoje, pela manhã, dialogar com o Ministro Antonio Palocci, de quem me sinto amigo e por quem tenho o maior respeito, ainda que, às vezes, possa estar recomendando a ele, digamos, uma diminuição mais rápida das taxas de juros e tudo isso, o que é normal, vindo de um companheiro que preza o outro e por quem torce para que as coisas dêem certo.

Mas o que quero reiterar, secundando o que foi dito aqui pelo Senador Tião Viana, é que também sou testemunha da disposição do Ministro Antonio Palocci de aqui comparecer na data que V. Exª irá, com ele, acordar. Ele tem a disposição de esclarecer todo e qualquer dos episódios que aqui foram levantados. Quero, a bem da verdade, Senador Antero, informar que é verdade, sim, que o Ministro Antonio Palocci esteve à disposição de esclarecer toda e qualquer pergunta, quando veio à Comissão de Assuntos Econômicos. Também é verdade que muitos membros do PSDB e do PFL informaram que não iria fazer perguntas sobre os temas da CPI, mas foram feitas. V. Exª há de lembrar que, por exemplo, o Senador Pedro Simon, que é do PMDB, falou: "Eu quero também perguntar a respeito das coisas que são relativas à CPI dos Bingos!". E formulou as perguntas, às quais o Ministro Palocci respondeu. Então esse é um exemplo explícito de que ele não está se recusando a fazer... É claro que, naquele dia...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É claro que dou o aparte ao Senador José Jorge. V. Exª expressou, àquele dia, que iria reservar para outro dia as questões relativas à CPI.

Concedo-lhe o aparte.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O Senador Pedro Simon não é nem membro da CPI dos Bingos. Então, na realidade, todos os membros da CPI dos Bingos, todos os membros da oposição se recusaram a perguntar sobre esse tema, mesmo porque não era o lugar apropriado. Então, se um Senador perguntou, na realidade, isso não retira a afirmativa de que não foram feitas perguntas. É aquela exceção que confirma a regra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem!

Mas, agora, gostaria de ponderar com V. Exª, Senador José Jorge, que é vantagem para V. Exª e para a oposição aguardar mais uns dias o Ministro Palocci, que disse que virá. V. Exª precisa se dar conta disso! Como estamos em meio a um trabalho de apuração e como todos os Senadores aqui presentes têm a noção clara de que, a cada dia que passa, mais informações têm sido coletadas, de certa maneira, será oportuno para a oposição, permita-me, nobre Líder do PFL, aguardar que sejam levantados o máximo de elementos possível, para que tenham a oportunidade de fazer todas as perguntas cabíveis. Caso contrário, algumas perguntas seriam feitas, se viesse hoje o Ministro, daí se descobriria alguma coisa na próxima semana, e aí quereriam os Senadores da oposição chamá-lo outra vez. Então, é melhor chamá-lo daqui a um tempo mais porque...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É que V. Exª está achando que ele é culpado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, eu não estou dizendo isso. Eu estou dizendo que V. Exª terá mais perguntas a fazer quando ele vier do que se fosse hoje.

**O SR. (Orador não identificado)** – Mas V. Exª não quer que ele venha por último.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu quero que ele venha na hora que o Senador Presidente Efraim Moraes tiver combinado com ele, ainda mais diante da disposição clara que ele colocou de querer vir.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy. V. Exª agora se revela. Existem duas tendências no Governo: as que querem matar o Antonio Palocci já ou as que querem deixá-lo morrer

mais vagarosamente. É só uma questão de escolha, mas de qualquer maneira o seu destino já está...

**O SR. (Orador não identificado)** – Mas ele já fez uma auto-convocação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, o que eu tenho tido...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy para concluir...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Temos reunião da Mesa, eu, o Senador Tião e o Senador Antero, logo em seguida.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Exatamente esta reunião da Mesa será de fundamental importância porque, se os nossos trabalhos prosseguirem nas próxima semana, inclusive em janeiro, estará a próximo o dia em que todos aqui poderão...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A decisão não será essa Senador. A decisão da convocação ou não, já houve uma reunião hoje pela manhã com os Líderes. Os Líderes é que vão decidir com...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E nada decidiram por enquanto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Cabe ao Congresso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem!

Pois bem! Mas o importante, Sr. Presidente, é a disposição firme do Ministro Antonio Palocci. Da minha parte, eu quero dizer ao Senador Heráclito Fortes, que eu formulo o meu conceito e tenho a minha confiança de que o Ministro Antonio Palocci vai sair daqui tão respeitado quanto em todas as ocasiões em que aqui compareceu.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Valdir Raupp, o último orador inscrito, em seguida o Relator.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Relator, eu também sou do entendimento, Sr. Presidente, que não há necessidade de convocar o Ministro neste momento. Tem V. Exª sempre agido com bom senso e, sempre que possível, buscado o consenso para as deliberações desta Comissão. O Senador Magno Malta falou que não é nenhuma sangria desatada. Entendo que o Governo já sangrou muito este ano, já sangrou demais, e, logo, não há necessidade de fazer essa convocação agora. Não há unanimidade nem mesmo na oposição. Nas outras reuniões, o Senador Tasso Jereissati, o Senador Antonio Carlos Magalhães são do entendimento que não há necessidade de, neste momento, convocar o Ministro Antonio Palocci, ainda mais agora que o Brasil está sujeito a ficar sem orçamento, sem aprovação do orçamento, logo o Ministro deve estar trabalhando diuturnamente e não teria neste momento, em um final de ano, semana que vem já é natal e na outra ano novo, tempo para ficar dez, doze, quatorze horas em uma CPI para prestar esclarecimentos, que já prestou tanto aqui no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos, quanto na Câmara dos Deputados, por duas vezes, por duas ocasiões. Eu acho que V. Exª, nesse período natalino, agora, no Senado, no Congresso, pode muito bem esperar e aceitar a carta – V. Exª, que sempre teve bom senso –, do Ministro se colocando à disposição para o início do próximo ano.

Era o que tinha a dizer, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, eu fiquei preocupado com a colocação do Senador Eduardo Suplicy e me permitiria ler o final da carta do Ministro para esclarecer.

"Penso que os membros da Comissão, sob a Presidência de V. Exª, estarão em melhores condições para, oportunamente, deliberar e decidir sobre minha eventual presença."

Não é que V. Exª esteja contingenciado a combinar com o Ministro. V. Exª vai decidir, em nome da Comissão, vai aprazar, em nome da Comissão, unilateralmente, a data da vinda do Ministro. Acho que é isso que fica claro pela própria carta de S. Exª.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Agradeço a V. Exª, Senador José Agripino.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Garibaldi Alves, Relator.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vim preparado para votar, Sr. Presidente, eu achava que deveria haver a votação. Até agora eu nunca vi uma Comissão porque aqui se falou da elegância do Ministro Antonio Palocci... Eu concordo que o Ministro Antonio Palocci é um Ministro elegante, educado, civilizado, de bom trato, mas, na verdade, eu acho que a nossa Comissão também foi da maior elegância. Quem se der ao trabalho de rememorar o episódio, como fez o Senador Antero e tantos outros, verá que esta Comissão teve muita paciência, tolerância e, agora, antes dessa carta, as versões que eram trazidas aqui eram no se-

guinte sentido: Olha, o Ministro está dizendo que não vem mais; o Ministro está dizendo que não vai atender... Isso nos deixava numa situação extremamente delicada, principalmente V. Exª, que é o nosso Presidente, que é o nosso condutor. Mas agora, diante dessa carta, creio que V. Exª fica mais à vontade; todavia eu concordo com o Senador José Agripino e com o Senador Antero de que V. Exª, aproveitando novamente a disponibilidade do Ministro, devia marcar uma data que naturalmente seria acertada com ele. Mas sair daqui com uma data para a vinda do Ministro da Fazenda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves que, sem dúvida, tem sido um companheiro, um conciliador, um conselheiro que vem, ao meu lado e, com certeza, dos demais companheiros desta Comissão, procurando buscar exatamente aquilo que desejamos, que é apurar os fatos das investigações que estão sendo feitas por esta Comissão.

Desejo agradecer a todos os Senadores pelas palavras elogiosas que dirigiram à minha pessoa. Devo dizer que, em todos os momentos, dividi essa responsabilidade com V. Exªs. Na condição de presidente, procuro apenas ser o magistrado e dirigir os trabalhos, sempre procurando ouvir V. Exªs, procurando de V. Exªs, principalmente dos mais experientes, o caminho melhor a ser seguido para a nossa CPI, até porque a responsabilidade não é apenas do Presidente e do Relator, mas é de toda a Comissão.

Se nós concluirmos os nossos trabalhos com um relatório convincente, verdadeiro, buscando todas aquelas investigações que os Srs. Senadores estão procurando, a nosso lado, tenho certeza que será bom para o Senado Federal, será bom para esta Comissão e será bom para a própria democracia.

Devo adiantar a V. Exªs que sempre tive com o Ministro um trato de uma boa educação e, reconhecendo as palavras do Relator, devo dizer que houve uma deferência toda especial desta Comissão em relação ao Ministro. Nenhum outro convite foi feito, apenas ao Ministro Palocci.

Nós sabemos, e a sua própria carta diz logo no início, é do conhecimento não só meu, mas de todo o País, que as últimas semanas foram para ele e para o seu Ministério de dias difíceis. E sabemos que isso é verdadeiro, em função dos fatos que são conhecidos de todos.

Ele considera que esteve presente em várias comissões, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados. Mas em relação a isso, devo esclarecer que não tem nenhuma validade, nem teria nenhuma validade, qualquer que fosse a pergunta feita por membro desta CPI, ou não, quando aqui ele esteve em qualquer uma das comissões.

Então, é evidente que a CPI quer dar oportunidade ao próprio Ministro de esclarecer as acusações que foram feitas ao Ministro aqui mesmo desta CPI, nesta sala em que nos encontramos; acusações que vieram de pessoas que foram convocadas e que aqui confirmaram o que haviam dito na Polícia Federal e no Ministério Público, que reiteraram aqui.

Então o que realmente estamos desejando não é colocar o Ministro em dificuldade, o que nós fazemos a CPI, estamos desejando, é que o Ministro tenha o foro realmente verdadeiro e legítimo para apresentar suas defesas à sociedade brasileira e, conseqüentemente, ao Senado Federal e ao Congresso Nacional.

Quando o próprio Ministro faz esse argumento, nós sabemos do relacionamento que S. Exª tem com o Congresso Nacional. Agora, devo deixar claro que nenhum depoimento dele teria validade para aquilo que nós desejamos, nem o que ele dissesse na Comissão de Assuntos Econômicos ou em qualquer outra Comissão serviria para ser colocado no relatório do Senador Garibaldi Alves Filho.

Daí entendo que o que estamos fazendo aqui é uma deferência toda especial.

Mas entendo que em política, e principalmente dentro do Parlamento, não se faz nada só. Não se pode tomar posições isoladas. Sempre respeitei a posição da maioria, sempre busquei a decisão da maioria. E mais uma vez vou seguir a decisão da maioria e vou dizer com todo respeito, quanto à carta que recebi e que vou anexar à nossa CPI, vou deixar bem claro o seguinte: vamos fazer mais uma deferência. Agora, entendo que não tenho mais como voltar a convidar o Ministro. Entendo que não posso, depois do que ouvi de V. Exªs, sair daqui com uma outra posição a não ser com uma data prevista para a vinda do Ministro Palocci.

Então tenho hoje uma só dificuldade. Nós vamos ser convocados? O Congresso Nacional será convocado? Essa decisão deve sair no fim do dia, pelo nosso Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros. Agora, vou decidir aqui em nome da CPI, e tenho certeza, pelos poderes que recebi de V. Exªs, Senadores e Senadoras, e pela própria palavra do Ministro, que no final – vou repetir a frase que foi dita aqui pelo Senador José Agripino – "penso que os membros da Comissão, sob a Presidência de V. Exª, estarão em melhores condições para oportunamente deliberar e decidir sobre minha eventual presença".

Oportunamente entendo que é depois de ler a carta. Já li a carta. Entendo também que os membros desta CPI me deram poderes para que eu pudesse decidir qual seria essa data. Então não sei quando

teremos a retomada. É claro que não vou decidir aqui que vou convidar o Ministro para amanhã. Sabemos que é impossível a vinda do Ministro, seria até politicamente possível, mas em termos de prazo é impossível, até porque precisamos dos 30 dias regimentais. Agora, quero deixar aqui decidido que vamos ter a retomada dos trabalhos.

E qual é a minha dúvida, que sei que é a dúvida de todos os senhores? Teremos convocação ou não teremos convocação? Se tivermos convocação, a retomada deve ser agora, no mês de janeiro, a data a ser definida, dia 11 ou dia 16. Se não for feita a convocação ou autoconvocação, nós só teremos no mês de fevereiro a reabertura dos trabalhos. Então vou decidir aqui e espero a compreensão de V. Exªs e o apoio de V. Exªs no sentido de que, retomados os trabalhos, seja pela convocação, seja pelo período normal, o Ministro está convidado e convocado para comparecer na primeira semana da retomada dos trabalhos.

Essa é a decisão da Presidência. Espero contar com o apoio de V. Exªs.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Marcamos na primeira quinta-feira, Sr. Presidente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Precisamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, ainda para que se deixe essa decisão do Presidente mais uma vez reiterada por esta Comissão, vou colocar em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

Agradeço a V. Exªs e quero marcar reunião administrativa para amanhã ao meio-dia.

*(Levanta-se a reunião às 16 horas e 13 minutos.)*

**Ata da 46ª Reunião, Realizada em 14de dezembro de 2005.**

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas e doze minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Álvaro Dias, José Agripino Maia, Valdir Ralpp, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Magno Malta, Tião Viana, Geraldo Mesquita, Antero Paes de Barros, Ideli Salvatti e Sérgio Zambiasi, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à apreciação e votação de requerimentos e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir submete a votação os seguintes requerimentos: Requerimento nº 318/05, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer seja solicitado ao Coaf o encaminhamento do relatório no qual sejam apresentadas todas as operações registradas em nome de Paulo Okamoto, inclusive aquela na qual haveria uma triangulação com o Partido dos Trabalhadores, conforme noticiado no jornal Folha de S.Paulo. Em votação, é aprovado. Requerimento nº 326/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a Caixa Econômica Federal as seguintes informações e documentos: Estatística detalhada de todos os concursos de loterias realizados a partir de janeiro de 1997, contendo o número de apostas e de vencedores, por Estado, para cada concurso, bem como o prêmio recebido pelo vencedores; Relação dos vencedores da quina nos concursos 309 e 334, contendo nome, CPF e local onde foram recebidos os prêmios; e Comprovantes de apostas de todos os vencedores da quina nos concursos 309 e 334. Em votação, é aprovado. Requerimento nº 277/05, de autoria do Senador Arthur Virgílio, requer seja solicitado ao Banco do Brasil o envio a esta CPI de todos os documentos relativos aos convênios firmados entre o Banco do Brasil e o Governo do Estado de Tocantins que resultaram na contratação da empresa Soft Micro Tecnologia da Informação Ltda., de propriedade do Sr. Roberto Colnaghi, para fornecimento de software às prefeituras do Estado. Em votação, é aprovado. Requerimento nº 278/05, de autoria do Senador Arthur Virgílio, requer, seja solicitado ao Governo do Estado de Tocantins o envio a esta CPI de todos os documentos relativos aos convênios firmados entre o Banco do Brasil e o Governo do Estado de Tocantins que resultaram na contratação da empresa Soft Micro Tecnologia da Informação Ltda., de propriedade do Sr. Roberto Colnaghi, para fornecimento de software às prefeituras do Estado. Em votação é aprovado. Requerimento nº 307/05, de autoria do Senador Álvaro Dias, requer a convocação da funcionária do diretório nacional do PT, Solange Pereira de Oliveira. Em votação, é aprovado. Requerimento nº 308/05, de autoria do Senador Álvaro Dias, requer a convocação da Superintendente do Departamento de

Água e Esgoto de Ribeirão Preto, Isabel Bordini Em votação, é aprovado. Requerimento nº 327/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que o Sr. João Antonio Sete Braga seja convocado a prestar depoimento perante esta CPMI. Em votação, é aprovado. Requerimento nº 259/05, de autoria do Senador Arthur Virgílio, requer seja convocado o Sr. Eder Eustáquio Soares Macedo para prestar depoimento nesta Comissão. Em votação é aprovado. Requerimento nº 321/05, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer seja convocada para prestar esclarecimentos a esta CPMI a Sra. Nelma Cunha. Em votação, é aprovado. Requerimento nº 322/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer em complemento a transferência do sigilo telefônico dos Srs. Ralf Barquete Santos, Wladimir Poleto, Juscelino Antônio Dourado, Ademirson Ariovaldo da Silva, Waldomiro Diniz e Carlos Augusto Ramos, a esta CPI, a transferência do sigilo telefônico das linhas telefônicas relacionadas. Em discussão: com a palavra o Senador Flávio Arns, informa que o requerimento devera ser individualizado. O Requerimento fica prejudicado. A presidência solicita a Assessoria que refaça o Requerimento. Requerimento nº 311/05, de autoria do Senador Magno Malta, requer seja determinada a transferência a esta CPI dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do Sr. Elcio Barbosa Cambraia Júnior, no período de 1º de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2004. Em votação, é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Requerimento nº 323/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Francisco das Chagas Costa a esta CPI, referente aos últimos cinco anos. Em votação, é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Requerimento nº 324/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico do Sr. José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo, referente aos últimos cinco anos. Em votação, é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Requerimento nº 325/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico do Sr. Arthur José Valente de Oliveira Caio, referente aos últimos cinco anos. Em votação, é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. . Requerimento nº 325/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilo telefônico de três linhas telefônicas do Sr. Ademilson Ariovaldo da Silva. Em votação, é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Requerimento nº 328/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência do sigilo telefônico de três linhas telefônicas do Sr. Ademilson Ariovaldo da Silva. Em votação, é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Requerimento nº 329/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência do sigilo telefônico de duas linhas telefônicas da Brasil Telecom do Sr. Carlos Augusto Ramos. Em votação, é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Requerimento nº 330/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência do sigilo telefônico de quatro linhas telefônicas do Sr. Juscelino Antônio Dourado. Em votação, é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Requerimento nº 331/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência do sigilo telefônico de cinco linhas telefônicas do Sr. Ralf Barquete Santos. Em votação, é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Requerimento nº 332/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência do sigilo telefônico de oito linhas telefônicas do Sr. Waldomiro Diniz. Em votação, é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Requerimento nº 331/05, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência do sigilo telefônico de três linhas telefônicas do Sr. Wladimir Poleto. Em votação, é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Finalizando o Senhor Presidente agradece a presença de todos e informa que os trabalhos serão retomados a partir do dia 17 de janeiro e, vou determina à assessoria um contato com o Ministro Palocci, de acordo com o que foi aprovado na reunião anterior para que Sua Excelência possa comparecer na primeira semana, conforme ficou decidido por unanimidade dos membros da Comissão. Com a palavra o Senador Romeu Tuma solicita que seja condensado o material referente ao Ministro Palocci, com todos os dados em que foi mencionado o nome do Senhor Ministro. A presidência determina a assessoria que tome as providências em relação à solicitação do Senador Romeu Tuma. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e cinqüenta minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço aos Srs. Senadores que esta reunião é de caráter administrativo e destina-se à votação de alguns requerimentos.

Informo, ainda, que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da sua leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Srs. Senadores, temos aqui alguns requerimentos de quebra de sigilo. São requerimentos comuns. Vamos aprová-los imediatamente até que se tenha quórum. Temos dois, quatro, seis... Cadê o Flávio Arns? Está trabalhando? Muito bem.

O primeiro é um requerimento de autoria do Senador Antero Paes de Barros:

Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requer seja solicitado ao Coaf o encaminhamento do relatório no qual sejam apresentadas todas as operações registradas em nome de Paulo Okamoto, inclusive aquela na qual haveria uma triangulação com o Partido dos Trabalhadores, conforme noticiado no jornal **Folha de S.Paulo.**

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Quero registrar aqui o espírito natalino dos Srs. Senadores. Fizemos um entendimento para que pudéssemos votar esses requerimentos. Parabenizo, mais uma vez, os membros desta CPI.

Requerimento:

Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, proponho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito requeira à Caixa Econômica Federal as seguintes informações e documentos...

Solicito à assessoria que, rapidamente, localize mais um dos companheiros para completar o quórum para que possamos deliberar sobre quebra de sigilo.

Primeiro, estatística detalhada de todos os concursos de loterias realizados a partir de janeiro de 1997, contendo o número de apostas e de vencedores por Estado para cada concurso, bem como o prêmio recebido pelos vencedores; relação dos vencedores da Quina nos concursos 309 e 334, contendo nome, CPF e local onde foram recebidos os prêmios e comprovantes de apostas de todos os vencedores da Quina nos concursos 309 e 334.

Senador Garibaldi Alves.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

De autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer, na forma regimental:

(...) seja solicitado ao Banco do Brasil o envio a esta CPI de todos os documentos relativos aos convênios firmados entre o Banco do Brasil e o Governo do Estado de Tocantins que resultaram na contratação da empresa Soft Micro Tecnologia da Informação Ltda., de propriedade do Sr. Roberto Colnaghi, para fornecimento de *software* às prefeituras do Estado.

Senador Arthur Virgílio.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Requerimento do Senador Arthur Virgílio:

Requer, na forma regimental, que seja solicitado ao Governo do Estado de Tocantins o envio a esta CPI de todos os documentos relativos aos convênios do Banco do Brasil e o Governo do Estado de Tocantins.

Nos mesmos termos do requerimento anterior, só que no primeiro as informações são para o Banco do Brasil e aqui para o Governo do Estado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias:

Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requer a convocação da Srª Solange Pereira de Oliveira.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nos termos do disposto do §3º...

Agradeço a presença do Senador Zambiasi, que completa o quórum para que possamos deliberar.

(...) bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requer a convocação da Superintendente do Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto, Srª Isabel Bordini.

Senador Alvaro Dias.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento:

Nos termos do disposto do §3º do art. 58 da Constituição Federal, requer que o Sr. João Antonio Sete Braga seja convocado a prestar depoimento perante esta CPMI.

Senador Garibaldi Alves, Relator.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Arthur Virgilio:

Requer, nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, seja convocado o Sr. Eder Eustáquio Soares Macedo para prestar depoimento nesta Comissão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Antero Paes de Barros:

De acordo com o disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requer que seja convocada para prestar esclarecimentos a esta CPMI a Srª Nelma Cunha.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves:

Nos termos no disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, requer, em complemento à transferência do sigilo telefônico do Sr. Ralf Barquete Santos, Vladimir Poleto, Juscelino Dourado, Ademilson Ariovaldo da Silva, Waldomiro Diniz e Carlos Augusto Ramos a esta CPMI, requer a transferência do sigilo telefônico das seguintes linhas de telefone...

São várias linhas. Esclareço que foi a assessoria da CPMI que localizou esses telefones porque considera a quebra do sigilo fundamental à conclusão dos trabalhos junto ao Sr. Relator.

Vou colocar em discussão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Já houve a quebra de sigilo de todas as pessoas mencionadas?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Telefônico. Eu vou exatamente...

**O SR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Minha indagação é se isso não deveria acontecer individualmente, porque já houve uma contestação anterior na CPMI do Banestado em relação à quebra de sigilo de grupo de pessoas. O questionamento é sobre o procedimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem razão, Senador.

Vou solicitar à assessoria que, enquanto votamos os outros requerimentos, seja individualizada...

Requerimento de autoria do Senador Magno Malta:

> Requer, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição, seja determinada a transferência a esta CPI dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do Sr. Elcio Barbosa Cambraia Júnior, no período de 1º de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2004.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Efraim Morais vota "sim".

Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E o requerimento é de V. Exª.

Aprovado, com nove votos.

Requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves:

> Nos termos do disposto no §3º do art.58 da Constituição Federal, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Francisco das Chagas Costa a esta CPI, referente aos últimos cinco anos...

Ainda referente à GTech, Caixa Econômica.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vota "sim".

Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Efraim Morais, Sim.

Nove votos favoráveis.

Aprovada a quebra de transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Francisco das Chagas Costa.

Requerimento de autoria, ainda, do Senador Garibaldi Alves:

Senador José Jorge, como vota no requerimento anterior?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vota com o Relator.

Requerimento:

> Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, requer a transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico do Sr. José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo, referente aos últimos cinco anos.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy vota "sim".

Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana vota "sim".

Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vota "sim".

Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB-MT) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vota "sim".

Senador Efraim Morais, "sim".

Nove votos favoráveis.

Requerimento de autoria, ainda, do Senador Garibaldi Alves Filho:

> Requer, nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Arthur José Valente de Oliveira Caio a esta CPI, referente aos últimos cinco anos.

Os Srs. Senadores que desejarem discutir, que o façam. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Como V. Exª desejar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Requerimento de quebra de sigilo, de autoria do Senador Garibaldi Alves. Como vota V. Exª?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com o Relator, vota "sim".

Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB-MT) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Efraim Morais vota "sim".

Dez votos. Está aprovado.

Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy, para as considerações finais deste ano.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente, porque ele está no telefone.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Senador Efraim Morais, permita-me apenas cumprimentar e desejar a todos um bom período de descanso dos trabalhos desta CPI para nos renovarmos quando voltarmos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas informamos que a CPI vai continuar trabalhando. Os nossos companheiros de apoio estarão trabalhando e à disposição dos Srs. Senadores para qualquer informação. E desejo um Feliz Natal para V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, não só para V. Exª, mas para todos os companheiros, um Feliz Natal e um próspero ano novo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, tenho aqui em mãos...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, peço a V. Exª apenas um minuto, porque vamos votar ainda alguns requerimentos, e o voto de V. Exª é indispensável.

Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – P) – Sr. Presidente, estou aqui em mãos com a revista chamada **Livre Mercado**, que é uma revista que pertence ao **Diário do ABC**, do Sr. Ronan Maria Pinto, em que na verdade há uma série de matérias, todas elas elogiando o Sr. Klinger e todas aquelas pessoas envolvidas na CPI dos Bingos. E todas elas também falando mal não só da CPI, como de praticamente todos os seus membros. Infelizmente, não falou mal de mim, mas da maioria aqui dos companheiros ele falou mal. Suplicy tem uma matéria só com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Falando bem? Se não for, é complicado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Falando mal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não concordo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Só para exemplificar o tipo de matéria, tem uma matéria aqui – vou ler um trechinho pequeno –, com o retrato do Sr. Klinger, que diz assim: "Klinger Souza, um *show* nos Senadores". Aí diz aqui: "Mas pode guardar para seus filhos um troféu. O *tape* da performance tecnicamente brilhante nas CPI dos Bingos em Brasília. Nenhum Senador chega aos seus pés em matéria de didática técnica, ênfase discursiva e postura gestual".

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nem de desvio de recursos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É verdade, também. "A diferença entre o depoente e os inquiridores, naquela farsa democrática, é que Klinger mal se elegeu vereador" – não sei se isso é elogio, é bem capaz de ser – "e ficou a ver navio no sonho de substituir Celso Daniel, enquanto os Senadores, carregadíssimos de senões, são Senadores."

Então, na realidade é uma revista...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Dedica-me também um trecho bom ali?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador José Jorge, se como vereador já se tornou um ladrão desse significado, imagine como Senador!

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Queria que o senhor lesse o conselho editorial da revista, lá no final.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Srs. Senadores, queria esclarecer a V. Exªs que tanto o Sr. Ronan Pinto, como o Sr. Klinger vão ter oportunidade de discutir essa matéria aqui na acareação. Eles já estão convocados. E, em função até – parece-me – de que queiram vir falar a verdade, dessa feita, na acareação, é que vamos já propor prioridade para essa acareação na retomada dos nossos trabalhos. Penso que teremos uma outra oportunidade de um outro número dedicado à CPI, após a acareação. Espero que eles também possam ser bem acareados quando o nosso Relator apresentar o seu relatório.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, não vamos responder a isso, evidentemente, mas eu gostaria de dizer que inclusive o Sr. Klinger de Souza faz parte do conselho editorial da revista, portanto, ele é suspeito. Está escrito aqui: conselho editorial... Tem umas cem pessoas e um dos conselheiros é ele. Vou passar a revista a V. Exª e vou pedir para que V. Exª mande copiar as matérias específicas e, no dia da acareação, distribua para os Srs. Senadores, para que possamos ter...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Tem um ponto dedicado a mim, na revista, que diz que, em matéria de inquirição, eu sou de dar inveja a Hitler. (Risos.)

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O Senador Tião Viana não quer receber.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Afaste de mim esse infortúnio de ter de ler isso!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É porque V. Exª... Como V. Exª defendeu o Sr. Klinger... Mas V. Exª é muito bem falado na matéria.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Mas eu não defendi em nenhum momento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Exª, na verdade, não defendeu, para ser justo, mas deu a impressão a eles – não a nós, lógico – de que V. Exª estava favorável ao Sr. Klinger.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eu quero reiterar, porque tenho tomado muito conhecimento dessa matéria, e estudado a matéria a fundo, que esses cidadãos não têm nada a ver com as pessoas de bem que existem no Partido dos Trabalhadores.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Obrigado.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Eles têm usado isso num **habeas corpus** preventivo em favor deles, na tentativa de trazer todo mundo para perto deles, quando essa não é a verdade. Espero realmente que o relatório da CPI responda para São Paulo e para o Brasil quem são esses cidadãos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Senador Efraim Morais, eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu, inclusive, quero elogiar aqui a foto de V. Exª...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A foto ficou excelente! (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...que diz: "Eduardo Suplicy, entrevista exclusiva e cautelosa".

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O que mais, Sr. Presidente? Pode falar. (Risos.)

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Será melhor V. Exª ler em casa o resto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, quero informar que é fato que o editor Daniel Lima enviou-me cerca de 30 perguntas, e eu as respondi por *e-mail*, sobretudo para afirmar que é o propósito deste Senador desvendar inteiramente a verdade. V. Exª poderá, se o desejar, ler qualquer das minhas respostas, e assim fará a sua própria avaliação a respeito. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Muito bem, vamos deixar a revista de lado e vamos concluir os nossos trabalhos.

Requerimentos, todos de autoria do Senador Garibaldi Alves:

> Requer, nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, o complemento de transferência de sigilo telefônico do Sr. Ademilson Ariovaldo da Silva...

E cita três linhas telefônicas: duas da Tim e uma da Vivo.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Efraim Morais vota "sim".

Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Eduardo Suplicy. (Pausa.)

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a licença para votar "sim, confiando no Senador Garibaldi Alves, pois já dei uma olhada em toda a lista de requerimentos. Preciso me ausentar e peço que fique o meu voto "sim" registrado, confiando no Senador Garibaldi Alves.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Só no Senador Garibaldi?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em V. Exª, também.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, em todos os companheiros.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antero.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Dez votos.

Aprovado.

Ou melhor, onze votos, com o do Senador Valdir Raupp.

Requerimento do Senador Garibaldi Alves:

> Requer (...) a transferência do sigilo telefônico do Sr. Carlos Augusto Ramos em duas linhas da BrasilTelecom.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Senador Efraim Morais vota "sim".

Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eduardo Suplicy.

S. Exª já consignou seu voto, mas não vai ser computado.

Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Magno Malta. (Pausa.)

Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sim.

**O SR. JOSE JORGE** (PFL – PE) – Por que V. Exª não me chama, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Porque V. Exª está exonerado.

**O SR. JOSE JORGE** (PFL – PE) – Não estou, não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ainda não chegou a comunicação. A Mesa ainda não comunicou, mas V. Exª está votando aí.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu votei logo na primeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas não foi computado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Tudo bem!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas nós vamos levar em consideração o voto de V. Exª pela presença física.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu não sou da Comissão, não, mas eu estou substituindo o Senador... Esse negócio é até erro deles, mas tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Onze votos favoráveis.

Requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho:

> Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, em complemento à transferência do sigilo telefônico do Sr. Juscelino Antônio Dourado em quatro linhas – que nomina – todas da BrasilTelecom.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Efraim Morais vota "sim".

Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sim.

Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sim.

Senador Sergio Zambiasi.

**O SR. SÉRGI0 ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Senador Sérgio Zambiasi vota "sim".

Dez votos "sim".

Aprovado.

Requerimento:

> Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, o Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, requer, em complemento,

a transferência do sigilo telefônico do Sr. Ralf Barquete Santos...

São cinco linhas: uma da BrasilTelecom, duas da Claro, uma da TIM, uma da BrasilTelecom e uma da Telefónica.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação.

Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Efraim Morais, sim.

Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Magno Malta. (Pausa.)

Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antero Paes de Barros. (Pausa.)

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB-MT) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nove votos.

Aprovado.

Requerimento: Nos mesmos termos...

> (...) o Sr. Senador Garibaldi Alves Filho requer, em complemento, a transferência do sigilo telefônico do Sr. Waldomiro Diniz de oito linhas...

Que especifica, sendo três da Vivo e cinco da BrasilTelecom.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação.

Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Senador Efraim Morais vota "sim".

Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sim.

Magno Malta. (Pausa.)

Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sim.

Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nove votos.

Está aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho:

> Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, requer, em complemento, a transferência do sigilo bancário do Sr. Vladimir Poleto...

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos proceder à votação.

Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O Senador Efraim Morais vota "sim".

Senador Alvaro Dias?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Antero Paes de Barros?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sérgio Zambiasi?

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nove votos.

Está aprovado o requerimento.

Srs. Senadores, quero agradecer a V. Exªs por este ano de trabalho e, já que temos a informação, segundo o Relator, de que foi anunciada a auto-convocação a partir do dia 15 de dezembro a 16 de janeiro...

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas 16 é um domingo!

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Não, segunda.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É segunda?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Significa dizer que, a partir do dia 17 de janeiro, estaremos retomando o nosso trabalho, e vou determinar à assessoria um contato com o nosso Ministro Palocci, de acordo com o que foi aprovado ontem, de que na primeira semana S. Exª possa vir depor na nossa CPI, como ficou decidido por unanimidade nesta Casa.

Feliz Natal para todos!

Agradeço aos companheiros da imprensa pelo trabalho que vem sendo feito, a divulgação que vem sendo dada à CPI; agradeço aos nossos assessores, aos assessores dos Srs. Parlamentares, e espero que, no próximo ano, possamos realmente concluir o nosso trabalho sem mais uma prorrogação.

Senador Romeu Tuma, com a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quero apenas agradecer a V. Exª e cumprimentá-lo pelo trabalho. Mas eu queria ver se era possível V. Exª consultar a essa brilhante assessoria, que tanto tem nos ajudado, se poderia condensar o material para quando o Ministro vier, com todos os dados em que foi mencionado o nome do Ministro, para que S. Exª realmente possa contestar ou não o que foi dito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço à assessoria que tome as providências em relação à solicitação do Senador Romeu Tuma, ao mesmo tempo em que solicito aos senhores assessores que ainda hoje preparem todos esses requerimentos para que sejam encaminhados antes do fim do expediente, até porque pretendo deixá-los todos prontos para encaminhar aos bancos e às telefônicas para que sejam atendidos nesse prazo de trinta dias, ao tempo em que solicito da assessoria todos os sigilos solicitados para quebra que até o presente não foram encaminhados. É uma solicitação que faço e espero que o Dr. Luciano tome as providências imediatamente.

Obrigado aos senhores.

Está encerrada a reunião e, conseqüentemente, o período de trabalho no ano de 2005.

**Ata da 47ª Reunião, realizada em 17 de janeiro de 2006.**

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às onze horas e Vinte minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, Valdir Ralpp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcante, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes, Antero Paes de Barros, Ideli Salvatti e Wellington Salgado, presentes ainda os senhores Senadores José Agripino Maia e Arthur Virgílio não membros, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se a oitiva do Senhor Paulo de Tarso Venceslau, ex-Secretario de Finanças de Campinas/SP e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir, convida o Senhor Paulo Venceslau para tomar assento à Mesa procedendo a leitura do Termo de Compromisso. Com a palavra o depoente faz um breve histórico de sua vida, e cita o nome de Paulo Okamoto, e de Paulo Fratésque, deixa copia do resultado da comissão especial de inquérito realizada pelo PT. Com a palavra o relator o Senador Garibaldi Alves, para os questionamentos iniciais seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores José Jorge, Tião Viana, Antônio Carlos Magalhães, Álvaro Dias. O senhor Presidente informa que amanhã haverá reunião administrativa antecedendo a apresentação do Relatório parcial da Gtech. Pros-

seguindo, usam da palavra os senhores Senadores José Agripino Maia, Ideli Salvatti. Com a palavra o Senhor Presidente presta esclarecimentos adicionais à Senadora Ideli Salvatti. Usa a palavra pela ordem o Senador Arthur Virgílio. Com a palavra o depoente responde aos questionamentos. Prosseguindo, usam da palavra os Senadores Wellington Salgado, Flávio Arns, Antero Paes de Barros, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy e Magno Malta. Com a palavra o Senhor Presidente agradece a presença do depoente e convoca reunião para amanhã às doze horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e quinze minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Ao mesmo tempo em que dou as boas-vindas e desejo a todos os Srs. Senadores e Senadoras, assessores, imprensa, companheiros todos da nossa CPI um feliz 2006 e que possamos ter um ano de muito trabalho e saúde para todos, esclareço aos Srs. Senadores que nossa reunião destina-se à oitiva do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, ex-Secretário de Finanças do Município de Campinas.

Informo ainda aos Srs. Senadores que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa de sua leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Eu queria comunicar aos Srs. Senadores que nossa CPI tem, para a pauta desta semana, além da oitiva de hoje do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, no dia de amanhã, quarta-feira, às onze horas e trinta minutos, após a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a apresentação do relatório parcial sobre o caso GTech e, na quinta-feira, teremos depoimentos do Dr. Ricardo José Gasques de Almeida Silvares, Promotor de Justiça de São Paulo, do Dr. Fernando Pereira Vianna Neto, Promotor de Justiça de Campinas, e do servidor do Ministério da Fazenda lotado no Rio de Janeiro, Éder Eustáquio Macedo. É essa a pauta da semana a partir de hoje.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Paulo de Tarso Venceslau.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, é apenas para lembrar a V. Exª que enviei um requerimento no dia de ontem, solicitando a lembrança de nomes que fiz para que pudessem ser ouvidos em oitivas, que V. Exª havia concordado em reuniões anteriores. Entendo que, por ajuste de agenda, os nomes ainda não foram considerados, mas que pudesse haver a lembrança desses nomes. Julgo de considerável importância a vinda deles à CPI.

Ao mesmo tempo, faço uma solicitação ao Relator para que tenhamos acesso, pelo menos com 24 horas de antecedência, aos relatórios preliminares. É uma solicitação que faço também para a devida análise e o bom aproveitamento no debate que venhamos a ter, caso seja necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Estou de posse do requerimento de V. Exª e informo a V. Exª que tomaremos as providências para que o Sr. Edson Santi, Delegado do Departamento Estadual de Investigações Criminais do Estado de São Paulo, e o Sr. José Pinto de Luna, Delegado da Polícia Federal, venham a esta CPI para fazer suas oitivas. V. Exª pode ter certeza de que priorizaremos esse fato, já que não definimos ainda a agenda da próxima semana porque, de acordo com o que foi acordado na última semana de realização desta CPI, no ano que passou, recebemos uma carta do Ministro Palocci, que se comprometeu a estar presente, por meio desta carta, na reabertura dos trabalhos. Em função disso, reservamos para a próxima semana, em qualquer dia, dependendo do dia que o Ministro desejar, para que S. Exª venha, a convite desta CPI, participar. Solicitei de V. Exª, como sempre, os seus bons préstimos para que pudéssemos fazer hoje à tarde contato com o Ministro Palocci para que se marque a data. Tenho confiança de que o Ministro atenderá e cumprirá aquilo que escreveu encaminhado a este Presidente para esta CPI. Essa é a nossa expectativa.

Na mesa, o termo de compromisso que foi assinado pelo Sr. Paulo de Tarso Venceslau, que dá todas as informações, sua profissão. Enfim, o depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

Sr. Paulo de Tarso, V. Sª dispõe do tempo que considerar necessário para as suas considerações iniciais.

V. Sª tem a palavra.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Bom dia. Fiz um pequeno roteiro, e gostaria de segui-lo se possível. É possível, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Desde que não seja lido.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não, será lido, é um roteiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Roteiro, sim.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Antes de tudo, quero deixar consignado que tive e tenho uma vida de militância política muito intensa. E essa carreira, essa vida de militante, curiosamente na esquerda brasileira, foi de encontro, se chocou contra a ideologia do meu pai, que foi um integralista, autor de livros sobre integralismo, inclusive **Integralismo ao Alcance de Todos**.

Então nasci numa casa de integralista, depois me transformei num militante de esquerda. Portanto, acho que a minha colocação tem que ser entendida dentro desse contexto. E o breve histórico que farei aqui, para os senhores terem uma idéia, é exatamente uma vida de militante.

Minha primeira prisão foi em 1966, cantando "liberdade, liberdade abra as asas sobre nós", no Largo da Concórdia, em São Paulo, juntamente com mais cerca de 400 estudantes paulistanos, que protestavam contra o acordo MEC-USAID, que era o Ministério da Educação e Cultura, na época, e o USAID dos Estados Unidos, uma agência de ajuda americana. Naquele momento, eles queriam enquadrar o ensino brasileiro dentro do padrão americano.

Depois disso fui diretor do Centro Acadêmico Visconde de Cairu, da Faculdade de Economia da USP. Fui membro da UEE, de São Paulo. Ajudei o congresso de Ibiúna da UNE, de 1968. E aderi à luta armada a partir de 1969, a partir do famigerado Ato Institucional nº 5, no dia 13 de dezembro de 1968. Eu que vinha de lutas democráticas de esquerda, me senti naquele momento sem meios democráticos de participação. Não havia liberdade, não havia partidos políticos, não havia sequer liberdade de organização do Centro Acadêmico independente dentro da própria faculdade.

Fui preso no dia 1º de outubro de 1969, acusado de ter participado do seqüestro do Embaixador Charles Elbrick. Fui torturado barbaramente, duas vezes levado em estado de coma para o hospital militar do Cambuci, na época, e fiquei cinco anos e três meses na prisão do regime militar. Então, esse é o perfil de quem vos fala. Depois disso, logo em seguida, ao sair da cadeia, em 1975, concluí o curso de Economia na própria USP e, já em 77, estava dirigindo o jornal, um alternativo de esquerda que se chamava **Versus**. Trabalhei para o Governo do Estado de São Paulo, através da Emplavi, uma empresa de planejamento, durante mais de dez anos, trabalhei muito com educação popular, através do Cepis, do Centro de Educação Popular do Sedes Sapientiae, da Fase e do 13 de maio, que era um grupo que tinha em São Paulo, fui assessor da CUT, tanto da CUT estadual como CUT nacional. Fui Presidente do PT de Pinheiros, do Partido dos Trabalhadores do diretório regional da zona de Pinheiros, por duas vezes, Vice-Presidente do PT de Santana, fui do conselho da revista **Teoria e Debate**, uma revista teórica do PT, por mais de dez anos. Trabalhei durante mais de dez anos sem nunca ter ganho um tostão sequer por esse trabalho. A revista está até hoje na praça. Fui secretário de finanças da cidade de Campinas, no Governo Jacó Bittar, fiquei pouco tempo. Depois, eu migrei, fui assessor do Vice-Prefeito de São Bernardo do Campo, que era Djalma Bom, que era um metalúrgico e, depois, foi Deputado Federal. Fui diretor da CMTC, do Governo Luiza Erundina e secretário de finanças da então Prefeita Drª Angela Guadagnin Morais, que hoje é Deputada Federal. Hoje, tenho escritório de consultoria econômica e pesquisa em São Paulo e sou dono de um jornal semanário em Taubaté, jornal que se chama **Contato**, e tenho uma atividade acadêmica na Unicamp, onde estou desenvolvendo uma pesquisa, um trabalho que é sobre o sistema prisional político no Brasil, dos anos 60 até 1979, comparado com o sistema prisional político da Argentina e Chile. Esse é o meu perfil, para facilitar, talvez, o entendimento de que quem vos fala é uma pessoa que teve uma formação de esquerda e que continua com as mesmas idéias e que foi expulso do Partido dos Trabalhadores no começo de 1998. Muito bem. Quais são os fatos que me trouxeram aqui, pelo jeito, e que interessam aos Srs. Senadores? Eram os indícios de que haveria um esquema de arrecadação paralela que, depois do período pós-delubiano, passou a se chamar recursos não-contabilizados ou mais conhecidos como caixa dois. E esse caixa dois, eu, de fato, escutei falar dele há muito tempo dentro do próprio PT e não é uma maneira generalizada. Eu consigo separar muito bem o papel de uma burocracia petista, que desvirtuou os valores do PT, e uma militância aguerrida, digna, que acredita em transformações profundas neste País e que acho que, tanto quanto eu, se sentem tão traídas por este Governo. Portanto, acredito que a minha versão... Eu vou tentar falar da maneira mais impessoal possível, menos emocional possível, apesar de todo o prejuízo

que essa burocracia petista provocou na minha vida profissional. Como é que começou a história? A história começou com o seguinte: no começo de 1990, eu já era Secretário de Finanças do então Prefeito Jacó Bittar, em Campinas, quando fui chamado para uma reunião na sala do Prefeito em que estavam presentes duas figuras, dois irmãos – um chamado Roberto Teixeira e outro chamado Dirceu Teixeira –, que estavam naquele momento representando uma empresa chamada Cpem – Consultoria para Empresas e Municípios. E, naquele momento, eu fui apresentado a um projeto que visava alavancar as receitas municipais, através do seu principal imposto das cidades grandes, industrializadas, em que a principal receita do Município é o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço. E o ICMS é recolhido e era feita uma folha, dizendo "Olha, o valor adicionado foi esse"; enfim, havia uma maneira de se calcular qual era a participação do Município no bolo do Estado. Vamos supor, você tem todo o imposto que você paga do ICMS. O Estado recolhe. Cinqüenta por cento fica para o Estado; e cinqüenta por cento é como se fosse uma pizza, em que é dividida uma fatia para cada Município. E essa fatia que vai para cada Município é feita através de um cálculo, de uma ponderação.

*(Intervenção fora do microfone)*

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Ah, pizza? Não, tudo bem. Uma fatia de melancia.

*(Intervenção fora do microfone)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Enfim, um bolo, qualquer que seja, que tenha essa divisão, e o pedaço de cada um que vai comer esse bolo é calculado através da revisão de um cálculo que se chamava de folhas Dipan. E essa empresa de consultoria, que estava lá representada pelo Sr. Roberto Teixeira, que eu já conhecia de São Bernardo do Campo, porque quando estive inclusive... quando assessorei o vice-Prefeito Djalma Bom, eu fui mais de uma vez a casa em que morava o hoje Presidente Lula, que era uma casa do Sr. Roberto Teixeira, em São Bernardo do Campo – uma casa muito boa. E eu sabia que aquela casa pertencia ao Sr. Roberto Teixeira; e sabia como o Lula tinha ido morar naquela Casa. Estou falando isso de 1990. E o Lula estava morando há pouco mais de um ano naquela casa, onde morou acho que mais de dez anos.

Muito bem. Então, eu sabia quem era o Roberto Teixeira; sabia que ele era compadre do Lula; sabia que o Lula morava na casa do Roberto Teixeira. E o Jacob Bittar, então Prefeito, também sabia que eu sabia de tudo isso. Afinal, eu não era de Campinas. Eu fui indicado para a Secretaria de Finanças de Campinas pela direção do Partido. Então, eu fui como um quadro de confiança do Partido, para assumir uma Secretaria da Fazenda de Finanças, conforme o lugar – em Campinas, é Finanças; em São José, é Fazenda –, por causa dos problemas e da falta de confiança que havia inclusive do próprio Lula sobre o então Prefeito Jacob Bittar. Eu fui com uma certa autoridade para trabalhar naquela Prefeitura. Então, quando eu fui levado à reunião em que se encontravam o Prefeito e os dois irmãos Teixeira – Roberto Teixeira e Dirceu Teixeira – eles me apresentaram uma fórmula mágica de alavancar a receita do município.

Ora, quem mexe com economia, sabe que não existe milagre. Qualquer cidadão, qualquer dona-de-casa sabe disso. Você tira de um lado... Se você põe em um lado, é porque tirou de algum lugar. Se vai aumentar a receita, essa receita alguém está deixando de receber. E eles diziam que era uma operação de risco, uma operação de risco em que eles só receberiam, só seriam pagos mediante o sucesso daquele trabalho. Ou seja, eles ganhariam uma participação dos recursos que fossem alavancados. Eu falei "Não tem nenhum problema." Vocês poderão participar da licitação que vamos abrir. Depois que os técnicos da prefeitura que estão sendo treinados por mim, por uma equipe que eu tinha comigo, os técnicos estão sendo treinados, eles vão fazer aquilo que chamamos de filé *mignon*, ou seja, uma cidade como Campinas, que tem milhares de empresas, menos de cem empresas têm 85% ou 90% daquela receita, porque são grandes empresas multinacionais e o valor agregado é muito grande.

Então, a revisão desse trabalho, que nós chamávamos de filé *mignon*, iria ser feita por técnicos da prefeitura, porque achávamos que aquilo era o correto. E dentro do próprio PT nós tínhamos políticas dessa natureza.

Qual não foi a minha surpresa quando eles respondem que não participavam de nenhuma licitação porque tinham notória especialização. Poderiam ser contratados sem concorrência pública.

Eu falei que na parte, ou segunda parte, eu vou abrir concorrências. Se vocês ganharem eu terei o maior prazer de contratá-los. E eles não entraram na concorrência que foi aberta para pegar o que nós chamávamos de "o osso", porque é uma pulverização de empresas muito grande, o trabalho é muito maior e, evidentemente, não tinha nenhuma mina de ouro ali. Seria um trabalho duro mesmo, proveniente de uma pesquisa mais árdua.

Em seguida, acabada a reunião, a conversa encerrou, e o Jacó me levou, alguns dias depois, para conversar com o Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Partido, num escritório que era chamado de Governo

Paralelo, na Vila Mariana, em São Paulo. Nessa conversa não tinha uma formalidade. Eu fui levado para uma conversa, de Campinas para São Paulo, para ter uma conversa com o Lula que não foi de sentar numa mesa para debater, sempre marcada por uma informalidade muito grande: E aí? Como é aquele trabalho? O Roberto Teixeira? Aquele trabalho da Cpem é muito bom! Aquilo melhora a receita. Aquilo... Eu falei: olha, pode melhorar, mas eles vão ter que ganhar a concorrência.

No frigir dos ovos, era o seguinte: em Campinas, a Cpem, naquele momento, não foi contratada. Para entenderem as conseqüências disso, passado algum tempo, Jacó Bittar saiu do Partido e contratou essa empresa Cpem. Por causa dessa contratação, ele teve os bens bloqueados e a Cpem teve os bens bloqueados, por uma ação do Ministério Público, por causa desse tipo de serviço que era inadequado e prejudicial ao município. E era esse tipo de trabalho que Jacó queria que eu contratasse naquele momento, acompanhado com o compadre do Lula. Posteriormente, ele faz isso.

Passado isso, eu saí de Campinas por uma situação incompatível com Jacó Bittar. Passei por São Bernardo. Depois fui para a CMTC, do Governo da Companheira Luiza Erundina, uma mulher ímpar e impecável; uma conduta impecável! Inclusive, durante o seu governo eu soube que ela foi pressionada para contratar essa mesma empresa em São Paulo, resistiu heroicamente e não contratou.

No governo seguinte, quando chegou em 1993, eu fui indicado, por dirigentes do PT – inclusive, um deles é o Senador Aloizio Mercadante – e pelo ex-Deputado José Dirceu, entre outros. Eu fui indicado para assumir a Secretaria de Finanças de São José dos Campos. Quando eu assumo a Secretaria, constato, logo no início, que: Quem era o maior credor da prefeitura? A Cpem. Devia quanto? Eles tinham feito um trabalho ali no governo anterior; no Governo do PRN, do ex-Presidente Collor. Era do Prefeito Pedro Ives e depois Bevilaqua; desses dois governos que tinham contratado esse serviço para fazer um trabalho que pode e deve ser feito por técnicos do segundo grau, da prefeitura. E vou mostrar para os senhores o resultado disso, o que aconteceu.

A primeira coisa que fiz foi sustar o pagamento da Cpem, que já tinha recebido cerca de dez milhões de dólares – isso em dinheiro da época – convertidos em dólares dava cerca de dez milhões de dólares.

*(Intervenção fora do microfone)*

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Como? A prefeita era a hoje Deputada Ângela Guadagnin.

E verifiquei que tinham recebido dez milhões de dólares – não sei se tinham recebido seis e faltavam dez ou teriam recebido dez e faltavam seis – isso não importa. Suspendi os pagamentos para que pudesse verificar a consistência dos dados, afinal de contas esse pagamento é muito dinheiro para uma cidade, mesmo sendo uma cidade rica como São José dos Campos. Quando se fala em seis milhões de dólares, é muito dinheiro. Dá para fazer muito serviço social de infra-estrutura numa cidade com seis milhões de dólares.

E aí, quando houve essa suspensão de pagamento, imediatamente, aparece quem como *lobby* para receber esse dinheiro? Uma pessoa que seria o dono da empresa chamado Luiz Alberto. Acompanhado de quem? Do Sr. Roberto Teixeira, compadre do Lula, porque eles queriam receber esse dinheiro.

Eu falei que não iria pagar enquanto não averiguasse. E eu ficava inconformado e falava que devia haver alguma coisa errada. Não é possível que empresas... O cálculo era assim: 20% do que eles conseguissem alavancar. Portanto, se eles tinham a receber 16 milhões de dólares, você multiplica cinco vezes dezesseis, ficam oitenta milhões de dólares, que era o que eles teriam alavancado num orçamento, na época, de um pouco mais de duzentos milhões de dólares. Era muito dinheiro, eram sócios da prefeitura.

E, um belo dia, depois do expediente, folheando os cálculos da documentação que tinha resultado naquela conta, bati o olho numa conta de uma grande empresa que foi a Kodak do Brasil, que, por sinal, tinha duas unidades industriais em São José. E, ao ver aqueles documentos, estranhei porque, nessa revisão, que tinha o documento original, que tinha sido entregue, e tinha o documento recalculado pela consultora, verifiquei e vi que o grande trabalho que a consultora tinha feito era multiplicar por cem. E falei: engraçado, não houve mudança no plano de política monetária, a moeda é a mesma. E, de repente, falei: puxa, mas eles ganharam e só essa conta dava cerca de dois milhões de dólares. Operação: multiplicar os valores originais por cem. É brincadeira. Fiquei inconformado com aquilo. Falei: não é possível que, de repente, uma grande empresa... Ela não sonegou, ela recolheu imposto. Não era crime fiscal, portanto. Era o quê? Era uma revisão. Alguém cometeu erro. Então, como funciona? Aí fui ver como o mecanismo funcionava e era o seguinte: dentro de cada empresa tem um funcionário que faz essa conta; funcionário de terceiro ou quarto escalão. Não é nenhum funcionário de primeira linha que faz as contas e apresenta a chamada folha Diplan, que dá o valor adicionado.

Para entender o que é o valor adicionado: vamos supor esse produto aqui. Quando ele sai pronto e im-

presso, ele tem um valor. Só que ele entrou como um papel bruto. Então, o valor final menos o valor inicial me dá o valor que foi adicionado naquele processo. Uma coisa para ficar fácil de entender. E esse cálculo é feito empresa por empresa; tem todo um procedimento. E a pessoa que faz isso, que é um funcionário de terceiro ou quarto escalão, ele faz essa folha e manda para a Receita Estadual, para a Secretaria da Fazenda do Estado, que processa no Estado e que, no fundo, vai calcular a fatia do bolo, que havia sido feito para aquele Município. E, quando peguei aquilo, pensei: "Bom, então, se se multiplicar por 100 – está custando US$2,5 milhões aos cofres públicos municipais –, a coisa parece ser mais grave". Imediatamente, nomeio uma Comissão de Sindicância interna, por sinal, presidida pela hoje cunhada do Senador Suplicy, Marta Dalari, que me levantou os dados a respeito do que estava acontecendo. E aí levei um susto, porque, na Comissão de Sindicância, já apareciam os primeiros indícios. Que indícios eram esses? Falsificação; rasura de documentação; a fórmula para se fazer o cálculo era "fajutésima", o que aumentava ainda mais a participação dessa empresa, contratada sem licitação. Por ser Secretário de Finanças em uma cidade como aquela, acaba-se conhecendo o Executivo dessa indústria, e fui ver que assinaturas de funcionários, que teriam assinado aqueles documentos, eram fajutas. Visivelmente falsas.

Diante desse quadro, aconteceu um episódio extremamente interessante: chega "a caravana da cidadania", que era desenvolvida pelo PT, para promover o Lula nacionalmente, e passa por Taubaté. E, quando ela passa por Taubaté... Desculpe-me, por São José dos Campos. É que sou de Taubaté. É do lado. Minha família é de Taubaté, sou de lá também.

Então, quando essa caravana da cidadania passou por São José dos Campos, uma assessora do hoje Senador Aloizio Mercadante me relatou o seguinte diálogo, que ela ouviu do Lula com algumas pessoas de São José dos Campos, que estavam lá querendo que o Lula interviesse a respeito de problemas locais. E o Lula falou... Essa assessora do hoje Senador Aloizio Mercadante falou assim comigo: "Ô Paulo, o que aconteceu com você – o pessoal me chama de PT, lá – PT, o que aconteceu com você, com o Lula?" "Não aconteceu nada, absolutamente nada. Por quê?" "Nossa, porque eu vi, quando eles foram falar do Marcos Soares, um problema que estava acontecendo em São José dos Campos, o Lula falou para eles: 'E do Paulo de Tarso, que está me criando problema em São José dos Campos, vocês não dizem nada, não fazem nada com ele!'"

Tenho aqui uma cronologia – posso deixá-la aqui com os senhores – desses episódios. Estou relatando-os sinteticamente para os senhores, mas tenho tudo isso registrado.

Fiquei preocupado. Alguns dias depois, haveria o lançamento de um livro do Eugênio Bucci, casado com uma outra cunhada do Suplicy (Risos) – o Suplicy vai terminar envolvido. É que tem muitas irmãs, muitas irmãs! Hoje, esse cidadão que é casado com uma cunhada dele é o Presidente da Radiobrás: Eugênio Bucci. É desse cidadão que estamos falando.

Houve o lançamento do livro, e o Lula foi prestigiar o lançamento do livro de Eugênio Bucci. Aí me encontrei com ele e falei: "Baiano, o que aconteceu com você? Por que você está... Eu criei algum problema?" Ele falou: "Não, Paulinho, vem cá, vamos lá!" E agendou comigo para ir para o escritório dele. Eu já tinha, naquela altura do campeonato, eu já dispunha da sindicância interna. Peguei essa documentação toda que eu tinha já em mão e cheguei no escritório do Lula. O Lula pediu para o Sr. Paulo Okamotto, que hoje é Presidente do Sebrae, para acompanhar isso aqui, aquela conversa, não é?

Agora, curiosamente, quando eu comecei a fazer esse levantamento na Prefeitura, teve uma reunião de Secretários de Finanças municipais do PT, de São Paulo, na cidade de Ribeirão Preto, cujo Prefeito era o Palocci, que tinha acabado de ser eleito.

Eu apresentei aos Secretários da Fazenda ou de Finanças, conforme o lugar, exatamente... Chamei a atenção deles sobre o problema que estaria acontecendo com esse tipo de consultoria. Eu os alertei: "Olha, cuidado porque é fria. Inclusive, tem consultoria que vem apresentada e diz que é do compadre do Lula, dizendo que é dinheiro para o Partido, que precisa tomar cuidado com isso" e tudo o mais. Afinal de contas, eu era de uma militância do PT que acreditava que o ...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E o Ministro Palocci estava presente?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não, não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não. Só o secretário dele?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Mas estava o Secretário de Finanças dele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Que devia ser o Ralf Barquete.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não sei, eu não saberia dizer, hoje, quem era. Não sei quem era. E eu alertei sobre isso.

Quando terminou a reunião, na saída da reunião, o Paulo Okamotto, que não tinha função nenhuma

partidária, que não era dirigente partidário, não tinha função nenhuma dentro do Partido dos Trabalhadores, me chama de lado e diz o seguinte: "Olha, rapaz, você precisa tomar cuidado com o que você fala, porque tinha Secretário, lá, que não era do PT, você falou demais.". E me admoestou.

Eu falei: "Olha, está bom.". E deixei barato, afinal de contas, o objetivo não era eu bater boca com o Paulo Okamotto ali. E o mesmo Paulo Okamotto circulava por São José dos Campos pedindo listas de empresas da cidade que tinham...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas Paulo Okamotto era o quê, desculpe interromper? Na época, ele era o quê? Ele estava na reunião por quê?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Ele não era nada.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele não era nada?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Era só amigo de Lula, no caso?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – É, era amigo.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Foi o Sr. Paulo Okamotto que o admoestou? Foi?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Vejam só: quando fui levar para o Lula a documentação ...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Desculpe. Foi o Sr. Paulo Okamotto que o admoestou?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Que me admoestou. Foi.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Obrigado.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Exatamente. Lá em Ribeirão Preto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas com que autoridade? Com que autoridade ele reclamou de V. Sª? Ele não era nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, vamos deixar...

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Essa é uma pergunta que ninguém consegue explicar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Será respondida em seguida.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – O senhor vai ver, daqui para a frente, que vai haver outros episódios em que essa misteriosa figura sempre aparece sabendo de tudo, mexendo com dinheiro e tudo o mais. E, lá em São José dos Campos, ele circulava na Prefeitura e, atrás, queria saber quais as empresas que tinham dinheiro para receber da Prefeitura, porque ele queria visitar essas empresas. Ele não era absolutamente nada.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Ele não era tesoureiro do PT ainda?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Hã?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não era tesoureiro do PT nessa época?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não, nunca foi tesoureiro do PT. Ele foi tesoureiro de campanha do Lula.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – De campanha?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – De campanha.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Campanha do Lula?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – É. Então, é muito curioso, porque ele não era absolutamente nada e... Não é?

Bom, naquele momento, então, quando... Eu vou, eu vou... Ah, e ele andava na Prefeitura buscando esses contatos.

Eu vou deixar aqui, se a CPI quiser, evidentemente, com os senhores, o resultado da Comissão Especial de Inquérito feita pelo próprio PT, e vocês vão verificar que o Dr. Hélio Bicudo, o hoje Deputado José Eduardo Cardozo e o economista Paul Singer, naquela época, escreveram e assinaram – está aqui, assinadinho, vou deixar uma cópia com os senhores –, que eles reproduzem depoimentos do Deputado, por exemplo, Arlindo Chinaglia, da Clara Ant, que é assessora do Presidente Lula, do próprio ex-Deputado José Dirceu e tudo o mais, dizendo que o Paulo Okamotto não tinha função nenhuma no Partido.

A gente chega lá, para os senhores terem uma idéia, portanto, que está tudo devidamente documentado não por mim, não. Quem assina essa comprovação são pessoas nomeadas pela direção do Partido para fazer um levantamento por Comissão Especial de Inquérito sobre uma entrevista que foi dada em 1997, não é? Eu ia contar a história inteira.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu solicitaria a V. Exª que deixasse o Dr. Paulo fazer a sua conclusão, depois faremos as perguntas.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Eu chego lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senão, vamos antecipar a história toda.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Estou contando a história cronológica para facilitar. Às vezes dou um *insight* mais para frente para os senhores entenderem a dinâmica da coisa.

Quando eu fui a São Paulo para conversar com o então Presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ele mandou chamar o Paulo Okamotto para

que ele acompanhasse a conversa. Eu passei longas horas com ele. Aliás, ele declara depois na Comissão de Ética, na Comissão de investigação, que não tinha sido um dia todo, que se fosse com a Vera Fischer ele se lembraria, mas que comigo deveriam ser umas duas horas. Isso não é brincadeira não, estava reproduzido, documentado e assinado em baixo, palavras desse nível, depoimento dentro do próprio PT.

Nessa conversa que eu tenho com ele, exponho para o Lula naquele momento o mecanismo de funcionamento do esquema da empresa que o compadre dele representava. Ele já sabia dessa ligação, porque em Campinas já me tinha procurado, inclusive, ele já tinha conversado comigo a respeito disso. Eu disse: "É fria, não dá para contratar". Eu expliquei para o Lula como funcionava até aquele momento, até onde eu tinha aquela informação.

Aí, o Lula pede para o Okamotto agendar uma conversa com o Roberto Teixeira, diretamente envolvido naquele processo. Eu tive duas reuniões seguidas, uma com a presença do Paulo Okamotto e outra sem a presença do Paulo Okamotto, uma conversa de surdos, porque eu falava uma coisa e ele falava outra, não tinha muita liga. Ele dizendo que, resumindo esses dois dias de conversa no escritório que ele tinha em São Bernardo do Campo, quem me levou para essa reunião, inclusive, foi o motorista oficial da Prefeitura em São José dos Campos, porque eu estava, em tese, numa atividade oficial, ele estava defendendo interesses da Prefeitura. Lá pelas tantas, estava o Roberto Teixeira e o irmão dele, o Dirceu Teixeira. O Dirceu Teixeira tinha um vínculo direto com a Cpem e o Roberto Teixeira representava a Cpem, ele que aparecia nas administrações petistas para vender o serviço daquela Cpem. O acordo nosso final foi o seguinte, depois de dois dias ninguém tinha muita paciência mais. Eu falei que não iria abrir mão das investigações e o Roberto Teixeira propõe o seguinte: "Tudo bem, você leva as investigações até o fim, mas você vai assumir o compromisso de não fazer uso político delas, de ir para a imprensa, de contar o que está acontecendo, de fazer uma luta contra a Cpem. Eu falei: "Tudo bem, nem cabe a mim fazer essa luta política, isso é coisa para o Ministério Público, quando terminar essa apuração.

Passados alguns dias, não sei a cronologia, pois não a estou acompanhando aqui – uns dias antes – para vocês terem uma idéia da gravidade dessa história – eu estava vindo de São Paulo com o motorista de carreira de Prefeitura, não era militante do PT, não era eu que estava guiando o carro, o carro foi cercado na Rodovia dos Trabalhadores por um Gol – aqui vocês têm a cronologia, aqui está a chapa do carro – um Gol branco me cercou com três "armários" dentro do Gol. Ele se colocou na frente do carro e eu obrigando o carro oficial da Prefeitura a reduzir a marcha. Vocês não conhecem, mas quem conhece talvez entenda, na Rodovia dos Trabalhadores há uma entrada para Mogi, que vai de Mogi a Bertioga, há uma variante. Ali, exatamente naquela encruzilhada, falei ao JB, que era o motorista: "Vai bem na quina, porque o carro vai ter que tomar uma decisão; se ele sair de um lado a gente sai de outro. Ou ele sobe na grama". Ele foi toreando a gente o tempo todo. Já estávamos a 30km por hora, no máximo. O carro saiu de um lado; nós saímos de outro. Eles seguiram para a entrada de Mogi; eu segui pela rodovia.

Parei. Tinha um policial rodoviário e eu, imediatamente, dei um cartão meu de identidade para o guarda e a chapa do carro e falei: por favor, prenda esse carro e comunique à Prefeitura de São José dos Campos porque vou tomar providências.

Cheguei em São José dos Campos e falei com o Secretário de Assuntos Jurídicos, era o Dr. Manoel. Dei a placa do carro para ele. Ele mandou checar e verificou que era chapa fria.

Quer dizer, o único problema que eu poderia ter naquele momento, que me lembro, era uma situação com a Cpem. Não estou dizendo que foi a Cpem que fez isso, mas, cá pra nós, não tem justificativa, porque o carro veio, nos ultrapassou, cercou, ostensivamente, na entrada. Fiquei imaginando que se de repente aqueles bandidos me dão um tiro, me matam, eu ia virar herói do PT. Não dava, não é?

Esse caso me marcou profundamente.

Resumindo: informei ao Lula; fiz esse acordo com o Roberto Teixeira; continuei o processo de investigação; contratei uma auditoria externa, que foi a Bolsinha e Campos – para quem é do ramo sabe que é uma grande empresa dessa área – que fez um levantamento, do qual tenho um relatório, mostrando aquilo que a comissão de sindicância já tinha apontado: falsificação de assinatura, rasura de documento, rasura de assinatura, rasura de números, fórmula fajuta que prejudicava a prefeitura, e um conjunto de dados. Aí já não era mais uma comissão interna da prefeitura, já não era mais a posição do secretário; aí era uma posição de uma consultora, do peso da Bolsinha e Campos, que é uma multinacional inclusive respeitada em grande parte do mundo, trazendo a documentação e comprovando os absurdos que nós já tínhamos visto.

Quando esse documento fica pronto que eu vou fazer a entrega oficial, em dois dias muito tumultuados, aconteceu o seguinte: um radialista de São José, que hoje está na Band regional inclusive, me liga e fala: Paulo de Tarso, o que você tem com essa tal de Cpem? Respondi-lhe que não tinha nada. Por quê? "Porque

eles vieram aqui e querem contratar o serviço da rádio para que a mesma dê como reportagem uma matéria que eles estão dando pronta para nós." Quando eu vi que lhe envolvia, eu liguei para você. Perguntei o que dizia a matéria.

A matéria, no fundo, eles teriam obtido informações privilegiadas junto à Secretaria de Fazendo do Estado e sabiam que o resultado, feito pela equipe de técnicos da Prefeitura, treinada inclusive pela Cepam em São Paulo – treinamento que durava um dia somente.

A Cepam, da Fundação Faria Lima em São Paulo, treinava uma equipe, numa cidade como São José dos Campos, um dia de treinamento. Essa era a notória especialização que a Cpem dizia ter.

Essa minha equipe – depois até brinquei com eles que chamava equipe dos dez milhões – era uma equipe de jovens, de nível técnico médio, que tinha conseguido resultados excelentes e que ia melhorar o posicionamento do ICMS melhor do que a Cpem vinha fazendo nos últimos anos; custo zero.

A Cpem antecede, sabendo desses dados, antes que fosse publicado no Diário Oficial, e plantou notícias em São José dos Campos.

Desse radialista eu soube – eles não divulgaram – que eles compraram espaço pago nos jornais locais e deram a matéria como se fosse reportagem. Comprada, literalmente comprada.

Falei: bom, acabou a trégua. O acordo que tínhamos de não fazer uso político previa que eles não fariam uma malandragem desse tipo. Quando estou juntando esse documento para falar com a prefeita e levar os excelentes resultados da equipe local, isso historicamente está comprovado. É só ir à prefeitura e verificar os resultados. Eu tenho esses dados, se os senhores quiserem.

Nesse dia, então, que tinha uma reunião do secretariado, fui conversar com a Drª Ângela, hoje Deputada Federal, perguntei como ela estava, e ela começou a chorar copiosamente. Perguntei: "O que aconteceu, Prefeita?" E ela disse: "Não, você sempre disse que não tinha apego ao cargo, que não tinha isso, não sei o quê... Estou te demitindo."

**O SR. (Orador não identificado) –** Sr. Presidente, por favor. Sei que não posso interromper. O senhor fala que, ao final, vai falar tudo, mas algumas coisas ficam soltas, e a curiosidade vai ficando.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU –** Pois não.

**O SR. (Orador não identificado) –** Por exemplo, o senhor colocou que ia sair na imprensa uma informação interna. Aí, não diz que informação era essa.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU –** Não, que a secretaria do Estado.

**O SR. (Orador não identificado) –** Não, que ia colocar na rádio.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU –** É.

**O SR. (Orador não identificado) –** Aí, não diz o que era isso.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU –** Não, eu falei. Talvez o senhor não tenha prestado atenção. Eu sei que o assunto é estéril, mas é verdade. É o seguinte: a notícia que ia sair no **Diário Oficial** do Estado era o excelente resultado obtido com o trabalho da equipe interna da prefeitura.

**O SR. (Orador não identificado) –** Mas por que ia sair contra o senhor? É essa lógica que não estou conseguindo...

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU –** A Cpem, sabendo antecipadamente do resultado que ia sair, planta a notícia em São José, com acusações, dizendo que aquele resultado era dela, que ela tinha conseguido aquilo...

**O SR. (Orador não identificado) –** Isso o senhor não falou!

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU –** Desculpe-me. Está certo.

Que o resultado era dela, e me denegrindo, inclusive.

Então, em função disso, rompeu-se o acordo. Dentro desse quadro, procurei a prefeita para preparar a reunião do secretariado, e ela, aos prantos, informa que eu estava demitido. Eu falei: "a senhora está brincando, né, prefeita?", porque eu era o queridinho dela. Estava tendo excelentes resultados, estava colocando as finanças da cidade razoavelmente em ordem, tinha acabado com uma série de irregularidades que existiam lá dentro. E ela falou: "Não, foi o Partido que pediu a sua cabeça". Falei: "O Partido? O Partido tem nome. Quem no Partido?" Ela falou: "Paulo Okamotto e Paulo Frateschi, quer dizer a direção nacional e a direção estadual." Eu falei: "Direção nacional? Quem?" "Paulo Okamotto". Falei que ele não era direção nacional, que ele não era nada. E, pelo Estado, Paulo Frateschi. Aí, Paulo Frateschi era até um dirigente do PT regional, mas Okamotto não era nada, a não ser da intimidade do Lula, uma pessoa de confiança do Lula. Isso era sabido. Esse dado é um fato. Aí, ela comunicou e fui exonerado, sem nenhuma conversa. Eu, que fui indicado pela direção do Partido, por figuras como Aloizio Mercadante e José Dirceu, entre outros, fui sumariamente exonerado, sem satisfação alguma, a pedido de quem? De Paulo Okamotto. Qual é o cargo dele no Partido? Nenhum. Um mistério, um mistério.

Então, bom, esse episódio é o grande evento que aconteceu. É o fato. A partir daí o que acontece? Tento levar essas informações para dentro do Partido e procuro todas as instâncias. Eu não era um ilustre desconhecido. Eu era dirigente do Partido, super conhecido em São Paulo, fazia a revista teórica do Partido. Metade do livro **Rememórias** são matérias minhas – trata-se de um livro histórico do PT. O Senador do Acre talvez possa dizer que mais da metade do livro são matérias que fiz, com Apolônio de Carvalho, com Paulo Freire e muitos outros. Eu tinha uma militância intensa dentro do Partido, não era um desconhecido. Apesar de estar em São José dos Campos, todas as semanas eu estava no diretório estadual fazendo a revista do Partido. Eu tinha minhas relações pessoais; naquela época, eu era amigo do José Dirceu, sabia das informações todas e não conseguia ser ouvido por ninguém no partido, em nenhuma instância partidária.

Bom, essa minha peregrinação durou dois anos. O fato que estou relatando aqui aconteceu em 93. Em 95, eu falei: "Eu vou me tornar cúmplice desse processo. Eu sei o quanto foi desviado, eu sei da situação absurda que está acontecendo. Eu não posso me calar diante disso". Fiz, então, uma carta, uma carta registrada em cartório, e a enderecei ao Presidente Lula, que era Presidente de Honra do PT à época. Quando Lula recebeu a carta, aí sim, eu tirei uma cópia – o cartório me deu comprovação de que ele havia recebido e eu tirei uma cópia – e a entreguei em mãos para todos os dirigentes do PT, inclusive para o Senador Suplicy, para o Senador Mercadante, um por um. Fui a uma reunião do Diretório Nacional do PT e entreguei em mãos essas cópias. Quer dizer, ninguém podia ignorar essa carta – estou deixando uma cópia dessa carta com V. Exªs. para que possam ver como foi informado inclusive sobre esse incidente que tive na estrada, que foi um atentado para mim.

Aí, o que acontece? O silêncio continua. Dois anos depois, quatro anos depois de terem acontecido esses fatos todos – não são quatro dias, não são quatro meses ou quatro semanas... Foram quatro anos peregrinando, eu fui a todas as instâncias do partido, eu fui ao Fórum da Articulação, que era a corrente do PT que depois virou Campo Majoritário, tentar discutir: por favor, as coisas são graves, eu estou documentado. Levei os dados para o Aloizio Mercadante, que ficou chocadíssimo; levei para o Zé Dirceu os dados; levei para o Gilberto Carvalho, que hoje também está aqui com o Presidente Lula. Todas as pessoas ficavam assustadas quando viam a documentação. Falei: "Mas por que não se cria um fórum internamente no partido para discutirmos isso aqui?".

Isso aqui era um dinheiro que o Okamotto dizia, com todas as letras, que era necessário; naquela época da caravana do PT de 93, havia dificuldade de grana porque a Cpem não estava passando dinheiro para eles. Eles não recebiam, quer dizer não estavam passando. Como não estava entrando dinheiro, a caravana estava com dificuldades, estava com dívidas que deveriam ser pagas, e era aquilo que estaria incomodando.

Então, com todas essas informações, eu começo a fazer essa peregrinação interna, dentro do PT, que culminou com essa entrevista ao **Jornal da Tarde,** de São Paulo – é um jornal de Campinas –, já em meados de 97. Alguns lances muito curiosos. Tipo assim: na campanha... Nós estamos em 93... Em 93, acho, começou-se a fazer os primeiros acordos para umas candidaturas internas, no próprio PT, e o Arlindo Chinaglia, hoje Deputado, me procurou e falou: "Fica esperto porque o pessoal do seu campo está puxando o seu tapete" – eu ainda era Secretário em São José dos Campos. Eu falei: "Como, Arlindo?" Ele disse: "É, são os teus amigos, os teus chegados que estão puxando o teu tapete". Aí, na mesma festa, eu procurei o Paulo Frateschi, que é Presidente do PT no Estado de São Paulo – ele estava na festa e era quem fazia as ligações institucionais entre o partido e a prefeitura –, e perguntei: "Que história é essa de estarem puxando o meu tapete?" Ele respondeu: "Mentira, isso não existe, isso é bobagem". Falei: "É bobagem?" Puxei o Arlindo Chinaglia e falei: "Arlindo, o que foi que você me disse?" E o Arlindo falou na cara do Frateschi que ele sabia que estavam puxando o meu tapete; disse que não sabia direito o que era.

Bom, curiosamente, esses episódios todos, quando saiu a minha entrevista no **Jornal da Tarde** foi uma bomba. Foi uma bomba, porque eu nunca fiz um discurso, por mais respeito que eu tenha à Direita, não tenho nenhuma formação em Direito, nunca tive, apesar de meu pai ter sido integralista. O meu discurso tem sido sempre muito mais pela Esquerda do que pela Direita.

Curiosamente, nesses episódios todos, começam a aparecer aqueles que foram as grandes decepções. Por exemplo, a primeira coisa que aconteceu quando saiu essa matéria foi um movimento de desqualificação moral a meu respeito. Linchamento político – é brincadeira! – dentro do Partido. Se pegarem a documentação do Partido sobre o que foi falado a meu respeito, os senhores não acreditarão. Primeiro, dizem que eu fazia parte do esquema do Sérgio Motta. Por acaso, eu conhecia o Sérgio Motta. Ele tinha sido o mecenas das esquerdas há algum tempo. Ele foi um dos donos do jornal **O Movimento**. Mas, naquele momento, ele era um homem do Fernando Henrique. Então, dizem

que eu estava fazendo o jogo do Planalto. A prova era que eu tinha trabalhado com o Sérgio Motta.

Eu trabalhei com o Sérgio Motta na Hidrobrasileira, em 1975, quando saí da cadeia – depois de cinco anos e meio preso. Eu trabalhei seis meses com ele. Aliás, não foi só eu. A viúva do Marighuella e o próprio José Serra trabalharam com ele e também o pessoal do PC do B. Ele acolhia os perseguidos políticos da época na empresa dele. Era uma empresa de planejamento de consultoria.

Por eu ter trabalhado em 1975 na empresa do Sérgio Motta, nos documentos internos do PT foi dito que eu fazia parte do esquema do Planalto pago pelo Sérgio Motta. Artigos assim "adeus, PT", porque o pessoal me chama de PT, coisas desse tipo. O ex-Deputado Rui Falcão foi à Assembléia Legislativa e fez um necrológio a meu respeito. Fui morto. Fui morto pelo Rui Falcão, que agora está em São Paulo querendo ressuscitar outras coisas. Então, esse tipo de massacre internamente... Para o Lula, eu era doido, eu tinha de ser internado, eu tinha de ser expulso do Partido quando mandei uma carta para ele via cartório.

Tudo isso por quê? Porque envolvia uma figura misteriosa chamada Roberto Teixeira, que é compadre do Lula até hoje. O que acontece a partir daì? Foi montada uma comissão formada por Hélio Bicudo, Paul Singer e o José Eduardo Cardozo para fazer a apuração dos dados, da denúncia que estava naquela entrevista. Terminada a apuração, eles ouviram várias pessoas, inclusive dirigentes – ouviram o Lula, o Zé Dirceu, a Clara Ant, o Paulo Okamotto, a Angela Guadagnin, ouviram uma série de pessoas envolvidas e citadas naquele evento.

O que acontece? Os senhores poderão ver, pois está aqui documentado. O Deputado Arlindo Chinaglia fala, com todas as letras, que ele já havia ouvido falar de esquemas financeiros paralelos à estrutura do Partido, que aquilo ocorria dentro do Partido, que havia aqueles esquemas paralelos. Isso não foi eu que falei. Isso está aqui. Os senhores poderão checar o documento assinado e que, depois, foi entregue para a direção partidária. Tem as declarações do Paulo Okamotto, dizendo inclusive, em uma parte hilária... Mas parece que não posso ler nada, não é? Alguma coisa? Para os senhores terem idéia de uma parte quase hilária, por exemplo, na página cento e pouco desse relatório, tem o depoimento do... "Todavia, torna-se imprescindível observar..."

**O SR. (Orador não identificado)** – Esse depoimento é de quem?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Aqui é o relatório, o relatório assinado por essas três personalidades.

"(...) torna-se imprescindível observar que a ex-Prefeita de São José dos Campos, Angela Guadagnin, chega a confirmar literalmente o depoimento de Paulo de Tarso Venceslau no que concerne a ter Paulo Okamotto solicitado relação de fornecedores da Prefeitura, para fins de captação de recursos para o Partido."

Não são palavras minhas. Aqui está escrito, é um documento do Partido, que foi entregue para a direção do Partido. Quer dizer, a Drª Angela Guadagnin, confirmando literalmente, na opinião desses relatores aqui, literalmente aquilo que eu tinha dito.

Quando o pessoal da Comissão pergunta – uma pergunta embaraçosa: "Além de Paulo de Tarso, há outro depoimento que afirma que você teria contatos com prefeituras, pedindo que as prefeituras fornecessem a relação de fornecedores das prefeituras para que você fosse procurá-los para fazer finanças para o partido. Isso aconteceu ou não aconteceu?" Aí é o Paulo Okamotto: "Não. Como eu falei para vocês, eu sou uma pessoa que tenho me especializado em tentar contribuir no partido nessa área. Certo?"

Está aqui. Cada um, depois, que entenda, ao fazer a leitura com calma. Especializando em que área? Captação de recursos? Ele não tinha cargo nenhum no partido. Está aqui escrito também nesse relatório que ele não tinha cargo nenhum. E ele mesmo diz: "Eu tenho proposto em discussões com prefeitos..." – o Paulo Okamotto dizendo que ele tem proposto em reuniões com prefeitos que se forme a chamada lista de que você está falando. Você é o membro da Comissão, não é? De empresas fornecedoras que tinham dinheiro, credores da prefeitura, está certo? E aqui... Mas a última frase, quer dizer, e é muito curioso porque... E o próprio Paulo Okamotto me absolve, não é? Quando lá pelas tantas é perguntado, ele fala o seguinte: "E o Paulo de Tarso te deu alguma relação? Não. E também não pedi e nunca me deu". Agora, a Angela diz, com todas as letras, que ele pediu. Ele tinha liberdade para pedir a lista de fornecedores para a Angela. A Angela falou: "Não, você tem de conversar com o Paulo de Tarso". Comigo. Ele nunca veio falar comigo, não. Porque ele sabia que, talvez, eu iria ter uma reação que não seria muito confortável para ele.

Bom. Então, está aqui documentado, quer dizer, que o Paulo Okamotto, naquele momento, já era um homem da arrecadação do partido. O jornal, hoje, acho que **O Estadão**, tem até uma notícia falha, quer dizer, o Paulo Okamotto não era o Marcos Valério. Ele está mais para Delúbio do que para Marcos Valério, está certo? Ele era o arrecadador. Ele circulava, arrecadando dinheiro não contabilizado, porque esse dinheiro

nunca aparecia. Então, esse episódio, portanto, sobre o Roberto Teixeira, as conclusões desse relatório são fantásticas. Para vocês terem uma idéia, textos são reproduções textuais que estão aqui dentro.

"Apesar de confessar a existência... [Isso é comissão petista falando sobre ele] ...de um relacionamento especial com os proprietários da Cpem, quase de irmãos, segundo suas próprias palavras, é de se notar que, estranhamente, Dirceu Teixeira, que é irmão do Roberto Teixeira, parece 'desconhecer' o histórico societário da empresa, ou seja, efetivamente quem foram seus proprietários durante longo período."

Outro trecho:

"Sem qualquer dificuldade, porém, a partir do próprio depoimento de Dirceu Teixeira e do seu confronto com outros elementos probatórios, obtidos ao longo da presente investigação – ver depoimento do Amir Khair, por exemplo –, temos por induvidoso que Dirceu Teixeira, irmão de Roberto Teixeira, além de exercer outras atividades junto à Cpem, efetivamente vendia para Municípios o serviço dessa empresa e, ao que nos parece – é legítimo supor, presumir –, recebendo, de fato, alguma contrapartida pecuniária por isso."

Outro ponto.

"(...) Mas devemos indagar qual a razão por que Dirceu Teixeira reluta obstinadamente em assumir, em seu depoimento, que efetivamente vendia serviços da Cpem. Só conseguimos vislumbrar uma única explicação para isso: a mal-engendrada tentativa de Dirceu Teixeira de encobrir a participação de seu irmão, Roberto Teixeira, na intermediação de vendas de serviços em favor da Cpem."

Outra frase:

"Dirceu Teixeira efetivamente procurava as prefeituras, na pessoa de prefeitos e secretários, com o objetivo de apresentar e vender serviços da Cpem, provavelmente recebendo uma contraprestação pecuniária da empresa por essa atividade; e ainda, no caso de prefeituras petistas, se fez, em alguns casos, acompanhar de seu irmão Roberto Teixeira, que colaborou nessas negociações, endossando qualidade do serviço da Cpem e apresentando a empresa.

Roberto Teixeira tentou, deliberadamente, em todo o seu depoimento, encobrir a atuação de apresentar a Cpem a prefeituras administradas pelo PT. Apesar de todas as manifestações exteriores, as demais evidências apontadas por esta comissão de investigação, efetivamente Roberto Teixeira não queria que sua atuação em favor da Cpem junto a prefeituras petistas fosse caracterizada."

Há mais uma seqüência:

"É impossível não reconhecer uma grave falta ética em sua conduta posterior, quando toma ciência de que a Cpem poderia ter irregularidades alarmantes. [São palavras da comissão.] É impossível negar, pois, que Roberto Teixeira não soubesse da suspeita de fraude na atuação da Cpem em São José dos Campos e da possibilidade de que a fórmula de pagamento esboçada em contratos padrão e firmada por essa empresa não pudesse qualificar um verdadeiro engodo para os prefeitos que receberam sua indicação. Como militante do Partido dos Trabalhadores, nesse momento, passou a ter o dever ético de informar a Luiz Inácio Lula da Silva, a quem originalmente havia referenciado serviço.

Dentro do possível, como advogado e tendo acesso à Cpem, nem que fosse por meio do irmão, Dirceu Teixeira, se outro contato não tivesse com a empresa, deveria ter ido fundo nessa investigação, buscando esclarecer os fatos. Com isso, poderia evitar que o Partido e as administrações petistas fossem induzidos a erro pela própria apresentação que fez à Cpem.

Mas tornemos a repetir: ainda hoje e nos dias que seguem, Roberto Teixeira continua a poupar a Cpem. Assim faz, tanto no seu depoimento prestado a esta comissão como em entrevistas concedidas à imprensa. Sabe do problema, tem consciência da realidade, mas se recusa a falar ao menos de uma tênue suspeita de que um grave problema possa ter ocorrido em relação aos contratos firmados pela Cpem.

Ademais, finalmente, não nos parece plausível admitir que Roberto Teixeira não soubesse que Dirceu Teixeira se esmerava em convencer técnicos das municipalidades petistas de que a fórmula apresentada no contrato da Cpem era correta."

Esse foi o resultado assinado por estas três personalidades: Dr. Hélio Bicudo, Paul Singer e o atual Deputado Federal José Eduardo Cardozo.

Com todas essas conclusões, o relatório pede uma punição imediata para o Sr. Roberto Teixeira, na conclusão do relatório. Para mim, é mais atenuante, porque se deveria levantar de fato, porque o Partido foi omisso, porque, enfim, houve uma série de falhas e também se deveria ver se caberia alguma punição a meu respeito. Mas, em relação ao Roberto Teixeira, é peremptório o documento, é firme.

Esse documento foi enviado para a Comissão de Ética do Partido. A Comissão de Ética reavaliou, fez novas... Ouviu outras pessoas, mais gente, e concluiu na mesma linha desta Comissão aqui, ou seja, tinha que punir o Roberto Teixeira e, no meu caso, tinha que ver o que era: se tinha falado demais ou não. O meu grande crime foi ter ido à imprensa. Esse foi imperdoável. Imperdoável.

O diretório nacional do partido, essa burocracia petista, o tal campo majoritário do PT, sobre o qual os senhores já ouviram bastante aqui, diz que o Lula enquadra o campo majoritário e diz o seguinte: ou ele, Paulo de Tarso, ou eu, Lula. Que ele não ia aceitar que o compadre dele fosse citado, fosse punido e não acontecesse nada. Arranjou um pau-mandado dentro da Comissão de Ética, porque são vários membros, e um deles fez um relatório paralelo de baixo nível, com palavras de baixo calão, me atacando. E o diretório nacional do PT aprovou, não o relatório da Comissão de Ética, mas o relatório paralelo, e eu fui expulso do PT. Roberto Teixeira continua aí com um poder brutal hoje na Infraero. Todo mundo já está sabendo que é outro episódio que envolve o compadre do Lula. Esse é outro assunto. Não vou entrar nisso aí.

De qualquer forma, esse episódio aqui marca, primeiro, que se conhecia a existência de uma arrecadação paralela há muito mais tempo. De alguns nomes envolvidos na história, um deles aparece com todas as letras, que é o Paulo Okamotto, premiado com a Presidência do Sebrae, outro é o Roberto Teixeira, outra figura misteriosa, excluído desse processo aqui. Acabou sobrando para mim, que fui expulso.

Resumidamente, apesar de ter sido longa a explanação aqui, acho que talvez fosse para ter uma idéia geral do quadro. Qualquer dúvida, eu me disponho a esclarecer aos senhores.

**O SR. PRESIDENTE (**Adrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V.Sª e concedo a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Dr. Paulo de Tarso, depois da exposição de V.Sª, eu teria uma pergunta a fazer. V.Sª falou que o que foi denunciado passou por comissões do PT, por instâncias do Partido dos Trabalhadores, e eu pergunto: ninguém ficou solidário com V. Sª, ninguém do PT?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não. Recebi muita solidariedade, mas a maioria delas extremamente tímidas. E era o seguinte... Essa que vou contar agora é de uma figura muito conhecida chamada Frei Beto. Ele falou: "PT, é o seguinte: se o Lula souber que alguém está conversando com você, ou está sendo solidário com você, ele jura que aquela pessoa vai ser decapitada dentro do partido." Quer dizer, ele falou... uma figura... quer dizer, estou dando nome aos bois. Frei Beto que me falou isso. As figuras ilustres de Dirceu, Aloízio e companhia limitada, amigos de longa data, desapareceram. Até entendo. Vou dar outro nome aos bois. Por exemplo, Valtinho Pomar, que é um dirigente do PT, que hoje está na nova direção do PT, que é da esquerda petista. Ele falava, com aquele sotaque dele muito carioca: "Olha, a questão é política. Não tem nada de pessoal contra você. Ou a gente te expulsa, ou a gente não vai ter candidato em 98." Quer dizer, era uma solidariedade, assim, muito tímida, tanto que eu brincava dizendo que era uma solidariedade à direita e à esquerda do PT. O tal centro, o centrão do PT, o tal Campo Majoritário; esse foi horrível. Quando fui entregar aquele relatório, aquela carta aos dirigentes do PT, na Rua Augusta – não me lembro do nome do hotel agora –, quando entro no hotel, as primeiras figuras que vejo, numa conversa alegre, quem eram? O Sr. Roberto Teixeira, o Gushiken e o Lula. Olhem que trio! Os três estavam conversando ali. Eu evidentemente fui lá e entreguei na mão de cada um os documentos. Não importa.

O Genoino, naquele momento em que não era ainda Presidente do Partido e ainda fazia parte de um espectro minoritário político do PT, falou com todas as letras: "Sabemos disso tudo, que tudo isso é verdade, mas não posso fazer nada". São palavras dele.

Enfim, assumir mesmo para valer, alguém que chegasse e falasse "temos que levar a fundo, não aceitamos a expulsão do Paulo de Tarso", ninguém, ninguém teve essa ousadia ou coragem de enfrentar, apesar de reconhecerem que eu estava coberto de razão.

O Chinaglia permaneceu meu amigo, mas também tem carreira política pela frente; ele corria do risco de ser expulso do PT ou de criar uma indisposição com Lula.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dr. Paulo, essas denúncias não dizem respeito só ao PT. Por que elas não foram levadas ao Ministério Público, por exemplo?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Foram levadas. Vejam só: assim que apuramos os primeiros dados de São José dos Campos, o Ministério Público entrou não sei se com uma ação popular ou pública, ação pública civil, entrou com uma ação. Aí entra um dado muito interessante, que é o seguinte: a Cpem perdeu em todas as instâncias, naquelas primeiras instâncias. Curiosamente, a defesa que a Prefeitura de São José dos Campos passou a fazer no Governo Ângela e depois no Governo tucano de São José dos Campos, com o Emanuel... Não estou dizendo que eles têm um compromisso, não, mas os responsáveis por fazer a defesa da Prefeitura – tenho informações

de técnicos da Prefeitura de carreira – foram lamentáveis, o que me dá convicção ou pelo menos uma idéia, formo uma opinião de que a Cpem, que inclusive manteve contatos técnicos com a Prefeitura de São José dos Campos, muito provavelmente deve ter feito uns regalitos para os funcionários da Prefeitura. A política que eles fazem é exatamente essa. Como eles, nas grandes empresas, chegaram a subornar funcionários de empresas multinacionais...

O senhor imagina o seguinte: numa empresa como a Kodac, que lhe dá um lucro de US$2,5 milhões, o que é dar um carro zero para um funcionário público cometer um erro, que eles vão descobrir depois? Era isto: o funcionário cometia um erro, e a CPI descobria o erro. Olhem que maravilha. É um jogo de cartas marcadas, né? Totalmente. O que é um carro zero para um funcionário de uma multinacional, que vai gostar muito de ter um carro de luxo, para quem está ganhando, num negocinho, US$2,5 milhões?

Numa folha, é só frente. Não tinha frente e verso, não. Era só frente. Então, o poder de corrupção nesse negócio específico não foi só CPI; foi generalizado, tanto é que, em São Paulo, pelo menos, houve modificações profundas no método de fazer esse cálculo. Mas era uma fonte de recursos não contabilizados.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª deve ter conhecimento de que esta CPI tem ouvido depoimentos, tem apurado o caso de Santo André, que culminou com a morte do prefeito daquela cidade. Há duas versões para o caso, envolvendo o Ministério Público e a Polícia. Uns dizem que foi um crime planejado pelos próprios agentes da prefeitura, auxiliares do prefeito; outros, que foi realmente um crime comum. V. Sª tem alguma opinião sobre isso, diante do aconteceu em Santo André?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está muito distante do que V. Sª pôde apurar, principalmente nesse caso de São José dos Campos?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Olha, sobre a morte, o assassinato de Celso Daniel, uma pessoa que conheci bem, com a qual inclusive viajei para o Chile num determinado momento, uma pessoa de que gostava muito, eu não teria condições... Não tenho opinião formada. Se nem a Polícia tem, muito menos eu.

Agora, posso lhe dizer que aquele empresário de ônibus, Ronan Maria Pinto, era muito conhecido dos petistas. Por quê? Porque, quando estive na CMTC – fui diretor de Transportes da CMTC, na época de Luiza Erundina –, num determinado momento, recebi denúncia de um empresário de ônibus, Walace Ferreira, se não me engano, da empresa Paratodos, com um dossiê com imagens, fotografias, com absolutamente tudo, mostrando práticas de gangsterismo desse empresário no transporte público em São Paulo, para expulsar outros empresários do sistema, amedrontando, ameaçando, espancando – práticas de gangsterismo puro. Lembro-me disso porque, naquele momento, tínhamos fóruns petistas para discutir políticas públicas, e esse episódio era muito conhecido e muito citado. Curiosamente, esse cidadão entra em Santo André com uma força brutal, a ponto de tornar, fazer sócio da empresa dele o empresário Sérgio Gomes da Silva. É no mínimo estranho. Eu não teria opinião. Agora, a única coisa que posso afirmar é que a prática desse cidadão empresário, que está diretamente envolvido nesse episódio, era conhecida da direção petista e dos quadros petistas envolvidos na administração pública.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Durante a fala, V. Sª se referiu várias vezes ao Sr. Paulo Okamotto, dizendo que ele não era nada. Como é que ele não era nada e fazia tudo? É uma força de expressão. Alguém teria que estar por trás dele ou não? Ele teria um aliado poderoso? Quem seria?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não sei se vou achar agora... Achei. Por exemplo, diante de todas essas evidências do papel do Sr. Paulo Okamotto no processo de coleta de recursos, de estar vindo às prefeituras, do que a Comissão já tinha apurado, quando o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva é ouvido, vou dizer o que a Comissão falou exatamente.

Página 108 aqui do relatório: "Luiz Inácio Lula da Silva, abordado sobre o papel de Paulo Okamotto quanto à captação de recursos para o PT, afirma que 'em 89, acho que o Paulo deve ter ajudado na campanha de finanças". Agora, a relação do Paulo era uma relação muito mais logística. Ou seja, o Paulo é um cara que vende adesivo, que faz cartaz, até porque ele é – não sei se ele colocou aqui –, o gerente da gráfica FG, Fundo de Greve. Uma forma de ela sobreviver é vender material para candidato do PT que os adversários não compram da gente, ou seja, são os petistas que compram. Eu sei que o Paulo trabalha com isso; sabe e continua fazendo isso.

Fecha aspas, palavras do Lula. Volta à comissão. Em relação ao fato de procurar Prefeitos para pedir a relação de fornecedores com o objetivo de procurá-los para obter receita para o Partido, afirma o Lula que não tem ciência desse fato e declara que não há orientação do Partido até porque na campanha, quem cuida da campanha é Tatau Godinho. Agora, eu acredito que no PT muita gente que pela sua relação de amizade indica pessoas que podem contribuir com finanças. Quer dizer que, para o Lula, o Paulo Okamotto vendia

adesivos, canetinhas, broches. Era mais do que sabido que ele vivia nas prefeituras procurando empresas que vendiam serviços para as prefeituras petistas. Isso é ou não querer ver ou fingir que não vê. Não sei como se classifica. Mas com certeza o Paulo Okamotto não vivia de adesivos e tudo mais; é verdade. Eu não saberia dizer. Mas que ele estava diretamente envolvido nesse processo, ele estava. Estava. Isso comprovadamente.

E mais, curiosamente, todas as pessoas que eu cito na entrevista me processaram. Fui processado pelo Lula, fui processado pelo José Dirceu, fui processado pelo Paulo Frateschi, fui processado pelo Paulo Okamotto e fui processado pelo Roberto Teixeira. Ganhei todas as ações. A Justiça não deu razão para eles. O azar, a única coisa que pesa é que infelizmente as ações não foram até o final; chegam num ponto em que caducam. É Brasil. Mas, enfim, se a Comissão quiser posso pegar todas as sentenças, peço para o meu advogado encaminhar para os senhores verem que tudo o que estou dizendo aqui, uma história em que não há nada praticamente de novo, a única coisa que estou fazendo aqui é encadeando os fatos tornando-os mais lógicos e compreensíveis. E posso fornecer todas as sentenças à Comissão.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Sª, na entrevista que deu ao **Jornal da Tarde**, chamou o Sr. Paulo Okamotto de "bate-pau". O que é isso, "bate-pau"?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – O pessoal do Nordeste deve saber mais do que eu porque acho que é uma expressão nordestina. Mas como São Paulo é a maior cidade do Nordeste – os senhores sabem disso, nós temos muita influência em termos que vêm daqui desta terra maravilhosa. Então é o seguinte...

**O SR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – (Fora do microfone. Inaudível)

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como é, Senador?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – "Bate-pau" é o pau mandado, que executa qualquer tarefa. Nunca sabe se lícita ou ilícita. É mais nesse sentido. Não sei se fui claro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Presidente é da Paraíba, o Relator é do Rio Grande do Norte. Sinceramente essa expressão talvez seja mais conhecida no Nordeste. Eu não conheço bem.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele apenas disse do senhor o seguinte: que além de ele negar tudo o que o senhor disse aqui, o senhor é um homem de idéias fixas. Quando botava uma coisa na cabeça...

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – É a pobreza de vocabulário do Paulo Okamotto, não é? Não é que eu tenha idéia fixa; eu tenho valores bastante definidos, muito claros. E foi exatamente por causa desses valores que estou neste conflito. Por sinal, na última frase da minha defesa, que vou deixar em cópia com a Comissão, eu peguei uma frase do Norberto Bobbio que expressa a minha opinião a respeito desses valores, que ele acha que é idéia fixa. Em seu livro, Bobbio diz o seguinte: "A razão de partido, nação ou mesmo de classe, não deve jamais prevalecer sobre razões imprescritíveis da verdade e da justiça. Qual o dever do intelectual, servir à revolução ou servir a verdade? Para uns é verdade aquilo que serve à revolução, para outros, a verdade é, por si mesma, revolucionário".

Esse é o meu caso. Os meus valores estão aí. Acho que em busca dessa verdade e na luta por ela é que, muitas vezes, pagamos caro.

**O SR. RELATOR** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves Filho.

Pela lista de inscrição, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Depoente, Dr. Paulo de Tarso, em primeiro lugar, eu gostaria de me congratular com V. Sª pelo depoimento, que é um depoimento detalhado, que tenta trazer muitas informações. Pelo que vimos até agora, não há nada que possa desmerecer o depoimento que V. Sª está dando neste momento.

Eu gostaria de dizer que, na realidade, todas as investigações que estamos fazendo, que mexem com algumas prefeituras petistas do interior de São Paulo, da época que V. Exª está mencionando – final da década de noventa, ou melhor, final da década de noventa até hoje – se verifica que havia uma quantidade bastante grande de informações e que havia a montagem de um esquema de financiamento das campanhas petistas naquelas cidades, mas também, principalmente, o financiamento das campanhas nacionais, usando como base essas prefeituras.

Há o caso de Ribeirão Preto, que já foi citado, onde claramente havia coleta de recursos, o caso de Santo André e, agora, o de São José dos Campos, o de Campinas, como V. Sª citou, na gestão do Sr. Bittar.

Eu gostaria de dizer a V. Sª o seguinte: primeiro, o Presidente Lula, ao contrário do que faz hoje, não pode negar que sabia de toda essa operação, porque, inclusive, os documentos foram entregues a ele. Hoje em dia ele nega e diz que tudo é culpa do Sr. Delúbio Soares.

Então, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte: o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Silvinho, que hoje são considerados os grandes mentores de toda essa operação, o que eles faziam naquela época? Eles já eram importantes? Eu assisti três vezes a esse filme da campanha do Presidente Lula. Nele aparecem as pessoas mais importantes do PT. Não vou citar nomes para não dizer o de alguns Senadores que estão aqui que não aparecem. Eles vão pensar que não são importantes, mas, na realidade, os mais importantes aparecem e são exatamente os que V. Exª citou em seu depoimento. Todos eles aparecem muito bem. O Sr. Delúbio Soares, apesar de ser a campanha passada, ele não aparece nem uma vez durante o filme, aparece menos do que a cachorrinha Michelle, que aparece três vezes. E o Sr Depúbio Soares não aparece nenhuma vez. O Silvinho aparece só uma vez, dá uma opinião, e Lula já discorda.

***(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)***

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Esse entreato.

***(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)***

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Lula? Não. Não. Quem? Delúbio? Eu assisti três vezes e não vi ainda. Vou assistir com V. Exª. Assim V. Exª poderá mostrar-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª deve ter algum corte.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Deve ser uma visão cortada. Não o vi nenhuma vez, mas pode ser que ele tenha aparecido.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O Senador Eduardo Suplicy aparece muito. É um dos que mais aparecem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O Senador Eduardo Suplicy aparece no final.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – No final.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Na vitória.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas quando Suplicy chegou, Lula já tinha ganho a eleição. Foi na comemoração da vitória que V. Exª chegou, no hotel.

Eu assisti a essa fita três vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos deixar o comentário sobre o filme para depois.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu gostaria de saber a opinião de V. Sª pelo seguinte: nós temos de trazer essa questão daquela época para hoje, porque o que se vê hoje, o Delúbio Soares, o Sr. Marcos Valério, mesmo com a participação, ainda, do Sr. Humberto Teixeira, do Sr. Paulo Okamotto, todas essas pessoas, é mais ou menos o mesmo esquema municipal que foi transferido para o nacional, evidentemente ampliado, porque teriam que mandar recursos para o Brasil inteiro. Então, o que fazia o Sr. Delúbio Soares nessa época? Ele já era importante? Ele participava de algum esquema?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – O Delúbio, nessa época, estava ligado à Central Única dos Trabalhadores, a CUT. Eu o conhecia da CUT, eu o conheci na CUT, porque, inclusive, eu fui assessor da CUT. Mas nunca, ele não tinha uma inserção partidária como passou a ter depois. E o Silvinho Pereira – acho que quem conhece bem a história dele é o José Dirceu, porque, salvo algum engano, com exagero da minha parte –, eu conheci o Silvinho quando ele chegou ao PT, ele era muito jovem ainda, ele chegou tinha 17 ou 18 anos, no máximo, estava chegando de Osasco, e ele, logo no início, já se insere na máquina partidária, a serviço do José Dirceu, aliado do José Dirceu, e da qual nunca mais se afastou. Eu não conheço – se alguém soubesse, eu até gostaria de saber se alguém sabe – nenhum trabalho profissional que o Sílvio Pereira fez alguma vez na vida. Pelo que eu sei, ele foi...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Nunca trabalhou...

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Eu não conheço. Por conhecê-lo bastante jovem, eu não acredito que ele tenha tido algum trabalho. Por exemplo, eu sempre trabalhei na vida.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele agora deve estar trabalhando, porque ele saiu do PT.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Agora, não sei...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Uma outra pergunta, Dr. Paulo de Tarso. Na verdade, pelo que V. Sª conheceu internamente do PT, com tantos anos de militância importante, tanto que V. Sª foi indicado Secretário de diversas administrações municipais, V. Sª acha que é possível que se monte todo esse esquema que se montou para as eleições de 2004 e 2002 apenas através do Sr. Delúbio Soares, ou V. Sª acha que o Presidente Lula, o Ministro José Dirceu e outros também tiveram conhecimento e participaram desse esquema?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – É muito difícil, é o achismo, não é? A única coisa que eu posso dizer é o seguinte: com certeza, pelo volume de recursos envolvidos e pelas pessoas envolvidas, é muito difícil, muito difícil mesmo que o Presidente do Partido, Presidente do País agora, desconhecesse isso. As coisas milagrosas que aconteceram, compras de prédios, uma exibição de recursos em campanhas, parecia que dinheiro estava dando em árvore, então, eu

acredito... É impossível que quem conheceu o miserê que o PT viveu a vida inteira, uma boa parte, pelo menos, da sua existência, não conseguia entender como é que havia tantos recursos.

O caso do Silvinho Pereira, por exemplo, para o senhor ter uma idéia, ainda em meados, final dos anos 90, era visto como um escândalo o Silvinho exibindo grifes, roupas de grife, de marca, caríssimas, e que a militância desconhecia. Não fazia parte do nosso universo aquele exibicionismo do consumismo militante quase. E nem havia recurso para isso. Isso eu ouvi várias vezes, comentários de que alguma coisa errada estava acontecendo nessa área.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Para comprar o jipe, tinha?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, V. Sª disse, no seu depoimento, que o comportamento da Prefeita Luiza Erundina, quando V. Sª foi Secretário dela, trabalhou na Prefeitura de São Paulo, foi ímpar e impecável.

Eu gostaria de saber se V. Sª colocaria essas mesmas palavras, por exemplo, para o Presidente Lula.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Eu sou suspeito para falar porque sou muito crítico do Lula. Votei nele em 89, depois, em 94, não votei mais, não confio nele...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não confia nele?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não confio nele. Então, minha opinião seria suspeita, porque eu não confio nele há muito tempo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E no Ministro José Dirceu?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – É páreo duro, porque eu acho que eles têm... Um dia a história ainda vai explicar o acordo que eles fizeram em 95. Talvez isso possa aparecer. Um acordo que, no fundo, colocou panos quentes num conflito que existia entre o Lula e o José Dirceu, a respeito de recursos da Odebrecht que haviam entrado na campanha de 94. E, quando veio a prestação de contas, esses recursos da Odebrecht estavam contabilizados na campanha de José Dirceu, porque ele foi candidato a Governador de Estado de São Paulo em 94. E parece que foi uma forma de repasse para a campanha do Lula. Isso deu muita luta interna dentro do PT. Motivou, inclusive, o desligamento do PT, em 95, no Encontro Nacional do PT, do César Queiroz Benjamim, que saiu do PT por causa dessa questão do dinheiro da Odebrecht. Foi um escândalo dentro do PT. Como é que o PT podia aceitar dinheiro de uma empreiteira que era cliente, que era fornecedora de serviços do setor público. Isso contrariava tudo o que se dizia dentro do Partido naquele momento. O José Dirceu, naquela época, eu me lembro muito bem, chegou a dizer que iria sair do Partido. Chegou a anunciar a saída do Partido. Começou a montar um escritório, como está fazendo hoje: – Vou voltar a ser advogado. Vou começar a ser advogado. Vou ser advogado.

Ele, inclusive, tinha duas sócias na época, que estavam em um escritório com ele. E ele, assim, rompidíssimo com o Lula. No Encontro Nacional do PT, em 95, eles fazem um acordo. E de repente o Lula sai... O José Dirceu, ele é eleito, ele que estava saindo do Partido volta como Presidente Nacional do Partido. Ficou até a posse do Lula. E a divergência que havia naquela época, camuflada em alianças com o PMDB, na verdade, eram os recursos da Odebrecht que tinham entrado campanha de 94. Isso é público.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu acho, Sr. Presidente, que merece que a gente detalhe essa questão da Odebrecht. Outra pergunta: V Sª citou o nome de uma assessora do Senador Mercadante. Era bom que V. Sª nos desse o nome, porque ele tem muitas assessoras, para não ficar em aberto o nome dessa pessoa.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – O Senador Mercadante, eu considero que tenho um relacionamento bom com ele, apesar de estarmos afastados. A minha presença... Aproximar-se de mim pode contagiar. Dentro do PT, eu sinto... Eu sou como o portador de um vírus que pode ameaçar a integridade política, a carreira de quem se aproximar muito de mim. Mas, apesar disso tudo, o Mercadante ele, ele... Eu o tenho em alta estima. Só que o Mercadante foi uma pessoa que eu estive na casa da... Na época em que ele estava reformando a casa dele, eu fui me encontrar com ele na casa da sogra dele, que é perto do Instituto Biológico em São Paulo – era, pelo menos. Levei a documentação para ele. O Aloízio ficou chocadíssimo quando viu aquilo: "Isto aqui é bomba pura. É nitroglicerina pura. Isso não pode ficar assim."

Só que não fez nada, né? Ele disse que tentava e não conseguia. Enfim, eu acho que todo mundo que tem uma carreira pela frente pensa duas vezes antes de entrar num conflito, no caso do PT, entrar num conflito com o Lula.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, uma outra pergunta. Esse Sr. Roberto Teixeira, o que é que ele faz hoje? Quais são as ações que V. Sª conhece dele dentro da administração federal? Ele ainda é hoje compadre de Lula, evidentemente, não existe ex-compadre, e aparentemente ele age em nome de Lula. Mas o que é que V. Sª conhece que possa esclarecer a esta CPI?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Salvo algum engano, pelo menos do que a imprensa noticiou – eu não tenho nenhuma intimidade com ele ou com o Lula – a imprensa noticiou que o Roberto Teixeira foi o primeiro convidado do Lula depois que tomou posse, a ser recebido no Palácio. Está certo?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele morou 10 anos na casa dele.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Mais de 10 anos de graça. Na época se avaliava – a própria comissão fez os cálculos – na época do Plano Cruzado praticamente, em torno de RS$1.400,00. Se fizer as contas, 10 anos, dá mais de RS$100 mil, RS$150 mil por aí. Estou certo?

Nesse sentido, o que tem de mais recente que eu sei de fonte segura envolve a Infraero. Eu acho que, se quiserem ver uma confusão, é ver quem é que manda na Infraero hoje e por que uma pessoa que foi indicada para a Presidência da Infraero acabou não tomando posse depois de convidada pelo Presidente. Tem coisas na... Tem mais mistério na Infraero hoje do que avião de carreira no ar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, em relação à questão da CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que houve na Câmara Municipal de São José dos Campos, V. Sª foi convidado a depor?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Esse aí é um dos maiores escândalos parlamentares que eu conheço, porque os Vereadores – e eu declarei isto à Imprensa na época – estavam fazendo o jogo da Cpem. A Cpem, como ela saiu comprando anúncios travestidos de matéria paga, na Câmara Municipal, conseguiram que alguns Vereadores – não sei se pagos ou não pagos, não sei que tipo de presente que teve – montassem uma Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI – não sei, não lembro qual o nome que era na época. Imediatamente, quando fizeram a convocação, eu respondi exatamente... Porque eles queriam saber o prejuízo... A desculpa era o prejuízo que a Prefeitura teria tido em função das "matérias" que a CPI tinha plantado na Imprensa de São José dos Campos.

Eu mostrei para eles por **a** mais **b** os ganhos, as vantagens que tinha tido. Essa, eu sei, nunca mais andou, nunca andou. Quando eu fui exonerado, estava marcada a primeira sessão para tratar desse assunto. Com a minha exoneração, eu nunca mais fui convidado para mostrar o que tinha acontecido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que V. Sª...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu vou encerrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem dois minutos para concluir.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado. Eu vou usar menos. Na realidade, apesar de ter tido grande... A pessoa que tinha todas as informações não foi convidada a depor na tal CPI da Câmara Municipal.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Eles encerraram a CPI sem ter havido nenhuma sessão. Nada.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não houve sessão?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – O problema era comigo. Não era com recursos públicos. Se fosse com recursos públicos, tinha ido atrás. Eu teria que pagar as contas, eu teria que ser responsabilizado por isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu agradeço e gostaria só de dizer o seguinte: na realidade o que se verifica no depoimento do Sr. Paulo de Tarso é que é um depoimento importante e que mostra que o esquema que foi montado no final da década de 90 em São Paulo nas Prefeituras Municipais é o mesmo esquema que agora foi ampliado nacionalmente, incluindo o Sr. Marcos Valério, o Sr. Delúbio Soares. Mas há muitas personagens que aparecem nessa época, como o Presidente Lula, o Ministro José Dirceu, o Ministro Gushiken, o Sr. Gilberto Carvalho, a Deputada – como é o nome dela mesmo? – Ângela Guadagnin, sei lá. A Deputada e outros personagens, enfim, que são os mesmos que hoje aparecem e que, na realidade, o Presidente Lula quer fazer crer à Nação que nunca ouviu fala nisso. Isso não é verdade. Eu acho que o Presidente Lula sabe de tudo, mais do que a gente, deve saber de mais detalhes do que nós. Simplesmente, ele usa isso como uma estratégia política, mas eu acho que o depoimento do Sr. Paulo de Tarso vem mais uma vez confirmar que isso não é verdade. Mais uma vez, agradeço a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana e, em seguida, ao Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Tião Viana, V. Exª tem a palavra.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Paulo de Tarso, primeiramente, eu não poderia deixar de registrar o respeito pelo seu passado, por aquilo que o senhor contribuiu na história do Partido dos Trabalhadores e pela responsabilidade política que teve na construção de um Partido em que eu ainda acredito. V. Sª tem todo o direito de negar esse Partido, de negar... hoje de ter uma divergência a tal ponto... algo incontornável em relação a sua pessoa e a história do PT. Eu ainda acredito nes-

se Partido, eu ainda acredito que ele tem uma grande contribuição dada e que pode dar à democracia e à sociedade brasileira.

O seu depoimento é claríssimo em termos de informação, agora ele me parece um depoimento que não é claro, não é amplo do mesmo modo que agora, não é peremptório em relação a algumas coisas. Por exemplo, quando V. Sª omite que a Cpem prestava serviço, antes da Prefeita Ângela Guadagnin assumir São José dos Campos, que essa empresa atendia em torno de 300 Municípios no Estado de São Paulo; isso é importante que seja colocado. Que o movimento político feito para a defesa da Cpem na Câmara Municipal, foi feito não pelo Partido dos Trabalhadores, mas por outros partidos que tinha interesse na relação dessa empresa com o Município de São José dos Campos. Que a Prefeita Ângela Guadagnin – porque não entendo expressões como a sua: "Contratei uma empresa de auditoria externa." Em governo não se diz isso, secretário não diz isso. "O prefeito determinou a contratação através do secretário." Em governo se age assim; o governo não é um bloco dividido, não é um mosaico, ele é unitário, tem que ser unitário. V. Exª, como um teórico da nossa história, há de concordar com esse tipo de entendimento. Então, a Prefeita Ângela Guadagnin o fez.

A Prefeita Ângela Guadagnin não assinou nenhum contrato, nem uma relação comercial com essa empresa e não fez nenhum tipo de pagamento à empresa Cpem. É muito importante que isso seja dito. E ela, após o resultado da auditoria, se posicionou frontalmente contraria a empresa. O Ministério Público agiu, investigou; o Tribunal de Justiça agiu, investigou e concluiu esse processo. Então, acho que esses ângulos de análise têm que ser colocado aqui para que os Senadores tenham amplo entendimento histórico. Isso é uma denúncia que se repete há doze anos neste País. Com propósito dentre a investigação, que é um direito legítimo seu, justa e que foi feita, inclusive do ponto de vista judicial de também atingir, politicamente, a figura do Presidente da República.

O senhor disse aqui com todas as letras, que houve um processo de cassação às bruxas – mais ou menos esses termos – feito pelo Sr. Paulo Frateschi e do Sr. Paulo Okamotto à sua pessoa. Mas está aqui, abre aspas dizendo: "Em depoimento a jornal, o ex-Secretário Paulo de Tarso também desafia Prefeita Ângela Guadagnin a explicar o acordo que fez com os Vereadores de Oposição, para desarticular as investigações que ele pretendia. Paulo de Tarso diz que esse acordo foi que levou a prefeita exonerá-lo no dia 14 de setembro de 1993."

Aqui o senhor dizendo o contrário do que disse aqui, em 1993. Nesse depoimento aqui, o senhor disse o contrário. O senhor vai ter que esclarecer isso para nós, a bem da verdade.

O senhor faz todo tipo de acusação aqui. A Prefeita Ângela Guadagnin esqueceu de dizer que esse contrato foi suspenso quando a prefeita teve o resultado da auditoria; e anos após, quando outro partido estava na prefeitura, o grupo voltou a atuar lá. Também isso deveria ter sido dito aqui e não foi na gestão do Partido dos Trabalhadores.

Não estou com isso dizendo que o outro partido que assumiu, e que contratou tivesse desonestidade, porque o senhor sabe muito bem como era o esquema que funcionava, que foi denunciado, apurado e comprovado. A empresa estabelecia uma quota de apuração sobre cobrança de ICMS, a empresa subdimensionava o pagamento que fazia, quando a Cpem entrava era acrescido e o lucro ficava para empresa porque era pelo aumento de arrecadação que ela se beneficiava. Essa era uma das vertentes do esquema que funcionava lá e que foi devidamente comprovado, graças à sua colaboração. Sim, isso é justo que se diga.

Agora, não entendo quando o senhor diz que não houve apóio de ninguém também. Aqui, por exemplo, o Senador Suplicy e o Senador Mercadante defenderam a investigação no Conselho de Ética do Partido, sim, desse caso, dando respeito às suas palavras. É um processo natural, dentro de um partido como o nosso, divergentes entre um setor do partido e outro, de investigar ou não uma matéria dessa natureza. E foi feito, o Senador Suplicy advogou essa tese.

O senhor diz outra coisa que é muito importante de ser colocado aqui para os Srs. Senadores. O Doutor Juiz de Direito, da 20ª Vara Civil do Fórum Central da Comarca de São Paulo. Está aqui. O senhor diz isso aqui já em 1993 e a investigação foi anos e anos antes, o senhor é sabedor disso.

Em 2003, está aqui na Vara da Comarca de São Paulo. Diz o seguinte: "Paulo de Tarso Venceslau registra – V. Exª ao juiz – que reconhece a fidelidade com que os jornais da Correl S.A., do Estado de São Paulo, reproduziram sua entrevista motivadora da presente lide. Ao conceder mencionada entrevista, não teve qualquer intenção de defender ou mesmo tisnar a honra e a moral do autor," – no caso, o Presidente Lula – "mas apenas foi a tanto movido pelo intuito de buscar a apuração dos fatos no âmbito interno do Partido dos Trabalhadores".

Diz mais: "Relativamente aos fatos objeto da presente lide, reconhece a retidão das conclusões finais exaradas tanto na esfera judicial como também no âmbito interno do Partido dos Trabalhadores". Aqui

o senhor legitimou e reconheceu legalidade e justiça na investigação da Comissão de Ética, o que agora o senhor negou também.

O senhor ainda diz: "Finalmente, reconhece a elevada honra, a moral e a proverbial honestidade do autor", do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, palavras suas, reconhecidas nos autos do tribunal em 2003, Dr. Paulo. Não dá para entender o que está acontecendo. O senhor vai ter de explicar.

O senhor disse que, numa conversa com o Senador Aloizio Mercadante – o senhor, inclusive, fez uma defesa pública de S. Exª –, ele perguntou qual o seu propósito. O senhor até confundiu isso com uma oferta de emprego, e ele alega que não foi disso que tratou. O senhor disse: "O meu propósito é destruir o baiano" – é como o senhor chamava o Lula. É uma relação de ódio, uma relação pessoal, uma relação que não compete a quem tem uma tese...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Seu conterrâneo.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – ...uma história na defesa, na construção de um País, como eu acho que o senhor tem. O seu passado é merecedor de elevado respeito por todos nós. Não tenho como fugir do respeito ao seu passado, mas o que está posto são contradições que ferem a envergadura que, nesta CPI, devem ter todos aqueles que venham trazer honestidade intelectual e responsabilidade política no que está tratando.

Eu gostaria de ouvi-lo um pouco, antes de fazer nova manifestação ainda no meu tempo.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Vou começar pelo fim, porque respeito muito os irmãos Viana. Tenho parentes no Acre. Acho que você merece... Acho que o Senador está ligeiramente desinformado.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Estou com documentos aqui.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Eu sei disso. Vamos começar por esse acordo que o senhor acabou de ler, de 2003. Se o senhor ler com atenção, verá que, no que eu estou de acordo, estou entregando para a Comissão – já falei que vou entregar aqui. O que choca é exatamente uma prática que...

Para que entenda, acho que o senhor já entendeu, eu não confundo segmentos da burocracia petista com o Partido, não. Acho que o Partido tem sua função histórica, tem um papel importante a cumprir e eu tenho afirmado isso regularmente. O senhor está colocando palavras e opiniões que não têm nada a ver. O próprio Senador Suplicy sabe que eu tenho o maior respeito pelo Partido, pela militância partidária. Acho que a militância do PT merece todo o respeito, sim. Infelizmente, tem uma gama dessa burocracia que, como a história grega, a literatura grega, o teatro grego e o teatro de Sheakspeare mostraram, o poder corrompe. Infelizmente é isso. Pensei que essas pessoas fossem um pouco mais politizadas e não fossem aceitar que o Partido elegesse um caudilho no momento em que o Lula rasgou o Estatuto do Partido. Não é o caso. Rasgou o Estatuto e falou assim: "Ou ele ou eu".

As resoluções estão aqui. Veja por que não foram aceitas essas resoluções naquele momento. O senhor mesmo, provavelmente, não leu. Se o senhor lesse, estaria chocado com as conclusões da Comissão de Investigação e com o relatório da Comissão de Ética. O senhor está a favor, provavelmente, do relatório paralelo que foi feito e não do relatório oficial da Comissão de Ética.

Voltando a esse acordo ao qual o senhor se referiu, é o seguinte: o Lula perdeu em primeira instância, recorreu e a ação iria recomeçar – tudo de novo – em 2003, quando eles propuseram um acordo. Esse meu advogado, que conversou com o advogado dele, não sei como foi, falou assim: "Eu não vou recuar uma palavra do que eu disse até hoje". Se o senhor ler com atenção, eu não recuei em absolutamente nada, por quê? Primeiro, nunca ataquei a honra do Lula. Todo o episódio de São José dos Campos não foi feito no governo petista. Essa leitura precipitada que foi feita, precipitada, açodada, porque envolvia o compadre do Lula, é que criou o viés que o Senador Tião Viana está colocando de novo aí. Nunca ataquei a honra do Lula, absolutamente.

Acho que ele foi omisso? Foi, em uma série de coisas foi. Mas, nunca o ataquei. O meu objetivo – e o senhor acabou de ler as palavras aí – era, inclusive, como homem público naquele momento, exatamente impedir os desvios dos recursos públicos, o fornecimento de Caixa 2 e tudo o mais, que hoje chama-se de recursos não contabilizados à época.

Esse acordo que o senhor acabou de ler aí... Fez um acordo sim. Não me envergonho de nada porque nunca ataquei ninguém pessoalmente. Quando falo do Paulo Okamotto, do desvio de conduta dele estar peregrinando nas Prefeituras atrás de recursos, comprovo isso, a Angela Guadagnin comprova. Quem tem que explicar é a Angela Guadagnin. Por que o Paulo Okamotto tinha liberdade de falar com ela, pedir a lista de fornecedores? Ele mesmo disse para mim que não tinha. Explique-me, Senador. Eu gostaria que o senhor conversasse com sua colega, Deputada Angela Guadagnin e dissesse por que o Okamotto tinha liberdade – está aqui nos documentos do PT – de falar com ela e pedir lista de fornecedores da Prefeitura e disse que não tinha coragem de falar comigo. Por quê? É curioso.

Nunca ataquei o Lula pessoalmente. Esse discurso que o senhor falou do Aloizio Mercadante, o senhor me desculpe. O Sr. Aloizio alterou o discurso dele, se ele deu a versão dele, que convém dentro da burocracia petista, é problema do Aloizio. Pena que ele não esteja aqui porque queria me confrontar com ele olho no olho. Não tenho nenhum problema nesse sentido. O Aloizio falou com todas as letras o que eu queria.

**O SR. PRESIDNTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicitaria a V. Sª que usasse o tratamento "Senador Aloizio", não como petista, mas como Senador.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Desculpe-me. O Senador Aloizio Mercadante, gostaria de confrontá-lo nesse sentido, porque ele falou com todas as letras sim. Não foi só o Aloizio; Aloizio foi um dos que intermediaram ofertas de coisas para mim. O meu recém-falecido amigo, Jacques Breton, que o Senador Suplicy conhece muito bem... "Mas, o que você quer, Paulo. O pessoal quer perguntar o que você quer." O Aloizio falou assim: "Você quer o quê? Você quer ser secretário, quer ir para o governo, quer ir para onde?" Não teve insinuação, foi direto, Senador. Pena que o Senador Aloizio Mercadante não esteja aqui porque eu iria dizer para ele: você não ofereceu trabalho para mim dentro do PT, o que eu queria fazer? É pena, é a minha palavra contra a dele. Gostaria de olhar no olho dele, falou ou não falou? Não foi só o Senador Aloizio, houve outros que me ofereceram alternativas. "Olha, você está saindo de São José dos Campos, você quer ir para onde? Quer trabalhar aonde?" Falei que não queria nada, que só queria esclarecer o que aconteceu nesse episódio, que é muito grave. A gravidade está aí e hoje estamos numa CPI falando disso, tantos anos depois.

Então, comecei por esta parte final. Em relação ao partido, acho que já coloquei pois o senhor fez esse preâmbulo. Acho que o preâmbulo é isso mesmo, a minha divergência não é com a militância partidária, a minha divergência não é com o estatuto do partido. A minha divergência foi quando o Estatuto do Partido foi rasgado e um caudilho – aí sim, a minha visão política do Lula que virou um caudilho – e a direção petista; ajoelho-se diante dele. Viva o caudilho! Sem o caudilho não somos ninguém. Estamos num processo sucessório que comprova mais uma vez isso.

Essa é minha opinião a respeito disso.

Quanto a Cpem antes da Angela, não sei se o senhor estava aqui, mas eu falei que os fatos apurados em São José dos Campos ocorreram na gestão do governo do PRN, do Bevilácqua e do Pedro Ives. Falei com todas as letras, está gravado para qualquer dúvida. Nunca disse que foi no governo da Angela Guadagnin, no governo do PT que essas falcatruas foram cometidas. A crítica que tenho é que envolve o compadre do Lula, e o compadre do Lula que acabou provocando esses fatos todos e continua até hoje sendo uma dor de cabeça para o Lula e para o PT.

Quanto ao Prefeito contratar e não secretário, às vezes, pode ser expressão, quando um Ministro toma uma decisão, ele contrata uma obra ou faz uma licitação, é o próprio Ministro que faz, não é o Sr. Lula. "O Lula contratou..." Não, em geral, é o Ministro, o Ministério fez. No caso, foi a minha Secretaria, porque eu era o responsável, que contratou. Mas detesto também assumir qualquer personalismo nesse sentido.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Bem, só tenho a agradecer os esclarecimentos. Eu lamento divergir do seu entendimento, penso que uma pessoa com o seu passado, com a sua história, comete um equívoco ao afirmar o que afirmou aqui e deixar o ambiente de interpretação que deixou, não sei se intencionalmente, mas ao mesmo tempo tem, nos autos de uma ação civil colocada, uma ação criminal, melhor dizendo, de entendimento, o que está expresso aqui como palavras suas. As suas palavras aqui nos autos dizem mais do que o senhor esclareceu.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – O que dizem?

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Bem mais. Já li; vou fazer a leitura de novo para encerrar.

Olhe bem o que diz. Diz o seguinte o réu: "Não teve qualquer intenção de ofender ou mesmo tisnar a honra e a moral do autor – no caso Lula –, mas apenas foi a tanto movido pelo intuito de buscar a apuração dos fatos no âmbito interno do Partido dos Trabalhadores.

Relativamente aos fatos objeto da presente lide, reconhece a retidão das conclusões finais exaradas, tanto na esfera judicial como também no âmbito interno do Partido dos Trabalhadores."

O senhor reconhece a legalidade e a legitimidade da apuração interna do PT em 2003, e o senhor sabe que foi anos antes.

Só concluindo: "E, finalmente, reconhece a elevada honra e a moral e a proverbial honestidade do autor."

Então, prefiro que saia daqui o ambiente seguinte: no meu entendimento há um equívoco da sua parte nesse tipo de interpretação do que estamos vivendo neste País, as dificuldades por que passam o nosso partido, passo profundas aflições internas dentro do Partido dos Trabalhadores e procuro enfrentá-las todas no âmbito interno, porque sei que os outros partidos têm as suas, não estou dizendo que no mesmo campo que a nossa ou que tenha esse mesmo tipo de ambiente, mas prefiro tentar construir, esgotar, e sei

que o senhor tentou por dois anos, como disse aqui, esse caminho.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Quatro.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC) – Quatro anos e ainda não resolvemos.

Mas prefiro terminar deixando a frase da Prefeita Ângela Guadagnin, que diz que o senhor contribui na gestão dela com elevada capacidade e responsabilidade administrativa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Paulo de Tarso, tenho me esforçado, não sei se consigo, para mudar o conceito que V. Sª tinha de mim no passado. De modo que se cheguei a alcançar algum êxito, ótimo. Se não cheguei, acredito que a culpa será mais de V. Sª do que de mim mesmo. É o seguinte: não concordo com qualquer defesa direta ou indireta que V. Sª possa fazer do Presidente Lula, porque V. Sª diz coisas do Okamotto que, creio, são verdadeiras; do Sr. Roberto Teixeira da Costa, também e de outros tantos. Como essas pessoas são ligadas ao Presidente Lula, sendo que o Okamotto paga até os seus débitos. Conseqüentemente, V. Sª não pode achar que o Presidente Lula é um homem honrado. É mais para o caudilho que não vê coisa alguma e que rasga, não o Estatuto só do Partido não, todo o seu passado para pegar o que ele condenava, e V. Sª também, do autoritarismo. Nunca houve talvez neste País um governo tão autoritário como o do Presidente Lula, que, inclusive, não dá as satisfações necessárias quando perguntado. Até hoje ninguém sabe o débito que ele tinha com o Partido e que o Sr. Okamotto pagou no Banco do Brasil; e ele não dá a menor satisfação, diz que não tinha nenhum débito no PT. E por que foi pago pelo Sr. Okamotto os 29.600, que é uma quantia pequena para o que acontece hoje no Brasil.

O Presidente Lula se exime de dizer que conhecia mensalão e esses casos mais podres da política nacional, que, no passado, V. Sªs verberavam em relação aos outros governos, mas hoje as coisas são bem piores, e V. Sª reconhece. Até mesmo porque V. Sª é uma vítima. O Presidente Lula acha que não tem de dar satisfação por que a Telemar dá cinco milhões para a empresa do seu filho. Ele acha que não tem que explicar isso. Não é problema. O filho dele faz negócio, é direito! O irmão dele vai fazer lobby, também não tem coisa alguma!

De modo que acho que a postura correta é a que V. Sª tem expressado nas suas entrevistas, e não procurando minimizar as grandes faltas do Presidente da República. V. Sª tem um papel de destaque no dia de hoje não só pelo seu passado. V. Sª deve ter sofrido bastante no regime autoritário militar. Mas V. Sª está vendo que essas coisas hoje ocorrem sem que apenas sejam noticiadas no seu próprio partido. Mas, mesmo no regime militar, V. Sª nunca encontrou falhas morais como a do "mensalão", "valerioduto", "delúbios", etc. Esses são os dominantes do seu partido. V. Sª não pode, portanto, eximir o seu partido, separar o partido do Lula. O Lula e o partido são a mesma coisa no dia de hoje.

De modo que eu acho... Eu queria uma opinião de V. Sª sobre esses fatos mais recentes que V. Sª acompanhou e acompanha, que ferem a sua dignidade de ex-partidário, de um partidário que não teve o respeito do partido, porque foi expulso do partido, e preterido por aqueles que realmente avançaram nos cofres do País. Se V. Sª for examinar a figura de Gushiken, V. Sª vai ter a mesma impressão. Se V. Sª vai examinar o "valerioduto", verá que tudo isso aconteceu no governo do torneiro mecânico de outrora, que hoje é um capitalista na medida em que vive realmente o poder como talvez ninguém tenha vivido com tanta abastança e tanta imponência. Faltava ao Lula a oportunidade de mostrar o que ele era. E a oportunidade veio. E felizmente V. Sª não está nesse meio. V. Sª está hoje ainda com o seu passado limpo, porque não conseguiram manchar nem macular a sua pessoa.

De modo que eu gostaria que V. Sª também desse uma opinião sobre essas coisas todas que têm acontecido no setor do PT, mas sobretudo no setor do governo, porque quem também com porcos se mistura, farelo come. Se outros, de outros partidos, estão participando desse banquete que o PT oferece àqueles que apóiam as suas teses esdrúxulas e sobretudo o seu governo autoritário, evidentemente, que V. Sª não pode concordar com isso.

De modo que vi o seu depoimento, assisti ao seu depoimento com muita atenção, na parte que pude ficar, porque fui receber um juiz, tive que voltar aqui, correndo, para argüi-lo. Mas eu acho que V. Sª não está merecendo a argüição. V. Sª até agora, salvo as ressalvas do Tião Viana, que são naturais, porque ele é defensor do partido aqui na Comissão. V. Sª não deve levar em contas as coisas que o Tião quer minimizar a sua figura. Mas V. Sª está crescendo na medida em que reage. É preciso ter coragem para reagir ao autoritarismo do atual Governo, e V. Sª tem demonstrado que tem essa coragem. Que V. Sª continue e nos ajude sempre.

Quando eu convoquei para esta reunião o Sr. Okamotto, disseram que eu estava fazendo uma bar-

baridade, porque ele era um homem decente e que não tinha nada com isso.

O Silvio Pereira, a mesma coisa; e tantos que hoje já estão na mira, graças a Deus, de um Relator competente e sério da nossa Comissão, que é o Senador Garibaldi, e da atuação férrea e corajosa do nosso Presidente.

De modo que esta CPI tem sido muito útil ao País, ao contrário do que se diz. Hoje V. Sª traz mais detalhes ainda. Eu sei que V. Sª tem muito mais. É que talvez V. Sª não tenha podido demorar mais em detalhes das coisas que sofreu, mas V. Sª não sofreu, são coisas que passaram a ser hábito do Partido dos Trabalhadores.

Mas eu queria que V. Sª tivesse a consciência de que PT e Lula, no momento, são a mesma coisa, porque V. Sª não há de pensar que Lula ignora o "mensalão" e as coisas que eu disse ainda há pouco, do problema do filho, do problema dos irmãos e do Roberto Teixeira da Costa, porque se por acaso ele estivesse certo....

Roberto Teixeira. O da Costa é outro...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – ...que não pode ser misturado. Já está retificado. Isso não invalida o meu raciocínio, Senador Suplicy, mas quem está com Roberto Teixeira, com Okamotto, está vendo aqui hoje – como fui criticado trouxe para cá o Okamotto! – que o Okamotto era a figura principal das coisas ilegais do Lula, antes mesmo de ser Presidente da República, e V. Sª é uma vítima dos "okamottos" e dos "sílvios pereira", etc.

De modo que eu acho que o papel de V. Sª é muito importante, poderá ainda ser mais importante até mesmo para mudar a mentalidade – e aí não se rasgar, como se rasgou no seu caso, o estatuto do Partido dos Trabalhadores, mas se refazer um Partido dos Trabalhadores que seja tão útil, como ele foi no passado, quando era Oposição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Paulo de Tarso, quer fazer algum adendo?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não, o Senador Antonio Carlos Magalhães viu a minha opinião sobre isso; acho que, mantendo nossas divergências ideológicas, já me posicionei aqui, eu consigo conviver bem com as diferenças, eu acho que a cadeia me fez bem nesse sentido, conviver com diferenças, não é?

Infelizmente, nem todo mundo passou por esse mesmo processo de aprendizado, até mesmo do nosso Presidente, que o Senador Tião Viana tem muita identidade e gosta muito dele, ele provavelmente jamais vai conseguir explicar por que o Lula foi indenizado inteiramente por um mês de cadeia que ele passou, comendo do bom e do melhor, recebendo visitas de todo tipo, e eu, que fiquei mais de cinco anos e três meses em cana, torturado e tudo o mais, não tive a mesma oportunidade do Presidente da República, e este Governo se nega até hoje em atender às vítimas da ditadura militar. Para ver outro assunto, para mostrar como se explica a preferência de um governo petista, de esquerda, ter essa proximidade com o Roberto Teixeira, amicíssimo de Antonio Celso Cipriani, o homem da Transbrasil, como vocês estão acompanhando esses escândalos todos. O Cipriani – não sei se o Senador Tuma está aí –, eu poderia dizer que ele foi investigar do DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo – e foi torturador da equipe do Delegado Fleury, e hoje é o homem de confiança do Roberto Teixeira, que é o primeiro compadre do Lula. Como se explica isso? Quer dizer, os perseguidos pela ditadura não têm direito nenhum, aos crimes que o Estado cometeu, com uma política de Estado que foi de prender, torturar, matar e tudo o mais, que tem obrigação sim, de indenizar, nem que seja simbolicamente, e que o Presidente foi beneficiado integralmente e que outras vítimas, centenas – não são milhares, como se diz, não são tantas assim, não –, que estão aí e não conseguem sequer os direitos, que o Estado cumpra o direito que o Presidente teve para si. Ora, isso é um escândalo. Então, essas divergências, é que eu digo a vocês... Quando amigos disseram: você não vai lá fazer o jogo da direita? Eu falei: que direita? Quem é a direita? A direita, o amigo do torturador do DOPS? Ou aquele que, num caso de liberalidade, como os liberais, que se mantêm dignos num estado autoritário? Passei a respeitar um jornal como **O Estado de S.Paulo** exatamente por essas posições dignas. Então eu acho que essas diferenças, quer dizer... que faz com que a grande responsabilidade do Governo Lula foi lançar uma esquerda democrática, uma esquerda participativa, uma esquerda que custou muito para chegar aonde chegou, lançou-a com essa prática condenável a um gueto que provavelmente vai demorar muitos anos para que gente ressurja com uma proposta de uma esquerda minimamente democrática neste País. Torço para que isso venha acontecer, mas essa responsabilidade é dos auto-intitulados de esquerda, porque para mim já não são mais de esquerda. Quem tem esse tipo de prática, esse tipo de atividade, pelo amor de Deus, já é outra coisa. Reafirmando o que o Tião Viana naquela hora insistiu...

***(Intervenção fora do microfone)***

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço ao Senador que aguarde a oportunidade de se pronunciar, para V. Sª concluir.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Mas é isso. Nesse sentido, eu acho que o que o Senador ACM coloca, evidentemente, respeito, mas, para mim, o grande crime que foi cometido por essa camarilha que tomou conta do PT, eu acho que é camarilha, não tem outro nome para isso, essa camarilha foi exatamente, primeiro, ter mentido sistematicamente para sua militância. A militância do Partido não sabe o que acontece, começa a ler na imprensa oficial do Partido tudo como se fosse a verdade absoluta, numa prática mais bolchevista, mais stalinista possível, de velhos tempos. Então, quando essa militância acordar e perceber o estrago que essa camarilha fez, acho e repito aquilo que saiu no jornal **O Estadão** de hoje, acho que o PT vai começar ressurgir na hora em que ele se livrar dos "josés dirceus" e dos "lulas" da vida.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Magno Malta, que pede para falar logo em seguida. A Senadora Ideli fica na oportunidade.

Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Depoente, a prática da corrupção lá atrás e a impunidade decorrente certamente estimularam aqueles que chegaram ao poder a arquitetar esse sofisticado esquema de corrupção que estamos nas várias CPIs tentando desvendar para apontar os arquitetos, os operadores, os idealizados e as principais fontes de abastecimento daquilo que se denominou chamar de "valerioduto".

Temos acompanhado as suas entrevistas e o depoimento de hoje e concluímos que o senhor também entende ter sido arquitetado um projeto de poder de longo prazo por algumas pessoas. E esse projeto de poder de longo prazo fez com que o fim justificasse os meios. Imagino que o grande idealizador desse projeto tenha sido o Presidente Lula. E é a minha primeira indagação: o senhor vê o Presidente Lula também como o grande idealizador desse projeto de poder de longo prazo, ou o idealizador desse projeto é o ex-deputado José Dirceu, que teve como coadjuvante principal o Presidente Lula? A ordem dos fatores não altera o produto, mas eu gostaria de ouvir a sua opinião.

Qual a participação do Delúbio Soares relativamente à arquitetura. O Delúbio Soares ouvia mais o José Dirceu ou o Presidente Lula? Quem era o líder de Delúbio? A quem ele consultava para agir. Agia em nome de quem?

Peço, se possível, uma síntese sobre essas indagações para que eu possa depois prosseguir.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Começando pela primeira, uma opinião, evidentemente, estamos aqui num ambiente essencialmente político, e vou dar a minha opinião a respeito disso, já que o senhor me pede. Acho o seguinte, que esse esquema só foi desmontado porque houve uma falha operacional. A falha operacional é provocada pela ganância de quem tinha um projeto para 2010. E o projeto de 2010 fez com que fosse tratado com tanta sede que acabou...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O projeto José Dirceu?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – É. O projeto de longo prazo do José Dirceu de 2010, ele tratou com tanta volúpia que abandonou a operacionalidade do dia-a-dia e deixou que criassem esses furos nos seus agentes operacionais.

Então a primeira parte é isso. Então, acho que aí respondo em parte já a primeira já aquela primeira pergunta que o senhor fez sobre questão do projeto de longo prazo. Acho que quem idealizou o projeto de longo prazo, quem tem o projeto de longo prazo chama-se José Dirceu de Oliveira e Silva. E que agora não sei se ele vai sair do planalto para a planície, onde ele vai ficar, mas de qualquer forma vai ter que fazer um outro projeto. O interessante que esse projeto, que vem lá de trás, foi um acordo concertado em 1995 e que envolvia dinheiro da Odebrecht na campanha de 1994. Isso foi motivo de debate interno no encontro nacional do PT em 1995, que culminou com a saída do PT do César Queiroz Benjamin. Ele fez um artigo superinteressante, recentemente conhecido, sobre "O Ovo da Serpente". Ele, nesse artigo, nessa carta em que ele se demite, em que ele sai do PT, ele defende o José Dirceu, ele não envolve o José Dirceu no processo todo, em função da história do José Dirceu, mas afirma, com todas as letras, que as instâncias do partido já estariam contaminadas. Não nessas palavras exatamente, mas de certa forma já comprometidas com um tipo de prática que levou nisso que veio dar agora. Isso fala, palavras proféticas dele, que ele escreveu inclusive isso num jornal, num artigo que saiu na **Folha de S.Paulo**, em agosto de 2005, em que ele fala, as palavras dele praticamente vão se concretizar dez anos depois.

Sobre a questão do Delúbio Soares, é o seguinte: acho que tem uma foto que é emblemática, que diz tudo; é aquela foto em que ele está segurando a cigarrilha do Lula, escondido. É isso. A origem dele é sindical, diferente do Silvinho. Ele, então, veio através da CUT, através desse esquema sindical. Se tinha alguém tinha autoridade sobre ele, esse alguém chama-se Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor acredita que todas essas ações assumidas pelo Delúbio Soares... Ele trouxe para si a responsabilidade por inúmeros atos ilícitos praticados como corrupção eleitoral, corrupção na administração pública. Ele nada fazia sem que o seu líder exponencial fosse ouvido – o Presidente Lula?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Eu tenho absoluta certeza, claro que o Lula não estava operacionalizando nada. Não dá para dizer isso. Agora, dizer que ele não sabia de nada? É uma distância muito grande, porque a visibilidade da facilidade de recurso que começou a circular no PT de uns anos para cá é visível. Só cego não vê. E perguntar de onde vem esse dinheiro? Acabou a militância petista. Eu fui presidente do diretório de Pinheiro duas vezes. Aliás, o Senador Eduardo Suplicy fazia parte do meu diretório, não é, Senador? Nós tínhamos uma tradição de fazer coisas mais simples, mas que envolvia a militância, era para as ruas. Hoje eu vou a uma feira em São Paulo, a feira da Vila Madalena. Eu sou morador da Vila Madalena há mais de 30 anos –, eu não vejo um panfleto do PT, não vejo um militante do PT. Tudo foi profissionalizado. Isso, então, custa dinheiro. Aquela militância que vendia brochinho, como o Lula fala, no depoimento que dá aqui: "O Paulo Okamotto vendia camiseta, brochinho..." Isso é piada! Nós estamos falando é de visitas a fornecedores da Prefeitura, e o Lula vem dizer que o Paulo Okamotto vendia brochinho!

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Por falar em arrecadar fundos para o partido, o primeiro grande escândalo foi o caso Lubeca. O Paulo Okamotto já estava envolvido como arrecadador nesse período?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não. O Lubeca envolveu a Prefeitura de São Paulo. O Paulo Okamotto, eu não sei. Eu conheço a história Lubeca e a conheço razoavelmente bem, mas eu não conheço a presença do Paulo OKamotto. Aliás, é uma prova daquilo que eu dizia a respeito da Prefeita Luiza Erundina, de que, a partir do momento em que ela tomou consciência daquilo, ela não vacilou um segundo, demitiu o vice-prefeito, que hoje é o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh; demitiu-o, sumariamente, do cargo de Secretário. Ele nunca mais teve espaço nenhum no governo dela, até o final do governo dela. Quer dizer, é um comportamento exemplar, porque não tem nada de amigo de fulano, beltrano ou cicrano. Pisou no tomate, cometeu irregularidades, comprovadamente – e ela tinha os dados na mão –, o afastou imediatamente. Na época, eu desconhecia os fatos. Tanto que eu fui, inclusive, me solidarizar com o Luiz Eduardo Greenhalgh – fui a casa dele. Mas, posteriormente, trabalhando com a Luiza Erundina, vim saber que a coisa era mais complicada, o buraco era mais embaixo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu gostaria, se fosse possível, que o senhor destacasse – é uma busca que as CPIs fazem – os nomes dos principais idealizadores e os operacionalizadores desse esquema de corrupção que culminou aí com o "mensalão", com o "valerioduto", etc.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Eu não tenho, eu estou afastado do Partido. Daqui a pouco, faz sete, oito anos. Eu conheci, na época, que é esse esquema que está aí, a parte primitiva do esquema que deve ter dado algum *know-how* para que outras coisas fossem executadas depois. Por exemplo: o Paulo Okamotto, hoje, é o Presidente do Sebrae, virou uma autoridade – saiu de um emprego numa casa noturna em São Paulo, que era a KVA, direto para o Sebrae. Deve ser um especialista em micro e pequena empresa. Talvez, um dia, se o Paulo Okamotto falasse, porque ele inclusive cuidava das finanças pessoais do Lula.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E o senhor sabe detalhes sobre esse pagamento da dívida do Presidente Lula, do empréstimo tomado junto ao PT pelo Sr. Paulo Okamotto?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não, não sei. Não sei, porque já é coisa mais recente, é uma coisa que dificilmente mais de uma ou duas pessoas vão saber. Isso é muito confinado aí.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, o meu tempo se esgotou. Eu apenas faço um apelo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem dois minutos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pois não. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, eu gostaria de, primeiramente, fazer um apelo a V. Exª para que coloque em deliberação o requerimento que pede a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamotto. A justificativa fica robustecida com o depoimento de hoje, com aquilo que ouvimos hoje no depoimento do Sr. Paulo de Tarso.

Portanto, Sr. Presidente, eu solicito que esse requerimento que pede a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamotto possa ser votado.

E indagaria, então, como solicitação final se o senhor tem conhecimento sobre os episódios na Prefeitura de Ribeirão Preto, envolvendo Ralf Barquete, Buratti, etc.? E também se tem conhecimento sobre as ações da AKS.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – AKS... Não.

Não é REC, não, né?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não, é AKS. É o quê? É empresa?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não, não sei.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Deixe-me ver aqui a definição de AKS. Mas pode começar por Ribeirão Preto.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não, não, não tem...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Só para esclarecer ao Senador Alvaro Dias e aos demais Srs. Senadores e Srªs Senadoras que amanhã, antes de fazermos a leitura do relatório, faremos uma reunião administrativa.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – AKS é a empresa de consultoria ligada a alguns petistas e que foi usada na década de 80 e 90 como um braço arrecadador do PT.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Como se chama a empresa?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – AKS.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – AKS... Não, não.

Conheço uma empresa da qual Celso Daniel era um dos sócios, mas é outra história. Era ele com o ex-Deputado Machado, José Machado.

Agora, sobre Ribeirão Preto, eu não sei... A parte que o depoimento meu aqui tem a ver, assim documentado, eu tenho uma auditoria externa que foi feita, tenho sindicância interna, tenho todo esse relatório que eu vou deixar pro senhor, que é o relatório final da comissão de investigação do PT, que tem muito mais detalhe, inclusive, os senhores verão que está aqui, comprovado. Eu talvez até tenha sido generoso nas minhas palavras diante das conclusões que estão aqui dentro, que mostram o papel do Paulo Okamotto, o papel do Roberto Teixeira, o irmão dele.

Eu acho que sobre Ribeirão Preto eu não tenho opinião formada, eu não tenho... Tenho até opinião, mas não tenho informações, dados concretos que eu pudesse emitir opinião.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino Maia, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Relator, Dr. Paulo de Tarso Venceslau, eu queria que o senhor soubesse que o senhor está aqui por requerimento de minha autoria e do Senador Arthur Virgílio e o que nos moveu, pelo menos a mim, apresentar o requerimento, que foi apresentado e aprovado, foi uma entrevista que V. Sª concedeu e que o jornal **Estado de S. Paulo** intitulou "Se tivessem feito a depuração, não estaríamos vendo o filme de agora".

V. Sª repetiu na íntegra com muito mais riqueza de detalhes tudo aquilo que deu em matéria de informação na entrevista. Eu acho que o senhor tem consciência de que está depondo para Senadores de diversos partidos políticos. A mim, a impressão que o senhor dá é que o senhor continua petista de convicção, foi expulso do Partido, mas eu me animaria a dizer que talvez o senhor, pelos seus ideais, pelas suas convicções, pela sua sinceridade ao depor, parece que é o que o povo pensava que fosse o PT. Pelo que o senhor disse, pelas convicções, pelo estado de espírito que o senhor expôs, abriu... Eu ousaria dizer que o senhor é o que o povo pensava que o PT fosse. Eu acho que o senhor não deve ter – pelo petista que deve continuar sendo – nenhuma simpatia pelo meu Partido, mas isso não me exime da obrigação de dizer que a sua presença trouxe grande contribuição aos esclarecimentos que esta CPI busca. Que não é perseguir ninguém, mas passar a limpo o País. É passar o País a limpo.

Acho que de tudo que o senhor falou, há um grande subproduto. Quem for medianamente inteligente, tiver a capacidade de perceber os fatos, de entender o que as pessoas falam e perceber se as pessoas estão falando com sinceridade ou não a história de Lula que não sabia de nada morreu aqui, hoje. Morreu aqui, acabou. Pelos depoimentos que o senhor fez envolvendo Paulo Okamotto, Roberto Teixeira, a sua conversa com Lula, a reincidência, a comissão de sindicância, a apresentação dos resultados a quem de direito, a não tomada de providências por parte de ninguém, será que todo mundo é imbecil, é louco? Que o senhor está mentindo com tanta riqueza de detalhe e com documentos que exibe e entrega? E que demonstram claramente que o Presidente Lula sabia sim, senhor. Pode até não ter mandado fazer aquilo que foi feito, mas sabia que tudo que foi feito e foi usufrutuário de tudo que foi feito. Mais do que sabia, foi usufrutuário, foi beneficiário direto, claro.

Agora, tenho uma preocupação com relação à segurança pessoal do senhor, confesso com toda honestidade. Porque, veja, pelas colocações que aqui foram feitas, há uma ligação claríssima entre Klinger, Roberto Teixeira, José Dirceu, Delúbio, Marcos Valério, claríssima. Klinger era o homem que operava o esquema de coleta em Santo André. José Dirceu, Delúbio, Marcos Valério é o atual esquema, a que se deu o nome de "mensalão", que não é "mensalão"; é a compra de obediência de parlamentares, é a compra de mimos. Mimos tipo aluguel de jatinho, aluguel de carro blindado, enfim, o que o PT quer. O PT do

governo Lula não é o PT que o senhor encara. E o Sr. Roberto Teixeira, que era o operador, que o senhor denunciou, de uma empresa de consultoria que fazia coleta de recursos para entrega a quem o PT mandava, supõe-se, como disse o Sr. César Benjamin, a quem o senhor se referiu. O Sr. César Benjamin, numa entrevista que li, disse que o esquema de corrupção do PT começou quando Delúbio Soares foi indicado pelo PT para integrar o conselho curador do Fundo de Garantia. E a partir daí fez tráfico de influência, obtinha dinheiro, entregava nas mãos de Lula, que passou a dispor de uma arma nova para dominar a máquina partidária, chamada dinheiro. A arma nova era dinheiro, obtido de Delúbio Soares com o tráfico de influência no conselho do Fundo de Garantia. Quem diz isso não sou eu, é o Sr. César Benjamin, ex-petista, como V. Sª.

Muito bem. Klinger, José Dirceu, Delúbio, Marcos Valério, Roberto Teixeira. Aí chega Celso Daniel e Toninho. Dois ex-prefeitos. Um, ex-Prefeito de Santo André; o outro, ex-Prefeito de Campinas. Só que ambos foram assassinados, por razões vinculadas a denúncias, ao esclarecimento de fatos como o senhor está trazendo. Aí a minha pergunta: o senhor não teme pela sua vida, pelo fato de o senhor... Até agora ficou uma entrevista dada e talvez média importância à entrevista dada. Agora, não, agora o senhor veio ao Senado, veio a uma Comissão, fala para o Brasil e desmantela a idéia de que Lula não sabia de nada. Sabia sim, senhor, era usufrutuário, era beneficiário e tinha conhecimento de tudo, pela riqueza de detalhes que o senhor oferece. O senhor não tem receio pela sua vida? Acontecer com o senhor o que aconteceu? Já foi objeto. A história do automóvel! Talvez uma intimidação, será que não vão magnificar isso daqui para frente? O senhor não teme pela sua vida? O senhor não vê paralelo? O senhor quer pedir alguma coisa, algum tipo de proteção? O senhor tem algo mais a informar para esclarecer ao País quem é quem neste País? Essa é a pergunta que lhe faço.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Sr. Senador, primeiramente, essa pergunta inicial é difícil responder, porque, além do fato de já citado aqui do cerco que sofri na estrada, o meu motorista, coitado, teve uma incontinência no momento. Ele ficou assustadíssimo quando viu a ameaça de perto.

A partir de determinado momento – já tenho certa vivência, já enfrentei outras situações mais complicadas –, fiquei convencido de que, por exemplo, a carta que registrei em cartório para o Lula e que depois distribuí para toda a direção do Partido foi meu primeiro seguro de vida, porque eu me sentia ameaçado. Há várias formas de ameaça. Há a ameaça física, que considero a mais covarde de todas e talvez a mais fácil. Há outra ameaça, sutil, sorrateira, que demonstra uma falta de caráter. Por exemplo, perdi várias oportunidades de trabalho profissional por absoluta perseguição política de meus ex-companheiros.

Vivo do meu trabalho e não dependo absolutamente do Estado. Tenho um jornal em Taubaté e um escritório de consultoria em São Paulo. É muito curioso por causa disso. Ganhei algumas concorrências no setor privado. Por exemplo, um estudo final sobre a transposição do São Francisco, por meio de uma empresa em São Paulo, fui aprovado, mas vetado, literalmente vetado. Outra empresa de consultoria em São Paulo, a Fenec, uma empresa grande, uma baita empresa no segmento, já havia me contratado, mas um cidadão, que não vou falar o nome, simplesmente bloqueou. Quem vive de trabalho, de contratos, sabe o que significa uma coisa que está acertada. Você concorreu, participou, ganhou, mas, na hora H, não leva. Esse é um baita prejuízo. Existe um custo operacional para chegar aonde cheguei, para ganhar uma concorrência, para ganhar certas coisas, mas, na hora H, você é vetado por mesquinharia política.

Então, ao chegar à parte relativa ao risco de morte, a que V. Exª se refere, acho que, depois de tudo que ocorreu, a carta que enviei ao Lula foi a primeira garantia, um seguro de vida que fiz. A entrevista, definitivamente. Mesmo assim, recebi ameaças por telefone. Telefonaram para minha casa várias vezes. Sofri vários tipos de ameaças. Mas estive preso pelo DOI/CODI! Estive preso pela direita militar mais reacionária que havia neste País! Fui torturado barbaramente e fui levado duas vezes, em estado de coma, para o hospital militar. Quer dizer, não tenho medo de cara feia. Não quero dar uma de... Sabe, isso não me assusta. Estou fazendo hora extra. Eu brinco, dizendo que estou fazendo hora extra. Só estou vivo porque o Virgílio Gomes da Silva morreu algumas horas antes de mim. Foi a primeira grande morte. Estouraram a cabeça dele. Havia pedaços de sua massa encefálica nas paredes onde fui torturado. A situação não me assusta porque já passei por piores. Então, vou tocando a minha vida, senão fico neurótico, psicótico. Claro que há um risco. Já fui cercado e tal, mas prefiro ter uma vida saudável, sã, sem ficar preocupado com isso, porque se vier veio. Paciência!

Acho que é isso. Não quero pedir segurança nenhuma, não. Acho que sempre tratei dos meus assuntos e continuo aí. Se alguém quiser fazer alguma coisa para mim, que arque com o ônus político do que fizer.

Se esse pessoal pensar em alguma coisa errada em relação a mim, em alguma ameaça, eles têm que pensar dez vezes. Eles têm que se preocupar com a

minha segurança pessoal. Se me acontecer alguma coisa errada, poderão lançar nas costas deles.

Esse foi o seguro de vida que adquiri. No momento em que divulguei a carta, eu falei assim: "tu já foi ameaçado". Vocês vão me ameaçar? Quer dizer, no fundo é isso.

Eu acho que hoje não existe segurança melhor do que uma coisa que seja pública, notória, transparente. Se alguém quiser correr esse risco, sempre tem louco; que arque com o custo disso. Paciência.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Dr. Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) - V. Exª ainda teria dois minutos, Senador.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, vou fazer uma série de perguntas para aproveitar bem o meu tempo, e depois o Sr. Paulo de Tarso poderá respondê-las.

Em primeiro lugar, nós estamos na CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, dos Bingos, que tem como objeto investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Então, a minha primeira pergunta ao Sr. Paulo de Tarso é: o que V. Sª tem a dizer sobre a fato determinado e o objeto desta CPI que é a utilização de casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado?

Eu vou fazer uma série de indagações, e depois o senhor poderá responder, porque senão o senhor ocupará meu tempo, e não poderei fazer-lhe todas as perguntas que pretendo fazer.

A segunda questão – vá anotando – é a seguinte: tenho documentação aqui, encaminhada pela Prefeita de São José dos Campos, a atual Deputada Federal Angela Guadagnin, e, no documento que S. Exª nos encaminhou, constam as declarações da Deputada de que, ao comprovar as irregularidades apontadas pelo senhor, pela auditoria contratada pelo senhor, apresentou toda a documentação ao Ministério Público, que entrou com uma ação judicial para anular o contrato, reaver os valores pagos indevidamente. No Governo de Angela Guadagnin, não houve pagamentos à Cpem, que inclusive ingressou com ação judicial de cobrança para receber os honorários relativos a serviços que teria prestado na gestão municipal anterior.

Num outro trecho, a ex-Prefeita Angela, diz o seguinte:

Durante todo o meu Governo, não contratei qualquer serviço da Cpem. Essa empresa voltou a prestar serviço em São José dos Campos anos depois, pois foi contratada outra empresa do mesmo grupo, pelo Governo do PSDB, que me sucedeu.

Então, queria que o senhor pudesse confirmar as declarações das ações, das iniciativas adotadas pela Prefeita no sentido do ingresso no Ministério Público da ação judicial de cobrança, todas as questões e também de não ter sido efetuado nenhum pagamento à Cpem durante o Governo da ex-Prefeita.

Queria que o senhor também explicitasse qual foi a reação da Câmara de Vereadores nesse tipo de procedimento, se houve apoio da Câmara para o afastamento da empresa, para a cobrança, se houve ou não reação, como é que se comportou a Oposição do PSDB e do PFL na questão das iniciativas adotadas pela Prefeitura de São José dos Campos, fruto da auditoria que o senhor contratou e que municiou todas as ações; inclusive o episódio do carro, que V. Sª tanto cita aqui, dando como líquido e certo, como algo vinculado, se isso não poderia ter vinculação com aqueles que reagiram, inclusive defendendo a manutenção do contrato, a partir da reação na própria Câmara de Vereadores. Então, queria fazer esta pergunta.

Eu queria também saber o que é que vale: vale o que o senhor assinou na Justiça, o que o senhor colocou no acordo firmado na Justiça, ou valem as declarações que o senhor dá reiteradas vezes? Na Justiça, o seu procurador, o seu advogado, Luiz Alberto Marcondes Piccina, assinou em seu nome; aqui está, registrado pelo co-réu:

... que, ao conceder a mencionada entrevista ao **Estadão** [de bastante tempo atrás], não teve qualquer intenção de ofender ou mesmo tisnar a honra ou a moral do autor [leia-se Luiz Inácio Lula da Silva]; relativamente aos fatos objeto da presente lide [da presente ação], reconhece a retidão [portanto, o senhor reconhece a retidão] das conclusões finais exaradas, tanto na esfera judicial [portanto, no processo, o senhor reconhece as conclusões do processo], como também no âmbito interno do Partido dos Trabalhadores [ou seja, o resultado da Comissão de Ética do partido]. Finalmente, reconhece a elevada honra, a moral e a proverbial honestidade do autor [diga-se Luiz Inácio Lula da Silva].

O que é que vale? Isso que o senhor assinou na Justiça, no acordo judicial, ou valem as declarações? Eu tenho aqui declarações recentes, de poucos dias

antes de o senhor vir aqui prestar o depoimento, em que o senhor chama o Presidente de pernicioso. O senhor diz inclusive assim: "são as figuras mais perniciosas da política brasileira". Num outro momento, o senhor diz que o PT tem que extirpá-los dos seus quadros, extirpar as figuras mais perniciosas da vida política nacional; um deles é o senhor Luiz Inácio...

Então, o que é que vale? O que o senhor assinou na Justiça, colocando que reconhece a elevada honra, a moral e a proverbial honestidade do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, ou a sua declaração recente na imprensa, de que é pernicioso, que tem que ser extirpado? O que é que vale, Sr. Paulo de Tarso? O que é que temos que dizer que é a verdade do que o senhor está falando? O que o senhor assina na Justiça ou a declaração que o senhor dá à imprensa?

Por último, estou aqui com declarações, estou até com uma fotografia. Queria registrar, Senador Suplicy, que é tão antiga que o senhor ainda tinha bastante cabelo. Aqui estão as declarações da época, da repercussão de toda... Este é um caso que já tem mais de década. Então, as declarações aqui, tanto do Suplicy quanto do Mercadante, no sentido da... Vou ler aqui, porque o senhor andou dizendo aí, pelo que me informaram, que o Mercadante, quando o senhor levou as questões, ficou escandalizado e não fez nada. Mas as reportagens da época, esta inclusive em que está o Suplicy ainda com bastante cabelo, colocam que foram encaminhadas. "O Mercadante encaminhou novamente o pedido de abertura da Comissão de Ética já apresentado em 95 para investigar as denúncias. O Mercadante colocou todas as necessidades de fazer a investigação". Então, como é que não fez nada? O que é que vale? Inclusive o resultado da Comissão de Ética, que foi instalada a pedido do Mercadante, do Suplicy e de outras personalidades do PT, o senhor reconhece, e dá validade a ele. Está escrito aqui no acordo judicial que o senhor reconhece a retidão das conclusões finais exaradas também no âmbito interno do Partido dos Trabalhadores.

Então, o que é que vale? Essas são as questões que eu gostaria de fazer, e depois, se ainda eu tiver algum tempo, caso não fique satisfeita com as suas respostas, voltarei a inquiri-lo.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Posso responder, Senadora? Pode ser?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Pois não.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Acho que a Senadora Ideli é inflamada, combativa. Lembro-me até do tempo em que eu era militante do PT.

Mas vamos por partes.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – É que continuo petista, e muito.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Pois é. E eu fui expulso do PT.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Talvez os comportamentos deram margem.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Senadora, a primeira pergunta que a senhora fez foi sobre o que tenho eu que ver com a CPI dos Bingos; acho que a senhora deveria perguntar a quem me convocou.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Posso responder a V. Exª sobre a primeira pergunta, para que não haja dúvidas.

O senhor disse há pouco que o Sr. Ronan Pinto era muito amigo do Sr. Paulo Okamotto, não é verdade?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Que encontrou o Paulo Okamotto várias vezes com o Ronan Pinto...

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não. Não, não, não. Falei o seguinte: a história do Ronan Pinto era suficientemente conhecida em São Paulo, do papel de política de *gangsterismo* que ele tinha em relação às empresas de transporte...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ligada a...

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Naquele tempo, ele era dono da, se não me engano, Transleste e estava comprando a Zona Sul. E ele queria expulsar os concorrentes dele. Então, um empresário, o Wallace Ferreira – acho que Wallace Ferreira –, que era dono da Paratodos, mostrou-me um dossiê com cenas de violência praticada pelos jagunços do Sr. Ronan. Isso, veja só, não tem nada com o Paulo Okamotto. É para dizer que esse cidadão...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O senhor encontrou ele em várias...

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – A prática dele era suficientemente conhecida. E muito estranha, portanto, que tenha acontecido de ele ter esse espaço todo que teve em Santo André. Aí foi um assunto que não tinha nada com o Paulo Okamotto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Ele aqui foi acusado de envolvimento com o crime de Santo André, e tenho certeza de que V. Sª não tem conhecimento de onde veio todo esse volume de recursos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Senador Efraim.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou explicar. Como Presidente da CPI, tenho que explicar, para que V. Exª fique esclarecida.

O Sr. Ronan Pinto - está comprovado por esta CPI - é um dos sócios do Comendador Arcanjo.

Está comprovado também que houve, por parte do Sr. Ronan Pinto e do Sr. Comendador Arcanjo, recursos para campanhas do PT.

Está comprovado também nesta CPI que o Sr. Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública do Governo do PT, do Governo Lula, denunciou que o jogo do bingo mandava do Rio de Janeiro R$1 milhão, todo mês, para a campanha do Presidente Lula e do PT.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Senador Efraim, se V. Exª me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu estou com a palavra! Eu ouvi V. Exª!

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Só posso lhe dizer...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, vou responder a V. Exª.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Fiz a pergunta ao depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E eu estou respondendo. Senadora, ouvi V. Exª.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Fiz a pergunta ao depoente, para saber se ele tem informações a respeito de casas de bingo...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas vou lhe dar as respostas, as informações que V. Exª quer saber.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Não, V. Exª está colocando aqui aquilo que V. Exª entende como relações, que V. Exª acha que tem relações, ou que V. Exª quer dar encaminhamento para a investigação. Minha pergunta foi muito clara...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sou o Presidente da Comissão e preciso esclarecer a V. Exª que...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sei que V. Exª é o Presidente. Só que a minha pergunta...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...tem vindo pouco a CPI, Senadora Ideli. Então, deixe eu explicar a V. Exª.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Minha pergunta foi ao depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas estou respondendo.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – V. Exª pode me dar o esclarecimento a qualquer momento,...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Como Presidente, posso usar a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – ...mas quero que o depoente possa me responder se ele – ele, ele –, Sr. Paulo de Tarso Venceslau, tem informação a respeito da atuação de casas de bingo, se ele tem informações a respeito de ligação de casas de bingo com crimes de lavagem, a questão de ocultação... Mas ele. Estamos agora fazendo a oitiva dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora, peço a V. Exª que me escute agora.

Veja bem. Quero deixar bem claro a V. Exª que há realmente muito medo, por parte do PT, do trabalho que estamos fazendo, porque estamos chegando à origem desses recursos, e há muito recurso por parte dos bingos. São depoimentos dessa natureza que começam a esclarecer e fechar exatamente esse ciclo.

Agora, é preciso que V. Exª, quando vai à televisão dizer "a CPI do fim do mundo", se é do fim do mundo, cabe o depoimento dele. Fique tranqüila V. Exª, não estamos querendo chegar a ninguém. Queremos a verdade.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Eu só quero ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E aqui existe independência.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Eu só quero ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – E, acima de tudo, transparência. E não aceitamos nenhum tipo de tentativa, Senadora...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Até porque V. Exª tentou agorinha mesmo fazer a vinculação do Ronan com o Okamotto, que ele desmentiu. Então, quero ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não tem problema, Senadora. Amanhã mesmo colocaremos em votação a quebra de sigilo do Okamotto...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Eu só quero ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – ...para que a maioria desta CPI decida.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Amanhã vamos colocar todos esses requerimentos polêmicos, para que possamos discutir e votar essas matérias.

É importante que isso aconteça, para que V. Exª esteja mais presente na CPI, não venha de vez em quando, quando é para fazer defesa de interesse...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Senador Efraim, eu sou suplente e, em todas as vezes que me é possível, estou presente na CPI.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Com a palavra.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, se a dúvida é sobre a legitimidade da presença do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, levando-se em conta os escopos da CPI, ou seja, bingos, crime organizado, lavagem de dinheiro, vejo que esse assalto promovido pela Cpem a municípios deste País significa, junto com a preocupação dele e do Senador José Agripino com a vida dele - mais ainda: fala-se aqui em jagunços do Sr. Ronan -, tem tudo a ver mesmo. Convenço-me de qualquer coisa, menos de que se trata de crime desorganizado. É crime organizado mesmo, e esse crime organizado tem caráter oficial, tem chapa branca.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra V. Sª.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Bom, se for falar sobre bingo, tenho de confessar aqui que nunca entrei numa casa de bingo, nunca ganhei e também nunca perdi nada. Então, com bingo não tenho nada. Agora, as perguntas que me foram feitas aqui, os depoimentos que pediram a respeito, foi tudo comentado. A senhora, como petista, com certeza não deve ter lido esse relatório, porque, se a senhora tivesse lido, a senhora iria ficar um pouco mais intranqüila diante dessas afirmativas que a senhora faz.

Mas vamos lá, Srª Senadora. Quanto às afirmativas sobre a Angela Guadagnin, a senhora também não estava presente aqui quando relatei que todos os levantamentos que foram feitos em São José dos Campos foram feitos por partidos que não eram do PT, eram do PRN. Falei o nome, dei o nome dos prefeitos, e a senhora me perguntou de novo. Eu respondo: um era o Pedro Ivo, o outro era o Bevilacqua, o Joaquim Bevilacqua, que foram os que começaram a montar aquele esquema com a Cpem.

Eu nunca disse, em momento algum, que foi a Drª Angela Guadagnin, enquanto prefeita, que montou esse esquema. Essa é paranóia não sei de quem; minha não é. Então, não é nada disso. Quer dizer, o que a Drª Angela Guadagnin tem de explicar e que está aqui no relatório do PT é por que o Paulo Okamotto tinha liberdade de pedir a relação de empresas para ela, e, para mim, ele mesmo confessa que nunca pediu. A senhora, como petista, deve perguntar para a sua colega.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas perguntei ao senhor...

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não, é o seguinte: eu respondi; a senhora fez cinco perguntas

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – ...se houve encaminhamento ao Ministério Público...

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Eu estou respondendo aqui.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – ...de ação judicial, se houve ação judicial de cobrança.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora, V. Exª já fez as perguntas, e o depoente está respondendo. Vou pedir a V. Exª que aguarde as repostas, porque ainda darei tempo para que se pronuncie. V. Exª terá dois minutos após a resposta dele.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Agradeço, Presidente.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Em relação à ex-Prefeita Angela Guadagnin, o que consta aqui no relatório é isso. Por que o Paulo Okamotto tinha uma liberdade, ele que não tinha cargo nenhum dentro do Partido, função alguma dentro do Partido? Se a senhora tiver e provar, a senhora vai estar desmentindo José Dirceu, vai estar desmentindo Arlindo Chinaglia, vai estar desmentindo... Talvez a senhora saiba coisa que eu não sei e que não está documentado, que o Paulo Okamotto tinha algum cargo partidário naquele momento e circulava nas prefeituras para arrecadar dinheiro. Agora, eu duvido que esse dinheiro tenha sido contabilizado. Gostaria que isso fosse provado, e não aparece em momento algum.

Quanto às iniciativas que foram tomadas, a senhora me desculpe, mas é o seguinte: se a Prefeita deixasse de encaminhar ao Ministério Público as providências que foram tomadas, se a senhora pegar a correspondência que mandei para a Srª Prefeita quando esse relatório ficou pronto, a senhora verá que há uma série de solicitações: encaminhar ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado, à Secretaria da Fazenda do Estado e até para a polícia. Então, é evidente que é uma ação de Governo. Se ela deixasse de fazê-lo, ela estaria cometendo um crime, seria outra a razão. Evidentemente que ela cumpriu o papel dela. Nunca soube que fosse virtude alguém cumprir as suas obrigações. Obrigação é obrigação; cumpra-se. Se deixar de cumprir, é crime. Então, não vejo virtude nenhuma nesse sentido. As providências foram tomadas, sim. Só que foram tomadas com uma qualidade precaríssima, e nós estamos pagando conseqüências até hoje por causa disso.

A reação da Câmara Municipal é outra coisa muito interessante. Eu não tenho a menor dúvida de que parte daquela Câmara foi beneficiada pela Cpem - falei isso na época e reafirmo hoje. O fato de a empresa Cpem não ter sido objeto de investigação por parte da Câmara – e eu já relatei esse fato aqui e vou tornar a relatá-lo -, o fato de a CPI da Câmara ter

montado uma CEI - Comissão Especial de Investigação – acho que foi isso – e nunca ter organizado uma única sessão... A partir do momento em que fui demitido, sumariamente demitido pela então Prefeita Angela Guadagnin, a tal comissão se extinguiu. Nunca houve uma única sessão.

Portanto, a senhora achar que a Câmara Municipal de São José dos Campos não fez nada não, fez. Se a senhora visse as outras entrevistas que foram dadas na época, veria que, inclusive, acusei um vereador, na época, de estar recebendo dinheiro para ter aquele tipo de convocação que ele fez. Foi um escândalo aquilo. A senhora perdeu aqui a primeira parte, em que eu relatei que a Cpem chegou em São José dos Campos, procurou um radialista conhecido, Antônio Leite – está lá até hoje, na **Band**, em São José dos Campos –, que me ligou para dizer o seguinte: "Paulo, o que está acontecendo com você? Porque apareceu um pessoal de uma empresa que quer que eu faça uma matéria, que eu reproduza enquanto reportagem uma matéria que eles estão trazendo pronta." E que envolvia o caso Cpem, às vésperas de sair o relatório oficial da comissão de sindicância e o Diário Oficial, mostrando as conquistas que tínhamos obtido na Prefeitura naquele momento. Essas matérias saíram nos jornais. Foi matéria paga, e saíram como reportagens.

O poder da Cpem era muito grande, e a relação da Cpem se dá com o compadre do Lula. Quem tem que explicar o que a Cpem faz ou deixa de fazer é o compadre do Lula. Vejam a opinião de José Eduardo Martins Cardozo, Deputado hoje; do jurista Hélio Bicudo, ex-Deputado Federal; do economista Paul Singer, que está no Governo. Vejam o que eles dizem a respeito disso. Venham ver o que eles acham a respeito do Roberto Teixeira. Vejam o que eles acham a respeito da Cpem. Vou deixar, e a Srª Senadora terá oportunidade de ler aqui, porque vou deixar esses documentos do PT, que o PT omitiu de sua militância o tempo todo. A burocracia do PT nunca divulgou para a sua militância as conclusões que estão neste relatório. A senhora, com certeza, não conhece. Então, é isto o que está acontecendo: omissão de informações para a militância, e só dar informações dirigidas, tentando formar uma opinião. Essa prática a gente já conhece. Isso morreu com a União Soviética. Isso já era, está certo?

Bom, se o que vale é o acordo – a senhora tornou a perguntar, o Senador Tião Viana já tinha perguntado -, eu volto a responder para a senhora. Primeiro, esse acordo trata da entrevista que eu dei em 1997. Portanto, vai fazer oito anos. Em momento algum, nessa longa entrevista, existe qualquer ataque pessoal ao Lula, à honra dele ou a quem quer que seja. Eu nunca fiz ataque pessoal ao Lula. A senhora confunde opiniões políticas com ataques pessoais. Eu acho que o Lula é pernicioso politicamente? Acho! Não estou atacando nada. Politicamente, ele é pernicioso para o PT. Ele se transformou no caudilho do PT. Ele rasgou o estatuto do PT, que a senhora nunca defendeu. Por que ele rasgou o estatuto naquele momento e não seguiu as decisões que estão aqui no relatório que a senhora não leu? É só isso que vale!

Eu endosso as minhas posições aqui - assinei embaixo. Eu falei: eu aceito as decisões tomadas na Justiça e dentro do fórum do PT. Por que o Lula não aceitou as decisões do fórum do PT? Quem rompeu com os fóruns do PT? Luiz Inácio Lula da Silva, o caudilho. Isso não é ataque pessoal. Isso é uma opinião política a respeito de um militante político, de um dirigente político. Ele é um caudilho. Ele se implantou contra o caudilho. Ele rasgou o estatuto. Ele está se lixando. E tem de dizer "amém" para eles, porque, se não disser "amém" para ele, não tem oportunidade dentro do Partido dos Trabalhadores. É assim que funciona. Eu vivi isso de perto.

Então, isso não é ataque pessoal. Que ele é pernicioso para a política brasileira, para o PT, eu acho que é pernicioso. Não tem nenhum ataque pessoal, não. Ele é politicamente pernicioso, porque ele destruiu um ideal que me custou muito caro. Ele destruiu um ideal de muita gente, que custou muito caro. O PT vai levar décadas para sair do gueto em que essa camarilha lançou o Partido. Isso é opinião? É opinião, sim. Não é ataque pessoal. A senhora está confundindo opiniões políticas com ataques pessoais. Não é, não. É opinião, sim. Eu mantenho essa opinião, e não tem contradição com o que afirmei na Justiça. Não estou atacando o caráter do Lula, nada disso. Estou dizendo que, politicamente, ele é pernicioso e continua pernicioso. Ele, Zé Dirceu e companhia são perniciosos para a política brasileira, principalmente para a política de esquerda. Eles fizeram um estrago na Esquerda brasileira que a Direita nunca conseguiu fazer. A Direita nunca conseguiu fazer um estrago na Esquerda brasileira como esse pessoal fez hoje. Eles vão pagar caro, historicamente.

Eu continuo marxista, curiosamente. Marxista não é ser stalinista, não é ser leninista. Continuo marxista. Acredito na história, e a história está botando as coisas no lugar. Isso aqui tem mais de dez anos? Tem. Mas a história vai e volta. Um dia, ela reaparece e põe as coisas no lugar. Essa é que é a diferença.

Então, é isso. Eu acho, portanto, que, se o PT – reafirmo isso aqui, sem nenhum ataque pessoal, mais uma vez – não extirpar o Zé Dirceu da vida e o Lula da vida, o PT vai para o brejo, vai ficar no gueto, vai ser um Partido caudilhesco, vai viver na cauda de um caudilho.

É isso. Essa opinião não tem nada de ataque pessoal ao Lula. Tem muita gente que adoraria ser chamada de caudilho, porque acha que é um elogio. Para mim, é uma ofensa política, porque a minha formação de esquerda era exatamente combater o caudilho. Nunca admitimos, na minha militância de esquerda, ser um líder caudilhesco. Pelo amor de Deus!

Então, Senadora, se eu não respondi tudo, se a senhora tiver mais alguma dúvida...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Senadora, V. Exª tem dois minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT - SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, nas perguntas que eu fiz, acho que fica bastante claro que o depoente não tem nenhuma informação a respeito do objeto determinado desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Mas houve uma afirmação dele aqui, dizendo que o Sr. Ronan Pinto era amicíssimo dos petistas. Ele acabou de dizer isso há pouco. Então, eu quero dizer a V. Exª...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT - SC) – Senador Efraim Morais, essa é a sua opinião. Eu fiz a pergunta...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Senadora, se V. Exª não tem argumento para responder ao depoente, conclua, por favor.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT - SC) – V. Exª vai me dar os dois minutos ou vai ocupar o tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – V. Exª tem um minuto e pouquinho só. Quando completar, corto o som do microfone de V. Exª.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT - SC) – V. Exª já ocupou a maior parte do meu tempo.

Aliás, volto a dizer que o depoente, a não ser umas tentativas de colocar...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – V. Exª se encontra sem argumentos, Senadora. Continue. Seus argumentos não têm convencido ninguém.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT - SC) – Senador Efraim Morais, em primeiro lugar, acho que V. Exª tem de respeitar o meu tempo, da mesma forma como respeito V. Exª, e me permitir utilizá-lo da forma como eu bem entender. Sem comentário e sem ilação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Está certo. Obrigado a V. Exª.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT - SC) – Então, eu queria dizer que o depoente confirmou, a não ser nas tentativas de colocarem na sua boca coisas que ele não falou, que ele não tem informação a prestar a respeito do objeto, do fato determinado desta CPI.

Com relação às questões ligadas à investigação da Cpem São José dos Campos, confirmou aqui as providências adotadas, com exceção de uma questão, que é o pagamento, porque a informação que temos é a de que não houve, durante a gestão da Srª Angela Guadagnin, nenhum pagamento à Cpem. Então, foram providências muito além daquelas meramente burocráticas. E mais: não confirmou também se houve posteriormente a contratação ou não, pela mesma Prefeitura, administrada aí pelo PSDB, de empresa ligada ao grupo da Cpem.

A outra questão é que não ficou claro... Que a Câmara de Vereadores não encaminhou à CPI, não encaminhou a investigação, já tínhamos o conhecimento. Agora, qual era a posição do PSDB e do PFL, da Oposição à Prefeita Angela Guadagnin?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Agradeço a V. Exª. O tempo de V. Exª se encerrou.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT - SC) – Eles eram favoráveis à manutenção do contrato ou não? Era isso que estava em jogo e que, inclusive, poderia ser algo ligado... Como o senhor fez ilação do acidente, poderia não ter nenhuma relação com quem o senhor acha que teve a ver com o acidente sofrido por V. Exª, mas poderia ser exatamente daqueles que, de forma tão vultosa, receberam da Cpem...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ideli Salvatti. V. Exª encerrou, e fomos tolerantes.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT - SC) – Eu não fiz mais nenhuma pergunta. Apenas fiz considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Mas ele tem a palavra para alguma consideração.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Começando pelo final, Senadora, é o seguinte... Em relação às suas perguntas, é o seguinte: quanto à Câmara, essa opinião que V. Exª quer saber sobre os vereadores, eu poderia mandar posteriormente à própria CPI a ata de todos os vereadores que assinaram esse pedido de formação de uma CPI em São José dos Campos – tem lá –, com os seus respectivos partidos. Foi a grande maioria.

Por falar nisso, a Drª Angela Guadagnin sequer tinha apoio da base petista de São José dos Campos. Se a senhora não sabe disso, a base petista era muito crítica em relação a ela.

Então, nesse sentido, eu acho que, a partir desse documento, a senhora poderá dizer quem é quem, de qual partido. Eu não me lembro mais. Agora, quanto ao pagamento a que a senhora se refere, ninguém nunca se referiu ao pagamento. O problema de São José dos Campos não foi o pagamento, porque ele deixou de ser pago. O pagamento foi suspenso. Foi uma briga tremenda, mas foi suspenso. O problema de São José dos Campos é a defesa de Roberto Teixeira, feita

por Luiz Inácio Lula da Silva. Quem tem de explicar a relação com o Roberto Teixeira chama-se Luiz Inácio Lula da Silva. Ele que é o compadre... Esse compadre, recentemente...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT - SC) – Eu não consigo entender qual é a defesa de algo que não teve sequer o pagamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – V. Exª deveria respeitar o depoente, que está com a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT - SC) – O senhor está dizendo que não houve pagamento e diz que houve defesa? Que defesa é essa?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – V. Exª deveria respeitar o depoente, que está com a palavra. V. Exª não respeita quem está falando.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Vejam só: se a senhora quiser, se o pagamento lhe satisfaz, eu reafirmo aqui: o pagamento não foi feito, foi suspeito. Está satisfeita? Agora, eu quero saber o seguinte: em compensação, isso custou a minha exoneração em primeiro lugar, a minha exoneração sumária. E sugiro, com esse ar de espanto que a Senadora levanta, que leia o relatório que a senhora não leu e veja as conclusões que tem. Eu li aqui e de novo não vou cansar os outros Senadores, mas veja as opiniões da Comissão, em relatório assinado por Hélio Bicudo, Paulo Singer e José Eduardo Martins Cardozo, a respeito do Roberto Teixeira. Se a senhora era do Diretório Nacional, a senhora sabe que, na época, o Lula foi lá e disse "Ou ele ou eu". Foi público dentro do PT isso.

Então, ela fala: "o problema..." Eu fui exonerado porque eu mexi em uma caixa de marimbondo chamada Roberto Teixeira, que tinha relações suspeitíssimas com um cara chamado Paulo Okamotto, que disse para mim, na época, que a Caravana Cidadania estava prejudicada por falta de dinheiro, que a Cpem não estava pagando. Quem tem de explicar é o Sr. Okamotto, não sou eu. Quem tem de explicar o trânsito que o Sr. Okamotto tinha na Prefeitura perante as empresas, por intermédio da Srª Prefeita, é a Drª Angela, porque ele mesmo diz, no relatório do PT, que comigo ele não tinha. Está aqui escrito, a senhora não leu.

Então, é isso o que estamos discutindo, foi para isso que fui chamado. Agora, se for coisa de bingo, eu nunca entrei em uma casa de bingo, nem sei como é que se joga.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Tem muita gente que entende de bingo aqui e não quer falar.

Senador Wellington, V. Exª está com a palavra.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB - MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente Paulo de Tarso Venceslau, quando a gente fica inscrito em décimo, décimo primeiro lugar, tanta coisa acontece que acabamos tendo todas as nossas perguntas respondidas.

O depoimento do Sr. Paulo de Tarso Venceslau foi limpo, mas com certa mágoa no coração. Realmente se sente que é um partidário. Embora expulso do PT, sua alma continua filiada ao PT, àquele PT lá de trás, ao qual se referiu. Não o conheço bem, porque não sou do PT, sou do PMDB.

Não consegui, durante todo o seu depoimento, Sr. Paulo, entender como é que, a todo o momento, V. Sª ofendia o Presidente Lula. Mostrou que, em um momento difícil por que V. Sª passou, Sua Excelência protegeu a empresa que, dentro do levantamento que V. Sª fez na prefeitura, estaria desviando recursos da prefeitura. V. Sª cita que o PT só vai melhorar quando saírem do Partido o ex-Ministro José Dirceu e também o Presidente Lula.

Não consegui, em nenhum momento, entender como é que o senhor demonstra tudo isso e, ao mesmo tempo, diz que não está atingindo a honra do Presidente. Não consegui entender. Como é que é? Se fosse comigo, eu certamente já o teria processado diante dessas declarações. Eu não tinha conhecimento desse acordo feito nos autos – que pedi agora -, citado pela Senadora Ideli Salvatti, que se empolga demais e acaba deixando o coração falar. Entendeu, Senadora Ideli?

Vejo que, na verdade, V. Sª quer é acusar o Presidente Lula e todo o *staff* do PT e, ao mesmo tempo, não acusar, senão estaria quebrando um acordo. Quem já fez acordo na Justiça, quem sabe como funcionam os acordos com veículos de comunicação entende que é difícil a situação em que V. Sª se encontra. Ao mesmo tempo, V. Sª bate e depois diz: "Não bati". É um carinho muito forte.

Não consegui entender. Agora que a Senadora Ideli Salvatti...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL - SP) – Desculpe-me, Senador. É processo de injúria, de calúnia?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB - MG) – Isso. No qual...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL - SP) – Tem acordo perante o juiz?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB - MG) – Tudo. Está aqui o acordo feito perante o juiz. Quem entrou foi o Presidente Lula, contra o Sr. Paulo de Tarso, e **O Estado de S. Paulo**, que foi o veículo que publicou a entrevista do senhor, que assumiu toda a responsabilidade, como homem de bem que o senhor é. Está aqui, tirando o jornal, e dizendo que as declarações são do senhor.

Eu estava admirado com o seu depoimento, concentrado, com a ordem lógica total do seu depoimento. Mas, quando chega nesse ponto, sinto que o senhor vacila um pouco. Por que vacila? Porque não assume realmente o que quer falar. Vem com todo o seu raciocínio, defendendo seus ideais. Brigou por eles, fez tudo como a lei manda. Protocolou, entregou na mão das lideranças o seu manifesto. Mostrou a mágoa de ter lutado por um Partido e de ter sido expulso quando estava protegendo o Partido. Agora, quando chega no momento de atacar, o senhor ataca e diz que não atacou. Então, nesse momento, fico um pouco receoso de tudo o que o senhor disse.

Na verdade, é como o senhor disse: o senhor assina algo e reconhece - ou reconheceu naquele momento; eu não participei de todo esse assunto. Mas cita no art. 1º: "O co-réu Paulo de Tarso registra, ao conceder, relativamente...; diz que o Presidente Lula é um homem de bem". Não é isso? "Reconhece a elevada honra, a moral e proverbial honestidade do autor" - que no caso é o Luiz Inácio Lula da Lula, hoje o Presidente Lula.

Então, o senhor fica nessa situação de atacar, mas não poder quebrar o contrato assinado perante o Exmo Sr. Juiz de Direito da Vara Cível do Fórum Central da Comarca de São Paulo, no dia 19 de novembro de 2003. Aí fico receoso com relação a todo o seu depoimento. Ou o senhor parte para quebrar o acordo e diz realmente as coisas em que acredita - tenho certeza de que V. Sª tem as suas convicções políticas, partidárias e ideológicas bem definidas -, ou então o senhor... Ou o senhor quebra esse acordo e fala tudo o que sente - e vai-se sujeitar à quebra do acordo -, ou então o senhor retira tudo o que disse. É essa a minha situação, aqui e agora, tendo ouvido o senhor durante todo esse tempo.

Na verdade, as perguntas já foram respondidas. A primeira pergunta que iria fazer era esta: Sr. Paulo de Tarso, como é não atacar a honra, se, em todo o seu depoimento, foi colocado que o Presidente protegia um esquema de arrecadação de caixa dois? Nesse momento, o senhor já atacou a honra do hoje Presidente.

Aí, depois, antes de eu fazer a pergunta, a Senadora Ideli aparece com esse documento do qual eu não tinha conhecimento. A minha pergunta agora está respondida. O senhor ataca e desataca porque tem um acordo assinado perante a Justiça.

Então, na verdade, Sr. Paulo de Tarso, com todo o respeito que tenho pelo senhor, pois vejo no senhor um homem de bem, acreditando na sua ideologia, mas há um acordo assinado que está amarrando o senhor. O senhor não sabe como faz para sair desse acordo e falar o que quer falar. Ou o senhor fala realmente o que quer falar, e quebra esse acordo, ou então o senhor vai ficar citando esse relatório, e com toda essa mágoa das questões partidárias, que só interessam ao PT, porque, em política, você vai subindo, vai subindo, vai subindo e acaba virando aquela luta dos imortais: só resta um. Na verdade, o senhor subiu, chegou na cúpula, não se entendeu bem, e o senhor caiu. É assim que funciona, de repente, não sei! Não para coisas erradas.

Tenho mais três minutos. Quero dizer que funciona assim dentro do partido: quando você discorda da maioria, você é tirado, é respeitado ou é colocado em algum setor. É assim. O grupo é que caminha. Política é grupo. E, de repente, por suas questões ideológicas naquele momento, o grupo não concordou com o senhor e resolveu tirá-lo dessa participação.

Então, Sr. Paulo de Tarso, gostaria que o senhor me dissesse somente isto: qual é a sua opinião com relação à verdade? Ou o senhor está amarrado por esse acordo que está feito aqui? Mas o que vi foi que o senhor atacou a honra, sim, do Presidente Lula. Por mim, se tivesse protegido esquema de roubo, de tudo o mais, processaria o senhor. Mas vi que o senhor foi processado e fez um acordo. Então, para formar minha convicção sobre o senhor, sobre sua personalidade, neste momentinho final que falta para ter a noção de quem é o senhor, gostaria que me dissesse quem é o senhor realmente, Sr. Paulo de Tarso.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Sou filho do Dr. José Venceslau Júnior e da Dª Jurema Cabral Venceslau. Tenho uma origem. Agora, acho que o senhor fugiu um pouco do assunto aí, mas vamos lá. Já tinha respondido grande parte disso daí. Vou tornar a repetir para o senhor entender.

Esse acordo é a respeito da entrevista dada em 1997, certo? Esse acordo foi fruto, entre outras coisas, da diferença que existe entre um cidadão que vive do seu trabalho e um cidadão que vive de outros recursos. Por exemplo, meu tempo é precioso, eu tenho que trabalhar, tenho que fazer minhas coisas. Eu não tenho máquina e grupo de advogado que me defende. Eu tenho que pagar advogado. E o tempo se arrasta. De todos esses processos já falei que posso mandar todas as sentenças, se a CPI quiser. O Lula, o Zé Dirceu, o Roberto Teixeira, o Paulo Ramos, todos perderam a ação numa instância, e acabou caducando.

Esse caso aí, especificamente, acabou voltando por outras razões. E chega uma hora em que você está cansado de fazer acordo. O advogado trouxe a proposta, e eu disse: "Jamais. Não abro mão disso aqui".

O senhor não é petista, mas vou deixar com o senhor aqui, vou deixar na Comissão exatamente as

conclusões, isso que eu assino embaixo aí, das resoluções que o PT não divulgou internamente e que o Lula rompeu. Está aqui, vou deixar com o senhor, e o senhor vai ver, tranqüilamente. Aí o senhor vai ver. Essa é a primeira coisa.

Vamos ao segundo ponto. Eu já tinha perguntado à Senadora: "Em que momento eu ataquei a honra do Lula? Em que momento?" O senhor tem uma opinião formada, que o juiz não tem. O juiz, ao contrário, me deu favor. O senhor é mais realista do que o juiz. O senhor disse que, se fosse o Lula, entraria com uma ação. O Lula já entrou e perdeu. O Roberto Teixeira já entrou e perdeu. O Paulo Okamotto já entrou e perdeu. O senhor quer entrar? Também pode entrar, só que o senhor vai perder também, porque eu estou todo documentado.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB - MG) – Eu?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – O senhor está dizendo que, se o senhor fosse o Lula, o senhor o faria. Está aqui, está documentado. Eu não estou falando da minha cabeça. Eu não inventei nada. Eu tenho documentação sim, Senador. Eu tenho documentação sim, e quem tem que explicar relações com o Sr. Roberto Teixeira é o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, que contesta as opiniões assinadas por Hélio Bicudo, por Paul Singer e José Eduardo Martins Cardozo, que é Deputado Federal. Não sou eu que estou dizendo isso não. Quem tem que contestar as afirmações que estão escritas e assinadas aqui são as pessoas envolvidas, resultado de um processo que eu comecei lá atrás.

Então, vejam só: eu tenho absoluta certeza que o que a Senadora Ideli Salvatti e o Sr. Senador Wellington estão fazendo aí é uma "forçação" de barra. Eu assino embaixo: eu não ataquei, em momento algum, a honra do Lula. O que eu tenho são críticas políticas, e reafirmei que ele é pernicioso politicamente, que ele provocou um estrago no PT muito grande, que a prática que ele teve foi muito perniciosa. Se isso atacar a honra de alguém, só se isso for a sua opinião. Dizer que a política tem que extirpar, que o PT tem que extirpar algumas pessoas como o Lula e José Dirceu para que ele evolua, para que ele volte a ser reencontrar, essa é a minha opinião. Eu estou atacando a honra de alguém, por ter uma opinião política?

Eu falei que ele roubou? Eu falei que ele mentiu? Eu não falei absolutamente nada nesse sentido. Esse acordo está feito, e ele está válido. Agora, achar que, nesse caso aqui, o Lula não sabia de nada? Sabia. Até porque ele reconheceu, declarou na Imprensa, declarou aqui, declarou em todo lugar que ele sabia. E ele defendeu o Roberto Teixeira, e, no final, disse: "Ou ele ou eu". Foi isso!

Então, Senador, se o senhor acha que eu agredi, o senhor pode levar a sugestão para o Presidente lá e dizer: "Olha, o senhor deveria processar o Paulo de Tarso, porque ele atacou a honra do senhor de novo". E aí começa tudo de novo. E eu vou continuar pagando advogado e perdendo tempo, porque sabe que há um *status* aí que não paga advogado, porque tem banca que resolve as coisas. Às vezes até o Estado paga essas bancas.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PDMB – MG) **–** Sr. Presidente, peço os dois minutinhos que o senhor sempre deu para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – V. Exª tem os dois minutos.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Paulo de Tarso, veja bem! Eu não estou forçando barra, eu não sou do PT, eu sou de um partido que ajuda a governabilidade do PT – governabilidade – e vai lançar candidato próprio, se assim for aprovado. Então, não estou forçando barra, não estou aqui para defender o Presidente Lula, nem para defender a Senadora Ideli Salvatti, que eles não precisam disso. O mais novo aqui sou eu. Eu sou aquele pato que não dá mergulho fundo. A verdade é essa.

A grande diferença que eu vejo aqui no Senado é a grande discussão entre poder e glória, e é isso que eu quero aprender aqui. Eu vejo que o senhor quer a glória, e alguns no PT trocaram a glória por poder. E isso ficou bem claro. O Ministro José Dirceu tinha a glória, apostou no poder e se deu mal. O Presidente Lula está apostando na glória e tenta dizer que não tinha o poder. Isso é uma questão que quem vai decidir é o povo nas eleições.

Eu só queria dizer o seguinte: eu não estou forçando barra, vim aqui só ouvi-lo, fiquei com essa dúvida e perguntei ao senhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL - PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Wellington Salgado, e concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – A dúvida que o Senador Wellington Salgado levantou durante toda a fala - e eu assisti a toda a fala do senhor também - foi a minha dúvida, porque, na verdade, se olharmos o acordo que aconteceu na Justiça no ano de 2003, foi colocado também que o senhor "reconhece a elevada honra, moral e a proverbial honestidade do autor".

Nós não estamos inclusive discutindo isso aqui. Eu acho que, na verdade, todas as pessoas podem ter as opiniões as mais variadas em relação ao Presiden-

te Lula. Há pessoas que o odeiam, que o detestam, e há muitas pessoas também que praticamente o amam e acham, consideram que ele está fazendo um bom trabalho. Agora, na verdade, nesse sentido, essa dubiedade na exposição também me causou uma certa perplexidade, como também me causou a dúvida, perplexidade em relação aos itens da conclusão do PT. Eu entendi os argumentos do senhor em relação à conclusão do Hélio Bicudo, do Deputado...

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – José Eduardo.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – ...José Eduardo e também do economista Paul Singer. E diria que o que está escrito aqui vai além disso, mas também não é o caso de ficarmos batendo nesses pontos.

Em relação aos fatos objetos da presente lide, o senhor reconhece a retidão das conclusões finais exaradas, tanto na esfera judicial como também no âmbito interno do Partido dos Trabalhadores, conclusões finais exaradas. Qual foi a conclusão final exarada? Infelizmente ou não – e não vamos discutir, também acho que isso aconteceu –, a expulsão do senhor. Então, o senhor, pelo que posso ler desse documento, concorda com as conclusões finais exaradas. Quer dizer, o relatório... Conheço Hélio Bicudo e conheço também as outras pessoas, mas particularmente Hélio Bicudo é uma pessoa extremamente correta, conscienciosa, e o que ele colocou no relatório, sem dúvida alguma, deve ser – sem dúvida e concordo também – objeto de reflexão. Então, nesse sentido, o entendimento que aconteceu perante o Juiz – e aquilo que foi discutido no decorrer da sua fala – me parece que causa uma dificuldade de compreensão.

Mas eu queria perguntar ao senhor o seguinte: lá, em São José dos Campos, o contrato com a Cpem já vinha da gestão anterior à gestão da Prefeita Ângela. Em função das dúvidas que o senhor levantou, dos problemas, dos sérios problemas que o senhor identificou em relação à correção daquilo que estava acontecendo, foi feita a denúncia para o Ministério Público e, a partir desse momento, também não aconteceu nenhum pagamento lá na Prefeitura de São José dos Campos, mas aconteceu depois, na gestão seguinte, independente de análises que possam ser feitas. A informação que eu tenho é de que a Cpem estava presente em 300 Municípios do Estado de São Paulo. Isso é verdade?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Isso é o que dizem, eu não sei também. Eu não tenho nada com a Cpem.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas o senhor não tinha, como Secretário da Fazenda...

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – O meu foco, eu conheço duas realidades: Campinas e São José dos Campos. Sobre isso respondo qualquer coisa. Agora, a Cpem, se tem 300, 10, 20, 50, não sei, Senador. Eu não saberia dizer. Eles dizem que... Esse argumento é usado pelo Sr. Roberto Teixeira em todas as entrevistas que ele dá. Inclusive hoje ele declarou às rádios que eu vinha aqui, que eu tinha pegado um bonde. Eu declarei às rádios e falei assim: "Estão ofendendo a CPI". Porque entendo, minimamente, que fui convocado. Se uma convocação significa que eu tenho o poder de pegar o bonde na CPI, isso é uma falta de respeito. E o senhor está usando o argumento dele.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu não perguntei isso. Eu só queria saber se o senhor, como Secretário da Fazenda de um Município importante como São José dos Campos, levantou dúvidas em relação ao sistema de arrecadação da diferença do ICMS, o senhor não teve a curiosidade de saber em quantos Municípios a Cpem agia?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Se o senhor esteve aqui o tempo todo, o senhor sabe que, num encontro de Secretário de Finanças petistas do Estado de São Paulo, que se reuniram em abril de 1993 em Ribeirão Preto, eu fiz a primeira colocação sobre a Cpem, eu fui admoestado pelo Sr. Paulo Okamotto.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas não foi isso que eu perguntei. O senhor não tinha conhecimento, então, de quantos Municípios em que a Cpem agia?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não, eu estava alertando os companheiros, na época, de que eles poderiam ser procurados pelo compadre do Lula com aquele discursinho que ele tinha feito para mim. É isso.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – E, ao mesmo tempo, o senhor falou que não houve nenhum sistema de arrecadação em São José dos Campos.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Como? Não entendi.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sistema de arrecadação de dinheiro da Cpem em São José dos Campos. Ou houve algum sistema, algum fato de arrecadação de dinheiro lá na... Porque, se não houve nenhum pagamento para a Cpem, teria havido algum sistema de arrecadação de dinheiro?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – O que houve foi o comentário do Paulo Okamotto de que a Caravana da Cidadania estava sendo prejudicada, tendo dificuldade, porque a Cpem não estava dando dinheiro por causa do que estava ocorrendo em São José dos Campos.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Então, é nesse sentido.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – É nesse sentido. Agora, se não foi pago e, em função disso, começou a retaliar e não passar dinheiro não sei para quem, não sei. Esse comentário foi feito pelo Paulo Okamotto.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não aconteceu, então, na verdade nenhum pagamento? Foi reiniciado o sistema de parceria com a Cpem na gestão seguinte à gestão da Ângela Guadagnin?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Não.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não?

> O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – O que tem é o seguinte: essa é outra notícia que eu não quis nem responder de cara para a Senadora, porque é o seguinte: a Cpem foi mudando de nome, depois virou Cpem, Ciadem, virou não sei das quantas. É difícil até hoje. Só que ela migrou desse sistema de consultoria de levantamento de ICMS para a parte de informática, sistemas de contabilidade. Enfim, sistema informatizado de contas públicas. E ela voltou no sistema com outro nome, ganhou uma concorrência... *(Inaudível)* ...que não tem nada de mais. Ninguém misturou alhos com bugalhos. Tem uma parte de trabalho dela que deve ser competente, deve ser competente.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O Tribunal de Justiça de São Paulo considerou, na seqüência – tanto que a Prefeitura de São José dos Campos teve que pagar à Cpem com juros e correção monetária aquele valor que deixou de ser pago no início –, considerou o contrato correto, legítimo, legal. Essas atividades da Cpem estavam baseadas em uma legislação estadual que permitia esse sistema de uma empresa ajudar na arrecadação do Município?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – A legislação é federal, não é? E, depois, é adaptada para cada Estado. E o que tem, o que tem é que, quando foi feita essa legislação, depois da Constituição de 1988, como ninguém confia em ninguém na área pública – essa é a verdade, o Governo não confia no Estado, o Estado não confia na União, vice-versa, e assim para frente –, foi feito então o seguinte: se houvesse confiança no Estado, não teria problema nenhum, ou seja, o Estado recolheria o ICMS, faria a fiscalização, ficaria com os 50% que ele tem direito, e os 50% ele distribuiria proporcionalmente para cada Município, como ele faz. Como o Estado não é confiável, ou as Administrações Públicas Municipais não confiam no Estado, as empresas de consultoria descobriram a galinha dos ovos de ouro. Ou seja, se a gente chegar lá e convencer o prefeito de que ele pode aumentar a sua receita com custo zero e a gente ganhar uma porcentagem, pronto. Então, o que as empresas fizeram? Chegavam até as prefeituras e diziam: "olha, o Estado está dizendo que o teu pedaço de bolo, de pizza, do que quer que seja, é cinco; nós podemos elevar para dez. Se a gente conseguir aumentar de cinco para dez, vamos ficar com um para nós, que são o 20%". E o prefeito fala que é um grande negócio. Só que, por trás disso, tinha tudo aquilo que lhe mostrei aqui: tinha falsificação de documento, tinha corrupção de funcionário das empresas, tinha fórmula fajuta que estava no meio, que, inclusive, o próprio Possídio comprovou – está aqui no relatório – esses dados todos. Então, em função de uma falta de, digamos assim, mecanismos eficientes do Estado, essa falta que provocou, que criou uma oportunidade para que essas empresas entrassem e fizessem o estrago que fizeram, porque, como disse, o bolo é um só. Então, quer dizer, essa parte que foi criada aí é uma situação que hoje parece que está, razoavelmente, equacionada até por causa desses problemas todos. Agora, se a empresa atendia 300 Municípios, pode até ser, entendeu? Não importa. Nesse caso concreto, houve problemas, comprovadamente, com a auditoria externa. Se a Justiça, agora, obrigou a pagar, eu acho que era motivo de investigação, porque o escândalo é tão grande, é tão grande... Aliás, como petista... O senhor é petista?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim, sou.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – O senhor devia até se preocupar com isso, porque é o seguinte: se os técnicos do PT comprovaram tanta irregularidade, como a Justiça pode, depois, mandar pagar uma coisa tão irregular? E não se esqueça de que, no meu relato inicial, o Sr. Roberto Teixeira já devia lá atrás para mim: "Olha, deixa a parte jurídica com a gente, porque isso aqui eu sei resolver". Resolveu, pelo jeito.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª pelo horário.

Senador Antero Paes de Barros, V. Exª tem a palavra.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sr. Presidente, vou fazer as perguntas, porque eu já percebi que o Sr. Paulo de Tarso tem o costume de anotar e, posteriormente, V. Sª responde para que eu possa, talvez, utilizar melhor o tempo. Ainda sobre o Paulo Okamotto: um relatório encaminhado pelo Coaf a esta CPMI revela que o atual Presidente do Sebrae, Sr. Paulo Okamotto, recebeu recursos do PT por meio

da empresa Red Star. O senhor sabe dizer que tipo de serviço essa empresa Red Star prestou ao PT?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Red Star?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – É. O senhor sabia ou ouviu dizer se o Sr. Paulo Okamotto tem relações de sociedade com essa empresa Red Star? O senhor pode informar se o Sr. Paulo Okamotto também operava com fundos de pensão?

Na entrevista que o senhor concedeu ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho, publicada em 1997, em determinado momento da entrevista, V. Sª diz o seguinte: "Isso ocorreu com relação ao Sr. Paulo Okamotto. Eu não tenho como provar, mas eu aceito ficar frente a frente com ele". Eu quero indagar de V. Sª se V. Sª aceitaria ainda uma acareação com o Sr. Paulo Okamotto diante das afirmações que V. Sª faz.

Eu quero aqui fazer também uma indagação sobre o caso Roberto Teixeira, especialmente alguma ligação Roberto Teixeira/Infraero/Transbrasil, porque há uma informação sobre quem é que manda na Infraero. Tudo faz crer que o Sr. Aílton Soares não foi nomeado na Infraero, como o senhor diz na entrevista, para que fosse nomeada outra pessoa que fosse dominada pelo Sr. Paulo Okamotto. Mas qual é a influência do Sr. Roberto Teixeira na Infraero e qual é a relação do Sr. Roberto Teixeira na Transbrasil?

V. Sª diz o seguinte: "É do conhecimento público que a filha do Sr. Roberto Teixeira, afilhada de Lula, defende interesses da empresa Transbrasil". Na entrevista concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo**, V. Sª revela que o Relator da CPMI do Banestado, o ainda Deputado José Mentor procurou blindar a Transbrasil nas investigações da Comissão. Eu sou a maior testemunha disso. Eu fui Presidente da CPMI do Banestado e sei o montante que a Transbrasil mandou para fora e por que não se podia trazer o Sr. Roberto Teixeira para dar depoimento à CPMI do Banestado. O ainda Deputado Mentor, à época, saiu aos gritos com o Senador Arthur Virgílio. Eles não aceitaram trazer nem o Maluf, o que dirá o Roberto Teixeira.

Então, Sr. Presidente, estou apresentando a V. Exª, e faço questão de apresentar nesta sessão, para que possa inclusive entrar no roteiro nosso de votações amanhã, o requerimento de convocação a esta CPMI do Sr. Roberto Teixeira. Quero convocar, para vir a esta CPMI, o Sr. Roberto Teixeira.

E quero dizer mais. Vou trazer para cá, para anexar na Comissão, o meu voto em separado da CPMI do Banestado, onde fica comprovado o que V. Exª, Senador Efraim Morais, disse à Senadora Ideli Salvatti. O Sr. Ronan Maria Pinto está no meu voto em separado como mandando recursos para fora do Brasil pela empresa Roanoake. E o Sr. Roberto Teixeira precisa explicar questões da Transbrasil, que têm, sem nenhuma sombra de dúvida, relações com o envio de recursos para fora, ou seja, lavagem de dinheiro.

Aliás, diga-se de passagem, naquele quadrinho de "sobe" da **Veja** desta semana, a Transbrasil foi o único ponto vitorioso do relatório do Deputado Mentor. O Deputado Mentor escreve no relatório dele o seguinte "Recomendo à Justiça brasileira que defenda a Transbrasil em uma ação contra a General Electric, e que seja ela recuperada". A Transbrasil foi recuperada. Há uma decisão, agora, do Supremo Tribunal Federal, uma liminar, autorizando a Transbrasil, essa belíssima empresa, que prejudicou milhares de brasileiros, a poder voar de novo, para prejudicar outros milhares.

Eu quero saber – porque o Mentor foi fundador do PT e V. Sª deve ter convivido com ele – se o senhor saberia algo sobre a participação do Deputado Mentor nessas questões. E se causou surpresa a V. Sª, pelo que conhecia dele, ter tomado conhecimento, pela imprensa – porque certamente V. Sª é um homem que lê jornal e, portanto, um homem bem informado –, que o Deputado apareceu no esquema do valerioduto, tendo recebido um cheque em nome da Mentor Associados.

Eu gostaria também de fazer alguns comentários sobre a entrevista de V. Sª ao Sr. Luiz Maklouf Carvalho. Primeiro, V. Sª relata uma reunião em abril de 1993 e diz o seguinte: "Reunião com os Secretários de Finanças de Administrações Petistas. Quem está na reunião? O Paulo Okamotto, que não é dirigente do Partido, não é nada. O que estava fazendo na reunião dos Secretários de Finanças das Prefeituras do PT? A Prefeita de São José foi junto. Palocci, Prefeito de Ribeirão, e o Secretário de Finanças dele estavam lá com vários outros Secretários".

Quem era o Secretário de Finanças do Palocci nessa reunião de abril de 1993, em que V. Sª contou, e foi posteriormente repreendido pelo Sr. Okamotto, como é que funcionava o esquema da Cpem, e que era para tomar cuidado com isso?

Depois, V. Sª relata, e eu acho que o Brasil deve lamentar muito não ter prestado atenção na entrevista de V. Sª, porque veja bem o que V. Sª fala, lá, em 1997: "O óbvio da minha opinião era ele dizer o seguinte [ele, o Lula, a quem V. Sª tinha contado todo o funcionamento do esquema da Cpem]: 'Você apurou essas falcatruas? Então, vá fundo, porque não temos rabo preso com ninguém'. Essa seria a resposta que eu gostaria de ouvir. 'Não importa se é meu compadre, meu irmão, ou meu pai, se é meu filho, se é minha mulher. Não importa. A partir do momento em que cometeu irregularidades contra recursos públicos, não tem problema. Arque

com as conseqüências. É maior de idade, vacinado, quites com o serviço militar. Não importa.'"

Isso é o que V. Sª diz que pretendia ouvir do Lula. O Lula não fez isso. Ele mandou V. Sª ter centenas de reuniões – centenas é exagero, mas algumas reuniões – com os irmãos Teixeira, com o Paulo Okamotto, com essa turminha de gente fina. Mas o Lula diz hoje à Nação uma tradução disso que V. Sª esperava que ele dissesse: "É importante cortar na própria carne". Quer dizer, isso é de uma hipocrisia, de um farisaísmo! Conhecendo os fatos de hoje, acho que o Brasil deve lamentar não ter prestado atenção nas declarações de V. Sª em 1997. Teríamos evitado muito para o País e talvez até ajudado o PT, que tinha um homem honrado que ousou iniciar disputar as prévias, como é o caso – no meu conceito – do Senador Suplicy.

Outra questão, para finalizar, foi como V. Sª tomou contato com a demissão. V. Sª pergunta para a Prefeita Ângela: "Baixar o centralismo?". "Baixar o centralismo." "Quem pediu?" E ela diz que foi o Paulo Okamotto, representando a Direção Nacional, e o Paulo Frateschi.

Causa-me estranheza, depois, uma entrevista do Lula – V. Sª deve ter tomado conhecimento –, "Lula rebate acusações". O Lula, ao rebater as acusações, diz: "...porque Paulo de Tarso começou toda essa história dizendo que tinha sido mandado embora, porque a Prefeita Angela Guadagnin..." Aí o Lula diz o seguinte: "Um cidadão que é mandado embora de uma prefeitura e, quando a prefeita faz a afirmação que fez pela imprensa, o cidadão, a partir daí, constrói na cabeça dele um mundo de fantasia".

Eu queria que V. Sª dissesse o que V. Sª acha do caráter de Lula. Quer dizer, um cidadão que diz que V. Sª está dando esse tipo de opinião por causa da demissão, quando V. Sª tinha, seguidas vezes, alertado o PT para não incorrer nesse erro.

Eu encerro, Sr. Presidente, com uma última citação, que é sobre a entrevista do Lula, para mostrar essa hipocrisia e lamentar que nós não tenhamos prestado atenção à reportagem do Luiz Maklouf, à entrevista do Paulo Okamotto, nem à do Lula. Vejam o que o Lula dizia à época, respondendo à entrevista do Sr. Venceslau: "Qual a diferença entre o PT e os outros partidos se o PT também acha viável uma empresa que não aceita participar de licitação?", respondendo à questão da Cpem. O que diz o Lula? São palavras do Lula: "Da mesma forma que defendo que todos os funcionários públicos sejam contratados por concurso, acho muito mais lícito que todos os serviços sejam contratados por licitação. Isso faz parte dos discursos e da prática do PT". É mentira!

Ele acaba de desencadear uma Operação Tapa Buracos, agora, sem licitação, com bilhões de reais. Isso não é para Operação Tapa Buracos, não, Senador Arthur Virgílio! Isso é para tapar buracos nas contas do PT. Essa é a grande verdade! É o "buracoduto". Ele está assumindo aqui o papel do Delúbio e do Valério. Não assumiu quem faz, e ele fez um decreto revogando a Lei nº 8.666. E é uma pena...

Eu até conhecia os fatos, à época, mas, com muita sinceridade, com a história e a biografia do Lula, nós tínhamos dificuldade de acreditar nesses fatos. O Lula é o tipo do cidadão que tinha a mais rica das biografias brasileiras. Se o Lula não tivesse chegado à Presidência da República seria uma biografia irretocável. Mas ele saiu da cadeia e foi para o Palácio. Vai sair do Palácio e eu não sei onde o povo vai querer vê-lo depois que ele sair do Palácio, porque está comandando um esquema violentíssimo de apropriação de recursos públicos, de roubalheira no Governo brasileiro.

Eu quero cumprimentar V. Sª. Quero lamentar porque, como cidadão, não lhe dei crédito. Quero lamentar que o povo brasileiro não tenha lhe dado crédito. Mas quero dizer que V. Sª fique absolutamente tranqüilo, porque não é uma filigrana de uma vírgula de um acordo judicial que V. Sª assinou – dizer que concorda com as conclusões do PT? Concorda com as conclusões do relatório favoráveis a V. Sª –, não é isso que vai diminuir a biografia de V. Sª. E, por mais que essas pessoas possam contratar bancas de advogados – e podem, são poderosas –, elas não conseguem destruir quem tem biografia e infelizmente não vão conseguir reconstruir suas histórias.

Essas eram minhas indagações, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra a V. Sª.

O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Só para pegar esse final, passei por algumas situações inusitadas, porque, com a minha história de militância de esquerda, cada vez que ocupava um cargo público, a direita virava minha vida de ponta-cabeça. Em todos esses lugares que passei, Campinas, *(Inaudível)*, São Paulo, São José dos Campos, viravam e nunca, felizmente, acharam nada.

E, quando houve esse episódio, essa entrevista toda, tive a vida revirada pela esquerda. Então, isso que o Senador e a Ideli Salvatti, a Senadora, colocaram aqui agora, essas filigranas, isso é o máximo que eles conseguem chegar na minha história. Fico tranqüilo porque param por aí. E olha que administrei muito dinheiro público, dinheiro de sindicato e tudo mais. Felizmente, passei incólume.

Voltando à pergunta do senhor, do Senador Antero... Bom, dessa Red Star, eu não tenho informação, não sei, não posso contribuir com nada.

Sobre o Sr. Paulo Okamotto operar fundos de pensão, não sei.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Só quero dizer ao depoente que tudo aquilo que perguntamos, na verdade, é do interesse da CPI. E só quero dizer que não é filigrana nenhuma. Temos todo o interesse em saber porque existe a incoerência de V. Sª entre aquilo que o senhor assina perante o juiz e aquilo que o senhor relata aqui dentro desta CPI.

Então, há dúvidas – e essas dúvidas foram levantadas por vários Senadores – e eu diria que não é filigrana nenhuma. É um juízo de valor do senhor, que pode ser do senhor, mas não é o juízo de valor de vários Senadores, independente de partido político, que tiveram a mesma dúvida. Então, diria que o senhor está subestimando um argumento que, para todos nós, mostra – pelo menos para mim – muito do caráter da pessoa também.

Quero ver o documento escrito em que a pessoa toma uma determinada posição e essa posição é contraditada aqui nos termos de todo o depoimento que o senhor dá. Então, para o senhor pode ser filigrana, mas, para muitos Senadores não é filigrana nenhuma. São coisas que nós – como o Senador Wellington que é do PMDB também colocou – não conseguimos entender. Talvez esteja claro para o senhor, mas não está claro para a comunidade.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, só para dizer que está claro para mim.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, se falamos de coerência, não tem cabimento nenhum Senador se chocar com uma possível contradição do depoente e não se chocar com essa brutal roubalheira que assola o País.

Segundo, até para tranqüilizá-lo, eu, adversário de Lula, àquela altura em que V. Sª deu essa declaração, também tinha ilusão de que ele fosse uma pessoa de bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra a V. Sª.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU –** Voltando, então, quanto à acareação com Paulo Okamotto, a qualquer momento. Não tenho a menor dúvida. Eu tenho certeza de que ele não vai querer me encarar. Acho que falta alguma coisa nele e, com certeza, olhando olho no olho podemos dizer muita coisa. Não tenho nenhum problema de encará-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos estudar com a Comissão se cabe a convocação.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU –** Quanto à questão do Roberto Teixeira, Infraero e Transbrasil, essa história, acho que cabe aos Senhores investigarem, porque é um atentado. Primeiro, que eu conheço um pouco essa história, sei como se dão esses laços. Trabalhei no grupo da Sadia, trabalhei com o Walter Fontana, que é irmão do Omar Fontana, que foi comandante da Transbrasil, criador da Transbrasil e filho do Senador Attílio Fontana – falecido Senador Attílio Fontana. E, curiosamente, a minha formação ideológica começou exatamente na Sadia. Sabem por quê? Porque a Sadia tinha como um braço, para cobrança, a chamada 5º Delegacia, que era o Dops de São Paulo. Os inadimplentes da Sadia, na época – eu estava principalmente na área de farinha, farelo, aquelas coisas todas –, era uma coisa inacreditável: eu via gente sendo levada, japonês, português... Levavam porrada no Dops para pagarem a conta.

Fui enviado para Mato Grosso – hoje Mato Grosso do Sul – exatamente porque tinha um carregamento de milho que não chegava. E eu fui enviado para lá, levado pessoalmente em um táxi aéreo, para Aparecida do Taboado, pelo próprio Walter Fontana, para deslindar aquilo lá e descobrir o conluio que existia entre o cara que tinha vendido o milho e o gerente do Banco do Brasil de lá. Voltei, ameaçado – é uma história longa –, e, daí a pouco, mandaram uma equipe do Dops, da 5º Delegacia, para Aparecida do Taboado; e, dias depois, eles voltam com um cidadão lá. E, no dia que ele apareceu lá, no moinho da Lapa, onde eu ficava, que era da Sadia, o cara estava quebrado; quebrado de pau, de tortura.

Minha formação ideológica... Quer dizer, eu via a coisa acontecendo ali: o Estado a serviço de uma empresa privada. Eu via o chefe dos investigadores, um tal de Humberto. Depois, quando fui preso, em 1966, ele foi ao Dops e falou: "Doutor, cuidado, porque, quando entra nessa, não sai mais".

Depois, o que vai acontecer? O segurança da equipe do torturador Fleury, Antônio Celso Cipriani, que era segurança do Omar Fontana, envolveu-se com a filha do Omar Fontana – ele era casado, separou-se – e conseguiu transferir essa fortuna – não sei quanto – para os Estados Unidos. Quem era o advogado dele? Roberto Teixeira. Quem montou o esquema de comprar a Transbrasil por R$1,00? Os senhores se lembram disso? Quer dizer, é uma história...

E, hoje, é conhecido, dentro da Infraero – é só ir lá e pesquisar, as reportagens estão dizendo –, o papel da Dona Waleska, filha do Sr. Roberto Teixeira, e o dele próprio; de dedos em riste lá dentro, mandando, dentro da Infraero.

Não sei como se chama isso. Agora, que não é nada sério... É uma coisa complicadíssima. Não quero nem usar os adjetivos que eu gostaria de usar aqui, mas é complicado.

Então, tenho um laço histórico com a Sadia. Quando vejo essa história do Cipriani, fico assustado. É a carreira de investigador de polícia mais brilhante que já vi na vida. Hoje, ele é dono de empresas aéreas, de complexo hoteleiro nos Estados Unidos, não sei das quantas. E a Transbrasil está aqui.

Quem era membro do conselho lá? Quem era a pessoa ligada ao Sr. Celso Cipriani? O Sr. Roberto Teixeira. Ora, quem não sabe disso! Há matérias, reportagens antigas que mostram toda essa relação.

Uma certa revolta que tenho... Não vou chamar de revolta, mas um desconforto muito grande é ver como que, de repente, quem passou pelas mãos da ditadura, que ajudou, de certa forma, a construir a democracia neste País, pelo menos o partido que você ajudou a construir, esse partido opta por relações com os Roberto Teixeira da vida, com os Cipriani da vida! Isso que é complicado, isso é difícil, para quem tem uma história de esquerda como eu tive. Não dá para engolir, por mais que a gente... É indigesto! Agora, tem gente que eu acho que gosta disso, tem gente que eu acho que gosta disso, mas, que é indigesto, é!

Finalmente, o Secretário do Palocci, eu já tinha dito que não sabia. E, sobre as fantasias do Lula, é coisa que ele disse que eu tinha... Ele me chamou de louco, de doido varrido, não sei das quantas. A Drª Angela Guadagnin falou que eu era um psicótico maníaco-depressivo, sabe? Uma médica falar uma coisa dessas? Poxa! Eu acho que não sou nem uma coisa nem outra, pelo contrário, tenho a vida saudável, não é?

Aliás, eu até respondo para eles uma coisa que falei para o José Dirceu num determinado debate, uma vez, na Rede Globo, quando estourou essa confusão toda. Eu falei para o José Dirceu: "José Dirceu..." Eu falei para o Chico Pinheiro: "Chico Pinheiro, sabe qual é a diferença entre eu e o José Dirceu?" Ele levou um susto: "Não". Eu falei: "Não, é muito simples. É o seguinte: olha, eu vou passar a vida inteira podendo olhar de frente nos olhos do meu filho, o que eu acho que ele não vai poder não, entendeu?" Essa é que é a diferença. Eu espero e vou morrer olhando de frente nos olhos do meu filho. Acabou. Entendeu? Eu acho que essa é a diferença. Não custa nada.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço...

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – A ligação com o Mentor.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Ah, com o Mentor.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sim.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – O Mentor, vocês sabem, foi colega do José Dirceu, de faculdade, e colega do Roberto Teixeira, não é?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Do Roberto Teixeira eu não sabia.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – É. Coleguinha de faculdade da PUC. É tudo contemporâneo meu, do tempo dos 68, como a gente chama.

Então, essa relação do José Dirceu e do Mentor é decorrência de uma relação estabelecida que mostra os nexos, os elos que existem entre Roberto Teixeira e Lula. É isso, quer dizer... E o Mentor também é outro que se preocupa muito com a própria carreira dele. Então, ele entrar nessa, fazer essas coisas, se ele fez ou não fez, isso, para mim, pouca diferença faz. Agora, objetivamente, o senhor foi da Comissão, o senhor tem muito mais autoridade do que eu para dizer o que ele fez, exatamente, para proteger o Sr. Roberto Teixeira e outros mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

Senador Arthur Virgílio e, em seguida, o Senador Suplicy. Há, ainda, os Senadores Romeu, Tasso e, se o desejar, Magno Malta.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Dr. Paulo de Tarso Venceslau, eu lhe mandei um leque de perguntas por escrito. Assinalei algumas para, no seu tempo, responder as que desejar, dentro do seu tempo.

Faço-lhe apenas uma pergunta oralmente. Em determinado momento, o senhor disse que o Sr. Roberto Teixeira estava blindado. Eu pergunto por quem, e o senhor responde daqui a pouco.

Eu vou tecer, Sr. Presidente, no tempo que tenho, algumas considerações sobre o Presidente Lula. Acho que já chega de punho de seda com ele.

O Sr. Roberto Teixeira, em cuja casa ele morava, para mim é um negocista, um negocista vulgar como há tantos neste País. E era nessa casa onde Lula morava. De favor, não, porque havia compensação das Prefeituras petistas.

Se eu quisesse traçar o perfil do Presidente Lula, eu diria: é aquele que, acusado, sem se defender, sem

explicar, expulsa o denunciante, assim como expulsou a Senadora Heloísa Helena. Processa o senhor e se recusa a dizer o nome dos tais traidores que teriam infelicitado esse governo dele, como se alguém de bom senso não acreditasse que ele é o principal responsável por tudo isso, até porque o chefe, efetivamente, de todos eles. Esse é o fato.

Fala em traição, faz aquela entrevista vexatória ao Sr. Pedro Bial, dizendo que não sabia dos resultados da CPMI porque não tinha lido o relatório. Quer dizer, se ele lesse o relatório, ele, então, passaria a se convencer de que havia corrupção, e da grossa, no governo dele.

Nunca Delúbio foi expulso de PT nenhum. Imploraram a Delúbio para Delúbio sair, imploraram a Sílvio para Sílvio se desligar, e disseram: "Segurem tudo". E sei lá o que fizeram ou não de acordo mafioso para que eles ficassem calados, do tipo: "Vocês fiquem quietos" – coisa de bandido mesmo – "que nós garantimos o futuro de vocês". Porque é difícil acreditar que tudo começou em Delúbio e terminou em Silvinho. É difícil acreditar.

Esse, para mim, é o perfil do Presidente Lula.

Eu vejo, e não me refiro, aqui, à parcela honrada, mas sim à banda podre do PT e do Governo – que tem razão o sociólogo Reinaldo Azevedo, quando diz que estamos sendo governador por uma espécie de clepto-stalinismo. Por aqui, circulou a idéia de quem mandava em Delúbio. Tenho absoluta convicção – até porque conheci o Presidente Lula de outros carnavais, na campanha das Diretas, de lutas contra o regime militar – de que ele era e é um comandante das suas hostes. No começo, eu achava um comandante do bem, hoje vejo, como V. Exª vê, uma figura extremamente perniciosa e comprometida até a medula com corrupção. Para mim, Lula tinha Gushiken como um de seus braços, Dirceu como o outro e tinha Delúbio no mesmo nível. Delúbio é homem de Lula, assim como Sílvio é homem de Dirceu; e Gushiken, Dirceu e Delúbio são homem de Lula, indiretamente, Sílvio era homem de Lula também, é assim que vejo esse organograma maligno. Waldomiro já era do Dirceu alguma coisa tipo Silvio Pereira, era o assessor para efeitos de propina de bicho.

Eu vejo a figura do Presidente Lula conspurcada, porque não fala a verdade. Para mim, é muito difícil hoje afirmar que ele é uma pessoa honrada, uma pessoa de bem. Defende-se difamando adversários, defende-se pelo viés da covardia, defende-se procurando se vangloriar de fatos que não têm a ver com o seu governo e não explica claramente nem com indignação. A indignação que teve com o senhor ele não teve com os que supostamente o traíram, até porque ele sabe que não o traíram, ele era o beneficiário direto. V. Exª diz algo da maior gravidade. Eu não concordava com o Lula, a não ser quando votei nele no segundo turno daquela eleição contra Collor. V. Exª disse uma coisa da maior gravidade hoje, que eles estavam querendo arrancar dinheiro, extorquir dinheiro da Prefeitura de Campinas para pagar a tal Campanha da Cidadania. Aquela coisa tão bonita que levava uma certa pequena burguesia brasileira ao orgasmo, aquilo era custeado com o dinheiro roubado do povo de Campinas. Ouvi de V. Exª isso.

Alguém falou aqui em glória e poder. Não sei se não poderia dizer que o Presidente trocou a glória da honradez que V. Exª conhecia nele no momento em que fez o tal depoimento e que eu reconheci nele até bem pouco tempo, meu primeiro discurso, Paulo Tarso, quando ocorreu aquela primeira denúncia de Roberto Jefferson, foi dizer: "Presidente, limpe o seu Governo, limpe o seu Partido e nos procure para definirmos uma agenda pelo País", não passava pela minha cabeça que sua resposta, em vez da indignação do homem de bem, fosse a resposta cínica de quem põe a culpa nos outros, de quem foge, de quem quando vai para a televisão olha para baixo. Quero declarar solenemente que não respeito o Presidente Lula, não tenho mais um pingo de respeito por ele, não sobrou nada. É algo que é do meu direito, eu não respeito o presidente Lula, ele perdeu o meu respeito. Para mim, ele é o chefe de tudo isso, ele não é o tolo que a opinião pública pensa, ele é o comandante e o chefe. V. Exª participou de reuniões com ele e sabe como ele é o comandante, até com um estilo caudilhesco, do tipo que manda calar a boca daquele companheiro que está falando algo com o qual ele não concorda. V. Exª já viu isso, porque sabemos que é assim.

Alguém falou aqui também, Dr. Paulo Tarso, talvez V. Exª mesmo, que ele não operacionalizava, nem ele nem Dom Corleone. Dom Corleone ficava em casa dando as ordens, Al Capone também não. Alfonso Capone também não, ele não tem que operacionalizar nada, ele tinha que dizer das suas necessidades. Por exemplo, estou precisando fazer a caravana da cidadania, vamos lá para extorquir dinheiro da Prefeitura. Aí, começa-se a compreender com mais clareza porque num prazo tão rápido montaram esse esquema nos moldes em que foi feito inédito de rapina aos cofres públicos deste País. Inédito, porque jamais houve algo parecido – e olha que neste País nunca faltou corrupto, mas esse esquema é inédito, porque é sistêmico, é endêmico e é epidêmico.

Portanto, Dr. Paulo Tarso, louvo aqui a sua coragem quando o Senador José Agripino discute se V. Sª corre perigo ou não. O Senador diz que V. Sª corre

perigo. V. Sª disse que não sabe, mas que se tiver que acontecer é do destino.

Vimos já o episódio de Santo André. Mandei um depoimento ser mudado. E vimos hoje na Revista **IstoÉ** declarações graves que apontam para a conclusão mesmo de crime de mando. Oito pessoas morreram ali; o Prefeito e mais oito. O Prefeito, ao que tudo indica, concordava com a propina para campanhas tipo de cidadania, para salvar o Brasil, e os outros queriam para o bolso, os seus assassinos.

É a convicção que tenho. Foi crime político, sim. Então, é evidente que a sua vida corre perigo. É evidente. Só não corre perigo maior, mais eminente, porque V. Sª está na crista da onda, está aí depondo, está aí na vitrine, está aí falando, tem coragem. V. Sª é o verdadeiro José Dirceu. O José Dirceu é um José Dirceu fictício: foi um líder estudantil que foi preso num congresso estudantil e, graças a Deus, não passou pelo que V. Sª passou. O verdadeiro José Dirceu é V. Sª. Tem muito intelectual atrasado que fica dizendo: ah, o grande... Sabemos que não foi nada disso; sabemos que não teve essa participação toda. Ao contrário, saiu da prisão graças a uma manobra corajosa de V. Sª.

V. Sª está fora do partido que ajudou a criar porque ousou denunciar para o Presidente no qual acreditava a corrupção com a qual o Presidente compactuava quando ele ainda não era Presidente. Essa que é a brutal verdade. Há uma passagem que ele fala assim: – Puxa, vocês estão perseguindo Fulano de Tal? Marivon? – não sei o nome. E não estão fazendo nada com o Paulo de Tarso que vive aí me aborrecendo.

Aborrecê-lo era V. Sª dizer que tinha roubalheira na Cpem com a anuência de Lula, encima de prefeituras do PT, até para custear as tais campanhas da cidadania. E daí para o charuto do Delúbio e para o Land Rover do outro é um pulo.

Portanto, quero só louvar a sua coragem. Se quiser responder a algumas perguntas, escolha quaisquer. Coloco toda crença no que V. Sª diz, toda, toda. Tenho certeza de que se fôssemos discutir economia V. Sª não concordaria com nada do que eu penso, nada. Por isso que reagi quando V. Sª disse: homem de esquerda devia ser assim. Não existe essa. Já fui uma pessoa típica de esquerda, enfim, e não consigo colocar a virtude da seriedade nessa coisa ideológica, senão, sabe o que ia acontecer? Todas as selas brasileiras, ao invés de se converterem no evangelismo, enfim, para escapar dos perigos, iam se converter em sela da esquerda, e ficava todo mundo honesto e saía. Não é assim. Tem gente honesta em todo lugar e gente desonesta em todo lugar.

E vimos agora algo terrivelmente pesado, que foi um Governo no qual acreditaram 53 milhões de pessoas, um Governo que era respeitado até por pessoas que nele não votaram, como era o meu caso e o do Senador Tasso Jereissati; fazer essa fraude, fazer esse *streap-tease* moral; protagonizar essas cenas, como a de ontem, explícita, de campanha eleitoral, com dinheiro público, na televisão, essa cena explícita de R$30 bilhões jogados fora em obras que deviam ter sido feitas ao longo dos quatro anos, obras que não duraram um ano, apenas para o Presidente continuar perto de um poder que nós já vimos para que serve; um Presidente que não reúne mais credibilidade moral para organizar governabilidade nenhuma – vai governar com quem? Vai governar com os "mensaleiros" que escaparem? Vai governar com quem? Vai governar com que tipo de gente?

Portanto, alguém que faliu politicamente, e faliu politicamente quando perdeu o respeito de pessoas como V. Sª, de quem vou continuar discordando. Se V. Sª continua se achando uma pessoa de esquerda tradicional, discordo de V. Sª. Se V. Sª entende que direita é o da esquerda e quem não é, dentro da visão tradicional, correto, eu discordo de V. Sª; mas não há dúvida alguma de que se isso é uma fita, é um filme, é um vídeo, é um DVD, olhando V. Sª e o Presidente Lula, não tenho dúvida alguma de dizer que, no filme, o mocinho é V. Sª. Não tenho dúvida alguma. Não tenho dúvida alguma em identificar quem é o mocinho e quem é o bandido nesse filme. É até primário, é até fácil.

Portanto, eu lhe desejo muita sorte. Nossas tribunas estão à sua disposição, e as perguntas que lhe fiz responda quando e se achar conveniente, porque eu preferi fazer essas considerações.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço essas considerações. Muito obrigado.

Agora, fiz uma indagação verbal sobre quem blinda o Sr. Roberto Teixeira. Para mim, é um negocista, hoje, imobilizado. É um Delúbio no estaleiro, porque não pode, hoje, fazer aquilo que já fez antes, porque está queimado. Na greve: "Fulano de tal, vai pra casa que você está muito visado pela polícia". E ele agora está visado por outro tipo de polícia; é a Oposição parlamentar. Ele não pode se mexer que não deixaremos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem a palavra.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Eu sei que há uma série de perguntas aqui do Senador Virgílio...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Escolha algumas aleatoriamente. Se fosse para o Lula, eu faria todas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Sª tem uma pergunta verbal, e a Presidência...

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Algumas coisas, Senador, já respondi ao longo do depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Paulo, sugerimos que V. Sª responda a pergunta oral e escolha uma das perguntas.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Se achar que uma; se achar que nenhuma, estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois, se V. Sª puder fazer isso por escrito...

Depois, concederemos a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Uma das perguntas que o senhor fez aqui é se fui ameaçado. Já relatei aqui, já fui ameaçado na prática e por telefonemas. Em uma e outra ameaça, a mais grave que já falei aqui, trabalhos profissionais que foram prejudicados pela atuação de petistas mais realistas que o rei. Talvez para mostrar serviço junto a sua base partidária ou para dirigentes, ou não sei o quê, dizer que conseguiu impedir que eu assinasse um contrato de trabalho – mais de um, vários inclusive – com construtoras, coisas privadas inclusive. Uma delas era sobre a transposição das águas do rio São Francisco. Enfim, mas isso faz parte da vida.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Está bem.

E a oral? Sobre a blindagem do negocista Roberto Teixeira, que estamos convocando para vir à CPI?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Todos sabem que a principal blindagem de Roberto Teixeira chama-se Luiz Inácio Lula da Silva. Acho que essa é a grande blindagem do Roberto Teixeira. Ele foi o primeiro cidadão, segundo consta e a imprensa divulgou, a ser recebido no Palácio depois que o Lula tomou posse. Na Avenida Paulista, nas festas, ele está sempre por trás; aparecia. É uma figura muito próxima e de confiança do Lula. Aliás, há uma entrevista em que Lula reflete bem o significado, sem nenhuma ofensa ao pessoal do Nordeste, mas o Lula, em determinado momento, refere-se ao Roberto Teixeira como compadre, como no Nordeste: "que, na minha falta, quem vai suprir meus filhos e minha casa é o meu compadre".

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas é bom lembrar que ele conhecer Roberto Teixeira em São Paulo.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Isso foi ele quem falou, Senador. Não fui eu.

Então, é uma situação desse tipo: é um compadrio, que vai ao extremo. A partir do momento em que acho que meu compadre vai me substituir na minha falta, tenho um compromisso com ele, como de sangue – sei lá, e pode ser. Acho que isso é revelador...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Os compadres do sertão nordestino não costumam assaltar prefeituras, nem Governo Federal.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – É... Mas, enfim, a principal blindagem, na minha opinião, do Roberto Teixeira é o Presidente, hoje Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, ao Senador Magno Malta.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Senadores Garibaldi Alves Filho e Mozarildo Cavalcanti, Sr. Paulo de Tarso Venceslau, em primeiro lugar, quero, ainda na presença do Senador Arthur Virgílio, informar que tenho uma divergência com S. Exª, porque, da mesma maneira como sempre tratei com muito respeito o Presidente Fernando Henrique Cardoso, tenho respeito pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e avalio de maneira diferente da que Paulo de Tarso Venceslau observou, quando designou o Presidente Lula de "caudilho", porque nunca o senti dessa maneira. A demonstração maior disso foi que inclusive participei de uma prévia no Partido dos Trabalhadores para ser candidato à presidência, durante todo o período de dezembro de 2000 a 17 de março de 2002. E ressalto que o Partido dos Trabalhadores foi o primeiro na história do Brasil a realizar uma prévia em que todos os filiados foram convidados a votar, ocasião em que Lula teve 84,4% e eu tive 15,6% dos 172 mil que compareceram. Ali, de pronto, manifestei a minha disposição de, com entusiasmo, apoiar o Presidente Lula até o fechamento das urnas.

Gostaria muito de lhe dar o aparte, mas gostaria de complementar um pouco mais. Assim V. Exª teria mais elementos.

Permita-me apenas dizer que quando o Paulo de Tarso Venceslau me encaminhou aquela carta que também enviou aos demais membros do Diretório Nacional, dirigentes e parlamentares, em 12 de novembro de 1997, naquela ocasião eu era Senador; não era o Líder do PT no Senado.

Então eu encaminhei nos seguintes termos:

"Prezado Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores,

Tendo em vista correspondência que me foi enviada pelo companheiro Paulo de Tarso Venceslau e considerando a relevância do seu conteúdo, solicito uma análise detalhada das informações ali contidas e posterior adoção das medidas cabíveis.

Aproveito a oportunidade para renovar votos de estima e consideração."

Então queria registrar que em 12 de dezembro de 1997 assim encaminhei o ofício.

Pergunto ao Paulo de Tarso se porventura tem aí a cópia da sua carta, se está encaminhando ao Presidente da CPI.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU –** Tenho a carta, inclusive a que eu dirigi ao senhor. A minha data aqui é 9 de abril de 1997.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, do que estou anotando aqui, ficou de ser repassada à CPI, só para confirmar e deixar esclarecido, a cópia da carta, a cópia do relatório assinado pelos três membros do PT, V. Sª tem a cópia da auditoria que foi feita pelo...

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU –** Isso eu não trouxe.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas pode mandar.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU –** Posso mandar, perfeitamente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E, se o Presidente desejar obter a cópia da minha carta...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, ele encaminhará...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, a cópia da minha carta ao Presidente Lula, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sobre o quê?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Por meio da qual encaminho a carta que ele me enviou, porque aqui está o registro do que formulei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O que prova mais uma vez que o Presidente Lula recebeu.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E gostaria de dizer uma coisa sobre o que diversos Senadores disseram, inclusive do PFL, do PSDB e tudo, sobre a identificação das coisas que ocorreram como problemas no Partido.

Obviamente, quero ressaltar mais uma vez que um partido político é uma organização constituída de seres humanos. Alguns desses seres humanos podem realizar erros, o que não significa que todo o Partido é identificado com esses erros.

Foram colegas do PFL no Senado que hoje procuraram identificar, não foi a sua palavra, Senador Arthur Virgílio – mas quero transmitir isso. Eu me sinto na responsabilidade de corrigir esses erros. Mas concedo o aparte a V. Exª.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Será muito rápido, Senador, dez segundos mesmo. Se V. Exª acha por bem respeitar o Presidente Fernando Henrique, não sou obrigado, em ação reflexa, a respeitar o Presidente Lula. Não tenho mais condições para tal. Mas eu me lembro bem da forma como acólitos do Presidente Lula tratavam com desrespeito e até com deboche a sua honrada postulação à Presidência da República. Lembro-me disso também. Está em nossos arquivos. Portanto, solidarizo-me com V. Exª, porque foi tratado menor do que merecia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Gostaria, Sr. Presidente, de transmitir ao Paulo de Tarso Venceslau que acho importante que esse assunto ainda possa ser esclarecido no âmbito do Partido dos Trabalhadores.

Nunca tive a impressão, Paulo, de que os seus depoimentos perante o Conselho de Ética, essa comissão constituída por Hélio Bicudo, José Eduardo Martins Cardozo e Paul Singer, que são pessoas extremamente bem consideradas na sociedade brasileira e inclusive no âmbito do Partido dos Trabalhadores... São tipicamente três pessoas que se distinguem por sua postura ética, não é à toa que foram designados para ouvir seu depoimento e o de outros depoentes. Acho que essa história ainda precisa ser melhor desvendada pelo Partido. Quem sabe possa um dia ser tudo esclarecido e o seu filho ter a oportunidade de ver um melhor reconhecimento daquilo que foi o seu depoimento, para que tudo seja esclarecido na nossa própria história.

Sr. Presidente, há poucos dias, vi um filme muito interessante, "Oliver Twist", dirigido por Roman Polanski. Trata-se da história de um menino de nove anos que era órfão de pai e mãe, pobre, e foi recolocado naquelas casas de trabalho forçado infantil que havia à época. Ali, ele ficou por um longo tempo, trabalhando, e, depois, acabou sendo forçado a realizar diversas atividades, até em uma casa funerária; quase foi também trabalhar com limpeza de chaminés, em tenra idade. Finalmente, acabou fugindo desses lugares, no interior, e caminhou para Londres, a pé, por sete dias. Lá, envolveu-se com um grupo de meninos que eram ensinados por um velho a roubar. E ele acabou convivendo com aquilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Não conte o final.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Trata-se de um famoso romance de Charles Dickens, e as pessoas, mesmo sabendo a história do livro, assistem ao filme e gostam muito. Mas o que considerei importante é que, em que pese tudo o que aconteceu, o fato de ele ser seqüestrado por aquele grupo por orientação

daquele senhor idoso que ensinava a todos a serem ladrões, uma vez desvendado o seqüestro e libertado Oliver Twist, ele vai para casa de um senhor que o protege; mas, quando ele sabe que aquele velho que tinha realizado tudo aquilo iria ser enforcado, eis que ele resolve pedir ao seu protetor para visitar aquele senhor que tinha sido seu algoz. Ao chegar lá, ele faz um apelo, dizendo: "vamos aqui sentar juntos e nos ajoelhar", e ele como que pede perdão àquele homem.

O que Charles Dickens e Roman Polanski mostram de uma maneira tão bela nesse filme? Algo que tem um poder civilizatório muito importante, que é a capacidade de uma pessoa perdoar a outra. Assim como também aconteceu com essa senhora Michele Bachelet. Depois de ter seu pai morto e torturado pelo regime militar, é conduzida ao Ministério da Defesa e o povo a conduz para ser a Presidente do Chile. E a coisa mais bela é que ela própria será a Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, que um dia reprimiram, mataram seu pai e torturaram-na.

Falo aqui do belo sentimento do perdão. É possível que um dia possamos ter, da parte de quem porventura agiu de uma maneira inadequada, um sentimento dessa natureza para com você, Paulo de Tarso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Suplicy, pelo relato que faz.

V. Sª deseja fazer algum comentário?

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – Só para lembrar ao Suplicy, eu estava fuçando um pouquinho meu material da época, alguma coisa aqui, encontrei no computador algumas cartas, *e-mails* mandados na época...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me acrescentar que eu notei que, dia 2 de maio, foi o dia de sua expulsão. Voltei ao Diretório Nacional do PT dia 10 de maio, porque, só então, me tornei outra vez Líder do PT no Senado. E não estava no dia 2 de maio, o dia da reunião em que houve a sua expulsão. Só um registro breve.

**O SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU** – No dia 9 de abril de 1997, mandei-lhe uma cópia da carta e falei: "Prezado companheiro Suplicy, em comemoração aos dois anos de aniversário de absoluto silêncio e conivência dos nossos dirigentes, estou remetendo de novo a carta que registrei em cartório em março de 1995". Portanto, em abril de 1997, mandei-lhe de novo uma cópia da carta que havia lhe mandado em março de 1995. E, curiosamente, Senador Suplicy, também um *e-mail* que lhe mandei no dia 21 de agosto de 1995, que lhe escrevi, dizendo que: "Acabei de ler nos jornais hoje, segunda-feira, 21 de agosto, sobre sua reação no Encontro Nacional do PT em Guarapari, quando o companheiro César Benjamin teria denunciado que José Dirceu se beneficiara de dinheiro da Odebrecht. Segundo o jornal, você" – no caso, o hoje Senador – "teria dito para o Cesinha: 'Você quer acabar com o PT?'"

Não sei se V. Exª se lembra disso.

E termino a carta, dizendo o seguinte: "Quem ameaça o PT não são os César Benjamin, esse apenas repercute o que toda a militância e a opinião pública estão cansadas de saber". E peço para que o Senador – no caso, o Suplicy – não se transforme em rinoceronte, em que felizmente não se transformou. Muito pelo contrário. Não vou aqui contar a história do rinoceronte porque seria muito longa. Felizmente, acho que o Suplicy continua sendo uma pessoa extremamente confiável e acredito que poderá, quem sabe, com todo esse idealismo... A gente um dia consiga botar as coisas no lugar. Está certo? Agradeço muito suas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

Eminente Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Paulo de Tarso, antes de fazer qualquer consideração, informo que a revista **IstoÉ** deste final de semana – é um caso que está sendo tratado por esta CPI – traz uma reportagem a respeito do caso Celso Daniel, uma reportagem que traz a confirmação das convicções – eles falam em mudança de rumo – que já temos desse crime de mando e até o fato de a delegada, Drª Elizabete Sato, estando no caso agora, com a credibilidade que tem, ter os entendimentos de que a sociedade brasileira, como um todo, raciocinou em uma direção, que certamente é a direção correta, de que Celso Daniel foi entregue, em uma bandeja, para a morte, em um crime arquitetado por pura maldade, malvadeza, interesses espúrios, dinheiro, poder.

Preocupa-me a fuga da Febem desse menor que assumiu ter dado os tiros de misericórdia em Celso, porque agora, à solta por aí, ele pode ser a décima vítima. É necessário que o Poder Público se empenhe. Eu gostaria que esta CPI pudesse colaborar, e creio que o Ministério da Justiça, se tiver interesse, pode fazê-lo, por intermédio de seu Ministro, oficiando-o no sentido de que haja empenho, e da própria Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. Vou formalizar um pedido à CPI de empenho na captura desse garoto, porque o fato de ele ter negado já para agentes penitenciários, agentes da Febem, que assumiu um crime que ele não fez, e, sentindo-se ameaçado, fugiu, como todos os outros já dançaram, o fato é que esse menino já pode estar sendo procurado também como

queima de arquiva. E esse menino vivo, sob a proteção do Poder Público, certamente ajudaria, de forma substancial, na elucidação daquilo que a sociedade brasileira já compreende como verdade, que é um crime de mando no caso Celso Daniel.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me, Senador Magno Malta, uma intervenção.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – SC) – Pois não, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Considerando as ponderações de V. Exª, eu faria uma sugestão adicional: que possa até o seu requerimento ser no sentido de que a Comissão Parlamentar de Inquérito – isso é possível junto aos promotores e à própria Elisabete Sato – saiba exatamente a identificação do menor, que hoje é maior. É possível que ele hoje esteja até em liberdade, porque já é maior, salvo engano, de 21 anos – já o é, com certeza, porque tinha 17 em 2002...

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – SC) – Sob a bênção de um estatuto que precisa ser mudado, não é, Senador?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois bem. Poderia V. Exª requerer que ele pudesse ser aqui ouvido, porque ele pode dar um testemunho importante.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – SC) – Claro. Uma vez encontrado pelo Poder Público, antes de encontrado pelos algozes que vêm queimando todos os arquivo, e sob a proteção do Estado, certamente uma comissão poderá ouvi-lo. Mas essa é uma etapa seguinte. A primeira etapa, agora, é pedir ao Poder Público, à Secretaria de Justiça de São Paulo, o empenho na captura do menor, e ao Ministério da Justiça que ajude nisso. Tenho certeza de que esse menino é a chave para tudo isso, porque ele assumiu um crime que nunca fez.

Sr. Presidente, com relação ao depoimento do Sr. Paulo de Tarso, de tudo o que ele colocou e de tudo o que deveria ser perguntado, perguntado foi. Nos momentos em que aqui não estive, estive acompanhando, na televisão do meu gabinete. Há uma movimentação de artistas na Casa em função do projeto de lei do Senador Paulo Octávio, que é a Lei do Direito Autoral. Estamos participando ativamente disso e, como as coisas acontecem ao mesmo tempo, temos que correr em diversos e vários lugares.

Na minha concepção, Sr. Presidente, necessário se faz é que esta CPI vá fundo exatamente no depoimento dado pelo Sr. Paulo de Tarso, vírgula por vírgula, ponto por ponto.

Dizia o Senador Suplicy, e isto é uma verdade: existem pessoas de bem e pessoas do mal em todas as agremiações. E dizia também o Senador Arthur Virgílio que, em qualquer agremiação partidária, em qualquer lugar da vida, da sociedade, seja na igreja, no comércio, na faculdade, onde há joio, há trigo. E, até para colaborar com os homens de bem, idealistas como o Senador Suplicy, como o Senador Flávio Arns – pessoa com quem convivemos e sabemos da lisura de seu comportamento de vida –, como também de tantos outros desse Partido que estão aí sobrevivendo a esse vendaval, é necessário que esta CPI vá fundo, Sr. Relator, nessas investigações, porque o que foi posto aqui pelo Sr. Paulo de Tarso e o que está nos papéis que ele entregou a esta CPI é extremamente grave. É extremamente grave!

O que temos nesta crise, no processo depurativo em que vive o País neste momento, quando o tumor veio a furo, é que esse tumor é muito velho –já é um tumor velho! – e só veio a furo neste momento em que um pouco mais de pus é colocado para fora. E a sociedade brasileira quer ver esse tumor espremido como um todo e o carnegão saindo para que tenhamos uma cura de comportamento, para que haja um xarope ético na vida política brasileira a partir desse processo depurativo.

Estou estarrecido com o que ouvi. Estou chocado com algumas afirmações e chocado com afirmações que estão no papel a partir de uma comissão instalada no âmbito do próprio Partido para investigar as denúncias do Sr. Paulo de Tarso. Já ouvi de muita gente do Partido que o senhor é doido, é disrítmico, é desequilibrado, mas, ouvindo suas entrevistas, seus depoimentos – venho acompanhando – e, a exemplo de outros, hoje estou certo de que V. Sª de louco absolutamente não tem nada. O discurso que V. Sª faz e suas colocações e crenças nas coisas éticas, corretas e morais é o que sempre ouvi desde a formação desse Partido. Desde que fui vereador, voto, discuto matérias junto com o Partido dos Trabalhadores, é o que ouvi e o que aprendi de muitos no Parlamento. O que V. Sª fala de ética na vida pública é o mesmo discurso da Senadora Heloísa Helena, do Senador Suplicy, do Senador Flávio Arns, dos históricos e éticos do Partido. Agora, quem cometeu bandalheira dentro da instituição, escondendo-se atrás de um biombo de decência quando decência não tinha... Certamente a sociedade brasileira espera que esta Comissão, a partir de um depoimento como este, se debruce sobre as questões para que, no relatório final, se possa responder e convocar para ser ouvido nesta CPI, em havendo necessidade, quem precisa ser convocado a partir do depoimento do Sr. Paulo de Tarso, Sr. Presidente, para darmos aos Senadores Suplicy e Flávio Arns, esses homens de bem do Partido dos Trabalhadores, após esse processo, a felicidade de saber que coisas como essas, que ainda estão na clausura, ou encubadas, venham à luz. Aliás,

a Bíblia diz isto, que tudo o que é feito nas trevas um dia virá à luz. Que venham à luz e que haja resposta significativa à sociedade brasileira.

Não tenho nada a perguntar, mas revelo aqui, exponho as minhas preocupações, o meu estarrecimento; e, ao ouvi-lo, olhando nos seus olhos, ouvindo as suas palavras e vendo o seu estado emocional nesta CPI, confesso também, como outros Senadores, que V. Exª para mim não tem nada de louco, de disrítmico, de inconseqüente, mas é alguém que luta e que continua confiando nos seus princípios, em tudo o que pregou em toda a sua vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Magno Malta.

Aproveito a oportunidade para agradecer a presença do Dr. Paulo de Tarso Venceslau.

Nada mais havendo a ser tratado, convoco os Srs. Membros desta Comissão para a próxima reunião, a realizar-se amanhã, ao meio-dia, tendo como pauta inicialmente uma agenda administrativa e, em seguida, a leitura do relatório parcial do caso GTech.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 16 horas e 21 minutos.)*

**Ata da 48ª Reunião, realizada em 18 de janeiro de 2006.**

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às doze horas e vinte e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Valdir Ralpp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Magno Malta, Tião Viana, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Antero Paes de Barros, Sibá Machado e Wellington Salgado, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente é de caráter administrativo para votação de requerimentos e apreciação do relatório parcial da comissão. A presidência determina que sejam distribuídos os relatórios aos membros da comissão e indaga aos senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. Com a palavra pela ordem o Senador Antônio Carlos Magalhães solicita a dispensa da leitura do Relatório vez que o mesmo já foi distribuído. Com a palavra o Relator informa que fará somente a leitura da introdução. Após a leitura, foram solicitados pedidos de vistas coletiva ao Relatório. A presidência concede vistas ao relatório até a próxima quarta-feira, dia 25, de acordo com o art. 132, § 4º Regimento Interno. A seguir submete a votação os seguintes requerimentos: Requerimento nº 001/06, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer seja convocado o Sr. Roberto Teixeira, para prestar depoimento nesta comissão. Em votação, é aprovado, com voto contrário do Senador Tião Viana. Requerimento nº 334/05, de autoria do Senador Magno Malta, , requer seja convocado para ser ouvido nesta Comissão o Sr. Carlos Eduardo Valente. Em votação, é aprovado. Requerimento nº 002/06, de autoria do Senador Tião Viana, requer a realização do depoimento nesta Comissão dos Srs. Edson Santi, Delegado do Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo (DEIC) e José Pinto de Luna, Delegado de Polícia Federal. Em votação é aprovado. Requerimento nº 317/05, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Presidente do Sebrae, Sr. Paulo Okamoto. Em votação, é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis e 02 (dois) votos contrários. Requerimento nº 003/06, de autoria do Senador Romeu Tuma, requer, em aditamento ao Requerimento 195/05, a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da Empresa Roterdali Serviços e Limpeza Urbana. Em votação, é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário. Finalizando o Senhor Presidente convoca reunião a realizar-se amanhã para oitiva dos Srs. Ricardo José Gasques de Almeida Silvares, Promotor de Justiça de Campinas/SP; Dr. Fernando Pereira Vianna Neto, Promotor de Justiça de Campinas/SP; e Éder Eustáquio Macedo, Servidor do Ministério da Fazenda, lotado no Rio de Janeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às treze horas e doze minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Havendo número regimental declaro aberta a quadragésima oitava reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo requerimento número 245 de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens direitos e valores. Bem como a

relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esclareço que a presente reunião é de caráter, seria de caráter administrativo. Em função de um entendimento de lideranças com o Presidente Renan Calheiros ficou decidido que teríamos ordem do dia a partir das 14 horas. Consequentemente faremos apenas a apresentação do relatório parcial com a leitura do relatório, os termos. Já recebo a 1nformação dos senhores Senadores que será feito o pedido de vistas. E quero apenas colocar a ata da reunião anterior que se encontra sob a Mesa em votação, propondo a dispensa de leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Passo a palavra ao senhor Relator para o início da leitura e solicito que seja distribuído com todos os senhores Senadores o relatório parcial. Já sendo distribuídos com a palavra o Senador Garibaldi Alves, V.Exa. tem a palavra pela ordem.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Eu tenho a impressão que o relatório sendo distribuído, dispensa o Relator da leitura. Se os colegas pensarem assim.

Eu acho também uma vez que vamos pedir vistas mesmo para estudar até a próxima semana, Presidente.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Não vai era votado hoje.

Eu não faço objeção.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu gostaria que... Seja importante o Senador Garibaldi pelo menos nos usar da palavra o quanto ele considerar necessário, para depois podermos ler com a devida atenção um relatório tão substancioso, mas que ele possa transmitir alguma coisa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) Senador Suplicy, me informa o Senador Garibaldi que deseja fazer apenas a apresentação e a introdução para que seja encaminhado o processo, e evidente já que está sendo distribuído para os senhores Senadores e estaremos colocando à disposição também da imprensa, possamos fazer essa avaliação. Senador Garibaldi, eu agradeço o poder de síntese da CPI.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Vou ficar mais pertinho, senhor Presidente. Senhor Presidente, senhoras e senhores Senadores, a presente Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como a CPI dos bingos foi criada pelo requerimento número 245 de 2004 de autoria do Senador Magno Malta, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo, para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de após com o crime organizado. Essa CPI iniciou os seus trabalhos no dia 29 de junho de 2005, tendo como foco inicial as relações do mercado de jogos com a administração pública, notadamente as atividades suspeitas de Waldomiro Diniz no Rio de Janeiro quando Presidente da LOTERJ e em Brasília quando assessor da casa do Governo Federal. No primeiro caso envolvendo denúncia de existência de um esquema de corrupção entre agentes público e empresários de jogos de azar e de financiamento de campanhas eleitorais com o dinheiro proveniente desse mercado de jogos, e no segundo caso envolvendo denúncias de corrupção no processo de renovação de contrato milionário entre a empresa multinacional de processamento de loteria GTECH CORPORATION, Concessionária de Serviço Público e a Caixa Econômica Federal. A exploração de jogo de azar e a promoção de loterias sem a autorização legal, são condutas tipificadas como contravenção penal no Brasil, artigo 50, 51 do decreto lei número 33.688 de 3 de outubro de 41. O presente relatório parcial se concentrará no segundo caso supra mencionado abarcando especificamente a apuração das irregularidades identificadas na relação contratual entre GTECH e Caixa Econômica Federal, e indício de improbidade administrativa e corrupção. Este relatório é fruto de uma atividade de investigação intensa, que durou quase 5 meses e na qual foram ouvidas as principais pessoas envolvidas e analisados os documentos mais relevante, além dos competentes relatórios (soa a campainha) já produzidos pelo Ministério Público Federal, pelo Tribunal de Contas da União e pela CPI da Assembléia Legislativa. Senhor Presidente, a relação contratual entre a multinacional norte-americana GTECH e a empresa pública brasileira Caixa Econômica Federal, sempre se apresentou em várias irregularidades, como ficou demonstrado em vários dos documentos, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro ALERJ que investigou a LOTERJ, o inquérito policial número 04312/04 da Polícia Federal, os processos do Tribunal de Contas da União TCU, sobre o TMA, ação civil pública proposta pelo Ministério Federal processo número 20043400007387-1. O principal fator que alimentou a relação contratual viciada que desde o início fez pender a balança entre o interesse privado e o interesse público para aquele, parece ter sido a dependência tecnológica gradativamente desenvolvida e consolidada, desde pelo menos 1997. Tal dependência tecnológica, operacional e administrativa da Caixa Econômica Federal em relação a empresa prestadora dos serviços de loteria on-line real time, a GTECH apresenta-se como ponto central, quando se questiona o motivo da

Caixa Econômica Federal manter uma contratação que a rigor seria juridicamente nula em sua origem e que sofreu ao longo dos anos freqüentes violações ao devido processo administrativo licitatório. Os elementos probatórios colhidos pelos documentos supra citados, assim como aqueles colhidos por essa CPI, denunciam a ação deliberada por parte de vários administradores da Caixa Econômica Federal, se não em direção a consolidação da dependência tecnológica, pelo menos em não materializar esforços para evitar tal dependência, em total afronta ao princípio da supremacia dos interesses públicos, ocasionando um amplo domínio da relação contratual por parte da GTECH, que passou a ditar o aumento de preços, a consecução ou não de obrigações contratuais, o pagamento ou não de multas etc. Em resumo foram identificados os seguintes atos ilícitos praticados no curso da relação contratual Caixa Econômica Federal/GTECH: Contratação da RACIMEC em 1993, sem licitação para implantação do sistema piloto do modelo on-line real time de loteria. O que além de não estar amparado pela lei número 8666 de 93, deu aquela empresa significativa vantagem competitiva na concorrência pública 001/1994, direcionamento da licitação para implantação do modelo on-line real time de loteria, objeto da concorrência pública número 001 de 94, ao consórcio liderado pela empresa RACIMEC sócia da GTECH vencedor do certame. Inclusão de serviços não lotéricos na execução do contrato não previsto no edital e sem Licitação, ação deliberada para a criação de uma acentuação de dependência tecnológica da Caixa Econômica Federal em relação a empresa contratada, celebração de sucessivos termos aditivos prevendo reajustes dos preços foram dos parâmetros legais ou contratuais, atos simulatórios de informar o cumprimento das disposições da Lei de licitações, lei número 8666 de 93, mediante a celebração de um destrato em 2000, seguida da realização de contratação direta com inexigibilidade de licitação, deliberada omissão da cobrança de multas em decorrência do descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada, inexistência por parte da Caixa Econômica Federal de qualquer controle efetivo, quanto ao cumprimento do contrato de termos aditivos pela contratada notadamente quando a devida instalação em funcionamento de todo o equipamento adquirido e pago pela Caixa Econômica Federal, indício de pagamento de propina a pessoa ligadas a agentes públicos para facilitar renovação do contrato em 2003, indício de uso de um escritório de advocacia M M consultoria para fim de pagamento de propina e lavagem de dinheiro. Senhor Presidente, tendo em vista como já foi dito aqui que o relatório já foi distribuído aos senhores parlamentares, eu vou me limitar a leitura dessa introdução e da... Temos aqui as conclusões, posso ler, Senhor Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Qual página?

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) **–** Conclusões, está na página... 145. a primeira irregularidade na relação entre a Caixa Econômica Federal e a GTECH foi a contratação da RACIMEC em 1993, sem licitação para a implantação do sistema piloto do modelo on-line real time de loteria, o que além de não estar amparado pela Lei 8666 de 93, deu aquela empresa significativa vantagem competitiva na concorrência pública 001 de 94 licitação para a implantação do modelo on-line real time de loterias, que deu origem ao contrato que veio a ser assinado em 97, senhores Danilo de Castro, José Lindoso Albuquerque filho e Simão Brayer, foram os principais responsáveis por esse ato. A concorrência pública número 001/94, foi direcionada para a vitória do consórcio liderado pela empresa RACIMEC, sócia da GTECH que além da vantagem competitiva elencada no item acima, orientou a elaboração do edital que dentre outras prerrogativas impediam os concorrentes internacionais da GTECH de participar do certame, contudo o maior prejuízo a Caixa Econômica Federal que estava no bojo dessa concorrência, era a ação deliberada para a criação de uma situação de dependência tecnológica da Caixa Econômica Federal em relação a empresa contratada. Isso ocorreu na contramão da estratégia geral da Caixa naquela época de internalizar o processo de todos os seus principais sistemas, que antigamente eram processados por empresas sob o controle acionário público, como a SEPRIA(F) e a DATAMEC. Senhores Danilo de Castro, José Lindoso de Albuquerque Filho e Simão Brayer, são os principais responsáveis por esse direcionamento. Apesar de contrariar a lei número 8666 de 93 e o próprio edital após mais 2 anos de disputas jurídicas e de vários pareceres contrários em outubro de 96, a licitação foi homologada e em 13 de janeiro de 97, o contrato foi assinado com a RACIMEC que depois foi substituída sucessivamente pela GTECH do Brasil S.A. e pela GTECH do Brasil LTDA. 'É bem provável que esse tempo tivesse sido aproveitado para a equipe técnica desenvolver um sistema próprio. Não seria necessário selar o aprisionamento com esse contrato, contribuiriam decisivamente para esses atos, os senhores Sérgio, José Lindoso, Ademar de Miranda Torres, Eduardo Tavares de Almeida, Jitsuo Maeda, José Maria Nardeli Pinto, Simão Brayer e Antônio Carlos Lindo da Rocha. Foram incluídos tantos no primeiro contrato em 1997, como no segundo assinado em 2000, serviços não lotéricos não previstos no edital e sem licitação. Aliás, o contrato de 2000

foi um ato simulatório do formal comprimento das disposições da Lei de licitações, para de acordo com a Caixa atender em determinação do Tribunal de Contas da União, mediante a celebração de um destrato do contrato de 1997, seguida da realização de contratação direta, a inexigibilidade de licitação pelo prazo de 32 meses prorrogáveis até 60 meses. Isso fez, senhor Presidente, que a GTECH prestasse serviços diversos a Caixa Econômica Federal por oito anos, sem participar de uma licitação sequer. Também se verificou deliberada omissão de cobrança de multas em decorrência do descumprimento de cláusulas contratuais pela GTECH. Bem como a inexistência por parte da Caixa de um controle efetivo quando ao cumprimento do contrato, especialmente quanto a instalação do funcionamento de todo o equipamento pago. Além disso, foram celebrados sucessivos termos aditivos prevendo reajuste de preço fora dos parâmetros legais ou contratuais, contribuiriam decisivamente para esses atos os senhores Sérgio Cutolo dos Santos, Emílio Humberto Carazzai Sobrinho, Ademar de Miranda Torres, Eduardo Tavares de Almeida, Fernando Manoel Teixeira Carneiro, Henrique Costabile, Jitsuo Maeda, José Maria Nardeli Pinto, Áires Ferreira Coímbra, Fábio Luiz Rezende de Carvalho, Alvim Gláucio Geronácio, Márcio Tancred, Antônio Carlos Baraçu(F), Marcos Antônio Lopes, Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto, Antônio Carlos Lindo da Rocha e Marcos Tadeu de Oliveira Andrade, apenas em 2001 após a GTECH conseguir embargar na justiça licitações que visavam fracionamentos de serviços lotéricos, a Caixa resolveu iniciar um processo para assumir a inteligência e a gestão da rede lotérica, lançando ao final de 2002 quatro Pregões para a aquisição dos insumos necessários, máquinas, formulários e bobinas, transmissão de dados e transporte de material e documentos. Em final de 2002 a Caixa já tinha concluído o desenvolvimento do sistema de processamento, o necessitando no máximo de seis meses para realizar a homologação e assumir a inteligência do sistema. Os pregões foram então embargados na justiça por liminar obtida na GTECH junto ao Superior Tribunal de Justiça, todavia como em cinco de dezembro, o Ministro Relator e o próprio Ministro que concedeu a liminar, já havia votado favoravelmente a Caixa era questão de pouco tempo para estar liberada a realização dos Pregões. Embora por outra decisão a empresa pública estivesse impedida de contratar os vencedores, de fato em junho de 2003 a liminar foi revogada. Embora a decisão que liberou a Caixa para contratar novos fornecedores tenha ocorrido apenas em agosto de 2004, ela poderia ter ganhado tempo iniciando o processo de internalizarão naquele momento. [Soa a campainha] Contudo –-

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Solicitarei aos Senadores ocuparem os lugares e os assessores facilitarem conversas paralelas para que o Relator possa –-

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Contudo a relação com a Caixa Econômica Federal...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Solicitaria as senhores assessores que... O seu assessor está prejudicando o trabalho da imprensa, solicitaria a V.Sa.. Agradeço.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Contudo a relação entre a Caixa Econômica Federal e a GTECH havia mudado e naquele momento a libertação da dependência de tecnológica não era prioritária, pelo contrário, a Caixa Econômica Federal negociava a ampliação de serviços da GTECH, inclusive, com absorção do Caixa aqui os correspondentes bancários ao lotéricos, apesar do termo aditivo assinado em 8 de abril de 2003, ter apresentado redução de tarifas em 15%, constatamos que não havia margem para que o desconto fosse muito maior, tendo em vista que praticamente todo o investimento feito anteriormente pela GTECH já havia sido recuperado, que os gastos da contratada há muito não eram tão onerosos e que a Caixa poderia assumir no máximo em seis meses o processamento, e era do conhecimento da Caixa que as apostas da Mega Sena e da Quina seriam reajustadas. Inclusive estudo feito tanto pelo TCU quanto pela Polícia Federal, comprovam que na realidade a remuneração da GTECH aumentou, tendo em vista o reajuste nos jogos, bem como o aumento do número de operações não lotéricas, considerando que parte substancial dos custos da GTECH independe da quantidade de operações realizadas, isso implica numa redução do custo unitário, além disso a Caixa em descumprimento da Lei de licitações não solicitou a planilha de encargo da contratada, por onde efetivamente poderia valer-se para decidir sobre o valor mais adequado do desconto a ser aplicado, outra série a irregularidade nesse termo aditivo foi o fato de ser assinado pelo gerente nacional de suprimentos, única e exclusivamente por determinação do Vice-Presidente de logística, com base em 2 documentos bastante sintéticos, respectivamente da superintendência de projetos especiais e da unidade jurídica da Caixa. O correto seria que tivesse sido aprovado pela diretoria colegiada um voto com manifestação de todas as áreas afetas. Inclusive a de loterias e a de serviços bancários que teriam que alertar sobre os pontos acima elencados, sobre o risco de serem responsabilizados pelos futuros prejuízo a empresa. Apesar de não ter assinado documento auto-

rizando a assinatura do termo aditivo, o Presidente da Caixa Econômica Federal designou pessoalmente as pessoas que negociariam com a GTECH, e receberia relato constante do seu assessor direto, um dos negociadores. Portanto, contribuiriam decisivamente para esses atos, os senhores Jorge Eduardo Levi Matoso, Paulo Roberto Paixão Bretas, Carlos Eduardo Fernando da Silveira e José Carlos Alves. Senhor Presidente, o conjunto das irregularidades, senhores Senadores listados nos itens anteriores, além do aprisionamento tecnológico trouxe um grande prejuízo financeiro à Caixa Econômica Federal. De acordo com Tribunal de Contas da União os preços de primeiro de março de 2005, no período de 13 de janeiro de 1997 a 14 de abril de 2003, a Caixa pagou a maior parte para a GTECH, a quantia total de 312 mil 913 475 e 95 reais, no período de 15 de abril 2003 a 31 de julho de 2004, o prejuízo da GTECH de acordo com o TCU foi de 120 mil 466 858 e 36. Atualizando esses dados para 30 de novembro de 2005, e acrescentando os valores pagos a GTECH, após dada calculada pelo TCU chegamos a respectivamente a 311 877 635 e 244 72 254 66. Os dados do sigilo bancário da GTECH ratificam esses números ao constarem que descontados os ingressos a GTECH remeteu 232 212 426 85, para exterior entre 1997 e 2005, convém destacar que esse valor remetido corresponde a apenas parte do lucro líquido da empresa. Em atendimento ao questionamento dessa CPI o TCU confirmou que em dezembro de 2002, de 2002 a Caixa Econômica Federal havia concluído o desenvolvimento do sistema de processamento lotérico. Compreendendo a apuração de ganhadores, rateio de prêmios e rebate de recursos financeiros a entidades. O TCU, contudo, ressalvou que se trata de uma etapa pequena do processo de internalizarão do sistema de loterias, que não havia sido desenvolvido ainda as funcionalidade referente a captação de jogos e não havia local seguro para contingências. Embora de fato representa porcentagem pequena dos custos, de acordo com Marcos de Andrade então diretor financeiro da GTECH, essa etapa que estava desenvolvida corresponde a algo em torno de cinco a seis por cento do valor do contrato, tendo em vista os altos valores envolvidos no período de 15 de abril de 2003 a 14 de maio de 2005 a Caixa poderia ter pago pelo menos 40 milhões a menos a GTECH, se tivesse assumido o processamento. Convém lembrar que a Caixa Econômica Federal fez investimento para tal que ficaram subutilizados nesse período. Os depoimentos e análise de documentos e dos dados de sigilo telefônico, bancário e fiscal, não deixam dúvida que a GTECH negociou o pagamento de propina para obter a negociação do contrato com Caixa Econômica Federal, e que pela parte do que foi negociado efetivamente pagou, embora a GTECH tente justificar que houve uma tentativa de extorsão, seus próprios dirigentes confirmaram que negociaram valores com Rogério Burati, embora alegam que não pagaram e várias vezes entraram em contradição como relatado no item 7.1 desse relatório. Também alegaram que negociaram com ele em função do mesmo ter demonstrado possuir poder contra o qual não podia se contrapor, quando na verdade Burati nem cargo público ocupava. Por outro lado é injustificável o valor de aproximadamente 5 milhões pagos pela GTECH a MM Consultoria de Walter Santos Neto, que sacou quase metade do valor em dinheiro, além de feitos depósitos suspeitos em quantias elevadas quando destinados a Elson Cambraia Júnior. A GTECH modificou radicalmente sua postura de negociação com a equipe da Caixa Econômica em novembro de 2002, zerando os diversos pontos de negociação que estava acordado. A hipótese mais provável é que isso tenha ocorrido porque a GTECH sabia que no futuro governo teria melhores condições para negociar. Isso é corroborado pela informação prestada por Burati, de que a GTECH teria contribuído para campanha do PT e pelas negociações de parceria entre Carlos Ramos e a GTECH nas loterias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Convém lembrar além de conhecer bem, convém lembrar que Carlos Ramos, além de conhecer bem Waldomiro Diniz então cotado para ser Presidente da Caixa Econômica Federal, tinha um trunfo contra ele, a fita em que pedia propina. Em fevereiro de 2003 a GTECH avança os entendimentos com Carlos Ramos e Waldomiro Diniz, enquanto a direção da Caixa nada fez iniciar formalmente as negociações sobre a renovação do seu mais importante contrato. Ralf Barquete conforme o depoimento de Burati, toma conhecimento do envolvimento de Waldomiro e pede para ele entrar na negociação com a GTECH, por intermédio de Enrico Gianelli, Buratti tenta se aproximar da GTECH sem sucesso. No mês seguinte após algumas reuniões a GTECH fecha acordo para a renovação do contrato com a Caixa pelo prazo máximo permitido pela Lei de licitações, isso ocorreu no dia 26 de março, um dia após Waldomiro se reunir como dirigente da Caixa Econômica Federal não identificado, a assinatura do contrato ficou prevista para o dia primeiro de abril de 2003. Atendendo ao apelo do Plenário eu vou adiantar um pouco.

Eu pediria, Presidente que pudesse ser lida a parte da conclusão, eu faria um apelo nesse sentido.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Atendendo a solicitação de V.Exa.. Ralf Barqueti toma conhecimento do sucesso das ações do que Burati chama Grupo do Rio, se re-

ferindo ao grupo do qual Waldomiro Diniz é membro destacado. Então infere-se que alguém do grupo de Burati faz parte conhecido... De que Burati faz parte, conhecido como República do Ribeirão, procura algum interlocutor do Grupo do Rio para fazer um acerto, esse acerto consiste em Waldomiro procurar os dirigentes da GTECH para anunciar que Burati os procurará para negociar o pagamento de propinas, caso contrário o contrato não seria renovado. Essa renovação ocorre no dia 31 de março de 2003, nessa data inicia-se um período intenso de contato telefônico entre Rogério Burati, Ralf Barquete, Admir Sariovaldo e Vladimir Poleto, esse último adquire telefones em nome de laranja para si e para os companheiros. No dia primeiro de abril Rogério Burati tem duas reuniões com dirigente da GTECH sobre o valor da propina, não chega a um acordo, após a reunião os dirigentes da GTECH se dirigem a Caixa Econômica Federal para assinar o contrato. Antes de chegar naquela estatal Burati liga para Marcelo Rovai informando que contrato não seria assinado naquela data, o que de fato ocorreu. Paulo Bretas informa para a GTECH que havia uma pendência e que Gianelli saberia qual era, lá vai a firma e Gianelli disse que a pendência seria a não contratação de Rogério Burati, nesse dia há um intenso contato telefônico entre Rogério Burati, Ralf Barquete e Admir Sariovaldo Silva numa clara triangulação. Após novos adiamentos e novas negociações, conforme reconhecem tanto Burati quanto Rovai no dia 8 de abril de 2003, a prorrogação do contrato foi assinada por um funcionário da Caixa Econômica Federal que assumira a função naquela data. é bom lembrar que de acordo com Rovai alguns dos adiamentos tiveram como motivo o fato do Presidente da Caixa não se encontrar em Brasília para assinar o contrato. Contudo não é o Presidente que assina contratos administrativos como esse, mas sim o gerente nacional de suprimentos. Nesse dia mais uma vez há um intenso contato telefônico entre Burati, Barquete e Ademirson Ariovaldo da Silva numa clara triangulação. Diante do exposto parece lógico que a assinatura do contrato ocorreu, porque a GTECH e o grupo de Burati chegaram a um acordo. No dia seguinte Burati e Rovai acertam reunião no dia 11 de abril na Leão & Leão em São Paulo, que contaria com a presença do Presidente da GTECH Antônio Carlos da Rocha, poucos dias após esse encontro o Burati fez uma curta e suspeita viagem para a França, os saques em dinheiro feito por Valter Santos Neto em 2002 e 2003, parecem não ter tido outro destino a não ser pagar propina. Sua proximidade com Gianelli e Cambrai, corroborado tanto pelo sigilo telefônico como pelo bancário, faz crer que o trio atuou em conjunto a serviço da GTECH. é impossível saber ao certo para quem foi entregue esse dinheiro, mas é provável que não tenha sido para uma única pessoa. Por intermédio de Gianelli, Valter tinha proximidade com o grupo de Burati, por meio de Cambraia e Simão Brayer com o Grupo do Rio, também é provável que o dinheiro repassado pela GTECH para MM Consultoria tenha sido apenas parte do pagamento de propina para obtenção da renovação do contrato com a Caixa, é possível que o restante do dinheiro tenha sido pago por outro meio, provavelmente no exterior. Acerca da participação dos dirigentes da Caixa nessa prática de corrupção, não há evidências claras. Contudo parece estranho que Ralf Barquete sem participar do processo tivesse acesso tempestivo e preciso às decisões tomadas. Em maio de 2005 com bastante atraso, a Caixa finalmente iniciou o processo de internalizarão do canal lotérico, os Pregões realizados comprovaram que além de estrategicamente melhor, a opção de comprar insumos de fornecedores primários implicaria em menores custos para a Caixa. O processo está previsto para ser concluído em maio de 2006 quando a Caixa afirma que se livrará totalmente da dependência da GTECH. Contudo o cronograma elaborado pela Caixa para substituição gradual da GTECH pelo novo modelo está atrasado, o que de um lado aumenta os custos de transição visto que os valores pagos a GTECH dependem da quantidade de transações realizadas e alguns itens do novo modelo apresentam custos fixos, de outro lado esse atraso levanta dúvidas acerca de uma nova prorrogação do contrato com a GTECH, que se vence em maio de 2006. Portanto, entendemos que o Congresso Nacional deve por meio de um decreto legislativo em cumprimento ao disposto no artigo 71 parágrafo primeiro da Constituição, estipular o prazo de 60 dias para a Caixa Econômica Federal, regularizar diria melhor o cronograma de substituição da GTECH e determinar a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Em discussão.

Pela ordem, senhor Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** V.Exa. tem a palavra pela ordem Senador.

Peço vista do relatório.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** V.Exa. pede vista do relatório.

Também peço vista.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Vamos conceder vista coletiva aos senhores Senadores.

Pela ordem, senhor Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** V.Exa. tem a palavra pela ordem.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Eu solicito a V.Exa. que coloque em votação o requerimento convocando o senhor Roberto Teixeira para ser ouvido nessa Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Vamos colocar em votação vários requerimentos, Senador, inclusive, esse requerimento. A intenção dessa presidência era iniciar com a administrativa, mas a função do próprio quorum já que temos quorum, vamos iniciar a votação.

Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Apenas para solicitar V.Exa. que esteja em observância aquele critério do requerimento a ser apresentado tem a prazo de 24 horas para ser votado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Tudo bem, todos eles acredito que atendendo a essas condições.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** O que eu já falei que é 24 horas.

V.Exa. eu sei, é apenas para que não haja risco de...

Senhor Presidente eu gostaria de checar com a Mesa, com a assessoria, Senhor Presidente, é que na última sessão de 2005, eu protocolei um requerimento eu queria saber se ele está em pauta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Se não me engano V.Exa. é relativo ao Carlos Eduardo Valente? Está aqui para votação.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Eu peço preferência para do Roberto Teixeira.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Colocaremos, atenderei a preferência de V.Exas., só queria esclarecer aos senhores senadores que a Comissão abre prazo até a próxima quarta para que possamos votarmos a matéria que foi lida no senhor Relator. Então está aguardo aos senhores que pediram vistas ao processo, para que possamos discutí-la e iniciar a votação na próxima quarta-feira. Então o requerimento de autoria do Senador Antero Paz de Barros e do Senador Arthur Virgílio, que requer a convocação do senhor Roberto Teixeira, nos termos do Parágrafo 3º doa artigo 58 da Constituição Federal, em discussão não tendo quem queira discutir em votação, senhores Senadores que apóiam permaneçam como se encontram, aprovado.

**SENADOR TIÃO VIANA (PT –AC) –** Com meu voto contrário.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Com o voto contrário do Senador Tião Viana. Em votação, em discussão o requerimento de autoria do Senador Magno Malta, que requer nos termos do artigo 58 Parágrafo 3º da Constituição Federal, do artigo 148 do regimento interno do Senado Federal, que sejam ouvidos nessa Comissão Parlamentar Federal, o senhor Carlos Eduardo Valente. Em discussão, não tendo quem queira discutir, em votação. Senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Tião Viana, V.Exa. requer nos termos regimentais a relação do depoimento dessa Comissão do senhor Édson Santi que foi aprovado, e também do delegado da Polícia Federal José Pinto de Luna que não foi aprovado, vou transformar o requerimento de V.Exa. também na convocação do senhor José Pinto de Luna. Então senhores Parlamentares o requerimento do Senador Tião Viana.

Não foi votado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Desculpe, não foi votado. Peço desculpa a V.Exas.., o primeiro foi aprovado e o segundo não foi colocado em votação. Então em discussão em relação ao delegado José Pinto de Luna. Não tendo quem queira discutir. Em votação. Senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que requer nos termos do disposto do Parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição Federal e da lei 1579 de 52, bem como no dispositivo regimentar e da aplicada espécie, requer a transferência do sigilo fiscal, bancário e telefônico do Presidente do SEBRAE senhor Paulo Okamoto. Em discussão, não tendo quem queira discutir, vamos à votação. Senador Romeu Tuma?

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Antônio Carlos Magalhães?

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Alvaro Dias?

Não viu.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador José Jorge?

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) **–** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Sim, Senador Valdir Raupp? Senador Leomar Quintanilha? Senador Luiz Otávio?

**SENADOR LUIZ OTÁVIO (PPB –PB) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Garibaldi Alves?

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) **–** Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Flávio Arnes?

**SENADOR FLÁVIO ARNES** (PT – PR) **–** Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Eduardo Suplicy?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Tião Viana?

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) **–** Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Não, Senador Magno Malta?

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) **–** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Sim, Senado Augusto Botelho?

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Mozarildo Cavalcanti?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Geraldo Mesquita?

**SENADOR GERALDO MESQUITA (P-SOL-AC) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Alberto Silva? Senador Wellington Salgado?

**SENADOR WELIINTON SALGADO (PMDB-MG**) – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senadora Ideli Salvatti? Senador Sibá Machado?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Agradeço a V.Exa. Senador Sibá Machado, como sempre atento. 11 votos, sim 2, não. Está aprovado o requerimento. E do Senador Romeu Tuma, Senhor Presidente requerimento de V.Exa., acredito que V.Exa. votará favorável. Em complemento ao requerimento que V.Exa. apresentou a CPI dos bingos, para quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico da empresa ROTEDALI Serviço de Limpeza Urbana. V.Exa. informa que possui a empresa um outro registro no CNPJ, e segundo comprovante inscrição em situação no cadastro anexo.

Pela ordem, Senhor Presidente, só comunicar o senador Romeu Tuma que o senhor está chamando atenção dele.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Desculpa Senador...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Só atendendo o requerimento de V.Exa. para que seja também aprovado por essa CPI, V.Exa. já havia aprovado a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico da empresa ROTEDALI Serviço e Limpeza Urbana, V.Exa..

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu acrescentei porque está com dois CNPJs.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** E V.Exa. acrescentou um CNPJ, por que apareceu um segundo. Perfeito?

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Perfeito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Então em discussão.

Senhor Presidente, essa empresa é do quê.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** ROTEDALI Serviço e Limpeza Urbana.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Do Ronan Maria Pinto, de Ribeirão Preto. E eles estão com dois CNPJs.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) **–** Ronan Maria Pinto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Em discussão, não tendo quem queira discutir, vamos a voto, Senador Romeu Tuma como vota o requerimento de V.Exa., vota sim. Antônio Magalhães, Senador Alvaro Dias, Senador José Jorge, Senador Valdir Raupp. Senador Leomar Quintanilha, Senador Luiz Otávio. [Risos]. Senador Garibaldo Alves?

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) **–** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Sim. Melhor V.Exa. votar com o Relator. Vota sim. Senador Flávio Arns?

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Eduardo Suplicy?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Tião Viana?

**SENADOR TIÃO VIANO** (PT – AC) **–** Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Não, senador Magno Malta?

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) **–** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Augusto Botelho

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Sim, senador Mozarillo Cavalcanti?

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Geraldo Mesquita? Senador Antero Paes de Barros?

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Sim. Senador Alberto Silva? Senador José Maranhão? Senador Wellington Salgado?

**SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB –MG) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** 11 votos favoráveis e um não. Está aprovado o requerimento. Senhores Senadores. Cadê a pauta? Ainda tem. Dá os nomes aí do pessoal de amanhã, só os nomes, não precisa de pauta não. Senhores senadores. Senhores senadores, antes de encerrar a presente sessão, iremos convocar V.Exas. para reunião amanhã, a partir das 11 horas, para o depoimento do servidor do Ministério da Fazenda, lotado no Rio de Janeiro, Eder Eustáquio Macedo e dos promotores de justiça de Campinas, São Paulo, DR. Ricardo José Gasques de Almeida Silvares. E o doutor Fernando Pereira Viana Neto. Amanhã a partir das 11 horas, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão. E agradeço ao senhor Relator pela apresentação do relatório parcial.

*(Sessão encerrada às 13 horas e 7 minutos.)*

**Ata da 49ª Reunião, realizada em 19 de janeiro de 2006.**

Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às onze horas e vinte e nove minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti e ainda com a presença dos Senhores Senadores Efraim Morais, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, José Jorge, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes, Antero Paes de Barros e Sibá Machado, presente ainda o Senador José Agripino Maia não membros, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Vice-Presidente no exercício da Presidência, declara aberta a reunião informando que a presente destina-se a oitiva dos Senhores Dr Ricardo José Gasques de Almeida Silvares, Promotor de Justiça de Campinas/SP; Dr Fernando Pereira Vianna Neto, Promotor de Justiça de Campinas/SP e Éder Eustáquio Macedo, Servidor do Ministério da Fazenda, lotado no Rio de Janeiro, e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir, convida os Senhores Promotores para tomarem assento à Mesa. Com a palavra pela ordem o Senador Romeu Tuma solicita à presidência que determine a Secretaria a obtenção de cópia do depoimento da Sra. Roseana Garcia. Com a palavra o Dr. Ricardo faz um relato sobre o assassinato do Prefeito de Campinas. Assume a presidência o Senador Efraim Morais. Com a palavra o Relator para os questionamentos preliminares. Usam da palavra de acordo com a lista de inscrição os Senadores Eduardo Suplicy, Romeu Tuma e Efraim Morais que ao final agradece a participação dos Senhores Promotores. A seguir, convida o Sr. Eder Macedo para tomar assento à Mesa. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre suas funções no ministério e se coloca a disposição para os questionamentos. Usam da palavra para interpelar o depoente os Senadores Garibaldi Alves Filho, Efraim Morais, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti, Heráclito Fortes, Magno Malta, Tião Viana, Álvaro Dias e Antero Paes de Barros. Com a palavra o Senhor Presidente informa que na próxima terça-feira, dia 24 para a oitiva dos senhores Dr. José Pinto Luna, Delegado da Polícia Federal, Dr. Edison Santi, Delegado do DEIC/SP e Dr. Paulo Vasques, Médico Legista. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo requerimento número 245 de 2004 para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens direitos e valores bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esclareço que a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores Dr. Ricardo José Gasques de Almeida Silvares, Promotor de Justiça de Campinas, São Paulo, Dr. Fernando Pereira Vianna Neto, Promotor de Justiça de Campinas, São Paulo e do Sr. Éder Eustáquio Macedo, Servidor do Ministério da Fazenda, lotado no Rio de Janeiro. Ata

da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa, coloco a em votação propondo a dispensa da sua leitura. Senhores Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Convido a Secretaria para adentrar ao recinto da Comissão e ter assento à Mesa os doutores Ricardo José Gasques de Almeida Silvares e Dr. Fernando Pereira Vianna Neto, Promotores de justiça de Campinas.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Presidente, Pela Ordem, eu pediria licença a V.Exa, primeiro agradecer senhores Promotores à disposição de vir colaborar com essa Comissão, mesmo isto representando algum sacrifício em se ausentar de uma Procuradoria tão importante como Campinas. Pediria se V.Exa. poderia determinar à Secretaria que nos fornecesse o depoimento da esposa do Toninho, que faz referência a alguns fatos que acho importante que se saiba através dos Promotores se foi ou não providenciado alguns fatos da denúncia que ela fez aqui sobre a investigação primária que foi feita durante o esclarecimento da morte do Toninho. Eu acho que houve falhas que provavelmente eles poderão nos auxiliar a buscar alguma forma de corrigi-los. Então eu peço... E agradecê-lo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, a Secretaria já está providenciando, portanto, o pedido de V.Exa. Eu concedo a palavra ao Dr. Ricardo José Gasques de Almeida Silvares para sua exposição. V.Exa. dispõe do tempo necessário para julgar esclarecer à Comissão sobre os assuntos.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES** – Bom em primeiro lugar nós gostaríamos de agradecer o convite que nos foi feito. É uma oportunidade que nós temos de esclarecer não só o Senado, mas a sociedade sobre as investigações feitas no caso do assassinato do Prefeito Antônio da Costa Santos. Dizer que é uma honra estar aqui nessa Comissão e nós vamos fazer assim um breve, uma breve exposição sobre o caso e estaremos à disposição para qualquer questionamento por parte dos membros da Comissão. O crime do Prefeito que vitimou o Prefeito Antônio da Costa Santos ocorreu numa segunda-feira, 10 de setembro de 2001, à noite, e quando nós tomamos conhecimento da morte dele nós imediatamente nos reunimos, Promotores, e fomos ao local. Porém quando nós chegamos ao local nós vimos o carro abandonado ali parado numa... Já fora da via pública, ele havia batido num *outdoor* e o corpo já não estava mais lá.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quer dizer, só para a gente se situar, o local do crime não foi preservado o mesmo.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Havia muita gente, haviam até removido o corpo. Eu não sei como que foi a situação inicial.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – No inquérito que veio às mãos de V.Exa, sabe se foi preservado o local, se houve algum relatório?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Não houve uma apresentação adequada.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpa perguntar, só para a gente saber as falhas que ocorreram durante a investigação.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Inclusive há um fato, a Roseana, a Dona Roseana menciona que ela recebeu um telefonema, aliás, ou ela atendeu um telefonema que veio do telefone do Prefeito e feito por um Policial Militar, quer dizer.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Impressão digital se tivesse...

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Exatamente. Porém, nós fomos ao IML porque, dada a natureza aí do caso, nós queríamos verificar os ferimentos que tinha o Prefeito, e nós constatamos ali realmente a existência de três ferimentos, mas o que depois comprovou-se ter sido provocado por um único projétil; era um ferimento no braço que depois... Um ferimento no braço, na parte externa, depois um outro na parte interna do braço, e um ferimento aqui no tórax, na altura aqui mais ou menos das axilas. E no IML havia ali alguma... Já bastante gente, gente da família, estava lá também o Deputado Estadual Renato Simões, que nos pediu se poderia um Médico que, salvo engano era Secretário da Saúde de Campinas, se ele poderia acompanhar a perícia que ia ser feita no corpo. Nós conversamos com a autoridade policial que estava lá e autorizou. Depois nós saímos dali, fomos ao DEINTER, Diretoria da Polícia onde nos reunimos com a polícia, com o Secretário de Segurança, na época o Dr. Marcos Vinícius Petreluzzi. E outras pessoas ali, o atual Presidente da República, também esteve lá, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. E acho, se não me engano, o Ministro Palocci, Deputado José Genoino, várias pessoas.

*(Inaudível).*

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** No IML não, no IML esteve o Senador Suplicy, nós encontramos ele na saída. No dia seguinte houve o velório, nós reunimos na promotoria, houve enterro, nós nos reunimos na promotoria e o que se deliberou era que uma, um grupo de três Promotores iriam acompanhar esses trabalhos de investigação da polícia, então inicialmente foram os Drs. Sérgio de

Passo(F), João Valente Filho e Dr. Alexandre Wild(F), eles passaram a acompanhar. Quando o inquérito foi distribuído a primeira vez na justiça com pedido de prazo, passou também a Dra Luciana Delcampo(F) passou a acompanhar também. Acompanhar o trabalho da polícia.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – [*inaudível*] o promotor.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES** – Os Promotores passaram a acompanhar. Isso. O Delegado que passou a dirigir o inquérito foi o Delegado do Setor de Homicídios e Proteção a Pessoa, de Campinas. Lá em Campinas é SHPP. Não existe um departamento específico sobre homicídios.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Inaudível)*.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES** – O nome do Delegado é Dr. José Roberto Mequerino(F) Andrade, mas com o acompanhamento direto ali do seu superior, que era o Dr. Osmar Porcelli, que era Delegado Seccional de Campinas. Bom, a família do Prefeito também constitui um Advogado para acompanhar o caso, foi o Dr. Ralf Tortima Stettinger, Advogado Criminal em Campinas. A polícia começou a ouvir algumas pessoas, ela começou... Ela ouviu um vigia de uma concessionária que fica bem próximo do local, e os disparos ocorreram realmente ali na altura dessa concessionária. E esse vigia acabou sendo protagonista de um sério problema com a polícia, eu posso relatar em seguida. Também foi uma época em que muitos seqüestros ocorriam em Campinas. Eram freqüentes e, a maior parte deles, praticados por uma quadrilha chefiada por Wanderson Nilton de Paula Lima, mais conhecido por "Andinho". Eu vou tratá-lo por "Andinho" para facilitar o entendimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Inaudível)*.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** É. Nós temos uma opinião assim... A polícia procurou fugir da incriminação do "Andinho". Nós vamos explicar o que aconteceu, o porquê. No dia... A morte de Toninho foi no dia 10, segunda-feira, na sexta-feira seguinte, dia 14, houve um seqüestro nas proximidades da Promotoria em que uma criança foi arrebatada da sua mãe, e naquela oportunidade foram feitos alguns disparos pelos seqüestradores. E de imediato foram encontrados ali na rua, chovia muito eu lembro desse dia, foram encontrados cápsulas; são estojos que as pistolas ejetam quando disparam. Eram de calibre nove milímetros na época todos os estojos e as armas de calibre nove milímetros que era apreendido pela polícia era periciadas para a comparação com o quê? Comparação com os estojos encontrados no local do crime que o Prefeito foi morto e assim comoções projéteis foram encontrado no carro e no corpo dele. O que aconteceu em seguida? A Polícia ela estava sem um rumo definido, passou a ouvir a família, passou a ouvir o Secretário, alguns Secretários Municipais e eles apontavam ali alguns interesses contrariados pelo Toninho eu algumas questões que ocorriam, por exemplo, a questão de Viracopos que pretendia-se, que no final foi feito, a ampliação do Aeroporto de Viracopos que demandaria a desapropriação e retirada de moradores e que haveria ali na região alguns traficantes inconformados com essa remoção. Outro problema seria a questão do contrato do lixo que o Toninho havia negociado com a concessionária uma redução do contrato, do valor do contrato.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor lembra a empresa?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** ECOCAMP, se não me falha a memória. Enfim, relatar alguns fatos, mas nada, não foi relatado um fato concreto assim que dissesse "foi esse o interesse contrariado que realmente motivou a questão toda".

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agora, doutor, desculpa, sobre as cápsulas, houve a comparação da balística entre arma que matou o Toninho e essas que foram encontradas no (?) seqüestro?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** É. Eu vou chegar lá.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – (?) o senhor citou e...

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Eu vou chegar lá, no mesmo dia, Senador.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe interrompê-lo.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Não, absolutamente.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É que a ansiedade aqui fica...

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES** – Eu estou explicando de forma, dessa maneira, porque são vários fatores que acabaram ligando a quadrilha do "Andinho" ao crime. No mesmo dia em que o Toninho foi morto, mais ou menos uns sete quilômetros dali, uma das rodovias, a rodovia que vai para Mogi Mirim, foi encontrado um Vectra de cor prata com placa de Uberlândia. Esse Vectra era produto de roubo em Uberlândia. Ele foi encontrado lá e foi apreendido naquela mesma noite, pois bem a polícia chegou a fazer um início de investigação tentando ligar este Vectra ao crime. Por quê? Porque a

polícia recebeu notícias de que este Vectra foi roubado em Uberlândia, e foi visto em Uberlândia na posse de pessoas que tinham raízes em Campinas, daí achar que poderia ter alguma relação. Como foi encontrado na mesma noite chegaram a ouvir duas pessoas, mas realmente não nos chegou a resultado algum. No dia três de outubro, o crime foi no dia 10 de setembro, no dia três de outubro foram mortas quatro pessoas na cidade de Caraguatatuba. Foram mortas quatro pessoas. Duas delas, Valmir Conte, nós chamamos de Valmirzinho, e Anderson José Bastos que nós chamamos de "Anzo" eles faziam parte da quadrilha do "Andinho" e eram homens que estavam sempre com ele em todos os seqüestros que praticavam. Foram mortos por policiais de Campinas. Só que no dia 27 de setembro, alguns dias antes dessa morte de Caraguá os foram chamados lá na Delegacia Seccional de Campinas porque havia uma revelação importante sobre o fato. E o que é que era? Nós chegamos lá, havia uns peritos no Instituto de Criminalística que tinham feito uma perícia. Eles pegaram, como eles estavam fazendo a perícia de todas as armas, todos os estojos que eram encontrados de nove milímetros, eles fizeram daquele seqüestro que ocorreu na sexta-feira em seguida a morte do Toninho. Aí é uma perícia, quando você tem os estojos você consegue fazer uma perícia entre um estojo e outro para saber se o picote deixado pela arma coincide. E essa é uma outra impressão digital da arma, não é só a raias do projétil, tem isso também. Uma pistola você pode trocar o cano da pistola, mas você... O percursor(F), não, aquilo vai indicar que a arma foi disparada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Inaudível)*.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Exatamente. E o que é que acontece? Os estojos de nove milímetros encontrados na cena do crime do Toninho eram... Foram disparados pela mesma arma encontrados, pela mesma arma utilizada no seqüestro da criança que ocorreu logo em seguida. Bom, aí havia um rumo, não é? Para investigação. Mas qual, não foi a nossa surpresa quando no dia cinco de outubro de 2001 a polícia pede para que os Promotores se encaminhassem lá para o 6º Distrito Policial de Campinas, porque ali havia pessoa confessando o crime. Os Promotores foram, havia lá um rapaz chamado Anderson Rogério Davi, se não me engano o apelido dele era "Boca".

Dr. Ricardo, com licença, só para a gente não se perder, os quatro que foram mortos em Caraguatatuba, como o senhor se referiu, foi em confronto com a polícia como é que foi?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Isso que está em apuração. Se houve ou não houve esse confronto. Em primeiro lugar: Os policiais alegam que houve um confronto, o que o Ministério Público hoje tenta descobrir é se houvesse esse confronto ou se houve uma execução. Em segundo lugar o porquê. Pois bem, foi ouvido nesse dia cinco de outubro, o Sr. Anderson Rogério Davi, os Promotores foram lá na 6º Distrito, lá está o Presidente da OAB, de Campinas, e vários Delegados, e o rapaz confessou ter participado da morte do Toninho.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Anderson é o "Andinho".

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Não o Anderson Rogério Davi, é um rapaz... O apelido dele é "Boca". Não tinha nenhuma relação com o "Andinho". Bom, a partir daí, quer dizer, o sujeito confessa, narra, ele narra o seguinte: Ele estava numa favela ali próxima do Shopping Center Iguatemi, foi próximo ali onde o Toninho morreu, ele estava lá quando apareceram três amigos e o convidaram para fazer um roubo a um veículo, roubar veículo. Eles entraram, eles pegaram duas motos, ficaram dois em cada moto e eles saíram atrás de algum carro para roubar; quando chegaram na avenida Mackenzie, eles viram o carro, um Fiat Palio foram para cima desse Fiat Palio e o motorista acelerou e um deles atirou. Bom, aí ele indicou os nomes dos seus comparsas, não é? Só que o problema que no mesmo dia, na mesma ocasião que ele está lá prestando o depoimento, ele acabou o interrogatório, acabou essa confissão quando fizeram um comentário "que bobagem que você fez para a sua vida", aí ele falou, "eu não fiz bobagem nenhuma, isso tudo é mentira". Aí, como mentira?! Conversaram com ele, "não é mentira eu não fiz nada disso, isso aqui é mentira eu estou..."

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – [*inaudível*] ao depoimento.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Imediatamente, imediatamente. Aí o Ministério Público fez o quê? Pediu para que constasse isso do termo. Aí constou isso do termo, e o rapaz assinou o que constou essa última parte.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Por que é que ele tinha mentido.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Essa pergunta nós já fizemos várias vezes para eles. A última vez eles disseram que foram torturados, o fato é o seguinte: O Anderson Rogério Davi, o "Boca", eu peço licença para usar uns apelidos porque os nomes se repetem. Anderson tem vários aqui na história, então o "Boca", o fato é que à tarde, houve um pedido de prisão temporária, a gente

não tomou conhecimento disso, feito no judiciário e foi negado, negado essa prisão temporária, e aí à noite os Promotores foram chamados e estava o sujeito lá confessando. Aí, o que acontece? A gente não sabe o que aconteceu antes. Eles foram chamados à noite, mas existe um inquérito andamento para apurar o que aconteceu antes, entre outras coisas, que vai apurar eu posso no final explicar quais são as outras coisas. Veja, no mesmo dia 10, foi ouvido outro que seria comparsa. Que seria o Flavinho, Flávio Roberto Mendes Cunha Claro. O Flavinho que foi ouvido confessou a autoria dos disparos. O grande problema era se compararmos os dois interrogatórios não bate quem estava com quem na moto. No dia 17 pegaram o terceiro comparsa, Globerson Luis Moraes da Silva, "Vulgo Gro(F)". Desculpa no dia 10 foi preso, desculpa, Adriano Santos da Costa, "Adrianinho" um menor que também admitiu a participação, depois o Flávio no dia 10 de outubro que o Flávio confessou ter atirado. Os depoimentos como eu disse não batiam quanto a seqüência dos fatos etc, o Flávio, por exemplo, dizia que disparou, ele vinha, ele estava na garupa da moto e eles emparelharam a moto, o carro acelerou, e aí ele a 10 metros de distância, ele efetuou dois disparos só que não bate de forma alguma com a trajetória dos projéteis. Bom, depois.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A trajetória atiraram do lado.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** E por último foi.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ângulo de...

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Não batia. No dia 17 de outubro foi o último Globerson Luis Moraes da Silva, "Vulgo Gro(F)", esse apresentou-se a Polícia Civil com Advogado e negou qualquer participação, aí a Polícia Civil a partir daí começou a centrar as investigações exclusivamente em cima desses quatro rapazes, fizeram acareação, o Flavinho se retratou, passou a negar a prática do crime a partir daí, também passou a negar. No dia dois de novembro a polícia aparece com uma arma nove milímetros, que encontrou por indicação, por uma denúncia anônima etc, e apresentou ao Flavinho. Falou, "Foi essa arma que você usou para matar o Toninho?", "Foi". Reconheceu a arma etc. Ora, havia uma perícia dizendo que os picotes da cena do crime eram determinados e que foram usados no seqüestro. O Flavinho reconheceu, foi feita a perícia e não era a arma. Isso ele reconhece, o Ministério Público não estava presente quando ele reconheceu essa arma.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas a perícia desmentiu.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Desmentiu, não era a arma. Aí o Flavinho... Bom, o que é que aconteceu... No dia sete de novembro ainda em 2001, o Ministério Público apresentou uma petição dizendo que não concordava com que a polícia prosseguisse exclusivamente nessa frente de investigação. Que quisesse apurar, apurasse, mas não exclusivamente nisso e o Ministério Público listou determinadas coisas que deveriam dar prosseguimento. Por exemplo, sabia-se que o Toninho havia se reunido com alguns Generais a portas fechadas. Ali podia se ter alguma informação que se ouvisse os Generais, enfim, a questão de Viracopos, enfim, fez uma lista e que a polícia apresentasse o laudo daquela comparação de balística, porque em cinco de setembro eles tinham mostrado a perícia, em novembro não tinha vindo ainda para os autos esse laudo. Pois bem, aí veio a polícia ouviu, apresentou um depoimento de um vigia da concessionária, de novo, foi novamente ouvido, e esse vigia falava o seguinte, esse vigia dizia que ele estava na concessionária ela é toda envidraçada, ele ouviu barulho de moto e em seguida disparos.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Já era noite?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** À noite, e aí ele disse isso, então quer dizer seria um depoimento de confirmaria a utilização de motocicletas no dia do crime. Acontece que esse mesmo vigia depois foi procurar a OAB dizendo que ele tinha sido pressionado pela polícia para dizer aquilo. E que na verdade ele viu moto sim, mas depois que o corpo sido encontrado passou uma moto lá, mas não no momento do crime. Pois bem, enquanto a polícia prosseguia nessa única linha de investigação o Ministério Público passou a ouvir testemunhas por indicação da família, inclusive, lá na própria sede do Ministério Público. E aí, qual foi a surpresa, quando descobriu, por exemplo, uma testemunha. Eu vou, para preservar as testemunhas, eu vou citar o primeiro nome, o prenome apenas, Luciane, só o prenome.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Fica à vontade, mais tranqüilo.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Que ela disse o seguinte, estava na avenida no dia, ela está transitando, ela estava num carro na avenida, e ela viu a seguinte cena, ela estava no veículo da marca, um veículo Subaru, e ela foi, de repente um carro, um Vectra prata fez uma ultrapassagem veio em alta velocidade passou por eles, de forma perigosa, e foi pela contramão na avenida. Lá na frente, quando logo depois que passou esse Vectra eles ouviram três tiros, três estampidos e o Vectra continuou, e de repente eles viram um carro perdendo

a direção e parando, até parar no *outdoor*. Ou seja, essa pessoa viu a cena que vitimou o Toninho. E essa informação... Foi perguntado para ela, você viu motocicletas? "Não". Não viu motocicletas. Então, tínhamos um Vectra prata na história e sabíamos que naquele dia havia sido abandonado um Vectra prata ali próximo do local do crime. Esse relato foi confirmado até por testemunhas que estavam com ela, pessoas da família dela que estavam com ela no carro. Bom, aí nós vimos que, lamentavelmente, não era mais possível no nosso ponto de vista, que a polícia, que o Delegado Seccional, o então Delegado Seccional de Campinas e o Delegado da Homicídios de Campinas continuassem nas investigações. E nós fomos falar com o Secretário da Segurança na época, o Dr. Marcos Vinícius Petreluzzi para que colocasse o Departamento de Homicídios de São Paulo para investigar o caso. O que nós conseguimos nessa, naquela oportunidade foi que o DHPP entrasse no caso, mas sem que a Polícia Civil, sem que a Seccional e a Homicídios de Campinas saísse, se afastasse totalmente. Para nós já era um começo, então a polícia ficava lá o Seccional e o outro Delegado tentando provar que foram os quatro, e enquanto isso a gente continuava as investigações. E aí o que é que o DHPP fez? Uma revisão de todas as perícias, de tudo que havia ali e de todos os depoimentos que tinham sido tomados. Por exemplo, foi encontrado uma outra testemunha, a Márcia, que estava num Fiat Uno, só que à frente do carro do Prefeito, e ela narra o seguinte: Que eles ouviram os estampidos e de repente veio um Vectra prata e fecha o carro deles e passa, e esse Vectra, inclusive, pega uma alça da D. Pedro e vai no sentido de onde o Vectra prata foi abandonado; logo depois desse estampido e da passagem desse carro um carro lá atrás começa a se desgovernar, ou seja, a pessoa também viu a cena do crime, ela estava acompanhada de outras pessoas.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Aí não tem nada de moto.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Não tem também nada de moto. E pior, Senador, a testemunha fala o seguinte: Que eles procuraram a polícia, narraram isso para a polícia, o Delegado Seccional levou eles ao local e não tomou declaração deles; testemunha presencial do crime. Pois bem.

Quem é que fala isso.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** A testemunha presencial do crime.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A testemunha que viu o crime.

Um delas ou as duas?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Na caso das testemunhas que estavam no Fiat Uno, eram, salvo engano...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Casal.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Eram mais gente, no Fiat Uno eram, nós ouvimos duas pessoas que estavam no Fiat Uno e as duas disseram que procuraram a polícia e não foram ouvidas.

Eles procuraram quem especificamente?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** O Delegado Seccional, o Chefe da Polícia Civil em Campinas, o Dr. Osmar Porcelli.

[*Inaudível*].

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Não, também não. Só que a do Subaru eu acho que não procuraram a polícia. Quem encontrou as testemunhas do Subaru quem soube da existência dela foi o Paulo, o Paulo que é irmão do Prefeito assassinado, e ele que procurou então falou através do Advogado deles...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Delegado que presidiu o inquérito não era o Osmar.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Não era o Osmar. Mas o Osmar ele estava sempre ali.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Delegado da HPP já havia chegado lá ou não?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** O Luiz Fernando, quando as testemunhas apareceram para o Dr. Osmar não. As testemunhas apareceram na semana que o Toninho foi morto vocês. Nós fomos ouvi-las, nós soubemos da existência dessas testemunhas bem depois, no dia... Só em dezembro que nós descobrimos que havia, que existiam essas testemunhas. Que mais? Ouvimos outras pessoas que estavam naquele Subaru, confirmaram o relato da primeira testemunha. Bom, a história da balística do Vectra prata etc, ali havia uma, e do seqüestro, havia ali uma linha. Então, o que é que o DHPP começou a trabalhar? Bom, Toninho foi morto por... No dia 10, foi utilizado uma arma nove milímetros. Provavelmente foi praticado por pessoas que estavam no Vectra prata, e eu digo provavelmente agora depois nós tivemos certeza disso, quem estava no Vectra prata, a arma foi utilizada quatro dias depois num seqüestro, que houve disparo nesse seqüestro...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A mesma arma de perícia?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** A mesma arma. E aí houve mais um fato,

revisando as investigações percebeu-se que havia um depoimento de um senhor chamado Wilson de 60, 60 e poucos anos, mais ou menos, que estava trafegando no mesmo dia, num carro de cor verde, por uma rua próximo, relativamente próximo do local onde o Toninho foi morto, juntamente com o pedreiro, quando foi abordado por um outro carro e isso antes do Toninho ser morto, mas na mesma noite. Foi abordado por um outro carro, esse outro carro, alguém que estava no banco traseiro desse outro carro quebrou o vidro do carro desse senhor e mandou ele parar e entregar o carro, e ele não pagou e eles bateram, abaularam o carro dele, jogaram ele, pressionaram ele contra a guia, só que é uma rua de mão dupla, num determinado momento surgiu um ônibus e eles tiveram que sair para a esquerda e ele continuou, conseguiu fugir quando ele chegou em casa ele percebeu, inclusive, que havia dois ou três orifícios de tiros que o carro dele havia tomado. Ele... O que ele fez? Ele procurou a polícia fez um "BO" a respeito, dias depois ligaram para ele e disseram: "Fizemos a perícia no local, o senhor pode vir aqui nós queremos examinar seu carro nós descobrimos cápsulas de calibre 45 no local do crime". Bom, naquele seqüestro em que acharam as cápsulas nove milímetros, também acharam depois cápsulas de 45, compararam os picotes. Bateu. Então, o que tínhamos ali? Tínhamos que a arma utilizada no seqüestro foi utilizada no dia 10 de setembro. Na abordagem daquele carro verde, e, em seguida, uma outra arma foi utilizada no seqüestro e também na morte do Prefeito. Então, havia duas armas na história, naquele seqüestro, na noite do crime também essas duas armas apareciam. E aí, o que aconteceu? Foram feitas algumas perícias. Primeiro, o carro Vectra abandonado de Uberlândia, ele tinha marcas de batida. Lateral. Compatível com as marcas do carro verde, fizeram uma perícia, levaram os resquícios de tinta para o Departamento de Química da USP, fizeram a comparação. Bateu. Ou seja, o Vectra verde, era um Vectra, por acaso, eu não falei para não confundir, mas o carro verde foi abordado por um Vectra prata. Por um Vectra prata. Que bateu contra ele.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Que foi abandonado.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Que foi abandonado naquele dia. Este, é visto na cena do crime uma Vectra prata, na cena do crime do Toninho passar em alta velocidade.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A pessoa que viu no retrovisor...

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** A pessoa que viu no retrovisor, ela ouviu os estampidos, e não é que ela viu o Vectra pelo retrovisor. O Vectra veio até ela e fechou, e fechou e ela teve que frear. Então, havia esse carro, não é? Aí a perícia foi e pegou as filmagens feitas por uma câmera de supermercado na avenida Mackenzie. A câmera de péssima qualidade, mas ela indicava um carro que os peritos entendem que é compatível com um Fiat Palio que o Prefeito dirigia, embora não possa afirmar que era. A imagem mostrava que na mesma avenida, na mesma circunstância passou um Vectra atrás, um Vectra não, um carro compatível com o Vectra. E uma coisa chamou atenção dos peritos: Os faróis na filmagem apresentavam uma diferença de luminosidade. Eles pegaram o Vectra prata, fizeram uma perícia nos faróis e constataram o seguinte: Que aquele choque contra o carro verde quebrou uma haste do farol e colocando no equipamento adequado verificaram que aquilo que se via na filmagem coincidia com aquilo que se via no carro. Ou seja, aquele Vectra prata passou pela avenida, foi aquele carro que passou pela avenida. Bom, o que é que a polícia concluiu, o DHPP concluiu? Concluiu o seguinte: Que naquela mesma noite, quem é que praticou o seqüestro? Isso era importante. Que, portanto, utilizou a tanto a arma 45 quanto a nove milímetros no dia do seqüestro? A constatação feita pela Delegacia Anti-seqüestro e pela DHPP que ouviu as vítimas, ou o menino, a criança que foi seqüestrada, a mãe que estava junto, é que a autoria foi Anderson José Bastos, o "Anzo", "Andinho", e outros da quadrilha. O "Andinho" confessa que praticou esse seqüestro. E foi condenado, inclusive, por esse seqüestro. Então, nós sabíamos o quê? Que a arma que matou o Toninho foi utilizada, foi utilizada pela quadrilha do "Andinho" quatro dias depois no seqüestro. Outra arma utilizada no seqüestro.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quatro dias depois da morte.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Da morte do Toninho. Outra arma utilizada no seqüestro de calibre 45, também foi utilizado na noite do crime, também foi utilizado na noite do crime numa abordagem, naquela abordagem do carro verde. O carro que abordou o carro verde era um Vectra prata, que depois foi abandonado, aquele com placa de Uberlândia. Era aquele carro, não era outro Vectra prata, era aquele. Quem praticou o seqüestro havia sido o "Andinho". Mas não acabou aí. O DHPP... Foram presos... Nesse meio-tempo, Senador, a Secretaria de Segurança finalmente determinou que só o DHPP tocasse o caso, e avocou o caso, e só o DHPP tocaria. Bom, nesse meio tempo o "Andinho" foi preso, em abril, se não me falha a memória, e antes dele havia sido preso também dois membros da quadrilha um deles Cristiano Nascimento de Faria. De Farias. Nós cha-

mamos ele de Cris. Ele foi preso, o seqüestrador, ele foi ouvido no DHPP, na presença dos Promotores, na presença do Advogado da família ele falou. Ele disse o seguinte: Que ele foi a Caraguatatuba e encontrou-se com o "Anzo", e falou que Campinas estava sujo por causa da morte do Prefeito, sujo quer dizer, estava complicado para eles praticarem os crimes. Estava dando muita polícia etc. E o "Anzo" falou para ele que foi, realmente, e aquilo foi um erro que eles cometeram. Ele confirmou para o Cristiano ter matado o Toninho. Isso o "Anzo" da quadrilha do "Andinho", e que estavam com ele naquele dia o "Andinho", um outro que chama nos chamamos de "Fiinho" já falecido e Valmir Conte que morreu em Caraguatatuba. Ele confirmou isso e disse para o Cristiano que o Toninho estava no lugar errado na hora errada. Isso foi o que o "Anzo" passou para o Cristiano. O Cristiano depois foi ouvido pelo Juiz, numa audiência pública e a única coisa que ele fez de diferente foi negar que o "Andinho" estivesse no carro. Mas confirmou que o "Anzo" assumiu para ele a morte do Toninho naquela noite. Também nós ouvimos uma outra testemunha que estava... Foi seqüestrada, era uma senhora que foi seqüestrada junto com a filha adolescente, estava em cativeiro na noite do crime do Toninho. E ela foi seqüestrada pelo "Andinho".

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É daquela do conjunto habitacional, do recinto fechado que eles seqüestraram uma senhora...

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Não, não, não é. É uma Psiquiatra. Foram cerca de 20 seqüestros, mais ou menos, praticados naquela época. Essa senhora, ela estava em cativeiro, e naquela noite do crime ela ouviu um dos seqüestradores que estava lá e recebeu uma ligação telefônica no celular, ele atendeu e comentou com alguém: "Eles fizeram uma burrada, eles mataram o Prefeito, não era para matar". Aí ele desliga o telefone e eles começam a dar risada, tirar sarro, "Mas que nego burro, tinha que ser amador e tal". Quem a seqüestrou foi a quadrilha do "Andinho". Ela ouviu isso no cativeiro. Bom, diante de todos esses elementos...

*(Inaudível).*

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A seqüestrada.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Era uma vítima de seqüestro. Ela estava no cativeiro quando ela ouviu essa... Um dos seqüestradores receber esse telefonema e comentar com os outros: "Eles mataram o Prefeito, são burros, não era para matar", coisa do tipo.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permite só para esclarecimento, Sr. Presidente, ela... E ela prestou esse depoimento ao senhor?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** ela prestou esse depoimento no Ministério Público, em primeiro momento, e depois ela foi ouvida também pelo Juiz no processo, no processo. Quero frisar, é bom frisar uma coisa: Todas as testemunhas que nós temos pedido que o Juiz ouça novamente, todas. Todas, mesmo aquelas que, às vezes, a gente recebe uma carta de um preso, que contraria até o nosso entendimento, a gente pede para o Juiz ouvir também. Porque, sempre ouvidos na presença do Advogado da família. Houve outras pessoas que também... Teve uma moça que achava que tinha visto o crime e não viu, era outro fato que ela viu, não tinha nada a ver com o crime, mas que foi importante o depoimento dela para mostrar que o seguinte, que ela também procurou a polícia e a polícia não a ouviu. E essa testemunha traz um fato curioso: Que ela teria visto uma pessoa. E essa pessoa... E a polícia quando foi procurá-la levou uma foto, isso no dia seguinte da morte do Toninho, levou uma foto para ela, falou, "Foi esse sujeito que você viu...?". A foto era do Valmir Conte da quadrilha do "Andinho", e nós nos perguntamos porque a polícia no dia seguinte tinha foto num dos suspeitos, num dos que nós depois concluímos que era um dos autores do crime? E porque é que a polícia não foi atrás disso? Não seguiu essa linha de investigação? Por que é que preferiu ali arrumar quatro e que confessaram o crime? Pois bem.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, só uma coisa se V.Exa. permitir, ele está fazendo um relato maravilhoso, que eu acho que chega a identificar os autores do crime. Como a esposa do Toninho, a Dona Roseana Morais Garcia, Roseana, não é?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Isso.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ela faz aqui algumas denúncias contra o Ex-prefeito lá e citou o Ex-prefeito de Campinas.

Vamos deixar ele concluir?

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só porque eu acho que o objetivo da elucidação do crime está quase que perfeito aí. Agora, o que para nós é importante, as razões que se foi um crime de... Contratado para ele ser morto ou se realmente foi uma ação buscando eliminar alguém que estava atrapalhando o caminho, que essa é a história. Porque o que nós sentimos que aqui fala em bingo, por isso que... A casa de bingo, queriam que ele autorizasse e ele não quis, foi no depoimento dela. Então há possibilidade do grupo do

"Andinho" ter sido contratado para eliminar o Toninho? Essa é a grande questão para os interesses escusos... Falou em General aqui, e o (?) falou do General que estaria também na casa de bingos.

**SENADOR TIÃO VIANA (PT-ACRE)** – Não levarei mais...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Senador Tião.

**SENADOR TIÃO VIANA (PT-ACRE)** – Não levarei mais que 15 segundos, jamais eu iria questionar a importância da contribuição que o Senador Romeu Tuma está dando, mas o Promotor parou num ponto que eu gostaria que ele não perdesse o raciocínio dele.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – *(Inaudível).*

**SENADOR TIÃO VIANA (PT-ACRE) –** Não. Eu sei que o senhor está ajudando, foi o seguinte: Por que a polícia arranjou quatro testemunhas para assumir o crime. Eu acho que ele não pode perder esse raciocínio para nós que queremos...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu quero parabenizar V.Exas. que todos estão atentos, mas vamos deixar que o nosso Promotor faça a sua conclusão. Parabéns a V.Exas, é que estamos ansiosos para a conclusão do relatório do nosso Promotor. V.Exa. tem a palavra.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Obrigado. É uma pergunta que... Existe um inquérito que quando terminou, o DHPP encerrou as investigações do DHPP, nós fizemos o quê? Uma das coisas que a gente fez foi requisitar instauração de inquérito policial para apurar. Primeiro, por que é que aqueles quatro confessaram, se não foram eles que mataram? Aliás, três confessaram. Segundo, por que a polícia ignorou prova? Por que a polícia não foi ouvir àquelas testemunhas que viram o crime? Isso tudo está sendo apurado no inquérito que está em fase final. Está sendo apurado pela Corregedoria de São Paulo. Agora, um fato é que

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – *(Inaudível)* omissão.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** A omissão e possível abuso, tortura, talvez. O que acontece? Em dezembro daquele ano, nós, eu e o Dr. Fernando, a gente trabalhava na época, depois nós saímos e voltamos o ano passado num grupo que é um grupo regional de combate ao crime organizado, que foi criado na esteira da CPI do Narcotráfico, que fez um trabalho, na nossa opinião, excelente em relação a Campinas. Pois bem, em dezembro, uma escuta telefônica num seqüestro constatou que dois policiais de Campinas estavam envolvidos com a quadrilha um deles da Delegacia Anti-seqüestro. Então, e o pior de tudo, que um desses que estavam envolvidos foi justamente um dos que esteve em Caraguá para... Onde foram mortos dois integrantes da quadrilha. Quer dizer, talvez o fato de haver envolvimento, talvez explique porque é que se fugiu totalmente dessa linha de investigação. Mas isso está sendo apurado num outro inquérito. Pois bem, diante disso, nós tínhamos as seguintes provas: Tinha também um outro sujeito que eu esqueci de falar, um sujeito que dirigiu uma Van, também um pouco antes da avenida onde o Toninho foi morto ele também junto com uma outra testemunha afirmou que viu um Vectra passar em alta velocidade fechando todo mundo, ultrapassando vários carros e tal. Logo que ele, depois que ele passou pela avenida ele viu um carro perdendo o controle, também. Então, o que a gente tinha? O Vectra prata abandonado há poucos quilômetros, a testemunha, a Luciane com seus pais que viram o Vectra passar, efetuar os disparos... Que viram o Vectra passar e depois eles ouviram os disparos e viram o carro do Prefeito se desgovernar. Tínhamos os laudos periciais que eu já mencionei. Tinham as testemunhas que estavam no Fiat Uno, que estavam mais a frente que também viram. Tínhamos a confirmação do próprio "Andinho" de que ele havia, de que o Valmir Conte havia abandonado um Vectra naquela noite, embora ele negasse o crime, ele dizia que o Valmir abandonou um carro naquela noite. Isso, inclusive, havia um Deputado Estadual da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, Deputado Renato Simões, que acompanhou aquele relato do "Andinho". Ele negou o crime, mas dizia que não, o Valmir realmente abandonou o carro naquele dia. Tínhamos a questão da perícia da tinta do carro. A senhora que estava em cativeiro, que ouviu a ligação telefônica. O Cristiano, da quadrilha do "Andinho", dizendo que o "Anzo" confirmou ter atirado no Prefeito. Até mesmo o policial da Anti-seqüestro, que nós conseguimos prender por envolvimento na quadrilha e que infelizmente hoje está solto por decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, juntamente com aquele outro policial, os dois foram soltos, ele fala que no dia seguinte da morte do Toninho, o outro policial... Que aquele que foi flagrado na escuta, dizia: "Não, quem matou foi o pessoal do "Andinho"". Já dizia isso no dia seguinte. Tem as fitas da câmera do supermercado. E, por fim, nós também obtivemos um depoimento que foi mandado pela Anti-seqüestro que havia um outro seqüestrador que agia na região, o apelido dele é "Jota Quest", o apelido de do rapaz, foi ele quem deu o Vectra prata para a quadrilha do "Andinho" e ele falou a Vectra foi usado na morte do Prefeito era meu e eu entreguei para o "Andinho". E agora, recente nós tomamos conhecimento da existência de uma pessoa que na noite do crime

teve sua casa invadida por elementos que estavam, por pessoas que estavam num Vectra prata e foi... A casa dele foi assaltada. Levaram pouca coisa, ele não tinha muita coisa. Isso por volta de umas 21h, 21h15, mais ou menos, portanto, antes do horário da morte do Toninho, do período em que acredita-se o Toninho tenha sido morto. Essa pessoa, reconhece o "Andinho" como tendo participado desse roubo. Isso foi recente nós ainda nem apresentamos esse depoimento ainda nos autos. Bom, diante disso o que nós tínhamos? Nós tínhamos todos esses elementos que indicavam quem praticou esse crime. A autoria do disparo do "Anzo", o "Anzo" tinha sido assassinado. Ou melhor, se ele foi assassinado ou não está sendo apurado, ele morreu em Caraguatatuba vítima de disparos efetuados pela polícia; o Valmir morreu com ele, em Caraguatatuba; o "Fiinho" que também estaria no carro, o "Fiinho" morreu, morreu no dia que o "Andinho" foi preso. O "Andinho" estava numa chácara em Itú. Ali parece que ele resistiu a prisão, os policiais entraram na chácara que estava o "Andinho", ele estava com um fuzil etc, tinha um Policial Militar, inclusive, eles reagiram e o "Fiinho" foi morto e o restante foi preso. Então sobrou o "Andinho". Tínhamos a seguinte questão: Nós sabemos quem foi, sabemos como foi, e não sabemos porquê foi. Há alguma possibilidade de hoje, isso em junho de 2002, de nós continuarmos buscando hoje, agora, nesse momento, a motivação? O motivo do crime? Nós não tínhamos nenhum caminho concreto para seguir naquele momento. "Vamos esperar aparecer isso e não oferecer a denúncia contra quem nós já sabemos que é o autor do crime?". "Não, vamos denunciar". E foi o que nós fizemos. Oferecemos denúncia, instaurou-se uma ação penal. Essa denúncia foi recebida pela Poder Judiciário que entendeu que havia, sim, que há indícios da participação dele nesse crime. Motivação. O que é que havia nos autos em relação a motivação? Logo no início da investigação? Alguns fatos nós nunca tornamos público em respeito ao Prefeito. Porque nós acreditamos que é mentira, porque nós acreditamos que algumas pessoas foram lá para aparecer e para mentir. Por exemplo, casos extraconjugais. Teve gente lá que foi, teve um sujeito lá que se auto-intitula parapsicólogo, formado pela Universidade de Moscow fala que o Toninho tinha uma caso extraconjugal. E esse foi o motivo da morte. "Quem mandou matar foi, inclusive, um político que tinha caso com a mesma pessoa". Etc. É um mentiroso. Havia uma suspeita de que o Toninho teria um dossiê contra uma pessoa. Uma pessoa que se dizia Professora da USP e que fazia parte do Conselho de Segurança, Conselho Integrado de Segurança foi um órgão que o Toninho criou lá em Campinas no qual, inclusive, nós chegamos a colaborar com esse órgão. E que ele descobriu que era falso, a credencial acadêmica dela era falsa, então ela teria interesse em matá-lo. Nada de concreto se conseguiu chegar em relação a isso. Bom, contrato do lixo: Nós temos investigação em andamento no nosso grupo de crime organizado sobre o lixo. É, porque, veja, há denúncia de que há irregularidades no contrato do lixo, em Campinas. Que houve irregularidades após a morte do Toninho. Não é? Porque o Toninho reduziu o valor, depois ele morreu e o valor foi aumentado. Exatamente o que a Dona Roseana fala e havia problemas, denúncias de irregularidades na medição, não é? Que é a que vai determinar quanto que a empresa vai receber. Então existe um... Em andamento, está em fase de perícia e tal. Então, essa investigação até hoje nós não chegamos, não tem nenhuma conexão não conseguimos estabelecer concretamente nenhuma conexão com a morte do Toninho. Viracopos, a mesma coisa. Não conseguimos estabelecer concretamente nenhuma relação com isso. Enfim... Recentemente apareceram outras motivações possíveis, por exemplo, uma pessoa que foi ouvida pelos Promotores de Santo André, menciona que quem mandou matar o Toninho foi a Ex-Prefeita Izalene Tiene e o Ex-secretário Municipal Gerardo Melo. Nem a viúva acredita nisso.

*(Inaudível).*

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Não, não é o Jairo.

*(Inaudível).*

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Então, a questão do Jacob Bittar, foi Ex-prefeito, o Toninho foi Vice, dele. Se o senhor pegar os depoimentos da viúva...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Toninho Vice do Prefeito Jacob Bittar.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Isso, o Toninho foi vice do Prefeito Jacob Bittar.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Na forma como o senhor mencionou parecia o contrário.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Desculpa, desculpa. Essa questão a Roseana tem colocado recentemente como suspeita dela. Mas o problema que a gente fez, nós ouvimos o Secretário Gerardo, mesmo, o Sr. Gerado foi ouvido na fase de inquérito, a gente queria saber dele o que é que ele pode apontar de mais concreto. A Roseana nós pedimos que o Juiz a ouvisse, ela foi ouvida até antes de vir aqui à CPI, ela foi ouvida lá. Já tinha sido ouvida, mas... Enfim, para que... Não em Juízo, ela não tinha sido ouvida ainda, mas para que ela apontasse concretamente alguma coisa que não só a biografia do

Toninho; a biografia nós conhecemos, nós queremos saber algum coisa concreta. E nós não temos e nem ela aponta, concreta. E aí surgiu o episódio desse que ficou conhecido como o "Jack", que é outro que também apareceu falando sobre a motivação. O problema é esse, nós conversamos com "Jack", o "Jack" foi trazido para nós através da Advogada que trabalhava no escritório do Dr. Márcio Thomaz Bastos, que então era assistente de acusação da família, era Advogado da família, depois o Dr. Márcio saiu do escritório como todo mundo sabe, mas essa Advogada continua, Dra. Dora, e ela continua assistente de acusação, inclusive.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Inaudível).*

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Da família e agora a Dra. Dora continua como Advogada da família. Ela nos provocou e falou dessa testemunha. Nós pedimos para apresentar a pessoa, apresentou a pessoa, antes nós sabemos que o Dr. Márcio teria feito uma gravação com a autorização da pessoa, com conhecimento da pessoa da conversa que eles mantiveram, essa gravação, o escritório apresentou e foi feito uma degravação, dela. Nós conversamos com esse "Jack" por cerca de mais ou menos de quatro horas.

*(Inaudível).*

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Não, não, não. Nós não... Comparar. O "Jack" disse para nós o seguinte naquele dia: Que ele estava, ele era funcionário do bingo chamado Bingo Taquaral e que como terminava tarde e não tinha ônibus para ele voltar para casa e ele conseguiu de um segurança, que um segurança do bingo de nome Manoel permitisse que ele dormisse no bingo. E ele então dormia na sala de apuração do bingo, teria uma mesa

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sob a mesa ele (?) a cama.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Ele dormia ali, e o que aconteceu? No dia, ele dá até a data, ele dizia para nós em setembro, houve uma primeira reunião, nessa reunião, nessa primeira reunião estavam o dono do bingo, o filho do dono do bingo.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Tinha o português.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Na primeira reunião não tinha. Na primeira reunião me parece que não tinha o português, só o filho.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – (?) o Secretário do Município.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Tinha um sujeito que eles chamavam, as pessoas que estavam nessa reunião chamavam de "Delegado", uma pessoa que eles chamavam entre si de "Coronel", e Nilson Roberto Lucílio que era Secretário de Assuntos Jurídicos do Toninho. Bom, eles falavam que tinham investido no shopping, em shopping, que tinham, e que tinham que abrir outro bingo e... Estaria, eles estariam sendo atrapalhados, isso nessa conversa, e o Nilson respondia que também tinha se comprometido no caso da SANASA, mas que não vai ser privatizado porque isso são compromissos de campanha, enfim, a conversa foi por aí. Houve um momento em que entrou uma pessoa na sala, veio na sala do bingo, e eles se reuniam ali, e ele deitado embaixo da mesa ouvindo. Aí essa pessoa entrou, era uma pessoa forte barbuda e ele disse que depois ele viu essa pessoa na televisão e ele reconheceu como sendo o Secretário da Segurança do Estado de São Paulo Dr. Marcos Vinícius Petreluzzi. Na segunda... E aí acabou a reunião. Petreluzzi falou assim: "Vocês têm o meu apoio, tchau". Foi embora, aí no dia seguinte nova reunião, aí tinha um português uma pessoa com um sotaque português.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era um empresário, segundo (?).

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Uma pessoa que tinha o sotaque português, entrou também um sujeito que eles chamavam de "Andrezinho". "Andrezinho" do Taquaral que era uma pessoa que seria um traficante, esse traficante então se reuniu lá com eles, teve um atrito com o Delegado ali na hora, um atrito com Coronel, e o Coronel dizia para ele, ou o Delegado, se você existe é porque nós deixamos senão você não ia existir e tal. E aí eles falaram, "Você vai assumir as coisas, você vai assumir os negócios", ele, "Não. Não vou entrar confronto com ninguém...", dando a entender que ele ia assumir alguma coisa, que ele ia ter que fazer alguma coisa. Terceira reunião, foi no dia seguinte, à noite, de madrugada e nessa outra reunião apareceu também um outro sujeito que eles chamavam de "Secretário", e aí houve uma frase que ele falou que o "Secretário" falou o seguinte: Que era a única coisa, porque uma coisa que a gente não estava entendendo depois de três horas ouvindo o sujeito, falou assim: "Me fala uma coisa... Até agora você falou, falou, falou, o que é que isso... Como é que você pode afirmar que eles estavam falando do Toninho?", "Ah, não. Teve uma hora que esse "Secretário" falou o seguinte: Se a Vice não fizer o que a gente quer, ela vai ter que renunciar também", falei, "Então o Toninho teria que renunciar", falou, "Não, não. Eles falaram isso, vai ter que renunciar, também". E foi isso. Bom

nós ouvimos eles por quatro horas, falamos, "Então tá bom, agora vamos sentar – a Advogada presente, Dra. Dora – nós vamos sentar agora e vamos passar por termo, nós vamos tomar a termo o seu depoimento". Ele falou: "Não, eu quero garantia", "Que garantias?", "Eu quero proteção", "Primeiro, nós... Não é assim. Nós não temos, proteção que nós temos é SUPRAVITA(F), o Serviço de Proteção de Testemunha, o DHPP que arruma e faz aquela proteção primeira, depois é inserido no Programa de Proteção a Testemunha etc, só que – isso foi bem explicado para ele – nós não vamos colocá-lo no Programa de Proteção a Testemunha sem no mínimo verificar se tem alguma consistência o que você está dizendo". Imagina se qualquer cidadão fala, "eu preciso de proteção", conta uma história e você coloca ele no Programa de Proteção que custa para o Estado tem, enfim... Ele falou, "Então, eu não vou falar nada". "Bom tudo bem não vai falar nada? Não vai colocar no papel? Tudo bem, pode ir embora". O que é que nós fizemos? Fizemos uma petição para o Juiz dizendo, "Olha, esteve aqui com a Dra. Dora um sujeito de prenome – não vou falar o prenome dele porque está sob sigilo – de apelido tal e que esteve aqui dizendo coisas sobre o caso do Toninho. Então, comunicamos V.Exa. sobre esse episódio", e tal e tal e tal. Aí o Juiz ia ouvi-lo, só que antes do Juiz ouvi-lo ele foi ao DHPP, ele foi ao DHPP juntamente com... No dia 2 de setembro de 2001 ele foi no DHPP, me parece que com o Deputado Estadual Renato Simões e salvo engano, também, com o Deputado Federal Luiz Eduardo Greenhalgh. E ele, inclusive, dizia repetiu a história, inclusive, os nomes, Nilson Lucílio, o Secretário Petreluzzi etc e depois disse o seguinte para o DHPP, "Olha, se vocês quiserem me localizar vocês me localizam pelo Deputado Greenhalgh". Depois ele voltou ao DHPP numa outra data logo em seguida, no dia 15 de outubro de 2002 para dizer que recebeu uma ligação, e aí ele dizia o seguinte: "Eu recebi uma ligação de pessoas que se diziam ligadas ao então Deputado Estadual Carlos Sampaio", e ele se sentiu ameaçado. E aí ele foi ouvido na Vara do Júri. Só que é o seguinte: Na Vara do júri, antes dele ser ouvido no dia marcado, ele não foi. Não apareceu. Depois ele apareceu em cartório dizendo que havia, que ele havia se internado num hospital porque ele passou mal "em razão das pressões que ele vinha sofrendo das pessoas que o protegiam". Inclusive ele dizia o seguinte: Que...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – (?) agressão física, também.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Na época pressão. Ele falou assim, no Cartório, na Certidão do Cartório, ele fala pressão que ele, inclusive, passou mal, ele falava isso. E o DHPP tinha oferecido proteção para ele e ele falou que não. Ele foi ouvido em Juízo. Aí ele fala que sofreu pressão, a pressão que sofreu foi do Deputado Renato Simões. Que ele presenciou a reunião do Bingo Taquaral que ele trabalhava lá etc, enfim, ele repetiu basicamente...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele fala de anotações que fez sobre a mesa, alguém chegou a ir lá ver se existia isso?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** A anotação que ele diz é que falta uma parte da história dele. Ele diz que o "Andrezinho" do Taquaral fez umas anotações e ele pegou.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Estava sobre a mesa e gravou...

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Esse é novo, esse ele não falou.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Está no depoimento que ele fez a (?).

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Eu quero chegar nesse detalhe. Porque, veja, quando ele foi ouvido em Juízo, ele confirmou tudo isso que ele tinha falado. Só que ele acrescentou um negócio. Salvo engano, ele acrescentou que a pessoa que ele chamavam de "Secretário" era uma pessoa que depois se tornou Secretário mesmo lá em Campinas, Sr. Lauro Marcondes. Ele disse que...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quem (?) Lauro foi a Vice-Prefeita.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** A Vice-Prefeita, salvo engano foi isso. A Prefeita que assumiu. Ele fala que era o Lauro Marcondes coisa que ele não tinha falando antes, foi falar em Juízo. Renato Simões que antes, Deputado Renato Simões que antes era a pessoa que pagava hotel e o protegia, passou a ser a pessoa que o pressionava. Outro detalhe importante que eu não falei, ele sempre disse, tanto na DHPP, quanto para nós, quanto para o Juiz... Que como que ele apareceu? Ele dizia o seguinte, estava trabalhando em serra negra como garçom, quando de repente uma pessoa lá no hotel onde ele trabalhava, chegou no hotel, ele encostou, falou: "Olha, você é fulano, eu sei que você trabalhava num bingo em Campinas e eu sei que você sabe sobre a morte do Toninho", ele falou... Nós perguntamos para ele, "me fala uma coisa, como que ele chegou até você?". Ele falou, "Porque ele saiu pesquisando todo mundo que deixou Campinas na época da morte do Prefeito". Cidade de um milhão de habitantes. Todo mundo que deixou a cidade de Campinas foi pesquisado por quem? Por um repórter. E ele dizia claramente, o repórter da EPTV chamado César.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Que morreu.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Não. Agora ele mudou o nome do repórter. Agora ele está dando o nome de um repórter que efetivamente morreu num acidente de trânsito na rodovia Piracicaba/São Pedro, e que agora há quem afirme que foi um atentado, bateu de frente com um *Land Rover*, pior ainda.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não é do Sílvio.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Não. [risos] O que seria um atentado meio que suicida na nossa opinião.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Um sapo gritou aí.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Ele mudou, ele mudou esses detalhes. Então Senador Tuma, veja, nós sabemos pela breve conversa que nós tivemos com V.Exa. com o Senador Suplicy, e com o Senador Magno Malta de que, por exemplo, aquela pessoa que ele identificava como o Secretário Marcos Vinícius Petreluzzi agora não é mais o Marcos Vinícius Petreluzzi, é o Deputado, salvo engano, Renato Simões. Quem mandou ele dizer seria um outro Deputado que mandou dizer que era o Petreluzzi. Então, olha, quando nos acusam de não dar muita credibilidade a essa testemunha, nós temos motivo para isso. Nós temos motivo para isso.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Tem que ter muita cautela.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** E quanto ao bilhete que ele fala ele disse que ficou com o César. O repórter. Existe um César, César Menezes, mas ele fala que não é mais o César Menezes, é outro.

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Se me permite completar, na audiência em que ele foi ouvido, foi apresentado a ele as fotos de todos os funcionários que trabalhariam no bingo. O dono do bingo encaminhou para a Juíza as fotos, umas 60 ou 70 pessoas.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Inclusive o Chefe da Segurança que deu abrigo a ele.

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Todos. E ele não reconheceu ninguém como sendo colega de trabalho nos dois meses em que ele trabalhou no bingo. Quer dizer, mais uma vez ele não deixa...

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Nós tentamos identificar e localizar o tal do Chefe de Segurança e não conseguimos.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Diz que não se encontra, ninguém sabe, (?) é correto.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** O problema é que não sabemos se ele existe, esse é outro problema. Nós não sabemos se ele efetivamente existe.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pode ser fruto de uma imaginação que ele, quando ele se internou por motivos de depressão, pode, aí já é uma razão para analisar com muita cautela o depoimento. Não estou desacreditando, não. Não estou desacreditando. Eu acho que alguns dados podem ser investigados, mas é que eu estava falando para o Senador Suplicy, quando levou ao Ministro da Justiça que se acautelasse porque não havia convicção no depoimento. Estou falando assim por uma experiência de ter ouvido uma série... Na minha vida uma série de pessoas, a gente vê aquela insegurança ou dados que não... Indiretamente conflitam entre si. Não estou criticando nem achando que é desprezível o testemunho.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Só acrescentar o seguinte: Nós, recentemente quando ouvimos a Dona Roseana Garcia em Juízo, num depoimento dela em Juízo, nós questionamos a ela a respeito do... A que a ela atribui o fato do Sr. Nilson Lucílio ser mencionado como sendo... Tendo participado disso. E ela disse que não acredita. Ela disse que é evidente... Eu não lembro mais se foram essas as palavras.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – (?) o "Jack" falou conosco depois dela.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** O "Jack", não.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Suplicy, o "Jack" foi ouvido depois dela, na sua residência.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Vamos solicitar na conclusão para que possam entrar nas perguntas. Eu sei que V.Exas sabem demais desses detalhes porque participaram de uma...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É que o nosso Relator nos alimenta em separado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Isso.

Presidente, se o senhor me permitir, eu sei que talvez a gente interfira indevidamente, mas tem um fato aqui que talvez seja fundamental, que eu perguntaria ao Dr. Ricardo: Alguém do Ministério Público verificou o local onde esse rapaz disse que se escondia e ouvia a conversa, era possível alguém ficar ali sem ser identificado?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Foi feito perícia no local, não é? Para saber se ele estava descrevendo o local, aparentemente bate com o que ele descrevia, só que o local é público. Qualquer pessoa pode ir e olhar. O fato dele conhecer o local não prova que ele estava na noite do crime.

Não. O que eu pergunto é o seguinte.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele foi o com alguém até lá?

Dado o local era possível ele permanecer ali durante... Ele assistiu três reuniões.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Ele dizia que a mesa era fechada, que ele podia ficar ali sem as pessoas verem que ele estava ali.

Isso que eu pergunto, alguém verificou isso?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Ele via por uma fresta, parece até que a mesa mudou depois.

[risos].

Se me permite, pelo croqui que foi feito do local não era possível que ele estivesse numa posição em que ele não fosse visto numa eventual reunião que ocorresse ali. Pelo croqui não dava para ele ficar ali sem ser percebido pelos demais integrantes da reunião alegada por ele.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Daria, ele não conseguiria passar despercebido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço ao nosso convidado, Dr. Ricardo Gasques, bem como o Dr. Fernando Pereira Vianna Neto pelos seus esclarecimentos, e concedo a palavra ao Relator se deseja fazer alguma observação ou alguma pergunta.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RG) – Sr. Presidente, o senhor não vai passar a palavra o.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Dr. Fernando.

Só para complementar.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RG) **–** Ah, já complementou.

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Não, não há necessidade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – As perguntas, qualquer um dos senhores poderão responder. Nós agradecemos ao convite que foi formulado por essa presidência a V.Exa. Senador Garibaldi Alves.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Eu pergunto ao Dr. Ricardo ou Dr. Fernando Pereira, se está descartada realmente a possibilidade de ter sido um crime a mando ou um crime político.

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Senador, o Ministério Público não descarta, assim, nenhuma hipótese com relação a esse caso. Nós podemos admitir uma será de... Conjecturar que possa ter sido um crime de mando, possa ter sido um crime banal, mas efetivamente de concreto provado nos autos, nada leva no momento a indicar que tenha sido um crime de mando ou, não há nada indicando isso no processo.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Não há nem indícios, não é?

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Nem indícios concretos... Existem coisas vagas, como o Dr. Ricardo falou aqui, mas de concreto, efetivamente nada indicando esse crime, mas é aquilo que nós sempre falamos: O Ministério Público sempre se encontra aberto, à disposição, qualquer fato que porventura alguém tiver e quiser levar até a Promotoria de Justiça referente a alguma atuação do Prefeito que possa ter desagradado esse ou aquele grupo, o Ministério Público está à disposição para fazer a investigação, inclusive, nós temos algumas investigações em andamento. O fato é que nenhuma dessas investigações leva efetivamente à demonstração de que houve um crime de mando, ou que algum interesse contrariado essencialmente gerou a morte do Prefeito em Campinas. E é bom ressaltar também, com relação a isso, nós temos contatos diretos com os Promotores de Santo André. E os Promotores de Santo André sempre nos repassavam todas as testemunhas que eles ouvem. E nada há vinculando o que ocorreu em Santo André com o que ocorreu em Campinas. O que há é a coincidência entre os Prefeitos serem na época Prefeitos do Partido dos Trabalhadores. Mas nada de concreto, nenhuma prova indicando qualquer correlação entre a morte do Prefeito de Campinas e a morte do Prefeito de Santo André, os motivos que levaram a morte do Prefeito de Santo André, e os motivos que levaram a morte do Prefeito de Campinas.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Nem há semelhança?

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Nem há semelhança Senador. A dinâmica dos fatos envolvendo a morte do Prefeito de Santo André é totalmente diferente da dinâmica que envolveu a morte do Prefeito de Campinas. Pela própria dinâmica agora soubemos pelo jornal que o Prefeito de Santo André foi vítima de torturas, torturas grave e no caso do Prefeito de Campinas não existe essa situação era a situação de um carro em movimento, um único tiro disparado, um tiro disparado na região do braço e que transfixou e

atingiu região vital do corpo. Quer dizer, você não tem a mesma dinâmica indicando que efetivamente estavam preparados, programados para matar o Prefeito. Isso não há. Inclusive, porque, previamente, como o Dr. Ricardo já disse aqui, eles praticaram crime de roubo numa residência, depois eles praticaram um crime, tentaram praticar um crime de roubo contra uma outra pessoa que dirigia um Vectra verde, e aí então, só depois eles foram até a avenida em que infelizmente estava o Prefeito e ocorreu aqueles disparos, os disparos acorridos.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Só para completar, Senador, nós não descartamos a hipótese. O problema é que nós não temos prova, é isso que tem que deixar claro. E o próprio *modus operandi* é completamente diferente. No caso, só um tiro atingiu embora três tiros tivessem sido disparados. Um, inclusive, antes de se aproximar do carro. É quando se aproximava ainda do carro do Prefeito um tiro que partiu de trás. Eu quero só fazer uma colocação aqui, eu assisti parte do depoimento da Dona Roseana, e ela fez uma crítica muito forte em relação a questão da reconstituição do crime. Veja. O que nós fizemos foi uma reprodução simulada dos fatos para verificar se a passagem de um Vectra pelo local poderia ter... Os projéteis poderiam ter a trajetória que foi encontrado no carro do Toninho. Foi só para isso. E vimos que é possível. O objetivo não era para provar, como ela diz, que era para provar a tese de que o Toninho morreu porque atrapalhava o trânsito. Porque essa não é a nossa tese. Porque se fosse a nossa tese, nós teríamos denunciado o Toninho pela prática de homicídio por motivo fútil. E nós não denunciamos por motivo fútil, porque não temos a motivação. Pode ter sido um crime a mando? Pode. Agora existem elementos que indicam também que pode não ter sido. Nós não fechamos questão quanto a isso, e até hoje todas as pessoas que nos procuram, nós procuramos, nós tentamos averiguar ao que elas falam para tentar chegar a solução disso.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Inclusive o que a Prefeita, desculpe, o que a esposa, a viúva do Ex-prefeito falou já se esgotou tudo o que ela... O que ela fala muito em interesse contrariados, ligados a problema de jogos, de bingos, de transporte, de lixo...

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Isso, por exemplo, Senador, no caso dos bingos, por exemplo, que até o "Jack" fala do Nilson Lucílio. Depois da morte do Prefeito Toninho, depois da morte do Toninho, o que aconteceu? A Izalene assumiu e foi feito um parecer contrário a instalação de um Bingo em Campinas. Esse parecer foi dado pelo Nilson Lucílio que apontado pelo "Jack" como a pessoa que teria todo o interesse na morte então Prefeito. Quer dizer, então a gente não vê essa situação. Mas que isso, que a gente raciocina é com relação ao interesse da quadrilha do "Andinho" em chamar a atenção para si numa situação que eles estavam num primeiro momento de aparente conforto em Campinas praticando crime. Eles já tinham praticado mais de 15 seqüestros e no total foram mais de 20 seqüestros na região de Campinas. Tinha um elemento da Delegacia Anti-seqüestro entre seus membros. Quer dizer, qual o interesse que eles teriam de chamar atenção para a quadrilha deles matando o Prefeito? Porque é óbvio que se mata o Prefeito de uma cidade, automaticamente toda a atenção é voltada para isso. E essa quadrilha do "Andinho", pelo que a gente analisa dos vários casos, essa quadrilha não tinha por tradição cometer crimes de mando, ou serem executores de crimes encomendados, não havia essa tradição deles na região.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Outra coisa em relação aos demais fatos. Veja, o leque que a viúva abre em relação a interesses contrariados é muito grande, vai, como foi dito aqui, daquelas questões antigas com Sr. Jacob Bittar. Vai de questão relacionado ao Aeroporto de Viracopos, contrato do lixo, entre outras coisas. Veja, mas não indica uma coisa concreta. É diferente de Santo André que você parte da pessoa que estava no carro, faz as ligações a essa pessoa com outros grupos; e chega a partir daí e tem testemunha dizendo que a pessoa estava lá, saiu do carro, ligou o celular etc. No caso de Campinas é diferente. Como que nós vamos chegar, nós não temos poderes para fazer devassa. Quer dizer, nós não podemos... "Ah, o lixo, vamos investigar o lixo, tem irregularidade no lixo". O que isso mostra que foi esse o motivo da morte? Quer dizer, nós estamos investigando o lixo. Agora daí para provar que as pessoas prejudicadas no contrato do lixo mataram o Toninho vai uma diferença muito grande. E isso nós não conseguimos. Então, esse é o problema.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Porque no caso de Santo André a opinião dos senhores, apesar de não estarem envolvidos e não estarem investigando é de que lá há mais fortes indícios de crime de mando e de crime político.

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Pelo próprio contato que nós temos com os colegas lá e pelo que eles nos revelam a partir das investigações realizadas, lá claramente está delineado um crime de mando, com interesses profundamente contrariados. Inclusive, uma situação do Ex-prefeito ali naquela sistemática eleitoral, pré-eleitoral, que revelava essa situação

de crime de mando. Que em Campinas e também nós não vemos tão claramente o Toninho envolvido nessas questões de caixa de campanha. Isso nós não temos claramente em Campinas nas investigações.

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** É importante afirmar que, por exemplo, ninguém, ninguém, nunca, ninguém levantou uma dúvida quanto a conduta do Toninho. Então, por exemplo, havia caixa dois? Como essa denúncia relativa a Santo André, a resposta que a gente obtém sempre as das pessoas ligadas ao Toninho, inclusive, da viúva, do irmão da etc. Não. Não que eles soubessem. Não tinha. Aí você diz, então essa hipótese, quer dizer, se ele tivesse descoberto isso, aí as pessoas contratar... Falar justamente porque ele não concordava com isso é que ele foi eliminado. Então, não tinha a possibilidade de se fazer caixa dois. É uma questão de adivinhar o futuro. Quer dizer, como se... "Ah, elimina se faz o caixa dois...". Concretamente não tem nada. O Toninho apoiava algum ato de desvio de dinheiro etc? Não. Em relação aos bingos, como o Dr. Fernando já falou, houve esse posicionamento firme do então Secretário que, inclusive, saiu da Prefeitura um dos motivos foi esse, de ter sido contra a concessão de Alvará para um bingo. E a Prefeita concedeu o Alvará. Aí depois, o que acontece? Essa mesma pessoa aparece sendo acusada desde conluio com os bingos. Quer dizer, não tem sentido. Para nós isso não faz sentido. Nós, inclusive, antes do Toninho tomar posse nos nós reunimos com ele, nós sugerimos a ele algumas medidas que ele poderia tomar como, por exemplo, o cassar Alvará dos bingos. Não foi cassado. Não foram cassados. Nós sugerimos a ele cassar a Alvará de todo estabelecimentos que tivessem máquinas de caça-níquel. Porque nós estávamos fazendo um trabalho com muito custo porque toda a hora tinha liminar, mandando devolver as máquinas e tal. E era uma idéia que nós, acredito que talvez ele implementasse isso, essa fiscalização da Prefeitura.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Máquina que o senhor fala é máquina caça-níqueis?

**SR. RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES –** Isso.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** É, isso é uma coisa que a gente tem sofrido muito aqui com isso, porque há até um pedido meu, um requerimento meu, desta CPI, de que a Justiça nos envie todas as liminares que foram concedidas e o motivo da concessão. Porque aí eu não quero criticar o Judiciário, eu acho que como não existe legislação fica uma coisa, um vazio, um branco legal, um... Legal, mas eu acho que está seu dando demais. Por quê? Porque hoje as casas de bingos e as casas de caça-níqueis não tem que se submeter a nenhum tipo de fiscalização. Então, o objetivo que foi criado para poder ajudar os clubes esportivos perderam a razão porque eles não tem que dar satisfação a ninguém. O dinheiro vai direto para o bolso dessas máfias internacionais que estão agindo, falando nisso. Porque eu vou ser o Relator, pelo menos fui designado a Time Mania, porque ela tem o objetivo direto que é arrecadação feita diretamente para a Previdência Social para os institutos, no clube não pega, mas já estão querendo introjar(F) a Emenda sobre "bina", eu falei, "Não aceito, eu saio fora". Por quê? Porque é uma coisa que se o Governo tem interesse que regulamente objetivamente isto. Agora, deixar solto como está, o que é que está provocando é uma coisa que me angustia demais, me deixa machucado pela minha formação profissional de polícia a corrupção que aumenta com isso. Você legaliza a corrupção, meu Deus do céu. Eu acho que até essa desculpa, eu acho que nós temos que meter a caneta no relatório. E os Promotores estão concordes, pelo que eu estou sentindo, com essa dificuldade que eles estão encontrando e tentar coibir esse tipo de crime que tem deixado criança, escola onde for, bar perto de escola jogando caça-níqueis, desculpa o desabafo aqui.

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Se V.Exa. me permitir um exemplo, Senador, lá em Campinas nós fizemos uma operação grande de apreensão de máquinas de caça-níquel, do poder de influencia desses donos desses estabelecimentos, um Juiz Federal do Espírito Santo, até Dr. Macal(F) eu não lembro bem o nome desse Juiz, ele expediu um mandado de busca e apreensão contra a autoridade policial que havia feito a apreensão dessas máquinas para que elas fossem liberadas sob pena de prisão. O que é pior Agentes Federais foram até a Corregedoria da Polícia Civil de Campinas para prender o Delegado, caso ele não liberasse imediatamente essas máquinas. Então o poder que essas pessoas tem e as liminares que são dadas contra a lei, liminares dadas contra a lei, permitindo uma coisa que é realmente ilegal.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E não conseguimos até hoje receber essa relação. Eu acho que eu vou requerer que se mande ao Conselho Nacional da magistratura. Que eles podem interferir diretamente e nos informar. Porque essa CPI não pode terminar sem que se esclareça a motivação principal da concessão de tantas liminares. Olha, para dar um exemplo, Presidente, e desculpa estar tomando tempo, Sr. Relator, em São Paulo eu me assustei com duas casas de bingos que foram construídas agora. Parecem verdadeiros palácios. Eu nunca entrei, mas por fora são palácios com estátuas e... Uma coisa assustadora pela visão de pomposa que tem essas casas de

bingos. Derrubaram o restaurante e tal e construíram. Então, se o sujeito constrói num período que numa legislação é a proibição, é porque ele acredita que está com segurança, ninguém investe para perder dinheiro. Desculpa aí... Interrupção.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Obrigado, eu agradeço... Promotores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Bom o primeiro Senador inscrito para incluí-lo é o Senador Eduardo Suplicy que eu passo a palavra.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Aliás, por minha condescendência porque eu assinei em segundo lugar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Cedendo, portanto, a vez, para o Romeu Tuma.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas, eu cedo...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas eu não vou perguntar muito não, porque eu tenho a impressão que o objetivo...

[*inaudível*].

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, não, eu tinha, realmente.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu pensei que V.Exa. que assinou primeiro tivesse a preferência de ser o segundo, e por isso assinei. Mas não tem nenhum problema de...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu sempre assino em segundo porque eu acho que o Relator é o primeiro sempre, mas eu não quero.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Aquela lista após os Relatores, após o Relator, então V.Exa. está em primeiro.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu agradeço V.Exa. porque eu tinha compromisso.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Por favor.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pedi para me esperar um pouquinho porque eu não vou perguntar muito porque eu acho que os Promotores já fizeram um quadro tão perfeito que quase que nós conseguimos montar um mosaico da ocorrência. E a nossa dúvida, a nossa angústia é a motivação que ainda... Agora, eu fico contente que estão investigando, tentando buscar esse aspecto do motivo que pode ser uma casualidade, um homicídio casual? Pode. Sem objetivo de atingir o Prefeito, até acho que pode ter diante de tudo aquilo que... Houve erro na investigação, houve falha. É uma outra coisa. Porque aqui para nós interessa o objetivo do crime. Se houve o interesse político... Agora, o que adveio disso aí? Alguns tipos de falcatruas que estão sendo investigadas, talvez a investigação leve ao negócio do lixo, porque eu sempre digo o seguinte: O lixo para quem quer corromper é a coisa mais fácil. Porque se recolheu 10 toneladas, mediu cinco, ninguém vai conseguir. Ontem eu estava falando com a Alberto Silva que entende de pavimentação e tudo, falei: "O que senhor acha da operação "Tapa buraco"?". " Para ganhar dinheiro é a coisa mais fácil porque ninguém mede o buraco, ninguém sabe a profundidade, nem quantos buracos que está na estrada. Então, se tem uma empreiteira já acertada é difícil você fazer uma fiscalização até do Tribunal de Contas. Então pode ser que tenha uma luz do que aconteceu em Campinas. Houve a morte, por qualquer razão em seqüência a Prefeitura implantou determinadas coisas com as quais o Prefeito Antônio não concordava, pelo menos o que eu senti no depoimento do senhor que concorda algumas coisas com o depoimento da esposa dele. Então, eu não, não pretendo fazer pergunta. Gostaria, e faria um apelo aos senhores Promotores, que na evolução dessas outras investigações se chegasse a algum fato que pudesse interessar à CPI, que nos comunicasse. Que eu acho que isso tem uma importância vital, não é, Presidente e Relator? Eu acho que senhores também concordam. Na medida que surgir algum fato que a gente possa... Aí o que eu tinha feito aqui de perguntas os senhores já responderam por antecipação. E uma coisa que preocupa muito é a eliminação dos quatro em Caraguatatuba, que é um fato grave também que pode não está vinculado as razões da morte do Toninho. Mas ao seqüestro, sim... Ao seqüestro sim. Então, é uma coisa que eu acho que a Corregedoria tem que investigar da Polícia Militar, ou da Polícia Civil e esclarecer o porquê da eliminação. Porque a gente fica assustado, quando apareceram essas mortes por causa do Celso Daniel que morreram oito, aqui são quatro, então não estou fazendo comparação, mas não há mais possibilidade de não se acreditar que testemunha que envolvidos, qualquer coisa, qualquer um que ponha sombra vai ser eliminado. Então, há um objetivo da gente tentar evitar que as mortes continuem em série. Então, eu queria agradecer e cumprimentar a dedicação, a coragem e a objetividade de dar continuidade a uma investigação que seria natural, "ah, já acabou mesmo...". Não. Então, eu acho que os senhores merecem o nosso respeito. E a nossa admiração pelo trabalho que desenvolvem. Obrigado, Sr. Presidente, desculpe.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Senador Romeu Tuma, eu serei breve, mas eu agradeço se V.Exa. puder permanecer porque...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Suplicy, antes de passar a pa-

lavra a V.Exa. eu gostaria de perguntar se senhores Promotores querem fazer algum comentários sobre a intervenção do Senador Romeu Tuma.

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Apenas agradecer ao Senador pelas palavras e dizer que o Ministério Público é uma honra estar aqui prestando esclarecimentos, é dever do Promotor de Justiça prestar os esclarecimentos a sociedade daquilo que ele faz, tem sim que prestar contas daquilo que faz e agradecer Senador, as palavras e o convite que também sabemos que partiu também de V.Exa. para que nós pudéssemos hoje aqui expor as questões referentes a esse caso.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Queria que levasse ao Dr. Rodrigo o nosso agradecimento pela presteza com que nos atendeu, e a carta que o Presidente mandou, ele imediatamente não pós nenhum obstáculo à presença dos senhores perante a Comissão. Pois não, Senador Suplicy.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Com a palavra o Senador Suplicy. Comunico senhores Senadores que logo do término do depoimento do Dr. Ricardo e do Dr. Fernando, de imediato, nós passaremos a ouvir o Sr. Éder Eustáquio. É Servidor do Ministério da Fazenda, imediatamente para que possamos concluir nossa agenda hoje, V.Exa. tem a palavra Senador Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Senador Efraim Morais, senhores Senadores Garibaldi Alves e Mozarildo Cavalcanti, Senador Romeu Tuma pedi a gentileza de V.Exa. estar aqui por um instante mais, para que possa até reforçar a testemunho que vou dar, designado pelo Presidente, Senador Efraim Morais, ambos, mais o Senador Magno Malta estivemos ouvindo esse personagem, o Sr. "Jack". Então eu gostaria de transmitir ao doutores Ricardo José Gasques de Almeida Silvares e Fernando Pereira Vianna Neto, primeiro agradecendo a contribuição que estão dando a essa CPI. E informar que atendendo o apelo da Sra. Roseane, viúva do Prefeito Toninho do PT, esta Comissão avaliou que era importante estar realizando esse trabalho, que envolve, inclusive, a vinda dos senhores. E como houve um apelo dela própria, como do irmão do Prefeito Toninho, Paulo Roberto da Costa Santos, que, inclusive, pediu-nos para que ouvíssemos o "Jack", e acompanhou o testemunho dele que foi realizado na minha residência presentes os dois Senadores que mencionei. E eu gostaria, Sr. Presidente, de aqui com anuência de todos os membros, passar às mãos dos senhores a degravação, que nós consideramos, até porque não tínhamos a convicção total de que tudo que ele aqui falou realmente constitui a verdade dos fatos, mas considerando como importante para averiguação dos fatos, nós tomamos a seguinte iniciativa: Primeiro, degravamos a conversa da maneira como ela foi, até algumas partes aqui que são de conversa telefônicas e tudo, mas tudo foi degravado ou que nós estávamos até mesmo... As providências informais, telefonemas que foram dados, mas tudo foi degravado até a hora que... O principal foi degravado, continuou um pouco depois com informalidades, porque o gravador é uma certa hora pifou, mas aí já tínhamos gravado o principal. Então nós encaminhamos oficialmente à Comissão, também ao Ministro Márcio Thomaz Bastos a quem pedimos que encaminhasse ao Dr. Paulo Lacerda, da Polícia Federal para examinar a veracidade ou não de cada um dos pontos. O Delegado da Polícia Federal responsável pelo acompanhamento do caso, talvez o Senador Romeu Tuma saiba o nome, eu não sei se foi o Dr. Marcos agora, mas se puder me lembrar, se a Polícia Federal aqui estiver presente poderá até me ajudar. Mas me telefonou e me disse que foram o responsável pela... Ele é o Diretor da Área de Direitos Humanos, foi até Campinas, assim como também o responsável na Polícia Federal, para averiguar os fatos. Ambos foram a Campinas...

*(Inaudível)*.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É possível. Ambos foram a Campinas, ouviram o personagem de nome, entre aspas, "Jack" para averiguar os fatos. Eu, inclusive, falei com o Dr. Vicente Ortiz, o Advogado do "Jack".

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Suplicy, V.Exa. está falando do Delegado da Polícia Federal?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Delegado da Polícia Federal, porque o Ministro da Justiça atendendo a solicitação que nós fizemos por ofício determinou que...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O Ministro não oficializou nada a esta CPI comunicando que entraria no caso, eu acho que há uma solicitação...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas Presidente, deixa eu informar com...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu pediria a V.Exa, inclusive, que solicitasse do Ministro, que fizesse uma comunicação oficial à Presidência da Comissão que estaria atendendo, porque se V.Exa. não nos traz esse fato, todos nós aqui desconheceríamos.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois bem, mas eu...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço, inclusive, a V.Exa, queríamos depois saber do próprio Ministro...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu que tive a preocupação de informar a V.Exa, eu quero recordar que no dia que tínhamos solicitado a audiência, iríamos até os três, aí o Senador Magno Malta, o Senador Romeu Tuma tiveram a indicação de que talvez ele não estivesse.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Já recebeu o Chefe de Gabinete.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Quem iria receber seria o Chefe de Gabinete, mas eu fui até lá e o Ministro chegou e me recebeu e recebeu o ofício em nome, assinado por nós três e em nome da CPI, porque V.Exa. nos deu a delegação. Então, encaminhei a cópia deste documento, que está entregue também à CPI, que é a degravação, com este pedido de averiguar todos os fatos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – A única coisa que eu estranho é...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É porque ainda não foi cumprida.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – A ida desse Delegado sabendo o próprio Ministro e V.Exa. também, de que há um Delegado, aliás são dois Delegados.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Dois Delegados.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Dois Delegados da Polícia Federal à disposição da CPI, e que também não tenham um conhecimento de que um outro Delegado, porque veja V.Exa. é um pouco estranho essa situação. Nós solicitamos que a Polícia Federal, inclusive, um apelo da viúva do Sr. Toninho, para que a Polícia Federal entrasse no caso que até agora não tinha entrado e V.Exa. levou uma solicitação com o Senador Tuma. O que nós lamentamos é que a CPI, a Presidência da CPI não tenha sido comunicado pelo Ministro de que havia um Delegado especial que teria que ser o Delegado especial tratar do assunto porque não vemos nenhum sentido, não desconfiando do trabalho de ninguém, mas nós temos dois Delegados da Polícia Federal a disposição da nossa CPI, que se fosse autorizado ao Dr. Aires(F) que está aqui, está disposição e o Dr. Clóvis. E nenhum dos dois tem conhecimento do terceiro Delegado que fez esse depoimento. Nós estamos estranhando isso aí, precisamos que é que o Ministro, inclusive, faça esclarecimento a Presidência da CPI para que eu possa tornar ciente os senhores Senadores e Senadoras de que... Dessa investigação paralela sem a comunicação à CPI, já que partiu de membros dessa CPI, da própria Presidência, que fosse solicitando da Polícia Federal, que até então não entrou no caso de Toninho, do PT, que tenha pelo menos informações ou que foi apurado até agora em relação a esse depoimento. A não ser, a não ser que V.Exa. tenha alguma informação e esteja em contato direto que, ao meu entender, não está sendo um procedimento correto.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas eu gostaria de informar então, Sr. Presidente, que tendo o Dr. Márcio Thomaz Bastos encaminhado, acredito, esse documento para o Dr. Paulo Lacerda, encaminhou ao responsável pela área de Direitos Humanos e da área também de averiguação destes casos específicos. Ambos foram à Campinas, ouviram o "Jack". Eles permanecem com dúvidas, algumas das quais de natureza semelhante a dos Promotores, tais como aqui foi citado. Mas ainda não completaram a averiguação. E eu inclusive, aqui, enquanto estávamos senhores falando, eu conversei, por exemplo, com o Vicente Ortiz, o Advogado, e com o irmão do Prefeito, Paulo Roberto, que acha que será importante que os senhores completem a averiguação. Dentre...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Suplicy eu vou ter que saber o nome desse Delegado. E a Presidência da CPI, o Relator que está aqui, nós precisamos conversar com ele [soa a campainha] para saber informações em relação a isso aí. Acho que não podemos fazer essa investigação paralela envolvendo membros da CPI, V.Exa. é o membro da CPI, é o único membro a ter essa informação, e não, não... Entendemos nós que não é justo que isso aconteça. Então nós precisamos dos nomes dos Delegados e precisamos do início da semana, eu e o Relator, ou talvez aqui na própria CPI qual... O que foi apurado, porque decidiram, e porque não comunicaram à Presidência da CPI que estaria fazendo... Eu acho que é justo pelo menos a consideração de dizer ao Presidente para que comunicasse oficialmente de que estaria entrando no caso por solicitação. Agora, o que nós estranhamos é esse segredo todo sem a CPI tomar conhecimento de fazer em cima, do seja "Jack", seja Pedro, "Manes", Antônio, não nos interessa.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu queria... Corroboro com V.Exa—

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu queria dizer a V.Exa. nós não vamos considerar isto como o atendimento da CPI, se ela não foi oficialmente comunicada.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas ela será comunicada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Será depois de apurar boa... A vontade

que nós queremos, nós temos a disposição membros, Delegados da Polícia Federal à disposição da nossa CPI. E nós temos nossa assessoria e nós temos tomado um critério, V.Exa. sabe disso. Quando se vai ouvir uma pessoa vai o Agente da Polícia Federal com o Assessor da CPI. Isso tem sido um critério utilizado pela CPI, mesmo que acompanhado pelos próprios Senadores. Então, é isso que nós quero em deixar esclarecido para que amanhã nós não possamos fazer um relatório dizendo que a Polícia Federal fez uma investigação e nós não tivemos conhecimento por solicitação nossa. É essa a preocupação que nos deixa nesse momento. Eu acho que investigações paralelas, sem determinação, sem uma posição oficial da CPI, nós não consideraremos no nosso relatório.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, os passos que eu, pelo menos como Senador, dei foram por delegação de V.Exa. e do Relator. E tudo que tenho feito está sendo...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não estou reclamando de V.Exa, estou reclamando da posição, seja do Ministro, seja do Dr. Paulo César. Que entendo que nós deveríamos estar cientes do que vinha acontecendo já que houve uma solicitação. Então, oficialmente a Polícia Federal não entrou no caso de Toninho. V.Exa. concorda comigo que não há oficialmente nenhuma participação da Polícia Federal no caso.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não existe. Então, se não existe...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não é assim, Sr. Presidente. Nós solicitamos ao Ministro da Justiça em nome da CPI e da subcomissão para que averiguasse a veracidade ou não desses elementos. O Ministro da Justiça pediu à Polícia Federal através do Dr. Paulo Lacerda que tomasse as providências, que ainda não foram concluídas. E elas serão reportadas a V.Exa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. sabe de tudo que vem acontecendo, inclusive, com detalhes. O que eu estranho é isso, Senador, é que V.Exa. tem os detalhes do que até agora não foram concluídos. Nenhum membro da CPI tem esses detalhes. Nenhum! Nenhum dos membros da CPI sabia o que esses Delegados estavam investigando o caso. E V.Exa. sabe, inclusive, do que já foi apurado. É isso que está também, me deixa um pouco estranho, V.Exa. está realmente interessado em esclarecer.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu preciso fazer a pergunta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Então faça. V.Exa. sem considerar esses detalhes.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se V.Exa... Se eu quiser ir ao banheiro V.Exa. precisa fazer um intervalo. [risos]. Mas, mas há uma questão essencial que eu preciso perguntar aos Dr. Ricardo e Fernando referente ao que se passou com o "Jack", ele mencionou que trabalhando lá no bingo como um garçom, S*ushiman*, ele teve autorização de um responsável pela segurança para permanecer à noite dormindo, até que passasse o primeiro ônibus da manhã que levasse para a residência dele. E por essa razão é que ele se encontrava ali dormindo nas três noites onde presenciou a reunião. Obviamente, era mais do que natural que nós perguntássemos, imagino que o senhor tenha perguntado, qual era o nome desse segurança, onde ele está, para que ele pudesse confirmar a informação dele que o Sr. "Jack" ali estava trabalhando e que ele permaneceu aqueles três dias. E, mais do que isso, que a segurança teria visto as pessoas entrarem na reunião, embora quem tivesse prestado atenção e ouvido o que se passou lá foi o "Jack". Pois bem. Tendo em conta essas informações, era natural que os senhores mais do que simplesmente olhar as fotos, mostrar as fotos, o que é que foi dito a nós sobre as fotos mostradas? Os três Senadores perguntaram sobre isso, ele nos informou que foram mostradas as fotos dos funcionários que trabalhavam nos outros bingos que não aquele. E por isso ele não pode reconhecer os seus colegas de trabalho. Primeiro ponto importante. Os senhores tinham notado isso? Uma pergunta. Segunda pergunta: Os senhores perguntaram o nome do Chefe da Segurança e procuraram localizá-lo? Qual é o nome dele, eu pergunto.

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Respondo, Senador?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Por favor.

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Com relação a primeira questão foi solicitado ao prioritário do bingo a relação dos funcionários e ele era o proprietário daquele bingo, daquele BINGO TAQUARAL citado pelo "Jack". Os documentos trazidos se referiam aos empregados do BINGO TAQUARAL citados pelo "Jack". Então, quer dizer, essa argumentação de que aqueles funcionários não eram do BINGO TAQUARAL não corresponde formalmente com o que foi apresentado aos autos. Podemos até complementar a diligência a partir dessa nova informação, solicitando que se esclareça se possui outros funcionários em outros estabelecimentos que não o bingo. Porque o bingo que esse senhor apresentou é o BINGO TAQUARAL.

Com relação a esse segurança, ele não fornece meios concretos para que se possa identificar essa pessoa. Ele não tem nenhum elemento.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ele disse o nome?

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Ele fala o primeiro nome.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Qual foi?

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Emanuel.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Emanuel. É o nome que está aqui citado. Pois bem, então com o mesmo cuidado que V.Sa. tiveram, nós tivemos, a precaução de por bom... Primeiro passo para saber se a sua palavra tem veracidade é encontrarmos o Emanuel. Então faça o favor de encontrá-lo e para que possamos saber disso. Quero transmitir ao Presidente Efraim Morais com o maior respeito que os policiais estão procurando encontrar este Sr. Emanuel, assim como eu solicitei ao Sr. "Jack", aqui referindo-me, o nome dele é outro, para que encontre. Porque somente quando ele for encontrado é que nós teremos elementos maiores de credibilidade sobre o que ele nos falou. E eu transmiti hoje ao Sr. Vicente Ortiz que ele precisa dizer ao Sr. "Jack", o Advogado do "Jack", que é preciso que se o "Jack" quer de fato colaborar que ele encontre a pessoa. Senão, nós teremos dificuldade em dar credibilidade e mesmo a Polícia Federal ao que ele disse. Então, o que eu quero transmitir, inclusive, ao Presidente, é que a própria Polícia Federal está encontrando alguma dificuldade para encontrar os elementos que comprovem o que aqui foi dito. E, certamente, se vier esse elemento de maior credibilidade, ele terá a Polícia Federal meios de transmitir oficialmente à CPI, a, digamos, um relato melhor sobre o que nós da CPI pedimos ao Ministro Márcio Thomaz Bastos. Era isso que eu gostaria de transmitir, e passo as mãos, peço a assessoria ao Secretário, por favor, que oficialmente eu gostaria de passar as mãos, com a permissão do Presidente, da cópia do documento que é da CPI para que eles conheçam. E se, porventura, à luz do que foi dito pelo Sr. "Jack" para nós três Senadores, se isso contribuir para uma melhor averiguação. Porque obviamente nós também tivemos a mesma preocupação, mas será que é verdade acusar tal e tal pessoa depois não é. E por isso nós mantivemos reservado o que eles nos disse. Apenas dissemos que houve uma pessoa que disse ter estado lá no BINGO TAQUARAL, que ouviu histórias de quem poderia ter planejado o assassinato do Prefeito Toninho, mas com o devido respeito, de um lado a Sra. Roseana viúva de Toninho Costa Santos, seu irmão Paulo Roberto todo o respeito que estamos fazendo que eles pediram a essa CPI, mas com o cuidado de não estar tornando pública as denúncias sobre o que talvez não seja verdadeiro. Então é isso, Sr. Presidente e Sr. Relator.

**SR. FERNANDO PEREIRA VIANNA NETO** – Senador, de nossa parte, Senador o que podemos solicitar é que se efetivamente surgir concretamente quem seria essa pessoa dita pelo "Jack", esse tal Emanuel, que nós sejamos comunicados do nome e endereço para que possamos ouvi-lo no processo que corre em Campinas contra... Para a polícia justamente apurar esses fatos. Seria interessante que nós tivéssemos acesso se por causa for descoberto quem seria esse Sr. Emanuel para que nós pudéssemos fazer essa prova no processo, porque o que nós objetivamos efetivamente é a busca da verdade real.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Apenas, Presidente, eu acho que o Dr. Eriosvaldo é um dos Delegados que V.Exa... Eriosvaldo Dias da Polícia Federal que esteve em Campinas, inclusive, ouvindo Sr. "Jack" a pedido da CPI, mas não completou ainda o trabalho para estar reportando o que nós solicitamos. A informação que eu pelo menos quero dar a V.Exa. Eu concluí, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V.Exa. E agradeço também aos Drs. Ricardo José Almeida Silvares, bem como ao Dr. Fernando Pereira Vianna Neto. Agradecendo ao convite que foi feito a V.Exas. e claro com os esclarecimentos, as informações que nos foi dada. Muito obrigado.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, permita sobre um outro assunto, mas que para que não fique aqui a informação de que eu estaria fazendo um trabalho sem conhecimento oficial da CPI.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu não falei de V.Exa. V.Exa. está, é membro da CPI, V.Exa. não precisa de autorização. O que nós estamos... Só estranhei uma coisa. Era um comunicado à Presidência de que o Delegado A, B ou C estariam na missão solicitada tal, tal, tal etc. E mais nada. Não estou aqui duvidando dos Delegados, não estou duvidando do Ministro, nem do Dr. Paulo Lacerda de forma nenhuma, e V.Exa. não precisa de autorização. V.Exa. é um professor e está se revelando uma das figuras com poder de investigação mais forte dentro desse Senado. E nós agradecemos a V.Exa. pelo trabalho que vem fazendo.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita, Sr. Presidente. Hoje é 19 de janeiro de 2006. Foi no dia 18 de janeiro de 2002 que o Prefeito Celso Daniel foi seqüestrado. Na noite de 19 para 20 que ele foi morto. Portanto, nessa madrugada se completarão

quatro anos da morte do Prefeito Celso Daniel. Ainda há pouco, se não continua, lá no Plenário do Senado V.Exa. testemunhou está havendo um debate sobre este tema. Eu quero aqui dizer Sr. Presidente, até porque ainda hoje o jornal Estado de São Paulo me brindou como tendo uma atitude dúbia aqui nesta CPI, eu quero transmitir, inclusive, a jornalista que assim me brindou. Eu considero da maior importância, nós aqui colaborarmos para que com isenção e responsabilidade venhamos a desvendar inteiramente os motivos do seqüestro e morte do Prefeito Toninho, os motivos do assassinato do Prefeito Celso Daniel e os motivos do assassinato do Prefeito Toninho. Eu, inclusive, hoje, liguei para o Presidente do SEBRAE Paulo Okamoto, dizendo que ontem eu, o Senador Flávio Arns, nós votamos favoravelmente quando houve a votação, seja da presença aqui do Sr. Roberto Teixeira, seja da quebra de sigilo dele. Eu, na hora, até pensei que fosse para reconvocá-lo. Mas se soubesse que era a quebra de sigilo também teria votado "sim". Porque considero importante estarmos cooperando, inclusive, no próprio propósito do Presidente Lula, sempre expresso, que o seu governo deve colaborar para desvendar todo e qualquer problema que possa ser objeto de dúvida. E assim como nós Senadores aqui muitos assinamos. Colocar o nosso sigilo bancário, fiscal e telefônico à disposição, sempre que houver necessidade, de quem quer que seja, então avaliamos que os que estão na vida pública, devem ter uma atitude dessa natureza. Então, eu quero aqui dizer que estarei colaborando até o final para desvendar verdade completa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço e tenho certeza disso, Senador Suplicy, mas já informo a V.Exa. de que na próxima terça-feira nós teremos Sessão normal da nossa CPI, a partir das 11h, 10h30, 11h. E nós temos, vamos tentar fazer a oitiva de três outras pessoas. O Sr Edson Santié, Delegado de Departamento Estadual de Investigações Criminais, por solicitação do Senador Tião Viana, bem como do Delegado de Polícia Federal o Dr. José Pinto de Luna, que estão atuando nesse caso, bem como do Dr. Paulo Vasquez, legista, que será o primeiro depoente da próxima terça-feira. Já estou com os ofícios encaminhando para que sejam tomadas essas providências e acredito que atendo exatamente a V.Exa. que registra o caso de quatro anos da morte do Ex-prefeito Celso Daniel.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tem V.Exa. a informação...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Tenho a convicção de que o trabalho de todos os membros nessa CPI vem, inclusive, já mudado o a própria opinião, a conclusão de que foi um assassinato, foi morte comum. Mesmo as palavras que eu ouvi a pouco do Dr. Ricardo que a vítima estava no lugar errado, na hora errada, mais ou menos isso, não é? E essas palavras também foram dadas, e parece-me que não era bem o que aconteceu no caso Celso Daniel. Ele não estava no lugar errado, na hora errada. Parece-me que a própria reabertura do processo, a Dra. Sara(F), com o parecer do Dr. Paulo Vasquez, que vai ter aqui oportunidade de esclarecer isso na próxima terça-feira, se Deus quiser e todos nós pudermos estar aqui. Então, agradeço a V.Exas. mais uma vez pelo convite, e a nossa CPI está aqui sempre à disposição no que for possível para tentar, juntos com o Ministério Público, o que eu quero parabenizar de São Paulo, o esclarecimentos deste caso que é uma cobrança não só da família, não só de Campinas, mas de todo o país. Muito obrigado a V.Exas. E convido, solicito da assessoria para trazer até a Mesa o Sr. Éder Eustáquio Macedo para o seu depoimento. Senta aí, Suplicy, para a gente ouvir o... Manda isso, rapidamente por fax, o que for. Bom, dando continuidade aos nossos depoimentos, eu quero inicialmente agradecer ao Sr. Éder Eustáquio Soares Macedo por ter atendido a solicitação e a convocação dessa CPI, ao tempo em que cumprimento a Dra. Stela Cristina Nakazato, Advogada do Dr. Eustáquio, e ao tempo em que também agradecemos a presença da senhora. Aqui sobre a mesa termos de compromisso assinado pelo Éder, o que conforme o Artigo 203 do Código do Processo Penal. E inicialmente vou passar a palavra ao Sr. Éder que poderá usar o tempo que fizer necessário para algum esclarecimento, se não tiver nada a declarar preferindo responder direto as perguntas dos senhores Senadores, também o senhor ficará à vontade. Mas V.Sa. inicialmente terá a palavra para a identificação, seu nome profissão, coisas dessa natureza agradeço mais uma vez a V.Sa.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Meu nome é Éder Eustáquio Soares, desculpa, boatarde. Meu nome é Éder Eustáquio Soares Macedo, sou casado há 11 anos, tenho um filho, sou motorista profissional há 15 anos. Trabalho no Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro como motorista, moro também na cidade do Rio de Janeiro, no Município de Nova Iguaçu. Passo a palavra aos senhores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V.Sa. E concedo a palavra ao Relator. Senador Garibaldi Alves.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Éder, eu gostaria de perguntar a V.Sa. como se deu o fato do senhor ter ido ao encontro do Sr. Vladimir Poletto no aeroporto em

meados do ano de 2002? O senhor recorda porque o senhor foi ao encontro do Sr. Vladimir Poletto?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É, eu trabalhava como taxista em São Paulo, prestava serviço a locadora Locablin, a Dona Eurites(F) ligou para mim, falou que tinha um serviço para mim fazer.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Dona?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eurites(F).

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Quem é Dona Eurites(F), por favor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Dona Eurites(F) é a que trabalha na locadora, lá.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Funcionária da...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Funcionária da locadora. Ela falou se eu estava disponível para atender o Dr. Ralf. Eu falei que sim, estava disponível, sim.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Dr. Ralf Barquete?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Dr. Ralf Barquete. Aí ela falou se eu poderia atender naquele momento; eu tinha acabado de almoçar, eu fui até a locadora, peguei o veículo da locadora e fui pegar o Dr. Ralf Barquete no Aeroporto de Congonhas. Chegando lá o Dr. Ralf chegou, atendi a ele e ele pediu, perguntou para mim se a gente podia ir no hangar da TAM, que fica logo atrás do aeroporto. "Sim senhor, doutor". Fui para o hangar da TAM. Chegando lá ele desceu do veículo e foi lá dentro, voltou e pediu, falou para mim se a gente podia ir a Campinas. "Sim senhor, doutor". Fui a Campinas com ele no Aeroporto de Viracopos; chegando lá ele desceu novamente do carro, voltou e falou para mim que a gente ia num Campo de Marte que tinha mais próximo ali, Amarais... Um negócio assim. Perguntou para mim se eu sabia onde era, eu falei "Olha, doutor eu não sei, não". Ele falou, eu sei mais ou menos. Chegando lá eu parei o veículo, ele desceu novamente, pediu que eu abrisse o porta-mala do carro, eu acionei o porta-mala do carro pelo porta-luva do carro que fica dentro do porta-luva, o botão, o porta-mala abriu, ele fechou o porta-mala, entrou dentro do carro já acompanhado com o Dr. Vladimir. Pediu que a gente voltasse a São Paulo. Chegando a São Paulo pela Bandeirantes, ele pediu que eu fosse até o Churrascaria Montana Grill, que se encontra na Juscelino Kubstichek. Chegando lá eu parei o veículo, Dr. Ralf desceu juntamente com o Dr. Vladimir. E fechou o porta-mala do carro, se encaminhou para mim pediu se eu poderia deixar o Dr. Vladimir no Aeroporto de Congonhas, "sim senhor, doutor". Ele entrou dentro do carro, o Dr. Vladimir, levei no Aeroporto de Congonhas, chegou lá o Dr. Vladimir falou que eu estava dispensado. Fui para a locadora, deixei o veículo lá, peguei o meu táxi e fui trabalhar normalmente. Isso que ocorreu.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita, Sr. Relator que teve um momento quando ele mencionou o aeroporto, eu não compreendi tão bem, o outro aeroporto que ele chegou em Viracopos, daí ele pediu para que fosse, que houvesse um deslocamento até o aeroporto. Salvo engano, falou: "Marte" e depois "Amarílis(F)".

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Amarais.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Aeroporto de Amarais.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, não é um aeroporto é uma pista, lá.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É uma pista.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – É que lá não tem Polícia Federal.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, mas perdão, Sr. Presidente, só o que fica em qual município? Este Amarais, essa pista...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Os municípios ali são muito ligados Sumaré e Campinas eu não posso...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É entre Sumaré e Campinas?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Eu não sei. É próximo, bem próximo do Aeroporto de Viracopos, a gente não andou tanto.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não mencionou a palavra Marte, então? Eu ouvi mal.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sim senhor. Não, não falei Marte.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não foi Campo de Marte? O senhor mencionou Campo de Marte pelo que eu ouvi. Por isso que eu fiz a pergunta. Como é que pode ser Campo de Marte em Amarais. Então eu acho que se o senhor puder só repetir essa parte, porque senão vai ficar registrado... Outros aí também ouviram. Então, acho que o senhor, porque como Campo de Marte é muito conhecido que é capaz de o senhor ter mencionado.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Eu assim ouvi. Por isso que eu estou fazendo a pergunta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Vamos deixar o Éder fazer... Só explicar o nome.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Só repetir aquele trechinho saindo de Viracopos foi para... Aí fica claro.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É. Realmente eu mencionei Campo de Marte, mas me desculpa, lá eu nem sei se é Campo de Marte.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu tive razão na pergunta, porque Campo de Marte não fica perto de Viracopos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. está com o ouvido muito apurado.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Estava prestando atenção, Sr. Presidente.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu agradeço, muito obrigado.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É Campo de Amarais, ali entre Sumaré e Campinas.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sim, senhor.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tá bom.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Éder, o Sr. Vladimir trazia uma bagagem, o senhor confirma isso, que ele trazia uma bagagem volumosa ou não?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não posso confirmar porque eu não vi nada, eu não desci do veículo.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O senhor não ajudou a carregar essa bagagem?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. De maneira alguma, eu não desci do veículo. Dr. Ralf... Que Deus o tenha, pediu para mim abrir o porta-mala. Eu abri ao porta-mala do veículo, simplesmente.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Automaticamente pela chave do carro?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Tem um botão que fica dentro do porta-luva.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Por botão, exato, sem sair do carro.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sem sair do carro.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Qual era o carro?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Era um Omega.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Ah, o senhor acionou de dentro do carro...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Blindado. Um Omega blindado.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Um Omega blindado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não é o mesmo... O senhor não sabe dizer se essa locadora é aquele mesmo Omega que o Delúbio usava, não. É o mesmo?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Não sei dizer.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Éder, alguém acompanhou o senhor na ida até o aeroporto para buscar o Sr. Vladimir Poletto?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu saí de São Paulo do Aeroporto de Congonhas juntamente com o Dr. Ralf. Eu nem sabia que o Dr. Poletto ia estar lá. Eu fui com o Dr. Ralf.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E qual o trajeto que o senhor percorreu após deixar o Aeroporto dos Amarais? Onde é que foi deixada essa bagagem?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu deixei o Dr. Ralf Barquete e o Dr. Vladimir em São Paulo no Montana Grill.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E eles tiraram a bagagem, eles descarregaram a bagagem da mala?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não posso confirmar se tinha bagagem. Ele só pediu para eu acionar o porta-mala novamente chegando em São Paulo. Eu acionei o porta-mala.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Mas devia ter, para que eles iriam pedir isso ao senhor, não é?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor não foi muito gentil com eles, não, não é, Sr. Éder? Porque o Dr. Ralf, naquela época já, talvez... Uma pessoa muito respeitada, e o Sr. Poletto, não sei se tinha bebido alguma coisa, pudesse pegar três volumes, que é a informação que é confirmada pelo piloto é que eram três caixas... Quer dizer, o senhor não foi muito gentil com eles ajudando a pegar essas malas. O senhor custou assim na via pública, na churrascaria, e dali abriu e fechou rapidamente o... Quem foi que fechou, foi o senhor ou eles? Depois que fechou a mala? Porque o senhor abriu, não é?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não posso identificar quem fechou, só sei que fecharam e eles...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não foi o senhor. O senhor não saiu de dentro do carro.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu nunca saio de dentro do carro. Eu tenho uma ordem até da locadora que eu só saio de dentro do carro se eu for requisitado para aquilo. Caso contrário, sempre dentro do carro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sempre. Agora o senhor já conhecia o Sr. Ralf Barquete, já tinha prestado serviço a ele?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Algumas vezes sempre pela locadora. Não conhecia ele...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas, o senhor não era funcionário da locadora, o senhor é taxista e quando era casos assim especiais o senhor era convocado. O senhor não tinha nem um vínculo empregatício com a empregadora, não é verdade?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sim, senhor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Só em casos especiais, missões especiais, era que o senhor era convocado ou convidado, vamos dizer assim. Não vou falar a convocado, vou falar convidado. Que a doutora como é o nome dela que... Doutora Eurites(F). A Doutora Eurites(F) era o quê? Era a dona da locadora?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – A Dona Eurites(F) é uma funcionária da locadora. Eu fazia um serviço de prestador de serviço da locadora. Assim como qualquer...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Tudo bem, eu só fazia... O senhor terceirizava, vamos dizer assim, terceirizava, não é?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Terceirizava. Sr. Relator com a palavra.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O senhor trabalha atualmente aonde?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu trabalho atualmente no Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E qual é o cargo que V.Sa. exerce?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu sou motorista.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E como motorista o senhor utiliza celular do Ministério da Fazenda?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu utilizo o celular do Ministério da Fazenda.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Todos os motoristas utilizam celulares?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Com exceção aqueles motoristas que são do Gabinete.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Quer dizer com exceção, que o senhor diz, só os motoristas do Gabinete é que utilizam.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sim, senhor.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E além do senhor poucos utilizam então, não é?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não tenho todo esse conhecimento. Lá os motoristas...

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Alguém mais utiliza ou já utilizou esses celulares?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Utiliza. Tem outro motorista que utiliza, sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O mesmo celular ou outro número?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Outro número.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Qual é o número do celular do senhor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO –** O meu celular 99.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Do Ministério, do Ministério, não o do senhor. O que senhor usa que o Ministério paga, não é isso?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Correto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senhor depois passará para mim esse celular, depois eu solicitaria da doutora para não ficar...

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Éder, na época que o senhor cumpriu essa missão junto ao Sr. Ralf Barquete e ao Sr. Vladimir Poletto, o senhor já era Servidor do Ministério da Fazenda?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Eu trabalhava como taxista em São Paulo.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O senhor foi admitindo quando no Ministério?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu fui admitido no Ministério dia 16 de maio de 2003.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Em 2003. O senhor foi indicado por quem?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não fui indicado.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O senhor fez concurso?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Eu, graças a Deus, nesses serviços extras que eu fazia a não ser o táxi, eu vim a conhecer o Ademirson e... Num desses serviços ele me perguntou, "A família tudo bem?", eu falei, "Tudo bem graças a Deus, a minha família mora no Rio, eu moro aqui em São Paulo para trabalhar, eu tenho casa no Rio, e minha esposa e meu filho estão lá e eu fico aqui com os meus pais, trabalho, final de semana que dá para eu ir, eu vou, o que não dá eu vou em 15 em 15 dias". Encaminhei um currículo a ele, pedi a ele que se... Se ele poderia me ajudar num serviço.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O senhor chegou antes disso, claro, o senhor prestou serviço ao Sr. Ademirson Ariovaldo?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Quantas vezes o senhor encontrou com Sr. Ademirson para recebe-lo no aeroporto sempre a mando dessa da Dra. Eurites(F)?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É. Algumas vezes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Era a missão... Algumas vezes.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Algumas vezes eu atendi o Dr. Ademirson.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – 10, 15, 20 toda vez que ele ia... Ia a São Paulo, ao Rio, ou melhor, na época V.Exa. em São Paulo.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, algumas vezes ia a São Paulo, solicitava o serviço da locadora, ela me requisitava eu ia fazer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor fez essa amizade com o Sr. Ademirson?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não vou dizer uma amizade, um conhecimento assim de trabalho. Ele viu o meu serviço, perguntou da minha família, eu já aproveitei e expliquei a minha real situação. Que eu tinha casa no Rio, família morava no Rio e eu trabalhava em São Paulo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor sabe se ele conseguiu emprego para outras pessoas na locadora ou não?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, de maneira alguma.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ninguém da locadora está lá com senhor, só o senhor está lá no Ministério?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Só eu que estou no Ministério.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Então, gostou do senhor, não é? Simpatizou com senhor, vamos dizer assim.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Graças a Deus, não é?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Graças a Deus.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E o senhor não conhecia antes o Sr. Vladimir Poletto? O senhor conheceu por ocasião daquele encontro no aeroporto ou já conhecia antes?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Só conheci através do trabalho, quando requisitavam meu serviço a locadora.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – A ele também, o senhor também prestou serviço a ele, Vladimir... Estou falando sobre o Vladimir Poletto.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Algumas vezes, sim.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Quem mais o senhor conhecia, o senhor conheceu o Sr. Rogério Buratti?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não o conheço.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Nunca o viu?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Nunca o vi.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E o senhor Juscelino Dourado, também não?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não o conheço.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Juscelino Dourado era muito amigo do Ademirson, trabalhavam juntos, talvez o senhor não tenha conhecido pelo nome. Quem mais o senhor prestava serviço? Quem é que o senhor recebe muito lá no

Ministério da Fazenda? Depois de 16 de maio, quando é que foi essa... O senhor lembra a data que aconteceu essa viagem para Campinas e até esse aeroporto lá, o senhor lembra a data? O Relator tem essa data ou não? O senhor se lembra mais ou menos?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não lembro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Assessoria tem essa data? Julho de 2002, mais ou menos isso. De julho de 2002. O senhor foi em maio ou março. Foi março ou maio que o senhor foi trabalhar no Ministério?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu fui dia 16 de maio.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor conhece... Havia outro carro lá? Só um detalhe para o senhor talvez... Mesmo não descendo estava dentro do carro deu para observar. Na hora que o senhor parou na churrascaria desceu o Sr. Ralf Barquete, que o senhor disse que "Deus o tenha em bom lugar", e tem muita gente que está desejando isso, que ele esteja em bom lugar. E tem o Dr. Vladimir Poletto, desceram os dois do carro?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Desceram os dois.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Desceram os dois do carro e eles chegaram a adentrar a churrascaria?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Foi tudo muito rápido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – No meio da rua.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Tinha um carro esperando?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não vi nenhum carro, lá. Lá tinha outros carros, mas era da churrascaria, tinha um movimento lá. Quem conhece a churrascaria lá, a entrada é na... Perto da rua, assim, eu parei o carro, eles desceram. Logo...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Quanto tempo eles demoraram, quanto tempo o Sr. Vladimir demorou para voltar para o carro?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Foi...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor não o deixou no aeroporto depois, não foi isso? O senhor deixou o Ralf ou o Vladimir?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É. Eu parei no Montana Grill, desembarcaram, o Dr. Ralf chegou para mim, pediu que eu deixasse o Dr. Vladimir no aeroporto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Qual foi esse tempo assim de... Que... Descer e voltar para o carro? Qual foi o tempo aproximadamente quantos minutos ou uma hora...?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, foi coisa de minutos. Eu não posso precisar o tempo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Sa. evidente que não iria cobrar isso de V.Sa. Mas algo em torno 5, 10, 15 minutos, não sei, mais ou menos, não tem que...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Menos de 15 minutos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Menos de 15 minutos. Muito bem.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Éder. Qual a película utilizada no carro Omega?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Para blindar o carro?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Aquela película que usa no vidro.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Ah, eu não sei precisar qual película que—

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – A película do...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sei que o carro, é nível... A blindagem dele é nível três. Agora eu não posso dizer qual é a película.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas o senhor... Quem está de fora do automóvel vê o senhor dentro pela lateral?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Dá para ver, sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Dá? E V.Exa. não teve nenhuma curiosidade de olhar de lado assim, ficou... Para ver se tinha um carro esperando.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não tive.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Éder, o senhor foi... Prestou serviço ou foi funcionário do Sr. Roberto Carlos Kurzweil?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É. A locadora é dele, Dr. Roberto Carlos.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Ah, a locadora é de proprieda-

de dele. E durante quanto tempo, desde quando V.Sa. presta serviço a essa locadora?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Desde... Que eu faço esse serviço de *freelance,* lá, desde o começo de 2002, mesmo.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Roberto Colnaghi.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Conheço.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Conhece. Eles são muito amigos o Sr. Roberto Carlos e o Sr. Roberto Colnaghi ou não?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Perdão, eu me referia ao Dr. Roberto Carlos.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O senhor conhece o Roberto Carlos Kurzweil, não é?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sim.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O Roberto Colnaghi não conhece.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não o conheço.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E durante o trajeto o Sr. Ralf Barquete, durante a viagem o Sr. Ralf Barquete e o Sr. Vladimir dialogaram sobre o objetivo da viagem ou sobre o que estava na bagagem, na mala do carro ou não?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eles devem ter conversado alguma coisa, mas eu não me lembro, não, o que eles conversam.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O senhor não se lembra, não.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Prestei atenção. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Prestou atenção? Senador Mozarildo.

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Eu tenho uma curiosidade muito mais como Médico do que como Senador. Eu gostaria de perguntar ao depoente se ele tomou alguma medicação, tranqüilizante ou equivalente para vir aqui.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – O medicamento que eu tomei hoje foi o meu Tenadren(F), que eu tomo todos os dias.

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Só.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu queria só tirar uma dúvida é sobre a questão do emprego. Que eu acho que o senhor conheceu o Sr. Ademirson, prestou serviço a ele, fez um... Por que Sr. Ademirson... O senhor sabia que o Sr. Ademirson tinha poderes para nomear alguém dentro do Ministério?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – De maneira alguma. Eu pedi.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor pediu a ele?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Pedi a ele.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E ele disse que resolveria?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Quanto tempo ele demorou para resolver a questão do emprego para o senhor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu pedi a ele logo que o Presidente Lula foi eleito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Então o senhor trabalhou em campanhas políticas, também, nesse caso, não é? Se foi desde aquela época... O senhor participou de campanhas políticas?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Nunca trabalhou em campanha política de ninguém?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Nunca trabalhei em campanha política de ninguém.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E o senhor prestou serviço ao Sr. Ademirson antes... No caso o senhor já conhecia, conhecia onde, de Ribeirão Preto?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, da locadora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E na época, antes do Presidente Lula ele já usava essa locadora?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, só da locadora, só através do...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor sabe, como é que o senhor logo que o Presidente Lula foi eleito o Sr. Ademirson

veio depois para o Ministério. Não foi logo que ele veio. Ou o senhor prestou serviço a ele quando ele estava em Ribeirão Preto? O senhor sabia que ele trabalhava com o Ministro Palocci?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sabia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sabia?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu atendia o Dr. Ademirson só junto com o Dr. Palocci.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor quando pediu emprego também estava na presença do Ministro.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, de maneira alguma. Eu apenas não pedi emprego. Eu não pedi emprego.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas consta que o senhor atendeu o Sr. Ademirson outras vezes sem a presença do Ministro.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Nunca atendi o Ademirson sem a presença do Ministro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Então, o Ministro, quando ia a São Paulo, usava esta locadora.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Usava essa locadora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E pelo que V.Sa. colocou foram mais de 10, 15, várias vezes.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Não sei se chega a tanto, não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas, mais de 10 foi, não é? Pelo menos mais de 10.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não vou falar porque eu não tenho certeza.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Muito bem. Não existe um carro oficial para receber o Ministro quando chega, por exemplo, o Ministro vai para São Paulo, não tem um carro do Ministério ou do Governo para atender o Ministro?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Perdão. Eu estou falando na campanha. Eu nunca atendi o Dr. Palocci, hoje Ministro da Fazenda, como Ministro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Então, o senhor atendeu na campanha, o senhor disse que na campanha não atendeu, então V.Sa. está tendo uma contradição. Eu acho que V.Sa. tem que colocar, assim, o senhor disse que andou com a Ademirson e o Ministro não é verdade?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu atendo o Dr. Antônio Palocci, hoje Ministro da Fazenda, no Rio de Janeiro... Só no Rio de Janeiro, com o carro do Ministério da Fazenda.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ia no carro do Ministério, não é?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – No carro do Ministério da Fazenda. Eu nunca o atendi, hoje, Ministro, com outro carro de outro lugar.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Éder, só uma curiosidade aqui. Geralmente, as pessoas que prestam serviço à locadora, elas fazem questão até por orientação das locadoras e, às vezes, por uma questão de gentileza, de abrir a porta do cliente. V.Sa. não permanece no carro mesmo que seja uma senhora, no caso não era uma senhora, mas mesmo que seja uma senhora, V.Sa. não desce para abrir nem a porta do carro?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não desço porque eu não tenho essa orientação da locadora. A orientação que eu tenho é permanecer sempre no carro. Por ser um veículo blindado, os vidros não baixam, só o do motorista pouquinho. Então, tem que andar com o ar sempre bem geladinho, manter ambiente adequado. Eu não tenho o costume de descer a não ser quando a pessoa...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mesmo quando a pessoa vai sair para pegar o carro tem que ficar geladinho... Porque quem volta é o senhor, só. Não volta o cliente. Eu não sei se isso aí é problema do medicamento, eu não sou médico. Qual é o salário hoje do senhor lá no Ministério?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu ganho 1.225 reais. No DAS.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor deixou de ser taxista.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu deixei de ser taxista. Hoje, graças a Deus, eu moro no Rio de Janeiro, na minha casa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Graças a Deus. Muito bem, eu posso... V.Sa. vai, anda, aí volta, parece mais com aquele vôo que era para um canto, vai para o outro, volta depois... Não estou aqui... Estou falando no avião, não é? Não é V.Sa, não. Quer dizer que V.Sa. não deu para identificar se era caixa, se era uma bolsa, se era um litro de vodca, nem um litro de aguardente, nada. O senhor não viu nada.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não vi nada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor é o motorista que muita gente deseja, principalmente nesse momento aí que

tem... Realmente como diria lá no Nordeste V.Sa. é um túmulo.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O sr. Vladimir Poletto, Sr. Éder, ele falou que eram caixa de bebida, tinham caixa de bebida. O senhor não ouviu nem o barulho das garrafas, não?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, não ouvi nenhum barulho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Muito bem. Quero agradecer a V.Sa. pela presença. Realmente V.Sa... É estranho, deixa estranho aqui para todos nós... Primeiro, essa amizade rápida que V.Sa. fez com Sr. Ademirson. Eu entendo que o Ministério da Fazenda quem estiver desempregado procure Sr. Ademirson que ele consegue um DAS. Segundo, interessante é que isso veio a ocorrer após V.Sa. ter prestado essas... Esse serviço ao senhor... O senhor conheceu seu Ralf Barquete quando?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sr. Ralf Barquete eu o conheci através da locadora... Não me recordo...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas, quando mais ou menos?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não me recordo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Quanto tempo o senhor presta serviço a essa locadora?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Desde o começo de 2002.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – 2002. De Lula para cá.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Desde o começo de 2002.

(?) 2003.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não, mas na campanha. Que ele disse que andou na campanha. Muito bem. O Sr. Ralf Barquete... O Sr. Ademirson, o senhor conheceu quando? Também nesse período?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Também nesse período.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Nesse período. Então o senhor conheceu o Sr. Ademirson antes do Presidente Lula ser eleito.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sim, senhor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Então o senhor prestou serviço ao Sr. Ademirson quando ele era funcionário em Ribeirão Preto.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Nunca prestei...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Era. Em 2002 ele era Secretário da Prefeitura de Ribeirão Preto.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Em 2002 quem é que pagava esse serviço à locadora?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não sei. Quem me pagava era a locadora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Locadora.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Éder...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É possível, Sr. Presidente se me permite que a... Após...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Desocupa o outro braço, fique à vontade. Relaxe...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É que eu já estava de saída. Só para recordar a V.Exa, porque é possível para recordar a informação. Que tendo uma vez, tendo o Presidente Lula sido eleito em outubro, no segundo turno, ele então convidou o Prefeito Antônio Palocci para ser o seu Ministro e Coordenador do Programa de Governo; e nessa ocasião o Prefeito Palocci se desincompatibilizou para se tornar Ministro. Antes do término de sua gestão. Talvez até um pouco antes disso. Então é possível que...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O segundo turno foi no fim de outubro.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu sei, mas eu acho que até...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E ele prestava serviço no...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim, mas...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – ...a partir, no começo de 2002.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim, mas há um período, portanto, que não mais sendo Prefeito, o Ministro Palocci, não sendo Ministro, possivelmente, só para, possivelmente precisasse se deslocar, precisando de um carro que não era nem da Prefeitura e nem do Ministério da Fazenda. Porque ele não era Ministro. Só para que V.Exa. tenha a consideração que isso possa ter ocorrido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – A questão dele ser Prefeito ou do Sr. Ademirson ser Secretário, tomava conta da Previdên-

cia lá de Ribeirão Preto, não quer dizer que ele não possa também alugar um carro. Eu acho que isso é normal, ele chegar em São Paulo e alugar um carro da locadora. Eu acho mais do que normal. Que era uma locadora conhecida, porque era a que Delúbio alugou o carro, era que o PT alugava os carros. Então, está mais do que justo. Pela violência que nós temos nos grandes centros é lógico que a locadora, quanto mais conhecidos, se tem, um serviço prestado, e ele é de confiança, talvez por isso, por essa confiança adquirida no Sr. Éder que foi, não é, Sr. Éder? Convidado, aliás, recebeu o convite para ir trabalhar lá no Rio de Janeiro, não é? Talvez seja por isso aí até. Eu não quero aqui... Eu desejo que o senhor consiga é um posto melhor, vá ganhar mais um pouco. É o que eu desejo ao senhor.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Éder, permita, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Pois não.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O senhor leu a reportagem da revista Veja sobre essa viagem que o senhor fez?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É, eu li.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E o que é que o senhor achou da reportagem? Acha que foi verdadeiro o que a revista relata ali, não?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Em relação ao que a revista relatou... Eu trabalho no Ministério da Fazenda, não é? Eu cheguei lá no dia anterior, meu chefe me informou que eu iria a Brasília, eu achei que eu ia vir aqui buscar algum carro ou trocar um carro do Ministério da Fazenda. Cheguei lá embaixo no *pool*(F), na garagem lá onde tem os outros motoristas, perguntei para eles que eu iria à Brasília e quantas diárias a gente ganhava para vir a Brasília. Um colega motorista também de lá falou: "Ah, cinco diárias e meia". Eu fiquei contente, eu vou a Brasília vou ganhar cinco diárias e meia. No dia seguinte chegando ao Ministério, esse mesmo colega que eu falei para ele que eu iria a Brasília, me falou que ligou uma pessoa de Brasília me procurando. Aí eu falei: "Pôxa, legal, então, eu já vou a Brasília". Quando foi por volta do meio dia ligou uma pessoa de Brasília querendo falar comigo, eu atendi o telefone, a pessoa se identificou como Policarto(F), de Brasília, não me disse que era um jornalista, nem um... Trabalha em revista. E começou a fazer umas perguntas. E eu até então achando que seria essa viagem de Brasília que eu iria pelo Ministério. Aí a pessoa começou a perguntar se Sr. Ralf já tinha ido ao Aeroporto de Viracopos e tal, e aí eu disse a ele que já tinha ido, e aí ele começou a fazer, perguntar e insistir para mim lembrar da data, do dia, eu falei que não me lembrava. Aí eu comecei a falar para ele, "eu não estou te entendendo". Aí eu tinha que fazer um serviço no carro do Ministro, desliguei o telefone e saí. Fui fazer o serviço. No dia, no outro dia anterior, a pessoa, apareceu um colega lá com a revista: "Pô, o seu nome saiu na Veja". "O quê? O meu nome?!". Olhei estava lá, na Veja, essa matéria aí.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E o que é que o Sr. José Florêncio disse para V.Sa. depois da reportagem da revista?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Seu José Florêncio é o meu chefe.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – É o seu chefe.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Do Gabinete.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O que é que ele disse? Ele não fez uma recomendação?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, não teve nenhuma recomendação. Normal. Eu vou ao Ministério todos os dias, trabalho das 9h às 18h todos os dias; e fico sempre lá no Gabinete à disposição. Todos os dias, de segunda à sexta-feira.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O senhor não comparecia só no trabalho só quando era requisitado?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – De maneira alguma. Tanto é que lá... Eu não tenho... Lá eu atendo quem necessitar do serviço. Eu atendo todo mundo lá.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Quer dizer que ele não lhe disse para... O Sr. José Florêncio para o senhor evitar a imprensa.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, de maneira alguma. Eu fiquei lá no Gabinete, trabalhando normalmente.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O senhor conhece o Sr. Sérgio Cervantes?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não conheço.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Não conhece. O senhor sabe dizer se o dono da locadora, Sr. Carlos Kurzweil, ele costumava sempre alugar carros para o PT?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Também não sei dessa informação.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O nome da locadora, por favor, como era?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – O nome da locadora é Locablin.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E lá no Ministério da Fazenda existe algum cargo de coordenação dos motoristas, chefe dos motoristas?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Não?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Quantos motoristas tem lá trabalhando com o senhor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – No Gabinete?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sim.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – São dois. Eu e mais um.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O outro foi contratado?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, o outro é motorista oficial.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – É concursado? É do Ministério?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ele tem uma gratificação, também.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não sei dizer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Tem celular?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Tem celular.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor, quando foi pegar o Sr. Barquete, Ralf Barquete e o Sr. Poletto, o senhor já tinha celular naquela época?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, o celular é do Ministério da Fazenda.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não. Ah, sim, porque o senhor foi naquela época... Mas o senhor não era...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu era motorista de táxi.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sim, mas não era da Fazenda.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não era da Fazenda.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Fazenda foi depois dessa viagem, não é? Eu estou dizendo naquela época que o senhor tinha celular? Seu. Não do...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Ah, sim. Tinha o meu celular que a locadora ligava para o celular.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não tem mais o celular.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Meus clientes... Não tenho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas se lembra do número.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não me lembro do número.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas era no nome do senhor.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Celular que eu tinha era até do meu irmão, no nome dele.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Como é o nome do seu irmão?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Evilásio Soares Macedo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Evilásio Soares Macedo, mas o senhor não tinha... Seu irmão não era motorista não, não é?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, o meu irmão não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Tudo bem então. Basta por aí. Sr. Relator, Senador Suplicy está querendo, diferentemente de outros dias a conclusão mais rápida de V.Exa.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, é o Presidente que está apressando [risos]. Eu, inclusive, as perguntas que eu teria o Relator as fez, Presidente. Então... Eu só estou, mas eu estou cumprindo aqui o dever de colaborar com V.Exa.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Quem paga Advogado do senhor... Por favor, Sr. Éder, quem paga a sua Advogada?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Quem a paga a minha Advogada sou eu mesmo.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Agradeço ao senhor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Palavra do Médico. Médico ou o Senador?

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Os dois. Eu quero dizer o seguinte, para mim está visivelmente... Olhando a face do senhor, como é o nome dele? Éder está visi-

velmente claro de que ele está sobre efeito de medicação, tranqüilizante. E eu sugeriria que a gente refizesse uma reinquirição, em outra data, e já perguntando se ele submeteria antes ao exame antidoping.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Pode ser agora se necessário...

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Na outra ocasião, eu acho que seria interessante fazer.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Perdão, Senador Mozarildo, se o Sr. Éder se dispõe a estar se colocando à disposição de um exame imediato.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Agora.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Agora. Se permite, mas isto significa que ele está à disposição de V.Exa. até como médico de...

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Eu não sei se a CPI tem essa estrutura para fazer esse exame, agora.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas, nós temos o serviço médico pronto, de plantão, ali no... Não há problema algum. E aqui, permita, eu não sou Médico, mas eu percebo no Sr. Éder que ele está falando as coisas muito conscientemente e...

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Está esquecendo coisas... Não se lembra de muitas coisas, confunde ocasiões. A expressão facial dele é uma só diante de todas as perguntas. Então realmente é de estranhar. Qualquer pessoa que nem seja Médico observa que qualquer pessoa quando vai responder esta ou aquela pergunta muda a expressão facial, ou se não se lembra da data pelo menos mais ou menos, se conduziu...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Posso tentar ajudar V.Exa. num ponto? Não foram muitas as questões que o Sr. Éder diz que não se lembrava. Eu posso recordar até de quais. E, quem sabe, ao invés de pedir um exame desse tipo e que ele seja novamente inquirido, possamos até ajudá-lo a recordar em vista da dúvida legítima que V.Exa. tem. Então, se me permite, eu vou ajudá-lo neste ponto. Porque eu me lembro bem da pergunta importante sobre a qual ele não tem memória precisa. Mas quem sabe ele possa realizar um esforço de memória. Sabe V.Exa. que, às vezes, não... De pronto não nos lembramos, às vezes, até de um nome, daí pensando um pouco mais lembramos. Isso ocorre comigo, com V.Exa. e não por estar a efeito de medicação. Então, posso ajudá-lo nesse sentido? A pergunta importante que o Senador Garibaldi Alves fez que ele disse "eu não me lembro bem", quem sabe ele diante do que V.Exa. coloca possa até recordar, é, se porventura, no trajeto em que ele levou o Sr. Ralf Barquete e Vladimir Poletto, qual foi o conteúdo do diálogo? Ele primeiro disse, "eu não me lembro bem", mas quem sabe, Sr. Éder, V.Sa. possa se lembrar pelo menos de alguns aspectos da viagem, como é que foi a viagem, ou nada se lembra? Ou quem sabe eles estivessem se recordando de um episódio importante que tivesse ocorrido naquele dia. Quem sabe até do jogo de futebol que tivesse ocorrido, ou do que tivesse... Que época mesmo foi a data? Que data foi, mesmo?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. esqueceu da data já. Vai ver que...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – [risos]. V.Exa. estão atento se me recordar a data eu poderei recordar se o Santos jogou naquele dia, por exemplo, só para, mas... Quem marcou o gol. Só para ajudar na questão de... Porque às vezes se lembrando de um fato do dia, ou quem sabe se eles tivessem visto uma pessoa na viagem que muitos tivessem chamado a atenção deles, pudesse, pudessem ter comentado a respeito, ou até mesmo do conteúdo. Porque o objetivo da pergunta do Senador Relator Garibaldi Alves era... Então eu vou aqui recordar, se, porventura, eles comentaram como é que foi a viagem e o objetivo que se procura averiguar de trazer três pacotes e o conteúdo do pacote. Se, porventura, o senhor se recorda deles terem mencionado isto? Eu tenho a impressão que foi essa motivação...

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Não, não. Várias. Várias. Vou só lembrar mais uma.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas essa foi uma.

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Mais uma. Quando V.Exa. perguntou se tinha falado em Campo de Marte, ele tinha acabado de falar e disse que não tinha falado.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ah, bom.

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Outras coisas.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas isso é em erro normal que, às vezes, mesmo, cometo.

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Pelo menos eu vou dizer, "eu falei e estava equivocado", mas ele falou que não tinha falado.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim, mas ele reconheceu e corrigiu, apenas quem sabe... Porque essas coisas acontecem. Eu percebo

no Sr. Éder que o senhor está bem, o senhor... Muito diferente do que algumas vezes... Do que outras pessoas que aqui chegaram e disseram: "Eu não quero falar nada. Não sei" etc. O senhor disse as coisas como elas são. Quem sabe o senhor saiba mais ainda e é esse o objetivo do Senador Mozarildo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Suplicy, a preocupação aqui é da Dra. Cristina de perder o cliente.

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – A situação, veja bem, o que eu proponho Senador Suplicy, Sr. Presidente, é que... Vamos examinar a gravação, a degravação do depoimento dele. Vamos conferir se existem realmente justificativas para uma reinquirição ou... Não estou colocando aqui em dúvida, até que não seria também nada de anormal se ele tivesse tomado um pouco de tranqüilizante para enfrentar uma série de perguntas, como, aliás, nós vimos vários em outras comissões; só que muitas vezes quando a dosagem é um pouquinho maior, causa realmente esse aspecto da pessoa não ter nenhuma expressão facial, não muda diante de nenhuma situação, e também, confunde o raciocínio. Então é isso que eu estou propondo. Que ouçamos depois a degravação do depoimento dele, confrontemos essas coisas, porque eu vi, várias vezes, ele misturou a época em que trabalhava lá com a locadora e com o táxi dele, e com a época que ele estava no Ministério da Fazenda. Então, é preciso nós termos essa cautela. Por isso que eu estou levantando aqui para que nós possamos analisar e se for possível se reinquirí-lo, se fosse necessário.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas eu quero dizer sinceramente a V.Exa. que eu não percebi confusão de épocas neste aspecto, não percebi. Me pareceu que ele respondeu com sinceridade. Mas quem sabe o senhor se lembre de mais algum episódio importante que possa contribuir para a CPI.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Presidente, já encerrou? V.Exa. encerrou?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não, não, de forma nenhuma. O Sr. Éder, inclusive, quer dar uma palavra atendendo a solicitação de V.Exa.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor vê que ele está bem tranqüilo porque ele conversou bastante com a Advogada. Se tivesse... Como a pessoa que conduziu gostava de uma cachacinha, ele não tem esse vício.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Graças a Deus. Eu aqui eu me coloco a disposição, senhores Senadores aqui para fazer qualquer tipo de exame com a minha pessoa. Eu tomei um remédio hoje que eu tomo todos os dias. Tenadren(F) 80ml. Só isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Dá o diagnóstico...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Se quiser fazer algum...

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Por que é que o senhor toma essa medicação?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu tomo essa medicação porque eu fui consultado pelo meu cardiologista a tomar essa medicação.

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** É um diurético. Não seria o caso de estar fazendo esse efeito aqui.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Tá.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não é calmante?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor lembra de alguma coisa...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É betabloqueador? Do coração ou da cabeça?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – –- Do trajeto?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Realmente eu não lembro.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não lembra de qualquer comentário. Tudo bem. Já faz alguns anos, então. Não, não... Não percebo como essencial que o senhor precisava se lembrar da conversa corriqueira, possivelmente, que tenha ocorrido naquele dia. Sr. Presidente posso... [risos] Podemos concluir o trabalho? [risos] é porque eu vou ter que pegar um avião, por isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não, mas V.Exa. pode ter certeza de que nós não vamos fazer nenhuma votação, não. Não perca o seu avião, não. Senador Romeu.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu peço desculpas eu tive que sair durante o depoimento dos dois Procuradores. Eu só gostaria de consultar, porque o depoimento da pessoa que o senhor conduziu, me parece que foi o Poletto, não é?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, eu conduzi o Dr. Ralf Barquete.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E o que trouxe às caixas... Levou de Brasília para Campinas, Viracopos e depois no Aeroporto dos Amarais, V.Exa. foi lá, V.Sa. foi lá para buscá-lo?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu fui lá com o Dr. Ralf.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim, o Dr. Ralf foi com senhor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Foi comigo.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele era o seu chefe, o Ralf? O senhor foi como taxista ou já como funcionário do Ministério?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, eu fui lá como prestador de serviço da locadora.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A locadora, o carro era da locadora.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – O carro era da locadora.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quem era o proprietário da locadora o senhor já esclareceu aqui?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Já. O proprietário da locadora é o Dr. Roberto.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Roberto?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não sei o sobrenome dele, não.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É o que depôs aqui?

É Roberto Carlos Kurzweil.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Que tem negócio com a África?

Ele mesmo.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, ele que recomendou o senhor para fazer essa viagem com o Sr. Ralf Barquete?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É. Eu prestava serviço a locadora, lá.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele deu o destino a que senhor iria ou foi o Ralf que fez o itinerário para o senhor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Doutor, a Dona Eurites(F) da locadora me requisitou, falou que tinha um serviço para mim, se eu estava disponível. Eu disse a ela que sim, ela pediu que eu fosse atender o Dr. Ralf, pegar ele no aeroporto de Congonhas, chegando lá ao Dr. Ralf pediu para mim...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele está em Congonhas?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Estava em congonhas.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Chegando de viagem?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Chegando de viagem.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele falou da onde vinha ou não tocou...?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Deu boa-tarde. Entrou dentro no carro e pediu...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor acha ele tenha vindo de Brasília?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não sei. Pediu para mim ir até o hangar da TAM. Chegando no hangar da TAM ele desceu do veículo, voltou pediu se eu poderia ir até Campinas na Viracopos, fomos a Campinas.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quer dizer, o senhor foi com ele ao aeroporto...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Fui.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...Ou ele já está em Congonhas?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Ele já estava em Congonhas. Ele chegou de viagem, eu fui apanhá-lo.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E o senhor foi até o hangar da TAM que é do outro da (?) regional.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Isso.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ali atrás, do outro lado.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Isso. Aí ele chegando lá ele perguntou se eu poderia estar...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas ele desceu, conversou com alguém lá?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não sei se ele conversou. Ele desceu do carro, eu permaneci.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor ficou no estacionamento.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É lá no hangar tem um vãozinho que cabem dois carros. Aí eu permaneci dentro do carro, ele voltou e perguntou se eu estava a disposição para vir até Campinas, eu, "Sim senhor". Viemos até...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor acha que ele foi saber o pouso do avião? O senhor quando foi a Campinas viu o avião em que o outro passageiro estava... Aí estava o Poletto.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, aí nós chegamos lá no Aeroporto de Campinas, ele desceu do carro novamente e voltou para o carro; e pediu que a gente, no aerop... Num lugar ali que é Amarais, se eu sabia onde é que era. Eu disse a ele que não.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Aeroporto do Amarais.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Aí ele me disse que sabia mais ou menos. Aí nós chegamos até lá. Chegou lá ele pediu, desceu do carro, pediu que eu abrisse o porta-mala do carro, eu acionei o porta-mala do carro pelo botão que tem dentro do porta-luva, abri o porta-mala, ele fechou o porta-mala e entrou dentro do carro. Aí ele já entrou com o Dr. Vladimir.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim, mas ele abriu o porta-mala e pós alguma coisa. O senhor não viu, não chegou a ver?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não cheguei a ver.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Nenhuma vez o senhor desceu do carro nem quando chegou no local de destino com os dois? Ele deve ter descido e pediu para o senhor abrir a mala outra vez.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Falar a verdade para o senhor. Eu só desci do carro quando eu cheguei na locadora.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas eles pediram para o senhor abrir a mala outra vez quando chegou no...? Que lugar que eles pararam? Saindo dos Amarais para onde o senhor foi?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Aí, nós viemos voltando para São Paulo. Ele falou, "Vá para São Paulo". Chegando em São Paulo ali na Bandeirantes ele me disse que nós iríamos lá no Montana Grill, que fica ali no...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Isso aí o senhor já relatou.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Já.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então eu peço desculpas, só...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Quanto tempo levou esse percurso de sair da locadora até voltar a locadora. Quanto tempo levou?

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É na Juscelino, não é?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É na Juscelino.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor se lembra mais ou menos? Saindo da locadora ir para o aeroporto, do aeroporto para Campinas, de Campinas ir para o Amarais, depois voltando para essa churrascaria, da churrascaria voltando para o aeroporto, e do aeroporto vindo para a locadora. O senhor chegou que hora mais ou menos?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não sei precisar o horário, mas eu saí na parte... Eu costumo... Trabalhava na praça, eu costumava almoçar de 11h30 a meio-dia. Foi logo quando eu terminei de almoçar que eu fui requisitado para atendê-lo, e eu voltei já estava anoitecendo.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eles pararam para jantar, então, no Montana Grill?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Eu almocei, eu tenho costume de almoçar das 11h30...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Deve ter passado nas 5h.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Quando chegou lá no Montana Grill, Sr. Ralf pediu que eu abrisse o porta-mala do carro. Eu abri o porta-mala, desceu ele e o Dr. Vladimir. E, ele desceu do carro, fechou o porta-malas, se encaminhou a mim e pediu se eu pudesse, deixaria o Dr. Vladimir no Aeroporto de Congonhas. Eu deixei ele lá e ele falou "Você está dispensado". Eu fui para a locadora deixei o carro, peguei o táxi e fui trabalhar.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Nenhuma vez o senhor o viu, se ele tirou alguma coisa no porta-mala?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não vi.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Porque mesmo que o senhor não tivesse olhando de dentro do carro, ele deve de ter posto numa calçada, uma caixa, um pacote. Porque eles disseram que tinham quatro caixas, será que o senhor não viu?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não prestei atenção, não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Quanto tempo o senhor conhece a Dra. Stela?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – A Dra. Stela... Eu conheço ela recente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Recente, porque o senhor não escolheu um Advogado do Rio de Janeiro já que o senhor tem casa no Rio de Janeiro, mora no Rio de Janeiro e escolheu de São Paulo? Quem indicou a Dra. Stela ao senhor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – A Dra. Stela, quem me indicou ela foi o Dr. Hélio.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Quem é Dr. Hélio?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É um Advogado, também, que quando eu trabalhava em São Paulo como taxista e algumas vezes eu atendia ele.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Hélio de quê?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não sei o sobrenome dele.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Qual é o endereço dele, você sabe?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu também não sei.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Doutora conhece o Dr. Hélio?

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Tem telefone?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – A senhora conhece o Dr. Hélio? Qual é o sobrenome dele?

**SRA. ADVOGADA STELA CRISTINA NAKAZATO:** Dr. Hélio Silveira.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Hélio Silveira. Ele é Advogado. O senhor sabe o telefone do Dr. Hélio?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E com é que o senhor falou com o Dr. Hélio?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Oi?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor não sabe o telefone do Dr. Hélio, como é que o senhor falou com o Dr. Hélio para o Dr. Hélio indicar o nome da sua Advogada?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não me lembro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não se lembra.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não foi nem no escritório dele?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor não acha que é estranho o senhor morar no Rio de Janeiro e ter uma Advogada em São Paulo, sem conhecer, recente, Dr. Hélio que foi um amigo seu que o senhor não sabe o telefone e... O Dr. Hélio ligou para o senhor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Amigo? Conhecido, não é? Ele é conhecido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas ele ligou para senhor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Oi?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O Dr. Hélio ligou para o senhor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Eu que mantive contato com ele—

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas o senhor disse que não sabia do telefone...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Presidente, pergunta se ele usa (?).

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Qual é o telefone do senhor? Se o senhor ligou, vamos quebrar o sigilo bancário do senhor para saber, ou melhor, telefônico para saber se o senhor realmente fez esse telefonema. O telefone que o senhor usa lá no Ministério, por favor.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – 9924-49(?).

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor ligou nesse telefone para o Dr. Hélio.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Esse é o seu celular?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Esse é do Ministério da Fazenda.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – 99? Mas é celular.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – É que ele tem um à disposição dele um... O senhor confirma que tem a disposição do senhor esse telefone?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Como?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor confirma que tem na condição de motorista do Ministério esse celular que o senhor me deu, que eu não vou passar, vou deixar só na CPI, 021 lá, não é? No Rio é o 021. Então que o senhor tem esse celular à sua disposição?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Confirmo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Confirma. Todo o motorista com gratificação tem celular à disposição.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não sei se todos.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senhor é funcionário de confiança de quem lá? Qual é o cargo e quem é a pessoa que comanda o seu trabalho?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Quem comanda o meu trabalho, quem é o meu chefe é o Dr. José Florêncio, lá no Ministério da Fazenda.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Qual é a função dele?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Ele é... Ele que agiliza assim esses aeroportos, quando...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Porque para lhe ceder um telefone por conta do Ministério deve ter uma necessidade de contatos imediatos com senhor e ter alguma função importante.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Por motivo de eu trabalhar no Gabinete a gente fica à disposição 24 horas, às vezes, a gente está em casa e ligam e a gente está pronto a...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor sempre como motorista?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sempre como motorista.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não teve nenhuma outra missão que possa nos dizer que... Algum outro tipo de atividade que ele determinou ao senhor? Contato com políticos ou levar algum volume, alguma coisa a mais.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sempre como motorista.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só dirigindo?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Só.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Antes do senhor vir para cá, o senhor teve algum contato com essas pessoas que são citadas da sua movimentação? O Barquete faleceu, mas o Poletto e outros?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador, se V.Exa. me permite eu queria insistir na questão do telefonema. O senhor ligou para o Dr. Hélio ou não ligou?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu liguei.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ligou. E qual o telefone o senhor utilizou para ligar para o Dr. Hélio?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Público.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Como é?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Telefone público.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – [risos] Público, não é? Tudo bem. O senhor sabe o dia que o senhor ligou para o Dr. Hélio? Porque olha, que o senhor está complicando a vida do Dr. Hélio, o Dr. Hélio vai ter também possivelmente uma quebra de sigilo telefônico. O senhor se lembra o dia que ligou para o Dr. Hélio?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Ah, foi logo quando ocorreu esse negócio aí, da Veja, aí que eu...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não, mas... Então, veja bem. Veja que o senhor está caindo em contradição. Eu não quero aqui prejudicar o senhor de forma nenhuma. O senhor está dizendo que conheceu o Dr. Hélio há muito tempo lá, "negócio da Veja", o senhor já no "negócio da Veja" como o senhor chama, o senhor já morava no Rio de Janeiro. O Dr. Hélio é de São Paulo.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Eu conheci ele quando eu trabalhava com o táxi.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Então veja bem que o senhor diz uma coisa e volta, está havendo... O senhor está inseguro. O senhor está dizendo que conheceu, acabou de dizer, está aqui. Aqui não tem como a gente inventar porque depois está escrito, está gravado tudo que o senhor está dizendo. Então o senhor disse que conheceu quando saiu logo depois desse "negócio da Veja", agora, como táxi. E saiu o "negócio da Veja" e o senhor... Dr. Hélio não quis ficar com sua causa e fez a indicação da doutora, que o senhor disse que conheceu a doutora recentemente.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu consultei a ele, ele falou que não poderia me atender, e indicou uma amiga dele para mim

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas ao doutora nos afirmou que é recente essa causa dela, ela é Advogada pode ser chamada a qualquer hora. Eu aqui não quero, não tenho nada a ver com a função que a doutora... Que ela foi convocada, está sendo paga, está fazendo o seu trabalho. Ela não tem nada a ver. Agora, senhor está colocando aqui uma situação difícil. Porque o senhor em duas, três, quatro vezes, o senhor ou se enganou ou não falou a verdade, cinco, em quatro palavras que o senhor deu. Eu perguntei ao senhor se o senhor conhecia... Há quanto tempo conhecia a doutora, disse que recentemente, a doutora confirmou; depois o senhor disse que foi Sr. Hélio que indicou, aí o senhor disse que eu perguntei porque não o senhor, ao invés de ter um Advogado do Rio de Janeiro, o senhor disse que não, que pegou e ligou para a doutora. Disse que ligou de um telefone público. O senhor está mostrando que é um motorista que guarda os seus segredos profissionais, eu até quando o Senador Suplicy estava falando eu quis intervir, eu acho que V.Sa. nessa questão tem razão de não dizer qualquer conversa que ouviu, não tem a obrigação, como profissional. Agora, V.Sa. acaba de dizer de que telefonou, tem um telefo-

ne que o senhor sabe que não paga esse telefone, o senhor tem... O escritório que trabalha, tem telefone fixo, lá, também.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sim, senhor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Tem. A sua residência tem telefone.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sim, senhor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senhor tem um telefone celular seu, do Ministério.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Tenho o telefone do Ministério.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Tem o celular do senhor também?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor tem esses três telefones e faz um telefonema para o seu Advogado, um amigo seu do telefone público. Estava descarregada a bateria? Lembra ou não? Se for por isso, talvez.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – O telefone da minha casa tem aquele... Que você... Tem um... Você só pode, tem um recurso—

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Só recebe.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Você só paga os impulsos e depois eles cortam automaticamente. E são poucos os impulsos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não, não estou discutindo isso...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu estou justificando o telefone que eu tenho em casa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas porque o senhor não usou o celular do Ministério?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – ah, é o celular do Ministério.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor só usa para ligar para o Ademirson, então.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, eu uso... Eu até ligo para a minha casa com ele. Mas eu achei que ligar para o Advogado...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Quer dizer que o senhor ligou, a última vez que ligou, que teve contado com o Dr. Hélio foi logo depois do episódio da Veja.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Da Veja.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E só veio falar com a Dra. Cristina essa semana, quando foi convocado.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Quando fui convocado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – É.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Porque eu nunca...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas nunca tinha falado com o Dr. Hélio?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu nunca estive em Delegacia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas eu não estou falando [risos] que o senhor esteve em Delegacia. Nem vai para Delegacia, fique tranqüilo, se depender daqui... O senhor não... Fique tranqüilo, ninguém vai pedir a prisão do senhor de forma nenhuma. O que nós queremos aqui é a contribuição do senhor, que nós queremos é a verdade. Quanto a isso aí o senhor fique tranqüilo, nenhum dos Senadores que estão aqui vai pedir prisão do senhor; embora nós estejamos sentindo que o senhor, ou está com o problema de memória ou está falseando a verdade, coisa dessa natureza. Mas fique tranqüilo em relação a isso. O senhor não vai ter nenhum aborrecimento aqui. O que nós não estamos convencido é que o senhor diz uma coisa, de repente, o senhor muda o mesmo assunto em questão de segundos. E é impossível a história que o senhor está contando. Que a revista Veja traz uma reportagem, se não me engano, de que dia? Não sei se... Quem lembra? Quem pode me ajudar nisso? O ano passado ainda? Do ano passado, o senhor disse que falou com Dr. Hélio o ano passado. De lá para cá não falou mais com o Dr. Hélio, aí a Dra. Cristina ligou para o senhor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Mantive contato com ela.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor não disse há pouco que nunca falou com ela, foi ela procurou, o Dr. Hélio mandou procurar o senhor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu indicou ela. Mantive o contato com ela...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ela ligou ontem para o senhor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não ela não ligou para mim. Foi o Dr. Hélio que agendou ela comigo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas como se o senhor não falou com o Dr. Hélio, a última vez que o senhor falou com

o Dr. Hélio, Sr. Éder, foi quando a revista Veja fez essa publicação?

*[inaudível].*

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Doutora se a senhora quiser esclarecer, pode esclarecer...

**SRA. ADVOGADA STELA CRISTINA NAKAZATO:** Ele quer conversar comigo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Pode, pode, pois não. Antes do senhor falar, Senador Mozarildo...

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Por uma questão de curiosidade e para checar, qual é mesmo o nome do medicamento que o senhor está tomando?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Tenadren(F).

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Denadren.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO –** Tenadren(F).

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Tenadren(F).

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – 80 miligramas

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – (?)25.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** O senhor se lembra do—

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – É de 80 miligramas?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO –** Ele é de 80 e tem assim... 25 (?).

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Diurético mais—

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Um (?) diurético. Foi o seu Médico. O senhor se lembra o nome do médico?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Pô, quanto tempo que eu passei lá.

[risos].

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sim, mas como é... Tudo bem. Já tirou a curiosidade do nosso Senador, Vice-presidente dessa Comissão Mozarildo Cavalcanti. Eu queria só que o senhor me refizesse tranqüilamente. O senhor como foi que se deu o contrato e o contato com a Dra. Stela Cristina?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Foi através...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor aprendeu bem o que foi conversado.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO –** Não. Não tem...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Cuidado que o senhor já deu algumas informações aqui para não cair em contradição.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não as informações são as mesma, só que eu entrei em contato com o Dr. Hélio por ter conhecido ele lá em São Paulo quando eu trabalhava com táxi, quando saiu esse...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor pegava o Dr. Hélio...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor conheceu como o Dr. Hélio? Vamos fazer aqui um histórico do Dr. Hélio. Como foi que o senhor o conheceu?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Trabalhando de taxista.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E deixou algumas vezes ele no escritório dele, apanhou no escritório, na casa, como foi? Se o senhor fez amizade é porque deixou ele algumas vezes no escritório dele, ou deixou outras vezes na residência dele, não é verdade? Porque numa corrida só, me permita, o senhor pega um passageiro no meio da rua aqui, e deixa ali na frente, o senhor não pode ter feito essa amizade, o senhor que não é conversar muito. Então, o senhor não pode ter feito essa amizade de uma hora para outra, no meu entender, então o senhor sabia onde era o escritório dele ou a residência, não sabia um dos dois?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E onde é que o senhor apanhava o Sr. Hélio?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu conheci o Dr. Hélio e ele me deu o telefone...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas, conheceu aonde?

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – (?) qual é o problema do senhor falar?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Pode dizer aonde o senhor conheceu.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor não está encobrindo nada e ninguém.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO –** Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – A não ser que o senhor não possa dizer onde conheceu, eu respeito.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ou foi orientado para não falar. Toma a sua água aí e responda. Calma.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Pedi a ele que me indicasse uma Advogada...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas o Presidente está pedindo anterior a isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor não morou em São Paulo?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Morei em São Paulo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor morou em São Paulo, o senhor conheceu o Dr. Hélio em São Paulo.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É, quando eu trabalhava com táxi.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Si, perfeitamente, trabalhava com a táxi. O senhor fez uma amizade com o Dr. Hélio. E essa amizade...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Amizade, não. Não tenho amizade. Não é amizade. Você pega um passageiro na rua, você conversa, mantém um contato...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E foi o quê? Se não foi amizade o que era? Amizade de ter conhecimento com ele, de ter... Quando ele precisava de um taxista ele ligava para o senhor, coisa dessa natureza. É isso que eu estou perguntando. Então, o senhor não tem telefone celular.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não tenho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor tem... Não tem... Depois que veio para o Rio não fez nenhum contato com o Dr. Hélio. E como é que Dr. Hélio ligou para o senhor e indicou a Dra. Cristina, Stela Cristina?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Um minutinho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não, aí é... Doutora, paciência, doutora. A senhora pode falar doutora como foi. O senhor não é um bom aluno, não, senhor... O senhor não é um bom aluno. Eu estou... Se o senhor quiser interromper um pouco para contar a verdade, a gente também está disposto a receber a verdade do senhor. Não tem problema. Agora, não podemos fabricar um depoimento a cada pergunta. Eu estou abrindo uma exceção aqui muito forte para a Dra. Stela, já que durante toda essa CPI não permitimos essa informação. Mas não quero que o senhor se complique. Eu vou repetir ao senhor. Como foi que o senhor conheceu o Dr. Hélio? É uma resposta simples, "foi assim, Senador", acabou.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu conheci o Dr. Hélio, porque algumas vezes, também, eu fui lá no, ali no...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Pergunta a doutora de novo.

[risos].

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. [risos] Conheci o Dr. Hélio no PT.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – "Conheci o Dr. Hélio no PT". O senhor ia ao PT sempre em São Paulo ou no Rio? Ou continua indo?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, nunca fui. Algumas vezes quando essa época eu atendia...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Dr. Hélio é...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Advogado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – ...Advogado do PT?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Não sei se ele é do PT, Advogado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Então... Quanto é que o senhor está pagando a sua Advogada?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – 2.500.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor vai ter que trabalhar dois meses para poder pagar sua Advogada. O senhor ganha 1.200 reais, acabou de dizer que é bruto esse valor, e está pagando 2.500 reais a sua secretária, a sua Advogada, Dra. Stela Cristina, que não tem nada a ver com a história, é uma profissional, está fazendo a parte dela. Sim, conheceu Dr. Hélio lá no PT e daí ele deu o telefone ao senhor?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, não tenho o telefone dele.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E como é que o senhor contatou com ele?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – *[silêncio do depoente].*

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Será que foi o PT que indicou o Advogado para ele?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu estive em São Paulo, entrei em contato com ele.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senhor esteve em São Paulo quando?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Foi...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Qual foi o período que o senhor esteve em São Paulo?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu estive em São Paulo foi... Logo quando da ... Dessa notícia da Veja aí que...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – "Logo dessa notícia da Veja". Quer dizer, o ano passado.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E o senhor procurou o Dr. Hélio. [silêncio do depoente]. Pode contar como foi a história, eu estou só ajudando. O senhor procurou Dr. Hélio e daí... Encontrou ele aonde? Lá no PT novamente?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Nem tem mais lá no auditório, lá.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E aonde foi que o senhor encontrou o Dr. Hélio? Então o senhor sabia onde morava o Dr. Hélio ou onde era o escritório do Dr. Hélio, não é? O senhor não ia encontrar naquela multidão de São Paulo sem ter telefone, sem ter como contactar, como é que o senhor ia encontrar o Dr. Hélio? Eu acho que o senhor, então, foi ao escritório dele ou foi a residência dele ou foi ao PT para encontrar com o Dr. Hélio?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Não tem mais nem o auditório lá onde que eu conheci...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor conheceu ele no auditório?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, ali na Zé de Magalhães, na Vila Mariana ali...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Vila Mariana.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eleitoral lá que tinha...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ah... Era no eleitoral... Como é que se chama... No escritório eleitoral lá do partido?

**SRA. ADVOGADA STELA CRISTINA NAKAZATO:** No comitê.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – No comitê, aliás, obrigado. No Comitê Eleitoral. Funcionava, qual é a rua? Só a rua, não precisa de número.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não lembro, é... É Magalhães...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Rua "não sei o quê" Magalhães, na Vila Mariana. Sim aí... E agora? O senhor encontrou com ele aonde? [silêncio do depoente]. Pode dizer, pode dizer, não tem problema. Se o senhor foi a São Paulo, o senhor está dizendo que foi a São Paulo, a partir da ida do senhor a São Paulo o senhor disse que foi com o objetivo de encontrar o Sr. Hélio. O senhor foi de avião ou foi de ônibus?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Fui de ônibus.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Foi de ônibus. Muito bem. Se lembra, logo depois, nesse período aí para que o senhor lembre bem, a data que a revista Veja publicou a reportagem com o nome do senhor, foi no dia 29 de outubro de 2005. Então, antes do fim do ano, o senhor disse que foi o ano passado, o senhor foi a São Paulo para conversar com o Dr. Hélio sobre esse caso. Onde foi que o senhor encontrou com Sr. Hélio? Só estou só perguntando essa pergunta, onde o senhor encontrou com o Dr. Hélio? [silêncio do depoente]. Pode dizer. Ninguém aqui... Está todo mundo querendo saber, olha. [silêncio do depoente]. Não tenha medo, não. Pode dizer.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não tenho medo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – [silêncio do depoente]. O senhor não pode responder isso? [silêncio do depoente].

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Presidente, só uma sugestão. Parece, pelo menos deixa transparecer que além daquela impressão que eu tenho de que ele esteja sobre o efeito de tranqüilizante, o que eu gostaria de perguntar é o seguinte: Não é possível, se o Presidente concordar, se a gente transformasse a Sessão em Sessão Secreta que ele pudesse realmente ficar à vontade e pudesse falar?

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Mozarildo permite. Eu acho que tem um detalhe aqui que é importante, não é o problema que ele está assonado(F), não, eu acho que ele está sendo controlado. Ele recebeu limitações do que pode ou não falar. Então ele está exagerando...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Dra. Eu acho que estamos satisfeitos pelas informações eu vou pedir a...

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Daí a minha sugestão de que transformasse em Sessão sigilosa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu acho que... Se o senhor quiser responder a seguinte pergunta: O senhor recebeu orientação para ir até determinado ponto. O senhor está proibido

de falar, pelo que se conclui aqui, não sou que estou concluindo...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É. Esta amarrado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) –-De que o senhor está blindado como o carro que o senhor dirigiu. Só pode ir até determinado canto. Então o senhor está se complicando. Não vá pensar que são aqueles que orientaram o senhor – não estou me referindo à doutora, que eu sei que não é por aí – aqueles que disseram que o senhor pode fazer isso, o senhor pode perder o seu "empregozinho", não sei o quê? Coisa dessa natureza, se falar. O senhor está já... Há várias contradições, o senhor já mentiu aqui – mentiu no sentido de contradição – disse uma coisa depois na frente disse outra. Não estou dizendo que o senhor está mentindo, estou dizendo que o senhor caiu em contradições. E o senhor pode se complicar, eu acho que o senhor pode... Tem toda a boa vontade aqui dos Senadores do que o senhor venha a falar a verdade. Porque não é admissível o senhor sair de São Paulo sem telefonar para o seu Advogado, seu amigo, não era o seu Advogado... Não sei porquê o Dr. Hélio não quis vir, eu nem conheço, estou usando o nome do Dr. Hélio, não sei nem se existe a figura do Dr. Hélio. Não entendo como é que o do Dr. Hélio não quis vir fazer a sua defesa se era o seu amigo... Ao invés até de saber que o senhor é um homem de poucos recursos, pedir ao escritório dele. Parece que o escritório dele é um escritório grande, não é verdade? Um Advogado para vir aqui gratuitamente, até porque não há despesa por parte do senhor nem da sua Advogada ou do Advogado que viesse com o problema de passagem, porque a CPI é quem faz esse pagamento... E eu não entendo como é que o senhor sai do Rio de Janeiro, onde tem milhares de Advogados, no próprio Ministério ali, seus amigos poderiam indicar um Advogado, o senhor vem para São Paulo, não chegou a fazer... O senhor nunca freqüentou o Comitê do PT no Rio de Janeiro?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Só em São Paulo.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Só em São Paulo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Muito bem. Então, aí veja V.Sa. O senhor vem de ônibus, não sabe onde o cara mora, não sabe onde é o escritório, não sabe onde é o telefone, e esse amigo seu indica, então, a Dra. Stela. Que não está entrando aqui... Como profissional, não tem nada a ver com a história. Então... Só que ontem, pelo que o senhor me disse aqui fora, ontem, ontem, ontem é que o senhor conheceu provavelmente a Dra. Stela. Veja que são do dia 29 de outubro. Só ontem, ou anteontem ou no começo da semana que o senhor recebeu essa notificação no início da semana, é que o senhor, então, o Dr. Hélio se lembrou do senhor sem o senhor ter telefonado, sem o senhor ter feito nenhum contato com ele. Então o senhor precisa contar a história verdadeira para que o senhor não se prejudique. Vou repetir, não é para o senhor ser preso, não vá pensar, daqui não. Daqui o senhor não sairá, não há nenhuma intenção nossa, pode ficar relaxado, tranqüilo. Agora, se o senhor continuar a falsear a verdade não vai ser bom para o senhor. O senhor poderá estar complicado. Isso no fim tem um relatório, e nesse relatório o senhor poderá estar sendo prejudicado. O senhor pode falar. Eu quero saber como o senhor manteve o contato com o Dr. Hélio lá... O senhor teve medo, quando saiu a reportagem na Veja, o senhor teve medo para procurar o seu Advogado ou não? Foi medo!?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Medo, não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E porque foi que o senhor procurou o seu Advogado, se o senhor não tinha sido convocado para depor nem na polícia, nem no Ministério Público, nem em CPI, nem em coisa nenhuma?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu nunca participei de uma Comissão dessa, não é? Então...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não, é claro. O senhor participou porque o senhor foi citado como motorista que transportou umas caixas estranhas, que quem viajou no avião ou piloto e coisa dessa natureza, já fez essas informações aqui... E quem conduziu. Então, por isso que o senhor está sendo convocado. Agora, o senhor não consegue passar de uma... Vamos dizer assim, um campo de força que foi determinado para o senhor. É isso que está prejudicando o senhor. Como é que o senhor conheceu o Dr. Hélio? Como é que o senhor contactou com o Dr. Hélio após o dia 29?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não sei responder para o senhor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor não sabe responder como o senhor saiu do Rio de Janeiro para São Paulo para procurar o Dr. Hélio. Ele estava no aeroporto... No aeroporto, não, que o senhor foi de... Na rodoviária esperando o senhor ou não?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, eu até...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Quem apanhou o senhor na rodoviária?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu tenho familiares em São Paulo. Fui para São Paulo até mesmo para passear no fim de semana.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu acho que V.Sa. está fazendo aqui um crime de falso testemunho.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Presidente posso continuar?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Pode, podemos continuar.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O problema é o seguinte, por que é que o senhor foi ao PT à época que o Sr. conheceu o Dr. Hélio? O que é que o senhor foi fazer no PT, na sede do PT?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu... Poderia repetir, por favor, que eu não entendi?

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Presidente eu estou perguntando a ele o que é que ele tinha ido fazer na sede do PT quando conheceu o Dr. Hélio. O senhor já estava a serviço da estrutura do Ministério ou apenas ainda estava na empresa e locação de veículos?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Apenas eu fazia serviço a empresa locação de veículos.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E por que é que o senhor foi ao PT? Por que razão o senhor foi ao PT e conheceu o Dr. Hélio? Ou conheceu outras pessoas, ou já freqüentava a sede do PT? Não estou falando nada contra o partido, apenas para identificar o que o Presidente está tentando conseguir do senhor e o senhor tem negado se lembrar.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, eu atendia algumas pessoas do PT e às vezes eu ia lá, sim.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor era membro do partido?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, não sou.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Associado?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, não sou.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Dr. Hélio era membro do partido?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não sei.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Hum?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não sei se ele é membro do partido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor disse a pouco, que não encontrou com ele de novo lá no Comitê porque tinha acabado o Comitê. Então era o lugar que o senhor ia para se encontrar com o Dr. Hélio, era o Comitê do PT que o senhor disse aí, rua "não sei o quê Magalhães lá em Vila Mariana" o senhor acabou de dizer! O senhor disse agora! O senhor se lembra... Está lembrando de que disse isso agorinha?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Estou lembrando, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Está lembrado. Tá certo, isso é porque eu...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu disse que não tem mais lá, o PT, onde era o Comitê. Ali não tem mais.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sim, aí o senhor encontrou com o Dr. Hélio aonde? É só uma pergunta que eu quero saber.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu não vejo razão para o senhor omitir porque se o senhor procurou...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sabia onde encontrar.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – –-Ou ele chamou o senhor porque tinha que orientá-lo a proteger determinadas situações, ou o senhor em desespero foi procurar porque já tinha telefone dele, tinha localização dele e tudo. A senhora desculpa doutora eu não sei se a senhora trabalha no escritório do Dr. Hélio ou não; ou é apenas colega dele, que é de confiança que ele passa alguns casos. É isso mesmo? Então, porque não dá para entender de outra forma. Eu acho mais que ele o convocou porque com a publicação sabia que o senhor ia ser intimado pela CPI e poderia ser questionado sobre o que conduziu, quando conduziu, para onde foi, para confirmar ou não o que foi dito aqui com muita ironia por um dos depoentes. Então eu estou achando mais pelo o que o senhor está falando que o senhor foi convocado pelo Dr. Hélio para ser orientado e já com orientação de conversar com a doutora. Que a doutora conhece o caso todos os fatos?

**SRA. ADVOGADA STELA CRISTINA NAKAZATO:** Alguns dias.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Hein?

**SRA. ADVOGADA STELA CRISTINA NAKAZATO:** Alguns dias.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, foi de surpresa. Quer dizer, então o Dr. Hélio disse "Vai acompanhado e você não fale nada, nem precisa saber o que é que é". Por isso que eu digo, o senhor foi convocado por ele? Foi chamado para ele poder

lhe explicar algumas coisas, o que devia falar o que não devia falar, se deveria comparecer não deveria comparecer?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Estou fazendo um apelo para poder ajuda-lo, se quiser falar reservadamente a gente pede ao Presidente uma Sessão Secreta aqui...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não. Não tem... Não tem porquê. Eu não...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Teria o porquê do Dr. Hélio ir chamar o senhor se ele realmente é do PT. Aí teria... Razões para ele chamá-lo, para alertá-lo... Porque o seu cargo como é que foi conseguido o cargo de confiança do Ministério da Fazenda? Por ligações com o PT ou porque alguém o indicou para isso? Porque o senhor usava o elevador privativo também, não é?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – É, uso.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Usa o elevador privativo tem acesso direto. Todo mundo pode usar o privativo lá?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ele... Quem foi que arranjou o emprego para o senhor, ele já falou aqui, ele pode repetir para o senhor.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, estou só porque... Não é o caso de quem...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ele disse que foi por uma amizade com Ademirson... Pediu emprego ao Ademirson...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ademirson é do PT?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ademirson é Assessor do Ministro Palocci.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ah, sim. Já está no relatório.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E o Ademirson, isso em São Paulo, e ele disse que tinha casa no Rio de Janeiro, então Ademirson nomeou ele para um cargo comissionado no Rio de Janeiro. E daí ele disse que está lá nesse cargo, ganha 1.200 e poucos reais, tem o telefone do Ministério a disposição dele, não é?

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Ministério é que paga o telefone.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O Ministério que paga o telefone, mas para falar com a Dr. Hélio ele fez no contato no... Fez o contato no...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Orelhão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – No orelhão.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, por isso que eu acho que ele foi chamado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Então foi chamado.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu tenho o direito de achar porque ele está se recusando a dar uma explicação, V.Exa. repete 10 vezes a mesma pergunta e o subterfúgio...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor foi chamado logo depois ou foi chamado no início, agora, nessa semana?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Como?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor foi chamado pelo Dr. Hélio no início deste ano ou ainda o ano passado?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, não fui chamado pelo Dr. Hélio, ele não me chamou.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor foi procurar ele quando? Essa semana? O senhor teve com o Dr. Hélio essa semana?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Telefonou para ele? Olha que nós vamos... É uma decisão que já existe aqui, o senhor não tenha dúvida, uma decisão que já foi tomada aqui pelo Relator e que vai pedir a quebra telefônica, dos serviços telefônicos de V.Sa. Isso aqui já é uma definição que irá à votação na terça-feira. Isso aí o senhor tenha certeza. Então, se o senhor mentir, se o senhor negar que os telefones, que não ligou para o Dr. Hélio, coisa desse tipo, que também pelo nome que foi identificado nós vamos saber também poderá ser quebrado, o próprio Dr. Hélio também, então o senhor não deve entrar, veja bem, o senhor está indo numa linha, orientaram V.Sa. numa linha, se o senhor faltar com a verdade vai ser ruim para V.Sa.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – V.Exa. tem um coração de ouro, porque nessa altura a voz de prisão já poderia até ser dada. Eu estou até com medo que o Senador sente aqui já peça a prisão dele... O nosso Senador Magno Malta aí. Então, o senhor poderia ajudar a esclarecer, evitar um conflito aqui dentro.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Sr. Presidente, eu queria...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Heráclito Fortes.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Como é o nome da locadora que o senhor trabalhava?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Locablin.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Loca?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Brin.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Quantos carros ela tem ou tinha na época?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não sei precisar a quantidade de carros.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Mas, aproximadamente?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Uns cinco, seis carros.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Quais os clientes mais importantes que a locadora tinha que o senhor dirigiu para eles?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu só fazia... Eu era o prestador de serviço lá, eu não era funcionário.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Sim, mas prestava o serviço dirigindo para pessoas que a locadora—

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Autoridades.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) –** –- contratava, ou era contratado pela locadora. Quais as pessoas que o senhor lembra?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não... Eu não me recordo porque você fazia muito serviço lá. Às vezes você fazia... Você pegava uma pessoa no aeroporto e deixava no hotel só um **freelance**.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Sua base era São Paulo?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Minha base era São Paulo.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Capital.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Qual era o período que ele trabalhou lá Senador?

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Sim. Qual era o período?

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – (?) uma relação de serviço lá.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Desde 2002.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – 2002.

*(Inaudível).*

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Tá bom, voltou. Voltou, obrigado. Para o PT foi somente essa vez que o senhor prestou serviços ou prestou outras?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Já prestei outras. Já prestei outros serviços.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Para quem no PT?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu já atendi o Dr. Ademirson com o Ministro Dr. Antônio Palocci.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Ele Ministro, ou antes de ser Ministro?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Antes de ser Ministro.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Antes de ser Ministro. Na mesma locadora.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Na mesma locadora.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Certo, quem mais?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – O Dr. Ralf Barquete. Já atendi algumas vezes, e Dr. Vladimir.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Dr. Vladimir. Quando foi a última vez que o senhor falou com o Sr. Ademirson pelo telefone? Esse telefone do Ministério da Fazenda?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – A última vez que eu falei com ele pelo telefone? Falei semana passada... No comecinho da semana passada eu falei com ele.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – O senhor foi pegar encomenda pacote, seja lá o que for, não interessa, isso aí é outra questão, no aeroporto de Campinas ou Aeroporto de Amarais?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu fui com a Dr. Ralf no Aeroporto de Amarais.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Foi direto para Amarais?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, nós fomos... Eu estava trabalhando como táxi, taxista, aí a Dona Eurites(F) da locadora me requisitou, o meu serviço...

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Hã.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu fui até o... Se eu poderia atender o Dr. Ralf, eu disse que sim, e fui apanhar ele no Aeroporto de Congonhas.

Chegando lá ele me pediu para a gente dar uma passadinha no hangar da TAM. Chegou no hangar da TAM ele pediu para mim se eu tinha disponibilidade para a gente ir até Campinas, no Viracopos.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – [celular tocando] Pois não. Alô?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu disse a ele que sim...

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Eu não posso falar agora, não. Aguarde um pouco. Começou a votação aí? Tá bom.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu disse a ele que sim...

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – CPI do Orçamento... Sim...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – E chegando lá ele desceu do carro, foi lá dentro, voltou e disse para a gente ir no aeroporto ali, Amarais, ali próximo. Perguntou para mim se eu sabia onde que era, eu disse que não sabia, e aí ele falou que sabia mais ou menos. Nós chegamos até lá, chegou lá ele desceu do carro, pediu que eu abrisse o porta-mala do carro, eu acionei o porta-mala do carro pelo botão que tem dentro do porta-luva, abri o porta-mala, ele desceu, fechou o porta-mala, e já entrou dentro do carro junto com o Dr. Vladimir Poletto. Aí pediu para a gente retornar a São Paulo. Chegando ali no final da Bandeirantes, ele me pediu para a gente se encaminhar... Até a... Até a Montana Grill. Chegou no Montana Grill ele pediu para mim abrir o porta-mala de repente, eu abri o porta-mala, eu abri o porta-mala, eles desceram, fechei o porta-mala, ele fechou o porta-mala e pediu que eu levasse o Dr. Vladimir até o Aeroporto de Congonhas. Chegou lá, o Dr. Vladimir me dispensou, eu retornei para a locadora deixei carro, peguei o táxi e fui trabalhar.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Só uma coisa, o senhor chegou no aeroporto de Amarais a que horas?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não me lembro.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Mais ou menos.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não lembro.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Quanto tempo ficou no Aeroporto de Amarais esperando a chegada do avião?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não, a gente chegou lá... Cheguei lá e não demorei nada.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – O senhor desceu, foi ao banheiro...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não desci.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – O senhor desceu, foi ao banheiro. Estavam fazendo treinamento de pára-quedas...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não desci.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – O senhor foi fotografado. Olhe lá que o senhor está dizendo...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não desci.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Há uma fotografia ao lado de uma pequena lanchonete, acabei de receber aqui um comunicado, elas estão chegando aqui.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não desci.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Me parece, a informação que eu tenho é que tem um clube, é ultraleve, funciona ultraleve aviões pequenos no aeroporto?

[*inaudível*].

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu só vi que tinha uma pista tinha um aviãozinho parado lá, desceram, colocaram a mala dentro do carro e...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor viu quando colocaram a mala no carro?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não vi nada.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – O senhor... Quando o senhor desceu foi para não ouvir a conversa dos dois... O senhor se distanciou do carro por quê?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Oi?

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – O senhor se distanciou do carro, por quê?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não desci do carro. Eu não desci do carro porque o carro, a gente tem até uma ordem da locadora que se possível não desça.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Para Delúbio eles dessem, quando passa o Delúbio chegando no PT, eles descem abrem a porta... Só para o senhor, mesmo?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não tenho esse conhecimento.

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Só um minutinho. O depoente já disse várias vezes aqui que ficou dentro do carro e que não viu entrar nada, não viu o que foi

colocado, agora está dizendo, viu uma mala agora. Disse que agora viu uma mala.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Porta-mala.

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Não. Você disse que viu uma mala.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Então, perdão. Me referindo ao porta-mala do carro, fechou, bateu o porta-mala...

**SR. VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Perdão. Eu...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Só pedir uma aparte aqui. O senhor conhece bem Dr. Hélio, não conhece?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Oi?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não conhece bem Dr. Hélio?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não?!

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Bem, não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas, se o Dr. Hélio sentar aqui o senhor conhece ele?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Conheço.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Como é ao jeito de Dr. Hélio?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não sei precisar, assim, as características, assim, da pessoa assim, não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ele usa barba?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não. Isso também se usasse pode tirar daqui para manhã. Usa óculos?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – É baixo, é alto o que é?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Média estatura, a minha altura.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – A cor dele?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Branco, não é?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Branco. E o que mais o senhor sabe do Dr. Hélio?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor não foi encontrar o Dr. Hélio na casa de uma pessoa, não?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não, fala a verdade...

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não foi.

**SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor encontrou Dr. Hélio aonde? O senhor vai ter que responder isso aí. O senhor não tem a memória esquecida tanto sem saber em São Paulo... O senhor saiu para se encontrar em São Paulo, e aonde foi que o senhor encontrou com o Dr. Hélio? Não minta, não! [silêncio do depoente]. Eu saí da Presidência porque eu quero aqui como parlamentar fazer essa pergunta ao senhor e não como Presidente. E aí o senhor me convencia a não responder e agora o senhor vai ter que me responder.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Mas pior que eu não sei dar essa resposta para o senhor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor não sabe dizer onde se encontrou com Dr. Hélio!? Olha que o senhor vai ter que dar essa resposta em outro canto, o senhor agora se complica.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu vou me complicar, porque eu não sei...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor encontrou com Dr. Hélio, não encontrou?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Em São Paulo? Ou foi no Rio de Janeiro que o Dr. Hélio procurou o senhor?

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Pela Ordem, Sr. Presidente, Senador Efraim, só para ajudar a V.Exa... Eu quero orientar a Dra. Advogada, nada conhecendo a senhora, mas a senhora nem pode falar, nem pode bater nas costas dele para ele não responder. Eu estou acompanhando a senhora, o seu gesto, a senhora não pode falar, a senhora não pode bater nas costas dele... Ela bateu... Quando o senhor fez a

pergunta, ela cutucou ele para ficar ca-la-do. Então a senhora... Conheço o regimento interno de uma CPI, porque a senhora é Advogada e a senhora tem que ficar no seu lugar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Onde é que o senhor... Dr. Hélio foi em busca do senhor encontrou com o senhor no Rio ou o senhor veio a São Paulo?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Não vou poder responder porque eu não sei, doutor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não vai!? O senhor não sabe?! Então, como foi que o senhor conheceu a doutora? [silêncio do depoente]. Ou o senhor não conhecia a doutora, a primeira vez que viu foi no avião? [silêncio do depoente]. Estou fazendo uma pergunta para o senhor. [silêncio do depoente] Hein, Sr. Éder? [silêncio do depoente]. Eu tenho paciência suficiente, confesso a V.Sa. para ficar aguardando, então o senhor ficando calado, aí, eu vou ficar calado aqui esperando o senhor me responda.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Presidente, Senador Efraim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O Presidente é o nosso Mozarildo.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Será que não poderia pedir a doutora o endereço do Dr. Hélio, se ela nos poderia nos fornecer o endereço, claro que ela não é obrigada, mas...

**SRA. ADVOGADA STELA CRISTINA NAKAZATO:** [*Inaudível*].

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu estou perguntando se a senhora pode fazer a gentileza... Não fará? Não quer dar nem o endereço dele.

**SRA. ADVOGADA STELA CRISTINA NAKAZATO:** [Inaudível].

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, eu só estou perguntando a senhora diz que não quer está tudo bem, não vou exigir, a senhora tem todo o direito de se...

**SRA. ADVOGADA STELA CRISTINA NAKAZATO:** [Inaudível].

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Estou perguntando pedindo uma gentileza. A senhora não quer fazer...

**SRA. ADVOGADA STELA CRISTINA NAKAZATO:** Não tenho também o endereço, agora.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...Eu fico tranqüilo, fico tranqüilo não se preocupe, eu estou pedindo um favor. Se não pode fornecer o endereço a gente não terá dúvida em conseguir depois.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Sr. Presidente, eu gostaria...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ela foi qualificada como Advogada (?).

[tumulto].

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – (?) responder a pergunta do Senador Efraim?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu não sei responder a pergunta dele.

Pela Ordem, Sr. Presidente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu vou repetir a pergunta. Pode ser que ele não entendeu, só perguntar a V.Sa. O senhor disse aqui no início do depoimento de que o senhor procurou o Dr. Hélio, perfeito?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Perfeito.

**SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Perfeito. O senhor disse que foi a São Paulo. Parece-me que o senhor não foi a São Paulo, porque nós, inclusive, vamos verificar se o senhor esteve presente no seu trabalho no período de novembro e dezembro, se houve deslocamento do senhor. Nós temos como comprovar isso. Segundo, V.Sa, o que eu estou perguntando a V.Sa, onde foi que o senhor encontrou o Dr. Hélio? A única informação que o senhor me deu do Dr. Hélio foi que encontrou ele no PT. Não foi? O senhor não disse isso lá no escritório do PT, no Gabinete Eleitoral ou coisa desse tipo?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sim, senhor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor confirma, está certo? Agora o que eu quero saber do senhor: Esse encontro que aconteceu esta semana para que o senhor contratasse a Dra. Cristina, disse o senhor que foi o Dr. Hélio que lhe indicou por ser a doutora competente que poderia lhe acompanhar, perfeito?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Perfeito.

**SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Perfeito. E como o senhor encontrou a primeira vez com a Dra. Cristina? E como falou com o Dr. Hélio? Só isso que eu quero saber. Quando foi que Dr. Hélio ligou para encaminhar a Dra. Cristina? [silêncio do depoente]. Quanto tempo o senhor conhece a Dra. Cristina?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Conheci ontem.

**SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Êpa, não bata no pé que a gente está vendo aqui por baixo. Ontem, o senhor conheceu ontem. Bom, eu estou satisfeito.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Só perguntar. O senhor veio para esse depoimento acom-

panhado da sua Advogada. Mas veio acompanhado de Assessor, de companheiro seu do Ministério da Fazenda?

**O SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Oi?

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – O senhor veio para cá com a sua Advogada para sala, o senhor está aqui na sala, mas o senhor está acompanhado de Assessores do Ministério da Fazenda?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Que eu saiba não, só estou com ela.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – [risos]. Não é essa a informação, não, hein, Senador Heráclito. A informação é que tem dois Assessores do Ministério da Fazenda acompanhando o depoente que estão, inclusive, acompanhando o depoimento dele aqui.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Pois é, isso que eu...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Certamente é uma atitude ou de orientação ou de coação, não é?

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – O senhor pode declinar o nome dos seus dois companheiros do Ministério da Fazenda?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Eu cheguei aqui juntamente com ela.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Mas, o senhor já olhou duas vezes aí para os Assessores, você já olhou duas vezes, ela olhou também. Fica feio assim também. O senhor não está numa casa de idiota, o senhor está no Senado da República. Quando eu lhe perguntei, automaticamente o senhor olhou exatamente para os dois Assessores, não tem nada não, eles estão aí, eles estão mostrando solidariedade, estão mostrando coleguismo, são seus colegas de trabalho. O senhor não é funcionário do Ministério da Fazenda?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Sim, senhor.

[risos].

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – [risos]. Então, por que negar? Eu acho até um gesto bonito eles estarem aqui ao lado de um companheiro que está sendo interrogado.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO** – Se tem, eu não conheço do Ministério da Fazenda aqui.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Não, não conhece? É difícil. Sr. Presidente, fica difícil desse jeito.

Sr. Presidente...

Uma palavra de Ordem, questão de Ordem.

**SENADOR TIÃO VIANA (PT-ACRE)** – Apenas, Pela Ordem, Sr. Presidente, apenas quero que fique claro ao Sr. Éder que eu vejo aqui pela primeira vez, Éder Estáquio, que seguramente o seu Advogado, orientou que o senhor aqui não precisa ficar com medo de nada, o senhor não é menor do que qualquer Senador da República por um milímetro, o senhor... Se o senhor acha que não cometeu crime nenhum, o senhor tem que estar absolutamente a vontade para colaborar com as perguntas dos Senadores, cujo propósito é esclarecer um caso que julgam que seja importante para o país que se esclareça. Então, o senhor não precisa se sentir diminuído, com medo, e absolutamente impedido de dizer. O senhor tem a total orientação da sua Advogada de falar a verdade, seguramente, e não ter medo de responder a nenhuma pergunta. Todos que fazem a perguntas aqui fazem a todos que sentam no seu lugar. É um processo muito natural da relação do Senado numa CPI. Eu só quero que o senhor possa se sentir aqui muito tranqüilo para colaborar com os Senadores e responder aquilo que o senhor julga que é a verdade, e que deve ter obediência à verdade, e que o nosso interesse é esclarecer os fatos que os Senadores estão abordando. Apenas para colaborar para que não fique... Um clima como se o senhor imaginasse que estaria num ambiente que o senhor tem que estar com medo e contido de alguma coisa, não, fique absolutamente tranqüilo que aqui é a casa onde deve haver respeito a pessoa humana em todos os sentidos. E os Senadores quando perguntam com um pouco ou mais de emoção é porque querem informações que julgam relevantes. Só nesse sentido.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Sr. Presidente eu gostaria de parabenizar mais vez ao Senador Tião Viana, por quem a minha admiração é crescente. A cada dia o Senador Viana me surpreende com um gesto dessa natureza, um gesto de solidariedade, daí porque Senador Tuma uma vez... Eu comparei ao jogador do Santos da sua época, o Lima. O Lima jogava no Santos em todas as posições, menos no goleiro, substituía o Pelé nas suas faltas, fazia de tudo, de lateral direita à ponta esquerda. Estão fazendo com... Estão fazendo com o Senador Viana, o PT está fazendo com o Senador Viana o que o Santos fazia com o Pelé. Toda a fria, toda a defesa difícil botam ele, ele está aqui como sempre, cavalheiro, lorde, (?), otimista, crente, homem de boa-fé.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Solicitaria do Senador Heráclito só um minutinho, porque o nosso... Éder está precisando ir até o sanitário.

*(Inaudível).*

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Pois não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Pediria a Assessoria para acompanha-lo.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele fez uma imagem enorme e não saiu do carro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas, é em função do remédio que é diurético, segundo o nosso Médico.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas ele já tomava antes.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Pois não, claro, claro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Por favor, o senhor pode ir lá.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) –** Mas viu Senador Tião Viana, aproveitando esse tempo, longe de mim qualquer iniciativa de criar constrangimento. Apenas algumas coisas que chocam. Esse fato agora da inocente pergunta que eu fiz, da presença de dois companheiros. Acho louvável, inclusive, queria elogiar os dois colegas que vieram para cá, não há nenhuma equação. Agora o fato dele negar o óbvio, é isso que deixa triste e eu tenho certeza que a missão de V.Exa. aqui é prestar solidariedade de um companheiro de partido, mas jamais induzi-lo...

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – Não, eu não nunca vi esse cidadão, não sei se é filiado nada. Eu sei que ele é o motorista do episódio que levou as tais caixas de uísque ou não sei o quê...

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – O PT é muito exigente jamais daria um lugar de motorista no Rio de Janeiro para ter o privilégio de dirigir com o Ministro da Fazenda no Brasil ganhando o salário que ganha, com telefone celular. Elevador privativo se não fosse um militante com serviços prestados. V.Exa. conhece isso, sabe que o seu partido é exigente. A hierarquia do seu partido é perversa, não admitiria jamais um cristão novo gozando de tanto privilégio. Vamos e venhamos. E que não bastaria um homem com as características que se apresenta aqui hoje, essa um homem sabido está sobre controle ou por medicamento ou por orientação agora não pode fazer ao Brasil de idiota.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Heráclito tem uma coisa que me assusta um pouco, esse caso do caso de Cuba só tem morto, bêbado e desmemoriado. Então eu fico um pouco preocupado em encontrar um caminho.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Vai aparecer o equilibrista. É só questão de tempo.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, aproveitando aí o recesso proporcionado pela necessidade fisiológica do depoente, eu gostaria de fazer uma indagação que tem sentido, sobretudo, em função da conexão explicitada mais uma vez. O Ministério da Fazenda, em função do Ministro Palocci, está participando ativamente dessa CPI. Primeiramente o Relator Garibaldi Alves Filho, de forma competente, propõe indiciamento por formação de quadrilha

Sr. Presidente...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) **–** –-de toda a equipe de Assessores do Ministro a partir da sua cidade de Ribeirão Preto. Hoje há um...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Por favor, por favor, eu vou pedir que o senhor não faça mais nenhum contato porque V.Sa. está numa situação que não pode... Há reclamação, eu fui bastante flexível até o ponto que um Senador fizesse essa reclamação, em função da reclamação que é regimental de V.Exa, eu solicito da doutora e de V.Sa. no sentido de que possamos ouvir os nossos Senadores.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu já sou próximo inscrito já pode contar o meu tempo, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O próximo inscrito é o Senador Magno Malta...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Me parece que sou eu pela ordem de inscrição.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – É. É, V.Exa.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas eu posso ceder se o Senador desejar. Eu concluo essa consulta preliminar Sr. Presidente, é sobre o depoimento do Ministro Palocci a essa Comissão. Estava dizendo que no relatório preliminar apresentado pelo Senador Garibaldi Alves filho há o indicativo de indiciamento por formação de quadrilha a uma equipe liderada pelo Ministro Palocci. E hoje nós verificamos a presença do Ministério da Fazenda outra vez nesse cenário, não só pelo depoente, que tem um tratamento privilegiado, é uma espécie de Romário jogando no Vasco da Gama. Um tratamento privilegiado no Ministério, exatamente por ter certamente prestado serviços. E os Assessores que estão aí, obviamente vieram acompanhando o depoente em nome do Ministro Palocci. Não se mobiliza uma equipe sem que o líder dessa equipe tenha conhecimento da motivação desta mobilização. Por isso, Sr. Presidente, só consulto se já há uma definição de data para o depoimento do Ministro Palocci?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu respondo a V.Exa, Senador e a todos os membros da CPI dizendo que a minha assessoria fez contato com a assessoria do Ministro e que nós estamos aguardando dentro daquela faixa limite, aquele

prazo limite que foi concedido, então eu devo dizer a V.Exa. que em qualquer situação que for definida nós teremos na próxima semana o depoimento do Ministro ou o requerimento de convocação do Ministro.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito bem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Dizer a V.Exa. e a todos os companheiros nesse sentido.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – V.Exa. tem exercitado a capacidade da tolerância de forma extraordinária. Eu imagino que o limite de paciência já se esgotou, portanto a semana próxima V.Exa. tem o apoio desta Comissão para concluir essa novela.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Até diria a V.Exa. que hoje eu estou exercitando mais essa paciência.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito bem. Eu, Sr. Presidente, é evidente que não há muitas questões a formular ao depoente em função do que já se viu até agora. E eu confesso um enorme constrangimento de interpelar as pessoas mais humildes, que são utilizadas, muitas vezes na sua boa-fé, pelas pessoas que praticam os ilícitos que são investigados. Obviamente acabam sendo usadas, ou de boa-fé, ou compartilhando a má-fé, acabam sendo utilizadas pessoas humildes que, obviamente, diante de uma Comissão como esta, se sentem, eu imagino, inferiorizadas. Não é? Obviamente, um cidadão que trabalha, um trabalhador, um servidor público, um motorista, certamente fica um pouco atemorizado diante de Senadores da República, e não é este o nosso desejo que fique atemorizado. Até porque nós condenamos o expediente daqueles que desejam fazer com que a corda arrebente sempre para o lado mais fraco. Eu sou daqueles que gosto de ver a corda arrebentando do lado mais forte e não tenho nenhum propósito de buscar condenação para pessoas mais humildes e preservar os verdadeiros responsáveis, não é? Aqueles que são os artífices do projeto de corrupção, aqueles que são os principais executores do projeto de corrupção, portanto, eu confesso até que nem viria para esse depoimento. Mas acabo vindo em função das circunstâncias. [soa a campainha] Eu vou indagar o seguinte.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Solicitaria dos senhores presentes silêncio para ouvirmos o orador. Srs. Senadores.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu vou indagar o seguinte do senhor. O senhor chegou hoje pela manhã ou chegou ontem a Brasília?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Cheguei ontem.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A sua passagem não estava marcada para hoje de manhã? Ela foi antecipada para ontem, não foi?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Foi.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Foi antecipada. Quem pediu para antecipar a sua passagem para ontem? Foi solicitada para uma conversa com alguém ontem.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não, eu recebi o comunicado que a minha passagem ia ser antecipada para vir antes.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Comunicado de quem?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Oi?

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Quem comunicou? [silêncio do depoente]. Quem fez esse comunicado? Foi a Advogada, foi... [silêncio de depoente]. Não, não, não sabe? [silêncio do depoente] Quem comunicou o senhor dessa antecipação da passagem? Não há nenhum problema em antecipar, não é? Apenas gostaria de saber qual foi a razão e quem comunicou. [silêncio do depoente]. Foi a Assessoria do Ministério, do Ministério da Fazenda? [silêncio do depoente]. Não tenha receio de responder uma pergunta tão singela como esta. [silêncio do depoente]. É, Sr. Presidente, a blindagem ela ocorre das mais diversas formas, não é? E evidentemente uma forma de blindagem, de autoblindagem, é o silêncio. Naturalmente o silêncio condena muito mais do que determinadas palavras. Na maioria dos depoimentos nós... Não é importante o que dizem, o importante é o que não dizem. E nós temos que aprender a ler aquilo que não é dito. É mais importante saber ler o que não é dito, do que ler aquilo que é dito. Não é? Interpretar aquilo que é dito. A minha interpretação, portanto, Sr. Presidente, é de que nós temos que ouvir é o Ministro Palocci, não é o motorista do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. Nós temos que ouvir o Ministro Palocci, ele é o grande responsável. Ele chefia uma equipe que está sendo indiciada por formação de quadrilha. E o fato do Ministro Palocci acionar sua Assessoria para essa blindagem é um indício comprometedor. Compromete a presença do Ministro Palocci à frente do mais importante Ministério. É óbvio que quem, é óbvio que quem se torna responsável pela condição dos negócios da economia do país não pode permanecer no cargo sob suspeição. Se aqueles que são liderados pelo Ministro o comprometem desta forma, daqueles que, se aqueles que servem o Ministro adotam o comportamento que essa Comissão tem observado... É evidente que está sob suspeita, seriíssima suspeita, o Ministro Palocci. Eu sinceramente não me conformo em fazer com que a corda arrebente do lado mais fraco. Sena-

dor Garibaldi Alves Filho a corda tem que arrebentar do lado mais forte. Esse é um exemplo que essa CPI tem que oferecer. Essa é uma marca que tem que ficar registrada, o Ministro Palocci tem muito a responder a esta Comissão. E eu não vou formular mais nenhuma pergunta ao depoente, [soa a campainha] eu não, sinceramente não tenho condições de condená-lo, de julgá-lo, não tenho e não quero julgá-lo, não pretendo julgá-lo. Nós temos que julgar o Ministro Palocci. O Ministro Palocci e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. São os grandes responsáveis por esse sofisticado esquema de corrupção que se implantou no Brasil. Essa história dos recursos de Cuba é uma história que precisa ser contada. De outra forma, com outras vozes mais autorizadas; não é ouvindo o motorista que transportou o pacote no porta-mala do seu carro que nós vamos resolver essa situação, nós temos que ouvir o Ministro Palocci.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Presidente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V.Exa. e queria dar uma informação já que o Sr. Éder Eustáquio não quis responder. A Assessoria da CPI me passa a seguinte informação: Que foi expedida passagem para o dia de hoje no vôo que saia do Rio hoje, para Rio/São Paulo, não sei, eu não sei se o senhor estava no Rio ou... Veio do Rio?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Do Rio.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Do Rio. Que recebeu um telefone da Dra. Ilma F. Lima, pessoalmente, o Dr. Augusto está aqui, pessoalmente, inclusive a Dra. Ilma teve presente aqui ainda hoje pela informação também da assessoria, e que é Assessora Parlamentar do Ministério da Fazenda pedindo para fazer a mudança da passagem para o dia de ontem. Essa é a informação que me passa o Secretário Geral da CPI, há pouco.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O objetivo foi uma aula que o nosso depoente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Inclusive passando os telefones da Assessora que me consta que talvez seja lá do Ministério, 3412-2539.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É. Seria parlamentar do Ministério.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Essa é a informação, eu quero transmitir a V.Exa. pela informação, e quanto a questão do Dr. Hélio Silveira que nós insistimos e que não houve informação de lembrar, há uma informação do Consultor Jurídico de que o Dr. Hélio Silveira é Advogado da Ex-prefeita Marta Suplicy. E aqui tem matéria em que diz do dia 19 de janeiro de 2006, que é hoje, se referindo ao Dr. Hélio Silveira, Advogado de Marta, "afirma que a maior parte dos recursos" tal, tal, tal etc, numa confusão existente, disputa, com outro partido político. Então para que fique esclarecido eu pergunto o senhor conheceu a Prefeita Marta Suplicy?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não, não conheci.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Com a palavra o Senador Magno Malta. Então o Dr. Hélio aqui Advogado da Dra. Marta Suplicy, Ex-prefeita e Ex-deputada.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Sr. Presidente—

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Dr. Hélio Silveira que foi o nome que foi nos passado pela doutora Cristina que se tratava do Dr. Hélio Valério exatamente o nome que aí se consta.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Sr. Presidente, senhores Senadores. Sr. Presidente, antes de iniciar eu gostaria de saudar os jovens promotores do Ministério Público de Campinas que já falaram a essa CPI, com quem tive o prazer de trabalhar nas oitivas da CPI do Narcotráfico na região de São Paulo. E com muita felicidade eu recebo uma informação da parte deles, foram três anos de muita luta, e já no nosso relatório final de São Paulo onde o seu filho era um dos Sub-relatores, tem 17 condenados do Sub-relatório da CPI do Narcotráfico. Wilian Sozza, 15 anos, ladrão de... Roubo de carga, empresário e herdeiro de algumas empresas de PC Farias de lavagem de dinheiro, Ricardo de Lima, Delegado de ouro da polícia de São Paulo, aquele da cocaína do IML, cocaína de "Maria do Pó", foi expulso. Arthur Eugênio, o Advogado dele. Nove anos de condenação. E o investigador expulso. São as figuras importantes daquele processo em 17 condenados. E outros processos em andamento na luta do Ministério Público daquela região, que agora se envolve no caso do Toninho. E eu gostaria da ajuda no caso do Toninho de cumprimentá-los, e dizer daqueles dias, quatro dias que estivemos juntos em Campinas naquelas oitivas. E ai desse país se não tivéssemos esse Ministério Público de jovens, ai de nós se não tivéssemos com todos os defeitos que têm os seus problemas, a Polícia Federal. O crime organizado que graça nesse país, Sr. Presidente, numa malha extremamente cumprida e larga. Ai de nós se não tivéssemos o Ministério Público. Gostaria antes de fazer uma consideração, dizer à doutora que nenhum gesto da minha parte foi para constrangê-la, até porque acabei de falar que comandei uma grande CPI...

[risos].

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Estou no rádio... Câmbio, desligo. E o regimento interno das CPIs... O regimento interno das CPIs o Advogado não fala com seu cliente, conversa o que quiser antes da oitiva começar, fora disso nada. E o meu gesto, doutora, foi só porque... E aí veio em seguida a palavra do Senador Tião Viana quero falar para o Sr. Éder, o senhor não precisa ficar nervoso como o senhor está. Visivelmente nervoso, visivelmente tenso! Parece que o que o senhor ensaiou deu tudo errado, o que lhe ensinaram não deu... Tiveram perguntas fora e tal... Do roteiro, mas o senhor fica tranqüilo porque só há uma maneira de o senhor ser preso aqui em flagrante é se o senhor desacatar. Desacatar. Se o senhor desacatar. E é muito mais importante o senhor dizer "não sei", "não vi", "não foi", "não estou", porque todos dizem a mesma coisa. Do que se calar dessa forma porque quando o senhor cala e fica tenso olhando para quem lhe indagou, ele não vai voltar atrás na pergunta dele. E aí o senhor se incrimina e incrimina quem o senhor quer proteger. Dizer "não sei", "não fui", "não estava", veio um que tudo que perguntava ele dizia, "não, eu estava bêbado, estava alterado", e não prenderam com pena, vai prender bêbado para quê?! Então, o senhor fica absolutamente tranqüilo ninguém aqui vai sair com senhor aqui algemado a não ser que o senhor desrespeite a CPI, ninguém aqui vai, vai... E até porque acho que a Sessão aí se prolongar pouco, vão continuar perguntando para o senhor, o senhor não vai ter condição de buscar orientação da Advogada, o senhor tem falar, ou que "sim" ou que "não". "Estive". Por exemplo, o senhor viu a bebida que estava nas caixas?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu não vi nada.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Era bebida ou era dinheiro?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu não vi nada.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Tinha quantas caixas?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não sei.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Não tinha caixa?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu não vi.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Pronto é isso, o senhor já respondeu. Não tinha caixa, não tinha bebida, não tinha nada. Pronto, mas respondeu.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Se o senhor quiser que eu retrate do modo que eu falei aqui.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Vai, vai...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não. Precisa não. Três vezes já repetir... Essa parte está decorada não dá para repetir. Vamos embora.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Ah, é? Para mim está bom. Eu só queria saber o seguinte. O Sr. Hélio Castanho da Silveira ele é um grisalho, um senhor grisalho?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não, acho que não.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Ou é castanho mesmo? Não, Castanho é o sobrenome, não é? O senhor conhece ele?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu conheço.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Mas é grisalho?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – O cabelo dele?

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Sim, mas grisalho só pode ser o cabelo.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não me recordo...

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Assim, tipo do Presidente?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não, não.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Não recorda?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não, não é como o Presidente.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – É menos ou mais?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – O cabelo é preto, normal, castanho.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – É normal? Não tem nenhum problema, porque Advogado é para defender mesmo, Advogado é para orientar cliente. Não tem nenhum problema o senhor falar que esteve com ele, ou que não teve, isso não vai arrumar condenação para o senhor, não vai ajudar o senhor a ser preso, nada disso, ué. Não tem nenhum problema, "Por que o Advogado?", "Conheceu o Advogado, a doutora que dia?", "Não, conheci ontem". Mas é sua Advogada. Qual o problema disso? Nenhum. Nem lhe complica. Agora, complica se o senhor ficar calado, porque quando o senhor fica calado olhando, para quem lhe inquiriu é como se o senhor tivesse passando um recibo que é verdade exatamente o que a pessoa lhe perguntou. O senhor conhece ele há quanto tempo, Sr. Hélio?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu conheço ele há pouco tempo.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Quanto tempo assim? [silêncio do depoente] Quanto tempo? Pouco? O que é pouco? [silêncio do depoente] O que é pouco, rapaz? Você fica olhando e aí tu assina o re-

cibo. O que é pouco? Meses? Ou anos? [silêncio do depoente].[risos]. Sr. Presidente, eu já vi de tudo, eu só falto ver chover para cima, agora.

[risos].

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – É porque... Muito obrigado, Sr. Presidente por ter me dado esse tempo para eu poder inquirir. [risos]. Agradeço V.Exa. Eu estou abrindo mão do meu tempo. Coitado, está aí enjaulado, amarrado, travado... Só me dê a felicidade, diga isso, quantos meses? Um ano, dois anos, quanto tempo, rapaz?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Alguns meses.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Alguns meses é o quê? [soa a campainha]. E eu acabei de te ensinar na palavra, "fique calmo, ninguém vai te prender por causa disso", e sem ser o seu Advogado lhe ensinei.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. me permitir deixa eu lembrar, relembrar a memória do senhor. O senhor disse aqui que quando era taxista, quer dizer antes de 2002 o senhor conheceu o Dr. Hélio. Então, de 2002 para cá faz mais de meses, são quase cinco anos, o senhor se lembra que disse isso aqui ou não? [silêncio do depoente]. Se lembra que disse? Só se disse ou não disse, porque senão eu vou pedir para passar a fita de novo para o senhor ouvir.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Me lembro que eu disse, e eu queria pedir desculpa à Casa que eu menti. Eu não conheço ele todo esse tempo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E quanto tempo?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Alguns meses.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Alguns meses. E quem apresentou o senhor a ele?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Isso eu não sei responder, porque ele que manteve um contato comigo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ele que fez um contato com o senhor, ligou para o senhor.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Orientou o senhor sobre esse caso logo depois que foi publicado a questão da revista Veja, perfeito?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não. Ele não me orientou, não.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Ele ligou para o senhor para falar o quê?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO –** [silêncio do depoente].

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Olha para mim aqui, filho. Ele ligou para o senhor para falar o quê? [silêncio do depoente]. Eu estou ficando chateado, porque você olha para mim e trava. Eu não...

[risos].

Não está gostando da sua cara, não.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – É. Vamos fazer o seguinte: Você veio ontem, você ficou em que hotel? Você ficou em que hotel?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – O Mercure.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Fala ali pertinho.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Mercure.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Mercure? É isso?

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Em São Paulo é o Mercure.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) –** Aqui também.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – É também, a rede. É. Sr. Presidente, eu vou abrir mão, eu não tenho exatamente... Esse silêncio nervoso dele.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu não sei se V.Exa. está assombrando o nosso convidado, eu vou perguntar a ele, o senhor disse que o Dr. Hélio que ligou para o senhor, o senhor pediu desculpa, nós desculpamos o senhor, sabemos que o senhor está pressionado; não vamos levar em consideração que o senhor disse, porque o senhor foi preparado para mentir aqui hoje, lamentavelmente, o senhor está sendo usado. Então, o senhor recebe dessa Presidência as desculpas. Aceito às desculpas e perdôo o senhor. Agora, agora preciso que o senhor nos conte a verdade, porque se o senhor mentiu, nos o perdoamos, nós entendemos a sua situação. Precisamos só que o senhor nos diga a verdade. Então, o Sr. Hélio quando fez contato com o senhor fez em que sentido? O que é que ele queria do senhor? Só isso que eu preciso que o senhor nos responda para que tenha o perdão exatamente, acima de tudo tenha a simpatia dessa CPI, dos membros dessa CPI sabendo o senhor, o senhor pode indo talvez tenha tentado assombrar o nosso inquirido. Então, por favor, se o senhor poderá me responder isso aí. Já que o senhor voltou atrás, já que o senhor disse que mentiu que não conhecia há tanto tempo o Sr. Hélio, nós já identificamos quem é o Sr. Hélio, não precisa o senhor dar mais informação porque nós sabemos é o que ele ligou e o que confiou, o que pediu para o senhor fazer hoje aqui.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Ele não pediu para mim fazer nada, ele só falou que a Dra. Stela ia me acompanhar aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Dra. Stela ia lhe acompanhar. O senhor disse que só conheceu Dra. Stela ontem.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Ontem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Aqui em Brasília?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Aqui em Brasília.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Aqui em Brasília. No Hotel Mercure.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – No Hotel Mercure.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – No Hotel Mercure. É estranho que o senhor, quero dizer que as despesas do senhor são pagos por essa CPI. Quem é que está pagando, já que o senhor não solicitou que a CPI pagasse essa despesa, quem está pagando a despesa do senhor? O Mercure é um dos bons hotéis de Brasília e que tem uma diária alta, e que o senhor pelo que o senhor ganha e disse para gente, não tem condições de estar pagando essa despesa. Quem está pagando essa despesa para o senhor? Quem fez a reserva para o senhor nesse hotel?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu não sei, eu não sei responder.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** O senhor não sabe.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Presidente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor chegou no aeroporto, e no aeroporto tinha um carro esperando o senhor. O senhor não veio de táxi do aeroporto... Ontem quando chegou aqui.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu encontrei a doutora lá.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – A doutora estava esperando... Só a doutora?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Só a doutora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Vieram de táxi?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Táxi.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Sr. Presidente, eu gostaria de que o Relator V.Exa. determinasse a assessoria a solicitar informações ao hotel de quem pagou a diária dele.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Solicitaria também quem fez a reserva.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Quem fez a reserva, exatamente. Era bem mais simples. Pode dizer não tem nada disso, agora me...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Seja feito agora, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Agora, por favor.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Chato isso.

Sr. Presidente, uma dúvida minha. A Comissão já tinha feito reserva para ele?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não, porque foi pedido para antecipar a própria... E ninguém conseguia falar com ele porque ele estava blindado. Não houve condições de fazer nenhum contato. O único contato foi feito pela Dra. Ilma F. Lima, que é Assessora Parlamentar do Ministério da Fazenda pedindo para antecipar o vôo, exclusivamente isso. Foi a única forma de contactarmos com ela. Essa informação o... E quero informar também que tenho uma informação de uma pessoa que merece todo o crédito, até porque também é da Justiça, que o próprio Dr. Hélio se encontrava presente hoje aqui no início dos trabalhos dessa CPI. É a informação que estou recebendo aqui de uma pessoa, me pediu reserva do nome, mas que aqui se encontrava. Também estou dando o detalhe e não posso comprovar, a minha preocupação volta para cá.

*(Inaudível).*

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Não, estava presente aqui hoje.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O PT de São Bernardo... [Inaudível].

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Presidente, eu queria fazer uma pergunta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. tem a palavra.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – O Sr. Éder, foi falado eu não estava aqui, o senhor recebe 1.200 reais lá no Rio de Janeiro, fora isso tem diária de horas extra. Perfaz quanto por mês?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu só tenho o salário, eu não tenho viagem. Eu não costumo viajar lá não.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Mas não tem hora extra quando vira à noite, quando trabalha a até mais tarde acompanhando autoridades?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – A gente fica à disposição. Não chega a virar à noite. Fica até

mais tarde, mas como você tem DAS o Ministério não paga hora extra, não.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Não paga, nem nessa viagem agora para Brasília o senhor não recebeu diária também.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Também não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Até porque ele terá uma...

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** – Ajuda de custo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não, ele terá afirmação da CPI através de ofício pedindo para justificar a ausência dele lá em função... E a CPI em todos os casos de pernoites, paga, quando a reserva é feita por esta Casa. Nós pagamos hospedagem e as passagens. Inclusive, a própria Advogada teria direito a passagem pela CPI, mas nem houve o contato, não foi solicitado e no dia de ontem tentamos a assessoria tentou falar com o Dr. Eustáquio, o Sr. Eustáquio, Éder Eustáquio para contactar para a questão de hospedagem. Mas não havia condições, só através então, repito, da Dra. Ilma para que antecipasse. Essa só a informação que eu posso dar que a assessoria me passou. Nada mais posso acrescentar sobre essa questão. Eu perguntaria outra coisa ao senhor, o senhor já pagou os 2.500 reais de contrato da sua Advogada?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não, ainda não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não. Assinou algum contrato com ela?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Tenho uma procuração, só.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Tem uma procuração. Mas contrato mesmo valor de 2.500 não.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor vai fazer através de cheque ou *cash*?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Ela vai fazer em cinco vezes para mim, eu vou dar...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Cinco vezes... Tudo bem. Senador Antero.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Sr. Presidente... Eu gostaria.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Aliás, antes de V.Exa, me desculpe, tem a palavra do Senador Tião Viana que está inscrito. V.Exa. tem a palavra para a questão de Ordem.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Eu gostaria na questão de Ordem de indagar do Sr. Éder a seguinte questão: O senhor está visivelmente nervoso. Acho que isso é absolutamente natural numa pessoa que tem o hábito apenas de dirigir, de ser motorista que não tem essa habitualidade de responder a questionamentos. Por mais que a Comissão e através principalmente do Presidente Efraim esteja lhe tranqüilizando. Eu quero indagar de V.Sa. se V.Sa. se sentiria melhor, se V.Sa. se disporia a falar com mais tranqüilidade numa reunião exclusivamente com os Senadores, numa reunião sigilosa, sem a presença da imprensa brasileira. Para que V.Sa. pudesse então toda a tranqüilidade falar: Eu quero fazer essa indagação a V.Sa, talvez isso possa trazer alguma desinibição para o pronunciamento de V.Sa.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não, não tem necessidade, não, porque eu não estou omitindo e...

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Então, tá. Tudo bem, vamos ouvir o Senador Tião e depois eu faço as indagações.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Tião Viana.

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – Presidente, eu declino da minha inscrição.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Antero Paz de Barros.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Sr. Éder, eu espero, principalmente com a dispensa de uma Sessão mais reservada que você esteja, V.Sa. esteja absolutamente tranqüilo. Seria casado, tem família, tem tudo?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu sou casado. Tenho um filho.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Eu quero voltar a perguntar algumas coisas que o Presidente Efraim já perguntou a V.Sa. Quem pediu ao senhor para que viesse ontem e não hoje para Brasília?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Dr. Hélio.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Quem... O Presidente Efraim já lhe perguntou, eu quero voltar a perguntar a V.Sa. Quem lhe recebeu ontem no aeroporto?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Dra. Stela.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Com quem o senhor se reuniu ontem, porque foi antecipado o depoimento tem que ter alguma, aliás, antecipado a sua vinda, tem que ter alguma finalidade, com quem o senhor se reuniu ontem à noite ou hoje antes do depoimento?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Só com a Dra. Stela.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – A Assessoria do Ministério da Fazenda esteve com o senhor ou falou por telefone com o senhor sobre esse depoimento em algum momento?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Quanto ao Dr. Hélio, Advogado da Ex-prefeita Marta, após saber desse detalhe, o senhor se lembrou de onde o conheceu?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – O senhor disse que foi há alguns meses, mas o local, o senhor se lembrou de onde conheceu?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Ele só manteve um contato comigo, por telefone...

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Ele esteve hoje aqui. O senhor sabia que ele estava aqui ou o senhor não o conheceu aqui? O senhor nunca o viu ou o senhor viu ele hoje aqui? Só para tranqüilizar V.Sa.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu vi ele.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Hein?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Vi.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ele confirmou que viu o Dr. Hélio aqui.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Viu. Então, se o senhor viu o Dr. Hélio aqui o senhor já o conhecia de antes, quando que o senhor o conheceu? Tudo bem há alguns meses, onde, em que circunstâncias o senhor o conheceu? Quem que apresentou o Dr. Hélio ao senhor? Sabe por quê? Porque eu acho que o senhor talvez esteja preocupado assim: Com a sua família, com o seu emprego, com o fato de exercer um cargo de confiança. Mas eu creio que V.Sa. se não leu, talvez não tenha o hábito da leitura, V.Sa. já deve ter tomado conhecimento de que pessoas como, por exemplo, um motorista na época em que o Collor era Presidente da República, ele deu um depoimento, falou tranqüilamente a verdade, e contou com a reverência da nação e até o Brasil se mobilizou posteriormente a isso para que fosse assegurada a tranqüilidade dele e da família dele. Então eu gostaria de perguntar a V.Sa, assim... V.Sa. se lembra em que circunstâncias conheceu o Dr. Hélio? Eu acho que é muito importante para V.Sa. isso. Quem é que lhe apresentou o Dr. Hélio, por exemplo? Quem é que falou para o senhor, "esse aqui é o Dr. Hélio"?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu conheci o Dr. Hélio ontem, também, no aeroporto, eu não conhecia ele.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – E o senhor falou com ele por telefone quando?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Um dia depois que eu recebi a intimação para comparecer.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – O senhor tomou algum medicamento, hoje, pelo fato de o senhor ser assim nervoso e tal?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não. Eu estou calmo. Eu tomei, tomo sempre todos os dias Tenadran(F).

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Eu quero dizer o seguinte: Que é importante que V.Sa. diga dos fatos que conheceu, porque V.Sa. já disse que foi ao aeroporto, pegou lá as caixas de uísque, foi até uma, Montana Grill, não é? E depois saiu, dirigiu o carro sem as caixas de uísque, as caixas de uísque não voltaram para o porta-mala do carro. Era uma caixa ou duas caixas?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu não disso nada disso.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Ah, o senhor não disse isso?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu não. Momento algum eu mencionei que eu peguei caixa de uísque aqui.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Não? Mas, o senhor não transportou a caixa de uísque?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu não.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – O Sr. Vladimir Poletto disse aqui que levou as caixas de uísque no aeroporto, esse mesmo pessoal, ligado ao mesmo Ministério que antecipou a vinda do senhor. Disse que veio em Brasília com o avião, mudou a rota, levou as caixas de uísque. Então o senhor está dizendo de quando o senhor pegou o pessoal de carro não tinham caixas de uísque.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu não vi nada.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Mas, nem um embrulho, não que o senhor viu a garrafa, o embrulho da caixa não tinha no carro?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu não vi.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Então o depoimento do Sr. Vladimir Poletto, Ex-assessor do Sr. Palocci, Ex-secretário do Sr. Palocci não foi verdadeiro aqui. Porque ele disse que tinha, que levou no carro.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu disse e repito.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Ele, ele.

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Eu disse e repito: Eu não vi.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Eu, Sr. Presidente vou querer entender melhor como é que surgiu essa história aqui do restaurante. Eu quero só fazer uma indagação, evidente que a pessoa não é convidada, a Dra. Stela, o senhor sabe se ela é Advogada do PT em São Bernardo? Ou se a Dra. Stela quiser responder, a senhora já advogou alguma coisa para o PT?

**SRA. ADVOGADA STELA CRISTINA NAKAZATO:** Posso responder. Eu não objeção em responder essa pergunta. O meu escritório já foi contratado, sim, pelo PT de São Bernardo do Campo, já prestou serviço para a PT de São Bernardo do Campo, inclusive, também, para o PT de São Paulo. Eu tenho um escritório de advocacia que presta serviço. Faço, sobretudo, Direito Eleitoral. Foi nessa área que eu advoguei para o diretório de São Bernardo do Campo. Advogo ainda, aliás.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Está certo. Eu quero saber ainda do senhor, Sr. Éder, agradecendo a explicação da Dra. Stela, evidente que não há nada que objetar com relação a isso. Eu quero apenas dizer ao Sr. Éder o seguinte: O Sr. Vladimir Poletto disse aqui na CPI que o senhor ajudou a carregar as caixas para o carro. O senhor está dizendo que não teve caixa nenhuma que o senhor carregou. Então, eu quero só que V.Sa. reafirme, não é verdade isso que disse o Assessor e Ex-secretário do Dr. Palocci?

**SR. ÉDER EUSTÁQUIO MACEDO** – Não é verdade.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Sr. Presidente, eu vou encerrar a nossa participação fazendo uma indagação a V.Exa. Já está confirmado o depoimento do Dr. Palocci aqui? Porque nós temos insistido no convite...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu posso responder mais uma vez no dia de hoje sobre essa questão. No início da semana, nós tomamos uma posição junto ao Relator e ao Vice-presidente de que esgotaríamos e teríamos como prazo limite essa semana para que o Ministro viesse a convocação. [*inaudível*]. Pois não. Pode sim. Por favor. É... E eu, evidente que aguardo até o dia de amanhã um contato com o Ministro Palocci, minha assessoria já entrou em contato com a assessoria do Ministro e eu estou aguardando um retorno nesse sentido. Agora também há uma decisão tomada com a Mesa, de que se até amanhã nenhum contato acontecer da assessoria do Ministro com a minha, ou do Ministro comigo, na próxima semana nós votaremos o requerimento de convocação do Ministro Palocci.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Eu gostaria só de fazer um parênteses, porque quando foi decidido isso, foi decidido que na hipótese dele não confirmar já estava votado a transformação do convite em convocação. Então, eu queria fazer essa observação, embora não tenha nada contra deliberar sobre isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não. Não há essa decisão.

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Não? Então tá bom. Então, vamos deliberar sobre isso na semana que vem embora eu ache que o Ministro vai ser o principal interessado em esclarecer todos esse acontecimentos. E com certeza quando terminar essa audiência V.Exa. vai receber inúmeros recados que devem já estar sendo feitos com a Gabinete de V.Exa, no interesse do Ministro de fazer esse esclarecimento à nação. Mas eu quero dizer que a gente tem plena convicção de que a Comissão fará a melhor deliberação para o Brasil. É isso, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V.Exa. Se o Relator tem alguma... Nenhuma aguardar o Sr. Hélio para que nós possamos concluir nosso trabalho. Relembrando... Cadê o pessoal de (?)? Relembrando aos senhores membros da CPI de que na próxima terça-feira nós estaremos ouvindo o Delegado Dr. Saudi(F), Faudi(F) como é o nome, Senador Tião, como é o nome dos dois Delegados?

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – Dr. Santi.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Santi.

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – E José Pinto de Luna.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – José Pinto de Luna que estarão convocados por solicitação de V.Exa, na terça-feira, além do legista Paulo Vasques.

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – Agradeço a V.Exa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Na terça-feira. Sr. Éder Eustáquio, eu quero agradecer a V.Sa. pela presença de V.Sa. Agradecer pelas informações. E ao tempo em que temos que reconhecer que o senhor, em determinado momento dessa oitiva, V.Sa. como bem reconheceu, não falou a verdade. Foi muito humilde em pedir desculpa à CPI, e as desculpas estão concedidas a V.Sa. por uma questão, no momento em que V.Sa, insisto, blindado da forma que foi, pressionado da forma que foi. Nós entendemos a sua posição. Agradecer...

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)** – Sr. Presidente, só uma Questão de Ordem, antes de V.Exa. encerrar, que eu tenho uma informação de uma negativa do hotel em informar quem é que fez a reserva. Então pediria a V.Exa, porque a CPI tem poderes judiciais, já que a informação é confidencial, que V.Exa. determinasse ainda hoje, logo após o encerramento da... A notificação do hotel para que o hotel informasse quem é que fez a reserva.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu já determinei a um Agente, o Delegado da Polícia Federal que está à disposição da CPI e já está se deslocando nesse momento lá para o hotel para pegar essa afirmação por determinação do Presidente da CPI. Agradeço a V.Sa, V.Exa, e agradeço também à Dra. Stela Cristina pela sua presença. Muito obrigado. E, antes de encerrar, convoco Sessão para a próxima terça-feira a partir das 10h30 da manhã. Está encerrada a Sessão.

*(Sessão encerrada às 16h27.)*

**Ata da 50ª Reunião, realizada em 24 de janeiro de 2006.**

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às onze horas e vinte minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, José Jorge, Valdir Ralpp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi e Wellington Salgado, presente ainda o Senador José Agripino Maia não membros, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se a oitiva dos Senhores Dr. Paulo Algarate Vasques, Medico Legista do Instituto de Medicina Legal de São Paulo; Dr Edson Remigio de Santi, Delegado do Departamento de Investigações Criminais de São Paulo e José Pinto de Luna, Delegado da Policia Federal, e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. A seguir, convida o Doutor Paulo Vasques para tomar assento à Mesa. O Senhor Presidente comunica que manteve contato telefônico como o Ministro Palocci e informa que o Senhor Ministro aceitou o convite para depor na Comissão e ficou de confirmar a data de seu depoimento que poderá ocorrer entre quinta-feira desta semana ou terça-feira da próxima. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães solicita que a reunião da CPI seja marcada para às doze horas. A presidência informa que a reunião de amanhã fica aprazada para as quatorze horas. Com a palavra o Dr. Paulo Vasque aborda sobre alguns pontos sobre do assassinato enfatizando sobre as lesões encontradas no corpo do prefeito Celso Daniel, caracterizando ato de tortura. Procede na leitura de trechos do Laudo de Exame de Corpo Delito, Exame Necroscópico do Senhor Celso Daniel e do Dr. Carlos Alberto Delmonte. Em seguida o convidado mostra slides de evidencias de tortura que o Prefeito sofreu. Pela ordem o Senador Romeu Tuma levanta a hipótese de que os seqüestradores não conheciam o Prefeito e comenta sobre a tortura psicológica sofrida. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para seus questionamentos iniciais seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, José Agripino Maia, Flávio Arns, Magno Malta e Tião Viana. Finalizando o Senhor Presidente agradece a participação do Dr. Paulo Vasques e convida os Senhores Dr. Edison Remigio de Santi e o Dr. José Pinto de Luna para tomarem assento à Mesa, passando em seguida a palavra ao Dr. Edison. Com a palavra o convidado explana sobre a linha de investigação no caso do Prefeito Celso Daniel. A seguir, passa a palavra ao Dr. José Luna ratifica o depoimento do Dr. Edison Santi e informa que entrou na investigação do "Caso Celso Daniel" por determinação do Senhor Ministro da Justiça e tece considerações sobre a realização das investigações preliminares. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho para seus questionamentos iniciais seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores Álvaro Dias e Magno Malta. Assume a presidência dos trabalhos o Senador Mozarildo Cavalcanti e passa a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para seus questionamentos, seguido pelos Senadores Ideli Salvatti, Flavio Arns e Romeu Tuma. Finalizando o Senhor Presidente agradece a participação dos convidados. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti procede a leitura de ofício, datado de 22/01/2002, encaminhado pelo Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, subscrito pelo Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, Senhor José Dirceu ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sobre os acontecimentos envolvendo o seqüestro e assassinato do prefeito Celso Daniel. O senhor Presidente solicita que seja exibida a

fita entregue pelo Dr. Luna. A seguir, usam da palavra a Senhora Senadora Ideli Salvatti, seguido pelos Senadores Flavio Arns e solicita que a Comissão envie cópia do material apresentado à Delegada Elizabeth Sato que encontra-se frente as investigações, bem como ao Ministério Público e Eduardo Suplicy para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezenove horas e trinta e cinco minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo requerimento número 245 de 2004 para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esclareço que a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores Dr. Paulo Vasques, que é nosso convidado, e o Delegado do Departamento de Investigações Criminais, Dr. Edison Remigio de Santi, e o Dr. José Pinto de Luna também nossos convidados. Inicialmente teremos o depoimento do Dr. Paulo Vasques, o Médico-legista do IML de São Paulo e em seguida os doutores Edison e o Dr. José Pinto agradecemos a presença de V.Sa, Dr. Paulo, bem como dos senhores doutores Edison e Dr. José Pinto pela presença já aqui conosco e anuncio aos senhores Senadores e Senadoras que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa. Coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Senhores Senadores, em função dos convidados, dos nossos convidados, eu devo anunciar a V.Exas. de que não faremos hoje nenhuma pauta administrativa, e que amanhã, antes de iniciarmos a leitura, ou melhor, a discussão, a leitura já foi feita, discussão e votação do relatório da GTECH, nós antes, porém, faremos alguns requerimentos que encontram-se já encaminhados pelos senhores Senadores. E pedindo a presença de todos os senhores amanhã após a reunião da CCJ, porque a intenção dessa... Cumprimentando o Presidente da CCJ, Senador Antônio Carlos Magalhães, dizer que logo após a reunião da CCJ, amanhã, pretendemos votar, discutir e votarmos o requerimento da GTECH. Ao tempo em que também comunico aos senhores de que ontem fiz contato com o Ministro Palocci, já a partir do sábado recebia telefonema do Senador Tião Viana, lá do seu querido Estado do Acre, nos comunicando a intenção do Ministro de... Aceitando o convite da CPI para depor. Ontem à noite tive um contato com o Ministro Palocci que nos colocava duas datas possíveis para o seu depoimento. Ou na próxima quinta-feira, quinta-feira desta semana, ou terça-feira da próxima semana. E ficou de me fazer um contato comigo no decorrer dessa Sessão. Então, devo adiantar de que o Ministro reiterou o convite te que foi feito, aceitou o convite, e nós entendemos que teríamos que deixar o Ministro à vontade para escolher a data de quinta-feira ou da próxima terça-feira. Essa é a informação que eu queria dar a V.Exa. Ficará então hoje o contato com o Ministro para que ele decida qual dessas duas datas é mais conveniente a sua agenda.

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – Presidente, apenas um esclarecimento. V.Exa. falou da votação dos requerimentos, será no dia de amanhã. Só para confirmar. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Hoje não teremos pauta administrativa, Sr. Tião Viana.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pela Ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. tem a palavra.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Apenas para que V.Exa. marque amanhã a Sessão para meio dia em diante porque há uma pauta grande nessa Comissão de Constituição, e ainda mais nós vamos votar quatro Juízes do Trabalho ainda amanhã. De maneira que...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Nossa preocupação é só a Ordem do dia, mas vamos então dar tempo suficiente para concluir os trabalhos e marcaremos às 13h00.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – 13h00 eu acho difícil, porque é hora de almoço. Talvez possa antecipar para 12h00.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu sei da importância da pauta da CCJ, Senador Antônio Carlos Magalhães, então para que haja espaço de concluir os trabalhos da CCJ e o espaço para o almoço, vamos marcar então o início para as 14h00 para iniciarmos a discussão e votação do relatório da GTECH. Então, já fica convocado Sessão para amanhã às 14h00.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Obrigado, Excelência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. não há de quê, Senador Antônio Carlos Magalhães. Vejo em V.Exa. à vontade de esgotar a pauta da CCJ. Muito bem, concedo a palavra ao Dr.

Paulo Vasques, que além do seu depoimento pretende também fazer a apresentação de alguns *slides*. E V.Sa, Dr. Paulo, fique à vontade em relação ao tempo que se fizer necessário para o seu depoimento. Mais uma vez, em nome da CPI, nós agradecemos a presença de V.Sa. E pediria a atenção dos senhores Senadores ao depoimento. Senador Tião Viana, não vou permitir V.Exa. se ausentar. [soa a campainha].

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Bom, bom dia a todos. Meu nome é Paulo, sou Médico-legista do Instituto Médico-legal do Estado de São Paulo há 28 anos, fui consignatário do laudo necroscópico referente ao Prefeito Celso Augusto Daniel juntamente com o Dr. Delmonte e mais dois legistas, e posteriormente, pouco antes da morte do Dr. Delmonte ele fez um depoimento ao GAERCO de Santo André e pediram que ele transformasse esse depoimento num parecer Médico-legal. Com o falecimento do Dr. Delmonte eu assumiu a indicação de fazer esse parecer e esse parecer foi feito respondendo aos quesitos suplementares formulados pelos Promotores. Então, eu não sei se eu abriria a questões, alguma dúvida, se alguém... Eu trouxe aqui comigo cópia do laudo do Prefeito, cópia dos pareceres e trabalhos referentes à tortura. Assim como eu trouxe o laudo necroscópico do Dr. Delmonte [soa a campainha] Explicando as causas...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu solicitaria aos senhores Senadores e assessores e o silêncio para que nós pudéssemos ouvir o depoimento e atenção ao depoimento do Dr. Paulo Vasques.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, Pela Ordem, só para esclarecer o Senador Suplicy, perguntou se teria informado que ia ser em tempo real. Eu disse que ele pediu autorização até para nos convencer melhor de todo o trabalho que desenvolveram na apuração da *causa mortis* de Celso Daniel. Então que eu acho que isso é importantíssimo, V.Exa. autorizou, e acho que o Senador Suplicy está com boa surpresa desta providência de V.Sa.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Estou de pleno acordo, mas é que eu nunca tinha visto também a nossa ata em tempo real, sendo colocada ali, por isso que eu estava... Que na medida em que V.Exa. foi falando, o secretário ali já foi colocando tudo, e nunca tinha visto a ata eram tempo real. Porque V.Exa, não sei se reparou, estava lá, já. Suas últimas palavras já estavam no vídeo. Então era uma novidade. Mas, é só isso, Presidente. Quero ouvir com muita atenção o Dr. Paulo Vasques.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a atenção de V.Exa.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Bom, como eu estava dizendo, eu trouxe o laudo referente à morte do Dr. Delmonte, para esclarecer as dúvidas que alguém tiver a respeito da morte, (?) laudo necroscópico que já saiu lá pelo IML.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – [*inaudível*]. Tem duas coisas, o laudo e o complementar dos quesitos do Ministério Público.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Do Ministério Público.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** (?) após a morte do Delmonte

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Então eu não sei se eu começaria pelo complementar.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – [*inaudível*] para a gente poder entender os quesitos complementares, porque é que os Promotores pediram uma complementação do laudo original.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** O Dr. Delmonte ele fez o laudo por questões de premência. Ele entregou o laudo sem os anexos. Os anexos vieram *a posteriori*, e foram incluídos nos autos. E nos anexos, no primeiro dos anexos, ele fala das vestes. E nas vestes ele fala, vou citar textualmente o que ele disse: "O estudo das vestes permitiu analisar e confirmar os orifícios de entrada e diferenciá-los dos de saída. Além da caracterização e entendimento das lesões atípicas. Tais lesões ocorreram foram devidas ao fenômeno conhecido como projéteis secundários e ocorreram devido ao choque, fragmentação de dentes, determinado pelos projéteis de armas de fogo e posterior aceleração dos elementos, dentes e próteses". Só fazer um aparte aqui, ele recebeu dois tiros no rosto e tinha dois orifícios de saídas bastante atípicos, que depois com uma análise mais apurada mostrou-se que era esse fenômeno do projéteis secundário por fragmentação de osso, de próteses e de dentes.

*(Inaudível).*

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não, no rosto foram dois. "Tais lesões foram observadas na cabeça, pescoço, ombro direito e braço direito. Observamos múltiplas lesões, feridas de entradas e tendências circular, apresentando dimensões variadas, que dissecadas exteriorizaram fragmentos irregulares de projéteis de arma de fogo em antebraço, contorno lateral de tórax e contorno lateral de coxa. Terço proximal: À direita. Explicamos tais lesões como decorrentes de tiro em solo duro. Posterior fragmentação e colisão com o contorno corpóreo lateral direito. O primeiro tiro em ombro superior direito em abdução atingindo o braço e contorno lateral direito do tórax. E o segundo em contorno lateral terço proximal de coxa direita. Por

fim, notamos lesões em dorso de mão direita e tiro em antebraço, própria das posturas de defesa. Notamos que a cueca não apresentava sinais de uso, ou seja, examinada a olho nu e contraluz indicou ausência de secreções comum no uso por horas. Determinação do tempo de morte – é o próximo anexo – A determinação de tempo do tempo de morte foi baseada na crousulei(F) *check list*, adaptada, tal estimativa pode apresentar incerteza de magnitude diversa apresentada no corpo do laudo, devido à manipulação, exame do local, intensidade da agonia, e condições mesológicas locais dentre outros fatores. Determinação do tempo de agonia. O tempo de agonia foi estimado na ordem de minutos, estimativa baseada nos achados macroscópicos e confirmada no estudo microscópio. Consideramos tal agonia como intensa baseada nos membros achados e na observação do espasmo cadavérico, expressão de terror, faces, e fezes liquefeitas. Quanto à tortura: Consideramos como tortura senso geral, os achados descritos no item anterior. Acrescidos da multiplicidade e localização dos tiros. Alem de sinais de compatíveis de contato de cano, boca de cano, dar uma aquecida em contorno posterior de tronco". Bom, basicamente foi isso. A causa da morte foi conseqüência de choque traumático, evento traumático, mecanismo de morte, caracterizada por traumatismo crânio cefálico e choque hipovolêmico, devidos à agressão com arma de fogo, múltiplos tiros em cabeça, tórax e membro superior e inferior à direita. Causa básica da morte evento inicial.

*(Inaudível).*

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não, eu vou... Posteriormente, ele fez um termo de declarações recentemente, para os Promotores do GAERCO, no dia 16 de agosto de ano de 2005. Nesse depoimento, que é um depoimento extenso, ele fala de todas as evidências de tortura, e os Promotores solicitaram que o Dr. Delmonte, com base nesse depoimento, elaborasse um parecer Médico-legal. Não um novo laudo, como saiu na imprensa, um parecer explicando melhor as coisas. Como ele veio a falecer, eu sou um dos signatários, elaborei o parecer e cito alguns trechos do depoimento dele, e faço algumas considerações Médico legais a respeito do que venha a ser o espasmo cadavérico. Só para ilustrar, depois vou passar uns *slides*. "O espasmo cadavérico é um caso particular de rigidez cadavérica, de instalação instantânea ainda em vida, cuja principal característica é uma contratura muscular que se faz persistir após a morte, a posição e a atitude que a vítima apresentava no momento do óbito. Diferencia-se da rigidez cadavérica, propriamente dita, pois esta última se instala já no cadáver como parte dos fenômenos consecutivos e é sempre precedida de relaxamento do tônus muscular, o que coisa não que ocorre no espasmo cadavérico. O espasmo cadavérico é um tipo de rigidez que se manifesta de forma instantânea sem que tenha lugar o relaxamento prévio. Existem duas variedades, o espasmo cadavérico generalizado o que ocorre em todo o corpo e conserva a posição que tinha ao morrer. Observa-se nos campos de batalha onde a pessoa morre com atitude que foi surpreendida antes de morrer. E localizada, só afeta determinados músculos, útil para diagnóstico em suicídio. O espasmo é produzido por a emoção ou extraordinária pressão nervosa que precede a morte. Uma causa particular de morte nos casos de convulsão, ferimentos por armas de fogo, fulguração, asfixia etc. Segundo Wilmes Roberto Gonçalves Teixeira, a rigidez instantânea do espasmo cadavérico, pode ocorrer em situações muito raras e a rigidez muscular pode se instalar abruptamente no momento da morte. A rigidez instantânea, espasmo cadavérico forte contração muscular. Localizado em geral na mão. Mas sua instalação é ante morte(F). Desse modo, curiosa e paradoxalmente espasmo cadavérico é um sinal tanatológico raro que se forma no último ato e no último momento da vida. Tem extraordinária importância Médico-legal, pois define a responsabilidade do último ato da vida daquele indivíduo. A rigidez instantânea indica nos exemplos citados que a responsabilidade penal – nos casos de suicídio ou coisa assim – foi da própria pessoa encontrada com a arma presa na mão. Existem vários teorias para explicar o espasmo cadavérico, estado de intensa emoção, acompanhados de medo, horror ou dor, conforme reintou(F) Smith e Cempes(F) ou lesão do núcleo (?) do diencéfalo. Mas ao que tudo indica trata-se de casos de que: Precedendo imediatamente a morte o indivíduo exerce um esforço físico demasiado intenso e concentrado na mão que impunha a arma qual suicida, que tenta segurar qualquer coisa para se salvar ou agarra cabelos de seu assassino em alguns exemplos". Respondendo ao quesito... Aí foi formulado o seguinte quesito pelos Promotores. "Quais os elementos que permitiram o diagnóstico de tortura?" Eu respondi: "Primeiro, multiplicidade e localização dos disparos. Sinais compatíveis com o contato de cano da boca da arma aquecida em contorno posterior do tronco, o espasmo cadavérico generalizado decorrente da intensa emoção ou extraordinária tensão nervosa como procedeu a morte – como visto na discussão acima – a expressão de terror melhor localizada no local do crime, na foto do local do crime, considerada como um subtipo de espasmo cadavérico e a presença de fezes liquefeitas em intestino distal, onde habitualmente não se encontram. O próprio seqüestro, hoje em dia,

alguns autores psiquiatras já consideram o seqüestro como uma forma de tortura e as múltiplas lesões por fragmentos e projétil e folques(F) que também podem ser interpretados como sinais de tortura". É aquilo que o Dr. Delmonte falava que era o tiro de esculacho que era o tiro que se atira em chão de cimento para o projétil se fragmentar e atingir a vítima só para...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Traz um terror à vítima... (?).

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Traz um terror à vítima. Eu trouxe alguns *slides* só para mostrar... Isso como é que se visualiza melhor. Aqui dá para se notar bem a expressão de terror que existia na face do Prefeito lá no local do crime. O próprio espasmo cadavérico dos membros e o faces de terror. Próximo. Também num detalhe. A boca estava... Os dentes da arcada inferior estavam quebrados pelo tiro. Então isso é o que a gente chama de faces de terror, junto com a rigidez cadavérica generalizada que ele tinha. Próximo. Esses são os dois tiros na face que a gente considera até como meio cruel porque se atinge a identidade da pessoa. Esses são os tiros de entrada na face. E esses são as saídas dos tiros na face. Que são saídas em características porque apresentavam... Saíram juntos fragmentos dentários, pedaços de próteses, por isso apresentou essa atipicidade na saída. E foram tiros não mortais. Fica bem claro isso. Próximo. Isso são aqueles tiros que eu falei de fragmentos de projéteis. Eu não consegui achar a foto desses fragmentos na coxa. Mas na revista "ISTO É", desta semana, eles conseguiram uma foto mostrando também essas lesões em coxo. Próximo. Também mostrando as lesões por fragmentos de projéteis em tórax direito. Próximo. Isso seria fragmentação dentária produzida pelos projéteis de arma de fogo. Próximo. Este aí seriam as duas queimaduras que ele apresentava na região posterior do corpo que foram produzidas por encostar o cano aquecido nas suas costas.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Depois dos tiros.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Depois dos tiros de esculacho, provavelmente eles encostaram a arma aquecida e ele estava provavelmente sem camisa... Sinal de que ele estava pelo menos sem camisa no momento em que encostaram essa... Próximo. Aí é um detalhe das queimaduras produzidas pelo cano da arma aquecida. Próximo. Aí são fotos do local, que mostra a posição, o espasmo. Próximo. E aí dá para ver também o faces de terror, e os dois tiros de entrada na... E aí não dá para notar, mas no lado direito da calça dele, jeans, não tinha as perfurações de tiro de fragmentação de projeto til.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – (?) foi trocado.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Provavelmente foi trocado. Próximo.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Por favor, só esse detalhe, se me permite, Presidente. Onde é que estariam... Em que locais deveriam então estar os tiros na calça, se...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Ele está com a perna esquerda para cima e os tiros estariam na contorno lateral de coxa direita. Por isso que não dá para ver daí. Mas o Dr. Delmonte examinou as vestes, ele coloca aqui no laudo, não apresentava compatibilidade com esses fragmentos de projeteis. Próximo.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E essas pedras no chão poderiam fragmentar as balas?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não. Muito difícil. Era um terreno de terra. Teria que ser um terreno ou cimentado ou...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – [*inaudível*] do local da morte...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Próximo.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se me permite, Presidente, acho que esse detalhe é importante. O senhor mencionou que os tiros teriam sido dados em local de chão duro. Portanto, não foi neste chão de terra.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não foi nessa estada de terra.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Portanto o local que ele teria recebido os tiros foi diferente desse.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Foi diferente desse.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Aí é um tiro de antebraço direito que é uma lesão de defesa, quer dizer, ele sabia que ia receber o tiro e levantou o braço para tentar se defender. Eu não coloquei aí, mas tem uma lesão na mão, também, que é uma lesão de defesa. Próximo. Isso aí é uma lesão possivelmente no momento da abdução dele, no seqüestro, que é compatível com uma coronhada.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – [*inaudível*] pancada (?) que uma testemunha deu. Quando tiraram ele do carro.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É. Quando tiraram no carro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Quando V.Exa. quiser intervir, use o microfone só para (?)...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe estar interrompendo, mas como teve uma testemunha, até o Senador Suplicy ouviu, que ele teria levado uma coronhada e retiraram ele do carro. Então há uma lesão na cabeça, indicativa de coronhada ou (?) instrumento contundente.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É. Próximo. Bom, aí a presença de fezes liquefeitas no intestino distal, Delmonte acho, é típica de quem passa por uma situação de estresse intenso... E o próprio seqüestro, segundo alguns tratadistas em psiquiatria, o seqüestro por si só já configuraria uma tortura. Declaração de toque aprovada na Assembléia Geral da Associação Médica Mundial, define a tortura como a "imposição deliberada sistemática e desconsiderada de sofrimento físico ou mental, por uma ou mais pessoas, atuando por própria conta ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder, com fim de forçar uma outra pessoa a dar informações, confessar ou por outra razão qualquer". Própria definição de tortura.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Como é a definição hoje?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Como é a definição que esta na nossa...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Definição jurídica mais atual.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Bom, segundo o Genival Veloso de França, que é um legista aqui, a imposição é mais ou menos essa, "Imposição deliberada sistemática ou desconsiderada, sofrimento físico ou mental por parte de uma ou mais pessoas atuando por conta própria ou seguindo ordens de qualquer tipo".

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É o estresse?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** E o estresse também é considerado... O Dr. Delmonte definia a tortura... Tem um artigo aqui do Dr. Delmonte como... E ele fala assim: "Definir tortura no referencial de Medicina Forense é difícil, devido à multiplicidade de formas. Entretanto, consideramos que o termo deve ser usado quando um ser humano e propositada e sistematicamente maltratado e/ou submetido a tratamento cruel ou degradante". Isso aí é a história da cueca invertida. Foi um questionamento que os Promotores fizeram se a cueca invertida tinha alguma conotação na linguagem criminal. Eu tentei pesquisar com vários... Pertenço ao Conselho Penitenciário em São Paulo, eu tentei pesquisar com várias pessoas, alguns falam que tem uma conotação de vingança, alguns falam de conotação de homossexualismo, eu realmente não encontrei nada que pudesse caracterizar. Tem algumas coisas na linguagem criminal que são bem definidas, como tatuagens, algumas coisas, mas...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu poderia achar que na pressa de vesti-lo, na mudança de local, botaram de qualquer jeito. Há essa hipótese?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** A hipótese que eu aventei que no trocar ele rapidamente, podem ter invertido a cueca. Próximo. Ah, isso aí seria uma... Como foi feita a reconstituição. Eu estou só colocando para instrução, então ele tem que ser lido da direita para a esquerda, que ele fala que é só para atirar na cabeça, aí o menor que confessou o crime vai levando, manda ele andar cinco metros à frente. Ali embaixo a gente nota, quer dizer, uma pessoa que... O Prefeito Celso Daniel tinha um metro e noventa, mais ou menos, segundo consta no laudo, quer dizer, um menor que vai atirar na cabeça manda uma pessoa de um metro e noventa andar cinco metros para frente e sabe-se que quem atira com pistola não é tão fácil como atirar com um 38 e para atirar na cabeça ainda, então, são incompatíveis com os tiros. Quer dizer, o...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – [*inaudível*] levanta o braço (?).

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É. Se alguém fosse executar uma pessoa, não agiria dessa forma. Seria muito mais fácil encostar o cano na nuca ou fazer alguma outra coisa do que mandar a pessoa andar cinco metros para frente...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. permite, Sr. Presidente, na reconstituição ela está aí feita com o próprio menor? É ele que estaria...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É, ele que estaria.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ou seja, foi ele que...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Atrás da vítima.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Atrás da vitima, ele tirou a vítima...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – [*inaudível*] uma pessoa qualquer.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É. Quem estava fazendo o papel do Prefeito não era tão alto quanto ele.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Perdão, então. Dr. Paulo Vasques, quando o senhor fez esse estudo, este menor ainda estava preso?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não, isso aí eu consegui no Instituto de Criminalística. Eles têm, o perito...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – [*inaudível*].

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Certo.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E a perícia de local.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É, isso é uma perícia de local. É uma reconstituição. Próximo, por favor. Então, para mostrar no fim que ele deu os tiros no... Que ele havia dado os tiros no tórax anteriormente. Então a causa da morte do Prefeito, foram os tiros no tórax, então a gente considera que foram os últimos, porque todas as outras lesões que ele apresentava tinham reação vital. As outras... A partir do momento que ele tomou o tiro no tórax, ouve até um infeccionamento da pressão aorta, a pressão da pessoa cai a zero. Então, qualquer lesão que se produzisse depois, ele tinha praticamente três litros de sangue no tórax. Ele não teria reação vital, a coronhada, não teria reação vital, os tiros na boca, não teria reação vital os tiros no braço, então, os últimos dois tiros que foram disparados foram os tiros de tórax. Isso então faz a gente supor mais ou menos como foi a seqüência que os Promotores perguntaram. Então, provavelmente a primeira lesão foi a produzida na região temporal esquerda, que foi a coronhada, a segunda lesão, não sei em que seqüência, seriam os tiros de esculacho mais a queimadura, e a partir daí foram os tiros na boca, no braço, e por fim o tiro no tórax. Foi mais ou menos essa seqüência. Então, só pra...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Com base nas reações vitais.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Vitais. Se ele tivesse recebido primeiro os tiros nos tórax, as outras lesões não teriam reações vitais.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Me permite, para quem não é Médico, ou seja, o tiro na boca em que pese assim desse ferido, tal como apareceu na foto, de uma maneira que foi até... Foi de cima para baixo, eu pergunto. E se...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Você tem que ver a trajetória (?).

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É, mas pelo que foi constado, o senhor mostrou que foi na boca. Mas foi de maneira a atingir o cérebro também, ou saiu por outro lado?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Em medicina legal a gente faz uma distinção entre trajetória e trajeto. Trajetória é o que vai da boca da arma até o corpo da vítima e o trajeto é o que ela percorre o corpo da vítima. Então muitas vezes, na mesa de necropsia nós não temos a posição da vítima quando recebeu o impacto. Então, às vezes, a pessoa pode ter recebido um tiro nas costas, está agachado, e a hora que você coloca na mesa parece até que a bala fez uma curva. Mas na realidade é sempre uma trajetória reta a não ser que se desvie em algum osso.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O tiro na boca, então foi mortal?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não, não foi mortal.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – [*inaudível*] entrou, saiu (?).

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Ela entrou, saiu, fragmentou toda, fraturou a mandíbula, mas não pegou nenhuma artéria, veia, é importante ali no...

*(Inaudível)*.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Os dois tiros no tórax que foram mortais. Bom, basicamente é isso. Eu abro aí para alguma dúvida, para...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Toda essa exposição de V.Sa. chega à conclusão que realmente houve sinais de tortura.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Houve sinais de tortura.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** O senhor confirma o que...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Sim. O que o Dr. Delmonte já havia dito.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Com as fotografias que apresenta até o estresse da morte, rigidez cadavérica, a posição do rosto. O tiro no rosto provavelmente foi de esculacho.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Foi de esculacho também.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Além dos fragmentos de tiro no chão para ver se pulava esculhambando...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É. Geralmente quando assim... O senhor foi policial também, quando a pessoa atira no rosto ou tripudia muito em cima do cadáver, é porque tem algum envolvimento afetivo, tipo raiva ou alguma coisa no sentido.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ou porque não contou o que eles queriam. Provavelmente seja esta a razão. Um dos motivos que leva a crer, porque me parece que a quadrilha que o matou não o conhecia. Teria, em tese, sido contratada para fazer a operação segundo a descrição preliminar que fez o foragido da cadeia que fez o depoimento em Taboão da Serra. Ele diz que foi contratado para efetuar. E agora o último que esteve conosco depondo que fugiu com ele que também confirmou essa parte da contratação de uma estrutura para seqüestrá-lo. Então, talvez isso tenha algum relacionamento com a exposição que V.Sa. fez aqui. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Dr. Paulo, podemos passar ao Relator?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Sim, senhor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Sª. queria acrescentar mais alguma coisa?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Por enquanto, não. Senador Garibaldi Alves, V.Exa. tem a palavra.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Dr. Paulo Vasques, a experiência demonstra que a tortura está na flagrante maioria dos casos associada ao interesse de obter informações do torturado.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Sim.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Pelas evidências de tortura do caso o senhor acha que pode ter ocorrido tortura por pura perversidade sem motivação manifesta?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não, deve ter uma motivação por trás, porque senão cairia no meio cruel, também.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh afirmou nessa CPI que não houve tortura, pois a tortura possui elementos precisos de verificação que não foram constatados. Existe a possibilidade de haver alguma divergência com relação a... Quer dizer, divergência sempre pode existir, mas o senhor pode levar em consideração esses...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não, para mim...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Relator, eu poderia acrescentar se V.Exa. permitir um aparte. O que eu acho a seguinte: Tem a tortura física que deixa os sinais evidentes de tortura e tem a tortura psicológica também...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador, mais próximo do microfone, por favor.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Digo, a tortura física, ela tem sinais evidentes de tortura, o cidadão passa por um exame Médico-legal, vão identificar os sinais de tortura. E tem a ação psicológica que é essa de esculacho que ele descreveu. Porque elas têm uma diferenciação na apuração do exame cadavérico. Isso é o que eu... Não sei se estou correto. É pelo menos o que eu aprendi em alguns casos e o doutor pode esclarecer com mais convicção do que eu.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Realmente. Eu e o Dr. Delmonte e os outros que assinaram o laudo, nós temos absoluta convicção de que houve tortura. Por essa situação de tiro de esculacho, de queimar as costas com arma aquecida ou alguma coisa assim.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Dr. Vasques, para a polícia, há uma versão de que Celso Daniel não foi torturado. Ele foi vítima de seqüestro seguido de morte. O senhor não... Claro, não admite mais essa versão, não é?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** O Delmonte era uma pessoa extremamente experiente nessa área, e não é comum. As pesquisas que ele fez em seqüestro relâmpago, seqüestro convencional e latrocínio, esse tipo de execução. Não é o comum que a gente vê [soa a campainha] Não é o que a gente vê comumente no necrotério do IML.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) **–** Quando o Sr. Delmonte fez a denúncia de tortura, ele foi rebaixado de cargo pela cúpula da Polícia Cível de São Paulo. Isso aconteceu algum caso semelhante com o senhor?

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Relator, eu tenho a impressão, pelo que eu soube, ele não foi rebaixado, ele foi mantido em silêncio. Porque o legista ele não era chefe. Foi designado como responsável e V.Sa. como segundo legista. Então ele foi obrigado ao silêncio pelo que ele teria dito ao Ministério Público.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É. Foi o que ele disse. Eu não ouvi nada

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Mas rebaixamento, porque não tem rebaixamento. Pode ser o Diretor ou deixar de ser o Diretor porque ele não era...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não ouvi nada na época a respeito disso.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** A pressão que ele sofreu é pelo silêncio. Não foi isso, doutor? Foi obrigado a à não falar mais sobre o assunto.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se me permite recordar, Sr. Relator, na mesma direção que o Senador Romeu Tuma está observando, acho que seria até interessante, se Dr. Paulo Vasques pudesse relatar como foi o primeiro diagnóstico, porque pelo que nós podemos recordar, porque até pelo que nos foi relatado aqui pelos Promotores, houve um primeiro diagnóstico, e naquela ocasião o Dr. Delmonte teria dado uma entrevista, salvo engano, à Rede Globo de televisão, uma primeira entrevista onde teria expressado as suas conclusões preliminares. Ainda não tendo feito o estudo mais completo posterior. Entretanto, àquela época, os responsáveis pela Polícia Civil, pelo Instituto Médico-legal superiores, acabaram chegando à conclusão e deram a conclusão, inclusive, dada pelo Secretário da Segurança à época de que não teria ha-

vido sinais de tortura. E com base nisto, conforme nos disse aqui o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh é que ele asseverou é que não teria ocorrido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu vou solicitar o Senador Suplicy e dos demais Senadores, que vamos ouvir o Relator e obedecer à lista de inscrição. É isso que eu vou solicitar a V.Exas. Eu entendo perfeitamente, mas fugimos um pouco. Há uma pergunta e chegamos a outra.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Muito bem, Presidente. V.Exa. tem razão.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Senador Suplicy, no laudo que ele entregou provisório, no quarto quesito quando ele fala em asfixia, tortura ou qualquer outro (?), ele já havia respondido, sim. O quarto quesito, sim, "quanto ao número, localização e tipos de disparos além dos sinais cadavéricos como face de terror, espasmo cadavérico de mãos e fezes liquefeitas". Quer dizer, no laudo que ele entregou provisório, ele já tinha colocado tortura. Aí nos anexos ele colocou tortura que foi entregue logo depois. Provavelmente depois que o Dr. Greenhalgh falou. No quarto quesito que ele fala sobre tortura, já tinha dito que era tortura.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu solicito, depois V.Exa. está inscrito para que V.Exa. faça todas essas... É um apelo que faço à V.Exa.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Dr. Vasques, o laudo definitivo sobre a morte do Dr. Carlos Delmonte é o de suicídio?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não. Eu trouxe aqui. Foi dado a causa à morte dele... Alguns dias antes do falecimento dele ele esteve acompanhando... Ele é Professor da Academia de Polícia também, como eu, e ele esteve acompanhando a Swat, a Swat americana que a americana quatro anos vem aqui fazer uma reciclagem. E ele ficou exposto à chuva, uma série de intempéries, e acabou adquirindo uma traqueobronquite.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – [*inaudível*].

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É, ele acompanha como Médico porque tem muito ferimento, o treinamento é muito intenso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Inaudível)*.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não, ele acompanhou como Médico o professor da academia. E ele acabou desenvolvendo uma traqueobronquite intensa, a qual ele não tratou. Ele apresentava um quadro psiquiátrico de depressão por uma série de fatores pessoais e familiares, e no dia da sua morte ele foi encontrado na sua residência e ele havia tomado tormonídeos(F)...

*(Inaudível).*

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Foi no escritório. No exame toxicológico foi constado dormonide, foi constatado lidocaína. E foi constado betabloqueador. Que ele tinha arritmias, ele tinha... A lidocaína também provavelmente ele usava para arritmia e o que aconteceu, a explicação que deram aqui com a morte dele foi assim, "a morte foi decorrente de asfixia mecânica – ele teve uma sufocação por catarro – asfixia mecânica por sufocação direta provocada por uma obstrução traqueobronquio bronquiolar por rolhas de secreção mucóide purulenta, muito espessa e por plugues mucóides purulentas, constituindo-se uma ação obstrutiva ou agente mecânico. A saber, as referidas rolhas de secreção, tudo isso na vigência de quadro de traqueobronquio bronquiolite, exsudativa purulenta, esta provocada pela ação patogênica de agente biodinâmico não especificado. Acrescentamos mesmo não dando causa a quadro infecciosos asfixos, como este em questão, as drogas encontradas na análise toxicológica pelo seu conhecido efeito, minimizam parte das reações naturais voluntárias até mesmo das reflexas involuntárias habituais por parte do organismo ao tipo de estado clínico patológico observado na vítima". O que aconteceu? Quem morre asfixiado por rolha de catarro geralmente são crianças e pessoas muito idosas. No caso ele estava com uma secreção intensa, e tomando essas medicações que ele tomava já de rotina, pode ter inibido esse reflexo da tosse e ele acabou se sufocando com o catarro. Foi essa conclusão que chegamos. Eu declarei no DHPP, que ele estava com quadro depressivo, os dois bilhetes que ele deixou, tecnicamente são bilhetes suicidas, mas a morte acabou ocorrendo por outras causas. Até na segunda-feira, ele morreu na quarta, eu solicitei que ele fosse interpretado para tratamento da depressão, ele recusou o tratamento, mas ele acabou não cometendo o suicídio, pelo menos do que consta aqui no laudo. Essa é a minha... Eu vou deixar com vocês a conclusão do laudo...

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Dr. Vasques, e com relação às sete mortes que se seguiram a morte do Prefeito Celso Daniel. O senhor tem algo a dizer?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não. Eu não acompanhei. Eu não estou... Quem está acompanhando as investigações agora é a Dra. Elizabeth Sato, parece que ela reuniu uma equipe, o Ministério Público

também está acompanhando esse conjunto de mortes aí, para saber se há vinculação de mortes ou não.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E na visão do senhor, então, diante do que aconteceu, da tortura constatada, o senhor acha que a morte pode-se atribuir mais a um crime premeditado, um crime de mando, do que um crime de seqüestro comum?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É, não é comum. As estatísticas da divisão de seqüestro não mostra esse tipo de coisa. Os latrocínios também, o Dr. Tuma tem experiência, não é um tipo de morte que ocorre em latrocínio e nem seqüestro relâmpago.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E nem foi pedido nenhum resgate? Não é?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não. Não foi pedido nada, não foi feito nenhum contato.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) **–** Tá. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Com a palavra o Senador José Jorge.

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores, Dr. Paulo Vasques, Médico do IML de São Paulo. Em primeiro lugar eu gostaria de aproveitar este tempo para dizer o seguinte: Na verdade, Dr. Paulo, esse crime do Prefeito Celso Daniel, nós estamos nos debruçando sobre ele aqui já a bastante tempo, mais de seis meses, já ouvi muito sobre ele. A maioria aqui dos Senadores já tem uma visão muito precisa, até, daquilo que imagina que aconteceu. O depoimento de V.Sa. foi esclarecedor para nós, porque nos tira uma dúvida importante. Mas, de qualquer maneira, ele acontece dentro da linha daquilo que vinha acontecendo em todos os outros depoimentos. Em princípio, nesse crime, nós temos três aspectos principais. O aspecto do crime em si, se foi um crime de mandou ou se foi um crime de seqüestro casual praticamente como uma pessoa que foi pega na rua, sem ninguém saber quem era. O segundo tem a questão da corrupção na Prefeitura de Santo André... Eu vou mudar de lugar. [soa a campainha] O segundo que foi assim a possibilidade efetiva de que havia um esquema de corrupção montado na Prefeitura de Santo André que também já foi comprovado, já vieram aqui as pessoas que pagavam, já se trouxe aqui horário das pessoas que iam receber, quer dizer, um esquema mais do que comprovado. Em terceiro lugar, a chamada ""Operação Abafa"", que foi uma operação comandada no caso pelo PT, e, inclusive, pelo PT de São Paulo, e cujos principais operadores foram o Deputado Greenhalgh e o Dr. Gilberto Carvalho que é o chefe de Gabinete do Presidente Lula. Na época ele, ao invés de colaborar no sentido de que a investigação fosse mais ampla possível, eles trabalharam no sentido de que isso fosse investigado rapidamente para que, inclusive, essas questões não tivesse uma interferência política na campanha eleitoral porque todos nós sabemos que o Prefeito Celso Daniel ele seria o Palocci do Governo Lula, se não tivesse havido esse falecimento. Então, na realidade, em relação a questão de V.Sa, é evidente sobre a parte segunda, que é a corrupção na Prefeitura de Santo André, V.Sa. não pode acrescentar nada, mesmo porque não estaria dentro da sua linha de trabalho. Mas em relação ao primeiro item e em relação ao terceiro, eu acho o depoimento de V.Sa. muito importante. Em relação ao primeiro item, porque fica comprovado agora que houve tortura. Porque o Deputado Greenhalgh, não só na época mesmo como ele esteve aqui. Ele foi bastante claro ao dizer que achava que não houve tortura no caso do Prefeito Celso Daniel, quando na verdade ele não era nem especialista para dizer isso. Mas ele disse e disse com todas as letras, o que foi posteriormente desmentido pelo relato do Dr. Delmonte, que foi o que faleceu e agora, também, pelo relato que V.Sa. faz. Enquanto que o Dr. Delmonte e V.Sa...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita Senador José Jorge...

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) **–** –- V.Exa. acho que não é parte nesse...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É que V.Exa. fez afirmações que eu me sinto na responsabilidade de dizer que não são precisas no que diz respeito, por exemplo, ao que o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh mencionou. Então, permita aqui recordar, depois farei mais considerações quando chegar minha vez, mas...

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) **–** V.Exa. poderia ler a parte do depoimento dele, não?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas eu quero recordar, porque eu me lembro muito bem, conversei com ele diversas vezes, e ele baseou a sua afirmação no laudo então exposto pelo Instituto Médico-legal e respaldado pela declaração do Secretário da Segurança, inclusive. Ele não nos deu aqui um laudo como o Dr. Paulo Vasques está fazendo com a autoridade de um Médico Especializado no Instituto Médico-legal e ele diferenciou isso com clareza. Só para mencionar que a declaração dele, e, inclusive, ele também disse aqui em diversas ocasiões que está pronto a considerar uma revisão da sua conclusão desde que comprovada claramente então... Depois eu aprofundarei, mas acredito que V.Exa. está exagerando nas conclusões sobre... E, inclusive, generalizando para o Partido dos Trabalhadores uma atitude de estar,

nas suas palavras, tentando abafar, como ainda na semana passada houve um debate em que o Senador Antônio Carlos colocou isso e quero aqui registrar muito bem. Distinguir que nós todos nos sentimos na responsabilidade de desvendar inteiramente como é que foi o seqüestro e morte. Não queremos aqui abafar e vamos até o fim. E nesse sentido, colaborar com V.Exa. e os demais membros da CPI.

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V.Exa. terminou ou não? Eu agradeço ao Senador Suplicy o esclarecimento que ele fez, mas infelizmente eu acho que ele não tem razão. Eu pediria à CPI, ao Relator, que solicitasse à assessoria que trouxe até o final dessa Sessão, o trecho do depoimento do Deputado Greenhalgh que eu acho que, como é uma questão de precisão de linguagem, só o trecho do depoimento do Deputado Greenhalgh é que poderá esclarecer. Porque eu mesmo, e acredito que outros colegas aqui, Senadores, ficaram com a impressão de que o Deputado Greenhalgh estava convicto de que não houve tortura em relação à questão da morte do Prefeito Celso Daniel. Eu acho que isso aqui ficou claro quando ele disse. Agora, ele fez isso em relação ao laudo que foi feito na época, algum laudo preliminar, pode até dizer assim, que foi feito na época, e também na sua própria observação. Porque ele mesmo disse que foi ao IML e, inclusive, lá discutiu com o Médico-legista dizendo que na realidade era "assim ou era assado". Ele, inclusive, participou na hora da amostra do corpo. E eu tenho até uma declaração dele aqui, não sei se foi feita aqui na Comissão, mas está aqui no jornal, que diz o seguinte: "Se me permite falar assim, conversei com Celso – quer dizer, o Celso já morto, falou com ele assim – perguntando que eles tinham feito. – Disse, Greenhalgh aos parlamentares da CPI – ele tinha os olhos abertos de terror e as mãos crispadas, tensas". E assim mesmo ele disse que ele não tinha sido torturado. Então na realidade essa foi a palavra que ele disse. Agora o entendimento do Senador Suplicy é diferente do meu, então somente o texto poderá esclarecer. Em relação à questão do PT, evidentemente, eu não estou dizendo aqui que o PT inteiro participou disso. Inclusive o Senador Suplicy, ele tem sido colaborador nesse processo de esclarecimento. Mas infelizmente tem outros membros do partido que não têm o mesmo raciocínio do Senador Suplicy, e que houve uma tentativa de fazer com que essas investigações fossem rapidamente encerradas, isso eu não tenho dúvida. Por tudo que eu ouvi aqui. Inclusive, o Deputado Greenhalgh, ele era o representante, não do PT, como está no jornal aqui, ele era representante da Câmara dos Deputados, solicitado pelo PT. E ele reuniu os irmãos de Celso Daniel para de certa maneira já aceitar, assim, já ao contrário da família, a conclusão da polícia. Isso não é normal. Um Advogado da vítima, ele normalmente quer mais investigação. Normalmente se eu sou Advogado da vítima a polícia chega lá e diz que ele foi morto "assim ou assado", e vem a família da vítima e dize que tem não sei quantas dúvidas, eu vou ficar do lado da polícia ou do lado da família? Qualquer Advogado fica do lado da família. Ele ficou do lado da vítima, ele ficou do lado da polícia numa investigação preliminar que tinha sido realizada e dessa maneira se encerrou e se não fosse essa CPI nós hoje não estávamos sabendo muitas coisas que estamos sabendo hoje. [soa a campainha] Então, na realidade, esse é ao primeiro item que eu acho importante em relação a esta questão...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. terá o desconto do aparte.

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ah, muito obrigado, Presidente, eu acho justo. Então, na realidade, Sr. Presidente, nós, com apoio, inclusive, do Senador Suplicy, então na realidade nós temos esse primeiro aspecto. O depoimento de V.Sa. É importantíssimo porque ele acompanha do outro Médico-legista no sentido de que houve tortura e também todas as pessoas aqui de origem policial ou que fazem investigação sabem que quando há tortura é porque não foi um crime comum, foi um crime de mando, foi um crime para tirar informação etc. Então isso fica cada vez mais completo e eu espero, inclusive, que com essas informações o Senador Suplicy consiga uma nova declaração do Deputado Greenhalgh dizendo que foi crime de mando. Que agora, ele disse realmente aqui que mudaria sua opinião quando realmente essas informações estivessem computadas. E agora essas informações já estão computadas e eu faço um apelo ao Senador Suplicy para que consiga uma nova declaração do Deputado Greenhalgh porque essa declaração é importante para que o Ministério Público, nós aqui da CPI nos sintamos mais incentivados a continuar nessas investigações. Esse é o primeiro aspecto. O seguindo aspecto é em relação à questão da "Operação Abafa". Essa "Operação Abafa" houve, inclusive, nas gravações que foram feitas há um claro... Como aliás, os Promotores disseram aqui, há uma clara organização em torno de que as testemunhas fizessem o depoimento sendo incentivadas. Então, eu gostaria apenas para concluir o meu... A minha participação, de perguntar à V.Sa, mais uma vez, coisas que o Relator também já perguntou, na sua experiência de tantos anos trabalhando nesse tipo de investigação, se V.Sa. realmente acha que, estando uma investigação como essa depois dos exames que V.Sa. fez, se esse crime pode ter sido um crime comum, se isso pode ter acon-

tecido em outros casos semelhantes a esse que foram crimes comuns ou se isso aí tem todos os indícios ou pelo menos quase todos os indícios que foi um crime de mando feito por uma quadrilha que tinha interesses financeiros em relação à Prefeitura de Santo André. Então eu queria somente pedir encerramento dessa pergunta a V.Sa.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É. Inclusive isso aí foi objeto de um questionamento do Ministério Público, eles fizeram o seguinte quesito: "Os achados da autópsia são compatíveis com as modalidades de seqüestro relâmpago, seqüestros convencional e latrocínio?" Explicaram. Então minha resposta foi, "Não. As circunstâncias e os dados de necropsia indica na experiência deste signatário no do Dr. Delmonte que possui a grande experiência em autopsias, incompatibilidade com as modalidades de crime descritas no quesito". Quer dizer, não é seqüestro relâmpago, não é seqüestro convencional, não é latrocínio.

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, Sr. Presidente falta agora, somente a declaração do Deputado Greenhalgh, que agora será baseada em documento técnico de dois Médico-legistas e evidentemente a essa missão eu passo ao Senador Suplicy. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V.Exa, Senador José Jorge e concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu queria preliminarmente cumprimentar o Dr. Paulo por conhecê-lo e por ter participado de um trabalho sério que o IML de São Paulo fez e ele foi um dos participantes no esclarecimento da morte e do reconhecimento do esqueleto do Josef Mengele, um nazista procurado no mundo. Dr. Paulo foi um dos legistas que participou, o que indica, no meu ponto de vista, pelo tempo passado, a qualidade que ele tem na parte de medicina legal, e acho que preenche no meu ponto de vista qualquer expectativa que eu possa ter de dúvida sobre o laudo a qual ele foi o segundo signatário. O Código de Processo Penal é sábio nisso, Sr. Relator e Sr. Presidente, quando exige a figura de dois legistas para concluir qualquer laudo. Porque o legista principal tem que trocar idéias, porque há dúvidas durante... V.Exa. pode claramente esclarecer as dúvidas que surgem, por exemplo, da calça, de ter perfuração, não ter, o que é que você acha disso, daquilo, para poder ter uma conclusão consubstanciada em duas palavras de pessoas tecnicamente preparadas para isso. Então, eu acho que foi sábio o Código de Processo Penal e o Dr. Paulo, cauteloso, nenhuma vez interviu durante quando o Dr. Delmonte era vivo, nenhuma vez eu ouvi qualquer palavra, qualquer manifestação do Dr. Paulo, sempre o primeiro signatário foi o que relator por várias vezes, e aqui, Senador José Jorge, eu gostaria, se fosse possível, (?) uma pergunta do Senador Suplicy, que se foi respondido no laudo preliminar, que foi um laudo definitivo, se houve tortura ou não. Porque esse laudo foi lido por todos aqueles que participaram da primeira perícia do corpo do legista.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Aqui consta que a redação final do laudo foi no dia 23 de fevereiro, e nas respostas aos quesitos, ao quarto quesito que se refere especificamente a tortura, asfixia, ou (?) colocou: "Sim". Eu acho que só faltou escrever tortura aqui.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim, mas a resposta ao quesito isso é sim ou não.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Quanto ao número, localização e disparos além de sinais cadavéricos em face de terror, espasmo cadavérico de mãos e fezes liquefeitas. Quer dizer, no laudo do dia 23...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Qual é a data desse laudo?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** 23 de fevereiro.

2002?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** 2002.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quanto tempo depois da morte, o senhor lembra?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** 20 dias (?).

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Só 20 dias.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não, um mês, um mês.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então já havia reconhecimento no laudo preliminar?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Aí em seguida foram os anexos da laudo...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP)**:**Aí os Promotores pediram mais detalhe sobre este fato já descrito no laudo primário que V.Sa. descreveu num relatório que não se considera laudo, mas...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É. Um parecer Médico-legal.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Em seqüência é anexado ao laudo como prova material de tudo aquilo que está sendo feito na apuração e deve constar tudo isso do inquérito que infelizmente a parte dessa segunda parte, foi posterior ao termino da polícia.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É. Foram os gráficos e os anexos que ele levou um tempo maior para fazer, e a pressão da entrega do laudo era muito forte, então ele entregou um laudo, o laudo já com os quesitos respondidos e depois mandou os anexos.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A pressão de quem era? Desculpe perguntar. V.Sa. sabe de quem era a pressão para apressar o laudo?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Nesses tipos de casos sempre vem a pressão.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A polícia deve ter pedido urgência porque deve ter pressão de...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Delegado, uma série de coisas que...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Tudo bem, eu acho que... Eu já interrompi durante o depoimento dele...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. ainda tem bastante tempo.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agora o que o Senador José Jorge falou que eu acabei anotando aqui é que as gravações elas fazem referência à orientação a testemunhas para que se limitasse a determinados tipos de depoimento. E essas gravações, como entrou num terreno de aspectos de corrupção, foi determinado pelo Juiz, então o Dr. João Carlos, que elas fossem retiradas dos autos. E agora aparece de vez em quando uma fita por aí e outra ali, até no próprio processo que ele responde ele juntou umas fitas que, segundo o seu depoimento aqui, foram encontradas na prateleira do Fórum. Repentinamente apareceram. Não vou entrar no mérito disso, mas para os senhores nunca chegou nenhuma gravação nesse sentido que pudesse colaborar ou não com...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Aqui o senhor falou intensidade de agonia, mas o senhor esclareceu.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Olha, a agonia em medicina-legal, ela não é aquela agonia que a gente imagina, que é o sofrimento, não. É em relação à rapidez da morte. Ou foi uma morte rápida ou foi uma morte lenta. É chamada morte agônica quando a morte leva um tempo maior para acontecer. Então, no caso aqui, ele disse que a agonia foi bem lenta. Foi questão de minutos. Ele morreu muito rápido. Foi o tempo de acertarem a aorta.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor tem a descrição do tipo de arma que foi usada?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Uma 380.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então o que dá indicativo de que atirar proximamente para poder acertar dois tiros praticamente no mesmo local que é no rosto. Fora os dos tórax que acho que o senhor não mostrou aqui, que não aparece furo também no mesmo local.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Tem uma outra seqüência...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Não, mas não tem problema, não. O senhor deve lembrar. Também tem semelhanças.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Tem possibilidades, dez centímetros.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Tem possibilidades. Então, à distância de cinco metros jamais poderia um atirador...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Só se fosse muito bom atirador.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** A não ser que fosse um fuzil, com mira telescópica e tudo. Porque cinco metros é uma distância razoável compara com tiro de pistola para acertar no mesmo local do alvo desejado. Porque a pistola tem um... O poder de fogo ela tira a mão do local. Ela sobe. A primeira vez que eu atirei com uma pistola no exército, fizeram na gozação comigo, eu pus, meu braço virou quase do avesso. Subiu 180 graus. Por quê? Porque eu segurei com muita firmeza, não dei um ângulo aqui para poder... E eu atirei com o braço duro e ele foi embora. [risos] Se bem que eu não posso dizer que bandido não sabe atirar. Deve saber. Ainda mais esses menores que hoje agem na criminalidade. Como aqui o Dionísio foi o foragido que teria organizado toda a parte operacional do seqüestro, segundo o depoimento, eu faço alguma referência porque quando ele foi localizado, ele estava na região de Taboão da Serra onde meu filho era o titular, e teve a oportunidade de ouvi-lo e seguir a apuração, de que tipo de fuga, como é fugiu, quem alocou o helicóptero, porque custa caro uma fuga dessa. Usaram um helicóptero, que ninguém empresta um helicóptero numa fuga de presídio. Então, todas essas circunstâncias dão o questionamento que o Relator fez... Que não é um crime de oportunidade como querem fazer ver. É um crime premeditado, estudado com logística e tudo. O senhor em tese concorda com isso?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Concordo.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então teve uma logística clara em toda a definição da operacionalidade do seqüestro. Pode ser, aí já é uma hipótese que também conversei com o Delegado Tuma Júnior de que eles não seqüestraram para matá-lo. Estariam atrás de um *laptop* ou de documento. Que estaria... Nós não sabemos se é verdade ou não, porque não foi encontrado. Estaria todo o parecer que ele fez com respeito à infra-estrutura de arrecadação ilegal feita com as empresas de ônibus que ele queria praticamente extinguir quando foi designado para ser a parte de orientação de técnica para a campanha do

então candidato Presidente Lula. Eu fico com... Agradeço, acho que o laudo esclarece mais claramente o que o Dr. Delmonte quis falar. Só que para minha surpresa, Senador Antônio Carlos e Senador José Agripino, eu não sabia que o Dr. Delmonte já tinha citado a tortura no primeiro laudo preliminar que foi às mãos da polícia. Obrigado Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço V.Exa. e concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – Eu perdi a exposição do Dr. Paulo, tive um assunto que me levou a... Um compromisso inadiável, então prefiro aguardar e deixar minha inscrição para o final.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. será atendida. Senador Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, com todo respeito às avaliações que hoje expressaram o Senador José Jorge, o Senador Antônio Carlos Magalhães, na semana passada, no embate quente que teve com o Senador Aloísio Mercadante, quero expressar que será muito importante. Eu faço aqui o apelo a ambos, e quando estiverem se referindo a propósitos e... Qualquer que seja, uma pessoa ou um grupo de pessoas, é preciso distinguir uma organização de pessoas dessa organização. Da mesma maneira que quando surgiram problemas com pessoas de outros partidos, nós nunca atribuímos àquele partido tudo aquilo que ocorreu de responsabilidade de uma pessoa no partido. Acho que isso é um princípio importante. Queria perguntar ao Dr. Paulo Vasques. Tendo em conta que o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, o Deputado Jamil Murad, aqui expressaram que primeiramente eles tomaram conhecimento de um primeiro laudo do Instituto Médico Legal e que foi objeto, inclusive, de entrevista dada pelo Secretário de Segurança à época, logo após o crime, e nesta primeira constatação eles não falaram que tivesse ocorrido tortura. E foi com base nisto, pelo que eu entendi das declarações do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh e do próprio Deputado Jamil Murad é que eles então expressaram, inclusive, aos membros do Partido dos Trabalhadores, que segundo o que eles tinham tomado conhecimento, não teria havido tortura. Então, eu pergunto: Este laudo que V.Sa. mencionou há pouco datado de 23 de fevereiro de 2002, foi este o primeiro laudo ou houve ainda... Ou teria havido, logo após o crime, portanto... A morte de Celso Daniel se deu na madrugada de 19 para 20 de janeiro de 2002. E logo após terem encontrado o seu corpo, um grupo de pessoas, médico-legistas se dirigiram ao local do Instituto Médico Legal onde foi feito o exame, que foi, inclusive, objeto da presença do Médico e Deputado Jamil Murad, o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh estava presente, mas então, Dr. Delmonte na sua descrição menciona que ele preferiu que permanecessem apenas quem Médico fosse, por isso o Deputado Greenhalgh se ausentou, mas, naquela ocasião, e logo após, acho que mesmo antes do dia 23 de fevereiro, houve uma conclusão expressa até pelo responsável pela Secretaria de Segurança de que não teria havido o caráter de tortura. Então, minha pergunta é: Por que é que houve essa entrevista? Por que é que... Poderia responder no conjunto. Por que é que se o Dr. Delmonte tinha dado logo após o crime, acho que mesmo antes do dia 23, uma entrevista na Rede Globo onde ele teria mencionado, e depois, segundo se ficou sabendo ele teria recebido instruções para não dar mais entrevistas, e daí ficou a versão pública primeira de que não teria havido tortura, por que é que se deram estes desencontros? A equipe primeira foi só o Dr. Delmonte e o senhor ou houve outros?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** (?) e o Dr. Flávio Cavalante.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E houve duas equipes ou...?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Uma equipe só. O laudo foi assinado em quatro.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E V.Sa. se lembra de que houve essas declarações?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** O que eu acredito é que tenha havido uma falha de digitação aqui, porque só saiu um laudo do IML. Saiu o laudo número 320. O IML quando sai um segundo laudo ou uma retificação, a gente coloca como retificação. Esse laudo não é retificado, é o laudo que saiu, e são quatro quesitos que o legista responde. Primeiro, se houve morte, segundo, qual a sua causa, terceiro, qual o instrumento e meio que o produziu, e o quarto, se foi produzido por meio de asfixia, fogo, tortura ou qualquer outro meio insidioso ou cruel. Então neste laudo que é o primeiro laudo que saiu, ao quarto quesito, "sim". E aí faltou ele escrever tortura, aqui. Quanto ao número, localizações e tipos de disparos, alem de sinais cadavéricos, como face de terror, espasmos cadavéricos de mãos e fezes liquefeitas. Foi o que eu amostrei aqui. Então, esse "sim" está se referindo à tortura. Talvez o Secretário, não sei se não interpretou, ele viu "sim" aqui e não se ateve.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas V.Sa. se lembra porque estava envolvido no próprio exame, de que houve declarações.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Eu não sei se ele fez alguma declaração—

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Não se lembra disso?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não. Não lembro, eu não estava... Quando sentamos para fechar o laudo, ele fechou como tortura e colocou "sim", aqui. Só que acho que na digitação.

Na realidade ele nunca teve dúvida de que houve tortura.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Pode repetir a sua pergunta? A qual V.Sa. e os outros legistas responderam. A quarta pergunta.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** O quarto quesito. Ele pergunta...

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Qual a pergunta? Se puder ler...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Aqui não consta. Ele "foi produzido por asfixia, tortura, arma de fogo, tortura ou qualquer meio insidioso ou cruel".

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Porque eu penso que o "sim", pode-se referir a qualquer um desses itens da pergunta quatro. Não é tortura é um dos aspectos. Quer dizer, dizer-se simplesmente "sim", pode ser por arma de fogo.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Pode ter dado uma interpretação equivocada. Mas, ele fala exatamente como ele fala no anexo, quanto ao número, localização e diversos disparos, além de sinais cadavéricos como face de terror, espasmos cadavéricos de mãos e fezes liquefeitas no intestino.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Da sua exposição muito clara, ficou para mim expresso que a tortura não é que tenha havido antes, digamos, lá no local onde teria ficado o Celso Daniel, um tipo de tortura que muitas vezes ocorre, seja qualquer maltrato físico a ele por instrumentos conhecidos, seja do pau de arara, seja disso ou daquilo. A tortura... A conclusão a que o senhor chegou da tortura refere-se à forma que foram dados os tiros, inclusive, na boca, e que causaram um espasmo e uma expressão de terror muito bem vista na própria foto que o senhor aqui nos trouxe. Também o fato das marcas de cano aquecido no corpo, e também o próprio fato do seqüestro em si, eu estou de acordo [soa a campainha] Que o seqüestro constitui uma forma de tortura. E mais a maneira como os diversos tiros foram dados em seqüência de maneira a aterrorizar a pessoa e fazendo com que ele, com clareza, estivesse com uma expressão já falecido, mas de quem tinha ficado aterrorizado. Então para mim o senhor nos demonstrou com muita clareza, e acho que de uma maneira conclusiva. Eu terei perguntas depois, Sr. Presidente, prefiro se necessário fazer outra pergunta mais tarde, obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço à V.Exa, o Senador Suplicy. Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Magalhães.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, os filósofos sempre disseram que a evidência não se prova. Está mais do que evidente que foi um crime de mando, um crime premeditado, e não há dúvida que dois peritos, um que já se foi e o outro o Dr. Vasques, com grande autoridade, informam que houve tortura. Mas as imagens que passaram demonstram, com muita clareza, que foi um crime bárbaro, um crime que traduz a violência e a vontade, talvez, de eliminar alguém que queria naquela época em diante, evitar a corrupção generalizada que existia no município. O Dr. Vasques, numa declaração à Folha de São Paulo, foi extremamente perfeito e abordou todos os pontos. Eu não vou ler, porque praticamente V.Sa. já disse aí com muita propriedade, todos os pontos básicos. Agora, para quem não viu, talvez, Senador José Jorge, Senador Wellington, se essas imagens fossem passadas rapidamente, V.Exa. viu?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu vi, mas eu considero importante até...

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Passar rapidamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Solicito à assessoria que providencie.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu pediria, Sr. Presidente, eu acho importante chamarmos o Senador Tião Viana, se ele puder vir, porque considero muito importante.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Até porque o Senador Tião Viana quer falar e precisa ver...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Assessoria do Senador Tião já está providenciando.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu vou fazer um outro apelo aqui, Sr. Presidente, se puder, acho que V.Exa. estará de acordo junto comigo, mas se for possível aos Deputados Jamil Murad e Luiz Eduardo Greenhalgh se deslocarem para cá para ver.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas isso vai ser às cinco horas da tarde.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador, as imagens ficarão à disposição, agora se nós formos deslocar a Câmara dos Deputados para cá, fica complicado.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Porque eu acho importante...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O Senador Tião Viana está presente. Estava apenas fazendo um rápido lanche.

[risos].

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Senador Tião Viana quero homenageá-lo, V.Exa. vai falar e deve ver primeiro essas imagens... Então, estou pedindo para passar.

[*inaudível*].

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Tião Viana, esse espaço aqui é melhor. Ao lado aqui é melhor, ao lado do Senador...

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Além de V.Exa. ser um grande Médico, como diz o Senador Suplicy.

**SENADOR TIÃO VIANA (PT-ACRE)** – Muito Obrigado.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E que eu apóio integralmente. Eu acho que só as imagens já... Não precisa nem descrever. Elas falam por si. Olha essa, por exemplo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu solicito ao Dr. Paulo mais uma vez para...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Primeiro é o faces de terror e o espasmo cadavérico que... O faces de terror é um subespasmo. Próximo, é o detalhe do espasmo. Próximo. São os dois tiros de entrada em face. São os tiros de saída na região contorno lateral do pescoço que são saídas atípicas porque junto com o projétil saíram fragmentos de dentes, de prótese, por isso dá esse aspecto...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Pode voltar à anterior, por favor. Isso aí foram os dois tiros que o garoto deu a cinco metros. Menos de três centímetros, cinco centímetros.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** E foram tiros não mortais.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Solicito de V.Exa. usar o microfone.

**SENADOR WELLIGTON SALGADO (PMDB-MG)** – Quando a gente acompanha notícias de jornais, que eu não sou especialista. Uma arma PT 380, dizem que é uma arma de matador profissional. Pelo menos eu tenho essas informações quando leio notícias de jornais. Esse tiro do jeito que foi dado, já que a arma dentro do que definiram como arma de matador profissional, esses tiros como foram dados também seriam tiros de matadores profissionais?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não. Foram a curta distância e não são tiros de profissional, não.

**SENADOR WELLIGTON SALGADO (PMDB-MG)** – Não foram tiros a curta distância?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não. Está no laudo também que não foram tiros a curta distância.

**SENADOR WELLIGTON SALGADO (PMDB-MG)** – Agora, um tiro a longa distância com uma pequena diferença. Não é de um matador profissional?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Acima de 60 centímetros, 80, já não é tiro a curta distância. Já perde todos os elementos que caracterizam a distância de tiro. Então, acima de 80 centímetros já não se pode falar em distância de tiro. Então esses são os fragmentos de bala, que o Dr. Delmonte falava em tiro de esculacho, são projéteis fragmentados contra o solo que penetraram no antebraço e contorno lateral de tórax e contorno lateral de coxa direita. Isso aí é fratura dos ossos da mandíbula inferior, fratura dos dentes que alguns restos saíram pelos orifícios. Isso é queimadura produzida por cano de arma aquecida encostada na pele. Que leva a supor que ele não estivesse com a camisa para não aparecer... Estivesse sem camisa quando recebeu essa queimadura. Aí um detalhe da queimadura. Aí o local, que era o chão de terra que não tinha chão de cimento. Por outro ângulo. E aí uma lesão de defesa, uma lesão transfixante de braço direito. Tinha uma na mão também que eu não... E aí a possível coronhada no momento da abdução, do seqüestro. É um hematoma no couro cabeludo. E um (?) de necropsia foi a presente fezes liquefeitas no intestino distal. E outra evidência à tortura é o próprio seqüestro que foi definido como uma "imposição deliberada, sistemática e desconsiderada de sofrimento físico ou mental por parte de uma ou mais pessoas atuando por própria conta ou seguindo ordens e qualquer tipo de poder, com o fim de forçar uma outra pessoa a dar informações ou confessar, ou por outra razão qualquer". Próximo. Aí é a história da cueca invertida que não há uma evidência clara de que tenha alguma conotação no mundo da criminalidade. Pode ter sido até por ter se vestido às pressas e ter colocado ela do avesso. E aí são fotos da reconstituição do crime que realmente não bate com os achados necroscópicos, e mandar uma pessoa se distanciar cinco metros é realmente ou era um exímio atirador ou... E como eu disse, na exposição, os tiros do tórax foram os últimos, porque houve um extravasamento de sangue de mais de três litros no tórax e qualquer outra lesão posterior a isso não teriam reação vital, e todas as lesões que ele tinha, tinham reações vitais. [Soa a campainha].

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Concluindo, Sr. Presidente.

**SENADOR WELLIGTON SALGADO (PMDB-MG) –** Senador Antônio Carlos, eu nunca tinha visto uma foto deste tipo, Sr. Presidente, eu nunca me senti

tão idiota de estar lendo que não houve tortura quando houve algo desse tipo.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Exatamente.

**SENADOR WELLIGTON SALGADO (PMDB-MG) –** Isso é uma coisa tão idiota, porque alguém vê isso que nós acabamos de ver, marca de cigarro, e a imprensa fica discutindo se houve ou não tortura? É uma coisa que chega a ser...

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) **–** Não foi a imprensa.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) **–** Não é a imprensa que discutiu isso, não.

**SENADOR WELLIGTON SALGADO (PMDB-MG) –** Eu não sei quem foi. Mas esse debate ficou durante muito tempo.

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas a pessoa que foi designada, permite um aparte...

**SENADOR WELLIGTON SALGADO (PMDB-MG)** – Não, eu não estou nem com a palavra. É o Senador ACM

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V.Exa. permite um aparte?

**SENADOR WELLIGTON SALGADO (PMDB-MG)** – Mas eu me senti muito mal, Senador. Porque eu...

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É só esclarecer, porque não foi a imprensa. Na realidade foi o Deputado Greenhalgh que disse que, na realidade, disse que não havia tortura. Então evidentemente se tornou uma polêmica, mas não foi a imprensa.

**SENADOR WELLIGTON SALGADO (PMDB-MG)** – Independente de política, questões políticas ou não, de posição, de ponto de vista, isso é uma coisa de agressividade monstruosa, imbecil, idiota. Quer dizer, houve tortura, sim, mataram depois. Quer dizer, é uma agressão à inteligência da gente aqui. Eu não tinha visto isso ainda. Realmente você vê as marcas do cigarro, da maneira como foi colocada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Cigarro não, é cano quente.

**SENADOR WELLIGTON SALGADO (PMDB-MG)** – Aquilo é o quê? Cano quente?

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) **–** É cano quente da arma encostada.

**SENADOR WELLIGTON SALGADO (PMDB-MG)** – Quer dizer, atirou no esculacho e depois encostou nele.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O cigarro era pouco.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) **–** Coronhada de revólver.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Antônio Carlos.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Presidente, eu pedi para passar essas imagens que eu sabia que ia causar essa revolta nos Senadores que não assistiram, como agora nós estamos vendo, e mais uma vez felicitar os filósofos quando eles dizem que a evidência não precisa prova. Aí está evidente, não precisa mais prova. Parabéns ao Dr. Vasques pelo trabalho e a coragem de fazê-lo e fique tranqüilo com as advertência que nós temos aqui ninguém vai (?) mais.

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Pela Ordem.

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) **–** Sr, Presidente, eu pedi aqui, eu já recebi da assessoria o depoimento do Deputado Greenhalgh e vou então ler um trecho que eu considero importante para esclarecer ao Senador Suplicy que ele está... Eu vou aguardar um pouquinho. Primeiro, a primeira vez que ele se refere à questão da tortura foi da seguinte maneira: "Quando eu chego para dar condolência ao Dr. João Francisco, ele agradeceu o fato de eu ter ficado o dia inteiro lá e me pergunta: Dr. Greenhalgh, o meu irmão foi torturado? Ele falou: Não, não foi. Ele falou: Graças a Deus". Segunda frase, "Eu vou dizer, uma pessoa que é executada, no momento em que sabe que vai ser executado, ela vai ficar com espasmos, com face de terror. Mas isso não é a tortura, como eu entendo que seja a inflingência de um sofrimento quer por ação mecânica ou não, para infringir a dor a vítima e fazer com que a vítima tenha determinada conduta. Eu não vi essa situação". Portanto, ele não viu tortura. Terceira frase: "Senador, deixo eu falar uma coisa, tem tortura que não deixa marca. – Não foi o caso – Defendi muitos presos políticos que tinham sido barbaramente torturados, e não tinham marcas. Há tortura que deixam marcas. A tortura como eu entendo, é o mecanismo de inflingência de dor sobre a pessoa para obter dela determinado tipo de conduta ou por instrumento mecânico. Eu não vi, não vi queimaduras de cigarro. Isso, eu não vi". Última frase que eu selecionei. "Eu não estou pondo em dúvida o laudo, não me compreendam mal. Eu não estou pondo em dúvida o laudo, mas eu estou dizendo que o laudo contem erros de data. Mais do que isso, eu estou dizendo que na questão da resposta ao crime sobre a tortura, por que não houve tortura? Por causa do número da localização e dos tipos de disparos. Além dos sinais cadavéricos, como face de terror, espasmos cadavéricos de mãos, e fezes liquefeitas, nem tudo que tem face de terror, espasmo cadavérico de mãos e fezes liquefeitas em um homicídio, foi torturado. É uma interpretação. Eu tenho uma outra, eu vi, eu tenho uma

outra interpretação". Isso foi o que disse o Deputado Greenhalgh no seu depoimento. Na realidade, qual o interesse, então em dizer que não havia tortura? Era simplificar a investigação. Quer dizer, está dentro da linha da chamada "Operação Abafa". Então essa é que era a razão, porque se tivesse tortura, evidentemente que a investigação tinha que ser mais ampla. Então é isso aqui, e efetivamente tem uma frase que ele diz depois, que quando ficar provado que houve tortura ele mudaria sua opinião. Eu estou procurando a frase para que ele possa mudar opinião. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V.Exa. Senador e concedo a palavra... V.Exa. deseja...?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela Ordem, Presidente. Eu até há pouco falei com o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, falei das manifestações que o mencionaram, mas ele reiterou aqui que o que ele disse e V.Exa. acabou de ler, ele confirma, ele reitera. Na interpretação dele, vamos dizer, o eventual suplício físico que por vezes é conhecido como acho que sinônimo de tortura, isso tipo que muitas vezes tem ocorrido, ocorre, ocorreu no passado no Brasil, esse tipo de tortura ele interpretou como não tendo havido. Ele observou, claro, uma pessoa que levou tantos tiros, acho que foram oito tiros, quer dizer, ter levado oito tiros e ter sido submetido àquela situação, em si, obviamente podem causar, e isso ele reconhece, a expressão de terror, o espasmo, as fezes, e o receio que normalmente uma pessoa, sendo submetida a tiros.

*(Inaudível).*

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não, é que... Então, eu estou apenas dizendo o tipo de interpretação. Mas eu estou de acordo com V.Sa. que o que aconteceu com o Prefeito Celso Daniel só o seqüestro e mais a seqüência de tiros, ainda mais a maneira como V.Sa. descreveu e no espaço de tempo.

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas, V.Exa. acha que houve ou não houve?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu acho que houve tortura nesse sentido. E faço uma pergunta que acredito seja importante dado que pelo menos uma das pessoas que deram informações às autoridades que estão examinando o que é que realmente ocorreu, como se deu o seqüestro e a morte de Celso Daniel, uma das pessoas disse que teria ocorrido a morte, os tiros, num caminhão, ou perua. Eu pergunto: Seria o chão de uma carroceria de perua ou caminhão, um chão duro, compatível com a interpretação dada por V.Sa.?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Olha, geralmente os tiros de esculacho se dão contra um plano mais duro, um cimento, ou alguma coisa assim.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mais duro que um metal de carroceria?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É. Mais duro que um metal de carroceria.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Uma das hipóteses é que ele teria sido morto na carroceria de um caminhão ou algo assim. Isso foi dito por uma das pessoas. Mas como são inúmeras as interpretações essa resposta é importante.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** O que o Deputado Greenhalgh não citou foram os tiros de esculacho, que esses fragmentos de pólvora, até saiu uma matéria na "Isto É" dessa semana e as queimaduras com o cano de arma aquecido. Que também é uma forma de tortura.

**SENADOR WELLIGTON SALGADO (PMDB-MG) –** Sr. Presidente, Pela Ordem, eu queria pedir permissão para me retirar da Comissão, porque realmente eu não quero levar essa imagem da minha passagem pela vida pública. Entendeu, Senador ACM. Realmente eu já passei por situações. Eu achei as cenas muito pesadas, eu tenho algumas passagens familiares, e eu não me senti muito bem ao ver isso não. Eu não quero levar lembranças dessa passagem aqui. Acho que isso foi um ato covarde, foi torturado, sim, [soa a campainha] e eu não entendo o que é que a gente está fazendo procurando uma justificativa para alguma coisa nesse sentido. Então, Sr. Presidente, eu acho que isso é uma questão que a polícia tem que... Eu queria pedir permissão, adoro participar dessa CPI, acho que a CPI faz um trabalho estupendo com relação aos esclarecimentos... Mas realmente, eu nunca esperava encontrar na minha passagem pelo Senado, umas cenas tão grotescas como eu vi aqui, e por políticos, de maneira errada ou certa, eu acho que contribuem de alguma maneira para vida pública do país e eu não queria levar na minha passagem por aqui essas imagens. Eu queria pedir permissão para me retirar e voltar num outro momento, depois dessa passagem das imagens.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. fique à vontade o Senador Wellington. Antes de conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias, Pela Ordem o Senador Tião. Senador Alvaro Dias, V.Exa. tem a palavra.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, senhores senadores, o depoimento é completo e isento com a qualificação técnica, irretocável e, portanto, irrefutável. O que faz aumentar o espanto de ver leigos na matéria como o Deputado Greenhal-

gh discutindo com os legistas ou confrontando a sua opinião com a dos legistas. Eu até sugeriria ao Presidente Lula, diante deste fato, que ao invés de nomear o Deputado Greenhalgh para o Supremo Tribunal Federal, o nomeia como legista. Terá maior autoridade para esse confronto de interpretação dos fatos. Eu iria indagar sobre o número de tiros e já ouvi a resposta, foram oito tiros. Apenas... Se houve cativeiro e se o cativeiro é uma hipótese de local onde esses tiros de esculacho foram desferidos.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Eu não trouxe a reconstituição completa, mas tem os cativeiros e os tiros podem ter ocorridos, lá. Foi feita a perícia lá no local do cativeiro.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu considero fundamental, aliás, são tantos os fatos fundamentais nesse episódio, mas é inegável que a troca da roupa é, sem dúvida nenhuma, a comprovação de que houve essa brutal tortura. E há uma gravação, que nós, inclusive, apresentamos nessa CPI que mostra uma conversa telefônica entre o "Sombra" e a Ivone. o "Sombra" dizendo a ela que conversou com o Gilberto Carvalho e orientando-a sobre o que dizer em relação à calça utilizada pelo Celso Daniel no momento em que foi encontrado morto. Portanto, as pessoas da intimidade do Prefeito, o "Sombra", a Ivone, o Gilberto Carvalho, armando uma versão para a troca de roupa. Eu creio que isto é um indício extremamente sério e comprometedor que atesta a participação direta ou indireta de algumas pessoas notórias já presentes nesta investigação. Eu indago do senhor se há para o corpo de legistas alguma informação sobre a responsabilidade na troca da roupa. Quem que seria responsável por isso, quem levou a roupa, se há alguma informação que tenha chegado ao...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Pelo que me consta, (?) teria retirado a roupa para a perícia, e no IML ele chegou só de cueca. E o exame das vestes foi feito *a posteriori* excluindo a cueca que acabou ficando o IML, ou alguma coisa assim, que eu me lembre.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Como os legistas se colocam diante da afirmação de policiais de que não houve tortura? Afirmações como do Deputado Greenhalgh, do próprio Presidente Lula. O Presidente Lula afirma taxativamente, e não sei com que razão, e com que argumentos que foi crime comum. Como os legistas encaram esta postura tanto do Presidente da República, quanto de lideranças do PT, a exemplo do que ocorre com o Eduardo Greenhalgh que acompanhou desde o início esse processo de investigação e o processo judicial. Como os legistas encaram essa postura, inclusive, dos policiais?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É uma situação delicada, mas a gente fica meio constrangido de ver um crime dessa natureza ser tratado como crime comum. Porque baseado na nossa experiência de 28 anos no IML, de crimes que não tem...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor já viu algo parecido ser contestado dessa forma?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Na sua experiência... O próprio Carlos Delmonte em depoimento a Promotoria, disse que nunca havia presenciado um caso de, abro aspas, foi a afirmação dele, de ritual de tortura, de crueldade e a desproporcionalidade que se verificou no exame do corpo do Prefeito, afastando a possibilidade de crime comum. O senhor concorda com essa afirmação? O senhor recebeu alguma ameaça depois desse laudo?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não recebi. Nenhuma.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Bem, Sr. Presidente, vou reservar algumas perguntas para os depoentes que virão, que representam aí a área policial, exatamente em função dessas contradições, quer dizer, legistas extremamente qualificados, profissionais respeitados que apresentam laudos isentos, esses laudos são contestados. Eu creio que há, sem dúvida nenhuma, uma operação com o intuito de produzir uma versão, produzir uma versão que interessa, num primeiro momento interessava a produzir a versão de crime comum, porque estávamos em plena campanha eleitoral, e a versão de crime, de mando, afetaria seriamente a candidatura do Presidente Lula. E *a posteriori* é preciso convalidar os atos praticados durante o período eleitoral. Daí esta armação engenhosa com o objetivo de produzir uma versão deliberadamente. O que evidentemente afronta a inteligência das pessoas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço à V.Exa, Senador Alvaro Dias, e aconselho um lanche rápido para que possamos dar continuidade as nossas oitivas, hoje, assim que encerrarmos a do Dr. Paulo Vasques, possamos dar encaminhamento aos dois outros depoimentos. Concedo a palavra ao Senador José Agripino. Em seguida o Senador Flávio Arns e depois o Senador Tião Viana que já participou do lanche.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, senhores senadores, Dr. Paulo Vasques, eu queria inicialmente agradecer à V.Sa. pelo adjutório técnico que deu às investigações que se processam nesta CPI, que é dos bingos, e que investiga a participação, dentre outras coisas, de dinheiro excluso, do

processo político no Brasil, dinheiro de contravenção, de jogo, daí a presença de V.Sa. aqui, V.Sa. aqui vem trazer um detalhe técnico, exclusivamente técnico, e que causou a indignação que causou ao Senador Wellington Salgado que se retirou da Comissão. Eu devo dizer à V.Sa. que quando eu treinei e vi as imagens chocantes do Prefeito Celso Daniel, morto, assassinado, eu também me choquei. Mas a vida pública destina aos políticos rosas e espinhos. Nós estamos vivendo um momento de espinho. Mas faz parte do metiê. Nós estamos aqui reabrindo o "Caso Celso Daniel" para limpar a vida pública do Brasil. Porque nós temos a suposição de que Celso Daniel foi assassinado. Vamos falar português claro, porque ele permitiu num determinado momento que esquema de coleta dependo dinheiro em Santo André, fosse operada a coleta com o consentimento dele, o "Sombra" era um dos operadores, com o Klinger, e a partir de um certo momento por razões diversas, isso foi proibido e isso decorreu o assassinato. As investigações ocorreram e um Advogado chamado Greenhalgh, um homem que aqui eu respeito, que é militante do PT, uma figura exponencial do PT, foi Advogado, está comprometido com a tese de que não houve tortura. O Senador José Jorge, com a argúcia que lhe é peculiar, chegou ao ponto, na minha opinião, ele chegou ao ponto. A tese de que não teria havido tortura, era conveniente para que se encerrasse rapidamente o caso, porque não se investigasse. Tratava-se de crime comum. Não tinha conotação política, não tinha dinheiro, não tinha extorsão, não tinha dinheiro transportado para José Dirceu em São Paulo, não tinha Gilberto Carvalho envolvido, não PT, não tinha Lula, não tinha nada. Foi um crime comum. Então, encerra. A razão pela qual o laudo de V.Sa. e do Dr. Delmonte não foi considerado, não causou espécie para ser investigado na época, como causou ao Senador Wellington e a todos nós. Eu vi essas fotografias e fiquei chocado. O Senador Wellington se mandou, ficou chocado e se mandou. Agora, não chocou a ninguém à época. Curioso. Não chocou as pessoas que estavam investigando. O Dr. Greenhalgh, o Deputado Greenhalgh, que é um Advogado do ramo, não vê, vê aquelas fotografias e não ficar absolutamente convencido de que houve tortura para que se ele queria, como declarou, investigar a morte e as razões reais da morte de Celso Daniel, seu amigo, deveria ter aberto leques das investigações. Então, é preciso que fique claro que como disse o Senador Antônio Carlos Magalhães, as evidências não precisam de prova. Outra frase arguta que tem que ser considerada: As evidências não precisam de prova. Eu estou chegando a uma evidência. O senhor traz aqui com o seu conhecimento técnico, a comprovação. Houve tortura, sim. As fotografias, por mais cruas que sejam, declaram, atestam que houve, sim, tortura. Agora, há uma coisa aqui que o senhor disse no meio do seu depoimento que me tocou e está aqui. Eu queria que o senhor esclarecesse. A tortura, o crime hediondo que foi praticado e com as mentiras todas que estão envolvidas, o menor, que foi usado, que não foi quem matou. Aquele tipo de tortura só acontece quando... O senhor falou. Eu queria que o senhor explicasse um pouco melhor quando a vinculação ou relação pessoal e afetiva, entre quem praticou o crime e quem foi assassinado. Aí aonde entra a minha suposição, das evidências, o "Sombra" era uma pessoa que convivia com o Prefeito há muito tempo. Tinha uma relação pessoal e afetiva há muito tempo. Era um operador, supõe-se do esquema de coleta de dinheiro. Será que se pode fazer alguma ilação entre a relação pessoal e a barbárie do crime, a relação pessoal quer teria levado aqueles tiros à queima roupa ou sei lá, atravessando o seu maxilar, destruindo sua arcada dentária, sem matá-lo? Queria a palavra e explicação sobre isso.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Isso é uma linha de investigação policial que quanto mais se tripudia sobre o cadáver, maior o envolvimento afetivo. Geralmente se pega, por exemplo, maridos traídos que vão matar o amante, e eles em vez de dar um tiro só, eles tripudiam em cima do cadáver, cortam pedaços e coisas assim. Então, esse tipo de vinculação afetiva, é que leva a fazer esse tipo de... Desfigurar a pessoa. Então é uma conotação de vinculação afetiva. É uma linha de investigação.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Bom, pelo que o senhor diz, a sevícia, tortura, recomendaria que um raciocínio ou uma evidência se impusesse. O Sr. "Sombra" estaria seguramente por trás desse crime por conto das relações pessoais dele com o Prefeito?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É possível. A raiva. Porque se fosse uma execução simples um tiro na nuca é muito mais simples do que fazer tudo isso que foi feito.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Raiva pelo corte do dinheiro extorquido, da parte que lhe cabia... Aí justifica, Dr. Vasques, tudo aquilo que se supõe que se pretende esclarecer e que inquieta o PT. A relação de todo o esquema do PT, José Dirceu que recebia as malas de dinheiro transportadas por Gilberto Carvalho, os Secretários, o Sr. "Sombra", o Prefeito assassinado, a pressa do Presidente Lula no sepultamento dizendo que gente grossa estaria envolvida naquele crime, esteve aqui depois uma secretária do município de São Paulo que trouxe informações sobre extorsão em transportes coletivos... Uma série de evidência que só não se prova porque não tem a

fotografia de alguém agarrado com um saco de dinheiro puxando para o PT. Mas eu acho que a componente técnica que V.Sa. traz é de enorme valia, e eu cumprimento V.Sa. pela coragem e pelo patriotismo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador, uma das teses levantada é de que assassinaram ou mataram o Celso Daniel porque pegaram a pessoa errada. Com essa tese aqui, não teria tortura, não se fazia necessário em função da tese do legista de que teria que ter a participação da amizade. Então, se fosse a pessoa errada, seria eliminado com um tirou coisa dessa natureza e não iria para a tortura. Dentro da tese de V.Exa.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Muito bem lembrado, Presidente. Agora essa tese já soa tão ridícula, quanto... Imagine o fato de autoridades terem dito que não houve tortura. Eu acho que tanto a tese de que pegaram a pessoa errada, como a tese de que queriam, de forma ligeirada(F) concluir as investigações para esconder coisas, com o depoimento do Dr. Vasques fica suficientemente esclarecida.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço à V.Exa. e concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns. V.Exa. tem a palavra, Senador Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu gostaria de cumprimentar em primeiro lugar o Dr. Paulo Vasques, e também dizer que o depoimento dele é muito importante porque, no fundo, o que todo mundo deseja é que tudo seja esclarecido. Que os fatos fiquem transparentes, que a verdade apareça, se dúvida existem, as dúvidas têm que ser esclarecida. E o depoimento, tenho a impressão, vai nesta linha, também. Todos nós desejamos que os fatos sejam esclarecidos. Não é só um desejo da família do Celso Daniel, que quando vieram fazer o depoimento, apesar de haver contestações em relação a outras circunstâncias, mas sempre reconhecemos o direito legítimo da família ter todos os fatos esclarecidos, mas não só da família, a sociedade toda precisa ter os fatos todos esclarecidos. E isso é que deve nortear toda a discussão também, e reconheço toda a capacidade e competência, conhecimento acumulado não só do senhor, mas da equipe de IML e que tem um trabalho, sem dúvida, fundamental para ser feito. Concordo com a lâmina que foi colocada, também compartilho da idéia de que o próprio seqüestro já é um crime hediondo, na minha ótica também. É um sinal, quer dizer, um crime de tortura o crime de seqüestro. E que tem, também, implicações diferentes sobre as pessoas. Cada um reage de uma maneira diferente, mas sem dúvida, até caracterizado como crime hediondo, e isto é uma tortura para qualquer pessoa. Então, nesse sentido. Eu gostaria, sim, que alguns fatos me fossem esclarecidos também em função do depoimento do senhor. Existe um, só para me esclarecer, existe um relatório do Instituto Médico Legal, que é o relatório de 23 de fevereiro do ano do assassinato. Só um. Não existe outro relatório?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não. Existem os anexos a este relatório que o Dr. Delmonte entregou *a* **posteriori**.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – No dia 23 de fevereiro.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Dia 23, ele entregou o laudo.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** Entregou o laudo.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Os anexos que contém os esquemas gráficos, das lesões, tudo aquilo, eu vou até deixar aqui para Comissão, ele entregou *a* **posteriori**.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Os anexos, a gente poderia dizer, são uma complementação. Quer dizer, as evidências daquilo que está escrito no laudo.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** O anexo fala das vestes, do exame químico toxicológico, da determinação do tempo de morte. O exame anatomopatológico, as... Os esquemas gráficos das lesões...

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Quer dizer, o depoimento que o senhor está dando, assim dizendo, que realmente aquele laudo é o laudo que está valendo. O laudo verdadeiro, não houve retificação, como o senhor falou...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não. Que no anexo, ele complementou aquela resposta.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** Só complementou para dizer o que realmente...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Que realmente era tortura.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** –-Aconteceu lá naquela ocasião.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Mas, ele já se referia a tortura no primeiro laudo.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Porque o que me estranha, Dr. Paulo, é que pessoas que têm uma vivência muito grande com a área do crime, e que estão, vamos dizer, acostumadas a lerem os laudos do Instituto Médico Legal em uma série de crimes, como, por exemplo, o Secretário de segurança do Estado de São Paulo, e até a gente tem que separar a questão partidária, porque ele com competência, também, porque foi escolhido pelo Geraldo Alckmin é de outro partido político, ele foi categórico em dizer que não houve tortura. Por que é que ele teria lido desta maneira o laudo? E, ao mesmo tempo, Dr. Paulo, nós tivemos

uma oitiva aqui na CPI dos Bingos com os Delegados que acompanharam toda a investigação. Aliás, eu próprio disse que nós ficamos muito bem impressionados com o relato dos Delegados, e os Delegados nunca fecharam questão também. Dizendo: "Olha, nós chegamos à conclusão de que foi crime comum. Mas se houver evidências, provas, ou indicativos de que não tenha sido crime comum, quer dizer – quer dizer, os próprios Delegados dizer – nós vamos reabrir as discussões". E eles foram interrogados, assim, por todos os Senadores e se chegou à conclusão no final de que eles tenham feito um bom trabalho. E eles foram perguntados especificamente sobre isso: Houve tortura? E eles também disseram que não. Por que é que os Delegados, o próprio Dr. Saulo teriam lido o relatório de 23 de fevereiro dessa maneira? Por que o senhor acha que aconteceu isso?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não posso responder por eles, mas acho que é questão de interpretação. Aqui está bem claro que ele respondeu, sim, ao quarto quesito...

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim, mas o "sim", como eu disse, há várias... O senhor pode fazer a pergunta de novo do quarto quesito? Qual é que é a pergunta?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Foi produzido por meio de asfixia, tortura veneno ou qualquer outro meio insidioso ou cruel.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – E qual foi a resposta que deram?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Ele pos ao quarto, "sim", aí eu acho que houve um erro de... Provavelmente esqueceram de colocar tortura. "Quanto ao número, localização e tipos de disparo, além dos sinais cadavéricos como face de terror, espasmo cadavérico de mãos e fezes liquefeitas". Quer dizer, ele já está dizendo que foi "sim" por causa da tortura. E ele fala depois, quando vem os anexos, ele especifica tortura: "Consideramos tortura senso geral os achados descritos no item anterior..."

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Mas isso ele colocou no anexo, anos depois?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não, não. O anexo foi algum tempo depois.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Ah, os anexos forma colocados logo em seguida à emissão do laudo.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não sei se tem alguma data aqui. Acho que não... Tem algumas datas de março aqui. Mas foram... Ele ficou aguardando alguns exames, Odonto-legal, toxicológico e aí ele anexou tudo e mandou.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O senhor viu o cadáver também? O senhor participou de todo esse processo também de exame do...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Vi. Participei e foi uma época que estava em reforma o IML Central, e o corpo foi removido para a Zona Oeste, nós fomos para lá, e aí estava um tumulto muito grande, eu conversei com o Dr. Delmonte, e ele falou assim: "Olha, Paulo, está muito confuso aqui..." Já tinha ficado um pouco lá, ele falou: "Pode sair e depois a gente senta para fechar o laudo".

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu... Não tenho dúvidas em relação ao laudo. De maneira nenhuma. É só perguntei do senhor porque autoridades afeitas a esse tipo de investigação, como é o caso do Secretário de Segurança, e havia oito, nove Delegados acompanhando esse caso. Delegados Estaduais, Delegados Federais, Polícia Federal envolvida, homicídios, e outros Delegados, oito ou nove Delegados que o Senador Romeu Tuma levantou isto, e, na verdade, ninguém levantou essa questão da tortura. Só agora que está sendo levantada.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É não foi... Essa questão da tortura já foi levantada nos anexos, quando ele já mandou... Quando ele respondeu o primeiro laudo e quando ele mandou os anexos.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O Senador... O Deputado Greenhalgh, o Senador José Jorge leu uma parte do depoimento dele e ele diz o seguinte também no depoimento. "O IML disse que não tinha havido tortura, que foi interpretação do Secretário de Segurança e dos Delegados". O Diretor do IML, disse que não tinha havido tortura. O Dr. Celso Perioli, não sei quem é que é. Quem é? Disse que não tinha havido tortura.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** É o Superintendente da Polícia Técnico Científica.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O Dr. Jarjura, disse que não tinha havido tortura. O Dr. Jarjura disse que não tinha havido, e até o Secretário de Segurança como já mencionei. Quem eu é o Dr. Jarjura?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Diretor Técnico do IML da época. [soa a campainha].

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Diretor Técnico do IML. Bom... Eu acho que "Isto é" só para tentar deixar claro, porque é que teria havido esse conflito de interpretações entre autoridades que estão acostumadas a ver isso. E se tiver havido... Se, se comprovar através das fotografias e dos laudos e das investigações, quer dizer, o que se deseja é que na verdade seja tudo esclarecido. Quando o Senador Álvaro Dias disse que tinha que acabar logo, considerar que fosse um crime comum porque isto, na verdade,

quer dizer, afetaria a candidatura do então candidato Presidente Lula, a gente tem que se lembrar que era candidato Presidente Lula. Quer dizer, o Lula não tinha nenhuma autoridade na época para dizer, e mesmo hoje, tendo autoridade, ele jamais poderia fazer isso e não faria, mas ele não tinha nenhuma autoridade na época para dizer: "Vamos acabar logo". Porque ele era candidato a Presidente. Quem estava investigando o crime, era o Governo do Estado de São Paulo, o Governador Geraldo Alckmin. Aliás, quero dizer, com muita competência, com muita honestidade, serenidade, e quem estava investigando o crime era o Governo Fernando Henrique Cardoso, para quem o Lula foi, se dirigiu pedindo rigor, critério, pressa também para se investigar, o Fernando Henrique Cardoso, mas elogiado por todo mundo...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Permite um aparte, Senador?

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sim, eu vou dar o aparte. Elogiado por todo mundo pelas iniciativas tomadas. Então dizer se assim que, não... "Vamos... Isso vai afetar a candidatura", quer dizer, houve assim a engenhosidade de se descobrir que era crime comum, isso foi em começo de 2002. Portanto, um ano inteiro ainda antes do Presidente Lula tomar posse. Então, querer destinar qualquer tipo de culpa ao Presidente Lula pela investigação que aconteceu naquela época, eu acho que isto também não é verdadeiro, não tem fundamento, e, na verdade, independente de ser Fernando Henrique ou Lula, o que nós queremos é que haja uma polícia técnica, como é o caso do senhor, que possa dar os laudos, fazer as investigações, chegar a conclusões independentemente de pressão, de qualquer natureza. Quer dizer, a sociedade espera que a gente possa construir isso, independente de quem seja o Governador ou o Presidente, mas não colocando qualquer culpa no Governo de São Paulo e no Governo FHC, também, porque eles agiram de uma maneira, à época, muito adequada. Então isto de afetar a candidatura do Presidente Lula, como foi colocado. "Vamos encerrar logo, vamos fazer uma operação abafa, vamos fazer um crime comum". Se houvesse esse interesse seria na época do PSDB, de dizer não vamos acabar logo. Mas eles também não fizeram isso. Fizeram, na minha opinião, uma investigação correta, com Delegados capazes, Polícia Federal, Instituto Médico, e deixando em aberto para que essa investigação, se não chegou à conclusão adequada, tem que chegar. Isso é um anseio à sociedade. Eu dou o aparte ao Sr. Presidente... Senador Álvaro Dias.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado Senador Flávio Arns. Apenas para esclarecer, porque o que nós afirmamos e reafirmamos agora é que as pessoas que travavam diálogos telefônicos gravados eram pessoas ligadas ao Presidente Lula à época em campanha. Era Gilberto Carvalho, era o então Presidente do PT e Coordenador de Campanha José Dirceu, com o "Sombra"... Eu fiz referência à tentativa de construir uma versão orientando testemunhas, monitorando, inclusive, entrevistas que eram concedidas à imprensa. Eu não me referia ao Lula como Presidente, portanto, como autoridade para conduzir o processo ou para orientar as investigações como autoridade. Eu apenas fiz referência às pessoas que exerceram lideranças no PT, no período da campanha eleitoral, procuraram organizar-se, repito, orientando testemunhas, monitorando até entrevistas à imprensa, para produzir uma versão de crime comum. Apenas isso. Eu agradeço a oportunidade de esclarecer. Talvez não tenha sido muito claro quando fiz a afirmativa apressadamente.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – O Senador Álvaro Dias se refere a fitas que foram gravadas, que estão de posse desta CPI, onde se pediu que fossem transcritas na íntegra para não haver nenhum tipo de interpretação inadequada. Fitas... Aliás, gravadas ilegalmente, tem que se dizer, e isso não aceitas, inclusive, como provas também, mas isto foi em...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Foram autorizadas por um Juiz Estadual...

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – É. Mas, ilegalmente depois na seqüência. Agora, isso foi em 2003, 2004. O que V.Exa. havia dito antes, que havia pressa de considerar... Eu até anotei "crime comum", porque isso afetaria a candidatura do Presidente Lula. Então, é só nesse aspecto para dizer... Porque a sociedade precisa entender que esta investigação tem que ser feita. Quanto a isso, não pode haver dúvida alguma. Tem que se deixar claro, se houver culpados, tem que ser punidos os que forem... E que tem que se investigar até as últimas conseqüências. Mas, dizer-se que na época o PT interferiu na investigação ou o PSDB, eu diria que o PT, na figura do Presidente Lula na época, foi ao Governador, foi ao Presidente, pediu rigor, pressa, competência nas investigações e tanto o Governador Geraldo Alckmin como o Presidente Fernando Henrique, tomaram todas as iniciativas, eu acho, possíveis de serem tomadas. Polícia, investigação, pressa e tal, para, inclusive, eu diria para não afetar, essa procrastinação, não afetar o clima político. Mas não de favorecer ou de prejudicar quem quer que seja. Então, nesse sentido, só a única coisa que eu diria ao senhor Dr. Paulo, e terminando, é nesse sentido de que eu acho que o trabalho foi bem feito, o trabalho da polícia de São Paulo tem sido de uma extrema competência, eu só estranho que tenha havido esta

interpretação, tanto do Secretário, quanto dos oito ou nove Delegados do caso, e eles responderam a essa pergunta, porque eu fiz essa pergunta... Porque isso é uma coisa que preocupa a gente desde o começo. "Houve tortura?" Eles disseram. "Não houve". "Então, por que é que teria havido essa interpretação de uma equipe tão especializada de policiais, do Secretário de Segurança, e que o senhor assim demonstra, como demonstrou para todos os Senadores...". Então, foi a dúvida assim que ficou para mim. Só para sujeito a esclarecimentos também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Dr. Vasques, alguma consideração?

*(Inaudível).*

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu diria... Eu até perguntaria... O Senador Antônio Carlos Magalhães está perguntando para mim, se eu acho que houve ou não tortura. Eu vou me basear naquilo que o Dr. Paulo, com toda experiência falou, que na perspectiva de vida dele, o fato de ter atirado, de ter essas balas de esculacho, esses orifícios todos, isto foi neste sentido realmente de infligir também, de ter algum tipo de tortura, também, em relação à pessoa. Se bem que eu considere, que o seqüestro já é uma tortura absoluta e compatível do ponto de vista levantado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V.Exa, Senador Arns, Dr. Vasques.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** A única suposição que eu posso fazer é que esqueceram de colocar a palavra tortura, aqui. Então ele respondeu: "Sim, quanto ao número, localização e tipos de disparos, além dos sinais cadavéricos como face de terror, espasmos cadavéricos de mãos e fezes liquefeitas". No anexo que ele entregou posteriormente ele colocou: "Tempo de agonia foi estimado na ordem de minutos, estimativa baseados nos achados macroscópicos e confirmada no estudo microscópicos. Consideramos tal agonia como intensa, baseados nos mesmos achados e na observação do espasmo cadavérico, expressão de terror, faces e fezes liquefeitas". Aí ele passa para o item seguinte: "Tortura, consideramos tortura senso geral os achados e descritos no item anterior". Exatamente o que ele respondeu aqui no 4º quesito.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – E qual que é a data desse anexo? O senhor tem a data?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Desse anexo eu não tenho. Eu não a data.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** Não tem a data de apresentação desse anexo.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES – "**Além dos sinais compatíveis de contato com boca de cano de arma aquecido, com o contorno posterior de tronco". Então, exatamente ele colocou que ele havia respondido neste quesito ele acrescentou aqui como tortura.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Tião Viana.

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – Sr. Presidente, senhores Senadores, serei breve, e faço uma ponderação que os Senadores que possam, venham à Comissão também porque nós já temos dois depoimentos importantes. A seguir do Dr. Santi e do Dr. Luna, que são da área policial que participaram daquele momento de investigação e têm também a contribuir, tirar dúvidas de todos nós. Dúvidas. Eu cumprimento inicialmente o Dr. Paulo, acho que o senhor traz uma contribuição concreta à CPI, é a opinião de um técnico, e quando técnico é um médico, eu me sinto muito mais confiante na informação, porque sei da responsabilidade ética que deve ter um profissional na hora de emitir uma opinião diante de um laudo sobre uma matéria dessa natureza. O que me preocupa, somente, Dr. Paulo, é que quando nós trazemos para um ambiente desse, de leigos, não leigos na vida, e em diversos assuntos, mas na área nossa médica, o conceito de tortura, nós criamos já um problema inicial. Porque o senhor quando coloca o conceito exposto de tortura da Organização Mundial de Saúde, ela é claríssima, ali. Se eu estou em uma esquina e alguém me aponta um revólver, eu já estou sofrendo tortura psicológica, naquele conceito. Agora, quando se mostra uma imagem cadavérica dessa, com todas as características de um assassinato, posto a uma figura de paz e de uma vida tão recatada como era o Celso Daniel, aí a gente pode imaginar o tipo de reação que ele teve ainda, vendo a vida sair das suas mãos, a imagem... Tudo, todas as lembranças que podem ter passado. É muito natural esse tipo de reação cadavérica. Profundamente natural, qualquer um na condição dele, sabendo que vai morrer após pegar um primeiro tiro, se não morrer no primeiro, passaria por imagem muito semelhantes. Então nós temos que, o que me preocupa isso é, quando se transfere o conceito para que todos possam interpretar sobre o bel-prazer. Acho que os Senadores estão com esforço muito positivo, e que merece o mais elevado respeito, que é a elucidação desse crime. Esse crime precisa de uma resposta convincente à sociedade brasileira. Ele infelizmente em sua evolução não foi suficiente para isso. Então, nós temos que ter essa investigação tomada em todas as formas para que haja o convencimento dos Senadores. Eu só me preocupo é quando entra o componente político, que sei que não é de alguns Senadores que estão aqui, o interesse de "partidarizar" o crime. Porque o meu partido mesmo errou, muitos anos. Alguns setores do meu partido erraram, quando

qualquer crime que ocorria em um local do Brasil, que movimento social se organizava, se transferia logo para as classes dominantes dali o conceito de criminosos e assassinos. Se vinculava logo às autoridades. Isso foi um erro, um erro explicado sociologicamente, explicado no campo da intimidade da política, mas que não deveria se repetir. E eu acho que "partidarizar" um crime não é nunca adequado. Quando vejo o Governador Geraldo Alckmin, chamar os Delegados, cobrar a devida responsabilidade, absoluta isenção e a inteira responsabilidade na elucidação do fato. Eu fico muito respeitoso em relação a isso, porque ele era insuspeito naquele momento. Quando vejo o Secretário de Segurança Pública de São Paulo, da mesma forma exigir a mais franca apuração, o mais sólido esclarecimento, e prestar essa informação à sociedade e o Presidente Fernando Henrique, que nunca faltou nessas horas de lutar contra o crime, que, inclusive, no meu Estado, estendeu toda a solidariedade talvez sem o apoio dele, sem o apoio da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, nós não tivéssemos forças para enfrentar o crime organizado, como enfrentamos no Acre. Então ele não fraquejaria na hora de pedir uma apuração isenta. O Presidente Lula, então candidato, pediu a apuração exemplar das instituições todas no caso. E o Presidente Fernando Henrique atendeu, o então Presidente do PT José Dirceu, também pediu. Então, eu acho que nós devíamos separar nessa hora o que é uma idéia de "partidarizar" um crime, de uma idéia de um crime que precisa de seu devido esclarecimento. E eu acho que aí nós devemos nos unir na CPI como o que nós estamos fazendo. Quando o Senador Antônio Carlos pede para as imagens serem postas, é importante porque não pode pairar dúvida em ninguém de que houve tortura. Houve tortura, sim, houve tortura. Agora, isso aí está dizendo que foi um crime partidário? Não. Está dizendo que isso foi um crime de mando da máfia da corrupção que rondava a Prefeitura de Santo André? Não necessariamente. Está dizendo que foi apenas de uma quadrilha truculenta, assassina que sempre fazia isso? Também não. Agora, nós temos que achar a saída disso. Eu só acho que é um exagero quando o meu amigo Senador José Jorge impõe tanta fragilidade ao Deputado Greenhalgh. Porque o Deputado Greenhalgh não foi ali no momento isolado na vida de Advogado Criminalista, ele tem uma história na luta pelos Direitos Humanos. Ele andou esse Brasil de ponta a ponta, defendendo Direitos Humanos, vítimas de assassinatos, familiares que queriam esclarecimentos de crimes, presos políticos, todo tipo de luta digna e correta ele fez. Ele foi designado pela Comissão Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para acompanhar aquilo. E lamentavelmente, eu acho que o erro dele, Senador Antonio Carlos, foi um conceito de tortura, que não foi o conceito que ele usou. Ele usa um conceito clássico, inquestionável que é o da Organização Mundial de Saúde. Ele usou aquela tese que tortura tem que pisar nos pés, tem que deixar olho roxo, um conceito grosseiro de tortura que não se usa mais. E aí ele enveredou por essa interpretação e gerou dúvida quanto à análise que ele fez do acompanhamento criminal. Então o meu entendimento, é que na figura humana, ética, a história de vida do Deputado Greenhalgh, não permitem que ele possa ser fragilizado em sua biografia por ter essa opinião. Eu não quero ter uma opinião formada disso, antes de ter uma conclusão renovada, não é a anterior não. Porque eu me deixo aberto, eu prefiro não aceitar, também como outros Senadores, as conclusões da polícia que foram feitas. Eu quero novas, porque esse caso impõe novas conclusões. Agora, eu não quero ter essas conclusões antes da Polícia, antes dos Peritos, antes do Ministério Público todo, porque eu não me sinto com autoridade técnica suficiente para ter uma opinião formada. E eu acho que assim nós devíamos caminhar em relação a esse quadro aqui na CPI. A pergunta que eu faria ao senhor é o seguinte, houve uma reunião da sede do Instituto de Criminalística em São Paulo. O Dr. Delmonte estava, o chefe do DHPP, Delegados do DHPP estava, Polícia Federal estava, e uns vinte dias após o assassinato. E inúmeros questionamentos foram feitos ao Dr. Delmonte. O senhor estava nessa reunião?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não, não estava.

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – Porque isso era importante. Porque foram questionamentos de Polícia para um Perito, de toda ordem, de todo tipo de dúvida que gerou a interpretação e o entendimento dos policiais. O Dr. Delmonte, foi decisivo ao prestar aqueles esclarecimentos. O Delegado que está vindo, deve... Que um deles estava, pelo menos, ele deve prestar que tipo debate ocorreu. Porque eu entendo que o senhor se prende estritamente no componente técnico no seu relato, no seu laudo. Isso merece mais auto-respeito de todos nós. Agora, quando nós assumimos a interpretação já de conclusões é que nós podemos estar cometendo equívocos. Aí eu prefiro aguardar essa nova investigação e preservar os respeitos. O Senador Flávio Arns**...**

*(Inaudível).*

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – De jeito nenhum. Eu acho que tem que ser revisto...

*(Inaudível).*

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) **–** Não, não dele eu não tenho uma boa impressão. Não tenho

mesmo, não consigo ter, talvez tenha a mesma impressão do senhor dele. Agora, eu não consigo me sentir ainda na condição de condenar já. "Foi ele que mandou matar". Eu não sei. Eu não quero dizer que foi ele matou, que mandou matar, porque aí eu já poderia estar cometendo uma injustiça, e não me compete. Agora, das fitas, eu acho que o Senador Flávio Arns ponderou muito bem. Elas têm que ser ouvidas na sua integridade, de maneira completa, do seu começo ao fim para que não pairem, peças que possam traduzir interpretação de crime ou de indução de proteção ao crime, quando algumas pessoas aí não merecem. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V.Exa. Dr. Paulo Vasques. Alguma consideração?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não, nenhuma.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Magno Malta.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Está querendo um aparte Senador Suplicy? Se for 30 segundos eu dou.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu gostaria de ler no momento que o Presidente considerar adequado. A notícia do dia 23 de janeiro de 2002, que deu margem às... Onde estão as declarações do Secretário da Segurança, do Diretor do Instituto Médico Legal para colocar isso e, inclusive, fazer uma pergunta a V.Sa. Mas se achar que isso puder ajudá-lo, faço antes, senão eu faço depois...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. permite?

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Eu dou a parte final para ele.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Tudo bem.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Sr. Presidente, senhores Senadores, Dr. Paulo, agradecido ter aceitado a convocação dessa CPI, estar conosco. As conclusões do senhor na matéria já no segundo, semana seguida da "Isto é", das provas da tortura, essas marcas do cano da pistola no corpo dele, como que tatuadas são provas mais... [soa a campainha]...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Solicitaria dos assessores, o pessoal da imprensa, por favor, solicito de V.Sa. que atente ao pessoal. Por favor, qualquer discussão pode ser feita lá fora, respeitando a palavra do depoente. Agradeço a V.Sa.

*(Inaudível).*

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Muito obrigado. Agradeço a V.Sa.

*(Inaudível).*

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu solicitaria da segurança que retirasse, por favor. Eu não vou interromper a CPI por desabafo de ninguém. Com a palavra o Senador Magno Malta.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – E o texto da "Isto é", com as fotos, as mesmas fotos que aqui foram exibidas, e aqui até um número maior de fotos, e essas queimaduras que são verdadeiras tatuagens do cano da arma no Celso, eu, desde que comecei a estudar o caso, entrar no caso, conhecer de perto a documentação, eu tenho minha conclusão e sempre tive desde o primeiro momento, de que o Celso realmente foi oferecido numa bandeja para ser morto e foi seqüestro, um crime sórdido, armado, trabalhado, para poder tirar a vida do Celso. A motivação ainda não é muito clara para mim, mas se inveja, se o Celso estava atrapalhando os planos de um grupo de pessoas que queriam assumir o comando do Município, que tinha sonhos com o Município e ele estava frustrando isso, ou se envolvia a questão da propina. A motivação é que precisamos encontrar. Agora, que está claro que ele foi seqüestrado, morto e torturado isso aí qualquer criança... Não precisa realmente o sujeito ter um curso de Legistas aqui agora, depois do que é posto tecnicamente, e das fotos que comprova isso. E diante disso, eu queria perguntar ao senhor que se no parecer expedido pelo senhor, o senhor exclui totalmente o adolescente, o "Lalo"? O adolescente que assumiu ter dado o disparo.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Sim. Totalmente.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Totalmente. Aliás, o "Lalo" está foragido, fugiu da FEBEM e já deu declarações lá aos monitores de que ele não atirou em ninguém e aí agora é importante a captura do "Lalo" para que tudo isso...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** O Dr. Delmonte comentava, quando ele acompanhou a reconstituição, que esse menor deve ter atirado em outra pessoa e não no Prefeito. Foi a frase que ele falou para os policiais que estavam investigando o caso.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Diga uma coisa, Doutor, em alguma literatura nacional ou internacional o senhor como Legista já encontrou o significado dessa... Do sujeito ser morto e vestido com a cueca invertida?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não... Eu já... Eu sou membro do Conselho Penitenciário de São Paulo, perguntei para vários Diretores do presídio, ne-

nhum deles confirmou esse fato. Alguns deles, tem um professor de Criminologia da Academia de Polícia, que ele acha que, sim, que é crime de vingança, relacionado a alguma coisa homossexual, mas eu não obtive nenhum dado que eu possa afirmar categoricamente que isso aí tenha alguma conotação ou pode ser como o próprio Dr. Tuma aventou a pessoa vestiu a cueca às pressas e... Então são várias hipóteses, e não dá para fazer nenhuma afirmação...

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Com relação à roupa dele...

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Com relação à calça, o Dr. Delmonte investigou e não havia aquela fragmentação de projétil e que tem nas coxas e no tórax.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) **–** Foi assassinado sem roupa?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não havia correspondência com a camisa. Então ele estava sem camisa e provavelmente sem calça quando provavelmente sem calça quando recebeu esses fragmentos.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Os disparos. Sim. Então, para mim não tenho muita coisa a perguntar ao senhor. Só quero uma última palavra do senhor. Então o senhor confirma, no seu laudo que houve tortura?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Sim.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Não essa tortura clássica, não essa tortura clássica, que o sujeito te aponta como disse o Senador Tião, você já está sendo torturado psicologicamente, isso aí é uma verdade. Mas ele foi torturado foi à vera, mesmo, na pancada, no chute, no empurrão, pancada mesmo pela nuca.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** E psíquica também, esse próprio tiro de esculacho é uma forma de tortura física e psíquica

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) **–** Ele foi torturado?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Foi torturado.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) **–** Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V.Exa. Senador Suplicy, peço à V.Exa. a leitura resumida, para que possamos iniciar os depoimentos seguintes. O Senador Tião já cobra de mim o início.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem. Mas acho que será importante se nós pudermos ter, Dr. Paulo Algarate Vasques a explicação de por que é que o Diretor do Instituto Médico Legal José Jarjura Jorge Júnior, o próprio Secretário de Segurança, Saulo Abreu, deram as declarações que eu aqui vou citar em matérias dos jornalistas Renato Lombardi e Yuri Peter, como sabem são jornalistas especializados na área da segurança, no jornal "O Estado de São Paulo", 23 de janeiro de 2002, portanto antes do 23 de fevereiro conforme consta o laudo. E com base nestas afirmações aqui, é que o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh falou o que foi registrado. Então vou dizer. Entre aspas: O Diretor do Instituto Médico Legal, José Jarjura Jorge Júnior disse nesta quarta-feira, que os exames dos Médicos-legistas não constaram sinais de tortura no corpo do Prefeito de Santo André, Celso Daniel. "Ele não foi torturado pelos seqüestradores. Os ferimentos encontrados pelos legistas no corpo foram de natureza leve". Jarjura acrescentou que só havia ferimentos graves provocados por tiros. "Um que fraturou a mandíbula e os outros que acertaram diversas partes do corpo". O laudo final deve ser concluído em uma semana. Segundo Jarjura, a necropsia mostrou que os seqüestradores de Celso Daniel devem ter encostado o cano de uma arma nas costas do Prefeito, empurrado seguidas vezes, provocando alguns hematomas. Um outro hematoma foi encontrado na coxa direita, pode ter sido um pontapé ou um golpe com pau, explicou o Diretor do IML. Num dos braços, havia uma leve escoriação, avaliou Jarjura. O Secretário da Segurança Pública, Saulo Abreu, perguntado se Celso Daniel fora torturado antes de ser assassinado declarou: "É subjetivismo. O que eu tenho é o que o laudo disse. Não cabe nem à perícia determinar isso". Saulo informou que o laudo está sendo preparado pelo IML e deve responder a todas as perguntas dos familiares e amigos do Prefeito assassinado. "Orientei os legistas a não terem pressa porque é preciso eliminar todas as dúvidas". O Diretor do IML explicou que o laudo preliminar não tem nenhuma afirmação que possa levar à conclusão de tortura antes da morte. "Não sei de onde tiraram essa versão". O documento indica que Daniel foi morto com tiros de calibre nove milímetros e as balas acertaram as costas, provocando ferimento fatal. O rosto, o pescoço e uma das mãos – e daí vem, uma palavra do Deputado Federal Luiz Eduardo Greenhalgh – O Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que acompanhou a necropsia, também negou a possibilidade de Daniel ter sido torturado. "Não percebi sinais de tortura". Afirmou. Para o parlamentar a hipótese só poderia ser levado em conta, se o corpo estivesse escoriações generalizadas ou queimaduras. Fecha aspas. Então, gostaria apenas de aqui reiterar o próprio Luiz Eduardo Greenhalgh. Aqui vou ler só três linhas. Palavras dele. "Não tenho compromisso com o erro. O meu compromisso é com a verdade, embora eu não esteja alinhado com a opinião pública, até agora considero mais con-

sistente o resultado da investigação que acompanhei pessoalmente referindo-se àquela". Então, eu pediria ao Dr. Paulo Vasques se puder nos informar. Houve o diálogo do senhor e do Dr. Delmonte com o Dr. Jorge Jarjura Jorge Júnior, de maneira que ele pudesse no dia 23 de janeiro, um mês antes desse laudo, fazer esta afirmação com a convicção que fez?

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não, não tive nenhum diálogo com ele.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** E/ou com o Dr. Saulo Abreu

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Também não.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** –- Para que ele fizesse naquele período? Estamos aqui três dias depois do seqüestro e morte.

**SR. PAULO ALGARATE VASQUES –** Não sei se o Dr. Delmonte teve. Não posso falar pelo Dr. Delmonte. Mas eu não tive nenhum diálogo, e desde que eu conversei com o Delmonte ele sempre considerou o caso como tortura.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V.Exa, agradeço ao Dr. Paulo pela sua presença, pelo convite que recebeu da CPI, que são, sem nenhuma dúvida as informações importantes, solicitando de V.Sa. que seja colocado as cópias desses laudos à disposição da CPI. Nós agradecemos a V.Sa, as imagens também que deixaremos aí com o nosso Secretário Augusto. Agradeço a V.Sa. e já dando seqüência ao nosso trabalho eu convido para fazer parte da Mesa o Dr. Edison Remigio de Santi, e o Dr. José Pinto de Luna. O Dr. Santi é Delegado do Departamento de Investigações Criminais de São Paulo, e o Dr. José Pinto de Luna é Delegado de Polícia Federal. Já agradecendo.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a possibilidade de obter uma cópia do referido laudo com as fotos, porque encaminharei ao Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh,para que ele conheça...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Estarão à disposição da CPI. V.Exa. terá acesso a todos para que possa... Concedo a palavra ao Dr. Edison Remigio de Santi, Delegado do Departamento de Investigações Criminais de São Paulo. V.Sa. tem a palavra.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Com a licença do Presidente dessa Comissão, demais membros nobres Senadores, meu nome é Edison Remigio de Santi sou Delegado titular da 2º Delegacia de Roubos da Divisão de Investigação de Crimes Patrimoniais do DEIC. O DEIC é Departamento de Investigações sobre Crime Organizado de São Paulo. Queria esclarecer aos senhores que Celso Augusto Daniel, foi seqüestrado na noite do dia 18 de janeiro de 2002 e encontrado morto em Juquitiba, uma pequena estradinha de terra, no dia 20 de janeiro de 2002. Foi criada na época uma Força Tarefa composta pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa de São Paulo, que ficou incumbido, através do seu Inquérito Policial respectivo, de investigar o homicídio de Celso Daniel. Com o apoio da Polícia Federal designada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. O Delegado Seccional de Taboão da Serra, na época dos fatos, hoje Deputado Estadual em São Paulo, Dr. Romeu Tuma Júnior, também compôs a Força Tarefa, haja vista que o corpo de Celso Daniel foi encontrado na região onde ele comandava a Polícia Civil. Nós do DEIC tivemos uma informação 10 dias depois, informação que chegou a mim diretamente, através do Vice-presidente de uma emissora de rádio de São Paulo, que apesar das trezentas e tantas denúncias levadas a efeito através do "disque denúncia" da Secretaria de Segurança Pública, uma denúncia vinda, dirigida diretamente àquela emissora poderia ter algo a ver com o fato, o seqüestro e morte de Celso Daniel. Fui até a emissora, ouvi a denunciante e através da informação prestada por ela, comuniquei ao meu Diretor, Dr. Godofredo Bittencourt que poderíamos ter alguma... Algum progresso na identificação dos autores desse crime. O Delegado-Geral foi comunicado e nós passamos a fazer parte dessa Força Tarefa, a partir de então. Houve uma reunião no Departamento de Homicídios, onde ficou estabelecido que o Departamento de Homicídios iria continuar investigando o homicídio, a morte de Celso Daniel. A Polícia Federal, por sua vez, iria investigar os contratos e empresas com a Prefeitura de Santo André. E o DEIC iria investigar os indivíduos da favela Pantanal, pois a denunciante trouxe ao conhecimento dessa autoridade policial que a quadrilha da favela Pantanal, comandada pelo "Monstro", estaria ligada ou teria ligações com o seqüestro. Então nós os incumbimos através do Inquérito Policial, de formação de bando e quadrilha de identificarmos os indivíduos da favela Pantanal, ladrões comuns que passaram a fazer seqüestros, tanto é que alguns cativeiros foram descobertos naquela ocasião, na própria favela. Então, a favela Pantanal, divisa de São Paulo com Diadema, na região Sul de São Paulo, era tida como um ninho de seqüestradores. Por várias vezes o DEIC fez operações em dias alternados, para a descoberta de cativeiros naquela favela isso anteriormente, ao "Caso Celso Daniel". Bom, com a incumbência de identificar os indivíduos, os bandidos da

favela Pantanal, nós conseguimos depois de um ano de investigação, conseguimos colocar atrás das grades 26 bandidos. 26 indivíduos ligados ao líder que era temido, ninguém falava o nome dele na favela, que era o Ivan Rodrigues da Silva, de apelido "Monstro". Desses 26 presos, três foram presos pela Polícia Federal e 21 presos por nós do DEIC. Um pelo DHPP, Departamento de Homicídios, um pela Delegacia da área e um pelo Batalhão da área. Na época dos fatos nós comunicamos, numa reunião que tivemos no Departamento de Homicídios onde estava presente o Dr. Luna, Delegado da Polícia Federal, colocamos, expusemos lá os nomes dos nossos suspeitos, apelidos, nomes e fotografias. Tanto é que dois irmãos, o Andrelisson(F) e também... O Rodolfo Rodrigues dos Santos Oliveira e o Andrelisson(F) dos Santos Oliveira seriam originários de Itabuna, e provavelmente como estavam foragidos da favela poderiam ser encontrados em Itabuna. E como a Polícia Federal, tem base em todos os Estados, eles conseguiram isto, em localizar inicialmente o Andrelisson(F) lá em Itabuna, o irmão, que não teve participação no "Caso Celso Daniel". Mas estava fugido para lá juntamente com o irmão e também com o outro autor do delito que era o Itamar Messias Silva dos Santos. Inicialmente a Polícia Federal prendeu o Andrelisson(F), que estava com prisão temporária decretada por ser integrante da quadrilha e não por envolvimento no "Caso Celso Daniel". Posteriormente prendeu Itamar e também o "Bozinho", Rodolfo Rodrigues dos Santos Oliveira, retornando da Bahia. Foram presos na cidade de Aparecida aqui em São Paulo. Estavam na posse de uma submetralhadora e outra arma, que também usaram essas armas no crime. O DEIC, nós conseguimos identificar um adolescente infrator Wellington Coelho Rodrigues, de apelido "Kit", esse menino teve participação apenas no roubo de um veículo. Um veículo Blazer, da cor verde que foi exatamente o carro roubado. Esse carro ele emprestou para outro indivíduo que é o Marcos Roberto Bispo dos Santos, o "Marquinhos". O "Kit" não participou, ele roubou a blazer emprestou para a quadrilha. Bom, Prosseguindo. Nós do DEIC, depois da prisão do Itamar e do "Bozinho", pela Polícia Federal, os dois confessaram na sede da Polícia Federal, a participação de ambos no seqüestro e morte de Celso Daniel, inclusive, com detalhes, com a riqueza de detalhes, os dois deram a mesma versão sobre o fato, de que realmente foram praticar um seqüestro, um seqüestro comum, e que erraram o alvo. Então, eles foram ouvidos, confessaram na Polícia Federal, depois confessaram no Departamento de Homicídios, na presença de três Promotores de Justiça que acompanhavam o caso, e até do representante do parlamento, Deputado Federal Luiz Eduardo Greenhalgh. Prendemos o "Marquinhos", Marcos Roberto Bispo dos Santos que era procurado, foragido de Minas Gerais dentro da favela Pantanal. No DEIC ele confessou que teria sido convidado, mas negou a autoria do crime, mas no DHPP, quando foi colocado frente a frente com o Itamar e o "Bozinho" acabou confessando a participação. Prosseguimos o nosso trabalho. Identificamos o José Edson da Silva, José Edson me chegou a informação desse José Edson, por telefone. Nós fizemos uma diligência no final de semana, a casa estava abandonada no Capão Redondo, Zona Sul de São Paulo, quando da prisão do Itamar e Rodolfo Rodrigues dos Santos Oliveira. Fui à sede da Polícia Federal, mostrei a fotografia e eles afirmaram. Esse é o Edson que é integrante da quadrilha. Na segunda-feira eu divulguei a foto à imprensa porque ele estava foragido de São Paulo. O Delegado de Vitória da Conquista, na segunda-feira à noite, após assistir a reportagem pela televisão, fez contato conosco no DEIC, e informou que esse indivíduo estava preso em Vitória da Conquista. Ele foi preso, quando tentava praticar um roubo, estava acompanhado de outro indivíduo que posteriormente soubemos tratar-se do Elcid(F) de Oliveira Brito, o "John". O José Edson na ocasião, em que os policiais baianos tentaram prendê-lo, além de atirar contra os Policiais Civis, jogou uma granada nos policiais, que não morreram porque a granada não explodiu, e ele entrou com nome falso em Vitória da Conquista. Foi identificado no outro dia viajei para a Bahia e curiosamente o Delegado de Vitória da Conquista, ele teve o cuidado, apesar de distante dos fatos, de não ter totalmente informações do "Caso Celso Daniel", acabou ouvindo em declarações José Edson, na Bahia, e lá ele já deu a mesma versão que os demais. Cheguei na Bahia e trouxe o José Edson para São Paulo, aqui ele confessou, o que já havia confessado na Bahia e no dia seguinte levou-nos até o adolescente infrator, Laércio dos Santos Nunes, de apelido "Lalo", esse menino foi apreendido e os dois confessaram a participação de ambos no caso. Eles eram responsáveis pelo cativeiro, foram os responsáveis pela execução de Celso Augusto Daniel. Tomamos o cuidado de que: Primeiro o José Edson nos levou até o sítio em São Lourenço da Serra, onde teria passado o Celso Augusto Daniel. Depois o menor, o adolescente também levou uma outra equipe nossa ao mesmo sítio para ver se os dois iriam nos dar a mesma posição e foi exatamente o que aconteceu. Então, chegamos ao número de participantes, no seqüestro e morte de Celso Daniel, o número de oito. Sendo sete maiores de idade e um adolescente infrator, que curiosamente tomamos conhecimento, na semana passada, que estaria fora-

gido. Eu pensava que ele já tinha cumprido os três anos de internação, previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas ele estava em liberdade assistida ainda e não retornou ao Juizado Da Vara Da Infância e Juventude para marcar a sua presença, o seu comparecimento e agora é tido como foragido. Então essa foi a participação do DEIC, em um ano de investigação. Posteriormente prendemos o Ivan Rodrigues da Silva. O líder da quadrilha. No dia 5 de junho, num trabalho de investigação ele havia fugido para Bahia, depois retornou a São Paulo, esse indivíduo que já era procurado pela Justiça, condenado por um crime de roubo, voltou a São Paulo e voltou a fazer aquilo que ele sabe. Ou seja, seqüestro. Nós conseguimos monitorar um telefone celular que era usado por ele. Esse telefone foi trocado por ele duas vezes, mas, nós tivemos sorte. E descobrimos que o Ivan Rodrigues de Silva, naquela época, estava com uma criança seqüestrada, um garoto de 11 anos. Conseguimos numa manhã de terça-feira, no dia cinco de junho, se não me engano, descobrimos que o Ivan, naquela exata manhã, ele havia seqüestrado mais uma pessoa. E ele marcou um encontro numa favela Pavão, que fica ao lado do centro de treinamento do São Paulo Futebol Clube, na Barra Funda. Nós cercamos essa casa na favela, e conseguimos prender o "Monstro". Indagamos imediatamente a respeito, falei para o Ivan: "Ivan, eu sei que você tem uma criança seqüestrada e preciso libertar essa criança". Ele olhou para mim e falou: "Infelizmente a casa caiu. Vou levar o senhor ao cativeiro. Mas não tenho uma vítima só, tenho três vítimas no mesmo cativeiro, doutor. Uma, seqüestramos hoje de manhã e acabamos de levá-la para lá". Nos dirigimos até o Município de Santa Isabel onde o "Monstro" nos indicou a casa, que era monitorada por um casal, Reginaldo Godoi(F) Guimarães e a mulher dele, com quatro filhos, e num dos quartos, ao estourarmos esse quarto, três vítimas sendo um menino de 11 anos e dois jovens. Um deles havia sido seqüestrado naquela manhã. E libertamos essas três vítimas. Estavam sendo negociadas as suas liberdades, a quadrilha que inicialmente pedia, quinhentos, um milhão de reais, quinhentos mil, fechava depois por vinte mil. Era uma quadrilha de seqüestro rápido e de seqüestro de baixo valor. Para os senhores terem uma idéia, uma das vítimas eles seqüestraram, erraram a vítima. Era para seqüestrar o filho de uma grande serralheria em Diadema e seqüestraram um funcionário. Nem assim, nem errando o alvo. Eles libertaram o rapaz. A família oferecia dois mil e quinhentos reais para libertar esse rapaz, mas, eles queriam chegar pelo menos nos dez mil reais. Esse rapaz estava totalmente ensangüentado, dentro daquele quarto, as roupas marcadas de sangue, de tanto que ele apanhou do Ivan Rodrigues da Silva e de seus comparsas. O menino de 11 anos havia sido seqüestrado juntamente com a mãe. A mãe foi libertada, cinco dias depois, porque o pai dele estava com a perna quebrada e não podia correr atrás do dinheiro, inicialmente trezentos mil reais. Mas estavam fechando em vinte e oito mil reais, para libertar mãe e filho. Como o pai não podia correr atrás do dinheiro, libertaram a mãe. E o Ivan, no telefone, aí que nós percebemos o tamanho da violência que essa quadrilha empregava, ele mandou libertar a mãe para que ela corresse atrás do dinheiro. Mas, expressões utilizadas por ele, para um outro comparsa, o "Mancha", "Mancha" não tem nada a ver com Celso Daniel. "Mancha" passa agir com o "Monstro" depois de Celso Daniel. "Liberta a mãe. Mas antes, arria o pau nela, porque se ela não correr atrás desse dinheiro, nós vamos fazer a mesma coisa menino". E o jovem, "Macarrone", era empresário do comércio de veículos, na divisa de Diadema com São Paulo, foi seqüestrado naquela manhã. Chegou no cativeiro e foi igualmente espancado pela quadrilha. Porque era uma prática comum. Bom, libertadas as três vítimas, "O Monstro" foi ao DEIC, "Monstro" confessou a nós sua participação em 18 seqüestros. E mais quatro homicídios. Um dos homicídios, foi um bandido que ele matou na Região do Jardim Luz, que é onde fica a favela Pantanal, pelo simples fato que o bandido não querer que a irmã do "Monstro" habitasse naquela favela. A irmã dele é Policial Militar da ativa. Então o bandido falou: "Nós não queremos policial aqui na favela ela vai ter que mudar". Ele falou: "Não quem vai mudar é você". E... "Pum", matou na hora. Esses crimes ele confessou quatro homicídios, confessou 18 seqüestros, levou-nos a um cativeiro com três vítimas. No caso do cativeiro com três vítimas, ele já foi julgado e condenado a 75 anos de prisão. Então, eu quero deixar bem claro aqui. É uma quadrilha de ladrões comuns, que passaram a fazer seqüestros. Uma quadrilha não tão organizada como seqüestradores estrangeiros que arrebata a vítima, coloca em cativeiro e negocia e tem o tempo livre de fazer a negociação. Uma quadrilha que, primeiro, transmite, trata as vítimas com o máximo de sofrimento possível, porque depois nos contatos com os seus familiares vão fazer com que essas vítimas, exponha o sofrimento que estão passando para que as famílias possam agilizar o pagamento do dinheiro exigido por tais quadrilhas. Então essa é a participação de DEIC na investigação. Foram oito indivíduos que tiveram participação efetiva no caso Celso Augusto Daniel. Todos deram a mesma versão. Jamais falaram em crime de mando, e olha, nós conversamos, eu particularmente conversei com o Ivan Rodrigues da Silva,

durante seis horas seguidas porque é normal. Além da oitiva formal, a conversa, o olho no olho, porque nós traçamos aí o perfil do criminoso. Eu trabalho no DEIC, eu fui repórter policial antes de ser Delegado, eu trabalho no DEIC há quatorze anos. Então, esse perfil, na conversa no olho no olho, no cara a cara, é muito importante para a gente traçar o perfil do criminoso. Eu perguntei: "Ivan, por que matar?" Ele falou: "Doutor, nós chegamos na favela Pantanal após o arrebatamento, choveu de viatura na favela porque foi rastreado o telefone do Prefeito". Esse indivíduo que não tive contato com ele, o Sérgio Gomes da Silva, ligou para o celular do Prefeito, e depois na própria Delegacia houve uma outra ligação. Cantou a Estação Rádio Base do celular do Prefeito, exatamente na região da favela Pantanal. Então várias viaturas civis e militares foram para aquele local. Mas Celso Daniel já tinha sido tirado da favela. Foi transportado da Blazer, no interior da favela, para o veículo Santana, que era roubado, também. E o José Edson levou ao cativeiro. Logo após o seqüestro, uma emissora de televisão divulgou o seqüestro de Celso Daniel. Foi a única, naquela mesma noite E isso começou a apavorar os seqüestradores. Palavras deles próprios. "Choveu viaturas na favela. E vimos que estávamos, com uma bomba nas mãos". Segundo o "Monstro", no dia seguinte ele ligou para o José Edson da Silva e mandou soltar o Prefeito. "Solta o homem que estamos com uma bomba". Sem saber quem estava na mão. Para os senhores terem uma idéia, o José Edson e o "Lalo" decidiram pela execução do Prefeito, porque acharam que futuramente ele poderia reconhecê-los. 13 dias antes do seqüestro e morte de Celso Daniel, José Edson da Silva e Laércio Nunes dos Santos, foram à Região do 51º Distrito Policial, que é ali no Rio Pequeno, e tem um local onde homossexuais, os travestis fazem ponto. E um travesti, estacionou o veículo dele lá. Era uma Audi. Porque a quadrilha era assim. Passava um carro uma Audi, pensava assim: "Bom, esse deve ter pelo menos vinte, trinta mil reais para pagar de resgate". Se a família não tinha dinheiro na hora, deixava o carro no estacionamento de um shopping, a família ia pegava o carro e vendia, para depois pagar o resgate exigido. Eles cresceram os olhos, se interessaram pelo veículo Audi e seqüestraram o travesti e o levaram, o nome desse travesti era Adir, e o levaram para o mesmo cativeiro de Celso Daniel. Ou seja, levaram o homossexual para o cativeiro, onde exigiram dele dinheiro para a sua liberdade. E segundo palavras deles próprios, o travesti explicou-lhes que havia chegado recentemente da Itália, não tinha parentes aqui em São Paulo, nem amigos e ele teria de ser libertado para pagar os três mil reais exigidos por eles. E sabe o que eles fizeram? Levaram para uma estradinha de terra, da Rodovia Régis Bittencourt, um pouco mais adiante onde o Celso Daniel foi seqüestrado e executaram o travesti, com três tiros. Tiros disparados tanto pelo José Edson da Silva, quanto pelo adolescente, o Laércio Nunes dos Santos. Então, 13 dias antes, mataram porque não queriam ser reconhecidos. No dia 20 de janeiro executaram, apesar de terem recebido a ordem de libertação. Então, "O Monstro" nos esclareceu tudo isso. Ele falou, "Dr. eu não tenho o que esconder"...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor confia no "Monstro", tranqüilo, tranqüilo... A todas as informações que o "Monstro" está dando. O que é que ele disse ao senhor, o que investigaram sobre a Blazer? Porque como abriu, como não abriu? Qual foi a conclusão da Polícia? Está dentro do crime.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Excelência, certo. Isso aqui, com relação à Blazer, a Blazer foi usada por eles para arrebatar a vítima. O senhor queria se referir a Pajero? Pajero. Porque isso parece existe aqui. [tumulto]

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O automóvel onde estava Celso Daniel, dirigido por Sérgio Gomes da Silva.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Excelência só para complementar, sei que me alonguei demais aqui...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Já foi a outros crimes...

(tumulto).

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Presidente. Não seria bom a gente permitir ele terminar a exposição...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – A senhora não se preocupe. Eu estou fazendo a pergunta... V.Exa. vem pouco aqui, não conhece a dinâmica da nossa CPI...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Normalmente as pessoas expõe

(corte na gravação).

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Tem sido normal. Então, como V.Exa. se referiu ao seqüestro que foi utilizado, o que nós queríamos assim, eu acho que foi a maior dúvida que ficou em outros depoimentos aqui. A questão da Pajero, como foi? Era um carro blindado? Na opinião de V.Exa.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu só gostaria, Sr. Presidente, também de dizer, claro esclarecer a questão levantada por V.Exa, mas para mim, no caso, está sendo extremamente elucidativo e a relação que o Delegado está fazendo com crimes cometidos

em outros Estados. Acho que dá um apanhado bastante claro para a gente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não, Senador, eu não estou duvidando, eu estou deixando ele falar a verdade, eu estou fazendo uma pergunta no meio da investigação. Porque para mim a maior dúvida que existe...

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Não, é que havia sido mencionado, que ele estaria fazendo menção a outros crimes. Eu acho que esta menção a outros crimes, é fundamental para a nossa compreensão do caso em questão, também. Porque nós estamos tendo o panorama da ótica policial...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Tudo bem, eu fiz a pergunta e gostaria que V.Sa. se referisse a ela para um esclarecimento...

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Perfeitamente, Excelência. Ele esclareceu-nos o seguinte: O José Edson da Silva, trabalhou no CEASA em São Paulo. E o José Edson da Silva, levantou uma vítima para ser seqüestrada, que era um comerciante do CEASA, e no dia teriam perdido na seguida, da Dakota Vermelha, e reuniram-se na Região lá da Zona Sul e decidiram fazer o primeiro importado que passasse. Essa foi a versão que todos deram, não só o "Monstro". E primeiro veículo que passou, foi a Pajero. Seguiram, tentaram fechar, deram vários tiros no veículo que era blindado. Aí, tocou a sirene. Desistiram. Pensaram que era viatura Policial, pararam mais à frente, viram que não eram viatura, e voltaram. No que voltaram, a primeira porta que abriu foi a do passageiro, já arrebataram, o Prefeito Celso Augusto Daniel. Um dos integrantes, o Itamar Messias Silva dos Santos, tentou conforme ele mesmo confessou, tentou arrancar o motorista que era o Sérgio Gomes da Silva, mas ele teria se atracado com o volante e não foi retirado do veículo e aí eles levaram o Celso Daniel até a favela Pantanal. Levaram uma pessoa só. E foi essa versão que ele nos deu. E daí da favela Pantanal, ele foi transportado da Blazer verde que era roubada e depois foi queimada, para o veículo Volkswagen Santana Azul, que também era roubado na Região de Diadema, e esse veículo levou, conduziu o Prefeito no porta-malas até o sítio, onde ele ficou em cativeiro, e depois foi abandonado na Região de Taboão da Serra. E só para concluir, Excelência, se o senhor me permitir, naquele contato com o "Monstro", primeira coisa, ele esclareceu o seguinte: "Doutor, se tivesse um mandante, o crime, o senhor jamais me prenderia aqui em São Paulo. E principalmente trabalhando. Porque se o senhor monitorou o meu telefone, o senhor pode observar que ontem eu não tinha cinqüenta reais para pôr de crédito no meu celular". E exatamente no dia anterior eu havia, porque eu mesmo fiz essa censura telefônica, essa interceptação. Eu monitorei o telefone. E ele falou: "Se tivesse um mandante, jamais eu voltaria para São Paulo e o mandante iria me sustentar a mim e a minha família pelo resto da vida. Se o senhor verificar hoje, nenhum de nós tem Advogado contratado". Como não tem. O único que apresentou Advogado quando o Excelentíssimo Senador Suplicy esteve em São Paulo para oitiva dos envolvidos, foi o Elcid(F) Oliveira Brito o "John", que tinha uma Advogada nomeada por um Juiz. Então, nenhum deles tinha Advogado. Essa era a finalização da minha exposição aqui, Excelência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Dr. José Pinto. V.Sa. tem a palavra.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Muito boa tarde, senhores Senadores e senhora Senadora. Eu ratifico aí totalmente o que disse o Dr. Edison de Santi. Eu e o Dr. Marcelo Baltazar Sabadin nós entramos na investigação a pedido... Por determinação do Sr. Ministro da Justiça, e eu não sei de onde, na época eu não sabia de onde que partiu essa determinação, de quem foi essa indicação, posteriormente nós ficamos sabendo, foi por indicação de um Agente de Polícia Federal que conhece o Presidente Lula. E ele disse que quem poderia auxiliar bem nessas investigações, seriam os dois Delegados que já tinham trabalhado nos casos de homicídio. E indicou tanto o meu nome como do Dr. Marcelo Sabadin Baltazar. Nós fomos a São Paulo, eu tinha acabado de chegar... Eu estava lotado em Brasília na época, eu tinha acabado de chegar...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Só para ficar claro, quem é que indicou o nome dos Delegados?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Segundo o que eu sei o Partido dos Trabalhadores.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) **–** Quem indicou o nome dos Delegados que deveriam...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim. Eu e o Dr. Marcelo Sabadin, aí nós passamos a integrar, formamos uma equipe e fomos para São Paulo. Eu tinha acabado de chegar em Brasília, era lotado aqui, e tinha acabado de chegar em São Paulo, onde estava auxiliando no seqüestro do Washington Olivetto.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Só para ficar bem claro, o Partido dos Trabalhadores através de qual porta-voz? Quem seria a pessoa do partido?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Eu não sei informar. Eu sei que chegou o meu nome e o nome do Dr. Marcelo ao Sr. Diretor-Geral. E ele determinou que a gente fosse, que eu fosse a São Paulo, Dr. Marcelo já é lotado em São Paulo, e que a gente procedesse as investigações.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor mencionou o Delegado Baltazar também?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** É. Marcelo Baltazar Sabadin... Marcelo Sabadin Baltazar. Esse é o nome dele.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Que é da Polícia Federal. E que fez a segurança do Presidente Lula?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, não é esse. Esse Baltazar é o outro. É o Superintendente de São Paulo. Hoje o Dr. Marcelo Baltazar é responsável pela Delegacia de Crimes Contra o Patrimônio em São Paulo, da Polícia Federal. E diante daquele cenário, nós resolvemos ir a Santo André e conversar com o porteiro do prédio lá do Celso Daniel. Quando nós argüimos o porteiro sobre o apartamento, sobre o *modus vivendi* do Celso Daniel, nos identificamos como Policiais Federais, ele pediu um momento e passados aí uns 10 ou 15 minutos, chegaram aí... Hoje o Deputado Professor Luizinho, chegou o Deputado Estadual parece que Siraque, o nome dele, argüindo a gente, o que a gente estava querendo ali, se nós tínhamos Mandado. Então ali já teve uma certa animosidade. Vamos dizer: "Não, espera aí, nós não vamos entrar em apartamento, não vamos entrar em lugar nenhum, nós queremos conversar com o porteiro aqui. E se precisar de Mandado para conversar com o porteiro, para ser entrevista a coisa já fica difícil". Aí, fizemos a nossa entrevista e eu achei por bem pedir a censura do telefone da Prefeitura de Santo André. Fui eu que pedi a censura do Gabinete. E por que é que eu pedi essa censura?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pediu a censura ou a oitiva?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não a interceptação telefônica, sendo mais claro. Nós chamamos de censura, também. Então pedimos a quebra de sigilo e a censura das ligações telefônicas. E por que é que nós pedimos isso? Porque a primeira pessoa que se locupletou, no meu ponto de vista, partindo de uma investigação clássica, primeira pessoa que se locupletou da morte do Prefeito foi o Vice-prefeito, que ele assumiu. Então, a primeira pessoa que se beneficiou daquele evento foi esse. Então, eu fiz essa solicitação. A interceptação não foi legal, porque o Juiz foi alertado e foi comunicado, foi o Juiz do DIP que deu essa interceptação, o Dr. Maurício Lemos Porto, eu liguei para ele e disse para ele o porquê estava pedindo aquilo ali. Só que eu não estava na base, porque sou um Delegado de campo. Tanto eu quanto o Dr. Marcelo Sabadin. A colega de escritório, na hora de fazer a solicitação, colocou no ofício o jargão, já está... "A fim de investigar crimes – acho que foi nestes termos aí – sob entorpecente...", porque a investigação estava sendo feita no escritório da DRE de São Paulo, Delegacia de Repressão ao Entorpecente, então saiu o ofício nesse termo. Mas o Juiz ele sabia, que aquele número era da Prefeitura de Santo André, bem como os outros números censurados, ele sabia de quem se tratava. Os especialistas da Polícia Federal, os analistas, eles individualizaram os telefones que mereciam censura. Dentre eles o do Ivan, que é o "Monstro". Então, a investigação nossa estava correndo *pari passu*, com o da Polícia Civil. Então nós tínhamos o telefone do Ivan também censurado. O Dr. Edison de Santi ele saiu primeiro na investigação. Ele que chegou primeiro à favela Pantanal, ele que chegou todo aquele pessoal e nós falamos pro Sr. Diretor-Geral, na época o Dr. Agílio Monteiro Filho, que a Polícia Civil já estava à frente das investigações e estava no rumo certo. E por que é que era a nossa conclusão, que estava no rumo certo ali a favela Pantanal altamente incriminada? Porque foi rastreado o telefone logo após o seqüestro, o telefone da vítima foi rastreado. E nós fizemos esse percurso. Tão logo o Prefeito foi seqüestrado, a gente tinha dúvida. Ele entrou na via Anchieta ele desceu à esquerda, ou ele desceu à direita sentido Santo André. Ele poderia ter descido e ido para a favela do Heliópolis. Quem conhece São Paulo sabe que descendo ali a via Anchieta à esquerda, você chega na favela do Heliópolis. Se você virar à direita, vai sentido Santos e chega. Pode ir a Santos ou Diadema, Grande ABC, e as antenas que foram dadas nesses telefonemas, possibilitou o rastreio da ligação. A primeira ligação caiu no lado da Mercedes Bens na Paulicéia, na Vila Paulicéia. A segunda ligação, que houve a provocação do telefone, a segunda ligação caiu no centro de Diadema e a terceira ligação, salvo engano, já caiu dentro da torre da favela Pantanal. Então ali nós tínhamos o trajeto que ele fez. E o que possibilitou isso? Alguém deu a informação para o COPOM, que é o Centro de Operações da Polícia Militar, o telefone do Celso Daniel. Pelos extratos, acredito, já faz muito tempo, não tive acesso aos Autos, mais recentemente, as ligações foram feitas pelo Sérgio, o vulgo "Sombra", e pela Polícia Militar, salvo engano também, ela foi provocando o telefone da vítima para dar a localização. Isso possibilitou esse rastreio. Aí aquele local para nós já estava altamente incriminado, que seria ali o local do cativeiro. A gente tinha que ali poderia ser o cativeiro. Posteriormente, essa Blazer, tinha uma Blazer que foi queimada dentro da favela, essa Blazer foi levada para o IC e lá no IC, se determinou que seria mesmo, pelas cores, pela aquilo lá... Que seria aquela Blazer. O que possibilitou a prisão das primeiras pessoas que fomos nós que prendemos, a Polícia Federal? A nossa agilidade,

como disse o Dr. Edison de Santi de deslocamento. A Polícia Civil, para ela conseguir uma passagem aérea, pelo menos naquele tempo, até se deslocar tem que passar por um monte de coisa. Nós não, nós é mais fácil, "olha dá um PTA que eu estou indo para Ilhéus. Você me recebe aí". E nós localizamos lá, o tal do André "Cara Seca". É o vulgo do irmão do "Bozinho", eu conheço as pessoas só por vulgo porque eu fui até certa parte da investigação. E lá nos prendemos em Vitória da Conquista, nós prendemos o André "Cara Seca" que era o irmão do "Bozinho". Trouxemos ele a São Paulo, ele negou veementemente o crime mas, ele disse que o irmão dele sim, tinha participado disso junto com o Itamar. Posteriormente, aí nós retornamos à São Paulo, uma equipe ficou em Salvador naquela região. Foi detectada o deslocamento do Itamar e do "Bozinho" para São Paulo. Por que é que foi detectado esse deslocamento? Porque nós censuramos um telefone público dentro da favela e pegamos uma ligação de uma pessoa comunicando com ele e delimitamos o trajeto. E nós prendemos tanto o Itamar, como o Rodolfo Rodrigues que é o "Bozinho" dentro de um ônibus. Eles estavam vindo de Camaçari. Então eles estavam seguindo esse trajeto, conseguimos prender eles em Aparecida do Norte. Eles foram levados até o Departamento de Polícia Federal, na Superintendência, nesse meio do trajeto eles já falaram, aquele velho jargão que o Dr. Edison usou, "A casa caiu, nós não queremos apanhar, sem esculacho", que é na linguagem que o pessoal fala mesmo não é, "Ta, aconteceu, foi isso mesmo, fomos nós mesmos que participamos e tudo". Com o Itamar foi apreendida uma submetralhadora e com o Rodolfo Rodrigues, o "Bozinho" foi apreendida uma pistola nove milímetros. Isso se chama princípio da oportunidade, na hora que o ladrão quer falar, na hora que o autor quer falar. E esse momento não se pode perder porque o papel ele é frio. Quando se põe uma coisa no papel conforme o Código de Processo Penal, você está cumprindo toda a determinação legal. Agora, nós da Polícia Federal, principalmente eu falo por mim, eu costumo filmar todos os interrogatórios que eu faço de caso de repercussão. E nesse caso não foi diferente. Eu filmei a confissão tanto do Itamar, como do Rodolfo Rodrigues e a fita está aqui, vou deixar à disposição dos senhores Senadores, e ela fala por si só o depoimento deles. Então a fita está aqui, tem o depoimento das duas pessoas, claro, limpo, transparente, não tem eles apanhando, tomando tapa, não tem nada disso. Tem falando, tomando água falando com espontaneidade. Aqui a confissão deles realmente do que aconteceu naquele dia do seqüestro do Celso Daniel até onde que o Itamar participou junto com o...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, eu já quero apresentar o requerimento para que a CPI como um todo, possa assistir à fita. Acho que vai ser extremamente elucidativa a confissão na hora, no ato da confissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Na hora que precisar, se desejar os senhores Senadores passaremos a ver a fita imediatamente.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então, como nós iniciamos as prisões e o DEIC, ele começou a avançar nas investigações também, porque a prisão do Edison lá em Vitória da Conquista, que também foi onde nós prendemos o André "Cara Seca", se deu logo após essas prisões. O Departamento de Polícia Federal saiu do caso. Mas antes disso, antes da nossa saída do caso, nós tivemos reuniões com Delegados do DHPP, com o pessoal do DEIC, com o pessoal com a seccional de Taboão da Serra, onde o Dr. Tuma Júnior era o seccional, e as nossas investigações têm que ter coerência. A gente sempre lidou com coisa lógica, a gente não pode fugir daquilo que está sendo óbvio e ululante. Quando falaram que tinha sido achado um Santana em Taboão da Serra, com cabelos brancos que poderia ser de Celso Daniel, ora, eu estou engajado aqui em uma linha de investigação que não aponta esse Santana, ali naquele local. Ora, por que é que seria aquele? Perguntamos o ano do Santana. "Que ano que é esse Santana?"; "Ah 89"; "Não, não é esse Santana que foi usado. O Santana é modelo novo. Já está aqui. Eu nem vou lá". E de fato não era mesmo o Santana que foi usado. E posteriormente nós da Polícia federal, localizamos a Santana, localizamos a vítima do Santana e aqui o Itamar ele narra como ele roubou esse Santana. E tivemos uma reunião com o pessoal do IC, e com os senhores peritos e até com o Médico-legista também o Dr. Delmonte. Eu não guardei esse nome dele, e ele mostrou-se na ocasião um excelente profissional. Ele falou com propriedade todas as argüições que nós fizemos. O que é isso, porque daquilo, praticamente ele foi submetido a uma sabatina. "Olha, porque isso, porque aquilo..." E eu argüi ele em vários pontos. E qual não foi minha surpresa, quando ele falou no Programa do Jô Soares, do negócio do Celso Daniel estar com a cueca invertida, estar com a cueca no avesso. Entendeu. Isso era uma teoria minha. Porque quando eu peguei o laudo, eu olhei, salvo engano, a cueca dele devia ser azul ou branca, e estava com a etiqueta para o lado de fora na lateral. Olhei e falei: "Isso aqui está no avesso". E perguntei... Ele falou: "Não tinha percebido isso". O Médico-legista, se ele tivesse vivo e ele tivesse aqui, ele poderia comprovar isso, nós poderíamos fazer uma acareação. Ele falou:

"Não, não tinha percebido isso"; "Ele trocou de roupa?; "Não, não tinha sinais". Ele tomou banho?"; "Não, não tem sinais de...". Aí falou que tinha sinais de fezes líquidas. Falou sobre a sexualidade do Celso Daniel do que ele tinha constado, e ele foi bem elucidativo. Falou dos fragmentos na perna, aquela equimose que ele tinha na perna, ele falou que ali seria em virtude do disparo ter chamuscamento de pedra, ali ao lado, e do queixo quebrado também. Eu perguntei: "Que isso? Foi torturado? Teve isso?"; Ele falou: "Não. Isso aí ele era alto. Provavelmente foi por uma queda, como ele era alto ele caiu". Isso foi palavra dele.

*(Inaudível).*

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não. Porque a reunião foi na sede do IC, uma reunião longa, inclusive, tratava sobre a Blazer, seria aquela Blazer...

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – Tinham quantas pessoas Dr. Luna? O senhor sabe dizer mais ou menos.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ah, tinha umas de quinze à vinte pessoas...

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – Que podem confirmar esse tipo de diálogo...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim. O Dr. Domingos Paulo Neto estava, o Dr. Marcelo Sabadin estava, o Dr... O Diretor do IC, Dr. Moreira estava, entendeu. Então estava todo aquele pessoal ali. Parece que o Dr. Celso, que era o Diretor da Polícia Científica inteira do Departamento Técnico parece que estava também nessa reunião. Então o perito foi...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Na sua opinião, por que é que ele teria mudado a versão?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aí vai uma coisa bem subjetiva. Então aí eu vou partir para o campo subjetivo e tal qual a gente tem com alguns colegas nossos, que às vezes, se sente colocado em segundo plano dentro da administração, alguma coisa se rebela contra a administração em si. Então, eu, no meu ponto de vista bem subjetivo, pode ter sido isso que tenha acontecido. Porque se ele tivesse aqui presente, eu falaria com ele essa situação dessa coisa. E acabou que cueca não estava invertida nada. Nada daquilo. Porque se alguém usa a tal da cueca Hering, vai ver que a etiqueta é para fora mesmo. Eu mesmo fui induzido a erro naquela situação. E depois ele usou isso... Não estava. Então quem tiver acesso ao laudo que tiver ali vai ver isso que eu estou falando. Então, nesse ponto...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O legista hoje mostrou a cueca invertida.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, no meu laudo que eu vi, estava a "etiquetinha", salvo engano, do lado direito ou esquerdo tem a "etiquetinha" da Hering. Foi isso que formou aquela premissa e é isso que eu tenho para mim. Então, se pegarem o laudo completo que tiver ali vai ver essa fotografia...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor contestou alguma vez isso? No decorrer, em alguma entrevista, alguma afirmação o senhor contestou que não havia essa inversão dessa...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, porque eu saí do caso. Para mim foi uma surpresa quando ele...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas mesmo assim o senhor nunca comentou, nem contestou que a versão que dava da cueca inversa não era verdadeira?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, porque...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Só isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então...

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Luna, eu acho até irrelevante essa coisa da cueca, para elucidar o crime, eu acho que... O laudo que ele foi morreu sem roupa e foi torturado e depois vestiram nele, necessariamente não tinha que tirar a cueca. Eu acho isso uma bobagem. Agora, as fotos mais próximas mostram a costura, porque a costura quando você inverte uma cueca, a costura que fica para dentro realmente ela sobra e ela é grossa, realmente. E é essa que está para fora.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Bom, aí teria que se pegar um modelo e dar uma olhada...

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Não, não as fotos mesmo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim, tá. Eu fiz essa premissa, eu formei essa premissa, é questão de olhar, pegar o modelo, porque eu tenho para mim a situação específica, desse caso específico porque tinha passado batido...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Independente da cueca, a questão dos elementos da tortura, o Delmonte, nesta reunião onde tinha mais pessoas, ele levantou esta questão ali na hora? Porque pelo que eu entendi o senhor colocou que o problema na perna poderia ter sido tiro de uma pedra que resvalasse, e a questão do queixo, a queda. Então, é isto que o Delmonte levantou ou não?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Senadora Ideli, eu argüi o Médico-legista nessa situação da tortura. Eu argüi bem ele, a respeito do que eram aqueles elementos. E o laudo não tinha saído ainda. E por que é que salutar a gente ter essa conversa antes com os peritos? Porque ao laudo demora pra sair. É uma coisa corriqueira. Porque o laudo demora para sair. E

lá naquele momento nós perguntamos para ele tudo isso. E ele disse...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Para efeito de investigação é importante ter, mesmo antes do laudo, os indícios de por onde vai rumar a investigação, é isso?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim, eu trabalhei muito tempo...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) **–** Por isso que tinha que fazer mesmo antes do laudo esta questão.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim. Em caso específico que a gente já trabalhou, nós acompanhamos a autópsia por quê? Para saber que projétil que foi usado, qual foi a *causa mortis*. Então, a gente acompanha ali para sair na frente já nas investigações. Entendeu? Então foi isso que aconteceu. Posteriormente, veio a tese de que a coisa poderia ser ali política, ter tudo isso, e os autores não diziam a respeito disso, que a coisa teria sido política. Então, qual era a única possibilidade da coisa, no nosso ponto de vista, da coisa ter realmente caminhado para esse fim? Ter um mandante, ter isso aí? Nós precisaríamos voltar a investigação. Poderia estar isso compartimentado das pessoas que nós prendemos. Então nós precisaríamos prender as outras pessoas. E nós pedimos uma reunião com o Dr. Gilberto Carvalho, para que fosse solicitado novamente que a Polícia Federal entrasse no caso. E essa reunião que nós tivemos com ele foi lá no escritório do PT, ali perto do Museu do Ipiranga onde que era a base dele, e ele falou que iria fazer um requerimento solicitando que a Polícia Federal retornasse ao caso novamente. Mas aí houve as prisões efetuadas pelo Dr. Edison de Santi...

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas vocês pediram a Gilberto Carvalho por quê? Qual era a função dele na... Por que vocês falaram com ele?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Porque, veja bem, havia interesse da equipe, da minha equipe voltar à investigação...

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas qual era a função do Dr Gilberto Carvalho na época?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele poderia usar o poder político dele, para que a Polícia Federal voltasse ao caso. Porque o nosso inquérito saiu e foi para o DHPP, entendeu? Então ele poderia falar: "Olha, fala lá com o (?) pudesse ser feito isso"...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Em que ano correu isso, 2003?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, não. No calor dos fatos ali, um pouco antes da prisão do "Monstro". Porque nós estávamos sabendo que o "Monstro", ele continuava seqüestrando as pessoas...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – 2002?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Isso.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) **–** O Gilberto Carvalho não estava no Governo ainda?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, não estava. Ele estava na campanha do...

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – E ele era da Prefeitura de Santo André.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Santo André.

**SENADOR TIÃO VIANA** (PT – AC) – Chefe de Gabinete do Prefeito.

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Vocês falaram com ele em São Paulo?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Em São Paulo.

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na sede do PT?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Do escritório eleitoral do Lula. Fica ali próximo da...

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – No comando da campanha do Lula?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Isso.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Mas isso aí, Senador José Jorge, isso é elementar. Porque ele era Chefe do Gabinete do Celso.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Secretário de Governo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então, a grosso modo foi isso que nós apuramos, se o senhor me perguntar assim: E o Dionísio? E o helicóptero? E a fuga do presídio? Eu não posso informar nada, porque isso eu não investiguei. Até onde eu investiguei são esses os fatos, essa reunião que nós tivemos, a prisão dos dois, tanto do Itamar como do "Bozinho" que foram as pessoas diretas ali no seqüestro. O trajeto nós fizemos...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Doutor, houve alguma conclusão da Polícia Federal nesse período até onde foram?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, porque o nosso inquérito não teve relatório...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Por que não houve da parte da Polícia Federal a procura, por exemplo, ao Governador do Estado ou o Presidente da República para voltar ao caso, e sim o Dr. Gilberto? Porque vocês tinham sido indicados pelo PT, não é?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim. Porque é uma coisa política a nível federal. Então a Polícia Civil, coisa Estadual, Polícia Federal...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas o Dr. Gilberto não era da Polícia

Federal, não tinha nenhuma ligação com o Governo Federal...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O PT não estava no Governo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E V.Sa. para voltar foi pedir ao Dr. Gilberto...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Esse pedido... Entenda assim como uma sugestão. Nós estávamos bem...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Mas o senhor falou.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então desculpe... Foi uma coisa... Como é que eu posso dizer? Havia o interesse particular da equipe em seguir nas investigações. Só que eu tenho chefe, tenho superiores. E ele determina. Olha, o inquérito foi para a Polícia Civil...

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E o que foi que o Dr. Gilberto Carvalho disse? Ele disse que...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele falou que ia fazer um requerimento, que tão logo tivesse uma resposta...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Fez esse requerimento?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** (?) fez. Eu não sei...

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas depois vocês não voltaram mais?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, nós voltamos porque a investigação evoluiu. Porque nós estávamos preocupados com as outras pessoas que estavam seqüestradas em cativeiro, porque o "Monstro" ele continuava seqüestrando. Nós não sabíamos da interceptação do Dr. Edison Santi, nós estávamos com ele na linha, praticamente com o "Monstro" interceptado, com o Ivan, e nós estávamos vendo tudo aquilo lá. Olha, ele passou uma certa ocasião, a gente monitorando ele, ele passou no parque Villa Lobos, em São Paulo ele passou com o carro dele e falando com outro: "Olha quanto torro aqui". "Torro", na linguagem dele, é a pessoa seqüestrável, que tem dinheiro. "Olha quantos torros aqui". "Olha que coisa linda, olha aquela Mercedes, olha aquela Audi". Então era um perigo em potencial para sociedade, essa pessoa solta, nós precisaríamos prender. E nós sabíamos que ele estava com pessoas em cativeiro. Por uma oportunidade, nós quase prendemos ele numa loja de *fast food* na Avenida Cupecê, e ele conseguiu sair fora da gente. Outra situação, ele saiu correndo do pessoal anti-seqüestro sem saber e escoriou todas as costas. Isso, nós pegamos pelo nosso áudio. Então, de repente, como a Polícia Federal é voltada praticamente à repressão a entorpecente, o homicídio nós não temos uma Delegacia apropriada de homicídio, e nós trabalhamos sob atribuições e competência. Então, um crime desse não é atribuição da Polícia Federal e competência da Justiça Federal para processar e julgar, e sim da polícia... O inquérito ele foi levado lá para a Polícia Civil...

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, e o Deputado Greenhalgh, ele acompanhava a investigação?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Acompanhava *pari passu* as diligências, e, inclusive, nós não admitimos, em momento algum interferência dele. Ou de quem quer que seja na nossa investigação. Tanto é que houve, vamos dizer, pequenos atritos tanto com o Deputado Greenhalgh como aqueles Deputados que foram ao local lá na casa, do apartamento do Celso Daniel. Então, nós estivemos no apartamento do Deputado Greenhalgh onde o Dr. Marcelo teve até uma discussão com ele...

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quem é o Dr. Marcelo?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Dr. Marcelo Sabadin Baltazar era o outro Delegado que auxiliava aqui na nossa investigação. Ele é uma pessoa mais explosiva e eu sou uma pessoa mais calma. A gente faz um...

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas por que qual era a discussão? Qual era o tema?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, no momento que achava olha: "Vocês tem que fazer isso, fazer aquilo..."; "Não, nossa investigação, nós temos que prender esse pessoal..."...

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele queria interferir?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** É. Quem manda na investigação somos nós. E segundo o Dr. Marcelo Sabadin o Deputado Greenhalgh queria aparecer na mídia. Então ele queria fatos. E a gente não podia... "Olha, hoje nós vamos lá para Itabuna, prender fulano de tal". Se fala isso o camarada não vai estar mais lá...

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que ele estava mais preocupado com a mídia do que com a investigação?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** É a gente tinha esse medo (?)...

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Pela Ordem, Sr. Presidente. Eu queria propor a V.Exa. que o Dr. Luna terminasse a gente começasse a lista.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ele está concluindo Senador.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Senador Malta, nós temos o pedido de passar a fita que eu acho que ela é absolutamente elucidativa. Tendo em vista as informações...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu já determinei à assessoria, que assim que estivesse pronto... Ele está me pedindo ali mais cinco minutos. Mas se quiser eu suspendo até que fique pronto.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O que eu quero deixar claro aqui é que nós fomos investigar, a Polícia Federal foi investigar nesse ponto específico que eu participei investigação de um seqüestro. E aqui a gente não estava investigando aí o esquema de corrupção, tudo isso, muito embora isso tenha aparecido e os senhores têm a fita aí, as fitas que foram gravadas, são fitas que depois houve até uma Busca e Apreensão dentro do escritório do DRE, e aquilo lá causou um mal-estar para a gente, principalmente eu que era parte da equipe, e eu entendo que tem que ser separado o seqüestro com aqueles esquemas de propina...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas essa Busca e Apreensão foi da Polícia Federal?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Foi dentro da Polícia Federal, dentro da Delegacia de Repressão a Crimes e Entorpecentes. Então o Delegado titular de lá ficou muito decepcionado, então ele até se rebelou contra a nossa equipe. Ele falou: "Olha o problema que você está trazendo aqui para dentro da nossa Delegacia", Delegacia de Entorpecentes". Eu falei: "Olha eu estou fazendo a minha investigação. Se eu não tenho outro escritório para trabalhar, eu vou trabalhar aqui dentro". E... Mas a coisa foi solucionada. E as fitas foram arrecadadas. Mas em momento algum, o Dr. Maurício Lemos Porto, o Juiz do DIPO ele foi enganado no tocante às interceptações solicitadas. Não teve isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Dr. José Pinto de Luna, a assessoria pergunta a V.Sa. que a fita se encontra na metade. Se tem que rebobinar para ser do início?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Tem que retornar...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, qual o tempo de duração dessa fita?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Eu acredito que seja de uns 40 minutos, daí para mais, entendeu.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu também entendo que deva ser no final, a apresentação dessa fita... 40 minutos.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Eu ousaria discordar, tendo em vista...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) **–** E nós teremos a Ordem do Dia no plenário do Senado Federal.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Senador Álvaro, eu ousaria discordar, tendo em vista que as informações do acusado do crime no ato da prisão, portanto, sem qualquer tipo de... Possibilidade de manuseios. Seria absolutamente importante e relevante até para subsidiar as perguntas que nós temos a fazer—

[*tumulto*].

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu vou determinar que seja copiado a fita e distribuído para todos para que a gente...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas Senador Efraim, o senhor vai me desculpar, mas eu acho que esse tipo de procedimento, vai nos impedir de poder aproveitar a presença dos depoentes nesta tarde, com os elementos que estão na fita. Além do mais, esta situação acabou criando uma grande expectativa na opinião pública, para ter o entendimento do que é que efetivamente aconteceu. Alguém que foi acusado e condenado de ter sido o executor, um dos executores do crime, se tem uma gravação nada mais elucidativo do que isso. Portanto, eu entendo que não passar a fita é inclusive...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu vou passar a palavra para o Relator enquanto faz...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – –-É inclusive, não permitir que a opinião pública acesse dos mais importantes...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – A discordância Senadora, não é do Presidente. O Presidente já autorizou a passar... V.Exa. tem que discutir agora com os parlamentares que estão discordando da hora a ser passada. A Presidência já determinou que seja passada, há discordância Senador Álvaro, do Senador Magno, agora, quero dizer que eu vou conceder a palavra ao Senador Garibaldi Alves, que é o Relator, e logo que termina com a palavra o Senador Garibaldi, espero que os senhores Senadores com a Senadora, estejam chegado a um acordo. Com a palavra o Senador Garibaldi.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Sr. Presidente, só para colaborar com a Senadora Ideli no seguinte, acusados são todos. E quem assumiu os disparos foi o "Lalo", é o adolescente que não está nessa fita, é o que está foragido. Esse depoimento gravado pelo Delegado Luna, e eu não quero falar sobre o Delegado Luna agora, quero falar na hora da minha fala, que eu conheço bem e prestou um grande serviço ao meu Estado, esse Delegado, e acho do cuidado dele, só que não vejo problema nenhum de que essa fita seja passada no final. Até para nós ganharmos tempo. Até porque acusados são todos. E daí começa a Ordem do Dia e nós não temos como indagar...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Com a palavra o Senador Garibaldi. Eu solicitaria aos senhores Senadores...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Só para lembrar, Sr. Presidente, que eu próprio abri mão certa vez, de ouvir uma gravação muito importante...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas eu não tenho dúvida...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – A pauta, inclusive, no Senado está trancada. Nós teremos Ordem do Dia sem votação...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Nós teremos todo dia de hoje, para discutirmos essa matéria com a presença dos dois Delegados que aqui se encontram. Isso aí já facilita a questão em relação à questão de horário.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Então, deixa eu só entender Presidente. Nós vamos ter a fita sendo passada com a presença...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – No final senão houver o entendimento de V.Exa. com ela... Com os dois Senadores.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Com a presença ainda dos depoentes, para que se a gente quiser fazer alguma questão?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Evidente. Desde que haja a boa vontade dos dois depoentes de continuarem aqui. Senador Garibaldi Alves, V.Exa. tem a palavra, para depois tanto o Dr. Edison Remigio de Santi, como Dr. José Pinto de Luna. V.Exa. poderá se dirigir a qualquer um dos nossos dois convidados. E já antecipadamente eu agradeço a V.Sas. pelos depoimentos aqui prestados.

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de indagar dos senhores Delegados, Dr. Edison Santi e Dr. José Luna, qual a motivação do Inquérito Policial ter sido reaberto, quando parecia já concluído?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Excelência, uma coisa que até agradeço o convite, é uma honra estar aqui participando dessa CPI, na presença dos nobres Senadores, e queria esclarecer o seguinte, a imprensa tem falado muito que o caso Celso Daniel não está esclarecido. Não há dúvida por parte da Polícia Civil de São Paulo e do Ministério Público Estadual que os oito indivíduos, que foram presos na época da investigação realizada por nós, os oito executores de Celso Daniel são esses que estão presos, com o exceção do "Lalo" agora que não está mais agora recolhido em regime de apreensão na unidade da FEBEM. Então os executores de Celso Daniel são esses. Em um ano de investigação que nós trabalhamos, chegamos à conclusão da prática de um seqüestro com fins lucrativos. Um crime comum. Depois desse ano, passado esse ano, e que, inclusive, o Ministério Público acompanhou todas as oitivas, todas as investigações que foram realizadas, o Ministério Público está há três anos trabalhando em cima do mesmo fato. Eles ofereceram uma denúncia inicial de seqüestro com resultado, morte. Depois ofereceram uma nova denúncia, já incluindo Sérgio Gomes da Silva, como mandante do crime, porque eles têm uma informação ou uma suspeita, de que o crime pode ter sido encomendado, um crime de mando. Então, para provar que foi um crime de mando, eles solicitaram, inclusive, novas diligências que agora estão a cargo da Delegada Elizabeth Sato, que é uma Delegada titular 78° Distrito Policial, lá da capital e foi por solicitação do próprio Ministério Público à Justiça, para complementar diligências para que eles possam fazer a prova, a prova de que foi crime de mando, mas os executores não há dúvida, nem da Polícia e nem do Ministério Público e eles, inclusive, afirmam isso, que os executores de Celso Daniel são aqueles que nós identificamos e prendemos. O inquérito policial foi reaberto, as investigações foram reabertas para a conclusão de investigações para chegar a uma conclusão. Porque eles têm a suspeita de que o crime não foi comum e foi um crime de mando.

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Mas eu pergunto, os senhores ainda estão atuando no caso?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Atualmente está somente a Delegacia dos Bairros Jardins, porque a Delegada foi designada pelo próprio Delegado Geral de Polícia.

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O senhor nem o Delegado Dr. José Luna não estão mais...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Não, nem o Delegado do homicídio, que já esteve aqui presente, Dr. Armando. Hoje somente estão os Promotores de Santo André, Dr. Roberto Wider e o Dr. Amaro juntamente com a Delegada Elizabeth Sato.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Me permite, Sr. Presidente. É só para informar que quando a Comissão Parlamentar de Inquérito trabalhou em São Paulo, nas duas acareações realizadas, o Dr. Edison Santi bem como o Dr. Armando, estiveram presentes com o intuito até de cooperação e ali estiveram, acompanharam e chegaram a participar em alguns momentos, porque a CPI considerou importante ter a cooperação de todos que estão averiguando os fatos. Só para... E que estiveram e estão. Então, nesse sentido V.Sa. foi convidado a também estar cooperando. Só para lembrar.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Perfeitamente. Exatamente.

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Apenas para ficar bem claro, quer dizer que os senhores acham que... Despropositada a versão de que foi crime de mando?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Excelência, até onde nós investigamos, foram 12 meses de investigações, como eu já falei no início, 26 pessoas presas, uma quadrilha antes de Celso Daniel e depois de Celso Daniel, até onde nós chegamos e por todas as confissões e, inclusive, a prova material do dedo do Itamar na janela da Pajero, do Sérgio Gomes da Silva, até onde nós trabalhamos, crime comum. Porque é uma quadrilha de ladrões comuns, ladrões que passaram a fazer seqüestros visando o quê? Lucro. Visando extorquir a família dos seqüestrados. E não são seqüestros milionários. Quadrilha que começava em um milhão, quinhentos mil e fechava por dez, quinze, até vinte, trinta mil reais como eu já expus aqui no começo. Quadrilha de seqüestradores que foram e pegaram e se apavoraram quando viram a expressão, o tamanho do problema que eles tinham em mãos, que era o político de expressão como era Celso Augusto Daniel.

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas eles nunca ligaram pedindo nada?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Não. Não houve tempo, Excelência, porque tão logo eles arrebataram, levaram o Prefeito para a favela Pantanal, ali fizeram o transporte do Prefeito da Blazer para o Santana e do Santana para o cativeiro. O celular ficou com o "Monstro". Duas ligações foram feitas. Foi aí que foi rastreada a antena ERB onde estava localizado o celular. Logo depois, em seguida, na última edição do jornal, já foi divulgado por uma emissora de televisão em São Paulo o seqüestro do Celso Daniel. Algumas emissoras na época, nós tínhamos um número muito grande de seqüestros em São Paulo naquela ocasião, achavam por bem não divulgar crime de seqüestro para não colocar em risco a vida dos seqüestrados. Mas essa emissora publicou e as viaturas tão logo rastreou-se a ERB, Estação Rádio Base, de onde estava o telefone de Celso Augusto Daniel, várias viaturas foram para a favela Pantanal e com isso eles se assustaram, se apavoraram e não fizeram contato algum.

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas aí mataram? Não era mais normal eles soltarem do que matar, não?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Exatamente. O líder da quadrilha, Excelência, ele nos relatou o seguinte... Senador José Jorge, o líder Ivan Rodrigues da Silva, ele nos afirmou...[falha no microfone]

**SENADOR JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu quero pedir desculpas aqui ao Senador e dizer que eu não vou perguntar mais nada.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Ele nos afirmou que no dia seguinte, quando percebeu que o seqüestrado era o Prefeito Celso Daniel. E que no dia seguinte todas as emissoras de rádio e televisão já divulgavam, porque houve a divulgação à noite, ele percebeu que estava com um problema na mão, uma bomba nas mãos. Ele teria ligado para o José Edson da Silva, que era o responsável pelo cativeiro, e ordenado a liberação. E o José Edson decidiu executar o Prefeito, para não ser reconhecido no futuro. 13 dias antes, como eu havia feito aqui, ele havia feito a mesma coisa com o travesti, na mesma região. Esse travesti, o Adir, Passou pelo mesmo cativeiro de Celso Augusto Daniel e foi executado por quê? Porque não tinha nenhum familiar a quem recorrer.

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E o paradeiro do "Lalo"?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** O "Lalo", Excelência, eu pensei que ele já tinha cumprido o tempo previsto, o máximo de punição para o adolescente infrator, estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é de três anos. Eu pensei que ele já estava em liberdade. E curiosamente ele estava em Liberdade Assistida. Nem eu sabia disso. Nós tivemos apenas um contato quando nós o apreendemos, no dia em que trouxemos o José Edson da Bahia, aí ele foi colocado à disposição dos Promotores que acompanhavam o caso e do Departamento de Homicídios e depois disso nunca mais tive contato com ele. Sei que, procurado pelos Promotores Públicos, ele mudou de versão várias vezes. Mas com toda a certeza, o primeiro esclarecimento a respeito da execução do Prefeito foi dado a mim no DEIC, na presença do Representante do Parlamento, o Luiz Eduardo Greenhalgh, e eu nunca vi uma descrição tão pormenorizada, era um adolescente que não falava gíria, falava o português corretamente, era neto de um investigador de polícia aposentado e falecido, e ele deu descrições pormenorizadas da altura do Prefeito, da roupa que o Prefeito estava usando no dia dos fatos, descrições do cativeiro, da execução, porque o José Edson foi com ele até o local da execução, e no local da execução ele disse que recebeu ordem do José Edson e foi lá e executou o Prefeito com os tiros. Foi a descrição pormenorizada do "Lalo" nós do DEIC, a primeira, depois no Departamento de Homicídios, na presença dos Promotores ele confirmou a mesma versão.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) **–** Depois ele mudou, não é?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Depois mudou várias vezes, porque foi procurado, Excelência, pelo Ministério Público na FEBEM várias vezes. Parece que ele foi ouvido dez, doze vezes. Eu pedi uma audiência, para a Juíza da Vara da Infância e da Juventude, uma vez só, para poder falar com ele na FEBEM, e não me foi autorizado.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O estranho é que depois que mudou, sumiu.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Eu acho que ele está é com receio não é...

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Eu gostaria de perguntar o seguinte, onde o senhor está, esteve há pouco tempo o perito Dr. Carlos Vasques. Desculpe, Paulo Vasques. E sua senhoria sustentou a versão de que houve tortura.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Ah sim, o crime em si já uma tortura. É o crime que mais aflige, tanto o seqüestrado quanto os familiares...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB)**:**Esqueça o seqüestro. Fora o seqüestro. Ele sustenta após o seqüestro. Tortura após o seqüestro. O laudo que ele deixou aqui para a Comissão... Não discordando. Eu respeito a posição de V.Sa só para complementar... O Dr. Paulo disse que após o seqüestro, que já é uma tortura, após o seqüestro houve tortura. A tese que fala o Dr. Paulo.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Excelência, no interrogatório dos presos na Polícia Federal, no DHPP e do DEIC, eles confessam que a assim que arrebataram o Celso Augusto Daniel, eles tinham usado as suas armas de fogo, na ocasião. Efetuaram tiros na Pajero. Assim que arrebataram Celso Daniel, e o colocaram de forma violenta dentro da Blazer, deram com o cano da arma nas suas costas, deram coronhadas na sua cabeça, eles mesmos falam em seus interrogatórios. O Itamar, o "Monstro", o "Bozinho", houve violência no arrebatamento. E era uma quadrilha especializada em agredir suas vítimas também no cativeiro, como eu relatei no caso (?)...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas eu insistiria, me permita, o Relator, no caso da Pajero. Primeiro, porque destravou as portas, segundo pela experiência que tanto o senhor tem, como o Dr. José Luna tem, como é que se justifica uma quadrilha puxar uma pessoa, a outra está vendo, deixar dentro do carro a arma, celular e tudo mais, e o outro ficar. Ele não estava encapuzado? Quer dizer, como é que justifica a meu... Não consigo. Se eu fosse um marginal não deixaria o outro lá também não. A minha pergunta é: Qual a opinião do senhor em relação a isso?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** A opinião Excelência, eu vou expor aqui o que os próprios executores responderam na Delegacia, não só a mim quanto aos Promotores. Acharam que o Sérgio Gomes da Silva era o motorista do bacana. Foi essa a expressão que eles usaram...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas mesmo o "bacana" vendo a cara de "tudinho"?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Eles não se preocupavam em...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu não entendo é isso. Como é que o cara faz um arrastão desse, não tem tempo de pegar uma arma, de pegar um celular, e o cara vendo o outro, e segundo o depoimento aqui do "Sombra", ele disse que ficou segurando o Celso Daniel para ele não sair. Foi a informação que ele deu, está aqui nos anais da Casa. Quer dizer, o cara forçando, segurando, não levou um arranhão, uma pancada, um empurrão sequer o "Sombra"? O cara segurando para o outro não sair e não levou... O cara com revólver na mão, não deu uma pancada, não deu nada, deixou daí a pouco a mão afrouxou e levou o cara. Quer dizer, a polícia, claro que a polícia que tem que concluir isso, não nós. Essa é uma preocupação, que eu me lembro aqui, até de um gesto do Senador Suplicy, que fez se fosse com ele teria defendido...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Eu assisti [risos].

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ele é faixa preta.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Senador Magno Malta.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Senhor Delegado, eu... Me intriga muito e eu quero entrar na minha hora, é que o senhor tem muita contundência em afirmar sua linha, mas a sua linha só vale o que o marginal falou. Numa ladainha ensaiada e todos eles falaram a mesma coisa. Essa é a prova mais contundente, de que a coisa não é igual falou. O fato de que todos falaram a mesma coisa. E o senhor fala: "Não é o depoimento é o que eles falaram". Como o que eles falaram fosse a verdade. Não pode ser questionado. Nós estamos falando de bandido. E o que eles falaram pode ser questionado, sim. Em nenhum momento nós ouvimos a conclusão do senhor. O que o senhor pensa sobre isso, as suas conclusões como Delegado, a sua leitura, a sua ótica. O senhor fala assim: "Prendi o cara". E realmente o senhor está certo. Os oito presos são os envolvidos, mesmo. Agora, o senhor há de convir, por exemplo, que o arrebatamento de Celso Daniel e a versão do Sérgio é escatológico. É uma

versão escatológica. Só no dia do juízo vai acontecer isso, que um será levado e outro será deixado. O senhor contou alguns crimes, no começo, e disse que no mesmo lugar eles contaram que executaram um homossexual. Só porque eles foram vistos. A mesma lógica tinha que valer pro Sérgio. Eles foram vistos, eles tinham que executar ele. Aí já ficou contraditório. E o senhor colocou o crime exatamente para comprovar a sua tese. Agora veja, o... Como é o nome dele? O cara que disse que tentou tirar o Sérgio. O Itamar. O cara com uma máquina na mão que Itamar estava, na hora que ele pegou no braço do Sérgio era só ele botar a máquina na testa dele, que ele saía e saía se "mijando". Ele soltava o volante... Se a palavra for muito ruim tira aí, Sr. Presidente. Mas era isso mesmo que ia acontecer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu solicito da taquigrafia que...

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Tira o "se mijando".

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sairia com medo.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – É. Mas ia sair assim mesmo. Era só meter a máquina na testa dele. O cara ficou tentando tirar ele na mão, com a máquina na outra mão e fortemente armados para fazer um crime comum? E aí, doutor, eu com todo o respeito que eu tenho pelo senhor, e que raciocínio cada qual tem sua linha, e aqui já quero acrescentar o meu respeito ao Luna, porque o Luna é um Delegado brilhante da Polícia Federal. Prestou um serviço ao meu Estado, dos mais nobres na morte e assassinato do Advogado Marcelo Denadai, por obra de graça do crime organizado no Espírito Santo, mas é preciso para que haja essa complementação, Sr. Presidente, que o Delegado Tuma Júnior seja ouvido. Porque ele foi quem ouviu o Dionísio. E aí é importante ouvir sobre a fuga do Dionísio, a testemunha hoje que nós ouvimos. Como é o nome dele, Senador Suplicy?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Ailton Feitosa.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – O Ailton Feitosa, que saiu com o Dionísio, que foi para o aparelho com o Dionísio e que ouviu a conversa do Dionísio com as pessoas que chegaram, que prepararam seqüestro do Celso, e o Ailton ficou tomando conta da família do Dionísio e o Dionísio falou: "Olha eu estou indo. Eles não querem que eu vá mas eu vou. E nós vamos pegar o Prefeito de Santo André". Então, é possível que esses depoimentos não tivessem acontecido na época, como nós tivemos lá nos Três Tombos, e as pessoas que falaram conosco não falaram com os senhores, isso tudo é compreensível. O que nós ouvimos vocês não ouviram. A coisa veio vindo, veio vindo. Muita gente perdeu o medo. E eu imagino que o senhor fez uma conclusão em cima do que ouviu dos depoimentos, porque também não dispunha desses elementos que têm hoje. Esses elementos que tem hoje são novos, por exemplo, eu ouvi "N" pessoas com o Senador Suplicy, nos Três Tombos, que jamais falariam com ninguém. Uma testemunha que viu aqui a poucos metros, de uma sacada há poucos metros. "Olha, botaram o Celso, um voltou entrou no banco de trás, da Blazer, e saiu com um pacote". E a Blazer é um carro muito fácil de se entender, uma vez travada só abre a do motorista. O motorista abre a de todo mundo. A Pajero. Ele abre a de todo mundo e todo mundo não abre a dele. Todo mundo não abre a dele. Ele pode abrir de todo mundo e continuar com a dele travada. E a dele continuou travada. Então por isso que é um arrebatamento escatológico. Um será levado e o outro será deixado. Era só botar a máquina na cabeça, porque o motorista... Se eles são ladrões comuns, de pequenos furtos, tinha que pelo menos tomar a carteira do cara, tinha que pelo menos tomar o relógio do cara, tinha pelo menos tomar o celularzinho do cara... Mas, não. Não levou nada, o cordão, ficou armado, ficou de celular, ficou com a carteira. Exatamente. Então, eu imagino que esses elementos não estavam ali. Agora, uma coisa é correta, e há que se louvar. Os elementos presos são esses mesmos sobre o comando do Dionísio. Por isso doutor é que eu tenho a conclusão e essa é a conclusão do Ministério Público, há uma testemunha que está sob proteção que o carro dele estancou de medo, alguns metros em cima do morro, eu estive na casa dele com o Senador Suplicy, ele falou: "Meu Deus, eu tenho vontade de morrer, quando eu escuto essa versão de que foi crime comum. Porque eu estava com o meu carro estancado sem conseguir ligar me deu uma alegria nas pernas e eu não saia do lugar, e vendo o que eles fizeram com o Celso, com o outro assistindo. Levaram o Celso embora e outro ainda ficou alguns minutos dentro do carro telefonando e depois saiu".

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Magno o aparte de V.Exa. foi concedida...

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) **–** Ah, foi um aparte?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Foi. Não está no tempo de V.Exa. ainda. Senador Garibaldi.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) **–** Eu concedo um aparte a ele, então.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Agradeço a V.Exa, Senador. Senador Ga-

ribaldi, V.Exa. O primeiro orador é o Senador Álvaro Dias, depois Senador Magno Malta, em seguida a Senadora Ideli, depois Senador Eduardo Suplicy, Flávio Arns, José Jorge e o Senador Romeu Tuma.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita, Senador Garibaldi, em virtude do que disse V. Exa....

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – A palavra está com o Senador. Se ele conceder o aparte nós teremos o maior prazer em ouvir V.Exa....

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É muito breve. A pergunta que naturalmente resulta desta reflexão. Dr. Edison Santi, o senhor mencionou que o Itamar disse que tentou agarrar o Sérgio Gomes da Silva e este se agarrou no guidom e por isso ele desistiu de levá-lo...

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Ele falou isso na presença de V.Exa.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim. Mas eu até estou aqui porque me lembro que em nenhum momento Sérgio Gomes da Silva, que foi perguntado inúmeras vezes aqui a respeito, ele não mencionou que tivesse ido. E foi aqui solicitado para descrever tudo que ocorrera com ele e Celso Daniel. E este aspecto não... Ele não confirmou. Então não fez referência.

**SENADOR ÁLVARO DIAS** (PSDB – PR) **–** Então é grave, então é grave.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Foi exatamente a dúvida que eu levantei aqui ao Dr. Edison de Santi, exatamente. Porque a reação... O que está escrito aí, se eu não me engano e V.Exa. talvez confirme, é que ele ficou segurando o Celso Daniel pelas mãos até arrebatar o dele, segundo informação. Mas não levou nenhum um empurrãozinho, não levou nenhuma pancada. Nós vimos aqui uma coronhada na cabeça do Celso. Mas dele não. Nele não era para tocar.

[*inaudível*].

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – BA) – Mas Senador Garibaldi. Agradeço o esclarecimento de V.Exa.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Desculpe a interrupção. Quando o senhor esteve em São Paulo, estivemos juntos com a Dra. Elizabeth, Dr. Armando, V.Exa, o Itamar disse isso naquela ocasião, que ele tentou arrancar de dentro da Pajero o Sérgio Gomes da Silva. Isso está gravado pela TV Senado.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas, o Sérgio não contou isso, não se lembrou disso—

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Entendi. O Presidente aqui já tinha me alertado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Por isso que surgiu a minha dúvida no depoimento. Senador Garibaldi.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O Sr. Gilberto Carvalho afirmou nesta CPI, que a condução inicial do inquérito tratou de investigar as pessoas próximas ao Prefeito Celso Daniel. O que causou muita apreensão entre os que trabalhavam na Prefeitura. O que motivou a mudança de rumo das diligências?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Excelência, o Departamento de Homicídios que foi o órgão designado para investigar a morte de Celso Daniel na época, ele não tinha elementos nos primeiros dias para dirigir a sua investigação. Então, qual é a primeira providência que um órgão da Polícia vai tomar para iniciar essa investigação? Vai ouvir os parentes, os amigos, as pessoas mais próximas do Prefeito. Porque com a morte de Celso Daniel, conturbou, todo mundo ficou pasmo. "Como é? É um seqüestro e vai matar a vítima?" Então o Departamento de Homicídios começou a trabalhar em cima das pessoas que tinham ligações de amizade, ligações profissionais com o Celso Daniel. Eu acho que isso talvez tenha causado uma preocupação. Por outro lado a Polícia Federal passou a investigar as empresas que tinham contratos com a Prefeitura de Santo André. Nós do DEIC ficamos com os ladrões da favela Pantanal que viraram seqüestradores. Entendeu?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor sabe dizer se os adversários políticos também foram procurados para depoimento?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Eu não posso dizer. Quem pode responder é o... Não sei.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Porque é uma lógica, não é? Se procura os amigos também os adversários, principalmente adversários políticos porque poderia ser de algum interesse político. Poderia. Já existem outros casos. Eu, por exemplo, tenho um caso de que na minha terra de que um primo meu foi assassinado, e foi exatamente o Vice-prefeito. Se o Vice-prefeito foi ouvido, e tal, etc. São coisas que a gente, às vezes, tenta chegar pelos dois lados, evidentemente.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Perfeitamente.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Existe um fato material de posse desta CPI, que indica a formação de uma quadrilha que seria formada por auxiliares da Prefeitura e por empresários. Isso não foi considerado em nenhum momento do inquérito?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** No nosso inquérito de bando e quadrilha. Nós tratamos exclusivamente de identificar esses criminosos da favela Pantanal. Sabemos que investigações foram levadas a efeito pelo próprio Ministério Público do Município de Santo André.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E essas torturas não poderiam ter sido feitas, realizadas em função de que desejava-se obter do Prefeito informações, se dizia que o Prefeito estava com um dossiê denunciando uma quadrilha na Prefeitura?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Pode, perfeitamente. Eu acho já uma resposta um tanto quanto subjetiva. Mas podem ter sido feitas, no sentido de ou exigir dinheiro ou exigir alguma informação. Isso não pode ser descartado, também.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Mas não há indício no inquérito?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Até onde nós chegamos, Excelência, o crime foi um seqüestro com a vítima errada. E aí se apavoraram com o tamanho do problema que tinham em mãos, porque toda a imprensa divulgou, que a Polícia Federal ia investigar, o DEIC, O DHPP, a PM e eles se apavoraram com o problema que tinham em mãos.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E sobre o Sr. Sérgio Gomes da Silva? Não há indício no inquérito de que ele teria sido o mandante?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Excelência em momento algum, pelo menos no DEIC, no nosso inquérito de bando e quadrilha, os ladrões ou indicaram ou disseram conhecê-lo ou indicaram como mandante do crime. Apenas deram a versão do seqüestro do alvo errado e que depois culminou com a morte do Prefeito Celso Augusto Daniel.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Nem diante da estranheza do fato de ele ter ficado incólume, conforme já foi frisado aqui pelo Senador?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Falaram, eles falaram. Fizeram um comentário. Ele amarelou na hora.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) **–** Ele amarelou?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Disseram, "Na hora lá ele amarelou".

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – O senhor ouviu o Sr. Sérgio Gomes da Silva?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Não. Ele foi ouvido pelo Departamento de Homicídios e eu não tive contato com essa pessoa.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Eu pergunto: Os senhores acham, então, que não havia motivos para a reabertura do Inquérito Policial?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Excelência, durante um ano de investigações, com 26 pessoas presas nós chegamos a conclusão, como eu disse anteriormente, os executores foram identificados e presos. Todos deram mesma versão, depois desse ano o Ministério Público está há três anos trabalhando em cima desse caso porque eles têm certeza que os executores são esses. Mas eles têm uma linha de investigação de que foi crime de mando.

**SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – E as sete mortes que ocorreram depois do assassinato do Prefeito?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** O Dr. Armando que esteve recentemente aqui nesta CPI, inclusive, conversando com ele há poucos dias, a maioria dessas mortes já está esclarecida. Crimes comuns, num grande centro urbano, pessoas tiveram com algum contato com os envolvidos do fato e que a maioria desses crimes já teria sido esclarecida por aquele departamento especializado. Inclusive, recentemente um comentarista da TV Globo Arnaldo Jabor – acabei de falar ao Presidente – fez um comentário a respeito de que sete testemunhas haviam sido executadas. Não são sete testemunhas do caso, são pessoas que eventualmente tiveram algum contato com os envolvidos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Mas no caso especial do garçom, havia algum envolvimento do garçom com essa quadrilha?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Não, não foi apurada nada a respeito disso.

*(Inaudível).*

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Nem isso, Senador, a morte dele parece que, inclusive, já está esclarecida pelo DHPP.

**SR. SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, não estou discutindo as investigações, mas, a relação, por algum motivo ligados ao fato. Circunstancial.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Eu não entrei nessa apuração.

**SR. SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Porque cada um dos processos foi apurado em separado, cada morte?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Exatamente.

**SR. SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Elas não se carrearam para o mesmo processo de apura-

ção. O Ministério Público é que está seguindo uma linha diferenciada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Na análise de vocês, concluíram, descobriram quem matou o Prefeito e, a partir daí, encerraram. O Ministério Público é que está avançando na outra hipótese. Até porque não se investigou a questão da provável quadrilha, como colocou o Senador Garibaldi, da máfia que usava recursos da Prefeitura, que arrecadava recursos de empresários. Isso tudo está fora do contexto que vocês analisaram.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Exatamente. Esse tipo de investigação foi realizado pelo Ministério Público de Santo André. Todos esses problemas atinentes à Prefeitura, à Administração Municipal de Santo André...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Que V.Sa. concorda que a história da Blazer, de abrir só a porta do Prefeito, da Pajero, a Blazer ficou na cabeça. Da Pajero, de abrir só a porta do Prefeito, de não tocarem no "Sombra" por hipótese nenhuma, dos telefonemas, o senhor me disse que têm tem toda a quebra de sigilo telefônico do "Sombra", e o senhor lembra quantos telefonemas o "Sombra" fez e para quem ele telefonou primeiro?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Não, não. Quem fez esse tipo de trabalho foi o Departamento de Homicídios, nada ao DEIC.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Não existe essa quebra. Eu acho que aí cabe ao Relator solicitar que essa quebra de sigilo telefônico a CPI. Poderemos encaminhar hoje para aqui aprovar e amanhã solicitarmos essa quebra das figuras que nós vamos nominar.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Talvez o Ministério Público possa suprir essa sua necessidade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O senhor lembra quem foi o primeiro telefonema que fez o "Sombra"? Se a memória ajudar.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O primeiro telefonema foi para a PM. O primeiro telefonema foi para a PM e o COPOM, que é o Centro de Operações da Polícia Militar, ela tem essa fita. Eu acredito que isso esteja até nos autos que nós fomos até o COPOM solicitamos lá a gravação. Caiu uma pessoa dizendo que estava havendo um tiroteio e, logo em seguida houve um telefonema, me parece, do Sérgio para a Polícia Militar de São Paulo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Perfeito.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E os dois seguintes, Sr. Presidente. Os dois telefonemas seguintes, V. Exa. no seu raciocínio, o primeiro para o COPOM, 190. O segundo e o terceiro para quem? Só para ajudar V.Exa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. não sabe?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu não sei, Sr. Presidente, mas eu estava querendo ajudar à pergunta de V.Exa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V.Exa. não sabe?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu não sei. Quem sabe o Dr. Edison Santi possa nos revelar, se ele souber.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Eu sei que foi feito um telefonema para o celular da vítima.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Do Celso?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim. E para a PM... Segundo o capitão que nos atendeu, ele disse que no dia lá, tinha a gravação, o Sérgio dizendo, dando notícia do seqüestro. E, salvo engano, essa fita está nos autos.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E o diálogo então foi com o Prefeito Celso Daniel, ele já seqüestrado ou foi com quem o havia seqüestrado?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, não tem diálogo.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Não atenderam.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Ah, não atenderam.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Depois da segunda ligação, se eu não me engano, eles desligaram o telefone.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Eu acredito que foi da ligação que possibilitou a favela, depois a favela, porque pelo menos três ligações houveram, porque possibilitou identificar três antenas. A antena da Paulicéia, a antena de Diadema e a antena da favela Pantanal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Muito bem. Senador Garibaldi.

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Outra coisa que se estranha é o fato de ter sete disparos do lado do Prefeito. E só um disparo do lado do motorista. Houve uma desproporção muito grande. Se o mais factível seria investir contra o motorista, pois era esse que possuía os meios de tentar uma fuga. Não é presumível supor que os seqüestradores já conheciam o Prefeito?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Senador, eu acho que há um equívoco aí. Me parece, segundo o que o Itamar fala na fita, pelo menos de onde eu vejo, esses disparos todos são do lado do motorista, porque esse

desequilíbrio, o Itamar se desequilibra e dá uma rajada de metralhadora. O Itamar estava com a metralhadora. Segundo esse depoimento. Na minha convicção, esses disparos todos foram do lado do motorista.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Luna, o senhor é um Delegado experiente. Agora o senhor imagine que um cara com uma máquina dessa na mão não consegue tirar o motorista.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Segundo o que nós apuramos, o Celso, ele foi arrebatado pelo lado dele, mesmo.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Sim. Mas era só dar a volta pelo lado que a porta estava aberta, meter a máquina, desce tudo por aqui. Descia.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Se o ladrão está a fim de levar mesmo, ou ele vai matar ali no local, ou ele fica aborrecido, ou ele leva.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) **–** E se é ladrãozinho de quinze, vinte "conto" tinha tomado a corrente dele, tinha tomado o celular, tinha tomado tudo. E o laudo da Mitsubishi? Porque aquela versão contada de que o carro desengrenou, não engrenava mais, ficava em alta rotação, não sei o quê, é a única história que se conta sobre Pajero no mundo, num caso como esse. Doutor, não causa ao senhor estranheza essa versão? Não causou estranheza ao senhor essa versão?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Causa estranheza. Não podemos fugir disso, não.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Em seguida, ele diz também que, primeiro num depoimento aqui, que era muita gente gritando com arma na mão, que era muita gente, ele não conseguia identificar. Mas, no segundo depoimento dele, ele fez o retrato falado para polícia. Como é que se faz um retrato falado de quem não se consegue identificar? O senhor não acha que isso é estranho? Não é estranho?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** É estranho? Não deixa de ser estranho.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) **–** O senhor não acha que esse crime, essa versão é escatológica, o senhor conhece seqüestro. Mesmo que seja para morte, ali o lógico era o seguinte, joga os dois para trás, um assume, se é só o carro, larga os dois na rodovia ou então mata os dois e leva o carro. Já é estranho um aparato de dois carros com oito homens armados para poder fazer um crime comum.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Seis homens, Senador.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) **–** Seis homens. Desculpe. Para fazer um crime comum. Já é muito estranho isso. E aí, leva um para o crime comum e deixa o outro? Na sua visão como Delegado e eu sou leigo, extremamente leigo, isso é uma leitura que faço. A sua leitura dessa versão...?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Não deixa de ser estranha. Agora, vamos pelo lado do ladrão. O senhor disse que eu estou me baseando muito no que os ladrões disseram, e nós temos que tomar por base também o que eles falam, porque todos confessaram.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Eu só disse porque, o seguinte, porque o senhor só fez afirmação nele. Porque o cara mesmo disse isso, e disse isso, e disse isso, só ficou o que eles disseram. E nós sabemos que esses caras são psicólogos, são parapsicólogos, são preparadíssimos, têm um poder de argumento extremamente sério, têm frieza para falar as coisas e é preciso que se faça a leitura, porque se o cara diz "não fui eu, eu não estava, absolutamente, não participei", mesmo participando, e a versão dele não pode soar como verdade, quando você tem a possibilidade de fazer essa investigação. Isso é que eu estou perguntando. Eu quero saber a visão do Delegado Edison, de todo esse fato. Que o senhor disse que é estranho o arrebatamento, é estranha a versão que ele deu...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Mas, o próprio líder da quadrilha, o Ivan Rodrigues da Silva, que, como eu falei no início, ele não tinha porque sonegar informações, segundo ele mesmo. Ele falou, Senador, ele falou: "Doutor..."

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Um minutinho, campeão, senão eu não consigo ver.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Ele falou, "Eu confessei ao senhor dezoito seqüestros, quatro homicídios. E levei o senhor num cativeiro com três vítimas". Só nesse cativeiro ele está condenado a 75 anos de prisão. Ele falou: "É fim de carreira. Eu não tenho porque esconder outra realidade. Se tivesse um mandante, o senhor jamais me prenderia em São Paulo, e trabalhando". Quer dizer, você sente quando o bandido está falando a mentira ou a verdade. E a nossa investigação foi na busca da verdade real, verdade verdadeira. Agora, todos eles são especialistas nessa prática de delitos.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Pois é, o que eu estou dizendo é o seguinte: Que a realidade, o que ocorreu no local é extremamente contraditório com essa verdade dele.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Então, a mesma coisa ele disse, ele falou: "Doutor, a hora que tocou a sirene, não sabíamos que era o alarme da Pajero. Eu até mandei sair fora. Aí vimos que não era polícia, falei, vamos voltar, cata logo, cata logo, rápido, rápido, rápido". Essa foi a palavra do próprio Ivan Rodrigues

da Silva, o "Monstro", o líder. Então, pegaram o passageiro e não levaram o motorista.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Até porque quem estava no carro branco, também estava o... O Dionísio estava no carro branco, ele estava no comando. O Dionísio está morto, mas, tem o depoimento dele, até um certo ponto, que ele deu para o Tuma Júnior e, acho que o Deputado Tuma Júnior tem que vir aqui com o depoimento do Dionísio. E não tem nada mais estranho do que a morte do Dionísio.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Eu posso falar de alguma coisa a respeito do Dionísio? O senhor me permite? O Dionísio foi resgatado na manhã do dia 17 de janeiro de 2002, do Presídio José Parada Neto, em Guarulhos. É um presídio dos inimigos do PCC, que é a denominada facção criminosa Primeiro Comando da Capital, é uma realidade em São Paulo. Infelizmente, dominam a maioria das prisões. Então, o Dionísio era do CRBC, Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade. Inimigos. Uma facção menor, mas inimiga do PCC. Assim como o Feitosa fazia a parte também do CRBC, por isso estava cumprindo sua pena nesse presídio. Bom, ele foi, fez um roubo a banco fora de São Paulo, foi preso, se não me engano, em Alagoas, e foi para o presídio. Quando ele foi morto, Senador, a Delegacia de Roubos a Bancos e o DEIC, o Delegado titular Dr. Rui Ferraz Fontes, estava fazendo... estava monitorando o PCC, os líderes do PCC. Naquela ocasião, o falecido "Gulu" era um dos líderes, e o "Cesinha", César Roriz, também era outro líder. Eles, tão logo o Dionísio foi morto com várias facadas no parlatório do CDP-Belém, eles comemoraram o feito, e isso aí foi, inclusive, monitorado, deram, inclusive, a informação para uma repórter da TV Bandeirantes, Fátima Souza, deram, em primeira mão, para ela que haviam determinado que os irmãos do Belém, da faculdade de Belém, executassem o Dionísio, porque ele era inimigo do partido e, ele havia executado ou mandado executar membros do PCC. Então, dois indivíduos, de apelido "Sandro" e "Globo", foram os autores, os executores do Dionísio. Isso está registrado por essa delegacia.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Doutor, mas, os executores entraram encapuzados e não estavam com a calça amarela do uniforme, estavam de calça *jeans* e encapuzados. Aí é que é a estranheza. Dentro do parlatório, na frente da Advogada. Como é o nome, Senador Suplicy? Da Advogada, lá?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Não me recordo.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O nome é "Sandro" e quem?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** "Sandro" e "Globo".

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – "Sandro" e "Globo"? Mataram o Dionísio?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Foram os autores da morte.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Diante da Dra. Maura Marques...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** E diante do preso José que estava no parlatório.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** ...E do José Edson da Silva.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Doutor, essa informação eu não conhecia, porque eles estavam encapuzados e não estavam com o uniforme do presídio. Essa aí, para mim, é nova. Mas, é fruto da investigação de quem, isso aí?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Da Delegacia de Roubos a Bancos e o DEIC, que investiga o PCC.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Porque o "Geleão"(F), depois em reservado para nós, e o "Geleão"(F) ele não sabia dizer. Essa primeira parte da história, sim. Da inimizade e tal. Mas, da execução, não. Ele fala para nós, é muito estranho, porque ficou nas nossas costas, um troço que os caras entraram de *jeans*, encapuzados, sem o uniforme do presídio. E veio para nossa conta.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Isso daí consta, inclusive o contato com essa repórter monitorado e, inclusive, eles estavam providenciando Advogado para os irmãos. No caso de eles responderem por essas mortes. Porque o PCC é simples, é uma coisa absurda. Quando eles pagam, quando eles passam a missão, quem recebeu ou cumpre ou morre. Ou seja, dentro do sistema ou fora dele. Então, isso foi monitorado. A respeito de Dionísio de Aquino, nós indagamos os próprios presos, os executores de Celso Daniel. E uma coisa que me chamou muito a atenção, foram dois fatos interessantes. Primeira coisa: Um dos membros da quadrilha fala: "Doutor, se nós tivéssemos alguma ligação com o Dionísio, hoje estaríamos todos mortos. Por quê? Porque estamos todos recolhidos em presídios comandados pelo partido, pelo PCC. Se tivéssemos alguma ligação com membros do CRBC, nós estaríamos todos mortos". Quando prendemos o Abraão Venâncio, ele não aparece, a arma usada para matar Celso Daniel, foi devolvida pelo José Edson ao "Monstro". Era uma pistola *Taurus*. E ele tinha dois pentes, dois carregadores dessa pistola. Ele trocou essa arma com um indivíduo que é piloto do PCC, Abraão Venâncio, de apelido "Broa". Era procurado na época dos fatos. O "Broa" tinha uma *Glock*, nove milímetros, mas, tinha um carregador apenas. Ele precisava de

uma arma maior. Que seqüestrador, também, esse indivíduo. E trocou a arma sem saber que aquela arma que o "Monstro" levou para ele era a arma utilizada no seqüestro de Celso Daniel. Quando eu e dois Agentes prendemos o "Broa", numa tarde de sábado, dentro do Shopping Interlagos, na Zona Sul de São Paulo, ele falou, "Poxa vida, jamais passou pela minha cabeça que essa arma que o "Monstro" trocou comigo seria um BO tão grande, que é do Celso Daniel. E, ainda mais, se o senhor veio para cima dele, é porque me cagüetou". Então ficou uma situação ruim para o "Monstro", porque o "Broa", piloto do PCC, começou a cobrar dentro do sistema, que ele fosse morto, por ter cagüetado o "Broa". E, comenta-se, inclusive, pelos próprios presos, que houve até um julgamento dentro do sistema para resolver essa questão do "Broa". Se o "Monstro" tinha ligação com o Dionísio e se o "Monstro" tinha denunciado, delatado o "Broa". Mas, aí como ele tem fortes ligações com o partido, o "Monstro", ele tem fortes ligações com o "Birosca", que é um traficante da Zona Sul, e é um indivíduo preso no sistema, um dos líderes dessa facção criminosa, ele foi absolvido. E, ele está vivo até hoje, por causa dessa ligação dele, forte, com o Primeiro Comando da Capital. Então, na minha opinião, é muito difícil haver uma ligação de Dionísio, CRBC, inimigo do PCC, com essa quadrilha. Exatamente. Porque se ele tivesse alguma ligação com o Dionísio, todos estariam hoje, não poderiam estar em presídios comandados pela facção. Igualmente Feitosa, naquele monitoramento, o Feitosa, que fugiu com o Dionísio, ele também está jurado de morte, pelo comando do crime.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Garibaldi.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Só para encerrar, Sr. Presidente. Aqui a minha única dúvida...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Encerrar, não. É outro aparte de V.Exa.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Não. É do que ele está falando aí. O assunto vai tomando corpo. Essa rapazeada toda que está presa, fora o "Monstro", o Ivan que, no meio dos oito, "é o cara". Mas, os outros, o senhor mesmo afirmou o seguinte, que são seqüestradores de meia-boca, negócio de "vinte conto", de "trinta conto", e essa gente realmente não tem como ter o naipe dele, do Dionísio, que morreu. Então, quer dizer, eles são fáceis, são aliciáveis. Por isso que eu estou dizendo. Que é o cara que manda uma parada dessa e que manda Celso Daniel, se fosse time de cima, de fato, eles estavam sendo era comandados. É por isso que o problema fica contraditório, todo mundo está preso, tá. Os envolvidos estão presos, como o senhor diz. E é verdade, prendeu todo mundo. Só que a história é mal contada demais. A história de quem ficou é muito mal contada. Esse é que é o grande drama.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Entendo, eu entendo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Garibaldi.

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Quero esclarecer ao Dr. Santi, Dr. Edison Santi, que essa informação que eu dei, sobre os tiros na Pajero, foi dada aqui pelo Ministério Público, baseado em laudo pericial. Ele deu... Aliás, o Dr. Luna foi quem...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Enquanto o Dr. Luna faz essa ligação, uma parada técnica para o doutor...

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Eu encerro, Sr. Presidente. Eu agradeço.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Quem teria alguma indagação a fazer? Senador Alvaro Dias, o senhor é exatamente o próximo orador. Primeiro orador da lista. Em seguida, o Senador Magno Malta.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu agradeço, Sr. Presidente. E começo, então, pelo Dr. José Pinto, na ausência do Dr. Edison de Santi. A primeira indagação, a sua atividade profissional depois da chegada do PT ao Governo mudou? O seu *status* profissional na Polícia Federal foi alterado, depois da posse do Presidente Lula?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Negativo.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não houve alteração?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Nenhuma.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Além da interferência política no sentido de indiciá-lo, o PT, o senhor próprio afirmou, que houve uma solicitação do PT para que participasse dessas investigações. Depois, o senhor afirmou que houve uma interferência do Deputado Professor Luisinho e mais um outro Deputado quando o senhor esteve no prédio onde morava o Prefeito Celso Daniel. É evidente que, Gilberto Carvalho, também participando, agindo, neste caso. O Deputado Greenhalgh. Além dessa interferência política, visível e confessada, o senhor teria algo a acrescentar em matéria de interferência política nesse processo de investigação?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não. Quanto à nossa investigação, não houve essa interferência política diretamente com a gente assim: "Olha, apura isso, não apura aquilo". Não teve isso. O que houve, seria, nas nossas diligências, principalmente essa diligência que marcou que foi a primeira que nós fizemos, de ir de repente para conversar com um porteiro chegam

aí, praticamente, umas seis pessoas, salvo engano. Eu lembro bem do Professor Luisinho e do Deputado Siraque, parece que ele é Deputado Estadual.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Como é que eles sabiam que o senhor ia fazer essa diligência?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Porque quando nós chegamos lá, nós pedimos para falar com o porteiro. O porteiro chamou o síndico. Falou: "Tem um pessoal da Polícia Federal aqui, querendo falar sobre o 'Caso Celso Daniel'". E esse síndico pegou e acionou esse pessoal todo, que foi de imediato para o local.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Já havia uma recomendação ao síndico para chamá-los, caso...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim. E eu acredito, Senador, que tenha sido em relação àquela busca que foi feita...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ela foi concluída, essa busca, que se fala?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aquela primeira busca que, eu acho que foi isso que motivou...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O tempo não é contado quando a...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Essa busca que o colega fez lá, que foi que motivou essa nossa ida lá.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Na linha, ainda, do que eu estava indagando antes...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Só para a gente esgotar essa busca. Dr. Luna, o colega do senhor fez essa busca, o quê? Um dia após? Podia relatar um pouco para a gente sobre essa primeira busca a que o senhor se refere?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim. Eu digo o seguinte, eu tenho muito receio de faltar com ética para com os colegas. Mas, no meu ponto de vista, essa busca, ela não foi bem feita. Porque... E ali perdeu-se o Princípio da Oportunidade. Porque se fosse eu que tivesse à frente dessa busca, eu teria levado tudo. Tudo que tivesse ali. Porque houve uma interferência nessa primeira busca. Isso é fato. O colega, ele foi de posse do Mandado de Busca e Apreensão para o apartamento do Celso Daniel e nada arrecadou de importante lá. E, nós sabemos que teve um pessoal lá que não deixou entrar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) **–** Não deixou entrar no apartamento?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Se fosse comigo, falando assim, a busca não foi bem feita. Levaram, simplesmente, uma impressora e, eu acho, que um computador ali. Se fosse no meu caso, já que fosse assim, pudesse acontecer o que acontecesse, eu ia falar, "Não, vamos chamar um caminhão de mudança. Vai tudo. Porque eu devo satisfação, tão somente, ao Juiz, só a ele que eu tenho que prestar esclarecimentos nesse sentido". Então, no meu ponto de vista, o colega, ali, usando um termo lá, "amarelou". Ele não fez a busca como deveria, e isso impossibilitou a gente saber o que tinha numa fita de uma secretária eletrônica, que depois aparece na interceptação telefônica nossa. Fala: "a senhora tirou aquele negócio de lá, aquela fita". Tinha uma fita na secretária eletrônica. Eu não sei se é do fax ou da outra lá. E nós perdemos o Princípio da Oportunidade em saber o que tinha naquela fita. Então, se fosse no meu caso específico, doesse a quem doer, eu cumpro ordem judicial. É busca, é busca. Pode ligar o Papa. Mas que ia ser feita, ia ser feita.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Quer dizer que o senhor não tem dúvida de que houve interferência, naquele primeiro momento

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Naquele primeiro momento, naquela busca ali, que o colega pediu, que ele foi, para mim houve interferência, porque ele não arrecadou nada.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Amarelou é pressão. Eu acho que essa expressão...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então, para mim, no meu ponto de vista, me desculpe, se eu estou faltando... (?) esclarecimento da verdade. A verdade é essa. Nós traríamos tudo que tivesse ali. De importante ou não, encostava um caminhão, um *container,* e levava aquilo lá. Depois ia depurar com mais...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E ele também não lacrou a partir dali o apartamento?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não. Que eu saiba, não. Então, eu entendo que o local ali estava prejudicado. Tanto é que não interessava o apartamento para a gente. A gente queria conversar o porteiro. E já com o porteiro ali, nós fomos cerceados, nesse primeiro momento.

**SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – BA) – Quando os senhores interceptaram essa retirada da fita, foi uma mulher que retirou essa fita?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Agora eu não sei informar para o senhor, mas o diálogo me parece que era com o Advogado chamado Rui(F), com alguma pessoa. Eu não me recordo com quem que era, o outro interlocutor.

*(Inaudível).*

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, mas, não veio. Ela desapareceu. Alguém...

*(Inaudível).*

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Está. Está sim, nessas fitas que foram apreendidas lá no Departamento de Polícia Federal que o Dr. Álvaro Dias... Perdão. O Senador Alvaro Dias, muito sabiamente, eu assisti na TV Senado, ele disse que ali não se trata só de propina, fala de seqüestro, fala de mortes, essas fitas aí que estão aí.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Essas fitas que chegaram aqui, à CPI?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Elas foram cortadas, vamos dizer assim?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não. Essas fitas não foram. Essas fitas estão fiel.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Estão. Estão na íntegra?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Isso. Até onde eu sei, elas são fiéis, essas fitas. A fita que foi surrupiada...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Impedimento de uso delas. Porque se relacionavam com coisas estranhas ao homicídio, ao seqüestro. E, depois, ele aqui depondo, disse que achou numa prateleira do Fórum e juntou no inquérito a que ele responde por destruição das fitas. Eu acho que a minha memória, pode ser de velho, mas...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu quero deixar registrado, então, Sr. Presidente, para esgotar este assunto da interferência política, que é muito estranho, o PT, um partido na oposição, interferir na indicação do Delegado que participaria desse processo de investigação. E, tentar interferir ou continuar interferindo como se viu até pela declaração corajosa do Dr. José Pinto, que houve uma tentativa de obstruir os trabalhos de investigação. Tentativa esta, feita, inclusive, por parlamentares. Portanto, fica isto registrado. E é evidente que no decorrer das indagações que farei ficará explícito, também, esta articulação política tentando construir a versão de crime comum. Eu indagaria a ambos, qualquer um dos dois pode responder as questões na seqüência. Primeiramente, os senhores acreditariam mais na palavra dos marginais que foram presos e depois foram sacrificados, foram assassinados, ou na palavra do irmão do Prefeito Celso Daniel, o Dr. João Francisco?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Eu não entendi a primeira parte da sua pergunta, Senador.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A pergunta é essa: Se os senhores acreditariam mais no depoimento dos marginais ou no depoimento do irmão do Prefeito Celso Daniel, Dr. João Francisco.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Excelência, eu tive contato – eu não tive contato com o irmão – eu tive contato com os criminosos da favela Pantanal. O que eles relataram a nós, foi isso. Durante...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu estou fazendo a indagação...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Durante um ano de investigação nós chegamos a essa conclusão, assim como o Departamento de Homicídios. E tinha o inquérito da morte. Depois disso, de lá para cá, três anos, o Ministério Público está tentando uma prova para aquela linha de investigação, de crime de mando. Entendeu?

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu fiz essa indagação porque o irmão do Prefeito Celso Daniel tem uma versão totalmente oposta à versão dos marginais. Ele alega que o Prefeito Celso Daniel descobriu que o esquema de corrupção, inicialmente organizado para abastecer o caixa do Partido dos Trabalhadores, passou a abastecer bolsos de pessoas que se aproveitavam daquele esquema consentido, e, a partir daí, ele imaginou interromper o processo, e porque quis interromper o processo [soa a campainha] é que foi levado à tortura e ao assassinato. Portanto, é esta a razão da indagação. E eu completo, este depoimento do Dr. João Francisco foi levado em consideração, na investigação pelos senhores?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Como eu disse, não sei nem se ele foi ouvido no Departamento de Homicídios, que detinha o inquérito da morte do Celso Daniel.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas, não seria importante ouvi-lo, depois dessas indagações?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Eu não sei se ele foi ouvido, Excelência. Na minha parte, nós cuidamos... Na nossa parte, no DEIC, nós instauramos um inquérito policial, de formação de bando e quadrilha, exatamente para identificar os criminosos da favela Pantanal, que poderiam estar envolvidos, como de fato estavam, no seqüestro e morte de Celso Daniel.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu vou retornar um pouco antes desses depoimentos do Dr. João Francisco, porque a idéia de seqüestro dado a este caso, segundo a impressão do senhor, não sei se confirma, o alvo era outro e não era o Prefeito. Que houve um equívoco e o Prefeito foi apanhado. Os promotores do Ministério Público quebraram esse sigilo das torres do celular e encontraram ligações da quadrilha que, essas ligações, na seqüência, demonstram que o alvo era mesmo o Prefeito Celso Daniel. Segundo o Ministério Público. O alvo não era outro. A polícia não possui essas ligações telefônicas?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Exatamente. E eles pediram outras diligências, motivo pelo qual a Delegada Elizabeth Sato, acompanhada desses mesmos Promotores, estão realizando essas novas diligências para chegar, exatamente, aonde o senhor pretende. Ou seja, se há crime de mando ou não, se foi crime comum ou não.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A versão de que o Dionísio seria o elo entre o Sérgio, o "Sombra" e a quadrilha comandada pelo "Monstro", seria uma terceirização do crime. O Sérgio comandava e o "Monstro" executava. Quando o Dionísio disse que falaria, ele morreu. O senhor não acha estranho, que isso tenha ocorrido exatamente quando ele se propôs a revelar os fatos?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Como eu expus aqui anteriormente. Ele era de uma facção rival, inimiga do PCC. Ele foi para um presídio, cujo comando é da facção criminosa rival. E lá ele foi executado, por ordem dos comandantes do partido, do Primeiro Comando da Capital. E isso tudo foi monitorado pela Delegacia de Roubos a Bancos, há inclusive gravações. Por esse motivo, Excelência, eu não acredito numa ligação de Dionísio com a quadrilha do "Monstro". O próprio "Monstro" falou: "Se tivéssemos alguma ligação com ele, nós não poderíamos jamais estar cumprindo pena em presídio comandado pelo PCC, por essa razão".

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É, certamente, impróprio acreditar nesta versão de que a morte do Celso Daniel se deu depois que se descobriu o equívoco como queima de arquivo. Porque, evidentemente, o "Sombra" não seria poupado. Como segurança e motorista do Celso Daniel, ele não seria poupado. Nem a velhinha de Taubaté, infelizmente não dá para indagar mais a ela. Certamente a velhinha de Taubaté, também não acreditaria nisso. Mas, eu vou, em razão das gravações... O "Sombra" conversou com a Ivone, num momento em que ela prestava um depoimento na polícia, dizendo que tinha falado com o Gilberto Carvalho, e passou uma informação a ela sobre a tal calça com a qual o Celso Daniel foi encontrado morto. E o legista, hoje aqui, mostrou, com clareza solar, que houve a tortura e depois houve a troca da roupa. Depois do assassinato. Na investigação, houve o cuidado de se verificar essa questão da roupa usada pelo Celso Daniel e quem teria sido responsável pela mudança da roupa?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Eu não tive contato com esses detalhes. Eu tive contato com os bandidos da favela Pantanal. Não sei se o Dr. Luna esteve... Não teve. Aí o Dr. Armando, que esteve aqui, ele que cuidou do inquérito de homicídio, da morte de Celso Daniel. Nós subsidiamos o trabalho dele, através do nosso inquérito de bando e quadrilha. Então, isso eu não posso responder ao senhor.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A outra questão das gravações diz respeito, eu vou até apressar a indagação, porque pelo que eu estou verificando não há conhecimento de muita coisa da parte dos senhores. A questão da gravação, onde se referia à entrega de dinheiro ao Secretário de Saúde do Município de Santo André. Esse fato também foi considerado nas investigações pelos senhores?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Não posso responder a V.Exa.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Existe esse diálogo nas fitas, é isso, Senador, porque eu não tive acesso a...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É o Klinger conversando com...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Eu não tive acesso a todo essa... O diálogo, porque nós fazíamos o trabalho de campo, e o pessoal do escritório, eles iam gravando as conversas. Diante dos diálogos, que alguns que eu percebi ali, que eu ouvi, dava a entender ali, numa organização aí voltada a propina, esse tipo de coisa. Isso aí... Mas, a gente tem que separar uma coisa, seria essa situação específica do seqüestro, da morte. Porque senão é aquela coisa, nós saímos para caçar emu ou canguru? Então, fica naquela situação. E o Dr. José Reinaldo, ele acompanhava as investigações.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas ocorre é que a corrupção foi a motivação para o crime. O crime ocorreu na esteira de um processo de corrupção. Nesse caso, por exemplo, a gravação se refere a uma conversa do Klinger, que, me parece, era a ligação política nesse processo, já que ele era Vereador, a partir do "Sombra", que era ligado, pessoalmente, ao Celso Daniel, o Klinger que tinha essa ligação partidária. Ele era apontado como um dos responsáveis pela arquitetura desse esquema de corrupção. E, neste caso, a conversa era sobre a remessa de numerário ao Michel, que era o Secretário da Saúde da cidade e ex-marido da Ivone. E essa entrega seria exatamente no prédio da Prefeitura de Santo André. Então, essa é a indagação.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Eu não tomei conhecimento disso, Excelência.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Para concluir, Sr. Presidente, Mozarildo Cavalcanti e senhores Senadores, eu queria apenas indagar aquilo que eu considero essencial, porque nós estamos aqui tentando elucidar ter sido crime político ou comum, e, já se sabe que, me parece que até os senhores já concordam que houve um crime de mando, já se chegou

aos executores, e o que falta é apontar exatamente os artífices disso tudo, os mandantes do crime. Esse Dionísio deve ter sido intermediário. A impressão fica é que o Sr. Sérgio o "Sombra" é o que comandava Dionísio, enfim. Agora é preciso verificar se alguém comandava o Sérgio, o "Sombra". Já que é uma terceirização em cadeia do crime. Então, a indagação é o seguinte, a princípio, os senhores imaginavam ser crime comum. E agora? Qual é a conclusão, depois dos novos fatos, e de novas informações?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Excelência, até onde eu fui, um trabalho subsidiário ao Departamento de Homicídios, chegamos à conclusão que foi um crime comum. Posteriormente, três anos de trabalho do Ministério Público, surgiu uma linha de investigação de crime de mando. Então, até que se comprove realmente que foi um crime de mando, eu permaneço, ainda, na minha conclusão de um crime comum.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E o Dr. José?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Eu... Excelência, até aonde eu investiguei, e eu não tenho essa riqueza de detalhes das outras pessoas que o Dr. Edison Santi prendeu, eu até gostaria de ter prendido o "Monstro", saí até frustrado nessa investigação por causa disso. Eu gostaria de ter estourado aquele cativeiro. Eu gostaria de ser elogiado, tal qual o Dr. Edison de Santi foi elogiado pelo empresário, quando pegou e falou assim: "Essa aqui é a verdadeira polícia". Aquilo lá me gravou muito, (?) logo cedo. Eu acordei, eu vi, e eu gostaria de ter ido a fundo nessa situação e ter tudo esclarecido. Mas, até aonde eu investiguei, eu falo isso, e respeito toda oposição que vier, que eu não sou dono da verdade, mas até aonde eu investiguei, eu acredito num crime comum, até pela circunstância como aconteceu. O abalroamento entre os carros, os tiros dados no pneu, tudo aquilo, e, até pela confissão (?) que são vistos todo no conjunto...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor não acha que a...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Agora, eu respeito veementemente outras coisas que vierem, porque eu fiz ali preâmbulo, eu cuidei das duas primeiras prisões, só, das três primeiras prisões. E, depois eu não tive mais contato com o caso.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu só quero fazer uma indagação. O senhor não acha que é um risco fazer uma afirmativa dessa, risco em relação à sua credibilidade profissional, à respeitabilidade, já que vários fatos que suscitei aqui, não são do conhecimento de ambos. Portanto, os senhores não têm elementos suficientes para uma conclusão.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas eu digo assim, até aonde eu investiguei, eu não conheço esses fatos.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Porque, pelo que se viu, os senhores atuaram numa fase preliminar, já que os fatos se sucederam de forma generosa, de forma robusta, como dizem os Advogados, há provas robustas. Enfim, os indícios todos, essa perversidade da tortura, comprovada tecnicamente, não é uma ilação política. Houve uma comprovação técnica de que houve tortura, da maior crueldade. Portanto, eu creio que não fará bem para o currículo de ambos afirmar com esta... Eu não vejo convicção, mas, afirmar de qualquer maneira que a conclusão, mesmo que preliminar, seja de crime comum, quando tudo indica, todos os fatos, todos os elementos, todos os indícios, todas as provas culminam para essa conclusão inevitável de crime de mando.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Com todo respeito a V.Exa, nós... O meu compromisso, assim como o do Dr. Luna, é com a verdade, Excelência. Então, a verdade que nós chegamos, foi essa. Agora, se vier realmente, comprovadamente, um que... Esses executores, que identificamos e prendemos, foram, agiram a mando de alguém, isso vai ser muito bom, porque, nós só queremos a busca da verdade real, a verdade verdadeira, que é um dos princípios do Código de Processo Penal. Então, infelizmente, até onde eu fui, cheguei a essa conclusão, Excelência. Espero que se defina, em breve, com a ajuda dos senhores, inclusive.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu acredito na boa-fé de ambos e, até lamento, profundamente, pela situação em que estão expostos, porque estão ficando isolados. O novo inquérito da polícia já caminha para esta conclusão de crime de mando. Os legistas, o Ministério Público, e ambos estão ficando isolados com esta tese que foi motivo de um trabalho preliminar, portanto, limitado, e sem as evidências necessárias para uma conclusão definitiva. Eu não pretendo fazer nenhuma sugestão e nem dar conselho. Mas, eu acho que devem se acautelar. Eu me acautelaria um pouco, nas afirmações que viesse a fazer doravante, porque, realmente as investigações avançaram e a realidade hoje é outra. Por exemplo, o próprio "Lalo", que é um menor e que está desaparecido, eu não sei se vivo, porque, depois que confessou não ter participado do crime, ter mentido nos depoimentos anteriores, coincidentemente, ele desapareceu. Então, nós não sabemos se ele está foragido ou também foi liquidado. Infelizmente, nós temos que até admitir essa hipótese, porque, tantos foram liquidados nesse episódio, até agora. Portanto, eu quero considerar que ambos devem estar agindo de boa-fé, no estrito cumprimen-

to do dever, mas, certamente terão que se acautelar, doravante, em relação a essas afirmações.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Queira V.Exa. saber que, para mim, foi um motivo de muito orgulho ter sido convidado a participar desta CPI e, que tudo que foi feito por nós, foi de forma transparente, clara, sem nenhum tipo de armação, desde o princípio, por determinação do nosso Diretor, o Dr. Bittencourt, que nos deu guarida, o Delegado Geral de Polícia, Dr. Desgualdo, foi no sentido que pudéssemos trabalhar de forma tranqüila, transparente, para que chegássemos a uma verdade. E, nós estamos bastante tranqüilos, Senador, porque, é como eu disse, os executores, nós identificamos e prendemos, até onde chegamos, crime comum. Agora...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Essa foi a grande contribuição.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Se foi crime de mando, a tendência atual é que essa CPI, justamente, vai ajudar a chegar a uma conclusão.

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu, modestamente, humildemente, quero sugerir que tenham mais cautela nessa afirmação. O Senador Tuma havia pedido um aparte.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Rapidinho, Presidente, apenas o seguinte, o que tem me preocupado muito, Senador, é que V.Exa. tem colocado sempre. E eu diria aos nossos dois colegas, que eu respeito muito, trabalhamos juntos, o Luna é uma pessoa... No aspecto de investigação, considerado um grande Delegado, talvez por isso tenha sido sugerido o nome dele, trabalhou na polícia de São Paulo, então todos nós conhecemos. É a segmentação das investigações. Se V.Exa. analisar, cada um fez um pedaço. Então, não houve uma busca de montar um mosaico de todos os fatos, circunstanciais ou não, que levaram à morte e ao seqüestro do Celso Daniel. Então, o que está acontecendo, diante do presente, dos fatos, que agora começaram a casar. Então, poderá surgir um novo elemento, que dê uma ligação a tudo isso. O Romeu Júnior fez a investigação da fuga e localização do presidiário. O senhor fez a investigação de quem foram os responsáveis pelo seqüestro e morte. Os outros três Delegados, se havia ou não, um crime de mando. Aquela velocidade que o senhor dá, provavelmente, fragmentou demais a investigação. Então, esta é a grande preocupação que nós temos hoje, e que V.Exa. busca, é unificar os dados, para verificarmos quais foram, realmente, as razões que levaram a esse terrível assassinato do Prefeito Daniel. Eu só queria dizer isso, para que... Meu pensamento é de político (?)...

**SENADOR ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Tuma, que tem grande experiência, e, é evidente, que é sempre nosso professor. Para concluir [soa a campainha] Fica visível que, quando os marginais dizem o que gostariam determinadas pessoas que eles dissessem, eles vivem. Quando eles ameaçam dizer algo diferente, desaparecem. Ocorreu com o Dionísio, ocorreu com o menor, o "Lalo", que está desaparecido, eu espero que esteja vivo e seja encontrado. Ocorreu, provavelmente, com aquele que foi buscado na prisão por um helicóptero, que também foi assassinado. Enfim, fica sempre sob suspeição, essas mortes. O garçom... Não pode ser uma coincidência. O Delegado, Dr. Edison, disse que é a criminalidade da grande cidade, mas, há muita coincidência nessas mortes. Não há como acreditar que seja mera coincidência. Não há como não concluir que sejam assassinatos motivados em razão da origem que é o esquema de corrupção na Prefeitura de Santo André, que motivou o crime que fez vítima o Prefeito Celso Daniel. Muito obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Indago se... Os senhores Delegados querem fazer alguma observação sobre o que foi afirmado?

**SR. JOSÉ PINTO LUNA –** Não, não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Então, eu passo ao próximo orador inscrito, o Senador Magno Malta.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Delegado Luna, nosso amigo... Deputado Edison. O Luna, é porque esteve na missão no Espírito Santo, e, pegou um caso emblemático, enigmático, e, contribuiu muito com o Estado do Espírito Santo, naquele momento, e é um Delegado por quem eu nutro muito respeito. E, acho até que as pessoas que a gente nutre esse respeito, a gente pode delas, também, discordar, como elas discordam e, até acho que o Delegado da qualidade de Luna, e aí, eu iria aqui, à palavra do Senador Alvaro, que foi até parte, não foi conclusiva, e a justiça nem considerou isso que foi feito, porque o que está na justiça é a denúncia do Ministério Público, não é nem a conclusão de crime comum, como fez a polícia. Ela está considerando a denúncia do Ministério Público, que é crime de mando, e foi aí que decretaram a prisão do Sérgio. E aí, eu pergunto uma coisa: A prisão do Sérgio foi decretada com base no pedido do Ministério Público, com base nas prisões dos outros. E, olha que coisa interessante. O pedido à justiça, que soltou o Sérgio, juridicamente, todos os oito que estão presos, se o Advogado peticionar da mesma forma, eles terão direito de ir para rua. Não causa estranheza que, tendo esse direito de ir para rua, da mesma forma que

o Sérgio foi, ninguém arrumou nenhum Advogado para peticionar em favor deles? Se eles têm o mesmo direito, juridicamente, e eles se calam da mesma forma e alguns falam que não querem Advogados, que...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Na realidade, o senhor tem que lembrar o que eles falaram, que, por serem pobres, não tinham Advogados. O senhor lembra que...

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – É verdade. Mas, é só requerer um Advogado, que o Estado dá um Advogado. É só copiar a mesma... Peticionar da mesma forma à justiça, que vão para rua. Porque, o direito que o Sérgio tem, eles também têm, juridicamente. E, não é estranho que presos, e que podem ter o mesmo benefício, eles não tenham buscado nem um defensor público para peticionar em favor deles? Quando eu fiz essa pergunta a eles, "Não, não queremos". Isso não soa estranho?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Excelência, a maioria deles, acho que todos eles, já são condenados por crimes anteriores. Então, eles têm que cumprir suas penas, sentenças condenatórias anteriores.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Mas veja bem, quando alguém diz que não participou de um crime de mando, o fato de peticionar era como se o cara estivesse dizendo: "Não tenho nada a ver com esse negócio, não. Eu estou cumprindo essa pena aqui do que eu pratiquei. Agora, esse negócio de crime de mando, não". Esse raciocínio está correto?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim, está correto. Eu não conheço os autos, até, do processo agora, mas existe uma coisa que chama-se Alvará de Soltura Clausulado. O que é que é isso? Quando o Juiz, ele emite um Alvará de Soltura, ele coloca sempre no final: "Se por outro motivo não deva estar preso". Então, nesse caso, nesse raciocínio jurídico, eu acredito que assiste razão ao senhor. Agora, se eles já estão condenados em outros crimes passados, ele pode até conseguir isso, nesse, mas, nos outros, eu acredito que ele já esteja condenado.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Claro, mas aí é uma maneira de tirar o corpo desse. Dizer: "Não tenho nada a ver com isso". Por que não há a preocupação de tirar o corpo disso? Bom, aí, só eles mesmos é que podem responder.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Outra coisa, Excelência, vamos analisar a questão. Seria muito mais prático, para esses executores de Celso Daniel, dizerem que praticaram o crime mediante encomenda. A pena seria menor do que o crime de seqüestro, seguido de morte. Eles poderiam mudar a versão, e, até hoje, nenhum deles mudou. Apenas o "John" mudou, mas, desdisse o que já havia dito.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – É. Já deu a versão um monte de vezes, acompanhado pela Advogada e... Tudo direitinho e, dando os detalhes. Até porque, esse negócio de abalroamento, ele é que conta direito, porque ele estava dirigindo.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** E, depois, na presença de Advogada e de nobre Senador Suplicy, ele desmentiu, ele falou que escreveu, mas, o conteúdo não era verdadeiro e, depois, no prédio do Ministério Público, numa acareação, ele também afirmou "Não, eu fiz essa carta, tentei extorquir o Sérgio, o "Sombra"".

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Mas, a gente sabe como é que preso se comporta. E, negócio de acareação, que se põe um olhando no outro, aí é que é o fim do mundo mesmo. E nem teve acareação, porque ninguém olhava no olho de ninguém.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** E se tivessem Advogado... Nenhum deles tem. O único que eu vi com Advogada nomeada, Advogada ativa, foi o Elcid(F) de Oliveira Brito. Qualquer Advogado hoje poderia chegar para essa quadrilha e falar "vamos assumir o crime de mando". A pena é menor.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – A questão do abalroamento. Em todos os depoimentos do Sérgio, aquele abalroamento é diferente. Ele não soube nem criar uma linha, para falar o mesmo. Toda vez um abalroamento diferente. E aí, é que eu pergunto ao senhor, juntando a questão do "Monstro", porque, qual é a facção do "Monstro"?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** O "Monstro" tem ligação com o PCC.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Mas, ele não pertence, ele tem ligação.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Tem ligação, e, ele não morreu, por pouco.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Sim. Mas, não pertence. Isso quer dizer, que é um cara que transita bem em qualquer lugar. Ele podia transitar bem com o próprio Dionísio, sem problema nenhum. Porque, se não é do PCC e, não morreu porque transita bem, é bandido descolado. É bandido descolado. Podia transitar bem com o próprio Dionísio. Então, a palavra do "Monstro" não pode ser a última verdade e a oitava maravilha do mundo. Estamos tratando de um bandido, que não tem piedade pela vida humana. Aí, quando o senhor diz o seguinte, "Não, mas, o "Monstro" não tinha razão nenhuma para me dar isso aí, porque ele ia arrumar mais pena para a vida dele". Também, arrumar mais pena ou mais, ele já tinha um monte também. Mais ou menos, porque a única possibilidade de ir para rua, é fugindo, mesmo. Porque, daqui para frente, ele sabe, o que ele já tinha, antes de lhe entregar, já era muita coisa, o senhor sabe disso. Entendeu? En-

tão, para ele, o que vier mais, é festa. Porque, a única possibilidade de ir na rua, e tal, é fugindo. Então, quer dizer, aí me causa estranheza, também. Porque, ele já tinha pena. Então, quando o senhor faz o argumento de que, "Ele não tinha razão nenhuma para me contar, para arrumar esse tanto de pena para as costas dele". Mas, é igual à questão dos caras. Já tem um monte, então, mais um pouco, mais para lá, para cá... Então, eu pergunto ao senhor, o seguinte: Dentro desse raciocínio, por exemplo, os caras vão fazer um cara da CEASA, para tomar um carro novo, um empresário lá, de fruta. Perde o cara. Aí fala: "Vamos fazer o primeiro, importado". Essa lógica pode ser boa ou não, porque, necessariamente, o rico não tem que andar num importado. Tem pobre aí, metido a rico, que compra um importado a prestação. E a outra lógica, é a seguinte: "Então mete o importado". O dono do carro podia ser o motorista, dado uma carona a alguém. Eles não conheciam ninguém, como disse que não conhecia. Por que é que levou o carona? Por que é que não indagou, pelo menos, se era o motorista que era o dono? Então, eu pergunto por que é que o senhor não fez esses raciocínios? Esses raciocínios. Porque o que me intriga é que o raciocínio é só o do bandido. "Não, porque ele falou isso, o "Monstro" falou isso, o outro falou isso, e bateu tudo certinho". Eu quero saber o raciocínio do Delegado. Então, o senhor tem assistido na televisão o depoimento da CPI, com relação a isso. Quando o senhor me viu fazer esses raciocínios, o senhor fala o quê? O senhor fala, esse Senador é um tolo. Olha o raciocínio desse cara. Não tem nada a ver. Não tem nada a ver ou o senhor também acha estranho, porque, eu aqui, faço uma defesa do senhor e do outro Delegado. Como eu já falei, vocês não tinham os elementos que têm aparecido tudo hoje. Quando vocês fizeram a conclusão. Hoje tem "N" elementos diferentes. "N" elementos diferentes. Eu me lembro, que encontrei com o Luna, eu e Suplicy, e falei assim: "Luna, cara, já ouvi um pessoal aqui..." Até apontei para ele os locais, tudo de cara para o gol, que... "Nego falou isso, isso, e isso". E o Luna falou "vou te contar só aonde eu fui. Fui aqui e pá." Pronto. Então, eu até faço essa defesa. Agora, diante desses elementos que se apresentaram, com muita sinceridade. Foi assim que o senhor construiu sua vida de Delegado. Essa história é mal contada, ou não é?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** A história do arrebatamento, eu concordo com V.Exa.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Então, eu não quero ir além, não. Até porque, é chover no molhado, Sr. Presidente. E, era isso, exatamente. Porque, eu acho que naqueles dias, porque havia também uma pressão da sociedade querendo resposta, resposta imediata, e o elemento que eles tinha era aquele. Concluiu com o elemento que tinha. E, hoje surgiram "N" elementos, que não estavam na mão dos Delegados, naquela ocasião. Por isso, que eu faço essa pergunta e, até, eu tomo a iniciativa de fazer essa defesa dos Delegados, naqueles dias. Esses elementos, eles não possuíam, [soa a campainha] e hoje, por exemplo, eu faço um raciocínio desses, porque quem viu me contou. Eu posso fazer o raciocínio. Mas, quem estava na rua, ali na avenida, falava que tinha um delegado ali, nego não queria nem saber que ele entrasse na porta do condomínio dele, na casa dele. Ministério Público então, não dava para ouvir ninguém. Que o povo não queria falar. Mas falou para a gente, e a gente consegue fazer o raciocínio. Então, por isso, eram essas duas coisas que eu queria colocar. E, realmente, essa conclusão de que é extremamente estranha e mal contada essa história.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Posso? Por gentileza. Só complementando, essa primeira conclusa, depois de um ano de investigação, foi também a conclusão dos próprios Promotores Públicos, porque a primeira denúncia oferecida ao juízo de Itapecerica da Serra, local, Comarca responsável pelo local onde o Prefeito foi encontrado morto, o próprio Juiz aceitou essa denúncia. Posteriormente, o Ministério Público veio com uma nova denúncia, já de crime de mando, e aí, incluiu o Sérgio Gomes da Silva. Então, na primeira, não foi só uma conclusão da polícia, foi conclusão, também, do Ministério Público.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Aí, Sr. Presidente, eu quero encerrar, dizendo o seguinte. O Senador Alvaro Dias não está aqui, mas, eu vou... A pergunta que ele fez ao Luna, se ele foi promovido, que não sei o que e tal, tal, tal, eu não faria, o Luna é um Delegado sério, da Polícia Federal, como o Dr. Edison, também o é. Falam dos elementos que colheram, até onde colheram, e eu não junto isso, até porque, o seguinte, essa história do dossiê, foi um dossiê que chegou na Prefeitura. Não foi Celso que fez. Chegou na Prefeitura e Gilberto Carvalho entregou para o Celso. Então não foi o Celso que estava fazendo o dossiê e foram atrás do Celso, para matar, por causa do dossiê. O crime, na minha cabeça, e da população brasileira, os elementos que estão colocados, o doutor disse, "É, realmente está muito estranho", depois que esses elementos vieram. Então, o que é que acontece? A motivação ali, nós temos que achar é a motivação. É poder, disputa de poder, o Celso estava causando contrariedade, já não estava mais sendo bonzinho, como era antes. O Celso já não estava cooperando mais. O Celso estava puxando a corda mais. Alguma coisa nesse sentido. Agora, eu vejo que a morte do Celso

não tem nada a ver com o PT, que PT mandou matar o Celso, se tinha gente do PT metida nisso, que responda. Agora, essa questão partidária, até porque, eu acho que esse é um crime que a sociedade quer resposta, por isso eu tenho participado, Sr. Presidente, embora sabendo que essa CPI é para investigar bingo, contravenção e lavagem de dinheiro, que, absolutamente, não tem nada a ver com esse negócio, não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Senador Magno Malta, eu agradeço a deferência que o senhor fez à minha pessoa, eu quero dizer ao senhor, também, que eu julgo o senhor um parlamentar exemplar, até pelo que fez na CPI do Narcotráfico. Em momento algum eu acredito que meu colega Edison de Santi tenha pensado isso do senhor, que o senhor é um Senador tolo, muito pelo contrário, o senhor mostra ser um Senador engajado com a investigação, falando coisas com propriedade, falando até no linguajar da polícia, do cotidiano, do dia-a-dia, que mostra um poder de investigação, também. Então, fica aqui, os nossos respeitos, eu acredito que tanto do Edison de Santi, como o nosso, Senador Magno Malta. E, muito obrigado, pela deferência que faz do trabalho da gente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Senador Eduardo Suplicy.

**SENADOR MAGNO MALTA** (PL– ES) – Sr. Presidente, eu acho que o convite ao Dr. Tuma Júnior, que vai ser feito pelo Senador Suplicy, a essa Casa, eu acho que até junto, quem sabe, na ocasião com o Dr. Edison, que são dois Delegados, um foi até um ponto, outro pegou do ponto seguinte e foi o que ouviu o Dionísio. Eu acho que, juntando esses argumentos, pode oferecer um elemento novo à Delegada Sato, porque o seguinte, a Delegada Sato, hoje, ela tem elementos diferentes, que eles não tinham, os dois colegas dela, no momento. Para que a gente possa ter a visão de que, amanhã, ela tenha um relatório e, que os desmoralizou. Absolutamente. A conclusão deles foi com base no que eles dispunham naqueles dias. Hoje, tem elementos novos. É preciso que a sociedade brasileira entenda isso, porque, se tem Delegado jovem como é o Dr. Edison, milita na Segurança Pública, e, acredito que, sacerdotalmente, porque o salário nem compensa tanta exposição. E que, depois vem um outro tipo de relatório, e aí se dê como desmoralizado, porque não é nada disso, absolutamente. Houve uma conclusão, com os elementos que tinha, e aqui eu faço essa defesa viu Dr. Edison.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Senador Eduardo Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar. de cumprimentar o Dr. Edison Remigio de Santi e o Dr. José Pinto de Luna, e tenho a convicção de que ambos estão realizando um trabalho consciente, sério, podemos ter algumas diferenças de avaliação, aqui e acolá, mas, é natural. Acho que, com a colaboração de todos, nós vamos desvendar a verdade. Como o Dr. Edison, em especial, tem acompanhado, nós três, Senadores Romeu Tuma, Magno Malta e eu próprio fomos designados por esta CPI e pelo Presidente, pelo Relator, para irmos buscar informações, fazermos aquelas averiguações, e tudo, e, inclusive, eu quero até transmitir aos meus colegas, Senadores Romeu Tuma e Magno Malta, que, em virtude dos passos que havíamos dado, eu tive conhecimento de outros fatos e fui atrás deles, e precisei realizar algumas etapas, reservadamente, conversando com pessoas que disseram que falariam a mim, desde que, sem qualquer registro, formalidade, e eu dei esses passos. Alguns dos quais, eu ainda preciso relatar a ambos. Mas, relacionados a este, está algo que, justamente, o Deputado Romeu Tuma Júnior, filho do nosso Senador Romeu Tuma, teve informações. E eu pedi para ter um encontro mais prolongado com ele, acabei de falar com ele, e perguntei se ele estaria disposto a vir aqui, para transmitir as informações que ele próprio pode recolher pessoalmente. E ele disse que sim. Por essa razão, Sr. Presidente Senador Mozarildo, eu encaminho à Mesa, peço ao Secretário para encaminhar a V.Exa, um requerimento para que seja convidado o Deputado Romeu Tuma Júnior, pois, em 2002, ele era o Delegado responsável pelo distrito policial do Taboão que envolvia a região...

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Seccional, de Taboão da Serra.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Portanto, Taboão da Serra envolvia e, inclusive, ali Itapecerica e Juquitiba e o outro, São Lourenço da serra, onde Celso Daniel foi encontrado. Pois bem. Então, ele deu inúmeros passos e eu gostaria, inclusive, de perguntar aos senhores, porque, em 2002, houve um momento em que ele, recordando há pouco, teve uma reunião com os Delegados da Polícia Civil, os Delegados da Polícia Federal, e outras autoridades que estavam... E os Promotores, ocasião em que ele, transmitiu, isto antes da prisão de Dionísio Aquino Severo, que ele avaliava que Dionísio Aquino Severo tinha participação no seqüestro. Mas, e, entretanto, a minha pergunta é: Em que medida os senhores consideraram as informações que foram prestadas a ele neste momento, e, ainda mais, no momento seguinte, porque, aconteceu que, segundo o que nos relatou Ailton Feitosa, Dionísio Aquino Severo, resgatado, espetacularmente, no dia 17, véspera do seqüestro de Celso Daniel, segundo Ailton Feitosa, com ele, se evade da penitenciária de

Guarulhos, seguem para um lugar, mas, dentre outros lugares, às 20h do dia 18, ele sai do apartamento de onde estava, onde estava, inclusive, Ailton Feitosa, que não participa, mas, sabe das coisas e, então Dionísio teria, segundo este depoimento, feito e participado ativamente do seqüestro, e tudo. Bem, então, Dr. Romeu Tuma, a certa altura, mais tarde, recebe um telefonema de Delegado de Aracaju, em Sergipe, onde informa: "Está aqui preso Aquino Severo, Dionísio Aquino Severo, com sua mulher e duas crianças" e, então, é enviado para lá um Delegado que o traz, com mulher e filhos, para o Aeroporto de Congonhas. Coincide, ainda, que, Dionísio Aquino Severo, em 1996, na penitenciária, até por ser uma pessoa que falava três línguas, sabia dirigir motocicleta, helicóptero, avião, era uma pessoa com nível cultural, digamos, razoável, e ele então servia, na penitenciária de São Paulo, como a pessoa que trabalhava justamente ali no parlatório, onde os advogados dialogam com os presos, com a função de chamar presos. E, por essa razão, ele tinha um diálogo com uma Advogada que ali ficava. E ele pediu ali, àquele Delegado de Aracaju, que chamasse essa Advogada para atender, especialmente, a mulher e as crianças, porque ele estava preocupado com elas, a mulher e as crianças. Então, o Delegado chamou esta senhora para ir também ao aeroporto. E, no Aeroporto de Congonhas, Dr. Romeu Tuma Júnior e a Advogada recebem Dionísio, que é encaminhado, então, para o distrito policial, a delegacia de Taboão. Segundo Dr. Romeu Tuma Júnior, esta Advogada ouviu muito do que ele também ouviu. Portanto, ambos ouviram essa história bastante. Ela, possivelmente, outros detalhes, porque, depois teve outra conversa prolongada com o Dionísio Aquino Severo, aonde? Ali no parlatório do CDP de Belém, para onde, dois dias depois, ele foi, e conversaram quase que de meio-dia às cinco da tarde, coincidindo, naquele dia, de ter havido um diálogo de José Edson da Silva com o seu Advogado no mesmo parlatório, a dois metros de distância, de maneira tal, que, depois de relatar muito do que tinha ocorrido, José Edson da Silva, do lado, ambos dialogam um pouco, e, eis que um pouco depois, entra uma pessoa com a cabeça sob uma camisa, apenas com os olhos para fora, abre a porta e fecha a porta, Dionísio diz à Advogada: "Acho que está havendo uma rebelião ali". Pouco depois, um grande barulho, entram pessoas, possivelmente duas, agarram Dionísio, o esfaqueiam e o levam para o corredor do pátio, onde ele é morto. Pois bem, por que é importante a palavra do Deputado Romeu Tuma Júnior? Segundo o que ele me relatou, mas, terá a oportunidade de dizer aqui, mas segundo ele próprio disse [soa a campainha] relatou aos senhores também. Dionísio, da mesma maneira como V.Sa. mencionou, Dr. Santi, que logo que prendeu cada uma das pessoas envolvidas e estes confessaram, Dionísio desceu do avião em Congonhas e relatou ao Dr. Romeu Tuma Júnior que ele participara do seqüestro. Então, será que a palavra dos que confessaram o seqüestro ao senhor é credível e a palavra de Dionísio não seria credível? Se ele relatou em detalhes, e se há... Então, ainda que tenham sido diferentes quadrilhas, pois, é possível que, por hipótese, qualquer que seja um possível mandante que haja, que este tenha contratado duas pessoas especializadas em seqüestro. Conforme V.Sa. nos relatou, Ivan Rodrigues, assim denominado "Monstro" e seu grupo tinha uma especialização em fazer seqüestros. Dionísio tinha, também, a especialização de fazer seqüestros, e com uma engenhosidade muito sofisticada. E, segundo o que ele próprio relatou, ele teria sido resgatado da prisão de Guarulhos para a finalidade de participar da mesma operação. Dois grupos iriam, portanto, participar. Se o Delegado Romeu Tuma Júnior relatou isto aos senhores, os senhores foram atrás, suficientemente? Que passos deram para verificar se isto tem fundamento? Seria de bom senso, me parece, que o senhor fosse procurar as pessoas que souberam destes diálogos. E procurou? foi atrás? Outra questão: Para que Dionísio fosse libertado, daquela forma espetacular, houve um planejamento. Houve pessoa que foi ao presídio de Guarulhos dialogar com ele sobre como é que iria ser feito. Se ele foi, de fato, por hipótese, se, de fato, ele foi contratado para fazer o seqüestro, se lhe foi prometido uma quantia em dinheiro para realizar aquela operação, então, alguém foi dialogar com ele. Quando? Então, seria natural que os responsáveis pelo desvendar do crime fossem averiguar, lá na penitenciária de Guarulhos, quais as pessoas que foram visitar Dionísio, digamos, num período anterior, para que fosse... Então, os senhores fizeram isso? Verificaram? O senhor há de convir que eu estou tendo que fazer as perguntas que eu próprio me sinto no dever de ir buscar. E eu quero lhe dizer, Dr. Edison Santi, eu estou procurando estes fatos. Ainda ontem em São Paulo eu ouvi pessoas a respeito disso, nas últimas semanas, com o cuidado devido, porque algumas pessoas que sabem desses fatos, dizem: "Eu só colaboro se tiver toda garantia da reserva e de ser testemunha protegida". Então, por essa razão que eu formulo essa pergunta, com o maior respeito que tenho. Eu não me comparo, e, aliás, inclusive, quero dizer, eu prestei muita atenção nos seus depoimentos diversos. Acho que a maneira como o senhor procedeu de ir buscar as pessoas, e foi pegar as pessoas certas, e tudo, mas, o que me parece é que talvez ainda falte um pouco para completar o desvendar de todo o seqüestro e morte de Celso Daniel.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Como V.Exa. iniciou a sua pergunta, foi criada na época uma Força Tarefa, da qual passei a fazer parte, depois que no dia 31 de janeiro de 2002 diligenciei na favela Pantanal e na rua do Guaicuri [soa a campainha] Nº 80-F, localizei um registro de plano de saúde abandonado no interior daquele salão, um salão abandonado, inclusive, um registro de plano de saúde de Celso Augusto Daniel. Em nome de Celso Augusto Daniel. Passei a fazer parte dessa Força Tarefa e houve uma reunião. Essa reunião foi no Departamento de Homicídios, onde participaram peritos criminais, Polícia Federal, DEIC, DHPP e o seccional de São Bernardo, o Dr. Romeu Tuma Júnior. De Taboão da Serra, desculpem. Então, o que é que ficou traçado naquela reunião, Excelência? Um inquérito-mãe, no Departamento de Homicídios, como expôs, muito sabiamente, o nobre Senador Romeu Tuma, o inquérito-mãe, para apurar a morte de Celso Daniel com todos os seus meandros, as perícias, a necropsia, detalhes. Polícia Federal, com aquela incumbência de investigar os contatos da Prefeitura de Santo André com empresas, DEIC, com os indivíduos da favela Pantanal e o Dr. Romeu Tuma Júnior, com essa investigação da quadrilha de Dionísio. Porque o Dr. Romeu Tuma Júnior, foi quem esclareceu os autores do resgate do Dionísio. Motivo pelo qual, ele foi buscar o Dionísio, ele esclareceu quem foram os autores, e eram da região dele. Então, Edison Santi, do DEIC, Dr. Romeu Tuma Júnior, da seccional de São Bernardo, Polícia Federal, Dr. Luna, tinha o Marcelo, nós fizemos um trabalho de apoio subsidiando o Departamento de Homicídios. Então, sobre esses questionamentos, quem poderá auxiliar o senhor, quem poderá dar uma resposta positiva ao senhor, é o próprio, hoje Deputado, Dr. Romeu Tuma Júnior. Porque era nossa função, ele ficou encarregado de continuar a investigação sobre a quadrilha de Dionísio. Nós ficamos, sobre a quadrilha da favela Pantanal. A Federal, por sua vez, com relação às empresas. Então eram trabalhos de subsídio ao inquérito-mãe, do Departamento de Homicídios. E, tudo que apuramos no DEIC, foi encaminhado para lá, assim como o Dr. Romeu Tuma, também, deve ter encaminhado. Dr. Romeu Tuma Júnior. Desculpe.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Bom, eu acho que nós teremos condição de ouvir a exposição, se for acatado, acredito que o requerimento possa ser examinado na Reunião Administrativa de amanhã, mas Dr. Santi, V.Sa. não respondeu.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Mas eu não posso responder, porque não fiz nada com relação à quadrilha de Dionísio.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem. Mas, V.Sa. aqui opinou que não acredita que Dionísio possa ter participado do seqüestro porque, afinal de contas, ele era da facção Comando Revolucionário da Criminalidade Brasileira, é isso?

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** CRBC, Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – CRBC. Eu falei invertido. Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade. Que ele seria desta facção e que, por esta razão, dificilmente iria se aliar a seqüestradores do PCC. Mas, se os seqüestradores do PCC dizem para o senhor que participaram e, se o Dionísio confessa e se abre para um seu colega, Dr. Romeu Tuma Júnior, dizendo que participou, não é responsabilidade de quem está fazendo o inquérito ir então, ir atrás e buscar, apesar de serem de bandos rivais?

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Perfeitamente. Ficou para a própria seccional, investigar a quadrilha de Dionísio e fornecer os subsídios ao inquérito-mãe, que era do Departamento de Homicídios.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E o inquérito-mãe, então, de responsabilidade, no caso, do Dr. Armando?

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Dr. Armando. Isso.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, a pergunta, o senhor está encaminhando para o Dr. Armando, para que eu faça ao Dr. Armando.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Inicialmente para o Dr. Romeu Tuma Júnior. O senhor disse que ele seria convidado.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Nós vamos ouvi-lo, mas, obviamente, então, fica esta questão.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Agora, o que eu quero dizer ao senhor, Senador, com todo respeito, com relação à minha posição, na época em que Dionísio foi morto, foi dito através de uma reportagem, um dos Promotores do caso que, no primeiro dia seguinte, após a morte, que ele teria sido uma queima de arquivo, no caso Celso Daniel. E, curiosamente, o Delegado de Roubos a Bancos, que estava monitorando o PCC, identificando os líderes, primeiro escalão, segundo, terceiro escalão, conseguiu monitorar a conversação entre os líderes da época, o "Gulu" e o "Cesinha". O "Gulu" já faleceu, dentro do sistema prisional. E eles disseram, um ao outro, e falando com outros elementos do bando, "Olha, mandamos executar", porque ele era CRBC, porque ele já tinha executado irmãos do PCC, e os irmãos "Sandro" e "Globo" cumpriram a missão. E, agora, precisamos arrumar advogados para eles, inclusive, é normal um repórter ter suas fontes, até dentro do sistema prisional, a repórter de uma emissora

de televisão foi a primeira a receber a notícia através do "Cesinha".

*(Inaudível).*

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Fátima Sousa. Exato. Hoje na Record, na época, na Bandeirantes. E ele teria, inclusive, quando da chegada dele a São Paulo, o Dionísio, ele teria, na tentativa dos repórteres o entrevistarem, ele teria desdenhado o partido. Então a rivalidade é de morte. Recentemente, há duas semanas, dois presos que saíram do Parada Neto e foram para um presídio do interior de São Paulo, foram executados, numa rebelião. Então, por isso, são pólos opostos. Então, não é só opinião minha, do Delegado de Roubo a Bancos, que não se misturam essas quadrilhas. O Dionísio estava jurado de morte. Na conversação, o Feitosa, se for para o sistema, se ele sair do seguro como o Ministério Público o está mantendo, ele corre risco de vida, se for para um presídio do PCC. Porque, desde aquela época já se falava que o Feitosa também estaria jurado. Então, é essa opinião da experiência, do nosso dia-a-dia. O PCC hoje é uma realidade, o PCC controla o sistema prisional e, quem está no presídio lá de Guarulhos, na penitenciária de Guarulhos, José Parada Neto, são inimigos do partido. Se houver mistura, morrem. Por isso, que eu acho muito improvável que o Ivan e os seus demais comparsas tivessem alguma relação com o Dionísio. Porque o próprio preso falou: "Doutor, se tivéssemos corrido junto com o Dionísio... Eu fui questionado dentro do sistema, fui julgado pelo partido. Eles questionaram a mim se eu delatei o Abraão Venâncio, o "Broa", que é um piloto do PCC e se eu corri junto", a expressão, da gíria do marginal, "se eu corri junto com o Dionísio". Se tivéssemos alguma relação com o Dionísio, hoje estaríamos todos mortos, porque estamos em presídios controlados pelo PCC.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas, na sua experiência, por que razão o Ailton Feitosa, companheiro de cela e amigo de Dionísio, iria relatar que o Dionísio teria participado do seqüestro de Celso Daniel, a propósito de quê? E, com tal grau de detalhe, como ele o fez?

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Excelência, o caso foi amplamente divulgado pela imprensa. Tudo, a respeito do Celso Daniel, foi divulgado pela mídia impressa, por rádio e televisão. Agora, o que a gente acha, o que a gente suspeita, é que o Feitosa não pode voltar para o sistema prisional, sem que ele seja colocado numa cela segura. E, hoje, ele está falando algo a respeito de Celso Daniel para poder, exatamente, continuar no seguro. Porque se ele sabe que se ele for para o seguro, ele corre risco de vida.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se ele sair do seguro.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Exatamente.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de, também, fazer uma pergunta ao Dr. José Pinto de Luna, e, a propósito, do caso Toninho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Eu pediria a V.Exa. que seja mais conciso, porque...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Posso deixar para depois.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Porque nós temos vário inscritos e V.Exa. já superou, em muito, o seu tempo. Mas pode fazer.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu deixo para o final, para não sair do caso Celso Daniel, na medida em que o Dr. José Pinto de Luna acompanhou parte do caso Toninho, inclusive recentemente. E, como o próprio Presidente Efraim Morais disse que gostaria que a Polícia Federal informasse, oficialmente, sobre os passos que foram dados, nós temos, hoje, a oportunidade. Mas, acho que, até por uma questão de organização, será melhor fazê-lo depois de concluir o caso Celso Daniel e eu aguardarei para o final.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só para acalentar a preocupação do Senador Suplicy, eu tomei a liberdade de falar com o Delegado Luna, que foi encarregado de fazer a investigação do ofício remetido. Ele não concluiu o trabalho e eu preferiria que, então, ficasse em sigilo, até que ele concluísse, para elaborar o relatório.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem. Mas, acho que será importante, do ponto de vista que o próprio Presidente Efraim Morais falou, que nós fôssemos informados de que o trabalho está em andamento a partir dos passos que nós demos. Mas, isso pode ser feito ao final. Posteriormente, para não atrapalhar a ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Eu quero conceder a palavra, agora, à Senadora Ideli Salvatti.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria ter feito uma observação, porque o Dr. De Santi várias vezes se referiu a partido, partido, partido, e, que fique bem claro aqui, a qual partido.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** É o partido do crime.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – É porque aqui o partido, só tem um. Então, é bom deixar bem claro, aqui...

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** É o partido do crime. Excelência, é PCC, Primeiro Comando da Capital.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) **–** Então, para ficar bem claro. Acho importante, também, que o senhor foi muito enfático nessa questão de que é inimaginável que alguém vinculado a um grupo participe de alguma ação de colaboração com membro de outro grupo.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Exatamente.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Porque aí toda esta tese do mando etc e tal, ela absolutamente, se fragiliza. Se fragiliza. Inclusive, porque as duas quadrilhas que disputam o comando do crime organizado se odeiam de morte. E aí, uma boa parte das mortes que, vira e mexe, são imputadas ao partido, que não é o PCC, elas acabam se desmontando, porque não tem lógica, não tem sustentabilidade, imaginar que os membros de um dos comandos de disputa aí do crime organizado favoreça a vida do outro ou troquem gentilezas, troquem... Mas, eu queria fazer algumas perguntas. Primeiro, o tal do comerciante da CEAGESP existe, realmente? Na investigação, porque parece que havia um objetivo de seqüestrar. Na investigação, este comerciante apareceu, ele que era o alvo do seqüestro?

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Eu fiz uma diligência, Excelência, no CEASA, porque a informação é que o que foi apurado, o José Edson da Silva trabalhou no CEASA. E ele levantou essa vítima. E nós descobrimos, eu fiz uma diligência com meus investigadores e descobrimos lá um comerciante que tinha, realmente, uma Dakota vermelha. E, curiosamente, esse comerciante possuía, na época, uma noiva, residente no litoral. E, duas vezes por semana, ou três vezes por semana, no período da noite, ele deslocava-se do seu estabelecimento comercial, com destino ao litoral e fazia, exatamente, o trajeto que os bandidos haviam nos dito. Saía da CEAGESP, Marginal, Bandeirantes, litoral. Rodovia dos Imigrantes, litoral.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Portanto, acaba coincidindo com aquilo que, nos depoimentos que...

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Exatamente. Então, eu o identifiquei e passei a informação ao Departamento de Homicídios e ele foi ouvido, no Departamento de Homicídios.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Bom, a outra questão, acho que das falas, dos esclarecimentos prestados, acho que me chamou atenção algumas coisas. Primeiro, a morte do travesti, de onde a quadrilha não tinha de onde tirar o resgate, ocorreu poucos dias antes.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** 13 dias antes. Da morte de Celso Daniel.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) **–** Ainda com esse número. 13 dias antes. De que a prática da violência no seqüestro também está confirmado em outras investigações, inclusive, das pessoas que vocês pegaram no cativeiro.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Sim. Quadrilha extremamente violenta. Tanto no arrebatamento, quanto com relação às vítimas em cativeiro. Isso nós pudemos constatar, quando nós estouramos um cativeiro em Santa Isabel, onde o "Monstro" e seus novos comparsas mantinham três vítimas em cativeiro, um menino de 11 anos e dois rapazes. Um deles, estava totalmente com a roupa manchada de sangue, de tanto que apanhou no cativeiro, porque era pobre. Erraram o alvo, em vez de pegar o filho do dono do comércio...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Parece que eles também tinham uma prática de errar alvo. Também não era muito incomum errar o alvo do seqüestro.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** E, queriam, pelo menos, dez mil reais da família e, a família só tinha dois mil reais a oferecer. E, também, o menino de 11 anos foi seqüestrado junto com a mãe. A mãe ficou cinco dias no cativeiro, e foi libertada, porque o pai do rapaz e marido da mulher estava com a perna quebrada e não podia correr atrás do dinheiro. Trezentos mil reais, na época, ele tinha um comércio de botijões de gás, e caiu para vinte e oito mil reais. Então, libertou a mãe e a ordem do "Monstro" foi aquela que eu expus, no início. "Arria o pau nela, porque ela vai sentir que nós vamos fazer a mesma coisa com o menino". E foi, exatamente, o que ela sofreu. Ela foi violentamente espancada antes de ser liberada. E, quando ela estava conseguindo o dinheiro para pagar o resgate do filho de 11 anos, que eu tenho até a foto dele aqui, nós conseguimos prender o "Monstro" e estourar o cativeiro.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Bom, então, além da prática de assassinar vítima, de ser violento com a vítima, o senhor afirmou, de forma muito categórica, que, durante todo o procedimento da investigação do inquérito, não havia ninguém cuidando destes acusados, ou seja, não havia ninguém acobertando, no sentido de dar advogados, de dar respaldo, de dar sustentação.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Não. Eu participei de uma audiência na, se não me engano,

na 5ª Vara Criminal Central de São Paulo, relacionada, exatamente, ao nosso Inquérito Policial de bando e quadrilha, que gerou denúncia, por parte do Ministério Público. O Juiz acatou a denúncia, e eu fui ouvido, como testemunha de acusação. Naquela ocasião, nós identificamos como membros dessa quadrilha, 15 indivíduos. 15. Relacionados com a morte de Celso Daniel, oito. Um menor e sete maiores. E, nenhum deles dispunha de Advogado naquela ocasião.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Durante todo o processo? Porque, teve o inquérito, a investigação, a condenação...

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Foi o único contato a nível de processo.

*(Inaudível).*

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Não, não. Nosso inquérito de bando e quadrilha. Nosso inquérito de bando e quadrilha, que gerou a identificação e prisão de todos, quando eu fui depor, no Fórum, nenhum deles dispunha de Advogado.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – A outra questão, que eu queria, também, ter, assim, clareza. O senhor diz que coincide as versões. As pessoas que deram a mesma versão, elas foram presas todas juntas ou teve prisão separada?

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Excelência, inicialmente foram presos Itamar Messias Silva dos Santos e Rodolfo Rodrigues dos Santos Oliveira, de apelido "Bozinho". Eles foram presos pela Polícia Federal, vindo da Bahia, dentro de um ônibus na cidade de Aparecida. Foram interrogados a respeito do caso Celso Daniel, na sede da Polícia Federal, onde confessaram suas participações com detalhes, inclusive, o Dr. Luna trouxe até a fita, contendo a confissão. Posteriormente, nós prendemos, no DEIC, nós conseguimos prender Marcos Roberto Bispo dos Santos, depois localizamos o José Edson da Silva, na Bahia, após a divulgação da foto dele, fui buscá-lo no dia seguinte, na Bahia, cheguei em Salvador, no DERIM, Departamento de Polícia Judiciária do Interior da Bahia, onde aguardei a chegada dos policiais civis de Vitória da Conquista, onde ele foi preso, com um nome falso. Curiosamente, o Delegado de Vitória da Conquista, distante dos fatos, distante da investigação de Celso Daniel, ele, ao perceber que ele estava com um dos envolvidos na morte de Celso Daniel na mão, com nome falso, ele tomou a cautela de ouvi-lo, em declarações, a respeito de Celso Daniel. E ele confessou lá para o Delegado de Vitória da Conquista.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sem qualquer contato, portanto, com o que estava já sendo investigado.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Eu consegui uma cópia dessa declaração. Quer dizer, ele confessou, na Bahia. Aliás, quando eu estava lá esperando, ele deu entrevista na Bahia, porque a secretária de segurança pública apresentou-o à imprensa, juntamente com os policiais da Bahia, e ele deu entrevistas e mais entrevistas, confessando a participação e confirmando tudo aquilo que havia dito em Vitória da Conquista e, aqui em São Paulo, ele somente confirmou o que já havia dito lá. Depois, prendemos o "Monstro", prendemos o Ivan Rodrigues da Silva. Por último, prendemos o Elcid(F) de Oliveira Brito, o "John", que também confirmou a sua participação. No dia da prisão do "John", nós tentamos prendê-lo, inicialmente, no mês de agosto de 2002 e ele conseguiu fugir, no Embu. Houve troca de tiros. Mas, nem eu, nem ele, nem os policiais saímos feridos. Depois de alguns dias, eu prendi o "John", na casa dos familiares do José Edson da Silva, na Rua Tomé de Lara Falcão, na favela do Sapé, na Zona Oeste da capital. Ele tentou fugir, meu policial conseguiu evitar a fuga dele e, os dois em cima do telhado, acabaram caindo, o telhado cedeu, caíram, o policial sofreu fratura de tíbia e perôneo e ele sofreu um ferimento leve. [risos] Chegando na delegacia, estavam lá os dois Promotores de Santo André, já aguardando, porque foram comunicados a respeito da prisão dele, [soa a campainha] Era o último no caso Celso Daniel e, Dr. Amaro e Dr. Wider, Roberto Wider, antes de eu elaborar o auto de prisão em flagrante, do "John" e do irmão do José Edson da Silva, o José Erivan Aleixo da Silva, que também participou no cativeiro de Celso Daniel, os Promotores conversaram, e ele expôs aos dois Promotores toda a versão, tudo que os demais já haviam confessado e o que nós já sabíamos, na realidade. Então, foram prisões em períodos distintos, por equipes distintas.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Distintos, em locais diferentes, equipes distintas e todas com a mesma versão.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Perfeitamente. Todas com a mesma versão.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Teve uma outra questão que me chamou bastante atenção, porque parece que, a decisão de matar, foi porque... Pelas informações já conhecidas e, agora reiteradas, houve um grande aparato de policiamento na favela do Pantanal. Portanto, os seqüestradores se sentiram já acuados com a presença, ou seja, a polícia já sabe que saiu daqui. Então... E, se chegou à favela do Pantanal, pelo rastreamento do telefone, das ligações dadas ao telefone do Prefeito Celso Daniel. Então, tem uma coisa que me chamou muita atenção. Deixa só eu concluir a minha pergunta que talvez, tanto o Dr.

De Santi, quanto o Dr. De Luna, podem esclarecer. Quem comunicou, quem e que hora... Por quem e em que horário foi comunicado o seqüestro do Celso Daniel? E, se o telefonema ou os telefonemas que foram rastreados se deu por orientação da polícia ou se o... Por exemplo, porque foi dito aqui que alguns dos telefonemas foram dados pelo Sérgio. Se esses telefonemas foram dados de livre e espontânea vontade, ele mesmo tomou a iniciativa de ligar, ou se isto foi uma orientação dada depois da comunicação do seqüestro? Isso me chamou bastante atenção, porque como tem toda esta suspeita, do Sérgio ter participado do mando, me causou curiosidade porque alguém que está participando do mando, não vai ficar telefonando, porque sabe, obviamente, qualquer pessoa sabe que pode rastrear. Isso não é algo que seja uma... Então me parece que este pequeno detalhe pode ser bastante elucidativo a respeito dessa questão aí de estar ou não estar participando, não querendo, obviamente, eliminar a hipótese do mando, mas, eu acho que o posicionamento de quem fez os telefonemas pode dar uma luz sobre esta questão. E, como eu já sei que meu tempo está acabando, eu quero aqui fazer mais, ainda, duas perguntinhas, para aproveitar. Foi informado, o Dr. De Santi informou que, o menor preso, acusado dos tiros, devia estar cumprindo os três anos de reclusão na FEBEM. E, quando foi comunicado que ele estava solto e desaparecido, o senhor descobriu que ele estava em liberdade assistida. E, por que é que estava em liberdade assistida, e desde quando? Alguém que é acusado, seria lógico estar em liberdade assistida, podendo, exatamente, correr o risco, já que tem toda essa celeuma em cima desta questão. Deixar uma pessoa em liberdade assistida, solta, não seria muito arriscado? Por quê? Por que é que foi dado liberdade assistida para alguém que deveria estar cumprindo os três anos de reclusão na FEBEM, não que, também, estando preso na FEBEM, não corresse o risco de ser assassinado, mas, me causou estranheza. E, o Dr. De Luna disse que foi indicado pelo PT. Eu queria ter mais esclarecimento, porque, a informação que eu tenho é que as investigações foram feitas pela polícia do Governo do Estado de São Paulo, durante o período de 2002, portanto o Governo tucano, e houve uma solicitação do Partido dos Trabalhadores ao Presidente Fernando Henrique, para que houvesse o acompanhamento da Polícia Federal. Então, eu quero perguntar ao Dr. De Luna se, ele estava se referindo a este pedido que o PT fez ao Presidente Fernando Henrique, para que a Polícia Federal acompanhasse, ou se o senhor estava dizendo que o PT disse" vai ser o senhor." Porque eu não consigo enxergar, alguém que não faça parte do Governo, o PT não era Governo na época, não estava no comando, nem do Ministério da Justiça, nem da Polícia Federal, o PT poder fazer a designação dos Delegados. Então, eu queria também este esclarecimento. E peço perdão ao Presidente, por ter me estendido.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quanto à primeira indagação da senhora, Senadora, pelo que nós temos, tão logo o Prefeito Celso Daniel foi [soa a campainha] Tirado do veículo, foi levado, o Sérgio "Sombra", vulgo de "Sombra", ele ligou para a PM 190 comunicando o fato. E isso está gravado e, salvo engano, isso consta dos autos. E nós fomos até o COPOM e o capitão que atendeu a ocorrência falou que, não só o telefonema dele, como houve...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Então, foi o Sérgio mesmo que comunicou o seqüestro.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim, segundo o capitão da PM. Mas, melhor quem pode dizer é os autos e essa fita da gravação que está lá. E, em seguida, começaram a chegar vários outros telefonemas de moradores, dizendo "olha, está tendo um tiroteio aqui". Estamos mandando viaturas para o local. Foi isso que narrou o capitão, narrou para mim, para o Dr. Marcelo...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – E os telefonemas que rastrearam o caminho dos seqüestradores?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim. Isso está nos autos, também. Salvo engano, tem um do Sérgio e, me parece que tem da PM, também. A primeira preocupação da PM foi, segundo o que o capitão me falou, foi procurar saber qual é o telefone, qual é o telefone da vítima. Porque, o que ocorre? Isso envolve quebra de sigilo. Não quebra de sigilo telefônico, de dados cadastrais que nós falamos. Não importa necessariamente em quebra, de interceptação, gerando interceptação telefônica. Então, isso tem que ser com autorização judicial. Muitos Delegados conseguem essas senhas, por um período de tempo, de três meses, quatro meses, cinco meses, dependendo na atuação dele. Então, se eu lido em determinada área, e, de repente a senhora foi seqüestrada, eu tenho como monitorar o telefone da senhora, saber a localização, as ligações efetuadas e recebidas, não importando isso, numa interceptação telefônica. Então, o COPOM, me parece, me parece não, eu tenho certeza disso, tinha essa mobilidade, com autorização judicial de pesquisar qualquer telefone, e ligar, "eu quero saber a localização desse telefone agora", aí o pessoal passar esses fatos, tanto que nos autos, logo no começo dos autos, do inquérito, está lá essa informação, vindo da empresa. Não me recordo, agora, qual é a companhia telefônica.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Me parece, portanto, Sr. Relator, que é absolutamente relevante e, nós podemos acessar a essas informações, tendo em vista que, a localização dos acusados e condenados, foi oriunda deste rastreamento dos telefonemas. Portanto, eu acho, absolutamente, importante nós termos a verificação se houve ou não uma medida adotada pelo Sr. Sérgio, no sentido de contribuir com a localização ou não dos seqüestradores. Eu acho que esse poderia ser um elemento relevante, até nessa história aí da ilação do mando, do envolvimento de A, de B ou de C. Então, eu já queria pleitear junto ao Relator que pudesse ser requerido dos autos, esta parte específica do rastreamento dos telefonemas.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quanto à segunda indagação da senhora, no que diz respeito à indicação, eu tinha acabado de voltar de São Paulo, estava investigando, ajudando a Polícia Civil no inquérito do seqüestro do Washington Olivetto e, quando eu cheguei aqui, o segundo homem na hierarquia da Polícia Federal, determinou que eu voltasse a São Paulo, para que participasse do caso do Celso Daniel. E, depois eu fiquei sabendo que essa minha, entre aspas, indicação, foi em razão de um agente de Polícia Federal que já tinha trabalhado com a gente de São Paulo, já conhecia o trabalho tanto meu como do Dr. Marcelo, que levou o nosso nome e falou: "As pessoas indicadas, que podem ajudar, são pessoas sérias, que podem trabalhar nesse caso e podem muito colaborar, são esses dois Delegados. E, esse nome foi levado, não sei se pelo Presidente Lula, na época candidato, mas esse nome chegou, sim, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que passou ao Ministro da Justiça que, por sua vez, passou ao Diretor-Geral, que, por sua vez, passou ao segundo homem na hierarquia, que, eu entendo que foi até a contra gosto dele, ir pra lá, porque ele já tinha indicado o Delegado Hermes, que foi o Presidente do inquérito da Polícia Federal, e nós ficamos fazendo o trabalho de campo, propriamente dito, de investigação.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas, de qualquer forma a indicação veio pela estrutura oficial Polícia Federal.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Com relação ao "Lalo", Senadora, ao adolescente. Semana passada, eu tomei conhecimento, através do jornal, de que esse menor estaria na condição de foragido. Pensávamos até que ele já tivesse cumprido os três anos de internação, porque é a medida, é a punição prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mais grave. São três anos de internação. E já foram, já se passaram os três anos. E, curiosamente ficamos sabendo que ele estava na condição de liberdade assistida.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas, ele cumpriu os três anos?

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Creio que sim. Porque já se passaram três anos. Desde a apreensão dele. Nós o apreendemos em abril de 2002. E, não poderia ficar mais do que três anos, segundo previsto pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. Agora, quem decide...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O senhor não sabe se ele foi colocado em liberdade assistida, antes de concluir os três... O senhor não sabe, desde quando, que ele está...

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Na semana passada, pelo jornal.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Mas, aí, de ele estar foragido, não de ele estar em liberdade assistida. Por isso é a pergunta de desde quando.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Eu nem sabia, da liberdade assistida. Pensei que ele tivesse já cumprido. Agora, com relação a quem decide sobre isso, é o próprio Juiz da vara especial da infância e da juventude.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permite, Senadora Ideli. Sobre o menor "Lalo", tendo em conta, então, que ele está foragido e, tomou a polícia as providências no sentido de achá-lo, porque, inclusive o Presidente Efraim Morais, ainda na semana passada, disse que, para esta CPI, seria muito importante até, eventualmente, podermos ouvir essa pessoa, e seria importante que ele possa esclarecer, quem sabe, se ele puder, até mesmo hoje, que é maior, comparecer à CPI trazer um depoimento, mas eu aproveito a oportunidade porque, como V.Sa. hoje ouviu a explicação do Dr. Carlos Prates, a respeito de como a reconstituição feita pela própria Polícia Civil e, tendo em conta o laudo médico, que não seria consistente que o menor "Lalo" teria efetuado os tiros, tendo V.Sa. ouvido a explicação do Dr. Carlos Prates, a que conclusão chega, se me permite.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Senador, eu não participei da reconstituição, ela foi promovida pelo Delegado do Departamento de Homicídios. Mas, o "Lalo", a primeira declaração prestada por ele, foi comigo, foi perante, inclusive, o representante da Câmara dos Deputados Federais, Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, e ele descreveu, ele deu detalhes a respeito do cativeiro, e da própria vítima, e dos disparos efetuados por ele, que nos levam a crer que, realmente, ele participou. Porque ele participou da execução. Ele falou, inclusive, que foi a mando do José Edson, o José Edson conduziu-o em seu veículo próprio, que era um Fiat Tempra,

O Celso Daniel, O Celso Augusto Daniel, prefeito de Santo André, foi levado até aquela rua, onde foi eliminado, no veículo Tempra, que depois foi apreendido, lá na Bahia, quando o José Edson tentou, trocou tiro com policiais da Bahia. Então, ele deu detalhes e, somente quem participou, é que poderia dar. Então, eu creio firmemente. Depois ele mudou a versão. Ele foi ouvido mais de dez vezes pelos Promotores.

*(Inaudível).*

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Oito versões diferentes.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O senhor viu que, por exemplo, o Dr. Carlos Prates mencionou que os tiros não foram dados naquele local.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Paulo Vasques.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É, Dr. Paulo Vasques. Segundo ele, segundo o laudo médico, os tiros foram dados em chão duro. Então...

*(Inaudível).*

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Pode ter ocorrido, de ele ter sido executado onde ele estava, no sítio, onde ele foi mantido como refém e, posteriormente levado até esse local. Na chamada desova.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Senador Flávio Arns.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, ainda Pela Ordem, Senador Flávio Arns, porque o Dr. De Luna afirmou que aquelas declarações do perito, logo no quente, no aquecido da investigação, feita numa reunião com a participação de muitas pessoas, foi de que não havia tido tortura. Inclusive, dando explicações o próprio perito deu explicações naquela reunião do ferimento na perna, do maxilar e tal. Então, eu queria já, requisitar, solicitar, fazer o requerimento para que o Dr. De Luna nos dê a lista de todas as pessoas que ele lembra que estiveram naquela reunião, para que a gente possa proceder, não precisamos ouvir, mas, pelo menos, que as pessoas sejam instadas a confirmar, ou não, as declarações dadas pelo Dr. De Luna, aqui. Acho que também é um elemento procedente, que eu quero solicitar a atenção do Relator. E, só por curiosidade, nas investigações que os senhores fizeram da quadrilha, da forma... Ou das informações da outra quadrilha lá do Dionísio, alguma delas tinha a ver com bingo ou jogos?

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Não.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) **–** Muito obrigado.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente, Dr. Edison e Dr. Luna, eu tenho três observações que, na verdade, o assunto já foi bastante discutido e... Mas, a primeira observação que eu gostaria, em relação à Polícia Civil do Estado de São Paulo, realmente ressaltar, assim, a qualidade do depoimento, a competência, o trabalho, a dedicação, a seriedade. Eu já tinha dito a mesma coisa para os outros dois Delegados que estiveram aqui nesta CPI. O espírito público, de investigação, de se buscar a verdade e, realmente fiquei, devo confessar, muito bem impressionado. E é bom que se diga isto e que se reconheça esse fato porque, ao mesmo tempo, a gente sabe que a Polícia Civil também, muitas vezes, vem sendo alvo de críticas, contundente. A gente sabe que existem problemas, também, em qualquer instituição existem problemas que precisam ser ultrapassados. Então, eu quero destacar isso e fazer o mesmo em relação à Polícia Federal. A Polícia Federal, no quadro atual do Brasil vem dando exemplos realmente de que com trabalho, assim, exemplar, sério, como já vem há anos acontecendo na instituição, realmente, pode contribuir, decisivamente, nesses crimes de outra natureza, como foi dito pelo Delegado Luna para ter, assim, um Brasil diferente, um Brasil melhor, e são duas instituições das quais o país precisa muito. E quero destacar, inclusive, a coerência que alguns Senadores, inclusive, não alguns, mas, poucos Senadores afirmaram que tomaria cuidado em relação aos depoimentos daqui para a frente, em relação às conclusões que chegaram, porque eu considero extremamente coerentes os depoimentos e, já dos Delegados anteriores, e, insistimos nesse aspecto de que a investigação foi séria, foi feita, e se chegou a uma conclusão. Agora, isso não quer dizer que fatos novos não venham. E, se vierem e forem provados, todos os Delegados que estiveram aqui disseram: "Se fatos novos vierem e forem investigados e provados, nós vamos mudar a nossa conclusão, também". Mas, isso não quer dizer que aquela investigação não tenha sido bem feita. Foi feita. Com os elementos disponíveis, não sei se há elementos novos, o tempo e o trabalho vai dizer se há, e se houver tem que aparecer, todo mundo deseja que apareça. Então, esse é o primeiro registro. Seriam só duas perguntas, agora. Primeiro, para o Delegado Luna, que mencionou que depois de uns, aproximadamente, 20 dias do assassinato do Celso Daniel, foi feito uma reunião com a participação de, aproximadamente, 20 pessoas, de cuja reunião, o senhor participou e com a presença do legista, Dr. Delmonte. E, naquela reunião o senhor mesmo fez muitas perguntas para ele, para esclarecer os fatos todos e que o senhor teria dúvida em relação ao depoimento dele nessa reunião, contradizendo o que ele faria mais tarde em relação ao aspecto de tortura. Poderia esclarecer melhor o que é que ele disse nessa reunião, em relação à tortura, na

presença de muitas pessoas, não só do senhor. Não sei se o Delegado Dr. Edison esteve presente nessa reunião. Não. O Dr. Luna, então.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Eu tinha essa concepção, essa conceituação já, de que ele poderia ter sido torturado ou seviciado. Não, em busca de alguma informação. Maus-tratos, propriamente dito. E, eu formei uma convicção também de que aquelas equimoses que ele tinha na perna, poderia ter sido dado um tiro de espingarda 12 e alguns fragmentos ter entrado na perna dele, penetrado na perna dele. E, tudo isso, o legista, com muita propriedade, ele argumentou "não, não é isso aí, resvalou algum fragmento de pedra, de piso, de alguma coisa assim, que fez isso", inclusive, até no próprio local de que ele foi encontrado, lá tem pedregulho, tem cascalhos lá. Então, na época o que ele me disse, palavra a palavra, olho no olho, ele me disse isso, que poderia ter sido esses fragmentos. Inclusive, um agente de Polícia Federal que acompanhava, falou: "Não, isso é perfeitamente possível, porque eu já tive um disparo acidental que minha perna ficou igualzinha, também". É um excelente agente de Polícia Federal que fez essa ponderação. Eu nunca tinha visto isso, mas me rendi a isso. Quanto ao queixo que estava voltado também, ele me disse que aquilo lá poderia ter sido pela queda. Como ele é muito alto, o centro de gravidade é maior, e ele sofre impacto maior e pode ter caído em cima de uma pedra e, pode ter acontecido aquilo. Essas foram as palavras dele, naquele momento. Então, eu fiquei tranqüilo no que diz respeito a isso. E, porque é importante essa...

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Ele não relacionou naquela conversa, então, pelo menos, de ter havido tortura.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Tortura propriamente dita, como se tivesse tomado, na linguagem que a gente fala, "tomado um pau", ele deixou isso aí descartado. Isso ele relatou para mim e para as demais pessoas lá que podem confirmar, as pessoas que estavam lá, nesse dia, na reunião. E, ali também foi discutido o aspecto daquela Blazer, se era aquela Blazer ou se não era, que foi encontrada, que tinha uma Blazer totalmente queimada, que estava recolhida lá no Instituto de Criminalística. E, essas reuniões são importantes, esse contato prévio com o perito é importante, em razão daquilo que eu já disse, porque muitas vezes o laudo demora. E até... E o papel é frio. Então, é bom falar com o perito. Nós tivemos um caso que eu também investiguei, a morte de um Delegado nosso, na época ele era correcional, ele fazia correições em inquéritos, o Delegado Alcioni Serafim de Santana, que, uma das primeiras providências que eu tomei, foi ir até o IML, vários colegas estavam tomando a frente das investigações, mas nós fomos até o IML, eu e outro colega, por sugestão minha, vamos até o IML, vamos acompanhar a autopsia, e acompanhar a autópsia. Porque, naquele momento, quando você está vendo, está abrindo, você já sabe. "Doutor, qual foi a *causa mortis*?" No caso do colega, foi traumatismo Raque-Medular e, ele não estava achando a *causa mortis*, porque (?) ele abriu, puxou a traquéia aqui, aí ele viu o furo. E, qual foi o projétil usado? O projétil usado foi 38, ou compatível. Posteriormente o Dr. Chelotti era o Diretor-geral, nós fomos para uma reunião, me convidaram, como eu estava com o inquérito na mão, designado para instaurar o inquérito e acompanhar. Na reunião lá "olha, foi uma nove milímetros, foi coisa de... Eu falei, "não, desculpa, foi um 38". Por quê? Possibilitou, naquele momento, saber. E aqueles fragmentos, que tinha aqui? Tudo isso, depois, foi se juntando. É como o Senador Tuma, que é um policial experiente, é um grande mosaico, que e as coisas têm que ir-se juntando e, as coisas têm que ser coerentes. Porque, qualquer coisa que sai fora desse contexto, não merece credibilidade. Então, eu digo, até onde nós investigamos, foi esse o resultado. Agora, doravante, se aconteceu alguma coisa aí não tenho a par. Eu sou que nem São Thomé.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Eu perguntei até para esclarecer isso, porque, além de querer conhecer os detalhes dessa conversa a que o senhor se refere, porque eu até perguntei para o Dr. Paulo Vasques por que é que teria havido essa interpretação, de não ter havido tortura, por parte do Secretário de segurança de São Paulo que deu entrevistas, inclusive, dizendo que não houve tortura e, ao mesmo tempo, por parte de vários Delegados. Os outros Delegados que estiveram aqui, também disseram que não tinha havido tortura. Mas é que esta conversa, realmente, essa explicação do Dr. Delmonte, em relação aos envolvidos na investigação, realmente, deve ter conduzido a esse pensamento. Que depois, ele colocando para o papel, talvez tenha colocado de uma maneira um pouco diferente. [soa a campainha] Em, ao mesmo tempo, justifica, eu diria, justifica o posicionamento do Deputado Greenhalgh, porque ele também participou dessa reunião. Ouviu toda a argüição, todos os argumentos, no sentido em que não tinha havido tortura. Porque ele foi falar com a família, e a família perguntou se tinha havido tortura, e ele disse não. Não houve tortura. Por quê? Porque ele estava se baseando nessa conversa toda.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Eu não lembro se ele estava nessa reunião. Me foge. Mas, o que eu quero dizer para o senhor e, se tiver aqui por juramento que o que eu estou dizendo, é a pura verdade, dessa

conversa que eu tive, porque, eu acreditava numa tese de ter sido seviciado, ter sido, ter sofrido tortura, propriamente dito. Ter apanhado. E, eu perguntei isso e, pelo tudo que é sagrado que eu possa jurar, foi essa conversa que eu tive.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor não deve jurar pela credibilidade que tem, perante o Senador.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Várias pessoas já atestaram, em relação a essa credibilidade. Eu só quero fazer uma última pergunta, então, para o Dr. Edison, e é importante esse depoimento do Dr. Luna, porque, realmente foi uma confusão danada, em termos de Brasil, inteiro, por que é que surgiu a idéia da tortura, que tipo de tortura, os investigadores perguntaram. Não aconteceu. Aí o pessoal diz que o Deputado Greenhalgh inventou isso e, na verdade, a gente vê, por tudo isso que ele também não inventou, que ele participou, par e passo, de todas as investigações. Então, isso lança uma luz, eu diria, para entender as razões pelas quais as pessoas acabaram interpretando de uma determinada maneira. Agora, só em relação ao Dr. Edison, muitas pessoas, envolvidas nesse caso, aqui na CPI as pessoas dizem "se há alguém envolvido com a morte do Celso Daniel, ou já foi assassinado ou vai ser assassinado". Será que o senhor [soa a campainha] Poderia explicar um pouco essas mortes que aconteceram e o relacionamento dessas mortes com o Celso Daniel? Só, rapidamente para ver se...

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Excelência, inicialmente, eu queria agradecer a deferência, com relação a minha pessoa e ao próprio colega Luna, que é da Polícia Federal, queria cumprimentá-los também pelo brilhante trabalho que estão fazendo através da CPI dos BINGOS e do CORREIO, uma coisa curiosa meus filhos de 22 e 23 anos, assistindo a uma Sessão da CPI pelo canal fechado. E, é um motivo de grata satisfação estar aqui. Nós temos uma grande felicidade, porque a figura do Delegado de Polícia está prestigiada, principalmente, porque temos um Delegado de polícia, que comandou, não só a Polícia Civil do Estado de São Paulo, como também, numa época a Polícia Federal e a Receita Federal, que é o Senador Romeu Tuma Júnior, o pai, que é o ícone. E, temos o filho, o Tuma Júnior, que é um grande amigo, Deputado Estadual por São Paulo. Quer dizer, a figura do Delegado de Polícia também sendo prestigiada, conquistando a confiança do povo que, inclusive o escolhe para ser o seu representante. Eu queria explicar para o senhor seguinte. O Dr. Armando esteve aqui, até, do Departamento de Homicídios, recentemente ele esteve nesta Comissão e explicou que as mortes de pessoas que teriam algum envolvimento, alguma ligação com os fatos ou com os envolvidos. A maioria delas, praticamente, já está esclarecida. Outro dia, até brinquei na delegacia, porque se eu morrer hoje, vão falar que é por causa do Celso Daniel. Eu perdi um investigador, no começo do ano passado, que morreu de bronquite aguda, em casa, com a via aérea obstruída. Faleceu. Participou, efetivamente da ação. Também faleceu. Outro investigador que participou...

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Uma morte parecida com a do Dr. Delmonte, inclusive.

**SR. EDISON REMIGIO DE SANTI –** Exatamente. No dia 30 de dezembro, perdi outro investigador, que foi vítima de roubo, em São Paulo, estava com a mulher, tentaram roubar o seu veículo, infelizmente, estava armado (?) reagiu e morreu. Também teve participação efetiva. São pessoas que moram num grande centro urbano. No sábado, tem mais um investigador, que levou quatro tiros na zona leste e está internado em estado grave no Hospital do Servidor Público de São Paulo. Pessoas que tiveram participação, ligação com a investigação. Então, é o ônus de morar num grande centro urbano, Senador. E, praticamente, todas essas mortes estão sendo investigadas, também, pelo Departamento de Homicídios e a maioria delas está esclarecida. Inclusive, a morte do Dionísio de Aquino Severo está sendo investigada pelo DHPP, que está identificando os indivíduos que eu citei aqui. "Sandro" e "Globo", nós conhecemos por apelidos. Então, são mortes que o próprio Departamento de Homicídios está esclarecendo e que nada têm a ver com o fato.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Muito bem. Agradeço.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não, Presidente. O senhor queria falar alguma coisa?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim. Eu gostaria, só, de mencionar, nesse caso específico, onde o Dr. Edison de Santi falou. É bem rapidinho. O Itamar, puxando pela ficha dele no IRGD, ele declara como a primeira residência, a rua Mauro. É uma favela, que fica próximo à São Judas, à igreja São Judas. É uma favela, uma pequena favela...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – De quem eu sou devoto.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** São dois. E, o que aconteceu? No afã de achar o Itamar, nós fomos e entramos, inadvertidamente, nessa favela. Eu, o Dr. Marcelo e o agente Sabino. Aconteceu na época. Isso vem...

*(Inaudível).*

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não. Na favela da rua Mauro. E o que...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Na São Judas.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Na São Judas. Isso, nós já estávamos fazendo a investigação. O que aconteceu? Nós entramos, e entramos numa boca de fumo. Nós fomos enquadrados, na linguagem policial, falando, mais de oito traficantes tiraram a gente de dentro do carro, colocaram a arma na cabeça da gente e iam matar a gente. 0 que é que nós estamos fazendo ali? O que é isso? E isso, os colegas até então não sabiam, isso está vindo à tona com o tempo que um vai falando para o outro, mas quando nós dissemos do que nós estávamos atrás, quem nós éramos, que éramos policiais federais, e eles tentaram até esculachar a gente, eu falei: você vai matar a gente, vai encher de polícia aqui. Então, naquela oportunidade, se nós tivéssemos morrido iriam fazer uma ilação. Então, até isso, isso foi, praticamente, dez dias após o crime ocorreu com a nossa equipe. E os traficantes, os ladrões, acabaram devolvendo as nossas armas, nós fomos sem olhar para trás, então até isso aconteceu, mas tudo olhando no olho de ladrão, falando para ele, olha, não é nada com vocês e também vocês não têm que saber o que é que é, e a arma aqui na cabeça, até por isso eu passei, nesse caso, não só eu como o Dr. Marcelo e como o agente Sabino, que hoje é presidente lá do Sindicato, então isso aconteceu. Se nós tivéssemos morrido poderia ter feito essa (?), mas não tinha nada a ver uma coisa com a outra, foi, entre aspas, uma negligência da nossa parte, entrar [*inaudível*] sem tomar as cautelas devidas numa favela dessa, nunca aconteceu isso...

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** Mas depois voltou e não achou ninguém.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Depois nós voltamos ali e cada um foi...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não, Presidente, obrigado. Primeiramente eu queria cumprimentar os dois colegas, o de Santi e o de Luna, tem o "d" para ajudar a gente, é uma expressão mais forte. Mas eu estou aqui durante todo esse tempo, de Santi, de Luna em homenagem aos senhores, porque hoje foi um dia cheio no Senado. Eu apenas me retirei um tempo porque eu tinha que estar na aprovação de um projeto que o Governador pediu e voltei para cá, praticamente eu vi tudo que tinha a ser esclarecido, a pergunta dos colegas Senadores, mas achei que não poderia me afastar em razão da própria angústia que vocês devem estar passando em razão de vários fatores que levaram as suas participações nesse terrível assassinato que constrange todo mundo, por isso que, às vezes, Senadora Heloísa, Senadora Ideli com todo respeito à senhora, a senhora fez uma pergunta, tem alguma razão de bingo? Eu entendi a pergunta, eu acho que a senhora tem razão num aspecto, mas eu sei que a senhora, o Senador Suplicy, o Senador Arns, eu, os senhores e a sociedade jamais viraríamos as costas para um processo desse que vem com uma indicação tão forte da possibilidade de um seqüestro e morte de um prefeito que gozava da confiança, do então, candidato Presidente Lula que se preocupou tanto com a morte, porque seria o indicado anterior ao Ministro Palocci para dirigir a parte estratégica da campanha que procurou o Presidente da República, eu acompanhei de perto, pedindo a colaboração da Polícia Federal na investigação, porque era inaceitável que fosse um crime comum, pelo menos, na visão do Presidente que não era o PT, não era nada disso, que nós não temos que misturar as coisas. E é claro que o Deputado Greenhalgh, então, pode ter sido chamado para acompanhar pela sua experiência anterior à defesa dos direitos humanos que o Tião Viana esclareceu. Quando se pergunta se houve tortura, ou não houve tortura, quem analisa o passado pensa na tortura da violência, no castigo físico, não na questão psicológica, ou no esculacho, como foi descrito, provavelmente, o Dr. de Luna, o perito, ele pode ter levado ao conhecimento do senhor que não houve a tortura física, que ele não identificou, não teria sido analisado ainda o que foi apresentado hoje pelo Dr. Paulo das modificações fisionômicas da rigidez cadavérica, da reação do rosto, e tudo isso que ele como psiquiatra, como médico pode chegar a uma conclusão diferente das nossas, quando se baseia o Delegado para ter uma conclusão. Então só do que causou a morte, os tiros que causaram a morte, mas como o que poderia ter antecedido a morte da vítima. Então, eu acho que é isso. Então, é difícil para a gente dizer que a CPI não pode continuar investigando porque não se trata de bingo, porque a coisa ficou tão terrível que vai colaborar com a polícia, tanto é que é a convicção dos senhores, tem que respeitar, porque o Delegado que não acreditar na própria investigação, ele tem que mudar de trabalho, ele tem que ser um funcionário administrativo, ou se convence daquilo que está escrevendo assinando, pode mudar depois se surtir novos fatos, mas ele jamais vai negar o que chegou à conclusão, porque senão vai desmerecer o próprio trabalho e a confiança da sua chefia. Imagine um de vocês chegar para o Desigualto e falar: eu acho que eu errei ali. Como é que fica perante o chefe que acreditou, endossou e falou a respeito das conclusões? É claro que há fatos novos, surgiram fatos novos em decorrência do que está sendo apresentado nessa CPI, tanto há fatos

novos que a polícia achou por bem reabrir o processo e designar a Dra. Elizabeth Sato que está trabalhando no sentido, talvez de formar um mosaico, porque fragmentou a investigação, cada um fez um pedaço e ela hoje, talvez possa congregar e chegar a uma conclusão, não diferente, talvez, mas se aproximando de uma coisa que tem duas investigações diferentes do Ministério Público, se eu estiver errado o senhor pode reagir me explicando, uma sobre o aspecto da corrupção, que é das empresas de ônibus e, provavelmente, a doação de bingos à campanha do Lula, que foi dito aqui do pronunciamentos de um membro da equipe do, então, Prefeito de Ribeirão Preto de que o bingo teria dado um milhão de São Paulo e um milhão do Rio de Janeiro. Mas eu não estou falando por isso, Senadora, eu estou só querendo confirmar os fatos que estão ocorrendo aqui. Então havia uma investigação, como há, que comprovadamente já existem dados de que estavam, realmente, recebendo dinheiro das empresas de ônibus que, provavelmente, não tem nada com o assassinato, a não ser que a versão de que ele queria terminar com esta operação em razão de ter uma colaboração mais direta com a candidatura do Presidente e não sabia de alguns detalhes de desvio de dinheiro para uma pseudo-quadrilha e não para o fundo de campanha que pode ter surgido o desejo do seqüestro que o Romeu Júnior me disse o seguinte: pai, eu não acredito que eles seqüestraram para matar, é uma hipótese que eu não sei se é viável, isso aí vocês poderão conversar. Eu acredito que eles queriam informações e alguma coisa importante que o Prefeito tinha conhecimento e que eles precisavam destruir e, talvez houve um erro dos bandidos que eram de alta periculosidade, que acharam melhor eliminar em razão de não terem conseguido e a pressão sobre eles começava a ser grande. Posso estar errado, eu não estou raciocinando em termos do que eu estou sentindo aqui, com todo respeito a todo mundo, eu acho que hoje o Senador Tião Viana foi claro quando colocou o procedimento do Deputado Greenhalgh, porque o Greenhalgh tem uma experiência muito grande, ele sempre defendeu presos políticos que em tese tinham sido torturados, então a tortura que ele visibilizava era aquela da época em que a pessoa era espancada, era violentada e tinha uma série de fatos que o próprio exame de legistas concluiu, e o legista pode ter achado uma violência psicológica de tentar desmoralizar a vítima antes de assassiná-la. Então eu estou querendo fazer essa comparação para não parecer que um fala uma coisa, o outro desmente. Talvez a indicação do senhor pode ter sido até por obra do Dr. Baltazar, talvez, não sei, eu volto porque o Baltazar era o responsável pela segurança do candidato Lula e colega seu que pode...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Foi pelo Agente Assis.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Eu estou falando porque podia... Já, já o senhor esclarece, não estou falando mal do... Porque o Baltazar... Esse cara eu confio, bota ele na parada que ele vai resolver. E eu também diria, bota o Lula na parada porque ele conhece investigação. Como eu te pedi hoje uma investigação. Eu falei: "Olha, você poderia nos ajudar a esclarecer isso e isso". Você topou na hora. Então eu já pedi até outras coisas que ele sempre está pronto a nos ajudar, provavelmente, pela relação não só quando da Polícia Federal, ele, Veronese e outros que trabalharam com vocês no roubo e tudo, que tem uma experiência diferenciada da polícia... Polícia Federal é difícil investigar homicídios comuns, homicídios de marginais, ela faz investigação de homicídios que você esclareceu dos três fiscais do trabalho que foi obra sua, o esclarecimento, a identificação e a responsabilidade dos mandantes.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O Dr. Celso, também, ele que presidiu, eu ajudei nas...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Eu estou falando, que são fatos que dão exemplos para dizer a responsabilidade [soa campainha] que os senhores têm. Eu acho que saí já do tempo.

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Não. Eu só gostaria de pedir um pouco de silêncio porque está perturbando um pouquinho, para o pessoal...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Agora para esclarecer o problema da verificação da favela do Pantanal. O senhor fez referência às primeiras duas prisões que o Luna fez em Aparecida de dois bandidos que voltavam da Bahia. Então não foi em razão da descoberta da favela Pantanal.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Foi.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Por que como é que ele chegou à prisão? O senhor tinha pedido a ele?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Houve uma reunião da qual eu participei, logo após que eu achei o ticket do plano de saúde do Celso Daniel. Fizemos uma nova reunião...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Estava no local que talvez fosse...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** É. Na rua do Guaicuri. Onde eles esconderam a Blazer verde e onde queimaram os documentos do Celso Daniel...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** É. O Romeuzinho me falou desse local que tinha um papelzinho que era...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Eu tenho até a foto do papel aqui. Aí nessa reunião participaram os peritos, os Delegados da Polícia Federal, eu, meu divisionário, o Dr. Emídio...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Não tinha ninguém preso aí?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** O Dr. Domingos Paulo, Diretor de AHPP, o Armando, o Mazi, e, inclusive, o Dr. Romeu Tuma Júnior pela seccional. Então nessa reunião ficou estabelecido o quê? Que cada um iria abrir o que tinha e nós abrimos. Eu mostrei a eles que tinha uma informação da favela Pantanal e já tinham cinco indivíduos identificados suspeitos, mas que estavam foragidos da favela. Então eu indiquei ao Marcelo e ao Luna porque naquela reunião que eu soube que estava no caminho bom, no caminho certo porque houve o rastreamento da ligação que dava na estação rádio base da região. Aí eu falei para eles, olha, inclusive...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Isso, o que senhor que tinha levantado, não é? O seguimento. Mas foi pelo telefone do Celso Daniel? Porque os bandidos levaram o telefone.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, levaram o Celso Daniel que estava com o telefone.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Deixaram tudo com ele?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Ele estava de posse de todos...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim. Do jeito que pegaram, colocaram dentro da Blazer e baixaram a cabeça dele e ele ficou ali, e ele estava de posse do celular dele, aí depois lá na favela, eu acredito que tenham tirado o celular.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Ele, talvez, tenha usado ou o bandido...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não. A provocação foi o contrário porque o sistema analógico antigamente...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu só estou perguntando para esclarecer porque é uma investigação muito bonita.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Só esclarecendo ao senhor, Senador. Antigamente o sistema analógico dava o deslocamento par e passo da pessoa independente do telefone ser usado ou não, então o sistema analógico antigamente, se o senhor estava aqui dava éber(F) aqui do Senado, se o senhor fosse lá para o Lago Sul dava, independente, do senhor fazer ligação ou não...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Saber onde o proprietário se encontrava.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Isso, só o telefone estando ligado.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Era um rastreador automático.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Isso. Aí posteriormente com o sistema digital aí tirou isso, hoje o telefone só dá se ele for provocado, ou se ele efetuar uma ligação, ou se ele, efetivamente, for usado. Então se o senhor fizer uma ligação daqui vai ficar registrada só essa ligação, se o senhor vai lá para Taguatinga e depois o senhor saiu e foi, vamos supor, para o Lago Sul, só vai constar, e se o senhor não usou o telefone do senhor, nem recebeu e nem efetuou ligação, só vai ficar constando que o senhor estava aqui...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Porque as outras antenas é que registram o uso do telefone...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Isso. Sim. E vai dando em que parte que ela está. Então foi feita essa provocação de antenas, então você faz uma provocação e você sabe onde que a pessoa está. Muitas vezes a gente faz isso, isso são dados sigilosos que a gente nem deveria estar comentando aqui porque o pessoal vai tomar precaução.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É pena que os bandidos começam a saber disso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** É meio complicado.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** E aí como dois integrantes da quadrilha são originários de Itabuna, eu falei com eles da Polícia Federal. Vocês têm base em todos os estados, de repente eles estão lá na Bahia em Itabuna, vocês têm mais recursos que nós. E foi o que aconteceu, prenderam três indivíduos, um que era irmão, apenas participou do caso do Celso Daniel e prenderam dois dos autores do seqüestro e de morte, o Itamar e o "Bozinho".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Isso na linguagem policial, Senador, eu até fiquei meio assim com o Dr. Agílio. Eu falei: "Dr. Agílio, olha, o pessoal da Polícia Civil já está no caminho certo, então o que a gente tem que fazer é só oferecer meios para eles". O Dr. Agílio disse: "Faça isso". Porque isso na linguagem policial se chama "galinhar cana do outro", que a gente fala. Então, ele fez todo o trabalho, quando ele vai, eu vou lá e prendi o cara. Pôxa, eu fiz tudo e você "galinhou minha cana."

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Mas entregou? Não pegou o ovo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não. Foi nesse sentido, mas nós fizemos isso avisando ao Dr. Desigualto. Doutor, nós temos condições de pegar essa pessoa lá em Itabuna se estiver lá, depois nós descobrimos que estava em Vitória da Conquista, nós conseguimos, depois eu vou rastrear em Aparecida, vamos prender esse pessoal tudo no *afã* de colaborar com a Polícia Civil quem tem atribuição para investigar esse crime, especificamente. Então, foi isso que aconteceu.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Muito bem. Parabéns, porque foi um trabalho bonito. Só para esclarecimento, porque a gente tinha a impressão que o Dionísio foi resgatado para organizar e fazer a logística desse seqüestro, e que teria contratado o pessoal da favela Pantanal, e o seu depoimento desqualifica essa possibilidade pela divergência dos dois comandos, o PCC e o CBRC que hoje é vergonhoso ter um comando desse aqui e ainda usando...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** É bem menor esse comando e está localizado num único presídio que é o José Parada Neto.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Provavelmente, eles querem ter uma vocação política para usar esta expressão. Mas aí eu fico já com uma interrogação grande sobre isto porque quando o Dionísio conversou com o Romeu Júnior, com a Advogada, então era para ter uma remoção, isso são dados que eu não tenho completo, porque eu não converso muito com o Romeu Júnior sobre atividade policial, mas quando teve esse caso eu fiquei um pouquinho preocupado e tal, se ele sabia alguma coisa, mas não insisti muito porque sabe como é, ele está lá na Câmara e tal, e o pessoal tem mais procurado. Ele disse, não, pai, ele conversou comigo e a Advogada queria uma remoção dele, então abriu a vaga lá no Brás, não é isso? Onde ele foi? Belém, no Brás onde tem a FEBEM, perto da FEBEM. Então nós perguntamos a ele se ele tinha segurança para ir para lá, porque nós sabíamos que tinham comandos divergentes e dos partidos marginais, de bandidos, não é partido político, mas eles, quando fizeram essas organizações, fizeram com base nas estruturas de partido político, tem direção, tem gente, assessor de imprensa, é como uma máfia que se organiza como uma empresa. Então nós perguntamos muito, ele e a Advogada e ele disse que não, lá ele podia ir, que as pessoas que lá se encontravam não tinha nenhum tipo de divergência com ele, ele tinha tranqüilidade perante o outro comando e tal, não tinha... Então, por isso que eu fiquei um pouco preocupado com o que o senhor falou agora saindo fora daquilo que eu tinha como uma visão do porquê que ele talvez tivesse sido assassinado, e o outro marginal Feitosa fez uma descrição para nós muito perfeita, de todas as conversas, de tudo que aconteceu, como foi combinado a ação. E aí quando eu leio o depoimento dos dois promotores sobre o caso do CEASA eles levantam a suspeita tremenda, e diz que a polícia realmente investigou o Dakota vermelho e que naquele dia o empresário estava usando um Corsa...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Ele foi com a Dakota até a residência e trocou de carro.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Ele estava com o Corsa e ficou praticamente dois carros parados na Ricardo Jafé que é caminho do litoral e que eram 19 quilômetros de distância, então não dava para seguir o carro original. Eu sempre achei e continuo achando, o senhor me desculpe, que não foi seqüestro de oportunidade... Quem conhece seqüestro, o senhor deve conhecer atualizado mais do que eu, eu participei de muitas investigações, mas há 12 anos.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Mais do que o senhor não.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Então, não há seqüestro quando o objetivo é o aspecto, um político ou um alguém que tenha um resgate forte a apagar que não tenha levantamento, logística. Eu tive na Nicarágua e vi os levantamentos que eles tinham do dono do Pão de Açúcar, de uma série de pessoas que eles estavam preparando uma organização terrorista que passou a praticar o crime comum, que realizaram dois ou três seqüestros grandes aqui. Então a logística deles é melhor que a nossa. Então, por isso que eu fiquei achando que é difícil explicar um crime de oportunidade, não é desconfiar do seu trabalho, porque eu acho que foi sério, foi objetivo, como o do Armando e dos outros, eu falo com convicção e não pode abrir mão dessa convicção. Então eu fico ainda na expectativa de ter alguns outros detalhes que talvez a Dra. Elizabeth possa, realmente, nos trazer para que a gente conclua esse aspecto de dúvida entre as versões que aparecem, porque o mosaico montado você não tem como fugir, fragmentou a investigação fica difícil, porque não é nem concorrência entre os órgãos que estão investigando, porque cada um está com uma visão direcionada pela ordem que recebeu. Concluiu, acabou, passa para o outro e não tem tais discussões, eu acho que nunca mais sentaram para discutir, talvez a Elizabeth tenha procurado hoje vocês para se atualizar. Quando o senhor falou da busca e apreensão lá na casa do Celso Daniel, quem foi o Delegado? Pode ser revelado ou não?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Foi o Dr. Hermes Riviero que foi o presidente do inquérito.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) **–** Vocês chegaram a fazer o inquérito completo?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não. Eu acredito que encerrou ali com a oitiva do...

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, não houve nem relatório?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, eu acho que houve uma determinação de competências.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E aí foi juntado no inquérito da Polícia Civil do HPP que então deve estar incluso lá. Porque quando eu ouvi sobre essa diligência, é claro que foi um informe, me contaram, que o Delegado foi impedido que fazer a busca completa na casa, impediram, quase que radicalmente, ele se assustou um pouco e resolveu não completar a diligência e teria informado ao Juiz que foi infrutífera a diligência. Eu não sei se isso... O senhor poderia me esclarecer ou se aquela explicação do senhor era suficiente?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Eu fico nesse campo também, tanto é que eu falei, que se fosse eu que tivesse a frente dessa diligência, doa a quem doer eu iria fazer, e eu digo que eu nunca sofri qualquer interferência dentro da Polícia Federal nesses 9 anos que eu estou lá, ninguém nunca chegou para mim e falou assim, faça assim ou faça aquilo, nós temos uma autonomia total. Não me lembro de ser conhecido algum colega que tenha um inquérito avocado, coisa comum em polícia judiciária, olha, você está contrariando o interesse do Delegado Geral, ou do Seccional, nós vamos avocar esse inquérito, na Polícia Federal não tem.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Na Polícia Federal eu passei uns bons anos lá e hoje eu conheço bem o Dr. Paulo que trabalhou conosco aqui e isto não tem influência de maneira nenhuma na designação do... Até porque hoje o Delegado Federal denuncia na entrega do... Então requerendo... Eu abri mão em razão disso e manda para frente. Eu queria até, antes de terminar, Presidente, amanhã é aniversário da minha cidade, São Paulo que eu amo muito, e vou aproveitar e fazer uso da palavra na Tribuna e entre as homenagens a São Paulo eu quero prestar a homenagem à Polícia que estão sendo vítimas desses comandos malditos que não se consegue destruir, porque eu acho que não tem que... Tem que destruir esses comandos, porque agir, matar policiais civis e militares, guardas municipais é uma afronta à sociedade que é inaceitável. Então dentro do aniversário de São Paulo, a minha homenagem principal, é a esses homens que garantem a nossa vida. Muito obrigado, eu agradeço.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Muito obrigado, Senador.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Nós é que agradecemos, Senador. Agradecer a sua presença aqui, já que o senhor provou hoje que é onipresente, está em todos os campos ao mesmo tempo, e agradecer pela forma como os senhores demais Senadores nos receberam hoje aqui.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente.

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Pois não, Senadora.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Eu queria, até porque o assunto foi trazido, eu queria pedir que pudesse ser incorporada aos autos a cópia do documento encaminhado pelo, a época, Presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva e José Dirceu Presidente Nacional do PT, no dia 22 de janeiro de 2002, a época, Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, aonde são solicitadas as providências do acompanhamento, inclusive, no ofício, eu vou ler aqui. "Face aos trágicos acontecimentos envolvendo seqüestro e assassinato do dirigente fundador do Partido dos Trabalhadores, Prefeito Celso Daniel. Demonstração da intolerável onda de violência que atinge o país. Vimos a V.Exa. solicitar especial atenção para que sejam envidados todos os esforços para esclarecimento e punição dos autores desse crime bárbaro, bem como do Prefeito de Campinas Antônio da Costa Santos. Para tanto gostaríamos de fazer algumas considerações sobre elementos que julgamos fundamentais para subsidiar as investigações. Consideramos de extrema importância: 1) a convocação de Agentes Federais da Polícia Federal de São Paulo. 2) a publicação pelo Ministério da Justiça de portaria conferindo plenos poderes e meios de trabalho à Polícia Federal para investigações, instalação de uma base de operações policiais operando nas ruas, exames imediatos de balísticas. 3) alargamento das hipóteses em que caberia escuta telefônica, busca e apreensão. Certo de que essas ações que, pelas vias normais, demorariam muito tempo serão decisivas para as investigações, solicitamos especial empenho do Sr. Presidente e somente assim poderíamos dar uma resposta à nação com o esclarecimento do crime e punição exemplar dos seus responsáveis". Então este é o documento que encabeçou o pedido do Presidente de honra Luis Inácio Lula da Silva e do Presidente, a época, do PT, José Dirceu, ao Presidente Fernando Henrique, no dia 22 de janeiro de 2002. Decorrência daí então a indicação dos dois delegados, especialmente, para acompanhar os trabalhos. Então, eu vou passar às mãos do senhor relator e queria pedir que agora nós pudéssemos assistir a fita, tendo em vista que havia sido combinado que ao final dos trabalhos, ainda com a presença dos dois depoentes nós pudéssemos assistir, para que caso qualquer questão ainda

a ser feita pudesse ser solicitado o esclarecimento aos dois depoentes.

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Pois não, Senadora. Eu vou atender V.Exa., agora, o Senador Suplicy, quer fazer alguma pergunta?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Brevemente, Sr. Presidente. Como, eu acho que foi no dia 13 de dezembro eu encaminhei ao Ministro Márcio Thomaz Bastos um ofício assinado pelos Senadores Romeu Tuma, Magno Malta e eu também, ocasião em que entregamos a transcrição do depoimento das notas gravadas do depoimento do personagem "Jack" que ali em Campinas teria, certo dia, observado às vésperas do assassinato do Prefeito Toninho um possível planejamento. E solicitamos ao Ministro Márcio Thomaz Bastos que encaminhasse ao Diretor da Polícia Federal para que então fosse feita a verificação sobre o quanto daquele depoimento tinha de veracidade ou não. Alguns dias depois, o Delegado Eriovaldo Renovato Júnior me informou que estavam sendo tomadas as devidas providências e que ele próprio, Renovato Júnior, e o Dr. José Pinto de Luna estavam se deslocando a Campinas, inclusive, para ouvir aquela testemunha e tomar os passos necessários para averiguar e, inclusive, então dar uma resposta à Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme, aliás, o Presidente, ainda na última semana, disse que gostaria de saber oficialmente a esta CPI. Como temos hoje o Dr. José Pinto de Luna, agradeceria se ele puder nos dar uma breve informação sobre os passos que estão sendo dados para averiguar em que medida se verificou o quanto de veracidade há no depoimento daquele personagem que falou como testemunha protegida, em caráter reservado. Eu avalio, dado que ele mencionou, que, por exemplo, havia um segurança ali de nome Emanuel que permitiu estar lá dentro durante os dias que ele ouviu, que era essencial, por exemplo, que a Polícia Federal e nós mesmos pudéssemos conhecer onde estar Emanuel e ouvir o seu depoimento para saber se, de fato, ele permitiu que aquela pessoa estivesse lá e presenciando os fatos. Então agradeço o Sr. José Pinto de Luna puder nos informar se tomou as providências para verificar, por exemplo, onde está o Sr. Emanuel, se procurou averiguar, se é verdade que ele, de fato, permitiu aquele personagem o "Jack" de estar dormindo no Bingo Taquaral, de tal maneira que ele pudesse averiguar? Havia outras pessoas que testemunharam, ou funcionários do Bingo Taquaral que conheceram o "Jack" e pudesse confirmar que ele, de fato, esteve lá àqueles dias e, portanto, dando maior grau de veracidade. Quero informar que esta testemunha conhecida como "Jack" se dispôs, Sr. Presidente, na hora que a CPI o desejar, inclusive, de vir aqui para esclarecer. Mas eu avalio que esses outros pontos e, quem sabe, o Dr. Luna esteja a averiguar sejam importantes para que nós possamos ter maior segurança e credibilidade na palavra dele.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA** – Eu estive em Campinas com o Dr. Renovato, estava presente o Advogado, o Dr.Vicente junto com "Jack" e também o irmão da vítima.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Paulo Roberto, irmão do Prefeito Toninho que, inclusive, fez o apelo, assim como a Sra. Roseane, viúva do Prefeito Toninho para que nós nos empenhássemos em averiguar o que de verdade há no depoimento do "Jack".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aí foi oferecida a ele proteção policial num modo de testemunha, e ele, ao ter conhecimento dos termos do serviço nosso de proteção à testemunha, ele não quis participar do programa e teria que ter uma aceitação dele para que isso pudesse ser feito. Então foi lido lá os termos. Houve algumas indagações a respeito do nosso Sistema de Proteção à Testemunha, tudo foi esclarecido pelo Dr. Renovato e ele não aceitou, na presença do Advogado dele e na presença do Paulo também. E diligências estão sendo feitas para se estabelecer toda a dinâmica dessa narrativa dele, no que diz respeito às alegações de ele ter sido ameaçado, ele foi ameaçado por fulano, por ciclano, por beltrano; são nomes que eu acho que não devem ser divulgados agora porque...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Exatamente, nós tivemos esse cuidado também, por isso que o depoimento foi reservado.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E nós estamos à procura dessas pessoas que trabalharam no Bingo, inclusive, diz que são ex-policiais, policiais aposentados, então isso está sendo feito sim, Senador, e assim que a gente tiver uma coisa conclusiva nós vamos passar ao senhor.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Então, fica a informação oficial da Polícia Federal dada agora a esta CPI.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E temos outra diligência também que...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Estamos prejudicando a fita da...

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** Mas uma pergunta da minha parte, só bem rápida, V.Exa e Senador Garibaldi, para amanhã está prevista a discussão do relatório sobre a parte da GTEC. Haverá a votação também, ou a votação será posteriormente?

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Discussão e votação.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** A idéia se é discussão e votação?

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Sim.

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sim, está marcado a discussão e votação, mas para as 2h00 da tarde.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** E a ordem do dia não se inicia também às 2h00 da amanhã, a exemplo da semana passada?

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Não sei.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** Haveria alguma possibilidade de deixar a votação para a próxima semana, só discussão amanhã e votação depois ou depende do encaminhamento?

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Só se houvesse um conflito com a ordem do dia um problema maior.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** Senão, é amanhã mesmo?

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – É.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** Obrigado.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Nós temos um caso também, uma diligência que foi solicitada, salvo engano, pela Comissão de Direitos Humanos, um relatório que esteve lá, nós estamos interagindo com o Ministério Público Estadual do GAECO, uma diligência na cidade do interior onde teve um caso relacionado com Campinas, também. Então são essas duas diligências que está...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** O episódio de Caraguatatuba?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Perfeitamente.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Muito bem. Está certo.

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Vamos agora proceder a exibição da fita. Solicito que a Secretaria tome as providências.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) **–** Sr. Presidente, eu vou só marcar presença e volto, porque eu não consegui ainda e como demora 40 minutos, eu quero ir antes de terminar a Sessão.

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Pois não.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente.

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Pois não.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Só seria, acho que importante, que pudesse ficar explicitado quem é que está prestando o depoimento, quem é que está sendo inquirido e qual é o papel que ele teve no procedimento da morte do Prefeito Celso Daniel, para se ter clareza do que vai ser apresentado.

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Durante a exibição pode ser feito isso, não é? Podemos começar.

*(Apresentação da fita)*

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Como é seu nome? Fala alto.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Rodolfo Rodrigues Santos de Oliveira.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quantos anos vocês tem?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** 19.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que dia você nasceu?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Nasci 7 de junho de 82.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Onde você nasceu?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Itabuna, Bahia.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Está certo. Me diz uma coisa, como é que foi esse seqüestro desse Prefeito que estão imputando isso a você?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Em primeiro lugar, senhor, o seqüestro não foi combinado, porque nós vimos que o carro era de nível alto e a gente pegamos esse carro, senhor, está entendendo?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Pode falar a vontade, pode ficar sossegado.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Na hora do seqüestro?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** É.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu estava em casa e o Edson chegou e reuniu todo mundo e falou que era dado.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Era o quê?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Era tipo dado. Só que esse não houve, aí nós combinamos quando voltamos para casa nós encontramos essa Pajero.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Vocês estão se referindo a um outro seqüestro?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Vocês iam fazer outro seqüestro, era isso?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Um seqüestro que seria um seqüestro dado.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Só que não houve.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Vocês iam seqüestrar quem:

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você sabe?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não sei quem é não, senhor. Eu não sei quem é esse cara não.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Mas tinha um carro no outro seqüestro. Que carro era?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Uma Eco 250.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então vocês iam pegar uma Eco 250?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Isso, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Não pegaram por quê?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Porque ele falou que o rapaz não tinha passado na hora não, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** E resolveram pegar o Prefeito por quê?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** A gente fomo pegar, aí a gente viu a Pajero passando, está entendendo?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que cor era a Pajero?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Se não me engano, parece que é verde escuro. Aí a gente fomo pegar essa Pajero, e aí o que aconteceu, o meu colega, o "John" estava pilotando a Pajero, na blazer eu, o "John" e o Itamar.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Como é o nome do "John"?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Só sei que o nome dele parece que é Elcides, parece.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O vulgo "John"?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quantos anos ele tem?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O "John" tem na faixa de 23 anos.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Quem estava dirigindo a Blazer?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O "John".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então na Blazer estava você, o "John" e o Itamar?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Isso, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que arma o "John" estava?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Se não me engano parece que era uma Glock Milênio.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Uma *Glock Milênio*? Você estava com que arma?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu estava com um oitão, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** 38? E o Itamar?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Estava com uma 11, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** 11? Essa que foi apreendida hoje?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não sei se era totalmente essa, mas era uma 11.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E no outro carro quem estava? Que carro era?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Era um Santana.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Cor?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Se não me engano, parece que era verde. Não tenho baseadamente a cor não, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Você não tem certeza da cor?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não tenho muita certeza da cor não, mas era [*inaudível*], duas portas, e...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não eram quatro portas?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não, eram duas portas, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Modelo novo ou antigo?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Modelo novo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Os dois carros eram roubados?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O Santana foi roubado aonde?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O Santana? O Santana foi roubado em Diadema, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quem que pegou o Santana?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O Itamar e o "John".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O Itamar e o "John" pegaram o Santana em Diadema. E a Blazer quem que pegou?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** A Blazer, senhor, não vi quem roubou não, mas ouvi um boato que quem roubou essa Blazer foi um de menor, o "Kit".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O "Kit"? E vocês chegaram, foram abordar o veículo? Conta para a gente como é que foi? Como é que iniciou o assalto. Pode falar.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** A gente era para pegar esse [*inaudível*], só que nós não encontramos.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** A 250, não é?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É a 250, aí a gente estava indo no sentido para casa, o Prefeito estava no sentindo indo.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Onde vocês estavam?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Na mesma avenida, só que lá embaixo, no farol, quando a gente estava parado no farol, aí o que aconteceu, nós estava nesse farol daqui e o Santana no farol da frente, só que estava fechado para mim, para a Blazer e para o Santana lá na frente e estava aberto só o farol da Pajero, aí o Pajero passou, quando a Pajero passou nós estava no farol fechado e a gente avistou a Pajero passando, aí, imediatamente, a gente fez a curva pela contra mão assim, [*inaudível*] a perseguição da Pajero.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Mas vocês já tinham combinado de seguir esse primeiro carro? Ou vocês telefonaram, vamos atacar esse. Como é que foi o contato de vocês?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não. Já foi falado, fala assim, o primeiro importado que vê pode travar.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** O primeiro importado?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É. Aí o que aconteceu? Aí a Blazer encostou na Pajero, aí a Pajero, não sei se foi a Pajero, não tenho certeza se foi a Pajero que bateu no fundo do Tempra, no carro branco, sei que ela pisou no freio, a Pajero, aí a Blazer desceu direto, aí depois a Pajero deu uma ré, no que a Pajero deu uma ré eu afetei um tiro na traseira com o calibre 38, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** A Blazer bateu na Pajero?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** De lado, senhor, aí a Pajero deu uma ré com o pneu furado e saiu, desceu, quando desceu que subiu a metade da ladeira a gente acompanhamos, e aí o que aconteceu? A gente passou direto, no que a gente passou direto, a Pajero parou aqui mais ou menos e a gente passou direto e entrou na rua e aí a gente deu uma ré, voltou, batemos de novo, parece que foi na lateral da Pajero, e aí o que aconteceu? Aí o nosso colega, o Itamar deu uns tiro na Pajero...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Tiro de metralhadora?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É. Aí eu forcei a porta.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Que porta?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** A porta do...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Que lado ele deu o tiro de metralhadora? Do lado do Prefeito ou do motoristas?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Do lado do motorista, aí depois ele passou para o Prefeito.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O Itamar mesmo que passou para o lado do Prefeito?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Isso.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Você estava de que lado?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu estava do lado do Prefeito, na hora que eu dei um tiro no lado traseiro aí eu peguei e fui atirar no prefeito, atirei no Prefeito e passei para o Itamar que estava na Blazer e do lado do secretário, eu tentei abrir a porta, não consegui não, aí eu, imediatamente, voltei correndo, entrei dentro da Blazer e a Pajero ficou lá descendo de ré.

E porque vocês não puxaram do outro lado também se a porta do Prefeito estava aberta? Não pegaram o motorista também?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Porque a gente já tinha pensado, a gente já tinha gritado e eu ouvi que justamente aquele vidro da porta traseira, eu vi que tinha um revolver, eu vi que tinha um resolver, deu para ver, tava dando para ver o resolver. E aí eu que estava pegando o oitão, não foi nem tiro, foi o bico do oitão.

No vidro?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** No vidro.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Quem estava no Santana? O Santana não teve participação? Até

agora você está falando inglês. Onde que entrou o Santana?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Aí o que aconteceu. Quando a gente deu a ré, quando a gente foi entrando que deu a ré e que entrou na rua errada, aí no que a gente deu a ré aí já bateu no Santana, já estamos com bico e aí a gente pegou e adiantou, o Santana...

Já está com o bico?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É. O bico é o Prefeito, senhor, e aí nós pegou e adiantou para a favela, só que o Santana não vem na bota não, aí quando nós encostou na viela assim, senhor, aí lá vinha o Santana, aí encostou o fundo do Santana com o da Blazer assim, aí tiramos o Prefeito da...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas vocês não sabiam que era o Prefeito?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não sabia.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E ele falou para vocês que era Prefeito? O que ele falou para você?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não falou nada, senhor, ficou totalmente mudo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Totalmente mudo? Ele não falou nada? Não pediu pela vida dele? Não disse nada?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não pediu nada, não falou nada, senhor. E aí o que aconteceu, a gente pegou tirou ele e pôs no Santana, quando a gente pôs ele no Santana...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Em que parte do Santana?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** No fundo, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** No porta-mala?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** No porta-mala, senhor.

Como é que estava o estado do Prefeito dentro do carro? Tinha algum cheiro estranho?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Se tinha algum cheiro estranho nele?

É.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Tinha não. A gente pôs ele dentro do porta-mala, quando a gente...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você que ajudou colocar ele no porta-mala?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Foi, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E ele pediu alguma coisa? Falou alguma coisa?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não pediu nada, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele ficou quieto?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Ficou quieto, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Quem eram os ocupantes do Santana?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Os ocupantes do Santana era o Marquinho "Macalé", esse neguinho que eu falei para o senhor, eu não vi a feição dele, e esse Edson, senhor. Aí nós perguntou o Edson, e aí você vai levar? Ele disse: eu vou levar. Aí ele foi levar.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele seguiu quem? O Edson levou o Prefeito com quem?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Com o Marquinho e com esse "Neguinho", senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então, o Marquinho sabe onde foi o cativeiro que levou?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Sabe, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Você não sabe dizer do cativeiro?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu não sei, senhor, eu não sei dizer.

Não ficou na favela?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não ficou na favela, senhor. Na favela ele não ficou.

E como é que é esse Edson?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Esse Edson, ele é um branco de barba, com cabelo mais ou menos assim para cima, senhor, com os dentes podre na frente.

Dente podre?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Quem era o motorista do Santana?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O motorista do Santana era o Marquinhos.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Marquinho? Qual o apelido dele?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** "Macalé".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E na Blazer, quem que está mesmo?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu, que sou o "Bozinho", o Itamar e o "John".

Quem estava dirigindo?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O "John".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Agora me diz uma coisa, aonde que o Ivan entra nessa história, o tal de "Monstro"?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Senhor, se eu falar para o senhor se ele estava na

hora com a gente, só se foi ele no Santana, porque o rapaz que estava dentro do Santana, eu não vi.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** O Santana quem? Quem é o rapaz? Você diz o "Neguinho" que você não sabe dizer quem é a pessoa?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Que eu não vi quem era a pessoa.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Você quer dizer que o "Neguinho" pode ser o Ivan?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Pode ser. Eu não tenho certeza. [interrupção no áudio]. o "Neguinho", aí eu sei descrever se é ele.

Mas tu conhece o Ivan?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Se eu ver eu conheço.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** E por que mataram o Prefeito?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Aí o que aconteceu, voltando o assunto, aí nós pegou e levou o cara para o cativeiro, eu peguei e fui para dentro de casa, eu e o Itamar fomo para dentro de casa.

Saindo da favela, ou foi na favela o cativeiro?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Saiu da favela, senhor, aí ele foi lá para o cativeiro, e eu peguei e fui para dentro de casa, e aí quando eu fui para dentro de casa o que aconteceu? Eu entrei para dentro de casa e daqui uma meia hora eu peguei, meia hora não, uns vinte minutos, eu liguei a televisão e estava vendo, o seqüestro do Prefeito, e aí eu vi pelo rosto do Prefeito e aí eu peguei, o Itamar pegou e ligou para o Edson e deu ocupado, estava dando ocupado o telefone naquela hora, e aí o que aconteceu? No outro dia o Itamar pegou e ligou. Edson, solta o rapaz que o rapaz é o Prefeito de Santo André. Aí o Edson falou: ele viu sua cara e a cara do "Bozinho". Aí o Itamar falou assim...

Quem falou isso, o Edson?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O Edson. Aí eu falei bem assim, "Não tem nada a ver não". Aí o Itamar falou assim: "Que não tem nada a ver não, foda-se, solta o cara". Aí ele falou assim: "Vai soltar?" Ele falou assim: "Eu vou soltar". E no dia seguinte que a gente ligou para ele, eu falei, "Aí Edson, soltou o Prefeito?" Ele falou assim: "Ah, matei. Matei porque foi que nem eu disse a você, tinha visto a sua cara e a cara do 'Bozinho'".

Que horas vocês ligaram para ele, no sábado? Vocês pegaram sexta, digamos, quase meia noite. No sábado que horas vocês ligaram para o Edson para ele soltar? Ou de madrugada mesmo?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não. No sábado.

Que horas, mais ou menos?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu acho que tinha na base de umas 6 horas.

Da tarde ou da manhã?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Da manhã, senhor, foi da manhã.

Aí o Edson falou que ia soltar ele, não é?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Foi senhor, aí o Itamar falou assim: "Solta o cara, o cara é Prefeito de Santo André". Ele falou assim, "Mas aí como é que fica? Ele viu a sua cara e a cara do "Bozinho"". Aí o Itamar falou assim, que, foda-se a minha cara e a cara do "Bozinho", "solta o cara". Aí ele falou bem assim, "Vou soltar". Aí o Itamar falou assim, "Eu vou confiar na sua palavra", aí ele falou assim, "Você pode confiar". A gente ligou, e quando a gente ligou, quando a gente ficou sabendo era umas duas horas da manhã. A gente ligou para ele, e a gente pensou até que era brincadeira, daqui a pouco a gente viu pela televisão. Aí deu na televisão que o Prefeito de Santo André tinha sido assassinado.

E aí vocês ligaram para ele?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Nós ligamos para ele para nós saber, aí ele falou para a gente que ele tinha matado e depois quando eu fui ver.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Foi sábado durante todo o dia vocês não tiveram mais contato?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Com ele?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Com o Edson.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Com o Edson tivemos.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Que horas vocês falaram com ele de novo? Primeiro de manhã falaram, "Olha, então vou soltar ele", não é?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Foi. Nós ligou de manhã, "Vou soltar". E aí quando foi 5h00 da tarde a gente pegou e ligou. "Soltou o rapaz, Edson?" Ele falou assim: "Soltei". Aí quando foi à noite umas 2h00 da madrugada, se não me engano, parece que eu ouvi uma reportagem que o Prefeito de Santo André tinha sido morto.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Mas tu já ficou sabendo de madrugada isso, que estava morto?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O senhor não está entendendo, senhor. A gente mandou ele soltar.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Certo. Isso sábado?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** No sábado. Aí ele falou para a gente que ia soltar, e aí o que aconteceu? Eu confesso a palavra, e aí

a gente ligou para ele umas 6h00 da manhã, se não me engano, umas 6 ou 7 horas da manhã. Aí ele: "Vou soltar". Tudo bem. Quando deu 5h00 da tarde, se eu não me engano, o Itamar parece que ligou para ele e falou: "Você soltou?".

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Ligou para quem?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Para o Edson. Para esse cara que estava com o Prefeito. E aí se eu não me engano, parece que ele falou assim, parece que ele tinha falado que tinha soltado, só que o Prefeito estava na mão dele, e aí quando foi a noite, não sei se porque a gente tinha visto a reportagem e aí tinha achado o corpo do Prefeito de Santo André.

Você lembra o número que você ligou para ele?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não foi eu que liguei não, senhor.

Você não sabe o número?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não. Não foi eu que liguei, só quem tem o número do telefone do Edson é o Itamar, senhor, eu não tenho o número.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Me diz uma coisa. O "Monstro", você não sabe desse cara, do Ivan? Você sabe quem é ele?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Se eu ver uma foto dele eu conheço.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Conhece lá da favela?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Da favela eu conheço o "Monstro", senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Como é que ele é? Como que é o rosto do "Monstro"?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Tipo uma boca meio torta, se mão me engano.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Por que essa boca torta?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu não sei, parece que é calvo, cabelo assim para cima.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Tem tatuagem?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E o seu irmão? Qual a participação do seu irmão nessa história?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Meu irmão, senhor, meu irmão não tem participação alguma nisso aí.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas ele fugiu com vocês?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Ele fugiu porque no momento ele ficou apavorado, que meu pai sabia que ele tinha participação... Meu pai sabia que eu tinha participação nesse seqüestro, só que aí quando os policiais pegaram meu pai, meu pai ficou com medo e os policiais perguntou qual que era o meu nome e o nome do André, que é o meu irmão. E aí ele pegou eu deu o nome do meu irmão.

Qual o apelido do seu irmão?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** "Cara Seca". Aí ele pegou e deu o nome do meu irmão.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** O "Cara Seca" não participou então do seqüestro?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não, não participou.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Só participava dos roubos com você?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não, que nem eu falei para o senhor, eu nunca roubei com ele não, mas eu fui para um negócio com o "Didi", que ele conhece o "Didi", só que lá não chegou a roubar nada não.

Mas o "Cara Seca" rouba?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Senhor, eu acho que rouba, isso eu não tenho certeza, senhor, porque ele não andava comigo não, tipo...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ok. Mas ele fugiu com vocês e vocês foram lá para Salvador e lá, parece que vocês perderam uma arma. Como é que foi a história dessa arma aí?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Essa da arma foi o seguinte, senhor: meu irmão conhecia esse "Didi".

"Didi" é o taxista? Ou o irmão do "Didi" que mora na favela?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não. É o taxista.

Como é o nome do irmão do taxista que mora na favela?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Que mora na favela aqui?

É.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu não sei onde que ele mora não, senhor.

Mas como é que o teu irmão conhece o "Didi"?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu não sei, é por isso que eu estou falando para o senhor que eu não sei, aí o meu irmão falou que conheceu um rapaz em Esplanada. O que aconteceu? Ele foi para a Esplanada.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Saiu daqui de São Paulo e foi para Esplanada?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Isso, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quem que foi? Você...

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu, o Mauro...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quem é Mauro?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O Serginho, o "Cara Seca" que é meu irmão e o "Alemão". Aí nós chegou quando nós foi para lá. Antes de nó entrar numa distância da casa dele, da rua dele, ele botava dentro do porta-mala, (?) dentro do porta-mala.

O taxista não é:

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É. tipo para não ficar (?) no carro dele, e dessa vez eu ia para o porta-mala, o Itamar ia para o porta-mala.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E quem que é o Mauro?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O Mauro é o Serginho, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Participou do negócio também, ou não?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Participou, não senhor, nem o Mauro que é o Serginho, nem o "Cara de Gato".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E o "Cara de Gato" estava com vocês também, ou não?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você sabe o paradeiro dele?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não sei não, senhor, o paradeiro dele.

E o "Alemão" participou disso?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O "Alemão" também não senhor.

Por que o Serginho e o "Alemão" fugiram junto com vocês?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É porque tipo ele ficou sabendo que a gente ia catar um, com licença da palavra, a gente ia catar um barato em Salvador.

Que barato é esse?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Tipo é... Não sei não, o "Didi" que está vazando lá.

Assaltava, seqüestrava? Ia assaltar? Assaltar o quê?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Ele estava (?) do carro forte, só que quando ele chegou lá ele falou...

Vocês foram para Salvador fazer um carro forte?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É. Quando chegou lá ele falou que não dava para a gente fazer porque as armas que a gente foi não era apropriada para isso.

Quem falou isso?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O "Didi".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E com que armas vocês foram?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Foi uma 380 para o meu irmão, uma 380 para o Mauro e a Milênio Glock para o Itamar.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E a metralhadora também não tinha subido não?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Essa daí ficava aqui em baixo?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quando que essa metralhadora subiu?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não entendi, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quando que essa metralhadora foi lá para cima?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Quando que essa metralhadora foi lá para cima?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Foi lá para a Esplanada? Foi com vocês. Ela não estava com o Itamar. Como que essa metralhadora chegou?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Lá na Esplanada?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** É.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Essa metralhadora não chegou até a Esplanada, não senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Estava com vocês, o Itamar... Não estava com o Itamar essa metralhadora?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Estava.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Está bom. Agora vamos falar do negócio do Prefeito. Depois que vocês pegaram o Prefeito, qual a rota que vocês fizeram. Vocês conheciam a região ali ou não?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Senhor, eu não conhecia não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quem estava pilotando a Blazer, novamente, fala para mim.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O "John".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O "John". Aí o "John" pegou e saiu arrastando, mas o Prefeito em momento algum ele não falava nada? Ele não falou nada? Vocês colocaram ele aonde? No banco de traz?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Tipo sentou eu e o Itamar no banco traseiro, senhor, e o "John" foi na frente pilotando e ele ficou tipo deitado entre o banco traseiro e no assoalho da blazer.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Tinha alguma espingarda na fita? Uma 12, alguma coisa assim, não?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não tinha não, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não tinha nenhuma 12?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Está certo.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Mas tu não sabe se dentro do Santana não tinha? Com o Edson?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Que eu saiba não, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Alguma vez o Edson já usou uma 12?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Se ele já usou alguma 12, senhor, não foi comigo não, porque foi a primeira vez que eu vim com ele, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Está bom, então. Então, quer dizer que você não sabia que o cara era Prefeito, foi aleatório o negócio, foi assim pegou por pegar e vocês queriam que soltasse ele?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Foi, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** É isso mesmo?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Com certeza, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Você teve vontade de seqüestrar, mas não quis matar?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Se eu soubesse que ele era Prefeito no meio do caminho eu soltava ele.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Mas você quis seqüestrar?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não só eu, como todo mundo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Para se adiantar não é ladrão?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Com certeza.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** O Itamar também não queria matar o Prefeito?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Quem matou o prefeito?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Foi esse Edson, eu tenho certeza que foi esse Edson e o "Neguinho", eu tenho certeza.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E o cativeiro? Não tem como levar a gente no cativeiro?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não sei onde é, senhor, se eu soubesse onde era esse cativeiro...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O Marquinho sabe onde é esse cativeiro? Porque ele saiu num Santana junto depois, depois que vocês colocaram.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Ele pôs o Prefeito no Santana e foi junto.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele foi junto? O Marquinhos foi junto?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Ele foi junto.

E essa Blazer ficou aonde?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Essa Blazer ficou na favela.

Guardada onde?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Numa casa de um ex-mineiro.

Um ex o quê?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Um tal de mineiro, senhor. Aí o que aconteceu, a gente pegou a Blazer e pôs lá dentro, aí no dia que a gente foi tirar para dispensar ela, ela não estava pegando no tranco, não estava pegando na chave. Quando a gente vinha com ela, ela estava pegando na chave, quando a gente tirou da garagem não estava mais. Aí ajuntou eu, o Itamar e o "Kit" e tocamos fogo.

Aonde?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Lá perto do lixão.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Como é que vocês levaram? Empurraram até lá?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Foi no empurrão, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E os bagulhos que estava dentro dela? Os papéis que depois apareceram lá, aquele plano de saúde do Prefeito? Onde que estava esse negócio? Vocês deram uma geral no carro? Como é que foi isso?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Sobre esse negócio desse plano de saúde, senhor, foi o seguinte: o "John" que deu uma revista no carro falou que não deixou nada, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Não deixou nada lá?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Foi.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Como é que apareceu na casa?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Ele ainda chegou a comentar, como é que, não sei se foi o DEIC. O DEIC é que foi lá, senhor? Ele chegou a comentar assim. Eu falei, como é que o DEIC vai lá fazer a perícia e depois de dez dias volta e faz a perícia de novo e acha um plano de saúde do Prefeito? Ele falou que tinha certeza que tinha queimado tudo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quem falou, o "John"?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Isso.

Mas o local que foi encontrado esse papel do plano de saúde foi o local que vocês limparam o carro? Tiraram as coisas de dentro do carro, ou não?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Foi dentro da Blazer.

Foi no local que vocês limparam a Blazer?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Foi dentro da garagem, senhor. No dia que estava limpando a Blazer eu não estava não, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E os bagulhos do Prefeito? Carteira...

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Disseram que foi queimado, senhor.

Aonde isso?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não sei onde ele queimou, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** e o celular do Prefeito?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O celular do Prefeito foi junto com o Edson, não sei se ele quebrou, não sei que fim deu.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas me diz uma coisa, você estava falando que o "John" estava na Blazer. Então o "John" não seguiu junto, quem seguiu com o Prefeito foi o Edson...

O Edson e quem mais?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O Edson, o Marquinho "Macalé" e esse "Neguinho", senhor.

Que pode ser o Ivan? Não que seja.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Pode, não que seja. Eu vi, mais ou menos o rosto desse Neguinho.

Ele é neguinho mesmo ou é branquinho?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Ele é neguinho, senhor, tem uns orelhões assim para cima, senhor, tem os dentes montado na frente, amontoado.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas e aí, "Bozinho", e agora? Como é que... Você está arrependido?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu vou falar para você, se arrependimento matasse eu estaria morto, certo que eu sei que vou pagar por esse crime, por esse negócio que eu fiz aí, não digo pelo assassinato dele, que eu estou de coração mesmo, meu coração está... Sobre isso aí, o assassinato dele, o meu coração está livre, aliviado, certo que eu posso ter algum envolvimento porque o fato de eu ter tirar ele do carro dele, mas sobre o assassinato dele, senhor, eu continuo batendo o pé que eu não tenho nada a ver.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** E tu tem certeza que o Edson, não era esse carro que ele queria, na verdade? Ou tu tem dúvida sobre isso?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu tenho certeza.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Que não era para ser a Pajero, era para ser a 250?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Era, senhor.

Foi aleatório o roubo? O seqüestro foi aleatório, então?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Sim, senhor. Aleatório é o quê, senhor?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Escolheram um carro.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Foi à toa?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Parou um Santana e a Blazer e ele falou bem assim: "Já que o que era para a gente pegar nós não pegamos, o primeiro importado que a gente ver, a gente trava".

Mas vocês viram passar a 250? Ela passou e não deu para fechar ou o cara não deu a informação... Que estava dando essa 250, não é?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** A gente ficou esperando e ela não passou não, senhor, mas não foi no mesmo lugar, foi numa rua mais atrás.

Mas alguém estava andando nessa 250 com o Edson, não é?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu acho que sim, senhor. Eu não tenho certeza não, eu não andava muito com o Edson, não, a minha conversa com o Edson só foi uns 20 minutos.

Mas a Pajero, então a Pajero não era, ou será que o Edson não armou... Não, depois vamos para uma 250, para não dizer que era a Pajero?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não, não, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Foi aquela coisa, o primeiro importado que passar, se passasse, vamos supor, uma Cherokee?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Pegava, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Foi infelicidade de ele estar passando naquela hora mesmo?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Isso, senhor.

E por que vocês não levaram o motorista, também?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É que nem eu estou falando para o senhor, quando a gente tirou o velho, o senhor de idade, o Prefeito, eu arrudiei e fui tentar abrir a porta do motorista. Eu ainda cheguei a pegar o motorista, só que não dava porque a porta estava aberta, não sei se era o "brack" de mão, a porta do Prefeito estava aberta, eu tava puxando pela porta do Prefeito, não sei se era o "brack" de mão que não estava puxado, eu sei que começou a andar e não tinha como tirar ele, senhor, aí chegou uma hora que ela desceu...

Tentou puxar ele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Chegou uma hora que desceu mais rápido um pouquinho.

Mas o cara não reagiu, se deixou puxar, como é que foi a reação dele?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Ele ficava sempre com a cabeça assim, senhor, gritando.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Estava gritando muito o motorista?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Estava, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então você tentou arrancar o motorista pela porta do passageiro, não é isso?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Foi.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você primeiro arrancou o Celso Daniel, o Prefeito. E aí você já arrancou e colocou ele aonde? Na Blazer?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu arranquei ele, passei para o Itamar que estava preso na Blazer e eu fui para tentar pegar o outro, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** E como é que foi a abertura da porta da blazer?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Da Pajero?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O negócio que se eu falar para o senhor que eu consigo entender, eu não consigo entender isso não, senhor, sabe por quê? Porque na hora que a gente efetuou o disparo...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** A gente quem? Quem efetuou o disparo na direção do carro do Prefeito?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu com um oitão no pneu, calibre 38 e o Itamar com a 11.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Metralhadora?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Isso, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Só vocês dois que atiraram?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Foi.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O Santana nessa hora estava longe, estava lá atrás.

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Estava atrás. E aí o que aconteceu? No que houve o disparo, eu não sei o que aconteceu não, na hora que eles correu, eu não sei se eu dei um tiro primeiro no pneu, quando eu dei o tiro no pneu, o Itamar pegou e deu um do lado.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Deu um tiro ou deu uma rajada?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Uma rajada, uma seção de três, e aí ele desceu, quando ele desceu eu vi os dois parados dentro do carro e aí eu peguei o bico do oitão e fiquei batendo no vidro.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Qual vidro você bateu?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Do Celso, do Prefeito.

Antes de abrir a porta?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É, da porta sim.

É como é que abriu essa porta?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É isso que eu não consigo entender, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas a porta que foi aberta, foi a do motorista? Foi do Prefeito?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Foi.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Está certo, então. A outra chegou a ser aberta em algum momento, ou não?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não. Só depois que nós estava longe.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então, quer dizer, que você está arrependido pela situação?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Com certeza. Se arrependimento matasse eu estaria morto.

Já participou de algum outro seqüestro?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não, nunca participei de outro seqüestro nenhum, senhor. Eu continuo batendo o pé também, senhor.

É o primeiro?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É o primeiro, eu continuo batendo o pé.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Tu não participou, mas tu sabe que os outros fizeram?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Qual?

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** O Edson, o Itamar fizeram outros. Não tem conhecimento?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Só tenho conhecimento se...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** E eles comentavam contigo?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não. sobre esse negócio ele não comentava com ninguém na favela, não senhor. Se eles ia fazia o seqüestro eles não comentava com ninguém na favela, aquilo lá era tipo eles falava que era um negócio de sigilo, sei lá, só para quem fez mesmo saber.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Como é que vocês foram para a Bahia, de ônibus, de carro?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu fui para a Bahia de carro, de "busu", senhor. Toda as vez que eu fui para a Bahia, eu fui mais o Itamar de "busão".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quer dizer que vocês perderam a arma lá em cima? Uma milênio?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É uma milênio glock.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Estava você, o seu irmão e quem mais, quando vocês... Foram abordados por policiais?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não. Na hora que foi abordado eu não estava na hora não, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Quem é que estava?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Isso foi aonde? Foi lá no aterro de Mata de São João, é isso?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu acho que foi isso mesmo, senhor. Na hora que os homem catou, parece que catou foi esse "Didi", se não me engano...

**SR. EDISON REMIGIO SANTI – "**Didi" é o taxista?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É. O Itamar, o meu irmão e o "Alemão".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aí nisso o seu irmão estava armado com a milênio? Quem estava com a milênio?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Sobre esse negócio de quem estava com a milênio, eu não estava junto não, senhor.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** E não tinha mais armas escondidas no carro?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Se tinha mais arma escondida no carro? Eu não sei, senhor, porque eu não fui junto não, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Está bom, então. Você quer falar mais alguma coisa?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Não, não, é só isso só.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Está arrependido mesmo?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Tô, do fundo do coração eu tô.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** O Edson morava aonde?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** O Itamar comentou comigo que ele morava no Capoão Redondo, se não me engano, só que nunca fui na casa dele não.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** E o outro? O "Macalé" que fugiu, onde é que o "Macalé" mora?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** [*inaudível*].

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** No ato da sua prisão, quando nós pegamos você no ônibus que você estava vindo, você não reagiu, não teve reação alguma?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Eu não reagi não, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não. Eu estava presente na sua prisão. Me diz uma coisa, as armas que foram ali, que arma você estava portando?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Uma 9 milímetros.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** 9 milímetros, niquelada? Descreve ela para a gente.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É uma 9 milímetro, niquelada, tipo dourada, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E onde você conseguiu essa 9?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Essa 9, senhor, com esse oitão que eu dei um tiro no Prefeito, o que aconteceu foi o seguinte...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que você deu um tiro no Prefeito, não, que você deu um tiro no pneu.

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** No pneu, desculpa, senhor. Desculpa, perdão. Quando eu dei um tiro no pneu aí o que aconteceu? Aí eu falei assim para o homem, já que essa arma estava no BO eu vou pegar ela e vou vender. E aí eu fui na feira do rato, aí eu peguei e vendi ela por trezentos reais.

O que é uma feira do rato?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** É a feira do rolo, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Onde fica essa feira do rolo?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Fica em Diadema.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aí você catou lá, vendeu por trezentos reais o oitão?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Tinha um barão que nesse tempo trabalhava de pirueiro com o meu pai e aí eu fui lá e comprei essa arma na feira no rolo.

**SR. EDISON REMIGIO SANTI –** Quanto é que pagou por ela?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Trezentos, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Nessa 9? Estava com dois carregadores. O Itamar estava com que arma?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Na hora do seqüestro?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não. Na hora da cana?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Com a 11.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Na hora em que nós demos a cana em vocês? Então você estava dentro do ônibus vindo de onde? Vocês pegaram o ônibus vindo de onde?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Itamarati.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Itamarati? Fica perto de onde, Itamarati?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Fica perto de...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Fica na Bahia, Itamarati?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Fica na Bahia, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Perto de Itabuna?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Mais ou menos isso, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Está bom, então. Então, você está arrependido?

**RODOLFO RODRIGUES SANTOS DE OLIVEIRA –** Com certeza, senhor.

*(Fim do primeiro depoimento)*

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Qual o seu nome?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Itamar Messias Silva dos Santos.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quantos anos você tem?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Vou fazer 22.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que dia você nasceu?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Dia 26 de maio de 1980.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Como é o nome do seu pai?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Valdomiro dos Santos Silva.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E o nome da sua mãe?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Ideniza Messias dos Santos.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você nasceu aonde?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Guarujá.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Guarujá? São Paulo?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você está sabendo porque você está sendo preso? Vira de lado, vira o rosto de lado.

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Tô.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então conta para a gente a verdade do que aconteceu, espontaneamente, sossegado.

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O que aconteceu foi o seguinte: no dia do seqüestro eu roubei o Santana, eu e o "Bozinho", aí o Marquinho mandou a gente roubar a Blazer. Aí saímos numa noite para buscar (?) no Ceasa. O Edson não tinha dado conta de pegar e chegou lá (?) para nós pegar. Aí nós pegamos (?) aí chegou na (?) fizemos o retorno e fomos para debaixo do viaduto onde aconteceu, aí chegou e entramos nessa Hilux aí nós (?) seguimos até o barranco, aí subimos até o barranco, quando nós ia travar ela antes do barranco, aí fui e dei um trava no farol, se travar no farol ela vai pegar e vai embora e vai chover de polícia, aí depois do farol nós travamos ela, quando travou depois do farol aí ela bateu no carro aí travou ela

na frente, quando eu desci eu bati a cabeça na Blazer e caí. Aí ia passar a Hilux em cima de mim, aí foi na hora que eu dei a raja de metralhadora nele.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então, deixa eu entender. Vocês foram... Começa a contar a história novamente. Vocês pegaram o Santana?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Pegamos o Santana.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você pegou o Santana? Você e o "Bozinho" pegaram o Santana? No mesmo dia do seqüestro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso. No mesmo dia.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que hora que foi isso?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Umas 11 horas para meio dia.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Onde você roubou esse Santana?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** No Fórum de Diadema.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Perto do Fórum de Diadema?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso. Para baixo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quem conduzia esse Santana?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu. Eu que dirigia.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não. Quando vocês pegaram a vítima desse Santana, quem que é?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** A vítima é um senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele estava sozinho no carro, ou não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Estava ele e uma criança.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele e uma criança? Aí você pegou e tomou o carro dele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Peguei o carro dele e fui para a favela.

Que cor é esse Santana?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Roxo. Roxo não, no escuro ele é azul claro.

Que ano?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** 95/96.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aí?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Aí a gente guardou ele, quando foi a noite nós fomo... O Edson falou que [*inaudível*].

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então, espera aí. O Edson falou que vocês tinham o quê?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Um outro seqüestro para nós fazer.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Um seqüestro dado, quer dizer, um seqüestro já informado com a qualidade da vítima.

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E esse cara era um empresário do CEASA, é isso?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não, Trabalhava no Ceasa.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele trabalhava de que?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Aí eu não sei não, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aí vocês foram tentar interceptar esse cara?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso, mas nós não encontramos ele, não achamos ele. E aí nós pegamos, fizemos o retorno e fomos para debaixo do viaduto, e aí foi na hora que nós vimos uma Hilux fizemos o retorno e subimos atrás da Hilux. Aí depois do farol, ele falou: trava ele no farol, eu falei: não, trava depois do farol; Nós travou depois do farol...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Travar seria interceptar o carro? Não é isso?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi isso. Fechar.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Fechar o carro.

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Aí depois do farol, foi na hora que aconteceu, aí eu bati a cabeça na Blazer e cai, aí ele pegou...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Na Blazer ou no Hilux?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Na Blazer.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Na Blazer?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso. Foi quando nós fomos dar voz de assalto, aí eu bati a cabeça na Blazer e caí, aí quando eu caí, ele pegou e jogou a Hilux em cima de mim, aí eu peguei uma raja de metralhadora.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** A raja de metralhadora sua pegou onde, do lado do motorista ou do lado de onde estava a outra vítima, o lado do Prefeito?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Do lado do motorista.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Nessa altura você sabia que o cara era Prefeito de Santo André?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não sabia não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não sabia? Aí você deu uma rajada do lado do motorista?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso. Aí eu comecei a bater na porta: abre, abre, abre. E ele não quis abri. Eu falei: abre, abre. Aí eu dei umas quatro coronhadas no vidro para ver se abria. Aí ele pegou e não abriu. Aí o "Bozinho" do outro lado conseguiu abrir a porta e pegou o Celso Daniel. Aí nisso que ele pegou o Celso Daniel, eu peguei e dei a volta para ver se pegava o motorista, não consegui pegar o motorista, puxei o motorista...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas a porta dele já estava aberta?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Ainda não. Aí começou, isso e foi uns 15 minutos. Eu falei: abre, abre, abre, e aí não abriu a porta. Aí eu tentei pegar o motorista, o motorista não quis sair, aí foi na hora que nós pegamos ele e colocamos dentro da Blazer e pegamos a "avenidona" que desce para Santos. Aí chegou perto do [*inaudível*], caímos no Taboão e descemos no Santana. Entramos em Taboão, aí caiu num [*inaudível*], Assembléia, aí fizemos o transplante lá na favela.

Quem é que participou desse seqüestro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu, o "Bozinho", o "Monstro", o Edson e o Marquinho.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Esse Marquinho é o que está preso?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** É. O Marquinho "Macalé".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Marquinho "Macalé". E o "Mostro"? Como que é o nome dele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu conheço ele como "Monstro".

Que carro ele estava, o "Monstro"?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Numa Parati.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele estava numa Parati?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Esse é o carro dele?

No seqüestro ele está limpo?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. No seqüestro não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você estava em que carro no seqüestro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu estava na Blazer.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você e quem na Blazer?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu e o "Bozinho".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E quem mais?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu, o "Bozinho" e o "John".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E o "John". Quem estava pilotando?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O "John".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E no outro carro, quem que estava?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Estava o Marquinho, o Edson e o Ivan.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O Marquinho, o Edson e o Ivan? Você sabia que o cara era Prefeito? Não sabia nada?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não sabia não. Isso aí foi azar.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E o que a vítima falava para vocês quando vocês pegaram a vítima? Eles foram no seu carro, não é isso?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso. Ele falou: "Não faz nada comigo não". Eu falei, "Não, não vou fazer nada com o senhor, não. Pode ficar tranqüilo" (?).

Mas ele falou para vocês que era Prefeito?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não, não falou não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não falou nada? E como é que foi, o "John" estava no banco da frente e a vítima estava aonde?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Estava no bando de trás (?) e o "Bozinho" estava segurando ele.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O "John" estava indo de chofer de vocês?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sem ninguém no bando do lado dele e vocês com a vítima.

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** A vítima era grande, pequena?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Era grande.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Grandão, ele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aí como é que era, vocês chegaram na favela lá. Conta essa história para a gente.

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Nós chegamos na favela, nós chegou lá na hora (?), colocamos a Blazer primeiro, aí depois encostou o Santa-

na com o Edson e aí colocamos dentro do Santana o Prefeito, aí o Edson e o Marquinho levou embora.

Onde é que vocês colocaram o prefeito dentro do Santana?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Na rua Amalha.

Dentro do Santana, aonde?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** No bando de trás, aonde?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. No porta-mala.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** No porta-mala. E quem que seguiu com o... Então o cativeiro não foi dentro da favela?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não foi não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você sabe onde foi o cativeiro, ou não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Não sei não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E quem se seguiu no Santana?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Quem levou no Santana só foi o Edson e o Marquinho.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Os dois sabem. Então, o Marquinho sabe onde que é o cativeiro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Acho que sabe.

E o terceiro que estava no Santana? O Ivan?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. O Ivan não. O Ivan foi com nós na favela.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E depois, que horas vocês ficaram sabendo que o cara era o Prefeito de Santo André?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Depois de meia hora.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** É. Por que?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Começou a falar na televisão (?), aí eu peguei e liguei para Edson e falei: "Edson, onde você está?" Ele falou: "Não, já estou indo já". Aí depois disso não tive mais contato com ele.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E ele não falou onde que ele estava?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Não falou não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas você chegou a pedir para o Edson, para ele soltar o Prefeito, alguma coisa assim?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não, porque não tinha negociado ainda não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas você teve contato com o Edson depois disso?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Eu liguei mais de duas vezes, aí teve uma reunião na casa do "Bozinho", e o "Bozinho" e o "Monstro" disse vamos soltar. Aí quando ligamos para o Edson. Edson, solta! Nada, nem caixa postal. Aí ficamos sabendo que eles mataram o Prefeito.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você não queria a morte, então?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Não senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Do seqüestro você participou?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Participei do seqüestro, porque "turro" não se mata não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** "Turrão" não se mata. O que é "turrão":

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** "Turro" é a vítima que nós tratamos que ela tem dinheiro.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então toda vítima que vocês pegam a linguagem de vocês é "turro"? E vocês acharam que ia render quanto essa empreitada de vocês?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu não sei, [*inaudível*].

E o Prefeito conseguiram arrancar fora, ou ele saiu sem...

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Ele mesmo que destravou a porta.

E saiu?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Saiu normal.

E o outro tentando. O outro não reagiu? Não fez nada?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O outro reagiu, eu tentei puxar ele e ele não quis sair, eu falei: sai, sai.

E o que ele fazia?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Ele: não, não vou sair não. E eu, sai, sai. Aí ele começou a se debater comigo aí eu falei, vamos embora, aí a gente pôs dentro da Blazer e fomos embora.

Você viu alguma arma dentro do carro do...?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Só vi só aquela (?) que tem um barulhinho de sirene de polícia e nós pegamos e fomos embora.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E quem que atirou? Você atirou? Quem mais atirou?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu e o "Bozinho".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** você o "Bozinho" atiraram? Agora, me diz uma coisa, quando você ficou sabendo que o cara era o Prefeito de Santo André, você tentou ligar para o ...

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Para o Edson.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Para o Edson. Mas ele...

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Caixa postal.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E por que você acha que desovaram ele lá em Juquitiba: Vocês têm alguma coisa em Juquitiba? Sabe alguma coisa de Juquitiba?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu não sei não.

O Edson mora aonde?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O Edson mora em Capoenã.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O Edson já puxou cadeia, ou não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O modo de falar dele, já.

Como é o Edson?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O Edson é magrinho, com dente podre, cabelo grisalho baixinho.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** É branco?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Branco.

Que idade, mais ou menos?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Tem uma base de uns 20, 28 anos.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele estava armado nesse dia?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Tava.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Qual que era a arma dele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** 9 milímetro.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Era uma 9 milímetro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso.

Com certeza?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Com certeza.

Taurus?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você sabe a marca, ou não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Taurus. (?) O Marquinho que estava com Aimbel.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O Marquinho estava com uma Aimbel?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E o "Bozinho" falou que estava com uma 38. Qual que é a arma dele? 38 ou a 9?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** 38 e a minha milênio (?) em Salvador.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Essa milênio era sua que vocês perderam lá em cima?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso. Foi.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Numa abordagem, você junto com...

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E o André, a participação dele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. O André não tem nada a ver não, ele correu com medo.

Não tem nada a ver com esse seqüestro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não tem nada a ver não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas ele rouba também?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Rouba carro comigo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele rouba carro com você?

Quantos carros ele já roubou?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Sete.

Sete carros? Onde é que vocês conseguiram essas armas?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Essas armas eu comprei depois de um seqüestro que eu fiz.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que seqüestro você fez?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O Gerente da Mercedes.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Um gerente da Mercedes.

Ou Volkswagen ?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Da Volkswagen, quer dizer.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Um gerente da Volkswagen?

Não queria nem saber de quem é?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quando foi esse seqüestro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi em janeiro.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Em janeiro? Vocês pegaram e levaram a vítima para aonde?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Para um cativeiro lá em Itapecerica, [*inaudível*] em Grajaú.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E qual o nome da vítima, você sabe? Não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não, sei não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quem ficou cuidando dessa vítima?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi o pessoal de lá mesmo.

Quantos dias ficaram com ele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Dois dias, mas no outro dia foi preso e nós já tinha soltado já.

Mas receberam grana?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Recebemos.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quanto?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** 10 mil para cada um.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quanto que foi o total do seqüestro, do resgate?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** 50.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Cinqüenta?

Cinco? Quem eram os cinco?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu, o "Monstro", o Gilmar e o "Rato".

Você, o "Monstro", o Gilmar e o "Rato"? Está faltando um.

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** E o rapaz do cativeiro.

Quem é?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Os moleque que foi preso.

Osmari?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Os moleque que foi preso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E foram presos aonde? Quem prendeu?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Quem prendeu, eu acho que foi o DECAP que invadiu lá.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas essa vítima já tinha sido solta?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Já tinha sido solta, já.

Então o "Bozinho" não participou desse outro seqüestro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E que dia vocês pegaram essa outra vítima?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi, que eu me lembro eu acho que na segunda-feira.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aonde foi que vocês pegaram essa vítima?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** No Morumbi.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** No Morumbi? Qual era o carro dele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Um Passat alemão.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ah, tá, eu lembro dessa fita. Um Passat alemão?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Prata. Isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Lá no Morumbi?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi.

Que lugar do Morumbi?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Atrás do estádio do Morumbi.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Logo cedinho, não foi? Tipo 9 horas da manhã?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Mais cedo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E isso apareceu na televisão, não apareceu?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Apareceu.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Agora vem cá. Você tinha intenção de matar o prefeito?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você não sabia que era prefeito?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Se eu soubesse que era prefeito eu tinha soltado para não ter divulgado isso aí.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você soltaria ele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Soltaria.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E por que você acha que o Edson apagou ele? Matou o prefeito?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu não sei, ou estava drogado, ou sei lá, passou por cima da nossa palavra. Passou pela minha palavra, do "Bozinho", passou por cima da palavra do "Monstro", passou por cima da palavra de todo mundo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então, por você, você soltava o prefeito?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Soltava.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você conhece alguém ligado à Prefeitura de Santo André, alguma coisa assim, não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você conhece alguém ligado ao PT, alguma coisa assim, ou não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não, senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Conhece não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Esse crime não teve encomenda? Teve encomenda, alguma coisa?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Nós travamos (?).

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Travou a azoi(F) mesmo?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso.

Mas no início o Edson disse que tinha o outro, não é? A D20, 250.

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** A D20.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Esse era um trabalhador do Ceasa, não é isso?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Trabalhador do CEASA.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aí não deu e vocês resolveram pegar o primeiro que passasse?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O primeiro importado que passasse a gente travava.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E, infelizmente, foi o carro do Daniel?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi.

E o que o Santana fez na hora que vocês atacaram?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O Santana saiu tipo (?) nas costas.

Dando cobertura?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Nas costas da Blazer. Isso.

Quem estava com o Santana?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O Santana estava com o Edson.

Estava com o Edson? Não sabe o destino dele? E a Blazer? Quem pegou a Blazer?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Quem pegou a Blazer foi eu.

Você e quem mais?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu, o "Bozinho" (?).

O "Bozinho"?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Aí tinha um pessoal passando na rua [*inaudível*].

Quem atirou fogo?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi eu.

Foi você mesmo?

De dia, de noite?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi à noite.

E aquele local que encontraram o documento do Celso Daniel?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Ali não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E aquele documento, como é que acharam lá? Vocês desovaram alguma coisa lá dentro, ou não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

Não foi o local que vocês limpam o carro, a Blazer?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. A Blazer estava ali e já pegamos ela.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E como é que aquele documento foi parar lá dentro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso aí eu não sei. Documento não tinha não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não tinha documento nenhum ali dentro?

E o que vocês fizeram com a carteira, telefone...?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** A carteira ficou com o "John" para queimar.

E o telefone dele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O telefone também.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você não acha que o "John" poderia ter deixado o negócio lá cair?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS** – (?) nós estava conversando, eu falei, você queimou, "John", o negócio? Ele: queimei.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então você não sabe explicar como que aquele negócio foi parar lá dentro? Você está arrependido?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Estou. Se eu soubesse que era o Prefeito...

E foi lá mesmo que vocês fizeram o troca de (?) onde é que foi achado o documento?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Foi na rua de trás.

Não foi onde é que foi achado o documento, não foi feita a troca lá não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Foi na rua de trás. Não tem onde é a garagem? Na rua atrás da garagem.

E o cativeiro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O cativeiro eu não sei onde que é não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas esse que está preso lá no DEIC sabe?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Quem?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O "Marquinho".

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi ele que levou. Ele e o Edson que levou.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O Marquinho "Macalé". Então, ele sabe, mais ou menos, onde é ...?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Sabe, porque foi ele que levou. Porque na hora, ele na frente, ele que saiu.

Está em cana no DEIC ele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** (?) falou que ele estava preso.

Por que motivo?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Esse mesmo motivo que a gente está aqui.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então você afirma, categoricamente, que foram seis pessoas que participaram desse seqüestro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi. Foi eu que peguei.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então pode falar. Você?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu...

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que deu os tiros?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi eu que deu os tiros na Pajero.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você e quem mais participou?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu e o "Bozinho".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Deram os tiros?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Demos os tiros.

O "Bozinho" deu tiro aonde?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** No pneu.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E o nome dos outros também que participaram?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O "John".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O "John" você sabe o nome dele ou não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Só apelido.

Como é que é o "John"?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O "John" é magrinho, é parecido com o senhor aqui.

Mas não é ele não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E o "John" e quem mais?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O "John", o "Monstro", o "Marquinho" e o Edson.

Como é que é o "Monstro", a fisionomia do "Monstro"?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Forte.

Branco ou preto, moreno? No rosto tem bigode, tem alguma...?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Em algum momento a vítima pediu para não morrer?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Para você não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Ele falou assim: você vai fazer alguma coisa comigo? Eu falei: Não. Não vou fazer nada com o senhor, não. Aí foi na hora que fizemos o transplante e depois disso aí nós ficamos sabendo que ele morreu.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E qual foi o seu sentimento? Você...

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Sincero, eu, no meu modo de pensar, não era para ele matar, porque eu acho assim, não tem dinheiro, solta. Eu aprendi assim, não tem dinheiro, solta.

Você lembra a roupa que ele estava vestindo no dia?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Uma jaqueta marron, um camisão.

Camisão, que cor?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não lembro, não.

A calça?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Calça *jeans* e sapato social.

Calça *jeans* e sapato social.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E aí, o camisão, o camisão que cor que era? Você lembra?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não lembro não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Era *jeans* também, ou não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu acho que era *jeans* porque ele estava com jaqueta meio amarronzada.

E essa jaqueta, vocês pegaram para vocês? Ou foi com ele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi com ele mesmo, com a roupa do corpo dele.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele era grandão. Ele coube dentro do porta-mala do carro normal? Ele entrou sossegado no porta-mala?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Entrou normal na Blazer.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele colaborou? Ele tentou fugir? Ele reagiu?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Ele falou assim: Vocês não vão fazer nada comigo não. Eu falei: Não, senhor, não vamos fazer nada com o senhor, não.

Que local da Blazer vocês colocaram ele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não tem o banco? Nós colocamos ele deitado no banco.

Traseiro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso.

No chão ou no banco?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** No chão [*inaudível*] e dava para ver.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que ele era grandão, não é?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Era grandão.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas aí ele perguntou para você até o último momento que vocês não iam fazer alguma coisa com ele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Ele falou assim: vocês não vão fazer nada comigo não? Eu falei: não, não vamos fazer nada com o senhor não.

Ele ofereceu dinheiro [*inaudível*].

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Ele falou assim: se depender já pago logo tudo que vocês querem. Eu falei: calma, senhor, chegar lá nós conversa.

Ele tinha dinheiro no momento, no bolso?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Tinha.

Vocês pegaram o dinheiro dele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Peguei.

Quanto tinha?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Tinha cinqüenta reais, ou melhor, cem reais, cinqüenta para mim e cinqüenta para o "Bozinho".

Cartão de crédito?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Cartão de crédito tinha, mas queimaram tudo.

Queimaram?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então aquele negócio do plano de saúde você não sabe como foi parar lá dentro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Não sei não.

Vocês não foram com a camionete até onde ele foi achado? Do plano de saúde? Vocês foram na rua de trás, não é?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso na rua de trás. E aí na rua de trás nós já pegamos a carteira dele e dividimos o dinheiro, eu mesmo peguei a Blazer e pus na garagem, aí no outro dia vocês apareceram com helicóptero lá, mas não olharam a garagem, aí eu peguei empurrei a Blazer, não quis pegar na chave porque a bateria estava arreada, e aí eu piquei fogo.

Me fala uma coisa, o que é que o "Cara Seca", o Serginho e quem mais estava [interrupção no áudio].

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O "Alemão" e o Serginho.

O "Alemão" e o Serginho? Vocês iam roubar o que lá?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** (?) carro forte, mas não tinha arma (problema no áudio). A finalidade era só (?).

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então desde o começo se fosse... Você desconhece o porquê que mataram o...?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Desconheço. Porque no meu modo de pensar ele passou por cima da palavra de todo mundo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Quem passou por cima da palavra de todo mundo?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O Edson.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O Edson. Porque o pacto não era para matar?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** "Turro" não se mata.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** "Turro" não se mata.

Mas ele podia ter um acordo por fora que vocês não estavam sabendo de levar a maior parte para ele? Pode existir isso?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Aí eu não sei.

Não, mas você acha que pode existir?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Eu não posso falar nada porque eu não sei.

Eu digo assim, existe a possibilidade?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu acho que não.

Vocês pegaram qualquer um na rua, foi isso?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Qualquer um, azoi(F).

Por que vocês pegaram ele, por causa do carro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Por causa do carro.

O valor do carro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** É. O carro importado, uma Hilux.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E o cara deve ter um dinheirão "turro"?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** É o "turro".

Está arrependido?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Estou muito arrependido. Se pudesse voltar atrás...

Então a sua vontade então era seqüestrar mesmo para levantar um dinheiro? Mas você não queria matar ninguém?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Ninguém. Minha vontade era seqüestrar, ganhar um dinheiro, ajudar minha família e eu parar e ia ficar de boa.

Quem matou foi só o Edson?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi só o Edson.

[*inaudível*] quem é o outro que foi com ele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Quem levou foi o "Marquinho". Ele e o "Marquinho" que levou.

E o "Marquinho" não quis matar?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Isso aí, que eu saiba não.

Como é que você sabe?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Porque quem levou foi só o "Marquinho" e o Edson, depois disso aí não teve mais contato nenhum.

Você não falou nenhuma vez com o "Marquinho"?

Então você não sabe se o "Marquinho" participou ou não?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Da morte? O "Marquinho" mora aonde? Mora perto do Edson?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. (?).

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O "Marquinho" mora na favela?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso. Na favela.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Agora me diz uma coisa, esse outro seqüestro que você falou do empresário da Volkswagen , quem foi que pegou? Quem foi que enquadrou ele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi eu, o Gilmar e o [*inaudível*].

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E você estava com que arma nessa oportunidade?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu estava com uma metralhadora.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que carro vocês usaram para interceptar o carro dele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Que carro? Foi um Palio Weekend.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Um Pálio Weekend? Aí vocês fecharam? Quem estava pilotando o Pálio Weekend?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi eu.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Você que estava pilotando? Aí você interceptou, tirou ele...?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Tiramos ele e levamos, e aí eu coloquei... Aí a gente colocou o carro perto do Morumbi, aí levamos embora.

Levaram com o Passat embora?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O Passat ficou no local.

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O Passat não, o Passat nós colocamos ele mais para frente, em frente ao Morumbi e colocamos o dono do Passat Alemão no Pálio Weekend e fomos embora.

Lá para Itapecerica?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E como que é a característica dessa vítima? Você sabe o nome dele, ou não? Como que ele é, é um senhor de idade, é novo?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** É um senhor.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Cabelo grisalho, como que é esse homem?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Cabelo grisalho.

E quem deu essa fita?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Azoi(F).

Azoi(F)?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aleatório. Então do jeito que foi ele poderia ser eu também, se eu tivesse passando num carro importado, Passat Alemão...

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Qualquer um carro importado.

Quer dizer que o "Cara Seca" costumava roubar carro com você?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso, para tirar toca fita.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Me dá dois carros que vocês roubaram? Esse Pálio Weekend foi você que pegou?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Onde você pegou esse Pálio Weekend?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** No Jabaquara.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** No Jabaquara? Estava na mão de homem, de mulher, como é que é?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Mulher.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Uma mulher?

Quando é que foi?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Em janeiro.

Você e quem mais?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Estava eu e "Bozinho", [*inaudível*] do salão.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Salão de baile, era à noite, então?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Era à noite.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que horas, mais ou menos?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Meia noite.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aonde vocês cataram?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Em Jabaquara.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Mas que parte de Jabaquara? Na Amanda Arruda, onde foi?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Perto do Corpo de Bombeiro.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Perto do parquinho, naquela região ali?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso. Não tem o Corpo de Bombeiro, lá para baixo (?).

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E estava a mulher sozinha?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** É. Mas ela ia por o carro na garagem.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Foi na residência, então?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então se a gente voltar na residência contigo lá, você conhece a residência?

E o "Cara Seca"? Qual o carro que você arrumou para o "Cara Seca"?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Um Gol, um Golf.

Que Golf você roubou para o "Cara Seca"?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Um Golf Sis 94.

Você roubou com ele aonde?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Em Diadema.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que parte de Diadema?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Redondão de Diadema.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O que é redondão de Diadema?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** É o terminal de Diadema.

Terminal de ônibus?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que dia foi essa situação?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Já tem uns 8 meses.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Foi a última vez que você roubou com ele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi a última vez.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que outro carro você roubou com ele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Um carro Gol quadrado.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aonde?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Em Jabaquara.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que parte de Jabaquara?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Avenida Guarani.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Avenida Guarani?

E esses carros roubados, vocês ficavam depois?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Nós tiramos som e roda e muitas vezes nós picava fogo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então era só mais para pegar o som e a coisa, fazer um adianto no dinheiro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E você e o "Cara Seca"?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu e o "Cara Seca".

Qual o nome do "Cara Seca"?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** André Luiz, eu chamo ele de André.

Quer dizer que ele participou de vários roubos com você, mas nesse caso específico não tem nada a ver?

E quando participava do roubo a veículos, estava sempre maquinado ou estava sem máquina?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Estava sem máquina, [*inaudível*].

Aí ia no piloto?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** É. Um limpava e outro pilota.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Que carro que vocês levavam?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Gol, Golf.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não. Eu estou dizendo, que carro que vinha pilotando, o cavalo?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O Gol que era dele.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** O Gol que era dele?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Esse que estava sem som e sem roda.

Você falou que perdeu um carro e tomaram um carro de pagamento?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não, foi porque o Gilmar foi preso.

O Gilmar foi preso aonde?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi preso lá em casa [*inaudível*].

Mas quem é que exigiu esse carro que tu perdeu?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Os caras chamou [*inaudível*] porque eu conhecia ele.

Você foram fazer alguma paradinha fora daqui, tipo lá no Paraná?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

Não? Tem certeza?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Fui numa festa.

Numa festa no Paraná? Quando isso?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Tem já uns dias, já.

Foi você e quem?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu, o André, minha esposa.

Que carro vocês estavam?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu estava com um Golf *leasing*.

Golf? Placa de Lins?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Golf *leasing*.

E cadê esse Golf?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O Golf eu vendi para o Gilmar e ele [*inaudível*].

Lins é **leasing**?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu vendi para o Gilmar

Golf *leasing*.

Espera aí. Esse Golf você foi para o Paraná com ele.

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi. (?) e aí depois vendi para o Gilmar.

Vendeu para o Gilmar?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso. Eu paguei 2 mil e vendi por 4 mil para o Gilmar porque é **leasing**. Aí o Gilmar foi preso.

Foi preso quando?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Já tem uns dois meses, três meses.

Foi preso aqui? É parte aqui de São Paulo? E aí?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Aí, ele pegou foi preso e o Golf ficou com os policiais.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** E o Golf era cabrito ou não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Era *leasing*.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Leasing**?

Você tem Ranger?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

Quem tem Ranger?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Quem tinha Ranger era o "Monstro".

O "Monstro"? Qual a cor da Ranger?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Roxa.

Roxa? E cadê esse carro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS** – (?) foi para acerto.

Aonde?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Lá no Paraná.

Então sobre isso aí. Quando foi esse acerto?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Foi depois que aconteceu esse negócio aí.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Aconteceu o que? Aconteceu o seqüestro?

Depois de quê?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Depois que aconteceu esse negócio do seqüestro, [*inaudível*], três dias.

Três dias depois? E aí ele foi para onde com esse carro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Ele foi para o Paraná, não, ele foi para a casa dele.

Aonde?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Lá no Paraná.

Foi ele e quem?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Ele e o "John", aí foi preso ele e o "John".

Mas foi preso porque motivo?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Aí eu não sei. Fizeram um acerto lá.

Fizeram um acerto? E essa Ranger?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** A Ranger e a casa.

A casa?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** A casa de quem?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** A casa do "Monstro".

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Ele deu a casa dele para quem?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Para os policias.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Para os policias da onde?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Lá do Paraná.

Que cidade?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Aí eu não sei.

(?) Curitiba?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Acho que foi Curitiba, não lembro muito não, mas se eu for eu conheço o lugar.

Ou mais longe de Curitiba?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Maringá? Não é não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Isso, é Maringá.

Como é que você ouviu, como é que chegou até você esse papo aí que ele tinha perdido esse carro?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. É que a minha mulher falou, a minha mulher, o André falou. (?) mora na favela.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Então você sabe de ouvir dizer, comentário?

Mas aconteceu realmente isso?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Aconteceu.

Você sabe onde está esse pessoal aí hoje, o "John" e o ...?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

O "Monstro"? Se você fosse procurar eles, onde é que você ia procurar?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu, se eu fosse procurar... Ele tem parente em Recife. Só vi ele falar em Recife, que roubaram várias coisas em Recife.

Fez o quê?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Roubou várias coisas em Recife.

Roubou? Ele tem família em Recife?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Eu acho que tem, porque ele passou em Recife.

Ele anda maquinado?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Anda.

Qual a máquina que ele anda?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** [*inaudível*].

O que mais?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Só.

Colete?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

Não? Granada?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

AR?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

Ele assinou muita bronca aí?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Ele?

É.

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** O André já tirou uns dias de cadeia já.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Isso, o "Monstro", não é?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** É.

Ele tem alguma cicatriz no rosto?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

É normal. É branco? Cabelo grisalho? Como é que é?

Ele está na condicional, o "Monstro"?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não sei. Sei que é fugitivo.

Fugitivo do Paraná?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não. Do Paraná (?) de acerto.

Então o "John" trabalhou no interior lá? Fugiu de São Paulo mesmo?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Fugiu de São Paulo.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Está bom, então. Mais alguma coisa? Quer falar mais alguma coisa? Está arrependido?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Estou arrependido.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Do seqüestro você participou, do homicídio não?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Do seqüestro eu participei. Foi eu e o "Bozinho".

E o "Monstro", o Edson que saíram com ele, não é?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Não.

O "Monstro" ficou na favela?

**ITAMAR MESSIAS SILVA DOS SANTOS –** Na favela.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Está bom.

*(Fim da apresentação em fita).*

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Solicito que restabeleça a luz.

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Bom, eu gostaria, já que assistimos a fita, saber se a Senadora Ideli Salvatti quer fazer alguma observação?

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Não, Sr. Presidente, eu acho que a fita acaba sendo bastante elucidativa e reafirmando aquilo que os dois depoentes apresentaram das investigações, daquilo que foi colocado no processo investigatório que culminou com a condenação e a prisão dos responsáveis pelo assassinato do Prefeito Celso Daniel. Então eu até fui perguntar ao Dr. de Luna se além desses dois depoimentos gravados, havia outros, se os outros... Ele me disse que não, o que é uma pena porque talvez se tivéssemos a gravação feita dessa forma de todos poderíamos ter, acho que um esclarecimento maior ainda do procedimento adotado pela quadrilha. Agora, eu queria ainda poder... Porque a história do "Cara Seca" que é o irmão do primeiro depoente, é esse que vocês prenderam em primeiro lugar, é isto? Foi esse que vocês prenderam e a partir desta prisão é que vocês prenderam o irmão e o Itamar? Foi nessa seqüência, não é?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim. E o Edson também estava preso lá em Vitória da Conquista. Então se naquele momento a gente tivesse interrogado um pouco melhor o André "Cara Seca", talvez ele dissesse do Edson que já estava lá recluso, porque depois o Dr. Edison de Santi logo em seguida foi buscar o Edson que estava preso também em Vitória da Conquista. Aí, posteriormente a essas prisões as outras começaram a ser desencadeadas pelo DEIC, e aí a nossa participação aí praticamente cessou. Então, nós só fomos até esse ponto. Se nós tivéssemos prendido outras pessoas, o procedimento igual também seria adotado.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – E a outra questão, pelo menos, no depoimento dos dois, fica claro os procedimentos adotados de roubo, de outros seqüestros e tal, um pouco na linha mesmo que as investigações depois acabaram confirmando, é nessa lógica de que era, efetivamente, uma quadrilha que fazia seqüestros, não seqüestros de grande refino, de grande requinte, mas seqüestros montados com dois carros para fazer o fechamento, pegar na hora, guardar em locais de menor requinte.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim, inclusive, esse seqüestro que ele narra, que o Itamar narra, que eu dei bastante ênfase em perguntar, porque apareceu na mídia, ocorreu perto do Palácio do Governo em São Paulo no Morumbi, do empresário da Volkswagen, que foi, praticamente, tido como um seqüestro relâmpago, eles soltaram a vítima, parece que no outro dia. Isso ocorreu justamente dois dias após o seqüestro do Washington Olivetto, salvo engano, e aquilo causou uma repulsa para a gente. Tem um seqüestro gigante em andamento e o pessoal continua seqüestrando pessoas, está vendo que a polícia está na rua. Depois nós viemos descobrir que foi o Itamar que fez esse seqüestro.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Que não tinha nada a ver com aquele do Olivetto, que esse daí sim, foi de requinte.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não. Esse daí foi bem planejado...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Bem planejado, com estratégia e estrutura.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Sim, organizadíssimo.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Organizadíssimo. Eu estou satisfeita, Sr. Presidente.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Senador Flávio Arns, com a palavra.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** Eu só quero dizer também que os filmes, realmente, a filmagem, realmente, esclarece bastante, esclarece muito mais que o texto escrito e a gente observa que os dois

testemunhas são convergentes naquilo que eles colocaram, e com muito detalhe, e com muitas frases, às vezes, até, realmente, indicando que isso aconteceu, por exemplo, no primeiro depoimento se referindo ao pai dele, dizendo: "não, meu pai soube que eu fiz isso aqui e ele está louco da vida", e envolvendo o irmão também. Então eu, realmente, acho que foi bom ter visto, foi bom pensar sobre essas fitas, é bom que o Brasil assista essas fitas também através da TV Senado, dentro do depoimento dessas pessoas, porque eu tenho a impressão que muitos julgamentos das pessoas vão se consolidar a partir do exame disso, e nós observamos por isso, realmente, o trabalho bem feito, novamente, pela polícia que seguiu uma linha, a Polícia Federal teria, como o senhor mencionou, seguido a mesma linha, só que a Polícia Civil já estava nesse caminho também. Então, o inquérito, realmente, conduziu-se dentro de uma coerência bastante grande. Agora, é claro, que se há novos elementos que indiquem outros fatores, agora tenho a impressão que essas fitas, o Ministério Público e a própria Delegada já teve acesso a esse material? A Delegada Elizabeth?

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Não, porque eu não tive tempo de depor com ela ainda, porque eu estava numa missão que demorou 9 meses em Manaus, então ela me ligou querendo falar comigo, e eu estava impossibilitado, porque eu estava investigando um grupo de extermínio lá em Manaus, e essa missão acabou no dia 14 de dezembro. Então, praticamente, eu não tive tempo ainda de falar com ela. Então, essa fita é coisa de primeira mão, é a primeira vez que eu estou trazendo à tona essa fita; isso serve para resguardar minha pessoa, a minha atividade profissional, porque, posteriormente, a pessoa fala assim, olha, eu apanhei para confessar, não, está aí, isso diz por si só, ninguém bateu em ninguém, ninguém foi arbitrário naquilo, falou de livre e espontânea vontade, e quando tem a minha fala um pouco mais contundente, praticamente, ratificando, não é que eu estou colocando palavras na boca do interrogado, é porque, muitas vezes, eles se inibem e não falam, depois eles se soltam e eles começam a falar, então mostra uma espontaneidade. Então, muitas vezes, a gente tem que provocar para que a pessoa vá e seja mais eloqüente.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) **–** Isso a gente observava mesmo no início do depoimento que havia realmente alguma dificuldade de se estabelecer o diálogo, mas logo em seguida o diálogo fluía até com bastante informação, eu achei até impressionante a quantidade de informação. Mas é um material em primeira mão que a CPI está vendo, é um material valioso, eu acho que isso vai fazer com que muitos senadores pensem bastante sobre esse assunto, sobre essa ótica, também que foi apresentada à sociedade brasileira também. E eu até, se o senhor me permite, eu consideraria importante que a CPI enviasse cópia desse material para a Delegada que está presidindo essa nova fase da investigação e para o próprio Ministério Público que vem acompanhando também, fazendo as investigações em relação ao assassinato do Prefeito Celso Daniel para que eles possam ter esse subsídio, que eu considero da mais alta relevância. E, realmente, foi fundamental trazer esse material porque aí a gente pode, realmente, ter uma idéia bastante clara do tipo de investigação que foi feita e das razões, de acordo com os depoimentos que levaram ao seqüestro e posterior assassinato do Celso Daniel. Quero parabenizar, novamente, o senhor pelo trabalho da própria Polícia Federal.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Obrigado, Senador.

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Senador Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Trazido pelo Sr. José Pinto de Luna, eu acho que foi importante a insistência da Senadora Ideli Salvatti para que pudesse ser aqui mostrado.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Pena, Senador, que esteja sendo feito neste horário com tão poucos membros na CPI participando, porque se tivéssemos feito no horário que o depoente disse que tinha a fita, como nós insistimos, nós teríamos tido assim, eu acho que uma audiência de um número maior de Senadores e, efetivamente, aquilo que o Senador Flávio Arns colocou, a fita da forma como foi feito o interrogatório, a tranqüilidade com que os acusados, depois condenados, responderam as perguntas, deram todos os elementos de como que foram os procedimentos, não só no caso do seqüestro e do assassinato do Ex-prefeito Celso Daniel, mas também dos procedimentos corriqueiros daquela quadrilha que, realmente, praticava seqüestros naquela modalidade de fazer uma espécie de ficar aguardando o primeiro que passasse, com visibilidade de potencial de seqüestro poder render algum recurso. Desculpe, Senador Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito bem. Até quero transmitir no diálogo aqui construtivo com a minha colega Senadora Ideli Salvatti, que quando, V.Exa., mencionou hoje na sua argüição, o fato de que Célio Gomes da Silva ao telefonar para 190 seria como que uma clara demonstração de que ele então não poderia ter sido eventual mandante, que isto não é, necessariamente assim, permita que eu coloque assim, porque se a hipótese foi de que haveria um seqüestro e crime de mando, onde ele ali aparentaria, estaria aparentando ser também vítima, então pode-

ria ele estar até telefonando neste planejamento, mas então, é uma hipótese como a outra hipótese também pode ser, agora quero...

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Só que, Senador, eu fiz um pedido de que nós pudéssemos ter na CPI a seqüência dos telefonemas, não só o telefonema que nos foi informado, que o informe do seqüestro foi feito pelo Sérgio, como também a localização de onde, do rastro dos seqüestradores foi feita pelas tentativas de se falar com o celular do Prefeito Celso Daniel e que aí, efetivamente, isto precisaria saber se foi por sugestão da PM que o Sérgio tentou fazer, ou se ele fez isso de livre e espontânea vontade, porque é óbvio que uma pessoa como o Sérgio saberia que um telefonema poderia gerar a possibilidade de rastreamento, portanto, se ele estava envolvido não seria ele que daria o *start* da possibilidade do rastreamento. Então eu considero este levantamento dessa seqüência telefônica bastante relevante para que nós possamos até ter mais elementos a respeito da possibilidade ou não no envolvimento do Sérgio no processo do crime.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sem dúvida eu estou de acordo com V.Exa., agora avalio que esses dois depoimentos que o senhor nos traz são de enorme valia e, sobretudo, para o objetivo de todos nós que desejamos a verdade. Eu acho fundamental, Sr. Presidente, que venhamos a sugerir fortemente aos demais membros da CPI que não assistiram, que possam assistir, que possam ver, porque se trata de um documento tão fundamental. Eu cabo, Dr. José Luna, de telefonar ao Dr. Roberto Vider um dos Promotores de Santo André que está examinando o caso, apurando; chegou a convicção de crime de mando e tudo. E perguntei a ele se ele tinha tido acesso, tinha visto. Ele falou que não conhece. Então, conforme o Senador Flávio Arns mencionou, inclusive, eu recomendei a ele que assista e ele pediu que eu transmitisse ao senhor que possa, de fato, de o quanto antes ele ter acesso. Então, se V.Exa. puder reproduzir e enviar para ele e para a Dra. Elizabeth Sato, se trata de um documento muito importante, e ainda mais levando em conta que a Comissão pode fazer.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – A comissão é que deve entregar, até porque o documento, não só a fita, mas o depoimento dos dois Delegados.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então, aqui eu quero abraçar a sugestão que a comissão possa encaminhar os dois depoimentos hoje realizados, mas com este documento para os responsáveis, sejam os Promotores, seja a Delegada e, obviamente, isso vai para o Juiz. Quero ressaltar, tenho conhecimento que o Juiz de Itapecerica da Serra está convocando testemunhas sobre o caso para o dia 9 de março. E este documento que V.Sa. está nos trazendo é de enorme valia. Agora eu noto uma coisa, nos dois depoimentos do "Bozinho, Rodolfo e do Itamar eles sempre se referem ao José Edson como quem orientou. A referência ao Ivan é apenas de ele ter participado, mas o José Edson, a quem eles se reportam, seja para levar o carro ali onde estaria, para se aproximar, para fazer o seqüestro, depois telefonando para José Edson sobre o que queria, inclusive, para recomendar que solte o Prefeito Celso Daniel. E não há no diálogo deles referência ao que, segundo o Delegado Edison de Santi nos informou, que o chefe era o Ivan. Ora, se o chefe era o Ivan, e o José Edson, então que era a quem eles se reportavam não seria até mais chefe? Então, essa é a indagação que eu formulo, porque o José Edson da Silva, na minha avaliação, ainda não disse tudo que sabe a respeito, e eu tenho elementos de profundidade para dizer isso, posso lhe assegurar. Inclusive, pelos diálogos que mantive com ele. Avalio que seja muito importante que ele, inclusive, possa ser instado a dizer a verdade toda dos fatos, tenho procurado fazer isso, assim como também este menor, a quem se atribui ter dado os tiros, mas é importante que ele apareça. E acho que, inclusive, é importante se esclarecer publicamente que o fato dele ter praticado o seqüestro e participado ali de que maneira, se é que aconteceu, do assassinado, mas o fato de ele então ser menor há um tratamento no que diz respeito a sua possível pena, que eu não sou aqui especialista para dizer, mas que é muito diferente da dos demais, e ele pode contribuir extraordinariamente para que a verdade venha à tona, e se o fizer, obviamente, ele terá condição de ter a sua vida protegida pelas autoridade, isso é importante que ele saiba.

**SR. JOSÉ PINTO DE LUNA –** Senador, só um comentário, porque após essas prisões o DEIC começou a efetuar as outras e aí houve a determinação que a gente deixasse ao caso, porque o nosso auxílio já tinha sido dado, e nós deixamos de investigar. O que eu penso, profissionalmente para mim, foi uma pena porque eu gostaria de chegar até o final e eu tinha uma sede de localizar o cativeiro onde que o "Monstro", o Ivan estaria com essas pessoas. E em dado momento, diante dessa nossa frustração, o que nós achamos a possibilidade disso está compartimentado, dessa ação está compartimentada dessas pessoas, ou seja, essas pessoas saberem até aí, até esse ponto que eles deveriam saber, até levando em conta a participação do Edson. Por isso que nós fomos até o Dr. Carvalho, Gilberto Carvalho, não especificamente a ele, nós fomos ao Spinoza que foi o contato que tem lá com o diretório e ele trouxe, até o Gilberto falou, tem uma

dúvida ainda e a gente gostaria de seguir até o fim. Então, para que nós pudéssemos voltar ao caso teria que ter um requerimento formal, porque a coisa já está andando pelo Homicídio e pelo DEIC. E ficou de se fazer esse requerimento, mas aí a coisa começou a acontecer rápido demais, a prisão começou a acontecer, e aí eu fico com o que eu tenho em mãos, eu posso dizer daquilo que eu vi e daquilo que eu participei. Então, se fatos novos aconteceram eu não posso dizer, porque eu não sei, eu não sei qual é a participação do Dionísio, do Edson, da morte do Dionísio, eu não sei nada, porque nós vamos seguindo uma linha lógica, e a nossa linha parou aí. Então essa é a minha convicção do que aconteceu, também não estou dando certificado ISO 9001, 9002 para ninguém, para o Sr. Sérgio, para o Sr. Klinger, para o Sr. Ronamalia Pinto, por quê? Porque nós estávamos investigando o seqüestro, as outras coisas têm que ser investigadas em outros autos. Então não poderíamos confundir uma coisa porque aí você espalha a situação.

**PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) **–** Eu quero comunicar aos membros da Comissão que amanhã nós teremos reunião às 14h00 para discussão e votação do relatório parcial sobre a GTEC. Eu quero agradecer a presença do Dr. Edison de Santi e a todos os Senadores. Declaro encerrada a Sessão.

(*Sessão encerrada às 19h33.)*




EDIÇÃO DE HOJE: 1166 PÁGINAS